



22
a
25
nov

Universidade
Federal de
Roraima

**III SEMINÁRIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE E FRONTEIRAS e
V ENCONTRO NORTE-NORDESTE
DE PSICOLOGIA SOCIAL**
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
E FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR

ANAIS

APOIO

Textos & Debates



REALIZAÇÃO



ABRAPSO
Associação Brasileira de Psicologia Social



ANAIS

**III Seminário Internacional
Sociedade e Fronteiras e
V Encontro Norte-Nordeste
de Psicologia Social**

“Produção de Conhecimento e Formação Interdisciplinar”

22 a 25 de Novembro de 2016

Boa Vista - Roraima
2018

REITOR

Jefferson Fernandes do Nascimento

VICE-REITOR

Américo Alves de Lyra Júnior

INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS

Universidade Federal de Roraima
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras
(UFRR/PPGSOF)

INSTITUIÇÃO CO-ORGANIZADORA

Associação Brasileira de Psicologia Social
(ABRAPSO)

COMISSÃO ORGANIZADORA GERAL

Leandro Roberto Neves
Maxim Paolo Repetto
Sandro Martins de Almeida Santos

EDITORIAÇÃO

ORGANIZADORAS

Ana Lúcia de Sousa
Ana Lia Farias Vale

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

George Brendom Pereira dos Santos
Andressa Ferreira Félix

DIREÇÃO

Cezário Paulino Bezerra de Queiroz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S471c Seminário Internacional Sociedade e Fronteira / Encontro Norte-Nordeste de Psicologia Social:
Produção de Conhecimento e Formação Interdisciplinar (1. : 2016 : Boa Vista, RR)
Anais. - Boa Vista : EDUFRR, 2018. 1687 p.

ISSN 2316-9672

1 - Fronteiras. 2 - Conhecimento. 3 - Interdisciplinaridade. 4 - Resumos. 5 - Psicologia Social.

CDU - 911.3:32(81)

Comissão Organizadora
PPGSOF/Curso de Psicologia

Alexia Figueredo Sindeaux
Altiya Barbosa da Silva
Ana Lúcia de Sousa
Anieli Chrilei da Costa Bezerra
David Dantas Targino
Deusiana Brenda Peixoto Vieira
Domingo Luis Antonio González Petot
Edineuza da Silva
Emerson Ramos Pereira
Fanir Neves
Fernanda Ingredy Dantas de Araújo
Francisco Gean
Gabriela Pires Menezes Feijó
Gabrielle Bosenbecker Soares
George Brendon Pereira dos Santos
Giuliana Venâncio do Nascimento
Heloísa Silva Coelho César
Jaidan Sales dos Santos
Jailton Caetano da Silva Júnior
Jhenyffer Alves de Oliveira
José de Oliveira Filho
José Victor Dorneles Mattioni
Juliene Dias Pessoa
Karolayne de Melo Barbosa
Késia Wandressa da Costa Lima
Lausson José Magalhães Carvalho
Letycia Alves de Macêdo
Lorraine Leticia Perpétua da Costa
Luana Rios Moura dos Santos
Maria Luiza Fernandes
Naoma Gordon Melville
Ricardo Lima Moura
Ricardo Salvador de Toma Garcia
Rosangela da Silva Viana
Thamiris Rayane Santos Barros
Valdismara Roth da Silva
Wellen Crystine Lima Peixoto
Wilson Saraiva da Silva de Souza
Comissão Co-organizadora

COMITÊ CIENTÍFICO

Alessandro de Oliveira dos Santos
Alfredo Ferreira de Souza
Altiya Barbosa da Silva
Américo Alves de Lyra
Ana Lia Farias Vale
Ana Lúcia de Sousa
Antonio Tolrino de Rezende Veras
Carla Monteiro de Souza
Deborah de Brito Albuquerque Pontes Freitas
Devair Antonio Fiorotti
Edison Riuitiro Oyama
Edna Maria Ramos de Castro
Eduardo Portanova
Eloi Martins Senhoras
Evandro Luiz Ghedin
Fabio Almeida de Carvalho
Felipe Kern Moreira
Francilene dos Santos Rodrigues
Gersa Maria Neves Mourão
Leandro Roberto Neves
Leda Leitão Martins
Lourival Novais Neto
Madalena V. M.do Carmo Borges
Marcos Antonio Pellegrini
Marcos José Salgado Vital
Maria das Graças Santos Dias
Maria Luiza Fernandes
Maria Schirley Luft
Marisa Barbosa de Araújo
Maxim Paolo Repetto Carreno
Nádia Farage
Nelvio Paulo Dutra Santos
Olendina de Carvalho Cavalcante
Paulo José Brando Santilli
Roberto Carlos de Andrade
Roberto Mibielli
Russell Parry Scott
Sandra Maria Franco Buenafuente
Stephen Grant Baines
Vangela Maria Isidoro de Morais

Associação Brasileira de Psicologia Social

Adriana Elisa de Alencar Macedo
Ana Cristina Fernandes Martins
Carlos Eduardo Ramos
Daiane Gasparetto da Silva
Fernanda Isabelly Souza Ximenes
Flavia Cristina Silveira Lemos
Iolete Ribeiro da Silva
Lílian Caroline Urnau
Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Marcos Ribeiro Mesquita
Maria Ivonete Barbosa Tamboril
Maria Lúcia Chaves Lima
Maristela de Souza Pereira
Valber Luiz Farias Sampaio

APRESENTAÇÃO 21

Grupo de Trabalho nº 1
Geopolítica e os novos vetores de produção, consumo e
circulação em Roraima

AS FRONTEIRAS INTERNACIONAIS DE RORAIMA SOB A ÓTICA DA
SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL 23

Francisco Cezar Bezerra Visgueira
Elói Martins Senhoras

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO IMPÉRIO DO BRASIL: A
ABERTURA DO RIO AMAZONAS À NAVEGAÇÃO INTERNACIONAL.... 38

José Victor Dornelles Mattioni
Américo Alves de Lyra Júnior
Ricardo Salvador de Toma
David Dantas Targino

POLÍTICAS FRONTEIRIÇAS BILATERAIS BRASIL-VENEZUELA: A
SITUAÇÃO DO ACORDO NON-AEDIFICANDINAS CIDADES-GÊMEAS
DE PACARAÍMA (RORAIMA-BR) E SANTA ELENA DE UAIRÉN
(BOLÍVAR-VE)..... 47

Domingo Luis Antonio González Petot
João Carlos Jarochinski Silva

HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA..... 61

Jaci Guilherme Vieira
Altiva Barbosa da Silva
Lausson José Magalhães Carvalho

ECOTURISMO E POVOS INDÍGENAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM
RORAIMA..... 81

Giuliana Venancio do Nascimento
Antonio Tolrino de Veras Rezende
David Dantas Targino
José Victor Dornelles Mattioni

A IDENTIDADE SKATISTA EM BOA VISTA..... 93

Jimmy Iran dos Santos Melo
Alfredo Ferreira de Souza

O DIREITO À CIDADE NO ESPAÇO URBANO EM BOA VISTA-RR: ESTUDO PRELIMINAR SOBRE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO.... 107

Evelise Michele Nunes Pieve

Artur Rosa Filho

O MERCADO DE TRABALHO E A MOBILIDADE DE VENEZUELANOS NA FRONTEIRA BRASIL / VENEZUELA 120

Altiva Barbosa da Silva

Cléia de Jesus dos Reis de Melo

Rondinely Rodrigues Galvão

UMA ANÁLISE PRELIMINAR DA IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM BOA VISTA-RR 132

Jefferson Silva de Souza

Artur Rosa Filho

Elói Martins Senhoras

GLOBALIZAÇÃO E NOVAS TERRITORIALIDADES EM RORAIMA: O CASO DO SETOR IMOBILIÁRIO EM BOA VISTA 145

Felipe Rhuan dos Santos Paixão

DINÂMICA ECONÔMICA E ESPACIAL DA CIDADE NORMANDIA – RR. 154

Rayfson Souza de Oliveira

Antônio Tolrino de Rezende Veras

DINÂMICA ESPACIAL DO DISTRITO INDUSTRIAL GOVERNADOR AQUILINO MOTA DUARTE / BOA VISTA – RR..... 166

Rayfson Souza de Oliveira

Antônio Tolrino de Rezende Veras

OS DESAFIOS PARA A ECONOMIA DA BELEZA NA AVENIDA CAPITÃO JÚLIO BEZERRA EM BOA VISTA – RR..... 178

Pâmola Andreia Lemke Walter

Railson Costa

Altiva Barbosa da Silva

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ARTESÃOS NA FEIRA (EXPOARRT). 188

Hassler Johnny de Sales

Wilson Saraiva da Silva de Souza

Altiva Barbosa da Silva

A CONCENTRAÇÃO DO SETOR DE DISTRIBUIDORAS DE BEBIDAS NO BAIRRO SENADOR HÉLIO CAMPOS - BOA VISTA-RR 197

Altiva Barbosa da Silva

Gerciane Ferreira de Jesus

Sandra Maria Martins Lima

**FRANQUIAS NA ÁREA DE GASTRONOMIA NA NOVA ECONOMIA DA
CIDADE DE BOA VISTA RR..... 209**

Altiva Barbosa da Silva
Rafaela Kéroleen Silva Maia
Matheus Araújo de Mattos
Felipe Rhuan dos Santos Paixão

**Grupo de Trabalho nº 2
Famílias em contextos de mobilidade: afetividades e
relacionalidades em movimento**

**A PERCEÇÃO DO CUIDADOR FAMILIAR SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE
MENTAL NO CAPS..... 223**

Fabíola Menezes da Conceição
Joelma Ana Gutiérrez Espíndula

**A VIVÊNCIA DE CUIDADORES RESIDENTES NO DESENVOLVIMENTO DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS SOB MEDIDA PROTETIVA:
UM ESTUDO TEÓRICO..... 241**

Blenda Carine Dantas de Medeiros
João Batista Martins

**COMUNIDADE RAPOSA SERRA DO SOL I: INTERPRETAÇÕES SOBRE AS
MEMÓRIAS DO DESLOCAMENTO DAS SERRAS PARA O LAVRADO NO
SÉCULO XX..... 258**

Éder Rodrigues dos Santos
José Victor Dornelles Mattioni
Enoque Raposo

EM BUSCA DO PASSADO: MEMÓRIAS E IDENTIDADE DE LUGAR 282

Letycia Alves de Macêdo
Leandro Roberto Neves

**IMPACTOS SOCIOCULTURAIS DAS REMESSAS EM FAMÍLIAS DE
EMIGRANTES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A REPÚBLICA DE
EL SALVADOR E REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA..... 293**

Karla Cecilia Martínez Rivera
Francilene dos Santos Rodrigues

PARENTESCO E MOBILIDADE VENEZUELANA EM BOA VISTA- RR... 307

Iana dos Santos Vasconcelos

**“QUEM VEIO PRIMEIRO FOI TRAZENDO...”: TRAJETÓRIAS MIGRANTES
E REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO DE OLHO D’ÁGUA/PB PARA BOA
VISTA/RR 323**

Iris Daiane Miguel da Silva
Carla Monteiro de Souza

**SOBRE DISPOSITIVOS DE GOVERNO E NOVA “URBANIZAÇÃO” NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA: ALGUNS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DAS
RELAÇÕES ENTRE “ESTADO”, “FAMÍLIA” E “MOBILIDADE” 339**

Fabio Magalhães Candotti
Flávia Melo da Cunha

**Grupo de Trabalho nº 3
Educação do campo e interdisciplinaridade**

**A CULTURA ACADÊMICA EM UMA UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR NA
CIDADE DE BOA VISTA 354**

Larissa Almeida da Silva
João Paulino da Silva Neto

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NAS
ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UM DESAFIO A SER SUPERADO .. 364**

Erotilde Mendes Ribeiro

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO À LUZ DA DISCIPLINA DE
EDUCAÇÃO DO CAMPO E INTERCULTURALIDADE 380**

Francisca Silva e Silva
Sérgio Luiz Lopes

**RELATO DE EXPERIÊNCIA NA SUPERVISÃO DO PIBID/DIVERSIDADE
DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-LEDUCARR/
UFRR EM ESCOLAS PÚBLICAS DO INTERIOR DE RORAIMA
(2015-2016)..... 390**

Lucineide Salgado Barroso
Sérgio Luiz Lopes

Grupo de Trabalho nº 4
**O desenvolvimento regional como ferramenta para a tomada de
decisão: aspectos socioeconômicos e contábeis na Amazônia**

| | |
|---|------------|
| A ECONOMIA RORAIMENSE, REGIÃO SUBNACIONAL SEM COSTA MARÍTIMA: UMA ANÁLISE SWOT PARA SEU CRESCIMENTO ECONÔMICO..... | 401 |
| Luis Eduardo Reina Bermúdez William John Harris Ebenezzer María Julieta Eula Haroldo Eurico Amóras dos Santos | |
| A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NO PROCESSO DECISÓRIO DO CRM-RR..... | 418 |
| Marcelo Cabral Barbosa Paulo Soares dos Santos Francisco Carlos da Costa Filho Max André de Araújo Ferreira | |
| A QUESTÃO FUNDIÁRIA EM RORAIMA À LUZ DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 440 |
| Elói Martins Senhoras Ernani Batista dos Santos Junior Jemima Pascoal dos Santos e Silva | |
| A ZONA FRANCA DE MANAUS COMO POLÍTICA PÚBLICA: ATORES, REDES E ARENA..... | 462 |
| Michele de Matos Araújo Tiago da Silva Jacaúna | |
| ASPECTOS SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR | 474 |
| Gianne Gomes Ferreira Ferreira Liliana Oliveira de Castro Neilza dos S. F. de Oliveira Serguei Ayli Franco de Camargo | |
| CICLOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM RORAIMA..... | 488 |
| Elói Martins Senhoras Tércio Araújo da Silva Neto | |

| | |
|---|------------|
| DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO | 506 |
| Jordana de Souza Cavalcante | |
| DESIGUALDADE E A POBREZA ENTRAVERES AO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO DEPARTAMENTO PERUANO DE AMAZONAS (1993-2015)..... | 517 |
| Lino Max Santa Tsamaren | |
| Haroldo Eurico Amoras dos Santos | |
| FALHA DE MERCADO E A EXISTÊNCIA DE BENS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS NO PERÍODO DE 2000 A 2010 | 531 |
| Alcebias Lima de Souza | |
| Jakeline Pereira Silva | |
| MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: ESTUDO APLICADO AO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR NO PERÍODO DE 2010 A 2013 | 547 |
| Danielle de Souza Ribeiro | |
| Salma Said Rezek Mendoza | |
| O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1991-2010..... | 563 |
| Lucicleide Lopes Campelo | |
| O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO EDUCACIONAL DOS ALUNOS DO 8º ANO “A” DA ESCOLA ESTADUAL VEREADOR FRANCISCO PEREIRA LIMA – MUCAJAÍ-RR..... | 577 |
| Maria Antonia Castelo Sobral | |
| Salma Said Rezek Mendoza | |
| O SETOR DA INDÚSTRIA EM RORAIMA: UMA ANÁLISE DO SEU COMPORTAMENTO DE 2006 A 2015 | 595 |
| Ana Paula Castro Santana | |
| Verônica Fagundes Araújo | |
| RORAIMA NA RIO+20: PARTICIPAÇÃO, PERSPECTIVAS E ECOESTADO | 615 |
| Elói Martins Senhoras | |
| Tércio Araújo da Silva Neto | |

Grupos de Trabalho n° 5 & 8
Migrações históricas internacionais para a Amazônia
&
Geografia da População: migrações internacionais no século
XXI

| | |
|--|------------|
| MIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: A REALIDADE DOS IMIGRANTES | |
| VENEZUELANOS NO ESTADO DE RORAIMA | 636 |
| Geane Ribeiro Silva Monteiro | |
| Keliane da Cruz Pereira | |
| Altiva Barbosa da Silva | |
| O ESTADO DE RORAIMA COMO PORTA DE ENTRADA PARA A | |
| IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL | 643 |
| Nina Feraz Tolentino | |
| Elisângela Gonçalves Lacerda | |

Grupo de Trabalho n° 6
Fronteira dos direitos humanos e direitos humanos nas
fronteiras

| | |
|---|------------|
| POLÍTICAS INDIGENISTAS E NACIONALIDADES NA FRONTEIRA | |
| BRASIL-GUYANA | 658 |
| Mariana Lima da Silva | |
| Felipe Kern Moreira | |
| CULTURA E VIDA: O SUICÍDIO INDÍGENA EM MUNICÍPIOS DE | |
| FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS | 678 |
| Izaura Rodrigues Nascimento | |
| José Vicente de Souza Aguiar | |
| DISCURSO: O INDÍGENA NO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA | 692 |
| Sandro Martins de Almeida Santos | |
| Jimmy Iran dos Santos Melo | |
| DUPLA VITIMIZAÇÃO: A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS CONSELHOS | |
| TUTELARES EM COMUNIDADES INDÍGENAS | 708 |
| Esrón Messias Vieira Martins | |
| JORNALISMO POLICIAL NA FRONTEIRA: A LINGUAGEM DOS DIREITOS | |
| HUMANOS NO PROGRAMA METE BRONCA | 715 |
| Esrón Messias Vieira Martins | |

REFLEXIONES SOBRE EL ACTIVISMO SOCIAL EN EL LITIGIO TERRITORIAL DE LA GUAYANA ESEQUIBA: ¿ACTO DE SOBERANÍA EN ETERINBANG? 724
Ricardo Salvador de Toma García

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE PNES E TRANTORNOS MENTAIS ATENDIDAS POR UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO HOSPITAL DIA DO HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA-PA..... 743
Kássya Christinna Oliveira Rodrigues

Grupo de Trabalho n° 7
Gênero: as desigualdades de gênero e a condição feminina na Amazônia

ECONOMIA DO CRIME NO ESTADO DE RORAIMA: UMA ANÁLISE DO FENÔMENO NA CADEIA PÚBLICA FEMININA - PERÍODO DE 2014 – 2016..... 755
Daylany Pinheiro Lopes
Romanul de Souza Bispo

MULHERES INDÍGENAS POR ELAS MESMAS: REGISTROS DAS REDES SOCIAIS – DADOS INICIAIS 773
Flavia Ferreira Moreira
Fabricio Juliano Fernandes
Lívia Cristinne Arrelias Costa

Grupo de Trabalho n° 9
Socialismo, literatura, educação e interculturalidade: diálogos e debates necessários

CURRÍCULO E ASPECTOS DA CULTURA ACADÊMICA 785
Larissa Almeida da Silva
João Paulino da Silva Neto

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL: ENTRE REFORMAS E QUESTÕES ATUAIS 796
Clivea de Farias Souto
Leandro Roberto Neves
Edison Riuitiro Oyama

| | |
|---|------------|
| PROGRAMA ESCOLAS BILÍNGUES DE FRONTEIRA EM PACARAÍMA | 814 |
| Sandra Elaine Trindade da Paz | |
| Ana Lia Farias Vale | |
| Antonio Aparecido Giocondi | |

| | |
|--|------------|
| O MOVIMENTO SOCIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE RORAIMA: UMA LUTA ENGAJADA NA DEFESA DA LEI 892..... | 833 |
| Raquel de Paula Silva/ UFRR | |

| | |
|---|------------|
| SOCIALISMO E LITERATURA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA PEÇA O REI DA VELA, DE OSWALD ANDRADE | 846 |
| Jocelaine Oliveira dos Santos | |
| Adeline Araújo Carneiro Farias | |

Grupo de Trabalho nº 11
Artes e educação

| | |
|--|------------|
| A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO EM ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: SEUS PARADIGMAS DO PASSADO E SUAS NOVAS PERSPECTIVAS..... | 863 |
| Royane Maygna Ribeiro da Silva | |

| | |
|---|------------|
| A IMPORTÂNCIA ENTRE OS QUADRINHOS E A LITERATURA NA FORMAÇÃO DE NOVOS LEITORES | 873 |
| Raphael Porto Ribeiro | |
| Raphael Michels Fantinato de Moura | |
| Leila Adriana Baptaglin | |

| | |
|--|------------|
| CINEMA E MULTINATURALISMO: ANÁLISE DO FILME DAVI CONTRA GOLIAS, DE AURÉLIO MICHILES | 885 |
| Éder Rodrigues dos Santos | |

| | |
|--|------------|
| CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL DO INSTITUTO INSIKIRAN DA UFRR PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM RORAIMA | 898 |
| Ivone Mary Medeiros de Souza | |
| Josefina Barrera Kalhil | |

| | |
|--|------------|
| DIÁLOGOS WEBERIANOS SOBRE A MÚSICA MANAUENSE..... | 914 |
| Fabiano Santos de Souza | |
| Marilene Corrêa da Silva Freitas | |

MURALISMO E INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS: UM PROJETO DE INCENTIVO À ARTE 923

Leila Adriana Baptaglin
Rhafael Porto Ribeiro

O ENCONTRO DOS OBJETOS ETNOGRÁFICOS WAPICHANA COM OS TYZYTABÁ'U E OS ALUNOS NAS ESCOLAS INDÍGENAS. 931

Ananda Machado

OS PROJETOS EDUCACIONAIS, AÇÕES DE INTERCÂMBIO E FRONTEIRA NA ESCOLA ESTADUAL ARGENTINA CASTELO BRANCO EM BONFIM/RR. 940

Caridad Alonso Camaraza
Edinalva Vieira da Silva
Lindivalda Sales de Souza Feitosa

PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA: CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. 948

Maryna Morena Bezerra de Menezes
Carlos Eduardo Ramos

REFLEXÕES ACERCA DA INTERCULTURALIDADE PRESENTE NO ENSINO DE ARTE EM ESCOLAS ESTADUAIS DE BOA VISTA-RR 963

Georgina Ariane Rodrigues Sarmento
Ivete Sousa da Silva

Grupos de Trabalho nº 12 & 20
Saúde, bem-estar e qualidade de vida:
organizações saudáveis e riscos psicossociais no trabalho
&
Desenvolvimento e sustentabilidade em políticas de saúde na
Amazônia

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA. 974

Marcella Lima Marinho
Lucélia do Nascimento Rocha
Luciana Lopes Silva Martins
Nara Lisiane de Oliveira Coqueiro

**SUICÍDIO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UMA EQUIPE
MULTIPROFISSIONAL DO CAPS II EM SANTARÉM – PA..... 985**
Kássya Christinna Oliveira Rodrigues

Grupo de Trabalho nº 13
Saúde e doença na Amazônia

**A RELAÇÃO DE RISCO, VULNERABILIDADES, GÊNERO ENTRE
UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DO DSTS/HIV/AIDS 1006**
Ana Paula Barbosa Alves
Hosana Carolina dos Santos
Henrique César Lopes
Marcos Antonio Pellegrini
Simone Lopes de Almeida

**ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE MORTALIDADE MATERNA INDÍGENA
EM RORAIMA..... 1022**
Simone Lopes de Almeida
Ana Paula Barbosa Alves
Hosana Carolina dos Santos Barreto
Kristiane Alves Araújo

**LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DE ESPÉCIES DE PLANTAS
MEDICINAIS UTILIZADAS NA COMUNIDADE CAMPINARANA, TERRA
INDÍGENA TABALASCADA, RR..... 1040**
Francivânia Leocádio da Silva
Rachel Camargo de Pinho
Ise de Goreth Silva

**PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE MENTAL
NOS CAPS EM BOA VISTA – RORAIMA 1052**
Katyanne Melo da Silva
Joelma Ana Gutiérrez Espíndula

**PROMOÇÃO DA SAÚDE: AÇÕES DE PREVENÇÃO ÀS DOENÇAS E
AGRAVOS MAIS PREVALENTES NA COMUNIDADE INDÍGENA ILHA NO
ESTADO DE RORAIMA..... 1062**
Ana Paula Barbosa Alves
Simone Lopes de Almeida

PROMOÇÃO DA SAÚDE: PREVENÇÃO DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS 1086

Ana Paula Barbosa Alves
Jainne Gomes de Melo Sampaio dos Santos
Greyce kelle Fidelis Paulino
Alexsandra da Silva Ribeiro
Helton Lima Silva

SAÚDE E PROTAGONISMO DE MULHERES: ASPECTOS DE IDENTIDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA CONTINENTAL 1098

Luana Rios Moura dos Santos
Sandro Martins de Almeida Santos
Maxim Paolo Repetto Carreno

Grupo de Trabalho nº 14
Migrações internacionais e refúgio: atores, fluxos migratórios e estratégias

ATUAÇÃO BRASILEIRA EM PROTEÇÃO DA CRIANÇA VÍTIMA DE TRÁFICO HUMANO: UM ESTUDO DE CASO1113

Theresa Silva Melville

IMIGRAÇÃO RECENTE NA REGIÃO NORTE: LIMITES DA GOVERNABILIDADE MIGRATÓRIA BRASILEIRA..... 1140

Sidney A. Silva

INTEGRAÇÃO REGIONAL E FRONTEIRAS: DESAFIOS PARA A GOVERNANÇA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA 1156

Romeu Bonk Mesquita
Rosana Baeninger

Grupo de Trabalho nº 15
História das religiões e religiosidades na tríplice fronteira: encontros, construções simbólicas e manifestações do crer

A FÉ COMO SACRONEGÓCIO: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO INSTITUCIONAL DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS E A VIOLÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE 1174

Paulo Luã Oliveira Xavier
Carlos Eduardo Ramos

**DIFUSÃO DO MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL EM RORAIMA A
PARTIR DE UMA ANÁLISE DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE
DEUS 1196**

Elói Martins Senhoras
Jemima Pascoal dos Santos e Silva

**O NÃO-FAMILIAR COMO FORTALECEDOR DA INTOLERÂNCIA
RELIGIOSA: ESTUDO DE CASO COM LIDERANÇA AFRO-RELIGIOSA EM
SANTARÉM 1211**

Erick Rosa Pacheco
José Carlos Viana Lages Neto
Lívia Cristinne Arrelias Costa

**OS MODOS DE EXPRESSÃO DE CRENÇAS NA TIMELINE DO FACEBOOK:
UM ESTUDO VOLTADO AOS ALUNOS INDÍGENAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RORAIMA 1222**

Vângela Maria Isidoro de Moraes
José Luiz Pereira de Moraes

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA A
PARTIR DE SEUS ADEPTOS: ESTUDO EXPLORATÓRIO 1236**

Erick Rosa Pacheco
Mylena Socorro Corrêa de Sousa
Lívia Cristinne Arrelias Costa

**SIMBIOSE ESTADO E IGREJA EM RORAIMA: IGREJA ASSEMBLEIA DE
DEUS E SEU DESDOBRAMENTO NO CENÁRIO POLÍTICO 1248**

George Brendom Pereira dos Santos
Andressa Ferreira Félix

Grupo de Trabalho nº 16

Recantos de beleza e resistência:

iniciativas sócio-culturais-ecológicas em cenários de violência

**ASSOCIAÇÃO CIRANDA DA CULTURA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS
DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA EM UM CENTRO DE
CONVIVÊNCIA 1261**

Bruna Jaqueline de Moura Lima
Eloah Zeitune Silveira Dezan
Bruna Daniele Coelho Amano da Mota

HORIZONTALIDADE NAS RELAÇÕES: A CIRANDIZAÇÃO NAS PRÁTICAS DE PSICOLOGIA..... 1274

Michele Regina Ganeo
Beatriz Cristina Gallo

MOVIMENTO DE COMUNIDADES INTENCIONAIS, FIXAS E INTINERANTES 1284

Guilherme Cornely

**Grupo de Trabalho nº 17
O mundo rural em perspectiva**

A CARTOGRAFIA SOCIAL DA POLÍTICA INDIGENISTA: O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NA FORMAÇÃO DE RONDÔNIA..... 1303

Eliaquim Timóteo da Cunha

CAMPESINATO E RIBEIRINHOS NA AMAZÔNIA: UM CASO EM RORAIMA..... 1318

Antonio Wéliton Simão de Melo

HÁBITOS ALIMENTARES E SEGURANÇA ALIMENTAR: REFLEXÕES A PARTIR DE COMUNIDADE RURAL NO ESTADO DO AMAZONAS..... 1331

Zâmora Farias Ferreira
Mariana Vieira Galuch

MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR NOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO EM ARIQUEMES - RONDÔNIA..... 1341

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

MUDANÇAS NO CLIMA E MUDANÇAS NO MODO DE PRODUZIR 1353

Rogerlan Silva Almeida
Marisa Barbosa Araújo

O PROCESSO DE DESLOCAMENTO DA MULHER JOVEM DO CAMPO RORAIMENSE PARA ALÉM DO ESTUDO E DO TRABALHO 1358

Antonio de Souza Nascimento
Olendina de Carvalho Cavalcante

PROCESSOS DE SUCESSÃO E LÓGICAS DE HERANÇA NO PA NOVA AMAZÔNIA 1371

Remisson Wesley Nobre Cordeiro

SABERES LOCAIS E EXTRATIVISMO DE CASTANHA NA VICINAL 15 EM ENTRE RIOS, RORAIMA 1382

Raimundo Pinheiro Paes Júnior
Marisa Barbosa Araújo

Grupo de Trabalho nº 19
Processos psicossociais rurais-urbanos

**A QUESTÃO PSICOSSOCIAL NA FRONTEIRA DA DIVERSIDADE:
UM ESTUDO SOBRE A INTERVENÇÃO FAMILIAR NO PROCESSO
DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS DO CONTEXTO RURAL DE
RORAIMA. 1393**

Amanda Karine Monteiro Lima
Francisco Alves Gomes

AS (RE)INVENÇÕES DA CIDADE: OLHARES MARGINAIS 1405
Daiane Gasparetto da Silva

**PERCEPÇÕES DOS JOVENS DE RORAIMA SOBRE A TENSÃO ENTRE
O RURAL E O URBANO: SIGNIFICADOS, TEMPORALIDADES E
ESPACIALIDADES 1419**

Adeline Araújo Carneiro Farias
Jocelaine Oliveira dos Santos

Grupo de Trabalho nº 21
**Recursos naturais e sustentabilidade socioeconômica e
ambiental na Amazônia**

COLETA SELETIVA: REALIDADE E UTOPIA EM BOA VISTA - RR. 1433

Marcos de Lima Gomes
Sílvia Ribeiro Silva Farizel
Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior

**GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A
ENERGIA ELÉTRICA E O MODELO ELETROBRAS. 1447**

Giane Maria Porto de Aguiar

**METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA APOIAR PROCESSOS DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL 1467**

Melissa Michelotti Veras
Peterson Medeiros Colares
Eder Nascimento Galucio

**MINICENTRAL HIDRELÉTRICA: UMA POSSIBILIDADE VIÁVEL PARA
A ELETRIFICAÇÃO NAS TERRAS INDÍGENAS SÃO MARCOS E RAPOSA
SERRA DO SOL 1476**

Adnan Assad Youssef Filho
Antônio Wéllinton Simões de Melo
Paulo George Brandão Coimbra
Antônio Nazareno Almada de Sousa

PADRÃO LOCACIONAL DAS CULTURAS DE ARROZ E SOJA NO ESTADO DE RORAIMA NO PERÍODO DE 2004 A 2013 1494

Nathany Brandão Carvalho
Verônica Fagundes Araújo

RECURSOS HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA 1510

Audrey Nery Oliveira Ferreira
Sandra Maria Franco Buenafuente
Jaime de Agostinho

USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ-PA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS, ECONÔMICOS E PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE-TO 1528

Gercina Rodrigues da Cruz

Grupo de Trabalho nº 22

Povos indígenas em perspectiva interdisciplinar e intercultural

A (DES)CONSTRUÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA EM BOA VISTA: UM ESTUDO ACERCA DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA APRESENTADA AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PROFESSORA MARIA DAS DORES BRASIL..... 1547

Fabiano Darlindo Veloso
Maria Luiza Fernandes

DESAFIOS E INTERAPRENDIZAGENS NO ESTUDO E APLICAÇÃO DO MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL EM RORAIMA, AMAZÔNIA BRASILEIRA 1561

Maxim Paollo Repetto Carreno
Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO EM RORAIMA – O PAPEL DO GADO 1576

Rosenira Silva Albuquerque
Jhozenias Souza Soares
Maria Bárbara de M. Bethonico

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E POVO WAPIXANA SUL DO RUPUNUNI GUIANA..... 1590

Felician Andre Abraham
Lucineide Salgado Barroso

EDUCAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS, POR SER INDÍGENA 1604

Rosangela da Silva Viana

NOVOS CONTEXTOS DE DIÁLOGOS ENTRE OS YE'KUANA 1637
Elaine Moreira

**O BURITI (*MAURITIA FLEXUOSA L.*) EM COMUNIDADES INDÍGENAS
NA ETNOREGIÃO DO BAIXO SÃO MARCOS - RR: UTILIZAÇÃO E
MANEJO 1646**
Andressa Raquel S. Sganzerla
Lidiany Camila Carvalho
Maria Bárbara de M. Bethonico

**O ÍNDIO QUE SAIU DOS LIVROS AGORA CAMINHA PELOS CORREDORES
DA UNIVERSIDADE: CONHECENDO OS PROFESSORES/ALUNOS
INDÍGENAS DA LICENCIATURA INTERCULTURAL DO INSTITUTO
INSIKIRAN 1657**
Liliane do Vale Lisboa

**TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E TEMPORAIS NAS COMUNIDADES
INDÍGENAS BOCA DA MATA E NOVA ESPERANÇA: UM OLHAR A PARTIR
DAS ESCOLAS ESTADUAIS 1667**
Kelson da Luz Oliveira
Maria Bárbara de Magalhães Bethonico

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS
YE'KUANA E SANUMÃ NA REGIÃO DE AUARIS – RORAIMA 1678**
Castro Costa da Silva
Maria Bárbara Magalhães Bethonico
Artur Rosa Filho

APRESENTAÇÃO

O III Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras se propôs nesta edição realizar um grande evento em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Social – Núcleo Roraima. O tema do evento: Produção do Conhecimento e Formação Interdisciplinar é abrangente e promoveu discussões sobre questões relevantes nos processos atuais de formação e produção do conhecimento, propondo uma análise conjuntural dos impactos e conflitos resultantes das políticas sociais, do processo de urbanização, das questões agrárias, das organizações sociais, modos de subjetivação e os processos identitários, sobretudo no contexto de sociabilidades das populações amazônicas. Marcado por seu caráter internacional e regional, o evento proporcionou um debate interdisciplinar e a emergência de estudos comparativos sobre as Amazônias. Espera-se que a reunião de especialistas das mais diversas áreas do conhecimento, das mais diversas instituições de ensino e pesquisa e de outros países tenha contribuído significativamente para a reflexão sobre os desafios da produção interdisciplinar do conhecimento e nesse contexto apresentou-se a proposta de integrar o Seminário Internacional Sociedade e Fronteira e o Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social.

As diversas atividades que aconteceram no evento possibilitaram estabelecer diálogos com experiências de pesquisa e reflexão em torno de problemas sociais variados, dando oportunidade de contato com a produção teórica e as experiências práticas de ponta no campo das Ciências Sociais e Humanas aos profissionais, discentes e docentes de cursos de graduação e pós-graduação. Ao mesmo tempo, o contato com pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação de todo o país e do exterior permite uma atualização e a realização de trocas de conhecimento e a constituição de redes, fundamentais ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Maio de 2017.

Comissão Organizadora

Grupo de Trabalho n° 1

*Geopolítica e os novos vetores de produção, consumo e
circulação em Roraima*

ARTIGO

AS FRONTEIRAS INTERNACIONAIS DE RORAIMA SOB A
ÓTICA DA SEGURANÇA MULTIDIMENSIONAL

Introdução

As fronteiras internacionais vêm ganhado maiores características da segurança multidimensional. Novas ameaças, à soberania e a segurança das nações, adquirem destaque internacional. O controle do Estado nas regiões de fronteira se faz obrigatório a partir da crescente descentralização de crimes interestatais. Para isso se faz necessária à integração entre órgãos nacionais de segurança pública e internacionais. A segurança nas fronteiras do país recebeu maior atenção a partir do lançamento do Plano Estratégico de Fronteira (PEF). Este plano objetiva a cooperação entre os órgãos estatais de segurança e forças armadas. Além disto, o plano também foca na cooperação internacional junto aos países vizinhos. O alvo principal deste plano é o combate aos principais crimes transnacionais que afetam as faixas de fronteira e o país.

Com o aperfeiçoamento do PEF, nasceu a Estratégia Nacional de Fronteira (ENAFRON), que engloba todas as medidas previstas no PEF, mas que insere os órgãos estaduais e municipais na política de segurança fronteiriça. A ENAFRON destinará investimentos em diversos níveis, o que melhorará a fiscalização nas áreas de fronteira.

As fronteiras internacionais de Roraima são caracterizadas pelo intenso movimento ligado ao Comércio tanto na Venezuela quanto com a Guyana. A fiscalização destas fronteiras é feita pela Polícia Federal e conta com o apoio da Polícia estadual e da Polícia Rodoviária Federal. Entretanto o número de agentes atuando nestas regiões é insuficiente, o que facilita a pratica de crimes entre os países.

O artigo está dividido em quatro seções que abordam o tema da segurança fronteiriça contemporânea, a política nacional para segurança nas fronteiras, os projetos

* Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e bolsista de iniciação científica na modalidade PIC/CNPq pelo Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI). Email: fc-cezar@hotmail.com.

** Professor de cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu e lato sensu da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email: eloissenhoras@gmail.com.

e as operações que ocorrem visando coibir crimes na região fronteira e as características das fronteiras internacionais de Roraima. Foi realizada uma análise das ações, resultados e os eventuais crimes que ainda são frequentes nas fronteiras do estado.

A segurança fronteira contemporânea

As fronteiras são o primeiro local de acesso ao interior do país, ao mesmo tempo também que são a porta de saída do país às nações vizinhas, sendo suscetíveis a crimes transnacionais. A flexibilidade de ação na qual o crime organizado e ações ilegais tem à disposição atualmente, dificulta ainda mais o controle do Estado nestas áreas.

A segurança fronteira se impôs com o conceito Realista de resguarda da soberania do Estado, este deveria manter o controle de suas fronteiras vigiando-as e exercendo o monopólio da força. A concepção do Estado como ator central nas questões de segurança, recebe novas correntes ideológicas que quebram o paradigma da ameaça interestatal.

Por tradição a segurança nas fronteiras era dirigida principalmente à defesa da soberania de determinado país. As políticas voltadas para as regiões limítrofes entre países eram de caráter militar. Há uma nova estruturação para o emprego das forças armadas, que também assumem caráter de policiamento nas regiões fronteiriças, em ações e programas de segurança pública.

Houve uma reformulação do conceito de segurança das fronteiras nas quais foram consideradas novos atores e ameaças descentralizadas. A partir destas novas concepções de segurança, a base teórica da escola realista tornou-se desfasada e inadequada para as ameaças transnacionais. (GARCIA, 2006)

O conceito de segurança multidimensional se caracteriza por abranger mais assuntos que podem afetar a segurança de uma nação. Ocorre um redirecionamento para questões como meio ambiente, migrações, terrorismo etc., indo além do estudo militar de defesa. Este novo conceito retira, do pensamento tradicional realista, o Estado do papel de ator central. (VILLA, 1999)

Muitas das ideias de multidimensionalidade receberam influência da escola de Copenhague, na qual discutia ideais rebuscados da teoria Crítica, do Liberalismo e do Neorealismo. Uma nova perspectiva foi inserida dentro da segurança internacional, discutindo novas vertentes de análise securitária.

A perspectiva teórica formulada pela Escola de Copenhague pode ser caracterizada como abrangente, por sustentar que as ameaças à segurança se originam não apenas da esfera militar, mas também das esferas política, econômica, ambiental e societal [...]. (TANNO, p. 50, 2003).

A escola de Copenhague proporcionou uma nova abordagem de segurança, em que se considera os demais fatores de risco aos indivíduos. Este pensamento se pauta na centralidade do ser, e no dever de segurança designado ao Estado. Para uma segurança abrangente o governo federal deve prevenir demais fatores de risco que afetem a vida da população.

A partir da característica agregada à descentralização de ameaças coube aos Estados desenvolverem novas temáticas de atuação contra inimigos que ameaçassem seus territórios. A globalização dos conflitos tornou cada vez mais comum a prática de securitização da faixa de fronteira dos países.

Estratégia nacional de fronteira (enafron)

O Brasil que possui a maior fronteira terrestre da região tem em seu território diversas riquezas naturais, tanto de fauna como flora, além de ser o país mais populoso e desenvolvido economicamente da América do Sul. Estes fatores tornam-no alvo de práticas criminosas, que na maioria dos casos se aproveitam da falta da presença do Estado brasileiro em algumas regiões do país, principalmente na Amazônia.

A ENAFRON nasceu para solucionar problemas institucionais de fiscalização fronteiriça, constitui-se de políticas de segurança pública para o fortalecimento da repressão e prevenção crimes nas fronteiras do país. O programa visa o trabalho em conjunto de todas as forças de segurança e órgãos de fiscalização.

Para Amorim (2012), os objetivos almejados com a ENAFRON tendem a realinhar o pensamento das forças armadas brasileiras preparando-as para o enfrentamento das ameaças do século atual. É evidente que o foco de emprego das forças armadas se expandiu com a flexibilização dos riscos à segurança nacional.

A Estratégia Nacional de Fronteira é uma evolução do Programa estratégico de Fronteiras (PEFRON) que objetiva melhorar a fiscalização das fronteiras do Brasil, visando coibir crimes que ultrapassam diariamente estas regiões. A estratégia tenta integrar estados, municípios e as forças de segurança visando o máximo logro nas ações. (HIRATA, 2013).

Na perspectiva da ENAFRON ocorrem mais ações de caráter multidisciplinar, os quais combatem vários problemas que se encaixam ao conceito multidimensional

de segurança. O trabalho dos órgãos de segurança, cada vez mais passam a ser integrados, visando máximo aproveitamento nas ações.

Diagrama 1: Coordenação das Operações nas Fronteiras



Fonte: elaboração própria.

A operação Sentinela foi implantada com a intenção de ter fiscalização permanente nas áreas de fronteira das unidades federativas. Entretanto ainda é realizada de maneira periódica nas faixas fronteiriças, deixando lacunas temporais em que ações criminosas possam acontecer com facilidade, sem ou com quase sem interferência das forças de fiscalização estatal.

A operação Ágata foi idealizada em 2011, constituindo parte do Plano Estratégico de Fronteiras, seu objetivo é reforçar a presença do Estado nas regiões fronteiriças, desde sua primeira edição, a operação Ágata esteve presente em toda extensão da fronteira terrestre nacional. (SANTOS, 2015)

Esta operação ocorre em períodos pré-determinados, fornecendo apoio complementar à Polícia Federal e a Receita Federal, que são as instituições responsáveis pela fiscalização nas fronteiras do país. (VASCONCELOS FILHO, 2014). O papel das forças armadas nesta ação é dual, oferecendo serviços sociais às populações precárias e ao mesmo tempo treinando a tropa e realizando exercícios militares.

A ENAFRON foi dividida em três fases de implantação. A primeira fase caracterizava-se pela ação imediata de fiscalização, por meio de operações conjuntas. A participação ativa e conjunta das forças policiais é destacada como algo estratégico e importante, assim como os investimentos no setor de segurança pelo Estado. (SANTOS, 2015)

A segunda fase constituía-se na unificação das políticas de fiscalização e integração entre os órgãos de segurança. Esta fase focava principalmente em investimentos na qualificação e preparação dos agentes, tecnologias de comunicação e trocas de informações, e em sistemas de inteligência. (BRASIL, 2011). A segunda fase permitiu maior conexão entre as forças de segurança para realização de operações conjuntas.

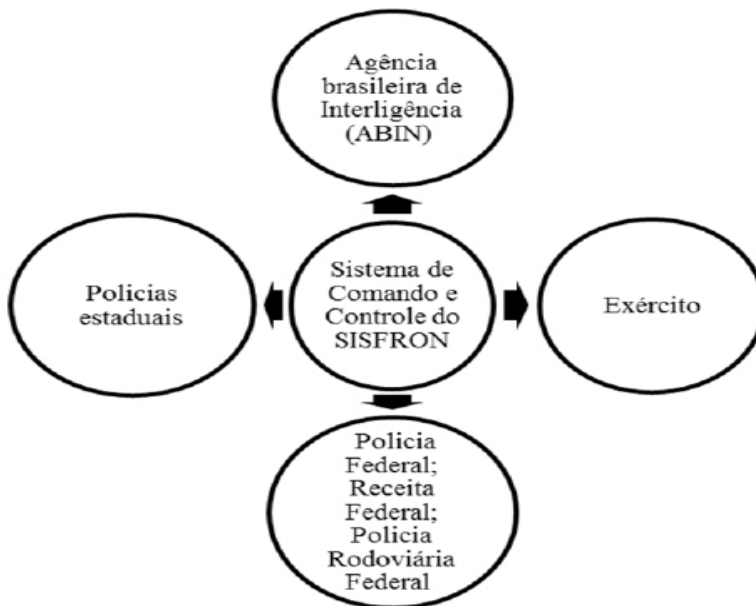
A terceira fase objetiva os investimentos estratégicos, que são os destinados para facilitar a intensa e permanente fiscalização. São estimados Investimentos como implantação de heliportos, uso de VANTs (Veículos Aéreos Não Tripulados), sensores eletrônicos para fiscalização de carros, implantação de portos náuticos, etc. Esta fase será a de maior volume em investimentos. (BRASIL, 2011).

O exército brasileiro de forma independente concebeu o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), direcionado para a vigilância permanente nas fronteiras de todo o país. O SISFRON representa uma camada extra de securitização das fronteiras, tendo em destaque a atuação da força de defesa.

O SISFRON foi idealizado dentro do âmbito da Estratégia Nacional de Defesa no qual designa as forças armadas as tarefas de monitoramento, presença e mobilidade nas fronteiras do país. Também ruma ao caráter de desenvolvimento socioeconômico das regiões e de desenvolvimento tecnológico ao país. (VASCONCELOS FILHO, 2014)

O SISFRON também visa a integração entre as forças policiais por meio de ações de inteligência. O projeto inclui centros de comando e controle visando interligar todas as Organizações Militares assim como conectar as forças auxiliares de segurança pública para integrar soluções.

Diagrama 2: Esquema de Integração entre os órgãos de Segurança no SISFRON



Fonte: elaboração própria com base nos dados sobre o SISFRON

A atual participação do exército na segurança pública demonstra o enquadro no processo de securitização. O SISFRON além de manter o controle soberano do Estado nas fronteiras, também atuará como mantenedor da ordem pública do Brasil, buscando o sufocamento dos crimes transfronteiriços. Por fim, representará uma camada de segurança das fronteiras, empregando recursos tecnológicos e gerenciando as fronteiras do país prontamente.

A ENAFRON em Roraima e as características das fronteiras internacionais do estado

Na perspectiva da ENAFRON ocorrem mais ações de caráter multidisciplinar no estado de Roraima, os quais combatem vários problemas que se encaixam ao conceito multidimensional de segurança. O trabalho dos órgãos de segurança, cada vez mais passam a ser integrados, visando máximo aproveitamento nas ações.

Foram investidos em capacitação policial e em equipamentos de vigilância nos municípios de Bonfim e Pacaraima, entretanto a eficiência qualitativa é baixa con-

siderando que os principais crimes destas regiões ainda acontecem regularmente. Ainda deve-se reforçar o investimento gradual no estado para com a fronteiras.

A ENAFRON também prevê recursos para combate cibernético, preparando as forças policiais contra ameaças de rede. Este preparo pode ser capaz de enquadrar as forças de segurança de Roraima, no combate em rede às ameaças que podem pelo meio virtual, desestabilizar a ordem social, prejudicando serviços básicos e afins.

As ameaças cibernéticas compõem o paiol das novas ameaças surgidas com o desenvolvimento das tecnologias comunicativas. Este tema tem sido destacado pelos governos mundo afora, formulando políticas para contenção de crimes no mundo virtual. (SENHORAS, 2013).

Os investimentos totais previstos para Roraima ainda não foram totalmente empregados. Nas aduanas localizadas em Pacaraima e Bonfim, continuam com escassez de agentes da receita e da polícia federal. As condições de trabalho também são deficitárias, o que prejudica uma fiscalização eficiente por parte da Polícia Federal e Receita Federal.

Roraima faz fronteira com Venezuela por meio do município de Pacaraima, e Guyana por meio do município do Bonfim, que se destacam pela livre circulação de pessoas que praticam o comércio formiga¹. Isto faz com que o tráfego de ilícitos e outros produtos ilegais, ocorra com maior facilidade pois, o volume de indivíduos circulantes nessas áreas é maior em relação a capacidade de fiscalização dos órgãos de segurança.

[...]os dois pares de cidades-gêmeas apresentam-se como importantes lugares de comunicação, lugares por onde transitam, de um país para o outro, os migrantes, os trabalhadores informais e por onde, da mesma forma, o contrabando penetra no território nacional (no caso das rotas terrestres), incluindo-se nesta categoria produtos que vão desde o alho proveniente da China, como foi relatado pelo Superintendente da Polícia Federal de Roraima em 2001, passando pela gasolina venezuelana, até a cannabis sativa da Guyana, além do contrabando de pedras preciosas, este, por vezes, usando como estratégia a cooptação dos próprios índios da região. (NETO, p. 4816, 2005)

Em primeiro lugar o contrabando é o principal crime ocorrido nas fronteiras de Roraima, muito disto se dá pelos baixos preços encontrados nos mercados vizinhos. As zonas de livre comércio de Santa Elena e Lethem são atrativas para a população que desejam economizar e encontrar produtos mais acessíveis.

A diferenciação de preços nas cidades de Santa Elena e Lethem em relação a capital Boa Vista, influencia diretamente na busca e comercialização destes produtos

¹ O comércio formiga é a troca comercial de produtos, principalmente de cesta básica alimentar, que se destinam principalmente ao consumo do próprio cidadão comprador. FERREIRA; SENHORAS (2015).

estrangeiros. Os principais produtos advindos das fronteiras são de vestuário, alimentos, produtos utilitários e o combustível venezuelano.

A economia de Roraima sofre déficits pois, com a circulação destas mercadorias a preços mais baixos parte dos recursos financeiros se destinam aos mercadores irregulares, e os comerciantes locais enfrentam uma concorrência desleal já que pagam os impostos de suas mercadorias no mercado brasileiro. Ainda mais tais produtos de contrabando não possuem garantia sanitária, podendo ser prejudiciais à saúde.

Em segundo lugar o tráfico internacional de drogas, que no estado encontra tanto uma rota para o restante do país, quanto para comercialização interna. O problema das drogas afeta a saúde pública e abre caminho para outros tipos de crimes no estado, influenciados principalmente para alimentar o comércio das drogas.

Em terceiro lugar o tráfico de pessoas é outro problema envolvendo o estado de Roraima. Por ser localizado em uma região estratégica, fazendo fronteira com dois países de acesso ao Caribe, o estado é uma rota do tráfico de seres humanos. Este tipo de crime utiliza-se da frágil fiscalização dos órgãos de segurança fronteiriça.

Jovens tanto da capital Boa Vista quanto de outros estados do Norte como o Amazonas e Pará recebem propostas de empregos nos países vizinhos e acabam incluídas em redes de exploração sexual. Roraima torna-se uma rota fácil por ter interligação terrestre com Guyana, Venezuela e com Amazonas. (COSTA; DO SANTOS, 2011)

Em quarto lugar a imigração indocumentada, problema que se tornou mais corriqueiro envolvendo as fronteiras do estado. Com a crise econômica na Venezuela somada ao desabastecimento de produtos da cesta básica, muitos cidadãos venezuelanos vêm para a capital Boa Vista de forma clandestina, buscando novos meios de sobrevivência.

Parte destes migrantes venezuelanos, por não possuírem documentação para trabalhar no Brasil, se dirigem aos sinais de trânsito para praticar malabarismo ou exercem atividades informais. Há também a presença de indígenas do país vizinho, que corriqueiramente atravessam a fronteira com o Brasil para vir a capital Boa Vista, em busca de alguma remuneração.

Eventualmente ocorrem ações e projetos de segurança no estado, que visam o sufocamento de ilegalidades transnacionais. Estas ações vão desde âmbito civil, militar à ambiental e sanitária. É possível analisar que estas ações perseguem objetivos semelhantes, trabalhando de forma simultânea e consistente no processo de securitização das fronteiras de Roraima, seguindo a ideologia da ENAFRON.

Tabela 1: Operações realizadas nas Fronteiras de Roraima. 2013-2015

| Operações | Ações realizadas | Atores Envolvidos |
|-----------------------------------|--|---|
| Ágata VII (2013) | Apreensão de fertilizantes; descaminho; apreensão de mercadorias ilegais; apreensão explosivos; Detenção de estrangeiros que entraram no país ilegalmente; | Exército; Força Aérea; Polícia Federal; Receita Federal. Polícia Militar estadual. |
| Ágata VIII (2014) | Vistorias em veículos leves, caminhões, motocicletas e em ônibus; revistas em pedestres e ciclistas; vistorias em embarcações; | Exército; Polícia Federal; Polícia Federal Rodoviária; Polícia estadual; agências governamentais de fiscalização; |
| Curare IV (2014) | Apreensão de alho vindos da Guayana e de drogas; | Exército; Receita Federal; Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA); Polícia Militar de Roraima; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Fundação Nacional do Índio (FUNAI); |
| Operação Senti-nela (2014) | Apreensão de carnes providas da Venezuela; vários litros de Gasolina venezuelana; | Polícia Federal (PF); Polícia Federal Rodoviária (PRF); |
| Curare V (2015) | Apreensão de combustível; apreensão de madeira indocumentada; retenção de embarcações; Destruição de pistas clandestinas para pouso de aeronaves; | Exército; Receita Federal; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA); Polícia Militar de Roraima; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Fundação Nacional do Índio (FUNAI); |
| Curare VI (2015) | Destruição de pistas clandestinas; destruição de balsas; Apreensão de madeira ilegal; | Exército; IBAMA; Receita Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Federal; Departamento Nacional de Produção Mineral; |
| Brasil Integrado (2015) | Apreensão de produtos piratas e Medicamentos de origem estrangeira; | Polícia Federal Rodoviária; Receita Federal; Polícias Civil e Militar; Corpo de Bombeiros; Vigilância Sanitária; Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR); |
| Brasil Integrado (2015) | Apreensão de Gasolina da Venezuela; Apreensão de vários produtos falsificados; | Polícia Federal; Polícia Federal Rodoviária; |

Fonte: G1 Roraima; Portal Amazônia; Folha de Boa Vista; Boa Vista agora;

As principais ações são de combate ao contrabando, descaminho e ilícitos como drogas, extração ilegal de madeira, imigração indocumentada, mineração entre outros. O caráter multidimensional de segurança em Roraima poder ser enquadrado dentro destas perspectivas, de intervenção fiscal multitemática, provendo às forças armadas o poder de polícia.

As operações de segurança nas fronteiras do estado em sua maior parte são de caráter sazonal, após um período determinado a região fronteira retorna ao estado de baixa fiscalização. Percebe-se que em Roraima ainda não se chegou ao nível de fiscalização permanente prevista na ENAFRON.

O Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDIFF) e os acordos de segurança pública

O governo federal instituiu o programa chamado Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDIFF), no qual se estuda vários parâmetros para o desenvolvimento humano, econômico, social, sanitário e ambiental das regiões de fronteira. Cada estado que compõem a faixa de fronteira brasileira, integrará o plano com um órgão local de coordenação do PDIFF.

Em Roraima o centro foi instituído na Casa Civil do governo do estado, com participação da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento – SEPLAN, visando o estudo das melhores formas de se integrar e desenvolver as zonas de fronteira, os municípios e a cooperação com os países vizinhos. (RORAIMA, 2012)

Este plano prevê o desenvolvimento de vários projetos de integração de Roraima com os países vizinhos, estabelecendo o equilíbrio socioeconômico das fronteiras Brasil-Guyana, Brasil-Venezuela. Os principais acordos são na área de educação, infraestrutura, comércio, saúde e segurança.

O desenvolvimento focado em várias áreas temáticas garante as bases para uma equidade regional. A multidimensionalidade da segurança ultrapassa o quesito de garantir a ordem pública por meio da força policial, inserindo demais temas que afetam de maneira indireta a segurança do país.

O desenvolvimento de políticas conjuntas de segurança entre o estado de Roraima e os países vizinhos, na área de segurança, são relevantes. Acordos securitizadores estão dentro das perspectivas de integração entre os órgãos de segurança nacionais e dos países vizinhos. Assim sendo, a presença estatal nas fronteiras do Norte fica mais robustas.

Junto a Guayana o principal acordo é relacionado ao tráfico de drogas e a roubo de veículos. A cooperação entre os dois países ainda é modesta, a segurança na fronteira entre Brasil e Guayana permanece deficiente. Entretanto acordos de segurança envolvendo estes temas foram feitos entre os governos de Brasil e Guayana. (RORAIMA, 2012)

A segurança na fronteira com a Guayana é frágil e o tráfico de drogas é o principal crime ocorrido na região. O aumento do efetivo policial, somada a prática de fiscalização permanente é fundamental para coibir tais atos criminosos. Investimentos e novas conversações para segurança conjunta com o país vizinho serão positivas, ambas as nações poderão se beneficiar com estes acordos, e aumentar os laços de amizade entre Estados.

A cooperação em segurança fronteiriça com a Venezuela é mais sólida. Existem programas voltados tanto para a segurança pública quanto para a defesa acordados com o país vizinho. O principal foco de cooperação entre os dois países em termos de segurança são justamente as tarefas de fiscalização conjunta na fronteira. Existem acordos mútuos de capacitação profissional e de ações de inteligência.

[...] o “Termo de cooperação científica e tecnológica em Matéria de segurança entre o Estado de Roraima, da República Federativa do Brasil e o Estado Bolívar, da República Bolivariana da Venezuela”. Este termo deixa claro que pelo fato de serem estados fronteiriços, existem elementos de segurança em comum, o que solicita uma troca de experiência em práticas e procedimentos policiais. Com este documento foi definido que haveria cursos de capacitação na área de segurança pública promovidos pelo estado de Roraima, através da academia integrada de Polícia, vinculada à Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado de Roraima. [...]. (VIANA; QUEIROZ; p. 13. 2012)

As cooperações entre os exércitos de ambos os países também se dirigem a exercícios integrados e cooperação na segurança fronteiriça. As principais atividades desenvolvidas são nas cidades de Pacaraima em Roraima, e de Santa Elena de Uairén, estado de Bolívar. Os acordos visam combater os já tradicionais ilícitos recorrentes nesta faixa de fronteira como descaminho de mercadorias, contrabando de combustível, etc. (CARDOSO, 2010)

As fronteiras do estado de Roraima são áreas estratégicas, por onde se estabelece o primeiro contato integrador entre países vizinhos. A vulnerabilidade encontrada nas mesmas, facilita práticas constantes de crimes transfronteiriços. Muitas vezes, as fontes de tais crimes se localizam do outro lado da fronteira, pondo em evidência a necessidade de cooperação entre Estados vizinhos.

Considerações finais

O estudo da segurança internacional evoluiu estruturando-se em conformidade às novas ameaças e crimes descentralizados. No momento presente o papel de segurança do Estado se desdobra além de manter o controle político da soberania, em garantir sua segurança interna, de inimigos que muitas vezes não possui face nem localização exata.

As ações públicas como a ENAFRON e SISFRON são empreendimentos vultosos quando se considera as metas almeçadas por cada um. Serão necessários ainda grandes investimentos para que estas ações sejam concretizadas em seu pleno emprego, garantindo assim a máxima eficiência fiscalizatória para com as fronteiras do país.

A segurança nas fronteiras internacionais de Roraima ainda tem muito a avançar. As operações temporárias como a AGATA, Curare e Sentinela são muito produtivas e logram seus objetivos. Entretanto, a fiscalização diária nas fronteiras ainda é ineficiente e precária, refletindo na volta dos ilícitos corriqueiros nas fronteiras do estado de Roraima.

As operações conjuntas no estado fazem grandes apreensões sejam de drogas ou mercadorias ilícitas ou outros alvos. Estas operações conjuntas coordenadas pelos Ministérios da Justiça e da Defesa, são predominantes em relação às ações dos órgãos locais, mas, buscando integrar as instituições de fiscalização do estado.

Ações coordenadas no âmbito estadual ainda são escassas, existem dificuldades para atuação dos órgãos estaduais em relação à segurança nas fronteiras. Entretanto todas estas ações de defesa e segurança apresentam o caráter multidimensional que o Governo Federal cogita para as políticas de segurança pública.

O principal problema atual nas fronteiras é a falta de fiscalização permanente dos órgãos responsáveis. Todas as operações de segurança fronteiriça citadas, possuem caráter temporário e são realizadas em determinadas datas a serem definidas. A característica permanente de policiamento requer emprego diário de profissionais nas regiões limítrofes. Sem isto, tais operações não acabarão gradualmente com os ilícitos praticados nas faixas de fronteira do Estado.

Por fim conclui-se com base no estudo apresentado, que a segurança fronteiriça requer investimentos tanto em pessoal, tecnologia e em infraestrutura. O trato com a securitização das fronteiras deve seguir políticas nas quais se adequem além dos problemas de segurança pública, os demais problemas como vulnerabilidades sociais, econômicas e crimes ao meio ambiente.

Referências bibliográficas

AMORIM, Celso. Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro. **Revista Política Hoje**, Vol. 21, n. 2, 2012.

BOA VISTA AGORA. Policiais de Roraima participam de operação. **Jornal Boa Vista Agora**, Boa Vista, 2015. Disponível em: <<http://www.boavistaagora.com.br/policiais-de-roraima-participam-de-operacao/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CAIAFA, Roberto. **Revista Tecnologia e Defesa**. Vol. 30, n. 132, pag. 37-38, 2013.

CARDOSO, Rodrigo Bertoglio. **Cooperação Internacional e Segurança na Fronteira Norte: Brasil, Venezuela e Guiana (2003-2008)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre. Rio Grande do Sul.

CARVALHO, Paola. Operação combate o crime Organizado nas Fronteiras. **Folha de Boa Vista, Boa Vista, 2015**. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/-Operacao--Brasil-Integrado--combate-o-crime-organizado-nas-fronteiras/8881>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

CENTENARO, Estela Peixoto. **Perspectivas sobre Segurança Fronteiriça: O foco brasileiro na fronteira Sul-Americana**. 2014. Monografia. (Graduação em Relações Internacionais). Universidade Federal de Roraima, Roraima

COSTA, Leila Chagas de Souza; SANTOS DOS, Maria Socorro Batista. DE BOA VISTA À REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA: um estudo sobre a rota do tráfico de adolescentes para fins de exploração sexual. **Anais da V jornada internacional de políticas públicas: Estado, Desenvolvimento e a Crise do Capital**. São Luís, 22 a 26 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/DE_BOA_VISTA_RR_A_REPUBLICA_BOLIVARIANA_DA_VENEZUELA.pdf>

DO G1 2014. **Operação Brasil integrado fiscaliza mais de 16 mil veículos**. G1, Roraima, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/11/operacao-brasil-integrado-em-rr-fiscaliza-mais-de-16-mil-veiculos.html>>. Acesso em: 13/09/2015.

DO G1 2015 C. **“Brasil Integrado” divulga balanço do primeiro dia de operação em Roraima**. G1, Roraima, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/08/brasil-integrado-divulga-balanco-parcial-do-1-dia-de-operacao-em-rr.html>>. Acesso em: 13/09/2015.

DO G1 2015 C. **Exército intensifica Fiscalização e faz patrulhamento fluvial em Roraima**. G1, Roraima, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/09/exercito-intensifica-fiscalizacao-e-faz-patrulhamento-fluvial-em-roraima.html>>. Acesso em 13/09/2015.

FERREIRA, Max André de Araújo Ferreira; SENHORAS, Elói Martins. **Marcos da teorização do Comércio formiga fronteiriço**. Disponível em: <<http://works.bepress.com/eloi/385/>>. Acesso em: 7 mai. 2016.

GARCIA, Francisco Proença. As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo. **Negócios Estrangeiros**, Porto, n. 9.1, p339-374, 2006. Disponível em: <<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000036001-000037000/000036360.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

HIRATA, Daniel. Segurança pública e fronteiras: apontamentos a partir do “Arco Norte”. **Cienc. Cult.** São Paulo, v. 67, n. 2, junho 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2016.

JÚNIOR. Amilcar. **Mais dois foragidos presos na Operação Brasil Integrado**. Folha de Boa Vista, Roraima, 2015. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Mais-dois-foragidos-presos-na-Operacao-Brasil-Integrado/8973>>. Acesso em: 13/09/2015.

MAGALHÃES. M. D. G. D. O estado de Roraima e as fronteiras com a Venezuela e a Guiana. **Revista Textos & Debates**, n. 12, 2007. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAAahUKEwj2qu_AsqfIAhVGQ5AKHXkxDsA&url=http%3A%2F%2Frevista.ufr.br%2Findex.php%2Ftextosedebates%2Farticle%2Fdownload%2F1152%2F939&usg=AFQjCNGD34VJfU45gl_YsqCVm6D3PFpdpw&cad=rja>. Acesso em: 18/08/2015.

NETO, Pedro Fernandes. A faixa de fronteira internacional norte do Brasil: uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil) / santa elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil) / Lethen (Guiana). **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo – 20 a 26 de março de 2005.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. Segurança Humana: avanços e desafios na política internacional. **Biblioteca Digital da UNICAMP**. Disponível em: <<http://www.biblioteca digital.unicamp.br/document/?code=000789626>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

RORAIMA. **Plano de Integração da Faixa de Fronteira**. Casa Cvil. SEPLAN. 2012. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B5BeIYgngIvILWZ6OFFpNjhTODQ/preview>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

SANTOS. Gleice Aguiar dos. Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras. **Revista Movimentação**. Vol. 2, n. 1, pp. 50-61, 2015.

SENHORAS, Elói Martins, (2013). **Dimensões da guerra Cibernética**. Disponível em: <<http://works.bepress.com/eloi/#articles-in-journals-or-magazines-artigos-em-jor>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SILVA. Caroline Cordeiro Viana. Narcotráfico securitizado: Operação Ágata 5. **Conjuntura global**, Curitiba, Vol. 1, n. 2, out./Dez. 2012, pag. 37-40.

TANNO, Grace. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, junho 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2016.

VASCONCELOS FILHO, Sebastião Lopes de. **Sistema integrado de monitoramento de fronteiras (SISFRON): uma contribuição para a segurança nacional** / Coronel Sebastião Lopes de Vasconcelos Filho. - Rio de Janeiro: ESG, 2014. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2014/VASCONCELOSFILHO.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

VIANA. Ana Carolina; QUEIROZ. Olendina Bonet de. Relações Bilaterais entre Brasil e Venezuela através dos Estados de Roraima e Bolívar. **Revista Textos & Debates**, n. 21 p. 7-22, jan. /jun. 2012.

VILLA, Rafael Duarte. A segurança global multidimensional. **Lua Nova**, São Paulo, n. 46, p. 99-118, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 mar. 2016.

*José Victor Dornelles Mattioni**
*Américo Alves de Lyra Júnior***
*Ricardo Salvador de Toma ****
*David Dantas Targino *****

ARTIGO

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO IMPÉRIO DO BRASIL: A ABERTURA DO RIO AMAZONAS À NAVEGAÇÃO INTERNACIONAL

Introdução

Visando os estudos sobre a região Amazônica durante o regime Imperial (1822-1889), esta pesquisa teve origem a partir do sub-projeto, vinculado ao projeto “História das Relações Internacionais na Pan-Amazônia”, sob a orientação do Professor Dr. Américo Alves de Lyra Junior e, posteriormente aprofundada com a pesquisa “História das Relações Internacionais do Império do Brasil (1860-1880): análises dos Pareceres do Conselho de Estado sobre Política Externa Amazônia sobre a Abertura Comercial do Rio Amazonas.” (MATTIONI, 2015).

Como os debates acerca da navegação na Amazônia eram comuns à época, a exemplos de viajantes a mando de Estados Nacionais (MICHELENA Y ROSAS, 1867; MAURY, 1853), a abertura comercial do rio Amazonas era vista como estratégica para o Império do Brasil, uma vez que o país e os seus vizinhos tinham interesse na região, como a passagem de navios de comércio estrangeiros entre os países que estão localizados na bacia amazônica, como o Perú, que reconhecia a abertura como estratégica para conseguir uma aproximação com a Europa, conforme descreve Mariano Soldan (1877, p.23) “No dudamos que algun dia el Amazonas será el vehículo de nuestra comunicacion com Europa”. As razões para este interesse estão no tempo para a travessia da Costa Oeste para a Costa Leste do continente americano, uma vez que o Canal do Panamá ainda não existia, conforme nos afirma Gonçalves.

* Acadêmico do curso de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Victor_mattioni@hotmail.com

** Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima. americodelyra@uol.com.br

*** Acadêmico do curso de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. De_toma7@hotmail.com

**** Acadêmico do curso de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Davidhistoriauf@hotmail.com

Na primeira metade do século XIX, o acesso ao Oriente peruano era muito demorado, quando não difícil, sendo que o envio de mercadorias para esta região sofria grande demora. E isto porque todas as encomendas destinadas ao Peru chegavam ao porto de Callao pela rota do Cabo Horn, ao sul da Argentina ou pelo Istmo do Panamá, com transbordo ao Oceano Pacífico (GONÇALVES, 2009, p.04).

Sobre o recorte temporal, justificamos os nossos estudos a partir da década de 1850 devido as estratégias adotadas pelo Império do Brasil, com base em consultas ao Conselho de Estado, sobre o contexto político e econômico mundial acerca da Amazônia, como a emancipação do Rio Negro (Amazonas), tornando-se uma província do Império – já visando à defesa do território mediante questões políticas nos Estados Unidos, como lembra Amado Cervo (2002, p.102), e a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas pelo Barão de Mauá (CALDEIRA, 1995). Um dos motivos da atenção brasileira deu-se em virtude do expansionismo econômico estadunidense, o qual acompanhava a ideologia de um novo colonialismo. Soma-se a isto, a possibilidade do envio de ex-escravos negros dos EUA para a Amazônia (CERVO, 2012).

Uma das razões que encontramos para a acentuação dos debates sobre a abertura do rio Amazonas à navegação internacional na década de 1850, encontram-se nos debates nacionais e internacionais sobre o assunto. Neste período havia uma pressão por parte dos países ribeirinhos para a navegabilidade dos rios no Brasil, enquanto o Brasil adotava uma postura de isolamento, reconhecendo as dificuldades e pressões destes países e das grandes potências, como os Estados Unidos. A escolha pelo isolamento também era criticada por parlamentares brasileiros, como Tavares Bastos. (BASTOS, 1937; MATTIONI, 2015). Além destes motivos, precisamos citar a expansão do modelo capitalista com a busca por novos mercados consumidores, assim como as melhorias na área tecnológica como a navegação a vapor (HOBSBAWM, 2009).

História das relações internacionais e o pensamento realista

Ao definirmos que os nossos objetos de estudo se concentram principalmente em uma elite intelectual próxima a D. Pedro II, que possuía uma formação e, consequentemente uma percepção eurocêntrica sobre política externa, nos dedicamos a realizar, no âmbito das relações internacionais, o que se entende por uma corrente realista, onde o Estado é o principal ator nas ações.

De acordo com Schema (2012), existem nas Relações Internacionais três correntes de pensamento: o Realista, o Liberal e o Construtivista. Destas três frentes, nos dedicamos a corrente Realista para enfrentar os questionamentos sobre o(s) modelo(s) de governo adotado pelo Império do Brasil. Originada durante o século XX, marcados por grandes conflitos como a Primeira e Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, esta corrente tem o Estado como principal ator das Relações Internacionais e reflete na Guerra como um ato presente nas disputas entre os países pelo exercício do poder, dissimulando o modo de estudar fronteira.

Nessa linha de pensamento, teria duas funções primordiais: uma de âmbito interno (garantir a paz dentro de suas fronteiras) e uma de âmbito externo (garantir a segurança frente a possíveis ameaças externas – ou seja, garantir sua sobrevivência). Para os realistas, o Estado é o ator central das Relações Internacionais, como vimos (SCHEMA, 2012, p.111).

Sobre a “História das Relações Internacionais, a sua origem está na França a partir da década de 1950, onde emergiam novas inquietações para as Relações Internacionais após a Primeira e Segunda Guerra Mundial. Diante deste contexto acadêmico, Pierre Renouvin (1893-1974), juntamente com outros pesquisadores em Relações Internacionais “frustrados” elaboram um novo conceito para o campo das Relações Internacionais, em especial, ao rompimento com a História Diplomática. Surge a escola francesa de Relações Internacionais.

Entre 1953 e 1958, Renouvin e um grupo desenvolveram, em oito volumes, obras sobre *Histoire des relations internationales*. Eles foram motivados pela insatisfação com as interpretações vigentes sobre as razões das guerras, da paz e das paixões que haviam alimentado século tão turbulento na Europa, como o século XX. (...) O primeiro volume foi publicado em 1953. Na introdução, Renouvin estabeleceu as regras do jogo. Não se trataria de escolher a priori uma corrente de interpretação histórica e torna-la aplicável à evolução das relações internacionais. Muito ao contrário, tratar-se ia de construir uma nova leitura das relações entre os povos segundo os próprios problemas da vida internacional. (SARAIVA, 2008, p.10).

Sobre a relação entre História e Relações Internacionais, Duroselle (2000) destaca a necessidade dois campos do conhecimento estarem próximos, proporcionando uma melhor análise do nosso objeto de estudo.

Dentre os esforços dispensados para chegar a uma ciência das relações internacionais, algumas pessoas acreditam que a história é de pouca importância e que os modelos abstratos podem ser a ela incorporados ou mesmo substituí-la. Por exemplo, partindo de um método matemático, a “teoria dos jogos”. (...) Visto como diver-

são para diplomatas, como exercício útil, o “jogo diplomático” é justificável. Porém se, da maneira como se desenrola o jogo, crê-se poder criar seja regras, seja alguma visão do futuro, então se cai na pura imaginação. (...) Além disso, os construtores de modelos artificiais são incapazes de fazer outra coisa além de utilizar, consciente ou ilicitamente, dados que conhecem porque estes foram fornecidos pela “história” (DUROSELLE, 2000, pp. 21, 23).

Além disto, Saraiva (2008, p. 03) aponta a importância da História para desmitificar e romper com “pensamentos tradicionais” presentes nas Relações Internacionais, como a História Diplomática .

Os autores pretendem superar o falso embate entre teóricos e historiadores das relações internacionais. Criticam as posições entrincheiradas em divergências acerca do método. Combatem posições como a de teóricos que perdem tempo confundindo a história das relações internacionais com a superada história diplomática. (...) Por um lado, inexistente teoria consistente nas relações internacionais se ela não apresenta uma boa sustentação histórica. (SARAIVA, 2008, pp. 04,05).

Subentende-se até então, que Saraiva observa a importância da interdisciplinaridade entre os dois campos para um trabalho crítico em uma subárea das Relações Internacionais. “A história não quer (e não pode) ficar de fora.” (SARAIVA 2008, p.04).

Um dos pioneiros da Escola Francesa e aluno de Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle realiza uma crítica aos teóricos das Relações Internacionais, como Waltz (1979), Rosenau (1971), Galtung e Elgers (1975), que desconsideram a História para os estudos e embasamento nas Relações Internacionais. Duroselle, assim como os seguidores da escola Francesa romperam com a somente análise de documentos por uma área denominada “História Diplomática”.

Ao definirmos que os nossos objetos de estudo concentram-se principalmente em uma elite intelectual próxima a D. Pedro II, que possuía uma formação e, consequentemente uma percepção eurocêntrica sobre política externa, nos dedicamos a realizar, no âmbito das relações internacionais, o que se entende por uma corrente realista, onde o Estado é o principal ator nas ações.

A política externa a partir do conselho de estado

Dos órgãos brasileiros, o nosso principal destaque para a realização deste estudo está sobre o Conselho de Estado, observado por Joaquim Nabuco como o cérebro da Monarquia (CARVALHO, 1988). Entende-se que todo governante necessita de homens de confiança para conduzir sua administração. Com Império do Brasil isto

não foi diferente. A necessidade de ser criado um grupo indicado pelo Imperador surge, nas palavras de Visconde do Uruguai (2002, p. 240).

antes de proclamada a nossa Independência, e, portanto, antes de proclamada a Constituição, reconheceu o sr. D. Pedro I, então príncipe regente, a necessidade de rodear-se de uma corporação que o auxiliasse com seus conselhos e desse maior força moral aos seus atos.

Para a formação de um Conselho, fazia-se necessário que uma elite- de certa forma cooptada - estivesse auxiliando as medidas adotadas pelo Imperador, mesmo que a análise do Conselho fosse diferente da apreciação do Imperador, assim como a não obrigatoriedade de convocação dos conselheiros para debater assuntos do interesse do governo. Mas, percebe-se que o cenário político implicava na necessidade da criação de um Conselho de Estado. Uruguai escreve isto baseado nos Conselhos de Estado na França, na Espanha, em Portugal e no Conselho privado da Inglaterra. Ou seja, países que compunham uma Monarquia. (URUGUAI, 1862).

Para isto, a Constituição do Império é clara ao abordar no capítulo VII os artigos 137 a 144, sobre o Conselho de Estado e a escolha dos seus membros a qual “(...) eram escolhidos a dedo pelo Imperador, quase sempre depois de longo aprendizado que incluía a passagem por vários postos da administração e da representação política.” (CARVALHO, 1988, p.107).

Para Visconde do Uruguai (1862, p.209)

O Conselho de Estado, em geral, é uma corporação composta de homens eminentes collocados junto ao governo, para aconselhar, e cujas attribuições têm variado segundo os tempos e as circunstâncias políticas. Não há um só typo para esta instituição. Depende da organização, côr, attribuições, e desenvolvimento que a Constituição, e muitas vezes só as leis ordinárias lhe dão.

O Conselho de Estado tem atribuições ou incumbências de ordens diferentes, por isso mesmo que deve dar seu parecer ou consulta sobre todos os assuntos em que o imperador quiser ouvi-lo, e mesmo preparar trabalhos ou resolver questões, conforme a matéria que lhe for cometida.

Com relação a navegação no rio Amazonas, a primeira atuação importante do Conselho de Estado que encontramos consta na Ata de 17 de janeiro de 1854, sobre a navegação do Amazonas, sendo considerado o trabalho mais completo e interessante que se fez, no Império, sobre a questão, segundo José Murilo de Carvalho.

O documento mais notável no que se refere à preocupação com a soberania é um parecer da seção dos Negócios Estrangeiros sobre a abertura do Amazonas, redigido por Uruguai em 1854. Nele ao mesmo tempo em que insiste na necessidade de aderir às normas internacionais que regiam a navegação fluvial, o relator percebe com clareza os perigos que a medida poderia acarretar, principalmente em face do expansionismo americano, que acabara de incorporar boa parte do território mexicano, e sugere medidas preventivas. (CARVALHO, 1988, p. 125).

Carvalho, ao citar a análise do parecer Visconde do Uruguai sobre este tema, descreve a preocupação dos membros do Conselho com a integridade do Império do Brasil devido ao cenário político internacional, principalmente na América, onde os Estados Unidos consolidavam a sua hegemonia e pretendiam promover ações na Amazônia, território do Império do Brasil.

Diplomatas e estadistas brasileiros, como o próprio Imperador Pedro II, teriam percebido os interesses da política externa norte-americana e, por isso mesmo, trabalharam no sentido de impedir a navegação internacional do Amazonas sem uma legislação vigente de proteção dos limites territoriais e rios que compõe a bacia hidrográfica amazônica no Brasil, como o rio Madeira e o rio Amazonas. Não foi sem propósito que representantes dos Estados Unidos almejavam indispor Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela ao Brasil. Algo que terminou sem êxito para os Estados Unidos.

Uma breve revisão bibliográfica. Autores brasileiros.

Acerca da navegação internacional no Rio Amazonas, encontramos até o momento poucas referências por parte da historiografia brasileira. Dentre os autores que encontramos, Paulo Palm (2002) faz uma análise sobre a abertura comercial do rio Amazonas à navegação internacional a partir das ações do Parlamento brasileiro, enquanto o Conselho de Estado é brevemente citado. Lyra Junior (2012) faz uma análise do parecer de 1861 entre Brasil e Perú, a partir da política externa brasileira. Amado Cervo (2002)

Ronaldo Pereira Gonçalves (2009) nos apresenta as relações entre Brasil e Perú entre 1822 a 1866, quando houve debates sobre as delimitações de fronteira, bem como a navegação em águas sob o domínio brasileiro, até 1867, com o rompimento diplomático possuindo, como um dos motivos, a invasão do Brasil no Uruguai em 1864. Com leituras sobre o Conselho de Estado e a Secretaria de Negócios Estrangeiros, temos por base as obras de Gabler (2013) e Sá Netto (2013), que apresentam um histórico desta secretaria no âmbito da política externa do Brasil.

Considerações finais

Este breve artigo propôs apresentar para Academia uma perspectiva da Amazônia a partir das relações diplomáticas de um Estados nacional recém-independente e os seus respectivos interesses e estratégias sobre a região. Embora estivesse sob domínio da província do Grão-Pará, área então recém-anexada ao Império do Brasil, a Amazônia estava nos assuntos de uma parte das elites brasileiras e, portanto, o Estado brasileiro buscava manter diálogos com os demais países com os quais estavam em suas fronteiras, demonstrando. Além disto, somam-se as preocupações com as observações das grandes potências militares e econômicas, à época, para a ocupação e exploração desta área na América do Sul.

Ao estudarmos sobre a percepção e preocupação do Brasil sobre a Amazônia, encontramos vários exemplos acerca da ideia defendida para a proteção da região em momentos esparsos no tempo, como a construção de fortes na região durante o período pombalino, quando a região passou a ser posse da Coroa Portuguesa com a assinatura do Tratado de Madri (1750), atravessando os ciclos da Borracha entre o Império e a República, assim como os projetos de segurança dos governos militares que se sucederam em países que comungam a Amazônia.

A compreensão desse tema tem importância para a subárea de História das Relações Internacionais no tocante às ideias da política externa brasileira por investigar um objeto pouco trabalhado nos principais centros de pesquisas nacionais e, quando pesquisado, dar-se ênfase ao Parlamento Brasileiro (PALM, 2009), enquanto o Conselho de Estado é brevemente citado nestas pesquisas. Além de compreender as consequências destas ações nesta região para estudos, questões sociais e políticas.

Portanto, precisamos tornar à luz que a Amazônia estava presente, embora para momentos de preocupação a soberania do território, nos debates das elites políticas do Rio de Janeiro, em especial ao Conselho de Estado. Além disto, precisamos enfatizar que este assunto não deve ser apresentado aos estudos de História das Relações Internacionais do Brasil somente no âmbito regional da Amazônia, mas sim, como parte da história da política externa brasileira e sua preocupação com as razões de Estado do Império do Brasil.

Referências bibliográficas

BASTOS, A. C. Tavares. **O Valle do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscais do valle do Amazonas.** 2ª edição. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Campanha Editora Nacional, 1937.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: a política imperial. São Paulo: Vértice. Editora dos Tribunais**. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1988. 196 p.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado. 2000.

GONÇALVES, Ronaldo Pereira. **Brasil e Peru no século XIX: uma história pouco amistosa**. In: Revista Faz Ciência, v.11, nº13 Jan/Jun. 2009. Pp 55-78.

GABLER, L. **A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a consolidação das relações exteriores no Brasil (1823-1891)**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do Capital, 1848-1857**. 15ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LYRA JÚNIOR, A. A. **Fronteiras Amazônicas e Política Externa do Brasil no Império: a República do Peru no Parecer do Conselho de Estado de 1861**. In: LIMA, M. C.; BOTIA, C. G. Z.; LYRA JUNIOR, A. A. (Org.). Governabilidade e Fronteira: os desafios amazônicos. 1ed. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. p. 253-270.

MATTIONI, José Victor Dornelles. **História das Relações Internacionais do Império do Brasil (1850-1860): O Conselho de Estado e o Parecer de 1865 sobre a Abertura Comercial do Rio Amazonas à navegação internacional**. Monografia.

MAURY, Matthew Fontaine. **The Amazon and the Atlantic Slopes of South America**. Washington. Publicado por Franck Taylor. 1853. Disponível em <<https://archive.org/stream/amazonatlanticsl00maur#page/n7/mode/2up/search/open+the+amazon>>.

PALM, Paulo Roberto. **A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro**. Ed. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília. 2009.

RODRIGUES, José Honório. **Atas do Conselho de Estado**. Brasília: Senado Federal, 1973-1978.

ROJAS, F. Michelena y. **Exploracion Oficial**. Bruxelas. 1867.

SÁ NETTO, R. De. **O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891)**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra (organizador). **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHEMA, Márcio Augusto. **As fronteiras nas relações internacionais** In: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Vol. 1, N°1. 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/viewArticle/2075>> acesso em 06 de maio de 2016.

SOLDAN, Mariano Felipe Paz. **Diccionario Geográfico Estadístico del Perú**. Lima. Imprenta del Estado, calle de la rifa n°58, 1877. 1077 p.

URUGUAI, Visconde do. **Ensaio sobre o direito administrativo**. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1862. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/OR/11379/pdf/11379.pdf>>.

ARTIGO

**POLÍTICAS FRONTEIRIÇAS BILATERAIS BRASIL-
VENEZUELA: A SITUAÇÃO DO ACORDO NON-
AEDIFICANDINAS CIDADES-GÊMEAS DE PACARAIMA
(RORAIMA-BR) E SANTA ELENA DE UAIRÉN (BOLÍVAR-VE)**

Introducción

Brasil y Venezuela son países que durante mucho tiempo han sido vecinos desconocidos. En sentido general, para el venezolano Brasil era un país de fútbol y carnaval mientras que para el brasileño Venezuela era el país de petróleo, misses¹ y béisbol, en otras palabras, existía un gran desconocimiento de cada pueblo con respecto al otro.

Ambas naciones comparten una frontera de más de 2000 kilómetros en un área predominantemente “virgen” aunque sí con una importante presencia de pueblos indígenas, varios de ellos que traspasan el límite fronterizo de forma libre, como lo han venido haciendo con seguridad desde épocas precolombinas; de estos grupos podríamos citar a los yanomamis y los pemones. De cualquier modo, la frontera común es periférica a los centros de poder de cada nación.

Sin embargo, hubo un hecho a finales de los años 80 del siglo XX que obligó a que los dos países prestasen una especial atención a esta área y se debió a la incursión de mineros ilegales brasileiros en la selva amazónico-guayanesa donde comparten fronteras. Estuvo acompañada en sus peores momentos por el asesinato de indígenas yanomamis en territorio venezolano por parte de nacionales de Brasil. Esta situación lejos de enfrentar a los gobiernos sirvió para dar inicio a una relación cercana

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) do Brasil. Licenciado em Administração com menção em Comercio Internacional pela Universidad Marítima del Caribe (UMC) e Técnico Superior Universitário em Comercio Exterior e Administração Aduaneira pela Universidad Simón Bolívar (USB) da Venezuela.

** Professor Adjunto e coordenador na UFRR (Universidade Federal de Roraima) do curso de Relações Internacionais e Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP (Pontificia Universidade Católica de São Paulo) com ênfase em Relações Internacionais.

¹ Se hace referencia al concurso de belleza femenino nacional Miss Venezuela que ha servido de plataforma para conseguir numerosos premios internacionales.

de cooperación para tomar medidas y enfrentar el flagelo que llevaban a cabo los denominados garimpeiros (ZURITA, 1993).

Una de estas medidas que surgió fue la firma del acuerdo non-aedificandi que contemplaba una franja de 30 metros a cada lado del límite fronterizo donde ninguno de los dos países podría hacer actividades ni obras, esto con la finalidad de conservar visible el límite internacional y que cada país tuviese la certeza hasta donde llegaba su jurisdicción para enfrentar el fenómeno garimpeiro, asimismo, para limitar el crecimiento descontrolado de Pacaraima que podría comenzar a invadir espacios de Venezuela por su cercanía al límite.

En la década del 90 del siglo XX comenzó la intención política enfocada no solo en la cooperación sino en la integración de dos países que habían estado de espaldas uno de otro, así, los presidentes Cardoso de Brasil y Caldera de Venezuela inaugurarían la carretera asfaltada que conectarían a Venezuela y Brasil vía terrestre, asimismo, se firmaría un convenio por el cual Venezuela abastecería de electricidad a la ciudad de Boa Vista, al norte de Brasil. (ROTTA, 1998).

A inicios del siglo XXI se inició la presidencia de más de tres quinquenios de Hugo Chávez en Venezuela y pocos años más tarde llegaría al poder Luiz Ignácio Lula da Silva en Brasil, ambos ideológicamente cercanos, quienes revitalizaron aún más las relaciones brasilero-venezolanas con numerosos convenios y contratos de empresas brasileras para operar en Venezuela, caso emblemático fue la construcción del segundo puente sobre el río Orinoco por la brasilera Odebrecht, pero más relevante aún fue el ingreso de Venezuela al Mercosur abandonando la Comunidad Andina de Naciones.

En este orden de ideas, el presente artículo busca realizar un análisis comparativo actualizado de las políticas fronterizas de cada país, evaluar su impacto y oportunidades, tanto para las personas como para los Estados, poniendo especial atención al acuerdo non-aedificandi entre las ciudades de Santa Elena de Uairén y Pacaraima.

El límite fronterizo entre Brasil y Venezuela

El límite fronterizo entre Brasil y Venezuela se estableció a través del “Tratado de límites y navegación fluvial entre Venezuela y el Brasil²” del 5 de mayo de 1859, aún vigente y que establece el límite internacional actual entre ambos países, grosso modo consistió en establecer la frontera a través del *divortium aquarum* de cuencas hi-

² Disponible em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-br/file/Fronteiras/Venezuela/4_1%20-%20Tratado%20de%20Limites.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

drográficas de modo tal que la cuenca del río Amazonas le quedaría p³erteneciendo a Brasil (excepto una porción del alto río Negro, afluente del río Amazonas) y la de los ríos Orinoco y el Esequibo a Venezuela; de este modo, el límite internacional de ambos países quedó establecido por la cumbre de las montañas que separan las cuencas.

Aunque existieron una serie de tratados previos desde la tardía época medieval y la temprana colonial entre España y Portugal que afectarían a los posteriores estados independientes de Brasil y Venezuela (ver Tabla 1), es con el tratado de 1859 que se establece de forma definitiva un acuerdo fronterizo entre ambas naciones. Es importante tener en consideración que Brasil en este tratado le reconoce a Venezuela la cuenca de río Esequibo de la cual gran parte de ella se encuentra en disputa entre Venezuela y Guyana sujeto al Acuerdo de Ginebra de 1966 (ONU, 1967).

Tabla 1: Tratados entre España y Portugal antes de la creación de la Capitanía General de Venezuela el 8 de septiembre de 1777

| |
|---|
| 1.Tratado de las Alcçovos (4 de septiembre de 1497) |
| 2.Primer Bula “Inter Caetera” del Pontífice Alejandro VI (Roma, 3 de mayo de 1493) |
| 3.Segunda Bula “Inter Caetera” del Pontífice Alejandro VI (Roma, 4 de mayo de 1493) |
| 4.Tratado de Tordesillas (7 de junio de 1494) |
| 5.Tratado de Límites (13 de enero de 1750) |
| 6.Tratado de Instruções dos Comissários da Parte do Norte (Aranjuez, 24 de junio de 1752) |
| 7.Instrucciones Secretas del Rey de Portugal para sus comisarios en la Demarcación de las áreas de Río Negro, Río Yapurá y Río Yavarí |
| 8.Tratado del 12 de febrero de 1761 o de “Vuelta a Tordesillas” |
| 9.Tratado de Límites Hispano-Portugués (Tratado de San Ildenfonso) del 1º de octubre de 1777. |

Fuente: elaboración propia en base a BARANDIARÁN (1994)

En este sentido, Brasil y Venezuela a lo largo del tiempo se han interesado en llevar a cabo los procesos de demarcación y densificación fronteriza con la finalidad de establecer el confín exacto de cada país. Sin embargo, las características físico-geográficas así como la gran longitud del límite fronterizo no han hecho fácil esta tarea, aún inconclusa, y quizás interminable.

De los hitos fronterizos densificados hay algunos separados por más de 100 km uno de otro (ZURITA, 1995, p. 16), de difícil ubicación en el agreste medio ambiente físico y cuya medición lineal entre ambos debe ser tomada como provisoria y sujeta a rectificaciones en virtud de que no se ajusta al verdadero límite natural y

³ Expresión latina para “divisoria de aguas”.

jurídico por la cima de las montañas que rara vez –por no decir directamente nunca– son líneas rectas entre dos puntos⁴.

Guayana: una “gran isla” donde confluyen cinco (5) países

Un elemento relevante es la ubicación de la frontera entre Brasil y Venezuela en un área cuya regionalización geográfica afronta dificultades de criterios. Para el imaginario venezolano está en Guayana mientras que para brasileño está en su *Ama-zônia Legal*. Ambos criterios son válidos pero presentan ciertas sutilezas que vale la pena repasar.

En sentido general, se puede afirmar que Guayana es un área geográfica localizada a noreste de América del Sur que en tiempos de la exploración de europeos en el Nuevo Mundo visualizaron como una “gran isla”, en efecto, una gran isla rodeada por una parte de agua dulce y por otra de agua salada.

Así tenemos que, Guayana, etimológicamente se ha llegado a la convención de que es una voz indígena que significa “tierra de muchas aguas”, no hay plena certeza al respecto y existen otras teorías sobre otros posibles significados esa palabra, sin embargo, esa significación es la que recibe mayor aceptación y se enmarca perfectamente en el ámbito espacial donde se localiza por la presencia de numerosos ríos (CRUZ e HULSMAN, 2014, p. 11-13)

Desde otras consideraciones encontramos que geográficamente es vista como una “gran isla” enmarcada entre el océano Atlántico y los ríos Orinoco, Negro y Amazonas; geológicamente representa la formación más antigua del planeta y donde abundan numerosos minerales como oro, diamantes, elementos raros, entre otros; políticamente confluyen en ella cinco (5) países: el norte de Brasil (antigua Guayana portuguesa), el sur de Venezuela (antigua Guyayana española) y la totalidad de Guyana (antigua Guayana inglesa), Surinam (antigua Guayana holandesa) y Guayana Francesa (dependencia de Francia como “Departamento de Ultramar”); etnológicamente, se destaca la presencia de numerosos pueblos indígenas; ecológicamente, junto a (o “dentro de”) la gran región amazónica, es un importante área de diversidad natural y abundante agua dulce; históricamente, un importante área de lucha por su dominio de la mano de los grandes imperios marítimos desde la llegada del

⁴ El capitán de navío Pablo Emilio Cohén Celis, en conversación sostenida el 27 de agosto de 2013, por simple ejercicio de lógica, ilustró que el número oficial de kilómetros del límite fronterizo común entre Brasil y Venezuela debe ser tomado como “temporal” debido a que los actuales cálculos se basan en mediciones de hito a hito, separados a decenas de kilómetros, según los puntos de coordenadas generando líneas rectas. Entendiendo que la verdadera frontera delineada por una cordillera es difícilmente lineal, al momento de localizar con más detalle el trazado de las cumbres montañosas, quedarán de lado las mediciones rectas actuales.

navegante genovés Cristóbal Colón a la Tierra de Gracia hasta el siglo XIX y XX (CRUZ e HULSMAN, 2014, p. 13-16).

Figura 1: Representación de Guayana como “Gran Isla” entre los ríos Amazonas Negro y Orinoco. En ella confluyen cinco países (de este a oeste): el norte de Brasil, Guayana Francesa (Francia), Surinam, Guayana y el suroeste de Venezuela



Fuente: Croquis base de Pompeyo Torrealba con modificaciones del autor

Por otra parte, en Brasil a la misma área la entienden como parte de la selva amazónica, sin embargo, esto puede resultar insatisfactorio porque gran parte de esta selva está fuera de la cuenca del río Amazonas, como lo está la selva presente en las cuencas de los ríos Orinoco y Esequibo, por ejemplo. Podría denominarse como “la continuación” de la selva amazónica a través de otras cuencas hidrográficas pero, de cualquier modo, sea con un criterio “incluyente” (una misma selva en varias cuencas hidrográficas) o “excluyente” (varias selvas según la cuenca hidrográfica) puede resultar conveniente un término que incorpore ambas denominaciones: selva amazónica-guayanesa, para los fines que se persiguen en este trabajo.

*La inversión garimpeira*⁵

Como se ha mencionado, las relaciones fronterizas entre Venezuela y Brasil han sido relativamente “distantes e incipientes”. “Distantes” porque los centros de poder de ambos países distan entre sí miles de kilómetros e “incipientes” porque la frontera común es un área geográfica con poca densidad poblacional para ambas naciones y con características naturales especiales, además, su interconexión vial es relativamente reciente lo que había contribuido antes a que ambos pueblos de habla española y portuguesa se mantuvieran relativamente aislados. Pero por añadidura, no se puede dejar así de mencionar la presencia indígena que se encuentra en la región desde cientos o hasta miles de años antes de la era del “encuentro” y de la creación de los Estados nacionales recientes; efectivamente los pueblos originarios presentes en la región han terminado “compartidos” entre las fronteras de los países nacionales que son de más reciente creación.

Igualmente, el tratado fronterizo de ambos países han incentivado relaciones de cordialidad entre los organismos de Estado respectivos ya sea en materia de demarcación, rectificaciones de límite fronterizo, cooperación militar o tratamiento a los pueblos indígenas, entre otras. Sin embargo, no puede dejar de mencionarse la problemática de los mineros ilegales originarios de Brasil que han irrumpido en las fronteras venezolanas, especialmente a finales del siglo XX, específicamente a partir de 1989.

Las referencias de los mineros ilegales brasileños continúan en Guayana continúan manifestándose durante las décadas de los 70 y los 80. En este periodo, varios estudios calificados refieren como en la franja colindante con el Estado Bolívar se encontraban los pueblos de Uaicas, Surucucú, Suapi, Sierra do Sol y Vila Pacaraima, esta última localizada a metros e la divisoria Venezolano-Brasileña. En todos estos centros existían instalaciones de las Fuerzas Armadas del Brasil y habitaban mineros. (ZURITA, 1993, p.19).

Continúa exponiendo lo siguiente:

Teniendo en cuenta esta situación, la diplomacia venezolana logró, el 17 de mayo de 1988, que los gobiernos de la República de Venezuela y la República Federativa del Brasil sus-

⁵ En Venezuela se les denomina “garimpeiros” a los mineros ilegales provenientes de Brasil, así “Las tradicionalmente pacíficas y distantes relaciones entre Venezuela y Brasil se vieron drásticamente alteradas a partir del mes de abril de 1989... Muy pronto, el vocablo ‘garimpeiro’ se incorporó al lenguaje común venezolano y comenzó a ser asociado con la violación de la soberanía nacional...” (ZURITA. 1993, p. 13). En este orden de ideas, también tuvo lugar el rodaje de la película venezolana “Garimpeiros” producida por José Novoa en 1999, ganadora de algunos premios internacionales, cuyo argumento se enfocó en gran medida en el problema de mineros ilegales brasileños en territorio venezolano.

cribieran un acuerdo en el cual convenían en establecer una zona “non Aedificandi”, de características especiales, a lo largo de la divisoria entre las dos naciones: “Dicha zona tendrá una extensión de treinta (30) metros de ancho de cada lado de la línea fronteriza , donde no se podrán realizarse ningún tipo de actividad ni obras”. (ZURITA, 1993, p.19)

Teniendo en cuenta esta situación, la diplomacia venezolana logró, el 17 de mayo de 1988, que los gobiernos de la República de Venezuela y la República Federativa del Brasil suscribieran un acuerdo en el cual convenían en establecer una zona “non Aedificandi”, de características especiales, a lo largo de la divisoria entre las dos naciones: “Dicha zona tendrá una extensión de treinta (30) metros de ancho de cada lado de la línea fronteriza , donde no se podrán realizarse ningún tipo de actividad ni obras”. (ZURITA, 1993, p.19).

Imagen 1: Cráneo de indígena yanomami producto de la matanza garimpeira de 1993.



Fuente: ALERTA (1993).

El acuerdo non-aedificandi

El “Acuerdo para el establecimiento de una zona non-aedificandi entre la frontera de Brasil y Venezuela” (ONU, 1996) del 17 de mayo de 1988, que estableció a lo largo de toda esa frontera binacional una franja de 30 metros a ambos lados de límite donde ninguno de los dos países puede hacer construcciones o actividades con el fin de mantener inteligible la soberanía de ambos Estados.

Las motivaciones del texto del tratado hacen mención a la necesidad de mantener el límite fronterizo visible, aunque como se abordó en el apartado previo, gran parte de su implementación se debió a la acción garimpeira y al crecimiento desordenado de la ranchería del pueblo de Pacaraima.

Este acuerdo, sin embargo, abarca toda la frontera entre Brasil y Venezuela, es decir, excluyendo el área en litigio con Guyana conocida como Guayana Esequiba, se cuentan 2199 km desde la piedra del Cucuy hasta el monte Roraima. Teniendo en cuenta que la franja de 30 metros del acuerdo non-aedificandi se extiende a ambos lados del límite fronterizo, el área total es de poco más de 130 km².

La potencial violación del tratado por parte de Brasil puede deberse en que en gran medida el tratado es poco conocido, no solo en el ámbito brasilero sino también en el venezolano. El autor quien ha conversado con varias personas tanto en Venezuela como en Brasil se ha percatado que la mayoría de las personas desconocen el mismo o, de conocerlo, solo lo manejan de forma superficial con conocimientos vagos.

Imagen 2: Frontera Brasil-Venezuela (no incluye el área en disputa del Esequibo)



Fuente: Itamaratí (no incluye el área en disputa del Esequibo)

Sin embargo, a pesar de esto, en la ciudad de Pacaraima se aprecia claramente que se le está haciendo caso omiso a este convenio internacional en virtud de que tiene construcciones y actividades junto a los hitos, y más grave aún, incluso utilizan territorio venezolano para acortar camino y se sospecha de que se han movido los hitos de frontera que se encuentran en el patio de un exgobernador del estado de Roraima.

Foto 1: Pacaraima



Fuente: autores (noviembre de 2016)

Acciones y acuerdos unilaterales, bilaterales y multilaterales

Cuando se firmó el tratado Non-Aedificandi en 1988 no existía la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR), Venezuela era parte de la Comunidad Andina de Naciones (CAN) en lugar del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) como lo es actualmente junto a Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay, la constitución de Venezuela cambió en 1999 agregando nuevos elementos relacionados a los temas de soberanía, integración y fronteras. Igualmente, en este período de tiempo Brasil ha experimentado un notable crecimiento industrial y económico y ha puesto mayor atención a sus vecinos para intensificar lazos económicos y comerciales.

Tampoco habían sido creados los proyectos de los Ejes de Integración y Desarrollo (EIDs) de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) incorporada a la también recientemente creada Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) e impulsados por la Corporación Andina de Fomento (CAF) y otros bancos de desarrollo. Adicionalmente, los factores “ecología” y “medio ambiente” cobran cada día mayor importancia en el contexto internacional de lo que ocurría hace dos décadas atrás. En otras palabras, el Acuerdo non-aedificandi así como el resto de políticas implementadas en las fronteras se enfrentan a

nuevas circunstancias lo que obliga a estudiar si han quedado relegadas o si, por el contrario, mantienen su vigencia o cobran mayor importancia.

A esta situación de límites internacionales y de los procesos de integración debe sumársele la situación humana local, pues en el caso de Santa Elena de Uairén y Pacaraima se configura una “frontera viva” y dinámica, es decir, donde existen actividades humanas a ambos lados y de interrelación mutua. En el caso que nos ocupa, se destaca la presencia de pueblos indígenas, la problemática de mineros ilegales que invaden la selva en busca de oro y otros minerales, y la formación y crecimiento de establecimientos poblados estables.

Consideraciones finales

Brasil y Venezuela tienen una vecindad que con mucha certeza se va ir dinamizando a medida que pase el tiempo, antes estas dos naciones unidas por una extensa frontera pero a la vez separadas por una selva e intereses que apuntaban a Europa y Estado Unidos han cambiado para que ambas naciones se encuentren e impulsen relaciones económicas, sociales y culturales de mutuo interés.

Podría afirmarse, parafraseando a un diplomático brasileño, que ambos países ya no tienen ya problemas de fronteras sino de problemas en la frontera, es decir, el límite internacional está plenamente aceptado y las eventuales modificaciones mínimas en ese sentido obedecerán a criterios técnicos de por dónde en realidad se encuentra la divisoria de aguas, pero más allá de esto, los nuevos retos apuntan a cuestiones sociales y económicas en un área cada vez más activa y dinámica.

El esfuerzo iniciado con los presidentes Cardoso de Brasil y Caldera de Venezuela en la década del 90 del siglo XX con la inauguración de la única vía terrestre de comunicación que hasta hoy día persiste, la “BR-174” en el segmento brasileño o “Troncal 10” en el venezolano, o con la venta de electricidad venezolana a la ciudad de Boa Vista al en el norte de Brasil, darían inicio justamente a este acercamiento de dos países en aras de desarrollo, cooperación e intercambio que se ha mantenido a nivel político con los sucesores presidentes de cada país.

Las ventajas y oportunidades que se desprenden de este acercamiento han seguido avanzando en la intención política de la integración, así encontramos que hoy Venezuela se ha incorporado al Mercosur dejando atrás la Comunidad Andina de Naciones, abriendo una serie de oportunidades para la dinamización del intercambio comercial y los flujos fronterizos de mercaderías y personas.

En este orden de ideas, encontramos que las políticas fronterizas o aquellas sin serlo directamente terminan teniendo afectación fronteriza, deberían apuntar a la armonización y cooperación entre Brasil y Venezuela en materia de seguridad, tránsito, migración y circulación de personas. Avanzar en la densificación de la frontera, el acuerdo non-aedificandi, la lucha conjunta contra la devastación de mineros ilegales, la construcción de la carretera o del tendido eléctrico de mutuo acuerdo, son los ejemplos a seguir para lograr políticas y acciones integradas y de sano crecimiento.

En cuanto al acuerdo non-aedificandi y su pertinencia y vigencia en la actualidad, se considera que debe mantenerse para continuar con los postulados que motivaron su firma en la manutención de la claridad del límite fronterizo hasta donde cada país ejerce su soberanía. Santa Elena de Uairén dista de 15 km de la frontera, en donde se encuentra Pacaraima, por lo que esta separación de entre las ciudades puede ser aprovechada para que la creciente urbanización que experimentan no vaya a afectar la identificación del límite de frontera.

Adicionalmente, por motivos de topográficos y, por qué no, ecológicos, reviste especial importancia conservar y controlar la urbanización de estas ciudades ya que son terrenos que de fácil erosión que pueden derivar, como consecuencia que la acción humana que se destruya la divisoria de aguas y con ello la especificidad de donde llega el territorio de cada país.

Referencias bibliográficas

ALERTA: Garimpeiros en Venezuela (Parte 1). Produção Ana Vacarella, Radio Caracas Televisión (RCTV), 1993. Sonoro, colorido, em espanhol com um segmento em português. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9SEv8JwKMkM>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

BARANDIARÁN, D. **Brasil nació en Tordesillas**: historia de los límites entre Venezuela y Brasil - Primera Parte: 1494-1801. San Cristóbal: Universidad Católica del Táchira, 1994.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 172 p.

BIELSA, R. **Compendio de Derecho Público**: Constitucional, Administrativo y Fiscal. Tomo 1 Derecho Constitucional. Buenos Aires: Edit. [s.n.] 1952, 386 p.

BRASIL. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais / Departamento de Política e Estratégia. **Calha Norte, Programa**. Brasília 2009.

Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. **Seminário Fronteiras e Segurança Nacional: América do Sul, México e Estados Unidos**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2009. 213 p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-vana-rousseff/publicacoes/orgao-essenciais/gabinete-de-seguranca-institucional/secretaria-de-acompanhamento-de-estudos-institucionais/seminario-fronteiras-e-seguranca-nacional-america-do-sul-mexico-e-estado-unidos/@@download/file/Revisao_Fronteiras_NOV_2009.pdf> Acesso em: 24 jul. 2016

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005, 417 p. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDF.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

_____. Cópia dos tratados de limites. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites: Fronteira Brasil – Venezuela**. Disponível em: <<http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br/venezuela.xml>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRICEÑO, J. **Nuestras fronteras con Colombia**. Mérida, Acción Profesoral, 1982.

BURGARDT, V.H. V. **Embates políticos na fronteira setentrional do Brasil: a difícil digestão da Raposa Serra do Sol**. São Paulo: Paco Editorial, 2011. 212 p.

_____. **Nações e resistência ao sul do Orinoco: A construção política e imaginária do índio**. São Paulo: Paco Editorial, 2013. 212 p.

COSTA, M. (et in). **Governabilidade e fronteira: os desafios amazônicos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. 270 p.

CRUZ, M. O. D.; HULSMAN, L. **Abrief Political History Of The Guianas: From Tordesillas To Viena**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014. 182 p.

GARCÍA, J. Venezuela: fronteiras e segurança nacional. In: Seminário Fronteiras e Segurança Nacional: América do Sul, México e Estados Unidos. 1, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2009. p 97-110. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-vana-rousseff/publicacoes/orgao-essenciais/gabinete-de-seguranca-institucional/secretaria-de-acompanhamento-de-estudos-institucionais/seminario-fronteiras-e-seguranca-nacional-america-do-sul-mexico-e-estado-unidos/@@download/file/Revisao_Fronteiras_NOV_2009.pdf> Acesso em: 24 jul. 2016

LEONARDI, V. P. V. **Fronteiras Amazônicas do Brasil: Saúde e história social**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero 2000, 182 p.

NWEIHED, K. **Frontera y límite en su marco mundial**. 3. ed. Caracas: Equinoccio / IAEAL / USB, 2013. 664 p.

ONU (Organização das Nações Unidas). Agreement to resolve the controversy over the frontier between Venezuela and British Guiana. Signed at Geneva, on 17 February 1966. In: **Treaties and international agreements registered or filed and recorded with the Secretariat of the United Nations**. New York: Treaty Series, vol. 561. 1967, p. 321 – 330. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20561/v561.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2016

_____. Agreement on the establishment of a non-aedificandi zone at the boundary between the two countries. Signed at Brasília on 17 May 1988. In: ONU (Organização das Nações Unidas). **Treaties and international agreements registered or filed and recorded with the Secretariat of the United Nations**. New York: Treaty Series, vol. 1553, 1996, p. 31 - 39 Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201553/volume-1553-I-26997-Other.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

OROPEZA, H. G. La actual insolubridad de los problemas fronterizos de Venezuela. **Revista SIC Centro Gumilla**, Caracas, N° 520, p. 438-439, dez. 1989. Disponível em: <<http://gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/SIC1989520.pdf>> Acesso em: 24 jul. 2016

PAÚL, I. M. P., **Las delimitaciones de áreas marinas y submarinas al norte de Venezuela**. Caracas: Academia de Ciencias Políticas y Sociales, 2006. 315 p. Disponível em: <<https://www.facebook.com/media/set/?set=oa.10151577323014266>> Acesso em: 24 jul. 2016

ROTTA, A. L. **Caldera y Cardoso inauguraron vía de interconexión terrestre**. EL UNIVERSAL 24 nov. 1998. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/1998/11/24/pol_art_24116AA.shtml> Acesso em: 01 jun. 2016

SANTOS, E. O. **O processo de produção do espaço fronteiro da Amazônia: O caso de Pacaraima-RR**. 1998. Monografia (Especialização em Relações Fronteiriças) Centro de Ciências Sociais e Geociências, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 1998.

SÁNCHEZ, P. Las relaciones fronterizas Venezuela-Brasil. In: NWEIHED, K. (Org.) **Venezuela y... los países hemisféricos, ibéricos e hispanohablantes: por los 500 años del encuentro con la Tierra de Gracia**. Caracas: IAEAL / USB, 2000, p. 368-376. =

SENHORAS, E. M.; TOLRINO, A. V. R. **Pacaraima: um olhar geográfico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011. 214 p.

SERNA, H. A. La Cooperación Fronteriza y la Integración Latinoamericana. In: **MUNDO NUEVO**: revista de estudios latinoamericanos, IAEAL / USB. Caracas: Año 2, Vol. 4, p. 55 - 75, jul./dec. 2010. Disponível em: <http://www.iaecal.usb.ve/mundonuevo/revistas/MN04A/MN_04A.pdf> Acesso em: 24 jul. 2016

SILVEIRA, I. M. da; GATTI, M.. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. Bol. Do Museu Emílio Goeldi, Belém, Série, Antropoll. 4(1), 1988.

SIMÕES, S. O. **Dinâmica das cidades-gêmeas da fronteira Guyana (Lethem) – Brasil (Bonfim) e a questão aduaneira/tributária**. 2014. 197 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014. Disponível em: <<https://ufr.br/ppgsf/index.php/dissertacoes/category/15-d2012.html?download=326:SULAMITA%20OLIVEIRA%20SIMOES>> Acesso em: 24 jul. 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras: Mestrado em Sociedade e Fronteiras. **Programa de Pós-Graduação (PPGSOF)**. Boa Vista, 2010. 57 p.

ZURITA, A. M. **Venezuela y sus verdaderas fronteras con el Brasil**: Desde el Tratado de Tordesillas hasta la incursión de los garimpeiros. Caracas: IAEAL-USB, 1993. 350 p.

ARTIGO

HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO PA NOVA AMAZÔNIA

A presente pesquisa estudou o processo histórico de criação do Assentamento PA Nova Amazônia, partindo dos achados nos documentos oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), regional Roraima (SR/25), órgão responsável no Brasil pela destinação de terras aos beneficiários da reforma agrária brasileira.

Compreender a questão agrária no Brasil nos remete a entender a diversidade do campo em seu complexo mais amplo que passou e passa nos dias de hoje por grandes transformações e conquistas das lutas de classes dos trabalhadores rurais. Responsáveis pela saudável alimentação que chega na mesa de várias populações.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ele define a reforma agrária como sendo um conjunto de medidas a promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção conforme prevê o Estatuto da Terra¹ regido pela Lei nº4504/64.

O processo histórico do Assentamento PA Nova Amazônia iniciou de acordo com informações do site² institucional do INCRA em 15 de outubro de 2001, através da Portaria/SR-25/nº. 010/2001 e está localizado em duas áreas distintas: as fazendas Murupú e Caumé³, situadas à margem esquerda da BR-174, a 30 km da capital Boa Vista.

As portarias que autorizam a transferência das terras da Secretaria de Patrimônio da União – SPU para o INCRA foram 61,62 e 63 datadas de 17 de abril de 2001.

* Doutor em história pela Universidade Federal de Pernambuco.

** Doutora em geografia pela Universidade de São Paulo - USP.

*** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima.

¹ Lei que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola

² <http://www.incra.gov.br/agricultores-comemoram-criacao-do-assentamento-nova-amazonia>.

³ No processo de criação do Assentamento PA Nova Amazônia consta o nome Caumé, porém acreditamos que seria Caumé, por decisão manteremos o nome Caumé.

Os imóveis rurais repassados eram denominados de Fazendas Murupú, Cauamé e Truarú (Morrinho, Arame, Carmo e Livramento) ambas localizadas no município de Boa Vista/RR.

A fazenda Truarú, está localizada na margem direita da BR-174, a 45 km de Boa Vista, com capacidade para atender 800 famílias. Esse complexo de terras das três fazendas mede 77.688,3800 hectares, popularmente chamado de Fazenda Bamerindus.

O imóvel foi repassado pelos proprietários para a União no dia 21 de junho de 2001 em uma ação de transferência de pagamento ocorrida através de débito do Banco Bamerindus LTDA com o Banco Central do Brasil. Em que firmou acordo com a União para receber as respectivas terras pelos respectivos débitos contraídos pelo então Banco Bamerindus LTDA.

No ano de 1998 o então Banco Bamerindus LTDA adquiriu da Fazenda Cauamé Agropastoril Sociedade Anônima o imóvel pelo valor de R\$ 4.235.572,32 reais conforme consta no contrato de compra e venda registrado no cartório de imóveis desta cidade.

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) transferiu a titularidade ao INCRA, para implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA tendo seu amparo no que preconiza o Estatuto da Terra.

Conforme Cardoso (2009), a primeira iniciativa de ocupação de terras para a reforma agrária no estado de Roraima se deu no ano de 2003, com a fazenda Bamerindus que foi repassada ao INCRA no ano de 2001, para fins da reforma agrária.

Cuja fazenda hoje é conhecida como Assentamento PA Nova Amazônia, tal ocupação só se deu após dois anos de lutas dos movimentos sociais pela terra (FETAG⁴, STR de Boa Vista⁵, CESTER⁶ e CAR) e de várias pressões junto ao INCRA afim de agilizar o processo de assentamento das famílias que já aguardavam por seus lotes.

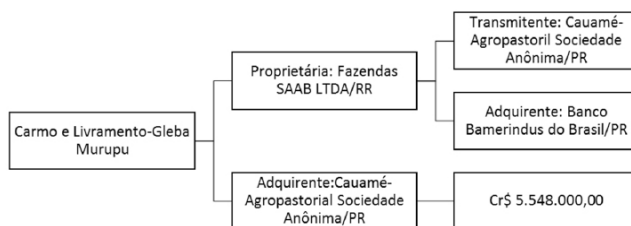
A figura 1, mostra o processo de compra e vendas das fazendas onde hoje funcionar o assentamento pesquisado.

⁴ Federal dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima – FETAG/RR

⁵ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista- STR/RR

⁶ Central dos Sem Terra e Sem Teto de Roraima – CESTER

Figura 1: Organograma do processo de compra e venda das Fazendas



Fonte: Superintendência Regional do Incra/Roraima/2001.

O assentamento das famílias começou em novembro de 2003 e no mês de abril daquele ano, centenas de agricultores acamparam a margem esquerda da BR-174, na entrada da Fazenda Murupú, com o objetivo de conseguir uma parcela rural no projeto.

De acordo com o site institucional do INCRA inicialmente, foram assentadas as famílias acampadas nos Polos II e III.

A partir do mês de janeiro de 2004, foram efetivados os assentamentos do restante das famílias acampadas, dos trabalhadores oriundos da antiga Fazenda Bamerindus que ainda residiam na sede, de hortigranjeiros oriundos do Bairro Operário, em Boa Vista, e de trabalhadores rurais do entorno da Fazenda Bamerindus e do Monte Cristo, no total de 262 famílias. Elas receberam lotes nas áreas definidas como Polo I, II, III e IV.

Segundo informações obtidas no site do INCRA no ano de 2005, instalou-se o Polo V, composto por famílias vindas do Rio Grande do Sul, que foram pioneiras no cultivo de grãos (soja e arroz) e da fruticultura, ao mesmo tempo em que foram assentados os agricultores do Polo II.

Posteriormente, o assentamento foi dividido em dois. Hoje, o projeto Nova Amazônia ocupa uma área de 27.391,2700 hectares, com capacidade para 570 famílias. Atualmente, 567 parcelas estão ocupadas. Já a Nova Amazônia I mede 35.062,4035 hectares, com capacidade para 430 parcelas, das quais 427 estão ocupadas.

Contudo conforme dados extraídos do site do INCRA uma parte desse assentamento foi destinado para os desintrusados da terra indígena Raposa Serra do Sol. O termo “desintrusados” é utilizado conforme o Decreto nº 8.738 de 3 de maio de 2016, em seu art.9º, VIII ao fazer referência aos trabalhadores rurais desintrusados de outras áreas, em razão de demarcação de terra indígena, titulação de comunidade quilombola ou de outras ações de interesse público.

De acordo com o Jornal local Folha de Boa Vista em matéria publicada em mídia digital realizada no dia 17 de novembro do ano de 2015, relata que os desintrusados retirados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol já passados seis anos de sua retirada da localidade onde habitavam foram direcionados para o Assentamento PA Nova Amazônia no município de Boa Vista-RR. Ao todo foram assentadas no assentamento 18 famílias na gleba da região do Truaru (antiga Fazenda Bamerindus e Alagadiço), zona rural de Boa Vista pela BR-174 no sentido norte.

O agricultor Ailton Cabral disse que criava gado, porco e galinha numa área de mais de três mil hectares quando foi obrigado a sair da terra com a questão da Raposa Serra do Sol, mediante a promessa de ser assentado em outro local pela Justiça Federal. Ele foi assentado numa área de 497 hectares e reclama que ainda não recebeu os documentos. “Até agora não temos nenhum documento que diga que a terra é nossa. Mas, quando fomos retirados, tivemos a garantia da Justiça Federal de que seríamos indenizados e assentados em outra terra para continuar nossas atividades”, disse. (Jornal Folha de Boa Vista, matéria intitulada desintrusados ainda esperam regularização, publicada em 17/11/2015).

Conforme relata as famílias até hoje eles aguardam uma posição do INCRA em Roraima, para que seja feita a entregar os títulos de posse das terras para que os mesmos possam iniciar suas atividades através de créditos de financiamentos destinado aos agricultores. O georreferenciamento dos lotes para delimitar os tamanhos da área de cada família ainda não foi realizado o que gera dúvida em relação aos tamanhos reais de cada lote.

De acordo com o ofício do INCRA nº605/2000 referente ao relatório preliminar da área deste estudo, ele contém as seguintes informações a respeito dos imóveis destinados ao Programa Nacional da Reforma Agrária, que atualmente funcionar o Projeto de Assentamento PA Nova Amazônia, conforme a Tabela 1 mostra a capacidade em área de cada uma das antigas fazendas Murupú, Caumé e Truarú.

Tabela 1: Área de extensão das Fazendas

| Fazendas | Murupú | Caumé | Truarú |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Área (há) | 21.983,00 | 20.643,00 | 35.062,38 |
| Código INCRA | 031.011.005.789-9 | 031.011.047.503-9 | 031.011.047.503-9 |

Fonte: Relatório preliminar das fazendas Nov/2000.

Tratando-se do processo histórico das fazendas Murupú, Cauamé e Truarú que deram respectivamente origem ao PA Nova Amazônia cabe lembrar alguns aspectos referentes às condições de infraestrutura destas fazendas, de acordo com

dados do relatório preliminar datado de 17 de novembro do ano de 2000, a iniciar pela Fazenda Murupú que tinha sua localização a margem da BR 174, no KM 35 no sentido Boa Vista/Pacaraima.

A estrada vicinal da fazenda era cortada pela rodovia estadual do Taiano a BR 174 além de 02 estradas municipais sem asfalto. Todos os currais possuem acesso por estradas revestidas com cascalho transitável o ano todo.

Sua sede principal estava a 01 km da BR 174 de fácil acesso por ônibus de linha regular, possuindo a seguinte infraestrutura: 2 galpões, 1 escritório, 01 oficina com borracharia, 01 lavador de veículos, 01 casa de força, 01 alojamento de 05 quartos, refeitório e cozinha industrial, 01 garagem para máquinas e caminhões, 01 posto de combustível, 01 vila residencial com 15 casas de alvenaria, rede de água e esgoto, 02 linhas telefônicas e 01 poço artesiano.

Para apoio social dos moradores a fazenda contava com 01 grupo escolar com 04/ salas de aula, biblioteca e mini farmácia, 01 igreja, 01 açougue, e uma horta comunitária. Seu núcleo dos currais possui cada um, 03 casa de moradia, 01 depósito de ração, 01 tropeira, 01 aprisco (menos o curral 02), tronco, brete, apartadouro, balança e embarcadouro. O curral 01 possui alojamento com 05 quartos.

O saneamento básico era equipado com rede de água e esgoto. A água provém de poço com cata-vento e reservatório para 10.000 litros. Suas cercas contavam com 406 KM de cercas de itaúba com 05 fios de arame liso. A energia elétrica era equipada com 03 grupos de geradores sendo 02 de 60 KWA e 01 de 90 KWA.

A pastagem contava com 23.580 há de pastagens formadas com brachiária húmida e andropogon gayanus. Seus cochos mediam 1000 m de cochos para arrombamento de bezerros. As casas de sal eram compostas por 66 saeiros cobertos.

Em relação a máquinas e equipamentos (Uso das 3 fazendas) possuíam 01 Toyota, 01 caminhão, 01 comboio, 01 caçamba, 01 carregadeira, 01 motoniveladora, 01 trator de esteira D6, 01 trator de esteira D4, 01 colhedeira de cereais, 01 pampa, 02 kombis escolares, 01 S-10, 01 F1000, 02 F4000, 01 caminhão caçamba, 01 Caminhão boiadeiro, 01 caminhão comboio/blindado, 03 tratores Valmet 78, 02 tratores Valmet 68, 02 CBT (8060 e 8040).

Na região da antiga Fazenda Murupú está localizada a Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima – UFRR, a qual recebeu do INCRA este espaço para desenvolvimento da educação básica e profissional dos filhos dos agricultores familiares desta região.

Conforme o regimento da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima, teve sua criação pelo Decreto-Lei nº 041 de 24 de maio de 1982, pelo Go-

verno do Ex-Território Federal de Roraima e incorporada à Universidade Federal de Roraima – UFRR, com denominação de Escola Agrotécnica da UFRR, reger-se-á pelo Regimento, em harmonia com o Estatuto e Regimento Geral da UFRR.

Com dados do *site*⁷ institucional da escola as atividades iniciaram em 17 de julho do mesmo ano, com o objetivo de formar técnicos em agrícolas a nível de segundo grau. À época a instituição tinha por objetivo atender em especial a comunidade rural, isto contribuía tanto para a profissionalização dos filhos dos agricultores e pecuaristas, como para o fortalecimento do setor agropecuário de Roraima.

A metodologia de ensino adotada pela escola era conciliar educação e trabalho, assim adotou-se dois regimes de matrículas sendo o semi-internato (Tempo Integral) e Internato, sendo que este, destinava-se primeiramente aos alunos que não residiam na capital de Boa Vista.

A incorporação da Escola Agrotécnica de Roraima para a Universidade Federal de Roraima ocorreu na década de 90, com a Lei Estadual nº40 de 25 de maio de 1993, onde o então governador de Roraima Ottomar de Souza Pinto realizou a doação de toda a estrutura da escola a universidade.

Já incorporada a Universidade Federal de Roraima ganhou um novo nome (Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima- Eagro), que passou a atuar como uma unidade de ensino técnico profissionalizante, vinculado ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) da UFRR, e tinha sua sede no Campus do Cauamé, situado na BR 174, Distrito Monte Cristo.

A escola passou por um período sem atividades, retornando com suas atividades no ano de 2005, com a assinatura de um projeto idealizado pela UFRR em parceria com INCRA que viabilizou a reativação da instituição.

Com sua reabertura a Eagro inicia suas atividades oferecendo o curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agricultura e Técnico Agrícola com Habilitação em Zootecnia. Assim a escola no ano de 2009, em parceria com o Governo de Roraima fez com que a Eagro ressurgisse com regularidade. Desta vez, situada no Assentamento PA Nova Amazônia na BR 174, KM 37.

A Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima tem oferecido o curso Técnico em Agropecuária em três modalidades: Integrado ao Ensino Médio, subsequente ao Ensino Médio e PROEJA.

Com a fixação física da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima (Eagro) no Assentamento PA Nova Amazônia é diante da sua função de criação destinada a atender os anseios da escola técnica voltada ao campo.

⁷ <http://www.eagro.ufrr.br/index.php/2014-02-27-20-31-53/historico>

Os assentados que tinha seus filhos em idade apropriada para o ensino médio viram na escola uma possibilidade de seus filhos agregarem conhecimento técnico rural apropriado para a utilização juntos aos seus pais nas atividades rurais praticadas no assentamento.

Uma vez que a educação básica é atendida com o ensino fundamental no assentamento com a Escola Estadual Indígena Albino Tavares que tem seu funcionamento dentro do campus da Eagro. Pois bem hoje os assentados possuem uma grande rejeição em relação a Eagro devido aos seus processos de seleção que não contam com um processo diferenciado para a inclusão dos estudantes filhos dos assentados da localidade.

Outro aspecto de rejeição a Eagro é que os assentados já fizeram audiência no próprio campus da Eagro para a permanência da Escola Estadual Indígena Albino Tavares, que se encontra dentro do espaço pertence a Universidade Federal de Roraima (UFRR), que já solicitou a retirada da escola de suas dependências para ampliação da Eagro.

Constantemente assentados e poderes públicos nas esferas federais e estaduais entram em atrito com relação ao ensino é funcionamento dessas instituições realizadas no Assentamento PA Nova Amazônia, pois segundo eles o intuito da doação das terras para a UFRR, dentro do assentamento era proporcionar um ensino de qualidade aos seus filhos conforme o INCRA, preconizou quando fez o repasse das terras a UFRR.

Contudo para amenizar os impasses a UFRR após amplo diálogo entre o INCRA e os órgãos de controle de estado e os assentados, passou desde o ano de 2016, a ofertar vagas específicas para atender os filhos dos assentados da região possibilitando assim uma maior flexibilidade de acesso desses jovens a uma educação profissionalizante de qualidade.

Uma vez que antes eles concorreriam em desigualdade com os jovens residentes em Boa Vista-RR, o que beneficiava esses por sua vez a conquistarem as vagas na Eagro. Pois tinha em mãos um amparado de ferramentas (livros, computador, internet, etc.) para realizarem seus estudos para as seleções. A figura 2 mostra os cursos ofertados hoje pela Eagro/UFRR.

Foto 2: Cursos ofertados na Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima – EAGRO/UFRR



Fonte: site institucional da Eagro/UFRR

Em relação aos cursos ofertados pela Eagro, destaca-se o mais novo ganho da escola que é o curso Superior em Agroecologia o qual as vagas são ofertadas juntas com o vestibular da UFRR, ao total são ofertadas 60 vagas conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Já o curso Técnico em Agropecuária anualmente é ofertado 120 vagas destruídas nas modalidades Ensino Médio Regular (Zona Urbana e Rural) com 30 vagas a cada uma das modalidades, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com 30 vagas e o Subsequente ao Ensino Médio com mais 30 vagas.

O corpo docente da escola é composto de professores com titulação de doutorado, mestrado e especialista o que colabora para um ensino de qualidade prestado aos alunos da Eagro/UFRR.

A Fazenda Caumé por sua vez tem sua localização na BR 174, no Km 28, sentido Boa Vista/ Pacaraima, com estrada e vicinais e pontes de concreto. Em sua estrutura contava com 03 currais sendo cada um com 03 casas de moradia, 01 depósitos de ração, 01 tropeira, tronco, brete, apartadouro, balança e embarcadouro.

O saneamento básico estava equipado com rede de água e esgoto. A água era proveniente de poço com cata-vento e reservatório para 10.000 litros. Tinha 224 Km de cercas de itaúba com 05 fios de arame liso. A energia elétrica era servida de 02 grupos de geradores sendo 01 Tobata e Bombozze, a pastagem era composta por 11.167 há de pastagens com brachiária húmídica. As casas de sal tinham 54

saleiros cobertos, em relação as máquinas e equipamentos eram usados pelas três fazendas.

Por sua vez a Fazenda Truarú está situada à margem da BR 174, no Km 60 no sentido Boa Vista/ Pacaraima, com sua estrada vicinal a 14 km da sede principal. Contava em sua sede principal com 12 casas de moradia, 01 galpão, 01 oficina, 01 posto de combustível, 01 escritório, 01 escola, 01 linha telefônica rural VHF, 01 repetidora de sinal de TV homologada, 01 casa de força com capacidade de 60 KWA, com uma unidade elevadora para alta tensão, rede de água e luz.

Na sede secundária existiam 05 casas de madeira, 01 curral, 01 unidade rebaixadora de 05 KWA, rede de água e luz. Seu núcleo de currais era composto por 07 + 03 da fazendinha das 07 possui cada uma, 01 casa de moradia e 01 poço. Fazendinha com tronco, brete, apartadouro, balança e embarcadouro, 04 casas de vaqueiro e 01 casa de vigilância na beira do rio. Tinha um secador de cereais do tipo contínuo, sua cerca possuía 72 Km de cercas novas e 106 Km de cercas antigas.

A energia elétrica era gerada com uma unidade geradora equipada com: 01 motor MWM de 06 cilindros, 01 gerador Negrini de 60 KWA. 01 unidade elevadora de tensão, 15 unidades rebaixadoras de tensão, 62 Km de rede de alta tensão. A pastagem estava servida com 5.932 ha de pastagens formadas com brachiária húmida e andropogon gayanus. Com 3.410 ha de pastagens formadas com brachiária (sequeiro e irrigada), andropogon gayanus e setaria. Sua unidade de irrigação tinha 01 motor MWM, 03 de recalque e 09 km de elevado para irrigação e suas máquinas e equipamentos de uso comum das fazendas.

Conforme informações obtidas junto ao cartório de registro de imóveis da 1ª Circunscrição Judiciária de Roraima sob a matrícula nº 11779, que trata do imóvel “Carmo e Livramento”, situada na Gleba Murupu, Município de Boa Vista-RR, com área de 29.062,8280 (vinte e nove mil e sessenta e dois hectares, oitenta e dois ares e oitenta centiares), e perímetro de 74.297,71 metros, com os seguintes limites e confrontações: Norte com o Igarapé Tipiquiri do marco nº 05 ao marco nº 01. Este com o Rio Uraricoera, do marco nº 01 ao marco nº 02. Sul com Igarapé Truaru do marco nº 02 ao marco nº 03. Oeste com o Igarapé Carapanã, do marco nº 03 ao marco nº 04, e com terras da União do marco nº 04 ao marco nº 05. Proprietária: FAZENDAS SAAB LTDA, com sede em Boa Vista-RR, realizou a venda do imóvel por meio de escritura pública de compra e venda lavrada em 31 de julho de 1992, a empresa adquirente da Fazenda Carmo e Livramento foi a CAUAMÉ AGRO-PASTORIL SOCIEDADE ANONIMA, pelo valor de Cr\$ 5.548.000.000,00 na mesma transa-

ção foi realizado os pagamentos dos respectivos tributos referentes a transação de venda do imóvel em questão.

De acordo com o relatório de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), que realizou o estudo sobre a caracterização dos ecossistemas terrestres do Projeto de Assentamento PA Nova Amazônia – antiga Fazenda Bamerindus de responsabilidade técnica do pesquisador Reinaldo Imbrózio Barbosa o mesmo documento afirma que:

A parte que agora é alvo do projeto era denominada de Fazenda São Salvador (a antiga sede ficava próxima do atual Curral I) Propriedade do Grupo J. G. de Araújo, que foi adquirida pelas Fazendas Saab Ltda., do empresário Bechara Saab, entre o final da década de 1970 e início de 1980. Foi dividida em duas Fazendas (Cauamé e Murupu) nos anos 1980. As fazendas foram vendidas separadamente entre 1991 e 1992 ao Banco Bamerindus, juntamente com uma outra denominada Truarú e, que agora, está em poder do Governo do Estado de Roraima. Todas foram incorporadas ao patrimônio da União em 1998 por força judicial (Relatório de Pesquisa, INPA/RORAIMA, junho de 2013).

Confirma-se os achados nos dados do cartório de registro de imóveis de Roraima na matrícula nº 3373 e AV-3373 datadas de 04 de novembro de 1981, constante na folha nº 133 do livro 2-M/Registro Geral. O citado imóvel foi adquirido por Dante Roberto Brescianini, brasileiro, casado, agricultor, amazonense, filho de Dante Brescianini e Elizabetha Irma Rosa, conforme título definitivo nº 0341 expedido pelo Incra. Foi adquirida pelo valor de Cr\$ 441.562,25 que em seguida foi adquirida por Bechara Saab, brasileiro, solteiro, advogado, e agropecuarista do Paraná. A nova aquisição feita pelo paranaense custou Cr\$ 10.000.000,00 conforme às folhas 199/201 do livro 87, do Tabelião Deusdete Coelho.

Passados quase 6 (seis) anos a Fazenda Cauamé Agro-Pastoril Sociedade Anônima, foi adquirida pelo então Banco Bamerindus do Brasil sob intervenção⁸ com sede na cidade de Curitiba-PR sob o nº de Escritura Pública de Compra e Venda lavrada em 23 de março de 1998 no cartório Volpi, da comarca de Curitiba-PR. Na data da aquisição foram apresentadas as certidões de regularidade fiscal do imóvel rural, bem como as certidões negativas de quitação de tributos juntos ao Ministério da Fazenda.

De acordo com o laudo de vistoria e avaliação da Fazenda Cauamé o mesmo aponta como características gerais da área do assentamento PA Nova Amazônia que sua região é a de “lavrado” correspondente ao cerrado, caracterizado por extensas planícies, com influência de campos nativos, onde predomina o Latossolo com me-

⁸ Cédula Rural Hipotecária oficializada junto ao Banco Bamerindus SA.

diana acidez e baixa fertilidade, corrigíveis com a aplicação de calcário e fertilizante, sendo pequena a necessidade de destoca⁹.

Partindo do Município de Boa Vista, pela rodovia BR 174, no sentido Boa Vista/Venezuela, percorre-se 28 km até a chegada na entrada fazenda que está à margem da rodovia 174. Seus limites ao sul está o Rio Cauamé, norte a Fazenda Murupú ao oeste o Igarapé Samaúma e ao leste com a BR 174 e o Rio Murupú.

À época o Estado de Roraima possuía uma área de 225.116,10 KM², e uma população de 247.699 habitantes. Neste período a capital do estado Boa Vista, possuía 154.166 habitantes, onde seu perímetro abrange uma vasta área de “lavrado” correspondente ao cerrado.

A região era utilizada, basicamente com bovinocultura de corte, onde se explora a pastagem nativa, que por sua vez proporciona baixíssima capacidade de suporte. Muito embora, com a utilização de tecnologia, no sentido de corrigir o solo e promover adubação química, altera radicalmente os índices de produtividade das áreas em comento, a exemplo do imóvel avaliando que produz novilho precoce e planta culturas anuais para produção da silagem.

A vegetação segundo informações obtidas na publicação do Projeto RADAM-BRASIL, folha NA/NB 20, volume 8, confirmada por observação in loco a vegetação nativa é a savana (cerrado), comumente denominada de “lavrado”. Nesta área a vegetação corresponde a campos nativos com pouquíssimos arbustos. Próximo aos córregos há uma vegetação mais intensa, com predominância de palmeiras.

Os recursos hídricos desta região estão cortados por diversos córregos proporcionando aguadas a grande parte das subdivisões de pasto, além de existirem várias represas, poços profundos e reservatórios elevados, além de fazer divisa com o Rio Murupú e Igarapé Samaúma, ambos perenes, possuindo ainda, uma lagoa perene em seu interior. A figura 3 mostra algumas viciniais do assentamento e algumas tipificações de moradia dos moradores da região.

⁹ A destoca – limpeza da área, terreno – praticada por proprietário rural para desobstruir a área de pastagem em sua fazenda.

Figura 3:Fotos do Assentamento PA Nova Amazônia



Vicinal de acesso ao assentamento

Meio de condução no assentamento

Comércio na vicinal do assentamento

Tipo de moradia no assentamento

Fonte: autores.

O relevo da área é predominantemente plano, variando para levemente ondulado, com exceção da Serra Maira. Seu solo tem predominância de Latossolo Amarelo, embora constata-se a presença de solos concrecionários, solos hidromórficos e areias quartizosas, que apesar de ficarem alagadas em parte do ano, é de grande valia na estação da seca.

O solo tem sua predominância sendo Latossolo Amarelo, embora verifica-se a presença de solos concrecionários, solos hidromórficos e areias quartizosas, que apesar de ficarem alagadas em parte do ano, é de grande valia na estação seca. O uso do imóvel estava voltado para a pecuária de corte, em conjunto com a Fazenda Murupú, do mesmo proprietário e sob a mesma administração, onde observou-se uma exploração de tecnologia.

A estrutura operacional da fazenda, consiste na divisão da pastagem que corresponde a dois centros operacionais, denominados de curral 4 e curral 5, com infraes-

trutura semelhantes e independentes. Todos os currais possuem acesso permanentes através de estradas de cascalhadas. A avaliação do imóvel foi feita com a finalidade de se obter o preço de mercado do imóvel, foi utilizado o método comparativo direto, em que consiste na comparação do imóvel avaliado com outros imóveis ofertados ou negociados no mercado, como também de pessoas que vivem o mercado local. Tendo em vistas diferenças existentes entre o imóvel avaliado e imóveis de comparação levou-se em conta a homogeneização dos elementos que exercem influência no valor das terras, como características físicas, localização e acesso e benfeitorias.

O serviço de Patrimônio da União – SPU disponibilizou as áreas ao INCRA para decisão quanto a sua utilização para Reforma Agrária. Com toda essa infraestrutura ora demonstrada seria possível atender as demandas de qualquer empreendimento agropecuário. Com base no parecer do INCRA regional Roraima se levantou limitações de qualidade de solos, porém sem inviabilizar a área para assentamento. A tabela 2 mostra o resumo da avaliação das fazendas à época de sua avaliação e repasse ao INCRA/RR.

Tabela 2: Resumo da avaliação da Fazenda Cauamé

| | |
|---|-------------------------|
| Valor da terra nua | R\$ 829.848,60 |
| Valor das benfeitorias não reprodutivas | R\$ 398.452,00 |
| Valor das benfeitorias reprodutivas | R\$ 923.442,00 |
| Subtotal-1 | R\$ 2.151.742,60 |
| Máquinas e equipamentos | R\$ 361.500,00 |
| Subtotal-2 | R\$ 2.153.246,60 |
| Rebanho | R\$ 1.077.640,00 |
| TOTAL | R\$ 3.590.882,60 |

Fonte: Laudo de vistoria e avaliação/INCRA/SR-25/ NOV/2000.

Em relação aos dados de vistoria realizados na Fazenda Murupú conforme ordem de serviço expedida pelo INCRA nº 07 de 20 de novembro de 2000 a referida fazenda possui uma área de 21.983,00 ha (vinte e um mil, novecentos e oitenta e três hectares).

Seu número de módulos fiscais é de 219,83. Está localizada pela Rodovia BR-174, no sentido Boa Vista/Venezuela, com uma distância de 35Km da capital Boa Vista. Sua entrada está à margem da BR-174.

Seus limites e confrontações sendo ao sul com a Fazenda Cauamé, norte com a propriedade do ex-prefeito de Boa Vista-RR, Iradilson Sampaio, oeste com o Igaraapé Samaúma e leste com a BR 174.

A fazenda está inserida em uma região de lavrado correspondente ao cerrado, caracterizado por extensas planícies, com incidência de campos nativos, onde predomina o do tipo Latossolo com mediana acidez e baixa fertilidade, corrigíveis com a aplicação de calcário e fertilizante.

Tem a região como predominância a Bovinocultura de corte, onde se explora a pastagem nativa, que por sua vez proporciona baixíssima capacidade de suporte. Contudo com o uso de tecnologias é possível corrigir o solo e promover adubação química. Este imóvel em questão produz o novilho precoce e planta culturas anuais para produção de silagem.

Sua vegetação de acordo com o projeto RADAMBRASIL, folha NA/BA 20, volume 8, confirmada por observação em loco, a vegetação nativa é a savana (cerrado, comumente denominadas de “lavrado”. No imóvel avaliado tal vegetação corresponde a campos nativos com pouquíssimos arbustos. Próximo aos córregos há uma vegetação mais intensa, com predominância de palmeiras.

O recurso hídrico do imóvel compõe diversos córregos, proporcionando aguadas a todas as subdivisões de pasto, além de existirem várias represas, poços manilhados e reservatórios elevados. No período estiagem prolongada, há sérios problemas de deficiência hídrica, onde a administração da fazenda tem resolvido com o manejo dos animais da fazenda vizinha (fazenda caumê), do mesmo proprietário, que por ser mais plana e mais baixa conserva a água por mais tempo. A fazenda dispõe de uma área de aproximadamente 150ha destinada ao cultivo de milho, sorgo, milho e outros produtos, usados na produção da silagem.

Tabela 3: Resumo da avaliação da Fazenda Murupú

| | |
|------------------------------|-------------------------|
| Valor da terra nua | R\$ 885.035,58 |
| Benfeitoria Não Reprodutivas | R\$ 1.079.722,20 |
| Benfeitorias Reprodutivas | R\$ 1.217.006,00 |
| Subtotal-1 | R\$ 3.181.813,78 |
| Máquinas e equipamentos | R\$ 224.500,00 |
| Subtotal-2 | R\$ 3.406.313,78 |
| Rebanho Bovino | R\$ 1.628.800,00 |
| Total Geral | R\$ 5.035.113,78 |

Fonte: Laudo de vistoria e avaliação/INCRA/SR-25/ NOV/2000

Em relação aos dados relativos ao laudo de vistoria realizada na Fazenda Truarú temos uma área registrada em 35.062,4025 há (trinta e cinco mil e sessenta e dois

hectares, quarenta e vinte e cinco centiares). Com 350,62 módulos fiscais, tendo seu acesso partindo do município de Boa Vista, na rodovia BR 174, no sentido Boa Vista/Venezuela, com uma distância de 60 Km, onde a direita encontra-se a entrada da Fazenda que fica a margem da BR 174. Suas limitações ao sul com a Fazenda Pau Rainha e Sítio Aleluia, ao norte com o Rio Uraricoera, Fazenda Campo Formoso, Fazenda Monte Além, Fazenda Monte Claro, Fazenda Canavial e Fazenda Jaburú, ao oeste Fazenda Monte Santo, Fazenda Rancho Grande e BR 174 ao leste com o Rio Uraricoera e Reserva Indígena do Truarú.

A Fazenda Truarú assim como a Fazenda Cauamé e Murupú está inserida em uma região de lavrado correspondente ao cerrado, caracterizado por extensas planícies, com incidência de campos nativos, onde predomina o solo do tipo Latossolo com mediana acidez e baixa fertilidade, porém corrigíveis com a aplicação de calcário e fertilizantes.

Sua vegetação de acordo com o projeto RADAMBRASIL, folha NA/BA 20, volume 8, confirmada por observação em loco, a vegetação nativa é a savana (cerrado, comumente denominadas de “lavrado”. No imóvel avaliado tal vegetação corresponde a campos nativos com pouquíssimos arbustos. Próximo aos córregos há uma vegetação mais intensa, com predominância de palmeiras.

Os recursos hídricos do imóvel compõem diversos córregos, proporcionando aguadas a todas as subdivisões de pasto, além de existirem várias represas, poços manilhados e reservatórios elevados além de fazer divisa com o Rio Uraricoera, que é perene. O referido imóvel possui uma área sistematizada que no período estiagem produz uma excelente quantidade de massa verde, equilibrando o déficit hídrico, não tendo maiores problemas com a estação seca, devido a possibilidade de saná-los com o manejo de rebanho. Seu relevo é da predominância plano, variando para levemente ondulado. Seu solo é o Latossolo Amarelo Distrófico, com textura média e siltosa.

O referido imóvel foi utilizado para a pecuária de corte, com uma área de pasto de 8.330/ha composto de pastagem plantada, enquanto 26.732/ha de pastagem nativa. Sua estrutura operacional estava condicionada na divisão da pastagem que correspondiam a dois centros operacionais, denominados Sede Principal e Sede Secundária, com infraestrutura semelhantes e independentes. Todos os seus currais possuem acesso permanentes através de estradas de cascalhadas.

Neste período o ex-governador do Estado de Roraima Neudo Ribeiro Campos (1995/2002) trabalhava no sentido de intensificar a produção da região de cerrado, correspondente a quatro milhões de hectares, segundo fonte do INPA, procurava promover uma exploração mais eficiente, com conseqüente redução dos impactos

ambientais decorrente da utilização do cerrado em detrimento das áreas de mata (Laudo de vistoria e avaliação do INCRA/2000).

Na realidade, o direcionamento da Agropecuária para as áreas de cerrado, alivia a pressão ocupacional sobre as áreas de floresta, aliado ao grande potencial existe em tornar a região produtora e exportadora de grãos e carne.

Ambas as três Fazendas (Cauamé, Murupú e Truarú), tinham seu foco principal de renda e trabalho com a criação de gado de corte para atender ao mercado local de Boa Vista e a própria fazenda geravam os insumos necessários para confecção de alimento para as cabeças de boi existentes. A fitofisionomia das áreas e caracterizada pela vegetação formada por poucas árvores baixas, tortuosas, de casca grossa, com folhas largas e por vegetação rasteira com predomínio gramíneas.

A região também apresenta características edafo-climáticas peculiares, no geral as áreas apresentam topografia suavemente ondulada, com solos antigos de baixa fertilidade natural e elevado potencial de mecanização. Seu clima é dividido em duas estações bem definidas (chuvosa entre abril/maio – agosto/setembro e a seca), com uma precipitação anual média de 1500 mm e temperatura média de 27,4°C.

Tabela 4: Resumo da avaliação da Fazenda Truarú

| | |
|---|------------------|
| Valor da Terra nua | R\$ 1.400.392,40 |
| Valor das benfeitorias não reprodutivas | R\$ 311.787,00 |
| Valor das benfeitorias reprodutivas | R\$ 391.012,00 |
| Subtotal-1 | R\$ 2.103.191,40 |
| Máquinas e equipamentos | R\$ 19.500,00 |
| Subtotal-2 | R\$ 2.122.691,40 |
| Rebanho Bovino | R\$ 1.252.280,00 |
| Total Geral | R\$ 3.374.971,40 |

Fonte: Laudo de vistoria e avaliação/INCRA/SR-25/ NOV/2000.

Segundo dados do relatório de viabilidade técnica das Fazendas Cauamé, Murupú e Truarú apontam que a região tem condições de insumos necessários para o desenvolvimento das atividades desenvolvidas na região. Sua estrutura produtiva indicada assemelha-se as condições atuais de uso das fazendas.

Ambas as fazendas têm seu acesso através da rodovia BR 174 está asfaltada e em boas condições de trafegabilidade no sentido Boa Vista/Venezuela, bem como as estradas internas das fazendas com áreas de bom trânsito. A distância para escoar os produtos produzidos nas fazendas ao mercado mais próximo Boa Vista está entre 30 e 50 Km.

A questão hídrica é evidenciada com água de boa qualidade, porém com a necessidade de abertura de alguns poços artesianos dependendo da localização do loteamento.

Considerações finais

O histórico de criação do Assentamento PA Nova Amazônia, localizado em Boa Vista, estado de Roraima se dá em meio as constantes lutas dos movimentos sociais pela terra, às margens da Rodovia Federal BR-174.

A corrida ao assentamento começa no ano de 2001, quando o INCRA em Roraima recebe as terras da Superintendência do Patrimônio da União – SPU, em virtude de uma ação de pagamento realizada entre o Banco Central do Brasil e o antigo Banco Bamerindus LTDA, o qual contraiu débito contra a União representada pelo Banco Central do Brasil, para destinação da Reforma Agrária. Em 2003, após a luta dos movimentos sociais o INCRA, inicia a entrega dos lotes as famílias beneficiadas dentro dos critérios exigidos em lei ao programa nacional de reforma agrária.

Desde o assentamento das famílias até a presente dada fica notório o erro cometido pelo INCRA, ao ter assentado famílias em áreas impróprias para a produção de forma manual, ou seja, a terra destinada à algumas famílias só têm capacidade de produção com o acompanhamento técnico e estrutura de maquinários para trabalhar a terra.

Outro aspecto visto na história do assentamento se dá por meio da seleção das famílias junto ao INCRA, que em meu ponto de vista foi feita inadequadamente ao ser alocar em áreas destinadas a agricultura familiar pessoas às quais não possuíam relação com o campo, ou seja relato desta situação é que destas famílias sua maioria deixou ou vendeu seus lotes a terceiros.

As famílias que ingressaram no assentamento oriundo do bairro Operário da capital de Boa Vista, que já viviam das plantações realizadas nas chácaras do bairro estes por já ter experiência com a lavoura permanecem afixados ainda no assentamento.

Diante de tantas lacunas aqui expostas temos também pontos positivos no sentido de hoje o assentamento conta com o ensino fundamental, médio e profissionalizante aos filhos dos assentados, o acesso à escola se dá por meio da Escola Estadual de Ensino Fundamental Indígena – Albino Tavares e o ensino médio por meio da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima - Eagro. As crianças e jovens que morram em regiões distante das escolas são beneficiadas com o transporte escolar ofertado pelo Governo do Estado de Roraima.

Finalizamos trazendo os reflexos existente acerca da origem do Assentamento PA Nova Amazônia, destacando as fragilidades existentes ao que tange as questões voltadas para educação, saúde, transporte, lazer conforme estavam previstos em seus documentos que originaram a criação do assentamento e da própria acentuando os debates e fragilidades sobre as fragilidades da questão agrária no Brasil. Com isto, desejamos que esta pesquisa possa ser um estímulo para novos estudos sobre as origens de assentamentos no estado de Roraima e no Brasil.

Referências bibliográficas

A questão agrária no Brasil: **O debate tradicional – 1500-1960** / João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) --2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304p

BONTEMPO, Gabriella. **Agricultores familiares contrataram R\$ 22,1 bilhões do Pronaf na safra 2015/2016**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultores-familiares-contrataram-r-221-bilh%C3%B5es-do-pronaf-na-safra-20152016>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. DECRETO n. 8.738, de 03 de maio de 2016. **Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, e dá outras providências**. Presidência da República Casa Civil. BRASÍLIA, maio. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-018/2016/Decreto/D8738.htm>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BRITO, Adolfo. **O que é a agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

Carlos Alberto de Sousa Cardoso (2009). Conflitos de terra em Roraima. Acampados e assentados versus estado. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Escola Agrotécnica. **Projeto do Curso de Tecnologia em Agroecologia**. 2016. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/ufrr/Downloads/PROJETO%20DO%20CURSO%20DE%20TECNOLOGIA%20EM%20AGROECOLOGIA%20%20ULTIMA%20VERSO.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Escola Agrotécnica. **Regimento da Escola Agrotécnica da UFRR**. 2016. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/ufrr/Downloads/regimento%20interno%20da%20eagro.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

E REFORMA AGRÁRIA, Instituto Nacional de Colonização. **Agricultores comemoram primeira década do assentamento Nova Amazônia**. 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/Livro%20Branco%20da%20Grilagem%20de%20Terras.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

FACÓ, Rui. Notas sobre o problema agrário. In: MARIGHELA, Carlos et al. **A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

JUNGSMANN, Raul. Livro Branco da Grilagem de Terras. 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/Livro%20Branco%20da%20Grilagem%20de%20Terras.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

IMBROZIO BARBOSA, Reinaldo. **Relatório de Pesquisa: Caracterização dos Ecossistemas terrestres do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PANA) - Antiga Fazenda Bamerindus**. 2016. Disponível em: <http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo/RI-Barbosa_ProdCient_Usu_Visitantes/2003RelatorioVegetacao_PANA_INCRA.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MDA, SAF. SAF: **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditoral/sobre-o-programa>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MARTELLO, Alexandro; MATOSO, Filipe. **Governo anuncia R\$ 202,8 bilhões para Plano Agrícola 2016/2017**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/ministra-anuncia-r-2028-bilhoes-para-plano-agricola-20162017.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

MARTELLO, Alexandro; MATOSO, Filipe. **Governo anuncia liberação de R\$ 30 bilhões para agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/governo-anuncia-liberacao-de-r-30-bilhoes-para-agricultura-familiar.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PA Nova Amazônia documento do arquivo do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Regional Roraima SR-25. Disponibilizado em cópia em junho de 2016.

ROCHA, Ribamar. **Seis anos depois desintrusados ainda esperam regularização**. 2016. Disponível em: <<http://folhadv.com.br/noticia/Desintrusados-ainda-esperam-regularizacao/11590>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

SILVA, Jose Graziano da. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 112 p

*Giuliana V. do Nascimento**
*Antonio T. de Veras Rezende***
*David Dantas Targino****
*José Victor D. Mattioni*****

ARTIGO

ECOTURISMO E POVOS INDÍGENAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM RORAIMA

Introdução

Nas últimas décadas, em decorrência das preocupações ambientais, novos modelos de turismo estão surgindo sobre os pilares da sustentabilidade. Entre estes exemplos, encontramos o ecoturismo, apresentado como uma prática de baixo impacto sobre o meio ambiente. O crescente interesse pelo verde e a fuga dos fluxos conturbados enfrentados por aqueles que vivem nos centros urbanos são elementos que tem impulsionando os movimentos turísticos para os entornos dos ambientes naturais conservados.

A globalização é apontada como o fio indutor dessa mudança de comportamento dos turistas, passando a viajar em busca não somente de lazer, mas por novos conhecimentos e experiências, passando a provar com mais ênfase ao meio ambiente, a cultura e a história, é a volta do turista viajante. (AVIGHI, 2000). Sendo, pois, o Brasil um dos países que possui grandes áreas naturais intactas e de biodiversidade variada, sua inserção no cenário do turismo é torna-se um atrativo.

Atualmente, dentre os modelos de turismo existentes, aqueles que proporcionam aos turistas uma relação com o meio ambiente natural preservado, estão recebendo destaque, como é o caso do ecoturismo. Quando se fala em áreas naturais, a região amazônica apresenta biodiversidade variada e, dentre os estados que estão inseridos neste grande bioma, encontra-se Roraima, revelando um terreno favorável

* Mestranda em Sociedade e Fronteiras - Universidade Federal de Roraima – UFRR- Endereço eletrônico: giuu.2803@gmail.com - Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2857736158791104>

** Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Roraima - Endereço eletrônico: Contato/E-mail: antonio.veras@ufr.br - Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9266448165398292>.

*** Mestrando em Sociedade e Fronteiras - Universidade Federal de Roraima – UFRR- Endereço eletrônico: Davidhistoriauf@hotmail.com - Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4585742159328911>

**** Mestrando em Sociedade e Fronteiras - Universidade Federal de Roraima – UFRR- Endereço eletrônico: Victor_Mattioni@hotmail.com

a prática deste modelo com base na presença de povos indígenas em seu território e sua biodiversidade ambiental.

Com base em Ferreira e Coutinho, o ecoturismo é um ramo do turismo que utiliza os recursos naturais e culturais de um determinado lugar e contribui para conservá-los. Busca desenvolver o respeito pela natureza por meio do contato com o ambiente natural e promove o bem-estar das populações locais envolvidas”. (FERREIRA; COUTINHO, 2002, p. 11). Onde o seu produto final é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética. (WESTERN, 1995).

É interessante que não há, ante esses conceitos, como pensar essa atividade de maneira isolada devido a sua interação com a estética, a ecologia, a economia e o aspecto social. No contexto de Roraima, a relação com a população autóctone é por si só um emaranhado de complexidade, dada as relações conflituosas que se deram ao longo da história, como é caso das demarcações de terras indígenas no estado. (SANTILLI, 2009). No entanto, o mérito do presente trabalho não é adentrar nesse terreno, mas sim, buscar a relação entre o ecoturismo e os povos indígenas para entender como essa alternativa de exploração econômica pode ser inserida na realidade local.

Na perspectiva de Ivani de Faria (2005, p. 4750), o ecoturismo é “o turismo planejado que promove a interação entre natureza e comunidade com vistas a uma utilização sustentável e conservacionista do patrimônio natural e cultural, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população envolvida sem causar impactos negativos à sua territorialidade”. Desse modo, sabendo que 46% do território do estado é demarcado como terra indígena (RORAIMA, 2016), compreender a relação desse tipo de atividade com os povos indígenas se torna essencial ao discurso daqueles que vislumbram o ecoturismo como alternativa de desenvolvimento para o estado.

Enquanto isso, sobre as perspectivas dos estados que anseiam uma maior participação na economia nacional, o ecoturismo pode ser vislumbrado como um caminho para muitos dos estados que compõem a Amazônia legal, visto sua capacidade de promover a geração de renda sem causar tantos impactos sobre o meio ao qual se insere. Desse modo, o presente artigo se volta ao Estado de Roraima, pensando quais as suas perspectivas e potencialidades para a ecoturismo.

A partir desses argumentos, o presente trabalho busca na produção científica elementos capazes avaliar a relação existente deste modelo de turismo como alter-

nativa de inserção dessas minorias étnicas, tais como os povos indígenas, na economia nacional, mediante um olhar sobre os seus desafios e suas potencialidades no contexto de Roraima. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico que visa explicar os fenômenos a partir do conhecimento já existente sobre o referente assunto, verificando como a nossa pesquisa pode ser inserida na metodologia do ecoturismo em Roraima.

Ecoturismo na atualidade

Este segmento de turismo começou a ganhar espaço no cenário nacional a partir da década de 1980 com a existência de ações mundiais preocupados com as causas ambientais. Para Cruz (2003, p.62-63), “a biodiversidade natural dos ambientes brasileiros faz do Brasil um país com grande potencial para práticas de turismo de natureza”.

No Brasil, o movimento ambientalista, por volta dos anos 80, foi quem impulsionou dos quadros ecoturísticas, fortemente influenciado pelos jovens movidos pelos ideais políticos e sociais do período, assim como do surgimento das primeiras entidades ambientalistas. Outro elemento que fundamenta esse movimento são as excursões realizadas por esses jovens, ao modo que o processo histórico do ecoturismo no Brasil é fundamentado na existência desses três elementos: ambientalismo, ideologismo e excursionismo. (PIRES, 2002).

Assim, o ecoturismo que existe hoje no Brasil é resultado desse processo histórico, podendo ser considerado não apenas um modismo de uma época e a opinião pública que tem se conscientizado, cada vez mais, ele é resultado da necessidade de proteção ao meio ambiente. Onde, deve-se considerar a legislação ambiental existente e observar a necessidade de criação de leis que salvaguardem esses meios, partindo do pressuposto da conservação e preservação, assim como da própria relevância dentro do aspecto econômico que impõe a atratividade e valor de mercado do ambiente ecoturístico correlacionado a sua característica natural ou quase intocada. (RUSCHAMANN, 2002).

Essa forma de turismo foi tratada por Lindberg e Hawkins (1995, p. 26) como sendo multidisciplinar, pois segundo eles esse modelo requer um planejamento adequado (tanto físico quanto gerencia), diretrizes e regulamentos rígidos, afim de garantir a estabilidade para seu funcionamento, uma vez que há envolvimento de diferentes atores e elementos. Os apontamentos de Ruschamann (2002, p. 29) corroboram no sentido de que:

“Qualquer que seja o sistema econômico, social, ou ideológico, e independente do seu grau de desenvolvimento, a população tem direito de favorecer-se de todos os benefícios e vantagens proporcionados pelo turismo. Por isso, o Estado deve cumprir uma série de ações a favor de um desenvolvimento ordenado dessa atividade, a fim de evitar seus impactos negativos nas comunidades e no meio natural”.

O ecoturismo, por meio do desenvolvimento de atividades humanas ligadas a natureza, apropria-se dos princípios da sustentabilidade, propondo uma concepção mais ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável. (RDZEWICZ, 2006).

Ecoturismo em Roraima e Povos Indígenas

O ecoturismo como atividade econômica é posto como uma alternativa ao desenvolvimento sustentável devido ao grau de impacto ao qual se insere e seu caráter inclusivo, o que aponta como uma oportunidade de negócio para as pequenas comunidades, onde há uma inclusão desses no cenário econômico ora pelos serviços que oferecem, ora pelos seus produtos de baixo impacto ambiental.

No entanto, no Brasil a relação entre povos indígenas com o turismo é tema recente dentro da Academia, havendo poucas as pesquisas que tratam do tema, principalmente a partir da concepção de desenvolvimento sustentável.

No contexto de Roraima, dado o processo histórico marcado por conflitos com os povos indígenas, falar da relação da temática é delicada, uma vez que a própria relação dos povos indígenas com atividades de cunho econômico pode ser interpretada por óticas distintas. No estado, os povos indígenas são vistos como o grande empecilho ao “desenvolvimento”, principalmente por aqueles que vislumbram a exploração de seu território. Porém, a maioria desses discursos advém de modelo capitalista de exploração de recursos que perdura desde da revolução industrial (séc. XVIII).

Contudo, com o destaque no cenário mundial as questões ambientais, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu na cidade de Estocolmo, Suécia, no ano de 1972, representou o marco na inclusão do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Naquele momento pensava-se nos impactos que o modelo vigente de produção estava causando ao meio ambiente e de que forma essas ações iriam afetar as gerações futuras.

Todavia, no decorrer dos anos, o modo como o tema passou a ser tratado acabou por ser moldado aos interesses das econômicos, o que, por consequência, gerou um pensamento reduzido com relação ao termo sustentável.

Num primeiro momento, a questão sustentável esteve direcionada apenas a conservação e preservação da natureza, o que na visão de Leonardo Boff gerou certo reducionismo, principalmente por atrelar a sustentabilidade somente ao meio ambiente deixando de lado o social, o político e o fator econômico. A consequência desse pensamento levou a formulação de diversos modelos de desenvolvimento sustentáveis que por si só são insustentáveis ou irrealizáveis, pois não incluem os elementos políticos, econômicos e sociais necessários à sua viabilização, como a participação das comunidades locais na formulação de projetos desenvolvimentistas. (BOFF, 2012).

Quando a questão ambiental passou a ser uma preocupação para a sociedade, e não apenas dos governantes, e que fundada nesse modelo é que houve o crescimento das iniciativas que visam alcançar esse objetivo através da mudança de consumo e comportamento das pessoas. Santos (2012, p.15) afirma que essa concepção de sustentabilidade vem afetando a demanda de serviços e produtos da sociedade por conta da preocupação com o meio ambiente, assim citado:

O interesse crescente por produtos e serviços sustentáveis e a expansão da oferta para atender a essa demanda emergente são um indício de que as boas práticas empresariais tender a se intensificar. Observa-se o interesse crescente de consumidores e da sociedade civil organizada, bem como do mundo empresarial e dos governos nessa urgente e imperativa necessidade de mudança para uma nova ordem econômica, promotora de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Dentro desse paradigma de sustentabilidade, há diferentes ações que podem ser trilhadas por aqueles que buscam a inserção no mercado global de produtos e serviços, a qual, diferente dos países já desenvolvidos que minaram grande parte de seus recursos naturais, aqueles países ditos em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que possui grande biodiversidade poderá encontrar neste modelo uma oportunidade de crescimento econômico mais participativa.

Nesse sentido, atrelando a concepção de desenvolvimento sustentável, principalmente pelos princípios envolvidos neste modelo, o Brasil é um terreno fértil para o segmento por tratar-se de um modelo em construção (Desenvolvimento Sustentável), como o Ecoturismo.

Quando abordamos sobre sustentabilidade, região amazônica torna-se um cenário com desenvolvimento e sustentabilidade. (BECKER, 2009). Portanto, o presente trabalho seguirá esse caminho, dentro da Amazônia setentrional, especificamente no estado de Roraima. Antes de seguir pelo tema, é pertinente entender as peculiaridades do estado, que apresenta 46% do território demarcado como terra indígena, o que por sua vez, sugere no envolvimento dos povos indígenas visto que esses territórios possuem representações dentro de sua cultura, bem como dos impactos que esta pode gerar.

Dentro dessa temática, o ecoturismo é apontado como uma atividade capaz de promover o tão desejado desenvolvimento, através do uso consciente do meio ambiente com a participação democrática da comunidade receptora. No caso de Roraima, a maioria dos pontos turísticos reconhecidos se encontram em terras indígenas, o que pode ser considerando um potencial de destaque para o fortalecimento dessa prática.

Roraima, dada sua biodiversidade e seu potencial receptivo, a atividade turística pode proporcionar ao visitante “[...] experiências culturais da colonização pré-colombiana na Pedra Pintada, aventurar-se na prática de alpinismo e excursionismo no Monte Roraima, realizar atividades de lazer no rio Branco, cachoeira do Bem-Querer e lago Caracaranã[...]”. (MATOS; SILVA; VERAS, 2012, p. 28).

Em algumas regiões, a atividade já vem sendo desenvolvida pelos povos indígenas, mas esta é incipiente, e por vezes periféricas, como é o caso do Lago Caracaranã e do Monte Roraima. Em parte, a sua informalidade até então não contatava com a regulamentação por parte do Estado, situação que foi resolvida com a edição da Instrução Normativa nº 003/2015-FUNAI, elaborada com a finalidade de estabelecer normas e diretrizes relativas a atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. A referida norma surge como uma política de regulamentação do turismo já existente e para os futuros projetos.

No âmbito de Roraima, a referida norma poderá servir como parâmetro as iniciativas presentes no Plano Plurianual 2016-2019 que conta com um conjunto de 48 iniciativas ao setor turístico, dentre essas 20 são voltadas ao turismo sustentável. Assim, esse aspecto do estado como articulador da atividade turística é fundamental para o desenvolvimento e controle como uma maneira a evitar os impactos negativos dessa prática sobre o meio ao qual se insere. Essa atuação nos âmbitos das políticas e diretrizes devem ser formuladas de acordo com as regiões e realidades das comunidades receptoras, ou seja, é um processo particular e não advém de um modelo padrão.

Assim, a perspectiva positiva do ecoturismo indígena está na relação que se estabelece em torno do seu caráter economicamente e socialmente inclusivo, onde, os povos indígenas, por meio da apropriação desta prática conseguem atender suas necessidades econômicas através do seu diferencial cultural. Deve-se levar em conta que a prática do turismo em territórios indígenas se guia pela lógica do desenvolvimento com base local, sendo, portanto, de responsabilidade das comunidades indígenas a gestão desta. (OLIVEIRA, 2006).

Uma das preocupações existentes no ecoturismo é a necessidade de se estabelecer diretrizes que regulem as relações interativas entre os administradores das áreas protegidas, os visitantes e aqueles que exploram economicamente esses ambientes. Há uma apreensão com a preservação desses espaços e com as comunidades próximas ou inseridas. “A estratégia deverá guiar o desenvolvimento e gestão do ecoturismo a fim de assegurar que área protegida não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas, de criar mecanismo capazes de gerar empregos e renda para área protegida e para as comunidades próximas”. (BOO, 1995, p. 37).

A formulação de estratégias é importante para minimizar os riscos inerentes dessa atividade, também é nesse momento que estão inseridas as comunidades locais. Segundo Faria (2005, p.4750), para ser tipificada como ecoturística, a atividade deve atender os seguintes princípios:

Para ser ecoturismo alguns princípios básicos devem ser considerados:

- O Atrativo ecoturístico deve envolver o patrimônio natural e cultural;
- Utilização sustentável e conservacionista dos atrativos;
- Envolvimento da comunidade (planejamento e gestão participativa e comunitária das atividades ecoturísticas);
- Forma ideal de funcionamento em pequenos grupos respeitando a capacidade de carga e de suporte;
- Valorização (formação e capacitação) dos recursos humanos locais;
- Conservação e valorização das atividades tradicionais do lugar;
- Respeito a identidade cultural e territorial do lugar.

Essas diretrizes devem preceder a implantação do turismo em áreas naturais, no qual os autores propõem fases a serem seguidas durante o processo. Podendo ser remido no como fazer, o que fazer e o que não fazer sobre a administração dos visitantes para a formação de uma consciência para a conservação dos espaços explorados. A interação e a participação de todos os agentes envolvidos, bem como da comunidade científica é uma possibilidade de evitar desequilíbrios.

Havendo uma boa administração desses espaços no tangente a preservação e conservação de seu ecossistema, o lugar tende a ser favorável ao desenvolvimento sustentável, pois, uma se cria nos visitantes, ante um ambiente equilibrado, um respeito maior por essas áreas e uma consciência de que devem cuida-la.

Nas ações constantes no Plano Plurianual (2016-2019) do governo de Roraima constam ações voltadas inclusão das comunidades indígenas, tais como o apoio, estímulo e promoção do turismo indígena, visando à geração de renda e a divulgação das belezas naturais do Estado; fortalecimento da produção e comercialização do artesanato indígena; criação de feiras para comercialização dos produtos com marca indígena; institucionalizar em conjunto com os municípios a Política de Estado do turismo por meio do PENEGAT normativa da FUNAI a ser estruturada nas comunidades indígenas o etnoturismo em conformidade a decisão comunitária ao fomento do ecoturismo por meio do segmento turismo ecológico¹.

Diante dos conceitos apresentados, se entende por ecoturismo a exploração sustentável dos recursos naturais capaz de satisfazer os interesses com os menores danos possíveis ao meio ambiente e com uma maior participação social daqueles que se inserem nesses ambientes, se levando em conta o envolvimento de fatores políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Considerações finais

De modo geral, o ecoturismo pressupõe o envolvimento e participação de seus agentes ao modo que esses venham a compartilhar os benefícios, assumir os riscos e responsabilidades na preservação dos recursos. Quando falamos sobre guia de planejamento, a preocupação não é fornecer um modelo padrão, mas apresentar alguns elementos que precisam estar presentes na implantação do ecoturismo.

Pensar o papel do estado de Roraima como articulador de iniciativas de incentivo e fortalecimento de ecoturismo, é algo que pressupõe a existência do planejamento participativo dos atores sociais envolvido, em destaque dos povos indígenas. O sucesso do ecoturismo está limitado ao cumprimento de suas diretrizes, uma vez que a ausência do seu cumprimento incorrerá no insucesso deste. O envolvimento de comunidade local, implica numa postura ativa dos povos indígenas e na sua aceitação dessa atividade, sendo, talvez, o maior desafio do Estado quanto ente articulador deste processo.

¹ RORAIMA. PLANO PLURIANUAL - PPA (2016-2019).

Destarte, o ecoturismo não é garantia de solução aos problemas econômicos do estado, tampouco a certeza de que os povos indígenas irão conseguir desenvolvê-la de acordo com os seus pilares, ou seja, alinhando a exploração do meio com a proteção ambiental e cultural, mas ela é uma alternativa dada as especificidades do estado que favorecem o seu desenvolvimento. Assim, o ecoturismo é posto como uma possibilidade tanto ao estado quanto aos povos indígenas de Roraima, especificamente aqueles que estão nas áreas ditas potenciais turísticos.

Por questões históricas e culturais, essa tarefa não é simples e nem tampouco um projeto de médio-curto prazo. Porém, se alcançado pode representar uma nova fase para a realidade do estado, caso seja realizado dentro dos pilares da sustentabilidade, podendo contribuir tanto para a inclusão econômica das comunidades receptoras quanto pela preservação de sua biodiversidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5381-preserva%C3%A7%C3%A3o-do-meio-ambiente-torna-destinos-mais-competitivos.html>> . Acesso em: 12 out 2016.

CAVALCANTE, Jordana de Souza. **Turismo na Fronteira: Desenvolvimento Local nas terras indígenas** Examãpaku, v. 3, n. 1, 2013.

ANDRADE. Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. ed.10. São Paulo: Atlas 2010.

ASSIS, Wendel. “In-Visibilizar” populações e legitimar inquietudes. In: ZHOURI, A. (Org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 219-238.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Preservação do meio ambiente torna destinos mais competitivos**. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5381-preserva%C3%A7%C3%A3o-do-meio-ambiente-torna-destinos-mais-competitivos.html>>. Acesso em: 20 junho 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p.

_____. Fundação Nacional do Índio. Instrução Normativa nº 03, de 11 de junho de 2015. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cgetno/pdf/IN%2003.2015.pdf>> Acesso em : 20 de julho 2016.

BRANDÃO, Cristiane do Nascimento. **Turismo indígena como fator de desenvolvimento local e sustentável: Um estudo de multicascos em comunidades indígenas de Roraima**. 159p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2012.

BRITO, Telma Medeiros. **Turismo e povos indígenas**. Anuário da Produção Acadêmica Docente. Vol. III, Nº 4, 2009, p. 23-36.

CAVALCANTE, Jordana de Souza. **Turismo na Fronteira: Desenvolvimento Local nas terras indígenas**. Examãpaku, v. 3, n. 1, 2013.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª Ed, São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Jocilene Gomes de; NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa. **Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: Edua, 2014.

CUNHA, Manuela Carneira da. O futuro da questão indígena. São Paulo: Scielo - Estudo Avançado, Vol. 08 no. 20, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100016>. Acesso em: 03 out. 2016.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

FARIA, Ivani Ferreira. **Turismo: lazer e políticas de desenvolvimento local**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2001.

_____. Ivani Ferreira. **Ecoturismo indígena, território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para autonomia**. 2007. 204 p. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Ivani Ferreira. **Ecoturismo indígena: Wakottinai necessária na Yauara Akanga**. In Anais do X Encontro de Geógrafos da América latina – 20 a 26 de Março de 2005. São Paulo, Universidade de São Paulo, pp. 4749-4763.

_____. Ivani Ferreira de. **Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas**. Revista de Turismo, p. 63, 2005.

GASCHÉ, Jorge; Mendoza, Napoleón Vela. **Sociedad bosquesina: Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo**. Iquitos: Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azedo. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. **Revista Antropológicas**, ano 7, volume 14 (1 e 2): 47-71, 2003a. Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/19> > Acesso em 02 out. 2016.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações**. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 1995.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., SD.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOGUEIRA, E.M.; COSTA-NETO, C.PL.; SILVA, G.P. **Qualificação profissional como suporte para implantação do etnoturismo na comunidade indígena Ingarikó (RR)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.2, mai/jul-2013, pp.424-441.

OLIVEIRA, Paulo Cesar de. Gestão Territorial Indígena: perspectivas e alcances. In: ATHIAS, Renato; PINTO, Regina Pahim. (Orgs.). **Estudos indígenas: comparações, interpretações e políticas**. São Paulo: Contexto, 2008. Pp. 175-191.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: UNESP, 2001.

SANTOS, Carlos Alberto. **Pequenos negócios: desafios e perspectivas: desenvolvimento sustentável**. 1ª Ed. São Paulo: SEBRAE, 2012.

SANTOS, Luiz. Amazônia: das ideias de paraíso às ideias de ecossistema. In: BASTOS, Élide; PINTO, Renan (Orgs.). **Voices da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: EDUA, 2007. p. 377-407.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ângela Maria Moreira. **Normas para apresentação dos trabalhos técnicos-científicos da UFRR: baseadas nas normas da ABNT**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

SILVA, Edileuza Lopes Sette. **Plano de uso público do Parque Nacional do Monte Roraima: proposta de estruturação de uma cadeia produtiva de ecoturismo na calha do rio Cotingo, com base nos princípios da economia ecológica**. 2009.

RORAIMA. Governo de Estado de Roraima. **Plano Plurianual (2016-2019)**. 2016.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 4, n. 1, p. 56-68, 1993.

_____. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. **Turismo-Visão e Ação**, v. 2, n. 5, p. 81, 2000.

RUDZEWICZ, Laura. **Ecoturismo em reservas particulares do patrimônio natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros**. 179p. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

VASCONCELOS, Fabrício Peixoto; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; COSTA, Luciana Ferreira da. **Turismo de aventura e ecoturismo: entre práticas e normas no contexto brasileiro**. RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo, v. 2, n. 2, p. 108-138, 2012.

ARTIGO

A IDENTIDADE SKATISTA EM BOA VISTA

Introdução

A cidade de Boa Vista em Roraima é retratada como o palco de discussão voltada aos territórios do espaço urbano. O urbano é descrito neste trabalho como lugar polissêmico, genérico e multiforme, ao mesmo tempo espaço de lazer, estando intimamente ligado as práticas skatistas, pois não tem como desvincular o andar de skate com o mobiliário urbano e os pedaços (MAGNANI, 2003), com seus diversos significados para o grupo, sendo que as políticas públicas criadas pelos então governos da época de maior visibilidade do skate em Boa Vista, irão impulsionar novos momentos e novos lugares para prática do esporte na construção da identidade dos skatistas boa-vistenses.

Os skatistas boa-vistenses no estado de Roraima no ano de 1989 iniciaram a utilização da pista de skate no Parque Anauá como novo espaço de lazer¹ e práticas do esporte, e a partir deste momento ganham certa notoriedade dentro da dinâmica cultural em Boa Vista, embora antes deste período outros já praticassem o esporte na cidade. No entanto, a partir da construção da Pista, esses reconhecem esse lugar como um novo território de práticas do skate.

Passado mais de onze anos, em 2000, a prefeitura do município de Boa Vista, percebendo um grande número de skatistas que utilizavam a pista de patinação, e a quadra de tênis localizadas no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, mais conhe-

* Aluno de Mestrado do Programa em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF. Universidade Federal de Roraima – UFRR, 2016. E-mail: jimmy.melo@ufr.br

** Possui Licenciatura Plena em História e Especialização em Relações Fronteiriças pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), Mestrado e Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: alfredoferreiradesouza@gmail.com

¹ O lazer cotidianamente é uma construção social moderna conforme afirma MELO; ALVES JUNIOR, (2003, p. 2): “o surgimento deriva de circunstâncias e contextos sociais específicos. A contínua busca de formas de diversão não significa ter sempre existido o que hoje chamamos por lazer, na medida em que tais formas de diversão guardam especificidades condizentes com cada época, que devem ser analisadas com cuidado. Por certo, existem similaridades com o que foi vivido em momentos anteriores – e mesmo por isso devemos conhecê-los –, mas o que hoje entendemos como lazer guarda peculiaridades que somente podem ser compreendidas em sua existência concreta atual. O fato de haver equivalências não significa que os fenômenos sejam os mesmos” MELO, V. A.; ALVES JUNIOR, E. D. Introdução ao lazer. Barueri: Manole, 2003. 2.p.

cido como Praça do Ayrton Senna, resolveu construir no espaço de patinação uma pista de skate, possibilitando a realização de diversos campeonatos nos anos seguintes com apoio da prefeitura.

Neste período, vários rapazes e garotas começaram a andar de skate, não somente utilizando o espaço da Pista do Ayrton Senna, mas em muitos outros lugares da cidade, adaptando os mobiliários urbanos para realização de manobras, e, apropriando-se destes para andar de skate, como na Praça da Bandeira, Rodoviária, Escola Maria das Dores Brasil, Esquina do Rio no centro da cidade, e entre tantos, outros lugares que os skatistas se reúnem para realizar manobras e “trocar ideias”² na semana.

No entanto, o espaço³ urbano de Boa Vista tem perfis culturais tão diversos, que constituem diferentes universos simbólicos como bem analisa Chartier (1990, p.16) “o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”, e que “exprimem a maneira pela qual uma comunidade produz sentido, vive e pensa sua relação com o mundo”, criando formas e maneiras de viver os territórios das práticas do skate, assim, pensando nestes lugares e atores, que a pesquisa buscará analisar as representações identitárias dos skatistas diante da alteridade social.

Neste sentido, as questões identitárias dos skatistas, devem ser localizadas no contexto territorial, bem como, as diferentes formas de territorializações possibilitam a construção do lugar simbólico na referência da identidade, embora as identidades de grupos socialmente marginalizados⁴ possam ser representadas por meio de posições de inferioridade perante o outro, sendo a posição, a forma de construção identitária na alteridade.

Portanto, enquanto analisamos os skatistas, faremos uma análise na cultura do skate no espaço urbano, onde “temos um mundo de costumes, valores, mentalidades, crenças, gostos, comidas, canções, narrações ou modas”.

Assim, a partir da pesquisa documental e dados bibliográficos será possível tratar do tema central da pesquisa que aborda a construção identitária dos skatistas nos espaços urbanos da cidade de Boa Vista na construção identitária por meio de territórios simbólicos.

² Expressão utilizada pelos skatistas em Boa Vista, para falar sobre diversos assuntos no cotidiano.

³ “O espaço é formado por dois componentes que interagem continuamente: a) a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos “sistemas de engenharia”; b) a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento” (SANTOS, 1997, p. 111).

⁴ Sobre o conceito de grupos marginalizados, a proposta é pensar a condição estereotipada de marginalidade associada à criminalidade, algo que instiga a violência e a inferioridade, que contrasta com a ideia do ser skatista praticante do esporte skate.

Os territórios skatistas na cidade de Boa Vista

Os territórios são sempre pensados a partir do espaço, essas apropriações que são realizadas do espaço criam e recriam territórios, nas palavras de Raffestin (1993), compreende-se território como:

O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação por um ator (...) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (...). O território nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Desta forma, essa relação estabelecida nos espaços é dada por apropriação que estabelecem uma relação de poder simbólico, assim, os territórios são estabelecidos de acordo com os diversos interesses de atores, indivíduos, grupos sociais, entre outros atores, possibilitando novos lugares no espaço urbano. Assim, os skatistas constroem territórios com a finalidade de praticar manobras, divertir-se, promover eventos, produzir músicas, enfim, vivenciar uma gama de interesses relacionados à cultura do skate.

Nesse sentido, o espaço urbano em termos gerais pode apresentar-se “como o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”. Tais usos retratam áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado, ou seja, espaço urbano: “fragmentado e articulado reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”.

Por isso, o espaço social representado no mobiliário urbano é difícil precisar quando apareceu. O primeiro móvel pode ter sido uma estátua, um poste, um palanque improvisado que se tornou definitivo, um banco, uma praça, um chafariz, enfim, qualquer objeto que tenha ocupado um determinado espaço, num determinado lugar público, com uma determinada função para atender a necessidade de uma determinada comunidade, dando início, então, à história do mobiliário urbano.

Alguns objetos surgem no meio público com a intenção de embelezar o local, como por exemplo, as floreiras, as esculturas e os painéis artísticos. Outros “mobi-

liários estão vinculados à prestação de serviços, com características específicas que atendem as necessidades comuns de todo cidadão urbano, como os quiosques para venda de flores, pontos de ônibus, totens de informação, telefones públicos, pontos de táxi, lixeiras e bancas de jornal”.

A ABNT⁵, Associação Brasileira de Normas Técnicas, utiliza nomenclaturas diferentes para identificar os mesmos objetos, ou seja, na norma NBR 9283⁶ de março de 1986, utiliza o termo mobiliário urbano para definir que são: “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados”. Na NBR 9284⁷ de março de 1986, ela faz referência à mesma definição utilizando o termo equipamento urbano. Portanto, será adotado no presente trabalho o termo mobiliário urbano.

Portanto, nesses espaços urbanos enquanto lugar de formação de territórios skatistas, possibilita o que Honorato (2004) chama de “intensas emoções prazerosas”:

Por isso mesmo criam-se e recriam-se novas práticas sociais, como a atividade skate que está associada ao lúdico, ao prazer, ao devaneio, ao risco e à aventura, para tentar preencher alguns espaços vazios e proporcionar intensas emoções prazerosas num determinado período histórico (HONORATO, 2004, p.2).

É assim, que as práticas dos skatistas estão ligadas a momentos de prazer em territórios urbanos, construído ao longo do tempo como forma de apropriação cultural, que no caso do Parque Anauá, território de prática de diversa atividade física e de lazer, temos o território demarcado dos skatistas, a própria pista.

A cidade de Boa Vista, no seu crescimento urbano atrelado ao incentivo das políticas de imigração do governo de Ottomar de Souza Pinto, possibilitou novas áreas de lazer e cultura. E, dentro desse cenário político surgiu à criação do Parque Anauá inaugurado em 1983.

Na década de 1980 é criada a unidade de gestão pública para as ações de cultura em Roraima, com o propósito de organizar o setor cultural. Neste período, são instalados a Biblioteca Pública, a Escola de Música, o Museu Integrado de Roraima e reformado o Teatro Carlos Gomes, que abrigou, na década de 1960, uma sala de cinema e estação da rádio AM local. Neste período é criado ainda o Parque Anauá, com a finalidade de uso da cultura,

⁵ ABNT - entidade de estudo e pesquisa que estabelece normas onde fixa as condições mínimas para produção e utilização de equipamentos, execução de obras relacionadas à construção civil.

⁶ Trata do conceito e definição sobre Mobiliário Urbano.

⁷ Trata do conceito e definição sobre Equipamento Urbano.

esporte e lazer. Todos esses equipamentos estão instalados na cidade de Boa Vista. (FIORETTI, 2009, p. 102).

A partir dos anos 80, o skatista boa-vistense ganha certa visibilidade local, com a criação da pista de skate no novo ponto cultural, o próprio Parque Anauá. Portanto, temos a gênese de um novo tempo promovido por atores políticos, através de novos núcleos para o esporte e lazer.

A partir desse local, os skatistas começam a vivenciar novos momentos. Andar de skate não era mais ir às ruas apenas, havia a Pista no Parque Anauá, onde as novas representações ocorriam no universo do skatista boa-vistense, e também para o visitante do Parque, pois na medida em que os skatistas se reuniam para andar na pista, um público se fazia presente, tanto para apreciar aquele momento quanto tentar brincar com os skatistas, nesse sentido é que se constrói a identidade skate.

A identidade skatista nos territórios do skate

A construção da identidade dos skatistas em Boa Vista faz parte de um contexto social e cultural que engloba diversos fatores, pois a cultura, qualquer que seja o conceito que se queira empregar, deve ser entendida como uma ação contínua e que conduz o ser humano a se classificar socialmente.

Desta forma, a identidade cultural ao ser analisada em um grupo ou sociedade reflete valores inerentes a eles, estabelecendo limites identitários que fortalecem laços e instigam a vontade de compartilhar esses valores com outros grupos.

Portanto, o convívio e a coexistência em meio às diversas e diferentes culturas é uma ocorrência que dá sentido à relação humana, como coloca Semprini (1999, p. 11): “a diferença é antes de tudo uma realidade concreta, um processo humano e social, que os homens empregam em suas práticas cotidianas e se encontram inseridas em um contexto histórico”.

Assim, a dinâmica cultural, quando discutida na perspectiva da formação da identidade das sociedades ou dos indivíduos na atualidade, toma como fato inicial a compreensão da sua complexidade.

Hall (2005) chama a atenção que “o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático”. Desta forma, quanto maior for o contato e o acesso a outras sociedades, “os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam” permite que as pessoas sejam confrontadas por múltiplas identidades, com as quais cada indivíduo poderia, mesmo que provisoriamente, se identificar.

A dinâmica discursiva em que se constitui a identidade dos skatistas pode ser articulada com aquilo que Harvey chama de “compressão dos tempos e espaços, característica das sociedades pós-modernas, e a partir da qual as comunidades ao redor do globo se vêem cada vez mais interconectadas”.

Essa compressão se dá em função do aumento da velocidade de produção e de troca de informações em tempo real através das mídias eletrônicas e dos meios digitais, das facilidades das viagens internacionais e da expansão dos mercados produtores e consumidores, que prescindem de fronteiras nacionais.

É a partir dessas categorias materiais e simbólicas que as identidades culturais se tornam artefatos abertos e flexíveis, tornando-se “desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos que parecem flutuar livremente”.

Na análise de Siderkum “um mundo globalizado cria o fenômeno de desterritorialização e descentramento, quando aponta os efeitos instaurados pela globalização e mundialização com a reconfiguração de identidades culturais que se manifestam como híbridas, fragmentadas e transitórias”.

De acordo com Huysens (1984 apud Harvey, 1992) “as múltiplas formas de alteridade que emergem das diferenças de subjetividade, de gênero e de sexualidade, de raça, de classe, de configurações de sensibilidade temporal e de localizações e deslocamentos geográficos espaciais e temporais”, formando aquilo que é efêmero, fragmentário, descontínuo e caótico, mudanças que ocorrem como conseqüências do hibridismo identitário na globalização das identidades.

Com isso, o skatista em Boa Vista era visto pela sociedade como alguém marginalizado, pois as práticas refletiam esse aspecto de contraversão das condutas culturais da cidade. Enquanto, este praticava o skate no Parque os nas ruas da cidade, era importante afirmar e confrontar as identidade locais, pelas diferenças e representações.

O que ocorria nessa marcação da diferença identitária, era que, atribuíam-se a condição marginal ao skatista boa-vistense, por meio dos grupos locais de Boa Vista, embora isso não fosse um fato isolado da cidade, pois de acordo com Brandão (1996):

O skate é contemporâneo à contracultura e fez parte da revolução cultural que marcou este período (...), momento de choque de gerações, mudança de mentalidade e manifestação do novo. Assim, não é de se estranhar o fato de muitos skatistas terem sido marginalizados no passado (...). O fato de o skate ter tido sua imagem construída de forma depreciativa pelo contexto histórico em que surgiu fez com que amplos setores mais conservadores da sociedade identificassem o skatista como possíveis marginais, soltos e tresloucados pelas ruas (BRANDÃO, 2006, p.114).

Portanto, essa concepção marginalizada atribuída aos skatistas, está relacionada a vários fatores, um deles é a indumentária, marcador da diferença na alteridade. Esse significador, a roupa, recebe a representação do marginal pela sociedade, embora segundo o que significa ser skatista não exista conduta marginal no vestir, antes é seu estilo.

Assim, os skatistas que frequentavam aquele local tinham características em comum, por exemplo, as músicas de rock e rap's nacionais e internacionais, além das roupas. Embora, a roupa era o chamado estilo, palavra usada muitas vezes pelos skatistas, tanto para mencionar manobras ou roupas, e que tem sua ênfase no fim dos anos 60, onde Villaça e Góes (1998) coloca:

Um fenômeno socioeconômico extraordinário: o advento dos teenagers (entre 13 e 20 anos), segmento considerado uma classe à parte e que vai determinar o surgimento de uma palavra mágica, o estilo. Os estilistas constituem então uma profissão de fé: fim das roupas pesadas, sérias e obedientes. O estilo passa a marcar uma mudança de geração e abole os privilégios da alta-costura. É a época da adoração da juventude e das metamorfoses do mercado. (VILLAÇA.; GÓES, 1998, p. 118).

As roupas skatistas, como marcadores identitários eram usadas muitas vezes, rasgadas por causa da lixa do skate. Os bermudões, as camisas folgadas, camisas com estampas contendo imagens de bandas de rock, rap. As calças jeans e tadel com bolsos largos, tênis com silver tape (fita adesiva).

Tudo isso refletia o estilo da roupa dos skatista. Corroborando com isso, Brândão vem afirmar que “o vestuário faz parte da história da cultura material e pode ser observado pelos seus aspectos simbólicos” e Peter Burke, ao fazer uso de palavras de outros pesquisadores, coloca que:

Em *la culture des habits* (1989), o historiador francês Daniel Roche voltou-se para a história das roupas por achar que elas dizem muito sobre as civilizações. Códigos de vestuário revelam códigos culturais. Por trás do vestuário, observa Roche, “é possível encontrar estruturas mentais”. (BURKE, 2005, p. 92).

Desta forma, essa condição da diferença na roupa, reforçava o que significava ser skatista, características essas que marcaram os próximos anos em Boa Vista. O estigma do marginalizado, talvez em Boa Vista fosse uma luta interna do grupo, por atribuir valores altruístas as práticas do skate, e não conseguir enxergar que muitas práticas do skate tinham representações negativas perante a sociedade, pois as roupas eram apenas um destes significados da contradição da identidade skatista.

Novos lugares, novos significados.

A pista de skate no Parque Anauá era considerada pelos skatistas o seu lugar, um “pedaço” deles, algo que dizia somente a eles. Utilizando a fala de Magnani (2003) esta apresenta uma série de categorias analíticas utilizadas para compreender os espaços espalhados pela cidade e frequentados por grupos urbanos. Entre eles, está a categoria de pedaço.

Pedaço, nas palavras do autor, seria o “espaço entre o privado (a casa) e o público (a rua) onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade”, semelhante ao conceito de sociabilidade usado por Maffesoli (2010).

Segundo este conceito o que estaria em jogo na noção de pedaço seriam dois elementos, “um de ordem espacial, física – configurando um território claramente demarcado ou constituído por certos equipamentos – e outro social, na forma de uma rede de relações que se estendia sobre esse território”.

Por este sentimento de pertencimento citado por Magnani eram o que faziam os skatistas se encontrar naquele local, porém, com o passar do tempo, novos skatistas começaram a andar na modalidade street (rua), executando manobras em alguns lugares da cidade, embora isso já ocorresse mesmo antes da Pista do Parque, agora ganha novos adeptos, e novos lugares no espaço urbano.

O skatista observa a cidade. Para ele não há como desvincular o andar de skate com o mobiliário urbano, a cidade é um emaranhado de obstáculos devidamente organizado para realizar manobras. No entanto, a cidade é vista pelo skatista como lugar de desafios, pois o mobiliário urbano tem uma expressão local que passa a ser ressignificada a cada nova manobra, seja ela no asfalto, calçadas, bancos de praças e escadarias, ou, na “onda dura” ralf pipe, desta forma, andar de skate na cidade é algo prazeroso.

É nestes anos, entre 1989 a 2000, que os skatistas começam a reivindicar um pertencimento, mostrando que não bastava andar de skate, era necessário se afirmar na cultural local, criando um novo momento na prática do skate em Boa Vista, que futuramente possibilitou a utilização do antigo espaço de patinação no Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, transformado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista na Pista de Skate do Ayrton Senna, onde ocorreram diversos campeonatos em 2000 e 2001.

A pista de skate do Airton Senna era composta por alguns equipamentos, entre eles tinha os principais como, o quarter que lembra um quarto de um tubo, a rampa de 45° graus, corrimão no chão e um funbox, constituído na forma de caixa com um topo plano e um rampa em dois ou mais lados, entre outros obstáculos que eram construído pelos próprios skatistas, sendo estes obstáculos que também faziam parte da pista de skate no Bairro do Pricumã, chamada de Pista do Pricumã, apenas com a diferença entre a Pista do Airton Senna e do Pricumã, pois os obstáculos tinha um grau maior de dificuldade devido altura dos equipamentos, além de um caixote de concreto para executar determinadas manobras de solo.

A partir daí o skate em Boa Vista ganha novos contornos com os trabalhos de Max Delly “Perna” no grafite e a produção da Zine 29, revista de skate produzida por Max Delly “Perna” e Marcelo Tobias “Bocão”, que tinha como foco mostrar o dia a dia dos skatistas, as produções de Grafite do “Perna” e criticar algumas ausências que os skatistas atribuíam ao poder público local:

No começo, porém considerada o fim, entre o Monte Roraima e Manaus está uma pequena cidade chamada Boa Vista, onde de dois anos para cá, vem crescendo um esporte diferente. Porém, praticado em todo o mundo. E é a partir disso que surge a 29, uma Zine que vai dar continuidade a uma homenagem de uma grande revista ⁸ (100%) que lançou a edição 28 em homenagem a Israel Gomes de Almeida. A 29 é a continuidade da 28, que surgiu a fim de tentar dar total apoio para o desenvolvimento do skate em Boa Vista. Diga não à violência e seja mais forte (ZINE 29).

É exatamente esse discurso que se analisa ao longo da revista, uma maneira de mostrar à sociedade boa-vistense que existe um grupo diferente, uma cultura diferente, uma identidade do ser skatista, valores diferentes e a não aceitação por parte de alguns sobre a condição de ser skatista, percebida na fala de Marcelo Brito “Bocão” e Max Delly “Perna” quando afirmam “um abraço para toda a “galera” sk8, que vem conseguindo superar perseguições, preconceitos e falta de apoio da família. Ajude-nos nesta luta. Desonestidade é prejuízo e você nunca ganha”.

Percebe-se claramente que neste contexto de reivindicação e pertencimento a identidade skatista, exige-se a necessidade de se diferenciar de outros grupos locais, como os “galerosos” estes eram diversos grupos de jovens na cidade de Boa Vista que nos anos de 1999 e 2000 praticavam roubos, assassinatos, e praticavam diversas brigas em lugares públicos com grupos rivais, e ficaram conhecidos por este termo pela população de Boa Vista.

⁸ As revistas especializadas com destaque no mercado editorial brasileiro: Cemporcento (100%) skate.

⁹ As revistas especializadas com destaque no mercado editorial brasileiro: Cemporcento (100%) skate.

Assim, os skatistas Boa-Vistense, ainda que estigmatizados e identificados pela sociedade como marginais, não aceitavam a condição de ser comparados aos galeiros, antes demonstravam que eram diferentes e que tinha a identidade skatista, ligadas ao esporte skate.

Isso se reflete, quando os skatistas expressam que as meninas ao praticar o skate no final dos anos 2000, seus pais não aceitavam seu envolvimento no grupo, pois na revista encontra-se a fala de Max “Perna” e Marcelo “Bocão” quando dizem que o fator das meninas andarem de skate “vem causando grande preconceito por parte dos pais e da sociedade” (ZINE 29).

Em outro momento, referindo-se a um campeonato na Pista de Skate na Praça do Pricumã na Zine 29, percebe-se certo ar de cinismo dos autores na Zine, quando estes, se referindo à polícia, afirmam: “mesmo com um sol quente, o público não deixou de comparecer ao campeonato e até a polícia deu atenção e compareceu”.

Neste contexto, depreendemos que os skatistas buscavam essa “aceitação” da população boa-vistense quando se referem ao “público se fez presente”, pois traçam a ideia de acolhimento, inferindo a interpretação que o “público” representando a sociedade boa-vistense que se fazia presente naquele lugar, estava “gostando deles”; ao mesmo tempo, a “polícia” que representava a luta contra o crime, também se fez presente deduzindo-se no entender do texto como uma forma de representação da condição do skatista, ainda com o estigma de “marginalizados”.

O Grafiteiro Max “Perna” também vem auxiliar nessa “luta” simbólica contra o skatista “marginalizado”, como eles mesmos se representavam perante a sociedade boa-vistense em busca do skatista “ideal”, como desejavam ser vistos socialmente, quando Max “Perna” entrevistado no trabalho: *Identidade Negociada: cultura e grafite na cidade de Boa Vista* por Lazarin afirma: “Eu estou na fase de fazer críticas sociais, utilizando o grafite como uma forma de linguagem, uma forma de intervenção mesmo”. Que posteriormente vai se transformar no primeiro professor e fundador da escolinha de grafite em Boa Vista.

A partir das pistas de skate como espaço de sociabilidade e construção de identidade, os skatistas fundam o marco da diferenciação perante a sociedade boa-vistense, pois “a identidade é, assim, marcada pela diferença” (SILVA, 2009, p.9), é nesse sentido que a identidade do skatista está interconectada com o mundo globalizado, pois o consumo de produtos, roupas, músicas, e tudo que envolve a prática do skate tem haver com as circulações de mercadorias, como revistas, fitas cassetes e outros meios de divulgação do ser skatista.

Um exemplo é o papel da televisão, esta a partir dos anos 80 ganha outras tendências tecnológicas que proporciona a flexibilidade da informação, a exemplo são os videocassetes que “explodiram em todo o mundo e tornaram-se em muitos países em desenvolvimento, importante alternativa à enfadonha programação da televisão oficial” (CASTELLS, 2009, p.423).

Aqui, cabe pensar um sobre quando os skatistas emprestavam, ou comprava as fitas cassete de skate, sobre campeonatos internacionais, produções de grandes marcas de roupas e tênis, que promoviam essas filmagens, e assim, essa fita, chegava de casa em casa, pois, como ainda não havia em boa vista uma explosão da internet com vídeos e mensagens instantâneas, os skatistas se organizavam na casa de alguém que tinha um videocassete, pois era um aparelho que poucas pessoas tinham em casa, e, antes de fazer as sessions (sair nas ruas praticando as manobras aprendidas nas fitas cassetes) assistiam os vídeos, e depois de assistir aquelas fitas, marcavam vários pontos da cidade, que poderiam tentar realizar aquelas manobras, e as fitas cassetes, eram uma forma de inspiração, porque ver como skatistas profissionais executavam as manobras e tentar adaptar a realidade dos obstáculos de Boa Vista, era o objetivo final.

Nesse sentindo na medida em que observavam os skatistas profissionais que saíam nas filmagens, também buscam obter os tênis, as calças, as camisas, e, tipos de peças de skate. Em Boa Vista existiam duas lojas nos anos de 1999 e 2000, eram as lojas do Charles, Adrenalina e a Loja do Gog¹⁰ (Ricardo), Sequinhos SK8, nessas duas lojas poderiam se comprar as peças, roupas e outros acessórios, como silver tipe (fita adesiva).

A loja do Gog (Ricardo) tinha uma característica voltada para comprar as peças e ouvir conselhos, pois entre os skatistas, embora não existam hierarquias rígidas de poder e liderança, contudo os que praticam o skate por mais tempo, recebem esse respeito do grupo.

A loja do Charles, localizada na parte central de Boa Vista, era o local onde os skatistas gostavam de ficar, pois no espaço da loja, passavam fitas cassetes de campeonatos e outros tipos de filmagens, shows de bandas de rock e vários esportes radicais na televisão no canto superior da loja, e antes das sessões muitos skatistas ficavam na loja para depois irem ao Parque Anauá perto do final da tarde, quando o cimento da pista não estava tão quente, e era possível andar na pista.

¹⁰ Esse apelido foi dado pelo Mauricio (Pezão) porquanto o Ricardo gostava de ouvir as músicas de Genivaldo Oliveira Gonçalves, mais conhecido GOG, um rapper de Brasília – DF.

Considerações finais

Compreendemos por meio desta pesquisa que o skate possibilita construir territórios nos espaços urbanos da cidade na medida em que constrói identidade. As práticas skatistas apresentam para outros grupos urbanos, a própria identidade pelas representações no cotidiano do skate.

Para ser skatista, não basta apenas andar de skate, antes os lugares, as práticas e toda a relação com o território demonstra que o universo skate é regido por valores de grupo e regras próprias. E que, na medida em que ocorrem os deslocamentos na cidade, criam novos territórios e novas territorialidades, que contribuem para formação de identidades.

Percebem-se ao longo da pesquisa as muitas maneiras de ser skatista, tanto nas práticas do esporte, quando na prática do lazer, pois tudo está relacionado à identidade skatista enquanto construtores de territórios e territorialidades no espaço urbano da cidade.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Leonardo. **Corpos deslizantes, corpos desviantes: a contracultura e o skate no Brasil**. Revista 100% Skate. São Paulo, nº 96, p. 114, março 2006.

_____. **Corpos Deslizantes, Corpos Desviantes: A prática do skate e suas representações no espaço urbano (1972 – 1989)**. 2006.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: **BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 2ª edição. Tradução de Mary Del Priori.

COSTA, Rogério H. da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª Ed. Rio de Janeiro. Bertand Brasil. 2011.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.

DELLY, Max.; BRITO, Marcelo. **A Primeira Zine de Boa Vista**, 29. Ed. 1, Ano I, 29. Nov. 2000.

FIORETTI, E. Campo. **Políticas públicas para cultura como fator de desenvolvimento econômico e social no estado de Roraima**. 2009. 102p. (Mestrado em Ciências Econômicas) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Universidade Federal de Roraima. 2009.

HONORATO, Tony. **Uma história do skate no Brasil: do lazer à esportivização**. Publicado em: Associação Nacional de História – Núcleo Regional de São Paulo. Anais do XVII Encontro Regional de História: O Lugar da História... Coordenação Geral Sylvia Bassetto, Campinas: UNICAMP, 2004.

HALL, Stuart, **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 10. Ed. 2005.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança**. In: LAZZARIN, L. Fernando. **A Negociação da Identidade. Cultura e Grafite em Boa Vista**. Visualidades. Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual - Fav I UFG, V. 5, n.1 Jan-Jun/2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna - Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola. 1992.

LAZZARIN, L. Fernando. **A Negociação da Identidade. Cultura e Grafite em Boa Vista**. Visualidades. Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual - Fav I UFG, V. 5, n.1 Jan-Jun/2008.

MONTIEL, Edgar. **A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização**. In: SIDEKUM, Antônio. **Alteridade e Multiculturalismo**. Rio Grande do Sul: Ijuí, 2003.

MONTIEL, Edgar. **A nova ordem simbólica: A diversidade cultural na era da globalização**. In: SIDEKUM, Antônio (Org.). **Alteridade e Multiculturalismo**. Rio Grande do Sul: Ijuí Ed: UNIJUÍ, Ijuí, 2003.

VIEIRA, Fagner Pereira. **Diversidade e produção de estereótipos: um estudo etnográfico da formação e atuação do soldado policial militar em Roraima**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas, 2011. Manaus: UFAM, 2011. p. 90.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru, SP, Ed. Universidade do Sagrado Coração. 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TESSARINE, J. Benedito. **O mobiliário urbano e a calçada**. 2008. 15p. Dissertação (Mestrado de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2008.

VILLAÇA, N.; GÓES, F. **Em nome do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ARTIGO

O DIREITO À CIDADE NO ESPAÇO URBANO EM BOA VISTA-RR: ESTUDO PRELIMINAR SOBRE O TRANSPORTE PÚBLICO E ALTERNATIVO

A produção do espaço urbano do município de Boa Vista/RR

A cidade de Boa Vista, no estado de Roraima, é a capital mais ao norte do Brasil, e está acima da linha do Equador (figura 1). Localizada na região centro-leste roraimense, caracteriza-se por ser o município mais urbanizado do estado com população estimada, em 2010, no total de 284.313 habitantes, segundo Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE); desse total, quase 98% da população reside na área urbana do município. Em 2016, segundo estimativa do IBGE, Boa Vista conta com 326.419 habitantes.

Figura 1: Localização do Município de Boa Vista/RR.



Fonte: OLIVEIRA, 2015.

Segundo Veras (2009), a cidade nasceu de uma antiga fazenda de pecuária em 1830, elevada a município em 1890, consolidando o projeto geopolítico amazônico, que visava garantir a ocupação e a manutenção dessa porção do território. Até 1940, a população ocupava predominantemente espaço rural. A partir de 1943, princi-

* Mestranda em Geografia Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: evelisepieve@gmail.com

** Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: artur.filho@ufr.br

palmente, o Território Federal de Roraima se tornou um lugar muito atrativo para a população de outras regiões brasileiras, que se instalaram tanto na capital, Boa Vista, como no interior do Território Federal de Roraima. Esses fluxos migratórios foram incentivados por governos à época com a intenção de criar um centro urbano administrativo, que se intensificou a partir de 1944, com o processo de urbanização da cidade de Boa Vista, sob o comando do então governador, capitão Êne Garcez dos Reis.

Desde a década de 1940 até os dias atuais, Boa Vista vivencia os efeitos dos planejamentos de integração amazônicos, que tinham o objetivo de aproximar economicamente a região norte do país com a região centro-sul, principalmente após a construção das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, na década de 1960. Outros projetos de desenvolvimento regional amazônico, nas décadas de 1970 e 1980, também estimularam o fluxo migratório de pessoas vindas de outros estados, resultando numa grande massa de migrantes que compõem, hoje, o estado de Roraima, principalmente pessoas vindas dos estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Sul (VERAS, 2009).

O processo de crescimento urbano de Boa Vista, nas últimas duas décadas, tem priorizado determinados serviços e regiões da cidade, principalmente no setor imobiliário, fruto da lógica de produção capitalista, que tem influenciado consideravelmente em seu processo de formação socioespacial. Entretanto, esse crescimento urbano não se dá de maneira homogênea no espaço, mas mostra-se seletivo e ordenado para determinadas áreas da cidade, a fim de promover a valorização da terra, principalmente na zona leste, que recebe maiores investimentos não apenas do setor privado – com loteamentos residenciais e comerciais de alto padrão – mas também do setor público, que realiza obras de infraestrutura urbana, como iluminação, asfaltamento e projetos paisagísticos, para atender a esses novos empreendimentos.

Enquanto isso, a zona oeste de Boa Vista, mais populosa, aguarda por investimentos da mesma ordem, como asfaltamento, iluminação e rede de esgoto, principalmente. Trata-se de uma área em que o preço da terra é menor em comparação com as zonas leste e centro.

As transformações socioespaciais de Boa Vista são, claramente, fruto de ações do mercado imobiliário, principalmente especuladores imobiliários, em conjunto com os poderes públicos Federal, Estadual e Municipal, resultando na expansão urbana do município, segmentando o espaço entre áreas valorizadas – zona leste - e áreas menos valorizadas – zona oeste.

Enquanto na zona leste de Boa Vista se concentram atividades e mercados de

alto padrão como restaurantes requintados, lojas de grife, construções de alto padrão, projetos paisagísticos nas calçadas e nas praças, na zona oeste o que se vê são, majoritariamente, construções residenciais precárias, subcentros comerciais abarrotados de lojas e pessoas, restaurantes populares, ruas sem asfaltamento – alguns bairros contam com asfalto, mas sem conservação ou manutenção -, iluminação pública precária, sem de rede de esgoto, sem escoamento de águas pluviais, entre outros problemas.

Assim sendo, pode-se dizer que Boa Vista tem se destacado como uma cidade em processo de expansão urbana, porém, priorizando determinados serviços e áreas da cidade. O aumento de negócios imobiliários necessita que investimentos do setor público sejam priorizados como transporte, segurança e saúde públicos. O objetivo da presente pesquisa se encarregará de compreender mais a dinâmica do transporte público – ônibus – e transporte alternativo – táxi-lotação – a partir da dinâmica de reestruturação do espaço urbano de Boa Vista e seu processo de expansão urbana.

Nesse processo, o que se tem visto como resultado é a organização econômica do espaço urbano em detrimento ao aspecto social, dificultando questões relativas à produção e reprodução social da população, ou seja, a desigualdade de acesso ao trabalho e ao lazer. O transporte público urbano está no centro do processo de reestruturação do espaço urbano, já que é um dos elementos que possibilita minimizar as desigualdades de acesso à cidade. A lógica capitalista vai organizando e delineando o crescimento da cidade de acordo com o seu desejo, valorizando determinados bairros e restringindo o acesso àqueles que não podem arcar com os custos desse investimento.

Considera-se que a configuração do espaço é fator primordial na análise acerca dos sistemas de transporte urbano, pois é importante ainda compreender a forma assumida pelo espaço urbano pelo espaço da circulação. A cidade não é um ambiente inerte, mas é um ambiente construído por estruturas físicas que dão sustentabilidade ao seu processo de desenvolvimento. Ela está permanentemente sujeita a um processo de (re)estruturação, submetida a paradigmas econômicos, criados pelo ser humano (SILVA, 2011).

Cabe ressaltar que a compreensão que se faz de espaço na presente pesquisa baseia-se no conceito de Santos (2014), ao dizer que o espaço é formado por um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações que interagem e devem ser considerados como um quadro único no qual a história se dá. O espaço tem se tornado cada vez mais um sistema de objetos artificiais, povoado por sistemas de ações

também artificiais, cada vez mais estranhos ao lugar e seus habitantes. Os sistemas de objetos agem condicionando as formas como se dão as ações, já o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. Desse modo, o espaço se torna dinâmico e se transforma (SANTOS, 2014).

Lefebvre (2001) considera que os problemas da sociedade não podem ser todos reduzidos à questões espaciais, tampouco a questões ligadas a um arquiteto ou à lógica matemática, mas que passem pela preocupação da produção social do espaço da cidade, em que a própria sociedade participe efetivamente da vida urbana, que tenha direito à cidade. Esse direito não pode ser concebido como simples direito à visita ou retorno às cidades tradicionais, mas como um direito à vida urbana.

O transporte público e o transporte alternativo em Boa Vista/RR

Se compreendermos que a cidade é uma construção humana, materialização do trabalho e resultante de um processo social (CARLOS, 2008), concluímos que não podemos tratá-la como um ambiente inerte, mas como um ambiente em constante transformação. Para entender suas formas de ocupação, é preciso compreender que essas formas se dão “a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver” (CARLOS, 2008, p.45), na intenção de suprir as condições materiais de existência do ser humano e a produção dos meios de vida.

O desenvolvimento da sociedade, dominado pelo processo de acumulação capitalista, e as relações socioespaciais, particularmente as relações entre produção capitalista e espaço, configuram-se como aspectos essenciais na análise sobre a dinâmica do transporte público de determinada cidade (SILVA, 2011).

A cidade atrai pessoas, investimentos, comércios, negócios e essas relações também são responsáveis pelo processo de produção da cidade. Para Villaça (1998), a lógica capitalista que se reproduz na cidade acompanhada pela lógica do mercado imobiliário acaba influenciando diretamente no processo de formação socioespacial desigual da cidade, priorizando investimentos em determinadas áreas de maior potencial para o desenvolvimento de atividades capitalistas em detrimento de outras, consideradas como menos “lucrativas”, do ponto de vista do capital especulativo.

Sendo assim, a “cidade “tipicamente capitalista” surgiu sob a égide do mecanismo de mercado, imperando basicamente nas transações imobiliárias, nos loteamentos e mais tarde no espaço urbano produzido sob o impacto do automóvel”

(VILLAÇA, 1998, p. 247). É possível, então, perceber uma paisagem marcada pela desigualdade social, em que determinadas áreas apresentam menor investimento em infraestrutura, como calçamento, asfalto, iluminação, transporte público, acesso à saúde e à educação.

Para Silva, “as sociedades são definidas conforme os modos de produção e como forma de organização social composta de classes, relações de propriedade, o Estado e seus governantes e uma lógica específica de produção e reprodução” (2011, p. 2), ou seja, o ambiente é construído socialmente, mas também engloba, além das estruturas de produção e reprodução, as estruturas de circulação.

Na cidade se materializa um sistema espacial complexo entre o espaço de produção – onde ocorre o processo de acumulação – e o espaço de reprodução – onde ocorre a recuperação da força de trabalho – mediados por um terceiro espaço, dedicado às necessidades de circulação. Cabe ressaltar que embora se apresente, aqui, uma separação entre esses espaços, eles estão interligados (SILVA, 2011).

A estrutura do processo de produção se dá quase integralmente no comércio, serviços e empresas públicas e privadas; a estrutura de reprodução pode ocorrer nas esferas social, cultural e biológica. O lar é um dos principais locais desse processo, além dos serviços de saúde, educação, lazer e eventos sociais e políticos. Já a circulação diz respeito ao movimento de pessoas e produtos, realizados pelas vias públicas, férreas, calçadas e terminais (SILVA, 2011).

A preocupação com a eficiência do transporte público em Boa Vista baseia-se, principalmente, por se tratar da capital de um estado brasileiro, que está num período significativo de expansão urbana e, conseqüentemente, aumento do número de população, não apenas com a chegada de migrantes de outras regiões do país, mas com a crise de abastecimento na Venezuela, muitos imigrantes estão vindos, principalmente, para a capital de Roraima, aumentando a necessidade de maiores investimentos em todos os segmentos de serviços públicos, principalmente no setor de saúde, educação, transporte e segurança pública.

A competência para legislar e regulamentar a prestação do serviço público de transporte coletivo está previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988, no art. 30, inciso V, e define que compete aos municípios prestar diretamente ou por meio de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local, inclusive o transporte público. Boa Vista por meio do Decreto 158/E de 08 de julho de 2005, cria o Regulamento de Transporte Coletivo do Município e dentre os itens previstos estão o transporte coletivo e o serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel, os táxi lotação.

O poder público municipal tem investido majoritariamente em áreas centrais e suas proximidades, reformando praças – com instalação de academias ao ar livre, redes wifi, parques infantis, quadras poliesportivas –, asfaltamento, calçamentos e construção de ciclovias. Nesse contexto, uma das maiores obras de revitalização foi a Orla Taumanan – área de lazer e de alimentação à beira do rio Branco na região central da cidade. Ao caminhar pelas áreas periféricas da cidade, é perceptível que esses bairros não recebem a mesma atenção e investimento em infraestrutura urbana. São áreas em que a iluminação pública é deficitária, com sérios problemas de segurança pública, não há manutenção do asfaltamento e escassas obras de drenagem de águas pluviais.

A circulação pela cidade de Boa Vista se dá por vias públicas e terminais urbanos. O sistema de transporte coletivo público – ônibus – e o sistema de transporte coletivo alternativo – táxi-lotação, veículo automotor destinado ao transporte público extraordinário, com capacidade máxima de 04 passageiros, excluindo o condutor, e que cumpre rotas parecidas com às linhas de ônibus -, dividem as mesmas ruas e avenidas.

O sistema de transporte por ônibus em Boa Vista, segundo dados coletados no site Boa Vista Card (acesso em 20 de novembro de 2016), sistema de bilhetes eletrônicos utilizados nos ônibus, conta com 18 linhas que atendem aos 57 bairros da cidade, ou seja, em média cada ônibus deve atender a 3 ou 4 bairros em sua rota.

O número de linhas, insuficiente para o tamanho da cidade, faz com que a espera pelos ônibus e a qualidade do serviço prestado pela empresa, a Cidade de Boa Vista Transportes Urbanos Ltda, fiquem comprometidos - segundo dados do IBGE, Boa Vista conta com 822 ônibus e 492 micro-ônibus. Os investimentos públicos para fins de planejamento e organização do sistema de transporte público não são efetivamente suficientes, haja vista a necessidade de se regulamentar um sistema de transporte alternativo, os táxis-lotação.

Os principais problemas em relação às rotas de ônibus consistem principalmente no atendimento ao bairro, pois, em alguns casos os ônibus apenas passam pelas bordas do bairro, ou seja, nas avenidas principais, como é o caso do Jardim Floresta. Além disso, algumas linhas de ônibus deixam de operar aos finais de semana, como é o caso da linha 206 - Caranã/UFRR. Soma-se a esse cenário o tempo de espera em pontos de ônibus, que muitos estão sem cobertura e sem assentos, num sol escaldante e calor acima dos 30°C, além da péssima qualidade dos ônibus, com pouca ventilação e a maioria sem ar condicionado.

O táxi-lotação deveria cumprir a mesma rota das linhas de ônibus, porém, há relatos de que para os bairros mais distantes cobra-se o dobro da tarifa, que já é maior que a tarifa paga pelo serviço de ônibus. Alguns bairros não são atendidos integralmente pelo serviço de táxi-lotação, como é o caso do bairro Senador Hélio Campos, em que os passageiros são levados até um ponto próximo ao bairro e, ainda assim, precisam pagar duas passagens. O mesmo acontece para o bairro Cidade Satélite, que além das duas tarifas cobradas, os passageiros relatam que muitos motoristas de táxi-lotação se recusam a completar a rota.

Outra característica que evidencia a precariedade na prestação de serviços do sistema de táxi-lotação é que a disponibilidade dos serviços tem uma carga horária reduzida em comparação aos ônibus. De acordo com dados da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do Município de Boa Vista, EMHUR – órgão responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão, permissão, administração e controle do Serviço de Transporte de Passageiros por táxi e que também fiscaliza a Cidade de Boa Vista Transportes Urbanos Ltda, existem 411 alvarás para táxi-lotação em 2014 em Boa Vista. O horário de funcionamento se dá a partir das 06h às 20h de segunda a sexta, das 06h às 14h aos sábados, e das 08h às 12h aos domingos e feriados.

Aos finais de semana, os táxis-lotação, além de horário reduzido, não atendem todos os bairros como nos dias úteis da semana. Assim, novamente os bairros mais afastados, são os mais prejudicados pela falta de transporte público que os leve até as áreas de lazer no centro da cidade, como ir até à praça das Águas, um grande ponto de encontro e lazer tanto para crianças como para jovens e adultos; além disso, com a inauguração de dois shoppings centers nos extremos da cidade, zona leste e zona oeste, a movimentação nas ruas aumentou e isso, conseqüentemente, acarretou aumento no número de usuários do sistema de transporte dentro da cidade. Seriam necessários, então, maiores investimentos em qualidade do serviço e também um aumento no número de veículos disponíveis.

A malha viária da cidade é extensa e organizada por grandes avenidas que interligam os bairros ao centro (figura 2), parte principal das rotas tanto de ônibus, táxi lotação e veículos particulares, num percurso que pode durar até mais de uma hora em horários de pico. Nos bairros mais distantes, o intervalo entre um ônibus e outro pode ser de até uma hora ou mais, principalmente aos finais de semana, quando o número de veículos disponíveis é reduzido consideravelmente.

Figura 2: Croqui da Malha Viária de Boa Vista/RR



Fonte: OLIVEIRA, 2015.

Nesse sentido, percebe-se que a qualidade das políticas públicas voltadas para o setor de transporte é essencial para o funcionamento da cidade. A estruturação da cidade reflete a organização social de nossa sociedade desigual, portanto, se torna perceptível a distribuição injusta de ônus e bônus do processo de urbanização. Como resultado, acentua-se a fragmentação, a segmentação e a segregação no espaço urbano, com a cidade continuando a se expandir de forma descontínua, tanto social quanto espacialmente (MOREIRA JR, 2010).

O sistema de circulação intra-urbano, ou seja, dentro da cidade, se torna primordial no processo de produção da cidade, pois é componente essencial da dinâmica espacial, interferindo diretamente no cotidiano dos que a vivem, afetando seu direito à cidade. Damiani (2004) aponta que quanto mais a capacidade de circulação da

cidade se expande, mais a especulação imobiliária vai se tornando uma espécie de delineador da organização urbana, o espaço passa a agregar valor que varia de acordo com a qualidade da infraestrutura e a localização geográfica.

Assim, o sistema de transporte público e o sistema de transporte alternativo se faz primordial no processo de produção e reprodução social, pois está ligado diretamente à possibilidade de acesso ao trabalho e ao lazer, que compõem, então, aspectos básicos do direito à cidade.

O direito à cidade pelo transporte público e transporte alternativo em Boa Vista-RR

O transporte público torna-se uma questão tanto política quanto social. O investimento nesse setor deriva da complexidade das vias de acesso à cidade, influenciada pelo seu crescimento, ou seja, quanto maior a mancha urbana, maior deverá ser o investimento no setor.

Para Corrêa (1995) a atuação do Estado na organização espacial da cidade é complexa e varia tanto no tempo como no espaço, pois é reflexo da dinâmica da sociedade da qual é constituinte, já que é por meio de serviços públicos, como sistema de circulação, sistema viário, calçamento e outros serviços, que atendem tanto a empresas como a população.

De acordo com Silva (2011, p.8):

A circulação urbana é um fator vital pra a reprodução do espaço urbano, onde o ato de circular é feito através dos sistemas viários. O sistema de circulação intra-urbano viabiliza assim as relações entre as diversas localizações do espaço urbano. Tais relações otimizam a economia capitalista e a reprodução das relações sociais que a sustentam. O ato de circular deriva diretamente do fato de diferentes atividades ocorrerem em diferentes localidades, porém interligadas pela lógica do sistema capitalista.

A localização torna-se então condição fundamental para toda atividade social, seja ela técnica, econômica ou cultural.

Nesse sentido, a circulação é apresentada como componente importante no processo de reprodução social. A mobilidade da população é uma premissa básica do processo produtivo, pois viabiliza o acesso do capital à mão-de-obra, do comércio com o consumidor e entre o centro e a periferia, ou seja, é a possibilidade de realização do ser humano enquanto ser social que interage com o espaço, (re) produzindo-o (SILVA, 2011).

Portanto, privar a população da cidade de um sistema de transporte público eficiente e de qualidade é acentuar o processo de espoliação urbana, descrito por Kowarick (1985, p.34) como:

somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.

Para que o sistema de circulação da cidade possa funcionar efetivamente, é preciso uma nova ideia de cidade que priorize o acesso da classe trabalhadora aos diversos espaços da cidade. Para Lefebvre (2001), a classe operária é “sujeito” e “objeto” do processo de integração desses espaços, a fim de destruir a estratégia de segregação.

Em si mesma reformista, a estratégia de renovação urbana se torna “necessariamente” revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas. A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social de políticas para se tornar atuante. Ela não age por si mesma. Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela. Apenas esta classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos “centros de decisão” (2001, p. 113, grifos do autor).

Diante do exposto, fica evidente que transporte público tem influência direta nas atividades humanas, ou seja, na produção do espaço urbano e na reprodução social. Para Beaujeu-Garnier (1997, p. 181):

em função dos transportes [...] podemos perceber a sua influência sobre a dimensão e o desenvolvimento urbano, na natureza e na localização das atividades, nas densidades da população, nos modos de vida urbanos, na estrutura urbana e na sua expansão espacial, nos preços do solo e na segregação dos habitantes, nas possibilidades de emprego.

O transporte público mostra-se, então, como algo além de uma simples política pública voltada para a união do capital à mão-de-obra, mas é um fator primordial para o processo de reprodução social, e que depende da infraestrutura física disponível. A estrutura da cidade é reflexo da organização da sociedade.

Lefebvre (2001) considera que os problemas da sociedade não podem ser todos reduzidos a questões espaciais, tampouco a questões ligadas à uma lógica matemática ou relegados à um arquiteto, mas que passem pela preocupação do produção

social do espaço da cidade, em que a própria sociedade participe efetivamente da vida urbana, que tenha direito à cidade. Esse direito não pode ser concebido como simples direito a visita ou retorno às cidades tradicionais, mas como um direito à vida urbana.

O direito à cidade é considerado como uma forma superior de direitos: “direito à liberdade, à individualização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)” (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Diante do que foi exposto, pode-se considerar que a cidade de Boa Vista muito ainda tem por fazer para garantir o direito à cidade aos seus habitantes. O sistema de transporte público, ou seja, o sistema de circulação, não apresenta condições suficientes de garantir tal direito à seus habitantes.

A falta de atendimento tanto do transporte público coletivo – ônibus -, quanto do transporte alternativo – táxi-lotação – condicionam que os habitantes de bairros distantes do centro tenham acesso restrito aos espaços da cidade, já que nem todos os habitantes tem condição de arcar com os custos de um táxi convencional.

Considerações finais

O sistema de transporte público em Boa Vista-RR tem se mostrado deficitário, pois não atende satisfatoriamente as necessidades da população. As rotas de ônibus se tornam um percurso longo e cansativo, além do problema da falta de atendimento desse tipo de serviço nos finais de semana e feriados em determinados bairros. No que tange ao transporte alternativo, o táxi-lotação, o horário de atendimento reduzido e a negativa de alguns motoristas em cumprirem a rota até o final, impossibilita que parte da população utilize esse tipo de transporte.

Ainda que o poder público municipal e estadual, principalmente, atuem na melhoria da infraestrutura de lazer no município, com a construção de praças e áreas de lazer, é necessário que as condições de acesso a esses “novos” pontos da cidade também sejam melhorados.

A presente pesquisa está ainda no início da fase de coleta de dados, mas já é possível vislumbrar uma deficiência no sistema de circulação intra-urbano de Boa Vista, já que determinados bairros ficam isolados aos finais de semana e feriados pelo precário acesso ao transporte público.

Considera-se que esse é um dos aspectos que contribuem para o aumento dos efeitos da segregação socioespacial, já que influencia no “aprisionamento” de ca-

madras expressivas da população em seus bairros e áreas do entorno, diminuindo o convívio social dessas pessoas.

Nos bairros mais afastados não se vê os mesmos investimentos em equipamentos de lazer como nas áreas centrais. O número de praças revitalizadas é ínfimo, as festas organizadas pela prefeitura e pelo Governo do Estado acontecem principalmente nas áreas centrais aos finais de semana, justamente quando o transporte público e o transporte alternativo atuam com menor capacidade.

Portanto, é possível perceber que a cidade de Boa Vista, em pleno movimento de expansão urbana e aumento populacional com a chegada de migrantes e também de imigrantes, ainda não conta com um sistema de circulação que satisfaça as demandas da população. Esse é um requisito básico e essencial para que o direito à cidade seja garantido e exercido por todos os seus habitantes. Pode-se dizer também que a lógica do veículo individual é a mais disseminada pelo poder público, onde é possível ver a imensa quantidade de motos de pequeno porte (até 100 cilindradas) nas periferias da cidade, uma vez que para conduzir uma dessas não é necessário ter habilitação, bastando somente uma ‘autorização’ do Departamento de Trânsito de Roraima (DETRAN/RR), o que evidencia a forma paliativa como o Estado em suas diversas esferas trata a questão do transporte e do direito à cidade.

Referências bibliográficas

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa, 2ª. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BOA VISTA. Decreto Municipal n.º 158/E de 08 de julho de 2005. **REGULAMENTO DE TRANSPORTES COLETIVOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em 12/11/2016.

CARLOS, Ana. F. A. A (Re)**Produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. Ed. Ática, Série Princípios, 3ª. Ed., n° 174, 1995.

DAMIANI, Amélia. L. **A urbanização crítica e a situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo** In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A. U. de. (Org.) Geografia de São Paulo: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. @Cidades: Boa Vista – RR. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=140010&search=|boa-vista> > . Acesso em: 06/11/2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=14&dados=0>>. Acesso em: 05/11/2016.

KOWARICK, Lúcio. **O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana**. In: MOISÉS, José A. et al.. Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Farias. Centauro, São Paulo, 2001.

MOREIRA JR, Orlando. **Cidade Partida: segregação induzida e auto-segregação urbana**. In: **Caminhos da Geografia**. Uberlândia. V.13, N°33, mar/2010, p.1-10. Revista OnLine disponível em: < <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> >. Acesso em 20/11/2013.

OLIVEIRA, Ana L. S. de. **Plano estratégico de mobilidade urbana para o transporte público coletivo por ônibus no Município de Boa Vista/RR. 2015**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 8ª reimpr. – São Paulo: EdUSP, 2014.

SILVA, André Luiz Bezerra da. **Circulação, transporte e espaço urbano**. Revista de Geografia – PPGEO – Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 2, nº 1, p. 1 – 9, 2011.

VERAS, Antonio T. de R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima – Brasil**. 2009. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

ARTIGO

O MERCADO DE TRABALHO E A MOBILIDADE DE VENEZUELANOS NA FRONTEIRA BRASIL / VENEZUELA

Introdução

O estado de Roraima, assim como outros estados da federação, tem presenciado um constante fluxo migratório por parte de populações, em sua maioria, proveniente dos países vizinhos. Em Roraima, o fluxo intenso, na atualidade é de Venezuelanos, notadamente para sua capital, Boa Vista.

Diferentemente do momento em que a maioria dos cidadãos de outros países vinham para cá com o intuito viagens de lazer, e especificamente, em Roraima, vinham em grande parte para contemplar as belezas naturais da chamada “Terra de Macunaima”, hoje, os migrantes que se direcionam a Roraima vem para disputar o mercado de trabalho com cidadãos brasileiros. Esta é a principal forma que, de modo mais acentuado, os venezuelanos têm encontrado para fugir das turbulências políticas e econômicas que afetam seu país nos últimos anos.

Este trabalho tem como objetivo, verificar através de observação direta e co-itejamento com documentos e entrevistas, o possível impacto para o mercado de trabalho e para a cidade em si, do aumento de imigrantes venezuelanos trabalhando nas ruas, lanchonetes, restaurantes, supermercados, lojas e escritórios.

Percebendo-se que o número de brasileiros desempregados vem aumentando no mercado local, cabe indagar se esta escassez de empregos deve ser entendida apenas como fruto da crise interna do Brasil, ou, se no caso de Roraima, o afluxo de imigrantes venezuelanos tem contribuído para este cenário.

Constata-se nas primeiras análises que os venezuelanos têm uma formação acadêmica baseada em um currículo mais exigente, e ainda destacam-se por estarem mais preparados para o atendimento aos clientes, conforme percepção local e entre-

* Professora Departamento de Geografia - Coordenadora do LAGETAM/UFRR e do PIBID /Geografia - pibid.geografia@ufr.br.

** Acadêmica do curso de Licenciatura em Geografia.

*** Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia.

vistas realizadas, considerando-se também que as empresas cobram mais eficiência na qualidade dos serviços e da mão de obra, e valorizam o domínio de dois ou mais idiomas, como tem sido observado na realidade local de Boa Vista.

Com isso, este artigo fará uma análise dessa transformação que o mercado de trabalho boa-vistense vem passando, buscando observar, principalmente, a formação acadêmica desses imigrantes estrangeiros em comparação com a demanda de candidatos brasileiros que também procuram emprego no município de Boa Vista.

Migração e mercado de trabalho no Brasil

Se após 2004, o mercado de trabalho brasileiro dá sinais de uma melhora significativa no que se refere a diminuição do emprego e da informalidade, bem como no aumento real dos salários, a década seguinte revela que esta bonança foi temporária e, ligada a uma situação particular interna e externa, e o que se revela atualmente é um forte queda na renda dos trabalhadores e na quantidade de empregos e na geração de novos emprego. É assim que nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado uma forte recessão, com indicadores negativos, em vários setores. Assiste-se a demissões em massa, volta da inflação e diminuição da renda dos trabalhadores.

Conforme a Revista Exame, em abril de 2016:

Janeiro foi o 19º mês seguido em que o índice mostrou queda na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Nunca houve um período de declínio tão prolongado quanto o atual em toda a série histórica do estudo, que teve início em 2004. (Revista Exame: 10/03/2016).

E esta queda ainda não dá mostra de estagnar-se no curto prazo. Parece que a luz do fundo do túnel ainda esta muito tênue, inclusive porque o país, mergulhado em corrupção, tem dificuldades em encontrar um rumo, sobretudo sem afetar ainda mais a população mais carente.

Não obstante, a crise na economia brasileira, tem havido a entrada de imigrantes, inclusive nas áreas fronteiriças com economias muito frágeis em relação às áreas centrais do país, além de uma infra-estrutura de comunicação, de atendimento a educação, à saúde e uma base tecnológica muito insipientes

Se durante o final século XIX e início do XX, a população migrante que vinha para o Brasil dirigia-se mormente para áreas rurais, e o sonho era a conquista da “terra”, na atualidade, um dos principais aspectos desta escolha, segundo alguns estudos é justamente a procura de empregos.

Cavalcanti (2015, p. 30) ressalta que, os imigrantes no Brasil seguem a tônica da incorporação laboral dos imigrantes nos países com tradição de recepção de fluxos migratórios. Na sua maioria, os imigrantes contam com uma formação profissional superior, mas no momento de incorporação no mercado de trabalho descendem na escala laboral e, portanto, social. Assim os imigrantes se inserem no mercado de trabalho em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e a sua experiência laboral prévia.

De modo geral, os imigrantes têm uma formação técnica e profissional superior às exigidas pelo exercício da profissão atual e, portanto, há uma inconsistência de status na medida em que exercem atividades aquém das suas formações e experiências nos países de origem. Esse é o caso de dentistas, médicos, jornalistas, engenheiros que estão trabalhando na construção, na indústria pesada, nos abatedouros de frangos e carnes, entre outras atividades. (CAVALCANTI, 2015, p. 39)

Como se observa, a situação do trabalhador migrante é diferenciada, sobretudo nos casos em que este encontra-se em situação irregular no país. O Censo Demográfico comparativo 2000/2010 mostra que as horas trabalhadas pelos imigrantes é também maior que as horas trabalhadas pelo trabalhador do país, e tem aumentado cada vez mais, caracterizando uma situação de exploração cada vez mais intensa.

A crise econômica e a mobilidade de venezuelanos na fronteira Brasil/Venezuela

A dinâmica migratória internacional que se observa hoje na Amazônia brasileira revela novos padrões e comportamentos dos migrantes tendo em vista os aspectos peculiares das realidades políticas sociais e econômicas no mundo globalizado. “Diante deste cenário, os movimentos migratórios transfronteiriços destacam-se como movimentos curtos mais intensos e complexos, porém com volumes menores em relação às ondas migratórias do início do século passado”. (HAKKERT & MARTINE, 2006)

Partindo-se de autores como o geógrafo Milton Santos e do seu entendimento sobre os dois circuitos da economia, podemos compreender que as áreas e os setores mais afetados pelas crises cíclicas do capitalismo são sempre os mais vulneráveis, menos recobertos pela informação, circulação e tecnologias.

Por outro lado, autores como o russo Kondratieff, que consolida uma explicação sobre os ciclos curtos, médios e longos da economia, nos trazem como contri-

buição a reflexão de que o Capitalismo possui no seu DNA as fases de crescimento e estagnação, como processo inerente do acúmulo de capitais, da demanda e da oferta de bens e serviços.

Mas, no caso específico da Venezuela, há um certo consenso ao afirmar que a sua crise atual é fruto da “continuação de um processo extrativista iniciado no século XX e não rompido pelo governo de Hugo Chávez”. Pode-se dizer que a economia de base petroleira, funcionou na Venezuela como a economia de comodites no Brasil, com uma percepção de alguns setores que viam neste modelo a “salvação da lavoura”, sem perceber a sua esgotabilidade e riscos no cenário internacional competitivo que se avizinhava.

Atualmente a população convive com hiperinflação, escassez de alimentos e produtos básicos, apagões elétricos nas residências, falta de água nas torneiras, aumento da mortalidade infantil, entre outras tantas tragédias sociais. Não sem razão, protestos se multiplicam dia após dia pelos principais centros urbanos do país. A nação que há alguns anos era modelo no combate à desigualdade amarga atualmente uma piora generalizada nos indicadores sociais. A escassez de medicamentos e produtos básicos de consumo coloca a Venezuela no limiar de uma crise humanitária.

Percebe-se isso quando Santos (1997, p. 2) afirma que, “pela formação social do país, os direitos tornaram-se privilégios e tiveram sua existência atrelada às questões de ordem econômica, em uma realidade de país colonizado com profundas disparidades sociais”.

Com isso, Muitos venezuelanos abastados e da classe média estão saindo do país, num êxodo lento de cientistas, médicos, empresários e engenheiros fogem para os países vizinhos a procura de novas oportunidades.

Conforme vem se noticiando na mídia brasileira e venezuelana, o fluxo migratório na fronteira Brasil/Venezuela, aumentou significativamente no último ano. Isso, devido à atual crise econômica vivida pela Venezuela.

Segundo Jornal O Globo:

Em um país mergulhado na crise econômica, os jovens venezuelanos enfrentam grandes desafios para entrar no mercado de trabalho. Uma estimativa recente das organizações sindicais locais indicam que o índice de desemprego chega a 26,5% na faixa etária de 15 a 30 anos. No cenário de dificuldades, nem mesmo um diploma universitário é garantia de trabalho para os jovens. (Jornal O GLOBO: 08/06/2016).

Conforme Rodrigues (2006, p.197):

O espaço fronteiro entre o Brasil e a Venezuela também vem sendo profundamente impactado em virtude das novas tecnologias de transporte e comunicação intensificando os fluxos transfronteiriços de mercadorias (legais e ilegais), de pessoas (turistas, moradores de fronteiras, imigrantes, trabalhadores migrantes), bem como fluxos imateriais e simbólicos (bilinguismo,portunhol) em que as culturas e as identidades transcendem seu lugar de origem e se hibridizam a ponto de ser cada vez mais difícil identificar suas origens.

Com isso, vê-se o grande número de migrantes venezuelanos na fronteira do Brasil, conforme dados da Polícia Federal, no site G1:

Ao menos 493 venezuelanos procuram a Polícia Federal em Roraima para pedir refúgio nos primeiros sete meses deste ano. O número representa 110% a mais do que os 234 pedidos registrados ao longo de todo o ano de 2015. Para a PF, o 'aumento sensível' nos pedidos ocorre devido à crise econômica vivida no país que faz fronteira com Roraima, e que está a 250 km da capital Boa Vista. (Site G1: 12/07/2016).

Pode-se perceber que o mercado de trabalho roraimense está absorvendo imigrantes como uma mão qualificada, devido à forte demanda de trabalhadores qualificados estrangeiro e em consequência recebe também mão de obra mais barata.

Rodrigues ressalta que:

Tanto os brasileiros na Venezuela e na Guiana, como os imigrantes em Roraima enfrentam as mesmas dificuldades que os grupos nacionais menos favorecidos, mas, agravados pela situação de irregularidade ou não formalidade. As condições de trabalho tornam vulnerável grande número de trabalhadores e trabalhadoras e que os deixam suscetíveis à exploração alheia de sua condição desfavorável. (RODRIGUES, 2014, p. 14)

Tal qual em outras áreas no mundo, a migração aqui nas nossas fronteiras deve ser entendida em toda sua complexidade, com todos os encontros e desencontros, desterritorialidades, novas territorialidades, multi e transdisciplinaridade.

Método, técnicas e resultados alcançados

A pesquisa foi realizada na cidade de Boa Vista/RR, que tem segundo estimativa do IBGE/2015 um índice populacional de 320.714 habitantes, sendo que o estado de Roraima é a unidade federativa menos populosa do Brasil.

“Em 2010, o censo apontava uma população de 450.479 habitantes e, neste ano, Roraima teve um crescimento populacional de 12,25%, com 55.186. Os 505.665 ha-

bitantes representam 0,2% da população total do país, sendo assim, o estado menos populoso do país”. (g1.globo.com/rr/roraima/2015/08)

Utilizou-se a técnica de pesquisa qualitativa e quantitativa, derivada de entrevistas e leitura fontes primárias e secundárias.

Participaram da pesquisa cinquenta imigrantes venezuelanos que trabalham formalmente no município de Boa Vista, sendo trinta e cinco do sexo masculino e quinze do sexo feminino, com idade entre 21 e 60 anos. Vivem em Roraima em média há um ano, e dentre eles trinta são casados e vinte solteiros.

Inicialmente foi feita uma pesquisa nos locais de trabalho dos participantes, entre eles lojas, supermercados, drogarias, salões de beleza, shopping, entre outros. Buscou-se uma abordagem informal, para após responderem ao questionário de pesquisa, com doze perguntas divididas em dois grupos, primeiro a caracterização sócio demográfica, e depois as causas da emigração. A tabulação que se segue foi efetuada pelos próprios autores.

Sobre a faixa etária, observou que a maioria que emigraram para Roraima está entre 31 e 40 anos, e em menor número entre 41 e 50 anos, conforme o Gráfico 1. Destes 40% são graduados, ou seja, tem nível superior nas áreas de administração, engenharia elétrica, pedagogia, direito, engenharia de petróleo, entre outras. E apenas 10%, não possui escolaridade obrigatória, visto que exerciam empregos informais no seu país de origem, como vendedores ambulantes por exemplo (Gráfico 2).

Gráfico 1: Sobre a faixa etária



Gráfico 2: Sobre a escolaridade



Uma das principais causas que levaram essas pessoas a saírem de seu país de origem, quase que unanimemente foi respondido a procura de melhores condições de vida (Gráfico 3). Destaca-se aqui que, entre os participantes da pesquisa apenas um veio por situações políticas. Muitos relataram que devido à desvalorização da moeda venezuelana e a escassez de alimentos são parte dos fatores que o fizeram vir procurar emprego.

Gráfico 3: Principal razão que o levou a sair do seu país de origem



Além disso, a facilidade de conseguir emprego no Brasil, e também a proposta de emprego, devido à formação, faz com que muitos venezuelanos venham para o estado de Roraima, conforme indica o Gráfico 4.

Gráfico 4: Quais razões da escolha da vinda para o Brasil



Observou-se que apesar de a maioria estar empregado no seu país de origem, mesmo assim, migraram para obter melhores condições financeiras (Gráfico 5). Já no Brasil, atualmente todos se encontram empregados, mesmo não atuando em sua área de formação, com indica o gráfico 6. Destaca-se aqui que grande maioria trabalha como caixa de supermercado, entregador, garçom, auxiliar de escritório, vendedor e atendente em lojas, cabeleireiros, manicures, além de outros trabalhos formais.

Gráfico 5: Situação profissional no seu país de origem



Gráfico 6: Situação profissional atualmente



Por fim, perguntados sobre as principais dificuldades de adaptação a sociedade brasileira, percebeu-se que a grande dificuldade é a língua portuguesa, seguido da adaptação ao trabalho, pois muitos não exerciam tais funções anteriormente.

Gráfico 7: Principais dificuldades de adaptação



A partir dessas análises dos dados de inserção dos indivíduos vindos da Venezuela no mercado de trabalho, verificou-se que são múltiplos os fatores explicativos desses fenômenos. Isto é, notou-se que, em uma análise sobre as diferenças de posições dos indivíduos no mercado de trabalho e de seus rendimentos, uma vez que, o mesmo deixa de exercer sua profissão para poder melhorar sua qualidade de vida, além de seus familiares.

Nessa mostra de pesquisa, pode-se perceber também que aqueles que mudam de casa, de cidade ou de país, também mudam de vida, adquirem novas práticas culturais. Observa-se que, sem opções de trabalho, muitos deles se vêem obrigados a mudar de carreira para arranjar emprego no Brasil e ajudar os familiares que continuam no país fronteiriço ao estado. São engenheiros, advogados, enfermeiros, médicos, entre tanto outros profissionais, que não conseguem validar seus diplomas no Brasil, e com isso, passam a trabalhar como garçons, atendentes, caixas de supermercados, dentre várias outras profissões, que não exigem diploma.

Essa diferença na estrutura social quando chega ao país afeta diretamente na economia da sua cidade de origem, conforme Milton Santos destaca:

As estruturas sociais – diferenças de renda na cidade, diferenças de consumo, os dois circuitos de produção e o papel da população urbana sobre o setor produtivo - estão relacionadas a aspectos da economia urbana que correspondem à existência de assalariados e não-assalariados, a nacionalidade e a profissão, bem como a nacionalidade e a renda. (SANTOS, 1980, p. 55).

Considerações finais

Roraima constitui-se num estado de migração, tendo ainda hoje um fluxo considerável para as áreas urbanas, sendo que na conjuntura atual temos a percepção, a partir do pequeno universo estudado que o fluxo migratório ainda irá se intensificar, não apenas pela situação peculiar da Venezuela, como também da conjuntura interna do país, de desemprego nas áreas metropolitanas.

A mobilidade na fronteira Brasil/Venezuela se dá através de deslocamentos constantes, não apenas para as áreas de garimpo, como também para as áreas urbanas, e relacionam-se diretamente à conjuntura política, econômica e social de cada um destes países. O comércio, o contrabando de mercadorias, redes lícitas e ilícitas também se processam nesses espaços fronteiriços, distantes do foco de atenção nacional.

No caso específico da fronteira Brasil-Venezuela, a migração é alimentada por mobilidades em função, por um lado, de um comércio que funciona como sistema complementar de mercadorias, variando sua busca em função das conjunturas políticas e econômicas desses países. Mas também pela busca de serviços, de tratamento médico, de qualificação profissional, que servem de elementos balizadores na decisão de mover-se temporária ou permanentemente entre esses territórios.

Entretanto, é preciso apontar algumas dificuldades vinculadas às políticas migratórias, marcadas essencialmente pela necessidade de mão de obra barata, favorecendo o crescimento econômico dos países de melhor ascensão econômica.

Pode-se dizer que, o mercado de trabalho roraimense já apresenta algumas mudanças com a chegada dos imigrantes desde novo fluxo, pós Hugo Chaves. Devido a maior qualificação no ensino superior, qualidade no atendimento, domínio de idiomas por parte dos venezuelanos, algumas empresas já começam a pensar na qualificação dos seus trabalhadores, quando da não substituição pelo imigrante, principalmente na área de relações interpessoais. Além disso, também, apesar de estar exercendo uma profissão inferior a sua formação, estão mais abertos a se adaptarem em qualquer área profissional, e por isso, o profissional brasileiro acaba perdendo espaço para esses novos profissionais mais qualificados.

Referências bibliográficas

ARAGÓN, Luis E (Org.). **A aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009, p. 11-38.

BAENINGER, Rosana (Org.). O Brasil na rota das migrações internacionais recentes. **Sala de Imprensa**. Campinas: Núcleo de Estudos de População. v. 9. 2013, p. 9-22. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2003/ju226pg2b.html>.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: Territórios, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.). **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm> Acesso em: 21/07/2016

DINIZ, Alexandre M A; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. **Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima**. s/d. 20p. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docs/pdf/ABEP2006_345.pdf>. Acesso em: 20/10/2017.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978, p. 13-41.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** In Revista Psicologia: teoria e prática. v. 22, n.2, mai/ago 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: Um Debate**. In: *GEOgraphia*. Ano IX, nº17. Niterói/RJ, UFF/EGG, 2007, p.19- 45.

Site G1 Roraima. Roraima-passa-de-500-mil-habitantes-e-continua-o-menos-populoso-dizIBGE. Disponível em : <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/08/roraima-passa-de-500-mil-habitantes-e-continua-o-menos-populoso-diz-ibge.http>. Acesso em : 15/10/2016

IBGE, 2011. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 21/07/2016

MAPA DE RORAIMA. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Roraima/>>

MARQUES, José Roberto. **Qual é o estado atual do mercado de trabalho no Brasil?** Publicado em 27/04/2016. Disponível em: <www.jrmcoaching.com.br>

PATARRA, N.; BAENINGER, R. **Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil**. In: PATARRA, N. (Coord.) Emigração e imigração internacional no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Fundo de Populações das Nações Unidas, 1996.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **ESTUDOS AVANÇADOS**. v.20, n. 57. 2006, p. 197-207. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 15 outubro 2016.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Configuração migratória no lugar Guyana: Uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In: ARAGÓN, Luis E. (Org). **Migração internacional na Pan-Amazônica**. Belém: NAEA/UFGPA, 2009, p: 233-236.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SMITH. N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1988.

Site G1. **Em 7 meses, nº de pedidos de refúgio de venezuelanos cresce 110% em RR.** 12/07/2016. Disponível em: <<http://www.jornalfloripa.com.br/noticia.php?id=8602>> Acesso em: 21/07/2016

_____. **Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF.** 25/06/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>> Acesso em: 21/07/2016

_____. **Refugiados venezuelanos mudam de carreira para arranjar emprego em RR.** 26/07/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/07/refugiados-venezuelanos-mudam-de-carreira-para-arranjar-emprego-em-rr.html>> Acesso em: 21/07/2016

SILVA, João Carlos Jarochinski. A situação do imigrante ilegal hoje: o ressurgimento do homo sacer. Revista Universitas Relações Internacionais. Brasília, v. 10, n.2, 2012, p. 79-89. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url>. 79-89. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url>

UMA ANÁLISE PRELIMINAR DA IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM BOA VISTA- RR

Introdução

A implantação de condomínios horizontais fechados no Brasil tem início na década de 1970 na cidade de São Paulo, porém a difusão desses empreendimentos se dá somente a partir da década de 1980, expandindo-se não somente para as grandes metrópoles, mas também, para as pequenas e médias cidades.

Becker (2005) define condomínios horizontais fechados, aqueles cujas edificações são casas, e não prédios de apartamentos, destacando ainda que podem existir diversas formas e tipologias de condomínios, podendo eles se apresentarem de forma horizontal, vertical, residencial ou comercial.

O marketing e a propaganda são elementos centrais para o sucesso desses empreendimentos, onde o medo e a violência são os principais fatores explorados. Os promotores imobiliários através do marketing colocam em questão a possibilidade da realização de um ideal de moradia de convivência e vizinhança, atribuindo ainda a garantia de uma perfeita harmonia com a natureza.

Os condomínios horizontais fechados apresentam-se ainda como formas de moradia modernas que, na visão das classes de maior poder positivo, além de alcançar privacidade, conforto e segurança, promovem também, um alto padrão de status social, fato este que pode explicar a disseminação desses empreendimentos no perímetro urbano de Boa Vista e seu entorno.

A produção do espaço a partir dos condomínios horizontais fechados caracteriza-se como um processo que permeia sob diversos aspectos a dimensão social e econômica na cidade, de maneira que promove a alteração de sua morfologia urbana, sua extensão e seu conteúdo social.

Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa é analisar de maneira preliminar a implantação de condomínios horizontais fechados na cidade de Boa Vista-RR,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRR. E-mail: jeff_sds@live.com

** Professor do Departamento de Geografia da UFRR. E-mail: artur.filho@ufr.br

*** Professor do Departamento de Relações Internacionais da UFRR. E-mail: eloishoras@gmail.com

visto que, a partir da década de 1980 a cidade passa por um vertiginoso processo de expansão urbana e crescimento demográfico.

A pesquisa torna-se relevante, visto que os condomínios horizontais fechados se configuram como uma nova tendência imobiliária mundial de alto padrão, e Boa Vista não possuía um empreendimento similar a este, o que promove novas práticas e controle sobre o espaço.

Em relação à metodologia, a pesquisa é de cunho bibliográfico, com base em materiais já publicados buscando autores renomados que contribuam para a consolidação do mesmo, por meio de: livros, teses, dissertações e anais de eventos científicos, de forma que o presente estudo desencadeie reflexões sobre o caráter das questões urbanas e de produção do espaço, especificamente na cidade de Boa Vista-RR.

O presente estudo está estruturado em três seções. A primeira seção aborda a origem, a formação, a definição de condomínios horizontais fechados, bem como de que maneira se deu a inserção dos mesmos no Brasil. A segunda seção faz uma breve abordagem dos condomínios no âmbito da legislação federal que os rege. E a terceira seção, busca analisar de forma preliminar a inserção desses empreendimentos na cidade de Boa Vista-RR.

Condomínios horizontais fechados: breves considerações

Os condomínios horizontais fechados (CHF's) surgiram como uma nova proposta de moradia, onde as pessoas buscavam refugiar-se dos problemas causados pelo crescimento desordenado das cidades, onde a falta de qualidade de vida e, principalmente a violência urbana tornavam-se fatores decisivos.

Atualmente, este tipo de moradia tem como público alvo as classes média e alta e podem ser entendidos como quaisquer espaços privatizados, fechados e monitorados, não somente aqueles destinados à moradia, mas, também, ao lazer, trabalho e consumo (CALDEIRA, 2000).

A cultura do individualismo e da privatização dos espaços de convívio são características marcantes desse modelo de habitação, onde os anúncios publicitários reforçam não apenas a distinção social, mas também, a separação de classes e o isolamento, atribuindo ao mesmo uma forte conotação de status social.

Os condomínios fechados apresentam-se inegavelmente como uma forma de privatização dos espaços públicos, sendo que as ruas, praças e os espaços de lazer ficam contidos dentro de muros estando a disposição apenas dos condôminos. Fica

evidente que as pessoas que buscam esta forma de habitação, buscam o afastamento da cidade aberta, com sua heterogeneidade (ARANTES, 2009).

Estes empreendimentos podem apresentar-se por meio de variadas tipologias, sendo elas na forma horizontal, vertical, residencial ou comercial. E os condomínios horizontais fechados podem ser entendidos ainda como, aqueles cujas edificações são casas, e não prédios de apartamentos.

Na visão de Raposo (2002) há três características marcantes que constituem um condomínio horizontal fechado, que são: (1) apresentam equipamentos privados de uso coletivo; (2) o acesso de pessoas e de veículos é restrito e; (3) possuem natureza de propriedade privada coletiva.

Geralmente, os condomínios horizontais fechados localizam-se naquelas áreas mais afastadas do centro, isolando-se do seu entorno. Este tipo de empreendimento impõe uma nova configuração no espaço, desta maneira, propiciando novas relações socioespaciais.

Existem duas teses que buscam explicar a origem do processo de privatização da moradia. A primeira defende que o modelo da Cidade Jardim, de Ebenezer Howard (1850-1928) corresponde a uma das principais origens dos condomínios fechados. Já a segunda diz que a origem dos condomínios fechados contemporâneos está arraigada nas cidades fortificadas europeias pré-modernas (RAPOSO, 2012).

Neste sentido, o modelo de Cidade-Jardim, mostra-se contraditória a ideia de condomínio fechado visto que a propriedade privada do solo haveria de permanecer coletiva, e os moradores poderiam apenas ser apenas inquilinos de suas habitações. Em relação a segunda tese, a comparação pode ser errônea visto que, as cidades fortificadas promoviam o isolamento e uma sociedade inteira, e por outro lado, na configuração dos condomínios fechados a separação de classes é notória.

É nos Estados Unidos onde iniciou-se a disseminação dos condomínios horizontais fechados, onde as pessoas buscavam isolar-se dos problemas originados pelo crescimento da industrialização urbana. Fato este que favoreceu a disseminação desses empreendimentos no mercado de habitação, especialmente naquelas áreas de recente urbanização (LE GOIX, 2004).

Diversos empreendimentos do ramo imobiliário nos Estados Unidos adotaram o caráter fechado, com destaque para aqueles localizados nas áreas de forte atração turística, principalmente no estado da Califórnia, onde na década de 1980 se consolidaram no mercado imobiliário, e a partir daí, disseminaram-se por todo o mundo.

No Brasil, em um primeiro momento, os condomínios horizontais fechados surgiram na década de 1970 ao redor da cidade de São Paulo, ocupando grandes

porções de terra ao longo de importantes rodovias, como a Raposo Tavares e a Castelo Branco.

Rodrigues (2009) afirma que em 1975 foi lançado o condomínio Alphaville nos municípios de Barueri e Santana, a cerca de 30 km da região dos Jardins, em São Paulo. Inicialmente, o projeto desenvolvido era voltado para um modelo de loteamento destinado às indústrias não poluentes. Posteriormente é que foi destinado para atender o problema de moradia dos executivos das indústrias, surgindo então o Alphaville Residencial.

No Brasil, não diferentemente de outros países do mundo, os condomínios fechados surgiram direcionados também para as classes alta e média, onde o marketing explora fortemente até os dias de hoje a realização de um ideal de moradia em perfeita harmonia com a segurança, conforto, lazer, natureza, etc.

Baumam (2001) enfatiza que a mercantilização do medo e da violência são fatores vantajosos para os promotores imobiliários, e constituem-se como peças primordiais nas ações de marketing, visto que, esses fatores são as principais razões levantadas pelos consumidores desse produto do mercado imobiliário.

A disseminação de condomínios fechados no Brasil é notada principalmente no contexto da década de 1990, onde alguns desses empreendimentos, inclusive espalharam-se por cidades com baixos índices de violência, se comparados às grandes metrópoles.

Os condomínios fechados segundo a legislação federal

A legislação é um instrumento que vai além da definição de normas, aceitas ou não na constituição do espaço urbano, caracterizando-se como um marco regulador das instâncias de poder. Portanto, é com base na legislação vigente que o solo urbano é avaliado e classificado em conformidade com as atividades que podem ser desenvolvidas em determinadas localidades.

No Brasil, atualmente, a lei que rege os condomínios fechados é a Lei nº 4.591/64, e define como condomínio, imóveis ou o conjunto de imóveis construídos em uma área comum pertencente a todos, porém sem áreas públicos no seu perímetro.

Na visão de Botelho (2007) o não-parcelamento do lote e as edificações construídas pelos seus empreendedores, se constituem como características marcantes dos condomínios. O artigo 3º da Lei Federal nº 4.591/64 esclarece que:

O terreno em que se levantam a edificação e suas instalações, bem como as fundações, paredes externas, o teto, as áreas internas de ventilação, e tudo o mais que sirva a qualquer dependência de uso comum dos proprietários ou titulares de direito à aquisição de unidades ou ocupantes, constituirão condomínio de todos e serão insuscetíveis de divisão, ou de alienação destacada da respectiva unidade. Serão, também, insuscetíveis de utilização exclusiva por qualquer condômino.

Neste sentido, o que comumente conhecemos como condomínios horizontais recebem esta nomenclatura devido ao plano em que estão dispostas as edificações. Botelho (2007) reforça que outra designação popularmente atribuída é a de condomínio horizontal fechado ou somente condomínio fechado, porém, assumindo essas designações, esta modalidade de empreendimento esbarra no fato de permitir a interpretação de que estes podem ser introduzidos sem o controle de acesso.

O condômino, ao assumir uma unidade desta modalidade de habitação, tem direito também a uma parcela de uso exclusivo, bem como o direito sobre áreas de uso coletivo, tais como: quadras esportivas, piscinas e outras áreas de lazer, destacando que a manutenção dessas áreas fica a cargo dos condôminos.

Internamente os condomínios fechados estão submetidos a um instrumento próprio de normatização, destacando ainda que em seu interior as vias de circulação são de caráter particular e não logradouros públicos. Reforçando esta ideia, Freitas (1998, p. 99) diz que “a propriedade de ruas e praças de uso condominial, é, portanto de direito ao uso exclusivo de seus proprietários”.

Portanto, é nota-se que os condomínios fechados são figuras jurídicas tratadas por meio de legislação específica se comparada, por exemplo, aos loteamentos, sendo que no caso deste último as áreas de uso coletivo e as ruas não são restritas, como no caso dos condomínios que fora destacado anteriormente.

A implantação de condomínios horizontais fechados em Boa Vista-RR: uma análise preliminar

O capitalismo financeiro, constituindo-se como a base da (re) produção da cidade, molda o espaço seguindo suas próprias lógicas por meio dos agentes produtores do espaço. Neste sentido, o processo de (re) produção do espaço urbano constitui-se como um processo dinâmico que altera a morfologia da cidade, sua extensão e seu conteúdo social.

Após a segunda metade do século XX as cidades brasileiras passaram por um intenso processo de urbanização, onde foram percebidos diversos problemas urbanos, como por exemplo, a violência, impactos ambientais e o inchaço urbano. Em

decorrência disso, a classe de maior poder aquisitivo, opta por morar nas melhores áreas da cidade, dotadas de infraestrutura urbana, segurança e lazer.

Neste sentido, Botelho (2007) afirma que estes fatores movimentam as classes de maior poder aquisitivo. Sendo elas detentoras da maior parte dos recursos, podem por intermédio do capital fragmentar o espaço urbano da melhor maneira que lhes seja conveniente.

Portanto, os condomínios horizontais fechados configuram-se como novas formas de moradia dotadas de características peculiares. Assim, esses “enclaves fortificados” como conceitua Caldeira (2000) surgem como um novo conceito de viver em sociedade, sobretudo, por se mostrarem como a solução para os problemas de violência urbana.

Estes empreendimentos são vistos como produtos residenciais específicos, vindo a ser largamente privilegiados desde sua implementação no Brasil, constituindo-se em um padrão internacional de acelerada difusão, seguindo assim uma tendência nacional de verticalidades do grande capital.

Neste sentido, a cidade de Boa Vista, passa por um constante processo de expansão urbana e crescimento demográfico. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), Boa Vista já possui uma população estimada em 326.419 mil habitantes, apresentando uma sociedade cada vez mais consumista.

Conforme Vale (2007, p.22) até meados da década de 1980, a expansão urbana da cidade de Boa Vista foi capitaneada pelo governo que “visando a segurança nacional, promoveu o crescimento populacional do Território por meio de uma política urbana concentrada na capital”.

A produção do espaço e a expansão urbana é resultado da contínua necessidade da sociedade em busca de seus anseios e de suas distintas demandas, em que o processo de produção é acompanhado constantemente pela reorganização espacial. Neste sentido, a implantação de condomínios horizontais fechados em Boa Vista é bastante recente e nota-se que este fenômeno surge juntamente com um intenso processo de urbanização e a instalação de importantes equipamentos urbanos, como é o caso dos shoppings centers.

A valorização desses empreendimentos se concentram em sua grande maioria nas mãos de promotores imobiliários, sendo necessário um loteamento para cada um deles, em áreas adequadas, que conseqüentemente serão dotadas de toda infraestrutura básica de maneira que atenda aos anseios dos futuros condôminos.

A primeira empresa do ramo imobiliário interessada na implantação desse tipo de moradia em Boa Vista, foi a Gincó-Urbanismo que no ano de 2015 lançou o seu

projeto, justificando que já é um anseio antigo da sociedade roraimense a implantação de um condomínio horizontal fechado.

Figura 1: Futuras instalações do Condomínio Florais Boa Vista.



Fonte: Acervo digital da GINCO-Urbanismo, 2016.

O condomínio está localizado às margens da BR-401, ficando a apenas seis minutos do centro da cidade, conforme o setor de marketing da empresa. As obras do empreendimento já foram iniciadas e atualmente estão em andamento. O condomínio que recebe o nome de Florais Boa Vista, oferecerá aos seus clientes toda a infraestrutura básica necessária como pavimentação, água, esgoto e energia. Além disso, o empreendimento terá todo o perímetro fechado por muro e portarias para controle de acesso (GINCO URBANISMO, 2016).

Galvão (2007) enfatiza que ao longo dos últimos anos nas cidades brasileiras, os condomínios fechados tem se disseminado principalmente ao longo de rodovias, o que possibilitou aos condôminos praticamente a uma quase que separação total da cidade tradicional.

Analisando o papel do Estado como um agente produtor espaço, nota-se que após a divulgação do empreendimento, diversas ações tem se intensificado nas principais vias que dão acesso ao mesmo, como por exemplo, o alargamento de vias com o intuito de dar mais fluidez ao trânsito, além da construção de calçadas e urbanização. Atualmente a BR-401 passa também por um processo de alargamento que também se estenderá a ponte dos Macuxi, que liga a capital Boa Vista ao respectivo empreendimento.

Também no ano de 2015, a Ribeiro Campos empreendimentos lançou na cidade de Boa Vista, seu ousado projeto que engloba a construção de um condomínio hori-

zontal fechado, hotel e prédios com salas comerciais. Na visão dos empreendedores, Boa Vista é uma capital em constante expansão e a região da Avenida Ville Roy é o foco de grande parte dos investimentos destinados ao desenvolvimento da cidade. Sendo este fator, determinante para que fosse definida a localização do Garden Park Mall Residence.

Figura 2: Futuras instalações do Garden Park Mall Residence.



Fonte: Acervo digital da Ribeiro Campos Empreendimentos, 2016.

A expansão desses novos empreendimentos em direção à Zona Leste da cidade apresenta características ideais para o consumo dessas inovações imobiliárias pela classe social que ali reside. Já em relação ao marketing promovido pela RC Empreendimentos, adotou-se forte conotação ao meio ambiente, promovendo uma relação harmoniosa entre o viver bem e a natureza.

Neste sentido os agentes imobiliários adotam práticas cotidianas onde procuram fazer grande alusão ao verde em seus anúncios publicitários, destacando a natureza como capaz de suprir as necessidades dos consumidores. Reforçando esta ideia, Henrique (2005, p1) esclarece que “a natureza, a infraestrutura e a qualidade de vida urbana são alguns dos aspectos vendidos pelo marketing imobiliário”.

Outra empresa que também lançou no ano de 2015 o projeto de um grande empreendimento foi a Terra Brasil, dando ao mesmo o nome de Colina Park Chácara Clube, que consiste em um condomínio horizontal fechado em total harmonia com a natureza, e longe da agitação da cidade localizado às margens da RR-205 que liga a cidade de Boa Vista ao município de Alto Alegre.

Figura 3: Divulgação do Colina Park Chácara Club.



Fonte: Acervo digital da Terra Brasil, 2016.

O projeto contemplou na primeira fase o lançamento de 746 lotes que variam entre 5 mil a 50 mil metros quadrados e todos titulados. Segundo a empresa este empreendimento terá um diferencial em relação aos outros, pois terá a instalação de internet com fibra óptica e amplificador de antena para telefonia móvel com exclusividade para os futuros condôminos.

Diante do exposto, considera-se que a partir dessa nova realidade, a expansão desses novos produtos na cidade de Boa Vista, promove uma nova realidade socioespacial, na qual os espaços tornam-se cada vez mais dinâmicos, visto que ganham o que (SPÓSITO, 2003) chama de novos conteúdos sociais e econômicos.

O valor simbólico atribuído à natureza se constitui como um elemento primordial nas ações de marketing das empresas que pretendem edificar esses empreendimentos num futuro próximo. A localização dos mesmos em áreas pouco adensadas, como é caso dos futuros condomínios em Boa Vista, tornam os preços dos lotes mais valorizados, sendo esta uma realidade cada vez mais presente nas cidades brasileiras.

Analisando o processo de expansão urbana da cidade de Boa Vista a partir dos condomínios horizontais fechados, nota-se que os critérios de escolha para a localização dos mesmos envolvem uma série de fatores dotados de complexidade, como por exemplo, características físicas do terreno e posição estratégica.

Ainda em relação à localização desses empreendimentos em Boa Vista, destaca-se a implantação de condomínios horizontais fechados em áreas rurais que estão no entorno do perímetro urbano. Henrique (2005) explica que este fator está associado à qualidade de vida que as áreas verdes oferecem e por serem distantes da área central da cidade.

É importante frisar ainda que, a inserção de condomínios horizontais fechados evidencia que a cidade de Boa Vista se expande como reflexo das relações capitalistas de produção. Este processo decorre da atuação dos agentes que controlam e promovem as relações capitalistas no espaço urbano. Em relação à atuação desses agentes, Corrêa (2001, p.122) afirma que “os agentes que modelam o espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, proprietários de terras, empresas imobiliárias, e de construção, associadas ou não ao grande capital: o Estado”.

Em uma análise do ponto de vista social, destaca-se que a implantação de condomínios horizontais fechados na cidade de Boa Vista reflete o processo de segregação espacial, onde a cidade é concomitantemente um espaço de contradições quanto a sua produção, reprodução e formas de ocupação.

Sobre isso Bernadelli (2006) enfatiza que a prática da segregação espacial surge quando há o privilégio de determinadas áreas para implementação dos bens de consumo coletivo, em geral as áreas ocupadas pelas classes de elevados rendimentos, enquanto as áreas destinadas às classes de menor poder aquisitivo não contam com um amplo leque de benfeitorias.

A produção do espaço urbano de Boa Vista a partir dos condomínios horizontais fechados provocam ainda o surgimento de várias práticas socioespaciais, tais como, a maneira como os grupos sociais passam a interagir e desenvolver suas relações sócias e ainda promovem profundas transformações no tecido urbano da cidade e seu entorno.

Outro fator que fica evidente é a questão do status social que este modelo de habitação pode oferecer as classes de maior poder aquisitivo em Boa Vista, onde determinados grupos sociais procuram esses empreendimentos não somente por conta da segurança, de áreas verdes e de lazer, mas, também em busca do status social.

A implantação de condomínios horizontais fechados em Boa Vista revela ainda as diferentes maneiras que os mais diversos grupos sociais se organizam no seio da

sociedade, bem como, a forma como eles consomem o espaço. Por fim, as discussões até aqui levantadas não se esgotam, pois representam apenas o ponta pé inicial para futuras reflexões da dinâmica de produção do espaço urbano em Boa Vista a partir dos empreendimentos até aqui citados.

Considerações finais

O presente estudo abordou a implantação de condomínios horizontais fechados como tema. Neste sentido, buscou-se primeiramente fazer uma revisão bibliográfica de maneira que pudesse se compreender: o que são condomínios, suas características, a legislação vigente que os legitima e a atuação dos promotores imobiliários na difusão desse modelo de moradia.

Nesta perspectiva constatou-se na primeira seção que o mercado imobiliário, em expansão nos dias atuais, aproveita-se dos diversos problemas que as cidades brasileiras apresentam, como por exemplo, a violência e a falta de infraestrutura para induzir as classes alta e média a consumirem um novo de padrão de moradia moderno, os chamados condomínios horizontais fechados.

Na segunda seção, foi notório que os condomínios fechados são figuras jurídicas assegurados por meio de legislação específica. No Brasil a lei que rege os condomínios fechados é a Lei 4.591/64, porém é a normatização a qual esses condomínios estão submetidos que lhes dão direitos sobre uma parcela de uso exclusivo, bem como o direito a áreas de uso coletivo presentes no interior desses empreendimentos.

Na terceira seção ficou evidente que a implantação de condomínios horizontais fechados na cidade de Boa Vista é recente, promovendo novas formas de uso e ocupação do solo, onde o papel do Estado tem contribuído para a implantação desses empreendimentos por meio de uma série de ações voltadas para a melhoria da infraestrutura das vias localizadas próximas aos futuros empreendimentos.

Notou-se ainda que a ação dos promotores imobiliários na cidade de Boa Vista voltada para a divulgação desses empreendimentos, tem assumido um caráter apelativo voltado para a natureza como forma de agregar valor e qualidade de vida que estes podem lhes oferecer.

Por fim, é importante salientar que a implantação desses novos empreendimentos na capital roraimense altera a estrutura urbana da cidade e conseqüentemente dos bairros, por meio de uma lógica de privatização dos espaços públicos, seguindo assim a uma tendência nacional de verticalidades do grande capital.

Referências bibliográficas

ARANTES, R. A. **Qualidade de vida ou fortificações:** o significado dos condomínios fechados em Salvador. Revista VeraCidade. Salvador, ano IV, n. 14, p. 1-12, 2009.

BAUMAN, Z. **Community:** seeking safety in an insecure world. Cambridge: Polity Press, 2001.

BECKER, D. **Condomínios horizontais fechados:** avaliação de desempenho interno e impacto físico-espacial no espaço urbano. 2005. 308 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2005.

BERNADELLI, M. L. F. H. Programa Cura III em Presidente Prudente: uma porta para a cidade. In. SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SORBAZO, O (orgs). **Cidades médias:** Produção do espaço. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos:** a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007.

BRASIL. **Lei n.4.591, de 16 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4591.htm> Acesso em: 16 nov. de 2016.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade dos Muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FREITAS, J. C. **Da legalidade dos Loteamentos Fechados.** Revista dos Tribunais. São Paulo, v. 750, p. 148-170,1998.

GALVÃO, A. A. **Condomínios horizontais fechados:** Segregadores ou segregados? Um estudo de caso no município de Maringá/Paraná. 2007. 142 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Maringá, Paraná, 2007.

HENRIQUE, W. **A felicidade não tem preço tem endereço:** Condomínios, Loteamentos e Apropriação da Natureza. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. v. 9, n. 194, p. 1-10, 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da População.** 2016.

LE GOIX, R. **Gated communities:** Sprawl and social segregation in southern California. *Housing Studies*, v. 20, n. 2, p. 323-344, 2004.

RAPOSO, M. R. D. **Novas paisagens:** A produção social de condomínios fechados na área metropolitana de Lisboa. 2002. 442 p. Tese (Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2002. Disponível em: <<http://porbase.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session>> Acesso em: 10 mai. de 2016.

RAPOSO, M. R. D. **Condomínios fechados, tempo, espaço e sociedade:** uma perspectiva histórica. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 171-196, 2012.

RODRIGUES, S. **Loteamentos Fechados e Condomínios Residências:** Iniciativa Pública e Privada. 2009. Disponível em < <http://www.usp.br/nutau/CD/90.pdf>.> Acesso em: 16 nov. de 2016.

SPÓSITO, M. E. B. **A cidade dentro da cidade:** uma edge city em São José do Rio Preto. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 7, n. 146. 2003. Disponível em:< <http://www.ub.es/geocrit>> Acesso em: 15 nov. de 2016.

VALE, A. F. **Migração e territorialização:** as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista, RR. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007.

Sites Consultados

<http://floraisboavista.com.br/ginco>

<http://gardenparkmallresidence.com.br/rcempreendimentos.html>

<http://colinaparkchacaraclub.com.br>

ARTIGO

GLOBALIZAÇÃO E NOVAS TERRITORIALIDADES EM RORAIMA: O CASO DO SETOR IMOBILIÁRIO EM BOA VISTA

Introdução

Com o crescimento urbano de Boa Vista, capital de Roraima, surgem no território novos serviços urbanos, entre eles a implementação de condomínios fechados e bairros residenciais em variadas regiões da capital. Este fenômeno tem ocorrido em regiões de diferentes classes sociais e decorrem de diferenciados objetivos e motivos.

Além da questão da ocupação do espaço urbano, há também a problemática ambiental e de mobilidade, que ao longo dos próximos anos irão determinar que impactos vão ocorrer, sejam eles positivos ou negativos, sejam eles ambientais ou sociais

Outra característica observada nos últimos anos foi a supervalorização dos terrenos e casas na capital boa-vistense, e também da construção de conjuntos habitacionais populares como os do governo do estado e do Minha Casa Minha Vida. Através dos fenômenos preliminarmente destacados, nesta pesquisa busca-se relacionar tais fenômenos com a globalização, tendo como suporte teórico autores especialistas na temática.

A busca do mercado global pela homogeneização do espaço torna consequência a mundialização do lugar, onde cedo ou tarde, marcas e tendências tendem a encontrar o seu lugar no espaço. E em Roraima não podia ser diferente, pois com chegada de dois shopping centers, abriu-se um leque de opções para o público local, com a abertura de franquias na área de alimentos, roupas, cinematografia e tecnologia.

A localização e o período de inauguração dos shoppings deixaram bem claros os seus objetivos. Um está localizado na zona Leste da capital, região mais rica e menos populosa da cidade, visando atender uma classe média alta; o outro está na zona Oeste, região mais populosa e com capital menos elevado, visando atender uma classe média mais baixa.

A pesquisa busca entender as dinâmicas sócio-espaciais que ocorrem no território roraimense, e suas influências na produção e reprodução do espaço geográfico, a

* Geógrafo. E-mail: felipe-paixao2009@hotmail.com

partir do fenômeno da globalização. Espera-se entender de que forma um fenômeno global pode interferir no cotidiano e no uso do território, além de agregar novos valores e novas culturas e comportamentos nos fluxos que ocorrem nesse espaço.

Este estudo também visa entender as dinâmicas da globalização já existentes no estado de Roraima e no contexto amazônico, bem como identificar os agentes modeladores que atuam no território amazônico, em especial o município de Boa Vista. Compreender a visão mercadológica quanto aos loteamentos na capital e também a expansão dos condomínios na cidade.

Problemática

A atual expansão urbana de Boa Vista tem agregado novos valores e importância para o processo de ocupação do espaço geográfico. Nesse contexto, novas áreas ganham valor e importância, recebendo novos serviços e aparelhos.

O setor imobiliário apesar da atual crise econômica, tem conseguido expandir a sua atuação, criando novos loteamentos e bairros residenciais. Há também a criação de condomínios fechados, sendo todos esses empreendimentos acompanhados de novos serviços, como hipermercados, shoppings e franquias nacionais e internacionais, que têm agregado novos valores aos terrenos em Boa Vista.

Com tais empreendimentos surgem novos “mercados”, novas “exigências”, um novo “público alvo”, em que novas características trazem novos benefícios, mas que também trazem seus problemas. Com a expansão imobiliária, surgiram também as “invasões” de terras e de loteamentos, além da ocupação de áreas de proteção permanente.

Em suma, muitos desses fenômenos estão acompanhados de outro maior: a globalização. E é justamente a problemática dos novos valores que a globalização trouxe ao território que precisam ser estudados e analisados, onde comportamentos e os valores culturais vêm sendo moldados ao longo dos anos, e conseqüentemente tem mudado as formas de uso e ocupação do espaço.

Justificativa

A necessidade de um estudo que aborda a dinâmica no território roraimense, a partir do fenômeno da globalização e sua influência no espaço, com a relevância de entender a expansão dos loteamentos e condomínios na capital boa-vistense.

Compreender que agentes modeladores estão atuando no território roraimense no intuito de reproduzir o espaço geográfico, a partir do contexto socioeconômico do estado, e dos vetores que despertam o interesse do “capital”, dinamizando o uso do lugar e aderindo novos valores culturais ao território.

A pesquisa também é importante para se entender as ações públicas no espaço geográfico e de que maneira tais mecanismos e aparelhos estatais beneficiam indiretamente a realização de empreendimentos imobiliários na capital roraimense, e que refletem na valorização imobiliária. Outra importante característica é a diferenciação dos valores em um mesmo espaço geográfico, mas os diferentes contextos nele inseridos que irão influenciar na tal valorização imobiliária.

Os bens e serviços públicos também possuem características diferenciadas em setores e regiões da cidade, onde determinadas regiões encontram-se mais privilegiadas do que outras, tendo consequências na hora da aquisição de um imóvel.

Fundamentação teórica e metodológica

Fundamentação teóricas:

A globalização, através do capitalismo, tem trazido ao estado de Roraima novos valores, costumes e formas de usar o espaço, aonde este espaço vem sendo moldado, estruturado e reestruturado conforme mudam os padrões de consumo e as necessidades. Tal mudança nesses padrões tem reflexos não só na cultura, mas também em como se “constrói” a cidade, sendo a cidade um produto desse novo traço cultural.

O setor imobiliário em Boa Vista é um reflexo dessas mudanças ocorridas no território, através da globalização. Novos valores são inseridos no espaço através de shoppings e franquias, abrindo um novo leque, um novo mercado no território amazônico.

Para abordar um tema tão denso e com diversas características, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre alguns autores e sua abordagem sobre a temática trabalhada nesta pesquisa. Alguns desses autores são: Milton Santos, (SANTOS, 2001, 2005); Ana Fani (CARLOS, 2007), Ianni (IANNI, 1994), Ortiz (ORTIZ, 2009) e entre outros.

Mundializado, o espaço fragmenta-se através de formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo, etc. Deste modo, o espaço fragmenta-se em espaços separados, parcelas fixas, como consequência de uma atividade parcelada fundada no trabalho abstrato. O espaço aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, pro-

duzido e vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à especulação — uma troca que se autonomiza em relação ao uso num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por estratos diferenciados da sociedade. (CARLOS, 2007, p. 36).

Novos loteamentos ao redor do shopping dão início a uma especulação imobiliária, com a revitalização de avenidas e melhora na sinalização de trânsito que dão acesso a estes locais. Enfim, uma série de transformações que moldam o espaço onde as empresas que movimentam grande capital se estabelecem.

“O processo de globalização cria a unificação do espaço mundial onde a organização se produz a partir de uma hierarquia de estados que vão do centro à periferia a partir de relações de dominação-subordinação que tem como elemento de articulação o mercado mundial.” (CARLOS, 2007, p. 28).

As marcas do rápido processo de transformação que vivemos atualmente, em meio a constituição do processo de mundialização da sociedade, estão impressas tanto na paisagem, como na consciência. A efemeridade das formas, produto das metamorfoses urbanas, faz da cidade uma recriação constante e a constituição da mundialidade, por sua vez, com seus novos padrões culturais, invade a vida cotidiana recriando, constantemente, novos valores, novos signos, novos comportamentos, enquanto destroem símbolos, transformam os modos de uso do espaço, mudam as relações entre os cidadãos e destes com a cidade. O processo de reprodução do espaço, a partir do processo de reprodução da sociedade, se realiza produzindo novas contradições suscitadas pela extensão do capitalismo. (CARLOS, 2007, p. 87).

Para (CARLOS, 2007), a globalização materializa-se concretamente no lugar, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem, todavia, anularem-se as particularidades. (CARLOS, 2007).

“O tema da globalização permeia nosso cotidiano de pesquisa, mas também nossa vida. Para alguns pesquisadores, a globalização se constitui como um novo paradigma para entender o mundo moderno; mas os debates em torno da noção de globalização revelam, fundamentalmente, a dimensão econômica do processo; que por isso passa a ser visto como articulação de mercados, reunião de empresas, construção do mercado mundial, etc. A esta noção contraponho aquela de mundialização, que aponta para uma outra direção ao permitir que se reflita sobre a sociedade urbana em constituição, bem como sobre o conteúdo da construção de novos valores, de um modo de vida e de uma outra identidade, agora mediada pela mercadoria”. (CARLOS, 2007, p. 11).

Já para (ORTIZ, 2009), a Globalização possui uma dimensão planetária, que é diferenciada, incide sobre “todos”. Ela se enraíza no solo no qual se nutre nossa experiência, independentemente de sua localização regional. Ela pode, então, ser apreendida pelo pensamento, pois a defasagem temporal que existia anteriormente torna-se inexpressiva (ORTIZ, 2009).

Continuando o pensamento de (ORTIZ, 2009), a globalização implica a ideia de uma compressão do tempo, as diferentes partes do planeta são atravessadas pelo seu fluxo. A expansão do mercado global teria padronizado os gostos e as expectativas. Antes, o que importava era produzir o maior volume possível de produtos para distribuí-los em massa. Isso implicava a padronização dos bens de consumo. O momento atual seria outro, o advento da especialização dos produtos dirigidos para segmentos de mercado. Daí a importância de se incorporar as novas tecnologias – elas permitiram a rápida confecção de materiais bem acabados, fator essencial para o seu barateamento (ORTIZ, 2009).

Na concepção de (GIDDENS, 1991), a globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. “(...) tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço.” (GIDDENS, 1991, p. 60)

Assim sendo, para (IANNI, 1994), a Globalização trouxe novos debates e questões que as ciências sociais tem se esforçado em tentar compreender onde atualmente as nações dividem espaço com organizações internacionais, compreendendo a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e outras exercem as suas atividades priorizando interesses de nações com maior poder econômico, político, militar, cultural. Simultaneamente, no entanto, declinam e reformulam-se as condições de soberania e hegemonia, em todos os quadrantes. Mesmo porque já há centros de poder, em escala global, que sobrepõem soberanias e hegemônias (IANNI, 1994, p. 152).

Milton Santos, autor do livro “Por uma outra Globalização” (SANTOS, 2001), faz uma abordagem crítica sobre as reais consequências deste fenômeno, que através dos meios de comunicação, reflete uma imagem de bonança financeira e social conquistada. A partir dessa crítica, Santos afirma que a globalização é um produto do capitalismo e que este sistema econômico a utiliza para ampliar desigualdades

financeiras e sociais existentes no globo, sendo a globalização o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. (SANTOS, 2001).

Na verdade há apenas eficiência em atender os objetivos do mercado financeiro e não da população em geral. Este mesmo mercado financeiro é oferecido como apropriado para homogeneizar o espaço geográfico. O que na verdade ocorre é um aprofundamento da desigualdade e que é perceptível nas próprias localidades, onde determinadas áreas possuem maior qualidade e opção de serviços do que em outras.

A constituição do mundo da mercadoria, a imposição da ideologia do consumo que tende a homogeneizar tudo - valores, comportamentos, gestos e ações -, a extensão da propriedade privada no espaço metropolitano, dominam a vida cotidiana, onde a normatização e a coação imperam. A identidade abstrata - vinculada ao mundo da mercadoria - se impõe a todos pela produção/consumo de uma cultura voltada ao “consumo do moderno”, e isto se torna possível pelo desenvolvimento da mídia e do papel crescente da televisão na vida cotidiana. (CARLOS, 2007, pg. 89.)

O que o mercado visa é homogeneizar as técnicas hegemônicas, onde esta, é presente ou passível de presença em toda parte, deixando a qualidade e igualdade dos serviços e produtos distintas em diversas localidades do globo, e é essa distinção que vai diferenciar o público que o mercado vai atender, para SANTOS, esta é a mais-valia universal que gera o motor único. A partir daí, para SANTOS (2001), as empresas globais surgidas em meio ao processo de Globalização, funcionam a partir de uma fragmentação, já que parte de sua produção pode ser realizada na Tunísia, outra na Malásia, e outra no Paraguai.

A Globalização também vai influenciar na importância do lugar, na consolidação do território, e na organização do espaço, conceitos que possuem suma importância na Geografia. A busca da mais-valia desejada pelas empresas vai valorizar de maneira diferenciada os lugares, pois as firmas vão se interessar pelas qualidades favoráveis que determinado lugar pode oferecer.

“Num mundo globalizado, regiões e cidades são chamadas a competir e, diante das regras atuais da produção e dos imperativos atuais do consumo, a competitividade se torna também uma regra da convivência entre as pessoas. A necessidade de competir é, aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico. Criam-se, deste modo, novos “valores” em todos os planos, uma nova “ética” perversiva e operacional face aos mecanismos da globalização. (SANTOS, 2001, pg. 28).

Para (CARLOS, 2007), o espaço cada vez mais estabelece uma articulação entre o local e o mundial, e, novos comportamentos e atividades criam-se nas transformações do processo produtivo, onde se constrói sob novos valores a partir da construção do cotidiano. Para a Geógrafa, a Globalização modificou as distâncias o tempo, a paisagem.

“O tempo do percurso é outro, reduziu de modo impressionante, mas as distâncias continuam, necessariamente, a serem percorridas — por mercadorias, fluxos de capitais, informações, etc. — não importa se em uma hora ou em frações de minutos; se nas estradas de circulação terrestres convencionais — auto-estradas que cortam visivelmente o espaço marcado profundamente a paisagem —, ou se nas superhighways, os cabos de fibra ótica, satélites, etc... O que presenciamos, hoje, é a tendência à eliminação do tempo.” (CARLOS, 2007, pg. 13)

Fundamentação metodológica:

Quanto às características metodológicas, para a realização da pesquisa será necessária à utilização de elementos quantitativos e qualitativos. Serão necessários dados sobre o setor imobiliário bem como a aplicação de questionários e a realização de entrevistas de empresários do setor, e com funcionários públicos que possuam dados sobre o assunto, sendo uma característica desse tipo de abordagem:

“Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada.” (GODOY, 1995, p. 62)

A utilização de autores que são especialistas no assunto, também demonstra o caráter qualitativo desta pesquisa. Alguns desses autores são: Milton Santos, (SANTOS, 2001, 2005); Ana Fani (CARLOS, 2007), Ianni (IANNI, 1994), Ortiz (ORTIZ, 2009), entre outros, que enriquecem o debate acerca do tema.

Ainda sobre a abordagem qualitativa e sobre sua definição, fica evidente a necessidade de se utilizar um enfoque qualitativo nesta pesquisa, já que serão realizadas observações nas áreas de loteamento imobiliário, e também se houver a possibilidade de entrevistas com os responsáveis pelo empreendimento.

“Em função da natureza do problema que se quer estudar e das questões e objetivos que orientam a investigação, a opção pelo enfoque qualitativo muitas vezes se torna a mais apropriada.” (GODOY, 1995, pg. 63)

Considerações preliminares

O acelerado processo de transformação global atinge todos os lugares, mesmo que de modo diferenciado. Em meio a este processo de mundialização das empresas, das culturas, das redes de informação e tecnologias não se consegue distinguir com nitidez os aspectos locais, pois o capital penetra em todo o tecido social.

A efemeridade das formas, produto das metamorfoses urbanas, faz da cidade uma recriação constante e a constituição da mundialidade, por sua vez, com seus novos padrões culturais, invade a vida cotidiana recriando, constantemente, novos valores, novos signos, novos comportamentos, enquanto destroem símbolos, transformam os modos de uso do espaço, mudam as relações entre os cidadãos e destes com a cidade.

É desta maneira que podemos perceber na nossa abordagem a maneira específica de reprodução do espaço social de Boa Vista com suas contradições dentro da lógica global do Capitalismo. Os condomínios são um exemplo emblemático, pois, numa cidade horizontal como Boa Vista, e com uma população de aproximadamente trezentos mil habitantes, fica difícil entender porque as pessoas começam a procurar condomínios fechados, e bem recentemente, verticais.

É importante ressaltar que este projeto encontra-se em estágio inicial, e que muitos tópicos deveram ser adicionados posteriormente, dada a complexidade do tema. Há ainda a necessidade de um estudo mais apurado sobre o contexto local do fenômeno abordado, sendo imprescindível na referencia futura desta pesquisa, uma abordagem sobre o tema com ênfase nos pesquisadores locais, e que possuem relevância no assunto.

Referências bibliográficas

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de administração de empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** trad. de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

IANNI, O. Globalização: Novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n.21, p.147-163, Mai/Ago. 1994.

ORTIZ, R. GLOBALIZAÇÃO: Notas sobre um debate. **Sociedade e Estado**, Brasília v. 24, n. 1, p. 231-254, jan./abr. 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: RECORD, 2001. 176 p.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005. 170 p.

ARTIGO

**DINÂMICA ECONÔMICA E ESPACIAL DA CIDADE
NORMANDIA – RR**

Introdução

O município de Normandia está localizado na região nordeste do Estado de Roraima, na mesorregião Norte, microrregião Nordeste, situado nas coordenadas geográficas 59°37'30" de longitude Oeste e 03°52'34" de latitude Norte, com uma altitude de 100 metros em relação ao nível do mar. Limita-se ao norte com o município de Uiramutã e República Cooperativista da Guiana; ao sul com o município de Bonfim; a leste com a República Cooperativista da Guiana e a oeste com Boa Vista e Pacaraima.

Normandia é uma cidade pequena do Estado de Roraima, localizada a 184,20 km de Boa Vista, com uma população total de 8.926 habitantes. Em relação administração pública e instituições o que se pode avaliar na cidade de Normandia é uma superioridade de instituições públicas, muito mais numerosas que as privadas, o motivo da variedade dessas instituições públicas são os recursos Federais destinados ao município, também cantando com algumas áreas livres lazer, como praças e campos, apresentando serviços básicos de atendimento como SAMU e DETRAN. Apesar disso identificou-se que o município não possui um mapeamento e um traçado urbano bem elaborado, visto isso buscou-se compreender os aspectos que evoluem o município a fim de haver uma melhor elaboração.

O cenário comercial e econômico na cidade de Normandia é privilegiado por sua localização estratégica, favorável ao comércio de exportação de mercadorias, atividade turística, pecuária, onde as mesmas são umas das principais fontes de renda. Com estas informações a presente pesquisa teve como objetivo mapear o sistema urbano comercial e às determinações socioespaciais de Normandia (centro emergente), isto é, os sistemas de objetos e os sistemas de ações que contribuem no dinamismo comercial da região. Além de analisar a organização deste espaço considerando a realidade dos territórios comerciais e sua importância na geração de renda e

* Graduando em Geografia (L/B), pela UFRR, Bolsista do PIBID. Rayyyfson_souza@hotmail.com

** Professor no Departamento de Geografia - UFRR, antonio.veras@ufr.br

emprego para a população local. Para alcançar tal objetivo foi realizada uma pesquisa de campo nos dias 15 e 16 de Maio/2014, com aplicação de questionários georeferenciados, entrevista a comerciantes e consumidores locais, consultas em órgãos públicos e privados na cidade de Normandia. Marcado por diversas áreas de reservas indígenas, o município apresenta uma única localidade não indígena na sua própria sede, com 2.311 habitantes segundo o censo 2010. Com base em obras de autores que trabalham com a temática estudada a exemplo de Santos (2002) entre outros, foi realizada uma discussão teórica, bem como elaboração de mapas temáticos relacionados à dinâmica socioeconômica da urbe através dos dados obtidos em campo.

Fundamentação teórica

Uma definição concisa de mercado é: “grupo de compradores e vendedores que têm potencial para negociar uns com os outros” (HALL; LIEBERMAN, 2003, p. 56). Para Sandroni (2006, p. 528), em seu Dicionário de Economia do Século XXI, [...] o termo designa um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais. O mercado pode ser entendido como uma construção social, como um espaço de interação e troca, regido por normas e regras (formais ou informais), onde são emitidos sinais (por exemplo, os preços) que influenciam as decisões dos atores envolvidos.

Em toda sociedade, as atividades econômicas costumam caracterizar-se pela especialização e pela troca. No caso de Normandia, desenvolvem-se atividades comerciais próprias de compras e para suprir suas demandas (total autonomia). Com a concentração dos produtos, torna-se necessário realizar trocas de bens e serviços entre indivíduos. É com essas atividades de serviços que a população tenta a desfrutar de um melhor padrão de vida.

Desse modo, o mercado em Normandia pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia. Concretamente, ele é formado pelo conjunto de instituições em que são realizadas transações comerciais; (feiras, lojas, Bolsas de Valores ou de Mercadorias, etc.).

O mercado pode ser entendido como uma construção social, como um espaço de interação e troca, regido por normas e regras (formais ou informais), onde são emitidos sinais (por exemplo, os preços) que influenciam as decisões dos atores envolvidos.

O comércio de Normandia apresenta uma estrutura básica com aspectos simples de mercado varejista e atacadista. Os comerciantes reclamam da falta de controle da quantidade e a qualidade dos produtos que chegam a Normandia, seus preços são altos devido à distância entre a capital Boa Vista e o município de Normandia. Outro aspecto importante é o fato do comércio está colaborando no processo de revitalização urbana através do suporte econômico, estabelecido na sede do município.

Atualmente, as políticas urbanas visam também contribuir para o desenvolvimento da economia urbana ajudando a recuperar e a manter a dinâmica da cidade, o abastecimento do consumidor, a geração e manutenção de empregos, renda e receitas, dentro do espaço urbano de qualidade.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi desenvolvida nas seguintes etapas: 1- pesquisa bibliográfica; 2- levantamento de dados (dados secundários, questionários e entrevistas); 3- apuração dos dados dos levantamentos de campo e tabulação dos dados; 4- interpretação dos resultados; e 5 – elaboração de mapas temáticos e das considerações finais. Na primeira etapa foram analisadas obras básicas sobre o cenário comercial e suas dinâmicas em foco, destacando os aspectos: infraestruturas; econômicos e financeiros. O trabalho de campo é constituído como a segunda etapa do trabalho, houve a aplicação de questionários e entrevistas. Foram aplicados 52 (cinquenta e dois) questionários aos comerciantes e 39 (Trinta e nove) aos consumidores, a fim de diagnosticar a dinâmica comercial da cidade de Normandia buscando-se ainda informações com os proprietários e consumidores para avaliar as reais condições e aspectos econômicos do comércio local.

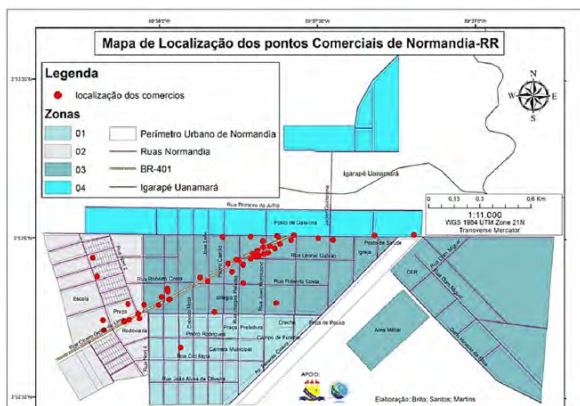
Resultado e discussões

O comércio de Normandia apresenta uma estrutura básica, constituído por mercados varejistas e atacadistas. De acordo com comerciantes, uma das principais necessidades refere-se à melhora do controle da quantidade e a qualidade dos produtos, que chegam a Normandia. Seus preços são altos devido à distância entre a capital Boa Vista e o município. Entretanto, um fator importante é que o comércio está colaborando no processo de revitalização urbana do município através do suporte econômico, estabelecido na sede do município.

Atualmente, as políticas urbanas visam também contribuir para o desenvolvimento da economia urbana ajudando a recuperar e a manter a dinâmica da cidade, o abastecimento do consumidor, a geração e manutenção de empregos, renda e receitas, dentro do espaço urbano de qualidade.

O município de Normandia possui um planejamento urbanístico, porém não contém identificação específica de bairros. A Avenida Cícero Gelb de Lima é a principal via de acesso às atividades comerciais, órgãos públicos como Polícia Militar, Bancos, Escolas entre outras instituições que prestam serviço a sede de Normandia, dando formas de produção e funcionalidades na sua capacidade de concentrar novos padrões de consumo (Figura 1 e 2).

Figura 1: Mapa que mostra a principal Avenida da Cidade de Normandia e a concentração dos comércios.



Fonte: Rayfson, Brito, Santos/UFRR, 2014.

Figura 2: Principal Avenida da Cidade de Normandia Cicero Gelb de Lima, com alguns pontos comerciais.

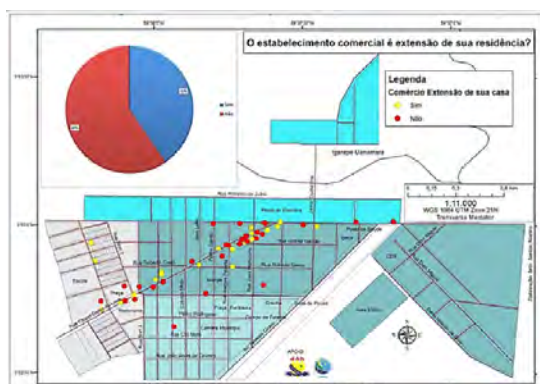


Fonte: Rayfson/UFRR, 2014.

Durante a pesquisa e entrevista aos comerciantes observou-se quantidade significativa de comércios que são extensões das residências, como opção de renda aos moradores do centro, na principal Avenida Cicero Gelb de Lima, que se estende como via arterial na cidade.

Verifica-se um índice 60% dos entrevistados não tem seu estabelecimento comercial como extensão de suas residências, mas uma quantidade significativa sobre esta ideia tem 40% (Figura 3).

Figura 3: Índice de comércios que são extensão das residências



Fonte: Rayfson, Brito, Santos/UFRR, 2014.

Dentro desta observação, Santos (1996) nos revela que, os estabelecimentos comerciais são pontos no espaço ou formas que conferem ao seu entorno um conteúdo de valorização e incorporam a valorização (ou desvalorização) que o espaço lhes confere (Figura 4).

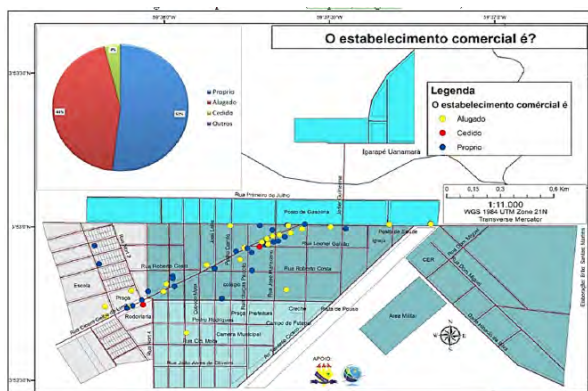
Figura 4: Os comércios como extensão de residência.



Fonte: Rayson/UFRR, 2014.

Sobre a estrutura física do comércio na Cidade de Normandia constatou-se em entrevista aos comerciantes que a maioria dos estabelecimentos 52% são próprios, 44% alugados, e 4% cedidos. Os percentuais de 44% dos prédios comerciais são alugados esse fator é significativo, pois mostra que o aluguel de imóveis é outra fonte de renda em Normandia (Figura 5).

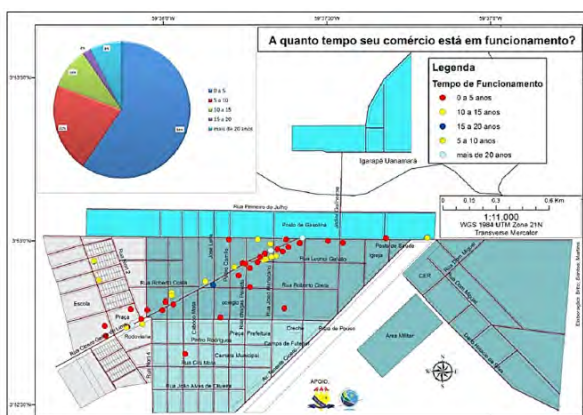
Figura 5: Tipo de comércio (Próprio, alugado ou cedido)



Fonte: Rayson, Brito, Santos/UFRR, 2014.

Segundo resultados obtidos na pesquisa e conforme demonstrativo gráfico pôde-se afirmar que os comerciantes estão estabelecidos em Normandia em um período que vai de 1 a 20 anos, sendo que como indica a legenda 59% dos entrevistados mantem-se no comércio entre 10 anos e 50 anos, 21% 5 a 10 anos, 10% de 10 a 15 anos, 2% entre 15 a 20 anos e com mais de 20 anos 8%. Desta forma a atividade comercial em Normandia teve aumento significativo entre os anos de 2009 a 2014 (Figura 6).

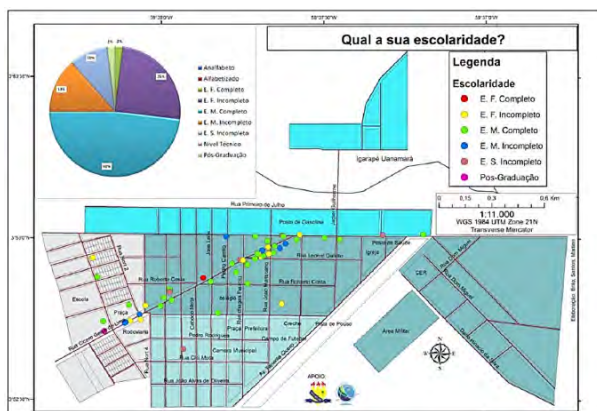
Figura 6: Tempo de Funcionamento dos comércios.



Fonte: Rayfson, Brito, Santos/UFRR, 2014.

Com relação ao nível de escolaridade dos comerciantes de Normandia a pesquisa pôde revelar que a grande maioria cerca de 48% tem o ensino médio Completo, 25% possui ensino fundamental incompleto, 13% não concluiu o ensino médio, 10% o ensino superior incompleto, 2% o ensino Fundamental e 2% Possui Pós-Graduação. Identificou-se que quase a metade dos comerciantes possuem o ensino médio e que não existe na classe índice de analfabetismo (Figura 7).

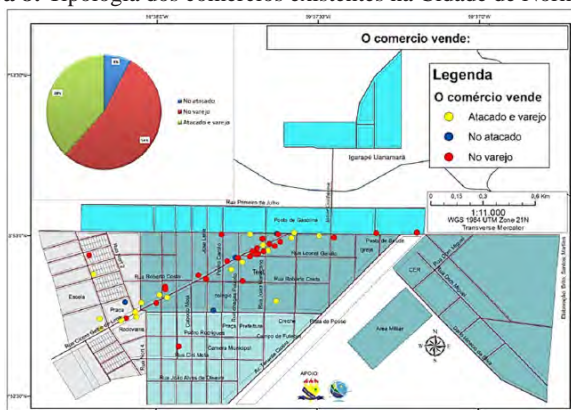
Figura 7: Nível de escolaridade dos comerciantes.



Fonte: Rayfson, Brito, Santos/UFRR, 2014.

Através das entrevistas realizadas “in loco” com os comerciantes e dos resultados dos questionários foi possível identificar que a maioria dos comerciantes investe no comércio varejista, o equivalente a 54%, atacadistas correspondem a 8% e 38% trabalham com atacado e varejo. Cabe ressaltar, que essa relação comercial potencializa a economia de Normandia, pois a cidade propicia o aumento da oferta de empregos à população, contribuindo para o desenvolvimento da própria cidade (Figura 8).

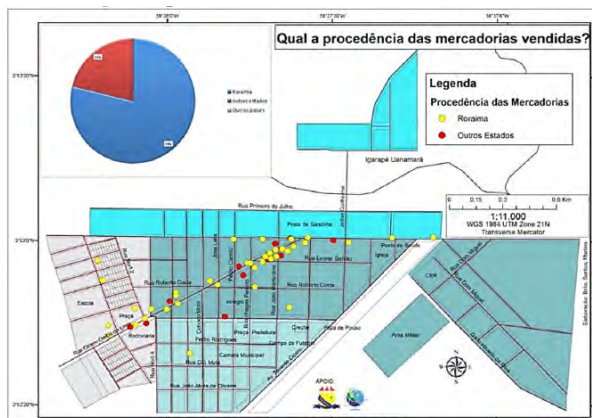
Figura 8: Tipologia dos comércios existentes na Cidade de Normandia.



Fonte: Rayfson, Brito, Santos/UFRR, 2014.

Quando se perguntou a procedência da mercadoria comercializada em Normandia 79% dos entrevistados afirmaram que as mercadorias vendidas pelos comerciantes da cidade tais como, produtos alimentícios, vestuários, eletrodomésticos entre outros, veem em sua maioria, da capital de Roraima (Boa Vista) os demais entrevistados disseram que 21% são provenientes de outros Estados, o que deixa claro que apenas 21% tem acesso a mercadoria de outros centros (Figura 9).

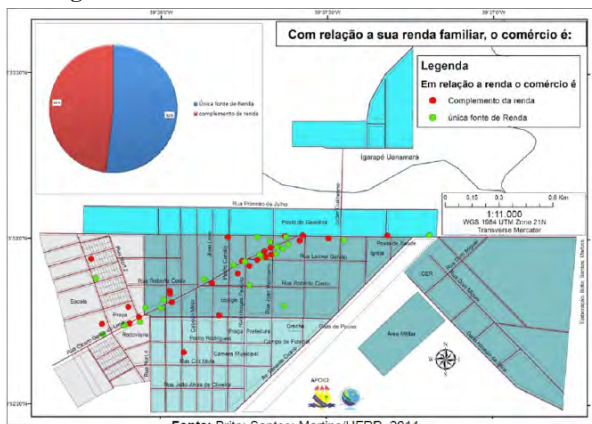
Figura 9: Origem das mercadorias comercializadas na Cidade de Normandia.



Fonte: Rayfson, Brito, Santos/UFRR, 2014.

Segundo aponta a pesquisa 52% dos entrevistados afirmam que o comércio é a única fonte de renda familiar, seguido pelos que disseram que a atividade comercial é apenas um complemento de sua renda. Pode-se perceber que existe um equilíbrio na resposta dos entrevistados com relação a essa pergunta (Figura 10).

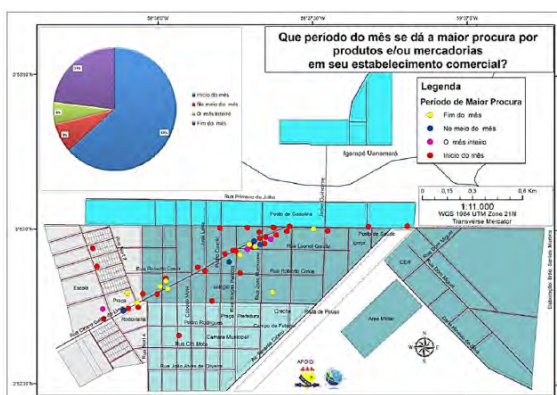
Figura 10: Atividade comercial como renda familiar.



Fonte: Rayson, Brito, Santos/UFRR, 2014.

De acordo com as informações obtidas dos comerciantes, verifica-se que os moradores que são funcionários públicos recebem seus salários no início de cada mês, outros moradores que são beneficiados pelo programa bolsa família recebem no final do mês, constando então o que vai determinar os picos mais altos de vendas do comércio. Os comerciantes conseguem ter um faturamento melhor em suas vendas no início do mês (63%), 23% no fim do mês, 6% o mês inteiro e 8% no meio do ano (Figura 11).

Figura 11: Período de maior concentração de vendas.



Fonte: Rayson, Brito, Santos/UFRR, 2014.

Considerações finais

Normandia é um município de característica bastante distinta dos demais municípios do Estado de Roraima, isso porque recentemente ele sofreu mudanças significativas na questão cultural, econômica, social, espacial e territorial após a homologação da (II) Raposa Serra do Sol ocorrida em 2005: Decreto Homologatório, estabelecendo prazo de 01 (um) ano para retirada de não índios da TIRSS.

Normandia não possui bairros definidos por nomes o que dificulta o acesso às casas pelos correios e até mesmo por pessoas que queiram conhecer o município e seu potencial turístico. O crescimento da cidade pelo que vimos no campo dar-se-á para West, em virtude de barreiras naturais (Serras), que cercam a cidade forçando seu crescimento sempre neste sentido.

A base da economia do município é voltada para os programas do Governo Federal, como a bolsa família, cultivo de melancia além do municipal gerido pela folha de pagamento da Câmara Municipal e da Prefeitura que aquece a economia local. Outra fonte de renda no município seria o turismo mais a partir da demarcação da reserva o município perdeu seu principal atrativo turístico o Lago do Caracaranã, exuberante beleza natural preservado em meio a Savana, onde ocorriam muitas festas, que já faziam parte do calendário, não só povo de Normandia, mais também de todo o Estado e do Estado vizinho Amazonas.

Normandia possui um dos menores contingentes populacionais, dentre os demais municípios do estado de Roraima. Desta forma o mercado do município é caracterizado por apresentar atividades econômicas, que proporcionam a oferta de mercadorias e produtos que atendem as necessidades básicas da população. Embora o mercado seja pouco desenvolvido, o mesmo corresponde a principal fonte de renda e geração de emprego para população local.

Cabe ressaltar que o comércio abrange a importação de produtos e mercadorias da capital Boa Vista, bem como de outros estados e até mesmo países vizinhos que movimentam a economia local. Desta maneira, consideramos que a atividade comercial possui um lucro bem satisfatório para os estabelecimentos, onde alguns possuem única fonte de renda, outros tem renda de trabalhos adjacentes.

Referências bibliográficas

CORRÊA, Roberto Lobato. **A geografia cultural e o urbano**. In: Introdução à Geografia Cultural. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HALL, R. E.; LIBERMAN, M. **Microeconomia: princípios e aplicações**. São Paulo: pioneira Thompson learning, 2003.

SANTOS, M. **Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN. **Informações Socioeconômicas do Município de Normandia** – RR 2012.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A Produção do Espaço Urbano de Boa Vista** – RR. São Paulo, 2009.

ARTIGO

DINÂMICA ESPACIAL DO DISTRITO INDUSTRIAL GOVERNADOR AQUILINO MOTA DUARTE / BOA VISTA – RR

Introdução

A pesquisa visa caracterizar a Dinâmica Espacial do Distrito Industrial, e discutir a temática Cluster Industrial, levando em consideração os conjunto de termos e características, que são fatores para a formação de um distrito industrial. A pesquisa tem como objetivo caracterizar a dinâmica espacial do Distrito Industrial de Boa Vista-RR, e mapear algumas empresas relevantes. O Distrito Industrial localiza-se no Bairro Governador Aquilino Mota Duarte na Zona Sul da cidade de Boa Vista – RR, as margens da BR-174. Se encontra situado nas coordenadas 60°42'51.62 de longitude Oeste, e 2°46'16".04 de latitude Norte, com aproximadamente 1.161 hectares de área. Os procedimentos metodológicos utilizados consistiram no levantamento bibliográfico sobre a temática dinâmica industrial, Cluster industrial e geopolítica, de autores como Ana Fali Alessandri, Hubert Schmitz. Houve aplicação de questionário e entrevista, elaboração de mapas temáticos sobre o distrito industrial. A pesquisa se apresenta em um breve contexto sobre Dinâmica Espacial do Distrito Industrial, com base na temática Sistema Cluster Industrial, que são conglomerado de empresas e indústrias em sua maiorias do mesmo ramo, que movimentam o setor econômico de Boa Vista, através de seus serviços e contratação de mão de obra.

Fundamentação teórica

Seguindo o contexto de Storper e Harrison (1994) ao descrever o conjunto de termos para classificar as formações industriais, os termos quando executáveis, se tornam característica de sistema Cluster. Definição que se tornou relevante para conhecer contexto das indústrias nas regiões de avanços tecnológicos.

Sistema Cluster¹ que é a um aglomerado de firmas concentradas geografica-

* Graduando em Geografia (L/B) pela UFRR, Bolsista do PIBID. Rayyyfson_souza@hotmail.com.

**Professor no Departamento de Geografia UFRR, antonio.veras@ufrr.br

¹ CLUSTER) Este conceito foi popularizado pelo economista Michel E. Porter, em dois livros seus, Competitive Advantages of Nations ("As vantagens competitivas das nações") ano de 1999, e Locations, Clusters and Company Strategy (Localizações, Clusters e Estratégia da Empresa) de 2000.

mente e especializadas setorialmente de um ramo produtivo, possuem características semelhantes e coabitarem no mesmo local. Elas colaboram entre si e, assim, tornam-se mais eficientes. (SCHMITZ; NADVI, 1999, p. 1.503). O interesse internacional pelo estudo das aglomerações industriais (industrial clusters)² surgiu nas décadas de 1980 e 1990 a partir do entusiasmo gerado pelas experiências bem-sucedidas dos distritos industriais da Terceira Itália.

A experiência Italiana tem permitido o aprofundamento da análise dos clusters de Pequenas e médias empresas - PMEs. GAROFOLI (1994) procura classificar esses clusters em três tipos:

Áreas de Especialização Produtiva.

São áreas de formação recente, caracterizadas pela supremacia de um setor de produção, mas sem relações produtivas importantes entre as empresas. Trata-se, portanto, de estruturas horizontais, “(...) na medida em que todas as empresas são concorrentes no mesmo mercado, produzindo o mesmo tipo de mercadoria ou dedicando-se à mesma fase de realização do produto” (GAROFOLI. p.37).

Sistemas Produtivos Locais.

São aglomerações de Pequenas e médias empresas (PMEs) pertencentes ao mesmo setor e, ainda, com forte predominância da concorrência horizontal e baixa integração produtiva entre empresas, mas já contando com um sistema produtivo mais estruturado a partir de uma “sedimentação histórica da cultura técnico-profissional” e de “uma forte identidade sociocultural entre as instâncias produtivas e os órgãos político- decisoriais” (GAROFOLI. p.38). Trata-se de estágio intermediário entre áreas de especialização produtiva e áreas-sistemas.

Áreas - Sistemas.

É a estrutura mais evoluída de Pequenas e médias empresas - PMEs, “(...) ainda que não constitua o ponto de chegada de todas as áreas de especialização difusa”. As áreas-sistemas caracterizam-se por intensa divisão do trabalho entre empresas, com progressiva diversificação e complexidade do sistema produtivo local, por fortes relações entre empresas, intra e inter-setoriais, e pela internalização da produção dos bens de produção. (GAROFOLI. P 40).

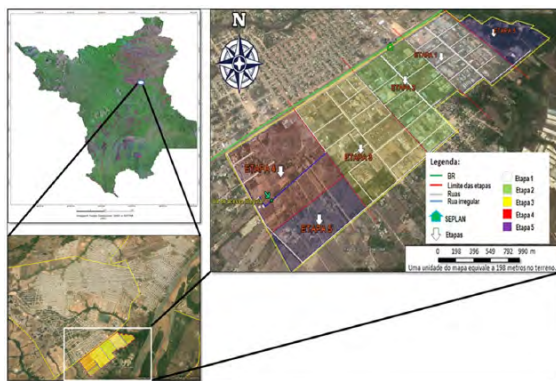
Procedimentos metodológicos

Os materiais e métodos utilizados para elaboração da pesquisa foram divididos em cinco etapas: Etapa Um: levantamento bibliográfico. Etapa Dois: Aplicação de questionários e entrevista. Etapa Três: apuração dos dados levantados em campo e tabulação dos dados. Etapa Quatro: interpretação dos resultados e etapa cinco:

² Expressão em Italiano, que se traduz ao português Clusters Industriais.

confeção de mapas temáticos, elaboração dos resultados esperados e considerações finais. (Figura 1).

Figura 1: Localização da área estudo, espaço urbano do Distrito Industrial de Boa Vista-RR.



Fonte: Imagem 25.02.2016. Google Earth e MEPA/UFRR. Elaboração: Rayfson (2016).

Resultados e discussões

Criação e implantação do Distrito Industrial em Boa Vista-RR

A Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, com objetivos do III Plano Nacional de Desenvolvimento, no ano de 1980, trabalharam com a implantação de Distritos Indústrias na Amazônia, em pontos estratégicos de comércio e desenvolvimento. Na capital de Amapá, e na Cidade de Rio Branco – Acre foram contempladas com indústrias, para a chegada das demais empresas e se beneficiar dos recursos naturais, fiscais e proporcionar o desenvolvimento local. ³(I PDR,1980, p. 10)

Os projetos de implantação de indústria na Amazônia deram prosseguimento para as demais regiões, em particular a capital de Roraima. Devido à fraca economia da capital, em agroindústria, alimento e a grande demanda da população que ultrapassava 50 mil habitantes.

Foi necessário pensa-se no espaço destinado as indústrias existentes, que tinham seus espaços de trabalho inadequado para suas produções, e constantemente

³ Breve resumo da pagina 10, do livro Secretaria de Planejamento e Coordenação - SEPLAN. I Plano de Desenvolvimento de Roraima – I PDR. Programação anual. Boa Vista, 1980.

a procura de matéria-prima, que só encontrava-se fora do Estado, o que não gerava lucros, mas altos gastos com as despesas.

Exemplo dessa demanda, temos a indústria Usina de Leite - USILEITE, que anos mais tarde desativou-se devido este problema, foi a principal empresa desta época de 1980, tinha como objetivo fornecer leite, manteiga e outros derivados, a fim de regularizar o abastecimento destes produtos e diminuir os seus preços, mas necessitava de fornecimento regular de leite pasteurizado e seus derivados, tanto em quantidade quanto qualidade. (I PDR,1980, p. 20)

Conseqüentemente a SUFRAMA financia projeto do Distrito Industrial: Cumprindo uma das etapas do programa de interiorização da Zona Franca de Manaus [...] o Superintendente da SUFRAMA, assinou convênio com o Governador do Território [...] entregando-lhe no ato um cheque de Cr\$ 3 milhões, destinado à elaboração do projeto do Distrito Industrial de Boa Vista. (Jornal Bom Vista, 1979, p. 11).

O Secretário de Planejamento e Coordenação, Haroldo Amoras, proferiu uma palestra no curso de treinamento gerencial básico [...] abordando diversos temas de interesse do empresariado local. O Distrito Industrial foi um dos pontos que mereceu mais atenção por parte dos presentes, todos interessados em saber detalhadamente sua estrutura e funcionamento. (Jornal Bom Vista, 1981, p. 05).

O projeto de implantação do Distrito Industrial teve início em novembro de 1979, e conforme consta no Manual de Procedimentos para Implantação de Indústrias no Distrito Industrial de Boa Vista de 1982, essa iniciativa objetivava disciplinar o uso do solo para fins industriais, e ao mesmo tempo servia de instrumento de incentivo para implantação de novas indústrias em Roraima, o que contribuiria significativamente para a substituição de importações. (Plano diretor do DIBV)⁴.

O Distrito Industrial recebeu uma nova legislação direcionada para concessão de áreas para implantação de novas empresas. O Governo do Estado de Roraima criou a Lei nº. 312 de 19 de dezembro de 2001, que alterou o método quanto à alienação de lotes e glebas de terras para fins industriais e agroindustriais, inclusive nos lotes localizados no Distrito Industrial. Esta lei passou a ser regulamentada pelo Decreto nº. 4.711-E de 29 de abril de 2002. Com esta nova regulamentação o Governo buscou regularizar as empresas que receberam lotes antes da criação da referida legislação.⁵

⁴ Secretaria de Planejamento e Coordenação - RR. Comissão técnica do Distrito Industrial de Boa Vista. Plano Diretor e Manual de procedimentos para implantação de Indústrias no Distrito Industrial de Boa Vista-RR, 1982. 60p.

⁵ Mais informações sobre a Lei nº. 312, de 19 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a alienação de lotes e *glebas *(solo cultivável; porção de terra; terreno onde se encontra mineral; propriedade agrícola) de terras para fins industriais, agroindustriais e de prestação de serviços e dá outras providências. Informações Disponibilizadas pelo DICS/SEPLAN.

No⁶ ano a seguir em maio de 2002, o Governo de Roraima convocou 25 empresas implantadas no Distrito Industrial (Figura 14), para que seguissem os tramitem legais visando receber suas Resoluções. A iniciativa foi do Governador Flamarion Portela (2002-2004), que visou atender uma reivindicação das associações dos empresários da indústria que não tinham seus títulos definitivos e precisavam de um documento para garantir seus financiamentos. (Figura 2).

Figura 2: Localização das empresas regularizadas pelo Governo no ano de 2002.



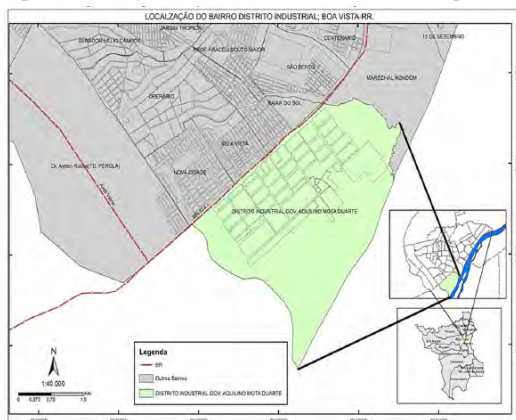
Fonte: Imagem 28.12.2002. Google Earth. Elaboração: Rayfson (2016).

Dinâmica Espacial do Distrito Industrial de Boa Vista-RR

O Distrito Industrial está localizado no Bairro Governador Aquilino Mota Duarte na zona Sul da cidade de Boa Vista – RR, as margens da BR-174, a 8 km do centro da cidade e fazendo divisa com os atuais Bairros Raiar do Sol, Bela Vista, Nova Cidade, ao lado da área militar Marechal Rondon. Esta localizado nas coordenadas geográficas 60°42'51.62" de longitude Oeste e 2°46'16".04 de latitude Norte, com uma altitude de 83 metros em relação ao nível do mar, com aproximadamente 1.161 hectares de área. (Figura 3).

⁶ INFORMAÇÕES PRESTADAS IN VERBIS, Senhor Engenheiro João Neto - Diretor da SEPLAN/DICS, departamento responsável pela administração do Distrito Industrial de Boa Vista-RR. Data das informações: 12/07/2016.

Figura 3: Mapa Localização do Distrito Industrial Gov. Aquilino Mota Duarte



Fonte: Base Cartográfica: Filipe Brito. Elaboração: Rayfson/2016.

Com base nas informações prestadas pela SEPLAN, e as informações obtidas através do mapa administrativo do Distrito Industrial de Boa Vista, colaborou para entender o planejamento, a localização das indústrias, informações das empresas ativas ou desativadas, como, se estão instaladas e funcionando, ou desativada. No mapa e delimitado uma quantidade de lotes, que chamamos de espaço vazio, que são disponibilizados para o processo⁷ licitatório do Governo em parceria com a SEPLAN, e promover a implantação de mais empresas que se interessarem em comprar uma área no distrito, que conseqüentemente gerarão mais empregos e renda.

No mapa da SEPLAN, o Distrito é dividido em Cinco etapas, para fins de localização e organização das empresas. Na etapa Um, é exclusiva para indústrias manufatureiras e produção de bens de consumo. Nas etapas Dois e Três as indústrias de produção de bens duráveis, madeireiras, olarias, usina de asfalto.

Na etapa quatro, indústria química, como, fábrica de tinta, fábrica de Gás de cozinha, empresas como Fogás Ltda e Amazon Gás Ltda. Na etapa Cinco, grande parte de sua área constituída de espaços vazios, destinados a processo licitatório, foram localizadas duas empresas, uma de produção de carvão e outra empresa que atua na área de construção pesada. (Figura 4 e 5).

Os dados coletados foram constatados que atualmente o Distrito Industrial de Boa Vista-RR encontra-se com 84 empresas implantadas e funcionando, 24 empre-

⁷Orientações sobre o Processo licitatório para o uso de lotes no distrito, disponível em <http://www.folhabv.com.br/noticia/Governo-do-Estado-lanca-processo-licitatorio-para-concessao-de-lotes/18150>> Acesso em 14 de julho de 2016.

sas desativadas e algumas que alugaram seu imóvel, e 18 em fase de implantação. (Figura 4,5).

Figura 4: Quadro demonstrativo da Situação geral das empresas no Distrito – 2016.

| Situação das empresas que receberam lotes. | 1Etap. | 2Etap. | 3Etap. | 4Etap. | 5Etap. | Total |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Empresas implantadas e Funcionando. | 23 | 23 | 30 | 07 | 01 | 84 |
| Empresas desativadas e que algumas alugaram seu imóvel | 12 | 10 | 01 | 01 | - | 24 |
| Empresas em fase de implantação | 01 | 05 | 12 | - | - | 18 |
| Empresas que receberam lotes e não iniciaram as atividades (projetos). | 01 | 02 | 07 | - | - | 09 |
| Total | 36 | 40 | 50 | 08 | 01 | 135 |

Fonte: SEPLAN, Elaboração: Rayfson, 2016.

O distrito industrial constitui-se numa integração entre a comunidade local e a estrutura produtiva, sendo, de fato, indissociáveis. A característica considerada mais marcante do distrito industrial é dada pela existência de uma comunidade local, com seu sistema de valores e de pensamento relativamente homogêneo — expressão de uma certa ética do trabalho e da atividade, da família, da reciprocidade e da mudança — o qual, de alguma maneira, condiciona os principais aspectos da vida” (GAROFOLI, 1994, p.20).

Reforçando essa ideia Carlos (2001) descreve:

“Neste caso específico cabe considerar que o homem, no mundo de hoje, só pode ter acesso a um emprego através da venda de sua força de trabalho. Ele não é necessariamente, o dono do instrumento e ferramentas do trabalho. O produto do seu trabalho não lhe pertence, pertence ao dono do capital [...] Dentro desse raciocínio se desenvolve a ideia do processo de trabalho como um processo de alienação, pois não é determinado pelo sujeito e nem este sujeito se torna dono do seu produto.”(Carlos, 2001, p.17).

Figura 5: Indústrias nas suas respectivas etapas, A – Arroz tropical - Ltda, B- Olaria Coopol - ME, C- RorayColor - ME, D - Fogas Ltda, E – Carvoaria - ME.



Fonte: Acervo fotográfico Rayfson/2016

Sistemas Produtivos Locais

São aglomerações de Pequenas e médias empresas (PMEs) pertencentes ao mesmo setor e, ainda, com forte predominância da concorrência horizontal e baixa integração produtiva entre empresas, mas já contando com um sistema produtivo mais estruturado a partir de uma “sedimentação histórica da cultura técnico-profissional” e de “uma forte identidade sociocultural entre as instâncias produtivas e os órgãos político- decisoriais” (GAROFOLI, p.38). Trata-se de estágio intermediário entre áreas de especialização produtiva e áreas-sistemas.

Indústrias do sistema produtivo locais, são os mais evidentes no Distrito Industrial de Boa vista, temos as empresas georreferenciadas e entrevistadas, de categoria bens duráveis, como, produção de material de construção civil com 50 empregados, Olarias e Cerâmicas totalizando 217 empregados, fábrica de tinta 05 empregados (Figura 06 e 07). Todas elas têm forte contexto histórico e vínculo sociocultural com a população e órgãos políticos, pois as mesmas são indústrias antigas que atendem as principais demandas da população. (Figura 6, 7, 8).

Figura 6: Empresas do contexto Cluster Sistemas produtivos locais, A- Indústria de arroz Ltda, B – Indústria de tijolos cerâmicos -



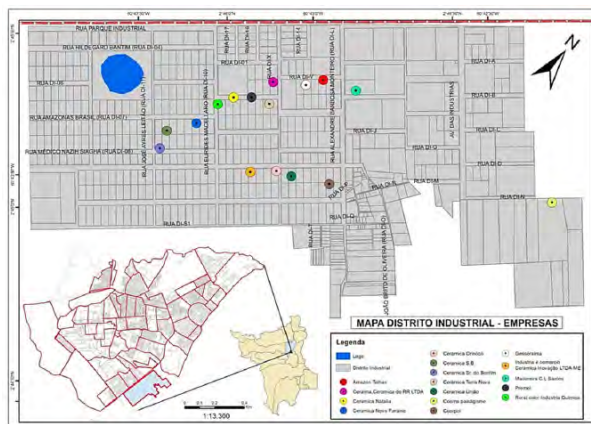
Fonte: Acervo fotográfico Rayfson/2016.

Figura 7: Empresas do contexto Cluster - Sistemas prod. locais, C-Gessoraima EMP, D – Rorai-Color ME Fábrica de tinta acrílica



Fonte: Acervo fotográfico Rayfson/2016.

Figura 8: Localização das empresas georreferenciadas que fazem parte do contexto Cluster – sistemas produtivos locais.



Fonte: Base Cartográfica: Filipe Brito. Elaboração: Rayfson/2016.

Considerações finais

A pesquisa possibilitou compreender a Dinâmica Espacial do Distrito Industrial de Boa Vista-RR, dentro do contexto histórico de formação, com base na temática sistema cluster industrial, que são conglomerado de empresas de característica industrial, para entender a presente realidade do espaço industrial, que movimentam o setor econômico da cidade de Boa Vista e outros municípios, com serviços de produção e serviços de contratação de mão de obra.

Por meio dessa dinâmica avalia-se a importância do distrito para o desenvolvimento econômico de Boa Vista-RR, através do empreendimento e competitividade dentro do contexto cluster industriais e seus fatores que favoreceram as formações do arranjo industrial.

O sistema Cluster no Distrito Industrial de Boa Vista, foi identificado como forte motor econômico para o desenvolvimento do Distrito. Nas empresas entrevistadas e georreferenciadas, todas se enquadram nas categorias de áreas especializadas, sistemas locais de produção e áreas sistemas, categorias estas fundamentais para formação de indústrias.

Os dados colhidos nas dezesseis empresas georreferenciadas foram bem significantes, o numero de empregados são de 397 (empregos diretos), empregos que são gerados pelas empresas in loco, e 174 (empregados indiretos), empregos gerados por serviços prestados para as empresas in loco.

Constatou-se também que algumas empresas em funcionamento no distrito, a inexistência de documento como títulos definitivos, que impendem das empresas buscarem financiamentos e a efetivação dos seus projetos de produção, emprego e renda.

Das 84 empresas implantadas e funcionando, contem mais 18 em fase de implantação, que segundo o administrador responsável pelo distrito, são empresas irregulares, mas que estão em processo de titularização de sua área de serviço e produção.

O distrito consiste um espaço produtivo com uma dinâmica interna pouco expressiva, com alguns pontos que deixam a desejar, como ruas não asfaltadas, falta de iluminação em varias ruas, esgotos danificados, dentre outros pontos críticos, mas possíveis de manutenção por parte do Governo e Prefeitura.

O distrito tem um forte potencial econômico, que se houver a regularização das empresas, as mesmas se efetivarão gerando mais emprego, aquecendo as atividades

comerciais, serviço e fortalecendo o sistema Cluster do distrito, aumentando a competitividade, tornando mais eficientes.

Assim ressalta CARLOS, 2001. P. 35, que o processo de industrialização, ao provocar uma profunda alteração na divisão social e espacial do trabalho, implica mudanças radicais na vida do homem. A aglomeração da população, dos meios de produção e de capitais num determinado ponto do espaço, multiplica os pontos de concentração e produz uma rede urbana articulada e hierarquizada.

Certamente a organização do espaço pode ser definida como o resultado do equilíbrio entre os fatores de dispersão e de concentração em um momento dado na história do espaço. No presente período, os fatores de concentração são, essencialmente, o tamanho das empresas, a indivisibilidade das inversões e as economias e externalidades urbanas e de aglomeração necessárias para implanta-las. Tudo isto contribuir para a concentração, em uns poucos pontos privilegiados do espaço, das condições para a realização de atividades mais importantes. SANTOS, 2001. p.29

As modernizações como grandes empreendimentos, trazem modificações significativas para a estrutura socio-espacial dos lugares. Parte da responsabilidade cabe ao poder público, em todas as suas instâncias, que se esforce para rever o planejamento do distrito, e constatar a diferente realidade do distrito industrial de Boa Vista, dos discursos e documentos como o plano diretor de 1980 sobre o planejamento e uso do território industrial para as empresas.

Referências bibliográficas

A ARCHITECH Consultoria e Planejamento Ltda. **Revitalização, Adequação e Ampliação do Distrito Industrial, vinculado a Secretaria de Estado da Infraestrutura, a ser implantado no Município de Boa Vista**, Estado de Roraima 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 2001.

Folha de Boa Vista, **SEPLAN e IGEO farão estudos no distrito industrial de Boa Vista**. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Seplan-e-IGEO-farao-estudos-no-Distrito-Industrial-/17177>> Acesso em 14 de julho de 2016.

GAROFOLI, Gioacchino. **Os sistemas de pequenas empresas**: um caso paradigmático de desenvolvimento endógeno. As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, (1994).

SCHMITZ, Hubert. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, n.2, p.164- -200. (1997).

RORAIMA - Secretaria de Planejamento e Coordenação. Comissão técnica do Distrito Industrial de Boa Vista. **Plano diretor e Manual de procedimentos para implantação de indústrias no distrito industrial de Boa Vista-RR**, 1982. 60p.

VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo - SP, 2009. 235p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19022010-163714/pt-r.php>> Acessado em: 10/06/2014.

ARTIGO

OS DESAFIOS PARA A ECONOMIA DA BELEZA NA AVENIDA CAPITÃO JÚLIO BEZERRA EM BOA VISTA – RR

Introdução

O Brasil tem passado por momentos turbulentos e de instabilidade devido a crise econômica, política e social que afetou todos os setores, e se espalhou por todo o território nacional. Nessa circunstância tornam-se mais nítidos os circuitos espaciais, superior e inferior da economia da cidade de Boa Vista/RR. Partindo-se da base teórica de Milton Santos sobre os dois circuitos da economia e do espaço do cidadão, pudemos constatar que a economia na cidade de Boa Vista obedece esta lógica de “espaços luminosos e espaços opacos”, como diz o referido autor.

Fazendo um recorte na questão do “mercado da beleza” tentamos entender como este setor tem resistido à crise financeira que se abate em todos os setores, e se houve de diminuição de postos de trabalho neste ramo. Selecionamos assim, a Avenida Capitão Júlio Bezerra -uma das principais avenidas da cidade de Boa Vista - e que possui a maior concentração de salões de beleza, observando inicialmente que os estabelecimentos se mantêm e até se renovam nesta avenida.

Um diagnóstico preliminar pode nos oferecer algumas pistas da situação específica do mercado da beleza em Roraima, partindo de uma compreensão não apenas geográfica, como até mais antropológica para entender o que move este setor. Dito de outra maneira, não se explica apenas pela situação econômica mas pela importância que a aparência tem no mundo Capitalista.

Do ponto de vista geográfico constatamos inicialmente, e com apoio da Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, que esta concentração obedece a certa lógica espacial de centralização de serviços baseada na distância, já que os clientes direcionam se para esta área, residem em bairros nobres como Paraviana, Caçari e

* Discente e Bolsista do PIBID Geografia /UFRR - pamolaandrea@gmail.com

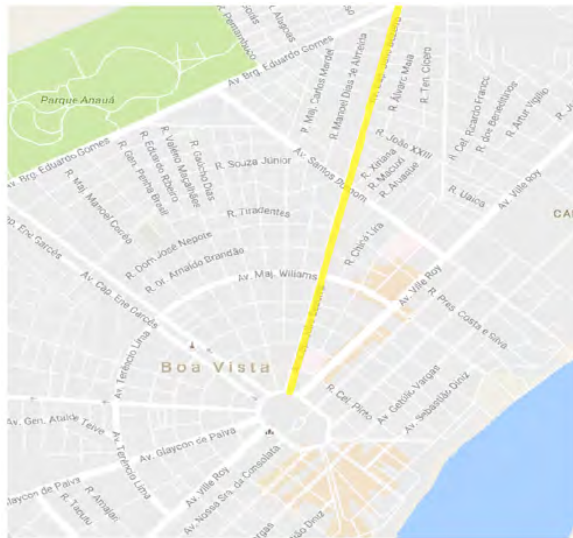
** Discente do curso de Geografia /UFRR - railsoncostageo@gmail.com

*** Professora Dep. Geografia coordenadora do LAGETAM/UFRR e do PIBID/Geografia pibid.geografia@ufr.br

Bairro dos Estados, cuja Avenida Capitão Julio Bezerra é uma via equidistante entre os principais pontos da cidade.

Para iniciar a discussão tecemos algumas considerações sobre a importância que a beleza adquiriu desde os primórdios e sua resignificação capitalista na atualidade.

Figura 1 : Localização da Avenida Cap. Julio Bezerra



Fonte: Google.com.br/maps

A Avenida Capitão Júlio Bezerra da Capital Boa Vista no Estado de Roraima, localiza-se num eixo originário do centro Cívico, em sentido Norte-nordeste da cidade, aproximadamente 2,44 km de extensão, percorrendo e dividindo os bairros Centro, Aparecida, Trinta e Um de Março e São Francisco. Mapa acima.

A seguir imagens de alguns salões de beleza visitados na nossa pesquisa.

Figura 2: Barbearia Express



Figura 3: Perfil Cabeleireiros



Figura 4 : Salão Corte Bem



Figura 5: Lux Luxo



Figura 6: DX

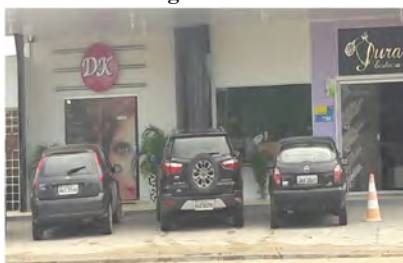


Figura 7: Atual Cabeleireiros



Fonte: COSTA, Railson (2016)

A beleza como mercadoria

A busca pelo embelezamento e pela preservação da juventude deve ser entendida não apenas como um fator de apelo midiático, de lucro capitalista como também da psique do indivíduo - uma espécie de desejo oculto de parar o tempo. A tentativa de retardar o envelhecimento a qualquer custo é tão ativa hoje quanto nos séculos

passados, como vemos até em imagens pictóricas dos egípcios em representações dos romanos e de todos os povos que os sucederam. Seja na literatura, na pintura, na arte, na música, a busca do belo é sempre recorrente.

Porém, nos dias atuais a mídia é quem impõe os padrões de beleza que despertam sentimentos intensos e inspiram ações que vão da silenciosa contemplação a ousadias de ordem conceitual e material para desfrutá-la e produzi-la. Das numerosas questões vinculadas à beleza, a produção e o consumo social da beleza humana é o elemento mais valorizado na mídia e nas propagandas de modo geral.

A beleza humana também obedece a padrões de sua época. Desde a Revolução Industrial, com o corre-corre nas cidades, o padrão de beleza teve que se adaptar, elegendo-se na contemporaneidade os corpos mais delgados como os mais aprazíveis. Neste contexto também a maquiagem adquire papel central para corrigir as marcas que a vida urbana, a alimentação desregrada, a noite mal-dormida revela nos traços das pessoas. O que se fazia em casa, com produtos caseiros, nesta área, passa a ser fabricado em pequena, média e grande escala.

Esta crescente busca humana pela preservação do vigor, da juventude, da beleza e da aparência saudável, apelos da mídia, têm sido incentivados pelos avanços tecnológicos ocorridos na medicina, biotecnologia, cosmética, dentre outros. O mercado dos cosméticos está em ascensão, aumentando a competitividade, exigindo um posicionamento estratégico bem estruturado e o fortalecimento e diferenciação de princípios ativos e resultados. O mercado da beleza emprega direta e indiretamente 2,5 milhões de pessoas e vem criando atrativos para novos investimentos e negócios (ABHIPEC, 2008).

Os fabricantes de cosméticos estão atentos aos desejos tendências, materializando, criando produtos e assim revigorando o aperfeiçoamento de produtos já existentes no mercado, para a disputa acirrada entre a concorrência.

A evolução do cosmético e da medicina estética possibilitam uma gama de opções para o consumidor, levando-o cada vez mais a investir em produtos que os ajudem a atingir os padrões de beleza impostos.

É um mercado em ascendência, também numa cidade que busca se modernizar, com a recente criação de Shoppings Centers, lojas de grifes, restaurantes e até pontos de cultura que começam a despontar em Boa Vista.

Os desafios dos salões de beleza para a manutenção dos seus serviços

O processo de crescimento econômico e suas etapas diferem de um local para outro, obtendo um grau maior ou menor de crescimento a partir da localização geográfica ou da distância dos grandes centros consumidores. A capital Boa Vista possui vários centros comerciais, atendendo os consumidores dos bairros e centro.

Na Avenida Capitão Júlio Bezerra desenvolveu um centro comercial atendendo os moradores dos bairros próximos como Aparecida, 31 de Março, São Francisco, Bairro dos Estados, Caçari, Paraviana e o próprio centro que fazem parte do Circuito Superior, teoria de Milton Santos que explica a prestação de serviço nas cidades. O Circuito Superior corresponde às atividades econômicas das grandes empresas e negócios e o Circuito inferior são atividades desenvolvidas pela população mais pobre.

Como exemplo dos circuitos colocados por Milton Santos, podemos citar as atividades econômicas desenvolvidas no ramo da beleza na “Capitão Júlio Bezerra”, que apesar de não se direcionarem apenas para uma classe média, na maioria de funcionários públicos, também atende a elite que vive nas adjacências. Neste avenida desenvolvem atividades de comércio, prestação de serviço, bares, restaurantes, supermercados, além dos salões de beleza com vendas de produtos profissionais por atacado e varejo e oferta de serviços desta área.

No final dos anos 20, o pesquisador alemão Walter Christaller, partiu da hipótese de que os lugares econômicos seguiam uma lógica hierárquica de acordo com uma rede de interdependência que tenderia de forma natural a centralização.

Centros comerciais como o da Avenida Ataíde Teive possuem uma forte influência na economia do município, comércio que faz parte do Circuito Inferior, região periférica da cidade, produtos e serviços com valores mais acessíveis atendendo a demanda dos moradores dos bairros próximos como Asa Branca, Tancredo Neves e demais. Já o serviço oferecido pelos salões de beleza da “Capitão Júlio Bezerra” são oferecidos com maior diversidade em serviços e produtos com agilidade e qualidade, requisitos que fazem a diferença na escolha do salão pelo cliente, escolhendo entre preço e agilidade.

Nossa existência no tempo nos é determinada, mas temos ampla liberdade de escolha de nossa localização. Esta é influenciada, embora não de todo, pelo nosso lugar de origem. Encontrar a localização correta é essencial para uma vida de sucesso, também para um empreendimento de sucesso e para um assentamento duradouro – em suma, para a sobrevivência do grupo. Adicionalmente, uma localização adequada tem que ser a localização dos acontecimentos certos. [...]” (Lösch, 1954, p. 3).

Os micros e médios empresários escolheram essa avenida planejando alcançar esse público de classe média/alta. Serviços e produtos oferecidos obedecem a demanda por segurança, higiene e conforto, itens que essa clientela procura, além, é claro, de profissionais capacitados.

Já se observa que desenvolveu-se confiabilidade no prestador do serviço, sobretudo nas entrevistas com os chamados “clientes fieis!”. Pressupõe-se também que os clientes procuram os comércios próximos com objetivo de comprar produto e contratar serviços na localização mais próxima que o ofereça. Assim, havendo êxito no negócio, empresa no lugar certo para o público certo.

Christaller mostra a organização das cidades na forma hexagonal, onde o centro representa o lugar central e as demais áreas do hexágono demonstram as regiões complementares, onde têm formações sucessivas, um conjunto de hexágonos formando outros hexágonos.

Pode-se dizer que estes hexágonos representam centros comerciais em Boa Vista com diferenças hierárquicas entre eles, pois são habitados por pessoas diferentes quanto à sua renda e inserção no mercado de trabalho local, ou origem social.

Neste sentido, observam-se serviços e produtos ofertados de forma diferenciada, de modo que o habitante de áreas mais afastadas necessitam em algum momento deslocar-se para áreas centrais a procura de um determinado produto ou serviço, ausente nos seus locais de residência. Obviamente, a escolha que os empresários fazem no estabelecimento de suas empresas em forte relação com a demanda, não apenas da qualidade do produto como da quantidade que ele poderá oferecer ao mercado. Ou seja, sua escolha não obedece necessariamente ao atendimento do público de alta renda, quando se pode auferir maiores lucros com públicos de média ou baixa renda.

O que se observa na Avenida Capitão Júlio Bezerra, é que pelas características da cidade, esta avenida consegue aglutinar produtos e serviços para todos os públicos. Diferentemente de áreas como Avenida Ville Roy que já se tornou uma avenida elitizada, e voltada para um público de média e alta renda.

Beleza prioridade para os roraimenses?

De acordo com dados de uma pesquisa nacional, realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), os brasileiros continuam mantendo seus gastos com beleza como prioridade apesar da crise econômica.

Segundo a pesquisa, o item que mais sofreu redução foi a saída para bares e restaurantes, com uma diminuição de 35,4%. As viagens estão em segundo lugar, com uma redução de 30,9%. E, em terceiro, as compras de roupas, acessórios e sapatos, com 29,2%. Em seguida, são os cortes na contratação de TV por assinatura, com 19,7%, e a diminuição do uso de telefones fixo e celular, com 18,8%. Os gastos com salão de beleza aparecem em sexta posição, com uma redução de apenas 16,7%.

Os itens como as idas às academias, compras de cosméticos e tratamentos de clínicas de estética, algo que pode ser considerado como dispensável para alguns, aparecem depois de atividades culturais, como ir ao cinema e teatro ou gastos com as despesas do lar e compra de doces, salgadinhos e bebidas.

Conforme os dados de um centro de beleza localizado no Centro da Capital, os roraimenses apresentam dados similares à pesquisa nacional. Para a cabeleireira Dália Castanheira, a área pouco sofreu com a crise econômica, com uma redução no número de cliente em algumas áreas, no entanto, as pessoas não deixam de ter um momento para cuidar da aparência.

Especialista na área de corte e coloração de cabelos há quase trinta anos, Dália informou que o número de clientes quase não sofreu redução nos últimos meses em alguns casos, como na área do corte de cabelos. Porém, a diminuição apareceu para os serviços de hidratação e escova.

“Eu, que trabalho especificamente com corte e coloração, não notei nada. Já na hidratação dos cabelos, a gente percebeu sim. A pessoa, ao invés de fazer no cabeleireiro, faz em casa. Compra o xampu e a máscara e prepara sozinha. A escova também diminui um pouco”, revelou.

Segundo Dália, outro setor que também sofreu um pouco na área da beleza foi a compra de produtos e materiais estéticos. “Teve uma diminuição na saída dos produtos que são mais caros, chegando até um custo de R\$ 300. A cliente até se mostra interessada, mas quando vê o preço, deixa para levar depois ou pensa duas vezes”, disse.

Já para as profissionais que atendem na área de cuidados com as unhas, o impacto foi um pouco maior. “A cliente que costumava vir toda semana, agora vem duas vezes ao mês ou uma vez por mês”, informou uma manicure. “Mas, assim, não deixou de vir”, ressaltou.

Para que o centro de beleza não seja afetado com a crise, a alternativa foi oferecer serviços promocionais nas áreas que sofreram uma diminuição. “No caso das hidratações, nós fazemos promoção, incluímos a opção da escova em alguns servi-

ços ou oferecemos dias promocionais, onde o preço é reduzido. A gente também faz essas jogadas, é preciso”, avaliou Dália.

Sobre o cuidado com a beleza ser uma prioridade, a cabeleireira acredita que o empenho do brasileiro é necessário também para solucionar questões pessoais e problemas do dia a dia. Para Dália, separar um tempo para si e ter uma atenção maior com cuidados estéticos pode parecer uma futilidade para alguns, mas está relacionado diretamente com o bem-estar, disse a cabeleireira.

Para a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, ainda há um mercado enorme a ser conquistado com foco no segmento masculino. “A pesquisa é um indicativo de que empresários do ramo de beleza precisam investir em itens capazes de corresponder às expectativas de qualidade do público masculino, pois eles estão consumindo cada vez mais produtos e serviços de beleza, sejam invasivos ou não. Além dos produtos de consumo básico, há espaço para empresas que sejam inovadoras e tenham plataformas de vendas modernas, seja por e-commerce ou aplicativos”, analisa Kawauti.

Através da entrevista de satisfação do cliente assíduo dos salões de beleza, ficou nítido que a procura pelo profissional da beleza, é devido a confiança, qualidade na prestação de serviço e pela localização. Isso prova que a grande maioria dos clientes, optam por um serviço de qualidade independentemente do valor cobrado por ele.

Figura 8: Gráfico de satisfação



Fonte: Costa, Railson

Considerações finais

Através das entrevistas realizadas nos estabelecimentos de beleza da Avenida Capitão Julio Bezerra, com proprietários, clientes e empregados destes estabelecimentos, percebeu-se que a crise econômica atingiu a procura pelo serviço, em especial os de manutenção semanal como manicure e pedicure, a clientela deixa para procurar o serviço a cada quinzena ou mês. Já outros serviços como corte de cabelo continua semelhante, pois é visto como essencial pelos fregueses para manter o bom visual e a autoestima. Os clientes declararam que a confiança no profissional, a qualidade na prestação de serviço e a localização do salão são itens fundamentais para a escolha do estabelecimento, como é um serviço que necessita de confiança por comprometer a estética/beleza. A localização foi um elemento de destaque nas respostas sobre a escolha do salão dada a facilidade e agilidade que promove.

Podemos ver claramente que, mesmo com o aumento do custo dos serviços e produtos, os clientes ainda permanecem fiéis e assíduos aos seus salões, ao contrário do que muitas pessoas acham, o principal critério para essa escolha não é o valor cobrado, mas sim, a qualidade somada à confiança do serviço oferecido.

A pesquisa mostrou que, umas das soluções encontradas para não deixar de cuidar da beleza, foi a diminuição da frequência, um cliente que ia semanalmente está indo com intervalo de quinze a trinta dias.

Podemos concluir que, a imagem pessoal conta muito na lista de prioridade dos clientes entrevistados, fazendo com que, o fluxo da indústria da beleza não cesse em meio a problemas financeiros, fazendo os salões localizados na Avenida Capitão Júlio Bezerra, resistirem às dificuldades financeiras.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Paola. **ECONOMIA**; <http://www.folhabv.com.br/noticia/> acessado em: 22/08/2016.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Territórios, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLEMENTE, A., HIGACHI, H. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: ed. Atlas, 2000. 260p.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Introdução ao Desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. 3 ed, revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Brasil: a construção interrompida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Geociências. Roraima, Boa Vista. Despesas e receitas orçamentárias e PIB. 2014.

LÖSCH, August. **The Economics of Location.** New Haven: Yale University Press, 1954

Losch-Christaller e a Teoria dos lugares centrais - <http://mundogeo.com/blog/2001/04/01>

REVISTA ATUALIDADES. Setor Demanda Mais Insumos e Tecnologia. Disponível em: 09/08/2016

Santos, Milton, 19262001. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

Santos, Milton, 19262001. **Por uma Economia Política da Cidade: O Caso de São Paulo /Milton Santos.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos.** 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARTIGO

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ARTESÃOS NA FEIRA (EXPOARRT)

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo traçar um perfil socioeconômico dos feirantes que integram a recente iniciativa governamental para o incentivo e valorização da cultura e comércio voltado para o artesanato de nossa região.

Por meio de uma feira temporária que funciona duas vezes por semana, mais especificamente aos sábados e domingos, com o objetivo de dar oportunidades aos artesãos de expor seus trabalhos e comercializá-los, fazendo com que os consumidores conheçam um pouco mais sobre a cultura, não apenas regional, mas também nacional e até mesmo internacional. Como Roraima se localiza em uma região de fronteira, há um significativo fluxo de estrangeiros, que enxergam aqui uma oportunidade de mudar de vida.

Nos últimos 30 anos a população do estado cresceu consideravelmente, pessoas migrando de todos os estados brasileiros, especialmente da região Nordeste. Esses imigrantes acabam trazendo consigo costumes e culturas de suas terras de origem, fazendo com que o estado tenha uma diversidade cultural imensa. Com isso “a mistura da arte nordestina com a arte nativa indígena engloba arte roraimense”.

O artesanato não é um produto de necessidade básica, então, sua comercialização se torna voltada para um determinado público, que ainda se encontra em desenvolvimento no estado. Ciente disso, políticas públicas estão sendo executadas para incentivar esse “novo” perfil de consumidores a movimentarem a economia do artesanato.

A feira temporária do Parque Anauá é uma das alternativas que vêm sendo implantadas pelo poder público. Foram com os feirantes que expõem nesta feira

* Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Roraima.

** Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Roraima.

*** Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professora associada I da Universidade Federal de Roraima

que realizamos um estudo de caso para levantar dados com o intuito de montar um perfil socioeconômico, e analisar a importância do artesanato na renda familiar dos mesmos e, conseqüentemente, e na qualidade de vida.

Referencial teórico

O artesanato, desde os primórdios da civilização humana, teve sua importância na caracterização de um povo, que passaram a construir sua identidade através de suas obras, identificando sua cultura e arte, e da mesma forma diferenciando-a das outras. No princípio as obras produzidas eram para auxiliá-los de alguma forma em seu cotidiano. Os primeiros objetos feitos pelo homem eram artesanais. Isso pode ser identificado no período neolítico (6.000 A.C) quando o homem aprendeu a polir a pedra, a fabricar a cerâmica, e descobriu a técnica de tecelagem das fibras animais e vegetais (HIRATA, 2007).

De acordo com SEBRAE (2016), o artesanato é toda atividade relativa à produção de objetos e artefatos acabados, feitos manualmente sem a utilização de máquinas, a fabricação tem o uso de meios tradicionais, com habilidade e criatividade se obtém objetos de qualidade.

SMITH (1988) afirma que o homem se apropria da natureza de forma simultânea isso quer dizer que a interação, homem, natureza é fundamental para que possa ocorrer, a junção da matéria prima com a criatividade humana, transformando algo natural em um tanto útil para suprir suas necessidades. A partir de então sua produção se aprimorou e se intensificou, passando de matéria prima para produto de valor de uso.

Com a interação com outros povos, o artesanato entra em uma nova etapa de grande importância para a sua produção e comercialização, com o uso dos valores de trocas, onde os artesãos produziam seus produtos em troca de alimentos e até mesmos em outros produtos manufaturados (SMITH,1988).

A partir do século XIX, o artesanato ficou concentrado então em espaços conhecidos como oficinas, onde um pequeno grupo de aprendizes vivia com o mestre-artesão, detentor de todo o conhecimento técnico. Este oferecia, em troca de mão de obra barata e fiel, conhecimento, vestimentas e comida (CABRAL, 2016).

Após a revolução do consumo, o aumento da produção industrial levou à queda na produção de atividades artesanais. Enquanto o foco da economia se voltava para os novos produtos que surgiam, agora industrializados, o artesanato passou a ser

fonte de renda para a classe mais baixa e de comércio informal, que Milton Santos (2008) caracteriza como circuito inferior, esses produtos eram fruto basicamente do campo, onde se encontravam as matérias primas, mas eram nas grandes cidades que eles eram mais bem remunerados.

Foi nessas cidades que as pessoas sem capital começaram a investir na produção de seus artefatos de modo informal, como não tinham condições financeiras de tornar seu negócio regularizado frente às exigências estatais, esses produtores notaram que produzir em casa seria a melhor saída, para fugir parcialmente ou totalmente dos impostos rigorosamente cobrados pelos governos (SANTOS, 2008).

De acordo com SANTOS (2008), é comum que o local de trabalho dos artesãos e o ponto de vendas dos mesmos sejam em sua habitação, podendo também ser comercializados nos grandes centros comerciais, onde há maior fluxo de pessoas. As mulheres artesãs teriam outros meios de acrescentar sua renda, geralmente elas não integravam o mercado de trabalho industrial e desenvolviam outras atividades, como costureiras, lavadeiras, sobre tudo donas de casa, nos intervalos de tempo produziam seus objetos de comercialização.

Às vezes, o proprietário trabalha sozinho e assume ao mesmo tempo a direção, o capital e o trabalho. Para Santos (2008) o artesão se encaixa perfeitamente nesse perfil, há exceções quando se trata de um maior capital e o um meio de produção mais eficiente, esses pequenos negócios geram empregos mesmo que sejam em pouca quantidade, comparado às grandes empresas que têm em sua mão de obra, uma população em massa. Mesmo em pequena escala, o artesanato é uma atividade muito importante quando se trata de preservação de culturas e costumes passados de geração para geração.

Os trabalhos artesanais se dividem em dois grupos: no primeiro estão os produtos ligados inteiramente a cultura de uma comunidade, influenciada pela tradição local e pelo “saber fazer”. No segundo aparecem os chamados manuais que são confeccionados com matéria-prima industrializada e não resultam diretamente de heranças culturais. (SUTACO,2016).

Seja de qualquer parte do mundo entre vários povos, essa arte sempre irá demonstrar a identidade local, através de manifestações culturais transformadas em obras artesanais.

Área de estudo

A área de estudo desta pesquisa corresponde à “feira de artesanato de Roraima” (EXPOARRT) localizada na cidade de Boa Vista-RR, exatamente no Parque Anauá. O evento ocorre aos sábados e domingos a partir das 17 horas.

Figura 1: Localização do Parque Anauá, Boa Vista - RR



Fonte: Imagens, DigitalGlobe, Landsat. U.S. Geological Survey

Método e técnicas aplicadas

A pesquisa foi realizada por meio de entrevista oral realizada diretamente com os feirantes presentes no local no dia 14 de agosto de 2016, através do método indutivo com análise de dados quantitativos, pesquisa bibliográfica, pesquisa de artigos científicos na internet.

O trabalho de campo foi desenvolvido através da realização de pesquisa junto aos artesãos, onde foi possível analisar os efeitos do programa no seu cotidiano e também por meio da observação direta, realizada na ocasião das visitas ao local onde ocorre a exposição e comercialização de seus produtos.

As perguntas foram fechadas, por meio de um questionário, onde foi possível levantar dados básicos, como idade, escolaridade, renda, sexo, endereço, etnia, profissão, estado civil, etc.

No final do questionário deixamos uma pergunta aberta, sobre a opinião do feirante em relação a importância do programa (EXPOARRT) para sua qualidade de vida e sugestões para melhorias na estrutura e na organização do evento.

Foram aplicados 37 questionários, com duração de três horas, individualmente por ordem de numeração das barracas.

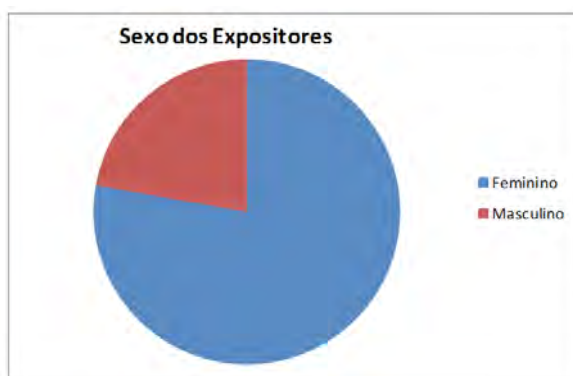
A realização das entrevistas contou com a colaboração de todos, sem que ocorresse nenhum imprevisto, contribuíram para a obtenção de forma lúcida e clara dos dados.

Resultados e discussão

Os gráficos a seguir são resultados dos dados coletados nas entrevistas onde pode-se analisar algumas características dos feirantes.

Na figura 2 podemos observar que, o número de mulheres nesse mercado de trabalho é bem maior em relação ao número de homens, dos 37 entrevistados, 29 são do sexo feminino cerca de (78%) e apenas 8 do sexo masculino cerca de (22%). Essa diferença entre os sexos pode ser entendida pela forma particular da divisão social do trabalho, tendo dois princípios organizadores. O princípio de separação (existem trabalhos de homem e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (HIRATA).

Figura 2: Sexo dos Expositores



Fonte: autores.

O sexo masculino procura sempre outras opções para ser inseridos no mercado de trabalho e por isso há essa grande diferença na quantidade de mulheres que atuam nessa área.

De acordo com o a figura 3, 50% dos entrevistados possuem o nível médio completo, 31% possuem graduação e 11% concluíram apenas o ensino fundamental.

Na teoria esses dados seriam excelentes para esse mercado que por muito anos foi visto como um “abrigo de mão de obra barata”. Seguindo esse contexto, podemos fazer indagações como: O que poderia estar levando pessoas com um nível escolar elevado a entrar nesse mercado?

Figura 2: Escolaridade dos Expositores



Fonte: autores.

Nas entrevistas observamos fatores como; falta de oportunidade de emprego, “crise” no país que estão levando essas pessoas a recorrerem a produção de artesanato para complementação da renda.

43% dos feirantes tem a comercialização do artesanato como sua única fonte de renda, isso mostra que quase a metade das pessoas que trabalham nessa área depende de políticas públicas para poder expor e comercializar, de forma um pouco menos informal.

E os outros 57 % possuem outras fontes de renda e usam o comércio do artesanato com complemento da renda, como podemos ver na figura 4 abaixo:

Figura 4 : Outras fontes de renda dos expositores



Fonte: autores.

A importância direta da feira na renda dos artesãos

A feira ocorre oito vezes ao mês, duas vezes na semana, exatamente aos sábados e domingos no Parque Anauá, pois se trata de um espaço amplamente utilizado pelas famílias boa vistenses para diversas formas de atividades. Essas atividades ocorrem principalmente aos finais de semana, estrategicamente os organizadores da feira utilizam esse período, pois se trata de maior fluxo de pessoas no local, e consequentemente, levariam essas pessoas a conhecerem a feira e consumir os produtos.

Através dos dados coletados fizemos uma análise da renda média mensal dos artesãos, especialmente da comercialização na feira, e tivemos como resultado o valor de R\$ 471,11. Mas se formos avaliar individualmente notaremos que a renda é mal distribuída, tendo uma amplitude muito elevada, dependendo das características dos produtos comercializados, por exemplo: uma artesã vende 100 peças de colares artesanais por mês cobrando R\$ 1 real por peça e sua renda mensal é de R\$ 100. Para compararmos as rendas, pegamos como exemplo um pintor de quadros artesanais, produz 10 peças por mês ao preço de R\$100 cada unidade, imagina-se que ele vendeu todas as peças, ao final do mês sua renda mensal será de R\$1000, 10 vezes maior do que vendedora anterior.

Como foi dito antes, as rendas variam pelas características de cada produto, não pela quantidade de clientes e o mercado consumidor local ainda está em fase de desenvolvimento, uma grande parte das pessoas não tem a cultura de adquirir esses

produtos, que para muitos ainda é algo desconhecido. Assim, tem-se a necessidade de se desenvolver políticas públicas para divulgar esses trabalhos e chamar a atenção desses novos consumidores, pois adquirindo esses produtos, movimenta-se a economia, a produção cresce, a necessidade de mão de obra também, beneficiando uma quantidade maior de pessoas direta e indiretamente.

Considerações finais

Ao longo das duas visitas realizadas ao local da pesquisa, a primeira apenas para observação e a segunda para a aplicação do questionário, houve uma diminuição no número de barracas em funcionamento, segundo relatos dos feirantes, houve uma queda significativa na venda nos últimos três(3) meses, fazendo com que muitos artesãos deixassem de comercializar seus produtos na feira.

Outra observação importante e que pode ter diferenças significativas nos resultados coletados, é a preocupação de alguns entrevistados, em agradar ou exaltar o programa do governo do estado, com medo de penalização se caso relatassem algum problema, pois os mesmos entendiam que éramos fiscais de avaliação do governo, mesmo nos identificando como pesquisadores da universidade federal de Roraima (UFRR). No decorrer da conversa os artesãos, foram sentindo-se a vontade para relatar a realidade dos seus casos. Os problemas mais citados pelos feirantes foram, a localização, a falta divulgação do evento que é muito importante para atrair o público consumidor, além de empecilhos como, a ausência de transporte público frequente voltada para aquela região, pois o público ainda limita-se apenas a consumidores que residem próximo ao local ou que tenha seu próprio transporte.

Segundo os feirantes há a falta de responsáveis pelo programa, para reavaliar as condições de estrutura física e planejamento, para que ocorra o bem estar financeiro e social, promovendo eventos com a finalidade de atrair o público para o local. Nessa perspectiva conclui-se que pode haver um direcionamento maior voltada a esse mercado de trabalho em prol de sua valorização cultural e importância econômica, através de políticas públicas mais estruturadas e estratégicas para obter melhores resultados.

Referências Bibliográficas

HIRATA, Helena. (set/dez. de 2007). “**Novas configurações de divisão sexual do trabalho**”. Cadernos de pesquisa [0100-1574] vol.; 37. n.132, pp.595-609.

SANTOS, Milton. 1926-2001. **O Espaço Divido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Tradução: Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade: O Caso de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SMIHT, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

www.sebrae.com.br/artesanato. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

www.sutaco.com.br. Acesso em 22 de agosto de 2016

www.brasilecola.uol.com.br/artes/artesanato. Gabriela Cabral. Acesso em agosto de 2016.

ARTIGO

A CONCENTRAÇÃO DO SETOR DE DISTRIBUIDORAS DE BEBIDAS NO BAIRRO SENADOR HÉLIO CAMPOS - BOA VISTA-RR

Introdução

O setor de bebidas tem peso importante na economia brasileira, mas este setor vem há anos atravessando grandes oscilações devido a forte concorrência de empresas poderosas que operam em nível internacional.

O sistema de produção capitalista foi se modernizando e tendo assim consumidores cada vez mais exigentes, sendo um verdadeiro desafio a oferta de produtos e serviços que atendam as exigências de qualidade e preços acessíveis aos consumidores, pois a competitividade encontra-se cada mais acirrada, e em Boa Vista-RR observa-se que isto não é diferente.

Foi observada uma aglomeração de comércios de distribuidoras de bebidas no bairro Senador Hélio Campos principalmente nas principais avenidas estando cada vez mais umas próximas das outras, na cidade de Boa Vista-RR, percebendo assim por meio deste movimento a necessidade de compreender as relações existentes entres os comerciantes deste local.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar tanto quantitativa como qualitativamente a evolução do setor de bebidas nos estabelecimentos dessas avenidas do Bairro Senador Hélio campos, pois o comércio de bebidas e de suma importância para economia do nosso estado, merecendo portanto uma análise, mesmo que preliminar a respeito da situação destas distribuidoras, tal como a quantidade existente, os principais problemas que encontram, a forma de gestão, dentre outros.

Parte-se da hipótese que um dos problemas esta na gestão empresarial, ou seja no próprio planejamento para a expansão do negócio de bebidas já que, percebe-se a ausência de uma estratégia básica no âmbito geográfico, no sentido de se compre-

* E-mail: altiva.barbosa@ufr.br

** E-mail: geicy_ferreira@hotmail.com

*** E-mail: Sandra_lima_rr@hotmail.com

der as tendências de expansão populacional, a acessibilidade, a distância, enfim fatores clássicos tão bem tratados nas teorias da localização, em autores como LÖSCH, CHRISTALLER, dentre outros.

Ao que tudo indica, os comerciantes pensam que basta ter capital para abrir sua empresa e assim o sucesso estaria na mera existência de capital para abertura da empresa, sem entender a lógica do capital em sua complexidade.

Neste sentido, esboçaremos a seguir algumas idéias partindo da análise de dados primários e secundários, entrevistas e aplicação de questionários aos empresários do setor de distribuição de bebidas, dando destaque a questão da competição empresarial.

Metodologia utilizada

O estudo foi desenvolvido a partir dos debates nas aulas de Geografia Econômica, durante o primeiro semestre de 2016, das leituras e da procura de várias fontes como jornais e pesquisa mais ampla na internet.

A utilização da pesquisa quantitativa foi necessária para avaliar as relações entre as variáveis existentes e a qualidade, consolidando-se o resultado e comparando-o por meios de gráficos, pois estes permitiram comparar os produtos, os preços, dentre outros.

Numa segunda etapa realizou-se questionário com perguntas abertas e fechadas a quinze comerciantes de bebidas das principais avenidas do Bairro Senador Hélio Campos identificando suas principais dificuldades para manterem-se no seu negócio.

Os locais de pesquisa foram as avenidas Nazaré Filgueira, Felipe Barbosa, Abel Monteiro e N21. As perguntas versaram sobre a Competitividade, Qualidades no atendimento, Tipo de pagamento, Produtos mais vendidos, Alvará sanitário, Estrutura física. (Figura 1).

Figura 1: Mapa Localização da área de estudo.



Fonte: Souza, R. 2016.

A área de estudo situa-se na zona Oeste no município de Boa Vista-RR, no limites com bairros Jardim Equatorial, Santa Luzia, Cidadão, Operário e Pintolândia sendo suas principais avenidas Felipe Barbosa, Abel Monteiro e Nazaré Filgueira e rua Izidio Galdino da Silva antiga N21. O bairro senador Hélio Campos antes era uma área integrada ao seu bairro vizinho Pintolândia.

Este bairro é uma área de concentração de pessoas com rendas diferenciadas, pois nesse espaço, há pessoas com renda média e pessoas que não possuem renda nenhuma.

Competição de espaço entre as distribuidoras de bebidas

A competição é a essência do Capitalismo, sem ela a sociedade se estagnaria, conforme a visão de autores como HILL; JONES e GRUNDY, que elencam cinco forças presentes na competição entre as empresas. De acordo com esses autores as cinco forças seriam: barreira à entrada de novos concorrentes; poder de barganhas de fornecedores; rivalidades entre os concorrentes; poder de barganha dos compradores e ameaças de produtos substitutos. Consideraram também que estas forças se alteram com o passar do tempo, sendo necessário aos vendedores uma constante atenção às mudanças na dinâmica do capitalismo em todas as suas dimensões.

Reforçando esta ideia, Milton Santos afirma que:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Concorda-se com Milton Santos, que o espaço necessita de relações sociais para que ele possa ser reproduzido, desta maneira economicamente sendo viável tanto para vendedor quanto para seus concorrentes. Nota-se nessas relações que há muitos conflitos tanto pela busca do espaço, quanto pelo lucro.

Para Lemos, Santos e Crocco (2006, p. 175), o território é:

“[...] o espaço econômico socialmente construído, dotado não apenas dos recursos naturais de sua geografia física, mas também da história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções e valores e regras, de arranjos institucionais que lhe dão expressão e formas sociais de organização da produção, com estruturas de poder e dominação. Como espaço social, o território é um campo de forças políticas conflituosas, com estrutura de poder e dominação. Assim, o território é o lócus de produção de bens e reprodução de capital, que se manifesta em arranjos institucionais do poder instituído, embora mutante, que abriga conflitos de interesses e formas de ação coletiva e de coordenação”.

Desta forma Lemos dialoga com Milton Santos acerca do espaço socialmente construído, sendo este um local não só de produção como também de reprodução do capital que é permeado de conflitos entre diferentes sujeitos sociais, necessitando da mediação do estado, que tem o papel de apoiar as instituições na organização e reorganização do território.

Análises da concentração do setor de bebidas nas principais avenidas do bairro Senador Hélio Campos.

As distribuidoras de bebidas no bairro Senador Hélio Campos denotam uma das formas típicas de capitalização de alguns empresários em Roraima, observando-se algumas concentrações pela cidade, como é o caso das avenidas: Felipe Barbosa, Abel Monteiro e Nazaré Filgueira e rua Izidio Galdino da Silva antiga N21. Dadas as dimensões e demandas do bairro, percebe-se que a existência de cinco distribuido-

ras numa mesma área, parece caracterizar, no mínimo, uma falta de visão estratégica, para as necessidades mais amplas do comércio na área.

Essa concentração segundo a visita de campo causa conflitos de interesses mas favorece o consumidor pelo aspecto da competitividade, já que os empresários do ramo precisam sempre criar novos atrativos ao cliente como promoções e brindes, embora para o empresário ocorra a diminuição do seu lucro.

As características básicas deste comércio são: exigência de pagamento a vista; grande e frequente procura, ou seja, numa cidade com as temperaturas de Boa Vista, o consumo de líquidos é sempre muito alto.

Figura 2: Distribuidora do Roxo na Avenida Izidio Galdino da Silva



Fonte: JESUS, G.F. 2016.

Foi observado também que essas distribuidoras mantem seus produtos diversificado tendo não somente refrigerante, cerveja como esse acima possuindo alguns produtos alimentícios, e outros serviços como alugueis de mesas e cadeiras para eventos.

Figura 3: Distribuidora Ponto Certo - Av: Izidio Galdino antiga N21



Fonte: JESUS, G.F. 2016.

A distribuidora Ponto Certo afirma que busca atrair seus clientes com oferta de promoções, mesas para tomar sua cerveja, mantém seus produtos sempre bem refrigerados, atendimento sempre com empatia. Ultimamente os comerciantes dessa modalidade de venda tem-se notado que nos finais de semana as vendas ou seja seu lucro tem caído muito mas não se sabe bem o real motivo mas preferem acreditar que seja a crise.

O surgimento de novos empreendimento no mesmo local acredita-se que venha estimular essa concentração e que também estejam relacionados pelo fato de existir uma circulação muito grande nessas quatro avenidas.

Figura 4: Distribuidora localizada Av: Felipe Barbosa.



Fonte: JESUS, G.F. 2016.

A distribuidora Cia do Gelo oferece como diferencial a entrega a domicílio, já que este é um aspecto muito valorizado pela clientela, talvez pelo frequente calor na cidade e pelas dificuldades em trafegar nas principais avenidas da cidade, dado o caos das vias públicas.

Creemos que uma compreensão mais intensa da lógica por trás da reprodução do capital na cidade de Boa Vista, e não apenas no Bairro Senador Hélio Campos pode ser entendido através dos dois circuitos da economia urbana, obra clássica do geógrafo Milton Santos, segundo ele:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e

serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são causa e efeito da existência, ou seja, da criação ou manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços (SANTOS, 2004, p. 37)

Resultados e discussões

Ao desenvolver esta pesquisa, através da observação bibliográfica e questionário de campo, foram levantadas questões intrínsecas do comércio atual, que, satisfatoriamente, foram respondidas. Podemos dizer que a visita de campo nos auxiliou a identificar as implicações de ocupar um mesmo espaço e quais adaptações eles fazem para conseguir driblar essa realidade vivida pela empresa, podendo com isso gerar resultados positivos e maximizar seus os lucros.

Segundo análise do gráficos qualitativamente há concorrência acirrada onde foi muito fortes num total de 100% disseram que sim, notavelmente a competitividade onde se pode vista por meio de foto da área de campo, foi observado que eles possuem uma boa estrutura física, produtos diversificados, que tem um ótimo atendimento, que buscam criar diversas maneiras para agradar a clientela mas cada um do seu modo.

E na análise percebeu-se que os comerciantes apesar de todas as inseguranças neste ramo comercial competitivo, não deixam de vender seus produtos, embora de forma cada vez mais tímida.

Abaixo seguem os gráficos feito pelas autoras para melhor exemplificar as respostas obtidas.

Figura 5: Gráfico 01



Fonte: autores.

Figura 6: Gráfico 02



Fonte: autores.

Figura 7: Gráfico 03



Fonte: autores.

Figura 8: Gráfico 04



Fonte: autores.

Figura 9: Gráfico 05



Fonte: autor

Figura 10: Gráfico 06



Fonte: autores.

Figura 11: Gráfico 07



Fonte: autores.

De acordo com os gráficos 93% afirmam possuir o alvará da vigilância Sanitária, 7% não possui pois quando foram perguntados se eles tinham responderam que não pois na abertura do negócio não se tem muita exigência.

Desta forma fica claro que há uma concentração nessas principais avenidas e que essa atividade gera uma lucratividade razoável e que é um negócio que não se tem muita burocracia, que não tem muito problema com a validade do produto e que esse crescimento tem aumentado devido a fatores como estes.

Considerações finais

Por meio de análises baseadas em entrevistas, foi possível compreender na prática do comerciante os aspectos da inovação, aliados ao peso que o território e sua centralidade exercem na definição dos novos fluxos de mercado. Dentro de uma perspectiva capitalista do lucro e da competitividade os novos setores de bebidas e alimentos tendem a se concentrar em avenidas e bairros, sem contudo ignorar os aspectos clássicos da teoria da localização

O setor de bebidas como outro setor da economia interage num ambiente de concorrência acirrada. As barreiras de entradas e as dificuldades na logística do estado de Roraima levam a muitas falências. As empresas sofrem quando não conseguem um determinado lucro, a concorrência fica por conta da diferenciação e da qualidade dos produtos, conforme ficou evidenciado na pesquisa relatada.

Há também dificuldades para encontrar fontes de financiamento segundo os comerciantes.

Portanto as empresas de Roraima tem buscado alternativas para manterem-se no mercado com lucros. E, talvez a criação de uma cooperativa de economia solidária poderia ser um passo importante.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, C. C. NICOL, R.. Economia Agrícola O Setor primário e a evolução da economia brasileira. São Paulo: McGraw, 1987.

BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas.

Certo, Samuel C. – Peter, J. Paul- Administração Estratégica, Planejamento e Implantação da Estratégia- Ed Makron books- São Paulo -1993.

Cervo, P.A.; Bervam, A.L. - Metodologia Científica- Ed: Makron Books, 1996.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 7. ed.São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural.3 ed, revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LÖSCH, August. The Economics of Location. New Haven: Yale University Press, 1954 Losch-Christaller e a Teoria dos lugares centrais - <http://mundogeo.com/>

blog/2001/04/01

SANTOS, Milton, 1926-2001, O Espaço Dividido: Os dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Santos, Milton, Por uma Economia Política da Cidade, O Caso de São Paulo, São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

SMIHT, Neil. Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

WERNKE, R. Gestão de custos: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001.

Wright, Peter - Kroll, Mark J. - Parnell, John - Administração Estratégica, Conceitos – Ed. Atlas- São Paulo – 2000.

*Altiya Barbosa da Silva **
*Rafaela Kéroleen Silva Maia ***
*Matheus Araújo de Mattos ****
*Felipe R.dos Santos Paixão *****

ARTIGO

FRANQUIAS NA ÁREA DE GASTRONOMIA NA NOVA ECONOMIA DA CIDADE DE BOA VISTA RR

Introdução

Segundo Ribeiro e Tassigny franquia significa o ato ou efeito de franquiar, e também esta relacionado com o sistema de comércio conhecido como franchising. A franquía é uma espécie de licença para usar a marca e a tecnologia de negócios na venda de determinados produtos ou serviços de uma empresa, cedidos mediante determinadas condições firmadas em “contrato de franquía”. Quem está cedendo os direitos é chamado franqueador e quem recebe franqueado. Muitas franquias nascem de negócios independentes que dão certo e são reinventados no formato de modelos de negócios de sucesso e fornecidos a outros empreendedores como franquias.

O sistema de franchising parece exercer grande atratividade sobre o empreendedor, independente do tamanho da empresa, que busca rapidez na instalação e/ou expansão do negócio, tenta diminuir as barreiras à entrada no mercado, deseja utilizar a estrutura funcional oferecida pelas redes já estabelecidas, e quer aprender as técnicas que o ajude a reduzir suas próprias deficiências (dificuldade, inexperiência, falta de conhecimento, entre outras)

A perspectiva atual é de um crescimento acentuado em Roraima e nos demais estados da região Norte, em especial o das microfranquias, que são investimentos de até cinquenta mil reais. Mas percebe-se também na cidade de Boa Vista a presença de franquias com investimentos maiores.

A área de alimentação é uma das que mais tem sido escolhida em Roraima para a instalação de franquias, que, até o fim do ano, devem aumentar especialmente no

* Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor Associado I da Universidade Federal de Roraima.

** Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Roraima.

*** Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Roraima.

**** Graduado no curso de Geografia pela Universidade Federal de Roraima.

centro comercial, configurando os chamados “shoppings de rua”.

Abrir uma franquia tem suas vantagens e desvantagens. Dentre as vantagens podemos citar uma maior taxa de sucesso do que outros negócios e o “conhecimento” tecnológico e de mercado repassado pelo franqueador. As principais desvantagens são o pagamento de royalties, valor elevado do investimento inicial e pouca independência na condução do negócio.

O Brasil possui cerca de 5% do setor de franquias do mundo, e o seu crescimento se dá em torno de 20% ao ano, ou seja, dobra de tamanho a cada quatro ou cinco anos, fazendo do Brasil o terceiro maior país franqueador do mundo.

Segundo o SEBRAE – Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, no Brasil, entre 1990 e 1999 foram criadas 4,9 milhões de empresas, das quais 55% eram microempresas. Há mais de 100 anos no mundo, o Franchising como sistema empreendedor de negócio, introduzido no mercado pela Singer Machine Company, alcançou seu auge, demonstrando sua eficácia por meio da mais famosa rede de franchising do mundo, a rede McDonald’s.

Hoje, o franchising tornou-se uma alternativa de negócio tanto para o empreendedor que quer expandir sua rede, como para o novo e pequeno empresário, que devido as dificuldades encontradas no mercado de trabalho e empresarial (desemprego, baixo incentivo governamental ao pequeno empreendedor, pouco conhecimento na área administrativa e gestão de negócios) encontra no Franchising um sistema já formatado, com marca consolidada no mercado e know-how desenvolvido. Quanto maior a organização e quanto mais conhecida for a marca, maior a exposição da empresa: à mídia, à concorrência, aos consumidores,

Esta pesquisa é uma pesquisa exploratória e descritiva baseada em dados secundários da Associação Brasileira de Franquias (ABF). Foram recortados dados do setor de franquias no Brasil, quanto ao crescimento do franchising no Brasil em termos do: Produto Interno Bruto (PIB), faturamento, a evolução do número de redes de franquias e unidades franqueadas, a evolução do número de empregos diretos.

Além disso, através de dados primários e entrevistas em oito estabelecimentos de Boa Vista, avaliamos, por exemplo, a situação de empregabilidade da população no mercado de franquias. Estabelecemos algumas indagações sobre: Expansão das redes de franquias; quantidade de mão de obra empregada; dificuldade de matéria prima. A amostra apesar de ser restrita, contempla as principais franquias que se instalaram em Boa Vista, a partir de 2002.

Estamos assim iniciando nossa pesquisa sobre o crescimento em Boa Vista tendo como subsídios a teoria de Milton Santos sobre o espaço dividido; sobre o circui-

to inferior e superior da economia urbana e também sobre a “Teoria dos lugares centrais” (CHRISTALLER, LÖSCH), com análises ainda bastante preliminares sobre o assunto. E, partindo de um ramo que é bastante incipiente no Estado de Roraima, mas já revela uma tendência de grande expansão nos próximos anos.

O crescimento de franquias em Roraima

Pesquisas da Associação Brasileira de franchising, mostram que as microfranquias tem crescido nas regiões Nordeste e Norte. Notadamente, em Roraima existe uma grande procura no SEBRAE por informações sobre as franquias, sendo as dos setores de alimentação e vestuário as mais procuradas, já se observando uma intensificação de várias franquias e microfranquias pela cidade.

Em Roraima este fenômeno vem sendo observado há alguns anos, notadamente, após 2007, mas uma maior expansão desse nicho de mercado começou nos últimos cinco anos e tem se intensificado até agora. A chegada dos Shoppings Centers em Boa Vista confirmou essa intensificação, porém, a cidade foge à regra de que franquias se estabelecem principalmente em Shoppings. Observa-se que numa de suas principais avenidas – a Avenida Ville Roy - as franquias tem se estendido por quase toda sua extensão.

Nota-se inclusive que empresas locais como o “Café Expresso” e “Coisas da Terra”, por sua grande aceitação e qualidade dos serviços conseguiu o status de franquias.

Figura 1: Av Vile Roy – Bairro do Caçari



Foto: Márcio Lavor. 2016

A Ville Roy é uma avenida que corta a cidade no sentido nordeste/sudoeste. Indo do centro para os bairros nobres, e do centro para os bairros de população de baixa renda.

Entre os setores mais procurados para a abertura de novos negócios, estão o de alimentação e vestuário, obviamente seguindo-se a maior demanda nessas áreas. É extremamente importante que se conheça o mercado em que se vai investir. O público-alvo o retorno que se pode ter dentre outros fatores de grande importância para a estabilização da franquia. Favorece o crescimento deste ramo, o fato do franqueador já ter experiência, mesmo em se tratando de produto já conhecido no país, ou fora dele. O Sebrae-RR fornece todo material de pesquisa de mercado e consultoria para que ocorra uma boa gestão e um bom controle financeiro. Outra razão é que franquias tem seu modelo definido o que torna sua instalação menos complexa.

Alguns pontos devem ser ressaltados no momento de se abrir uma franquia, tais como investir até 70% do capital disponível, submeter o contrato de franquia a apreciação de um advogado e identificar-se com o tipo de negócio. Mesmo em meio à crise as franquias alimentícias tem crescido pois o brasileiro tem sido mais exigente na hora de se alimentar, isso também mostra o porque franquias com linhas saudáveis tem crescido, pois o brasileiro tem se preocupado mais com sua saúde, a tendência é que o número de franquias com essa proposta também aumente.

Entretanto em Boa Vista os fast foods ocupam os maiores índices de venda e crescimento, como por exemplo a franquia Bobs que no decorrer de três anos aumentou o numero de clientes, inclusive devido a procura precisou fazer novas instalações em outros pontos da cidade, conseqüentemente aumentado o numero de funcionários e de circulação de dinheiro.

Por outro lado, o lado perverso da história, é que os comerciantes locais, no geral, não conseguem competir com estas marcas, com toda a propaganda já existente para favorecer sua aceitação pelos consumidores. Neste sentido, observamos uma série de falências e saída de alguns estabelecimentos do centro comercial, para áreas mais distantes da cidade.

Segundo Milton Santos, na sua obra, O Espaço Dividido comparar sistemas econômicos de realidades diferentes é muitas vezes errôneo. Milton, classifica os sistemas centrais, ou mais bem estruturados, como “circuito superior da economia”, e ao mais desestruturado ele chama de circuito inferior. Estas comparações são mais comuns ao falarmos de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas podemos verificar algumas similaridades em realidade diversas, sobretudo as que estão em processo de crescimento como Boa Vista.

É muito comum estabelecer um paralelo entre os fenômenos econômicos urbanos que acompanharam as antigas revoluções na Europa, com países como o Brasil, porém isto é errôneo, assim como as comparações entre os grandes centros do país com a cidade de Boa Vista, que atualmente passa por um processo de expansão comercial, com a chegada de grandes empresas isso fica mais nítido, podemos ver isso com a evolução das franquias alimentícias na cidade. O que ocorre aqui tem sua particularidade em vários aspectos.

Com essa chegada de franquias, observa-se uma necessidade de preparar-se para as ofertas de trabalho, já que a maior parte da mão de obra em Roraima ainda não se encontra apta a disputar vaga com os profissionais que tem vindo de fora. Muitas vezes, a própria franquias direciona a contratação de profissionais, que vêm de outras cidades cujo empregos já estão saturados. Ao mesmo tempo tem forçado o roraimense a qualificar-se cada vez mais.

Em países desenvolvidos, também observamos esta procura de postos de trabalho por parte da população imigrante, aqui não tem sido tão diferente, porém, diferente dos países desenvolvidos, o Brasil e a capital do estado de Roraima nem sempre tem a população nativa empregada nas melhores posições, isso já foi considerado um problema maior, sobretudo à “época dos gafanhotos”, quando o Estado foi obrigado a realizar concursos públicos, sendo que a maioria dos candidatos aprovados era de outras áreas do país.

Tal como nas grandes cidades, Boa Vista caminha a passos largos para o aumento de focos de pobreza, como favelas, drogas, violência, problemas de saneamento, população de rua, dentre outros. Neste sentido, instaura-se um circuito inferior e de segregação na cidade. Não apenas pelo crescimento de setores como o de franquias, que em certa medida, expulsa o comerciante com tradições mais arraigadas.

A cada dia que passa, chegam novas franquias em Roraima. Antes de instalar sua marca numa localidade, a franquias realiza uma criteriosa pesquisa e quando a franqueada surge, significa que o mercado comporta. Um aspecto positivo é que como a franquias é padronizada, o consumidor local deverá adquirir o mesmo produto, com a mesma qualidade e o mesmo preço que é praticado nos grandes centros. As mais populares no Estado de Roraima são: Bobs, Subway, Cacau Show, Copenhagen, Açai no Ponto, Café Expresso entre outras, e também são as que mais oferecem empregos, no ramo privado da economia.

Segundo dados da Associação Brasileira de Franchising, o número de empregos diretos gerados pelo setor de franchising praticamente dobrou de 2002 a 2012, apresentando um crescimento anual acentuado partir de 2007.

Com base em pesquisa feita pela Consultoria Especializada em Food Service (ECD), de 2013 - “Balanço setorial das Redes de Franquias no Setor de Alimentação em 2012”, o setor de gastronomia ocupa o sétimo lugar dentro do ranking do Brasil com o crescimento de 18,7% anual.

É interessante ressaltar que o setor de franquia apesar da crise econômica no país, e também em Roraima, conseguiu mostrar maturidade e serenidade diante do cenário político encontrado no país, sendo responsável por empregabilidade em cidades já incorporadas ao chamado “vetor tecnológico e moderno”, como Boa Vista.

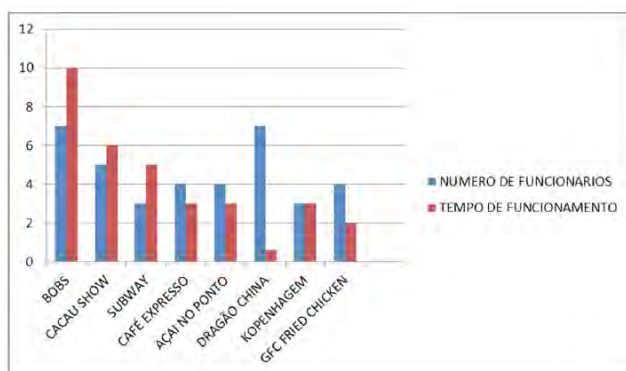
Outro aspecto a se destacar é que, apesar do crescimento dessas franquias, não apenas na área de alimentação, tem-se observado um número expressivo de falências, apesar do aumento da procura pelos consumidores houve o fechamento de algumas, como o fast food Girafas e o restaurante Spolletto, que fecharam as portas, o que na cidade “pequena” causa incerteza em relação a todas as redes que se estabelecem. Estas duas empresas eram muito frequentadas pelos boa-vistenses, causando certo espanto o fechamento brusco, sem qualquer aviso ao consumidor.

No caso do Bobs houve uma expansão de lojas hoje encontradas em seis pontos entre shoppings, aeroporto, quiosque no centro comercial, quiosque na avenida Ataíde Teive e no posto de gasolina Trevo. Isso mostra, conforme as teorias da localização de CHRISTALLER e LÖSCH, como a localização é importante pois a demanda e a procura de produto observam certa lógica espacial de distância, de posicionamento em relação a outros centros e áreas de consumo, de distribuição, dentre outros.

Tentando compreender esta lógica espacial e de negócios em Boa Vista, realizamos pesquisa em oito estabelecimentos franquizados, diretamente com os proprietários, partindo da média entre o tempo de funcionamento e a quantidade de funcionários empregados.

O eixo das Ordenadas reflete os anos e as quantidades de empregados, com números aproximativos da média de empregados X Tempo.

Figura 2: Funcionários X Tempo de Funcionamento



Fonte: Os autores (Set/Out 2016)

A figura acima mostra a quantidade de funcionários trabalhando no local com registro de trabalho, e o tempo de sua contratação. Os números dão uma dimensão reduzida do fenômeno das franquias em Boa Vista, sobretudo pelo fato da pesquisa ter sido aplicada somente no local que percorre o centro da cidade na Av Ville Roy e suas proximidades. Entretanto Bobs, Cacau Show e Açaí No Ponto possuem outras filiais em Boa Vista. Neste sentido, a amostra acaba sendo bem representativa do que ocorre no Estado de Roraima.

Pode se observar que a maior parte das empresas são microempresas e que as empresas abriram nos últimos anos, guardando estreita relação com o crescimento populacional da cidade.

“A Sinopse do Censo IBGE 2010, mostrou que os dez Estados com maior crescimento populacional entre 2000 e 2010 encontram-se nas regiões Norte e Centro-Oeste. Isso pode ser interpretado como um reflexo das “novas fronteiras agrícolas” (<http://ciencia.estadao.com.br> acessado em out/2016).

Segundo o Jornal Noticias de Roraima, Boa Vista possui quase todas as marcas de renome do cenário nacional. Das vinte e cinco franquias que compõem a lista, pelo menos treze já estão instaladas na capital. Um levantamento preliminar realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em Roraima apontou aproximadamente sessenta empresas deste perfil no Estado ano de 2015.

No ano de 2016 preve-se uma estimativa de crescimento de cerca de setenta a oitenta franquias instaladas. Segundo o analista de acesso ao mercado do Sebrae,

Luiz Barbosa, não há números exatos sobre esse nicho no Estado, mas basta uma rápida volta pela cidade para verificar a quantidade de novos empreendimentos que serão instalados.

O crescimento também se explica pelo fato de muitas franquias já não terem mais para onde crescer nas grandes cidades, o que força uma expansão para as cidades de médio e pequeno portes. Pesquisas recentes revelam que dificilmente as franquias vão à falência, porque já existe um modelo de gestão pronto, embora demande comprometimento dos diferentes níveis hierárquicos, dos funcionários e, principalmente, dos franqueados pois exige um padrão a seguir.

O setor apresenta os negócios de uma forma estruturada, o que vem atraindo muitos empreendedores em Boa Vista, notadamente a experiência acumulada em outras áreas tem ajudado o setor a se desenvolver. Além do mais, Boa Vista encontra-se em fase de desenvolvimento econômico.

Como visto na pesquisa, pode-se notar que os estabelecimentos crescem e alcançam um público de certa maneira já acostumado a consumir os produtos da franquia em outras praças.

Ocorreu portanto maior comodidade para os consumidores da capital boavistense, não apenas que residem em Boa Vista, mas a população do entorno – das cidades e países vizinhos. Não obstante, é ainda muito crucial a dificuldade de abastecimento dos produtos. Apesar do enorme avanço, muitos materiais para a produção dos alimentos, uniformes, decoração são pedidos de outros estados do Brasil, o que causa muito transtorno ao franqueado e ao consumidor que necessita aguardar durante muito tempo pela reposição de um produto de consumo imediato, como é o caso dos alimentos.

A geografia das atividades econômicas em Boa Vista

Cristaller estudou a lógica das centralidades, ou seja, conforme alguns autores, das polarizações ou convergências de redes para se entender as tendências de ocupação espacial, e também de realizações de infraestrutura material e social de modo mais amplo. Neste sentido, diríamos que os consumidores, estimulados pela mídia, mesmo que distante dos polos centrais da economia do país e do mundo, obtêm informações dos centros de maior afluxo, e interagem numa esfera de estreita proximidade nas suas escolhas.

E os fornecedores, mesmo que pequenos adquirem esta racionalidade do capital ao tomar suas decisões buscando maximizar seu lucro; vendem e operam com custos

equivalentes num ambiente em que o capital é móvel e não há barreiras de entrada.

O Capital maximiza seus lucros mesmo onde, geograficamente o espaço não é homogêneo; os custos de transporte não são uniformes em todo o território nacional onde as empresas operam, e muito menos consumidores e fornecedores estejam uniformemente distribuídos. Mas, deve-se entender, para além da Geografia, o comportamento dos consumidores, sendo que o custo de um produto esta diretamente relacionado ao desejo de obtê-lo.

Diz a teoria clássica das localizações que devido ao crescente custo de transporte, a demanda por um tipo particular de produto diminui conforme aumenta a distância entre o mercado consumidor e a localização do fornecedor, e que a partir de uma certa distância, a demanda cai a zero. Esta distância máxima que os consumidores estão dispostos a percorrer na busca por um produto chama-se “área de influência”.

Nos casos das franquias normalmente se tem um preço tabelado, que é cobrado devido a infraestrutura oferecida e o tipo de serviço prestado. Mas, o estabelecimento de uma ou outra franquia esta diretamente relacionado as diferentes classes da sociedade.

Segundo Walter Cristaller são três os princípios que podem determinar essa hierarquia sobre a economia e a logística, ou seja: o mercado, o transporte e a administração.

No caso de Boa Vista, como dito anteriormente, o consumo de certas marcas não obedecem necessariamente a esta lógica, pois interferem outros elementos como o desejo de adquirir um produto, mesmo que sem as mesmas condições que são oferecidas nas áreas centrais. Poderíamos citar exemplo de algumas empresas, que as vezes oferecem produtos com pouca validade ou com certa avaria. Não oferecem os brindes que se observam nos mercados centrais, nem sempre oferecem a nota fiscal, dentre outras questões que um consumidor mais exigente percebe em relação às áreas mais centrais da economia do país. Em todo o caso, em vista da impossibilidade de adquirir o produto em outras praças, o consumidor em Boa Vista resigna-se a novas condições de oferta.

Retomando esta questão teoricamente, os teóricos da localização afirmam que é necessário haver um nível mínimo de demanda para que uma mercadoria se torne disponível num ponto de venda. O raio da menor área de captação em torno de um ponto de venda que ainda viabiliza a disponibilização de um produto chama-se “limiar” do produto; este limiar é diferente de uma categoria de produto para outra; quando a amplitude é maior que o limiar, o produto é comercializado.

Em qualquer mercado haverá sempre muitos ofertantes de mercadorias com baixo limiar e baixa amplitude (bens de “baixo nível”); e poucos ofertantes de bens de alto limiar e alta amplitude (bens de “alto nível”). Os ofertantes de cada nível estarão homogeneamente distribuídos no espaço, formando uma retícula triangular equiespaçada. Ou seja, cada ofertante estará no centro de uma área de influência de forma hexagonal, cuja amplitude reflete o nível do bem.

Em consequência os mercados não são uniformes. As compras têm objetivos múltiplos. Os clientes não compram um produto de cada vez; etc. Outros efeitos foram também incluídos, como a ação dos níveis de governo e a influência da infraestrutura existente em uma região.

Emerge assim uma rede hierarquizada de localidades, desde que haja uma economia de mercado que interligue entre si numerosas áreas, cada uma produzindo excedentes locais e consumindo bens não localmente produzidos.

O desenvolvimento e o declínio das cidades, segundo Crisaller, dependeriam de fatores, que são inclusive fatores econômicos, isto permite entender a localização ou a posição geográfica como fator central da Geografia Econômica.

Em Boa Vista, de acordo com o embasamento feito pelo autor a relação de lugares centralizados com os consumidores possui uma lógica evidente no que concerne a influência de avenidas como a avenida Ville Roy, no bairro Caçari e a Avenida Glaycon de Paiva, locais muito frequentados pela população, porém de forma segmentada. Quanto mais próximo do Bairro nobre do Caçari as franquias alimentícias são mais sofisticadas.

Já nas áreas mais distantes do centro, percorrendo a Glaycon de Paiva, as franquias alimentícias vão se tornando cada vez mais raras e menos sofisticadas, à medida em que se atravessam os bairros com população de menor renda.

Portanto, a localização da franquia tem estreita relação com o tipo de consumidor, e consequentemente o valor pago pelo produto cujas dimensões variariam segundo os produtos e os serviços ofertados (a medida de sua centralidade).

Considerações finais

Na maior e mais badalada avenida da cidade de Boa Vista – na Ville Roy - estende-se uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais voltados para a alimentação - pizzarias, shoperias, casas noturnas, docerias, sorveteria, dentre outros - e estes são, cada vez mais, simulacros de metrópoles urbanas. Repetindo-se os

mesmos padrões, os mesmos comportamentos, os mesmos gostos, num fenômeno caracterizado como “expansão das franquias”.

As reflexões feitas nesta pesquisa permitem dizer as franquias, como as de alimentos, ao se estabelecer em áreas nobres da cidade, como a Ville Roy, reforçam a segmentação calculadamente pensada para a cidade de Boa Vista. Revela nitidamente o que o geógrafo Milton Santos define como a manifestação dos dois circuitos da economia urbana, ou seja, o circuito superior, e o inferior, numa cidade cada vez mais segregada.

Constatou-se que o total de unidades próprias e franqueadas, espalhadas em Boa Vista teve o crescimento de mais de 90% nos últimos três anos, especialmente no segmento de bebidas e alimentação. Estas são, em sua maioria de origem nacional e algumas existem somente na região norte, como é o caso do Açai no Ponto. Existindo inclusive unidades criadas em Roraima, como é o caso do “Café Expresso” e “Coisas da Terra”. Os empresários destas marcas optaram por franquear suas empresas devido ao grande sucesso que obtém em Boa Vista, porém as mesmas ainda não foram expandidas para outros estados.

O presente trabalho permitiu observar também que o sistema Franchising surge como uma alternativa para o empreendedor que busca seu próprio negócio em meio a um cenário de globalização e turbulência global, mesmo em cidades menores como Boa Vista.

É visível a expansão das franquias na capital Boa Vista-RR, embora de forma muito concentrada e diferenciada em relação a outras capitais do país. Observa-se um novo dinamismo na economia local com a abertura de novos postos de trabalho para atender a esta área em expansão, caracterizando, ao mesmo tempo, uma alteração na mão de obra local, devido a exigência de qualificação para atender a estas novas empresas, que vêm com outra cultura e padrões de gestão.

Boa Vista, por ainda ser uma cidade pequena, vem se adaptando a essa dinâmica, que é ao mesmo tempo uma dinâmica do capitalismo global que se inseri em todas as partes do globo.

Pode-se dizer que esta trazendo para a população consumidora, variedade e diversidade alimentícia, ou seja, pela primeira vez o consumidor em Boa Vista, possui opções, ao mesmo tempo em que expulsa do mercado parcela importante de pequenos empreendedores que não conseguem adaptar-se as novas exigências ditadas por marcas já consolidadas no mercado.

Obviamente, representa também um grande estímulo à modernização das empresas locais, a procura por qualificação daqueles que disputam vagas no mercado

de trabalho, já que, com as novas exigências, o trabalhador mais qualificado, muitos deles, de outras áreas do país ou dos países vizinhos, possuem mais chances de competir por estas vagas.

Destacamos também a importância das entrevistas com o franqueadores, o que nos permitiu perceber melhor o impacto da expansão deste setor para a economia do próprio Estado de Roraima. Percebemos a dificuldade de matéria prima, sobretudo para produção dos alimentos como um fator muito limitante e de grande incerteza para os empresários locais.

Notamos ademais que a falta de um estudo de mercado antes da implantação das franquias causou o fechamento de algumas delas. Os empresários relatam a necessidade de consultorias para analisar o mercado previamente. Cremos que ferramentas geográficas como as teorias da localização de autores clássicos, como citamos anteriormente podem ajudar muito nesta reflexão, e aqui a Geografia tem um papel particular a desempenhar.

Constatamos assim que cada vez mais a cidade deixa sua feição de cidade pequena, de tempo lento, de produtos autênticos e locais, para entrar na era da rapidez, do fast food, da padronização, dos modelos globalizados. E, também entendemos, que os estudos empíricos mostraram que as teorias dos grandes teóricos da localização precisam ser reinterpretadas para contextos tão diferentes como é o caso de Boa Vista, apesar de sua validade em linhas gerais e da possibilidade de diálogo com a realidade que oferecem.

Referências bibliográficas

ABF – Associação Brasileira do Franchising. Financiamentos. Disponível em <www.abf.com.br>.

BONADIO L. - Franquia Social empregabilidade e mercado de trabalho, PUC SP, 2009

CANO, Wilson – Introdução a economia, editora Unesp, São Paulo, 2 ed, 2007.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume II – O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: Territórios, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HOBSBAWN, Eric J. A Era dos Impérios 1875-1914 - A era das revoluções ed Saraiva, 1789- 1848

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, 22 ed., São Paulo: Editora. Nacional, 1987.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Boletim de Políticas Sociais.

Acompanhamento e Análise n 13, edição especial 2007, Trabalho e Renda. Brasília: IPEA, 2007.

LÖSCH, August. The Economics of Location. New Haven: Yale University Press, 1954

Losch-Christaller e a Teoria dos lugares centrais - <http://mundogeo.com/blog/2001/04/01>

MAN SHERMAN, Howard J. História do Pensamento Econômico. Ed vozes, 1992.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Cartilha O que é Franquia, 2006. Brasília,DF: Disponível em: (http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1196794000.pdf).

PRADO JUNIOR, Caio – Formação econômica do Brasil, São Paulo, 1987

RIBEIRO, Maria de Fátima. O Contrato de Franquia. Coimbra: Almedina, 2001.

SANTOS, Milton – O Espaço dividido. Saraiva, 1979

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a micro e pequenas empresas, www.sebrae.com.br/artigosfranquia. Acessos em outubro/2016

SMITH, Neil – Desenvolvimento desigual do capitalismo, 1988.

TASSIGNY. SILVA, BRASIL, A. O Mercado de Franquias e sua Contribuição Econômica e Socioambiental. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM Santa Maria, 2014.

Grupo de Trabalho nº 2

*Famílias em contextos de mobilidade:
afetividades e relacionalidades em movimento*

ARTIGO

A PERCEPÇÃO DO CUIDADOR FAMILIAR SOBRE A ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NO CAPS

Introdução

O presente estudo visa discutir o envolvimento da família na terapêutica realizada em Centro de Atenção Psicossocial. Uma temática carente na literatura, pois além de ser uma atuação relativamente nova, também existem barreiras na abertura para abordagem de uma população tão vulnerável e com relações tão frágeis (MONTEIRO, et.al: 2012).

Partindo do pressuposto de que a saúde mental passou por transformações em sua forma de assistir o indivíduo em sofrimento psíquico e sua família passou a integrar o cenário terapêutico, esses serviços trabalham em um novo modelo, denominado psicossocial, que considera os fatores políticos e biopsicossocioculturais, utilizando como meio as psicoterapias, socioterapias e reorientação sociocultural. Nesse modelo o indivíduo é o participante principal do seu tratamento, enquanto pertencente a um grupo familiar e social (SCHNEIDER, CAMATTA E NASI: 2007).

Frente ao exposto surgiu o interesse em investigar o contexto do reconhecimento da forma de lidar com a gravidade das repercussões dos sofrimentos psíquicos na infância e adolescência por parte dos familiares e das pessoas que desempenham papel de cuidador. Para isso, é necessário que se reconheçam as reais necessidades dessas famílias.

Buscou-se alcançar uma visão da gama de dificuldades decorrentes do convívio com os diferentes sintomas que expressam os mais variados transtornos mentais que acometem crianças e adolescentes. Sendo assim, este estudo torna-se útil para investigar as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças e/ou adolescentes com transtornos mentais.

* Aluna do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: fabiola.menezess@hotmail.com

** Professora Doutora do Curso de Psicologia/CEDUC. Professora no Programa de Pós-graduação em Ciência da Saúde, Universidade Federal de Roraima. E-mail: espindula.joelma@ufrr.br

Ao considerar que famílias que possuem crianças ou adolescentes com transtornos mentais experimentam dificuldades em amplos aspectos da vida cotidiana, a análise do estudo possibilitou a identificação das dificuldades no convívio com a criança ou o adolescente em casa, sentimentos desencadeados nos cuidadores pela sobrecarga decorrente do cuidado, assim como a percepção da família acerca do serviço.

O interesse em identificar como o cuidador familiar tem experienciado a convivência com a criança ou adolescente em tratamento justifica-se pela importância do acolhimento e da inserção da família como intervenção social que faz parte de uma ação inclusiva, que visa à promoção, proteção e reabilitação de sujeitos em sofrimento psíquico, conquista adquirida, sobretudo com a Reforma Psiquiátrica.

Diante ao exposto, a realização desta pesquisa é justificada pela crescente incidência de transtornos mentais em crianças e adolescentes no Brasil, segundo os dados da Organização Mundial de Saúde (2009), entre 10 a 20% da população infantojuvenil é acometida por problemas de saúde mental. Dada a relevância desse número de casos clínicos de transtornos mentais, surgiu a questão: como o cuidador familiar tem sido inserido no tratamento do paciente com transtorno mental realizado no CAPS?

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo se dá conta de suas próprias atitudes, enfrenta as pressões normais da vida, pode trabalhar produtiva e frutificativamente, sendo capaz contribuir à sua comunidade. Caracterizam-se por multicausalidade complexa e de longo prazo, ou seja, podemos classificar os mais diferentes fatores ou condições que influenciam o estado de saúde e de doença de um indivíduo, como fatores biológicos, psicológicos e sociais (MATEUS, 2013).

A família é o primeiro grupo social ou comunidade do qual fazemos parte enquanto seres humanos. Esta instituição é o meio no qual a pessoa recebe todo o apoio afetivo, psicológico, valores humanos e éticos, além de diversos fatores necessários para o seu desenvolvimento integral, físico e mental. A instituição familiar enquanto base do convívio social das pessoas habilita o ser humano para enfrentar o mundo exterior, ingressando-o decisivamente em uma comunidade para que estes estabeleçam relações e interações sociais e desse modo constituam novas famílias (OLIVEIRA E JORGE: 1998).

Não se pode desvincular o indivíduo do meio em que vive, uma vez que a família, como grupo, previne, tolera, e corrige problemas de saúde. Desse modo, não se pode separar a doença do contexto familiar e por ser um elemento tão imprescindível

vel, a família deve ser compreendida como uma aliada da equipe de saúde atuando como um recurso na promoção do conforto para o paciente adquirir confiança e, assim, investir na sua recuperação (MORENO: 2009).

Os transtornos na saúde mental na infância e na adolescência possuem tanto impacto imediato nas crianças e suas famílias, quanto podem ser fatores desencadeantes de problemas psíquicos e sociais ao longo da vida. No entanto, parece difícil cuidar da família do ser em sofrimento psíquico sem ter uma compreensão prévia do significado de vivenciar a doença. Isto porque, até bem poucos anos atrás, os profissionais de saúde e as políticas de saúde mental não voltavam-se para as famílias enquanto grupo capaz de ajudar na recuperação do familiar adoecido, tendo em vista as demandas que envolvem a função de acompanhar seus membros adoecidos e cuidar deles. Essa sobrecarga familiar é sentida não somente nos aspectos emocional e físico, mas também nos encargos econômicos (HALPERN; FILGUEIRAS, 2004).

Ao considerar que a Reforma Sanitária insere a família no tratamento do sujeito demanda dos CAPS, os serviços de atenção à saúde mental precisam incluir ações dirigidas aos familiares e comprometer-se com a promoção da inserção social das pessoas com transtorno mental. Sendo necessário refletir a respeito de como o SUS organiza-se para prestar atendimento ao paciente e ao cuidador familiar de crianças e de adolescentes e quais mudanças se apresentariam como melhora à acessibilidade e aos efeitos nos tratamentos. Para tanto, foi realizado uma breve contextualização no sentido de adequar ao leitor uma visão histórica a respeito do tema, mencionar as políticas públicas e a importância do cuidador familiar na eficácia do tratamento nos CAPS.

Breve histórico de políticas de saúde no Brasil

O direito à saúde no Brasil parte da Constituição Federal de 1988, sendo definido como direito de todos e dever do estado, devendo ser garantida mediante políticas públicas sociais e econômicas comprometidas à redução do risco de enfermidades e de outros agravos. De acordo com a OMS a saúde é um estado de completo bem-estar físico, e não apenas a ausência da doença, chamando atenção para a dimensão social e psicológica de saúde, como também para melhores condições de vida, que levam ao bem-estar (MATEUS, 2013). Ainda em diretriz política consolidada pela Constituição de 1988, para fins de promoção de saúde, a partir da conferência de Alma-Ata em 1978 se estabeleceu o Sistema Único de Saúde – SUS, sendo este de caráter público e formado por uma rede de serviços descentralizada,

com direção única e controle dos seus usuários. Com o trabalho voltado para a descentralização da esfera federal para a municipal, executando, acompanhando e avaliando serviços relacionados à epidemiologia, vigilância sanitária, alimentação e nutrição (BRASIL, 2007).

O SUS, que surgiu como modelo de atenção primária, regulamentado pela Lei Orgânica N°. 8.080/1990 é regido pelos seguintes princípios de Universalidade: acesso garantido aos serviços de saúde para toda população; Integralidade: refere-se à observação do indivíduo na sua plenitude e na garantia de promoção, prevenção e recuperação da saúde e, Equidade: oferta de ações e serviços, entendida como fundamento da justiça, onde cada serviço seja ofertado segundo a sua necessidade. Desta maneira, a presente política de saúde visa o bem-estar físico, mental e social como direitos fundamentais de seus habitantes, enfatizando-se principalmente aos cuidados primários (BRASIL, 2010). A saúde tornou-se então a mais importante meta social mundial, sendo o sistema que envolve todas as esferas governamentais, se fazendo presentes a competência, a responsabilidade e as condições necessárias para a busca da promoção de melhorias de vida e de saúde da população, trabalhando por meio da integralidade de seus diversos níveis de atenção à saúde, regulados pelas unidades de serviços. Ainda que o SUS enfrente desafios e problematizações referentes às descrenças do povo brasileiro e aos planos de saúde privados, é um sistema de suma importância num país com desigualdades sociais acentuadas e concentração de renda nas mãos de minoria populacional, além de ter alcançado inúmeras conquistas na saúde de todos os brasileiros.

Saúde mental no Brasil

Os primeiros momentos de visibilidade da saúde mental no Brasil tratavam de sujeitos vistos como doentes incapazes de atuar em seu tratamento, sendo isolados do ambiente familiar e do convívio social, assistidos apenas por uma equipe multiprofissional, que trabalhavam com intervenções psicossociais focadas. Nesse mesmo período, os hospitais psiquiátricos eram tidos como os principais locais para tratamento. Psicossocialmente, o paciente passa a ser visto como uma pessoa em sofrimento psíquico, se tornando fundamental no tratamento, assim como seus familiares e o meio social. Passando a ser trabalhados de forma interdisciplinar, visando à reintegração sociocultural e reabilitação psicossocial. Deste modo, houve mudança no foco do tratamento, passando da doença para o sofrimento existencial do sujeito

e sua interação social, no qual a família passa a compor o cenário de assistência, como destaca a Portaria 336/2002.

Em 1990, as Políticas Nacionais de Saúde Mental estimularam a constituição de uma rede de implantação de serviços que substituam o hospital psiquiátrico em estados e municípios. A atenção em saúde mental deveria ser conduzida em diversos tipos de serviços, tais como os hospitais-dia, leitos ou unidades psiquiátricas e serviços de emergências psiquiátricas em hospitais gerais, serviços de atenção básica como unidades básicas de saúde e as de saúde da família, e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (CAMATTA E SCHNEIDER, 2009).

Desse modo, o trabalho em centros de atendimento à saúde mental vai de encontro à construção de uma prática de atenção mais justa, democrática e solidária. Desenvolvidos por diretrizes de descentralização e atendimento integral, oferecem terapias e cuidados de reabilitação que fortalecem a autoestima do paciente em sofrimento psíquico e seus laços sociais.

As novas formas de cuidar e conviver com o ser em sofrimento psíquico focalizam na construção, transformação, mudança e dinamismo, nas quais a família constitui uma importante instituição formadora e capacitadora. No entanto, faz-se necessário que a instituição familiar seja consistente o suficiente para enfrentar os conflitos que podem surgir. Constituindo assim uma base suporte de apoio emocional e social, que busca por sentimentos e melhorias, uma vez que os conflitos estão interligados intimamente com o contexto familiar.

A criança, o adolescente e a saúde mental

Diversos movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente foram marcados por legislações específicas em diferentes momentos históricos até o vigente Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) e o espaço na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, segundo o qual cabe à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade para com os direitos fundamentais da criança e do adolescente (BRASIL, 2014).

O ECA atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a função de promover o direito à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, por meio do acesso universal e equânime às ações e aos serviços para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde (BRASIL, 1990).

Os serviços de saúde mental infanto-juvenis, dentro da perspectiva que hoje rege as Políticas de Saúde Mental, devem assumir uma função social que extrapola o fazer meramente técnico do tratar. E deve voltar-se a ações como acolher, escutar, cuidar, possibilitar ações emancipatórias, enfrentar estigmas e determinismos e melhorar a qualidade de vida das pessoas, tendo-as como seres integrais com direito à plena participação e inclusão em sua comunidade, partindo de uma rede de cuidados que leve em conta as singularidades de cada um e as construções que cada sujeito faz a partir de suas condições (BRASIL, 2014).

Posto isso, mostra-se fundamental que crianças e adolescente tenham acesso ao convívio com adultos acolhedores, preferencialmente familiares, para ações de promoção, proteção e recuperação de sua saúde, devendo ser objeto de atenção dos agentes de cuidado. Sendo assim, da atenção básica à especializada, passando pelos serviços de urgência e emergência, os serviços, equipamentos e pontos de atenção da rede de saúde devem estar aptos a viabilizar o acolhimento e a prover os devidos cuidados aos sujeitos em sofrimento psíquico e aos familiares destes.

Saúde mental e o cuidador familiar

Ao longo dos anos, mudanças ocorreram no campo da Saúde Mental no Brasil, em especial, acarretadas pela Reforma Sanitária. Com o intuito de voltar a assistência para a inserção social da família surgem os Centro de Atenção Psicossocial como novo modelo de atenção, no qual o foco volta-se para a promoção de saúde e qualidade de vida, com estratégias que incluem singularidades e necessidades coletivas.

Estes serviços devem apresentar composição multidisciplinar que possibilitem a escuta e o acolhimento dos indivíduos em sofrimento psíquico, segundo as necessidades de cada caso. Desse modo, os Caps têm como missão a inclusão de ações dirigidas aos familiares e à promoção da inserção do adoecido em meio à sociedade.

Famílias que possuem crianças ou adolescentes com transtornos mentais experimentam dificuldades em amplos aspectos da vida cotidiana. A análise dos estudos permitiu identificar dificuldades no convívio com a criança ou o adolescente em casa, no serviço de saúde e na escola, assim como sentimentos desencadeados nos cuidadores pela sobrecarga decorrente do cuidado, seja pela busca por compreensão e aceitação do transtorno, ou pelo sofrimento emocional e desgaste físico dos familiares envolvidos.

Os estudos sobre a saúde mental da criança e do adolescente vêm ganhando cada vez mais espaço, sobretudo na área da saúde e da educação. Porém, ainda é

necessário investir na criação e implantação de políticas sólidas para traçar diretrizes que promovam um desenvolvimento saudável dessa população.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido pela abordagem de natureza qualitativa e tratou-se de uma pesquisa exploratória-descritiva e utilizou o método fenomenológico como aporte de análise das entrevistas das colaboradoras (cuidadoras principais do parente com transtorno mental). A abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar mais profundamente sobre as investigações, tendências e atitudes de comportamento. Assim, o que percebemos é que a evidência da pesquisa qualitativa é nos fenômenos e voltados para os significados.

O método fenomenológico de pesquisa trata de depoimentos partindo de vivências a cerca de determinado fenômeno, significando a possibilidade de explorar, sob a ótica do respondente, toda a gama de sentidos dispostos em tal vivência. Implica ainda a opção de alcançar um horizonte de perspectivas diversas, únicas, factíveis, para aquele sujeito-vivente, a partir de sua própria experiência (HOLANDA, 2006).

Pesquisa qualitativa fenomenológica: alguns conceitos

Este é um estudo de abordagem qualitativa, do tipo fenomenológico, o qual visa desvelar a essência das coisas, das experiências vividas dos sujeitos, como fenômeno. A fenomenologia surgiu no final do século XIX enquanto opção filosófica e metodológica de pesquisa teve seu início com Edmund Husserl (1859-1938), concebendo a ideia de fazer da filosofia que entre em contato com as “próprias coisas”, dando destaque à experiência vivida, sendo assim, o estudo ou ciência do fenômeno em seu sentido mais genérico, que se manifesta ou se revela por si mesmo (MOREIRA, 2002).

Essa pesquisa foi realizada pelo método fenomenológico de Giorgi, um dos mais conhecidos e utilizados no campo da Psicologia Fenomenológica, partindo das descrições por escrito dos participantes com o objetivo de obter “unidades de significado” contidas nas descrições e reveladoras da estrutura do fenômeno (MOREIRA, 2002).

As características básicas da pesquisa qualitativa fenomenológica inclui interpretar o mundo vivido a partir do próprio participante e da situação a ser pesquisada. A ênfase ocorre na subjetividade e na visão dos participantes. É necessário que o

pesquisador procure sentir o outro dentro de si mesmo com a experiência concreta do participante (MOREIRA, 2009).

A metodologia de orientação fenomenológica apresenta como um recurso apropriado para pesquisar as vivências (percepção, memória, reflexão, decisão) e possibilita ampliar a compreensão em relação ao fenômeno vivido. Focaliza a experiência vivida e capta o significado atribuído pela pessoa a esta vivência. No presente estudo está dirigida para as vivências que os sujeitos têm daquilo que está sendo proposto investigar (BELLO, 2006).

Esse estudo é teórico e aplicado na prática, pois objetiva-se descrever o ser humano de acordo com o seu momento e sua cultura, entretanto, ele precisa validar os meios e técnicas adotadas, demonstrando cientificidade dos dados obtidos e dos conhecimentos produzidos (CHIZZOTTI, 2010).

Caracterização dos participantes

A pesquisa contou com a colaboração de quatro cuidadores familiares de usuários, crianças e adolescentes, em tratamento de transtorno mental intensivo em um Centro de atenção psicossocial. Participaram do estudo também 1(um) pai e 1(uma) avó, que foram retirados do estudo e foi decidido manter apenas as mães.

Mesmo diante da impossibilidade de acesso dos prontuários foi obtido informações por profissionais e pelos próprios participantes. Observou-se que o perfil predominante no serviço é de usuários do sexo masculino, a faixa etária está entre 8 e 17 anos e os acompanhantes são predominantemente do sexo feminino. Outra característica foi que 3 (três) mães divorciadas e 1 (uma) casada e o desemprego em destaque, por vezes atribuído à necessidade de acompanhamento constante ao familiar com transtorno mental.

O critério de inclusão foi de que o usuário fosse diagnosticado e estivesse em tratamento há, no mínimo, 6 meses, participando das oficinas realizadas pelo CAPS II, buscando enfrentamento e reabilitação psicossocial após o diagnóstico do transtorno mental. O critério de exclusão foi a não disponibilidade de participar do estudo e não aceitação da gravação digital.

Caracterização do local

O estudo foi realizado no Centro de Atenção Psicossocial II - Dona Antônia de Matos Campos, implantado em 2012 através da Secretaria Municipal de Saúde, loca-

lizado em Boa Vista/RR, com a população de aproximadamente 488 mil habitantes (IBGE, 2013). O Centro desenvolve ações voltadas para a promoção de saúde e qualidade de vida de pessoas que sofrem com transtornos mentais, seguindo os mesmos princípios dos demais CAPS. Pela inexistência do CAPSi no município e estado, esta unidade desenvolve trabalhos voltados para o público infantojuvenil, nos quais atendem crianças entre 08 e 17 anos de idade, em um dia fixo da semana, às quartas-feiras e por não se tratar de uma unidade voltada exclusivamente para a população infantojuvenil, o número de atendimentos a essa população é significativamente inferior aos atendimentos da população adulta. No mês de junho do corrente ano, 2016, o centro realizou 90 atendimentos ambulatoriais ao público infantojuvenil, enquanto 500 ao público adulto. Atualmente a unidade possui 48 usuários de quadro intensivo, que frequentam as oficinas terapêuticas, destes apenas 08 são crianças e adolescentes.

Procedimentos de coleta de dados

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRR, sob o parecer número CAAE: 48233015.2.0000.5302, além da aprovação da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista-RR. Foi iniciada a coleta de dados com a realização das entrevistas a cada um dos participantes na tentativa de resgate da dimensão do vivido. Tais entrevistas primam pela busca da essência do fenômeno, colocando o mundo entre parênteses, utilizando da redução fenomenológica, suspendendo todos os nossos valores, crenças, pressupostos, preconceitos, para que se possa alcançar a atitude fenomenológica e assim ir à coisa mesma (SCHNEIDER; CAMATTA; NASI, 2007).

Cada participante do estudo foi entrevistado uma única vez. Ao realizar essa entrevista individual, é importante que a pesquisadora considere sempre o ser humano inserido em uma comunidade com outros indivíduos, o que significa ter um olhar ampliado e uma escuta atenta para vê-los agirem nos seus mundos-próprios e na formação de suas vidas (ESPÍNDULA, 2009).

Por se tratar de uma pesquisa que envolve as experiências vividas de pessoas escolhe-se um instrumento que admita a narração das mesmas, podendo ser chamada de entrevista fenomenológica. A entrevista fenomenológica inicia a partir de uma questão que norteia o processo da coleta, uma questão disparadora da entrevista totalmente de acordo com o objetivo da pesquisa. A pesquisadora encorajará o participante a refletir sobre suas experiências e detalhá-las ao máximo possível, cabendo à pesquisadora, nesse processo, direcionar a entrevista ao conteúdo buscado e elucidar

possíveis pontos que possam ter passado despercebidos na narrativa (BARREIRA; RANIERI, 2004; ESPÍNDULA, 2009; GIORGI; SOUSA, 2010).

Para Bicudo e Martins (2005) a entrevista é a única possibilidade que se apresenta como forma de se alcançar dados relevantes sobre o mundo da vida do participante, pois, ao se entrevistar uma pessoa objetiva-se encontrar descrições muito detalhadas das suas vivências assim como aprofundamento da questão norteadora a ser utilizada no estudo.

A entrevista fenomenológica visa promover um contexto empático oferecendo as condições adequadas para que os sujeitos descrevam e apresentem os significados das suas experiências humanas (GIORGI; SOUSA, 2010).

Para isso, inicialmente os familiares foram convidados a participar do estudo, foram informados sobre os objetivos e a justificativa da pesquisa, deixando clara a relevância do estudo, explicitando que a sua participação traria contribuições aos futuros usuários, além de possibilitar aos profissionais do serviço maior conhecimento e melhor atendimento à população. A partir da anuência de tais participantes, estes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que assegura o sigilo das entrevistas, não permitindo a identificação dos participantes e assegurando a retirada da participação, caso alguém não deseje mais contribuir com o estudo.

As entrevistas fenomenológicas foram semi-estruturada e partiu das seguintes questões norteadoras: como tem sido cuidar e acompanhar o tratamento do familiar com transtorno mental? Deixando que os cuidadores familiares falassem livremente, no seu tempo necessário, expondo suas vivências. Foram feitas outras perguntas que se fizeram necessária durante a entrevista.

Durante todo o processo da coleta de dados foi adotada uma postura cautelosa na entrevista no qual foi assegurado o sigilo e a privacidade, sendo reservada a identificação ou dados que poderiam comprometer o participante. O risco mínimo atrelado durante a entrevista consistiu em um possível desconforto psicológico que pôde ser ocasionado pela manifestação de diferentes emoções durante a narrativa das experiências.

Diante disso, os benefícios esperados dessa participação foram à possibilidade de acolhimento da livre expressão de pensamentos e sentimentos, além de intervenções de apoio para que possam evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando as características e o contexto do participante da pesquisa. A qualquer momento o participante poderia se recusar a participar do estudo, tendo o direito e a liberdade de retirar seu Assentimento Livre e Esclarecido

em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Procedimento de análise de dados

Após a delimitação do objeto a ser estudado, o tipo de olhar pretendido a se ter sobre esse objeto; o encontro concreto com o fenômeno na sua alteridade, ou seja, o ir a campo; pretende-se agora descrever a análise do que se coletará, a partir dos quatro passos de Giorgi (2010), sendo que a pré-análise já se inicia na entrevista:

1) a pesquisadora procura conseguir uma visão de conjunto de todo o material, conectando-se no seu sentido maior, sentido global, em uma tentativa de captar o essencial das narrativas das mulheres entrevistadas. 2) a pesquisadora vai em busca de eixos de significado (unidades de significado) de todo o material que ela coletou. 3) Transformar as unidades de significado das narrativas em unidade de significado psicológica. 4) Síntese geral da estrutura geral dessas unidades de significado em um texto unificado e sólido.

Após essas construções e organizações a pesquisadora trata de elaborar possibilidades de compreensão do fenômeno do estudo que vão além das interpretações individuais de onde partiu a pesquisa, busca-se colocar a pesquisa em um plano mais abstrato articulando as narrativas com os referenciais teóricos (GIORGI; SOUZA, 2010).

Resultados

Da análise dos dados suscitados nas entrevistas emergiram três eixos temáticos (constituintes), das quais surgiram subtemas denominados de unidades de significado psicológico, que foram: vivências e percepções do cuidador familiar diante do transtorno mental, tendo tais unidades: sentimentos vividos pela família no momento da descoberta do diagnóstico do transtorno mental; cuidados constantes: dificuldades de conviver com o adoecimento e o tratamento do filho; impactos na rotina: perda do trabalho, alteração do lazer e vida conjugal. O segundo eixo temático foi a relação do cuidador familiar com o usuário, tendo o sub-tema - Percepções das mães sobre o filho. E o último eixo temático foi percepções do cuidador familiar a respeito da equipe e do serviço de saúde mental, tendo o sub-tema relação do cuidador familiar com a equipe e com serviço.

Quadro: Constituintes (eixos temáticos) e unidades de significado psicológico

| EIXOS TEMÁTICOS (CONSTITUINTE) | UNIDADES DE SIGNIFICADO PSICOLÓGICO |
|--|--|
| 1. Vivências e percepções do cuidador familiar diante dos transtornos mentais | - Sentimentos vividos pela família no momento da descoberta do diagnóstico do transtorno mental; - Cuidados constantes: dificuldades de conviver com o adoecimento e o tratamento do filho; - Impactos na rotina: perda do trabalho, alteração do lazer e vida conjugal. |
| 2. Relação do cuidador familiar com o usuário | - Percepções das mães sobre o filho |
| 3. Percepções do cuidador familiar a respeito da equipe e do serviço de saúde mental | - Relação do cuidador familiar com a equipe e com serviço |

Fonte: própria

Discussão: análise das mães cuidadoras

Após encontradas as unidades de significados e suas constituintes a partir das narrativas das participantes, o próximo passo foi à articulação com o referencial teórico tendo como base na saúde mental, família, aspectos psicossociais e a abordagem fenomenológica Existencial.

No eixo temático “*vivências e percepções do cuidador familiar diante dos transtornos mentais*” todos as participantes mencionaram a respeito da descoberta do transtorno se dá de maneira inesperada, por vezes, quando há manifestação de surto ou crise, o que acaba por dificultar a aceitação dos familiares em momentos iniciais, uma vez que a doença se constitui como evento adverso que repercute e reflete nas vivências de grupos familiares, podendo desorganizá-lo e exigir adaptação à nova situação.

A respeito disso, duas as mães colaboradas do estudo percebem o sofrimento psíquico em que se encontra a criança ou o adolescente quando estes transtornos são evidenciados de forma significativa, mais aparente, intervindo no convívio social e familiar, que modifica não apenas o indivíduo, mas todo o ambiente no qual este se encontra inserido. Uma colaboradora diz:

[...] até que ele começou a mudar de comportamento, ficou mais agressivo, quebrando tudo em casa. Eu levei ele pro hospital geral, ele ficou internado lá por uns três meses [...] mas no começo foi muito difícil até eu encontrar ajuda foi um pesadelo que eu não deseje pra ninguém” (E1, Lucas, 17 anos).

Os depoimentos das mães aproximam com os resultados dos pesquisadores Navirini e Hirds (2008), ao mencionar que ao receber o diagnóstico da doença mental ocasiona sentimentos como medo, tristeza, vergonha, angústia, dentre outros que passam a fazer parte do cotidiano familiar. Esta é atingida profundamente pelo sofrimento que perpassa o viver em todos os níveis ao longo da trajetória da doença do filho e manifestam diferentes formas e intensidades.

As mudanças causadas pelo diagnóstico ou pela descoberta da doença acarretam sentimentos e emoções que provocam desequilíbrio no mundo da família. Então, faz-se necessário uma nova reorganização no modo de ser de cada membro da família e há de se aprender a conviver com o transtorno do parente.

O segundo eixo temático a *relação do cuidador familiar com o usuário* que apresentou comum em todas as falas das mães cuidadoras. A família passou a ser considerada aliada e indispensável aos cuidados relacionados à saúde. Para tanto, faz-se necessário o reconhecimento das dificuldades advindas da convivência da pessoa com transtorno mental e que podem estar ocultas ao serviço e aos profissionais deste, como sentimentos de medo diante às manifestações de agressividade. Sobre as dificuldades, todas as colaboradoras relatam sobre suas vivências: *Ah, as dificuldades são muitas por causa da agressividade dele. Do coisa que ele tem de ouvir vozes, sombras e vozes mandar ele cometer coisa ruim. Aí fica difícil né, a gente fica com medo. A gente não sabe a hora que ele pode ficar agressivo, agredir você, agredir os irmãos...*(E1, Lucas, 17 anos).

Diante a presença do transtorno mental, a família assume o papel de estar presente com cuidados e proteção, uma vez que o acompanhamento precisa estar presente na convivência enquanto necessidade diária. Pode-se perceber que os cuidados aos usuários do Centro têm sido prestados somente por um familiar, dos quais maioria é a figura materna, acarretando em sobrecarga física e psicológica, que podem ser entendidas como consequências das dificuldades enfrentadas.

[...] Aí eu fico preocupada, só Deus mesmo pra me dar essa força porque não é fácil não. Tem horas que eu tenho vontade de sumir, largar tudo mesmo e sumir (E3, Paulo, 8 anos).

A experiência de ter um membro da família com transtorno mental mobiliza a família e esta pode buscar formas de organizações que lhe permitam realizar tarefas relacionadas ao cuidado familiar, que possibilitem a diminuição dos efeitos estressores evitando crises e recaídas. Desse modo, a presença do transtorno mental produz um impacto nos outros membros da família, tendo em vista a sobrecarga da necessidade de cuidado constante e demandas que envolvem acompanhamentos contínuos.

Em âmbito emocional, as vivências de instabilidade e insegurança constante, assim como o estresse, passam a fazer parte do cotidiano familiar, de acordo com o estado do caso clínico.

Sabe-se que a descoberta e a manifestação do transtorno são tidos como eventos adversos e desequilibrantes para o meio familiar, uma vez que os integrantes da família não se encontram preparados para enfrentá-lo e sentem-se incapacitados a intervir (BORBA, 2010).

Desse modo, para que a família esteja preparada para encontrar o melhor caminho de enfrentamento à doença, com mais segurança e menos sofrimento, há a necessidade de que esta conheça o transtorno, seus sintomas e efeitos, uma vez que estes podem possuir representações de ordem simbólica, moral, social ou psicológica. Podendo ser evidenciado quando as falas das participantes referem-se a melhoras atribuídas ao usuário após o início do tratamento no CAPS, serviço que, dentre outras prestações, possibilita ao familiar e usuário o melhor conhecimento do transtorno.

Observa-se nas entrevistas, que o cuidador familiar vai se desgastando pela convivência diária com a presença do transtorno mental, por vezes, priva-se de sua própria vida para melhor prestação de cuidados ao familiar. Desse modo, pode-se dizer que a sobrecarga torna-se mais evidente diante da agudização dos sintomas e mudanças de comportamentos que a pessoa em sofrimento psíquico apresenta (NASI; HISTUM; HIDELBRANDT, 2004).

O adoecimento psíquico envolve toda a rede de pessoas que estão em convivência com o indivíduo e que compartilha com ele as experiências oriundas da situação. Tais redes são de extrema importância para a manutenção da saúde mental do familiar e, sendo assim, merece destaque por ser a quem se credita a responsabilidade de cuidar da pessoa com transtorno mental.

A convivência com um portador de alguma doença, seja ela de ordem física ou mental, é algo complicado e que tem consequências negativas que acabam por desgastar o relacionamento familiar. Esse quadro piora quando a doença persiste por muito tempo e apresenta momentos de crise frequentes (FONTE; MELO, 2010).

Outro ponto significativo mencionado em alguns depoimentos (variáveis) foram os impactos psicossociais vividos pelas mães na rotina: perda do trabalho e alteração nas relações sociais. Dentre as possibilidades de sobrecarga, há a possibilidade de expressão por alterações nas atividades de lazer e de trabalho, como foi destacado. Algumas falas das mães:

[...]é tanta coisa assim. Eu tive que sair do trabalho, fiquei 10 anos trabalhando na mesma casa e trabalhava numa pizzaria à noite. Então eu tive que sair [...] Se ela dormia eu tinha que ficar acordada, se ela tava acordada eu tinha que ficar acordada. (E2, Ana, 15 anos)
Olha eu sou 24hs com ele, no colégio de manhã eu saio vou deixar ele e fico lá, fico lá até a hora dele sair, ele sai 11h20. Aí eu saio de lá e vou pra casa e fico a tarde todinha com ele em casa, minha vida...a minha rotina é essa bem daqui.(E3, Paulo, 8 anos)

É notável que além das atividades de trabalho e atividades domésticas, é acrescida ao cotidiano a responsabilização pelos cuidados e atenção ao familiar com transtorno mental. E a necessidade de dar apoio ao adoecido pode gerar consequências para a família, para tanto pode se desencadear na família uma situação de sobrecarga que pode se expressar de diferentes maneiras, como nas alterações de atividades de lazer e relações sociais.

Para Almeida, Felipes e Pozzo (2011), as famílias que possuem entre seus membros um sujeito acometido por sofrimento mental chegam, em alguns casos, a restringir-se da participação de vida social, muitas vezes pelo preconceito existente na sociedade e pela necessidade de mudança nos hábitos do relacionamento familiar. Tal distanciamento social pode ser caracterizado pela ausência de festas e eventos e a diminuição no número de visitas, sejam estas de familiares ou amigos.

Desse modo, a doença passa a representar impacto para a família na medida em que acarreta em significativas desorganizações nas formas habituais de lidar com situações do cotidiano e que a família enfrenta as alterações de comportamento do familiar, assumindo a função do cuidado e respondendo às demandas desta função.

O diagnóstico de doença mental gera sentimentos que passam a fazer parte do cotidiano familiar, como medo, tristeza e um aglomerado de efeitos de sentir que requerem a empatia e a sensibilidade com a dor do outro, preocupação em compreender reações e de adequar o ato de cuidar às necessidades do familiar. E os familiares, com ênfase no cuidador familiar, sofrem por ter consciência da doença (NAVARINI; HIRDS, 2008).

A preocupação e o cuidado com o bem-estar do familiar com transtorno mental pode ser uma constante na existência da família. Desse modo, o cuidado pode constituir a essência da relação com o outro no convívio diário. A respeito disso uma mãe diz:

Aí ele diz que eu não gosto dele, aí eu me zango mesmo. Eu falo: olha, o quê que eu faço todo dia no colégio? Eu não desisto de você, eu to todo dia com você. E assim a gente vai levando (E3, Paulo, 8 anos).

O terceiro eixo temático *percepções do cuidador familiar a respeito da equipe e do serviço de saúde mental apresentados em alguns depoimentos das mães*. Em relação ao tratamento do transtorno mental, os entrevistados mostraram não conhecer os serviços propostos por essas unidades de atendimento em momentos iniciais da manifestação do transtorno, quando a família recorre ao Hospital Geral do Estado, como aponta na narrativa: [...] *ele começou a mudar de comportamento, ficou mais agressivo, quebrando tudo em casa. Eu levei ele pro hospital geral, ele ficou internado lá por uns três meses* (E1, Lucas, 17 anos)

Acerca da percepção dos familiares em torno dos benefícios adquiridos a partir da intervenção do serviço, a maioria afirmou que o tratamento e a assistência tem possibilitado efeitos benéficos aos usuários, como diminuição de crises e recaídas.

É muito bom, tem ajudado muita gente porque antes não tinha nada disso... (E1, Lucas, 17 anos); [...] ela é bem atendida aqui, eles conversam bastante, orientam... (E2, Ana, 15 anos); Rapaz ele melhorou muito, eu não vou dizer completamente, mas melhorou muito mesmo. (E3, Paulo, 8 anos).

Os membros da família podem também ser afetados positivamente com as orientações dadas sobre o tratamento, além do aconselhamento familiar que proporciona apoio emocional, orientações e estratégias úteis para o enfrentamento da doença (NAVARINNI; HIRDS, 2005).

Considerações finais

Através da Reforma Psiquiátrica, a atenção à Saúde Mental vem se modificando. Houve a substituição dos hospitais psiquiátricos por Centros de Atenção Psicossocial que visam a inserção social e familiar, ações voltadas para a promoção de saúde e qualidade de vida através de atividades diversificadas que incluem a singularidade e as necessidades coletivas e, no geral, possibilitam o acolhimento, proporcionando escuta, por meio da qual os sujeitos podem expressar suas dificuldades, temores e expectativas (AMARANTE, 2007).

O Ministério da Saúde, por meio da portaria 336/GM/2002, regulamenta a institui os CAPS como a principal estratégia utilizada no processo da Reforma Psiquiátrica como referência no tratamento para pessoas que sofrem de transtornos mentais, especialmente, os severos e persistentes, realizando acompanhamento clínico, a reinserção social e fortalecimento de laços familiares.

Nesse contexto de pesquisa, o CAPS II compõe a rede de atenção diária e está voltado tanto para o público adulto como para crianças e adolescentes, uma vez

que o município e estado não dispõe do CAPSi que volta-se, exclusivamente, para o público infantojuvenil. Este serviço foi proposto a partir de 2002, sob os mesmos princípios dos demais CAPS.

As mudanças nas diretrizes de assistência à saúde mental, configurando o atendimento em regime aberto, no qual o paciente não é retirado do convívio social e familiar, implica em importantes mudanças na relação dos profissionais de saúde e do serviço em si, para com os usuários das unidades e suas famílias. O novo modelo, psicossocial, se ocupa de propor assistência sustentada nos serviços extra-hospitalares, de base comunitária, voltados para oferecer o exercício de cidadania, autonomia, reinserção social e trazer para a família e sociedade.

Grande parte da procura pelo serviço de saúde mental se dá quando crianças e adolescentes já apresentam comprometimento do convívio social, familiar e consigo mesmo, ou seja, quando estes apresentam sinais claros de sofrimento mental. A partir do diagnóstico se faz necessário a incorporação do transtorno à vida cotidiana, assumindo cuidados e encargos objetivos e subjetivos para lidar com estigmas e sentimentos decorrentes.

Através das entrevistas realizadas, percebe-se a preocupação constante dos familiares com as crises e comportamentos diversos, como a agressividade, manifestos na presença do transtorno mental. Estes carecem de apoio emocional para lidar com a situação de conviver com um familiar com transtorno mental. Desse modo, as dificuldades geradas pela convivência, pela manutenção e pelo cuidado devem ser olhadas de maneira especial.

Ao considerar os princípios orientadores da Reforma Psiquiátrica, como as estratégias de integração e (re) inserção social do indivíduo com transtorno mental à família e à sociedade, é necessário voltar-se para evidências apresentadas relacionadas às experiências singulares de familiares quando na convivência com o usuário com transtorno mental, uma vez que estas vivências orientam diferentes modos de representação do binômio saúde-doença mental.

Diante do enfoque da Reforma Psiquiátrica, percebe-se que a compreensão da doença mental e do tratamento dispensado deve procurar envolver os familiares e sociedade em geral na busca de parcerias para um cuidado à saúde o mais integrado possível ao meio de convívio do portador de transtorno mental. Para tanto, a família carece de informações, orientações e inclusões no tratamento terapêutico.

Frente à necessidade de cuidado e atenção constante, pode acarretar a sobrecarga familiar, que se expressa de diferentes maneiras, físicas ou emocionais. Considerando isso, a orientação e o apoio às famílias são fundamentais por ser um meio

de facilitar o enfrentamento das dificuldades que possam surgir da vivência com a pessoa com transtorno mental. Para tanto, é necessário que se promovam a aproximação entre os serviços de saúde e os familiares, para que estes conheçam especificidades e apoio adequado às necessidades.

O incentivo e a atenção à família no tratamento tornam-se importantes ao considerar que esses familiares podem ser o elo mais próximo dos usuários e podem participar não apenas incentivando, mas também participando das atividades propostas pelo serviço do Centro, tornando-se parceiros do tratamento em reuniões e assembleias, trazendo dúvidas, sugestões e compartilhando vivências com os demais cuidadores que acompanham seus familiares.

Referências bibliográficas

BORBA, L. O; PAES, M. R; GUIMARÃES, A. N; LABRONICI, L. M; MAFTUM, M. A. **A família e o portador de transtorno mental: dinâmica e sua relação familiar.** Revista Escola de Enfermagem. USP, 2010.

BRASIL. **Conselho Nacional de Secretários de Saúde.** Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde – Brasília : CONASS, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos.** Conselho Nacional do Ministério Público – Brasília, 2014.

CAMATTA, M. W.; SCHNEIDER, J. F. A visão da família sobre o trabalho de profissionais de saúde mental de um centro de atenção psicossocial. **Revista de Enfermagem**, 2009.

GIORGI, A.; SOUZA, D. **Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia.** Edição: Fim do século. Lisboa, 2010,

HALPERN, R.; FIGUEIRAS, A.C.M. Influências ambientais na saúde mental da criança. **Jornal de Pediatria**, 2004.

MORENO, V. **Familiares de portadores de transtorno mental: vivenciando o cuidado em um centro de atenção psicossocial .** Rev. Esc. Enferm. USP. São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, M. M. B. de.; JORGE, M.S.B. **Doente mental e sua relação com a família.** Ribeirão Preto, SP, 1998.

SCHNEIDER, J. F.; CAMATTA, M. W.; NASI, C. O Trabalho em um Centro de Atenção Psicossocial: uma análise em Alfred Schutz. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, 2007.

ARTIGO

A VIVÊNCIA DE CUIDADORES RESIDENTES NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS SOB MEDIDA PROTETIVA: UM ESTUDO TEÓRICO

Introdução

O processo de garantia de direitos de crianças e adolescentes se dá num movimento histórico intimamente relacionado à concepção social de infância e adolescência de cada época. Desde a década de 1980 tem se intensificado, no Brasil, a busca pela defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes, à medida que se torna mais difundida a concepção de criança enquanto sujeito de direitos.

Rosemberg e Mariano (2010) destacam dois marcos fundantes da mudança paradigmática na concepção de infância, que influenciaram sobremaneira os discursos e práticas voltados às crianças dos últimos tempos. São eles: a Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela Organização da Nações Unidas (ONU) em 1959, e o livro de Philippe Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*, publicado em 1961 e traduzido para diversos idiomas.

Estes marcos inauguram um período de rompimento com tendências ao modo de pensar a infância e as práticas sociopolíticas destinadas às crianças que se pautavam, principalmente, por uma perspectiva de disciplinamento e dominação (FALEIROS; FALEIROS, 2007). O processo histórico que se dá com fins de garantir direitos e dignidade a esses sujeitos fica marcado tanto pela pressão de movimentos sociais em prol de uma infância mais protegida quanto pela apropriação pelos Estados de documentos internacionais que apontam diretrizes para as políticas sociais voltadas a este público.

Uma das medidas protetivas que passa a ser bastante discutida diz respeito ao acolhimento de crianças e adolescentes que necessitam ser afastados do convívio

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Assis, SP, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2016/09622-2. E-mail: blenda_carine@hotmail.com

** Professor da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Assis, SP, Brasil. E-mail: jbmartin@sercomtel.com.br

familiar diante de situações de risco ou que não possuem família. A mudança de paradigma dominante, apresentando agora uma visão de proteção integral a crianças e adolescentes (BRASIL, 1990), traz consigo a constatação de sua condição peculiar de desenvolvimento. Assim, tendo o Estado e a sociedade civil o dever de proteger tais sujeitos, devem lhes garantir um ambiente em que seja possível um desenvolvimento saudável.

Nesse processo histórico, muitas são as instituições criadas com fins de atender a crianças e adolescentes que necessitem de acolhimento, para o que determinados sujeitos assumem a função de cuidadores responsáveis diretos por aqueles sob sua proteção. Dado o caráter protetivo dessa medida, é necessário também a atenção – por parte daqueles que fazem a instituição – às diretrizes e orientações que constam nos documentos legais, com práticas condizentes, além de cuidado redobrado ao processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, ante as fragilidades decorrentes das situações de risco e de rompimento por eles vivenciados anteriormente.

Nesse sentido, pretende-se realizar uma discussão teórica acerca da função dos cuidadores residentes, função própria à modalidade de acolhimento denominada casa-lar (CONANDA/CNAS, 2009), com atenção às vivências desses cuidadores e o estabelecimento de relações com os sujeitos sob sua responsabilidade. Cabe destacar que esse trabalho se insere em uma pesquisa de doutorado mais ampla, que recebe apoio, sob processo nº 2016/09622-2, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)¹.

Políticas de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil

Apesar de historicamente haver instituições responsáveis pelo cuidado e acolhimento de crianças e adolescentes, ante a instituição do paradigma da proteção integral, passa-se a dispor atenção acerca dos critérios necessários para que essas instituições não firam princípios de garantia de direitos aos mesmos. Não são mais suficientes apenas a caridade e a compaixão do outro para acolher crianças e adolescentes, como era comum quando das Casas de Misericórdia, ou a explicação higienista para internação compulsória de crianças e adolescentes pobres e órfãos, frequentes quando em vigência os Códigos de Menores (FALEIROS; FALEIROS, 2007). Passa a ser necessário atentar para uma série de diretrizes que levem em conta

¹ As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

as especificidades do desenvolvimento desses sujeitos, o estabelecimento de relações estáveis e afetivas, e o suporte necessário para que se desenvolvam normalmente.

Acerca das políticas sociais de atendimento a crianças e adolescentes no Brasil, Perez e Passone (2010) resumem esse percurso histórico, que pode muito bem representar o percurso das políticas de acolhimento:

A instituição da noção de direitos da infância e da adolescência, inicialmente inexistente e relegada ao trato do mundo do privilégio privado e religioso, posteriormente, incorporada por um Estado autoritário e monopolizador, que excluía qualquer forma de interlocução com a incipiente sociedade de então tem, paradoxalmente, representado há mais de dezoito anos uma pauta política e social que vem balizando o aprofundamento democrático das relações Estado-sociedade em torno da questão (p. 651).

Temos, portanto, uma série de documentos e normas voltados à proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, que apresentam, em geral, seções específicas acerca dos serviços de acolhimento. Desde o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal nº 8.069, de 1990, às Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), 2009, eles apontam diretrizes para as políticas públicas voltadas a este público, inclusive com referências ao funcionamento das instituições de acolhimento.

Vale ressaltar que tais produções se encontram inter-relacionadas, de modo a encontrarmos referências comuns entre elas, haja vista o esforço para efetivação das políticas públicas e serviços destinados à garantia de direitos de crianças e adolescentes. Alguns documentos, inclusive, derivam de propostas contidas em projetos anteriores. Podemos citar que o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) se tornou a base para criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990); ou, mais recentemente, que as Orientações Técnicas (CONANDA/CNAS, 2009) são resultado do cumprimento de uma ação prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) (BRASIL, 2006).

Especificamente em relação aos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, estes devem se pautar, de acordo com as Orientações Técnicas (CONANDA/CNAS, 2009): pelo ECA, o PNCFC, a Política Nacional de Assistência Social, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, a Norma Operacional Básica do SUAS e o Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.

A atenção a tais pressupostos, especialmente as normas citadas do SUAS, se dá haja vista que o acolhimento institucional faz parte dos Serviços de Alta Complexi-

dade desse Sistema, considerado uma das medidas de proteção à criança e ao adolescente cujos direitos forem ameaçados ou violados (BRASIL, 1990).

Assim, quando houver necessidade de afastamento da criança ou adolescente de sua família de origem, para proteção de sua integridade física e psicológica, os serviços de acolhimento a eles oferecidos devem lhes possibilitar condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável e os cuidados que forem necessários (BRASIL, 2006). Essa medida deve se pautar pelos princípios da provisoriedade e excepcionalidade do acolhimento, trabalhando-se para viabilizar a reintegração à família de origem ou, não sendo possível, o encaminhamento para família substituta.

Além desses princípios claramente expressos no ECA e no PNCFC, as Orientações Técnicas (CONANDA/CNAS, 2009) sistematizam e elencam uma série de princípios estruturantes dos serviços de acolhimento, que já estavam presentes nas produções anteriores, mas apresentando-os, agora, de forma estruturada. São eles: Excepcionalidade do afastamento do convívio familiar; Provisoriamente do afastamento do convívio familiar; Preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação; Oferta de atendimento personalizado e individualizado; Garantia de liberdade de crença e religião; Respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem.

Tendo tudo isso em consideração, a equipe responsável pelo encaminhamento do sujeito a ser acolhido deve realizar um estudo diagnóstico para subsidiar a decisão do afastamento e, em sendo necessário, identificar qual serviço disponível no município seria o mais adequado para tal. Existem, como possibilidades, algumas modalidades de acolhimento ofertadas aos sujeitos sob medida protetiva, quais sejam: os abrigos institucionais, as casas-lares e as famílias acolhedoras (CONANDA/CNAS, 2009) que, apesar de apresentarem a mesma função, possuem suas peculiaridades quanto à forma de organização.

Apenas os abrigos institucionais² e as casas-lares possuem funcionários específicos para prover os cuidados básicos aos sujeitos acolhidos, posto que o serviço de família acolhedora é ofertado nas residências daquelas famílias que estão cadastradas e são acompanhadas por equipe técnica de órgão responsável da Assistência Social. Além da coordenação e equipe técnica, comum a todos, há a figura do cuidador e do auxiliar nas instituições abrigo e casa-lar, sendo que, nesta última, denomina-se cuidador residente.

² De acordo com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC, 2006), o Acolhimento Institucional designa os programas de abrigo em entidade para crianças e adolescentes sob medida protetiva, conforme definido no ECA, e pode ser oferecido nas seguintes modalidades: Abrigo Institucional para pequenos grupos, Casa Lar e Casa de Passagem. Esta última sendo um acolhimento Institucional de curtíssima duração, onde se realiza diagnóstico eficiente sobre medidas mais adequadas para o sujeito.

Em ambos o caso, espera-se que o trabalho realizado pela equipe e pelos cuidadores, devidamente qualificados, possa contribuir para redução das violações de direitos dos sujeitos acolhidos e de suas famílias, inclusão dos mesmos em serviços da Assistência Social e o acesso a oportunidades, com construção de autonomia e rompimento de ciclos de violência (BRASIL, 2009).

Tendo os mesmos objetivos em relação ao resultado do trabalho realizado, a principal diferença entre o profissional que ocupa a função de cuidador num abrigo e numa casa-lar é que, nesta, o cuidador “trabalha e reside na casa-lar” (CONANDA/CNAS, 2009). Limita-se, em ambos os casos, a quantidade de um profissional para até dez usuários³, e as atividades destinadas às duas funções são praticamente as mesmas, voltadas a prestação de auxílio e apoio às crianças e adolescentes acolhidos, organização do ambiente, acompanhamento nos serviços do cotidiano.

No entanto, a especificidade da moradia na casa-lar traz à função do cuidador residente mais três atividades além das já elencadas, quais sejam: organização da rotina doméstica e do espaço residencial; cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; e relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente (CONANDA/CNAS, 2009).

A última atividade sinalizada, por sua vez, torna-se o foco de nosso estudo por enfatizar as relacionais necessárias no espaço de acolhimento institucional.

Haja vista as especificidades do trabalho desenvolvido numa instituição de acolhimento, em especial a função de cuidar dos sujeitos acolhidos, um dos tópicos especificados nas Orientações Técnicas para a construção do Projeto Político Pedagógico versa justamente acerca da definição do papel e valorização dos educadores/cuidadores e da família acolhedora.

Com isso, as Orientações Técnicas (2009, p. 47) definem como papel do cuidador “vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, ‘se apossar’ da criança ou do adolescente e competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta”, além de estratégias para seleção, capacitação e acompanhamento do trabalhador, dada a responsabilidade e a importância de sua função no contexto de acolhimento.

Não à toa, a ONU definiu as Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança (ONU, 2009), que estabelecem orientações desejáveis para a política e a prática de proteção social, na prestação de assistência à criança impossibilitada de permanecer sob cuidados parentais.

³ O limite de sujeitos acolhidos por local varia, sendo admitidos no máximo dez para cada casa-lar e até vinte em cada abrigo institucional.

As Diretrizes, que apresentam uma lista de cuidados alternativos – dentre as quais o acolhimento institucional – e as medidas apropriadas para prestação dos cuidados, apontam a necessidade de sensibilidade e interação com a criança por pessoas especialmente preparadas, além dos cuidados básicos, como alimentação, higiene, saúde. No contexto desse trabalho, cabe destacar o artigo 89 (ONU, 2009, p. 20), que traz: “Os cuidadores devem compreender a importância de seu papel no desenvolvimento de relações positivas, seguras e fortalecedoras com as crianças e ser capazes de desempenhar esse papel”.

Com função semelhante, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, aprovado em 2006, delinea as diretrizes nacionais para medidas específicas de apoio sócio familiar, de acolhimento familiar e institucional e de adoção, buscando atender à doutrina da proteção integral. Com relação ao Plano Nacional, Costa e Rossetti-Ferreira (2009) o afirmam enquanto marco das políticas públicas para a infância no Brasil, posto romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e por fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários, conforme o ECA.

Quanto à modalidade específica de acolhimento onde se realiza a função de cuidador residente, qual seja a casa-lar, o referido Plano (BRASIL, 2006, p. 41) aponta que: “as casas-lares, definidas pela Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, devem estar submetidas a todas as determinações do ECA relativas às entidades que oferecem programas de abrigo, anteriormente citadas, particularmente no que se refere à excepcionalidade e à provisoriedade da medida”.

Com isso, retoma aspectos presentes também nas Orientações Técnicas acerca das especificidades do atendimento em casas-lares, que devem ter a estrutura de residências privadas, inseridas em bairros residenciais, nas quais trabalha um cuidador residente responsável por até dez crianças e adolescentes, devendo para isso receber supervisão técnica.

A lei acima citada dispõe justamente sobre a regulamentação da atividade de mãe social e pai social⁴ ou, segundo recomendações das Orientações Técnicas, cuidadores residentes. Nesse documento, orienta-se a substituição dos termos largamente utilizados mãe social ou pai social por educador(a)/cuidador(a) residente, justificado com vistas a evitar ambiguidade de papéis ou outras consequências de natureza semelhante na percepção da criança ou adolescente acerca do acolhimento.

⁴ Referindo-se inicialmente apenas à atividade de Mãe Social, a lei nº 7.644/87 foi alterada pelo Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2009 (nº 2.971, de 2004, na Casa de origem), para dispor também sobre a atividade de pai social.

O Art. 4º da referida lei define enquanto atribuições da mãe social e do pai social:

I – propiciar o surgimento de condições familiares adequadas, orientando e assistindo as crianças e os adolescentes sob seus cuidados;

II – administrar o lar, realizando e organizando as tarefas pertinentes;

III – dedicar-se, com exclusividade, às crianças e aos adolescentes e à casa-lar que lhes forem confiados.

Parágrafo único. A mãe social e o pai social, no exercício de suas atribuições, devem residir na casa-lar, em companhia das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade.

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2002), a ocupação de mãe social pertence à família ocupacional de Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos, sendo-lhe atribuída uma série de atividades que perpassa o cuidado com o outro, com sua saúde e educação, seu bem-estar, sua alimentação e com o ambiente domiciliar e institucional. Atribuições estas em consonância com o exposto nas Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento, como já relatamos.

Os cuidadores residentes e sua relação com os sujeitos acolhidos

Diante da complexidade do trabalho a ser realizado em instituições de acolhimento, tanto pelas relações estabelecidas cotidianamente com sujeitos com vivências diversas e singulares, quanto pela responsabilidade e atividades demandadas para aquele que assume a função de cuidador residente, faz-se necessário voltar a atenção para as pesquisas que têm sido realizadas com os trabalhadores que ocupam tal função.

Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica em dois bancos de dados, quais sejam o Parthenon⁵ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁶ (BDTD), utilizando os termos “mãe social”, “mães sociais”, “cuidador* resident*⁷” e acolhimento, em combinações diferentes e variando os campos de busca. Resultaram, pois, os seguintes trabalhos para análise:

1. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento (TOMÁS; VECTORE, 2012);

2. Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares (TEIXEIRA; VILLACHAN-LYRA, 2015);

⁵ <http://www.parthenon.biblioteca.unesp.br/>

⁶ <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

⁷ O uso de asterisco (*) possibilita a pesquisa por todos os termos que comecem com o radical pesquisado.

3. Desenvolvimento e avaliação de impacto de intervenção preventiva para síndrome de Burnout em cuidadores residentes (COSTA, 2015);
4. Conhecendo o perfil mediacional de mães sociais: um estudo sobre as interações em abrigos (TOMÁS, 2010);
5. Maternidade, missão e renúncia: um estudo sobre mães sociais (OLIVEIRA, 2011);
6. Sentidos do vínculo afetivo para educadores de instituições de acolhimento: um estudo de caso (SEGUI, 2012);
7. Um olhar winnicotiano sobre o imaginário coletivo das mães sociais acerca do cuidado infantil na situação de abrigamento (PONCE, 2013);
8. Mães sociais: que profissão é essa? (RIBEIRO, 2012);
9. Ser mãe eu sei, o que falta agora é social: sobre o processo de constituição da identidade profissional no acolhimento institucional de crianças (LIMA, 2009);
10. Quando o ambiente é o abrigo: cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional (CARETA, 2011);
11. Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflitos (FERREIRA, 2014);
12. A compreensão de crianças em situação de acolhimento institucional acerca dos seus direitos (MEDEIROS, 2015);
13. Dimensões psicossociais das práticas de cuidado (PEREIRA, 2013).

Apesar dos diversos objetivos das pesquisas selecionadas para leitura, a maioria aponta, em algum momento, aspectos acerca da vivência dos cuidadores residentes junto às crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva. Algumas trazem esse âmbito da relacionalidade enquanto central na pesquisa, outras apenas a citam como um dos eixos necessários para discussão.

Em uma pesquisa acerca das mediações estabelecidas entre mães sociais e crianças institucionalizadas, Tomás (2010) observou o grande número de variáveis que permeiam o trabalho dessas mulheres, para além da organização da casa e dos cuidados com alimentação e vestimenta das crianças. A autora observa as contradições vivenciadas por essas trabalhadoras quando destaca, por exemplo, “as dificuldades em estabelecer vínculos que podem ser rompidos a qualquer instante e, ao mesmo tempo, da premência em se construir tais vínculos, haja vista a sua importância para a criança que está sob os seus cuidados” (p. 95).

De modo semelhante, Teixeira e Villachan-Lyra (2015), em pesquisa sobre o processo de desligamento das crianças, encontram nas falas das mães sociais entrevistadas uma alternância entre o papel de mãe das crianças acolhidas e profissional dedicada ao trabalho de cuidar. A realidade apresentada em ambas as pesquisas se assemelha ao que observei durante realização do meu mestrado, o paradoxo presente na fala das mães acerca do lugar que ocupam para os sujeitos sob sua responsabilidade.

Podemos observar essa alternância, assumindo-se mães em determinadas situações ao mesmo tempo em que afirmam o lugar profissional que ocupam, nas seguintes falas de uma mesma mãe social entrevistada (MEDEIROS, 2015): “a gente também não pode ultrapassar do nosso limite. Tem coisa que quem trata é I., A. (membros da equipe de acolhimento). Na casa, a gente tem o total comando da casa (...) A gente tem que passar tudo a eles. Relatórios, a parte também deles. É um trabalho que tem que ser registrado. Tá tudo ali na pastinha deles (referindo-se às crianças)” (p. 85); e “é um trabalho muito gratificante, já criei muitos filhos, já tenho netos. (...) Eles sempre vem me visitar, ontem ligaram pra mim, vem na minha casa” (p. 87).

Ambas as falas, quando problematizadas juntamente com a seguinte, proferida pela mesma cuidadora, nos levam a pensar as estratégias que essas mulheres desenvolvem para lidar com as situações próprias de sua função na casa-lar (MEDEIROS, 2015, p.88):

Agora a gente, nós funcionárias, já tá mais consciente, antes não, antes a gente sofria muito. O trabalho que elas (equipe de acolhimento) fazem com a gente deixa mais consciente, hoje eu sou mais consciente de que o bebê tem que estar com a mãe, tem que estar com a família, então hoje eu me sinto feliz, porque se a família quer, é porque ele tem muita importância pra família”.

Ao identificar os diversos papéis assumidos pelos cuidadores residentes enquanto “mãe/pai social para as crianças; cuidadores para a instituição e trabalhadores para o Estado” (COSTA, 2015, p. 36), com a possibilidade de o conflito entre esses papéis gerar ambiguidade acerca das atribuições e das expectativas das crianças, instituição e Estado, Costa (2015) ressalta que o trabalho de cuidador residente pode estar associado ao desenvolvimento de sintomas de Síndrome de Burnout, por ser altamente demandante, podendo ocasionar desgaste psíquico e atitudes e comportamentos negativos, com sentimento de culpa.

O momento em que esse desgaste psíquico parece ficar mais evidente, em algumas pesquisas, é o do desligamento das crianças ou adolescentes acolhidos. A fala de um dos educadores entrevistados por Segui (2012) ilustra bem essa situação:

André. E uma criança que saiu daqui que eu sofri muito, muito, que eu fiquei numa situação, Fernanda, que eu fiquei tanto estressado...Eu fiquei até ‘irritante’, foi o Jason. Por que eu me apeguei tanto com ele, eu faço o possível para não me apegar. Agora, no fundo, no fundo, estou me apegando com o Gabrielzinho. Não tem como você não se apegue. Então o Jason, era muito apegado muito apegado. (...) O desligamento é brabo, é brabo, eu até

graça dei de eu não estar aqui hoje, na hora que o outro “carrego” as coisas dele. Que no fundo, no fundo quando eles irrita, eles tem dia que te tira do sério, mas não tem quem você não goste. Se você faz tudo o que você faz, você chama a atenção, você repreende, tem dia que você fala: “-Não quero que você faça esse tipo de coisa!” No coração, no coração não adianta, sempre tem o amor, né? (grifo nosso) (p. 76).

Apesar de haver orientações específicas para capacitação, acompanhamento e orientação das cuidadoras residentes por parte da equipe técnica do serviço de acolhimento (CONANDA/CNAS, 2009), de forma a minimizar os impactos dessas situações e auxiliar no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento, algumas pesquisadoras não encontraram, nas instituições investigadas, esse suporte profissional. Isso potencializa, nas cuidadoras, sentimentos de abandono, despreparo, desmotivação, falta de capacitação para o trabalho, e também sofrimento psíquico ante as condições reais de atuação (TOMÁS, VECTORE, 2012; CARETA, 2011; FERREIRA, 2014). Ribeiro (2012) encontrou anúncios de Curitiba e região que não tinham sequer atenção cuidadosa aos critérios de seleção ou à capacitação, regulamentados por lei para cumprimento da função.

Essa questão merece a devida atenção, posto que o trabalho realizado pelos cuidadores residentes exige não só profissionalmente dos sujeitos, que apresentam muitas atribuições e longas jornadas de trabalho, mas também ante os fatores emocionais e afetivos que permeiam o seu fazer.

Acerca das afetividades e relacionalidades presentes no espaço institucional de acolhimento, há mais uma questão a ser incorporada ao trabalho do cuidador residente, responsáveis pelo cuidado de crianças e adolescentes que, apesar de acolhidos, estão em uma rede que busca a reintegração das mesmas à sua família. Nesse processo, algumas recebem periodicamente a visita de mães, avós, e outros familiares, no espaço de acolhimento, de forma que os cuidadores devem não só manter contato com os mesmos, como incentivar a manutenção dos vínculos familiares.

No grupo terapêutico no qual desenvolveu sua pesquisa, Careta (2011) encontrou muitos relatos de dificuldades de relacionamento entre cuidadoras e as famílias das crianças acolhidas, não só por acreditarem que as crianças estão melhor no espaço do acolhimento, mas pela responsabilidade que carregam sobre seus ombros:

O grupo comenta no geral sobre a dificuldade de relacionamentos. Nivea aborda o quanto é difícil receber as mães durante as visitas a seus filhos no abrigo, evidentemente aquelas que são autorizadas judicialmente. Revela que as mães procuram marcas pelo corpo das crianças para responsabilizar as cuidadoras por maus-tratos. A rivalidade se apresenta. Outras cuidadoras incentivam o discurso de Nivea. Citam que não dormem à noite e levantam

para atender às crianças, ora para ministrar remédios, ora para alimentar os bebês. Levam ao médico e à escola. (...). Os sentimentos de domínio e posse configuram-se no grupo. As disputas e rivalidades apresentam-se atreladas à confusão de papéis: do cuidador e de mãe. (p. 129-130).

Em contrapartida, há também pesquisas que encontraram relações de apoio entre cuidadoras e familiares, ressaltando a importância desse encontro e as possibilidades inerentes a esta parceria para o bem-estar e melhor desenvolvimento dos sujeitos acolhidos. Na minha pesquisa de mestrado (MEDEIROS, 2015), as mães sociais ressaltaram a importância da relação de proximidade com a família biológica, tanto para obterem informações acerca das crianças recém acolhidas, quanto pela felicidade que expressam ao verem “a mãe deles ser amiga da gente (cuidadoras)”.

Diante da importância de relações estáveis e afetivas para o desenvolvimento das crianças, e a atenção necessária à qualidade dessas relações estabelecidas nos espaços de acolhimento, o estabelecimento de vínculos entre cuidadores, acolhidos e famílias biológicas, se torna um elemento a ser problematizado nas instituições de acolhimento, posto que o ser humano necessita do outro com quem se vincula para seu desenvolvimento e constituição enquanto sujeito (ROSSETTI-FERREIRA; ALMEIDA; COSTA; GUIMARÃES; MARIANO; TEIXEIRA; SERRANO, 2011), sendo as relações de mediação estabelecidas com o outro essenciais para os processos de aprendizagem e desenvolvimento individual (VYGOTSKY, 1991).

Oliveira (2011, p. 89) destaca ainda a importância das relações entre as crianças e adolescentes acolhidos na mesma instituição:

A partir da criação desses vínculos significativos a relação entre os adolescentes e as crianças são interpretados e colocados pelas mães sociais como entre irmãos reforçados e acentuados através da convivência diária e a rotina da casa.

Eu tento passar pra eles que todos que estão aqui dentro são irmãos, e é como uma família né, até que cada um volte pra sua. A gente tem que construir isso aqui, porque senão fica complicada a convivência, entendeu. E assim a gente tenta, e tem aquelas confusões de irmão mesmo, mas depois desculpa aí começam a se agarrar; eu procuro formar uma família; às vezes a gente consegue, tem coisa que a gente consegue que sintam mesmo dentro de uma família.

A pesquisa desenvolvida por Teixeira e Villachan-Lyra (2015, p. 205) apontou que todas as mães sociais entrevistadas declararam conduzir suas atividades a partir do “afeto”, além de expressarem com frequência um sentimento maternal em relação às crianças institucionalizadas: “é a partir dele [do afeto] que se consegue chegar às realidades individuais de criança e que o trabalho se torna possível”. De

modo semelhante, as mães sociais entrevistadas por Lima (2009, p. 151), significam o afeto para com as crianças no cotidiano da instituição, expressando-o ao “beija-las, abraça-las e oferecer colo; preparar um lanche saboroso, flexibilizar as regras e se divertir junto”.

A compreensão dessas relações afetivas enquanto modalidade de cuidado se faz presente ainda na pesquisa de Pereira (2013), ressaltando-se o fato que, apesar de as mães sociais entenderem as ações de cuidado para além das necessidades básicas e verbalizarem interesse em ter maior participação na vida dos sujeitos acolhidos, percebem que a dinâmica da prática cotidiana das casas lares não lhes possibilita fazê-lo.

Por outro lado, Ferreira (2014, p. 65) destaca, a partir de sua observação, o abandono e desesperança que se refletem na ausência de afeto no ambiente de acolhimento por ela investigado, com indagações pertinentes: “O afeto era algo ausente ali, em todos, inclusive nos(as) cuidadores(as) que também estavam necessitados(as) de afeto. Como poderão dar aquilo que não têm? De que forma dar carinho quando se está tão carente de infraestrutura, incentivo psicológico, político e social?”.

A isto, a autora articula a frustração vivenciada pelos cuidadores em relação a regras recebidas “de cima” para serem praticadas nas casas sob sua responsabilidade, bem como em relação à ausência da equipe técnica nesses espaços, colocada por um dos cuidadores como necessária “justamente para auxiliar nas tensões das quais os(as) cuidadores(as) não conseguiram dar conta por estarem ligados a fatores de uma demanda mais emocional” (FERREIRA, 2014, p. 82).

Essas situações de ambivalência em relação à prática e à afetação própria ao trabalho realizado aparecem em outras pesquisas já citadas. Ponce (2013), ao abordar essa questão, também destaca a demanda emocional cotidianamente vivenciada pelas cuidadoras:

No momento em que esta participante aborda o sofrimento infantil relatado pelas próprias crianças, todas as cuidadoras concordam que esta é a parte mais complicada do trabalho. Uma terceira mãe social ressalta ser necessário muita “estrutura emocional” para lidar com esse conteúdo, e comenta sobre uma conhecida que desistiu do emprego por não aguentar lidar com tamanho sofrimento. Ela encerra seu relato dizendo que apesar da primeira impressão ser chocante, se mantém no trabalho graças ao vínculo afetivo que estabeleceu com os institucionalizados, pensando neles até mesmo quando está de folga com seus próprios filhos. (p. 106-107).

Considerações finais

Inserido em uma pesquisa mais ampla, o presente trabalho objetivava discutir aspectos inerentes ao trabalho de cuidadores residentes, em especial suas vivências e as relationalidades que perpassam sua atuação. Essa discussão introdutória, por sua vez, trouxe mais questionamentos e dúvidas que esclarecimentos.

Observamos, a partir da leitura e análise dos trabalhos já produzidos acerca da temática, a diversidade de arranjos institucionais e particularidades das vivências de cada cuidador entrevistado. Apesar de haver uma série de documentos que funcionam como orientadores da organização desses serviços, eles não abarcam a concretude da realidade vivenciada por aqueles que fazem a instituição, apontando de forma superficial algumas questões, por exemplo, acerca da jornada de trabalho a ser cumprida pelos cuidadores, o que possibilita diferentes interpretações por cada instituição.

Destacamos também as contradições vivenciadas por estes profissionais. Várias são as pesquisas (TOMÁS, 2010; OLIVEIRA, 2011; MEDEIROS, 2015; LIMA, 2009) em que os sujeitos entrevistados apresentam falas contraditórias, apontando a relação maternal e afetiva para com as crianças acolhidas e, no momento seguinte, o papel profissional e a postura técnica que precisam assumir enquanto funcionárias.

Tomás (2010) aponta a urgência em se refletir sobre sua identidade profissional e pessoal posto que as cuidadoras residentes assumem profissionalmente um lugar de referência afetiva constante e um acompanhamento diário dessas crianças e adolescentes, assemelhando-se provisoriamente às funções parentais, ao mesmo tempo em que devem manter postura e visão técnicas. De forma a melhor ilustrar a necessidade de se discutir a temática, finalizo o presente trabalho com um trecho da pesquisa de Tomás (2010, p. 96):

(...) o constante medo de se envolver afetivamente e seguir o rompimento, a perda de contato com a criança e sofrer por essa ausência ficaram muito evidentes. Com isso, fica um misto de sentimentos de desejo de que a criança seja adotada e tenha uma família em contraste com o sofrimento que isso pode acarretar “*Aí, o juiz falou que a culpada disso somos nós, porque aqui tem que separar amor, carinho, vínculo, trabalho, nós somos funcionárias ... então a culpa do vínculo é nossa ... então deveria ser feito um trabalho aqui dentro.*”

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 de setembro de 2016.

_____. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível em <http://www.mte.gov.br/cbosite/pages/relatorio/relatorio-TemplateWordFamilia.jsf>. Acesso em 28 de março de 2016.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 27 de janeiro de 2015.

_____. **Lei nº 7.644**, de 18 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7644.htm. Acesso em 27 de janeiro de 2015.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília/DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional de Assistência Social, 2009.

_____. **Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 98**, de 2009 (nº 2.971, de 2004, na Casa de origem), que altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de pai social. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=99773&tp=1>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

CARETA, Denise S. **Quando o ambiente é o abrigo: cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-14062011-161730/publico/careta_do.pdf. Acesso 28 de março de 2016.

CONANDA/CNAS. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF, 2009. Disponível em www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2015.

COSTA, Nina R. A.; ROSSETTI-FERREIRA, Maria C. **Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes.** **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 1, p. 111-118, 2009.

COSTA, Vanessa S. **Desenvolvimento e avaliação de impacto de intervenção preventiva para síndrome de Burnout em cuidadores residentes.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/10923/8126>. Acesso em 28 de março de 2016.

FALEIROS, Vicente P.; FALEIROS, Eva S. **Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FERREIRA, Fernanda C. **Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflitos.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4166>. Acesso em 28 de março de 2016.

LIMA, Aline O. M. N. de. **Ser mãe eu sei, o que falta agora é social: sobre o processo de constituição da identidade profissional no acolhimento institucional de crianças.** 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

MEDEIROS, Blenda C. D. **A compreensão de crianças em situação de acolhimento institucional acerca dos seus direitos.** 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em <http://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20266>. Acesso em 28 de março de 2016.

OLIVEIRA, Daniela R. **Maternidade, missão e renúncia: um estudo sobre mães sociais.** 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em http://www.btdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6664. Acesso em 28 de março de 2016.

ONU. **Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança.** Conselho de Direitos Humanos, 2009.

PEREIRA, Ana Maria S. **Dimensões psicossociais das práticas de cuidado: um olhar das mães sociais de casas lares.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em www.ppge.ufpr.br/teses/M13_Ana%20Maria%20Silvello%20Pereira.pdf. Acesso em 04 de maio de 2015.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de setembro de 2016.

PONCE, Larissa G. **Um olhar winnicotiano sobre o imaginário coletivo das mães sociais acerca do cuidado infantil na situação de abrigamento**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Tammy. **Mães sociais: que profissão é essa?** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em <http://acervodigital.ufrpr.br/handle/1884/37234>. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

ROSEMBERG, Fulvia; MARIANO, Carmem L. S. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, p.693-728, set./dez. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000300003. Acesso em 10 de fevereiro de 2015.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria C.; ALMEIDA, Ivy G.; COSTA, Nina R. A.; GUIMARÃES, Lilian A.; MARIANO, Fernanda N.; TEIXEIRA, Sueli C. P. T.; SERRANO, Solange A. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 2, p. 390-399, 2011. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18822935017>. Acesso em 04 de maio de 2015.

SEGUI, Fernanda A. C. **Sentidos do vínculo afetivo para educadores de instituições de acolhimento: um estudo de caso**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16976>. Acesso em 28 de março de 2016.

TEIXEIRA, Paulo André Sousa; VILLACHAN-LYRA, Pompéia. Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 199-210, 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000100199&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 de setembro de 2016.

TOMÁS, Débora N. **Conhecendo o perfil mediacional de mães sociais: um estudo sobre as interações em abrigos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em http://www.pgpsi.ip.ufu.br/sites/pgpsi.ip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Dissertacao_014_DeboraNogueira-Tomas.pdf. Acesso em 28 de março de 2016.

TOMÁS, Débora N.; VECTORE, Celia. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. **Psicologia: ciência e profissão**, vol. 32, n. 3, p. 576-587, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 27 de janeiro de 2015.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

*Éder Rodrigues dos Santos **
*José Victor D. Mattioni ***
*Enoque Raposo ****

ARTIGO

COMUNIDADE DA RAPOSA SERRA DO SOL I: INTERPRETAÇÕES SOBRE AS MEMÓRIAS DO DESLOCAMENTO DAS SERRAS PARA O LAVRADO NO SÉCULO XX

Introdução

Este artigo analisa os motivos do deslocamento territorial indígena das regiões de serras para os campos, contribuindo com a constituição da comunidade da Raposa I, composta inicialmente por índios da etnia Macuxi, povo de filiação linguística *carib* (SANTILLI, 2001, p. 82). Consideramos a recomendação de João Pacheco de Oliveira (2000), que ao falar em indígenas “devemos pensar em coletividades atuais que se reconhecem como descendentes daquelas populações que estiveram presentes neste marco territorial antes da chegada dos colonizadores europeus e da constituição dos Estados-Nacionais. (OLIVEIRA, 2000, p. 133).

O trabalho lança mão da memória dos próprios indígenas a partir do registro da oralidade, durante a pesquisa de campo, para a formulação do texto a seguir, utilizando-se do conceito de memória coletiva na contribuição de Maurice Halbwachs (2011), que considera o acesso ao passado como algo que é motivado pela pertença do indivíduo no grupo social em questão. Neste sentido, segundo este autor, a memória será um processo que funde os discursos e práticas coletivas desenvolvidas por este grupo definido em um contexto específico. (HALBWACHS, 2011, pp. 12-14).

Parte dos textos registrados neste artigo constituiu-se a partir de narrativas dos indígenas que, por meio da memória oral reconstruíram estas histórias. Neste sentido, Le Goff (1990) aponta que “a memória, na qual cresce a história, que por sua

* Graduado em Ciências Sociais (habilitação em Sociologia – CCH/UFRR); Comunicação Social (habilitação em Jornalismo CCLA/UFRR); e Especialização MBA em Marketing. E-mail: ederaudiovisual@hotmail.com

** Graduado em Licenciatura e bacharelado em História da UFRR. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira (UFRR). E-mail: victor_mattioni@hotmail.com

*** Indígena Macuxi, graduado em Secretariado Executivo pela UFRR, especialista em Etnoturismo pela Fullbright (EUA). E-mail: raposito32@gmail.com

vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. (LE GOFF, 1990, p. 411).

Os autores deste artigo entendem ainda que é necessário compartilhar o texto escrito com a comunidade indígena Macuxi interessada, uma vez que foi produzido com base em pesquisa bibliográfica, mas, sobretudo, a partir da oralidade. Esta memória oral é coletiva e temática, portanto é informativa, mas também mantém diálogo direto com a memória individual dos indígenas entrevistados, portanto é experimental, e neste sentido, precisa ter a escrita compartilhada entre entrevistados e entrevistadores como orienta Sebe Bom Meihy¹.

A equipe de pesquisa realizou visitas a comunidade indígena Raposa I, no período de 10 a 13 de fevereiro de 2013, 14 a 16 de fevereiro de 2014 e 16 a 21 de dezembro de 2014, quando foram feitas as entrevistas com os indígenas Macuxi e as observações de campo. Indígenas locais contribuíram com a localização de alguns caminhos nas serras da região da Raposa. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, contendo perguntas semiestruturadas dirigidas a 12 indígenas individualmente, entre anciãos e jovens indicados pelas lideranças locais e que aceitaram conceder as entrevistas. As falas foram feitas nas habitações dos índios, nas serras e em locais considerados importantes no processo de identificação do “espaço-tempo, fatos e pessoas/personagens”. (POLLAK, 1992, p.201-202).

Consideramos ainda as referências bibliográficas sobre o povo Macuxi. Assim, como suporte teórico foram utilizados, em um primeiro momento, autores vinculados à Escola dos *Annales* (LE GOFF, 1990; LE GOFF; NORA, 1979; REIS, 2004). Em um segundo momento, o trabalho com foco na constituição e uso do território Macuxi proposto por Farage e Santilli (1992); Santilli (1989, 1997; 2001); e outras pesquisas sobre o povo Macuxi (CUNHA, 2004; FELIPE, 1993). Por fim, o texto se utiliza de categorias de análises sobre memória e oralidade, percebidas nos estudos de Michael Pollak (1989; 1992) e, como dito, sobre memória coletiva, a partir dos estudos de Halbwachs (2011).

A produção historiográfica: os Macuxi

As pesquisas contemporâneas sobre os povos indígenas em Roraima que estão publicadas, sobretudo, nos últimos 40 anos, quando se acirrou a disputa territorial na região envolvendo o interesse dos índios, Estado, políticos, fazendeiros, arro-

¹ Palestra com professor Dr. Carlos Sebe Bom Meihy (USP) sob o tema “Memória, História Oral e Diferenças”, Projeto Sesc Memórias. Sesc São Paulo, 30 de julho de 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QvPyJ-OjsuM>. Acessado em 17 de janeiro de 2015.

zeiros, colonos nos fornecem análises para a compreensão da construção social do território Macuxi (SANTILLI, 2001). Além disso, os Macuxi, Taurepang, Ingarikó e Wapixana “são povos remanescentes de uma maior diversidade étnica, atestada pelas fontes setecentistas para o rio Branco” (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 268).

Em estudos anteriores, Santilli (1989) aponta com base no trabalho do Grupo de Trabalho Interministerial para Identificação da Área Indígena Raposa/Serra do Sol em 1988, que no Brasil, o território Macuxi divide-se formalmente em quinze áreas. Mesmo sendo áreas indígenas reconhecidas, elas foram, por muitos anos seguidos, “invadidas por fazendeiros, pequenos posseiros e garimpeiros”. (SANTILLI, 1989, pp. 3-4).

Tais estudos sobre a formação do território e as relações socioambientais se fundamentam na comparação de trabalhos produzidos desde o século XVI por viajantes, aventureiros e pesquisadores (OLIVEIRA; IFILL, 2012, pág.19). Estes trazem em seus relatos a presença dos povos indígenas que primeiro habitavam a região localizada no extremo norte do Brasil, sobretudo no entorno do Monte Roraima, referencial geográfico que compõe a cosmologia destes povos e os mitos de sua cultura.

Observa-se que os índios Macuxi são citados por viajantes, cronistas e pesquisadores desde meados do século XVII (RALEIGH, 1848, p. 78 *apud* FRANK, 2008, p. 14), com o início da ocupação colonial liderada por duas frentes: uma pelos portugueses e outra pelos holandeses, como aponta Oliveira e Ifill (2012, p. 20) com base em cartografias e relatórios que mostram o detalhamento geográfico da ‘Amazônia Caribenha’, que inclui Venezuela, Brasil, Suriname, Guiana Francesa, República Cooperativista da Guiana.

Ressalta-se, neste sentido, que mesmo com estes registros publicados em outros países, a historiografia brasileira dedicou pouco espaço para a compreensão das realidades sociais do extremo norte brasileiro, sobretudo no que é hoje conhecido como estado de Roraima. Os registros de viajantes e exploradores limitaram-se por muito tempo a permanecer em bibliotecas externas ao Brasil. Souza (2012) aponta que, antes do século XX, a região amazônica não havia sido contemplada pela historiografia oficial brasileira, com raras exceções, considerando que somente a partir dos anos 80 do referido século, a construção de uma história local começou a surgir (SOUZA, 2012, p. 21). Neste sentido, é notável a defesa da posição de autores da Escola dos *Analles* (LE GOFF; NORA, 1979) no uso de outras áreas do conhecimento, além da história e, neste caso do povo Macuxi, torna-se recorrente a necessidade de buscar reconstruir a memória por meio da oralidade e revisão da literatura junto aos povos indígenas, compreendendo os fenômenos culturais e as regularidades.

Os Macuxi ocupam uma faixa do extremo norte do Brasil e também habitam outros países, como a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana. Em Roraima, vivem em áreas do lavrado e serras do nordeste do estado. Sobre os aspectos geográficos, Santilli considera que:

O território Macuxi compreende uma pequena parte do maciço das Guianas - uma das formações geológicas mais antigas do continente sulamericano, onde os solos encontram-se em estado avançado de laterização, apresentando afloramentos predominantemente graníticos e arenosos, extremamente pobres em matéria orgânica e impróprios para a agricultura intensiva” (SANTILLI, 1997, p. 58).

Os Macuxi falam a mesma língua, entretanto, variações linguísticas identificadas de região para região são percebidas pelos próprios Macuxi (FELIPE, 1993, p. 01). O processo de afirmação étnica deste povo é percebido a partir de um contexto maior de inserção dos processos históricos de formação do território indígena no Brasil.

Sobre os deslocamentos territoriais históricos dos Macuxi ocorridos muito antes das descidas para o campo no século XX, a perspectiva arqueológica inserida no trabalho de Martins (2012) a respeito de um dos momentos mais conflituosos do contato entre europeus e indígenas, nos séculos XVIII e XIX, nos ajudam a compreender que, tais dinâmicas serviram como forma de resistência indígena. Este panorama da realidade social indígena em seus estudos é percebido pelas “configurações espacioculturais, em específico as características locais dos sítios arqueológicos com urnas funerárias, situados na região do alto rio Branco (Brasil) e do rio Rupununi (Guiana)” (MARTINS, 2012, p. 60).

Farage e Santilli (1992), no artigo intitulado *Estado de Sítio: territórios e identidades no vale do rio Branco*, nos permitem visualizar o mapa etnográfico da região apontando para a história da ocupação dos povos indígenas nos campos e serras do médio e alto rio Branco e Tacutu, na fronteira com a República da Guiana. Na abordagem antropológica destes autores, além do destaque que é dado para o duplo processo de colonização promovido por portugueses e holandeses com apresamentos de escravos e aldeamentos, como citado antes, revela também que, no caso do vale do rio Branco, em uma segunda fase, já no século XIX, o contato se intensifica com a ocupação fundiária, na qual: “[...] a colonização civil, que consolida a economia pecuarista na região, inaugura a espoliação dos territórios indígenas, redefinindo o contorno sociológico da área. [...] O processo de ocupação requeria o confinamento

territorial, e *pari passu*, a circunscrição de um lugar social para a população indígena” (FARAGE; SANTILLI, 1992, p. 267-268).

Neste trabalho, consideramos as descrições feitas a partir das observações de campo e das narrativas dos indígenas Macuxi moradores da Comunidade Raposa I, para depois fazer as análises, com recorte na perspectiva da oralidade.

O texto escrito, conforme discutido com as lideranças durante as três visitas à comunidade Raposa, foi submetido à crítica deles e dos demais membros da comunidade, tendo como articulador, o índio Macuxi Enoque Raposo, filho do ex-tuxaua da região (Caetano Raposo), que assina este artigo e que tem igual interesse na releitura do que foi dito e gravado pelos “parentes” e na escrita. Esta ação fez-se necessária, primeiro pelo compromisso firmado entre pesquisadores e pesquisados e, segundo, por tratar de registro realizado a partir da oralidade, incluindo partes das narrativas feitas em língua Macuxi, com tradução de Enoque Raposo e, posteriormente, transcrito para o português.

Os pesquisadores demonstram tal necessidade de compartilhamento da autoria do artigo com a comunidade para elucidar eventuais dúvidas e corrigir possíveis erros de interpretação. Nesta altura, compreendendo a perspectiva da crítica à autoridade etnográfica e o debate contemporâneo da Antropologia interpretativa, ressaltamos que Clifford Geertz (2009; 2013), James Clifford (2008) e Viveiros de Castro (2002) convergem para a crítica ao conhecimento produzido a partir do que se convencionou chamar de “autoridade etnográfica” nos estudos antropológicos.

Macuxi: motivos para o deslocamento

Um dos pontos fundamentais deste trabalho é considerar o escrito de Michel Pollak (1989; 1992) sobre memória e identidade social. Nos estudos deste autor, há um destaque para Maurice Halbwachs, que considera a memória “[...] como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 02). No entanto, complementa o autor que: “[...] Se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que a maioria das memórias existem marcos ou pontos invariantes, imutáveis. (POLLAK, 1992, p. 02). Sendo assim, neste trabalho, procuramos destacar os fatores que contribuíram para o deslocamento dos Macuxi da região das serras para em direção aos campos. Os fatores serão considerados em virtude de sua reincidência nos relatos dos entrevistados.

O segundo ponto a considerar são estudos antropológicos de Santilli (2001) sobre o uso da terra, que revelam que “os Makuxi [...] concebem o espaço como ilimitado; ao longo do tempo, é o movimento das aldeias pelo espaço que vem a desenhar um território. (SANTILLI, 2001, p. 99). Esta é uma outra interpretação, que nos permite refletir sobre o processo político de ocupação territorial, que vai influenciar na formação das comunidades.

[...] morar é uma decisão altamente política, cada líder dedicar-se-á a atrair o maior número possível de co-residentes. [...] para estas sociedades a história das aldeias é história política: o movimento é um movimento propriamente histórico. [...] se o movimento das aldeias é um movimento propriamente histórico, há que se buscar a ancestralidade na memória genealógica dos habitantes de uma aldeia atual em integrantes/habitantes de aldeias progressas, ou mesmo que apresentem uma continuidade com aldeias contemporâneas situadas em diferentes locais que configuram um território tradicional de deslocamentos, de exploração, enfim de ocupação (SANTILLI, 2001, p. 120).

Michel de Certeau (2009) nos oferece uma compreensão das noções de lugar e espaço, elementos distintos, cujo divisor é a narração. O autor afirma que:

[...] *lugar* é a ordem [...] segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] Existe *espaço* sempre que se tomam conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada [...]. Em suma, *o espaço é um lugar praticado* (CERTEAU, 2009, p. 184).

A construção da memória Macuxi, resgatada em parte pela oralidade indígena neste trabalho, considerando as descrições culturalmente criadoras do espaço nesta dimensão apontada por Certeau (CERTEAU, 2009, p. 191), nos permite compreender o deslocamento dos antepassados que habitavam as serras da região da Raposa em direção ao campo ou lavrado, sobretudo porque este resgate atinge duas gerações anteriores dos índios que vivem hoje na Raposa.

A memória transmitida pela oralidade aqui tratada, não chega à conclusão de que morar nas serras seria um aspecto vinculado à forma de proteção escolhida pelos indígenas Macuxi em relação aos invasores. Os índios Macuxi da Raposa narram que os alagamentos na região de lavrado eram constantes durante o inverno e por isso havia a opção de moradia nas serras por parte dos mais velhos, sobretudo, em regiões de floresta, recobertas por árvores frutíferas.

Trilhas: caça, pesca e coleta de frutos

O uso de trilhas pelos índios Macuxi com o intuito de se adaptarem aos desafios relacionados, principalmente, à alimentação, ao sal e à educação em meados do século XX, definem a função das trilhas existentes nas serras. Segundo os relatos dos membros das famílias que habitavam as localidades identificadas nas serras, os índios caçavam, pescavam, coletavam e faziam suas festas tradicionais, como as danças rituais do *parixara* e *areruya*, movendo-se nas serras para as localidades de seu interesse sem dificuldades, apesar das distâncias. Nas serras da Raposa é possível perceber uma região de lavrado e também de florestas, intercaladas por igarapés formados por águas que correm das cachoeiras do Cristal e da Raposa.

Já no vale, a mata seca pouco densa, convive com a presença de árvores frutíferas, como buriti, mirixi, jenipapo, caju, dentre outras. Há dois lagos próximos à comunidade: o lago da Raposa (*Maikan Kuyê*) e o lago da Cheirosa (*Wa'Kuyê*), que são facilmente acessados também por pequenos trechos, os quais podem hoje ser utilizados também por veículos automotores.

Reportando-se ao passado, o fato de coletar frutos na região das serras ou do vale pelas trilhas, andando a pé por muitos quilômetros, não representava obstáculo para os antepassados Macuxi, assim como a busca por caça, pesca e frutos, que eram abundantes na região no início do século XX. Nas palavras do índio Macuxi Adriano Trajano Nascimento, 59 anos, registradas por meio de entrevista:

[...] a vida nas serras sempre foi saudável, só comecei a apresentar doenças a partir dos 50 anos de idade, nunca fui vacinado, nunca precisei tomar remédio. Na época a alimentação era saudável. Não se criava tanto porco e outros animais. A gente juntava muitos peixes miúdos e torrava na pedra para ficar bem seco. Juntamos em um balde ou na cabaça. Cozinhávamos o tucupi com a mandioca e isso ficava conservado. Cozinhávamos muito. Usávamos o pilão para fazer o pó do peixe. Durava o inverno inteiro. Não era necessário pescar o peixe. Quanto ao local de reunião para as festividades, na época não existia muitas pessoas, mas nossos antepassados viviam muito tempo: 80, 90, 100 anos. Não tinha esta população toda como hoje. Era fácil controlar a família. Hoje é diferente. Precisa de auditório para dançar parixara, tomar pajuaru. Antes, era preciso apenas um pequeno malocão. Chegamos a ver isso com a nossa avó e tios. Eu canto muito hoje o parixara para não esquecer. O arerua é uma tradição que aprendemos com o nosso avô. A história do arerua é muito grande. Nasceu aqui na Raposa e hoje o povo usa como religião na Serra do Sol. Lá eles adotaram como religião, mas era religião aqui na Raposa (Entrevista realizada com Adriano Raposo. Comunidade da Raposa, fevereiro de 2013).

O índio Macuxi Orismildes Fidelis, 40 anos, em seu relato durante a caminhada da equipe de pesquisa nas serras da Raposa, destaca esta riqueza de recursos na região:

Neste igarapé, nossos antepassados desciam para pescar muitos peixes, como piabas. Comiam, faziam damurida, muquiavam o peixe. Eles iam também para a comunidade da Raposa. Levavam seus filhos para a escola e depois iam pescar. Os instrumentos que eles usavam para a pesca eram jiquis, porque não existia tarrafa, malhador ou caniço. Usavam o timbó. E até hoje estamos com os nossos filhos na escola. Quando eu era criança na região da serra do Cristal, eu aprendi a caçar veado, tatu peba, cutia, mutum, porco caietu. Os nossos avôs no ensinavam a atirar com flechas, não tinha espingarda. Aprendi tudo isso [...] (Entrevista realizada com Oresmildes Fidelis. Raposa, fevereiro de 2013).

Outro indígena Macuxi, Cláudio Viriato, 50 anos, fala que os antepassados utilizavam recursos naturais ao longo das trilhas de maneira funcional, considerando, por exemplo, alguns pontos de coleta de frutos, passagens por igarapés, utilização de pedras para descanso e o uso de plantas para incentivar os mais jovens na caminhada. Cláudio lembra quando criança que os mais velhos passavam, no corpo dos mais jovens, uma espécie de planta que provocava coceira. O objetivo era fazer com que eles ficassem despertos e não parassem a caminhada.

Uma pedra ao longo do caminho tem uma função de descanso para os antepassados, relatou Cláudio Viriato. Ele lembrou-se da vovó Damiana, uma das matriarcas mais conhecidas pelo povo Macuxi da Raposa. Vovó Damiana e outros anciãos descansavam de suas longas caminhadas nestas trilhas, carregando o jamanxim com alimentos, como farinha, beiju (bolinho achatado feito de massa de mandioca), frutas e jerimum, muitas vezes, com crianças no colo.

Cláudio tem na memória essa imagem da vovó Damiana descansando sobre a pedra, porque também trazia pequenas quantidades de alimento à época, quando era criança. De acordo com ele: “Quando minha avó vinha *pesada*, ela descansava aqui nessa pedra, com o jamanxim e eu ficava esperando logo aí. Depois do descanso seguíamos a pé até a região do lavrado”. Cláudio chama a atenção da equipe para um igarapé chamado Sariná ao longo da trilha. “Aqui os nossos avós vinham para pescar e tinha muita piaba. Este lugar não seca antigamente, quando eles desciam passavam um ou dois dias e assavam o peixe à margem do igarapé, faziam comida aqui mesmo. Não tinha tarrafa, somente as tarrafas de pau (*jiqui*)”.

Sariná é o mesmo nome de uma pedra com cerca de 10 metros de altura, localizada em uma das serras, próxima das trilhas, nas quais a equipe de pesquisa percorreu. Na cosmologia Macuxi, Cláudio também faz questão de narrar este marco, com

tonalidade lírica. Neste mesmo local há resquícios da moradia da matriarca vovó Damiana, casada com Viriato Raposo, casal pioneiro na constituição da comunidade da Raposa. Cláudio chama a atenção da equipe de pesquisa apontando para o alto da serra, nas quais existem outras formações rochosas, considerando dentre estas, a que lembra um corpo humano em pé.

Cláudio explica que esta é uma obra de Makunaima, que petrificou o índio “vovô Sariná”, no momento em que carregava seu jamanxim, cesta indígena que tem a função de transportar objetos e alimentos, como mandioca e frutas. Cláudio, mesmo sem ter outras informações sobre quem foi Sariná, diz que: “O vovô Sariná veio da pescaria e estava subindo a serra. Então Makunaima disse ‘fique aí! Então ele virou uma pedra com seu jamanxim que estava cheio de peixe”.

Nos deslocamentos dos indígenas Macuxi que, segundo os relatos, podiam durar dias, havia a necessidade de permanecer acampados no local escolhido para caça, pesca e coleta durante semanas ou meses devido às distâncias. Soma-se a isso a desmitificação de que a região do vale era alagadiça, como acreditavam os seus antepassados. Eles acreditavam que isso ocorria durante o inverno rigoroso, entre os meses de junho a agosto. O discurso do indígena Adriano Nascimento nos revela que havia uma interpretação equivocada, por parte dos indígenas que moravam nas serras, sobre a possibilidade de alagamento do lavrado na época de inverno. “Já morreram muitos dos nossos antepassados das serras. O que sabemos é que eles achavam que a região de baixo, nos lavrados, alagava na época do inverno. Mas com o tempo observaram que não era assim”.

Adriano faz uma defesa pela história que ele conhece sobre a fundação da comunidade Raposa, ressaltando tanto a formação do território, quanto as discussões que, segundo ele, têm travado com os não-índios sobre o tema:

Anike e Insikiran viviam aqui e traziam um cachorro e amarraram ali embaixo no igarapé, mas ele quebrou a corda e fugiu. Era à noite e não podiam achar o cachorro. No dia seguinte, acharam o lugar em que o cachorro entrou sob o solo da terra e começaram a cavar a terra até lá na serra. Quando chegaram à serra em cima das pedras, eles começaram a cortar as pedras. Vocês podem ir lá em cima, onde está o lugar dos terçados, tudo cortado. Lá em cima das serras nas cachoeiras. Mas lá o cachorro entrou por dentro da pedra e saiu lá em cima e continuaram. Daí se transformou este em igarapé da Raposa, onde cavaram no decorrer do tempo, as águas e a chuva transformaram este nosso igarapé, o igarapé da Raposa. A história é esta que a gente sabe. Daí começou a Raposa. Muitos civilizados dizem: olha a Raposa é nova, o local mais velho seria o Contão. Este foi um senhor de 96 anos. Converso muito com ele, ele é vivo até hoje, seu Francisco Leite. Ele dizia: passei aqui não tinha ninguém na Raposa em 1917, 1918... aí eu dizia para ele: olha, na época, não tinha ninguém mesmo. O senhor não está mentindo não... só que eles moravam em

cima da serra. Ali tem muitos lugares onde moraram nossos antepassados. O avô deste velhinho aqui, que é meu primo legítimo e filho do tuxaua Gabriel Viriato Raposo morou nas serras. Eles moraram em vários lugares, há muitos anos. Eles nasceram, se criaram, viveram e morreram. Eles achavam que alagava no inverno aqui no lavrado e por isso nunca desceram. Então quando dizem que a Raposa é nova, eles se enganam, porque os antigos não viviam aqui no lavrado, em baixo, viviam em cima. Mas eles conheciam isso aqui tudo. Eles vinham das serras para comer buritis aqui, porque tem muitos buritizais. Os nossos antepassados traziam a família e faziam barraco por ali, comiam buriti até acabar e viviam na beira do igarapé. Quando acabavam o buriti passavam para outro buritizal. Lá não tem buritizal como tem aqui em baixo (Entrevista realizada com Adriano Francisco do Nascimento. Raposa, fevereiro de 2014).

O historiador Bessa Freire (2004) contribui com este resgate didático da história da caça da Raposa em concordância com o que foi narrado pelo índio Adriano. Freire ressalta a importância do registro em uma sociedade 'oralizada', sendo este registro oral, o equivalente a uma escritura registrada em cartório. Estas narrativas, para o historiador, formam um tipo de mapa do território habitado pelos Macuxi, desde tempos imemoriais, reforçadas pelos vestígios arqueológicos. Freire reproduz a mesma história, de forma resumida, em um artigo publicado em 2004 no jornal *Diário do Amazonas*.

Freire destaca que o padre Sabatini Silvano ao ouvir a narrativa de Gabriel Viriato Raposo em 1965, gravou e publicou o texto no livro *Ritorno alla maloca* (1973). Neste sentido, vemos que a história da Raposa vem sendo transmitida por gerações, desde o final do século XIX, quando foi contada ao tuxaua Zeca Viriato pelo seu avô, que, por sua vez, repassou ao filho mais velho, Gabriel Viriato Raposo, nascido na Raposa em 20 de janeiro de 1920 e falecido em 14 de abril de 1974.

O índio Macuxi João Maçarico Raposo, 59 anos, graduado em Pedagogia e professor na região, durante a entrevista buscou fazer uma reconstrução bem antes das narrativas provenientes das serras e também reafirma a fartura da região em termos de alimentação. Ele diz que:

A história pelo que a gente sabe é um pouco restrita. Acredito que muito antes já existiam pessoas. Não só pelo fato de ter vindo o Viriato que conta nossa história porque a gente vê as caveiras de muito tempo. As brigas que aconteciam, existem caveiras aí nas serras depositadas. Então acredito que quando vieram pra cá já existiam pessoas. Quando falavam de morcego grande que pegava as pessoas como se fossem lendas, eu acho que não eram lendas porque quando eu comecei a ouvir falar de dinossauros, então quando eu conheci esta história dos morcegos grandes para mim eram os dinossauros. Eles pegavam pessoas e levavam para as serras e se alimentavam e de animal vivo. Não sei em que ponto nem em que lugar. Eu ouvi estas histórias, as lendas, a criação do mundo e da raposa dos nossos

bisavôs”. Diz a história que a vida era melhor nas serras porque tinha fatura. Lá a terra era adubada. Aqui em embaixo tinha fartura de peixe. As pessoas se alimentavam de peixe bonito e grande. Aqui no igarapé da Raposa tinha peixe graúdo, como tucunaré e sulamba. Depois foi ficando escasso de caça, mas tínhamos bastante tatu. Eles iam caçar longe e voltavam para as serras. Ficavam dois dias caminhando. Talvez por terem inimigos, ficavam não serras (Entrevistas com João Maçarico. Raposa, fevereiro de 2014).

Daniel Viriato Raposo, 70 anos, lembra do pai dele, Gabriel Viriato Raposo, que tem uma importância dentro da comunidade por ter sido tuxaua na Raposa e toda a região, desde a cabeceira dos rios Maú, Surumu e Tacutu.

Eu nasci dia 08 de outubro de 1945, meu pai me deixou para servir o exército em Belém, em 1945. Deixou minha mãe com curumim pequeno que era eu. Passou um ano em Belém. Depois ele botou o irmão dele Abel Raposo, como tuxaua da comunidade.

No início tínhamos dificuldades, mas hoje é mais difícil. As caças anteriormente eram mais fáceis. A gente ia caçar, pegar um veado, uma cotia nas serras. Lá na serra é duro, não tem peixe. Lá tem igarapé bom, mas não tem peixe. Nós vivíamos de caça e pesca. Paca à noite e de dia cutia, que a gente matava e assim passava. Tinha caxiri e pajuaru. Neste tempo tinha muito legume, era farto. Pra vender era difícil que era serra, longe, a gente trazia nas costas de um boizinho, na costa mesmo, botava no jamaxim pra trocar com carne lá com os fazendeiros. A gente trazia para trocar por um pedacinho de carne para poder escapar (da fome) que era difícil. Naquele tempo ninguém tinha estas redes como tem hoje aqui: tem rede pra todo bicho, de peixinho deste tamanho² até os grandes. Antigamente não existia, só era flechinha. Nós ‘pegava’ peixe ali no igarapé do Xumina, flechava, o peixe virava e nós ‘matava’ e no anzol, com caniço.

Eu me criei com minha vó³. Tem muitos lugares que ela tirava o barro e fazia a panela, naquele tempo não existia panela, estas panelas de alumínio não existiam. Existiam os panelões de barro para cozinhar. Mas eu não sei como foi descoberto o barro para fazer a panela, mas ela sabia onde era o garimpo dela. Não era todo mundo que mexia. Só ela mesmo. Ela levava um pano para pagar o barro que ela tirar e ela queimava. É como queimar tijolo hoje, com caimbezeiro, não é toda a lenha, e só o caimbé a árvore que tem por aqui que se chama caimbé. Ela queima e está pronta a panela e bota o tucupi da mandioca para dar o ponto nela, porque ela não vai cozinhar sozinha de frente, mas ela tem que cozinhar com o tucupi da mandioca. Ela fazia, eu lembro, lá no Santarém, lá no Manelua.

Naquela época faziam festas, faziam os convites e se reuniam. Naquela época eram poucas famílias. Hoje a população cresceu. Temos muitos parentes, muitas famílias, mas não entendem nada do que se passou anteriormente. A gente dançava, se reunia no malocão, fazia pajuaru e levava pra lá para tomar junto. A gente dançava com nossas avós, com as meninas o dia todo e a noite toda, quando amanhecia, vinham embora (Entrevista com Daniel Viriato Raposo. Raposa, fevereiro de 2014).

² O entrevistado faz sinal com os dedos indicadores em paralelo separados por uns três centímetros para representar o tamanho dos peixes.

³ Vovó *Damiana*.

O índio Macuxi Domingos Aquilino Batista, 66 anos, relembra que as famílias nas serras apesar de morarem em malocas individuais, as famílias eram unidas e viviam em uma conjuntura social compartilhada.

Nós ‘tinha’ roça bastante, farinha bastante, beiju bastante e caça bastante. Nasci na maloca Água Boa. A gente plantava, colhia, trazia nas costas. Eram três horas e meia de caminhada. Eu trazia três latas de farinha, a mulher trazia mais duas latas de beiju. A gente vinha pra cá quando tinha festejos. O festejo neste tempo era dezembro, julho e março, na semana santa. Nesses períodos a gente vinha tudo pra cá. Quando terminava a gente retornava para as serras. O nosso trabalho era assim, antigamente [...]. Quando os irmãos⁴ chegaram aqui, naquela época não tinha nada não, celular, rádio, televisão, não existia, eu lembro bem. Eu lembro bem que aqui tinha a casa do avô Viriato, do Trajano Nascimento, do Leonardo, do Celestino, do Chico e Paulino, onde é o posto. O curral era aqui perto, faz tempo isso aí. Então são essas pessoas que construíram a Raposa” (Entrevista com Domingos Aquilino. Raposa, fevereiro de 2013).

O tuxaua da comunidade Raposa I, Gabriel Sarmento, 55 anos, que afirma ser descendente de indígenas que migraram do lado da Guiana, lembra que existiam cerca de dez famílias residindo na Raposa, mas estas mesmas pessoas moravam na região das serras.

Eles procuravam desenvolver a roça e a agricultura porque na serra era fácil o plantio. Não havia problemas com agrotóxicos, as frutas, batatas eram sadias e o povo gostava da produção. A escola foi o fato que motivou o aprendizado e para ter este conhecimento de outra realidade buscou-se a escola. Os alunos eram atendidos aqui e a roça era extraída da serra. Então aos poucos as pessoas vieram para a comunidade Raposa, tendo roça lá e fazendo a manutenção aos poucos. Quando morávamos lá, a gente pegava caça e peixe. Peixe era mais difícil, tínhamos que vir para o lavrado, nos lagos e igarapés. No final de semana, depois das aulas íamos lá pegar o rancho, a farinha, beiju, batata, banana, trazia da serra, íamos lá para passar a semana. Era cansativo, mas não tinha alternativa e seguíamos o que nossos pais já faziam. (Entrevista concedida pelo tuxaua Gabriel Sarmento. Raposa, fevereiro de 2013).

Neste sentido, pode-se afirmar que o processo de busca dos índios Macuxi por novos ambientes favoráveis à caça, pesca e a coleta de frutos, em virtude da escassez crescente nas serras, em regiões próximas a lagos localizados no lavrado, como o lago da Raposa (*Maikan Kupî*), o lago da cheirosa (*Waku’Kupî*), dentre outros, vão responder às necessidades imediatas de alimentação a priori e, por consequência vão, gerar novos usos das trilhas dentro do território Macuxi, já que os índios moviam-se para o vale de forma contínua, conforme os relatos.

⁴ Missionários protestantes.

O sal

Outro componente que afetará a dieta dos Macuxi e que, segundo as falas, motivou o deslocamento para o lavrado, foi a facilidade de encontrar o sal para tempero. Há sete quilômetros da comunidade da Raposa I, o pé da serra denominada ‘Atola’ (*Kusawa’ yepin*), conforme indica os anciãos, é salino. Mesmo que o terreno fosse impréstável à agricultura, o mesmo já proporcionava o sal como tempero para a cultura alimentar indígena. O sal era retirado a partir do tratamento caseiro com a fervura da água da porção de terra retirada do lugar. Ao aquecer a água nas panelas de barro, as impurezas ficam na parte superior do recipiente e o sal aloja-se abaixo. Nossa equipe de pesquisa, observou a existência do sal nas imediações da serra do Atola, provando com o paladar, conforme nos recomendava o nosso guia, o índio Macuxi Rafael Pereira Raposo, neto do tuxaua Gabriel Viriato Raposo.

Os índios Macuxi ficavam dias ou semanas nas imediações da serra do Atola no processo de retirada e processamento manual do sal. Tal constatação da presença do sal se deu a partir da observação dos próprios indígenas em relação ao comportamento dos animais, como veados e os gados, que lambiam a terra em busca do sal. Conforme diz Rafael Pereira Raposo: “Este local [*aponta para o entorno da serra do Atola*] é onde o gado lambe o sal. [...] Antigamente não existia o sal de cozinha”. O índio Fernando Trajano, 72 anos, irmão consanguíneo de Adriano, confirma também que:

No tempo das nossas avós não existia sal. Eles não comiam sal. Eles descobriram este lugar [*Atola*], onde eles saíam em busca do sal. Eles vieram e um deles fez a sua casa aqui onde se transformou em comunidade da Raposa. Não tinha outro lugar com sal somente aqui. Nós somos raízes de uma só família que hoje cresceu e tornaram-se muitos ‘raposenses’. Daí começaram a trazer sal de outros lugares e até hoje trazemos esse sal industrializado para cá. O sal antes era parecido como o beiju de goma. Os antigos enrolavam e carregavam para o consumo. Quebravam em pequenos pedaços para colocar na comida. Até hoje tem sal por aí. (Entrevista realizada com Fernando Trajano. Raposa, fevereiro de 2014).

Adriano Nascimento também lembra da época da descoberta do sal na Raposa. Ele explica que na região tem muitos lugares menores que os índios denominam de ‘lambedor de veado’.

Naquela época não havia fábrica de sal como existe hoje. Alguém descobriu o sal e muita gente ficou sabendo. O pessoal vinha da região do Amajari fazer sal. O que eles faziam era cozinhar, ferver, apurar, fazer igual rapadura. Eles aprenderam a fazer e levavam muitos quilos de sal até que chegaram aqui perto, onde foram criadas as comunidades Raposa, Napoleão, Guariba, Xumina. Assim o povo se aproximou perto do sal. Até não sei quando...

acho que até a chegada do sal do branco. Daí para lá esqueceram. Acho que o nosso sal está agora no mato, não é? Ninguém mais usou, não é? Até outro dia eu falei para minha irmã para ir ver o sal com ela. (Entrevista realizada com Adriano Nascimento. Raposa, fevereiro de 2014).

O indígena Macuxi Domingos Aquilino Batista reforça a migração, em parte, por causa da localização do sal na serra do Atola.

Eu queria fazer um livro da história [da Raposa]. Ninguém é daqui. Os jovens sim nasceram aqui. Mas os velhos são não sei de onde, de Socó... de outras malocas aqui perto. E porque vieram? Por que lá não tinha sal. Aqui tinha sal lá perto da Serra do Atola. Lá tinha sal, tipo areia. Eu lembro da minha avó: ela juntava numa panela com a areia, levava para a serra e cozinhava, então apurava aquele sal. Aí ela fazia umas bolinhas e botava no fogo para esquentar. Quando se matava uma caça, ela raspava aquilo ali e colocava dentro da damurida para *dar o sal*. Agora parece que o gado acabou ali com o sal. Nesse tempo não existia esse sal ou o açúcar. (Entrevista com Domingos Aquilino. Raposa, fevereiro de 2013).

A escola

Mesmo com a migração de ‘parentes’ de outras localidades por conta do sal como dito anteriormente, o fator decisivo observado nesta pesquisa para a descida dos Macuxi das serras, considerando os fatos que se repetem nos relatos dos índios entrevistados, foi a implementação da escola de ensino formal, nos anos 40 e a consolidação deste ensino nas décadas posteriores. O registro escrito localizado em nossa pesquisa é o Relatório Geral da Divisão de Educação do Território Federal do Rio Branco (OLIVEIRA, 1986, p. 11), relativo ao ano de 1945, apresentado ao então governador Ene Garcez.

O Relatório apresenta uma lista de seis escolas criadas no interior do estado de Roraima, por meio da qual aparece, na quarta posição, a escola “Alberto Torres, em Aparecida” (OLIVEIRA, 1986, p. 17). Aparecida é um lugar de habitação de algumas famílias, reconhecido pelos índios Macuxi da Raposa e também localizada dentro do que eles denominam de “região do Cristal”. Nos anos 60, a escola ganhou nova estrutura. Há, portanto, lembranças da escola implantada nesta data (1945) e também nos anos 60, como aponta o professor Macuxi Magno Jaime:

Tinham três setores lá na serra. Cada setor tinha um nome. O primeiro setor chamava Lua, que era do finado seu José Viriato; Caracas, o segundo setor; e outro: Aparecida, na região do Cristal. A gente conviveu com eles em harmonia, com trabalho coletivo. Tinha o tuxaua Gabriel. Ele fazia parte também. Ele que dava ordem para fazer este trabalho.

E, conseqüentemente, outros assumiram o comando, como Caetano Raposo, que já foi tuxaua também lá nas serras, depois que o tuxaua Gabriel faleceu. A partir do momento que eles iam ficando velhos, idosos, fracos e não tinham mais condições de trabalhar, de agüentar este trabalho lá nas serras, com estas idas e voltas, eles vieram pra cá também por causa da escola.

Na década de 40, mais ou menos, foi instalada a primeira escola. A partir daí começou descer, a partir de 1945. Primeiro desceu José Viriato, depois os outros mais velhos, até chegar no último que é o velho Ernesto: o último homem que desceu das serras foi o Ernesto Felipe. Então, eles viviam muito unidos também. Eles contam que a união fazia parte do primeiro objetivo que era unir, cada família dava a sua contribuição no trabalho. Mas a partir do momento da instalação e criação da escola veio este desmembramento. A escola começou a desunir um pouco o povo que estava lá quietinho só fazendo o seu trabalho. Com a escola veio a primeira família a segunda e se instalaram aqui na região do lavrado. Aí o que aconteceu? Começaram a fazer suas roças na beira do igarapé que tem aí, o igarapé Raposa, onde não existe mais mata ciliar, que foi destruída. Mas mesmo assim continuaram. E a escola, em vez de explicitar, esclarecer o que é o trabalho da escola, o que é trabalho dos governantes, não explicou. É onde nossa cultura foi sumindo. Aí eu digo: a escola e as igrejas. Por que as igrejas? Antes da igreja católica e Assembleia⁵ tinha 'Aleluia'. A oração do indígena 'Aleluia', tanto nas serras como aqui no lavrado. Mas a partir das igrejas trouxeram outro tipo de oração. E aí foi mudando também. O indígena é humilde, né? Ele acredita. E foi assim que começamos a deixar a cultura.

Nossos pais mesmo esqueceram, deixaram de contar as histórias para os filhos, deixaram de contar as lendas, começaram a esquecer e hoje a gente vê que nossos filhos, e até os próprios os avós, eles não conseguem mais falar a língua materna e não valorizam a cultura aqui, tem vergonha de falar até a própria língua Macuxi, mesmo sendo idoso não consegue falar a língua deles fluentemente, fala um pouquinho, mas fala mais português do que Macuxi (Entrevista com Magno Jaime Raposo, professor e coordenador pedagógico da escola na Raposa, em dezembro de 2014).

O primeiro professor foi um indígena da comunidade do Napoleão, de nome Arlindo de Medeiros, mas chamado pelos índios de 'Arlindo Trovão'. O indígena Abel Raposo, filho de Viriato Raposo, posteriormente, também desenvolveu importante papel como educador. Abel estudou na prelazia de Roraima, tendo ido à Itália. Ele contribuiu com a ideia discutida junto aos índios mais velhos, de descer e consolidar as habitações no lavrado. Daniel Raposo recorda de alguns momentos decisivos da descida das serras, atribuindo tal ação também às demandas da escola, mas considerando uma nova data que ele recorda, neste particular, somente nos anos 60 do século XX.

⁵ Ele faz referência as igrejas de profissão de fé protestante, neste caso as evangélicas pentecostais.

Nós começamos a descer por causa da escola. Foi fundada a escola em 1962⁶. O primeiro professor foi um parente nosso de Napoleão: Arlindo Trovão. Mas o nome dele e Arlindo de Medeiros. Já começou a nos tirar da serra. Por que nós viemos? Por causa dos nossos filhos. O finado papai disse: nós temos que ter escola porque tá tendo a criançada sem estudo. Ele e meu tio Abel Raposo. Aonde começou a abrir os nossos olhos. No Xumina não tinha escola, em canto nenhum tinha escola só aqui na Raposa. Aí veio gente botar filho do Perdiz, do Urubu, do Xumina, do Guariba, já veio com este professor, do Napoleão já vieram estudar aí, do Xumina, tem muitos que soa professor outros já morreram, os outros são diretores estas coisas.

Os nossos pais ficavam pais lá e os filhos aqui. Onde iam deixar os filhos? Com quem? Porque mamãe ia para a roça que era longe, aí deixavam os filhos. Tinha que fazer farinha lá pra trazer aqui. Porque aqui na Raposa não tinha roça, não existia roça e nem cercado, nem criação de gado nem de porco de carneiro ou bode. Lá na serra era mais fácil para gente ir, era só derrubar mato e queimar e plantar, chegou o inverno é plantar milho. Era onde nos conseguia os legumes, milho plantavam mandioca, batata, abacaxi, cana, banana, não é? Tudo era plantado. Então de lá que vinha mamão, pimenta, de lá que nossos pais traziam para os filhos pra cá pra Raposa. A casa era a primeira que era de segurança, só meu pai, casa do meu avô, Viriato Raposo. A escola São Paulo é onde está hoje a enfermaria. Ali que era a primeira escola que nasceu, agora é a capelinha do vovô, que também nunca deixou de rezar. Aí apareceu um padre Dom Alcuíno, o primeiro padre que apareceu aqui na Raposa. Batizava, rezava e o vovô aprendeu tudinho a reza dele e era todo o dia não era só o final de semana não. Por aí nós íamos perdendo a nossa serra, o pai do Adriano morava na serra, meu pai, meu avô. Então ficou difícil para nós. Aí já construiu a escola, o padre construiu. Tinham poucos velhos neste tempo, nós somos a terceira⁷ das velhices. Eu vou fazer 70 anos, papai morreu em 14 de abril de 1974, morreu com 64 anos, morreu novo. A escola ia chamando todos. Do tempo do Arlindo Trovão hoje são professores e diretores, depois veio esta escola do Governo⁸. A nossa era de barro de palha. Eles trouxeram madeira das serras. (Entrevistas com Daniel Raposo. Raposa, fevereiro de 2014).

O tuxaua Gabriel Sarmento, que exerce a função de liderança na Raposa neste momento da pesquisa, narrou que a roça era feita nas serras, mas o povo tinha que descer para o campo porque foi aumentado o número de alunos.

Eles viam de lá para ser atendidas aqui. Eram crianças e não podiam ficar sozinhas. Os pais e avós tinham que acompanhar. Ficou difícil este vai-e-vem e acharam cansativo. A experiência não era boa. Estavam velhos e acharam bom ficar aqui e fazer a roça no lavrado. Perceberam a diferença: a terra não dava muito nutriente para o plantio, mas ficaram. Só que aqui necessitava de adubos químicos na terra, na serra havia fartura. Aquilo que vocês viram na serra. (Entrevista realizada com o tuxaua Gabriel Sarmento. Raposa, fevereiro de 2014).

⁶ O entrevistado faz referência ao segundo prédio da escola que inicialmente, como ele mesmo diz a seguir, era denominada de São Paulo.

⁷ Geração.

⁸ Referindo-se à Escola do governo do Estado, em 1978.

Adriano Francisco do Nascimento fala sobre a influência da escola e da igreja como instituições que surgiram como braços e interferência da civilização não-índia sobre os Macuxi. “Comecei a estudar a partir de 10 anos. A referência para nós eram os padres que iniciaram a escola. Eu imaginava que seria um padre também”. Neste sentido, João Maçarico, mesmo confirmando o processo histórico da implantação da escola, diverge de outros entrevistados ao criticar a ampliação da cultura não-índia na comunidade com a chegada da escola e, sobretudo, da igreja. O discurso de João Maçarico pode ser entendido como um ponto de resistência cultural a estas instituições que proporcionam a institucionalização do contato e, por consequência, a “fricção cultural ou interétnica”, como aponta Cardoso de Oliveira (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p.19; 1972, p.15).

Eu acho que não contribuí para nada. Eu lembro quando entramos na escola em 67 e a comunidade dividiu-se. A gente morava nas serras e desceu todo mundo justamente para formalizar a comunidade escolar e ficamos presos o tempo todo. Tanto a igreja, como a escola não contribuiu até esse momento. Agora estamos vendo o resultado. Temos alunos formados em Secretariado, Geografia, Medicina. Diversificou os cursos. É bom para a pessoa e não para a comunidade. É bom para a pessoa que fez cursos, que tem grau superior. Vai ganhar dinheiro. Mas o convívio da comunidade é este aqui. A comunidade que não tem estudo. Tem maniva, cana, banana e para viver ele não pensa assim na globalização, em estradas, em universidade melhor. Eu fiz pedagogia, mas pergunto em que áreas vão formar estas pessoas? Quem vai aproveitar este curso, seja ele básico ou universitário. Temos cinco ou seis agrônomos, mas ainda não acordaram para repassar aqui o conhecimento como curso superior. Temos médicos lá, mas ainda estão fazendo especialização. Eu falei até para um deles pegar o seu carro bonito e passar nas comunidades todo o mês falando Macuxi. Ver quem está doendo aqui e encaminhar. Isso seria bom. É o ideal para mim. Mostra que está estudando e que é filho daqui. Mas isso ainda não existe. Tenho esperança que isso aconteça. Vocês estão trabalhando em prol da comunidade e em prol do Estado (Entrevista com João Maçarico. Raposa, fevereiro de 2014).

Podemos compreender o discurso do indígena Macuxi João Maçarico, a partir da perspectiva da necessidade de constituição da etnicidade proposta por Roberto Cardoso de Oliveira (2006). O autor propõe esta ressignificação que pode ser traduzida pela palavra “esperança” que o indígena pontua em seu discurso, considerando que a “eticidade é essencialmente a forma de interação entre grupos culturais operando dentro de contextos sociais comuns (...). A questão étnica, na medida em que envolve interrogações sobre identidades assumidas enquanto fenômenos de etnicidade, guarda íntima relação com o contexto sobre o qual os povos e os indivíduos que os constituem se movimentam (...)” (OLIVEIRA, 2006, pp. 23 e 26).

Em 1976, ainda no tempo de Território Federal de Roraima, a comunidade da Raposa I ganhou uma nova estrutura para a escola. Além disso, com o passar das décadas novas instituições foram construídas, outras igrejas, desta vez de confissão protestante; posto de saúde; posto da FUNAI; posto da Companhia Energética; definindo, em assim, a morfologia da comunidade. Domingos Aquilino Batista fala da chegada da escola na Raposa.

Eu lembro quando o professor chegou aqui, Arlindo Medeiros, eu lembro quando ele dizia: “1960”. Eu pensei que aquele ‘1960’ ia até hoje, mas mudou, não é? Ia mudando! ‘1960’, eu lembro bem! De lá pra cá, modificou muito. Aqui nossa escola é onde é o posto, antes era só palha. Era a casa do finado ‘irmão’ Francisco Viriato. Daí nós fizemos outra escola aqui de palha. Carregando madeira da serra, aqui no ombro, carregando palha dali nas costas, na cabeça. Acostumado a carregar de lá. A gente saía aqui três horas da madrugada, pegava madeira lá no Caracas e vinha voltando. Chegava mais ou menos sete horas do dia aí no pé da serra e vinha até aqui. Porque não tinha outro transporte. O transporte ‘era nós mesmo’. Essa igreja católica aqui, a gente carregava areia e pedra no saco, no ‘panacum’, as mulheres carregavam. Tá aí a igreja construída de alvenaria. Então essa história é muito grande. Eu nasci lá na serra, me criei lá. Comecei a estudar com 12 anos na escola quando apareceu. Eu deveria estudado mais e hoje eu seria alguma coisa, não é? Mas naquele tem só si tinha até a 5ª série. Agora tem aí na porta o segundo grau (Entrevista realizada com Domingos Aquilino Batista. Raposa, fevereiro de 2013).

Cunha (2004) analisa que a implantação do ensino formal em comunidades indígenas é um reflexo da ação de governos e do interesse de instituições, como igrejas, no acesso da sociedade não índia aos territórios indígenas. Cunha ressalta que este modelo de educação indígena implantado no Brasil é o principal instrumento de integração à sociedade nacional e de catequização (Cunha, 2004 *apud* Freitas, 2003, p. 32). A autora destaca que a identidade indígena é prejudicada quando a política pública ou o processo catequizador não considera a cultura indígena na formação das crianças e ambiente escolar, privilegiando somente a cultura dos não-índios.

A igreja católica foi a primeira instituição social a se dedicar à educação formal dos índios, claro que sua preocupação primeira era a catequese. Em Roraima, afóra a igreja católica, antes mesmo que o MEC substituísse a Funai no que diz respeito à educação formal, o governo estadual procurou assumi-la, isso por volta dos anos 70 (Cunha 2004, p. 32).

Este processo de implantação do ensino formal, considerando também o processo de fricção interétnica, foi determinante, segundo os relatos coletados nesta pesquisa, para o deslocamento das famílias Macuxi até a região de lavrado, onde

⁹ Jamanxim.

demandaram também novos serviços públicos oferecidos pelo Estado brasileiro, como saúde, segurança, água, estradas, dentre outros.

Memória: percorrendo caminhos

As narrativas de Adriano, Fernando, Orismilde, Cláudio, Daniel, Rafael, João Maçarico, Jaime, Domingos¹⁰, além de outros indígenas não reproduzidos neste trabalho (por exemplo, Caetano Raposo, Ernane Marco, Zilda Fidelis) sobre a vida dos antepassados nas serras, e por consequência, das suas próprias histórias de vida, podem ser analisadas à luz do que Pollak (1992) aponta como a ligação entre “memória e identidade social”. Halbwachs (2011) também contribui para a compreensão de o acesso à memória coletiva pelo indivíduo está sujeita a seleção do que pode ser esquecido e do que pode ser lembrado, considerando que a memória do grupo será estabelecida neste “processo de articulação entre esquecimento e lembrança” nas falas.

Na abordagem feita aos personagens, percebemos em algumas narrativas, a preocupação em reconstruir uma história coletiva e não pessoal. A partir da pergunta aberta: “*quais são lembranças do tempo em que as famílias moravam nas serras?*”, registramos falas notadamente marcadas por um saudosismo, assim como uma vontade de desmistificação do que foi construído oficialmente em termos de história coletiva. Um exemplo é o índio Adriano que no início das gravações definiu a posição política dele frente as falas de não-índios sobre a fundação da Comunidade Raposa:

Aqui viveram nossos antepassados. Muitas vezes eu tenho falado para os jovens que nossos antepassados nunca criaram galinha nem porco ou carneiro, porque tinha fartura de caça e pesca. Era farto. Hoje não é. Hoje nesse novo milênio, cada vez mais a população aumenta em todas as comunidades de Roraima. Muitos dizem que os nossos antepassados vieram de outras comunidades da região do Amajari, das serras, hoje Uiramutã, serra do Sol e nós somos muitos. Muitos saíram daqui e foram para a Guiana, próximo a Lethen. Temos muitas famílias do lado de Normandia. Somos muitos. Hoje precisamos de desenvolvimento na agricultura, na pecuária. Essa seria nossa economia para o nosso dia a dia.

O branco inventa muita mentira sobre a Raposa e sobre os índios. Tem muitos políticos dizendo hoje que o índio da Raposa/Serra do Sol está morrendo de fome. Mas queremos mostrar (...) que não é assim. Queremos mostrar que o indígena não vai morrer de fome não. Nunca pedimos um quilo de arroz dos rizicultores. O indígena trabalha todos os dias. O que queremos é incentivo para ter uma economia melhor (Entrevista realizada com Adriano Trajano Nascimento. Raposa, fevereiro de 2014).

¹⁰ Também foram consultadas outras mulheres Macuxi durante o trabalho de campo. No entanto, os próprios indígenas conduziam a seleção dos personagens a serem entrevistados. Nas conversas com a equipe, elas destacaram a transmissão de conhecimento vinculado à produção de panelas de barro e a cosmovisão atrelada ao processo. Os autores também têm a intenção de publicar futuramente estes diálogos em artigo com recorte adequado.

Neste sentido, o que nos interessa na ótica de Pollak (1992) é a existência, segundo ele, de uma divisão entre memória oficial ou dominante e o que ele chama de “memórias subterrâneas”, por serem estas clandestinas, ou memórias que não estão no espaço público. Quando estas rompem o tabu de memória “proibida”, elas se tornam instrumentos de reivindicações múltiplas pela memória. Esta divisão, segundo o autor, está vinculada a fenômenos de dominação que na maioria vezes, não se encontra exclusivamente na oposição entre Estado dominador e a sociedade civil, mas “(...) encontramos com mais frequência esse problema, nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante” (POLLAK, 1989, p. 05). Para Pollak, a memória é:

(...) essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989, p.09).

O deslocamento da região das serras para o lavrado é um acontecimento gerado por fatores que são constantemente repetidos e enfatizados nas narrativas dos índios. O interesse pela facilidade de encontrar o sal, caça, pesca, frutas e, por último, a implantação da escola foram fatores determinantes na composição da nova morfologia da Comunidade da Raposa I. No entanto, o que nos interessa na ótica de Pollak é compreender as regularidades nas narrativas que revelam estes fatores, considerados como “reincidências” pelo autor.

[...] Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificarem em função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala. (POLLAK, 1992, p. 02).

Os elementos constitutivos da memória adaptados à realidade das narrativas colhidas entre os índios Macuxi, segundo o autor, são três: os acontecimentos vividos pessoalmente; os acontecimentos vividos por tabela, ou seja, fatos ocorridos com outras pessoas, mas que o narrador se sente pertencente; as pessoas ou personagens, que podem também não fazer parte do espaço-tempo do narrador; e finalmente os lugares onde ocorre as ações. “Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoa, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico”. (POLLAK, 1992. pp. 02-03). Por último, é preciso lembrar que as famílias Macuxi da região da Raposa, após deixarem as habitações nas serras (Figura 1), buscaram a manutenção do espaço habitável nos campos. Tal fato é observado pela própria demanda da população indígena por água encanada, energia, saúde, estradas e comunicação.

O índio Macuxi da Raposa saiu das serras por tais razões, mas estas lembranças da região das serras não saíram da memória individual e coletiva deste personagem (POLLAK, 1992). A vida nas serras está vinculada à memória, que retorna sempre que provocada, neste caso pelas entrevistas. O retorno a este tempo se dá, em nossa observação durante as narrativas, de maneira geral com alterações de entonação na voz, falas pausadas e emotivas.

Figura 1: Famílias que fizeram o deslocamento das regiões das serras para o lavrado no início do século XX, reconhecidas pela memória coletiva dos entrevistados nesta pesquisa

| |
|--|
| POMAN E XIWO XIWO |
| Viriato e Damiana |
| Filhos: Gabriel, Catulo, Francisco, Augusto, Abel, Caetano, Cadinhu, Anastácia |
| Francisco e Benedita (Mo'pa) |
| Filhos: Trajano, Ermínio, Tereza e Cecília |
| Jaime e Cecília |
| Filhos: Benedito, Alipe, Isaura, Hilário, Virgínia, Vito, Damião |
| Joaquim e Tereza |
| Filhos: Manduca Pereira, Roberto (Devogado), Leandro Bonfim, Josemar, Áurea |
| Januário e Saparupa |
| Filhos: Julia, Aquilino, Isabe |
| Alixandre e Jorgina |
| Filhos: Ornelinda, Maria, Hermínio, Tereza, Marta, Melana, Dalício, Marcelino |
| João Maçarico e Josefina |
| Filhos: Isabel, Gustavo, Deodoro, Arceno, Kepe, Ercília, Nazinha |

Fontes: Ernane Marco, Adriano Trajano e Caetano Raposo (2014).

Referências bibliográficas

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In **Os pensadores**. São Paulo: Editora Abril, 1978.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. 2ª ed. Brasília (DF): Editora da UNB, 1972.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. In: **Caminhos da identidade: ensaios sobre identidade étnica e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp. 2006. pp. 19-57.

CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor. 127p. 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:1. Artes de fazer**. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica – antropologia e literatura no século XX**. 3a ed. Editora da UFRJ. 2008.

CUNHA, Carla Maria. **Um estudo de fonologia da língua Makuxi (Karib): inter-relações das teorias fonológicas**. Campinas, SP : [s.n.], 2004.

DURAND, Gilbert. **A Imaginação Simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1993.

FARAGE. **As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo José Brando. Estado de Sítio: territórios e identidades no vale do rio Branco. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo (SP): Cia das Letras/SMC/FAPESP, 1992.

FELIPE, Tânia Valéria de Carvalho Barros. **Comunicação oral: Língua falada na maloca da Raposa levando em conta a influência da língua predominante do país**. CEFET. Nilópolis (RJ), 1993.

FREIRE, José de Ribamar Bessa. Lindberg: cara pintada, cara-pálida ou cara-de-pau? In: **Jornal Diário do Amazonas**. 01.05.2004. Disponível em <http://www.taquiprati.com.br/cronica.php?ident=291>. Acessado em 02 de maio de 2014.

FREITAS, Déborah de Brito. A. P. **Escola Makuxi: Identidade em Construção**. Tese de doutorado em Linguística Aplicada – Instituto de Estudos da Linguagem (IE). Unicamp, 2003.

- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro. 2011.
- NOVAES, Sylvia Caiuby; LADEIRA, Maria Elisa. **Habitações Indígenas**. São Paulo - SP: Nobel, 1983.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.
- MARTINS, Shirlei. Dinâmicas Territoriais com resistência indígena. In: **Revista Tepui de Jornalismo Científico e Cultural**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- OLIVEIRA, João Chrysostomo de Oliveira. **Dois Lances Históricos**. Manaus: [s.e.], 1986.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Cidadania e globalização: povos indígenas e agências multilaterais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 125-141, nov. 2000
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- _____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos** Rio de Janeiro. Vol. 5. N. 10. 1992, p. 200-212.
- REIS, J. C. **Escola dos Annales: a Inovação em História**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 200p.
- SOUZA, Alfredo Ferreira. Somos Brasil: O ritual do 7 de setembro na construção da identidade nacional em Boa Vista entre as décadas de 1940 e 1970. In: MAGALHÃES, Maria das Graças; SOUZA; Carla Monteiro. **Roraima/Boa Vista: Temas sobre o regional e o local**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.
- SABATINE, P. **Ritorno alla Maloca**: autobiografia di um indio makuxi. Seconda edizione. Italia: Editrici Missionarie Italiane, 1973.
- SANTILLI, Paulo. **Os Macuxi**: história e política no século XX. Dissertação de Mestrado (Mestre em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Unicamp, 1989.
- _____. **Ocupação territorial Macuxi**: aspectos históricos e políticos. In: BARBOSA, R. L. et. al. (Eds). **Homem, ambiente e ecologia no Estado de Roraima**. Manaus: INPA, 1997.

_____. Usos da terra, fusos da lei: o caso Makuxi. In: NOVAES, Regina Reys; LIMA, Roberto Kant (Orgs). **Antropologia e Direitos Humanos – Prêmio ABA/FORD**. Niterói: EdUFF, 2001. pp. 81 e 133.

_____. **Pemongon Patá**: Território Macuxi, Rotas de Conflito. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. *Mana* 8 (1) 113-148. 2002.

ARTIGO

EM BUSCA DO PASSADO: MEMÓRIAS E IDENTIDADE DE LUGAR

O homem é visto como um ser social, que se relaciona sempre com o outro. Sendo constituído e constituinte das relações, ele age no ambiente tornando-se, assim, agente e ao mesmo tempo o reflexo das transformações que o meio sofre. Existe uma relação mútua entre o homem e o ambiente, que pode ser vista como uma cadeia contínua, em que as mudanças acarretam outras, sem chegar a uma parada/fim. Essa relação acontece das mais variadas formas e abre caminho para o desenvolvimento das categorias que o estudo objetiva identificar na história apresentada pela entrevistada.

O ambiente não é algo vazio, ele carrega consigo os traços do domínio exercido pelo sujeito. O relacionamento homem-ambiente existe em conformidade com a ocupação do espaço (NEVES, 2016). Através dessa relação é possível atribuir uma “tonalidade afetiva”¹ ao lugar e todas as relações que são estabelecidas nesse ambiente. Os afetos promovem as ações na vida e influenciam as percepções que a pessoa tem das situações da vida, impulsionando certas reações (BOCK & FURTADO, 2008). Colaboram na construção de processos de identidade de lugar, o apego ao lugar e o sentimento de pertencimento.

O presente estudo visa à identificação da memória do passado da cidade de Boa Vista contribuiu para a formação de apego ao lugar através da história de vida de uma moradora não nativa da cidade. Dessa forma, descreveremos recortes importantes na construção e configuração do processo de apego ao lugar e, ainda, investigar os motivos de permanência da depoente na atual cidade em que reside, aproximadamente 34 anos.

Desta forma, a pesquisa é de cunho descritivo e possui abordagem qualitativa. Em virtude das demandas do objeto de estudo utilizou-se o método de história oral.

* Graduanda no curso de Psicologia pela Universidade Federal de Roraima. E-mail: letycialves702@gmail.com

** Graduado em Psicologia, mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional e Doutorado em Psicologia Social-US. Professor do Programa de Pós-Graduação Sociedades e Fronteiras e do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: leandro.neves@gmail.com

¹ Segundo Tuan (2013) conforme é atribuída uma “tonalidade afetiva” a um ambiente, este passa a representar algo para o sujeito.

O estudo foi realizado com uma pessoa do sexo feminino. A depoente mora em Boa Vista por, aproximadamente, 34 anos.

Segundo Bosi (1994) a narrativa constituinte da autobiografia é o único meio pelo qual se pode conhecer a memória de uma pessoa. E, diante disto, optou-se pelo uso da entrevista aberta para instrumentalizar o método e colher as informações. E através dela tivemos a possibilidade de registrar aspectos relevantes à moradora da cidade de Boa Vista através de sua respectiva visão sobre a memória do passado. Portanto, a história oral mostrou-se importante na medida em que permitiu uma reconstrução do passado da depoente através de seu método (FREITAS, 2006).

O primeiro momento consistiu na seleção dos depoentes para a entrevista. Foi contatada a partir de uma busca por pessoas que correspondesse aos critérios e tivesse interesse em participar do estudo. O contato foi feito por ligação via telefone e após a confirmação do interesse em participar, marcamos a data e o local para realizar a entrevista. Houve dificuldades para a localização de mais de um depoente, pois as pessoas que foram propostas no início apresentaram não interesse ou alguma dificuldade. Em função desse problema realizamos a entrevista com uma depoente.

No dia e local marcado apresentamos o projeto, objetivos do projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a participante do projeto. Assim como, foram garantidos ainda sigilo e confidencialidade das informações fornecidas pela participante. Após a assinatura do TCLE, realizou-se a entrevista aberta e o registro se deu por meio de um gravador digital sem imagem. Quando a entrevista acabou foram feitos alguns esclarecimentos sobre o projeto e agradecimentos pela contribuição no estudo. O registro da fala foi realizado pela transcrição do áudio e a partir dela se iniciou a análise.

A partir das informações obtidas discutiremos via texto as categorias de apego ao lugar, sentimento de pertencimento, identidade de lugar e memória a partir do registro de uma entrevista feita com Rosa Maria, nascida em Fortaleza, Ceará, no dia dez de maio de 1964. Ela vive na cidade de Boa Vista há aproximadamente 34 anos e, atualmente com 52 anos, ela reside em casa própria com sua mãe e seus dois filhos.

No intuito de alcançar o objetivo proposto, o qual se configura em discutir as categorias já mencionadas, não seguiremos de forma linear a exposição dos assuntos abordados e análise da história de vida de dona Rosa, pois acreditamos que uma noção pressupõe a outra e ao passo que ela aparecer, será abordado.

Importa mencionar alguns apontamentos de análise sobre a experiência de vida da entrevistada, a qual teve vivências e experiências nas duas cidades e em outros lugares. A partir disso, foi criada certa vinculação que permitiu determinados pro-

cessos de análise do estudo. Entretanto, a forma como viveu nas cidades esteve ligada a um contexto de ordem social, cultural, econômico, físico, emocional e outros específicos. Diante disso, as cidades apresentadas foram vivenciadas em partes, em recortes, em contextos específicos ao sujeito. De acordo com Lynch (1997) a percepção que temos da cidade não abrange a sua totalidade ou uma parte significativa a todos. Ela é vivida de forma parcial, fragmentada e em contato com diversos elementos que em conjunto permitem ao sujeito formar uma imagem da cidade através da percepção que tem dela.

Ao iniciar a entrevista, foi observada a grande afeição que Rosa demonstrou sentir por Fortaleza. Entretanto, ela aponta não querer morar lá novamente, limitando-se a viajar esporadicamente a passeio para sua cidade, pois prefere morar onde reside no momento, conforme Rosa afirmou: “Olha, Fortaleza é maravilhoso (sic). As praias lindas. Mas eu não troco mais. Eu prefiro morar em Boa Vista” (MARIA, 2016, p.1).

É importante ressaltar que a vinda de Rosa para Boa Vista foi motivada pela influência de sua família. Ela morava em Fortaleza com sua mãe e seus irmãos. Apenas a irmã mais velha tinha casado e tinha uma filha em Fortaleza. Entretanto, Rosa e seus irmãos moravam com a mãe. A depoente relata que sua irmã conheceu um rapaz na sua cidade, mas ele morava em Boa Vista. Então ela veio para Boa Vista com a finalidade de ter um relacionamento com essa pessoa. Dessa forma, aos poucos essa sua irmã foi trazendo seus irmãos para Boa Vista. Nessa época, ela conta que tinha, em torno de, 18 anos e não queria mudar de cidade. Então ela decidiu vir só se sua mãe quisesse o mesmo. E foi dessa forma que veio, pois sua mãe quis morar perto dos filhos que estavam na cidade de Boa Vista. Ela conta que essa adaptação foi difícil ainda mais nesse momento de sua vida.

Com a chegada da depoente, seus irmãos e mãe na cidade de Boa Vista ambos formaram família na cidade, tiveram filhos, adquiriram bens móveis e imóveis, cresceram profissionalmente, financeiramente e, assim, construíram um patrimônio tanto concreto como abstrato (processo sentimental em relação ao lugar).

A depoente apresenta sentimentos positivos relacionados à cidade de Fortaleza, acredita-se que eles sejam principalmente pelo fato desse lugar ter sido durante muito tempo um referencial para a entrevistada, além da presença de elementos pertencentes ao local que interessam à Rosa.

A cidade de origem da entrevistada comporta aspectos e características que agradaram e foram formadores da identidade de Rosa. Segundo Mourão e Cavalcante (2011), a identidade de lugar funciona como uma subestrutura da categoria de

identidade, a qual é vista como um conceito mais amplo, pois se apresenta de forma multifacetada e é influenciada por um conjunto de elementos de ordem biológica, psicológica, social, entre outros, que são próprios da pessoa e da representação que ela tem de si mesma. Seus elementos mostram-se sempre em interações entre o próprio indivíduo e modificações ao longo da vida.

A identidade de lugar está relacionada tanto aos aspectos temporais como aos espaciais, e não se limita à presença do sujeito no local para que ocorra (MOURÃO & CAVALCANTE, 2011), como, aparentemente, é o caso de dona Rosa, que mantém o processo de identidade de lugar com Fortaleza na memória através de um tempo e local específico, considerando todas as influências desse ambiente que colaboraram para o desenvolvimento de identidade própria e identidade de lugar.

De acordo com Mourão e Cavalcante (2011), os lugares de vivências do sujeito tornam-se significativos para ele e se constituem elementos importantes na construção de sua identidade. Dona Rosa viveu em Fortaleza até aproximadamente os seus 18 anos. A sua cidade natal torna-se um dos aspectos mais relevantes na construção de sua identidade e elaboração de uma identidade de lugar, pois foi na convivência nesse ambiente e com os tipos de relações estabelecidas que esse processo identitário foi se estruturando.

Segundo os autores supracitados, Korpela (1989, apud MOURÃO & CAVALCANTE, 2010) apresenta o processo de identidade de lugar como uma estrutura psicológica advinda da relação de identificação do sujeito com o seu ambiente. Assim, possibilita comportamentos no ambiente que criamos e sustentamos, um entendimento de “quem somos”. Em vista do que foi apresentado por Rosa, Fortaleza influenciou na orientação de “quem ela é” tomando por base os contextos sociais, culturais e econômicos referentes ao ambiente em que se encontrava.

Cabe salientar que para criação e existência de identidade de lugar é necessário que exista uma representação desse ambiente, pois é a partir da significação dos espaços físicos que o ambiente que não possui uma representação passará, então, a ter um signo. Este influenciará a subjetividade e segundo Vigotski (1998a, apud PONTE, BONFIM & PASCUAL, 2009) passa a ser um mediador do comportamento humano e estrutura formadora da subjetividade. O processo de atribuir um signo a um ambiente, às vezes, pode ser causado por um momento de sofrimento ao sujeito, quando este é obrigado pelas circunstâncias a permanecer na presença do mesmo sem sua vontade ou estar cercado por elementos que não atendam suas demandas sociais e/ou necessidades. A depoente expressa que sofreu muito até se adaptar com o ambiente, pois ele exigia outros comportamentos e demandas que ela não estava

habituada a ter. Além disso, esse ambiente era totalmente desconhecido em termos de território e pessoas conhecidas a ela. As únicas pessoas que ela, geralmente, tinha contato era sua família e teve que aderir a práticas que lhe causavam algum incômodo, aparentemente, como beber água de pote, não ter energia tendo que passar roupa com o ferro de brasa, etc. Assim, Rosa afirma: “Naquele tempo era água de poço, depois ligaram a luz e depois a água” (MARIA, 2016, p.2).

O processo de identidade de lugar é visível na fala da entrevistada quando expressa: “Aqui é uma cidade boa. Gente boa. Cidade farta” (MARIA, 2016, p.5) após relatar as dificuldades (de ordem emocional, estrutura física do local e outros) enfrentadas desde sua chegada a cidade. Rosa demonstrou que apesar de tudo que passou na cidade de Boa Vista, ela tem um vínculo afetivo com o ambiente que reside por tanto tempo, ela afirma: “Eu não moraria lá novamente [...] Não tem outro lugar que eu imagino para morar, é Boa Vista. Eu já fui a Manaus. Mas não moraria lá também” (MARIA, 2016, p.6). E, em virtude da afetividade com o ambiente, Rosa demonstra sua preferência por Boa Vista e não trocaria por outra. Não é que Fortaleza não seja “tão agradável como antes” e sim que Boa Vista atende mais demandas e necessidades do que qualquer outro lugar para ela. Ela demonstra ter uma identificação com o ambiente e com alguns processos envolvidos, quando afirma: “Eu já sou roraimense, completamente” (MARIA, 2016, p.8). A entrevistada demonstra, assim, ter além de um vínculo com a atual cidade, uma identificação de lugar também.

Os autores Ponte, Bonfim e Pascual (2009) apresentam um tripé como base que o lugar possui. Ele se apresenta de forma identitária, relacional e histórica. Então, a identidade de lugar se mostra diferente e moldada de acordo com as relações/interações humanas e a visão que se tem de tal área, como acontece com Rosa em relação às duas cidades. Por este motivo, não é possível afirmar que ambos são parecidos ou aconteceu de forma linear.

De acordo com os autores Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983, apud MOURÃO & CAVALCANTE, 2011, p. 210) a identidade de lugar é constituída “por cognições sobre o mundo físico, relativas à variedade e à complexidade dos lugares que contribuíram ou contribuem para a satisfação de suas necessidades [...]”. Ou seja, existe uma relação direta entre o relacionamento do sujeito com o ambiente e a satisfação das suas demandas sociais (necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais). Partindo desse pressuposto em conjunto com as formas de cognições entendidas como “memórias, ideias, sentimentos, atitudes, valores, preferências, [...]” (MOURÃO & CAVALCANTE, 2011, p. 210) sobre o ambiente físico é, então, desenvolvido esse processo. A identidade de lugar tem a funcionalidade de criar um

ambiente interno com sustentação e proteção à autoidentidade desse sujeito e que contribui como base para as transformações da identidade provenientes das mudanças que o ambiente sofre e influencia. Diante disso, pode-se relacionar este processo com as experiências apontadas por Rosa através das suas citações acima, que esboçam além do vínculo afetivo em relação à cidade de Boa Vista, um sentimento de identificação com o ambiente e pertencimento ao local. Percebe-se, ainda, a presença do sentimento de pertencimento, que neste caso intensifica o processo de identidade de lugar.

A identidade de lugar é construída a partir da relação de conexão entre o sujeito e esse espaço, considerando uma identificação com o ambiente e aquilo que ele excita no indivíduo. Porém, essa relação deve ser evidenciada primeiramente por experiências nesse local e o sentimento de pertencimento. Esta ideia está ligada ao tempo de interação nessa relação, satisfação das necessidades e demandas desse sujeito que, em conjunto, possibilitam o desenvolvimento de identidade com o lugar, como é possível identificar através da afirmativa de Rosa: “O que eu gosto aqui é tanta coisa, só o fato de eu ter a minha casa, a minha família”. Isto revela que o ambiente permite o sentimento de pertença, o qual promove o processo de identidade de lugar a partir das demandas e necessidades sociais, físicas, emocionais, econômicas, culturais, sociais, dentre outros, e ainda apresenta alguns motivos determinantes na sua permanência na cidade.

Segundo Mourão e Cavalcante (2011) o sentimento de pertencimento, também aparece juntamente com a identidade de lugar. Ele diz respeito ao sujeito sentir-se integrado, pertencente a um grupo ou categorias específicas a sua identidade. Através das citações anteriores de Dona Rosa, há evidências da existência do sentimento de pertença vinculado ao processo de identidade de lugar referente a cidade de Boa Vista.

Outro processo que aparece nessa relação de Rosa com a sua antiga cidade e a atual é a categoria de apego ao lugar. Primeiramente Giuliani (2004) o apresenta como um laço afetivo criado na relação indivíduo-ambiente e o desejo de estar próximo a esse lugar.

A forma como este apego aparece na fala de Rosa em relação às cidades se estruturam de maneiras diferentes, isto é, em Fortaleza, existe uma vinculação com o ambiente e um desejo de retorno a passeio, pois neste “lugar” existem elementos que atraem a entrevistada. Além disso, existem elementos de vivências e experiências que fazem parte na configuração da identidade de Rosa de hoje, a qual demonstra, durante a entrevista, considerar esse ambiente importante, e justifica isso, apresen-

tando elementos presentes em Fortaleza que são relevantes à ela. O sentimento de apego ao lugar, em relação à Fortaleza, se apresenta apenas guardado na memória e não em uma relação de presença do objeto. Neste sentido, é mantido na memória um tempo, local e contexto específico de importância que colaborou na existência de quem ela é atualmente e influenciou na criação de tal sentimento. Desta forma, o apego ao lugar referente à Fortaleza é mantido e configurado através das lembranças do passado e das possibilidades de contato com esse lugar. Observa-se que não há o desejo de retorno com a finalidade de morar, entretanto, sempre que pode vai a passeio e costuma comunicar-se com sua irmã e amigos de lá.

Então, Giuliani (2004) categoriza o sentimento em três processos: 1) O primeiro consiste em uma relação funcional, em que há a satisfação das necessidades da pessoa no ambiente com a presença de componentes cognitivos. O tempo de residência é visto como consequência do apego funcional. Esse aspecto está relacionado diretamente com a satisfação das necessidades desse sujeito, o que em caso de insatisfação, pode interferir de forma negativa a fim de diminuir o sentimento de apego ao lugar (GIULIANI, 2004). De acordo com Rosa: “Aqui todos nós, cada um tem a sua casinha” (MARIA, 2016, p.5). Percebe-se que a casa própria é um dos elementos necessários para a residência na atual cidade em que vive dona Rosa.

2) O segundo aparece como uma representação que esse lugar possui em um nível simbólico e/ou físico relacionado a identidade da pessoa (GIULIANI, 2004), isto é, o local do passado mostra-se importante para o sujeito, ainda que não haja um contato com o mesmo e/ou ele exista apenas em memórias ou recordações, como é o caso de Fortaleza para a entrevistada. Ela tem uma relação de utilidade com Fortaleza, pois ela utiliza/usufrui dos elementos, desse ambiente, que são de seu interesse. Enquanto que com Boa Vista, a relação é funcional, pois tem o desejo de permanência. Assim, ela apresenta elementos que permitem a sua permanência na cidade de Boa Vista. Rosa afirma ainda: “Você pensa que lá eu teria a minha casinha? De jeito nenhum” (MARIA, 2016, p.5). Ela demonstra, aparentemente, atribuir uma parcela das suas conquistas ao ambiente, considerando que se estivesse em outro local a dificuldade seria maior.

3) O terceiro aspecto mostra-se relacionado ao período de moradia e familiaridade com o lugar, relacionado com as emoções e representações do ambiente, assim como o sentimento de segurança, conforto e bem estar que o sujeito sente relacionado ao ambiente. O local é transformado em um “porto seguro” e permite uma base para se viver nele. Esse aspecto é considerado muito importante na velhice, dada a fragilidade que essa fase apresenta e a necessidade de um lugar que tenha

tais características. Estar mais apegado em um processo pode dificultar seu apego com outro lugar que vise atender as mesmas funções (GIULIANI, 2004). É possível identificar tal processo através das características citadas acima e em um trecho da fala de dona Rosa: “Eu me sinto segura aqui. Acho aqui calmo, pelo menos onde eu moro. Depois que eu fecho a porta não ouço mais nada. A gente dorme tranquila” (MARIA, 2016, p.9). Esta fala demonstra que os elementos que promovem segurança, conforto e bem estar são essenciais para o desenvolvimento do apego ao lugar e o desejo de estar na presença do mesmo, como é a relação de Rosa com Boa Vista.

A cidade de Boa Vista apresenta características e fatores que contribuíram e contribuem para a permanência da entrevistada neste lugar. Não é que ela não goste de Fortaleza, pois ela tem sentimentos sobre lá. Entretanto, há mais interesse da parte de Rosa em permanecer e motivos para continuar residindo em Boa Vista do que em outro local, demonstrando maior sentimento de apego em relação à cidade de Boa Vista. Contudo, apesar de toda experiência que vivenciou em Fortaleza, não voltaria novamente com o intuito de morar lá, limitando, assim, suas idas à cidade apenas para visitar os familiares, amigos e passear. Isto porque apesar de Fortaleza ser uma cidade muito querida para ela, não é um lugar que ela gostaria de morar, pois prefere Boa Vista.

A memória torna-se uma importante categoria para entender esse processo. Observa-se que a elaboração e análise da história relatada realizam-se a partir da evocação das lembranças. Vale ainda notar que os processos de identidade de lugar e apego ao lugar podem existir apenas em um tempo do passado que é importante à Rosa.

A noção aqui apresentada fundamenta-se na teoria de Halbwachs (2004), o qual diz que para que se haja um contato com o passado, necessita-se de recorrer às lembranças do passado. A compreensão que se tem desse evento se apoia sobre a lembrança e experiência que de alguma forma possibilitou o contato do sujeito com o tal fenômeno. Percebe-se, assim, que o relato de Rosa a todo o momento se utiliza das informações que tem acesso referente ao que se passou. Ao lembrarmos do passado, não nos sentimos como antes, pois não somos o mesmo de antes, e esse processo afeta na percepção dos fatos do passado ao serem lembrados (HALBWACHS, 2004). Essa dinâmica acontece com a depoente, pois ela expressa fatos do passado em que a sua percepção atual é diferente da anterior. Rosa, a todo o momento, se utiliza do passado, levando-nos a crer que essas lembranças têm sentimentos que não são como antes e são importantes. Pode-se perceber em sua fala que ela tinha um posicionamento quanto a sua permanência na cidade de Boa Vista que é diferen-

te do atual. Para o teórico supracitado, as lembranças do passado não tem a mesma intensidade. Rosa evoca a todo o momento as lembranças por serem importantes.

A rememoração de algo recebe influência dos signos que aprendemos ao longo da vida, aos quais chamamos de memória coletiva, por dizerem respeito a uma aprendizagem baseada na mediação entre nós mesmos e a coletividade. Por isso, quando nos lembramos de algo, não o fazemos sozinhos, e sim a partir de uma influência direta e constante da memória coletiva, ou seja, nossas lembranças não são particulares ou partiram apenas de nós, pois surgem a partir do meio social que nos encontramos (HALBWACHS, 2004).

Pode uma pessoa encontrar-se com “algo” do passado? Sim, ela só encontra com o passado a partir da memória. Entretanto, não existe o contato com o objeto (Fortaleza), pois este está diferente daquele guardado em sua memória. Portanto, há um estranhamento do sujeito com esse local. Quando nos encontramos com algo já presenciado no passado há uma sensação de estranhamento, pois todos os sujeitos envolvidos não são os mesmos. É como um caminho que já foi percorrido, porém, ele é “novo” (HALBWACHS, 2004). Tal estranhamento é apontado por Rosa quando afirma que quando retornou a passeio em Fortaleza, a cidade, estava muito diferente. Ela afirma: “Lá em Fortaleza mudou, pois as casas estão todas em cima das outras, está diferente” (MARIA, 2016, p.1).

A concepção cristalizada em princípios, que atualmente não são evidentes em Rosa, no que se refere ao apego ao lugar, pode ser configurado como não existente, uma vez que esse sentimento é mantido pela memória. Dessa forma, a memória possui função fundamental na configuração de tais processos. O estudo analisou o presente de Rosa em relação à cidade de Fortaleza e Boa Vista, assim como a presença dos processos abordados anteriormente. Em Boa Vista foi possível perceber os processos de identidade de lugar, apego ao lugar e sentimento de pertencimento mais consolidados, pois existem fatores que são determinantes na permanência da depoente na atual cidade. Diante disso, esses processos são evidenciados através da fala da depoente e mostram-se de forma intensa e presente na história de Rosa promovendo, ainda, sua permanência na cidade de Boa Vista.

Em conjunto das referências bibliográficas buscadas e informações colhidas por meio da entrevista aberta com a depoente Rosa, foi possível compreender a dinâmica e amplitude dos processos que trata o estudo, aplicados a um contexto específico. É importante apontar que nem todas as características desses processos são representadas da mesma forma que descritas, pois estes são multifacetados e amplos no que se referem a sua construção e configuração. Percebe-se que em ambos os

processos de identidade de lugar, em Fortaleza e em Boa Vista, aparecem fatores e elementos ora comuns, ora distintos.

Dessa forma, Fortaleza é lembrada com afeição por Rosa, apesar de seu interesse ser restrito à visita de amigos, aos familiares, ao mar e alguns outros elementos que a cidade pode oferecer a ela. Logo, sua relação com esta cidade é de utilidade, pois ela vai para lá a fim de usufruir dos elementos que considerados importantes. A depoente apresenta indícios de que há o processo de identidade de lugar e apego ao lugar em relação a esta cidade. Entretanto, eles se caracterizam de forma distinta dos mesmos processos referentes à Boa Vista. Esses sentimentos são mantidos na memória e o contato se dá por esse caminho. É importante apontar que o sentimento de pertencimento não aparece relacionado à cidade de Fortaleza. Existem evidências nas falas de Rosa sobre a cidade de Boa Vista que esboçam a existência dos processos de identidade de lugar, apego ao lugar e sentimento de pertencimento. Isto acontece por meio da vinculação intensa e presente que a mesma tem com o lugar e em conjunto, existem os motivos determinantes para sua permanência em Boa Vista, tais como a casa própria, a família, a mãe com saúde e moradia própria de cada irmão.

Referências bibliográficas

ALVES, B. F. **Sentimento de comunidade e apego ao lugar**: Um estudo correlacional em situação de contradição social. Trabalho de Conclusão de Curso, Boa Vista, Roraima, 2015.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M. I.; CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L. M. A. Ambiente. In: ELALI, G. A.; CAVALCANTE, S. (orgs) **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F. Apropriação. In: ELALI, G. A.; CAVALCANTE, S. (orgs) **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L. M. A. Espaço e Lugar. In: ELALI, G. A.; CAVALCANTE, S. (orgs) **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F. Apego ao Lugar. In: ELALI, G. A.; CAVALCANTE, S. (orgs) **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREITAS; S. M. de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In TASSARA, E. T. O., RABINOVICH, E. P., GUEDES, M. C. (Orgs.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. Á. C. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. PSICO, Porto Alegre, **PUCRS**, v.40, n. 4, pp. 491-497, out/dez. 2009.

LYNCH, K. **A imagem da Cidade**. São Paulo : Martins Fontes, 1997.

MARIA, R. Entrevista I. [mar. 2016]. Entrevistadores: NEVES, L. R. e MACÊDO, L. A. BOA VISTA: UFRR-RR, 2016. 1 arquivo .mp3 (50 min.). **Entrevista concedida ao Projeto de Iniciação Científica desenvolvido na UFRR**.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. Identidade de Lugar. In: ELALI, G. A.; CAVALCANTE, S. (orgs) **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NEVES, L. R. **Psicossociologia urbana**: Catástrofe socioambiental de enchente – Um estudo de caso. Curitiba: Juruá, 2016.

PONTE, A. Q.; BONFIM, Z. Á. C.; PASCUAL, J. G. Considerações Teóricas sobre identidade de Lugar à luz da abordagem histórico-cultural. **Psicol. Argum.**, 27(59), 345-354, Out/Dez. 2009.

TUAN, Y. F. (1930) **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. [Tradução: Lívia de Oliveira] – Londrina: Eduel, 2013.

ARTIGO

IMPACTOS SOCIOCULTURAIS DAS REMESSAS EM FAMÍLIAS DE EMIGRANTES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A REPÚBLICA DE EL SALVADOR E REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA

Introdução

O ser humano há migrado desde sempre. Mas os movimentos migratórios aumentaram de maneira extraordinária, nos dois últimos séculos, tanto dentro do território de um país (migração interna)¹ como de um país para outro (migração internacional)².

Já o Informe Mundial sobre Desenvolvimento Humano de 2009: *Superando Barreiras, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* afirma que:

Cada ano, mais de cinco milhões de pessoas atravessam as fronteiras internacionais com a finalidade de viver num país desenvolvido. O número de pessoas que se trasladam para um país desenvolvido ou dentro do seu próprio país é muito maior, se bem e difícil obter cálculos precisos. Mas, mais gente ainda, tanto no lugar de destino como de origem, se vê afetada por o deslocamento de outros graças ao fluxo de dinheiro.

A dinâmica migratória internacional originou de certa forma, a existência do país emissor, de trânsito e receptor de tal maneira que o país emissor ou de origem resultará prejudicado se a emigração é excessiva ou se a população emigrante resulta ser de pessoal qualificado ou especializado. O país de trânsito resultará afetado pelo movimento transitório da população e impossível de registrar de forma total, ademais dos fatores que alteram a mobilidade, como por exemplo, os fatores socioeconômicos. No país receptor ou de destino isto geraria um incremento demográfico

* Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima.

** Pós-doutora pela Universidade de Huelva-Espanha. Professora no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima.

¹ Movimento das pessoas dentro das fronteiras dum país, geralmente medido ao longo de limites regionais, de distrito ou municipais.

² Movimento humano através das fronteiras internacionais que resulta numa troca de país ou lugar de residência habitual.

que demandaria emprego, serviços públicos eficientes, serviços de educação, saúde, vivenda, entre outros, assim a migração internacional só geraria múltiplos benefícios se é realizada de maneira ordenada e se o governo contar com a infraestrutura para acolhe-a

El debate sobre las repercusiones económicas de la migración es um tema álgido y que genera amplia controversia en diversos sectores. Diferentes grupos usan argumentos relacionados con este tema para justificar medidas tendientes a estimular o bien controlar los flujos migratorios. Sectores proclives a la inmigración por ejemplo, puntualizan que los Estados deberían fomentar la inmigración que esta contribuye al aumento de la productividad e incide positivamente en el crecimiento económico de los países. Son los grupos contrarios a la inmigración, empero, los que comúnmente citan las repercusiones negativas como un argumento para restringir la migración.

Por exemplo, a maioria de estudos concluem que em termos macroeconómicos, o impacto da migração sobre o emprego e remuneração no mercado de trabalho é mas bem exíguo. Depois de revisar muitos estudos que abordam sob a temática realizada em países da Europa, Estados Unidos, Canada e Austrália (países com alto numero de migrantes), a OCDE, conclui que a nível macroeconómico, a chegada de migrantes tem efeitos leves, sejam negativos ou positivos, sob o nível de emprego e remuneração dos trabalhadores locais.

No entanto os múltiplos impactos do deslocamento internacional estão os ingressos e o aumento do consumo nos países de origem, bem como investimentos na educação, saúde e em outros aspectos e processos culturais e sociais. De maneira geral se trata de efeitos favoráveis, mas também é preciso conhecer os impactos desse processo no âmbito privado e familiar nas comunidades de origem. Em geral, os lares que mais sofrem esses impactos, de certa forma negativa, são aqueles cujos membros estão ausentes do convívio quotidiano da família. (PNUD, 2009)

Em muitos países em desenvolvimento, o deslocamento é uma estratégia que a família utiliza para melhorar não só as perspectivas do que se traslada se não também da família extensa. Em troca de seu apoio para migrar, a família pode esperar remessas financeiras uma vez que o migrante conseguiu se estabelecer no país de destino. (PNUD, 2009).

Estas transferências muitas vezes superam amplamente o desembolso inicial ou os ingressos que o emigrante pudesse alcançar no seu país de origem. As remessas cumprem uma função importante que é a de diversificação das fontes dos ingressos familiares, ao mesmo tempo em que serve de “colchão” frente ás dificuldades, tais

como doenças ou comoções mais gerais causadas pelas crises econômicas, conflitos políticos ou desastres naturais.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, A Cooperação Interamericana de Investimento e o Fundo Multilateral de Investimento - BID-, informou que as remessas recebidas por países da América Latina e o Caribe (ALC), no ano 2013 chegam a 60, 279 cifra em milhões de dólares. Dos países da ALC, México, Guatemala, Colômbia, El Salvador, República Dominicana e Honduras são os 6 maiores recebedores de remessas de emigrantes. Nesse ano, Brasil recebeu 1.623 milhões, Guiana 415 milhões e o El Salvador 3.969 milhões cifras em dólares.

As remessas de dinheiro ou em espécies são essências para melhorar as condições de vida de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento. Muitos estudos empíricos confirmam a contribuição das remessas internacionais ao bem-estar, a nutrição, alimentação e saúde dos lares e as condições gerais no lugar de origem. Se trata de uma contribuição reconhecida na bibliografia sob migração que se reflete nos dados cada vez mais precisos sobre remessas internacionais que publica o Banco Mundial e outras entidades.

Além dos impactos econômicos existem impactos sobre as famílias, principalmente quando que migra é um dos pais. Isso pode gerar a desagregação familiar, mesmo quando considerada como uma “alternativa temporária” para melhorar o nível e qualidade de vida, das famílias, uma vez que geralmente, esse afastamento temporário do pai ou da mãe se prolonga. Esse distanciamento do convívio dos pais migrantes pode ocasionar nos filhos ou filhas sentimentos de solidão ou abandono, ocasionar problemas de drogadição, alcoolismo, vandalismo, evasão e/ou abandono dos estudos, entre outros. Nesta situação de migração, muitas vezes, se criam cadeias ou redes de cuidados, em que a responsabilidade do cuidado das crianças recai nos familiares, primeiramente os mais próximos, sejam avós, irmãos, tios, primas, parentes de segundo ou terceiro grau, entre outros.

Em qualquer dos casos, existe o risco real ou potencial das crianças não receberem o mesmo cuidado de saúde, alimentação e proteção contra o abuso e exploração que receberiam dos seus pais.

Para ter um panorama mais amplo dos países escolhidos é preciso apresentar algumas descrições dos países para realizar as comparações dos processos e impactos das remessas nos lugares de origem e, em especial, nas famílias que possuem, pelo menos, um dos seus membros como migrante internacional.

Tanto a República do El Salvador como a República Cooperativista da Guiana, são profundamente influenciados pelas migrações, ademais de serem dependentes

das significativas quantidades de remessas econômicas que aportam seus migrantes no mundo. A migração da Guiana e El Salvador tem como motivação a busca de melhores oportunidades de empregos no estrangeiro, uma vez que esses cidadãos não tiveram a oportunidade de aportarem-se ao desenvolvimento em seus países e isso significa uma perda de pessoas, muitas vezes, com qualificações profissionais acima da média, ou seja, muitos com formação acadêmica em nível superior.

As remessas econômicas ou em espécie que os migrantes enviam se convertem na principal fonte de satisfação das necessidades básicas, mas também parte das mudanças sociais e culturais nas famílias receptoras dessas remessas.

As migrações na Guiana no começo dos anos 1960

A República Cooperativa de Guiana é um país localizado na Costa Norte de América do Sul, limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Leste com Suriname, ao Oeste com Venezuela e ao Sul com Brasil. A cidade mais povoada é a capital Georgetown. Aproximadamente as três quartas partes do Oeste do país são reclamadas pela Venezuela, especificamente 159 542 km², o que representa 74,21% do território. A República Cooperativa da Guiana destaca-se como um país constituído pela dinâmica migratória tanto na recepção como na circulação e emissão de migrantes. Possui uma das menores dimensões territoriais da América do Sul (215 mil km²) e divide-se em 10 regiões administrativas: Barima-Waini, Pomerom-Supenaam, Ilhas Esequibo-Demerara Ocidental; Demerara-Mahaica; Mahaica-Berbice; Berbice Oriental-Corentyne, Cyuni-Mazaruni; Potaro-Siparuni, Alto Tacutu-Alto Esequibo e Alto Demerara-Berbice.

A emigração na Guiana, no período de 1969 a 1976, quando a população girava em torno de 650 milhões, era de 6.080 de pessoas ao ano, meia. Já entre 1976 e 1980, com 733 milhões de habitantes, aproximadamente, a meia de emigrantes era de 14.400 pessoas entre estes anos.

Atualmente, segundo o Banco Mundial, a Guiana perdeu 85,9 da população com nível de educação superior, principalmente para países desenvolvidos. A “fuga de cérebros” dos educadores alcançou um nível alarmante, segundo o Ministério de Educação da Guiana durante a 34ª Conferência da UNESCO realizada em 2007; afirmou que a perda anualmente equivale a 15% ou 300 professores altamente qualificados.

Os guianenses, atualmente, encontram-se dispersos pelos vários continentes, mas principalmente na América do Norte. No ano 2005, 55,6% da população da

Guiana haviam emigrado principalmente para os Estados Unidos, Canada, Grã-Bretanha, Barbados, Brasil, Holanda, Antiga e Barbuda, Trinidad e Tobago e Venezuela.

Como efeito dessa migração, dentro dos impactos que a Guiana apresenta estão a emigração de profissionais qualificados e perda do capital humano o que implica na vez um impacto na economia do país, essa migração de profissionais para outros países nas últimas décadas teve como motivação as baixas remunerações e ausência de uma política de valorização desses profissionais altamente capacitados.

Ainda, segundo análise do Banco Mundial (2000), entre 1963 e 2011, a Guiana perdeu especialistas de setenta e sete (77) programas de estudos de sete (7) faculdades principais, ou seja, em torno de 1,154 ex-alunos da Universidade de Guiana estão fora do país.

Parte da recente migração de guianeses para países do Caribe pode ser explicada no contexto do acordo entre os países da Comunidade do Caribe (CARICOM), assinado em 1996, que permite livre circulação de trabalhadores. Na condição de membro da CARICOM e signatária do Acordo de Livre Circulação de Trabalhadores é permitido aos cidadãos da Guiana circular livremente entre países membros da CARICOM, e procurar trabalho ou se envolver em atividades assalariadas nos Estados membros de sua escolha.

Outro aspecto a destacar é o feito pela Unidade de Estudos de Políticas Econômicas e Sociais do Caribe do Ministério de Economia, Planificação e Desenvolvimento da República Dominicana apresentou no seu informe do país que a dinâmica econômica da República Cooperativa da Guiana depende das transferências (doações oficiais) e das remessas para financiar o consumo interno.

Essa dependência das remessas provoca nas famílias o chamado *assistencialismo*:

Un efecto particularmente nocivo de las remesas es el del asistencialismo. Los integrantes de la familia comienzan a depender de manera estructural de los migrantes, a quienes se les llega incluso a exigir que asuman responsabilidades crecientes y desproporcionadas. La remesa obligada y continua desalienta sin duda la iniciativa emprendedora de quienes permanecen en las comunidades de origen. El envío de remesas promueve la inacción y la actitud dependiente de los familiares, que tienden a no esforzarse por encontrar ellos mismos solución a sus problemas.

Como parte dos impactos observados é a perda do capital humano o que diretamente afeta á economia do mesmo país, o Governo da República Cooperativa da Guiana, por meio do Ministério de Assuntos Exteriores, criou o projeto da Diáspora Guianense em parceria com a Organização Internacional das Migrações (OIM), cujo

objetivo geral é contribuir ao desenvolvimento econômico e do incremento das informações na comunidade guianense.

Em geral os membros da Diáspora frequentemente estão interessados em participar das iniciativas de desenvolvimento do país de origem através dos programas e projetos ajudando financeiramente por meio de seus contatos ou redes, tanto nos países destino como de origem.

Na diáspora guianense se pode participar de muitas maneiras: mediante remessas, conhecimentos transferíveis e redes fundamentais para o desenvolvimento de uma economia moderna e baseada no conhecimento. Aproveitar e organizar os aportes para impulsionar a boa vontade e os recursos deste coletivo precisa de uma atenção e estratégia constante para localizar geograficamente a diáspora e conhecer suas aptidões.

A Organização Internacional das Migrações (OIM) considera que tais sociedades transnacionais geradas pelas diásporas são um elemento vital para potenciar ao máximo as repercussões positivas da migração internacional e minimizar seus aspectos negativos, e que todas as partes interessadas possam sair beneficiadas de uma gestão humana e em condições ordenadas da mobilidade humana a nível mundial.

Dentro dessa diáspora guianense, em 2000, as populações de imigrantes nos Estados Unidos totalizaram 31.107. 890, dos quais 50,2% são mulheres. Consistentemente com a tendência geral da perspectiva da migração, os dados desagregados também confirmam que as mulheres de Guiana representam a maioria no processo de emigração para os Estados Unidos.

Para um país como a Guiana, onde as mulheres dominam as áreas de enfermagem, trabalho social e profissões ligadas ao ensino, na diáspora guianense nos Estados Unidos elas estão em 35,6% dos empregos ocupados pelos guianenses.

Na visão de Corbin uma resposta para a situação econômica da Guiana decorrente da perda do capital humano seria um Plano de Estratégia Nacional de Desenvolvimento, NDS, siglas em inglês:

No curto prazo, no entanto, medidas e estratégias devem ser criadas para atender os déficits estimados. Estes podem incluir o incentivo de guianense expatriados quer repetir a migração de forma permanente, ou para voltar para casa por períodos específicos para executar tarefa específica; eles podem abraçar a mobilização de guianês no exterior, já que eles estão permanentemente no estrangeiro, para realizar determinadas funções, por meio da utilização dos novos avanços na tecnologia da informação, e eles possam implicar a busca de assistência técnica em várias áreas, particularmente para desenvolver os projetos e programas financiados pelos doadores.

Na atualidade, os acadêmicos reconhecem cada vez mais que alguns migrantes e seus descendentes seguem estando fortemente influenciados por contínuos laços com o país de origem, ou com as redes sociais que se estendem além das fronteiras nacionais. Observam os vínculos transfronteiriços dos migrantes como uma variável e argumentam que para entender a migração contemporânea devem avaliar-se empiricamente a força, a influência e o impacto desses nexos.

Esses laços com o país de origem é o que o Governo quer aproveitar para garantir o desenvolvimento econômico da Guiana através do apoio, do compromisso e do envolvimento da diáspora guianense. A diáspora guianense será mais consciente e disposta a explorar oportunidades de investimento dentro Guiana.

Contextualização das migrações no El Salvador

A República do El Salvador é um país soberano da América Central localizado no litoral do Oceano Pacífico, com uma extensão territorial de 20 742 km². Com uma população estimada em 6, 377. 175 habitantes no ano 2014. (Figura 5)

El Salvador limita com Guatemala ao Oeste, com Honduras ao Norte e ao sudeste o Golfo de Fonseca e ao Sul com Oceano Pacífico. Seu território está organizado em 14 Departamentos, 39 distritos e 262 Municípios. El Salvador é um país com um sistema político pluralista que se expressa por meio de seus partidos políticos, os quais são o único instrumento para a representação do povo. Seus órgãos fundamentais são o Legislativo, o Executivo e Judicial.

Para finais dos anos 1980, El Salvador enfrentava uma profunda guerra civil que fazia inevitável que a maioria do território nacional fosse um cenário de confrontação entre grupos paramilitares e guerrilheiros. Houve, como em outros países que vivenciaram ditaduras, muitas desapareções forçadas e assassinatos que duraram 12 anos. Esse período de conflito bélico aparece no relatório do PNUD (2009), como uma das fases da migração internacional em El Salvador.

A etapa de 1970-1979 se observa um salto tanto quantitativo como qualitativo do fenômeno migratório com relação aos anos anteriores. A chamada Guerra das 100 horas entre El Salvador e Honduras em julho de 1970, alterou a estabilidade dos assentamentos humanos dos salvadorenhos que trabalhavam em terras hondurenhas, obrigando-lhes a regressar ao seu país de origem.

Os migrantes deste período começam a migrar para os Estados Unidos em números sem precedentes, se formam as primeiras redes migratórias, cuja importância seria determinante para os anos posteriores. Muitos migrante, amparados na legisla-

ção norte-americana, não só legalizavam sua própria situação migratória, se não que procediam a levar legalmente a suas famílias.

Os fluxos migratórios para o exterior se incrementavam, milhares de compatriotas empezaram a abandonar o país, tanto de maneira legal ou ilegal. A travessia para alcançar o sonho americano tampouco era tão traumatizante como hoje em dia.

Outra etapa das migrações salvadorenhas foi nos anos 1980-1991. Que corresponde aos momentos álgidos do conflito armado entre o exercito e os grupos insurgentes. A instabilidade social, a insegurança permanente, os assassinatos políticos, os sequestros, o terror urbano, as campanhas de recrutamento por parte dos militares e os movimentos insurgente, a crítica situação econômica e as ações de guerras que assolaram extensas zonas do território foram o marco da vida quotidiana.

Durante este período, o fluxo migratório teve diversos canais: o que se realizou pela via da legalização do status migratório de aquelas pessoas que chegaram aos Estados Unidos durante os anos 1960 e 1970 por isso mesmo conseguirem aceder aos programas de reunificação familiar. Também alguns dos países europeus facilitaram programas de ajuda para as pessoas em perseguição política, assim como programas de migração regulada para Canada e Austrália.

O maior fluxo de salvadorenhas para o exterior se deu pela via ilegal, *los mojadros*, que chegaram aos Estados Unidos arriscando sua vida, se deslocavam por via terrestre, através de Guatemala e México, e atravessavam ilegalmente a fronteira dos Estados Unidos. Viajavam individualmente ou em mãos de *los coyotes* (quem se dedica ao traspasso ilegal de pessoas).

Outra etapa de 1992-2005, este período inicia com a finalização do conflito armado mediante a assinatura dos Acordos de Paz, que permitiu o retorno de emigrados por diversas causas: refugiados políticos, pessoas de altos recursos econômicos que haviam fugido do país, combatentes e simpatizantes das guerrilhas. Simultaneamente, se reativava a economia, aumentavam o gasto social e se presenciavam signos de avanço em termos de reconciliação nacional.

Na presente etapa novos fatores impulsaram os fluxos migratórios de salvadorenhas, tais como a desaceleração da economia a partir de 1996, a crise de rentabilidade da agricultura, a caída dos preços internacionais do café (principal produto de exportação), os estragos naturais como o furacão Mitch de 1998, os terremotos de 2001, a onda delictuencial e o sucessos de muitos migrantes que optaram por migrar nas décadas anteriores. (PNUD, 2005, p. 34)

De acordo com as estatísticas apresentadas no mapa das migrações no El Salvador (PNUD, 2011), El Salvador tem 2,950,767 milhões de migrantes em vários países do mundo, dessa quantidade, 2.587.767 milhões radicam nos Estados Unidos de América, é dizer que o 32,1% da população salvadorenha se encontra fora das fronteiras nacionais.

Muitas pesquisas coincidem em reconhecer que situações como a carência de terras para trabalhar, a falta de emprego e oportunidades, a violência política gerada antes e durante o conflito armado, a insegurança social, aunado às grandes expectativas de trabalho no país de destino e com isso a possibilidade de ajudar aos familiares que ficavam atrás, foram os incentivos mais importantes para emigrar.

Os Estados Unidos é o país que recebe a maioria dos migrantes salvadorenhos e numa minoria em outros países do mundo. A outra parte, minoritária, vive basicamente na Europeu e nas Américas, entre eles, Venezuela (América do Sul); México e Canada (América do Norte); Guatemala, Costa Rica, Panamá, Belize, Honduras e Nicarágua (América Central).

Além dos dados sobre os impactos econômicos das remessas na República de El Salvador, é importante destacar como a migração de salvadorenhos modificaram as expectativas e a qualidade de vida de milhes de famílias em El Salvador. Os envios de dinheiro ou “*el pistillo*”³ desde o exterior não só reafirmam as relações familiares ou promovem a diferenciação social nas comunidades receptoras, como também representam a possibilidade de materializar projetos e sonhos que não são unicamente econômicos. As remessas estão pensadas e imaginadas como uma resposta às necessidades básicas como alimentação, roupas, educação, vivenda, saúde, entre outros (CONMIGRANTES, 2015)

Em muitos municípios e povos de El Salvador está acontecendo um processo de transformação na arquitetura residencial e comercial impulsionado pelos investimentos da população salvadorenha no exterior. O transporte aéreo e as ligações telefônicas expandiram-se significativamente, permitindo aos familiares manterem contato permanente, fazendo-se “presente” no cotidiano da família, participando das decisões, das festividades e das vicissitudes de seus seres queridos (CONMIGRANTE, 2015).

Geralmente, as emigrações implicam mudanças sociais, culturais, econômicas e psicossociais, principalmente, na vida dos emigrantes. Sair do seu país, deixar sua terra, seus costumes, afastar-se de uma vida já estabelecida requer muita coragem e desprendimento, uma vez que isso implica chegar e refugiar-se em um outro país,

³ Nome coloquial usado para chamar as remessas nas zonas rurais.

às vezes, totalmente desconhecido e começar uma nova vida. Os migrantes, por um lado, enfrentam dificuldades de adaptação, de conhecer e reconhecer novas normas, obrigações e valores dos quais nunca fizeram parte, por outro, encontram condições para experiências inovadoras, geradoras de contatos culturais diferenciados e que podem propiciar mudanças culturais e linguísticas tanto no lugar de origem, como de destino.

Como diz Hueso Mixco “ Em virtude de uma grande quantidade de emigrantes dentro das importantes cidades norte-americanas (Washington D.C., New York, Los Angeles), hábitos e estilos norte-americanos passaram a integrar-se em nossas pautas culturais”.

A cultura salvadorenha, como outras culturas, se encontra em mudanças contínuas e impactada por esses processos de contatos interculturais e cuja identidade salvadorenha ou “de ser salvadorenho” encontra-se marcada por signos contraditórios entre a afirmação de determinados elementos identitários e, ao mesmo tempo de suplantação de outros. Nesse contexto migratório, vários elementos da cultura salvadorenha são reorganizados e ressignificados. E como diz Hueso Mixco:

“O camponês que ontem usava “caites ou burros”⁴, hoje usa os sapatos que anuncia Michael Jordan num cartel colado atrás da porta do quarto da sua casa”.

Também se encontram estratégias de reconversão econômica e simbólica em setores populares: os migrantes camponeses que adaptam seus saberes para trabalhar e consumir na cidade e seus artesanatos para interessar às pessoas urbanas; os obreiros que reformulam sua cultura laboral ante novas tecnologias produtivas, os movimentos indígenas que devem reinserir suas demandas na política transnacional ou num discurso ecológico e aprendem a comunicar pela rádio e a tevê.

O certo é que as influências dos países de destino para os quais imigram os salvadorenhos, principalmente a estadunidense, podem ser percebidas em todos os aspectos em El Salvador, como o artístico, que deu passo para o surgimento de muitas tendências e expressões que permitiram a arte evoluir e atravessar as fronteiras geográficas e históricas.

Outro elemento a destacar do impacto das remessas são as festividades, onde se dedica um dia especial aos migrantes, se celebra com preparação de alimentos próprios dos povos, preparação de danças em referência aos migrantes ou “*Hermanos lejanos*”⁵

⁴ Espécie de sandálias ou sapatos usados pelos camponeses para o trabalho nas terras.

⁵ Nome coloquial designado para chamar aos migrantes especificamente os que residem nos Estados Unidos.

As festividades também servem de cenário propício para observar as mudanças nas vestimentas e mudanças nos comportamentos, que é diferente ao que normalmente se usa no país ou que normalmente os migrantes trazem como presentes para seus familiares.

Outra expressão evidente no El Salvador é o *graffiti*, que existe desde os inícios da sociedade humana, em cada época tem tido diferentes conotações que de alguma maneira são o reflexo de situações políticas, sociais entre outras pelas quais atravessa uma sociedade.

De acordo com Garcia Canclini, o *graffiti*, é uma expressão de uma escritura territorial e simbólica, que tem sido utilizada por grupos que não tem acesso aos grandes meios e outros espaços oficiais para se expressar. Pode-se adicionar que, na atualidade, o *graffiti* forma parte de um movimento globalizado e transnacional que é o reflexo de expressões e sentimentos da juventude que não encontra os espaços de expressão como tampouco de oportunidades para satisfazer suas necessidades tanto matérias como espirituais.

Se encontro que, em vários municípios, os familiares que estão no exterior constroem casas no centro dos municípios com o objetivo de criar comércios para ser administrados pelos seus familiares. O tipo de casas que se constroem são o impacto das remessas dos migrantes, existe a chamada “arquitetura das remessas”, o que significa que antigamente as casas eram construídas com materiais de “adobe, baja-reque ou sistema mixto”, mas desde os inícios das migrações e o recebimento das remessas, os povoados agora são diferentes.

De acordo com o estudo realizado pela Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID, 2010), “Arquitetura de remessas”, se afirma que as casas construídas a partir da recepção das remessas são feitas com uma arquitetura sem arquitetos e onde os estilos se converteram numa norma. Esta “arquitetura das remessas” é o reflexo da hibridação cultural, onde os migrantes deixam plasmadas a construção da casa de seus sonhos, a partir da fusão de vários estilos arquitetônicos, das muitas casas onde eles trabalharam (como jardineiros, pintores, restauradores, empregada doméstica, etc.) nos países destino somando elementos arquitetônicos dos diferentes lugares dos Estados Unidos, deixando plasmado seu imaginário da casa ideal.

Assim, outro elemento arquitetônico que chama a atenção é a arquitetura desenvolvida nos cemitérios, onde se coloca de manifesto que existe transformações nos mausoléus que edificam às pessoas migrantes falecidas - que expressaram que seus

restos humanos não ficassem nos Estados Unidos - se poderia dizer que as pessoas ainda depois da morte querem manifestar o que possuíram em vida.

De acordo com Milla (2007) a través dos cemitérios se podem conhecer as características sociais, influencias arquitetônicas, econômicas, entre outras duma época e sociedade determinada.

De acuerdo con Milla (2007), a través de los cementerios se pueden conocer las características sociales, influencias arquitectónicas, económicas, entre otras, de una época y sociedad determinada.

Ao observar a arquitetura das remessas, surgem interrogantes sob: ¿Por que construir casas tão grandes e bonitas para ser habitadas uma ou duas vezes no ano? Para dar uma resposta se pode utilizar o estudo realizado por Lara Martínez (2002) sob os salvadorenhos no Calgary, Canada, se fala que segundo a interpretação simbólica, existe símbolos dominantes:

El Salvador -- terra da opressão – Terra da Violência e carências
Canada – Terra Santa – Terra de paz, leite e mel

Ao observar esta simbologia, se as pessoas salvadorenhas ao se esforçar nos seus trabalhos no estrangeiro e enviar suas remessas para a construção das suas casas, possivelmente querem reproduzir essa terra de paz, leite e mel no El Salvador.

Em conclusão, de maneira geral, os contextos migratórios dos dois países em estudo se assemelham. Dito de outra forma, tanto El Salvador como Guiana apresentam similitudes nos processos de migrações internas, regionais, transfronteiriças e, principalmente internacionais.

No entanto, vários aspectos desses processos apresentam especificidades e requer estudos mais apurados, entre eles a perspectiva dos impactos sociais e culturais das remessas nas famílias de emigrantes, uma vez que a maioria dos estudos sobre esse o fenômeno da emigração salvadorenha e guianenses refere-se, predominantemente, aos impactos econômicos das remessas.

É preciso descobrir aqueles aspectos mais intangíveis dos impactos das remessas, não só os aspectos econômicos dos quais já existem muitos estudos realizados. Dessa forma, nesse trabalho pretende-se pesquisar os principais impactos socioculturais da emigração e das remessas nas famílias, comparando os processos nos dois países, ou seja, República de El Salvador e da República Cooperativa da Guiana.

Referências bibliográficas

ARGUETA Monteagudo, et al. **Las Migraciones en Centroamérica hacia los Estados Unidos de Norteamérica: Caso El Salvador. Período 2000-2010.** Trabalho de Investigação. Faculdade de Jurisprudência e Ciências Sociais. Escola das Relações Interacionais. Universidade de El Salvador. 2011. 189 p.

BANCO MUNDIAL, comunicado de imprensa, disponível em <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/NEWSSPANISH/0,,menuPK:51191012~pagePK:34382~piPK:51189755~theSitePK:1074568,00.html>> acesso 30 abril 2016.

BANCOMUNDIAL. **Fuga masiva de cerebros de algunos de los países más pobres del mundo.** 2005. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INT-PROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/4549025-1214334216239/Guyana.pdf>> acesso: 11 maio 2015

_____. **Datos sobre migración y remesas.** Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1199807908806/4549025-1214334216239/Guyana.pdf>> acesso 01 jan 2016.

_____. **Comunicado de imprensa.** Disponível em <<http://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2016/04/13/remittances-to-developing-countries-edge-up-slightly-in-2015-print>>, acesso 25mar 2015.

BUETTNER, Thomas e Muenz, Rainer. Comparative Analysis of International Migration in Population Projections. **GLOBAL KNOWLEDGE PARTNERSHIP ON MIGRATION AND DEVELOPMENT-KNOMAD.** 2016. <<http://www.knomad.org/>> acesso jun 2016.

CACLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas y Estrategias Comunicacionales. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas.** Época II. Vol. III. Num. 5, Colima, 1997. Disponível em: <http://culturascontemporaneas.com/contenidos/culturas_hibridas.pdf>acesso30jun 2016

CHAMBERS, Iain. **Migración, cultura, identidad.** Buenos Aires, Argentina Amorrortu Editores. 1994. P. 97.

CORBIN, Hisakhana. **Guyanese Migration and Remittances to Guyana: a case study of their potentials and challenges for Guyana's Economy.** Doctors Thesis. 2012. 211 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) -Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

EL SALVADOR. **Ministério de Relaciones Exteriores**. Mapa de El Salvador, Disponível em <<https://www.google.es/search?q=mapa+da+america+central&espv=2&biw=1280&bih=598&tbm=isch&imgil=zCIV1kitDQKdWM%253A%253BWBZNZau2owmsvuM%253Bhttp%25253A%25252F%2>> acesso: 15 jun 2016

FAZITO, Dimitri. **A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. Anais... Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2002. p. 1-25. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_mig_st1_fazito_texto.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

GABORIT, Mauricio; Zetino Duarte, Mario; Brioso, Larissa; Portillo, Nelson. **La esperanza viaja sin visa: Jóvenes y migración indocumentada en El Salvador**. UNFPA-UCA, San Salvador. 2012. 198p.

GOMEZ, Belkiss Xiomara. **Migración, pobreza y desempleo desde la perspectiva del desarrollo económico en el período 2000-2010**. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Centroamericana José Simeón Cañas. UCA Editores, 2013, 173p.

HUESO, Mixco Miguel. **La casa en Llamas. La cultura salvadoreña en el siglo XX**, San Salvador, El Salvador. 1996. 121p.

RAMOS, Elsa. **Transnacionalización de la sociedad salvadoreña, producto de las migraciones**. Universidad Tecnológica de El Salvador, San Salvador. 2012.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD, **Relatório Mundial sobre Desenvolvimento Humano: Ultrapassar barreiras**. 2009, 197 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD, **Informe Mundial sobre Desarrollo Humano: Una mirada al nuevo nosotros. El impacto de las Migraciones**. El Salvador. 2005. 557 p.

UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA DE EL SALVADOR-UTEC. **Estudio cualitativo sobre cambios culturales y percepciones políticas de las migraciones en El Salvador**. UTEC-PNUD, 2005. Disponível em: <<http://www.utec.edu.sv/media/investigaciones/files/11.Transnacionalizaci3n%20delasociad3n%20salvadoren3a%20productodelas%20migraciones.pdf>> acesso 27/maio 2015.

ARTIGO

PARENTESCO E MOBILIDADE VENEZUELANA EM BOA VISTA- RR

Introdução

A migração¹ entre países fronteiriços se caracteriza por deslocamentos em tempos variados de pessoas que transitam entre fronteiras de um país e outro, casam com estrangeiros(as) e constroem famílias transnacionais, mantendo vínculos com o lugar de origem e reorganizando vínculos afetivos e familiares nos lugares de trânsito/residência, onde oportunidades de trabalho figuram nas estratégias de vida (SCOTT & VASCONCELOS, 2016). A família, neste cenário, torna-se um projeto constantemente construído e reavaliado, atualizando práticas diferentes de proximidade e distância entre “pessoas consideradas da família”.

A produção de conhecimento sobre o contexto migratório e familiar de migrantes venezuelanos(as) e brasileiros(as) na fronteira Brasil/Venezuela, entre as cidades de Boa Vista e Santa Elena de Uairén descortina um panorama etnográfico que aponta para “diferencialidades” produzidas por esses migrantes em ambos os ambientes, levando em consideração as continuidades e transformações das relações de parentesco em contexto de mobilidade

O presente artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa de doutorado em andamento, sob o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)². Deste modo, está dividido da seguinte maneira: No primeiro momento, apresento a concepção de fronteira, a qual lanço mão e as características geopolíticas que favorecem uma relação mais direta entre os habitan-

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. Bolsista sob o processo nº 2016/14055-0 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹ O conceito de migração, nesse estudo, compreende a designação global que retrata a realidade vivenciada pelos sujeitos que transitam entre geografias e culturas de outras nações diferentes da suas. O termo migração contempla tanto o processo de emigração como de imigração. A centralidade que quero apreender nesta definição é a do trânsito permanente, no sentido de não fixidez em um espaço físico que pressupõe a saída de um ponto e a chegada a outro, a saída do país de origem e chegada a um país de acolhimento, mas principalmente ressaltar o permanente estado de trânsito e mobilidade que intensificam as trocas culturais (TRINDADE, 1995, p.33).

² As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

tes de Santa Elena de Uairén e Boa Vista. Em seguida, delinheio um breve panorama teórico sobre novos estudos de parentesco e de famílias transnacionais em diálogo com a descrição e análise do recente deslocamento de venezuelanos(as) para Boa Vista- RR. Por fim, aponto para possíveis tendências e aspectos que necessitam reflexão em relação a mobilidade venezuelana para Boa Vista, atribuídas as estratégias de manutenção familiar e ao processo de acentuação das diferenças desses migrantes em relação aos nacionais.

A fronteira

O debate sobre fronteira e a reflexão dos processos migratórios circunscritos a esse espaço vem ganhando espaço nos últimos anos no campo da Antropologia (DONNAN e WILSON, 1999; GRIMSON, 2006; HEYMAN, 1994, entre outros), tanto relacionado às peculiaridades transnacionais deste lugar, como enquanto alegoria, dando ênfase aos fenômenos sociais ocorridos às margens dos Estados nacionais. Autores como Heyman e Cunningham (2004) distinguem em duas correntes de pensamento os estudos de fronteira: (i) uma ligada mais fortemente aos estudos culturais que lança mão da metáfora “fronteira” para problematizar a elaboração de identidades e de antropólogos estimulados a desvincular território, Estado e identidade (estudos de desterritorialização); e (ii) outra mais dedicada à análise das dinâmicas produzidas pelo espaço geográfico propriamente dito. No que corresponde à realidade da fronteira Brasil/ Venezuela, a compreendo tanto como limite dos Estados nacionais, quanto como construção social e simbólica que separa grupos nacionais, e neste sentido, deve ser refletida justapostamente, a fim de descortinar a complexidade do fenômeno estudado (PEREIRA, 2006; RODRIGUES, 2006, PIMENTA, 2011; SILVA, 2012).

Conjugando as duas alternativas, concebo a construção das fronteiras baseadas no ponto de vista do grupo que se desloca na/entre *la línea*³ e não de acordo com as concepções do Estado e das identidades hegemônicas impostas a estes no país de acolhimento. Na realidade da fronteira Brasil-Venezuela, Boa Vista, enquanto capital do estado de Roraima, é o centro de convergência dos aparatos estatais e institucionais, políticos e econômicos da região. Boa Vista está 750 km distante de Manaus e 230 km da cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén (distante 700 km de sua capital, Ciudad Bolívar). A proximidade das cidades de Boa Vista e Santa Elena de Uairén e, ao mesmo tempo, o distanciamento relativo face aos grandes centros urba-

³ Expressão utilizado na Venezuela para se referir à fronteira com o Brasil.

nos desses países possibilita o estabelecimento de relações mais diretas e dinâmicas entre si, favorecendo certa integração entre esses centros urbanos “isolados”.

Santa Elena de Uairén, uma cidade de quase trinta mil habitantes do estado Bolívar, na Venezuela, se localiza a 15 km de Pacaraima, cidade de onze mil habitantes do estado de Roraima no Brasil. Desde 1981 o estado de Bolívar passou de 668 mil habitantes para quase um milhão e meio, isto é, 1.413.115. Proporcionalmente, Gran Sabana – onde se localiza Santa Elena – abriga apenas 2% da população do estado em 2011, mas triplicou a sua população de 2001 (quando era 0,8% da população do estado) para 2011, boa parte disso em função de migrações transnacionais em busca de ouro e, também, de atividades comerciais na zona de livre comércio estabelecida em 2007. Na Venezuela, o polo de indústrias de base a centenas de quilômetros distante da fronteira influi menos na vida cotidiana em Santa Elena, que a combinação de comércio local e transnacional junto com os garimpos próximos.

Já Boa Vista é bem maior (aproximadamente 300.000) onde se encontram predominantemente o contingente populacional do estado de Roraima, estimado em 496.936, de acordo com censo do IBGE (2010). Sem indústrias expressivas, Roraima é conhecida localmente como “vivendo da economia do contracheque”. Mesmo assim, recursos públicos federais e estaduais sustentam uma infraestrutura social de maior envergadura, fazendo com que venezuelanos e brasileiros que vivem em Santa Elena se desloquem até Boa Vista em busca de serviços públicos de saúde e emprego.

Perspectivas teóricas e categorias nativas sobre parentesco e mobilidade

A família transnacional, compartilhando o pensamento de Bryceson e Vuorela (2002), pode ser compreendida como uma construção social e não se restringe apenas às relações de consanguinidade. A mobilidade tem estreita ligação com as relações familiares, marcadas por deslocamentos contínuos que diferem suas trajetórias de vida. O deslocamento, nesse contexto, produz e é produzido pelas relações de parentesco. Os chamados “novos estudos de parentesco”, no qual o método genealógico, proposto no início do século XX (RIVERS, 1910), perde espaço para análises que procuram evidenciar as peculiaridades das diferentes concepções e formas de organização familiar existentes. O marco inicial desses estudos pode ser situado nos provocativos trabalhos de David Schneider (1968 e 1972), os quais criticam a hegemonia dada nas análises de parentesco aos fatores biológicos da reprodução

humana. Para o autor, o parentesco não existe, concebido apenas na perspectiva antropológica, cuja referência seria a própria cultura “ocidental”.

Essa concepção inaugurou uma nova abordagem nos estudos sobre o parentesco que vêm sofrendo transformações de cunho epistemológico e ontológico. Os chamados “novos estudos de parentesco” na Antropologia procuram abordar as relações familiares a partir dos conceitos e formas de relação próprios ao grupo estudado, evitando, assim, incorrer na imposição do modelo da sociedade do(a) pesquisador(a) sobre os modelos dos indivíduos estudados (CARSTEN, 2000). Com base nesses pressupostos, estudiosas feministas, tais como, Marilyn Strathern (1992), Janet Carsten (2000), Franklin & McKinnon (2001), aprofundaram a reflexão sobre a elaboração de parentes por outras dimensões que não apenas o sangue, contudo, longe de reforçar a perspectiva radical de extinguir por completo a concepção de parentesco proposta por David Schneider (1968 e 1972), passaram a trazer para o centro da discussão novos elementos que reforçam a sua construção social, tais como a convivência, laços de amizade, compadrio, adoção e reprodução *in vitro*.

O termo “relacionalidade” assume um lugar central e passa a exprimir a ideia de parentesco. Segundo o pensamento de Carsten (2014), para quem o parentesco não pode ser definido sem considerar “relacionalidades”, à medida que as relações de proximidade não são delimitadas apenas pelo parentesco genealogicamente organizado, mas são construídas com base no estabelecimento de laços de afinidade e lealdade duradouras entre as pessoas (CARSTEN, 2000; MACHADO e MARQUES, 2014). Ou seja, em diferentes contextos sociais parentes compartilham intimamente da existência dos outros, partilham uma “mutualidade do ser”⁴ e são “membros uns dos outros” (SAHLINS, 2011a, 2011b, 2013, p.9).

No entanto, cabe lembrar que Warren Shapiro (2013), por sua vez, critica essa linha de pensamento que ele chama de “parentesco performativo”, defendendo que os temas da procriação jamais desapareceram das análises etnográficas, mesmo naqueles sistemas de parentesco nos quais Sahlins e Carsten teriam enxergado somente relações performativas. Outro autor, que também se insere nesse campo de debate é Maurice Godelier (2004), o qual considera a reprodução sexual elemento central das relações de parentesco, desaprovando essa abordagem que não define a consanguinidade como caráter essencial. Para ele, esse tipo de análise elabora retóricas formais desconectadas da realidade organizada pelas relações de parentesco.

⁴ Apoiando-se numa distinção entre o *biológico* e o *cultural*, Sahlins afirma que o parentesco diz respeito à “mutualidade do ser”, ou seja, a construção dos laços de família estaria no reconhecimento cultural de si mesmo no outro, na atribuição de qualidades compartilhadas, a despeito das relações consanguíneas (SAHLINS, 2013)

Mary Patterson (2005), por outro lado, aponta o que considera limitações relacionadas ao “novo e velho parentesco”. Para autora, cria-se uma cisão entre trabalhos desenvolvidos por homens (velho parentesco) e por mulheres (novo parentesco). A crítica se assenta, especialmente, no argumento da negação do caráter não biológico do parentesco como plataforma política para reivindicações feministas, o que, de acordo com ela, descaracterizaria essa corrente de pensamento enquanto uma corrente intelectual. Outra questão destacada ainda por esta autora corresponde aos efeitos do lugar marginal da reprodução na análise de parentesco, alicerçada, exclusivamente, em explicações baseadas em normas culturais que acabam por renegar os fatos sociais envolvidos. Já Viveiros de Castro (2009), problematiza o viés construtivista que transforma os elementos da consanguinidade e da reprodução, antes percebidos como “coisa dada” em construção social. Para este autor, a dicotomia entre natureza e cultura não se dilui em relação a isso, e sim é reforçada, uma vez que o que ocorre é apenas a extensão do *status* de construção social à consanguinidade.

Reconheço a alegação dos autores supracitados, todavia é importante ressaltar que “os novos estudos de parentescos” não recusam a ideia de que o parentesco pode ser biologicamente definido e referido, mas defendem que não se restringe a isso (MACHADO, 2014, p.132; CARSTEN, 2004). Assim, considerando as muitas possíveis configurações familiares transnacionais, acompanho a opção teórica que se afasta da fatalidade biológica da paternidade/maternidade e sugere que nós devemos voltar nossa atenção às relações de proximidade e solidariedade duradoura (afetividade e lealdade) e aos conceitos “nativos” da família que nos propomos a estudar. Compartilhando com essa perspectiva, a análise se centra nas formas de “relacionalidade” em lugar da naturalização de laços biológicos familiares.

Sugiro que o parentesco venezuelano em Boa Vista e de brasileiros na Venezuela pode ser pensado enquanto um “entrelaçamento de linhas”, de trajetórias, que são vividas e protagonizadas coletivamente. Essas “diferencialidades”⁵ apontam uma ruptura com a noção de margens, limites e distinções estanques entre venezuelanos(as) e brasileiros(as), tendo em vista que estes englobam: “práticas e discursos, que se constituem e que constituem os sujeitos, revelando formas singulares de expressar a experiência” (INGOLD, 2007; MACHADO, 2013).

A denominação *Mira* é bastante ilustrativa do processo de produção de diferenças. Ela é atribuída aos venezuelanos(as) pelos brasileiros(as), oriunda da apropriação da expressão do idioma espanhol, constantemente utilizada por estes migrantes em situações que precisam chamar atenção e/ou se referir a algo. Essa

⁵ O conceito de “diferencialidade” foi desenvolvido por Machado (2013), inspirado no pensamento de Ingold (2007).

categorização assume diferentes configurações. No caso da relação dos migrantes venezuelanos(as) com o ambiente de Boa Vista, assume a conotação de categoria de “enclausuramento”⁶, ou seja, utilizada pelo conjunto de brasileiros para construir uma referência a esses estrangeiros. No entanto, por meio da pesquisa de mestrado realizada no ano de 2012 a 2013 na fronteira Brasil/Venezuela, pude constatar que quando ela é deslocada para o contexto das relações familiares transnacionais de migrantes brasileiros(as) em Santa Elena de Uairén, representa uma categoria de transformação, pois não indica apenas a nacionalidade venezuelana, mas índices de “venezuelização” construída por brasileiros(as) que passam a incorporar práticas culturais venezuelanas no seio da família, sendo percebidos gradualmente como nacionais na Venezuela. Essa realidade é inferida em outros contextos, demonstrado, por exemplo, pela auto-etnografia de Marcela Ramirez (2007), a qual na condição de salvadorenha morando na Austrália era muitas vezes percebida como “australiana”, em virtude da incorporação de vários elementos do modo de vida australiano. Por outro lado, no contexto do país de origem, ela passou a ser excluída e/ou não reconhecida pela família. Nosso intuito aqui é indagar: como se processam essas diferenças nos casos dos parentescos de migrantes brasileiros(as) e venezuelanos(as), respectivamente nos ambientes de Santa Elena de Uairén e Boa Vista?

Neste contexto “ser ou não ser da e de família” assume centralidade, à medida que em Santa Elena de Uairén migrantes brasileiros(as) membros de famílias compostas por pessoas de nacionalidade venezuelana colabora para construção de uma relação de pertencimento com a Venezuela e aceitação pelos nacionais (Mira). Por outro lado, aqueles que se deslocam na fronteira para atuarem em atividades informais e que não possuem vínculo familiar, são denominados(as) *garimpeiros*⁷, esse grupo de migrantes brasileiros(as) são vistos pelos nacionais venezuelanos como pessoas de fora, ou fora da lei ou fora da moralidade e, conseqüentemente, fora de qualquer família (seja na Venezuela ou mesmo no Brasil).

Isso descortina a influência do parentesco na produção de “diferencialidades” e vice-versa. As distintas experiências do parentesco de migrantes venezuelanos(as) em Boa Vista possibilitam refletir sobre as implicações dos deslocamentos transfron-

⁶ Enclausuramento é compreendido aqui como a separação de determinados grupos em guetos sociais e culturais. (CASA-NOVA, 2005)

⁷ De acordo com Alejandro Mendible (1993, p.13), o termo “garimpeiro” foi incorporado ao vocabulário popular venezuelano e passou a ser associado as ações de brasileiros vistas como negativas na Venezuela, especialmente ligadas a violação da soberania nacional, a depredação ambiental, ao saque de riquezas nacionais e a agressão as comunidades indígenas, a partir do movimento migratório de brasileiros no final da década de 1980 para a atividade de mineração no país.

teiriços nas mudanças dessas estruturas e relações⁸. A mobilidade, como elemento comum desses migrantes, revela-se como mecanismo de acentuação das diferenças e produtora de novas linhas que darão continuidade ao emaranhado de experiências coletivas compartilhadas que formam o parentesco.

O deslocamento de venezuelanos(as) para Boa Vista- RR e as estratégias de manutenção familiar

Nos últimos três anos, com o aprofundamento da crise política e econômica da Venezuela⁹, ocorreu a intensificação do fluxo de venezuelanos(as) para Boa Vista, não somente habitantes da faixa de fronteira. O panorama fronteiriço permitiu a elaboração de projetos familiares num contexto de contínua mobilidade, muitos deles divididos entre *status* de documentação e não-documentação, entre sentimentos e estigmas. A categorização de “ilegalidade” é percebida nas notícias vinculadas aos migrantes venezuelanos(as) pelo jornal impresso local de maior circulação, *Folha de Boa Vista*¹⁰, o qual constantemente divulga o envolvimento destes migrantes em trabalhos informais, atividades tidas como ilegais e em situação de permanência não documentada no país.

Para os venezuelanos, a cidade de Boa Vista torna-se bastante atrativa ao permitir que os(as) trabalhadores(as), em curtos períodos que variam de um a três meses, se desloquem para a Venezuela para visitar os parentes e/ou encaminharem remessas, principalmente de dinheiro, cujo câmbio paralelo é realizado por cambista por meio do aplicativo *WhatsApp*¹¹ ou na cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairén, por meio da taxa não oficial¹², que gera mais proventos à renda familiar. O envio de

⁸ Pablo Vila (2003), com base na etnografia realizada na fronteira México/EUA, constatou que embora a fronteira se constitua como espaço híbrido e fluido não é apenas uma metáfora, termo bastante acionados nos estudos culturais sobre o tema, mas uma experiência vivida que produz necessidades imediatas, permeadas, muitas vezes, por ambiguidades, problemas e perigos.

⁹ A atual crise cambial lança luz sobre a magnitude dos problemas financeiros do país e sua capacidade limitada de remediá-los com o petróleo - o pilar de sua economia. Espera-se que a inflação da Venezuela, a mais alta do mundo, chegue este ano perto dos 500%, de acordo com o Fundo Monetário Internacional.

¹⁰ Pesquisa realizada no site do jornal de folha de Boa Vista, www.folhabv.com.br, acesso em: 09/04/2016

¹¹ Durante incursão em campo em julho de 2016 tomei conhecimento de transações cambiais para o envio de remessas para Venezuela por meio de um grupo do WhatsApp- Aplicativo de telefonia móvel que permite a troca de conteúdo via conexão de internet- intitulado VenBras Câmbio. O dinheiro é encaminhado para uma conta corrente brasileira que após realizado o câmbio é transferido para conta corrente dos familiares na Venezuela. Os membros desse grupo residem no Brasil e Venezuela e é possível se comunicar em português e espanhol.

¹² Na última pesquisa realizada em janeiro de 2016 em Santa Elena de Uairén cada um real convertido em bolívar fuerte passava a valer 250 vezes mais, enquanto que no câmbio oficial um real deveria corresponder a 2,46 bolívares fuertes de acordo com instituições bancárias oficiais venezuelanas. Fonte: www.mataf.net/pt/moeda/conversor-BRL-VEF, acesso: 15/01/2016.

remessas¹³ representa um importante aspecto da manutenção familiar, tanto no que diz respeito a subsistência, quanto ao fortalecimento dos vínculos afetivos. Neste sentido, são lançadas diferentes estratégias para o envio que perpassa fatores geopolíticos e o estabelecimento de redes de apoio (BRYCESON e VUORELLA 2002; CANALES 2005, MCKENZIE E MENJÍVAR, 2011).

Outros contextos de relações familiares transnacionais, apresentados por Kebbe (2011) e Machado (2014b), demonstram as dificuldades do envio do dinheiro aos familiares no Brasil por migrantes brasileiros em Portugal e no Japão. Este também é o caso descrito por Harhai (2014) com relação aos (as) migrantes latino-americanos e suas redes de parentesco em ambos os lados da fronteira EUA – México. A dinâmica fronteiriça Brasil/ Venezuela, contudo, flexibiliza esse obstáculo e intensifica o fluxo de remessas.

Outro fator que também contribui para o constante deslocamento de venezuelanos(as) de Boa Vista para Santa Elena de Uairén diz respeito à acentuação da fiscalização de instituições de controle migratório em Boa Vista, cujo aparato governamental é mais bem consolidado. Isso obriga venezuelanos(as) irem continuamente até a fronteira, registrar a saída e entrada no Brasil, a fim de regularizar, ao menos temporariamente, a permanência no país. De acordo com os dados divulgados pela Polícia Federal, no jornal *Folha de Boa Vista*, no período de janeiro de 2015 a abril de 2016, foram realizados por esta instituição, em conjunto com a guarda municipal de Boa Vista, um total de 198 deportações.

Essa realidade difere da enfrentada pelos migrantes brasileiros(as) em Santa Elena de Uairén

Morei oito anos na Venezuela, nunca tive documento venezuelano. Sempre vinha e renovava o visto. Quer dizer: a gente nunca teve perseguição deles (autoridades venezuelanas). Tive negócio e tudo, e nunca tive nenhum problema. (Mulher, natural de Pernambuco, 41 anos, 10 anos de experiência de fronteira, atualmente mora no município de Pacaraima, entrevista realizada em 17/01/2013).

Os dados, coletados na pesquisa para dissertação de mestrado, revelam que há uma tendência de permanência de brasileiros(as) no estado Bolívar de forma não oficial, especialmente nas localidades venezuelanas vizinhas a Santa Elena, situadas

¹³ O conceito de remessas aqui é compreendido pelo fluxo de bens materiais, simbólicos e informações, acionados por diferentes arranjos familiares transnacionais, cuja centralidade não reside na participação ativa de todos os membros da família no processo migratório, mas a sua integração a rede sociais e familiares transnacionais. Assim, dependendo do padrão e do arranjo familiar, as remessas podem assumir distintas configurações. Sobre o assunto ver: Canales, 2004.

em regiões de garimpo, tais como Las Claritas, Km 88 e El Pauji (Icabarú). Os registros oficiais também reforçam essa realidade, de acordo com os dados do Servicio Administrativo de Identificación y Extranjería – SAIME, de entrada e saída de brasileiros na fronteira Brasil/ Venezuela no ano de 2012, do total de registro de 32.799 brasileiros(as) que entraram no país, apenas 21.842 saíram, contabilizando o saldo 12.160 migrantes que não registraram saída¹⁴. Tratando-se da dinâmica fronteiriça, o número de brasileiros pode ser ainda maior, já que grande parte dessas pessoas vive na informalidade e convive com regras sociais negociadas, paralelas às regras dos Estados-Nação. São raras as notícias vinculadas à deportação de brasileiros(as), mesmo quando a condição de trabalho é irregular, como acontece com garimpeiros na região.

Já no caso dos(as) venezuelanos(as), a condição de “documentado(a)” e/ou “indocumentado(a)”¹⁵ ganha centralidade para permanência e subsistência em Boa Vista, uma vez que a qualquer momento podem recorrer a uma rede de ajuda do outro lado da fronteira ou, dependendo da pressão institucional, podem até ser deportados. A migração de venezuelanos(as) para Boa Vista e de brasileiros para Santa Elena do Uairén, assim como aquela de brasileiros(as) para o Paraguai, está ligada a conformação de movimentos específicos mais próximos de arranjos econômicos e geográficos, os quais incorporam uma população muito particular em sua dinâmica e fluxos mais constantes que influenciam nas estratégias desses migrantes de viver e morar em outro país (FUSCO, 2008, p.12). A facilidade de passar a fronteira – ou o departamento de imigração – faz com que a regularização da permanência no país deixe de ser uma preocupação maior frente a outros cuidados e providências em relação à família.

As famílias transnacionais em Boa Vista e Santa Elena de Uairén são marcadas por um comprometimento mútuo, contatos sociais regulares e um fluxo relativamente constante de benefícios materiais e não-materiais no interior do que é entendido como a esfera familiar de cada um. Desse modo, é possível identificar, conforme Yeoh, Huang e Lam (2005) a elaboração da transnacionalidade por meio da família, influenciada por processos sociais mais amplos, vinculados ao âmbito político e econômico. No caso das famílias venezuelanas para Boa Vista, os benefícios materiais vão desde o envio de remessas de itens de primeira necessidade, tais como: açúcar,

¹⁴ Dados coletados em janeiro de 2013 diretamente na Direção de Migração e Zonas Fronteiriças, subordinada ao Ministério das Relações Exteriores e da Justiça na Venezuela.

¹⁵ Em uma perspectiva simbólica, a política migratória de cada país constitui uma divisão entre movimentos legítimos e ilegítimos e estes critérios são criados com base em uma verticalização moral destas mobilidades (DE GENOVA, 2002).

feijão, leite, remédios; itens cujo acesso vem sendo dificultado na Venezuela em virtude da crise política e econômica do país. Ao mesmo momento, dada a trajetória de pesquisa, foi possível perceber que esses mesmo itens eram enviados anteriormente aos familiares em Boa Vista, em consequência do valor mais acessível de compra na Venezuela, ocasionado pelo câmbio paralelo. Já os bens não materiais são demonstrados pela presença nas relações familiares em ambas as cidades de elementos da língua, culinária, festas, religiões e produção artística e cultural dos dois países.

Aqui, a família transnacional é entendida não apenas pelo fato dos membros desta poderem ser de duas nacionalidades – resultado do que Rittiner (2014) descreve como migração afetivo-conjugal e formação de casais interculturais quando examina fluxos de mulheres de países em desenvolvimento para Suíça. Também podem ser da mesma nacionalidade e residir em países diferentes, estabelecendo contatos e vínculos afetivos, por se constituírem de pessoas que transitam física e simbolicamente entre territórios e culturas diferentes (LOBO, 2010; SCOTT & VASCONCELOS, 2016). Neste sentido, corroborando com Bryceson e Vuorela (2007), essa perspectiva rompe com a ideia restrita de família associada à casa e à unidade familiar predeterminada. A família transnacional é constituída “por membros que vivem em parte ou na maior parte do tempo separados uns dos outros, porém mantidos juntos por criarem algum tipo de sentimento de bem-estar coletivo e unidade, mesmo quando atravessam fronteira nacionais” (*Ibidem*, p.3).

Considerações finais

Com base nas notas etnográficas apresentadas, podemos sugerir que a constituição das famílias transnacionais no movimento entre Brasil e Venezuela ainda é um fenômeno pouco estudado, cuja conjuntura apresenta certa complexidade, especialmente, em relação aos efeitos das novas formas de configuração familiar, tanto para o país acolhedor, quanto para o país de origem. Embora existam trabalhos relevantes no campo da antropologia sobre relações de parentesco e deslocamento na região, especialmente no que diz respeito às populações indígenas, tais como, Farage (1991), Santilli (2001), Andrello (1993), verifica-se uma lacuna de estudos dedicados aos mesmo aspectos no que diz respeito aos migrantes venezuelanos(as) não indígenas, visto que a acentuação do deslocamento e a migração intra-regional fronteiriça destes para Roraima, especialmente para Boa Vista, é algo recente, assim como o processo emigratório de uma forma geral da população venezuelana, país acostumado historicamente com a recepção de fluxos dos países vizinhos (FREITEZ, 2011).

Com base nas interlocuções realizadas em campo, pude constatar que a experiência compartilhada do processo migratório produz, seja para quem fica no país de origem, seja para quem se desloca para o país de destino, formas particulares de família. A mobilidade tanto reelabora noções nativas de parentesco quanto reconfigura noções já estabelecidas, mediadas por novos vínculos e pela construção de projetos familiares num contexto temporário e/ou permanente de ausência física (SOARES, 1999; PERES, 2004; PUYANA VILLAMIZAR et.al, 2009).

As noções nativas ressignificadas estão vinculadas a afinidades e solidariedades, construídas por meio da experiência e da convivência afetiva de um grupo de pessoas com as quais compartilham dificuldades e alegrias na vida. “*Nós brasileiros aqui (Las Claritas) não temos ajuda de ninguém, nem de governo, nem de guarda nacional, por isso um paisano¹⁶ ajuda o outro paisano em caso de precisão. Somos uma grande família!*”¹⁷. Já as reconfigurações das relações familiares estabelecidas ocorrem com ausência no seio familiar, no qual hierarquias e autoridades passam a ser modificadas e/ou compartilhadas, tais como, cuidados com os filhos, decisões sobre a renda familiar e os negócios da família.

O ambiente fronteiriço é marcado por conflitos, seja em função da defesa nacional e da presença do aparato estatal, seja pelas oportunidades de trabalho ou de ascensão social e econômica, muitas vezes utilizado como um recurso material e simbólico pelos sujeitos sociais que vivem e transitam este espaço (COSTA, 2015, p. 35). A família transnacional, neste cenário de múltiplos interesses, assume papel fundamental. Aponto a seguinte hipótese, com base em pesquisas realizadas anteriormente por mim nesta região: que grande parte dos venezuelanos(as) que estão em Boa Vista têm conexões com as redes de parentescos de brasileiros que vivem na Venezuela e, devido à conjuntura desfavorável do país, estão retornando para o Brasil.

A dinâmica familiar de venezuelanos(as) em Boa Vista, contudo, não se limita a isso, uma vez que se poderá revelar como as relações afetivas sustentam a invocação de diferentes noções de família. Essas famílias, sugiro, são entrelaçamentos de “linhas”, indivíduos em movimento e/ou imobilizados, que envolvem afetividade, preocupações e projetos em comum.

No intuito de analisar as diferencialidades dos interlocutores (as), acompanho as inspirações de Tim Ingold (2007), para quem as vidas individuais existem como linhas, que se cruzam e atam nós (relações), e os desfazem, e refazem, dentro de

¹⁶ Termo utilizado para referir-se a outro(a) migrante brasileiro(a) – a mesma nacionalidade.

¹⁷ Josimar, conhecido popularmente como “o prefeito dos brasileiros” na região, onde vive há mais de vinte anos.

um emaranhando (*meshwork*) de relações. A vida é pensada como um aprendizado e autotransformação constante. Do engajamento prático com diferentes materiais, pessoas, instituições e metáforas, resultaria um processo continuado de autoaprendizado (INGOLD, 2007). No limite, não existem duas trajetórias iguais. Cada linha conta uma história. Acompanhar as linhas significa acompanhar aquilo que as pessoas aprenderam sobre o mundo e sobre elas próprias ao longo de suas vidas.

A mobilidade como elemento comum de brasileiros radicados na Venezuela e venezuelanos tentando a vida no Brasil, revela-se como mecanismo de acentuação das diferenças e produtor de novas linhas que dão continuidade ao emaranhado de experiências coletivas compartilhadas, que formam o parentesco.

Assim, perceber como as famílias constroem diferentes malhas de afetividade e solidariedade duradouras em um contexto transnacional, no qual o próprio espaço fronteiriço e a relação com as instituições nacionais são elementos importantes desta constituição, visa responder questões: Como são as relações com as pessoas que esses migrantes compreendem como “família”? Quem são as pessoas que fazem parte (as outras linhas) desse pequeno fragmento de linhas emaranhadas (parentesco)? Como se diferenciam de outros fragmentos? Como se mesclam às malhas de Boa Vista e Santa Elena de Uairén? E como permanecem conectadas às suas origens na Venezuela e no Brasil?

Há muito ainda que se aprender e se discutir sobre as relações familiares de pessoas de nacionalidade venezuelana em Boa Vista, neste sentido seria no mínimo insensato chegar a uma conclusão. Muitas inquietações só serão respondidas ao longo do amadurecimento da pesquisa, que seguirá seu rumo e renderá novos frutos.

Referências bibliográficas

ANDRELLO, Geraldo. 1993. **Os Taurepáng**: Memória e profetismo do século XX. Tese de mestrado. Campinas: UNICAMP

BRYCESON, Deborah; VOURELA, Ula. (2002). **The transnational family- New European frontiers and global networks, cross-cultural perspectives on women**, Oxford: Berg Publishers.

_____. (2007). “Transnational Families and the Provision of Moral and Emotional Support: The Relationship between Truth and Distance”. **Identities: Global Studies in Culture and Power**. London: Routledge, v.14, n.4. p. 385-409.

CANALES, Alejandro I., 2004, “Vivir del norte: perfil sociodemográfico de los hogares perceptores de remesas en una región de alta emigración”, en Marina Ariza y Orlandina de Oliveira (coords.) **Universo familiar y procesos demográficos contemporáneos**, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, México

_____. 2005. The role of renitances in the transnational family relationships configuration. In: **Papeles de población**. N° 44.

CARSTEN, J. 2004. **After Kinship**. Cambridge University Press: Cambridge.

_____. 2014. A matéria do parentesco. 2014. **Revista de Antropologia da UFSCAR@U**, 6 (2),jul./dez: 103-108

DE GENOVA, Nicholas. (2002). Migrant “illegality” and deportability in everyday life. **Annual Review of Anthropology**, v. 31, p. 419-447

DONNAN, H.; WILSON, T. (1999) **Borders: frontiers of identity, nation and state**. Oxford: Berg

FARAGE, Nádia. (1991). **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS.

FRANKLIN, Sarah; MCKINNON, Susan. (orgs.). 2001. **Relative values: reconfiguring kinship studies**. Durham: Duke University Press.

FREITEZ, Anitza L. (Julio 2011): La emigración desde Venezuela durante la última década. In: **Temas de Coyuntura**/ 63 pp. 11-38

FUSCO, Wilson. (2008). Migração e Redes Sociais: a distribuição de brasileiros em outros países e suas estratégias de entrada e permanência. In **MRE**. Brasileiros no Mundo, 1ª edição. Brasília: FUNAG. pp.159-180

GODELIER, Maurice. (2004). **Métamorphoses de la parenté**. Paris: Fayard.

HARHAI, Patrick S. (2014). **Traversing the United States-Mexico Border: Gender and Kinship in Migrant Families**. University Honors Theses. Disponível em <http://pdxscholar.library.pdx.edu/>

HEYMAN, J.; CUNNINGHAM, H. Introduction: mobilities and enclosures at borders. Identities: **Global Studies in Culture and Power**, v. 11, p. 289-302, 2004.

LOBO, Andréa de Souza. 2010. Famílias espalhadas: circulação e movimento na configuração de maternidades e paternidades em Cabo Verde. In **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Florianópolis: ANAIS Fazendo Gênero 9.

MACHADO, Igor José de Renó, MARQUES, Ana Claudia. 2014. Entrevista com Janet Carsten R@u - **Revista de Antropologia da UFSCar**, 6 (2), jul./dez.

MACHADO, Igor José de Renó. 2014a. **Parentesco, migração e espaço: reflexões sobre o entrelaçamento entre movimento e família**. UFRN; Natal; 29ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia; ABA

MACHADO, I. J. R. 2014b O futuro do passado: imigrantes brasileiros em Portugal e diferentes entrelaçamentos. REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** Brasília , v. 22, n. 43, dez.

_____. 2013. Parentesco e diferencialidades: alternativas à identidade e às fronteiras étnicas no estudo das migrações. UNIFESP; Guarulhos; **Migrações: fluxos, controles e políticas públicas**; Universidade Federal de São Paulo.

MCKENZIE, Sean and MENJÍVAR, Cecilia (2011). The meanings of migration, remittances and gifts: views of Honduran women who stay. **Global Networks** 11(1): 63-81

PEREIRA, Mariana Cunha. (2006). Processos migratórios na fronteira Brasil-Guiana. **Estud. av.** [onlinevol.20, n.57, pp.209-219.

PIMENTA, José. 2011. “‘Parentes Diferentes’: etnicidade e nacionalidade entre os Ashaninka na fronteira Brasil-Peru”. **Anuário Antropológico**, 2011(I):91-119. Brasília: Tempo Brasileiro.

PERES, Roberta Guimarães. (2004). As mulheres na migração internacional: As diferenças nas estratégias de homens e mulheres ao longo da trajetória migratória. **Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu-MG-Brasil, p. 1- 25

RAMIREZ, Marcela, SKRBIS, Zlatko; EMMISON, Michael. 2007. “Transnational Family Reunions as Lived Experience: Narrating a Salvadoran Autoethnography”. in: *Identities: Global Studies in Culture and Power*. London: Routledge, v.14, n.4, p.411-431

RITTINER, Maria Eduarda Noura Céu Rodrigues. 2014. **O matrimônio transpondo fronteiras: a formação de famílias interculturais em um contexto de turismo afetivo-conjugal e de migração afetivo-conjugal**, tese de doutorado em Ciências Sociais, UERJ, Rio de Janeiro.

RIVERS, William Halse. [1910] 1991. “O método genealógico na pesquisa antropológica”. In CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org.). **A antropologia de Rivers**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, pp. 51-70.

RODRIGUES, Francilene. (2006). Migração transfronteiriça na Venezuela. In: **Estudos Avançados**. Capa. v. 20, n. 57 (2006)

SAHLINS, Marshall. 2011a. "What kinship is (part one)". **Journal of the Royal Anthropological Institute**, 17(1):2-19.

_____. 2011b. "What kinship is (part two)". **Journal of the Royal Anthropological Institute**, 17(2):227-242.

_____. 2013. **What kinship is-and is not**. Chicago: University of Chicago Press.

SANTILLI, Paulo.(2001). **Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito**, São Paulo, Editora UNESP, 225 pp.

SCHNEIDER, David. [1968] 1980. **American Kinship: a cultural account**. Chicago: The University of Chicago Press.

_____.1972. "What is kinship all about?" In REINING, P.(ed.) Kinship Studies in the Morgan centennial year. **Anthropological Society of Washington**, pp. 32-63.

SCOTT, R. P.; VASCONCELOS, S. Iana. (2015). MULHERES MIGRANTES NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA: casamentos, cuidados e poderes de práticas familiares. **Estudos de Sociologia**, v. 21, p. 1-29.

SHAPIRO, Warren. 2013. "The nuclear family and its derivations: that's what kinship is! (Review article of Marshall Sahlins, What Kinship Is - and Is Not)". in **Journal of the Anthropological Society of Oxford**, New Series, Volume V, no. 2, pp. 171-193.

STRATHERN, Marilyn. 1981. **Kinship at the core: an anthropology of Elmdon, Essex**. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 2006. **O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade melanésia**; André Vilalobos, tradutor.- Campinas, SP: Editora da Unicamp.

SILVA, Sidney Antônio da (Org.). (2012). **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais..** São Paulo: Hucitec; Manaus: Fepeam.

SOARES, W. Emigração e (i)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: SALES, T.; REIS, R. R. (Org.). **Cenas de um Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 167-192.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (org), CORDEIRO, Ana Paula, HORTA, Ana Paula Beja, etal.1995. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta.

YEOH, Brenda S. A, HUANG, Shirlena; LAM, Theodora. (2005) “ Transnationalizing the ‘ Asian’ Family: imaginaries, intimacies and strategic intents”, in **Global Networks Blackwell Publishing Ltd & Global Networks Partnership**, v. 5, n.4, p. 307-315.

VILA, Pablo. (2003). **Ethnography At The Border (Cultural Studies of the Americas)**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, v. 13.

ARTIGO

“QUEM VEIO PRIMEIRO FOI TRAZENDO...”: TRAJETÓRIAS MIGRANTES E REDES SOCIAIS NA MIGRAÇÃO DE OLHO D’ÁGUA/PB PARA BOA VISTA/RR

Introdução

A presença nordestina em Roraima é evidente. Neste contexto, a monografia *De Olho d’Água/PB para Boa Vista/RR: migração e redes sociais nas décadas de 1990 à 2010*¹, apresentada ao Curso de História da UFRR, veio somar-se à outros que trataram do tema, como a tese de Ana Lia Farias Vale, a dissertação de Francisco Marcos Mendes Nogueira e as monografias de Celene Farias de Sousa e David Dantas Targino.

Nestas e em outras pesquisas consultadas, assim como nos dados por nós levantados, fica constatado um aumento da população roraimense nas últimas décadas, tendo seu ápice na década de 1980. Desde sua colonização, contudo, Roraima aparece como destino de nordestinos, fato que é identificado na sua historiografia. Assim, a colaboração desses migrantes na composição social e cultural do estado torna-se visível e inegável. (SOUZA, 2001)

O objetivo dessa pesquisa foi enfatizar a presença de migrantes paraibanos em Boa Vista/RR, especificando os oriundos do município de Olho D’Água/PB, elucidando aspectos deste processo migratório. Dessa forma, abordou o contexto dos atrativos presentes na década de 1980-1990 em Boa Vista, ligando-os ao contexto de estagnação econômica do município paraibano, sendo que ainda tratou das redes sociais que ligaram os que saíram de Olho D’Água/PB aos olho-d’aguenses que já viviam em na capital roraimense.

Este texto apresenta um excerto da monografia supracitada. Vai apresentar os resultados da pesquisa empírica realizada, que permitiu delinear algumas características desta migração e as redes que se constituíram no processo, destacando a sua importância na inserção e permanência dos olhod’aguenses em Boa Vista.

* Graduada em História pela UFRR.

** Doutora em História. Professora Curso de História e do PPGSOF/UFRR.

¹ Este trabalho insere-se no projeto *HISTÓRIA, MEMÓRIAS E MIGRAÇÕES: DINÂMICA URBANA DE BOA VISTA/RR A PARTIR DE 1943*, apoiado pelo CNPq.

Para elaboração da pesquisa buscamos fontes bibliográficas e realizamos um trabalho de coleta de dados junto a alguns migrantes olho-d'aguenses residentes em Boa Vista. Assim sendo, foram utilizados como instrumento de coleta de dados questionários objetivos com abertura para comentários, aplicados aos olho-d'aguenses moradores de Boa Vista/RR. Com os questionários obtivemos informações sobre a migração, a inserção em Boa Vista/RR e as redes sociais presentes nesse deslocamento, de forma mais abrangente e completa, pois além de podermos quantificar algumas informações, pudemos contar com os comentários, que foram bem explicativos e esclarecedores. Foram aplicados à 10 migrantes olho-d'aguenses, de 6 famílias diferentes, seguindo todos os requisitos legais e éticos: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e uma declaração de cessão de uso das informações coletadas foram assinados pelas em duas vias partes, ficando uma cópia com os entrevistados e outra com a pesquisadora. Fica aqui o nosso agradecimento a todos que colaboraram com a pesquisa.

Algumas características dessa migração

Ao fazer um comparativo entre origem e destino, utilizando os dados dos censos do IBGE de 1980, 1990, 2000 e 2010, foi possível apontar o aumento da presença de paraibanos em Roraima e, ao mesmo tempo, demonstrar a diminuição da população olho-d'aguense. Nesta cenário, encontrar uma trajetória única de migração mostrou-se tarefa inviável e, assim sendo, o que vamos abordar aqui é uma série de fatores que levaram a esse deslocamento. Observamos que as trajetórias migrantes registradas na pesquisa ainda que mostrem peculiaridades, enfatizam as características comuns entre os migrantes pesquisados. Desse modo, observamos que as motivações são semelhantes, assim como a vinda de mais de um membro da família.

Os questionários foram aplicados entre abril e maio de 2015. Contando com 19 perguntas, cada uma era lida ao entrevistado e a resposta, seguida ou não de comentários, foi registrada por escrito e em áudio. Destacamos que mesmo tendo sido concedido o direito de mencionar os nomes dos entrevistados, decidimos omitir os nomes, nomeando-os como “Migrantes” e os identificando de acordo com a sequência cronológica de realização das entrevistas.

Ouvimos adultos com idades que variam dos 30 aos 49 anos: 7 entrevistados com idades de 40 a 49 anos e 3 entrevistados com idades de 30 a 39 anos. Quando questionados a respeito do seu estado civil na época da migração e atualmente, nota-se uma de maioria casados: na época da migração, 5 entrevistados já eram casados e

5 eram solteiros; atualmente, 7 são casados e 3 permanecem solteiros. Nesse sentido, já se nota a presença familiar, pois metade dos pesquisados chegaram com uma vida familiar construída e mantiveram essa estrutura, e os que ainda não tinham consolidaram essa situação após a migração.

No comparativo entre as atividades exercidas na Paraíba e em Roraima, temos, atualmente, 5 professores, 1 enfermeiro, 2 administradores, 1 autônomo e 1 servidor público, ressaltando que os professores e o enfermeiro mantiveram as suas profissões. Isso nos levou a identificar um número significativo de professores vindos na década de 1990, dentre nossos pesquisados, 5 deles são professores atuantes nas redes pública e privada. Salientamos que a vinda de migrantes qualificados profissionalmente liga-se às oportunidades de concursos públicos na década de 1990, tendo em vista a consolidação da estrutura do novo estado de Roraima, criado em 1988.

Sobre isso, o Migrante 2 comenta que atuou em Olho D'Água como (...) *professor na rede estadual, pro tempore, naquela época era pro tempore, e trabalhei na prefeitura como fiscal de obras*. Em Roraima ele atua na rede pública de ensino através de concurso público e na rede privada. Já o Migrante 3 comentou a falta de oportunidade que o município de Olho D'Água oferece, quando questionado sobre a função que exerceu no município: *nenhuma, a cidade lá nunca me deu oportunidade, por isso eu vim embora*. Assim, observa-se que um dos atrativos para a vinda de olhod'aguenses para o estado está relacionado à falta de oportunidades de emprego na cidade de origem.

As entrevistas ainda apontam uma migração maior na década de 1990: 7 entrevistados chegaram entre 1990 a 1999, os outros 3 chegaram entre 2000 e 2006. Mas ainda podemos salientar que os comentários apresentam indícios de migrações bem anteriores a isso, pois a maior parte dos migrantes mencionou saber ou ter contato com outras pessoas que chegaram anteriormente.

Diante disso, os migrantes foram questionados sobre o número de pessoas de Olho D'Água/PB que eles acreditavam residir em Boa Vista/RR, e as respostas apontaram para uma média de 50 a 100 pessoas. Ainda que não seja um dado preciso, aponta o número significativo de habitantes de uma mesma cidade que se deslocaram em períodos próximos. Nesse sentido, os Migrantes 1 e 2 informaram conhecer um número significativo de pessoas de Olho D'Água/PB, destacando:

Conheço, apesar de não ter contato com todos, e que a maioria tem praticamente a história bem parecida com a minha. (...) Eu acho que tem mais de 100 pessoas, por que assim, um vai lá pra Olho D'Água e as pessoas que vem de lá, vem através de amizade, uns vai conversa e traz os outros pra cá. (MIGRANTE: 1)

Bastante! (...) Famílias nem tanto, por que não dá pra saber ao certo, tem quase 100 pessoas que eu conheço da minha cidade, se não tiver mais. (MIGRANTE: 2)

Aqui já começa a se evidenciar a presença das redes de contato que ligam os dois municípios, entre os migrantes e os habitantes que permaneceram na origem. Assim, perguntados sobre a vinda, fica evidente a presença das redes nesse deslocamento. Sobre isso, 8 pesquisados vieram e ficaram de uma vez e 2 já haviam estado em Boa Vista de passagem, voltando depois. Um deles comenta: *Eu fui e voltei umas 40 vezes.* (MIGRANTE: 3)

Questionados sobre como vieram para Roraima, as respostas são variadas: 6 chegaram sozinhos, 2 com a família e 2 com os amigos. A maioria veio e depois trouxe a família, já que eram os primeiros migrantes de cada família olho-d'aguense a vir para a região. Esse aspecto é apresentado pelos migrantes em seus comentários:

A minha amiga foi pra lá, pra Olho D'Água e me convidou pra eu vir pra cá, por que aqui ia ter um seletivo e eu fui e resolvi de última hora. Vendi tudo que eu tinha lá e vim pra cá, junto com ela, trouxe dois filhos e meu marido veio depois. (MIGRANTE: 1)

Eu vim por que já tinha meu primo aqui, que é advogado, (...) aí vim pra cá, pra poder tentar, pra poder tentar melhorar a vida por aqui. (MIGRANTE: 4)

Bom é, quando eu estava pra terminar o curso né, eu falei com meu compadre, que falou das oportunidades de emprego que havia aqui, então eu não pensei duas vezes e vim embora, então graças ao intermédio de compadre, principalmente que ele falou que quando chegasse aqui ele ia me auxiliar na busca de emprego, então devido também a falta de oportunidade na Paraíba, eu me desloquei pra cá. (MIGRANTE: 5)

Vim sozinho, depois veio minha esposa e minha filha. (MIGRANTE: 7)

A respeito da chegada ao estado, as respostas e as trajetórias são diferentes, uns já tinham emprego garantido outros vieram em busca de uma remuneração melhor.

Vim com o propósito de aqui ter crescimento nos estudos, devido minha família ser de baixa renda e essa família que eu morava me deu oportunidade de estudar, (...) antes eu era domestica se você observar aí já tive várias oportunidades de trabalho, então foi graças a eles, e hoje estou aqui. (MIGRANTE: 6)

Decidi vir para Boa Vista-RR por ter a certeza de que a oportunidade de emprego era maior do que em Olho D'Água-PB ou em qualquer outra cidade da Paraíba. (MIGRANTE: 10)

Vim e fiquei logo, fui morar na Maloca do Contão [interior do estado], passei três anos lá, devido a demarcação das terras, muito conflito, eu não gostei dos problemas que estavam acontecendo, eu vim embora para Boa Vista em 2005. (MIGRANTE: 8)

Nesse quesito, começaram a se evidenciar as diversas motivações e contextos que marcam a vinda dos migrantes olho-d'aguenses, cada um com objetivos e perspectivas diferentes, mas tendo em comum a busca por uma melhor condição de vida. Nesses comentários também fica evidente a ação das redes sociais e familiares, um vinha primeiro e depois era seguido por outros.

Com a aplicação do questionário com abertura para comentários, conseguimos identificar de forma mais precisa os fatores socioeconômicos ligados a migração. Uma das questões mais evidentes foi a falta de oportunidades na origem, relatada por todos os migrantes. Isso é corroborado quando observamos dados sobre pobreza do município. Para ter uma ideia, em Olho D' Água 50,3% da população possuía renda *per capita* até R\$ 140,00, no ano 2000. No mesmo ano, os 20% mais ricos detinham 64,9% da renda do município².

Podemos observar isso também nas respostas sobre quais informações sobre Boa Vista mais chamaram atenção dos entrevistados: todos os 10 pesquisados responderam a oportunidade de emprego, confirmando que a falta de trabalho na origem foi um fator que impulsionou o deslocamento; 1 acrescentou ainda a facilidade para adquirir moradia. Como comentou o Migrante 7: *Vim e fiquei, tinha que vir mesmo, não tinha como ter emprego por lá, e tinha que ficar por aqui mesmo.*

Outras questões estruturais comuns aos municípios do semiárido paraibano, motivaram a opção por migrar em busca de oportunidades.

Questão política, eram os fatos que fazem com que as pessoas ou migrem ou fiquem presos, no meu caso, como eu não queria ficar preso a política local, eu preferi sair, mas muita gente fica, por que arranja algum benefício e termina permanecendo lá, outros não. (MIGRANTE: 2)

Facilidade de emprego e principalmente, como já foi comentado também, a questão da diferença salarial da Paraíba pra cá, também me chamou atenção, a final de contas o país é capitalista. (MIGRANTE: 8)

(...) por que lá eu não tinha oportunidade, não que a família a qual morasse não me desse, por que até pra eles era difícil, devido a cidade ser pequena, ser cidade do interior. (MIGRANTE: 6)

Os 10 entrevistados citaram como a principal motivação para o deslocamento a busca de oportunidades e por melhor condição de vida. Dois entrevistados ressaltaram em seus comentários esse último aspecto:

Outros, construir minha vida aqui como pessoa, é ter a minha casa própria, ainda não tenho, mas não foi por falta de oportunidade, por que assim, já surgiram mas não foi o momento. (MIGRANTE: 6)

Interesse, o regionalismo, tinha interesse sempre de vir para a Região Amazônica, questão regional, também a oportunidade de emprego. (MIGRANTE: 2)

² Ver: <http://ideme.pb.gov.br/objetivos-do-milenio/olho-d-agua.pdf/view>

Na década de 1990, Roraima, como um estado recém-criado, aparece como grande promotor de concursos públicos, e isso trouxe muitos migrantes de todas as regiões do país, inclusive os de Olho D' Água. No seu comentário, o Migrante 4 destaca esse fato: *Como era um estado novo, em 95 o estado só tinha 7 anos, implantado em 88, as chances aqui eram bem boas, através dos concursos*. Destacando que em sua maioria, os migrantes entrevistados são funcionários públicos concursados.

A motivação para o deslocamento é evidenciada na falta de oportunidade e na precariedade do município em absorver sua mão de obra. Estudos consultados apontam o deslocamento para a região centro-sul do país como característica da migração de trabalhadores dos municípios do semiárido, o que chama a atenção para a opção dos migrantes pesquisados de vir para a região Norte. Um dos entrevistados já tinha feito uma migração anterior para o centro-sul, o Migrante 8 destaca: *Em São Paulo eu exercia a função de caixa de estacionamento. Já, fui a São Paulo retornei à Paraíba e depois para Boa Vista*.

Quanto às motivações determinantes para a migração, as respostas obtidas demonstram a insatisfação pessoal e profissional dos pesquisados no seu município natal: 5 informaram que migraram em busca de realização profissional, 2 de realização pessoal, 1 de uma melhor condição de vida, 1 por uma melhor remuneração financeira. Fica evidenciada a diversidade de motivações que constituem a trajetória desses migrantes. Podemos observar, contudo, que todos visualizaram em Boa Vista as oportunidades pessoais e profissionais e melhores condições de vida almejadas.

As redes sociais que ligam Olho-D'Água à Boa Vista

Discutindo as redes sociais que atuaram nessa migração, destacamos o fato de Olho D' Água ser uma cidade pequena³, onde muitos se conhecem, facilitou o contato entre os de lá e os que já estavam em Boa Vista. Acreditamos que as redes são precursoras do deslocamento de olhod'aguenses para Boa Vista/RR, com destaque para as redes familiares analisadas na pesquisa.

As redes são as ligações entre lugar de origem e o de destino, constituídas por meio de relações pessoais, são fontes de informação, articulam a passagem para a vinda dos migrantes e o auxílio para os que seguem os primeiros. Segundo Póvoa-Neto, "tais redes se tornam forças sociais vivas, a estabelecer 'pontes' entre os lu-

³ Segundo o IBGE, o município tinha 6.931 habitantes, em 2010, observando-se um crescimento negativo de -1,21% entre 2000 e 2010; em 2015, a população estimada foi 6.646 habitantes. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251040&search=paraiba>

gares e a permitir o fluxo de informações e de pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência.” (1997, p.22)

Nessa perspectiva Brito (2009) destaca a importância dos grupos primários de relação que o migrante tem ao se deslocar. Para ele as bases que vão sustentar essa movimentação estão nesses grupos, já que vão ser o primeiro contato que o migrante vai ter com novo local e também vão ser a relação com sua raiz, ou seja, ter apoio para se estabelecer e, ao mesmo tempo, tentar manter o contato com a terra natal.

Nesse sentido, a migração pesquisada parece estar fundamentada nessas “pontes” e nessas “bases” de auxílio, tanto para o deslocamento, quanto para ajudar aos que chegavam por outros que já estavam estabelecidos em Boa Vista. A maioria dos entrevistados aponta isso:

As redes sociais têm papel de precursoras desse processo, pois elas ligaram as informações sobre Boa Vista/RR aos que estavam em Olho D’água, atuando como fator de impulso para o migrante, e se consolidada pelo contato prévio que os migrantes vão ter com o seu destino pretendido, influenciando diretamente na sua decisão de se deslocar. Assim, a importância dessas informações é definida nos comentários dos migrantes:

Com certeza, abrevia um pouco a respeito do conhecimento de como é a região, de que forma você vai sentir o impacto quando sair do interior do sertão pra migrar para outra região, você de certa forma tem que ter uma prévia, saber pra onde você vai, como é que essa região realmente se encontra em desenvolvimento e pra isso tem que ter o contato. (MIGRANTE:2)

É eu acho que assim, você não vai sair da sua, do meio da sua convivência né, que vive ali, nasceu e se criou, pra um local que você não tem ninguém conhecido é bem mais difícil, você deixar e se adaptar, agora quando você já tem uma pessoa lá que já está fixada né, já fixada, você já tem é uma referência, pra poder até lhe ajudar a se adaptar ali naquele local. (MIGRANTE: 4)

As correntes formadas na migração de nordestinos para o estado se apresentam em diversos contextos. Vale explica que “como os lugares não são iguais, as redes que neles se instalam são marcadas pela heterogeneidade, tanto na forma quanto na composição, permitindo a constituição de categorias diferenciadas de fluxos e de usos do tempo”. (2014, p.122). Neste sentido, já se tem estudos sobre grupos específicos sobre nordestinos em Roraima. Nogueira (2015), no seu estudo sobre os maranhenses, ressalta que “é possível estabelecer uma conexão dialógica entre os sujeitos migrantes”, explicando que as redes são construídas e estabelecidas a partir da mediação entre o “espaço de experiência” e os “horizontes de expectativas”.

Nessa perspectiva, Ana Lia Vale destaca que é possível identificar dois componentes principais na constituição de uma rede: “os sujeitos, que a rigor são os nós que representam fisicamente as redes e que ancoram as articulações em seu interior, e as relações, compostas pelos elementos de interação entre os sujeitos”. (2014, p. 123-124). Nesta pesquisa, observamos que o contato com parentes, amigos, conhecidos, que já tinham se deslocado pra a região, pode facilitar a saída da terra natal e a ida para Boa Vista.

Nos comentários dos migrantes eles apontam o conhecimento prévio de pessoas que já moravam em Roraima, como nos comentários abaixo:

Sim, com certeza! E muito, claro que influenciou né, influenciou tanto que resolvi (...)foi questão de uma semana(...). (MIGRANTE: 1)

(...) quem veio primeiro foi trazendo, falando das oportunidades que existiam aqui no estado de Roraima e automaticamente as pessoas foram se deslocando pra cá. (MIGRANTE: 5)

Mesmo que isso não tenha sido determinante para a migração, exerceu grande influência, pois como afirma Vale, as redes de contato têm papel fundamental no deslocamento migratório, principalmente na “migração de longa distância”. Nela há mais riscos pessoais, tais como: “segurança pessoal, conforto, renda, possibilidade de satisfazer as relações sociais” e ter “parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho” inseridos no possível destino, conferem “confiança sobre as redes de informações interpessoais estabelecidas [e] minimizam e diluem os riscos”. (2014,p.126)

Se apoiar no conhecimento preestabelecido desses locais, faz com que o migrante se sinta seguro para deslocar-se, fundamentado-se nas informações que podem ser confiáveis, pois estão baseadas na experiência de quem já migrou, como vemos nestes comentários:

De já ter informações de outras pessoas aqui (...) Informações, outros já tinham dado certo né, tava dando certo. (MIGRANTE: 4)

Questão financeira pra melhorar no caso, como lá não tinha condições de emprego, tal, a principal foi justamente a financeira. (MIGRANTE: 7)

Profissional, até por que a gente sabe que lá não tem condições de trabalho, pelo menos na época não eram tão favoráveis. (MIGRANTE: 9)

Terminei a universidade e desejava sair do estado da Paraíba, conhecer outras regiões. (MIGRANTE: 2)

Verificamos que com os migrantes pesquisados a existência de redes sociais integradas por familiares, amigos e conhecidos, que ligaram esses migrantes à Ro-

raima e que impulsionam a vinda de paraibanos para o estado até os dias atuais. As respostas dos migrantes a respeito de quem teve informações prévias para migrar e também se tiveram ajuda para se deslocar, variaram, mas seguiram um padrão quanto a importância das redes. Em relação a ajuda para se deslocar, 9 dos migrantes relataram essa ajuda, apenas em um caso ela não foi relevante; já em relação às informações obtidas, 3 obtiveram por meio da família, 6 por meios de amigos e 1 através de informações por outros meios de comunicação.

Podemos dizer que as informações sobre Boa Vista/RR ajudaram os migrantes olhod'aguenses a conhecer um pouco do local de destino e a se adaptarem melhor, como eles comentam:

As informações era as que os colegas mesmo, os primos mesmo passava, a respeito de emprego, de trabalho, que era uma região recente, criada recentemente como estado, a pouco tempo em 88 foi criada como estado, e aqui tinha uma oportunidade muito grande de emprego e como a gente também tava saindo da universidade, tinha interesse de vir e como eu não tinha muito interesse de ir para a região centro-sul, então me fez vir pra essas regiões, principalmente Roraima. (MIGRANTE: 2)

As informações que eu tinha sobre Boa Vista era só com relação ao pessoal que já estava aqui, os amigos. Eu não sabia, há lá tem quantos mil habitantes? Lá o estado não tinha essas informações. (MIGRANTE: 4)

Acerca da importância das redes nas migrações, Póvoa-Neto explica que “tudo parece indicar que, na conjuntura de crise, as redes de relações sociais primárias tendem a representar um apoio ainda mais fundamental àqueles que buscam se estabelecer em um dado lugar ou se encontram simplesmente de passagem.” (1997, p.21). Como disseram os pesquisados, ao deslocarse eles contavam com um fator de risco, pertinente ao desconhecimento do lugar e das condições que encontrariam, algo que foi minimizado com as informações prévias recebidas.

Além de identificar as redes como precursoras de novas migrações, elas também se destacam na ligação entre o migrante e sua origem, como Ana Lia Vale explica em seu estudo sobre os nordestinos em Boa Vista:

A rede social formada por sujeitos nordestinos, procura manter as tradições culturais da região de origem numa perspectiva de transmitir as gerações (que já não são mais nordestinos, mas sim nortistas, pois são os filhos de nordestinos nascidos em Roraima), o legado cultural do Nordeste. (2014, p.137)

O que podemos notar nesse sentido, é que as redes têm papéis variados no que diz respeito à migração, ela se articula de variadas formas, por meio do contato en-

tre o migrante, sua origem e de destino, antes e depois da migração. Dessa maneira migrar sem ter um apoio inicial pode se tornar inviável. Podemos salientar que a migração dos olho-d'aguenses está baseada nas informações obtidas das mais variadas formas. Neste sentido, esta pesquisa pode identificar uma rede de famílias que se deslocaram ao longo do período estudado

Importância das redes na migração e na inserção e permanência em Boa Vista

As redes de contato entre os municípios estudados proporcionaram um alicerce para a migração e a permanência no destino escolhido. A capacidade de adaptar-se a novos destinos é de suma importância para o migrante, e isso pode se dar pela troca de informações e contatos com os já se estabelecidos. Mantendo uma relação entre as evidências coletadas nas fontes e os dados fornecidos pelos migrantes entrevistados, conseguimos ter uma boa percepção da existência de redes atuando entre os dois municípios.

Nove dos migrantes pesquisados apontaram a importância das redes sociais na sua decisão de migrar. A existência de uma rede familiar é apontada como sendo um fator de importância: os 10 entrevistados responderam estar inseridos em uma rede familiar na época da migração. Contudo, perguntados se essas redes eram integradas só por suas famílias, os 10 disseram que não. É bom explicar que foi feita uma breve introdução do que se entende por rede na pesquisa, para que pudessem responder de forma mais segura. Nas respostas e nos comentários todos identificaram a existência de redes familiares em Boa Vista/RR conectadas a Olho D'Água, redes intra familiares e inter familiares.

Assim, foi possível notar que esse movimento de migrar em rede não se dá só pelo laço de parentesco, mas também por serem naturais do mesmo local, ou seja, famílias conhecidas de lá continuam mantendo seus laços aqui e, ainda, novos laços entre famílias olho-d'aguenses se formam com a migração. Isso pode ser visto nos comentários: (...) *a gente hoje vive, a família que a gente tem aqui é como se fosse a de lá, é o contato nosso aqui.*" (MIGRANTE: 4); (...) *De sangue nenhum, mas assim como eu mesma disse antes, a família que me acolheu, eu considero eles* (MIGRANTE: 6); *Depois que a gente sai de lá, que se encontra aqui é como se fosse todos da mesma família.*" (MIGRANTE: 8)

Pudemos notar, ainda, que os migrantes olho-d'aguenses têm um conhecimento em relação a outros que aqui residem, mais de uma vez foram questionados a respeito disso e as respondam sempre apontam para esse conhecimento: 9 responderam que mantém contato com outras famílias residentes em Boa Vista. Notamos tam-

bém que acreditam e apontam ter muito mais famílias residindo no estado além das que eles conhecem, como já mencionado acima.

Também podemos ressaltar a presença em Roraima de mais de um membro de cada família entrevistada. Preguntados quais pessoas de sua família moram na cidade, 6 responderam esposas e filhos; 5 tem irmãos; 2 tem primos; 2 tem tios; e 6 tem também outros parentes. Ter mais de um membro de sua família residindo no estado proporciona a permanência e, também, a vinda de outros, que vem por saber que já existem alguns dos seus aqui. Os migrantes comentaram ter parentes em Boa Vista/RR que vieram junto e que os seguiram, e alguns ampliam o conceito do família estendendo-a aos amigos mais chegados.

O contato entre os migrantes consegue sanar um pouco da saudade de sua origem, manter os laços vivos e, em muitos casos, reuni-los social e culturalmente. As reuniões agrupam vários migrantes de Olho D'Água/PB e aproximam a relação entre as famílias, proporcionando uma sensação de conforto, o que ajuda na permanência em Roraima. Uma boa convivência entre os que já estão em Boa Vista ajuda a vinda de outros conterrâneos. Enquanto não estão estabilizados, esses auxílios são de suma importância na permanência, como neste comentário: *Foi um apoio, inclusive eu fiquei na casa dela e depois eu fiquei na casa de outra amiga, que me apoiaram, mais ou menos um mês, eu fiquei na casa dessa outra amiga.* (MIGRANTE: 1).

É importante destacar que a circulação de informações ocorre por diversos meios de comunicação, telefone, jornal, revista, carta, fotografia e, mais recentemente, a internet. Vale (2014) argumenta que as redes vão se multiplicando e suas relações com o espaço são maiores do que o tempo vivido e a comunicação se torna mais vasta. Nesse sentido o controle de um espaço está ligado a capacidade de viver em rede, pelas redes sólidas que vão se estabelecer consequentemente.

Questionados sobre a manutenção com os familiares ainda residentes em Olho D'Água, todos os 10 pesquisados responderam manter contato com sua origem e, principalmente, com seus familiares: Mantenho contato com os familiares por meio de telefonemas e de pessoas que visitam a cidade durante as férias (MIGRANTE: 10).

Na pergunta sobre a vontade de voltar a residir em Olho D'Água, as respostas foram bem precisas e parecidas: dos 10 pesquisados, 9 responderam não desejarem voltar a residir no município e apenas um salienta ter esse desejo de retorno. Muitos comentaram que a adaptação é um empecilho para o retorno.

Já tive muita vontade, hoje não tenho mais. Eu acho que a adaptação aqui em Boa Vista e também pelo fato de ter perdido um ente querido, que foi minha mãe. (MIGRANTE: 1)
Não tenho planos de voltar. Por que eu já e fixei aqui, já tenho a minha família, já criei uma rotina né, ao longo desses anos, difícil de você voltar e retomar uma rotina lá novamente. (MIGRANTE: 4)
Não, só a passeio mesmo. Por que já estou adaptado aqui, lá embora tenha meus irmãos e sobrinhos, mas lá só a passeio, pra morar mais não, aqui terminar o resto da minha vida aqui. (MIGRANTE: 9)

Além da adaptação outros fatores são apresentados pelos migrantes, como a falta de estrutura no município paraibano e a falta de oportunidades, que seguem sendo as mesmas, e o desejo de manter o padrão de vida alcançado, que lá não seria possível.

A morar não, só a passeio, pois assim lá não, a cidade ser pequena, do interior, ela não dá muita oportunidade de trabalho e aqui em Boa Vista eu comecei a estudar, mesmo você com o nível médio tem oportunidade, diversas oportunidades (...). Tenho vontade de voltar pra passear, rever minha mãe, meus irmãos, como disse antes, família de sangue eu não tenho nenhuma aqui, mas só a passeio mesmo. (MIGRANTE: 6)
Não, apesar de ser a cidade natal e por isso possuir um significado muito especial, não vejo perspectivas de melhorias (estrutural, social e cultural) para se viver. (MIGRANTE: 10)

As motivações são muitas, mas o desejo de não retornar fica evidente em todos. O que mais aparece é o descontentamento com o município e sua estrutura, e a falta de atrativos que prendam sua população persiste, como apontam os dados sobre o decréscimo populacional de Olho D'Água citado acima, produto de migrações constantes, não só para Roraima, mas para qualquer polo de oportunidade do país.

Entretanto há um desejo exposto de um possível retorno para a Paraíba. Nesse sentido, alguns dos migrantes apontam como destino de retorno a capital paraibana, João Pessoa/PB.

Só pra viagem, só turismo, só férias. Não acho que a cidade vai me proporcionar alguma coisa melhor que aqui. O sertão lá de onde eu vim não, tenho vontade de morar na capital, mas ao sertão não, pra morar não, pra residir não. (MIGRANTE: 2)
Pra Olho D'Água não, pra Paraíba. Ficar mais próximo da família, certo que aqui já tem várias pessoas da minha família, mas que eu tenho vontade sim. (MIGRANTE: 7)
Morar mesmo em Olho D'Água não, se fosse voltar a morar na Paraíba seria em João Pessoa, eu acho que Olho D'Água não tem uma fonte de emprego ou então a gente vai viver aquela vida de sempre, e eu não quero não, não pretendo morar em Olho D'Água não. (MIGRANTE: 8)

Ainda sobre isso, citamos o comentário do único entrevistado que diz querer retornar ao município de origem, e seu motivo corrobora a falta de oportunidades no município aqui apontada:

Vontade eu tenho sim, não tenho como dizer que não tenho, mas quando né, eu voltaria sim a morar em Olho D'Água depois de encerrar a minha carreira profissional, por mim eu voltaria a morar em Olho D'Água. (MIGRANTE: 5)

Por outro lado, em todos os questionários as melhores condições de vida encontradas em Boa Vista/RR são primordiais para a fixação no estado. Manter um bom padrão financeiro, ter emprego e adquirir moradia são objetivos consolidados pela maioria de nossos entrevistados. Os que ainda não obtiveram comentaram não ser por falta de oportunidade e sim por algum motivo pessoal não citado.

Nesse sentido, buscamos saber se esses migrantes conseguiram obter uma realização econômica e uma estabilidade de vida:

Foi importante, foi interessante, primeiro eu vim pra passar alguns anos e terminei ficando até então. É uma região boa, ótimo lugar, não tem muito desenvolvimento, mas e o número de violência é baixo considerado com outras regiões, o local que ainda dá pra criar a família bem, próximo de tudo, não tem distância entre os pontos e uma agraciada pela natureza e me identifico bastante. (MIGRANTE: 2)

O meu deslocamento da Paraíba pra cá a decisão de vir pra cá, com o auxílio dos amigos que me incentivaram a vir, hoje eu acho que foi umas das decisões mais certas que tomei na vida, foi por que com essa vinda, com essa decisão que consegui, é ter condições de poder construir realmente uma vida financeira aceitável, né, que desse pra sobreviver, desse pra gente poder viver, com uma certa tranquilidade, coisa que provavelmente eu não teria na Paraíba. (MIGRANTE: 5)

Graças a Deus, eu tive uma grande realização, fiz a minha pós graduação que era meu sonho, sei que ainda tem muito a fazer meu mestrado, mas Boa Vista pra mim, foi muito bom, graças a Deus, só me fez crescer e tenho uma vida aqui, não sei se um dia voltaria a morar na Paraíba não. (MIGRANTE: 8)

Boa Vista é uma cidade que oferece oportunidade de trabalho e de estudo, que é fundamental para o desenvolvimento pessoal. (MIGRANTE: 10)

Para eles e para outros a capital de Roraima proporcionou muitas formas de se estabelecer e de adquirir a estabilidade almejada. Vários aspectos podem ser apontados como fatores na decisão de aqui estabelecer raízes, com destaque para a rede existente entre as famílias, que fornece segurança e o sentimento de acolhimento que todo migrante sonha em ter.

Considerações finais

Boa Vista, a partir da década de 1980, com todos os seus atrativos acaba por abrigar um número expressivo de migrantes, que após um certo tempo de residência acaba consolidando um um pertencimento, um sentir-se em casa nas terras roraimenses.

Como cada trajetória migratória é distinta outra, verificamos entre todos os entrevistados que Roraima e sua capital são vistas como polos de oportunidades e de melhores condições de vida, seja para e constituir uma vida melhor para a família, seja pelas facilidades que oferecia para que se estabelecessem. E a existência de redes que ligam olho-d'aguenses em Boa Vista/RR é inegável, como, por exemplo, entre os professores, que comentaram ter vindo por intermédio de outros conhecidos ou por ter obtido algum tipo de proposta aqui de melhor remuneração para a sua profissão.

Permanecer em Roraima se torna mais fácil com o convívio de seus conterrâneos. Manter uma relação com outros migrantes fornece um apoio e uma base para se manter aqui e, também, mantém os contatos dos que vivem em Boa Vista com a sua origem. As redes sociais que fazem circular informações e contatos, existem entre os estados da Paraíba e de Roraima, o que é apontado nos dados apurados no questionário e enfatizado nos comentários dos migrantes entrevistados. Seguindo estas redes, a pesquisa mostrou a opção por migrar como meio de melhorar de vida, articula a origem e o destino e é um fator bastante presente na trajetória dos migrantes entrevistados.

Saber da existência de famílias olho-d'aguenses em Boa Vista/RR aproxima os migrantes de Olho D'Água/PB, mantendo contatos que solidificam a rede configurada na pesquisa. Famílias e indivíduos se auxiliam e podem promover a vinda de novos migrantes, o que nos permite afirmar que há uma continuidade nessa migração, ainda que ela apresente flutuação numérica em alguns períodos, pois uns trazem os outros.

Os dados aqui apresentados sobre Olho D'Água/PB, que mostram um decréscimo constante da sua população, também fundamentam a afirmação acima. Dessa forma, a permanência dos fatores de “expulsão” apresentados na pesquisa, mostra que sair deste município do semiárido paraibano se torna quase uma necessidade.

Referências bibliográficas

BIZERRA, Rita Neta. **Olho D'água A princesinha do vale**. João Pessoa- PB: Gráfica e editora Persona, 2002. 395 p.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. In: VI Encontro Nacional sobre Migrações, 2009, Belo Horizonte. **Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações**. Campinas: ABEP, 2009. v. 1.

CAVALCANTE, Marilva Batista. **Entre Histórias e Memórias: considerações da migração de paraibanos em Irecê - BA**. 2012.

DINIZ, Alexandre M A; SANTOS, Reinaldo Onofre dos. **Fluxos migratórios e formação da redeurbana de Roraima**. Disponível: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_345.pdf

GUERRA, Danyelle Mota Ricardo. **Redes sociais de migração como crítica social às políticas públicas: estudos de casos em Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Políticas públicas e sociedade). Ceará, 2007.

NOGUEIRA, Francisco Marcos Mendes. **“O Maranhão é aqui”**: territorialidades maranhenses na cidade de Boa Vista-RR (1991- 2010). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteira, 2015.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima**. 2003. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PÓVOA-NETO, Hélio. Migrações internas e mobilidades do Trabalho no Brasil atual. **Novos desafios para análise**. Ed. Humanistas Publicações FFLCH/USP. São Paulo, n.2, 1997.

SÁ, Vinícius Claudino de; WIZNIEWSKY, José Geraldo. Desenvolvimento local ou Migração: Uma reflexão sobre as alternativas para os jovens do semiárido brasileiro. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1, jan./abr. 2013.

SALIM, Celson Amorim. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. 1992.

SCHMIDT, Ricardo Filho; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes. Recursos ambientais e dinâmica populacional no semi-árido paraibano. **Revista de Economia**, v. 34, n. 2 (ano 32), p. 46-68, maio/ago. 2008. Editorial UFPR.

SILVA, Elton Oliveira da; MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes. **Perspectivas de migração dos jovens em áreas de assentamento do estado da Paraíba**. 2008.

SOUSA, Celene Faria de. **A autoafirmação da identidade de maranhense através da festa “O Maranhão é aqui”, comunidade São Raimundo Nonato, bairro Santa Luzia, Boa Vista/RR (2010-2013)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, 2014.

SOUZA, Carla Monteiro de. **História, memória e migração: processos de territorialização e estratégias de inserção entre migrantes gaúchos radicados em Roraima**. Tese (Doutorado em História). IFCH/PPGH, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

TARGINO, David Dantas. **As territorialidades dos paraibanos em Boa Vista-RR: uma leitura a partir da atividade comercial (1980-2014)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, 2014.

VALE, Ana Lia Farias. **Nordeste em Roraima: migração e territorialização dos nordestinos em Boa Vista**. Boa Vista: EDUFRR, 2014. 245 p.

Sites consultados

<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ideme.pb.gov.br>

<http://www.portalodm.com.br>

ARTIGO

**SOBRE DISPOSITIVOS DE GOVERNO E NOVA
“URBANIZAÇÃO” NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ALGUNS
INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE
“ESTADO”, “FAMÍLIA” E “MOBILIDADE”**

Introdução

Essa comunicação apresenta dados e reflexões produzidas na intersecção dos caminhos iniciais de duas pesquisas que propõem, dentre outras questões, interpretar a nova “urbanização” da Amazônia a partir de um olhar socioantropológico sobre redes de relações “familiares” e suas relações de afeto e poder.

Fabio Candotti, um dos autores, coordena o projeto “Regimes de mobilidade espacial na Amazônia urbana”. Esse projeto, financiado pelo CNPq, envolve pesquisadores de diversas universidades brasileiras, inclusive a coautora deste trabalho. Trata-se de uma pesquisa coletiva que visa interpretar a experiência social nas cidades da Amazônia à luz das suas novas mobilidades. Flávia Melo coordena a pesquisa “Políticas públicas e trajetórias de gênero na fronteira: análise do processo de implementação do Programa Bolsa Família (PBF) na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia”, financiada pela FAPEAM. A investigação, situada na interface Antropologia e Políticas Públicas, visa compreender como gênero e fronteira são produzidos, em diferentes escalas, por famílias beneficiadas pelo PBF e por agências estatais.

Em ambas pesquisas, três evidências têm chamado a atenção. Em primeiro lugar, a complexidade das mobilidades urbanas e rururbanas na Amazônia. Tanto nas pesquisas em Manaus quanto em Tabatinga, e em outras cidades da tríplice-fronteira, as trajetórias de vida observadas, bem como o cotidiano de moradores pertencentes a classes sociais distintas, são (quase) sempre marcadas por deslocamentos espaciais que não podem ser facilmente descritos na chave dos “processos migratórios”. Em termos concretos, no lugar dos deslocamentos de núcleos familiares que “abando-

* Doutor em Sociologia (Unicamp). Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas.

** Doutoranda em Antropologia (USP). Docente da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

nam” áreas rurais, ou pequenos núcleos urbanos (ou, mesmo, países), em direção a cidades maiores (ou a outros países), o que se observa são trajetórias individuais e relações familiares marcadas por deslocamentos ou por “circulações” com múltiplos itinerários e com durações e extensões diversificadas.

Assim, para um conjunto amplo de mobilidades, o par de categorias “origem” e “destino”, consagrado pelos estudos migratórios, não faz tanto sentido. Do mesmo modo, as relações “familiares” parecem muitas vezes construídas através desses deslocamentos não definitivos de indivíduos, que tecem amplas redes de parentesco que podem conectar núcleos urbanos distantes (como Tabatinga e Manaus) ou cidades de países distintos, mas fronteiriços (como Tabatinga, Leticia e Santa Rosa) (Olivar, Cunha e Rosa, 2015; Paiva e Albuquerque, 2015).

A segunda evidência que também chama a atenção nas nossas pesquisas é a intensidade com que políticas públicas das mais diversas áreas aparecem como elementos influentes para a formação desses “regimes de mobilidades”. Por um lado, nas trajetórias individuais e genealogias familiares – principalmente em Tabatinga, mas também em Manaus – é possível perceber a presença de diversas gerações de políticas de Defesa Nacional e Segurança Pública implementadas na Amazônia com intuito de “ocupar” a região e “proteger as fronteiras”. Trata-se, nesse caso, do aparecimento de um fator ainda invisível nos estudos acadêmicos sobre a urbanização amazônica dos últimos 50 anos.

Por outro lado, aparece com força ainda maior um conjunto diversificado de políticas públicas que foram criadas ou radicalmente ampliadas ao longo dos últimos 15 anos sob o signo do “desenvolvimento” – seja ele “regional”, “social”, “econômico”, “nacional” ou “humano”. Trata-se das políticas públicas de educação, saúde, habitação, assistência social, desenvolvimento territorial, direitos humanos e segurança pública.

Desse leque de “setores” de políticas, as pesquisas realizadas pelos autores no Amazonas, confrontaram-se especialmente com quatro: defesa nacional, segurança pública, educação e assistência social. Mais especificamente, desses quatro setores e suas articulações, destacam-se três grupos de políticas públicas cujas elaborações e implementações no estado do Amazonas conectam de maneiras diversas os governos federal, estaduais e municipais: políticas de expansão da educação de nível superior; políticas de Defesa Nacional e de Segurança Pública voltadas ao controle de fronteira; e política de transferência condicionada de renda, especialmente o Programa Bolsa Família.

Por fim, a terceira evidência que chama a atenção são as diversas maneiras como as políticas públicas que conformam esses três grupos incidem, deliberadamente ou não, sobre as relações de gênero, que são sempre relações de poder e, potencialmente, relações violentas. Em termos gerais, pode-se perceber a presença de uma preocupação explícita com as “mulheres” no desenho de políticas como a de combate ao “tráfico de pessoas” (que articulam defesa nacional, segurança pública, direitos humanos e equidade de gênero) e a do Bolsa Família. No primeiro caso, é possível imaginar um aumento de “segurança” para mulheres; no segundo pode-se pressupor um certo “empoderamento” e autonomia das mulheres pelo acesso à renda. Quanto à política de interiorização da educação não é difícil imaginar uma possível redução na desigualdade entre homens e mulheres em função do aumento no grau de escolaridade da parcela feminina da população. Em todos esses casos, pode-se esperar ora um aumento de mobilidade (peloganho material e simbólico), ora uma proteção contra mobilidades forçadas de mulheres.

Contudo, as pesquisas de campo têm demonstrado que as incidências dessas políticas públicas não possuem uma causalidade tão simples, direta e, portanto, previsível. Elas encontram um universo de relações sociais e de poder que conduzem a caminhos imprevisíveis nos imaginários sobre relações e desigualdades de gênero presentes em seus desenhos. Nesse universo encontram-se expectativas e julgamentos morais, controles e violências estatais e não estatais que “pervertem” as direções e sentidos esperados (Olivar e Cunha, 2016; Olivar, Cunha e Rosa, 2015; Olivar, 2015). São muitos os fatores que definem quem deve ou não se mover, quando, para onde, por quais meios e sob que condições. Em todo caso, produzindo ou não os efeitos esperados, a maneira como essas políticas incidem sobre “os regimes de mobilidades” passa necessariamente por relações de poder e por violências físicas e simbólicas atravessadas pelo gênero e suas interseccionalidades.

Nossa proposta é apresentar alguns instrumentos teórico-metodológicos que nos parecem importantes para interpretar essa nova “urbanização” da Amazônia a partir de um olhar socioantropológico sobre essas redes de relações “familiares” e sobre a diversidade de modos pelos quais os novos dispositivos de governo foram apropriados por essas redes e suas relações de afeto e poder, principalmente aquelas que operam em relações de gênero e entre gerações. Essas evidências, quando descritas etnograficamente, podem exprimir de forma mais apropriada o modo como as temos observado em nossos campos de pesquisa e a pertinência do instrumental proposto.

Maria chegou ao local onde vive por volta dos anos de 1980, acompanhando o marido e dois outros casais que tinham a missão de ali estabelecer uma nova comunidade da irmandade da Santa Cruz. Ela conta que ali se estabeleceram pelo auxílio de um oficial das Forças Armadas. Ao chegar ao “pedaço de terra” escolhido, às margens do Rio Solimões, vizinho ao Peru, o grupo de Maria foi recebido por um “coronel” brasileiro que “providenciou” a documentação brasileira, deu-lhes um sobrenome e legalizou a sua permanência naquela região.

Foi assim, “nacionalizados”, que fundaram a vila onde nasceram os seus filhos e netos, e onde se dedicam à agricultura, até os dias de hoje. Atualmente, cerca de 30 famílias, aproximadamente 500 pessoas, compõem a comunidade que se estende para muito além dos seus limites geográficos. Com relativa frequência, parte dos homens e mulheres mais velhos se desloca para comunidades vizinhas, ribeirinhas e indígenas, onde comercializam os produtos agrícolas cultivados, o que tem revelado um estável circuito de trocas e comércio entre parentes mais distantes. Mais recentemente, especialmente a partir de 2006, essa rede passou a envolver também a remessa de dinheiro, farinha e banana para complementar a subsistência dos filhos que deixaram a comunidade e a agricultura para estudar nas cidades de Tabatinga ou Benjamin Constant, onde foram instalados campi universitários. A filha mais velha do casal, recém graduada, se prepara para deixar, mais uma vez, a residência dos pais, desta vez para Manaus, onde iniciará o curso de mestrado onde concorreu a cota de indígenas.

Mensalmente, Maria e seu esposo deixam a comunidade para ir à Tabatinga receber o benefício do Programa Bolsa Família. Nos últimos dias de cada mês, a movimentação naquela cidade é intensa. Uma a uma as canoas aproximam-se da “beira”, as famílias ocupam as margens da cidade e as filas de agências bancárias e lotéricas. A chegada das famílias indígenas e ribeirinhas para o saque do benefício do Programa Bolsa Família transforma significativamente a rotina das cidades que sediam os estabelecimentos bancários, como acontece em Tabatinga, no Alto Solimões, mas também nas outras cidades da região que desempenham esse papel, como São Paulo de Olivença. Na beira do rio, em suas canoas, nos comércios, nos bares, nas filas dos bancos e loterias observamos dezenas de famílias aglomeradas.

Mas não são apenas as mulheres, seus maridos e filhos que circulam pela cidade por esses dias. Não raras vezes, notamos nas filas pessoas que portam dezenas de cartões do benefício. Diz-se pela região que algumas dessas pessoas são lideranças comunitárias que intermediam o saque para poupar o penoso e oneroso deslocamento até as cidades maiores. Mas, sabe-se, também, que muitos cartões ficam retidos em estabelecimentos de comerciantes locais, onde as famílias endividam-se comprando gêneros os mais diversos, e cujo sistema de cobrança em muito se assemelha à lógica do barracão dos seringais que mantinham endividados, continuamente, os seringueiros amazônicos em outros períodos da história regional.

Notamos nesse relato uma diversificada e profícua série de articulações que envolvem a produção de mobilidades e imobilidades – sejam aquelas provocadas por deslocamentos temporários para o saque do benefício Bolsa Família; sejam aquelas estabelecidas para comercialização dos produtos agrícolas cultivados; ou mesmo

os deslocamentos do funcionalismo público e de jovens estudantes instituições de ensino superior. Por outro lado, a produção de novas relações de gênero, como já mencionamos anteriormente, posto que tais políticas, mesmo quando não as situam como destinatários prioritários dessas políticas, possuem o potencial de ampliar a participação das mulheres na vida pública.

Da grande narrativa sobre “ocupação” e “urbanização” à nova série de políticas de Estado na Amazônia brasileira

Segundo uma das grandes narrativas construídas pela produção acadêmica brasileira dos últimos trinta anos, a configuração socioespacial da Amazônia *brasileira* é fruto da “expansão da fronteira capitalista” voltada fundamentalmente à exploração agrícola e extrativista (Becker, 1985, 2015[2013]; Castro, 2008; Browder e Godfrey, 2006[1997]).

A esse processo de exploração dos “recursos naturais” se somaria a criação da Zona Franca de Manaus – definida por Bertha Becker como “um posto avançado geopolítico colocado pelo Estado na fronteira norte” (Becker 2005: 73).

Segundo a consagrada geógrafa, a “região” teria passado por uma intensa “urbanização”, a qual “não se mede só pelo crescimento e surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para sociedade” (Becker 2005: 73). Os “núcleos urbanos”, que emergiram ao ritmo de “surtos” econômicos entre os anos 1970 e 1980 – incluindo desde pequenas cidades definidas por um “urbanismo rural” até uma metrópole industrializada como Manaus –, seriam compreendidos como “a base logística da expansão da fronteira” (Becker, 2013, p. 327). A Amazônia poderia, então, definida como uma “floresta urbanizada”.

A urbanização, nessa narrativa, foi descrita e analisada “criticamente” de modo a colocar em relação a intervenção estatal voltada à “ocupação” da região -- tendo como marco inicial o Programa de Integração Nacional (Decreto Lei n 1106 de 16/06/1970) – e os “processos migratórios” entendidos como movimentos “populacionais”, “inter e intrarregionais”, protagonizados por “famílias”. Em outros termos, dessa perspectiva, a vida social amazônica foi recortada pelas fronteiras conceituais da geopolítica estatal e da demografia.

Nos anos 2000, a “fronteira de expansão” capitalista parece ter se movido com uma velocidade ainda maior do que entre 1970 e 90 – com grandes incentivos à produção de soja, à criação de gado e à mineração, sempre associados à extração de madeira; além de uma enorme ampliação de investimentos no setor energético (por

exemplo, hidrelétricas e gasodutos) e na infraestrutura de transporte (vinculado à Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana - IIRSA), associados ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

No entanto, seria possível atualizar essa grande narrativa pela inclusão da nova estratégia de intervenção do Estado brasileiro nos últimos quinze anos. Nesse período, as políticas de “exploração” e “defesa” da “região” em nome do “desenvolvimento nacional” passaram a conviver e, mesmo, a serem articuladas com novas “intervenções” agrupadas institucionalmente e discursivamente em termos de “desenvolvimento regional”. Trata-se de um novo conjunto de políticas de Estado com o qual se procurou coordenar a implementação de diversas ações no território nacional: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2007), o Programa Territórios da Cidadania (2008), o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI (2008), o Plano Amazônia Sustentável (2008) e o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2009).

Vinculados ou não a esse conjunto de políticas, aparecem outros tantos projetos e programas. Sob o signo do “meio ambiente”, foram criadas mais de 20 unidades de conservação, que redistribuiu a geopolítica da região – processo que, no estado do Amazonas, foi associado ao programa de transferência e geração de renda “Programa Bolsa Floresta”. Ao lado disso, foi implementado de um conjunto de ações voltadas ao “desenvolvimento humano”, “social” e/ou “regional” e para a “cidadania”: o Programa Bolsa Família (2004); a “interiorização” de instituições de ensino superior e técnico (2003); as políticas de habitação e infraestrutura urbana como o “Programa Minha Casa Minha Vida” (2009) e o “Luz Para Todos” (2003); uma série de políticas de saúde, com ampliação das Unidades Básicas de Saúde (UBS), instalação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e introdução do “Programa Mais Médicos”; enfim, todo um leque de políticas de “desenvolvimento territorial”, defesa nacional e segurança pública como a Estratégia Nacional de Fronteira (ENAFRON).

Nos desenhos das políticas de Estado, do primeiro momento ao segundo, da “integração nacional” ao “desenvolvimento regional”, a atenção à “ocupação”/“colonização” perde espaço para preocupações com o “crescimento econômico regional”, a “redução da pobreza” e a “inclusão social” – além da “conservação ambiental”, é claro.

Dispositivos, mobilidades e redes: ferramentas metodológicas para pensar a nova urbanização da Amazônia

A problematização aqui apresentada é fruto de um conjunto de inquietações socioantropológicas a respeito da grande narrativa da “urbanização” da Amazônia “brasileira” e desse novo momento das políticas de Estado. Inquietações de cunho ao mesmo tempo epistemológico e político, nascidas de questionamentos teóricos e empíricos. Em primeiro lugar, incomoda a quantidade de pontos de vista que desaparecem sob as segmentações duras traçadas pela grande narrativa. E se há pontos de vista que desaparecem, há também, certamente, uma enorme quantidade de eventos e problemas – recentes ou não – que ainda não mereceram a dedicação de pesquisadores.

Não se trata de uma simples questão de escala e, sim, de uma questão de natureza da própria narrativa, da maneira como ela hierarquiza os diferentes pontos de vista – e as narrativas – dos agentes nelas implicados. Por mais “críticas” que sejam as análises apresentadas, os seus conceitos não diferem, em natureza, daqueles empregados pela ação política “criticamente” analisada. No jogo de perspectivas, quem vence é um certo estadismo metodológico, ou seja, uma estratégia de saber que opera apoiada sobre um ponto de vista estatal e que pressupõe (e assim produz) uma realidade delimitada e segmentada como o interior de um Estado¹.

Em segundo lugar, a nova “presença” estatal suscitou-nos uma nova reflexão sobre movimento de pessoas na Amazônia – e não apenas na Amazônia “brasileira”. Pois é curioso notar como essa nova situação “governamental” foi acompanhada por uma certa perda de prestígio da problemática das “migrações intra e interregionais” e por um aumento das preocupações – científicas e políticas – com as “migrações transnacionais”, geralmente associadas a questões legais. Ao mesmo tempo, nas pesquisas realizadas pelos dois autores desta comunicação, o movimento de pessoas tem aparecido com um tipo de evento de primeira importância. Por um lado, salta aos olhos a intensidade de deslocamentos entre cidades e entre comunidades, vilas e cidades; por outro, chama também a atenção a extensão de muitos desses deslocamentos. Mas, acima de tudo, nota-se a dificuldade em tratar desses movimentos na chave da “migração” e, muito menos, de “famílias de imigrantes”.

Por essas razões, apresentamos uma reflexão inicial sobre três instrumentos teórico- metodológicos que consideramos interessantes para descrever e analisar essa

¹ O conceito de estadismo metodológico é uma transformação do conceito de “nacionalismo metodológico” proposto por Glick Schiller e Salazar (2013). Sobre a segmentação dura de Estado e sobre o Estado como “interioridade” ver Deleuze e Guattari (1980).

nova “urbanização” na Amazônia. Trata-se de uma tríade de conceitos analíticos que operam uma certa desconstrução de conceitos recorrentes na grande narrativa citada e, também, em parte das análises já publicadas sobre essa nova série de políticas de Estado antes mencionadas. Assim, no lugar de “Estado” como sujeito político central, propomos o conceito de “dispositivo de governo” de Foucault (2004a, 2004b); no lugar de “processos migratórios”, o conceito de “regimes de mobilidade” de Glick Schiller e Salazar (2013); e no lugar da concepção demográfica e socioeconômica de “família”, propomos as “redes de relações familiares” descritas em termos de relações afetivas e de gênero.

De migração a regimes de mobilidades

Compreendemos a “migração” como *uma* forma de percepção dos movimentos e deslocamentos espaciais e não como dado (Sprandel, 2013) que parte de segmentações espaciais (fronteiras) e identitárias (nacionalidade) próprias aos saberes e políticas de Estado. Nos termos de Glick Schiller e Salazar (2013), em artigo de apresentação para um dossiê do *Journal of Ethnic and Migration Studies*, esse conceito opera um certo “nacionalismo metodológico”, entendido como “uma orientação ideológica que aborda/aproxima os estudos de processos sociais e históricos como se fossem contidos no interior das fronteiras de Estados-nações individuais” (Glick Schiller e Salazar, 2013, p. 185, tradução livre).

Os mesmos pesquisadores chamam a atenção para o modo como, nas últimas três décadas, o debate acadêmico internacional sobre o migrações e mobilidades tem refletido processos simultâneos de glamourização e demonização das “categorias de pessoas móveis”. Em função disso, propõem uma reavaliação do conceito de “mobilidade” e de sua relação com a teoria social e a transformação global, num deslocamento teórico que elege como objeto de crítica justamente o “nacionalismo metodológico”. Em outros termos, os autores fazem a crítica das perspectivas que observam as mobilidades a partir de uma naturalização do Estado e de suas fronteiras externas e internas.

O conceito de “regimes de mobilidade” foi, portanto, cunhado para responder à tarefa de descrever e analisar mobilidade e imobilidades de pessoas e populações levando em consideração as relações de poder e as relações entre poderes e saberes – incluindo entre tantas outras, as relações determinadas pela política de Estado, como as políticas de fronteira, turismo, segurança, educação, assistência social etc. Essa abordagem não se pretende confrontar com o estudo das migrações, mas propor

outra abordagem que nos parece mais adequada desde a perspectiva da micropolítica e afastada do ponto de vista do Estado.

De Estado à dispositivos de governo

Como demonstramos, a narrativa típica da urbanização da Amazônia tem o Estado como pressuposto; ou, dito em outras palavras, como ponto de vista. Mesmo quando se pretendem críticas, muitas abordagens o fazem a partir dos mesmos pressupostos, avaliando “o Estado” segundo a sua efetividade e coerência. Esse perspectivismo estatal – ou estadismo metodológico como preferimos nomear antes – oculta, a um só tempo, a pluralidade de “presenças de Estado” na Amazônia e a existência de outros pontos de vistas pelos quais é possível conhecer e produzir outras narrativas sobre o recente processo de “urbanização” da Amazônia.

Assim, propomos a adoção de uma perspectiva micropolítica voltada à compreensão das “economias” das práticas de mobilidade espacial. Não se trata, simplesmente, da observação de uma escala menor, mais cotidiana, individual etc. A micropolítica é – como afirma explicitamente Foucault (2008b) – uma *perspectiva* de análise capaz de descrever as relações de poder fora do registro econômico-jurídico. Fora, portanto, de uma “metafísica” do poder que toma uma imagem universal do Estado como centro referencial da política. Ao contrário, trata-se de analisar as relações de poder a partir “de baixo”, das “margens”; de estratégias e táticas que agenciam dispositivos locais de poder e saber que conformam “governamentalidades” – e não meramente a política de um governo central.

Para isso, seguimos alguns dos desdobramentos contemporâneos dessa perspectiva, que percebem as “margens” do Estado como espaços de “criatividade” onde aparecem “formas alternativas de ação política e econômica”. Nada que conduza ao elogio das resistências locais ao autoritarismo do Estado. Antes, são valorizadas enquanto objetos de pesquisa as “formas nas quais, ao assegurar a sobrevivência ou ao buscar a justiça no dia a dia, os limites do Estado são estendidos e reestabelecidos”, produzindo, entre outras coisas, uma “pluralização das autoridades reguladoras” e uma “modulação” das noções de justiça e lei, direitos, pessoas-sujeitos, responsabilidade etc (Das e Poole, 2008, p. 22-26).

De família como instituição à família como rede

Os estudos de parentesco e organização social, em diferentes abordagens e autores, permitem-nos argumentar em favor da inexistência de uma definição suficiente de família que seja universal. Embora a residência comum, a cooperação econômica e a reprodução sejam aspectos mencionados em várias dessas abordagens como característicos das relações de parentesco, a terminologia, os elementos e as relações entre os termos de parentesco são sempre variáveis e produzem diferentes sistemas de organização social.

Por outro lado, persiste uma certa maneira de conceber “a família” como instituição patriarcal e fixa em determinado espaço ou território, regida por um conjunto estável de regras que asseguram sua manutenção e continuidade. Para essa concepção, as mobilidades podem constituir-se um “problema” para as investigações que articulam família e migração. A esse modo de conceber, subjaz a ideia de que mobilidades são vistas como contingentes e desagregadoras das relações familiares e da cultura.

Alguns pesquisadores têm se esforçado em recursar esse modo de análise e propõe abordagens mais descritivas da relação entre parentesco e mobilidades. Segundo a “teoria da territorialidade da família”, formulada pela geógrafa Tereza Trujillo (2014), a família é “um fator favorecedor da mobilidade social dos indivíduos”; logo, para os termos desta autora, a circulação de pessoas e de suas redes familiares no espaço produzem territorialidades próprias, familiares, que não necessariamente correspondem ou se restringem aos limites dos Estados e de suas territorialidades.

Alguns estudos, conduzidos por antropólogos no Brasil, foram dedicados a enfrentar o mesmo problema metodológico e sugerem caminhos mais aproximados do que procuramos para pensar os dados de nossos campos de pesquisa. Nos trabalhos de Parry Scott (2010) encontramos a preocupação em formular instrumentos que permitam compreender como funcionam, em contextos migratórios, os “mecanismos que dão continuidade ao sentimento de pertencimento a grupos familiares e de parentesco em espaços diferenciados” (Scott, 2010, p. 3). Sua abordagem, oferece maior atenção ao modo como se estabelecem e mantêm laços de pertencimento, cooperação e vínculos afetivos entre parentes que habitam diferentes regiões.

As análises desenvolvidas por Igor Machado (2014) acrescentam outro aspecto, pois partem do pressuposto que o parentesco cria e é criado por “redes complexas que produzem e são produzidas em movimentos”. Seu argumento, recusa uma relação exógena entre movimentos e relações familiares, os movimentos estão

são “permeados”, pois o parentesco é concebido como “uma das dimensões mais significativas das relações que embebem as movimentações” (2014, p. 131). Aqui, vislumbramos uma relação entre mobilidades e redes de parentesco que nos parece muito mais rentável para os interesses de nossas pesquisas.

Portanto, em lugar de pré-conceber “a família” como instituição tradicional e sedentária, propomos a noção de “redes familiares”, em perspectiva descritiva, como uma ferramenta mais apropriada para a compreensão das trajetórias de indivíduos, famílias e redes de relações e pertença que temos conhecido em nossas pesquisas em Manaus e no Alto Solimões.

Considerações finais

Reconhecer essas redes de famílias e dispositivos nos têm permitido acessar linhas que sugerem distintas configurações familiares, novas alianças matrimoniais e relações de compadrio que produzem e são produzidas por mobilidades e territorialidades. Por outro lado, e em outra camada, nos tem permitido analisar como a “urbanização” da Amazônia é produzida por meio de regimes de mobilidade traçados na relação entre redes familiares e redes de dispositivos de governo. Logo, acreditamos que acessar esses pontos de vista, perseguir essas redes de dispositivos e famílias, pode favorecer a composição de uma nova narrativa da “urbanização” amazônica não centrada no estadismo metodológico.

Ao contrário de uma narrativa centrada na descrição de processos “induzidos” exclusivamente pelo Estado, esperamos que essas ferramentas metodológicas – posto que envolvem uma atenção aos dispositivos de poder e saber que são localmente e coletivamente agenciados e que dão forma a territorialidades diversas – nos permitam conhecer outros processos produzidos pelas famílias amazônicas – em suas distintas configurações –, analisar processos de territorialização e mapear mobilidades transnacionais sem criminalizá-las ou regulá-las.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, jan./jun. 2009.

ALBUQUERQUE, José Lindomar; PAIVA, Luiz Fábio. Entre nações e legislações: Algumas Práticas de “Legalidade” e “Ilegalidade” na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). **Revista Ambivalências**. v. 3, n. 3, p.115-148. Jan/Jun. 2015.

AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. S.. **Ilegalismos, cidade e política**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino traço, 2012. v. 1. 328p .

BARREIRA, César; AQUINA, Jânia Perla; SÁ, Leonardo Damasceno (orgs). **Violência, ilegalismos e lugares morais**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

BENTES, Norma. **Manaus: realidades e contrastes sociais**. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2014.

BIONDI, K. **Etnografia no Movimento: Território, Hierarquia e Lei no PCC**. 2001. 334 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos. 2014. BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 8ª Ed. Belo Horizonte: Editora Vozes, 2011. CASTRO, Edna. *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume. 2008.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.) **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir – nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Patrícia Tavares de. **Projeto costura: percursos sociais de trabalhadores imigrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção das cidades de destino**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. 2014.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo. Orientadora: Vera da Silva Telles. 2010.

IPEA. **Plano de Trabalho** 2015.

LAHIRE, Bernard. 2005. **Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual**. Sociologia, Problemas e Práticas. No 49, pp.11-42. 2005

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MACHADO, I. J. R. Migração, deslocamentos e as franjas do parentesco (2014, publicado em 2016)). R@U : **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS- UFS-CAR**, v. 6, p. 130-145, 2016.

MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro**. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo, 2009.

OLIVER, José Miguel N., CUNHA, Flavia M., Rosa, Patrícia. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”. **TOMO**. n. 26 , pp. 123 - 163 JAN/JUN 2015.

SCHILLER e SALAZAR. Regimes of mobility across the globe. **Journal of Ethnic and Migration Studies**. Vol 39. No 2, 183-200. 2013

SCOTT, Parry. Gerações e famílias: Polissemia, mudanças históricas e mobilidade. **Soc. estado.**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 251-284, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200006&lng=en&nrm=i>. access on 30 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922010000200006>.

SOUZA, Jessé et al. **Os batalhadores brasileiros: uma nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé et al. **Ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

SPRANDEL, Marcia Anita. Algumas observações sobre fronteiras e migrações. **Cienc. Cult.** [online]. 2013, vol. 65, n. 1 [cited 2017-01-28], pp. 24-26 . Available from: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000100011&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0009-6725.

TARRIUS, Alain. Intérêt et faisabilité de l’approche des territoires des circulations transnationales. In: CORTES, Geneviève & FARET, Laurent (dirs). **Les circulations transnationales – lire les turbulences migratoires contemporaines**. Paris: Aarmand Colin, 2009, p. 43-51.

TARRIUS, Alain. **La mondialisation par le bas – les nouveaux nomades de l’économie souterraine**. Paris : Éditions Balland, 2002.

TARRIUS, Alain. Le lien social fort comme préalable à la réussite économique – initiatives des migrants entrepreneurs des économies souterraines internationales: parcours, étapes, transactions commerciales. In: MULLER, L. et TAPIA, S. de. **Un dynamisme venu d’ailleurs: la création d’entreprises par les immigrés**. Paris : L’Harmattan, 2005, p. 21 – 51.

TARRIUS, Alain. Perspectives phénoménologiques dans l’étude de la mobilité. In: Barjonet, Pierre-Emmanuel (dir). **Transports et Sciences Sociales – questions de méthode**. Journée d’étude de l’Institut National de Recherche sur les Transports et Leur Sécurité. Caen: Paradigme, 1989, p. 47-81.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a Cidade. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 84, p. 142-173, 2009.

VIEIRA DA CUNHA, Neiva & FELTRAN, Gabriel de Santis (org). Sobre periferia. **Novos conflitos no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina & Fapesp. 2013.

Grupo de Trabalho n° 3

Educação do campo e interdisciplinaridade

ARTIGO

A CULTURA ACADÊMICA EM UMA UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE BOA VISTA

Introdução

O presente tema, nasceu a partir da atuação profissional no Centro Universitário Estácio da Amazônia na cidade de Boa Vista. Essa aproximação com o objeto de estudo suscitou o interesse em buscar a literatura referencial sobre o tema, para então, desenvolver a pesquisa.

A trajetória no mestrado, iniciou como aluna especial no ano de 2015, quando tive o contato com as disciplinas obrigatórias do curso. Essa caminhada possibilitou a entrada no campo da pesquisa e o desenvolvimento da carreira acadêmica. Portanto, a pesquisa pretende contribuir para o debate no campo educacional local, além de viabilizar novos estudos no tema proposto.

A pesquisa contribuirá para o crescimento profissional e intelectual, além da minha formação continuada, e o processo de ensino-aprendizagem que o mestrado oferta, nos leva a um conhecimento mais apurado sobre o campo da educação.

Desse modo, o processo de formação conduz o aluno a aprender sobre aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais e o desafia a interpretar essa realidade social de forma crítica e propositiva.

O problema da pesquisa apresenta: Como uma IES particular em Boa Vista proporcionou aos seus egressos no Curso de Serviço Social uma formação de cultura acadêmica? A partir dessa questão, organizou-se os objetivos dessa forma, objetivo geral: Interpretar como o Centro Universitário Estácio da Amazônia proporcionou as suas egressas no Curso de Serviço Social a formação da cultura acadêmica. E específicos: Conhecer a concepção curricular e o processo formativo no curso de Serviço Social implementado na Instituição de Ensino Superior; Indagar os egressos do curso de serviço social sobre a cultura acadêmica e suas vivências durante a

* Assistente Social; Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Roraima-UERR-almeidalarissa642@gmail.com

** Doutor em Educação-UNAM; Pedagogo; Líder de Grupo de Pesquisa – CNPQ; Docente na Universidade Federal de Roraima-profjoapaulino@gmail.com

formação; Sistematizar as informações para triangulá-las através de uma análise da hermenêutica analógica.

Contexto histórico da profissão de Serviço Social

O presente item objetiva mostrar o resgate histórico da institucionalização do Serviço Social enquanto profissão, portanto serão apresentados os aspectos sociais, culturais e econômicos que influenciaram o surgimento e consolidação dessa área.

Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p.127)

Dessa forma, o ensino perpassa por estudos sistemáticos que formam o currículo, essa estrutura é composta de disciplinas específicas e direcionadas à realidade social voltada às competências e habilidades profissionais. Sendo assim, o próximo item discutirá o currículo do Centro Universitário Estácio da Amazônia.

O currículo e suas particularidades

O presente item buscará desenvolver reflexões sobre o currículo, os aspectos ele se insere, é necessário analisando o contexto histórico, social e econômico em que ele está inserido, além das influências ideológicas e políticas que norteiam a formulação e implementação dos currículos no Brasil.

Entende-se que o currículo é pensado em uma lógica neoliberal, que atenda aos anseios do capital, em detrimento da qualificação da mão de obra para ser “aproveitada” pela hegemonia. O seu conteúdo é uma construção social, ou seja, influenciado por fatores políticos, econômicos e culturais de determinado público.

O tópico seguinte identificará o ensino superior na perspectiva neoliberal, problematizando as suas influências na elaboração de programas educacionais.

Ensino superior na perspectiva neoliberal

O presente tópico abordará sobre o surgimento do ensino superior, destacando suas leis, particularidades, avanços e retrocessos.

Ainda para compreender o ensino superior no Brasil, o ideal é resgatar a sua gênese através da política de formação de uma elite nacional para dirigir o processo de desenvolvimento. Com o passar dos anos, a política de formação de elites, foi ampliada no sentido de abrir espaço para uma massa de estudantes das camadas mais vulneráveis da sociedade, por meio de ações políticas, também conhecida como ações afirmativas, promovidas por agentes, tais como o movimento estudantil da década de 60, e o movimento docente das décadas de 80 e 90. (ROSSO, 2002).

A antiga Faculdade Atual, foi credenciada pela Portaria MEC nº. 583, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 28 de março de 2001. E em 2011, iniciou a implementação da proposta acadêmico-pedagógica e administrativa da Estácio de Sá, sediada no Rio de Janeiro. [...] Oficializando por meio da Portaria MEC nº 483, publicada no DOU, de 16 de dezembro de 2011, alterando a denominação para Estácio Atual - Faculdade Estácio da Amazônia. No ano de 2015, a instituição recebe o credenciamento do MEC, tornando-se o Centro Universitário Estácio da Amazônia.

O próximo item abordará sobre a teoria que embasa o trabalho, expondo sobre os seus aspectos filosóficos e epistemológicos.

Uma trajetória histórica da hermenêutica analógica

O presente item pretende apresentar a cultura acadêmica a luz da hermenêutica analógica em uma IES particular na cidade de Boa Vista, para isso, serão apontados autores que discutem o tema. O estudo proposto visa uma interpretação a partir da corrente filosófica hermenêutica analógica, teoria inédita em estudos na região Norte do país, elaborada pelo filósofo mexicano Beuchot, e a sua proposta pretendem colaborar com a realização de novos estudos na Instituição de ensino.

Os estudos sobre a hermenêutica surgiram desde a Bíblia, perpassa pela era Aristotélica, e chega aos tempos atuais:

En la hermenéutica analógica, intento recuperar la antigua noción de analogía, que tiene ya larga tradición, pues comienza – filosóficamente hablando – con los pitagóricos, pasa a Pláton, a Aristóteles, atraviesa la Edad Media, disminuye y casi se pierde en la modernidad, pero se salva en algunas de sus etapas, como en la barroco y en el romanticismo; por eso requiere ser rescatada en la actualidad. (BEUCHOT; VATTIMO; GÓMEZ, 2006, p.16)

A significação da hermenêutica aponta alguns aspectos singulares em decidir, de atribuir predicados a sujeito intermediário entre o unívoco e equívoco. A herme-

nêutica tem como objeto o texto. O seu foco é a disciplina de interpretação, o texto com significados múltiplos, o ato interpretativo, e entendimento do próprio texto.

A seguir será abordado sobre a cultura acadêmica, em seus diversos aspectos.

Problematizando a cultura acadêmica

Um dos primeiros pensadores a escrever sobre o tema foi Bronislaw Kasper Malinowski, antropólogo, pertencente a escola Funcionalista. Esse autor desenvolveu estudos que demonstram as particularidades da cultura, ele afirma que, a cultura é um todo indiviso, composto por instituições em parte autônomas e em parte associadas, integradas por múltiplos princípios, apresenta um poder no seu uso na estrutura política. (MALINOWSKI, 1976).

Desse modo, a cultura não pode ser vista de forma isolada, mas deve se levar em consideração o entorno, quais os elementos norteiam esse processo, as instituições públicas ou privadas, e principalmente as influências políticas.

A palavra “cultura” entrou “na língua inglesa a partir do latim *colere que significa habitar*- daí, hoje, “*colono*” e “*colônia*”; “*adorar*” – hoje com sentido preservado em “*culto*”; e também *cultivar* na acepção de cuidar, aplicando tanto à agricultura quanto aos animais. Esta acepção preponderante no século XVI”. (CEVASCO, 2008, p. 9)

Semelhante a esse conceito, o autor Cuche (2002), resgata a terminologia cultura no mesmo período apresentado acima, ela não significa mais um estado (coisa cultivada), mas uma ação, ou seja o fato de cultivar a terra. No século XVI, se forma o sentido figurado e “cultura” pode designar então a cultura de uma faculdade, no fato de trabalhar e desenvolver.

Será apresentado um resgate conceitual para ampliar a visão sobre o conceito de cultura, sendo exposto o conceito por diversos estudiosos:

A primeira definição de cultura que foi formulada do ponto de vista antropológico, [...] pertence a Edward Tylor, no primeiro parágrafo de seu livro *Primitive Culture*(1871). Tylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis. (LARAIA, 1986, p. 30)

Como identificar esse conhecimento adquirido durante o processo de formação? Esse é considerado uma aventura, pois é cercado de incerteza, de prova, entre outros. A cultura acadêmica, como aponta o autor:

Como evitar que, como acontece hoje em dia na melhor das hipóteses, a aprendizagem significativa na aula constitua uma cultura particular, a cultura “acadêmica”, que tem valor exclusivamente para resolver com êxito os problemas e demandas que se propõem ao aluno/a sua vida escolar? Como passa de uma aprendizagem significativa para uma aprendizagem relevante que se apoie e questione as preocupações que o aluno/a criou em sua vida prévia e paralela à escola. (SACRISTÁN; GÓMEZ, 1998, p.58)

Por isso, a cultura oferece sempre um espaço de negociação de significados e se recria constantemente como consequência deste mesmo processo de negociação não importando os sujeitos que a cercam. Desse modo, o processo de formação conduz o aluno a aprender sobre aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais:

A imposição da cultura na aula, no melhor dos casos, que suponha uma assimilação significativa e não arbitrária dos conteúdos, conduz ao desenvolvimento da estrutura *semântica*, que em princípio, necessariamente nem questiona nem enriquece por si mesma os esquemas que o aluno/a utiliza em sua vida cotidiana. [...]. (SACRISTÁN; GÓMEZ, 1998, p.62)

Destarte, a cultura acadêmica disseminada nas Instituições de ensino, poderia possibilitar ao aluno uma aprendizagem significativa, que o permitisse aplicar em sua vida cotidiana.

Os dados do IBGE apontam uma população estimada no ano de 2015 em 320.714 habitantes na capital de Boa Vista, com uma área de unidade territorial de 5.687, 037 km². A maior população indígena do país, dos 320 mil moradores da capital, 8.550 se declaram indígenas. Eles correspondem a 3% da população. (IBGE, 2015).

A análise de conteúdo, é uma metodologia de tratamento acerca das informações de determinado documento, podem ser apresentados através de linguagem escrita, oral. Com o enfoque das questões voltadas ao currículo, cultura, relação teoria e prática, além da escala de conhecimento sobre a cultura local. (SEVERINO, 2007)

No caso o estudo coletou material através de linguagem oral, na qual foram gravadas, a partir de entrevistas focais semiestruturada: “[...] uma reunião para conversar e trocar informação entre uma pessoa (o entrevistador) e outra (entrevistados) ou outras (entrevistados)”. (SAMPLIERI; CALLADO; LUCIO, 2013, p. 425), com o enfoque das questões voltadas ao currículo, cultura, relação teoria e prática, e as fechadas direcionadas ao perfil dos entrevistados, além da escala de conhecimento sobre a cultura local. Terá o enfoque qualitativo, também se guia por áreas ou temas significativos de pesquisa. “[...] nos estudos qualitativos é possível desenvolver per-

guntas e hipóteses antes, durante e depois[...].” (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO, 2013, p. 33).

O tipo de entrevista: “[...]perguntas de estrutura ou estruturais. O entrevistador pede ao entrevistado uma lista de conceitos como se fosse um conjunto ou categorias.” (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO,2013, p. 427). Essas designam um roteiro para as perguntas, o que facilita a realização da entrevista.

Em sequência será descrito o perfil das entrevistadas: A docente é casada, 29 anos, especialista, possui 7 anos de atuação, atualmente seu vínculo empregatício é celetista, com 3 anos de Instituição. Percebe-se que o curso de Bacharelado em Serviço Social é majoritariamente formado por mulheres, o que perfil encontra-se em uma “profissão majoritariamente feminina, conforme divulga a autora, que 97% consiste do público feminino, e apenas 3% de homens”. (IAMAMOTO, 2008, p. 346)

O perfil das egressas, a faixa etária está entre 22 a 55 anos, sendo que 3 estão entre 22 a 24 anos, uma com 26 e outra com 55 anos. O estado civil, 3 são solteiras, uma casada e uma em união estável. Sobre o tempo de atuação, três são recém-formadas, uma com 7 meses, 1 ano de atuação, nota-se que são recém-formadas, e não possuem vínculo empregatício.

O currículo que correspondem à realidade das egressas, é: 2013-2014, são 4 no período de fusão Atual -> Estácio e uma do Modelo Atual.

Durante a seleção das egressas para participar da pesquisa, observou-se o currículo ao qual as entrevistadas pertenciam, assim seria possível analisar os dois olhares: Modelo Atual, foi planejado na gestão anterior (2013), e o Modelo Estácio que já possuía um currículo nacional com base estruturada na Sede do Rio de Janeiro, e assim descrever o impacto dos mesmos na formação profissional.

Sobre o conhecimento da realidade local no âmbito do currículo de curso de Bacharelado em serviço social, a mesma afirma que não é possível ter essa vivência no curso. E ela como docente sugere proposições nessa área: “é necessário a inclusão de disciplinas com conteúdo mais voltados a realidade local, como as questões de fronteiras, terras indígenas, violência sexual, tráfico de pessoas. etc; que contemplem algumas das expressões das questões sociais presentes no Estado.”(DOCENTE, 2016).

De acordo com as entrevistas realizadas com os egressos, 75% afirmam que não há uma proximidade com a realidade local. Como os dados apresentam:

O sujeito A, diz que:

Nessa questão ficamos no meio termo, na realidade de Boa Vista no aspecto da cultura não, mas a gente alcança outros conhecimentos. Então o que se aproxima, na realidade é a disciplina que a gente viu, uma coisa mais ou menos a ver com a cultura Amazônica, pois habitamos em zona de fronteira e necessita desse conhecimento. (Pesquisa de campo, 2016).

A estrutura curricular da Estácio, contempla disciplinas mais generalizadas, contemplando conteúdos que abrangem regiões metropolitanas, nesse caso, era viável que as disciplinas optativas ofertassem saberes locais, para que o acadêmico vivenciasse a história da cultura roraimense, as expressões da questão social no âmbito das fronteiras e em áreas indígenas.

APPLE (1989, p. 26), expõe: “[...] e o currículo explícito e o currículo oculto no seu interior – exercem na reprodução de uma ordem social estratificada que continua sendo notavelmente iníqua em termos de classe, gênero e raça.” Vemos então, as “mãos invisíveis” por trás da elaboração dos currículos, além da cenário antagônico no que o mesmo é gerado.

Destarte o currículo não é incorporado isoladamente, mas a partir das diversas relações sociais e interesses diversos. Nesse cenário tão contraditório, surgirão alguns desafios, relacionados ao poder “invisível” que determina a concepção e visão do currículo, refletimos portanto: Como eu (professor), poderei contribuir para a “não reprodução” da vontade dominante?

Sobre a cultura local, o SUJEITO A: “Até aonde eu posso entender o conceito de cultura são costumes, de uma comunidade, cidade, de um Estado ou sociedade”.

E o SUJEITO B: A cultura acredito que seja os costumes de cada povo, como aqui tem muitos indígenas, eu creio que seja a cultura de cada povo indígena, de cada pessoa que mora no Estado, os seus costumes, as suas crenças”

Considerações finais

As interpretações foram apresentadas nesse momento, com o objetivo de delinear a leitura sobre a realidade da pesquisa, afim de problematizar a luz da teoria a formação da cultura acadêmica em uma IES particular na cidade de Boa Vista.

A partir dos dados coletados, a análise aponta que 75% dos egressos afirmam que o currículo de Bacharelado de Serviço Social não apresenta proximidade com o conhecimento da realidade local.

Sobre as disciplinas componentes desse currículo, 50% (o que correspondem a egressos do currículo Modelo Atual - 2013), identificaram os saberes voltados para o

conhecimento da cultura local, era possível ter uma vivência na disciplina de Estudo dos problemas regionais da Amazônia.

As egressas descrevem que seria necessário uma reformulação na Grade Curricular, através da inserção de disciplinas com olhar regional, levando-os ao conhecimento sobre a cultura roraimense, e com alternativas de intervenções no campo profissional.

Percebe-se que a formação da cultura acadêmica é perceptível na entrada dos acadêmicos no campo de estágio. Durante a entrevista os egressos comunicaram sobre a vivência com os supervisores de estágio (campo e acadêmico), e ressaltaram a relação teoria e prática; o aluno reproduz os saberes adquiridos durante o processo de aprendizagem, pois a sua identidade profissional está sendo construída naquele momento.

A docente participante da pesquisa, relata que as disciplinas componentes da nova matriz curricular, desenvolvem saberes mais generalizadas, não oportunizando ao acadêmico uma vivência com a cultura local, já que Boa Vista está situada no extremo Norte do país, desafiando portanto, para um olhar diferenciado.

Sendo assim, vale ressaltar que estudos voltados para o conhecimento local, possibilitam uma proximidade com as demandas encontradas na cidade de Boa Vista, bem como no Estado de Roraima. Por isso, da escolha ao tema, para que a academia realize debates sobre a região, dissemine entre os alunos a relevância de procurar conhecer sobre os aspectos particularidades dessa localidade, além de revisarem o currículo periodicamente.

Referências bibliográficas

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. Ed. Brasiliense, Rio de Janeiro, 1989

BEUCHOT PUENTE, Maurício. **La hermenéutica em la Edad Media**. Universidad Autonoma de México, 2012.

_____. **Actualidade de la hermenéutica analógica**. Blanca Soares: México, 2014.

_____; VELASCO GÓMEZ, Ambrósio; VATTIMO, Gianni. **Hermenéutica analógica y Hermenéutica débil**. Universidad Autonoma de México: México, 2006.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional 2015**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm. Acesso em 14 de abril de 2016.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. Bom tempo editorial. 2 ed, São Paulo, 2008

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viciane Ribeiro. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.

GIMENO SACRISTÁN; J. Pérez Gómez. **Compreender e Transformar o ensino**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. São Paulo, Artmed, 1998

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 5ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social-ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986

MALINOWSKI, Bronislaw. Tradução do Gabinete Editorial de Edições. **Uma teoria científica da cultura e outros ensaios**. Edições 70. Portugal, 1976

MANRIQUE CASTRO, MANUEL. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução: José Paulo Netto. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2006

MOREIRA, Antonio Flávio B.; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVE, Anabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil in: **Educação Superior no Brasil**, SOARES, Maria Susana Amosa (Coord), Brasília: Coord. De Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior, 2002, pág. 45.

SARDI, Dal Rosso (Org.). **Ensino superior público e gratuidade**. Atividades pagas em universidades gratuitas caminho para a privatização. ADUNB, Brasília: DF, 2002, p. 15.

SAMPIERI, Roberto Hernández; CALLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**, Tradução: Daisy Vaz de Moraes; 5ª ed. Porto Alegre, Penso: 2013

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 6.ed. revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. reimpr. 8. ed. São Paulo: EDDitora Pedagogia Universitária, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia**. reimpr. 3. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

SOUZA, Alfredo de. **Somos Brasil**: O ritual do 7 de Setembro na construção da identidade nacional em Boa Vista entre as décadas de 40 e 70. In: MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias; SOUZA, Carla Monteiro de. (Orgs) Roraima /Boa Vista: Temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora UFRR, 2012. P. 17.

ARTIGO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TRABALHO
INTERDISCIPLINAR NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA:
UM DESAFIO A SER SUPERADO**

Introdução

Desenvolvimento é um processo e, como tal, tem sido caracterizado de diferentes formas ao longo do tempo. Desde Adam Smith (1723-1790) e sua defesa do livre mercado, passando por diferentes concepções onde se agregou a esfera social e posteriormente a dimensão ambiental, hoje se diz que o desenvolvimento precisa ser sustentável. A fim de reverter as previsíveis catástrofes ambientais caso não se modifique a relação histórica sociedade-natureza, diversos eventos internacionais caracterizaram o esforço conjunto de diversos países, grandes conferências mundiais de onde derivam os planejamentos sistemáticos que visam o comprometimento de todos para uma mesma finalidade: conciliar o desenvolvimento com a sobrevivência da humanidade.

O termo sustentabilidade relacionado ao processo de desenvolvimento surge em virtude da ameaça real à qualidade de vida das presentes e futuras gerações, sendo necessário trazer a educação como meio para uma mudança efetiva do paradigma de desenvolvimento. Nesse contexto, a educação ambiental aparece como fator essencial para a consecução dos objetivos referentes a essa nova visão, devendo ser tratada de forma interdisciplinar. No Brasil, coerente com essa visão e conforme legislação pertinente, deve ser incorporada ao currículo escolar em todos os níveis e modalidades de ensino, não se constituindo em uma nova disciplina.

Com relação a relevância que o direito constitucional à educação tem ocupado nas políticas públicas do nosso país, existem muitos pontos de análise, porém optamos por restringir nossa análise a abordagem da Educação Ambiental nas escolas enquanto prática interdisciplinar, mostrando as contradições existentes entre o que é proclamado na legislação pertinente e as dificuldades referentes à prática para alcançar os objetivos ali propostos.

* Licenciada em História pela UFRR, Especialista em Psicopedagogia pela UFRJ, Especialista em Supervisão Escolar pela UFAM, Mestranda em Desenvolvimento Regional da Amazônia PPGDRA/NECAR/UFRR. Contato: E-mail: tilda.mendes@hotmail.com

Inicialmente trataremos brevemente sobre a sustentabilidade, já que historicamente se verifica que a Educação Ambiental surgiu desta discussão e ganhou status de estratégia de governo, veremos alguns aspectos normativos e conceituais, com o intuito de esclarecer o que se determina na esfera de gestão nacional e no âmbito do Estado de Roraima para o trabalho com Educação Ambiental; e finalmente, colocaremos em foco a interdisciplinaridade, já que esta é a forma própria de acordo com a lei de se trabalhar os conteúdos de Educação Ambiental. Como esta prática se apresenta como fator determinante, abordaremos aspectos metodológicos e algumas dificuldades ao seu desenvolvimento, como a formação do professor e o currículo tradicional adotado pelas instituições de ensino.

Educação Ambiental como dimensão da educação para a sustentabilidade

Na década de 70, em especial tendo como marco a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizado em Estocolmo, em junho de 1972, nasce o campo da sustentabilidade, sendo necessário acrescentar que durante anos houve resistência em pensar o meio ambiente como parte integrante do desenvolvimento.

Não se pode negar, contudo, que o século XX nos legou uma nova trajetória nas teorias do desenvolvimento, que começa a se desenhar – a de que a natureza deve ser tomada em consideração em nossos cálculos de progresso. De forma tímida, os países começam a tomar decisões na montagem de organismos responsáveis para pensar a questão ambiental, para regular o uso dos recursos naturais, para mensurar os impactos da transformação econômica, urbana e demográfica sobre o meio ambiente (LOPES et al., 2014, p.133).

Foi também na Conferência de Estocolmo que se decidiu pela criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com sede em Nairobi (Quênia). Após 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Pnuma organizaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) que ficou responsável pela promoção de encontros regionais e nacionais sobre educação ambiental.

Como marco histórico para a evolução da educação ambiental, a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi, Capital da Geórgia (ex URSS) em 1977 constitui-se em referência internacional para o seu desenvolvimento, sendo que, de acordo com Sato (1997) vem dela a definição mundialmente mais conhecida:

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificação de atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interrelações, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. (p.86)

Já o termo sustentável como atributo da noção de desenvolvimento foi lançado em 1987 com o Relatório Brundtland¹. Esse relatório cunhou o termo *desenvolvimento sustentável*, com o seguinte conceito: “é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades” (PHILIPPI Jr; PELICIONI, 2014, p.310). A partir de então surgem vários acontecimentos que solidificaram tais questões, como a Conferência Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, ocorrida em Johannesburgo em 2002; e a Conferência Rio+20 ocorrida no Rio de Janeiro em 2012. O mundo começa a responder de forma tímida e pouco expressiva ao chamado de mudança de atitude, acrescentando-se que isso vem ocorrendo de forma bastante desigual.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, PCN - Meio Ambiente, 1998), a forma de organização das sociedades modernas constitui-se no maior problema para a busca da sustentabilidade - e aqui estão embutidas as profundas diferenças entre países centrais e periféricos. A crise ecológica tem dimensão tal que essas sociedades se veem forçadas a juntar esforços, planejar conjuntamente e efetivar ações, mesmo que em pequena escala, para garantir minimamente a qualidade de vida no planeta. Vê-se que esta não tem se constituído em tarefa fácil, sendo evidentes as dificuldades no processo, e até a impossibilidade de se promover o necessário desenvolvimento sustentável.

No interior dessas relações mundiais, porém, somente ações atenuantes têm sido possíveis, pois a garantia efetiva da sustentabilidade exige uma profunda transformação da sociedade (e do sistema econômico do capitalismo industrial), substituindo radicalmente os modelos de produção da subsistência, do saber, de desenvolvimento tecnológico e da distribuição dos bens. Sustentabilidade, assim, implica o uso dos recursos renováveis de forma qualitativamente adequada e em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação, em soluções economicamente viáveis de suprimento das necessidades, além de relações sociais que permitam qualidade adequada de vida para todos (BRASIL, PCN - MEIO AMBIENTE, 1998, p. 178).

¹ Documento chamado *Nosso Futuro Comum* é o produto final de três anos de estudos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, instituída em 1984 a pedido do secretário-geral as Nações Unidas, composta por 21 países e presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega. A Comissão tinha por objetivo avaliar os avanços da degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los. (PHILIPPI Jr.; PELICIONI, 2014, p.310)

Por fim cabe lembrar que a sustentabilidade vai além da dimensão ambiental, a qual se relaciona com a capacidade da natureza de absorver as ações antrópicas e se recompor. Além desta, Barbieri (2013) apresenta as seguintes dimensões: dimensão ecológica, dimensão social, dimensão política, e dimensão institucional. Vê-se que o desenvolvimento sustentável não se resume a questão ambiental, porém é indiscutível que a supõe, sendo a educação fator determinante para a mudança de atitude na relação que o homem tem estabelecido historicamente com o meio em que vive.

De acordo com Leontiev (2004 *apud* PETERNELLA; GALUCH, 2012) o homem poderá, por meio da educação se desenvolver paulatinamente, desde o nascimento, ao se apropriar das aptidões imbricadas nos objetos da cultura, produtos da evolução sócio-histórica e frutos do aperfeiçoamento intelectual do gênero humano. Porém para se apropriar desses resultados, para fazer deles *as suas* aptidões, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, num processo de comunicação com eles.

Inserido no campo de análise, esse processo de “apropriação” das aptidões por meio da educação através da comunicação com outros homens, ou seja, a apropriação do ideal de sustentabilidade pelas novas gerações, depende fundamentalmente do processo educativo, aqui tratado como processo formal no âmbito das instituições de ensino. Assim a educação para o desenvolvimento deve corresponder a formação de pessoas que venham a participar de forma ativa de iniciativas capazes de transformar seu território em função das suas necessidades (ação inerente a cultura humana), porém observando que não seja uma ação predatória, que inviabilize o uso desse território pelas gerações futuras. A essência da educação formal está no desenvolvimento de conteúdos e da práxis, numa relação dialética com o ambiente.

Somente através de um processo educativo preocupado com as questões ambientais, com o desenvolvimento sustentado², com o ecodesenvolvimento, com a preservação e conservação do nosso patrimônio cultural, genético, ambiental e antropológico é que poderão surgir soluções para reverter o atual quadro de uso inadequado dos recursos naturais (DIAS, 2004, p. 175)

É preciso acentuar que, em especial nos países subdesenvolvidos, existe o discurso retórico de que a educação é requisito básico para o desenvolvimento de uma nação, porém a realidade mostrada por meio de dados fornecidos por diferentes mecanismos de avaliação nas diversas esferas administrativas não tem evidenciado um tratamento prioritário ou uma prática efetiva que revele preocupação com os aspec-

² Enquanto o adjetivo sustentável se refere à condicionalidade ambiental, o termo desenvolvimento sustentado se refere à permanência do processo de desenvolvimento (SACHS, 2008).

tos qualitativos do processo educacional. Independente do contexto, é preciso conceber a educação como processo necessário a mudança de atitude, com formação de uma consciência ambiental, sobretudo por parte dos educadores, já que estes têm grande responsabilidade na formação cidadã das novas gerações, sendo necessário um trabalho intencional no sentido de criar um novo olhar com relação a como usufruir os recursos oferecidos pela natureza, atuando na defesa de um novo modelo de desenvolvimento que tenha por base as potencialidades do contexto para promover a qualidade de vida, porém que respeite o equilíbrio entre o homem e o ambiente.

A educação para o desenvolvimento sustentável é uma dimensão particularmente importante da educação de qualidade. Ela deve ser fortalecida e promovida em todos os níveis e em todos os contextos educativos ao longo da vida, por meio de políticas educacionais que promovam o desenvolvimento sustentável, sendo processos interdependentes.

A educação não é um fim em si mesma, é um direito fundamental e um instrumento-chave para mudar valores, comportamentos e estilos de vida: para alcançar um futuro sustentável é necessário fomentar, entre a população, a consciência da importância do meio ambiente. Uma das formas de as pessoas adquirirem esta consciência, os conhecimentos e habilidades necessárias à melhoria de sua qualidade de vida se dá por meio da educação ambiental (UNESCO, Ciências Naturais: Educação para o desenvolvimento sustentável).

A educação, nesse contexto, é elemento indispensável ao desenvolvimento sustentável e incluyente³, o qual requer a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos. A respeito da relação necessária entre educação e desenvolvimento, pode-se afirmar, de acordo com Sachs (2008) que:

A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos, aumentando a adaptabilidade e o sentido de autonomia, bem como a autoconfiança e a auto-estima (p. 82).

No seu Art. 1º, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96 - estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Ora, trata-se aqui dos “processos formativos”, constituindo-se em exercício para a cidadania, onde o educando é o sujeito do processo educativo,

³ Termo definido como oposição ao padrão de crescimento perverso conhecido como excluyente e concentrador de renda e riqueza. (SACHS, 2008).

devendo ser capaz de enxergar as contradições a sua volta e, diante da complexidade do mundo saiba posicionar-se e orientar suas opções e ações.

A educação ambiental no Brasil

A preocupação com a sustentabilidade chegou tardiamente ao Brasil. Na Conferência de Estocolmo em 1972, evento onde a concepção de desenvolvimento sustentável tem suas raízes fixadas, o governo brasileiro se fez presente e escandalizou o mundo e os ambientalistas brasileiros ao defender a tese do desenvolvimento econômico a qualquer preço. A delegação brasileira e representantes de países menos desenvolvidos, divergindo dos objetivos do encontro defenderam o direito às oportunidades de crescimento econômico sem nenhuma restrição, mesmo que fossem restrições de natureza ambiental. Apesar dessas reivindicações, foi proclamado que a forma ideal de planejamento ambiental é aquela que associa a prudência ecológica com as ações pró-desenvolvimento, ou seja, o ecodesenvolvimento. (ALMEIDA, 2011)

Segundo Dias (2004), no Brasil, após a Conferência de Estocolmo, devido às iniciativas das Nações Unidas em inserir o tema nas agendas dos governos, foi criada em 1973 a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) ligada à Presidência da República, transformada posteriormente, em 1992, no Ministério do Meio Ambiente. Hoje se tem um vasto aparato institucional nesta área, sendo que o País possui uma das melhores legislações ambientais do mundo.

Apesar de tardiamente, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, o conceito do desenvolvimento sustentável ganha força, de acordo com a previsão contida no caput, do Art. 225, que prevê que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. No parágrafo primeiro, inciso VI, do artigo citado, existe a previsão de determinar ao Poder Público a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 1988).

Considerando o papel do Estado no que se refere a ética da sustentabilidade e aos pressupostos da cidadania, segundo Sorrentino et al. (2005) tem-se nas políticas públicas um conjunto de procedimentos que expressam a relação de poder e se destinam à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum. Sua origem está nas demandas provenientes de diversos

sistemas (mundial, nacional, estadual, municipal). As políticas públicas em educação ambiental implicarão numa crescente capacidade do Estado de responder, ainda que com mínima intervenção direta, às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições atuantes na educação ambiental.

A construção da educação ambiental como política pública, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), implica processos de intervenção direta e regulamentação que fortalecem a articulação de diferentes atores sociais. Sobre os processos de intervenção direta e a regulamentação com vistas ao deslocamento de diretrizes da esfera da institucionalização para a esfera da operacionalização já referidas anteriormente tem-se que:

No mundo atual, a regulação se dá em grande medida pela via normativa, com mecanismos de comando e controle. Entretanto, como o ritmo das transformações (e seus efeitos), está em constante aceleração, estamos fragilizados, pois as regras geralmente só são estabelecidas *a posteriori*. A defasagem entre manifestação dos problemas e invenção de soluções é, assim, cada vez maior (LOPES et al., 2014, p.103).

Não se pode esquecer que existe uma enorme distância entre o proclamado em educação ambiental e o que de fato se realiza no âmbito das instituições, em especial quando se observa que o conhecimento (entendido aqui como o currículo formal das instituições de ensino) está burocratizado e afastado da realidade, distanciando dos termos propostos nestes novos tempos, onde se exige mudança de pensamento, postura e prática na educação, fundamentada numa relação de reciprocidade, diálogo, cooperação e interação.

Essa é a visão que se defende nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1998) ao tratar o Meio Ambiente como um tema transversal, integrado às áreas de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas. Os PCN trazem os conteúdos de Meio Ambiente como parte do currículo formal das instituições, devendo constituir-se em dever da escola, como um componente importante para se repensar as teorias e práticas que fundamentam as ações educativas. Trabalhada de forma interdisciplinar, a educação ambiental deve ser orientada para a solução dos problemas da realidade local, adequada ao público alvo e a realidade dos mesmos, porém de forma a compreender os problemas ambientais primeiro em seu contexto local, e em seguida em seu contexto global.

Para que os alunos construam a visão da globalidade das questões ambientais é necessário que cada profissional de ensino, mesmo especialista em determinada área do conhecimento, seja um dos agentes da interdisciplinaridade que o tema exige. A riqueza do trabalho será maior se os professores de todas as disciplinas discutirem e, apesar de todo o tipo de dificuldades, encontrarem eles para desenvolver um trabalho conjunto. Essa interdisciplinaridade pode ser buscada por meio de uma estruturação institucional da escola, ou da organização curricular, mas requer, necessariamente, a procura da superação da visão fragmentada do conhecimento pelos professores especialistas (BRASIL, PCN-MEIO AMBIENTE, p. 193).

A educação ambiental tornou-se lei em 27 de Abril de 1999, pela Lei Federal Nº 9.795, a qual, em seu Artigo 1º, define a Educação Ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Ainda enfatiza a questão da interdisciplinaridade metodológica e epistemológica da educação ambiental no seu Art. 2º, que estabelece: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Nesta perspectiva, apresenta um caráter interdisciplinar, onde sua abordagem deve ser integrada e contínua, não sendo uma nova disciplina.

O tratamento interdisciplinar para a Educação Ambiental é também contemplada na Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. O seu Artigo 8º estabelece que:

A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (BRASIL, 2012).

No Estado de Roraima, a Lei Nº 445 de 07 de junho de 2004 dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal nº 9.795/99, no âmbito estadual. Nesta estão estabelecidos os objetivos e princípios da educação ambiental, preconizando no inciso III do Artigo 5º o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas tendo como perspectivas a inter, a multi e a transdisciplinaridade como um dos princípios para o desenvolvimento da mesma.

É inegável que a existência de instrumentos normativos representam algum avanço, porém, de acordo com Dias (2004) as conquistas das últimas décadas são insuficientes para provocar as mudanças de rumo que a velocidade da degradação ambiental requer. Ele aponta diversos problemas, dentre eles a falta de qualificação dos professores, a evasão de carreira, a rotatividade, a falta de recursos instrucionais atualizados cientificamente e os currículos das universidades brasileiras, as quais em sua maioria não incorporam devidamente as dimensões ambientais aos seus cursos e continuam produzindo profissionais que refletem o seu despreparo e vão engrossar o rol dos devastadores.

Dentre os diversos problemas que se apresentam entre o proclamado para a educação ambiental e o que de fato se realiza nos currículos e práticas docentes nas instituições de ensino, focaremos nossa atenção na metodologia interdisciplinar, um tema que apesar de fazer parte de todos os documentos normativos que regulamentam a matéria ainda representa desafio para a maioria dos profissionais da educação.

Educação ambiental e interdisciplinaridade: desafios da prática docente

Já na primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental promovida pela Unesco em colaboração com o Pnuma em 1977 na cidade de Tbilisi, antiga URSS, evento considerado marco histórico da educação ambiental, esta é definida com caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador (ALMEIDA, 2011). Dando ênfase ao caráter interdisciplinar da Educação Ambiental, Tozoni-Reis (2008) destaca que a ideia de interdisciplinaridade está presente tanto nos documentos produzidos em diferentes eventos internacionais que trataram sobre o Meio Ambiente - a Carta de Belgrado (1975), Declaração de Tbilisi (1977), a Agenda 21 (1992) e o tratado das ONGs (1992) – como na literatura acadêmica.

A partir da perspectiva desses documentos oficiais, o caráter interdisciplinar foi mantido nos documentos normativos que tratam da Educação Ambiental no Brasil, como a Lei Federal 9.795/99 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, e a Lei Estadual 445/2004, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental em Roraima, conforme já tratado.

Apesar de destacar dificuldades na implementação de práticas interdisciplinares, Carvalho (2012) considera que os problemas ecológicos que se impõem na atualidade fizeram surgir a necessidade de desacomodar os modos já aprendidos para compreender as interrelações na base dos problemas ecológicos, sendo a interdisciplinaridade uma forma de suprir a insuficiência dos saberes disciplinares. Ela considera

que este é um caminho ousado, já que se trata de “convidar a escola para a aventura de transitar entre saberes e áreas disciplinares, deslocando-se de seu território já consolidado rumo a novos modos de compreender, ensinar e aprender” (p. 125).

Fazenda (2001) destaca que é muito comum se falar em interdisciplinaridade, em especial por ocasião da elaboração dos planejamentos anuais, mas em geral não se chega a um consenso de como fazê-lo. Para ela, isso decorre quase sempre da ausência de conhecimento do seu significado ou ainda porque as normas educacionais apresentam-se como obstáculos naturais à construção da interdisciplinaridade do conhecimento.

Para que se entenda a extensão dos desafios para se concretizar os objetivos da educação ambiental por meio de práticas interdisciplinares, é essencial que se compreenda o que significa o “ser interdisciplinar”. Na definição de Carvalho (2012) a interdisciplinaridade deseja a abertura de um espaço de mediação entre os conhecimentos e articulação de saberes, onde as disciplinas (e seus atores) estejam em mútua coordenação e cooperação, construindo um marco conceitual e metodológico comum para a compreensão de realidade complexas.

Fazenda (2001) considera que conceituar interdisciplinaridade é tarefa bastante complexa, e aponta que esta não possui uma definição estanque. Para ela, a interdisciplinaridade deve ser entendida como *atitude*, e somente após apreensão do termo com essa conotação esta servirá para as reais transformações emancipatórias. Ser interdisciplinar, na sua definição, requer uma atitude política e pedagógica que demanda coragem, despojamento e muita dedicação.

A apreensão da atitude interdisciplinar garante, para aqueles que a praticam, um grau elevado de maturidade. Isso ocorre devido ao exercício de uma certa forma de encarar e pensar os acontecimentos. Aprende-se com a interdisciplinaridade que um fato ou solução nunca é isolado, mas sim conseqüência da relação entre muitos outros (FAZENDA, 2001, p.35).

No que se refere a *atitude* de cada educador, Fazenda (2001) diz que este deve despir-se de toda postura positivista que o tem caracterizado neste século, superando o parcelamento do saber em busca da compreensão global. Nesse sentido, a atitude interdisciplinar estimula a competência do educador, constituindo-se em possibilidade de reorganizar o saber para a produção de um novo conhecimento.

As dificuldades da atitude interdisciplinar também são tratadas por Fazenda (2001). Para ela, essa prática sofre impedimentos resultantes da formação cultural da sociedade que se reflete na formação do professor, treinado por um saber fragmen-

tado e realizando o seu trabalho sob as mais diversas influências. Ela destaca que o fazer do professor é solitário e com ausência de estímulos.

Tozoni-Reis (2008) traz a formação do educador como um fator que tem dificultado a atitude interdisciplinar:

No entanto, a realidade, hoje, no que diz respeito à formação dos educadores ambientais nas universidades, apesar da necessidade de integração entre as disciplinas, é a convivência cotidiana com um currículo constituído por compartimentos estanques e incomunicáveis que produzem uma formação humana e profissional insuficiente para alunos e professores no enfrentamento de práticas sociais que exigem formação crítica e competente. (p.83)

Sato (1997), também aponta para a necessidade de mudança no interior das instituições formadoras. Ela coloca que diversos trabalhos de pesquisa realizados nas universidades voltados para a educação ambiental revelam a importância do compromisso com a ciência na perspectiva interdisciplinar, com experimentação de novos métodos de formação, sejam de profissionais da educação ou não.

de tempos em tempos a universidade é chamada para responder aos anseios da sociedade, mas existe uma estrutura falha nos sistemas universitários, pois estamos mais voltados aos modelos clássicos do passado do que aos novos paradigmas do presente ou do futuro. Como nem sempre as pessoas informadas tomam as decisões corretas, devemos romper com a velha transmissão de conhecimentos consolidados, revolucionando nossos projetos acadêmicos e reconhecendo nossos alunos como profissionais do amanhã (SATO, 1997, p. 121 apud SATO, 1993).

Carvalho (2012) destaca que a interdisciplinaridade jamais será uma posição fácil, cômoda ou estável, já que representa um novo modo de conceber o modo de produção de conhecimento, diferenciando-se de um contexto de mentalidade disciplinar vivenciado historicamente. Para ela, a interdisciplinaridade

Trata-se de um combate ao mesmo tempo externo e interno, no qual a reorganização das áreas e das formas de relacionar os conhecimentos corresponde à reestruturação de nossa própria maneira de conhecer e nos posicionar perante o conhecimento, desfazendo-nos dos condicionamentos históricos que nos constituem. (CARVALHO, 2012, p. 122-123)

Tais desafios levam a considerações sobre a formação continuada do professor no sentido de corresponder às novas demandas. Para Sato (1997):

Se o/a professor/a quiser romper com as meras convenções e experiências fortuitas de seu cotidiano, necessita também de uma reflexão científica e crítica sobre a educação. Nesse

sentido, a formação permanente dos professores, além de ser uma exigência da sociedade, torna-se uma obrigação (p. 114)

O número de projetos educacionais que se intitulam interdisciplinares vêm crescendo nas instituições de ensino, um reflexo da literatura educacional e também das diretrizes a nível de sistema estadual/municipal (como exemplo as diretrizes para o trabalho com a Educação Ambiental). Para Fazenda (1994) esses projetos surgem “da intuição ou da moda, sem lei, sem regras, sem intenções explícitas...” (p.34). Ainda segundo Fazenda (1994) várias tentativas foram empreendidas pelos estudiosos da interdisciplinaridade na busca por uma metodologia madura e inquestionável que desse sustentação aos projetos nascentes, sendo que estas serviram apenas para elucidar equívocos. Apesar de considerar que não se encontrou ainda uma metodologia inquestionável, Fazenda (1994) aponta um caminho para essa questão metodológica:

Entretanto, supondo-se que uma epistemologia interdisciplinar requereria um método próprio, o método que nos parece natural, porque decorrente da concepção de interdisciplina, é o do *discurso interdisciplinar*. Tomando-se por base o *discurso*, o método dele decorrente surge do envolvimento e da complexidade na participação no questionar, no indagar, no pesquisar. (p. 68)

A metodologia interdisciplinar requer uma atitude especial ante o conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das possibilidades e limites da própria disciplina e do profissional, no conhecimento e na valorização suficientes das demais disciplinas. Alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovação, criação, de ir além das suas “fronteiras” e exercitar-se na arte de pesquisar (FAZENDA, 1994).

Uma outra questão trazida por Fazenda (1994) é com relação a atitude de se condenar rotinas consagradas em nome de hipóteses de trabalho improvisadas e impensadas. Para ela, um processo de intervenção ou proposta de mudança que não saiba partir do que já existe, que se propõe a romper com o passado de práticas já consolidadas, tende rapidamente à falência. Nesse sentido, o processo de passagem de uma didática tradicional para uma didática interdisciplinar supõe uma revisão dos aspectos trabalhados cotidianamente pelo professor, pois são na forma como esses aspectos são revistos que se inicia o processo de ingresso a uma didática interdisciplinar.

No contexto das nossas instituições de ensino, os currículos são organizados pelas disciplinas tradicionais. Acrescentar uma nova disciplina – a Educação Ambiental,

por exemplo – só faz aumentar o volume de informações e aumentar as fronteiras entre as disciplinas. O desenvolvimento tecnológico atual é tão rápido que se torna impossível à escola processar com a velocidade correspondente as informações, na forma sistematizada que tradicionalmente vem trabalhando. Para Carvalho (2012), o conhecimento disciplinar – despedaçado, compartimentalizado, fragmentado e especializado - reduz a complexidade do real. Ou seja, não favorece o desenvolvimento da Educação Ambiental que se propõe a construir “valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente” (Brasil, Lei 9795, 1999).

Neste sentido, o desafio de se assumir uma atitude interdisciplinar está diretamente relacionado ao desafio de se desenvolver a Educação Ambiental, ainda são muitos os desafios. Entretanto, colocando também no sujeito a incumbência de se propor a mudança, Fazenda (2001) traz que “a responsabilidade individual é a marca do projeto interdisciplinar” (p.17), é uma questão de atitude, que supõe envolvimento com o projeto em si, com as pessoas (parcerias), com a instituição, com o outro.

Considerações finais

Colocar em foco a educação ambiental relacionada a sustentabilidade, bem como as diretrizes sobre como desenvolvê-la no ensino formal (perspectiva interdisciplinar), demonstra que temos ações concretas do Estado, parte de uma política pública que busca atender a determinação constitucional de proteger o meio ambiente (Constituição Federal, Art.225). Porém, ao focar a análise na atividade de ensino, ou seja, no campo de execução dessa política, aparecem os desafios a serem superados, como as deficiências na formação inicial e continuada do professor, que fazem com que a interdisciplinaridade não se constitua em prática efetiva, inviabilizando portanto a presença da educação ambiental como parte dos objetivos e conteúdos de ensino.

À educação ambiental foi atribuído o importante papel de promover a conscientização e, como conseqüência, a adesão das pessoas e sociedade em geral ao novo paradigma do desenvolvimento, ou seja, aquele que incorpora a dimensão ambiental como um dos seus indicativos. Assim, com a finalidade de atender ao imperativo da sustentabilidade, ou pelo menos, para compor o discurso esperado a nível internacional e de uma parcela da população brasileira, a educação ambiental ganha importância como estratégia de governo.

Independente da vertente em que se acredita, neste artigo destacamos a relação necessária entre desenvolvimento sustentável e educação ambiental, ou melhor, não apenas a educação ambiental, mas ao processo educacional, como um todo, já que conforme evidenciamos, a educação *precisa* ser ambiental e tem estreita relação com o desenvolvimento, havendo interdependência nesses processos.

A interdisciplinaridade é o modo próprio de se desenvolver a educação ambiental, sendo que esta deve estar presente no currículo de todas as instituições educacionais, em todos os níveis e modalidades de ensino. Por não se constituir em uma nova disciplina, as dificuldades em trabalhar dentro de uma metodologia interdisciplinar termina por inviabilizar a presença da educação ambiental de forma a atender aos objetivos a que se propõe, daí considerarmos que ambas se constituem em desafios a serem superados.

Repensar o papel da universidade diante das demandas atuais, em especial com relação a formação inicial e continuada de professores - conforme previsto nos Artigos 61,62,63 da LDB 9394/96, promover a formação em serviço e a planejamento participativo dentro das instituições de ensino e incentivar a pesquisa são medidas que podem contribuir para a formação da atitude interdisciplinar, um primeiro passo para que se supere o desafio epistêmico e metodológico da interdisciplinaridade. Esse é o primeiro passo também para que se efetive nas instituições de ensino a inserção da Educação Ambiental, buscando a totalidade que o tema requer em função dos objetivos a que se propõe.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jacqueline Praxedes de. **Educação Ambiental**: história e formação docente. Maceió : Edufal, 2011.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 14 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013. – Coleção Educação Ambiental

Brasil. **Senado Federal**. Secretaria de Editoração e Publicação. Constituição da República Federativa do Brasil. Edição administrativa atualizada em outubro de 2013. Brasília, 2014.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Vol.10.3 Temas Transversais Meio Ambiente / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>> Acesso em 03/12/15

_____. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre educação ambiental. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 10/07/15

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 29/06/15.

_____. **Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012,** que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf> . Acesso em 10 de 15 de setembro de 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental:** princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo : Gaia, 2004.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinidade:** história, teoria e pesquisa. 10. ed. Campinas, SP : Papirus, 1994

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Coord.). **Práticas interdisciplinares na escola.** 8. ed. São Paulo : Cortez, 2001.

LOPES, Carlso. et al. Desenvolvimento. **Inovação e Sustentabilidade:** contribuições de Ignacy Sachs. 1. ed. Rio de Janeiro : Garamond, 2014.

PETERNELLA, Alessandra; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. **A relação teoria e prática na formação do pedagogo.** Maringá ; Eduem, 2012.

PHILIPPI Jr, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (editores). **Educação ambiental e sustentabilidade.** 2 ed rec e atual. Barueri, SP : Manole, 2014. (Coleção Ambiental, 2014)

RORAIMA. **Lei nº 445 de 07 de junho de 2004.** Institui a política estadual de educação ambiental. Disponível em <http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/lei_lei_4452004_21827.pdf> Acesso em 08/07/15.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** Includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro : Garamond, 2008.

SATO, Michèle. **Educação para o ambiente amazônico.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, 1997. 245 p.

SORRENTINO, Marcos et al. **Educação Ambiental como política pública**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em 29/06.15

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção educação contemporânea).

UNESCO – **Ciências Naturais: Educação para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/education-for-sustainable-development/>> Acesso em 15 de outubro de 2015.

ARTIGO

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO À
LUZ DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E
INTERCULTURALIDADE**

Introdução

A partir da análise bibliográfica proposta na disciplina Educação do Campo e Interculturalidade, resgatar-se-á uma breve trajetória histórica da Educação do Campo, na perspectiva da interculturalidade, bem como contextualizar-se-á as lutas por Educação do Campo como contraponto a Educação Rural. Assim como, apresentar-se-á análise das Políticas Públicas voltadas para a garantia da educação. Dessa forma, as discussões sobre a Educação do Campo, nos últimos anos intensificaram os diálogos que evidenciam o universo que permeia à temática, que tornou-se fundamental os debates nas pesquisas do meio acadêmico brasileiro, com perspectivas significativas a respeito de como se pensar uma Educação do Campo que respeite as especificidades dos sujeitos do campo.

Considerações sobre a trajetória da educação do campo

O presente artigo discute a Educação do Campo que surgiu na década de 1990, sendo evidenciada dentro do cenário político-econômico, marcado pelas lutas dos movimentos sociais, de professores e da sociedade organizada do campo, a inserção do debate no meio acadêmico e político, uma vez que o Estado não garantia o acesso a (saúde, educação etc.) durante anos negligenciados pelo poder público.

A problemática do campo apresentava-se esquecida pelo Estado, que por décadas eximiu-se quanto à obrigação de efetivar o acesso da população do campo aos direitos básicos e, sobretudo à educação que concretize o conhecimento científico e cultural ao sujeito do campo.

* Mestranda do Curso de Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Roraima – UERR, em parceria com o Instituto Federal de Roraima – IFRR.

** Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Professor colaborador do mestrado Acadêmico em Educação (URR/IFRR).

Nesse sentido, Leite (2002, p.20) afirma que a prioridade do Estado é produzir por meio:

Da hegemonia das classes dominantes, que de certa forma, mediante mecanismo de dominação sociocultural, fazem prevalecer o status quo dos grupos, perpetuando a dependência econômica e social dos não-privilegiados. Tal processo inibe a vivência da cidadania e dos direitos plenos do homem, portanto, é excludente e discriminatório.

Dessa maneira, o Estado deixa de cumprir com o dever de efetivar os direitos dos cidadãos, uma vez que, o processo de democracia não se concretiza, em meio a sociedade capitalista que explora a mão de obra do sujeito. Com isso, o sistema capitalista usufrui do processo educacional como meio de dominação e alienação da população.

Leite (2002, p. 24) argumenta que:

O ensino público deixou de oferecer à sociedade o suporte necessário para desenvolver as atividades produtivas, políticas e socioculturais. As classes dominantes, simultaneamente, não souberam entender o papel da escola dentro da visão desenvolvimentista.

Nesse contexto, a educação desenvolve-se com base nas garantias mínima de direitos, oferecidos pela sociedade dominante, que exerce o poder sobre a classe trabalhadora. Desse modo, o ensino é utilizado como instrumento de opressão e exploração do cidadão.

Buffa (1987) ao tratar sobre a relação de produção, discute que a classe dominante explora a força do trabalhador pelo senhor empregador. Como observa o autor (1987, p. 25) “a produção capitalista produz mercadorias em grande escala, de acordo com um método de divisão de trabalho que emprega trabalhadores sob a direção de um empresário moderno”. Assim, com o desenvolvimento do capitalismo, a relação na sociedade é autoritária e hierarquizada, ou seja, os direitos do homem e do cidadão simplesmente não existe.

Para Arroyo (1987) a relação entre cidadania e educação será destruir a imagem que e criou de que a educação é um dos mecanismos de arbitragem sobre a quem, onde e quando é permitida a condição de cidadão e de sujeito político. Desse modo, o sujeito é o indivíduo que vive dentro do Estado, porém não usufrui de seus direitos, no qual habitua-se a exploração como processo natural, deixa desse modo, de usufruir de sua cidadania.

Nessa perspectiva, o conceito de cidadania, passa a ser concretizado a partir do exercício dos direitos, pelos quais o homem deixa de ser sujeito e passa a exercer

como cidadão, o direito à vida, educação, saúde, ou seja, tem acesso a todos os direitos já garantidos na Constituição Federal de 1988. Arroyo (1987, p.8) expõe que “a cidadania jamais será doação do Estado, pois é essencialmente uma conquista dos excluídos, através do exercício político, de lutas”.

Assim, com exploração da classe trabalhadora, nasce o falso discurso da existência de direitos iguais na sociedade, e surgimento do capitalismo moderno influencia as transformações na organização política e social, por isso, é preciso que discutamos a respeito da necessidade de se pensar um novo saber e uma nova educação.

Diante dessa problemática, a Educação do Campo, foi durante anos esquecida pelo Estado, que eximiu-se quanto à obrigação de efetivar o acesso da população do campo aos direitos básicos e, sobretudo à educação que concretize o conhecimento científico e cultural ao sujeito do campo.

Nesse contexto de mobilização de educadores, trabalhadores do campo e de movimentos sociais, o campo começa ganhar destaque no cenário nacional, assim, faz-se necessário pesquisar e entender o contexto da Educação do Campo para conhecermos quais são as reais condições do ensino, o qual restringiu a população do campo a uma educação de baixa qualidade e uma formação escolar alienante, reprodutora da lógica do sistema capitalista. De acordo com Arroyo; Caldart; Molina (2009, p.8) “[...] somente 2% das pesquisas dizem respeito a questões do campo, não chegando a 1% as que tratam especificamente da educação escolar no meio rural”.

Segundo Ghedin (2012, p.67) “[...] a grande arma da ideologia como instrumento teórico de justificação da prática de dominação é que ela atua ao nível da consciência do indivíduo, transformando-se em um credo em uma forma dogma que impermeabiliza a possibilidade de uma penetração de novas ideais e leituras que permitam a construção do fazer pedagógico”.

Igualmente, é necessário ampliar os estudos sobre a Educação do campo para que nos ajude a pensar suas contradições e investiguemos, quais são as concepções de educação, como forma de promovermos um debate maior no campo político, acadêmico e social, para que não se silenciem mais essa trajetória e se efetive, políticas públicas na garantia do acesso a cidadania e ao direito à educação que atenda as especificidades dos sujeitos que vivem no campo, bem como, ajude a minimizar as desigualdades sociais.

Conforme Arroyo; Caldart; Molina (2009) a Educação do Campo emerge em meio ao contexto de lutas sobre a necessidade da afirmação de uma Educação do Campo, voltada para o desenvolvimento dos camponeses, em que o espaço de construção possa democratizar-se, e efetivar os direitos, a formação política, ética, social

e cultural, com isso, todo o processo educacional que permeia a concretização de direitos torna a Educação do Campo desafiadora, nesse sentido, precisamos consolidar o debate sobre a dinâmica política, social e cultural do campo para a afirmação de direitos e da identidade desses sujeitos.

Cabe mencionar que o paradigma da educação do campo surgiu, a fim de se contrapor ao abandono e a precarização apresentada pelo sistema de ensino no meio rural, cujas políticas públicas voltavam-se para a alienação da população do campo. Nesse contexto em 1998 foi organizada a I Conferência Nacional voltada ‘Por uma Educação Básica do Campo’ e em 2004 ocorreu a II Conferência Nacional voltada ‘Por uma Educação do Campo’. Essas conferências representam o marco da luta dos movimentos sociais, da população do campo, dos trabalhadores e educadores pela garantia dos direitos fundamentais e acesso a uma educação de qualidade e diferenciada (ARROYO *et al.*, 2009).

Ademais, a Educação do Campo¹ veio se contrapor a negligência do Estado que ausentou-se do campo, bem como da aprovação de políticas públicas pouco eficazes na garantia dos direitos. Outrossim, é necessário implementar um projeto político-pedagógico de educação que emancipe os sujeitos do campo como cidadãos críticos e consciente dos deveres, sobretudo dos seus direitos (CALDART, 2010).

Discorrendo sobre a Educação do Campo Molina e Jesus (2004, p.76) pressupõem:

A Educação do Campo constitui, a nosso ver, um novo paradigma para a elaboração das políticas públicas, que necessariamente traz em seu bojo a reflexão simultânea sobre diferentes campos científicos: a Educação, a Sociologia, a Economia, a Agronomia, a Política, a História, a Filosofia. É por isso que acreditamos que a Educação do Campo se constitui numa área transdisciplinar, e se afirma como um novo campo de produção do conhecimento.

Nessa perspectiva os autores reforçam, que o paradigma da Educação do Campo, é construída pela população do campo, movimentos sociais e trabalhadores rurais e pelos intelectuais das universidades do País, pelas lutas contra o modelo rural que atende apenas as necessidades produtivas do capitalismo e visam somente a produção de mercadorias. Em suma, necessitamos da elaboração de políticas públi-

¹ Neste trabalho utilizamos a expressão “do campo”, considerando a configuração de um projeto de educação que respeite e garantam os direitos e as especificidades dos cidadãos que trabalham e vivem no e do campo, que de acordo com Caldart et.al citado em Arroyo et.al (2009, p. 25) “[...] quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam elas camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural”.

cas voltadas a Educação do Campo, que respeite a diversidade e especificidades do homem do campo, igualmente da implantação de um sistema de ensino que tenha o pilar sobre a ação-reflexão-ação, para assim, construirmos uma educação embasada em conhecimentos que permeie pelas ciências, promovendo o debate dialético e a produção do conhecimento científico, dos saberes e culturas dos sujeitos do campo.

Conforme explica Leite (2002) o Estado deve intervir na educação por meio das funções sociais e políticas da escola, com um planejamento voltado para a efetivação das garantias sociais e do ensino de qualidade, não se limitando, assim a educação apenas para classe social dominante.

A respeito das políticas públicas e sociais, Höfling (2001) citado em Borges; Mourão (2015, p.149) enfatiza que:

Políticas públicas constituem a presença do Estado, ou seja, elas são adotadas pelos órgãos públicos, por diferentes organismos e agentes da sociedade. As políticas sociais são as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, para o remanejamento dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades sociais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

As perspectivas reais que observamos no dia a dia da população do campo, são de sujeitos que muitas vezes vivem à margem da sociedade, sem a proteção do Estado e acesso aos serviços básicos. Essas políticas sociais quase nunca chegam e, quando chegam, são com serviços precários.

Segundo Manacorda (2004) precisamos discutir sobre as contradições existentes na história da educação, pois assim, será possível pensar na luta em defesa de uma educação voltada ao pleno desenvolvimento e humanização dos seres humanos. Portanto, as reflexões sobre a escola possibilita compreendê-la não mais como instituição específica da educação, mas como instituição indispensável e lugar de vida das crianças e adolescentes na contemporaneidade.

Nessa direção, Santos (2006) destaca que a concepção de direitos humanos, na qual os movimentos sociais lutam pela emancipação da dignidade da pessoa humana, contra políticas hegemônicas de Estado, cujo objetivo é suspensão de direitos constitucionais. Assim Santos, assegura a discussão em torno de fundamentos de uma política de direitos humanos que seja emancipatória, igualitária e que se tenha o respeito universal pela dignidade humana.

Segundo Candau (2013) a educação deve pautar-se no conceito de educação intercultural concebida hoje, como um elemento fundamental na construção de sistemas educativos e sociedades que se comprometem com a construção democrática, a

equidade e o reconhecimento dos diferentes grupos socioculturais que os integram. De tal modo, a interculturalidade é o eixo que possibilita pensar a construção de uma sociedade democrática que articula políticas públicas e efetive os direitos, para a afirmação da identidade e reconhecimento dos diferentes grupos culturais.

Nessa perspectiva, a interculturalidade se manifesta em oposição a classe dominante hegemônica, que exclui os direitos do cidadão, bem como busca a efetivação dos direitos e pelo respeito e cooperação entre as diferentes nações.

Dessa forma, a garantia do direito do homem do campo à educação requer a consolidação de políticas públicas capazes de efetivar a obrigação do Estado, quanto ao acesso aos direitos e garantias fundamentais. Assim, é necessário assegurar uma Educação do Campo como política pública, na qual os direitos da população sejam respeitados e se combata o caráter homogeneizador do ensino, e contribua desse modo, para a consolidação de uma Educação do Campo que contemplem as reais necessidades dos seus sujeitos, e afirme a identidade camponesa.

Bases legais da educação do campo

Conforme Caldart, Cerioli e Fernandes (2009, p. 25), quando se discute educação do campo temos que ter em mente que:

Estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural.

O direito a educação está amparado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como um direito social, conforme artigo 6º:

São direitos sociais **a educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso).

Os direitos sociais de acordo com Cesarino Jr (1970), são aqueles destinados aos hipossuficientes, aos impossibilitados de obter, por si sós, um mínimo de condição de sobrevivência.

Nesse sentido a Constituição de 1988 passa a considerar a educação como direito de todos e dever do estado. Vejamos o que diz o artigo 208 da CF:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A atual Carta Magna, no entanto, não dispõe de forma expressa sobre a Educação do Campo, porém, os dispositivos constitucionais que regulam a educação brasileira abrangem todos os níveis e modalidades de ensino, independentemente de serem na zona rural ou urbana.

Assim sendo, à luz da Constituição Federal de 1988, foi criada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), a qual dispõe no artigo 28, a respeito da educação rural, vejamos:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Nesse contexto, observamos que a LDB, destinou apenas um artigo a educação rural, o qual reconheceu que a vida do campo possui características particulares, as quais podem variar de região, sendo assim, permitiu-se que sejam feitas adaptações necessárias para adequar o ensino a essas especificidades.

A LDB em seu artigo 28 trata a respeito da educação rural, entretanto, essa nomenclatura foi modificada para educação do campo. Para Caldart, Cerioli e Fernandes (1998, p. 9), Essa mudança de nomenclatura para educação do campo em vez de educação rural pode ser explicada da seguinte forma:

Utilizar a expressão campo, e não a mais usual meio rural, com o objetivo de incluir [...] uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que vivem hoje e tentam garantir a sobrevivência desse trabalho [...].

Em 2001 foi aprovado o Parecer 36/2001, o qual estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Nesse sentido, o referido Parecer possui o seguinte entendimento:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo vão além da educação rural, pois reconhecem as lutas da população do campo, bem como sua cultura, características, diversidades, levando em consideração a identidade específica dos cidadãos que vivem no campo.

Em 2002, foi criada a Resolução CNE/CEB nº 1, a qual Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. A referida Resolução enfatiza a identidade do morador e da educação do campo, conforme verificamos no artigo 2º Parágrafo único:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Já em 2008, foi criada a Resolução nº 2, a qual estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Entre os aspectos importantes desta resolução podemos citar a definição das etapas e dos destinatários da educação do campo, nos termos do disposto do seu artigo 1º, como se depreende abaixo:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

Assim sendo, verificamos que a Educação do Campo possui normas que regulamentam sua implantação na área do campo, a qual se destina as populações rurais, levando em consideração os aspectos particulares que envolvem seus cidadãos, cujo objetivo é garantir o direito à educação de qualidade.

Considerações finais

É necessário assegurar a Educação do Campo como política pública, na qual os direitos da população sejam respeitados e se combata o caráter homogeneizador do ensino, desse modo contribua para a consolidação da Educação do Campo que contemplem as reais necessidades dos camponeses, considerando as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo vão além da educação rural, pois reconhecem as lutas da população do campo, bem como sua cultura, características, diversidades, levando em consideração a identidade específica dos cidadãos que vivem no campo.

Portanto, a Educação do Campo possui normas que regulamentam sua implantação na área do campo, a qual se destina as populações rurais, levando em consideração os aspectos particulares que envolvem seus cidadãos, cujo objetivo é garantir o direito à educação de qualidade.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. 4. ed.-Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da Cidadania. In. BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?**.5.ed. São Paulo: Cortez, 1987.p.11-95.

BORGES, Heloisa da Silva; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. Estado, Políticas Públicas e Educação. In. BORGES, Heloisa da Silva; VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura. (Org.). **Educação do campo e as políticas sociais públicas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. p.135-186.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. _ Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 2008.

BUFFA, Ester. Educação e Cidadania Burguesa. In. BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 5.ed. São Paulo: Cortez, 1987.p.11-95.

CALDART, R.S, CERIOLI, P. R E FERNANDES N. M. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação básica do Campo”. (Texto introdutório). In. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. 4. ed.Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direito humanos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan-mar, 2013.

CESARINO JR., Antônio Ferreira. Direito social brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1970. GHEDIN, Evandro. A despolitização operada e a contra-hegemonia construída pela escola do campo. In. GHEDIN, Evandro. (Org.). **Educação do campo: Epistemologia e Práticas**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

LEITE, Sérgio Celari. Estado, Capitalismo e Educação. In. LEITE, Sérgio Celari. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17- 93.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação, da antiguidade aos nossos dias**. 11. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 2004.

MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sônia Meire Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

SANTOS, Boaaventura de Sousa dos. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ARTIGO

**RELATO DE EXPERIÊNCIA NA SUPERVISÃO DO PIBID/
DIVERSIDADE DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO-LEDUCARR/UFRR EM ESCOLAS
PÚBLICAS DO INTERIOR DE RORAIMA (2015-2016)**

Introdução

O presente trabalho tratará de minhas experiências enquanto supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade - PIBID/Diversidade, do subprojeto ciências Humanas e Sociais dos bolsistas de graduação, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEDUCARR, da Universidade Federal de Roraima - UFRR. A experiência tem possibilitado aprofundar os meus saberes teórico-metodológicos e a realizar reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem nas escolas do campo dos nossos vários municípios envolvidos no projeto.

As reflexões mencionadas anteriormente contribuem para o esclarecimento de que o projeto PIBID/Diversidade tem ofertado aos graduandos um maior entendimento sobre o ensino, prática docente e os desafios para os sujeitos que desenvolvem atividades nas áreas do campo. Neste sentido, os bolsistas têm contato direto com a realidade das escolas do campo e, dessa forma, os que ainda não exercem a profissão docente já incorporam os elementos necessários para o entendimento sobre o ato da docência.

O texto abaixo está estruturado da seguinte maneira: 1. Reflexões sobre as experiências do PIBID-Diversidade-UFRR a partir da educação do campo. 2. Metodologia de trabalho da supervisão do Pibid/Diversidade do Subprojeto-CHS.

* Licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Professora Supervisora do Subprojeto Ciências Humanas e Sociais PIBID/Diversidade pela mesma instituição. E-mail: lucineide-salgado@hotmail.com.

** Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Professor colaborador do Mestrado Acadêmico em Educação (UERR/IFRR) e Coordenador do Subprojeto Ciências Humanas e Sociais do PIBID/Diversidade.

Reflexões sobre as experiências do PIBID-Diversidade-UFRR a partir da educação do campo

A proposta da educação do campo tem como desafio a formação intelectual e política dos sujeitos do campo, respeitando as peculiaridades de cada sujeito em cada comunidade. Nela fica subentendido que é preciso resgatar os valores culturais e conhecimentos empíricos dessa parcela da sociedade que ao longo da história do Brasil tiveram seus direitos violados pela classe dominante.

Sendo a educação um direito constitucional do cidadão brasileiro, como assegurado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 205, quando diz: A educação, direito de todos e dever do Estado [...], como se ver em BRASIL (2011). Mas, é sabido que historicamente o povo do campo sempre ficou à margem da prioridade dos governantes; as poucas políticas públicas e o discurso de que o campo é um lugar atrasado, testam o fato, conforme Vilhena Júnior; Mourão (2012) em seus estudos.

Essa realidade passa a ser modificada em nível nacional com ascensão do governo Lula, que investiu em políticas para os sujeitos do campo. Um exemplo de política pública voltada para a zona rural é a criação dos Cursos de Licenciaturas em Educação do Campo nas universidades públicas brasileiras, tornando-se uma realidade em nível nacional.

Na mesma linha de raciocínio, Molina e Sá (2011) comentam que a implantação de cursos de graduação nas universidades públicas com ênfase em educação do campo, destinada ao sujeito do campo, deu-se a partir de 2007 por meio de políticas públicas. Cabe destacar que a primeira experiência deu-se nas seguintes universidades públicas: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal de Sergipe.

É importante frisar que as discussões sobre educação do campo ganham visibilidade, na década de 1980, aos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, onde as lideranças do movimento enfatizam em sua pauta de luta uma escola diferenciada para o campo (SOUZA, 2006). Esse exemplo implica dizer que a educação específica para atender o segmento da sociedade que vive no e do campo é luta dos movimentos sociais em espacial do MST.

Segundo Borges (2012), é notório que, a nível nacional, a política pública de Educação do Campo passou a ser debatida e cobrada pelos movimentos sociais, particularmente o MST. Isso aconteceu no governo de Fernando Henrique Cardoso e sucessivamente no governo de Luís Inácio Lula da Silva, destacando a necessidade de por em prática o que foi debatido pela Conferência Nacional “Por uma Educação

Básica do Campo”, que, como bem coloca Souza (2006), aconteceu, no ano de 1998, com o objetivo de desencadear um amplo processo de reflexão sobre a situação da Educação no campo brasileiro.

Nesse sentido, é importante situar o programa de bolsa de incentivo à docência para a diversidade- PIBID/Diversidade como uma das conquistas das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras pela educação do campo; é uma conquista do homem e da mulher do campo o qual se propõe a incentivar professores e professoras de escolas do campo e de escolas indígenas para o exercício da docência.

Além das características já citadas, o Programa de Bolsa de Incentivo à Docência para a Diversidade- PIBID/Diversidade propicia ao jovem bolsista compreender o espaço escolar como lugar de embate teórico e de novas aprendizagens, estimulando novos entendimentos sobre o homem na contemporaneidade. É, de fato, uma oportunidade de vivenciar a experiência do que é uma sala de aula.

Na Universidade Federal de Roraima (UFRR), o PIBID/Diversidade foi implementando no ano de 2011, tendo como propósito oferecer bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos de licenciatura para que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. Com isso, o objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o PIBID/Diversidade faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.

Entre os cursos de licenciatura da UFRR que ofertam bolsas de iniciação a docência estão o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR) e o Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. (Profa. Alessandra, aqui ficará o vazio...se eu conseguir elementos te aviso até amanhã...)

Nessa perspectiva, os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura Intercultural promovem, em suas ações pelo PIBID, elementos teórico-metodológicos e práticos para que os bolsistas possam desenvolver bem a sua prática pedagógica em suas comunidades.

No Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR/UFRR) o primeiro edital do PIBID/Diversidade foi publicado no ano de 2013. Assim que o curso assumiu o compromisso com Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), construiu coletivamente um plano de ação para o subprojeto Ciências Humanas e sociais-CHS/LEDUCARR/UFRR.

No entanto, este trabalho tomará como referência as atividades do PIBID/Diversidade realizadas ao longo de 2015 pelos bolsistas do subprojeto CHS/PIBID/Diversidade, executado nas escolas do campo do Estado de Roraima. O motivo desta escolha é devido o PIBID/Diversidade ter grande importância para o processo de formação do futuro professor/a da Licenciatura em Educação do Campo e da Licenciatura Intercultural.

Para um melhor entendimento, a seguir serão destacadas algumas atividades desenvolvidas no PIBID/Diversidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCARR/UFRR) ao longo dos anos de 2015 e 2016:

1) Logo no início do projeto verificamos a importância de fazermos encontros de formação com os bolsistas para que, dessa forma, preparássemos melhor todos os envolvidos no processo de organização das atividades no PIBID/Diversidade. Em seguida, realizamos uma reunião com os bolsistas para falarmos do plano de trabalho. Posterior a isso, pedimos para que todos iniciassem o processo de observação nas escolas, visando a elaboração de um diagnóstico geral de cada escola.

2) A partir do segundo mês iniciamos a realização cursos de formação como uma ação do Subprojeto Ciências Humanas e Sociais – CHS, que teve duração de 60 h distribuídas em sessões ao longo dos meses de abril a novembro de 2015. Seguindo a mesma proposta, em 2016, as sessões tornaram-se abertas para diálogos, exposição de trabalhos e troca de experiências entre alunos e professores.

Sempre procuramos iniciar os encontros com uma música que retrata a realidade dos sujeitos do campo, sendo algo peculiar que caracteriza o povo do campo. Dentre às músicas destacamos “A luz do conhecimento”, de autoria de Lucineide Salgado, supervisora do PIBID, e de Lucineth Salgado Barroso, estudante egressa do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. A música é iniciada com a música “Não vou sair do campo” de Gilvan Santos, cujo refrão é “não vou sair do campo pra poder ir para escola, educação do campo é direito e não esmola”. Um de seus objetivos é proporcionar aos jovens participantes das nossas atividades reflexões sobre a importância do Curso de Licenciatura em Educação do Campo para os povos que vivem no campo e mostrar a transformação que o conhecimento faz na vida de uma pessoa “ao ser emancipado” (FREIRE, 2011). Além disso, objetiva também demonstrar a realidade da vida e dos sujeitos do/no campo.

Destacamos aqui a importância da parceria estabelecida entre o PIBID/Diversidade/UFRR/CAPES estabelecida entre com as escolas do campo do Estado de Roraima. Ela tem contribuído e fortalecido o processo de formação de futuros educadores e educadoras para as escolas do campo, uma vez que, possibilita ao bolsista

vivenciar o cotidiano da sala de aula a partir dos conhecimentos teóricos e daqueles que ele vai construindo na sua prática do dia a dia quando estabelecendo relações significativas com o conhecimento teórico adquirido como com aquele construído na sala de aula.

Nessa perspectiva, as atividades do PIBID/Diversidade/UFRR/CAPES levam em consideração a realidade dos sujeitos que são os alunos do campo, tomando como princípio o pressuposto de que o profissional ou futuro profissional docente incorpora em suas atividades didáticas pedagógicas ações de intervenção ao adequar-se a realidade do campo. Isso se confirma com o art. 28 da LDB (1996), que diz: a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região (BRASIL, 2011).

A adequação mencionada anteriormente é de grande valia para o processo de formação profissional e pessoal, pois de acordo com Molina (2011) as licenciaturas em educação do campo devem contribuir com a melhoria dos processos de ensino aprendizagem dos sujeitos do campo.

Dessa forma, o Subprojeto Ciências Humanas e Sociais, composto por 14 bolsistas provenientes de vários municípios do Estado de Roraima tem como princípio a necessidade do diálogo entre os processos formativos e o contexto das escolas pública. O quadro 1, apresentado abaixo, destaca a distribuição dos bolsistas acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUCAR/RUFRR) por escolas e municípios do Estado de Roraima.

Quadro 1: Participantes do PIBID/Diversidade da UFRR de acordo com as escolas e municípios onde esses atuam

| Bolsistas | Escolas | Municípios |
|--------------------------|---|--------------------|
| Rosana Bastos Silva | Escola Estadual Tereza Teodoro de Oliveira | Caroebe |
| Gilberto Freitas Silva | Escola Estadual Clóvis Nova da Costa | Entre Rios/Caroebe |
| Fledson Pereira da Costa | Escola Estadual Clóvis Nova da Costa | Entre Rios/Caroebe |
| Diana Santos | Escola Estadual Professor Vidal da Penha Ferreira | Entre Rios/Caroebe |
| Debora de Almeida Macedo | Escola Estadual Professor Vidal da Penha Ferreira | Entre Rios/caroebe |
| Samara Silva Oliveira | Escola Estadual Professor Vidal da Penha Ferreira | Entre Rios/Caroebe |
| Suzana Bruno Gomes | Escola Estadual Professor Vidal da Penha Ferreira | Entre Rios/Caroebe |

| | | |
|--------------------------------|---|--|
| Rosângela dos Santos Silva | Escola Estadual Professor Vidal da Penha Ferreira | Entre Rios Entre/Caroebe |
| Mara Roseli Silva e Silva | Escola Estadual Professor Vidal da Penha Ferreira | Entre Rios/Caroebe |
| Rosângela Pereira Araújo | Escola Estadual Delcy Barreto de Souza | Paredão/Alto Alegre |
| Romário Ferreira Aguiar | Escola Estadual Delcy Barreto de Souza | Paredão/Alto Alegre |
| Dorilene Bezerra | Escola Municipal Joselma Lima de Souza | Rorainópolis |
| Claudio Moreira Souza | Escola Estadual Indígena Eduardo Ribeiro | Comunidade Indígena Campo Formoso - Uiramutã |
| Zana Andrea Pereira de Andrade | Escola Municipal Tropical- Alto Alegre | Vila São Sivestre/Alto Alegre |

Segundo o quadro apresentando, verifica-se que a maior concentração dos bolsistas do subprojeto CHS encontra-se na região sul do Estado de Roraima. Dos 14 bolsistas envolvidos somente um é professor e desenvolve ações voltadas para conscientização acerca da educação ambiental nas séries do Ensino Fundamental. Os outros 13 bolsistas não são ainda professores e em decorrência disso desenvolvem estágios nas escolas e auxiliam nas atividades didático-pedagógicas propostas pelos professores, além de trabalharem com reforços nas diferentes disciplinas.

Ainda é possível acrescentar aos trabalhos desenvolvidos pelos bolsistas que acompanhamos, gincana pedagógica, atividades de leituras, atividades de conscientização sobre o meio ambiente, atividades com planejamento de arborização, dentre outras atividades envolvendo diferentes temáticas escolhidas pelos bolsistas. Nota-se, a partir de relatos que o trabalho pedagógico desenvolvido coletivamente, que as atividades realizadas têm sido de suma importância para que os bolsistas compreendam o significado da docência e os novos desafios propostos em uma sociedade de incertezas diante das rápidas transformações nas sociedades tecnológicas.

Por fim, a próxima sessão mostrará como é desenvolvido o percurso metodológico de nossas atividades no PIBID/Diversidade/UFRR/CAPES.

Metodologia de trabalho da supervisão do PIBID/Diversidade do subprojeto-CHS

A experiência na supervisão e coordenação de alunos de graduação do PIBID/Diversidade do LEDUCARR/UFRR, especificamente do subprojeto-CHS, tem proporcionado um olhar mais aprofundado sobre o ato da docência das escolas do cam-

po, além de proporcionar a possibilidade de aprimoramento e de conhecimentos através da vivência no cotidiano das escolas do campo tanto para o professor supervisor/coordenador como para os alunos da graduação.

Desde o início do Programa as atividades têm sido desenvolvidas da seguinte maneira: Inicialmente, optamos pela construção de materiais didático-teórico para a realização de leitura e, em seguida, diálogos sobre vários temas transversais, como por exemplo, formação pedagógica e política, ensino, pesquisa, extensão, papel da escola na sociedade, entre outros temas relevantes para a formação docente.

Nos vários encontros, além dos debates, fizemos discussões utilizando vídeos cujos temas possibilitavam um olhar crítico sobre o contexto no qual os acadêmicos estão atuando. Nessa lógica, os encontros também se ocuparam em construir um inventário para ajudar aos envolvidos em suas atividades nas escolas do campo. Assim, o fazer pedagógico se aproxima daquilo que Freire (2011) propõe por meio ação-problema-ação.

Compreende-se que os encontros objetivavam proporcionar ao bolsista de graduação (PIBID/Diversidade) estratégias pedagógicas capazes de contribuir para possíveis mudanças no contexto do ensino das escolas do campo. Além do mais, possibilita o contato direto com a realidade do cotidiano de sala de aula, visto que os participantes além de terem um entendimento sobre a realidade social, passam a se mobilizar para que a ideia introjetada de campo enquanto atraso seja substituída por esperança. Passam ainda a desenvolver com mais facilidade o raciocínio, a capacidade e o espírito crítico, além da liberdade do uso da criatividade como discente e futuro profissional das escolas do campo.

No que se refere ao papel da supervisão no processo orientação dos bolsistas do PIBID, adianta-se a existência de uma preocupação no que se refere a melhor forma de supervisionar os alunos/as bolsistas no desenvolvimento das atividades desenvolvidas nas respectivas escolas em que os mesmos exercem as atividades do subprojeto. O acompanhamento da supervisão acontece através de planejamento e seguindo um cronograma, pois desde o início das atividades procuramos seguir a proposta do edital do PIBID/Diversidade 2013.

Mesmo diante das dificuldades que o PIBID/Diversidade vem sofrendo, como a falta de recursos financeiros para locomoção até as escolas dos diversos municípios do estado de Roraima, onde os bolsistas de graduação do LEDUCARR/UFRR exercem suas as atividades do programa, os encontros são realizados a cada 15 dias entre a supervisão e coordenação de subprojeto-CHS. Esses encontros possuem a finalidade de discutir e elaborar atividades que facilitem mais aprendizagens aos envolvidos.

Desde março de 2015 que realizamos encontros de formação com intuito de incentivar os alunos a adquirirem saberes para que possam aprofundar as suas pesquisas, principalmente aquelas que tratam das questões do cotidiano das escolas do campo nos diversos municípios do Estado de Roraima.

Percebe-se, portanto, que as atividades desenvolvidas pelos bolsistas nas escolas do campo de Roraima fazem a diferença no âmbito da dinâmica da comunidade escolar dos discentes/bolsistas/PIBID/DIVERSIDADE. Isso acontece devido as atividades desenvolvidas contribuírem com a interação da comunidade local e com a comunidade escolar havendo mudança significativas no que diz respeito a interação e convívio da comunidade com as escolas do campo em que são desenvolvidas as atividades do subprojeto.

Resultados e discussão

Ao longo de um ano e sete meses atuando como supervisora e coordenador do subprojeto - CHS/LEDUCARR/UFRR, observamos, através do acompanhamento dos bolsistas nas escolas do campo, o desenvolvimento e amadurecimento acadêmico dos discentes atuantes no PIBID. Conforme Freire (2011), [...] ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser [...].

A realidade mencionada nos motiva acreditar que o conhecimento adquirindo através das teorias estudadas em sala de aula no contexto coletivo e a vivência, e interação no cotidiano do espaço escolar das escolas do campo surtiu efeito na vida dos futuros educadores/as do campo, estimulando-os a incorporarem com autonomia o que Freire (2011) diz:

É interessante observar que a minha experiência discente é fundamental para a prática docente que terei amanhã ou que estou tendo agora simultaneamente. É vivendo criticamente a minha liberdade de aluno ou aluna que, em grande parte, me preparo para assumir ou refazer o exercício da minha autoridade de professor.

A fala de Freire (2011) contribui para que possamos perceber que o ato da docência estimula o comprometimento e compromisso dos bolsistas com a profissão e com a população do campo. Diante dessa análise, chegamos a conclusão de que é positivo os resultados do PIBID/Diversidade para as escolas do campo no Estado de Roraima, assim como para profissionais e futuros profissionais da educação, uma vez que o projeto PIBID/Diversidade, iniciado em 2013, tem a finalidade de possi-

bilitar que o graduando das licenciaturas tenham a oportunidade de vivenciar o ambiente de sala de aula ao terem o contato direto com o cotidiano do contexto escolar.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo fazer um relato das experiências vividas durante o período de 1 ano e sete meses (Lucineide verifique no texto de está sete ou seis...) meses de atuação na coordenação e supervisão do Subprojeto Ciências Humanas e Sociais do PIBID/Diversidade da UFRR executado com alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOCARR/UFRR) nos diferentes municípios do Estado de Roraima.

Durante o período, podemos acompanhar o processo de amadurecimento pessoal e profissional dos bolsistas, e quanto o programa vem contribuindo de modo significativo para os futuros licenciados em educação do campo no Estado, uma vez que oferece a oportunidade aos participantes de vivenciarem o ambiente escolar, durante o processo de formação.

Conseqüentemente, finalizamos este artigo com a seguinte reflexão: Atualmente, o nosso país tem um grande desafio para formar docentes, de modo a atender às múltiplas demandas da educação brasileira e superar o descaso histórico das políticas públicas em relação às camadas da população que permaneceram à margem dos projetos de desenvolvimento do país, como é o caso da população camponesa. Com essa perspectiva, entendemos que o Programa PIBID/Diversidade/UFRR/CAPES é de suma importância para os futuros licenciados/as da educação do campo no Estado de Roraima, visto que oportuniza que os acadêmicos possam ter contato com o ambiente escolar durante o processo de formação docente.

Ainda se pode perceber que:

a. Há um envolvimento dos bolsistas nas escolas possibilitando um trabalho interdisciplinar, o que é importante para adquirir novas aprendizagens entre os envolvidos;

b. O diálogo do bolsista com professores experientes nas diversas comunidades tem sido de suma importância para o desenvolvimento da práxis, conforme sugere Freire (2011);

c. O aluno-bolsista desenvolve as suas atividades e se preparam para entender os desafios da docência no atual cenário de inseguranças e incertezas;

d. Por fim, o trabalho que temos desenvolvido entre coordenação-supervisão-aluno tem possibilitado um crescimento teórico e prático de todos os envolvidos no processo de ensino.

Referências bibliográficas

BORGES, H. S. Educação do Campo como processo de luta por uma sociedade justa: GHEDIN, Evandro. (Org.). **Educação do Campo**: Epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012, p. 77-115. (está correta referência? Lucineide?)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nos 1/92 a 67/2010, pelo Decreto no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 578 p.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 2011. 102 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MONICA, M. C; SÁ, L. M. A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: Estratégias, Político- Pedagógicas na Formação de Educadores do Campo. In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (Org.). **Licenciaturas em Educação do Campo**: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA; UFS). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 35-61.

PROGRAMA PIBID diversidade- CAPES- coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Proposta edital n° 66/2013.

SOUZA, M., A. de. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes, 2006.

VILHENA JÚNIOR, W. M.; MOURÃO, A. R. B. Políticas públicas e os movimentos sociais por uma Educação do Campo. In: GHEDIN, E. (Org.). **Educação do Campo**: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012, p.169-194.

Grupo de Trabalho n° 4

*O desenvolvimento regional como ferramenta para a tomada
de decisão: aspectos socioeconômicos e contábeis na
Amazônia*

*Luis Eduardo Reina Bermúdez **
*William John Harris Ebenezer ***
*María Julieta Eula ****
*Haroldo E. A. dos Santos *****

ARTIGO

A ECONOMIA RORAIMENSE, REGIÃO SUBNACIONAL SEM COSTA MARÍTIMA: UMA ANÁLISE SWOT PARA SEU CRESCIMENTO ECONÔMICO

Introdução

O estudo do crescimento econômico ou do desenvolvimento¹ de países Sem Costa Marítima –SCM- têm sido objeto de análise em várias disciplinas das ciências sociais. Esses países apresentam dificuldades para desenvolver e crescer com o mesmo padrão que os países com litoral, por não terem acesso imediato ao mar. Exemplo da necessidade de um país ter contato com o mar é ilustrado pela disputa diplomática entre a Bolívia e o Chile pela saída da Bolívia ao oceano Pacífico.

Este artigo apresenta uma análise inovadora da categoria teórica região subnacional SCM (Sem Costa Marítima). Regiões que mesmo inseridas em um país com costa marítima, evidenciam obstáculos para crescer ao mesmo ritmo que outras regiões do país.

Examinara-se o estado de Roraima, como região subnacional SCM, em razão de sua localização geográfica interior, através da metodologia SWOT para avaliar suas dificuldades e potencialidades para seu crescimento. O referencial teórico utilizado consiste nos conceitos básicos da geografia econômica e da teoria da localização.

* Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. UFRR. Graduado em Economía pela Universidad de los Llanos – Colombia. e-mail: lerbermudez@gmail.com.

** Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. UFRR. Graduado em Relações Internacionais pela University of Guyana. Guyana. e-mail: williamjohn_15@hotmail.com

*** Mestranda em Desenvolvimento Regional da Amazônia. UFRR. Graduada em Ciência Política pela Universidad Católica de Córdoba – Argentina. e-mail: julietaeula@yahoo.com.ar

**** Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional pelas UFRR/UnB/FLACSO. Mestre em Economia pela UFRGS. Graduado em Economia UFPA. Professor e Pesquisador da UFRR. e-mail: haroldo.amoras@ufr.br

¹ O desenvolvimento desde as primeiras tendências que identifica Arturo Escobar (2005) tem a ver com o crescimento econômico. No entanto, muito se tem escrito na literatura econômica da diferencia entre crescimento e desenvolvimento, por exemplo Amartya Sen (2010) coloca que o desenvolvimento implica um conjunto de liberdades para que as pessoas possam atingir a um adequado nível de vida, mínimos adequados de saúde e de educação e renda, tal como se mensura no Índice de Desenvolvimento Humano.

Esta abordagem foi elaborada por uma equipe interdisciplinar das ciências sociais no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia da Universidade Federal de Roraima, Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e Caribe (NECAR). Seus membros de diferentes países de América Latina, no marco do intercambio universitário na cidade de Boa Vista, Roraima, acrescenta valor à análise, desde o ponto de vista da sua multidisciplinariedade.

O artigo se divide em cinco partes, sendo a primeira a presente introdução. A segunda parte apresenta o conceito de região subnacional sem costa marítima – SCM. A terceira parte apresenta generalidades de Roraima. A quarta mostra a matriz SWOT desenvolvida para a economia de Roraima diferenciando o análise dos ambientes internos e externos e finalmente na quinta parte se registraram as considerações finais.

O conceito de Região Subnacional Sem Costa Marítima

Uma região segundo Rogerio Haesbaert da Costa (2010)² pode ser artefato científico produzido a partir da identificação de espaços com características comuns e objetivos analíticos do pesquisador. Tais características podem ser variáveis associadas às dimensões espaciais, a saber: a econômica; a política; e à dimensão da cultura ou dos fatores naturais, por exemplo à geomorfologia ou os biomas, entre outros. Assim, a região pode ser expressão da projeção do poder, neste sentido adquire um senso político, às vezes político-administrativo (COSTA, R, 2010).

Porém nem todas essas projeções de poder geram agentes e organizações capazes de agenciar o desenvolvimento de seu território entendido como o espaço historicamente construído que salienta Áurea Corrêa de Miranda Breitbach (1988). Por exemplo, as macrorregiões de Brasil foram criadas como instrumentos de planejamento da União, e até agora não há organizações autônomas, socialmente responsáveis pelo desenvolvimento delas como sim existem para estados, os quais terão que procurar o impulso da competitividade de suas economias ofertando fatores como indicam Fiuza et al (2012).

Conforme as razões expostas anteriormente os estados constituem unidades espaciais historicamente construídas derivadas de projeções de poder político que se materializaram em unidades político-administrativas com certos graus de auto-

² Haesbaert (2010) percorre diferentes conceptualizações do termo região e o vincula com território e espaço. Assim a região também é um espaço-momento como também uma articulação espacial de sujeitos sociais.

nomia, de agencia³. Então, de agora em diante neste artigo uma região subnacional SCM é a unidade político-administrativa equivalente a estado no Brasil⁴, com a característica SCM apresentando complicações para seu crescimento por sua localização geográfica, por causa da difícil ligação com o trânsito nacional e o resto do mundo, ainda que o Estado do qual seja parte tenha costa marítima. Assim os acessos aos mercados são dificultados pelos custos de transporte mais proibitivos de que os custos aduaneiros existentes.

A região subnacional SCM é categoria conceitual que se infere do raciocínio da teoria econômica do desenvolvimento dos países sem litoral marítimo. Entretanto países SCM e Regiões Subnacionais SCM não são conceitos sinônimos, apesar de apresentarem similaridades na análise de suas dificuldades para o crescimento.

Como foi mencionado na introdução o arcabouço teórico de partida é a economia geográfica (ou geografia econômica), que compartilha conceitos e teorias com a economia espacial e a economia regional e urbana (THISSE, 2011). Autores relevantes são Von Thünen (2009), Krugman (1980; 1991b) Fujita e Krugman (2004) entre outros. Independente da denominação do campo científico existe nestas literaturas o objetivo de explicação da localização da atividade econômica a diferentes escalas, regionais ou urbanas⁵ e a correspondente desigualdade de sucesso de uns lugares, cidades ou regiões com respeito a outros.

O estudo do desenvolvimento regional se valida pela desigual distribuição de recursos no espaço e no território dos países que podem gerar falhas de mercado. Do mesmo modo a teoria da localização implica uma constante tensão entre as forças das economias de escala e de aglomeração, os custos de transporte dos mercados de insumos e dos demandantes dos produtos da empresa (THISSE, 2011, p. 10-11).

Seguir-se-á a análise da questão regional e o raciocínio da força locacional dos custos de transporte. Isto implica um raciocínio no qual os investidores e empreendedores têm maiores incentivos para localizar as empresas onde podem fazer um equilíbrio entre a facilidade de escoamento de produção relativo aos seus mercados demandantes e os seus insumos. Porém a localização das empresas termina sendo favorável para os países com costa marítima, e dentre estes, preferentemente as regiões com acesso imediato ao mar.

³ A presente utilização do termo região é ainda arbitrária, e não significa que seja inválido o análise de regiões que juntem os espaços de várias prefeituras ou de vários estados com a característica SCM.

⁴ Dependendo o país de que se trate a análise, dada a sua legislação tem um nome diferente, no caso brasileiro se chamam governos estaduais ou estados, na Argentina se chamam *Provincias*, no caso da Colômbia *Departamentos* e em Guyana *Administrative regions*.

⁵ Ver um exemplo de destaque da localização como fator da mortalidade de pequenas e médias empresas em KROM, Valdevino; DE FELIPPE, Mário Celso. Fatores da mortalidade de pequenas e médias empresas. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 1, n. 1 Taubaté, São Paulo. 2007.

De fato segundo Informe da Secretaria Geral das Nações Unidas de 2002, a menor participação dos países SCM no comércio internacional resulta em menores taxas de crescimento e, portanto menor qualidade de vida para a população.

No caso da América Latina, segundo a Cárcamo-Díaz (2003), as relações CIF/FOB⁶ indicam que os custos de transporte de Bolívia e Paraguai, países SCM, são mais altos do que os custos de transporte dos outros países com acesso ao mar.

Limão e Venables (2001) usando dados de distância geográfica e comparações CIF-FOB encontraram que os custos médios de transporte por terra são maiores do que os marítimos. Portanto isto leva a que os países do interior dos continentes tenham maiores custos no comércio internacional do que os do litoral (VENABLES; LIMÃO, 2002).

Percebe-se a mesma condição no caso da região subnacional SCM, que tem maiores custos de transporte no acesso aos mercados mundiais, e o impacto negativo no nível de vida que desfruta a sociedade. Ou seja, as regiões subnacionais SCM têm termos de intercâmbio menos atrativos no comércio internacional em comparação com as outras regiões do país que se contam com acesso imediato ao transporte por dois caminhos: primeiro o das exportações que têm que ser vendidas a menor preço e segundo, o das importações tanto de bens de consumo como de bens intermediários ou de capital.

Segundo MacKellar, Wörz e Wörgötter (2000) as contrariedades por conta do transporte se devem a estarem remotamente localizadas estas regiões com respeito aos fornecedores de insumos e aos mercados de destino das suas exportações; e à infraestrutura deficiente ou insuficientemente desenvolvida. Outro fator é os investimentos estrangeiros, os quais são destinados em menor proporção aos países SCM (CÁRCAMO-DÍAZ, 2003).

Outro aspecto importante que tem a ver com as dificuldades do crescimento das Regiões Subnacionais SCM, no caso dos países colonizados e especialmente do Brasil é o processo histórico de assentamentos populacionais tipicamente no litoral e que configuraram tamanhos de mercado que favoreceram o surgimento das primeiras indústrias brasileiras na macrorregião Sudeste (ZAMBERLÁN et al. 2010, p. 116). O assunto é importante pelo chamado efeito bola de neve que reforça as diferenças econômicas regionais.

⁶ CIF é a sigla de *Cost, insurance and freight* indica o preço da mercadoria no comércio internacional recebida no país (ou porto) de destino pelo comprador. FOB é a sigla de *Free On Board*, indica o preço da mercadoria recebida no porto do país do vendedor, pelo qual o comprador teria que assumir os custos de transporte e procurar um meio de transporte também.

Roraima

O estado de Roraima por sua localização geográfica é uma região subnacional SCM e pode-se inferir que o crescimento de tipo endógeno⁷ seja complexo. Está distante das saídas ao mar, dos portos, e também da capital econômica mais importante da região norte que é Manaus, em um país que tem dimensões continentais. De fato

Limita-se ao norte com a Venezuela e a República da Guayana, ao sul com o Estado do Amazonas, a leste com a Guayana e o Estado do Pará e a oeste com a Venezuela e o Estado do Amazonas, (...) ocupando uma área de 224.298,980 km² (IBGE, 2009, p.7).

Figura 1: Satélite de Roraima como Região Subnacional SCM.



Fonte: Google Earth.

⁷ É um tipo de processo econômico que faz referência à criação de valor numa região, Amaral Filho (2001) coloca que é “um modelo endógeno construído “de baixo para cima”, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local no lugar de um modelo de desenvolvimento “de cima para baixo”, isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional” (p. 6).

Roraima é parte da Amazônia Legal, junto com os Estados de Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Amapá, Tocantins, e uma porção do oeste do Estado do Maranhão. Encontra-se na região norte da União, e foi uma das últimas unidades da federação em ter o status jurídico de estado, criado com a Constituição de 1988, que em seu artigo 14 determina as terras transferidas ao Governo Estadual. Está dividido em 15 municípios. Sua população em 2010 foi de 450.470 habitantes, e sua densidade demográfica (hab./km²) é de 2,01 (IBGE, *online*, 2016), entanto:

(...) o índice de urbanização estadual manteve-se estável: 76,15%, em 2000 e 76,55% em 2010; inferior à média nacional (84% em 2010). (...) Também, registra a concentração da população estadual na cidade de Boa Vista (62%), capital do estado (RORAIMA, 2011, p. 8).

Respeito da dinâmica da economia roraimense, o PIB demonstrou uma evolução ao longo dos últimos anos ao redor de 7% anual (RORAIMA, 2011), a qual é composta por quinze grupos de atividades, com os seguintes em destaque

- Administração Pública: é a atividade econômica que detém a maior participação no PIB do Estado; a sua participação em 2004 era de 46,60%, crescendo a partir desse ano, até atingir 47,30 % em 2008.
- Comércio: é a segunda atividade econômica importante no Estado, participando em 2004 com 13,30 % do PIB estadual, e em 2008 com 11,20 %. (...)
- Agropecuária: no início da série de 2004 a 2008, essa atividade econômica representava 11% do PIB de Roraima, e sofreu uma queda nessa participação passando para 6,40% em 2008. (RORAIMA, 2011, p 46)

De fato, segundo o observado na lista acima, a participação da Administração Pública no PIB do Estado é muito expressiva em relação às outras atividades econômicas. No caso de Roraima, se gerou um efeito keynesiano regional, ou um efeito crescimento pelo estabelecimento de organizações governamentais e suas despesas correspondentes⁸. (CANTILLÓN, 1950[1755]).

A economia roraimense é a menor da macrorregião Norte apresentando as seguintes características em relação ao emprego:

[...] quase 60% do total do emprego formal deve-se à esfera pública. O setor de serviços e o comércio são, depois do setor público, os maiores empregadores no estado. Somados, esses dois setores participam com 25% a 30% do total de postos de trabalho do setor formal. (CRUZ; OLIVEIRA, 1999, p. 11)

⁸ É nossa inferência da ideia descrita por Richard Cantillón do efeito no crescimento de uma localidade após o estabelecimento de um senhor (feudal), no texto “Naturaleza del Comercio en General” (1950).

Uma das principais fontes do orçamento da administração pública do governo estadual é das transferências legais e voluntárias da União

os gastos públicos de Roraima são financiados na proporção de 75%, em média, por transferências federais constitucionais, legais e voluntárias; isto é, a fonte da dinâmica da economia roraimense é exógena, localizando-se fora do território estadual (RORAIMA, 2011, p. 9).

Essa evidente dependência dos recursos federais é uma fraqueza do governo estadual, no marco da matriz de análise SWOT, já que está ligada aos vaivens da economia nacional e aos recursos disponíveis da União para transferências.

Oliveira Cruz e Oliveira (1999) justificam essa intervenção federal na economia estadual, pois Roraima está na faixa de fronteira, portanto a União estabelece um forte interesse geopolítico de defesa, segurança e integração com o resto do país.

Em relação ao assunto do crescimento econômico do estado, levando em conta que é uma região geográfica que apresenta a característica de região subnacional SCM, o governo do estado através da Secretaria de Planejamento, no seu relatório período 2012-2015 afirma que o acréscimo no PIB derivado das transferências da União no orçamento estadual não é sustentável macroeconomicamente em longo prazo (RORAIMA, 2011).

Entretanto o governo estadual no decorrer de 2015 enquanto elaborava o atual Plano Plurianual 2016-2019 (RORAIMA, 2015) propôs estratégias para a criação de empregos no setor privado da economia já que o setor público tem esgotada sua capacidade de criação de empregos. Sendo possível adicionar valor para os setores do agronegócio, da agricultura familiar, do turismo, bem como o desenvolvimento das comunidades indígenas gerando assim novas fontes de crescimento.

Matriz SWOT e Roraima

A matriz de análise SWOT permite fazer um diagnóstico estratégico dos fatores internos e atuais: forças e fraquezas; e dos fatores externos e de futuro: oportunidades e ameaças. SWOT é uma sigla do inglês: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades), Threats (Ameaças). (CALDEIRA, 2015, p. 65).

É uma ferramenta de análise da área gestão estratégica, comumente usada para a análise do cenário de organizações públicas y privadas, não obstante pode-se registrar na bibliografia econômica, que já foi empregada para a análise macroeconômica

da realidade brasileira, e também para o diagnóstico das relações comerciais do Brasil e seus parceiros.

A Análise da Matriz SWOT, sai da interação dos pontos fracos e fortes, as ameaças e as oportunidades. Então podem aparecer: “interações positivas: ameaças combatidas ou aproveitamento das oportunidades ou interações negativas: ameaças potencializadas ou oportunidades desperdiçadas” (CALDEIRA, 2015, p. 65).

É oportuno esclarecer que não é pretensão dos autores abordarem a totalidade das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que existem e poderiam existir em relação ao crescimento do estado de Roraima. Este artigo é um exercício de análise com alguns fatores de maior relevância nos quais têm predominância a localização geográfica por ter conexão direta com a categoria teórica região subnacional SCM. Segue a análise SWOT do estado de Roraima.

Matriz de análise SWOT de Roraima

| Ambiente Interno | |
|---|--|
| Forças | Fraquezas |
| Clima: duas safras por ano. Condições Incentivos Fiscais da União para a promoção dos investimentos. ALCBV, ALCB, ZPE-BV. | Restrições Fundiárias: Código Florestal e pressão da Comunidade Internacional para o não uso da terra. Tamanho do mercado local restrito |
| Ambiente Externo | |
| Oportunidades | Ameaças |
| Localização Estratégica Geopolítica. IIRSA proximidade geográfica de mercados (Venezuela, Guyana e o Caribe) | Periferia na região norte. Isolamento |

Fonte: Elaboração própria.

Análise do ambiente interno

O primeiro item a analisar do ambiente interno é o clima que se constitui como força. Dada a localização geográfica do Estado de Roraima no hemisfério norte em sua grande maioria, o clima é uma vantagem comparada em relação ao resto do Brasil para o setor agrícola. Segundo a classificação de Köppen o clima em Roraima é quente e úmido, mas no baixo do Rio Branco os verões são mais brandos, ou seja, mais chuvas. No caso de algumas colheitas isso permite ter duas safras por ano (RORAIMA, 2011). Inclusive as colheitas acontecem na entressafra brasileira, favorecidas pela intensa radiação solar e a temperatura favorável (COSTA S. DE ALBUQUERQUE, T. et al. 2010, p. 12-13), o qual teoricamente facilitaria as oportunidades de comercialização.

Outra força da economia roraimense em relação a sua localização são os incentivos fiscais. É um elemento positivo representado pelos incentivos fiscais do Governo Estadual para o investimento, a localização de indústrias e a criação de zonas de livre comércio e processamento de exportações (RORAIMA, 2011).

Uma fraqueza da economia roraimense para gerar crescimento é a questão fundiária. A situação da propriedade das terras era complexa no momento da criação do estado em 1988. Com o decreto de 2009 algumas terras da União foram transferidas ao Governo Estadual. Atualmente o panorama fundiário roraimense se encontra assim:

46,14% de seu território constituem-se em terras sob o domínio da FUNAI, 7,61% sob a administração da ICM Bio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), 13,81% são áreas de preservação (IBAMA), 6,6% das terras estão sob o domínio do IBAMA, 5,98% sob o domínio do INCRA, 1,23% são áreas do Ministério da Defesa, totalizando 74,24% do território do estado sob o domínio da União (SEPLAN, 2012).

Com tão peculiar distribuição de terras, sobram para o estado 25,76% do território, somando-se terras públicas e privadas (SILVA, 2011, p7).

O Plano Plurianual 2012 – 2015 (2011) reconheceu que o panorama da propriedade das terras no estado representa um custo de oportunidade alto. De fato, grande proporção das terras dentro do estado Roraima não podem-se usar para atividades econômicas por estarem incluídas em reservas estabelecidas pelo Código Florestal ou entregues às comunidades indígenas, o que representa uma limitação a expansão das atividades econômicas.

Análise do ambiente externo

A localização de Roraima pode-se analisar desde uma dupla perspectiva como oportunidade e como ameaça. No primeiro caso, pelas políticas públicas federais em razão da importância geopolítica de Roraima e no segundo caso pelas oportunidades em comércio e infraestrutura bi-nacional.

Na nossa perspectiva as oportunidades existem dentro da expansão das próprias áreas de atuação econômica nos quais o estado vem desenvolvendo uma vantagem comparativa. A localização geográfica do estado de Roraima lhe coloca em fronteiras políticas com dois países vizinhos da América do Sul: a Guayana e a Venezuela. O estreitamento de corredores de interconexão com os países vizinhos justamente através da energia, comunicação e transporte levaria a uma diminuição de custos de fazer negócios e viabilizaria a produtividade. A proximidade de Roraima com os pa-

íses vizinhos oferece a chance de acessar esses elementos necessários desde fora do Brasil, assim revertendo algumas das dificuldades apresentadas pela distância física dos centros de atividade econômica brasileira.

Embora sendo geograficamente isolado do mar Caribe e do oceano Atlântico, os limites internacionais abrem oportunidades de comércio para exportação em relação ao mundo a fora. Novos mecanismos de comércio internacional e obras de infraestrutura física decorrem do entendimento dos governantes tanto do isolamento geográfico do centro econômico e político brasileiro quanto às oportunidades com e através dos países vizinhos.

A rede de infraestrutura já existente serve como ponto de partida para mais iniciativas de natureza infra-estrutural com o intuito de diminuir o custo de transporte visando a interligação de Roraima com seu entorno geográfico. Simas (2012) sugere que o crescimento da economia brasileira a partir de 2003, levou o país a buscar novos caminhos para a ampliação do seu crescimento. Portanto a falta de interligação do continente ao seu entorno apresentou-se não como um distanciamento geopoliticamente necessário, mas como um desafio a ser superado.

A partir dos anos 2000 nota-se um impulso em projetos grandes para a inclusão de regiões periféricas na dinâmica da produção global, beneficiando em todas as Américas regiões como o norte do Brasil. Os assuntos do quadro conceitual a respeito de desenvolvimento regional de infraestrutura estão sendo operacionalizados na América do Sul em grande parte através da Iniciativa para Infraestrutura da América do Sul (IIRSA). Esse projeto assim visa a criação das sinergias necessárias para gerar economias de escala em infraestrutura básica e, portanto, melhorando a competitividade regional (BID, 2002). Os objetivos e propostas em infraestrutura compassam a integração de rodovias, energia e telecomunicações.

A nossa hipótese é que sua localização em uma região periférica SCM do Brasil e em fronteiras internacionais tem beneficiado o estado de Roraima. Qualquer favorecimento de integração internacional com os países contíguos acarretaria benefícios primeiramente como destino de uma comercialização mais barata e depois como entreposto para comércio que simplesmente passa por território roraimense, rumo outros pontos de comercialização no resto do Brasil ou internacionalmente além da Guyana ou da Venezuela.

Nota-se sem muito aprofundamento que Roraima faz fronteira com regiões periféricas dos seus vizinhos, inclusive qualificáveis como região subnacional SCM também. Portanto há incentivos para o processo de integração desses espaços no esquema global de integração econômica. Ao respeito é importante ressaltar que as

conexões fronteiriças se integram aos sistemas nacionais de infraestrutura e fazem parte de um jogo maior de integração física.

Essa integração ostensivamente facilitaria o acesso à Bacia do Caribe e o mar Atlântico para o Brasil com Roraima sendo o entreposto de escoamento. Essa perspectiva que joga olhares para a dinamização do comércio brasileiro através de integração física com seus vizinhos contíguos, dando acesso aos mercados mais além, ocorre-se em relação a Guyana e a Venezuela, e logo a Bacia Caribenha e mercados adiantes (GEHRE, 2009; LINHARES, 2011; GEHRE; GOMES, 2013). Portanto, o benefício seria duplo: para aproximar com os países vizinhos; e para aproximar Roraima como região periférica do Brasil a novos mercados de consumo a partir de novas vias de infraestrutura que permitam o escoamento de produção.

No segundo caso, para discutir a localização geopolítica como ameaça, é preciso fazer referência à história do povoamento do norte do Brasil para observar a construção de Roraima como uma região isolada e periférica. Em 1621 foi criado o estado do Maranhão e Grão Pará com sede em São Luís que tinha ao mesmo tempo dependência direta com Lisboa e desligamento administrativo do estado do Brasil. Tal divisão foi baseada inicialmente nas dificuldades geográficas de comunicação entre os domínios portugueses na América (MAGALHÃES, 2008).

No início à exploração e a conquista portuguesa da floresta amazônica foi a descoberta das drogas do sertão cuja colheita era feita com a força de trabalho indígena, já que não encontraram recursos minerais como ouro ou prata (MAGALHÃES, 2008). O povoamento luso da Amazônia começou no século XVII e XVIII com o objetivo de afastar aos ingleses, holandeses e posteriormente os espanhóis e dar segurança aos novos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri de 1750 (CARDOSO; MULLER, 1977).

Segundo Cardoso e Muller (1977), esse foi o primeiro dos devassamentos da Amazônia. Depois dele, é possível reconhecer três mais, o ciclo da borracha, a expansão agropecuária e mineral e o último, as empresas exploradoras de magnésio e a construção das rodovias. As rodovias tiveram também o objetivo de integrar ao país.

No começo a Amazônia foi uma região periférica dentro do país. Roraima se distingue por seu caráter ainda mais periférico dentro do contexto amazônico que consta até no seu tardio passo de território federal para estado no ano de 1988 quando adquiriu o status jurídico de estado.

O estado encontra-se na periferia da federação brasileira tanto em relação à sua distância geográfica quanto ao modo de desenvolvimento econômico. Este desigual desenvolvimento econômico regional parece ser prevalente na América Latina

deixando regiões periféricas fora do rumo de desenvolvimento como aponta Costa Lima (2011), quem exemplificou com a grande Buenos Aires, São Paulo e Santiago regiões com dinamismo em relação com outras regiões que ficam no atraso, como o Chaco argentino, o sul do México e o norte do Brasil.

Além de mostrar a heterogeneidade do avanço de desenvolvimento dentro de contextos nacionais, mostra a relevância para o aprofundamento de relações funcionais dessas regiões periféricas com os países vizinhos mais próximos.

Dado isso, há um consenso discursivo sobre a maneira mais efetiva de desencadear desenvolvimento que foca em três alicerces fundamentais para promover o desenvolvimento. Estes são o transporte, comunicação, e energia (BID, 2002). Em todas essas áreas, nota-se um atraso no estado roraimense em comparação com as outras unidades da federação.

O estado de Roraima é um dos mais distantes, sendo a cidade de Manaus a capital mais próxima, na ordem dos 780 quilômetros de distância. Assim, o transporte é caro não somente para pessoas, mais também para a produção do estado. A cidade de Boa Vista é a única capital no hemisfério norte e a mais distante da capital do país a 2.500 quilômetros de Brasília e 3.300 quilômetros via transporte aéreo de São Paulo. A cidade não tem rotas comerciais fluviais atualmente. Somado a isso, é o custo elevado de insumos que têm que ser transportados até o estado.

Entre fevereiro e março de 2016 duas companhias aéreas nacionais determinaram a saída da rota Boa Vista – Manaus (FOLHA DE BOA VISTA, *online*, 2016) comprometendo ainda mais a situação de isolamento do estado. Se isso tivesse acontecido o custo da passagem nessa rota poderia ter aumentado até R\$5.000,00 (GLOBO, *online*, 2016).

Nota-se a preocupação do governo brasileiro em superar esse distanciamento por uma série de iniciativas (RR 205, RR 319, BR 174, BR 401, e Ponte dos Macuxi) para integrar fisicamente esse estado ao resto do país, principalmente por um conjunto de preocupações geopolíticas. Por isso, o estado conta com uma rede, de rodovias e pontes de grande porte, que hoje em dia serve à população civil e às atividades econômicas. Vale ressaltar que a motivação geopolítica tentou evitar o isolamento do estado da federação, ou seja, o objetivo era integrar esse território com a federação e de certa forma o afastar de qualquer interferência estrangeira.

A área da energia é um recurso fundamental para o funcionamento das indústrias e do bem-estar de uma sociedade. De fato os quilowatts/hora usados por uma sociedade ou comunidade, às vezes, se utilizam como proxy⁹ do nível de desenvolvi-

⁹ Uma 'variável proxy' é uma ferramenta que permite inferir o comportamento de uma variável de interesse, da qual não se dispõe de informação, mas que se sabe tem um comportamento muito similar a outra da qual se tem informação que se denomina proxy.

mento. Por outro lado a quantidade de energia usada pela indústria é uma proxy da atividade industrial, quando aumenta o uso, quer dizer que a indústria está crescendo.

Apesar disso, o estado de Roraima depende da importação de energia do país vizinho da Venezuela. A energia pode ser caracterizada como relativamente segura no senso de continuidade, mas é comparativamente cara, e precária em relação a outras partes do país. A falta de fontes de energia segue sendo uma dificuldade enfrentada pelo estado, que se materializou em apagões no mês de março de 2016.

Finalmente, para encerrar com os elementos da Matriz SWOT, cabe considerar que alguns instrumentos da política pública ambiental do governo federal e da cooperação internacional podem-se considerar oportunidades para Roraima. Como é o caso do Fundo Amazônia que recebeu doações dos governos da Noruega e a Alemanha para o financiamento de projetos produtivos no bioma amazônico, vendo-se favorecida Roraima (BRASIL, 2015).

O Fundo tem a preocupação de preservar a floresta amazônica, por ter uma grande importância para o equilíbrio climático mundial. Nesse sentido se ocupa, através de um complexo esquema de instituições, do financiamento de projetos sustentáveis na região amazônica, incluído projetos produtivos. (BRASIL, Ministério de Meio Ambiente, 2015).

Considerações finais

Roraima pertence a um conjunto de estados da Amazônia brasileira cujo desenvolvimento regional está parcialmente obstaculizado pelo remoto acesso ao litoral. Portanto a partir da elaboração e aplicação da categoria teórica regiões subnacional SCM para a economia de Roraima junto com a análise SWOT identificaram as fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças que enfrenta o estado para o crescimento econômico. A categoria região subnacional SCM baseou-se na teoria de desenvolvimento dos países SCM. Os resultados da Matriz SWOT podem ser interações positivas e negativas.

Atualmente Roraima enfrenta a situação de estar esgotando seu padrão tradicional de crescimento econômico a partir das despesas de organizações governamentais. Portanto como foi colocado no percorrer deste artigo, o governo estadual, está-se preocupando em novas estratégias de crescimento de tipo endógeno.

Avaliamos as potencialidades e dificuldades segundo sua condição de região subnacional SCM. A localização tem um efeito duplo em relação ao comércio, e por tanto em relação ao crescimento econômico. Em primeiro lugar, dificulta o

comercio externo com países não fronteiriços. Também implica oportunidades socioeconômicas apreciáveis de comercio com os países vizinhos. Percebe-se nessa conjuntura ameaças potenciadas e oportunidades desperdiçadas. Assim as possíveis soluções, por exemplo, para Roraima poderiam passar pelo escoamento de produção através de países vizinhos. Neste sentido se faz de vital importância a cooperação em matéria de infraestrutura.

Continua a inquietação aberta sobre o aproveitamento das oportunidades que o estado apresenta para o agronegócio, por exemplo, no caso daquelas colheitas que podem aproveitar as duas safras, ou os períodos de entressafras brasileiras e acessar a um mercado maior. Acreditamos que os governos no nível estadual e federal têm que incentivar com política pública a iniciativa privada para a geração de crescimento endógeno.

Referências bibliográficas

AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento E Políticas Públicas PPP IPEA**. n. 23, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

BID [IADB]. **Beyond Borders: The New Regionalism in Latin America**. IDB 2002 Report.

BRASIL. Ministério de Meio Ambiente; Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Atividades 2014 do Fundo Amazônia, n. 6. Junho de 2015**. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

CALDEIRA, J. **Guidelines Para A Elaboração Do Plano Estratégico - Boas Práticas No Setor Público**. Pentaedro, Ltda. 2015

CANTILLON, Richard. **Ensayo sobre la naturaleza del comercio en general**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1950 [1755].

CARDOSO, FH.; MULLER, G. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Ática, 1977.

CÁRCAMO-DÍAZ, Rodrigo. **EL DESARROLLO DE LAS ECONOMÍAS SIN COSTA MARÍTIMA**. Asunción, Paraguai: CEPAL (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE). Documento De Referencia DDR n.1 7 mar. 2003.

Com Redução de voos ida e volta Boa Vista – Manaus pode custar até R5.000,00. **G1 Globo de (publicado o 25 fev. 2016)**. Disponível em <<http://g1.globo.com/rr/ro-ralma/noticia/2016/02/com-reducao-de-voos-ida-e-volta-boa-vista-manaus-pode-custar-ate-r-5-mil.html>> Acesso em 15 de mar. de 2016.

COSTA LIMA, Marcos. A questão das fronteiras no norte do Brasil, a Amazônia e a construção de uma unidade sul-americana, 2011. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende e MOREIRA, Felipe Kern (org.) **As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil**: Coletânea de Estudos. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2011, p. 15-38.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CRUZ, Bruno de Oliveira; OLIVEIRA, Carlos W. de Albuquerque. **Federalismo, repasses federais e crescimento econômico: um estudo sobre Amapá e Roraima**. IPEA: 1999.

DE ALBUQUERQUE, T. Costa S. et al. **Estudo para a Viabilização e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Estado de Roraima**. EMBRAPA. Documentos n. 40. 2010. Disponível: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/913585/3/DOC402010ID42.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2016.

ESCOBAR, A. **El “postdesarrollo” como concepto y práctica social**. Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. 2005. p. 17–31.

FIUZA, Sérgio Nogueira; CAMPANHÃO, Angélica Faria; HORA, Henrique R. Monteiro da; COSTA, Helder Gomes. Localização industrial na Região Norte Fluminense: uma análise em termos de oferta e demanda por fatores locais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 2012, v. 8, n. 3.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul. The new economic geography: Past, present and the future. **Papers in regional science**, 2004, v. 83, n. 1, p. 139-164.

GEHRE, Thiago. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008) In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. 52 (2), 2009, p. 63-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v52n2/04.pdf>> Acesso em: 4 de dez de 2015.

_____.; GOMES, Sheldon Thiago Pontes. BRASIL, GUYANA E O “PRINCÍPIO DA NÃO- INDIFERENÇA” In: **Revista Conjuntura Austral**. ISSN: 2178-8839. Vol. 4, no. 15. Abr. Mai. 2013.

GOL linhas aéreas vai cancelar voos para Roraima. **Folha de Boa Vista**. (publicado 25 de fev de 16). Disponível em <<http://www.folhabv.com.br/noticia/GOL-linhas-aereas-vai-cancelar-voos-para-Roraima---/14498>>. Acesso em 15 de mar. de 2016.

IBGE. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2016**, online, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rr>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

_____. **Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado de Roraima**. Relatório. 2009. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/manuais_tecnicos/uso_terra_e_a_gestao>. Acesso em 06 jul. 2015.

KRUGMAN, Paul. Scale economies, product differentiation, and the pattern of trade. **The American Economic Review**, 1980, v. 70, n. 5, p. 950-959. Disponível em: <<http://web.econ.ku.dk/Nguyen/teaching/krugman%201980.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. Increasing returns and economic geography. **Journal of Political Economy**, v. 99, p. 483-499, 1991a.

_____. **Geography and trade**. MIT press, 1991b.

LIMAO, Nuno; VENABLES, Anthony J. Infrastructure, geographical disadvantage, transport costs, and trade. **The World Bank Economic Review**, 2001, v.15, n.3, p. 451-479.

LINHARES, Erick. **Política externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guayana**. Brasília: Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2011.

MAGALHÃES, M. **Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima: 1943 – 1988**. Boa Vista. Editora da UFRR. 2008.

MACKELLAR, Landis; WÖRGÖTTER, Andreas; WÖRZ, Julia. Economic Development Problems of Landlocked Countries. In: **Transitions economic series** n.14 jan. 2000. Viena: Institute for Advanced Studies. 2000.

RORAIMA, Secretaria - Planejamento e Desenvolvimento. **Plano Plurianual 2012 – 2015 de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima**, 2011. Disponível em: <http://www.transparencia.rr.gov.br/index.php/component/docman/doc_download/7163-ppa-volume-i-2012-2015?Itemid=123>. Acesso em: 07 julho 2015.

_____. **Plano Estratégico para o próximo (triênio 2016-2019) para o Estado de Roraima**. Disponível em <http://www.seplan.rr.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2015

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia de Bolso. 2010.

SILVA, V. A questão da demarcação das terras indígenas raposa serra do sol e o desenvolvimento socioeconômico de Roraima. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais**. Examãpaku. V 4, n1. 2011. Disponível em: < <http://revista.ufr.br/index.php/examapaku/article/view/1504> > . Acesso em 06/07/2015.

SIMAS, Caio da Almeida. **A construção da infraestrutura física e os desafios da integração sul americana**: uma análise espacial da IIRSA e da UNASUL. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

TAM anuncia fim do voo Manaus – Boa Vista. **Folha de Boa Vista**. (publicado 26 de fev de 16). Disponível em <<http://www.folhabv.com.br/noticia/TAM-anuncia-fim-do-voo-Manaus-Boa-Vista/14249>> Acesso em 15 de mar. de 16

THISSE, Jacques-François. Geografia Econômica. In: CRUZ, Bruno de Oliveira, et al. **Economia regional e urbana**: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. 406p.

VENABLES, Anthony J.; LIMA, Nuno. Geographical disadvantage: a Heckscher–Ohlin–von Thünen model of international specialisation. **Journal of International Economics**, 2002, v. 58, n. 2, p. 239-263.

VON THUNEN. **The Isolated State in Relation to Agriculture and Political Economy**. Palgrave Macmillan. 2009 [1886].

ZAMBERLAN, Carlos Otávio; NOGUERÓL, L. P. F.; SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, J. F. Análise da industrialização sul-mato-grossense em face da industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 2010, v. 6, n. 3.

*Marcelo Cabral Barbosa **
*Paulo Soares dos Santos ***
*Francisco C. da Costa Filho ****
*Max André de A. Ferreira *****

ARTIGO

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NO PROCESSO DECISÓRIO DO CRM-RR

Introdução

Este artigo busca apresentar a importância do controle interno, para uso dos tomadores de contas e gestores de órgãos públicos, e como estas informações são utilizadas para o Processo de Tomada de Decisão.

Será abordado o Conselho Regional de Medicina de Roraima (CRM-RR), o exercício do controle interno, processo decisório, e sua prestação de contas do período compreendido entre 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2014, tendo este como objeto de estudo.

O CRM-RR começou a funcionar no ano de 1966 e desde então se apresenta como um dos principais órgãos na defesa da saúde, e de seus profissionais, que atuam tanto na esfera pública como na iniciativa privada. A gestão da autarquia elabora anualmente sua prestação de contas, com o auxílio da Comissão de Tomada de Contas, que exerce o controle interno da entidade, sendo aqueles, responsáveis pela gestão e tomada de decisão.

* Especialista em Auditoria Fiscal e Tributária pela Faculdade Atual da Amazônia -ATUAL; Graduado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima – UFRR; Graduado em Administração pela Universidade Federal de Roraima – UFRR; Email: marcelo@crmrr.com.

** Graduado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima – UFRR; Graduado em Gestão Pública pela Universidade Internacional de Curitiba – UNINTER; Email: paulo.soares@ufr.br.

*** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará – PPAC/UFC, Especialista em Auditoria e Perícia Contábil pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Roraima - UFRR. Professor Auxiliar II do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima - UFRR. E-mail: carlos.costa@ufr.br.

**** Mestre do Programa de Pós Graduação Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima – PPGSOF/UFRR; Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Social pela Faculdade Internacional de Curitiba – UNINTER; Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Roraima – UFRR; Professor Assistente I do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima - UFRR Email: max.ferreira@ufr.br.

Para explicar esta dinâmica, se faz necessário conhecer a estrutura dos conselhos regionais e federal, com intuito de se ter uma visão sistêmica acerca da entidade estudada e compreender melhor suas atribuições, especificidades e regulamentações.

No Ambiente Macro, surge o Conselho Federal de Medicina – CFM, formalizado como uma autarquia pública federal através de sua criação pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e regido pela Lei nº 9.649, de 27.05.1998, tendo as atribuições de fiscalizar e normatizar do ato médico no território nacional.

No Ambiente Micro, têm-se os Conselhos Regionais de Medicina, que atuam em seus respectivos estados, criados pelo mesmo arcabouço legal que instituiu o CFM, como sendo responsáveis pela fiscalização do exercício profissional dos médicos neles registrados.

O Controle interno do CRM-RR é uma das atribuições da Comissão de Tomada de Contas do conselho, órgão assessor de caráter consultivo e fiscal. A comissão de tomada de contas é composta por médicos inscritos no CRM, indicados pelo plenário, tendo em sua presidência 01(um) Conselheiro Efetivo e 02(dois) Conselheiros Suplentes.

Conforme disposto Decreto-lei nº 200 de 20 de fevereiro de 1967, compete à Comissão de Tomada de Contas emitir parecer para consideração e julgamento, nos balanços e processos de tomada de contas do CRM, fazendo referência expressa aos resultados das seguintes verificações:

- a) Recebimento das rendas integrantes da receita;
- b) Regularidade de processamento e dos documentos comprobatórios da outorga ou recebimento de legados, doações e subvenções;
- c) Regularidade de processamento de aquisições, alienações e baixas de bens patrimoniais;
- d) Regularidade dos documentos comprobatórios das despesas pagas.

O Controle é umas das principais ferramentas para identificar, analisar, avaliar e controlar os atos administrativos de determinada entidade. Tendo em vista que este também se apresenta como uma das formas de auxiliar os tomadores de decisão no exercício de suas funções.

A tomada de decisão necessita de políticas de controles eficientes para produzir informações relevantes e suficientes aos processos administrativos e contábeis, a integridade e a tempestividade da informação, mostram a relevância da pesquisa, uma vez que, a produção da informação contábil necessita de tais características para uma tomada de decisão mais precisa.

Com a ausência de controle interno no CRM-RR, a busca por melhorias nas atividades administrativas, torna se prejudicada, uma vez que a presença deste setor auxiliaria na fiscalização e no andamento dos processos administrativos internos, diminuindo assim os problemas de gestão e melhorando a qualidade da informação gerada aos seus usuários.

Com o sentido de obter respostas conclusivas quanto à criação do controle interno no CRM/RR, se faz necessário introduzir o questionamento quanto a importância da implantação de um Setor de Controle Interno para o processo decisório do CRM-RR?

A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar a importância da implantação de um Setor de Controle Interno para o processo decisório do CRM. Para o alcance foram traçados três objetivos específicos que seguem: identificar o funcionamento do processo decisório no CRM/RR; analisar a inter-relação entre o Controle Interno e o Processo decisório; e avaliar a percepção e atuação dos responsáveis pelo Controle Interno.

O Controle é umas das principais ferramentas utilizadas pelos gestores para identificar, analisar, avaliar e controlar o resultado de sua obra planejada. Tendo em vista que o Controle é umas das formas de auxiliar os tomadores de decisão a exercerem sua função de forma concisa.

A tomada de decisão necessita de uma política de controles eficiente para as informações referentes aos processos administrativos e contábeis, apresentem confiabilidade e pontualidade, mostrando assim a importância acadêmica deste trabalho, em virtude da importância do Controle tanto para a Contabilidade como para a Administração.

Como autarquia pública federal, o CRM/RR, deve sempre buscar formas de criar e inovar em investigar a melhoria de suas atividades administrativas, tendo o Controle Interno importante função neste contexto, sendo esta uma das principais ferramentas para a consecução de seus objetivos.

Socialmente, a importância deste trabalho é esclarecida em virtude das políticas de contenção e eliminação de gastos públicos, bem como a busca da eficiência e eficácia da máquina pública. As políticas de controle interno apresentam a finalidade social de cuidar do patrimônio público, tanto no quesito patrimonial como com a perfeita função social da entidade pública.

Controle

A gestão de uma entidade é influenciada por diversos fatores como, práticas de governança corporativa, estrutura hierárquica, ambiente organizacional, estrutura de propriedade, cultura organizacional e modelo de gestão adotado. Dentre os fatores impactantes da gestão destaca-se aqui o modelo e gestão adotado e o processo de gestão.

Nascimento e Reginato (2015) destaca o processo de gestão em 3 fases: Planejamento Execução e Controle, sendo o último exercido durante todo o processo gestão.

A importância do controle dentro de um ambiente corporativo é fundamental para o processo decisório, uma vez que, nesse controle, as tomadas de decisões ficam mais evidentes no sentido de se obter maior alcance dos resultados, e maior eficiência para o administrador.

Siqueira (1999), frisa que o controle se faz necessário na medida em que a organização evolui, expandindo-se, até alcançar um determinado porte que inviabilize ao administrador acompanhar os negócios institucionais com a mesma eficiência. É a partir dessas noções gerais de controle, que fica mais latente a importância da definição de controle para esta pesquisa.

Definição de controle

Após entender a necessidade de haver um eficiente controle inserido em um ambiente organizacional, é necessário neste momento, compreender algumas definições de controle, na visão de autores de vários campos da ciência administrativa.

De acordo com Meirelles (2009), “o Controle Interno é todo aquele desenvolvido pela entidade ou pelo órgão competente pela atividade controlada, no âmbito da própria administração”.

Com isso, Oliveira, Perez Jr. e Silva (2013) comentam que “controle se refere ao conhecimento da realidade e a comparação com o que deveria ser, com o objetivo de constatar o mais rápido possível as divergências e suas origens e tomar as devidas providências saneadoras”. Essas providências são fundamentais para diminuir a assimetria de divergências.

É importante definir dentro de um ambiente estratégico, que um eficiente acompanhamento das decisões dá segurança para o administrador nas suas tomadas de decisões. Sem prejuízo de ideias, outra definição importante sobre o tema tem como característica definir o ambiente, a dinâmica e o resultado do controle.

Neste sentido, Cruz e Glock (2003), salienta que o controle contempla qualquer atividade de averiguação sistemática de um registro, feita de modo contínuo ou periódico, e que tem por produto um documento ou outro meio que indique uma ação, uma situação, um resultado, etc. Os autores demonstram a importância de se gerar um relatório, como uma ferramenta para o controle.

Nesse contexto, Ackoff (1976) pontua que a atividade de controlar também contempla a avaliação das decisões, inclusive daquelas de nada fazer, desde que tenham sido adotadas pela administração da organização. São essas decisões que ratificam a importância do controle dentro de um planejamento que mais tarde poderá ser peça fundamental para as tomadas de decisões.

Ao se comprometer em manter o curso de um planejamento, fala-se num protótipo estabelecido. Nesse sentido, Maximiliano (2011, p. 91) define o vernáculo “controle” como sendo:

Um processo de tomada de decisões que tem por finalidade manter um sistema na direção de um objetivo, com base em informações contínuas sobre as atividades do próprio sistema e sobre objetivo, ou seja, o objetivo torna-se o padrão de controle.

Entretanto, Argyris e Cooper (2003), atribuem um significado ainda maior, ponderando que o controle pode ser exercido não só tendo em vista a manutenção de um padrão, como também a mensuração do distanciamento que existe entre ele e uma atividade desenvolvida por um determinado agente.

Com isso o controle recebe o papel de manter um padrão dentro do ambiente corporativo, sendo esse responsável por balizar decisões à cerca de uma perspectiva em face do melhoramento no comportamento de uma entidade, sendo essa empresarial ou pública.

Ambiente de controle

Após definição dos conceitos e espécies de controle, se faz necessário identificar o ambiente organizacional no qual o controle está inserido. Na literatura diversos autores apresentam a controladoria como responsável pela geração de informações e exercício do controle organizacional (KANITZ, 1976; FREZATTI et al., 2009; OLIVEIRA, PEREZ JR. e SILVA, 2013).

Kanitz (1976) apresenta em seus a controladoria com seis funções principais: informação, motivação, coordenação, avaliação e planejamento e acompanhamento.

- Informação: Compreende os sistemas contábil-financeiro-gerenciais;
- Motivação: Refere-se aos efeitos dos sistemas de controle sobre o comportamento;
- Coordenação: Visa centralizar informações com vista na aceitação dos planos. O *controller* toma conhecimento de eventuais inconsistências dentro da empresa e assegura a direção, sugerindo soluções;
- Avaliação: Interpreta fatos, informações e relatórios, avaliando os resultados por área de responsabilidade, por processos, por atividades, etc;
- Planejamento: Assessoria a direção da empresa na determinação e mensuração dos planos e objetivos;
- Acompanhamento: Verifica e controla a evolução e desempenho dos planos traçados a fim de corrigir falhas ou de revisar tais planos.

Outra visão das atribuições e responsabilidades da Controladoria são apresentadas por Frezatti, Nascimento e Junqueira (2011) e podem ser resumidas no binômio mensurar e informar, no seguinte sentido:

Mensurar, no sentido de que cabe a ela identificar, interpretar e calcular, monetariamente, os eventos econômicos em termos de receitas, custos, resultados, relativas a sua atividade. E informar, no sentido de proporcionar um fluxo de informações íntegra e tempestivas que permitam gerar relatórios e divulgá-los aos usuários.

Esses dois processos de mensuração e informação dão suporte ao processo de decisão, essencial para gestão, seja do setor público ou privado. Características essas necessárias para que as informações tenham utilidade ao tomador de decisão, e reduza o grau de incerteza.

Para Oliveira, Perez Jr. e Silva (2013) “a Controladoria serve como órgão de observação e controle da cúpula administrativa, preocupando-se com a constante avaliação da eficácia e eficiência dos vários departamentos no exercício de suas atividades”. Os autores identificam ainda as seguintes atribuições da controladoria:

- Estabelecer, coordenar e manter um plano integrado para controle das informações;
- Medir o desempenho entre os planos operacionais aprovados e os padrões, reportar e interpretar os resultados das operações dos diversos níveis gerenciais;
- Medir e reportar a eficiência dos objetivos do negócio e a efetividade das políticas, estrutura organizacional e procedimentos para consecução desses objetivos;
- Promover proteção para os ativos da empresa. Isso inclui adequados controles internos e cobertura de seguros;
- Analisar a eficiência dos sistemas operacionais;
- Verificar sistematicamente o cumprimento dos planos e objetivos traçados pela organização;
- Analisar as causas dos desvios e sugerir a correção desses planos ou dos instrumentos e sistemas de controle;
- Analisar a adequação na utilização dos recursos materiais e humanos na organização;

O controle na administração pública e o seu marco legal

O controle na administração pública deve obedecer a um marco legal. Esse é compreendido pelas legislações que obrigam o gestor público a tomar decisões baseados no ordenamento jurídico vigente, cabendo a este reduzir suas ações somente ao que está prescrito.

Neste sentido a legislação que compete a administração pública é a Constituição Federal de 1988, a lei 4.320/64, sendo esta a responsável, pelas normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e por último a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como observa Siqueira (1999), o setor público apresenta grande dificuldade em implantar um Sistema de controle que contemple toda e qualquer unidade funcional semelhante ao implantado no setor privado, em decorrência do grande número de dirigentes e de ambientes com pouca ou com nenhuma interação.

Todavia, verifica-se que no âmbito da Administração Pública a função do controle é exercida em decorrência de imposições legais, destacando-se dois tipos de controles que são executados: o interno e o externo.

Reis (2003 p. 172) enfatiza que: “Tanto pelo preceito constitucional, inclusive da LC n°. 101/2000, como pelo sistema da Lei 4.320/64, o controle se divide hoje, no Brasil, basicamente em controle interno, controle interno integrado e controle externo”.

De acordo com Reis (2003), considerando-se o planejamento do controle no campo da administração pública, o sistema pode ser estruturado nas seguintes partes, ou seja, controle periférico: que se constitui de órgãos atuando articuladamente com os órgãos centrais de controle; ou controle central: constituída dos órgãos de Contabilidade, Planejamento e Auditoria Interna.

Quadro 1: Principais Legislações

| | |
|---------------------------|--|
| CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 | A Constituição Federal estabelece que cada poder deverá manter de forma integrada um sistema de controle interno e atribui ao mesmo a função de avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, a comprovação da legalidade das atividades realizadas, bem como da avaliação de resultados, o controle das operações de crédito e o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional. |
|---------------------------|--|

| | |
|-------------------------|--|
| LEI 4.320/64 | A lei 4320/64 trata do controle interno voltado para o controle da execução orçamentária, compreendendo a legalidade dos atos que afetem os resultados ou o patrimônio do órgão, a fidelidade funcional dos agentes da administração, e o cumprimento do programa de trabalho, em termos físicos e monetários. Afirma que a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente. |
| LEI COMPLEMENTAR 101/00 | A lei de Responsabilidade Fiscal demonstra a importância do controle interno no papel de fiscalização da responsabilidade na gestão fiscal, de modo que esse controle será realizado externamente pelo Poder Legislativo e com o auxílio do Tribunal de Contas e Ministério Público e por meio do controle interno de cada poder, conforme preceitua a Constituição Federal. |

Fonte: Elaboração Própria.

Com base no quadro citado anteriormente, que demonstra de maneira resumida a participação do controle interno nas legislações apresentadas, o quadro a seguir evidencia a lei na íntegra com os pontos inerentes as atividades de controle interno.

Quadro 2: Texto Legal Regulamentador das atividades de controle interno

| | |
|---------------------------|---|
| CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 | <p>Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.</p> <p>Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:</p> <p>I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;</p> <p>II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;</p> <p>III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;</p> <p>IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.</p> <p>§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.</p> <p>§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.</p> |
|---------------------------|---|

| | |
|-------------------------|--|
| LEI 4.320/64 | <p>Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:</p> <p>I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;</p> <p>II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;</p> <p>III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.</p> <p>Art. 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.</p> |
| LEI COMPLEMENTAR 101/00 | <p>Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:</p> <p>I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;</p> <p>II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;</p> <p>III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;</p> <p>IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;</p> <p>V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;</p> <p>VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.</p> |

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto ao processo decisório, o referencial teórico tem o sentido de ampliar os conceitos dentro da importância deste em um ambiente corporativo, dando ênfase ao pragmatismo que requer o estudo do tema.

Processo decisório

Com a criação da Teoria Administrativa, como forma de ciência com o intuito de analisar as mudanças sociais na estrutura de trabalho.

A tarefa básica da Administração é planejar, organizar, dirigir e controlar o uso dos recursos totais de uma empresa a fim de alcançar seus objetivos. Conforme iremos verificar, um dos principais temas analisados na Escola Clássica da Administração é o Processo Decisório. (Chiavenatto, 1999, p.178)

Os tomadores de decisão são desafiados a pensar estrategicamente, usando informações financeiras e não-financeiras, oriundos da contabilidade e de relatórios gerenciais, segundo Moritz (2006, p.30):

Um processo de decisão inicia-se pela identificação das necessidades, do que é possível fazer, da informação que está disponível e da comunicação que precisa ser efetuada. Espera-se que estes elementos, ordenados numa estrutura lógica, resultem na possibilidade de uma melhor decisão.

A tomada de decisão é um processo sistêmico, que deve seguir alguns passos, sendo eles: formular o problema; estruturar o problema a fim de relacionar suas partes e formar um modelo; proceder a uma montagem técnica do modelo; testar e simular o modelo, e as suas possíveis soluções; estabelecer controles sobre a situação e a sua delimitação; e programar a solução na organização.

Para Pereira e Fonseca (1997, p. 35), a formulação de um processo sistêmico é essencial para a tomada de decisão:

A decisão é um processo sistêmico, paradoxal e contextual, não podendo ser analisada separadamente das circunstâncias que a envolvem. O conhecimento das características, dos paradoxos e desafios da sociedade é essencial à compreensão dos processos decisórios.

Segundo Chiavenato (1999), a tomada de decisão é tarefa mais característica do administrador, já para Simon (1970), a decisão é um processo de análise e escolha entre várias alternativas disponíveis do curso de ação que a pessoa deverá seguir, devendo seguir os seguintes elementos na tomada de decisão.

O tomador de decisão é a pessoa responsável por escolher a alternativa a ser seguida; os objetivos, que busca atingir com suas ações; as preferências, que deve adotar para fazer a sua opção; a estratégia, que é o caminho a ser seguido pelo tomador de decisão para atender suas necessidades; a situação, relacionado ao ambiente em que é tomada a decisão, e o resultado, que é o efeito de uma dada tática utilizada na tomada de decisão.

Modelos de Processos Decisórios

O quadro abaixo apresenta um resumo dos quatro modelos de processos decisórios, proposto Moritz (2006):

Quadro 3: Modelos de Processo de Decisório segundo Moritz (2006)

| Tipos de Modelos de Processos Decisórios | Características |
|---|---|
| Modelo Clássico ou Burocrático | Os procedimentos lógico-formais do Processo Decisório são enfatizados, corroborando que quem toma as decisões examina primeiro os fins e só depois estuda os meios para alcançá-los, subordinando a eficácia da decisão à escolha da melhor decisão. |
| Modelo Comportamentalista | O comportamento dos indivíduos na organização é muito acentuado e abrangente; em consequência, os gestores procuram prevê-lo para evitar situações desagradáveis no contexto das decisões. Afinal, a Teoria Comportamental concebe a organização como um sistema de decisões. |
| Modelo Normativo | O que deve ser feito é a preocupação central. É o modelo dos grupos técnico-profissionais. |
| Modelo Racional | O Processo Decisório tem como intuito maximizar os objetivos da alta administração e de seus acionistas. |

Fonte: Elaboração própria.

O pensamento linear, afirma uma única solução para os problemas, que uma vez descoberta esta será constantemente válida, buscando tratar de forma isolada os problemas da organização. Contudo, o pensamento sistêmico considera várias causas e soluções para determinados problemas, reconhecendo-os como interligados com o restante da organização.

O processo de seleção de soluções visto pelo pensamento sistêmico caracteriza uma avaliação dos efeitos de qualquer solução na organização como um todo, não apenas na área aonde aconteceu o problema. O pensamento sistêmico também supõe que os problemas e suas soluções sequentes não são constantes, mas estão em contínua transformação.

Diferentes níveis organizacionais tomarão tipos diferentes de decisão. A alta gerência será responsável por determinar as metas estratégicas de uma empresa, ao passo que os gerentes intermediários tomarão decisões táticas ou administrativas. O nível organizacional mais baixo da administração, a supervisão, tomará decisões operacionais.

A importância da informação para o processo decisório

A evolução do estudo dos processos decisórios das organizações dentre outros fatores leva em conta duas importantes características, a informação e a comunicação.

Moresi (2000) relata a importância da qualidade e da segurança da informação nos processos decisórios no contexto interno e externo da organização ao afirmar que:

É importante destacar que as informações podem atender a duas finalidades estratégicas: para conhecimento dos ambientes interno e externo de uma empresa e para atuação nestes ambientes.

Para Moritz (2006, p. 14), é importante salientar que:

Essa prospecção dinâmica da informação dentro da empresa leva a uma leitura igualmente dinâmica sobre os processos de aquisição, administração e segurança a respeito da informação organizacional. Esse processo é visto na figura 1. É importante destacar, neste esquema, que a primeira etapa desse fluxo é a determinação das necessidades de informação do gestor ou da organização”.

A Informação Institucional é totalmente voltada para a alta direção da organização, com a finalidade de analisar as variáveis atuais no ambiente interno e externo da entidade, avaliando o desempenho, o planejamento e as deliberações de alto nível.

A Informação Intermediária é voltada para o nível gerencial médio da coordenação, comporta observar as variáveis atuais no ambiente interno e externo da organização, monitorar e avaliar os processos, planejamento e as tomadas de decisões em nível gerencial.

A Informação Operacional é destinada a os setores e seções, geralmente ligadas a execução de tarefas e atividades da organização. Geralmente monitora o espaço geográfico de sua responsabilidade, o planejamento e as tomadas de decisão em seu nível de operacionalidade.

Através da visão da teoria institucional Moritz (2006, p.17) também relata a relação do custo de transação, bem como os custos necessários para geração de informações para definir e estabelecer uma melhor transparência entre as partes contratantes:

Ressalte-se que a informação, também, custa dinheiro e adquirir e manter elementos desnecessários vai onerar mais os recursos organizacionais. Os gerentes precisam estar conscientes do seu custo ao designarem suas necessidades: informações de menos ou de má qualidade não ajudarão na tomada de decisão, enquanto informações demais certamente gastarão mais recursos e poderão prejudicar dados bons e úteis.

A comunicação pode ser vista como uma ferramenta de coação e coerção em prol do processo decisório. Segundo Argyris e Cooper (2003) a comunicação apresenta sete elementos básicos, sendo eles: Fonte; Mensagem; Transmissão; Canal; Receptor; Emissor e Realimentação. Segundo Moritz (2006, p.21):

Há, pelo menos, duas posições sobre o papel da comunicação nas organizações. Uma delas considera a comunicação como um subprocesso que desempenha um papel importante em outros processos organizacionais. Por exemplo, a comunicação serve como um canal para o exercício da liderança ou para a manutenção de elos entre organizações.

Nas organizações geralmente se apresenta dois sistemas de comunicação: o Formal e o Informal. O Sistema de Comunicação Formal está ligado diretamente à estrutura organizacional, incluindo assim as relações de gerência, os grupos de trabalhos, as comissões permanentes e os sistemas de informação da administração. Já o Sistema de Comunicação Informal está ligado à interação entre as pessoas que fazem parte da organização.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa tem carácter descritivo, posto que vem analisar e interpretar fatos sem a interferência do pesquisador, além de proporcionar uma maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito (GIL, 2010) a medida que investiga o processo decisório no Conselho Regional de Medicina do estado de Roraima, bem como a complexidade do seu processo de controle.

O estudo destaca ainda sua natureza predominantemente qualitativa, considerando que as informações coletadas são utilizadas para compreender razões, opiniões e motivações além de ajudar a desenvolver ideias acerca de determinado fenômeno, ou entidade (COOPER, D. R.; SCHINDLER, 2011) e documental, pois, vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (LAKATOS E MARCONI, 2010).

No âmbito deste estudo foi adotada, de acordo com a metodologia de Yin (2016), a estratégia de coletar dados de várias fontes. Foram coletadas informações por meio de investigação documental e levantamento tipo *survey*, de modo a assegurar a consistência. A seguir estão detalhados os meios utilizados:

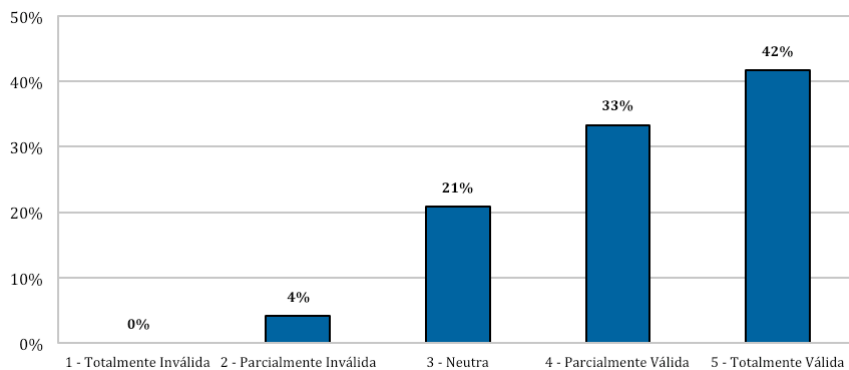
a) Pesquisa documental por utilizar fontes secundárias, como livros, revistas, artigos científicos, diários oficiais, e documentos disponibilizados pela empresa, através prestações de contas e relatórios gerenciais.

b) Levantamento (tipo *survey*) da percepção de quatro respondentes, composto por três membros da comissão de tomada de contas e pelo presidente, principal responsável pelo processo decisório do conselho. O instrumento principal deste levantamento foi um questionário semiestruturado em sete grupos, compostos por quarenta e uma questões afirmativas e fechadas, em escala do tipo *Likert* de cinco graus, de modo a obter dos respondentes suas percepções acerca variáveis do processo decisório e controle da entidade. Foi aplicado aos tomadores de contas, principais responsáveis pelo controle interno e pelo processo decisório do Conselho Regional de Medicina – CRM.

Resultados

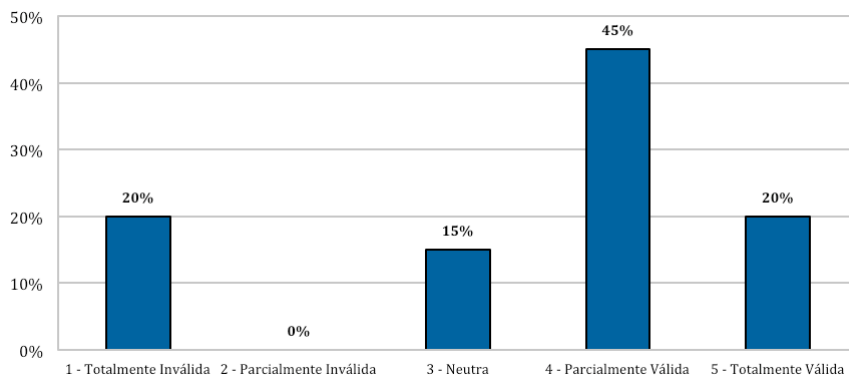
Após investigação documental e aplicação do questionário, foram identificadas características segundo a percepção dos respondentes, responsáveis pela tomada de contas nas seguintes categorias: utilização de informações no processo decisório; especificações do modelo de processo decisório; ambiente de controle; avaliação de risco; procedimentos de controle; informações e comunicação; e monitoramento.

Figura 1: A utilização de informações no processo decisório



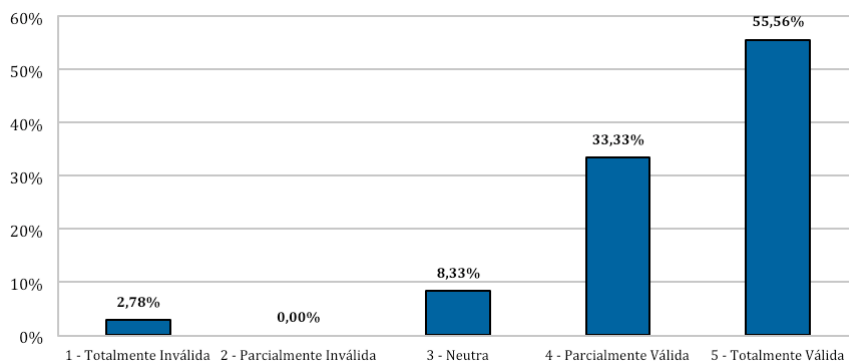
Verifica-se que, 75% (setenta e cinco por cento) dos respondentes, observam a utilidade das informações e as reconhecem como importante no auxílio para a tomada de decisão.

Figura 2: Especificações do modelo de processo decisório



Neste contexto, 65% (sessenta e cinco por cento) das respostas indicam alguma interferência no processo decisório, seja por fatores pessoais ou políticos, característicos em conselhos de classe. Destarte a entidade utiliza um modelo misto, entre os modelos Normativo e Burocrático com predominância deste último.

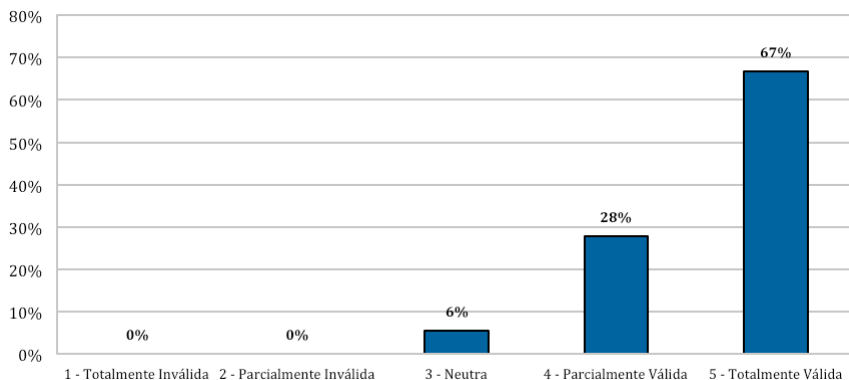
Figura 3: Ambiente de controle



No mesmo sentido do primeiro grupo de questões, os entrevistados compreendem o Controle Interno como essencial para instrução e consecução dos objetivos

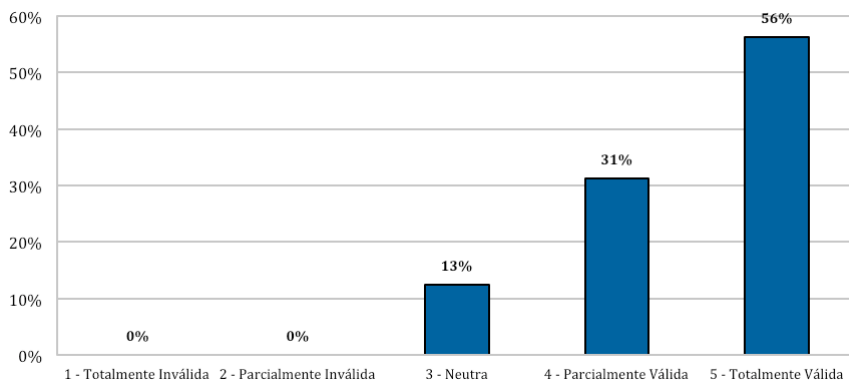
da unidade. No qual mais de 88% (oitenta e oito por cento) das afirmativas foram consideradas totalmente válidas no que dizem respeito as formalidades no ambiente de controle, que corroboram com os questionamentos anteriores quanto a presença a presença do modelo normativo.

Figura 4: Avaliação de risco



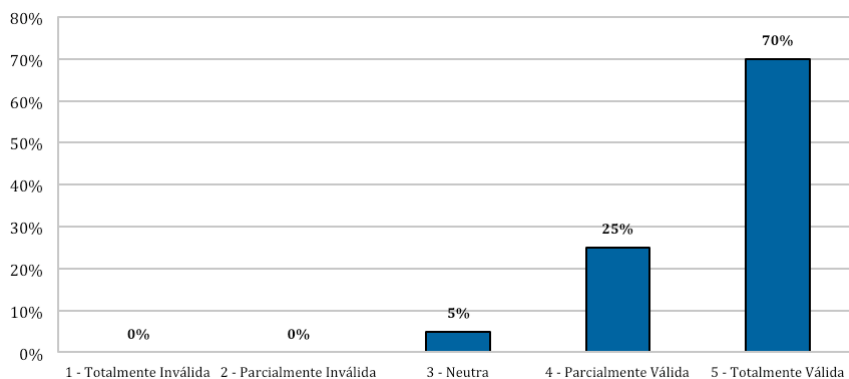
Dos nove questionamentos aplicados verificou-se que mais de 94% (noventa e quatro por cento) das afirmativas, identificam como válida a percepção dos processos críticos, o diagnóstico dos riscos, a classificação o modo a serem tratados em uma escala de prioridades para suas correções.

Figura 5: Procedimento de controle



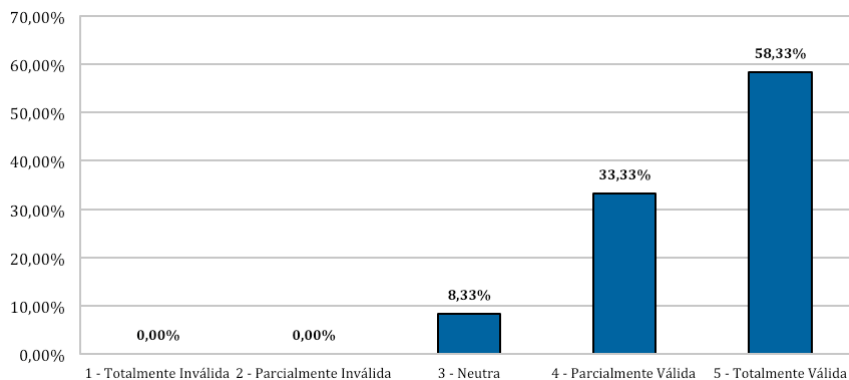
Verifica-se que de 87% (oitenta e sete por cento) dos questionamentos, identificaram como válida a existência e a consistência de políticas e ações preventivas, e que os custos inerentes a redução dos riscos são apropriados.

Figura 6: Informações e comunicação



Verifica-se que de 95% (noventa e cinco por cento) da amostragem, identificaram a tempestividade da informação relevante ao processo decisório concomitante com a transição da informação nos níveis hierárquicos da Instituição.

Figura 7: Monitoramento



Verifica-se que mais de 91% (noventa e um por cento) da amostragem, identificaram uma constância na monitoração do Controle Interno sua eficiência ao

longo do tempo a efetiva e adequada verificação das inconsistências buscando a melhoria no desempenho da Instituição.

Considerações finais

Os dados apresentados pelo questionário demonstraram que os responsáveis pela comissão de tomada de conta, que analisam as informações contábeis e financeiras emitidas pelo conselho, apresentam um bom nível de conhecimento contábil para análise das informações, contudo, os relatórios analisados não passam segurança razoável, tendo em vista que os mesmos, não apresentam capacidade técnica suficiente para o exercício regular das atribuições exigidas aos cargos que ocupam na estrutura do CRM-RR.

Uma das percepções obtidas na pesquisa, após investigação e aplicação do questionário indica o crescimento do CRM-RR em número de inscritos, orçamento e outros como entidade, e com esse aumento cresce a demanda por serviços administrativos, ou seja, a complexidade das atividades e o crescimento da demanda por informações do conselho, indica a necessidade de implementação de processos de controle mais dinâmicos que visem a melhoria das políticas de controle interno.

A análise dos dados possibilitou verificar que o sistema de Controle Interno do CRM- RR exercido pela comissão de tomada de contas, auxilia de forma exponencial o processo decisório da instituição objeto de estudo. E que as informações decorrentes da atuação do controle interno são de extrema valia para o processo decisório da organização, contudo os membros responsáveis pelo controle interno são indicados pela plenária regional, que é constituída por 20 (vinte) conselheiros efetivos e 20 (vinte) substitutos eleitos com mandato de cinco anos.

Devido aos fatos apresentados a imparcialidade da comissão de tomada de contas pode ser afetada, considerando que além da indicação, os membros da comissão compõem a chapa eleita e para tal pressupõe-se apoio político. Atenuante a possibilidade de falta de imparcialidade na emissão do parecer, a formação acadêmica dos membros destoa das atribuições que o cargo exige, além de não possuir habilitação profissional e capacidade técnica específica.

O processo decisório apresenta a necessidade de informações confiáveis, atuais e relevantes para a correta tomada de decisão. Conforme foi verificado, os dados relevantes do controle interno, como os procedimentos de avaliação de riscos e de ambiente de controle, buscando a percepção da administração em relação ao Con-

trole Interno, e sua importância na consecução dos seus objetivos e a existência de manuais de procedimentos padronizados.

Sendo utilizado como ferramenta de gestão, o controle interno configura como uma excelente ferramenta para nortear a administração na busca da eficiência. Cabem aos aparelhos públicos, buscar formas de utilizar o controle interno de forma eficiente e eficaz, trazendo segurança tanto para os gestores como para a organização.

Como foi observado, o Conselho Regional de Medicina não apresenta um setor de controle interno estabelecido dentro da organização, sendo a atividade deste setor realizada pela Comissão de Tomada de Contas. Seus membros apresentam pouco conhecimento contábil e administrativo, com isso, torna-se necessário a criação de um setor de controle interno, devido ao crescimento de importância da ferramenta controle nas organizações e devido sua imposição legal.

A realização do estudo se debruçou sobre um tema de notada relevância, tanto academicamente como profissionalmente, todavia, sua relevância social se destaca, haja vista a pressão social e profissional para melhor utilização de recursos por parte das organizações públicas. Desejo antigo da sociedade que se reforça com o tempo, como é visto no cenário político brasileiro.

Como sugestão para próximas pesquisas, sobre o tema, processo decisório no CRM- RR, uma boa abordagem seria o estudo das mudanças ocorridas após a implantação de um sistema de controle interno com corpo técnico capacitado, bem como o impacto causado nos processos e relatórios da instituição com a percepção dos usuários das informações geradas pela implantação do mesmo.

Referências bibliográficas

ACKOFF, R.L. **Planejamento empresarial**. Rio de Janeiro: LTC, 1976.

ARGYRIS, Chris; COOPER, Cary. **Dicionário Enciclopédico de Administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon; MARTELETO, Maria Regina; SOUZA, Donaldo Bello. Educação, trabalho e delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Ciência da Informação**. São Paulo. v.29, n.3, p.14-24, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a02v29n3.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 19/98 e emendas constitucionais nos 1 a 6/94. ed. atual. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n. 3.268, de 30 de setembro de 1957**. Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1957.

_____. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília: Congresso Nacional, 1964.

_____. **Lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1998.

_____. **Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1967.

_____. **Decreto n. 44.045, de 19 de julho de 1958**. Aprova o Regulamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina. Brasília: Congresso Nacional, 1958.

_____. **Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000**. Aprova a Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: Congresso Nacional, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: Campus, 1999.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CRUZ, Flavio da; GLOCK, Jose Osvaldo. **Controle Interno nos Municípios**. São Paulo: Atlas, 2003.

DRUCKER, Peter. **Administração lucrativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FEU, Carlos Henrique. **Controle interno da administração pública**: um eficaz instrumento de accountability. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4370/controlado-interno-na-administracao-publica>>. Acesso em: 24 set. 2015.

FERNANDES, Sandra de Souza. **Controle interno**: uma importante ferramenta na administração de uma autarquia. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2006. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294199>>. Acesso em: 25 set. 2015.

FREZATTI, Fábio. ROCHA, Welington, NASCIMENTO, Artur Roberto, JUNQUEIRA, Emanuel. **Controle Gerencial**: Uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KANITZ, Stephen Charles. **Controladoria**: teoria e estudo de casos. São Paulo: Pioneira, 1976.

KOOTZ, Harold; O'DONNELL, Cyril; WEHRICH, Heinz. **Administração, organização, planejamento e controle**. São Paulo: Pioneira, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAXIMILIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 35 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a2.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes. **Processo decisório** – Florianópolis: SEAD/UFSC, 2006. 168 p. Disponível em: <http://cead.ufpi.br/conteudo/material_online/disciplinas/pro_dec/download/Processo_Decisório_final_18_12_06.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. **Controladoria**: Instrumento de Apoio ao Processo Decisório, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Luís Martins; PEREZ Jr., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica. Textos e casos práticos com solução**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretãs; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da Decisão**: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.

REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JÚNIOR, J. Teixeira. A lei 4.320 comentada. 31ª. Ed., Rio de Janeiro, **Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAN)**, 2003.

RIBEIRO, Antônio de Lima. **Teorias da Administração**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SIQUEIRA, Frederico Rodrigues de. **Evolução do sistema governamental de controle**. 1999. Curso de pós-Graduação em Auditoria. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. UNB, Brasília. 1999. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/auditoria_interna/artigos/evolucao_do_sistema_governamental_de_controle>. Acesso em: 23 set. 2015.

SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

VAHL, Teodoro Rogério. Estrutura e gerenciamento das universidades brasileiras. In.: **Temas de Administração Universitária**. Florianópolis: UFSC, 1991.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Bookman. 2016.

ARTIGO

A QUESTÃO FUNDIÁRIA EM RORAIMA À LUZ DA ANÁLISE DE POLÍTICAS

Introdução

O presente trabalho aborda a regularização fundiária e os direitos de propriedade da terra rural, com base, tanto em uma *espacialização* referenciada na área de estudo do Estado de Roraima, quanto uma *periodização* que abrange o intervalo temporal entre os anos de 1980 e 2010. Delimita-se como objeto de estudo a insegurança jurídica associada à fragilidade e instabilidade das instituições que regulam os direitos de propriedade das terras do Estado de Roraima, tomando como referência o campo de poder construído por *forças verticais*, oriundas de medidas governamentais nas três esferas de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), em contraposição às *forças horizontais* engendradas pelo poder público estadual em Roraima, a Constituição Federal de 1988.

A presente pesquisa visa responder à *problemática* da questão fundiária no Estado de Roraima, que é identificada pela seguinte pergunta: “Quais são as características e forças que delimitam os conflitos fundiários de Roraima e suas consequências sobre o desenvolvimento econômico do Estado?”, apresentando duas hipóteses interdependentes.

A *hipótese 1* (H1), considera os conflitos fundiários à luz do arcabouço teórico de análise de políticas públicas, fundamentando-se na identificação da assimetria de poder entre o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e a caracterização de ações típicas, respectivamente, o Executivo, concentração de poder e ativismo na ação legiferante na política judiciária, Legislativo, silêncio administrativo, Judiciário, judiciale

* Economista e cientista político, especialista, mestre, doutor e pós-doutor em Ciências Jurídicas. É professor universitário em cursos de graduação e pós-graduação stricto e lato sensu da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Brasil. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com.

** Bacharel em direito, mestre e Desenvolvimento Regional da Amazônia (UFRR) e especialista em Direito Civil, Empresarial e Processo Civil (Universidade Veiga de Almeida)

*** Politóloga (Universidade Federal de Roraima - UFRR) e mestranda em Geografia (UFRR). Email: jemimapascoal1@gmail.com

lização da política fundiária, frente às lides enfrentadas. *A hipótese 2 (H2)*, identifica em Roraima que os conflitos fundiários geram dilemas ao desenvolvimento estadual, de maneira que os problemas fundiários frente ao contexto relacional conflitivo entre o Poder Executivo e Poder Legislativo a longo prazo é resolvido apenas por um ativismo e uma judicialização da política (Cortes Superiores).

Surge a tese de que o entrave ao desenvolvimento regional no Estado de Roraima é oriundo de um campo de poder construído por distintas forças, as quais se materializam por uma dinâmica de verticalidades por parte do Poder Legislativo Federal, na criação de reservas ambientais e indígenas, sob a influência do Poder Executivo e por uma dinâmica de horizontalidades por parte do Poder Executivo Estadual.

Neste campo de poder, a definição da força resultante final acaba sendo definida também por uma verticalidade com seletividade estrutural na decisão, uma vez que os membros do Supremo Tribunal Federal são indicados pelo Poder Executivo Federal.

O *objetivo geral* da pesquisa é explicar e caracterizar as forças dinâmicas que influenciam na formação dos conflitos fundiários em Roraima e repercutem na restrição dos raios de manobra para o seu desenvolvimento regional.

A *metodologia* utilizada foi pesquisa e revisão bibliográfica, baseada principalmente em textos acadêmicos de diversas áreas do conhecimento. Também foram utilizadas fontes secundárias, devido se tratar de uma proposta de estudo de caso, tais como: matérias publicadas em mídia, revistas, jornais, televisão, sites especializados, folhetos e referências oficiais e não oficiais referentes ao tema proposto.

A presente dissertação é caracterizada como um estudo exploratório, descritivo, explicativo e dedutivo quanto aos fins, bem como um estudo qualitativo quanto aos meios, no qual é utilizada a técnica de revisão bibliográfica e documental e estudo de caso.

A questão fundiária em Roraima à luz do poder legislativo

A ótica legal dos problemas fundiários no Brasil

O Poder Legislativo é associado de forma imediata à produção de leis em sentido amplo, leis gerais e abstratas que irão padronizar o comportamento aceito e escolhido pela sociedade, pois para que a lei tenha efetividade precisa haver resso-

nância por parte da sociedade, pois é esta quem elege valores a serem preservados e garantidos.

Desde o início da colonização, a execução das ações legiferantes se dava por meio de decisões tomadas por parte da Coroa Portuguesa. Uma vez que as deliberações de natureza político-sociais emanavam do cume da pirâmide dominalista de poder, toda a colônia era submetida ao poder absolutista da monarquia.

Este fato em 1530, em decorrência da necessidade de ordenamento territorial e para um melhor desenvolvimento das ações de controle político-econômico-social do Brasil por parte de Portugal elegendo capitães como donos destas faixas de terra, culminou na criação das capitanias hereditárias e do sistema das sesmarias - que consistem em grandes extensões territoriais centralizadas pela Coroa portuguesa (início da verticalidade de poder no Brasil).

Existem similitudes entre o poder exercido pela Coroa portuguesa sobre as terras brasileiras, com a atual pessoa jurídica da União, sendo àquela época a origem da distribuição de terras a quem tivesse o interesse em praticar atividade produtiva, remunerando a Coroa portuguesa com 1/6 (um sexto) de toda a produção.

Marcos legiferantes no estado nacional brasileiro

Com a Independência do País, criou-se um período de insegurança jurídica e disputa acirrada pela posse da terra, partindo-se para a “lei do mais forte”, desta forma, surgindo vários conflitos entre os proprietários de terras e grileiros de terras tutelados por bandos armados. A mão de obra escrava consistiu como fator fundamental na não fragmentação do Brasil em outros territórios (SENHORAS, 2015). A luta pela terra deu-se diretamente por classes que objetivavam a mera propriedade e posse de terras, não envolvendo necessariamente os trabalhadores rurais. O Brasil viveu mais de 30 (trinta) anos, sem qualquer instrumento legal que dispusesse sobre terras ou sobre questões fundiárias, surgindo instrumento legal apenas em 1850, através da Lei de Terras, que foi regulamentada no ano de 1854.

Sobre os objetivos da lei de Terras aprovada em 1850 e regulamentada em 1854, Arantes (2009) atribui as ideias de Reydon (2007), que diz:

- (i) ordenar a apropriação territorial do país; (ii) acabar com a posse; (iii) fazer um cadastro de terras; (iv) financiar a imigração; (v) criar um setor agrícola de pequenos proprietários; (vi) tornar a terra uma garantia confiável para empréstimos e, (vii) funcionar como chamariz para a imigração (REYDON, 2007, p. 226, apud ARANTES, 2009, p. 21).

Tal análise histórica da origem da verticalidade de poder explica-se o modelo brasileiro atual centralizador de bens em nome da União, pessoa jurídica detentora das maiores extensões de terras sob o argumento de defesas do território nacional ou interesses econômicos.

A doutrina atual entende que o direito possessório é fato jurídico e dessa maneira é uma das formas de controle da função social da propriedade, pois a propriedade que não é trabalhada de maneira a produzir, dando-se destinação social e econômica a mesma, é passível de ser perdida por meio de usucapião, o que antigamente era tido como crime.

A LTI, Lei de Terras do Império de 1850 trouxe consigo os fatores circunstanciais de poder, pois preservou uma parcela da sociedade que detinha o capital e o poder econômico, desvirtualizando a própria natureza abstrata de uma lei, pois foi criada não com o objetivo de tornar o Brasil mais produtivo e socialmente justo, mas apenas buscando cancelar a propriedade privada capitalista brasileira.

Traço marcante do viés capitalista da LTI foi a previsão legal proibitiva de aquisições de terras devolutas no Brasil. A consequência social foi a maior consolidação do latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil. Aqueles que tinham recebido as sesmarias regularizaram suas posses e transformaram-nas em propriedade privada, assegurando, assim, o domínio da principal riqueza do país: suas terras (BARBOSA, 2010).

Na República em 1889 não houve mudanças significativas na questão fundiária. Por volta de 1960, a questão fundiária brasileira voltou a ser debatida em meio à industrialização. O Decreto de 1966, em que pese a eficácia, não gerou mudanças na questão de terras, pois não estava amoldada às necessidades e realidade da sociedade, sendo substituída após aproximadamente 18 (dezoito) anos, com o advento da redemocratização brasileira. Em 1984, o discurso da reforma agrária no Brasil foi editado pelo Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, que instituiu o novo Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

Chega-se ao ápice da normatização sobre terras no Brasil com a Constituição Federal de 1988, criando direitos e garantias à dignidade da pessoa humana, dentre os direitos, o direito de propriedade sobre a terra, como forma inclusive de dar a ela a função social, qual seja, o desenvolvimento econômico e social da família e da sociedade como um todo.

Poder legislativo: o poder legislativo e as verticalidades de poder

O Estado de Roraima teve sua condição de Território Federal alterada em 1988 para a categoria de ente federativo do Brasil. Em princípio, tal elevação foi comemorada, com a região se tornando “autossuficiente” e dona de uma “autonomia”. Pese o estudo da Constituição Federal (1988), do ADCT 14 e demais legislações surgidas que visam regular o direito à terra, cabe delimitar pontos extremamente importantes, tais como a verticalização do poder, donde há centralização do poder em suas três funções: legislativa, executiva e judicial.

No Estado de Roraima ocorreu a posse do seu primeiro Governador Eleito, na forma do § 1º do artigo 14 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT: “Art. 14. A verticalidade de poder se explica com o fato da União estar em atraso há décadas para possibilitar a consolidação da regularização fundiária em Roraima. A não transferência imediata das terras para o patrimônio do Estado de Roraima determinada pelo preceito constitucional do artigo 14, § 2º conjugado com o do § 3º do art. 16, ambos da Constituição Federal (1988).

O ADCT 14, estabelece que as terras do ex-território seriam pertencentes ao Estado de Roraima, bem como no ano de 1991, com a aprovação da Constituição Estadual de Roraima e conseqüente posse governamental, o Estado passou a ter competência para gerir a política fundiária e agrícola, conforme os artigos 123 a 129. Houve de fato a má utilização dos recursos naturais e humanos, pois, se o ente federado não dispôs da terra, promovendo o desenvolvimento fundiário, bem como não permitiu que pessoas interessadas em trabalhar o desenvolvimento da terra através do plantio, colheita e comércio do correspondente produto, de certo, foi o responsável por ocasionar a atrofia da expansão econômica.

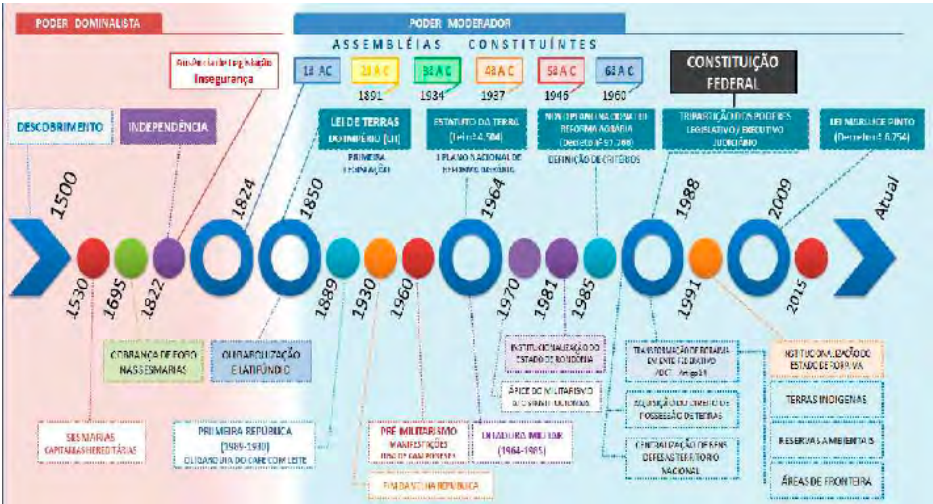
Após a conformação de conflitos fundiários oriundo dos movimentos: pró-ambientalista e próindigenista e o posterior silêncio administrativo federal para resolver os conflitos fundiários em Roraima, surgiu a lei federal nº 10.304/2001¹, conhecida como Lei Marluce Pinto, que trata da transferência das terras da União para o Estado, como compensação aos efeitos sobre a perda de terras de autonomia local.

Mesmo com a elaboração da Lei nº 10.304/2001, era necessário a efetiva regulamentação do instrumento legal através de decreto, fato este gerador de mais 9 (nove) anos de omissão dos poderes, adiando o desenvolvimento regional do Estado de Roraima, pois a matéria foi regulamentada por meio do Decreto nº 6.754/2009.

¹ (...) Art. 1º As terras pertencentes à União compreendidas nos Estados de Roraima e do Amapá passam ao domínio desses Estados, mantidos os seus atuais limites e confrontações, nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Redação dada pela Lei nº 11.949, de 2009) BRASIL (2001).

Em 5 de novembro de 2009, com a regulamentação da Lei nº 10.304, onde o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, transferiu ao Estado de Roraima as terras pertencentes à União, entre outras ações, podemos pontuar a permissão de realização de termos de cooperação e convênios entre as duas partes. Mesmo assim, não é possível se afirmar que houve significativo e perene pacificação nas questões fundiárias roraimenses, pois não se aponta qualquer atividade expressiva nos campos rurais; não existiu qualquer grande plantação agrícola que promovesse desenvolvimento econômico e social estadual.

Figura 1: Marcos legais e históricos da questão fundiária no Brasil



Fonte: Elaboração própria (SANTOS JUNIOR; SENHORAS; SILVA, 2015). Baseada em SENHORAS (2015).

A aplicabilidade imediata da Constituição Federal - consequências sobre as lacunas legislativas - o atraso econômico

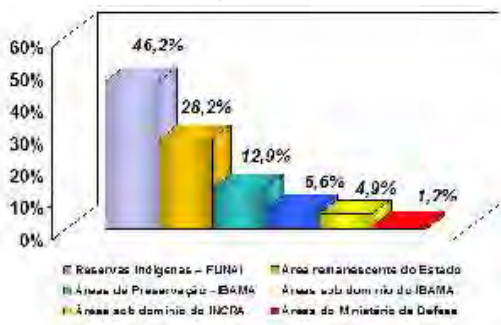
Vários estados da federação, em específico, os ex-territórios, vivem dificuldades, pois a maior parte da economia dos mesmos não são fomentadas pela atividade sobre a terra e sim sobre o capital injetado na “economia de contracheque”, ou seja, dos funcionários públicos, carecendo de atividade produtiva e econômica sobre a terra de propriedade dos estados destinadas à reforma agrária e distribuição como um todo. Senhoras (2008) menciona a necessidade de se realizar o padrão econômi-

co tripartite de relações econômicas de Roraima, do qual é responsável por apenas 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Como Roraima é o Estado brasileiro que mais recebe recursos federais em termos per capita, a estabilidade da trajetória temporal da taxa de crescimento do PIB demonstra que existe uma correlação positiva que acompanha a taxa de crescimento das transferências federais. Caso a União venha a sentir os efeitos da crise, adotando políticas econômicas contracionistas, certamente o volume das transferências para o Estado diminuirão e, portanto, a taxa de seu crescimento estará comprometida (SENHORAS, 2008).

Os atuais problemas de direito de propriedade da terra em Roraima são compreendidos, tanto pela produção de leis antes e após a criação da Constituição de 1988, que versavam sobre a formação de reservas ambientais e terras indígenas, bem como, delimitação de faixas de fronteira, o que repercutiu junto a um longo período de silêncio administrativo de transferência de terras da União para o Estado, em uma forte limitação para o uso produtivo das terras para uso particular, principalmente por parte do agronegócio.

Figura 2: Distribuição fundiária em Roraima



Fonte: SEPLAN (2015).

Conforme pode ser observado na tabela e no mapa acima, a distribuição de terras em Roraima, é altamente assimétrica e concentrada em razão das legislações federais, que privilegiaram sua estruturação em terras indígenas (administradas pela FUNAI, 46,68%), reservas ambientais (administrada pelo ICMBio e IBAMA) e áreas militares (Forças Armadas) e faixa de fronteira, restando cerca de 10% de terras para uso autônomo do Estado de Roraima, ou seja uma completa limitação em caráter de desenvolvimento econômico e uso do território, destacando-se principalmente aqueles ligados ao agronegócio do Estado.

O papel da atividade legiferante federal na criação de reservas indígenas e ambientais no território e estado de Roraima

O fato de se conferir à União competência para legislar privativamente sobre Direito Ambiental, conforme dispõe a Constituição Federal (art 22, inciso I) talvez seja um dos pontos nevrálgicos que dinamiza os conflitos envolvendo o Estado de Roraima e a esfera federal no tocante ao exercício do chamado poder legiferante.

O governo federal segue em sua atividade legiferante um caráter voltado para as questões ambientais, conforme a nova ordem mundial, criando-se um corpo normativo para atender as determinações de tal ordem. Sendo assim, a esfera federal passou a executar um programa de políticas públicas direcionado à implantação de criação de reservas ecológicas, áreas de preservação e reservas extrativistas, articulando às mesmas um objetivo econômico.

Criou-se o novo Código Florestal, alterou-se a legislação fundiária para que se ajustasse e contextualizasse com a realidade presente, além de se instituir instrumentos novos para tornar eficaz tais políticas, como a concessão de direito real de uso, o Comitê de Compensação Ambiental e já referido Zoneamento Ecológico Econômico. Portanto, o papel legiferante da União vem mostrando uma profunda reconfiguração territorial nas regiões brasileiras.

O outro lado da moeda da atual política fundiária do governo federal e sua atividade legiferante relaciona-se com a questão da demarcação das terras indígenas. Problema complexo, que envolve não só aspectos da ordem do Direito Público, como o processo de transferência por parte da União de suas terras que agora são de Roraima após esta tornar-se estado, mormente assuntos de natureza privada, como direito de propriedade.

Conforme o estudo de (ARANTES, 2009), dos 15 municípios que compõem Roraima, todos apresentam algum percentual quantitativo de terras indígenas em seu espaço territorial, sendo que Normandia, Uiramutã, Alto Alegre, Pacaraima e Iracema possuem mais de 70% de sua área. Todas as áreas com algum potencial econômico produtivo de Roraima, da floresta ao lavrado, estão sob a tutela legiferante do governo federal a título de reserva indígena, em uma franca evidência do interesse da União em tais terras.

Nota-se que o caráter da legislação como o da política indigenista pátria para Roraima é indubitavelmente impositiva e de obstrução ao desenvolvimento econômico adotado anteriormente no Estado, porquanto o papel complicador e ambíguo que a União assume em proporcionar um cenário de instabilidade no campo, como

verificado na realidade rural presente de Roraima. A criação de reservas indígenas surge a partir da década de 1980, totalizando o número de 32 reservas em Roraima como visto na tabela a seguir:

Tabela 1: Demarcações Indígenas no Estado de Roraima

| | TERRAS INDÍGENAS | DECRETOS |
|--------------------------------|-------------------------|------------------------------------|
| 16 de fevereiro de 1982 | Ananás | Decreto nº 86.920 |
| | Sucuba | Decreto nº 86.921 |
| | Santa Inez | Decreto nº 86.922 |
| | Mangueira | Decreto nº 86.923 |
| | Manoa/Pium | Decreto nº 86.924 |
| | Aningal | Decreto nº 86.933 |
| | Araçá | Decreto nº 86.934 |
| | Cajueiro | Decreto nº 86.932 |
| | TERRAS INDÍGENAS | DECRETOS |
| 1982 | Ponta da Serra | Decreto nº 86.935. 17 de fevereiro |
| 1989 | Yanomami | Decreto no 98.502. 12 de dezembro |
| 1991 | Bom Jesus | Decreto nº 257. 29 de outubro |
| | Serra da Moça | Decreto nº 258. 29 de outubro |
| | Pium | Decreto nº 271. 29 de outubro |
| | São Marcos – RR | Decreto nº 312. 24 de dezembro |
| | Anta | Decreto nº 376. 24 de dezembro |
| | Truaru | Decreto no 387. 24 de dezembro |
| 1996 | Malacacheta | Decreto de 5 de janeiro |
| | Canauanim | Decreto de 15 de fevereiro |
| | Jabutí | Decreto de 15 de fevereiro |
| 1997 | Raimundão | Decreto de 3 de novembro |
| 2001 | Ouro | Decreto de 18 de abril |
| | Barata Livramento | Decreto de 10 de dezembro |
| 2003 | Moskow | Decreto de 30 de maio |
| | Boqueirão | Decreto de 6 de junho |
| | Muriru | Decreto de 23 de junho |
| | Jacamim | Decreto de 23 de junho |

| | | |
|------|---------------------|---------------------------|
| 2005 | Raposa Serra do Sol | Decreto de 15 de abril |
| | Tabalascada | Decreto de 19 de abril |
| 2009 | Anaro | Decreto de 21 de dezembro |
| | Pirititi | |
| | WafWái | |
| | Zoc | |

Fonte: Elaboração própria. Baseada em FUNAI (2015).

O que se vislumbra por trás do atuante empenho da atividade legiferante da União pelas causas ambientais e dos índios não tem a ver com uma questão de justiça, mas do escopo de tal atividade está intimamente ligado a ajuda financeira que os países ricos se propuseram em prol da defesa das florestas tropicais. Com base nas ações do Executivo Federal na Amazônia Ocidental relacionado à criação e terras ambientais, principalmente indígenas, observa-se que no caso especificamente de Roraima, as diferentes terras indígenas possuem uma extensão territorial significativa de maneira que nas regiões nordeste e sudeste do estado existe um amplo espaço territorial indígena, estando as terras disponíveis para uso por parte do estado, multicortadas em na área central do estado.

A questão fundiária em Roraima à luz do poder executivo

A representação política parte da teoria da soberania nacional, a qual conduz a um governo representativo. A titularidade do poder passa a ser atribuída ao povo, mas para o seu exercício delegou-o aos seus representantes, os quais seriam então os únicos legitimados para confeccionar a maior expressão da vontade popular – a lei, pensamento foi imortalizado no art. 6º da Declaração francesa de 1789 de que a lei “é a expressão da vontade geral. [...] Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através dos seus representantes, para a sua formação” (FERNANDES & BICALHO, 2011).

A Constituição Federal (1988) estabelece (art. 5º, caput) o direito à propriedade: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

A problemática a ser enfrentada não é a ausência de direitos constitucionais garantidores da política agrária, mas a falta de aplicação do poder público, a ponto de configurar até mesmo silêncio administrativo e de forma transversa violação a

direitos de propriedade. Direitos são normas que possuem conteúdo declaratório, onde se cria uma hipótese em que o Estado se obriga perante o administrado.

Neste contexto da garantia de direitos, a titulação de terras é uma obrigação de cunho positivo, pois preenchidos determinados requisitos legais, há de se exigir e esperar do Estado um comportamento. Viola-se o próprio Estado Democrático de Direito, restando a indagação de que se o Estado não se submete às normas que ele mesmo edita, não podendo exigir que a administração o faça.

Mesmo existindo direitos e garantias a estes direitos, não há o cumprimento pelo Poder Executivo, o que geram demandas reprimidas, tanto pela inobservância da Constituição Federal (1988), quanto na ausência de instrumentos legais aptos a conjugarem o que se prevê constitucionalmente com a atividade administrativa dos gestores encarregados a dar efetividade e personificar a manifestação de vontade da lei.

Segundo Sarmiento (2009), estabelecer-se-ia verdadeira “judiciocracia”², o que de certa forma, em razão do regime democrático de representatividade popular através do voto e seus respectivos representantes escolhidos para o parlamento, estaria se violando pelo judicialização da política. Limitando assim, o poder do povo em se autogovernar, deslocando importantes decisões da sociedade ao Poder Judiciário.

Assim, a separação de poderes na esquemática prevista por Montesquieu, que também sofre uma mudança substancial com a chamada judicialização da política e a ideia de juridicidade administrativa. Entende-se, hodiernamente, que os poderes constituídos não mais se limitam – apenas e exclusivamente – pelas leis, mas sim, pelo Direito, vinculando agentes públicos e cidadãos, diretamente ao texto constitucional que irradia seus valores por toda a sociedade.

Desvios de função dos atos administrativos do poder executivo estadual quanto à questão fundiária

As objeções de constitucionalidade das leis produzidas pelo Estado de Roraima vêm sendo questionadas junto ao Poder Judiciário sob os argumentos de violação ao pacto federativo, usurpação da competência legislativa e executiva da União, merecendo serem confrontadas com o preceito constitucional do artigo 5º, §1º, da carta constitucional para correto entendimento quanto à aplicabilidade das normas constitucionais.

² O Poder Judiciário é quem tem o poder jurisdicional. Quem diz a vontade da lei, a interpreta e lhe aplica.

O Estado de Roraima não usurpou competência da União, na tentativa de titularização fundiária, não significando com isso, não ter violado outros princípios constitucionais, pois a despeito de exercer sua autonomia federativa, desviou-se de sua finalidade maior, qual seja, fomentar direitos fundamentais, através de titulação de terras em nomes de autoridades do estado.

Neste ponto pode-se abordar que a emissão de Título Definitivo de Propriedade tem natureza de ato administrativo. Logo, é forçoso concluir que tal ato administrativo é regido pelo direito público e não pelos institutos civilistas. O debate em torno da natureza jurídica dos atos de regularização fundiária nos remete aos ensinamentos de Prudêncio Cabral (1959), que comenta a respeito da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (1ª Lei de Terras do Brasil).

Sendo ato administrativo, em análise dos aspectos vinculados e discricionários, é certo que de toda legislação atual existente, há possibilidade de prática de atos administrativos fundiários, até mesmo se forem extraídos os preceitos constitucionais vigentes, pois a política de regularização fundiária é preceito implícito diante da análise sistêmica constitucional.

Entende-se haver mais vinculação à obrigatoriedade da prática de atos tendentes à regularização fundiária, do que discricionariedade ou até mesmo o silêncio administrativo na prática dos atos administrativos de regularização fundiária, não se admitindo diante do sistema democrático constitucional essa apatia administrativa em implementar os direitos fundiários.

Para Senhoras e Cruz (2015) observa-se que o *silêncio administrativo* não produz nenhum efeito, exceto se a lei atribuir consentimento tácito ou indeferimento, haja visto que a omissão da Administração Pública não é um ato administrativo, já que não tem efeito declaratório, caracterizando-se, apenas, como um fato administrativo.

Conforme Mello (2009, p. 164, *apud* MAZZA, 2011), caso a lei estabeleça prazo para a resposta, o silêncio administrativo, após transcurso do lapso temporal, caracteriza abuso de poder, ensejando a impetração de mandado de segurança, habeas data, medida cautelar, mandado de injunção ou ação ordinária, com fundamento na ilegalidade da omissão.

Da mesma forma, junto à omissão do agente público que se silencia, há certa omissão legal de como se praticar o ato administrativo, bem como os limites à sua prática, vigendo somente o preceito de que ao administrador é possível fazer somente o que está na lei. Neste ponto, verificamos ser impossível, ao menos sob o ponto de vista bem restrito, o administrador se valer de conceitos principiológicos como motivo para prática do ato.

Conforme Mazza (2011, p. 196-197): “os atos discricionários são caracterizados pela existência de um juízo de conveniência e oportunidade no motivo ou no objeto (...), podem tanto ser anulados na hipótese de vício de legalidade quanto revogados por razões de interesse público”. Os atos administrativos discricionários estão sujeitos à clausula de inafastabilidade do Poder Judiciário, submetidos assim, ao controle de legalidade - não de mérito - por parte do judiciário, não cabendo assim, ao magistrado adentrar em conveniências administrativas.

É interessante verificar, no caso de Roraima, ter havido pleno desvio de finalidade, pois a despeito de se praticar atos administrativos discricionários, as autoridades administrativas responsáveis pela regularização fundiária no Estado, praticaram diversos atos ilegais, tido como arbitrários, pois grande parte deles foi praticada fora dos padrões da legalidade, exorbitando os limites de competência definidos pela lei.

Houve titulação de terras que não eram de propriedade do Estado, e sim, terras da União. Não há legalidade nisso, muito menos discricionariedade, pois o ato discricionário, ao contrário, é exercido dentro dos limites da legalidade. Com essas razões, tem havido maior atuação do poder Judiciário que nestas hipóteses possui poderes para adentrar na seara administrativa e anular o ato administrativo maculado pelo desvio de finalidade, tudo isso, com fundamento nos pesos e contrapesos, de sorte a harmonia entre as três funções do Estado.

Segundo Rosa (2011), o controle exercido pelo Poder Judiciário sobre a atividade administrativa é *controle de legalidade*, podendo ordenar a invalidação (anulação) do ato ou decisão administrativa, apreciando o respeito ou não aos requisitos ou condições de validade da função exercida, mesmo em face de atos discricionários, porquanto também estes devem obediência aos mesmos requisitos de validade, bem como controle de qualquer ato capaz de causar lesão a direito ou interesse jurídico individual ou coletivo. Faz-se na realidade atuação do Poder Judiciário no controle dos atos administrativos, tanto que existem várias demandas judiciais difusas e uma ADI no STF visando questionar os desvios de finalidades e ilegalidades ocorridas no processo de regularização fundiária no Estado de Roraima.

Institucionalização e federalismo fundiário

Embora o *federalismo fundiário* represente um arcabouço de fundamentação teórica para explicar de maneira *ex post* as rugosidades e cristalizações históricas das relações de poder estruturadas em determinado espaço e em determinada periodização,

sua origem traz consigo uma análise ex ante alicerçada nos debates institucionais e federalistas por meio dos conceitos de *direito de propriedade e sistemas de governança*.

Para Santos (2015) assim como para Senhoras (2015), em outros países desencadeia-se uma lógica de federalismo assimétrico, que é o caso dos países Latino-americanos, onde começam a surgir problemas fundiários ligados a uma verticalidade da política federativa, onde o executivo toma uma série de iniciativas e ações.

No caso da América Latina existe uma assimetria entre os sistemas de governança federativa. Existe uma dinâmica, na assimetria de governança, que concentra o poder na União, desencadeando uma série de dinâmicas de conflitos do Executivo com os outros órgãos, no caso da união, e do Executivo da União e demais entes subnacionais.

Isso gera a formação de uma insegurança jurídica fundiária com base na violação dos direitos de propriedade e em relações contratuais instáveis, existe direito de posse, porém não existe direito de propriedade. As relações contratuais instáveis são tanto de cima pra baixo quanto de baixo pra cima. De baixo pra cima são as invasões e as grilagens, que geram esse problema. As grilagens são sobre as terras da União, a maior parte, como o caso do MST. De cima para baixo, um problema que o Estado brasileiro cria, ou seja, um fluxo antiparalelo.

Como no federalismo o sistema de governança é compartimentado, em tese houve uma distribuição de terra, porém na prática tal dinâmica não se desencadeou (processo de invasão). Existe uma produção legiferante com efeitos assimétricos, ora expulsando populações tradicionais com justificativa produtiva (colonização do Brasil português e do Brasil monárquico e republicano), ora expulsando setor produtivo com justificativa de fomentar políticas afirmativas de resgate sociocultural (Nova República, o caso dos indígenas).

Em tal conjuntura pode-se perceber a existência de determinados padrões de *rentseeking* (alude o comportamento institucional quando da existência de esforço individual para aperfeiçoar um valor sem que haja ganhos de excedente social e sim mero enriquecimento individual com uma contribuição negativa à sociedade). Utiliza-se de recursos políticos para reestruturar direitos, enquanto o regular seria a aceitação da existência de direitos para resguardar o interesse coletivo, o rentista manipula o político e a estrutura institucional.

As políticas de colonização estão dentro de uma política de ocupação dos espaços vazios da Amazônia. A história de Roraima é lida sob a lógica do processo militar que estimulou uma série de frentes de colonização, principalmente de nordestinos e

sulistas, que acabaram fomentando a difusão do agronegócio (pé do boi de Aimberê), a conformação de vilas e essas vilas deram origem às cidades.

Tal panorama revela contradições nas políticas no Brasil: os governos militares estimularam a migração e atividades produtivas para garantir a soberania na Amazônia. Nos governos democráticos há uma lógica de expulsão dos colonos a fim de promover políticas ambientais indigenistas. Existe, portanto, uma reversão das políticas, que acabam gerando todo um conflito fundiário, onde se enquadra o federalismo fundiário, com políticas contraditórias. Desencadeia-se uma tendência de transferência na tomada de decisão, quem passará a definir lei, demarcar terra indígena é o poder legislativo, porque é quem tem autonomia para demarcar terras.

Resta a incerteza de como se resolver a situação, onde a Constituição assegura os direitos à terra, assim como o Poder Executivo através de sua atividade administrativa típica, se responsabiliza pela expedição de titulação da área urbana, o que acaba por não ser feito, quer por ausência de legislação a revestir o ato de legalidade, quer pela interpretação equivocada que eventualmente tem se empregado à norma, desta forma gerando diversos conflitos entre os demais poderes do Estado, sobretudo Poder Judiciário.

A questão fundiária em Roraima à luz do poder judiciário

Judicialização da política fundiária

O Poder Judiciário, em sua função típica de prestar a jurisdição, soluciona os conflitos que lhe são submetidos, observando as leis vigentes, bem como analisando. No caso de ausência de norma legal este poder agirá no exercício das funções atípicas tanto executivas, como legislativas. Da adoção de tal postura origina-se o fenômeno de *judicialização da política*.

A produção de decisões judiciais oriundas de lides gerados por ato do Legislativo e do Executivo origina a *judicialização da política*, que acontece pelo desencadeamento de duas situações: ora pelo silêncio administrativo do Executivo, ora pelo surgimento de atos do Legislativo que eventualmente geram conflitos, suprimindo tanto a falta de legislação, quanto a ausência de ato administrativo (SENHORAS, 2015).

A judicialização da política é uma opção do juiz, uma interpretação constitucional expansiva que visa à retratação do Legislativo. A ideia atribuída está associada à participação ampla e intensa do Judiciário brasileiro de fins Constitucionais na concretização dos valores, garantindo-se o direito das partes, atendendo às soluções

dos litígios e às necessidades oriundas da lentidão ou omissão legislativa e executiva quanto a garantias a direitos em decorrência do próprio direito genérico de petição.

No que tange ao Mandado de Injunção (MI), a regularização fundiária é prejudicada pela ausência de produção legislativa, o STF, por vinte anos, limitou o alcance do MI, pois adotou o entendimento que a ação somente se prestava a reconhecer a omissão legislativa, não aceitando que o Judiciário suprisse sua ausência sob o argumento de ser vedada a violação ao princípio da separação dos poderes.

O papel ativista, por meio de decisões judiciais que contemplem nas suas razões de decidir aspectos políticos e de concretização de valores constitucionais, a experiência demonstra que desta forma o Judiciário passou a atender de forma mais eficaz e satisfatória os litígios que lhe são submetidos pela sociedade, permitindo o exercício dos direitos constitucionais, ainda que ausente regulamentação legislativa.

A judicialização da política fundiárias em Roraima

A questão de terras em Roraima por várias vezes se encontrou judicializada e com proibições ao Executivo de gerir a política agrícola do Estado titulando terras ou propiciando o desenvolvimento regional atendendo a função social da propriedade.

O Legislativo e o Executivo são responsáveis pela dinâmica judicial e toda celeuma envolvendo a regularização fundiária em Roraima. Não é possível obrigar o Legislativo a produzir legislações, nem mesmo ao Executivo praticar atos administrativos, mas analisando a evolução legislativa e executiva, pode-se verificar movimento político de bastidores, em que grupos políticos criam entraves por razões que fugiriam qualquer lógica econômica e social.

Em análise aos instrumentos legais temos a Lei nº10.304/2001, com alteração da Lei nº11.949/2009, verifica-se haver determinação legal para a transferência de terras da União ao Estado de Roraima. Tem-se, assim, a necessidade do georreferenciamento do imóvel rural prevista no ordenamento jurídico, no entanto, explicita-se sua obrigação nas glebas da União para a transferência ao Estado de Roraima, bem como de forma gratuita e por órgão público federal.

É nisso que se assenta grande parte da celeuma sobre a regularização fundiária de Roraima, pois se verifica que a União promoverá o georeferenciamento a seu tempo, de acordo com sua política de governo, ignorando a autonomia do ente federado em se desenvolver econômica e socialmente. Corrobora com todas as dificuldades a

existência da corrupção no trato da coisa pública, desviando a regularização fundiária para cenário de páginas policiais também.

Além das demandas cíveis para a pacificação do entendimento jurídico para se titular adequadamente as terras em Roraima, de sorte a se promover o crescimento econômico e social deste pequeno estado federado, aponta-se a prática, em tese, de atos de improbidade administrativa orquestrados por quem deveria justamente promover o bem social e crescimento econômico da sociedade roraimense.

Dentre os vários problemas fundiários há de se destacar a questão do personalismo no interesse político partidário em fomentar a crise fundiária no Estado de Roraima, pois são os próprios grupos políticos detentores do poder que se beneficiam com a ausência de legislações claras e expressas, de sorte, a solucionar os conflitos fundiários do Estado de Roraima. Os atores políticos são problematizadores, pois acabam ampliando ou minimizando a questão.

A ADI 5006, como ação de promoção do desenvolvimento econômico em Roraima

A ADI é um dos instrumentos do que os juristas chamam de “controle concentrado de constitucionalidade das leis”. Em outras palavras, é a contestação direta da própria norma em tese. Uma outra forma de controle concentrado é a Ação Declaratória de Constitucionalidade. O oposto seria o “controle difuso”, em que inconstitucionalidades são questionadas indiretamente por meio da análise de situações concretas (STF, 2015).

Interessa analisar o início da judicialização da política na demanda fundiária e ao final verificar sua influência nas políticas públicas de terras do estado, bem como da interferência da União, através de um de seus órgãos, sob o pretexto de que o estado de Roraima teria usurpado competência privativa da União ao legislar. Questiona-se ter havido violações às normas de direito agrário.

É inegável a existência de mora da União de regularizar a situação fundiária de Roraima, sua omissão estatal é evidenciada, por exemplo, pelo fato de que o Estado foi constituído pela Constituição de 1988 e passou a existir como Ente Federativo a partir de 1º de janeiro de 1991, importando assim, que a União deveria a décadas ter consolidado a regularização fundiária daquele.

Com a não transferência imediata das terras para o patrimônio do Estado de Roraima determinada pelo preceito constitucional (14, § 2º conjugado com o do §

3º do art. 16-Contituição Federal de 1988) foi gerada uma instabilidade da política fundiária e contribuiu para o atraso do desenvolvimento socioeconômico regional.

Deveras, a realidade roraimense historicamente interligada à ocupação como fator de estabilização territorial do elemento humano e a afetação econômica da terra durante vários anos à margem de intervenção efetiva da União, seja enquanto se tratava do Território Federal de Roraima, seja após, ao não transferir de pronto as terras para o patrimônio do Estado de Roraima, de modo que tais variantes justificam a regularização fundiária prevista na nova Lei roraimense, seja do ponto de vista político, econômico, sociológico jurídico, este fincado no princípio federativo e na regularização das terras de seu patrimônio como instrumento de desenvolvimento econômico e de justiça social (DANTAS, 2014 p. 4 e 5).

Por derradeiro, segundo a ADI 5006 (PGE, 2014) simbolizam o início da judicialização da política as objeções de constitucionalidade de que o Estado estaria legislando sobre Direito Agrário e procedimento de venda segundo (antiga Lei Estadual 738/2009) requerimento ou venda direta (RORAIMA, 2009). Está próximo ao final tal embate jurídico e político, pois conforme o parquet, causador do ajuizamento da ADI 5006, em sua última manifestação entendeu não mais persistirem motivos para suas irresignações perante o STF.

Já o Poder Legislativo promoveu audiências públicas como forma de legislar novamente sobre a questão de sorte a se esvaziar a ADI 5006, bem como produzir norma constitucional, importando sua execução em uma dinâmica, com explicações técnicas ministradas de vários palestrantes, debates e a participação popular.

Acrescenta Braga (In DAUBERMANN, 2013), a nova lei que regulamenta a política de regularização fundiária rural do Estado tem como fundamento a cidadania e a dignidade da pessoa humana, e será efetivada pelo Iteraima, devendo ser as terras preferencialmente utilizadas em atividades agrícolas diversificadas, de conservação ambiental, de assentamento e de colonização, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da sociedade roraimense, em consonância com a Lei Federal nº 10.304/2001 e de sua alteração pela Lei nº 11.949 de 2009.

Nessa contextura, a Lei roraimense se mostra em consonância com os fundamentos e preceitos da Constituição Federal de 1988 elegendo a cidadania e a dignidade da pessoa humana com seus fundamentos, ou seja, são instrumentos de materialização do direito de propriedade, regrido vetores de implementação de políticas fundiárias visando promover a igualdade de acesso à terra e consequentemente fomentar a atuação da iniciativa privada no meio rural.

Os Stakeholders do problema fundiário em Roraima

A questão fundiária no Estado de Roraima possui algumas peculiaridades. Observa-se a existência de uma problemática fundiária que por razões geográficas, históricas, econômicas, ambientais, políticas, entre outros, conformou-se com base em três principais dimensões: as unidades de conservação, as terras indígenas e a questão fronteiriça, conforme exposto abaixo:

A grande abordagem sobre o federalismo fundiário é o problema da necessidade de autorização do Conselho de Defesa Nacional para haver qualquer titulação de terras que passam a ser do Estado. Os lapsos temporais de regulamentação configuram-se como um problema técnico, mas precede isso um problema político. O CDN acaba reproduzindo a assimetria dos poderes federativos, numa ação inviabilizadora de modo que na ótica do desenvolvimento, há uma limitação.

No caso das terras indígenas, tem-se uma maior concentração na Amazônia, sendo o maior exemplo de cristalização em termos de amplitude das terras indígenas o caso de Roraima, com 46,20% sobre o território do Estado, seguido pelo Amazonas (28,54%) e Pará (22,89%), conforme explicitado na tabela a seguir:

Tabela 2: Terras indígenas por Estado na Amazônia Legal

| Terras indígenas por Estado na Amazônia Legal (22.10.2014) | | | |
|--|-------------|----------------|--------------|
| UF | ÁREA DA UF | TERRA INDÍGENA | % SOBRE A UF |
| Acre | 16.491.871 | 2.459.834 | 14,92% |
| Amapá | 14.781.700 | 1.191.343 | 8,06% |
| Amazonas | 158.478.203 | 45.232.159 | 28,54% |
| Maranhão | 26.468.894 | 2.285.329 | 8,63% |
| Mato Grosso | 90.677.065 | 15.022.842 | 16,57% |
| Pará | 125.328.651 | 28.687.362 | 22,89% |
| Rondônia | 23.855.693 | 5.022.789 | 21,05% |
| Roraima | 22.445.068 | 10.370.676 | 46,20% |
| Tocantins | 27.842.280 | 2.597.580 | 9,33% |
| TOTAL | 506.369.425 | 112.869.914 | 22,29% |

Fonte: PIB (2014 apud CAVALCANTE, 2015).

Não se possibilita o desenvolvimento sem a plena liberdade de território, do Estado gerir o espaço. Existe um misto de problema técnico com problema político de não haver concessão de autonomia e liberdade para o estado. A questão elencada é ser área de fronteira, um faixa de atuação militar para defesa nacional.

A Faixa de Fronteira é criação fruto de um processo histórico que teve como base a preocupação do estado com a segurança territorial no período pré-republicano, sendo a principal legislação da Faixa de Fronteira decorrente do período do governo militar (1979). A Constituição de 1988 manteve o ideal focado na defesa territorial e a legislação anterior (Lei 6.634/1979) persiste como referência jurídica acerca da Faixa de Fronteira.

Por um lado, setores com potencialidade no encadeamento de atividades produtivas, os quais gerariam empregos e renda às comunidades locais, acabam sendo desestimulados pelo grande controle estatal nas faixas de fronteira, dado o abandono das regiões fronteiriças na agenda das políticas nacionais. Discute-se que tais atividades não são proibidas pela lei 6.634/1979, existindo uma cláusula do prévio assentimento do Conselho de Defesa Nacional (CDN), que gera limitação a essas atividades.

Roraima tem um problema de regularização fundiária que com a demarcação das terras a União transferiu algumas glebas, outro problema técnico que se refere o georreferenciamento que influencia a lógica burocrática. O CDN cria processo de tramitação complexo, que acaba não permitindo uma fácil regularização fundiária. Com isso o Iteraima toma ações fora da própria discricionariedade, criando desvio de função.

Considerações finais

À guisa de conclusão, verificou-se a comprovação da tese de que o entrave ao desenvolvimento regional no Estado de Roraima é oriundo de um campo de poder construído por distintas forças, as quais se materializam por uma dinâmica de verticalidades por parte do Poder Legislativo Federal, na criação de reservas ambientais e indígenas, sob a influência do Poder Executivo, e por uma dinâmica de horizontalidades por parte do Poder Executivo Estadual.

Tal constatação deu-se a partir da confirmação da *hipótese 1* (H1) que expõe a explicação dos conflitos fundiários à luz do arcabouço político analítico de políticas públicas que se fundamenta na identificação das óticas relacionais entre os três poderes e *hipótese 2* (H2), aborda o Poder Judiciário, resolvendo em última instância os conflitos fundiários em Roraima, dado o contexto relacional conflitivo com ações caracterizadas legalmente por uma elasticidade discricionária em favor do agronegócio e da autonomia dos territórios locais.

Conclui-se que a questão do desenvolvimento regional no Estado de Roraima encontra, na abordagem do federalismo fundiário, arcabouço teórico para explicitação dos impeditivos ao desenvolvimento relativo ao problema da insegurança jurídica da terra, quer seja para uso, posse ou propriedade, um contexto que engloba a concentração de poder nas mãos do Judiciário, frente à omissão e silêncio administrativo dos demais.

O desafio de propor uma análise a despeito da temática fundiária em Roraima a partir do enfoque legal, além da sua complexidade e características, chegou-se à conclusão de que tal problemática, ao longo do exame que lhe foi dispensado, delineou-se de uma forma peculiar e não do modo como geralmente acontece em relação a esse tipo de fenômeno, qual seja: mediante uma lei principal e outras subsidiárias.

Referências bibliográficas

ARANTES, E. C. **Regularização fundiária e direito de propriedade na Amazônia legal: um estudo de caso do Estado de Roraima (1988-2008)**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências. Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

BARBOSA, W. M. G. 2015. Exclusão e Latifúndio: A história fundiária Brasileira [10/11/2010]. **webartigos**. [Online] Disponível em: 2015. Acesso em: 27 de 04 de 2015. Disponível em: <http://www.webartigos.com>.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo : Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL, **Decreto n. 91.776 de 10 de outubro de 1989**. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. Câmara dos Deputados. [Online] Disponível em: 2015. [Acesso em: 27 de 04 de 2015.] Disponível em: <http://www.camara.leg.br>.

BRASIL, **Lei n. 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei n° 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Planalto Federal. [Online] Disponível em: 2015. [Acesso em: 06 de 05 de 2015.] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL, **Lei n. 10.304, de 5 de novembro de 2001**. Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União e dá outras providências. Planalto Federal. [Online] Disponível em: 2015. [Acesso em: 02 de 05 de 2015.] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

DAUBERMANN, Leo. Questão fundiária - Governo recebe imprensa e tranquiliza sociedade. **Notícias**. [Online] Disponível em: 16 de 07 de 2013. [Acesso em: 02 de 03 de 2015.] Disponível em: <http://www.pge.rr.gov.br>.

FERNANDES, R. V. C. & BICALHO, G. P. D. Do positivismo ao pós-positivismo jurídico: O atual paradigma jusfilosófico constitucional. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 48 n. 189 jan./mar. 2011.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. **Geoprocessamento: Terras indígenas em Roraima**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/geopro_cessamento. Acesso em 20 out 2015.

MAZZA, A. **Manual de Direito Administrativo**. 1 ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

Procuradoria Geral do Estado de Roraima. **ADI 5006**. [19/08/2014]. Disponível em: 2015. [Acesso em: 27 de 07 de 2015].

ROSA, M. F. E. **Direito Administrativo**. São Paulo : Saraiva, 2011.

SANTOS, H. E. A. **Entrevista sobre federalismo fundiário concedida ao pesquisador Ernani Batista dos Santos Junior**. [25/10/2015]. Boa Vista: NECAR, 2015 (CD-ROM).

SANTOS, H. E. A. **Entrevista sobre federalismo fundiário concedida ao pesquisador Ernani Batista dos Santos Junior**. [25/10/2015]. Boa Vista: NECAR, 2015 (CD-ROM).

SENHORAS, E. M. “Crise financeira internacional e seus efeitos em Roraima”. **Folha de Boa Vista**. 28 de Novembro, 2008. Acesso em: 22 de maio de 2015.

SENHORAS, E. M. & CRUZ, A. R. A. S. Judicialização das políticas públicas no Brasil. In: **Repertório de Jurisprudência**, vol. 1, n. 1, Janeiro, 2015.

ARTIGO

A ZONA FRANCA DE MANAUS COMO POLÍTICA PÚBLICA: ATORES, REDES E ARENA

Introdução

As Zonas Francas têm como intuito a promoção da integração econômica de regiões remotas dos centros de consumo. O Modelo da Zona Franca de Manaus não foi diferente, visando à ocupação econômica e o fortalecimento do interior da Amazônia com centros industriais, comerciais e agropecuários. O modelo se insere no bojo das políticas dos governos militares para “inserir” a Amazônia na economia capitalista nacional e global. Ianni (1986) argumenta que os governos da ditadura civil-militar foram responsáveis pela abertura da região para o avanço do capitalismo monopolista que viria modificar as relações de produção na região.

A política de incentivos fiscais ao Modelo ZFM impulsionou o Polo Industrial de Manaus, oferecendo concorrência às áreas desenvolvidas do Sudeste, aumentando a demanda por mão de obra barata no Amazonas e estimulando a produção científico-tecnológica no estado. Esta política de incentivos fiscais, tratada nesse estudo como uma política pública, oriunda da União para o desenvolvimento de espaços regionais deprimidos e vigentes no Modelo da ZFM, gera um ciclo de dependência mútua entre o Estado provedor dos incentivos, a sociedade beneficiada destas externalidades positivas e as empresas usuárias dos incentivos.

Para as empresas investidoras, há redução de custos, emprego de mão de obra barata, possibilidade de oligopólio e o fator indispensável para a instalação das multinacionais, os incentivos fiscais. Já para o país hospedeiro, os benefícios de curto prazo envolvem o aumento da produção, renda, empregos e tecnologia advinda do investimento direto das multinacionais.

Tendo a ZFM um potente suporte de “clima ideológico” favorável que a exhibe como empreendimento indispensável ao desenvolvimento da Amazônia Ocidental

* Graduada em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: araujom@outlook.com

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: tiagojacauna@ufam.edu.br

e fundamental para a integração e segurança nacional (MENDONÇA, 2013), pouco se questiona sobre os interessados em que o Modelo obtenha sucesso ou fracasso. Afinal de contas, a quem interessa a ZFM? Como se dá a interação social dos atores e grupos de interesses que estabelecem as decisões que influenciam os resultados do Modelo?

A intenção nessa pesquisa é olhar para a ZFM a luz da análise de políticas públicas procurando compreender as redes (*policy network*) e a arena de política pública (*policy arena*) em torno do processo decisório. O conceito de redes de políticas públicas tenta dar conta das várias modalidades de intermediação de interesses entre os diversos atores envolvidos (governamentais, não governamentais e privados) na elaboração das políticas públicas, superando o modelo corporativista e pluralista (MARSH, 1998). As redes de políticas públicas são, então, redes de relações sociais que se repetem regularmente, mas são menos formais do que as relações submetidas a análise hierárquica ou dos papéis organizacionais (MILLER, 1994). Dessa forma, a compreensão das redes sociais torna-se relevante para a compreensão dos processos decisórios, entendemos que as estruturas formais nem sempre explicam o processo de coordenação e elaboração das políticas públicas.

Outro processo de análise que será lançado mão é a ideia de arena política, parte-se do pressuposto de que as reações e expectativas dos atores políticos afetados por determina política pública tem efeito antecipativo para o processo de decisão e implementação (FREY, 2009). Nessa direção, os atores interessados analisam a política em termos de ganhos e perdas, tornando o processo decisório a busca por consensos em meio a interesses conflitivos.

A utilização da ideia de redes e arena na análise de política pública possibilita compreender tanto os processos de colaboração e a estrutura das relações sociais em torno dos processos decisórios na ZFM quanto aspectos dos conflitos que permeiam os diferentes interesses. Entende-se, assim, que os conceitos são complementares, sendo a utilização de ambos um ganho para a análise de políticas públicas.

Esta pesquisa visa preencher as lacunas empíricas e epistemológicas tendo como estudo de caso a Zona Franca de Manaus como uma política pública. A escolha do caso de estudo justifica-se, além dos fatores supracitados, a escassez de análise da interação dos stakeholders inseridos nos processos decisórios da ZFM. Como a confiança entre os agentes influencia na tomada de decisões e resolução de conflitos.

Elegemos a análise de redes sociais como ferramenta importante para o entendimento do processo decisório de uma política pública. Este tipo de análise se abstém de abordagens que começam com indivíduos ou grupos pré-constituídos,

bem como abordagens interacionais, como análises estatísticas. A análise de redes se atém ao estudo transacional dos padrões de relações sociais. Aderem ao que tem sido chamado de “imperativo anticategórico”, rejeitando atributos ou outras substâncias em favor da dinâmica, dos processos-em-relação através de trocas monetárias, amizades, informação e outros elementos (EMIRBAYER, 1997).

Para os teóricos das redes sociais termos como “sociedade”, “governo” e “economia” ofuscam o que seria a matéria principal da vida social: “as redes concretas de relações sociais, que ao mesmo tempo incorporam e transcendem organizações e instituições convencionais” (MIZRUCHI, 2006, p. 73).

Ao lado da ideia de rede, entender a arena política na qual se insere os atores tomadores de decisão nos parece heurísticamente significativo. Existe um relativo consenso que a ideia de rede é muito útil para perceber processos colaborativos e estruturais, mas é pouco funcional para compreender os aspectos simbólicos e conflitivos que movem os atores no interior da rede. Para resolver este impasse, propomos olhar a política pública da ZFM integrando os dois conceitos. Acreditamos que esta estratégia pode chegar a resultados inovadores e desvendar questões ainda não percebidas.

Um dos principais objetivos desta pesquisa é entender a coordenação da política pública da Zona Franca de Manaus, analisando o processo político de construção Zona Franca de Manaus, buscando identificar os principais atores que atuam no processo decisório da política pública da ZFM, via análise das redes de interação e a arena política da ZFM.

Para este artigo foi utilizado dados secundários como obras e/ou artigos científicos em torno da Zona Franca de Manaus associando os resultados encontrados com a ideia de redes e arena política. A pesquisa terá cuidado de contextualizar o momento em que surge o projeto que instituiu o Modelo Zona Franca de Manaus.

Este artigo está dividido em quatro seções, a primeira discutimos os principais conceitos analisados neste estudo, sendo um deles o conceito de Redes, que pela sua análise é possível identificar as ligações entre os *stakeholders*, de forma a estabelecer o grau de envolvimento entre os atores e o fluxo de transferências e trocas de recursos. O conceito de Arena Política também é exemplificado com base na Tipologia de Lowi (1964), que divide as arenas em quatro grupos e analisa cada uma delas.

Na segunda seção, apresentamos aspectos históricos da Zona Franca de Manaus, que subsidiam a interpretação da política de incentivos fiscais nela vigente, como uma política pública, discutindo sua criação e implementação. Tal fundamen-

tação teórica é útil para análise dos dados e informações coletadas no decorrer da pesquisa.

Na terceira secção, descrevemos os grupos de interesse e atores que participam do processo de tomada de decisão, os quais são caracterizados, a partir de seus interesses e modos de ação. Assim como as instituições responsáveis por essas decisões.

Na quarta secção inferimos sobre as características regulatória e constitutiva da política da ZFM. Também apresentamos a arena política da ZFM e como se dão as relações entre *stakeholders*, *policymakers* e *policytakers*.

As considerações finais indicam as conclusões possíveis de todo o processo de pesquisa e as possibilidades de aprofundamento do estudo com auxílio da análise de redes e arena.

Notas conceituais

Redes

A análise de redes sociais é um método cada vez mais usado por estudiosos no Brasil que tem como ideia básica o núcleo de laços fortes ao redor de um agente. Esses laços podem formar uma *matriz relacional* que indica quais ligações podem ser feitas dependendo da interação social e contexto (LAZZARINI, 2011), podendo fornecer-lhe informação, apoio emocional, recursos e etc. (GRANOVETTER, 1973).

É levado em consideração o processo de tomada de decisão dos atores para o estudo dos fenômenos sociais. Tais relações podem dar tanto acesso quanto reter uma parte de recursos que constituem o “capital social”, indicando transferências ou trocas de recursos entre os indivíduos (LAZZARINI, 2011). Na observação dessas relações, é perceptível que os atores mais bem posicionados na *matriz* detêm mais recursos em suas mãos, tendo mais poder de barganha e influência na formulação de regras, realocação de recursos, além do controle social.

Arena

As reações e expectativas dos *policytakers* afetados por implementação de políticas, tem efeito prévio para o processo político de decisão. Frey (2009), conceitua o modelo de “*policy arena*” referindo-se à:

Processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo. Essas quatro formas de política podem também ser caracterizadas no tocante à forma e aos efeitos dos meios de implementação aplicados, aos conteúdos das políticas e, finalmente, no que tange ao modo da resolução de conflitos políticos. (FREY, 2009, p. 223).

De acordo com a Tipologia Lowi (1964), há quatro tipos de políticas públicas.

Políticas distributivas: são benefícios direcionados para alguns grupos de atores, em escala relativamente pequena, com baixo custo para os contribuintes e baixo grau de conflito (SECCHI, 2015; FREY, 2009). Podem ser subsídios, incentivos fiscais, gratuidade de taxas em serviços públicos, etc. São desenvolvidas em arenas menos conflituosas, caracterizadas por indiferença e consenso (WINDHOFF-HÉRITER, 1987, apud FREY, 2009, p. 224).

Políticas redistributivas: provocam conflitos de ordem maior por ter como objetivo o deslocamento/desvio de recursos financeiros, direitos, benefícios à uma categoria de atores que implica custos para outras categorias de forma concentrada (SECCHI, 2015). “O tipo de dinâmica predominante em arenas políticas redistributivas é o elitismo, no qual se formam duas elites” antagônicas (SECCHI, 2015, p. 26). Políticas essas que podem ser cotas raciais, benefícios sociais, programas de reforma agrária, etc.

Políticas regulatórias: referem-se à ordens e proibições, decretos e portarias (FREY, 2009), tais como códigos de trânsito, proibição de fumo em locais fechados, etc. há dinâmica pluralista, onde os processos de conflito, consenso e coalizão são proporcionais às forças dos interesses e atores.

Políticas constitutivas: “determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos”, (FREY, 2009, p. 224). Também conhecidas como *meta-polícies*, além de estarem acima das outras, as *meta-polícies* são responsáveis por moldar arenas. Provocam conflitos entre os *policytakers* (por exemplo: os três poderes, partidos e níveis de governo), (SECCHI, 2015).

Zona Franca de Manaus

Ao amanhecer dos anos 50, o deputado Francisco Pereira da Silva elabora um modelo econômico visando ao desenvolvimento das atividades de indústria e comércio regionais. Em 1951, o deputado apresenta à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.310, criando o Porto Franco de Manaus, justificando que com ele,

“melhoraríamos nossas condições de abastecimento de toda a bacia amazônica” (GARCIA, 2004).

O projeto recebeu emenda sob justificativa de que a criação de uma *zona franca* significaria mais fidelidade ao pensamento do autor, ao mesmo tempo que seria muito mais eficaz. Em 1957, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek, instituiu-se a primitiva Zona Franca de Manaus (GARCIA, 2004, p. 35). A precária Zona Franca não conseguiu alcançar seu objetivo devido aos incentivos revelarem-se insuficientes para atrair investidores.

Em 1967, sob o governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco, a Zona Franca de Manaus foi reformulada, convertendo-a em área de exceção fiscal e abrindo um novo capítulo na história econômica da parte ocidental da Amazônia brasileira. Nesse período o Governo federal instituiu a área como prioritária para fins de desenvolvimento econômico.

Garcia (2004), comenta que “a reformulação da Zona Franca de Manaus teve repercussão imediata entre as classes empresariais, as instituições governamentais, a elite de técnicos e a imprensa local”, mostrando que a economia regional entraria num novo capítulo.

Em 1967, os incentivos fiscais e financeiros contemplados na legislação da SUDAM, foram somados aos incentivos especiais estabelecidos e administrados pela SUFRAMA.

“A porção ocidental da Amazônia passou a oferecer vantagens fiscais aos investidores potenciais, com a finalidade de atrair capitais para alavancar a sua economia e corrigir desequilíbrios inter-regionais históricos que se evidenciam desde os tempos coloniais”, (GARCIA, 2004, p. 49).

Em agosto de 1968, o Decreto federal nº 63.105, declarou utilidade pública, para fins de desapropriação e construção do Distrito Industrial. O projeto urbanístico do Distrito Industrial reservou extensas áreas reservadas à implementação da infraestrutura urbana com amplas áreas de proteção, lazer, entrecortadas por vias principais, secundárias, interligando os interiores e fazendo conexão aos troncos viários da cidade (GARCIA, 2004).

Com a abertura das fronteiras econômicas brasileiras na década de 90, o parque industrial da Zona Franca de Manaus entrou na contramão da nova política industrial e de comércio exterior. Sua produção industrial, que até então monopolizava o mercado nacional, passou a enfrentar a forte concorrência dos similares importados.

Tinha que investir cada vez mais em recursos humanos, modernização e automação industrial. Estava sendo chamada a ampliar o seu papel de agente de mudanças

estruturais indispensáveis para consolidar as bases do desenvolvimento, fomentando a produção de conhecimento científico e tecnológico, estimulando a implantação de novos polos industriais, impulsionando os interesses de grupos de atores das mais diversas áreas, que identificaremos de modo a descobrir os componentes desses grupos, que levam à decisões relevantes para o modelo ZFM, não esquecendo das instituições responsáveis.

Um breve panorama dos grupos de interesse e atores da ZFM

Esta seção contempla os atores que têm interesses diretos na política de incentivos fiscais da ZFM, com base nos estudos desenvolvidos por Mendonça (2013) e Tupiassu (1979), identificaremos grupos e atores sociais que atuam na rede e arena de implementação da ZFM.

Os grupos industriais multinacionais, viam-se limitados na conquista de espaço no mercado brasileiro entre 1960 à 1970. Na época, este grupo tinha interesse no acesso ao país para produzir em Manaus e desfrutar da isenção fiscal, mão de obra barata, podendo também exportar sua produção para outras regiões brasileiras.

Mesmo com a abertura do mercado na década de 90, a ZFM continua com vantagens para empresas multinacionais que desejam diminuição de custos tributários.

Grupos industriais nacionais devido a sua limitação tecnológica, tinham interesse na ZFM para poder desenvolver-se e ter condições melhores para competir com produtos importados, “através desse grupo, o apoio à ZFM passou a ter suporte de ‘burguesias mais nacionais’” (MENDONÇA, 2013), além do apoio do grupo citado a seguir.

A burguesia nacional ligada ao capital estrangeiro mais conhecidos como os importadores de bens estrangeiros destinados para industrialização e comercialização, assim como os grupos tecnocráticos e financeiros (MENDONÇA, 2013, p. 154). São atores presentes no patrocínio dos grupos industriais multinacionais, que participaram da política da ZFM desde seu princípio.

Os grupos comerciais estrangeiros e nacionais tinham interesse explícito no sucesso da ZFM. Em detrimento de seu conhecimento e experiência, viam a possibilidade de maximização de lucros na transação de bens estrangeiros em Zonas Francas. Já os empresários locais viam na política da ZFM uma chance de aprendizado do negócio.

Os grupos empresariais ligados ao turismo interno brasileiro integrado por “agências de viagens, companhias de transportadoras, grupos hoteleiros, etc.”,

(MENDONÇA, 2013, p. 155), que viam na ZFM “uma nova frente operacional para os mesmos”.

Segundo Carvalho (2009, apud MENDONÇA, 2013, p. 155), há mais grupos de agentes sociais cujos interesses estão relacionados diretamente à ZFM.

A burocracia estatal, composta basicamente pela Receita Federal, Secretarias de Planejamento do Estado do Amazonas e a SUFRAMA, sendo a última responsável pela administração dos incentivos fiscais, análise e aprovação dos projetos industriais.

Carvalho (2009) identifica dois interesses desse grupo. Um ligado à execução e manutenção das políticas econômico-fiscais ditadas pelo governo central, pois estas justificam a própria estrutura local existente e o poder políticoburocrático de suas funções. E o outro seria o interesse de reforçar seu compromisso com as empresas atraídas para Manaus. (MENDONÇA, 2013, p. 156)

Este grupo concentra todo o aparato governamental relativo à política, constituído de burocracias e instituições políticas, com participação assimétrica, caracterizado na maioria das vezes por uma maior detenção de capital social, fornecendo aos atores centrais maior poder de influência sobre outros atores.

Os **executivos das grandes corporações transnacionais e de empresas nacionais, com fábricas instaladas no Polo Industrial de Manaus** são atores das quais nos falta informações sobre sua origem, formação profissional, tempo de permanência na cidade, etc. São informações de difícil acesso e baixo grau de estudo (CARVALHO, 2009, apud MENDONÇA, 2013).

Na sua maioria, são profissionais locais que especializaram-se fora de Manaus, e de executivos vindos de outras regiões, que passam a desempenhar papéis políticos de destaque no meio empresarial local.

Os profissionais diretamente ligados aos processos vinculados à concessão e funcionamento da política de incentivos, tais como economistas, contadores, profissionais do Direito, dentre outros, colaboram na elaboração de projetos e na assessoria às empresas. A complexidade técnica desses processos torna estes profissionais indispensáveis para os empresas que desejam fazer parte da ZFM.

Muitos deles fazem parte de uma organização informal que propõem medidas que, podem remover obstáculos à produção/financiamento desse processo (CARVALHO, 2009, apud MENDONÇA, 2013); “o interesse desse grupo é a própria sobrevivência dos seus negócios, uma vez que estes dependem diretamente da política de incentivos fiscais. A *expertise* e o *network* na estrutura burocrática que gerencia

o Modelo ZFM lhes garante uma atividade econômica rentável” (MENDONÇA, 2013, p. 158).

Os **políticos locais** empenham-se na defesa do modelo para conseguir apoio junto dos diversos setores sociais, arrecadar recursos financeiros para campanhas eleitorais e votos. Este grupo abrange desde empresários com expressiva carreira política à políticos que não desempenham atividades empresariais.

Muitos deles agem de modo que sua atuação política seja relacionada aos resultados e à defesa do PIM.

Os **empresários locais que beneficiam-se da dinâmica econômica local, decorrente da política fiscal vigente**, são formados por proprietários dos meios de produção, que buscam um modo de assegurar condições favoráveis de lucratividade (MENDONÇA, 2013).

Arena e redes na formação da ZFM

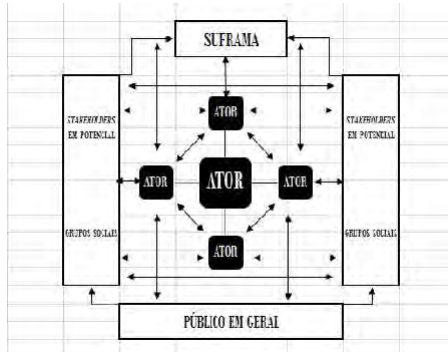
Diante do exposto, podemos inferir que a formação da arena política da Zona Franca de Manaus se deu, primeiramente, através de uma política ao mesmo tempo regulatória e constitutiva. Regulatória na medida que através de decretos e leis impõe um regime fiscal especial onde interesses e grupos que se posicionam diante dos diversos benefícios em jogo. Constitutiva porque estabelece as regras do jogo e os processos decisórios no interior da política pública, isto é, forma uma arena política específica.

A arena política da ZFM (Figura 1), dessa forma, apresenta em seu centro a rede de atores conectados por interesses e grupos, onde empresários da indústria e comércio, executivos, políticos, técnicos e burocracia estatal formam os principais stakeholders, lidam com as regras institucionais estabelecidas e tencionam a política institucional para modifica-las ou mantê-las. Os atores apresentam diferentes papéis no interior da rede, dividindo papéis de centralidade e intermediação. Por exercer o poder legítimo no processo decisório, inferimos que a burocracia estatal assume papel central, todavia precisamos de testes mais precisos.

Um elemento importante dessa arena é o público em geral, formada por trabalhadores, suas famílias e o público que se beneficia indiretamente da ZFM. O papel do público em geral se torna relevante na medida que influencia na arena política quando percebe que o fracasso ou o sucesso do modelo ZFM pode atingir outras esferas da vida, como diminuição de oferta de trabalho e perda de possíveis negócios. A participação do público em geral é bastante notória nas ocasiões de discussão

sobre a prorrogação ou não dos incentivos fiscais, momento no qual forças políticas locais, imprensa e público em geral participam ativamente da arena política.

Figura 1: Representação gráfica da Arena Política da ZFM.



Fonte: Adaptado de Renn (1992)

Considerações finais

Com a instituição da Zona Franca de Manaus na década de 50, considerada aqui como uma política pública de incentivos fiscais e desenvolvimento da Amazônia Ocidental, observou-se a ampliação da atividade econômica e expansão da difusão do conhecimento técnico-científico. Com efeitos nas esferas federal, estadual e municipal, proporcionou àqueles que dela usufruíram, competitividade com o mercado nacional e resultados concentrados na cidade de Manaus.

Neste trabalho identificamos os principais atores a fim de analisar a política pública de incentivos fiscais, acessando a ideia de redes e arena de política pública para compreender o processo decisório da ZFM. Objetivo esse que foi parcialmente alcançado e continua em processo.

Acreditamos que a associação das ferramentas conceituais de rede e arena política permite iluminar questões pouco postas na análise da ZFM. É preciso avançar na identificação de como se estrutura a rede política dos atores, inferimos que estes atores podem ser posicionados no centro da arena política, mas precisamos identificar como os atores individualmente ou em grupo se posicionam dentro da própria rede, e como se conectam com outros atores fora do centro da arena. Essa estratégia permitirá compreender o real processo decisório na ZFM e os atores e grupos que mais participam e/ou influenciam este processo.

Diante desse cenário, fica clara a oportunidade de aprofundar a pesquisa com base no estudo da rede e traçar a *matriz estrutural* no intuito de identificar os atores e avaliar o impacto dos recursos por eles transacionados afim de melhor entender o processo de decisão por eles articulado.

Referências bibliográficas

CARLSSON, L. Policy networks as collective action. **Policy Studies Journal**. v. 28. n. 3. p. 502–520, 2000.

DEACON, D. et al. **Researching communications**: a practical guide to methods in media and cultural analysis. Arnold, London, 1998.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisa qualitativas**. Educar, 24: 213-225, 2004.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a Relational Sociology. **American Journal of Sociology**. v. 103. n. 2. p. 281–317. 1997.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, p. 211–259, 2009.

GARCIA, Etelvina. **Zona Franca de Manaus**: história, conquistas e desafios. Manaus: Norma ed.: Suframa, 2004.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**. v. 6. n. 1. p. 1–40. 2007.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 78. n. 6. p. 1360–1380. 1973.

HJERN, B.; PORTER, D. Implementation structures: a new unit of administrative analysis. In: HILL, M. (ed.) **The Policy Process**: a reader. London: Harvester Wheatsheaf, 1997. p. 226–240.

HULL, C.; HJERN, B. **Helping Small Firms Grow**: an implementation approach. Worcester: Billing & Sons Limited, 1987. 256p.

IANNI, O. **Ditadura e Agricultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LAZEGA, Emmanuel. **Redes Sociais e Estruturas Relacionais**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

LAZZARINI, Sérgio G. **Capitalismo de laços**: Os donos do Brasil e suas conexões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARSH, D (Org.). **Comparing Policy Networks**. Buckingham: Open University Press, 1998.

MASON, J. **Qualitative researching**. London: Sage Publications, 2002.

MENDONÇA, Maurício. **O Processo de Decisão Política e a Zona Franca de Manaus**. 2013. 291 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.

MILES, M.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative Data Analysis**: an expanded sourcebook. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.

MILLER, Hugh T. Post-Progressive Public Administration: lessons from policy networks. **Public Administration Review**, v.54, n. 4, p.378-386, 1994.

MIZRUCHI, M. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **RAE**. v. 46. n. 3. p. 72-86. 2006.

RENN, Ortwin. The social Arena Concept of Risk Debates. In: KRIMSKY, Sheldon; GOLDING, Dominic. **Social Theories of Risk**. London: Praeger, 1992, p. 179-196.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

STEINER, Philippe. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

*Gianne Gomes F. Ferreira **
*Liliana Oliveira de Castro ***
*Neilza dos S. F. de Oliveira ****
*Serguei Ayli F. de Camargo *****

ARTIGO

ASPECTOS SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR

Introdução

A maioria das cidades surgiu sem um planejamento prévio, com o crescimento delas os problemas de infraestruturas e má prestação dos serviços básicos se tornaram mais óbvios, como água encanada, energia elétrica, coleta de lixo, saneamento básico. Muitos desses serviços tidos como essenciais não são prestados da forma devida, ou quando são, abrangem uma pequena parcela da população, com raras exceções.

Tais problemas estruturais assolam cidades distintas, desde antigos centros urbanos até cidades mais jovens, gerando consequências muitas vezes nefastas à população e ao meio. Neste cenário, com o reflexo do impacto ambiental causado pelos resíduos, algumas questões passaram a ser discutidas com mais veemência, dentre elas, a do descarte e destinação dos rejeitos e dejetos.

Assim, surgiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, ao lado dele há o Plano Estadual de Resíduos Sólidos e o Plano Municipal de Gestão Integrada. O PNRS passou a envolver não só o cidadão, mas também, o Estado em todas as suas esferas, o setor privado e a sociedade com a responsabilidade compartilhada entre todos. Cada um tem uma função a ser desempenhada.

Apesar da PNRS ter percorrido o caminho em relação à coleta seletiva, separação de resíduos, manejo de materiais e ao sistema de logística reversa dos resíduos,

* Mestranda em “Desenvolvimento Regional da Amazônia” NECAR/UFRR. Especialista em Direito Penal e Processual Penal –UFAM. Advogada. E-mail: gianneg@hotmail.com.

** Mestranda em “Desenvolvimento Regional da Amazônia” NECAR/UFRR. Especialista em Segurança Pública –UFRR. Agente da Polícia Civil. E-mail: lilianacastrobv@hotmail.com.

*** Mestranda em “Desenvolvimento Regional da Amazônia” NECAR/UFRR. Especialista em saúde pública em Serviço Social na UNIFACEX –UFAM. Assistente Social. E-mail: neilzasantos23@gmail.com.

**** Promotor de Justiça e Professor Doutor em Aqüicultura em Águas Continentais pela UNESP/Jaboticabal. Pós-doutorado em Ecologia pelo NEPAM/UNICAMP e Pós-doutorado em Ecologia pelo Depto. de Ecologia da UNESP/Rio Claro. Professor do NECAR/UFRR. E-mail.: serguei_ayli@mp.rr.gov.br.

ainda é modesta a sua efetividade no Brasil. Em algumas localidades é inexistente, com total ausência de políticas públicas voltadas à sua implementação. Assim, em algumas regiões o desafio parece intransponível e o plano para utópico por falta de envolvimento do governo, do serviço privado e da própria sociedade.

Neste sentido, o Estado de Roraima enfrenta problemas similares a outras regiões, onde em algumas localidades os resíduos estão dispostos irregularmente dentro do perímetro urbano, em locais impróprios ou em desconformidade com a legislação, ou seja, em aterros sanitários que desde seu projeto estavam em desacordo com as normas legais ou aqueles que foram corretamente construídos, no entanto, com o acúmulo dos materiais depositados com o tempo se tornaram impróprios.

Alguns dos municípios de Roraima, já possuem o plano de gestão de resíduos sólidos, como Mucajá e Caroebe, no entanto, a maioria deles ainda não se adequou ao plano nacional, ou seja, não transformaram os lixões em aterros sanitários adequados. O município de Boa Vista, capital do estado de Roraima, não concluiu o seu próprio plano de gerenciamento de resíduos sólidos, está na fase de licitação.

O aterro sanitário de Boa Vista enfrenta problemas estruturais porque não comporta mais o material coletado, um terreno contíguo foi desapropriado à ampliação do local, falta ser desapropriado o caminho de acesso à localidade. Já tem termo de referência O município possui coleta seletiva pontual e há reciclagem de alguns materiais.

O objetivo do estudo é identificar a situação atual do aterro sanitário em Boa Vista e seus principais problemas estruturais, com ênfase no andamento da implementação do plano de gestão dos resíduos sólidos municipal.

Metodologia

A metodologia empregada envolveu os levantamentos bibliográficos, documentais, visitas a órgãos públicos e obtenção de dados, na Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (FEMARH/RR), Ministério Público Estadual de Roraima, Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental de Saúde e Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas (SMGA), Empresa do Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR).

A política nacional de resíduos sólidos

A preocupação com os resíduos vem sendo debatida há algumas décadas na comunidade mundial, devido à expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente. Assim, a complexidade das atuais demandas ambientais, sociais e econômicas leva a um novo posicionamento dos três níveis de governo, da sociedade civil e da iniciativa privada (BRASIL, s/d).

A sanção da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, aprovada após 21 anos de tramitação no Congresso Nacional, veio finalmente a instruir no ordenamento brasileiro a sua Política Nacional de Resíduos Sólidos, por sua vez regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010 (decreto PNRS). A referida lei representa um marco jurídico importantíssimo para a formulação, implantação e avaliação de políticas públicas relacionadas aos resíduos em todos âmbitos da federação, em consonância com o direito e dever fundamental de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 2013).

A PNRS almeja, dentre seus objetivos, estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços, de modo a atender às necessidades das presentes e futuras gerações, garantindo-lhes melhores condições de vida, sem prejuízo da qualidade ambiental (art. 3º, XIII e 7º, III) (BRASIL, 2013).

Outro ponto a ser mencionado, é que a PNRS também assume a ideia de desenvolvimento sustentável como princípio explícito, servindo como proeminente premissa para a gestão e gerenciamento integrada dos resíduos sólidos, que deverá considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social desse processo a perspectiva da equidade intergeracional, além dos princípios da ecoeficiência, da prevenção e precaução, do poluidor-pagador, da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, entre outros (PORTAL, 2013).

Neste sentido, Veiga (2010, p.50) preleciona como se dar a relação entre a política dos resíduos sólidos e o desenvolvimento econômico:

O desenvolvimento de uma sociedade depende é da maneira como ela aproveita os benefícios de seu desempenho econômico para expandir oportunidades de acesso a bens como liberdades cívicas, saúde, educação, emprego decente, etc. (...) e terá pernas curtas se a natureza for demasiadamente agredida pela expansão da economia, que é um subsistema altamente dependente da conservação da biosfera.

Como se observa, o consumo sustentável exsurge como um objetivo-chave da PNRS (art.7º, XV), do qual advém inúmeros direitos e deveres à sociedade de con-

sumidores, merecedora de informação e controle social, e responsável não apenas pelo seu eventual consumo, mas também pelo correspondente pós-consumo, na lógica jurídica da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (BRASIL, 2013).

Vale ressaltar, que antes da Lei 12.305/10 inexistia no sistema jurídico brasileiro um instrumento legislativo abrangente, integrado e sistematizado, que trouxesse a definição legal para os resíduos, de modo a demarcar o âmbito de responsabilidade de seus geradores, inclusive os consumidores. A causa do déficit regulatório contribuiu para que, alguns Tribunais enfrentassem diretamente à questão dos resíduos no país (BRASIL, 2013).

A PRNS teve a preocupação de distinguir resíduos sólidos de rejeitos (art. 3º, XV) num claro estímulo ao reaproveitamento e reciclagem dos materiais, aceitando a disposição final apenas dos rejeitos. Inclui, ainda, entre os instrumentos da Política as coletas seletivas, os sistemas de logística reserva, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associações dos catadores de materiais recicláveis (PORTAL, 2013).

É de se enfatizar, que a coleta seletiva deve ser percebida como um fator estratégico para a concretização da Política de Resíduos Sólidos em todas as suas áreas de implantação. A despeito do serviço público de limpeza urbano e manejo de resíduos sólidos deverá se estabelecer, no mínimo, a separação de resíduos secos e úmidos e de forma progressiva se estender à separação dos resíduos em suas parcelas específicas de acordo com as metas estabelecidas no plano de gestão de resíduos sólidos (PORTAL, 2013).

Realizada a diferença entre os termos resíduos e rejeitos, torna-se mais compreensível a definição de resíduos sólidos trazida pela PNRS, na disposição do seu art. 3º, XVI (BRASIL, 2013, p.155). Veja:

Resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólidos, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Observa-se que a PNRS não definiu, em rigor, os resíduos em geral, mas com certeza os resíduos sólidos servirão para a compreensão de efeitos legais, como também os resíduos no estado semissólido, aqueles nos estados líquido e gasoso

diante de certas condições relacionadas à inviabilidade técnica ou econômica de seu lançamento na rede pública (BRASIL, 2013).

A PNRS recorreu ao princípio da hierarquia dos resíduos, estabelecendo a seguinte ordem de prioridade no que concerne à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos: 1) não geração; 2) redução; 3) reutilização; 4) reciclagem; 5) tratamento de resíduos; 6) disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, instituindo uma ordem de precedência que deixa de ser voluntária e passa a ser obrigatória (BRASIL, 2013).

Além dos seis níveis hierárquico a lei traz no seu § 1º a possibilidade de utilização de tecnologia objetivando a recuperação energética dos resíduos urbanos, com a ressalva da comprovação de sua viabilidade técnica e ambiental, bem como a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos, aprovado pelo órgão ambiental (BRASIL, 2013).

Outra forma de destinação final de resíduos prevista na PNRS (art. 3º, VII, e art. 36, V) é a compostagem dos resíduos sólidos orgânicos. A priori, a compostagem pode ser entendida como uma forma de reciclagem, na proporção em que os materiais orgânicos passam a ser reaproveitados após processamento. Neste caso, reciclagem é o “processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-química ou biológicas, com vista à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes” (BRASIL, 2013, p. 132).

O que se observa, é que a PNRS é enfática quando ao recurso da disposição final dos rejeitos em aterros, a qual será admitido na perspectiva da hierarquia de resíduos, sendo necessário o esgotamento de todas as possibilidades de tratamento e recuperação por meio de processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, caso não apresente outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada (BRASIL, 2013).

É importante ressaltar, que a aplicabilidade prática da hierarquia de resíduos não estar sujeita apenas a atuação do poder público, que deve apresentar planos para o manejo correto através de processos participativos na sua elaboração e adoção de tecnologias apropriadas; as empresa incumbe o recolhimento dos produtos após o uso e, a sociedade compete sua participação nos programas de coleta seletiva, como, acondicionando os resíduos adequadamente e de forma diferenciada, bem como incorporando novo estilo de vida e padrões de consumo sustentável (BRASIL, 2013).

Impacto dos resíduos sólidos no meio ambiente

Todo e qualquer material tecnicamente destituído de valor ou utilidade, produzido e descartado pelo ser humano, é considerado lixo ou resíduo, podendo ser de origem doméstica, industrial ou comercial. Vale salientar que o vocábulo resíduo apesar de ser muitas vezes empregado como sinônimo de lixo é um termo muito mais amplo, englobando lixo e outras substâncias poluentes, Celso Fiorillo (*apud*, RIOS, 2005, p. 287) (esse livro do Fiorillo é super comum, peguem na biblioteca e citem diretamente e não em *apud*) afirma:

Do ponto de vista econômico, poderíamos dizer que lixo é o resto sem valor, enquanto resíduo é meramente o resto. Todavia, juridicamente, os institutos não são tratados dessa mesma forma. A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.6.938/81), em seu art.3º, diz ser poluente toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, causa poluição ao meio ambiente. São substâncias sólidas, líquidas ou gasosas ou em qualquer estado da matéria que geram poluição. Com isso, inexistente distinção quanto ao tratamento jurídico, sendo lixo e resíduo poluente.

Dentre os materiais e substâncias descartados há os que, de acordo com sua periculosidade, afetam a integridade física dos seres vivos, colocando em risco a saúde e a vida, além de serem poluentes e prejudicarem o meio. Assim, o gerenciamento dos resíduos sólidos por parte do governo em todas as suas esferas é um desafio cabal, principalmente por causa do crescimento populacional, pelo aumento do consumismo associados a falta de conscientização social (RIOS, 2005).

Com isso, vem aumentando os resíduos sólidos poluentes, oriundo de indústrias, de substâncias tóxicas empregados pelos produtores na agropecuária, os materiais radioativos com um nível de contaminação elevado e os resíduos domésticos que estão cada vez mais diversificados e envolvem produtos poluentes como baterias, pilhas, venenos, medicamentos e várias substâncias químicas (RIOS, 2005).

Esses resíduos descartados devem ser coletados e acondicionados em locais apropriados, ou seja, nos aterros sanitários. Os materiais orgânicos se decompõem e formam o chorume que alteram o meio ambiente, contaminam o ar, a água, o lençol freático e agridem o solo, além disso, produzem gases nocivos, tóxicos e explosivos, mantidos no subsolo ou lançados no ar atmosférico, trazendo sérios riscos à saúde pública, Gouveia e Prado (2010, p.52) afirmam que:

De modo geral, os aterros podem ser classificados como: sanitários, controlados e “lixões”. Aterros sanitários utilizam tecnologias que minimizam os impactos ambientais e os

possíveis riscos à saúde humana, como, por exemplo, a impermeabilização do solo para evitar a infiltração dos líquidos percolados. Nos aterros controlados, o lixo é apenas coberto por terra sem medidas para a coleta e o tratamento do chorume e do biogás. No lixão, a deposição dos resíduos não segue normas operacionais e é feita a céu aberto.^b De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB^c 2000), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de todo o lixo coletado nos municípios brasileiros, 47,1% tem como disposição final os aterros sanitários, 22,3%, os aterros controlados e 30,5%, os lixões.

Os resíduos sólidos urbanos produzem chorume e uma gama de matérias tóxicas, substâncias nocivas, metais pesados, gases letais e degradantes que podem perdurar por muito tempo no meio e causar sérios riscos mesmo nos aterros desativados, no Brasil, alguns deles foram transformados em áreas residenciais, comerciais ou em parques públicos (GOUVEIA; PRADO, 2010).

Mesmo com uma legislação voltada para resguardar o meio ambiente, a saúde pública, incentivar o saneamento básico e a gestão de resíduos sólidos, na prática, a realidade é bem diferente. É natural encontrar cidades com lixões a céu aberto, em locais inadequados, muitas vezes dentro do perímetro urbano, praticamente sem saneamento básico e sem políticas públicas efetivas para reverter esse quadro. Não há pretexto que justifique a omissão do poder público. (RIOS, 2005).

Há pleitos, via de regra através de ação civil pública, buscando isolamento dos locais de descarte de resíduos sólidos, proibição de queima do lixo, proibição de descarte de resíduos oriundos dos serviços de saúde e de substâncias perigosas no lixo comum, obrigação do município fazer um sistema de drenagem para as águas fluviais, obrigação de aterrar diariamente o lixo depositado no local de descarte, utilização de vigilância diária nos aterros sanitários (RIOS, 2005).

Não se pode olvidar ou ignorar o descarte dos resíduos dos serviços de saúde pela sua natureza infecciosa de alto risco, o ideal é que sua destinação final seja num aterro séptico específico para essa modalidade. Além dos resíduos sólidos, domésticos, comerciais, hospitalares há a preocupação com o lixo industrial, como menciona Rios:

A irresponsabilidade na destinação do lixo industrial, que inclui produtos perigosos como chumbo, cádmio, ascarel, benzeno, drin, aldrin, hexaclorocicloexano, pentaclorofenol, entre outros, depositados em áreas de circulação, tem provocado a contaminação do solo e das águas subterrâneas, bem como a emissão de gases tóxicos, com graves consequências para a saúde pública. São produtos químicos de alta toxicidade que demandam um regime jurídico próprio, com normas de controle voltadas para a produção, transporte, utilização e destinação final (RIOS, 2005, p. 293).

Compreende-se que é imprescindível a coleta seletiva dos resíduos, sendo eles hospitalares, domésticos, industrial, seja qual for o tipo. Pois, a disposição desses resíduos em locais inapropriados causa dano ambiental de natureza permanente.

Situação dos resíduos sólidos no município de Boa Vista

O saneamento básico que envolve o abastecimento de água, a coleta de esgoto e de lixo é um dos indicadores de bem-estar social, de qualidade de vida e melhora ambiental, dentre outros fatores importantes para o crescimento e o desenvolvimento econômico sustentável. A maioria dos municípios brasileiros não oferecem um saneamento adequado, ou seja, é deficiente (SOUZA, *et. al.*, 2010).

Boa Vista não foge deste contexto nacional. Capital do Estado de Roraima, possuía em 2010 uma população de 284.313 habitantes, o equivalente a 63% da população do Estado. A capital gera 72,8% da riqueza de Roraima, destacando-se o comércio, transportes, informação, intermediação financeira, atividade imobiliária, serviços prestados às empresas e famílias; administração pública, educação e saúde mercantis e demais serviços prestados às famílias (IBGE, 2010).

Seu PIB per capita em 2010 atingiu R\$: 17.925, ocupando a 14ª posição entre as capitais brasileiras. O IDH- M passou de 0,0,649 em 2000 para 0,752 em 2010. Referente ao índice de educação, 3,9 - ocupando 19º lugar. A taxa de analfabetismo é de 5,66% e a esperança de vida ao nascer foi de 70,9 anos (IBGE, 2010).

Quanto ao abastecimento de água, no município de Boa Vista, 90,1% é por canalização interna, mas no estado de Roraima uma parcela significativa da sociedade não tem acesso a rede de esgotos, pois apenas 17,3% de seus domicílios são atendidos por coleta de esgotos (IBGE, 2010).

Em relação à devida coleta de resíduos nas cidades do estado de Roraima de menor porte, a situação é alarmante, porque muitas vezes, nem a coleta de lixo é realizada. Em Boa Vista não há uma coleta adequada a gestão dos resíduos sólidos. A falta de drenagem, de disposições de águas residuais, de controle de vetores como roedores e artrópodes como baratas, por exemplo, é um agravante à saúde (SOUZA, *et. al.*, 2010).

A coleta de lixo é responsabilidade municipal, que é feita em Boa Vista com regularidade. Todavia, não há aterro sanitário e os resíduos sólidos são depositados num lixão a céu aberto, localizado à margem do trecho sul da BR-174, na saída para o estado de Manaus (MPE, 2015). Todos os dias é depositado cerca de trezentos quilos de lixo e, por mês, são despejados em torno de oito toneladas de lixo doméstico

no referido lixão que fica dentro do perímetro urbano, sem nenhum tipo de adequação ou tratamento de resíduos, formando uma montanha de lixo, aproximadamente, dez metros de altura, parte dos resíduos são queimados periodicamente gerando mais problemas (CARVALHO, 2016).

Esse é um dos pontos preocupantes no Município, pois a falta de um aterro sanitário e o manejo inadequado dos resíduos sólidos, trazem consequências desfavoráveis à população, não simplesmente em relação a estética ou o reflexo turístico, mas com problemas de ordem mais elevada como à saúde pública, à qualidade ambiental.

Vale salientar que a população que reside num raio de 2 km, segundo a Vigilância Sanitária, está dentro do grupo de risco tido como “populações expostas”, também estão inclusos nesse grupo os indivíduos que habitam próximo a postos de gasolina e aos cemitérios. O município juntamente com a Vigilância, fazem levantamentos dos envolvidos, promovem ações de saúde, palestras e orientações às populações expostas.

No lixão há ocupação indevida, sem autorização do Poder Público, a prefeitura já tentou dizimar o problema, deu casas populares para os moradores do lixão nos conjuntos São Bento e na Cidade Satélite, deu cestas básicas e ainda inseriu os catadores nos programas de assistência da prefeitura, todavia, com o tempo muitos retornaram para lá. O local é inóspito, impróprio para moradia. A EMHUR faz a fiscalização do parcelamento irregular do solo e aponta a ocupação irregular como o principal problema.

Tal situação coloca em risco a saúde da população e afeta o meio ambiente, conforme o professor Vladimir de Souza, da Universidade Federal de Roraima: “É um lixo que não é tratado, não é reciclado, simplesmente é jogado de forma irregular. É claro que acaba afetando o igarapé e o lençol freático. Não é um aterro, é um lixão a céu aberto, então a poluição naquela área é grande” (CARVALHO, 2016).

No município há uma cooperativa, “UNIRENDA”, que foi constituída em 04 de fevereiro de 2013. É uma sociedade sem fins lucrativos com base na Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, situada na Av. Brasil, nº 06, Zona 13, Bairro Nova Cidade, área do aterro sanitário no município de Boa Vista. Também existe uma associação de catadores de materiais recicláveis, “Terra Viva”, constituída no dia 29 de abril de 2013, é uma sociedade sem fins lucrativos com base na Lei 5.764/71, situada na Rua Izídio Galdino de Silva, nº 1463, Bairro Senador Hélio Campos, no mesmo município. A prefeitura dá uma assistência de custos de mil reais para cada uma e auxilia também com combustível, carro e curso de capacitação.

Os Amigos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos desempenham um papel importante ao reciclarem uma parcela do lixo da cidade. “O papelão compõe 85% dos materiais reciclados, seguido do plástico (13,7%) e alumínio (0,14%). Não existe outra forma de reciclagem do lixo produzido” (Souza, et. al., 2010, p. 158) dentro do município.

No que se refere à reciclagem dos RSUs gerados em Boa Vista, a UNIRENDA faz a triagem de parte do lixo gerado no município. O papelão compõe 85% dos materiais separados, seguido do plástico, 13,7%, e alumínio, 0,14%, não existindo outra forma de reciclagem do lixo gerado. Nas áreas indígenas, cabe destacar a atuação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Nessas áreas, ela é responsável por ações voltadas ao saneamento básico e ambiental.

Assim, esse estado de letargia quanto de saneamento leva a uma situação de prejuízo ambiental, de proliferação de roedores, artrópodes, insetos, gera vários tipos de poluição, coloca em riscos à saúde, expondo os indivíduos as doenças e aos mais diversos riscos oriundos da falta de políticas públicas.

Resíduos sólidos: impasses e perspectivas para sua efetivação

Tempos de mudanças com a influência da globalização no mundo do mercado capitalista, o consumo desordenado nos faz refletir sobre para onde estão sendo encaminhados os resíduos produzidos por esse consumo, e se estão sendo armazenado num local adequado para o seu processamento, uma vez que a não reciclagem destes resíduos causam impactos ao meio ambiente, sobretudo, para as famílias que sobrevivem da prática de reciclar resíduos. Conforme sinaliza Gouveia (2012, p.1504), esta transformação dá-se pelo:

O desenvolvimento econômico, o crescimento populacional, a urbanização e a revolução tecnológica vêm sendo acompanhados por alterações no estilo de vida e nos modos de produção e consumo da população. Como decorrência direta desses processos, vem ocorrendo um aumento na produção de resíduos sólidos, tanto em quantidade como em diversidade, principalmente nos grandes centros urbanos. Além do acréscimo na quantidade, os resíduos produzidos atualmente passaram a abrigar em sua composição elementos sintéticos e perigosos aos ecossistemas e à saúde humana, em virtude das novas tecnologias incorporadas ao cotidiano.

No cenário atual, dados apontam que existem famílias que sobrevivem da coleta seletiva, sendo está para algumas dessas famílias que sobrevivem no lixão é sua única

fonte de renda a qual possibilita prover as suas necessidades básicas. Enfatiza-se que possui em média de 20 famílias residentes no lixão e desenvolve essas atividades no Município de Boa Vista/RR (SCACABAROSS; PÉRICO, 2014).

Ressalta-se que essa prática é na sua maioria a única oportunidade de inserção das famílias no mundo do trabalho, ainda que de forma precarizada e sob condições insalubres de trabalho com riscos a contaminações e adoecimentos assim “Os vários impactos ambientais decorrentes das diferentes formas de disposição de resíduos sólidos oferecem também riscos importantes à saúde humana[...]” (GOUVEIA, 2012, p.1506). Entretanto, convém-se refletir no quão essa prática potencializa essa ação o cuidado e a conservação com o meio ambiente.

O papel que esses trabalhadores desenvolvem configuram-se como uma importante contribuição social para pensar formas e ações de diminuição dos impactos ambientais causado pelo consumo exacerbado, neste sentido Oliveira (2007, p.79) preleciona que:

Esse grupo de trabalhadores vem atuando de maneira informal ou organizada em cooperativas e, mesmo antes da definição de políticas públicas claras para a gestão de resíduos no país, vem realizando um trabalho de grande importância ambiental; contribuindo significativamente para o retorno de diferentes materiais para o ciclo produtivo[...].

O trabalho desenvolvido pelos catadores de resíduos permite reflexionarmos acerca de uma sociedade sustentável no véis ecológico, social, econômico, político e cultural. De acordo com Oliveira (2007, p.17) “[...] para ser sustentável, a sociedade necessita ser ecologicamente correta e socialmente justa”; este projeto de sociedade busca a efetividade da política pública do meio ambiente. Contribuindo para a satisfação da população e sustentabilizar as gerações futuras no que tange o usufruto dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2007).

A escassez de políticas públicas sobretudo na região amazônica é um dos principais fatores que dificulta a efetividade da sustentabilidade, conforme cita Oliveira (2007, p.6) “[...] a pouca existência de políticas sociais constantemente avaliadas e continuamente ajustadas a novas necessidades emergentes acaba por dificultar a construção de perspectivas de desenvolvimento sustentável”. Essa dificuldade é condição ímpar para não execução de uma política pública eficaz que no tocante, demonstra “a fragilidade de valores humanos envolvidos para a cooperação e preocupação com as gerações futuras [...]” (OLIVEIRA, 2007, p.6).

Considerações finais

O município de Boa Vista está longe de atender a normatização vigente na Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, tanto nos princípios de destinação final ambientalmente adequada, quanto as medidas que incluem a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético. Acrescenta-se a essa realidade a incapacidade de evitar danos à saúde pública e a segurança humana, evidenciando os catadores que praticam a coleta de materiais recicláveis, que moram, literalmente, dentro do aterro sanitário do município.

No aspecto ambiental, a coleta seletiva minimizaria a quantidade de resíduos destinados ao aterro sanitário, prolongando sua vida útil, reduzindo a poluição do solo, do ar e de cursos d'água. Em relação ao social, contribuiria para geração de renda para aqueles que coletam materiais recicláveis, bem como para criação de organizações comunitárias destinadas à coleta de resíduos.

Em relação à aplicação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos dentro do município, não se percebeu, por parte Executivo Municipal nenhuma campanha ou ação no sentido de diminuir a quantidade de resíduos gerados no município, nem tampouco sobre uma efetiva ação de coleta seletiva difundida entre a população. Além do descumprimento das normas e legislação, não se vislumbra uma política clara no tocante à coleta seletiva e nem incentivo a reciclagem.

No que tange a reciclagem e ao processo de transformação dos resíduos sólidos com vista à produção de insumos ou novos produtos, não foram identificadas atividades desenvolvidas no município, sendo o material selecionado e encaminhado a outros estados.

Referências bibliográficas

ATERRO SANITÁRIO SE TRANSFORMA EM LIXÃO. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 07/04/2015. Seção Cidades. Disponível em: <<http://folhabv.com.br/>>. Acesso em: 29 junho 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente**: Relatório Final. Brasília; de 24 a 27 de outubro de 2013.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília. Governo Federal. 2012.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resíduos sólidos**. Disponível em: <www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos>. Acesso em: 27 junho 2016.

_____. Secretaria Nacional do Consumidor. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. **Consumo Sustentável**. LEMOS, Patrícia Faga Iglesias, et. al. LEMOS, Patrícia Faga Iglesias. SILVA, Juliana Pereira da. OLIVA, Amaury Martins (Coord). Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 561 p.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**: Explicação das Normas da ABNT. 15 ed. Porto Alegre; s/n, 2010.239 p.

GOUVEIA, Nelson. Resíduos Sólidos Urbanos: Impactos socioambientais e Perspectiva de manejo Sustentável com Inclusão Social Ciênc. **saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1503-1510, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de junho 2016.

GOUVEIA, Nelson; PRADO, Rogerio Ruscitto do. Riscos à saúde em áreas próximas a aterros de resíduos sólidos urbanos. **Rev. Saúde Pública [online]**. 2010, v. 44, n. 5, p. 859-866. Epub 03-Set-2010. ISSN 1518-8787. Disponível em: <>. Acesso em: 24 junho 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 junho 2016.

JACOBI, Pedro (Org). **Gestão compartilhada dos resíduos no Brasil**: inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006, 153 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr.>>. Acesso em 26 junho 2016.

LEI 12.305/10 Política Nacional dos resíduos Sólidos. **Portal dos resíduos sólidos**. Disponível em: <<http://www.portalresiduossolidos.com/lei-12-3052010-politica-nacional-de-residuos-solidos/>>. Acesso em: 28 junho 2016.

MANSON, Maria Teresa C. et. Al. **Resíduos Sólidos**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. São Paulo: SMA, 2010.

MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA. **Resíduos Sólidos**: MPRR fiscaliza cumprimento da Lei 12.305/10 em Roraima. Boa Vista, RR, 28 julho 2014. Disponível em: <<https://www.mpr.rr.gov.br/nodes/view/type:noticias/slug:resdu...>>. Acesso em: 29 junho 2016.

MONTEIRO, José Henrique Penido.et al. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

NOBRE, Marcos. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. IN: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho (org.). **Desenvolvimento sustentável**; a instituição de um conceito. Brasília: Editora IBAMA, 2002,134 p.

OLIVEIRA, Michele Moraes.**Vulnerabilidade de exclusão social**: uma abordagem sobre representações sociais de catadores de materiais recicláveis em Ipatinga - MG. 2007. Disponível em:<>. Acesso em: 27 junho 2016.

OLIVEIRA. Carla Montefusco de. Desenvolvimento Sustentável: uma discussão ambiental e social. 2007. **III Jornada internacional de políticas públicas questão social e desenvolvimento no século XXI**. Disponível em:<>. Acesso em:

RIOS, Aurelio Virgilio Veiga (Org). **O direito e o desenvolvimento sustentável**: curso de direito ambiental. São Paulo: Peirópolis, 2005, 406 p.

UNIVERIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Fixa normas para Apresentação dos Trabalhos Técnicos Científico da UFRR. **Resolução nº 009/12 – CEPE**, de 15 junho de 2011.

ARTIGO

CICLOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM RORAIMA

Introdução

Os ciclos econômicos podem ser identificados como movimentos característicos de um diversificado número de atividades econômicas, embora essas flutuações sejam geralmente medidas em termos de variação do produto, da despesa ou da renda agregada, o que possibilita identificar determinadas periodizações no desenvolvimento.

As diferentes teorizações sobre os ciclos econômicos são fundamentadas principalmente na identificação, tanto, de ciclos de curta duração, próprios de análises conjunturais de curto prazo, quanto, de ciclos de longa duração, característicos dos estudos de desenvolvimento no prazo (SIMONSEN, 1970).

Os ciclos econômicos são utilizados para compreender a formação histórica econômica de Roraima, uma vez que os padrões de desenvolvimento regional manifestam um campo de poder circunscrito por forças profundas que se repetem dentro de ciclos materializados em determinadas especializações territoriais e periodizações de longa duração.

Ciclos econômicos em Roraima

O primeiro período é a fase pré-território, o ciclo econômico das drogas do sertão, que vai desde as primeiras viagens incursionadas pelo explorador Pedro Teixeira, em 1639, ao aventurar-se pelas águas do Rio Branco, período em que se deu o início da ocupação e povoamento do rio Branco, principal afluente do rio Negro, e que mais tarde Território e posteriormente se tornaria o estado de Roraima.

* Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Especialista, mestre, doutor e pós-doutor em Ciências Jurídicas. E-mail para contato: eloishoras@gmail.com. Outros trabalhos do autor podem ser encontrados em www.works.bepress.com/eloi.

** Jornalista da Rede Globo e assessor de imprensa da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN). Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Endereço para contato: tercio20@gmail.com

O segundo ciclo se projeta no período da implantação da pecuária e do ciclo da borracha, época das chamadas fazendas nacionais e de intenso comércio e trocas na região. É a fase compreendida durante o Vale do Rio Branco e Território Federal de Roraima.

O terceiro período trata do ciclo da exploração de minérios como ouro e diamantes nos territórios ao norte do atual estado de Roraima, de maneira que são abordadas as principais regiões de exploração até a intensa movimentação migratória de pessoas ao redor dos garimpos.

O quarto e último ciclo econômico baseia-se no que se conhece como a “economia do contracheque”, ou seja, após os três primeiros ciclos econômicos, a região não manteve nenhuma base sólida na economia, manteve, portanto, uma grande dependência da administração pública. Realidade que se mantém e que o estado tenta superar.

Primeiro ciclo: economia do aprisionamento indígena, da salga e das drogas do sertão no vale do Rio Branco

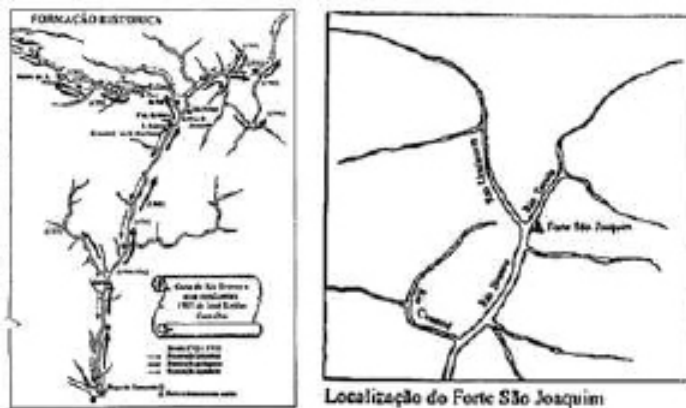
O primeiro ciclo econômico engendrado pelos colonizadores europeus nos atuais territórios de Roraima é identificado na historiografia por uma lógica exógena de desenvolvimento, caracterizada por forças verticais que se utilizaram do Rio Branco e seus afluentes para ocupar os territórios, aprisionando indígenas e explorando produtos naturais identificados pela riqueza vegetal das Drogas do Sertão e de proteína animal, principalmente, de peixes e tartarugas.

Este ciclo teve pouca representatividade em termos econômicos, podendo ser considerado um ciclo relativamente curto, porém foi de extrema importância para a ocupação e povoamento da Amazônia. Para efeitos de limites temporais, do primeiro ao quarto ciclo segue do domínio português nas terras da Amazônia até o ciclo brasileiro de ocupação da região. Inicialmente, a economia das drogas do sertão era praticada principalmente por missões religiosas que catequizavam e aldeavam os índios. O sustento dessas *reduções* era obtido pela extração de produtos da floresta e sua comercialização como especiarias.

Nesta economia embrionária construída pelas distintas forças alienígenas de origem europeia, o Rio Branco tornou-se o palco para a exploração colonial e para a formação natural de um conflito entre portugueses que subiam o Baixo Rio Branco e se encontravam com espanhóis advindos rumo ao sul do atual território da Venezuela e que se estabeleceram nos rios Uraricoera e Amajari, bem como com ingleses

e holandeses que se deslocavam dos atuais territórios da Guyana por meio dos rios Rupumoni, Maú e Tacutu (SANTOS, 2010).

Figura 1: Formação histórica da conquista do Vale do Rio Branco



Fonte: SILVA Jr (1994).

No campo de poder construído pelas forças verticais conflitivas de invasão dos colonizadores europeus nestes territórios, surgiu, tanto, de uma Economia da Salga, caracterizada por uma dinâmica comercial dos colonizadores com os indígenas no aproveitamento de peixes e tartarugas conservados por meio de sal, quanto, de uma Economia de Drogas do Sertão, caracterizada como especiarias de alta demanda europeia (SILVA Jr, 1994).

Diversas expedições portuguesas foram organizadas para expulsar os espanhóis advindos pelos territórios da atual Venezuela e os holandeses e ingleses advindos dos territórios da atual Guyana, destacando-se três marcos de periodização de missões no Rio Branco no século XVIII.

Quadro 1: Missões portuguesas no Rio Branco no século XVIII

| | | |
|------|--------------------|--|
| 1725 | Bases Missionárias | Os primeiros missionários carmelitas efetuaram a posse da terra por meio da catequização dos índios e instalação de bases missionárias de supervisão dos rios Uraricoera, Tacutu e Rio Branco, as quais foram identificadas pelos nomes de Do Carmo, Santa Rita, São Felipe e Conceição. |
| 1775 | Forte São Joaquim | Uma expedição portuguesa comandada pelo capitãoengenheiro alemão Felipe Sturm. À serviço de Portugal iniciou na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, a construção do Forte São Joaquim. O objetivo era defender o sistema fluvial do rio Branco e impedir a entrada de invasores. |

| | | |
|------|---------------------------|--|
| 1793 | <i>Fazendas Nacionais</i> | Foram três: do Rei, a São Marcos, e a São José. A Fazenda São José foi sede do Forte São Joaquim. Posteriormente, a Fazenda do Rei entrou em decadência, e a São José foi anexada a de São Marcos, a única existente até hoje. Em 1789, as povoações foram destruídas por índios na “Praia de Sangue”. |
|------|---------------------------|--|

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Silva Jr (1994); Oliveira (2003).

Embora o primeiro ciclo econômico nos territórios de Roraima tenha se desenvolvido durante o curso do século XVIII, ele pode ser compreendido como funcional no desenvolvimento regional exógeno, tanto, para a consolidação portuguesa na defesa do território setentrional brasileiro em relação às invasões holandesas, inglesas e espanholas, quanto para o abastecimento das missões de projeção colonial portuguesa na Amazônia ao longo do Rio Negro.

Segundo ciclo: pecuária nos lavrados centrais

Entre meados do século XVII e meados do século XVIII, o padrão de desenvolvimento regional em Roraima fundamentado na salga da pesca e no extrativismo vegetal, passa por uma incremental inflexão em razão do surgimento de um ciclo econômico da pecuária com base em atores externos que se fundamentaram em uma lógica exógena de produção.

Conforme Oliveira (2003), a ocupação da bacia do Rio Branco pela Coroa de Portugal foi consolidada apenas com a introdução da pecuária no final do século XVIII, momento em que foram fundadas as primeiras fazendas particulares como uma estratégia funcional de desenvolvimento exógeno por parte do programa de exploração comercial executada por Manoel Sá Gama Lobo d’Almada, Governador da Capitania de São José do Rio Negro.

Neste contexto, a formação econômica roraimense e a ocupação e exploração das riquezas do Vale do Rio Branco estiveram diretamente relacionadas à ocupação colonial das terras da Região Norte e ao modelo definido pela coroa portuguesa para assegurar a posse do vale do rio Branco, atual Estado de Roraima, o qual encerra longo processo histórico de interação entre indígenas e não-indígenas, entre colonizado e colonizadores (MARTINEZ, 2013).

Por um lado, no início do século XX, a difusão da pecuária no Rio Branco já conformava um padrão de desenvolvimento exógeno disfuncional aos interesses das comunidades tradicionais, haja vista que a elite pecuarista tornou-se responsável por expandir suas áreas de criação por meio da expulsão de indígenas de seus territórios originários (VIEIRA, 2012).

Por outro lado, torna-se pertinente destacar que a pecuária extensiva nos campos de lavrado dos atuais territórios roraimenses repercutiu positivamente na garantia da soberania nacional e na consolidação de um processo de colonização em escala, dando origem a vários núcleos urbanos, incluindo-se Boa Vista.

Terceiro ciclo: mineração nas serras dos territórios setentrionais

A expansão da exploração mineral como atividade sincrônica concorrente à atividade pecuária impactou em uma nova realocação regional dos fluxos econômicos e humanos que se caracterizou altamente dinâmica em um ciclo econômico relativamente breve, cuja periodização durou pouco mais de cinco décadas desde o seu surgimento na década de 1930.

A estruturação deste novo ciclo econômico aconteceu espontaneamente e de maneira sincrônica ao fim do dinamismo do Ciclo da Borracha comandado pelo estado do Amazonas, haja vista que impactou negativamente na demanda de carne das terras roraimenses, criando porosidades no dinamismo do econômico da pecuária nos campos centrais e possibilitando a transferência de mão de obra para a atividade garimpeira a partir da década de 1930 (DINIZ; SANTOS, 2005).

Por um lado, o surgimento de uma dinâmica expansiva da atividade econômica da mineração de garimpagem em terras roraimenses surgiu em função do desacoplamento econômico destas terras em relação ao estado do Amazonas com o esgotamento do ciclo econômico da pecuária frente à crise do Ciclo da Borracha.

Por outro lado, a expansão da mineração esteve circunscrita dentro da formação de um ciclo político de federalização de territórios na Amazônia, justamente em um contexto que possui, tanto, um início com o Território Federal do Rio Branco - desmembrado do estado do Amazonas em 1943, posteriormente, renomeado Território Federal de Roraima em 1962 – quanto, um fim, com a transformação de Roraima em estado com a Constituição Federal de 1988.

As atividades de garimpagem trouxeram consigo uma revitalização da economia regional roraimense com base em uma clara arregimentação de mão de obra indígena local (SANTILLI, 2000) e de mão de obra migrante de diferentes regiões da Amazônia justamente em um contexto sincrônico do fim do Ciclo da Borracha e cumulativo da própria crise do acoplado ciclo da pecuária roraimense.

As pessoas liberadas pela coleta da borracha, sem alternativas de ganho, foram atraídas pela possibilidade de mineração do ouro e diamante nas áreas montanhosas próximas às

fronteiras com a Venezuela e Guiana, seguindo os afluentes do rio Branco em outros rios (SANTOS, 2013, p. 67).

Em um primeiro plano, as rodovias federais, em especial, a BR 174, trouxeram consigo não apenas um marco de articulação de um sistema de fixos e fluxos fundamentado na produção e escoamento do ciclo econômico da mineração, mas também com o fim do ciclo, as repercussões na ocupação e no surgimento de novas cidades interioranas e no próprio adensamento populacional na capital, Boa Vista (RAPOSO; SENHORAS, 2014).

Em um segundo lugar, os corredores aéreos roraimenses foram multirecortados por aeronaves de pequeno porte que transportavam, tanto, os produtos da mineração, quanto, os trabalhadores do garimpo, o que tornou o aeroporto de Boa Vista em um claro ponto fixo do eixo de integração e desenvolvimento do ciclo a mineração no final da década de 1980, caracterizado como o aeroporto mais movimentado do país em termos de pouso e decolagem (FREITAS, 2000).

Com o fim forçado dos garimpos em razão das forças verticais do governo federal para normatizar o surgimento de áreas institucionais de natureza indígena e ambiental, o ciclo econômico da mineração tornou-se implodido por em um tempo por um choque exógeno, o que repercutiu na ausência de estratégias de desenvolvimento regional no estado de Roraima que nasce com a Constituição Federal de 1988 e na consequente dependência estrutural de recursos do próprio governo federal, inaugurando assim o surgimento de um ciclo econômico do contracheque.

Quarto ciclo: a econômica do contracheque em Roraima

O ciclo econômico do contracheque surge sincronicamente à constituição de Roraima enquanto estado diante da ruptura abrupta do fim do ciclo econômico da mineração em razão de uma reversão da política federal com a Constituição de 1988.

Antes de ser caracterizado como um novo modelo econômico de desenvolvimento, a economia do contracheque do emergente estado de Roraima trata-se de um não modelo econômico que se estrutura como único gatilho do estado e dos municípios roraimenses frente a ausência estratégias de desenvolvimento endógeno ou exógeno.

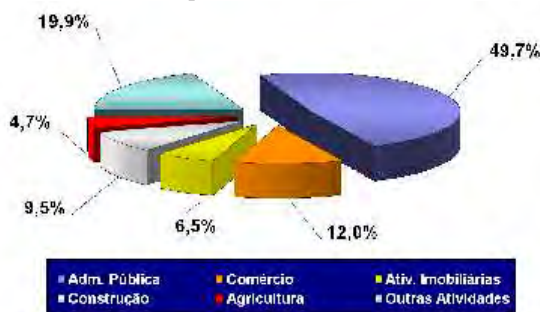
O ciclo da economia do contracheque materializa-se por uma clara dependência do estado e dos municípios roraimenses em relação à União, reproduzindo rugosidades estruturais de uma lógica verticalizada de decisões dos governos centrais à época

da colonização e do Brasil monárquico, ou mesmo no período de federalização de territórios da Amazônia.

A evolução da economia do contracheque em Roraima a partir de 1988 pode ser claramente visualizada com a transformação do território em estado, momento no qual começam a surgir uma expansão das transferências federais centralizadas, ligadas aos Fundos de Participação do Município (FPM) e Fundo de Participação do Estado (FPE).

Para melhor entendimento, segundo Amoras (2000) e Senhoras (2011; 2014), o quadro de desenvolvimento regional em Roraima pode ser compreendido por uma assimetria no dinamismo setorial, com uma baixa participação do setor primário e terciário frente à estrutural dependência do setor terciário, no qual o setor público concentra praticamente 50% da formação da riqueza do estado segundo um padrão de rent-seeking, ou de geração de renda improdutiva originada de transferências federais.

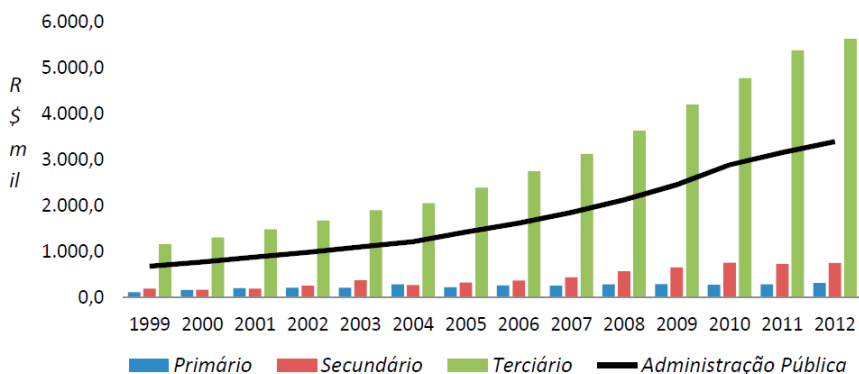
Gráfico 1: Renda por atividade econômica em Roraima



Fonte: Senhoras (2014).

Na formação da renda de Roraima existe uma dependência estrutural das transferências federais. O setor primário tem baixo dinamismo, o setor secundário depende do processo de crescimento da própria urbanização, e o setor terciário também tem um crescimento dependente da expansão urbana, de maneira que ao longo do tempo, o principal componente de renda são as transferências federais, que se materializam na Administração Pública por meio da economia do contracheque.

Gráfico 2: Valor adicionado bruto por setores econômicos



Fonte: Elaboração própria (MARTINEZ; SILVA NETO; SENHORAS, 2015). Base de dados: CGEES/SEPLAN

Observa-se que o federalismo fundiário implementado em Roraima reforça a incapacidade de se alavancar um padrão de desenvolvimento rural do estado no longo prazo, uma vez que a verticalização normativa de políticas federais fronteiriças, indigenistas e ambientais limita o uso produtivo da terra, o que acaba reforçando uma lógica de desenvolvimento assimétrico, fundamentado concentradamente no setor terciário e destacadamente no setor público por meio de uma economia do contracheque.

A existência de uma longa faixa de fronteira internacional, tanto com a Guiana, quanto com a Venezuela, quando somada às políticas federais de criação de reservas ambientais e indígenas ou mesmo de áreas sob responsabilidade militar, ao longo do tempo, acabaram por transformar Roraima em um dos territórios mais engessados no Brasil, haja vista que o governo estadual tem autonomia para o desenvolvimento de ações sobre pouco mais de 12% do total das terras, sendo que no caso de alguns municípios este indicador é ainda mais assimétrico (SENHORAS, 2011, p. 01).

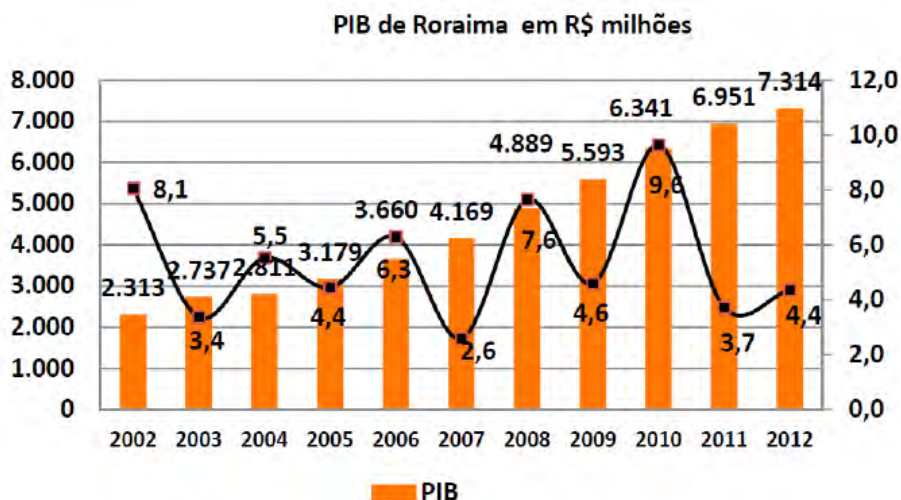
Fruto de um engessamento institucional que limitou alternativas de desenvolvimento regional, a conformação do ciclo econômico do contracheque como modelo econômico exógeno dependente e insustentável no longo prazo caracteriza-se em sua evolução temporal pelas tendências de volatilidade e dependência pró-cíclica em relação ao desempenho macroeconômico do país.

O PIB roraimense cresceu a taxa de 9,37% anuais entre 1971 e 1998. No recorte temporal de 1971 a 1988, quando Roraima desfrutava do status de Território Federal, o PIB se ex-

pandiu a taxa de 13,13% anuais. Entre 1989 e 1990, a taxa declinou levemente para 11,49% ao ano, que é a fase de transição de Território Federal para Estado-membro, cuja instalação aconteceu em janeiro de 1991. Já entre 1991 e 1998, o PIB estadual apresentou taxa de crescimento de apenas 0,87% anuais. (AMORAS, 2000, p.11).

A evolução temporal da economia do contracheque demonstra uma insustentabilidade do modelo à medida que o estado e os municípios crescem além de existir uma dependência estrutural pró-cíclica em relação às fontes de receita da União, o que introjeta características de volatilidade de períodos de alto e baixo crescimento econômico.

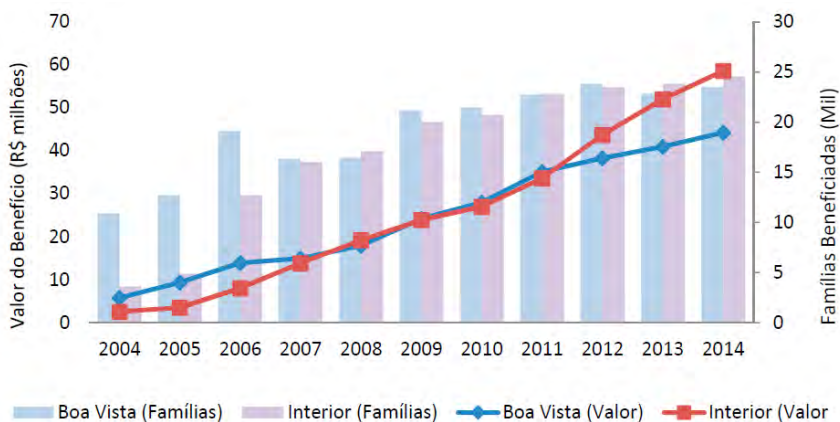
Gráfico 3: Crescimento na economia do contracheque roraimense



Fonte: Elaboração própria (MARTINEZ; SILVA NETO; SENHORAS, 2015). Base de dados: CGEES/SEPLAN

A economia do contracheque pode ser identificada em Roraima por meio de um duplo padrão alicerçado na dependência exógena em relação, tanto, a transferências centralizadas recebidas pelos estados e municípios (FPM e FPE), quanto, a transferências federais descentralizadas por meio de programas de previdência social, bem como de assistência social, como o Bolsa Família.

Gráfico 4: Dimensionamento do programa Bolsa Família em Roraima



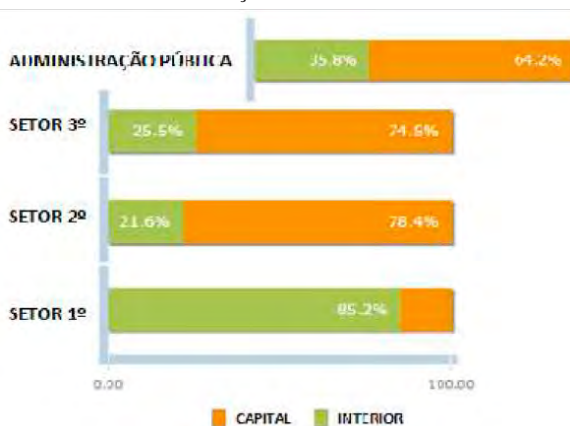
Fonte: Elaboração própria (MARTINEZ; SILVA NETO; SENHORAS, 2015). Base de dados: CGEES/SEPLAN

Quando se analisa o impacto das transferências federais nos distintos municípios roraimenses, observa-se uma clara dependência transversal em todos eles, embora, haja uma acentuada distinção nos municípios do interior em que o papel das transferências federais descentralizadas se tornou maior em relação às transferências federais centralizadas.

Em um primeiro plano, registra-se que as transferências federais centralizadas e descentralizadas conformam um ciclo econômico do contracheque que em termos absolutos tem uma maior concentração absoluta dos recursos monetários advindos da União na capital Boa Vista, devido à concentração de praticamente 2/3 da população estadual, muito embora, em termos relativos tenha maior impacto no desenvolvimento socioeconômico dos 14 municípios do interior que na média possuem uma população relativamente pequena e de predominância rural.

Em segundo lugar, observa-se que na dinâmica da economia do contracheque, a dependência dos municípios do interior em relação à Administração Pública, e, portanto das transferências federais, é maior do que a capital Boa Vista, já que este município possui uma franca expansão urbana do setor de serviços, com consequente produção de receitas em termos de ISS e IPTU (gráfico 5).

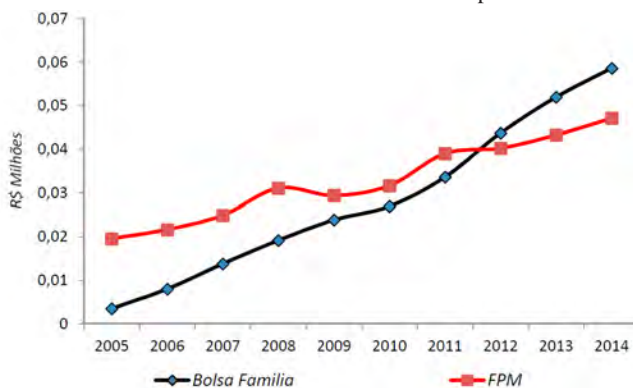
Gráfico 5: Distribuição setorial do PIB roraimense



Fonte: Senhoras (2014).

Em um quarto plano, derivada da primeira apreensão da maior dependência estrutural da economia do contracheque por parte dos municípios do interior de Roraima, em relação à capital Boa Vista, observa-se sob a ótica da renda agregada que o impacto das transferências federais é muito superior ao estimado papel da Administração Pública, quando captado sob a ótica do produto agregado, uma vez que as transferências descentralizadas (Bolsa Família e Previdência Social) entregues diretamente às famílias são superiores ao volume do FPM (gráfico 6).

Gráfico 6: Transferências federais nos municípios do interior



Fonte: Elaboração própria (MARTINEZ; SILVA NETO; SENHORAS, 2015). Base de dados: CGEES/SEPLAN

Em um quinto plano, a identificação de sustentabilidade socioeconômica dos quatorze municípios interioranos em Roraima acontece em função, seja, de renda obtida no setor primário, já que apresentam populações com predominante residência no perímetro rural, seja, de renda obtida por meio da economia do contracheque, principalmente oriunda de transferências descentralizadas de bolsa família e previdência e marginalmente de rendimentos de trabalho da própria Administração Pública local.

Com base nestas discussões, observa-se que em um estado em que a taxa de crescimento vegetativo é aberta, com expansão populacional derivada, tanto, de novos filhos, quanto, de imigrações oriundas de outros estados, existe uma natural armadilha ao crescimento econômico em especial nos municípios do interior com pequena população urbana e baixa dinamização dos setores secundário e terciário.

Referências bibliográficas

AKAMATSU, K. “A historical pattern of economic growth in developing countries”. *Journal of Developing Economies*, vol. 1, n. 1, 1962.

ANJOS, J. N. S. **Desenvolvimento regional da Área de Livre Comércio de Boa Vista e suas implicações socioespaciais a partir de um estudo geoestratégico**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2014.

BEMÚDEZ, L. R. R. **Direito de propriedade da terra e desenvolvimento regional: um enfoque institucional da região colombiana de Altillanura**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 17/03/2015.

_____. **Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967**. Brasília: Planalto, 1967. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acessado em 11/12/2015.

_____. **Lei Federal 1.806, de 06, de janeiro de 1953**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1953. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acessado em 11/12/2015.

_____. **Lei Federal 5.173 de 27 de outubro de 1966**. Brasília: Planalto, 1966. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acessado em 11/12/2015.

BRAUDEL, F. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica”. **Revista de Economia Política**, vol. 29, n. 2, 2009.

BUCHANAN, J. M.; TOLLISON, R. D.; TULLOCK, G. (eds.). **Toward a theory of the rent-seeking society**. College Station: Texas A & M University Press, 1980.

BUENO DE MESQUITA, B.; SMITH, A.; SIVERSON, R. M.; MORROW, J. D. **The Logic of Political Survival**. Cambridge: The MIT Press, 2003.

CAMPANTE, R. G. “O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira”. **Revista Dados**, vol. 46, n. 1, 2003.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. Buenos Aires: Edición Sudamericana, 1995.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Sucupira**. Disponível em <www.sucupira.capes.gov.br>. Acessado em 20/11/2015.

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1967.

CARVALHO, J. M. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. **Revista Dados**, vol. 40, n. 2, 1997.

CORNES, R.; SANDLER, T. **The Theory of Externalities, Public Goods, and Club Goods**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CRUZ, R.O.M. **Uma proposta de estrutura governamental para regular as relações contratuais multilaterais no investimento em infraestrutura de transportes**. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2013.

DINIZ, A. M. A.; SANTOS, R. O. “O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos socioambientais”. **Caderno de Geografia**, vol. 15, n. 25, 2005.

FAORO, R. **Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 1958.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

FERREIRA, M. A. A. **Comércio formiga fronteiriço entre Venezuela e Brasil**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2015.

FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima**. Boa Vista: Editora DLM, 2000.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 1933.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **The spatial economy: cities, regions, and international trade**. Massachusetts: The MIT Press, 1999.

FURLAN, R. C. **As transferências de domicílio eleitoral em Roraima e a interferência nas eleições municipais de 2004, 2008 e 2012**. Tese de doutorado. Boa Vista: UFRGS, 2014.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GAMA, A. “Governadora de RR dá cargos a 19 parentes, que custarão R\$ 398 mil por mês”. **Portal Uol Notícias** [07/01/2015]. Disponível em <www.noticias.uol.com.br>. Acessado em 12/03/2015.

GRYNSZPAN, M. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

HAAS, E. B. **The uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces, 1950-1957**. Stanford: Stanford University Press, 1958.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1936.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acessado em 13/09/2015.

_____. **Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado de Roraima**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13/09/2015.

ISA – Instituto Socioambiental. **Diversidade Socioambiental de Roraima**. São Paulo: ISA, 2012.

KONDRATIEFF, N. D. “The long waves in economic life”. **The Review of Economic Statistics**, vol. 7, n. 6, 1935.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1948.

LINS, C. **Amazônia: as raízes do atraso**. Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2012.

LOBO, M. R. **Formação e Reorganização dos Grupos Políticos do Estado de Roraima: de 1943 a 1988.** Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2014.

MAIESKI, E.; SENHORAS, E. M.; TREVISAN, R. “Dinâmica fronteiriça no arco norte brasileiro no contexto das Áreas de Livre Comércio”. **Cadernos de Finanças Públicas**, vol. 12, 2013.

MARTINEZ, F. R. **O Crescimento Econômico de Normandia, Uiramutã e Pacaraima no período de 1999 a 2011.** Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2014.

MARTINEZ, F. R.; SILVA NETO, T. A.; SENHORAS, E. M. **Arquivo de gráficos sobre desenvolvimento regional em Roraima.** Boa Vista: NECAR-UFRR, 2015 (DVD-ROM).

MEIRELES, M. M. **História do Maranhão.** São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MOSCA, G. **História das doutrinas políticas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions.** London: University Paperbacks, 1957.

NECAR – Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe. **Projeto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia.** Boa Vista: UFRR, 2011.

NOGUEIRA, E. P. S. **O governo de Ottomar de Sousa Pinto (1991-1994): um caso de populismo?** Monografia de graduação. Boa Vista: UFRR, 2014.

NORTH, D. “Location theory an regional economic growth”. **Journal of Political Economy**, vol. 63, n. 3, 1955.

_____. **Institutions, Institutional Change and Economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA VIANNA, F. **Instituições Políticas Brasileiras.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1949.

OLIVEIRA, R. G. “O Holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos das Relações Internacionais”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011.

_____. **A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima.** Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2003.

PERROUX, F. "Economic space: theory and applications". **Quarterly Journal of Economics**, vol. 64, n. 1, 1950.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: CEPAL, 1949.

RAMOS, R. "Roraima: do pára-quedismo político ao clientelismo". **Revista Textos e Debates**, vol. 1, n. 5, 1999.

RAPOSO, T. J. N. **A (re)produção do espaço urbano no município de Pacaraima (1995-2013)**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2015.

_____.; SENHORAS, E. M. "As forças de horizontalidades e verticalidades na (re)produção do espaço da cidade de Pacaraima". **Anais do I Encontro Roraimense de Geografia**. Boa Vista: UFRR, 2014.

RIKILS, V. S. S. **Estudo de viabilidade de um consórcio intermunicipal de resíduos sólidos urbanos na Região do Sul do Estado de Roraima**. Dissertação de mestrado. Lajeado: UNIVATES, 2015.

SANTILLI, P. **Pemongon patá: Território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SANTOS Jr. E. B. **A questão fundiária em Roraima à luz da análise de políticas públicas**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2015.

SANTOS, H. E. A. **Fatores de crescimento de Roraima 1970/1998**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SANTOS, N. P. D. **Política e poder na Amazônia: O caso de Roraima (1970- 2000)**. Boa Vista: Editora UFRR, 2013.

SANTOS, S. S.; SENHORAS, E. M. "Cooperativismo e desenvolvimento local: uma avaliação das cooperativas intermunicipais de passageiros no estado de Roraima". **Cadernos Gestão Social**, vol. 5, n. 2, 2014.

SENHORAS, E. M. "A Episteme da Geografia das Relações Internacionais". **Revista Intellector**, vol. XI, janeiro, 2015.

_____. "A regionalização transnacional na América do Sul e a institucionalização diplomática da UNASUL". **Anais do V Congresso Latino Americano de Ciência Política**. Buenos Aires: ALACIP, 2010.

_____. "Dinâmica política em Roraima". **Folha de Boa Vista**, ano 34, n. 5572, 05 de abril, 2010a.

_____. “Políticas Públicas nos Anos Noventa: Um Ensaio sobre as Causas e Implicações da Crise do Estado Brasileiro de Bem-Estar Social”. **Revista Oikos**, vol. 2, n. 2, 2003.

_____. “Roraima celebrando duas décadas de uma armadilha de crescimento”. **Jornal Folha de Boa Vista**, 19 de outubro, 2011. Disponível em: <www.works.bepress.com/eloi>. Acesso em 10/10/2015.

_____. **Desenvolvimento regional: perspectivas de crescimento em Roraima**. Palestra proferida no dia do economista. Boa Vista: CORECON, 2014. Disponível em: <www.works.bepress.com/eloi>. Acessado em 12/06/2015.

_____. **Entrevista sobre desenvolvimento regional em Roraima concedida ao pesquisador Tércio Araújo da Silva Neto [11/08/2015]**. Boa Vista: NECAR-UFRR, 2015 (transcrição).

_____. **Uma agenda de estudos sobre a regionalização transnacional na América do Sul**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2010.

_____.; CAVALCANTE, J. S. “Turismo e os padrões de desenvolvimento endógeno e exógeno”. **Revista Turismo y Desarrollo**, vol. 7, n. 17, 2014.

SILVA Jr, T. A. **Roraima - O Brasil do Hemisfério Norte**. Boa Vista: AMBTEC, 1994.

SILVA, A. B. Geopolítica na fronteira norte do Brasil: o papel das forças armadas nas transformações sócio-espaciais do estado de Roraima. Tese de doutorado. Boa Vista: USP, 2007.

SILVA, M. A. “Eleição de dirigentes de escolas da educação básica no Rio Grande do Norte (2005): o papel do diretor”. **Anais do 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**. São Paulo: ANPAE, 2011.

SIMONSEN, M. H. **Inflação: Gradualismo X Tratamento de Choque**. Brasília: UNB, 1970.

SOUZA CRUZ, G. A. **Roraima: Laboratório de Experiência dos Regimes Internacionais de Meio Ambiente e Direitos Humanos na Amazônia Legal**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SOUZA, C. M. “Os ecos da modernidade no norte do Brasil: Boa Vista/RR na década de 1950”. **Anais do X Encontro Nacional de História Oral**. Recife: UFPE, 2010.

TAVARES, M. G. C. “A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI”. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 29, edição especial, 2011.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. “**Eleições**”. Portal Eletrônico do TSE. Brasília: TSE, 2015. Disponível em <www.tse.jus.br>. Acessado em 03/05/2015.

VALÉRIO, L.; SENHORAS, E. M. “Renovação política é aparente”. **Jornal Monte Roraima**, 02, fevereiro, 2011. Disponível em: <www.works.bepress.com/eloi>. Acesso em 11/12/2015.

VIEIRA, J. C. “Resenha do livro História Geral de Roraima”. **Revista Texto e Debates**, vol. 1, n. 18, 2012.

VIEIRA, J. G. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: A disputa pela terra 1777 a 1980**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

VIEIRA, M. G et al. “Plano de gestão comunitária do turismo - Serra do Tepequém”. **Revista Norte Científico**, vol. 2, n.1, 2007.

ARTIGO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO

Introdução

Turismo é apresentado como um setor dinâmico, presente nas prestações de serviços, pois une vários setores sobre a mesma atividade econômica, sempre ligados entre si. Quando se fala de serviços, pois une vários setores em um só e exerce forte efeito sobre as demais atividades econômicas, haja vista a interligação entre eles. Esses efeitos, denominados *linkages*, são exercidos tanto sobre as atividades a jusante, que possuem efeito para frente, quanto sobre aquelas atividades a montante, com efeito para trás.

O turismo como terceiro setor vem em busca de criar empregos diretos e indiretos, por meio da sazonalidade existente em várias localidades, seja ela por estação ou calendários festivos, proporcionando, dessa forma, várias possibilidades de emprego. Diante disso, a localidade em desenvolvimento obtém sinergia favorável junto ao turismo, favorecendo um ambiente adequado ao desempenho e incremento de seus recursos econômicos, culturais e sociais em benefício de todos.

Dentro desse contexto há o desenvolvimento endógeno e exógenos, que juntos exercem atividades de desenvolvimento. Mas, há poucos estudos sobre o tema do desenvolvimento do turismo no viés endógeno e exógeno no turismo, razão pela qual o trabalho vem contribuir para análise do que propões no turismo, tanto no enfoque endógeno, quanto no exógeno do desenvolvimento.

Na primeira parte, no viés de desenvolvimento exógeno do turismo é presente a verticalidade dentro do sistema turístico dentro do modelo gravitacional que vem de fora para dentro, na estrutura fixa da oferta e nos fluxos da demanda. Na segunda parte, no viés de desenvolvimento endógeno do turismo é presente as forças hori-

* Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia e Professora no Centro de Universitário Estácio da Amazônia. Email: jordanacavalcante@hotmail.com.

zontais produzidas pelos autores sócias da localidade turística, que fazem do turismo de fora para dentro por meio de instituições e equipamentos turísticos.

Os fatores analíticos tomam como referência as discussões do campo de estudo do desenvolvimento regional, com base nos modelos presentes no viés endógenos e exógenos, a fim de mostrar a sua relação com o turismo e a sua relevância para o estudo empírico de casos a partir da convergência de discursos exógeno e endógeno.

O presente trabalho foi elaborado por meio de uma revisão bibliográfica nas áreas de turismo, desenvolvimento regional e geografia do turismo, resultando em um texto que se estruturou em duas partes, incluídas a presente introdução e a conclusão. Na primeira parte, a pesquisa aborda as discussões que relacionam o desenvolvimento regional exógeno, por meio da identificação de dois modelos analíticos que abordam as vertentes de desenvolvimento exógeno (modelo de fixos e fluxos).

Na segunda parte, delimitam-se as principais discussões de desenvolvimento endógeno no turismo, abordando-o como alavanca e desenvolvimento endógeno (modelo de prisma institucional). Na conclusão são descritas informações a fim de retomar alguns dos principais pontos abordados no trabalho dando a relevância da abordagem sistêmica de fixos e fluxos presente no modelo do campo gravitacional (exógeno) do turismo em contraposição à abordagem propiciada pelo modelo do prisma na análise do desenvolvimento endógeno do turismo.

Desenvolvimento exógeno (econômico) e endógeno (social) do turismo

Dentro dos padrões de desenvolvimento regional, o desenvolvimento exógeno do turismo entra dentro de um planejamento presentes nos equipamentos turísticos colocados como fator de desenvolvimento regional baseados em alguns polos de atração, seus fixos de fluxo turístico com efeito de atrativos. O trabalho irá gerar uma boa discussão sobre estes dois tipos de desenvolvimento, no viés exógeno e o endógeno.

Com a integração regional, as localidades, de modo geral, devido à presença de força impulsora advindas das regiões centrais, ajustam-se à teoria dos polos de crescimento. Sendo que esta, como propulsora, valoriza-se sobre outra como forças externas, inserida no que chamamos de desenvolvimento exógeno.

No outro ponto de vista, o turismo é visto a partir de uma dinâmica horizontal, na qual as forças locais representam a dinâmica da potencialidade turística em função do capital social existente pela articulação dos atores sociais frente a um padrão cultural ou natural que há no desenvolvimento do turismo. Já dentro dos padrões de

desenvolvimento endógeno do turismo é presente a valorização do papel da história, da cultura e das instituições das localidades na articulação de diferentes atores sociais locais para promoverem o turismo local por meio de um padrão de articulação territorial e de pessoas via redes e Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Quando duas ou mais regiões se desenvolvem em equilíbrio, haverá a demanda para cada segmento ou atrativo que a localidade ofertar, fazendo com que não seja necessária a migração de mão-de-obra ou carência dessas para outra região. Assim, o desenvolvimento endógeno, modelo que exige a participação da comunidade para seu desenvolvimento.

Diferente do desenvolvimento exógeno, surge a partir de uma região delimitada geográfica, cultural ou politicamente, no cerne da qual os atores sociais passam a ser autogestores do desenvolvimento. Ou seja, o desenvolvimento endógeno implica a continuidade e aplicação da capacidade de agregação e geração de valor sobre o que é produzido numa comunidade. Tudo isso advindo dos recursos locais, inseridos no conhecimento local da comunidade, fatores esses que influenciam a intensidade do desenvolvimento endógeno de uma região.

Nesse procedimento metodológico é utilizado os tipos ideais de desenvolvimento endógeno e exógeno no diagnóstico turístico e traz consigo um artifício de facilitação da coisa com base na edificação de um princípio lógico em que o pesquisador alcança, não apenas analisar e delinea isoladamente os elementos, mas, principalmente, tem ferramentas para fazer um debate normativo com proposições estratégicas para desenvolver o turismo.

Desenvolvimento exógeno e o modelo gravitacional no turismo

No que se refere a um padrão que apresenta o acontecimento de forte concentração do turismo em determinadas regiões ou circuitos por meio de polos de crescimento e com a participação de atores de fora, seja no planejamento ou na implementação dos sistemas turísticos, o desenvolvimento exógeno do turismo é colocado como fator de desenvolvimento regional nesse contexto.

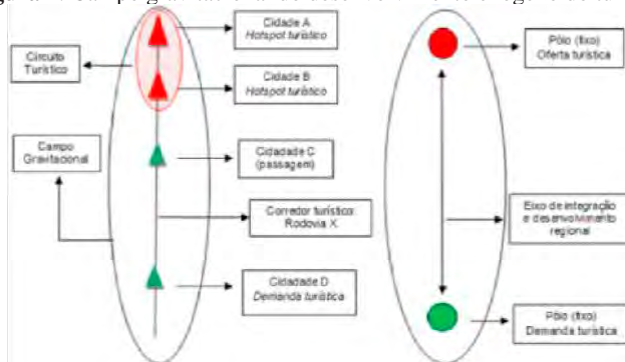
Com essa visão exógeno do desenvolvimento do turismo, surge uma simplificada geografia do turismo na qual a análise dos territórios se materializa a partir da identificação de um sistema de fixos (oferta e demanda turística) e fluxos (infraestrutura de transporte), pois o turismo se manifesta em áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento (infraestruturas de transporte) e áreas de atração (receptoras). O ponto de vista da generalização de desenvolvimento regional e modelos de desenvolvimento regionais nos países centrais foram assimiladas pelos países periféricos.

Na América Latina, muitos países instituíram programas específicos de desenvolvimento regional, a exemplo dos programas de fronteira e de bacias, no México; da região de Guayana, na Venezuela entre outros. Para Sthor (1972), que realizou um levantamento na época, foram listados em média 73 planos ou programas de desenvolvimento regional nos países da América Latina.

Dentre esses, vale destacar em meio à política brasileira da Amazônia, o que será tratado de forma mais detalhada conforme um modelo gravitacional. O turismo no eixo de integração regional, é apreendido a partir de uma força propulsora cuja dinâmica pode ser comparada por analogia de uma força gravitacional. Há polos com força dinâmica, e a atração fará seu entorno. São representados em Escala: equipamento turístico e Escopo: qualidade do ponto de vista de escala da paisagem (natural ou cultural).

Como apresentado do modelo gravitacional abaixo. Tal como na análise física de um campo gravitacional, o padrão de desenvolvimento exógeno é explicado pela força de atração turística de um polo e do circuito turístico nele inscrito que será proporcional ao tamanho de sua massa crítica turística em termos de escala ou escopo, e, inversamente proporcional à distância dos polos emissores ou demandantes de serviços turísticos. Conforme pode ser observado no modelo do campo gravitacional do desenvolvimento exógeno do turismo (figura 1).

Figura 1: Campo gravitacional do desenvolvimento exógeno do turismo



Fonte: Elaboração própria.

No modelo gravitacional de análise do desenvolvimento exógeno, o campo gravitacional do turismo resultante das relações sociais pode ser ajustado como um conjunto inseparável de fixos e fluxos, em que a definição dos fixos vem da qualidade e quantidade das capacidades de oferta e demanda turística que eles encerram; e, pelo

lado reverso da moeda, os fluxos derivam da qualidade e do peso sociopolítico da circulação de pessoas, objeto, capital, entre outros (SANTOS, 2000).

No ponto de vista da generalização de desenvolvimento regional e modelos de desenvolvimento regionais nos países centrais foram assimiladas pelos países periféricos. Na América Latina, muitos países instituíram programas específicos de desenvolvimento regional, a exemplo dos programas de fronteira e de bacias, no México; da região de Guayana, na Venezuela entre outros. Para Sthor (1972), que realizou um levantamento na época foram listados em média 73 planos ou programas de desenvolvimento regional nos países da América Latina dentro desses, vale destacar em meio essa política brasileira a Amazônia, dentro de um modelo gravitacional.

Segundo Fernandes (2013), o espaço é o maior conjunto de objetos existente. Se ele associa o que, pela origem, tem idades diversas, tais coisas são todas, a cada momento, movidas e vivificadas por uma lei única, a lei do hoje, a que se submetem todas as relações sociais. Trata-se de uma grande lei dos movimentos de fundo na sociedade.

Assim, a partir dos seus fixos e fluxos se distingue quando um lugar possui uma força de atração que atrai esses fluxos para os seus fixos, de maneira que aconteça a interação e o movimento desse fluxo numa determinada localidade, já que apresenta uma maior qualidade de equipamentos turísticos para ter poder de atração maior do que aquele que não possui nenhuma infraestrutura básica.

Dessa maneira, na medida em que há um maior poder de atração, a circulação nesses fixos, o volume de bens e serviços, a taxa de abertura econômica e os fluxos financeiros, observam-se fenômenos contínuo de movimento de turistas, tais como o retorno do turistas aos pontos de atração, tudo isso influencia no aumento dos fluxos, retornando a questão dos pontos fixos representado por sua qualidade que traça um perfil de quem passa pelos *hospitals* dentro de vários fatores, que se insere os fluxos intranacional e internacional elevando esses fluxos entre os estados e a fronteira.

Os autores relacionam o poder de atração de uma localidade por meio do que é oferecido ao turista que passa pela localidade, fazendo com que esse fluxo seja atraído pela qualidade e diversos fatores como a motivação de estar em determinado lugar e usufruindo de determinado produto ou serviço. Para tanto, Santos (SANTOS, 2001 *apud* FERNANDES NETO, 2005) escreve que as redes são estimuladas por fluxos e sustentadas por fixos, portanto, sendo mesmo tempo estáticas e dinâmicas.

Nessa perspectiva, compreende-se que as cidades atuando como pontos fixos são sustentadas pelo comportamento humano marcado pela diversidade. Assim, num primeiro momento as redes são sustentadas por fixos, que no caso são repre-

sentadas pelas cidades (*hotspots*) e, num segundo momento, como essas cidades são estimuladas pela dinâmica dos fluxos que sustentam e possibilitam as diversas interações no espaço que está inserido no eixo.

Os pontos analisados dos polos de atração e repulsão são apresentados a partir dos seus fixos e fluxos que possuem na sua dinâmica e no território a distância entre os polos, pois quanto maior a distância menor é atração do hotspots apresentado no espaço em estudo.

O modelo gravitacional dentro do modelo exógeno destaca-se quando dividimos seu argumento entre os fatores apresentado no território em estudo que integrado as rodovias possui um canal de integração em desenvolvimento conjunto, no que tange o desenvolvimento exógeno e por meio dos canais de infraestrutura que passam pela região.

A noção de um padrão de desenvolvimento do turismo com base em uma lógica exógena apreende a relação existente entre demanda e oferta turística, a qual é visualizada por uma dinâmica reticular de fluxos ao longo de determinado eixo infraestrutural de integração e desenvolvimento que se manifesta por um sistema turístico multirecortado por polos ou pontos fixos, de saída, passagem e destino turístico.

Desenvolvimento endógeno e o modelo do prisma no turismo

O modelo Prisma parte de uma analogia do dimensionamento matemático composto por um tripé quando reúne condições específicas em relação a outros objetos, pois um feixe de luz se abre em um espelho de luz com diferentes cores (arco de áreas), relacionando a refração quando não há absorção interna dos fluxos e a reflexão quando há uma abertura das opções de aproveitamento das potencialidades locais para os fluxos de demanda turística.

O modelo de Prisma turístico reúne condições especiais entre o sistema de oferta turística e demanda turística, o EHP são pilares do prisma turístico permitindo a formação de condições especiais para a oferta turística ocorrendo uma absorção dos fluxos turísticos. No modelo de desenvolvimento endógeno do turismo se apresenta como uma tradicional ou clássica vertente de análise nos estudos turísticos, ao trazer um enfoque de valorização de importantes fatores que compõem a massa crítica da oferta turística, como a identidade cultural, a preservação ambiental e a geração de renda com base na participação local de diferentes atores sociais.

Na perspectiva endógena, as forças locais representam o mote do desenvolvimento do turismo, uma vez que se relaciona com a criação de um entorno institu-

cional e econômico adequado, proporcionado pela junção do aproveitamento dos recursos sociais, culturais, naturais e dos serviços locais, bem como da cooperação entre os atores; até mesmo porque estes possuem condições de promover o surgimento de alternativas de inovação incremental ou ruptiva na oferta dos serviços turísticos. Segundo Tamazzoni (2009), o desenvolvimento endógeno é um processo liberado pela comunidade local. É a capacidade de utilização de potencial, como *savoir-faire*, sistema de relações e recursos próprios para a melhoria do nível da população.

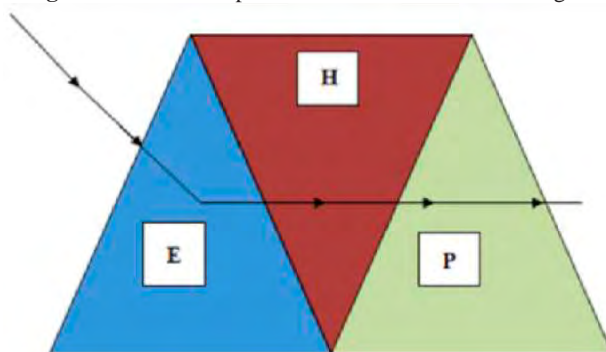
Perante à complexidade de variáveis relacionadas ao capital social na promoção local do turismo, a utilização de um método comparativo para avaliar e dimensionar o desenvolvimento do turismo endógeno numa visão qualitativa e quantitativa passa a ser extremamente funcional para apreender os pontos positivos e negativos na dinamização do turismo em diferentes municípios, razão pela qual se propõe um modelo simplificado de análise com base em apenas três dimensões, respectivamente, paisagem, humana e econômica.

O modelo Prisma parte de uma analogia do dimensionamento matemático composto por um tripé quando reúne condições específicas em relação a outros objetos, pois um feixe de luz se abre em um espelho de luz com diferentes cores (arco de áreas), relacionando a refração quando não há absorção interna dos fluxos e a reflexão quando há uma abertura das opções de aproveitamento das potencialidades locais para os fluxos de demanda turística.

O modelo de Prisma turístico reúne condições especiais entre o sistema de oferta turística e demanda turística, o EHP são pilares do prisma turístico permitindo a formação de condições especiais para a oferta turística ocorrendo uma absorção dos fluxos turísticos. Para tanto, no contexto de integração do modelo prisma dentro do desenvolvimento endógeno torna-se referência com o chamado EHP fator econômico, fator humano, fator paisagem (natural e cultural), inseridos nessa para a realidade local das comunidades envolvidas e participativas dentro da análise do campo epistemológico do turismo que são focadas em cada variável presente identificados no EHP.

No modelo do Prisma a por meio da incidência e refração ocorre com as três variáveis do EHP, quando essas estão relacionadas dinamicamente como é apresentado na figura posterior. As figuras abaixo são representações desse modelo, elaborado para destacar as dimensões para a análise do estudo em desenvolvimento, nesse faz necessário a divisão dessas variáveis para realizarmos uma análise em cada uma das dimensões EHP (Econômico, Humano e Paisagem).

Figura 2: Modelo do prisma do desenvolvimento endógeno



Fonte: CAVALCANTE (2014).

O modelo do prisma é apresentado de análise do desenvolvimento endógeno do turismo parte de uma analogia com os estudos da óptica, pois um feixe de luz se abre em um espelho de luz com diferentes cores (arco de áreas), relacionando o fenômeno da refração com base nas variáveis E (economia); H (homem); e P (paisagem), as quais têm capacidade de absorver fluxos de demanda turística de maneira a refratar opções de aproveitamento das potencialidades locais de oferta turística.

São trazidas as informações relacionadas à dinâmica social e política manifestada pela articulação de redes, atores e instituições na promoção do turismo, as quais são absorvidas pela técnica de mapeamento de *stakeholder analysis* e pela utilização de um diagrama de *Venn* para mostrar a capilaridade das articulações sociais de atores políticos centralizados, descentralizados e de comunidades epistêmicas no turismo local dentro da dimensão humana.

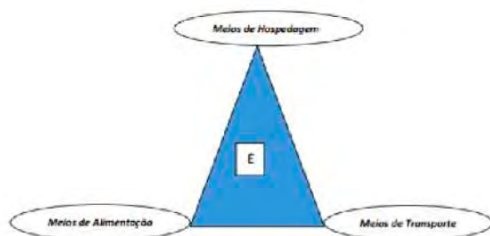
São apresentados os dados sobre a oferta turística, de maneira a mostrar os *linkages* existentes ao longo de toda a cadeia produtiva de serviços turístico a jusante e a montante por meio da análise dos equipamentos de meios de hospedagem, alimentação e transporte dentro da dimensão econômica. São abordadas informações sobre as paisagens natural, cultural e artificialmente criadas, as quais, dependendo das suas características são capazes de gerar maior ou menor fluxo de demanda turística já que esses recursos são acervo turístico do lugar, que enriquecem a oferta, preservam a memória, no sentido cultural e são apreciados por turistas e pela própria população dentro da dimensão da paisagem (PETROCCHI, 1998).

Para Santos (2002), o conjunto de fixos e fluxos, são elementos fixos e fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fixos novos ou re-

novados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem lugar. Assim, o turismo nesse contexto pratica o social e o econômico de maneira que dependem da forma que se estrutura.

Dentro dessa análise, são refletidos os efeitos de encadeamentos em relação ao número de trabalhadores frente ao terceiro setor e repercutem fortemente na economia do Brasil, uma vez que há um elevado aumento desses números no decorrer dos anos, por meio dos seus indicadores. Esse tripé se relaciona diretamente na utilização desses serviços (meios de hospedagem, alimentação e transporte turístico) que gera milhões de empregos usufruídos por esses fluxos turísticos que adentram na localidade.

Figura 3: Modelo Prisma - Econômico



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, o turismo no estudo quando aplicado ao fixo e fluxo de pessoas nos pontos escolhidos do trabalho, tem o turismo.

Assim sendo, o turista é apresentado como instrumento fundamental para a cadeia produtiva. Levando em consideração essa assertiva, a relação do turismo e do desenvolvimento endógeno pode ser compreendida pelo poder de consumo do turista, junto aos moradores da comunidade. No outro ponto de vista, a análise conjugada destas três dimensões segundo uma abordagem qualitativa e quantitativa é relevante para mostrar a especificidade da capacidade local absorver um potencial feixe turístico de maneira a refratar condições funcionais para uma efetiva e atrativa oferta de serviços.

Considerações finais

O procedimento metodológico de tipos ideais na análise turística trouxe consigo elementos para definir mais claramente as dinâmicas que afetam as localidades em função da distinta natureza das forças verticais e horizontais que se manifestam no campo de poder do sistema turístico e por conseguinte possibilitar uma apreensão simplificada do desenvolvimento turístico a partir de um padrão bifurcado pelas lógicas exógena e endógena.

Para compreender a questão frente ao desenvolvimento exógeno no turismo, partimos de uma leitura multidisciplinar sobre o exógeno no turismo, identificando dentro dos pontos fixos que analisam os fatores atratores e repulsores desses municípios. Na realidade, o estudo quando se depara com o desenvolvimento exógeno, está intimamente relacionado com a leitura econômica e capitalista, já que as formas utilizadas nessa teoria são inversamente proporcionais à teoria aplicada ao endógeno do turismo. Além disso, consolida o estudo exógeno sendo exequível para tal trabalho, e nos faz entendermos a forma como esse é aplicado.

A integração espacial, historicamente, já evidenciada se perpetua até o presente momento, quando observamos, a exemplo disso, o trânsito de turistas no corredor turístico. Nesse aspecto, aborda o corredor sob o prisma econômico e social, que traz a discussão do fluxo dentro de um espaço já que se sujeita a movimentar a economia de uma localidade ou espaço. Baseados nestas discussões, o artigo forneceu subsídios teóricos e metodológicos para análise do turismo no desenvolvimento do turismo a partir de um enfoque multidisciplinar que mostra os campos de poder existentes conformados por forças verticais e horizontais e que impactam na construção de agendas de cima para baixo e de baixo para cima, as quais, por não serem sempre convergentes, acabam por gerar uma série de disfunções e conflitos.

Com o objetivo maior do estudo foi demonstrar que existe, tanto, uma rica natureza descritiva nos estudos turísticos, quanto, uma profícua agenda normativa para delimitação de políticas, razão pela qual se procurou mostrar que os diferentes modelos de desenvolvimento do turismo são extremamente importantes para complementar o entendimento das dinâmicas turísticas. O sistema turístico foi realizado por uma análise bifurcada que se utilizou, simultaneamente, de um modelo gravitacional para compreensão das dinâmicas reticulares de fixos e fluxos e de oferta e demanda em determinada região, bem como, de um modelo do prisma a fim de explicar as dinâmicas locais desenvolvidas como respostas autopoéticas aos fixos de oferta turística.

Dessa forma, vale salientar a importância de cada modelo estudado, o modelo gravitacional inserido no exógeno e modelo Prisma dentro no endógeno. Ambos apresentaram procedimentos analíticos diferentes ao longo do texto, sendo que um valorizou o desenvolvimento regional exógeno e sua importância presentes na teoria dos fixos e fluxos apresentados.

Em relação ao modelo prisma, mostrou-se o estudo detalhado dentro do endógeno, por meio dos pilares econômico, humano e paisagem dando a relação ao eixo de integração, a partir da união de esforço desse estudo de potencialidades turística. Em muitos países as políticas de planejamento do turismo nacional têm se baseado em um padrão de desenvolvimento regional no qual incide, simultaneamente, uma lógica exógena manifestada por políticas centralizadas do governo federal a fim de delimitar áreas infraestruturais adequadas para a potencialização de circuitos turísticos, e, uma lógica endógena própria de cada uma das localidades que se manifesta por ações descentralizadas.

Referências bibliográficas

CAVALCANTE, J. S. **Turismo e desenvolvimento regional**: um estudo exógeno e endógeno do eixo Amazonas-Roraima. Boa Vista: UFRR, 2014.

FERNANDES, Rodrigo Baldin. **Geografia do Turismo no Tepequém**: Uma Análise Sistêmica. (Dissertação de Mestrado em Geografia, UFRR). Boa Vista-RR, 2013. PE-TROCCHI, M. Turismo: planejamento e gestão. São Paulo: Editora Futura, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp: São Paulo, 2002.

STHOR, W. El desarrollo regional in **América Latina**: experiências. Buenos Aires: SIAP, 1972.

TAMAZZONI, E. L. **Turismo e Desenvolvimento Regional**: dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

ARTIGO

DESIGUALDADE E A POBREZA ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO DEPARTAMENTO PERUANO DE AMAZONAS (1993-2015)

Introdução

Para fazer o desenvolvimento nos países e regiões e preciso lutar contra desigualdade e a pobreza, é isso a maior preocupação dos governos nacionais e subnacionais e os organismos internacionais, elas atuam como uma barreira na necessidade de procurar o bem-estar das pessoas, então precisa de políticas que respondam em atender essas necessidades, e não só medir a desigualdade e pobreza em termos monetários se não também analisar os impactos sociais.

O presente trabalho examina a relação entre a desigualdade e a pobreza no departamento de Amazonas, uma região da Amazônia peruana, ampliando o análises comum do estudo que é centrado em aspecto econômico ao social, o período do estudo serão durante os anos 1993-2015, para tanto basearmo-nos nas teoria do desenvolvimento humano, e em alguns indicadores dos objetivos do milênio que se aplicaram, para entender melhor essa relação das variáveis do estudo.

O artigo está dividido em 6 partes; sendo a primeira à introdução, a segunda apresentara o conceito de desigualdade e pobreza, a terceira a teoria do desenvolvimento humano e seu relação com os objetivos do milênio, a quarta trouxe generalidades do departamento de Amazonas dentro da região da Amazônia peruana, o quinta trouxe a metodologia e os resultados de análises da pobreza, desigualdade em acesso aos serviços básicos e o índice de desenvolvimento humano e o sexta são as considerações finais.

* Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia – PPGDRA/NECAR/UFRR. linomaxtserem@gmail.com.

** Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Brasília (UnB) e professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Conceito da desigualdade, a pobreza e desenvolvimento humano

A preocupação pela desigualdade e a pobreza no século XXI ainda é um ponto de debate dos políticos e governos nos países em vias de desenvolvimento como os Latino-americanos, onde suas políticas e estratégias para lutar contra a pobreza e desigualdade tiveram pouca efetividade. Neste contexto, os Objetivos do Milênio promovidos pela Organização das Nações Unidas surgiu como um dos principais acordos multilaterais criados para responder a essas necessidades. Neste regime multilateral de avanço no desenvolvimento humano dos países, Peru também tornou-se parte do pacto do milênio com a finalidade de reduzir os principais problemas das pessoas, de modo que os governos descentralizados seguiram as mesmas políticas para o cumprimento dos objetivos propostos.

Desigualdade

A desigualdade tem muitas formas de interpretar e analisar, para Espina (2006) o conceito pode estar relacionado ao conceito puramente econômico, pela facilidade de medir ao mesmo conceito, a pobreza e a inferioridade social. Afirmando:

[...] podem ser definidas como as diferenças na distribuição da renda, no acesso ao bem-estar; material e espiritual e no consumo (Heller, 1999), e expressam o grau diferente de disponibilidade de recursos e dotação de meios para a satisfação de necessidades que caracterizam distintas grupos sociais (ESPINA, 2006, p. 195).

Para Piketty (2015), a desigualdade está centrada na distribuição da renda dos salários, na participação no meios do produção e na relação capital-trabalho no processo de produção dos bens e serviços que a sociedade demanda, e que essas desigualdades nas rendas pode ser por questão de educação, capital humano, a globalização.

Enquanto Remy (2015), afirma que a desigualdade tem que olhar por questão do território, é dizer que o território é uma variável independente que explica a persistência da desigualdade a pesar do crescimento que pode existir, e que ali o estado tem um fator importante com a dotação dos serviços básicos, mas muitas vezes o participação do estado não é igual em todos as regiões. Ao lhe que Figueroa (2003), chamo desigualdade do participação da estado, fazendo uma comparação que como as empresas procuram maximizar os benefícios, os indivíduos maximizam a utilidades os governos do turno fazem investimento para maximizar os votos.

Para Sen (2010), a desigualdade vai mais além, além do aspecto econômico, como renda, ele afirma que essa questão está relacionada à existência ao desigual acesso as oportunidades de desenvolver-se livremente como as pessoas valoram, é dizer ao exclusão em educação, saúde, oportunidades de trabalho, segurança e as liberdade na participação na política.

Pobreza

A pobreza é um conceito de muito tempo, nas ideias clássicas o enfoque estava relacionado com a ausência de renda e única maneira de ter isso foi com a força de trabalho, já que isso permitia cumprir a homem fazer o manutenção de sua família. Malthus (1982) coloca que a pobreza está relacionado com a ausência de produção do alimentos, e que a quantidade seja os adequados para responder e tender a demandas da população, seguem seus estudos o principal causa da pobreza é a diferença existente entre a taxa de crescimento populacional e a quantidade da produção de alimento para o consumo:

[...] que a capacidade de crescimento da população é indefinidamente maior do que a capacidade da terra de produzir meios de subsistência para o Homem. A população quando não é obstaculizada, aumenta a uma razão geométrica. Os meios de subsistência aumentam apenas a uma razão aritmética. Uma ligeira familiaridade com números mostrara a imensidade da primeira capacidade comparativa a segunda. (MALTHUS, 1982, p. 57).

A pobreza na atualidade não só está relacionado ao conceito de rendas, afirma Murillo (2007), se não também está ligado a outras dimensões sociais, políticas e culturais. Desde o olhar de ele existem oito formas de analisar as causas da pobreza, baseado em essa informação se construiu o seguinte quadro, além o autor não explica se essas causas estão relacionado entre sim:

Gráfico 1: Causas da pobreza seguem Muarillo (2007)



Fonte: elaboração própria do esquema em base aos afirmações do Muarillo (2007, p. 63).

Enquanto Sen (2010), afirma que a pobreza são as privações das capacidades¹ que influíam diretamente sobre as liberdades, e distingue cinco tipos de liberdade desde uma perspectiva *instrumental*: *liberdades políticos, facilidades econômicas, oportunidades sócias, garantias de transparência e segurança protetora* (SEN, 2010, p. 25), além o autor trouxe um aporte mais que essas liberdades instrumentais estão relacionado entre sim. É assim que o autor não só centra a análise da pobreza desde o ponto de rentas, se não também de outros fatores que influiriam na liberdade. Se bem é certo que para entender a pobreza, a rentas é uma das causas da pobreza, pois a ausência dele pode ser uma privação da capacidades.

Desenvolvimento Humano e os oito objetivos do milênio

A preocupação pelo desenvolvimento humano é produto de uma mudança do conceito que surgiu após de II Guerra Mundial, já que antes o conceito de “desenvolvimento” estava relacionado com crescimento econômico, um pensamento clássico onde o bem-estar era ter uma taxa alta de Produto Nacional Bruto Per Capita (PNB *per capita*)², ideia baseada na acumulação de renda, mas isso não foi suficiente para a solução de problemas de fome, oportunidades de trabalho, saúde, educação.

A criação das oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida [...]. A expansão dos serviços de saúde, educação, seguri-

¹ A “capacidade” [*capability*] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela (SEN, 2010, p. 105)

² O **Produto Nacional Bruto** são os valor total que os domésticos recebem num tempo dado, maiormente é um ano e é per capita por que a mediação é por pessoa (SACHS; LARRAIN, 2000).

dade social etc. contribui diretamente para a qualidade de vida e seu florescimento. (SEN, 2010, p. 191).

No ano 2000 os 189 países membros da ONU realizaram uma reunião com o propósito de discutir assuntos em temas de Pobreza e melhorar os indicadores do desenvolvimento humano nos estados, chegando aos acordos até 2015. Aquela reunião se chamou Pacto do Milênio, os oito objetivos foram: acabar com a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, todos enfocados em crescimento, redução de pobreza e desenvolvimento sustentável (LACERDA, 2010).

Departamento de Amazonas sob Amazônia peruana

A floresta da selva estão sob região da Amazônia peruana que abarca o 62.02% do território nacionais e que está conformado por 11 departamentos³ de Peru, sendo eles: Amazonas, Loreto, Ucayali, Madre de Dios, San Martín, y uma parte dos departamentos de Cajamarca, Cuzco, Ayacucho, Huanuco, Junín, e Pasco (INEI, UNFPA, 2010). A região seguem Oliveira (1977) pode ser definido:

[...] praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica baseada num certo espaço característico (OLIVEIRA, 1977, p.27).

Na definição do conceito de região, a Amazônia peruana pode ser emoldurada dentro de essa definição, dado que um é um território que tem povos com continuidade de suas histórias e identidade própria, essa sequências são: ancestre comum, língua materna, autodenominação, identidade étnica e não dominância. A Amazônia peruana está conformado com 53 grupos étnicos, além das florestas, flora, fauna, recursos naturais e um clima própria de sua natureza (INEI, UNFPA, 2010).

³ Os governos regionais foram criadas com a Lei N0 27867 (Lei orgânica de governos regionais), publicada o 18 de novembro do 2008. E têm autonomia política, econômica e administrativa dentro de sua competência e jurisdição no âmbito de sua circunscrições territoriais (artigo 2 y 3). Disponível em <http://portal.jne.gob.pe/informacionlegal/Documentos/Leyes%20Org%C3%A1nicas/LEY%20ORG%C3%81NICA%20DE%20GOBIERNOS%20REGIONALES.pdf>.

O departamento de Amazonas que encontra-se localizada na Amazônia peruana faz fronteira com: ao norte com república do Equador, pelo este com os departamentos de Loreto e San Martín, sul com San Martín e La Libertad, pelo oeste com a república de Equador e departamento de Cajamarca. O departamento de Amazonas tem uma superfície de 39 249.1 Km², e aproximadamente 50% da área está ocupada pelas comunidades nativas, as etnias Huambisas e Aguarunas. A população indígena representam o 13.87% (INEI; UNFPA, 2010; CEPLAN, 2016).

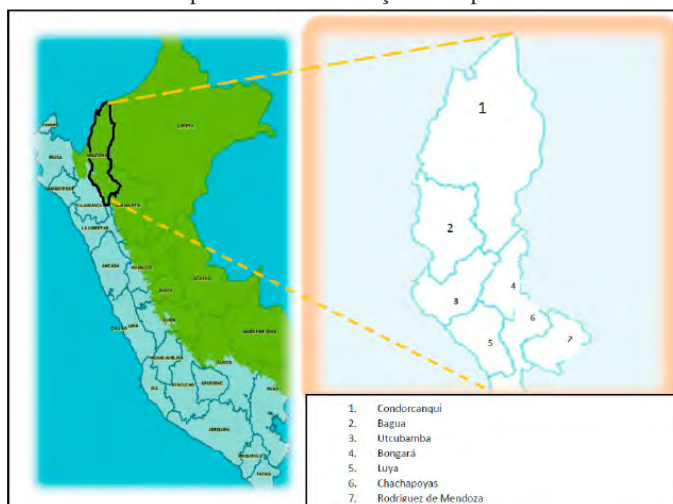
Tabela 1: População da Amazônia Peruana (1993-2007)

| População | 1993 | 2007 | Tax.cres. Anual |
|---------------------------|----------------|----------------|-----------------|
| Departamento de Amazonas | 336 665 | 375, 993 | 0.78 |
| Indígenas (% dep.Amazon.) | 42 588 (12.65) | 52 153 (13.87) | 1.43 |

Fonte: elaboração própria em base a II censo aos povos indígenas da Amazônia peruana, 2007.

A poluição está dividido em território que está coberta pelas florestas, o cor verde de que está marcado nesse mapa é a cobertura da florestas e que é região Amazônica peruana.

Gráfico 2: Amazônia peruana e a localização de departamento de Amazonas



Fonte: Perú en cifras de Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)⁴ y cuantificación de los cambios de la cobertura de bosque por deforestación⁵.

⁴ <https://www.inei.gob.pe/>.

⁵ http://geoservidor.minam.gob.pe/geoservidor/Archivos/Documentos/Ficha_Tecnica_ultimo%20reporte_2010_2014.pdf.

Enquanto as relações internacionais sendo o departamento de Amazonas uma região de limite internacional teve momentos de conflitos, o último foi a “Guerra do Cenepa” em 1995 com uma duração de um mês, desde o 26 de janeiro até 25 de fevereiro, porém no processo conflitivo o 17 de fevereiro se estabelece a firma da declaração de paz de Itamaraty, e cessa de fogo em declaração de Montevideo, em geral o conflito trouxe uma perda de 500 vidas. Embora a culminação definitiva foi em 1998 com a assinatura do Paz em Brasília, depois disso as duas países procuraram melhorar a qualidade de vidas das pessoas nas fronteiras com a criação de Fundo Binacional para o desenvolvimento fronteiriço. (UNICEF, 2009; VALDIVIESO, 2015)

Metodologia

Para metodologia do análises o estudo se baseia nos dados de pobreza das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)⁶, que em Peru é uma das metodologias para a mensuração da pobreza multidimensional, seguem Instituto Nacional de Estadística e Informática - INEI (2011, p. 72)⁷, esta forma de mensuração está baseado em cinco dimensiones:

- Población en viviendas con características físicas inadecuadas.
- Población de hogares en viviendas en hacinamiento.
- Población en viviendas sin servicio higiénico.
- Población en hogares con niños que no asisten al colegio.
- Población en hogares con alta dependencia económica.

Para o análises da desigualdade faz-se uma comparação do departamento de Amazonas a nível região Amazônica peruana (Amazonas, Loreto, San Martín, Ucayali e Madre de Dios) e nacional. Para conhecer ao acesso das viviendas aos serviços básicos naqueles territórios, as quais será: famílias com vivenda que tem acesso a água, rede de esgoto e energia. Os dados se usaram do INEI .

Para o análises das barreiras para o desenvolvimento se estudara as relação que pode ter a pobreza e a desigualdade no desenvolvimento humano, o ultimo concepto se baseara no mensuração do índice de desenvolvimento humano para o departamento de Amazonas durante o período 2003 até 2012.

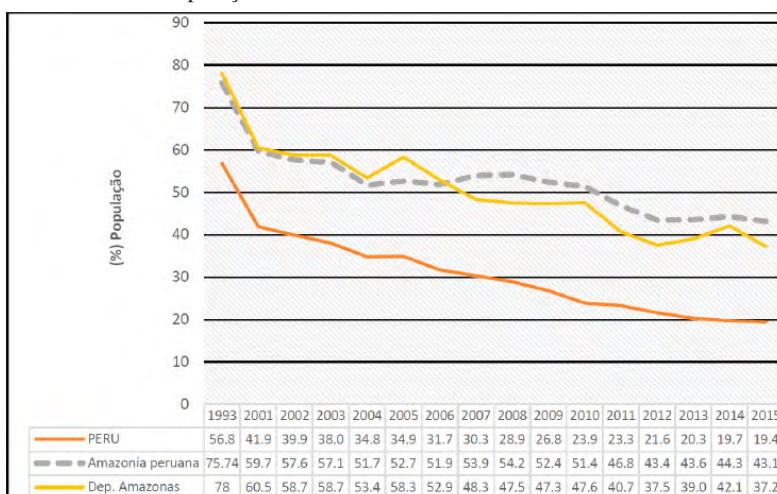
⁶ É considerada pobre quanto ao menos não tem uma das dimensões (INEI, 2011).

⁷ Tradução nossa: População em casas com características físicas inadequadas famílias, populacionais em casas superlotadas, população em habitações sem casa de banho, população em agregados familiares com crianças que não frequentam a escola, população em agregados familiares com alta dependência económica (INEI, 2011, p. 72).

Resultados

A população com ao menos uma necessidade básica insatisfeita durante os últimos 22 anos foi baixando, mas em média a população da região de Amazônia peruana e o departamento de Amazonas são os mais pobres comparadas com o média nacional (Peru) seguem a metodologia de mensuração das Necessidades básicas insatisfeitas. A redução da pobreza estaria numa relação com as políticas de estabilização dos anos 90, onde as construções, e apoios aos pobres por meio de viveres e assistência para as crianças nas escolas teria uma das fatores de esse comportamento como afirma Grompone(1998), os resultados da seguinte mostraria essa afirmação.

Gráfico 3: População com a menos uma necessidade básica insatisfeita



Fonte: elaboração própria, baseado nos dados de INEI (2001-2015) e censo de 1993.

O gráfico três mostra que a pobreza multidimensional durante o período 1993 ao 2015 baixou em geral, um dado importante é que em comparação ao média da Amazônia peruana, a média da população pobre é menor no ano 2015, mas a nível nacional para o 2015 existe 17.8 pontos percentuais mas de pobres no departamento de Amazonas. No departamento de Amazonas a população com ao menos uma necessidade básica foi reduzido durante o tempo passando 78 a 37.2, uma redução de 40.8 pontos percentuais, isso quer dizer que durante nos últimos 15 anos de cada 100 pessoas, 41 pessoas satisfação seu necessidade; enquanto à Amazônia peruana

fez em 32.64 e a nível nacional é 37.4. Chegando a primeira conclusão que em departamento de Amazonas a pobreza decresceu em maior pontos em comparação com a Amazônia peruana e o nacional, essa conclusão precisa analisar o comportamento das dimensões que componham necessidades básicas insatisfeitas, os resultados também são compatíveis com os conclusões de Adrianzen (2013), quem mostra que a redução da pobreza tem uma relação com o crescimento de Produto Bruto Interno durante os últimos 15 anos.

Gráfico 4: Comportamento das dimensões do Necessidades básicas insatisfeitas



Fonte: elaboração própria, baseado nos dados de INEI (2001-2015) e censo 1993.

No gráfico quatro se olha o comportamento das dimensões de NBI, seguem a imagem tudo os componentes baixaram em geral, a qual fez de fato que o gráfico três tivesse o comportamento descendente. Porém existem dimensões onde a redução foi maior e há onde a brecha ainda são permanente. Para o primeiro caso em departamento de amazonas na dimensão população em vivendas sim banheiro foi maior a redução, sendo 34.3 pontos percentuais, seguida de população em casas superlotadas com 30 pontos porcentuais. Sendo além porcentagens representativas das pessoas com essas necessidades.

Em quanto a brecha de acesso na dimensão em população que mora em vivendas inadequadas o departamento de Amazonas no 2015 tem 16 pontos percentuais mais em comparação com a média nacional e além disso durante o tempo só em 13.6 pontos percentuais baixo essa necessidade para o departamento de Amazonas enquanto Peru fez em 7.5, a Amazônia peruana em 13.13, um comportamento similar com a região da Amazônia peruana.

A dimensão um e quatro do gráfico três pode explicar a persistência da brecha da pobreza entre o departamento de Amazonas e média nacional, embora a quarta dimensão descendeu em 30.1 pontos percentuais. E a segunda e quinta dimensões no tempo está mais próximo a convergir e além a porcentagem das população com essa necessidade e muito baixo. Isso levaria a dizer que a pobreza mensurada ao menos uma Necessidade Básica Insatisfeita das pessoas estaria relacionada com os serviços básicos, e é ali onde as brechas entre o departamento de Amazonas e nacional e maior, porem a brecha com a média regional da Amazônia peruana não são tão significantes.

Respeito o gráfico cinco de acesso das famílias aos serviços básicos, durante o tempo se nota que o porcentagem das vivendas com conexão aos serviços básicos incrementa, para os territórios analisadas, mas pode ver que em geral o média de acesso tanto de Amazonas como para a região da Amazônia peruana são menores em comparação com o média nacional.

Para 2015 o 78.6 das vivendas de departamento de Amazonas tinham acesso a agua um incremento de 19 pontos percentuais, enquanto a vivendas em acesso a redes de esgota foi de 16.1 e acesso à energia de rede pública é 34.9 pontos. Para a região da Amazônia peruana os incrementos em pontos percentuais foram os seguintes: 23.48 em acesso agua, 10.44 em rede de esgota e 26.7 em vivendas em acesso à energia em rede pública, enquanto para o Peru foi: 14.4 em acesso a agua, 16.1 em vivendas ao acesso a rede de esgota e 20.8 em acesso de vivendas aos energia em rede pública.

Além no tempo os acesso aos serviços públicos vai para a convergência. Com esse incremento e convergência se confirma que as famílias que disfrutaram de estes serviços no tempo para cada território melhora a qual pode explicar a descendência da pobreza, porque disfrutaram de melhores oportunidades. Embora nos primeiros 10 anos do analise não todos tinham essas oportunidades (GROMPONE, 1998).

Gráfico 5: Acesso aos serviços básicos



Fonte: elaboração própria, baseado nos dados de INEI (2001-2015).

Baseado nos índices de desenvolvimento humano (IDH)⁸ construída pelo programa das nações unidas para o desenvolvimento (PNUD)⁹ no gráfico seis no tempo se nota que o porcentagem de pessoas com ao menos uma Necessidade Básica Insatisfeita vai baixando e o Índice de Desenvolvimento Humano também vai incrementando, o comportamento se olha para o Peru, na Amazônia peruana e o departamento de Amazonas, em geral pudesse dizer que em três espaços de comparação a pobreza diminui enquanto a qualidade de vida, mensurada pelo índice de desenvolvimento humano (IDH) melhorou.

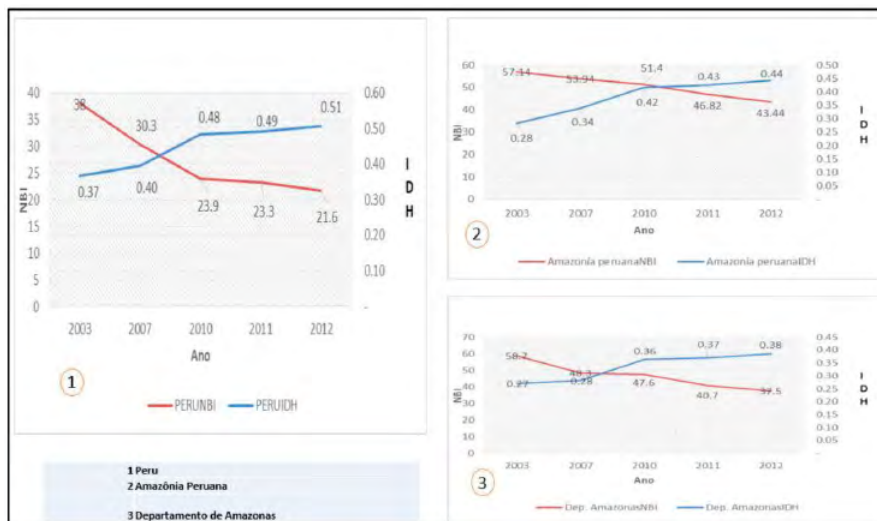
Peru, Amazônia peruana e departamento de Amazonas no ano 2003 em média tiveram índices de desenvolvimento humano consideras menores seguem os rangos de PNUD, porque 0.37, 0.28 e 0.27 respectivamente são menores ao 0.499, o qual é o limite máximo de índice de desenvolvimento para ser consideradas baixo. Mais em essa relação pode-se ver que a pobreza é menor em aqueles espaços onde os índices de desenvolvimento são maiores. O mesmo comportamento olha-se para o 2012

⁸ <http://ipe.org.pe/content/idh-peru-nivel-distrital>.

⁹ http://ipe.org.pe/sites/default/files/u3/idh_por_departamento_y_provincia.pdf.

onde Peru já é parte de desenvolvimento médio, e que ainda a Amazônia peruana e o departamento de Amazonas são consideradas ainda territórios pobres.

Gráfico 6: relação da pobreza e desenvolvimento humano



Fonte: elaboração própria, baseado nos dados de INEI (2001-2015) e de PNUD (2003-2012).

Discussões

O análises baseado mostra uma relação que desigualdade ao acesso aos serviços básicos, e a pobreza multidimensional, pode explicar os baixos índices de desenvolvimento humano, porque onde a pobreza mensurada pelas necessidades básicas insatisfeitas é maior e baixos acessos aos serviços básicos é onde existem menores índices de desenvolvimento humano no espaço comparadas.

Pudesse olhar que o acesso desigual aos serviços básicos e aos dimensões de NBI como afirmava Sen (2010) é um fator importante para explicar a baixa qualidade de vida na região da amazônica peruana, no departamento de amazonas. Além disso as maiores brechas seguem as diferenças territoriais pode explicar as questão de desigualdade que afirmava Remy (2015) e a participação desigual com as políticas públicas por parte do estado para acesso aos serviços básicos Figueroa (2003); mas a questão do território e políticas precisam ter um análise profundo para entender se são as causas da desigualdade.

De mesmo modo o conceito da pobreza aqui apresenta uma relação com as ideias de Sen (2010) quando ele fala sobre liberdades instrumentais, sendo as oportunidades sociais uma de elas, aqui analisada por meio de acesso aos serviços básicos que mostra as pessoas e sua satisfação a seus necessidades básicas. Essa pobreza analisada também está de acordo com as causas que apresenta Maurillo (2007) e que dentro aqui é por meio de déficit de moradia e inadequadas, baixo acesso em saúde, educação.

Mas em geral os objetivos do milênio para melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram em territórios analisadas, em termos de maior acesso aos serviços básicos como uma medida para lutar contra a pobreza, melhorou muito. Mas falta políticas públicas para tentar diminuir as brechas existentes, para que todos possam ter as mesmas oportunidades e disfrutar da vida que elas preferem.

Referências bibliográficas

ADRIANZEN, C. Crecimiento y Pobreza en el Perú: 2001-2011. **Revista de Economía y Derecho**, vol. 10, nro. 37 (verano de 2013). Sociedad de Economía y Derecho UPC. Disponível: <<http://revistas.upc.edu.pe/index.php/economia/article/viewFile/335/300>>. Acesso em: 23 out. 2016.

CEPLAN. Centro Nacional de Planeamiento Estratégico. **Plan del desarrollo regional concertado actualizado – Amazonas al 2021**. Disponível: <http://www.regionamazonas.gob.pe/sede/intranet/archivos/documentos/gra/transparencia/2016/01/prdc2016_002.pdf>. Acesso em: 19 de out. 2016.

ESPINA, M. Pobreza, desigualdade e desenvolvimento: o papel do estado na experiência cubana e seus desafios atuais. **A pobreza do estado**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 191-208

FIGUEROA, A. **La Sociedad Sigma**: una teoría del desarrollo económico. Lima: Fondo editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú. 2003, p. 355.

GROMPONE, R. **Fujimori, neopopulismo y comunicación política**. Lima: IEP, 1998. (Documento de trabajo, 93. Seria Sociología y Política, 14).

INEI; UNFPA. Instituto Nacional de Estadística e Informática/Fondo de la Población de las Naciones Unidas. **Perú: Análisis Etnosociodemográfico de las Comunidades Nativas de la Amazonia, 1993 y 2007**. Lima, 2010.

INEI. Instituto Nacional de Estadística e Informática. **Perú: perfiles de pobreza por departamento 2001-2010**. Lima, 2011.

LACERDA, M. **Cartilha Popular-Belo Horizonte e os objetivos do Milênio**. Uma publicação do Observatório do Milênio de Belo Horizonte. 2010, p. 56.

MALTHUS, T. **Economia**. São Paulo: Ática, 1982, p. 200.

MURILLO, S. Produção de pobreza e construção de subjetividade. In: CIMADAMORE. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo editorial / CLACSO, 2007.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento, e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981, p. 132.

PIKETTY, T. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de letras, 2010, p. 461.

REMY, M. **Desigualdad Territorial en el Perú**. Reflexiones preliminares. Lima, IPE: 2015.

UNICEF. **Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia**. Promoción del Desarrollo Humano Sostenible en el Río Santiago. Lima, 2009.

VALDIVIESO, D. El Conflicto del Cenepa: su camino hacia la paz. **Conjuntura Global**, Vol. 4, n. 2, maio/ago., 2015, p. 221-235. Disponível: <<http://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/viewFile/43176/26172>>. Acesso em: 17 de out. 2016.

ARTIGO

FALHA DE MERCADO E A EXISTÊNCIA DE BENS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS NO PERÍODO DE 2000 A 2010

Introdução

O Estado, por meio da administração pública, é a instituição responsável para balizar as falhas geradas pela ineficiência dos mercados competitivos. Vários autores defendem essa participação do Estado como regulador da economia, desde alguns neoclássicos até Keynes, que foi o maior precursor dessa ideia de intervencionismo do Estado.

Essas falhas causam a redução do bem-estar de uma dada sociedade por meio da falta de informações, tanto da parte dos consumidores quanto da parte dos produtores. Surgem falhas devido ao uso inadequado de poder de mercado, onde os produtores se beneficiam da falta de concorrência para colocarem preços mais elevados nos bens. Existem também de meios de produção que reduzem o bem-estar de pessoas que não participam do processo, nesse caso é muito comum a poluição dos rios, ar, etc..

E a existência de bens públicos ou coletivos, bens meritórios, bens para os quais há divergência entre custos e benefícios sociais e privados geram falhas de mercado, pelo fato da demanda desses bens ser demasiada grande, os custos para a geração desses bens são altos, então os preços ofertados são altos e os principais agentes econômicos que se beneficiam não estão dispostos a pagar um alto preço pelos bens, isso torna difícil a existência de concorrência entre empresas.

Nesse sentido, partimos para o contexto da pesquisa que foi realizada sobre município de Rorainópolis. De acordo com a Secretaria de Planejamento e desenvolvimento (SEPLAN, 2014, p. 07) o município de Rorainópolis é originário de uma vila de assentamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tendo

* Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Roraima - UFRR . E-mail: alcebias@hotmail.com

** Aluna do Curso de Ciências Econômicas/Universidade Federal de Roraima - UFRR. E-mail: Jakesylva159@gmail.com

sua emancipação através da Lei nº 100 de 17 de outubro de 1995, em consequência das terras desmembradas do Município de São Luiz.

Os dados apontam que a administração pública desempenha papel importante na economia do município. Frente a este cenário, buscou-se responder ao longo do trabalho a seguinte pergunta de pesquisa: qual a participação efetiva da administração do município para corrigir a falha de mercado? Com o intuito de responder a questão da pesquisa, contemplar o espaço econômico de Rorainópolis, e com um objetivo maior, a pesquisa busca contribuir com os estudos econômicos do Norte, visto que ainda são poucos os trabalhos sobre a temática nessa região.

A abordagem do artigo segue o viés teórico da pesquisa bibliográfica. Está composta em seis subtemas, sendo que primeiro trata a conceituação das falhas de mercado, em seguida expõe-se sobre o intervencionismo do Estado. Logo após é demonstrado a localização e o contexto da pesquisa, seguindo com os indicadores que compõe a economia do município no período delimitado. Depois se demonstra com é a participação da administração pública do município na correção da falha de mercado “bens públicos” na série temporal. E posteriormente é apresentado os resultados da pesquisa.

Falhas de mercado

Quando o mercado, em seu estado de livre funcionamento, se torna ineficiente em alguns aspectos da economia, principalmente sociais, acaba por gerar as falhas de mercado. “A ineficiência refere-se ao fato de que a realocação de recursos que aumenta o grau de satisfação de um indivíduo (sic) está associado a uma piora de condição para algum outro indivíduo” (OLIVEIRA, 2009, p. 10).

As falhas são derivadas de processos que além de gerar eficiência e maximização de lucros privados, geram consequências com a redução de algum aspecto para a sociedade. Isso ocorre porque esse mercado, de livre concorrência, não consegue se regular sozinho. Desta forma Pindyck e Rubinfeld (2010, p. 545) afirmam que “os mercados competitivos apresentam falhas devido a quatro razões básicas: poder de mercado, informações incompletas, externalidade e bens públicos”.

Viceconti e Neves (2003, p. 403) descrevendo as falhas de mercado:

Numa economia de mercado, os bens e serviços devem ser fornecidos preferencialmente pelo setor privado. Entretanto, há alguns casos em que o mecanismo de mercado não funciona a contento: 1. bens públicos ou coletivos; bens meritórios; bens para os quais há divergência entre custos e benefícios sociais e privados; monopólios naturais e riscos.

Pindyck e Rubinfeld (2010) explanando sobre poder de mercado apontam que quando o mercado tem poucos (oligopólios, etc.) ou apenas um fornecedor (monopólios) de determinado bem, esse tem o poder de determinar a oferta ou quantidade produzida desse bem, com a quantidade menor desse bem no mercado ele pode vender a um preço mais elevado do que o preço que seria cobrado em um mercado competitivo.

Os mesmos autores dizem que se os consumidores não tiverem acesso a informações exatas a respeito dos preços ou da qualidade do produto, o sistema de mercado pode operar ineficientemente. As informações incompletas podem levar aos produtores a ofertar quantidades demasiadas de determinados produtos e quantidades escassas de outros. Um exemplo desses casos é: devido as informações incompletas alguns consumidores podem não adquirir um produto, mesmo que se beneficiassem da compra, e outros consumidores vão adquirir produtos que lhes causem prejuízos.

Herbst e Duarte (2014, p. 28) definem as informações incompletas ou assimetria de informações:

Este fenômeno ocorre quando um dos agentes econômicos em meio a uma transação detém mais informações do que o outro, que vem a ser prejudicado por este desequilíbrio. A informação assimétrica pode está relacionada à qualidade do que está sendo negociado naquele momento, [...] e ao comportamento do indivíduo após firmado o contrato.

Chagas (2011) aponta que as externalidades ocorrem quando a decisão tomada por um agente influencia o bem estar de outro agente não diretamente envolvido com as decisões do primeiro. Existem externalidades negativas e positivas, um exemplo clássico de externalidade negativa é a poluição, alguns geram e toda a sociedade se prejudica. Já a externalidade positiva é facilmente identificada na oferta de educação, saúde, saneamento, estradas, etc. públicas.

Segundo o mesmo autor os bens públicos geram teoricamente¹ benefícios a todos, mas é difícil mensurar os benefícios marginais de cada um, pois o bem é ofertado a todos, até mesmo para os que se recusam a pagar pelos bens, pois não se pode excluí-los do consumo de um bem público. “Tomemos como exemplo de bens públicos, tangíveis, as ruas e a iluminação pública e, intangíveis, a justiça, a defesa nacional e a segurança pública” (OLIVEIRA, 2009, p. 11).

¹ Às vezes não sendo ofertado a todos, mas sim a uma grande parcela.

Intervencionismo do Estado no mercado

“Um dos argumentos mais utilizados na tentativa de justificar o intervencionismo do Estado no processo de mercado é a alegação de que se tornam necessárias correções por parte do poder público, das imperfeições e falhas apresentadas pela economia de livre mercado” (IORIO, 1997, p. 92).

Herbst e Duarte (2014, p. 26) definem que “o estado tem, por sua própria natureza, responsabilidades morais e sociais que as empresas não têm. A regulação deverá ser instruída com o propósito de defender o interesse da coletividade contra as perdas de bem-estar associadas as falhas de mercado”.

De acordo com Pigou (apud BRUE, 2005, p. 401) “a tarefa do governo em relação ao bem-estar social é igualar (1) os custos marginais privados e sociais e (2) os benefícios marginais privados e sociais. Isso pode ser feito com o uso de impostos, subsídios ou controle legal”.

Quem expandiu as teorias intervencionistas do Estado foi John Maynard Keynes, ele condenou a teoria clássica do *Laissez-faire*, onde o mercado deveria funcionar livremente, sem a intervenção do Estado. Keynes defendia a intervenção do Governo para regular a economia em momentos de crise e corrigir as falhas de mercado.

Nos casos de bens públicos ou coletivos; bens meritórios; bens para os quais há divergência entre custos e benefícios sociais e privados; monopólios naturais e riscos pesados o Estado busca ajustes na alocação de recursos afim de minimizar ou eliminar essas falhas de mercado. Sobre a alocação das receitas públicas orçamentarias do Estado, Viceconti e Neves (2003) descrevem que o Estado procura alcançar três objetivos: promover ajustes na alocação de recursos, ajustes na distribuição de renda e manter a estabilidade econômica.

Economia do município de Rorainópolis

O Estado de Roraima possui 15 municípios e Rorainópolis é um deles. De acordo com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN, 2014) o município de Rorainópolis é originário de uma vila de assentamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Elevado a categoria de município através da Lei estadual nº 100, de 17-10-1995, com terras desmembradas do Município de São Luiz e São João da Baliza. Conforme observado o Mapa (01) demonstra a localização de Rorainópolis.

Mapa 1: Municípios e fronteiras de Roraima



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN, 2015, p. 02).

Nas palavras de Rodrigues, Tavares Júnior e Beserra Neta (2014, p.15) o município de Rorainópolis é:

Localizado na porção sul do Estado de Roraima, mais precisamente limitado ao Norte a Oeste com o município de Caracaraí, Sul com o Estado do Amazonas, Leste, municípios de São Luiz e São João da Baliza, [...]. O acesso para a cidade é pela rodovia federal BR-174 a partir da cidade de Boa Vista, capital do Estado, sentido sul, totalizando aproximadamente 294 km do percurso.

O município tem a segunda maior área territorial, perdendo apenas para o município de Caracaraí, e sua população também é a segunda maior dentre os municípios do Estado. Com uma área territorial de 33.593,98 km², e sua população no ano de 2014 está estimada em 26.811 habitantes. Averigua-se esses dados na Tabela 1.

A ilustração abaixo descrita por Souza e Veras (2014, p. 43) mostra características importantes sobre o município:

O município de Rorainópolis é o segundo maior do Estado de Roraima, tendo sua importância pelo fato de estar localizado no meio do trecho entre Boa Vista/RR e Manaus/AM, possuindo grande importância pela localização estratégica, hoje concentrando também a 2ª maior população do Estado de Roraima com 24.279 habitantes segundo dados do IBGE do censo de 2010.

Tabela 1: População e extensão dos municípios de Roraima (2014)

| Localidade | População | Extensão |
|---------------------|----------------|-------------------------------|
| Roraima | 496.936 | 224.301 km² |
| Alto Alegre | 16.301 | 25.567 km ² |
| Amajari | 10.721 | 28.472 km ² |
| Boa Vista, Capital | 314.900 | 5.867 km ² |
| Bonfim | 11.632 | 8.095 km ² |
| Cantá | 15.774 | 7.664 km ² |
| Caracarái | 19.981 | 47.410 km ² |
| Caroebe | 8.997 | 12.066 km ² |
| Iracema | 10.043 | 14.409 km ² |
| Mucajái | 16.137 | 12.461 km ² |
| Normandia | 9.953 | 6.966 km ² |
| Pacaraima | 11.667 | 8.028 km ² |
| Rorainópolis | 26.811 | 33.594 km² |
| São João da Baliza | 7.401 | 4.285 km ² |
| São Luiz | 7.309 | 1.526 km ² |
| Uiramutã | 9.309 | 8.065 km ² |

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN, 2015, p.02.

Souza (2016) explana que a economia dos municípios de Roraima é fomentada por 17 atividades: Agricultura, Pecuária, Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Construção, Serviços Industriais de Utilidade Pública-SIUP, Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação, Serviços de Alojamento e Alimentação, Transportes, Serviço de Informação, Intermediação Financeira, Serviços Prestados às Famílias, Serviços Prestados às Empresas, Atividades Imobiliárias, Administração Pública, Saúde, Educação Mercantis e Serviços Domésticos.

Essas atividades refletem a composição PIB (Produto Interno Bruto) do Estado. Vejamos o que o mesmo autor ressalta sobre a economia do Estado de Roraima:

Do ponto de vista econômico, podemos constatar que o Estado de Roraima tem sua economia fortemente baseada no setor terciário, 87,3% do Produto Interno Bruto em 2000,

contra 8,4% do setor secundário e apenas 4,3% do setor primário. É fundamental ressaltar a elevada participação da Administração Pública no PIB, crescendo de 27,2% em 1995 para 53,7% em 2000. Isto provoca um rebatimento direto nos empregos de tal forma que contribuiu para configurar, já há algum tempo, a expressão “economia do contracheque” para definir toda a situação econômica e social do Estado de Roraima (SOUZA, 2016, p. 33).

Tabela 2: Produto Interno Bruto de Roraima a custo de fatores

| Local. | Ano | | | | | | | | | | |
|-----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| RR | 1.643.551 | 1.881.127 | 2.146.508 | 2.556.570 | 2.612.902 | 2.946.197 | 3.382.025 | 3.828.051 | 4.502.608 | 5.153.138 | 5.818.275 |
| Amaj. | 21.489 | 25.537 | 27.739 | 30.286 | 31.840 | 31.497 | 42.030 | 51.607 | 59.765 | 69.978 | 82.878 |
| Alto A. | 69.906 | 80.041 | 89.695 | 105.205 | 106.979 | 114.567 | 115.843 | 110.177 | 127.398 | 139.454 | 160.807 |
| Boa V. | 1.102.265 | 1.258.905 | 1.446.015 | 1.743.967 | 1.765.153 | 2.054.306 | 2.362.296 | 2.730.289 | 3.228.672 | 3.698.701 | 4.196.674 |
| Bonf. | 45.009 | 48.157 | 53.784 | 62.386 | 63.142 | 67.308 | 75.967 | 80.239 | 94.036 | 108.711 | 117.183 |
| Cantá | 44.385 | 49.334 | 55.518 | 66.426 | 71.632 | 73.396 | 87.749 | 94.168 | 114.525 | 139.938 | 154.689 |
| Carac. | 66.246 | 70.335 | 76.372 | 83.066 | 87.032 | 98.189 | 114.005 | 124.300 | 140.345 | 165.403 | 173.970 |
| Caroe. | 20.299 | 30.705 | 35.332 | 41.395 | 40.513 | 41.367 | 48.532 | 56.395 | 65.010 | 75.329 | 81.667 |
| Irace | 19.418 | 28.667 | 33.320 | 39.508 | 40.210 | 45.682 | 48.393 | 49.822 | 56.453 | 68.924 | 82.706 |
| Mucaj. | 48.984 | 59.676 | 69.207 | 83.142 | 85.488 | 88.194 | 99.153 | 105.029 | 123.321 | 140.864 | 158.363 |
| Norm. | 29.519 | 35.282 | 37.731 | 46.459 | 52.603 | 50.402 | 61.592 | 64.882 | 76.530 | 73.514 | 88.157 |
| Pacar. | 50.437 | 45.638 | 49.418 | 58.630 | 66.735 | 58.007 | 66.558 | 76.413 | 83.221 | 86.764 | 107.174 |
| Rorain. | 65.505 | 81.380 | 97.043 | 110.446 | 116.105 | 128.428 | 149.843 | 163.225 | 189.471 | 223.379 | 227.968 |
| S. J. B. | 20.323 | 24.228 | 26.918 | 30.194 | 29.381 | 32.734 | 38.954 | 42.915 | 52.503 | 56.870 | 63.637 |
| São L. | 21.104 | 23.715 | 27.173 | 32.114 | 31.945 | 34.945 | 37.870 | 39.711 | 44.989 | 52.245 | 61.338 |
| Uiram. | 18.663 | 19.528 | 21.243 | 23.344 | 24.143 | 27.172 | 33.240 | 38.880 | 46.367 | 53.063 | 61.062 |

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

O PIB do município de Rorainópolis ocupa o 2º lugar no ranking do PIB dos municípios do Estado de Roraima, conforme observado na tabela 2. Para compreender a formação do PIB do município é preciso visualizar quais atividades econômicas tem relevância. Desta forma, decompondo o PIB do município, temos a participação dos setores:

- Primário - representado pela agropecuária, que é originada da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal;
- Secundário - representado pela indústria, trata-se do ingresso proveniente da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, provenientes das atividades industriais, etc.;
- Terciário - representado pelos serviços, é o ingresso proveniente da prestação de serviços, como saúde, comunicação, emissão de documentos, etc.

De acordo com SEPLAN (2014) o setor da economia que geram maior capital no município de Rorainópolis é o terciário. Com segunda maior expressividade temos o setor primário com destaque as produções de mandioca, banana, milho e arroz, plantel de bovinos, aves, suínos, leite, mel, ovos, e extrativismo vegetal, e com menor relevância o setor secundário.

Tabela 3: Participação dos Setores primário, secundário e terciário no PIB a custo de fatores (PIB cf) de Rorainópolis. (Valores em R\$ 1.000,00)

| Ano | PIB cf | Agropecuária | Indústria | Serviços |
|------|---------|--------------|-----------|----------|
| 2000 | 65.505 | 13.430 | 5.080 | 46.995 |
| 2001 | 81.380 | 16.840 | 7.110 | 57.430 |
| 2002 | 97.043 | 20.634 | 9.557 | 66.852 |
| 2003 | 110.446 | 25.951 | 9.531 | 74.964 |
| 2004 | 116.105 | 24.445 | 8.163 | 83.496 |
| 2005 | 128.428 | 20.163 | 9.871 | 98.395 |
| 2006 | 149.843 | 21.393 | 11.614 | 116.835 |
| 2007 | 163.225 | 20.823 | 12.880 | 129.523 |
| 2008 | 189.471 | 23.848 | 16.340 | 149.284 |
| 2009 | 223.379 | 25.125 | 20.765 | 177.489 |
| 2010 | 227.968 | 25.125 | 25.590 | 178.954 |

Fonte: Autoria própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – (2010).

A tabela 3 demonstra que o setor de mais relevância na composição da economia do município é o setor terciário, de acordo com os valores ele apresenta a maior participação na formação do Produto Interno Bruto do município e é formado pelos serviços privados e pela administração pública. Dentre esses serviços Souza (2016, p. 37) indica que a atividade econômica predominante na economia local é a Administração Pública, que representa percentual acima de 55%, durante toda a série, do total da riqueza produzidas no município.

Ações do Estado na correção da falha de mercado e a existência de bens públicos no período de 2000 à 2010 no município de Rorainópolis

De acordo com SEPLAN (2014) mais da metade da receita pública orçamentária do Estado de Roraima são oriundas das transferências correntes, que são os repasses de recursos federais a Estados, Distrito Federal ou Municípios por meio

de transferências constitucionais, transferências voluntárias e transferências legais. Esses parâmetros refletem também a composição das economias dos municípios e do Estado, assim como de Rorainópolis.

A Constituição (apud SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2005, p. 05) prevê a partilha de determinados tributos arrecadados pela União com os estados, o Distrito Federal e os municípios. As principais transferências constitucionais nessa categoria são:

- Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- Fundo de Participação dos Estados (FPE), constituídos de parcelas arrecadadas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre a Produção Industrial (IPI).
- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).
- Imposto sobre a Produção Industrial Proporcional às Exportações (IPI-Exportação).
- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Combustíveis (CIDECombustíveis).
- Imposto sobre Operações Relativas ao Metal Ouro como Ativo Financeiro (IOF-Ouro).
- Lei Complementar nº 87, de 1996, também chamada de Lei Kandir, que tratou do repasse de recursos por conta da desoneração do ICMS incidente nas exportações, e as retenções e transferências para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que centraliza parcela de tributos (20%) arrecadados por todas as esferas de Governo para aplicação naquele setor de acordo com regras preestabelecidas. O Fundeb ainda recebe os recursos da chamada Complementação da União, por intermédio do orçamento do Ministério da Educação.

Tabela 4: Valor Adicionado Bruto do setor terciário no PIB de Rorainópolis

| Ano | PIBcf | Serviços | APU | S-APU |
|------|---------|----------|---------|--------|
| 2000 | 65.505 | 46.995 | 38.512 | 8.483 |
| 2001 | 81.380 | 57.430 | 46.498 | 10.932 |
| 2002 | 97.043 | 66.852 | 53.690 | 13.162 |
| 2003 | 110.446 | 74.964 | 61.124 | 13.840 |
| 2004 | 116.105 | 83.496 | 68.919 | 14.577 |
| 2005 | 128.428 | 98.395 | 82.255 | 16.140 |
| 2006 | 149.843 | 116.835 | 94.448 | 22.387 |
| 2007 | 163.225 | 129.523 | 104.508 | 25.015 |
| 2008 | 189.471 | 149.284 | 120.258 | 29.026 |
| 2009 | 223.379 | 177.489 | 142.667 | 34.822 |
| 2010 | 227.968 | 178.954 | 144.623 | 34.331 |

Fonte: Autoria própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Na tabela 4 pode ser observado que o setor terciário retém maior parcela do total do PIB e a parcela que a administração pública incorpora ao setor terciário é bem expressiva pois, extraindo os valores da administração pública dos serviços percebe-se que os valores restante, que são proveniente de outros serviços, é bem pequena, resultando na predominância da administração pública nos valores apresentados.

Para maior compreensão do tema abordado a tabela abaixo apresenta as transferências constitucionais mais relevantes para a economia do município.

Tabela 5: Transferências Constitucionais para o município de Rorainópolis - 2000 a 2010

| ANO | FPM | FUNDEB | LC 87/96 (Lei Kandir) | Royalties |
|------|-----------------|-----------------|-----------------------|--------------|
| 2000 | R\$580.406,83 | - | R\$5.566,16 | R\$3.949,49 |
| 2001 | R\$943.026,80 | - | R\$6.732,00 | R\$7.804,50 |
| 2002 | R\$1.512.140,15 | - | R\$7.931,28 | R\$14.218,83 |
| 2003 | R\$1.581.735,80 | - | R\$6.042,89 | R\$19.614,97 |
| 2004 | R\$1.768.989,16 | - | R\$6.442,68 | R\$22.475,21 |
| 2005 | R\$2.160.420,44 | - | R\$5.855,16 | R\$27.389,32 |
| 2006 | R\$2.771.589,22 | - | R\$3.062,74 | R\$39.692,29 |
| 2007 | R\$3.231.358,09 | R\$3.779.378,44 | R\$3.122,14 | R\$39.058,87 |
| 2008 | R\$4.031.854,84 | R\$4.759.703,74 | R\$3.340,54 | R\$65.690,25 |
| 2009 | R\$3.812.578,50 | R\$8.012.565,14 | R\$2.902,56 | R\$48.245,64 |
| 2010 | R\$4.104.986,75 | R\$8.933.117,77 | R\$3.266,40 | R\$60.435,68 |

Fonte: Autoria própria com base no Tesouro Nacional / A partir 2007, dos valores do FPM, e LC 87/96 e do ITR, já estão descontados da parcela destinada ao FUNDEB.

Analisando a tabela acima se verifica que as transferências da União são de fundamental importância para a economia do município, representando a maior parte de sua receita. SOUZA (2016) revela em uma análise mais aprofundada que no período de 1997 a 2015 as transferências da União para o estado de Roraima somaram o valor de R\$ 17,9 bilhões, sendo: FPE R\$ 14,4 bilhões, FUNDEB R\$ 3,3 bilhões e outros tributos no valor de R\$ 157,6 milhões.

Metodologia

Pesquisa é a formação de um conhecimento original com algumas regras científicas, trata-se de um método crítico e reflexivo que busca respostas para problemas que ainda não foram solucionados. A metodologia utilizada foi exclusivamente de caráter bibliográfico com pressupostos de acordo com a temática. Foram realizadas

pesquisa documental em livros, documentos, artigos e sites especializados que tratassem sobre o tema escolhido.

De acordo com Gil (1991, p. 48) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Contudo, Marconi e Lakatos (2006, p. 71) nos alertam que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque, chegando a conclusões inovadoras”.

Para alcançar o objetivo geral do trabalho, várias etapas foram executadas: A primeira etapa constitui-se na coleta e na análise do material relativo ao tema da pesquisa. Depois se fez necessário fazer uma seleção do material pertinente ao tema desta pesquisa. Finalizando o processo de coleta de dados do trabalho, o passo seguinte foi à análise e à interpretação desses dados. Na análise de dados, Gil (1991) explica que o objetivo é organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação.

Para essa pesquisa, o principal dado utilizado na análise da economia do município foi o Produto Interno Bruto a custo de fatores (PIBcf). Os dados do PIBcf foram coletados junto ao IBGE para o período de 2000 a 2010. Este estudo metodológico de cálculo do PIB dos Municípios baseia-se na distribuição pelos municípios do valor adicionado das atividades econômicas das Contas Regionais do Brasil, construídas pelos Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, sob a orientação da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE.

Mankiw (2009, p. 199) define que o “Produto Interno Bruto (PIB) é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um dado período de tempo”, pode se diferenciar entre nominal e real, o PIB nominal é calculado a preços correntes, ou seja, a variação dos preços influencia na valoração do PIB, já o real é calculado à preços constantes, utilizando um ano-base.

Sachs e Larrain reforça que o PIB pode ser calculado por três óticas: primeiro somando todas as compras finais da economia, segundo somando o valor adicionado de todas as empresas da economia e terceiro somando todas as rendas dos fatores de produção (trabalho e capital) da economia, e ambos métodos chegam ao mesmo valor.

Ainda podemos observar o PIB sobre outra vertente, a preços de mercado e a custo de fatores. O PIBpm utiliza os preços correntes praticados no mercado com impostos menos subsídios e PIBcf utiliza a subtração dos impostos indiretos mais os subsídios.

O cálculo do PIB municipal é relativamente novo, possui pouco mais de uma década; por isso só se utilizou uma série temporal de 10 anos. A série do Produto Interno Bruto do Município tem como referência o ano base de 2002, e apresenta os resultados do valor adicionado bruto da agropecuária, da indústria, dos serviços, da administração pública, do PIB, a preços correntes, e per capita relativamente ao período de 2002.

Resultados

Pode-se observar que a parcela que a administração pública incorpora ao PIB do município é maior que a soma dentre os demais setores da economia local. Para tal compreensão, se verifica na tabela 06 o valor percentual da administração pública em relação ao PIB no período estudado.

Tabela 6: Porcentagem dos setores e da Administração Pública no PIB do município

| Ano | Agropecuária | Indústria | Serviços | APU/PIB | S-APU | APU/S |
|------|--------------|-----------|----------|---------|-------|-------|
| 2000 | 21% | 8% | 72% | 59% | 13% | 82% |
| 2001 | 21% | 9% | 71% | 57% | 13% | 81% |
| 2002 | 21% | 10% | 69% | 55% | 14% | 80% |
| 2003 | 23% | 9% | 68% | 55% | 13% | 82% |
| 2004 | 21% | 7% | 72% | 59% | 13% | 83% |
| 2005 | 16% | 8% | 77% | 64% | 13% | 84% |
| 2006 | 14% | 8% | 78% | 63% | 15% | 81% |
| 2007 | 13% | 8% | 79% | 64% | 15% | 81% |
| 2008 | 13% | 9% | 79% | 63% | 15% | 81% |
| 2009 | 11% | 9% | 79% | 64% | 16% | 80% |
| 2010 | 10% | 11% | 78% | 63% | 15% | 81% |

Fonte: Autoria própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

Os dados observados o setor primário ao longo da série temporal foi perdendo sua expressividade, de 21% em 2000, 16% em 2005 e para apenas 10% em 2010. O setor secundário teve um pequeno aumento na parcela de fomentação do PIB, de 8% em 2000 para 11% em 2010. O setor terciário manteve-se na média dos 70% durante a série. É interessante salientar que extraído a parcela da APU dos serviços este ficam apenas como 13 à 16% da agregação de valor ao PIB.

Os resultados encontrados nos dados da tabela acima nos indicam que em todos os anos da série temporal a administração pública teve em média 80% na fomentação do setor de serviços, e manteve em média uma parcela acima de 55% da fomentação do PIB do município. Essa demonstração reforça o fato de que a administração pública participa ativamente na economia do município de Rorainópolis.

Segundo Brasil (2004), dentro dos valores apresentados na APU estão embutidos os gastos públicos com:

- 1) Salários: Pessoal ativo + Demais despesas de pessoal + Terceirização de mão de obra + Outras despesas de pessoal;
- 2) Contribuições sociais efetivas: Obrigações patronais;
- 3) Contribuições sociais imputadas: Pessoal inativo + Pessoal pensionista + Salário-família – Contribuição para custeio da previdência;
- 4) Outros impostos sobre a produção: Contribuição para formação do PASEP.

Conforme dito anteriormente, em virtude da existência de falhas de mercado, torna-se necessário a intervenção do Estado para mitigar essas ineficiências e observando que a administração pública, por meio das transferências constitucionais, tem a finalidade de alocar recursos para a corrigir a falha “existência de bens públicos”, investindo na saúde, educação, segurança, pavimentação, iluminação, etc. Através destas ações torna-se visível que o Estado intervém na economia do município para minimizar os impactos das falhas de mercado.

Como explica GIAMBIAGI e ALÉM (2000), A existência do Estado “é necessária para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas”.

Considerações finais

Essa pesquisa proporcionou uma visão mais ampla sobre o sistema econômico do município de Rorainópolis. A partir das realizações apresentadas na pesquisa foi possível encontrar traços da intervenção do Estado na correção da falha de mercado a existência de bens públicos, na série temporal de 2000 a 2010 no município. O Estado faz isso por meio das instituições da administração pública que recebe transferências constitucionais para a alocação de recursos, investindo na saúde, educação, segurança, pavimentação, iluminação, etc.

Nos termos de variável econômica, verifica-se que o PIB de Rorainópolis é composto principalmente pelo setor terciário, serviços, dentre esse setor é visível que a administração pública ocupou cerca de 80% na participação do setor de servi-

ços e entre 50 - 60% na fomentação do PIB do município. São variáveis de valor alto que indica a participação do Estado na economia municipal.

Ficou claro também que a participação da administração pública é de suma importância para a economia do município. Lembrando que nem todas as variáveis econômicas foram exauridas na totalidade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Augusto Luís de. **Síntese das principais falhas de mercado**. Artigos.com. 2009. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos/sociais/economia/sintese-das-principaisfalhas-demercado-6281/artigo/>>. Acesso em: 20 Jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **O que você precisa saber sobre transferências constitucionais**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://auditoriapopular.com/docs/transfer%C3%AAncia_constitucionais.pdf>. Acesso em: 05 Ago. 2016.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. [tradução Luciana Penteadó Miquelino]. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

CHAGAS, André Luis Squarize. Governo, escolha pública e externalidades. In: GREMAUD, Amaury Patrick; et. al. **Manual de economia**. 6. ed. Organizadores: Diva Benevides Pinho, Marcos Antonio S. de Vasconcelos e Rudinei Toneto Jr. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 283-291.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico: de Lao tse a Robert Lucas**. São Paulo: Atlas, 2001.

FONSECA, Marcos Giannetti da. Medidas da atividade econômica. In: GREMAUD, Amaury Patrick; et. al. **Manual de economia**. 5. ed. Organizadores: Diva Benevides Pinho, Marcos Antonio Sandoval de Vasconcelos. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 269-281.

GIAMBIAGI, F.; ALEM, C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HERBST, K. K.; DUARTE, F. C. A nova regulação do sistema financeiro face à crise econômica mundial de 2008. **Rev. Direito Econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 2, jul./dez. 2013. p. 16-38.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rorainópolis - Roraima**: informações completas. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=140047&search=roraima|rorainopolis|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 04 Ago. 2016.

IORIO, Ubiratan J. **Economia e liberdade**: A Escola Austríaca e a Economia Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Florence Universitari, 1997.

MANKIW, N. Gregory. **Princípios de Macroeconomia**. [tradução Allan Vidigal Hastings, Elisete Paes de Lima]. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Marcos. **Porque o governo deve interferir na economia? Brasil economia e governo**. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/wpcontent/uploads/2011/03/por-que-o-governo-deve-interferir-na-economia.pdf>>. Acesso em: 28 Jul. 2016.

OLIVEIRA, Jerry Furtado S. de. **Falhas de mercado**: uma mudança de paradigma pós-crise econômica de 1929 (base para intervenção pública e regulação). Projeto de Monografia - Curso de especialista em gestão pública e contábil, Instituto Superior de Educação de Afonso Claudio, Vitória, 2009. 16 p.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. [tradução Eleutério Prado, Thelma Guimarães e Luciana do Amaral Teixeira]. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

RODRIGUES, Daniel Dias; TAVARES JÚNIOR, Stélio Soares, BESERRA NETA, Luíza Câmara. Inselbergs e bolders graníticos no contexto da paisagem do município de Rorainópolis - RR. In: Organizadores: Maria Bárbara de Magalhães Bethônico, Vladimir de Souza. **Rorainópolis**: um olhar geográfico. Boa Vista: Editora UFRR, 2014.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima - SEPLAN. **Informações Socioeconômicas do Município de Rorainópolis - RR, Elaboração**: Divisão de Estudos e Pesquisas - DIEP. 4ª edição. Roraima, 2014. 79 p. Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br/site/?governoderoraima=estatisticas>>. Acesso em: 02 Ago. 2016

_____. **Finanças Públicas do Estado de Roraima - 2005/2010**. Elaboração: DIES. 2ª edição. Boa Vista - Roraima, 2014. 68 p. Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br/site/?governoderoraima=estatisticas>>. Acesso em: 03 Ago. 2016

_____. **Roraima em síntese**. Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisas - DIEP. Boa Vista - Roraima, 2015. Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br/site/?governoderoraima=estatisticas>>. Acesso em: 02 Ago. 2016

_____. **Roraima, indicadores gerais - 2012**. Elaboração: DIES. 1ª edição. Boa Vista - Roraima, 2014. 72 p. Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br/site/?governoderoraima=estatisticas>>. Acesso em: 03 Ago. 2016

SACHS, J. D.; LARRAIN, B. F. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1995.

STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, Carl E. **Introdução à macroeconomia**. [tradução Maria José Cyhlar Monteiro]. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SOUZA, Alcebias Lima de. **Crescimento econômico dos municípios de Caracará, Rorainópolis, São Luiz, São João da Baliza e Caroebe no período de 2000 a 2010**. Boa Vista, 2016. 76 p. Trabalho não publicado.

SOUZA, Felipe Melo de; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. Dois lados da BR-174: uma análise urbana as margens da BR-174 no município de Rorainópolis - RR. In: Organizadores: Maria Bárbara de Magalhães Bethônico, Vladimir de Souza. **Rorainópolis: um olhar geográfico**. Boa Vista: Editora UFRR, 2014.

VICECONTI, Paulo E. V.; NEVES, Silvério das. **Introdução à economia**. 6. ed. São Paulo: Frase editora, 2003.

ARTIGO

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL: ESTUDO APLICADO AO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR NO PERÍODO DE 2010 A 2013

Introdução

A globalização acarretou em um cenário de profundas modificações na economia, principalmente nas mudanças de hábitos de consumo da população. Para atender as infinitas necessidades e gostos do consumidor, é necessária a ampliação e diversificação de mercados, e o pequeno empreendedor é um agente que tem feito à diferença na economia nacional já que o mesmo desenvolve ou incorpora novas oportunidades de negócios.

Luecke (2007, p.29) define o empreendedor como sendo “aquele que combina recursos, trabalho, materiais e outros ativos para tornar seu valor maior do que antes. Também é aquele que introduz mudanças, inovações e uma nova ordem”. Empreendedorismo decorre de novas ideias, e o fator inovação tem contribuído para transformação do mercado brasileiro, inclusive para a economia local.

Sabe-se do grande número de empreendedores que trabalham na informalidade e da importância destes na economia. Diante disso, criou-se a figura do Microempreendedor individual – MEI, transformando os empreendimentos informais em formais, embora apresente baixo impacto comparado aos grandes empreendimentos, este por sua vez contribui na geração de empregos, aumento de arrecadação e etc. O intuito dessa categoria de empresa é levar o empresário a aprimorar o seu negócio para que este venha evoluir.

O MEI foi criado mediante a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, definida como empresário individual registrado no portal do empreendedor como uma entidade jurídica. Sua receita bruta anual no ano-calendário não deve exceder sessenta mil reais. No município de Boa Vista/RR, os primeiros registros de formalização dos MEI's ocorreram no ano de 2010.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: dany.drs@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: salma.rezek@ufr.br

O desenvolvimento de ideias inovadoras e a formalização dos Microempreendedores Individuais (MEI's) possibilitou o crescimento das atividades microempreendedoras em todo Brasil, bem como sua participação no desenvolvimento econômico de determinadas regiões e países, colaborando com o aumento de competitividade, produtividade e eficiência dos recursos. (DUARTE, 2013).

Nesse sentido, a pesquisa teve o intuito de analisar o impacto na atuação desses pequenos empreendedores na economia do município de Boa Vista, dada a situação problemática da contribuição da formalização para inserção dos MEIs na economia local. O estudo do MEI, transcorreu devido a história de origem das grandes empresas que, iniciaram suas atividades como pequenos empreendedores, posteriormente, decompondo-se em empresas de grande porte altamente competitivas.

Desenvolvimento econômico é o processo de mudanças estruturais internas do sistema econômico que envolve as variáveis quantitativas (PIB, Produto Nacional Bruto – PNB) acompanhadas das variáveis qualitativas (Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Índice de Gini). A visão de desenvolvimento econômico na perspectiva de Schumpeter abrange vários fatores, tais como: facilidade de crédito, participação de empresários empreendedores que visam inserir no mercado novos produtos e/ou novas combinações e o fator inovação tecnológica que é uma condição fundamental para que o desenvolvimento ocorra.

Dado a situação econômica do Estado de Roraima voltada para o funcionalismo público, muitas pessoas recorrem à abertura de um novo negócio, seja por necessidade ou oportunidade. O setor público é a atividade econômica mais cobiçada pela população boa-vistense devido apresentar maior estabilidade, segurança e credibilidade aos funcionários públicos. Este, por sua vez tem a maior participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB) nos municípios de Roraima (SEPLAN, 2014).

O que caracteriza as regiões desenvolvidas são os altos índices de industrialização (SCHUMPETER, 1988). A cidade de Boa Vista não apresenta nenhum grau de industrialização e o setor agropecuário está em ritmo de crescimento. Uma das alternativas para alavancar o crescimento da produção de bens e serviços é o estímulo de novos empreendimentos que ocasionem mudanças positivas para a economia local.

O objetivo deste artigo é analisar a evolução dos MEI's no município de Boa Vista/RR, se propondo investigar dados estatísticos de crescimento, desenquadramento e baixa dos MEI, quantitativo de pessoal empregado pelo MEI; identificar os problemas que afetam a participação dos pequenos empreendedores na economia local e por fim, avaliar as possíveis mudanças econômicas e sociais decorrentes da inserção dos MEI's.

O conhecimento acerca do tema, a observação da realidade local, a contemporaneidade do assunto, a proposta de estudo desafiadora, o estudo específico de uma modalidade de empreendimentos e a busca em avaliar o MEI como alternativa na promoção do desenvolvimento local foram primordiais para composição desta pesquisa.

Neste contexto, as informações colhidas, observadas e registradas a respeito da atuação do MEI na economia boa-vistense poderão servir aos futuros empreendedores com informações relevantes que auxiliarão na escolha de empreendimentos de sucesso, bem como o meio acadêmico, entidades, governo, organizações e pessoas que desejam se aprofundar no tema.

Referencial teórico

Microempreendedores individuais

O apoio das entidades governamentais na criação das Micro e Pequenas Empresas - MPE's foi de fundamental importância para a economia brasileira, principalmente para formalização de empreendedores. Essa criação se deu mediante a Lei Complementar nº123/2006 que define as MPE's como sociedades empresarias, sociedades simples ou empresas individuais devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

No ano de 2008, a Lei Complementar nº 123/2006 sofreu alterações. Conforme a Lei n. 128/2008, foi incluída mais uma modalidade de MPE, criando condições especiais para a legalização da categoria MEI. Portanto, atualmente, MPE está subdividida em três categorias: MEI, ME e EPP, sendo o MEI, uma modalidade da ME (Lei Complementar nº 147/2014).

O que caracteriza o porte da MPE é sua receita bruta anual. Conforme a lei, para ser enquadrada (caracterizada) como MEI, a receita bruta anual deve ser de até R\$ 60.000,00, a categoria ME de até R\$ 360.000,00 e a categoria EPP deve apresentar receita bruta anual superior à R\$ 360.000,00 e inferior a R\$ 3.600.000,00. O registro das ME's e EPP's deve incidir na Junta Comercial do município ou Estado.

As principais características dos MEI's são:

- Trabalha por conta própria (sem sócios);
- É vetado sua participação como sócio em outras empresas;
- Deve empregar no máximo um funcionário que receba um salário mínimo ou teto salarial;

- É obrigado recolher um valor mensal fixado em lei destinado a Previdência Social e ICMS ou ISS, recolhido através do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS)
- É isento de impostos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL);
- Tem direito a auxílios maternidade, doença, aposentadoria, saúde, dentre outros, desde que mantenham suas obrigações em dias;
- Faturamento médio mensal de até R\$ 5.000,00;
- Deve se enquadrar nas atividades registradas no Anexo XIII do Simples Nacional;
- Possui alvará de funcionamento.

A introdução do MEI como uma nova modalidade de MPE possibilitou a retirada de milhões de empreendedores da informalidade. O fator contribuidor para essa expansão foi a formalização e a questão tributária, pois as ME's e as EPP's apresentam uma maior exigência quando ao recolhimento dos impostos. Essa política de proteção implantada pelo governo estimulou a existência de novos empreendedores.

As condições, obrigações e benefícios oferecidos ao MEI estão registrados em lei. Portanto, qualquer mudança ou alteração das regras referente ao MEI devem ser modificadas e registradas em lei, mediante votação no Congresso Nacional. Com relação ao Simples Nacional, pode-se afirmar que é um regime tributário simplificado (unifica oito tributos em uma única forma de pagamento) direcionado as ME's e MEI's.

Empreendedorismo

A figura de empresário existe desde a Idade Média. O empresário era caracterizado como a pessoa encarregada de grandes projetos de produção em larga escala. Após o século XVI, o empresário era traçado com uma pessoa que se entregava a especulação, assumindo riscos financeiros. No sistema pré-capitalista, o empresário era tido como a pessoa que fornecia bens e serviços para o governo, mantendo uma relação contratual. (MENDES, 2009).

Empreendedorismo é o processo de criação que provoca mudanças no comportamento dos negócios através da inovação, visando a maximização de riquezas e empreendedor é o indivíduo com ideias criativas que visa apenas o sucesso e reconhecimento dos seus produtos ou serviços, sendo a riqueza uma consequência deste resultado.

No Brasil, o empreendedorismo ganhou força na década de 90, quando a economia brasileira passou a ser aberta. A inflação controlada e a estabilidade econômica foram os fatores primordiais para a reestruturação das empresas. Este contexto favoreceu o surgimento das micro e pequenas empresas.

Segundo BIZZOTO (2008), as principais barreiras que dificultam o sucesso dos pequenos empreendimentos são:

- **Estímulo à repetição:** muitas pessoas não têm a ousadia de arriscarem em empreendimentos novos, conseqüentemente reproduzem ideias de empreendimentos já existentes a fim de garantir sua sobrevivência no mercado;
- **Concernente com sucesso alheio:** muitos empreendedores buscam inspiração em empreendimentos de sucesso, trazendo para o seu negócio a ideia alheia, esperando que o seu resultado seja semelhante ao do empreendimento copiado;
- **Pessimismo:** quando um empreendimento sofre mudanças negativas, muitos empreendedores ficam desacreditados novas soluções atuais;
- **Crença no dom que já nasceu empreendedor:** muitas pessoas acreditam que nasceram com a habilidade de empreender. O conhecimento a respeito do funcionamento do mercado é adquirido com um tempo.

Quanto maior for a participação das atividades empreendedoras em uma localidade, maior será a geração de emprego, haverá prosperidade, a sociedade apresentará melhores indicadores sociais, e conseqüentemente, maior será seu crescimento econômico. O fenômeno do empreendedorismo, além de possibilitar o desenvolvimento econômico, ele pode ser utilizado como instrumento de desenvolvimento social, como por exemplo, elevação do número de empregos, aumento da renda, melhoria na saúde e educação, entre outros.

Inovação

Inovação é a realização de novas combinações onde o produtor tem disponível diferentes recursos que independe do crescimento da empresa. Para Schumpeter a inovação está associada a tudo que diferencia e cria valor a um negócio, ou seja, inovação inclui o desenvolvimento de novos processos, produtos, atividades que possibilitam na criação de novos mercados, a utilização de novos recursos incorporados na produção de bens e serviços, gestão reestruturada etc (TIGRE, 2006).

O principal processo na mudança econômica na visão schumpeteriana só acontece mediante a introdução de inovações e o agente inovador principal é o empreendedor. Sem inovação, a vida econômica atingiria um equilíbrio estático, e seu fluxo

circular seguiria essencialmente os mesmos canais, ano após ano, o lucro e os juros cessariam assim como a riqueza.

O Manual de Oslo (2005) apresenta quatro tipos de inovações:

- **Inovação de produtos (bens e serviços):** envolve mudanças na potencialidade do produto respeitando suas características e potencialidade, ou seja, o indivíduo pode ter posse e utilizar o produto independente do fornecedor. Exemplo: Máquina de passar roupa, incorporar um novo sistema de autoatendimento na empresa etc;

- **Inovação de processos:** refere à implementação de novas práticas e métodos organizacionais. Exemplo: Controle de mercadoria através do código de barras;

- **Inovação de marketing:** envolve mudanças no marketing da empresa que envolve melhorias no design do produto, embalagens, distribuição, promoção. Exemplo: Criação de uma nova embalagem;

- **Inovação Organizacional:** consiste na implantação de novos métodos organizacionais que proporcionem resultados positivos a empresa. Exemplo: Parceria inédita com outras empresas, implantação da ginástica laboral (pela 1ª vez).

A inovação de Schumpeter está atrelada a novas tecnologias. Para as atividades empreendedoras, considera-se a inovação incremental que permite diferenciar seus produtos e serviços conquistando um espaço no mercado. Veremos a seguir, os tipos de inovações por novidades de resultados.

a) Radical: cria um novo mercado através da introdução de novos produtos ou serviços que se desenvolvem em novos negócios e também pela expansão de novas indústrias, causando mudanças significativas. Exemplo: no decorrer da evolução do transporte de arquivos, foram utilizados vários produtos, tais como, disquete, CD-ROM, DVD, pendrive, etc. A cada criação de um produto com mesma utilidade e funcionalidade, cria-se um novo mercado, portanto, a inovação destruindo o mercado que fornecia o produto ultrapassado.

b) Incremental: está relacionada à modificação, aperfeiçoamento, melhoria em produtos, processos, serviços e atividades já existentes. Exemplo: Surgimento de novas cafeteiras com melhorias significativas em relação a 1ª cafeteira existente. A mudança de cor não corresponde inovação incremental, e sim, aspectos de design, tamanho etc.

c) Disruptiva: são criações revolucionárias que surpreendem as pessoas porque criam impossível sob a perspectiva humana. Exemplo: a primeira impressora 3D.

Desenvolvimento econômico

Desenvolvimento econômico é distinto de crescimento econômico. Quando os frutos do crescimento econômico de um país não beneficiar sua economia e a sociedade, afirmamos que não há desenvolvimento, em contrapartida, quando houver melhor distribuição direta da renda entre os proprietários dos fatores de produção visando melhoria no padrão de vida dos indivíduos, podemos dizer que há desenvolvimento (SOUZA, 2012).

Schumpeter (1988. P.47) define desenvolvimento como “uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”. Portanto, uma economia desenvolvida apresentará uma variação no processo de mudanças devido a ocorrência descontínua do crescimento econômico.

A visão de desenvolvimento econômico na perspectiva de Schumpeter abrange vários fatores, tais como: facilidade de crédito, participação de empresários empreendedores que visam inserir no mercado novos produtos e/ou novas combinações e o fator inovação tecnológica que é uma condição fundamental para que o desenvolvimento ocorra segundo Schumpeter.

As novas combinações formadas a partir do processo de desenvolvimento precisam ser descontínuas e significativas, pois o estímulo à concorrência possibilita a entrada de novas empresas no mercado e intensifica o processo de desenvolvimento. É necessário que as empresas incorporem no seu processo produtivo o fator inovações a fim de garantir sua permanência no mercado.

O processo de abertura de novas empresas, o empresário introduz ideias de inovações e o capitalista concede o crédito para que as inovações aconteçam. Em torno do processo de mudanças, o capitalista e banqueiros podem perder dinheiro caso não aconteça à realização das ideias do empreendedor.

A teoria schumpeteriana foi desenvolvida especialmente para atender os países desenvolvidos caracterizados por apresentarem disponibilidade de capital, potencial elevado de empresários inovadores, tecnologia avançada, instituições mais eficientes, políticas econômicas neutras ou favoráveis ao desenvolvimento capitalista. (SOUZA, 2012).

No modelo de desenvolvimento de Schumpeter, o país gera sua própria tecnologia, usufruindo a mesma no processo produtivo. A realidade dos países subdesenvolvidos é outra, em sua grande maioria, as empresas necessitam importar inovações tecnológicas de outros países, encarecendo seu processo produtivo.

A teoria de desenvolvimento derivada de Wallich propõe uma adaptação ao modelo de desenvolvimento schumpeteriana a fim de atender os países mais pobres. Se propõe à participação do governo como figura empresária, inovadora e credora, ou seja, o estado de suprir a ineficiência dos fatores externos, promovendo acesso às técnicas já conhecidas no exterior, captação de investimentos, implantação de novas empresas, novos produtos, incentivos a inovação e tecnologias (SOUZA, 2012).

Para Laumas (1962), a intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento através de incentivos a investimentos, oferece garantia e segurança aos investidores, facilita a aquisição de capitais internos e externos, bem como assegura o financiamento da inovação, permitindo a elevação da taxa de lucro do empresário.

Para Souza (2012), a solução para alavancar o aumento da escala de inovação no Brasil seria a redução das cargas tributárias e impostos que inibem os investimentos, só assim, as empresas garantiam uma maior competitividade no mercado, maiores lucros, maiores investimentos, criando assim um ambiente favorável ao desenvolvimento.

Metodologia

A metodologia orienta o pesquisador no processo de investigação (problematização), apresentação de conceitos pertinentes ao tema a ser investigado, bem como auxilia nas decisões adequadas, utilização de técnica e métodos apropriados para o recolhimento de informações relevantes para a pesquisa a ser estudada.

Escolher uma técnica de pesquisa a ser trabalhada é primordial para o desenvolvimento do projeto, pois nos torna cientes das vantagens e limites que ela pode nos oferecer, bem como facilidade de extrair informações complexas, apresentando sobre tudo, possibilidades de acesso à informação ao pesquisador (BERTUCCI, 2013).

Deste modo, a pesquisa se inicia com uma indagação a respeito inserção dos MEI's na economia local, buscando investigar o fator formalização como variável contribuinte no processo de expansão dos MEI'S . Quanto ao método de abordagem, a pesquisa é classificada em qualitativa, buscando interpretar dados secundários.

O presente estudo se enquadra na pesquisa descritiva, com objetivo de delinear os principais impactos ocasionados pela inserção dos MEI's, identificando as mudanças econômicas, sociais e os possíveis problemas que afetam sua participação na economia do município de Boa Vista/RR. Não houve interferência do pesquisador, ou seja, os fatos foram interpretados conforme eles se mostram.

Marconi; Lakatos (2010, p.143) afirmam que “os dados coletados na imprensa em geral e obras literárias” são dados secundários. Os dados primários, por sua vez, são aqueles “obtidos através de informações”, que são extraídas através de entrevistas e questionários. Para a coleta de dados foram adotadas as pesquisas de dados secundários.

Para composição e estruturação do trabalho, fez-se o uso de pesquisas bibliográficas e documentais para fundamentação, oriundos de dados secundários tais como: livros, periódicos, artigos, documentos e etc.. Classifica-se como pesquisa bibliográfica o “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2007, p.48).

Também foi empregado o estudo de caso para averiguar o comportamento dos MEI's no mercado local. Segundo Vergara (2007, p.49), “tem caráter de profundidade e detalhamento”. Este tipo de estudo se enquadra na categoria de métodos denominados qualitativos, as observações analisadas foram tratadas de forma direta sobre a situação de interesse.

A população desta pesquisa foram os microempreendedores individuais do município de Boa Vista/RR no período de 2010-2013 ativos e não ativos. Foi realizada um levantamento estatístico dos MEI's em sites oficiais (IBGE), entidades auxiliares (SEBRAE) ao empreendedorismo a fim de facilitar a investigação e seu resultado.

Análise e discussão de resultados

A evolução dos microempreendedores individuais do município de Boa Vista/RR

Em consonância com a teoria do desenvolvimento econômico defendida por Schumpeter, as empresas que sofrem constantes inovações ou modificações são empreendimentos que apresentam um ciclo de vida maior permanecendo no mercado por mais tempo. Trazendo para a realidade do empreendedorismo, é necessário que aja uma ótima gestão, conhecimento de mercado e também inovação seja tecnológica ou experimental para garantir sua competitividade no mercado.

A quantidade de microempreendedores individuais existentes no município de Boa Vista, elevou-se nos últimos anos, ainda que uma taxa decrescente, atingiu no ano de 2013 um total de 6.252 microempreendedores. Conforme a **Tabela 1**, os dados da Receita Federal nos mostram que, no ano de 2011, a quantidade de MEI's duplicou se comparado ao ano de 2010. A ampliação do mercado gerou maiores

condições de competitividade a um conjunto de atividades, instituindo uma economia mais densa e dinâmica.

Tabela 1: Quantidade de MEI's no município de Boa Vista/RR (2010 – 2013)

| ANO | QUANTIDADE (Acumulada) | QUANTIDADE (Real) |
|------|------------------------|-------------------|
| 2010 | 1.597 | 1.597 |
| 2011 | 3.318 | 1.721 |
| 2012 | 4.918 | 1.600 |
| 2013 | 6.252 | 1.334 |

Fonte: Receita Federal. Ministério da Fazenda. Portal do Empreendedor (2016)

Por outro lado, o quantitativo real de MEI's apresentou decréscimo no ano de 2012 e 2013. Um dos motivos que colaborou para este resultado foi o aumento de MEI's desenquadrados. **Desenquadramento** é a situação onde o MEI deixa de atender quaisquer das condições e obrigações previstas em lei, este não representa um ponto negativo para o pequeno empreendedor, e sim, o quanto o empreendimento cresceu. Os principais motivos que ocasionam o desenquadramento dos MEI's são:

- Contratação de empregado com salário acima do limite permitido ou do teto salarial;
- Atividade econômica vedada: ocorre quando o empreendedor inclui uma atividade que não é permitida em lei conforme seu porte;
- Natureza jurídica vedada: ocorre quando o MEI deseja incluir outro sócio na empresa;
- Excesso de receita bruta permitida fora do ano calendário de início das atividades (acima de 20%): quando a receita total acumulada ultrapassa de R\$ 72.000,01, o empreendedor será desenquadrado, retroagindo ao início do exercício, tendo que recolher imposto do Simples Nacional a partir de janeiro conforme tabela do simples;
- Excesso de receita bruta permitida fora do ano calendário de início das atividades (até 20%): ocorre quando a receita total acumulada é de R\$ 72.000,00. O empreendedor recolherá sobre o excedente (valor de R\$ 12.000,00) a alíquota do Simples Nacional em uma guia DAS. A partir do novo exercício das atividades, ele se enquadrará como Microempresa (ME) devido aumento do seu faturamento;
- Participação do microempreendedor como sócio em outras empresas;

- N° de empregados contratados superior ao limite estabelecido por lei (limite máximo de funcionários contratados na categoria MEI é 1 (um));
- Abertura de filiais: conforme o empreendimento vai crescendo, muitos optam é implantar filiais, na modalidade MEI, é permanentemente proibido abrir filiais conforme Lei.

A Tabela 2, apresenta dados referentes a quantidade de MEI's desenquadrados no período de 2010 a 2013. Um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento de empresas desenquadradas foi o excedente de receita bruta anual, e também o exercício de atividades não permitidas em lei para os MEI's. (SEBRAE, 2016)

Tabela 2: Desenquadramento dos MEI's no município de Boa Vista/RR (2010 – 2013)

| ANO | QUANTIDADE DE MEI'S DESENQUADRADOS |
|------|------------------------------------|
| 2010 | 2 |
| 2011 | 30 |
| 2012 | 70 |
| 2013 | 94 |

Fonte: SEBRAE/RR (2016).

A crise financeira que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos, certamente elevou o número de fechamento dos MEI's em todo o território nacional, inclusive no município de Boa Vista/RR. A falta de incentivos tecnológicos, ausência de inovação, inadimplência, localização imprópria do empreendimento, ausência de projeto de viabilidade econômica, economia regional dependente do setor de serviços públicos, entre outros, contribuíram para o desaparecimento desses pequenos empreendimentos.

O ciclo de vida dos microempreendedores individuais é indeterminado. Apesar do crescimento de novos MEI's inseridos no mercado, há situações em que o empreendedor necessita dar baixa em suas atividades geradas pela necessidade de encerramento das atividades ou mudança de categoria empresarial. Em média, um MEI permanece no mercado cerca de três anos e sete meses.

Com base nos dados do SEBRAE/RR, o número de baixa dos microempreendedores individuais elevou-se nos últimos anos. A **Tabela 3** nos mostra o quantitativo de empresas que optaram pela baixa, o maior número registrado ocorreu no ano de 2013, cerca de 383 estabelecimentos deixaram de ser MEI's.

Tabela 3: Baixa dos MEI's no município de Boa Vista/RR (2010 – 2013)

| ANO | QUANTIDADE |
|------------|-------------------|
| 2010 | 11 |
| 2011 | 47 |
| 2012 | 95 |
| 2013 | 383 |

Fonte: SEBRAE/RR (2016)

Os microempreendedores individuais têm alcançado uma participação relevante na economia do município de Boa Vista/RR, sendo estas, frutos de políticas de incentivos ao microempreendedor individual, possibilitando geração de emprego, movimentação circular de moeda na região local, alavancando a economia e o comércio.

A Tabela 4 nos mostra a evolução do número de pessoas empregadas regularmente pelos MEI's. Este número poderia ser bem maior, caso contássemos com os trabalhadores informais, pois muitos empreendedores não querem para si, maiores responsabilidades trabalhistas, e muito menos correrem o risco de serem desenquadrados.

Tabela 4: Quantidade de Empregados do MEI no município de Boa Vista/RR (2010- 2013)

| ANO | Nº DE EMPREGADOS (Acumulado) | Nº DE EMPREGADOS (Real) |
|------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| 2010 | 9 | 9 |
| 2011 | 41 | 32 |
| 2012 | 64 | 23 |
| 2013 | 84 | 20 |

Fonte: FIMBRA/MF

A Tabela 5 nos mostra a quantidade de empregados por setor. No período de 2010 a 2013, conforme os dados oficiais, não houve nenhum empregado registrado no setor de agropecuária, porém, os setores de comércio e serviços (permitidos por lei) foram os que mais apresentaram crescimento quanto ao número de pessoas empregadas.

Tabela 5: Quantidade de Empregados do MEI por setor no município de Boa Vista/RR (2010-2013)

| SETORES | QUANTIDADE ACUMULADO | | | | QUANTIDADE REAL | | | |
|------------------|----------------------|------|------|------|-----------------|------|------|------|
| | ANO | | | | | | | |
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Agropecuária | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Comércio | 3 | 20 | 34 | 34 | 3 | 17 | 14 | 0 |
| Construção Civil | 0 | 1 | 2 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Indústria | 0 | 4 | 10 | 15 | 0 | 4 | 6 | 5 |
| Serviços | 6 | 16 | 18 | 34 | 6 | 10 | 2 | 16 |

Fonte: RAIS/MTE

Dentro da categoria de Microempreendedor Individual em Boa Vista/RR, o setor de serviços foi o que mais empregou em 2010, seguido do setor de comércio. Em 2011 e 2012, o setor de comércio se destacou na contratação de trabalhadores. Em 2013, o setor de indústria retomou o crescimento de empregos formais. O setor de construção civil é um dos setores que menos contratam mão de obra, a frente somente do setor de agropecuária.

Considerações finais

Empreendedorismo envolve muito mais que aplicação de capital, gestão organizacional equilibrada. Ser empreendedor é abusar da criatividade, é ter perspectiva de mercado e manter-se em constantes processos de inovação a fim de garantir sua competitividade e existência no sistema de mercado capitalista.

Constatou-se, nesse sentido que os benefícios oferecidos pelo mercado empreendedor são variados, tais como, alterações de mercado, ondas de inovação que estimulam a competitividade comercial, criação de novas tecnologias que trarão a modernização e o aumento da capacidade produtiva, entre outras mudanças sociais e econômicas.

No âmbito do município de Boa Vista/RR, observa-se que o crescimento do MEI possibilitou um leque de oportunidades tanto para os empreendedores, quanto para os consumidores e empregados. A concorrência possibilita a queda de preços, estímulo na criação de inovações. Houve um aumento de contratação de pessoas empregadas pelo MEI, em destaque, os setores de comércio, indústria e serviços (exceto administração pública).

A inserção dos MEI's na economia local conforme o levantamento de dados mostra que, embora o aumento de desenquadramento e a baixa dos MEI's, os empreendedores individuais continuam em ritmo de expansão, e tem possibilitado o crescimento de empregos formais e informais, em destaque, os setores de comércio, serviços e indústria.

A busca pelo aumento de renda, a implantação de ideias criativas, o desejo de ser dono do seu próprio negócio tem levado muitas pessoas a abrirem micro e pequenas empresas. Porém, o principal motivo da inserção dos MEI's na economia é decorrente do desemprego, pois muitas pessoas buscam empreender por necessidade.

O desconhecimento de mercado, ausência de projeto de viabilidade, a burocracia de empréstimos e financiamentos voltados para o MEI, falta de apoio do governo em adquirir produtos e serviços regionais, são os principais problemas que o microempreendedor individual enfrenta. Embora os benefícios oferecidos para esta modalidade de empresas serem amplos, muitos não conseguem permanecer no mercado competitivo.

É notório que a expansão urbana e populacional que o município de Boa Vista/RR sofreu nas últimas décadas contribuiu, resultando no aumento da demanda. Com isso, aumentou a exigências do consumidor em na busca do menor preço de mercado, produtos e serviços inovadores. Portanto, o crescimento econômico tem favorecido o desenvolvimento do município, provendo melhorias na infraestrutura urbana, saúde, educação, investimentos e etc.

Não se pode afirmar que o MEI contribui para o desenvolvimento econômico do município de Boa Vista no período de 2010 a 2013 devido as dificuldades em coletar dados a respeito da participação específica do MEI na composição do PIB. Faz-se necessário incentivo a novos empreendimentos para alavancar a capacidade produtiva, portanto, a atividade empreendedora pode ser considerada uma alternativa na promoção do desenvolvimento.

Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 25 jan.2016

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de Pós-graduação Lato Sensu**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2013. 116 p.

BIZZOTTO, Carlos Eduardo Negrão. **Plano de Negócios para empreendimentos inovadores**. São Paulo: Atlas, 2008. 147 p.

DUARTE, Ednei Magela. **Empreendedorismo nas micro e pequenas empresas: um estudo aplicado à cidade de Pará de Minas – MG**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdades Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, 2013.

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=140010&search=roraima|boavista>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

JONES, Charles I; VOLLARTH, Dietrich. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2015.280 p.

LAUMAS, P.S. Schumpeter's theory of economic development and underdevelopcontries. **QuarterlyJournalofEconomics**, v.76, n°4, Nov.1962

LUECKE, R. **Ferramentas para empreendedores: ferramentas e técnicas para desenvolver e expandir seus negócios**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2007. 292 p.

Manual de normas para apresentação dos trabalhos técnico-científico da UFRR. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2012. 102 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. 320 p.

MENDES, Jerônimo; ZAIDEN FILHO, Iússef. **Empreendedorismo para jovens: ferramentas, exemplos reais e exercícios para alinhar a sua vocação com o seu projeto de vida**. São Paulo, SP: Atlas, 2012. 144 p.

_____. **Manual do Empreendedorismo: como construir um empreendimento de sucesso**. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 241 p.

OECD. **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FINEPE, 2005.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 3.ed. São Paulo, SP: Nova Cultura, 1988. (Coleção Os Economistas). 168 p.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA – SEPLAN. **Informações socioeconômicas do município de Boa Vista – RR 2014**. 4 ed. Boa Vista: SEPLAN, 2014. 87 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 6.ed. rev. São Paulo, SP: Atlas, 2012. 336 p.

_____. **A teoria da base econômica regional**: uma verificação empírica. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, RG: IEPE, 1982.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006. 282 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

ARTIGO

**O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO
MUNICÍPIO DE UIRAMUTÃ: UMA ANÁLISE DO PERÍODO
1991-2010**

Introdução

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no início da década de 1990, por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, com a intenção de se verificar o grau de desenvolvimento humano de um país, por meio dos indicadores de desempenho como: esperança de vida; taxa de alfabetização de adultos combinada com a taxa de matrícula nos três níveis de ensino; e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

A intenção da ONU com a criação do IDH foi mostrar aos governantes dos diversos países, que o crescimento PIB, não indica que um país seja considerado desenvolvido e sem desigualdade social. Dessa forma, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) considera quatro componentes importantes para balizar o grau de desenvolvimento que são: equidade, sustentabilidade, empoderamento e produtividade.

Com a medição a nível municipal, foi possível também a verificação da situação de desempenho nos municípios, o chamado IDH-M que utiliza a metodologia igual a do IDH dos países, mas se diferencia em alguns quesitos, pois trata da verificação de núcleos sociais menores. Essa especificidade do IDH-M é muito importante, pois no Brasil, principalmente nos estados da região norte existe muitos municípios com a maior parte da população indígena, que de acordo com (MARX. 1985), ainda não estão totalmente inseridos dentro de um sistema capitalista, sendo considerados parte de um sistema pré-capitalista, onde produzem apenas alimentos e outros produtos para a sua subsistência, sem geração de excedente e sem participação nas relações de troca com o sistema capitalista. Tornando difícil a participação desses indivíduos no PIB, e com isso também o problema de se mensurar o PIB per capita.

* Mestranda em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) pelo Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: Luci_campello@hotmail.com

Nesse sentido, temos o caso específico do IDH-M (Índice de desenvolvimento humano municipal) no município de Uiramutã, que faz parte do estado de Roraima. O município está localizado dentro da Reserva indígena Raposa Serra do Sol¹, com uma população total de 8.375 habitantes, onde a população indígena corresponde a 88,70% do total dos habitantes, sendo que (91,0%) vive na zona rural, de acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima – SEPLAN. Esta tendência justifica-se pela prática de atividades econômicas voltadas predominantemente para o setor primário, e pelo fato de que tais municípios de constituição recente integram a área rural dos quais pertenciam.

Na PNUD, realiza em 2010 pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Uiramutã, ficou entre os cinco municípios com os piores índices de IDH-M, com um índice correspondendo a 0.453, o que não conseguindo atingir o índice mediano de desenvolvimento, ficando também com o pior índice entre os municípios do estado de Roraima. Nesse sentido o problema desse estudo faz a seguinte pergunta referente a pesquisa: “o baixo índice do IDH-M de Uiramutã tem relação direta pela grande concentração de comunidades indígenas”?

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar IDH-M do município de Uiramutã. Os objetivos específicos deste estudo foram: a) discutir a literatura teórica sobre o conceito de desenvolvimento e sobre a criação do IDH-M; b) fazer um breve histórico sobre o município de Uiramutã; e c) demonstrar os dados em tabelas através do Atlas do Desenvolvimento Humano, fazendo análise dos mesmos no período que compreende entre 1991 a 2010.

O conceito de desenvolvimento humano

O desenvolvimento humano em municípios indígenas apresenta algumas especificidades. Para se entender por quais motivos existem diferenças entre essas regiões e as demais, necessitamos primeiramente, entender o conceito de Desenvolvimento Econômico, e o que é necessário para uma região se tornar desenvolvida.

A respeito do termo desenvolvimento econômico Bresser-Pereira (2006), explica no seu trabalho sobre o conceito de desenvolvimento econômico, que:

...desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos,

¹ Ver Fundação Nacional do índio- FUNAI- www.funai.gov.br. Acesso em: 10.09.2016.

o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento da produtividade de determinadas atividades e/ou pela transferência da mão-de-obra dessas para outras atividades com maior valor adicionado per capita porque envolvendo maior conhecimento... (BRESSER, 2006, p. 08).

O conceito de desenvolvimento econômico não é muito fácil de ser explicado por muitas vezes ser confundido com o termo Crescimento Econômico. De acordo com a visão dos economistas neoclássicos Meade (1907- 2015), e Solow (1924) para uma região ser considerada desenvolvida, era fundamental que houvesse crescimento econômico. Nesse contexto, a corrente neoclássica defendia que um país é sub-desenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos. Para SOUZA (2009), a visão neoclássica simplifica a realidade, colocando todos os países dentro da mesma realidade, com a ideia de que o crescimento econômico, distribuindo igualmente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, oferece automaticamente condições para a melhoria nos padrões de vida e ao desenvolvimento econômico.

Contrapondo o pensamento neoclássico (Furtado, 1961), da corrente de pensamento econômica estruturalista, defende que o crescimento é condição necessária para a melhoria do padrão material de vida das pessoas, mas está longe de ser sua base suficiente. E que é necessário se fazer investimentos para promover a industrialização de um país. Explica que um projeto de desenvolvimento que se assenta em tais bases, promove, além de crescimento econômico, bem-estar social, liberdade, cidadania e integração nacional.

Diante das colocações dos estruturalistas sobre o desenvolvimento econômico de um país, ou determinada região, ADELMAN (1972), considera que o processo que gera e mantém um grau de desenvolvimento, é aquele no qual existe uma baixa diferença na taxa per capita, com a manutenção desses níveis, gerando condições para que essa relação se mantenha estável no crescimento de longo prazo. (SOUZA, 1997), também defende que, para se considerar o desenvolvimento, deverá existir um crescimento contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, com mudanças estruturais e melhoria dos indicadores econômicos e sociais.

Nesse sentido, (SOUZA, 2009) ressalta a necessidade se analisar a corrente de pensamento estruturalista, para o desenvolvimento, a qual defende que para se promover o desenvolvimento econômico é necessário haver mudanças de estruturas econômicas e políticas, sociais, políticas e institucionais, com a melhoria da produtividade e da renda média da população. A fim de se reduzir as desigualdades sociais e aumentar o bem-estar da população.

Na visão de (Furtado, 2009), além do fator renda e renda per capita, existem outras variáveis necessárias para levar ao desenvolvimento de uma região ou país:

O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes no nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se pode admitir como plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real per capita) introduzindo novas técnicas. O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente, um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e progressos na aplicação de tecnológica desses conhecimentos. (FURTADO, 1961, p. 85).

Considerando as visões neoclássicas e estruturalistas sobre o termo desenvolvimento econômico, pode-se observar que, o fator renda é essencial para o crescimento de uma economia, podendo gerar excedente para posteriormente serem investidos no desenvolvimento social de uma região ou país. Para termos uma ideia do que pode ser considerado relevante para o desenvolvimento humano, é necessário entender de que forma se dá esse processo acontece. De acordo com (SOUZA, 2009), A renda per capita é fundamental para melhorar os indicadores sociais, como saúde, educação, alimentação expectativa de vida.

Índice de desenvolvimento em comunidades pré-capitalistas

Ao analisar as diversas correntes de pensamentos sobre o desenvolvimento econômico, pode-se observar que existem vários índices como saúde, educação, renda e expectativa de vida, que devem ser levados em conta na medição do nível de desenvolvimento de uma região ou país. Para que possam ser medidos a fim de se fazer um retrato do nível de desenvolvimento e ser levados em considerações para as tomadas de decisões por parte dos governantes.

Com a preocupação de se estabelecer um grau de desenvolvimento maior e a redução das desigualdades sociais, a Organização das Nações Unidas (ONU), criou em 1990, O IDH, índice de desenvolvimento humano, idealizado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. O índice integra na sua medição: esperança de vida ao nascer; taxas de alfabetização de adultos combinada com a taxa de matrícula escolar nos três níveis de ensino; e o PIB per capita. Com isso, as Nações Unidas tiveram a preocupação de informar aos governantes de diversos países, que um país rico, não é necessariamente desenvolvido.

A partir do sucesso do IDH, as Nações Unidas, sinalizaram aos governantes de diversos países e regiões a proposição de que buscar crescimento não é sinônimo de exclusivo de fazer aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) ou a renda per capita e passamos a observar o comportamento dos governantes traduzindo suas metas no aumento do IDH do seu país, região ou município. (BISPO, 2009, p. 13).

Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (longevidade, educação e renda) são mensurados de acordo com a PNUD da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (longevidade) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: 1) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e 2) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- O padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como o ano de referência.

No entanto, existem controvérsias sobre a medição do IDH para todos os países e regiões, já que existem muitas especificidades em muitas delas. É o caso dos municípios com um grande índice populacional indígena, onde não existe uma participação dos indivíduos na economia, pois produzem apenas para suas subsistências, e não participam do comércio. Esse modo de vida ainda é muito primário, considerado como uma sociedade pré-capitalista, e muitas vezes são privados do acesso à saúde e educação, utilizando apenas métodos culturais e tradicionais para o tratamento de doenças e no que se refere à educação o conhecimento é passado por meio da prática das atividades tradicionais da comunidade.

Diante desse contexto, em que a renda passa a ser primordial para um aumento no bem-estar da população e condições para se garantir as capacidades substantivas, é interessante analisar o caso de comunidades, que não estão inseridas dentro do mercado, e que não produzem uma quantidade expressiva para a geração de excedentes. Sobre esses aspectos, Marx, em sua obra “Formações Econômicas Pré-capitalistas”, mostra que há disparidade no que diz respeito à renda em economias capitalistas e em comunidades pré-capitalistas. De acordo (MARX. 1985), no caso do sistema capitalista o trabalho tem por objetivo gerar renda, já nos sistemas pré-capitalistas o trabalho é apenas para a subsistência da comunidade em geral.

Segundo (MARX. 1985), no sistema pré-capitalista, o indivíduo, é o dono da terra, e produz para si mesmo, sem a intenção de gerar valor para a produção. No sistema capitalista o trabalho tem por objetivo a criação de valor, tendo como expressão monetária o salário recebido, no sistema pré-capitalista o trabalho tem como objetivo apenas manter a subsistência dos indivíduos pertencentes ao sistema.

Ainda segundo a visão Marxista, nos sistemas pré-capitalistas não se geram excedentes, dificultando a interação com o sistema capitalista, ainda assim, se estabelece alguma relação entre os dois, pela participação do estado, com as políticas assistenciais promovidas pela participação do estado nessas relações, principalmente quando se trata de áreas indígenas, (Martinez, 2014), explica de que forma isso ocorre:

Seria uma espécie de economia do setor público representada pelo conjunto das atividades da administração pública e os gastos correspondentes com o custeio de funcionamento da estrutura de governo (despesa de pessoal, material de consumo, e outros serviços de terceiros) e despesas na formação de capital fixo bruto (construções de escolas, postos médicos, estradas, habitações, pontes). Adicionalmente há também o importante grupo das despesas de transferências unilaterais como pensões, aposentadorias, bolsa família, crédito social, vale solidário e outros. Em síntese, o quadro se configuraria como um sistema em que o setor econômico moderno da sociedade financia o setor “tradicional não-capitalista”. (Martinez, 2014, p. 23).

Amartya Sen, na sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”, defende que o desenvolvimento não pode ser analisado apenas sob o viés restritivo do crescimento do PIB e da renda per capita, mas sim das liberdades que as pessoas desfrutam.

...O crescimento do PNB, ou das rendas pessoais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). (SEN, 2000, pág. 17).

Nas comunidades pré-capitalistas, não se pode tomar como parâmetro para a medição do nível de bem-estar a renda desses indivíduos, pois os mesmos demandam outras necessidades, que ainda não estão relacionadas com a produção em grande escala de bens e serviços. Se existem algumas relações de troca, elas dificilmente serão consideradas no cálculo do PIB, o que impacta diretamente no cálculo do IDH. Entretanto, existe a participação do estado no financiamento, com algumas políticas assistenciais, como é o caso dos municípios indígenas do estado de Roraima, que recebem as transferências de recursos federais para a manutenção de

algumas necessidades básicas da população, mas pela falta de acesso e por questões culturais nem todos os indivíduos ainda utilizam esses recursos.

História socioeconômica do município de Uiramutã

O segundo tópico desse trabalho analisa as questões socioeconômicas do município de Uiramutã, antes denominado Vila do Uiramutã, que foi emancipado pela Lei Estadual n.º 98, de 17 de Outubro de 1995. Uiramutã é o Município mais ao norte do Brasil, compondo a tríplice fronteira Brasil/Venezuela/República Federativa da Guiana. Dentre as diversas vilas existentes, as principais são: Água Fria, Mutum e Socó. Apresenta uma altitude média de 0 m, o clima da região é do tipo tropical chuvoso com período Seco-Awi.

Segundo IBGE (2010), o município está localizado na Mesorregião Norte e na Microrregião Nordeste do Estado, limitando-se ao norte e a leste com a República Cooperativista da Guiana; ao sul com Normandia e a oeste com Pacaraima e a Venezuela. Distante da capital em 315 km, área territorial de 8.065,540 km².

De acordo com a SEPLAN (2015), a temperatura em média é de 26° C e a precipitação pluviométrica de 1.500mm. Predomina a superfície plana (70%), relevo fortemente ondulado com declive forte (10%) e colinas com declives fracos (20%). Os solos são litólicos apresentando os seguintes tipos: afloramentos Rochosos, Podzólico Vermelho-Amarelo, Terra Roxa Estruturada e Planossolo.

A hidrologia é representada pelos rios: Maú, Cotingo, Canã e Uailan. A cobertura vegetal constitui-se da Floresta ombrófila densa e savana estépica (parque e arbórea densa). De sua área total, 7.925,95 km² são de reserva indígena, o que corresponde a 97,96% do tamanho do Município. Está em terceiro lugar na lista dos municípios com a maior distância da capital Boa Vista, mas é o município com mais horas de viagem por conta das péssimas condições de tráfegos das estradas que fazem a ligação Boa Vista- Uiramutã.

De acordo com a figura 1.1, o município está situado no extremo norte do Estado e do País, fazendo fronteira com dois países (Venezuela e República Cooperativista da Guiana). É também o Município com a maior população indígena do Estado de Roraima, subdividida em duas etnias - Ingaricó e Macuxi. A maior parte de sua população é indígena e está distribuída em várias malocas que fazem parte da reserva indígena Raposa Serra do Sol².

² Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Ver <http://www.funai.gov.br>

Figura 1: Uiramutã-Roraima



Fonte: SEPLAN (2010)

Em relação com a forte presença indígena, Martinez (2010) destaca que o município apresenta uma densidade demográfica de 0,72 hab/km², com uma taxa média anual de crescimento demográfico de 5,74% e representa um percentual de 1,79% da população do Estado. A população indígena é de 5.138 habitantes (66 aldeias), equivalente a 88,70% da população total do Município (projeção para o ano 2000/ Governo de Roraima). Uiramutã segue a tendência dos novos municípios do Estado, com população predominantemente rural (91,0%). Esta tendência justifica-se pela prática de atividades econômicas voltadas predominantemente para o setor primário, e pelo fato de que tais municípios de constituição recente integravam a área rural dos quais pertenciam.

No que tange as potencialidades da mineração no município, a região é tradicionalmente rica em ouro e diamante. Apresenta potencial para a pecuária e para culturas tradicionais. A agricultura tem como atividade principal o cultivo de milho, mandioca, arroz, feijão e banana. Destaca-se a produção da mandioca, da qual se produz a farinha, componente básico na culinária da região amazônica. A atividade pecuária limita-se a pequenas criações de bovinos, suínos, equinos, caprinos e galinhas; destinam-se ao consumo local e à comercialização do excedente. Comércio e serviços: farmácia, loja de calçado e vestuário, presentes e brinquedos, material de construção, eletrodomésticos e móveis.

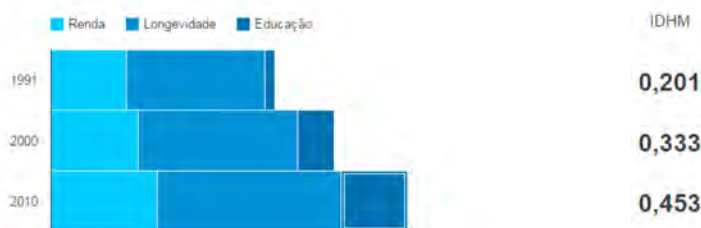
De acordo Martinez (2012), a principal atividade econômica da região antes da criação do município em 1995 era a extração de minérios, que foi substituída pela Administração Pública, logo após a proibição dos garimpos, passando a se tornar a principal geradora de riquezas para o município. Segundo dados referentes ao PIB municipal, os dispêndios com a Administração Pública representam 81% de tudo o que é produzido dentro do município.

Análise e discussão dos dados

No ultimo tópico desse trabalho, buscou-se analisar o IDH-M do município de Uiramutã, que está entre os últimos no ranking do desenvolvimento humano. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento, (PNUD), criado pela ONU em 1998. O (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Com a divulgação do Atlas do desenvolvimento Humano em 2010 realizado pela (PNUD), podemos analisar os dados sobre a situação do desenvolvimento do município, que foi realizado a partir do recorte temporal entre 1993 a 2010, como mostra o gráfico 1.1.

Gráfico 1: IDH-M Uiramutã 1993-2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil- 2010.

O gráfico 1 expõe de uma forma geral o IDH-M do município de Uiramutã-RR, onde pode-se verificar que houve uma variação positiva no aumento do índice do desenvolvimento local, porém ao longo de 17 anos, o município ainda não atingiu o grau médio de desenvolvimento ao longo do tempo, pois mesmo com variações positivas ao longo do tempo, ainda permanece com um baixo nível de desenvolvimento, chegando ao máximo de 0.453 na medição em 2010. Um dos critérios que

mais se destacou foi a longevidade, seguida pela renda e posteriormente a educação, que é muito inexpressiva durante todo o período.

Tabela 1: Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – Uiramutã - 2010

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|---|------|------|------|
| Esperança de vida ao nascer (em anos) | 59,4 | 64,7 | 71,0 |
| Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascimentos vivos) | 59,6 | 38,9 | 22,4 |
| Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascimentos vivos) | 76,2 | 45,1 | 23,9 |
| Taxa de fecundidade total (filhos por mulher) | 4,4 | 4,1 | 3,5 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil- 2010.

Na tabela 1, pode-se observar uma variação percentual positiva da esperança ao nascer, passando de 59,4 no ano de 1991 para 71,0 em 2010. Houve uma queda na porcentagem da mortalidade infantil, dos nascidos vivos até um ano de idade (por mil nascidos vivos) de 59,6 em 1991 para 22,4 em 2010. Houve também uma variação muito positiva na mortalidade dos indivíduos de até 5 anos de idade passando de 76,2 em 1991 para 23,9 em 2010. A taxa de fecundidade total (filhos por mulher) passou de 4,4 filhos em média para 3,5 em 1991 chegando a 3.5 em 2010.

A renda do município aparece em segundo lugar entre as variáveis, com maior desempenho na medição para o IDH, trelada tabela 1.3, expõe os dados referentes à renda, pobreza e a desigualdade social, que está a má distribuição de renda no município.

Tabela 2.: Renda, pobreza e desigualdade - Uiramutã - RR

| | 1991 | 2000 | 2010 |
|---------------------------|-------|-------|--------|
| Renda per capita (em R\$) | 56,02 | 76,77 | 123,16 |
| % de extremamente pobres | 80,77 | 73,49 | 69,67 |
| % de pobres | 88,67 | 84,20 | 78,59 |
| Índice de Gini | 0,86 | 0,79 | 0,78 |

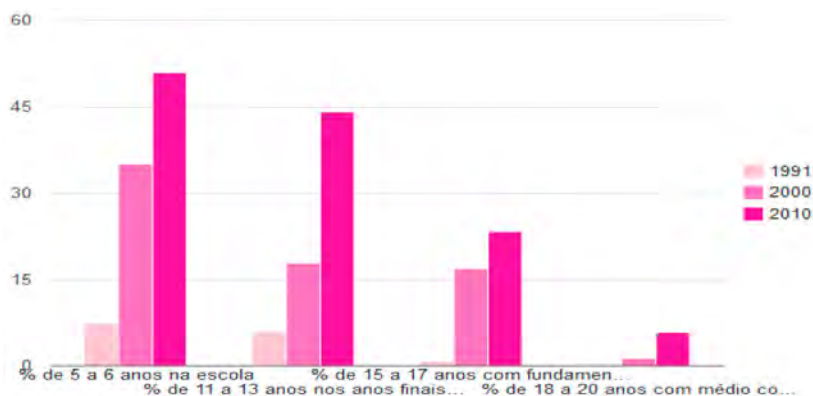
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil- 2010.

No que se refere a renda do município, é possível observar, que a houve um crescimento de 119,85% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 56,02, em 1991, para R\$ 76,77, em 2000, e para R\$ 123,16, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,23%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,56%, entre 1991 e 2000, e 4,84%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de

agosto de 2010), passou de 88,67%, em 1991, para 84,20%, em 2000, e para 78,59%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,86, em 1991, para 0,79, em 2000, e para 0,78, em 2010.

O nível educacional no município cresceu ao longo do período, mas teve um menor desempenho em relação à longevidade e a renda. O gráfico 2 mostra a variação desse crescimento e o que mais se destacou para a contribuição no aumento do IDH.

Gráfico 2.: Fluxo escolar por faixa etária - Uiramutã - RR - 1991/2000/2010

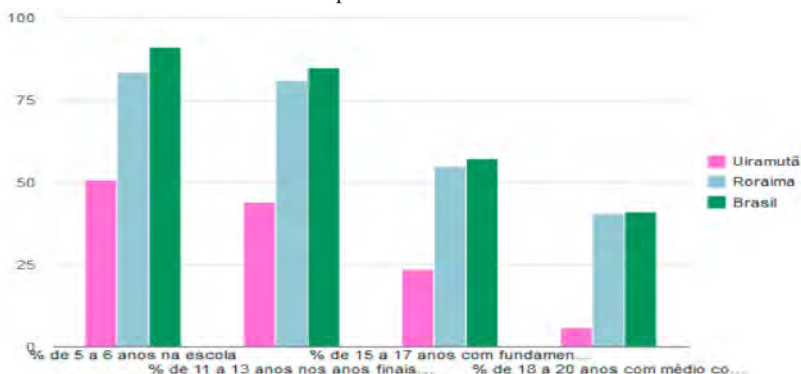


Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

O gráfico 2 mostra que a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 50,89%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 44,09%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 23,38%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 5,85%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 43,41 pontos percentuais, 38,04 pontos percentuais, 22,65 pontos percentuais e 5,85 pontos percentuais.

No comparativo com o IDH nacional e o estadual, o gráfico 3, mostra o nível da variação da educação ao longo do período.

Gráfico 3: Fluxo escolar por faixa etária - Uiramutã - RR - 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil- 2010.

Em 2010, 74,34% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 64,26% e, em 1991, 75,24%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 0,87% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 0,00% e, em 1991, 0,00%. Em comparação com os níveis estadual e Nacional, o município de Uiramutã, em 2010 o IHD do município ainda não corresponde ao que pode ser considerado como médio desenvolvimento.

Considerações finais

Conclui-se com a pesquisa que se deu por base o Índice de Desenvolvimento Humano no Município de Uiramutã, entre o período de 1991-2010, que o município ainda se encontra com um grau de desenvolvimento abaixo da média do que pode ser considerado para o desenvolvimento de uma região, correspondendo a 0.453, ficando entre os cinco municípios brasileiros no ranking com o pior desempenho no que diz respeito ao IDH-M. No caso de municípios onde a maioria da população é composta por indígenas, nota-se que a participação desses indivíduos na geração de renda ainda é muito pequena, ou inexistente. Em determinadas situações e o estado é quem faz participação nessas relações por meio das políticas públicas, que repassam renda para esses indivíduos, que passam a ter acesso a bens e serviços no mercado.

Ao longo do período o município não se desenvolveu apesar de apresentar potencialidades na pecuária, pois tem como atividade principal o cultivo de milho,

mandioca, arroz, feijão e banana. Onde o produto que mais se destaca é a farinha da mandioca, que é um componente básico na culinária da região amazônica. Também existe uma participação da atividade pecuária limita-se a pequenas criações de bovinos, suínos, equinos, caprinos e galinhas; destinam-se ao consumo local e à comercialização do excedente. No setor de serviços existem farmácias, lojas de calçados e vestuário, presentes e brinquedos, material de construção, eletrodomésticos e móveis. O Turismo, também pode se tornar uma fonte de renda para o Município, que pode ser muito bem explorado a fim de promover o desenvolvimento econômico da região.

Pode-se concluir ainda, que o município tem uma potencialidade econômica muito grande, mas está concentrado dentro da reserva indígena Raposa Serra do Sol, o que dificulta o acesso dos não indígenas, causando um problema na interação dessas comunidades com o restante da população economicamente ativa do estado de Roraima. No caso de regiões com a maioria da população pertencentes a comunidades tradicionais, que não produzem excedente não se deve levar em consideração no cálculo do Índice de desenvolvimento apenas a educação, renda e expectativas de vida. É necessária uma atenção especial para se verificar o que importa para esses indivíduos além do que o IDH já estabelece, pois a cultura é diferente e na maioria das vezes esses indivíduos não estão dispostos a participarem do sistema capitalista, pois os interesses são diferentes das pessoas que vivem no sistema capitalista, e o que se espera muitas vezes é a busca de atividades que trazem os seu bem-estar, no caso a felicidade.

Referências bibliográficas

ADELMAN, Irma. **Teorias de desenvolvimento econômico**. Tradução de Denise Cabral C. de Oliveira. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1972.

BISPO, Romanul de Souza. **IDH DE Roraima**: condicionantes e especificidades. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia. 2009

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=140070&search=|inifogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>>. Acessado em 25 de julho de 2015.

Desenvolvimento de Roraima 2015, 2ª Edição, Volume I

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

http://www.atlasbrasil.org.br/2015/pt/perfil_uf/uiramuta>. Acessado em 20 de junho de 2015

<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-27-42-> > Acessado em 15 de agosto de 2016.

<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2000.aspx> > Acessado em 15 de agosto de 2015.

MARTINEZ, Fábio Rodrigues. **O Crescimento Econômico de Normandia, Uiramutã e Pacaraima no período de 1999 a 2011**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia. 2014

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Nali. **Desenvolvimento Econômico**. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 1997

SOUZA, Nali. **Desenvolvimento Econômico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 2009

ARTIGO

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DESEMPENHO EDUCACIONAL DOS ALUNOS DO 8º ANO “A” DA ESCOLA ESTADUAL VEREADOR FRANCISCO PEREIRA LIMA – MUCAJAÍ-RR

Introdução

As políticas públicas são compostas por normas, princípios e atos voltados a um objetivo determinado de interesse geral. Hão de ser estabelecidas no espaço governamental, conjugando os objetivos e princípios das políticas do estado, previstas em lei ou na Constituição Federal com metas e orientações de políticas governamentais. Assim, pode-se observar que quando se fala de transferência de renda existente no Brasil, implica de imediato das transferências diretas ao cidadão a qual compreendem programas que concedem benefício monetário mensal, sob a forma de transferência diretamente à população “alvo do programa.”

Para Matias (2010), a transferência de renda ao cidadão, conhecida como programa de transferência de renda, configura-se em uma forma de fornecimento mensal de benefício monetário diretamente a população. Em linhas gerais, cabe ao município a missão de operacionalizar os programas com ações como seu credenciamento junto ao governo federal, realizar e manter o cadastro das pessoas beneficiadas pelos programas, instituir os conselhos de controle social dos programas e outros. Entre os programas desta modalidade, encontra-se o Programa Bolsa Família, considerado o maior programa de transferência de renda do mundo, que visa possibilitar condições para que as famílias consigam melhorar a situação as quais muitas se encontram.

Para Mercadante (2006), se constituem em um tipo de programa para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, ou seja, almejam diminuir as diferenças geradas pela má distribuição de renda. O Programa Bolsa Família está estruturado em torno de três dimensões: promoção do alívio imediato da pobreza, reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação e articulação com programas complementares, voltados ao desenvolvimento das famílias, para que tenham con-

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: mucajai.maria@gmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: salmarezek@hotmail.com

dições de superar situações de vulnerabilidade e pobreza. A política social, através dos programas de transferências de renda, articula um triângulo de bem estar social em prol do Estado, Mercado e as Famílias. Dessa forma, elas devem ser realizadas de forma integrada, acompanhando as demandas da população à medida que a sociedade vai evoluindo.

Então, este trabalho tem como tema o Programa Bolsa Família no desempenho educacional dos alunos do 8^a ano “A” da Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima situada no município de Mucajaí/RR. Trata-se de um estudo realizado no ano de 2013 na referida escola no qual teve como objetivo geral, Analisar a influência do Programa Social Bolsa família no desempenho educacional dos alunos. Juntamente, ao tema desse estudo, cabe verificar a presente questão: De fato, o Programa Social Bolsa Família desempenha uma melhoria significativa no desempenho educacional dos beneficiários? Essa questão foi pertinente, para estruturação, organização e o desenvolvimento desse trabalho.

A abordagem segue o viés no método indutivo, em que parte-se de um caso específico para o geral. Quanto aos métodos de procedimentos foram utilizadas técnicas padronizadas como coleta de dados através de questionários e observação sistemática. A pesquisa tem caráter descritivo, qualitativa e apoia também, em análise bibliográfica. Primeiramente aborda o programa de transferência de renda – Programa Bolsa Família – PBF, sua influência no desempenho educacional, onde discorre sobre o papel e as políticas públicas de transferência de renda, abrangendo relatos sobre a desigualdade de renda no Brasil. Em seguida, apresenta os fatores que abarcam o Programa Bolsa Família, destacando, desde a sua concepção, os critérios de inclusão e suas condicionalidades. Posteriormente, a influência que tem o PBF relacionado à escola e o desempenho educacional.

O programa de transferência de renda Bolsa Família: sua Influência no desempenho educacional do aluno

O papel e as políticas sociais de transferência de renda

Segundo Matias (2010), o termo política (politics) pode ser definido, de forma sucinta, como o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos.

A política compreende um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. Os personagens envolvidos nestes conflitos são denominados “atores políticos”, que podem ser públicos e atores privados. Vale ressaltar o papel das políticas públicas e sociais em detrimento da transferência de renda. A princípio faz-se necessário focalizar o papel de intervenção do Estado no campo econômico; onde tradicionalmente, as principais justificativas para a intervenção do governo na economia são a promoção de eficiência na alocação de recursos e uma maior equidade na distribuição de renda e riqueza.

O elemento chave para inclusão de algum tipo de intervenção pública no âmbito das políticas sociais parece estar relacionado à questão distributiva. Nesse sentido que se definiram as políticas sociais – aquelas voltadas, primordialmente, à promoção de maior equidade.

Avarte (2004, p. 339), afirma que:

De modo geral são consideradas políticas sociais todas as intervenções públicas nas áreas de educação, saúde, seguridade e assistência social, emprego, saneamento e habitação.

As decisões e as ações governamentais são determinantes para obter a estabilidade, o crescimento econômico e o bem-estar social. O objetivo-fim do Estado é o bem comum. Para que ele possa cumprir esse papel, deve procurar, de forma permanente, elevar a qualidade de vida da população, estimular à geração de empregos, a redistribuição da renda, a redução da pobreza, entre outras funções.

Os programas e as ações na área da assistência social têm, por definição, caráter não contributivo e são voltados, em especial, para os estratos mais desfavorecidos da população: famílias mais pobres, idosos, crianças em condição de risco social (abandono, maus tratos, exploração, trabalho infantil), indivíduos portadores de alguma deficiência ou incapazes, moradores de rua, indivíduos com carência alimentar entre outros. Para Arvate (2004), os benefícios de maior peso nos gastos assistenciais são as transferências de renda para idosos e portadores de deficiência – que consistem nas rendas mensais vitalícias e dos amparos assistenciais estabelecidos pela Lei Orgânica de assistência Social (LOAS) e os programas assistenciais voltados para as crianças e os adolescentes – em especial, o Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Na realidade, a política social bem desenhada e eficientemente executada é um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico. A política social, tal como definida por Marshall (1967, p.7), pode ser entendida, preliminarmente, como a “po-

lítica dos governos relacionados à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda”.

A assistência social, as “proteções” trabalhistas (como a previdência) e as políticas setoriais de educação, saúde e saneamento constituiriam seus núcleos, sob a forma de ações e serviços que garantiriam ao conjunto da sociedade um patamar básico de vida que funcionaria como uma espécie de “ponto de largada”, a partir do qual os diferentes grupos e classes sociais, independentemente da posição ocupada nas relações econômicas, atuariam, em condições menos desiguais, na vida política e social. De acordo com Matias (2010), políticas públicas compreendem ao conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, determina que a educação é direito de todos e dever do Estado e das famílias. Entre os princípios da educação nacional estão a busca de igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, a coexistência de instituições públicas e privadas e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. O Estado vem incorporando, ao longo das décadas, maiores responsabilidades em relação à educação, seja aumentando a parcela da arrecadação de tributos vinculada à educação, sejam aumentando a obrigatoriedade da escola, e, portanto, aumentando o comprometimento do governo.

Dessa forma, para se alcançar essa igualdade é importante o papel da transferência de renda para a sociedade. Assim, a transferência de renda é aqui concebida como uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias. No caso brasileiro e de várias experiências da América Latina, são programas focalizados em seguimentos pobres da população e têm sua prestação condicionada a determinadas exigências que devem ser cumpridas pelos indivíduos ou pela família, principalmente no campo da educação, da saúde e do trabalho (SILVA, 2010, p.21).

Desigualdade de renda no Brasil

A distribuição de renda é a forma como a renda é distribuída pelos habitantes de um país ou região. Para a macroeconomia, distribuição de renda é desenvolvimento - Meta é melhorar a distribuição funcional da renda, aumentando participação de salários no PIB (Produto Interno Bruto).

A desigualdade social no Brasil é marcante e afeta não só a maioria dos brasileiros como principalmente os países não desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde não há um equilíbrio no padrão de vida dos seus habitantes, seja no âmbito econômico, escolar, profissional, de gênero, entre outros. Essa desigualdade é marcada

principalmente pela desigualdade econômica, ou seja, quando a renda é distribuída heterogeneamente na sociedade; sendo uns detentores de muitos bens, enquanto outros vivem na extrema miséria. Neste sentido, se configura pela falta de educação básica de qualidade; poucas oportunidades de emprego; ausência de estímulos para o consumo de bens culturais, como ir ao cinema, teatro e museus; entre outras características.

Algumas pesquisas apontam que a desigualdade social é uma porta para outros tipos de desigualdades, como a desigualdade de gênero, desigualdade racial, desigualdade regional, entre outras. Como consequência da desigualdade social, surgem vários problemas sociais que afetam a sociedade tais como: Favelas (favelização); Mortalidade infantil; Desemprego; Aumento da criminalidade; Surgimento de diferentes classes sociais; Atraso no desenvolvimento da economia no país; Dificuldade de acesso aos serviços básicos, como saúde, transporte público; saneamento básico, Fome e miséria.

Dessa forma, falar em desigualdade é inevitável não falar de pobreza. A pobreza é concebida para além da insuficiência de renda; é produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; significa o não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna, é não participação social e política (SILVA, 2010, p.22).

Sabendo que nos últimos anos o Brasil obteve avanços significativos, minimizando que a população saísse da pobreza e extrema pobreza, o país ainda é considerado um país desigual em alguns aspectos. Segundo o relatório do PNAD 2014, verifica-se uma redução na taxa de pobreza extrema no último ano, sob todas as linhas de corte usualmente utilizadas. Pela linha de R\$ 77,00, observou-se 2,48% da população em extrema pobreza, um índice 63% menor que em 2004. Entre 2013 e 2014, a taxa de pobreza extrema caiu 29,8%, uma redução importante cujas causas estão associadas, segundo o autor, à permanência do aumento da renda e redução das desigualdades.

A concepção do programa Bolsa Família

Segundo Silva e Lima (2010), o Bolsa Família (BF) é o maior programa de transferência de renda em implementação no Brasil, assumindo a centralidade do Sistema de Proteção Social. Foi instituído pela Medida PROVISÓRIA N.º 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, sendo regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Idealizado en-

quanto uma política Intersetorial, para unificação de programas de transferências de renda, situa-se no âmbito da Estratégia Fome Zero, orientando-se pelos seguintes objetivos:

- a) Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;
- b) Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram;

O programa bolsa família assim como qualquer outro programa de transferência de renda depende de seleção, ou seja, as famílias elegíveis pelo programa são aquelas cuja renda familiar per capita se situa abaixo de um determinado valor. Por isso deve se dá uma atenção rigorosa quanto à questão de sua inclusão, a fim de se evitar falhas nos critérios do programa.

Para Arvate (2004, p.352):

Esse critério pode se apresentar bastante falho quando a renda das pessoas não é diretamente observada, debilitando a focalização do programa e, conseqüentemente, sua eficiência na diminuição da pobreza.

Silva (2010), destaca que no Brasil, a temática dos programas de transferências de renda, denominados, inicialmente, de Programas de Renda Mínima ou Programas Bolsa Escola e outras denominações, têm seu desenvolvimento histórico sistematizado em cinco momentos: O primeiro momento, iniciado em 1991, quando o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) apresentou o Projeto de Lei n. 80/1991, instituindo o Programa de Garantia de Renda Mínima para todo brasileiro a partir de 25 anos de idade, o qual foi aprovado no Senado, permanecendo, com parecer favorável, para aprovação da Câmara Federal.

O segundo momento, estendendo de 1991 a 1993, quando Camargo (1991; 1993; 1995) propõe uma transferência monetária às famílias que tivessem crianças de 5 a 16 anos em escolas públicas, introduzindo duas inovações no debate: a família como beneficiária, no lugar do indivíduo, bem como a articulação da transferência monetária com a obrigatoriedade de crianças e adolescentes frequentarem a escola. O objetivo seria articular uma política compensatória a uma estruturante, como condição de enfrentamento da pobreza.

O terceiro momento foi iniciado em 1995, quando começou a implementação das experiências pioneiras nas cidades de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP) e em Brasília (DF), concretizando, então, a possibilidade da adoção de políticas de transferências de renda no contexto do Sistema de Proteção Social brasileiro.

O quarto momento foi iniciado em 2001, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2003), foi marcado por significativa expansão dos programas federais criados em 1996 (Benefício de Prestação Continuada, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e criação de outros programas de iniciativa do governo federal (Bolsa Escola; Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros).

O quinto momento, iniciado em 2003 com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi marcado, desde seu início, pelo Fome Zero, principal estratégia de enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, cujo principal programa é o Bolsa Família, criado em 2003, já implementado em todos os municípios brasileiros e no Distrito Federal desde 2006, cuja proposta é a unificação dos inúmeros programas de transferência de renda criados no Brasil por iniciativa de governos municipais, estaduais e do governo federal (SILVA, 2010, p. 19-20).

Inclusão, condicionalidades do Programa Bolsa Família

O programa Bolsa Família destinado às ações de transferências de renda às famílias carentes, assim como todos os programas sociais, deve atender os requisitos solicitados para sua efetiva inclusão. O valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.) e da renda da família beneficiária.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015), relacionam os vários tipos de benefícios transferidos diretamente às pessoas beneficiadas, como o benefício Básico, no valor de R\$ 85,00, pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00) e os Benefícios Variáveis (até cinco por família), conforme ilustra a tabela nº 1

Dessa forma, em relação à educação, a principal condicionalidade é a exigência de matrícula e frequência escolar de crianças e adolescentes; no campo da saúde é destacado o cumprimento de medidas básicas, como vacinação de crianças e pré-natal de mulheres grávidas e no trabalho as condicionalidades são geralmente relativas à capacitação profissional e à inserção no mercado de trabalho.

Tabela 1: Benefícios do Programa Bolsa Família

| TIPO E VALOR DO BENEFÍCIO | CARACTERÍSTICAS |
|--|--|
| Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos. O valor do benefício é de R\$ 39,00 | - Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade. |
| Benefício Variável Vinculado à Gestante. O valor do benefício é de R\$ 39,00 | - Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. São repassadas nove parcelas mensais. - O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde. |
| Benefício Variável Vinculado à Nutriz. O valor do benefício é de R\$ 39,00 | - Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. São seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida. |
| Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R\$ 46,00 (até dois por família). | - Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes. |
| Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em valor calculado individualmente para cada família. O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 85,00 de renda por pessoa. | - Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa. |

Fonte: MDS - 2015.

O programa Bolsa Família, escola e desempenho educacional

De acordo com o Art. 1º da LDB “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDBEN 9394/1996).

Para Arvate (2004, p.402):

A educação é considerada um dos fatores mais importantes para gerar oportunidades iguais entre os indivíduos, e, portanto, é instrumento capaz de aumentar a mobilidade social, permitindo a geração de uma distribuição de renda mais equitativa.

Afirma Avarte (2004), que (...) “A educação é um dos principais determinantes da mobilidade social, pois promove a igualdade no mercado de trabalho”.

Ainda que não consensual, a ideia de que a desigualdade educacional é o fator mais importante para explicar a desigualdade de rendimentos no Brasil há tempos vem ganhando força. Estudos estimam que a eliminação dos diferenciais de renda por nível educacional reduziria a desigualdade salarial em torno de 35% a 50%, redução muito maior do que a que se conseguiria com a eliminação dos diferenciais de renda provocados por fatores como gênero, raça, setor de atividade, região, idade etc. (AVARTE, 2004, p.345).

Esses resultados têm contribuído para reforçar a proposição de que é difícil pensar em uma política consistente de combate à pobreza e desigualdade de renda que não passe por uma política educacional. A garantia de igualdade de oportunidades no acesso e qualidade da educação parece ser uma das condições básicas para a redução da desigualdade no Brasil.

Argumenta Matias (2010, p.355) que:

A educação é, portanto, uma condição indispensável para que uma pessoa, já agora educada, passe a gozar de todos os direitos que só ela cabe usufruir. Assim, cidadania e democracia interagem e “só se concretizam por meio da educação e não quando os cidadãos são romanticamente investidos de direitos sociais, dos quais provavelmente não saberão valer-se”.

Visando compreender a relação que o PBF influencia na melhoria do desempenho educacional dos alunos beneficiários, é importante conhecer alguns conceitos educacionais tais como: Educação, Frequência escolar e o Desempenho educacional.

A educação é um processo amplo para alguns autores, mas na maioria das vezes, é entendida como instrução, caracterizada como transmissão de conhecimentos e restrita à ação da escola. No processo da educação, durante o período em que o aluno frequenta a escola, ele se confronta com modelos que lhe poderão ser úteis no decorrer de sua vida durante e pós-escola. (MIZUKAMI, 1986, p.11).

A frequência escolar significa o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participar, visando sua aprovação, em pelo menos 75% do total da carga horária prevista. Nesse sentido, percebe-se a importância em que o aspecto frequência escolar tem e contribui no âmbito educa-

cional, por se tratar de um importante mecanismo de controle e a não informação desses dados durante cinco períodos consecutivos leva ao cancelamento do benefício para a família.

Para Zaquel (2012), o acompanhamento da frequência escolar: monitora a frequência escolar de alunos de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família e cabe ao Ministério da Educação o acompanhamento das presenças, visando o combate à evasão e estimular a progressão escolar. Cabe ressaltar que existem outros fatores que juntos contribuem para o aumento de frequência, não somente dos bolsistas como também dos não bolsistas. Essas constatações podem ser observadas através dos principais fatores a serem destacados: o investimento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), a melhoria da merenda escolar e o fato da escola se tornar atrativa pela sua estrutura física e pedagógica para a comunidade, tornando-se um diferencial na região em que está inserida.

O termo desempenho é conexo com o fator rendimento, no qual demonstra se houve ou não uma melhora na aprendizagem do aluno. É relevante mencionar que o baixo rendimento escolar frequentemente parece associado a problemas sócios emocionais, o que constitui um fator de risco para distúrbios psicossociais na adolescência (ELIAS, 2003).

Metodologia

A metodologia utilizada analisa os dados e informações obtidos dos resultados coletados na pesquisa referente ao Programa Bolsa Família e à Frequência escolar. Foram utilizadas pesquisas bibliográficas que enfatiza sobre o programa, assim como averiguação de forma sistemática e observância no âmbito educacional.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima no Município de Mucajaí/RR, no ano de 2013. A escolha se dá pelo fato de ser um Estabelecimento de ensino que atende alunos do Ensino Fundamental do 5º ao 9º ano, tendo um perfil sócio econômico de baixa renda, ou seja, a maioria dos alunos matriculados nesta Instituição, cerca de 80% são alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família.

A pesquisa envolveu cerca de 20 alunos da turma na faixa etária entre 13 a 15 anos de idade, contribuíram com a pesquisa cinco (05) professores que estão dia a dia na sala de aula com os alunos e que lecionam disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História e Língua Espanhola. Teve a colaboração da Gestão

da escola, no qual foi aplicado também um questionário com perguntas abertas a respeito da atuação do Programa Bolsa Família, na escola pesquisada.

Resultados

Para obter os resultados, foi aplicado questionário para os professores da turma, os alunos e a gestão escolar. Com perguntas abertas e fechadas, onde a priori, procurou conhecer se os professores acreditam que o PBF é uns dos fatores primordiais na melhora do desempenho educacional do aluno tal como: melhora na frequência, menos evasão escolar, mais alunos matriculados na rede de ensino, alunos mais participativos, menos repetência, dentre outros.

De forma unânime, os professores relataram que há uma melhora significativa nos fatores acima, porém percebem um desinteresse de alguns alunos pelos estudos, devido a maioria dos alunos se sentirem obrigados a frequentar a escola no receio das famílias beneficiadas perderem o benefício.

Foi verificado se os alunos assistidos pelo PBF têm apresentado melhoras no seu desempenho educacional no decorrer do ano letivo. Em resposta, 100% dos professores responderam que houve uma melhora no desempenho educacional dos alunos e justificaram que isto se dá pela importância que tem hoje a frequência escolar condicionada ao programa BF, pois se os mesmos estão vindos com frequência à escola, a participação do aluno terá um efeito positivo no seu aprendizado.

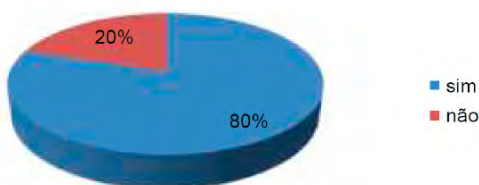
No que diz respeito se há alguma diferença entre o desempenho educacional dos alunos assistidos e o não assistido pelo PBF. Assim, 100% dos respondentes não consideraram que existam diferenças. Para os professores o desempenho educacional de cada aluno, não depende totalmente do PBF.

Em seguida, foi questionado se o professor reforça na sala de aula para os alunos, os aspectos das condicionalidades do PBF, visando obter que os mesmos tenham melhoras no desempenho educacional e evitem perder o benefício. Neste aspecto 80% dos professores responderam que sim. Eles relatam que suas orientações são feitas de forma verbal, praticamente todos os dias, pelo fato de terem a ciência que muitos necessitem dessa orientação, com a finalidade de evitar perda ou mesmo o bloqueio do benefício o que acontece na maioria das vezes, quando há uma falta elevada na frequência do aluno.

Já 20% dos docentes informaram que não fazem esse reforço de condicionalidades na sala de aula. Como pode ser observado no figura a seguir:

Figura 1: Há reforços das condicionalidades do PBF na sala de aula

Há reforço das condicionalidades do PBF na sala de aula



Fonte: Pesquisa de campo realizada no dia 03 de dezembro do ano de 2013, na Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima em Mucajaí – RR.

Visando reforçar a participação dos pais ou responsável no âmbito escolar, com relação ao PBF, foi perguntado se os pais têm acompanhado mais seus filhos na escola, temendo a exclusão no programa. Os professores responderam de forma unânime que sim, ou seja, os pais estão mais atuantes no acompanhamento escola dos filhos e nesse aspecto, elas acreditam que por temerem a perda do benefício, os pais ficaram mais participativos nas reuniões da escola, no acompanhamento da frequência escolar, dentre outros critérios. Segundo uma das professoras questionada, acrescentou que “Hoje eles (pais) estão mais participativos na vida escolar dos filhos, e isto é um fator primordial para que os alunos tenham uma aprendizagem significativa”. A resposta foi transcrita conforme palavra oficial da docente.

Para os professores, o questionário foi finalizado com a seguinte pergunta: A gestão da escola faz acompanhamento dos alunos beneficiários do PBF, orientando-os, advertindo-os dentre outros aspectos a fim de evitar a exclusão destes no programa e objetivando uma melhora no desempenho do aluno e no IDEB - índice da educação básica da escola.

Todos responderem que sim (100%), o acompanhamento é feito com frequência e a gestão é muita cuidadosa em relação aos inseridos, está sempre preocupada com situações que possam vim, faz com frequências reuniões com as partes interessadas para orientá-los e advertir quando necessário.

Para os alunos foram questionados se eles percebem que o PBF tem melhorado o seu desempenho educacional tal como: notas, participação nas atividades, menos faltas às aulas, motivação em aprender, dentre outros aspectos. Obteve-se a seguinte resposta: dos 20 alunos entrevistados, 10 dos alunos responderam que “sim” e justificaram que o programa veio dá um incentivo a mais nos estudos, suas notas tiveram

uma melhora significativa, passaram a frequentar mais a escola e não pensam em desistir. Os restantes da turma ficaram divididos em suas respostas onde para alguns, não houve melhoras nos seus desempenhos educacionais, para alguns suas notas permanecem as mesmas de antes ao entrar no programa, ou seja, as notas estão na média. Outros discentes, não responderam por não fazerem parte do Programa Bolsa Família.

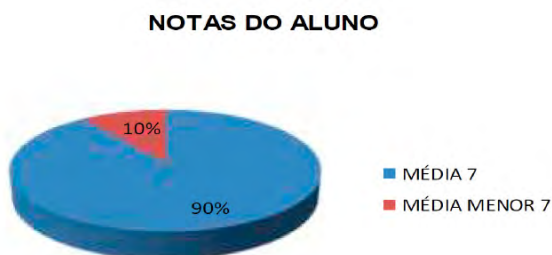
Figura 2: O aluno percebe que o PBF tem melhorado o seu desempenho educacional



Fonte: Pesquisa de campo realizada no dia 03 de Dezembro do ano de 2013, na Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima em Mucajaí – RR.

Quando interrogados de como era classificada a nota dos alunos, antes de fazerem parte do PBF. A figura abaixo demonstra que 90% dos alunos estavam no limite da média que era sete (7). Já os 10% afirmaram que suas notas não houve melhoras, devido faltar muito à escola. Como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 3: Notas do aluno



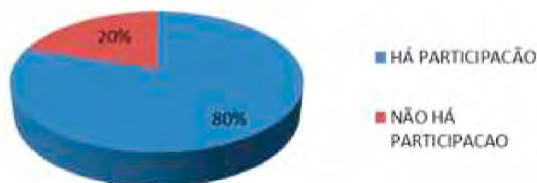
Fonte: Pesquisa de campo realizada no dia 03 de Dezembro do ano de 2013, na Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima em Mucajaí – RR.

Questionando-os, se os professores explicam na sala de aula as condicionalidades do PBF, a fim de evitar a perda do benefício e a melhorarem o desempenho educacional, 100% dos alunos expôs que alguns professores abordam em sala as condicionalidades do programa, mas de forma parcial. Os professores fazem reforço na sala de aula, informando que o aluno não pode faltar às aulas, que devem evitar tirar notas baixas, dentre outros.

Adiante, foram questionados sobre o acompanhamento dos pais na escola, observa-se que 80% dos pais têm vindo mais na escola, ou seja, houve uma maior participação dos pais no acompanhamento escolar. 20% dos alunos afirmaram que as mães somente vão quando são chamadas pela gestão ou partes interessadas e o que mais chamou a atenção nas respostas foi que muitos relataram a falta de tempo dos pais no acompanhamento escolar. Conforme o a figura abaixo.

Figura 4: Acompanhamento dos pais na escola

ACOMPANHAMENTO DOS PAIS NA ESCOLA



Fonte: Pesquisa de campo realizada no dia 03 de dezembro do ano de 2013, na Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima em Mucajaí – RR.

Diante desse estudo, viu-se a necessidade de entrevistar a Gestão da escola (diretora). Por ser um profissional importante no contexto escolar, acaba se tornando a ponte de intervenção, para que os alunos beneficiários no programa possam ter a orientação das condicionalidades reforçadas a fim de não perder o benefício. E como a frequência escolar e o Programa bolsa família um reflete no outro, é este profissional que sempre irá se preocupar se na sua escola realmente isto está sendo concretizado.

Para essa averiguação foram feitas algumas perguntas, a maioria de forma aberta e sendo transcritas de acordo com a resposta da própria gestora. A gestão escolar acredita que o PBF tem influência significativa na melhora do desempenho educacional do aluno, tais como: melhoras na frequência, menos evasão escolar e repetência, mais alunos matriculados na rede de ensino, alunos mais participativos. A direto-

ra respondeu que sim, relatou que o PBF veio para minimizar a situação vulnerável em que se encontravam muitas famílias e esta melhora veio repercutir na realidade escolar pelo fato do programa através da frequência escolar, condicionar a vinda dos alunos para a escola, tudo isso faz com que a assiduidade melhora, aumentam-se as matrículas, diminui a evasão escolar e repercute no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola.

Questionando - a sobre qual o papel da gestão escolar para manter os alunos beneficiários da sua escola, no PBF. A mesma respondeu que se dá de forma participativa, onde a gestão se faz presente no dia a dia do aluno, reforçando as condicionalidades do programa não só pra eles (alunos) como para os pais ou responsáveis, alertando - os que participem da educação de seus filhos que os acompanhem no intuito de evitar a exclusão do benefício e incentivá-los a aprender mais.

Em seguida, foi questionada se a escola é parceira da Gestão municipal do PBF no município de Mucajaí-RR, informando os dados atualizados de sua competência. A resposta foi sim, chegando notificação para envio dos dados a Instituição sempre atendeu de forma participativa e colaborativa. E quanto aos critérios que a escola utiliza para mensurar o desempenho dos alunos assistidos pelo PBF, informou que o meio utilizado é através da frequência e da ata de resultado final. Onde a frequência é a presença do aluno no dia a dia na escola e a Ata de resultado final é um documento anual em que é lançado se o aluno foi aprovado, reprovado ou outros casos.

Com a inclusão dos alunos no programa bolsa família, os pais ou responsáveis pelos alunos, passaram a visitar mais a escola e participar da vida escolar dos seus filhos, temendo a exclusão no programa? Segundo a gestora escolar informou que o PBF, por meio das condicionalidades exigidas, fez com que os pais se preocupassem mais com a educação do filho, e a participação escolar aumentou bastante.

Questionada sobre como se encontra a escola no IDEB – Índice de Educação Básica e quais as ações e medidas adotadas para alcançar a meta, a diretora respondeu que a escola se encontrava dentro da média, nos últimos anos se destacou muito bem, alcançando o patamar da média. No ano de 2011 a escola alcançou o índice de 6.6 tendo como meta projetada para esse ano 4.1, conforme a tabela nº 2.

Tabela 2: Média do IDEB da Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima, ano de 2007 a 2013

| ESCOLA | IDEB OBSERVADO | | | | METAS PROJETADAS | | | |
|---|----------------|------|------|------|------------------|------|------|------|
| | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 |
| Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima | 4.1 | 5.2 | 6.6 | 4.9 | 3.3 | 3.6 | 4.1 | 4.4 |

Fonte: a autora – 2016.

Considerações finais

As transferências de renda são primordiais em prol das famílias carentes. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo é considerado o Programa Bolsa Família, no qual foi um programa desenvolvido em etapas até se unificar. Teve seu marco no período de 2003 no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi marcado, desde seu início, pelo Fome Zero, principal estratégia de enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil. A proposta foi a unificação dos inúmeros programas de transferência de renda criados no Brasil por iniciativa de Governos Municipais, Estaduais e do Governo Federal.

O objetivo deste trabalho foi analisar a influência do Programa Bolsa Família no desempenho educacional do aluno. O presente estudo partiu da necessidade de averiguar se realmente este programa implementado no município de Mucajaí/RR, na Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima de fato, desempenha uma melhora significativa no desempenho educacional do aluno.

O estudo realizado neste trabalho concluiu que as políticas públicas sociais são consideradas um fator primordial no combate à pobreza, ou seja, com a implementação dessas políticas públicas, muitos da população brasileira já venceram a fome e a miséria. O PBF possibilitou condições para que várias famílias superassem as situações de vulnerabilidades, pobreza e outras situações as quais viviam.

Diante desses termos e analisando os dados obtidos no decorrer desse trabalho foi detectado que o Programa Bolsa Família tem sua significância no aspecto aprendizagem. Conforme a análise dos resultados foi concluído que os alunos inseridos no PBF, devido às condicionalidades impostas pelo programa, houve uma influência positiva no aprendizado dos favorecidos. Professores e alunos da Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima, reforçaram que no decorrer dos anos, houve mudanças de alguns fatores que melhoram o desempenho escolar do aluno tais como: notas, frequência, motivação, dentre outros. Embora o programa exija do âmbito educacional a frequência em dias, infelizmente, ainda encontra-se nas redes de ensino muita infrequência escolar.

Dessa forma, percebe-se que o PBF repercute na variável desempenho. Quando a frequência escolar está em dias a tendência é elevar o aprendizado do aluno. A participação familiar, também obteve progresso, houve um avanço no acompanhamento da vida escolar do aluno. Dessa forma, percebem-se os efeitos benéficos que o programa bolsa família influencia, quando há uma parceria da escola, família e a frequência do aluno.

O programa com as suas exigibilidades, constatou uma melhora no perfil desta escola. Segundo os docentes entrevistados na pesquisa concretizaram o que o programa já havia reforçado. As obrigações estabelecidas em prol de manter o benefício, fez com que na escola, diminuísse os empecilhos que prejudicava o aluno, devido à infrequência escolar, tais como: reprovação, evasão escolar, desmotivação e família afastada da vida escolar do seu filho.

Foi observado que, o PBF apesar de atingir uma melhoria no aspecto desempenho escolar, foi constatado na análise que o desempenho escolar não depende totalmente do programa. Existem alunos que não são beneficiários, são de famílias de baixa renda e, por algum motivo não estão inseridos no programa, porém tem cumprido os patamares da educação, independente de exigências.

Foi verificado que o PBF tem como fator positivo a família presente na escola, ou seja, a positividade é que a condição do programa em manter o filho na escola, elevou a participação desses responsáveis em acompanhar diariamente o seu filho. Na Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima, conclui-se que houve um avanço significativo no aprendizado do aluno, vindo a refletir no Índice de Educação Básica da própria escola, no qual esse índice é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Segundo o IDEB de 2011, esta escola ficou entre as melhores escolas públicas do Estado de Roraima, onde seu IDEB neste ano foi de 6.6 e a meta projetada era de 4.1, neste aspecto houve um avanço significativo. Apesar de no decorrer dos anos ter tido uma queda nesta meta, a escola ainda continua dentro da meta projetada da avaliação. Portanto, tendo o PBF como um programa de bem estar social, tendo ele na área escolar a condicionalidade do controle da frequência, espera-se que com essa ferramenta possa contribuir de forma positiva para a manutenção dos índices de matrículas, frequência e evasão dos alunos bolsistas da Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima, visando à melhoria da qualidade dos indicadores educacional.

Referências bibliográficas

AVARTE, Paulo Roberto. **Economia do setor público no Brasil** / Paulo Avarte, Ciro Biderman.- Rio de Janeiro: Elsevier , 2004 – 6ª reimpressão.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Institui o Programa Bolsa Família.**

LEITE, Antonio Dias. **A Economia Brasileira:** de onde viemos e onde estamos. 2ª ed. (rev. e atual.) – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARSHALL. T.H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro, Zahar editores. 1967.

MATIAS – PEREIRA, José. **Finanças públicas:** a política orçamentária no Brasil/José Matias – Pereira. – 5. Ed.. – São Paulo: Atlas, 2010.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino:** as abordagens do processo/ Maria da Graça Nicoletti Mizukami. – São Paulo: EPU, 1986. (temas básicos de educação e ensino).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e **Avaliando o Bolsa Família:** Unificação, focalização e impactos/Maria Ozanira da Silva e Silva (coord.), Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. – São Paulo: Cortez, 2010.

ZAQUEL. Livia da Conceição Costa. **Política Educacional Inclusiva I/** Livia da Conceição Costa Zaquel – São Luis: UFMA/NEAD, 2012. F: 101.

ARTIGO

O SETOR DA INDÚSTRIA EM RORAIMA: UMA ANÁLISE DO SEU COMPORTAMENTO DE 2006 A 2015

Introdução

Em diversas literaturas da área econômica, analisa-se que a indústria serviu como locomotiva do desenvolvimento econômico em diversos países, sendo Inglaterra, EUA e Japão os casos mais emblemáticos desse fenômeno. No caso brasileiro, o processo industrial foi financiado num primeiro momento pelo capital cafeeiro, todavia, a partir da Era Vargas (iniciada na década de 1930), a industrialização foi impulsionada, principalmente através de políticas públicas e medidas protecionistas.

Com relação ao Estado de Roraima, sabe-se que sua principal atividade econômica é a Administração Pública, onde segundo dados da SEPLAN/RR (2010), no ano de 2009, ela representou cerca de 47,8% do setor terciário (serviços), crescendo 4,7% com relação ao ano anterior. Sendo assim, para diminuir a dependência em relação ao setor de serviços e dinamizar a economia, foram criadas em 2008 as Áreas de Livre Comércio (ALC) de Boa Vista e Bonfim.

Em seu trabalho sobre ALC no Estado de Roraima, Albuquerque (2011), defende que em longo prazo, será possível perceber indícios de possibilidade de crescimento do Estado por conta das ALC's como: a redução de tributos ao afetar o bem-estar, a capacidade de compras e investimentos, incentivo à indústria e ao comércio exterior, e o potencial efeito em escala de expandir o mercado, emprego e renda.

Conforme Marques (2009), deve-se levar em consideração a questão energética com vistas à implantação das ALC's roraimenses, uma vez que o desenvolvimento econômico e social de uma região necessita também de uma infraestrutura física para dar suporte às atividades produtivas dessa região.

Sendo assim, o presente trabalho justifica-se pelo fato da tamanha importância da indústria na história econômica geral. Seu impacto recai não só no processo econômico geral de uma determinada região, como também altera todo seu sistema social.

* Graduada em Economia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: anapaula.castrosantana@gmail.com.

** Docente da Universidade Federal de Roraima e Doutora em Economia pelo PIMES-UFPE. E-mail: vf-araujo@hotmail.com

O referido trabalho tem como tema principal a industrialização no Estado de Roraima, com a problemática da pesquisa voltada na análise do comportamento da indústria roraimense de 2006 a 2015, principalmente após a implantação das ALC's em 2008. Buscando responder a seguinte questão: A implantação das ALC's está contribuindo para o desenvolvimento da indústria em Roraima?

A fim de responder ao questionamento apresentado, realizou-se um estudo utilizando dados da Balança Comercial e comportamento do emprego industrial. Foram usados os métodos quantitativo e analítico por meio de tabelas, gráficos e quadros com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Desta forma, o presente artigo está sistematizado da seguinte forma: introdução; seção 2, apresentando uma breve contextualização do processo industrial brasileiro; seção 3, contemplando a parte geográfica e histórica de Roraima, bem como explicando a necessidade do processo de implantação das ALC's no estado; seção 4, explicitando a metodologia utilizada neste trabalho; e a seção 5, trazendo a análise dos dados referentes ao desempenho da indústria em Roraima de 2006 à 2015, com foco no período posterior ao de implantação das ALC's nos municípios de Bonfim e Boa Vista. Por fim, a última seção apresentando as considerações finais sobre o entendimento da análise do referido trabalho.

O processo industrial brasileiro

No início do século XIX, o processo de industrialização brasileiro começou a dar seus primeiros passos, onde já se registravam fábricas de tecidos, atendendo ao mercado de tecidos para escravos e para a população pobre. Tais fábricas se localizavam principalmente no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (GREMAUD *et al*, 2008).

Outros exemplos de fábricas nesse período são as de chapéus, cervejas e algumas fundições, bem como a agroindústria do açúcar que passou a se modernizar com a introdução de usinas. Destaca-se o fato da transição do trabalho escravo para o trabalho livre do imigrante europeu contribuiu para o desenvolvimento industrial no país, criando uma massa salarial. O capital cafeeiro foi o grande financiador da industrialização brasileira, no qual os cafeicultores investiram seus lucros não só para manter a atividade agrícola, como também investiram em estradas de ferro, bancos, empresas comerciais e etc. (GREMAUD *et al*, 2002).

A partir da década de 1930 a indústria no Brasil ganha impulso através do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945/1950-1954). Vargas tinha como objetivo governamental a efetivação do processo industrial no país, lançando mão de leis voltadas para a regulamentação do mercado de trabalho, medidas protecionistas e investimento em infraestrutura. Celso Furtado (1968), economista e membro da CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe) faz uma importante análise em sua obra. Para ele, a produção industrial no Brasil crescia sustentada pela capacidade ociosa existente que propiciava a importação de máquinas usadas nos Estados Unidos e Europa, e mais tarde passou a se produzir no país os primeiros maquinários para indústria, algo relevante, elevando a produção de Bens de Capital como estratégica para o desenvolvimento do setor industrial.

Foi no Governo de Juscelino Kubistchek, de 1956 a 1960, que a indústria no Brasil ganhou novos rumos. Com a abertura ao capital estrangeiro, houve crescimento de inúmeras multinacionais no país, principalmente as automobilísticas. Neste período dois fatores foram prioridades no governo: O investimento nos setores de transportes e energia e a indústria de base, formada pela produção de bens de consumo e não duráveis (PANNO *et al*, 2005).

Destaca-se nesse período o plano econômico utilizado por JK, denominado 'Plano de Metas', possuindo o slogan "50 anos em 5". O plano objetivava diminuir a desigualdade social, gerando riquezas e desenvolvendo a indústria. Para JK, era essencial a intervenção do Estado na economia (PANNO *et al*, 2005).

Outro período importante na história econômica brasileira foi o período militar, entre 1964 a 1985. Durante duas décadas, o governo militar teve como principal característica de intervenção econômica, a modernização do sistema industrial e o autoritarismo político. Foi nesse período, no governo de Médici (1969-1973), que ocorreu o 'Milagre Econômico', combinando elevadas taxas de crescimento econômico com retenção da inflação (GREMAUD *et al*, 2002).

Gremaud *et al* (2002), destaca nesse período a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). O plano tinha como principais elementos a busca pela correção monetária, o arrocho salarial e reformas institucionais. Também houve a promulgação do Código Tributário Nacional, a criação do Fundo de Garantia dos Trabalhadores (FGTS) e a concretização da Zona Franca de Manaus, visando à integração da região ao processo de industrialização nacional.

De lá para cá, com a entrada e saída de diversos governos na busca pela modernização e focado no desenvolvimento do país, inúmeros foram os projetos, medidas e planos em favor do desenvolvimento de vários setores, entre eles o setor industrial.

O governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi marcado pelo lançamento de dois planos no seu primeiro ano de mandato: A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) de 2008. A PITCE foi um conjunto de diretrizes da política industrial do novo governo, visando o aumento da eficiência econômica e do desenvolvimento e a difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e competição no comércio internacional (BRASIL, 2003). Tais Planos, consistia no aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras, a expansão das exportações e uma maior eficiência da estrutura produtiva.

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), veio numa perspectiva de continuidade do PITCE, trazendo como novidade o foco no fortalecimento de micro e pequenas empresas, tendo agora estabelecido metas quantitativas expressas, como a eliminação da incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 0,38% nas operações de crédito do BNDES, da Agência Nacional de Financiamento Industrial (Finame) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (idem, 2003).

Ainda foram criados, os programas mobilizadores em áreas estratégicas, dentre eles destacam-se o surgimento de um Complexo Industrial de Saúde, que objetivava consolidar no Brasil como uma indústria competitiva na área de saúde, sendo uma das metas principais produzirem 20 produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) até 2013. No âmbito de Tecnologias de Informação e Comunicação, objetivava-se posicionar o país como produtor e exportador relevante de software e serviços de Tecnologia de Informação (TI), e no prisma da Energia Nuclear, o foco era consolidar-nos não só como importante fabricante de combustível nuclear, como participar do suprimento de energia elétrica no país e garantir competência em todas as etapas de fabricação de equipamentos (BRASIL, 2003).

O PDP também instituiu os Programas de Fortalecimento a Competitividade, tendo como palavra de ordem não só a inserção externa do Brasil na produção mundial, sobressaindo-se o Complexo Automotivo, estimando passar dos 2,9 milhões produzidos em 2007 para 4,3 milhões em 2010 e 5,1 milhões em 2013; com relação aos bens de capital buscava-se, por exemplo, ampliar as exportações de US\$2,9 bilhões em 2007 para US\$4,4 bilhões em 2010; no setor têxtil a meta era ampliar o faturamento de US\$ 41,6 bilhões em 2010; e no sistema Agroindustrial mirou-se em ampliar as exportações do sistema agroindustrial em 25% até 2010, estabelecendo normas socioambientais para os principais complexos agroindustriais e apoiar cooperativas agroindustriais (BRASIL, 2003). Sob uma perspectiva desenvolvimentista,

a política industrial do Governo Lula foi bastante eficaz, possuindo ação estatal ativa, com vistas à promoção do desenvolvimento.

Na gestão de Dilma Rousseff (2011-2016), ocorreu uma política industrial pautada no chamado Plano Brasil Maior, lançado em 2011, que deu continuidade às práticas políticas de Lula, tendo como principais medidas: a desoneração dos investimentos e das exportações, fortalecimento da defesa comercial, ampliação de incentivos fiscais e facilitação de financiamentos e ampliação do parque industrial brasileiro (MDIC, 2014).

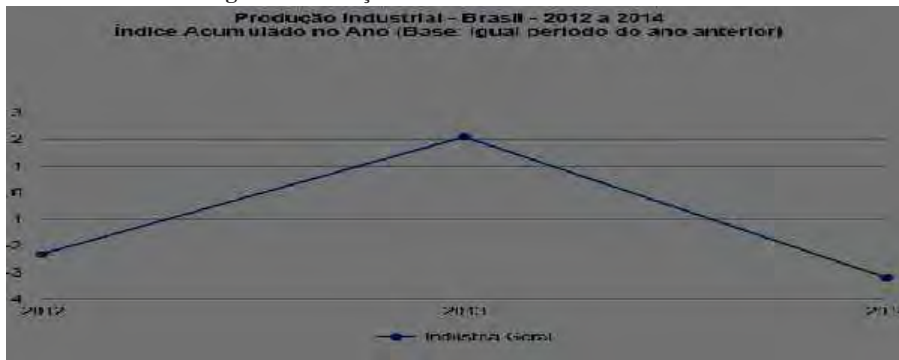
Uma das iniciativas do Plano era a redução dos custos do trabalho, como por exemplo, a criação da Lei nº 12.546/11, instituindo a sistemática de eliminação da contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamentos para 15 setores econômicos intensivos de trabalho (MDIC, 2014).

A ampliação do Simples Nacional e Microempreendedor Individual também foi um marco para esse Plano. Com a criação da Lei Complementar nº123/06, foi determinada a unificação do recolhimento de seis tributos federais, um estadual e um municipal, permitindo a economia de tempo e despesas para micro e pequenas empresas (MPE). Fato importante, pois as MPE's são responsáveis por 27% do PIB e 52% dos empregos de carteira assinada no Brasil (MDIC, 2014).

Foi reduzido também o IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves, utilizando políticas para fornecer crédito em volume e condições para favorecer a expansão da capacidade produtiva. Entre 2011 e 2014, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) desembolsou mais de R\$ 465 bilhões para os setores de agropecuária, indústria, comércio e serviços, segundo dados divulgados pelo MDIC (2014) os bens de capital foram os que mais receberam investimentos de 2011 a 2014, ocupando 53,25% do total.

Apesar da política implantada em 2011, em prol da indústria brasileira, A figura 1 mostra o desempenho da produção industrial no Brasil de 2012 a 2014, e nota-se queda de 20% na produção industrial do Brasil no referido período.

Figura 1: Produção industrial no Brasil 2012 à 2014



Fonte: Brasil em síntese (IBGE, 2015).

Em um parâmetro regional, na grande São Paulo, a queda no emprego industrial foi de quase 10% e no município de Santo André, essa taxa chegou a 16,94% (FIESP, 2015). De acordo com dados nacionais do IBGE (2015), o emprego industrial mostrou declínio de 7,2% em 2015, impulsionado principalmente pelo ramo de transportes, máquinas e aparelhos eletrônicos e máquinas e equipamentos, com taxas negativas de -14,1%, -15,8% e -10,8%, respectivamente. Com relação à folha de pagamentos do trabalhador industrial, houve um recuo de 2,2% em novembro de 2015 comparando a outubro do mesmo ano (FIESP, 2015).

Breve contextualização histórica de Roraima e a implantação das ALC's

O Estado de Roraima localiza-se ao norte da bacia Amazônica, sendo em 1962 denominado como Território Federal de Roraima e elevado à categoria de Estado pela Constituição Federal de 1988. Segundo dados do IBGE (2014), Roraima possui uma extensão de 224.301 km² e população de 496.936 habitantes. A capital Boa Vista ocupa 63,37% da população total, com 314.900 habitantes.

A Administração Pública é a principal atividade econômica do Estado, representando 47,8% do setor terciário (serviços), crescendo 4,7% em 2009 com relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pelo ramo de serviços prestados a empresas, com taxa de 10%, assim algumas medidas têm sido tomadas para a atividade econômica no estado se dinamize como a implantação das Áreas de Livre Comércio (ALC's) de Boa Vista e Bonfim em 2008 (SEPLAN/RR, 2010).

No ano de 2008, foram implantadas as chamadas ALC's, sendo partes das políticas visando o desenvolvimento regional da Amazônia, onde os auxílios concedidos

através de incentivos tributários buscam o aumento do comércio e de empresas, redução de preços, criação de novos empregos, visando a melhoria na qualidade de vida da população (BOA VISTA, 2007).

Se por um lado, Roraima perdia mercado para Santa Elena do Uairen (Venezuela), Lethen (Guiana) e Manaus (estado do Amazonas), tal perfil fronteiro do estado se tornou um encorajamento para a implantação das ALC's, pois esses três rivais comerciais seriam importantes locais de escoamento da produção roraimense. Venezuela e Guiana tornam um link direto para o comércio exterior.

As ALC's possuem como uma de suas principais características a redução e/ou isenção de impostos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Circulação de Mercado e Serviços (ICMS), para promover a atividade econômica, atraindo empresas de outros estados a firmar comércio em Roraima.

Dado a criação das Áreas de Livre Comércio no estado e a sua tamanha importância na conjuntura econômica industrial, faz-se necessário a análise de dados do comportamento da indústria em Roraima nos anos de 2006 a 2015.

Metodologia

Utiliza-se a pesquisa descritiva no presente trabalho. Conforme Cartoni (2011), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Pesquisa a frequência de acordo com um fenômeno ocorrido, a suas dependências e características sem a interferência do pesquisador, a fim de definir melhor o problema, descrever o comportamento dos fenômenos e definir a classificação de fatos e variáveis.

Utilizando o método quantitativo e descritivo será feita à análise do comportamento industrial de Roraima entre 2006 à 2015, a partir dos dados da balança comercial (Exportação e Importação) e do comportamento do emprego (admissões e desligamentos), buscando identificar se a implantação das Áreas de Livre Comércio em Boa Vista e Bonfim contribuíram ou não para o desenvolvimento da indústria no estado.

Com base no método citado foram feitas tabelas, quadros e gráficos por meio de dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Usando o método quantitativo, foi aplicada a

porcentagem simples para identificar o comportamento de cada ano e componente da indústria roraimense, a fim de verificar e comparar alterações nos mesmos.

Vale ressaltar os quesitos ‘Produtos e Países Importadores e ‘Exportadores’, buscando um estudo mais objetivo e conciso, foram escolhidos para análise apenas os três primeiros colocados de cada ano, uma vez que eles sozinhos ocupam basicamente 80% do total da Balança Comercial em todo o período. Com vistas de melhor caracterizar a indústria local, decidiu-se analisar a Balança Comercial a respeito também do Fator Agregado e o Setor de Contas Nacionais, importantes variáveis do comércio internacional.

Tendo dados regionais e indicadores econômicos, questiona-se: A criação das Áreas de Livre Comércio em Roraima contribuiu para o desenvolvimento da indústria local?

A seção seguinte traz a análise dos dados referentes ao comportamento industrial roraimense de 2006 à 2015.

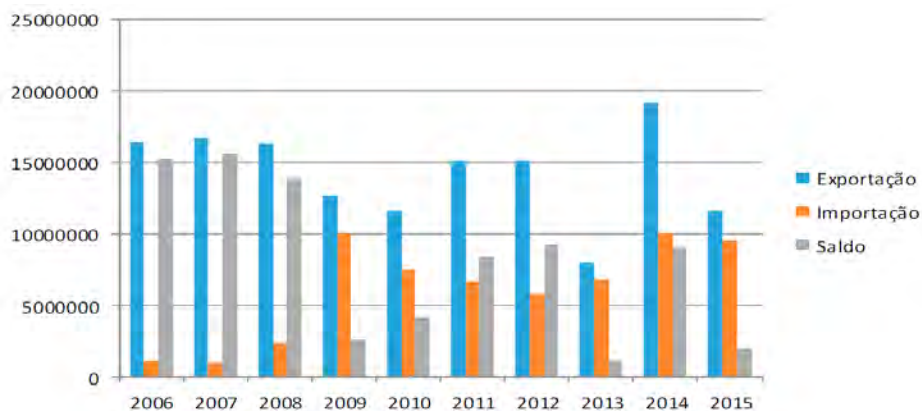
Análises do comportamento econômico – industrial do estado de Roraima entre 2006 e 2015

A Balança Comercial registra o comportamento das Importações e Exportações em um determinado país, região, estado ou município durante um período de tempo e o motivo para a existência do comércio entre nações é a diferença de preços e custos reais de produção, o que nos remota a Teoria das Vantagens Comparativas (IBGE, 2015).

A figura 2, apresenta dados da Balança Comercial de Roraima entre 2006 e 2015, onde percebe-se superávit nas exportações em detrimento importações em todo o período analisado, revelando uma Balança Comercial superavitária. No entanto, os valores ainda são muito modestos em comparação aos demais estados da federação.

A figura ainda revela, que no ano de 2008, as exportações tiveram uma variação negativa de -2,53% com relação ano de 2007, em 2009 elas cresceram 22,34%, sendo 2013 o ano que apresentou o menor valor em exportações com US\$ 8.012.158,00, representando uma queda de 43% com relação ao ano anterior. No ano de implantação das ALC's, as exportações tiveram uma variação negativa com relação a 2007, às importações subiram cerca de 127,90% e no ano seguinte elas cresceram 310,35%. Destaca-se o saldo positivo da Balança Comercial do estado em todos os anos analisados. No entanto, registrou-se na Balança Comercial em 2015, apesar de um saldo positivo de US\$ 2.042.834,00, o seu pior desempenho.

Figura 2: Balança Comercial de Roraima de 2006 a 2015 em US\$



Fonte: MDIC (2016).

As Tabelas 1 e 2 a seguir, tratam das exportações e importações roraimenses com base no Fator Agregado, levando em conta maior ou menor quantidade de transformação da mercadoria durante seu processo produtivo dividindo em ‘produtos básicos’ e ‘industrializados’. Os básicos possuem cadeias produtivas simples e sofrem poucas transformações e os industrializados subdividem-se em ‘semimanufaturados’ e ‘manufaturados’. Onde os primeiros são produtos que passaram por alguma transformação, como o suco de laranja congelado, e os segundos são normalmente produtos de alta tecnologia, como televisor e automóveis (MDIC, 2016).

Na Tabela 1, constata-se no período analisado, que a produção de itens com fator agregado básico cresceu cerca de 20% e os industrializados em geral caiu 75%. Para os semimanufaturados observa-se déficit de 85% e os manufaturados 57%.

Tabela 1: Exportação de Roraima de 2006 a 2015 com base no fator agregado em US\$

| ANO | BÁSICOS | SEMIMANUFATURADOS | MANUFATURADOS | INDUSTRIALIZADOS | TOTAL |
|------|------------|-------------------|---------------|------------------|------------|
| 2006 | 7.392.446 | 6.019.115 | 3.002.657 | 9.021.772 | 16.414.218 |
| 2007 | 9.460.125 | 4.526.893 | 2.774.050 | 7.500.943 | 16.761.068 |
| 2008 | 6.121.155 | 6.610.636 | 2.856.961 | 9.467.597 | 16.336.320 |
| 2009 | 2.678.116 | 5.466.740 | 2.787.080 | 8.253.820 | 12.686.111 |
| 2010 | 539.389 | 5.582.895 | 1.359.148 | 6.942.043 | 11.636.416 |
| 2011 | 2.707.734 | 8.763.699 | 1.253.248 | 10.016.947 | 15.179.284 |
| 2012 | 5.095.054 | 6.205.055 | 2.250.809 | 8.455.864 | 15.149.432 |
| 2013 | 2.063.254 | 4.392.556 | 593.495 | 4.986.051 | 8.012.158 |
| 2014 | 16.449.254 | 1.192.082 | 697.535 | 1.889.617 | 19.208.559 |
| 2015 | 9.021.556 | 917.487 | 1.294.788 | 2.212.275 | 11.627.883 |

Fonte: MDIC (2016).

A presente tabela mostra entre 2008-2009 baixa de 56,25% nas exportações de produtos básicos, seguidos pelos industrializados em 12,82% e os semimanufaturados e manufaturados com baixa de 17,30% e 2,44% respectivamente. Portanto, os primeiros impactos das ALC's roraimenses se mostraram negativados levando em conta as exportações com base no fator agregado.

Por outro lado, a Tabela 2, mostra a pauta de importações com base no fator agregado, trazendo alta na entrada de produtos industrializados no estado. De 2008 à 2009, esse crescimento foi de quase 415% e os produtos básicos no mesmo período cresceram 242%.

Todavia, nota-se que em alguns anos a fonte não nos oferece dados de alguns períodos com relação aos fatores agregados Semimanufaturados e Manufaturados, apresentando apenas o total de produtos Industrializados.

Tabela 2: Importação de Roraima de 2006 a 2015 com base no fator agregado em US\$

| ANO | BÁSICOS | SEMIMANUFATURADOS | MANUFATURADOS | INDUSTRIALIZADOS | TOTAL |
|------|---------|-------------------|---------------|------------------|------------|
| 2006 | - | 36.260 | 1.078.327 | 1.114.587 | 1.114.587 |
| 2007 | 24.00 | 3.791 | 1.048.939 | 1.052.730 | 1.076.730 |
| 2008 | 52.684 | - | - | 2.401.184 | 2.453.868 |
| 2009 | 127.496 | - | - | 9.941.974 | 10.069.470 |
| 2010 | 231.079 | 1.800 | 7.253.371 | 7.255.171 | 7.486.250 |
| 2011 | 101.377 | - | - | 6.654.373 | 6.755.750 |
| 2012 | 43.020 | - | - | 5.812.115 | 5.855.135 |
| 2013 | 82.589 | - | - | 6.782.599 | 6.865.188 |
| 2014 | 329.773 | - | - | 9.765.310 | 10.095.083 |
| 2015 | 872.000 | - | - | 8.713.049 | 9.585.049 |

Fonte: MDIC (2016).

Um dado relevante para observação é o Setor de Contas Nacionais, subdividido em bens de capital, consumo e intermediários. Os bens de capital definem-se como a produtora de bens que tem sua utilização na produção de outros bens e serviços sem transformação nesse processo (IBGE, 2015). Em Roraima, esse setor apresenta taxas bastante irrisórias no período estudado, como mostra a Tabela 3 abaixo, aonde sua participação não chegou nem a 1%, com exceção do ano de 2015, ficando no montante de US\$ 394.844,00, uma taxa de 3,4%. Algo preocupante, pois o setor é considerado estratégico para o desenvolvimento econômico de qualquer região, influenciando o aumento da produtividade média da economia e a difusão tecnológica.

Tabela 3: Exportação de Roraima segundo os setores de contas de 2006 a 2015 em US\$

| ANO | BENS DE CAPITAL | BENS DE CONSUMO | BENS DE CONSUMO DURÁVEIS | BENS DE CONSUMO NÃODURÁVEIS | BENS INTERMEDIÁRIOS (B) | (B) ALIMENTOS E BEBIDAS DESTINADOS À INDÚSTRIA | (B) INSUMOS INDUSTRIAIS | (B) PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA INDÚSTRIA |
|------|-----------------|-----------------|--------------------------|-----------------------------|-------------------------|--|-------------------------|---------------------------------------|
| 2006 | 137.848 | 78.814 | 24.543 | 54.271 | 16.197.556 | 4.246.933 | 11.950.623 | - |
| 2007 | 87.409 | 1.229 | 240 | 989 | 16.672.430 | 9.458.945 | 7.200.765 | 12.700 |
| 2008 | 43.921 | 16.418 | - | 16.418 | 14.798.987 | 5.767.155 | 8.977.780 | 54.052 |
| 2009 | 442.404 | 79.445 | - | 79.445 | 10.409.433 | 2.601.105 | 7.785.344 | 23.484 |
| 2010 | 7.332 | 259.511 | - | 259.511 | 7.214.589 | 7.214.589 | 6.771.392 | - |
| 2011 | 24.525 | 193.184 | 189.825 | 3.359 | 12.503.572 | 2.704.334 | 9.788.180 | 11.508 |
| 2012 | 73.190 | 124.201 | 2.163 | 122.038 | 13.353.257 | 8.306.451 | 8.306.451 | 2.900 |
| 2013 | 14.838 | 74.558 | 73.541 | 1.017 | 6.959.909 | 1.896.111 | 5.063.798 | - |
| 2014 | 15.621 | 227.341 | - | 227.341 | 18.096.080 | 16.022.706 | 2.063.366 | 10.008 |
| 2015 | 394.844 | 367.859 | 25.016 | 342.843 | 10.471.128 | 8.976.844 | 1.494.284 | - |

Fonte: MDIC (2016).

Os bens de consumo são destinados ao uso de consumidores finais, não sendo sujeitos a processo de transformação e subdivididos entre duráveis e não-duráveis. Os duráveis tem o ciclo de vida e uso junto ao consumidor durante um período razoável de tempo, exemplo: automóveis e geladeiras. Os não duráveis são de consumo imediato, como alimentos e calçados (IBGE, 2015).

Pelos dados da tabela 3 acima, constata-se que os bens duráveis e não-duráveis, assim como os de Capital, também apresentam valores irrisórios. Em 2015, os bens duráveis e não-duráveis, apresentam valor de exportação de US\$ 25.016,00, com taxa de crescimento de apenas 0,22% e US\$ 342.843,00, com taxa de 2,95%, respectivamente.

O grande destaque fica por parte dos bens intermediários, de acordo com Intellect Gerenciamento Financeiro – IGF (2016) são aqueles que são empregados na produção de outros bens, como o açúcar na produção de balas. Na tabela 3, eles estão divididos em ‘alimentos’ e ‘bebidas destinadas à indústria e ‘insumos industriais’, sendo o primeiro o maior exportador do estado de 2013 a 2015, alcançando taxa de 77,20%. De 2006 a 2012 esses subsetores apresentam certo equilíbrio, cita-se, por exemplo, o ano de 2007, onde ‘alimentos e bebidas’ registraram 56,43% e ‘insumos industriais’ 42,96%.

A tabela 4 a seguir, mostra os Setores de Contas Nacionais pela perspectiva das importações, onde é possível notar que eles apresentam certa proporção. No ano de 2015 foram importados um montante de US\$ 3.841.274,00 de bens intermediários, uma taxa de 36,32%. Os bens de capital importaram US\$ 3.407.302,00, uma taxa de 35,55% e os de Consumo US\$ 2.696.473,00, ocupando 28,13%. O ano de 2007 destaca-se como um ano peculiar, os bens intermediários ocuparam 94,9% das importações roraimense, um montante de quase US\$ 1.022.000,00, com destaque para os Insumos Industriais com US\$ 942.240,00, garantindo uma participação de 87,51%.

Tabela 4: Importação de Roraima segundo os setores de contas nacionais de 2006 a 2015 em US\$

| ANO | BENS DE CAPITAL | BENS DE CONSUMO | BENS DURÁVEIS | BENS NÃO DURÁVEIS | BENS INTERMEDIÁRIOS (BI) | (BI) ALIMENTOS E BEBIDAS DESTINADOS À INDÚSTRIA | (BI) INSUMOS INDUSTRIAIS | (BI) PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA INDÚSTRIA |
|------|-----------------|-----------------|---------------|-------------------|--------------------------|---|--------------------------|--|
| 2006 | 219.335 | 56.720 | - | 56.720 | 838.532 | - | 660.730 | 117.802 |
| 2007 | 5.040 | 7.426 | - | 7.426 | 1.021.790 | - | 942.240 | 79.550 |
| 2008 | 233.451 | 170.431 | 169.931 | 500 | 1.647.606 | - | 1.636.354 | 11.252 |
| 2009 | 5.307.117 | 594.000 | 594.000 | - | 3.927.358 | 16.000 | 3.862.091 | 49.267 |
| 2010 | 1.599.430 | 210.836 | 74.877 | 135.959 | 5.306.087 | 702.550 | 4.485.445 | 118.092 |
| 2011 | 2.589.017 | 854.952 | 460.428 | 394.524 | 3.208.864 | 625.620 | 2.399.265 | 160.579 |
| 2012 | 1.777.30 | 1.565.730 | 996.682 | 569.048 | 2.204.875 | 662.200 | 1.400.125 | 142.550 |
| 2013 | 1.775.418 | 2.722.440 | 2.355.770 | 366.670 | 2.367.330 | 571.313 | 1.679.149 | 116.868 |
| 2014 | 2.075.549 | 3.433.661 | 2.741.759 | 691.902 | 4.585.873 | 409.631 | 457.445 | 3.718.797 |
| 2015 | 3.407.302 | 2.696.473 | 1.679.143 | 1.017.330 | 3.481.274 | 16.400 | 2.972.028 | 492.846 |

Fonte: MDIC (2016).

Na tabela 4 acima, percebe-se que precisamente no ano de 2008 - ano de implantação das ALC's em Roraima - todos os setores cresceram vertiginosamente pelo lado das importações, como no caso dos bens de capital crescendo de US\$ 5.040,00 em 2007 para US\$ 233.451,00 em 2008.

O Quadro 1 abaixo, mostra os principais produtos exportados por Roraima. O setor madeireiro é o mais forte da pauta de exportações do estado, sendo a soja (exceto para semeadura) e madeiras serradas cortadas em folhas, as que mais se destacam. Entre 2012 a 2015 foram sempre os dois produtos mais exportados em Roraima. Em 2015, só a soja (exceto para semeadura), foi responsável por 76,89% das exportações.

Quadro 1: Principais produtos exportados por Roraima de 2006 a 2015 em US\$

| ANO | PRODUTO | ANO | PRODUTO |
|------|--|------|--|
| 2006 | OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS= US\$ 4.276.279 GRÃOS DE SOJA MESMO TRITURADOS= US\$ 4.246.933 MADEIRA NÃO-CONÍFERA= US\$ 2.212.487 MADEIRA DE IPÊ= US\$ 420.291 MADEIRA DE CEDRO= US\$ 196.109 | 2007 | GRÃOS DE SOJA MESMO TRITURADOS= US\$ 9.458.945 OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS= US\$ 3.680.313 MADEIRA NÃO CONÍFERA= US\$ 1.288.177 MADEIRA CONÍFERA= US\$ 562.553 MADEIRAS TROPICAIS= US\$ 459.889 |
| 2008 | OUTRAS MADEIRAS SERRADAS/CORTADAS EM FOLHAS= US\$ 3.729.988,00 GRÃOS DE SOJA MESMO TRITURADOS= US\$ 5.767.155,00 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES: US\$ 596.338,00 OUTRAS MADEIRAS NÃO CONÍFERAS= US\$ 1.287.195,00 FOLHAS PARA FOLHEADOS= US\$ 483.979,00 | 2009 | OUTRAS MADEIRAS SERRADAS= US\$ 3.920.461,00 GRÃOS DE SOJA MESMO TRITURADOS= US\$ 2.601.105,00 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES= US\$ 1.752.850,00 MADEIRAS NÃO CONÍFERAS= US\$ 1.292.769,00 FOLHAS PARA FOLHEADOS= US\$ 900.067,00 |
| 2010 | COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES= US\$4.154.984,00 MADEIRAS SERRADAS= US\$ 3209.76,00 COUROS E PELES BOVINOS= US\$ 1.666.512,00 MADEIRAS NÃO CONÍFERAS= US\$ 878.405,00 FOLHAS PARA FOLHEADOS= US\$ 301.588,00 | 2011 | OUTRAS MADEIRAS SERRADAS= US\$ 4.330.597,00 OUTROS COUROS E PELES BOVINOS= US\$ 2.964.918,00 GRÃOS DE SOJA MESMO TRITURADOS= US\$ 2.704.334,00 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES: US\$ 2.454.603,00 MADEIRAS NÃO CONÍFERAS= US\$ 968.775,00 |
| 2012 | MADEIRAS SERRADAS= US\$ 5.710.188,00 SOJA PARA SEMEADURA= US\$ 5.043.879,00 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES= US\$ 1.598.514,00 MADEIRAS NÃO CONÍFERAS= US\$ 869.192,00 COUROS BOVINOS= US\$ 193.279,00 | 2013 | MADEIRAS SERRADAS= US\$ 3.528.102,00 SOJA EXCETO PARA SEMEADURA= US\$ 1.857.977,00 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES= US\$ 962.853,00 OUTROS COUROS BOVINOS= US\$ 611.046,00 MADEIRAS NÃO CONÍFERAS= US\$ 435.883,00 |

| | | | |
|------|---|------|--|
| 2014 | SOJA EXCETO PARA SEMEADURA = US\$ 15.999.125,00; MADEIRAS SERRADAS= US\$ 1.038.204,00 MADEIRAS NÃO CONIFERAS= US\$ 423.089,00 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES= US\$ 869.517,00 AGUA MINERAL= US\$ 110.816,00 | 2015 | SOJA EXCETO PARA SEMEADURA= US\$ 8.940.593,00 MADEIRAS SERRADAS= US\$ 907.308,00 MADEIRAS PERFILADAS= US\$ 472.287,00; COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES= US\$ 394.052,00 OUTRAS SONDAS, CATETERES E CANULAS= US\$ 211.943,00 |
|------|---|------|--|

Fonte: MDIC (2016).

O quadro 2 mostra os principais produtos importados por Roraima, há uma pauta bastante diversificada. No período de 2006 a 2010 as principais importações eram no ramo da Construção Civil, destacando-se os Materiais para Andaime e Armações e Cimentos Portland, onde, por exemplo, em 2007 os primeiros ocuparam 42,32% das importações no estado, e o segundo em 2010 alcançou 36,23%.

Ainda conforme o quadro 2, analisa-se em 2015 as importações de aparelhos para ar condicionado e “cimento Portland” com participação de 15,33% e 20,77% respectivamente. Vale ressaltar a farinha de trigo, possuindo significativa participação nas importações roraimenses, aparecendo entre os três produtos mais importados de 2010 a 2013, com taxas de 9,38%, 9,26% e 8,32% respectivamente.

Quadro 2: Principais produtos importados por Roraima de 2006 à 2015 em US\$

| ANO | PRODUTO | ANO | PRODUTO |
|------|---|------|---|
| 2006 | MATERIAL PARA ANDAIME E ARMAÇÕES= US\$ 173.899 FOLHAS DE VIDRO FLOTADO= US\$ 128.551 CHAPAS E TIRAS DE FERRO= US\$ 36.879 OUTRAS CONSTRUÇÕES E SUAS PARTES DE FERRO: US\$ 25.582 ESPELHO DE VIDROS: US\$ 10.110 | 2007 | MATERIAL PARA ANDAIME E ARMAÇÕES: US\$ 455.722 FOLHAS DE VIDRO FLOTADO: US\$ 91.535 FOLHAS DE VIDRO FLOTADO DESBOTADO: US\$ 87.778 PARTES PARA AVIÕES OU HELICÓPTECRO: US\$ 79.550 FIOS DE FERRO: US\$ 67.809 |
| 2008 | MATERIAL PARA ANDAIME E ARMAÇÕES: US\$ 751.651 ENERGIA ELÉTRICA: US\$ 402.380 FOLHAS DE VIDRO FLOTADO: US\$ 239.134 SEMENTES DE FRUTOS OLEAGENOSAS:US\$ 48.629 FOLHAS DE VIDRO DE FLOTADO: US\$ 76.787 | 2009 | AVIÕES A TURBO: US\$ 4.843.400 CIMENTOS PORTLAND: US\$ 2.066.759 MATERIAL PARA ANDAIMES E ARMAÇÕES: US\$ 997.702 AVIÕES A HELICE: US\$ 594.000 MAQUINAS PARA TRABALHO A FRIO DO VIDRO: US\$ 242.493 |

| | | | |
|------|---|------|--|
| 2010 | CIMENTOS PORTLANDS: US\$ 2.712.616 FARINHA DE TRIGO: US\$ 702.550 FOLHAS DE VIDRO FLOTADO: US\$ 209.758 OUTROS MAQUINÁRIOS DIGITAIS: US\$ 138.861 OUTRAS CHAPAS E FOLHAS DE VIDRO: US\$ 116.823 | 2011 | CIMENTOS PORTLAND: US\$ 872.305 FARINHA DE TRIGO: US\$ 625.620 OUTRAS MAQUINÁRIOS DIGITAIS: US\$ 614.629 OUTROS MAQUINÁRIOS E APARELHOS PARA IMPRESSÃO DE OFSETE: US\$ 578.700 FOLHAS DE VIDRO FLOTADO: US\$ 274.352 |
| 2012 | APARELHOS PARA AR CONDICIONADO: US\$ 450.770 FARINHA DE TRIGO: US\$ 662.200 OUTROS MAQUINÁRIOS E APARELHOS PARA IMPRESSÃO DE OFSETE: US\$ 436.675 FOLHAS DE VIDRO FLOTADO: US\$ 432.902 CONSOLES E MAQUINAS DE JOGOS DE VIDRO: US\$ 401.464 | 2013 | ARROZ COM CASCA NÃO PARBOLIZADO: US\$ 11.600 SUTIÃS E BUSTIERS: US\$ 10.634 OUTRAS UNIDADES DE DISCO OPTICOS: US\$ 10.558 OUTROS MÓVEIS DE MADEIRA: US\$ 10.381 PARTES E ACESSÓRIOS DE PROJETORES CINEMATOGRAFICOS: US\$ 10.005 |
| 2014 | CIMENTOS PORTLAND: US\$ 1.616.935 APARELHOS PARA AR CONDICIONADO: US\$ 2.530.744 ARROZ DESCASCADO: US\$ 321.988 FOLHAS DE VIDRO FLOTADO: US\$ 395.582 PARTES E ACESSÓRIOS PARA MOTOCICLETAS: US\$ 268.656 | 2015 | CIMENTOS PORTLAND: US\$ 1.990.848 APARELHOS PARA AR CONDICIONADO: US\$ 1.469.432 MAQUINÁRIOS E APARELHOS PARA ENCHER E FECHAR LATAS: US\$ 1.118.923 ARROZ DESCASCADO NÃO PARBOLIZADO: US\$ 872.000 OUTRAS BOMBAS PARA LÍQUIDOS: US\$ 407.082 |

Fonte: MDIC (2016).

O Quadro 3 a seguir, mostra os países que Roraima mais possui relação comercial nos últimos anos, e pelo lado das exportações. A Venezuela e Guiana, são os seus maiores compradores, sendo o país venezuelano sempre entre os três primeiros colocados no período analisado. Em relação a 2006, a participação da Venezuela era de 39,55%, no entanto, em 2008, ano de implantação das ALCs, tal participação caiu para 33,24% e teve em 2015 seu pior índice, 12,23%.

Quadro 3: Principais parceiros comerciais de Roraima de 2006 a 2015 em US\$

| | PAÍSES DE DESTINO | PAÍSES IMPORTADORES |
|------|--|---|
| 2006 | HOLANDA: US\$ 6.296.973,00 VENEZUELA: US\$ 6.492.431,00 CHINA: US\$ 1.025.639,00 | VENEZUELA: US\$ 382.130,00 ESTADOS UNIDOS: US\$ 345.580,00 URUGUAI: US\$ 72.525,00 |
| 2007 | HOLANDA: US\$ 6.678.526,00 VENEZUELA: US\$ 5.969.663,00 ESPANHA: US\$ 1.706.665,00 | VENEZUELA: US\$ 673.489,00 ESTADOS UNIDOS: US\$ 102.951,00 ALEMANHA: US\$ 90.152,00 |

| | | |
|------|---|--|
| 2008 | VENEZUELA: US\$ 5.187.842,00 HOLANDA: US\$ 2.295.160,00 NORUEGA: US\$ 2.032.061,00 | VENEZUELA: US\$ 1.620.709,00 MÉXICO: US\$ 189.121,00 JAPÃO: US\$ 225.690,00 |
| 2009 | VENEZUELA: US\$ 5.116.986,00 HOLANDA: US\$ 3.417.559,00 ESTADOS UNIDOS: US\$ 547.489,00 | ESTADOS UNIDOS: US\$ 5.437.658,00 VENEZUELA: US\$ 3.671.839,00 ITÁLIA: US\$ 226.330,00 |
| 2010 | VENEZUELA: US\$2.392.735,00 ITÁLIA: US\$914.181,00 HOLANDA: US\$890.817,00 | VENEZUELA: US\$4.048.497,00 CANADÁ: US\$845.973,00 JAPÃO: US\$340.334,00 |
| 2011 | VENEZUELA: US\$ 4.027.765,00 ITÁLIA: US\$ 3.305.326,00 RÚSSIA: US\$ 2.704.334,00 | CHINA: US\$ 2.140.332,00 VENEZUELA: US\$ 1.338.483,00 ESTADOS UNIDOS: US\$ 678.814,00 |
| 2012 | VENEZUELA: US\$ 6.528.781,00 RUSSIA: US\$ 4.150.470,00 HOLANDA: US\$ 1.195.680,00 | CHINA: US\$ 3.248.133,00 VENEZUELA: US\$ 779.976,00 CANADÁ: US\$ 729.825,00 |
| 2013 | VENEZUELA: US\$ 2.550.420,00 HOLANDA: US\$ 2.395.353,00 GUIANA: US\$ 875.501,00 | CHINA: US\$ 4.112.938,00 EUA: US\$ 820.711,00 VENEZUELA: US\$ 627.401,00 |
| 2014 | RUSSIA: US\$ 15.198.759,00 VENEZUELA: US\$ 310.300,00 GUIANA: US\$ 1.114.857,00 | CHINA: US\$ 5.470.921,00 TRINDAD E TOBAGO: US\$ 1.374.598,00 GUIANA: US\$321.988,00 |
| 2015 | GUIANA: US\$ 88.731,00 CHINA: US\$ 23.254,00 VENEZUELA: US\$ 19.900,00 | CHINA: US\$ 229.353,00 FRANÇA: US\$ 89.216,00 GUIANA: US\$ 75.200,00 |

Fonte: MDIC (2016).

Com relação a Guiana, sua participação se desenha de forma mais modesta, aparecendo entre os três principais países que compraram mercadorias do estado roraimense apenas a partir de 2013, onde alcançou índice de 10,93% e 5,80% em 2014. Contudo, em 2015 sua taxa foi de 54,30%, um aumento de quase dez vezes em comparação com o ano anterior.

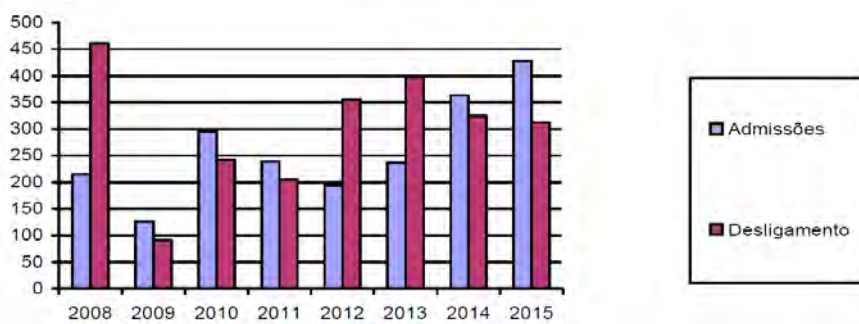
Pela perspectiva das importações, o quadro 3 deixa claro a Venezuela e Guiana como principais parceiros comerciais. Em 2008, a Venezuela foi responsável por 66,05% das importações no estado de Roraima. Tal desempenho caiu para 9,14% no ano de 2013 e a Guiana por sua vez, apresenta taxas um pouco mais moderadas, com números de 3,19% e 11,58% nos anos de 2014 e 2015 respectivamente.

A China surge como um grande importador no estado, sendo de 2012 a 2015 sempre o primeiro colocado na participação da pauta de importações. Em 2012 ele alcançou 55,47%, 2013 59,91%, 2014 com 54,19% e 2015 decaiu para 35,31% e

destacam-se ainda alguns países do Mercosul como Argentina com 5,72% em 2011, Colômbia com 8,19% em 2010 e Uruguai com 6,51% em 2006.

Com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2016), a figura 3 a seguir, mostra o comportamento do emprego industrial de 2008 à 2015 no estado de Roraima. O ano de 2009 foi responsável por um menor número de admissões, com 127 ao total, queda de 40% com relação ao ano anterior. Em 2015 apresentou o maior número de admissões no período estudado, com 428 ao total, um aumento de 14,95% com relação ao ano de 2014 registrou um total de 364 admissões no setor industrial roraimense.

Figura 3: Comportamento do emprego industrial em Roraima de 2008 à 2015



Fonte: CAGED - Ministério do Trabalho e Emprego (2016).

Nota-se ainda na figura 3, que o ano de 2008 apresentou o maior número de desligamentos no setor industrial no período analisado, com o total de 461, caindo drasticamente para apenas 91 em 2009, uma variação de 80,26% e no ano de 2015 os desligamentos totalizaram 313.

Ao longo do período analisado, observa-se no triênio 2012-2015, crescimento no número de admissões e queda no número de desligamentos, nos induzindo a pensar que isso é significativo e um indício de que a indústria de Roraima possa está começando a se restabelecer.

Considerações finais

Com base nas informações coletadas, mesmo apresentando uma Balança Comercial superavitária, a economia de Roraima ainda é muito modesta. Esperava-se

uma modificação a partir de 2008 com a implantação das ALC's de Boa Vista e Bonfim, no entanto, isso não aconteceu.

Percebe-se o benefício apenas para o lado das importações, que cresceram vertiginosamente a partir de 2008. Tal fenômeno fez com que Guiana e Venezuela se consolidassem como nossos principais parceiros comerciais.

Outro fato importante que justifica a insuficiência industrial do estado é o tipo de produto que lidera nossas exportações, que são aqueles de fator agregado básico, que são em sua própria concepção os que possuem cadeias produtivas mais simples, como madeira serrada e grão de soja.

Conclui-se, portanto, que a implantação das ALC's foi apenas o primeiro passo para a industrialização em Roraima, sendo necessário a criação de políticas públicas em longo prazo, buscando garantir condições favoráveis para o desenvolvimento industrial de Roraima.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Camila Rodrigues Cavalcanti. **Áreas de Livre Comércio: o Caso de Boa Vista**. Porto Alegre, 2011.

BAER, W. **A economia brasileira**. 3a ed. São Paulo: Nobel, 2009.

BALANÇA COMERCIAL DE RORAIMA - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC. Brasília, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Mensal. Brasília, 1998.

Bens Intermediários. Disponível em: <www.intelectgerenciamentofinanceiro.com> Acesso em: 20 de Fevereiro de 2016.

BRAGA FURTADO, M. **Síntese da Economia Brasileira**. 7a ed. São Paulo: LTC, 2000.

BRASIL. **Decreto no 6.614, de 23 de outubro de 2008**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 12 Fevereiro de 2016.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-CAGED. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 25 Fevereiro de 2016.

CARTANI, D. M. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo, 2011.

DECRETO 6614 DE 23 DE OUTUBRO DE 2008.

DUARTE, PHE. **A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: INTERPRETAÇÕES SOBRE O (SUB) DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA.** Disponível em: <<http://docplayer.com.br/12309589-A-teoria-da-dependencia-interpretacoes-sobre-o-subdesenvolvimento-na-america-latina.html>>. Acesso: 18 de fevereiro de 2016.

FERRAZ ATT ALL. **Um olhar territorial para o desenvolvimento:** Nordeste. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 2014.

FURTADO, C. **Obra autobiográfica de Celso Furtado.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2007.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 8. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

FIESP. **Pesquisa Nível de Emprego no Estado de São Paulo.** FIESP, São Paulo, 2015.

GREMAUD, A. P; VASCONCELLOS, M. A. S. de; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil:** Séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 2015. IBGE, Rio de Janeiro, 2015.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE RORAIMA - Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima - SEPLAN. Roraima, 2010.

IPEA – Ipeadata. **Dados macroeconômicos e regionais - Boletim Conjuntural** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 01 Fevereiro de 2016.

LACERDA, A. C. et al. **Economia brasileira.** - 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARQUES, Antonio de Oliveira. **Infraestrutura Energética e Desenvolvimento Sustentável:** Situação Atual e Alternativas para o Estado de Roraima. Porto Alegre, 2009.

MONTEIRO, J.S. **Economia brasileira.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

NIVEAU, M. **História dos fatos econômicos contemporâneos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

PANNO, F.; KUHN, E.; RITERBUCH, D. S. **Desenvolvimento pela ótica da CEPAL.** R. Administração. Frederico Westphalen. Vol.4 - n.7. Dezembro, 2005. p. 69 - 88.

BRASIL. PLANO BRASIL MAIOR. Brasília, Governo Federal, 2014. MONTEIRO, J S. **Economia Brasileira / São Paulo**. 1a ed. São Paulo: Pearson, 2009.

BRASIL. POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR. Brasília, Governo Federal, 2003.

BOA VISTA. Prefeitura de Boa Vista. **Estudo de Viabilidade para Transferência da Área de Livre Comércio de Pacaraima para Boa Vista**. Roraima, 2007.

SAMPIERI,HR.et all. **Metodologia de la Investigacion**.5.ed. México, 2010.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, R. A. **Desenvolvimento, dependência e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial**. Tese (Doutorado) –Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, 2007.

ARTIGO

RORAIMA NA RIO+20: PARTICIPAÇÃO, PERSPECTIVAS E ECOESTADO

Introdução

A Conferência Mundial de Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 foi um dos mais importantes encontros para se debater as medidas e impactos humanos no desenvolvimento mundial. Realizar um estudo que mostre o contexto de elaboração e as origens dos aspectos políticos e organizacionais podem trazer informações até então pouco divulgadas e conhecidas. Em tempos de mudanças de paradigmas ambientais e de melhorias do que podemos fazer para transformar o futuro do planeta que remetem a experiência de novos projetos e planos políticos. Este trabalho pretende mostrar uma síntese dos passos dados pelo Governo de Roraima durante o período de 2012 a 2013 sobre a Rio+20 e suas deficiências, implicações e projetos inseridos nesse cenário.

O trabalho abordará o processo de construção da agenda ambiental desde as problemáticas econômicas da década de 1930 e suas limitações econômicas passando pelos processos iniciais de preocupação com o desenvolver visando o bem estar das futuras gerações. Tratará desde os primeiros movimentos polarizando com a irracionalidade do modo de produção vigente. O trabalho será focado em três eixos: Uma visão histórica do termo ambientalismo passando pelos principais encontros sobre sustentabilidade das últimas décadas e as crises que lhe construíram, a constituição da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 em aspecto macro, e por último a participação do Governo de Roraima na conferência com o lançamento do projeto ecoestado.

O objeto de estudo é desvelar o que se sucedeu na participação do estado de Roraima na Rio+20 passando por seus aspectos logísticos e de trabalho antes e durante

* Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Especialista, mestre, doutor e pós-doutor em Ciências Jurídicas. E-mail para contato: eloisenhora@gmail.com. Outros trabalhos do autor podem ser encontrados em www.works.bepress.com/eloi.

** Jornalista da Rede Globo e assessor de imprensa da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN). Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Endereço para contato: tercio20@gmail.com.

a Conferência das Nações Unidas. Importância maior é dada ao lançamento do projeto ecoestado, que prometia ser um “*divisor no desenvolvimento sustentável do extremo norte do Brasil*”. Questionamos neste trabalho quais as reais intenções deste projeto por meio de depoimentos de articuladores em jornais locais e representantes da sociedade expondo as deficiências em falta de maiores dados que corroborassem esta ação.

Por outro lado são mostradas as conquistas perante a criação deste projeto e seus atores e procedimentos encaminhados no estado de Roraima entre 2012 e 2013. Cada etapa teve o respaldo de fontes fidedignas com pesquisas nos principais jornais e periódicos voltados ao assunto.

As limitações dos modelos teóricos tradicionais do crescimento econômico

Afirma-se que nunca houve tanta riqueza no mundo. Planeta que cresceu exponencialmente em tecnologia e nas vertentes industriais e comerciais. As teorias do crescimento econômico receberam um impulso após a década de 30, como decorrência da ‘Grande Depressão’ que assolou principalmente os Estados Unidos nesse período e, posteriormente eclodiu na 2ª Guerra Mundial Moraes e Barone (2001).

Nesta época, teorias econômicas que confirmassem o modelo de desenvolvimento e os efeitos do progresso tecnológico, o aumento da especialização do trabalho e a relação entre a renda per capita e a taxa de crescimento da população ganharam forte adesão por meio de clássicos como Adam Smith, David Ricardo, Malthus, Ramsey, Young, Knight e Schumpeter. Moraes e Barone (2001).

Os modelos correspondiam as variáveis de um mundo cujos mais desenvolvidos tinham que cada vez mais crescer e os menos desenvolvidos sair de suas situações limítrofes em busca de alavancar seus próprios modelos econômicos.

O crescimento econômico, ou melhor dizendo, a insuficiência de crescimento econômico tem sido apontada como o problema central das economias modernas, tanto nos países desenvolvidos como especialmente nos chamados subdesenvolvidos e emergentes. Muitos apontam esta insuficiência de crescimento como uma das causas para o elevado desemprego e as desigualdades sociais e mais especialmente nos países emergentes. O crescimento econômico mais acelerado seria a grande saída para a crise dos países em desenvolvimento às voltas com a recessão e o desemprego.

Muitos autores têm constatado que o sistema econômico vigente na ordem econômica mundial não é capaz de solucionar o problema dos países chamados de emergentes, ao contrário, o modelo econômico atual tem acentuado as diferenças entre os ricos e os pobres. (MORAES e BARONE, 2001, p.11)

O afloramento do ambientalismo

Não há um início concreto e primordial dos movimentos ambientais e/ou o estopim de uma conscientização planetária, há sim fragmentos de pensamentos em ajudar o planeta contra a exploração predatória em épocas distintas e por razões diversas. Alguns autores sugerem datas como manifestações e fatos isolados. De acordo com Coutinho (2008), “As primeiras preocupações socioambientais surgem a partir de meados do século XIX”.

Há também indícios de que tenha começado com publicações e na preocupação pelas gerações futuras na forma de desenvolvimento. Conforme se lê em:

George Perkins Marsh, em 1864, publicou o livro *Man and Nature*, que é considerado por muitos um marco do ambientalismo americano. Este livro enfocava a questão do aumento do desperdício e da destruição como razões da destruição do planeta, tornando assim, inabitável para todos os seres humanos. (COUTINHO, 2008)

Outro marco bibliográfico pode-se confirmar com a publicação do Livro “*Silent Spring*” (Primavera Silenciosa), em 1962, da bióloga norte-americana Rachel Carson. Este foi um divisor para o ambientalismo e uma das primeiras e principais ferramentas para a Revolução Ambiental e ao movimento ambientalista, como escreve.

Esse livro analisou os efeitos do DDT (diclorodifeniltricloroetano) – o mais poderoso pesticida desde então – na natureza e na saúde humana. Verificou que além de penetrar na cadeia alimentar, acumulava-se nos tecidos gordurosos dos animais, inclusive no homem. Com risco de causar dano genético e doenças como o câncer. Para Carson, se não parassem com a utilização do DDT, que levava entre outros malefícios a destruição dos pássaros, as próximas primaveras seriam silenciosas, pois esses não existiriam mais. O escritor E. W. Teale, alertava: “Um spray que atua de forma tão indiscriminada como o DDT, pode perturbar a economia da natureza tanto quanto uma revolução perturba a economia social. Noventa por cento dos insetos são benéficos e, se são eliminados, as coisas em pouco tempo fogem do controle”. (COUTINHO, 2008)

Porém, o ambientalismo como movimento e preocupação sistêmica tomou corpo no começo do século XX com a nova agenda planetária demandada pela revolução industrial e as premissas ocasionadas pela Segunda Guerra Mundial, mudando as faces da Terra na frenética busca pelo desenvolvimento acelerando processos e protagonizando a indústria e o comércio. Com a tecnologia e o avanço científico houve alterações nos padrões de vida e nas formas de consumo.

Com a Guerra Fria e a polarização do planeta entre duas potenciais mundiais, as atenções singularizaram numa iminente guerra com as ameaças ocasionadas pelos testes nucleares, todavia, pouca luz se fez sobre alguns aspectos dos bastidores. Havia em curso na marcha da humanidade, novas preocupações, ora denominadas preocupações socioambientais.

Com ameaças veladas de uma colisão política, econômica e bélica, o progresso científico tecnológico trouxe bem-estar e novas perspectivas ao futuro humano, todavia com o preço a pagar de uma elevação da concentração urbana, consumo de recursos naturais e um crescente aumento da poluição. Coutinho (2008)

Primeiros debates: o Clube de Roma e a irracionalidade do modelo econômico

Em meados de 1960, nasce o Clube de Roma, construído sobre alicerces de debates sobre política, economia internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, no objetivo de analisar a situação mundial e oferecer soluções e indicativos para o futuro da sociedade Coutinho (2008).

Esse foi um início promissor devido ao marco histórico e as reuniões constantes onde se produziu diversos estudos, dentre eles o relatório ‘Os Limites do Crescimento’, de 1972 construído entre as várias reuniões do Clube de Roma, conforme expõe Coutinho (2008):

Os Limites do Crescimento, foi elaborado por uma equipe do MIT, contratada pelo Clube de Roma e chefiada por Dana Meadows. Em 1968, na sua primeira reunião mais significativa, chegaram à conclusão que se mundo continuasse a sua crescente produção em larga escala, teria que diminuí-la. Para que os recursos naturais fossem menos utilizados e atentando para uma redução progressiva dos resíduos, principalmente no lixo industrial. Porém essa primeira proposta não vingou, sendo interpretada como algo inviável. Os Limites do Crescimento, em 1972, que foi uma análise detalhada do que poderia acontecer com a humanidade caso não mudasse seus métodos econômicos e políticos. Este relatório se tornou um marco do reconhecimento dos problemas ambientais no campo político institucional. As suas propostas não foram bem aceitas entre cientistas e políticos, tanto dos países desenvolvidos quanto os dos em via de desenvolvimento, ou seja, eram contra o “crescimento zero” como forma de esboroar os impactos do crescimento sobre o meio ambiente. (COUTINHO, 2008)

Na década de 1970, boa parte das nações em desenvolvimento, em especial as latinas americanas encontravam-se em ascensão industrial. Entretanto, o relatório ‘Os Limites do Crescimento’ teve grande importância ao levantar a insustentabilidade

de da econômica capitalista em nível mundial. Este estudo fortificou o movimento ambientalista.

Pode-se observar que a década de 1970 inseriu permanentemente a preocupação com os problemas ambientais na agenda mundial de desenvolvimento. Como afirma Fontoura e Guimarães.

A atenção do planeta para a crise ambiental, despertada inicialmente em Estocolmo em 1972, atingiu seu ponto culminante no Rio de Janeiro, vinte anos depois, quando foram lançadas as bases para uma nova concepção de desenvolvimento. A adoção de convenções como a de Diversidade Biológica e a de Mudanças Climáticas ilustra de maneira inequívoca o novo clima de cooperação internacional. (GUIMARÃES, 2012, p.3)

Em 1972 aconteceu de 5 a 16 de junho, em Estocolmo, na Suécia, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. A comunidade internacional se reuniu para tratar sobre o meio ambiente e as necessidades de desenvolvimento em escala global. No encontro definiram-se, por meio da Carta de Estocolmo, as diretrizes de um modo de entender o desenvolvimento. Na Declaração sobre o meio ambiente definiu-se, em documento, 23 tópicos, que versam em sua abertura, “necessidade de estabelecer uma visão global e princípios comuns, que sirvam de inspiração e orientação à humanidade, para a preservação e melhoria do ambiente humano”, Apoema (1999).

Em 1982, em Nairóbi, foi feita uma avaliação da Conferência de Estocolmo sob a coordenação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Nesse encontro partiu a ideia de se formar uma Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, sendo instalada em 1983, com o objetivo de avaliar os avanços dos processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los. Como se lê em texto da seção “Em discussão”, do sítio do Senado Federal.

Após três anos de muito estudo, 1987, a Comissão publicou suas conclusões no Relatório intitulado de Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório de Brundtland (devido à Presidência da Comissão pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland). (SENADO FEDERAL, 2012)

Capta-se que o teor é de um nivelamento e uma busca pela igualdade em detrimento dos interesses de países, classes sociais e povos sobre os embates de desenvolvimento. Em resumo, aos 23 tópicos propostos pela Organização das Nações Unidas, podemos eleger uma passagem de Coutinho (2008) onde diz que o desen-

volvimento é “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”.

Observa-se pela primeira vez a definição e características de Desenvolvimento Sustentável como um tripé: desenvolvimento econômico eficiente, equidade social e equilíbrio ambiental. Todos deviam convergir e interagir para o bem comum da humanidade.

Agenda Internacional: RIO-92 e Cúpula dos Povos

Em junho de 1992, a Assembleia Geral das Nações Unidas realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro. Cerca de 35 mil pessoas se reuniram na conferência que também ficou conhecida como conferência do Rio, Rio-92 e como Cúpula da Terra. Teve como conclusão os seguintes documentos: Agenda 21, Declaração do Rio, Declaração de Princípios sobre Florestas, Convenção sobre Diversidade Biológica e Convenção sobre Mudanças Climáticas.

Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Senado Federal (2012).

O ambiente político internacional da época favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de que as responsabilidades pela preservação do meio ambiente e pela construção de um convívio equilibrado com o planeta são diferentes. Senado Federal (2012).

Uma das produções da Rio-92 foi a Agenda 21, um programa político de alcance mundial que teria a meta de filtrar e traçar diretrizes no processo de desenvolvimento tendo a sustentabilidade como premissa. Definindo políticas essenciais que atendesse os interesses dos pobres e reconhecesse os limites do desenvolvimento, de forma a atender as necessidades de todos os países. Onde essas necessidades não são interpretadas apenas em termos econômicos, mas também incluindo as necessidades tanto de dimensão ambiental quanto a humana.

Em 2000, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU propôs a realização de uma nova cúpula mundial, porém, desta vez sobre Desenvolvimento Sustentável. Então, em 2002, foi realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul. A qual se pretendia fazer uma ampla revisão dos progressos alcançados na implementação da Agenda 21, desde sua aprovação, em 1992. A Cúpula deveria ainda resultar na renovação de compromissos

políticos para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Contudo, esses objetivos não foram plenamente alcançados.

RIO+20 e as indefinições da Agenda Ambiental

A proposta brasileira de sediar a Rio+20 foi aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em sua 64ª Sessão, em 2009. De 20 a 22 de junho de 2012 o Rio de Janeiro sediou após 20 anos da Rio-92, um encontro mundial de sustentabilidade. A Rio+20 vinha com impressões mal resolvidas das anteriores e com uma maior urgência em se determinar as questões ambientais, devido a pressões científicas e de setores ambientais.

A conferência teve dois temas principais: A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Durante a RIO+20 o governo brasileiro propôs quatro dias de diálogo sobre desenvolvimento sustentável a ocorrer de 16 a 19 de junho de 2012 para abordar os seguintes tópicos: 1. Segurança alimentar e nutricional; 2. Desenvolvimento sustentável para erradicar a pobreza; 3. Desenvolvimento sustentável como resposta à crise econômica e financeira; 4. Economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de consumo e produção; 5. Cidades sustentáveis e inovação; 6. Desemprego, trabalho decente e migrações; 7. Energia sustentável para todos; 8. Água; 9. Oceanos; 10. Florestas.

Decisões paralelas e ausência dos principais líderes mundiais na RIO+20

Na ótica da imprensa internacional e de segmentos ambientais, a RIO+20 tornou-se um “fracasso”. Primeiro pela insuficiência de acordos firmados que ficaram abaixo das expectativas e segundo pela ausência de grandes líderes mundiais como Angela Merkel, David Cameron e Barack Obama, estes líderes dos países que mais causam a emissão de gás carbônico no mundo, o que se lê em texto no Portal da revista VEJA escrito por Lombardi e Styrcce (2012):

Alguns dos principais jornais norte-americanos, como o “The New York Times”, o “Los Angeles Times” e o “Washington Post”, não deram destaque para a Conferência das Nações Unidas nas suas páginas principais. A ausência do presidente norte-americano do evento enfraqueceu a cobertura da imprensa dos EUA. [...] “Cúpula verde acaba em decepção”. Foi dessa forma que o jornal espanhol “El País” chamou uma reportagem sobre

os resultados da Rio+20. [...] O jornal inglês “Guardian” afirmou que nada de concreto parece sair no último dia da Rio +20. [...] O diário argentino “Clarín” disse que com a falta de avanços na Rio+20, “a ONU reivindica planos para enfrentar as catástrofes naturais”. (LOMBARDI E STYRCE, 2012)

Outro motivo foi devido à crise na Europa, ou a ‘crise do Euro’. O Velho Mundo passava por turbulências em sua economia, o que ocasionou o esvaziamento de boa parte das discussões na cúpula principal. Podemos constatar em notícia veiculada no sítio da revista VEJA, na editoria de meio ambiente.

O presidente francês, convidado para o almoço mineiro da presidente Dilma Rousseff, não perdeu a viagem. Com a crise do Euro assombrando o velho continente, François Hollande advertiu que a “economia verde” defendida pela ONU não pode ser considerada solução de todos os problemas do mundo, defendeu um “imposto verde” e avisou que vai taxar atividades financeiras para financiar o desenvolvimento sustentável - apresentando uma solução concreta para algo que pouca gente se arriscou a resolver. (VEJA, Meio Ambiente, 23 de junho de 2012)

Com a falta de assertividade entre os grandes líderes mundiais, os maiores avanços foram conseguidos paralelamente, com acordos e reuniões, a exemplo dos prefeitos de 59 das maiores cidades do mundo, grupo presidido por Michael Bloomberg, de Nova York, o grupo C40 propôs a concreta redução de 1 bilhão de toneladas em emissões de carbono até 2030. Lombardi e Styrce (2012)

Outro ponto foram os eventos organizados por entidades civis e não governamentais. Muitas sem grandes influências geopolíticas conseguiram mobilizar segmentos da sociedade e movimentar os diálogos entre simpatizantes do planeta.

Um exemplo foi a Cúpula dos Povos na Rio+20, evento organizado pela sociedade civil global que aconteceu entre 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio+20.

Na página oficial da Cúpula dos Povos, os organizadores assim definiram o evento que prega a justiça social e ambiental.

Para enfrentar os desafios dessa crise sistêmica, a Cúpula dos Povos não será apenas um grande evento. Ela faz parte de um processo de acúmulos históricos e convergências das lutas locais, regionais e globais, que tem como marco político a luta anticapitalista, classista, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbica. Queremos, assim, transformar o momento da Rio+20 numa oportunidade para tratar dos graves problemas enfrentados pela humanidade e demonstrar a força política dos povos organizados. “Venha reinventar o mundo”

é o nosso chamado e o nosso convite à participação para as organizações e movimentos sociais do Brasil e do mundo.

Pouca objetividade e transversalidade

Pode-se constatar que alguns líderes fugiram do foco principal para assuntos próprios de suas agendas domésticas. Por exemplo, o discurso da secretária de estado Hillary Clinton, em uma passagem relâmpago de menos de 20 horas, decidiu enfrentar o Vaticano e levantou a voz contra a exclusão dos direitos reprodutivos das mulheres no documento final da Rio+20. Revista Veja (2012)

O Vaticano venceu e o texto final da Rio+20 deixou de fora os direitos reprodutivos da mulher. Evo Morales, presidente da Bolívia usou a tribuna para defender a “nacionalização de recursos naturais”, Raúl Castro, de Cuba repetiu o alarmismo do irmão Fidel, em 1992, e o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad amaldiçoou os ‘vilões capitalistas’ em discursos culposos.

Números da RIO+20

O Rio de Janeiro decretou feriado de três dias para a RIO+20. Cerca de 700 compromissos voluntários para o desenvolvimento sustentável foram registrados por governos, empresas, grupos da sociedade civil, universidades e outros.

Segundo o Portal de Notícias da Revista VEJA, de 23 de junho de 2012, o quantitativo de pessoas entre as delegações que vieram ao Riocentro, até o fechamento em 22 de junho foram de 45.381 participantes entre os 188 Estados-Membros e três observadores. Mais de 100 Chefes de Estado e de Governo.

Participaram aproximadamente 12.000 ONGs e cerca de 5.000 pessoas trabalharam no Riocentro diariamente. Foram 1.500 pessoas que se ofereceram para o trabalho voluntário e cerca de 700 jovens de comunidades vulneráveis foram selecionados, 5% dos voluntários eram pessoas com deficiência.

Roraima na RIO+20: participação

As primeiras mobilizações para a participação do Estado de Roraima na RIO+20 aconteceram com a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Roraima¹,

¹ Espaço de discussões envolvendo os segmentos organizados da sociedade roraimense e as instâncias institucionais, que juntos buscarão uma grande síntese quanto ao Modelo de Desenvolvimento Estadual. O resultado destas discussões foi traduzido no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima - PDS/RR – Plano Plurianual 2012 – 2015.

promovido pelo Governo de Roraima por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) intermediado por um grupo de trabalho formado por servidores públicos e autoridades.

A primeira ação para a participação do Estado de Roraima na RIO+20 foi no Fórum de Governadores da Amazônia, dia 6 de abril, em Belém, Pará. Dentre os assuntos tratados estavam à cooperação entre as ações ambientais e econômicas da região amazônica e a construção da agenda comum aos estados da Região Norte do Brasil rumo à Rio +20.

A segunda ação aconteceu entre 17 e 18 de maio de 2012, a partir das 8h, no auditório da Universidade Estadual de Roraima (UERR), O Seminário “Roraima na Rio+20 – Economia Verde e o Combate a Pobreza” com uma série de palestras e debates entre sociedade organizada e autoridades.

Estas exposições podem ser vistas em notícia no sitio do Departamento de Turismo do Estado de Roraima, de maio de 2012:

“[...] foram convidadas mais de 180 instituições entre representantes de associações, técnicos, poder público, organizações não governamentais, organizações indígenas, movimentos sociais, educadores e órgãos ligados ao meio ambiente e a imprensa. O objetivo é desenhar uma agenda sobre propostas para a RIO +20”.

A terceira ação aconteceu nos dias 30, 31 de Maio e 1º de junho de 2012, no Hotel Tropical, em Manaus, Amazonas. Por meio de convite feito pelo Estado de Amazonas durante o Fórum de Governadores da Amazônia aos estados da Região Norte para participarem do “Encontro de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Brasileira para a Rio + 20.

Reuniram-se em Manaus governos e autoridades locais; comunidade científica e tecnológica; mulheres; povos Indígenas e Comunidades tradicionais; organizações não governamentais; jovens; produtores rurais; trabalhadores e organizações industriais e empresariais.

Foram convidados 5 representantes dos nove Grupos Majoritários da Amazônia, totalizando 405 participantes que contribuíram para a construção de um documento que indica-se soluções, propostas e assumisse compromissos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O documento foi intitulado como, “Carta da Amazônia Brasileira para a Rio+20²”.

² O Pacto para o desenvolvimento sustentável da Amazônia é um documento inovador e propositivo, construído por meio do trabalho coletivo entre os governos estaduais e demais grupos majoritários da Amazônia Legal. Nas 73 páginas do documento são encontrados importantes reconhecimentos e compromissos para o desenvolvimento sustentável da região, divididos em dois eixos temáticos, “Bases para a Sustentabilidade” e “Economia da Sustentabilidade e Inovação”. Ao final, são elencadas demandas para o governo federal e demais países.

Uma comitiva institucional composta pelo governador do Estado de Roraima, José de Anchieta, secretários de estado e assessores seguiu para o encontro. Também se mobilizaram alguns estudantes, artesões, servidores públicos e representantes de entidades. O grupo seguiu de ônibus de Boa Vista até Manaus para participar dos debates. Conforme se observa em notícia, no sítio da SEPLAN, do dia 29 de maio de 2012.

Além do executivo, o Governo de Roraima levará uma comitiva com 45 membros da sociedade civil organizada, composta por organizações não-governamentais, associações, técnicos, setor produtivo, poder público, organizações indígenas, movimentos sociais e órgãos ligados ao meio ambiente. A escolha dos participantes foi definida no seminário “Roraima na RIO +20” que aconteceu na Universidade Estadual de Roraima (UERR) entre 17 e 18 de maio. (SEPLAN, 2012)

A Carta da Amazônia passou por debates e polarizações até ter seu formato final aprovado. É o que se observa no texto veiculado no site de notícia Portal Amazônia, de 1 de junho de 2012.

Desde março deste ano, os nove governadores de Estados da Amazônia Legal trabalham para a construção de um documento que englobe as necessidades da região, para apresentar na Conferência Rio+20. [...] Nesta sexta-feira (1), os chefes de Estado concluíram o texto, batizado de ‘Carta da Amazônia’.

Participaram das discussões líderes governamentais, autoridades locais, regionais, federais e sociedade civil. Cerca de 400 participantes ajudaram a indicar soluções, apresentar propostas e assumir compromissos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O Fórum foi aberto no último dia 30 de maio. O documento, que começou a ser debatido após o Fórum de Governadores da Amazônia realizado em Belém, dia 26 de março.

Entre os participantes, estão os grupos majoritários reconhecidos pela ONU, formados por representantes da iniciativa privada, trabalhadores e sindicatos, mulheres, crianças e juventude, agricultores, povos e indígenas e comunidades tradicionais, autoridades locais, Ongs e comunidade científica.

A Carta propõe, entre outras coisas, a criação de um conselho de desenvolvimento sustentável, com a participação dos governos estaduais, municipais e federal, além da sociedade civil, que possa reunir as prioridades da região e buscar mecanismos de implementação.

Para a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, as propostas consideram as questões urbanas como fundamental na política ambiental do país para a região. “A Amazônia não é só floresta. Precisa lidar com a sua população urbana, ter uma estratégia inovadora de gestão nas cidades e também o aspecto relacionado à inovação científica e tecnológica, bem como aos instrumentos de gestão como fundo para questões de emergência”, disse. Amazônia apontou caminhos importantes para o futuro da região. Ela destacou que a Carta trata de questões prioritárias para a região, como a saúde, educação, ciência e tecnologia, e a regulamentação fundiária. “Sem o reconhecimento da titularidade da terra você não

consegue avançar na regularização ambiental, o acesso ao crédito. Esse é um dos grandes entraves realçado aqui”, afirmou. (PORTAL AMAZÔNIA, 2012)

Com a aprovação da Carta da Amazônia e suas intenções perante a RIO+20, iniciou-se os preparativos para a ida de uma comitiva a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Um dos últimos planos de trabalho se deu pela construção de material a ser distribuído durante a RIO+20. Os kits eram compostos por sacola ecológica, pen drive, livro sobre o artesanato em Roraima, mídia DVD, cartilha informativa ‘ecoestado’, guia turístico e garrafas plásticas. O quantitativo aproximou-se de dez mil itens que em sua maioria fora distribuído no evento.

Outro ponto foi à definição da equipe que iria a Rio+20 para trabalhar no evento. Além de secretários de estado, políticos, assessores, o governador e tradutores, seguiram representantes da sociedade civil e grupos sociais, com artesãos e indígenas.

A geografia da RIO+20 envolvia 11 lugares que demandava cada um temas complementares. O principal era o Riocentro, onde aconteciam os debates e exposições dos líderes mundiais.

A participação do Estado de Roraima durante a Conferência Rio+20 foi em um local conjunto com os demais Estados da Amazônia por meio do “Espaço Amazônia Brasileira”, localizado no espaço conhecido como Parque dos Atletas e aberto à visitação do público.

Roraima na RIO+20: ecoestado

Um dos pontos de maior importância na participação do Estado de Roraima foi o lançamento do Projeto Ecoestado, um programa que visa transformar Roraima no primeiro ecoestado do mundo, foi o que afirmou o presidente da Fundação Astropontes, o astronauta brasileiro e idealizador do projeto, Marcos Pontes³. O lançamento oficial do Projeto Ecoestado (“EcoState Project”) aconteceu na segun-

³ Marcos Cesar Pontes (1963) é um tenente-coronel da Força Aérea Brasileira (FAB), atualmente na reserva. Foi o primeiro astronauta brasileiro, sul-americano e o primeiro lusófono a ir ao espaço, na missão batizada “Missão Centenário”, em referência à comemoração dos cem anos do voo de Santos Dumont no avião 14 Bis, realizado em 1906. Em 30 de março de 2006, partiu em direção à Estação Espacial Internacional (ISS) a bordo da nave russa Soyuz TMA-8, com oito experimentos científicos brasileiros para execução em ambiente de microgravidade. Retornou no dia 8 de abril a bordo da nave Soyuz TMA-7. O Brasil investiu cerca de 40 milhões de reais no projeto de envio de um astronauta brasileiro à ISS, aí incluídos o pagamento da viagem e os oito anos de treinamento na NASA. Em julho de 2012, foi eleito um dos “100 maiores brasileiros de todos os tempos” em concurso realizado pelo SBT com a BBC de Londres.

da-feira, 18 de junho de 2012, no auditório do Espaço Amazônia no Parque dos Atletas, na Rio+20. A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), um segmento da Organização das Nações Unidas (ONU), o Governo de Roraima e a Fundação Marcos Pontes levaram técnicos para o encontro.

O embaixador da UNIDO e presidente da Fundação ASTROPONTES, Marcos Pontes e o Diretor da Divisão de Desenvolvimento de Programas e Cooperação Tecnológica da UNIDO, Dmitry Psikunov apresentaram ao público formado por jornalistas, assessores, políticos e representantes de delegações nacionais e estrangeiras, o projeto de criação do ‘primeiro ecoestado do planeta’.

A que se considerar as falas e expectativas de autoridades presentes na RIO+20 sobre o projeto no dia do lançamento, como se lê no sítio Folha de Boa Vista, de 19 de junho de 2012:

O Diretor da UNIDO, Dmitry Psikunov, acompanhou a palestra e explicou ao público a participação da UNIDO no processo de criar o primeiro Ecoestado do mundo em Roraima, “a vantagem das Nações Unidas é que trabalhamos com várias culturas pelo mundo, são modelos colhidos em nossos projetos com várias etnias, crenças e classes sociais, temos experiência em trabalhar com as várias dificuldades que se apresentarem. E a diversidade dos biomas amazônicos existentes em Roraima será o nosso desafio”, explica Dmitry. O secretário de Planejamento de Desenvolvimento, Haroldo Amoras participou da palestra representando o governador de Roraima, José de Anchieta, “a escolha de nossa região foi baseada em critérios próprios da ONU por sermos um estado em pleno desenvolvimento e com um meio ambiente rico e propício para implantação do conceito de sustentabilidade proposto pelas Nações Unidas, com isso o governo de Roraima em parceria com a UNIDO e Fundação Marcos Pontes pretende transformar Roraima em um lugar melhor e inserido nas novas demandas de convivência mundial”, disse. (FOLHA DE BOA VISTA, 2012)

Há que se fazer uma linha de tempo para se entender o projeto ecoestado e sua inserção na RIO+20 e na escolha do estado de Roraima como um “laboratório” para sua implantação. Pode-se entender esse processo em texto extraído em entrevista concedida por Marcos Pontes ao sítio Rio+20, a jornalista PENAFIEL (2012):

[...] Quando fui à Viena em novembro do ano passado, para 14ª Sessão da Conferência Geral da UNIDO, assisti a vários painéis e participei dos debates sobre as eco-cidades. As eco-cidades são um conjunto de casos, onde cada cidade desenvolve uma especialização para o desenvolvimento sustentável. Por exemplo: uma investe na questão de transportes urbanos, outra em energia e outra em reciclagem de resíduos sólidos. Embora eu tenha gostado muito de diversas propostas, senti falta de um local que integrasse todas essas propostas. No final da reunião, levei minha sugestão para o Diretor Geral da UNIDO, que

apoiou minha ideia. Faltava apenas decidir o local ideal para o projeto. Finalmente, ficou-se decidido por Roraima, por quatro principais motivos. Em primeiro lugar, Roraima situa-se na região amazônica, uma região que por si só já atrai a atenção mundial. Em segundo lugar, Roraima possui três ecossistemas diferentes – floresta amazônica, cerrado e serras. Em terceiro lugar, há povos indígenas na região e em quarto lugar porque o Estado encontra-se em um estágio de desenvolvimento propício para um investimento nas áreas de desenvolvimento sustentável.

Assim, o Governo do Estado atuará na infraestrutura do programa, minha fundação (Fundação Astronauta Marcos Pontes) será responsável pela conexão com novos parceiros, como universidades, e a UNIDO pela busca com parceiros internacionais. O projeto integrará várias propostas para promover o desenvolvimento sustentável, na área de transporte público, de tratamento e distribuição de água e reciclagem de resíduos sólidos. O nosso objetivo é criar um lugar que sirva de exemplo de desenvolvimento sustentável para o resto do mundo. Roraima será o primeiro ecoestado, reunindo os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Também concentraremos esforços para a criação de produtos com valor agregado e a geração de empregos. Cada cidade terá investimentos de acordo com sua vocação em termos industriais.

O Programa Eco-Estado conta com o apoio da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), da Sebrae (Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário), do Sesi (Serviço Social da Indústria) e do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional) e também de fundações como a WWF e das Secretarias de Meio Ambiente, do departamento de Energia e de Água. Nós também desejamos que as empresas que produzem tecnologia verde se envolvam nesse projeto.

O primeiro passo na construção do projeto inicia após a escolha da capital Boa Vista para ser uma ecocidade, um modelo de desenvolvimento sustentável para o mundo. Podemos constatar esse início com texto publicado no jornal Folha de Vista, de 1º de março de 2012:

O governador José de Anchieta, o astronauta Marcos Pontes, presidente da Fundação Astronauta Marcos Pontes e Chakib Jenane, responsável pela área de agronegócios da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), assinaram, na tarde desta quinta-feira (1), um termo de cooperação para a implantação do Projeto Ecocidade em Roraima, uma iniciativa da Unido.

O objetivo do projeto é transformar Boa Vista em uma cidade-piloto para o Brasil. Será uma nova concepção de cidade, onde seus habitantes poderão contar com qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, levando-se em conta aspectos diferenciados nos setores de energia, distribuição de água potável, saneamento, mobilidade urbana, meio ambiente, produção, geração de empregos e outros. [...] O astronauta Marcos Pontes disse que a escolha do estado para desenvolver o projeto Ecocidade no País deu-se em razão do convite do governador e por Roraima se localizar na Região Amazônica. [...] O Projeto Ecocidade é uma realidade positiva no mundo. Existe na cidade de Masdar, em Abu Dabi, em Tianjin, na China, em Songdo, na Coreia do Sul e em Plan It Valley, em Portugal. A diferença da iniciativa em Roraima é que ela poderá ser chamada de Ecoestado, vez que a

Cidade de Boa Vista será tomada como base, estendendo os tentáculos de desenvolvimento para as demais cidades do interior.

Após este lançamento teve início algumas visitas oficiais e extra-oficiais de Marcos Pontes para conhecer o Estado de Roraima por meio de comitivas no começo do ano de 2012 visitando localidades e áreas de interesse dentro do estado. Os técnicos da Fundação Marcos Pontes, Governo de Roraima e da UNIDO conheceram outras áreas como os municípios de Rorainópolis, Cantá, Pacaraima, Bonfim, Caracará e Boa Vista. Após prospecções e análises, decidiu-se ampliar o alcance do projeto e lançar como projeto ecoestado, ao invés de ecocidade, com visitas a autoridades em Roraima, em especial ao vice-governador Chico Rodrigues que, segundo texto veiculado no Portal do Governo de Roraima, de 9 de abril de 2013 seria amigo pessoal do astronauta Marcos Pontes.

[...] O governador explicou que a escolha de Roraima ocorreu, sobretudo, pelo estágio de desenvolvimento em que o estado se encontra. “Eles poderiam ter ido para outro lugar, mas escolheram Roraima, em parte pela amizade que temos em conjunto com o vice-governador Chico Rodrigues. Outro ponto importante é que o estado demandará um investimento menor para mudar as estruturas econômicas, em detrimento de outros grandes entes federativos”, ressaltou. (PORTAL DO GOVERNO DE RORAIMA, 2013).

Após este processo o próximo passo foi o lançamento oficial do projeto ecoestado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a RIO+20.

Críticas e considerações ao projeto ecoestado

O projeto foi celebrado por autoridades e parte da população em 2012 e 2013. Outra parcela criticou a iniciativa quanto à falta de informações sobre a operacionalidade do projeto e sua real dimensão e ‘interesses empresariais e ambientais no Estado de Roraima’. O defensor público Jaime Brasil, opina em artigo intitulado “*Da próxima vez, que venha um Extra Terrestre*”, veiculado no jornal Folha de Boa Vista, do dia 10 de março de 2012 quanto a real contribuição para o estado de Roraima pelo projeto e seu idealizador:

Primeiro é preciso abordar o aspecto técnico e ponderar sobre o que realmente é uma ecocidade, quem a financia, quem elabora e executa o projeto e qual o seu objetivo. Observando as declarações do astronauta e o conteúdo das matérias publicadas, não foi possível

entender muito bem do que se trata. O que pude encontrar na internet sobre o tema diz respeito às diversas soluções encontradas em diferentes cidades no mundo para problemas ambientais específicos. A respeito de Boa Vista não obtive maiores informações. (FOLHA DE BOA VISTA, 2012)

Algumas das indagações foram de cunho socioambiental e político e outras pela falta de dados mais concretos do que é o projeto ecoestado e a falta de um detalhamento junto à sociedade. Essas polarizações surgiram devido ao cenário que se encontrava, à época, o estado de Roraima com mazelas e deficiências de desenvolvimento.

Isso se pode apreciar em trecho de artigo opinativo “o esgoto governamental” do defensor público, Jaime Brasil veiculado no jornal Folha de Boa Vista, de 5 de janeiro de 2013.

Do jeito que as coisas estão indo, já tem gente dizendo que estão transformando Roraima em um “estadeco” e não em um Ecoestado.

“Estadeco” porque quase todo o poder por aqui é exercido ao arripio da lei, e quem deveria fiscalizar quando não se mostra acanhado, é omissivo, e às vezes ainda ratifica os desgovernos. Todo dia temos todo tipo de denúncia, e ninguém é eficazmente responsabilizado ou impedido de agir erroneamente, seja com dolo ou com culpa. O absurdo já se tornou a regra, a corrupção um estilo de ganhar a vida, os honestos são ridicularizados e chamados de tolos.

Gostaria de propor aos nossos administradores que gostam de aparecer na mídia com propostas mirabolantes e fantasiosas, que convidassem o astronauta brasileiro para ir ver o esgoto caindo no Rio Branco, ou mesmo no Cauamé, e não estou falando de esgoto doméstico clandestino não, é esgoto institucional, governamental. Aproveitem e o convidem para ver as plantações de acácia mangium que ameaçam o ecossistema do Lavrado e expliquem para ele qual a destinação e serventia daquela, e, se conseguirem, contem para nós também. Que tal mostrar para o astronauta brasileiro as mais recentes alterações nas normas ambientais estaduais sancionadas pelo governo do Estado, onde as Áreas de Proteção Permanente foram reduzidas e colocadas em grave situação de risco, sem falar nas exceções em que dispositivos legais beneficiam setores específicos do agronegócio de monocultura extensiva. Mostrem também para ele os possíveis impactos nos ecossistemas de Roraima se a usina de etanol que a FEMARH teima em licenciar for efetivada, sem esquecer a derradeira e destruidora ameaça: a hidrelétrica de Bem-Querer. Será que o astronauta sabe em que mundo ele está metido? (FOLHA DE BOA VISTA, 2013)

Outro artigo de tom crítico, intitulado “Da lua para nossa goela” especula sobre as reais intenções do projeto ecoestado onde o autor, o jornalista e articulista do jornal Folha de Boa Vista, Jessé Souza, lança questionamentos sobre as reais intenções de seus idealizadores:

[...] a ideia é boa e todos até torcem para que seja verdade. Mas o astronauta está agindo da mesma forma como agem os políticos espertalhões, vendendo um projeto para sustentar sua fundação e arrecadar fundos que certamente não serão fiscalizados. É por isso mesmo que tudo isso cheira a engodo, principalmente pela forma como foi lançado aqui, às pressas, sem detalhes e no gabinete do governador, para logo em seguida ser apresentado na Rio+20, que é a vitrine ambiental para o mundo.

As pessoas que aqui chegam continuam acreditando na imobilidade da sociedade roraimense e na crença de que por aqui tudo pode ser empurrado de goela abaixo, bastando para isso que se apresente algo que irá nos salvar e nos tirar desse buraco cavado pelos maus políticos. Achem que podem chegar da lua e nos vender seus mais geniais projetos, como se fôssemos seres incapazes de questionar e contestar. Ele não é um deus astronauta. FOLHA DE BOA VISTA, 2012)

Documentário: UNTV: 21st Century - Brazilian Astronaut Pontes teams with UNIDO to create the first-ever Eco-State

Entre 6 a 11 de abril de 2013, uma equipe de produção de documentários do Departamento de Informações Públicas da Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com uma equipe auxiliar do Governo de Roraima e o astronauta Marcos Pontes estiveram em localidades de Roraima para as gravações de um documentário a ser exibido no Fórum Mundial de Energia, realizado em Viena, Áustria no mês de maio e numa série de programas com o nome “ONU em Ação” e “Século 21”, a serem exibidos em redes como BBC e Discovery. Ambos eram parte dos esforços de divulgação do projeto ecoestado pelo planeta.

Ate o 1º semestre de 2013 estas eram as ações promovidas pelo projeto ecoestado. Era esperado para o 2º semestre a aprovação por parte da UNIDO da continuação do projeto no estado de Roraima em conjunto com algumas cidades da África. Pela parte do governo do estado aguardou-se os processos burocráticos para a instalação da representação da Fundação AstroPontes em Roraima. O que restou de concreto foi apenas o próprio documentário, que está acessível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=Ga6gyizH8gk>.

Considerações finais

Este trabalho buscou analisar os aspectos que formam o conceito de sustentabilidade e as demandas da agenda ambiental no mundo. Para com isso convergir nos principais encontros sobre sustentabilidade já ocorridos no planeta, a exemplo da Rio-92 e da Rio+20. Este processo foi feito por meio de exposição dos modelos

economicos vigentes na década de 1930 até as demandas ocasionadas nas conferências que sucederam a RIO+20.

Foi traçado uma narrativa histórica da participação do estado de Roraima na Rio+20. A linha do tempo foi construída para buscar as primeiras manifestações da agenda ambiental mundial passando por suas problemáticas até o lançamento do projeto ecoestado, durante a conferência.

Primeiramente não havia e, até a conclusão deste trabalho informações concisas sobre do que se tratava a participação do Estado de Roraima na Rio+20 e, principalmente como ocorreu este processo. Todavia estas preocupações se davam mais por setores da sociedade temerosos por teorias conspiratórias e de ordem geopolítica do que em mostrar por meio de dados quais, o que neste estudo não foi possível verificar empiricamente tais exposições invasivas.

Foi mostrado por meio de entrevistas aos principais veículos de comunicação local e alguns nacionais as diretrizes e anseios deste discutir o ambientalismo no mundo.

Outro ponto foi à apuração destas informações para elaboração deste trabalho, vista a cultura de não dar importância para aquilo que seja de comum acordo com uma política de região, ou seja, de cunho macro.

Conclui-se que o projeto não foi finalizado devido um não fechamento de acordos entre a Fundação AstroPontes e o próprio Governo de Roraima.

Referências bibliográficas

APOEMA. Educação ambiental. “**Declaração sobre o Meio Ambiente**”. 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/o93ic>>. Acesso em: 14 de junho 2013.

CONTINHO, Clárisse. PET-Economia. Universidade Federal Fluminense. **A Evolução do Movimento Ambientalista no mundo**. 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/TIjY>>. Acesso em: 13 de junho 2013.

CÚPULA DOS POVOS. **O que é**. Disponível em: <<http://goo.gl/5EkCo>>. Acesso em: 10 de junho 2013.

DETUR. Notícias. **Roraima na RIO +20**: sociedade organizada debate propostas para Conferência das Nações Unidas. Disponível em: <<http://goo.gl/Oe6Xp>>. Acesso em 14 de junho 2013.

FOLHA DE BOA VISTA. “**Roraima será o primeiro Eco estado do Planeta e terá aval da ONU**”, diz Marcos Pontes. Disponível em: <<http://goo.gl/G01HJ>>. Acesso em: 7 de junho 2013.

_____. Notícia. **Boa Vista será a primeira Ecocidade do País**. Disponível em: <<http://goo.gl/Mdk5H>>. Acesso em: 19 de junho 2013.

_____. Editorial. **O esgoto governamental**. Disponível em: <<http://goo.gl/CkT-gr>>. Acesso em: 23 de junho 2013.

_____. Editorial. **Da lua para nossa goela**. Disponível em: <<http://goo.gl/4W1j3>>. Acesso em: 23 de junho 2013.

_____. Notícia. **Boa Vista será a primeira ecocidade do País**. Disponível em: <<http://goo.gl/VvfMM>>. Acesso em: 23 de junho 2013.

_____. Notícia. **RIO+20: Astronauta Marcos Pontes ministrará palestra sobre implantação do eco estado em Roraima**. Disponível em: <<http://goo.gl/rBLTc>>. Acesso em: 21 de junho 2013.

GOVERNO DO AMAZONAS. Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Encontro de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Brasileira para a RIO + 20**. Disponível em: <<http://goo.gl/3rOqz>>. Acesso em: 16 de junho 2013.

GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. SCIELO. Cad. EBAPE.BR vol.10 no.3. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. 2012. 3p. **Artigo Científico SCIELO**. Disponível em: <<http://goo.gl/WJYdf>>. Acesso em: 13 de junho 2013.

JORNAL DO BRASIL. Ciência e Tecnologia – Ambiental. **Rio+20 chega ao fim recheada de elogios e críticas**. Disponível em: <<http://goo.gl/WqlCx>>. Acesso em: 23 de junho 2013.

JORNAL A CRITICA. **Rio+20: Governo do Amazonas apresenta Carta da Amazônia em Fórum de Secretários**. Disponível em: <<http://goo.gl/hb0TU>>. Acesso em: 11 de junho 2013.

LOMBARDI, Matheus e STYCER, Maurício. UOL, Notícias. Meio Ambiente. **Rio+20 é ignorada nos EUA e criticada por imprensa internacional**. Disponível em: <<http://goo.gl/tTCmB>>. Acesso em: 24 de maio de 2013.

MORAES, Antônio Carlos de; BARONE, Radamés. **Revistas Eletrônicas da PUC-SP**. Pesquisa & Debate. O Desenvolvimento Sustentável e as Novas Articulações Econômica, Ambiental e Social. 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/fCq1>>. Acesso em: 14 de junho 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas e Comitê Nacional Organizador do Brasil para a Rio+20. **RIO+20 em números**. Disponível em: <<http://goo.gl/w8ILK>>. Acesso em: 14 de junho 2013.

_____. Organização das Nações Unidas e Comitê Nacional Organizador do Brasil para a Rio+20. **Informações Preliminares aos Participantes**. Disponível em: <<http://goo.gl/QguO7>>. Acesso em: 14 de junho 2013.

PENAFIEL, Julia. Rio+20 & Você. **Entrevista**. 2012. Marcos Pontes, primeiro astronauta brasileiro e Embaixador da UNIDO. Disponível em: <<http://goo.gl/8Epou>>. Acesso em: 19 de junho 2013.

PORTAL GOVERNO DE RORAIMA. **Governador e vice-prefeito expõem projeto Eco-Estado para classe produtiva de Roraima**. Disponível em: <<http://goo.gl/9anrM>>. Acesso em: 23 de junho 2013.

PORTAL AMAZÔNIA. Atualidades. **Fórum de Governadores conclui Carta da Amazônia**. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/0zyXT>>. Acesso em: 16 de junho 2013.

_____. Atualidades. **Governadores da Amazônia reúnem em Belém para discutir metas para a região**. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/RA1Yq>>. Acesso em: 16 de junho 2013.

RIO+20. **Portal do Governo Federal. Sobre a Rio+20**. Disponível em: <<http://goo.gl/rQAsV>>. Acesso em: 3 de junho 2013.

SENADO FEDERAL. Em discussão. **“Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países”**. Disponível em: <<http://goo.gl/r5XOi>>. Acesso em: 13 de junho 2013.

SEPLAN. Notícias. 2012. **RIO+20: governo leva sociedade organizada ao Encontro de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Disponível em: <<http://goo.gl/29ITP>>. Acesso em: 17 de junho 2013.

VEJA, Revista. Meio Ambiente. **O Melhor e o pior da RIO+20**. Disponível em: <<http://goo.gl/yseFM>>. Acesso em: 5 de maio de 2013.

Grupos de Trabalho n° 5 & 8

*Migrações históricas internacionais para a Amazônia
&
Geografia da População:
migrações internacionais no século XXI*

ARTIGO

MIGRAÇÃO NA FRONTEIRA: A REALIDADE DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS NO ESTADO DE RORAIMA

Introdução

O presente artigo surgiu da necessidade de apresentar o movimento migratório na Amazônia, mas precisamente no estado de Roraima, onde o movimento migratório provocado pela crise no país vizinho pode vir ocasionar uma transformação física e cultural resultando na formação de novos bairros e possíveis favelas.

Para compreendermos melhor essa migração devemos abranger de antemão os ciclos econômicos nos quais esta região encontrou-se inserida, adotamos como referência três momentos: a exploração das drogas do sertão, o período de extração da borracha e os grandes projetos.

De acordo com Castiglioni (2009), a mobilidade transfronteiriça provoca modificações na distribuição, na dinâmica e na composição da população, interferindo na vida econômica, política e social de partida e de chegada dos migrantes (p. 39)”. Deste modo, as ocupações territoriais de populações nas linhas de fronteiras revelam com nitidez uma população de trabalhadores migrantes que se dirigem para frentes de trabalhos informais. Em sua maioria, os movimentos migratórios respondem às necessidades de demanda por mão de obra barata e sem qualificação nas áreas de construção civil, serviços domésticos, feiras ou como ambulantes, entre outros. Em muitas realidades, cabem aos migrantes os chamados trabalhos perigosos, difíceis, dos quais se submetem a tal condição, muitas vezes por estarem em situação de ilegalidade no país.

Este artigo tem como o objetivo combinar uma explicação teórica com algumas considerações empíricas retratando as nuances dos fluxos migratórios Venezuela/Brasil ocorridos entre os anos de 2014 a 2016 pontuando as principais características e consequências de cada período.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: geane_rs_monteiro@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: keliane-pereira@hotmail.com

*** Professora Dep. Geografia LAGETAM/UFRR. E-mail: altiva.barbosa@ufrr.br

Principais fluxos migratórios para a Amazônia a partir dos ciclos econômicos

Ao longo dos anos os processos migratórios na Amazônia sempre estiveram associados às condições de trabalhos e exploração de mão de obra, mediante tal informação destacaremos os principais ciclos que ocasionaram a explosão migratória na região Norte.

DROGAS DO SERTÃO - tiveram fundamental importância para a ocupação da região norte do Brasil. a exploração da região amazônica acabou surgindo como uma solução para o papel econômico anteriormente desempenhado pelas especiarias indianas. Afinal, esse espaço do território colonial acabou se mostrando rico em frutas, sementes, raízes e outras plantas que tinham finalidades medicinais e culinárias. Cacao, cravo, guaraná, urucum, poaia e baunilha foram alguns dos produtos que ficaram conhecidos como as tais “drogas do sertão”.

De acordo com Gonçalves (2001):

“Tem início o (des)envolvimento da Amazônia e uma valorização seletiva de seus recursos naturais, tendo em vista as injunções no mercado europeu e, aqui em particular, as injunções estritamente políticas dos conflitos entre as diferentes potências coloniais para afirmar a dominação territorial da região.”(p. 81)

A extração das drogas do sertão era feita pelas missões jesuítas que se localizavam no interior do território e aproveitavam da mão de obra indígena disponível, os índios fugiam para os lugares mais altos do rio onde podiam continuar a ser livre (GONÇALVES, 2001), esse fato mostra alguns exemplos do trato que os missionários deram a força de trabalho indígena, marca a exploração desta mão de obra.

Paralelamente, os bandeirantes, em suas incursões pelo interior, também realizavam essa mesma atividade com o objetivo de vender esses produtos na região litorânea. De modo geral, a extração das drogas do sertão atendia demandas provenientes tanto do mercado interno como do mercado externo.

Sendo assim, alguns pesquisadores destacam o ciclo de exploração da borracha como primeiro ciclo migratório para a Amazônia, pois durante as explorações das drogas do sertão apenas poucos missionários jesuítas estabeleceram no território amazônico.

CICLO DA BORRACHA – a produção e a exportação constitui o grande momento da migração para a região amazônica. A mão-de-obra utilizada para a extração do látex nos seringais era feita com a contratação de trabalhadores vindos, principalmente, da região nordeste. Os seringueiros adotavam técnicas de extração indí-

genas para retirar uma seiva transformada em uma goma utilizada na fabricação de borracha. Não constituindo em uma modalidade de trabalho livre, esses seringueiros estavam submetidos ao poder de um “aviador”. O aviador contratava os serviços dos seringueiros em troca de dinheiro ou produtos de subsistência.

Gonçalves (2001), assegura que:

“Em torno da borracha se deu indiscutivelmente o mais importante fluxo de povoamento para a Amazônia. [...] nordestinos, sobretudo dos sertões do Ceará e do Rio Grande do Norte tradicionalmente produtores de gado e algodão, foram agenciados para se dirigirem para aquelas regiões. (p. 86) ”.

OS GRANDES PROJETOS – ocorreu entre os anos 60 e 70, era um projeto voltado para a exploração de recursos minerais, agropecuários e madeireiros, este empreendimentos implicou na construção de grandes equipamentos de infraestrutura na Região Norte, dentre os quais destacam-se: Zona Franca de Manaus; Extração da bauxita; Usina hidrelétrica de Balbina, SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), BASA (Banco da Amazônia) a partir desses projetos o Estado tomou a iniciativa de novo ordenamento, projeto de modernização da sociedade e território, a ocupação da Amazônia se tornou prioridade (BECKER, 2001).

Valverde, (1989, p. 06-07) afirma que a partir da implantação destes projetos surgiu à necessidade de dois tipos de mão de obra:

“a mão de obra bruta, não especializada, e a mão de obra técnica. No que diz respeito a primeira, que requer contingentes vultuosos [...], a mão de obra especializada (engenheiros, geólogos, químicos), permanecem escassa”

Pode-se dizer que o fluxo migratório para a Amazônia se tornou expressivo em decorrência da atuação do Estado quanto das transformações ocorridas nas últimas décadas.

Metodologia

Essa pesquisa foi realizada através de leituras em várias fontes como livros, revistas, jornais e outras fontes consultadas a respeito do tema, observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas na área de estudo, além do levantamento de dados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e registros fotográficos. Trata-se de um estudo de caso, tendo como referência as migrações transfronteiriças, oriundos de outros Estados (Brasil, Venezuela).

O estudo foi realizado por etapas: motivos de saída do lugar de origem, assim como, o porquê da escolha de Boa Vista, qual o primeiro emprego na capital, e se o emprego foi formal ou informal e qual ocupação atual, seus desafios e perspectivas com relação ao lugar. Partimos assim, de duas questões, tendo como base: o lugar de origem, o motivo da migração e a atual ocupação se formal ou informal. A organização e análise dos dados obtidos foram suficientes para desenvolver a pesquisa a partir de um conhecimento adquirido com base nos materiais encontrado.

Resultados e discussões

A pesquisa está em fase de desenvolvimento, com o estudo da bibliografia básica, campo entre outros, o que nos permitiu levantar as questões que expomos abaixo e que constituem parte integrante dos resultados desta pesquisa.

Nos últimos anos tem-se verificado um deslocamento populacional intenso nas áreas transfronteiriças, a exemplo a Tríplice Fronteira (Brasil, Venezuela, Guiana), esses fluxos migratórios no decorrer do ano de 2014 estabeleciam uma relação distinta com o comércio e trabalho na cidade de Boa Vista/RR, onde o principal motivo da maioria das migrações com destino final a cidade de Boa Vista estava relacionado ao setor econômico, ou seja, uma relação direta com o comércio.

De acordo com Becker (1998, p. 48):

“Daí a necessidade de um conceito novo e abrangente: a mobilidade da força de trabalho entendida como processo especializado de fracionamento social, que transforma o camponês em trabalhador assalariado rural e/ ou urbano e, além disso, participa da formação das camadas intermediárias que complementam a configuração capitalista”.

Assim, os imigrantes desenvolvem trabalhos que não exigiam mão de obra qualificada, esse período caracterizava-se pela temporalidade, ou seja, em busca do mercado consumidor os venezuelanos traziam mercadorias diversas para vender em feiras ou como camelôs em praças e pontos turísticos. Esse período ocorria durante finais de semana, desta maneira Rodrigues (2008) identifica um número significativo de imigrantes atuando no mercado informal, normalmente trabalhando na comercialização de produtos artesanais, CDs e DVDs, produtos de higiene e todos os mais diversos produtos, como se observa na figura 1, onde há a comercialização de produtos de origem venezuelana vendidos pelos próprios venezuelanos.

Figura 1: Comercialização de produtos oriundos da Venezuela em feiras



Fonte: Monteiro, 2014.

Atualmente, os imigrantes venezuelanos ocupam uma nova posição no mercado de trabalho devido o país viver uma situação de caos em relação ao sistema político, econômico e social. Muitos estão em situação irregular, vivem numa condição de extrema vulnerabilidade sujeitos a variados tipos de abuso por medo de serem descobertos e expulsos eles sequer utilizam serviços como saúde, educação, lazer. Porém, há aqueles que já estão em situação legal no país atuando nas frentes de trabalhos como construção civil, supermercados, entre outros.

Figura 2: Índias venezuelanas pedindo dinheiro no semáforo



Fonte: Jesus, 2016.

Diante deste contexto Vale (2006) considera o processo migratório dissociado da concepção demográfica ou transitória de pessoas, e sim dependente também dos fenômenos de mercado da acumulação capitalista e do trabalho. Tal afirmação nos leva a constatar que o fluxo migratório tem um caráter tanto econômico quanto social.

Considerações finais

Atualmente, é marcante a presença de venezuelanos e vivendo na capital de Boa Vista. Desse modo, os fatores ressaltados aqui comprovam a corrente migratória estabelecida na tríplice fronteira (Brasil, Venezuela e Guiana), entender o processo migratório alerta para os aspectos característicos que se associam e explicam os fatores diversos que provocam a migração, ainda que as fronteiras tenham se tornado mais abertas para a circulação do capital financeiro ou para os fluxos de mercadorias.

Observa-se, portanto, que os processos migratórios de pessoas e de mercadorias na fronteira relatam as mudanças no mercado informal. Este processo de alteração na estrutura comercial revelou um aumento substancial de venezuelanos e guianenses comercializando produtos do seu país. Sendo assim, essa nova configuração do comércio informal acabam por construir territorialidades cujas atividades econômicas podem influenciar socioeconomicamente a população boa-vistense principalmente os que vivem do comércio nestas feiras.

Referências bibliográficas

BECKER, Bertha Koiffmann. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. **PARCERIAS ESTRATÉGICAS** – NÚMERO 12 – SETEMBRO 2001.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. São Paulo. 6ª edição. Ed. Ática. 1998

CASTIGLIONI, Aurélia. Migração: Abordagens Teóricas. In: ARAGÓN, Luís E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFGPA, 2009. p. 39-55.

COSTA, Pe. Gelmino. Migração na Amazônia. In. OLIVEIRA, José Aldemir de, GUIDOTTI, Pe. Humberto (Org.). **A Igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: ed. Universidade do Amazonas, 2000

GONÇALVES, Carlos Walter Porto.; **Amazônia, Amazônias**. São Paulo, ed. Contexto. 2001.

OLIVEIRA, José Aldemir de; **Cidades na selva**. Manaus: ed. Valer, 2000.

OLIVEIRA, Wesley Pereira; TRINDADE, José Raimundo; MACHADO, Nathalia Menezes. Borracha, nordestino e floresta: a economia e sociedade amazônica nos dois ciclos gomíferos. In: **Centro de Pesquisas Econômicas na Amazônia** (CEPEC/UFGA). Periódico mensal – v.1 – n° 1 – 2012.

VALE, Ana Lia Farias. **Imigração de nordestinos para Roraima**. Estudos avançados. vol. 20 n°. 57 São Paulo Maio/Agosto 2006.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás**: Planejamento da destruição – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana dos Santos; HOST, Carla Regina; Cruzando Fronteiras. Famílias Migrantes Na Tríplice Fronteira Brasil – Venezuela – Guiana. REMHU – **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Ano XVI - Número 31 – 2008

ARTIGO

O ESTADO DE RORAIMA COMO PORTA DE ENTRADA PARA A IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

Introdução

O fenômeno da migração internacional apresenta grande importância no cenário mundial, uma vez que ocasiona impactos significativos nos países de origem, de destino e de trânsito. O atual modelo de desenvolvimento, impactado pelos efeitos da globalização, fez com que houvesse uma crescente mudança nos padrões migratórios internacionais, afetando os deslocamentos populacionais em diferentes níveis (ARAGÓN, 2011; MARTINE, 2005). A globalização fomentou a criação de um mundo sem fronteiras, no qual as pessoas têm a oportunidade de se deslocarem com maior facilidade e de acordo com a sua necessidade. O modelo consumista, onde tudo está conectado, apresenta perspectivas de uma vida melhor em locais onde as condições de trabalho são mais favoráveis. No entanto, Martine (2005, p. 03) destaca que “*a globalização é parcial e inacabada, e isso afeta as migrações de várias maneiras*”. Isso porque a dinâmica do sistema é totalmente forçada, regrada e gerenciada de acordo com o liberalismo. Com isso, a desigualdade acontece e os países se desenvolvem de acordo com suas limitações, aumentando o desejo de migrações para países mais desenvolvidos.

No contexto das migrações internacionais no Brasil é possível se distinguir dois momentos distintos, um que vai até a segunda metade do século XX, significativamente marcado pela entrada de migrantes internacionais no país, principalmente provenientes de alguns países da Europa, como Portugal, Itália e Alemanha, além do Japão. A partir de 1950, especialmente na década de 1980, o país vive um novo momento, no qual a emigração internacional se intensifica, tendo como principal destino países desenvolvidos, como os Estados Unidos e Portugal. Atualmente o país vive um importante período econômico, com a realização de alguns eventos de relevância internacional. Tais fatores, somado à crise que afeta os países desenvolvidos, como aqueles da zona do Euro, têm tornado o Brasil atrativo para uma quanti-

* PUC Minas. Discente do curso de Especialização Geoprocessamento. E-mail: ninatolentino@ig.com.br

** UFRR. Docente do Instituto de Geociências. E-mail: lacerda801@gmail.com

dade significativa de imigrantes em busca de oportunidades de trabalho. Não se deve perder de vista, ainda, o crescente contingente de haitianos que após o terremoto de 2010 têm adentrado o território nacional.

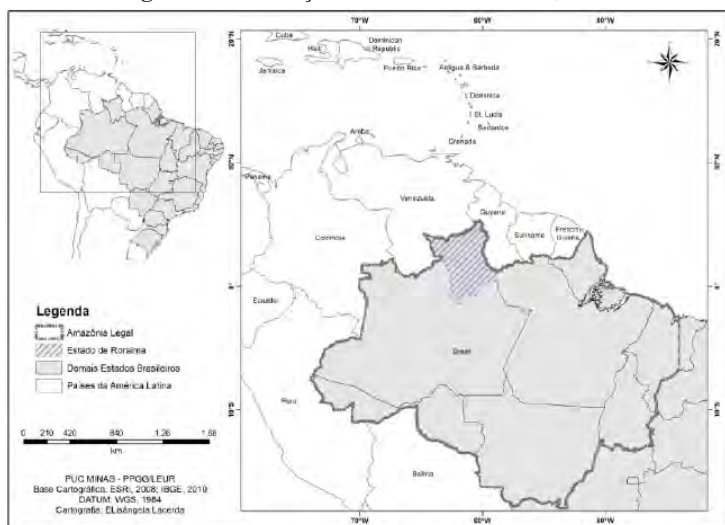
Nas áreas de fronteira a dinâmica migratória apresenta nuances distintas das demais áreas do país, uma vez que o controle por parte dos órgãos oficiais é mais rarefeita, o que possibilita a entrada, ou mesmo o trânsito de migrantes, principalmente daqueles que residem nos países vizinhos. Dessa forma, a América Latina reproduz as tendências das migrações internacionais, assim, existem deslocamentos significativos com origem e destino dentro da própria América Latina, dentre estes se destacam os fluxos existentes entre os países fronteiriços.

O estado de Roraima é um dos exemplos deste fenômeno, o mesmo está inserido em uma área de tríplice fronteira, entre Brasil, Venezuela e Guiana, conforme ilustra a figura 1, além de fazer parte do bioma Amazônia e da região denominada Amazônia Legal brasileira. Roraima, devido a sua distância e dificuldade de acesso, durante muito tempo foi pouco atrativa para os migrantes. Contudo, a aplicação de uma série de ações governamentais, além da construção da BR-174, que liga Boa Vista, capital do estado de Roraima, a Manaus (capital do estado do Amazonas) e à Venezuela, tiraram o estado do ostracismo. Os impactos da migração interna no estado já foram alvos de estudo (VALE, 2006; DINIZ e SANTOS, 2006 e SOUZA, 2009), uma vez que mais de 50% de sua população é constituída por migrantes. Todavia, pouco se conhece dos impactos e dimensões da migração internacional em Roraima.

Tendo em vista a carência de estudos e a posição geográfica de destaque ocupada pelo estado na fronteira setentrional do Brasil, o presente estudo tem como objetivo realizar um levantamento exploratório acerca da migração internacional em Roraima. De modo que seja possível se identificar os principais fluxos e quantificá-los, além de se levantar algumas características dos imigrantes, como nível de instrução e principais ocupações que exercem. Pretende-se, ainda, verificar se Roraima tem funcionado como porta de entrada e redistribuição de imigrantes internacional para os demais estados da federação.

Com vistas a se atingir o objetivo a que se propõe, o trabalho em voga utilizou os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010. Conforme destaca Aragón (2011), a qualidade dos dados censitários para a região amazônica é deficitária e os mesmos são capazes de oferecer apenas “indícios”, “pistas”, “*insights*”, para estudos que de alguma forma devem aprofundar melhor a temática, contudo, estes são relevantes para o levantamento de aspectos específicos sobre o fenômeno da migração.

Figura 1: Localização do Estado de Roraima, Brasil



Fonte: Elaborado pelas autoras

O texto apresenta-se organizado em três partes, sendo a primeira dedicada a um retrospecto acerca das migrações no estado de Roraima, além de reflexões, com base em referências sobre o assunto, acerca dos processos e impactos da migração. A segunda parte é dedicada à apresentação e análise dos resultados encontrados. Na derradeira parte do artigo são tecidas algumas considerações com base nos resultados encontrados e nas perspectivas para estudos futuros.

Roraima e seu contexto migratório

No contexto das migrações internas no Brasil, Roraima foi um dos estados menos atrativos, em função do seu isolamento. Sua ocupação era rarefeita e mal distribuída, gerando baixíssimas densidades demográficas até a década de 1940. Seu fraco desenvolvimento econômico tinha como base a atividade pecuária e a mineração. Do ponto de vista fundiário, as áreas indígenas, oficiais ou não, predominavam, assim como as terras devolutas (pertencentes ao Estado) e o latifúndio pecuarista (SOUZA, 2008).

Santos (2008) afirma que ao se tornar território federal tem-se início as primeiras medidas cujo objetivo é expandir o povoamento da região. Seguindo os padrões

aplicados no restante da Amazônia, buscava-se uma colonização pautada em pequenos proprietários, cuja produção deveria ser direcionada a gêneros alimentícios. Apesar dessa iniciativa, a região permaneceu no isolamento, de modo que Roraima continuou sendo pouco atrativa para os migrantes.

Uma grande vontade política para que a região fosse povoada passou a existir em função da criação dos cargos eletivos. Desse modo, chegou-se a conclusão que o estímulo à migração, por meio de uma maior oferta de terras, além do incentivo a atividade mineradora, aproveitando pressões fundiárias em outros estados do país, seria uma solução adequada e de baixo custo. Essas medidas atraíram considerável contingente de imigrantes.

O permanente fluxo de imigrantes a adentrar o estado fez de Roraima o estado com o maior percentual de imigrantes, aproximadamente 47% das pessoas nasceram em outras áreas do país. Esse percentual só não é maior que o de Brasília, onde mais da metade da população residente é constituída por imigrantes. Várias administrações buscaram alocar a população migrante em colônias agrícolas e na periferia de Boa Vista. Esse modelo desenvolvimentista serviu apenas para criar um crescimento desordenado tanto na área urbana quanto no meio rural de Roraima (BARBOSA, 2003).

A partir do momento que as frentes pioneiras de expansão, como os estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia, passam a se esgotar, começa a haver um redirecionamento das mesmas. Nesse contexto, Roraima passa a ser a unidade da federação mais atrativa, pois o estado ainda apresenta baixa densidade demográfica, associada a relevante vontade política para atender aos migrantes que chegam à procura de terra (BARBOSA, 2003).

Após compreender a dinâmica das migrações internas com destino a Roraima, faz-se necessário expor os fatores que influenciam as migrações internacionais no estado. Provavelmente, o principal aspecto a ser considerado é a sua posição geográfica, em uma área fronteira entre três países: Brasil, Venezuela e Guiana. Conforme destaca Rodrigues (2006), as zonas fronteiriças são espaços importantes para o intercâmbio e troca cultural e por natureza influenciam de maneira significativa nos fluxos de migração internacional.

A proximidade geográfica facilita os deslocamentos e possibilita o trânsito de pessoas com maior facilidade. A emigração nas áreas de fronteira manifesta-se como sendo uma oportunidade real e possível de ascensão social e econômica. No caso específico de Roraima, não se deve perder de vista o fato de que se trata de uma área distante dos principais centros urbanos brasileiros, o que reduz em grande medida

o controle exercido pelos órgãos governamentais, facilitando assim as entradas irregulares.

A atratividade de Roraima para os migrantes internacionais, especialmente aqueles provenientes dos países localizados na fronteira são os mesmos que atraíram milhares de migrantes internos para o estado: a expansão da fronteira agrícola, com uma expressiva facilidade do acesso a terra e o crescimento da frente garimpeira, devido à descoberta de diamante e ouro na região e consequente abertura de uma série de garimpos, a maioria irregular. Outro fator importante é a disponibilidade de serviços, como educação e saúde, que levam os indivíduos a migrarem para ter acesso a serviços de melhor qualidade (RODRIGUES, 2006).

Ao analisarmos as tendências das migrações internacionais no Brasil, nota-se que no final do século XIX e início do século XX o país era um dos principais destinos de imigrantes internacionais, por apresentar promessa de grande desenvolvimento. Segundo Levy (1974), mais de 5 milhões de imigrantes entraram no país entre 1872 e 1972. O maior registro da história do país, realizado pelo censo em 1920, no qual 1.565.961 estrangeiros foram contabilizados, representando 5,11% da população total. Contudo, esse número foi diminuindo, os dados de 2010 demonstram que o balanço entre entradas e saídas do país permanece praticamente estável (PATARRA; BAENINGER, 2006).

Nos anos 1950 até o início de 1980, o Brasil apresentava uma “população fechada”, segundo os especialistas (ARAGÓN, 2011: 72), pois seu crescimento era computado somente da relação de nascimentos e mortes. Já nos anos 1980, o país passou a sofrer uma grande perda na sua população via migrações internacionais para outros países, com destaque para os movimentos em direção aos Estados Unidos (CARVALHO; CAMPOS, 2006).

Como ressalta Silva (2011) não é tarefa fácil quantificar o número de imigrantes na Amazônia, em função da falta ou baixa qualidade dos dados oficiais, como os dados dos censos e os dados da Polícia Federal. Apesar de o governo brasileiro conceder anistias e dos acordos bilaterais no contexto do Mercosul, “*a imigração regular na região tem se pautado por seu caráter seletivo, tanto em termos educacionais, quanto em termos ocupacionais*” (SILVA, 2011: 158 *apud* PATARRA; BAENINGER, 2006).

Atualmente fazem parte da Amazônia Legal brasileira os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Roraima, Amapá, Tocantins e Maranhão, área que corresponde a 59% do território nacional. Dados do censo de 2000 apontavam que a Amazônia Legal brasileira albergava 21 milhões de pessoas (14% do país), sendo 29.741 estrangeiros, originários principalmente da Bolívia, Peru, Japão, Portugal e

Paraguai. Tais origens de nascimento estão relacionadas com correntes migratórias antigas de japoneses, portugueses e italianos. (ARAGÓN, 2009).

Do ponto de vista legal o Estatuto do Estrangeiro, criado em 1980, prioriza a imigração qualificada para o Brasil, dessa forma a imigração irregular e de baixa qualificação é regida por outros fatores, de acordo com a própria demanda dos lugares e das pessoas envolvidas. A migração internacional é foco de matérias na mídia do mundo inteiro, todavia existem poucos estudos com foco na imigração internacional com destino a Amazônia (ARAGÓN, 2011, p. 73).

Metodologia

Para fins deste estudo foram trabalhados os dados disponíveis nos microdados do Censo Demográfico de 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os microdados são referentes ao questionário da amostra (aplicado em 20% dos entrevistados) durante a realização do Censo, que ocorre de 10 em 10 anos. Durante o Censo é aplicado um questionário a cerca de questões referentes a várias dimensões, dentre elas a migração internacional.

Os dados de interesse selecionados para alcançar os objetivos propostos pelo estudo foram:

I- Nacionalidade: no banco de dados organizado no software estatístico SPSS® foram selecionados todos os indivíduos que se declararam estrangeiros.

II- País de nascimento: com o intuito de se verificar quais são os principais fluxos internacionais com destino a Roraima, levantaram-se os principais países de nascimento dos imigrantes.

III- Sexo, Nível de Instrução; Principais Ocupações: as variáveis citadas foram analisadas com o intuito de qualificar os migrantes internacionais que residiam em Roraima no ano de 2010.

IV- Estado de residência anterior e residência em 31 de julho de 2005: tais variáveis foram levantadas para todos os demais estados brasileiros

cujas respostas para as perguntas em questão foram o estado de Roraima. Isso foi feito com a finalidade de averiguar para onde os estrangeiros que residiam em Roraima estão se deslocando dentro do Brasil. Pois partimos da hipótese de que Roraima funciona apenas como porta de entrada da migração internacional no país.

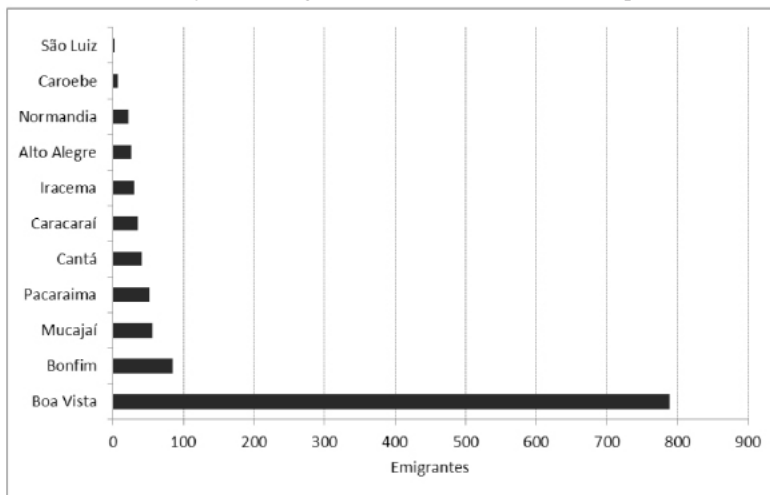
Os dados levantados foram organizados na forma de tabelas, gráficos e mapas de fluxo. Os mapas foram construídos no software de geoprocessamento ArcGis®.

Resultados e discussões

Os resultados apontam que no ano de 2010 1.149 migrantes internacionais residiam no estado de Roraima. Destes, os mais antigos chegaram ao Brasil já na década de 1940, contudo a maior parte dos 1.149 imigrantes (77%) passou a residir no país apenas na última década do século XX e na primeira década do século XXI. Ao analisar a distribuição destes imigrantes nos municípios roraimenses, observa-se que a mesma não ocorre de maneira homogênea, uma vez que há um desequilíbrio. Note-se que o gráfico 1 demonstra que a maioria dos imigrantes optou por viver em Boa Vista, seguido de Bonfim, Mucajaí e Pacaraima.

A distribuição apresentada reflete a dinâmica da rede urbana do estado, profundamente desequilibrada, na qual Boa Vista exerce um papel preponderante na centralização de serviços e equipamentos. Mucajaí e Bonfim são áreas marcadas pela existência de projetos de colonização, que apresentam um desenvolvimento urbano ainda insipiente. Já Pacaraima, é o município que faz fronteira com a Venezuela e, devido à sua proximidade geográfica, atrai um contingente considerável de imigrantes venezuelanos.

Gráfico 1: distribuição dos imigrantes internacionais nos municípios de Roraima

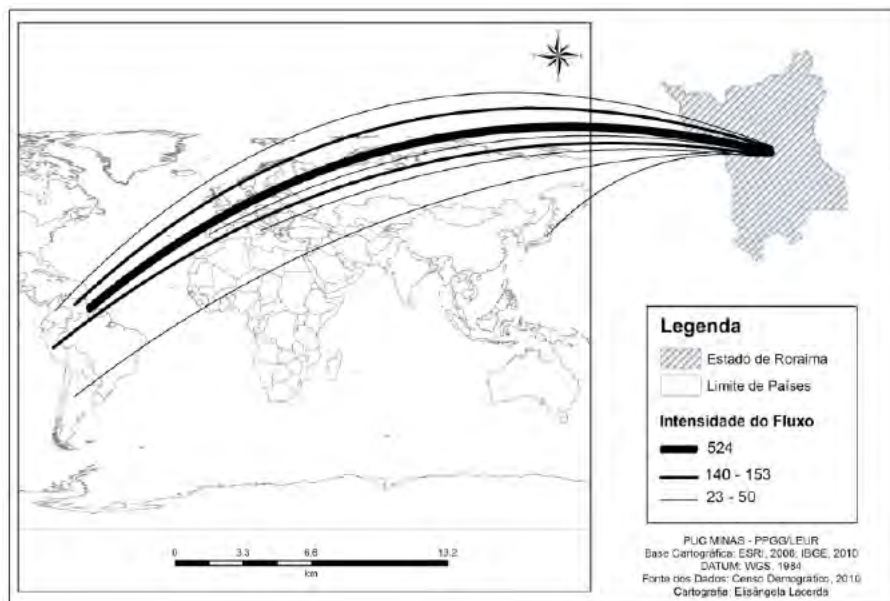


Fonte dos dados: IBGE, 2010.

A análise dos dados referentes ao local de nascimento dos imigrantes residentes em Roraima apontou que o fluxo mais significativo (acima de 500 imigrantes) tem

origem na Guiana, país com o qual faz fronteira em sua porção nordeste. Em um segundo patamar está o fluxo de indivíduos nascidos na Venezuela e Peru. Por fim, têm-se os fluxos de nascidos na Colômbia, Argentina, Portugal, Itália e Japão - veja a figura 2.

Figura 2: País de nascimento dos imigrantes internacionais residentes em Roraima



Fonte dos dados: IBGE, 2010.

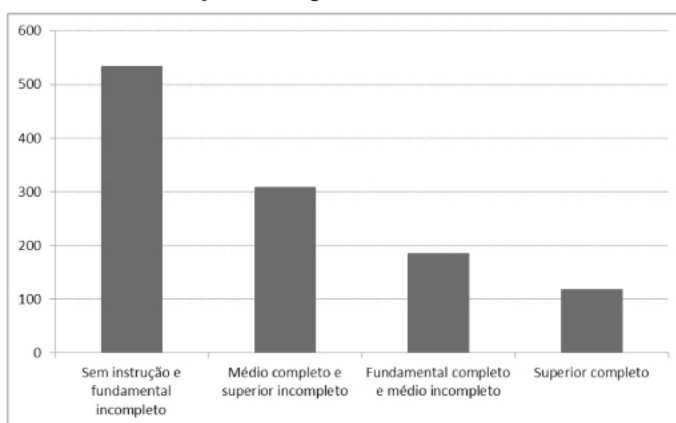
O resultado encontrado corrobora com estudos anteriores, que apontam uma significativa intensidade dos fluxos com origem na própria América Latina, especialmente nas áreas de fronteira e as ligações existentes entre os imigrantes internacionais residentes na Amazônia com fluxos migratórios antigos, como é o caso de Portugal, Itália e Japão.

Com o intuito de verificar se os fluxos observados na figura 2 realmente correspondem à origem dos imigrantes, uma vez que eles poderiam ter nascido nos países ilustrados, mas ter residido em outro antes de decidirem migrar para Roraima, foi levantado o último local de residência dos mesmos. Pode-se dizer que os fluxos correspondem à origem dos imigrantes, pois o último local de residência em praticamente todos os casos correspondeu ao país de nascimento. Houve apenas 5

exceções, de indivíduos que declararam ter nascido na Guiana, mas cujo último local de residência havia sido o Reino Unido.

Com o intuito de qualificar os imigrantes internacionais residentes em Roraima foi analisado o nível de instrução dos mesmos. Os resultados encontrados estão organizados no gráfico 2, o qual aponta que aproximadamente metade dos imigrantes não possui nenhuma instrução ou apenas possuem o ensino fundamental incompleto. Em seguida estão aqueles com ensino médio completo e ensino superior incompleto, os que possuem o ensino superior completo são minoria. Os dados apontam que uma parcela considerável dos imigrantes é pouco qualificada e, provavelmente, encontram dificuldades em ser alocado em atividades que exigem qualificação.

Gráfico 2: Nível de instrução dos imigrantes internacionais residentes em Roraima



Fonte: IBGE, 2010.

Para averiguar a absorção da mão de obra proveniente dos imigrantes internacionais no estado foram levantadas as principais ocupações exercidas por eles, os resultados encontrados estão organizados na tabela 1. Conforme já indicavam os dados de nível de instrução, observa-se que as principais ocupações exercidas por eles são aquelas que exigem baixa qualificação, sendo que a maioria delas é, inclusive, mal definida, ou seja, provavelmente são trabalhos esporádicos de baixa remuneração. Em seguida estão às atividades voltadas para os serviços domésticos e de limpeza.

Uma considerável parcela dos imigrantes trabalha no ramo de serviços, em lojas, quiosques e mercados. Há ainda os que se dedicam a atividade de motorista, como condutores de automóveis e taxis. Essa ocupação, inclusive, tem uma forte demanda no estado, que não apresenta um sistema de transporte adequado e cujo desloca-

mento, em grande parte, é realizado em taxis que cobram um valor semelhante ao da passagem cobrada pelos coletivos urbanos. Não se deve perder de vista a vocação agropecuária do estado, que também atrai a mão de obra imigrante.

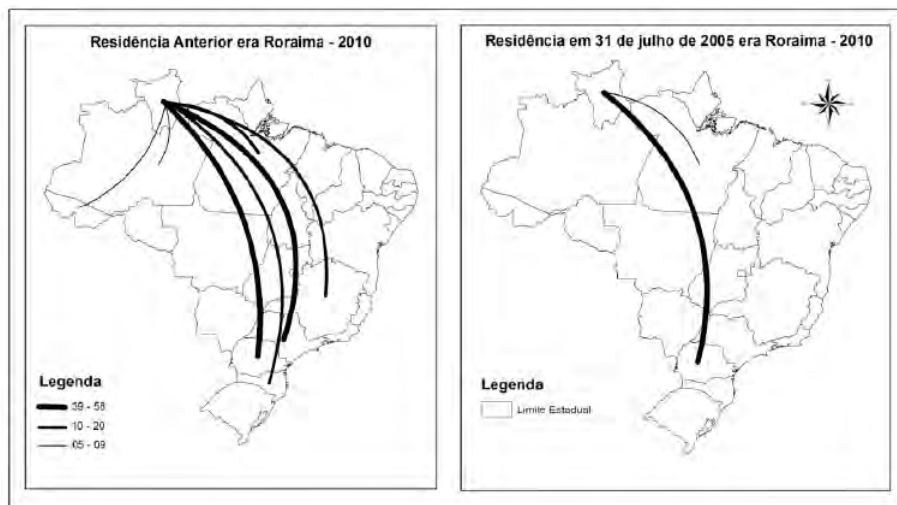
Quadro 1: Principais ocupações dos imigrantes internacionais residentes em Roraima

| Principais Ocupações | Número de trabalhadores |
|---|--------------------------------|
| Ocupações mal definidas | 147 |
| Trabalhadores dos serviços domésticos em geral | 74 |
| Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritório | 56 |
| Vendedores de quiosques e postos de mercados | 48 |
| Pedreiros | 33 |
| Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes | 26 |
| Vendedores ambulantes de serviços de alimentação | 20 |
| Trabalhadores elementares da construção de edifícios | 20 |
| Comerciantes de lojas | 17 |
| Produtores e trabalhadores qualificados de exploração agropecuária | 15 |
| Trabalhadores elementares de minas e pedreiras | 15 |
| Profissionais da proteção do meio ambiente | 13 |
| Outros profissionais de nível médio em atividades culturais | 13 |
| Técnicos em assistência ao usuário de tecnologia da informação | 13 |
| Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agropecuária | 13 |
| Cozinheiros | 11 |
| Contadores | 10 |

Fonte dos dados: IBGE, 2010.

Uma das hipóteses deste estudo foi a de que o estado de Roraima funcionasse como porta de entrada e redistribuição de imigrantes internacionais no Brasil. Para testar a mesma foram analisados os dados de local de residência anterior e local de residência por data fixa (31 de julho de 2005). O objetivo foi verificar se os imigrantes que em 2010 estavam residindo em outro estado (que não Roraima) já havia residido em Roraima anteriormente. Os resultados apontam que uma pequena parcela dos imigrantes internacionais residiu anteriormente em Roraima. Quando se analisa os dados de data fixa, observa-se que esse contingente é ainda menor – veja a figura 3.

Figura 3: Fluxos dos imigrantes internacionais que residiram em Roraima



Fonte dos dados: IBGE, 2010.

Dentre aqueles que anteriormente residiram em Roraima, uma parcela considerável deslocou em direção aos estados de São Paulo e Paraná. Os fluxos secundários foram com destino a Minas Gerais, Santa Catarina e Pará. Os fluxos menos intensos foram em direção ao Acre e o estado do Amazonas. É interessante ressaltar que, apesar da relativa proximidade, o estado do Amazonas não apresenta uma forte atratividade para os imigrantes internacionais que residiam em Roraima. Provavelmente isso esteja relacionado com o fato de que o estado em questão não apresenta oportunidades significativas para os mesmos e, tendo decidido migrar novamente, resolveram se deslocar para as regiões mais desenvolvidas do país.

Analisando os dados referentes aos imigrantes que há cinco anos residiam em Roraima, verifica-se a existência de apenas dois fluxos, um em direção ao Paraná e outro para o Pará. Isso demonstra que os indivíduos que migram para o estado de Roraima, mas pretendem remigrar para outro estado do país, faz isso pouco tempo depois que chegam. Afirmação atestada pelo dado relativo ao tempo de residência dos imigrantes internacionais que anteriormente residiam em Roraima na UF de residência no momento da entrevista. Os dados apontam que 84,4% deles residiam na UF de residência atual há menos de quatro anos.

A intensidade dos fluxos em direção ao estado do Paraná, possivelmente, está relacionada com a vocação do estado para as atividades agropecuárias, já que uma

parte dos imigrantes não possui qualificação e estavam envolvidos em atividades agropecuárias em Roraima. De maneira menos intensa, esse mesmo fator pode influenciar os fluxos com destino ao Pará, Amazonas e Acre. Já o fluxo em direção aos estados de São Paulo e Minas Gerais deve-se ao alto crescimento econômico que os mesmos apresentam, sendo foco de maiores oportunidades de trabalho.

Considerações finais

A construção do estudo possibilitou o levantamento de importantes informações acerca do fenômeno de migração internacional no estado de Roraima. De maneira que foi possível construir algumas conclusões a partir dos resultados encontrados.

Os dados referentes ao censo demográfico demonstraram ser uma relevante fonte de informação sobre o continente de migrantes internacionais residentes no estado de Roraima, além das características que os mesmos apresentam. Doravante, é importante destacar que tais dados apresentam algumas limitações, uma vez que o difícil acesso aos entrevistados em alguns pontos e a relativa distância do estado aos centros políticos e econômicos do país faz com que a qualidade dos dados seja duvidosa e, possivelmente, a população subamostrada.

Conforme resultados já encontrados em estudos anteriores, há uma forte ligação migratória entre os países transfronteiriços, uma vez que a proximidade geográfica facilita os deslocamentos. Dessa forma, observou-se que os maiores fluxos migratórios em direção a Roraima tiveram como origem os países fronteiriços da Guiana e Venezuela. Além disso, a maioria dos fluxos tem origem na própria América Latina.

Nota-se que os alguns fluxos, conforme já demonstrados em outros estudos sobre a migração internacional na Amazônia, apresentam raízes em fluxos migratórios antigos, como é o caso daqueles com origem em Portugal, Itália e Japão.

Os migrantes internacionais residentes em Roraima, em sua maioria, apresentam pouca ou nenhuma instrução, ou seja, possuem uma baixa qualificação. Tal fato faz com que os mesmos sejam absorvidos em atividades e ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação, como é o caso dos serviços de limpeza, construção civil e agropecuária.

Roraima funciona com porta de entrada e redistribuição de imigrantes internacionais em pequena medida, pois cerca de 10% do contingente migrante que residia em Roraima remigrou para outro estado da Federação. Os estados escolhidos pelos imigrantes como novo destino são aqueles mais desenvolvidos economicamente,

como é o caso de São Paulo e Minas Gerais. Há, ainda, a escolha por aqueles que apresentam vocações econômicas semelhantes as do estado de Roraima, como é o caso do Paraná, no tocante à Agropecuária, e o estado do Pará, no que diz respeito a agropecuária e mineração.

Sendo assim, o estudo cumpriu os objetivos a que se propunha. Contudo, trabalhos futuros são desejáveis para que se qualifique melhor a natureza dos fenômenos e processos aqui levantados.

Referências bibliográficas

ARAGÓN, Luis E. (Org.). 2009. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 336 p.

ARAGÓN, Luis E. 2005a. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA. 13 23.

ARAGÓN, Luis E (Org.). 2005b. **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA.

ARAGÓN, Luis E. 2007. Novos temas regionais para o estudo da Amazônia no atual contexto internacional. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 153 174.

ARAGÓN, Luis E. 2011. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. **Contexto int.** 33 (1): 71 102.

BARBOSA, R. I. 1993. **Ocupação Humana em Roraima II**. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi. 9 (2): 177 197.

BARTH, F. 1976. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia. 1998. Cálculo de saldos e taxas líquidas de migração internacional. In: ABEP. **Anais do Encontro Nacional sobre Migração**. Curitiba: IPARDES/FNUP. 291 300.

CARVALHO, José Alberto Magno; CAMPOS, Marden Barbosa. 2006. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. **Estudos Avançados**. 20 (57): 55 58.

DINIZ, A. M. A. e SANTOS, R. O. 2006. Fluxos migratórios e a formação da rede urbana de Roraima. **Anais do Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu - Minas Gerais, 2006.

MARTINE, G. 1994. A redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 1980. IPEA - **Texto para Discussão** n° 329. Brasília - DF.

RODRIGUES, Francilene. 2006. Migração Transfronteiriça na Venezuela. *Estudos Avançados*. 20 (57): 197 207. SOUZA, C. M. 2009. Boa Vista/RR e as Migrações: mudanças, permanências, múltiplos significados. *Acta Geográfica*. 3 (5): 39 62.

SOUZA, C. M. 2008. Migração e Memória: (re) territorialização e inserção social entre gaúchos residentes em Roraima. *Espaço e Tempo*. 33: 105 120.

VALE, A. L. F. 2006. Imigração de nordestinos para Roraima. *Estudos Avançados*. 20 (57): 255 261.

Grupo de Trabalho n° 6

Fronteira dos direitos humanos e direitos humanos nas fronteiras

ARTIGO

**POLÍTICAS INDIGENISTAS E NACIONALIDADES NA
FRONTEIRA BRASIL-GUYANA¹**

Introdução

Este texto resulta da dissertação de mestrado intitulada “Políticas indigenistas na fronteira Brasil-Guyana”. A finalidade foi entender duas situações principais: como são operacionalizadas, pelas instituições dos Estados brasileiro e guyanense, as políticas direcionadas à demarcação de território, ao autossustento, à educação e à segurança social e como as políticas são acessadas pelos indígenas nas conjunturas nacionais.

Na dissertação, considerou-se indígenas transfronteiriços, os pertencentes aos cinco grupos étnicos (Ingaricó/Akawaio, Patamona, Macuxi, Wapichana, Wai Wai) que estão localizados e transitam historicamente na fronteira oriental do estado de Roraima com a Guyana, compreendendo os municípios limítrofes de Uiramutã, Normandia, Bonfim e Caroebe. Estes, por sua vez, correspondem à fronteira ocidental da Guyana com Roraima e representam os distritos de Upper Essequibo/Upper Takutu, chamada Região 9; o distrito de Portaro Siparuni, chamada Região 8; e Cuyun Mazzaruni, Região 7 daquele país.

Parte-se, contudo, da compreensão que a atual fronteira que divide o Brasil e Guyana está delimitada por territórios de habitação e circulação de povos nativos que mantinham relações socioculturais entre si, antes da chegada dos europeus, e também com estes em diferentes períodos da colonização em toda a região das “Guianas” (BARBOSA, 2005, p. 59), também chamada de “Ilha das Guianas” (RIVIÈRE, 2001, p. 22; DREYFUS, 1992, p. 77).

A literatura histórica e antropológica sobre a região das Guianas, também chamada de Ilha das Guianas (RIVIÈRE, 2001) e Amazônia Caribenha (OLIVEIRA,

*Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira da UFRR e Docente do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Roraima (mariana.silva@ifrr.edu.br).

** UFRG - Universidade Federal do Rio Grande, FADIR - Faculdade de Direito, Campus Santa Vitória do Palmar (felipe.kern@gmail.com).

¹ Texto extraído do 4º capítulo da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteira – UFRR, intitulada “Estudo comparado das políticas indigenistas na fronteira Brasil-Guyana”, defendida em 31.03.2016.

2011), tem demonstrado que mesmo separados por fronteiras nacionais, esses povos continuam a manter relações sociais, políticas, familiares, de intercâmbio e de comércio com indígenas e não indígenas, assim como com os diferentes Estados nacionais, a fim de ter acesso às políticas públicas chamadas, nesta dissertação, de indigenistas.

Esses povos, subjugados no processo de colonização, cujos territórios tradicionais foram fragmentados e divididos pelos Estados nacionais, atualmente correspondem a frações do que eram à época da chegada dos europeus (RIBEIRO, 1995, p. 19). No caso do Brasil, os povos indígenas correspondem, atualmente, a menos de 1% da população. Já em Roraima chega a cerca de 10% da população (IBGE, 2010)

A despeito das políticas indigenistas coloniais e nacionais voltadas à assimilação e integração, ainda resistem, no interior da Nação, cerca de 305 etnias. Em Roraima, a Fundação Nacional do Índio – Funai (2013) registra doze etnias que estão distribuídas por toda a área territorial do estado, tanto urbanas quanto rurais e, principalmente, em Terras Indígenas localizadas ao longo da faixa de fronteira com a Venezuela e Guayana.

Na Guayana, os ameríndios correspondem a cerca de 10% da população nacional, e estão localizados principalmente nas regiões do interior do País. Segundo o site do Ministry of Amerindians Affairs (MoAA), há nove etnias (Akawaio, Arecunas, Caribes, Patamona, Macuxi, Wapichana, Wai Wai e Waraus), das quais cinco, já mencionadas antes, habitam a fronteira da Guayana com o Brasil, isto é, a Região 9 e Regiões 8 e 7.

A fronteira entre esses dois países foi definida em 1904 por meio diplomático, após uma disputa territorial entre Brasil e Inglaterra conhecida como a “Questão do Rio Pirara”, iniciada na segunda década do século XIX. Tanto os argumentos ingleses quanto brasileiros assentavam-se sobre discursos de que os nativos eram seus súditos/nacionais. Ao fim da disputa, a linha fronteiriça obedeceu ao traçado conhecido como a Linha de Shomburgk,² dando vitória à Inglaterra (MENCK, 2009).

Este episódio resultou numa maior ocupação dos territórios coloniais/nacionais, levando à colonização do vale do Rio Branco, no Brasil, e do Rupununi, na Guayana (SILVA, 2005). Sprendel (2005, p. 178), no trabalho intitulado Genealogia de estudos sobre a fronteira brasileira, observa que o tema sobre as fronteiras nacionais foi encarado oficialmente pelo Estado ao longo dos séculos, desde o início da colonização até a ditadura militar iniciada em 1964, enfatizando as teorias de geopo-

² Linha traçada para demarcar os limites territoriais da então Guiana Britânica pelo explorador alemão, Robert Herman Schomburgk, a serviço da Royal Geographical Society da coroa inglesa, nos períodos de 1835-1844. (FARAGE, 1991, 15).

lítica que nortearam a ocupação dos espaços nacionais sob a perspectiva de vivificar e desenvolver as faixas de fronteira, bem como protegê-las militarmente.

A delimitação da fronteira nacional — em que pese seu sentido de fixação de limites territoriais, definição de povo e soberania (ANDERSON, 2005) —, no caso em particular de Brasil e Guyana, sobrepôs-se à territórios étnicos que continuam sendo área de trânsito, intercâmbio e relação entre indivíduos pertencentes a grupos localizados em ambos lados da fronteira. Conforme observa Cardoso de Oliveira, “[...] onde quer que tenham sido delineadas as fronteiras nas Américas sempre foram traçadas sobre terras e territórios indígenas e os índios, por sua vez, sempre se viram forçados a reconhecer seus contornos, bem como a se posicionar politicamente em seu interior” (2005, p. 9).

O trânsito, nessa fronteira, também tem sido motivado por conjunturas políticas e socioeconômicas. Os deslocamentos de indígenas em espaços transfronteiriços em busca de melhores condições de vida, principalmente em áreas urbanas, é descrito nos resultados do projeto de extensão coordenado por Oliveira (2010), chamado Projeto kuwuai kîrî: a experiência dos índios urbanos de Boa Vista – Roraima, desenvolvido pela Universidade Federal de Roraima em conjunto com estudantes e lideranças indígenas em bairros da periferia de Boa Vista no ano de 2009.

O referido estudo deixa claro que a origem de grande parte dos participantes do projeto são as Regiões 8 e 9 da Guyana. Os relatos dos participantes do projeto descrevem que os deslocamentos transfronteiriços são constantes, passando por comunidades do interior de Roraima e chegando a Boa Vista em busca de melhoria de vida (SOUZA; RAMOS, 2010, p. 53). O meio visualizado por esses indígenas para alcançar essa melhoria é a regularização no Brasil, ou seja, conseguir documentos civis para estatuir residência, relações de trabalho e facilitar o acesso aos serviços e benefícios assistenciais previstos pelas políticas brasileiras (COSTA; RIBEIRO, 2010, p. 35).

A demanda frequente de indígenas oriundos da Guyana por documentos de identidade nacional, ou melhor, pelo Registro Civil de Nascimento brasileiro, despertou o interesse em aprofundar a compreensão do porquê indígenas nascidos na Guyana, muitos dos quais com documentos de identificação nacional daquele país, buscavam registrar-se como brasileiros.

A participação em encontros e reuniões de povos indígenas em fronteiras, à exemplo do IV Encontro de Indígenas de Fronteira, organizado pela Diocese de Roraima, ocorrido no período de 28 de fevereiro a 03 de março de 2013, em Boa Vista (RR), permitiu o conhecimento da prática chamada, por um líder indígena da

Guyana, de “Complete Document”, ou “Documentação Completa”. A expressão significa o porte de documentos de identidade nacional tanto da Guyana quanto do Brasil, como meio para ter atendimento de saúde e acesso à aposentadoria; enfim, para acessar às políticas indigenistas e aos bens e serviços que passaram a ser necessários em suas vidas a partir do contato com a sociedade envolvente.

Situação semelhante ocorre entre os povos Guarani nas fronteiras do Sul do País. Segundo Camandulli (2012), os grupos indígenas Guarani historicamente ocupavam um amplo território que perpassava o que atualmente estão definidos como territórios do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Ao longo da história de contato e definição de territórios nacionais, tiveram seus territórios tradicionais fragmentados, e atualmente enfrentam problemas para transitar e manter seu modo de vida e práticas culturais em territórios nacionais distintos, com leis distintas. Paralela a esta situação está a crescente dependência das políticas governamentais, em vista da fragilização do modo de vida e da interferência dos governos nacionais. No entanto, conforme a autora, o acesso a essas políticas “[...] está permeado por uma noção de cidadania que não reconhece quem vem de fora como portador de direitos” (CAMANDULLI, 2012, p. 23).

A curiosidade sobre os condicionantes e implicações da prática da “Documentação Completa” na realidade dos povos indígenas transfronteiriços permitiu o refinamento do projeto de pesquisa deste mestrado, que propôs uma tentativa de compreender como as políticas públicas voltadas aos povos indígenas na fronteira Brasil-Guyana estão relacionadas à nacionalidade.

É pertinente ressaltar que há um número considerável de estudos de etnólogos e antropólogos que têm conseguido desenhar a formação social e étnica dos povos que habitam essa fronteira, embora existam poucos estudos cujo objetivo sejam as relações dos povos indígenas, em contexto de fronteira, com Estados nacionais, em especial com as instituições desses Estados que implementam políticas indigenistas. Desse modo, a dissertação pretendeu apresentar um panorama das políticas destinadas aos povos indígenas no bojo das construções oficiais de nacionalidade e cidadania dos dois países estudados. Pretendeu, ainda, sistematizar conhecimentos e dados acerca de políticas indigenistas no Brasil e na Guyana, de modo a contribuir com futuros estudos que envolvem as relações bilaterais e internacionais destes países com os indígenas transfronteiriços.

Para tanto, realizou-se pesquisa comparativa junto às instituições estatais desses dois países cujas atividades voltam-se, principalmente (e/ou também) aos povos indígenas, a fim de reunir dados e informações sobre demarcação de territórios,

autossustento, educação e seguridade social e perceber o que existe de políticas indigenistas nesses países, como estas são operacionalizadas, quais os critérios de acesso e em que implica a nacionalidade neste processo.

Cenários e políticas

Os Estados nacionais brasileiro e guyanense são resultantes de processos de colonização europeia. O primeiro por Portugal e o segundo pela Holanda e Inglaterra, onde a relação colonial com os índios envolveu comércio, escravidão e aldeamento, tendo por base a visão eurocêntrica de que os povos nativos eram primitivos e “não civilizados” (CUNHA, 1992; CARRICO, 2011).

Embora os dois Estados nacionais sejam resultado de processos de colonização europeia voltada à exploração econômica e assentada na escravização de nativos, africanos e na migração incentivada de povos de outros continentes e atualmente sejam democracias republicanas (FAUSTO, 1995; IFILL, 2011), o tipo de Estado, tanto colonial quanto nacional, guarda muitas diferenças no que diz respeito à estrutura político-administrativa e legal. Além de refletir as estruturas das nações colonizadoras, sua estrutura é influenciada pela extensão territorial, composição étnica e quantitativo populacional.

O Brasil, antes mesmo do fim do período colonial, já dispunha de dimensões territoriais continentais, enquanto a Guyana dispõe de um pequeno território, menor que o estado de Roraima, que é uma unidade federativa brasileira. A Guyana possui uma pequena população que está distribuída desproporcionalmente entre dez Regiões Administrativas que equivalem a municípios. Já o Brasil possui uma imensa população também distribuída assimetricamente em 27 estados federados.

Brasil e Guyana são compostos por variadas populações de origens étnicas e nacionalidades distintas, amalgamadas pelo signo de nacionais como meios de legitimar a ideia de Nação, mas com diferenças étnico-raciais. Enquanto no Brasil os discursos voltados à identidade nacional se fundamentam no mito da democracia racial, da mistura de raças e da convivência harmoniosa entre estas (SCHWACZ, 1999), a sociedade guyanense, desde o período colonial, tem se constituído pela forte divisão e conflito étnico, que tem marcado o cenário político econômico (MENKE, 2004).

A imagem de Nação na Guyana, que ainda está em construção e é trabalhada em documentos oficiais, tem se fundamentado em discursos de pertença a um território comum, e não a uma cultura comum, embora práticas nacionalistas como a imposição do inglês como língua oficial, a edição de leis e a criação de símbolos

sejam implementadas e reforçadas desde a independência para consolidar o projeto de Nação (STAVENHAGEN, 2000).

Nação, neste artigo, é entendido como sendo uma “[...] comunidade política imaginada como limitada e soberana” (ANDERSON, 2005, p. 26), limitada por fronteiras finitas, isto é, por espaços territoriais delimitados sobre os quais há soberania, ou seja, o exercício do poder, controle e o arbítrio sobre quem são seus membros legítimos (HERMANN, 2011, p. 121-123).

Nos capítulos da dissertação, lançou-se mão de recursos que ajudam a ilustrar como os projetos de Nação dos países em questão envolveram, e ainda envolvem, três instrumentos de poder - censo, mapa e museu -, tidos por Anderson (2005, p. 222) como essenciais à formação dos Estados nacionais e ao exercício da soberania. Segundo o autor, tais instrumentos são fundamentais para conhecer a natureza dos seres humanos que os Estados governam, a geografia de seus territórios e a legitimidade de sua ancestralidade. No caso da Guyana e do Brasil, a originalidade enquanto Nação esteve associada à figura do índio como o nacional original, ícone da história, mas não do futuro (FORTE, 1993, p. 4; LIMA, 1992, p. 167).

A política colonial, em regra, baseou-se na subjugação desses povos, o que resultou na dominação de seus territórios pelos governos coloniais, na redução populacional, no confinamento territorial, na imposição de dinâmicas socioculturais alheias às relações nativas, como, por exemplo, a exploração do trabalho em atividades econômicas como plantações, extrativismo, pecuária e mineração. Consistiu-se, ainda, na determinação da língua do colonizador, na formulação de leis destinadas ao governo, na tutela e na regulação das relações de grupos coloniais com os índios, bem como na restrição de hábitos culturais considerados imorais, tendo em vista a influência e a participação de ordens religiosas nos processos de colonização (CUNHA, 1992; MENEZES, 1970).

A emancipação nacional e a constituição desses Estados nacionais, primeiro do Brasil e mais recentemente da Guyana, se plasmou sobre a construção romantizada da figura do índio como o indivíduo originário da Nação (CUNHA, 1992; FORTE, 1993), transformado em membro oportuno para a defesa de limites territoriais. Conforme Farage (1991, p. 42), os índios foram considerados “Murallas dos sertões”, ou, segundo Souza Lima (1992, p. 165), “guardiões das fronteiras”, primeiro colonial e por fim nacional, numa perspectiva de serem amalgamados em uma única sociedade nacional por meio de políticas que visaram à integração e à assimilação de populações socioculturais distintas a uma Nação.

Em ambos os países e na conjuntura do sistema capitalista de produção, o índio esteve associado à imagem de atraso e empecilho ao progresso econômico, dado o modo de vida nativo, em geral não acumulativo (CUNHA, 1992; FORTE, 1993). Como justificativa e efeito da dominação dos territórios, dos recursos naturais e da exploração da mão de obra indígena, a relação do Estado colonial e, posteriormente, nacional se assentou no discurso e na prática da tutela dos índios por aparelhos ou instituições outorgada pelos Estados, sob a justificativa de que aqueles eram como crianças, incapazes de alcançar sozinhos a “civilização” e o progresso, além de serem considerados vulneráveis à exploração por outros grupos nacionais (RIBEIRO, 1982; CUNHA, 1992; FORTE, 1993).

A ocupação colonial dos territórios hoje chamados Roraima e Guyana, em especial da faixa fronteira, também guarda similaridades no tocante ao episódio de disputa territorial, conhecida como a “Questão do Pirara” (MENCK, 2009). As nações envolvidas utilizaram-se de argumentos oficiais de que as posses coloniais-nacionais se justificavam pela presença de nativos já conquistados e considerados, geoestrategicamente, como nacionais/súditos do Brasil e da Inglaterra. O argumento calhou a esta última, e a linha imaginária e divisória das nações foi definida em 1904.³

Essa disputa, iniciada ainda no século XIX, refletiu-se nos projetos de ocupação da região, que consistiram no incentivo à instalação de povoados, catequização dos índios e exploração econômica das savanas, campos e serras à leste de onde atualmente situa-se Roraima e à oeste da Guyana. Principalmente pelo incentivo à bovinocultura e à exploração mineral, tais atividades intensificaram o contato com os índios da região, o que implicou na exploração da mão de obra indígena, em casamentos entre colonos e índias, na ocupação de territórios indígenas por colonos e em relações de compadrio (SILVA, 2005, p. 43; SANTILLI, 1994, p. 22).

Em que pese os projetos de ocupação das terras de Roraima terem sido muito mais intensos em comparação com a ocupação guyanense, refletindo-se de diferentes maneiras nas relações dos índios dessa região com grupos coloniais/nacionais, as políticas indigenistas nos dois países, e principalmente após o processo de independência na Guyana, voltaram-se aos projetos de integração gradual dos indígenas à “comunhão” nacional. Isso se deu por meio da concessão de parcelas do território nacional ao uso e ocupação pelos índios, de modo que fossem transformados em trabalhadores nacionais, colaboradores da Nação.

³ Sobre as redes de relações entre povos nativos na Guiana ocidental, anteriores e contemporâneas à colonização e à constituição dos Estados nacionais brasileiro e guyanense, ver os trabalhos de Peter Rivière (2001), Nádia Farage (1993), Dominique Gallois e Gabriel Barbosa (2005), Reginaldo Oliveira (2010, 2011, 2012), Lodowijk Hulsman (2012), Stephan Baines (2006) e Mariana Pereira (2005).

Essa visão esteve presente nas leis indígenas dos países em questão, isto é, no Estatuto do Índio de 1973, no Brasil, e no Amerindian Act de 1951, na Guyana, que, resguardadas as devidas particularidades, versaram, em geral, sobre: i) o governo dos nativos; ii) o arbitramento do Estado sobre quem é índio; iii) sobre a concessão de territórios à reprodução sociocultural desses povos; iv) sobre a intermediação de conflitos internos ao grupo nativo, ou externo com outros grupos nacionais; e v) sobre a intervenção e/ou autorização de projetos e ou acordos relacionados à contratação de mão de obra, à exploração de recursos naturais dispostos em territórios indígenas.

Existem diferenças marcantes no que tange à efetivação e operacionalização da política indigenista em Roraima e na Guyana. Enquanto em Roraima havia a ação direta de agências indigenistas (Igreja Católica, SPI/Funai) sobre os índios, que atuavam como interlocutoras e mediadoras das relações destes com a sociedade e com o próprio Estado (SANTILLI, 1994, p. 40-60). Na Guyana, embora houvesse, desde o período colonial inglês, conforme o Amerindian Act de 1991, a figura do “Chief”, encarregado do governo e do controle sobre os ameríndios, a presença e efetivação das políticas de Estado nas regiões do interior majoritariamente ocupadas por ameríndios foram incipientes, ainda que houvesse a relação, desde o período colonial, de eleição e financiamento de capitães indígenas como representantes/autoridades do Estado dentro das próprias aldeias (FORTES, 1993).

Dentre as razões que podem ter resultado na baixa presença do Estado guyanense nessas regiões estão o isolamento geográfico, a exploração econômica e a concentração populacional voltada às regiões costeiras, somadas ao quadro econômico do país, reflexo da condução política dos conflitos étnicos (SILVA, 2005, p. 28).

No Brasil e na Guyana, a tentativa do poder colonial e, posteriormente, do poder republicano de regular as relações entre índios e não índios a partir de legislações e aparatos estatais foram constituídas, no cenário regional, por meio de alianças e relações clientelistas com lideranças indígenas, chamadas de tuxauas ou capitães (SANTILLI, 1994; MENEZES, 1970; FORTES, 1993).

Na Guyana, desde o período colonial até hoje essa relação foi, e continua sendo, intermediada pela remuneração desses líderes, feita atualmente pelo Ministry of Amerindian Affairs - MoAA, como se estes fossem funcionários ou administradores locais, representantes do governo. No Brasil, em particular em Roraima, apesar da relação do SPI/Funai com tuxauas, a mediação das relações entre índios e Estado, bem como a vigilância dos territórios, se dava pela instalação de um aparelho de Estado chamado de Postos Indígenas, para os quais os índios podiam ser ou não

contratados para atuarem como agentes do Estado em intervenções e mediações (LIMA, 1995; SATILLI, 1994; VIEIRA, 2014).

O papel político dos indígenas influenciou o redesenho das Constituições e legislações indigenistas desses países. Tais modificações foram propiciadas por pressões e por um cenário internacional de promulgação de dispositivos voltados aos direitos humanos e às temáticas de proteção ambiental (CORDEIRO, 1999, p. 137). Conforme Franco (2012), “[...] ambientalistas veem nos povos indígenas grupos de peso relevante, não só pela capacidade de articulação e presença regional e projeção global, mas também por habitarem e, tradicionalmente, usarem, de maneira ambientalmente sustentável, os biomas amazônicos” (FRANCO, 2012, p. 165). A partir da segunda metade do século XX as temáticas indígenas ganharam destaque em foros internacionais, amparadas na realidade de discriminação e exclusão dos povos indígenas em diferentes contextos nacionais. Isso propiciou a promoção e proteção dos direitos humanos e indígenas, que influenciaram sobremaneira as legislações constitucionais e infraconstitucionais do Brasil e da Guayana (FRANCO, 2012, p. 21-23)

Segundo Franco (2012), as Constituições nacionais brasileiras e guyanenses são consideradas multiculturais e possuem artigos que resguardam direitos específicos aos indígenas. A da Guayana prevê, ainda, uma comissão constitucional voltada aos povos indígenas. Ambas possuem artigos voltados à garantia de direitos individuais e coletivos destes, numa perspectiva de reconhecimento de direitos que resguardam especificidades socioculturais e também todos os demais direitos de cidadania previstos aos nacionais e estrangeiros residentes/regularizados no país, dando aos indígenas o *status* de cidadãos.

As legislações infraconstitucionais (Estatuto do Índio/1973 – Brasil, Ato Ameríndio/2006 – Guayana) trazem definições do que esses Estados definem como índio e comunidade indígena/aldeia. Ressalvadas particularidades, a definição segue critérios comuns como: a origem e descendência de povos preexistentes à colonização, a autoidentificação e a heteroidentificação como membro de uma coletividade, cujos traços culturais (língua, organização social, etc) o diferencie da sociedade nacional (Art. 3º do Estatuto do Índio e Art. 2 do *Amerindian Act* de 2006).

No Brasil existe a prática de emitir um certificado administrativo de nascimento, no qual constam informações relativas à etnia do indivíduo indígena, o Registro Administrativo Nascimento Indígena - RANI, e que é exigido como prova de indianidade e solicitado como requisito para acessar políticas indigenistas brasileiras, como é o caso das cotas para ingresso no ensino universitário, processo seletivo para a contratação de profissionais indígenas e ainda para acesso ao Registro Civil

de Nascimento Tardio.⁴ No caso guyanense, não há nenhum documento emitido Coopor instituição do Estado que formalize a identidade étnica do indivíduo indígena, embora as ações e a relação das instituições públicas voltadas aos ameríndios se deem tendo como referência a vinculação do indivíduo a uma comunidade/aldeia ameríndia (FRANCO, 2012, p. 36).

As definições disciplinadas por ambos os Estados nacionais servem, junto de outros critérios difusos (como nacionalidade e condições socioeconômicas) para orientar e operacionalizar as políticas indigenistas. Na prática, são mecanismos de reconhecimento/não reconhecimento dos indivíduos e coletividades como indígenas, e, portanto, sujeitos de direitos previstos nos aparatos normativos, assim como para inclusão/exclusão desses indivíduos e coletividades indígenas enquanto público das políticas (GARCIA, 2010, p. 11).

Embora se reconheça os avanços das legislações infraconstitucionais, estas diferem no que diz respeito à consonância com os textos constitucionais, ou seja, enquanto a lei guyanense reflete e regulamenta direitos garantidos na Constituição da Guyana, o Estatuto do Índio é anterior e, em certa medida, conflitivo com a Constituição Federal vigente no Brasil. Além das legislações indigenistas específicas, os dois países dispõem de outras leis que disciplinam direitos e políticas extensivas aos indígenas.

Os dois países dispõem de órgãos indigenistas cujas atribuições institucionais têm variado no tempo e no espaço territorial, conforme as mudanças normativas no cenário internacional e nacional e a entrada de outros agentes ligados ao movimento indígena e de organizações não governamentais indigenistas. Os órgãos e autoridades indigenistas deixam de exercer o papel de tutor dos índios, interlocutores e intermediadores exclusivos de direitos, e passam a ser protetores e promotores de direitos que podem ser implementados por meio de instituições públicas ou não governamentais (FRANCO, 2012, p. 100).

No Brasil, a Funai deixou de concentrar a exclusividade sobre a formulação e implementação das políticas indigenistas. A partir da CF/88, tais políticas passaram a ser atribuídas a um conjunto de órgãos e entes, como estados e municípios, cabendo à instituição a coordenação e articulação da política. Cabe ainda à Funai a execução direta das demarcações de terra e de algumas ações voltadas ao autos-

⁴ Trata-se do registro de nascimento do cidadão feito fora do prazo considerado ideal, ou seja, após 1 ano e três meses do nascimento. Dito de outra forma, trata-se do registro de nascimento para o indivíduo em idade adulta. No Brasil, a emissão deste documento, que é considerado como o primeiro e principal documento que identifica o cidadão brasileiro, está regulamentada na Resolução Conjunta nº 03/2012 e Proviemento nº 28/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

sustento, por meio, principalmente, de recursos públicos, embora conte ainda com cooperações internacionais que podem ser executadas por instituições públicas e ONGs indígenas e indigenistas.⁵

Na Guayana, o MoAA concentra, ainda, as atribuições de formulação, implementação e o financiamento, por meio de recursos do Fundo Ameríndio (composto de recursos públicos e oriundos de cooperações internacionais), das políticas indigenistas relacionadas à demarcação de terras e ao autossustento, além de articular e financiar as políticas sociais de educação e seguridade social.⁶

Observou-se que os dois países receberam tratados e convenções internacionais de direitos humanos em geral, e indígenas em particular, com a exceção da Convenção 169 da OIT, não ratificada pela Guayana, embora este país informe que observa os padrões internacionais e que dá aos povos indígenas ameríndios maiores direitos e poderes do que em outros países (GUYANA, 2005, p. 5). Notou-se, ainda, que para os dois países em questão vale a ressalva de Moreira (2008) no que diz respeito aos conflitos existentes entre valores constitucionais e internacionais e as discrepâncias entre os discursos políticos nacionais que se colocam a favor dos direitos humanos mais pelo “rótulo que o conteúdo” (MOREIRA, 2008, p. 26-27).

Embora os contextos político-administrativos dos países sejam diferentes e as políticas reflitam pouco a realidade desses povos, o projeto político oficial de ambos se volta ao reconhecimento do índio como um cidadão, em consonância com compromissos e exigências de organismos internacionais, que também são financiadores, ou, ainda, credores dos governos nacionais (FRANCO, 2012, p. 101).

As políticas indigenistas nesses países têm se orientado, para além do que é disposto em normativas internacionais e nacionais, sob uma perspectiva econômica, seja como meio de receber recursos financeiros por meio de empréstimos ou acordos internacionais voltados ao investimento em infraestrutura de serviços e produção econômica, seja para demarcar áreas indígenas como potenciais reservas ambientais que sirvam para mitigar impactos ambientais ou, ainda, para inserir as populações indígenas nos mercados consumidores nacionais e internacionais.

Inferimos que a suposta ruptura que o novo projeto político estatal representa em relação aos projetos anteriores ainda tem um grande teor de formalidade, e pouco se reflete na prática, além de estar amparada na implantação de uma Agenda Social Para os Povos Indígenas que tem o objetivo de viabilizar o acesso desses indivíduos a direitos sociais traduzidos em políticas sociais universais, ações e programas que os colocam em contato com mercados locais na qualidade de consumidores (MACHADO, 2012, p. 40).

⁵ Análise construída a partir dos dados e bibliografias trabalhados no capítulo 2 da dissertação.

⁶ Análise construída a partir dos dados e bibliografias trabalhados no capítulo 3 da dissertação.

No Brasil, tanto a terra indígena quanto os recursos do subsolo são bens da União. Os recursos naturais disponíveis nas terras indígenas são de uso exclusivo dos índios, e não há consenso nem entre os poderes públicos nem entre os movimentos indígenas sobre a exploração comercial de minérios, por exemplo; tampouco há normativa que regulamente a exploração desses recursos.⁷Tanto a CF/88 quanto a Convenção 169 garantem o direito à consulta em situações que impactem as populações e terras indígenas, mas ainda não há uma normativa nacional específica que discipline os procedimentos ou institua protocolos de consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas. O que existe são práticas de consulta em busca da anuência que, em geral, ocorrem para formalizar o consentimento do grupo indígena com o projeto, ação do próprio Estado, a exemplo de audiências e reuniões que acontecem quando os projetos e planos já foram formulados, restando apenas a formalidade de obter a permissão do grupo/s indígenas (PINTO, 2009, p. 189-207).

Na Guayana, há tanto as Amerindians Communities, que são terras do Estado, quanto as Amerindians Villages, que são áreas tituladas aos índios. Os recursos do subsolo são do Estado, e a atual lei ameríndia regulamenta a exploração econômica de recursos naturais e minerais.⁸

Uma diferença marcante entre a política brasileira e guyanense se dá em relação ao princípio de reconhecimento das terras. Enquanto no Brasil se reconhece o direito originário sobre os territórios, ainda que não estejam efetivamente ocupados por um povo indígena, na Guayana, somente são reconhecidas as terras que estejam efetivamente ocupadas e sendo usadas por uma coletividade indígena. No Brasil, as Terras Indígenas podem compreender diferentes números de comunidades, enquanto na Guayana, principalmente o título comunal, é concedido às aldeias isoladamente. Comum à conjuntura de demarcação de terras nos dois países são os conflitos entre interesses públicos, grupos regionais ou econômicos e movimentos indígenas em torno do direito sobre a terra e os interesses de exploração econômica dos recursos, o que tem arrastado, por anos, processos de demarcação de terras (FRANCO, 2012, p. 36-40).

As políticas voltadas ao autossustento nesses países guardam similaridades no que tange a promoção da segurança alimentar, geração de renda às populações in-

⁷ Segundo Queiroz (2016, p. 38), os dois principais projetos de lei que se voltam à regulamentação da mineração em Terras Indígenas são o Projeto de Lei nº 2.057/91 – Novo Estatuto das Sociedades Indígenas, no qual há artigos voltados para a regulamentação da mineração em Terras Indígenas, e o Projeto de Lei nº 1.610/96, que trata da exploração e aproveitamento de recursos minerais em Terras Indígenas. Estes se diferenciam em relação aos resultados da lavra, à administração dos recursos provenientes da mineração e ainda ao processo de consulta aos povos indígenas, cujas terras são objeto de interesse da mineração.

⁸ Dados constam no capítulo 3 da dissertação.

dígenas e sustentabilidade ambiental às terras indígenas. Em ambos os países, além de serem previstos investimentos públicos, há também aporte financeiro oriundo de doações e cooperações internacionais, que podem ser implementadas por ONGs indígenas e indigenistas, em parceria ou não com instituições públicas.⁹

Na Guayana, os arrendamentos a terceiros para a exploração econômica de até 10% de territórios indígenas podem ser permitidos pelos conselhos de aldeia nos limites e restrições da lei ameríndia e outras leis nacionais relativas à mineração e exploração florestal. São considerados pelo governo como fontes de renda para a comunidade e para o país. Percebe-se que a política brasileira se centra num modelo de financiamento de atividades produtivas e de geração de renda voltado à própria subsistência dos grupos indígenas, enquanto a política guyanense considera que tanto os indígenas quanto seus territórios devem ser utilizados como meios de obter receitas para o país (GUYANA, 2003, p. 14).

As políticas de educação e seguridade social, também chamadas de políticas sociais, por compreenderem as dimensões de promoção e proteção social, estão presentes nas Constituições nacionais dos países em estudo e também são estendidas aos índios enquanto cidadãos. Tais políticas são semelhantes em seus fundamentos no que diz respeito à finalidade de promover a inclusão dos povos indígenas como sujeitos de direitos, no sentido de melhorar os indicadores socioeconômicos dessas populações nos contextos nacionais.

Nas políticas de educação e saúde, nos dois países, são previstas algumas especificidades relacionadas à prestação de serviços, principalmente em âmbito comunitário, representada, no caso da educação, pela contratação de profissionais indígenas para o ensino bilíngue e para a adaptação de currículos e materiais escolares aos saberes e aos conhecimentos tradicionais. No caso da saúde, para a contratação de profissionais indígenas para atuarem nas próprias comunidades ou nas unidades de suporte aos pacientes em trânsito nas capitais, no caso de Georgetown e Boa Vista (RR).

No entanto, existem disparidades no que se refere à estrutura, à oferta e à abrangência dos serviços, ou seja, percebeu-se que a amplitude das políticas de educação e saúde é maior em Roraima, configurando-se como uma motivação para o trânsito dos povos indígenas, principalmente das três regiões fronteiriças da Guayana para o Brasil. Esse trânsito se dá, sobretudo, para acessar os serviços de saúde, seja no âmbito da comunidade indígena, seja nas unidades hospitalares dos municípios fronteiriços, e, principalmente, para ter acesso aos serviços de saúde de média e alta

⁹ Dados constam no capítulo 2 e 3 da dissertação.

complexidade, concentrados na capital Boa Vista, geograficamente mais próxima das comunidades e aldeias ameríndias da Guyana que a capital Georgetown. Pereira (2005), em pesquisa sobre o trânsito na fronteira Brasil-Guyana, observa que os indígenas oriundos de comunidades da Guyana buscam por melhor atendimento médico-hospitalar e educação como meio de conseguir oportunidade de empregabilidade. As redes de relações sociais e familiares com indígenas em comunidades de Roraima auxiliam no acesso a esses serviços, inclusive para obtenção de documentos brasileiros (PEREIRA, 2005, p. 138-142).

As políticas de assistência e previdência social são previstas nas Constituições dos dois países e também se destinam aos índios enquanto cidadãos nacionais. Os benefícios da previdência social na Guyana são restritos ao cidadão que tenha contribuído com o regime de seguridade social do país. Não cobre, portanto, todos os indivíduos que não tenham contribuído com o regime; dentre esses estão os ameríndios, que em sua maioria não possui renda.

A procura por trabalho remunerado nas cidades e áreas rurais de Roraima tem sido motivadora do trânsito e fixação de indígenas oriundos da Guyana desde o processo de independência do país, em especial, após o episódio conhecido como a Revolta do Rupununi (SILVA, 2005, p. 136; PEREIRA, 2005, p. 132). Aliado a esta situação está o fato que, no lado brasileiro da fronteira, há uma maior abrangência e oferta de benefícios e serviços de assistência social, e ainda a elegibilidade diferenciada aos benefícios previdenciários estendida aos indígenas brasileiros que exerçam atividade rural e que, neste caso, independe de contribuição com o sistema previdenciário do país, por serem categorizados como segurados especiais.

Tal conjuntura evidencia que, apesar de a Guyana dispor de benefícios assistenciais voltados às pessoas em vulnerabilidade econômica extrema, portadores de necessidades físicas e uma pensão para idosos com 65 anos ou mais de idade (que não corresponde à aposentadoria, e sim a um benefício assistencial), estes possuem duração limitada e, principalmente, valores menores em comparação aos previstos no Brasil.

Os dados e considerações apresentadas até aqui reforçam que as políticas brasileiras voltadas ou estendidas aos índios, sozinhas ou no conjunto das práticas socio-culturais históricas, têm motivado o trânsito transfronteiriço e a fixação de indígenas oriundos sobretudo da Guyana em terras indígenas, cidades e áreas rurais de Roraima. Na perspectiva de se tornarem beneficiários dessas políticas, os índios transfronteiriços demandam documentos de identificação nacional brasileiro para assumir a condição formal de cidadão nacional. Contudo, tal realidade não se justifica pelo

juízo antecipado de que o Estado guianense é omissivo e discriminatório em relação aos povos ameríndios, de modo a concluir que não haja políticas desse Estado voltadas aos seus cidadãos ameríndios. A pesquisa indicou que em vez de não ter interesse ou políticas nacionais estendidas e específicas aos indígenas, a Guayana não dispõe de situação econômica que garanta maior efetividade, infraestrutura e abrangência para suas políticas.

Outra questão central é que as políticas indigenistas e os critérios para acessá-las se limitam a uma cidadania clássica, caracterizada pelo estabelecimento de uma personalidade natural em um território geográfico, ou seja, o índio sob a condição de ser nacional de um único país (VIEIRA, 2001, p. 36). E isso ocorre mesmo que: i) as políticas indigenistas dos dois países tenham por força motriz a erradicação da pobreza, em consonância com compromissos e recomendações internacionais; ii) os países reconheçam ou observem padrões internacionais, como a Declaração das Nações Unidas para Povos Indígenas, e, que esta, por sua vez, recomende, no Art. 36, que os Estados nacionais garantam direitos aos povos transfronteiriços, o que, no caso brasileiro, é reforçado pelo Art. 32 da Convenção 169 da OIT; iii) esteja evidente que estes Estados nacionais conheçam (principalmente pela demarcação de territórios indígenas em faixa de fronteira, conforme Mapa, p. 3) a existência de grupos étnicos comuns separados por fronteiras nacionais; iv) estes grupos continuem a manter relações socioculturais, afetivas, pessoais e comerciais; v) e, finalmente, sejam concededores do fato de que as dinâmicas transfronteiriças podem influenciar na procura por trabalho remunerado, serviços públicos e seguridade social.

As observações descritas acima remetem à dicotomia inclusão versus exclusão, o que equivale a dizer que “[...] ser cidadão é ser identificado com uma Nação particular, ter direitos garantidos pelo Estado correspondente a esta Nação” (REIS, 1997, p. 13). Isso faz com que o índio transfronteiriço formalize-se como um membro de uma ou até mais de duas nações, chamado na dissertação por “documentação completa”. É o caso dessa fronteira e de outras fronteiras brasileiras onde existem povos indígenas pertencentes a grupos e territórios étnicos comuns. Isso tem resultado, também, na exclusão do indígena que, por diferentes razões, dentre elas a inoperância do próprio Estado, chega à idade adulta sem ter sido registrado como nacional de nenhum país, ou seja, nem do país onde nasceu nem do país onde esteja transitando ou residindo. Esses são chamados de “indocumentados”, e, na prática, acabam invisíveis ao Estado (MALDUS, 2015, p. 7). A situação dos indocumentados, elencada acima, é mais um exemplo das contradições entre normas internacionais e constitucionais.

Considerações finais

Percebeu-se, ainda, que a conjuntura de acesso às políticas indigenistas em cada um dos países estudados se dá quando o indígena se apresenta formalmente como nacional. Tal exigência impõe dificuldades à realidade transfronteiriça de povos como os Macuxi, Ingaricó/Akawaio, Patamona, Wapichana e Wai Wai, cujo trânsito e relações socioculturais e comerciais são históricas, ao passo que são intensificados pela demanda por serviços básicos, trabalhos remunerados e benefícios monetizados. A dificuldade observada refere-se à apresentação de documentos que identifiquem o indígena como nacional, portanto sujeito de direitos, na visão dos Estados nacionais. Isso se dá porque os indígenas transfronteiriços não são considerados automaticamente nacionais de ambos países apenas por pertencerem a grupos étnicos comuns aos dois lados da fronteira.

Observou-se, também, que a omissão e ausência desses Estados nas regiões de fronteira, a falta de diálogo bilateral ou multilateral voltado às realidades dos povos indígenas transfronteiriços e, ainda, a conjuntura da exigência da apresentação de documentos nacionais para acessar às políticas indigenistas têm resultado em duas situações: 1) na prática da “documentação completa”, que imputa responsabilizações legais aos indígenas transfronteiriços; e nos indocumentados, que são indígenas invisíveis do ponto de vista legal e para os Estados Nacionais, uma vez que não possuem documentos nacionais de nenhum dos países pelos quais transitam, estando, portanto, à margem da cidadania nesses Estados.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BARBOSA, Gabriel Coutinho. Das trocas de bens. In: GALLOIS, Dominique Tilkin (Org). **Redes de relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2005. p. 59-112.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. In: SILVA, Luis Fernando Villares e. (Org). **Coletânea de legislação Indigenista brasileira**. Brasília: CGDTI/Funai, 2008. 818p.

BRASIL. Lei nº 6001, de 19/04/1973. Dispõe sobre Estatuto do Índio. In: SILVA, Luis Fernando Villares e. (Org). **Coletânea de legislação Indigenista brasileira**. Brasília: CGDTI/Funai, 2008. 818p.

CARTOGRAFIA DA DIVERSIDADE E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS. **Indígenas catadores de materiais recicláveis**. Manaus, UEA Edições, n° 01, ano/2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Os (des) caminhos da identidade. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 15 - n° 42, fevereiro/2000, p. 7-21.

CARRICO, Christopher. As relações entre Akawaio e europeus durante o período colonial holandês na Guiana. IN: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes e IFILL, Melissa. **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guiana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. P. 67-90.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil. História, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. A política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro de (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FAUSTO, Brito. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP/FDE, 1995.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões: os Povos Indígenas do Rio Branco e a Colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FORTE, Janete. **Amerindians and Poverty**. Amerindian Research Unit, Guyana University Paper prepared for IDS Seminar on Poverty, March 19, 1993.

FRANCO, Cezar Augusto de Oliveira. **Direitos indígenas e mobilização: Um olhar sobre a tríplice fronteira – Brasil, Guyana e Venezuela**. 2012. Tese de doutorado. Doutorado Interinstitucional UNB/FLACO/UFRR. Brasília, 2012.

FUNAI. **Política Indigenista**. Desafios e Avanços. 2013. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/Politica%20Indigenista%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Introdução: Percursos de uma pesquisa temática. In: GALLOIS, Dominique Tilkin (Org). **Redes de relações nas Guianas**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2005. p. 7-22.

GARCIA, Thiago Almeida. **No chão da escola é diferente? Educação escolar indígena de duas comunidades Chiquetane na fronteira Brasil-Bolívia**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Antropologia) - Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília, 2010.

GUYANA. **Amerindian Act - 1951**. Chapter 29:01, 1998. Disponível em: <www.guyaneselawyer.com/lawofguyana/laws/cao2901.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

GUYANA. Constitution of The Co-operative Republic of Guyana Act - 1980. In: **Laws Of Guyana**, 2012. Disponível em: <www.guyanese-lawyer.com/lawofguyana/constitution.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

GUYANA. Government Information Agency. **The new Amerindian Act**. What will it do for Amerindians? Answer your questions. Georgetown: GINA, November, 2005.

GUYANA. Ministry of Amerindian Affairs. **Amerindian Act (2006)**. Disponível em: <<http://www.amerindian.gov.gy>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

HERMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença**: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

IFILL, Melissa. Situando os trabalhadores africanos na divisão dos trabalhos no período de Pós emancipação na Guiana Inglesa. IN: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; IFILL, Melissa. **Dos caminhos históricos aos processos culturais entre Brasil e Guyana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. p 157-179.

LIMA. Erick Cavalcant Linhares. **Política Externa do vizinho distante**: Estudo de caso da República Cooperativa da Guiana. 2011. Tese (Doutorado Interinstitucional de Relações Internacionais) - UFRR/UNB/FLACSO, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2011.

MACHADO, Clarisse Drummond Martins. **Índio ou cidadão**: uma discussão sobre os desafios da promoção e proteção social no âmbito da política indigenista brasileira. 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS. Universidade de Brasileira, Brasília, 2012.

MALDOS, Paulo Roberto Martins. Sessão Nacional do Seminário Registro Civil de Nascimento de Indígenas nas Fronteiras. In: **Relatório Seminário Registro Civil de Nascimento de Indígenas nas Fronteiras**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://agaoka.eco.br/>>. Acesso em: 31 out. 2015.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **A questão do Rio Pirara (1829-1904)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 696 p.

MENKE, Jack. Multiethnic Caribbean Democracies. In: MENKE, Jack. (org). **Political Democracy Social Democracy and the Market in the Caribbean**. Anton de Kon University of Suriname, 2004.

MENEZES. Mary Noel. **British Policy towards the Amerindians in British Guiana, 1803 – 1873**. Oxford: Clarendon Press, 1977.

MONTENEGRO FILHO, Heleno Guedes. **“Waynau Iribennau!”** Brasil e Guiana na construção da alteridade Wapichana. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteira, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

MOREIRA, Felipe Kern. O direito internacional dos povos indígenas: colisão multidimensional de direitos? In: **Meridiano 47**, Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, n° 95, Junho/2008.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. Projeto Kuwai Kírî: os parceiros. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes (Org). **Projeto Kuwai Kírî: a experiência amazônica dos índios urbanos de Boa Vista – Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010, p 09-20.

_____. O Rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha: Aspectos da Colonização Europeia entre o século XVI e o XVIII. In: MARTINS, Estevão Chaves de; MOREIRA, Felipe Kern. **As relações internacionais na fronteira norte do Brasil – Coletânea de Estudos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, p 155-186.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção 169 da OIT. In: SILVA, Luis Fernando Villares e. (Org). **Coletânea de legislação Indigenista brasileira**. Brasília: CGD/TT/Funai, 2008. 818p.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. In: SILVA, Luis Fernando Villares e. (Org). **Coletânea de legislação Indigenista brasileira**. Brasília: CGD/TT/Funai, 2008. 818p.

PEREIRA, Mariana Cunha. **A ponte imaginária: o trânsito de êxitos na fronteira Brasil-Guiana**. 2005. 181 fls. Tese (Doutorado Antropologia) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas/CEPPAC, Universidade de Brasília, 2005.

PIMENTA, José. Parentes diferentes. In: **Anuário Antropológico** [Online], I, 2012. Disponível em: <<http://aa.revues.org/270>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

PINTO, Simone Rodrigues. A Convenção 160 da OIT e o Direito de Consulta Prévia. In: SILVA, Cristhian Teófilo da; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; BAINES, Stephen Grant Baines (orgs). **Problemas sociais para sociedades plurais**. Políticas indigenistas, sociais e de desenvolvimento em perspectiva comparada. São Paulo: Annablume, 2009. p. 187-206.

RAMOS, Alan Robson Alexandrino. **Retiradas compulsórias de estrangeiros do Brasil e a Convenção Americana de Direitos Humanos**. Dissertação (Mestrado Sociedade e Fronteira). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

REIS Elisa. **Cidadania: História, Teoria e Utopia**. Palestra proferida no Seminário Internacional Justiça e Cidadania. Rio de Janeiro, 1997.

ROBERT, Rut Rosenthal. Procedimentos para “Status Especial Social” para indígenas nas fronteiras: possibilidades e aplicação. In: **Relatório Seminário Registro Civil de Nascimento de Indígenas nas Fronteiras**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://agaoka.eco.br/>>. Acesso em: 31 out. 2015.

SANTILLI, Paulo. **Fronteiras da República**: história e política entre os Macuxi no vale do Rio Branco. São Paulo: NHII-USP; FAPESP, 1994.

_____. **Pemongon Patá**: território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SCHWARCZ, Lília. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, Sergio (Org). **O que ler nas ciências sociais brasileira (1970-1995)**. Vol. I. São Paulo: Ed. Sumaré, ANPCS. Brasília: CAPES, 1999, p. 267-325.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. **A revolta do Rupununi**: uma etnografia possível. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas-SP, 2005.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro de (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Conflictos Etnicos y Estado Nacional**. Ciudad del México: Siglo XXI Editores, 2000.

THOMÉ, Antônio Marcio Tavares; SOUZA, Michele Souza e; CALHEIRO, Orlando. **Pesquisa sobre os condicionantes do sub-registro de nascimento em populações indígenas na Amazônia Legal brasileira**. Rio de Janeiro: BENFAM, 2014.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Roraima: Editora UFRR, 2014.

VIEIRA, Liszt. Notas sobre o conceito de cidadania. In: **BIB**, São Paulo, n° 51, 1° semestre de 2001, pp. 35-47.

ARTIGO

**CULTURA E VIDA: O SUICÍDIO INDÍGENA EM MUNICÍPIOS
DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Introdução

O suicídio corresponde a um fenômeno complexo, pois envolve diversos fatores assim como são diversas suas formas de abordagem. De qualquer modo há sempre a relação entre indivíduo e sociedade. É um fenômeno normal, que pode ocorrer em toda sociedade, em alguns casos compreendem formas rituais de resgate da honra (caso do Japão), como forma de expiação de culpa e de vingança, caso dos Trobriandeses, como descreve Malinowski em *Crime e Castigo em uma Sociedade Selvagem*, publicado em 1926. Em outros casos podem expressar o desencanto com o mundo.

O suicídio não resulta de uma única causa, em geral resulta do acúmulo de uma complexa rede de interações pessoais e de circunstâncias sociais. No caso de povos indígenas acresce-se dois fatores, um relaciona-se à sua história de colonização e o outro as interações com as instituições sociais e políticas atuais.

Deve-se distinguir a categoria suicídio, da morte voluntária, sendo a categoria morte ritual e o suicídio tipos de morte voluntária. O primeiro compreende uma categorização ocidental moderna praticada pelos sujeitos de cultura ocidentalizada, enquanto a morte ritual é possível compreender a partir da expressão da percepção de especificidades culturais, como assinalam Souza e Santos (2009). Ao utilizarem a categoria morte ritual para compreenderem as mortes voluntárias entre os Suruwaha, habitantes de terra situada na Bacia do rio Purus, no Município de Tapauá, no Amazonas, os autores possibilitam estabelecer uma crítica ao uso da categoria suicídio de modo indiscriminado.

Desse modo talvez se precise verificar o significado da morte nos grupos indígenas mais afetados para compreendermos porque comparativamente a outros povos

* Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional (UnB/UFRR/Flacso-Brasil). Professora do Programa de Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. E-mail: izaura27@gmail.com.

** Doutor em Educação (UFRGS). Professor do Programa de Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas - UEA. E-mail: vicenteaguiar1401@gmail.com

da mesma região não respondem do mesmo modo às pressões externas. Mesmo no caso dos povos do Mato Grosso do Sul onde as intensidades dos conflitos podem favorecer os suicídios Ethal (2001) adverte para a visão superficial do fenômeno quando se analisa somente fatores externos. O Conselho Indigenista Missionário - CIMI tem indicado um quadro de genocídio silencioso, referindo-se ao caso dos índios Guarani-Kaiwá, naquele estado.

Conflitos e número de suicídios que afetam populações indígenas do Alto Rio Negro e do Alto Solimões, embora não tenham obtido igual repercussão se apresentam como situações de igual gravidade. Fatores externos e internos estão a eles associados, de forma que do ponto de vista da pesquisa científica um dos grandes desafios consiste em compreender o significado do suicídio.

Há uma taxa considerada aceitável do número de suicídios e ao mesmo tempo uma vigilância quanto ao seu número de ocorrências. Se por um lado o processo de identificação de sua ocorrência na sociedade moderna se tornou mais acessível. Por outro lado suas explicações continuam a desafiar a compreensão.

A taxa de suicídios no Brasil é considerada baixa, em 2014 era de 6,0 por 100 mil habitantes, no entanto diversos pesquisadores e organizações voltadas à proteção dos povos indígenas tem observado a elevação do número de suicídios entre os povos indígenas no Brasil, com destaque para alguns estados e municípios, entre os quais os municípios de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas.

A pesquisa compreendeu sobretudo uma revisão bibliográfica sobre o tema, a partir de artigos, dissertações, teses, relatórios, buscando uma aproximação com o problema, que tem sido apontado como uma questão de saúde pública, dado o nível alcançado sobretudo nos dois municípios mencionados anteriormente.

No artigo abordamos inicialmente a População indígena no Estado do Amazonas, seguido de Sociedade nacional e os direitos indígenas, do Suicídio entre os indígenas no Amazonas, retomando-se alguns aspectos nas Considerações finais.

A população indígena no Estado do Amazonas

O Estado do Amazonas concentra uma parte significativa da população indígena do país. Seis dos seus municípios estão entre os dez municípios brasileiros que possuem maior população absoluta de índios, os quais habitam sobretudo a área rural, conforme se pode observar no quadro a seguir.

Classificação dos municípios do Amazonas entre os dez municípios com maior população indígena do Brasil

| Total | | | Urbano | | | Rural | | |
|-------|---------------------------|-----------|--------|--------------------------|------------|-------|---------------------------|------------|
| | Município | Pop.total | | Município | Pop. total | | Município | Pop. total |
| 1º | São Gabriel da Cachoeira | 29.017 | 2º | São Gabriel da Cachoeira | 11.016 | 1º | São Gabriel da Cachoeira | 18.001 |
| 2º | São Paulo de Olivença | 14.974 | 9º | Manaus | 3.837 | 2º | Tabatinga | 14.036 |
| 3º | Tabatinga | 14.855 | | | | 3º | São Paulo de Olivença | 12.752 |
| 5º | Santa Isabel do Rio Negro | 10.749 | | | | 4º | Benjamin Constant | 8.704 |
| 6º | Benjamin Constant | 9.833 | | | | 5º | Santa Isabel do Rio Negro | 8.584 |
| 9º | Barcelos | 8.36 | | | | 10º | Barcelos | 6.997 |

Fonte: IBGE, Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Brasil -2010.

Observa-se que os municípios em foco neste artigo, quais sejam São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga estão entre os com maior população indígena do país em números absolutos, que habitam principalmente a área rural. A população indígena em relação à população total desses municípios corresponde, respectivamente a 76,57%, e 28,41%.

Estes municípios fazem fronteira com a Venezuela e a Colômbia (São Gabriel da Cachoeira), e com a Colômbia e o Peru (Tabatinga). As etnias que habitam estes municípios transitam entre os países fronteiriços.

Sociedade nacional e os direitos indígenas

A expansão de fronteiras no Brasil no período colonial e imperial ocorreu a partir de um “conjunto de choque territoriais” com índios e negros, como destaca Little (2002). Do século XVI ao XIX “cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos” (LITTLE, 2002, p. 4).

É sabido que na história de colonização do Brasil os povos indígenas foram sucessivamente utilizados como mão de obra, visto que eram, principalmente na Amazônia, a principal força de trabalho utilizada pelos colonos leigos e pelos missionários. O que gerou um processo de desmontagem dos seus modos de vida tradicional. Com implicações diretas sobre suas organizações culturais, sociais e econômicas.

A partir do século XIX os povos indígenas na Amazônia passaram a sofrer as pressões das frentes de ocupação não indígena na região, cujo propósito visava a exploração da borracha principalmente. Conforme pesquisa de José Aldemir de Oliveira sobre a ocupação da Amazônia neste período.

Nos vales dos rios Madeira, Purus e Juruá, foram criados e/ou recriados povoados visando servir de apoio à exploração do látex e que posteriormente se transformaram em vilas e mais tarde cidades, tais como: Manicoré e Humaitá no rio Madeira; Lábrea, Boca do Acre e Canutama no rio Purus; Carauari e Eirunepé no rio Juruá; Codajás no rio Solimões (Bittencourt, 1926, p. 202-27 Apud Oliveira, 2006, p.5).

Vale ressaltar o processo de tensão entre os colonizadores, exploradores dos recursos naturais e os povos indígenas é histórico, impondo a estes últimos condições de existência precárias, quando não ameaçada de morte física.

O processo de tensão em relação aos povos indígenas não ocorreu apenas no plano do uso de sua mão de obra, das ameaças e conflitos, mas também a partir da formação do pensamento social dos não indígenas. Isto fica evidente na pesquisa de doutoramento de José Vicente de Souza Aguiar, que abordou as Narrativas sobre povos indígenas na Amazônia. Nela, o autor destaca, o processo de nomeação e caracterização dos tipos sociais chamados de indígenas, que pode ser visto como um instrumento de classificação e hierarquização desses sujeitos, realizado por meio da força dos vocábulos utilizados na composição das narrativas, que lhes atribuíram uma conduta e um lugar social. Nesse caso, identificou-se as circunstâncias em que as palavras selvagens, civilizados, mansos, preguiçosos, rudes, indolentes, hereges, feiticeiros, dentre outras com potenciais de classificação e hierarquização equivalentes, foram utilizadas e os possíveis efeitos de nomeação que elas desencadearam (AGUIAR, 2012).

As classificações nas narrativas evidenciam o pensamento de uma grande parte da sociedade envolvente sobre os povos indígenas, o que pode representar o grau de dificuldades que eles têm de enfrentar para viver na sociedade atual, dada a condição de hostilidade que perpassa grande parte das visões da sociedade não indígena.

No século XX a continuidade do contato da sociedade nacional com os povos indígenas foi marcado por sucessivas tentativas de “integração”, sob a perspectiva da promoção do desenvolvimento do país. A partir da construção de estradas, da implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos, usinas hidrelétricas, expansão da fronteira agrícola e pecuária, ocorreram processos marcados por conflitos e pela remoção de diversos povos de seus territórios tradicionais.

Por seu turno, tais situações tiveram como reação a organização dos povos indígenas e a articulação destes com populações extrativistas e o movimento ambientalista transnacional. Desse modo:

A partir da década de 1980, os povos indígenas ganharam força política mediante um processo de organização interna de suas sociedades, alianças regionais e nacionais, entre distintas sociedades indígenas, e até presença no Congresso Nacional (veja Ramos 1998). Essas forças exerceram um papel importante no reconhecimento e ampliação de seus direitos na Constituição de 1988 (LITTLE, 2002, p. 14).

A relação da sociedade nacional com os povos indígenas, assim, passou por diversas fases, do enfrentamento, da assimilação e da tutela sobre esses povos ao reconhecimento de seus direitos culturais. Na Constituição de 1988 houve um avanço significativo no reconhecimento da diversidade cultural existente no país, conforme se pode observar no texto constitucional:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Em 2002 o Brasil ratificou a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. O Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 corrobora os direitos culturais dos povos indígenas, o que envolve os territórios tradicionais, que são definidos em seu artigo 3º:

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações

No mesmo Decreto, artigo 3º. inciso IV, lê-se que entre os objetivos da Política Nacional de Povos e Populações Tradicionais consta “garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos”.

Não obstante a expressividade dos textos legais, a violação dos direitos culturais dos povos indígenas manifesta-se de diversas formas e cada vez com maior intensidade, impactando fortemente nos seus modos de vida.

Pesquisas desenvolvidas pela Nova Cartografia Social da Amazônia, evidenciam a violação dos direitos culturais dos povos indígenas. A implantação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, conforme aponta Souza (2009) exemplificam esse processo em curso. O Estudo de Impacto Ambiental, bem como o Relatório de Impacto Ambiental minimizam em seus textos os impactos sobre as populações indígenas, sobre as áreas por eles ocupadas.

Os grandes projetos (hidrelétricas, hidrovias, portos, estradas) que visam dar suporte à produção de commodities (minerais e agrícolas), unindo interesses governamentais de acesso ao mercado global aliado aos interesses de grandes grupos empresariais sobrepõem o discurso do desenvolvimento ao respeito às culturas das populações tradicionais, particularmente indígenas e aos seus direitos fundamentais.

O Relatório da Relatora Especial sobre os direitos indígenas, do Conselho dos Direitos Humanos – ONU, de agosto de 2016, sobre sua visita ao Brasil ocorrida no mês de março de 2016 destaca diversos aspectos que corroboram a desassistência apontada e demonstram o retrocesso da proteção aos direitos dos povos indígenas nos últimos anos.

Consta no referido Relatório que a violência contra os povos indígenas ocorre de diversos modos. Diretamente, por meio de assassinatos de líderes do movimento indígenas, expulsão de suas terras e intimidação, amparados pela impunidade do sistema de segurança e de justiça do Estado brasileiro. A lentidão no processo de demarcação das terras indígenas foi apontada como causa de muitos dos conflitos entre índios e agricultores. Outros tipos de violências ocorrem por meio de medidas do poder judiciário o qual tem promovido a “suspensão” dos direitos indígenas. Este último assim está descrito no Relatório:

O crescente uso pelo judiciário do mecanismo de suspensão de segurança – que permite que certos direitos sejam suspensos em favor de outros interesses – foi apontado pelos povos indígenas como um grande problema nos contextos de projetos de desenvolvimento. Esse mecanismo permite com que projetos prossigam mesmo que eles possam resultar em sérias violações de direitos dos povos indígenas e que o Estado não tenha cumprido

com o seu dever de consultar para obter o consentimento livre, prévio e informado dos envolvidos (Relatório da Relatora Especial, Item 28, agosto de 2016, grifo nosso).

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi apontada pela relatora como um emblema da suspensão dos direitos, a despeito das ações do Ministério Público Federal, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Cabe destacarmos que a Hidrelétrica impacta 11 terras indígenas na Região Amazônica.

No caso dos municípios em questão, no Estado do Amazonas, não se tratam de grandes projetos, mas da condição de subcidadania à qual foram relegados os povos indígenas. Ou seja, de um lado observa-se a presença do estado como indutor de projetos que impactam fortemente sobre os modos de vida das populações indígenas por meio dos projetos de infraestrutura, de outro observa-se uma ausência cada vez mais expressiva na garantia dos direitos à terra, à saúde, à educação, caracterizada pela desassistência a esses povos.

No relatório de Violência contra os Povos Indígenas de 2015, quanto à desassistência foi identificada à saúde, à educação e a desassistência em geral. As informações foram obtidas no MPF, na rádio local e com lideranças indígenas. A desassistência à saúde no Alto Rio Negro tem base na denúncia da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro – Foirn. Dados parciais sobre a mortalidade infantil nos DSEI do Alto Solimões, com 77 casos e no DSEI do alto rio Negro, com 29 casos podem ilustrar este processo no Amazonas.

No mesmo relatório também é citada a desassistência na área de educação escolar, com 8 casos registrados, 3 no município de Tabatinga. Os registros dizem respeito sobretudo à merenda escolar, regularidade no fornecimento e qualidade. Quanto à desassistência geral foram identificados 5 casos, 3 dos quais em Tabatinga e incluem problemas com a emissão de Rani, fornecimento de energia elétrica e violência entre os jovens.

Parece provocativo que assim como a desassistência, os suicídios estão incluídos no capítulo sobre Violência por omissão do poder público no Relatório Violência contra Povos Indígenas de 2015.

O suicídio entre os indígenas no Amazonas

De acordo com os Relatórios Violência contra os Povos Indígenas no Brasil com dados dos anos de 2014 e 2015 obtidos na Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI e publicados pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI, ocorreram 135 suicídios em 2014 e 87 em 2015.

Em 2014 no Estado do Amazonas, considerando os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs do Alto Rio Negro, do Alto Solimões, Manaus, Médio Solimões e Afluentes, e Vale do Javari, ocorreram 56 suicídios, o maior número do país, superando o Estado do Mato Grosso do Sul, com 48 casos.

Em 2015 ocorreram 24 suicídios no Amazonas (considerando os DSEIs do Alto Rio Negro, do Alto Solimões, Alto Purus e Médio Rio Solimões). O Estado foi o segundo do país com maior número de suicídios, tendo o Estado do Mato Grosso do Sul ocupado o primeiro lugar, com 45 casos em 2015. Neste ano observou-se a diminuição do número de casos no Estado do Amazonas em relação ao ano anterior.

Em 2014 foram registrados 6 suicídios no DSEI do Alto Rio Negro e 13 no Alto Solimões. Em 2015 foram registrados 8 suicídios no Alto Rio Negro e 13 no Alto Solimões. Ressalta-se que no DSEI do Alto Solimões estão situados os municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença e Benjamim Constant. No Alto rio Negro estão localizados os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

Segundo Souza e Orellana (2013) o número de suicídios no Brasil é considerado baixo. Na região Norte e no Estado do Amazonas, considerando o total da população os números seguem a mesma tendência. No entanto ao desagregar os dados e analisar a frequência de morte por suicídio nos municípios do Amazonas, a questão se torna um problema de saúde pública, na visão dos autores.

A análise com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS e de população, do IBGE, realizada por Souza e Orellana (2013) demonstrou que no período de 2006 a 2010 ocorreram 688 suicídios no Amazonas, dos quais 19% (131) com envolvendo indígenas, com um aumento de 1,6 em 2010 em relação a 2006. Conforme os referidos autores, a Taxa de Mortalidade Ajustada no município de Tabatinga foi de 75,8/100 mil habitantes e de São Gabriel das Cachoeiras foi de 41,9/100 mil habitantes, taxas consideradas muito altas.

A maioria das vítimas era constituída por homens (76%), solteiros (84,7%) com anos de escolaridade entre 4 e 11 (65,6%), com idade de 15 a 24 anos, por meio de enforcamento (88,5%). A taxa ajustada de mortalidade por suicídio dos indígenas foi 4,4 vezes maior do que os não indígenas, o que aponta o alto grau de vulnerabilidade social desses povos, conforme ressaltam Souza e Orellana (2013). Perfil similar também foi identificado por Maia (2015), em seu estudo sobre o perfil sociodemográfico de vítimas de suicídio nas mesorregiões do Amazonas no período de 2001 a 2012.

Deve-se considerar que parte do aumento no número de registro de suicídios pode estar relacionado à melhoria na captação de informações e registro por parte

do sistema de saúde, conforme esses autores. Erthal (2001) também já havia se referido a esta situação quanto à região do alto Solimões onde a maior atuação de profissionais de saúde a partir da década de 90 teriam contribuído para o aumento da notificação dos casos.

Apesar disso deve-se levar em consideração a existência de subnotificação dos casos de suicídios, sobretudo em estados como o Amazonas, com um grande contingente de população indígena, distribuída em seu vasto território.

A pesquisa de Mota (2014) a respeito da análise de dados sobre suicídios no Brasil também conclui que no período de 2009 e 2011 os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga apresentam alto número de suicídios. Neste período foram registrados 43 suicídios indígenas no primeiro (97,93% do total no município) e 37 suicídios indígenas no segundo (74% do total no município).

Deve-se destacar que suicídios entre povos indígenas não ocorrem somente no Brasil, estudos sobre a Nova Zelândia, Austrália, Canadá também revelam um número alto de suicídios entre estas populações conforme aponta Mota (2014). Em geral são associados à discriminação, intensificação de conflitos interétnicos, a luta pela territorialidade, a falta de assistência por parte do estado, que podem afetar profundamente a identidade étnica.

Um artigo publicado no *The Guardian* em 06, de abril de 2016 revela que em uma área no extremo norte do Canadá, em um único dia, um sábado, houve 11 tentativas de suicídio entre os índios Attawapiskat. Desde setembro de 2015 mais de 100 pessoas atentaram contra a própria vida. Conforme o artigo são pessoas com pouco ou nenhuma oportunidade, vivem no frio, suas casas são degradadas e sofrem de abuso sexual, físico e psicológico a gerações. Informações similares já constavam no relatório *Suicide among Aboriginal People in Canada*, de 2007 (KIRMAYER et al, 2007). Subtraídas as grandes diferenças geográficas, e a diferença de temperatura, observa-se similar desrespeito a povos indígenas e similares desafios na compreensão do fenômeno no estado brasileiro, em particular no Estado do Amazonas.

No trabalho de Pereira (2013) sobre o suicídio entre indígenas de São Gabriel da Cachoeira a autora apresenta algumas hipóteses para as elevadas taxas de mortalidade por suicídio entre indígenas naquele município. As razões apontadas são o afastamento dos jovens das atividades tradicionais de subsistência bem como as elevadas expectativas juvenis quanto ao futuro e inserção no mercado de trabalho regional; com relação aos atributos individuais, os jovens indígenas se veem numa concorrência desleal com os não indígenas pela preferência das jovens indígenas,

outra razão é que também estariam em um momento de aprendizagem do consumo de álcool, este poderia encorajar o ato suicida.

Pereira considera essa fase da vida marcada por atributos “psicológicos” de falta de controle e desobediência a prescrições rituais, e aos conselhos dos mais velhos. Também considera a possibilidade de o consumo de bebidas alcóolicas contribuírem de algum modo para as altas taxas de mortalidade por suicídio nesta localidade.

No que se refere aos atributos do mundo social, destacam-se os possíveis conflitos familiares, as dificuldades em adaptar-se ao mundo urbano; e a possibilidade de serem vítimas de “sopro ou estrago” (encanto xamânico em sua face malévola, feitiçaria para causar doenças e morte. Em geral motivado por inveja). Haveria uma grande vulnerabilidade juvenil a esse tipo de agressão, pois os jovens não conheceriam as estratégias de proteção ou deliberadamente não seguiriam os conselhos dos mais velhos, deixando de tomar medidas preventivas contra esse tipo de ataque. Haveria, ainda, a influência de atributos do mundo sobrenatural, na medida em que espíritos de jovens mortos viriam buscar outros jovens.

Estudos mais específicos, por etnia favorecem a melhor compreensão do fenômeno. Na análise sobre o suicídio entre os Tikuna, Erthal (2001) destaca os conflitos internos como possíveis causas que propiciariam o suicídio, sob a influência da feitiçaria:

Particularmente em comunidades com marcadas cisões de cunho religioso, nas quais esses eventos não são referidos nem computados nas estatísticas oficiais, as quais, por sua vez, apontam para a existência de graves disputas faccionais que possibilitariam o desencadear da ocorrência de suicídios (p. 302).

Este tipo de fenômeno, portanto, não é captado pelos métodos clássicos de medida de morbimortalidade sobretudo devido à dificuldade de incorporação dos saberes e entendimentos das populações indígenas a respeito de suas doenças e mortes nesses sistemas classificatórios, como destaca a autora.

Além disso, seria fundamental verificarmos sua distribuição por localidade, tendo em vista a compreensão dos fatores que contribuem para que se realizem. Em seu estudo sobre os Tikuna a autora observou uma variação no número de ocorrências nos distintos agrupamentos desta população. Um outro aspecto importante diz respeito à utilização de categorias. A utilização da referência da cultura Tikuna quanto à faixa etária demonstra que com isso se pode obter interpretações mais adequadas do fenômeno. Embora a população jovem entre os Tikuna esteja também entre as mais afetadas, há uma distribuição diferente entre dois grupos:

A concentração de casos de suicídio nas faixas etárias de 16-18 anos (47,2%) e 19-25% (27,3%) parece indicar o alto grau de instabilidade vivido por estes jovens adultos – em particular, os do sexo masculino – dentro de sociedade altamente marcada por divisões faccionais e pela importância das relações familiares (p. 310).

Não obstante as diversas características das vítimas de suicídio, chama a atenção o fato de que a maioria ocorre em jovens que possuem de 4 a 11 anos de escolaridade. Pode-se adicionar às contribuições precedentes que o perfil motiva diversas reflexões, uma delas diz respeito à relação do livre exame à instrução o que, ao contribuir para a perda de centralidade das tradições, conforme aponta Durkheim em seu clássico *O Suicídio* (2011), pode torna os jovens vulneráveis. Outra reflexão diz respeito a que no processo de educação a influência da subjetividade moderna ocidental sobre as subjetividades indígenas, leva à sobreposição do indivíduo em detrimento do coletivo.

A despeito da preocupação na formulação de uma educação intercultural inevitavelmente o consumismo e o valor da aparência, próprios da modernidade líquida atravessam a formação da juventude podendo gerar expectativas de inserção confrontadas com frustrações mediante a discriminação e uma condição de subcidadania.

Ademais, a sociedade moderna e, por conseguinte, a escola centra-se na formação do sujeito competitivo, voltado para o mercado, em detrimento da formação de um sujeito que possa ser e viver em ações de colaboração. O que poderíamos chamar de um processo no qual há quase uma exigência na formação escolar de produção de um aluno pautado no critério de utilidade para o mercado. Dessa forma, os que conseguem se inserir no mundo da competição alcançam alguns benefícios econômicos e sociais. Do contrário, ficam à mercê vivendo de uma subcidadania, o que pode gerar um estado de falta de expectativa para os jovens, tornando-os vulneráveis existencialmente.

Muitas das manifestações da violência podem estar associadas à necessidade de reconhecimento como aponta Honnet (2009), mas não se pode compreendê-la dissociada da desigualdade social (BAUMAN, 2003), dado o grau de discriminação e desassistência a que estão submetidos os povos indígenas.

Considerações finais

Os estudos consultados, embora com fontes, períodos e recortes diferenciados permitem evidenciar o alto número de suicídios entre os índios dos municípios de

São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga. A pesquisa quantitativa permite identificar a anormalidade do fenômeno, as áreas onde ocorre e estabelecer a relação entre algumas variáveis.

Os relatórios informam a desassistência e o retrocesso na proteção dos direitos culturais indígenas, comprometendo com isso o direito à vida desses povos. Eles também parecem sugerir que num cenário dramático, a força da resistência pela guerra em tempos coloniais deu lugar, em alguns casos, à uma lucidez sombria.

Em geral a maioria dos estudos privilegiam os fatores externos na tentativa de explicar os suicídios, porém o aprofundamento da compreensão do alto índice de suicídios entre as populações indígenas dos municípios onde ocorrem, em particular no caso em análise, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e de Tabatinga, no entanto, exige uma análise das etnias onde os altos números se manifestam, visto que conforme vimos, diversos autores apontam que a explicação do suicídio por fatores externos são insuficientes.

Tal explicação requer um olhar ainda mais específico, buscando compreender sua distribuição entre os agrupamentos da etnia, sua estrutura social e suas características culturais. E, a partir de suas próprias categorias, como a classificação etária, e de suas explicações fazer uma maior aproximação da compreensão do fenômeno.

Sugere-se que o indivíduo, figura própria da sociedade ocidental moderna, invade o território simbólico onde o coletivo se impunha, subtraindo em muitos casos a identificação e o reconhecimento culturais e impactando sobre a subjetividade. O direito à vida, princípio basilar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, desse modo, passa a ser violado por meio da dominação mais visível e da mais invisível, impondo formas de reconhecimento social que não tinham espaço naquelas culturas, borrando os limites entre muitos hábitos e costumes da sociedade nacional e dos povos indígenas.

Os processos mais exteriores e identificáveis de colonização e catequização dão lugar à sociedade de consumidores, à valorização da aparência e dos bens materiais. É possível que no cenário dos povos indígenas assolados pelo suicídio este seja o signo mais dramático de tais impactos sobre as subjetividades e as culturas desses povos.

Referências bibliográficas

AGUIAR, José Vicente de S. **Narrativas sobre povos indígenas na Amazônia**. Manaus: Edua, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CIMI. **Relatório**: Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015. Disponível em <<<http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>>>. Acesso em 10.11.2016

_____. **Relatório**: Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2014. Disponível em <<<http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>>>. Acesso em 10.11.2016.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio**: estudo de sociologia. 2ª. ed. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2011.

ERTHAL, Regina M. de Carvalho. O suicídio Tikuna no Alto Solimões: uma expressão de conflitos. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 17 (2): 299-311, mar-abr, 2001.

HONNETH, A. Lutas por reconhecimento. **A gramática moral dos conflitos sociais**. 2ª.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KIRMAYER, L.J. et al. **Suicide among Aboriginal People in Canada**. Aboriginal Healing Foudations, 2007.

LITTLE, Paul E. **TERRITÓRIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL**: Por uma antropologia da territorialidade, 2002. <Disponível em http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acesso em 10.10.2016

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e Costume na sociedade selvagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª, Ed., 2008.

MAIA, M. L. M. **Suicídio nas Mesorregiões do Amazonas**: análise do perfil sócio-demográfico – 2001 a 2012. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, UEA. 2015.

MOTA, A. A. DA. **Suicídio no Brasil e os contextos geográficos**: contribuições para política pública de saúde mental. Tese (Doutorado em Geografia).UNIP. Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014.

NASCIMENTO, Izaura R. **Globalização ambiental**: Organizações Não Governamentais e Redes na Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2014.

PEREIRA, Marluce Mineiro. **Representações Sociais de Suicídio Indígena em São Gabriel da Cachoeira – AM**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia. ILDM-Fiocruz Amazônia/UFPA/UFAM, 2013.

RELATÓRIO da missão ao Brasil da Relatora Especial sobre os direitos dos povos indígenas. Conselho de Direitos Humanos. **Nações Unidas**. Ago, 2016. Disponível em < <http://unsr.vtaulicorpuz.org/site/images/docs/country/2016-brazil-a-hrc-33-42-add-1-portugues.pdf>>. Acesso em 10.10.2016.

SOUZA, Kariny Teixeira de Souza. SANTOS, Márcio Martins dos. Morte Ritual: reflexões sobre o “suicídio” Suruwaha. In: **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v.3, n. 1, p. 10-24, jan./jun.2009.

SOUZA, Kariny Teixeira de Souza. Os povos indígenas e o “Complexo Hidrelétrico Madeira”: uma análise etnográfica das contradições do processo de implementação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. In: *Conflitos Sociais no Complexo Madeira. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia*. UEA Edições, 2009.

SOUZA, M. L. P. de. ORELLANA, J. D. Y. Desigualdade na mortalidade por suicídio entre indígenas e não indígenas no estado do Amazonas, Brasil. In: **J. Bras. Psiquiatr.** 2013;62 (4):245-52.

The Canadian First Nation suicide epidemic has been generations in the making. **The Guardian**, 12 de abril de 2016. Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/12/canadian-first-nation-suicide-epidemic-attawapiskat-indigenous-people>> . Acesso em 02.09.2016.

ARTIGO

DISCURSO: O INDÍGENA NO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA

Introdução

Este artigo se propõe a analisar o discurso contido na matéria veiculada na internet pelo site do Jornal Folha de Boa Vista em 12 de julho de 2016. O interesse em analisar a reportagem parte das representações encontradas no Jornal sobre a situação dos indígenas, que motivados por necessidades básicas, como: alimentação e saúde migram para o perímetro urbano de Boa Vista como forma de sobrevivência à condição relegada pelo Estado aos territórios indígenas.

Essa inquietação em analisar o Jornal, parte do pressuposto de que discursos ideológicos posteriores a homologação da Terra Raposa Serra do Sol foram veiculados nas mídias e apregoavam que Roraima iria deixar de se desenvolver, com a perda da área indígena em questão (SILVA, 2010). Outros trabalhos que buscaram analisar o Jornal demonstram que existem questões ideológicas que servem ao interesse de alguns grupos em Roraima¹ (VIEIRA e SILVA, 2010).

Portanto, o discurso elaborado para justificar a presença do índio no espaço urbano de Boa Vista, durante a reportagem, transmite aos leitores a ideia de que existe um Outro (GUIMELLI, 1994) diferente do morador boa-vistense, os indígenas Wapichana e Macuxi, que forçados por diversos problemas nos territórios indígenas migraram para cidade.

Assim, segue a matéria intitulada de MIGRAÇÃO DOS ÍNDIOS: Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos – Os Macuxi e Wapichana são os

* Graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília UnB. Atualmente é bolsista de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras - PPGSOF, na Universidade Federal de Roraima - UFRR. E-mail: sandro.almeida@gmail.com

** Aluno de Mestrado do Programa em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF. Universidade Federal de Roraima – UFRR, 2016. E-mail: jimmy.melo@ufr.br

¹ O trabalho intitulado de uma breve análise histórica do jornal folha de Boa Vista e suas influências políticas e ideológicas de VIEIRA e SILVA (2010, p.144) afirma que existe no papel da imprensa em Roraima “jogo de interesses das classes dominantes: políticos, fazendeiros, rizicultores, mineradores, empresários que, além de deterem os meios de produção, também controlam os meios de comunicação no Estado” corroborando com a proposta em discussão para análise do discurso na matéria veiculada na internet.

que mais deixam as comunidades para arriscar uma vida melhor na cidade (FOLHA, 2016):

O número de índios em Boa Vista aumenta a cada ano, apesar de não haver dados oficiais dessa migração. Eles deixam suas terras por causa da precariedade dos serviços públicos e vêm à Capital em busca de melhores condições de vida. Nas feiras e esquinas movimentadas da cidade já virou cena comum ver índios vendendo água ou pedindo esmola.

Os índios vêm de quase todas as regiões de Roraima e até de países vizinhos. A agente em indigenismo, Mariana Lima da Silva, da Fundação Nacional do Índio (Funai), explicou que alguns fatores provocam a migração dos índios a centros urbanos, como a falta de educação e saúde, por exemplo.

“O que se observa também é uma crescente demanda por uma fonte de renda fixa, pois o índio não quer mais sobreviver apenas da agricultura de subsistência. Os jovens indígenas, principalmente, estão procurando outro estilo de vida, de consumo. E isso os traz ao meio urbano, onde arranjam um emprego para poder mudarem de vida”, observou.

Os Macuxi e Wapichana, segundo a agente, são os que mais deixam suas comunidades para arriscar uma vida melhor na cidade. Mariana observa ainda que não há necessariamente uma migração em Roraima, mas um movimento variado dos índios, que vêm à Capital trabalhar de segunda a sexta, mas voltam às suas comunidades nos finais de semana.

Ainda conforme a agente, os índios trabalham na construção civil ou na jardinagem e as índias são contratadas para o trabalho doméstico. *“Muitos também vêm à cidade atrás de formação acadêmica e técnica, a maioria jovem. Querem uma educação que não têm em suas comunidades”*, ressaltou.

Mariana disse que para esses casos, de educação e emprego, a Funai promove a acessibilidade do índio ao seu direito de cidadão, dando orientações e emitindo documentos necessários. Mas nos casos de índios que chegam a centros urbanos por causa do alcoolismo ou de conflitos com outras tribos, a Funai providencia o remanejamento deles para outra região longe dos conflitos, dos vícios.

O índio macuxi João Paulo Filho, de 29 anos, vendedor ambulante na Avenida das Guianas, no bairro 13 de setembro, zona Sul, confirmou o que disse a agente indigenista da Funai. Há seis meses em Boa Vista, ele deixou a sua comunidade, Jacamim, no município do Bonfim, Nordeste de Roraima, para arriscar uma vida melhor na Capital.

“Lá não tem educação, não tem saúde, não tem emprego. Então, outros parentes vieram pra cá e conseguiram se estabelecer. Então, decidi vir também. O dinheiro que ganho com as vendas dá para meu sustento porque divido aluguel com mais dois parentes. Também já comecei a estudar”, comentou.

De calça jeans, óculos escuros, camiseta de manga e um boné de marca, João Paulo disse que não pretende voltar à sua comunidade tão cedo. *“Aqui a gente tem chance de trabalhar e vencer. Lá, não. Não quero mais aquela vida, de roça. Aqui a gente se alimenta melhor, tem médico”*, justificou.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também não tem número da migração indígena em Roraima. O último Censo, de 2010, apenas aponta que o Estado tinha uma população indígena declarada de 55.922. Desses, 9.417 declararam morar fora de área indígena (FOLHA, 2016).

Durante a análise do texto, serão problematizados os conflitos históricos e as condições socioculturais dos indígenas em Boa Vista² a partir do que Maingueneau (2008, p.143) enfatiza ser o “entrecruzamento de um texto e de um lugar social”. Desta forma, a relação do texto com o lugar social nos faz refletir sobre o discurso que se quer mostrar no Jornal Folha de Boa Vista, voltado ao interesse de um público específico³, enquanto produz notícias para os moradores da cidade. Pois, na fala da agente indigenista ao Jornal fica claro, o porquê da estranheza dos moradores de Boa Vista encontrarem indígenas nas “*feiras e esquinas movimentadas da cidade*” (FO-LHA, 2016).

Desta forma, todo o discurso disposto na reportagem está relacionado com aquilo que podemos chamar de *ethos* discursivos de acordo com Heine (2007, p.41) que são “textos orais e escritos, em que os enunciadores fornecem uma imagem de si por meio do discurso. Assim, dizer que os participantes do discurso criam uma imagem de si por meio dele significa também afirmar que o discurso carrega as marcas do enunciador e do coenunciador, entendidos como aqueles que interagem no processo discursivo”. Dessa forma, as imagens do enunciador e do coenunciador agem no campo discursivo, constituindo-se no processo enunciativo.

Apresentamos também a fotorreportagem⁴ no Jornal Folha de Boa Vista (FO-LHA, 2016) para posterior análise no texto.

² Segundo estudo realizado pela professora Dr^a. Ana Hilda Carvalho de Souza, sobre os Indígenas Urbanos de Boa Vista/RR: Aspectos de migração e estado de Pobreza, esta enfatiza que “o fato dos indígenas morarem em cidades tem sido equivocadamente compreendido como um indicador do desejo de eles não quererem conservar sua condição indígena, deduzindo-se automaticamente a renúncia à proteção já garantida pela legislação. Em geral, a tentativa dos indígenas da cidade fazer valer os seus direitos acaba por resultar em diversos tipos de preconceito e discriminação, que desqualificam suas pretensões, quando lhes nega a condição de indígenas e, mesmo quando esse reconhecimento acontece, ele não é traduzido em garantia dos direitos correspondentes” (SOUZA, 2012, p. 103-104).

³ Esse público interessado para as condições precárias que se encontram os indígenas, não vem dos dias atuais, conforme coloca Melo (2012, p.75) “é necessário, contudo, ter cautela quanto a essa questão. Invariavelmente, tal situação de precariedade de parte dos indígenas que se encontra em TI’s é apropriada pelo discurso daqueles que se sentiram prejudicados com a homologação das TI’s, fazendo uso de tal aspecto para tentar manipular a opinião pública quanto ao direito conquistado pelos povos de Roraima”.

⁴ Para Bahia apud Lima (2008) a fotorreportagem está inserida na fotojornalismo, que se classifica como sendo uma especialidade da fotografia, uma atividade que se exprime no contexto da matéria.

Foto 1: Oportunidade de estudo é um dos atrativos da cidade



Fonte: FOLHA de Boa Vista. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia/Indigenas-buscam-melhorias-de-vida-nos-centros-urbanos/18121>. Acesso em 20 de jul. de 2016.

Sobre a análise da fotorreportagem contida na matéria do Jornal, Barthes (1990, p.11), falando sobre imagens fotográficas, esclarece que a fotografia jornalística pode ser entendida e definida como uma mensagem, constituída por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor. A fonte emissora vem a ser a redação do jornal. O meio receptor é o público que lê o jornal. E o canal de transmissão é o próprio jornal, ou, mais exatamente, um complexo de mensagens concorrentes cujo centro é a fotografia.

A fotografia será analisada no que Barthes (1990) chama de “terceiro sentido” no qual o autor diz: “desconheço seu significado, pelo menos não consigo dar-lhe um nome, mas posso distinguir os traços, os acidentes significantes que compõem esse signo, no momento, incompleto” (BARTHES, 1990, p.46). Assim, pensando nessas questões que envolvem o discurso da fotorreportagem na referida reportagem, realizaremos a análise crítica do discurso do texto.

Nesse sentido, a análise do discurso veiculado na reportagem permite encontrar elementos de alteridade e identidade em concepções da sociedade para o indígena, ao que Oliveira Filho (1999, p.115) chama de “uma imagem construída [...] o índio como morador da selva, detentor de tecnologias mais rudimentares e de instituições mais primitivas, pouco distanciado da natureza”. Partindo das representações do discurso na reportagem de como deveria ser os indígenas no urbano é que buscamos

entender o contexto sociocultural no qual são representados pelo Jornal Folha de Boa Vista.

Portanto, cabe ressaltar que no dia 15 de abril de 2005, por meio de um decreto presidencial, ocorreu a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, terra ocupada por povos como os Macuxi, Wapichana, Taurepang e Ingaricó, e esse processo de reconhecimento do direito ao território pelos povos indígenas foi marcado por períodos de acirradas lutas políticas contra os latifundiários locais durante três décadas (SANTILLI, 2009).

Assim, o discurso que distancia o indígena da cidade, amplificado pelos meios de comunicação, pode ser interpretado como a continuidade desse processo de negação de direitos aos povos e aos indivíduos indígenas. Se antes (e ainda) era negada a relação ancestral com a terra, hoje é questionada a relação “moderna” com a cidade e os serviços públicos.

A presença dos indígenas Wapichana e Macuxi na cidade: a reportagem

A reportagem trata sobre fluxo migratório dos índios para cidade pelo fato de em ‘suas terras’ [...] existirem uma ‘precariedade dos serviços públicos’ (FOLHA, 2016), o que motivou os deslocamentos para a cidade, diante de tal situação que o Estado os obrigou a viver. Por estas condições precárias dos serviços públicos, os indígenas buscam novas formas de sobrevivência no perímetro urbano da cidade de Boa Vista, e acabam por viver de “*esmolos e trabalhando em serviços precários*” (FOLHA, 2016).

Entretanto, a presença dos indígenas Wapichana e Macuxi na cidade de Boa Vista, de acordo com (RIBEIRO, 1997), vem de um período anterior ao que a matéria apresentou no Jornal Folha de Boa Vista, no dia 12 de julho de 2016, pois a migração para cidade, segundo o Jornal seria impulsionada pela busca de melhoria de vida, conforme relata a agente de indigenismo Mariana Lima da Silva, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, ao afirmar que “*a migração dos índios a centros urbanos*” (FOLHA, 2016), é ocasionada por escasso acesso a “*educação e saúde*” (FOLHA, 2016).

E que, no caso dos indígenas Wapichana e Macuxi, que ocupam atualmente a cidade de Boa Vista no perímetro urbano, visam a “*crescente demanda por uma fonte de renda fixa, pois o índio não quer mais sobreviver apenas da agricultura de subsistência*” (FOLHA, 2016), conforme relata a agente da FUNAI na entrevista ao Jornal.

Portanto, percebe-se que a motivação da agente é apresentar dados de que os indígenas que vivem em regiões localizadas em áreas rurais estão migrando por diversos fatores, mas principalmente são motivados por situação econômica e condições

ofertadas no que se refere à educação e saúde. Por causa disso, os indígenas atraem olhares dos moradores da cidade.

Embora, essas possíveis leva de indígenas em deslocamento que estão em circulação dentro do perímetro urbano, conforme entrevista da agente ocorra por causa da possibilidade atrativa de oferta de trabalho, pois “*arranjam um emprego para poder mudarem de vida*” (FOLHA, 2016), a fala da agente “expressa” o desejo do índio mudar da localidade rural para a vida urbana.

Apesar de que, trabalhos recentes apresentam dados nos quais os indígenas Wapichana e Macuxi reivindicam participação na construção da cidade de Boa Vista (OLIVEIRA e SOUZA 2010), a mensagem pela reportagem é de que não deveria haver migrações de índios para cidade, pois o seu habitat são as matas e lavrados de Roraima, e isso, não poderia está ocorrendo, porque o lugar do índio são os territórios demarcados, limites para sua sobrevivência.

Assim, fica subentendido pelo discurso que, à motivação dos indígenas nos vários deslocamentos dentro do perímetro urbano de Boa Vista, seriam apenas dados pela situação econômica atual, sem, contudo, apresentar outros fatores que justifiquem essa circulação, pois de acordo com dados arqueológicos, como os de Ribeiro (1997) esses deslocamentos já ocorriam em períodos anteriores ao surgimento da cidade, pois aproximadamente 3.000 a 4000 anos a.C., povos como os Wapichana e Macuxi circularam este espaço geográfico.

Outra análise dada pela reportagem ao discurso da agente, quando diz “*o índio não quer mais sobreviver apenas da agricultura de subsistência*” (FOLHA, 2016) foi à busca em apenas focalizar a condição de precariedade econômica dos indígenas nos territórios demarcados, obrigando-os a migrar forçadamente para a cidade, mas, em nenhum momento a reportagem menciona períodos anteriores à condição socioeconômica que já se encontraram os indígenas, pois segundo Santilli (1997, p. 63) no período da colonização muitos índios foram “compungidos a submeter-se à força às regras impiedosas da propriedade privada, e da acumulação de riquezas às expensas da expropriação de suas terras” como forma de integração a sociedade.

Embora, essa condição colocada por Santilli (1997) apresenta uma condição ao qual, povos indígenas foram forçadamente obrigados a viver no espaço urbano da cidade, outros trabalhos apresentam que os indígenas vem utilizando este espaço urbano para construção de direitos sociais, participação nas universidades, busca por empregos públicos⁵, e como agentes de interação na rede relações com a cidade de Boa Vista (MELO, 2012).

⁵ Ver: MELO, Luciana. Fluxos Culturais e os Povos da Cidade: entre os Macuxi e Wapichana de Boa Vista – Roraima.

Neste caso, a problemática discutida por Santilli (1997) é adaptação dos indígenas à imposição da sociedade no estado colonizador, o que contrariamente na reportagem, o discurso da agente a condição dos indígenas migrantes, está condicionada a desistência do trabalho na “*agricultura de subsistência*” (FOLHA, 2016), buscando “*outro estilo de vida, de consumo*” (FOLHA, 2016), ficando subtendido pelo discurso na reportagem, que o próprio índio busca esse outro estilo de vida que não pode ser proporcionado em territórios demarcados de Roraima, negando-o direito de viver no espaço urbano da cidade.

Portanto, o discurso da agente pela reportagem é deslegitimar a condição do índio na cidade, demonstrando que a identidade indígena (MELATTI, 2007), deve ser fixa ao território demarcado (MELO, 2012; FERRI, 1990), e assim, por ser contrária aos moradores boa-vistenses deveria permanecer em suas habitações, justificando a discriminação que sofrem ao buscar melhores condições de vida (OLIVEIRA, 2012; RUFINO, 2009).

Desta maneira, o possível fluxo migratório na reportagem, e o relato espantoso da agente indigenista que circulou no Jornal Folha de Boa Vista, para tentar chamar atenção dos moradores, ou os diversos leitores do Jornal, é tema questionado em outros trabalhos, pois, matérias que abordaram problemáticas indígenas e que apresentaram fotografias desses povos, sugerem que existem, toda uma tentativa de construir imagens preconceituosas dos povos indígenas em Roraima por diversos interesses conflituosos de grupos políticos, e outros atores sociais que se sentiram insatisfeitos com as demarcações dos territórios indígenas (LIMA, 2008).

Essa discussão apresentada na reportagem, não leva em consideração a situação atual dos indígenas que está relacionada à condição de Povos⁶ pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), desta forma se o outorgamento concedido pelo mecanismo legal fosse respeitado (BAINES, 2003) na mídia local, os estereótipos construídos para os povos Wapichana e Macuxi não seriam de migrantes pobres em busca de alimento, mas reafirmação da sua condição de Povos.

Nesse caso, embora seja possível perceber a desinformação por parte de setores da mídia, não se pode aceitar a deslegitimação desenvolvida pela mídia que se serve de um discurso discriminatório para inferiorizar o papel do índio na sociedade boa-vistense.

⁶ Segundo Baines (2012, p.36) “A adoção da palavra “povos”, fundamentada no princípio de que os índios são sociedades permanentes, tem como intuito propiciar o estabelecimento de uma nova relação entre os indígenas e o Estado, baseada no reconhecimento da diversidade cultural e étnica. Além disso, a utilização do termo implica outorgar-lhes proteção e incentivá-los a estabelecer suas próprias prioridades de desenvolvimento”.

Outro exemplo na reportagem, para a construção negativa da imagem do índio, está relacionada à fala da agente indigenista no que se refere à tentativa de justificar os fatores que ocasionaram a migração para a cidade de Boa Vista, pois, aqui cabe ressaltar o tema central da reportagem, a migração dos índios Wapichana e Macuxi.

Assim, a agente afirma na reportagem que: *“ainda que não há necessariamente uma migração em Roraima, mas um movimento variado dos índios, que vêm à Capital trabalhar de segunda a sexta, mas voltam às suas comunidades nos finais de semana”* (FOLHA, 2016).

Neste sentido, observa-se que durante a reportagem, a agente, menciona que não existe “migração”, mas, “movimento variado” de grupos indígenas para a cidade. Mas, o próprio título da reportagem do Jornal Folha Boa Vista, ao chamar o leitor para a situação dos indígenas que vivem em condições precárias na cidade de Boa Vista, utiliza no título o termo *“Migração dos Índios”* (FOLHA, 2016), outra situação que não pode deixar despercebida no discurso do Jornal, pois, o conceito de migração nos fluxos de deslocamentos indígenas para cidade de Boa Vista, é um conceito de definição bastante complexo para a própria ciência que estuda os movimentos migratórios no mundo, pois segundo Salim (1992) a migração é:

fenômeno complexo essencialmente social com determinações diversas, apresenta interações particulares com as heterogeneidades de uma formação histórico-social concreta que tende a assumir feições próprias, diferenciadas e com implicações distintas, para os indivíduos ou grupos sociais que a compõem e a caracterizam (SALIM, 1992, p.119).

Assim, em toda a reportagem, a ênfase dada para a migração dos povos indígenas ocorre devido à situação econômica que estes encontram em sua localidade de origem, por isso buscam migrar para cidade.

Salim (1992) apresenta na sua abordagem que existem diferentes causas para grupos humanos migrarem, e, portanto, é possível entender que mais uma vez o Jornal, de forma reducionista, não trata de fluxos migratórios dos indígenas para a cidade de Boa Vista, mas sim, cria um imaginário das péssimas condições nas quais estes se encontram, posterior à homologação das terras. Desta forma, conforme a reportagem, a ideia de migração é aquilo que Simmel (2005, p.265) chama de “o estrangeiro, exterior e contrário” a sociedade boa-vistense.

Voltando a analisar a fala da agente pela reportagem, ela diz não existir “migração”, mas um “movimento variado [...], *índios [...]* vêm à Capital trabalhar de segunda a sexta, mas voltam às suas comunidades nos finais de semana” (FOLHA, 2016). Contudo, como pode ser a mensagem central apresentada no título da reportagem à existência de uma migração indígena para a cidade de Boa Vista? Portanto, entende-se que

no discurso produzido pela Folha, o leitor é incitado a compreender os indígenas da cidade como pessoas sem nenhuma condição de permeância no espaço urbano, pois seriam fugitivos de áreas rurais, e as terras homologadas a eles destinadas não teriam proporcionado condições necessárias para a sua sobrevivência, e por isso, buscam em Boa Vista uma nova forma de vida, encontrando, porém, dificuldade de adaptação no centro urbano, devido ter uma vida ligada as condições precárias em que estavam vivendo nas áreas rurais.

O índio representado na reportagem, por não ser um morador “acostumado” com a vida urbana acaba “vendendo água ou pedindo esmola” (FOLHA, 2016). Todavia, na fala do índio “*João Paulo Filho, de 29 anos, vendedor ambulante na Avenida das Guianas*” (FOLHA, 2016) que também foi entrevistado na referida reportagem, os motivos que o levaram a se deslocar e permanecer na cidade de Boa Vista, a justificativa foi a de que em “*sua comunidade, Jacamim, no município do Bonfim, Nordeste de Roraima*” o índio decidiu “*arriscar uma vida melhor na Capital*” [...] pois “*lá não tem educação, não tem saúde, não tem emprego [...] Então, decidi vir também*” (FOLHA, 2016).

Enquanto o indígena apresenta as razões sobre a situação familiar, econômica e social que estava vivendo na comunidade Jacamim, e que o forçaram à busca por uma condição melhor de vida, este diz: “*outros parentes vieram pra cá e conseguiram se estabelecer*” (FOLHA, 2016), neste sentido, percebe-se que a migração não ocorreu por uma condição de miserabilidade como afirmado anteriormente, que os índios na cidade estão “pedindo esmola”, antes existe em Boa Vista, uma rede social que ligam os sujeitos em si e funcionam como uma teia de vínculos (HANNEMAN, 2001).

Desta maneira, quando o repórter, Amílcar Júnior, descreve os fatores que proporcionaram a migração dos indígenas, ligadas as condições precárias de vida em suas regiões, esquece de acrescentar que existe uma rede de relações sociais na cidade, assim podemos concluir que o autor, não trabalhou com dados pesquisados em fontes governamentais, ou não governamentais, pois ele mesmo cita que para elaboração da reportagem não foram consultadas informações “*oficiais dessa migração*” (FOLHA, 2016), ou qualquer outra informação, antes a reportagem apresenta apenas análises do senso comum.

A partir deste relato, claramente entende que não houve nenhuma preocupação do repórter na elaboração da matéria, bem como compromisso social ao elaborar a reportagem, pois quando ofereceu dados quantitativos e qualitativos sobre a circulação dos indígenas na cidade de Boa Vista, apenas aponta que o Estado tinha uma população indígena declarada de 55.922, *dos quais 9.417 declararam morar fora de área indígena*” (FOLHA, 2016), e no final da reportagem apresenta dados do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mencionando o “*último Censo, de 2010*, diante disso, é possível observar que ele não parece ter total clareza do tema que tenta abordar em sua reportagem.

Desta forma, toda a violência simbólica (BOURDIEU, 2001), exercida sem o consentimento do outro, correspondendo a uma imposição ou inculcação arbitrária, escrita no Jornal Folha de Boa Vista para com os indígenas, Wapichana e Macuxi, e demais índios, é para deslegitimar os deslocamentos dos povos que tradicionalmente ocuparam e ocupam a região (MELO, 2012).

Imagem indígena na reportagem do Jornal Folha de Boa Vista

A Reportagem do Jornal faz afirmações severas e preconceituosas sobre a condição do índio na cidade de Boa Vista. Observamos isto ao analisar o fragmento da reportagem com a seguinte afirmativa “*nas feiras e esquinas movimentadas da cidade já virou cena comum ver índios vendendo água ou pedindo esmola*” (FOLHA, 2016). Aqui, temos outro problema, pois na reportagem de Ribamar Rocha, com o título “***Índios que pedem esmola nos semáforos vêm da Venezuela fugindo da estiagem em 22 de janeiro de 2016***”, (FOLHA, 2016) apresenta a condição dos indígenas da etnia Warau⁷ que pedem esmolas nos semáforos, que são do país Venezuelano, assim, não são os indígenas que estão em terras homologadas no estado de Roraima, que ficam nos semáforos conforme a “*chefe da Coordenação de Promoção de Direito Social da Fundação Nacional do Índio em Roraima (Funai/RR), Elaine Rodrigues Maciel Raposo*” (FOLHA, 2016), na reportagem veiculada pela Folha no dia 22 de janeiro de 2016.

A contradição desta reportagem está em afirmar que, principalmente os índios da etnia Wapichana e Macuxi, ficam nos semáforos da cidade pedindo esmola, embora, reportagens do mesmo Jornal, apresentem outros dados, pois os indígenas que vivem nesta condição são do país vizinho, e não indígenas de terras homologadas em Roraima.

Percebe-se, claramente, neste trecho do Jornal, que o intuito do repórter é apresentar os indígenas Wapichana e Macuxi, como moradores desprovidos de direitos constitucionais à vida, saúde e educação, vivendo a mercê do estado nas terras homologadas.

Embora, não seja possível negar que existam condições precárias nos territórios indígenas com relação à saúde e à educação (MELO, 2012), a intenção da repor-

⁷ Para LÉVI-STRAUSS (1985, p.135), os indígenas da etnia Warua são da região do Delta do Orinoco, no nordeste da Venezuela.

tagem, não foi resolver as problemáticas dos indígenas que escolheram viver nos territórios demarcados, mas promover um discurso que alcance a opinião pública, principalmente grupos que se sentiram prejudicados com as demarcações das terras indígenas (SOUZA, 2012).

Uma informação clara neste discurso está relacionada à imagem que encontramos no corpo do Jornal referente a reportagem, exposta a seguir:



Fonte: FOLHA de Boa Vista. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia/Indigenas-buscam-melhorias-de-vida-nos-centros-urbanos/18121>. Acesso em 20 de jul. de 2016.

Existem discursos em imagens, principalmente em jornais, revistas e outros meios de comunicação. Sobre a análise da fotorreportagem do Jornal Folha de Boa Vista, cabe mencionar alguns aspectos importantes, pois a imagem transmite uma mensagem carregada de significados e discursos.

Assim, busca-se entender o lugar do produtor e emissor da imagem, bem como a visão simbólica que ocupa essa produção. Desta forma, devemos atentar ao anúncio que se pretende construir e ofertar aos receptores da mensagem por meio da imagem (ASSIS, 2011).

A mídia tem a capacidade de elaborar discursos através da imagem de maneira que o leitor ao perceber a imagem relacione com o texto escrito, pois segundo Fausto (1999, p. 9) a mídia tem “o poder [...] e capacidade de construir via discursos, conceitos e referências que, em última análise, vão se tornando o nosso próprio cotidiano”. É neste sentido que a fotorreportagem no Jornal Folha de Boa Vista,

embora apresente uma situação de grupos indígenas em algum lugar de Boa Vista, deve nos remeter a questionamentos do porque a imagem apresentar certos aspectos que relacionam à condição do índio na cidade.

Pois, o lugar que o índio é representado pelo recorte da imagem, sobre o que foi dito, e o que não foi dito, e esse não dito já é, por si só, carregado de significações que merecem ser elucidadas (ASSIS, 2011). Ademais, esse silenciamento não deixa de significar uma postura que desqualifica os indígenas a partir destes pressupostos, cabe emitir uma análise crítica do discurso contido na fotorreportagem.

Nela se desvaloriza a condição de chegada do índio à cidade de Boa Vista, pois, a ideia central do texto jornalístico está relacionada à informação de que grupo de migrantes indígenas tem chegado à cidade, mas encontra-se em situações precárias. Assim, ao selecionar a fotografia, a imagem escolhida para reportagem, apresenta os índios em um espaço com diversos materiais plásticos no chão, crianças e mulheres indígenas juntos, aparentando um possível acampamento em terreno abandonado.

As crianças juntas parecem observar o ato do fotógrafo de registrar a imagem, como se estivessem espantados com a chegada deste visitante, enquanto uma mulher está abaixada juntando um material plástico no chão. Ao fundo da imagem, próximo às crianças, um grupo parece não concordar com a fotografia, pois aparecem em uma parte do terreno que tem vegetação, e anda como se buscassem refugio nele.

Essa descrição alimenta o imaginário do leitor, pois expõe que todos os índios que vivem no estado de Roraima migraram nestas condições de miserabilidade, escassez de alimento, falta de saúde e educação nas regiões em que estão vivendo. O discurso reforça no imaginário do não índio uma concepção de marginalização dos povos que vivem no espaço urbano de Boa Vista (MELO, 2012).

Desta forma, o discurso que evidencia as condições precárias que os indígenas vivem nos territórios demarcados, e as problemáticas que estes encontram ao viver no espaço urbano de Boa Vista, é construído na versão do morador de Boa Vista, que habitualmente faz leituras do Jornal Folha de Boa Vista, uma identidade indígena de “*gente pobre, de rosto sofrido, sem nenhuma perspectiva de vida. Gente com rosto indígena*” (BRAZ, 2003, p. 153). Portanto, esse imaginário continua sendo reforçado no discurso da mídia local na cidade de Boa Vista, sobre a condição que os índios enfrentam no cotidiano da cidade (SOUZA e REPETO, 2007).

Considerações finais

Configura-se na matéria do Jornal Folha de Boa Vista, sobre a migração dos indígenas para área urbana da cidade de Boa Vista uma forma de deslegitimar a con-

dição sociocultural, bem como a identidade destes povos, pois as afirmações discriminatórias e preconceituosas sobre a condição dos diversos tipos de fluxos migratórios, desconsidera as diferenças étnicas dos povos que vivem no Estado de Roraima. A matéria não relaciona que o contexto motivacional de migração indígena, está mediado por valores e normas peculiares da situação de contato com a sociedade.

Portanto, o discurso do Jornal cria uma caricatura da situação socioeconômica dos indígenas que vivem em Boa Vista, para que os moradores continuem observando essas populações como grupos que vivem à margem da sociedade, reforçando a discriminação e preconceitos do morador de Boa Vista para com os indígenas, e assim, nega-os direitos e cidadania.

Em nenhuma das reportagens foi reconhecida a ancestralidade da presença desses povos que atualmente ocupam regiões de áreas demarcadas e que circulam pelo perímetro urbano da cidade. Pode-se dizer que a mídia opera como mais uma arma de conflito que já dura séculos. Uma arma com poderes de destruição “em massa”. O que os moradores de Boa Vista precisam tomar consciência é que, os indígenas não chegaram “ontem” à cidade. Suas redes sociais e os caminhos percorridos são anteriores à construção da cidade de Boa Vista.

Referências bibliográficas

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. “In-visualizar” populações e legitimar iniquidades: a apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do setor elétrico. ZHOURI, Andréa. (Org.). **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BAINES, Stephen. Os Índios Macuxi e Wapichana e suas relações com os Estados Nacionais na fronteira Brasil – Guiana. **Série Antropológica 338**. Brasília: DAN/UnB, 2003. (20 pgs.).

_____. **CADERNO CRH**, Salvador, v.25, n.64. p.33-44, Jan./Abr.2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n64/03.pdf>>. Acesso em: 26 de jul. 2016.

BARTHES, Roland. O terceiro sentido. In.: **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 45-61

_____. A mensagem fotográfica [1961]. In: _____. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAZ, Azenate Alves de Souza. **Relações interculturais: a vivência do índio Macuxi em Boa Vista.** Dissertação de Mestrado em História Social. UFRJ/UFRR. 2003.

FAUSTO NETO, Antônio. Comunicação e mídia impressa. **Estudo sobre a Aids.** São Paulo: Hacker, 1999.

FERRI, Patrícia. Achados ou perdidos? – **A imigração indígena em Boa Vista.** Goiânia: MLAL. 1990,...Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402014448_ARQUIVO_ArtigoLucianaMeloABA.pdf>. Acesso em 22 de jul. 2016.

GUIMELLI, Christian. **Transformação das representações sociais, novas práticas e esquemas cognitivos de base.** Trad. José Delfino S. L., com a colaboração de Maria do S. M. Lima & Marisa M. B. da Justa Neves, revisado por Ângela Maria de Oliveira Almeida. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1994.

HANNEMAN, R. **Introducción a los métodos del análisis de redes sociales.** Departamento de Sociología de la Universidad de California Riverside California, 2001. Disponível em: <<http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textindex.html>>. Acesso em: 20 de jul. de 2016.

HEINE, P. V. B. **O ethos e a intimidade regulada: especificidades da construção do ethos no processo de revelação da intimidade no blogs pessoais.** Dissertação de Mestrado. Salvador, Instituto de Letras UFBA, 2007.

JÚNIOR, Amílcar. **MIGRAÇÃO DOS ÍNDIOS: Indígenas buscam melhorias de vida nos centros urbanos.** Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Indigenas-buscam-melhorias-de-vida-nos-centros-urbanos/18121>>. Acesso em 16 de jul. 2016. Folha Web.

LÉVI-STRAUSS, C. **A oleira ciumenta.** Trad. Beatriz Perrone – Moisés. Ed. Brasiliense. 1985.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MELO, Luciana Marinho de. Entre os Karaiwa: experiência urbana e sentidos de identidades dos Macuxi e Wapichana em Boa Vista. In: **XV ENCONTRO DE CIÊNCIA SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL.** 2012. Teresina - PI. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT08-23.pdf>>. Acesso em: 23 de jul. 2016.

MELO, Luciana Marinho de. **Fluxos Culturais e os Povos da Cidade: Entre os Macuxi e Wapichana de Boa Vista – Roraima.** 2012. 156p. (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **O índio na mídia impressa em Roraima**. Boa Vista. Ed. UFRR, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um dos encontro entre a antropologia e história. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ,1999, p. 59-123.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de; SOUZA, Eliandro Pedro de. Organização dos indígenas da cidade – ODIC. In: OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de (org). **Projeto Kuwai kîrî: a experiência dos índios urbanos de Boa Vista - Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

OLIVEIRA, Arlete Alves de. Uma análise do processo migratório em Roraima, sob o aspecto da linguagem como traço identitário, no contexto amazônico. 2012, p.187-199. In.: 1ª Seminário Internacional sociedade e fronteiras.2012, Boa Vista – RR. **Fronteiras da interdisciplinariedade e a interdisciplinaridade das fronteiras**. Anais... Boa Vista-RR: EDUFRR, 2012. 828p.

ROCHA, Ribamar. **Índios que pedem esmola nos semáforos vêm da Venezuela fugindo da estiagem**. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Indios-que-pedem-esmola-nos-semaforos-vem-da-Venezuela-fugindo-da-estiagem/13292>>. Acesso em: 14 de Jul. 2016. Folha Web.

RUFINO, Alessandra Santos. A mídia impressa roraimense e as representações sociais sobre a fronteira e os imigrantes. **XIV Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste – CISO**, GT – 23 Migrações Internacionais, Recife – PE, 2009.

SANTILLI, Paulo. Ocupação territorial Macuxi: aspectos históricos e políticos. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E.J.G. Castellón, E.G. (Orgs). **Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima**. Manaus, INPA. p. 49-64, 1997.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: **VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**. 1991, Campinas. Anais... Campinas: ABEP, 1992, p.119-144.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, 2005. Disponível em: <<http://paginas.cchla.ufpb.br/grem/SIMMEL.O%20estrangeiro.Trad.Koury.rbsedez05.pdf>>. Acesso em 19 de Nov. 2016.

SILVA, Paulo S. Rodrigues da. Familiares de assassinados pedem justiça. Nossos parentes deixaram mais (sic). A luta continua. Conflitos violentos no cenário da Amazônia brasileira - questões específicas de Roraima. In.: **TEXTOS&DEBATES**, Boa Vista, n.18, p. 251-268, jan./jun. 2010.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho de. Indígenas Urbanos de Boa Vista/RR: Aspectos de migração e estado de Pobreza. 2012, p.103-114. In.: 1ª Seminário Internacional sociedade e fronteiras.2012, Boa Vista – RR. **Fronteiras da interdisciplinaridade e a interdisciplinaridade das fronteiras**. Anais... Boa Vista-RR: EDUFRR, 2012. 828p.

SOUZA, Eliandro Pedro de; REPETTO, Maxim. ODIC (Orgs.). **Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista**. Boa Vista: Gráfica Ióris, 2007.

VIEIRA, Jaci Guilherme; SILVA, Paulo S. Rodrigues. Uma breve análise histórica do jornal folha de Boa Vista e suas influências políticas e ideológicas. In: **Periódico de divulgação Científica do IFRR. Norte Científico**, v.5, n.1, dezembro de 2010.

ARTIGO

DUPLA VITIMIZAÇÃO: A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Introdução

Pluralidade poderia descrever bem os estados de Mato Grosso do Sul e Roraima. Ambos representam fielmente a nação que integram, tanto do ponto de vista das riquezas naturais e sociais, quanto das mazelas que assolam seu povo.

Nesta conjuntura observa-se que ambos têm arcado com o ônus de um Estado ineficiente, mas também de uma estrutura que não atende aos fins que se destinam.

Os conselhos tutelares, por exemplo, nascem para atender uma demanda oriunda de extenso debate internacional, iniciado no âmbito da Organização das Nações Unidas e que no Brasil culminou no Estatuto da Criança e do adolescente.

Diante de novas normas e, principalmente diante de novas problemáticas a serem trabalhadas pelo Estado, pela família, pelas entidades de proteção à criança e pelo cidadão, temos a complexidade do tratamento à criança de origem indígena.

A antecipação brasileira à Convenção sobre Direitos da Infância.

O Brasil, buscando atender as determinações da Convenção Internacional sobre Direitos da criança, e também para acolher uma demanda jurídica emergente no país desde o período ditatorial, ratificou a Convenção, mediante Decreto Legislativo nº 28, trazendo para o ordenamento jurídico brasileiro a doutrina sócio-jurídica da proteção integral.

Destarte, em 13 de Julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, trouxe em seu texto a criação de um órgão para tratar da proteção social das crianças em estado de vulnerabilidade, os conselhos tutelares. Percebe-se, no entanto, que apesar da posterior promulgação do ECA (1990), em face da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), o Estado brasileiro já dava sinais de inclusão àquilo que ficaria conhecido com a doutrina sóciojurídica da proteção integral.

*Funcionário Público, acadêmico do 7º semestre do Curso de Direito da Faculdade Cathedral. Endereço eletrônico: esronmessias@gmail.com

Como fora mencionado anteriormente, o Estado Nacional Brasileiro passou por período deverás conturbado, que teve início em 1964 e teve seu fim decretado com a promulgação da Constituição Cidadã – como ficou conhecida a Magna Carta de 1988 -, que, não poderia deixar de ser, tem um caráter garantista. Isto porque o contexto em que foi concebida trazia consigo duas grandes demandas da sociedade: a garantia ao Direito de Liberdade e, especialmente, a garantia dos Direitos Sociais.

Dentro desta conjuntura, e através da pressão da sociedade civil organizada, há a inserção de uma emenda popular, acolhida pelo congresso nacional constituinte, e que transformou-se nos artigos 227 e 228, antecipando-se às determinações da Convenção sobre os direitos da criança.

Os referidos dispositivos trazem para o seio da sociedade brasileira a importância do reconhecimento da vulnerabilidade das crianças, e passa a tratar “todos”, como sujeitos de deveres para com a garantia da proteção desta fase tão ímpar na vida do ser humano. Se não vejamos:

(...)

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(...)

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Note-se que o texto constitucional, no caput do artigo 227, abarca a família, a sociedade e o Estado como legitimados para promover a defesa dos Direitos da Criança e, narra ainda, o predicado legal para o seu devido cumprimento. Coisa que percebemos também no texto da Convenção, com uma ressalva: nele é constante o Direito à opinião política. Vejamos:

Artigo 12

1. Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança. (CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, 1989)

O destaque para tal determinação se faz necessário diante da realidade prática vivenciada no Brasil. Isto pois, o próprio ECA, num claro acompanhamento ao texto do tratado, trouxe também em seus artigos 15 e 16, a seguinte redação:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

(...)

II - opinião e expressão;(ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990)

Percebe-se que a intenção do texto legal é dar amparo às crenças e posições das crianças, sem que haja ameaça a sua integridade em face de suas opiniões. Esta disposição é fundamental para a compreensão das complexidades da relação das crianças de origem indígena nas estruturas estatais.

A experiência sul mato-grossense

Com a vigência do ECA, e passado o período de adaptação - que o próprio texto legal previu, conforme demonstra no art. 262: “Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária.” -, tivemos a implantação deste organismo que não havia, há época, se estruturado para as peculiaridades do Estado Nacional Brasileiro.

Como narrado anteriormente, Mato Grosso do Sul e Roraima, representam fielmente o caldeirão cultural brasileiro e, como não poderia deixar de ser, há que se notar as peculiaridades da conurbação de cidades em detrimento de etnias e culturas em determinados ambientes. Fato que o Estatuto não previu.

Diante desta realidade temos que, segundo o Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento (2013), realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), demonstra a sensibilidade das duas regiões que abarcam Dourados, no Mato Grosso do Sul; e Bonfim, em Roraima. Segundo o MDS, as duas regiões com maior número de indígenas integrantes de sistemas de acolhimento público ou privado são: em primeiro lugar o Centro-Oeste, com 1,8% dos seus acolhidos sendo oriundos de comunidade indígenas; e o Norte com 1,2% dos abrigados em lares como descendentes de comunidades indígenas.

Em Dourados (MS), há casos que chocam pela complexidade e violência que confrontam a legislação criada para proteger os humanos nas primeiras idades. Isto

porque é impensável que se dê tratamento igualitário a crianças que tem origens distintas.

Segundo relatos da professora e pesquisadora Silvana do Nascimento¹, em seu artigo intitulado “Múltiplas vitimizações: crianças indígenas Kaiowá² nos abrigos urbanos do Mato Grosso do Sul”³, na região de Dourados e Caarapó, essa discussão se acirra dentro da própria estrutura estatal, em razão de alguns servidores, em sua maioria temporários, pensarem a criança indígena como sendo igual as demais, fato que, no compreender da pesquisadora não se coaduna com a realidade fática.

Relata a pesquisadora que, apesar de em alguns casos o fato gerador da saída da criança do seio familiar ser semelhante entre os índios e os não-índios, a forma como se dá, a própria condição social e a capacidade de interação entre estes é totalmente dispare.

Algumas crianças kaiowá “caíram” na rede de proteção à criança, via antiga Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Elas foram retiradas das aldeias para tratamento de algum problema de saúde de maior gravidade, cujo efeito imediato era a hospitalização. Acontece que, nem sempre, essas retiradas ocorriam (como até hoje) com o “consentimento” dos pais; muitos reagem de forma negativa e até agressiva a tais internações. (NASCIMENTO, 2016. p. 273)

Diante destas características, questiona-se até que ponto deve o Estado intervir, facilitar, assimilar e reinserir as crianças ao convívio familiar, como determina o ECA. Tendo em vista que, por vezes, esta criança que sai de sua comunidade para tratamento hospitalar necessita de acompanhamento que, pode ser “negligenciado” pelos familiares considerando as peculiaridades das comunidades de que são originários.

Há diversos casos, segundo narra NASCIMENTO (2016), em que as mães possuem outros filhos, fato que impossibilita sua ida à cidade, ou mesmo, quando há possibilidade, não há assistência para a mãe e seus descendentes.

¹ Silvana Jesus do Nascimento é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisa as políticas públicas de proteção à criança e os processos envolvendo a remoção do seio familiar. Tem experiência na realização de perícias antropológicas criminais para a Justiça Estadual de MS. Mestre em Antropologia (UFGD). Graduada em Ciências Sociais - Bacharelado, (UFGD).

² Os Kaiowá pertencem à etnia do grupo linguístico tupi-guarani e são falantes da língua guarani. Possuem um modo próprio de socialização de suas crianças, mas, atualmente vivendo em condições precárias, enfrentam dificuldade em recriar seu modo de vida. Esse é um dado que afeta a vida das crianças.

³ NASCIMENTO, Silvana Jesus. Múltiplas vitimizações: crianças indígenas Kaiowá nos abrigos urbanos do Mato Grosso do Sul. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200011> > p. 276

Torna-se, portanto, o primeiro contato do Estado para com a criança indígena através da hospitalização que, como dito anteriormente, pode culminar no “abandono” e, na ausência de familiares, há o encaminhamento aos conselhos tutelares, que procedem a institucionalização dos menores, duplamente vitimizados.

As tentativas de reinserção

Segundo demonstram os dados do levantamento feito pelo MDS e pela professora Silvana, em Mato Grosso do Sul, especialmente em Dourados, os conselhos tutelares têm sido os órgãos mais acionados para a realização destas institucionalizações, que decorrem, como dito anteriormente, de fatores por vezes semelhantes aos não-índios, apesar das diversas características que os distinguem. São as principais motivações: 37,6% negligência, 20,1% alcoolismo, 19,0% abandono, 21,4% violências, e em menor percentual há outras causas relativas à pobreza, a doenças da criança ou do responsável e à violência extrafamiliar.

É mandamento do Estatuto da criança e do adolescente, na forma de diretrizes dispostas no artigo 88, V, que seja previamente realizada a tentativa de reintegração da criança ao seio familiar, e restando comprovado a inviabilidade desta solução, seja ela encaminhada para uma família substituta. E é aqui que nascem os problemas que distinguem uma criança indígena em situação de abandono, e uma criança não-índia.

Diante destes quadros, temos que os problemas que relacionam as crianças Kaiowá à sua reinserção no seio familiar, são minimizados por uma estrutura própria que é descrita da seguinte forma pela professora:

Nos problemas relacionados às crianças, é possível a resolução interna porque os Kaiowá possuem um sistema próprio de “circulação de crianças”; a adoção e a doação é bastante comum, podendo a criança ser adotada pelos parentes maternos ou paternos e por lideranças políticas e religiosas. A criança adotada entre os Kaiowá é chamada de “guacho”, e pode ser tratada de modo diferente em cada “fogo doméstico”
(NASCIMENTO. 2016. p. 277)

No entanto, há casos de crianças Kaiowá que não querem ser reintegradas às comunidades. Principalmente aquelas que foram vítimas de violência sexual. Porém, também não conseguem serem inseridas em famílias de tradição urbana, por diversos motivos, entre eles destaca-se a dificuldade com a língua portuguesa: “Em alguns casos, a criança sai de um caso ou condição violenta, na qual é considerada vítima, para outra, pois a experiência no abrigo revitimiza a criança, forçando-a a se adequar a um novo código linguístico e cultural.”(NASCIMENTO, 2016. P. 280)

A experiência roraimense

Já em Roraima, no extremo norte do país, temos uma situação atenuada, no entanto, igualmente preocupante. A socióloga Maria Helena Castro, em sua monografia intitulada “Aspectos da atuação do conselho tutelar no município do Bonfim, com categorias étnicas diferenciadas”⁴, narra as vicissitudes das comunidades incluídas no município do Bonfim, que faz fronteira com a república cooperativista da Guiana.

Segundo narra Maria Helena, nota-se preliminarmente uma dificuldade estrutural na composição dos órgãos de proteção à criança naquela localidade: paredes em estado deplorável, uma sala e antessala com móveis antigos e sucateados, e por pior, além do descaso com as crianças, um descaso com os próprios funcionários do organismo.

Vimos, a princípio, que os conselheiros tutelares de Bonfim não recebem nenhum curso que venha prepará-los para lidar com esse público (categorias étnicas); que apesar deste município ser uma fronteira internacional, o que já bastaria para merecer um tratamento diferenciado, ainda existe a presença de diversas comunidades indígenas tanto em sua área rural, como na sede do município. (CASTRO, 2016. p. 51)

A incompreensão das singularidades de cada criança, assim como ocorre em Dourados(MS), é comum no conselho tutelar de Bonfim(RR). No entanto, podemos compreender com um pouco mais de gravidade, tendo em vista que estamos falando de uma região fronteira e que engloba dezessete comunidade indígenas e que estão sob competência do conselho tutelar daquele município.

Fato ainda mais alarmante na pesquisa desenvolvida pela socióloga, é a maneira discricionária com que cada funcionário do órgão lida diante de casos concretos. Diz Castro que, questionados os conselheiros, estes respondem que não há forma padronizada de desenvolver os atendimentos, cada conselheiro, empreende o método que julgar mais adequado, muito embora, todos neguemse aplicar tratamento diferenciado diante de comprometimento de crianças indígenas, ou mesmo estrangeiras.

Ao ser questionado a um dos conselheiros se, ao identificarem crianças e adolescentes indígenas ou de outra nacionalidade, essa informação era registrada em sua ficha de ocorrência, a resposta obtida foi “não há diferença, o atendimento era igual para todos, mesmo sabendo tratar-se de outras etnias ou nacionalidades. (CASTRO, 2016. P. 51)

⁴ Maria Helena é recém graduada no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e, utilizando-se do método exploratório, e de criteriosa pesquisa bibliográfica, pesquisou o tema durante 6 (seis) meses, vivenciando a realidade dos funcionários do conselho tutelar do Bonfim.

É diante desta realidade que se encontra o Estado brasileiro: tratamento desqualificado, generalizante, oportunamente falível e desvirtualizante quando lembramos os fundamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a própria Convenção sobre os Direitos da criança.

Considerações finais

Casos como os descritos nos municípios de Dourado e Bonfim, certamente refletem, em maior ou menor grau, a realidade de outros municípios brasileiros que, após a sanção da norma obrigatória pelo Convenção sobre os direitos da criança, eximiu-se da culpa de provocar as alterações necessárias à realidade brasileira.

Questiona-se o Autor, diante dos dados e fatos levantados por organismos oficiais do Estado brasileiro e por seus pesquisadores, se estariam estes equivocados, ou àqueles negligenciando a norma que o próprio concebeu. Estaria o Estado Brasileiro respeitando e considerando os direitos abarcados pela convenção que ratificou? Estaria o Estado respeitando o direito a opinião consagrado pela Convenção e ratificado pelo ECA?

Diante da dúvida, propõe Castro que sejam, a princípio, inseridos representantes das comunidade dentro da estrutura de proteção às crianças, muito embora, não seja o entendimento do Autor. Tendo em vista os fatos narrados ao longo de ambas as pesquisas. Perceba-se que a impossibilidade de comunicação, às vezes o choque cultural e a mesmo a incapacidade de compreensão de algumas temáticas, distanciam o povo “branco” das comunidades que possuem ritmo e costumes próprios.

Referências bibliográficas

CASTRO, Maria Helena Medeiros de. **Aspectos da atuação dos conselho tut larã no Município do Bonfim, com categorias étnicas diferenciadas.**2016. c335a. Monografia(graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

NASCIMENTO, Silvana Jesus. **Múltiplas vitimizações: crianças indígenas Kaio-wá nos abrigos urbanos do Mato Grosso do Sul.** Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200011>>. Acesso em: 20 de Novembro de 2016.

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires Farias. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento.** São Paulo: Hucitec, 2013. 367°. ISBN 978-85-64806-74-0. Disponível em:http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_L_evantamento%20Nacional_Final.pdf>. Acesso em: 20 de Novembro de 2016.

ARTIGO

JORNALISMO POLICIAL NA FRONTEIRA: A LINGUAGEM DOS DIREITOS HUMANOS NO PROGRAMA METE BRONCA

Introdução

Empurrada por uma característica massiva, que pode ser considerada seu principal escudo e ao mesmo tempo seu principal algoz, a televisão brasileira tem estado cada vez mais presente em trabalhos de pesquisadores das mais variadas áreas de conhecimento. Sodré¹ (1988) em *Comunicação do grotesco* já demonstrava o apreço da televisão brasileira por um certo gosto popular, pela tragédia e pelo drama.

Passaram-se anos até que a sociedade brasileira - principalmente suas instituições, em que pese o poder judiciário e executivo, este último responsável por fiscalizar a atuação dos concessionários de sinal público de televisão - percebem-se que há claras manifestações atentatórias a princípios constitucionais e normas gerais do Direito e, de maneira ainda mais recente, através de ações propostas por Ministérios Públicos Estaduais de diversas unidades da federação, claras demonstrações de graves violações aos Direitos Humanos.

Roraima, assim como diversos outros Estados brasileiros possui inúmeros programas policiais. Em termos proporcionais, um dos Estados com maior recorrência desse gênero jornalístico. São Paulo, por exemplo, possui 26 retransmissoras de sinal de televisão. Boa Vista, única capital brasileira situada no hemisfério norte, é sede de todas as emissoras que usam esta linha editorial no Estado de Roraima.

Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)², estão habilitadas em Roraima 16 emissoras, sendo duas públicas (TVU e TV Assembleia) e 14 privadas. Destas, cinco ocupam-se em fazer uso do jornalismo policial.

Nesta seara está a TV Imperial, que além de prover o programa mais antigo do Estado neste gênero (Programa Mete Bronca), é também a que possui dois, de três de seus programas locais, com cunho policial.

* Funcionário Público, acadêmico do 7º semestre do Curso de Direito da Faculdade Cathedral. Endereço eletrônico: esronmessias@gmail.com

¹ MUNIZ, Sodré. *A comunicação do Grotesco: introdução à cultura de Massa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.

² Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/easp/Novo/Consulta/Tela.asp?OP=E>>

O presente trabalho busca fazer uma análise do uso da mídia e seu tratamento jornalístico nos crimes contra a vida, à luz da legislação brasileira e sobre critérios internacionais de Direitos Humanos. Para tanto, o autor buscando identificar as condições em que os direitos humanos podem ser colocados a serviço da opinião pública roraimense, faz uso do artigo “Uma concepção multicultural de direitos Humanos”, de Boaventura de Sousa Santos, que dentre outros aspectos, analisa a perspectiva do uso dos direitos humanos como política progressista em busca da transformação dos direitos humanos em linguagem cotidiana.

É também parte deste trabalho, a análise do estudo “Violações de Direitos da Mídia Brasileira” realizado pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, uma organização da sociedade civil, sem fins de lucro, fundada pelos jornalistas Âmbur de Barros e Gilberto Dimenstein que, durante 30 dias monitorou 20 programas de televisão e 10 programas de rádio, todos de características policiaisca, em 10 capitais brasileiras, das quais não se soma Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Para fins metodológicos, este trabalho se restringirá apenas a análise dos programas de televisão, bem como do uso de seu método como forma de analisar a linguagem dentro do programa Mete Bronca.

Jornalismo Policial e o entretenimento

A priori, o gênero policial deveria ter absolutamente características jornalísticas, muito embora, para fins de angariar público e conseqüentemente patrocinadores, os programas policiaiscos têm feito uso dos mais variados artifícios com objetivo de alcançar os fins já citados. Este tipo de prática desvirtua a boa prática jornalística, além de estar em desacordo com a lei como veremos mais a frente.

Para Sodré, a espetacularização das mídias é um processo histórico e “indissociável do capital”, o que confere ao autor a idéia de que a capacidade de perceber sentimentos sobre os fatos é substancialmente exacerbada pela mídia. Se não, vejamos:

Ante a indagação de um pesquisador sobre se não percebia que se tratava da transmissão de algo efetivamente ocorrido na realidade, um espectador respondeu: “Sim, mas é televisão!” Ou seja, o telespectador acreditava na televisão, mas não forçosamente na realidade extramidiática, supostamente objeto da transmissão. A forma de vida instituída pela mídia é um outro meio vital, também fonte específica de razoabilidade e afeto. (SODRÉ,2006 P.43)

Ora, se estamos a tratar da espetacularização da realidade, não estamos falando de jornalismo. Portanto, não podemos considerar os programas policiaiscos que

utilizam um homem vestido de capa preta representando um simulacro da morte, ou mesmo um boneco que chama atenção da criança para o crime, como gênero jornalístico. Tratar como jornalístico um programa que tem bases no entretenimento, abre vazão para a primeira arbitrariedade cometida pelas emissoras que fazem uso desse gênero jornalístico: o desrespeito ao telespectador que acredita estar diante de um noticiário e a não conveniência do horário em que estes programas são exibidos.

Classificação indicativa e auxílio das normas

Apesar do elevado número de imagens que retratam violência urbana, além da exibição de corpos em estado de decomposição ou recém violentados, a maioria dos programas policiaiscos encontram-se na faixa das 11h às 14h (com exceção das franquias nacionais que se estendem até o início da noite), variando de Estado à Estado. Isto ocorre por que cabe ao Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, vinculado à Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça – DEJUS/SNJ, exercer a classificação indicativa dos programas e obras audiovisuais. Esta classificação é determinada através da portaria nº 1.220, de 11 de Julho de 2007, que regula a classificação indicativa de quase todas as obras audiovisuais, exceto:

Art. 5º. Não se sujeitam à classificação indicativa no âmbito do Ministério da Justiça as seguintes obras audiovisuais: I – programas jornalísticos ou noticiosos; II – programas esportivos; III – programas ou propagandas eleitorais; e IV – publicidade em geral, incluídas as vinculadas à programação. (PORTARIA MJ Nº 1.220).

Deste modo, como se compreende os programas policiaiscos como integrantes do gênero jornalístico – já descartado por este trabalho neste gênero – estes não submetem-se a legislação pertinente e, portanto, escolhem o horário que irão exibir seu material televisivo, gerando diversos embaraços no campo prático. Como são os casos citados no Volume II do Guia de monitoramento “Violações de Direitos da Mídia Brasileira” realizado pela ANDI:

Casos como o do programa Cidade 190, da TV Cidade, de Fortaleza, que durante 17 minutos veiculou cenas de um estupro cometido contra uma criança de 9 anos de idade; da jornalista Mirella Cunha, do programa Brasil Urgente, da TV Bandeirantes (BA), que humilhou um suspeito detido numa delegacia; ou da âncora do Jornal do SBT, Rachel Shehrazade, que incitou a violência contra um suspeito amarrado num poste no Rio de Janeiro, traçam um pequeno panorama dessa realidade de violações no País (ANDI, 2015 P.9)

Neste aspecto, o programa *Mete Bronca* não é diferente dos seus colegas de subgênero. Atualmente é editorado pelo jornalista Romano dos Anjos, que acumula os cargos de Editor-chefe e apresentador, ao lado do elemento mais relevante para este trabalho: um boneco, nomeado de “Zé Bronquinha” que é reconhecidamente, sozinho, o fator primordial de audiência e permanência do programa por mais de uma década na grade local.

Durante cinco dias, semanalmente, o *Mete Bronca* vai ao ar com 45 minutos de produção diária - agregados os intervalos, são 60 minutos no horário nobre da emissora - das 12h30 às 13h30. A principal pauta é: noticiar, transmitindo as primeiras imagens e impressões dos crimes contra o patrimônio e contra à vida.

É preciso destacar que o *Mete Bronca* desenvolve uma linha editorial temporal, de modo que, em seus 4 blocos distribuídos ao longo do programa, 3 são dedicados exclusivamente à cobertura das espécies de crime citados anteriormente. O último bloco é reservado à presença do boneco que já ganhou inclusive programas inteiros em sua homenagem, além da simpatia do público.

Outra característica marcante do programa - que também é utilizado amplamente por seus companheiros de subgênero - é a ideia de auxílio social, com ápice no final do ano, quando entra na grade da *Tevê Imperial* a campanha “*Imperial solidário*”.

Normalmente realizada em datas próximas ao Natal, o *Império solidário* substitui o programa *Mete Bronca* excepcionalmente por um dia, trazendo além do boneco Zé Bronquinha, os apresentadores dos demais programas da casa, de modo que as notícias policiais deixam de ser exibidas e o programa torna-se exclusivamente de entretenimento.

Apesar de estar bem próximo aos demais programas que foram objeto de estudo da ANDI, o *Mete Bronca* se diferencia pelo pudor com que trata as mesmas pautas. Recursos de edição são bem explorados, quando dá ocorrência de crime violentos, ou quando há presença de menores - seja na condição vítima, ou autor de ato infracional - isto devido a um Termo de Ajustamento de Conduta, o TAC, promovido pela promotoria da infância e da juventude do Ministério Público de Roraima.

Tanto é que, no período em que foi monitorado (de 31 de Outubro à 4 de Novembro), o programa figurou entre duas categorias de violações, sendo 4 (quatro) violações ao princípio da presunção de inocência, e 2 (duas) incitações à desobediência às leis ou às decisões judiciais.

Apesar de ter obstruídos os preceitos e normas “poucas vezes, é importante salientar que não há, objetivamente, como medir-se o tamanho do dano causado por

uma violação como as classificadas neste trabalho. Observe o leito que, comparado ao estudo da ANDI, foram poucas, porém graves violações.

Outro ponto há que se diferenciar neste programa: a postura do apresentador diante dos fatos policiais. Diferente do que ocorre na maioria dos programas policiais, o apresentador não se apoia em piadas ultrajantes, sexistas ou de cunho machista, porém, assim como ocorre nos programas monitorados pela ANDI, o Mete Bronca também viola algumas normas, princípios e tratados multilaterais aos quais o Brasil é signatário quando, por exemplo, nomeia suspeitos de “bandidos”, “ladrão”, “safado”, entre outros termos jocosos.

Programas policiais na contramão dos Direitos Humanos

No estudo coordenado pela ANDI, foram encontrados 1.936 (mil novecentos e trinta e seis) violações à normas brasileiras e multilaterais, incluindo: discurso de ódio³, tortura psicológica⁴, incitação ao crime e a violência⁵, além de grave violação a princípios que sustentam a norma máxima do Direito Brasileiro⁶, como é o caso do princípio da presunção da inocência e, principalmente, tratados internacionais, como é o caso da Convenção Americana para os Direitos Humanos, o Pacto de San José da Costa Rica⁷.

O Brasil, buscando atender as determinações da Convenção Internacional sobre Direitos da criança, e também para acolher uma demanda jurídica emergente no país desde o período ditatorial, ratificou a Convenção, mediante Decreto Legislativo nº 28, trazendo para o ordenamento jurídico brasileiro a doutrina sócio-jurídica da proteção integral.

Pensar que um instrumento, fruto de intensa negociação internacional, pautado na mais nobre evolução de direitos e garantias fundamentais, como é o caso do Direito a Integridade pessoal presente no artigo 5º do referido diploma, é violado quotidianamente, é algo inadmissível do ponto de vista legal e profissional. Tal prática também atenta contra o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros⁸ em seu artigo 9º.

³ No Brasil não há legislação que tipifique objetivamente a conduta do discurso de ódio promovido por meios de comunicação. No entanto, dependendo do caso concreto, parte da doutrina diz que é possível enquadrar-se o agressor nas condutas prevista na Lei de Combate ao Racismo (Lei nº 7.716, de 1989);

⁴ Artigo 5º, Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

⁵ Incitação ao Crime está previsto no Título IX do Código Penal Brasileiro (art. 286);

⁶ O princípio universal da Presunção de inocência é amplamente defendido no Direito Brasileiro, tornando-se uma das bases da Carta de 1988;

⁷ O Estado Brasileiro subscreveu o tratado em 25 de Setembro de 1992, e em 6 de Novembro de 1992, o presidente Itamar Franco, através do Decreto nº 678, promulgou o Pacto de San José da Costa Rica;

⁸ A presunção de inocência também é um dos fundamentos da atividade jornalística,

O Programa Mete Bronca

No caso específico do programa Mete Bronca, que não é pioneiro em violação de princípios fundamentais - como regra estes programas têm tratado os “suspeitos” como “acusados”, mesmo sendo do poder judiciário a competência para assim tratar o sujeito que irá submeter-se ao crivo do procedimento criminal, para por fim ser dado como culpado, ou não – tem como linguagem cotidiana a prévia acusação indiscriminada, o que impossibilita a transformação dos Direitos Humanos em linguagem cotidiana, como para Boaventura de Sousa Santos seria o ideal: “ Na forma como são agora predominantemente entendidos, os direitos humanos são uma espécie de esperanto que dificilmente se poderá tornar na linguagem cotidiana da dignidade humana nas diferentes regiões do globo.” (SANTOS, 1997, p.122).

A falta de linguagem dos Direitos Humanos na prática jornalística demonstra um completo descaso com estes valores. Valores que, como dito, são fruto de intensa negociação internacional e por isto podem promover sanções ao Estado brasileiro. A emergência em não ser julgado por estes mecanismos internacionais, fez com que o Ministério das Comunicações passasse a aplicar multas em veículos de comunicação que atentassem contra o artigo 5º do Pacto de San Jose da Costa Rica que dispõe sobre os Direitos a Integridade Pessoal.

Art. 5º. Direito à integridade pessoal. 1. Toda pessoa tem direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral. 2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada de liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano. 3. A pena não pode passar da pessoa do delinquente. 4. Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e devem ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas condenadas. 5. Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento. 6. As pessoas privadas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reforma e a readaptação social dos condenados.(Convenção Americana sobre Direitos Humanos, 1992).

A não observância destes ditames leva ao cometimento de erros grotescos, como o caso em que, por imprudência, o programa Mete Bronca veiculou a imagem da irmã de uma suspeita, tornando-a duplamente vítima de abusos. Uma flagrante violação ao artigo 5º, item 3, além do disposto no artigo 138 do Código Penal Brasileiro, que refere-se a calúnia, quando imputa-se à alguém fato definido como crime.

Casos ainda mais alarmantes são conhecidos nacionalmente. O caso já citado neste trabalho, onde a repórter Mirela Cunha, do programa Brasil Urgente, da TV

Bandeirantes (BA), humilha um suspeito detido numa delegacia, ao ponto de fazê-lo chorar e clamar para que seus familiares se dirijam até a delegacia, para tentar livrá-lo da imputação ao crime de estupro. Durante 8 (oito) minutos – tempo que extrapola a duração de um VT para qualquer noticiário – o rapaz negou veementemente e argumentou que um exame poderia inocentá-lo. O fato de desconhecer a nomenclatura do exame pericial que lhe inocentaria, foi o motivo para a repórter iniciar uma série de condenações e postura ridicularizante num claro exemplo de tortura psicológica⁹.

Neste interim temos, além da linha editorial que favorece a perpetuação deste tipo de ato, a complacência do Estado, seja através das forças policiais, que guardam profundo laço com as redações, seja pela inércia do poder judiciário ao tratar de temas ligados à violação de Direitos, ora cometidos pela imprensa, ora cometidos por integrantes do Estado.

No caso da autoridade policial há violações de toda ordem - tanto no campo administrativo e civil, quanto penal - visto que na condição de parte integrante do poder Estatal, este deveria zelar pelo sujeito sob sua tutela, e não o contrário, deixando-se perpetrar por uma estrutura de violação de Direitos que pune quase que exclusivamente ao pobre, negro e periférico. Fato intrigante, haja vista que a grande maioria dos policiais são oriundos deste mesmo cenário.

Considerações finais

É indiscutível que para a formação de uma democracia forte e sólida, é indispensável o uso de uma mídia livre e sem freios de qualquer ordem. No entanto, o uso de artifícios engenhosos e a falta de limites no uso da imagem alheia, têm demonstrado graves violações à direitos constitucionais, a normas vigentes, e à tratados internacionais que podem, inclusive, punir o Brasil em caso de negligenciamento para com essas práticas, como demonstram os parágrafos 3º e 4º, do artigo 5º, da Constituição Federal.

Há que se perceber que a Mídia, aliada ao jornalismo, tem um papel extremamente delicado, ao passo que também desempenha papel fundamental para as bases da Democracia. Além do que, os atores destes programas, por vezes, utilizam o jornalismo e suas prerrogativas como álibi para o cometimento de arbitrariedades.

Sendo assim, pensar apenas a imprensa como protagonista desta obra macabra, seria um contrassenso. Afinal, para que estes programas, tidos como jornalísticos,

⁹ A lei nº 9.455, de 1997 define os crimes de tortura. Em seu artigo 1º a norma descreve a prática de tortura psicológica como: constringer alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental.

se mantenham em pleno funcionamento, é necessário uma estrutura complexa e sistemática que transpassa a atuação dos veículos de comunicação, e está presente na atividade policial, legislativa e regulatória.

Como solução para o respeito pleno e aplicação irrestrita dos direitos e princípios fundamentais tratados neste artigo, é necessária a atuação do poder executivo, em: devida reclassificação dos programas policiaiscos, onde incluíse o programa Mete Bronca, e passando a trata-los como programas de “entretenimento” e não de caráter jornalístico, como demonstra a Portaria do Ministério da Justiça.

Este primeiro passo, possibilitaria uma reclassificação dos programas no que concerne a catalogação em faixas etárias. Removendo-se as cenas violentas e inadequadas para um horário condizendo com a legislação em vigor.

Mister lembrar que os critérios para a reclassificação devem ater-se, também, ao caráter pedagógico, sem prejuízo ao caráter penal e administrativo da violação. Além do que, devem ser tartado em consonância com os princípios Constitucionais. Portanto, com natureza remediativa, utilizados para punir violações depois que estas venham a ocorrer, e não de natureza preventiva, sob pena de violarem o direito à liberdade de imprensa.

Diante dos fatos demonstrados ao longo deste trabalho, e também devido a forma generalizada como se dá as violações relatadas neste artigo e também no Guia de Monitoramento da ANDI, é indispensável a promoção de um organismo que abarque entidades de classe, sindicatos, federações, jornalistas livres e veículos de imprensa dos Direitos Humanos, dissociando a linguagem do ódio e da marginalização das classes menos favorecidas à linguagem dos Direitos Humanos.

Estas etapas serão fundamentais para a criação de um marco regulatório que, baseando-se em critérios democráticos, determinem pormenorizado, quais serão as punições em caráter administrativo para os veículos de comunicação que mantiverem uma postura aos Direitos Humanos e aos princípios e normas do Direito Brasileiro.

Referências bibliográficas

SANTOS, B. S. . **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. disponível em Acesso: 01/06/16;

SODRÉ, Muniz. **A Comunicação do Grotesco**: introdução à cultura de Massa no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988;

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2006;

VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira**: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa / Suzana Varjão. Brasília: ANDI, 2015. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/publicacao/guia-de-monitoramento-violacoes-dedireitosna-midia-brasileira-ii>>;

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Órgãos reguladores da radiodifusão em 10 países**. São Paulo, 2010;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria MJ Nº 1.220, de 11 ed Julho de 2007**. Regula as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), da Lei nº 10.359, de 27 de Dezembro de 2001, e do Decreto nº 6.061, de 15 de Março de 2007, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas à televisão e congêneres. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/hotsites/Direito_Telecomunicacoes/TextoIntegral/NOR/prt/mj_20070711_1220.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016;

FENAJ - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Boa Vista, 2016. Disponível em:<http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2016;

BRASIL. **Lei Nº 9.459 de 13 de maio de 1997**. Altera os arts. 1o e 20 da Lei no 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 14 mai. 1997. Disponível em: . Acesso em: 01 jun. 2016;

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana dos Direitos Humanos. San José da Costa Rica, 1966. Disponível em: . Acesso em: 25 mai. 2016;

MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA BAHIA. **Na Mira é alvo de ação do MP**. Salvador, 2009. Disponível em: . Acesso em: 25 mai. 2016.

ARTIGO

REFLEXIONES SOBRE EL ACTIVISMO SOCIAL EN EL LITIGIO TERRITORIAL DE LA GUAYANA ESEQUIBA: ¿ACTO DE SOBERANÍA EN ETERINBANG?

Introducción

El año 2016 marcó el 50º aniversario de la Independencia de la Republica Cooperativa de Guyana, de igual modo consolidó el cincuentenario de un compromiso político que sería solemnizado bajo la firma de un instrumento de Derecho Internacional Público; el Acuerdo de Ginebra del 17 de febrero de 1966, válidamente suscrito ante la Organización de las Naciones Unidas.¹

El compromiso político señalado planteó el reconocimiento de una antigua controversia territorial sobre las delimitaciones fronterizas entre Venezuela y la extinta colonia de la Guayana Británica, hoy Republica Cooperativa de Guyana.² En ese contexto, el Acuerdo de Ginebra pasó a constituir la materialización jurídica de un compromiso destinado a reconocer la vigencia de la reclamación venezolana.

Lo anterior dio paso a un proceso de negociaciones que tiene como divisa la búsqueda de soluciones pacíficas y satisfactorias para el arreglo practico de una controversia territorial, sobre un espacio cuantificado en 159.500 km² que representan 3/4 partes del territorio de Guyana o 1/7 del territorio de Venezuela.

De allí se desprenden las razones que nos motivaron a practicar un análisis crítico sobre la coyuntura marcada por el año en curso, para lo cual tomamos como punto de partida, algunas apreciaciones que se desprenden de nuestra experiencia vivencial, por cuenta de una visita emprendida a la zona en reclamación durante el mes de agosto del año 2013, la cual, por su impacto mediático desencadenaría

* Maestrando del Programa de Pos-graduación en Sociedad y Fronteras de la Universidad Federal de Roraima. Abogado por la Universidad de Carabobo. Detoma7@gmail.com

¹ Suscrito entre el Gobierno de Venezuela y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, en consulta con el Gobierno de Guayana Británica, registrado en la SGONU el 5 de Mayo de 1966 bajo el No I-8192.

² En octubre de 1899, un tribunal arbitral instalado en la ciudad de Paris, emitió un laudo destinado a establecer la línea fronteriza entre los territorios de la República de Venezuela y los territorios ocupados por la colonia de la Guayana Británica. La sentencia arbitral sería cuestionada por el Estado venezolano, luego de que sus representantes ordenaran una investigación exhaustiva que evidenciaría la existencia de vicios de nulidad *ab origine*, invocados por la cancillería venezolana.

efectos políticos que marcaron agenda en las relaciones diplomáticas entre Guyana y Venezuela.

En ese sentido, el objetivo de la visita consistía en producir una apreciación in situ de la geografía física y humana adyacente a la zona en reclamación, pretendiendo además incentivar en el grupo de investigadores y entusiastas una suerte de conexión sensorial, o vínculo entre aquello que se estudiaba con aquello que se perciba dentro del propio medio físico estudiado.

Durante la visita de reconocimiento se practicaron comparaciones sobre las diversas áreas de la Reserva Forestal de Imataca.³ Nuestras apreciaciones iban destinadas a identificar los factores riesgo antrópico, asociados a la polución de actividades mineras, basadas específicamente en la extracción de recursos auríferos.

Una vez en el área acumulábamos un total de 995 km recorridos desde la ciudad de Caracas por vía terrestre, debido a la abundancia de provisiones y equipos requeridos para el tratamiento de nuestra logística. Esta circunstancia nos permitió identificar los patrones de organización y presencia del Estado venezolano sobre áreas remotas del ordenamiento político y administrativo, por medio de la presencia de instituciones de resguardo de la soberanía y la integridad territorial.

De hecho, nuestra investigación nos permitió tener acceso a la Base de Seguridad Territorial isla de Anacoco, desde la cual opera la 51 Brigada de Infantería de Selva del ejército de Venezuela. Esa isla fluvial de 28km² representó un punto de quiebre en las relaciones diplomáticas que se desarrollarían con la República Cooperativa de Guyana.

Al entrar en contacto con los efectivos militares destacados en la BST Isla de Anacoco, recibiríamos un importante apoyo logístico que transformaría exponencialmente los objetivos previstos con nuestra visita a los territorios adyacentes a la Guayana Esequiba, debido a que el enlace institucional permitió mayores posibilidades de acercamiento sobre áreas de acceso restringido; en virtud del aislamiento asociado a la exuberancia de la selva y la poca circulación de civiles sobre espacios confinados.

Durante esta etapa no prevista de la visita, emprenderíamos una acción que al ser presentada ante las redes sociales y los medios de comunicación, ilustraría la complejidad de fenómenos sociales existentes en un escenario limítrofe que carece

³ Creada mediante resolución N° RNR-47 del 6 de febrero de 1961, publicada en la Gaceta Oficial de la República de Venezuela N°26.478, el 9 de febrero de 1961, denominada originalmente Reserva Forestal Selva El Dorado y cuyos límites y nombre se modificaron por el de Reserva Forestal Imataca, según resolución N°15 del 7 de enero de 1963, publicada en la Gaceta Oficial de la República de Venezuela N°27.044 el 8 de enero de 1963.

de procesos de regulación efectiva, como consecuencia de la indefinición de fronteras nacionales entre Guyana y Venezuela.

Nuestra actuación cívica coincidiría con encuentros de alto nivel entre los Jefes de Estado de los respectivos países, en vísperas de importantes procesos electorales en ambas Repúblicas. Esta circunstancia facilitaría manifestaciones de nacionalismo por parte de los actores políticos sujetos a contiendas electorales, sobre los acontecimientos protagonizados por un grupo de personas que se atribuyó la realización de un acto cívico de soberanía en Etherinbam.

La visita: causas y efectos

Al profundizar en nuestra visita de reconocimiento sobre áreas adyacentes a la Guayana Esequiba, avanzamos hasta la población de San Martín de Turumbán, un poblado predominantemente indígena desde el cual confluyen Pemones, Akawaios y Kariñas. El origen del pueblo estaría asociado fundamentalmente al refugio otorgado a sublevados y amerindios desplazados por la Revuelta del Rupununi de 1969.

Para nosotros este lugar representó una encrucijada de culturas e identidades, allí, gran parte de las actividades económicas dependen de un complejo sistema de mercado derivado de la extracción de recursos auríferos, esto nos permitió apreciar una dinámica fronteriza⁴ que giraba en torno a la reventa o tráfico⁵ de combustible, alimentos, así como otros bienes y servicios, entre estos últimos el traslado fluvial mediante canoas.

San Martín de Turumbán conforme a la división político territorial venezolana, se encuentra ubicado en el Municipio Sifontes del Estado Bolívar, esta población se conecta al sureste con el río Cuyuní, que conforme al Laudo Arbitral de París de 1899 impone el principio de costa seca para Venezuela, razón por la cual embarcaciones venezolanas no podrían ejercer la libre navegación del mencionado río.

Según Nweihed, (2013) la costa seca, es la costa que no engendra mar territorial, tal condición puede configurarse a título excepcional y en forma convencional. Al respecto Nweihed destaca que en la mayoría de los ríos contiguos que sirven para el trazado de límites internacionales, el límite va determinado por el *thalweg*, o sea, la vaguada que marca la parte más profunda en el curso del río, en cuya trayectoria se determinarían los puntos de delimitación de espacios fluviales.

⁴ Se emplea el término partiendo de su enfoque fenomenológico y no jurídico, en sentido lineal.

⁵ El término “tráfico” es empleado deliberadamente en sustitución del término “contrabando”, el cual es utilizado comúnmente en la zona, sin embargo, nos parece impreciso, dado que oficialmente no existe una delimitación fronteriza que defina los límites de jurisdicción y competencia entre los Estados.

Conforme a lo expuesto, es preciso destacar que el Laudo Arbitral de Paris del 03 de octubre de 1899, al pretender establecer límites fronterizos, estableció:

Por tanto, nosotros los infrascritos Árbitros por el presente otorgamos y publicamos nuestra decisión, determinación y fallo sobre las cuestiones que nos han sido sometidas por el referido Tratado de Arbitraje, y, en conformidad con dicho Tratado de Arbitraje, finalmente decidimos, fallamos y determinamos por la presente, que la línea de demarcación entre los Estados Unidos de Venezuela y la Guayana Británica es como sigue: Principiando en la Costa a la Punta Playa la línea de demarcación correrá por línea recta a la confluencia del Río Barima con el Río Mururuma, y continuará por el medio de la corriente de este Río hasta su fuente, y de este punto a la unión del Río Haiowa con el Amacuro, y continuará por el medio de la corriente del Amacuro hasta su fuente en la Sierra Imataca, y de allí al Sudoeste por la cima más alta del Espolón de la Sierra Imataca hasta el punto más elevado de la Cordillera Principal, al Sudeste, hasta la fuente del Acarabisi, **y de este punto continuará por el medio de la corriente de este Río hasta el Cuyuní, y de allí correrá por la orilla septentrional del Río Cuyuní al Oeste hasta su confluencia en el Wenamu,** y de este punto seguirá el medio de la corriente del Wenamu hasta su fuente más Occidental, y de este punto por línea recta a la cumbre del Monte Roraima, y del Monte Roraima a la Fuente del Cotíng, y continuará por el medio de la corriente de este Río hasta su unión con el Takutu, y seguirá el medio de la corriente del Takutu hasta su fuente, y de este punto por línea recta

al punto mas Occidental de la Sierra Akarai, continuará por la cúspide de la Sierra Akarai hasta la fuente del Corentín llamado Río Cutari. Queda siempre entendido que la línea de demarcación establecida por este fallo existe sin perjuicio y con reserva de cualquier cuestión que ahora exista o que ocurriese para determinación entre los Estados Unidos de Venezuela y la República del Brasil o entre esta República y el Gobierno de Su Majestad.

El extracto del Laudo Arbitral que hemos citado, pretende identificar en primera instancia, una referencia exacta a la imposición del principio de costa seca, pero además guarda como objetivo identificar en una segunda instancia, la descripción de una propuesta de delimitación y consecuente demarcación fronteriza sobre los territorios disputados.

Por ende, a los efectos de nuestra investigación entenderemos el territorio como la dimensión total y absoluta de un espacio geográfico delimitado por los Estados, comprendiendo no solo su superficie o extensión terrestre, sino también el subsuelo y los sectores marítimos compuestos por los fondos marinos; la plataforma continental, el mar territorial, los espacios lacustres y fluviales, sus archipiélagos, islas e islotes, incluyendo la suma total de las proyecciones aéreas generadas por los elementos indicados.

Partiendo de esa advertencia, es preciso señalar que según Raffestin, (1980, p.143) *“espacio y territorio no son términos equivalentes (...) siendo esencial comprender bien que*

el espacio es anterior al territorio y el territorio es generado a partir del espacio". En ese contexto Raffestin identifica el fenómeno de la territorialización del espacio, como un objetivo pretendido por diversos actores.⁶

Conforme a ello, procederemos a destacar el poder del Estado como un actor clásico en la ejecución de la territorialización del espacio, sin descartar con ello los procesos de territorialización del espacio ejercidos eventualmente por otros actores.

A partir de esas concepciones, comprenderemos la territorialización como la racional transformación, adecuación o aprovechamiento del espacio geográfico promovida por el Estado u otros actores conforme a sus respectivos intereses de subsistencia, permanencia y utilización de recursos.

Ahora bien, asumiendo que el espacio geográfico es anterior al territorio y el territorio es generado a partir del espacio en base a la pretensión de los actores de territorializarlo; conforme a un conjunto de intereses estratégicos, se hace inminente la confluencia de intereses o pretensiones entre los diversos actores presentes en un espacio geográfico común. No obstante:

Hablar de territorio es referirse implícitamente a la noción de límite, lo cual expresa la relación que mantiene un grupo con una porción de espacio, aún si no siempre se hace explícita. La acción de dicho grupo genera inmediatamente la delimitación. Si no lo hiciera, la acción se disolvería pura y simplemente. La acción siempre es determinada por un objetivo, que es también una delimitación en relación a otros objetivos posibles. (RAFFESTIN, 1980, p.153)

Reconocer la confluencia espacial entre actores también supone la existencia de límites, o sea, de una línea abstracta que define el borde o confín de un área territorializada, lo cual asegura la separación de dos o más esquemas de organización u ordenamientos, ergo, la diferenciación clara de estructuras de dominio que son paralelas a un espacio específico común.

Para Raffestin, (1980, p.165) *"el límite es un signo, o más exactamente, un sistema sémico utilizado por las comunidades para marcar el territorio, sea el de la acción inmediata o el de la acción diferida"*. Nweihed, (2013, p.37) por su parte señala que *"El límite como noción lineal es más un símbolo que una realidad corpórea"*.

Conforme a esas concepciones, entendemos que los actores valiéndose de relaciones de poder imponen arbitraria o convencionalmente una división sobre distintos espacios geográficos del planeta, que garantizaran la plena aplicación de su po-

⁶ *"El espacio se convierte en territorio de un actor desde el momento en que éste se inserta en una relación social de comunicación"*. (RAFFESTIN, 1980 p.147).

der. Al referirse al trazado de límites territoriales por parte de los Estados nacionales, Kaldone G. Nweihed considera:

(...) Se traza sobre los mapas, ya sea siguiendo accidentes naturales como ríos, montañas o lagos, ya sea impuesto sobre el espacio abierto en forma de líneas artificiales “rectas, arcos de círculo, o líneas calçadas sobre paralelos o meridianos”. Se traza como consecuencia de un acto jurídico que emana, a su vez, de una decisión política, ya sea producto de un conflicto, de una compensación o del nacimiento de una nueva situación geopolítica (...) Pero en el fondo el límite moderno carece de corporeidad; ya no son límites ni la Gran Muralla China ni el muro de Adriano, ni fueron barreras efectivas aun durante su apogeo funcional. El muro de Berlín no llegó a tres décadas de la era contemporánea. Su caída, además de todas las implicaciones inherentes a la histórica reunificación de Alemania, constituye la mejor prueba contra el límite material. (NWEIHED, 2013, p. 37)

El procedimiento de trazado de límites generalmente es pactado entre Estados adyacentes (aunque también puede ser promovido por potencias externas) y forma parte del denominado proceso de delimitación; dicho proceso consta de un conjunto de etapas que varían según el espacio geográfico a ser delimitado, por ejemplo; las delimitaciones practicadas en tierra firme responden a procedimientos distintos a las delimitaciones realizadas en espacios marítimos, mientras que la suma total de los espacios geográficos limitados en *Tierra y Mar*, proyectaran la delimitación sobre los espacios aéreos.

A los efectos de nuestra investigación, nos referiremos al límite y a la delimitación en el contexto del ámbito Internacional, asimilando su contenido y alcance en los siguientes términos:

Es el límite internacional el que divide una frontera para formar esa relación de adyacencia en el espacio, que hemos calificado como natural o jurídica. Es el límite internacional el que designa el alcance de la soberanía, jurisdicción y patrimonio de los Estados que comparten el planeta. Es el límite internacional el objeto de los estudios geopolíticos y, desde luego, los de “fronterología”. (NWEIHED, 2013, p.81)

Por tanto, la delimitación consiste en una operación jurídico-política⁷ (*y de eventual disuasión militar*) destinada a determinar mediante diversos criterios, la extensión del espacio geográfico reclamado por los Estados. Dentro de la amplia taxonomía del límite identificada por Nweihed Kaldone, citaremos a continuación, la denominada ***Clasificación Jurídico-Sustantiva*** la cual ordena los límites en *de jure*, *de facto*, o *ficticio*:

⁷ Partiendo de la definición desarrollada por De Visscher, Charles. 1969 p. 28

El límite internacional de jure es el admitido por la comunidad internacional y reconocido por los países limítrofes en tratados específicos en vigor. La inconformidad parcial de un Estado vecino puede plantear un diferendium fronterizo, un litigio y hasta un conflicto; interrumpe la continuidad del límite in situ pero no plantea necesariamente su revisión in toto. Los mapas suelen señalar tales sectores como “en discusión”, “en litigio”, o como límites “no determinados” (...)

El límite internacional de facto es el que resulta de una situación objetiva y en principio transitoria, donde entre los Estados limítrofes no prevale un reconocimiento formal del límite (o límites) mediante tratados válidos pero donde cada quien ejerce sus funciones sin transgredir los límites potenciales. El límite de facto suele resultar de una línea de cese al fuego, de armisticio u otra de carácter provisional. (...)

El límite internacional ficticio es el que aparece en algunos mapas para reflejar posiciones políticas frente a un territorio en disputa, cuando en la vida real tal límite no existe o, por el contrario, existe a pesar de quien así lo ignore. (NWEIHED. 2013, p 85-88)

Al presentar tales conceptos, procuramos fundamentar teóricamente que a pesar de las condiciones ultrapetita evidenciadas en el Laudo Arbitral de París de 1899, destinadas a establecer una delimitación fronteriza de costa seca sobre el río Cuyuní, el Estado venezolano, valiéndose de relaciones de poder, ha desconocido tradicionalmente la referida sentencia arbitral, procediendo con la continua territorialización de espacios fluviales en el Cuyuní, en sintonía con una postura oficial que considera el laudo como nulo e irritó.⁸

Todo ello por medio del ejercicio y promoción de la libre navegación del río Cuyuní de forma pacífica, pública e ininterrumpida durante más de 50 años. Fue precisamente esa situación la que nos motivó a darle continuidad a lo que en efecto ha representado una práctica recurrente.

En consecuencia, la totalidad del grupo que conformaba la expedición concordó en abordar las canoas e iniciar la navegación fluvial, siguiendo un curso que nos permitió conocer la confluencia del río Cuyuní con el río Venamo y un puesto de control de la guardia nacional de Venezuela ubicado al margen de ese río.

En esta actividad fuimos acompañados por aproximadamente seis soldados del ejército de Venezuela, debido a que el capitán que nos brindó apoyo para el reconocimiento de la isla de Anacoco, no permitió que civiles venezolanos estuviesen

⁸ La posición oficial ante la sentencia del laudo arbitral de París, fue expuesta durante el decimoséptimo período ordinario de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas por el canciller de Venezuela Marcos Falcón Briceño, el 12 de Noviembre de 1962. En la declaración expuso: “Venezuela ha traído el asunto a las Naciones Unidas no para pedir una decisión sobre el fondo de la cuestión sino con el propósito de hacer saber al mundo las poderosas razones que la obligan a no poder reconocer el Laudo Arbitral de 1899 como arreglo final y definitivo de su controversia con el Reino Unido, en relación con el territorio de Guayana, del cual fue despojada.” Disponible en: <http://esequibo.mppre.gob.ve/index.php/capitulo-ii/8-fundamentos/17-exposicion-del-canciller-de-venezuela-en-la-onu-el-12-de-noviembre-de-1962> Accesado el: 21/10/2016.

expuestos a inminentes situaciones de peligro propias de una dinámica limítrofe no regulada en su totalidad.

Al culminar nuestra visita al puesto de control del río Venamo, retornamos la navegación por el río Cuyuní y en ese momento, fuimos interceptados por un grupo de soldados de la *Guyana Defence Force*, quienes al detectar la movilización de un nutrido grupo de personas en lo que podría ser considerado un espacio con baja dinámica social, activaron un estado de alerta, lo cual los llevo a acercarse a nuestro grupo y preguntar por los “líderes de la movilización”.

Los soldados de la GDF se notaban sorprendidos e incluso nerviosos, de hecho llegaron a exigir reiteradamente que no tomáramos fotografías, ni grabáramos el encuentro, a pesar de ello, la demanda fue rechazada por nuestro grupo. En ese momento, el capitán del ejército venezolano que lideraba la navegación, converso con un sargento guyanés que comandaba al grupo de soldados de la GDF, recordándole que las aguas del río Cuyuní eran consideradas por Venezuela de libre navegación.

Además le notificó sobre las características de la movilización; derivada del interés del grupo en realizar un estudio sobre el medio físico y la dinámica social en la zona. Los soldados guyaneses se dieron por notificados y siguieron su curso sin mostrar oposición. Sin embargo, luego de retomar la navegación los soldados guyaneses comenzaron a seguirnos, situación que incomodó al capitán del ejército venezolano, debido a la desconfianza persistente a pesar de la conversaciones sostenidas minutos atrás.

Seguidamente, al emitir un par de señas, el oficial venezolano definió con los soldados guyaneses un punto de encuentro próximo al sector de Etherimban⁹ a los fines de disipar desconfianzas. Durante ese segundo acercamiento, informó sobre el interés del grupo en desembarcar en la zona, este planteamiento no fue del agrado del sargento guyanés, sin embargo tampoco se opuso al hecho.

Al llegar al puerto de la población, los civiles solicitamos autorización al capitán del ejército venezolano que comandaba al grupo desde el momento en el cual inicio la navegación fluvial, y al recibirla nos desplegamos libremente por la zona. La acción fue inmediata y aparentemente tomo por sorpresa a otro grupo de soldados de la GDF, que al parecer no estaban al tanto de la situación.

Mientras tanto, un funcionario de la *Guyana Police Force* inexplicablemente comenzó a tomarnos fotografías, sin expresar algún tipo de declaración que fundamentara su actuación. Los soldados venezolanos por su parte se mantuvieron firmes en la orilla del río Cuyuní, custodiando las canoas y lanchas a motor, su capitán, en

⁹ Esta población se encuentra ubicada en la zona en reclamación, al Este de la población de San Martín de Turumbán (Estado Bolívar). El río Cuyuní separa los poblados de costa a costa.

señal de respeto quitó la cacerina de su fusil y lo postro a su espalda mientras nos acompañaba en el recorrido. Minutos después un oficial de la GDF con el rango de mayor¹⁰ se acercó al grupo respetuosamente, en ese momento el capitán del ejército venezolano procedió a saludarle con la debida cortesía militar, produciéndose una conversación sobre la situación.

Nosotros los investigadores continuamos nuestras labores de observación ante la mirada curiosa de los pobladores, nuestra intención consistía en apreciar el panorama; la geografía humana, la realidad social y el comportamiento de las personas. Nuestra presencia en Etherimban duro menos de 60 minutos, debido al estado de suspenso que se apreciaba entre los pobladores, lo cual imposibilitaba el libre desenvolvimiento de sus rutinas.

El breve acercamiento representó un hecho inédito, no existían precedentes sobre una movilización de tal número de venezolanos en ese punto, el hecho se convirtió en noticia y sorprendentemente desencadenaría un conjunto de declaraciones, acciones, medidas y consecuencias que marcarían agenda en Caracas y Georgetown.

El origen de la polémica surgiría por un conjunto de declaraciones concedidas por los miembros de “*Grupos pró-Esequeibo*”¹¹, entre ellos el autor, a un prestigioso periodista del diario El Universal.¹², en su artículo publicado el 9 de septiembre de 2013, (11 días después de la visita), titulado; “**Denuncian abandono del Estado en límites con Esequibo; 45 venezolanos acompañados del ejército realizaron acto de soberanía**”¹³ se indicaba:

Mientras el presidente de la República Nicolás Maduro estaba en Georgetown la semana pasada ofreciendo apoyo económico y social a Guyana, 45 venezolanos civiles se atrevieron a atravesar el río Cuyuní y pasar al territorio en reclamación acompañados de efectivos del Ejército venezolano. “Nosotros fuimos a hacer un ejercicio cívico de soberanía, pero

¹⁰ Su nombre era Souvenir Lloyd “Oriundo de Georgetown, de buena presencia, se apreciaba culto y educado, estaba bien uniformado, sin armas y usaba lentes”. Barrios Orozco. Crónica de un Viaje a Nuestro Territorio Esequibo. Agosto 2013. p.52

¹¹ Denominación dada por ABREU, Severina. *Esequibo: Percepção Venezuelana sobre o litígio territorial, 1966-2012*. p.201. Teses Doctoral, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DO SUL e UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Boa Vista, 2014.

¹² Reyes Theis; Periodista venezolano de la fuente política. Especialista en Opinión Pública y Comunicación Política.

¹³ Acontecimiento reseñado en la primera página del Diario el Universal. Caracas, el día 09/09/13. Disponible en: <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130909/denuncian-abandono-del-estadoen-limites-con-esequibo> y <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130908/acto-de-soberania-en-el-esequibo>. Al día siguiente, la noticia sería difundida en los principales diarios guyaneses, como el Kaieteur News, disponible en: <http://www.kaieteurnewsonline.com/2013/09/10/gdf-probes-armed-visit-of-venezuelan-soldiers-into-guyana/> además del diario Stabroek News, disponible en: <http://www.stabroeknews.com/2013/news/stories/09/10/guyana-probing-venezuelans-visit-toeteringbang/>

no entendemos qué fue a hacer Nicolás Maduro”, señala el estudiante de Derecho Ricardo de Toma, quien al igual que el administrador Jorge Luis Fuguett y el internacionalista Rajihv Morillo pertenecen a la organización Mi Mapa de Venezuela incluye Nuestro Esequibo y participaron en la expedición. De Toma recuerda que a pesar de los proyectos mineros que Guyana está emprendiendo en el Esequibo y la asignación de concesiones petroleras en la fachada atlántica venezolana, Maduro “simplemente fue a una visita para expandir un modelo ideológico”...

De las declaraciones citadas, se desprende la invocación de una palabra que activaría una respuesta por parte de la Cancillería guyanesa, el alto mando de la *Guyana Defence Force* e incluso el entonces candidato presidencial David A. Granger (actual Presidente de la República Cooperativa de Guyana). Nos referimos al término soberanía.

El primer diario Guyanés en hacer eco de la información publicada en la prensa venezolana, fue el *Demerara Waves*, bajo el titular: “*GDF objected to armed Venezuelan soldiers entering Essequibo*”

Guyana Defence Force (GDF) soldiers had objected to several Venezuelan soldiers eventually landing on Guyanese soil with their weapons although they were advised not to do so, officials here said Monday. The group arrived on August 31, the same day that Venezuelan President, Nicolas Maduro was on a one-day state visit. Speaking on strict condition of anonymity, the source said the GDF Commanding Officer at Eteringbang had advised the Venezuelan soldiers that they could not disembark the boat at Eteringbang with their guns.

While they agreed, sources said the several soldiers were later seen in Guyana with their guns, resulting in a remonstration between the soldiers of the two neighbouring countries. The Venezuelans subsequently apologised. The source said the 45-member group included at least six uniformed Venezuelan soldiers, three ex-Venezuelan generals and others civilian-dressed persons. Guyanese security services are said to be paying keen attention to growing unease among sections of the Venezuelan army that the Hugo Chavez cum Maduro administration has been taking a soft approach to sovereignty over the Essequibo Region.

While Guyanese police and soldiers followed the necessary border immigration and security controls, authorities in Georgetown believed that the Venezuelan group lied when they informed that they were visiting Eteringbang to investigate the origin of the people at San Martin, a Venezuelan community opposite Eteringbang.

The Venezuelan newspaper, El Universal, on Monday reported that the Venezuelans went on a mission crossing the Cuyani River and into the Guyana-Venezuela disputed area accompanied by officers of the Venezuelan Army.

“We came here to carry out a civil exercise of sovereignty, but we do not understand what was Nicolás Maduro doing there (in Guyana),” said Law student Ricardo de Toma, a member of an organization called “My Map of Venezuela also Includes Our Essequibo” who took part in the expedition, along with administrator Jorge Luis Fuguett, and internationalist Rajihv Morillo. De Toma recalled that in spite of the mining projects Guyana has been developing in the Essequibo disputed area with Venezuela, plus the

*granting of oil concessions in front of the Venezuelan Atlantic front, President Maduro “paid a visit (to Guyana) only to spread an ideological model.”*¹⁴

Por su parte, el diario Stabroek News público; *Guyana probing Venezuelans’ visit to Eteringbang*

The Government of Guyana is said to be investigating the circumstances surrounding the visit of a number of Venezuelans and military personnel to Eteringbang on the day the Head of State of that country visited Guyana for talks with President Donald Ramotar.

[...] Contacted yesterday, Minister of Foreign Affairs Carolyn Rodrigues-Birkett said preliminary reports indicated that the Venezuelans were students, who were granted permission to do a research on the border[...]Contacted yesterday, the Public Relations unit of the Guyana Defence Force said that an investigation was being conducted into the incident and a report will be released upon the completion of that investigation. This was according to one Colonel Anderson.

*Rodrigues-Birkett also said she was awaiting a detailed report on the occurrence. “The preliminary information available to me indicates that a group of Venezuelans came to Guyana via Eterinbang. They indicated that they were students and sought permission from the relevant Guyanese authorities to enter Guyana. That permission was given. They further indicated that they were doing a research in relation to the border,” she said. “I am advised that they had security officers with them. I do not have any report of any ‘military exercise’ and will not speculate. I await a full report on the matter,” she said.*¹⁵

Al declarar que en nuestra visita realizamos un “ejercicio cívico de soberanía”, nos basamos en la incuestionable ejecución de una acción resultante de la suma de voluntades de un conjunto de personas, que en sentido grupal, actuó en desconocimiento de la sentencia arbitral de 1899, navegando sobre áreas fluviales que siguen siendo consideradas como límite fronterizo por parte del Estado guyanés.

Por tanto, en desconocimiento de esa concepción, procedimos con la libre navegación del río Cuyuní hasta desembarcar en la Guayana Esequiba, sorprendiendo¹⁶ a los soldados de la *Guyana Defence Force*, mediante un cívico y espontáneo despliegue que no puedo ser controlado y que sumó involuntariamente y por azar; la participación de los soldados de las Fuerzas Armadas de Venezuela, que en todo momento

¹⁴ Disponible en: <http://demerarawaves.com/2013/09/09/gdf-objected-to-armed-venezuelan-soldiersentering-essequibo/>

¹⁵ Disponible en: <http://www.stabroeknews.com/2013/news/stories/09/10/guyana-probing-venezuelansvisit-to-eteringbang/> Subrayado del Autor

¹⁶ El efecto sorpresa sería enmendado posteriormente por las autoridades guyanesas, al respecto, El Secretario Presidencial, Dr. Roger Luncheon declararía; “This visit was a visit that obtained the approval of the appropriate authties at the point at which the delegation entered Guyana,”(...) “I don’t pretend to be as au fait as others who have pronounced and displayed their knowledge of the purpose of the visit but official sources from the Guyanese authorities at the border were that they sought permission and received permission to engage Guyanese communities on the border.” Disponible en: <http://www.kaieteurnews.com/2013/09/15/delegation-inquired-on-guyanese-attitude-towardsvenezuela/>

ejercieron una presencia disuasiva y de salvaguarda, sin la cual, probablemente hubiésemos sido detenidos por las GDF.

En consecuencia, presentamos nuestra actuación como un ejercicio cívico de soberanía, entendiendo que las prácticas soberanas no pueden restringirse al lenguaje bélico o a la imposición de actos de fuerza, de control exclusivo y excluyente o de confrontación para el ejercicio del poder. Por tanto, para nosotros el ejercicio cívico de la soberanía se consumó con la concurrencia de una suma de voluntades dispuestas a promover y cumplir con la materialización de principios constitucionales o de interés nacional.

Independientemente de las concepciones axiológicas expuestas, el acontecimiento reseñado representó un hecho inédito, que afectó y/o comprometió políticamente al gobierno guyanés, y ante esa situación, el secretario presidencial de Guyana emitiría declaraciones imprecisas que se convertirían en la versión oficial de los hechos¹⁷

Al respecto concluimos que la información presentada por el gobierno guyanés, estaría destinada a atenuar los cuestionamientos políticos generados por personajes emergentes, como el entonces líder de la oposición y candidato presidencial David Granger, que haría referencia directa a nuestra visita, en los siguientes términos:

El presidente Maduro nos visitó ‘el 31 de Julio’, pero coincidentalmente el mismo día en que nos visitó el presidente Maduro el 31 de agosto, el mismo día de aquella visita, **un grupo de venezolanos trataron de llegar a Eterinbang**, siendo o no estudiantes opositor aun no puedo saber eso, inclusive hice esa pregunta en la asamblea nacional (...) **y esos estudiantes declararon que era un acto de soberanía, así que ellos vinieron con al menos dos objetivos**, el primero era avergonzar al presidente Maduro para quizás, criticar su visita a Georgetown, aun estando en Etherinbam tan lejos, mucha gente en Guyana no sabe dónde queda Eterinbang. En segundo lugar ellos dijeron, los estudiantes dijeron en su declaración que era un acto de soberanía, en que ellos demostraban el reclamo venezolano del Esequibo¹⁸

La notoria preocupación demostrada por importantes actores políticos de Guyana, comprobó que nuestra espontánea actuación, al ser cuestionada e incluso tergiversada, puso a prueba la efectividad del gobierno guyanés ante el control y coordinación del área, advirtiendo a los altos representantes políticos y militares sobre la potencialidad de actuaciones cívicas, aun cuando estas no fueron promovidas por el gobierno de Venezuela.

¹⁷ Declaraciones disponibles en: <http://www.stabroeknews.com/2013/news/stories/10/12/govt-protestsafter-venezuela-holds-oil-research-boat/>

¹⁸ David A. Granger, entrevista concedida para el Programa “The Public Interest” Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=ZbET3OaTy-A>

Consideraciones finales

Dedicaremos nuestras consideraciones finales, a la presentación de un análisis sobre cinco acontecimientos posteriores a la visita reseñada, por cuanto los mismos influyeron en la estridente suspensión de más de una década de relaciones de asistencia, cooperación e integración promovidas por Venezuela ante Guyana a partir del año 2004.¹⁹

Primer acontecimiento. A raíz de las declaraciones emitidas en el diario *El Universal*, tituladas “Denuncian abandono del Estado en límites con Esequibo”. El entonces comandante general del ejército de Venezuela, mayor general Alexis Ramírez López, emprendió una inspección a la Base de Seguridad Territorial Isla de Anacoco, el día 14 de septiembre de 2013, a los fines de abastecer las instalaciones de la 51 brigada de infantería de selva, conjuntamente con la base militar de San Juan de Venamo.

Una vez en el lugar la autoridad militar declaró: “Los militares están para defender la soberanía, con la convicción de que el Esequibo es nuestro. Entendemos que hay una situación en la cual el territorio está sometido al Acuerdo de Ginebra y que hay que esperar una solución”²⁰

Segundo acontecimiento. El 10 de octubre del mismo año, el patrullero Yekuana de la Armada de Venezuela interceptaría y apresaría un buque de prospección sísmica identificado con el nombre *Teknik Perdana*, portando bandera panameña, el buque fue contratado por la empresa estadounidense *Anadarko Oil Petroleum* que habría recibido licencia del gobierno guyanés para efectuar estudios oceanográficos dentro del espacio marítimo correspondiente a la zona económica exclusiva venezolana.

El buque de prospección sísmica *Teknik Perdana*, sería escoltado a la isla de Margarita, donde permanecería apresado, conjuntamente con sus 36 tripulantes. Seguidamente, el gobierno venezolano emitiría un comunicado, en protesta ante la

¹⁹ Tomamos como referencia ese año, debido a unas declaraciones emitidas por el Presidente venezolano Hugo Chávez durante una visita oficial a Georgetown que marcaría el inicio de más de una década de políticas de asistencia, cooperación e integración promovidas por Venezuela, como una clara señal de flexibilización ante la tradicional postura venezolana de cara al litigio territorial de la Guayana Esequiba. El 20 de febrero, Chavez declaró “El Gobierno venezolano no será un obstáculo para cualquier proyecto a ser conducido en el Esequibo, y cuyo propósito sea beneficiar a los habitantes del área. Me refiero a proyectos como acceso al agua potable, construcción de carreteras, programas energéticos y de agricultura” (...) “El asunto del Esequibo será eliminado del marco de las relaciones sociales, políticas y económicas de los dos países”. Disponible en: <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/111002/posicion-sobre-elesequibo-varia-en-paralelo-al-cambio-ideologico>

²⁰ Disponible en: <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130919/comandante-del-ejercito-visitolimito-con-el-esequibo>

situación planteada, mientras que el gobierno guyanés a pesar de poseer responsabilidad directa sobre el curso de los hechos, manifestó que las acciones del buque naval venezolano constituían “*una seria amenaza a la paz de esta subregión y por tanto del Gobierno de Guyana.*”²¹

Es preciso destacar, que la prensa guyanesa, siempre que reseñaba los sucesos del Teknik Perdana, referenciaría la visita emprendida por los 45 venezolanos (acto de soberanía desarrollado en agosto), como si dicho acontecimiento guardara una relación o nexo causal con la acción emprendida por la Armada de Venezuela. Tras la actuación del Estado venezolano, la empresa Anadarko Petroleum Corp., suspendería sus proyectos en el área en disputa.

Tercer acontecimiento. Después de la visita del comandante general del ejército a la isla Anacoco y otros puntos adyacentes a la zona en reclamación, la Fuerza Armada Nacional de Venezuela, por medio de acciones conjuntas entre el ejército y la guardia nacional desarrollaría una serie de operativos que arrojarían la incautación de 250.000 litros de combustible diesel²² y posteriormente 85.000 litros de gasolina²³, que aparentemente serían traficados ilícitamente a la Guayana Esequiba durante el mes de Octubre de 2013. Esta medida sería considerada por Guyana como un proceso de militarización de la frontera.

Cuarto acontecimiento. La visita desarrollada por el grupo de investigadores serviría de inspiración para los principales líderes de la oposición venezolana, quienes reafirmaron la relevancia de la acción impulsada en agosto de 2013, al ejecutar una movilización similar, organizada por una coalición de partidos políticos que contó con la participación de una decena de Diputados de la Asamblea Nacional de Venezuela, acompañados por el dirigente político, Leopoldo López que luego de reafirmar la libre navegación del río Cuyuní y desembarcar en Eterinbang declaró “*Estamos haciendo un acto de soberanía para dejarle constancia al pueblo venezolano de lo que está ocurriendo en esta zona, venimos a reafirmar que este es un territorio venezolano*”²⁴

Quinto acontecimiento. Tras la expedición realizada por los Diputados de la Asamblea Nacional de Venezuela, los soldados de la Guyana Defence Force, to-

²¹ “The Government of Guyana is of the firm belief that the actions taken by the Venezuelan navy vessel constitute a serious threat to the peace of this sub-region and the Government of Guyana therefore strongly condemns these actions”. 10/10/2013: <http://www.stabroeknews.com/2013/news/stories/10/11/venezueladetains-research-vessel-in-local-waters-guyana-protests/>

²² 14/10/13: <http://www.correodelcaroni.com/index.php/sucesos/item3619-gnb-desarticula-red-decontrabando-de-combustible>

²³ 23/10/13: <http://www.correodelcaroni.com/index.php/sucesos/item/4197-gnb-retuvo-embarcacion-con-85-mil-litros-de-combustible>

²⁴ Declaraciones extraídas del Diario El Universal, Caracas, 12/11/13, Política, p.1-4. La información también puede ser verificada en: <http://www.soberania.org/2013/11/12/diputadosrealizaron-un-ineditoacto-de-soberania>.

marían represalias y prácticas de hostigamiento contra los ciudadanos venezolanos asentados en la población de **Eterinbang**, la información sería confirmada por el Alcalde del Municipio Sifontes del Estado Bolívar, Carlos Chancellor, al indicar “A consecuencia de la presencia que hicieron los diputados de la oposición venezolana, las fuerzas militares de Guyana reaccionaron violentamente contra los venezolanos que están residiendo en el territorio en reclamación”²⁵

De los cinco acontecimientos expuestos, al menos tres tendrían relación directa con la visita realizada por los “*Grupos pró-Essequibo*” reseñada al inicio de nuestra investigación. Cada uno de los acontecimientos indicados, se desarrollarían de forma consecutiva, cada situación descrita afectaría la imagen de dos gobiernos inmersos en procesos electorales nacionales y dentro de ese panorama, cada gobierno sería sometido al juicio implacable de los medios de comunicación. La suma de los acontecimientos descritos aproximaría a los Estados a una escalada en el conflicto.

El primer acontecimiento presentado, incidió en la concurrencia de factores militares, que en el caso venezolano se vieron involucrados de forma fortuita, en virtud de las labores de asistencia logística y de resguardo enfocadas sobre un nutrido grupo de civiles que se desplazaba por zonas remotas, esta condición accidental alteró el curso de los hechos durante nuestra visita, por cuanto nos permitió conocer áreas de acceso restringido, desencadenando un momento de tensión sobre la margen media del río Cuyuní, por cuenta del encuentro producido frente a los soldados de la Guyana Defence Force.

Dentro de la cadena de consecuencias asociadas al primer acontecimiento, destacaron las medidas de militarización del sector de Eterinbang ordenadas por el alto mando de la GDF, tales medidas serían replicadas por las Fuerzas Armadas de Venezuela, produciéndose incluso el traslado del comandante general del ejército de Venezuela a las bases militares dispuestas en las zonas limítrofes y llevando con ello el ejercicio de operativos de inteligencia destinados a atacar actuaciones delictivas en la zona limítrofe, tal como fueron descritas en el tercer acontecimiento.

En el segundo acontecimiento presentado, asociado a la interceptación y captura del buque Tekink Perdana por parte de la armada de Venezuela, no identificamos un nexo causal ante la visita realizada, contrario a ello, observamos que la medida representaría una respuesta contundente ante la reactivación por parte de Guyana, de concesiones unilaterales para la exploración y explotación de combustibles fósiles sobre espacios marítimos correspondientes a la Zona Económica Exclusiva de Venezuela.

²⁵ “Acusan a militares guyaneses de hostigar a venezolanos” Diario El Universal, Caracas 14/11/13, Política, p.1

Dentro de la cadena de consecuencias asociadas a este acontecimiento, destacó la licencia otorgada por el gobierno guyanés a la corporación Exxon Mobil, que en febrero de 2015 anunció que el buque M/V Deep Water Champion zarparía al denominado bloque Stabroek, ubicado “*en la costa afuera de Guyana*” para efectuar “*3D seismic survey*” esperando arribar a mediados de marzo²⁶. Ante ese anuncio, la cancillería venezolana emitiría comunicados en rechazo, pero a pesar de las reservas venezolanas, el departamento de administración marítima de Guyana, en un aviso emitido a los marineros, indicó que el buque Deep Water Champion comenzaría el proyecto de perforación exploratoria. Finalmente, el 01 de marzo de 2015, el buque reportó encontrarse posicionado y listo para comenzar operaciones en el área.

Esa situación agravaría notoriamente las relaciones diplomáticas entre Venezuela y Guyana, desencadenando una literal guerra de micrófonos, que tomo mayor combustión luego de la juramentación de David A. Granger como Primer Ministro de Guyana el 16 de mayo de 2015.

Ahora bien, en el cuarto acontecimiento, hicimos mención a la movilización de más de una decena de diputados en apoyo a la actividad emprendida por el grupo de investigadores y entusiastas del cual formamos parte activa, siendo este un hecho que reafirmó el potencial de una actuación cívica y soberana, al convocar a los representantes del poder legislativo a seguir nuestra hoja de ruta y observar un panorama remoto sumido en fenómenos sociales y realidades lejanas a regulaciones institucionales.

Ello trajo como consecuencia directa, las medidas de retaliación indicadas en el quinto acontecimiento, asociadas a las prácticas de persecución y hostigamiento que concluyeron en la expulsión de venezolanos establecidos en **Eterinbang**.

Las reflexiones planteadas sobre el inesperado curso de los hechos, demuestran la inminencia e intensidad con la cual se pueden agudizar los conflictos asociados a un litigio territorial que permanece vigente y yace frágil a la simple estimulación de actos o declaraciones capaces de despertar ideales “nacionalistas” en los representantes políticos. Todo ello, como un efecto derivado de la ausencia de soluciones prácticas para el arreglo pacífico de la controversia.

Se identificó además que estas cuestiones se tornan más susceptibles durante coyunturas electorales, debido a las ‘naturales’ imprecisiones mediáticas que conllevan a tergiversaciones (voluntarias o no) por parte de los medios difusores, generando inquietudes y demandas por parte de la población, que son exteriorizadas masivamente y en tiempo real mediante internet, llevando con ello a presiones que

²⁶ 19/02/2015, www.stabroeknews.com/2015/news/stories/02/19/exxon-mobil-oil-rig-heading-guyana

influyen en el recrudescimiento de actos de gobierno y posturas de Estado. Sin duda alguna, las situaciones reseñadas reactivaron la problematización del caso Esequibo, por cuenta de actores no convencionales que territorializaron un nuevo campo de poder sobre esta centenaria disputa, el de la geopolítica practicada en virtud de los espacios provistos por las redes sociales.

Referências bibliográficas

ABREU, Severina. **Essequibo**: Percepção Venezuelana sobre o litígio territorial, 1966-2012. p.201. Teses Doctoral, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DO SUL e UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Boa Vista, 2014.

BARRIOS, Eddy. **Crónica de un Viaje a Nuestro Territorio Esequibo**. Carabobo, 2013. DE VISSCHER, Charles. *Problems de Confins en Droit International Public*. Paris; Pedone, 1969.

NWEIHED, Kaldone. **Frontera y Limite en su Marco Mundial**. Una aproximacion a la “fronterologia”. Caracas: Equinoccio, Universidad Simon Bolivar. 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Paris: Editora Atica. 1980.

REYES, Theis. **Acto de Soberania en el Esequibo**. El Universal, Caracas, 09 Set. 2013. Disponible en: <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130908/acto-desoberania-en-el-essequibo> acceso: 25 Ago. 2016.

_____. **Comandante del Ejército visitó límite con el Esequibo**. El Universal, Caracas. El Universal, Caracas, 19 Sep. 2013. Disponible en: <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130919/comandante-del-ejercito-visitolimito-con-el-essequibo> acceso: 26 Ago. 2016.

_____. **Denuncian abandono del Estado en limites con el Esequibo**. El Universal, Caracas, 09 Set. 2013. Disponible en: <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/130909/denuncian-abandono-del-estado-en-limites-con-essequibo> acceso: 25Ago. 2016.

_____. **Posición sobre el Esequibo varía en paralelo al cambio ideológico**. El Universal, Caracas, 02 Oct. 2011. <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/111002/posicionsobre-el-essequibo-varia-en-paralelo-al-cambio-ideologico> acceso: 28 Ago. 2016.

GILDARIE, Leonard. **GDF probes armed “visit” of Venezuelan soldiers into Guyana.** Kaieteur News, Georgetown, 10 Sep. 2013. Disponible en: <http://www.kaieteurnews.com/2013/09/10/gdf-probes-armed-visit-of-venezuelansoldiers-into-guyana/> acceso: 25 Ago. 2016.

GX, media. **GDF objected to armed Venezuelan soldiers entering Essequibo.** Demerara Waves, Georgetown, 09 Sep. 2013. Disponible en: <http://demerarawaves.com/2013/09/09/gdf-objected-to-armed-venezuelan-soldiersentering-essequibo/> acceso: 25 Ago. 2016.

STAFF. **Delegation inquired on Guyanese attitude towards Venezuela.** Kaieteur News, Georgetown, 15 Sep. 2013. Disponible en: <http://www.kaieteurnews.com/2013/09/15/delegation-inquired-on-guyaneseattitude-towards-venezuela/> acceso: 25 Ago. 2016.

STAFF. **Gov’t protests after Venezuela holds oil research boat. Stabroek News, Georgetown,** 12 Oct. 2013. Disponibles en: <http://www.stabroeknews.com/2013/news/stories/10/12/govt-protests-after-venezuelaholds-oil-research-boat/> acceso: 25 Ago. 2016.

STAFF. **Venezuela detains oil survey vessel in local waters, Guyana protests.** Stabroek News, Georgetown, 11 Oct. 2013. Disponible en: <http://www.stabroeknews.com/2013/news/stories/10/11/venezuela-detains-researchvessel-in-local-waters-guyana-protests/> acceso: 26 Ago. 2016.

STAFF. **Guyana probing Venezuelans’ visit to Eteringbang.** Stabroek News, Georgetown, 10 Sep. 2013. Disponible en: <http://www.stabroeknews.com/2013/news/stories/09/10/guyana-probing-venezuelansvisit-to-eteringbang/> acceso: 25 Ago. 2016.

VENEZUELA, Ministerio de Relaciones Exteriores. **Boletín del Archivo de la Casa Amarilla N° 5,** Caracas, 1998.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Reclamacion de la Guayana Esequiba.** Documentos 1962 - 1967. Caracas, 1967.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Reclamacion de la Guayana Esequiba.** Documentos 1962 - 1981. Caracas, 1982.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Unidad Especial de Guyana.** Derechos Venezolanos de Soberania en el Esequibo. DOCPRTE-112. Disponible en: www.essequibo.mppre.gob.ve Accesado el: 18/09/16.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Unidad Especial de Guyana.** Derechos Venezolanos de Soberania en el Esequibo. DOCPRTE-151-D. Disponible en: www.essequibo.mppre.gob.ve Accesado el: 18/09/16.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Unidad Especial de Guyana**. Derechos Venezolanos de Soberanía en el Esequibo. Texto del Laudo dictado en París el 03 de octubre de 1899 por el Tribunal de Arbitramento, determinando la línea de demarcación entre los Estados Unidos de Venezuela y la Guayana Británica. Disponible en <http://esequibo.mppre.gob.ve/index.php/capitulo-i/7-antecedentes/5-texto-del-laudo-dictado-en-paris-el-03-de-octubre-de-1899-por-el-tribunal-de-arbitramentodeterminando-la-linea-de-demarcacion-entre-los-estados-unidos-de-venezuela-y-laguayana-britanica>

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Unidad Especial de Guyana**. Derechos Venezolanos de Soberanía en el Esequibo. Acuerdo de Ginebra del 17 de febrero de 1966. Disponible en: <http://esequibo.mppre.gob.ve/index.php/capitulo-v/15-articulos/35-elacuerdo-de-ginebra-del-17-de-febrero-de-1966>

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Unidad Especial de Guyana**. Derechos Venezolanos de Soberanía en el Esequibo. Exposición del Canciller Marcos Falcón Briceño en la ONU, el 12 de Noviembre de 1962. Disponible en: <http://esequibo.mppre.gob.ve/index.php/capitulo-ii/8-fundamentos/17-exposicion-del-canciller-de-venezuela-en-la-onu-el-12-de-noviembre-de-1962>

_____. **Resolucion N° RNR-47 del 6 de febrero de 1961**, que crea la Reserva Forestal Selva El Dorado. Gaceta Oficial N°26.478, del 9 de febrero de 1961. Caracas

_____. **Resolucion N°15 del 7 de enero de 1963**, que crea la Reserva Forestal de Imataca. Gaceta Oficial N°27.044, del 8 de enero de 1963. Caracas

ARTIGO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE PNEs E TRANSTORNOS MENTAIS ATENDIDAS POR UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NO HOSPITAL DIA DO HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA-PA.

Introdução

Este estudo é um recorte da minha dissertação de mestrado que fora desenvolvido na Universidade do Estado do Pará versasobre as representações sociais tecidas sobre as pessoas com necessidades especiais- PNEs e transtornos mentais atendidas no Hospital Dia- HD e seu o processo de inclusão-exclusão social em uma prática de educação e saúde.

Como questão que orienta a presente reflexão destaca-se: como os profissionais da equipe multidisciplinar do HD representam a inclusão de PNEs e transtornos mentais em tratamento de saúde? Trata-se de numa pesquisa de campo, descritiva com abordagem qualitativa. No levantamento dos dados utilizaram-se procedimentos de observação, entrevista com roteiros semiestruturados e dinâmicas de grupo. A análise dos dados foi produzida, por meio de um levantamento bibliográfico e documental que contém discussões sobre a problemática da inclusão-exclusão social de PNEs e transtornos mentais, educação e saúde e a teoria das Representações Sociais.

No corpo deste texto discorre-se sobre a teoria das representações sociais, aponta uma breve compreensão metodológica, problematiza-se sobre algumas representações sociais tecidas sobre as pessoas com necessidades especiais e transtornos mentais pelos profissionais que compõem a equipe multiprofissional do Programa Hospital Dia, seguido de algumas considerações.

Representações sociais

Jodelet (1989 apud Sá, 1993) define as representações sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e

* Mestre em educação, pedagoga, psicóloga, docente na Universidade Federal do Oeste do Pará, no Instituto de Ciências da Educação, integrante do Núcleo da Abrapso/Santarém-Pa, email: kassyao@yahoo.com.br

concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 32). Isso significa que as representações sociais designam uma forma de pensamento social que é compartilhada e apresenta características específicas quanto à sua estrutura lógica e de organização de conteúdos, bem como se refere ao contexto de onde emergem as representações.

Moscovici (2003) estabelece como morada das representações sociais e lugar de sua sobrevivência os universos consensuais e os universos reificados. No primeiro, a sociedade se vê como um grupo feito de indivíduos que são de igual valor, ela mantém a estrutura social rígida em amarras comuns desconsiderando a diversidade que a constitui, “tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações já adquiridas, corrobora, mais do que contradiz a tradição” (MOSCOVICI, 2003, p. 54).

No segundo, a sociedade se vê como um sistema com diferentes papéis e categorias, cujos ocupantes não são igualmente autorizados para representá-la e falar em seu nome, os seus membros são desiguais. Nesse universo, há a possibilidade das diferenças emergirem, através de conflitos, para em seguida serem compreendidas, havendo a superação de representações sociais discriminatórias e da elaboração de outras.

Considera, ainda, Moscovici (2003, p. 54) que “o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar”. Dessa maneira, a pessoa que não apresentar alguma familiaridade com os moldes determinados é descaracterizada da condição de ‘ser’, o não familiar é afirmado como negação, passa a ser segregado, excluído, o apêndice do corpo social.

Assim, as representações sociais elaboradas sobre pessoas que sofrem exclusão social partem da construção histórico-social de sua não-familiaridade, da afirmação de sua não-existência, do estabelecimento, portanto de uma sólida e intolerante fronteira de convivência:

É desse modo que os doentes mentais, ou as pessoas que pertencem a outras culturas, nos incomodam, pois estas pessoas são como nós e contudo não são como nós; assim nós podemos dizer que eles são “sem cultura”, “bárbaros”, “irracionais”, etc. De fato todas as coisas, tópicos ou pessoas banidas ou remotas, todos os que foram exilados das fronteiras concretas de nosso universo possuem sempre características imaginárias; e pré-ocupam e incomodam exatamente porque estão aqui, sem estar aqui; eles são percebidos sem ser percebidos; sua irrealidade se torna aparente quando estamos em sua presença; quando sua realidade é imposta sobre nós – é como se nos encontrássemos face a face com um fantasma ou com um personagem fictício na vida real (MOSCOVICI, 2003, p. 55 e 56).

Neste contexto o processo de inclusão social de pessoas com necessidades especiais em tratamento de saúde pressupõe a superação das representações e das práticas estigmatizadoras cristalizadas na sociedade, em face da pessoa diferente e na construção processual de novas mentalidades inclusivas, tendo no outro/humano a dimensão do próprio ser.

Nesse sentido, este estudo perpassa pelo contexto sócio-histórico da diversidade, considerando que o debate sobre a inclusão não deve estar restrito ao ambiente da escola formal, mas precisa ser estabelecido em todos os espaços sociais em que se fizerem presentes as pessoas com necessidades especiais e outras minorias sociais, entendendo que: “todos aprendem juntos, convivendo com as diferenças” (OLIVEIRA, 2004, p. 71).

A teorização e a práxis da educação inclusiva, deve ser entendida como o pressuposto básico de inserção social de etnia, gênero e de capacidade¹ e de outros grupos sociais segregados. Esta educação procura discutir as situações existenciais de exclusão por que passa o ser humano, considerando as vozes autênticas de crianças, jovens, adultos e idosos em pronunciarem as adversidades sofridas em quaisquer ambientes em que se encontram, seja na escola, no hospital, no trabalho, na casa de família.

A prática da educação inclusiva requer a superação de algumas ações discriminatórias e da proposição de novos saberes e ações com os grupos sociais minoritários, que vivenciam o processo de exclusão social, educativo e escolar, apontando princípios inclusivos sociais e éticos relevantes como: o rompimento com a situação de exclusão e de discriminação vivenciada pelas pessoas com necessidades especiais e por outras minorias sociais nos ambientes educativos escolares e não-escolares; a superação da dicotomia entre a educação comum e a especial, retirando a educação especial da condição de subsistema; a democratização dos ambientes educativos; a formação continuada de pessoas (recursos humanos) para lidarem com a diversidade.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de campo, qualitativa que se apropria de algumas categorias da teoria das representações sociais para compreender o processo de inclusão-exclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais com transtornos mentais.

Alguns instrumentos foram utilizados para o levantamento dos dados da pesquisa como entrevistas individuais e coletivas, dinâmicas de grupo e a observação

¹ Pessoas com necessidades especiais, termo referido por Oliveira (2004).

das práticas educativas por um período de seis meses, tendo uma frequência semanal de dois encontros ao espaço do HD.

Entre os participantes da pesquisa destacam-se seis profissionais que compõem a equipe multiprofissional do Programa Hospital Dia do Hospital de Clínicas Gaspar Vianna como os descritos a seguir: (01) Terapeuta Ocupacional; (01) Médica Psiquiatra; (01) Psicóloga; (01) Professora de Educação Física; (01) Enfermeira e (1) Assistente Social.

No HD, 06 (seis) educadoras do turno da manhã que compõem a equipe multidisciplinar foram entrevistadas. O tempo de atuação delas em ambientes de saúde varia entre 5 e 25 anos, e no Programa de educação e saúde pesquisado houve uma variação de 01 a 17 anos. Todas as educadoras são naturais da capital do Estado do Pará e se auto identificaram com as seguintes etnias: 02 (duas) brancas, 01 (uma) negra, 01 (uma) morena 01 (uma) amarela e 01 (uma) parda.

Os participantes da pesquisa são apresentados com nomes fictícios sugeridos por eles mesmos. Neste estudo utiliza-se termo de consentimento livre-esclarecido, bem como as questões éticas são garantidas, via comitê de ética do HCHV.

Representação sobre o outro: a pessoa do educando

A tessitura da representação social sobre a PNEs e transtornos mentais deu-se com uma proposição direta aos profissionais. Como represento o outro? Como o percebo e o vejo concretamente? Diante das indagações as educadoras representam os seus educandos como pessoas cansadas, carentes, fragmentadas, que estão passando por uma fase difícil, por isso precisam de ajuda. Algumas pessoas são tão humildes que parecem estar numa condição de sobrevivência ao ponto de não apresentar uma vida social de conversa e de escuta com outras pessoas.

São pessoas que vem em busca de ajuda, às vezes, depositando na gente muita responsabilidade, às vezes já vêm pessoas cansadas de lutar não é? Algumas outras pessoas que por conta dessa luta já vem assim ‘– toma cuida dele pra mim que eu não aguento mais!’, então a gente tem que escutar porque assim os perfis são muito diferentes não é? (CARLA – HD).

Representação do eu-outro no Hospital Dia

Quando propus aos profissionais quais as representações sociais apresentam de si e do outro (PNEs em tratamento de transtornos mentais). Surgiram diversas e

diferentes representações sociais sobre o eu e o outro. Neste estudo destaco alguns recortes das representações sociais tecidas pelos profissionais no cotidiano de suas atividades laborais como as descritas a seguir: *Eu-Outro*: inacessibilidade do ser, *Eu-Outro*: presenças ausentes, *Eu-Outro*: corpo e mente fragmentados.

Eu outro inacessibilidade do ser

A educadora Carla ficou constrangida com a pergunta sobre como via o seu corpo, a priori, não sabia como responder, mas aos poucos foi tecendo sua autoimagem e foi descrevendo o olhar que tem sobre si e sobre o outro.

Apresentou o seu corpo como cuidado e rígido. Cuidado, porque tem uma preocupação com a estética, em ter uma boa forma, ser saudável. Rígido, porque não apresenta uma flexibilidade diante de outros corpos, não gosta de se deixar tocar nem de tocar, a percepção sensitiva a incomoda, todavia, no trato com os educandos, pessoas significativamente sensíveis, Carla tem trabalhado a sua autoimagem, a sua percepção e a sua sensibilidade. Ela apresenta respeito ao seu corpo e ao do outro, procurando não ser invasiva:

Eu gosto de cuidar dele, eu tenho uma preocupação com ele, eu não desprezo ele assim, mas eu tenho uma certa dificuldade de contato, não sou pegajosa de ficar pegando e não gosto que me peguem muito. Eu mantenho uma certa distância do meu corpo em relação aos outros já foi pior, hoje já está melhor eu acho assim que o meu convívio com os pacientes aqui do hospital melhorou muito, porque eles gostam de tocar, eles gostam de pegar e quem não gosta já me atrai pra eu fazer esse exercício com eles de pegar, de abraçar, entendeu? Já foi pior, já melhorou bastante, mas eu respeito, assim como eu gosto de respeito eu me respeito muito, não sou invasiva... Eu tenho muito cuidado com a referência do corpo, de pegar, de tocar, de se mostrar, de se expor, eu tenho muito cuidado (CARLA – HD).

Eu-Outro: presenças ausentes

Outra representação que marcou o imaginário dos profissionais do HD foi à condição de solidão por que passa a pessoa com transtorno mental. Compreendem que mesmo que esteja cercada por outras pessoas sua condição existencial é solitária, pelo preconceito e processos variados de exclusões.

A sociedade cria o que Moscovici nomeia de universos consensuais, lugares onde estão livres de atritos e dissensos “onde todos querem sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora mais que contradiz a tradição” (2003,

p. 54). Assim, a representação de exclusão que se faz sobre a pessoa com transtorno mental não deve ser problematizada, visto que o comportamento dessa pessoa confirma a representação de sua não-familiaridade amadurecida no imaginário social.

Nesse sentido a PNE e transtorno mental são Presenças-ausentes no mundo, portanto colocada no lugar da não-familiaridade, da estranheza, face ao padrão social da normalidade.

Segundo Heller (2004), na dimensão social da vida cotidiana, os preconceitos são produzidos, tendo como base as integrações entre os sujeitos, pelas classes sociais imbuídas de seus juízos de valor, de sua moral e de seus credos. Criam preconceitos que podem ou não carregar estereótipos sobre pessoas que julgam não compartilhar a mesma comunidade de fé.

Quanto aos preconceitos:

costumamos, pura e simplesmente, assimilá-los de nosso ambiente, para depois aplicá-los espontaneamente a casos concretos através de mediações [...] a primeira coisa observada pela criança são os modos de comportamento preconceituoso estereotipados e as racionalizações ou justificações dos mesmos feitas pelos adultos; só depois é que começa a sentir o ressentimento correspondente (HELLER, 2000, p. 49 e 50).

Percebe-se um modelo de sociedade que ainda exclui de seu convívio social pessoas que fogem ao padrão da normalidade, assim são segregadas e o processo de exclusão é perpetuado a outras gerações, sendo justificado por padrões racionais, morais e de fé.

Eu-Outro: corpo e mente fragmentados

Outra educadora vê, com muita felicidade, o seu corpo se transformando porque está grávida, já o corpo do educando é marginalizado, em suas palavras: “acho que é um corpomuito tolhido assim, quando você tem uma limitação do ponto de vista psíquico, você acaba se limitando corporalmente no ambiente” (BIANCA – HD).

Na relação eu-outro a profissional percebe o seu educando da seguinte maneira “vejo nesse ser a segmentação, a fragmentação, o caos, o cérebro humano, nem tudo a gente pode medir, mas ele é uma pessoa única e a borboletinha que está no pescoço simboliza isso, a particularidade de uma pessoa” (BIANCA – HD).

Ela pautou no seu discurso uma incógnita que seu educando representa para ela. Vê na cabeça, símbolo da razão aristotélica, mente sã corpore sano, todavia, a expressão não busca levantar a sanidade do ser humano, mas o seu desequilíbrio, seu

estado torpe e a dúvida que a educadora tem de como pode estar estruturado o saber e o pensamento desse sujeito tão complexo, mas fragmentado.

Outra educadora disse que a visão que tem de seu corpo oscila, está de acordo com seu estado de humor e a projeção que faz para os seus educandos é a mesma, quando eles estão bem, o corpo está bem, mas quando eles não se cuidam, eles ficam feios. Assim:

Quando eles estão maus a questão do autocuidado, da autoimagem está tudo desestruturada eles estão horríveis! Desalinhados, em todos os sentidos não é? Até o desalinho corporal mesmo cabisbaixo. Ai às vezes a gente encontra com eles lá fora e aí não o reconhece (BRANCA – HD).

A simbologia da ‘loucura’ é impregnada de tudo que há de mais negativo.

Desordem, decomposição do pensamento, erro, ilusão, não-razão e não-verdade. É essa loucura, como simples avesso da razão e contingência pura do espírito, que um autor do século XVIII define bastante bem numa extensão que nenhuma forma positiva consegue esgotar ou limitar (FOUCAULT, 2005, p. 252).

A história de exclusão vivenciada pela pessoa com transtorno mental é longa, assim como as representações negativas tecidas sobre esses sujeitos.

Oliveira (2004) possibilita uma reflexão interessante quando suscita a problemática da exclusão a partir de sua análise sobre a ética da libertação de Dussel. Nessa, o ser humano é compreendido através de uma visão eurocêntrica, é medido através do olhar de outros seres que se julgam superiores, como o dominador europeu. Esse percebe o outro não enquanto alteridade, mas como objeto do seu ser, o inferior, aquele que é desprovido da “ética da vida”. Desse modo, o europeu projeta para o outro o critério do não-ser (OLIVEIRA, 2004, p.102).

A figura do Eu nega o Outro enquanto “alteridade da totalidade”, dotado de especificidades e potencialidades.

Os discursos e as representações sobre a “diferença” das ditas “pessoas com necessidades especiais”, no contexto educacional brasileiro, trazem a marca da nossa colonização europeia e de sua visão “etnocêntrica” de mundo. O eixo de referência a essas pessoas tem sido moral e historicamente “eurocêntrico”, construído em torno do comprometimento físico ou mental, numa perspectiva polarizada e excludente: Ser x Não – Ser (influência da filosofia clássica), Pertencimento e Não Pertencimento ao “gênero do ouro” (imagem Platônica), Eu x Outro (discurso racionalista moderno) e Normalidade x Anormalidade (discurso científico da eugenia e da teoria evolucionista) entre outros (2004, p.129).

A situação de Ser versus Não-ser possibilita a reflexão sobre o processo de segregação social durante a colonização do Brasil. O encontro do europeu com os índios deu-se com a negação identitária desses. Os portugueses negaram a condição de ser humano do índio, pois: Eram selvagens! Assim, para que fosse considerado ser humano, o índio necessitava passar pela doutrinação da igreja católica a fim de garantir sua “salvação”. Maior estigma sofreu o negro, ao qual foi negado o direito de ter alma, pelas suas diferenças, pelos seus costumes, suas crenças e sua história.

As diferenças dos negros africanos, assim como as dos índios, acentuaram as marcas de negações aos corpos que não se dispunham a ter a mesma forma dos corpos dos europeus. A cor da pele, as diferenças nos cabelos, a cultura, os saberes eram diferenciados.

Semelhante prática de segregação foi realizada na Idade Média com as pessoas que tinham os corpos e comportamentos classificados como não padronizados. Aqui aponto, também, as pessoas que apresentam necessidades especiais, bem como as pessoas com transtornos mentais. Sobre essas havia um julgo dual operado pela sociedade e igreja assim: eram compreendidas ora como *Les enfants du bon Dieu*², ora como *depósitos de espíritos maus*. Assim, as pessoas recebiam cuidados enquanto cristãs e noutro momento eram torturadas e mortas como heréticas (KASSAR, 1999).

As pessoas que nasciam com necessidades especiais e que apresentavam comportamentos diferenciados da norma social eram tidas, ao mesmo tempo, como coitadas e culpadas por suas ‘deficiências/doenças’. Por isso, vale lembrar a imagem da opressão aplicada ao corpo dos seres humanos como formas de puni-lo e assim educar os outros corpos a silenciarem os seus afazeres que eram compreendidos como subversores de uma ordem. Foucault escreveu:

[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atezado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo e enxofre, e às partes em que será atezado se aplicará chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrados por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento (1987, p. 5).

² Tradução “crianças do bom Deus”.

As punições aplicadas ao corpo ainda são representadas no campo da educação regular, no ambiente hospitalar, no espaço carcerário entre outros, pois visam “domiciliar” as pessoas através de comportamentos postulados como certos ou errados. A sanção passa a ser um objeto que estimula a realização de ações caracterizadas socialmente “boas”, por isso, a agressão física está imersa no imaginário da doutrinação do comportamento humano individual e coletivo e a punição é realizada com a participação da comunidade, com sua permissão.

Na atualidade, levantar a discussão da negação ou da valorização do ser humano a partir de sua corporeidade significa buscar constantemente a superação do olhar estigmatizador, que está associado às diferenças, como a negação das pessoas com necessidades especiais. É importante ressaltar, também, a superação da dicotomia mente-corpo para que assim haja outras possibilidades de compreender o ser humano enquanto ser da alteridade.

Nas práticas educativas do HD, os educadores têm buscado reorientar suas ações de educação e saúde para uma perspectiva inovadora, progressista, mas ainda assim vivenciam contradições nos seus afazeres cotidianos com as pessoas em tratamento de transtorno mentais, ora excluindo (sem ter a intenção de fazê-lo), ora lutando piamente para o seu processo de reinserção social.

Considerações finais

A discussão sobre a problemática da inclusão-exclusão social e educativa de pessoas com necessidades especiais na atualidade é relevante, porque vivemos um momento histórico de transição paradigmática singular que movimenta as representações sociais arquivadas em nossa memória, colocando-as em crise e suscitando outras que podem seguir numa direção de compreensão do ser humano como ser da alteridade.

Por isso mesmo, no debate sobre a inclusão-exclusão que vou tecendo neste texto, incluo outras vozes, rostos, jeitos, formas de pensar a realidade substantivada na pessoa dos educandos com necessidades especiais em tratamento de transtornos mentais assim como de educadores que desenvolvem ações educativas com esses sujeitos. Dessa maneira, o debate e a luta pela inclusão social e educativa se amplia ao universo de pessoas em tratamento de saúde, envolvendo a equipe multidisciplinar.

As educadoras tiveram a coragem de expor as atividades que vêm desenvolvendo com os educandos no Programa, levantando alguns limites teóricos e práticos da compreensão das diferenças, do fazer interdisciplinar, mas suscitando também

os saberes que têm construído na dinâmica cotidiana com os seus educandos, buscando valorizar a pessoa humana como seres da diversidade, tendo cada uma a sua singularidade.

As representações sociais tecidas sobre as pessoas em tratamento de transtornos mentais foram de exclusão e quando me referi às pessoas com necessidades especiais em tratamento de saúde mental, a situação de segregação foi mais acentuada, visto que as educadoras associaram necessidades especiais à deficiência mental, um dos critérios de exclusão no HD.

Entendo que o debate sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais no ambiente hospitalar se faz necessário para que os educadores possam se instrumentalizar por meio de um referencial teórico que subsidie as suas atividades educativas com a diversidade e sejam superadas as representações sociais que afirmam indiferenças para pessoas pertencentes a grupos sociais minoritários, marginalizados.

Portanto, a discussão sobre a inclusão em ambientes hospitalares possibilita aos profissionais da área da saúde e aos usuários dos serviços, uma mudança de atitude radical no trato com as diferenças, de maneira que se cria um ambiente de convivência, de reciprocidade dialogada com a diversidade de gentes que frequentam esses espaços.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **Historia da loucura: na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Editado em Inglês por Gerard Duveen; traduzido do Inglês por Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da diferença e da exclusão social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Grupo de Trabalho n° 7

*Gênero: as desigualdades de gênero e a condição feminina
na Amazônia*

ARTIGO

**ECONOMIA DO CRIME NO ESTADO DE RORAIMA: UMA
ANÁLISE DO FENÔMENO NA CADEIA PÚBLICA FEMININA -
PERÍODO DE 2014 – 2016**

Introdução

O Brasil vem passando por sérios problemas sociais que envolvem diretamente o crescimento da criminalidade. A desigualdade social talvez seja o principal motivo desse aumento além do aparecimento de grandes organizações criminosas que visam sobre tudo o lucro derivados de ações antijurídicas ou ilegais e o aliciamento e recrutamento de jovens para o mundo da criminalidade. Com base nesses fatos cria-se a teoria Econômica do Crime, como exemplo mais prático no País, o tráfico de drogas e de armas, no entanto os principais especialistas Gary Becker (1968), Fukuyama (1999) e Fernandes (2001), citam diversos outros crimes que entram no contexto da economia do crime em todo o mundo.

O objetivo da pesquisa visa analisar o fenômeno da Economia do Crime entre as reclusas da Cadeia Pública Feminina, buscando analisar os resultados através de um estudo de caso e os principais crimes que estão inseridos dentro do conceito do tema abordado e seus efeitos e consequências diretas na vida das reclusas da Unidade Prisional e ainda comparando com o fenômeno na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo onde se observou em números relativos através de coleta de dados a semelhança do fenômeno entre homens e mulheres que cumprem penas. Diagnosticando que os crimes relacionados às drogas são os mais comuns e que são praticados por diversos motivos entre as reclusas.

Para a realização do presente trabalho, como metodologia, em primeiro plano foi realizado pesquisa bibliográfica conceituando a economia do crime, em seguida

* Bacharel em Economia/UFRR daylanylopes@outlook.com

** Professor do Departamento de Economia/UFRR
romanulbispo@hotmail.com

coleta de dados em órgãos competentes e a aplicação de questionário na Cadeia Pública Feminina em Boa Vista onde participaram voluntariamente 39 reclusas, que se dispuseram a responder as perguntas de forma objetiva e uma pergunta subjetiva.

O resultado evidencia o comportamento das reclusas em relação a prática do crime, analisando o custo-benefício para fins econômicos, onde o dinheiro arrecadado tem fins diversos especialmente para despesas domésticas e manutenção do vício em drogas ilícitas. Um problema sério para a Segurança Pública e um desafio para as Políticas Públicas do Governo.

Economia do crime, conceitos e perspectivas

O tema agora abordado é considerado pelos principais estudiosos da área citados acima como sendo recente e com literaturas, embora escassas, vão apresentando contribuições importantes e que a cada dia aumenta o número de adeptos pelo que se chama de teoria da Economia do Crime, onde os conceitos variam de autor para autor, no entanto sempre salientado o “crime” como um negócio lucrativo, embora o risco inerente e o Estado com a obrigação de combater.

Os crimes de natureza econômica são aqueles que pela sua natureza lesam os interesses da economia Nacional ou do Estado, desde que a Lei considere o tipo de comportamento, ato ou atividade como sendo crime, respeitando o princípio da legalidade que diz que nenhum fato deve ser considerado crime sem que a lei o qualifique, mais recentemente, os próprios criminosos são considerados os “empresários do crime” enquadrando-se no perfil da teoria abordada.

Nos estudos de Jones (in Simon, 2005), acredita-se que o indivíduo comete uma atividade ilegal relacionando-a com o risco de ser apanhado e punido, e correlacionando-o ao lucro. Por isso, o escopo da sociedade é tornar nulo o retorno lucrativo médio do empresário criminoso ou aumentar o risco desta atividade “a ausência de crime pode ser definida como segurança”.

Para os especialistas na questão Gary Becker (1968), Fukuyama (1999) e Fernandes (2001) pode-se afirmar que os crimes relacionados com teoria são: furto, roubo ou extorsão, usurpação, apropriação indébita, estelionato, receptação, crimes contra a propriedade imaterial, contra a fé pública, contra a administração pública e tráfico de entorpecentes (drogas) e pode acrescentar nessa lista o crime de cunho político como a corrupção ativa e passiva, bem atuante em todo o mundo.

A teoria abordada teve seu precursor na pessoa do Economista Gary Becker a partir de 1968 onde as discussões sobre Economia do Crime desenvolveram-se. Até

então, as questões abordadas limitavam-se ao que foi tratado nos escritos de Montesquieu (1748), Beccaria (1767) e Bentham (1785), conforme Santos (2007).

Bécher ao relacionar os efeitos da criminalidade na sociedade acertou em criar tal teoria. Pode-se levar a irracionalidade essa atribuição, mas não se pode negar a veracidade do teor dos fatos que os levaram a criá-la. Pensando nos fatos como verídicos, por vezes os criminosos são mais organizados e hierarquizados dentro de um contexto de geração de lucros e a “confiabilidade” das trocas entre eles, sabendo-se que o erro e a traição podem não ser bem recebidos.

Uma corrente de origem marxista, acredita que o aumento da criminalidade, principalmente as ligadas à práticas de crimes lucrativos, estão relacionada ao desenvolvimento do capitalismo sendo o resultado direto das mudanças do comportamento empresarial no período pós-industrial (FUKUYAMA, 1999, in SIMON, 2005).

Para Pereira (2001) os cientistas que acreditam nessa corrente de pensamento dizem que, devido ao processo empresarial centralizador de capital e aos avanços tecnológicos, os ambientes sociais tornaram-se mais adequados às atividades criminosas. Ainda segundo essa linha de pensamento, o convívio social do capitalismo pós-industrial incentivou a chamada degeneração moral e assim permitiu o crescimento da atividade criminosa (FERNANDEZ 2001).

Com advento do sistema capitalista e suas contribuições negativas, não há o que negar essa realidade. O enriquecimento pessoal faz parte do desejo do homem. Sem condições diante de uma sociedade injusta e individualista, o caminho em busca desse enriquecimento deve tomar rumos escusos. A criminalidade torna-se então o alvo mais propenso para quem deseja um enriquecimento rápido ou até mesmo somente um sustento e desejo de posse.

“a decisão de cometer ou não o crime resultaria de um processo de maximização da utilidade esperada, em que o indivíduo confrontaria, de um lado, os potenciais ganhos resultantes da ação criminosa, o valor da punição e a probabilidade de detenção e aprisionamento associado e, de outro, o custo de oportunidade de cometer crimes, traduzido pelo salário alternativo no mercado de trabalho”(BECKER, 1968 in canalcienciascriminais.com.br/artigo/a-economia-do-crime).

Outra corrente associa o aumento da criminalidade aos problemas estruturais e conjunturais de uma nação, tais como: índices de desemprego, analfabetismo e baixos níveis de renda bem como a desigualdade social. E ainda relaciona a ineficiência policial e judicial, que contribuem para a manutenção e crescimento das organizações criminosas (FERNANDEZ E MALDONADO 1999 in SIMON, 2005).

Em uma análise de Fernandes (2001) na obra de Becker, observa-se uma terceira e importante corrente de pensamento da economia do crime, a prática de crimes lucrativos como atividade ou setor da economia como qualquer outra atividade econômica tradicional, embora ilegal, o criminoso torna-se então um empresário na atividade. É ele que mobiliza recursos, assume riscos e objetiva os lucros.

A contribuição de Becker se baseia essencialmente em ajustar uma atividade ilegal através de princípios econômicos. Ele faz uso de dados de custos públicos e privados referentes à criminalidade e propõe um modelo que incorpora as relações comportamentais existentes envolvidas nesses custos e divide tais relações em cinco categorias, de forma a relacionar o número de crimes com: seus custos; suas punições; os gastos públicos com polícia e Judiciário e os gastos privados com proteção e apreensão, e também de relacionar o número de condenações e os custos com a punição. Essas relações são inseridas em seu modelo a partir das seguintes variáveis: danos; custo de apreensão e condenação; oferta de crimes; e punições.

Os gastos públicos dentro da análise da economia do crime se comparado os outros gastos, saúde, educação e saneamento básico que são de fundamental importância, porém precários em se tratando de Brasil, torna-se até bizarro para uma sociedade dita “democrática” a justa colocação da “economia do crime” ao invés de gastos em “segurança pública e privada” além dos gastos no poder judiciário e todo o seu aparato antes e depois da condenação do criminoso.

Os estudos sobre a economia do crime tiveram em sua maioria fundamentação analítica matemática, permitindo a Pereira (in FERNANDES et al, 2000) classificar os modelos em quatro grupos distintos, os quais foram sintetizados por Shikida (et al, 2001) da seguinte forma: Modelo de alocação ótima do tempo, Modelo comportamental, Modelo de migração e Modelo de portfólio.

Para Eide (1999 in SIMON, 2005), um indivíduo assume o comportamento criminal racionalmente embasada nos custos e benefícios derivados da atividade ilícita. Seria visto pelo indivíduo como uma escolha de trabalho ocupacional como qualquer outra de pedreiro, eletricista, etc. Essas escolhas racionais são advindas das teorias pioneiras de Beccaria e Bentham, e inseridas na análise econômica por Becker (1968).

Segundo Becker (canalcienciascriminais.com.br/artigo/a-economia-do-crime), numa visão microeconômica, o indivíduo toma a decisão de cometer a atividade ilícita a partir de uma avaliação dos custos e os benefícios provenientes dessa atividade, ou seja, se os benefícios forem maiores que os riscos auferidos, vale a pena atuar nesse setor.

Desta forma, o autor coloca que a solução adequada para tolher isto seria redistribuir melhor o recurso na sociedade e não concentrar nas mãos de poucos.

O fenômeno da economia do crime na cadeia pública feminina em Roraima – resultados e discussões

A criminalidade no contexto social em Roraima

Roraima, um Estado da Federação do Brasil, localizado ao Norte do País com cerca de 500.000 pessoas, com pouco mais de 20 anos de sua criação, antes Território Federal de Roraima, não se diferencia dos demais Estados no que se refere a violência. Considerado um Estado novo onde seu crescimento populacional e desenvolvimento econômico se deram a partir da década de 70 do século passado, Roraima tem seus dados mais recentes da criminalidade um dos mais altos do Brasil em proporcionalidade com a população (INFOPEN, 2016).

Segundo dados do Instituto Avante Brasil 2012, Roraima teve uma despesa de 146.147.486,56 em segurança pública e 2.817.494,93 em segurança prisional, o Brasil teve um montante de 52.785.067.730,49 em segurança pública e 880.055.365,26 em segurança prisional. A criminalidade cresce desproporcionalmente aos gastos e investimento no setor, o que causa total insegurança à população seja nacional ou estadual (<http://institutoavantebrasil.com.br/topicos/mape-da-violencia>).

Essa realidade é bem visível no falido Sistema Penitenciário, um Estado novo, população pequena, longe dos grandes centros urbanos, porém com os mesmos problemas dos grandes e antigos presídios do restante do país, Roraima se destaca no cenário nacional quanto a violência crescente nos últimos anos. Considerada uma população carcerária pequena em números absolutos e grande em números relativos, com aproximadamente 2.129 presos (INFOPEN/SEJUC, 2016). É um retrato de uma sociedade carente e desassistida.

Roraima possui um conjunto de seis unidades prisionais, divididos em: Penitenciária Agrícola do Monte Cristo com 1.137 presos, Cadeia Pública Masculina com 297 presos, Cadeia Pública Feminina com 162 reclusas e Cadeia Pública de São Luiz no Sul do Estado com 49 presos e duas casas de albergado (SEJUC, 2016).

Devido ao aumento da violência, a estrutura do sistema penitenciário não vem acompanhando a demanda carcerária no decorrer do desenvolvimento populacional do Estado que, conseqüentemente com todo um contexto de desenvolvimento social vem também o aumento da criminalidade.

Pelos números apresentados nos presídios é possível perceber o quantitativo de crimes praticados no Estado, de 2014 até meados de 2016 são mais de 2950 crimes entre eles o de drogas com aproximadamente 1004 prisões e o de crimes contra o patrimônio que chega ao número de 1079 casos aproximadamente. Numa demonstração do quanto Roraima se encontra insegura (INFOPEN/SEJUC,2016).

Dados funcionais e estruturais da cadeia pública feminina

A Cadeia Pública Feminina é vinculada à Penitenciária Agrícola do Monte Cristo inaugurada em 29 de março de 2006, concebido assim como estabelecimento penal. Antes da construção do prédio destinada a custódia das mulheres, elas cumpriam suas penas na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, separadas dos homens por Alas; Ala feminina e Alas masculinas, o que causava sérios problemas administrativos e pessoais aos presos e presas. Com a construção da nova unidade, ou cadeia, a custódia das presas ficou sobre o controle de agentes femininos, melhorando consideravelmente a função penal e administrativa (INFOPEN, 2016).

A cadeia pública feminina tem a capacidade para 72 reclusas, porém seu quantitativo no período é de 162 reclusas. O sistema prisional da cadeia feminina possuem 75 reclusas provisórias (sem condenação), 21 reclusas sentenciadas – (regime fechado), regime semiaberto 20 reclusas e 47 do regime aberto (INFOPEN, 2016).

Dentre as quais 159 são brasileiras nato e 3 estrangeiras (INFOPEN, junho de 2016). Seguindo um quadro evolutivo de reclusas desde dezembro de 2014, a junho de 2016, tem-se respectivamente um total de 149 e 162 reclusas na Cadeia Feminina.

A Unidade é dividida em dois blocos: Bloco A e Bloco B. Cada bloco possui seis celas que comporta apenas seis presas. O bloco A é destinado às presas do regime fechado, já condenadas, enquanto que o bloco B é destinado às que aguardam julgamento. O bloco B está com superlotação, principalmente devido à demora nos julgamentos. Existe no prédio uma repartição que abriga mulheres grávidas e outra que abriga as que cumprem suas penas já em regime semiaberto que trabalham de dia fora da cadeia e vão dormir à noite na unidade (INFOPEM/SEJUC, 2016).

Há na unidade setores reservados à saúde como: salas de curativos, suturas, vacinas e posto de enfermagem, porem estão desativadas. Não há médico na unidade, quando há necessidade, as presas se deslocam ao HGR ou HCM, porem é bem visível à falta de acompanhamento clínico, principalmente na especialidade de ginecologista e psiquiatra (INFOPEM/SEJUC, 2016)

Os serviços educacionais são oferecidos pela Secretaria de Educação Estadual, as salas de aulas são improvisadas e um pequeno local para a biblioteca. Tem um local específico para visita íntima. Há sala de atendimento compartilhada entre os serviços de: psicologia, serviço social e jurídico gratuito (INFOPEM/SEJUC, 2016).

A alimentação é realizada por empresa terceirizada que oferece três refeições diárias; café, almoço e jantar. Em se tratando da estrutura física, a cadeia está em boas condições de habitação higiene, apenas necessitando de alguns reparos hidráulicos, elétricos e de pintura. As celas estão pouco deterioradas, isso devido à ação das próprias reclusas. A unidade possui uma área de lazer e para o banho de sol diário (INFOPEM/SEJUC, 2016)

A rotina de disciplina é considerada boa, dentro da normalidade do ambiente prisional. Nesse contexto analisa-se a situação socioeconômica e a tipicidade do crime cometido pelas reclusas por meio de um estudo de caso, mediante aplicação de questionários no período de junho à julho de 2016 dentro da conjuntura do tema abordado sendo este “a economia do crime” evidenciando a prática do crime para fins econômicos.

Dados Socioeconômicos das Reclusas

Como qualquer cidadão brasileiro, as reclusas da Cadeia Pública Feminina fazem parte de um contexto socioeconômico com suas especificações mediante a situação do país em se tratando da questão da desigualdade social e econômica. A criminalidade como estudada anteriormente, infelizmente, faz parte da sociedade brasileira enraizada por conta de uma política elitista e uma distribuição de renda desigual principalmente entre as classes mais pobres.

Isso resulta em grande parte pela busca de ganhar dinheiro mesmo que de maneira escusa. A criminalidade por vezes é considerada a única saída para esses fins, mesmo sabendo dos riscos. Verificou-se entre as 39 reclusas que responderam ao questionário voluntariamente, dentre as 116 que residem no estabelecimento prisional. Isso ocorre principalmente entre jovens, como mostra o quadro apresentado com as reclusas da Cadeia Feminina em questão.

Figura 1: Idade em que praticou o crime

| 18 a 20 anos | 20 a 24 anos | 24 a 28 anos | 28 a 32 anos | Acima de 32 anos |
|--------------|--------------|--------------|--------------|------------------|
| 06 PRESAS | 11 PRESAS | 08 PRESAS | 06 PRESAS | 07 PRESAS |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados na Cadeia Pública Feminina-RR/2016

A pesquisa mostra a fragilidade das jovens em se envolver com o crime nessa faixa etária. Somando as idades entre 18 e 24 anos soma-se 45% do total das reclusas, uma triste realidade que é o espelho do restante do país. A falta de estudo ou de uma oportunidade de trabalho, pela ausência de experiência da profissão, torna esse número cada dia mais elevado. Em comparação com os reclusos da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo a média de idade é a mesma. Onde a maioria está entre os 18 e 24 anos.

A faixa etária entre os 18 e 24 anos, é a mais crítica, tendo em vista a inexperiência de vida somada à euforia de conhecer novas situações, por já serem maiores de idade. A oportunidade de ganho “fácil” e o objetivo de organizações criminosas de recrutar jovens para o mundo do crime também é um fator que determina essa prática nessa idade contribuindo para o aumento de jovens infratores e até mesmo garantindo o aperfeiçoamento de criminosos de alta periculosidade com ganhos exorbitantes e por vezes sem punição.

A falta de oportunidade de estudo e posteriormente de trabalho, gera em grande parte um desequilíbrio que pode contribuir para entrada no mundo obscuro do crime. Entre as pesquisadas na Cadeia Feminina percebe-se que as profissões estão entre as que não possuem um grau de qualificação necessário para o mercado de trabalho.

Figura 2: Profissão das reclusas no período da prática do crime

| Profissões | Quantidades | % das participantes |
|-----------------------|-------------|---------------------|
| Faxineira | 1 | 5 |
| Cozinheira | 3 | 15,7 |
| Funcionária publica | 4 | 21 |
| Recepcionista | 3 | 15,7 |
| Garçonete | 1 | 5 |
| Serviços gerais | 1 | 5 |
| Manicure | 3 | 15,7 |
| Pescadora | 1 | 5 |
| Técnica em radiologia | 1 | 5 |
| Técnica em enfermagem | 1 | 5 |
| Desempregadas | 20 | |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados na Cadeia Pública Feminina-RR/2016.

As profissões expostas na pesquisa ainda demonstra um grau de qualificação muito baixo, reflexo da falta de escolaridade e oportunidade. Com exceção das duas

últimas a maioria reflete o baixo grau de estudo. O grau de instrução das presas é preocupante, pois demonstra o quanto a educação do Estado está precária.

Das 162 reclusas da Cadeia Feminina no ano de 2016, 78 não concluíram o ensino fundamental, 32 concluíram o ensino médio e apenas 1 tem curso superior (INFOPEN, junho 2016). Embora a educação formal esteja presente na unidade, poucas reclusas se interessam em concluir os estudos ou fazer alguma qualificação profissional.

O fator família das presas também reflete uma realidade nacional, pouco estudo, falta de oportunidade de trabalho e muitos filhos, tornando a vida destas mais difíceis e também mais fáceis para buscar solução financeira no mundo do crime ou mesmo se envolver com parceiros já envolvidos no crime. A quantidade de filhos gera uma maior preocupação, pois ao serem presas suas proles ficam sem sua proteção, mesmo que entregues a familiares, além de causar certas situações constrangedoras aos filhos pelo fato de suas mães estarem presas.

Presas com filhos de menos de um ano de idade é comum, onde quem cuida geralmente é a família da reclusa. Segundo a LEP, bebês com até seis meses de idade devem ficar com a mãe na Unidade prisional, no entanto na Cadeia Pública Feminina em estudo não há condições físicas e estruturais para tais fins, quando necessário, é solicitado da justiça a prisão domiciliar para que a mãe possa amamentar seu filho nesse período.

Figura 3: Presas por número de filhos antes da prisão



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados na Cadeia Pública Feminina-RR/2016

Outro fator importante na análise das respostas é a questão dos benefícios recebidos ou não do Governo. A maioria respondeu que não recebe nenhum benefício, cerca de 60% e apenas 13 reclusas recebem 35%, o que demonstra um fator a mais para a prática de crimes que envolvem “ganhos” econômicos. Segundo as reclusas os

benefícios ajudam nas despesas da casa, o que impediria por vezes o envolvimento delas com o crime.

Outro ponto do questionário aplicado é a questão do envolvimento de outros familiares no mundo do crime. Segundo as reclusas apenas 15 das 39 responderam que sim, tem membros da família envolvida com a criminalidade o que torna o problema mais grave em nível social e de políticas públicas e 24 delas responderam que não tem familiar envolvido com o crime, porém essa verdade não é absoluta, pois o receio de denúncias ou mesmo vergonha do fato podem por vezes fazer-lhes faltar com a verdade.

Figura 4: Algum membro da família já cometeu algum crime?

| Sim | Não |
|-----|-----|
| 15 | 24 |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados na Cadeia Pública Feminina-RR/2016.

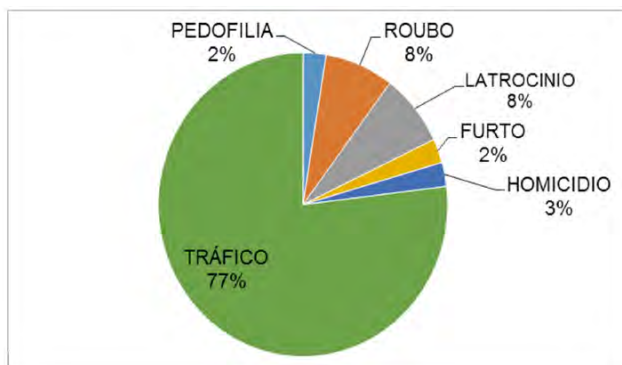
Tipo de crime praticado

A tabela abaixo revela a gravidade da questão da droga na sociedade roraimense e identifica o grande responsável pelo o que se chama de “economia do crime” em Roraima. O gráfico (figura 5) mostra os exorbitantes 77%, tráfico, entre os crimes praticados. É preocupante para a política de Segurança pública a questão. Ainda segundo as reclusas o envolvimento com essa prática criminosa está mais relacionado com as más influências, principalmente com os companheiros em que elas convivem ou conviviam.

Os problemas financeiros, familiares e amorosos, são outros fatores propícios para essas mulheres se envolverem com o crime e também com as drogas. Embora das 39 que responderam ao questionário apenas 15 delas admitirem o uso de substâncias entorpecente e o álcool, essa questão é preocupante no nível da saúde pública. Para as 24 que disseram não consumirem drogas fica evidente que algumas responderam dessa forma por “vergonha” de exporem o vício e o envolvimento delas com essas substancias. Em visita à unidade é sabido o grande número de usuárias e os problemas que causam devido à abstinência.

O tráfico de drogas nos últimos anos em nível nacional é o que mais cresce, envolvendo grande número de mulheres, entre elas esposas de traficantes, namoradas e por vezes às próprias mães. Muitas são presas pelo fato de serem encontradas entorpecentes dentro de suas casas, geralmente isso acontece quando filhos ou maridos são traficantes e guardam o produto do crime em sua própria casa.

Figura 5: Quadro das principais tipificações criminais



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados na Cadeia Pública Feminina-RR/2016

As mulheres hoje são muito usadas para a prática do tráfico de drogas, mas o crime de latrocínio assusta até mais a realidade por se tratar de um crime geralmente violento e mais atuante entre os homens. No entanto vale ressaltar que para se obter ganhos econômicos a moral humana nos últimos tempos pode escolher qualquer meio, é o resultado do que se chama de desenvolvimento a qualquer custo, seja o econômico ou político e infelizmente cidadãos dignos pagam por isso.

O comparativo com os crimes praticados pelos detentos da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - tabela 6 - e as reclusas da Cadeia Feminina, não é muito diferente em números relativos, pois o tráfico também lidera entre os crimes relacionados com a economia do crime entre os homens infratores em Roraima. O roubo qualificado é o segundo crime mais praticado entre os homens na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo e o segundo acompanhado do latrocínio pelas mulheres na Cadeia Feminina, resultando numa similaridade entre ambos os sexos.

Figura 6: Informações prisionais PAMC - janeiro a março de 2016

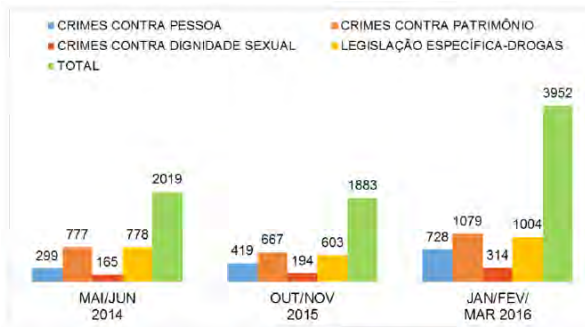
| Grupo código penal: crimes contra a pessoa | | | |
|---|---------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| Tipificação criminal | Janeiro 1.259 presos | Fevereiro 1.329 presos | Março 1.364 presos |
| Homicídio simples | 60 | 70 | 72 |
| Homicídio qualificado | 135 | 142 | 147 |
| Grupo: crimes contra o patrimônio | | | |
| Furto simples | 57 | 59 | 65 |
| Furto qualificado | 53 | 51 | 63 |
| Roubo simples | 33 | 33 | 34 |
| Roubo qualificado | 164 | 175 | 180 |
| Latrocínio | 18 | 19 | 20 |
| Extorsão | 0 | 1 | 1 |
| Extorsão mediante sequestro | 1 | 1 | 1 |
| Estelionato | 4 | 4 | 4 |
| Receptação | 5 | 6 | 8 |
| Receptação qualificada | 5 | 7 | 7 |
| Total | 340 | 356 | 383 |
| Grupo código penal: legislação específica-drogas | | | |
| Tráfico de drogas | 267 | 281 | 295 |
| Associação para o tráfico | 48 | 54 | 59 |
| Total | 315 | 335 | 354 |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados no INFOPEN-2016.

Em se tratando de crimes que envolvem ganhos econômicos é perceptível o grande número em relação aos demais, mesmo daqueles que não estão incluso na tabela, com exceção do homicídio qualificado que também registra uma grande quantidade para um Estado com uma população de aproximadamente 500.000 habitantes, mas no geral pode-se afirmar que o crime para fins econômicos estão entre os mais praticados (IFOPEN,2016).

Embora não se tenha o quantitativo na tabela 6 de outros crimes dentro do conceito da economia do crime, pode-se acrescentar a prática do descaminho e do contrabando de produtos alimentícios nas fronteiras do Estado de Roraima que são bastante comuns, inclusive sustentam grandes números de famílias.

Figura 7: Quadro geral por tipificação criminal na PAMC



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados INFOPEN-2016

A soma dos crimes contra o patrimônio - furto, roubo, latrocínio, extorsão, estelionato e receptação - na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo é superior de maneira não significativa em relação os da legislação especial que trata das drogas. Em 2016 uma diferença de apenas 75 casos de crimes contra o patrimônio a mais que os relacionados com as drogas. Tornando o quadro assustador e mostrando a triste realidade em que se encontra o Estado em se tratando das drogas como uso e no tráfico (IFOPEN, 2016).

A economia do crime na perspectiva das reclusas

O que leva à prática do crime

O motivo pelo qual levaram as reclusas da Cadeia Feminina de Boa Vista a praticarem crimes, embora não justifique o crime, retrata um problema em termos econômicos e sociais, pois a influência, que segundo elas é principalmente de seus companheiros seguido de “amigos”, demonstra um convívio sem uma estrutura familiar, além da questão da qualificação profissional que também relaciona o fator da necessidade pessoal. Praticar crimes com o objetivo de suprir o ganho salarial digno para suas necessidades poderia ser tratado como algo absurdo, porém ao tratar o conceito da economia do crime como real, embora, mais uma vez isso não justifique, ganhar dinheiro para o sustento mesmo na ilegalidade, é a saída.

Levando em consideração o grande índice dos crimes de tráfico de drogas e suas associações entre as reclusas, o vício pode ser o mais grave o que levaria a grandes números de reincidências do crime. O próprio fator “vergonha” de confessar o ví-

cio pode ser a causa de somente seis presas darem a justificativas, do total das que responderam ao questionário no quesito “motivo do crime”.

Figura 8: comparativa em percentual do motivo de ter cometido o crime



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados Cadeia Pública Feminina-RR/2016

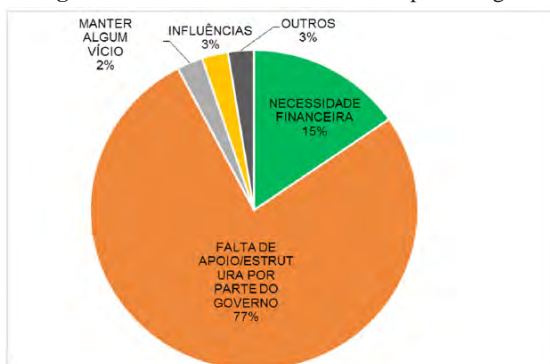
O que leva a cometer reincidência após sair da prisão

A reincidência na Unidade Prisional é comum, principalmente no crime de tráfico de drogas. Os próprios vícios as levam novamente à criminalidade. Quanto ao motivo da reincidência, a maioria, 77% (fig. 9) responderam que a falta de apoio e estrutura por parte do governo não deixa alternativa. Relacionando a falta de oportunidade de trabalho por ter tido passagem no sistema prisional e ainda a falta de programas sociais que possam melhorar sua renda. O que equivale às que responderam “necessidade financeira”, 15% (fig. 9) estando também nas questões sociais e de políticas públicas que possam conduzi-las a novos rumos.

A própria Lei de Execução Penal garante esse auxílio ao egresso, no entanto esse direito não é observado nem cumprido, com raras exceções. A Lei em seu Art. 10 diz, ‘Art. 10 A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. “A assistência estende-se ao egresso”’.

O egresso à sociedade deve ser assistido por um período de até um ano. Embora a exigência da norma tenha como cunho fundamental a prevenção do crime e orientar o retorno na sociedade, a execução desses fundamentos são bastante relativos devido as diferenças financeiras de cada estado brasileiro e até mesmo pela falta de compromisso dos que são responsáveis pela aplicação desses direitos e dos quem o dever de fiscalizar essas ações.

Figura 9: Motivos da reincidência em porcentagem



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados Cadeia Pública Feminina-RR/2016

Mas tem-se que considerar que o comodismo e a desocupação também influenciam na reincidência, de modo a não procurar um emprego de maneira digna. Exemplos disso são os 3% que dizem ser a “influência” a responsável pela volta ao crime, mesmo depois de passar as dificuldades que a prisão causa. Resposta essa que se torna injustificável. O vício ainda é tolerável como motivo da reincidência por ser um ato resultante de uma morbidade muito difícil de ser tratada. É uma ação quase que involuntária pelas condições físicas e psíquicas do indivíduo. Necessitando mais de ajuda médica e psicológica do que voltar à prisão.

Pode-se afirmar na maioria dos casos, que a reincidência é fruto de uma política penitenciária defasada e atrasada, bem como a ausência do Estado em implantar políticas públicas eficientes. Modelos modernos de cumprimento de pena já deveriam ser aplicados e novas rotinas de trabalhos e cursos profissionalizantes ser implantados nas unidades prisionais, para que o egresso na sociedade tenha uma boa perspectiva de oportunidade. Atividades maçantes, porém produtivas para o próprio benefício da Unidade e dos presos é um caminho para que a ociosidade não ocorra além de proporcionar diversas formas de como ganhar dinheiro para o sustento próprio e da família de maneira lícita.

Considerações finais

As três correntes relacionadas a teoria da economia do crime citadas por Gary Becker (1968), Fukuyama (1999) e Fernandes (2001), trazem um questionamento quanto à importância de estudar o comportamento do indivíduo em suas escolhas

pelo crime, analisando o custo-benefício e sua sobrevivência, tal decisão afeta o cenário econômico a nível estadual e nacional. Lidar com o crescimento do crime é assustador e sem a esperança de um dia ver-se livre dessa ameaça que apavora os cidadãos de todo o mundo.

A criminalidade ganha um rumo que o faz crescer cada vez mais, pois os recursos financeiros alcançados são exorbitantes. A teoria estudada é de suma importância, pois traz uma análise perfeita e contundente da realidade. Sabe-se que nesse ramo de negócio fomentam-se bilhões por ano em armas e drogas que são os mais práticos de entendimento e da dimensão do problema. Muitos outros crimes são cometidos dentro desse contexto da economia do crime, porém a abordagem quanto mais evidente dessa prática nesse presente trabalho mostra a fragilidade que a sociedade vem passando sem medir as reais consequências.

O exemplo da Cadeia Pública Feminina em Boa Vista, que mostra a parte mais fraca da economia do crime, que seriam “as trabalhadoras do crime” já é possível entender o contexto e a continuidade desse fenômeno. As organizações criminosas mais atuantes, no caso do tráfico, que financia uma série de outros crimes, entre eles, roubos e furtos qualificados, estão crescendo assustadoramente.

As mulheres estão sendo envolvidas sem que se perceba a gravidade e nisso famílias inteiras estão participando através do dinheiro arrecadado com a venda de produtos do crime. Mesmo que seja um recurso financeiro em pouca quantidade como é o caso das reclusas da Cadeia Feminina, tudo gera um montante e isso vai aumentando sem a percepção do que se está fazendo, envolvendo os próprios filhos e demais familiares. É assustador olhar para esse lado do crime e sentir a impotência de se fazer algo para se banir esse ramo econômico.

A conclusão que se tem a respeito das reclusas da Cadeia Feminina, é que o crime alcançou de fato e assustadoramente as mulheres e a cada dia cresce mais o envolvimento com o mundo da criminalidade. As tabelas e os gráficos desse presente trabalho sinalizam essa verdade. Ainda se tem no estado uma população carcerária pequena, mas é visível o crescimento dessa demanda. Os 77% dos crimes de tráfico de drogas seguido pelos 16% de roubo e latrocínio confirmam o fenômeno nessa Unidade Prisional analisada assim como também na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, onde o tráfico também lidera entre os crimes relacionados com a economia do crime entre os homens infratores em Roraima com 354 casos somente entre janeiro e fevereiro de 2016 (CPF/PAMC, 2016).

Tendo em consideração a maior quantidade dos crimes de tráfico de drogas e suas associações entre as reclusas, a questão do vício pode ser o mais grave, resultando no grande número de reincidências do crime (Cadeia Pública Feminina, 2016).

O destino do dinheiro ou do produto do crime é bem específico, uso próprio ou para despesas além de manter o vício e a resposta à outros, pode ser considerada como os demais que dão o significado da falta de estrutura do Estado para dar melhores condições às famílias mais carentes. A desocupação também pode ser incluída como causa das más práticas, no entanto quando se tem o fator família e principalmente filhos, o contexto pode ser de fato a falta de auxílio governamental na possibilidade de oferecer trabalho e bons salários.

Quando se fala em reincidência, dentro do risco da economia do crime, é normal o fato acontecer. Buscam-se meios para ganhos e arrisca-se mediante a força da Lei, mas a necessidade financeira mostrada nos 15% da pesquisa e até mesmo a euforia do dinheiro fácil vale o risco que se corre. E assim mulheres vão sendo alcançadas e recrutadas como trabalhadoras do crime para o enriquecimento de poucos e a desgraça de muitos (Cadeia Pública Feminina, 2016).

O aumento da criminalidade é uma resposta da falta de políticas públicas, especialmente a educação e a qualificação profissional. Uma boa educação leva o cidadão a investir em si próprio preparando-o para uma força de trabalho capaz de superar as transformações sociais. Afastando-o das diversidades nocivas à sociedade como um todo. E ainda relaciona a ineficiência policial e judicial, que contribuem para a manutenção e crescimento das organizações criminosas (FERNANDEZ E MALDONADO 1999 in SIMON, 2005). Não é possível admitir que uma rede econômica maléfica afete tantas pessoas enquanto que a Política Econômica de uma Nação não ofereça um combate sustentável e uma segurança decente e confiável aos seus cidadãos e condições básicas de moradia, saúde e educação.

Referências bibliográficas

BRASIL. **LEI Nº 70210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal.**

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993/2014.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** INFOPEN, Brasília, 2014.

_____. Instituto Avante Brasil, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012.

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. Tradução Deocleciano Torrieri Guimarães. São Paulo, 2003.

BECKER, Gary, 1968. Disponível em canalcienciascriminais.com.br/artigo/a-economia-do-crime).

FERNANDEZ, J. C. **Diagnóstico da Criminalidade na Bahia: uma análise a partir da teoria econômica do crime**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza: v.32, n. Especial, 2001.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura: uma revolução silenciosa que já começou. O Estado de São Paulo**. São Paulo, 1999.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. **A teoria do crime e da pena em Durkheim: uma concepção peculiar do delito**. 2007. Disponível em: <www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FDir/.../humbertorevisado.pdf> Acesso em: 03 de junho de 2012.

SHIKIDA, P. F. **A Economia do crime elementos teóricos e evidências empíricas**. Análise econômica, Setembro, 2001.

SHIKIDA, P. F. **A Determinantes do comportamento criminoso: um estudo econométrico nas Penitenciárias Central, Estadual e Feminina de Piraquara (Paraná)**. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: www.ceace.ibmecmg.br/wp/wp27.pdf

SIMON, Deyse Cristina. **Economia do crime: uma análise de gênero a partir de um estudo de caso na Penitenciária Feminina de Piraquara (PR)**. Revista de Estudos Sociais ano 7 v. 12 n. 1 e 2, 2005.

RORAIMA. Secretaria de Justiça e Cidadania. **Quantitativo da População Carcerária de Roraima**, 2016.

<http://canalcienciascriminais.com.br/artigo/a-economia-do-crime-precisamosfalar-sobre-becker/> acessado em 20 de julho 2016 as 15:00.

ARTIGO

**MULHERES INDÍGENAS POR ELAS MESMAS: REGISTROS
DAS REDES SOCIAIS – DADOS INICIAIS**

A (re)construção identitária da mulher indígena brasileira

No processo de colonização, dentre as usurpações ocorridas por séculos, está a da identidade do não branco e da não branca. Houve um processo contínuo e intencional de imposição de valores e costumes engendrados numa Europa em que o homem branco constituía o único referencial. Depois dele, a mulher branca, ornada de hábitos religiosos e capaz de manter-se submissa e em silêncio. Assim, a mulher não branca brasileira, especialmente a indígena, foi calada e desconstruída em sua identidade.

Quando se assume tal proposição como verdadeira, aproximar a (re)construção da identidade da mulher indígena ao feminismo europeu torna-se problemático. Primeiro porque são culturas distintas e depois os porquês das lutas não são os mesmos. É compreensível, por exemplo, que as mulheres indígenas não se reconheçam e nem se identifiquem com as lutas do feminismo tradicional (SANTOS, 2012).

Outro elemento, não menos relevante, é a existência de muitos pesquisadores discutindo as questões da mulher indígenas, e pouquíssimas mulheres indígenas sistematizando teoricamente suas próprias lutas e anseios.

O rigor metodológico exige, portanto, uma distinção entre o feminismo emancipatório europeu e a construção identitária da mulher indígena que pisa o solo Pindorama da região amazônica.

Ao mirar a mulher indígena amazônica é preciso ultrapassar concepções antropológicas que, conscientes ou não, reforçam projetos coloniais em que a mulher é colocada numa condição de coadjuvante. Talvez pelos papéis sociais desempenha-

* Autora e acadêmica do Curso de Psicologia do IESPES – Santarém/PA. flavyamoreyra@hotmail.com

** Coautor e docente do IFPA – Campus Santarém. fabricio.fernandes@ifpa.edu.br

*** Orientadora do Projeto e docente do Instituto Esperança de Ensino Superior – IESPES. liviacristinne@gmail.com

dos, pelas relações de poder desiguais ou pela divisão do trabalho. Assim sendo é preciso negar a negação da autonomia e da identidade da mulher indígena amazônica.

O caminho para empreender essa negação da negação é o empoderamento e o processo de descolonização, uma vez que o projeto colonial, revestido de elementos religiosos por vezes, conduziu à aceitação dessa invasão da identidade do outro como “natural”, como parte inerente de um processo irreversível de subjugação dos diferentes, dos excêntricos (os que não habitavam o centro – a Europa), dos não brancos.

Não obstante a luta feminista ter inspirado e empoderado a mulher, é preciso cuidado e certa desconfiança em relação à ideologia presente nessas iniciativas. A maior preocupação é a de que essas ações e propostas se fundamentem em um modelo europeu emancipatório, ou em um paradigma do “norte” onde a mulher branca e suas bandeiras seriam o referencial. A intuição sugere que é preciso ressaltar ações e projetos mais do “sul”, mais brasileiros, mais amazônicos. O interesse é a mulher indígena da Amazônia vista por elas mesmas.

Neste sentido de empoderamento, mais macro, é verdade, há que se reconhecer que a criação da ONU Mulheres, em 2010, significou um marco no debate e na luta em questões de igualdade de gênero. Essa iniciativa visou diretamente a eliminação da discriminação contra as mulheres por meio do empoderamento delas. Isso vem sendo realizado por meio de acordos internacionais entre organizações governamentais e não governamentais e através de políticas públicas voltadas para afirmação da mulher, seus papéis sociais, sua saúde, sua identidade.

Assim sendo o projeto “Voz das mulheres indígenas” constitui, nesse processo de (re)construção identitária, um espaço dinâmico e autóctone para um empoderamento amplo: epistemológico, antropológico, social e político. Esse projeto embora tenha traços forasteiros e “do norte” (ONU Mulheres Brasil e Embaixada da Noruega) tem reforçado a necessidade da consolidação da autonomia da mulher indígena por meio de cinco eixos: violação dos direitos das mulheres indígenas; empoderamento político; direito à terra e processos de retomada; direito à saúde, educação e segurança; e tradições e diálogos intergeracionais (ONU Mulheres, 2015). Essa ação é destacada pois os sujeitos são do “sul”. As mulheres indígenas são as atrizes desse processo.

No Brasil, dos quase 900 mil índios, 342,8 residem na região norte. Dados do Censo revelaram ainda que metade da população indígena é formada por mulheres (PORTAL BRASIL, 2015). Esses números justificam o foco da pesquisa: mulheres indígenas da região amazônica.

A (re)construção identitária da mulher indígena se relaciona, de algum modo, às primeiras organizações sociais surgidas nas décadas de 80 e 90. A Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracá, Rio Uaupés e Tiguié foram as primeiras. Outra ação relevante deu-se na cidade de Santarém no ano 2000 com a realização da Assembléia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Nessa ocasião debateu-se sobre a necessidade das mulheres indígenas terem um espaço próprio para apresentar suas bandeiras e necessidades. Em 2002 foi a vez da cidade de Manaus ser o palco de um evento voltado especialmente para a mulher indígena da Amazônia. Fruto desse encontro foi a criação do DMI – Departamento de Mulheres Indígenas – voltado para a defesa dos direitos das mulheres indígenas (VERDUM, 2008).

Se houve, como dito, um projeto colonial usurpador de valores, costumes e da identidade da mulher indígena, está havendo também um processo, ainda que oculto e discreto, de redescoberta existencial da mulher indígena por ela mesma, sua identidade, seus papéis sociais. E isso tem-se dado de um modo coletivo, dialógico. O empoderamento talvez seja, em sua essência, dialético.

Portanto, essa (re)construção coletiva da identidade da mulher indígena, suas demandas, seus desafios, seus anseios, encontrou nas Tecnologias da Informação e Comunicação uma importante aliada. As TICs tem permitido a aproximação dessas mulheres. Ainda que separadas geograficamente estão agora conectadas. A isegoria, direito inquestionável daqueles que eram considerados cidadãos na Grécia antiga, agora chega à mulher indígena da Amazônia. Elas tem o direito à palavra garantido, não por uma legislação positiva, mas porque as redes sociais tornaram-se ágoras modernas. Essas praças públicas virtuais estão abertas a todas.

É preciso dizer de antemão que não faremos a distinção entre redes e mídias sociais. Alguns enfatizam que as redes sociais sempre existiram e se configuram pelas relações intersubjetivas dentro da família, na escola, no lazer, nos ambientes públicos, e que as mídias sociais dizem respeito às plataformas que servem de suporte às interações virtuais como facebook, twitter e outros (RIBEIRO, et. all. 2016). Embora essa distinção seja interessante, os dois termos aparecerão no texto de modo indistinto.

Sendo assim, o projeto “Voz das mulheres indígenas” é um exemplo de que as mulheres indígenas estão rompendo o silêncio e expressando seus anseios e suas lutas por meio do facebook, twitter e instagram.

Fazer-se mulher indígena por meio das tecnologias da comunicação e informação

Os tempos modernos estão marcados pelas conquistas tecnológicas. As que nos interessam são as da informática e comunicação.

As TICs possuem um potencial extraordinário quando o assunto é interação, aproximação de pessoas e ideais, organização de movimentos, debates e discussões. Portanto elas constituem ferramentas importantes na (re)construção da identidade de um grupo.

Há algum tempo que a utilização dessas tecnologias foi popularizada. Hoje ela já deixou de ser um desafio para tornar-se uma necessidade.

Parece convincente a idéia de que a sociedade moderna, conectada cada vez mais por meio das TICs, cria ambientes virtuais e dá forma a um espaço diferente de comunicação e construção de idéias e de conhecimento. Os ciberespaços se configuram num instrumental útil para fazer-se ouvir.

Os espaços virtuais podem, portanto, transformar o indivíduo, após um processo de tomada de consciência e de criticidade, de objeto em sujeito. Ao se aplicar essa idéia às questões indígenas é possível entender a relevância das TICs como ferramentas para aproximar comunidades que histórica e geograficamente estavam separadas.

Assim por meio desse aparato moderno há uma potencialização da capacidade comunicativa das comunidades indígenas. E isso é essencial para um processo dinâmico de ressignificação de identidade, de autonomia, de engajamento sócio-político enfim. A internet, desse modo, não é apenas instrumento para, mas aquilo mesmo que induz a (re)definição de identidade, de valores, de cultura. De fato a internet tem quebrado paradigmas e tem contribuído para a (re)construção dessa realidade multifacetada e da identidade das comunidades indígenas do Norte e Nordeste (MELLATI, 2007, apud LIMA; ARRAES, 2013).

Ao voltar o olhar para a distribuição das comunidades indígenas pelas terras brasileiras percebe-se que uma parcela considerável delas encontra-se na região urbana. Dos quase 900 mil indígenas, como já citado, 36,2% residem em áreas urbanas (PORTAL BRASIL, 2015). Isso pode significar maior acesso aos meios de comunicação como celulares e computadores, ferramentas indispensáveis para os ciberespaços.

Se uma parte considerável de indígenas habita as áreas urbanas, onde o acesso à internet é mais comum, os próprios indígenas poderão produzir seus relatos, expor suas lutas, dizer quem são, sua autoetnografia (LIMA; ARRAES, 2013).

Após essas considerações mais gerais sobre os avanços tecnológicos e o modo como impactam nas comunidades indígenas já é possível a discussão sobre o protagonismo das mulheres indígenas a partir das Tecnologias da Comunicação e Informação na região amazônica.

Assentados na premissa de que as mídias sociais estimulam a interação entre pessoas e grupos e podem, se bem direcionadas, contribuir para criar, recriar ou fortalecer identidades, será defendida a hipótese de que a partir do Projeto “Voz das Mulheres Indígenas” houve um fortalecimento e maior integração entre as vozes femininas vindas das comunidades indígenas, especialmente as do norte.

Aquela usurpação epistemológica, cultural, identitária praticada pelo colonizador por séculos tem cedido lugar ao recrudescimento de um projeto decolonial, onde a mulher indígena amazônica, agora insurgente, pode revelar-se a si mesma e ao outro(a).

Essas insurgentes encontraram nas redes sociais mais do que uma ferramenta de “bate papo”, encontram o “espaço” público negado. O espaço negado ou usurpado está sendo gradativamente forjado por elas por meio das mídias sociais. Agora já podem se articular para a (re)construção identitária. E isso é essencial. Por meio das mídias o lugar social da mulher indígena passa da oikia privada (casa) para a pólis pública (cidade). É no espaço público e de modo coletivo que se discute a identidade.

Tenha-se presente que a questão identitária não é trivial. A identidade é algo que faz com que uma pessoa ou um grupo seja único. Segundo Cuche (2002) a identidade se constrói e se consolida dentro de contextos sociais. Eles são determinantes

Desse modo, como corolário, não há identidade em si e sim em consonância ou oposição às outras. É por isso que a identidade traz a ideia de alteridade. Esse outro pode ser aproximado por meio das redes sociais. Elas permitem essa relação dialógica de construção identitária.

Segundo Sacchi (2003) na Amazônia estaria, à época evidentemente, a maioria das organizações femininas. Ela sublinha ainda que as mulheres indígenas participavam ativamente dos eventos promovidos por diferentes organismos, o que fortalecia as organizações e permitiam a troca de experiências. Mais de uma década se passou dessa constatação e esse espírito decidido da mulher indígena e sua capacidade de organização tem nas redes sociais além do espaço virtual um amplificador de voz

Não obstante os limites impostos pelas dificuldades de acesso à internet de qualidade na região norte do país, pode-se imaginar a força das mulheres indígenas amazônicas conectadas, induzindo o debate sobre as questões de gênero e identitárias, discutindo sua relação com o masculino e com a terra.

Pintado esse cenário pode-se dizer que as mídias sociais tem contribuído fortemente para a organização das mulheres indígenas. Mais do que isso, elas estão permitindo que as mulheres indígenas digam quem são. Não se trata mais do outro dizer quem eu sou!

Assim os registros das redes sociais indicam que as mulheres indígenas estão tendo voz e o projeto “Voz das mulheres indígenas” tem contribuído sobremaneira para esse processo.

Mulheres indígenas por elas mesmas: registros das redes sociais

A mulher indígena nem sempre teve o direito à palavra. As mídias modernas, ao revolucionarem a comunicação em suas formas e velocidade, de um modo intencional ou não, ensejaram a criação de espaços de conversas informais, mas também a construção de espaços mais sólidos de debates teóricos acerca de diversos assuntos. Essas mídias alcançaram de algum modo as mulheres indígenas e as inseriram nos ambientes virtuais de comunicação.

No contexto das redes sociais o facebook, que é a maior rede social do mundo em número de usuários, se faz importante por dar visibilidade aos anseios e reivindicações das mulheres indígenas. É nesse sentido que nasce a página do Projeto “Voz das Mulheres Indígenas”, criado pela ONU Mulheres, que tem como objetivo a elaboração de uma agenda que defenda as necessidades e interesses das mulheres indígenas, considerando a diversidade entre os povos, mas também os interesses comuns. Tais discussões, no âmbito das redes sociais, tem um maior alcance e isso faz com que haja a potencialização das vozes das mulheres indígenas, tendo assim, maior chance de suas reivindicações serem ouvidas, refletidas e atendidas dentro de todas as esferas: local, nacional e quiçá global.

Tendo em vista isso, a página foi criada para que contemple o maior número de povos e suas realidades diversas, a partir do levantamento de demandas e compartilhamento de informações, já que as mídias sociais constituem um canal muito importante e abrangente comunicação na atualidade. Desta forma as mulheres indígenas são chamadas a contribuir nesta rede com a sua própria história de vida, necessidades específicas individuais e coletivas e assim consolidar uma agenda comum de reivindicações.

Através da página do facebook e do site ONU Mulheres, foi divulgado o e-mail mulheres.indigenas@unwomen.org. Esse e-mail tem a finalidade de ser um canal eficaz de comunicação e interação onde as mulheres indígenas podem entrar

em contato e relatar as suas histórias e necessidades. As informações coletadas são estudadas e servem de parâmetro para a construção da base comum de necessidades e lutas. Os pontos nevrálgicos surgidos desses relatos são colados em discussão. As mídias sociais, enquanto instrumentos ou ferramentas de interação, dão visibilidade a essas questões e permitem esse debate amplo.

Dentro desta demanda 22 lideranças de mulheres de comunidades indígenas, que são multiplicadoras do projeto “Voz das Mulheres Indígenas”, estão atuando, desde junho de 2015, para identificar quais as necessidades locais das mulheres indígenas, para que seja articulada uma pauta política que vise ser representativa da maior parte dos 305 povos existentes no país. No endereço <https://www.facebook.com/vozdasmulheresindigenas/> isso pode ser melhor visualizado.

Na página “Voz das mulheres indígenas”, é possível visualizar um vídeo com duração de 5’50”, onde algumas mulheres, líderes indígenas, falam da importância que o projeto tem para as comunidades que estão inseridas e quais assuntos serão discutidos. Dentre os principais temas de debate estão a violação dos direitos da mulher indígena como cidadã, a violência doméstica, a luta pelo direito ao território, entendendo o território não como um lote ou pedaço neutro de terra, mas como universo simbólico e elemento constitutivo da essência do ser indígena: água, estações, ritmo da natureza, intimidade com a terra. Isso transcende a questão material-econômica da terra. Assim é possível dar voz às mulheres que sofrem; chamar o homem à discussão; perceber a representatividade delas, tanto nas aldeias, como na cidade; tratar do preconceito por ser mulher e por ser indígena; discutir o direito à dignidade das mulheres indígenas. Estas discussões serão muito úteis, pois, permitirão uma ação generalizada, de modo que um problema solucionado em alguma aldeia, poderá servir de exemplo para uma situação similar em outra localidade. Este diálogo permite que as próprias mulheres indígenas mostrem quais suas reais necessidades.

Para dar materialidade a essa iniciativa, e como ação concreta, foi preparada uma série de cinco entrevistas pela ONU Mulheres. Isso permitiu não apenas apresentar o projeto “Voz das Mulheres Indígenas”, mas também falar sobre a importância que o mesmo terá dentro da realidade de cada uma delas. As entrevistas foram feitas com cinco mulheres, cada uma de uma etnia e de estados diferentes. O propósito foi reunir elementos e informações que pudessem subsidiar a construção de uma base comum de lutas e necessidades.

A primeira a ser entrevistada nesta série, foi Sônia Guajajara, nascida no Maranhão, do povo Tenetehara, membro da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

Ela diz que o projeto “Voz das Mulheres Indígenas” é importante, pois, vem para unificar uma pauta. O projeto permite que os anseios das mulheres sejam ouvidos, que a participação delas em eventos se dê de um modo não necessariamente presencial, uma vez que o portal ou as líderes são portadores de ideias e demandas do seu povo. Assim as mulheres indígenas podem lutar com maior participação em todos os processos, tanto de decisão como na discussão dos caminhos a percorrer. Ela fala que a principal luta continua sendo a garantia do território, tendo em vista que a terra para o indígena é vista como a mãe, aquela que dá a vida. Este contato com a natureza, a água, a lua, o sol, as árvores é fundamental, pois é visto como identitário, ou seja, transpõe a questão material da terra. A partir da garantia do direito a terra, se consegue lutar pelas políticas sociais, culturais e políticas para as mulheres, sendo que as mesmas não tem atendimento à saúde diferenciada. E há especificidades que precisam ser atendidas. Ela finaliza dizendo que o Brasil tem o dever de cumprir a Constituição Federal e demarcar as terras indígenas.

Na segunda entrevista da série, está Maria Leonice Tapari. Seus antepassados foram forçados a se mudar do Mato Grosso para Rondônia, como resultado da exploração dos seringueiros, onde as mulheres indígenas eram dadas como moeda de troca, e seu povo era proibido de falar a língua materna. A terra onde reside é habitada por nove povos e atualmente ela vive com a etnia Paiter Suruí no município de Cacoal. Ela relata que as mulheres desta etnia gostam de lidar com a terra, fazer artesanato e as jovens estão sendo incentivadas a serem mais participativas com as questões políticas, principalmente diante da violação dos seus direitos. Nas suas andanças para disseminação do projeto, se deparou com a força das trocas intergeracionais, mesmo as mais velhas não falando o português, as mais novas traduzem e respeitam muito suas opiniões. Maria Leonice chama atenção também para a força que está surgindo nas mulheres indígenas de querer direitos já adquiridos pelos homens e também cumprir o dever de lutar pelo direito à terra, unindo assim as duas forças. Deseja que suas filhas sigam na militância e que continuem lutando pelos direitos do seu povo.

Simone Eloy Amado, povo Terena, Mato Grosso do Sul. A terceira entrevistada diz ser necessário o Projeto para dar voz e empoderamento às mulheres indígenas para que as mesmas possam cobrar as políticas públicas voltadas especificamente para suas necessidades. Ela cita como principal o direito à terra, inclusive fez o curso de Direito para ajudar nesta questão. Divide a vida de estudante (está terminando o mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional) com a de mãe, esposa e liderança de sua comunidade. Ressalta que o projeto também proporcionará uma

maior união entre as mulheres indígenas das diversas etnias e assim cada uma poderá colocar quais são suas verdadeiras demandas. Fez algumas palestras ressaltando a importância da participação política das mulheres indígenas, organizando reuniões para tratar do tema. Simone diz que não é uma questão de tomar o lugar dos homens nas lideranças e sim lutar juntos, lado a lado, pelo direito à terra e pelas ações afirmativas das políticas públicas específicas da comunidade indígena, como saúde e educação.

Iara é indígena da comunidade dos Wassu Cocal. Faz Pedagogia, mas já é professora. O povo Wassu Cocal fixou residência entre Alagoas e Sergipe após terem lutado na Guerra do Paraguai, relata ela. Mas foram expulsos e hoje tentam retomar o território de mais de 50 hectares. Seu tempo é dividido entre o ensino de Cultura Indígena, a Faculdade, a Família e a comunidade. Ela é uma das líderes e ressalta as lutas nos movimentos políticos indígenas. Para ela o projeto “Voz das Mulheres Indígenas”, quando foi levado às bases, reavivou a esperança das mulheres. Mesmo que nem todas participem, há sempre uma expectativa em relação às novidades que o projeto traz e também ao fato de que o que elas dizem poder ser expressado no “Voz da Mulheres”. Iara destaca ainda a riqueza do projeto ao colocá-las ao lado dos homens na luta pelo território. Para ela o projeto significa esperança de união e o caminho para definirem o que se quer e o espaço que desejam conquistar.

Por fim, a última a dar sua contribuição foi Andrea Lourenço. Ela é do Paraná. Mas antes de ser paranaense é guarani nhandeva. Fez faculdade de Secretariado Executivo Bilingue e residiu a vida toda na aldeia. Ela traz marcas quando o assunto é a luta do pai. Segundo ela, ele foi muito perseguido e preso por denunciar os agressores e ações contra o seu povo. Andrea lamenta o silêncio dos guaranis. Mas isso se justifica dentro de um contexto: ou os Guaranis se calavam ou morriam. Essa tensão entre a luta e a passividade vem sendo harmonizada. A história dos Guaranis é de sofrimento. Muitos perderam pais e mães. Para Andrea é preciso olhar pra frente e dizer: ‘se for para morrer, vou morrer lutando’. Assim revela-se a luta dessa líder que já participou de mobilizações em Brasília e inclusive foi atingida por uma bala de borracha. Ela está engajada no projeto “Voz das Mulheres Indígenas” e na luta das mulheres do sul do Brasil e diz que é necessário respeitar o tempo das mulheres. Sua luta é para que cada mulher e cada etnia falem por si. Seu sonho só estará completo com a autodeterminação e o empoderamento da mulher indígena.

Esses relatos evidenciam a força das mulheres indígenas e o modo como estão organizadas. As ações estão pulverizadas por estarem espalhadas pelas regiões, mas conectadas através do projeto “Voz das Mulheres Indígenas”.

Assim, ao final, foi possível ouvir as mulheres indígenas ditas por elas mesmas através das mídias sociais.

Como considerações parciais pode-se então adiantar que o trabalho de pesquisa será estendido às redes sociais do twitter, instagram e outras páginas do facebook como, por exemplo, *mulheres indígenas conquistando seu espaço; não esqueça sua luta*.

De qualquer modo está sustentada, como evidenciado no texto, a premissa de que houve, de diferentes formas, um projeto colonial usurpador que atingiu diretamente a mulher indígena despiando-a de seus valores e seguranças sociais e culturais e que o Projeto “Voz das Mulheres Indígenas” tem alicerçado ações comunitárias decoloniais.

Nesse processo os espaços virtuais descortinam um conjunto de novas possibilidades: aproximação das mulheres indígenas; descoberta de problemas comuns; debate acerca as relações assimétricas de poder; organização de movimentos feministas indígenas com bandeiras próprias; empoderamento; fundamentações teóricas para embasar as discussões sociopolíticas; reclamação de direitos; denúncia de situações de violência; engajamento na luta pela terra e condições de sobrevivência; re(construção) identitária.

Ao final deve-se sublinhar o protagonismo das mulheres indígenas, sujeitas da própria história, que encontraram nas mídias sociais um canal eficaz de emancipação – com toda a riqueza etimológica dessa expressão. Elas deixaram de ser infantes, estão lutando para que tirem as mãos (processo emancipatório) e as deixem livres e autônomas para caminhar. Por meio das mídias elas podem, por elas mesmas, emancipadas e empoderadas, dizer quem são e o que querem.

Referências bibliográficas

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002, pp. 175-202.

LIMA, Izaíra Thalita da Silva; ARRAES, Raoni Lourenço de. **Índios na Rede: Um estudo sobre o ciberativismo indígena nas Redes Sociais Online**. Disponível em: <https://netativismo.files.wordpress.com/2013/11/artigos-gt3.pdf>. Acesso em 08 nov. 2016.

ONU Mulheres. <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-indigenas-estao-na-luta-pela-terra-e-sofrem-ameacas-de-madereiros/>

PORTAL BRASIL. **População indígena**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/04/populacao-indigena-no-brasil-e-de-896-9-mil>. Acesso em 04 nov. 2016.

SACCHI, Angela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**. Recife, volume 14 (1 e 2), ano 7, 95-110, 2003.

SANTOS, Fabiane Vinete dos. Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. **Revista EDUC Amazônia**. Humaitá, v. VIII, ano 5, jan/jun, pg. 94-104, 2012.

VERDUM, Ricardo (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008.

WWW.facebook.com/vozdasmulheresindigenas/

WWW.onumulheres.org.br

Grupo de Trabalho nº 9

*Socialismo, literatura, educação e interculturalidade:
diálogos e debates necessários*

ARTIGO

CURRÍCULO E ASPECTOS DA CULTURA ACADÊMICA

Introdução

O presente tema, nasceu a partir da atuação profissional no Centro Universitário Estácio da Amazônia na cidade de Boa Vista. Essa aproximação com o objeto de estudo suscitou o interesse em buscar a literatura referência sobre o tema, para então, desenvolver a pesquisa.

A trajetória no mestrado, iniciou como aluna especial no ano de 2015, quando tive o contato com as disciplinas obrigatórias do curso. Essa caminhada possibilitou a entrada no campo da pesquisa e o desenvolvimento da carreira acadêmica. Portanto, a pesquisa pretende contribuir para o debate no campo educacional local, além de viabilizar novos estudos no tema proposto.

A pesquisa contribuirá para o crescimento profissional e intelectual, além da minha formação continuada, e o processo de ensino-aprendizagem que o mestrado oferta, nos leva a um conhecimento mais apurado sobre o campo da educação.

Desse modo, o processo de formação conduz o aluno a aprender sobre aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais e o desafia a interpretar essa realidade social de forma crítica e propositiva.

Assim, os sujeitos que participaram da pesquisa também são peças fundamentais para a construção da mesma e com a divulgação dos resultados, os mesmos poderão ter acesso ao debate construído e principalmente que a partir dela, novas pesquisas surjam e multipliquem essa discussão. Portanto justifica-se a pesquisa pela nova vertente local que ela apresenta, no inédito e desafiador tema proposto, e de seus sujeitos envolvidos.

O problema da pesquisa apresenta: Como uma IES particular em Boa Vista proporcionou aos seus egressos no Curso de Serviço Social uma formação de cultura acadêmica? A partir dessa questão, organizou-se os objetivos dessa forma, objeti-

* Assistente Social; Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Roraima-UERR-almeidalarissa642@gmail.com

** Doutor em Educação-UNAM; Pedagogo; Líder de Grupo de Pesquisa – CNPQ; Docente na Universidade Federal de Roraima-profjoaopaulino@gmail.com

vo geral: Interpretar como o Centro Universitário Estácio da Amazônia proporcionou as suas egressas no Curso de Serviço Social a formação da cultura acadêmica. E específicos: Conhecer a concepção curricular e o processo formativo no curso de Serviço Social implementado na Instituição de Ensino Superior; Indagar os egressos do curso de serviço social sobre a cultura acadêmica e suas vivências durante a formação; Sistematizar as informações para triangulá-las através de uma análise da hermenêutica analógica.

A pesquisa segue a corrente filosófica hermenêutica analógica, do autor Maurício Beuchot, o objetivo proposto pela pesquisa, então essa teoria veio ao encontro com as questões expostas. Como sujeitos da pesquisa são cinco egressas e uma docente do Centro Universitário Estácio da Amazônia, sob enfoque qualitativo, a entrevista como instrumental utilizado para a coleta de dados, através da análise de conteúdo.

Contexto histórico da profissão de Serviço Social

O presente item objetiva mostrar o resgate histórico da institucionalização do Serviço Social enquanto profissão, portanto serão apresentados os aspectos sociais, culturais e econômicos que influenciaram o surgimento e consolidação dessa área.

O assistente social é “um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam essa força de trabalho e contratam”. Iamamoto (2008, p. 23). A base de trabalho concentra-se no conjunto das expressões da questão social oriundas da relação antagônica entre o capital e trabalho. Sobre o início da profissão, os autores comentam a sua base e fontes de recrutamento e formação:

Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. [...]. IAMAMOTO E CARVALHO, (2008, p.127)

Dessa forma, o ensino perpassa por estudos sistemáticos que formam o currículo, essa estrutura é composta de disciplinas específicas e direcionadas à realidade social voltada às competências e habilidades profissionais. Sendo assim, o próximo item discutirá o currículo do Centro Universitário Estácio da Amazônia.

O Currículo e suas particularidades

O presente item buscará desenvolver reflexões sobre o currículo, a partir do contexto histórico, social e econômico em que ele está inserido, além das influências ideológicas e políticas que norteiam a formulação e implementação dos currículos no Brasil.

Entende-se que o currículo é pensado em uma lógica neoliberal, que atenda aos anseios do capital, em detrimento da qualificação da mão de obra para ser “aproveitada” pela hegemonia. O seu conteúdo é uma construção social, ou seja, influenciado por fatores políticos, econômicos e culturais de determinado público.

O enfoque na área é composto por uma série de estudos e iniciativas que, em curto espaço de tempo, configuraram o surgimento de um novo campo, o qual deveria ser explorado por profissionais da educação que visassem essa expansão.

Surgem então, preocupações acerca da vocação profissional e do ajustamento a essas novas necessidades da economia. Os educadores passam a ver o campo do currículo como um novo horizonte a ser estudado.

O tópico seguinte identificará o ensino superior na perspectiva neoliberal, problematizando as suas influências na elaboração de programas educacionais.

Ensino Superior na perspectiva neoliberal

O presente tópico abordará sobre o surgimento do ensino superior, destacando suas leis, particularidades, avanços e retrocessos.

Ainda para compreender o ensino superior no Brasil, o ideal é resgatar a sua gênese através da política de formação de uma elite nacional para dirigir o processo de desenvolvimento. Com o passar dos anos, a política de formação de elites, foi ampliada no sentido de abrir espaço para uma massa de estudantes das camadas mais vulneráveis da sociedade, por meio de ações políticas, também conhecida como ações afirmativas, promovidas por agentes, tais como o movimento estudantil da década de 60, e o movimento docente das décadas de 80 e 90. (ROSSO, 2002).

A antiga Faculdade Atual, foi credenciada pela Portaria MEC nº. 583, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 28 de março de 2001. E em 2011, iniciou a implementação da proposta acadêmico-pedagógica e administrativa da Estácio de Sá, sediada no Rio de Janeiro. [...] Oficializando por meio da Portaria MEC nº 483, publicada no DOU, de 16 de dezembro de 2011, alterando a denominação para Es-

tácio Atual - Faculdade Estácio da Amazônia. No ano de 2015, a instituição recebe o credenciamento do MEC, tornando-se o Centro Universitário Estácio da Amazônia.

O próximo item abordará sobre a teoria que embasa o trabalho, expondo sobre os seus aspectos filosóficos e epistemológicos.

Uma trajetória história da hermenêutica analógica

O presente item pretende apresentar a cultura acadêmica a luz da hermenêutica analógica em uma IES particular na cidade de Boa Vista, para isso, serão apontados autores que discutem o tema. O estudo proposto visa uma interpretação a partir da corrente filosófica hermenêutica analógica, teoria inédita em estudos na região Norte do país, elaborada pelo filósofo mexicano Beuchot, e a sua proposta pretendem colaborar com a realização de novos estudos na Instituição de ensino.

Os estudos sobre a hermenêutica surgiram desde a Bíblia, perpassa pela era Aristotélica, e chega aos tempos atuais:

En la hermenéutica analógica, intento recuperar la antigua noción de analogía, que tiene ya larga tradición, pues comienza – filosóficamente hablando – con los pitagóricos, pasa a Pláton, a Aristóteles, atraviesa la Edad Media, disminuye y casi se pierde en la modernidad, pero se salva en algunas de sus etapas, como en la barroco y en el romanticismo; por eso requiere ser rescatada en la actualidad. (BEUCHOT; VATTIMO; GÓMEZ, 2006, p.16)

A interpretação leva o leitor a compreender o fato que está sendo transmitido e levará ao sentido do significado desse texto, podendo ser falado, escrito, de tal forma que possibilite uma interação entre o leitor e o contexto situado. Essa aponta um texto, o seu autor e o leitor. Essa triangulação tenta decifrar o olhar de cada sujeito sobre o objeto investigado.

A significação da hermenêutica aponta alguns aspectos singulares em decidir, de atribuir predicados a sujeito intermediário entre o unívoco e equívoco. A hermenêutica tem como objeto o texto. O seu foco é a disciplina de interpretação, o texto com significados múltiplos, o ato interpretativo, e entendimento do próprio texto.

A seguir será abordado sobre a cultura acadêmica, em seus diversos aspectos.

Problematizando a cultura acadêmica

Um dos primeiros pensadores a escrever sobre o tema foi Bronislaw Kasper Malinowski, antropólogo, pertencente a escola Funcionalista. Esse autor desenvol-

veu estudos que demonstram as particularidades da cultura, ele afirma que, a cultura é um todo indiviso, composto por instituições em parte autônomas e em parte associadas, integradas por múltiplos princípios, apresenta um poder no seu uso na estrutura política. (MALINOWSKI, 1976).

Desse modo, a cultura não pode ser vista de forma isolada, mas deve se levar em consideração o entorno, quais os elementos norteiam esse processo, as instituições públicas ou privadas, e principalmente as influências políticas.

A palavra “cultura” entrou “na língua inglesa a partir do latim *colere* que significa habitar- daí, hoje, “colono” e “colônia”; “adorar” – hoje com sentido preservado em “culto”; e também cultivar na acepção de cuidar, aplicando tanto à agricultura quanto aos animais. Esta acepção preponderante no século XVI”. (CEVASCO, 2008, p. 9)

Semelhante a esse conceito, o autor Cuche (2002), resgata a terminologia cultura no mesmo período apresentado acima, ela não significa mais um estado (coisa cultivada), mas uma ação, ou seja o fato de cultivar a terra. No século XVI, se forma o sentido figurado e “cultura” pode designar então a cultura de uma faculdade, no fato de trabalhar e desenvolver.

Será apresentado um resgate conceitual para ampliar a visão sobre o conceito de cultura, sendo exposto o conceito por diversos estudiosos:

A primeira definição de cultura que foi formulada do ponto de vista antropológico, [...] pertence a Edward Tylor, no primeiro parágrafo de seu livro *Primitive Culture* (1871). Tylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis. (LARAIA, 1986, p. 30)

Como identificar esse conhecimento adquirido durante o processo de formação? Esse é considerado uma aventura, pois é cercado de incerteza, de prova, entre outros. A cultura acadêmica, como aponta o autor:

Como evitar que, como acontece hoje em dia na melhor das hipóteses, a aprendizagem significativa na aula constitua uma cultura particular, a cultura “acadêmica”, que tem valor exclusivamente para resolver com êxito os problemas e demandas que se propõem ao aluno/a sua vida escolar? Como passa de uma aprendizagem significativa para uma aprendizagem relevante que se apoie e questione as preocupações que o aluno/a criou em sua vida prévia e paralela à escola. (SACRISTÁN E GÓMEZ, 1998, p.58)

Por isso, a cultura oferece sempre um espaço de negociação de significados e se recria constantemente como consequência deste mesmo processo de negociação não importando os sujeitos que a cercam. Desse modo, o processo de formação conduz o aluno a aprender sobre aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais:

A imposição da cultura na aula, no melhor dos casos, que suponha uma assimilação significativa e não arbitrária dos conteúdos, conduz ao desenvolvimento da estrutura semântica, que em princípio, necessariamente nem questiona nem enriquece por si mesma os esquemas que o aluno/a utiliza em sua vida cotidiana. [...]. (SACRISTÁN E GÓMEZ, 1998, p.62)

Destarte, a cultura acadêmica disseminada nas Instituições de ensino, poderia possibilitar ao aluno uma aprendizagem significativa, que o permitisse aplicar em sua vida cotidiana.

Sobre a cultura local, vale a pena ressaltar que a cidade de Boa Vista, possui 125 anos, comemorado no dia 9 de julho, está situada a margem direita do Rio Branco, acima da linha do Equador, o Estado menos populoso do país.

Os dados do IBGE apontam uma população estimada no ano de 2015 em 320.714 habitantes na capital de Boa Vista, com uma área de unidade territorial de 5.687, 037 km². A maior população indígena do país, dos 320 mil moradores da capital, 8.550 se declaram indígenas. Eles correspondem a 3% da população. (IBGE,2015).

A análise de conteúdo, é uma metodologia de tratamento acerca das informações de determinado documento, podem ser apresentados através de linguagem escrita, oral. Com o enfoque das questões voltadas ao currículo, cultura, relação teoria e prática, além da escala de conhecimento sobre a cultura local. (SEVERINO, 2007)

No caso o estudo coletou material através de linguagem oral, na qual foram gravadas, a partir de entrevistas focais semiestruturada: “[...] uma reunião para conversar e trocar informação entre uma pessoa (o entrevistador) e outra (entrevistados) ou outras (entrevistados)”. (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO,2013, p. 425), com o enfoque das questões voltadas ao currículo, cultura, relação teoria e prática, e as fechadas direcionadas ao perfil dos entrevistados, além da escala de conhecimento sobre a cultura local. Terá o enfoque qualitativo, também se guia por áreas ou temas significativos de pesquisa. “[...] nos estudos qualitativos é possível desenvolver perguntas e hipóteses antes, durante e depois[...]” “(SAMPIERI; CALLADO; LUCIO,2013, p.33).

O tipo de entrevista: “[...]perguntas de estrutura ou estruturais. O entrevistador pede ao entrevistado uma lista de conceitos como se fosse um conjunto ou categorias.” (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO,2013, p. 427). Essas designam um roteiro para as perguntas, o que facilita a realização da entrevista.

O universo da pesquisa é representado pelas egressas dos anos 2013 e 2015 e uma docente integral em uma Instituição de ensino superior na cidade de Boa Vista. A amostra representada por 01 docente integral.

Como procedimento, “o estudo de caso, é uma modalidade de estudo amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais, consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. GIL (2010, p. 37). Esse a partir do olhar do pesquisador sobre o objeto, buscando desvelar a formação de uma cultura acadêmica no curso de Serviço Social.

Em sequência será descrito o perfil das entrevistadas: A docente é casada, 29 anos, especialista, possui 7 anos de atuação, atualmente seu vínculo empregatício é celetista, com 3 anos de Instituição. Percebe-se que o curso de Bacharelado em Serviço Social é majoritariamente formado por mulheres, o que perfil encontra-se em uma “profissão majoritariamente feminina, conforme divulga a autora, que 97% consiste do público feminino, e apenas 3% de homens”. (IAMAMOTO, 2008, pág. 346)

O perfil das egressas, a faixa etária está entre 22 a 55 anos, sendo que 3 estão entre 22 a 24 anos, uma com 26 e outra com 55 anos. O estado civil, 3 são solteiras, uma casada e uma em união estável. Sobre o tempo de atuação, três são recém-formadas, uma com 7 meses, 1 ano de atuação, nota-se que são recém-formadas, e não possuem vínculo empregatício. O currículo que correspondem à realidade das egressas, é: 2013-2014, são 4 no período de fusão Atual -> Estácio e uma do Modelo Atual. Durante a seleção das egressas para participar da pesquisa, observou-se o currículo ao qual as entrevistadas pertenciam, assim seria possível analisar os dois olhares: Modelo Atual, foi planejado na gestão anterior (2013), e o Modelo Estácio que já possuía um currículo nacional com base estruturada na Sede do Rio de Janeiro, e assim descrever o impacto dos mesmos na formação profissional.

Sobre o conhecimento da realidade local no âmbito do currículo de curso de Bacharelado em serviço social, a mesma afirma que não é possível ter essa vivência no curso. E ela como docente sugere proposições nessa área: “é necessário a inclusão de disciplinas com conteúdo mais voltados a realidade local, como as questões de fronteiras, terras indígenas, violência sexual, tráfico de pessoas. etc; que contemplem

algumas das expressões das questões sociais presentes no Estado.”(DOCENTE, 2016).

A questão acima, causa um alerta, já que é afirmada pela docente, aquele que conduz o ensino na Instituição, portanto percebe-se que o currículo nacionalizado, não permite uma proximidade com a realidade local, perpetuando a precarização na formação do ensino de qualidade, pois esse egresso apresentará dificuldades em sua atuação, por desconhecer os aspectos singulares da população roraimense.

De acordo com as entrevistas realizadas com os egressos, 75% afirmam que não há uma proximidade com a realidade local. Como os dados apresentam:

O sujeito A, diz que:

Nessa questão ficamos no meio termo, na realidade de Boa Vista no aspecto da cultura não, mas a gente alcança outros conhecimentos. Então o que se aproxima, na realidade é a disciplina que a gente viu, uma coisa mais ou menos a ver com a cultura Amazônica, pois habitamos em zona de fronteira e necessita desse conhecimento. (Pesquisa de campo, 2016).

A estrutura curricular da Estácio, contempla disciplinas mais generalizadas, contemplando conteúdos que abrangem regiões metropolitanas, nesse caso, era viável que as disciplinas optativas ofertassem saberes locais, para que o acadêmico vivenciasse a história da cultura roraimense, as expressões da questão social no âmbito das fronteiras e em áreas indígenas.

Essa problemática refletirá nos próximos acadêmicos que concluirão o bacharelado, sem conhecer as questões regionais, e isso virá de encontro as dificuldades na atuação profissional, causando um desconforto ao usuário e ao egresso.

APPLE (1989, p. 26), expõe: “[...] e o currículo explícito e o currículo oculto no seu interior – exercem na reprodução de uma ordem social estratificada que continua sendo notavelmente iníqua em termos de classe, gênero e raça.” Vemos então, as “mãos invisíveis” por trás da elaboração dos currículos, além da cenário antagônico no que o mesmo é gerado.

Destarte o currículo não é incorporado isoladamente, mas a partir das diversas relações sociais e interesses diversos. Nesse cenário tão contraditório, surgirão alguns desafios, relacionados ao poder “invisível” que determina o concepção e visão do currículo, refletimos portanto: Como eu (professor), poderei contribuir para a “não reprodução” da vontade dominante?

O que nesse caso, não é levado em consideração, por a questão da cultura estar de fora do contexto curricular. Ou seja, atendendo a demanda roraimense, através de disciplinas optativas que ofertassem saberes sobre a cultura local.

Sobre a cultura local, o SUJEITO A: “Até aonde eu posso entender o conceito de cultura são costumes, de uma comunidade, cidade, de um Estado ou sociedade”.

E o SUJEITO B: A cultura acredito que seja os costumes de cada povo, como aqui tem muitos indígenas, eu creio que seja a cultura de cada povo indígena, de cada pessoa que mora no Estado, os seus costumes, as suas crenças”.

A educação tem um papel importante nos países globalizados, pois ela universaliza os riscos da cultura, uma vez afetada por esse processo, influenciando os sujeitos, atingindo também os conteúdos escolares, a relação escola-mundo externo, as políticas educativas que acabem sendo direcionadas pelas políticas neoliberais.

A seguir, será apresentado as considerações e resultados da pesquisa, a partir da análise desenvolvida no presente item.

Considerações finais

As interpretações foram apresentadas nesse momento, com o objetivo de delinear a leitura sobre a realidade da pesquisa, afim de problematizar a luz da teoria a formação da cultura acadêmica em uma IES particular na cidade de Boa Vista.

A partir dos dados coletados, a análise aponta que 75% dos egressos afirmam que o currículo de Bacharelado de Serviço Social não apresenta proximidade com o conhecimento da realidade local.

Sobre as disciplinas componentes desse currículo, 50% (o que correspondem a egressos do currículo Modelo Atual - 2013), identificaram os saberes voltados para o conhecimento da cultura local, era possível ter uma vivência na disciplina de Estudo dos problemas regionais da Amazônia.

As egressas descrevem que seria necessário uma reformulação na Grade Curricular, através da inserção de disciplinas com olhar regional, levando-os ao conhecimento sobre a cultura roraimense, e com alternativas de intervenções no campo profissional.

Percebe-se que a formação da cultura acadêmica é perceptível na entrada dos acadêmicos no campo de estágio. Durante a entrevista os egressos comunicaram sobre a vivência com os supervisores de estágio (campo e acadêmico), e ressaltaram a relação teoria e prática; o aluno reproduz os saberes adquiridos durante o processo de aprendizagem, pois a sua identidade profissional está sendo construída naquele momento.

A docente participante da pesquisa, relata que as disciplinas componentes da nova matriz curricular, desenvolvem saberes mais generalizadas, não oportunizando

ao acadêmico uma vivência com a cultura local, já que Boa Vista está situada no extremo Norte do país, desafiando portanto, para um olhar diferenciado.

Além de fazer parte das fronteiras, o Estado está cercado por países estrangeiros, que demandam uma série de expressões da questão social, comentada na entrevista, que esses assuntos deveriam ser pautas de discussão e componentes de disciplinas optativas, para desenvolver.

Sendo assim, vale ressaltar que estudos voltados para o conhecimento local, possibilitam uma proximidade com as demandas encontradas na cidade de Boa Vista, bem como no Estado de Roraima. Por isso, da escolha ao tema, para que a academia realize debates sobre a região, dissemine entre os alunos a relevância de procurar conhecer sobre os aspectos particularidades dessa localidade, além de revisarem o currículo periodicamente.

Referências bibliográficas

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. Ed. Brasiliense, Rio de Janeiro, 1989

BEUCHOT PUENTE, Maurício. **La hermenéutica em la Edad Media**. Universidad Autonoma de México, 2012

_____. **Actualidade de la hermenéutica analógica**. Blanca Soares: México, 2014

_____; VELASCO GÓMEZ, Ambrósio; VATTIMO, Gianni. **Hermenéutica analógica y Hermenéutica débil**. Universidad Autonoma de México: México, 2006.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional 2015**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm. Acesso em 14 de abril de 2016.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais. Bom tempo editorial**. 2 ed, São Paulo, 2008

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viciane Ribeiro. 2. Ed. Bauru: EDUSC, 2002.

GIMENO SACRISTÁN; J. Pérez Gómez. **Compreender e Transformar o ensino**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. São Paulo, Artmed, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social-ensaios críticos.**São Paulo:Cortez,1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986

MALINOWSKI, Bronislaw. Tradução do Gabinete Editorial de Edições. **Uma teoria científica da cultura e outros ensaios.** Edições 70. Portugal, 1976

MANRIQUE CASTRO, MANUEL. **História do Serviço Social na América Latina.** Tradução: José Paulo Netto. 7. Ed. São Paulo: Cortez,2006.

MOREIRA, Antonio Flávio B.; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVE, Anabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil** in: Educação Superior no Brasil, SOARES, Maria Susana Amosa (Coord), Brasília: Coord. De Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior,2002, pág. 45.

SARDI, Dal Rosso(Org.). **Ensino superior público e gratuidade.** Atividades pagas em universidades gratuitas caminho para a privatização. ADUNB, Brasília: DF, 2002, pág. 15

SAMPIERI,Roberto Hernández;CALLADO,Carlos Fernández; LUCIO,Maria del Pilar Baptista.**Metodologia de Pesquisa,** Tradução: Daisy Vaz de Moraes; 5ª Ed. Porto Alegre,Penso: 2013

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico.** 6.ed. revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** reimpr. 8. ed. SAO PAULO: EDITORA PEDAGOGICA UNIVERSITARIA, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia.** reimpr. 3. 23 ed. SAO PAULO: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

SOUZA, Alfredo de. **Somos Brasil: O ritual do 7 de Setembro na construção da identidade nacional em Boa Vista entre as décadas de 40 e 70.** In: MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias; SOUZA,Carla Monteiro de. (Orgs) Roraima /Boa Vista: Temas sobre o regional e o local. Boa Vista: Editora UFRR, 2012. Pág. 17

ARTIGO

**EDUCAÇÃO SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL:
ENTRE REFORMAS E QUESTÕES ATUAIS**

Introdução

Diante da influência do modelo econômico vigente no mundo que dita as regras para o controle social, este artigo pretende explorar a trajetória da educação superior na América Latina e no Brasil, com o objetivo de apresentar o caminho seguido deste nível de ensino em nosso país, com seus desdobramentos até os dias atuais.

Neste sentido, apresenta-se de forma breve os aspectos históricos da educação superior na América Latina e no Brasil, com dados dos séculos XIX, XX e XXI, sua constituição e influências.

Aborda a questão das Reformas do Estado implementadas na América Latina nos anos 1990, e seus alcances sobre a Reforma da educação superior no país.

Trata das orientações dos organismos internacionais a respeito da educação, especialmente a educação superior, e as ações do Banco Mundial como regulador financeiro que reordena o papel do Estado.

Apresenta visões de alguns especialistas a respeito da educação superior no Brasil atualmente, levando-nos a refletir sobre as mudanças que ocorreram neste nível de ensino em nosso país.

Neste sentido, apresenta-se de forma breve os aspectos históricos da educação superior na América Latina e no Brasil, com dados dos séculos XIX, XX e XXI, sua constituição e influências.

Aborda a questão das Reformas do Estado implementadas na América Latina nos anos 1990, e seus alcances sobre a Reforma da educação superior no país.

Trata das orientações dos organismos internacionais a respeito da educação, especialmente a educação superior, e as ações do Banco Mundial como regulador financeiro que reordena o papel do Estado.

* Mestranda do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras da UFRR

** Professor Doutor do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras da UFRR

*** Professor Doutor do Centro de Educação da UFRR

Apresenta visões de alguns especialistas a respeito da educação superior no Brasil atualmente, levando-nos a refletir sobre as mudanças que ocorreram neste nível de ensino em nosso país.

O trabalho está organizado da seguinte maneira. A seção 2 mostra o referencial teórico com uma breve abordagem histórica da educação superior na América Latina e no Brasil. A seção 3 trata da Reforma do Estado brasileiro e da Educação Superior. A seção 4 exhibe as orientações internacionais às políticas educacionais com as ações do Banco Mundial sobre este nível de ensino. A seção 5 expõe considerações de alguns especialistas a respeito do ensino superior no Brasil nos dias atuais e por fim a seção 6 apresenta as considerações finais.

Referencial teórico

Educação superior latinoamericana

A educação superior na América Latina, desde o seu princípio, foi definida quase sempre como sinônimo de educação para as profissões. Preservou-se deste início, alguma qualidade, nas melhores escolas de engenharia e medicina; mas foi também um fator de oposição às inovações oriundas de novos grupos sociais que aspiravam uma educação superior mais acessível, à abertura de novas disciplinas, e a tentativas de mudanças vindas de governos e movimentos reformistas (SCHWARTZMAN, 1996). Esta “[...] visão, estava presente desde a criação das universidades públicas laicas, no século XIX, e que foi a mesma que motivou as reformas ocorridas no século seguinte”. (DURHAN, 1998, p. 93). Nota-se que aspirações da sociedade no que diz respeito à educação superior na América Latina tinham um apelo governamental, acreditando que o Estado poderia apresentar mudanças para o desenvolvimento desta categoria de ensino.

Cabe ressaltar que nem todos os países latino-americanos se desenvolveram da mesma maneira, e as diferentes conexões que as elites latino-americanas mantinham com as universidades europeias explicam muito as diferenças entre suas instituições de ensino superior. Estes vínculos podiam ocorrer na tradição de completar os estudos em universidades europeias, na vinda de professores para ensinar nas universidades locais, ou ainda na forte presença de filhos de imigrantes europeus entre estudantes e professores (SCHWARTZMAN, 1996). Nesta conjuntura, a influência europeia trazia os conhecimentos e a vivência de instituições que tinham se modernizado ao longo do século XIX, e sobretudo a valorização da educação e do

conhecimento técnico como instrumentos de mobilidade social, atitudes que pressionavam os sistemas universitários locais para melhorar sua qualidade e incorporar os conhecimentos mais modernos.

Lugares com forte presença de imigrantes europeus, como Buenos Aires e São Paulo, desenvolveram melhores instituições do que os que se mantiveram mais isolados, como o México ou Rio de Janeiro.

Para Durham (1998) outra característica relevante da tradição latino-americana, que está relacionada à secularização,¹ é a convicção de que as universidades são um instrumento essencial para a modernização da sociedade. A autora pontua que é isso que justifica, até mesmo, o seu controle pelo Estado (o qual é a instância que deve promover a modernização), bem como o seu financiamento pelo poder público.

Esta concepção, que permanece até hoje tem fornecido o quadro de referência no qual se negociaram os recursos, a autonomia e a organização das atividades acadêmicas e tem sido fonte importante de legitimação e projeção política das instituições de ensino superior.

A evolução recente do ensino superior na América Latina aparentemente não se apresenta também de maneira uniforme, havendo variação nas políticas públicas criadas nesses países e dentro de um mesmo país. O que é possível encontrar em comum entre essas nações são as limitações de alternativas políticas (DURHAM, 1998).

Diante do exposto, verificamos o papel exigido ao Estado para a constituição e organização das instituições de ensino superior na América Latina. As políticas que se estabeleceram neste período histórico, não atenderam satisfatoriamente as necessidades da sociedade, levando a realização de reformas que se desencadearam no século XX.

Educação superior no Brasil

No Brasil, a história da educação leva a marca permanente do projeto de colonização desenhado por Portugal e desenvolvido pela Companhia de Jesus. Acredita-se que a proposta pedagógica dos jesuítas teve papel determinante para que este projeto pudesse ir além do período do descobrimento (SÁ; COELHO, 2013).

Em relação à Educação superior, na América Latina, no período colonial, a associação entre Estado e Igreja deu origem a instituições concomitantemente públicas e

¹ Esse processo pode ser percebido pelo distanciamento de instituições educacionais de suas raízes religiosas (GONÇALVES; RODRIGUES, 2011).

católicas. Apenas no Brasil esta tradição não existiu, e o que caracterizou neste país, até o século XIX, foi antes a falta de instituições de ensino superior (DURHAM, 1997). A esse respeito Cunha (2003, p. 152) afirma que:

Diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia.

Após sua independência, os países hispano-americanos romperam a ligação com suas metrópoles, criando instituições públicas e laicas. O Brasil, que não possuía um sistema de ensino superior, criou instituições públicas e laicas, mas não universidades. A secularização da educação superior constituiu, portanto, a grande revolução do ensino no século XIX, mas os sistemas preservaram, do período anterior, a tradição de um pesado controle estatal (DURHAM, 1997).

O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo geral, em 1550. Os jesuítas instituíram, ao todo, 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem o desígnio exclusivo de formação de sacerdotes. Os alunos eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de artesãos e, no século XVIII, também de mineradores. Nesses colégios era oferecido o ensino das primeiras letras e o ensino secundário, em alguns, acrescia-se o ensino superior em Artes e Teologia.

Com a proibição da criação de universidades na colônia, Portugal pretendia impedir que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas, especialmente a partir do século XVIII, quando o potencial revolucionário do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América (CUNHA, 2003).

Freitag (1980) destaca que apesar da expulsão transitória dos jesuítas do Brasil no fim do século XVIII, a Igreja preservou sua força na sociedade civil ainda nas fases do Império e da Primeira República. Ela encarregou-se ainda por muito tempo da função de reprodutora ideológica, necessária à submissão das classes subalternas às relações de dominação e às condições do trabalho explorado. A autora conclui:

[...] poderíamos dizer que no fim do Império e começo da República se delineiam os primeiros traços embrionários de uma política educacional estatal. Ela é fruto do próprio fortalecimento do Estado, sob a forma da sociedade política. Até então a política educacional era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, por uma instituição todo-poderosa, a Igreja (FREITAG, 1980, p. 49).

Foi nesse período que ocorreu um crescimento significativo de escolas superiores isoladas e se multiplicaram as tentativas de criação das primeiras universidades.

No século XIX, no Brasil, surgiu uma estratificação social, algo mais complexo do que a predominante no período colonial. E segundo Romanelli (2009, p. 37):

A presença, pelo menos, de uma camada intermediária, se não surgida, mas acentuada com a mineração, fez-se cada vez mais visível, principalmente na zona urbana, onde se radicou. Sua participação na vida social passou então a ser mais ativa, não tanto pelas atividades produtoras a que estava ligada – o artesanato, o pequeno comércio, a burocracia – mas sobretudo pelo comprometimento político.

Foi nesta camada intermediária que se recrutaram os indivíduos ligados ao jornalismo, às letras e principalmente à política. O período marcante de sua presença foi o da Regência, tido como um dos períodos mais conturbados do século. A Constituição da República de 1891, que estabeleceu o sistema federativo de governo, consagrou também a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas. Esta dualidade, de um lado, representava a dualidade da sociedade escravocrata de onde acabara de sair a República, de outro, representava ainda no fundo, a continuação dos antagonismos em torno da centralização e descentralização do poder (ROMANELLI, 2009).

A partir dessa dualidade, a Primeira República tentou várias reformas, sem êxito, para a solução dos problemas educacionais mais graves. A primeira delas a de Benjamin Constant, a mais ampla, não chegou sequer a ser posta em prática, a não ser em alguns aspectos. Tentou a substituição do currículo acadêmico² por um currículo enciclopédico³. Romanelli (2009) acrescenta que para o cumprimento da reforma, além de uma infraestrutura institucional que pudesse assegurar-lhe a implantação, faltava o apoio político das elites, que viam nas ideias do reformador uma ameaça perigosa à formação da juventude, cuja educação vinha, até então, sendo pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrático-rural. Ou seja:

[...] a reforma de Benjamin Constant teve o mérito de romper ‘com a antiga tradição do ensino humanístico’, não teve, porém, o cuidado de pensar a educação a partir de uma realidade dada, pecando, portanto, pela base e sofrendo dos males de que vão padecer quase todas as reformas educacionais que se tentou implantar no Brasil (ROMANELLI, 2009, p. 42).

² Currículo acadêmico: a finalidade da educação, segundo o currículo acadêmico, é a transmissão dos conhecimentos vistos pela humanidade como algo inquestionável e principalmente como uma verdade absoluta (MCNEIL, 2001 apud JESUS, 2008).

³ Currículo enciclopédico: centrado nos conteúdos, em nome de um ensino mais ativo, interdisciplinar e contextualizado (LOPES, 2004).

Outras reformas se seguiram a essa, mas não conseguiram acarretar nenhuma mudança substancial ao sistema. Elas não passaram de tentativas frustradas e mesmo quando aplicadas, representaram o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma política nacional de educação.

A Primeira República teve, assim, um quadro de demanda educacional que caracterizou bem as necessidades sentidas pela população e, até certo ponto, representou as exigências educacionais de uma sociedade cujo índice de urbanização e de industrialização ainda era baixo. A permanência, portanto, da velha educação acadêmica a aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundavam-se na estrutura e organização da sociedade (ROMANELLI, 2009).

A situação educacional principiou a tomar rumos diferentes, somente quando essa estrutura começou a dar sinais de ruptura. Assim, no século XX, a organização da educação superior no Brasil, baseada em universidades, na forma como se observa hoje, e por determinação do governo federal, só aconteceu a partir de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. Segundo Rossi; Rodrigues e Neves (2009), isto ocorreu quando a organização do ensino em âmbito nacional obteve força e quando o processo de industrialização, iniciado no final do século XIX, ganhou expressão, trazendo em sua marca a urbanização, o assalariamento, as diferentes classes sociais e os conflitos de interesses. As autoras ainda completam:

Essas transformações implicaram na instauração de um projeto nacionalista, marcado por uma prática intervencionista distinta daquela adotada pelo Estado durante a Primeira República. Os reflexos desse desenvolvimento expressaram-se na intervenção do Estado na educação nacional, por meio da primeira Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1961 (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009, p. 85).

Pegoraro (2013) destaca que um marco importante na educação brasileira foi a Reforma Francisco Campos, em 1931, que atingiu todos os níveis de educação e definiu pela primeira vez, o formato legal ao qual as universidades a serem organizadas deveriam obedecer. E destaca:

A Reforma tinha forte tendência centralizadora, previa a regulamentação de toda a educação superior, tanto do setor público, quanto do privado, pelo governo central. Também definia como deveria ser a administração central das universidades, a escolha de reitores, a composição do corpo docente, cobrança de anuidades e a organização estudantil (PEGORARO, 2013, p. 64).

Já a década de 1930 foi marcada por uma tensa disputa entre as elites católicas e laicas em relação ao controle sobre a educação, em especial a educação superior. Foi na área da educação que o pacto entre a Igreja católica e o Estado se mostrou de forma mais clara. Porém, impossibilitada de controlar a educação pública, a Igreja buscou caminhos e criou suas próprias universidades.

Durante o período de 1945 a 1955, foram criadas várias universidades federais, oriundas da união de institutos estaduais, federais e particulares. Também neste período foram federalizadas várias instituições de educação superior. Entre 1945 e 1964, com a federalização de instituições de educação superior e a criação de universidades através de vinculação administrativa de faculdades existentes, há uma fase de integração da educação superior (CUNHA, 2007).

A partir de 1964, a educação assume papel de destaque no discurso político ligado à modernização e ao desenvolvimento econômico nacional. Nesse momento, com a crise política do Governo João Goulart, coroada com o golpe militar de março daquele ano e a ascensão ao poder do Estado das Forças Armadas, há um rearranjo paulatino, mas estrutural, da economia brasileira. A nova equipe econômica elaborou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que definiu as diretrizes gerais da política econômica para os anos seguintes, mobilizando os instrumentos clássicos de estabilização: cortes nos gastos públicos, aumento da carga tributária, contenção de crédito e arrocho salarial. Foram criadas a correção monetária, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, além de rigorosa fixação dos mecanismos de reajustes salariais (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009)

As autoras ainda destacam o período chamado “milagre econômico” (1968-1973) que caracterizou-se por uma forma de desenvolvimento capitalista que beneficiou o capital monopolista e afastou as massas populares da esfera dos direitos políticos e econômicos. Com essa nova configuração:

[...] a estrutura econômica da produção organizou-se em torno de dois eixos básicos: a produção de bens de consumo duráveis para absorção de uma fatia privilegiada do mercado interno e o assim chamado esforço exportador que, mantendo a tradicional dimensão exportadora da economia brasileira, com base em bens primários, a ela buscou agregar um componente de bens manufaturados, tendo como consequências concretas o fortalecimento do empresariado e o aumento do consumo das classes altas e médias, inclusive por cultura e educação (ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009, p. 121).

Neste cenário, o crescimento da demanda social por educação ocasiona uma grave “crise” do sistema. Essa conjuntura é encarada pelos governantes por intermédio de medidas legais, direcionadas à liberação (aumento de vagas nas séries iniciais

da escolarização) e à contenção (controle de vagas no ensino médio e superior) da educação escolar (CUNHA, 1973 apud ROSSI; RODRIGUES; NEVES, 2009).

Pensar o percurso da educação superior considerando este contexto, nos leva a refletir sobre a importância de todas essas influências que fizeram este nível de ensino chegar à realidade que se encontra hoje.

Do período colonial até os dias atuais o ensino superior no Brasil, sofre forte influência estatal e conseqüentemente das doutrinas econômicas que configuram e reconfiguram esta modalidade de ensino em diferentes países da América Latina. Sendo assim, a seguir falaremos da reforma do Estado brasileiro e da reforma universitária, ponto essencial para entendermos o período pós-1964 e as mudanças que ocorrerão em épocas futuras.

A reforma do Estado brasileiro e a educação superior

A reforma universitária no Brasil se dá no contexto das transformações mais profundas vivenciadas pelo mundo capitalista, em especial a partir da crise iniciada nos anos 1970. Tal reforma apresenta-se no contexto das reformas do Estado implementadas na América Latina nos anos 1990 e tiveram como fundamento a doutrina neoliberal (CHAVES, 2009), a qual foi colocada em prática na segunda metade dos anos de 1970, tornou-se hegemônica nos anos 1980 e norteou as reformas conservadoras do Estado na década de 1990, de modo que a:

[...] concepção neoliberal fundamenta-se na ideia de que a responsabilidade pela crise é do próprio Estado, que, ao longo dos anos, produziu um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio, enquanto o setor privado tem demonstrado eficiência e qualidade. Desse modo, justifica-se a necessidade de reduzir o tamanho do Estado e eliminar todos os direitos sociais e trabalhistas conquistados pela sociedade (CHAVES, 2009, p. 313).

A reforma do Estado praticada pelos governos brasileiros (de 1995 a 2006) é parte da tática mundial de enfrentamento da crise de acumulação do capital e segue basicamente as orientações dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). A centralidade dessa reforma considera a redefinição do papel do Estado para adequar-se à política de ajuste fiscal e cortes nos gastos sociais. A discussão sobre o caráter do Estado capitalista e a redefinição de seu papel está inserida em um movimento maior de debate sobre reformas

estruturais adotadas como estratégia para a superação das crises do capitalismo⁴. Neste contexto:

[...] a reforma educacional, promovida no final do século XX e início do século XXI, vem instaurando um novo modelo de organização e gestão da educação pública. No caso das universidades públicas federais, tal reforma visa ajustar essas instituições ao paradigma gerencialista adotado na reforma do Estado e à lógica produtivista de privatização e mercantilização dos bens e serviços acadêmicos (CHAVES, 2009, p. 312)

Conforme Durham (1997, p. 95) a reforma universitária apresentava o ideário que incluía:

- a) autonomia universitária e participação dos estudantes no governo das instituições;
- b) valorização do ensino público e gratuito e demanda por sua expansão, frequentemente associada ao ingresso irrestrito;
- c) limitação da autonomia das faculdades voltadas para a formação de profissionais liberais e fortalecimento das reitorias;
- d) diminuição do poder do catedrático e estabelecimento de uma estrutura departamental;
- e) desenvolvimento da pesquisa.

Chaves (2009) assinala que do final do século XX e início do século XXI as universidades públicas federais passaram a ser idealizadas como serviços ou bem público não exclusivos do Estado. Neste contexto, Chauí (2003, p.7), destaca a visão organizacional da universidade como organização social ou universidade operacional, e que se caracteriza assim:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual.

⁴ As crises capitalistas são crises de superprodução. As crises manifestam-se, antes de tudo, em que as mercadorias não encontram saída porque foram produzidas em quantidade maior do que podem comprar os principais consumidores — as massas populares, cujo poder aquisitivo está limitado dentro de marcos muito estreitos. Os “excedentes” de mercadorias entulham os depósitos. Os capitalistas diminuem a produção e dispensam operários. Centenas e milhares de empresas são fechadas. Cresce aceleradamente o desemprego. Grande número de pequenos produtores da cidade e do campo são arruinados. A falta de saída para as mercadorias produzidas leva ao transtorno do comércio. Rompem-se as relações de crédito. Os capitalistas sentem uma carência aguda de dinheiro em mão para os pagamentos. O “crack” irrompe nas bolsas — caem aceleradamente as cotações das ações e de outros títulos. Espraia-se a onda de bancarrotas de firmas industriais, comerciais e bancárias (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, 1961, p. 76).

Há também neste período o surgimento de novas políticas para o ensino superior relativas ao setor público e estas implicaram na alteração da relação entre as instituições de ensino superior e o Estado, substituindo o sistema altamente centralizado e burocrático de controles governamentais associado ao financiamento incremental por um outro, baseado na diminuição da expansão dos gastos públicos, na descentralização administrativa e na introdução de processos de avaliação (DURHAM,1997). A autora ainda acrescenta que na sua forma mais coesa e desenvolvida, o novo modelo associa o financiamento a indicadores de desempenho, implica uma definição prévia e externa às próprias universidades das funções sociais que ela deve desempenhar e promove a autonomia administrativa das instituições.

Ao relacionar as novas políticas com as políticas anteriores Durham (1997, p.11) afirma que no:

[...] modelo anterior, ao contrário, a definição das funções e tarefas da universidade tende a ser feita internamente pelas próprias instituições, que lutam por manter e ampliar sua autonomia política, sujeitando-se, por outro lado, à ausência de autonomia administrativa, e aos controles burocráticos centralizados exercidos por órgãos governamentais externos. Esse tipo de reforma tem caráter claramente instrumental. Trata-se de criar mecanismos e organizações dotados de eficácia para enfrentar os problemas associados à expansão e à multiplicação das funções do sistema de ensino superior.

Verifica-se, portanto, que o ensino superior vive sob forte influência do modelo econômico vigente, que dita as regras para o controle social, e como já foi dito, segue as orientações dos organismos internacionais. Assim, veremos as extensões dessas políticas sobre as políticas de educação superior.

Orientações internacionais às políticas de educação superior

As orientações que decorrem dos organismos internacionais e dos documentos que se originaram a partir das conferências mundiais sobre educação, foram decisivas para a consecução e execução das políticas educacionais dos países em desenvolvimento. Tais organismos demarcam os caminhos a serem trilhados pelos sistemas de ensino, escolas e sujeitos envolvidos no processo educativo (OLIVEIRA, 2011). Sob orientação e patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), as intenções que surgem através das conferências internacionais têm estimulado discussões e políticas educa-

cionais, em especial nos países em desenvolvimento, como o Brasil e demais países da América Latina (OLIVEIRA, 2011).

Dentre os documentos que apresentaram discussões às questões educacionais, onde diversos governos representaram suas nações em torno deste assunto, relacionamos no quadro 1 alguns eventos e os respectivos documentos criados:

Figura 1: Quadro de Conferências Internacionais sobre Educação

| ANO | LOCAL | PROPOSTA | DOCUEMENTO |
|------|-----------|---------------------|--------------------------|
| 1990 | Tailândia | Educação para todos | Declaração Jomtien |
| 1993 | Índia | Educação para todos | Declaração de Nova Delhi |
| 1994 | Espanha | Educação para todos | Declaração de Salamanca |
| 1997 | Alemanha | Educação de adultos | Declaração de Hamburgo |

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No início do século XXI, quando se completaram dez anos da Declaração de Jomtien, avaliou-se as metas assumidas na Tailândia. O que se observou foi que os indicadores educacionais continuavam em situação problemática e necessitavam de uma reavaliação. Diante desta realidade, firmou-se o Compromisso de Dacar (Senegal), no ano 2000, quando os países reafirmaram seu engajamento no cumprimento das metas assumidas na década anterior (OLIVEIRA, 2011).

A centralidade das discussões realizadas nesses eventos internacionais e explanada nos documentos gerados diz respeito à gestão e ao financiamento da educação. E em relação à educação superior, é apontada a necessidade de ser ela reestruturada por meio da implantação do modelo de gestão gerencial, diversificando as formas de financiamento e instituindo instrumentos de avaliação pautados por busca de resultados quantitativos. Conforme Chaves (2009), isto ocorre sob o discurso da lógica gerencialista, em que os organismos internacionais pesquisam novos mercados para a venda de produtos e serviços, pressionando os governos latino-americanos para a liberalização da exploração comercial do ensino.

Nesta perspectiva e discorrendo a respeito das políticas voltadas para o ensino superior, destacamos a atuação dos organismos financeiros, mais precisamente do Banco Mundial, quando abordaremos a visão e alcances deste organismo voltados para este nível de ensino.

O Banco Mundial e a educação superior

O reordenamento do papel do Estado, eixo norteador da política do BM para a periferia do capitalismo, solidificou, ao longo da década de 1990 e no início do novo século, um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação e, especialmente, a educação superior. Nesse sentido, o BM apresentou as diretrizes para a educação superior na América Latina no documento *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*. Chaves (2009) nos diz que tais diretrizes fundamentaram-se no binômio “diferenciação de instituições” e “diversificação das fontes de financiamento”. Destaca que sobre a primeira, o BM recomenda a:

[...] introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas, que podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho (BIRD/BANCO MUNDIAL, 1995, p. 31).

Para Chaves (2009), a tese defendida pelo BM é a de que a crise da educação superior provém do modelo de universidade de pesquisa (modelo humboldtiano),⁵ adotado nos países latino-americanos, que seria excessivamente unificado e caro. Nesse sentido, a defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é inviável, teórica e financeiramente.

Outra proposta do BM para a reforma na educação superior refere-se à redução dos gastos e à defesa da diversificação das fontes de financiamento, como se evidencia no documento:

[...] maior autonomia institucional é a chave para o êxito da reforma do ensino público superior, especialmente a fim de diversificar e utilizar os recursos mais eficientemente [...] A experiência demonstra que se quer que as instituições estatais melhorem sua qualidade e eficiência, os governos deverão efetuar reformas importantes no financiamento a fim de mobilizar mais recursos privados para o ensino superior em instituições estatais [...] de várias maneiras: mediante a participação dos estudantes nos gastos; arrecadação de recursos de ex-alunos; utilização de fontes externas; realização de outras atividades que gerem receitas (BIRD/BANCO MUNDIAL, 1995, p. 44 e 69).

⁵ Concepção idealista, fundamentada no postulado de uma educação geral voltada para o desenvolvimento do intelecto; ensino e pesquisa como núcleos centrais; liberdade e autonomia acadêmicas para a produção de conhecimento puro, verdadeiro e independente de influências externas (JANISSEK, et al., 2013).

Assim, verifica-se que o conhecimento propiciado pelo ensino superior deve ser visto como um investimento produtivo, pois garante ganhos, um bem privado ou uma mercadoria de interesse individual, negociado no mercado de trocas (CHAVES, 2009). Essa concepção materializa-se com políticas voltadas ao ensino superior, dentre elas as políticas de expansão.

Questões atuais sobre ensino superior no Brasil

Em 1994, Simon Schwartzman no texto *O sistema de ensino superior na América Latina: notas prévias preparadas para o projeto de estudos comparados sobre políticas de educação superior para a América Latina – 1993-4* destacou que o Brasil continuava semi-imobilizado pela conjugação da crise econômica com problemas graves de governabilidade.

A realidade era que o sistema de ensino superior público enfrentava problemas de falta de recursos e, principalmente, de falta de condução. “Não tem havido planos e políticas específicas para o setor” (SCHWARTZMAN, 1994, p.33). No entanto, o autor ressaltou que no Brasil já havia movimentos visíveis de evolução das mentalidades e debates no âmbito da sociedade civil e no próprio âmbito da comunidade acadêmica, sem uma condução pelo Estado ou liderança de qualquer tipo.

Há cerca de 20 anos assiste-se no Brasil uma lenta e profunda mudança na cultura institucional da universidade pública, resultado das opções político-econômicas resoluta e conscientemente assumidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva – LULA (2003-2010) e Dilma Rousseff – DILMA (2011-2014) (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2012).

As principais tendências da educação superior no Brasil, no período compreendido entre 1995 e 2014 refere-se a expansão desse nível de ensino com o crescimento da iniciativa privada; a diversificação do sistema, onde três projetos são destacados, pelos impactos que têm provocado na sua formação que é o caso do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI; o ensino a distância e a reestruturação do ensino profissional e tecnológico além da mercantilização do conhecimento.

A expansão da Educação superior, pode ser explicada não somente com base no processo econômico, mas também no político e no social. Neste sentido Silva Júnior e Sguissardi (2012, p. 35) caracterizam esta fase dizendo que:

Trata-se do ápice do fetichismo da mercadoria capital. Esse arranjo leva a mudanças reais no processo de trabalho, na indústria e na educação e impõe à sociedade a matriz teórica,

política e ideológica neoliberal, com seu corolário referente à necessária reforma do aparelho do Estado.

A educação, neste contexto, se torna um espaço social estratégico para a produção do valor, financiada pelo fundo público, sua privatização/mercantilização e focada na profissionalização.

A exemplo disso temos o Programa Universidade para Todos (Prouni), o REUNI, os mestrados e doutorados profissionalizantes, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e a tentativa de se transferir a Educação superior para o âmbito da Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

Tais projetos atendem às recomendações dos organismos internacionais e às reivindicações empresariais quanto à qualificação de trabalhadores para o exercício de suas funções em um cenário de constantes transformações tecnológicas na produção industrial, motivadas pela mercantilização do conhecimento e pela busca do aumento das inovações e dos ganhos financeiros (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2012).

Sguissardi (2014, p. 165) fala do caráter ambíguo da política de expansão do Ensino superior como direito, ou seja: “serviço público X serviço comercial”; massificação X democratização; educação de elite de alta ”qualidade” para poucos X educação de massa, de baixa “qualidade para muitos”.

Ele acrescenta que ao longo das últimas décadas com ou sem afinados discursos pela democratização da educação superior, promoveu-se uma incessante busca de sua expansão traduzida ora mais ora menos em massificação sem a necessária e correspondente democratização.

Diante dessa realidade o principal fator mais imediato do elitismo ou frágil democratização da educação superior no país é o de sua crônica e persistente desigualdade social.

Para minimizar esta situação, Sguissardi (2014, p. 176) assevera que:

Toda e qualquer ação coordenada, nas diferentes instâncias do Estado, que vise reduzir a desigualdade social, em suas diversas facetas – socioeconômicas, política, cultural e educacional, etc. – estará contribuindo para eliminar um importante obstáculo ao alcance da democratização da educação superior.

Com o aumento das unidades de ensino e a ampliação da autonomia para as instituições, na organização de seu projeto pedagógico e seu plano de desenvolvimento institucional, Franco (2008) observa que é fundamental que os profissionais que

atuam nestas escolas superiores estejam também nutridos do compromisso da pesquisa, da competência para o ensino e da consciência da função social da educação superior, o que implica ampla discussão com os diversos segmentos da academia, e implantação de estruturas para reger o desenvolvimento institucional, a produção acadêmica e os seus resultados.

Para haver melhorias na Educação superior pública na América Latina e no Brasil objetivando de fato a sua democratização é necessário que além da diminuição da desigualdade social, todos assumam seu compromisso em lutar por uma educação pública e de qualidade, para que assim ela alcance padrões de excelência e cumpra o seu papel na sociedade.

Considerações finais

Ao observar a trajetória da Educação superior na América Latina e no Brasil, seus desdobramentos, influências e atrelamentos podemos verificar que os desafios a enfrentar não são poucos, todavia já existem sinais que demonstram que avanços também foram conquistados, e que um melhor padrão de qualidade é algo a ser alcançado com políticas educacionais eficazes e contínuas.

Verificou-se que as reformas do Estado praticadas pelos governos brasileiros é parte da tática mundial de enfrentamento da crise de acumulação do capital e segue as orientações dos organismos internacionais.

Tais organismos comungam com as ideias neoliberais que defendem a necessidade de reduzir o tamanho do Estado eliminando todos os direitos sociais e trabalhistas conquistados pela sociedade e dentre eles está a educação superior.

Isto compromete a democratização da educação superior, que com os recursos destinados à sua expansão leva mais a uma massificação que ao cumprimento do seu papel social.

Diante desta realidade, é importante lembrar que a educação superior não está “blindada” e, portanto, o grande desafio para todos nós é contribuir para que esta realidade seja transformada.

Referências bibliográficas

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. **Manual de economia política**. Tradução de Jacob Gorender e Josué de Almeida. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. (Biblioteca de Cultura Política Social e Econômica; 10). Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/index.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2016.

BIRD/BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior – Las lecciones derivadas de la experiencia.** Washington, 1994. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação.** Campinas, n. 24, p. 5-15, set/out/nov/dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Parceria público-privada na gestão da universidade pública brasileira. **Cadernos de Educação,** Pelotas, v.33, p. 311 – 324, maio/ago. 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/ufrr/Downloads/1663-2150-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 no. 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Autêntica, 2003. _____. A universidade crítica: o ensino superior na república populista. 3. Ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Parceria público-privada na gestão da universidade pública brasileira. **Cadernos de Educação,** Pelotas, v.33, p. 311 – 324, maio/ago. 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/ufrr/Downloads/1663-2150-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 no. 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Autêntica, 2003.

_____. **A universidade crítica:** o ensino superior na república populista. 3. Ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DURHAM, Eunice R. **Políticas recentes para o ensino superior na América latina.** São Paulo: NUPES, Universidade de São Paulo, 1997. Documento de Trabalho, 7/97. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9707.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. O ensino superior na América Latina: tradições e tendências. **Novos estudos CEBRAP,** n. 51, p. 91-105, jul. 1998. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/85/20080627_o_ensino_superior.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

FRANCO, Alexandre de Paula. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal de políticas educacionais,** n.4, p. 53-63, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n4_6.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade.** 6. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GONÇALVES, Cristina Melody Barbosa; RODRIGUES, Wellington Gil. Os estágios do processo de secularização nas instituições de ensino superior confessionais: o caso da faculdade adventista da Bahia. **Revista Formadores: vivências e estudos**, Cachoeira, BA, v.4, n.1, p.17-32, jan./dez. 2011.. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/101-387-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

JANISSEK, Janice et. all. Concepções de universidade no brasil: uma análise a partir da missão das universidades públicas federais brasileiras e dos modelos de universidade. In: Coloquio de Gestión Universitaria en Américas: Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad, 13, Buenos Aires, 2013. **Anais....** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114867/2013039%20-%20Concep%C3%A7%C3%B5es%20de%20universidade%20no%20Brasil.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 jan. 2016.

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. 2008. Disponível em:<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **R. Katál**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a10.pdf>. Acesso em 18 jan. 2016.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de janeiro, n. 26. p. 109-183, maio /jun. /jul. /ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a08.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016.

OLIVEIRA, Oséias Santos de. Políticas educacionais brasileiras, integração latino-americana e o Mercosul educacional: questões para debate. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.43, p. 223-236, set. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43/art16_43.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

PEGORARO, Ludimar. **Terceiro setor na educação superior brasileira**. Campinas, SP: Edições leitura crítica, 2013.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação brasileira (1930/1973)**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ROSSI, Ednéia Regina, RODRIGUES, Elaine, NEVES, Fátima Maria, (Orgs.). 2. ed. rev. e ampl. **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: Eduem, 2009.

SÁ, Bruno Vivas; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A influência da igreja católica na educação brasileira**: a companhia de Jesus ao ensino superior. Salvador: UFBA, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9252/1/A%20INFLU%C3%8ANCIA%20DA%20IGREJA%20CAT%C3%93LICA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **O sistema de ensino superior na América Latina**: notas prévias preparadas para o projeto de estudos comparados sobre políticas de educação superior para a América Latina – 1993-4. Disponível em: <https://archive.org/stream/PolíticasEducaçãoSuperiorAméricaLatina/ALÁTINA#page/n0/mode/2up>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

_____. **América Latina**: universidades en Transición. Washington: Organización de los Estados Americanos, 1996. Colección INTERAMER, n. 6. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/oea_esp/SchwCh2.htm>. Acesso em: 14 já. 2016.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil**: 2002-2012. Piracicaba: Diagrama Editorial, 2014.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Forma e razões da expansão da educação superior pública no Brasil. In: MANCIBO, Denise; BITTAR, Mariluce; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Educação superior**: expansão e reformas educativas. Maringá: Eduem, 2012. p. 21-42.

PROGRAMA ESCOLAS BILÍNGUES DE FRONTEIRA EM PACARAIMA

Introdução

A pesquisa “Programa Escolas Bilíngues de Fronteira em Pacaraima”, é resultado de uma pesquisa documental de políticas públicas implantadas no sistema de ensino em área de fronteira setentrional brasileira, num levantamento histórico sobre a implantação de um sistema de ensino que privilegia o bilinguismo nas escolas ao longo de toda a fronteira brasileira.

O Estado tem como objetivo construir uma identidade regional bilíngue e intercultural, com um modelo de ensino comum nestas escolas, com metodologia, considerando a realidade e as características socioculturais dos discentes envolvidos, além de manterem suas rotinas pedagógicas e estratégias de trabalho.

Detectou-se que desde 2009 o Programa Escola Bilíngue de Fronteira, nesta cidade, não vem sendo executado, ocasionado por problemas políticos e econômicos, como resultado, mais de 30% dos discentes das escolas cruzam a linha de fronteira para estudar no Brasil.

Para esta pesquisa contou-se com apoio de instituições, entre elas, Prefeitura Municipal de Pacaraima; Secretaria de Educação Municipal de Pacaraima; nas escolas cadastradas no Programa Escolas Bilíngues de Fronteira da área urbana de Pacaraima, junto às respectivas secretarias, com acesso as matrículas dos discentes, além da coordenação do PEBF em Roraima.

Contextualização histórica do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira

Anteriormente o Programa Escola Bilíngue de Fronteira (PEBF) foi cadastrado pelo governo federal como Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEI-

* UFRR/PPGSOF/CCH, e-mail - sandra_elainepaz@hotmail.com

** UFRR/PPGSOF/CEDUC, e-mail: lialuz3@hotmail.com

*** UFRR/CCL/, e-mail: antonio.giocondi@ufr.br

BF), criado em 2005, o com o objetivo de promover o intercâmbio entre docentes, que atuavam profissionalmente na fronteira dos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), numa iniciativa bilateral entre o Brasil e a Argentina, efetivada a partir de 2008, com 14 escolas dos dois países participando, sendo que, no ano letivo seguinte já contavam com 26 escolas, em cinco países. Com a ampliação da área de atuação e a visível melhoria no processo educativo das escolas participantes, o objetivo principal do PEIBF foi ampliado, não somente na promoção do intercâmbio entre docentes, mas na promoção da integração de discentes e docentes, com os dos países vizinhos, quebrando a fronteira subjetiva, ampliando oportunidades do aprendizado de uma segunda língua, pois o ensino nas escolas participantes, ocorrem em língua estrangeira, criando um ambiente real de bilinguismo para os discentes (BRASIL; ARGENTINA, 2008).

Anterior a esta iniciativa tomada pelos governos brasileiro e argentino, que aconteceu em dezembro de 2004, em Buenos Aires, com a primeira Reunião Técnica Bilateral das equipes dos Ministérios de Educação, uma série de conversações e entendimentos bilaterais e multilaterais, foram moldando o referido projeto. Em 26 de março de 1991, foi firmado pelos então países membro do MERCOSUL Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Tratado de Assunção, que em seu Artigo 17 declara o português e o espanhol como idiomas oficiais do MERCOSUL (BRASIL; ARGENTINA, 2008).

Como parte desse processo, o Setor Educacional do Mercosul (SEM) aponta, nos seus planos de ação, a necessidade de difundir o aprendizado do português e do espanhol, por meio dos sistemas educacionais formais e não formais, considerando como prioridade “o fortalecimento da identidade regional, através de uma cultura de integração”, promovendo políticas públicas regionais de formação de recursos humanos, visando à melhoria da qualidade da educação (BRASIL; ARGENTINA, 2008, p. 7).

Em 2001 foi aprovado o plano de ação do setor para 2001-2005, que apontava, entre outros aspectos, a educação como espaço cultural para o fortalecimento de uma consciência favorável à integração, valorizando-se a diversidade e reconhecendo a importância dos códigos culturais e linguísticos, buscando assim, avançar na sensibilização para o aprendizado dos idiomas oficiais do MERCOSUL (BRASIL; ARGENTINA, 2008).

Com o objetivo de estreitar os laços na área educacional, foi firmada com a Argentina, uma declaração conjunta, reafirmando a educação como espaço cultural para o fortalecimento de uma consciência favorável à integração regional, atribuindo

grande importância ao ensino do espanhol no Brasil e do português na Argentina. Dessa forma, começa a ser elaborada a primeira versão do programa e a pesquisar sobre a didática empregada em segundas línguas e bilinguismo, bem como sobre temas de fronteira.

Como resultado destas pesquisas, surgiu em 2004, a necessidade de elaborar um levantamento da realidade sociolinguística, dos docentes e discentes, que se encontravam nas cidades localizadas na fronteira e que pudesse apontar, o grau de conhecimento do espanhol e do português, padrão dos docentes e discentes das escolas desta área e as representações sobre estas línguas, surgindo assim a primeira versão do “Projeto-piloto de Educação Bilíngue. Escolas de Fronteira Bilíngues Português-Espanhol” (BRASIL; ARGENTINA, 2008, p. 8).

Ainda nesse mesmo ano, foi assinada em Buenos Aires, mais uma declaração conjunta, que referendou o Convênio de Cooperação Educacional entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, subscrito em Brasília, em novembro de 1997, que incluía um plano de trabalho como “modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol” (BRASIL; ARGENTINA, 2008, p. 8).

No Brasil, a Secretaria de Educação Básica (SEB) do MERCOSUL, por meio do Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, iniciou entendimentos, junto aos sistemas estaduais e municipais de ensino da Região Sul do país, buscando a adesão de escolas localizadas na área de, onde o projeto PEIBF, começa a ser executado, como um programa desenvolvido conjuntamente pelo Brasil e Argentina, passando a se chamar desde então como Programa Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF) (BRASIL; ARGENTINA, 2008).

Na Argentina, após a confirmação do programa da nova Declaração Conjunta, a Direção Nacional de Gestão Curricular e Formação Docente, juntamente com a Direção Nacional de Cooperação Internacional do Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia (MECyT), daquele país, convocaram as Secretarias de Educação das Províncias localizadas na fronteira com o Brasil para apresentar-lhes o programa e fecharem um acordo para sua execução.

Segundo Flores (2010), em breve histórico sobre o PEBF, destaca que, durante o ano de 2005, o programa envolveu duas escolas argentinas e duas escolas brasileiras e a partir de então, tem sido ampliado e aprimorados os instrumentos de diagnóstico sociolinguístico, através de informações coletadas nas escolas selecionadas, na forma de questionários, com gestores escolares e docentes e de diagnóstico da proficiência

em português e espanhol dos discentes dos primeiros anos do Ensino Básico, no caso do Brasil e da Argentina, e na Educação Infantil, no caso da Argentina.

Em 2006, o projeto foi ampliado para os Municípios de Foz do Iguaçu, em Paraná, São Borja e Itaqui, no Rio Grande do Sul, totalizando 6 escolas. Em 2007, a ampliação se deu para as 2^{as} e 3^{as} séries do ensino fundamental. Em 2008, o Projeto chegou à 4^a série fechando o ciclo inicial do ensino fundamental. Além disso, foram incluídas mais quatro escolas: duas escolas em São Borja/ Santo Tomé e duas em Itaqui/Alvear. Ainda em 2008, o programa foi estruturado e alargado para o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela. [...] Em 2009, [...]: 2 escolas-gêmeas em Uruguaiana-RS/Paso de los Libres, 4 escolas-gêmeas em São Borja (RS)/Santo Tomé, 4 escolas-gêmeas em Itaqui (RS)/Alvear e La Cruz, 2 escolas-gêmeas em Dionísio Cerqueira (SC)/Bernardo de Irigoyen e 2 escolas-gêmeas em Foz do Iguaçu (PR)/Puerto Iguazú. Em 2010 [...]: 2 escolas-gêmeas em Chuí- RS/Chuy (Uruguai), 4 escolas-gêmeas em Jaguarão-RS/ Rio Branco (Uruguai), 2 escolas-gêmeas em Ponta Porã-MS/Pedro Juan Caballero (Paraguai) e 4 escolas-gêmeas em Pacaraima-RR/Santa Elena de Uiarén (Venezuela) (FLORES, 2010, p. 885).

Para se obter uma visão geral das escolas localizadas na fronteira, participantes do PEBF, que assumiram um modelo comum, para o desenvolvimento do bilinguismo e da interculturalidade, num intercâmbio entre docentes e discentes, foi extraída informações oficiais, que se encontram disponíveis na página virtual oficial do Ministério da Educação e Cultura (MEC), um quadro, com as cidades e a quantidade de escolas participantes até o ano de 2010 (Quadro 1).

Quadro 1: Cidades com escolas participantes do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira: 2010

| No Brasil | Em outros países |
|------------------------------------|---------------------------------------|
| Dionísio Cerqueira (SC) - 1 escola | Bernardo Irigoyen (Argentina) - 1 |
| Foz do Iguaçu (PR) - 1 escola | Puerto Iguazu (Argentina) - 1 |
| Uruguaiana (RS) - 1 escola | Paso de Los Libres (Argentina) - 1 |
| São Borja (RS) - 2 escolas | Santo Tomé (Argentina) - 2 |
| Itaqui (RS) - 1 escola | Alvear (Argentina) - 1 |
| Itaqui - 1 escola | La Cruz (Argentina) - 1 |
| Chuí (RS) - 1 escola | Chuy (Uruguai) - 1 |
| Jaguarão (RS) - 2 escolas | Rio Branco (Uruguai) - 2 |
| Ponta Porã (MS) - 1 escola | Pedro Juan Caballero (Paraguai) - 1 |
| Pacaraima (RR) - 2 escolas | Santa Elena de Uiarén (Venezuela) - 2 |
| Total - 13 escolas no Brasil | Total - 13 escolas nos 4 países |

Fonte: BRASIL, 2010.

Estas escolas cumprem importante papel social, no que diz respeito à identidade cultural (tradições, línguas), nas áreas em que se encontram, criando condições que valorizem o respeito entre todos, de forma que no seu interior se contemple a pluralidade e a integração. No entanto, as escolas participantes do PEBF possuem o desafio de apagar a discriminação, mostrando a riqueza do patrimônio sociocultural brasileiro e do “outro”, representada pela diversidade étnico-cultural, valorizando a individualidade histórica e possibilitando um trabalho ético na educação.

As escolas, de um lado e do outro da fronteira são chamadas “escolas-espelho” (BRASIL; ARGENTINA, 2008, p. 22), pelo próprio programa ou “escolas-gêmeas” por alguns estudiosos, como Flores (2010), isto devido ao fato, destas participarem dos projetos educacionais em parceria. A segunda referência (escolas-gêmeas), remete ao programa desenvolvido, desde os anos de 1980, nos municípios localizados na faixa ou região de fronteira, com suas áreas urbanas consideradas pelo Estado brasileiro, como “cidades de fronteira”, para efeito de políticas de desenvolvimento urbano, definindo-as como lugar privilegiado para o desenvolvimento do sistema de “cidades-gêmeas” internacionais, isto é, aquelas cidades localizadas em áreas de fronteira, que contam com um intercâmbio social intenso no outro país, propiciando as condições ideais para a cooperação interfronteiriça.

O Estado brasileiro considera “Áreas Especiais” os municípios localizados a Faixa de Fronteira, que compreende uma faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, pela legislação, os dispositivos regulamentares básicos pertinentes à Faixa de Fronteira são a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979 regulamentada pelo Decreto nº 85.064 de 26 de agosto de 1980 e ratificado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1979; 1980; 2012).

A ratificação feita pela Constituição Federal de 1988, diz respeito principalmente as sedes dos municípios, localizados na faixa ou região de fronteira, que podem ser consideradas como cidades de fronteira para efeito de políticas de desenvolvimento urbano. Com isso, o governo pode incluir, as unidades político-administrativas do Brasil, localizadas na Faixa de Fronteira, sob regras de segurança nacional, em especial, no tocante a obras públicas de engenharia civil, participação de estrangeiros em propriedades rurais ou empresas nestas áreas, concessões de terras e serviços e auxílio financeiro do governo federal (BRASIL, 2012).

Vale ressaltar que, nessa faixa imaginária, do limite internacional, tem a chamada Zona de Fronteira que se relaciona, a uma área delimitada pela soma das duas faixas de fronteira, interna e externa ao Brasil, nesse mesmo interim, o termo limite deve ser entendido como, a linha imaginária que delimita um país e restringe a livre comunicação transfronteiriças (MACHADO, 1998).

Segundo o Ministério da Integração Nacional (MI), em portaria, publicada em 21 de março de 2014, salientando as crescentes demandas pelos municípios de políticas públicas específicas, para as cidades nas fronteiras; e considerando a importância destas, nas áreas em que se encontram, para integração sul-americana, estabelece em seus Artigos 1º e 2º, o conceito de cidades-gêmeas, para estas áreas urbanas como:

Art. 1º - Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Art. 2º - Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes (BRASIL, 2014, p. 64).

Na mesma, Portaria de nº 125, em seu Artigo 3º, saiu publicado a lista de todos os municípios considerados cidades-gêmeas nacionais e em Parágrafo único, designando que as que não constam na lista supracitada, e se encontram na fronteira em situação similar, serão considerados equiparados às cidades-gêmeas.

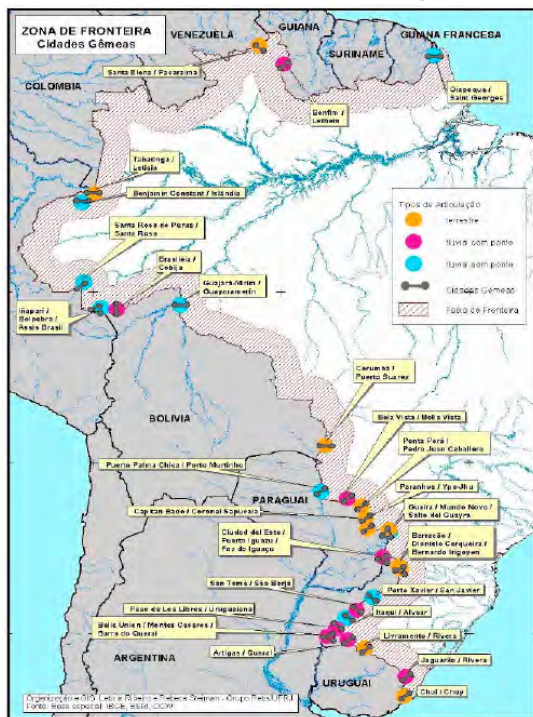
Ao todo, foram classificados 30 municípios como cidades-gêmeas: Oiapoque, no estado do Amapá; Bonfim e Pacaraima no estado de Roraima; Tabatinga, no estado do Amazonas; Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia e Santa Rosa do Purus, no estado do Acre; Guajará-mirim, no estado de Rondônia; Bela Vista, Coronel Sapucaia, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã e Ponto Murtinho, no estado do Mato Grosso do Sul; Barracão, Foz do Iguaçu e Guaira, no estado do Paraná; Aceguá, Barra do Quaraí, Chuí, Dionísio Cerqueira, Itaqui, Jaguarão, Porto Xavier, Quaraí, Santana do Livramento, São Borja e Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2014) (Figura 1).

A discussão referente às cidades brasileiras, localizadas na linha de fronteira internacional é amplamente analisada por Machado (1998), que define cidades-gêmeas como aquelas áreas urbanas, simetricamente dispostas dos dois lados do limite internacional e onde há uma intensidade de fluxos, de intercâmbio de pessoas, serviços, culturas e informações, de tal maneira que pareça que uma cidade seja a extensão da outra, abstraindo-se as diferenças político-administrativas que as caracterizam.

Para Machado (2010, p. 69) as cidades brasileiras, localizadas na linha de fronteira internacional são espaços cosmopolitas, onde se encontram as mais variadas etnias.

As cidades-gêmeas são, no mínimo, bi-nacionais, (sic) mas com frequência abrigam pessoas de diferentes lugares do país e do mundo, que são em parte atraídas pela possibilidade de ser mais um ‘estrangeiro’ em meio a outros. Geralmente considerado como algo ‘natural’ pelos habitantes locais, o ambiente cosmopolita fundamentado na diversidade cultural e étnica pode ser explorado por políticas de desenvolvimento urbano - alimentos, música, bilinguismo, arquitetura, etc., são elementos que enriquecem a qualidade de vida e a convivência transfronteiriças, ao mesmo tempo em que reafirmam a heterogeneidade do lugar e, com ela, a possibilidade de se articular a redes de diversos tipos e origens.

Figura 1: Zona de fronteira: cidades-gêmeas



Fonte: STEIMAN, 2002 apud IBGE, 2008.

Ainda voltado para alguns aspectos concernentes, ao entendimento relacionado às cidades-gêmeas, localizadas na zona de fronteira, pode-se ampliar o entendimento através de Steiman (2002, p. 2), que salienta:

As cidades gêmeas formam subespaços estruturados dentro da faixa de fronteira, onde se realizam preferencialmente os fluxos transfronteiriços. [...], inseridas em múltiplas redes que ampliam sua capacidade relacional, [...] através de acordos locais e regionais, e dina-

mizada por inúmeros fluxos que atravessam a fronteira, [...] com uma (grifo da autora) institucionalização de iniciativa local, com a criação de mecanismos administrativos e legais que incrementam a economia das comunidades fronteiriças envolvidas.

Neste conjunto de unidades político-administrativo, na linha de fronteira são as cidades-gêmeas, que devem ser destacadas, isto é, aqueles núcleos localizados de um lado e outro do limite internacional, cuja interdependência é com frequência maior, do que de cada cidade com sua região, ou com o próprio território nacional e são nelas, que o PEBF desempenha seu papel de integrador, para uma educação bilíngue, com hábitos de respeito mútuo e de cooperação interfronteiriça, conhecendo e valorizando as culturas envolvidas, tendo por base práticas de interculturalidade.

Escolas Bilíngues de Fronteira: papel social da inclusão na diversidade

Como salientado anteriormente, a metodologia adotada no PEBF é o de Ensino por Projetos de Aprendizagem (EPA), com os docentes de ambos os países, oportunizando maior participação e envolvimento de toda a comunidade, na realização das atividades propostas, efetivando interculturalidade interescolar, desde o planejamento das aulas juntos, que determinam em quais partes do projeto se realizarão, ao intercâmbio dos idiomas trabalhados concomitantemente.

A metodologia via EPA foi escolhida para o PEBF, pela possibilidade da livre escolha de temas, serem desenvolvidos localmente, conforme se considere mais oportuno e voltado as diferentes realidades das escolas participantes, podendo realizar projetos diferentes entre si, que se estendam por dois meses ou um bimestre e que não se repitam na escola, sem perder de vista os objetivos, ligados tanto ao aprendizado das habilidades caracteristicamente escolares associadas ao avanço do letramento, quanto os objetivos atitudinais associados à interculturalidade e ao manejo das duas línguas.

No documento oficial do PEBF, destaca-se o entendimento de interculturalidade em duas dimensões, sendo a primeira, um conjunto de práticas ligadas ao outro, no cotidiano da dimensão das vivências, fundamental no campo dos conhecimentos atitudinais e a segunda, o conhecimento sobre o outro, na dimensão informacional da interculturalidade:

[...] um conjunto de práticas sociais ligadas a ‘estar com o outro’, entendê-lo, trabalhar com ele, produzir sentido conjuntamente. [...] interculturalidade se vive na medida em que se produzem contatos qualificados com o outro, como por exemplo, nos planejamento (sic)

conjuntos dos professores dos dois países, nos projetos de aprendizagem em que interagem [...], cada grupo com sua maneira culturalmente diferente de olhar para os mesmos objetos de pesquisa, na participação em eventos próprios de cada país [...], e o segundo (grifo da autora) como conhecimentos sobre o outro, sobre o outro país, sua (sic) formas históricas de constituição e de organização, conhecimentos estes que precisam estar presentes curricularmente nos projetos de aprendizagem planejados e executados nas escolas [...]. Nesta dimensão da interculturalidade incorporar-se-ão a história, a geografia, as dimensões literárias, artísticas, religiosas, etc. do outro país nos projetos de aprendizagem realizados conjuntamente de forma bilíngüe (sic) (BRASIL; ARGENTINA, 2008, p. 15).

É nesta interculturalidade, de conhecimentos sobre o outro, que possibilitarão, aos envolvidos no programa, sentirem-se partícipes de histórias comuns, para assim compreenderem, aceitarem e apreciarem o esforço do outro, ao longo de sua história e suas conquistas, mantendo um vínculo emocional, fundante para a formação de atitudes positivas, frente ao outro e à cultura que ele veicula, experimentando tradições pedagógicas institucionais, de dois sistemas escolares diferentes, além de propiciar o conhecimento e o uso de mais uma língua, contribuindo para a qualidade e aprimoramento de sua educação pessoal.

As escolas envolvidas no programa, para além desta incorporação da segunda língua e de pessoas da outra nacionalidade nas suas rotinas, ampliam a base informacional dos conteúdos escolares, deixando de focar unicamente o nível nacional e ocupando-se também com a região, como unidade de trabalho, no entanto, priorizam-se como primeiro recurso de aprendizagem, o desenvolvimento da oralidade, dando especial destaque e a devida importância da função social da segunda língua, incentivando o apreço e a vontade de aprendê-la, por meio da fala e da escrita, isto é, um dos principais objetivos do PEBF é apreensão da segunda língua, dentro das escolas, por intermédio da oralidade, em que a aprendizagem vai acontecendo, de forma natural e coletivamente.

Ainda, segundo o documento oficial do PEBF, objetiva-se desenvolver um modelo de ensino comum nas escolas de fronteiras, de início, com calendário e práticas curriculares dos seus respectivos sistemas de ensino e a médio prazo, pretende-se um modelo comum compartilhado, com um calendário curricular único para as escolas, não justapostos, mas com “acordos e negociações que os sistemas escolares envolvidos (escolas, secretarias municipais e estaduais de educação, ministérios provinciais de educação, ministérios nacionais) realizam dentro de um quadro curricular (grifo da autora) comum estabelecido” com cada sistema de ensino e cada escola elaborando seu Projeto Político Pedagógico (PPP), além de manterem suas rotinas pedagógicas e estratégias de trabalho (BRASIL; ARGENTINA, 2008, p. 19).

Tem-se ainda, como proposta, um modelo sequencial, iniciando a aplicabilidade do PEBF, no 1º ano do Ensino Fundamental e na turma equivalente da escola-gêmea do outro país, com número de horas semanais restritas, e uma projeção pretendida de ampliação anual do número de turmas envolvidas, com avanço sequencial e de maneira sistemática e vinculada (turmas fechadas sem entrada de alunos nas turmas durante a sequência do processo de escolarização), numa possível progressão de conteúdos e atividades, previstos nos projetos e na posterior avaliação dos avanços dos discentes, com um intercâmbio docente, a partir da disponibilização de quadros já formados, em ambos os países e que atuam nas escolas envolvidas (BRASIL; ARGENTINA, 2008).

No que se refere, ao funcionamento dos estabelecimentos escolares participantes do PEBF, na execução da carga horária e disposição das aulas em segunda língua, propõe-se três formas para a organização das escolas:

- 1) Escola em Tempo Integral (Jornada Completa), com o ensino em L1 em um turno e o ensino em L2 noutro turno, a partir de projetos de trabalho binacionais, formulados de maneira conjunta, desenvolvidos pelas escolas-espelho concomitantemente, com tarefas específicas em cada língua. Nesse modelo há pelo menos dois dias semanais de trabalho em segunda língua e uma carga horária total de pelo menos 6 horas semanais, com possibilidade de ampliação, conforme a disponibilidade de espaços escolares adequados. Sendo uma escola de tempo integral, os alunos terão ademais das horas reservadas aos projetos em segunda língua, outras atividades e oficinas nos dias não destinados à educação bilíngüe (sic).
- 2) Escola em Contra-Turno (sic), com um funcionamento semelhante à Escola em Tempo Integral, mas somente com as atividades de educação bilíngüe (sic) intercultural no turno contrário
- 3) Escola em Turno Único, com projetos de trabalho binacionais consensuados na escola, realizados de forma bilíngüe, (sic) com tarefas específicas em cada uma das línguas. Em dois dias por semana o ensino, [...], é realizado em segunda língua dentro do próprio turno, num total de, no mínimo, cinco horas semanais com possibilidade de expansão para seis horas semanais (BRASIL; ARGENTINA, 2008, p. 23)

Estas propostas, curriculares e de funcionamento devem-se ao fato do PEBF, ter sua execução, sobre uma base escolar pré-existente, gerenciada por diferentes secretarias de educação e ministeriais, ocasionando um descompasso, não sendo recomendável defender um modelo único para a execução, no entanto, pode-se acrescentar que os modelos, acima descritos, apresentam pontos positivos e negativos, mas servem como um direcionamento para as escolas participantes como já previsto no programa.

O modelo em turno único prevê a presença do trabalho em segunda língua na base curricular, enquanto o trabalho em contra-turno (sic) muitas vezes pode fazer com que o trabalho seja visto como uma atividade extra-curricular, (sic) o que não é a intenção do PEBF. O turno único traz melhores perspectivas para a ampliação do sistema, porque não interfere tanto na rotina da escola, não demandando ampliação do espaço físico e de contratação docente com a mesma intensidade que o trabalho em contra-turno (sic) ou em turno completo. O trabalho em contra-turno (sic) ou em turno completo, por sua vez, amplia o tempo de permanência do aluno na escola, estratégia útil para o processo de aprendizagem do aluno a médio e longo prazo, mas que encontra resistências por parte dos pais, em especial considerando as crianças menores (6 e 7 anos), que fazem sua primeira experiência escolar (BRASIL; ARGENTINA, 2008, p. 24).

A pretensão do PEBF, a médio prazo, dita que as escolas-gêmeas, tomem a decisão em parcerias, buscando atender as necessidades de cada localidade, pensando num modelo de funcionamento curricular, definido de forma conjunta, com base nas características específicas locais, com práticas construídas nas escolas, a partir da convivência e dos contatos linguísticos, que se fazem presentes na rotina escolar.

O planejamento conjunto, [...] entre o corpo docente, são oportunidades da prática do bilingüismo (sic): fazem circular discursos falados e textos escritos nas duas línguas, permitem escutar a língua do outro, e portanto, escutar o outro e entendê-lo na sua língua [...] e entre os discentes prevêem (sic) tarefas a serem realizadas em português e em espanhol, coordenadas respectivamente pela docente brasileira ou do país vizinho [...], de acordo com o nível de conhecimento do idioma [...] e de acordo com o planejamento conjunto realizado [...] portanto, [...] o aluno realiza determinadas tarefas em uma língua e outras tarefas na outra língua (grifos da autora) (BRASIL; ARGENTINA, 2008, p. 27-28).

No que se refere aos conteúdos, é importante destacar, em sua apropriação espiralada, isto é, o conteúdo pode ser retomado várias vezes, ao longo do percurso escolar, tornando-o mais complexo e ou enriquecendo-o, à medida que a aprendizagem avança. No que tange ao processo avaliativo, sugeriu-se a metodologia de ‘portfólio’, definido como o acompanhamento, realizado a partir de evidências de variadas naturezas, do trabalho realizado pelos discentes, individual e coletivamente, fazendo com que percebam o quanto aprenderam e o que ainda lhes faltam.

As escolas do PEBF contam com bibliotecas bilíngues, com acervo enviado pelos Ministérios da Educação do Brasil e da Argentina, integradas por livros criados especialmente para crianças, como os livros de imagem, ricamente ilustrados, às vezes com textos breves, às vezes sem texto.

Enfim, o PEBF tem sua origem, a partir das concepções iniciais e experiências vivenciadas, pelas primeiras escolas envolvidas no projeto, a partir da descrição do

que vinha ocorrendo efetivamente, nas escolas das cidades-gêmeas, nas fronteiras entre a Argentina e o Brasil, através de relatórios e observações, além das atas das reuniões bilaterais que ocorreram alternadamente nos dois países, e da documentação prévia, entre os dois governos no âmbito do MERCOSUL e finalmente, este foi enriquecido, pelas observações de docentes de escolas brasileiras e argentinas, além de dirigentes municipais, estaduais e provinciais que participaram do I Seminário Internacional sobre as Escolas Bilíngues de Fronteira, realizado pelo MEC em Foz do Iguaçu no ano de 2006.

Pacaraima e o Programa Escolas Bilíngues de Fronteira

O PEBF tem como inovação ampliar o contato linguístico, por meio de interações bilíngues entre discentes e docentes vindos de escolas dos dois lados da fronteira, com um planejamento feito em conjunto e um intercâmbio entre os docentes ocorrendo duas vezes por semana, em aulas com a língua do outro, nestes dois momentos, proporcionando um contato real com a linguística oral.

Segundo documentos coletados na Secretaria de Educação do Município de Pacaraima (SEMP), o processo de implantação do PEBF na zona de fronteira entre o Brasil e a Venezuela foi oficializado em Brasília, nos dias 26 e 27 de junho de 2008, durante uma reunião multilateral que teve a participação de representante do MECyT da Venezuela, onde na ocasião planejou-se a implementação do projeto com a participação dos municípios de Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

A participação de Pacaraima foi concretizada na II Reunião do Grupo de Trabalho de Escolas Bilíngues de Fronteira Setor Educacional do Mercosul, em Foz do Iguaçu nos dias 15 e 16 de setembro de 2008, com destaque especial a uma visita técnica de conhecimento e de familiarização a escolas já participantes do projeto à cidade de Puerto Iguazu na Argentina, pela equipe de Pacaraima que se encontravam na referida reunião.

Em 18 de setembro de 2008, o MEC enviou a Pacaraima no Brasil e a Santa Elena de Uairén, na Venezuela, por meio de correio eletrônico, o formulário do Diagnóstico Sócio Institucional, organizado na reunião anteriormente mencionada, em duas versões, uma em português e outra em espanhol, com vários itens que incluíam informações institucionais, demográficas, geográficas, culturais e estruturais da escola e a caracterização da população escolar.

Em 30 de setembro de 2008 foi assinada uma Ata de Compromisso, pelos representantes das escolas que participariam do projeto, da SEMP, do MECyT da Venezuela, bem como outros representantes da educação, para dar início ao projeto e oficializar mais um encontro entre os representantes, marcado na ocasião para dia 27 de outubro de 2008, com o intuito de realizar um segundo diagnóstico sociolinguístico das escolas participantes. Esse documento, Diagnóstico Sociolinguístico, foi recebido no dia 14 de outubro, por correio eletrônico, para ser aplicado nas escolas, além de anunciar a visita técnica do assessor do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), para fazer um treinamento aos que iriam aplicar o referido formulário na fronteira entre o Brasil e a Venezuela.

Na ocasião da entrada do município de Pacaraima e de Santa Elena de Uairén no PEBF, várias reuniões ocorreram para tratar de detalhes como o cronograma de atividades, pois o ano letivo no Brasil começa em fevereiro e termina em dezembro e na Venezuela começa em setembro e termina em julho. Documentos foram produzidos, a partir destas reuniões, entre eles, um calendário que previa o intercâmbio de docentes duas vezes por semana e carga horária de oito horas semanais, totalizando no final do ano letivo, sessenta e duas aulas efetivas para o projeto, com encontros quinzenais entre os docentes para um planejamento conjunto.

Naquele momento, ficou registrado em relatório de reunião, que seis turmas das escolas de Pacaraima participariam do projeto, mas não deixava claro, quantas turmas seriam das escolas de Santa Elena de Uairén e que teria um coordenador por escola e um responsável pelo projeto nas escolas participantes.

Em dezembro de 2008, representantes da SEMP, participaram do II Seminário Escolas de Fronteira e da V Reunião Técnica do Projeto Intercultural Escolas Bilingües de Fronteira, ocorridos em Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul, efetivando de vez a entrada de escolas da fronteira norte do Brasil no PEBF.

Iniciando o ano letivo de 2009, a Escola Municipal Alcides da Conceição Lima e a Escola Municipal Casimiro de Abreu, desenvolveram ações do PEBF, destinadas aos discentes de 1º a 4º ano do Ensino Fundamental, usando metodologia de projetos pedagógicos, como salientado anteriormente, com dois encontros semanais, com momentos de trocas entre os docentes dos dois países, com um intercâmbio ocorrido com base no “Modelo Cruces”, isto é, docentes venezuelanos, estiveram na escola do lado brasileiro e ministraram aula, com base no programa e currículo escolar local, em língua espanhola e o mesmo ocorreu do outro lado da fronteira. Vale ressaltar, que a administração pública municipal de Pacaraima deu apoio estrutural, com o traslado dos docentes venezuelanos.

Com base em informações obtidas na SEMP, desde então, o PEBF está parado em Pacaraima, apenas os representantes do setor político municipal, participam de reuniões a nível nacional ou regional, quando convidados. Mas para a coordenação nacional do PEBF, o município de Pacaraima, vem participando efetivamente, desde a sua inclusão, no ano de 2009, de uma interculturalidade com as escolas venezuelanas, Escola Integral Bolivariana El Salto e Escola Integral Bolivariana San Antonio, “escolas-espelho” venezuelanas.

Segundo a SEMP, o PEBF vem sofrendo adaptações a medida que fatores surgem no decorrer de sua execução e até o momento, como resultado da última reunião ocorrida em julho de 2014, novas reformulações foram propostas para atender a demanda sociocultural das escolas participantes localizadas principalmente na fronteira Amazônica, inclusive a própria nomenclatura que substituirá o nome “bilingüe” por “multilíngüe” onde esse passará a ser denominado de Programa Escolas Multilíngüe de Fronteira (PEMF).

O próprio Estado está tentando se redimir, assumindo o erro que perdura por mais de cinco centenas de anos, de não reconhecer o multilíngüístico da sociedade brasileira, tentando impor uma única língua numa sociedade plural que desde a colonização, já era composta por diferentes etnias indígenas. A sociedade e o Estado devem aos diferentes grupos étnicos, distribuídos em seu território, a valorização e reconhecimento das línguas maternas das comunidades indígenas, quilombolas e europeias.

A demanda escolar urbana, em toda a Amazônia, se constitui numa mescla de crianças e adolescentes oriundos de diferentes comunidades indígenas, mesmo em municípios como Pacaraima, que possui políticas públicas específicas voltadas à população indígena, com escolas específicas para atender essa demanda, não se pode negar o fato de que essa população migra principalmente para a periferia urbana.

Partindo de informações fornecidas pelo atual Coordenador Geral do PEBF, através de relatório técnico, com o intuito de sanar as dificuldades surgidas ao longo da execução do PEBF em Roraima foi repassada a execução do programa, no ano de 2013, para a UFRR, sob a coordenação geral do Professor Antonio Aparecido Giocondi do Departamento de Letras, que promoveu cursos de capacitação e reuniões técnicas (UFRR, 2013).

Assim, em julho de 2013 ocorreu em Boa Vista, mais um curso de capacitação com a presença de docentes venezuelanos (Santa Elena de Uairén) e de brasileiros (Pacaraima), no entanto, o MECyT da Venezuela não autorizou a participação de seus docentes, justificado pela Secretária de Educação de Santa Elena de Uairén,

que por ocasião da morte do presidente venezuelano Hugo Rafael Chávez Frías, ocorrido em abril de 2013, foi encaminhada a notificação, via presidência, para não participação. Vale ressaltar, que mesmo com a proibição, ainda houveram a presença de sete docentes venezuelanos no evento. Demonstrando com isso, o quanto os professores venezuelanos valorizam a importância do Programa para os dois Países.

Outra problemática exposta no relatório, pela Secretária de Educação de Santa Elena de Uiarén, está no fato de que as crianças e adolescentes que estudam no Brasil, não conseguem continuar os estudos no país vizinho, pois não há regulamentação dos órgãos oficiais de equivalência entre os diferentes sistemas, além de ajustes bilaterais sobre questões urbanas, rurais, indígenas e interculturais para a viabilização da proposta. No entanto, isso não justifica a não aceitação do PEBF nas escolas de Santa Elena de Uiarén, pois a presença de um grande número de crianças venezuelanas estudando em escolas do lado da fronteira brasileira não é resultado da interculturalidade proposta pelo PEBF.

O programa propõe a permanência das crianças em seu país, os professores é que se deslocariam duas vezes na semana para ministrarem aula na sua língua, do outro lado da fronteira. O que precisa ser entendido é que a execução do PEBF promoveria a permanência de um razoável número de crianças nas escolas venezuelanas, pois não mais cruzariam a fronteira para aprenderem o português.

Em outubro de 2013, houve uma visita técnica, da coordenação do PEBF de Roraima, à Escola Estadual Cicero Vieira Neto e à Secretaria Municipal de Educação de Santa Elena de Uiarén na Venezuela, com objetivo de expandir, divulgar e articular, com os gestores escolares e os docentes, o PEBF. Participaram desta reunião docentes e gestores da Escola Municipal Alcides da Conceição Lima, da Escola Municipal Casimiro de Abreu e da Escola Estadual Cicero Vieira Neto, esta última com a proposta de expandir o PEBF, incluindo turmas do Ensino Médio, articulada pela coordenação do PEBF do estado.

Conforme levantamento feito na SEMP, do outro lado da fronteira, as duas escolas participante do PEBF possuem a modalidade equivalente ao Ensino Médio, portanto houve a necessidade de equiparar o número de salas para suprir a demanda das “escolas-espelho” venezuelanas, pois a troca de aulas deve ocorrer em pares, “cruzando” a mesma etapa em que os docentes trabalham.

A reunião em outubro de 2013, referida anteriormente, ocorreu em dois momentos, de um lado e do outro da fronteira, onde o coordenador repassou propostas de atividades, como a qualificação e a integração dos docentes da Venezuela, ocor-

rendo assim um intercâmbio que veria a se desenvolver na forma de “cruces”, assim descrito no relatório ainda inédito:

O *Cruces* significa a atuação dos professores brasileiros em território venezuelano com os alunos das escolas Integral Bolivariana E.I.B - El Salto e San Antônio - Santa Elena de Uiarén - e os professores da Venezuela nas Escolas Alcides da Conceição Lima e Casimiro de Abreu - Pacaraima - no Brasil, com alunos brasileiros. A troca de experiências pedagógicas, a conversação na língua materna, entre outras ações representam forma de fortalecer as culturas locais (UFRR, 2013, p. 01).

Por fim, no relatório acima referido, fica explícito a prioridade dada a qualificação de docentes que atuam no Ensino Médio, com uma proposta de expansão até 2014 atendendo a mesma modalidade de ensino nas escolas indígenas, não mais bilíngue e sim multilíngue, respeitando a língua materna e introduzindo as línguas espanhol e português no currículo dos discentes indígenas.

Assim nas duas escolas administradas pelo governo municipal, Escola Municipal Alcides da Conceição Lima, as turmas participantes do PEBF seriam as salas do 2º ano e na Escola Municipal Casimiro de Abreu, seriam as turmas de 3º e 4º anos. Na escola administrada pelo governo estadual, Escola Estadual Cicero Vieira Neto, participariam o Ensino Médio e o intercâmbio intercultural ocorreria por disciplinas específicas. Vale ressaltar que o “*cruces*” com a escola estadual, inclusive em 2014, ainda não ocorreu e que as duas escolas que já vinham participando do PEBF, o intercâmbio entre os docentes não acontece desde o segundo semestre de 2009.

Foi salientado pela representante da SEMP e confirmado pelo coordenador do programa em Roraima, que o PEBF está parado, num primeiro momento influenciado por fatores ligados a problemática da questão política e social que a Venezuela vem enfrentando e mais recentemente os fatores que influenciam a não execução do PEBF, estão relacionados a crise econômica enfrentada pelo Brasil, levando o governo federal a não direcionar verbas à este projeto, pois toda a dinâmica estrutural e logística do PEBF desde sua criação, vem sendo financiado exclusivamente pelo governo brasileiro, ao longo de toda fronteira.

A não execução do PEBF não justifica a presença de um grande número de crianças e adolescentes que residem do outro lado da fronteira e estudam nas escolas urbanas de Pacaraima. Essa demanda, está em torno de 400 crianças, somente nas escolas administradas pelo governo municipal e em torno de 200 adolescentes na escola administrada pelo governo estadual. São em torno de 600 crianças transitando diariamente a fronteira para estudarem em escolas brasileira em todas as moda-

lidades de ensino, translado este custeado pelo governo municipal de Pacaraima e governo do estado de Roraima. Foi detectado turmas onde metade dos discentes são crianças do outro lado da fronteira.

A mobilidade do “ir” e “vir” que ocorre na fronteira com crianças e adolescentes que residem na Venezuela e estudam no Brasil é uma dinâmica intensa e cotidiana que se configura como relação social em condições estruturais, da qual emerge o fluxo, produzindo um papel determinante no espaço fronteiriço, fortemente marcado pela presença destes e de seus pais.

Considerações finais

Esta pesquisa apoiou-se numa revisão documental, sobre o Programa Escola Bilíngue de Fronteira, com destaque aos estudos sobre inclusão no contexto escolar, em cidades próximas a linha de fronteira geográfica, percebendo a evolução que o país alcançou no processo educativo com políticas públicas educacionais, em áreas de fronteira.

O desenvolvimento da educação no país, estende-se além da fronteira, através do PEBF com logística estrutural, criando um modelo de ensino comum em escolas localizadas na zona de fronteira, estimulando uma educação intercultural, com ênfase no ensino do espanhol na fronteira do lado do Brasil e do português do outro lado da fronteira, em cidades localizadas próximas a linha de fronteira geográfica.

O objetivo do Estado é construir uma identidade regional bilíngue e intercultural, com um modelo de ensino comum nestas escolas, com metodologia, considerando a realidade e as características socioculturais dos discentes envolvidos, com uma proposta de expansão do PEBF, atendendo a mesma modalidade de ensino nas escolas indígenas, não mais bilíngue e sim multilíngue, respeitando a língua materna e introduzindo as línguas espanhol e português no currículo dos discentes indígenas.

Assim, é possível observar na fronteira de Roraima múltiplas redes de articulação que se sobrepõem ao limite internacional e ampliam as relações das cidades que se encontram na fronteira e é no circuito educacional, tendo como base a escola a mola modificadora da sociedade, onde se terá, em futuro próximo, para as áreas de fronteira, uma integração mútua de respeito e tolerância às diversidades.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Justiça. Estado Maior das Forças Armadas. Ministério da Defesa. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. **Decreto no 85.064, de 26 de agosto de 1980**. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Brasília, 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Escola de Fronteira**. Escolas participantes do Projeto Escola Intercultural Bilíngüe de Fronteira, Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/tabela_frenteira.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. (Série textos básicos, 67).

_____. Ministério da Integração Nacional. **Portaria nº 125, de 21 de março de 2014**. DOU de 24/03/2014, nº 58, Seção 1, p. 64-65. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/03/2014&jornal=1&pagina=64&totalArquivos=108>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____; ARGENTINA. Ministério da Educação; Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. **Escolas de Fronteira**. Programa Escolas Bilíngües de Fronteira. Brasília; Buenos Aires, mar. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafrenteiras/doc_final.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

FLORES, Olga Viviana. Breve histórico do projeto “Escola Intercultural Bilíngüe de Fronteira”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PROFESSORES DE LÍNGUAS OFICIAIS DO MERCOSUL, 1, 2010, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: CIPLON, 2010. p. 881-889. Disponível em: <<http://www.apeesp.com.br/ciplom/Arquivos/artigos/pdf/olga-flores.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Geociências. Geografia. Áreas Especiais. **Faixa de Fronteira**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Rede. In: STROHAECKER, Tania Marques; DAMIANI, Anelisa (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

_____. Cidades na fronteira internacional: conceitos e tipologia. In: NÚÑES, Ângel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (Org.). **Dilemas e diálogos platinos**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. v. 1 – Fronteiras. p. 59-71. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/editora/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel-nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs>>. Acesso em: 19 out. 2014.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2002. 117 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/06/2002-geografia-das-cidades-de-fronteira-RST.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR. **Relatório de atividade**: visita técnica em Pacaraima e Santa Elena de Uairén. Boa Vista: 2013, 07 p. (inédito).

ARTIGO

**O MOVIMENTO SOCIAL DOS PROFESSORES DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DE RORAIMA: UMA LUTA ENGAJADA
NA DEFESA DA LEI 892**

O movimento social

Todo contexto demanda lutas sociais que ocorrem segundo necessidades e interesses díspares dos diversos atores inseridos na sociedade. A sociedade do ponto de vista de perspectivas socialistas evidencia a luta das classes trabalhadoras por reivindicações igualitárias numa organização coletiva.

Dentre as características do pensamento socialista podemos destacar a transformação do modelo econômico de propriedade privada dos meios de produção e a igualdade de oportunidades a todos os sujeitos a partir da intervenção do poder do Estado. Tais características abrem margem de pensamento de reflexão e interpretação da realidade social.

Segundo Brandão (2001), Hegel não defendia o Estado acusando-o sobretudo de alienar o indivíduo em seus direitos, pois “O Estado é a totalidade orgânica de um povo, não um agregado, um mecanismo, um somatório de vontades arbitrárias e inessenciais” (p. 107).

Dessa forma, vemos que a luta social é sempre pautada por um questionamento social imbuído de prerrogativas envolvendo o todo (Estado) e as partes (povo), numa força para conquista e manutenção do poder. De um lado se busca a manutenção dos instrumentos de alienação, doutro a busca de benefícios, direitos, reconhecimento.

O movimento social se configura como um instrumento de consolidação da construção e evolução histórica de uma sociedade, no que diz respeito à concepção de igualdade do pensamento socialista.

De acordo com o Dicionário de Sociologia¹ (2008, p. 605) movimento social é uma:

* UFRR. E-mail: depaula295@yahoo.com.br

¹ O Dicionário de Sociologia (2008) traz em seu corpo um leque de verbetes explicativos acerca de movimentos sociais, dos quais muito discutem e são entendidos como conceituais dos elementos constitutivos dos movimentos sociais.

Espécie de comportamento coletivo com participação generalmente de um gran número de individuos, intencionalmente dirigido a modificar o bien a transformar em forma radical el orden social existente o algunas de sus principales instituciones, sobre la base de uma determinada ideologia y utilizando alguna forma de organización.

Grosso modo, podemos pensar que a luta social é preexistente quando de um determinado contexto se envolvem atores e discursos diferentes, destoantes dos interesses próprios. Brandão (2001) afirma que “A força associativa do conjunto, da relação do todo com as partes, se revela precisamente na guerra” (p. 107).

Repetto (2008, p. 19) afirma que “Os diferentes atores sociais dialogam ocupando diferentes posições, através dos tempos. O cronotopo é assim fundamental para a definição dos diferentes papéis sociais”. Podemos deduzir que para o autor localizar a fundamentação da luta social é necessário como fuga à anulação total pretendida pelas forças do Estado.

Seguindo a linha do pensamento bakhtiniano, do dialogismo, as quais enfatizam as relações de espaço e tempo, Repetto se reporta, nestas categorias, às vezes que O Dicionário de Sociologia (2008) traz em seu corpo um leque de verbetes explicativos acerca de movimentos sociais, dos quais muito discutem e são entendidos como conceituais dos elementos constitutivos dos movimentos sociais.

O movimento social pode ser entendido como objeto de estudo das ciências sociais, definindo-se primeiro por se tratar de um ato coletivo. Em sua base apresenta um projeto de sociedade emanado das tensões erigidas nas relações sociais, determinadas no “cronotopo”.

A luta social segundo Gohn (2007) expõe o movimento social que se desloca em terrenos que perpassam pelos fatores sociopolíticos e político-econômicos.

Sabemos que a educação vai além da sala de aula, podendo extrapolar outros espaços de construção de saberes. Gohn (2001) afirma ser esses espaços denominados de educação não formal. Para a autora:

Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos. (p. 333).

Analisando a educação dessa forma, principalmente no que diz respeito às relações em que envolvam os diálogos, as negociações, pensemos então nos movimentos sociais de produção de saberes dentro da estrutura educacional.

Um exemplo disso é o Movimento Organizado dos Trabalhadores em Educação – MOTE, transitando nos espaços ideológicos citados por Gohn (2007). O movimento tanto busca uma afirmação de identidade política, aspecto sociopolítico, quanto lutam por reconhecimento de trato marxista referente à luta de classes e poder aquisitivo, aspecto político-econômico.

Sobre movimentos sociais destaca que na América Latina se deram em virtude dos paradigmas estruturalistas e interacionistas. Sobre os segundos Gohn afirma que:

Enfatizam os conflitos políticos, as estratégias de mobilização, as relações de poder, o papel das lideranças, as alianças, a função das ações estratégicas etc. destacava-se a capacidade dos movimentos de construir identidades políticas por meio de processos discursivos e postulava-se a impossibilidade de entender as ações políticas como deduções de estruturas econômicas” (p. 16).

Veremos então como se dá a construção desse movimento, trazendo à luz a teoria da autora para analisar as categorias discrepantes envolvidas por interesses tais dentro de um contexto de luta. Veremos como o pensamento da autora demonstra a formação do movimento social dos professores da rede pública estadual em Roraima.

O movimento social dos professores da rede pública estadual de Roraima: uma luta engajada na defesa da Lei 892

Com a transição política estadual ocorrida a cada quatro anos e, em consequência desse fato, a mudança na administração da Secretaria de Educação do Estado, as orientações de trabalho na educação passa por mudanças que, por vezes, não contemplam as expectativas dos professores ou, até mesmo, desmerecem conquistas dessa classe já conquistadas em anos anteriores.

Isso faz com que se delineiem conflitos de ordem coletiva, porém os mesmos esbanjando um alto desejo individual.

Primeiramente entenda-se que do movimento da classe dos professores no estado se normatiza a constituição de um sindicato representativo da classe, o SINTER. Porém, se destaca uma sub-organização de luta, formada por educadores insatis-

feitos com o sindicato, o MOTE. A relação entre essas partes são de consciência emancipatória desta e de autonomia totalitária daquele. Da fusão entre sindicato e sub-organização, esta independente do descontentamento com a atual equipe diretora do sindicato, se localiza o movimento social de fato da classe dos educadores.

No intuito de localizar e compreender esses conflitos dentro do campo da educação, o presente trabalho se apresenta mais como um estudo de caso a fim de trazer considerações sobre o coletivo social docente.

Será exposta, de acordo com os termos teóricos referentes à construção e entendimento dos movimentos sociais, a estrutura do MOTE (Movimento Organizado dos Trabalhadores em Educação).

Para Gohn (2011, p. 336):

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.

Assim, para a autora, o movimento social singulariza um momento de ações sociais coletivas, caracterizando um estado de aprendizado sócio-político e cultural, dando à sociedade espaço de organização e expressão de suas demandas.

O MOTE se baseia nessa prerrogativa para se fortalecer enquanto movimento independente. Dentro deste entendimento busc-se a reflexão sobre a construção da luta social de uma classe que enseja visibilidade não só econômica, mas política. A luta de uma classe de professores que reivindicam, como primeira prerrogativa, segurança financeira e garantias de estabilidade profissional para fins de aposentadoria, além de questionamentos e melhorias a estrutura física das escolas, merenda escolar, funcionários de apoio, outras.

Para a confecção deste escrito, foi empreendida pesquisa de campo com entrevistas e conversas com alguns professores diretamente ligados ao movimento e ao MOTE em Roraima.

Além disso, para entender o movimento social dos professores, uma revisão da literatura sobre movimentos sociais fora contemplada junto aos debates realizados em sala de aula na disciplina de Movimentos Sociais na América Latina: perspectivas amazônicas, ministrada pelo Prof. Dr. Maxim Repetto, no curso de Mestrado em sociedade e Fronteiras.

Compreendendo o movimento social como um conflito social motivado pela oposição de formas sociais contínuas, vê-se desvelada a formação de um grupo de professores enfadados dos desmandos cometidos contra sua categoria.

O movimento social de luta de educadores é, pois, construído num contexto de insatisfação e não reconhecimento, os quais quando observados implicam na reformulação de uma sociedade mais justa e comprometida com a educação. De outra forma o movimento social não existiria e não faria sentido.

A ideia da sociedade justa pode ser associada à liberdade *concreta* de Hegel, no que Brandão (2001, p. 111) afirma acerca do pensamento hegeliano:

Considerando-a como um estado em que o homem pode se realizar como homem e construir um mundo adequado ao seu conceito, a concepção hegeliana de liberdade concreta exige que a liberdade se eleve à consciência da necessidade - vale dizer, dos nexos objetivos e da legalidade própria da natureza e da história, das leis de seu desenvolvimento objetivo -, à compreensão do que a realidade é, porque o que é, é a Razão.

No movimento social os índices de tomada de consciência moldam a razão do grupo. É somente pela liberdade concreta que a luta social difunde a compreensão de uma realidade que precisa de ajustes para funcionar de uma maneira reprodutiva de igualdade.

As análises aqui representadas dizem respeito a duas manifestações de greves ocorridas no ano de 2015, que dentre seus atores, destacam-se principalmente no contexto de luta: a Base, que são todos os professores sindicalizados; o MOTE, com seus ideias de luta pré-fixados em assembleias do próprio sindicato, donde um grupo se destacava por possuir opiniões mais “radicais” em relação ao andamento do movimento; a equipe diretora do SINTER e o Governo do estado representado pela SEED (Secretaria de Educação e Desporto).

O MOTE é a base, e é também, resultado da consciência de uma nova postura dos professores em relação aos problemas que afetam a educação como um todo dentro do estado de Roraima.

O movimento luta contra o adestramento de professores alijados dentro de uma estrutura de poder público que coloca empecilhos e renega direitos de melhorias aos subordinados. Sua ideologia é romper com a política de comum acordo entre sindicato e SEED nas negociações de definição do plano de cargos e salários da categoria.

Em contrapartida, O SINTER (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima), dentro do contexto da greve aqui analisada, disponibiliza todo o aporte financeiro e material de que o movimento dos professores necessita para manter a greve em andamento. De certa forma, se pode observar nos 73 dias de greve que, a diretoria do sindicato se posicionou como um elemento neutro, atendendo às exi-

gências da comissão de negociação² da greve, com voz mais ativa dos membros do MOTE, ao passo que trazia as propostas do governo, promulgando-as como “boas” para que enfim, se encerrasse a greve.

Doravante a esse fato, o sindicato cumpre seu papel de mediador entre a classe e o governo. Divulga com precisão suas propostas dentro da base, buscando pela aceitação dos sindicalizados.

Sua situação, mais especificamente em relação à diretoria, na última greve era um tanto delicada. De um lado acusado pela base de se vender aos apelos do governo e atrapalhar as negociações, por outro, pressionado pelo governo a dar cabo da greve para que se retornassem as aulas e continuasse o ano letivo.

Dessa forma, o movimento identificou muitas ações do sindicato que iam contra as pautas de luta dos professores. Ressalta-se aqui que o sindicato num contexto de luta exerce uma função dicotômica, pois trabalha de forma conciliatória ente base e governo, fato que muitas vezes gera insatisfação para ambos os lados.

Uma dessas ações foi protagonizada pela assessoria jurídica do sindicato que perdeu os prazos para recurso contra a ilegalidade da greve e garantia de pagamento dos salários. Diante disso, o movimento se revoltou entendendo que se deveria permutar uma assessoria escolhida pela base que trabalhasse ao lado da base.

Uma nova equipe de advogados foi então eleita e empossada para trabalhar no sentido de reverter os prejuízos sofridos com a greve em pleno andamento.

Desta feita, o Estado age segundo (Offe³, 1989, p. 11 Apud Revista de História, 4, 1 (2012), p. 179-184) numa rede de relações complexas que “não podem ser reduzidas a um mero reflexo da matriz do poder social, nem consideradas como parte de uma multiplicidade ilimitada de funções potenciais do Estado”.

Para o autor é necessário um equilíbrio entre forças sociais e as funções políticas. Em relação ao funcionalismo público a ideia de Offe é a de um Estado configurado pela dominação de classe exercida ao nível da instância estatal.

O que singulariza a ação do Estado frente ao serviço público é o critério contraditório de importância da função exercida pelo servidor dentro da estrutura governamental do estado, muito mais que o critério da rentabilidade.

O movimento dos professores estaduais do estado de Roraima toma cada vez mais corpo político e ideológico de luta em favor das melhorias de vida e trabalho para toda a categoria. A luta vem se configurando como movimento reivindicatório

² A comissão de negociação era formada por professores da base do movimento, professores que eram neutros ao MOTE e ao SINTER, membros do MOTE e do SINTER.

³ OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política, 1989. Sociólogo político alemão, influenciado por uma tendência marxista e pela teoria discursiva de Jurgen Habermas. Ampliou a forma de se considerar a perspectiva política na compreensão do estado e da economia.

de âmbito estadual através de inúmeras paralisações e deflagração de greve de toda uma categoria.

A luta dos professores organizada em movimento é social de interesses coletivos e projeto de sociedade pautada na briga pela conquista da Lei 892. Têm buscado pela redefinição de políticas públicas, aplicabilidade do dinheiro público, outros.

Max Weber⁴ (2004) entende o princípio da racionalidade como compreensão da ação humana. Haja vista, o movimento dos professores tem interesse em se fazer compreender as ações humanas voltadas ao campo da educação.

No histórico teórico dos movimentos sociais, nota-se que um espaço fora conquistado para discussão, por se tratarem de fenômenos históricos concretos de ações coletivas que dão margem à compreensão sobre a sociedade como um todo. O social ganha importância de estudo e entendimento. Em vista disto (GONH, 2007, p. 11) esclarece que:

Simultaneamente, o Estado, objeto central de investigação de grande parcela de cientistas sociais, passou, no plano da realidade concreta, a ser deslegitimado, criticado, e com a globalização perdeu sua importância como regulador de fronteiras nacionais, controles sociais etc. Ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência.

Nesses termos, o movimento busca diferentes canais de articulação projetados para alcançarem maior abertura política e ações participativas junto à estrutura maior de dominação. Sobre isso Amorin⁵ (1995, p. 80) afirma:

Por se situarem fora da estrutura corporativa oficial as associações profissionais desempenharam papel decisivo na ativação da luta sindical, principalmente nas áreas do serviço público. Por isto a conquista do direito à sindicalização esteve no centro das lutas dos assalariados de classe média do setor público.

A autora atribui ênfase muito mais à luta do que à institucionalização sindical, levando ao entendimento de que a luta social dentro de um movimento existe à margem do sindicato que a representa, ou seja, é muito mais uma permanência ideológica dos atores envolvidos do que da instituição.

Esse fato foi observado no movimento dos trabalhadores em educação. Os

⁴ Em Weber a racionalidade é entendida com fins de valores, tradição ou sentimento. No que se refere à dominação Weber entende que a dominação perpassa por outras “bases de legitimidade”. Dessa forma, legítima três tipos puros de dominação, a legal, a tradicional e a carismática.

⁵ AMORIM, Maria das Dores Daros de. O movimento dos professores da rede pública estadual de Santa Catarina e sua luta pela participação, (1995). A professora do Centro de Ciências Sociais de Santa Catarina também estudou o movimento social de professores da rede pública.

professores possuem uma instituição de representatividade perante os órgãos públicos, porém a essência da luta por direitos mais justos e melhoria é sempre suscitada pela base, ou seja, pelos professores que estão todos os dias em suas salas, com as dificuldades apresentadas.

Assim, da experiência de lutas e problemas dos professores em relação a salários, materiais didáticos, acessibilidade a cursos de formação continuada, estrutura física das escolas, as vozes dentro do movimento se articulam e criam corpo.

A voz da Base se adorna em oposição, muitas vezes a de um sindicato com uma diretoria eleita por ela. A voz da Comissão de greve toma vez e lança mão de ações construtivas no movimento de greve, representado toda a categoria na mesa de negociações.

Em decorrência da idealização de um plano de cargos e carreira, o qual implica majoritariamente uma revisão salarial compatível com as atribuições do professor, se articulam os discursos da Base num tom de insatisfação geral na categoria, para assim tomar pé a instrumentalização de luta em prol da melhoria coletiva de vida desses profissionais.

O conflito gerado pelas diferentes posturas ideológicas, de um lado o Estado controlador e, de outro os professores, leva a categoria a se predispor e engajar uma luta travada contra a máquina pública, sendo representada pelo sindicato. Ainda assim, a atuação da base é decisória nas pautas de luta dos professores no movimento.

Melucci (1994, Apud GOHN, 2007, p. 12) afirma que o movimento social “parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e de seu sentido”.

Isso nos indica, segundo Gohn (2007) que os movimentos sociais caminham entre os espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais.

Dessa mesma forma, podemos observar, no movimento dos professores em Roraima, que a categoria é o tempo todo desmerecida e ignorada na aprovação de leis orgânicas que lhe garantam direitos justos presentes e futuros.

Quando isso corre, nasce essa articulação das vozes daqueles eu estão na linha de frente lutando para levar educação, os professores, que independente da direção do sindicato, se reúnem, discutem e decidem juntos o rumo que se tomará, mais uma vez, o movimento.

Dessa forma acontece o movimento dos professores. Assegurados pelo sindicato o movimento social de luta é corporificado pela Base e o sindicato fica no páreo, resguardando para que o direito de luta seja mantido e acontecido de fato.

Para se sustentar, o movimento social dos professores necessita manter sua razão de ser nas ações contra a menor manifestação de embates de proporções contra sua estabilidade, esta já conquistada num histórico de lutas contra as injustiças identificadas pela categoria.

Um exemplo disso é a jornada de trabalho de 25 horas em sala de aula que foi duramente atacada no intuito de que fosse revisada, de acordo com a necessidade do estado, para que os professores trabalhassem 40 horas⁶, sem alteração dos salários.

Com atitudes desse porte, os professores entendem que devem garantir a presença sobre as instituições no sentido de que se alterem os dispositivos em seu favor de ganhos e nunca em perdas.

História do movimento dos professores

As lutas no âmbito social empreendida pelos professores no estado de Roraima tem um histórico marcado por inúmeras deflagrações de greve. Porém, em 2008 uma nova configuração começou a tomar corpo. Fora inicialmente pensado por três pessoas ligadas ao PCO de ideias anarquistas, se colocando como extrema esquerda. O estopim para a luta se deu em decorrência da falta de liberdade em detrimento de uma categoria burocrática e elitista configurada pelo estado e um sindicato institucionalista.

Em 2009 denúncias levaram o movimento a sofrer ameaças, fato que culminou na morte de um dos primeiros pensadores do movimento. Acabou se dissolvendo em sua essência, mas ao mesmo tempo passou a assumir funções em comissões articuladas, onde difundia ideias contrárias às lançadas pelo sindicato para a classe. Desde o ano de 2010 o movimento tem levantado uma bandeira de luta constante contra desmandos e injustiças impostas à categoria profissional do educador.

Com o envolvimento cada vez maior de professores, o movimento é encaminhado a lutar contra uma direção constituída. Segundo uma das idealizadoras do movimento, está havendo uma quebra de inconstitucionalidade difundida pelo sindicato, onde grande parte do percurso histórico construído em favor de melhoria da classe dos trabalhadores em educação tem sido realizada pela Base. Nas palavras da professora “Toda transformação passa por conflitos”.

⁶ O discurso da proposta da carga horária aumentada para 40 horas foi duramente insuflado no meio dos professores. Tal fato chegou a causar grande temor na categoria tendo em vista que cerca de 70% dos professores do estado de Roraima e mais especificamente na capital, também possuem contrato de estatutário com o poder público municipal. Em vista disso, muitos entraram na luta como forma de defender seus contratos trabalhistas e proventos.

Dentro do movimento nota-se que o primeiro objetivo de luta é a consolidação de um salário que faça jus ao trabalho do professor e a garantia de uma aposentadoria tranquila. Para isso lança mão do instrumento que acredita ser eficaz para esse fim, a saber, as paralisações do serviço de educação e as greves.

Portanto, o objetivo é que a categoria progrida sempre em termos de reconhecimento de sua profissão como essencial para a sociedade.

As vozes das categorias de análise nesse movimento se entrecruzam no grande debate sobre educação em Roraima. Assim, nesse contexto, o movimento social dos professores vem explicitando suas demandas e tentando influenciar a sociedade roraimense a participar desse cenário de conflito.

O MOTE questiona ferrenhamente o sistema estruturado de dominação econômica e política de ações voltadas para as escolas que, é sabido, não funciona tal e qual se manifestam no papel. São negligenciadas a estrutura física das escolas, a merenda escolar e material didático.

Através de cartas abertas à sociedade e chamadas públicas em rádio e TV, se tentado envolver de forma engajada principalmente pais e alunos.

O movimento também se organizou por meio de debates e discussões através de reuniões semanais pré-greve. As reuniões seriam realizadas para se discutir e estimar que proporções teriam as lutas do movimento com uma deflagração de greve.

Isso é válido para a última greve ocorrida entre os meses de agosto e outubro com duração de 73 dias. Um fato curioso e válido de ressaltar é que nas reuniões sempre havia muitos professores, porém a cada nova reunião o grupo que a dirigia percebia a presença de “caras novas”. Ou seja, pode-se inferir que fora grande a participação dos professores no movimento.

No ano de 2015 duas greves foram deflagradas com uma pauta que trazia em seu bojo de reivindicações a aprovação da Lei 892 que trata do plano de cargos e salários dos trabalhadores em educação. A primeira greve ocorrida entre os meses de março e abril suplantaram um acordo com o governo do estado que não se concretizou em nenhum dos itens acordados.

Mediante o descumprimento do acordo, a categoria mesmo reconhecendo os prejuízos para a educação como um todo, resolveu deflagrar novamente greve com a sustentação de um discurso ideológico, um tanto radical de não ceder enquanto não se homologasse os possíveis acordos e se aprovasse imediatamente a lei.

Desta feita, a greve se estendeu por 73 dias com muitas dissensões, brigas, desistências e principalmente ameaças. As ameaças eram principalmente de corte total dos salários dos professores em greve. Este fato gerou uma grande mobilização de

retorno às aulas, rachando o movimento e desfalcando-o. Mesmo assim, aqueles que se intitulavam base, permaneceram até o “último índio”⁷, jargão usado durante o movimento por que houve a presença conjunta do movimento dos professores indígenas na greve.

Nessa greve se percebeu notória a participação da base na iniciativa de se engajar no debate dos assuntos pertinentes ao destino da categoria. Houve uma mobilização maior dos professores em entender e participar das ações de construção das políticas que regem o futuro de suas vidas. Fazendo isso afirmavam sua identidade enquanto educador e formador de opinião, demarcando seu lugar, sua luta na construção histórica de sociedade.

A greve dos professores fechou logo de início com uma média de 90% das escolas mobilizadas e atuantes na luta diária que contava com muitos instrumentos de fomento como, discussão, mobilização em sinais, panfletagem, lavagem das calçadas do Tribunal de Justiça e Ministério Público, visita às escolas que ainda não tinham aderido à greve e principalmente lotação da Assembleia Legislativa como forma de protesto pela negligência dos deputados diante do movimento.

A composição de uma comissão de representação do movimento para as negociações foi construída a partir de três momentos distintos. No primeiro momento tinham-se membros do Mote e da diretoria do sindicato. Houve, portanto algumas ações do sindicato que causaram indignação em toda categoria culminando na petição de que se retirassem os membros da diretoria.

Num segundo momento ficaram apenas membros ligados e engajados diretamente na composição do Mote. Logo depois, exigiu-se que a comissão fosse composta apenas por professores da base sem nenhum envolvimento na consolidação do Mote. Essa foi a comissão que chegou ao fim da greve depois de 73 dias com as propostas apresentadas pelo governo, discutidas pela categoria e levadas a um acordo.

O desfecho da greve se deu de forma inusitada. As ameaças de corte dos salários se estendiam até janeiro de 2016, em decorrência disso, muitas escolas que já haviam voltado às suas atividades normais decidiram retornar ao movimento como forma de protesto.

É válido ressaltar que o retorno de muitos professores às salas de aulas se deu em função de um acordo lançado pelo governo de realizar o pagamento integral dos salários e abonar as faltas. Como o governo, mais uma vez, descumpriu com sua palavra, os professores retornaram à concentração do movimento.

⁷ O movimento dos professores indígenas de Roraima deflagrou greve juntamente com os professores estaduais. Essa junção deu força no movimento e conferiu visibilidade pela sociedade.

Logo após esse fato e com algumas reuniões fechadas entre base e governo, finalmente chegou ao acordo que daria fim a greve dos professores do estado de Roraima. A proposta do governo foi a de estipular três diferentes cargas horárias e salários compatíveis com tais. Além disso, assinou e homologou a Lei 892 com as devidas alterações no que diz respeito a cargos e salários. Uma vez aceita a proposta pela categoria a greve, teve, pois, seu fim.

Considerações finais

Segundo Hegel “A particularidade das pessoas compreende primeiramente as suas necessidades”⁸. Isso permite com que cada indivíduo, engajado numa luta, reconheça que deve empoderar-se criticamente dos aspectos da ordem social do sistema. A educação nos moldes socialista acontece quando o sujeito conhece suas necessidades e as reconhece em coletivo, o que o faz enveredar na luta social. Adotam diferentes estratégias que contra a ordem instituída cujo objetivo é alijar o indivíduo de seus direitos e, aliená-lo numa massa reprodutora. Envolvido nessas atividades sociais dentro de um contexto de ideais socialistas, o sujeito desenvolve novos saberes de experimentação social, aprendendo a coordenar as situações cotidianas que o cercam. O movimento dos trabalhadores em educação do estado de Roraima sintetizou conhecimento na busca da formação social que atendam seus anseios e expectativas quando de sua atuação no campo do saber.

Referências bibliográficas

AMORIN, Maria das Dores Daros de. **O movimento dos professores da rede pública estadual de Santa Catarina e sua luta pela participação**. Perspectiva: Política Educacional em Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. v. 13, n. 23, p. 79-99, (1995). <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/view/582/showToc>> acesso em: 23/11/2015

BRANDÃO, Gildo Marçal. Hegel: o **Estado como realização histórica da liberdade**. In: Os clássicos da política: BURKE, KANT, HEGEL, TOCQUEVILLE, STUART MILL, MARX. (Org. Francisco C. Weffort). 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001. Pg. 101-148).

GALLINO, Luciano. **Dicionário de Sociologia**. 5. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 2008, p. 605-609.

⁸ Texto parte do artigo de BRANDÃO (2001). Extraído de Hegel. Encyclopedia das sciences philosophicas – em compêndio, Trad. de Lívio Xavier. São Paulo, Imprensa Comercial, 1936. v. 3, p. 493-531.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos sociais**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010.

REPETTO, Maxim. **Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

Revista de História. Claus Offe. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo, Brasiliense, 1989. 322 p. ISBN 85-1109-048-7., 4, 1 (2012), p. 179-184 <http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_1/r01.pdf> acesso em: 25/11/2015

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ARTIGO

**SOCIALISMO E LITERATURA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA
PEÇA O REI DA VELA, DE OSWALD ANDRADE**

Introdução

Esse artigo tem como objetivo proceder a uma análise discursiva da peça O Rei da Vela, de Oswald de Andrade, considerada um manifesto literário atrelado ao discurso socialista e alinhado à estética cubofuturista do início do século XX. Em nossa apreciação, articularemos uma análise discursiva das estratégias de construção de sentido e das estratégias de constituição dos múltiplos sujeitos que compõem o processo de enunciação deste texto teatral e buscaremos identificar as representações sociais refletidas e refratadas na peça, através da reconstituição do ethos da personagem Abelardo I e do desvelamento das vozes presentes no texto, como elementos constituintes do discurso socialista, sobretudo como representação da estética cubofuturista.

Para tanto, nos valem de um arcabouço teórico que abarca as especificidades do texto teatral em sua materialidade linguístico-discursiva. Nosso trabalho se funda na Literatura e na Análise do Discurso por considerarmos que as análises propostas pela AD possibilitam ultrapassar os limites do próprio texto, incluindo o literário, adentrando na confluência da língua, do sujeito, da História e da ideologia, tudo isso no e pelo discurso.

Isso se alicerça, sobretudo, pela ideia de que é possível pensar em uma transdisciplinaridade como pauta aos Estudos da Linguagem, para ir além quando se tem em foco um objeto tão rico quanto uma peça teatral. Ancoramo-nos na lógica de que “[...] a AD se apresenta como mais uma possibilidade de abordar textos literários com conceitos e ferramentas que, até, provem o contrário, servem para todo e qualquer tipo de discurso e de texto, inclusive, evidentemente, o discurso e o texto literário.” (MELLO, 2005, p. 14)

Desta forma, reitera-se que o presente texto se vale desse arcabouço teórico para construir uma análise discursiva da peça partindo da perspectiva de que ela

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR/CBVC)

** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR/CBVC)

pode ser lida como um manifesto literário de cunho socialista, seguindo a lógica do cubofuturismo como arte de combate e de revolução. Assim, em um primeiro momento, intenciona-se estabelecer as condições de produção da peça, evidenciando o contexto político, econômico, social e cultural que possibilitaram sua emersão. Em um ponto seguinte, se buscará alinhar a peça à estética cubofuturista e ao discurso socialista a partir da análise de alguns fragmentos da fala do personagem Abelardo, desdobrado em I e II, conforme veremos adiante. A escolha pela personagem se justifica por ser ela a responsável por mobilizar diversas vozes em conflito, o que nos permite considerar a peça um verdadeiro manifesto. Por fim, teceremos algumas considerações pertinentes a essa análise.

I.

Considerada como um marco na escrita do teatro e da própria cultura nacional, “O Rei da Vela” (1933-1937), de Oswald de Andrade, foi produzida em meio a um momento histórico conturbado. A crise do café (1929), a Revolução de 1930 e a Constitucionalista (1932) marcaram profundamente a sociedade, a economia e, por conseguinte, a cultura. Neste sentido, Oswald de Andrade produz “O Rei da Vela”, uma obra que, como ele mesmo pontuou, buscava revelar minuciosamente as engrenagens do Brasil.

Interpretada como a revolução que findou com o predomínio das oligarquias no cenário político brasileiro, a “Revolução de 30” conta com uma série de fatores conjunturais que explicam esse dado histórico. No âmbito internacional, pode-se destacar a própria crise do sistema capitalista e a ascensão de ideias socialistas e comunistas. Em solo nacional, a modernização das economias só era imaginada com a intervenção de um Estado preocupado em implementar um parque industrial autônomo e sustentador de sua própria economia. Em contrapartida, o capitalismo vivia um momento de crise, provocado pelo colapso das especulações financeiras que, inclusive, provocaram o crash da Bolsa de Nova Iorque, em 1929.

Além disso, há ainda um dos mais importantes acontecimentos da história política brasileira, ocorrido no Governo Provisório de Getúlio Vargas, a Revolução Constitucionalista de 1932, desencadeada em São Paulo. Foram três meses de combate, que colocaram frente a frente, nos campos de batalha, forças rebeldes e forças legalistas. A revolta paulista alertou o governo de que era chegado o momento de pôr um fim ao caráter revolucionário do regime. Foi o que ocorreu em maio do ano seguinte, quando finalmente se realizaram as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que iria preparar a Constituição de 1934.

Vê-se que a crise política e econômica do início do século XX marcou indelevelmente a sociedade, pois suas consequências imediatas – desemprego, fome, êxodo

rural – deixaram profundas cicatrizes nas famílias brasileiras. Época de contradições: abundância e miséria, superprodução e fome; milhares de sacas de café empilhadas, sem valor, sem destino; milhares de trabalhadores desempregados, na miséria. A velha aristocracia rural entra em decadência, e a nova burguesia industrial ascende na sociedade.

A década de 30 foi palco, também, de profundas transformações intelectuais, em que as primeiras propostas de 22 começavam a ser amadurecidas. Apesar de não ter atingido o rompimento total, a “Semana de Arte Moderna”, em 1922, abriu inúmeras possibilidades criativas e fez com que o Modernismo começasse a ganhar visibilidade. Com isso, as artes foram impulsionadas e a Literatura floresceu.

A chamada geração de 22 utilizou-se das ideias de choque e agressão, importantes aos objetivos que movimentavam a sua produção literária e teórica, para trazer uma reordenação reflexiva sobre seu tempo. Buscou ativar a inteligência brasileira pelo escândalo e pelo deslocamento de vozes que, ainda hoje, são responsáveis por aberturas de perspectivas formais (como o que aconteceu na Tropicália, em 70). Como afirma Helena (1983, p. 96), “A Semana foi um reinado-bufão, e significava um veto radical ao conservadorismo artístico-social e uma relativização de valores. Ela foi uma prática carnavalizante instituída contra o lado doutor de uma sociedade enferma e mergulhada num marasmo cultural petrificante.” .

Assim, o rompimento com as soluções parnasianas e românticas fomentou a luta por um língua nacional através da quebra de padrões prévios, herdados de um discurso importado. Há a busca por um novo conceito de texto literário, gerado pelo intercâmbio entre a literatura e as artes primordialmente iconográficas, mostrando que é possível outro dizer que não mais o linear. “A Semana” marca uma nova perspectiva, oriunda de um período pós-guerra, aliada a estímulos culturais europeus que chegam com as imagens da máquina, da relação burguês-proletário, da metrópole convulsa. Pode-se dizer, portanto, que:

A ruptura de 22 não foi obra do acaso, mas ponto crítico de um longo processo de dife-renciação. A formação do grupo, a necessidade de reuniões amiudadas, a urgência de um manifesto, o happening final, são sintomas todos do crescimento firme de um modo de pensar que se sabe contrastado, mas que já sente no ar a possibilidade de uma definição pública. A partir de Semana, os modernistas são um ponto de vista dentro da história da cultura nacional. (BOSI, 1978, p. 315)

Ainda segundo Bosi (1978), havia a emergência do novo, com a virada do primeiro pós-guerra, o que abriu circunstâncias em todos os sistemas culturais que

mostravam indicativos de saturação. Dá-se, portanto, de forma aguda em centros mais desenvolvidos, como São Paulo, a oposição província/cidade. Uma ruptura que só foi possível pelo processo social, político, econômico e cultural que fomentava uma “sede de contemporaneidade junto a qual o resto da nação parecia ainda uma província do Parnaso.” (BOSI, 1978, p. 312)

Há, nesse período, uma intelectualidade ativa que percebe as transmutações de estilo do período pós-naturalista e passa a incorporar, ao seu fazer literário, a desarticulação da sintaxe, o verso desmanchado e a reinvenção do vocabulário, características de um período de desordem e revolução. Neste contexto criador, aliado às vanguardas oriundas da Europa (as quais serão pontuadas mais adiante), Oswald de Andrade propõe o “Movimento Antropofágico” como uma tentativa de síntese do pensamento modernista. Esse movimento, que nasce sob a égide de um Manifesto (1928), tecia críticas à industrialização incipiente do país, ao mesmo tempo em que buscava explicar e explorar a nacionalidade, a partir de suas raízes primeiras:

A antropofagia deve ser considerada uma linguagem literária ou estética de cunho nacionalista. A poética antropofágica de Oswald de Andrade reivindica o estabelecimento de um código literário específico que incorpore as categorias de uma consciência arcaica tipicamente brasileira, surgida numa hipotética Idade de Ouro. Essas categorias, que inspirariam a nova linguagem literária, incluem formas do surreal e do irracional. Os escritores antropofágicos romperiam, assim, com o discurso linear. A nova linguagem devoraria os modelos literários estrangeiros em vez de imitá-los. Além disso, a linguagem antropofágica atacaria os sufocantes códigos sociais, morais e literários, por meio da paródia e do sarcasmo. (GEORGE, 1985, p. 17)

É importante pontuar que a noção de antropofagia, como corrente estética, aparece na literatura brasileira em 1928, com o projeto oswaldiano. Entretanto, como atitude estético-cultural vê-se que ela percorre o próprio processo de constituição da literatura, caracterizada pelo encontro de um projeto nativo que se viu oprimido pela cultura do colonizador, que com ele foi, pouco a pouco, dialetizando, até compor os matizados contornos do perfil político-cultural.

Essa atitude antropofágica já era vista, segundo Helena (1983), em Gregório de Matos e em Augusto dos Anjos; contudo passa a ser percebida como vertente transgressora da cultura nas obras de Oswald de Andrade. O que se ressalta, independentemente, é a busca por uma autonomia nacional, por um projeto literário genuinamente brasileiro, que se contrapõe à atitude patriarcal colonizadora dominante no percurso histórico da literatura. É uma atitude de caráter muito mais amplo, que se encontra enraizada na cultura do país, marcada pela aceitação cultural estrangeira.

A própria dependência cultural brasileira que, assim como em todas as culturas originadas de uma dominação, passa a reproduzir não só modelos, mas também atitudes diante da arte, gerou uma literatura alterada e apoiada na figura do dominador e da inferioridade nacional. Com esse quadro havia, portanto, a urgência de uma arte autônoma, que buscasse refletir sobre as raízes primeiras.

A antropofagia configurar-se-ia, portanto, como a contrapartida abasileirizante da dependência cultural. A devoração da influência e do texto europeu não seria uma adaptação mecânica e comprometedora, mas uma apropriação consciente de táticas sorvidas na própria fonte da dominação, para, municiado de tal conhecimento, poder combatê-la e superá-la. Como se afirma no próprio Manifesto, “Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.” (ANDRADE, 1983, p. 45)

Desse modo, o contato com as tendências estéticas provenientes, em sua maioria, da Itália e da França, não leva as obras dos antropófagos (representados, sobretudo, na figura de Oswald e Mário de Andrade) à perda de sua atitude e de seu caráter de brasilidade. Tal contato, diferentemente, confere distanciamento crítico e autonomia importantes para que possam redescobrir e recolocar o Brasil em seu lugar de origem.

A busca por novos procedimentos da linguagem, como a incorporação dos processos de reduplicação verbal, de prefixação imprevista trazem a utilização de uma linguagem viva que se coaduna com as propostas do Manifesto (“Tupi, or not tupi that is the question”).

Há uma constante pesquisa que visa transformar a antropofagia em arma de desrepressão contra um discurso conservador herdado, sobretudo, dos parnasianos e do lirismo bem comportado. Por isso, funciona como um gesto de desmascaramento e de deslocamento dos emblemas da cultura oficial para um signo novo, genuíno e brasileiro.

Neste movimento, Oswald de Andrade propunha uma nova linguagem literária, rompendo com o discurso linear e agregando formas vanguardistas às novas ideias. A antropofagia, já idealizada no “Manifesto da poesia pau-brasil”, buscava uma revolução artística nacionalista, baseada nas raízes mais primitivas. Contudo, com o “Manifesto Antropofágico”, a revolução cultural e social apresentava objetivos mais concretos e permanentes. O voltar às origens seria revelar as verdadeiras bases da cultura e da sociedade, como uma alegoria à resistência e ao subdesenvolvimento de uma sociedade livre de culpas e não reprimida.

Diante do panorama de insegurança e de convulsão econômica, política e social, também se mostram anacrônicas as linhas de interpretação da realidade brasileira, embrionariamente questionadas pelo grupo que emergia em 1922, com a Semana de Arte Moderna. Ao bacharelismo, à cultura estagnada, começava-se a contrapor uma poesia Pau-Brasil, valorizadora de uma atividade nacional consciente e crítica, determinando uma volta ao passado, em perspectiva estético-cultural, numa busca das nossas verdadeiras raízes, promovendo um balanço e um questionamento do período colonial e da literatura comprometida com os padrões de ideário estético europeu. Dá-se adeus ao índio de tocheiro, ao brasileiro exótico, às próprias elites nacionais e tenta-se palmilhar, num localismo frutífero, uma nova geografia cultural que desse conta das raízes brasileiras e as redescobrisse. (HELENA 1983, p. 109)

Alicerçada nessa liberdade inovadora, ideal estético do Modernismo, a peça “O Rei da Vela” seria a primeira aplicação da antropofagia à linguagem teatral. Razão pela qual ela “é a mais política das obras antropofágicas. Seu emprego da metáfora como arma de ataque contra as classes que se beneficiam com a dependência constitui um poderoso elemento de conscientização” (GEORGE, 1985, p. 33). Considera-se, assim, que a peça em estudo é, além de um marco na escrita teatral do Brasil, um marco também na luta de classes – propagada em meados de 30 no Brasil – e na consolidação de uma literatura brasileira. Seria uma espécie de manifesto ao povo, a fim de propor uma reflexão e, por conseguinte, uma atitude de mudança.

O autor concebe “O Rei da Vela” fundindo consciência política e vanguarda, desvencilhando-se da forma clássica e unilateral de concepção teatral. A peça traz, em três atos satíricos, inovações sensíveis no quadro da dramaturgia brasileira que, até aquele momento, estava voltada para uma captação realista naturalista dos problemas sociais. A cena brasileira, nesse período, era marcada por algumas montagens internacionais, em sua maioria, italianas e francesas, gerando uma espécie de lacuna na produção local. As peças aqui produzidas reduziam-se, em grande parte, aos mesmos temas, por isso que “[...] os conhecedores da dramaturgia brasileira da década de 30 não podem entender como Oswald de Andrade escreveu *O Rei da Vela*. A peça está fora de todos os padrões praticados entre nós [...]” (MAGALDI, 1976, p. IV).

Para D’Onofrio (2000), que coloca Oswald de Andrade ao lado de Becket, Ionesco e Arrabal, na constituição do que viria a se chamar teatro do absurdo, as idiosincrasias do momento isolado na produção teatral identificada em Oswald, consolidam-se pela liberdade estética não só de construção da obra, mas, sobretudo, em relação aos recursos da linguagem utilizados.

De forma resumida, a peça gira em torno de dois eixos temáticos básicos: o desmascaramento do nacionalismo econômico brasileiro dos anos 30, no qual o

casamento entre Abelardo I e Heloísa, com ideais apenas econômicos, é o retrato máximo; e a relação entre as lutas de classes, com a demarcação clara da supremacia capitalista e exploradora do estrangeiro. A partir disso, é possível verificar que a estrutura da peça relaciona-se com acontecimentos históricos da época, em São Paulo e no Rio de Janeiro, como a crise do café e o processo de industrialização e “apresenta um panorama caleidoscópico da sociedade e das relações de classe brasileiras num período de transformações abruptas” (GEROGE, 1985, p. 35)

Idealizada a partir de três atos satíricos, a peça não possui, por assim dizer, um personagem central; contudo, a presença de Abelardo I se mostra como eixo. A organização se dá através dos atos que são expostos em torno do seu cotidiano, sendo o primeiro ato reservado para mostrar como Abelardo I opera a sua vida e os seus serviços, o segundo para mostrar como seria a diversão para este personagem e, por fim, o terceiro, para revelar o drama da morte para ele que sucumbe, vítima da própria sociedade que ajudou a erguer.

Pode-se considerar a peça como um desfile de tipos: Abelardo I, o eixo da trama, representa o industrial incipiente de um país subdesenvolvido e dá nome à peça; seu comércio simboliza a fé cega de um país feudal que não enterra seus entes sem um exemplar de vela por entre os dedos. Além disso, ele representa um agiota que sobrevive à custa dos juros alheios e se vale das “leis”, que protegem o capital. Alegoricamente, Oswald premiou este personagem com o mesmo nome de um famoso amante do século XVII, que na peça se encarrega de fazer a paródia do amor perfeito com Heloisa de Lesbos. Em realidade, a escolha pela paródia pode ser considerada como uma inauguração da verve irônica da peça, que intenta revelar o amor-dinheiro, o amor-interesse, o amor lucro realidade do capitalismo.

Em Abelardo e Heloisa, medievais, vê-se a impossibilidade de o amor se construir, em razão das barreiras sociais e culturais da época. Abelardo, professor, mais velho, apaixona-se pela tutoriada Heloisa, filha de um influente clérigo. Da impossibilidade do amor surgem as tragédias da morte de Abelardo e da condenação de Heloisa ao claustro.

No caso oswaldiano, vê-se que as barreiras passam a não existir, pois o valor do dinheiro revela-se mais forte e vencedor. Mesmo de classes sociais distintas, como o Abelardo e a Heloisa iniciais, aqueles veem na união interesseira a possibilidade do lucro: para ele, burguês ascendente, há uma posição aristocrática em jogo; para ela, o retorno à sua condição de rica.

Abelardo I pode ser considerado um anti-herói, simbolizando a burguesia ascendente que encontra no matrimônio com uma aristocrata falida o status quo e a

tradição que o dinheiro não compra. Através das falas de Abelardo I, evidencia-se que ele detém o dinheiro, mas não o nome necessário para ser de fato aceito em uma sociedade como a do início do século (“Para nós, homens adiantados que só conhecemos uma coisa fria, o valor do dinheiro, comprar estes restos de brasão ainda é negócio, faz vista num país medieval como o nosso o senhor sabe que São Paulo só tem dez famílias?” (ANDRADE, 2004, p. 44)

Para contracenar com Abelardo I, um Abelardo II. Esse personagem, de mesmo nome, desempenha um importante papel na peça, pois é a partir dele que Abelardo, o I, irá sucumbir e morrer. A escolha do nome é sugestiva: na engrenagem capitalista o dinheiro passa de uma mão para outra igual, do nome para o mesmo nome, “o dinheiro de Abelardo. O que troca de mão individual, mas não sai da classe [...]” (ANDRADE, 2004, p. 100). Ou seja, ambos são meros objetos que constituem o sistema, sem identidade e sem personalidade, a serviço da roda viva que é o capitalismo. “Somos uma barricada de Abelardos! Um cai o outro substitui, enquanto houver imperialismo e diferenças de classes.” (ANDRADE, 2004, p. 103)

Outra personagem importante para a trama é a noiva de Abelardo I, Heloísa de Lesbos. O nome e a caracterização da moça levam a crer que o autor quis demarcar-lhe tendências homossexuais; contudo, em nenhuma parte isso fica explícito. Heloísa é filha do Coronel Belarmino, aristocrata falido pela crise do café e que vê, na mistura de classes, que é o casamento da filha, uma saída para a família inteira. O casamento entre eles seria uma metáfora da união entre essas classes sociais, entre o nome e o dinheiro; uma salvação para a aristocracia frente às crises que a abalaram.

A família de Heloísa é caracterizada por inúmeros vícios e taras: Totó frutado-conde, Joana ou João dos Divãs, irmã de Heloísa; Perdigoto, outro irmão de Heloísa, bebedor e jogador, que pretende organizar uma milícia aramada dos latifundiários; D. Cesarina, mãe de Heloísa que flerta com Abelardo I; D. Poloquinha, personagem símbolo da resistência latifundiária, que não admite a união da sua honrada família a um alpinista social e que, às escondidas, flerta também com Abelardo I. Através desses personagens, o autor mostra a sordidez escondida por “de trás dos panos” da aristocracia, e como a aparência e o nome repercutem, nessa sociedade que esconde suas fraquezas a todo custo.

Para completar este quadro de personagens símbolos da sociedade da época, Oswald de Andrade ainda se vale do norte-americano Mr. Jones, que é demarcado na peça como sendo o detentor de todo o falso poder atribuído a Abelardo I. O americano é visto como o patrão e o dono de um país arrasado e vendido pelas dívidas, (“Também já hipotecamos tudo ao estrangeiro, até a paisagem! Era o país mais lindo

do mundo. Não tem agora uma nuvem desonerada [...] Não se esqueça que estamos num país semicolonial. Que depende do capital estrangeiro”) (ANDRADE, 2004, p.109). Esta figura, que permanece in off durante toda a peça, aparece ao final para proferir a sentença, “Oh! Good business!” (ANDRADE, 2004, p.109) diante do casamento-negócio entre Heloisa e Abelardo, o II.

II.

Como já pontuado, o início do século XX, no mundo, é marcado por profundas mudanças de ordem política, social e econômica. A 1ª Grande Guerra, a Revolução Russa e a 2ª Grande Guerra, dentre outros momentos, marcam profundamente a estrutura mundial, instalando incerteza e revolução, deflagrando uma nova forma de pensar e agir.

Diante desses processos mundiais, o Brasil sofre influências que culminam na 1ª Greve Geral de São Paulo e na formação de núcleos anarquistas que, impactados pela Revolução socialista e pela 1ª Guerra, iniciam movimentos nunca antes presenciados no país. A cidade de São Paulo integra-se à vida moderna, “e adentra no século XX não mais como ‘capital dos fazendeiros’, mas como um núcleo transformado pelos efeitos da industrialização” (FABRIS, 1994, p. 24).

Confrontando tantas mudanças, era natural que o sentimento de dúvida penetrasse, de todas as formas, nos espíritos e gerasse inquietações em todos os aspectos. A arte, como parte constituinte das sociedades, exerceu seu papel de deflagradora dessas inquietações, transpostas para um momento denominado “vanguarda”.

As vanguardas surgem na Europa como uma tentativa de renovação dos valores estéticos passados, pois a partir do desenvolvimento científico e tecnológico, provados no início do século, surgem novos ideais filosóficos e sociológicos, que questionam os valores passadistas. Essas novas tendências, que procuram “ordenar” o futuro, darão origem a uma pluralidade de investigações nas artes. “Os pioneiros da vanguarda postularam uma estética revolucionária sob o signo da ruptura e da emancipação ligada ao mesmo tempo aos mais altos valores sociais utópicos e à esperança”. (SUBIRATS, 1991, p. 25).

Diante do turbilhão da vida moderna, as vanguardas refletem as sociedades e a instabilidade em se viver nos grandes centros. Muitas discussões sobre os valores passados e a vida moderna permeiam esse momento, que também se preocupa em traçar os rumos do novo nacionalismo e da nova arte.

Surge uma arte de choque, de ruptura, ávida por mudanças, que encontra berço nas mais diversas expressões e correntes: “Futurismo” (1909), “Expressionismo” (1910), “Cubismo” (1913), “Dadaísmo” (1916), “Espiritonovismo” (1918) e “Sur-

realismo” (1924), dentre outras, mostram a desorganização do universo artístico da época, ao mesmo tempo em que lutam pela destruição do passado, no afã de se construir algo novo. Das influências diretas e arquivadas na obra teatral de Oswald de Andrade, destacam-se o Futurismo, o Cubofuturismo e o Expressionismo com mais força.

Acerca do Cubofuturismo (ou futurismo russo) é interessante analisar que sua ascensão estava diretamente ligada à perda do prestígio do Simbolismo em toda a Europa, em fins do século XIX, já que as ideias deste último estavam vinculadas ao misticismo, à abstração e ao artificialismo. Em oposição definitiva a esse movimento, surge um grupo de poetas russos, dentre os quais Burluk, Kruchenik, Khlebnikov e Maiákovski, que começa a articular as propostas do cubismo francês às propostas do futurismo italiano, formando um novo ideário.

Em 1912, o grupo assina a autoria do polêmico manifesto “Bofetada ao gosto do público”, tornando públicas as ideias do Cubofuturismo. Nesse importante documento, ficou expresso todo o repúdio à literatura mística e moralizante do século XIX, e a exaltação da palavra pura através de uma linguagem transracional, que seria a observação da palavra como personagem e motivo em todo o seu aspecto sonoro.

Dentre as inúmeras considerações e propostas do cubofuturismo, talvez a mais importante seja a valorização do teatro como forma de literatura mais acessível às massas. Maiákovski será o responsável em externar este preceito. O seu teatro, sobretudo o “Mistério Bufo”, revestia-se de uma forte carga de reflexão, fazendo com que a ideia de “teatro deleite” sucumbisse à crítica reflexiva que revestia suas peças e forçava o público a pensar.

Considerando a arte de Maiákovski na perspectiva de uma revolução cênica e na intervenção do público, é possível observar como Oswald apropria-se dessa lógica, como revelado pelos trecho: “Mas esta cena basta para nos identificar perante o público.” (p.43), “Sou o primeiro socialista que aparece no Teatro Brasileiro.” (p.50), “Vou atear fogo às vestes (longa hesitação. Oferece o revólver ao Ponto e fala com ele) Por favor, seu Cirineu... vê se afasta de mim esse fósforo.” (p.99) são alguns exemplos de como o conceito de encenação foi revisto por Oswald ao quebrar o ilusionismo comum aos espetáculos. Ao colocar o diálogo com o público, há a quebra do pacto mágico entre público e atores, enriquecendo a composição teatral com novos recursos até mesmo narrativos.

É inevitável mencionar que o teatro posterior a ele, e até mesmo o atual, são tributários diretos desse avanço significativo da arte, inclusive o oswaldiano como vimos na descrição da peça O Rei Da Vela. Não é inverossímil afirmar que o teatro

engajado politicamente tenha vindo junto a essa vanguarda e ao futurismo italiano, já que é nessa época que ele se torna veículo de propagação dos ideais revolucionários, instalando uma nova forma de ver a arte.

Com a sua impaciência teórica, com a sua particular avidez do novo e da novidade, ele (Oswald) foi, dos nossos modernistas aquele que mais intimamente comungou do espírito inquieto das vanguardas europeias. Deste ponto de vista, que interessa à história literária, Oswald trouxe, para o nosso Modernismo, então em andamento, uma experiência por participação – de todo diferente da experiência de Mário de Andrade – no clima de atrito e desafio, na atmosfera de rebeldia e renovação. Ninguém mais que Oswald acentuou, e às vezes até exageradamente, as íntimas relações entre a atividade do grupo de 22 e as correntes renovadoras da época. (NUNES, 1979, p. 62).

Percebe-se que a “a concepção tradicional do teatro é derrubada.” (HELENA, 1985, p.109) e dá lugar a um texto repleto de experimentação. Apesar de o texto dramático não receber grande foco durante o florescer das ideias modernistas, Oswald de Andrade encarregou-se de preencher tal lacuna atrelando as vanguardas europeias e as novas concepções de teatro existentes a uma construção do teatro nacional.

Nesta amálgama da problemática social brasileira municiada por experimentos vanguardistas, o teatro de Oswald veio revolucionar o painel da dramaturgia brasileira, estagnada numa linha ora melodramática herdeira dos dramalhões românticos, ora naturalista e voltada à patologia social [...] Vê-se o quanto vai se distinguir a produção oswaldiana do que encontra em derredor, o seu contexto mais próximo, antecipando nossa modernidade cênica. (HELENA, 1985, p.113)

Dessa forma, a construção da identidade cênica oswaldiana vai se delineando na confluência das inúmeras perspectivas artísticas que, de certo modo, chegaram até ele Assim

contornam-se as características-chaves da peça “O Rei da vela” e das outras produções cênicas de Oswald: um desejo de apresentar não só os questionamentos das relações inter-humanas, mas também de trazer à tona os determinantes sociais dessas relações, a fim de, com propósitos muitas vezes didáticos, revelar ao público a necessidade de refletir e, por conseguinte, mudar a realidade social que o cerca.

Contudo, é necessário lembrar que, apesar de as vanguardas instalarem um contexto criativo na produção cultural da época, o Brasil parecia não estar completamente preparado para as rupturas estéticas provenientes da Europa, de forma que a publicação efetiva da peça revelará profundas resistências.

III.

Além dessa ligação com a estética cubofuturista, a obra *O Rei da Vela* liga-se fortemente ao discurso socialista à medida em que os personagens Abelardo I e II representam a construção dessas representações. O terceiro ato da peça, gira em torno da derrocada de Abelardo I. Em uma cena que tem como pano fundo os restos de um hospital, instalado no escritório do usurário, Abelardo I sucumbe, vítima da própria engrenagem que ajudou a mover. Seu alter-ego, Abelardo II, toma seu lugar, inclusive com direitos sobre sua noiva, evidenciando o imobilismo a que estávamos submetidos: a exploração apenas passa de uma mão a outra, que não deixa de ser a representação da mesma mão.

Neste ato, Abelardo começa a vislumbrar a luta marxista, o socialismo e os ideais de uma revolução em que a classe operária irá tomar as ruas e promover uma mudança. Para este personagem, só uma mudança radical no último ato promoverá a transformação necessária para os avanços de que tanto necessita o país. Contudo, como homem dicotômico que é, morre afirmando que se pudesse continuaria a servir o imperialismo norte-americano.

Na peça “*O Rei da Vela*”, a revolução, embora nomeada e definida, também não vai além de seu anúncio e conta apenas com a certeza de sua vinda. A revolução confunde-se com o próprio futuro e é tratada como uma inevitabilidade. Essa inevitabilidade parece depender muito mais da vontade, da fé, do que da práxis (como no trecho “Onde a gente pode ter ideias, mas não é de ferro”).

ABELARDO I – Diga-me uma coisa, seu Abelardo, você é socialista?

ABELARDO II – Sou o primeiro socialista que aparece no teatro brasileiro.

ABELARDO I – E o que é que você quer?

ABELARDO II – Sucedê-lo à mesa.

ABELARDO I – Pelo que vejo o socialismo nos países atrasados começa logo assim...
Entrando num acordo com a propriedade...

ABELARDO II – De fato... estamos num país semi-colonial...

ABELARDO I – Onde a gente pode ter ideias, mas não é de ferro.

ABELARDO II – Sim. Sem quebrar a tradição.

A afirmação de Abelardo I, de que o socialismo, nos países atrasados, inicia-se entrando em acordo com o capitalismo, faz perceber uma espécie de descrença em relação à mudança de sistema político. Essa descrença pode estar alicerçada na ideia de imutabilidade do país e na ideia de impossível liberdade. Neste diálogo, percebe-se uma espécie de confluência de vozes, que se admitem parceiras, de modo que Abelardo II é o alter-ego do I. Em concordância, revelam-se uma só quando o tema é luta de classes.

ABELARDO II – São todos assim como você, passam para o outro lado quando estão arruinados!

ABELARDO I – É um erro teu! Se todos fossem como o oportunista cínico que sou eu, a revolução social nunca se faria! Mas existe a fidelidade à miséria! Eu estou saindo da luta de classes. [...]

ABELARDO II – Me matas?

ABELARDO I – Para quê? Outro abafaria a banca. Somos...uma barricada de Abelardos! Um cai, outro o substitui, enquanto houver imperialismo e diferença de classes. [...] O cálculo frio é a nossa honra. O sistema da casa! Não morro como convertido. Se sarasse ia de novo lutar pela nota. Ia ser pior do que fui. E mais precavido. A neurose do lucro! Quem a conhece não a larga mais. É a mais bela posição do homem sobre a terra! Nenhuma militância a ela se compara. Nenhuma religião. Se vejo com simpatia, neste minuto da minha vida que se esgota, a massa que sairá um dia das catacumbas das fábricas... é porque ela me vingará ...de você.

Abelardo revela, nesses momentos que antecedem a sua morte, a conclusão de que só a luta por um mundo mais igualitário poderia solucionar a situação discrepante que separa ricos de pobres. Ele, portanto, desmascara o oportunismo, o procedimento da burguesia, que havia sido também o seu, por uma conduta conscientemente cínica.

ABELARDO I – Ah! Ah! Moscou irradia no coração dos oprimidos de toda a Terra.

ABELARDO II – Sujo! Demagogo!

ABELARDO I – Calma! Não é parecido com o Jujuba, senão no físico. Vou te contar a história de Jujuba. Era um simples cachorro! Um cachorro de rua... Mas um cachorro idealista! Os soldados de um cachorro adotaram-no. Ficou sendo o mascote do batalhão. Mas o Jujuba era amigo dos seus companheiros de ruas! Na hora da bóia, aparecia trazendo dois, três. Em pouco tempo, a cachorrada magra, suja e miserável enchia o pátio do quartel. Um dia, o major deu o estrilo. Os soldados se opuseram à saída do seu mascote! Tomaram o Jujuba nos braços e espingardearam os outros... A cachorrada vadia voltou para a rua. Mas quando o Jujuba se viu solto, recusou-se a gozar o privilégio que lhe queriam dar. Foi com os outros!

ABELARDO II – Demagogia.

ABELARDO I – Não. Ele provou que não! Nunca mais voltou para o quartel. Morreu batido e esfomeado como os outros, na rua, solidário com sua classe! Solidário com sua fome. O soldaram ergueram um monumento ao Jujuba no pátio do quartel. Compreenderam o que não trai. Eram seus irmãos. Os soldados são da classe do Jujuba. Um dia também deixarão atropeladamente os quartéis. Será a revolução social... os que dormem nas soleiras das portas levantarão e virão aqui procurar o usuário Abelardo! E não de encontrá-lo...

No trecho, há o discurso narrativo que envolve o cão Jujuba – que se manteve solidário com os outros cachorros e que não aceitou as vantagens que só o beneficiariam – e aponta para a seguinte tese: Abelardo I acreditava que a sociedade fosse

uma cidadela, que só poderia ser tomada por dentro, quando a união daqueles que estão lá fora é que permitir, um dia, a quebra dos privilégios. Os soldados são da classe de Jujuba e acabarão por deixar, atropeladamente, os quartéis, realizando a revolução social.

Paralelamente às revelações que tece sobre a natureza da exploração imperialista, há, na parábola do cão Jujuba, uma espécie de sugestão de alternativa. Pode-se considerar, a partir da história contada, que há uma visão romântica da luta de classes, alicerçada na fidelidade do proletariado e na união das classes oprimidas.

Nesta perspectiva, a burguesia urbana é tida como corrupta, voraz e cruel, sendo o imperialismo a raiz primeira do sofrimento, do caos e da miséria. Jujuba representa, na solidariedade com a classe, uma solução alternativa para a dependência.

Considerações finais

“O Rei da Vela” é um exemplo inaugural do teatro moderno. A partir da análise da sociedade, o autor consegue desmistificá-la através da paródia e do blague, mostrando ao público uma realidade conhecida, mas escondida. Como bem pontuou José Celso Martinez, essa peça deve ter se fincado na premissa do “Esculhambo, logo existo”. De forma inovadora, o autor insere o público na peça a fim de mantê-lo atento e pensante, sem cair no ilusionismo, quebrando todos os paradigmas cênicos conhecidos e construindo uma teatralidade que, até hoje, é considerada atual e inovadora.

Oswald busca desmistificar inúmeros pontos em sua obra. Sua paródia e sua crítica se mostram na desconstrução do amor romântico, símbolo da cena brasileira, onde o mocinho e a mocinha, inevitavelmente, acabam bem no final; no retrato de uma família aristocrata decadente que vê no casamento uma troca mercadológica, um negócio baseado no “eu lhe dou meu nome e você me dá seu dinheiro”, pintado sob o prisma da degeneração sexual; no intelectual vendido que troca a sua pseudo-arte por uns tostões e pela proteção dos poderosos.

A primeira grande virtude de “O Rei da Vela” é expor a sociedade da época a seus próprios defeitos. Como destaca Sábato Magaldi (2004): “O Rei da Vela representa a análise furiosa feita por Oswald da realidade brasileira e das classes dominantes a que pertencia por origem”. Ele desmascara o oportunismo e os procedimentos burgueses, sem esquecer que estes haviam sido seus também.

Através de uma linguagem crua, sem hipocrisia ou convenção social, os personagens expressam-se em liberdade, como se não houvesse nenhum tipo de camada

repressora. Em toda a peça, os exploradores são cientes da exploração, e por isso a fazem abertamente.

É mister retomar que no campo das possibilidades analíticas, *O Rei da Vela* pode ser considerado o texto que sintetiza as ideias de ruptura advindas do modernismo de 22, reforçando a vanguarda cubofuturista à medida em que inova na construção cênica e discursiva.

Por estar submerso em um palco de profundas mudanças políticas e sociais, critica a arte vazia, direcionando as flechas do combate ao sistema capitalista que demonstrava seus sinais de conflito com o avanço de inúmeros levantes internacionais que culminaram na constituição de vários focos ditatoriais (Alemanha, Portugal, Brasil) que visavam conter o discurso socialista.

Em “*O Rei da Vela*”, percebe-se o ataque direto ao conjunto da sociedade capitalista. O autor critica com vigor certos expedientes de classe e a exploração econômica; caracteriza de modo burlesco o estelionatário de elite, o subserviente e o rufião. Exibe facetas amargas da luta pela sobrevivência, situando personagens subjugadas por agiotas, banqueiros que, desesperadas, negociam dívidas para sobreviver.

Nesta obra, o autor põs a nu as mazelas da sociedade capitalista, movendo em muitas camadas de sujeição e perversão. Mostrou as faces da economia, que desmoronou com a bancarrota do café, destronando a aristocracia rural, que passa a se submeter aos interesses da emergente burguesia urbana.

Dentro dos inúmeros conflitos indissolúveis que a peça apresenta torna-se latente o ethos de homem frio e calculista de Abelardo, que se contrapõe aos ideais de luta de classes. Para ele, que se considera um homem de seu tempo, ignorar o proletariado e a exploração constroem-se como condições iniciais para a sobrevivência. Contudo, ao fim, próximo a sua morte, como um ser reflexivo, ele se mostra mais aberto à realidade que está por vir.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Oswald de. **A utopia antropofágica**. São Paulo, Globo, 1995.

_____. Oswald de. **O rei da vela**. São Paulo: Globo, 2004.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

HELENA, Lúcia. **Totens e tabus da modernidade brasileira: símbolo e alegoria na obra de Oswald de Andrade**. Rio de Janeiro/Niterói: Tempo Brasileiro/UFF, 1985.

MAGALDI, Sábato. **O texto no teatro**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

MAINGUENAU, Dominique. **Elementos de linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MELLO, Renato de. **Inter-subjetividade e Enunciação**. In: *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

_____. **Análise do Discurso e Literatura**: uma interface real. In: MELLO, Renato de. et al. *Análise do discurso e literatura*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli, et al. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Orlandi. 4. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2006.

PEREIRA, Victor Hugo Adler. **O Rei e as revoluções possíveis**. In: TELES, Gilberto de Mendonça. *Oswald plural*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

Grupo de Trabalho n° 11

Artes e educação

ARTIGO

**A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO EM ESCOLAS
PÚBLICAS BRASILEIRAS: SEUS PARADIGMAS DO PASSADO E
SUAS NOVAS PERSPECTIVAS**

Intorução: um breve histórico

Fazer um resgate na história da educação brasileira é necessário para entendermos como se aplicava e quais eram os objetivos do Ensino Religioso nas escolas. Verificaremos adiante uma breve cronológica do percorrer da relutância para que o Ensino Religioso se tornasse disciplina curricular do ensino das escolas públicas no Brasil.

No período que compreende 1500 a 1800 – como o objetivo de fortalecer vínculos, Igreja e Estado (monarquia), via interesses de “civilização” e comércio, trouxeram para o Brasil missionários religiosos católicos para catequizar e evangelizar os cativos (negros e índios). A partir de 1800 a 1964 – já caracterizado pelo viés de Estado-Nação, na qual já se vislumbrava o ensino público, laico, gratuito acessível a todos, porém a burguesia detinha o poder de controle e manutenção, incluindo o da religiosidade como status principal da sociedade.

Algumas reformas na educação ocorreram nesse período como forma de desvincular a escola pública dos interesses do Estado e da Igreja, como a Reforma Rivadavia Corrêa (1911-1915), Lei Orgânica que desobrigava as titulações e certificações do Estado para com o ensino fundamental e superior, dando “autonomia” administrativa e de ensino as instituições educacionais, com a premissa positivista de liberdade espiritual e liberdade de ensino. Era notório uma quebra nas relações do Estado e a Igreja, onde nesse decorrer houve protestos da Igreja Católica de um lado, e manifestações do ideal laico, do outro.

Utilizando-se dos fins políticos, a Igreja Católica visando reelações com o Estado, une adeptos pelo partido LEC (Liga Eleitoral Católica), e um dos seus objetivos estava voltado para o desenvolvimento da disciplina de Ensino Religioso, no qual a Igreja, com o apoio do episcopado alegava de deturpação da crença advindas do

* Graduada do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: royaneribeiro@gmail.com

efeito das transformações sociopolíticas, pelas quais o Brasil estava passando, porém, tal alegação ocultava a verdadeira finalidade da Igreja em estar unicamente, responsável pela formação ideológica das pessoas.

A partir de 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, passou-se a responsabilizar o Estado para a elaboração do Plano Nacional de Educação e Extensão de Ensino.

Na década de 40, à luz do grande processo migratório, das pessoas do campo para as cidades, de diferentes aspectos culturais, ficou evidente a importância de estabelecer o plano de ensino que dialogasse com o pluralismo cultural vigente, portanto, Gustavo Capanema, ex-ministro da educação, da presidência de Getúlio Vargas, propôs no ano de 1946, a reelaboração da legislação de 1934, o qual o Ensino Religioso legalizou-se assim pelo Decreto 19.941 de 30 de abril de 1931:

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta: Art. 1º Fica facultativo, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal o ensino da religião. Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem. Art. 3º Para que o Ensino Religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino, é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponham a recebe-lo. Art. 4º a organização dos programas de Ensino Religioso e a escolha dos livros de textos ficam a cargo dos ministros dos respectivos cultos, cujas comunicações, a este respeito serão transmitidas às autoridades escolares interessadas. Art. 5º A inspeção e vigilância do Ensino Religioso, pertencem ao Estado, no que se respeita a disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere a doutrina e à moral dos professores. (BONAVIDES, 1996, p.9)

Em 1961, pela Lei de 4.024 da LDBEN (Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional), o Ensino Religioso foi introduzido na lei educacional, em caráter confessional, ou seja, dividia as turmas de acordo com o credo professado.

De 1964 a 1996 – esse período fora marcado por profundas transformações no cenário político brasileiro, mesmo sob suas contradições ideológicas, que certamente resultariam em reformulações na educação.

Podemos observar que a disciplina de Ensino Religioso, durante muitos anos, esteve voltada para o ensino da religião de forma engessada à transmissão doutrinária, mas, com as mudanças socioeconômicas que exigiam a profissionalização da população (1970), para que esta acompanhasse o processo capitalista da industrialização em vigor no país, o qual tem como característica a concepção de individualidade, onde as pessoas podem vislumbrar as conquistas individuais em suas vidas. Com isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (FONAPER,

2009), trazem a reformulação pela Lei 5.692/71, da disciplina que colaboraria na “formação moral” dos cidadãos.

De acordo com Junqueira, em 20 de dezembro de 1996, fora sancionada a LD-BEN 9.394/96, também chamada de “Lei Darcy Ribeiro” que tinha uma perspectiva mais ampla nos objetivos que a educação brasileira poderia alcançar acerca da diversidade e pluralidade cultural presentes em sua sociedade.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidades o pleno desenvolvimento dos educandos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdades de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extra-escolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (CARON, 1997, p.120-121).

Mesmo com essas novas concepções, o Estado ofertava o Ensino Religioso sem financiamento para os docentes, ou trabalhava-se de forma voluntária, ou financiados pelas entidades religiosas seja no caráter Confessional e Interconfessional, sendo esta última, realizada por mais de uma entidade religiosa, onde a escola se responsabilizaria em desenvolver os programas de ensino e, além de ofertar atividades optativas aos alunos que não aderiram à disciplina.

Observa-se que o Ensino Religioso ainda não estava engendrado ao orçamento do Estado que o efetivasse como currículo escolar. Para obter ênfase como disciplina curricular fez-se necessário o concílio de um ensino voltado para a importância da mesma como fenômeno religioso que dialogasse com a pluralidade cultural, os valores e a formação humana dos discentes, conforme a nova descrição do art. 33 da LDBEN, sancionada em julho de 1997:

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o direito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituídas pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso. (FONAPER, 1997, p.66)

Assim, ficou estabelecido em lei, o compromisso da educação em desempenhar seu papel na mediação do desenvolvimento humano, tendo como base o Ensino Religioso promovendo reflexões no educando a respeito de si, para que este também possa, nas palavras de Rateke (2005) “compreender as diferentes compreensões religiosas enquanto fenômenos presentes no desenrolar dos acontecimentos da humanidade em diversas culturas e tradições que se encontram vinculadas a uma identidade”.

A escola e o diálogo interdisciplinar com a diversidade religiosa

Vimos que a educação escolar brasileira foi marcada pela imposição de um ensino voltado para o processo de aculturação, no qual o Ensino Religioso fora utilizado como estratégia política e econômica, disseminando ideologias que excluíam diferentes concepções que não estivessem de acordo com padrões pré-estabelecidos da ordem que unia Igreja e Estado. Com isso, o processo educacional escolar no país, esteve à mercê dos interesses do poder vigente de diferentes épocas, deixando de lado a singularidade individual que as crenças têm, e que estas contemplam as histórias de povos, que por suas características diversas, compõem a identidade da sociedade brasileira.

O pluralismo cultural o qual o Brasil é constituído, remete a quebra de paradigmas que visam homogeneizar, principalmente no aspecto ideológico, a massa popular para a satisfação de uma minoria que detém os meios de produção e comunicação sob o seu controle. Podemos observar, no breve histórico apresentado anteriormente, que essa minoria de classe abastarda brasileira, tinham a religião como status para gerir regras sociais, haja vista, a coerção foi o meio de manter diferentes concepções distantes ou mesmo impossíveis de serem inseridas, e menos ainda, alcançadas.

Com isso, o sistema educacional brasileiro viu-se por muitos anos retardatário, pois, esteve imerso a ignorância arquitetada pelos poderes de seus colonizadores e mais tarde, daqueles que alimentavam o ideal de “novo mundo”. Engessava-se teorias e práticas, “verdades” como disciplina que ofuscavam a heterogeneidade tão rica na cultura de um país multicultural como a do Brasil. Não se oportunizava um diálogo interdisciplinar, mas incutia-se padrões, alavancando a desigualdade social e o preconceito.

Daí, ainda nos dias atuais, de a escola carregar os estigmas de uma educação de cunho adestramento para atender as exigências da ordem vigente, pondo em dúvida o significado da educação escolar, onde nas palavras de Brandão (1981) “... a escola não é o único lugar onde ela (a educação) acontece e talvez nem seja o melhor...”

Por isso a necessidade de a escola hoje, romper com o autoritarismo que padroniza metodologias de ensino, verticaliza relações de hierarquia entre os membros da comunidade escolar fragmentando a gestão que acaba por gerir fins que acabam em si mesmas. Ou seja, escola cuja a gestão é autoritária, não enfatiza o sujeito da aprendizagem que é o aluno, este proveniente de cultura muito antes de frequentar a escola.

É preciso ter consciência de que a dominação no interior da escola efetiva-se por meio das relações de poder que se expressam nas práticas autoritárias e conservadoras dos diferentes profissionais, distribuídos hierarquicamente, bem como por meio das formas de controle existentes no interior da organização escolar. (VEIGA, 2002, p.5)

Sendo a escola o espaço social, no qual os alunos têm contato com diferentes formas de ver o mundo e carregam consigo aprendizagens provenientes da família, de denominações religiosas e ou aqueles que ainda não proferem uma religião. Esta, é a comunidade onde estão inseridas diferentes pessoas (alunos, professores, gestores, vigias, merendeiras...), a maneira como cada trabalhador da escola se posiciona reflete no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, pois, estes são sujeitos cognoscentes, Oliveira explica que o produto do desenvolvimento é resultado dos processos físicos, mentais, cognitivos e afetivos internos (oriundos das experiências familiares, religiosidade...) e externos (experiências que o sujeito está adquirindo).

Mediante esta característica fundamental da educação escolar, Junqueira (2009) explica que, a escola precisa rever constantemente a dialética do processo histórico-cultural da sociedade na qual está inserida, principalmente quando esta possui uma rica miscigenação em sua composição, uma vez que o sujeito do conhecimento é o aluno e este já traz consigo concepções, que fazem parte da sua formação de caráter, apreendidas fora do ambiente escolar.

A atual concepção de ensino religioso, ao orienta-se para uma definição enquanto componente curricular, demonstra que o *religioso* assumiu a visão original – ou seja, *relegere* (reler), releitura do fenômeno religioso a partir do convívio dos alunos, que constitui objeto de estudo de conhecimento, na diversidade cultural religiosa do Brasil, sem eleger uma ou outra forma de religiosidade. (JUNQUEIRA, 2009, p. 249-250).

A partir deste princípio, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) apontam como objetivos para o Ensino Fundamental, que os alunos sejam capazes de:

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;

Construir e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1997, p. 6)

De acordo com a LDB, “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996), ou seja, a escola tem o amparo legal em refletir sobre a intencionalidade das suas práticas pedagógicas e tomar medidas que melhor se adequem a sua realidade, tendo em vista, o educando. Essa autonomia é a liberdade de conceber e expressar o conhecimento de diferentes formas, respeitando as diversas perspectivas de ver o mundo, ou conhecimento de mundo, segundo Paulo Freire. A mediação da ação educativa deve considerar as diferentes linguagens pelas quais os alunos aprendem, mesmo porque, os educandos aprendem de maneira diferentes uns dos outros.

Assim, o PPP (Projeto-Político Pedagógico) das instituições de ensino público, não deve ser um instrumento estagnado. Com a participação coletiva, este importante documento escolar não deve burocratizar metodologias e conceitos, mas, avaliá-lo e revisá-lo a medida em que as necessidades dos alunos forem postas em evidência. A flexibilidade e a revisão de conceitos são características para a construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico. A educação escolar por dialogar com diversos saberes, ainda é o meio pelo qual a espécie humana pode tirar as vendas da ignorância e romper com as barreiras do preconceito.

Por trabalhar com a diversidade humana, comporta uma ampliação de horizontes para o professor e para o aluno, uma abertura para a consciência de que a realidade em que vivem é apenas parte de um mundo complexo, fascinante e desafiador, no qual o elemento universal subjacente e definidos das relações intersociais e interpessoais devem ser a Ética. Propicia, ainda, a percepção que essa característica sociocultural é expressão de uma pluralidade dinâmica para além das fronteiras do Brasil, a qual tem sido benéfica e estimuladora na definição dos valores universais. (BRASIL, 1997, p. 19)

Segundo Paro (1998), chama de “participação ativa no processo” o educando já advindo de uma cultura por meio da família ou relações externas a escola, ou seja, de um convívio social e historicamente situado, onde a escola deve ter como ponto de partida esses pré-requisitos para desenvolver seu planejamento de ensino, sendo o processo de ensino-aprendizagem favorecendo a culminância vital dentro e fora do ambiente escolar. Quando falamos de “formação integral do ser”, o diálogo interdisciplinar junto a contextualização social do sujeito objeto da educação escolar, o aluno, é indissociável.

Em consonância com esse diálogo, a pluralidade cultural brasileira deve ser enfatizada no espaço socializador que é a escola, como sendo parte, do que Bernstein (1989) chamou de “currículo integração”, onde há a interação das diferentes disciplinas. No que diz respeito ao PCNER (Parâmetros Nacionais do Ensino Religioso), este encaixa-se bem nesta característica de integração, pois, fora elaborado por pessoas de diversas denominações religiosas, como proposta pedagógica, cujo o objetivo é o estudo do fenômeno religioso, historicidades, características epistemológicas, tradições... “Este documento foi entregue ao Ministério da Educação (MEC) em outubro de 1996 e editado pela Editora Ave-Maria em 1997” (FONAPER). Nele, estão contidos os objetivos gerais do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental, que são:

O Ensino Religioso, valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilita a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacentemente, o processo histórico da humanidade. Por isso necessita:

- proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando;
- subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informado;
- analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais;
- facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas;
- refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano;
- possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável. (FONAPER, 2009)

Tomando como base a constituição federal e a LDB, nas quais estão os princípios para a emancipação do homem como sujeito de direitos e deveres, a escola deve

ser a mediadora para que o homem tenha conhecimento da sua identidade em sua história que é dinâmica, e construtor da cultura que perpassa de geração em geração.

Considerações finais

Mediante ao exposto, verificamos a necessidade de revermos historicamente os impactos que a disciplina de Ensino Religioso, por meio do poder vigente de cada época, teve diferentes perspectivas dentro da educação escolar.

Imbricada à relação de poder, pode-se observar o utilitarismo da disciplina em questão, em inculcar preceitos sem a reflexão de vivências próprias do aluno, ou mesmo dos sujeitos partícipes da comunidade escolar, estes também parte da estrutura educacional, uma vez levada em consideração a cognoscência no processo de aprendizagem dos sujeitos (os alunos) que são provenientes de cultura antes de frequentarem a escola.

A base da educação escolar está diretamente associada aos os saberes apreendidos na vida cotidiana do educando, incluindo a manutenção ou anulação da afetividade por diferentes formas de ver os saberes que, em se tratando dos aspectos pluriculturais do Brasil, a importância destes serem disseminados em sala de aula como forma de dialogar como os diferentes pontos de vista existentes nas culturas, estas carregadas de subjetividades onde as crenças são parte da identidade de cada povo. Mesmo àqueles que não professam uma religião, resguardam em si particularidades que devem ser respeitadas. A subjetividade das crenças que norteiam a vida das pessoas, são nelas enraizadas muito antes de frequentarem espaços sociais, como a escola por exemplo.

A religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir. O estudo da religião, portanto, longe de ser uma janela que se abre apenas para panoramas externos, é como um espelho em que nos vemos. Aqui a ciência da religião é também ciência de nós mesmos: Sapiência, conhecimento saboroso. (ALVES, 1984 p. 12)

A escola pública brasileira junto a laicidade que passou a caracterizá-la, está diretamente responsável pela formação integral do ser, isso significa saber da responsabilidade desta em compreender que o sujeito da educação precisa que suas características físicas, emocionais, aspirações... estão vinculadas com sua história, onde o sentimento de pertencimento corrobora com a identidade na valorização de si e do outro. Assim, segundo Junqueira (2009), o estudo do fenômeno religioso deve partir do convívio dos alunos, este constitui-se como objeto de conhecimento,

onde o desenvolvimento da disciplina de Ensino Religioso, junto a concepção de diversidade cultural brasileira, não deve se propor a eleger uma ou outra forma de religiosidade, enquanto componente curricular.

A interdisciplinaridade do tema em questão, está para além dos muros da escola, mas isso não quer dizer que está deve estar dissociada do processo de ensino-aprendizagem do aluno, mas potencializar a sua importância na mediação do diálogo entre as diversas formas de ver o mundo, com a perspectiva de formar cidadãos que possam ver, refletir e transformar não somente em prol de si, mas também nas consequências desta para o outro, pois, nas palavras de Freire, educar é um ato político.

Referências bibliográficas

ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo. Abril Cultural / Brasiliense, 1984. Coleção Primeiros Passos. BRANDÃO, Carlos R. O que é educação? São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRASIL. Lei n. 9.394 – **Diretrizes e bases da educação nacional**: promulgada em 20/12/1996. Brasília, Editora do Brasil, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf//HTML>. Data de acesso: 09/09/2016.

BERNSTEIN, Basil. **Clases, códigos y control**. Madri Ákal, 1989.

FORUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. 2.ed. São Paulo: Ave-Maria, 1997.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. Ensino Religioso na perspectiva da escola: uma identidade pedagógica. **Revista Interações – Cultura e Comunidade** / v.4 n. 5 / p. 245 – 256 / 2009.

OLIVEIRA, Angelita Correa de. Ensino Religioso na Educação Básica: Desafios e Perspectivas. **Revista da Graduação**, v.05 / n.1, 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/download/11398/7782>. Data de acesso: 09/09/2016.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, ed. Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª Ed. Editora Paz e Terra, 2011.

RATEKE, Deise; BRAGAGNOLO, Regina Ingrid. **Contexto e Educação Teoria da Complexidade**: Um olhar multidisciplinar. Ijuí: Editora UNIJUI, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: Uma construção coletiva. In: Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção possível. 14ª edição Papirus, 2002.

Sites adicionais:

<https://conteudopedagogico.files.wordpress.com/2011/02/pcn-ensino-religioso.doc>

http://www.fonaper.com.br/documentos_parametros.php

ARTIGO

A IMPORTÂNCIA ENTRE OS QUADRINHOS E A LITERATURA NA FORMAÇÃO DE NOVOS LEITORES

Introdução

O estilo japonês de quadrinização, o mangá, é uma modalidade que tem adquirido cada vez mais adeptos dentro do mercado de quadrinhos. Fernandes (2011) nos mostra que os mangás fazem parte da cultura popular do Japão, sendo consumidos diariamente por milhares de pessoas. Como pontua Frédéric (2008), muitos japoneses de idades variadas leem mangás em um número expressivo, representando aproximadamente 40% de todas as publicações no país. Dentro do mangá existem vários estilos de narrativas e de traços, que basicamente se divide em cinco: *kodomo*, *shoujo*, *shounen*, *seinen* e *jousei*, como explicaremos mais à frente. Com a sua ascensão dentro e fora do Japão, o Brasil também se encontra em meio a esse aglomerado de publicações nesse estilo, até em produções nacionais de quadrinhos (VASCONCELLOS, 2003). Fernandes (2002) continua essa ideia reafirmando que há esse crescimento e interesse dos leitores no estilo, despertando cada vez mais os olhos das editoras brasileiras para esse tipo de público.

Para compreender melhor essa relação existente entre os aprendizes e a literatura em quadrinhos, foi realizada um estudo de campo com alunos de uma escola da rede pública do município de Boa Vista/RR. A pesquisa, de cunho qualitativo, buscou fazer com que os alunos entrevistados dessem respostas livres e expressassem suas opiniões a respeito da leitura das obras supracitadas. Para isso, utilizamo-nos de um questionário que foi entregue a dois alunos do sétimo ano. Este, foi entregue aos alunos após terem realizado a leitura dos textos. A escolha dos alunos foi feita por meio de observação do desempenho escolar dos mesmos e comprometimento com as disciplinas apontados pelos professores da Escola. Posteriormente, os os questionários foram analisados no sentido de compreender a articulação com a literatura e os quadrinhos.

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: rfael12@hotmail.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: raphaelmichels@hotmail.com

*** Universidade Federal de Roraima. E-mail: leila.baptaglin@ufr.br

Vale ressaltar que a presente pesquisa ainda se encontra em andamento e que os questionários foram realizadas como um piloto para futuros estudos e análises, tanto da forma de abordagem, quanto da análise dos referenciais, que serão melhor explorados em novos questionários com uma maior variedade de aprendizes em diferentes faixas etárias.

HQs e a leitura

As Histórias em Quadrinhos (HQs) geralmente estão relacionadas à narração, com a apresentação de textos e imagens que possam estabelecer uma ideia complementar. Um gênero bastante popular entre o público jovem e adultos, os quadrinhos infelizmente receberam por muito tempo o injusto rótulo de “subgênero” (CASTRO, 2008). Contudo, as HQs têm ganhado cada vez mais força, demonstrando que grandes histórias podem ser contadas sob a tutela da Arte Sequencial.

Arte sequencial significa contar histórias através de figuras. De acordo com Laytynher (2011), esse tipo de narração era comum ao homem desde a antiguidade, já aparecendo em tapeçarias, vitrais, mosaicos etc. A sua utilização se estendia até as igrejas da Idade Média para expor os episódios da vida dos homens santos em imagens, numa época onde ler era privilégio de poucos. No decorrer do tempo, esse modo de produção artística adquiriu formas mais rápidas de aproximação com o homem comum através da cultura de massa. Isso porque, segundo Fernandes (2011), antes a ideia de cultura e educação eram somente associadas as classes mais altas da sociedade e posteriormente, onde o contexto de capitalismo se firmou como modo de produção dominante, foram surgindo as histórias em quadrinhos.

O termo História em quadrinhos só começou a ser utilizado a partir do início do século XX, quando foram introduzidos balões nos desenhos com as falas dos personagens gerando toda uma nova forma concreta de se usar a arte sequencial (SILVA, 2011). De acordo com Mendonça (2007) as HQs começaram a ganhar mais espaço conforme seu público aumentava, expandindo sua presença para além de seus próprios encadernados, chegando também a ocupar outras posições e roupagens, podendo citar aqui, as tirinhas, as charges e os cartuns que são veiculados a jornais e revistas.

O sucesso dos quadrinhos pode estar associado na sedução pelo olhar em imagens presentes dentro de uma história em quadrinhos. Silva (2011) afirma que sua leitura muitas vezes pode ser feita inclusive por analfabetos ou até mesmo quando escritas em outro idioma, apenas interpretando a sequência de imagens. Sendo as-

sim, os quadrinhos podem ser um incentivo à leitura, pois até mesmo pessoas que não são habituadas à leitura de obras densas, são leitores de quadrinhos, por sua linguagem clara e objetiva.

Quadrinhos e a literatura

A literatura investiga, entre outras coisas, a sua relação com a produção material e subjetiva. Piegay-Gros (2002) observa que a experiência da leitura literária é uma experiência intensa. Nesse sentido as histórias em quadrinhos conseguem articular o que seria a alta cultura e a cultura de massa. Elas se desenvolveram ao largo e no interior das produções das outras artes, desde obras e personagens criados para o mundo infantil até a citação e o trabalho produzido com o cânone literário e filosófico dos mundos ocidental e oriental.

Figura 1



Fonte: Autores – 2016.

De acordo com Batista (2010), os quadrinhos embora tenham adquirido um “entrecruzamento de linguagens diferentes”, acabam se complementando e coexistindo com a linguagem verbal e a linguagem não-verbal, desenvolvidas através da criatividade dos autores. A sua utilização através do ensino reflexivo da gramática

alocada junto as histórias em quadrinhos proporciona uma maior formação direta para que o leitor elabore seu ponto de vista. Pietroforte (2007 *apud* CÂNDIDO, 2012) explicita que esse gênero textual gera uma “rede de relações semânticas por meio da qual o mundo faz sentido”. O ponto de vista citado pelo autor é, além do modo de significação, o modo de olhar.

Mangá e HQs: diferenças e similaridades

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a influência do capitalismo americano começou a acontecer no Japão, a cultura ocidental apresentou aos japoneses muitos meios de entretenimento, incluindo as HQs, que influenciaram muito a produção dos quadrinhos japoneses, sendo o mangá o resultado do encontro entre o ocidente com o oriente, assim como acentua Ito:

Os mangás foram o primeiro componente das junções da mídia na contemporaneidade que emergiu do período pós-guerra, nos anos 60 e 70, eventualmente disponibilizando personagens e narrativas que estão nos jogos populares, animês e *merchandise*. (ITO, 2007, p.09)

Embora influenciado pelo ocidente, Walter (2011) diz que é importante salientar que o mangá não é uma cópia dos quadrinhos americanos, mas sim a forma de transmissão gerado pelos desenhos, a visão que a sociedade japonesa tem do mundo. A própria escrita desse povo cria essa distância entre os mangás e as HQs, pois se utiliza de ideogramas e símbolos.

Scott McCloud (2007), um grande estudioso das HQs e mangás, relata que os desenhos dos personagens feito pelos japoneses tendem a ser mais caricaturados para se adequar ao leitor alvo de cada modalidade, sendo eles, *kodomo* (para crianças), *shoujo* (para meninas), *shounen* (para meninos), *seinen* (para jovens do sexo masculino) e *jousei* (para jovens do sexo feminino). Ele continua dizendo que quando um desenho é mais realista, a sensação é de olhar para o rosto de outra pessoa, não existindo essa identificação imediata, enquanto que com um desenho mais caricaturado, é maior a chance do leitor se identificar, pois ele acaba se espelhando no desenho. Essa teoria de McCloud enquadra-se no gênero *jousei*, ao qual pertence o mangá analisado neste trabalho, *The Wedding Eve*.

As características do *jousei* são desenhos mais leves, com cenários mais suaves, traços leves e harmoniosos, como mostra a imagem abaixo:

Figura 2: (mangá) The wedding even



Fonte: Hozumi – 2012.

O *jousei* carrega de forma mais dramática essa visão que o japonês tem do mundo e do cotidiano para o público feminino mais maduro, no qual essa vertente do mangá se direciona, que acaba se aproximando muito do conto *Helena*, de Machado de Assis, por possuírem público direcionado e linguagem similares.

Mangá e literatura: a origem do leitor

Quando se fala de literatura, é notável que existe uma nova roupagem na linguagem da escrita que o auxilia, sendo eles os quadrinhos. Riche (2010) diz que existem dois conceitos que podem vir à tona, o de contar e o de visualizar. Ela continua dizendo que acabam existindo três áreas dialogando nesse paralelo, o estudo das letras, o das artes e o da comunicação, cada uma com as suas especificidades, podendo contribuir para a reflexão sobre o texto verbal, o texto não verbal/imagem e adaptação.

Barthes (1978) em seu estudo sobre a linguagem criou uma visão de que a escrita tem um olhar de socialização que proporciona novas maneiras de se expressar, embora existam várias outras formas das pessoas se comunicarem além da exclusiva escrita, como gestos e desenhos, como é o caso das histórias em quadrinhos e sua repaginada na leitura convencional.

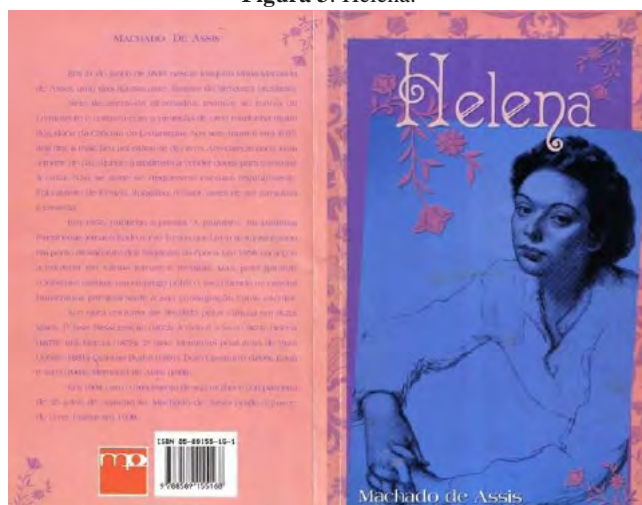
No Brasil isso já se mostra trabalhado, como salienta Vergueiro (2006), que diz que o emprego das histórias em quadrinhos tem encontrado de forma efetiva seu reconhecimento pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) desde o final dos anos 90, trazendo como eixo na sua atuação, a necessidade de aproximação dos leitores em gêneros textuais diversos. Como aponta Silva (2011), o brasileiro não tem um hábito frequente de leitura em sua maioria,

assim, tornou-se necessário alguma espécie de estímulo com outros tipos de expressões, como é o caso da utilização entre o visual e escrito dos próprios quadrinhos.

Com base nisso, foi trabalhado junto a dois alunos do ensino fundamental qual tipo de leitura ele se identificava mais. Foram disponibilizados dois exemplares com obras de linguagens distintas, mas de temas similares, o conto *Helena* e o mangá *The Wedding Eve*.

As obras em questão tratam de conflitos amorosos e sociais, trazendo como foco o desprendimento social e pessoal. Abaixo, uma breve apresentação das duas obras:

Figura 3: Helena.



Fonte: MQ editora - 2006.

A obra *Helena* foi publicada originalmente em forma de folhetim, no jornal “O Globo”, entre os anos de agosto e novembro de 1876. Possui 28 capítulos e seu enredo transcorre de maneira linear. A história narra a vida de Helena, que, considerada uma filha bastarda, é reconhecida e acolhida pela família de seu pai, sua tia e irmão, quando este falece. O romance inicia com uma morte e termina com outra.

Figura 4: The Wedding Eve



Fonte: Comics / Planet Mangá – 2016.

Já a obra *The Wedding Eve* é de autoria de Hozumi e foi lançada no Japão em 2012, reunindo histórias publicadas nas revistas *Flowers* e *Rinka*, da Shogakukan. O título possui apenas um volume. Uma das histórias utilizadas do encadernado nessa pesquisa foi *O espantalho que também sonha*, que narra a história de dois irmãos que perdem os pais e são criados por seus tios que não os tratavam de forma amorosa, mas que foram se habituando com a presença deles. A história se inicia com uma chegada e termina com uma partida. As suas similaridades no enredo das duas histórias foram cruciais para a utilização delas nesse artigo.

A visão de alunos da rede estadual

Ao continuarmos essa discussão, durante o desdobramento da pesquisa de campo, buscamos trabalhar uma aproximação suave das leituras, de forma a satisfazer o leitor. Assim, disponibilizamos aos dois alunos do sétimo ano da escola da rede pública estadual, cópias das obras a serem trabalhadas e pedimos que lessem, deixando claro que ao término seria solicitado a eles que respondessem algumas questões acerca de seu entendimento da obra e dos meios utilizados nelas. Para preservar a identidade dos aprendizes, utilizaremos aqui *aluno 1* e *aluno 2* sempre que nos referirmos a eles e às suas respostas.

O questionário entregue a eles era composto de 10 questões abertas, dando aos sujeitos a possibilidade de discorrerem sobre o assunto, caso quisessem. Porém, ten-

do em mente que não é uma tarefa fácil exigir que crianças explicitem suas opiniões acerca de algum assunto, principalmente em situações como essas, suas respostas acabaram não sendo as mais satisfatórias, dando-nos a ideia de mudança na forma de abordagem em futuras pesquisas.

Procuramos saber como os sujeitos se portaram frente a leitura de ambos os textos e quais pontos mais lhes causaram problemas e/ou que mais lhes chamaram a atenção. Ambos os alunos disseram que não tiveram dificuldades com a leitura do mangá, afirmando que é uma leitura rápida e fácil de compreender, assim como as palavras utilizadas não lhes causaram transtornos a ponto de dificultar a compreensão do decorrer da história. Porém, o mesmo não acontece com o conto de Machado de Assis que, por sua vez, conforme afirmam os estudantes, possui palavras que causaram certa dificuldade na leitura, fato que, de certa forma, é recorrente durante a leitura de obras da literatura brasileira por alunos com grau de formação não muito elevado ou que não possuem o hábito pela leitura.

O *aluno 1* afirmou ter gostado mais da obra Helena, pelo fato desta possuir mais riqueza em detalhes escritos e descrições; diferentemente do *aluno 2*, que disse ter se sentido mais confortável com a leitura do mangá, pois os desenhos facilitaram a compreensão da história e ajudaram a entender a sequência dos fatos, mesmo com quantidade reduzida de texto, se comparado ao conto em prosa. Eles demonstraram que a leitura de Helena foi mais demorada e que o acréscimo do recurso visual seria um adicional interessante na construção da obra, pois chamaria mais a atenção e facilitaria a leitura.

Outro ponto abordado foi a relação dos quadrinhos com o âmbito escolar. Poucos são os professores que se utilizam desse meio para incentivar a leitura nos estudantes. Como foi dito acima, esse gênero é muitas vezes marginalizado quando comparado às outras produções literárias. Professores de literatura buscam fazer com que seus estudantes desenvolvam o gosto pela leitura entregando-os textos que muitas vezes exigem deles uma bagagem de conhecimento que está além do que os alunos podem oferecer, acabando por afastar o estudante da leitura. Perguntamos se eles gostariam que histórias em quadrinhos fossem melhor utilizadas no âmbito escolar, e ambos responderam que sim, pois facilitaria e ajudaria na compreensão da história, assim como o próprio recurso visual é um atrativo que aproximaria os estudantes da literatura.

Um fato que é de nosso interesse continuar investigando é como a utilização de histórias em quadrinhos na escola pode influenciar, ou despertar, o interesse de crianças e adolescentes pela produção artística de qualquer tipo. É comum ver crianças

reproduzindo os desenhos de obras que leem e, assim como os japoneses utilizam como ferramenta para apresentar o mundo como eles visualizam, as crianças fazem o mesmo. Isso seria aproximar a leitura do campo artístico, trazendo uma importância mais significativa na leitura de um quadrinho, ainda mais na fase infanto-juvenil.

Quadrinhos e sua capacidade de aproximar as pessoas das Artes

Os quadrinhos na sua maioria são considerados um corpo estranho dentro dos estudos das artes visuais, assim como diz Mendonça (2011) ela pouco tem representação, sendo consideradas por uns e desconsideradas totalmente por outros e essa junção entre imagens e textos ainda procura dentro do campo das artes visuais o seu reconhecimento devido como modalidade artística, possuindo potencialidades diversas, até mesmo podendo ser uma possibilidade no ensino de Arte no geral.

As histórias em quadrinhos surgem em um contexto em que a própria arte estava sofrendo por fortes transformações, sendo, talvez uma mais importante a mudança do foco em que a arte devia estar baseada numa estrutura artística tradicional, surgindo pelas mãos dos impressionistas e então consolidada pela arte moderna, que “colocava em risco a hegemonia das instituições dominantes” (BUENO, 2001, p. 20), rompendo com esses padrões pré-estabelecidos e formando novas possibilidades das produções artísticas e de massa.

Eisner (1985) relata que a composição de um quadrinho pode ser comparado ao planejamento de um mural, de uma ilustração, de um quadro ou de uma cena teatral. Ao chegar na etapa que ele denomina como “enquadrar”, segue-se um fluxo pré-estabelecido dentro da composição de uma história em quadrinho, considerando vários elementos que o compõem, envolvendo perspectiva e a disposição de todos os elementos de forma harmoniosa. Will Eisner (1985) prossegue afirmando que essas etapas são primordiais para a construção da narrativa e as convenções padronizadas de uma leitura, sempre tendo em preocupação com o tom, a emoção e o que ele chama de *Timing*, que seria o tempo correto que cada ação dentro do quadro deve acontecer. Podemos então entender que todos esses elementos acabam mostrando que a leitura e a composição de uma histórias em quadrinhos pode ser mais complexa na sua leitura convencional com as palavras ou apenas das imagens, sabendo conciliar os dois com sintonias adequadas.

Com o exemplo do nosso cotidiano, o alcance que as histórias em quadrinhos possuem pode ser avaliada de formar imensurável, tendo a ideia que a cultura de massa é algo já estabelecido e de fácil acesso no nosso cenário atual. Como aplicado

em um estudo de Penna (2007) aonde o centro dela é como existe uma aproximação das pessoas na faixa infanto-juvenil, ao retirar as falas contidas nos balões, ele constata que é possível criar uma outra maneira de entender os diálogos através das imagens gerando uma procura maior por parte dos estudados acerca de produções artísticas diferentes, como é o caso do exemplo de pinturas clássicas que representam muitas vezes passagens da história de determinada população, o que acabou criando nelas essa aproximação significativa.

Mendonça (2011) afirma que os quadrinhos podem ser trabalhadas como uma expressão artística, através de suas variadas formas de produção, com diversas técnicas, materiais, gerando nos que procurando produzi-las maiores habilidades e competências, ampliando também a possibilidade um debate sobre a utilização da arte com sua expressão e realizando uma maior consequência positiva em quem faz e quem lê uma história em quadrinhos. O aluno que tem isso dentro no âmbito escolar, acaba por encontrar um amplo espaço através de suas histórias pessoais e de sua forma de ver o mundo, que podem ser expressas a partir da criação de seus personagens e das imagens de suas histórias.

Considerações finais

Neste olhar sobre as narrativas das histórias podemos perceber que há certo interesse dos leitores pelas leituras de apelo visual como os quadrinhos, gerando discussões acerca das pesquisas nas artes que os quadrinhos possam apresentar. Desta forma, a interlocução da linguagem visual do gênero mangá com a escrita literária, possibilita a construção de um canal de aprendizagem criando, assim, nos novos leitores, o hábito pela leitura e pelas artes por meio da narrativa visual.

Contudo, o caminho está apenas começando a ser trilhado carecendo de uma efetiva apresentação de pais e professores para uma herança literária, tanto se tratando de obras da literatura de Machado de Assis a autores japoneses do mercado de mangá, criando assim uma maior colaboração coletiva das informações que cada produto possa ter, de acordo com a expectativa do leitor individual. Essa constatação é evidente ao verificarmos que caracteriza uma construção identitária dos leitores infanto-juvenis com o mangá, a literatura e as Artes visuais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Leonardo Pinto de. **Literatura e Subjetividade**: Reflexões sobre a Linguagem e o exercício da liberdade. Faculdade de Comunicação/UFBa. IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 2008.

ASSIS, Machado de. **Helena**. Rio de Janeiro: MQ Editora, 2006. 3ª ed.

CÂNDIDO, Suely da Silva. O uso de história em quadrinhos (HQs) como ferramenta para o ensino reflexivo de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II. **ANAIAS ELETRÔNICOS III Encontro Interdisciplinar de Língua e Literatura/ENILL**. Itabaiana/SE: Vol.03. 2012.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

EATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995. 201 p. Disponível em: . Acesso em: 14-08-2016.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. FORMIGA, Girlene Marques. **Adaptações de clássicos literários**: uma história da leitura no Brasil. 2009.

FERNANDES, Adriana Hoffmann. **O jovem e o consumo do mangá**: reflexões sobre narrativa e contemporaneidade. UERJ. Sem ano.

FERNANDES, Camila. O capitalismo e o Advento de uma sociedade de consumo. **Revista Eletrônica Colégio Mãe de Deus**. V. 1 N° 1, Setembro, 2010.

HOSUMI. The Wedding Eve. **Tokyo**: Shogakukan, 2012. Ed. Brasileira; São Paulo: Panini Comics, 2016.

LUYTEN, Sonia M. Bibe. **Mangá e animê – Ícones da Cultura Pop Japonesa**. Fundação Japão em São Paulo. 2014.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. O mangá no Brasil.

OLIVEIRA, Bruno Silva de. **Histórias em quadrinhos como recurso metodológico para o ensino de Língua Portuguesa**. Trabalho de conclusão do Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e Literaturas I. UEG – UnU Iporá. Sem ano.

PAZ, Octavio. **Tradução**: literatura e literalidade. Trad.: Doralice Alves de Queiroz. FALE/UFMG, 2009, p. 9-33.

RECALDE, Lucas; CAPITULINO, Catarina Santos; GOMES, Nataniel dos Santos. **Breve análise da adaptação da obra de Machado de Assis Helena**. UEMS. Sem ano.

SILVA, Rafael Laytynher. A Contribuição das Histórias em Quadrinhos de Super-Heróis para a Formação de Leitores Críticos. **Revista Anagrama**: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação. São Paulo. Ano 5 - Edição 1 – Setembro-Novembro de 2011.

SOUZA, Luciana de Castro; GOMES, Nataniel dos Santos. Uso dos quadrinhos em sala de aula: as adaptações de clássicos da literatura a nona arte visita os clássicos. **Revista Philologus**, ano 19, nº 55. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2013.

WALTER, Michelle Takashima. Hagane no Renkinjutsushi: do mangá para animês. **Razón y Palabra – Primeira Revista Eletrônica da América Latina Especializada em Comunicação**. Número 77. Agosto – Outubro de 2011.

TAVARES, Mayara Barbosa. O uso das Histórias em Quadrinhos no contexto escolar: contribuições para o ensino/aprendizado crítico-reflexivo. **Revista Linguagem** – 16º Edição.

VASCONCELLOS, Pedro Vicente Figueiredo. **Mangá-Dô, os caminhos das histórias em quadrinhos japonesas**. Dissertação de Mestrado. PUC- Rio de Janeiro. 2006.

BUENO, Maria Lúcia. **Artes Plásticas no século XX: modernidade e globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MENDONÇA, João Marcos Parreira. **Traça Traço Quadro a Quadro: a produção de histórias em quadrinhos no ensino de Arte**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

PENNA, Rosi Portugal. **Histórias Em Quadrinhos: Discurso e Leitura**. São Paulo: USP, 2007.

FRÉDÉRIC, Louis. **O Japão: Dicionário e Civilização**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

ARTIGO

**CINEMA E MULTINATURALISMO:
ANÁLISE DO FILME DAVI CONTRA GOLIÁS, DE AURÉLIO
MICHILES**

Introdução

O discurso midiático do líder indígena Yanomami Davi Kopenawa é possivelmente uma prática de luta e resistência com ênfase na cultura ameríndia e em sua cosmopolítica. A narrativa ontológica do filme “Davi Contra Golias: Brasil Caim” (1994) tem como destaque a possível construção da imagem étnica positiva do ameríndio, tendo como pano de fundo a luta pelo território, o combate a destruição da natureza, assim como a resistência ao modelo desenvolvimentista imposto pela cultura ocidental.

A cosmologia formulada pela liderança Yanomami traz para o debate a possibilidade de pensar outras naturezas, portanto um multinaturalismo. São outras formas de compreender o planeta, baseadas em epistemologias que desconstroem a lógica ocidental hegemônica e colonizadora, neste particular, por meio de perspectivas resultantes do processo xamânico. O trabalho tem como aporte teórico, textos de Douglas Kellner (2001), Bruce Albert e Davi Kopenawa Yanomami (2002, 2015), Viveiros de Castro (2008, 2010), Bruno Latour (1994, 2004, 2004b) e Boaventura de Sousa Santos (2007, 2008, 2009, 2010).

Cultura da mídia: campo de batalha

A cultura da mídia (Kellner, 2001) promove a difusão de imagens de interesse dos grandes monopólios econômicos de comunicação, muitas vezes financiadas por outros grupos econômicos que trazem uma visão idealista da vida social e cultural nos diversos meios de comunicação. Esta visão é limitada e muitas vezes, passiva e acrítica, resultando em imagens que são produtos da história, do tempo, do lucro e do controle destes meios de comunicação por parte de conglomerados empresariais.

* Graduado em Ciências Sociais (habilitação em Sociologia), Centro de Ciências Humanas (CCH/UFRR); Comunicação Social (habilitação em Jornalismo), Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais (CCLA/UFRR); e Especialização MBA em Marketing (IDAAM/UGF). Email: ederaudiovisual@hotmail.com

A cultura da mídia em todas suas dimensões reproduz ao longo de sua história uma visão de mundo euro-hetero-macho-autoritária, reduzindo o complexo cultural e social ainda em construção da imagem do ibero-afro-ásio-ameríndio, isto é, da construção de imagem de afirmação positiva, por exemplo, dos povos tradicionais e minorias étnicas.

Nesta disputa por espaços de comunicação, estes últimos têm ocupado paulatinamente a agenda midiática, por meio da apropriação de ferramentas da própria mídia, por realizadores com consciência de classe e, neste estudo particular, das populações indígenas atingidas historicamente pelo colonialismo e o imperialismo. Com o barateamento das ferramentas de tecnologia, sobretudo, digitais neste processo de difusão da “sociedade em rede” (CASTELLS; CARDOSO, 2005), tais grupos têm a possibilidade de acessar instrumentos para “fazer” circular suas próprias imagens, representações dos modos de vida e opiniões.

O que tem confrontado a visão hegemônica imperialista, por meio desta projeção de novas imagens e ocupação de espaços midiáticos, é a projeção de sujeitos articulados que discursam a partir de outras noções de natureza, gerando imagens, sons e textos diferentes daqueles construídos pelas epistemologias do Norte (SANTOS, 2007; SANTOS; MENESES, 2009).

Kellner (2001), de forma dialética, nos permite pensar a cultura da mídia como um campo de batalha. O surgimento midiático da fala e da imagem de atores sociais que reivindicam alteração na pauta da mídia, projetando novas práticas de saberes (SANTOS, 2008; 2010) ocupa cada vez mais espaços na mídia, considerando que este tipo de discurso é historicamente negado pelos meios de comunicação de massa. Kellner a partir das proposições que faz sobre os estudos culturais multiperspectivos assinala que a cultura da mídia é industrial e comercial e capitalista, por vezes segmentada, almeja sempre audiência em virtude dos lucros que podem ser obtidos. No entanto, esta mesma cultura da mídia, de forma contraditória, apresenta lutas e tensões na medida em que:

[...] é um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia. [...] A própria mídia dá recursos que os indivíduos podem acatar ou rejeitar na formação de sua identidade em oposição aos modelos dominantes (KELLNER, 2011, pp. 10-11).

O cinema proposto por Aurélio Michiles revela esta preocupação de ocupação da pauta midiática por histórias que ainda não foram contadas, sobretudo pela perspectiva daqueles que não têm acesso aos meios de produção cinematográfica.

A imagem positiva do ameríndio no cinema de Michiles

O filme de curta metragem “Davi contra Golias: Brasil Caim”, disponível na internet no canal do autor¹, é uma obra de gênero documentário produzida em 1994, com 12 minutos de duração, que trata de conflitos sociais ocasionados pelas invasões ilegais de garimpeiros em terras indígenas e da cosmopolítica Yanomami.

Michiles explica² que a entrevista com Davi durou 10 minutos e foi feita em Brasília, quando estava filmando outro documentário intitulado “O Brasil grande e os índios gigantes” (Documentário, 47 minutos, Instituto Socioambiental), sobre as disputas territoriais que envolviam os índios Panará, conhecidos como Krenakarore (PA), ou índios gigantes, lançado em 1995.

Michiles e Davi já se conheciam e, nesta oportunidade, o próprio Davi Kopenawa pediu para o cineasta gravar a entrevista com o intuito de ajudar na luta pela saída dos garimpeiros da região Yanomami. Michiles continuou a trabalhar no documentário citado e, em seguida, apresentou a entrevista de Davi ao Instituto Socioambiental (ISA) em São Paulo (SP), recebendo assim o apoio e iniciando a pesquisa para a produção do filme Davi Contra Golias.

O filme mostra como teria sido a violência ocorrida em agosto de 1993, na comunidade do Haximu, na terra indígena Yanomami, fronteira do Brasil com a Venezuela e sua repercussão midiática internacional. Neste episódio criminoso lembrado no filme, garimpeiros assassinaram 16 pessoas, dentre elas, crianças, mulheres e idosos. A chacina, popularizada na imprensa como “Massacre de Haximu”, foi considerada como crime de genocídio pelo Supremo Tribunal Federal (STF) somente no dia nove de agosto de 2006, após uma disputa jurídica que ameaçava pôr em liberdade os quatro únicos garimpeiros presos pelo crime genocídio e por outros delitos, como contrabando e garimpo ilegal³.

O elemento narrativo central é a fala do líder Yanomami que traduz a relação conflituosa entre índios e garimpeiros. Ele discorre sobre como ocorreu o massacre; e, sobretudo, faz suas formulações que buscam desconstruir a ‘etnificação’ (ALBERT, 2002) criada pelo homem branco no trato com os índios e com a natureza. A fala de Davi Kopenawa permite ao espectador, aproximar-se da cosmologia indígena

¹ Filme disponível no canal CEUVAGEMMichiles, no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=SBAG5cxJj68>, acessado em 14 de abril de 2015.

² MICHILES, Aurélio. Cinema brasileiro. Programa Outras Palavras, 17 de junho de 2016. Entrevista concedida à Éder Rodrigues e professor Linoberg Almeida, na Rádio Universitária FM 95,9.

³ **STF confirma Massacre de Haximu, em Roraima, como genocídio.** Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Justica-confirma-Massacre-de-Haximu-em-Roraima-como-genocidio/5/11021>. Acessado em 11 de setembro de 2015.

Yanomami, exposta neste e em outras dezenas de vídeos disponíveis na internet, assim como nos textos assinados por ele em co-autoria com Bruce Albert (2002, 2015). Esta narrativa de Kopenawa transmitida em livros, vídeos e na imprensa internacional torna-se instrumento imagético de luta e resistência, também refletido no filme de Michiles.

Kopenawa, personagem do filme, desenvolve em seu dia a dia um papel de porta-voz, neste caso, dos Yanomami, defendendo os índios e a natureza. Ressalta-se que a militância de Davi contra a destruição da natureza recebeu o reconhecimento em âmbito internacional, por meio de vários prêmios, fato que despertou o interesse de Michiles também para a produção do filme, segundo ele⁴. Sobre o reconhecimento internacional de seu trabalho, o próprio Kopenawa e Bruce Albert (2015) escrevem:

[...] Em 1988, recebeu o prêmio Global 500 das Nações Unidas, por sua contribuição à defesa do meio ambiente. Em 1989, a ONG Survival International o convidou a receber em seu nome o prêmio *Right Livelihood*, considerado o prêmio Nobel alternativo, por atrair a atenção internacional sobre a situação dramática dos Yanomami no Brasil. Em maio de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (Eco-92 ou Rio-92), obteve finalmente a homologação da Terra Indígena Yanomami por parte do governo brasileiro. Em 1999, foi condecorado com a Ordem de Rio Branco, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, “por seu mérito excepcional”. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 43)

Davi publicou em francês, inglês e português o referido livro sob título “A Queda do Céu” (2015). A obra é “ao mesmo tempo relato de vida, autoetnografia e manifesto cosmopolítico”. (KOPENAWA; ALBERT 2015, p. 43). Com isso, os autores vêm alcançando prestígio nacional e internacional, representando a maior parte dos Yanomami, por meio da Associação Hutukara⁵.

O curta metragem “Davi Contra Golias: Brasil Caim”, como dito, concentra-se na fala de Davi Kopenawa e na tentativa de reconstrução ficcional do massacre. Na época, o texto de apresentação da reportagem do jornal Folha de São Paulo, do dia 03 de outubro de 1993, sob título “Antropólogo revela os detalhes da chacina dos índios ianomâmi”, diz que:

⁴ MOSTRA DE CINEMA UNIVERSITÁRIO: SABERES AMAZÔNICOS. 15 a 17 de junho de 2016. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista (RR). Mesa redonda com Aurélio Michiles sob tema “A pesquisa em cinema e os desafios de filmar na Amazônia”. Boa Vista: UFRR, 15 de junho de 2016.

⁵ FliP 2014 - Marcados: Davi KopenawaYanomami e Claudia Andujar. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Yc51pGyYdMc>. Acessado em 23 de junho de 2016.

[...] As manchetes explodiram no país e no exterior. O governo mobilizou-se, a Polícia movimentou-se, o ministro (da Justiça) visitou Roraima e anunciou-se um ‘ministério’ para Amazônia. (...) mas o fato jamais ganhou contornos nítidos, oculto sob o véu da falta de explicações oficiais que costuma cercar casos semelhantes no Brasil. (FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno Mais! 03 de out.1993, p. 06).

No mesmo texto em seguida, o antropólogo Bruce Albert, que estuda e convive desde os anos 70 os índios Yanomami, de forma breve, contextualiza o leitor e permite a reflexão histórica do problema. “Na origem do massacre de Haximu está uma situação crônica de conflito interétnico criada na área ianomâmi pela presença predatória das atividades garimpeiras”. (IBIDEM, 1993). No livro a Queda do Céu (2105), o antropólogo, que é o tradutor de Kopenawa, contribuindo com a referida publicação, faz a seguinte afirmação sobre o massacre:

[...] O garimpo Amazônico moderno, altamente mecanizado e dispendioso de uma mão de obra tão inesgotável quanto motivada, não tem, em geral, nenhum interesse na força de trabalho dos índios. De modo que os garimpeiros consideram os Yanomami, na melhor das hipóteses, um inconveniente e, na pior, uma ameaça. Se os índios não morrerem de malária ou pneumonia, se não for possível mantê-los à distância com presentes e promessas, resta apenas tentar intimidá-los ou, se não funcionar, exterminá-los. (KOPENAWA; ALBERT 2015, p. 573).

Aurélio Michiles no filme propõe o protagonismo da fala do líder Yanomami na crítica à forma como o não-índio implanta ou deseja o chamado ‘progresso’. Michiles provoca o espectador ao revelar um índio conhecedor do jogo midiático e político-econômico brasileiro e que, portanto, traz para o debate público o dinamismo de um discurso autônomo que desmascara o sensacionalismo ambientalista moderno (LATOUR, 2004).

Alteridade em cena: a crítica Yanomami

Utilizando-se, para as entrevistas do filme, do estilo do cinema direto, o autor do filme propõe inverter a ordem do discurso, no qual o líder Yanomami é quem protagoniza a crítica à forma como o não-índio pensa o dito “progresso. O que está em jogo é a força do discurso ontológico indígena, em sua própria língua, em contraste com a racionalidade lógico-ocidental que, por sua vez, criou um modelo de pensamento de dominação por séculos e que, atualmente, está em crise (SANTOS, 2008; 2010; SANTOS; MENESES, 2009).

O filme documentário Davi contra Goliás, exibido em circuitos alternativos de

exibição, como salas de aulas, universidades⁶, festivais e cineclubes, traz à tona a crítica xamânica à economia política da natureza e, possivelmente, torna-se um exemplo de desconstrução de discursos hegemônicos, sobretudo, vinculados à mídia de caráter etnocêntrico. A crítica projetou-se por meio do trabalho científico redigido por Bruce Albert e Davi Kopenawa (2002, 2015), a partir dos relatos da história de vida de Davi e sua relação com o xamanismo.

Na crítica, nota-se que tal postura é um reflexo do que Bruce Albert (2002) chama de “emergência do discurso político indígena” dentro do debate político nacional, considerando as lutas dos povos indígenas contra a “segunda conquista” da fronteira amazônica e as consequências provenientes do desenvolvimentismo econômico.

A crítica está inserida em um momento histórico, no qual se faz necessária a autoafirmação étnica, a partir do discurso político dos líderes indígenas brasileiros, frente ao crescimento do ambientalismo, presente na sensibilidade política dos países industrializados, considerando a pressão dos interesses econômicos sobre as terras da Amazônia, sobretudo, pela exploração do subsolo.

Um dos aspectos destacados na cosmologia Yanomami, refletida no filme de Michiles, é a apropriação discursiva por parte do líder xamã de categorias de “etnificação” do homem branco, como “território”, “cultura e “meio ambiente” (ALBERT, 2002, p. 242) e a reelaboração cosmológica de fatos e efeitos advindos do contato interétnico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p.19; 1972, p.15). Davi Kopenawa tem noção do discursivo político étnico criado pelos não-índios, indo para além dele (ALBERT 2002, p. 245).

A partir dos pressupostos do próprio discurso político dos não-índios sobre a natureza, denominada por eles de “meio ambiente”, o líder xamã cria uma articulação das realidades ou das naturezas, elaborando um discurso ontológico em defesa dos povos indígenas (ALBERT, 2002, p. 245), motivo ao qual, segundo o texto, faz nascer “os grandes líderes interétnicos” (IBIDEM, 2002, p. 242). O líder xamânico, nesta ‘antropologia reversa’, (WAGNER, 2010), traz para o debate, por meio do texto e do filme de Michiles, o fetichismo do ouro, ao mesmo tempo em que lança mão de críticas às preocupações do ecologismo pós-moderno dos brancos, sendo ele, o observador e analista.

Davi reivindica o direito ao uso exclusivo do território tradicional, ao utilizar a terminologia *uribi noamã* (ALBERT 2002, p.247), que significa ‘proteger’ e ‘recusar a entregar’, considerando a semelhança com o aspecto jurídico nacional que trata das

⁶ MOSTRA DE CINEMA UNIVERSITÁRIO: SABERES AMAZÔNICOS. 15 a 17 de junho de 2016. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista (RR).

demarcações e o aspecto ambiental, ao abordar a proteção das florestas. Davi critica o simulacro visual usado pelos não-índios, que se dá por meio da escrita e que, portanto, não permitiria que os mesmos “vejam” a floresta como ela é, na sua essência, possibilidade permitida somente aos xamãs Yanomami.

Tal percepção se dá por meio da relação com os próprios meios encontrados na natureza, por exemplo, no caso Yanomami, pelo ritual de inalação de uma substância em pó extraída de árvores, denominada *yekuana*. Para Davi não se trata de *proteger para consumir*, mas de *ser um com* a natureza. Neste sentido, para ele, os brancos são, metaforicamente, os espíritos canibais onipresentes na Amazônia. É assim que o líder Yanomami desenvolve seu pensamento e sua tradução xamânica, agregando as realidades provenientes do contato e alertando sobre as futuras situações climáticas, resultantes das intensas atividades econômicas que provocam a destruição da natureza, doenças e o efeito estufa.

Cesarino (2014) afirma que o texto publicado por Davi Kopenawa em co-autoria com Bruce Albert, trazido pelo filme, revela muito mais que os relatos de experiências xamanísticas, história de vida ou os episódios trágicos resultantes do contato interétnico (CESARINO, 2014, p. 207). A esta altura a sociedade não indígena pode ver a capacidade de argumentação sobre a “destruição, a morte e o conhecimento” dos pajés e/ou xamãs Yanomami, um entendimento da manutenção de si e, possivelmente, de todos, a partir da relação com a alteridade, prova de autonomia intelectual e ontológica do povo Yanomami.

Davi Kopenawa ao longo das entrevistas no filme repudia e ridiculariza a exploração dos recursos naturais e os mecanismos de progresso do não-índio nas terras indígenas. O diretor propõe uma estética fílmica subjetiva e, por vezes, poética, combinando músicas de rituais Yanomami, sons da floresta, fumaça, imagens de protestos pelo mundo contra o genocídio Yanomami, telejornais e recortes de manchetes de jornais manchados com tinta de cor vermelha, representando sangue indígena.

Davi Kopenawa, munido de arma branca em uma das cenas do filme, fala a partir de sua cosmologia que os “brancos canibais”, (garimpeiros e mineradoras) serão vingados pelos espíritos dos pajés por destruírem seu povo e a natureza. Portanto, o que pode ser visto é a inquietação de uma sociedade de pequena escala, porém complexa como todas as outras, notadamente cansada de ser violentada por crimes e invasões no território que projeta sua perspectiva cosmopolítica.

Este fato resulta no surgimento midiático de sujeitos que buscam a auto-representação nos meios convencionais do ocidente para narrar a própria história e serem ouvidos. O antropólogo italiano Massimo Canevacci, no prefácio da obra intitulada *Democracia Audiovisual* (2005), nos permite pensar o surgimento de espaços mul-

timídias, sobretudo, visuais destinados a reprodução de subjetividades dos povos ameríndios:

[...] O tempo no qual o poder de narrar o outro pertencia ao jornalista, ao diretor, ao cientista social terminou. Agora as novas subjetividades – geralmente baseadas na sua identidade em mutação, identidade múltipla, identidade fluída e híbrida – têm toda a força para representar-se com as suas próprias linguagens e suas próprias visões”. (Martinez, 2005, p. 08).

Mesmo sem notarmos qualquer referência a uma perspectiva de apropriação e uso crescente da comunicação visual por parte dos povos ágrafos, o filósofo francês Jean Paul Sartre, no prefácio da obra *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon (1968), aponta para um novo processo em curso que mudaria a compreensão da história mundial sobre tais povos. “As bocas passaram a abrir-se sozinhas; as vozes amarelas e negras falavam ainda do nosso humanismo, mas para censurar a nossa desumanidade”. (FANON, 1968). Fanon (1968), em seguida complementa que:

O colono faz a história e sabe que a faz. E porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica de modo claro que ele é aqui, o prolongamento dessa metrópole. A história que escreve não é, portanto, a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado. A imobilidade a que está condenado o colonizado só pode ter fim se o colonizado se dispuser a pôr termo à história da colonização, à história da pilhagem, para criar a história da nação a história da descolonização. (FANON, 1968, p. 38).

A comunicação midiática, neste particular, o cinema, é o instrumento utilizado pelo diretor do filme analisado em um possível processo de reconquista de espaços de comunicação social em simetria com a opinião do ameríndio Yanomami.

Multinaturalismo refletido nas telas

A complexidade e subjetividade do pensamento dos ameríndios estão cada vez na pauta dos estudos das Ciências Humanas, por exemplo, na dimensão da categoria sociológica “conhecimento-emancipação”, que diverge do “conhecimento regulação” (SANTOS, 2007). A primeira categoria diz respeito ao pensamento dos povos não-ocidentais que ganham espaço na mídia, na literatura e na ciência dita “válida”. Por sua vez, o conhecimento-regulação está vinculado às epistemologias do Norte que, como pontua Santos (2007), é o pensamento hegemônico dominante proveniente da Europa e América do Norte.

Tal complexidade também pode ser entendida e aprofundada, a partir da noção de multinaturalismo, que considera os “humanos e várias naturezas” e não apenas “vários tipos de humanos e uma única natureza”, como nos modelos de alteridade estudados pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (VIVEIROS DE CASTRO, 2002a; 2002b).

O autor problematiza a questão da dinâmica identitária ao tratar do que ele chama de ‘economia da alteridade’ em processos rituais, como por exemplo os dos índios *araweté*, na Amazônia oriental, quando estes tratam da relação dos guerreiros com suas vítimas (VIVEIROS DE CASTRO, 2002b, p. 267). “A fusão entre matador e o inimigo pressupõe um devir-outro do primeiro: o espírito de sua vítima jamais o deixa. Assim que mata seu inimigo, as armas do matador devem ser afastadas dele; o espírito do morto, tomado de sentimento de vingança, inspira-lhe um furor homicida capaz de virá-lo contra os seus”. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002b, p. 279).

Por outro lado, também trata deste ‘perspectivismo’ citando as observações de Peter Gow (GOW, 2000 *apud* VIVEIROS DE CASTRO 2002a, p. 138), sobre a conversa cotidiana testemunhada por Gow, entre uma professora da Missão da aldeia Santa Clara e uma mulher do povo Piro, da Amazônia Peruana. A mulher Piro recusa dar água fervida para as crianças por indicação da professora, uma vez que as crianças Piro tem “corpos” diferentes dos brancos e por isso desenvolvem diarreia ao consumir a água. Isto posto, indica que [...] a anedota da água piro não reflete uma *outra* visão de um *mesmo corpo*, mas um outro conceito de corpo, cuja dissonância subjacente à sua hominímia com o nosso é, justamente, o *problema*. [...] o conceito Piro de corpo pode não estar, tal o nosso, na alma, isto é, na ‘mente’, sob um modo de uma representação de um corpo como perspectiva. (IBIDEM, 2002, p. 140).

No ciclo de palestra promovido pelo programa Café Filosófico, exibido na TV Cultura, denominada a Morte como Ritual⁷, Viveiros de Castro falou sobre o perspectivismo ameríndio e multinaturalismo, permitindo uma compreensão a partir da noção de morte que contribui para este debate sobre alteridade. A morte, segundo Viveiros, não é repugnante para os índios, ou seja, não gera medo. São os mortos que vão representar um problema para os índios, porque coloca imediatamente no horizonte deles, o lado não-humanos dos humanos.

O devir não-humano do humano, explica Viveiros de Castro, é a transformação, pela morte, dos vivos em mortos. A morte não rompe a relação do morto com o vivo, mas vai reforçá-la e agora são os mortos que vão governar o mundo dos vivos,

⁷ PALESTRA: A MORTE COMO QUASE ACONTECIMENTO. Viveiros de Castro. Ciclo de palestras: A morte como ritual, organizado pela CPFL Energia, Capinas (SP), exibido no programa Café Filosófico, s.d. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nz5ShgzmuW4>, acessado em 19 de abril de 2015.

conferindo identidade aos grupos de parentesco e se tornando uma fonte de identidades, funcionando também como um dispositivo de criação de diferença entre os vivos. “É pelo morto que se define o vivo, neste sentido, os vivos querem a boa vontade dos mortos”, diz Viveiros de Castro.

No texto de Fabiane Borges intitulado “Prolegômenos para um possível tecnoxamanismo”⁸, a autora reflete sobre o pensamento de autores como Latour⁹ e Viveiros de Castro (2002, 2010), buscando caminhos para a compreensão do lugar do xamanismo neste cenário de crise epistemológica. Diz a autora:

[...] É uma guerra de valores sobre qual mundo se quer viver. Uma minoria ecológica considerada fanática e catastrofista de um lado e do outro lado os adoradores de Xawara, os amantes do metal, os que garantem nossa atual idade geológica que é o antropoceno, o fim da biodiversidade, das florestas, dos rios, que promovem a tatuagem humana por toda a superfície da Terra. [...] De um lado esses pobres, sujos, vagabundos, preguiçosos, demorados, subjetivistas, infantis, hippies, *losers*, perdedores, fracassados, espiritualistas, bárbaros. De outro os urbanos, comprometidos com a modernidade, com o crescimento, desenvolvimento, enriquecimento, segurança, produtividade, objetividade, expansionismo. (BORGES, s.d. p. 07).

Borges (s.d) ao tratar do perspectivismo na obra de Viveiros de Castro (2010), aponta que “[...] se o perspectivismo for somente uma especulação filosófica, por não contemplar a diversidade do pensamento ameríndio, eu diria que é uma ficção necessária e que faz todo o sentido de ser pensada no atual momento em que estamos vivendo”. (BORGES, s.d, p.10).

Neste sentido, o perspectivismo enquanto proposta teórica é uma inversão ontológica, “[...] uma mudança de paradigma filosófico. É uma crítica contundente ao antropocentrismo, é um ponto de vista de mundo que põe em cheque a estrutura do pensamento ocidental. Ele questiona o lugar que o humano ocupa em meio a tantas outras existências.” (IBIDEM). É como acentua Bruno Latour (2004):

O problema é: será que podemos viver no mesmo planeta, sabendo que temos definições completamente diferentes sobre o planeta, sobre o que é viver e o que é estar junto? [...] O fundamentalismo é o modernismo amputado de seus híbridos, que agora se volta contra os modernos e os aterroriza – com razão.” (LATOUR, 2004, pp. 405; 412.)

⁸ **Prolegômenos para um possível tecnoxamanismo.** Disponível em <https://catahistorias.files.wordpress.com/2014/03/prolegc3b4menos-para-um-possc3advel-tecnoxamanismo.pdf>. Acessado em 16 de abril de 2016.

⁹ A autora cita a referência: Bruno Latour - *Warandpeace in an age of ecological conflicts*. Paris - Lecture prepared for the Peter Wall Institute Vancouver – 2013.

No filme documentário de Michiles, o líder Davi Kopenawa parece-nos sugerir a proteção e a defesa não apenas da natureza, mas a afirmação de uma ontologia, neste caso, do ameríndio Yanomami, na medida em que enfatiza sua condição humana, no processo de 'luta' contra a sua negação. Esta luta não se apresenta apenas como uma luta de classes, mas tratar-se-á de uma luta de imagens.

Davi Kopenawa Yanomami representa, neste contexto, uma das figuras pró-ativas da imagem positiva do ameríndio frente à expansão capitalista e à cultura ocidental etnocêntrica midiática nestes processos de violência étnica e invasão de território. Por meio de seu discurso projetado pela mídia, é possível perceber mais que apenas denúncias sobre a destruição do planeta e sobre a nossa desumanidade, mas a compreensão de novas ontologias.

Referências bibliográficas

ALBERT, Bruce. O Ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita. **Pacificando o Branco: Cosmologias do contato do norte-amazônico**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado. 2002. pp. 239-274.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da Comunicação Visual**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora. 2001.

_____. Prefácio, In: MARTINEZ, André. **Democracia audiovisual: uma proposta de articulação regional para o desenvolvimento**. São Paulo Escrituras; Editora; Instituto Pensarte, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. In: **Caminhos da identidade: ensaios sobre identidade étnica e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp. 2006. pp. 19-57.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O índio e o mundo dos brancos**. 2ª ed. Brasília (DF): Editora da UNB, 1972.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política. **Conferência**. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005.

CESARINO, Pedro de Niemeyer. Conflitos ontológicos e especulações xamanísticas em La Chute du ciel: de Davi Kopenawa e Bruce Albert. In: **Hau – Journal of Ethnographic Theory**. Harvard University Press, 2014. pp. 205-212.

FABIANE, Borges M. **Prolegômenos para um possível tecnoxamanismo**. Disponível em <https://catahistorias.files.wordpress.com/2014/03/prolegc3b4menos-para-um-possc3advel-tecnoxamanismo.pdf>. Acessado em 16 de abril de 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1968.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica**. Ed. 34. Rio de Janeiro: Coleção Trans..1994.

_____. **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. **Entrevista: por uma antropologia de centro**. MANA 10(2):397-414, 2004b.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1997.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: Edusc, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. Vol. 01. São Paulo: Cortez Editora. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3a ed. Vol. 4. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Pela Mão de Alice**. 12a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS. Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. Mana 8 (1) 113-148, 2002a.

_____. **A inconstância da alma selvagem**. - e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002b.

_____. E. & R.B. Araújo. Romeu e Julieta e a origem do Estado, in: VELHO, G. (ed.) **Arte e Sociedade: Ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar. s/d pp. 130-169.

_____. O Intempestivo, ainda. In: **Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

_____. **Xamanismo transversal**: Lévi-Strauss e a cosmopolítica amazônica. In:

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Rio de Janeiro: Cosac Naify. 2010.

ARTIGO

CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL DO INSTITUTO INSIKIRAN DA UFRR PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM RORAIMA

Introdução

As políticas de educação escolar indígena, vigentes no Brasil, resultaram de uma agenda de reivindicações pautadas pelo movimento indígena, durante os anos finais de 1970 a 1990. Nesse período, os povos indígenas, apoiados por instituições indigenistas, mobilizaram-se em prol da defesa de seus direitos originários, incluindo o reconhecimento a propriedade intelectual sobre os saberes e ao patrimônio material por eles produzidos, bem como a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue.

As conquistas advindas da participação do movimento indígena em processos decisórios de planejamento e gestão de políticas sociais podem ser vislumbradas na Constituição Federal de 1988 (CF/88), com ênfase aos artigos 210, 215, 231 e 232, os quais perpassam diretamente a implantação e organização de ambientes escolares nas comunidades indígenas.

Com base nos dispositivos legais instituídos pela CF/88, garantiu-se a inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º 9.394 de 20, de dezembro de 1996 (LDB 9394/96), de preceitos (artigos 3º, 26, 78 e 79) que garantem às escolas indígenas um processo educativo diferenciado e respeitoso de sua identidade cultural e bilíngue.

A fim de cumprir o disposto na legislação, o Ministério da Educação reuniu professores indígenas, representantes de organizações indigenistas, antropólogos, além de técnicos vinculados à defesa de uma educação indígena diferenciada, para a elaboração de diretrizes que indicassem um norte às escolas indígenas na construção de seus Projetos Pedagógicos: o Referencial Curricular Nacional para as Escolas In-

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática - Rede Amazônica de Educação em Ciências - REAMEC (Polo Acadêmico da UEA), professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, e-mail: ivonemedeiros@ifrr.edu.br

** Professora Doutora da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, e-mail: josefinabk@gmail.com

dígenas, publicado em 1998. Esse documento apresenta orientações de cunho geral, abordando temáticas comuns a todos os professores e contextos escolares, sem com isso deixar de incentivar a construção de currículos próprios, construídos a partir da realidade sociocultural e histórica de cada grupo étnico.

Vê-se, pois, que as diretrizes atuais para a organização do currículo nas escolas indígenas coadunam-se com as expectativas e modo de vida das comunidades étnicas. Mas para que se concretizem faz-se necessário que a formação de seus professores siga os mesmos parâmetros definidos para o ensino em todos os níveis de educação ofertados para as populações indígenas.

Assim, a partir da definição dos princípios filosóficos, pedagógicos e metodológicos para a construção do processo educacional nas escolas indígenas, as instituições de ensino superior, responsáveis pela formação de professores, passaram a organizar cursos de licenciatura intercultural, direcionados a atender aos atores a quem caberá a articulação entre os saberes da cultura da etnia da qual faz parte e os conhecimentos universais já institucionalizados pela ciência no âmbito da academia. Com base nessas Diretrizes, as instituições públicas de Roraima passaram a desenvolver projetos de cursos de magistério indígena em nível médio e superior.

Neste trabalho, nosso enfoque será o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, ofertado pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR), buscando analisar os fundamentos filosóficos e metodológicos de sua proposta pedagógica; identificar as possíveis contribuições do currículo ali desenvolvido para a práxis docente dos professores indígenas, habilitados para atuarem em uma das seguintes áreas: Comunicação e Artes, Ciências da Natureza ou Ciências Sociais.

Bases legais da formação de professores para a educação indígena

De acordo com D'Angelis (2003, p.34), tem-se que pensar a formação de professores indígenas como sendo, acima de tudo, formação de profissionais para atuação na educação básica, sem desconsiderar que o professor indígena encontra-se inserido profundamente nas raízes da cultura de sua etnia.

Na visão de Meliá (1999) e Silva (2005), o interesse da comunidade na formação de um “bom” professor, deve-se ao fato de acreditarem que, assim, também será um “bom” homem, uma liderança capaz de defender os anseios de seu povo, lutar pelos direitos coletivos e pelo fortalecimento da cultura, e assumir projetos para manutenção e perpetuação de seus saberes tradicionais.

Por essa linha de pensamento, a formação do professor indígena não pode ocorrer de forma fragmentada. Ela deve ser intercultural, desenvolvida visando o fortalecimento e/ou construção de identidades, conceitos, valores, de forma corporativa nos espaços de atuação pessoal, social, político, cultural e profissional, ou seja, “o ideal é que a formação ocorra num processo articulado fora e dentro da escola”. (FUSARI, 1999, p. 19).

Isso implica reconhecer que a necessidade de habilitar o professor para além do ensino de conhecimentos técnicos e científicos. Se faz necessário práticas para o reconhecer e valorizar os saberes tradicionais do povo onde a escola está inserida, pois este é o diferencial da escola indígena, ou seja, uma formação para um ensino plural, local e global simultaneamente.

Vê-se, pois, que qualificar e titular professores indígenas, propiciando a conclusão da escolarização básica em serviço e oferecendo-lhes a oportunidade de vivenciar a formação intercultural, envolve uma complexidade que exige uma pedagogia diferenciada, com metodologias de ensino capazes de garantir que esse professor práticas docentes interculturais, bilíngues, diferenciadas e específicas, conforme preceituam as leis educacionais.

A educação indígena se caracteriza pelos processos tradicionais de aprendizagem de saberes e costumes característicos de cada etnia. A educação indígena é responsável pelo fortalecimento das tradições, costumes e saberes específicos da comunidade, da etnia a qual o indivíduo pertence.

As políticas públicas para a educação escolar indígena tiveram início com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu uma nova postura de reconhecimento e valorização dos povos indígenas (BRASIL, 2010). Até então, pensava-se em uma escola para índios que promovesse a homogeneização da sociedade brasileira, transmitindo os conhecimentos valorizados pela sociedade de origem europeia. As línguas indígenas eram consideradas apenas um meio de facilitar a tradução e a aquisição dos conhecimentos dos conteúdos valorizados pela cultura nacional vigente (MEC, 1998).

A CF/88 passou a assegurar às comunidades indígenas o direito a uma educação escolar diferenciada e à utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Nesse contexto, o professor indígena assume o papel de interlocutor, intérprete entre culturas, mas é também aquele que resguarda a identidade de seu povo, é o sábio que transita em dois mundos, conferindo ao povo indígena a possibilidade de “tornar-se brasileiro”, mantendo-se índio.

Com a Constituição Brasileira de 1988, o discurso oficial institui uma educação escolar para os indígenas, a chamada *educação escolar indígena*, fundamentada no uso de processos próprios de aprendizagem para cada etnia, caracterizando-a como uma *educação comunitária, diferenciada, bilíngue e intercultural*, consubstanciando-se na LDB.

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º 9.394, as populações indígenas também tiveram asseguradas uma educação diferenciada (artigos 3º, 26, 78 e 79), apontando a necessidade de curso de formação específica para os professores indígenas. Coerente com a afirmação do princípio de reconhecimento da diversidade cultural, a LDB define como um dos princípios norteadores do ensino nacional o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, garantindo às escolas indígenas um processo educativo diferenciado e respeitoso de sua identidade cultural e bilíngue.

O § 3º do Art. 32 assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. O Art. 78 afirma que a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue, visando à reafirmação de suas identidades étnicas, à recuperação de suas memórias históricas, à valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional.

Logo, o Art. 78 (BRASIL,1996) prevê aos índios “... o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas.” *Específica e Diferenciada* porque entende-se que se deve levar em consideração a particularidade de cada povo indígena; *Bilíngue/Multilíngue* porque deve relevar a língua nativa dos indígenas e a língua portuguesa; *Intercultural* porque deve manter e reconhecer a diversidade cultural e linguística de cada povo, promover a comunicação de experiências socioculturais, não considerando uma cultura superior a outra; *Comunitária* porque é conduzida pelas escolas indígenas, obedecendo seus calendários e liberdade de decisão.

O Art. 79 prevê que a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino estaduais e municipais no provimento da educação intercultural às sociedades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa (...) planejados com audiência das comunidades indígenas (...), com os objetivos de fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna (...) desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades (...), elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Entre a LDB e o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, encontram-se os seguintes marcos regulatórios:

- a) Portaria Interministerial MJ e MEC nº 559/91 – que estabelece a criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena (Neis) nas Secretarias Estaduais de Educação, de caráter interinstitucional com representações de entidades indígenas e com atuação na Educação Escolar Indígena. Define como prioridade a formação permanente de professores índios e de pessoal técnico das instituições para a prática pedagógica, indicando que os professores índios devem receber a mesma remuneração dos demais professores. Além disso, são estabelecidas as condições para a regulamentação das escolas indígenas no que se refere ao calendário escolar, à metodologia e à avaliação de materiais didáticos adequados à realidade sociocultural de cada sociedade indígena.
- b) Resolução CNE/CEB nº 003/99 – Estabelece diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. No Art. 1º estabelece “no âmbito da Educação Básica, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica”..
- c) Lei nº 10.172/01 – Plano Nacional de Educação – Cap. 9, Educação Indígena. Este capítulo está dividido em três partes de modo que na primeira encontramos um rápido diagnóstico de como tem ocorrido a oferta da educação escolar aos povos indígenas. Na segunda, são definidas as diretrizes para a educação escolar indígena. E na terceira parte, estão os objetivos e metas que deverão ser atingidos, a curto e longo prazo. Entre os objetivos e metas previstos no Plano Nacional de Educação destaca-se a universalização da oferta de programas educacionais aos povos indígenas para todas as séries do ensino fundamental, assegurando autonomia para as escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso dos recursos financeiros, e garantindo a participação das comunidades indígenas nas decisões relativas ao funcionamento dessas escolas. Para que isso se realize, o Plano estabelece a necessidade de criação da categoria escola indígena para Educação Indígena.
- d) Resolução CNE nº 001/04 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.
- e) Decreto Presidencial nº 5.051/04 - Promulga a Convenção nº 169 sobre “Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989. Segundo a mesma, os governos deverão assumir, com a participação dos povos interessados, a responsabilidade de desenvolver ações para proteger os direitos desses povos e de garantir o respeito à sua integridade. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculo ou discriminação.
- f) Referencial Nacional para as Escolas Indígenas de 1998 - tem por objetivo oferecer subsídios para a elaboração de projetos pedagógicos para as escolas indígenas e, assim, melhorar a qualidade do ensino e a formação dos alunos indígenas como cidadãos.

Nessa perspectiva, de acordo com o Art. 9º do Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, a formação de professores indígenas será desenvolvida no âmbito das instituições formadoras de professores e será orientada pelas diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena. Nesse sentido, os cursos de formação de professores indígenas darão ênfase à:

- I - constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes apropriadas para a educação indígena;
- II - elaboração, ao desenvolvimento e à avaliação de currículos e programas próprios;
- III - produção de material didático; e
- IV - utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa. (Art. 9º, § 1º, Decreto nº 6.861/2009)

Observa-se que o discurso oficial cria as Diretrizes para a educação escolar indígena, nesse processo encontramos um professor forjado como o maestro da educação: a ele cabe selecionar os saberes da cultura da etnia da qual faz parte explorando-os, problematizando-os à luz dos saberes, das verdades universais da ciência.

Com base nessas Diretrizes, analisou-se os fundamentos filosóficos e metodológicos da proposta pedagógica do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFRR procurando identificar suas contribuições para a prática docente dos professores indígenas que atuam nas escolas da rede estadual de ensino e de que maneira os saberes dos cursistas das diferentes etnias são considerados durante o desenvolvimento do referido curso.

A UFRR e a formação de professores indígenas em Roraima

A Lei Complementar 041/01, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação no Estado de Roraima, assegura o direito aos povos indígenas a educação específica e diferenciada e de qualidade.

Nessa perspectiva, a formação superior específica para professores indígenas vem sendo realizada pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), por meio do Instituto Insikiran, que oferece o Curso de Licenciatura Intercultural em períodos de férias.

O Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena foi criado pela Resolução nº 009, em 13 de agosto de 2009, via Conselho Universitário, como uma unidade administrativa e acadêmica, vinculada à Universidade Federal de Roraima. No entanto, antes de se transformar em instituto fora núcleo, criado em 2001. Desta forma, a UFRR foi a primeira instituição federal a oferecer licenciatura intercultural.

Tem como missão oferecer cursos em nível superior de graduação e sequenciais, de pós-graduação e de extensão, bem como, apoio técnico-profissional voltado para a educação básica, observada a demanda dos indígenas, dos municípios e do estado de Roraima.

Para desenvolver suas ações, a estrutura organizacional do Instituto Insikiran abrange órgãos deliberativos, executivos, administrativos e suplementares. Os órgãos deliberativos são constituídos pelo Conselho do Instituto, pelo Colegiado Acadêmico do Instituto e por seus Colegiados de Cursos de Graduação. Os órgãos executivos são formados pela Direção Geral, Coordenações dos Cursos de Graduação, Coordenação de Extensão e Coordenação de Pós-graduação. Já os órgãos administrativos são formados por Coordenação de Gestão Administrativa, Setor de Logística e Secretaria Geral. Os órgãos suplementares são compostos pelo Centro de Documentação e pela Casa do Estudante e da Cultura Indígena.

O Instituto Insikiran se caracteriza pela atuação político-pedagógica de formação profissional dos indígenas, de modo específico, diferenciado e intercultural. Contudo, poderá oferecer atividades de formação à população em geral, visando divulgar os princípios da interculturalidade e a realidade dos povos indígenas.

Suas ações são orientadas pelos seguintes princípios: valorização dos saberes indígenas no processo de construção de conhecimentos nas atividades e instâncias do Instituto Insikiran, em atenção à educação superior indígena; implementação da educação superior indígena em diálogo com as comunidades e organizações indígenas de Roraima; formulação de políticas públicas em atenção aos povos indígenas e a sociedade em geral; defesa dos direitos dos indígenas; articulação da teoria e prática na formação e atuação dos alunos indígenas.

Dentre as finalidades do Instituto Insikiran, estão:

- formar e aperfeiçoar profissionais para atuar nas áreas de interesse dos povos, comunidades e organizações indígenas;
- promover a formação por meio da pesquisa, do desenvolvimento científico e técnico, respeitando os conhecimentos indígenas;
- atuar no campo da extensão junto às comunidades e organizações indígenas de Roraima;
- assessorar as comunidades e organizações indígenas na implementação de seus projetos e programas de acordo com as linhas de atuação do Instituto;
- assessorar as escolas indígenas na elaboração e revisão de suas propostas político-pedagógica e curriculares, no âmbito da Educação Básica, bem como apoiar a formação profissional técnica no ensino médio, por meio de projetos específicos;
- ser foro interinstitucional para discussão, esclarecimento e busca de alternativas educacionais e suas correlações com as problemáticas indígenas. (UFRR, PPP, 2008)

O Instituto Insikiran, em articulação com as comunidades, organizações indígenas e a sociedade em geral, tem definido como objetivos prioritários:

- formar professores e estudantes indígenas em nível superior, de acordo com as especificidades culturais e necessidades das comunidades indígenas;
- elaborar as propostas curriculares dos cursos de formação superior oferecidos pelo Instituto, contemplando as demandas das comunidades indígenas, com a inclusão de seus conhecimentos;
- desenvolver ações de avaliação das políticas e programas destinados aos indígenas;
- assessorar as comunidades e escolas indígenas, na elaboração, implementação e avaliação de suas propostas político-pedagógica e curriculares, bem como, nas questões de gestão da educação;
- apoiar na formação dos alunos indígenas do ensino médio, por meio de ações específicas;
- estimular o ingresso de indígenas no corpo docente do Instituto;
- promover a discussão em torno de pesquisas – e da relevância destas – e atividades em geral, que envolvam os povos indígenas, para que estas tenham previamente o consentimento das organizações e comunidades, com o apoio do órgão indigenista oficial, de acordo com a legislação vigente;
- promover atividades de extensão que tragam benefícios às comunidades indígenas envolvidas;
- propiciar meios para o acesso a conhecimentos técnicos, científicos, artísticos, humanísticos e culturais produzidos e acumulados pela humanidade. (UFRR, PPP, 2008)

De acordo com a organização didática do Instituto Insikiran, o ensino é ofertado mediante a realização de cursos, programas e outras atividades didático-pedagógicas multipresenciais, científico e artístico-culturais, compreendendo as categorias: educação superior, pós-graduação e educação permanente.

O foco desse estudo é a análise documental da proposta pedagógica do Curso de Licenciatura Intercultural ofertado pelo Instituto Insikiran da UFRR e suas contribuições para a Formação de Professores Indígenas em Roraima.

Resultados e discussão

A partir desse ponto, passamos a análise da proposta pedagógica do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena ofertado pelo Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima, que se fundamenta em experiências inovadoras pautadas no diálogo estabelecido entre as organizações, as comunidades indígenas e as diversas instituições oficiais de ensino no estado.

O Projeto Político Pedagógico é o instrumento que possibilita que a comunidade indígena expresse qual escola deseja, de que forma a escola deve atender aos seus

interesses, como ela deve ser estruturada, e como ela se integra à vida e aos projetos comunitários.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima, aprovado pela Resolução nº 017, em 6 de dezembro de 2002, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, foi elaborado com a participação de várias entidades que trabalham com a educação indígena.

É resultado de seminários e encontros realizados envolvendo organizações não governamentais, lideranças indígenas, representantes comunitários, assessores e consultores convidados com o apoio do Ministério da Educação, FUNAI e Secretaria Estadual de Educação e, especialmente, organizações indígenas, levando em consideração a definição do perfil do curso, no qual discute a educação a partir do princípio da interculturalidade, com o intuito de propiciar formação adequada para que os professores indígenas construam sua própria educação escolar.

A execução do Curso de Licenciatura Intercultural tem duração de 5 anos. Os dois primeiros anos são destinados a formação comum, cuja abordagem perpassa uma orientação pedagógica específica articulada com as três áreas de concentração a serem cursadas nos três últimos anos, a saber: Ciências Sociais, Comunicação e Artes ou Ciências da Natureza.

A formação pedagógica específica dos cursistas é trabalhada, prioritariamente, nos dois primeiros anos e está organizada da seguinte forma: a) Fundamentos legais da educação escolar indígena; b) Sistemas de ensino e a gestão escolar indígena; c) Formação de professores; d) Material didático I; e) Identidade Regional e; f) Diversidade de linguagens e políticas Linguísticas. Nessa etapa são abordados os temas mais relevantes para a formação do professor, os quais foram levantados a partir das assembleias, encontros e seminários promovidos em parceria com as lideranças, professores, comunidades indígenas e as instituições participantes.

As áreas de conhecimento assumem a forma de Projetos Pedagógicos, definidos a partir da problematização das situações concretas das comunidades indígenas. Cada projeto pedagógico tem um Tema Contextual, que é abordado de forma transdisciplinar. No Mapa Conceitual Mínimo são identificados os conteúdos curriculares que serão trabalhados no decorrer do Projeto Pedagógico. As Atitudes, Valores e Habilidades buscam preparar o professor para atuar de forma crítica e técnica nas comunidades, visando à solução dos seus problemas.

A área de concentração em Ciências Sociais permite, ao aluno, pesquisar, estudar e discutir, de forma crítica, os conhecimentos interdisciplinares das ciências sociais aplicados à formação de professores indígenas.

A área de concentração em Comunicação e Artes permite, ao aluno, pesquisar, estudar e discutir de forma crítica as questões referentes aos diversos tipos de linguagens que formam uma cultura, tendo como base a transdisciplinaridade.

A matriz de Ciências da Natureza tem a preocupação de valorizar e refletir criticamente a produção e a aquisição de conhecimentos em diferentes sociedades. Busca também discutir aspectos legais e éticos sobre a utilização da biodiversidade e da tecnologia.

Além dos conteúdos da área formação pedagógica específica e das áreas de concentração, o cursista deve, a partir do terceiro ano, desenvolver pesquisa sob o acompanhamento de um professor orientador. Para tanto, deverão ser construídos laboratórios de pesquisa, ou seja, espaços próprios para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, estudo e orientação.

Os eixos temáticos do curso a serem trabalhados são orientados por três linhas de pesquisa, a saber: Interculturalidade e Educação Indígena; Meio Ambiente e Autossustentação; Arte e Comunicação.

O desenho curricular do curso habilita o professor a trabalhar na Educação Básica, tendo como princípio metodológico a aprendizagem pela pesquisa, que é feito por meio de projetos pedagógicos. Esta formação busca atender a necessidade de uma escola que responda às especificidades do processo histórico vivenciado pelos povos indígenas, buscando qualidade na sua formação.

De acordo com o PPP (2002, p.12), o curso tem como objetivo geral formar e habilitar professores indígenas em Licenciatura Plena com enfoque intercultural, com áreas de concentração em Ciências Sociais, em Comunicação e Artes ou em Ciências da Natureza, de acordo com a legislação vigente.

Nesta perspectiva, o Curso de Licenciatura Intercultural (PPP, 2008, p.29) adota como metodologia o Sistema Multipresencial, composto dos seguintes procedimentos:

- a) períodos de formação na UFRR:** durante os recessos do calendário escolar nas escolas;
- b) ensino a distância:** os professores formadores e coordenadores do curso fazem orientações sobre o material de estudo como também utilizam programas diários de rádio com comentários e orientação de leitura de textos;
- c) acompanhamento permanente:** a partir de encontros/visitas programados com os professores e lideranças indígenas, nos centros regionais, objetivando viabilizar a troca de conhecimentos, dirimir dúvidas, fazer orientações sobre as formas de estudo e aplicar avaliações;

- d) atividades extracurriculares:** realização de oficinas pedagógicas para suprir as necessidades em Língua Portuguesa, Língua Materna, Informática, entre outras;
- e) acompanhamento da prática pedagógica:** A equipe responsável pelo acompanhamento assiste às aulas realizadas, levantando questões que são debatidas com cada professor indígena e que podem eventualmente fazer parte das temáticas das etapas presenciais de formação. Oportunamente, são realizadas avaliações com a comunidade acerca do processo de ensino-aprendizagem e a contribuição da escola na busca de soluções para os problemas locais. Também são previstas visitas dos professores formadores às comunidades para que seja feito o acompanhamento do Estágio Supervisionado dos professores cursistas.

No PPP, o Estágio Curricular Supervisionado está previsto como obrigatório com duração de 800 horas, sendo: 480 horas computadas a partir das matrizes de Material Didático I, II e III, cada uma com duração de 160 horas; as 320 horas restantes são computadas a partir da observação do desempenho do professor cursista em sua sala de aula, na escola da comunidade, por um professor formador designado pelo Insikiran (2008,p.28),

No último semestre de formação, o cursista apresenta um trabalho de conclusão de curso, cuja preparação tem início logo no segundo ano de formação, quando os professores iniciam a seleção dos temas e recebem orientações sobre a levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Para tanto, o professor cursista pode optar por escrevê-lo na sua língua materna ou em língua portuguesa.

Nesse processo, as comunidades participam ativamente e, em razão disso, os resultados das pesquisas, ou seja, os diferentes tipos de artefatos produzidos (vídeos, livros didáticos, monografias etc.), devem ser apresentados para que cada uma delas possa melhor compreender como os resultados obtidos podem ser empregados para resolver seus problemas específicos.

A proposta do Curso objetiva uma formação permanente/contínua realizada em diversos momentos, como: reuniões de planejamento, elaboração dos projetos didático-pedagógicos, pesquisas, conhecimentos trazidos pelos professores cursistas, visitas e oficinas realizadas nas comunidades, estudos bibliográficos, autoavaliação da prática docente, avaliação do Projeto Pedagógico dentre outros.

A Proposta Pedagógica do Curso prevê normas específicas para o processo de avaliação para acompanhamento da trajetória do cursista no decorrer da formação. Nesse contexto, destaca os seguintes instrumentos de avaliação:

- a) Portfólio** - esta modalidade de avaliação tem o formato de pastas individuais que devem ser montadas pelos próprios cursistas, nas quais constarão trabalhos, pesquisas, anotações, relatos de sua experiência pedagógica nas escolas indígenas.

b) Avaliação inicial - será realizada uma avaliação escrita no início de cada projeto temático que servirá de base para identificar o quadro a ser trabalhado. Tem por finalidade diagnosticar o conhecimento de cada cursista, suas experiências pedagógicas, seus conceitos e preconceitos, as relações que ele consegue estabelecer entre conhecimentos de diferentes áreas, bem como sua capacidade de análise. De posse desse levantamento, será possível adequar a metodologia de trabalho e identificar quais assuntos ou conceitos exigirão do docente mais empenho.

c) Fichas de acompanhamento individual - as fichas são preenchidas pelos professores formadores durante o desenvolvimento das atividades de cada projeto didático, visando observar as atitudes e habilidades dos cursistas no que diz respeito ao uso da oralidade, da escrita, da análise, da fundamentação teórica, da capacidade crítica, da criatividade, da capacidade de pesquisa, dentre outras coisas. Estas fichas ficam à disposição dos professores formadores, sempre que houver necessidade, para subsidiar suas atividades.

d) Autoavaliação - o cursista deverá desenvolver a capacidade de autocrítica. Para tanto, preenche um formulário no qual responde algumas perguntas sobre o processo de sua aprendizagem, podendo também sugerir atividades a serem desenvolvidas e fazer críticas.

e) Síntese - ao final de cada projeto temático, os cursistas apresentam uma síntese, relacionando os conhecimentos adquiridos nas diversas áreas trabalhadas com suas práticas pedagógicas. O objetivo dessas produções é fazer repensar suas práticas à luz dos conhecimentos estudados. Essa atividade, além de colaborar na reflexão da prática pedagógica, dará suporte ao cursista para a elaboração de sua monografia de conclusão de curso.

f) Avaliação das comunidades - as comunidades acompanham o processo de formação de seus professores, promovendo avaliações periódicas de seu desempenho nas comunidades. Desta forma, possibilitará detectar as dificuldades enfrentadas pelos cursistas em sua prática político-pedagógica. (UFRR/PPP/2008, p. 30-31)

É de responsabilidade da Coordenação Pedagógica fazer a síntese dos dados obtidos por meio dos instrumentos avaliativos e discuti-los em Seminários com os docentes envolvidos no processo e os professores cursistas.

Na concepção de Freitas e Torres (2013) a formação de professores indígenas provoca uma interculturalização da universidade porque desafia o mundo acadêmico na tentativa de se criar um paradigma da interdisciplinaridade em que as várias áreas de conhecimento devem-se dialogar com os saberes indígenas e o universo cultural de cada etnia.

O Plano de Curso propõe a interdisciplinaridade e a interculturalidade como metodologia da prática de ensino. Nesse sentido, os professores tem autonomia para definir os instrumentos de avaliação e a metodologia de ensino que irão utilizar nas suas aulas.

Cabe ressaltar que durante o desenvolvimento do curso, é promovido o diálogo entre conhecimentos tradicionais e os conhecimentos “não indígenas”, ditos “científicos”. Os alunos fazem trabalhos específicos sobre os aspectos de sua comunidade,

associando com os textos científicos trabalhados durante o curso, dependendo da habilitação escolhida: diversidade linguística/variações linguísticas - análise dessas questões; leitura e escrita; letramento; diálogo com os saberes tradicionais x científico.

Os resultados indicam que a formação de professores indígenas pelo Instituto Insikiran pauta-se na valorização da pluralidade étnica e cultural, com ênfase no desenvolvimento de competências e habilidades que garantam a esses profissionais a capacidade de implementarem propostas curriculares que traduzam as especificidades de seu povo.

Evidenciou-se que a proposta orienta-se pelo conceito de interculturalidade, à medida em que recomenda que os componentes curriculares promovam o diálogo entre os conhecimentos próprios de cada cultura e os científicos, adotando, para isso, os princípios da inter e transdisciplinaridade.

Considerações finais

A Educação Escolar Indígena em Roraima possui uma trajetória fundamentada nos princípios do movimento social indígena. Esperar-se-ia, dessa forma, que a oferta de cursos em todos os níveis rompesse com a fragmentação do conhecimento e atendesse as prerrogativas de interculturalidade, especificidade, bilinguismo e diferença que caracterizam essa categoria de educação.

Contudo, a revisão da literatura sobre essa temática demonstra que o próprio Estado não se organizou para que o sistema educacional contemple os preceitos da legislação por ele promulgada. Há uma distância entre o discurso oficial e a realidade de muitas escolas indígenas que recebem livros didáticos que contemplam a cultura do outro e não se vêm representados no conteúdo, tão pouco na pedagogia recomendada no encarte do professor.

Deriva-se desse, dentre outros fatos, a importância dos cursos de licenciatura intercultural que podem contribuir na dissolução desse impasse, indicando na execução do currículo, estratégias e recursos didáticos passíveis de serem utilizados para interligar saberes locais a saberes institucionalizados como científicos.

É nesse contexto de busca por uma identidade pedagógica indígena para a formação de professores que se encontra delineado o Projeto Político Pedagógico do Instituto Insikiran da UFRR. A leitura analítica desse documento demonstra que sua construção seguiu as diretrizes da educação escolar indígena e sua metodologia visa ao fomento de práticas pedagógicas que promovam o diálogo entre a diversidade

de saberes que circulam na instituição, respeitando-se a pluralidade étnica a que se destina.

Conclui-se, pois, que a execução da proposta possibilitará que a educação escolar indígena em Roraima possa ser conduzida seguindo-se aos parâmetros que definem essa modalidade de educação, encaminhando-se para a construção de pedagogias específicas.

Restam, no entanto, lacunas a respeito da efetividade de suas ações. Ou seja, resta saber como os saberes interculturais discutidos durante o processo formativo são aproveitados na prática docente dos professores indígenas ali formados, sendo este o objeto de estudo contido na problemática de pesquisa a ser realizada na construção de uma tese pela REAMEC.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.(Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro)

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. <<http://www.planalto.gov.br>>, acessado em: 1ºAgo2015.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referenciais para a formação de professores indígenas**. Brasília: MEC; SEF, 2002. 84 p.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - 3º grau Indígena. Barra do Bugres, **UNEMAT**, V.2, nº1, 2003. Disponível: http://indigena.unemat.br/publicacoes/cadernos2/015_CeliaLeticia_InterculturalidadeeEducaoEscolarIndigena.pdf>, acesso em 10set2015.

CARVALHO, F. A.; FERNANDES, M. L. & REPETTO, M. **Projeto Político Pedagógico da Licenciatura Intercultural da UFRR**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa. Formação de Professores na perspectiva do movimento dos Professores indígenas da Amazônia. **Revista Brasileira de Educação** Jan/Fev/Mar/Abr n. 22, Manaus, 2003.

D'ANGELIS, Wilmar R. “Limites e possibilidades da autonomia de escola indígena”, In: **Leitura e Escrita em Escolas Indígenas**. Local:ALB/Mercado Letras.Brasil. 2003.

DECRETO Nº 6.861, DE 27 DE MAIO DE 2009 Disponível na página: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm Acesso em 26, jan, 2016.

FREITAS, Marcos Antônio Braga de. Educação Escolar Indígena: Realidade e Perspectiva em Roraima. **Revista Textos e Debates** (edição on-line), UFRR (Boa Vista/RR), V.1, nº 9, jul./ago.2005. Disponível em <<http://saes2010.ufr.br/index.php/textosedebates/article/view/1005/827>>, acesso em 11Set2015.

_____. O Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima: trajetória das políticas para a educação superior indígena In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 232, p. 599-615, set./dez. 2011 Disponível em: <rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1851/1738>, acesso em 10Set2015.

FUSARI, J. C. Formação Continuada de Educadores na Escola e em outras situações. In: **Coordenador Pedagógico e Formação Docente**. São Paulo: Loyola, 1999.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, 2006. 230p. (Coleção Educação para Todos; 8)

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MELIÁ, B. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

PARECER nº 14/99 CEB/CNE. **Versa sobre:** Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. (36p) Disponível na página: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB14_1999.pdf>/Acesso em: 20, jan. 2016.

PORTARIA INTERMINISTERIAL MJ/MEC N ° 559, DE 16.4.91. **Cria a Coordenação Nacional de Educação Indígena e dá providências correlatas**. (98p). Disponível na página: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/portInter559_91.htm?Time=6/22/2006%2010:50:56%20PM> /Acesso em: 2, mar. 2016.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL DO INSTITUTO INSIKIRAN DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR). Disponível em: <http://ufr.br/insikiran/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=14:ppp&Itemid=258>, acesso em 1ºset2015.

SILVA, A. L. Mitos e Cosmologias Indígenas no Brasil: breve introdução. In **Grupioni, L. D. B. Índios no Brasil**. São Paulo: Editora Global, 2005.

VEIGA, Juracilda; SALANOVA, André (Orgs.) **Questões de educação escolar indígena**: da formação do professor ao projeto de escola./Darlene Taukane... (et al). - Brasília: FUNAI/DEDOC, Campinas/ALB, 2001. 172p..

ARTIGO

DIÁLOGOS WEBERIANOS SOBRE A MÚSICA MANAUENSE

Introdução

O presente trabalho surge como desdobramento de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, em nível de Mestrado. Nosso objetivo principal consiste em compreender as redes que interligam o processo de construção da música produzida por artistas locais na cidade de Manaus. Devido à variedade de gêneros musicais que constituem o universo musical na cidade, elegemos uma categoria, a qual definimos por Música Popular Amazonense (MPA), mas percebendo esse seguimento musical como um estilo específico de música, e não uma classificação generalizante, onde os autores desse segmento retratam nas letras das canções uma temática que explora o “universo amazônico”, sendo no modo de vida das populações tradicionais, no imaginário dos povos pertencentes a Amazônia e na sonoridade reproduzida, que apresentam tonalidades suaves nas melodias e instrumentos que imitam sons característicos da região amazônica como sons de rios, cachoeiras, canto de pássaros e elementos presentes na cultura do sujeito amazônico.

Para tanto utilizaremos as teorias, conceitos e metodologias desenvolvidas por Max Weber, por este autor abordar os sentidos e significados nas ações dos sujeitos de uma forma que atende todas as expectativas estabelecidas pelas Ciências Sociais no que se refere à construção e objetividade do conhecimento científico. Weber se propõe a desenvolver uma análise que compreenda os valores atribuídos a cultura através de uma perspectiva histórica e sociológica, considerando que essa fusão conceitual produz um campo específico, o qual ele nomeia “Ciências da Cultura”. Segundo Weber, “quando se dá o nome de “ciências da cultura” às disciplinas que estudam os acontecimentos da vida humana a partir da sua significação cultural, então a “ciência social”, tal como nós a entendemos aqui, pertence a esta categoria” (WEBER, 2001).

* Licenciado em História. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: Fabiano.history@gmail.com.

** Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Professora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: marilene.correa@uol.com.br.

Não só no que compete às abordagens desenvolvidas por Weber em relação à cultura, especificamente a música, pretendemos também busca entender qual a relação que o mercado musical possui na constituição do padrão encontrado na música manauense, em particular o estilo mpa, em explorar essa idealização do homem amazônico, caracterizando uma sonoridade peculiar da região, a partir da perspectiva de Weber, onde a esfera cultural também age sobre a esfera econômica.

Por outro lado, o conjunto de todos os fenômenos e condições de existência de uma cultura historicamente dada influi sobre a configuração das necessidades materiais, sobre o modo de satisfazê-las, sobre a formação dos grupos de interesses materiais e sobre a natureza dos seus meios de poder, e, por essa via, sobre a natureza do curso do “desenvolvimento econômico”, tornando-se assim “economicamente relevante”. (COHN, 2003).

Epistemologia weberiana: sentidos e significados

Max Weber é um dos pioneiros ao desenvolver uma interpretação compreensiva da ação dos sujeitos. Para o autor “O comportamento humano (“ação”) pode ser interpretado devido ao fato de ter um “sentido”, pois pode ser determinado por “avaliações” e por “significados”, é apreendido de maneira específica por nosso interesse casual [...]” (WEBER, 2001). Dessa forma compreendemos as ações dos sujeitos sendo condicionada por finalidades específicas, que constituem um objetivo consciente, que age paralelamente ao conhecimento dos meios necessários para alcançar essas objetivações. Esses sentidos que orientam a ação dos indivíduos são baseados nos valores adotados pelos mesmos. Logo, a cultura é o resultado de múltiplas significações inteligíveis. “O conceito de cultura é um conceito de valor. A realidade empírica é “cultura” para nós porque e na medida em que a relacionamos a ideias de valor. Ela abrange aqueles e somente aqueles componentes da realidade que através desta relação tornam-se significativos para nós” (WEBER, 2001). A cultura é também o resultado de um processo de racionalização que é peculiar nas sociedades ocidentais.

A racionalização é uma das principais categorias de análise de Weber. Segundo o autor, a vida dos indivíduos na sociedade é orientada por um sistema de organização, sendo ele alicerçado na forma de intelectualização, dos procedimentos técnicos e científicos típicos das sociedades modernas, e peculiar nas sociedades ocidentais. Existem também várias formas de se definir a racionalização, sendo que dentre essas maneiras de compreensão, ela pode se apresentar como uma ação sistemática. “Racional pode significar uma “disposição sistemática...” (WEBER, 1982).

Weber alerta que podem ser percebidas diversos tipos de racionalização, em diversas esferas da vida, e que estas racionalizações se apresentam através de uma grande diversidade. Ao analisarmos a valoração adotada nas composições dos artistas atuantes na cidade de Manaus, utilizamos o conceito de racionalização como uma organização sistemática e técnica da cultura, que sofre influência de diversos processos históricos, dentre eles o desenvolvimento da cidade de Manaus na esfera econômica e a necessidade da cultura local expressar uma identidade, que dialogue com o meio a qual está inserido, além da participação em um mercado audiovisual que se consolida. Weber busca de forma singular “o conhecimento da realidade concreta segundo o seu significado cultural” (WEBER, 2001).

A racionalização da música

Para nos situarmos no universo teórico que nos propusemos para compreender e interpretar a realidade que se apresenta na esfera cultural da cidade de Manaus, especificamente na música, precisamos nos ater ao contexto histórico-sociológico que as teorias analisam. Weber buscou compreender o que orientava as ações dos sujeitos na construção das diversas redes de que constituem os fenômenos na vida dos indivíduos nas sociedades ocidentais a partir do advento da modernidade. Ele acreditava que os fenômenos culturais, assim como todas as outras esferas da vida em sociedade eram dotadas de sentidos e significados, todavia possuíam uma racionalidade que adequava os meios aos fins nas ações sociais dos indivíduos.

Contudo, o processo de racionalização apresentar uma série de significados distintos para o conceito de racionalidade. Ao abordar as múltiplas facetas da racionalização, Weber salienta:

Temos de lembrar-nos, antes de qualquer coisa, que “racionalismo” pode significar coisas bem diferentes. Significa uma coisa se pensarmos no tipo de racionalização que o pensador sistemático realiza sobre a imagem do mundo: um domínio cada vez mais teórico da realidade por meio de conceitos cada vez mais precisos e abstratos. O racionalismo significa outra coisa se pensarmos na realização metódica de fim, precisamente dado e prático, por meio de um cálculo cada vez mais preciso dos meios adequados. Esses tipos de racionalismo são muitos diferentes, apesar do fato de que em última análise estão inseparavelmente juntos. (WEBER, 1982, p. 337).

Nesse sentido, Weber em sua obra “Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música” que a música no que se refere a sua constituição técnica adota um sistema sonoro que possui disposições tonais característicos das sociedades ocidentais mo-

dernas, padrão este que o autor interpreta como uma forma de racionalização própria da música, mas que sofreu influência de outras esferas. Com isso, o autor coloca que racionalidade pode adotar diversas dimensões na vida social e música tornou-se uma dessas dimensões nas sociedades modernas ocidentais. Segundo Gabriel Cohn no prefácio da referida obra, “A racionalização é o processo que confere significado à diferenciação de linhas de ação” (WEBER apud COHN,1995), ou seja, é através da compreensão dos diversos tipos de racionalização que pode-se chegar a uma interpretação dos significados que vá além dos dados estruturais.

A música moderna por si só já apresenta elementos que induzem a interpretação de um processo de racionalização. Percebemos essas características por exemplo através do sistema de escrita musical que se desenvolveu, com base nas notas musicais, no sistema de tonalidades e intervalos, na construção das escalas. Outro fator a ser considerado são os instrumentos musicais que passam por uma evolução que concomitante as mudanças na técnica, e um fator que deve ser considerado também é a postura dos músicos, independente, inovador e que vai de encontro as tendências estabelecidas pela relação com o sacro, tornando-se seculares. Desta forma, as análises sociológicas da música desenvolvidas por Weber não tratam simplesmente de uma compreensão técnica da música ocidental, através de um processo de racionalização. As relações sociais ligadas a música se modificaram. A música ocidental tornou-se autônoma ao longo do tempo, haja vista que em diversos momentos da história, a arte esteve intrinsecamente ligada a religiosidade e/ou a serviço dela. Esse fenômeno é acentuado durante a idade média, período que antecede o advento da modernidade e a constituição de racionalizações típicas nas sociedades modernas.

A música popular amazonense

A partir dos últimos anos da década de 60, inicia-se na cidade de Manaus um processo de transformação urbana de forma lenta e gradual, que acompanhava o desenvolvimento econômico latente após a implantação da Zona Franca de Manaus. Atreladas a essas mudanças, observamos a redução dos bailes em clubes muito típicos na cidade e a proliferação do uso do rádio. O cenário musical na cidade passa a se modificar e popularização do uso do rádio devido a facilitação do seu acesso, promoveu a criação de vários programas que colocavam em evidência a música de artistas locais.

Na década de 70, os bailes de clubes não estavam mais em tanta evidência. Os festivais de música ganham maior expressão na cidade, até mesmo pelo momento

político que o país atravessava. Nesse contexto percebemos movimentos musicais em âmbito nacional que apesar de sofrer influência de diversos estilos musicais brasileiros e estrangeiros ressalta o regionalismo em suas músicas, abordando uma linguagem popular e descrevendo situações do cotidiano, a exemplo o Tropicalismo na Bahia. Vasco Mariz (1977) em sua obra sobre a música popular brasileira alerta que o a tropicália, que colocou a música brasileira em evidência mundial através de suas músicas com múltiplos elementos, considerava a questão regionalista como fator essencial.

No caso da cidade de Manaus, a música local também vai incorporar as tendências desenvolvidas no contexto nacional, mesmo porque politicamente a cidade passava por um movimento de integração nacionalista que buscava estreitar as relações econômicas e culturais da região norte com os centros urbanos e administrativos do país. Logo, ao adentrar no mercado fonográfico os artistas locais também iniciaram um processo de regionalização da música local, que vai evidenciar o modo de vida do caboclo amazônico. MENEZES (2011) ao analisar a música amazonense e as influências do regionalismo para a música local destaca:

Do ponto de vista histórico, este entendimento se aplicaria à Música Popular feita em Manaus, enquanto reflexo de modificações regionais vivenciadas em nível local, pode-se fazer uma leitura de Amazônia, mas vista da cidade de Manaus. A partir do advento da Zona Franca de Manaus, cuja geopolítica da época prescrevia a integração regional do Norte à dinâmica de uma economia nacional concentrada no centro-sul do país. Assim, a Música Popular produzida neste contexto social assumiria um conteúdo musical discursivo e crítico das especificidades e dos problemas sociais regionais. (MENEZES, 2011).

A partir da década de 1980 os movimentos musicais estavam associados aos movimentos estudantis principalmente os oriundos da Universidade Federal do Amazonas, haja vista que o festival universitário de música já fazia parte do universo cultural da cidade naquela época e na década anterior. Nesses festivais cada vez mais via-se a participação dos artistas locais abordando estilos musicais de temáticas diversas. O momento político e as expressões do cotidiano da vida do homem amazônico como o imaginário das lendas amazônicas, a religião, o trabalho, a culinária descrito nessas canções.

Destacamos como exemplo o Grupo Raízes Caboclas, formado na década de 80, o grupo influenciou diversos artistas locais, além de proporcionar uma projeção internacional da cultura local. O grupo tem como temática principal os elementos da cultura amazônica, modo de vida dos sujeitos amazônicos popularmente conhecido como “caboclo”, além de uma sonoridade característica que é produzida pela incor-

poração de instrumentos de fabricação própria aos instrumentos convencionais e até mesmo instrumentos utilizados por orquestras sinfônicas, além de referenciar em suas canções rituais de diversas etnias indígenas da região.

A música “banzeiro” demonstra de forma bem-humorada e utilizando expressões linguísticas regionais e expressões culturais para falar de sexualidade.

Hamm... hamm... ham...
É o gemido da caboca no banzeiro
E o caboco banzeirando
Vai fazendo chap-chap
E o corpo fica molhado
No gostoso galopar.

Hamm... hamm... ham...
Reviro os oio
No momento mais gostoso
E o balanço do caboco
Vai ficando remançoso
É o momento do banzeiro
No prazer se derramar.

Chap, chap, chap, chap
Chap, chap, chap, devagar
Chap, chap, chap bem ligeiro
É o som do meu banzeiro
Na canoa balançar.

Diversos outros artistas locais adotaram e ainda adotam as relações socioculturais que compõem a região amazônica. Dentro desse vasto universo, destacamos Antônio Pereira, conhecido apenas como Pereira, um outro artista que é referência na música da cidade de Manaus. Pereira também utiliza nas letras de suas canções referências marcantes da “vida cabocla”. O autor coloca-se como uma resistência dentro das tendências estabelecidas pelo mercado musical e os instrumentos de comunicação de massa.

A música “Fogo, noite e luar” recortando um segundo exemplo, retrata o cotidiano do ribeirinho, suas atividades de trabalho e as formas que os sujeitos expressam suas angústias causadas pelas dificuldades impostas na região.

Queria que essa porta aberta
Me levasse ao fim desse amor
O rio dessa mata aperta

Como fosse corda a enforçar
Tentar vencer a ribanceira
Mãe da cachoeira a roncar
Batalha o peixe nessa beira

Que esse fogo é noite, é luar
Pescador de longe vem
Traz cachaça pra tomar
Traz família, traz também
Fumo forte pra queimar
Um dia eu quero estar presente

Para ouvir meu povo cantar
Como se fossem pássaros
Descendo sobre o ingazal
Vencer o rio a vida inteira
E com ele chegar ao mar
E em cada cachoeira que passasse

Um copo pra me afogar
Quando a dor de noite vem
Traz o vento pra açoiar

Traz tristeza e poesia
Traz a lua pra encantar

Apesar da esfera cultural ser aparentemente determinante nas ações dos sujeitos envolvidos no objeto música estilo mpa na cidade de Manaus. Todavia não podemos deixar de considerar a esfera econômica agindo sobre os fins das ações estudadas. Para Weber (2001) todos os objetos analisados pela sociologia e também pelas ciências humanas possui uma natureza econômica. Todavia, esses significados estão “condicionados pela orientação do nosso interesse de conhecimento e essa orientação define-se em conformidade com o significado cultural que atribuímos ao evento em questão” (WEBER, 2001), ou seja, essas ações relacionadas a produção de músicas podem ter um significado tanto cultural quanto econômica.

Considerações finais

Consideramos que a teoria da compreensão desenvolvida por Max Weber para interpretação sociológica dos fenômenos que orientam as ações dos sujeitos, ainda possui total validade científica em sua metodologia e possui todos os requisitos necessários para a construção de estudos científicos em diversos campos da ciência.

Weber debruçasse a compreender as ações sociais e seus desdobramentos de uma perspectiva teleológica, pois percebe as ações humanas dotadas de sentidos e significados, observando que os fenômenos referentes ao comportamento humano apresentam interpretações racionais que consideram as finalidades e a subjetividade. Essas finalidades podem adquirir diversos sentidos, porém sempre terão seus sentidos e significados ligados as esferas sociais e econômicas.

Diante da multiplicidade que pode adotar a racionalidade, especificamente a racionalidade que é característica das sociedades ocidentais modernas, Weber compreende que o processo de racionalização não está apenas inserido no contexto das relações econômicas, mas que ela vai influenciar outras esferas, no caso estudado a esfera da cultura.

A análise que nos propusemos a desenvolver a luz da teoria weberiana da esfera cultural, especificamente a música do estilo “MPA” na cidade de Manaus nos leva a perceber que existe um processo de racionalização no sentido de padrão desse determinado estilo, que consiste em expressar uma identidade do sujeito amazônico, através das referências ao seu modo de vida, crenças, costumes e sua relação com o espaço amazônico, especificamente a natureza que caracteriza a região. É necessário ressaltar também que esta racionalização está ligada ao desenvolvimento urbano da cidade, apesar de se apresentar através de interpretações entre a relação sujeito e natureza.

Percebemos que o valor cultural presente nas letras e na sonoridade das canções é uma ação que orienta várias gerações de artistas, não só músicos, mas se apresentam em outras ramificações da arte, como a literatura, as artes plásticas, o teatro, dentre outros.

Se faz necessário salientar que existe uma relação entre as esferas cultural e econômica. Segundo Weber:

“...Entre os fenômenos que não são “econômicos”, segundo o sentido que lhes atribuímos, encontram-se outros cujos efeitos econômicos pouco ou nenhum interesse oferecem para nós, como, exemplo, a orientação do gosto artístico de uma determinada época. No entanto, tais fenômenos revelam, em determinados aspectos significativos de seu caráter, uma influência mais ou menos intensa de motivos econômicos”. (WEBER, 2001)

Com isso, consideramos que o mercado fonográfico que se fortalece com o processo de desenvolvimento da cidade de Manaus, por diversos fatores, dentre eles a popularização da utilização do rádio, e os movimentos culturais que ressaltam o regionalismo, mesmo que produzindo músicas com características universais e com

influência de diversas sonoridades, pode motivar os fins nas ações sociais dos sujeitos que produzem a música local.

Por fim, esse estudo por ser uma pesquisa em andamento não possui os resultados definidos, todavia, as bases teóricas e o quadro empírico que se apresentam são satisfatórios para a delimitação do objeto que analisamos, bem como para a construção prévia de um conhecimento científico acerca da realidade que se apresenta.

Referências bibliográficas

COHN, Gabriel (Org.). **Weber: Sociologia**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Trad. Luís Claudio de Castro e Costa. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2010.

MARIZ, Vasco. **A canção brasileira: erudito, folclórica, popular**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.

MENEZES, Mauro A. D. **“Eu canto pra falar do Amazonas”**: narrativas musicais de uma geração de músicos de Manaus. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: **Metodologia das Ciências Sociais Parte 1**. Trad. Augustin Wernet. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva. In: **Metodologia das Ciências Sociais Parte 2**. Trad. Augustin Wernet. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. A psicologia social das religiões mundiais: In: **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Os fundamentos racionais e sociológicos da música**. Trad. Intr. E notas L. Waizbort. Prefácio de G. Cohn. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ARTIGO

MURALISMO E INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS: UM PROJETO DE INCENTIVO À ARTE

Introdução

O *Arte do Campus* é uma ação de extensão promovida pela Coordenação do Curso de Artes Visuais que compreende uma série de ações artísticas realizadas nos *campus* da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e na comunidade em geral, com a participação de professores, estudantes, técnicos, gestores educacionais e artistas convidados. Essa iniciativa surgiu do projeto artístico dos restaurantes universitários do campus Paricarana e do Cauamé (UFRR) no ano de 2012 e revela sua importância na medida em que há uma crescente demanda por eventos e ações culturais, por parte principalmente dos estudantes. Isso pois percebemos a necessidade constante de suprir a criação de espaços de diálogo e produção em arte contemporânea, de modo a congregar os conteúdos desenvolvidos nas disciplinas (ensino), os demais projetos de abrangência comunitária (extensão) e os novos conhecimentos produzidos em e sobre arte (pesquisa).

Para o ano de 2015-2016 novas ações estão sendo realizadas pelo projeto. Dentre elas: *Muralismo e Intervenções Contemporâneas*, *Oficina de Cerâmica* e eventos como a *Mostra Arte no Campus* e, o *Grafita Roraima*. Para realização destas ações estão reunidos participantes e colaboradores dos cursos da UFRR e de pessoas da comunidade em geral para ampliar as ações em Artes Visuais nos *campi* da UFRR e na comunidade roraimense, de modo que seja atingido o objetivo estabelecido no Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Artes Visuais (2011, p.19), a saber, “oferecer a possibilidade de atualização curricular, visando uma formação continuada que busque atender às necessidades do contexto sócio histórico, cultural e político onde o profissional atuará”.

Este estudo busca apresentar as atividades que estão sendo desenvolvidas na ação *Muralismo e Intervenções Contemporâneas*. Para isso, apresentaremos as atividades que estão sendo desenvolvidas pelos docentes, discentes e técnico-administrativos

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: leila.baptaglin@ufrr.br

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: rfael12@hotmail.com

do curso de Artes Visuais, de outros cursos da UFRR e da comunidade roraimense, no intuito de atender às demandas do projeto. Para isso, trabalharemos também com alguns referenciais teóricos que abordam o Muralismo no contexto contemporâneo e, especificamente, o muralismo na cidade de Boa Vista/RR.

A ação de Muralismo e Intervenções Contemporâneas iniciou com a solicitação de algumas unidades acadêmicas da UFRR para com a Coordenação do Curso e Artes Visuais bem como para a coordenação do projeto Arte do Campus.

A partir das demandas apresentadas iniciamos um grupo de discussão e elaboração dos projetos para atender às solicitações. Este grupo iniciou com um convite aos alunos do Curso de Artes Visuais para participarem do projeto e ajudar na elaboração das propostas de pintura Mural.

Para a elaboração das propostas iniciamos o trabalho com reuniões semanais, em que foram apresentadas as demandas e as propostas realizadas pelos alunos. Os bolsistas do projeto¹ começaram a organizar as propostas e articular os encontros. Para cada solicitação foram feitas reuniões onde eram apresentadas as propostas e, posteriormente, era solicitado aos alunos que trabalhassem nos projetos. Na apresentação dos projetos elaborados pelos alunos eram realizados ajustes e articulações para a elaboração de um projeto único que atendesse à solicitação de cada unidade. Após a decisão no coletivo realizávamos um projeto de como seria executado o mesmo, bem como os materiais a serem utilizados, e encaminhávamos para as unidades proponentes. Após a realização do projeto era consolidada uma pequena avaliação referente ao seu desenvolvimento.

Até o momento (2016.1) realizamos ações que buscaremos relatar e articular com referenciais teóricos que discutem a arte e o muralismo como intervenções contemporâneas no contexto social.

Muralismo contemporâneo: um olhar para Boa Vista/RR

O Muralismo, no contexto brasileiro, apresenta-se com uma vinculação aos ideais advindos do Muralismo Mexicano. Segundo Vasconcellos (2004), a pintura mural, sucedida do processo da Revolução Mexicana de 1910, apresenta-se como uma manifestação artística intencional e plena de significado ideológico com o objetivo de atingir os mais diversificados ambientes sociais. Daí sua exibição em espaços públicos apresentando aos olhos populares imagens da história, da cultura e da política do país, permitindo uma leitura do que vinha sendo apresentado.

¹ Elias Magalhães de Almeida e Rhafael Porto Ribeiro.

Em se tratando do nosso objeto de investigação, o muralismo em Boa Vista/Roraima, podemos encontrar algumas intervenções pictóricas em áreas urbanas, painéis e grafites que contam um pouco da história e cultura do Estado. Além disso, buscam, sem deixar de ter seu valor estético, trazer à tona problemáticas e valorizar o ambiente social. No olhar de Souza (2012, p. 16), “[a] arte muralista, quando intencionada à crítica social possui notadamente uma forte função social, sendo um canal de comunicação direto e eficiente entre o artista, a arte e o meio”. Possibilita assim uma interlocução que atinge a públicos variados e instiga o olhar crítico para os acontecimentos locais.

Esse tipo de intervenção contemporânea do muralismo caracteriza-se então pelo híbrido de técnicas e linguagens (Grafite, pintura mural, colagem, etc.) proporcionando assim a abertura para outras possibilidades de produção artística.

Neste sentido é que buscamos compreender o valor comunicacional das pinturas murais, procurando integrar comunidade acadêmica e comunidade em geral no intuito de possibilitar um olhar crítico para os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que vêm sendo desenvolvidos no Estado.

Arte do campus: ação do muralismo e intervenções contemporâneas

No ano de 2015, iniciamos as atividades do Projeto Arte do Campus com a ação de Muralismo e Intervenções Contemporâneas. Ao iniciarmos os encontros do grupo, uma das atividades realizadas inicialmente foi a escolha de uma imagem visual para o projeto, o qual consistia em uma logomarca para a apresentação dos trabalhos produzidos pelo Arte do Campus. As propostas foram apresentadas pelos alunos e posteriormente fomos aperfeiçoando-as no decorrer das reuniões, com o parecer dos presentes no projeto.

Os próximos pontos de pauta do projeto foram os projetos para as intervenções solicitadas. O primeiro projeto a ser posto em prática, foi a convite do PET – Letras, do curso de Letras (Espanhol/Inglês/Francês) da UFRR. A solicitação foi que elaborássemos um painel com base em um dos poemas elaborados por uma aluna do PET.

Durante o processo, houve a participação dos alunos do curso de Artes Visuais e do Curso de Letras. A pintura mural foi produzida sobre uma superfície de MDF. O processo de pintura levou cerca de dois dias para ser concluído e, posteriormente, foi encaminhado até a sala do projeto PET Letras.

Pintura do painel PET Letras

Figura: 1



Figura: 2



Fonte: arquivo dos autores.

A segunda solicitação foi do IGEO, para a produção de pinturas que pudessem intensificar e aprofundar as relações culturais no prédio do Instituto. As ações foram programadas em 3 etapas: 1- Maloca IGEO; 2- Prédio Direção IGEO; 3- Prédio salas de aula IGEO.

Inicialmente, foi pensado em uma intervenção na Maloca e, como essa edificação possui um formato circular, buscamos produzir algo condizente com o que ela representa e com a cultura regional indígena. Assim, a proposta apresentada centrou-se na confecção de uma mandala com a representação de símbolos indígenas.

Pintura da Maloca no IGEO/UFRR

Figura: 3



Figura: 4



Fonte: arquivo dos autores.

A pintura levou em torno de três dias para ser concluída, tendo a participação dos alunos do Curso de Artes Visuais. As duas outras etapas do projeto de intervenção no IGEO estão sendo pensadas pelos integrantes do Arte do Campus para serem realizadas no ano de 2016.

A terceira proposta foi elaborada a partir de uma demanda dos alunos do curso de Artes Visuais em tornar o Centro de Comunicação, Letras e Artes (CCLA) um espaço que represente o curso. Para isso, os professores e alunos do curso de Artes Visuais articularam as ações do Arte do Campus com algumas disciplinas do curso, no intuito de ampliar a participação e o envolvimento dos alunos.

As pinturas levaram em torno de um mês de processo, tendo sido elas concluídas em duas etapas, as três primeiras produzidas pelos alunos, e a última que foi finalizada pelos professores responsáveis pelo projeto e os bolsistas.

A produção final das pinturas murais na praça do CCLA buscou apresentar uma caracterização da estrutura histórico e cultural do estado de Roraima.

Pinturas murais da Praça do CCLA/UFRR

Figura: 5



Figura: 6



Figura: 7



Figura: 8



Fonte: Arquivo dos autores.

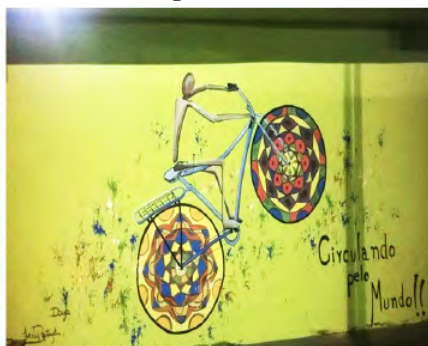
Outra intervenção realizada pelo Arte do Campus aconteceu no município de Mucajaí. A Ação foi chamada de *Potencializando o talento dos jovens da terra da paixão de Cristo* em Mucajaí e teve a cooperação do projeto com o Coletivo Macu-x junto com os alunos e professores do curso de Artes Visuais/UFRR.

Pinturas realizadas em Mucajai

Figura: 9



Figura: 10



Fonte: Arquivo dos autores.

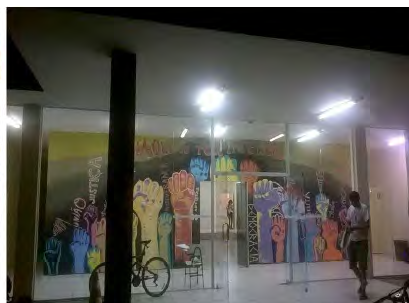
Outra das ações desenvolvidas pelo programa foi realizada junto ao Diretório Central dos Estudantil (DCE) e teve como colaboração os alunos do laboratório de Pintura do curso de Artes Visuais e demais colaboradores da comunidade acadêmica de diversos cursos bem como, dos responsáveis pelo espaço.

Pinturas DCE

Figura: 11



Figura: 12



Fonte: Arquivo dos autores.

Um das propostas realizadas e que ainda está em andamento são os projetos de pinturas das portas dos laboratórios e salas do CCLA. O projeto consiste em realizar pinturas nas portas com a ajuda dos discentes e docentes do CCLA o qual é composto pelos cursos de Jornalismo, Letras, Libras, Música e Artes visuais.

Intervenções: Pinturas em salas e lab. do CCLA

Figura: 13

Figura: 14



Fonte: Arquivo dos autores.

Neste sentido, o projeto Arte do Campus tem uma significativa preocupação em, como já sinalizado por Vasconcellos (2004), apresentar imagens que retratem os valores e as problemáticas locais, utilizando-se da preocupação estética, porém não somente desta, para o desenvolvimento da criticidade do sujeito. Isto pode ser evidenciado nos projetos apresentados nas intervenções de Muralismo desenvolvidas até o momento.

Considerações finais

Diante das ações realizadas no projeto do Arte do Campus, podemos destacar a necessidade de trabalhar com um olhar mais atento para a criticidade e a busca pela reflexão através das produções artísticas. A pintura mural, com suas raízes no movimento Mexicano, atenta para a utilização da Arte como forma de comunicação e expressão que adentre os mais variados setores sociais.

É neste sentido que o Curso de Artes Visuais, através de suas propostas de intervenções, vem buscando esse diálogo com a comunidade. Além disso, busca atender um olhar que adentre as Teorias das Artes Visuais, as Linguagens e Poéticas Contemporâneas, a Arte e Tecnologia e também a Educação e Artes Visuais. Estas

linhas de pesquisa ampliam o olhar e dão vasão para trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, atendendo a proposta de um curso interdisciplinar que faça parte do contexto cultural do Estado de Roraima. O Arte do Campus é uma das tantas ações que vem sendo realizadas e vem instigando os alunos a participar deste cenário artístico e cultural, mobilizando movimentos de integração comunitária e acadêmica.

Referências bibliográficas

COLAR, Denise. **Portinari & Rivera: dois artistas: um objetivo.** Ângulo, Lorena, n. 110, 2007. Disponível em: <<http://publicacoes.fatea.br/index.php/angulo/article/viewFile/227/184>>. Acesso em: 07 de outubro de 2015.

CURSO DE ARTES VISUAIS/UFRR. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Artes Visuais/UFRR, 2014.** Disponível em: <<https://ufr.br/artesvisuais/index.php/downloads>>. Acesso em: <3 de novembro de 2015. >.

SOUZA, Adelson Matias. **O Muralismo de Rivera e Portinari: a arte como possibilidade de reflexão crítica e mediação com a realidade social.** 2012. 60 f. Trabalho de conclusão de curso (Artes Visuais, habilitação em Licenciatura) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Visões da Revolução Mexicana: Arte e política nos murais do museu nacional de história da cidade do México. In: Encontro do ANPHLAC VI, 2004, Maringá/PR, **Anais eletrônicos do VI Encontro do ANPHLAC**, 2015, p. 1-11. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/camilo_vasconcelos.pdf>. Acesso em: 3 de novembro de 2015.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. As representações das lutas de independência no México na ótica do muralismo: Diego Rivera e Juan O’Gorman. **Revista de História**, n. 152, 2005. Disponível em: < file:///C:/Users/HOME/Desktop/19013-22544-1-PB.pdf >. Acesso em: 3 de novembro de 2015.

ARTIGO

O ENCONTRO DOS OBJETOS ETNOGRÁFICOS WAPICHANA COM OS TYZYTABA'U E OS ALUNOS NAS ESCOLAS INDÍGENAS

Introdução

Este texto pretende provocar uma reflexão acerca da complexidade das práticas culturais Wapichana. Como não encontramos uma palavra na língua Wapichana significando artesão ou artesanato, muito menos alguma que traduzisse arte, usamos *tyzytaba'u* como significante de trançador. A formação desta palavra dá-se a partir do verbo *tyzytan* 'trançar', que perde suas terminações verbais e recebe o sufixo nominalizador *ba'u*. Escolhemos focar no trabalho dos trançadores e na simplicidade de suas ações para representar, a produção artística e cultural desse povo.

A iniciativa do Programa de Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana busca com os povos indígenas de Roraima, desde 2010, caminhos que fortaleçam e contribuam para lembrar conhecimentos relacionados às línguas, culturas, artes e objetos dos povos Macuxi e Wapichana.

Ao mesmo tempo, a pesquisa que resultou na tese de doutorado "*Kuadpayzu, Tyzytaba'u na'ik Marynan* aspectos de uma história da língua Wapichana em Roraima (1932-1995)", reconstituiu a história social da língua Wapichana, identificando que as práticas artesanais e os conhecimentos associados a elas eram um lugar privilegiado de uso dessa língua.

Na busca de fontes, para, a partir delas, desenvolver entrevistas segundo a metodologia da história oral, encontramos muitos objetos Wapichana no setor etnográfico do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Fotografamos alguns desses objetos e preparamos entrevistas projetivas, nas quais mostramos os objetos a alguns Wapichana e eles contaram o que sabiam sobre aquela referência.

Em relação ao desejo dos Wapichana de não esquecer, de possibilitar que os filhos conheçam os objetos, cabe aqui refletir sobre o papel dos museus na relação com os povos indígenas que já não têm alguns objetos fisicamente circulando entre

* Professora do curso Gestão Territorial Indígena. Coordenadora do Programa de Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana do Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima.

eles, mas ainda guardam a memória do seu uso e o significado deles assim permanece na vida do povo.

“Por meio de suas salas e galerias um museu presentifica coletividades que não estão lá, lhes atribui sentidos, valores e intenções”. O autor considera que quando os objetos e os conhecimentos saem das comunidades, seus usos rituais e cotidianos transformam-se “artificialmente em exemplificações de entidades abstratas (o povo x, a cultura y, a sociedade z), desvinculadas da práxis histórica e engessadas dentro de um processo em que a criatividade e a variação não podem ser refletidas” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2007, p.96).

Objetos de “cultura material” - que no contexto tradicional tinham, freqüentemente, valor espiritual - são re-espiritualizados (em termos ocidentais) como objetos estéticos, ao mesmo tempo em que são submetidos às leis do mercado do mundo da arte. Como suas produções ficam emaranhadas na lógica do mercado, alguns dos que foram ou deveriam ter sido artesãos nativos, são transformados em artistas no sentido ocidental do termo (STOCKING, 1985, p 9).

Na atualidade, muitos povos indígenas, antes tratados pelos museus como objetos, passaram a criar seus próprios museus, tornando-se curadores e solicitam a repatriação de suas coleções. Esses museus funcionam tanto como lugar de exposição pública, como centro cultural ligado à tradições em curso (CLIFFORD, 1993).

Em muitas ocasiões, na atualidade, os objetos fruto do artesanato Wapichana são emblemas de sua identidade étnica. Inclusive eles expõem os objetos artesanais, histórias ilustradas e escritas na língua Wapichana para enfeitar as escolas indígenas e as festas, reuniões e demais eventos que realizam.

Não existe ainda exposição de objetos etnográficos, ou um museu indígena em Roraima¹, mas consideramos que seria uma boa estratégia para desconstruir os preconceitos contra os povos indígenas no estado.

Como objetivo de ações de extensão, paralelas a essa pesquisa, planejamos e realizamos oficinas de arte educação e de educação patrimonial com os alunos na Escola Estadual Indígena Sizenando Diniz, na comunidade Malacacheta, município Cantá, tomando esses objetos Wapichana como elementos centrais. Através da metodologia da história oral e de oficinas nessa escola indígena, também conseguimos registrar informações sobre esses objetos fotografados e mostrados aos Wapichana.

¹ Há uma galeria que expõe arte Indígena contemporânea: pinturas a óleo e acrílica em tela e em alguns objetos do artista Jaider Esbell, Macuxi que dá nome ao espaço. Ele iniciou esse movimento e passou nos últimos anos a agregar à sua exposição obras de outros pintores e artesãos indígenas.

Atualmente, continuamos nesse processo de troca de conhecimentos associados a esses objetos com os Wapichana.

Nosso olhar, desde o primeiro momento do trabalho foi voltado para os conhecimentos que circulam e continuam entre os Macuxi e Wapichana, gerados pelas relações com esses objetos.

Breve histórico das ações de extensão com arte do programa de valorização das línguas e culturas Macuxi e Wapichana nas escolas indígenas

No ano de 2010, com a Escola Estadual Indígena Edmison Lima Cavalcante, na comunidade Tabalascada, realizamos o projeto “Narrativas Visuais da Tabalascada: Registros Visuais”. Como resultado desse trabalho, pintamos narrativas nos muros da escola, enfeitando com padrões gráficos Macuxi e Wapichana o muro, que antes estava sujo e abandonado, alunos e professores pintaram também paisagens e objetos como a darruana, o abano e o tipiti.

Na Escola Estadual Indígena Sizenando Diniz também trabalhamos este projeto de pintura do muro. Nessa mesma escola da comunidade Malacacheta, trabalhamos oficinas de história oral e orientamos os alunos a buscarem informações sobre os objetos Wapichana que escolheram estudar.

A escola Sizenando Diniz vem realizando há pelo menos quatro anos oficinas de produção de objetos trançados e estamos também, com eles, trabalhando materiais didáticos para sistematizar esses conhecimentos na língua Wapichana e incluí-los de forma organizada e didática nas escolas, principalmente nas aulas de língua Wapichana. Em 2012 coordenamos essas oficinas, filmamos, transcrevemos e traduzimos as falas dos professores de artesanato.

De fato, no ano 1988, iniciaram o ensino de língua Wapichana e de artesanato no Centro Regional, construído com a ajuda da Diocese de Roraima, na comunidade Malacacheta. Os Centros Regionais foram construídos justamente com o objetivo de valorização cultural.

Nos muros tanto da Escola Estadual Indígena Edmilson Cavalcante, como na Sizenando Diniz, pintamos esses objetos escrevendo seus nomes na língua Wapichana e mapeamos com os alunos os artesãos, artesãs e objetos que ainda são produzidos na comunidade. Assim como refletimos acerca das inovações que a arte contemporânea vem agregando aos fazeres e conhecimentos Wapichana.

A partir dessas experiências redigimos este texto, refletindo sobre o que observamos e vivenciamos com os professores e alunos indígenas na relação com os objetos do artesanato Wapichana.

A pesquisa da referida tese deu suporte teórico ao fazer da extensão uma vez que conseguimos entender a origem de determinadas práticas e as mudanças e trocas entre culturas vividas pelos Wapichana no decorrer da história. Por exemplo, tomamos conhecimento da produção de cerâmica pelos Wapichana, que são um povo da família linguística Aruak. Dom Eggeratt, quando esteve em Roraima, documentou acerca desses conhecimentos.

A cerâmica pertence em algumas tribos exclusivamente à mulher, em outras ao homem, sendo mais desenvolvida na raça Aruak do que na raça dos Caraibas, mais guerreira e caçadora por excellencia. [...] sobrepõem em forma de espiral cordões de barro, cujas fendas alisam em seguida para, depois de prompto, cozerem o producto ao fogo lento de galhos verdes, folhas de bananeiras e outras. Com a rezina conseguem produzir uma espécie de esmalte vidrado que fecha os poros e permite o cozinhar (EGGERATT, 1924, p.42).

Atualmente mudou, mulheres e homens produzem cerâmica, sendo ainda predominantemente uma prática feminina. Os Karibe, principalmente os Macuxi, produzem mais cerâmica do que os Aruak, que são os Wapichana em Roraima.

As relações e sentidos dos objetos Wapichana

Começamos então a refletir acerca dos sentidos do objeto além da função inicial dada pelo seu dono e para qual foi criado. Identificamos que “assim como pessoas, objetos têm seu tempo certo de vida” (LAGROU, 2007, p. 102). E percebemos que a vida de um objeto varia segundo as sociedades e o objeto em questão. Alguns objetos, por exemplo, não sobrevivem ao ritual, outros são usados até o seu dono falecer e outros foram levados aos museus.

Percebemos que o Museu Nacional do Rio de Janeiro nomeou e classificou os objetos Wapichana ora como dos “Índios do Rio Branco” ora como dos “índios da Guiana Inglesa” ora como dos “índios da Guiana Brasileira”. Por isso fizemos o exercício de acompanhar a vida desses objetos lá e cá, com o detalhe de que as informações da República Cooperativa da Guiana foram obtidas no Brasil, com os Wapichana de lá que vivem aqui atualmente e por livros como o de Roth (1924) e de Koch Grumberg (1982).

Analizamos como esses objetos ainda aparecem nos rituais e também no cotidiano Wapichana. Nosso olhar, que interpretou esses usos, tem base em estudos da

antropologia da arte. Refletimos também sobre o poder que determinados objetos, nomes e imagens têm entre os Wapichana.

A rede, por exemplo, é um objeto muito usado por esse povo indígena, tanto que quase todos os entrevistados, principalmente os com mais de 90 anos, conversaram conosco sentados na rede.

Alfredo de Souza, que tem 100 anos, quando contou da sua infância, nos mostrou em sua narrativa, traços da vida Wapichana da época: eles usavam a rede para dormir e também para carregar objetos, sendo na época o único objeto que Alfredo possuía.

Ai tinha meu tio, ele disse: 'vamos você carrega esse abóbora na sua rede pra gente comprar sabão lá com os negros'. Ele me deu uma abóbora desse tamanho, ai eu enrolei e carreguei na minha rede, depois encontramos com a pessoa que estava voltando lá dos negros, ai foi ele quem me criou, o Luis Cadete, me encontrou, é assim eu estava indo com meu tio (Entrevista concedida à autora no dia 18 de julho de 2014, na comunidade Malacacheta, município Cantá, transcrita na língua Wapichana e traduzida por Miriam Chaves de Souza).

O fazendeiro Melville, na República Cooperativa da Guiana, trocava objetos manufaturados por redes e cestaria indígena. Depois casou com uma Atoraiu (etnia indígena que também é Aruak) e tornou-se influente entre os indígenas (OLIVEIRA, 2012).

Com a intensificação do contato com o colonizador, os Wapichana passaram a receber e trocar seu trabalho por facas, por exemplo, com os Wai Wai. Em determinado momento, uma rede valia 2 ralos. Desta forma, o objeto passava do povo que tinha mais contato com o colonizador para o que ainda não conhecia, sofrendo uma refuncionalização, por faltar, a quem o recebia, o conhecimento da função dada pelo produtor originário.

Em 1976, Orlando Sampaio Silva observou que os Wapichana ainda faziam, na visão dele, um artesanato elementar, com produção de cestos, “paneiros”, redes de algodão para dormir, arcos e flechas, segundo ele, cada vez menos usados, “substituídos pelas espingardas ‘civilizadas’, mais eficazes na caça” (1980, p.78). E em algumas comunidades o antropólogo viu também trabalhos em cerâmica.

Os objetos o nascimento e a morte

As culturas supostamente em desaparecimento estão, ao contrário, muito presentes, ativas, vibrantes, inventivas, proliferando em todas as direções, reinventando seu passado, subvertendo seu próprio exotismo, transformando a antropologia tão repudiada pela crítica pós-

-moderna em algo favorável a elas, ‘reantropologizando’, se me permitem o termo, regiões inteiras da Terra que se pensava fadadas à homogeneidade monótona de um mercado global e de um capitalismo desterritorializado [...] Essas culturas, tomadas de um novo ímpeto, são fortes demais para que nos demoremos sobre nossas infâmias passadas ou nosso atual desalento. O que se carece é de uma antropologia disposta a assumir seu formidável patrimônio e a levar adiante suas muitas e valiosas intuições (LATOURE, 1996, p.5).

Temas como nascimento e morte são importantes tanto na antropologia como na história de vida dos objetos e na arte, observando o significado da morte e dos rituais a ela associados.

Entre os Wapichana, atualmente, quando algum morador da comunidade morre, normalmente as aulas na escola são interrompidas e eventos desmarcados para que a comunidade toda participe e compartilhe a dor da perda com a família do morto.

No passado, segundo Dom Eggerath (1924), a sepultura era cavada na maloca, embaixo da rede do morto, com menos de um metro de profundidade. O corpo era colocado na cova enrolado em sua rede com o rosto para cima, na direção dos nascidos do sol. Depois a terra era pisada e os objetos do morto eram ali quebrados. Quebravam o arco e flecha dos homens e as panelas e cestas das mulheres, colocavam fogo para queimá-los.

Dom Mauro Wirth, outro Beneditino que trabalhou em Roraima dez anos depois de Dom Eggerath, relatou que as redes eram mantidas arreadas durante a agonia e as pessoas cuidavam para que os parentes não vissem. Ninguém descobria o rosto e nem tocavam o cadáver com medo de contágio (in MUSSOLINI, 1944). Segundo o religioso, na cabeceira da rede ficavam o pajé e o padre.

Nos anos 1940 os tuxaús ainda mudavam de maloca quando suas mulheres morriam. Mas esses costumes foram desaparecendo devido à influência das religiões que introduziram o uso dos cemitérios, à redução dos territórios Wapichana, dentre outros motivos (HERMANN, 1946).

Na atualidade há cemitérios e as cerimônias funerárias acontecem nas igrejas com rituais muito parecidos com os da cidade, incluindo a compra de caixões, arranjos de flores, velório e cortejo na hora do enterro. A estética é a mesma. E o tempo do luto diminuiu devido aos trabalhos assalariados que não aceitam que tais práticas prolonguem-se.

Encontramos referência, no livro de registro do setor etnográfico, à tampa de urna funerária, objeto catalogado com o número 9490, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, mas como ainda não situamos tal objeto no setor, quando visitamos, não conseguimos fotografar.

Para além dos museus, desde o ano 2.000, com a inauguração de política do património imaterial pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a questão da sobrevivência dos objetos fora dos museus começou a receber atenção. Ela tem relação direta com o saber colher os materiais necessários para confeccionar, fazer e ensinar essa arte aos jovens. E nesse processo os poderes simbólicos dos objetos são fundamentais na construção do sentido e no valor dado à essa arte.

Tratamos os objetos como pessoas (GELL, 1988) e seus vários usos e funções como formas de interação social interna e externa às comunidades Wapichana. Assim buscamos compreender em profundidade os sentidos dos padrões gráficos, das formas de trançar e de tecer.

Nesse caso, o conceito de arte se refere “[...] à capacidade consciente e intencional de produzir objetos e ao conjunto de regras e técnicas que o pensamento usa para representar a realidade e agir sobre ela (LAGROU, 2009, p.69). Olhamos com essa especificidade para os objetos Wapichana. Assim, ao invés de buscar o que alguns estudiosos no passado sentiram falta, invertamos essa perspectiva de leitura das artes Wapichana, olhando para o que e como vem se transformando no decorrer do tempo.

A definição de arte na tradição ocidental, histórica e institucional, é diferente da ideia de arte usada para compreender os sentidos dos objetos Wapichana. Esses objetos surgiram porque os artistas indígenas os criaram e assim transformaram os materiais usados e o mundo. Nessa perspectiva, passado e presente coexistem, assim como os mundos ocidental, no Brasil, na República Cooperativa da Guiana, regional, Macuxi, Wapichana e o de outros povos indígenas também.

Os artistas e os falantes da língua Wapichana são mediadores entre tempos e mundos, pois, em diferentes períodos e lugares, recriaram conhecimentos que receberam dos antepassados e dos espíritos. Assim as artes como a memória, a língua e os conhecimentos Wapichana afetam sua imaginação e suas intenções sociais atuais.

Considerações finais

Esse trabalho, na prática e na reflexão, parece não ter fim. No entanto este texto precisou ser concluído e esta etapa, com a memória do que já foi trabalhado até então, mereceu ser finalizada.

Percebemos que, ao mesmo tempo que algumas lideranças desejam continuar produzindo e lembrando de seus objetos artesanais, outras pensam em produzir

em mais larga escala, ou dedicar-se a trabalhos que têm viés “desenvolvimentista”, priorizando outra estética e a compra de produtos industrializados em detrimento do uso dos feitos a mão.

Como política cultural e linguística, publicar livros e vídeos na língua Wapichana é fundamental para questões relativas ao prestígio da língua, assim como também apoiar o trabalho dos escritores indígenas em suas próprias línguas. Destarte, a arte e a literatura disseminadas e disponíveis na rede social, no rádio, na TV, em revistas alternativas, em festivais, em vídeos poderiam ser formas de retomada estimulantes ao uso e à memória da língua Wapichana.

Do mesmo modo, documentar os conhecimentos que ainda circulam acerca da arte e do artesanato Wapichana, é ação importante, assim como colaborar para que uma geração continue transmitindo para outra o saber fazer cada objeto.

Referências bibliográficas

CLIFFORD, James. **Colecionando Arte de Cultura**. Tradução de Anna O. B. Barreto. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1993.

EGGERATH, Dom Pedro. **O Valle e os índios do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tip. Universal, 1924.

GALLOIS, Dominique Tilkin (org.). **Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas**. São Paulo: Iepé, 2006.

GELL, Alfred. Art and Agency. **An Anthropological Theory**. Oxford: Calderon Press, 1988

HERMANN, Lucila. **A organização social dos Vapichana do Território do Rio Branco**. Sociologia, v. VIII, n. 2. São Paulo, 1946. p. 119 – 134.

KOCH-GRÜMBERG, Theodor. **Del Roraima al Orinoco (1911-1913)**. Tomos I, II, III. Caracas: Ediciones del Banco Central de Venezuela, [1924] 1982.

LAGROU, Els. **Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

_____. **A Fluidez da Forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Acre)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LATOUR, Bruno. **On Interobjectivity**. In *Mind, Culture and Activity*. Volume 3, no. 4, p.228-245, 1996.

MUSSOLINI, Gioconda. **Notas sobre os conceitos de moléstia, cura e morte entre os índios Vapidianá.** Sociologia. Vol. VI, n. 2. São Paulo: s.n., 1944. p. 134 – 155.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto. **Tempos dos Netos Abundância e escassez nas redes de discursos ecológicos entre os Wapichana na Fronteira Brasil-Guiana.** Tese de doutorado PPGAS UNB, 2012.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O retrato de um menino Bororo:** narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. Artigo publicado em maio de 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a06>> acesso em 05/07/2016.

ROTH, Walter Edmund. **An introductory study of the arts, crafts and customs of the Guiana Indians.** Madison: Johnson Reprint Corporation [1915], 1924.

STOCKING, George W. (ed.): Objects and others. Essays on Museums and Material Culture. **History of Anthropology.** Vol. 3. Wisconsin. The University of Wisconsin Press, 1985.

ARTIGO

OS PROJETOS EDUCACIONAIS, AÇÕES DE INTERCÂMBIO E FRONTEIRA NA ESCOLA ESTADUAL ARGENTINA CASTELO BRANCO EM BONFIM/RR

Introdução

A Escola Estadual Argentina Castelo Branco com código do INEP nº 14002345, criado pelo decreto nº 08/866 de 03/03/1966, localizada à Avenida Rodrigo Pires de Figueiredo, Quadra 02, nº 041, CEP 69380-000, Bairro Centro, no município de Bonfim, Estado de Roraima. Mantida pelo Governo do Estado de Roraima e administrada pela Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, com apoio do Centro regional de Ensino em Bonfim. Tínhamos como missão assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso, a permanência do aluno na escola, formando cidadãos críticos e criativos, capazes de interagir na transformação da sociedade de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394/96 Artigo 35, e através dos projetos e ações de fronteiras realizados tínhamos o objetivo de fazer com que os alunos desenvolvessem e ampliassem a visão da arte de criar e produzir textos para melhorarem como autores de seus próprios interesses intelectuais os Projetos Educacionais executados que trouxeram uma ampla significância no processo de ensino dos alunos e que estreitaram as nossas relações com a escola vizinha da fronteira a Escola Saint Ignatius na região 9 na cidade de lethem e por termos alunos brasileiros filhos de pais brasileiros com guianenses que moravam em Bonfim, nos proporcionava manter as relações de amizade entre as escolas da fronteira e assim fazer alguns intercâmbios entre as escolas e professores. Os projetos de mais destaque para as relações de intercambio foram: Encontro de Candidatos “Jovens Embaixadores”, Feira Pedagógica, Viagens Temáticas, Novos Espaços Educacionais e a participação de professores no Intercambio nos Estados Unidos, somaram para o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho educacional dos docentes e discentes das Escolas.

* E-mail: Caryalonso25@gmail.com

** E-mail: edinalvabonf@gmail.com

*** E-mail: lindabelo@bol.com.br

Programas Escolas Interculturais e Fronteiras (PEIF)

No ano de 2011 a presidente Dilma Rouseff, instituiu Plano “Estrategico de Fronteiras, por meio do Decreto nº 7.496, de 08 de junho de 2011, criando assim, o plano —Estratégias Nacional de Fronteiras (ENAFRON)”.

As cidades são consideradas “cidades gêmeas” segundo definição do Ministério da Integração: Art.1. Serão consideradas cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014).

Os projetos educacionais e as ações de intercâmbio nas escolas da fronteira Brasil – Guiana

O projeto Jovem Embaixador nos chamou a atenção, E paralelo ao programa foi criado uma ação que a denominamos de “O Encontro de Candidatos para o programa Jovem Embaixador”, que norteou para afunilar as ações de aprendizagem e iniciarmos um intercâmbios com as escolas da fronteira Brasil-Guiana, nossa primeira ação foi levar nossos alunos candidatos ao programa a conhecerem a Escola Saint Ignaitus, queríamos mostrar a importância de conhecerem uma outra escola de Língua estrangeira o “Ingles”e promover momentos de integração, troca de conhecimentos entre os estudantes, A escola Argentina participou desse programa durante os anos de: 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, classificando nossos alunos e dando-lhes oportunidades para participarem de um outro programa o Imersão que faz parte do programa Jovem embaixador – e uma viagem para fora do estado com atividades de estudos intensos de língua Inglesa, com alunos classificados em 2º lugares , E em 2012 - ganhamos o título de Jovem Embaixador com o aluno do Ensino Médio Regular “Wanderson Alfredo Jackson”, que foi ao Estados Unidos para o Intercambio junto com mais uns 30 alunos, e continuamos organizando as ações proporcionando encontros com alunos da Escola Saint Ignatius, e assim mantemos ate hoje essa relação das boas amizades proporcionando aos alunos da Escola Saint

Ignatius atividades educacionais. A Escola foi destaque entre as demais por participar com maior número de alunos no programa.

O Programa Jovens Embaixadores é uma iniciativa de responsabilidade social da Embaixada dos Estados Unidos — Criado em 2002, em parceria com os setores públicos e privado em ambos os países, dentre eles o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) que beneficia, com uma viagem de três semanas nos Estados Unidos, alunos brasileiros da rede pública com excelente desempenho escolar, que falam inglês, que pertencem à camada sócia - econômica menos favorecida, que têm perfil de liderança, que prestam serviço voluntário, enfim, que são exemplos em suas comunidades.

O principal objetivo do programa é valorizar e promover o fortalecimento da educação pública por meio desses jovens, transformando-os em modelos para seus colegas e a comunidade. Lá, são hospedados por uma família americana, assistem aulas e interagem com jovens da sua idade, participam em atividades culturais, de responsabilidade social e de empreendedorismo e liderança e fazem apresentações sobre o Brasil. A experiência de ser um Jovem Embaixador oferece aos estudantes a oportunidade de expandirem seus horizontes ao mesmo tempo em que nos ajudam a fortalecer os laços de amizade, respeito e colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos.

O aluno “Wanderson Alfredo Jackson”, divulgou com mais ênfase o programa através do projeto Aluno Lumini realizado em Boa Vista no centro acadêmico CUCA com a participação de uns 60 alunos de outras escolas, que ficaram conhecendo melhor o programa Jovem Embaixador. Tivemos a participação de um professor Jeferson também dos Estados Unidos que homenageou o aluno Wanderson com o título de Aluno Lumini – que significa aluno de destaque, um líder.

Resultados da participação de alunos no programa: o recebimento de professores-gestores dos Estados Unidos

E por constar com a maior participação de alunos candidatos ao programa “Jovens embaixadores” a Escola foi referência internacional na Embaixada dos Estados Unidos, que nos levou a receber dois diretores de escolas da versão do projeto Gestor nota dez. Com a dimensão da participação de nossos alunos a coordenação do programa dos Estados Unidos sentem a curiosidade de conhecer de perto a proposta de Ensino da Escola Estadual Argentina Castelo Branco no município de Bonfim em Roraima. E recebemos por dois anos consecutivos, dois professores-gestores

nota dez dos estados unidos da América; O prof. Dr. Rodney J. Logan – Ewing Higt School - NJ em Agosto de 2010 e prof^a Dra Shannon Curran – The Urban Assembly School por LAW Justice – NY , em julho de 2011, ambos ficaram encantados com a diversidade de projetos e ações culturais que a Escola desenvolvia na escola durante o ano letivo, houveram trocas de informações , relatos de experiências do processo Educacional, enfim uma roda de conversa com gestores e professores para conhecer a dimensão do processo de cada país e escolas.

A participação de professores no exame TOFEL

Em consequência da participação de nossos alunos no Programa, nossos professores de Línguas estrangeiras Inglês, também sentem o interesse de participar do processo seletivo do Tofel - exame de suplência em Língua Inglesa, oferecido pela Embaixada dos estados Unidos e realizado pela Universidade Federal de Roraima, nossos professores: Roseann Agatha Mann, participa em 2011 é selecionada e Adriano da Silva Melville em 2012, fazem parte do processo seletivo e são classificados, vão para um Intercambio de 45 dias nos Estados Unidos da América em cidades diferentes e em Cerimonia de abertura do evento nos estados Unidos a Escola Argentina Castelo Branco é mencionada através da quantidade de participação de Alunos no Programa do Jovem Embaixador.

Assinatura do acordo bilateral das relações internacionais Brasil-Guiana

Em 2012, Com a ascensão da escola no estado e Roraima fica acordado que a Assinatura do acordo bilateral das relações Internacionais Brasil-Guiana com chefes de estados seja na biblioteca da escola, e assim recebemos os chefes de Estados das relações Internacionais do Brasil e da Guiana para assinarem o Acordo Bilateral das relações Internacionais , trataram das áreas de segurança, educação, saúde e outros, além dos projetos e ações que envolvem o Intercambio de escolas, fomos agraciados com mais um Segundo projeto da SECD/RR” que ainda está em agenda para acontecer, um Encontro do Projeto Bilingue Brasil e Guiana que será realizado em Bonfim.

A Escola Estadual Argentina Castelo Branco é a principal do Estado a enviar candidatos para o Programa Jovens Embaixadores, da Embaixada Americana e a unidade de ensino tem localização privilegiada no município de Bonfim, fronteira

com a Guiana, fatores que fazem o inglês ter forte influência entre a comunidade escolar.

“Nossa intenção no futuro é promover o intercâmbio de professores para ministrar não só inglês, mas também matemática, história, geografia e outras disciplinas”, SECD/RR.

O Intercâmbio Intercultural das Escolas da Fronteira Brasil-Guiana (IIEFBG) acontece desde o ano de 2012

O primeiro Intercambio foi no projeto do III circuito Itinerante de Ciências na escola – com a visita da Saint Ignatius Secondary school, onde eles relatam que as atividades eram novidades e que gostariam muito de participar mais vezes de eventos tão ricos como este que estão presentes. E assim continuamos com O projeto “Encontro de Candidatos Jovens Embaixadores” iniciou na segunda versão do evento quando sentimos a necessidade de dar importância ao estudo da Língua Inglesa na escola e vimos que esse projeto traria oportunidades para desenvolver junto ao processo de ensino e aprendizagem uma melhor desenvoltura e alternativas ao estudo da Língua Estrangeira para os alunos, como a sua importância na visão de mundo, saber falar outra língua que não fosse a Língua Portuguesa. Esse projeto nos trouxe a ideia de fazer um Intercambio Intercultural com as escolas Argentina Castelo Branco – em Bonfim e Escola Saint Ignatius em Lethem região 09, Então começamos a estreitar esses laços na área da Educação, levando os nossos alunos a conhecer uma outra realidade que não fosse a que eles já conviviam. Assim surge “O Intercambio Intercultural de escolas da fronteira Brasil-Guiana” com a participação de alunos nossos da cidade de Roraima-Bonfim, com os alunos da escola Saint Ignatius Guiana – Lethem. O Intercâmbio Intercultural das Escolas da Fronteira Brasil-Guiana (IIEFBG) acontece desde o ano de 2012, contando com a presença de professores universitários, pesquisadores e divulgadores científicos, de Roraima e de outros Estados da Federação. A programação consiste na realização de atividades nas dependências das escolas brasileiras e também na escola guianense. Temos como destaque o esforço de professores e diretores de ambos os lados da fronteira na superação de dificuldades logísticas, burocráticas, financeiras e linguísticas na condução das atividades do lado guianense da fronteira. Trata-se de um evento internacional e interinstitucional que envolve, além das escolas dos dois países, projetos de extensão universitária, programas de incentivo à docência e projetos de divulgação científica.

Segundo, Heloisa Luck “É do diretor da escola a responsabilidade máxima quanto a consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido, e controlando todos os recursos para tal.”

Livros de registros de visitantes: a coleta documental nos arquivos da Escola Estadual Argentina Castelo Branco desde 1967 a 2012

Verificando nos arquivos passivos da escola foram encontrados livros de registros desde quando a escola foi inaugurada, em 10 de setembro de 1977 e escriturados pela Professora Célia Filgueiras de Melo. A escola funcionava, em outros prédios sem ainda ser a Escola Estadual Argentina Castelo Branco, a criação da escola só se deu em meados de 1970, mas antes ela já existia em outros endereços e prédios como consta nos anais da Escola, temos imagens de outros prédios como um hangar que foi do 1º pelotão Especial de fronteira, e que ainda existe e hoje está sendo utilizado como casa de apoio para moradia de funcionários públicos e os outros prédios. Então percebemos que nesses livros constam registros de visitas de pessoas de várias localidades e países estrangeiros, e que a Escola já funcionava como campo de Intercâmbio com países e outros estados do Brasil como: **Georgetown Guiana 1968** - Técnicos de agricultura, **África 1968** - grupos de voluntários da Paz, do **Amazonas 1970** - grupos de estudantes Roraimense, do sul campus da **UFMS 1970** – professores, Ministério do Interior **Brasília 1970** – técnicos, Universidade de Santa Maria turma 10/1970 – gaúchos componentes da equipe de saúde, **Venezuela 1973**- estudante Universitário,- Jose Becerra, **Itália – 1977** visita de 21 pessoas acompanhadas pelo Pe. Jose Silva, **Boa Vista/RR, 20/06/1981** – Bispo da diocese - Aldo Mongiano, **São Paulo 2007** – Acadêmico Alexandre Alves, pesquisa diversidade Linguística em Bonfim/RR. **Minas Gerais 2009** – Projeto Rondon **Boa Vista/RR 2010** - Equipe da escola Presidente Costa e Silva, **Boa Vista 2012** – visita técnica científica / Mestrado em Geo - UFRR Shigeaki Ueki e prof. Dra. Gersa Moura, Boa Vista 2012 – Profa. Ramunda Batista do Vale de Química da UERR, 2012 – Ana Cristina Lopes - Arquiteta Urbanista CREA/RJ, **Boa Vista/RR 2012** – promotor e justiça Madson Carvalho e Josimo Basilo palestra sobre a consciência do voto, Boa Vista/RR 2012, Clotilde Filgueiras / escritora Roraimense, **Boa Vista 12/2012**, Edigar Borges – deixa um abraço Literário. E ao longo dos anos a Escola já vinha trabalhando nessa linha de Intercâmbio com os demais países e estados aqui citados acima sem antes saber de programas de programas Intercultural das fronteiras

segundos pesquisas bibliográficas como relatamos acima algumas visitas nacionais e internacionais de autoridades, acadêmicos e outras pessoas.

Considerações finais

Observamos que este trabalho relata as experiências vivenciadas pelas escolas envolvidas nos projetos e ações de fronteiras e refletindo sobre as relações construídas nas vivências e nas experiências da fronteira, nos mostra que o Intercambio só vem a contribuir e colaborar com novas metodologias, fortalecendo um vínculo na trocas de conhecimentos e saberes entre os docentes e discentes de ambas as escolas.

As ações desenvolvidas e executadas nos deram uma ampla visão de que as cidades vizinhas tem muito a colaborar uma com a outra , as metodologias são diversas , os currículos são variados, os costumes, a disciplina, o comportamento dos alunos nos mostrou o quanto tudo faz parte de um conjuntos de ações a serem desenvolvidas com organização, compromisso e acima de tudo com regras, valorizando e respeitando cada um que esta imbuído no processo, aproveitando o conhecimento e experiências para aprimorar o novo dentro deste contexto educacional. Cada escola tem jeito de ensinar, de planejar não existe um modelo tradicional cada uma se define conforme a sua realidade. Mas tudo envolvido não deixa de ser novo, e pode ser copiado a sua maneira tirando o devido proveito no processo educacional e profissional.

Informando ainda que a Escola a qual esse trabalho era desenvolvido foi extinta em Janeiro do ano de 2013 e que alguns dos projetos ainda são executados na outra escola onde os alunos, professores e demais funcionários foram inseridos desde janeiro 2013.

Referências bibliográficas

LUCK, Heloísa – **AÇÃO INTEGRADA - supervisão e Orientação Educacional**, editora vozes ltda,1981.

BORGES, P. **Programa Escolas Interculturais de Fronteira: uma proposta pedagógica intercultural**. In: TV ESCOLA.

Escolas Interculturais de Fronteira . Ano XXIV - **Boletim 1** - MAIO 2014. http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/16251501_14_EscolasInterculturaisdeFronteira2.pdf >. Acesso em novembro de 2016. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

STURZA, E. Introdução. In: **TV ESCOLA**. Escolas Interculturais de Fronteira. Ano XXIV - Boletim 1 – novembro 2016. http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSEries/16251501_14_EscolasInterculturais-deFronteira2.pdf

ARTIGO

PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA: CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DE ALUNOS DE LICENCIATURA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Introdução

Crochik, ao apresentar os desafios da psicologia na compreensão de seu objeto, a subjetividade, aponta que “[...] no que se refere a defesa da universalização da educação, ou seja, a defesa do direito de que todos possam usufruir da educação, deve-se dizer que é uma reivindicação incompleta se for dissociada do tipo de educação a ser oferecido” (2011, p. 109). A predominância em nossa sociedade de uma concepção de educação marcada pela razão instrumental e a busca pelo aumento da eficiência do processo ensino-aprendizagem torna imprescindível um processo de reflexão acerca da concepção vigente de educação nas escolas, haja vista que neste cenário a possibilidade de se pensar a educação numa perspectiva crítica torna-se pouco provável. Tanto as propostas educacionais centradas no aluno, quanto aquelas focadas na transmissão de conteúdo, tendem a ignorar a relação indivíduo-sociedade e a tensão entre cultura e barbárie. O objetivo deste artigo é trazer luz ao problema da educação na sociedade administrada sem intentar a proposição de um método pedagógico. Diante disso, é de fundamental importância investigar os possíveis entraves da formação de professores e possíveis consequências na atuação profissional em escolas de ensino fundamental e médio. Faz-se necessário compreender quais as visões de mundo, de ser humano, de escola, da profissão, de políticas educacionais e em última instância, de educação, que cercam a formação desses futuros professores. Não é exagero lembrar que estes possivelmente serão agentes decisivos na formação de alunos do ensino básico, o que completa um círculo educacional que integra todos os níveis de educação formal. Em “Eclipse da Razão”, Horkheimer (2007), denuncia o domínio da racionalidade na ciência, em que prevalece a eficácia dos procedimentos sobre sua finalidade. No contexto educacional, a pedagogia como uma ciência converte-se em um conjunto de métodos e técnicas, a despeito de uma

* Universidade Federal de Roraima. E-mail: marynamorena@outlook.com

** Universidade Federal de Roraima. E-mail: carlos.ramos@ufr.br

reflexão apropriada sobre sua finalidade última – a garantia para todos de uma formação para a consciência.

Para dar início à discussão, faremos uma breve exposição de diferentes concepções pedagógicas a partir da obra de Saviani (2012), que as categoriza a partir do problema da marginalidade. De acordo com o autor, as teorias educacionais podem ser classificadas em dois grandes grupos, as teorias não-críticas, que entendem a educação como um meio de equalização social e conseqüentemente de superação da marginalidade, e teorias crítico-reprodutivistas, que entendem a marginalidade como um fenômeno gerado no seio da própria sociedade e a educação como reprodutora da marginalidade social pela produção da marginalidade cultural.

O grupo de teorias não-críticas está composto por três pedagogias: pedagogia tradicional, pedagogia nova e pedagogia tecnicista. A pedagogia tradicional vê a marginalidade como sinônimo de ignorância, portanto a educação surge como uma forma de transformação de súditos em cidadão esclarecidos. A escola organiza-se na centralidade do professor, que detém o conhecimento e o transmite aos alunos, que por sua vez assimilam o conhecimento transmitido de maneira passiva e heterônoma. São organizados em forma de classes com um professor que expõe o acervo cultural e aplica os exercícios aos alunos disciplinados. A influência da pedagogia tradicional nos modelos escolares perdura até os tempos atuais, seja de forma mais sutil, com apenas algumas de suas características, seja de forma mais explícita, como em colégios militares e internatos. Essa pedagogia, além de não conseguir realizar seu objetivo inicial de universalização educacional, não garantia que todos os que tinham acesso ao ensino educacional se ajustassem ao modelo de sociedade desejado.

A pedagogia nova surge como um movimento de reforma (escolanovismo) por meio de experiências restritas que futuramente se generalizariam nos sistemas escolares. O marginalizado passa do ignorante para o rejeitado, que não se sente aceito pela sociedade. Essa pedagogia traz consigo uma contribuição de suma importância para o sistema educacional: a preocupação com as diferenças individuais. A educação aparece como forma de ajustamento e adaptação dos indivíduos à sociedade, onde seus membros se aceitam e respeitam as individualidades. A escola deveria se organizar de maneira que os alunos seriam agrupados em pequenos grupos de acordo com as áreas de interesses decorrentes de suas atividades livres, onde o professor atuaria como um estimulador e orientador das iniciativas dos próprios alunos. Esse modelo não conseguiu transformar o sistema educacional devido aos custos mais elevados para sua sustentação bem como pelo fato de que se organizou em modelos experimentais voltados a elite (SAVIANI, 2012).

Na pedagogia tecnicista a preocupação passa ser a eficiência instrumental, a racionalidade e a produtividade, em que o processo educativo deve tornar-se objetivo e operacional (SAVIANI, 2012). O marginalizado agora não é mais o ignorante, tampouco o rejeitado, mas o improdutivo e ineficiente, que em nada contribui para a produtividade do sistema. A partir dessa pedagogia pode-se compreender a propagação de microensino, cursos profissionalizantes, formação a distancia, cursos técnicos e outras formas de mecanização no sistema educacional. A preocupação é a padronização do ensino, onde a figura central não é mais o professor nem o aluno, nessa nova teoria educacional os dois estão submetidos ao processo. Segundo Saviani (2012, p. 14), o controle passa a ser “feito basicamente pelo preenchimento de formulários. O magistério passou, então, a ser submetido a um pesado e sufocante ritual, com resultados visivelmente negativos”. Torna-se predominante o uso da tecnologia e da burocracia para exercer o controle dos indivíduos que se submetem ao processo e que passam a desperceber o terror camuflado. Atualmente é possível visualizar um sistema de ensino altamente tecnicista, em que a forma prevalece sobre o conteúdo.

O segundo grupo, o das teorias crítico-reprodutivistas, considera a educação a partir dos condicionantes sociais e da dependência em relação à sociedade, e é composto pela teoria do sistema de ensino como violência simbólica, teoria da escola como Aparelho Ideológico do Estado (AIE) e teoria da escola dualista.

A teoria do sistema de ensino como violência simbólica, proposta por Bourdieu e Passeron parte do princípio de que toda sociedade tem como base um sistema de relações de força material entre grupos ou classes, e sobre essa base de força material assenta-se um sistema de força simbólica que reforça por dissimulação as relações de força material (SAVIANI, 2012). A segunda teoria, teoria da escola como Aparelho Ideológico do Estado (AIE), considera dois aparelhos constituintes do Estado: Aparelhos Repressivos de Estado e Aparelhos Ideológicos de Estado. Os primeiros são ilustrados através do governo, exército, polícia, prisões etc., e os segundos são compostos por diversas instâncias, tais como a religiosa, familiar, jurídica, cultural, escolar, entre outras. A escola surge como AIE dominante visto que é o mais eficaz instrumento de reprodução das relações de produção do mundo capitalista. A terceira e última teoria crítico-reprodutivista, a teoria da escola dualista, parte do pressuposto de que a escola é dividida em duas grandes redes apesar de sua aparência unificadora e unitária, redes estas que reforçam a divisão da sociedade em burguesia e proletariado. As duas grandes redes que constituem a escola e definem o aparelho escolar capitalista são: rede de escolarização secundária-superior (rede S.S.) e rede de

escolarização primária-profissional (rede P.P.). O aparelho escolar surge, também, como um aparelho ideológico do Estado e contribui para reprodução das relações de produção capitalista. A crítica de Saviani a essas três teorias é que, embora esses estudos tenham contribuído para evidenciar o comprometimento ideológico da educação com a manutenção do *status quo*, ao mesmo tempo proporcionaram um clima de pessimismo frente à educação que pouco contribui para superar o problema da marginalidade.

Compreender o significado de educação dentro de uma concepção crítica é imprescindível na medida em que se almeja alcançar uma transformação no sistema educacional. A formação cultural é dotada de ideias de humanidade sem injustiças sociais e igualdade de possibilidades de ascensão na hierarquia social, o que corrobora para uma sociedade que reproduz sempre o idêntico, o isolamento, a dessensibilização, o conformismo e a resignação ao horror. Prevalece a hegemonia da razão instrumental sobre a razão emancipatória, o que reforça e reproduz a dominação e as injustiças sociais. Dessa forma, “A produção cultural é construída de forma a não propiciar aquilo que não pode cumprir desde o seu começo: a garantia de uma sociedade racional, livre e igualitária” (PUCCI, RAMOS DE OLIVEIRA & ZUIN, 2001, p. 55).

Adorno denominou essa formação cultural de semiformação cultural ou semicultura, na medida em que produz indivíduos semiformados e sempre cindidos em lógicas dicotômicas e alienantes. A forma de consciência predominante em nossa sociedade é a da *consciência coisificada*. A semicultura aponta para uma tendência de negação de todas as condições sociais responsáveis pela sua hegemonia bem como para uma tentativa de compreensão da cultura como estabelecida e solidificada na configuração da realidade.

A maneira como a semicultura opera e se difunde desemboca numa realidade em que a reflexão crítica acerca dos conhecimentos transmitidos vira um luxo utópico e na maioria das vezes sem a devida importância, visto que não há tempo para tamanho trabalho intelectual: “Todos são teologicamente educados, ou melhor dizendo, semieducados para essa direção” (PUCCI, RAMOS DE OLIVEIRA & ZUIN, 2001, p. 120). Tal produção simbólica nos assola com a mensagem de que a realidade já está estabelecida e não nos resta outro caminho a não ser seguir os passos que já estão demarcados.

Portanto, para Adorno (2003), uma educação voltada para a produção de uma consciência verdadeira se volta à possibilidade de uma democracia que opere conforme o seu conceito e demande pessoas emancipadas, esclarecidas e capazes de

perceber as contradições que compõem a ideologia do sistema. A educação emerge com a tarefa de fortalecer a resistência, não a adaptação, e intermediar uma consciência da realidade, visto que “aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo” (ADORNO, 2003, p. 151). Em um debate na rádio de Hessen, em 1966, Adorno (2003) esboça uma concepção inicial de educação. Partindo da concepção kantiana de indivíduo emancipado, aponta para a produção de uma consciência verdadeira, em oposição à modelagem de pessoas a partir de seu exterior. Admite a transmissão de conhecimento, mas não se limita a ela, assim como alguma adaptação. Esta última, no entanto, deve ser pensada com cautela. Em uma sociedade cuja própria organização fortaleceu-se de tal forma que converteu-se em ideologia e exerce tamanha pressão sobre os indivíduos ao ponto de que a adaptação se impõe a estes com pouca ou nenhuma intervenção da consciência, torna-se tarefa da educação, seja familiar, escolar ou universitária, o fortalecimento da resistência, muito mais do que a adaptação.

Método

A pesquisa teve caráter qualitativo e em seu momento inicial de execução foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do tema de interesse. No âmbito das teorias educacionais, uma expansão da discussão do modelo vigente de educação tecnicista na sociedade administrada e principalmente em relação ao conceito de educação em uma perspectiva crítica segundo Theodor W. Adorno; e no que diz respeito à concepção de educação numa perspectiva crítica, um aprofundamento de conceitos como barbárie e emancipação, subjetividade, semiformação e cultura, considerando principalmente os autores da primeira geração da Escola de Frankfurt. Esta pesquisa apenas foi iniciada após a submissão e aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa.

Ainda nesse momento da pesquisa foi também revisada a bibliografia que fundamentou a construção do instrumento de coleta de dados adequado com seu delineamento, e para tanto foi feito uso da entrevista aberta. Ainda que haja um roteiro elaborado previamente a partir do contato com a teoria, não há impedimento para a inserção de novas perguntas conforme o andamento da entrevista. O principal motivo da escolha deste instrumento reside na possibilidade de flexibilidade para o entrevistado configurar o campo da entrevista a partir de sua própria estrutura psicológica particular. A subjetividade e organização do entrevistado são pontos essenciais para a análise posterior daquilo que se espera encontrar no material empírico. Pretende-se

mais uma investigação profunda desses aspectos do que uma comparação sistemática de dados ou levantamento estatístico de opinião. Foram necessárias a autorização da instituição de ensino superior e a elaboração de um termo de consentimento livre e esclarecido, para garantir aos sujeitos participantes o sigilo da identidade, a participação voluntária, esclarecimentos e outras exigências do Comitê de Ética.

Após a elaboração do instrumento de coleta de dados, foram sujeitos desta pesquisa 05 alunos de cursos de licenciatura, sendo 02 do sexo feminino e 03 do sexo masculino, 02 da área de ciências humanas, 02 da área de ciências exatas e 01 da área de ciências biológicas. A análise dos dados e discussão foi pautada na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade. Inicialmente as falas dos entrevistados foram categorizadas de acordo com a proximidade do tema abordado, para posteriormente serem divididas em três categorias que, de acordo com a análise, se mostraram mais relevantes e presentes durante as entrevistas. A discussão foi feita a partir da relação das falas dos sujeitos com a revisão bibliográfica realizada, conforme aproximação ou distanciamento entre ambas.

Resultados e discussão

A partir do material empírico coletado, foram criadas três categorias: 1. Concepções educacionais; 2. Competitividade no ambiente escolar e 3. Formação em licenciatura. Sobre *concepções educacionais*, os entrevistados trouxeram conceitos diversificados em relação à educação, apresentando vários elementos passíveis de discussão e divergentes entre si. Foi possível identificar em algumas falas dos entrevistados um conceito de educação que em muito se aproxima do conceito emancipatório de Adorno, que não se caracteriza apenas pela transmissão de conhecimentos ou a modelagem de pessoas, mas a produção de uma consciência que torne o indivíduo emancipado e esclarecido, capaz de fazê-lo refletir e se posicionar diante da pressão exercida pelo sistema vigente. A seguir, algumas falas dos entrevistados que se aproximam dessa concepção crítica:

- “Educação é a gente poder levar o conhecimento, mas não aquele conhecimento de só apenas transferir, aquele de ensinar o aluno, de aguçar nele a criticidade, não só pra aprender um conteúdo, mas pra ele poder utilizar no dia a dia. A gente não tá formando só um aluno, a gente tá formando um profissional, a gente tá formando um cidadão [...]. Eu já tive professores autoritários que na visão deles era só transferir o conhecimento, só criar aquela massa de manobra. Já eu não, eu tenho outra visão, eu quero [...] que os meus alunos sejam diferentes, que eles tenham a opinião deles [...]. Não criando uma pessoa para ter um

emprego, ser apto para o mercado de trabalho, mas mudar a consciência dela em relação ao meio em que ela vive” (Entrevistada 1, ciências humanas).

- “Uma educação de qualidade seria mais filosofia, sociologia, que levasse o aluno a refletir, não a copiar o que está no quadro. Seria uma mutação de valor em que o aluno fosse capaz de debater com o professor, que ele tivesse tempo para ler mais livros, abrir a mente dele para determinadas coisas [...] incentivasse mais leitura, discussão, a questão de filosofar, de pensar por que aquilo está acontecendo, tentar saber o motivo, e não chegar lá e estar tudo pronto” (entrevistado 5, ciências humanas).

Além disso, a percepção da importância da formação e dos cursos de licenciatura para a educação também surgiram nas entrevistas:

- “Uma educação de qualidade envolve professor, começa nos cursos de licenciatura, eles têm que ser reformulados, porque assim como o plano político pedagógico da escola tem que mudar o dos cursos de licenciatura também, tem que haver uma mudança” (entrevistada 1, ciências humanas).

Segundo a concepção inicial de educação de Adorno no debate Educação – para quê?, a educação pode ser definida como:

Não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira (2003, p. 141).

É possível identificar nas duas falas iniciais acima trazidas uma concepção de educação muito próxima do conceito emancipatório de Adorno. Além disso, a terceira fala apresenta o objetivo central desta pesquisa: a percepção e a consciência da importância da formação e dos cursos de licenciatura para a educação por aqueles que irão trabalhar futuramente na formação de outrem. Pode-se inferir que em alguma medida cursos de licenciatura da área de humanas, área dos entrevistados que trouxeram essas concepções, despertam em seus alunos uma consciência e percepção crítica a respeito da educação e sociedade como um todo, promovendo uma noção ampliada do impacto da educação nos arranjos sociais, bem como da influência cultural na formação educacional.

Algumas falas apresentaram concepções ou noções de educação que corroboraram com uma visão funcionalista, adaptativa e de modelagem, onde a educação possui solidamente a função de adaptação social/cultural do indivíduo, em que as ideias, práticas e costumes de um determinado povo deverão ser inculcadas nas crianças

para que estas possam fazer parte daquela sociedade da maneira instituída comum/normal:

- “[...] educação é o ato de fazer com que as pessoas sejam um pouco mais sociáveis entre as outras” (entrevistado 2, ciências exatas).
- “A educação em si é de grande importância porque através dela podemos controlar as coisas, podemos dar a devida orientação para as pessoas [...]” (entrevistado 3, ciências exatas).
- “A educação formal dá ferramentas para viver socialmente. Então a questão formal é essa adaptação que a criança vai ter socialmente, é como se ela saísse de casa um animal selvagem [...]” (entrevistado 5, ciências humanas).

Segundo Durkheim, o objetivo da educação é inculcar ideias presentes em determinada sociedade na consciência dos educandos, de modo que cada meio social determina o ideal a ser realizado pelo processo educativo. As qualidades e necessidades que aparentemente são espontâneas do próprio indivíduo na verdade apenas refletem as exigências prescritas pelo meio social como necessárias (DURKHEIM, 1973).

No entanto, algumas falas trazem uma diferenciação entre o que a educação é e o que ela deveria ser, apontando para uma percepção crítica:

- “A questão da educação é passar para o ser humano bons hábitos, e isso varia: costumes, crenças, religião, mas eu creio que a educação em si é tornar um ser humano apto a viver socialmente” (entrevistado 5, ciências humanas).

É possível inferir que noções de adaptação e modelagem ainda possuem muita força nas concepções de educação discutidas e disseminadas mesmo em âmbito acadêmico.

Alguns entrevistados apresentaram discursos que em muito se assemelham a uma concepção de educação marcada pela eficiência instrumental, racionalidade e produtividade, características inegáveis do sistema educacional atual:

- “[...] a educação na escola é aquela educação que já vai servir para interagir com a sociedade no mercado de trabalho” (entrevistada 4, ciências biológicas).
- “Uma educação de qualidade produz mais pessoas com qualidade, mais pessoas capacitadas [...] se eu tenho uma educação de qualidade eu vou poder passar mais conhecimento pro meu aluno e assim produzindo cada vez mais pessoas com qualidade, trazendo conhecimento com qualidade, projetos com mais qualidade, com mais especificidade” (entrevistada 4, ciências biológicas).

A partir dessa noção de educação pode-se compreender a propagação de microensino, cursos profissionalizantes, formação a distância, cursos técnicos e outras formas de mecanização no sistema educacional, em que prevalece a eficácia dos procedimentos sobre sua finalidade (SAVIANI, 2012). Se produzir pessoas qualificadas significar inserir pessoas na rede de ensino sem a preocupação de como e se conseguirão sair, deve-se questionar para que estas pessoas serão qualificadas, ou seja, ainda que a meta seja apenas formar técnicos competentes, devemos questionar se o sistema educacional cumpre minimamente isso.

Alguns entrevistados apresentaram uma percepção crítica dessa concepção de educação tecnicista com características que predominam o sistema educacional atual:

- “O foco da educação é metas: tantos passaram, tantos foram aprovados, é estatística, não se tem qualidade dentro da educação. Se você pegar um livro didático você vai ver que nem tudo que está lá era pra estar em livro didático. Por isso que eu falo, tem horas que a escola tapa o aluno, ela não dá uma visão. Então o negócio da educação é metas, você vai para dentro da sala de aula e você não tem material, você não tem recursos, às vezes você não tem nem autonomia dentro da sala de aula, geralmente os professores se sentem castrados porque não tem muito que fazer” (entrevistado 5, ciências humanas).
- “Hoje em dia a educação está focada na numeração. Por exemplo, quanto mais aprovação eu tenho mais eu vou receber, quanto mais cursos eu tenho maior a minha chance de ganhar mais. Eu penso que não está voltado para uma área para ajudar a população em si” (entrevistado 3, ciências exatas).

Elementos de violência também foram trazidos nas falas dos entrevistados que afirmam ritmos sufocantes e possibilidades restritas aos professores que também estão submetidos ao processo tecnicista dentro do sistema educacional. Segundo Saviani (2012, p. 14), o controle da pedagogia tecnicista é “feito basicamente pelo preenchimento de formulários. O magistério passou, então, a ser submetido a um pesado e sufocante ritual, com resultados visivelmente negativos”. Atualmente é possível visualizar um sistema de ensino altamente tecnicista, onde importa mais a quantidade do que a qualidade. Os indivíduos se submetem a burocracias e ritmos absurdos, visto que a produção e contribuição para o sistema capitalista é o fim principal do processo educacional. O entrevistado 5 traz em sua fala elementos que denunciam a violência presente no sistema educacional de ensino:

- [...] a realidade da sala de aula é completamente diferente, é aquela realidade: você está numa selva e você tem que sobreviver, tem que voltar vivo pra casa (entrevistado 5, ciências humanas).

- “[...] a gente sai de um ensino que não te qualifica, a gente entra na universidade pensando que a gente vai ter uma coisa que vai acolher e ela te surra mais ainda” (entrevistado 5, ciências humanas).

Alguns conceitos trazidos corroboraram com uma visão de reprodução ideológica e salvacionista da educação, o que é transmitido constantemente pelos meios de comunicação, instâncias culturais e sociais a serviço do sistema vigente para sustentação e reprodução das desigualdades sociais:

- “A educação eu creio ela seria a base, ou seja, o pilar, ela que daria toda a sustentação para a sociedade” (entrevistado 2, ciências exatas)

- “Eu creio que o foco da educação é formar jovens pensadores, pelo menos teoricamente” (entrevistado 2, ciências exatas)

- “A importância da educação é a maior, tudo, a gente só muda o mundo através da educação” (entrevistada 1, ciências humanas).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), a educação, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem dentre outras finalidades o objetivo de pleno desenvolvimento do educando. Frequentemente somos bombardeados com *slogans* e mensagens que colocam a educação como salvadora das mazelas do mundo, o que desperta nos indivíduos a reprodução de um discurso sem uma reflexão crítica e imputa à educação um poder que ela não tem. É possível perceber nas falas de alguns dos entrevistados a força que essa noção de educação exerce sobre os mais variados meios culturais, sociais e dentro do próprio âmbito educacional, de modo que o exercício de reflexão para conscientização da realidade deve ser constante diante das emboscadas criadas pelo próprio sistema para o obscurecimento da consciência.

Sobre *competitividade no ambiente escolar*, diante da predominância dessa característica no sistema educacional e no mercado de trabalho, a competição passa a ser um elemento naturalizado dentro de escolas e também no universo acadêmico. De modo geral a competição entre indivíduos e grupos é valorizada e conscientemente produzida por professores e escolas como algo saudável e benéfico para o ensino. A partir das falas dos entrevistados, foi possível perceber a predominância da visão da competição como algo positivo e estimulador dentro do ambiente educacional:

- “Às vezes a competição é boa porque estimula a pessoa a querer ser “o melhor”, competição nada mais é que isso, querer ser o melhor da turma” (entrevistado 3, ciências exatas).

- “[...] a competição é muito legal porque te instiga a querer fazer algo melhor, não querer passar por cima, mas a competição me força a pensar mais, a ter uma ideia mais legal, a ter

uma ideia mais inteligente, que funcione rápido, funcione de maneira legal, então a competição até certo nível é muito boa, porque se não tiver, se todo mundo ficar acomodado aí você não tem aquela motivação [...]” (entrevistada 4, ciências biológicas).

O objetivo único de se tornar brilhante em algum ofício traz em si algo de hostil ao espírito, visto que pessoas, ferindo umas às outras em alguma medida, direta ou indiretamente, é uma incontestável forma de barbárie (ADORNO, 2003). Os objetivos se invertem e as crianças são educadas não para saberem ou desenvolverem determinadas habilidades ou atividades por desejo próprio, mas para serem melhores que o colega ao lado: a finalidade é sentir-se melhor que o outro, que, por sua vez, se sentirá pior e marginalizado. Segundo Adorno, “a competição é um princípio no fundo contrário a uma educação humana. [...] um ensino que se realiza em formas humanas de maneira alguma ultima o fortalecimento do instinto de competição” (2003, p. 161). A predominância da defesa da competitividade nas falas dos entrevistados demonstra a eficácia da ideologia que sustenta a sociedade desigual e desumana. No entanto algumas falas apontam para uma percepção do perigo da competitividade ao longo da entrevista, o que demonstra que, em alguma medida, a noção de que a competição possui o poder de desmotivar, agredir e menosprezar os indivíduos que estão do outro lado da situação também está sendo considerada na formação dos entrevistados, e essa consciência do lado oposto é de grande importância dentro do ambiente educacional:

- “A competição é saudável dependendo... usando as pessoas como parâmetro, dependendo das pessoas, pois a competição pode estimular, mas pode também desestimular [...] me ajudaria a motivar mais, estudar mais para pode conseguir alcançar esse objetivo de ser melhor, porém pode desestimular talvez com chacotas ou talvez te maltratando com palavras ou com atitudes” (entrevistado 2, ciências exatas).

Sobre *formação em licenciatura*, inúmeros fatores externos ao processo pedagógico prejudicam a formação de professores no país, corroborando para a manutenção do sistema vigente. A ideologia dominante no mundo em que vivemos converteu a própria organização do mundo em ideologia, exercendo uma pressão tão grande na formação dos indivíduos que supera toda a educação e gera um obscurecimento da consciência (ADORNO, 2003). No entanto, disciplinas voltadas a reflexão crítica ainda se fazem presentes em muitos cursos de graduação, com destaque para a importância que esse espaço para a conscientização tem em cursos de licenciatura. Algumas falas dos entrevistados apontam para uma tomada de consciência em alguma medida após o ingresso na licenciatura e o curso de disciplinas voltadas à educação:

- “Eu estou só no quarto semestre e eu já amadureci muito a mente, amadureci muito os meus pensamentos. O curso faz a gente pensar de maneira totalmente diferente. A gente vai amadurecendo com o passar das disciplinas. O benefício foi enxergar a educação de uma maneira totalmente diferente. Eu enxergava a educação de uma forma que eu achava que o problema era só do governo, eu achava que o problema era só da mãe, eu achava que o problema era só do pai e eu percebi que os problemas ocorrem em todas as esferas” (entrevistada 1, ciências humanas).

- “[...] a única coisa que o curso fez de benéfico e brilhante é que ele me faz pensar” (entrevistado 5, ciências humanas).

Pereira ressalta a importância do processo de formação pedagógica pautado em um caráter emancipatório, que se aproxima das falas acima expostas:

“É de fundamental importância investir na formação de um professor que tenha vivido uma experiência de trabalho coletivo e não individual, que se tenha formado na perspectiva de ser reflexivo em sua prática, e que, finalmente, se oriente pela demanda de sua escola e de seus alunos [...]” (1999, p. 117).

Por outro lado, alguns entrevistados ressaltam a desvalorização e falta de consciência em relação à importância de se discutir a educação, disseminadas e predominantes na sociedade atual, o que Adorno (2003) aponta como uma aversão à profissão de professor, conservando-se em preconceitos psicológicos e sociais que se convertem em forças reais:

- “Aqui no meu curso geralmente é meio difícil ter essa área da educação, e a área educacional voltada para a licenciatura é fraca ainda, eu considero fraca ainda, porque eles não dão o devido incentivo pra gente. Eu caí naquele pessoal que foca mais nas disciplinas do curso, e essas de pedagogia, que a gente chama, a gente procura relevar, são as nossas férias” (entrevistado 3, ciências exatas).

Em relação às disciplinas de licenciatura/educação voltadas a psicologia, bem como a importância que a psicologia tem sobre a educação, predominantemente os entrevistados apresentaram falas em que atribuem à psicologia um papel fundamental de esclarecedora da ampla noção de educação e dos valores que perpassam o processo de educação de outrem:

- “Eu acho que se o aluno compreendesse o que ele pode fazer, o que ele pode trazer de ruim, eu acho que eles fariam menos [...] e se os alunos tivessem esse contato, compreender o outro, eles não fariam” (entrevistada 1, ciências humanas).

- “No caso a psicologia e a educação vieram para estar unidas [...] eu vou ter que entender como o aluno pensa, o que o aluno está passando na vida dele, se ele está em condição

de aprender, se a família dele está bem, se está tudo bem com ele, é isso” (entrevistado 3, ciências exatas).

- “Ah a minha colega está sendo agressiva comigo”, mas será que tem uma razão para essa agressividade dela? [...]. Na verdade eu sei que a filosofia e a psicologia têm a reflexão do ser humano e seria benéfico” (entrevistado 5, ciências humanas).

A partir das falas acima é possível perceber que a psicologia é vista com a função de percepção e tomada de consciência dos múltiplos fatores que interferem na vida de um indivíduo/educando. Segundo Barros,

“Podemos entender essa noção para uma educação ampla que se volta para os direitos humanos. Em outras palavras, podemos afirmar que a educação para os direitos humanos se propõe a remover as barreiras psicológicas que todos nós colocamos para o respeito às diferenças, para o reconhecimento da dignidade do outro. [...] Desafia-nos a uma autorreflexão do campo da Psicologia como instituição discriminatória, mas também potencialmente construtora de conhecimentos e intervenções em atitudes, valores, ideais, instituições e comunidades visando aos mesmos ideais e valores dos direitos humanos” (2013, p. 25).

Inversamente a isso, foram identificadas falas que apontam para uma noção ideológica da psicologia de forma a gerar inclusive o desconhecimento da contribuição que esta pode trazer à formação de um futuro educador:

- “De psicologia eu vi Gestalt, que é aquela parte das imagens, Behaviorismo, que é o comportamento e a parte que eu gosto, que é a psicanálise” (entrevistado 2, ciências exatas).

- “Eu não sei como a psicologia contribuiu na minha formação, mas ela simplesmente contribuiu, de alguma forma. [...] Eu sinceramente não sei pra que serviu a psicologia, mas eu gostei e sei que lá na frente eu irei precisar” (entrevistado 2, ciências exatas).

Foi possível perceber que as falas acima demonstram algum conhecimento técnico acerca da psicologia, o que não deixa de ter sua importância. Porém, limitar-se apenas a esses aspectos e deixar de lado a possibilidade desta ciência contribuir para discussões no campo dos Direitos Humanos, da luta contra a violência na escola e da formação plena dos indivíduos pode conter algo de ideológico. A apropriação meramente técnica de uma psicologia que não faz a crítica de si mesma, que não questiona as condições de existência dos indivíduos, nem busca superar as contradições existentes na relação entre estes e a sociedade, só pode contribuir para o ocultamento da ideologia produzida socialmente e para a reprodução do existente. Esta psicologia tem muito pouco a contribuir para um curso de licenciatura que preza pela formação de futuros professores comprometidos com uma educação reflexiva e emancipatória.

Considerações finais

A partir dos objetivos estabelecidos, foi possível perceber que noções do processo educativo como um instrumento a serviço da adaptação social e modelagem de pessoas são muito presentes nas concepções trazidas pelos entrevistados, demonstrando a força adaptativa do sistema que preza pela disseminação de pessoas bem ajustadas atuando a serviço da lógica estabelecida. Tal força é apontada por Adorno como a forma atual de organização do mundo, ou a realidade convertida mesmo em ideologia. Pensar a educação sem considerar o “[...] peso incomensurável do obscurecimento da consciência pelo existente” (2003, p. 143) seria no mínimo ingênuo. Por outro lado, a ambiguidade da função adaptativa da educação reside na constatação de que o indivíduo emancipado precisa pensar justamente a realidade, e isso não é possível sem um constante movimento de adaptação.

Concepções voltadas ao tecnicismo pedagógico e o predomínio da quantidade sobre a qualidade também emergiram nas falas dos entrevistados, apontando para a eficácia dessa tendência que fragmenta o sistema educacional e dissolve a função maior da educação. Entretanto, alunos de áreas diversas teceram críticas a essa concepção de educação tecnicista com características que predominam o sistema educacional atual, o que indica que, em alguma medida, reflexões sobre o modelo educacional vigente estão sendo promovidas em âmbito acadêmico. Também, noções que corroboram com uma visão salvacionista e de reprodução ideológica da educação foram trazidas pelos alunos entrevistados, o que também indica a força das ideias constantemente transmitidas pelas instâncias culturais e sociais a serviço do sistema vigente com o fim de sustentação e reprodução das desigualdades sociais.

Contudo, concepções mais sólidas que se aproximam de uma noção crítica de educação emergiram, em sua maioria por alunos da área de ciências humanas, durante as entrevistas, o que pode indicar a função emancipatória de discussões promovidas em âmbito acadêmico na licenciatura para a consciência e percepção crítica a respeito da educação e sociedade como um todo, promovendo uma noção ampliada do impacto da educação nos arranjos sociais, bem como da influência cultural na formação educacional. Foi possível perceber o predomínio de concepções voltadas ao tecnicismo no discurso dos alunos da área de ciências exatas, cursos em sua maioria também voltados ao predomínio da técnica. A predominância de uma perspectiva crítica de educação na área de humanas e da visão tecnicista na área de exatas parece indicar que essa diferenciação clara pode estar associada ao modo como a educação vem sendo discutida em ambiente acadêmico de maneiras distintas e controversas entre si.

Apesar da reprodução ideológica de noções mercadológicas, adaptacionistas e que apontam, em alguma medida, para o obscurecimento da consciência no discurso de entrevistados de áreas de conhecimento diversas, concepções críticas também perpassam a noção maior de educação que está sendo construída na formação promovida por cursos de licenciatura. Se esses mesmos cursos carregam em si a possibilidade de contribuir para discussões no campo dos Direitos Humanos, da luta contra a violência na escola e da formação plena dos indivíduos, bem como para o processo de reflexão crítica na formação de futuros educadores comprometidos com uma educação reflexiva e emancipatória, a importância desta ciência está na no esclarecimento de uma época que preza pelo obscurecimento da consciência e na busca maior da compreensão e construção de uma consciência emancipatória.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BARROS, Carlos César. Psicologia e Educação para os Direitos Humanos. In: SEKKEL, Marie Claire. (Org). **Licenciatura em psicologia: temas atuais**. São Paulo: Zagodoni, 2013. p. 21-42.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

CROCHIK, José Leon. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na Psicologia. In: CROCHIK, J. L. **Teoria Crítica da Sociedade e Psicologia: alguns ensaios**. Araraquara/SP: Junqueira & Marins, 2011.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 9 ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1973.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2007.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 109-125, Dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2016.

PUCCI, Bruno; RAMOS DE OLIVEIRA, Newton; ZUIN, Antônio A. Soares; **Adorno: o poder educativo do pensamento crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ARTIGO

**REFLEXÕES ACERCA DA INTERCULTURALIDADE
PRESENTE NO ENSINO DE ARTE EM ESCOLAS ESTADUAIS
DE BOA VISTA-RR**

Processos interculturais em Boa Vista- RR

Para que se possa falar sobre o tema é preciso definir e discursar sobre, pelo menos, estes três termos presentes na proposta de pesquisa: Intercultura, ensino de artes e Boa Vista - RR, respectivamente, sendo possível estabelecer uma relação destes. No primeiro caso, ao falar de intercultura, é necessário primeiramente esclarecer o que é cultura, afinal, é um termo que possui várias definições em diferentes âmbitos sociais, históricos, funcionais, comportamentais, dentre outros, conforme aponta o pesquisador Fleuri (2002); por isso a importância da busca pela categoria mais adequada que se encaixe nesse contexto. O autor toma como base a concepção de Clifford Geertz que afirma numa análise metafórica que cultura são as teias de significados e análises que o homem animal teceu e encontra-se amarrado e também que é a totalidade acumulada de padrões culturais, ou seja, de “sistemas organizados de símbolos significantes” (GEERTZ, 1989, p 15. apud FLEURI, 2001 p 8.). Com isso ele quer dizer que o ser humano se orienta através de símbolos dos quais já estão presentes em seu meio de convívio, um ser que depende de guias para se relacionar. Sendo assim, cada cultura tem suas características singulares em relação a um determinado grupo de pessoas que estabelecem suas próprias maneiras de lidar com o mundo. Sendo assim, definir o que é intercultura se torna ainda mais complicado, tendo em vista que adjetivo “intercultural” conforme aponta Fleuri (2003, p. 17) tem sido utilizado, muitas vezes para:

(...) indicar realidades e perspectivas incongruentes entre si: há quem o reduz ao significado de relação entre grupos “folclóricos”; há quem amplia o conceito de interculturalidade

* Graduanda em Licenciatura em Artes Visuais na Universidade Federal de Roraima.. Bolsista PIBIC-CNPq. E-mail: gehariane@hotmail.com

** Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela UFSM. Professora e Coordenadora do Curso de Artes Visuais Licenciatura da Universidade Federal de Roraima. Pesquisadora e Líder do Grupo de Pesquisa CRUVIANA - Educação, Arte e Intercultura. E-mail: ivetesouzadasilva@yahoo.com.br

de modo a compreender o “diferente” que caracteriza a singularidade e a irrepetibilidade de cada sujeito humano; há ainda quem considera interculturalidade como sinônimo de “mestiçagem” (...).

No presente texto, vamos abordar a intercultura como o encontro e a relação de culturas distintas, pois como nos diz Fleuri, o que se deve levar em consideração e o que está em questão é a possibilidade de respeito às diferenças, em que pessoas consigam conviver pacificamente sem valer de superioridades para com o outro indivíduo:

O Eixo conceitual em torno do qual se situam as questões e as reflexões emergentes nesse campo, e que caracteriza os mais espinhosos problemas do nosso tempo, é o da possibilidade de *respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule*. Isso vale, de fato, tanto para o discurso das diferenças étnicas e culturais, de gênero e de gerações, a serem acolhidas na escola e na sociedade, quanto para a distinção entre os povos, a ser considerada nos equilíbrios internacionais e planetários.”(IBIDEM, 2003, p. 17).

Um exemplo muito prático de um local onde podemos observar esse conceito é a cidade de Boa Vista- Roraima, pois na sua formação enquanto capital se encontram presentes a mistura de raças e costumes diferentes entre si. A pesquisadora Silva (2016) faz uma análise bem detalhada de aspectos importantes sobre Boa Vista e Roraima indicando a presença de um fluxo de pessoas vindas de outras regiões, motivo pelo qual a reproduzo:

Boa Vista – RR é a única capital brasileira que possui a totalidade de seu território localizada no Hemisfério Norte. Além da diferença geográfica do restante do Brasil, Boa Vista caracteriza-se pela diversidade cultural na sua constituição populacional. É a capital de Roraima que acolhe a maioria dos imigrantes e emigrantes que para estas terras nortistas escolhem viver. Para falar de Boa Vista e de sua constituição cultural é preciso falar de Roraima. Além da Linha do Equador, no extremo norte do Brasil o estado de Roraima é composto por 10 etnias indígenas, que contabilizam, segundo o Conselho Indígena de Roraima (CIR) 17% de sua população. Dentre estes povos, 30 mil indígenas vivem nas aldeias e 25 mil nas cidades. Os outros 83% da população do estado é composta por pessoas oriundas dos diferentes estados brasileiros, principalmente as regiões Norte e Nordeste, e dos países da Venezuela e Guiana Inglesa que fazem fronteira com o mesmo, conforme dados do IBEG (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, CENSO, 2010).

Com base nisso é notório que a cidade de Boa Vista abarca uma quantidade significativa de crenças, costumes e tradições, devido a pluralidade das pessoas que aqui se encontram. O fluxo migratório é algo bastante comum e portanto, possíveis

misturas se intensificam ainda mais levando em consideração sua área territorial e a recente formação do estado e capital. Várias pessoas vindas de outros locais fazem daqui um local de refúgio, abrigo, morada dentre outras qualidades. Conforme consta no trecho a seguir:

Tendo se tornado Estado Federado do Brasil em 1988 com a Constituição da República, Roraima vive, ainda de forma intensa, sua construção econômica/social/cultural e política. Assim como o restante da Amazônia, a história de Roraima, mesmo antes de se tornar estado, é marcada por práticas exploratórias que buscavam apropriarem-se de suas riquezas naturais, provocando um movimento migratório intenso de brasileiros e estrangeiros e a morte de muitos indígenas que aqui viviam.(...) Dos 505. 665 habitantes de Roraima, cerca de 222.000 são oriundos de outros estados brasileiros sendo o Norte, Nordeste e Sul os mais expressivos, e 320.714 vivem em Boa Vista. (SILVA, 2016, p. 6)

Portanto, Pode-se observar que o encontro de culturas em Boa Vista se dá de forma acelerada e intensa e não se pode ignorar esses aspectos que se encontram tão presentes e que marcam o cotidiano das pessoas que residem na capital, ou mesmo para alguém que esteja de passagem. Pois conforme a autora grande parte das pessoas que migram para Roraima retornam para os seus estados de origem, ou seguem para outros estados, tornando a construção de uma identidade roraimense um entre-lugar (BHABHA, 2003 apud Silva, 2016) constante. Uma cultura que se inventa a partir do encontro e do convívio entre as várias identidades que por aqui passam, ou ficam. Podemos afirmar então que Boa Vista- RR é um “local fronteiro” não pela sua localização geográfica, mas, por abarcar em seu território elementos culturais de todo o Brasil e dos países vizinhos que se relacionam sem uma definição exata, ou um processo de hibridação, sendo de lugar nenhum e de todo o lugar ao mesmo tempo (SILVA, 2016).

Pode-se atrelar essas afirmações aos apontamentos que o teórico Stuart Hall faz em sua obra “A identidade Cultural da Pós- Modernidade” em que o mesmo põe em dúvida a questão da identidade nacional unificada, longe de diferenças étnicas. O autor expõe que “as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero” (2006 p. 60) e que portanto, com base nos pressupostos acima, não se pode considerar Boa Vista, em tempos de globalização, como uma cidade unificada em termos étnicos.

O autor afirma também que “a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta- isto é, pela supressão forçada da diferença cultural” e que “as nações ocidentais modernas foram (...) os centros de impérios ou de esferas neo-imperiais de influencia exercen-

do uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados” (HALL, p. 59-60) . Isso põe em evidência que o encontro de pessoas em diferentes culturas num ponto de vista histórico ocorreu muitas vezes de maneira conflituosa em que uma se sobressaiu à outra, como um ato de imposição.

Fleuri embasado nas pesquisas de Hall aprofundou seus estudos nesta perspectiva e traz para o leitor de modo mais específico aspectos históricos da intercultural conforme segue:

O problema do encontro e do conflito entre culturas é antigo. E tem sido enfrentado e resolvido geralmente valendo-se de perspectivas etnocêntricas, que pretendem impor o próprio ponto de vista como o único válido. (...) Desse ponto de vista, todas as outras culturas são consideradas inferiores, menos evoluídas, justificando-se assim, o processo de colonização cultural. A doutrinação, nesta perspectiva, era interpretada como uma forma de ajuda que os povos “desenvolvidos” dirigem aos subdesenvolvidos” para favorecer o seu crescimento. Da mesma forma, consideravam-se necessários combater todas as formas “erradas” de pensamento mítico, religioso, popular, consideradas contrárias ao pensamento científico- racional: A superstição deveria ser eliminada para ceder lugar a verdades racionais e objetivas. (FLEURI, 2003, p.100).

Em Roraima, por exemplo, isso se torna mais intenso devido a história local, que se baseou no encontro e mistura de muitas culturas diferentes. A realidade acima pode ser aplicada principalmente voltada à questão indígena, já que na atualidade há um número considerável de índios presentes no estado que habitam tanto em interiores quanto nas cidades. Conforme aponta Melo (2014, p.5):

Em Roraima, desde os tempos de sua colonização, nos idos do século XVII, existem registros de conflitos entre povos indígenas e “brancos”, arrastando-se até os dias atuais as problemáticas sociais que posicionam os dois grupos em constante choque. (MELO, 2014 p. 5)

Apesar dos grandes estudos feitos na área, os reflexos da imposição da cultura etnocêntrica, geram formas e maneiras de pensar sobre o índio e ainda podemos observar a exaltação da cultura etnocêntrica através da narração do modo de como os fatos históricos sucederam-se, nos ambientes escolares. Ainda hoje podemos perceber uma certa resistência por parte dos não- índios em aceitar as diferenças e o convívio com culturas diferentes, isso se dá, principalmente pelo modo de como isso é apresentado nas escolas de Boa Vista, conforme apresenta Oliveira (2003) em sua tese de doutoramento onde pesquisa sobre “*A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima*”:

Apesar disso, observamos que até hoje esse processo de colonização é ensinado, nas escolas de Roraima, sob o ponto de vista da historiografia brasileira tradicional, como a “conquista” e povoamento pelos colonizadores portugueses. Essa historiografia exalta a figura dos “heróis pioneiros” que desbravaram as selvas e afastaram outros grupos europeus. (OLIVEIRA, 2003, p 100)

Com base nisso é preciso que haja uma investigação mais a fundo sobre de que forma se manifestam os processos interculturais em Boa Vista, tendo em vista o histórico marcado por conflitos intensos. Pois hoje em dia, em um mundo globalizado, com essa mescla de tradições é quase impossível que não aconteça esse processo de interrelações, que está cada vez mais acelerado, novas mídias e meios de interação colaboram para que cada vez mais as pessoas troquem informações mais rápido. Santaella (2009, p. 25) nos diz que o “processo de globalização, especialmente depois da internet, vem contribuindo grandemente para fortalecer o papel dos intermediários culturais, que administram as cadeias de distribuição das novas mídias globais. Aumenta, com isso, a capacidade de circulação de informações”.

O ensino de arte nas escolas e as relações interculturais

O sujeito não encontra-se com uma característica homogeneizada, o encontro com o diferente provoca nele uma mudança de identidade que nunca permanece estável e está em constante processo de mutação como constata Stuart Hall (1999, apud FLEURI, 2003): “O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade única e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma, mas de várias identidades (...)”. Por exemplo, um indivíduo que vem de outro estado e está acostumado à outra realidade agora se depara com outra cultura, outros costumes e comportamentos, isso o fragmenta de certo modo, pois agora o ser está diante de uma nova relação consigo e com os outros, o transformando, ele se reinventa enquanto pessoa, ainda que inconscientemente. Para Fleuri (2003) “a identidade, sendo definida historicamente, é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Essa transformação pode ocorrer de várias maneiras, sejam elas direta ou indiretamente, através de contatos visuais, verbais, físicos, digitais, dentre outros.

Portanto, as pessoas, principalmente crianças, estão sujeitas a esse encontro cada vez mais instantâneo e um ambiente em que isso fica claro é o escolar. Na escola é possível encontrar uma quantidade muito grande de alunos que tem costumes e culturas diferentes onde cada ser é dotado de uma visão de mundo diferente. Há várias

percepções e pensamentos que ainda estão em processo de formação, por isso deve ser dada uma maior importância no que diz respeito às tradições do próximo. Diante disso surge a necessidade de práticas nas escolas que estimulem o respeito mútuo, um exemplo é a abordagem intercultural. Conforme Vieira (2001, p. 119) aponta:

A Educação intercultural surge como proposta pedagógica que visa desenvolver as relações cooperativas entre diferentes sujeitos e culturas. Busca preservar as identidades culturais, mas de forma não etnocêntrica, objetivando a troca e o enriquecimento recíproco. VIEIRA.

A autora afirma ainda que:

A opção pela intercultural exige uma reflexão sobre a formação da nossa identidade, que se constrói a partir do contato com o outro. Esse se torna um elemento constitutivo da nossa própria identidade. (VIEIRA, 2001, p. 121)

No entanto, se faz necessário atentarmos para os resultados obtidos com essa proposta pedagógica, pois a lógica se faz válida quando apresenta alguns dos aspectos citados pela autora, conforme segue trecho:

O intercâmbio só é enriquecedor quando caminha em direção à superação dos preconceitos, do racismo, da discriminação e da hostilidade. A educação intercultural exige uma revisão crítica dos métodos e conteúdos do aprendizado para que sejam contemplados aspectos da vida multicultural. (VIEIRA, 2001, p. 120)

Essa forma de educação pode ser abordado ainda cedo por crianças, pois as mesmas já se encontram em um ambiente globalizado, cercadas por tecnologias e informações que se veiculam de forma acelerada e portanto já possuem um modo particular de ver o mundo a sua volta. Buoro (2001, p. 35) diz que:

Ao entrar para a 1ª série do segundo, a criança já traz consigo formas de construção do espaço, produtos de seu desenvolvimento, do contato com a cultura e com os modelos vividos e aprendidos na pré-escola. (...) A criança, atualmente, enfrenta os sedutores apelos da sociedade de consumo.

Portanto parece viável que o ensino da intercultural esteja presente de forma mais intensa em sala de aula, o professor pode encontrar recursos que possibilitem a ele alcançar objetivos satisfatórios. Um meio em que se pode abordar essas questões é pelo ensino de arte nas escolas, pois é através dela que o ser se constitui enquanto cidadão capaz pensar, agir, criar, entre outros adjetivos. Pois, segundo Buoro:

(...) a arte se faz presente, desde as primeiras manifestações de que se tem conhecimento, como linguagem, produto da relação homem/mundo (...) é vida e, por meio dela, o homem interpreta sua própria natureza, construindo formas ao mesmo tempo em que (se) descobre, inventa, figura e conhece. (2001, p. 35)

A autora continua relatando o importante papel da arte na educação do ser:

A finalidade da arte na educação é propiciar uma relação mais consciente do ser humano no mundo e para o mundo, contribuindo na formação de indivíduos mais críticos e criativos que, no futuro, atuarão na transformação da sociedade.(...)Ao expressar-se por meio da arte, o aluno manifesta seus desejos, expressa seus sentimentos, expõe enfim sua personalidade. (BUORO, 2001, p. 33).

Para tanto, essas afirmações devem se fazer presentes tanto no discurso quanto na abordagem prática nas escolas e em qualquer lugar. Isso acaba por evidenciar uma característica negativa presente no processo de ensino de arte em Boa Vista no que diz respeito à formação de professores, pois o estado apresenta um déficit de profissionais formados nesta área, conforme (SILVA, 2016, p. 14):

No que se refere ao estado de Roraima em particular, este apresenta ainda problemas relativos a qualificação profissional, pois grande parte dos professores(as) que atuam no ensino de artes não possuem formação na área. São professores(as) formados em outras licenciaturas que, para atenderem as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), que em seu Art. 26. § 2º determina o ensino de arte como componente obrigatório na educação básica, incluindo também o ensino de música com a Lei 11.769/08, passam a atuar como professores(as) no ensino de artes.

A pesquisadora Baptaglin também evidencia esse fato em seu ensaio onde aborda a formação de professores no estado:

Sabemos, a partir da atuação no Polo Arte na Escola da UFRR, das fragilidades do sistema de ensino de artes que o Estado apresenta tendo em vista que a maioria dos professores que atuam nesta área não apresentam formação específica. (...) A maioria dos professores atuantes no ensino de Artes no Estado possuem apenas alguma graduação, sendo uma pouca parcela de especialista e alguns mestres, que se dividem em ministrar aulas na educação básica e ministrar aulas nas instituições privadas de ensino superior. A realidade do campo das artes é assim, bem delicada, pois o Estado conta com apenas cinco (5) professores com licenciatura na área, conforme dados do Censo da Educação Superior (Educenso de 2007). No ano de 2014, o Curso de Artes Visuais da UFRR lança no mercado de trabalho mais 5 professores. (BAPTAGLIN, p. 887, 891)

Essa problemática nos faz refletir o modo de como as questões interculturais vem sendo trabalhadas em sala de aula, tendo em vista que o estado não atende à demanda de profissionais com formação em artes necessária para um ensino adequado. Essas características podem influenciar de maneira negativa no processo de aprendizagem do aluno, pois “destaca-se como questão de importante reflexão a possibilidade de o professor contribuir afetiva e cognitivamente para o desenvolvimento da expressão da criança.” (BUORO, 2001. p. 33). Ao abordar o papel do educador Buoro traz pontos relevantes no que diz respeito ao seu papel na educação da arte:

É Preciso repensar a formação do educador e do educando no sentido de possibilitar o conhecimento, levando em conta a totalidade do ser e de perceber a função da Arte na educação como campo de conhecimento tão importante como o da ciência. (BUORO, 2001, p. 32)

Com base nisso pode-se questionar em como trabalhar uma educação intercultural através da arte sem um mediador capacitado, pois, “o ato pedagógico tem uma implicação muito grande na aceitação e valorização das múltiplas culturas que constituem a sociedade brasileira” (VIEIRA, p. 121). Por assim dizer, não só o aluno participa do processo de ensino, há um conjunto de pessoas que convivem entre si e há o aprendizado mútuo, essa relação pode ser compartilhada ao longo das aulas. Tal realidade encontra-se em situação de grande conflito com teorias que apontam a importância do ato de ensinar, da arte e dos processos interculturais na humanidade, o que nos leva à várias outras incógnitas em relação à educação de arte no Estado: De que maneira os alunos encaram as aulas de artes, até que ponto a falta de profissional qualificado altera o aprendizado do aluno, se há presente nas aulas uma abordagem intercultural, dentre outras.

Considerações finais

Ao procurar respostas com determinado recorte pré-estabelecido, é necessário que façamos um caminho investigativo minucioso, durante o percurso pode-se encontrar inúmeras particularidades sobre o tema estudado. Ao analisar e refletir sobre a interculturalidade presente nas escolas estaduais de Boa Vista-RR, nota-se uma certa particularidade e/ou especificidade presente no objeto estudado, pois Roraima enquanto estado ainda é muito jovem se comparado ao restante do país, assim como

sua capital correspondente. Os processos de formação populacional ainda acontecem e estão em constante mudança ainda em 2016.

Embora o processo de formação identitária não seja estável, pois o ser está em constante transformação, isso ocorre de forma intensa no Estado, de modo que são visíveis essas relações. Por ser um Estado novo, é de se esperar que algumas áreas de ensino e formação profissional, ainda estejam em processo de formação, o quadro já mudou relativamente nos últimos anos, vale recordar que algumas questões podem ser consideradas pioneiras devido ao pouco tempo de Estado. E por isso, a população nativa ainda possui uma forte resistência em aceitar suas raízes indígenas, pois valeu-se por muito tempo um discurso dominador e etnocentrista, usando de violência para conquistar e ocupar terras em nome do capital.

A formação populacional de Roraima, historicamente, é marcada por sangue e guerras. Exatamente esse fato que faz a abordagem intercultural nas escolas de Boa Vista ser essencial como parte do currículo, já respaldado por lei conforme citado. É preciso que haja um resgate na busca por um aprendizado em que se inclua a aceitação de culturas diferentes, mas também que estimule o respeito e convivência em harmonia com o próximo, para que o aprendizado aconteça em ambos os lados. Nas aulas de artes, o aluno é instigado a possuir pensamento crítico ao mesmo tempo em que amadurece questões do seu desenvolvimento pessoal, cognitivo e motor.

Ainda que o estado possua um quadro alarmante em relação ao número de professores formados na área de artes, é possível reverter essa situação, o caminho ainda é longo e devemos ter paciência, pois a educação de maneira geral produz resultados significativos lentamente, de forma que só vamos ver esses resultados em questão de anos.

Quanto aos resultados da pesquisa do projeto de pesquisa, este só será aprofundado nas pesquisas realizadas em campo, juntamente com a professora orientadora, para buscarmos respostas sobre a interculturalidade presente no ensino de arte em Boa Vista, através de uma análise mais detalhada do caso. No momento, nesta fase da pesquisa, apresentei somente minhas reflexões acerca do tema, com base nos referenciais estudados.

Referências bibliográficas

BAPTAGLIN. Leila Adriana. Culturas escolares e aprendizagem da docência: o polo arte de Boa Vista/RR. **Ensaio apresentado no 24^a encontro da ANPAP**. Santa Maria, 2015. Disponível em: < http://anpap.org.br/anais/2015/comites/ceav/leila_baptaglin.pdf > Acesso em: 12 de nov de 2016.

BUORO, Anamélia Bueno. **O Olhar em construção**: Uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FLEURI, Reinaldo Matias org. Cultura: Uma categoria plural. In FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura**: Estudos emergentes. Ijuí: Unijuí, 2001. 152 p.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e Educação. **Rev. Bras. Educ.** maio/junho/julho/agosto de 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 12 de ago de 2016.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural da pós modernidade**. Ed. 10. TupyKurumin, 2006, p 10-97. Disponível em:< <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj44sSewbzQAhXEC5AKHaSXBW4QFgggMAE&url=http%3A%2F%2Fseer.ufrgs.br%2Fparaonde%2Farticle%2FviewFile%2F22072%2F12834&usg=AFQjCNGr8V0Jj8ZTJas1QPb4oaPucxQdbA>> Acesso em: 16 de mar de 2016

MELO, Luciana Marinho de. Populações Indígenas na Cidade de Boa Vista – Roraima: Dinâmicas Sociais e processos de (re)significação identitária em contexto urbano. **Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Universidade Federal do Pará, 2014. Disponível em: < http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402014448_ARQUIVO_ArtigoLucianaMeloABA.pdf >. Acesso em: 12 ago de 2016

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, 378p. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.bc.ufr.br%2Findex.php%2Fteses-e-dissertacoes%3Fdownload%3D383%3AA-heranca-dos-descaminhos-da-formacao-do-estado-de-roraima&ei=5GB3VJT3D83jsATSyoL4BQ&usg=AFQjCNFbrpAn7bYh2eX7aFP4LpssUPiMew&sig2=SjLQg_hYF5zRsK-aTByoeA>. Acesso em: 21 outubro 2014.

SANTAELLA, Lucia. O pluralismo pós-utópico da arte. **ARS** (São Paulo), v. 7, n. 14, p. 130-151, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-53202009000200010>> Acesso em: 20 de ago de 2016

SILVA, Ivete Souza da. **A interculturalidade no ensino de arte das escolas da rede pública estadual de Boa Vista-RR**. Projeto de pesquisa. Boa Vista, 2016.

VIEIRA, Rosângela Steffen. Educação Intercultural: Uma proposta de Ação no Mundo Multicultural. In FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura**: Estudos emergentes. Ijuí: Unijuí, 2001. 152 p.

Grupos de Trabalho n° 12 & 20

*Saúde, bem-estar e qualidade de vida:
organizações saudáveis e riscos psicossociais no trabalho
&
Desenvolvimento e sustentabilidade em políticas de saúde na
Amazônia*

*Marcella Lima Marinho**
*Lucélia do Nascimento Rocha***
*Luciana Lopes Silva Martins****
*Nara Lisiane de O. Coqueiro*****

ARTIGO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: A REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre o cenário das políticas públicas no Brasil como base para a implementação das políticas de saúde e implantação do SUS.

A política social surge no capitalismo em virtude das mobilizações operárias e a partir do século XIX, em meios aos movimentos populares, interpretada como estratégia governamental. Sua ascensão está ligada a Revolução Industrial na Inglaterra, do século XVIII a meados do século XIX, tendo como consequências a urbanização exacerbada, o crescimento da taxa de natalidade, o surgimento da consciência política e social, organizações proletárias, sindicatos, cooperativas na busca de conquistar o acolhimento público e as primeiras ações de política social (PIANA, 2009).

A implementação do SUS, através da lei 8080/90, faz ressurgir na população a esperança na melhoria das condições de saúde pública do país, tornando o Estado o responsável direto no asseguramento da saúde, através da prática dos seus princípios e diretrizes. Nesse momento destaca-se a participação popular, através dos Conselhos e Conferências de Saúde na sugestão, acompanhamento e fiscalização das ações, realizando assim o controle social.

Entretanto, alguns fatores dificultam a implementação efetiva do SUS na prática, como a imaturidade política dos diversos segmentos sociais, a heterogeneidade populacional, financiamento e a omissão do governo na regulamentação e fiscalização das ações de saúde.

* Enfermeira, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde-PROCISA/UFRR, autora. marcellasmarinho@gmail.com

** Fisioterapeuta, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde-PROCISA/UFRR, coautora.

*** Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde-PROCISA/UFRR, coautora.

**** Psicóloga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde-PROCISA/UFRR, coautora.

No estado de Roraima, o SUS foi organizado no ano de 2009, através de Resolução da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/RR que pactuou a constituição de 02 (duas) Regiões de Saúde: Região Centro Norte e Região Sul que de acordo com o novo desenho da regionalização da saúde contempla os 15 (quinze) Municípios do Estado.

Como critério de apresentação, abordaremos especificamente a política pública de Humanização (HumanizaSUS), desenvolvida na Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON/RR).

Referencial teórico

Políticas sociais

No Brasil, as políticas sociais têm sua origem diretamente ligada ao desenvolvimento urbano industrial, no qual o Estado redefiniu suas funções e passou a utilizar mecanismos institucionais de controle, até então fora de sua esfera de intervenção. Este processo ficou aliado à expansão urbana, agravando-se a “questão social”, ocasionando grandes aglomerados em torno das cidades, intensificando o crescimento da pobreza, do desemprego e da exclusão com privações social, econômica, cultural e política para a classe que vive do trabalho. Contrariamente, houve uma enorme concentração de renda e riqueza para um pequeno grupo, os grandes proprietários, ocasionando uma desigualdade social (DALLAGO, 2007).

Dallago diz ainda que esta política social com uma concepção liberal traz uma idéia de intervenção coletiva ou estatal no mercado privado para promover o bem-estar individual e social. Entretanto, na concepção dialética, as políticas sociais são estratégias governamentais de intervenção nas relações sociais, desenvolvendo a manutenção da desigualdade social, com estratégias de controle da força de trabalho e regulamentação de direitos sociais passíveis de absorção pelo capitalista.

Piana (2009), afirma que com todas essas modificações, o mundo amplia-se em conhecimentos e novas tecnologias a um nível planetário chamado de mundo globalizado, manifestada através de uma nova modalidade de dominação imposta pelo capital por meio da intensificação do intercâmbio mundial de mercadorias, preços, idéias, informações, relações de produção, proporcionando mudanças significativas nas relações humanas.

Políticas Públicas de saúde no Brasil

O conjunto de Políticas Públicas de cunho social está representado pelos sistemas de proteção social e decorrentes de um princípio de justiça, cujas principais funções são prover proteção para todos os membros da comunidade nacional, realizar objetivos não necessariamente econômicos e diretamente econômicos, como programas de renda mínima, e promover políticas redistributivas (RONCALLI, 2003).

No Brasil, as primeiras leis sociais apareceram no final do século XIX, mas somente a partir do processo de industrialização, com o movimento operário grevista, que começam a surgir as primeiras políticas públicas de proteção social no país. A partir daí, já no início do século, as campanhas sanitárias assumiram um importante papel na economia agrário-exportadora, pelo controle dos portos e das estradas de ferro (BATISTA; SOUSA, 2012).

Com a lei de vacinação obrigatória em 1904, a Saúde nesta época foi marcada por campanhas sanitárias e reforma dos órgãos federais, acarretando diversas medidas de saúde, como as campanhas contra a varíola, a febre amarela e a peste bubônica, em respostas momentâneas a estes agudos problemas. Diante disso, houve a necessidade de um movimento pela mudança na organização sanitária que resultou na criação em 1921 do Departamento Nacional de Saúde Pública - DNSP, que estaria focado nas áreas do saneamento urbano e rural da higiene industrial e dos serviços de higiene materno-infantil (BATISTA; SOUSA, 2012).

A atuação do país na tentativa de resolver os problemas de saúde da população teve no início do século até os anos 1980, duas características básicas: uma estreita relação entre o estabelecimento das políticas de saúde e o modelo econômico vigente e uma clara distinção entre as ações de saúde pública e de assistência médica (RONCALLI, 2003).

De acordo com o mesmo autor, em relação a assistência médica, o Brasil esteve condicionado ao amadurecimento do sistema previdenciário brasileiro, em que suas práticas foram fundamentadas nas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Em seguida ao surgimento das Caixas, 1923, é promulgada a Lei Eloy Chaves, considerada por muitos autores como o marco do início da Previdência Social no Brasil. A partir de 1930, uma nova forma de organização previdenciária surge através dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), de forma mais organizada de acordo com cada categoria profissional e maior componente estatal. Logo, são fundados os institutos dos marítimos (IAPM), dos comerciários (IAPC) dos bancários (IAPB) e dos industriários (IAPI) entre outros.

A perspectiva de uma nova Constituição, em virtude do momento político de uma eleição indireta não-militar desde 1964, contribuíram para que a VIII Conferência Nacional de Saúde, seja considerada um marco e um divisor dentro do Movimento pela Reforma Sanitária. As propostas discutidas na Assembléia Constituinte, decorrentes da elaboração da nova Carta Magna, por fim concretiza a ações da Reforma Sanitária Brasileira, no plano jurídico-institucional, conhecida como Constituição-Cidadã, em que incluiu, no capítulo da seguridade social, a saúde como direito de todos e dever do Estado e moldou as diretrizes do Sistema Único de Saúde, o SUS (RONCALLI, 2003).

Diz a Constituição, no Título VIII (Da Ordem Social), Capítulo II (Da Seguridade Social), Seção II (Da Saúde), artigo 196 (Brasil, 1988a):

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Sistema Único de Saúde (SUS)

No contexto de democratização política e de Reforma da Saúde Pública no Brasil, a partir da Constituição Federativa de 1988 e através da Reforma Sanitária é criado o Sistema Único de Saúde-SUS, através da Lei 8080/90 com a proposta de garantir igualdade de direitos de saúde.

De acordo com essa mesma lei o SUS traz como objetivos a identificação e divulgação a todos os cidadãos dos fatores condicionantes e determinantes da saúde, a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a redução dos riscos de doenças e de outros agravos e a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas. (BRASIL, 1990).

Para Sousa e Batista (2012), a aprovação do SUS exige um compromisso do Estado com a população, sendo responsável pelo fornecimento de assistência às pessoas, a saúde do trabalhador, as vigilâncias epidemiológica e sanitária e assistência farmacêutica.

Outro ponto importante evidenciado na lei 8080/90 são os princípios e diretrizes que norteiam as ações e serviços e devem ser conhecidos, aderidos e praticados por todos que compõem esse sistema integrado: universalidade, igualdade, integralidade, participação popular descentralização e comando único, regionalização e hierarquização.

Entretanto, a implementação de alguns desses princípios e diretrizes enfrenta na prática dificuldades de efetivação até os dias atuais. Não é simples colocar em prática uma política tão abrangente como a do SUS, devido lacunas importantes em princípios como a descentralização e o financiamento, itens essenciais na proposta de sustentação da reforma (MATTA; PONTES, 2007).

Esses mesmos autores também citam como dificuldade para efetivação do princípio da participação popular a heterogeneidade existente no país e a imaturidade política nos diversos segmentos sociais.

Algumas questões comprometeram a possibilidade de avanço do SUS como política social, cabendo destacar: o desrespeito ao princípio da equidade na alocação dos recursos públicos pela não unificação dos orçamentos federal, estaduais e municipais; afastamento do princípio da integralidade, ou seja, indissolubilidade entre prevenção e atenção curativa havendo prioridade para a assistência médico – hospitalar em detrimento das ações de promoção e proteção da saúde (BRAVO, 2001, p.14).

Para esta mesma autora, apesar das declarações dos dispositivos oficiais e legais de adesão ao SUS, verificou-se por parte do governo federal, omissão na regulamentação e fiscalização das ações de saúde, o que também compromete a efetivação do sistema na prática.

Importante destacar nesse processo de aprovação e implementação do SUS, a participação social, com a representação popular através dos sindicatos, das associações profissionais e cidadãos comuns, cenário diferente do período antecedente a essa fase. Era o povo tomando consciência e indo a busca de seus direitos. A população passa a ver a saúde como direito social e dever do Estado, cabendo a este a regulamentação e controle das ações e serviços de saúde.

Com a Reforma é necessário incorporar e construir uma nova concepção de saúde, capaz de compreender o indivíduo no contexto de uma coletividade e dos problemas que dela emana. Esse desafio remete à questão da formação profissional e das novas práticas sociais (MATTA; PONTES, 2007, p. 58).

Ao discorrermos sobre a participação popular no contexto do SUS, torna-se fundamental destacara lei 8142/1990, que relata entre outros pontos, a participação da comunidade de uma forma geral, na gestão do SUS, através dos Conselhos e das Conferências de Saúde.

A participação popular e o controle social em saúde, dentre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), destacam-se como de grande relevância social e política, pois se consti-

tuem na garantia de que a população participará do processo de formulação e controle das políticas públicas de saúde (ROLIM; CRUZ; SAMPAIO, 2013, p. 2)

Atualmente os Conselhos e Conferências de Saúde são espaços apropriados, utilizados pela população e suas entidades representativas, para a exposição de suas necessidades e fiscalização da implementação de medidas preventivas e corretiva, favorecendo, apesar das algumas fragilidades, o controle social.

SUS em Roraima - Política de humanização

Em Roraima, a divisão do atendimento do SUS é organizada através da Resolução nº 051 de 22 de outubro de 2009 (DOE nº 1178 de 06/11/2009), da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/RR, que pactuou a constituição de 02 (duas) Regiões de Saúde: Região Centro Norte e Região Sul que de acordo com o novo desenho da regionalização da saúde contempla os 15 (quinze) Municípios do Estado.

Tabela 1

Legenda - Região Centro Norte

| • Municípios Integrantes | População Regional |
|---------------------------------|---------------------------|
| • 01 Alto Alegre | 16.448 |
| • 02 Amajari | 9.327 |
| • 03 Boa Vista - Capital | 284.313 |
| • 04 Bonfim | 10.943 |
| • 05 Cantá | 13.902 |
| • 06 Mucajaí | 14.792 |
| • 07 Normandia | 8.940 |
| • 08 Pacaraima | 10.433 |
| • 09 Uiramutã | 8.375 |
| • TOTAL | 377.473 |
| • Municípios Integrantes | População Regional |
| • 01 Caracarái | 18.398 |
| • 02 Caroebe | 8.114 |
| • 03 Iracema | 8.696 |
| • 04 Rorainópolis | 24.279 |
| • 05 São João da Baliza | 6.769 |
| • 06 São Luiz | 6.750 |
| • TOTAL | 73.006 |

Fonte: Plano Estadual de Saúde 2012-2015.

Do ponto de vista das políticas públicas, os indicadores da situação de saúde são instrumentos que permitem identificar e medir aspectos relacionados a um determinado cenário, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, determinado aspecto da situação de saúde ou ação de governo, de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação.

Neste artigo abordamos sobre a Política Nacional de Humanização (PNH), como está sendo desenvolvida no Estado de Roraima no que se refere ao serviço de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon). A PNH foi lançada em 2003 e é também conhecida como HumanizaSUS e preconiza a inclusão de trabalhadores, usuários e gestores na produção e gestão do cuidado e dos processos de trabalho. No SUS a Humanização tem como característica ser uma política transversal.

“Como política, a Humanização deve, portanto, traduzir princípios e modos de operar no conjunto das relações entre profissionais e usuários, entre os diferentes profissionais, entre as diversas unidades e serviços de saúde e entre as instâncias que constituem o SUS. O confronto de idéias, o planejamento, os mecanismos de decisão, as estratégias de implementação e de avaliação, mas principalmente o modo como tais processos se dão, devem confluir para a construção de trocas solidárias e comprometidas com a produção de saúde, tarefa primeira da qual não podemos nos furtar”. (Ministério da Saúde, 2004, p.7)

Pode-se perceber que esta configuração de política implica na co-responsabilidade entre os atores envolvidos. O HumanizaSUS tem então como princípios a transversalidade, a corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos e a indissociabilidade entre atenção e gestão, onde os atores buscam conhecer sobre os serviços e rede de saúde, além de participar do processo de tomada de decisões.

A Política Nacional de Humanização está pautada em diretrizes que devem nortear o trabalho: Acolhimento, gestão participativa e cogestão, ambiência, clínica ampliada e compartilhada, valorização do trabalhador, defesa dos direitos dos usuários.

De acordo com o Ministério da Saúde (2013), o acolhimento se refere ao reconhecimento do que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde e tem como objetivo a construção de relações de confiança, compromisso e vínculo entre os atores; a cogestão se expressa pela inclusão dos novos sujeitos nos processos de análise e decisão; a ambiência está voltada para a criação de espaços saudáveis, acolhedores e confortáveis; a clínica ampliada considera a singularidade do sujeito e a complexidade do processo saúde/doença; a valorização do trabalhador é no sentido de dar visibilidade à experiência dos trabalhadores e inclui-los na tomada de decisão;

sobre a defesa dos direitos dos usuários os serviços de saúde devem incentivar o conhecimento desses direitos e assegurar que eles sejam cumpridos.

Ressalta-se que a Política Nacional de Humanização está em constante construção, uma vez que os dispositivos vão sendo vivenciados e podem ser reformulados ao longo do processo.

A Secretaria de Saúde/RR vem buscando efetivar a política de humanização no Estado através de vários dispositivos:

“Grupo de Trabalho de Humanização (GTH); Colegiado Gestor; Contrato de Gestão; Sistemas de escuta qualificada para usuários e trabalhadores da saúde: sistema de portas abertas, ouvidorias, grupos focais e pesquisa de satisfação, Visita Aberta e Direito ao Acompanhante; Programa de Formação em Saúde do Trabalhador (PFST) e Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP); Equipe de Referência e de Apoio Matricial; Projetos Cogêridos de Ambiência; Acolhimento com Classificação de Risco; Projeto Terapêutico Singular e Projeto de Saúde Coletiva; Projeto memórias do SUS que dá certo”. (Plano Estadual de Saúde de RR ,2012-2015,p.315)

No Hospital Geral de Roraima, foi nomeado em 2016 o Grupo de Trabalho Humanizado. Entretanto, a Humanização vem sendo articulada desde 2006, pelas mesmas pessoas que agora foram nomeadas para o Grupo de Trabalho e que fizeram a capacitação promovida pelo Ministério da Saúde. Dentre as ações desenvolvidas, considerando as diretrizes preconizadas pela política de humanização estão o acolhimento com classificação de risco, a criação da Ouvidoria, Setor Cuidando o Cuidador, treinamento de pessoal de apoio (maqueiros, recepção), pesquisa de satisfação dos usuários, roda de conversa com os profissionais, elaboração de estratégias de capacitação dos profissionais.

No que tange a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia, está localizada no HGR é um serviço criado por portaria do Ministério da Saúde e funciona desde 2006 neste Estado. É composto por atendimento em Enfermaria, Sala de quimioterapia, Farmácia e CAPO (Centro de Atenção ao Paciente Oncológico) com atendimento ambulatorial, Cuidado Paliativo e Visita Domiciliar. Fazem parte da equipe de profissionais Médicos Oncologistas, Cirurgiões Oncologistas, Médico Clínico Geral, Médicas Hematologistas, Cirurgiões cabeça e pescoço, Coloproctologista, Cirurgião torácico, Ginecologista, Mastologista, Urologista, Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem, Farmacêuticos, Odontólogos, Assistentes administrativos, Assistentes Sociais, Fisioterapeutas, Nutricionistas, Psicólogas. Busca-se desenvolver o trabalho em equipe multidisciplinar, considerando-se a especificidade do tratamento a ser dado ao paciente oncológico, que permanece sendo acompanhado por muito tempo, por

tratar-se de doença crônica. Na Unacon é preconizado o atendimento ao paciente de forma integral, inserindo a família como parte do tratamento, uma vez que esta será fundamental enquanto apoio ao mesmo. Neste sentido, pode-se pensar na humanização enquanto modo de cuidar e na própria organização do trabalho.

Salienta-se enquanto forma de acolhimento o Grupo de Apoio Psicossocial para Mulheres, Grupo de Apoio Psicossocial para Familiares/Acompanhantes, ambos com foco para atividades voltadas ao cuidado consigo mesmo, autoestima e alteridade. Também em relação à diretriz do acolhimento tem-se o acompanhamento de visitas de crianças e adolescentes à enfermaria; a participação da Psicologia nas reuniões para comunicação de notícias difíceis realizadas pelo médico à família e ao paciente; e a visita domiciliar feita pela equipe multidisciplinar (Médico, Enfermeira, Nutricionista, Fisioterapeuta, Assistente Social, Psicóloga) aos pacientes do serviço de Cuidados Paliativos em suas residências.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, o surgimento das políticas sociais no Brasil está diretamente relacionado às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social. São manifestadas por meio de mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

Em virtude disso, é necessário implementar parâmetros de equidade e direitos sociais e universais a população, sendo concedido após a promulgação da Constituição Federal em 1988. A partir da garantia dos direitos sociais, o direito a saúde surge como prioridade para o fortalecimento das políticas públicas com a implantação do SUS. Os princípios e diretrizes condicionantes do SUS preconizam ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Entretanto, a assistência integral à saúde ainda é um grande desafio, devido à omissão na regulamentação e fiscalização das ações de saúde.

No Estado de Roraima o SUS está organizado de forma regionalizada, contudo, na capital se concentra a maior parte dos serviços de Alta Complexidade. A Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS) está pautada nos princípios da transversalidade, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos e na indissociabilidade. Observa-se no que se refere às diretrizes, o acolhimento tem se consolidado no serviço da UNACON-RR.

Segue o desafio de construir formas de cuidados e serviços de saúde pautadas no atendimento humanizado, tanto para usuários quanto para profissionais. A abordagem integral e humanizada requer no mínimo, condições físicas e estruturais, qualificação e valorização profissional, que assegure uma assistência não à doenças, mas à pessoas, com suas singularidades e subjetividades.

Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8080, de 19 de setembro de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei 8142, de 28 de dezembro de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em: 02 jun. 2016.

BRAVO, M. I. S. **Política de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, 2001.

DALLAGO, C. S. **T. ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: Formas históricas de enfrentamento a pobreza. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS** São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

Ministério da Saúde. Secretaria- Executiva Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004

_____. Secretaria de atenção à Saúde. **Rede HumanizaSUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 1ª reimpressão.

_____. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. **Políticas de Saúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro, 2007.

PIANA, M.C. **As políticas sociais no contexto brasileiro: Natureza e Desenvolvimento**. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. All.

ROLIM, Leonardo; CRUZ, Rachel; SAMPAIO, Karla. **Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa**. Rio de Janeiro, 2013.

RONCALLI, A.G. **O desenvolvimento das políticas públicas de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde**. Odontologia em Saúde Coletiva: planejando ações e promovendo saúde. Porto Alegre: ARTMED, 2003. Cap. 2. p. 28-49. ISBN: 853630166X.

Secretaria de Estado da Saúde de Roraima. **Plano Estadual de Saúde 2012-2015**. Boa Vista: SESAUC/CGPLAN – RR, 2012. 805p.

SOUSA, R. C.; BATISTA, F. E. B. **POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL: História e Perspectivas do Sistema Único de Saúde – SUS**. VII CONNEPI –Ciência, Tecnologia e Inovação: Ações sustentáveis para o desenvolvimento regional. Congresso norte nordeste de pesquisa e inovação. Palmas, TO, 2012.

ARTIGO

SUICÍDIO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO CAPS II EM SANTARÉM – PA

Introdução

Este estudo tem por objetivo identificar as representações sociais sobre o suicídio de uma equipe multidisciplinar, nas suas ações laborais cotidianas no CAPS II e, assim, revelar como essa equipe lida com o fenômeno do suicídio. Como problemática de investigação destaca-se: qual a representação social que uma equipe multiprofissional do CAPS II em Santarém-Pará possui sobre o suicídio? Esta norteará a escrita do presente trabalho. Nesta investigação realizou-se uma pesquisa de campo descritiva de abordagem qualitativa, envolvendo sete participantes que compõem uma equipe multiprofissional de saúde. A análise dos dados foi sustentada por um referencial teórico que acolhe a discussão das categorias representação social, suicídio, inclusão e atenção à saúde.

Esses escritos iniciais propõem-se a realizar reflexões sobre a teoria das representações sociais, discorrendo sobre alguns conceitos centrais como ancoragem, objetivação, observação familiar entre outros importantes para que se possa melhor compreender algumas representações sociais construídas sobre o suicídio na contemporaneidade.

O esforço em identificar as representações sociais sobre o suicídio elaboradas numa perspectiva histórica e conceitual ajuda a identificar qual olhar se tem construído sobre este fenômeno na contemporaneidade em que lugar tem sido colocada a pessoa que o comete. Neste estudo fez-se um levantamento com os profissionais, que compõem a equipe multiprofissional, como e se foi abordada a temática do suicídio nos seus processos de formação inicial e continuada, bem como suas representações sociais sobre o suicídio a partir de suas atividades laborais no CAPS II, em Santarém-Pa. Finaliza-se o texto, portanto, realizando-se algumas considerações sobre as representações sociais elaboradas sobre o suicídio, destacando se estas contribuem para processos de inclusão social no campo da saúde.

* Mestre em educação, pedagoga, psicóloga, docente na Universidade Federal do Oeste do Pará, no Instituto de Ciências da Educação, integrante do Núcleo da Abrapso/Santarém-Pa, integrante do grupo de pesquisa FORMAZON, email: kassyao@yahoo.com.br

Reflexões sobre a teoria das representações sociais em Serge Moscovici

Oliveira (2006, p.99) destaca que a Representação Social, para Moscovici, constituiu-se em “um conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originam na vida diária no curso de comunicações interindividuais”. Dessa forma, pode ser encontrada “nos saberes populares, no senso comum, nas ciências, nas religiões, ideologias e outras circunstâncias, contribuindo para a formação de condutas” (p.99).

Moscovici (2003), ao trabalhar a teoria das representações sociais, destaca alguns conceitos importantes para que se possa compreender fatos sociais que ocorrem no cotidiano e que são perpetuados ao longo da história. Entre os conceitos destacam-se: observação familiar, convenção, prescrição, ancoragem e objetivação.

Moscovici (2003) discute que, a partir do referencial teórico das representações sociais, pode-se perceber como o ser humano lê um determinado fenômeno, o que está imbricado no ato de perceber algo, de internalizá-lo. Assim, o conceito de observação familiar é trabalhado pelo autor com o sentido de que, o que se torna familiar ao ser humano parte do seu processo de compreensão de mundo, que está intimamente ligado à percepção do grupo ao qual pertence. Desse modo, entende-se que o ser humano está inserido em um grupo, o qual possui uma cultura e esta possui normatizações para que haja relações de convivência viáveis. Todavia, estas incluem determinados segmentos da sociedade e, por conseguinte, exclui outros, os que estão classificados fora da norma, do que é convencionalizado socialmente naquela comunidade, naquele grupo. As convencionalizações acabam por propiciar ao ser humano a limitação de sua percepção sobre a realidade, o qual perde a capacidade de compreender o fato ou fenômeno na sua totalidade.

Moscovici (2003) destaca que as representações sociais apresentam uma natureza convencional, bem como uma prescritiva. A primeira pressupõe a convencionalização de pessoas, objetos ou acontecimentos dando a estes uma forma que os definem, os colocam em um lugar, que lhes determinam. Convencionalizar, neste contexto, implica em compreender que:

Quando uma forma de representação comum é já convencional está em uso antes que o signo seja introduzido, existe uma forte tendência para características particulares desaparecerem e para que todo o signo seja assimilado em uma forma mais familiar (BARTLETT, 1961, apud MOSCOVICI, 2003, p.34).

A nível de exemplo, pode-se colocar a representação social histórica que se teceu sobre as pessoas com necessidades educacionais especiais, representadas como pes-

soas que “não apresentam capacidades”, que são “inferiores”, que são “doidinhas”, que precisam ficar segregadas, entre outros adjetivos que negam o campo de sua existência humana (OLIVEIRA, 2006).

Entretanto, entende-se que o paradigma científico moderno, o qual preconizava a debilidade das PNEs fora rompido, havendo a compreensão de que as pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como as pessoas que não apresentam necessidades especiais aparentes, possuem limitações e potencialidades. Entende-se que limitações e potencialidades são inerentes ao ser humano.

Já a natureza prescritiva pressupõe que para toda ação humana há respostas teóricas prontas, que visam analisá-las, desse modo há “uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (MOSCOVICI, 2003, p. 36). Este “decreto” é colocado socialmente com pouca flexibilidade, assim, o campo teórico pode se sobrepor ao indivíduo, bem como toda uma comunidade. Desta forma, “a realidade é, para a pessoa, em grande parte, determinada por aquilo que é socialmente aceito como realidade” (LEWIN, 1948, apud MOSCOVICI, 2003, p.36).

Torna-se importante discutir, ainda, neste estudo, as categorias teóricas ancoragem e objetivação elaboradas por Moscovici (2003). Elas são imprescindíveis para se compreender as representações sociais elaboradas sobre um determinado fenômeno ou pessoa. O autor discorre que ancorar significa “classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2003, p. 61). Dessa forma, quando um sujeito ou comunidade ancora algo à sua psique, aporta este conteúdo ancorado aos saberes que já possui e que está inscrito numa realidade paradigmática. O que está sendo ancorado encontra-se com saberes que podem dialogar com outros que lhe sejam familiar ou não-familiar. Na segunda situação, não-familiar, o conteúdo ancorado pode ser objetivado, classificado, desse modo o ser ou fenômeno em evidência pode ser rotulado e ganhar lugares que debilitem sua condição de existir. Esse processo é nomeado pelo autor como objetivação que “une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade” (MOSCOVICI, 2003, p. 71). Neste contexto, Moscovici (2003) compreende que as representações sociais:

Devem ser vistas de uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa (p. 46).

Moscovici (2003, p.54) destaca que a finalidade das representações sociais é a de “tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (MOSCOVICI, 2003 p.54). Neste sentido, a construção de ideias, a percepção de certo e errado, a aceitação de pessoas em determinados grupos são assegurados pelo que o autor nomeia de universos consensuais, o “lugar” em que são “criadas” as convencionalizações. Neste “porto seguro”, a tradição, a cultura, a história são quem ditam o que é socialmente aceito e não-aceito para o ser humano ou para um determinado grupo.

A compreensão da familiaridade, então, está imbuída da aceitação, sem questionamento, de uma história “verdadeira”, a partir do que fora contada sobre ela; esta “verdade” passa de geração a geração até tornar-se uma verdade imutável e única, sem outras possibilidades de ser lida através de outras lentes, de outras perspectivas. Dessa maneira, a representação social tecida sobre alguém ganha um corpo cristalizado que pode garantir condições de inclusão, assim como de segregação total do ser ou do grupo humano representado. A imagem de alguém pode prevalecer sobre a “realidade” deste alguém, bem como a resposta sobre um determinado estímulo. Visto desta forma, vale considerar uma imagem ou fato social não como algo estático, já que a realidade dessa imagem ou fato carregam condições plurais e multifacetadas que permitem leituras diversas sobre a imagem inicial.

Oliveira (2006) considera que “a representação é construída nas diversas relações de comunicações sociais e de poder nas quais as diferenças são estabelecidas” (p. 99), assim podem contribuir para práticas sociais excludentes visto que o ser humano pode ser colocado em um lugar de exclusão social, assumindo a condição de não-ser pessoa humana como a construção da diferença entre o negro em oposição ao branco, mulher versus homem, pessoa normal e anormal, entre outras diferenças.

O suicídio na modernidade um passo para a pós-modernidade.

No período moderno vive-se em uma era em que o ser humano já não têm mais tempo para cultivar as relações. Neste texto, relações significa compreensão recíproca de alteridade entre as pessoas, um lugar que se encontra no “entre” humano. Desse modo, a relação, para ser compreendida como tal, necessariamente coloca-se num campo em que o diálogo, as relações de cuidado e a ética humana fazem-se um imperativo a ser exercitado cotidianamente. Neste texto compreende-se o ser humano como proposto por Buber (2004, p. 57):

O homem não é uma coisa entre coisas ou formado por coisas quando, estando Eu presente diante dele, que já é meu Tu, endereço-lhe a palavra princípio. (Eu-Tu) Ele não é

um simples Ele ou Ela limitado por outros Eles ou Elas, um ponto inscrito na rede do universo de espaço e de tempo. Ele não é uma qualidade, um modo de ser, experienciável, descritível, um feixe flácido de qualidades definidas. Ele é Tu sem limites, sem costuras preenchendo todo o horizonte.

Marquetti (2011, p. 15) discorre que a temporalidade acelerada é uma prática comum na modernidade/contemporaneidade (era pós-moderna), marcada mais especificamente com o advento da Revolução Industrial, “é exatamente aquela que pretende reduzir modos de sentir, pensar, agir a um consumo imediato, a uma intervenção que resolva dissolva e afaste os problemas – não há tempo para refletir e pensar”.

Percebe-se na reflexão de Marquetti (2011) que a modernidade cometeu uma severa agressão ao ser humano contemporâneo: furtou o seu tempo. Isto é, tempo de refletir, sentir, viver, pensar, dialogar, problematizar, criticar, propor, sofrer, brigar, compreender, superar, entender sobre a sua existência no mundo, num movimento constante do vir a ser. Tempo de o ser humano desenvolver-se no campo relacional em que possui a capacidade de lidar com diversos outros (seres humanos) que podem significar uma multiplicidade de eus, bem como de issos.

Com o furto do tempo o ser humano é alijado de conceber a vida no sentido de ser vivida na sua plenitude. Falta-lhe condições para conferir substantivo significado a esse evento humano (viver). Nesta perspectiva, o suicídio perde a conotação de morte e de vazio e passa a conferir a busca por um sentido perdido na contemporaneidade.

Ausência de significado é mais dolorida quando faz parte da vida, e talvez daí a busca de um significado de morte resulte em um preenchimento, e procurar desvendar esse significado é sem dúvida procurar um retorno à vida (MARQUETTI, 2011, p.18).

O sofrimento humano passa a ser enfatizado também pelo viver. Viver sem ter, na concepção da vida, razões que impulsionem o ser humano a respirar, a encontrar sentidos, que transcendam o tempo do capitalismo/capital e a lógica racionalista moderna cartesiana que é excludente. Angerami-Camon (2004, p 177) discorre que “em cada sujeito que se mata, fracassa uma proposta comunitária”. Esta afirmação viabiliza reflexões profundas sobre a existência humana e suas inter-relações sociais que são datadas e situadas. Esta reflexão encaminha para a relação Eu-Tu e Eu-Iso Buberiana. Na primeira construção a relação estabelece-se numa linha humana recíproca e dialógica, já na segunda construção tece-se uma relação objetual, descartável.

Desde o final do século XIX, período da modernidade científica que cria identidades rígidas sobre o ser, vive-se num contexto socioeconômico capitalista, liberal em que a necessidade de ter é colocada nas prateleiras de tal forma que, a todo instante, o ser humano sente a “falta de”, todavia deve-se considerar que no estado nação brasileiro as disparidades socioeconômicas são brutalmente acentuadas e isso implica nos fetiches censurados de uma grande massa de despossuídos.

Por outro lado, verifica-se que, mesmo em uma parcela da população possuidora de bens materiais, o sentimento de falta ainda perdura. Identifica-se que o campo relacional humano encontra-se fragmentado, assim como o individualismo se sobre põe à coletividade, situação que tem, talvez, provocado nos seres humanos vazios abismais que representam no self lacunas que recursos materiais não podem sanar ou que o fazem de forma efêmera.

Neste contexto, o Ter sobrepõe-se à condição de Ser pessoa humana, pois, como já anunciava a sábia raposa ao pequeno príncipe, as relações sociais estão em processo de degradação: “os homens não têm mais tempo de conhecer coisa alguma. Compram tudo já pronto nas lojas. Mas, como não existem lojas de amigos, os homens não têm mais amigos” (SAINT -EXUPÉRE, 2009, p. 67).

Neste cenário, compreende-se que o suicídio possui causas multifatoriais¹ que envolvem problemáticas de ordem social/relacional, econômica, afetiva, cultural, de identidade, geracional, entre outras. O suicídio apresenta-se como um sintoma de uma sociedade adoecida que ainda não encontrou alicerces importantes para ancorar outras possibilidades de existência, mais igualitária, mais justa e porque não dizer humana.

Com isso, aponta-se para a necessidade de se buscar sucessivas superações do caos das relações interpessoais sociais em que o ser humano está inserido e trabalhar, no cotidiano, outras relações sociais e humanas possíveis: dialógicas, humanizadas, éticas, que visem minimizar sofrimentos geradores de formas de agressão tão perversa/dolorosa como o suicídio. Qual será, então, a proposta comunitária a que se refere Angerami-Camon? A proposta comunitária já não está, a priori, fracassada, adoecida e por isso mesmo o ser humano tem cometido autoagressões tão brutais que não conseguem mais perceber fios de possibilidades de existir? O autor relata que “o suicídio, assim como outras manifestações de rebeldia, nada mais é do que uma resposta esperada diante de situações de extrema pressão emocional” (ANGERAMI-CAMON, 2004, p. 193).

¹ Quando destaco que o suicídio está relacionado a causas multifatoriais ancoo essa afirmativa em alguns teóricos como Bauman (2011), Marquetti (2011), Hillman (2009), Angerami-Camon (2004) que tecem suas reflexões no contexto da sociedade capitalista. A partir das problematizações desses autores percebo a discussão do suicídio em dimensões sociais, relacionais, afetivas, identitária, geracionais entre outras.

Marquetti (2011) discute que a vida representa um problema contemporâneo, assim a discussão sobre o suicídio não evoca, necessariamente, o tema da morte, mas do vazio em que a vida é colocada. Desse modo, o sujeito que tenta suicídio e que o comete ganha um lugar de vítima dentro de um sistema antropofágico em que o homem é colocado como lobo do homem como dizia Hobbes (2002).

Marquetti (2011) discorre sobre dinâmicas ímpares que marcam as vidas dos sujeitos no cenário das cidades na pós-modernidade, propondo reflexões sobre as novas configurações nas relações humanas no contexto da pós-modernidade e explica como estas interferem na psique do ser humano como possibilidade deste cometer o suicídio.

A pós-modernidade é marcada pela fragilidade nas relações dos grupos sociais primários (a família), pelo fortalecimento dos grupos sociais secundários (amigos, colegas de trabalho, da igreja, entre outros), pela dinâmica ímpar da produção e do não ficar parado. Exige-se do ser humano produção, movimento, atividade, flexibilidade e, quando ele não consegue dar respostas “adequadas”, sofre.

Tem-se ainda no contexto da pós-modernidade um sujeito situado em uma realidade que lhe apresenta inúmeras possibilidades, todavia por “causa delas corre o risco de imiscuir-se nas incontáveis significações possíveis de sua existência, perde-se nesse labirinto, nesse jogo” (MARQUETTI, 2011, p.44) e, assim, o ser humano corre o risco de não conseguir articular “mais o mínimo necessário dessa cadeia de significantes para garantir a sua sobrevivência e seu sentido” (p. 44).

Desse modo identifica-se um ser humano perdido em meio à multiplicidade de escolhas, mas estas não se revelam para ele com sentidos que sustentem a sua existência.

Tem-se um ser humano fragmentado que na modernidade possuía uma identidade sólida e estável, mas na pós-modernidade um ser humano que evita a fixidez e que precisa manter aberta as opções para constituir o seu ser no mundo (BAUMAN, 2011). Diante deste ser humano multifacetado e com relações cada vez mais líquidas é que se identifica a representação social do suicídio na pós-modernidade como fuga da cena, fuga do enfrentamento, desistência das relações e interações e, por isso mesmo, desistência da vida. Nesta breve linha teórica é que se coloca o desafio de se verificar como os profissionais do CAPS II, nas suas atividades laborais cotidianas, tecem representações sociais sobre o suicídio.

Percurso metodológico

Neste estudo realizou-se uma pesquisa de campo descritiva, pois se busca descrever as representações sociais sobre o tema do suicídio elaboradas por uma equipe multiprofissional do CAPS II, no município de Santarém, Pará. A pesquisa apresenta a abordagem qualitativa entendendo-se que o pesquisador como os sujeitos participantes da mesma são concebidos como seres humanos e não objetos no processo de investigação.

Adotou-se o tipo de pesquisa descritiva porque visa “descrever sistematicamente um fenômeno ou área de interesse” (RICHARDSON, 1985 apud, CARMO-NETO, 1993, p.320) e a abordagem qualitativa, considerando-se que “todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos à constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio” é necessário encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto.

Procura-se compreender as experiências que eles têm as representações que formam e os conceitos que elaboram. Esses conceitos manifestos, as experiências relatadas ocupam o centro de referência das análises e interpretações, na pesquisa qualitativa (CHIZZOTTI, 1998, p.84). A abordagem qualitativa considera que a complexidade da temática em evidência exige do pesquisador um referencial teórico-metodológico que supere “metodologias dedutivas tradicionais” (FLICK, 2004, p. 18) e que coloque o profissional psicólogo em um lugar que possa compreender as nuances que permeiam o campo das representações sociais quando se discute a temática do suicídio.

Entre os participantes da pesquisa encontram-se sete pessoas entre homens e mulheres, com uma média de atuação profissional de dezenove anos, estes compõem uma equipe multidisciplinar do CAPS II em Santarém, no estado do Pará. Como instrumento de levantamento dos dados realizou-se entrevista semiestruturada, os dados foram gravados e transcritos na íntegra para posterior análise, considerando algumas categorias teóricas presentes na teoria das representações sociais.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pela Comissão de Ética em pesquisa do Instituto Esperança de Ensino Superior. Houve, ainda, a solicitação para a realização da mesma, junto à Secretaria de Saúde do Estado Pará – SESP, que, após sua aprovação possibilitou a entrada em campo que culminou com este construto teórico. Os participantes da pesquisa assinaram termo de consentimento livre e esclarecido e sugeriram codinomes, presente no corpo do texto de modo a garantir o anonimato dos mesmos.

Processo de formação inicial e continuada dos profissionais que compõem a equipe multiprofissional do CAPS II/Santarém - PA

Perguntou-se aos profissionais do CAPS II se, na sua formação inicial (graduação), houve discussão sobre a temática do suicídio. Esta questão é importante para se compreender como este tema foi ou não abordado, pelas instituições de ensino superior, com os respectivos profissionais. E como, de alguma forma, esta discussão ou sua ausência interferiu na atuação desses profissionais da saúde quando se depararam com situações que envolvem o suicídio (ideação, tentativa e/ou êxito).

Entre os sete profissionais que compõem a pesquisa, dois relataram não terem vivenciado, em suas formações iniciais, quaisquer discussões relacionadas à temática do suicídio. Eles relataram que: “não! Deveria ter havido né? Já que tem muito... é muito presente na nossa sociedade né? Aliás sempre foi. Agora muito mais ainda” (LENITA, 08.05.15); “Não, não foi puramente a minha formação acadêmica muito, muito, muito... eu fui voltada pra parte de farmacologia” (NANINHA, 12.06.15).

Outra profissional discorreu que em sua formação inicial discutiu-se sobre o suicídio, todavia o conteúdo de sua expressão verbal não apresenta que recebeu tal formação, como descrito a seguir:

Sim, mas não especificamente uma temática suicídio, mas principalmente com relação morte, lidar com a morte, principalmente com o paciente terminal. Não é especificamente o suicídio, mas a gente conversa sobre isso. Especialmente porque eu sou terapeuta a gente trabalha com pacientes com doenças que não tem o tratamento paliativo como o câncer. Paliativos né, que vai diminuir a dor e tudo. Eles sabem que logo vão falecer que são pacientes que são terminais. Então na nossa formação tem muito isso (LUISA, 15.05.15).

Identifica-se que Luísa (15.05.15) confunde o tema da morte e do morrer com o tema do suicídio, embora há que se considerar que um e outro tema são distintos. Historicamente, a construção simbólica da morte e do morrer causa comoção e sentimento de finitude no ser humano, contudo esta representa uma das etapas na cadeia da existência, por isso mesmo a morte e o morrer compõem uma ordem natural em que “durante a vida inteira é preciso aprender a morrer”, pois “o surgimento da razão trouxe necessariamente consigo a assustadora certeza da morte” (SCHOPENHAUER, 2013, p. 3). Já o suicídio representa uma manifestação de abreviação da vida pelo ser humano, o rompimento da “ordem natural” da existência e, por esse motivo, pode ser compreendido como uma infração, visto que a vida, na sociedade ocidental, é, a todo custo, reafirmada.

Os demais profissionais relataram que no processo de suas formações iniciais houve discussões sobre o suicídio, como explicitados nas expressões abaixo:

Sim. A gente na... na graduação nós estudamos a disciplina saúde mental né? Com o psiquiatra e foi abordado todos os transtornos entre eles o suicídio (ANDRESSA, 15.05.15)
Várias vezes. Procurando... procurando identificar as principais causas, razões e situações que levam ao suicídio (JOSÉ, 15.06.15).

Houve. No curso de medicina a gente tem uma matéria específica pra suicídio tanto em idoso, quanto em criança quanto em adulto. Então foram seis meses só falando em suicídio, sobre homicídio, sobre tentativa de automutilação (ALINE, 17.06.15).

Ocorreu, mas assim muito de “en passant”. Não houve assim um aprofundamento, mas com certeza a temática suicídio foi abordada sim, mas não como uma temática proeminente como todas as outras temáticas (CLARA, 08.05.15).

Percebe-se que a discussão sobre o suicídio presente na formação inicial desses profissionais são diversas, que passam por compreensões sociológicas, psicopatológicas, médicas, entre outras. Buscando identificar o suicídio, muito mais em condições exógenas ao sujeito, destacando as possíveis causas, situações que sejam similares, condições mais comuns e, de posse de todos os dados, pode-se realizar um mapeamento do fenômeno para que ajam intervenções no meio social de modo a diminuir a frequência de tal ato.

Verifica-se ainda a compreensão do suicídio como transtorno mental trabalhado na disciplina de psicopatologia. O suicídio, neste contexto, pode ganhar uma conotação de sofrimentos psíquicos por quais passam as pessoas que estão inseridas numa sociedade em que as relações sociais encontram-se cada vez mais fluidas e, desse modo, cada vez mais ficam vulneráveis no campo de sua saúde mental, o que pode desencadear casos de suicídio. Um desafio se coloca à clínica em psicologia e ao campo da saúde quando lidam com pessoas com risco de suicídio: como tratá-lo sem perder de vista a sua humanidade? Como possibilidade de reflexão para este questionamento é que se realiza uma leitura de Hycner (1995), que discorre sobre a necessidade do terapeuta se colocar em um lugar denominado entre, na relação com o seu cliente. O entre torna-se um lugar fecundo em que o terapeuta, através de uma relação de empatia pode perceber em seu cliente suas dores e conflitos inimagináveis. Assim o terapeuta pode “sentir-la” e, sensibilizado com a dor do outro, retoma o lugar do eu e pode disponibilizar um suporte para o seu cliente. Assim, no entre, a “pessoa incomparável do paciente irá se defrontar com a pessoa incomparável do médico” (HYCNER, 1995, p. 56).

Verifica-se ainda o discurso de Clara (08.05.15) quando cita que a problematização sobre o suicídio em sua formação inicial fora tematizada de forma superficial de “en passant”, mas fora discutido, não como considera que deveria. Essa reflexão permite a compreensão da necessidade de se discutir sobre a temática suicídio no campo da saúde para que se possa acolher o usuário com maiores possibilidades de valorização humana.

No que se refere à formação continuada, dois profissionais relataram que não passaram por um processo de formação continuada no ambiente de trabalho, discutindo quaisquer temáticas, todavia os demais discorreram que passaram por um processo de formação discutindo temáticas diversas como álcool e drogas, depressão, políticas de assistência, saúde mental, neurose, psicose, psicofármacos, a família, entre outras.

Clara (08.05.15) destacou que passou por um processo de formação continuada no CAPS II, mas que este não representava uma perspectiva de formação convencional ou formal. Fora uma formação que emergiu da própria equipe multiprofissional, a qual trouxe crescimento para todo o grupo por viabilizar o compartilhamento de ações entre a equipe multiprofissional no estudo dos casos, como relata a seguir:

Olha, sim inicialmente. Inicialmente eu tive o privilégio assim... essa formação eu não diria uma formação continuada, assim formal entende? Mas assim mais eu trabalhei um período em que a gente tinha encontros. Muitos encontros promovidos pelas equipes. Havia momentos de compartilhamentos de casos, né? A gente trocava experiências, então era mais no sentido de equipe, mas não de uma forma formal, porém ocorreram sim momentos de capacitação. (CLARA, 08.05.15).

Percebe-se que esta proposta de formação em serviço, desenvolvida pela equipe do CAPS II, implica no estabelecimento da prática interdisciplinar quando a equipe se organiza e se desafia a estudar os casos tendo a compreensão dos mesmos a partir de diversas leituras por distintos campos de conhecimento profissional, a saber: a terapia ocupacional, a medicina, o serviço social, a psicologia, a nutrição, a farmacologia e a enfermagem. Esta atitude corrobora para o amadurecimento do grupo, lido aqui como equipe multiprofissional do CAPS II, bem como estabelece para o usuário do CAPS uma relação de cuidado como a descrita por Boff que apresenta o cuidar como “mais que um ato; é uma atitude. Portanto abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo” (1999, p. 33).

Percebe-se que os profissionais que compõem esta equipe envidam esforços para que o usuário do SUS tenha um atendimento de qualidade no campo da saúde

mental dentro de uma perspectiva interdisciplinar, esta compreendida a partir do princípio epistemológico que implica em “observar sob vários olhares disciplinares o mesmo fenômeno. Interpretação da realidade tendo em vista a multiplicidade de leituras” (OLIVEIRA, 2001, p. 179).

O suicídio para os profissionais da equipe multiprofissional do CAPS II

Depois de tecida a construção da formação (inicial e continuada) dos profissionais que compõem a equipe multiprofissional, buscou-se fazer um levantamento de suas compreensões sobre o suicídio. Identificou-se que estas ganham conotações diversas e resultam de suas crenças, formações profissionais, visões de mundo e percepções sobre o ser humano. Todavia, há que se considerar que, nos diversos discursos, o suicídio é percebido como uma ação cometida por uma pessoa que viabilizará alívios de suas dores emocionais.

No discurso abaixo se percebe a associação do suicídio ao transtorno mental grave, como a esquizofrenia. O suicídio é colocado como uma prática comum para aqueles que têm o transtorno, pois este provoca no ser humano muito sofrimento. José (15.06.15) considera que a dificuldade da pessoa lidar com esta situação representa o limiar para a ação do suicídio.

Bem, acredito que na mentalidade do indivíduo que já está com o transtorno. Como a esquizofrenia é uma patologia psicótica que normalmente o quadro sempre leva ao suicídio. Então o indivíduo acha que ele vai resolver os problemas dele se automutilando ou se matando. Esse é o meu foco pessoal (JOSÉ, 15.06.15).

Aline entende que o ato de se suicidar não é exclusivo para as pessoas que sofrem de algum transtorno mental, podendo ser cometido por qualquer pessoa. A profissional vê o suicídio como fuga. Esta se configura por situações não resolvidas e compreendidas pela pessoa que se suicidou.

O ser humano pode se encontrar em situações limítrofes de sua existência e ter a dificuldade de lidar com isso, buscando como alternativa acertada o fim, a abreviação da vida, o suicídio. A minha compreensão é uma fuga. É uma fuga dos sentimentos. Do desespero do paciente tanto psiquiátrico como não psiquiátrico. (ALINE, 17.06.15).

Andressa, ao trazer sua compreensão sobre o suicídio, desenha-o como o fim da linha para a pessoa que não sabe mais como agir. Até o presente momento o foco da discussão sobre as representações sociais tecidas sobre o suicídio está voltado para

a pessoa que o cometeu e pouco nas relações, nas interações sociais, na dinâmica da vida contemporânea, nas novas configurações relacionais que se apropriam da tecnologia como indústria de fazer “amigos”, nas fragilidades das relações, nos grupos primários, entre outras situações que permeiam o século XXI, a então chamada pós-modernidade (MARQUETTI, 2011).

Bauman (2011) discorre que o ser humano pós-moderno está imerso em um jogo da vida e neste é colocado como consumidor ávido, mas este jogo é dinâmico e por isso se torna difícil este ser humano se comprometer com responsabilidades que sejam de longo prazo, pois a vida pós-moderna é dinâmica, as relações são líquidas.

Neste contexto assumir um compromisso de longo prazo torna este ser um ser fixado, engessado. Assim, na pós-modernidade, a pessoa “decide” assumir múltiplos papéis *fast food* numa dinâmica relacional superficial. O autor destaca ainda que na nova racionalidade pós-moderna o ser humano coloca-se a “determinação para viver um dia de cada vez (...) descrever a vida cotidiana como sucessão de pequenas emergências” (BAUMAN, 2011, p. 122). Neste sentido, se percebe que o campo das relações se configura dentro de uma superficialidade, mas que o viver “um dia de cada vez” se coloca ao ser humano como uma capacidade para suportar sua existência dentro de um contexto que exige dele cada vez mais rapidez no curso da vida.

Olha o que eu compreendo assim seria um estágio final da... como posso dizer assim um estágio final daquela pessoa aquela pessoa não tem mais pra onde ir não tem mais pra onde ir pra quem pedir socorro não tem mais pra quem conversar não tem mais com quem ter um diálogo em casa ou com profissionais porque às vezes eles não procuram profissionais então tipo assim é o fim da linha pra eles é aquilo e aquilo não tem mais pra onde ir é isso que eu compreendo assim quando a pessoa chega a cometer o suicídio tipo assim que ele já tentou procurar de tudo já procurou de tudo e ele não conseguiu reverter o quadro (ANDRESSA, 15.05.15).

Andressa discorre que a pessoa que comete suicídio o faz também por não encontrar pessoas com quem possa conversar, dialogar e ser escutada. Em suma, não há mais tempo para perceber o outro na sua dor. No contexto da pós-modernidade houve o dismantelamento do tempo que “não estrutura mais o espaço. Nesse terreno, não há mais, à frente e, para trás. É apenas a capacidade de não ficar parado que conta” (BAUMAN, 2011, p.122).

Estar em forma e com a capacidade de se mover depressa se torna um imperativo na vida das pessoas, todavia quando percebem as contradições que seguem a capacidade de se mover depressa não conseguem suportar as dores.

Luísa (15.05.15) também discorre sobre o suicídio como um fim, mas traz um componente religioso que coloca a pessoa que o comete em um lugar de exclusão – o inferno. Traz para a contemporaneidade uma representação social teológica elaborada desde a idade média ocidental e com novos sentidos na modernidade, esta representação reserva a Deus a capacidade sobre a vida e sobre a morte de todo e qualquer ser humano (HILLMAN, 2009).

Conversando com ela ontem porque os contextos de vida dela são muito... é... dramáticos pra realidade dela, então ela não suportou e achando que tirando a própria vida ela ia dar um fim nisso. É então conversando com ela eu me baseei mesmo na questão histórica que você falou: espiritual. Eu tentei embasar isso pra ela que por fim na vida dela não vai trazer, pra ela, um fim do tormento dela. Até mesmo porque eu acredito no contexto do inferno na questão religiosa minha, então eu sei que existe o inferno, então pra mim os suicidas podem ir pro inferno. Então eu me baseei mais nisso ainda eu ia explicando pra ela que isso não é bom pra ela, pra família dela. E... foi um choque pra mim, eu jamais pensei que um paciente meu ia tentar o suicídio. Então vem você com essa proposta agora, “nossa mais isso tá muito recente!”, foi ontem isso pra mim entendeu? Então nesse contexto histórico mesmo eu acho que desde... de entendimento de pessoa mesmo eu venho trazendo esse conhecimento, espiritual mesmo de céu-inferno com relação ao suicida (LUIZA, 15.05.15).

Naninha (12.06.15) compreende o suicídio como fim do sofrimento por que passa o ser humano, mas ela pensa que, de fato, a pessoa não deseja cometer o ato irreversível. Ela considera que o suicídio se configura como um pedido de socorro que precisa ser atendido, seja por um ente familiar, seja por profissionais da área da saúde.

Um... um ato assim que eu não quero tirar a minha vida. Eu quero acabar com aquela situação que tá me angustiando! Eu não quero, se for pra eu escolher, por exemplo, Naninha, quando eu falo Naninha eu falo assim como se eu estivesse com a característica suicida o que eu compreendo pela minha vivência que eu tenho tido de relatos antes como eu já convivi que... que... houve o suicídios e depois do suicídio, família... eu não quero é como se fosse, um... um grito imenso de socorro, pra que aquela situação que está numa situação extrema que é insuportável pra pessoa. Ela tem que acabar não necessariamente a vida, mas a vida vem... o fim da vida vem junto com isso (NANINHA, 12.06.15).

Clara (08.05.15) discorre sobre o suicídio como desistência da vida, mas esta se dá por uma série de fatores endógenos e exógenos ao sujeito. Situações que envolvem sofrimento psíquico e de ordem social.

Como uma desistência da vida. Então eu compreendo que a pessoa ela chega num limite que ela não tem uma sustentação emocional, egóica. Que vá levá-la a justamente um pro-

cesso de viver apesar das crises apesar das frustrações, apesar das angústias. Ela vai ter esse processo de viver, porém a pulsão de morte que tem dentro dela é muito maior do que a vida. Eu acredito que tem haver também com a questão da constituição do sujeito, mas também de um contexto que é transgeracional isso daí quer dizer a questão do suicídio (...) eu quero dizer que tem famílias suicidas Que tem famílias que tem padrão suicida, ou seja, eu não dou conta da minha vida, então eu vou tirá-la, então são famílias que tem um padrão suicida, isso existe, porém a questão do suicídio eu também vejo como um fenômeno social. Um fenômeno da contemporaneidade. E aí voltando a questão, eu vejo que houve uma mudança não só socialmente de estrutura social, de valores, de ética, de cultura. Consequentemente houve um rearranjo psíquico e esse rearranjo psíquico ele não é o mesmo de 1900, enfim, mas ele está com um novo arranjo, claro são as mesmas instâncias, porque são básicas, mas é como se a psique ela se rearranjasse de outra forma e em que uma instância se sobressai da outra. E eu vejo que a instância que se sobressai, na verdade, eu creio que têm duas que se sobressai. A questão do superego. De uma forma perversa como uma sombra sobre as pessoas uma exigência muito grande. Porém uma pulsão vinda do id muito forte também, então eu vejo que a pessoa ficou em dois polos. A busca pelo prazer, a busca pelo ter, a busca pela cena, não é? Pelo espetáculo, certo? Pelo prazer, o id e a exigência de um superego que vem massacrado. De uma forma polarizando e levando a uma desestrutura egóica, que leva o processo de suicídio, um dos fenômenos. Porque chega o ponto do esvaziamento do humano e ele se esvazia não tem sustentação o ego. O superego esmaga esse sujeito e ele, por sua vez não suporta e ele desiste de ver, ele sai de cena, então muitas vezes é difícil ele estar na cena, porque ele tem que viver a cena. E tem que saber o porquê está vivendo, então ele não suporta. Viver a cena, ele suporta assistir o espetáculo, entendeu? Ele suporta assistir o espetáculo, mas ele não suporta estar na cena. Ele suporta ver o outro realizando e ele tá aqui, mas na hora que ele vai pra cena ele não se suporta. Eu creio que é que as estruturas egóicas elas estão fragilizadas. Por quê? Porque as figuras básicas elas também estão fragilizadas. Que são quem? Os cuidadores que podem ser os pais, que podem ser os avós, que podem ser os tios e etc (CLARA, 08.05.15).

Ao manifestar a compreensão que possui sobre o suicídio, Clara levanta diversas questões que sustentam, no plano teórico, essa prática. Essas questões são necessárias para compreender um campo de possibilidade de como acontece esse fenômeno e, por conseguinte, as reflexões sinalizam pistas para que o profissional da saúde possa refletir caminhos possíveis nas suas atividades laborais cotidianas que visem à promoção de melhor qualidade de vida e saúde mental dos usuários que adentram o CAPS II, minimizando, assim, as situações de tentativa e êxito do suicídio.

Quando Clara discorre sobre como compreende o suicídio, apropria-se da teoria psicanalítica, destacando a estrutura psíquica id, ego e superego. Clara ressalta que o ser humano contemporâneo vivencia uma situação conflitante, quando apresenta a dificuldade de equilibrar sua vida psíquica, no que se refere às exigências de viver o princípio do prazer solicitado pelo id ou o princípio da realidade que se encontra no extremo oposto exigido pelo superego.

No primeiro pólo (id), a pessoa pode evidenciar todas as suas pulsões, todos os seus instintos mais primitivos e viver a vida sem a presença da lei, das convenções sociais, das regras a serem seguidas, por outro lado, no polo oposto (superego), lhe é solicitado que viva a exacerbação de uma lei, dos bons costumes, de boas condutas, da moral. Essa crise entre os polos, o princípio do prazer e o da realidade, geram um importante sofrimento psíquico ao ser humano, a ponto de tirá-lo do eixo de equilíbrio, configurando-se em adoecimento.

Clara destaca ainda que esses conflitos são facilitados por uma falta de referência egóica no sujeito, para a constituição da psique da pessoa que sofre. Falta ao ser humano a figura da lei que o frustra e o acolhe, e o referencia a viver e compreender a dinâmica da vida em sociedade com seus pares.

Essa reflexão encaminha para uma problematização incitada por Bauman (2011), quando de seus escritos sobre os problemas da tessitura da identidade na modernidade, bem como na pós-modernidade. O autor discorre que na modernidade o problema da construção da identidade estava fundamentada na necessidade do ser humano em mantê-la “sólida e estável” (p. 113), já na pós-modernidade “diz respeito à forma de se evitar a fixidez e manter abertas as opções” (p. 113). Situações que se encontram em polos ambivalentes que se excluem. De um lado a “rigidez” e de outro a “flexibilidade”, mas o ser humano neste contexto não consegue equilibrar os dois polos.

Outro ponto de reflexão sobre o suicídio é levantado por Lenita, quando destaca a necessidade do ser humano cuidar de sua saúde mental, compreendendo a saúde para além da ausência de doenças. Assim, Lenita convida o profissional da saúde mental, que lida com tantos casos em seu cotidiano, a cuidar de sua saúde mental, pois há uma linha tênue entre saúde e transtorno mental na contemporaneidade.

A minha compreensão. Eu vejo assim, o suicídio... o ser humano ele não está inerente a ter uma ideia suicida assim. Muitas vezes a pessoa, a pessoa está angustiada, muito chateada, então se ela não tiver as suas autodefesas, se ela não tiver algum amparo, algum apoio de alguém. Ela pode sim... eu acho que o suicídio. Nenhuma de nós está imune. Eu vejo por aí. Tanto é que às vezes se diz “sabe fulano se matou” a gente fica: meu Deus! Como é que ele fez isso e tal? Mas eu vejo assim que o ser humano em si, ele é muito frágil e a gente pensa... as vezes a gente pensa “ah, não, porque eu sou formada, eu tenho isso. Eu nunca vou fazer isso!” a gente nunca sabe não é? A gente é muito fragilizada. Às vezes a gente não se conhece. A gente não se conhece não geralmente a gente não se conhece! A gente não tem o domínio de nosso autoconhecimento. Até porque se a gente tivesse, eu acho a gente não chegaria a um desespero desses de chegar até a prática do suicídio (LENITA, 08.05.15).

Há que se refletir ainda sobre a dinâmica da vida no contexto da sociedade contemporânea. O ser humano necessita atentar para admirar a simplicidade de sua existência, exercitando o ato de cuidar de sua saúde mental, de realizar atividades que proporcionam prazer e que são pouco desenvolvidas na sociedade atual, frenética, que comprime o tempo da atenção com o outro, do autoconhecimento, simplesmente o tempo do ócio. Como a preocupação inscrita no discurso abaixo:

Você olha e diz: “meu Deus o que o ser humano está sendo capaz” então eu acho que a gente tá precisando muito cuidar da nossa mente, mas medicação no momento certo, se necessário e tudo, mas tá precisando assim... uma opinião Naninha tá vou retroagir e brincar de jogar bola de gude de... de e você vê que a gente fala com uma questão muito de saudade não é? De saudade tanto nostálgica tempo bom tempo bom, pô o tempo bom tem que ser esse, mas infelizmente é uma loucura e essa questão infelizmente pessoas assim não tem mais aquela eu vou resguardar aquilo que eu tenho de mais precioso porque sem ela eu não faço nada que é a minha vida (NANINHA, 2015).

A reflexão de Naninha encaminha para uma de Bauman (2011) que tematiza sobre um paradoxo inscrito na categoria teórica “tempo”, quando se identifica o movimento do ser humano nos contextos da modernidade e da pós-modernidade, assim:

O meio que era a mensagem da modernidade representava o papel fotográfico (pense nos álbuns de família inchados, rastreando página amarelada por página a amarelada o lento crescimento de eventos inapagáveis e produtores de identidade); o meio pós-moderno é definitivamente o vídeo (apagável e reutilizável, calculado para nada manter para sempre, admitindo acontecimentos de hoje apenas sob a condição de apagar os de ontem...) (BAUMAN, 2011, p.113).

Naninha, enquanto profissional da saúde mental, realiza então um convite importante, o da busca do autoconhecimento pelo sujeito, bem como a dedicação de um tempo para a contemplação de atividades simples e simbólicas para o ser humano. Essas atividades, tão simples de serem executadas promovem a saúde mental do ser humano.

Considerações finais

Compreendo que as reflexões propiciadas no corpo deste texto são relevantes para as comunidades acadêmica, da saúde e sociedade de uma maneira geral, porque visam pensar as representações sociais sobre o suicídio construídas por profissionais de uma equipe multiprofissional do CAPS II no município de Santarém-PA.

Contribui, também, no levantamento e na descrição da ação de uma equipe multidisciplinar que atua na área da saúde mental e que tem se esforçado para desenvolver as suas atividades laborais na perspectiva da inclusão social de pessoas que vivem processos de exclusão como as pessoas que idealizam e/ou tentam suicídio.

Verificou-se nesta pesquisa que a maioria dos profissionais que a integraram não vivenciaram em seus processos de formação inicial discussões que considerassem a temática do suicídio e quando uma participante trouxe em sua narrativa que passou por uma formação nessa área, identificou-se que o conteúdo em evidência era a morte e não o suicídio. Esta situação me permite refletir que o campo de formação inicial dos cursos de saúde necessita se desafiar a incluir o tema do suicídio em suas estruturas curriculares, visto que é um tema pertinente que aflige o ser humano, desde que se tem notícia de sua existência, especialmente na contemporaneidade que o campo relacional encontra-se fragilizado.

Quando da discussão do tema do suicídio, todos os participantes consideraram importante sua problematização por ser comum a prática do suicídio por usuários do SUS, especialmente os psiquiátricos. Entre as representações sociais sobre o suicídio mais comuns levantadas pelos participantes da pesquisa identificou-se a teológica e médica ancoradas na idade média ocidental e modernidade respectivamente. Já dentro do contexto da contemporaneidade, identificaram-se representações sobre o suicídio como fim, confusão de sentimentos e a razão; profundo desespero do ser humano.

Percebe-se que os participantes da pesquisa conferem afetos às suas representações sobre o suicídio e estes apresentam uma relação com suas percepções sobre o fenômeno, que foram construídas ao longo de suas histórias de vida. Estes afetos são classificados como dor, angústia, profundo sofrimento, fuga, pedido de socorro e de desespero, pensamento negativo, tristeza. As representações sociais sobre o suicídio estão “encharcadas” de afetos negativos, mas estes estão presentes na contemporaneidade, era pós-moderna. E, no lugar denominado pós-modernidade identifica-se o ser humano desreferencializado com marcas importantes de frustrações e desamparos em sua psique. Por isso, o desenvolvimento de um trabalho no campo da saúde implica no mergulho em “machucados” existenciais, sofrimentos psíquicos que, em muitas situações, o ser humano (profissionais e usuários) não dá conta de viver.

Mesmo diante de algumas representações sociais excludentes sobre o suicídio e sobre a pessoa que o comete, se percebe que os participantes da pesquisa envidam esforços para acolher o usuário que busca apoio no serviço de saúde desenvolvendo

o exercício de uma escuta atenta, da prática do cuidado e do estabelecimento do diálogo com esse outro humano que chega fragilizado neste serviço.

Referências bibliográficas

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. **Tendências em Psicologia Hospitalar**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2004.

CARMO-NETO, Dionísio. **Metodologia científica para principiantes**. Salvador: Editora Universitária Americana, 1993.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

HILLMAN, James. **Suicídio e alma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HYCNER, Richard. **De pessoa em pessoa: psicoterapia do diálogo**. São Paulo: Summus, 1995.

MARQUETTI, Fernanda Cristina. **O suicídio como espetáculo da metrópole**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações sobre pessoas que apresentam necessidades especiais no cotidiano escolar** in. MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. **Filosofia da educação:** reflexões e debates. Belém: UNAMA, 2001.

SAINTE-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe.** Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre a morte:** pensamentos e conclusões sobre as últimas coisas. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

Grupo de Trabalho n° 13

Saúde e doença na Amazônia

Ana Paula Barbosa Alves *
Hosana Carolina dos Santos **
Henrique César Lopes ***
Marcos Antonio Pellegrini ****
Simone Lopes de Almeida *****

ARTIGO

A RELAÇÃO DE RISCO, VULNERABILIDADES, GÊNERO ENTRE UNIVERSITÁRIOS NO CONTEXTO DO DSTS/HIV/ AIDS

Introdução

A promoção da saúde é caracterizada como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (CARTA DE OTTAWA, 1986). E a prevenção das doenças comporta ações que abrange o diagnóstico, tratamento e controle dos fatores causais/risco de grupos de enfermidades gerais ou específicas, em que o seu foco é prevenir que algo venha acontecer, ou seja, que a doença venha a se desenvolver (...) (BUSS, 2000).

A saúde é um recurso que almeja a qualidade de vida, buscando a autonomia individual e comunitária em prol de uma sociedade mais justa, envolvendo a manutenção de ambiente saudável, acesso a moradia digna, saneamento básico, alimentação saudável, trabalho, educação, cultura, atividade física, lazer, etc. Exigindo a implementação de ações intersetoriais (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012). Promover saúde é lutar pelo direito a vida, com respeito e cidadania, respeitando a diversidade cultural e as escolhas individuais, lutando contra as iniquidades e vulnerabilidades individuais, sociais e pragmáticas (CZERESNIA, 2009).

O termo vulnerabilidade é polissêmico (PORTO, 2007) e ultimamente tem sido muito empregado, expressando diferentes perspectivas de interpretações, e alguns autores propõem uma estrutura teórica que se refere ao direito das pessoas; seu poder de empoderamento relacionado à sua participação política e institucional;

* Mestre em Ciências da Saúde, professora do Insikiran/UFRR. E-mail: paula.alves@ufr.br

** Mestre em química, professora do Insikiran/UFRR. E-mail: hosana.barreto@ufr.br

*** Especialista, professor substituto do Insikiran/UFRR. E-mail: henrique.lobes@ufr.br

**** Doutor, professor do INAN/UFRR e do PROCISA/UFRR. E-mail: marcos.pellegrini@ufr.br

***** Mestre em Ciências da Saúde, professora do Insikiran/UFRR. E-mail: simone.lobes@ufr.br

e a política econômica, que trata da organização estrutural-histórica da sociedade e suas decorrências, como a desigualdade de renda, a educação de qualidade, acesso a bens e serviços; as relações de gênero, étnicas, afetivas, e na esfera da significação (MUÑOZ SÁNCHEZ; BERTOLOZZI, 2007, apud PARIS, 1999).

A vulnerabilidade se desenvolve em função dos aspectos individuais ou comportamentais que colocam os indivíduos em situações de risco, como também aos aspectos sociais e institucionais que a determinam (AYRES et al, 2012). Deste modo, a vulnerabilidade as doenças e as situações adversas da vida distribuem-se de maneira diferente entre os indivíduos, regiões, grupos sociais e está intimamente relacionada com a pobreza, com as crises econômicas e com o nível de escolaridade. (MUÑOZ SÁNCHEZ & BERTOLOZZI, 2007).

Polemizar o conceito de vulnerabilidade leva à compreensão de que a possibilidade de infecção as DSTs/Hiv/aids, não depende somente das informações e da postura individual, mas de vários fatores relacionados aos determinantes sociais em saúde, como por exemplo, as condições socioeconômicas, políticas, culturais e jurídicas. (GALVÃO, 1992).

Os adolescentes e adultos jovens constituem um grupo de crescente vulnerabilidade para as infecções sexualmente transmissíveis incluindo a infecção pelo HIV. No contexto atual das DST/AIDS, continua, com o passar dos anos, uma tendência crescente à juvenilização. O perfil epidemiológico destaca-se o aumento em jovens de 15 a 24 anos, sendo que de 2005 para 2014 a taxa entre aqueles com 15 a 19 anos mais que triplicou (de 2,1 para 6,7 casos por 100 mil habitantes) e entre os de 20 a 24, quase dobrou (de 16,0 para 30,3 casos por 100 mil habitantes). A maior concentração dos casos de aids no Brasil está nos indivíduos com idade entre 25 e 39 anos para ambos os sexos; entre os homens, essa faixa etária corresponde a 53,6% e, entre as mulheres, 49,8% do total de casos de 1980 a junho de 2015. De 2007 até junho de 2015 foram notificados no SINAN 93.260 casos de infecção pelo HIV no Brasil, sendo 4.751 na Região Norte (5,1%), 9.610 no Nordeste (10,3%), 54.208 no Sudeste (58,1%), 19.374 no Sul (20,8%) e 5.296 no Centro-Oeste (5,7%). No que se refere às faixas etárias, observa-se que a maioria dos casos de infecção pelo HIV encontra-se nas faixas etárias de 15 a 39 anos. (BRASIL, BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO – HIV/AIDS, 2015).

Vale ressaltar que dentro desse perfil epidemiológico atual em que os jovens vêm contribuindo para o aumento da incidência do Hiv/aids e das DSTs, os universitário estão enquadrados dentro desse recorte. Assim, é um pouco controverso nossa preocupação, pois supomos que essa população é teoricamente mais esclareci-

da, a dos estudantes universitários, e constitui atualmente, uma população vulnerável a infecção de DST/HIV.

Os jovens são sempre um grupo vulnerável em todas as sociedades do mundo globalizado (UNAIDS, 2000). Vários fatores contribuem para essa incidência do HIV entre os jovens, como podemos citar: questões sobre gênero, as relações de poder afetivas, urbanização desorganizada; a violência social; condições econômicas precárias; falta de informações sobre sexo e sexualidade; migrações; prostituição; turismo sexual e o uso distorcido das informações captados nos meios de comunicação de massa.

Pode-se, assim, justificar esta pesquisa devido à elevação do índice das DST/AIDS nos diferentes grupos sociais; logo, a intenção de abordar temas relativos a essas doenças entre universitários para divulgar estes conhecimentos no meio acadêmico é um ato de dever e responsabilidade, contribuindo para transformação cultural, criando condições propícias para a abordagem de promoção da saúde e prevenção às DST/HIV/AIDS.

Neste sentido quais são os conhecimentos, atitudes e práticas da população acadêmica da UFRR no contexto Doenças Sexualmente Transmissíveis- DSTs/Hiv/Aids?

Objetivos

O propósito geral deste estudo é fomentar a sensibilização sobre a importância da prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/Hiv/Aids na população acadêmica da UFRR. E os objetivos específicos são: conhecer a qualidade do conhecimento, das atitudes e as práticas da população acadêmica da UFRR, em relação as DSTs/HIV/AIDS; analisar o sentido e os significados que os universitários da UFRR atribuem em relação as concepções de ser humano; de corpo; sexualidade; gênero; saúde-doença-cuidado; educação-saúde; as mediações dos signos, símbolos, artefatos e sentidos culturais; prevenção de doenças; promoção da saúde; sobre o discurso; empoderamento; autonomia; negociação; vulnerabilidade; risco; as relações de poder-saber; sobre o biopoder e seus desdobramentos; propor ações de promoção da saúde mais dialógicas buscando a eficácia e a efetividade na prevenção das DSTs/Hiv/Aids.

Concepção de vulnerabilidade, risco, gênero no contexto da AIDS

Vulnerabilidade é um conceito polissêmico amplamente utilizado por distintas áreas de conhecimento que abordam dimensões presentes nos três grandes níveis fenomênicos (o fiscalista, o da vida e dos seres humanos) que definem os níveis de complexidade do conhecimento científico (PORTO, 2007).

A compreensão do conceito de vulnerabilidade, por parte dessas áreas é imperiosa, na medida em que enseja a ampliação e aprofundamento do seu olhar e do seu conhecimento sobre o tema AIDS. Incorporando isto, elas podem planejar ações que diminuam a culpabilidade das clientes à adoção de atitudes mais críticas, retirando a prevenção exclusivamente do nível individual e remetendo-a as complexidades culturais, sociais e política, onde elas se inserem e que dificultam a mudança de postura e consequente distanciamento do HIV (FIGUEIREDO, 1998).

O tema da vulnerabilidade é desenvolvido numa perspectiva transdisciplinar que favoreça abordagens integradas, facilitando o diálogo e estimulando o levantar dos aspectos éticos dos problemas. A noção de vulnerabilidade está relacionada à existência de indivíduos ou grupos suscetíveis com predisposição especial para contraírem enfermidades diante de situações de risco. O conceito de risco refere-se à capacidade de uma grandeza que possui o potencial para causar lesões ou danos à saúde das pessoas, podendo ser eliminados ou controlados, por ausência de medidas de controle da situação (PORTO, 2007).

Vários estudos envolvendo o monitoramento do comportamento sexual de risco têm sido reconhecidos como importantes instrumentos para o combate a disseminação da AIDS. Tal informação fortalece a importância do sexo seguro, e desta maneira observa-se pela população masculina jovem a opção pelo sexo seguro e infelizmente entre as mulheres esta prática ainda e muito insatisfatória em algumas faixas etárias (BRASIL, 2006).

Esta situação é confirmada por Trindade (2001, p. 3): “A AIDS, no Brasil, apresenta hoje, entre suas tendências predominantes, a feminização, a heterossexualização, a pauperização, a juvenização e a interiorização. No centro essas tendências encontram-se as mulheres, cuja vulnerabilidade ao vírus torna-se cada vez mais evidente”.

A análise de vulnerabilidade busca articular, em um enfoque transdisciplinar, o entendimento das contribuições das áreas do conhecimento, aos processos socio-

conômicos e políticos que estão por detrás do ciclo de geração-exposição-efeitos de certos grupos populacionais submetidos a situações e eventos de riscos particulares, em escalas espaciais e temporais variáveis (PORTO, 2007).

Ao dar significado ao conceito de gênero Aristóteles distinguiu três significações desse termo, porém a que mais nos interessa é a terceira em que “[...] se atribuam as oposições ou as diferenças específicas” (ABBAGNANO; 2000. p. 478).

Relação de gênero frente a AIDS

A exposição sexual ao vírus do HIV teve seu aumento em todas as regiões do país, destacando-se a região sul e nordeste. No começo dos anos 90, o rápido aumento da epidemia de AIDS entre as mulheres fez com que as estratégias de prevenção voltadas à diminuição da transmissão heterossexual se tornassem uma questão prioritária par o controle da epidemia (TRINDADE; 2001, p.8).

O conceito de gênero como diferença sexual é estudado em sua epistemologia e em campos cognitivos definidos pelas ciências físicas e sociais e humanas. Com ênfase no sexual, é antes de tudo a diferença entre mulheres e homens, e entre o feminino e o masculino; onde deriva não da biologia ou da socialização, mas da significação de seus efeitos discursivos dominantes de inconscientes políticos, biológicos, médicos, legais, filosóficos ou literários. (BUSQUE de HOLANDA, 1994. p. 207)

Como um sistema complexo, ao estabelecer uma relação, o casal desenvolve mecanismo de regulação emocional e comportamentos próprios, definidos e através de comunicação verbal, envolvendo acordos conscientes e inconscientes e regras de interação dos indivíduos entre si. A temática da sexualidade e parte estruturante dessa relação, e esta permeado por determinantes familiares e sociais neste momento, que se condensam nas concepções de gênero (VILLELA, 1996). O que e ser homem e ser mulher para este casal neste momento específico e neste contexto social? Na percepção de Finkler (2003, p.16 apud SEIXAS, 1999, p.184):

Homem e mulheres são anatomicamente diferentes. Podemos pensar que fato de ter um pênis bem visível, ora ereto, ora no descanso, proporciona ao homem uma experiência da sexualidade vivida como algo concreto e ativo, sendo suficiente para torná-lo mais atuante, objetivo e agressivo. E como os órgãos sexuais da mulher são embutidos, podemos supor uma experiência de sexualidade de natureza misteriosa e passiva, condições suficientes para produzir uma subjetividade, sensibilidade e submissão mais intensas.

Colabora, neste sentido, a construção social do masculino e do feminino. O estabelecimento do masculino como ativo e o feminino como passivo organiza as

interações e as possibilidades de negociação relacionada ao sexo. Diversos estudos, em diferentes culturas, indicam que esse desequilíbrio de poder é um aspecto importante e afeta as decisões das mulheres quanto ao sexo mais seguro. (MAXWELL; BOYLE, 1995).

Promoção da saúde e prevenção das doenças: considerações gerais

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como: o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade. A saúde não se limita apenas ao corpo. Inclui também a mente, as emoções, as relações sociais, a coletividade. Saúde de todos nós, além de ter um caráter individual, também envolve ações das estruturas sociais, incluindo necessariamente as políticas públicas. (WESTPHAL, 2006).

Em 1988, a Constituição Federal do Brasil passou a definir saúde como um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, CF, 1988, art. 196 e 198)

A OMS define como promoção da saúde o processo que permite às pessoas aumentar o controle e melhorar sua saúde, não somente incluindo ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades e habilidades dos indivíduos, mas também ações direcionadas a mudança das condições sociais, ambientais e econômicas para minimizar seu impacto na saúde individual e Pública (WESTPHAL, 2006).

Pode-se pensar nas transformações do processo saúde-doença-cuidado com duas percepções: - transformação dos comportamentos dos indivíduos; e o entendimento que a saúde é o produto de uma ampla aparição de fatores relacionados com a qualidade de vida.

A saúde dever ser vista como um recurso para a vida e não como objetivo de viver. (CARTA DE OTTAWA, 1986): a saúde passa a ser um direito e não um favor de algum governo; o Estado tem o dever de garantir esse direito; a saúde está diretamente ligada às políticas sociais e às condições econômicas que sustentam essa política; propõe-se a democratização no acesso igualitário e universal. Isto quer dizer que todos e todas têm o mesmo direito, independentemente de nossas diferenças. Trata-se de promoção da saúde, o que garante a prevenção das doenças.

Metodologia

Tipo do Estudo

Será um estudo de campo exploratória-descritiva combinada, por que procura o aprofundamento das questões propostas buscando analisar um grupo ou comunidade específica, em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação entre seus componentes.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 171) apud Tripodi et al. (1975: 42-71), estes tipos de estudos exploratórios têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como por exemplo, estudos de caso para qual são realizados análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas, como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se preferência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis.

Assim, está pesquisa terá características quantitativas e qualitativas. Na abordagem quantitativa será utilizada a metodologia PCAP, a qual pretende medir o conhecimento, a atitude e a prática de uma população, permitindo um diagnóstico da mesma, e mostra-nos o que as pessoas sabem, sentem e também como se comportam a respeito de determinado tema (KALIYAPERUMAL, 2004). E no Brasil no contexto das DSTs Hiv/Aids está sendo muito utilizada (BRASIL, 2011).

Na abordagem qualitativa, se tentará responder as questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. As pesquisas qualitativas trabalham com valores, significados, motivos, aspirações, crenças, atitudes, [...] são úteis para quem busca entender o contexto em que alguns fenômenos ocorrem. Seu objetivo é conseguir uma compreensão mais subjetiva, do objeto de estudo, sem a preocupação com medidas numéricas e análises estatísticas (LANDIM, 2006, p.55).

Neste sentido, o estudo qualitativo nos permite, como pesquisadores, a percepção de como as pessoas pensam e reage diante dos problemas em questão. Pope e Mays (2009, p. 14), definiram como o método qualitativo como aquele que “as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a maneira como as pessoas compreendem o mundo”.

Trivinos apud Michaliszyn (2005, p. 58), afirmam que a pesquisa qualitativa possui cinco características fundamentais, as quais sintetizam o até aqui exposto:

1° A pesquisa qualitativa tem um ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2° A pesquisa qualitativa e descritiva; 3° Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com o resultado do produto; 4° os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5° O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Local do estudo

A coleta de dados será realizada na UFRR, no campos Paricarana, no período de uma um ano, a instituição oferece 44 cursos de graduação sendo bacharelado, licenciatura e tecnólogo, conforme as informações ofertadas na página da pró-reitoria de ensino e graduação da UFRR (<http://www.proeg.ufrr.br/index.php/2013-05-28-19-33-02/cursos2>), assim se buscará colher informações de uma amostra significativa dos acadêmicos, de todos os cursos, os quais aceitarem participar de nosso estudo através do consentimento livre e esclarecido, conforme ratifica a Resolução n° 466 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 dezembro de 2012 (BRASIL, 2012).

Sujeitos do estudo

Nesta perspectiva levantaremos inicialmente os nomes dos coordenadores dos cursos de graduação da UFRR, em que solicitaremos autorização para realizar a coleta de dados. O número de sujeitos que aceitarem ao convite em participar do estudo e que depois tenham assinado o termo de consentimento livre e esclarecido, deverá ser constituída por no mínimo 2/3 dos acadêmicos matriculados em cada curso nos semestres em que se estará realizando a coleta de dados de preferência homens e/ou mulheres, com idades de 18 a 29 anos, vale ressaltar que serão incluídos neste estudo os indivíduos que se autoidentificarem como indígenas¹, como delibera o Conselho Nacional de Saúde². É importante afirmar que não buscamos representatividade estatística na elaboração da amostra para nosso estudo, pois nossa proposta metodológica já detalhada acima garantirá a consistência e representatividade em relação à abordagem que empreenderemos.

¹ “Em base individual, uma pessoa indígena é aquele que pertence a uma população indígena através da autoidentificação como indígena (consciência de grupo) e é reconhecido e aceito por essas populações como um dos seus membros (aceitação por parte do grupo)”. “Isso preserva a essas comunidades o direito soberano e o poder de decidir que lhes pertence, sem interferência externa”. (ONU, 2004 apud ESTEPHENS, 2006, p.2020).

² A Resolução n° 466/96, do Conselho Nacional de Saúde, vem regulamentar à realização de pesquisas envolvendo seres humanos, e à Resolução n° 304/2000, que diz respeito à temática especial: pesquisas envolvendo populações indígenas. (BRASIL, FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA, 2002, p.19-20).

Coleta de dados

Serão utilizados duas técnicas de coleta de dados. A primeira será um questionário para obter dados referentes a características sociodemográfica, e ao uso do conhecimento, atitude e prática em relação ao comportamento sexual, enfatizando o uso de preservativo, entre os jovens universitários da UFRR. Este questionário será submetido à um pré-teste antes de ser empregado definitivamente na pesquisa.

A segunda técnica serão as entrevistas semiestruturadas, para provocarem a produção das narrativas. Pois, as narrativas não são meras descrições da realidade, elas são, especialmente, produtoras de conhecimentos que, ao mesmo tempo em que são canais de informações, produzem difusores. Connelly e Clandinin (1995, p. 11) dizem:

Que a razão principal do uso das narrativas na pesquisa em educação é que os seres humanos são organismos contadores de histórias, organismos que individual e socialmente, vivem vidas contadas [...] por isso, o estudo das narrativas são o estudo da forma como os sujeitos experimentam o mundo.

A escolha pela narrativa, como técnica de coleta de dados, deve-se ao caráter qualitativo da pesquisa que tem o objetivo de captar o potencial humano de contar histórias, produzindo conhecimento sistematizado através dele. É certo que o importante, na investigação, é ouvir a história do interpelado, para quem é dirigido às questões investigatórias. Mas também é fundamental lembrar que numa provocadora entrevista não diretiva disposta a reconstruir histórias, fatalmente haverá a interferência de quem ouve, especialmente na reinterpretação de significados, o que mostra que uma narrativa acaba sempre sendo um processo sociocultural, pois tanto depende de quem as conta, como também, de quem as interpreta. De alguma forma a investigação que usa narrativa pressupõe um processo coletivo de mútua explicação em que a vivência do investigador se imbrica na do investigado. (CUNHA, 1997, p. 6-7).

Análise dos dados

Para análise considerando a abordagem quantitativa, utilizar-se-á um software de domínio público criado pelo CDC (*Centers for Disease Control and Prevention*), 'Epi info', voltado a área da saúde na parte de epidemiologia. Será criado um banco de dados no programa Epi Info versão 7.2, em que os dados serão inseridos e depois

conferidos antes de se proceder à análise (<http://www.cdc.gov/epiinfo/index.html>). Calcular-se-á as frequências absoluta (n) e percentual (%) das variáveis categóricas. E as variáveis contínuas serão analisadas descritivamente.

Na abordagem qualitativa, para interpretação dos dados, será realizada a análise das narrativas dos próprios sujeitos do estudo, em que terá o propósito de buscar apreender as expressões históricas, resultantes de um processo social e de conhecimento, cada qual com seus significados específicos, mas articulados entre si (MINAYO, 1998).

A epidemia da AIDS é uma realidade social que tem sido enfrentada por todas as áreas do conhecimento. É uma realidade contemporânea, teve sua história natural construída pela contribuição do senso comum e da ciência, e por essa razão, estudar os significados e sentidos dados aos modos de vida e sua vulnerabilidade por homens e mulheres ao HIV/AIDS traz a tona os aspectos individuais e de grupo, como por exemplo, os religiosos, de etnias, os de sexualidade, como os das desigualdades de gênero.

Como bem diz Landim (2006, p.55) que a pesquisa qualitativa quando aplicada à saúde pode importar conceito das ciências humanas e sociais observando não somente a análise do fenômeno em si, mas a compreensão de seus significados individuais e coletivos e como influenciam suas vidas.

Sendo assim favorecendo a reflexão dos sujeitos sobre seus modos de vida e trajetórias terapêuticas através das narrativas, poder-se-á provocar mudanças na forma como homens e mulheres compreendem a si próprios e aos outros e, por este motivo, é, também uma importante estratégia formadora de consciência numa perspectiva emancipadora, pois permite o aprofundamento no mundo dos significados, das ações e das relações humanas. (MINAYO; SÁNCHEZ, 1993).

A análise e interpretação dos resultados acontecerão durante e após as coletas dos dados, no entrelaçamento entre a interpretação de primeira ordem (dos entrevistados) com a interpretação de segunda ordem (do pesquisador). Sendo assim, pode-se afirmar que a análise se dará na sucessão de recortes realizados no material empírico, na organização desse material a partir da compreensão dos dados obtidos.

Conclui-se que o trabalho narrativo representa um grande recurso para a construção do conhecimento em uma metodologia qualitativa seja na perspectiva do ensino, pesquisa e do cuidado. (NUNES, CASTELLANOS, BARROS, 2010, p.1341).

Resultados esperados

Esperamos disponibilizar conhecimentos adequados sobre a promoção da saúde em relação as DSTs/HIV/AIDS; propiciar espaços de conversa sobre o conjunto de explicações, crenças e ideias expressas pelos acadêmicos da UFRR a respeito desse universo sobre seus comportamentos e atitudes sexuais, entendendo que estas representações são frutos de suas interações sociais, sendo muito comum a um determinado grupo de indivíduos. Assim poderemos pensar e propor ações de promoção da saúde mais dialógicas buscando a eficácia e a efetividade na prevenção das DSTs/Hiv/Aids.

Considerações finais

Diante da diversidade de fatores que envolvem o tema AIDS, não basta apenas ter disponibilidade para participar do processo de cuidar/assistir; é igualmente necessário desenvolver espírito crítico constante e de engajamento político para poder estar revendo determinadas normas e papéis que recaem sobre a população que está vulnerável as DSTs e ao HIV, independente de idade, gênero ou comportamento sexual.

Com este estudo, pretende-se compreender como os conceitos de risco, vulnerabilidade, gênero podem interferir na diminuição da exposição do HIV/AIDS entre os jovens universitários e, por conseguinte, refletir e propor maior possibilidades de ações no âmbito da promoção da saúde e prevenção dessas doenças.

Além disso, os profissionais de saúde e da educação que trabalham com a os conceitos de vulnerabilidade, gênero, risco, no contexto das DSTs/HIV/AIDS, precisam lidar com a sentidos, significados, hábitos, modos de viver a vida. Implica refletir sobre a própria sexualidade e como são vivenciadas as relações de gênero, confrontando, desta forma, as suas práticas, seus preconceitos e sua herança cultural.

A promoção da saúde deve ser pensada dialeticamente tanto no nível global da cultura e das estruturas sociais, políticas e econômicas, quanto no cotidiano de nível local, através de novas práticas, relações, conceitos e valores que reduzam as vulnerabilidades existentes e fortaleçam a saúde da sociedade.

Referências bibliográficas

AYRES, JRCM; CALAZANS, GJ; SALETTI FILHO, HC; FRANÇA JÚNIOR, I. Risco, Vulnerabilidade e Práticas de Prevenção de Promoção da Saúde. In: CAMPOS, GWS et al. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ª ed. rev. aum. São Paulo: Hucitec, 2012, 399-442 p. ISBN: 978-85-64806-56-6.

ALMEIDA, M A B; GUTIERREZ, G L; MARQUES, R. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. 142p.: il. ISBN: 978-85-64842-01-4.

BAGNATO, M H S; RENOVATO R D. Práticas educativas em saúde: um território de saber, poder e produção de identidades. In: Rodrigues RM, Deitos RA, organizadores. **Estado, desenvolvimento, democracia e políticas sociais**. Cascavel (PR): UNIOESTE/GPPS; 2006.

BARRA, DCC et al. Processo de viver humano e a enfermagem sob a perspectiva da vulnerabilidade. **Acta paul. enferm.** [online]. 2010, vol.23, n.6, pp. 831-836. ISSN 0103-2100.

BRASIL. Ministério da Saúde. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO – HIV/AIDS**. Brasília, 2015. (Ano IV - nº 01, da 27ª à 53ª semana epidemiológica - julho a dezembro de 2014; da 01ª à 26ª semana epidemiológica - janeiro a junho de 2015). Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2015/58534/boletim_aids_11_2015_web_pdf_19105.pdf >. Acesso em 12/01/2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Legislação Estruturante do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. – Brasília : CONASS, 2011. 534 p. ISBN: 978-85-89545-73-0

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coordenação de DST/AIDS**. Mulheres aprovam a camisinha feminina. (on line) <http://www.AIDS.Gov.br/mulheres.htm> (acesso em 26 de setembro 2006).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coordenação de DST/AIDS, UNGASS - HIV/AIDS, respostas brasileiras**. 2001/2005.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Pesquisa de Comportamento sexual**. Coordenação de DST/AIDS. Brasília: CN - DST/AIDS, Ministério da Saúde 2006.

BRASIL, FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA, 2002, p.19-20.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. RESOLUÇÃO no. 196/96. **Decreto no. 93.933 de janeiro de 1987**: estabelece critérios sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Bioética. Brasília: Ministério da Saúde. 1996, v.4,p. 15-25.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **RESOLUÇÃO no. 466/2012**. Reunião 240ª R. O. Pulicada em Diário Oficial da União em 13/06/2013: estabelece critérios sobre pesquisa envolvendo seres humanos, e revoga as resoluções 196/96, 303/00, 404/08. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em:03/10/2016.

BUSS, P M. **Promoção da saúde e qualidade de vida**. Ciências e saúde coletiva, Rio de Janeiro: Fiocruz ,2000.

CARTA DE OTTAWA. **Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde; novembro de 1986**. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf.Acesso em 26/1/2016.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ,D. J. Relatos de experiência e investigação narrativa. In: LARROSA, Jorge. (org). **Déjame que te cuente**: ensayos sobre narrativa y educación.Barcelona: Editorial Laertes, 1995 (p. 11-59).

CUNHA, M. I. Conta-me agora!as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Rev. Fac. Educ.** [online]. 1997 vol.23, n.1-2 ISSN 0102-2555. doi: 10.1590/S0102-25551997000100010.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M.de (org). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

CHAVES, A C P; BEZERRA, E O; PEREIRA, M L D; WOLFGANG, W. Conhecimentos e atitudes de adolescentes de uma escola pública sobre a transmissão sexual do HIV. **Rev. bras. enferm.** [online]. 2014, vol.67, n.1, pp. 48-53. ISSN 0034-7167.

GALVÃO, J. Mulher e Aids: entre o encobrimento e a revelação. IN: **Seminário AIDS no Brasil- Avaliando o Passado e Planejando o Futuro**. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social - Universidade do Estado do Rio De Janeiro. 1992.

KALIYAPERUMAL, K. **Guideline for conducting a knowledge, attitude and practice (KAP) study**. AECS Illumination 2004; 4(1): 7-9.

ESTEPHENS, C. Disappearing, displaced, and undervalued: a call to action for indigenous health worldwide. **Lancet**, vol. 367, p.2019-2028, jun, 2006. Apud. ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. O conceito dos povos indígenas: Fundo documento preparado pelo Secretariado do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas. Documento PFII/2004/WS.1/3, Departamento de Econômicos e Sociais ares Aff, Workshop sobre Coleta de Dados e A desagregação dos Povos Indígenas, em Nova York, 2004.

FIGUEIREDO, R. M. D. **Prevenção as DST/AIDS em ações de saúde e educação**. São Paulo: NEPAIDS, 1998.

FINKLER (2003, p.16): FINKLER, L. **HIV/AIDS e relacionamentos conjugais**. Rio de Grande do Sul. Mestrado em psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Dissertação de Mestrado (115 p).

LANDIM, F. L. P. et al. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativo. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. Volume 19, nº1, p. 53-58. 2006.

LANDIM, F. L. P. et al. Comunidade mutirante: características familiares e suas redes de suporte social. **Rev. Bras. em Promoção da Saúde**. v. 17, n. 4, p. 177-186, 2004.

MAXWELL, C.; BOYLE, M. (1995). **Risky heterosexual practices amongst women over 30: Gender, power and long term relationships**. AIDS-Care, 7, 277-293.

MICHALISZYN, M. S; TOMASINI, R. **Orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. Petrópolis, Rio de janeiro: Vozes, 2005. (p.57),

MINAYO, M C S; SANCHES K R B. O quantitativo-qualitativo oposição ou complementariedade? **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.9, supl 3, 1993.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, Rio de Janeiro.1994 b. 269p.

_____. Saúde e doença como expressão cultural. In. A. A. Filho & M. C. G. B. Moreira (orgs.). **Saúde, trabalho e formação profissional**(pp. 31-39). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec/ Rio de Janeiro: ABRASCO; 1998.

MINAYO, M. C. S. et al. Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia. **Ciências & Saúde Coletiva**,vol. 8 (1): 97-108, 2003.

SÁNCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? **Ciência & Saúde Coletiva**, 12 (2): 319-324, 2007.

SANCHES, K R B. **A aids e as mulheres jovens**: uma questão de vulnerabilidade. 1999, p.143. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.

SPINK, M. J. Da vulnerabilidade feminina diante das DST/AIDS. In: PINTO, T.; TELLES, I. S. (Org.). **AIDS e escola**: reflexões e propostas do EDUCAIDS. São Paulo: Cortez, p.29-34, 2000.

POPE, C.; MAYS, N. Métodos qualitativos na pesquisa em saúde. In. POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa Qualitativa na Atenção à Saúde**. 3ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2009. 11-21 p.

PORTO, Marcelo Felipo de Souza. **Uma ecologia Política dos Riscos**: princípios para integrarmos o local e o local na promoção da saúde e da injustiça ambiental. Rio de Janeiro. Editora: Fiocruz, 2007, 248 p.

TRINDADE, M. P. **Comportamento sexual das mulheres em relação ao HIV/AIDS**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Sócio-Sexologia da Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro, junho de 2001, (131 p).

VILLELA, W. V. Refletindo sobre a negociação sexual como estratégia de prevenção da AIDS entre mulheres. In: PARKER, R; GALVÃO, J. org (1996). **Quebrando o silêncio**: mulheres e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumara/Abia. 1996. (181 - 190)

VILLELA, W; DINIZ, S. **A epidemia da AIDS entre as mulheres**: aprendendo a enfrentar o desafio. São Paulo: NEPAIDS/CFSS, 1998.

VILLELA, W. V. Oficinas de sexo mais seguro para mulheres; abordagens metodológicas e de avaliação. São Paulo: NEPAIDS. 1996. Apud TRINDADE, M. P. **Comportamento sexual das mulheres em relação ao HIV/AIDS**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Sócio-Sexologia da Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro, junho de 2001, (p 46).

TRIVINOS, Augusto N. S. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990. In: MICHALISZYN, M. S; TOMASINI, R. **Orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005. (p.58).

<http://www.cdc.gov/epiinfo/index.html>

http://www.unaids.org/en/media/unaids/contentassets/dataimport/pub/episli-des/2009/2009_epiupdate_report_table1_en.ppt&prev=/search%3Fq%3Dunaids%26hl%3DptBR%26sa%3DG%26biw%3D1024%26bih%3D409%26prmd%3Divns&url=translate.google.com.br

WESTPHAL M F. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: Campos GWS, Minayo MCS, Akerman M, Drumond Júnior M, Carvalho YM, organizadores. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO; 2006. p. 635-667.

*Simone Lopes de Almeida **
*Ana Paula Barbosa Alves ***
*Hosana C. dos S. Barreto ****
*Kristiane Alves Araújo *****

ARTIGO

ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE MORTALIDADE MATERNA INDÍGENA EM RORAIMA

Introdução

Este estudo constará com a introdução o qual vem contextualizar o assunto bem como expor a justificativa, o problema, e os objetivos e os seguintes capítulos estão distribuídos no referencial teórico, a metodologia utilizada, os resultados e as considerações finais e as referências consultadas.

Se trata de uma discussão teórica, que tem a pretensão de responder como se encontra a taxa de Mortalidade Materna no DSEI Leste de Roraima em comparação com a taxa de Mortalidade materna a nível nacional no período de 2013 a 2015?

A saúde indígena é uma temática complexa, e faz parte de uma das grandes preocupações para a saúde coletiva no Brasil. Atualmente, já existem alguns estudos sobre a saúde indígena, porém devido a várias circunstâncias como problemas burocráticos, geográficos, logísticos, e de escassez de pesquisas sobre esta temática, e a precariedade dos registros dos sistemas de informações sobre morbidade, mortalidade, cobertura vacinal, dados demográficos, entre outros; muito pouco se conhece sobre a saúde dos povos indígenas no Brasil (BASTA et al, 2012; HAYD, 2008; COIMBRA JR et al, 2003).

Roraima faz divisa com os Estados do Amazonas e Pará (Brasil) e fronteira com os países da Venezuela e Guiana Inglesa. Possui uma área de 224.298,98 km², distribuída entre os 15 municípios, com 450.479 habitantes, o qual resulta numa densidade demográfica de 2,01 hab./km². Sua capital, Boa Vista apresenta 41.689 Km², abrigando 63,11% da população. (IBGE 2010). É um Estado que apresenta uma população indígena de aproximadamente 12,4% da sua população total e que são

* Mestre em Ciências da saúde, professora do Insikiran/UFRR. E-mail: simone.lopes@ufr.br

** Mestre em Ciências da saúde, professora do Insikiran/UFRR. E-mail: paula.alves@ufr.br

*** Mestre em Química, professora do Insikiran/UFRR. E-mail: hosana.barreto@ufr.br

**** Mestre em Ciências da saúde, SESAU. E-mail: kristianefisioterapia@hotmail.com

responsáveis por 46% do território. Estima-se que existam 412 comunidades com uma população de 55 mil indivíduos que se dividem entre os povos Macuxi, Taurepang, Yanomami, Sapará, Wai-Wai, Waimiri-Atroari, Wapichana, Ingaricó, Yekuana e Patamona (IBGE,2010).

Os índices de mortalidade materna e neonatal de nosso País e não diferentes no Estado de Roraima se apresentam em patamares elevados, mostrando que os programas nacionais ou estaduais existentes ainda não conseguiram de fato promover uma assistência obstétrica e ao recém-nascido de qualidade, principalmente quando se trata de populações vulneráveis, em especial indígenas, cujos desafios são ainda maiores, mediante as heterogeneidades geográficas e socioculturais.

Desta maneira, o que nos preocupa é que neste momento de defesa do parto humanizado e de um pré-natal de qualidade a todas as mulheres brasileiras, a atenção com as populações vulneráveis deve ser sempre prioridade do serviço de saúde. Devido a isto, nos interessou refletir sobre a mortalidade materna, principalmente a mulher indígena. Portanto, o estudo justifica-se em face de sua pertinência, à medida que permite comparar a taxa de mortalidade materna indígena com a realidade nacional, de forma a refletir acerca da sua magnitude e prioridade na agenda nacional.

Assim a presente pesquisa traz como objetivos levantar as taxas de mortalidade materna nas áreas pertencentes ao Distrito Sanitário Especial (DSEI) Leste no estado de Roraima no período de 2013 a 2015, bem como fazer uma análise comparativa com as taxas de mortalidade materna geral a nível nacional no mesmo período.

Referencial teórico

Na literatura internacional, mulher em idade fértil é aquela na faixa etária entre 15 e 49 anos. Porém, no Brasil a faixa etária considerada para esta definição é de 10 a 49 anos (VIANA et.al, 2011). Considera-se morte materna a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término desta, independentemente de sua duração, sendo causada por fatores relacionados ou agravados pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela (BRASIL, 2007).

A Taxa de Mortalidade é um indicador que mensura a qualidade da assistência à saúde da mulher no Brasil e no mundo, pois quando elevadas estão associadas a insatisfatória prestação de serviços de saúde a esse grupo, desde o planejamento familiar e a assistência pré-natal, até a assistência ao parto e ao puerpério (BRASIL,2007). A mesma é calculada a partir do número de óbitos maternos, por 100 mil nascidos

vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado (OPAS, 2008).

O Manual dos Comitês de Mortalidade Materna do Ministério da Saúde brasileiro em sua 3ª edição (BRASIL, 2007), afirma que a redução da mortalidade materna e neonatal no Brasil é uma grande meta a ser alcançada pelo sistema de saúde e pela sociedade em geral, pois este fenômeno que se mantém com altas taxas de ocorrência se configura em uma violação aos direitos humanos de mulheres e crianças e um grave problema de saúde coletiva, transparecendo de maneira desigual nos diversos municípios e regiões brasileiras com uma maior prevalência em mulheres e crianças de classes sociais abastadas, com maior vulnerabilidade sem, ou com pouco acesso a bens e serviços sociais.

Segundo Viana, et al.; as estatísticas sobre a mortalidade materna têm sido apontadas como o melhor indicador da saúde da população feminina e, consequentemente, a melhor ferramenta de gestão de políticas públicas voltadas para diminuição dos índices ora apresentados. Sendo de grande importância para o planejamento de ações e serviços de saúde tanto na atenção primária como em outros níveis de assistência.

Na Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), foram adotadas oito Metas de Desenvolvimento, entre elas, reduzir a mortalidade materna em 75% até 2015. Segundo a ONU, a mortalidade materna diminuiu menos de 1% ao ano até 2005, abaixo dos 5,5% anuais necessários para atingir a meta (MORSE, 2006 apud WHO, 2008).

No Brasil, a morte materna é um grande problema de saúde pública. Segundo o Ministério da Saúde (MS), as altas taxas de mortalidade materna compõem um quadro de violação dos direitos humanos de mulheres e de crianças, indicando desigualdade entre as classes sociais com menor ingresso e acesso aos bens sociais, nas várias regiões brasileiras (MARTINS, 2006). Isso fica bem evidenciado nos vários inquéritos e estudos epidemiológicos no nosso país.

Panorama geral da saúde indígena no Brasil

De acordo com a literatura existe uma grande carência de informações nos registros históricos sobre a trajetória de contato dos povos indígenas com outros grupos populacionais no Brasil, sabe-se que as consequências dessa interação sobre os perfis de adoecimento e morte, causou uma importante redução numérica dos grupos nativos que vivem no país. Nesse contexto, houve grave desestruturação

sociodemográfica que provocou o desaparecimento de um número expressivo de etnias. Em que as principais causas de morte foram: à violência externa (decorrentes de guerras, genocídios, descimentos, entre outros) e à disseminação de doenças infecciosas como a gripe, o sarampo, a varíola e a tuberculose (BASTA et al, 2012).

Até meados da década de 90, as condições de saúde eram precárias, evidenciando as desigualdades em saúde se comparadas a outros segmentos da sociedade nacional, configurando-se em injustiças sociais. A partir da década de 2000, ocorreu a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena em 1999, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Sistema de Informação da Saúde Indígena (SIASI) por meio da “Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas” que foi aprovada pela portaria do Ministério da Saúde nº 254, de 31 de janeiro de 2002 (FUNASA, 2002).

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas tem como objetivo geral garantir o acesso à atenção integral a saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, considerando a diversidade sociocultural, geográfica, histórica e política dos povos indígenas, na perspectiva de superar os fatores determinantes de vulnerabilidades aos agravos à saúde, e reconhecendo a eficácia de sua medicina tradicional e o direito de expressão de sua cultura. (HAYD, 2008).

O SIASI tem a finalidade de processar e analisar de dados para acompanhamento da saúde dos povos indígenas que vivem nas comunidades, abrangendo os indicadores de saúde, sendo assim foi concebido para funcionar em módulos, assim estruturados: a) demográfico; b) morbidade; c) imunização; d) saúde bucal; e) nutrição; f) acompanhamento à gestação; g) recursos humanos, infraestrutura e saneamento. Apesar das potencialidades deste sistema, hoje, apenas os módulos demográfico, de morbidade e de imunização estão em funcionamento, e, mesmo assim, têm diferentes graus de implantação nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), os quais congregam a rede de atenção primária à saúde, direcionada às populações indígenas. (SOUSA et al, 2007).

Vale ressaltar que o “O sistema de informação de saúde Indígena – SIASI”, não se consegue traçar um o perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil de modo satisfatório. (BASTA et al, 2012; COIMBRA JR.; SANTOS, 2000).

É muito importante que as informações epidemiológicas sobre as características de uma população, como por exemplo, a indígena, possam evidenciar as desigualdades sociais que envolvem o processo saúde-doença-cuidado, faz-se necessário, obviamente, que essas informações sejam confiáveis tanto quantitativamente como qualitativamente para essas diversas dimensões.

Em relação às características fundamentais dos indicadores de saúde para caracterizar padrões de adoecimento e morte por determinados agravos, em uma dada localidade, precisam ser os mais confiáveis e robustos possíveis, pois eles corresponderão aos denominadores de todas as estimativas que serão realizadas (BASTA et al, 2012).

Segundo o IBGE (2010) existem hoje no Brasil: 896,9 mil indígenas, 36,2% vivem em área urbana e 63,8% vivem na área rural; com 305 etnias identificadas; com mais de 274 línguas indígenas faladas, dentre estes indígenas com 05 anos ou mais de idade, 37,4% falavam uma língua indígena e 76,9% falavam português. 600.000 indígenas vivem em aldeias; residentes em 4.413 aldeias; em mais de 505 terras indígenas. A terra com maior população indígena é Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com mais de 25,7 mil indígenas. Os povos indígenas estão presentes em mais de 432 municípios e distribuídos em praticamente todo território nacional (FUNASA, 2009).

As taxas de crescimento demográfico registradas entre os indígenas estão crescendo, girando em torno de 3,5 a 4,5% ao ano, expressando cifras bem superiores à taxa de 1,6% observada na população geral do Brasil. (PAGLIARO, 2005).

As sociedades indígenas se caracterizam por serem de pequena escala, com aproximadamente 50% dos grupos étnicos sendo compostos por até 500 pessoas, e 40% constituídos de 500 a 5 mil indivíduos (AZEVEDO, 2006). Ou seja, são denominadas “microssociedades”, consideradas jovens, pois o seu grande contingente é formado por crianças menores de 15 anos, totalizando 41,8% da população (IBGE, 2005).

De acordo com os atuais indicadores em saúde¹ observamos atualmente a ocorrência de um processo de transição epidemiológica, em que as doenças infecciosas e parasitárias (tuberculose, malária, hepatites virais, infecções respiratórias, gastrointestinais) e as doenças carências (a desnutrição, as anemias, etc.), convivem com as doenças crônicas não transmissíveis (diabetes tipo II; obesidade, hipertensão, neoplasias, etc.) e as desordens sociais (abuso do álcool, suicídios, uso de drogas, violência doméstica, etc.). Estas novas causas de adoecimento e morte tornaram ainda mais complexos os desafios para se entender os determinantes do processo saúde-doença e as ações necessárias para enfrentamento dos principais problemas identificados nas comunidades. (BASTA et al, 2012).

¹ “Os indicadores de saúde são parâmetros utilizados internacionalmente com o objetivo de avaliar, sob o ponto de vista sanitário, a higidez de agregados humanos, bem como fornecer subsídios, aos planejamentos de saúde, permitindo o acompanhamento das flutuações e tendências históricas do padrão sanitário de diferentes coletividades consideradas à mesma época ou da mesma coletividade em diversos períodos de tempo” (ROUQUAYROL, 2003, P.62).

Considerações sobre a Organização da Saúde Indígena no Brasil e em Roraima

A Portaria MS n.º 254; 31/01/2002 vem aprovar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNSPI) integrando-a a Política Nacional de Saúde, compatibilizando as determinações das leis orgânicas da saúde com as da Constituição Federal: art. 196 à 200 (BRASIL, 2013) que reconhecem aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais e seus direitos territoriais. Política Nacional da Saúde - lei n.º 8.080 19/09/1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes (BRASIL, 2002).

A política atual da saúde indígena foi fruto de uma mobilização de diversos atores e instituições, indígenas e indigenistas, no mesmo período da reforma sanitária brasileira e com interlocuções com a mesma. Os princípios e diretrizes que vão conformar o Sistema Único de Saúde (SUS), também integram a política de saúde indígena. (ATHIAS; MACHADO, 2001).

A implementação da PNSPI requer a adoção de um modelo complementar e diferenciado de organização dos serviços voltados para a proteção, promoção e recuperação da saúde. O Subsistema é um componente do SUS. A Lei no. 9836/99, conhecida como Lei Arouca, institui o “Subsistema de Atenção à Saúde Indígena” (SASISUS), na verdade, acrescenta o Capítulo V ao Título II da Lei 8.080. Seguindo os princípios e diretrizes da descentralização, universalidade, equidade, participação comunitária e controle social como rege as leis n.º 8.080 19/09/1990, lei n.º 8142 28/12/1990 (BRASIL, 2002).

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), é uma unidade organizacional da Funasa, entendido como uma base territorial e populacional sob responsabilidade sanitária definida, englobando um conjunto de ações de saúde necessárias à atenção básica, articulando com a rede do Sistema Único de Saúde-SUS, para referência e contra referência. São cinco os tipos de estabelecimentos para compor a infraestrutura da rede: posto de saúde indígena tipo I, posto de saúde indígena tipo II, polo base tipo I, polo base tipo II e casa do índio (CASAI), (FUNASA, 2006).

A proposta de criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) vem refutar o tipo de assistência médica que a população indígena vinha recebendo historicamente, um atendimento com características emergenciais ou pelo modelo campanhista sanitário, como exemplo das Equipes Volantes de Saúde (EVSs), ou dos atendimentos ofertados pelas conveniadas mantidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), destinadas ao controle de epidemias. Com a sua incorporação ao

SUS, busca considerar a especificidade cultural desses povos e a necessidade de um “subsistema” de saúde diferenciado, que ainda para sua organização, considere as áreas territoriais indígenas sob sua responsabilidade, assim como as necessidades de infraestruturais e de recursos humanos para a otimização das ações em saúde, por meio da criação das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), lotadas em cada Unidade Básica de Saúde e da promoção do programa de formação dos Agentes Indígenas de Saúde (AISs) como uma das principais estratégias para a execução desse projeto, por meio da capacitação de agentes nativos para atuarem nesse âmbito e em suas próprias comunidades (BRASIL, 2000; CARDOSO, 2015).

Foram criadas 34 DSEIs, atualmente potencialmente Unidades Gestoras “autônomas”, instituídas de acordo com áreas territoriais indígenas diferenciadas. Foram criados ainda, 4 escritórios locais; 354 polos base e 62 casas de saúde indígena (CASAI), as quais são unidades de apoio ao atendimento aos povos indígenas; 751 postos de saúde; 9.021 profissionais-EMSI e NASI; 4.132 AIS (Agente Indígena de Saúde); 1.387 AISAN (Agente Indígena de Saneamento) (SESAI, 2011).

A partir do final de 2010, o SASISUS passou a ser subordinado ao Ministério da Saúde, por meio do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União (DUO) de 20 de outubro de 2010, em que oficializa a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). As principais funções da SESAI é coordenar e executar o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena em todo território nacional, tendo como missão a proteção, a promoção e a recuperação da saúde dos povos indígenas e cumprir com a gestão de saúde indígena, bem como orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde de acordo com as especificidades, o perfil epidemiológico e a condição sanitária de cada DSEI, em consonância com as políticas e programas do SUS (BRASIL, 2011).

Segundo Cardoso (2015) um dos problemas principais da saúde indígena é de ordem de gestão a qual reflete-se no campo assistencial, observados na baixa resolatividade das ações em saúde nos distritos locais, marcada por carências de profissionais habilitados para atender a população indígena, alta rotatividade de profissionais em área, falta de recursos de infraestrutura e equipamentos para determinados procedimentos e ações operados pelos DSEIs, assim como a relativa falta de integração e um sistema de comunicação eficaz com o sistema de referência do sus.

Um dos grandes desafios para o SASISUS são a atenção diferenciada que contempla as noções de respeito às concepções, valores e práticas em saúde dos povos indígenas e da integração entre os saberes indígenas e os biomédicos (FUNASA,

2002); e a integralidade da atenção, que diz respeito as ações para a promoção da saúde, prevenção de riscos e agravos e assistência aos doentes [...] (TEIXEIRA, 2011). Práticas que devem ser valorizadas nas equipes multidisciplinares que prestam assistência em áreas indígenas.

Rede Cegonha aspectos gerais

O Ministério da Saúde na década de 1998 a 2002, atuou na proposta de resolução de problemas, mantendo como áreas prioritárias: a redução da mortalidade materna (atenção obstétrica, anticoncepção e vigilância epidemiológica); a redução da mortalidade feminina por causas evitáveis (como o câncer de colo do útero e prevenção e tratamento das DST/Aids) e a introdução de ações para prevenção e tratamento de agravos resultantes da violência contra mulheres (BRASIL, 2008).

Nas últimas décadas já se observa uma redução da mortalidade infantil no Brasil, os indicadores de óbitos neonatais apresentaram uma velocidade de queda muito inferior do desejado. Infelizmente estas mortes materno infantis, ainda fazem parte da realidade social e sanitária de nosso País. Em sua maioria os casos de morbimortalidade materna e infantil ocorrem por causas evitáveis, principalmente no que diz respeito às ações dos serviços de saúde e, entre elas, a atenção pré-natal, ao parto e ao recém-nascido, e mesmo com a ampliação na cobertura do acompanhamento pré-natal, contraditoriamente mantém-se a elevada incidência de sífilis congênita, assim como da hipertensão arterial sistêmica, que é a causa mais frequente de morbimortalidade materna e perinatal no Brasil. Tais dados demonstram comprometimento da qualidade dos cuidados pré-natais (BRASIL, 2012).

No contexto atual, frente aos desafios citados, o Ministério da Saúde no Brasil, com os objetivos de qualificar as Redes de Atenção Materno-Infantil em todo o País e reduzir a taxa, ainda elevada de morbimortalidade materno-infantil, vem instituir a Rede Cegonha. A Rede Cegonha foi lançada em março de 2011 por iniciativa do Governo Federal é um programa que visa garantir atendimento de qualidade a todas as brasileiras pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde a confirmação da gestação até os dois primeiros anos de vida do bebê. É uma estratégia integrada às demais iniciativas do SUS para promover a saúde e a qualidade de vida da mulher e da criança. Conforme as diretrizes gerais e operacionais do projeto, deve ser assegurado às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada durante a gravidez, o parto e o pós-parto, e às crianças o direito ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudáveis (BRASIL, 2011).

Busca-se uma atenção que siga em todos os seus momentos os princípios da integralidade da atenção, que seja um cuidado universal, resolutivo, equitativo, que advogue e garanta os direitos da mulher e da criança, e consiga reduzir significativamente os indicadores de mortalidade materna, infantil e perinatal (Brasil, 2013). Esta estratégia tem a finalidade de estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no País e será implantada, gradativamente, em todo o território nacional, iniciando sua implantação respeitando o critério epidemiológico, taxa de mortalidade infantil e razão mortalidade materna e densidade populacional. A Rede cegonha está estruturada em quatro componentes fundamentais: I - Pré-natal; II - Parto e nascimento; III - Puerpério e atenção integral à saúde da criança; e IV - Sistema logístico (transporte sanitário e regulação) (BRASIL, 2013).

Uma das estratégias da Rede Cegonha em relação aos serviços oferecidos é a atuação do governo federal junto aos estados e municípios, para que haja maior comprometimento com as mudanças das práticas de cuidados. Uma das prioridades será os investimentos de recursos na implementação de uma rede de cuidados primários à mulher e à criança, com especial atenção as regiões norte e nordeste, pois são as regiões que historicamente, registram a maior taxa de mortalidade infantil e materna do País. Também terão prioridade as regiões metropolitanas de todo o país, porque concentram o maior número de gestantes (BRASIL, 2014).

Estão garantidos por direito, o teste rápido de gravidez em todos os Postos de Saúde, como propósito de confirmar a gestação e começar o mais rápido possível o pré-natal. Conformando a gravidez, estão garantidas pelo menos seis consultas médicas de pré-natal, além de uma série de exames clínicos e laboratoriais. Sobre o local onde será realizado o parto, desde o início do pré-natal a gestante deverá ser vinculada à maternidade em que será conduzido esse processo. A Rede Cegonha a necessidade de investimento na qualificação dos profissionais de saúde que estarão responsáveis pela atenção na gravidez, parto e puerpério, bem como a criação de novos fluxos de assistência, como a Casa da Gestante e a Casa do Bebê, e os Centros de Parto Normal, que funcionarão em conjunto com a maternidade para contemplar a política de humanização em todo o processo, o que abrange garantir sempre um leito disponível para a mãe e o recém-nascido nas unidades de saúde, evitando a peregrinação das mulheres e recém-nascidos nos vários serviços (BRASIL, 2013).

Diante disso a Rede Cegonha se configura numa política social em prol da saúde da mulher e da criança, e que se configura em um instrumento que fundamenta a luta por uma assistência ao pré-natal, parto, e puerpério que priorize um cuidado humanizado, efetivo na busca da qualidade de vida dos usuários do Sistema Único de

Saúde (SUS), e excelência de atendimento das instituições oficiais e dos profissionais de saúde.

As parteiras tradicionais como aliadas na redução da mortalidade materna indígena

Atualmente, a maioria dos partos são realizados em ambiente hospitalar, porém nas áreas rurais, ribeirinhas e indígenas são as parteiras tradicionais que prestam a maior parte da assistência às mulheres e crianças. (ABREU; MELO; VIANA, 2003; ABREU, 2005; MASCELANI, 2002). Porém, o trabalho por essas parteiras não é reconhecido pelo sistema de saúde local, sendo geralmente ignorado no SUS.

O Ministério da Saúde define como parteira tradicional aquela que presta assistência ao parto domiciliar, tendo como base saberes e práticas tradicionais, e é reconhecida pela comunidade como parteira. (BRASIL 2011).

Conforme Brasil (2010) estima-se que existe um número expressivo de parteiras tradicionais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Entretanto não se dispõe de dados que expressem o real quantitativo das parteiras, pois existe um cadastramento insuficiente destas por parte das secretarias estaduais e municipais de saúde, visto que ainda é predominante a situação de não articulação do trabalho das parteiras tradicionais com o sistema de saúde formal.

Em função das frequentes dificuldades de acesso aos serviços de saúde, da precariedade dos serviços existentes na região e da falta de articulação com os mesmos, as parteiras enfrentam grandes desafios para encaminhar as gestantes e os partos com risco obstétrico, assistindo, nessas circunstâncias, partos gemelares, pélvicos, partos com procedência de pé ou de mão, entre outras situações (BRASIL, 2011). Sendo assim, é de suma importância o reconhecimento e a inclusão das práticas e saberes tradicionais no SUS.

A Portaria nº. 116, de 11 de fevereiro de 2009 refere em seu Art. 27 que “A emissão da DN é de competência dos *profissionais de saúde, ou parteiras tradicionais* (grifo nosso) responsáveis pela assistência ao parto ou ao recém-nascido (reconhecidas e vinculadas a unidades de Saúde), no caso dos partos hospitalares ou domiciliares com assistência”. Sendo importante essa prática por parte das Parteiras Tradicionais, de forma a reduzir as subnotificações dos partos por elas praticados, gerando fidedignidade e qualidade nesses dados. Destarte, a inclusão das Parteiras Tradicionais indígenas no SUS a partir do mapeamento, bem como a sua capacitação pautados na sua cultura e valorização de saberes, a criação e fortalecimento de mecanismos

de integração das mesmas à rede de serviços, de forma a favorecer a aproximação de saber e prática tradicionais de conhecimento técnico-científico e sugerir estratégias de melhoria do registro e notificação da assistência domiciliar prestada por elas no Sistema de Informação do SUS, são estratégias que visam otimizar os recursos existentes e melhorar o perfil epidemiológico da mortalidade materna em Roraima.

Metodologia

Gauthier et al. (1998) apud Alves 2001 (p. 19) afirmam que, os aspectos metodológicos são importantes na construção e aplicação da ciência, indicando técnicas que favorecem a descoberta da realidade e sua comunicação na comunidade científica. Sendo assim, fizemos a opção metodológica que consideramos ser a mais indicada para nosso estudo.

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, tanto em monografias, periódicos, incluindo ainda levantamento em meio eletrônico, como sites e bibliotecas virtuais (online), tendo seu limite temporal de 2000 a 2015. Adotamos a coleta e análise de dados secundários do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS) e revisão bibliográfica em capítulos de livros. Manuais do Ministério da saúde e artigos científicos da SCIELO, LILACS e SCOPUS, de forma a corroborar as discussões propostas na pesquisa, o levantamos as taxas de mortalidade materna nas áreas pertencentes ao Distrito Sanitário Especial (DSEI) Leste no estado de Roraima no período de 2013 a 2015.

Resultados e discussões

O DSEI-Leste de Roraima conta atualmente com uma população estimada em 45.088 indígenas (SIASI,2015), pertencentes às etnias Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingaricó, Patamona e WaiWai que estão distribuídos para fins administrativos em nove regiões, sendo elas; Serras, Surumu, Raposa, Baixo Cotingo, São Marcos, Taiano, Serra da Lua, Amajári e WaiWai. O Dsei-Leste é dividido em regiões de saúde, baseada em fatores geopolíticos, sociais, étnicos e ideológicos, sendo cada um deles divididos em polos-base, totalizando 34 polos. (RELATÓRIO DE GESTÃO FUNASA, 2006). O mesmo abrange os seguintes municípios, conforme demonstra o quadro abaixo:

Tabela 1: Quantitativo populacional total e de indígenas do estado de Roraima e Unidades Básicas de Saúde por município e Distrito Sanitário Especial Indígena (leste). Roraima, 2015

| REGIÃO/MUNICÍPIO | POPULAÇÃO INDÍGENA (DSEI LESTE) | UBS INDÍGENA (DSEI LESTE) | *EMSI |
|---------------------------------------|---------------------------------|---------------------------|-------|
| CENTRO/NORTE | 43.829 | 34 | 69 |
| UIRAMUTA | 11573 | 8 | 16 |
| PACARAIMA | 7750 | 6 | 9 |
| AMAJARI | 3300 | 3 | 4 |
| NORMANDIA | 7936 | 8 | 16 |
| BONFIM | 5061 | 2 | 12 |
| ALTO ALEGRE | 2640 | 2 | 4 |
| BOA VISTA | 3028 | 3 | 4 |
| MUCAJAI | | | |
| CANTA | 2741 | 1 | 4 |
| SUL | 808 | | 1 |
| CAROEBE | 483 | 01* | 01* |
| SÃO LUIS | 221 | | |
| SÃO JOAO DA BALIZA | 104 | | |
| CARACARAI | | | |
| RORAINÓPOLIS | | | |
| IRACEMA | | | |
| *Dados de 2015 sujeitos a alterações. | | | |

Fonte: SIASE 4.0/DSEI Leste Roraima.

A população indígena total de Roraima com 55.000 habitantes (IBGE,2010), verifica-se que o DSEI Leste, atende cerca de 80% da população indígena em Roraima, abrangendo 10 municípios.

Considerando a heterogeneidade que caracteriza o País, seja em relação às condições socioeconômicas e culturais, seja em relação ao acesso às ações e serviços de saúde, compreende-se que o perfil epidemiológico da população feminina apresente diferenças importantes de uma região a outra do País (BRASIL, 2004). Tal fato, pode ser evidenciado nas diferentes taxas de mortalidade materna encontradas nas regiões brasileiras, conforme tabela abaixo:

Tabela 2: Número de óbitos maternos segundo localidade e ano

| LOCALIDADE | 2013 | 2014 | 2015 |
|------------|------|------|------|
| BRASIL | 58 | 52.3 | 48.9 |

| | | | |
|--------------|------|------|------|
| NORTE | 74.0 | 70.3 | 60.2 |
| CENTRO-OESTE | 56.7 | 53.9 | 54.4 |
| NORDESTE | 75.0 | 61.3 | 55.5 |
| SULDESTE | 49.6 | 45.8 | 46.9 |
| SUL | 34.9 | 37.4 | 31.1 |

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade – julho 2015.

Teixeira, et al (2012), aborda que um estudo sobre aspectos epidemiológicos relacionados aos fatores étnico-raciais no Brasil mostrou que os piores indicadores de mortalidade em termos de causas evitáveis, a exemplo da MM, são relativos às mulheres afrodescendentes e indígenas, evidenciando a relação entre a raça e a desassistência à saúde de alguns grupos sociais. Isso é reforçado no gráfico abaixo:

Tabela 3: Taxa de mortalidade materna por regiões de saúde, DSEI leste de Roraima – 2013 – 2015

| REGIÃO | ANO | TMM |
|-------------------------------------|------|-------|
| CENTRO-NORTE | 2013 | 124,9 |
| | 2014 | 217,6 |
| | 2015 | 184,5 |
| SUL | 2013 | 0,0 |
| | 2014 | 0,0 |
| | 2015 | 0,0 |
| *Dados de 2015 sujeitos à alteração | | |

Fonte: SIASI 4.0 / DSEI leste de Roraima.

Corroborando com os dados encontrados, uma das principais dificuldades para se conhecer os perfis de saúde dos indígenas no Brasil diz respeito à falta de informações disponíveis, confiáveis, sobre eventos vitais (nascimentos e mortes) e sobre as principais causas de adoecimento. (COIMBRA JR; SANTOS, 2005). Felizmente, com a criação do Subsistema, no âmbito do SUS, e o desenvolvimento do SIASI, algumas informações demográficas e de morbidade passaram a ser coletadas de forma mais abrangente e com certa regularidade, em todo o território nacional. Fato que tem contribuído para um melhor dimensionamento do problema. (BASTA, 2012).

Por fim, acredita-se, como Ribas et al., que a interação entre estudos de cunho acadêmico e aqueles demandados no cotidiano dos serviços públicos de saúde possam contribuir com as transformações necessárias para a melhoria dos indicadores

materno-infantis, bem como para o desenvolvimento das políticas públicas de saúde, de suas estruturas organizacionais e da qualificação de seus recursos humanos.

Considerações finais

A Mortalidade Materna é um indicador que permite avaliar e identificar a qualidade e as iniquidades da assistência à saúde da mulher. Observa-se que apesar de muitas estratégias e avanços na luta pela redução desse indicador, ainda tem muito o que se fazer para atingir essa meta no nosso país.

Desta maneira a melhor prevenção consiste no empoderamento da comunidade, para que a mesma busque sua autonomia e lute por políticas públicas para proteção e promoção da saúde de sua população, e que consiga diminuir suas vulnerabilidades e as iniquidades sociais.

Com este estudo, compreendemos que os comportamentos e os fatores que contribuem para as vulnerabilidades individuais, sociais e institucionais interferem no processo de adoecimento e de saúde da população, por conseguinte, precisamos de mais possibilidade de ações para o seu enfrentamento. A promoção deve ser pensada dialeticamente tanto no nível global das estruturas socioculturais, políticas e econômicas, etc., quanto ao cotidiano de nível local, através de novas práticas, relações, conceitos e valores que reduzam as vulnerabilidades macro e microestruturais existentes, e que fortaleçam a saúde dos cidadãos e consequentemente das comunidades indígenas.

Assim esse estudo permitiu identificar situações de desigualdade que demandam estudos especiais principalmente entre as mulheres indígenas, cujas taxas de mortalidade materna estão aquém do compromisso firmado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tendo como uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a diminuição de 75% entre 1990 e 2015 na taxa de mortalidade de mulheres durante gravidez ou parto. Fato que ainda está muito distante da nossa realidade. Reconhece-se a importância da valorização e inserção das Parteiras Tradicionais no SUS como aliadas nessa assistência e o auxílio de instituições de ensino e pesquisa, de organizações da sociedade civil, além do profundo envolvimento das próprias comunidades indígenas.

Referências bibliográficas

ABREU, I. P. H. Assistência ao parto domiciliar. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais [recurso eletrônico]: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde.** – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.90 p.

ALVES, A. P. B; GOMES, F. S. R. **Metodologia assistencial de enfermagem em saúde pública.** Belém, 2001 (p.15). TCC (Trabalho de conclusão de curso em Enfermagem) pela Universidade Federal do Pará.

ATHIAS, R; MACHADO, M. A saúde indígena no processo de implantação dos Distritos Sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 17(2):425-431, mar-abr, 2001.

AZEVEDO, M M. Povos indígenas na América Latina estão em processo de crescimento. In: Povos In: RICARDO, B; RICARDO, F. (Orgs). **Povos Indígenas no Brasil 2001/2005.** São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 55-58, 2006.

BASTA, P C; ORELLANA, J D Y; ARANTES, R. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: notas sobre agravos selecionados. In: Garnelo, Luiza; Pontes, Ana Lúcia (Org.). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema.** Brasília: MEC-SECADI, p. 60-108. 2012.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas.** 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher:** princípios e diretrizes. Brasília, 2004.

BRASIL. SESAI. DISPONÍVEL em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/secretaria-sesai>> Acesso:20/08/2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual dos Comitês de Mortalidade Materna.** 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 104 p.: il – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 978-85-334-1330-6.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde Brasil 2008: 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 416 p.: il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde). ISBN 978-85-334-1600-0.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais** [recurso eletrônico]: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 90 p. ISBN 978-85-334-1741-0.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Sistema Nacional de Vigilância em Saúde: Relatório de Situação: Roraima / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde.** – 5. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 35 p. ISBN 978-85-334-1868-4 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Trabalhando com parteiras tradicionais:** caderno da(o) facilitadora(or)/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 78 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Alguns documentos Introdutórios sobre a Rede Cegonha. **Distribuição na oficina sobre rede cegonha no seminário do CONASEMS Brasília**, julho de 2011. Disponível em: http://www.saude.pi.gov.br/ckeditor_assets/attachments/138/DOCUMENTOS_REDE_CEGONHA.pdf. Acesso em: 20/10/2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco. Caderno nº 32. Secretaria de Atenção à Saúde.** Departamento da Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Conheça a Rede Cegonha.** SAS – Brasília/DF – Jan./2013 – 5.000 ex. – Editora MS/CGDI/SAA – OS 2013/0168. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/rede_cegonha.pdf>. Acesso em: 20/10/2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humanização do parto e do nascimento / Ministério da Saúde.** Universidade Estadual do Ceará. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 465 p.: il. – (Cadernos Humaniza SUS; v. 4) ISBN 978-85-334-2136-3

CARDOSO, M D. Políticas de saúde indígena no Brasil: do modelo assistencial à representação política. In: LANGDON, E J; CARDOSO, M D (Org.). **Saúde Indígena:** políticas comparadas na América latina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015. p. 83-106. ISBN978-85-328-0735-9.

COIMBRA JR., C E A; SANTOS, R V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, 5 (1):125-132, 2000.

COIMBRA JR., C E A., SANTOS, R V; ESCOBAR, A L (organ.). **Epidemiologia e Saúde dos Povos Indígenas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco; 2003. p. 13-47, pp. 2327-2339. ISSN 0102-311X.

COIMBRA JR., C E A., SANTOS, R V ; ESCOBAR, A L., orgs. **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005.260 p. ISBN: 85-7541-022-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde; 2002. Disponível em <http://www.funasa.gov.br>.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Relatório de Gestão 2008. **Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação CGPLA/DEPIN**. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2009.

GAUTHIER, J. H. M. et al. **Pesquisa em enfermagem**: novas metodologias aplicadas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

HAYD, R L N; OLIVARES, A I O; FERREIRA, M L S; LUITGARDS-MOURA, J F. Um Olhar sobre a Saúde Indígena no Estado de Roraima. **Mens Agitat**. Volume III, Número 1, 2008, p. 89-98. ISSN 1809-4791.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO DEMOGRAFICO2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=resultuniverso_censo2010/. ACESSO: 06/02/2015.

MARTINS A. L.. Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(11):2473-2479, nov, 2006.

MORSE, Marcia Lait et al . Mortalidade materna no Brasil: o que mostra a produção científica nos últimos 30 anos?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 27, n. 4, p. 623-638.

OPAS. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações, In: **Rede Interagencial de Informação para a Saúde** - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.349 p.: il.

OPAS/OMS. Disponível em: http://www.uff.br/farmacobasica-mfl/sites/default/files/saude_bucal.pdf. Acesso: 04/07/2014. PAGLIARO, H., AZEVEDO, M M; SANTOS, R V. Org. **Demografia dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 192 p. ISBN: 85-7541-056-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Portaria nº 116, de 11 de fevereiro de 2009. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2009/prt0116_11_02_2009.html. Acesso em: 20/08/15.

RIBAS, DLB, SGANZERLA A, ZORZATTO JR, PHILIPPI ST. Nutrição e saúde infantil em uma comunidade indígena Terena, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad Saúde Pública** 2001; 17:323-31.

ROUQUAYROL Z M, ALMEIDA-FILHO N. **Epidemiologia e Saúde**. RJ. Guanabara Koogan. 6ª Edição. 2003.

SOUSA, M C; SCATENA, J H G; SANTOS, R V. O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI): criação, estrutura e funcionamento. **Cad. Saúde Pública**[online]. 2007, vol.23, n.4, pp. 853-861. ISSN 0102-311X.

TEIXEIRA, C. **Os princípios do sistema único de saúde**. Texto de apoio elaborado para subsidiar o debate nas Conferências Municipal e Estadual de Saúde. Salvador, Bahia, 2011.

VIANA, R.C; CARVALHO, M.R; NOVAIS, G; CALDERON, M P. Mortalidade Materna - uma abordagem atualizada Com. **Ciências Saúde** - 22 Sup 1:S141-S152, 2011.

TEIXEIRA, N Z F; PEREIRA, W R P; BARBOSA, D A; VIANNA.L, A C. Mortalidade materna e sua interface com a raça em Mato Grosso. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant**. Recife, 12 (1): 27-35 jan. / mar., 2012.

WHO(World Health Organization) The Millennium Development Goals Report 2008. <http://www.un.org/millenniumgoals> (acessado em Jan/2010).

<http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/10/RELATORIO-DE-GESTAO-RR-2006.pdf>.

ARTIGO

**LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DE ESPÉCIES DE
PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS NA COMUNIDADE
CAMPINARANA, TERRA INDÍGENA TABALASCADA, RR**

Introdução

No Brasil, uma das maiores riquezas da cultura dos povos indígenas é o conhecimento das propriedades de plantas medicinais, pois eles têm um conhecimento profundo da flora medicinal. Essa sabedoria tradicional vem sendo passada de geração em geração e usada de diferentes formas: curativas ou preventivas, dependendo de como é percebida a doença e suas causas, muitas realizadas por pajés em rituais místicos (GASPAR, 2009).

O Brasil é o país de maior biodiversidade do planeta que, relacionada a uma rica diversidade étnica e cultural, que detêm um valioso conhecimento tradicional associado ao uso de plantas medicinais, tem o potencial necessário para o desenvolvimento de pesquisas com resultados em tecnologias e terapêuticas apropriadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

O uso intenso de plantas medicinais no Brasil se deve à riqueza de variedades de espécies da flora nativa, portanto, a pesquisa etnobotânica tem sido uma importante ferramenta para o estudo e registro de informações sobre os usos, manejo, formas de classificação do ambiente, entre outras, e, principalmente, na medicina tradicional utilizada pelas comunidades tradicionais, como forma de preservação do conhecimento e das espécies, assim como pela valorização desses recursos, sem ter que buscar a alternativa dos remédios industrializados (SILVA *et al*, 2012).

* Graduada em Gestão Territorial Indígena-UFRR. Assessora Territorial de Gênero-Bolsista de extensão projeto de pesquisa pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) intitulado Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial de Roraima - NEDET. E-mail: @hotmail.com

** Engenheira Florestal e Técnica em Extensão Rural do Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica-INPA. E-mail: rachel.pinho@gmail.com

*** Prof.^a Dr.^a. Associada I do Curso de Gestão Territorial Indígena, Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena/UFRR. E-mail: ise.goreth@ufr.br

O conhecimento tradicional de transmissão oral sobre os usos medicinais das plantas está se perdendo pela falta de repasse dos conhecimentos das pessoas mais idosas, detentoras dos saberes sobre os usos medicinais e das práticas a elas associadas, aos mais jovens. Além disso, a degradação do meio ambiente e a inclusão de novos elementos culturais ameaçam um acervo de conhecimentos empíricos, um patrimônio genético de muito valor para as futuras gerações (GARRIDO e COLLI, 2009).

É muito comum nos lares se usar plantas medicinais para cura de gripes, resfriado e problemas digestivos. Essas receitas vão passando de geração em geração e têm sobrevivido à medicina alopática e aos remédios sintéticos. Uma grande parcela da população que não tem acesso aos remédios de farmácias trata suas doenças com plantas medicinais (TRINDADE e RESENDE, 2008).

A Organização Mundial de Saúde define como plantas medicinais todo e qualquer vegetal que possui substâncias que podem ser utilizados com fins terapêuticos e por medicina tradicional um conjunto de práticas e conhecimentos sobre saúde utilizados para tratamento, diagnóstico e prevenção de doenças (FERREIRA, 2012).

No Estado de Roraima tem povos indígenas de diferentes etnias (Macuxi, Wapichana, Taurepang, Wai wai, Yanomammi, Ingarikó, Patamona, Sapará, Yekuana), com costumes, tradições e realidades diferentes. Cada povo tem o seu modo de usar a medicina tradicional para o combate e prevenção das doenças que os afetam.

Em meados de 1994, agentes indígenas de saúde na Região das Serras - Terra Indígena Raposa Serra do Sol tomaram a iniciativa de praticar e falar sobre a importância do uso das plantas medicinais na cura e prevenção de doenças, porém, ainda não é valorizada por todas as comunidades indígenas da região. Pois têm que ser desenvolvidas propostas pedagógicas que contemplem a produção de material educativo, envolvendo conhecimentos sobre plantas medicinais nas comunidades indígenas (OLIVEIRA, 2014).

O atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em Roraima percorre de forma precária tanto no atendimento quanto no fornecimento de medicamentos e não há nenhuma adaptação do sistema que proporcione um atendimento diferenciado aos povos indígenas (HAYD et al, 2008).

Por serem mais práticas e econômicas, as plantas medicinais é uma alternativa eficaz na cura e prevenção de certas doenças, além de serem utilizadas em rituais, por pajés, e também na caça e na pesca (com da utilização do veneno). Essa sabedoria se torna grande fonte de resistência para os povos indígenas. Essas plantas são nativas ou cultivadas em quintais ou hortas, depende de cada povo e sua necessidade (BOA SAÚDE, 2003).

A etnobotânica surgiu com a necessidade de se estudar o uso e o conhecimento das plantas pelos grupos humanos de diferentes culturas e captar informações que pudessem ser utilizadas na produção de medicamentos. Há diversos estudos etnobotânicos sendo desenvolvidos no Brasil e no mundo. No entanto, apesar de toda diversidade cultural, tem se observado que há poucas referências etnobotânicas para os povos indígenas no Brasil (COLTINHO; AMARAL, 2002).

O levantamento etnobotânico de espécies de plantas medicinais utilizadas pelas famílias da comunidade Campinarana, além de registrar informações sobre os usos, forma de preparo, parte utilizada e uso medicinal, incentivará mais o uso desse recurso, permitirá a troca de informações, integrará conhecimento científico com conhecimento popular/tradicional, além de servir de base e incentivo para implantação de horta com espécies medicinais.

Metodologias

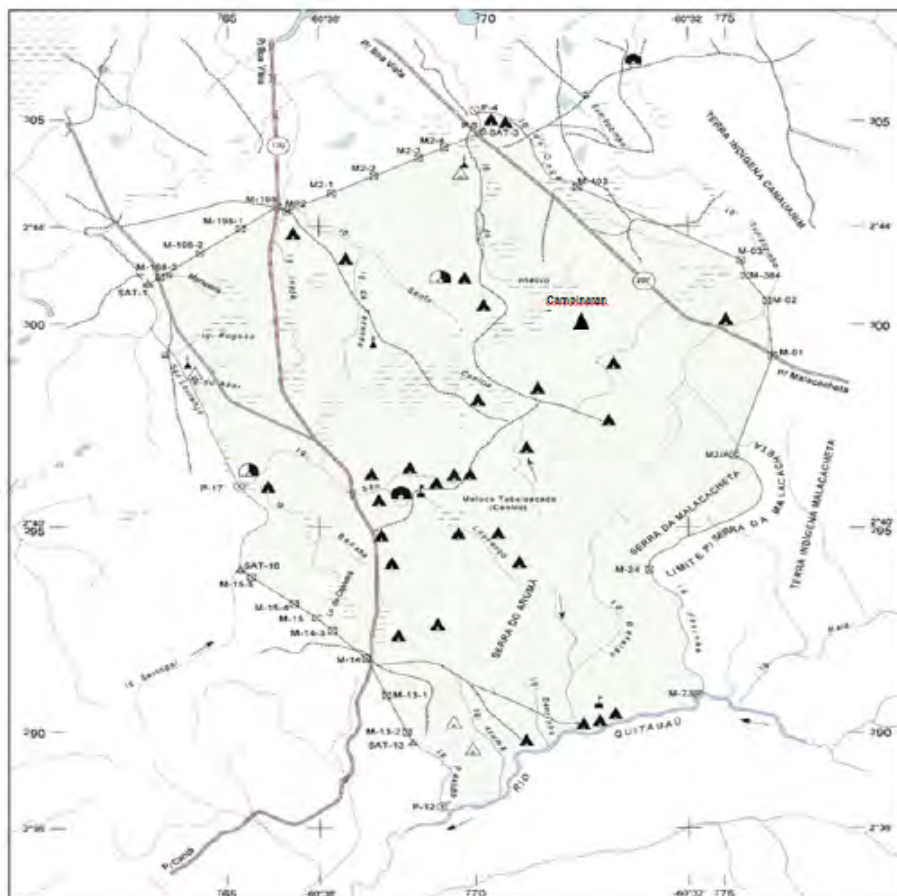
Área de estudo

A Terra Indígena Tabalascada, localiza-se na região Serra da Lua, município do Cantá, as Comunidades Laje, Campinarana e Inajá são comunidades vinculadas à comunidade Tabalascada e apenas um tuxaua as representa, porém cada um tem capataz como representante de sua localidade, mapa (figura. 01). Mesmo sendo de ocupação tradicional predominante do povo Wapichana, existe uma pequena população do povo Macuxi, que passou a viver na região após casamentos inter étnicos (CIR-RORAIMA, 2005).

A comunidade Campinarana, localizada na parte Noroeste da TI Tabalascada, atualmente habitada por nove famílias pertencentes ao povo Wapichana, tendo na agricultura familiar sua principal fonte de renda.

O tipo de vegetação que se desenvolve nessa área é Campinarana esse tipo de vegetação se desenvolve sobre solos arenosos extremamente pobres. Porém o termo engloba um complexo mosaico com formações florestais.

Figura 1: Mapa Terra Indígena Tabalascada



| MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF | | | |
|---|---|--|----------------------------------|
| TERRA INDÍGENA TABALASCADA | | DEMARCAÇÃO | |
| CANTÁ | | DEMARCAÇÃO | 13.054.7374 fm |
| RORAIMA | | BOA VISTA | 8.1092,34 fm |
| ESTADO | | 1:100.000 | 28/10/04 |
| DESENHO | | ESCALA | 8/38 47 00/02/00/04 |
| PROJETO | | REVISÃO | M-0054 |
| JOSÉ VENTURA | ESSE ALBERTO DA COSTA CRISTINA BRUNO | OSWALDO COELHO SÉRGIO FRANCISCO COLARES MARCOS AURELIO DE DREYER DEUS | ARTUR NOBRE BENSING ALEXANDRE |

Registros de dados

As atividades na Comunidade Indígena Campinarana foram desenvolvidas no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014 e foram executadas de acordo com a disponibilidade dos moradores em participar, considerando as seguintes etapas:

- reuniões entre os representantes membros da comunidade, acadêmicas do Curso de Gestão Territorial Indígena do Insikiran da UFRR e orientadores, para apresentação da proposta de trabalho sobre levantamento de plantas medicinais utilizadas pela comunidade. Após autorização da comunidade, foi apresentado e explicado o Termo de Anuência da Comunidade;

- visitas de reconhecimento da comunidade e seus moradores, conhecimento histórico e cultural da comunidade e escolhas dos informantes da pesquisa. Por se tratar de uma comunidade que, em termos populacionais, é pequena, foi selecionado um representante de cada família, totalizando sete (07) pessoas, e entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes da pesquisa;

Em uma segunda etapa, com o objetivo trabalhar diretamente com os informantes-chave, foram realizadas entrevistas estruturada e semiestruturadas, utilizando-se para isso questionários (APÊNDICE I), contendo questões diretas para obtenção de informações com relação ao uso de plantas medicinais, identificação das espécies, parte utilizada, formas de uso e coleta e informações sobre a comunidade.

Implantação da horta

Em uma terceira etapa, foram feitas a seleção e a delimitação da área destinada à implantação da horta com espécies medicinais, limpeza e isolamento da área destinada ao plantio. As mudas de plantas medicinais foram doadas pelo viveiro do Insikiran. O canteiro foi feito em forma de ferradura e os adubos utilizados foram: cinza, palha de arroz e esterco de gado. Após o plantio de mudas, foi colocado capim em volta para evitar o ressecamento pelo sol e o crescimento de mato.

Uma quinta etapa consistiu em sistematizar dados da pesquisa em gráficos e tabelas.

Em todos os encontros, foram feitas anotações em um caderno de registro, atentando sempre para comentários feitos pelos informantes sobre as plantas medicinais, nas quais buscava observar as formas de tratamento utilizadas por eles.

Resultados e discussão

As entrevistas foram realizadas com sete pessoas, sendo quatro do sexo masculino e três do sexo feminino. Os entrevistados são nascidos na própria comunidade ou têm residência fixa há mais de dez anos, casados ou vivem em união estável e a média dos componentes familiar é de 4,7 por família, onde a principal fonte de renda é a agricultura familiar. A faixa de idade variou entre 32 anos e 71 anos. Apenas uma moradora é funcionária pública.

Todos os entrevistados afirmam que utilizam com frequência plantas medicinais para prevenção e combate a doença e ela pode, sim, substituir os remédios industriais, pois são importantes e eficientes, mais acessíveis e muitas das vezes eles não têm dinheiro para a compra de medicamento industrializado. As plantas medicinais são extraídas diretamente da natureza, contribuindo para manter a cultura dos povos indígenas, que utilizam os recursos naturais para uso diversos.

As doenças mais tratadas com as espécies medicinais são diarreia, dor de cabeça, inflamação, gripe, pressão alta, malária, diabetes e febre. Pereira et al (2008) realizaram um levantamento de plantas medicinais na comunidade de Ponta Porã, MT, e constataram que as doenças mais tratadas eram dor de barriga, febre, cólica, infecção, gripe e pressão alta. Resultado semelhante foi observado em Alves e Povh (2013). Ressalto ainda que todos os entrevistados não conheciam reza ou orações para auxiliar na cura das doenças.

Em relação ao levantamento realizado com os sete entrevistados, os dados mostram que foram identificadas 28 espécies vegetais, pertencentes a 21 famílias botânicas, sendo a Verbenaceae (Figura 2 e tabela 1) a mais citada. As espécies mais citadas foram *Artemisia vulgaris* L. (anador), *Plectranthus barbatus* Andrews (boldo), *Curatela americana* L (Caimbé), *Arrebidaea chica verlot* (Humb. & BonpL.) B. VerL. (crajiru), *Lippia alba* (mill.) N.E.Br. Ex Britton & P.Wilson (erva cidreira), *Citrus aurantifolia* (Christm.) Swingle (limão galego), *Birsonima crassifolia* (L.) Rich. (mirixi), *Himatanthus articulatus* (Vahl) Woodson (sucuba) (Tabela 1).

As famílias botânicas mais citadas foram Verbenaceae, Rutaceae, Asteraceae, Bignoniaceae, Dilleniaceae e a família que teve menos citação foi Amaranthaceae e a Bignoniaceae (figura 2).

Figura 2: Famílias botânicas mais citadas na Comunidade Indígena Campinarana, TI Tabalascada, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014



Tabela 1: Espécies medicinais identificadas na comunidade indígena Campinarana, Tabalascada, no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014

| FAMÍLIA | NOME CIENTÍFICO/ESPÉCIE | NOME POPULAR | PARTE E FORMA DE USO | USO MEDICINAL | COLETA | Nº DE CITAÇÕES |
|---------------|---|---------------|--|--|-----------------|----------------|
| Asteraceae | <i>Artemisia vulgaris</i> L. | Anador | Folha (chá) | Dor de cabeça e febre | Quintal | 5 |
| Portulacaceae | <i>Portulaca pilosa</i> L. | Amor crescido | Folha (sumo da folha) | Cicatrização antiinflamatório e laxante e hemorragia | Quintal | 1 |
| Lamiaceae | <i>Plectranthus barbatus</i> Andrews | Boldo | Folha (chá) | Fígado, digestivo e vermífugo | Quintal | 5 |
| Poaceae | <i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf. | Capim Santo | Folha (chá) | Antitérmico, calmante, pressão alta, diarreia | Quintal | 3 |
| Dilleniaceae | <i>Curatela americana</i> L. | Caimbé | Entrecasca (chá, banho) | Diabete, inflamação, cicatrizante. | Lavrado | 5 |
| Oxalidaceae | <i>Averrhoa carambola</i> | Carambola | Folha (chá), Fruto (suco) | Pressão alta, Controle de colesterol | Quintal | 1 |
| Anacardiaceae | <i>Anacardium occidentale</i> L. | Caju | Entrecasca (chá), Fruto (suco) in natura | Cicatrizante, antiinflamatório, diarreia | Quintal Lavrado | 3 |
| Bignoniaceae | <i>Arrebidatea chica</i> verlot (Humb. & Bonpl.) B. Verl. | Crajiru | Folhas (chá) | Anemia cicatrizante, anti-inflamatório ginecológico | Quintal | 5 |
| Bignoniaceae | <i>Pachyptera alliacea</i> (Lam.) A. H. Gentry | Cipó-alho | Folha (banho) | Gripe | Mata | 1 |
| Rubiaceae | <i>Palicourea rigida</i> Kunth | Douradão | Folha (chá) | Malária | Lavrado | 1 |
| Verbenaceae | <i>Lippia alba</i> (mill.) N.E.Br. Ex Britton & PWilson | Erva cidreira | Folha (chá) | Calmante, pressão alta, febre, dor no estômago | Quintal | 4 |
| Myrtaceae | <i>Psidium guajava</i> L. | Goiabeira | Folha (chá) ou mastiga a folha | Diarreia | Quintal | 3 |
| Rubiaceae | <i>Genipa americana</i> L. | Jenipapo | Folha (chá), Fruto (suco ou consumo in natura) | Anemia, diabete | Quintal Lavrado | 3 |

| | | | | | | |
|----------------|---|--------------------|--|--|--------------|---|
| Annonaceae | <i>Annona muricata</i> L. | Graviola | Folha (espalhe qualquer tipo de óleo na folha e coloque sobre a dor) | Dor de cabeça | Quintal | 2 |
| Solanaceae | <i>Solano paniculatum</i> L. | Jurubeba | Raiz (chá) | Anemia | Mata Lavrado | 2 |
| Rutaceae | <i>Citrus aurantium</i> L. | Laranja | Folha e casca (chá) | Digestivo, cólica menstrual, calmante | Quintal | 1 |
| Rutaceae | <i>Citrus aurantifolia</i> (Christm.) Swingle | Limão galego | Fruto/folhas (chá, banho) | Gripe | Quintal | 5 |
| Iridaceae | <i>Eleutherine bulbosa</i> (Mill.) Urb. | Marupá ou coquinho | Cebolinha, folha (chá) | Diarreia e infecção na garganta | Quintal | 2 |
| Malpighiaceae | <i>Birsonima crassifolia</i> (L.) Rich. | Mirixi | Entrecasca (chá, banho) | Diarreia, antiinflamatório | Lavrado | 4 |
| Bursaceae | <i>Protium</i> sp. | Maruai | Cera | Defumação do ambiente e pessoas | Mata | 2 |
| Fabaceae | <i>Bauhinia forficata</i> Link | Pata de vaca | Folha (chá) | Diabete | Mata | 1 |
| Verbenaceae | <i>Lippia microphylla</i> Cham. | Salva do campo | Folha (chá, banho) | Gripe, pneumonia, diarreia | Lavrado | 3 |
| Amaranthaceae | <i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) kuntze | Terramicina | Folha (chá) pode colocar a folha diretamente no corte | Cicatrizante, antiinflamatório | Quintal | 2 |
| Caesalpinaceae | <i>Tamarindus indica</i> L. | Tamarindo | Folha/fruto (chá, suco) | Diabete, diarreia | Quintal | 1 |
| Bixaceae | <i>Bixa orellana</i> L. | Urucum | Raiz, semente (chá) | Malária, fígado | Quintal | 1 |
| Lamiaceae | <i>Mentha sachalinensis</i> (Briq.) Kudō | Vick ou hortelã | Folha (ferve a água e coloca a folha dentro para inalar) | Gripe e dor de cabeça | Quintal | 1 |
| Punicaceae | <i>Punica granatum</i> L. | Romã | Casca do fruto (colocar na água ou fazer chá) | Garganta inflamada, gripe, diabete. | Quintal | 1 |
| Apocynaceae | <i>Himatanthus articulatus</i> (Vahl) Woodson | Sucuba | Entrecasca (chá) | Anti-inflamatório, malária, contraceptivo. | Lavrado | 5 |

Dessas espécies, utilizam-se as folhas, entrecasca, batata e raiz, com preparo de chá ou banho, e também retiram o sumo das folhas (Tabela 1). Esses resultados corroboram com Pereira *et al* (2008).

Além das espécies vegetais identificadas, eles também utilizam mel de abelha, banha (óleo) ou chocalho de cobra cascavel e casco de jabuti para defumar o ambiente junto com uma cera de uma planta chamada Maruai.

Para o preparo dos medicamentos, requer-se um cuidado com a higiene pessoal, do ambiente, da matéria prima e do utensílio em que será preparado e guardado, evitando que se contamine e coloque em risco a saúde de quem vai utilizá-los.

De acordo com os resultados alcançados, o chá é a forma mais difundida de utilização das plantas medicinais. Pois, além de fornecer as substâncias terapêuticas, ele hidrata o organismo, estimula a eliminação de substâncias tóxicas e auxilia na digestão. Segundo Trindade e Rezende (2008) existem três formas de preparo de chá:

infusão – ferve a água em uma vasilha, após, despeja a água fervente sobre a erva em outra vasilha e deixa repousar de 5 a 10 minutos. É recomendada para as partes tenras das plantas: flores, folhas de texturas finas e caules finos;

decocção – a erva é colocada na água fria e depois levada a ferver por 3 a 20 minutos. O tempo de fervura depende da consistência da parte da planta. Se for uma folha, ferva apenas por 3 minutos; maceração – coloca-se a parte da planta (folhas, flores), amassada ou picada, de molho em água fria por 10 a 12 horas; parte mais dura (sementes, raízes e cascas), de 18 às 24h. Coar antes de consumir.

Dos três tipos de chás citados por Trindade e Rezende (2008), o mais utilizado pelas famílias de Campinarana é por decocção.

Outra forma de utilização das partes medicinais citada pelos entrevistados foi o banho. Para o preparo, coloca-se parte da planta num recipiente com água quente para extrair as substâncias e deixa fora de casa à noite toda, exposta ao sereno, para utilizá-lo no dia seguinte, de preferência pela manhã bem cedo.

A coleta das partes das plantas segue um ritual. As pessoas responsáveis pela coleta pedem permissão à Mãe Natureza. Após a permissão da Mãe Natureza, é observado se as folhas estão bem verdinhas, pois, se a planta está com a folha murcha, não serve. Partes das plantas são coletadas, principalmente quando algum familiar adocece. No que diz respeito à forma de uso e partes utilizadas, quando é necessário conservar, parte da planta é posta no sol para posterior utilização. Coutinho *et al* (2002) realizaram levantamento etnobotânico de plantas medicinais na Terra Indígena Araribóia, localizada no estado do Maranhão, com os agentes comunitários de saúde indígena, e, de acordo com tais agentes, a planta quando é mal indicada ou mal preparada pode causar algum tipo de efeito tóxico, por isso, que as pessoas têm que aprender o uso correto das plantas medicinais.

Os resultados indicam que, de todos os entrevistados, 71,4% afirmam que os remédios industrializados não reduziram o uso da medicina tradicional, e 28,6% afirmam que sim.

Os membros da comunidade Campinarana afirmam que o conhecimento de uso das plantas medicinais é repassado oralmente de pais para filhos, de forma espontânea, ou aprende-se com esposas ou pessoas conhecidas. Dos entrevistados, 28,6% ensinam o que sabem para outras pessoas (filhos, netos, vizinhos que se interessam pela medicina caseira) e 28,6% afirmam que não repassam o que sabem por que não têm tempo; 42,8% não repassam porque os jovens demonstram pouco interesse

Conforme os resultados encontrados, foi observado que as famílias ainda utilizam diversas espécies de plantas na prática da medicina tradicional, porém, este costume está se perdendo devido aos jovens não terem interesse em aprender e demonstram mais interesse para as novas tecnologias, deixando de lado os conhecimentos tradicionais.

Medeiros (2006), em seus estudos sobre a utilização de plantas medicinais por membros idosos da aldeia Verde Floresta, Terra Indígena Jordão, município do Jordão (Acre), identificou que o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais não era repassado aos mais jovens e, quando os idosos repassavam, estes faziam de forma errônea, ocasionando perda desses conhecimentos e conseqüentemente a não utilização por parte dos mais jovens.

A horta

Com a identificação das espécies medicinais, houve uma demanda da comunidade para implantação de uma horta com espécies medicinal. A ideia de implantação da horta possibilitou o encontro entre os moradores para compartilharem os conhecimentos, para se ter plantas medicinais sempre ao alcance dos mesmos, para tratamento de doenças comuns que afetam a comunidade, como diarreia, gripe, dor de cabeça e outras e como uma forma foi cultivá-las.

A escolha do local foi feita pelos moradores, sendo uma área boa para o plantio, pois, há muitos anos atrás, antes da demarcação, se cultivava bananas. É protegido de ventos fortes e tem algumas plantas nativas de médio porte que não foram retiradas, quando foi feita a limpeza, evitando que as mudas de plantas medicinais ficassem expostas ao sol.

A adubação usada no local para ajudar a corrigir o solo foi esterco de gado, palha de arroz e cinza, as plantas se adaptaram como podemos observar no (anexo III).

Considerações finais

Considerando os dados deste levantamento, constatou-se que as famílias da Comunidade Indígena Campinarana utilizam diversas espécies de plantas medicinais e têm amplo conhecimento sobre essas variedades, que são de suma importância para combater e curar diversos tipos de doenças, porém, esse conhecimento não está sendo repassado de forma satisfatória aos mais jovens e um dos fatores é o grande

interesse deles nos avanços tecnológicos. Para incentivar esta prática, os moradores poderiam realizar oficinas e palestras sobre uso e cultivo de plantas medicinais.

Os povos indígenas têm um amplo conhecimento sobre a conservação da biodiversidade, pois, os mesmos só utilizam os recursos que têm quando necessário, sem desperdício. Isso é importante para manter equilibrados os recursos existentes para sua sobrevivência.

Assim sendo, esse levantamento etnobotânico foi essencial para o registro de espécies de plantas medicinais utilizadas por essas famílias, para que futuramente esses conhecimentos não se percam e os povos indígenas continuem com esses recursos de fácil acesso e baixo custo.

Referências bibliográficas

BOA SAÚDE; **Medicina Indígena**: da Magia à Cura. Disponível em: <http://www.boasaude.com.br/artigos-de-saude/3708/-1/medicina-indigena-da-magia-a-cura.html>. Acesso em 05\08\2015.

FERREIRA, L. O. O desenvolvimento participativo da área de medicina tradicional indígena, projeto vigisus II\Funasa. São Paulo: **Revista Saúde e Sociedade**, v. 21, supl. 1, p. 265-277, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902012000500023&script=sci_arttext. Acesso em 23\07\2015.

Valdir F. Veiga Junior; Angelo C. Pinto; Maria Aparecida M. Maciel. Plantas medicinais: cura segura? **Quím. Nova** vol.28 no.3 São Paulo May/June 2005.

CIR-Boa Vista-RR. **Lula homologa terra indígena Tabalascada**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=15323>. Acesso: em 20/04/2014.

MEDEIROS, E. **Plantas medicinais**: doenças e curas do povo Huni Kuĩ/Edson Medeiros Ixã Kaxinawã. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2006, 116 p.

GARRIDO, J.; LIMA, C. R.; COLLI, Á. M. T. Estudo Etnobotânico de Plantas Medicinais do Município de Casa Brancas. São José do Rio Pardo: **Revista LOGOS**, n.17, p. 13-19, 2009.

COLTINHO, D. F.; TRAVASSOS, L. M. A. Z.; AMARAL F. M. M. do. Estudos etnobotânicos de plantas medicinais utilizadas em comunidades indígenas no estado do Maranhão. **Visão Acadêmica**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 7-12, jan.-jun., 2002. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/academica/article/viewFile/493/406> - acesso em 19/04/2014

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007, 60 p.

TRINDADE, C.; SARTÓRIO, M.L.; REZENDE, P., L. **Farmácia Viva – utilização de plantas medicinais**. Viçosa, MG: CPT, 2008, 246p.

PEREIRA, Z.V.; MUSSURY, R. M.; ALMEIDA, A. B. Plantas Mediciniais Utilizadas pela Comunidade de Ponta Porã, MS. **IX Simpósio Nacional do Cerrado – Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. 2008. Simpósio. Edição: 9, MS.

SILVA, N.C.B; REGIS A.C.D; ALMEIDA, MZ. Estudo Etnobotânico em Comunidades Remanescentes de Quilombo em Rio de Contas, Chapada Diamantina, Bahia. **Revista FITOS**, Rio de Janeiro, v. 7 – Número 2, p. 99-109, abr.-jun., 2012.

GASPAR. L. Plantas Mediciniais. **Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife**. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em 18.06.2015.

ARTIGO

PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE MENTAL NOS CAPS EM BOA VISTA – RORAIMA

Introdução

O novo direcionamento das políticas públicas dentro do processo da Reforma Psiquiátrica pode ser considerada recente e é resultado de um processo de movimentos sociais, que teve início na década de 60 culminando na década de 80. Momento em que várias mudanças ocorriam no cenário brasileiro, nos campos sociais, econômicos e políticos, entre eles, a redemocratização do país e a reforma sanitária, dando origem ao SUS – (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE). Em saúde mental, várias reformulações ocorreram, contando com a contribuição da reforma sanitária, e a Reforma Psiquiátrica, que visava entre alguns dos objetivos, o fim da desinstitucionalização da pessoa com sofrimento mental, e o fim dos paradigmas que sustentavam o modelo asilar de saúde mental. Amarante (1994, 2007) ao referir-se ao processo de Desinstitucionalização, aponta Franco Basaglia (1985) como um o primeiro teórico que a concebe, sob a influência da experiência Italiana de Gorizia, não apenas como o fim do hospital psiquiátrico, mas a desconstrução de práticas e saberes nos âmbitos científicos, sociais, jurídicos e legislativos, do manicômio. A partir dessa perspectiva, tem-se valorizado as redes sociais e o papel das intervenções sociais como recursos fundamentais para a manutenção da saúde mental.

O cuidado passa a ocorrer, através de uma rede serviços: a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que espera-ser que seja uma “rede de saúde mental integrada, articulada e efetiva nos diferentes pontos de atenção para atender as pessoas em sofrimento e/ou com demandas decorrentes dos transtornos mentais e/ou do consumo de álcool, crack e outras drogas” (BRASIL,2011). Entre os serviços de atenção a saúde mental que compõem a rede estão a Atenção básica em saúde, atenção psicossocial estratégica, onde encontram-se os CAPS em suas diferentes modalidades. Atenção de urgência e emergência, atenção residencial de caráter transitório, atenção hospitalar, estratégias de desinstitucionalização, e estratégia de reabilitação social.

* Acadêmica do curso de Psicologia - CEDUC/UFRR, E-mail: Katyanmelo@gmail.com

** Prof^ª. Dr^ª. do Curso de Psicologia - CEDUC /UFRR, E-mail: espindulajoelma@gmail.com

Dentro dos serviços de atenção psicossocial a atual política prevê a implantação de diferentes tipos de CAPS(Centros de Atenção Psicossocial): CAPSi (Infantil), o CAPS II, o CAPS III, e o CAPS ad III. O profissionais que atuam nos diversos CAPS, incluem diferentes técnicos de nível superior e de nível médio e que compõe a equipe profissional são: enfermeiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, pedagogos, professores de educação física ou outros necessários para as atividades oferecidas nos CAPS (BRASIL, 2004).

Todos os CAPS devem obedecer à exigência da diversidade profissional e cada tipo de CAPS em suas próprias características. Nota-se que o novo modelo espera que os profissionais tenham uma formação sólida na atenção aos direitos humanos dos pacientes além de desenvolverem trabalhos multidisciplinar dentro da equipe. Com a atenção voltada para a reinserção da pessoa com transtorno mental no meio social, exige-se também que os CAPS através das ações dos profissionais mantenham a relações com outros setores da sociedade e que implementem atividades culturais, esportivas, artísticas e de geração de renda.

As mudanças dos paradigmas trouxeram novos desafios entre os quais está a necessidade do cuidado com o profissional que tem atuado na área, considerando que os mesmos necessitam de espaço para o próprio cuidado da saúde mental, compartilhamento de experiências e capacitação profissional. Há também a necessidade, de que os profissionais incorporem ou aprimorem competências de cuidado em saúde mental na sua prática diária, de tal modo que suas intervenções sejam capazes de Partindo da ideia de que a compreensão dos fenômenos que ocorrem no cotidiano e nas vivências dos profissionais na área da saúde mental, são fatores primordiais para reflexões e busca de melhores atuações, que podem contribuir no planejamento de práticas em prol da promoção de saúde mental, esta pesquisa buscou compreender as práticas, experiências e perspectivas do trabalho realizado por profissionais nos CAPS do município de Boa Vista-RR, na perspectiva da Reforma Psiquiátrica (RP).

O Sistema Único de Saúde – SUS e a RAPS

A partir dos princípios do SUS- SISTEMAS ÚNICO DE SAÚDE, a rede de atenção Psicossocial encontra embasamento para suas práticas, através do princípio da universalidade, pretende-se garantir a todos, o mesmo direito de receber cuidados de que necessitam independentemente da complexidade, custo e natureza de acesso em todos os níveis de assistência. Com o princípio da equidade à saúde, o SUS pretende dar assistência à saúde sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

Ressalta-se o princípio da Integralidade da assistência prevendo que o SUS atue de acordo com um conjunto articulado de serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis preventivos, a regionalização permite que o planejamento e execução de projetos atendam às características de cada região considerando que o Brasil possui realidades peculiaridades que requerem adaptação.

A participação social estabelece que a população possa participar do processos que referem-se. A descentralização político administrativa diz respeito a sua organização em todos os níveis de governo, apresentando três características, a descentralização dos serviços para municípios, regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde. Através do Sistema Único de Saúde Brasileiro, atribui-se ao Estado, também a competência de desenvolver políticas de assistência e promoção de saúde mental. E com base nesses princípios, a rede caracteriza-se por ser “fundamentalmente pública, de base municipal e com um controle social fiscalizador e gestor no processo de consolidação da Reforma Psiquiátrica” (BRASÍLIA, 2005).

Abrange um conjunto de equipamentos e serviços de atendimento integral e humanizado. A rede tem como objetivo “a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) “ (BRASIL, 2011).

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) trata-se de uma concepção dentro do cuidado em saúde mental de grande importância, considerando que é a partir da noção de uma rede integrada de serviços que ocorrem as ações com ênfase no social, envolve também o planejamento, prevenção, e promoção de saúde mental, possibilitando que a população tenha acesso aos seus serviços, em qualquer momento necessário. Pressupõe-se que seja uma “rede de saúde mental integrada, articulada e efetiva nos diferentes pontos de atenção para atender as pessoas em sofrimento e/ou com demandas decorrentes dos transtornos mentais e/ou do consumo de álcool, crack e outras drogas” (BRASIL, 2011).

A Portaria N° 3.088, de 23 de Dezembro de 2011 indica que entre os componentes da Rede de Atenção Psicossocial, para os objetivos desta pesquisas, enfocaremos neste trabalho, os serviços de Atenção psicossocial especializada, formada pelos Centros de Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades. No município de Boa Vista, os CAPS que estão ativos são os CAPS III e CAPS AD III, que atendem, pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, com serviços de atenção contínua, o CAPS AD III atende além de adultos, crianças e adolescentes,

considerando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com funcionamento vinte e quatro horas, incluindo feriados e finais de semana, o CAPS AD III, ofertando retaguarda clínica e acolhimento noturno, e doze leitos para observação e monitoramento, todos atendendo aos critérios de nível populacional. (BRASIL, 2011)

Os também são responsáveis CAPS pela promoção da integração da Rede através do conhecimento que é compartilhado com os demais profissionais da atenção básica, por meio do Apoio Matricial, outro conceito importante para o entendimento da RAPS. O apoio matricial que define-se como “[...] um arranjo organizacional que visa outorgar suporte técnico em áreas específicas às equipes responsáveis pelo desenvolvimento de ações básicas de saúde para a população” (BRASIL, p. 36, 2005), é o instrumento que articula a saúde mental neste nível de atenção.

Equipe multiprofissional na saúde

Araujo e Negromonte (2010) referindo-se à atuação em equipe de trabalho na área da saúde, afirmam que envolve múltiplos desafios, ainda persistindo uma forte dissociação entre discurso e prática, e também se evidencia ainda, uma forte hierarquização e centralização das atividades, o que costuma dificultar a implementação do modelo de integração interdisciplinar. No campo da psiquiatria, os avanços na compreensão da saúde mental, em uma perspectiva bio-psico-social, ampliaram os recursos terapêuticos e trouxeram novas demandas aos profissionais da área.

Na atenção básica, as ações ocorrem por meio da Estratégia Saúde da Família. Entre a equipe neste componente estão médicos, enfermeiros e técnicos e assistentes sociais. Sabe-se que a inserção de cuidados à saúde mental neste último modelo dá-se de forma mais natural, dado que as equipes deparam-se frequentemente com a problemática psicossocial e há, via e regra, maior proximidade e responsabilidade junto às comunidades (BRASIL, 2004). Assim, seus profissionais devem estar habilitados para uma abordagem resolutiva, além de contarem com uma efetiva integração da rede de saúde (GONÇALVES, 2006). Neste nível de atenção pretende-se atualmente: Promover campanhas para reduzir o estigma dos portadores de transtornos mentais, e ações de prevenção do suicídio em função de sua prevalência. (BRASIL, 2014).

Dentro dos serviços especializados a atual política prevê a implantação de diferentes tipos de CAPS: CAPSi, o CAPS II, o CAPS III, e o CAPS ad III. O profissionais que atuam nos diversos CAPS, incluem diferentes técnicos de nível superior e

de nível médio. Os profissionais que compõe a equipe profissional são: enfermeiros, médicos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, pedagogos, professores de educação física ou outros necessários para as atividades oferecidas nos CAPS (BRASIL, 2004). Todos os CAPS devem obedecer à exigência da diversidade profissional e cada tipo de CAPS (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad) tem suas próprias características quanto a quantidade de profissionais.

Nota-se que o novo modelo espera que os profissionais tenham uma formação sólida na atenção aos direitos humanos dos pacientes além de desenvolverem trabalhos multidisciplinar dentro da equipe. Com a atenção voltada para a reinserção da pessoa com transtorno mental n meio social, exige-se também que os CAPS através das ações dos profissionais mantenham a relações com outros setores da sociedade e que implementem diversas atividades extra institucionais. Estas atribuições e aspectos relevantes apontados pelos profissionais de saúde mental foram aqui relatados a partir da perspectiva Fenomenológica.

As publicações de estudos realizados na região Nordeste e Norte, nos anos de 2011 a 2014 de acordo com buscas em bases de dados científicos foram poucas, SCIELO, CAPES e BDT , considerando que há ainda uma forte desigualdade regional na expansão dos CAPS no Brasil. Além disso Simões, Fernandes, Aiello Vaisberg, (2013) um estudo de revisão bibliográfica encontraram 14 estudos com o enfoque sobre o profissional de saúde mental,: (Bernardes & Guareschi, 2004; Campos & Soares, 2003; Carvalho & Felli, 2006; Honorato & Pinheiro, 2008; Jorge, Randemark, Queiroz & Ruiz, 2006; Nardi & Ramminger, 2007; Pinho, Hernández & Kantorski, 2010a; Pinho, Hernández & Kantorski, 2010b; Rabelo & Torres, 2006; Rodrigues & Figueredo, 2003; Santos & Cardoso, 2010a; Santos & Cardoso, 2010b; Silva & Costa, 2010; Silveira & Santos Júnior, 2011), chegando a conclusão de que a implantação dos princípios da Reforma Psiquiátrica, são ainda um grande desafio, principalmente quando deixa o plano da discussão ética e política para se chegar a prática cotidiana dentro contexto institucional, além de que os profissionais ainda apresentam concepções fortemente impregnados por pressupostos teóricos do saber psiquiátrico tradicional.

Feitas essas considerações, percebe-se que a implantação de um novo modelo de atenção a saúde mental, apesar de ter seu desenvolvimento rápido, gradual e crescente, perpassa por dificuldades e trata-se de um assunto complexo e tem sido amplamente pesquisado em nível nacional. Além disso, considerando que a compreensão dos fenômenos que ocorrem no cotidiano dos profissionais na área da saúde mental podem contribuir para reflexões e busca de melhores atuações, e a recente implanta-

ção dos CAPS AD III e CAPS III na capital, pode-se afirmar que cabem os questionamentos: como estão as práticas dos profissionais de saúde mental em Boa Vista? Quais as concepções? Perspectivas quanto o processo da Reforma Psiquiátrica?

Considerando que na literatura foram encontrados alguns estudos referentes à profissionais de saúde e saúde mental, mas, não foi encontrado nenhum estudo publicado a respeito do cuidado da equipe na saúde mental que atuam nos CAPS em Boa Vista, Roraima. Torna-se relevante um estudo fenomenológico com o objetivo de compreender este aspecto, de forma que se possa colaborar para a construção de ações na promoção de saúde mental do município.

Objetivos

Compreender as práticas dos profissionais de saúde mental desenvolvidas na rede de cuidado no município de Boa Vista-RR. Entre os objetivos específicos está a possibilidade de compreender as relações interpessoais entre profissionais e usuários com transtornos mentais das instituições de saúde mental do município e identificar as dificuldades enfrentadas no cuidado dos profissionais de saúde com os pacientes com transtorno mental e seus familiares.

Metodologia

O método utilizado foi o método fenomenológico fundado por Edmund Husserl (1859-1938). Seu postulado básico é a noção de intencionalidade, pela qual é tentada a superação das tendências racionalistas e empiristas surgidas no século XVII (ARANHA, MATINS, 1993 P. 123). A fenomenologia de Husserl surgiu em crítica às formas de produção científica vigentes na época, Husserl criticava todas as formas de objetivismo, e enfatizava sobretudo a importância do sentido das coisas. A palavra fenomenologia vem de Fenômeno, e significa aquilo que se mostra, nesse sentido, Edmund Husserl preocupava-se com a forma como os fenômenos se revelavam, no entanto, não apenas das coisas que se “mostravam”, mas, compreender o que eram tais fenômenos, ou seja, o sentido das coisas.

O método fenomenológico apresenta-se à psicologia como um recurso apropriado para pesquisar o mundo vivido do sujeito com a finalidade de investigar o sentido ou significado da vivência em determinada situação, com o intuito de buscar a estrutura essencial ou invariante do fenômeno. (ANDRADE; HOLANDA 2010). Os critérios de seleção para realização desta pesquisa foram: profissionais que atu-

avam em algum CAPS, com mais de dois anos de experiência na área, com ou sem formação nas áreas Psi. Foram entrevistados 7 (sete) profissionais de saúde nos CAPS AD III e CAPS III.

O número de participantes corresponde ao quantitativo daqueles que concordaram em participar voluntariamente sem ter apresentado resistências a participação na pesquisa, considerando que muitos profissionais mesmo após explicitação dos objetivos sinalizavam receio em participar da entrevista. Os profissionais voluntários foram: 2 Psicólogas, 2 Educadores Físicos, 2 Pedagogos, 1 Enfermeira. Após a aprovação do Comitê de ética pela Universidade Federal de Roraima - UFRR foi realizado a coleta de dados, CAAE n. 53986616.5.0000.5302. Os colaboradores, foram contatados pessoalmente pela em seus locais de trabalho.

Foi realizada a apresentação da pesquisadora, bem como o objetivo da pesquisa. Inicialmente, alguns participantes tiveram resistência, pois acreditavam se tratar de algum tipo de avaliação do conhecimento e avaliação das práticas nas instituições escolhidas. Para a obtenção das entrevistas foi apresentado aos participantes da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com relação a resolução 466/12 do CNS (Conselho Nacional de Saúde).

Após o consentimento do participante foi solicitado a assinatura no TCLE e o consentimento do uso do gravador, em seguida foi requerido que contassem como era a experiência de trabalhar, no âmbito da saúde mental. As entrevistas ocorreram nos períodos entre Abril e Junho, e duraram em média 35 minutos. Durante a realização foi criado primeiramente um ambiente empático, e explicado novamente o objetivo do estudo, foi-lhes avisado que tinham um limite de 50 minutos para descrever a experiência.

Depois do registro em áudio e transcritas as entrevistas, foram recolhidas e submetidas aos passos desse método que consiste em quatro passos. Após a obtenção dos dados através da entrevista foi realizada a transcrição na íntegra das entrevistas, seguiu-se os quatro passos sugeridos por Giorgi e Sousa (2010) que consiste em: 1. Estabelecer o sentido geral, 2. Determinação das partes que consiste em estabelecer as unidades de significado, 3. Transformação das unidades de significado em Expressões de caráter Psicológico e por fim a determinação de significados Psicológicos. 4. Síntese da análise da estrutura geral das constituintes (eixos temáticos).

Resultados

Caracterização dos locais de pesquisa

O CAPS III, em Boa Vista, foi inaugurado em 2014 por meio da determinação do Ministério da Saúde. Os profissionais em sua maioria, são provenientes da UI-SAM –Unidade Integrada de Saúde Mental que funcionava no hospital ambulatorio no município. Atualmente atende 61 pacientes, inclusive do interior, mas nem todos participam das atividades terapêuticas. Alguns destes profissionais são testemunhas desse processo de redirecionamento do modelo de atenção psicossocial à pessoas portadoras de transtornos mentais no município de Boa Vista. O CAPS AD III, Foi inaugurado em 2013, no município, apresentam aproximadamente uma demanda de 2000 usuários, maior parte do público do CAPS AD III, é masculino na faixa etária de 20 a 40 anos. Atualmente aponta-se uma defasagem no número de profissionais devido a saída de alguns por terem passado em outros concurso públicos, ou por pedirem para serem remanejados. A maioria dos profissionais não escolheu a aera para atuação. Foram entrevistados 7 (sete) profissionais de saúde mental nos CAPS AD III e CAPS III que fazem parte da administração direta do Estado, dentro Secretaria de Saúde do Estado;

| ENTRE. | IDADE | GÊNERO | PROFISSÃO | TEMPO DE ATUAÇÃO | ESPECIALIZAÇÃO | CAPACITAÇÃO | ESTADO DE ORIGEM |
|--------|-------|--------|------------|------------------|---------------------------------------|----------------------------|------------------|
| E2 | 32 | F | PSICOLOGIA | 2 ANOS | TCC | SAÚDE MENTAL | PI |
| E3 | 41 | M | ED. FÍSICA | 3 ANOS | NÃO | SAÚDE MENTAL | RR |
| E4 | 32 | F | PSICOLOGIA | 2, 5 ANOS | JURÍDICA | DEPENDNCIA QUIMICA | RR |
| E5 | 31 | M | ED. FISICA | 3 ANOS | PSICOMOTRICIDADE | SAÚDE MENTAL | RR |
| E6 | 53 | F | ENFERMEIRA | 28 ANOS | PSF; VIGILANCIA EPIDEMIOLOGIA E SAUDE | SAÚDE MENTAL | SP |
| E7 | 28 | M | PEDAGOGO | 3 ANOS | PSICOPEDAGOGIA | SAÚDE MENTAL | RR |
| E8 | 31 | F | PEDAGOGA | 2, 4 ANOS | NÃO | SAÚDE MENTAL - SESAU SESAU | RR |

Fonte: Dados sociodemográficos dos profissionais entrevistados.

Quanto ao contato inicial 03 (três) profissionais relataram o impacto, o processo de quebra de preconceitos, adaptação e aprendizagem na nova área de atuação. Com

ênfase para que os profissionais que não tinham formação nas áreas Psi, relataram a necessidade de repensar as concepções sobre o “louco” e a saúde mental, e que não tinham conhecimento dos serviços oferecidos pelos CAPS. No aspecto dificuldades, 06 (seis) profissionais relataram algum tipo dificuldade de atuação entre elas: o apoio dos familiares como pontos de dificuldades para o trabalho da equipe, a falta de materiais, de estrutura física e a carência de recursos humanos, além de suporte para o sofrimento e adoecimento do profissional. O sofrimento ou adoecimento relacionado ao contexto de trabalho foi evidenciado em 03 (três) relatos e as avaliações quanto a interlocução da rede 04 (quatro) entrevistas apontaram falhas no processo de comunicação.

Unidades de significado

A partir dos relatos de experiência, da transcrição na íntegra e da síntese da estrutura geral, encontraram-se alguns aspectos comuns em todas as entrevistas (denominados invariantes) e alguns aspectos que se diferenciaram (denominados variantes). Nesta pesquisa obtiveram-se as seguintes de Significado: 1) O contato inicial com a Saúde Mental ocasionou um impacto e mudanças de concepções; 2) Há dificuldades nas práticas; 3) Há sofrimento relacionado as práticas; 4) Os profissionais apresentam considerações sobre a Raps e fazem avaliações.

1) ***O contato inicial com a Saúde Mental ocasionou um impacto e mudanças de concepções:*** a primeira Unidade de Significado refere-se ao contato inicial marcado pelo impacto decorrente da falta de experiências ou conhecimento sobre as áreas de atuação. Nesse sentido o entrevistado afirma:

[...] Quando eu soube (que o concurso não dizia aonde eu ia trabalhar) então eles disseram: “não, você vai pra saúde mental. tem o primeiro impacto né?” Tem a questão da loucura né?, você pensar na questão do “louco”, “que são pessoas perigosas” ou que a própria sociedade tem um pouquinho de preconceito então eu fui tendo um impacto né? De receio né? De não ter lidado ainda com esse público né? E aí ta com essa nova vivência, com esse aprendizado, No primeiro momento foi bem impactante mesmo. É durante esse período você vai se terando, vai tendo conhecimento do que são os transtornos que são trabalhadas né conhecendo as pessoas que possuem esses transtornos, aí com o tempo você vai se interagindo vai estudando e aí você vai tirando um pouco dessa questão desse preconceito. (E7, Pedagogo, 28 anos, CAPS III).

Através da inserção na Atenção a Saúde Mental no SUS por meio do trabalho, os profissionais relatam um processo de adaptação e mudanças de acordo com o

processo proposto pela Reforma Psiquiátrica, a compreensão do “louco” e da loucura através de uma visão humanizada, no entanto, percebe-se que ainda prevalece algumas concepções biomédicas preconizadas pela Psiquiatria tradicional.

Os profissionais que não tinham formações dentro da área de Psi relataram a quebra de preconceitos e a mudança de concepções a cerca da loucura e das formas de cuidado a partir da compreensão de saúde mental dentro da perspectiva social. Os profissionais com formação e relações com saúde mental relataram perceber o impacto devido ao interesse que não era presente ou pela falta de identificação com os objetivos, sobretudo o impacto com o trabalho multidisciplinar realizado por meio da equipe.

Neste aspecto Fernandes, Aiello e Vaisberg (2013) afirmam que, os próprios trabalhadores destacam a importância de combater o preconceito contra usuários dos serviços de saúde mental, mas eles mesmos aparentam encontrar alguns entraves ao realizar tal objetivo, expressando grande dificuldade em lidar com os sentimentos despertados no cotidiano do trabalho.

2) ***Há dificuldades nas práticas.*** a segunda unidade de significado aponta as dificuldades nas práticas, que são diversas. O apoio dos familiares como pontos de dificuldades para o trabalho da equipe foi mencionado visto que a família é fator importante na reinserção dos usuários dos serviços da rede:

[...] mas nós percebemos que são poucos familiares que realmente de acompanhar o dependente químico no tratamento, geralmente a família chega naquela fase de exaustão, não procura o atendimento porque não assume, que o familiar tem dependência, então acaba negando, escondendo, então caba que ele chega aqui pra o atendimento pra o CAPS, pra o atendimento medico a situação já ficou né? Bem complicada, e ela chega na fase de exaustão então ela chega meio que tava deixando o paciente: “a ta aí, trata ele “ só que não entende que o papel deles é definitivo no tratamento do paciente, mas aqueles familiares, que se comprometem né de trazer de participar, o CAPS também tem atendimento pra eles, se compromete com o cuidado pra família, porque as vezes a família sofre mais do que o paciente. (E1, psicóloga, idade, CAPS AD III)

A entrevistada relata demandas de gestão como o fornecimento de veículos para a realização das visitas e do âmbito social do usuário, que não apresenta condições de ir frequentemente ao CAPS, para atividades, psicoterapia e até mesmo ser medicado caso haja a necessidade. Percebe-se as dificuldades quanto ao suporte estrutural para que se cumpram as atividades. Pinho et al. (2001) Identificaram a importância da família no tratamento dos usuários, e o contraditório distanciamento destas, interferindo no processo da Reforma psiquiátrica.

3) ***Há sofrimento nas práticas e formas de cuidado:*** a terceira Unidade de Significado obtido a partir dos relatos foi a percepção de há que sofrimento relacionado as práticas. Os profissionais aponta que perceberam o sofrimento frente a relações de trabalho que é específico da área psi. e que buscam apoio dentro da própria rede pública, apontando a necessidade de um olhar atencioso entre os próprios profissionais através do cuidado coletivo. Nesse ponto, Alves; Morato e Calda (2009) afirmam que o profissional de saúde mental carrega implícita em seu papel a responsabilidade de promover o bem-estar do paciente, mantendo a calma, o controle e a coerência em suas ações. Em seus relatos, reafirmam o que os autores apontam, de forma que ao mesmo tempo que tentam manter o estereótipo. Ao perceber o conflito o entrevistado afirma:

[...] porque o profissional também tem problema, também tem seus filhos pra cuidar, mas ele vem aqui pra trabalhar, as vezes quando ele diz um não pro usuário né, o usuário não ta preparado pra receber o não, então as vezes esse usuário, vai dizer que você é ruim, que você não quis fazer [...] só que o profissional, ele, ele [pausa] ele tem que saber conciliar essas coisas. (E3, Educador físico, 41 anos, CAPS AD III).

Alves; Morato e Calda (2009) afirmam que esses fatos levam-no a defrontar-se o tempo todo com a polaridade: expectativa versus limitação, além de favorecer um intenso gasto de energia, muitas vezes na busca pela manutenção de estereótipos e representações, reforçando a imagem de semideus, forte e imune. Ao mesmo tempo, quando deparam-se com o adoecimento ou sofrimento, buscam o apoio em seu ambiente de trabalho:

[...] Voltando a questão da depressão em si, tem gente que não percebe que tem colegas com depressão, que precisa de ajuda, que precisa de tratamento, precisa que alguém chegue ali e fale, ó, ta na hora de também procurar (acompanhamento psicológico) eu passei por uma situação de um processo de depressão, então não tem essa história de que ah! é da saúde mental, e quem detectou que eu tava nessa situação, devido a uma experiência de anos, foi minha chefe imediata na época [...] então a gente conversava muito e a gente acabou, percebendo que eu não tava legal – e (ela) me conhecia a pouco tempo! mas é como eu digo, já tinha experiência! Então ela me encaminhou pra um psicólogo da unidade que eu não tinha intimidade, porque assim, ele já me encaminhou pra um psiquiatra. Chego lá com o psiquiatra, ele me disse: olha você ta “numa” depressão, num nível moderado já.” (E2, Pedagoga, 31 anos, CAPS AD III).

Alves, Morato e Caldas (2009) apontam que a fugacidade das relações contemporâneas implicam um sentimento de não pertença, tal fenômeno vem repercutindo

nos diversos aspectos constitutivos da existência dos sujeitos, entre esses aspectos, observa-se cada vez mais, um distanciamento do histórico e de atitudes como paciência, contemplação do ser e cuidado do ser. A partir da tentativa de encontrar apoio os profissionais, tecem uma rede de relações de cuidado paralela ao trabalho, por meio de um cuidado paliativo e pode-se dizer, emergencial em relação a própria saúde e saúde mental. Essa rede de relações de apoio se desenrola da seguinte forma: os profissionais recorrem em primeiro momento aos próprios colegas devido a proximidade do ambiente de trabalho, se não houver possibilidade, buscam por indicação, outros profissionais dentro da Rede. No entanto, verifica-se a necessidade que o apoio ocorra fora do próprio ambiente de trabalho para que obviamente não haja a invasão das fronteiras entre o âmbito profissional e pessoal. Nesse sentido uma participante afirma:

[...] nós somos colegas, o que a gente pode fazer [é] aquele atendimento emergencial, aquele amparo, aquele inicial nós fazemos, não que a gente vá negar atendimento pra o nosso colega, é porque todos nós fazemos um trabalho junto, então isso pode prejudicar o trabalho. [...] os colegas procuram o UISAM, procuram atendimento aqui, então alguns procuram clínico geral, procuram psiquiatra eles procuram nossos colegas, nas unidades básicas ou então no UISAM. (E1, psicóloga, 32, CAPS AD III)

Ao se reportar ao aspecto do cuidado com o cuidador, Alves; Morato; Caldas (2009) afirmam que em primeiro lugar, o cuidado como tarefa existencial, precisa ser manifestado em todos os âmbitos da vida das relações para consigo, com os outros, E com o mundo, de forma que essa atitude, de pré-ocupação torna-se necessária alcançar às diversas manifestações do fazer humano, ou seja, trabalho, do público e do privado.

4) ***Os profissionais apresentam considerações sobre a RAPS e fazem avaliações.*** o quarto invariante aponta que os profissionais fazem algumas considerações gerais e avaliações quanto a Raps dentro do SUS a partir da Reforma Psiquiátrica relacionadas as capacitações, a integração da rede, percepções dos CAPS, e atual contexto Sócio político local e nacional. As capacitações foram apontadas como processos importantes para a prática profissional.

O Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde são responsáveis pelo planejamento, a formação e a educação permanente de trabalhadores em saúde no SUS. O relato do Entrevistado 4 revela a importância das capacitações:

[...]ano passado eu fiz uma visita técnica do caps de são Paulo pra conhecer eles lá, pra saber como funcionava, como é a rotina deles lá entendeu? Que foi o que deu uma melho-

rada na minha visão do que é o CAPS, de como é o funcionamento real do CAPS, de como o CAPS deve funcionar. (E3, 43 anos, Educador Físico, CAPS III)

Aos profissionais são previstas capacitações de acordo com as diretrizes estabelecidas na Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. A capacitação é uma das estratégias mais usadas para enfrentar os problemas de desenvolvimento dos serviços de saúde. Grande parte do esforço para alcançar a aprendizagem ocorre por meio da capacitação, isto é, de ações intencionais e planejadas que têm como missão fortalecer conhecimentos, habilidades, atitudes e práticas que a dinâmica das organizações não oferece por outros meios, pelo menos em escala suficiente. (DAVINI,2009).

A rede de atenção psicossocial apresenta uma visão ampliada do cuidado em saúde mas a partir dos relatos foi possível perceber que há um interrupção da comunicação, a percepção dessa ruptura levou os profissionais a promover reuniões com o objetivo de “ativar” a Rede. Nesse sentido a entrevistada relata:

[...] temos essa comunicação, essa troca o que for pra repassar pra outro serviço, a gente repassa porque tem paciente que é acompanhado, pelo CREAS, pelo CRAES entendeu e muitas vezes essa comunicação fica meio solta, fica meio perdida e o paciente fica sendo prejudicado. (E3, 32 anos, Psicóloga, CAPS III).

Ao avaliar as práticas de forma geral, e as limitações os participantes chegam a ideia de que os CAPS ainda não estão cumprindo o papel da quebra de paradigmas:

[...] mas eu não teria medo de Dizer que ainda... eu poderia comparar assim, é algumas atuações de CAPS, como mini manicômios, não teria medo de dizer isso não, não que isso aconteça com todos, quando eu falo isso, não quer dizer que acontece com esse CAPS ou que acontece com o CAPS de Manaus, mas é pra fazer um balanço geral de visão, de profissional, acho que ainda tem um pouco disso, até porque já tem mais de 20 anos da reforma psiquiátrica não era pra existir isso – hospital – manicômios, hospital psiquiátrico, mas apesar de todos esses tempos e apesar de todas as atuações, você sente um pouquinho que – até a gente as vezes se percebe, minha posição foi – ainda que retrograda, então quando eu falei que, a gente ta aprendendo eu não falei que eu não sou e que o outro não é não acho que é todo mundo de uma forma geral, então é como eu coloquei [...](E4, Psicóloga, 32, CAPS III)

Visto as dificuldades os profissionais apontam expectativas:

“[...]pode acontecer essas falhas [o processo da reforma] mas assim [siêncio] a política em si é boa, não sei se você sabe mas o chefe do departamento de saúde mental em Brasília,

saiu o que entrou agora , ele defende a política mais ou menos manicomial então houve até um processo de (pausa) a manifestação que foi dada o abraço, no início do ano nos CAPS então em Brasília começou a mudar também um pouco “vamo” ver como é que vai ficar essa mudança, não é só local, é também nacional.” (E3, Educador físico, 43,anos, CAPS III)

Há um sentimento de insegurança em torno do contexto atual política em nível nacional, nesse sentido, no entanto, os profissionais revelam expectativas para que o Processo d reforma continue. “Tanto pesquisadores quanto profissionais de saúde, mesmo que vindos de linhas e vertentes teóricas diferentes, estão engajados em uma corrente defensora da causa inclusiva, que valoriza o fortalecimento de vínculos éticos, solidários, igualitários e respeitosos entre pessoas e grupos. Estão, em suma, mobilizados pela busca de melhoras a serem realizadas no âmbito da saúde mental “(SIMÕES, FERNANDES, AIELLO-VAISBERG, 2013 p. 281.). Contudo, alguns profissionais avaliaram as práticas como satisfatória apesar das limitações, a satisfação parece não estar relacionada ao êxito com o objetivo dos CAPS, mas na possibilidade de contribuir no cuidado com os usuários.

Considerações finais

A partir da análise das narrativas proposta por Giorgi e Souza (2010), foi possível perceber quatro unidades de significado: 1)Contato inicial com a saúde mental: revelando o processo da quebra de preconceitos, adaptação com o conceito ampliado do cuidado em saúde mental, a necessidade da identificação com o trabalho, e a falta de conhecimento da população geral sobre as novas concepções da Reforma Psiquiátrica. As dificuldades relatadas indicam um conflito entre o que poderia ser feito pelo profissional e suas limitações, como a carência de recursos humanos e estruturais e o distanciamento dos familiares dos usuários dos CAPS.

O sofrimento a partir da foi apontado como aspecto que merece atenção, e como modo de enfrentamento os profissionais tecem uma rede de apoio paralela da RAPS, na tentativa de enfrentar o adoecimento. 4) Considerações sobre a Raps no SUS: onde o profissional avalia a interlocução da rede como ineficiente, considera o contexto sócio político atual no país e as implicações para a Saúde Mental. Quanto a interlocução da Rede, percebe que há apesar da dificuldade, um movimento em busca da comunicação entre os equipamentos da Rede e as expectativas em torno de melhoras, apesar das dificuldades os profissionais avaliam a Reforma Psiquiátrica como boa mas que precisa de melhoras.

Os resultados desta pesquisa, indicaram que os aspectos que foram apontados por profissionais dos CAPS no município de Boa Vista, corroboram com pesquisas realizadas em outras modalidades de CAPS e em outros pontos de apoio que compõem a RAPS no Brasil, no que se refere ao processo de adoecimento dos profissionais de Saúde Mental e identificação de dificuldades, estruturais, e de falta de recursos humanos. Além de apontarem para a necessidade de uma atenção, específica para o cuidado com o cuidador, que atua nesta área, devido as especificidades do cuidado.

Quanto a integração da Rede, percebe que há apesar da dificuldade, um movimento em busca da comunicação entre os equipamentos da Rede e as expectativas em torno de melhoras, e a satisfação em torno da possibilidade do cuidado dos usuários. Com esse estudo espera-se contribuir nas práticas de Políticas em Saúde mental em Boa Vista, considera-se que há um complexo campo de possibilidades para o aprofundamento em pesquisas e que este estudo pode servir de inicial para posteriores.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. B. NASCIMENTO, E. R. P. Intervenção nas situações de crise psíquica: dificuldades e sugestões de uma equipe de atenção pré-hospitalar. **Rev Bras Enferm**, Out 2014, vol.67, no.5, p.708-714. ISSN 0034-7167.

ALVES, C. F. O; MORATO, H. T. P; CALDAS, M. T. Saúde e sofrimento do trabalhador: experiências e olhares acerca do (dês) cuidado de cuidadores/profissionais SUS numa perspectiva fenomenológica existencial. In: **saúde mental no contexto do Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial**: uma introdução. MORATO, H. T. P. BARRETO, C. L. B. NUNES, A. P. Editores da Série: SILVARES, E. F. M. JUNIOR, F. B. A. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fio Cruz., 2007.

AMARANTE, P. Algumas notas sobre a complexidade da loucura e as transformações na assistência psiquiátrica. In: **Revista de Terapia Ocupacional**. V. 3n. 1/2,p. 8-16, dez/jan.1992.

ANDRADE, C. C.; HOLANDA, A. F. Apontamentos sobre as pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. **Estudos de Psicologia**. Campinas 27(2) Pag.(259-268).

ARANHA, M. L. D. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando Introdução À Filosofia**. Ed. 2ª edição revista e atualizada. EDITORA MODERNA. 1993.

ARAÚJO, N. **Equipe de saúde: vinculação grupal e vinculação terapêutica**. São Paulo. 2010.]

BASAGLIA, F. **A instituição negada**. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Graal, 1985.

BELLO, A. A. **Memorandum**. Belo Horizonte: Ribeirão Preto. Out. 2006. Pag. (28-34).

BRASIL. **Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em:<http://www.cress.belemvirtual.com.br/arquivos/File/legislacoes/11_Pol_SaudeMental.pdf>.último acesso: 22.04.15.

BRASIL. Ministério da saúde. **Manual de estrutura física dos CAPS e Unidades Básicas**. Brasília: 2013.

_____. **Lei Orgânica da Saúde 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõem sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS/ Conselho Nacional de Secretários de Saúde – Brasília: Conass, 2003.

Estratégicas. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: 2005.

DAVINI, M. C. Problemas e Perspectivas na Educação Permanente dos Recursos Humanos de Saúde. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Departamento de Gestão da Educação em Saúde. P (39). 1ª Ed. 2009. **Educação permanente do pessoal de saúde**. Washington: OPS/OMS, 1994. (Série Desenvolvimento de Recursos Humanos, n. 100).

GIL, Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. – 6°. ed. - São Paulo : Atlas. 2008.

GIORGI, A; SOUSA, D. **Método Fenomenológico de Pesquisa em Psicologia**. Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal: Lisboa, 2010. P (65).

GIOVANELLA, L. et al. O Sistema único de Saúde –SUS. In: **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ,2008. p. (435-472).

JÚNIOR, A. G.; M., M.. **A relação pessoa-comuniade na obra de Edith Stein**. Memorandum Ed. 11. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP; 2006.

PINHO, L. B., HERNÁNDEZ, A. M. B., & KANTORSKI, L. P. (2010a). Reforma psiquiátrica, trabalhadores de saúde mental e a “parceria” da família: o discurso do distanciamento. **Interface**, 14(32), 103-113.

SIMÕES, C. H.; FERNANDES, R. A. AIELLO-VAISBERG, T. M. J. O profissional de saúde mental na reforma psiquiátrica. **Revista: Estudos de Psicologia**: Campinas, 2013. V. (2). p.(.275-282). disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000200014&lng=pt&nrm=iso>. Último acesso em: 19.08.2015.

ARTIGO

PROMOÇÃO DA SAÚDE: AÇÕES DE PREVENÇÃO ÀS DOENÇAS E AGRAVOS MAIS PREVALENTES NA COMUNIDADE INDÍGENA ILHA NO ESTADO DE RORAIMA

Introdução

O presente trabalho é o resultado da conclusão do curso de Especialização em Gestão em Saúde promovido pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), em 2015.

A saúde indígena é uma temática complexa, e faz parte de uma das grandes preocupações para a saúde coletiva no Brasil. Atualmente, já existem alguns estudos sobre a saúde indígena, porém devido a várias circunstâncias como problemas burocráticos, geográficos, logísticos, e de escassez de pesquisas sobre esta temática, e a precariedade dos registros dos sistemas de informações sobre morbidade, mortalidade, cobertura vacinal, dados demográficos, entre outros; muito pouco se conhece sobre a saúde dos povos indígenas no Brasil. Entretanto é histórico que as doenças infecciosas quase dizimaram grande parte dos povos indígenas e foram determinantes no processo de subjugação frente ao expansionismo ocidental (BASTA et al, 2012; HAYD et al, 2008; COIMBRA JR et al, 2003).

Segundo dados do Censo 2010, hoje no Brasil vivem mais de 800 mil índios (cerca de 0,4% da população brasileira), distribuídos em 688 terras indígenas e algumas áreas urbanas. Os números não mensuram os dados que consideram a mais recente característica dessa população: o perfil epidemiológico e nutricional dos povos indígenas vive um cenário de transição (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO-2010). Além das doenças infectocontagiosas, conjuntamente estão presentes nas populações indígenas no Brasil, as doenças sexualmente transmissíveis, as doenças crônicas não transmissíveis, como a diabetes mellitus, hipertensão arterial, neoplasias, alcoolismo, a violência e a obesidade (COIMBRA JR et al, 2003; FIOCRUZ, 2012).

* Mestre em Ciências da Saúde, professora do Insikiran/UFRR. E-mail: paula.alves@ufr.br

** Mestre em Ciências da Saúde, professora do Insikiran/UFRR. E-mail: simone.lopes@ufr.br

A intervenção proposta neste trabalho refere-se ao problema de alto índice de doenças preveníveis e crônicas degenerativas em populações indígenas no estado de Roraima.

O atendimento diferenciado na assistência à saúde a população indígena em Roraima ainda não é satisfatório conforme é ratificado pela Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (BRASIL, 2002). Apesar do progresso após a SESAI em 2010, ainda existem muitos problemas. O atendimento do SUS em geral ocorre com dificuldades, no acesso, na integralidade organizacional e na oferta de serviços e com baixa qualificação técnica. Ao mesmo tempo, existe a necessidade de ações que favoreçam uma mudança nos processos de trabalhos em saúde, especificamente que respeite as heterogeneidades, as etnodiversidade, com integração da medicina tradicional em todo processo, para realmente oferecer um modelo diferenciado de atenção à saúde aos indígenas. Desta maneira, as concepções culturais e religiosas são fatores que devem ser considerados na implantação de programas de prevenção e controle, especialmente a divulgação de informações corretas sobre os meios de transmissão e prevenção que promovam atitudes e práticas coerentes com a promoção da saúde (HAYD et al, 2008). Assim, com base nos dados disponíveis, não é possível traçar de forma satisfatória o perfil epidemiológico dos povos indígenas, dado que estão ausentes os elementos quantitativos necessários para embasar análises abrangentes e sofisticadas (COIMBRA JR.; SANTOS, 2005) que possam orientar nossas ações de intervenções para proteção e promoção da saúde.

Em virtude do exposto acima, este projeto tem o objetivo geral levantar os números de ocorrências das principais doenças que acometem os indígenas e verificar seus padrões de adoecimento, morte e cuidado. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: construir um projeto de extensão em promoção da saúde do curso de gestão em saúde coletiva indígena e contribuir para a construção e melhoria do Sistema Único de Saúde e do Subsistema de Saúde Indígena.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas fundamenta o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena que se configura por um modelo complementar diferenciado de organização dos serviços desenvolvidos para a proteção, promoção e recuperação da saúde, que defenda o direito à saúde e o exercício da cidadania para os povos indígenas (BRASIL, 2002).

O subsistema de saúde indígena foi criado nos moldes de uma rede de serviços, nas terras indígenas, almejando superar as deficiências de cobertura, acesso e fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Mesmo com a criação da SESAI em 2010, como resultado das lutas das lideranças indígenas; o panorama brasileiro da saúde

indígena ainda é muito preocupante, quando comparado com a sociedade nacional. Desta forma, evidencia-se a incidência crescente de doenças respiratórias, diarreias, tuberculose, malária, tracoma, e as doenças crônico-degenerativas. Assim, cada vez mais se torna necessário que ocorram mudanças quanto aos processos de trabalhos que prevalecem nos serviços prestados à população indígena (CARDOSO, 2015).

Atualmente com a contemporaneidade, em que surgem novas tecnologias, novas formas de comunicações e informações, ocorre em conjunto um aumento da complexidade dos problemas saúde, exigindo mudança de paradigma na gestão em saúde, principalmente nos serviços prestados às populações indígenas no Brasil. É indispensável, portanto, a adoção de medidas intersetoriais, institucionais que viabilizem a Política Nacional de Promoção à Saúde a qual transcende o campo restrito da biomedicina, inseri em seu contexto as ações com participação de instituições educacionais, de segurança pública, de transporte, acesso a alimentos saudáveis, acesso à terra, acesso água potável, acesso a saneamento básico etc.

Assim, criar o primeiro projeto de extensão universitária na perspectiva da prevenção e promoção da saúde pelo curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena pelo INSIKIRAN/UFRR tem a preposição de contribuir para que ocorra mudança no panorama da saúde indígena do estado de Roraima, fortalecendo cada vez mais capacidade de empoderamento da população indígena, no que se refere aos seus direitos e cidadania. Do mesmo modo, tornando o Subsistema de Saúde Indígena factível e eficaz a aplicação dos princípios e diretrizes da descentralização, universalidade, equidade, participação comunitária e controle social.

Metodologia

Trata-se de um projeto de intervenção, corroborado na pesquisa-ação, almejando à mudança de uma realidade. Ao pesquisar a própria prática se produzem novos conhecimentos, que reinseridos, produzirão uma nova realidade. Segundo Pope; Mays (2009) apud Waterman et al, a pesquisa ação é definida como:

um período de investigação que descreve, interpreta e explica situações sociais ao executar uma intervenção de mudança que objetiva a melhora e o envolvimento. É centrada no problema, específica para o contexto e orientada para o futuro. A pesquisa-ação é uma atividade em grupo com uma explícita base em valores, sendo fundada em uma parceria entre os pesquisadores que usam esta técnica e os participantes, todos os quais envolvidos no processo de mudança. O processo participativo é educativo e empoderador, envolvendo uma abordagem dinâmica na qual estão interligados a identificação de problemas, o planejamento, a ação e a avaliação. O conhecimento pode ser avançado por intermédio

da reflexão e da pesquisa, sendo que os métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa podem ser empregados para coletar dados. Diferentes tipos de conhecimento podem ser produzidos pela pesquisa-ação, inclusive práticos e propositivos. A teoria pode ser gerada e refinada, e sua aplicação geral pode ser explorada por ciclos do processo de pesquisa-ação (p.136).

Tendo em vista o alcance dos objetivos propostos, bem como o enfrentamento do problema citado, o percurso metodológico eleito foi estruturado em 5 (cinco) ações. Inicialmente, solicitou-se aos DSEI Leste e à Coordenação Geral de Vigilância em Saúde (CGVS) do Estado de RR, dados acerca das morbidades e mortalidades mais prevalentes entre os indígenas do estado de Roraima. Essa etapa nos subsidiou acerca do diagnóstico situacional proposto como ação. Propõe-se a articulação de parcerias entre o DSEI leste de Roraima, Casai e Insikiran, em prol da promoção da saúde na comunidade da Ilha. Tal ação foi levada para Direção do Instituto Insikiran no período de 2015, na busca de apoio de forma a resultar em um contrato para formalizar ações que irão ser desenvolvidas pelas três instituições.

Elegeu-se a comunidade da Ilha para a aplicabilidade do projeto de extensão, visto a equipe de trabalho apresentar um vínculo prévio com a comunidade a partir de atividades como colaboradoras no Projeto PET-Intercultural coordenado pelo professor Maxim Repetto e no Projeto Observatório da Educação Escolar Indígena (Obeduc em rede a partir de articulação interinstitucional entre UFRR-UFMG-UNIRIO) coordenado pela professora Maria Bárbara de Magalhães Bethônico, permitindo um maior acesso para a troca de saberes com a comunidade e favorecendo a aplicabilidade do Projeto de extensão.

Realizou-se um encontro com a comunidade ilha, foi realizada uma roda de conversa, em que foram levantados os principais agravos a partir das demandas e visibilidades dos moradores, o conceito de saúde, o processo de adoecimento, bem como o levantamento in loco sobre as demandas de palestras educativas, prevenção de doenças e cuidados sobre as suas principais necessidades de saúde. Ressalta-se que a comunidade demonstrou-se muito interessada em participar das atividades propostas e trouxeram demandas de temáticas condizentes com o perfil epidemiológico traçado.

Outra ação importante será a realização de seminário integrativo, no meio acadêmico (alunos e professores) da UFRR, especificamente do curso Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Insikiran/UFRR sobre o perfil epidemiológico da comunidade estudada de forma a proporcionar o conhecimento dos alunos e professores do cur-

so, acerca das principais causas de morbimortalidade na comunidade da ILHA em Roraima, durante o período letivo.

Propõe-se a criação de um projeto de extensão em Promoção da Saúde, envolvendo os alunos do curso de gestão em saúde coletiva indígena do Insikiran/UFRR com a parceria da comunidade Ilha e CONDISI-Leste. O mesmo traz como finalidade propiciar espaços de conversa, levantar percepções sobre processo saúde-doença a partir da identificação das necessidades da comunidade indígena. Com o envolvimento dos alunos do curso de gestão em saúde coletiva indígena, fomentar-se-á a formação de vínculo com a comunidade a partir de interfaces entre saúde, cultura e modo de vida.

Referencial teórico

Considerações sobre a organização da saúde indígena no Brasil

A política atual da saúde indígena foi fruto de uma mobilização de diversos atores e instituições indígenas e indigenistas, no mesmo período da reforma sanitária brasileira e com interlocuções com a mesma. Os princípios e diretrizes que vão conformar o Sistema Único de Saúde (SUS), também integram a política de saúde indígena. (ATHIAS; MACHADO, 2001). A implementação da P.N.S.P.I. requer a adoção de um modelo complementar e diferenciado de organização dos serviços voltados para a proteção, promoção e recuperação da saúde. O Subsistema é um componente do SUS. A Lei no. 9836/99, conhecida como Lei Arouca, institui o “Subsistema de Atenção à Saúde Indígena” (SASISUS), na verdade, acrescenta o Capítulo V ao Título II da Lei 8.080. Seguindo os princípios e diretrizes da descentralização, universalidade, equidade, participação comunitária e controle social como rege as leis n.º 8.080 19/09/1990, lei n.º 8142 28/12/1990 (BRASIL, 2002).

A proposta de criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) vem refutar o tipo de assistência médica que a população indígena vinha recebendo historicamente, um atendimento com características emergenciais ou pelo modelo campanhista sanitário, como exemplo das Equipes Volantes de Saúde (EVSSs), ou dos atendimentos ofertados pelas conveniadas mantidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), destinadas ao controle de epidemias. Com a sua incorporação ao SUS, busca considerar a especificidade cultural desses povos e a necessidade de um “subsistema” de saúde diferenciado, que ainda para sua organização, considere as áreas territoriais indígenas sob sua responsabilidade, assim como as necessidades

de infraestruturais e de recursos humanos para a otimização das ações em saúde, por meio da criação das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI), lotadas em cada Unidade Básica de Saúde e da promoção do programa de formação dos Agentes Indígenas de Saúde (AISs), como uma das principais estratégias para a execução desse projeto, por meio da capacitação de agentes nativos para atuarem nesse âmbito e em suas próprias comunidades (BRASIL, 2000; CARDOSO, 2015).

Foram criadas 34 DSEIs, atualmente potencialmente Unidades Gestoras “autônomas”, instituídas de acordo com áreas territoriais indígenas diferenciadas. Foram criados ainda, 4 escritórios locais; 354 polos base e 62 casas de saúde indígena (CASAI), as quais são unidades de apoio ao atendimento aos povos indígenas; 751 postos de saúde; 9.021 profissionais-EMSI e NASI; 4.132 AIS (Agente Indígena de Saúde); 1.387 AISAN (Agente Indígena de Saneamento) (SESAI, 2011).

A partir do final de 2010, o SASISUS passou a ser subordinado ao Ministério da Saúde, por meio do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União (DUO) de 20 de outubro de 2010, em que oficializa a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). As principais funções da SESAI é coordenar e executar o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena em todo território nacional, tendo como missão a proteção, a promoção e a recuperação da saúde dos povos indígenas e cumprir com a gestão de saúde indígena, bem como orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde de acordo com as especificidades, o perfil epidemiológico e a condição sanitária de cada DSEI, em consonância com as políticas e programas do SUS (BRASIL, 2011).

Perfil de morbimortalidade da população indígena no Brasil

Segundo o último censo realizado em 2010 (ISA, 2011, IBGE, 2010), no Brasil vivem mais 896,9 mil indígenas (36,2% em área urbana e 63,8% em terras indígenas); 305 etnias (a maior etnia é a Tikúna); 274 línguas, sendo a Tikúna a mais falada (34,1 mil pessoas), dos 786,7 mil indígenas de 5 anos ou mais, 37,4% falam uma língua indígena e 76,9% falam português. Entre as regiões, o maior contingente está na região Norte (342,8 mil indígenas), e o menor, no Sul (78,8 mil). O País tem 505 terras indígenas, que representam 12,5% do território brasileiro (106,7 milhões de hectares), onde residem 517,4 mil indígenas (57,7%), dos quais 251,9 mil (48,7%) estão na região Norte. A terra com maior população indígena é Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil indígenas. Foi observado equilíbrio entre

os sexos para o total de indígenas: para cada 100,5 homens, há 100 mulheres. Há mais mulheres nas áreas urbanas e mais homens, nas rurais. Percebe-se, porém, um declínio no predomínio masculino nas áreas rurais entre 1991 e 2010, especialmente: no Sudeste (de 117,5 para 106,9), Norte (de 113,2 para 108,1) e no Centro-Oeste (de 107,4 para 103,4). Entre 2000 e 2010 observa-se que há mais jovens índios do que idosos, o que reflete a alta taxa de fecundidade e mortalidade entre indígenas, principalmente na área rural.

No Brasil os povos indígenas perpassam por um contínuo processo de transformação histórico, em consequência da interação com a sociedade envolvente não indígena. Essas transformações ecoam nas diferentes esferas do universo indígena. Podemos destacar as modificações nas estratégias de subsistência, nas formas de ocupação do território, na exploração dos recursos naturais, nas relações políticas travadas no âmbito interno e externo às aldeias e na inserção no mercado de trabalho regional, com marcantes impactos na maneira como essas sociedades se organizam. (BASTA et al, 2012).

Os determinantes do processo saúde-doença dos povos indígenas são altamente diversificados, o perfil epidemiológico pode variar substancialmente de um grupo para outro, e muitas vezes dentro de uma mesma etnia. Desta forma, é praticamente impossível definir padrões epidemiológicos generalizáveis ou construir indicadores de saúde que consigam englobar a enorme diversidade existente entre as populações nativas brasileiras (BRASIL, 2006).

As principais causas de morte na população indígena brasileira são: as doenças infecciosas (tuberculose, malária, hepatites virais); as diarreias, desenvolvimento humano comprometido, a desnutrição, as doenças carências, as doenças do aparelho respiratório, circulatório, e doenças consideradas comportamentais (alcoolismo, suicídio, violência externa) permanecem como importante causa de morbimortalidade (COIMBRA JR; SANTOS, 2000; BASTA et al, 2012).

Atualmente, observa-se um processo de transição das doenças infectoparasitárias para as Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT); os transtornos mentais e comportamentais; as causas externas de adoecimento e morte. Entre as principais doenças DCNT, estão a hipertensão arterial, a diabetes mellitus tipo II, e as neoplasias, a obesidade; entre os indivíduos maiores de 30 anos de idade; e à desidratação e à desnutrição, a anemia, a tem maior incidência em crianças menores de cinco anos de idade (CASTRO, 2008, BASTA et al, 2012).

Saúde indígena em Roraima

Em Roraima, o perfil epidemiológico conforme dados coletados pela Coordenação Geral de Vigilância em Saúde (CGVS) do estado de Roraima, em 2014 os principais agravos notificados em números absolutos em todas as faixas etárias em indígenas foram: a AIDS - 20 casos; a candidíase - 30 casos, toxoplasmose congênita - 31 casos; a tuberculose - 37 casos; a varicela - 47 casos; outras doenças inflamatórias pélvicas femininas - 57 casos; a violência interpessoal/autoprovocada - 65 casos; a leishmaniose visceral - 66 casos; a leishmaniose tegumentar americana - 84 casos; síndrome do corrimento cervical em mulheres - 105 casos; as hepatites virais - 171 casos; acidente por animais peçonhentos - 237 casos. (SESAU, 2015).

Segundo Hayd et al (2008) afirmam, é fato o aumento nas taxas de mortalidade causados por doenças degenerativas, relacionados a problemas nutricionais, na gestação e no período perinatal em Roraima. Entre as principais causas de óbitos permanecem as infecções respiratórias agudas, as doenças diarreicas e as causas externas. O grupo das causas mal definidas inclui os óbitos atribuídos a doenças indígenas.

Assim, os padrões de morbimortalidade da população indígena em Roraima não contrapõe o cenário epidemiológico nacional que se encontra em transição, no qual se incluem as doenças crônicas não transmissíveis; as “doenças sociais” como o alcoolismo, os transtornos psiquiátricos, o suicídio e as mortes por causas externas vêm sendo reportadas como as causas de mortalidade crescentes entre os indígenas no Brasil. O alcoolismo e o suicídio, entre os grupos indígenas no Brasil, são problemas complexos, potencializados pelo processo de interação com a sociedade envolvente, que muitas vezes promove a desestruturação sociocultural e econômica dos grupos nativos. As chamadas doenças sociais necessitam de uma abordagem interdisciplinar (HAYD et al,2008; BASTA et al, 2012).

A promoção da saúde e sua articulação com o processo ensino-aprendizagem

A palavra prevenir em Ferreira (2003) significa “preparar, chegar antes de, dispor de maneira que evite (dano, mal); impedir que se realize”. No caso da saúde, especificamente, relaciona-se a evitar doenças. As ações de prevenção se orientam, portanto, para o “controle e enfraquecimento dos fatores de risco ou fatores causais de grupos de enfermidades ou de enfermidades específica, sendo seu foco a doença” (BUSS, 2009, p.33).

O termo promover traz como significado dar impulso a, fomentar, originar, gerar (FERREIRA, 2003), e tratando-se da saúde refere-se ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo. (...). Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. “Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global” (CARTA DE OTTAWA, 1986).

Segundo Rabello (2010), a promoção da saúde atualmente exige que os cuidados em saúde transcendam as concepções da biomedicina, tanto no âmbito clínico como na saúde pública, buscando continuamente sua construção e reconstrução de acordo com as perspectivas dos pacientes, do sentido de suas experiências as quais condicionam e situam sua realidade, e através do ponto de vista da gestão do Estado implica levar em conta a contribuição política da sociedade civil organizada.

Corroborando com esses conceitos, Czeresnia (2009) enfatiza que a ideia de promoção envolve o fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos condicionantes da saúde. A mesma vai além de uma aplicação técnica e normativa, pois não basta conhecer o funcionamento das doenças e encontrar mecanismos para seu controle.

Buss (2000) discute a contribuição da promoção da saúde como campo de conhecimento e de prática para a qualidade de vida, trazendo como essência da discussão os conceitos que aproximam promoção da saúde e qualidade de vida, bem como algumas estratégias e iniciativas capazes de operacionalizar sua interação. Para o autor, a nova concepção de saúde que a identifica com bem-estar e qualidade de vida ultrapassam as barreiras estáticas do conceito de doença, sendo importante a sua construção separadamente, pois a saúde atual é compreendida como um estado dinâmico, produzida pelos determinantes sociais. Daí o conceito ampliado de saúde como resultante das condições de moradia, educação, transporte, acesso a bens e serviços essenciais, lazer, entre outros. Contraria o conceito anterior da saúde como mera ausência de doenças, ou como a visão utópica do completo bem-estar físico, mental e social da OMS.

A promoção da saúde, portanto, insere-se no debate da transformação social e no desenho de políticas e ações integrais que possibilitem alternativas de desenvolvimento, o que enfatiza a importância do Estado e da sociedade civil na consecução de suas propostas (RABELLO, 2010).

Inserindo a Promoção da saúde no campo de discussão do processo educacional, verifica-se que há um reconhecimento internacional da necessidade de mudança na educação de profissionais de saúde frente à inadequação do aparelho formador em responder às demandas sociais (CIRYNO; PEREIRA, 2004), o que reflete essencialmente nos processos de trabalho dos profissionais na sua atuação. Tal fato tem estimulado as instituições a transformarem-se na direção de um ensino que, dentre outros atributos, valorize a equidade e a qualidade da assistência e a eficiência e relevância do trabalho em saúde.

O processo de mudança da educação traz inúmeros desafios, entre os quais romperem com as estruturas cristalizadas e modelos de ensino tradicional e formar profissionais de saúde com competências que lhes permitam recuperar a dimensão essencial do cuidado: a relação entre humanos (CIRYNO; PEREIRA, 2004).

Barba, Martinez e Carrasco (2003) defendem que uma visão intersetorial poderá se constituir em um caminho, quando se objetiva a promoção da saúde e educação no Brasil. Saúde, educação e desenvolvimento são conceitos que não podem caminhar sozinhos.

Buss (1999) ressalta que no Brasil, a transição demográfico-epidemiológica caracteriza-se pela prevalência cada vez mais elevada de doenças e fatores de risco relacionados com os estilos de vida, exigindo a transformação do modelo assistencial, com a maior oferta de serviços e ações preventivas e de promoção da saúde baseadas em evidências, o que inclui iniciativas inovadoras de informação, educação e comunicação.

Resultados e discussão

O estado de Roraima é o estado de maior população indígena do país com 49.637 índios, que ocupam uma área de 10.370.676 hectares. As principais etnias indígenas são: Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Yanomami, Ye'Kuana, Patamona, Wapixana, Waimiri-Atroari e Wai-Wai. (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO-2010), as quais não foge da realidade do panorama epidemiológico nacional referente as populações indígenas.

A Terra Indígena São Marcos, no estado de Roraima foi homologada em 1991, com um total de 654.110 mil hectares; e são banhadas pelos rios Uraricoera, Surumu, Tacutu, e Parimé; possui uma população indígena atual aproximada de 5 mil pessoas, que pertencem aos povos indígenas Saporá, Macuxi, Wapichana e Taurepang. Na T.I. São Marcos existem 32 comunidades organizadas em três regiões,

contando com três polos bases destinados ao atendimento à saúde gerenciados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena leste: no Baixo São Marcos, comunidade Vista Alegre; no Médio São Marcos, comunidade Maruwai e no Alto São Marcos, na comunidade Boca da Mata. A porção norte desta terra indígena pertence ao Município de Pacaraima, fronteira com a República Bolivariana da Venezuela, sendo que a porção sul se encontra administrativamente dentro do Município de Boa Vista (capital de Roraima). O limite leste é a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, próxima do país vizinho República Cooperativista da Guiana.

Em termos geográficos, a TISM é ocupada na porção norte por serras e floresta tropical densa, sendo as porções central e sul áreas de savanas naturais, com matas apenas nos rios e igarapés. As principais atividades de subsistência da população são agricultura, com cultivo principalmente de mandioca, milho, feijão e abóbora. A pecuária familiar com criação de gado bovino é a principal fonte de acesso à proteína animal, embora haja atividades cada vez menos rentáveis de caça e pesca, devido à escassez e a extinção progressiva da fauna nativa.

O presente projeto de intervenção será executado na comunidade indígena Ilha, com 125 habitantes, a qual pertence ao município de Boa Vista, e está adstrita ao polo base Vista Alegre. Possui escola municipal e estadual, luz elétrica, o acesso a água é por meio de poço cartesiano, existe uma igreja evangélica. A comunidade possui um Agente Indígena de Saúde (AIS), e um Agente Indígena de Saneamento Básico e Ambiental, tem e uma pequena estrutura de posto de saúde.

As doenças que acometem as populações indígenas do leste de Roraima estão são as doenças respiratórias, as diarreias, o tracoma, a HIV/AIDS, tuberculose, malária, a diabetes mellitus, hipertensão arterial, neoplasias, alcoolismo e obesidade, são todas extremamente preocupantes, devido a sua patogênese e consequentes sequelas. Vale destacar que em 2010 a incidência de tuberculose do estado foi de 28 por 100.000 habitantes, sendo a capital a cidade de Boa Vista com uma incidência de 27,1 por 100.000 habitantes. A taxa de mortalidade por diabetes em Roraima, no período de 1996 a 2009 foi superior à apresentada pelo Brasil e pela região Norte. Nos anos 2008 a 2010, foram realizadas atividades de busca ativa de casos de Tracoma em áreas com piores condições socioeconômicas em alguns municípios e registradas prevalências acima de 10% em Boa Vista, Bonfim e São João da Baliza. Em áreas indígenas foram detectados casos de tracoma ativo no Distrito Sanitário Especial Indígena Leste, nos anos 2007 e 2008, com aldeias apresentando prevalência de até 45% (BRASIL, 2011).

Conforme Coordenação Geral da Vigilância em Saúde-CGVS do Estado de RR, a partir do Sistema de Informações de Agravos Notificados-SINAN, foram notificados 1.199 casos de doenças/agravos sendo que as de maior prevalência na população indígena no ano de 2014 em ambos os sexos foram: Acidentes por animais peçonhentos, representando 19,8 % dos casos, principalmente na população com faixas etárias entre 10 a 14 anos (16,9%); hepatites virais 14,3% dos casos concentradas principalmente nas faixas etárias 20-29 anos (12,2%); síndrome do corrimento cervical em mulheres com 8,8% dos casos acometendo principalmente as faixas etárias 30 a 39 anos (32,4%); leishmaniose tegumentar americana 7% dos casos com maior prevalência nas faixas etárias 20-29 anos (26,2%); leishmaniose visceral 5,5% dos casos principalmente em crianças de 1-4 anos (27,3%); violência interpessoal autoprovocada 5,4% dos casos principalmente nas faixas etárias 20 -29 anos e 30-39 anos ambas com 21,5% e tuberculose com 3,1% dos casos principalmente nas faixas etárias 20 a 29 anos (21,6%) (SESAU/RR, 2015).

Já o total de casos notificados de mortalidade em indígenas em ambos os sexos por faixa etária, foram de 332 casos, e as principais causas em ordem crescente respectivamente são: o Infarto agudo do miocárdio representando 2,4% dos casos com maior prevalência na faixa etárias dos 50-59 anos; as diarreias e gastroenterite de origem infecciosa presumida com 4,5%, sendo maior em menores de 1 ano; outras causas mal definidas representam 4,8% dos casos, sendo maior entre os indivíduos com 50-59 anos; agressão por meio não especificados com 7.3% dos casos, com maior evidência entre os menores de 1 ano; e as Pneumonias com 11.1%, principalmente em menores de 1 ano (SESAU/RR, 2015). Essas altas e médias prevalências de doenças negligenciadas em municípios do estado de Roraima reforçam a necessidade de implementação e fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica e controle com objetivo de melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas.

A academia tem um importante papel a desempenhar e deve servir a sua comunidade. O curso de graduação em Gestão em Saúde Coletiva Indígena, regido pelo INSIKIRAN/UFRR foi criado em 2013, uma conquista do movimento indígena, que historicamente vem buscando fortalecer sua formação profissional, para atender às necessidades das próprias comunidades. No caso da gestão em saúde coletiva, para assistir adequadamente a saúde no subsistema. Desta forma, o curso conta com um quadro de 6 professoras nas seguintes áreas de estudo: Política, Planejamento, Financiamento e Gestão em Saúde; em Saúde Coletiva, Vigilância em Saúde, Epidemiologia; Morfofuncional Humano, em Etnologia Indígena, Sociedade e Cultura; e em Informática em Educação. Almejamos formar profissionais de saúde que

possam contribuir para a construção e melhoria do Sistema Único de Saúde e do Subsistema de Saúde Indígena.

O curso pretende reunir conhecimentos necessários às transformações das práticas em saúde e formar profissionais que se tornem agentes transformadores do perfil sanitário e da consolidação de práticas mais adequadas às necessidades de saúde da população indígena. Como professoras do curso de graduação em Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Insikiran observamos a falta de cursos de extensão que se preocupe com a temática da saúde indígena, em que se estabeleça parcerias solidificadas com as instituições responsáveis pela saúde indígena do estado de Roraima.

As causas críticas seriam a ausência de ações que favoreçam um diagnóstico situacional fidedigno; ações que priorizem a equidade e o empoderamento individual e comunitário das populações indígenas; promoção de mudanças na cultura organizacional; a falta de parcerias pactuadas com as instituições DSEI leste, e DSEI Yanomami, CASAI, Secretaria Estadual de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, universidades e as comunidades e lideranças indígenas; a falta de uma educação permanente de profissionais de saúde dos DSEIs para atuação no contexto intercultural; a inexistência de ações de extensão e pesquisa específicas do curso de graduação Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Insikiran/UFRR, de forma a subsidiar a articulação de ensino, serviço e comunidade em que se priorize ações e saberes voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde das populações, respeitando suas diversidades, entendendo saúde como um processo que envolve questões epidemiológicas, socioeconômicas, ambientais, demográficas e culturais.

Considerações finais

A fim de atingir os objetivos do presente projeto de intervenção, no primeiro semestre de 2015 iniciamos o desenvolvimento das ações de forma a conhecer a comunidade, iniciar um processo de escuta, e construção de vínculo. E nesse contato inicial identificamos o interesse sobre alguns assuntos que a comunidade expressou, e daí surgiram as primeiras ideias para construção do nosso primeiro projeto de extensão do curso de gestão em saúde coletiva indígena. Foram também desenvolvidas as ações referentes à definição de parâmetros sobre o projeto através da realização de reuniões com a coordenação do curso.

A escuta qualificada com os alunos e com a comunidade vem proporcionando o repensar sobre os tipos de projetos que o curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Insikiran/UFRR pode oferecer para a população, na perspectiva de ser

um processo com parcerias intersetoriais e interinstitucionais, com uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, em que o saber será compartilhado entre os sujeitos, favorecendo o tão almejado empoderamento na defesa de seus direitos.

Vale ressaltar a importância de incorporar os aspectos epidemiológicos, com os indicadores adequados para orientar uma reforma que reorganize os serviços de saúde nos eixos norteadores da atenção primária buscando a resolutividade.

Temos que dar mais atenção ao perfil epidemiológico real dessa população, que historicamente é muito carente de registros sobre o seu processo saúde e doença. Como docente, minha atuação está diretamente dedicada às disciplinas de Saúde Coletiva, Vigilância da Saúde, Epidemiologia, e pretendo assim aproximar a comunidade e os alunos, futuros profissionais de saúde, de sua prática profissional, criando a oportunidade para que os mesmos integrem a teoria e a ação, buscando incluir o conhecimento para fundamentar a tomada de decisão de todos os sujeitos interessados na saúde.

Atualmente desejamos um novo modelo de atenção à saúde em detrimento da demanda curativa-individual que vem prevalecendo antes da reforma sanitária. Advogamos pela perspectiva da promoção da saúde e da atenção primária com integração de políticas públicas saudáveis em todos os setores articulados a um processo de trabalho da ESF, e assim alcançar uma adequada gerência dos serviços de saúde, um cuidar coletivo, uma assistência à saúde humanizada, da amenização e prevenção de riscos à saúde da população em geral. Queremos assim contribuir para o alcance de uma sociedade mais justa, de uma equidade sanitária, vencendo os desafios do se obter o acesso universal e à proteção em saúde.

Na verdade este intento configura-se em um grande desafio, pois um projeto de extensão na perspectiva da promoção da saúde não é tarefa fácil, pois devemos entender os desiguais em suas desigualdades. Portanto é desafiador analisar, validar parâmetros que expressem no íntimo as necessidades locais específicas de um território em que os sujeitos que lá vivem há séculos vêm sofrendo com o descaso por parte do estado nacional.

Ao final da aplicação deste projeto de intervenção, espera-se que os cidadãos desta comunidade obtenham novas perspectivas sobre suas condições sanitárias, proporcionando condições para que possam dialogar e debater sobre qualidade em saúde em seu território. Assim espera-se que possamos todos aprender com essa experiência, professores, alunos, cidadãos, no sentido de conhecer a estrutura social, econômica e cultural da comunidade (serviços de saúde, escola, saneamento, luz, água encanada, etc.); observar as características do território; e da população etc.;

refletir sobre as dimensões, potencialidades, limitações e necessidades e problemas de saúde da comunidade.

Referências bibliográficas

ATHIAS, R; MACHADO, M. A saúde indígena no processo de implantação dos Distritos Sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 17(2):425-431, mar-abr, 2001.

BASTA, P C; ORELLANA, J D Y; ARANTES, R. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: notas sobre agravos selecionados. In: Garnelo, Luiza; Pontes, Ana Lúcia (Org.). Saúde Indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, p. 60-108. 2012.

BARBA, P; MARTINEZ, C; CARRASCO, B. **Promoção da saúde e educação infantil: caminhos para o desenvolvimento**. 2003. Disponível em: <<http://sites.ffclrp.usp.br/paidea/artigos/26/01>>. Acesso em: 18 de agosto de 2015.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS**. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 60p. ISBN:978-85-334-1639-0. ACESSO: 24/08/2015. DISPONÍVEL: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf

BRASIL. SESAI. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/secretaria-sesai/mais-sobre-sesai/9864-destaques>. Acesso:22/072015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde: **Relatório de Situação: Roraima/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde**. – 5. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 35 p. ISBN 978-85-334-1868-4 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. (Org.) GERSEM, S L. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. 224 p. ISBN 85-98171-57-3.

BRASIL. **Principais legislações do Sistema Único de Saúde**. Belo Horizonte, Janeiro 2013.

BUSS, P. M. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, sup. 2, p. 177-185, 1999.

BUSS, P. M. **Uma introdução ao conceito de promoção a saúde**. In: CZERESNIA, D. e FREITAS, C.M. (orgs). Rio de Janeiro: Fiocruz, pp.15-38,2003.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2000, vol.5, n.1, pp. 163-177. ISSN 1678-4561.

CARTA DE OTTAWA. Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde; novembro de 1986; Ottawa; Ca. In: Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **Declaração de Alma-Ata; Carta de Ottawa; Declaração de Adelaide; Declaração de Sundsvall; Declaração de Santafé de Bogotá; Declaração de Jacarta; Rede de Megapaíses; Declaração do México**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2001. p. 19.

CARDOSO, M D. Políticas de saúde indígena no Brasil: do modelo assistencial à representação política. In: LANGDON, E J; CARDOSO, M D (Org.). **Saúde Indígena: políticas comparadas na América latina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015. p. 83-106. ISBN978-85-328-0735-9.

CASTRO, R F M. **Atenção à Saúde do Indígena no estado de Rondônia, Brasil**: Revisão das Políticas Públicas de Saúde Saber Científico, Porto Velho, 1 (1): 209 - 231, jan./jun.,2008.

COIMBRA JR., C E A., SANTOS, R V; ESCOBAR, A L (organ.). **Epidemiologia e Saúde dos Povos Indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco; 2003. p. 13-47, pp. 2327-2339. ISSN 0102-311X.

COIMBRA JR., C E A., SANTOS, R V ; ESCOBAR, A L., orgs. **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005.260 p. ISBN: 85-7541-022-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

CYRINO, E G; TORALLES-PEREIRA, M L. Trabalhando com estratégias de ensino aprendizagem por descoberta na área de saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 782, maio/jun. 2004.

CZERESNIA, D. O Conceito de saúde e a diferença entre Prevenção e Promoção. In: CZERESNIA, D; FREITAS, C.M.de (org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.p.43-57.

FERREIRA, A B H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p.

FERREIRA, M E V; MATSUO, T; SOUZA, R K T. Aspectos demográficos e mortalidade de populações indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2011, vol.27, n.12, pp. 2327-2339. ISSN 0102-311X.

FIOCRUZ. **Mudança no Perfil Epidemiológico Alerta Indígenas**. 2012. Disponível em:<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/30058>. Acesso em: 16/10/2014.

HAYD, R L N; OLIVARES, A I O; FERREIRA, M L S; LUITGARDS-MOURA, J F. Um Olhar sobre a Saúde Indígena no Estado de Roraima. **Mens Agitat**. Volume III, Número 1, 2008, p. 89-98. ISSN 1809-4791.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO DEMOGRAFICO2010**. Disponível em:http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=resultuniverso_censo2010/. ACESSO: 06/02/2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil**, -2006/2010. Carlos Alberto Ricardo; Fany Ricardo (org.). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.778 pg.ISBN: 978-85-85994-3.

NETO, A L R. Epistemologia social e saúde indígena: Uma visão da saúde coletiva. **Boletim da Saúde**. Porto Alegre. Volume 21. Número Jan-Jun. pp. 27-38, 2007. Acesso: 31/07/2014. Disponível: [Documentos/Gest%20em%20saude%20Coletiva/saude%20indigena/v21n1Epidemiologia%20Soc.pdf](#)

PAGLIARO, H. A revolução demográfica dos povos indígenas no Brasil: a experiência dos Kayabí do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil, 1970-2007. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2010, vol.26, n.3, pp. 579-590. ISSN 0102-311X.

RABELLO, L S. **Promoção da saúde**: a construção social de um conceito em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.228p.

SESAU. Coordenação Geral de Vigilância em Saúde. **Planilha de Informações sobre as causas de óbitos mais prevalentes por faixa etária, em todos os sexos, em populações indígenas no período de 2008 a 2014**. 2015.

Ana Paula Barbosa Alves *
Jainne G. de M. S. dos Santos **
Greyce kelle Fidelis Paulino ***
Alexsandra da Silva Ribeiro ****
Helton Lima Silva *****

ARTIGO

PROMOÇÃO DA SAÚDE: PREVENÇÃO DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVA

Introdução

Este trabalho apresenta o resultado de uma atividade do tema contextual “Promoção da Saúde”, no 3º período do curso de “Gestão em Saúde Coletiva Indígena” do Instituto Insikiran/UFRR, no semestre de 2015-2, como requisito de avaliação e compreensão dos conteúdos debatidos em sala de aula. O propósito geral é alertar sobre os malefícios à saúde da má alimentação, sobrepeso, sedentarismo, abuso de álcool e tabaco e especificamente demonstrar os conceitos sobre promoção da saúde e prevenção das doenças e suas principais diferenças.

Com o século XIX deu-se início aos avanços nas ciências biológicas e os efeitos positivos são claros, mas não ofereceram e/ou não estão oferecendo soluções para os efeitos sociais, culturais, econômicos, e políticos que as mais diversas sociedades estão tendo que enfrentar, na contemporaneidade. As pessoas continuam morrendo de velhas e novas doenças. Com a globalização os microorganismos desconhecidos e conhecidos estão sendo transmitidos entre os continentes, países e coletivos humanos. O perfil epidemiológico que se apresenta é o seguinte: a violação dos direitos humanos; a violência e os acidentes (causas externas); doenças crônico-degenerativas; as doenças infectocontagiosas; mudança na biologia humana; mudanças nos

* Mestre em ciências da saúde, professora do Insikiran/UFRR. E-mail: paula.alves@ufrr.br

** Discentes do curso de “gestão em saúde coletiva indígena” do insikiran/ufrr. E-mail: alexsandravr.bv@gmail.com

*** Discentes do curso de “gestão em saúde coletiva indígena” do insikiran/ufrr. E-mail: greycekellepsc@gmail.com

**** Discentes do curso de “gestão em saúde coletiva indígena” do insikiran/ufrr. E-mail: helton_hlima@hotmail.com

***** Discentes do curso de “gestão em saúde coletiva indígena” do insikiran/ufrr. E-mail: ynesampa@gmail.com

modos de vida, decorrente do processo de globalização; a crise da modernidade. As promessas de saúde para todos no início do século XXI falharam. O capitalismo não cumpriu a sua promessa de desenvolvimento social, aumentou a pobreza, a concentração de riquezas, tem sido consequências deletérias para a saúde da população (WESTPHAL, 2012, 685 p.).

A Saúde indígena faz parte de uma das grandes inquietações para a saúde coletiva no Brasil. Atualmente, já existem alguns estudos, mas apresenta ainda uma enorme dificuldade devido a problemas geográficos, logísticos, e de escassez de análises sobre as necessidades de saúde dessas populações, e a precariedade dos registros dos sistemas de informações sobre morbidade, mortalidade, cobertura vacinal, dados demográficos, entre outros; muito pouco se conhece sobre a saúde dos povos indígenas no Brasil (BASTA et al, 2012; HAYD, 2008; COIMBRA JR et al, 2003).

Conforme as informações colhidas no último censo 2010, hoje no Brasil vivem mais de 800 mil índios (cerca de 0,4% da população brasileira), distribuídos em 688 terras indígenas e algumas áreas urbanas. Observa-se, na atualidade que os povos indígenas apresentam um perfil epidemiológico e nutricional em transição (IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO-2010). Além das doenças infectocontagiosas, conjuntamente estão presentes nas populações indígenas no Brasil, as doenças sexualmente transmissíveis, as doenças crônicas não transmissíveis, como a diabetes mellitus, hipertensão arterial, neoplasias, alcoolismo, a violência e a obesidade (COIMBRA JR et al, 2003; FIOCRUZ, 2012).

Desenvolvimento

Os povos indígenas apresentam uma enorme diversidade nas características de seus determinantes do processo saúde-doença. Desta maneira, o perfil epidemiológico pode variar substancialmente de um grupo para outro, e muitas vezes dentro de uma mesma etnia. Assim, não se pode definir padrões epidemiológicos comuns ou construir indicadores de saúde que consigam englobar a enorme diversidade existente entre as populações nativas brasileiras (BRASIL, 2006).

Pode-se citar que um dos grandes barreiras para se conhecer os perfis de saúde dos indígenas no Brasil diz respeito à falta de informações disponíveis, confiáveis, sobre eventos vitais (nascimentos e mortes) e sobre as principais causas de adoecimento. (COIMBRA JR; SANTOS, 2005). Com a criação do Subsistema, no âmbito do SUS, a partir da lei 9.836/99, conhecida como Lei Arouca e o desenvolvimento do SIASI, algumas informações demográficas e de morbidade passaram a ser coleta-

das de forma mais abrangente e com certa regularidade, em todo o Brasil. (BRASIL, 2002; BASTA et al, 2012).

As doenças infecciosas (tuberculose, malária, hepatites virais); as diarreias, desenvolvimento humano comprometido, a desnutrição, as doenças carências, as doenças do aparelho respiratório, circulatório, e doenças consideradas comportamentais (alcoolismo, suicídio, violência externa) permanecem como importante causa de morbimortalidade na população indígena brasileira (COIMBRA JR; SANTOS, 2005; BASTA et al, 2012).

As doenças crônicas não transmissíveis ou doenças crônico degenerativas são terminologias usadas para determinar grupos de enfermidades qualificadas pela ausência de agentes microbianos (bactérias, vírus, fungos, protozoários), ou seja é uma doença não infecciosa, como também pelo longo curso clínico e irreversibilidade. (FREITAS; MENDES, 2007)

Como exemplos de doenças não transmissíveis, pode-se citar hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares (arteriosclerose), neoplasias, doenças respiratórias crônicas (asma). E de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) mostrou também que cerca de 80% dos óbitos por DCNT ocorreram em países pobres e entorno de 29% dos óbitos ocorreram em adultos com menos de 60 anos. O impacto socioeconômico das DCNT é alarmante e impede “a redução da pobreza, a equidade, a estabilidade econômica e a segurança humana, podendo atuar como um freio no próprio desenvolvimento econômico das nações” (DUNCAN et al, 2012).

Entre as principais doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) que acometem as populações indígenas, estão a hipertensão arterial, a diabetes mellitus tipo II, e as neoplasias, a obesidade; entre os indivíduos maiores de 30 anos de idade; e à desidratação e à desnutrição, a anemia, a tem maior incidência em crianças menores de cinco anos de idade (CASTRO, 2008; BASTA et al, 2012).

Segundo Mendes (2010), as condições crônicas vão muito além das doenças crônicas (diabetes, doença cardiovascular, câncer, doença respiratória crônica etc.), envolvem as condições ligadas à maternidade e ao período perinatal (acompanhamento das gestantes e atenção perinatal, às puérperas e aos recém-natos); condições ligadas à manutenção da saúde por ciclos de vida (puericultura, hebicultura e monitoramento da capacidade funcional das pessoas idosas); os distúrbios mentais de longo prazo como assinalados acima, onde pode-se fazer um destaque para o retardamento mental e deficiência intelectual associado ou não às deficiências físicas e estruturais contínuas (amputações, cegueiras, deficiências motoras persistentes etc.); doenças metabólicas; as já citadas, doenças bucais e paradoxalmente, também

envolvem, as doenças infecciosas persistentes (hanseníase, tuberculose, HIV/AIDS, hepatites virais etc.).

Alguns padrões sociais de estilo de vida constituem os principais fatores de risco comportamentais envolvidos nas doenças crônicas e incapacidades sérias. Observe-se que doenças crônicas como as cardiovasculares e neoplasias, junto com os acidentes e violências, estão entre as principais causas de morte nas sociedades, desenvolvidas ou não. Um estilo de vida sedentário está associado a sobrepeso e obesidade, por exemplo (DUNCAN et al, 2012).

Atualmente com a contemporaneidade, em que surgem novas tecnologias, novas formas de comunicações e informações, ocorre em conjunto um aumento da complexidade dos problemas saúde, exigindo mudança de paradigma na gestão em saúde, principalmente nos serviços prestados às populações indígenas no Brasil. É indispensável, portanto, a adoção de medidas intersetoriais, institucionais que viabilizem a Política Nacional de Promoção à Saúde a qual transcende o campo restrito da biomedicina, inseri em seu contexto as ações com participação de instituições educacionais, de segurança pública, de transporte, acesso a alimentos saudáveis, acesso à terra, acesso água potável, acesso a saneamento básico etc. (ALVES; ALMEIDA, 2015).

As diferenças e semelhanças entre Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças estão baseadas segundo a concepção de saúde e doença, que essas duas concepções expressam em suas práticas e as vertentes político ideológicas. Assim, desse modo, antes de discutir estes dois conceitos, se faz necessário refletir sobre o conceito de saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como: o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade. Saúde não se limita apenas ao corpo. Inclui também a mente, as emoções, as relações sociais, a coletividade. Saúde de todos nós, além de ter um caráter individual, também envolve ações das estruturas sociais, incluindo dessa forma as políticas públicas como promotoras de saúde (WESTPHAL, 2012).

O conceito de Promoção da Saúde, diferenciando de Prevenção de Doenças, percorreu um longo caminho: O Informe Lanlonde (1974): orientado pela proposta de “Campo da Saúde”, a qual sugeriu ações e políticas governamentais de saúde com ênfase nas intervenções ambientais de proteção à saúde, as dirigidas aos sistemas de saúde de prevenção e as que focalizam os estilos de vida de Promoção da Saúde; A Declaração de Alma-Ata que ocorreu entre 6 e 12 de setembro de 1978, foi formulada por ocasião da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, reunida em Alma-Ata, na República do Cazaquistão (ex-república socialista soviéti-

ca), dirigindo-se a todos os governos, na busca da promoção de saúde a todos os povos do mundo, definiu a saúde como um direito, a ser atendido não só pela melhoria do acesso aos serviços de saúde, mas por um trabalho de cooperação com os outros setores da sociedade. A sua estratégia básica, a “Atenção Primária de Saúde”, com participação dos usuários no processo, gradativamente, foi demonstrado que a meta estabelecida por seus participantes – “Saúde para Todos no Ano 2.000”, depende da mudança nas relações de poder entre os que oferecem serviços de saúde e os que utilizam (BRASIL, 2001; OPAS,1996; RESTREPO, 2001; HEIDMANN, 2006).

A expressão “Promoção da Saúde” refere-se ao sentido de autonomia e emancipação. No Congresso Canadense de Saúde Pública de 1984 – Além da Assistência à saúde”, foram definidos princípios para o que estava sendo entendido como Promoção da Saúde: envolve a população como um todo no contexto de vida diária, não só as que estão em risco; as ações agem sobre os determinantes ou causalidades sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais em saúde; combina métodos e abordagens diversas, porém complementares; objetiva a participação social. É basicamente uma atividade do campo social e da saúde (cidades saudáveis); Outros resultado positivos para Promoção da Saúde foram os resultados dos estudos epidemiológicos avaliativos realizados sobre a intervenção direcionada a minimizar a influência dos “Fatores de risco de doenças Coronarianas”, realizados na cidade de Carélia do Norte na Finlândia, na década de 70 e 80 do século XX, como exemplo dessas intervenções pode-se citar as políticas públicas saudáveis sobre a produção de alimentos, educação em saúde nas escolas, controle de tabagismo entre outras condições de vida (WESTPHAL, 2012).

I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (Canadá), em 1986 construíram a Carta de Ottawa. É um dos documentos mais importante sobre o marco conceitual da promoção da saúde, elaborado com base em um conceito ampliado de saúde, relacionado ao bem estar dos indivíduos e fundamentado na ampla causalidade do processo saúde e doença (BRASIL, 2001).

No ano 2000, 189 nações do mundo firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade, e assim escreveram uma declaração e oito objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deveriam ser alcançados em 2015. Assim, a promoção da saúde é reconhecida como estratégia fundamental para o enfrentamento das iniquidades sociais e de saúde (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2000).

Em março de 2006 no Brasil – Comissão Nacional dos determinantes sociais da saúde – criou instrumentos importantes para elaboração de políticas intersetoriais pela promoção da equidade em saúde (WESTPHAL, 2012).

Segundo Naidoo e Wills (1994) faz a diferença entre Prevenção das Doenças e a Promoção da Saúde: 1. Biomédicas: caracterizadas por uma definição de saúde como ausência de doença e pelo trabalho centrado na cura, tratamento e prevenção de doenças específicas; 2. Comportamentais: dirigidas pra transformação dos comportamentos dos indivíduos, voltados para formação ou mudança nos estilos saudáveis, limitadas aos fatores sobre o controle dos indivíduos; 3. Educacionais: focalizadas no estilo de vidas, porem na perspectiva do empoderamento individual ou da auto-ajuda, sendo aspectos estruturais e as relações de poder não consideradas centrais para as mudanças; 4. Empoderamento coletivo: desenvolvimento comunitário baseado na participação de todos os envolvidos no problema; 5. Para transformação Social: focalizadas nas iniciativas de políticas públicas saudáveis; sendo orientadas pelo princípio da equidade, que orienta para a mudança das relações de poder e para ações sobre os determinantes sociais da saúde.

Na síntese de Westphal (2012), leva em consideração que tanto a Prevenção de Doenças como a Promoção da Saúde podem assumir um caráter mais biomédico, comportamental e socioambiental, dependendo de seus pressupostos.

Assim, a Prevenção das Doenças focaliza os aspectos biológicos e comportamentais e não considera, a dimensão histórico-social do processo saúde doença e não inclui, nas suas formas de ação, a formulação e advocacia por políticas públicas saudáveis e intersetoriais que deem conta dos determinantes sociais econômicos, políticos, educacionais, ambientais e culturais do processo saúde e doença. Não estimulam nas coletividades processos de ampliação do poder, a valorização de suas potencialidades, para que estas advoguem por melhoria das suas condições de vida e de trabalho. Não envolvem as coletividades nos problemas de tomada de decisão em relação as políticas de saúde para o enfrentamento dos seus problemas. Não se assume como política emancipatória, um imperativo ético no mundo contemporâneo (CZERESNIA, 2009).

A promoção da saúde vista na perspectiva socioambiental, é uma nova abordagem, um conceito positivo, pode e deve ser aplicada as atividades de prevenção, tratamento, reabilitação e até as atividades de assistência de longo prazo, com ênfase no cidadão, na família, na coletividade, nas condições de vida, nas iniquidades e as potencialidades do território em que estes vivem e trabalham. A promoção da saúde vista na perspectiva socioeconômico-ambiental, se diferencia como estratégia de ação: solicita ao governo e sociedade civil a produção social da saúde e prevenção de doenças, focalizando a questão da promoção da equidade social, mediante as ações de desenvolvimento social, nas melhorias das condições de vida das populações e questões específicas relacionadas aos setor saúde (WESTPHAL, 2012).

O sentido da promoção da saúde é combater e estabelecer explicações e soluções para a deterioração das condições de vida e de saúde (populações marginalizadas) em razão dos efeitos do desenvolvimento socioeconômico global. O seu objetivo contínuo é buscar expandir o potencial positivo de saúde, portanto, a ausência de doenças não é suficiente. É uma proposta pública mundial contemporânea na saúde coletiva disseminada pela OMS desde 1984, constituindo-se como um novo paradigma, contrapondo-se ao modelo flexneriano (individualista, especialista, tecnologista, curativista), predominantes nas práticas de saúde (CZERESNIA, 2009).

A OMS define como promoção da saúde o processo que permite às pessoas aumentar o controle e melhorar sua saúde, não somente incluindo ações direcionadas ao indivíduo, mas também ações referentes a mudança das condições sociais, ambientais e econômicas para minimizar seu impacto na saúde individual e pública. O enfoque de promoção à saúde atual é o que defende ações intersetoriais e que valorizam a saúde como qualidade de vida da população. Destaca-se, ainda a importância de se trabalhar em conjunto com as cinco estratégias de promoção à saúde: as políticas públicas, criação de ambientes saudáveis, reforço da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais, reorientação dos serviços de saúde. A articulação entre estes campos de ação representa uma força maior que poderá impulsionar transformações na realidade de saúde da população. O grande desafio da promoção à saúde (contexto latino americano) é a enorme desigualdade social com deterioração das condições de vida da maioria da população, junto com o aumento dos riscos para a saúde e diminuição dos recursos para enfrentá-los. A luta por saúde equivale à melhoria da qualidade de vida (renda, educação, transporte, lazer, habitação e outros) e deve estar presente nas principais estratégias de promoção à saúde (WESTPHAL, 2012).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, sites, em que estudamos o conceito de promoção da saúde e prevenção de doenças, e a situação das doenças crônico-degenerativas no Brasil, e assistimos várias paródias no youtube. Produzimos uma paródia com o nome Aquele um por cento (1%) do cantor Marcos e Belutti part. Wesley Safadão no ano de 2015 sobre a promoção da alimentação saudável e prevenção da Diabetes e a Hipertensão e apresentamos para toda a turma.

Resultados e discussão

As doenças crônicas degenerativas são doenças multifatoriais que se desenvolvem no decorrer da vida e são de longa duração. As doenças de maior impacto mundial são: as doenças cardiovasculares, diabetes, neoplasias, e as doenças respiratórias crônicas, sendo responsáveis por 63% das mortes (OMS), e no Brasil elas são a causa de aproximadamente 74% das mortes, dados de 2012 (BRASIL, 2016).

A promoção da saúde é caracterizada como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (CARTA DE OTTAWA, 1986). E a prevenção das doenças comporta ações que abrange o diagnóstico, tratamento e controle dos fatores causais/risco de grupos de enfermidades gerais ou específicas, em que o seu foco é a doença (...) (BUSS, 2000).

Na realidade é importante compreender que a promoção à saúde constitui-se num modo de ver a saúde e a doença, e sua abordagem pode trazer contribuições relevantes que ajudam a romper com a hegemonia do modelo biomédico. É necessário intensificar as ações das estratégias de promoção nos serviços de saúde, promover a autonomia das pessoas, indivíduos e profissionais, para que em conjunto possam compreender a saúde como resultante das condições de vida e propiciar um desenvolvimento social mais equitativo.

A saúde é um recurso que almeja a qualidade de vida, buscando a autonomia individual e comunitária em prol de uma sociedade mais justa, envolvendo a manutenção de ambiente saudável, acesso a moradia digna, saneamento básico, alimentação saudável, trabalho, educação, cultura, atividade física, lazer, etc. Exigindo a implementação de ações intersetoriais (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012). Promover saúde é lutar pelo direito à vida, com respeito e cidadania, respeitando a diversidade cultural e as escolhas individuais, lutando contra as iniquidades e vulnerabilidades individuais, sociais e pragmáticas (CZERESNIA, 2009).

Considerações finais

Promoção da saúde merece especial destaque pois é uma nova forma de entender a saúde e a doença. E através da efetivação das políticas públicas saudáveis, da gestão social integrada, intersetorialidade, das estratégias dos municípios saudáveis e do desenvolvimento socioeconômico local, da autonomia individual, comunitária e dos profissionais de saúde, poderemos alcançar mecanismos operacionais concretos

para implementação de um novo modelo de atenção em saúde e tentar romper com as amarras da hegemonia biomédica. Como futuros gestores da saúde coletiva indígena defendemos a promoção da saúde, buscando ações voltadas para o empoderamento das comunidades e instituições diretas e indiretamente ligadas à saúde para fortalecer e buscar melhor qualidade de vida para o nosso povo indígena.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M A B; GUTIERREZ, G L; MARQUES, R. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. 142p.: il. ISBN: 978-85-64842-01-4.

ALVES, A P B; ALMEIDA, S L. **Promoção da saúde**: ações de prevenção às doenças e agravos mais prevalentes na comunidade indígena Ilha no estado de Roraima. Monografia apresentada com vistas à obtenção do título de Especialista em Gestão em Saúde. Orientador: Filon Suarte Nogueira. Universidade Aberta do Brasil. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Ead. Fundação Oswaldo Cruz. 2015. 30p.

BASTA, P C; ORELLANA, J D Y; ARANTES, R. Perfil epidemiológico dos povos indígenas no Brasil: notas sobre agravos selecionados. In: Garnelo, Luiza; Pontes, Ana Lúcia (Org.). **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, p. 60-108. 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. **As cartas de promoção à saúde**. Brasília: O Ministério; 2001. Disponível em: http://prosaude.org/pub/diversos/Declaracoes_e_carta_portugues.pdf. Acesso em 21/11/2016.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas**. 2ª Edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 60p. ISBN:978-85-334-1639-0. ACESSO: 24/08/2015. DISPONÍVEL: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf

BRASIL. SESAI. DISPONÍVEL em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/secretaria-sesai/mais-sobre-sesai/9864-destaques>. Acesso:22/072015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. (Org.) GERSEM, S L. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. 224 p. ISBN 85-98171-.57-3.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância das doenças crônicas não transmissíveis**. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/oministerio/principal/secretarias/svs/doencas-chronicas-nao-transmissiveis> Acesso em: 26/1/2016.

BUSS, P M. **Promoção da saúde e qualidade de vida**. Ciências e saúde coletiva, Rio de Janeiro: Fiocruz ,2000.

BUSS, P. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, D; FREITAS, C M (org). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p.15-38.

CARTA DE OTTAWA. **Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde**; novembro de 1986. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf Acesso em 26/1/2016.

CASTRO, R F M. Atenção à saúde do indígena no estado de Rondônia, Brasil: **Revisão das políticas públicas de saúde saber científico**, Porto Velho, 1 (1): 209 - 231, jan./jun.,2008.

COIMBRA JR., C E A., SANTOS, R V; ESCOBAR, A L (organ.). Epidemiologia e Saúde dos Povos Indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz/**Abrasco**; 2003. p. 13-47, pp. 2327-2339. ISSN 0102-311X.

COIMBRA JR., C E A., SANTOS, R V; ESCOBAR, A L., orgs. **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005.260 p. ISBN: 85-7541-022-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

CZERESNIA, D; FREITAS, C M (org). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

CZERESNIA D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, D; FREITAS, C.M.de (org). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009 p.39-53.

DUNCAN, B B et al. Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil: prioridade para enfrentamento e investigação. **Rev Saúde Pública** 2012;46(Supl):126-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v46s1/17.pdf> Acesso em:22/11/2016.

FIOCRUZ. **Mudança no Perfil Epidemiológico Alerta Indígenas**. 2012. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/30058>. Acesso em: 16/10/2014.

FREITAS, M C; MENDES, M M R. Condição Crônica: análise do conceito no contexto da saúde do adulto. **Rev Latino-am Enfermagem**. 2007, julho-agosto; 15(4) www.eerp.usp.br/rlae. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/16130-19148-1-PB.pdf>. Acesso em: 16/11/2016.

HAYD, R L N; OLIVARES, A I O; FERREIRA, M L S; LUITGARDS-MOURA, J F. Um Olhar sobre a Saúde Indígena no Estado de Roraima. **Mens Agitat**. Volume III, Número 1, 2008, p. 89-98. ISSN 1809-4791.

HEIDMANN, I T S B; ALMEIDA, M C P; BOEHS, A E; WOSNY, A M; MONTICELLI, M. PROMOÇÃO À SAÚDE: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE SUAS CONCEPÇÕES. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Abr-Jun; 15(2):352-8.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO DEMOGRAFICO2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=resultuniverso_censo2010/. ACESSO: 06/02/2015.

MENDES, E V. Guia do Participante da oficina sobre aspectos teórico conceituais relativos ao manejo das condições crônicas, no marco das redes integradas de atenção à saúde. (Produto N° 2 do Contrato de Serviços Br/Cnt/1000713.001) - **Organização Pan-Americana da Saúde**, agosto de 2010 PDF Abril, 2011.

NAIDOO, J; WILLS, J. **Health Promotion Foudations for Practice**. Londres: Baillière Tindall, 1994.

WESTPHAL M F. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: CAMPOS, G W S, MINAYO, M C S; AKERMAN M, DRUMOND, JÚNIOR M; CARVALHO, Y M, organizadores. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO; 2006. p. 635-667.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The Ottawa charter for health promotion**. Geneve: WHO; 1986.

ORGANIZACIÓN PANAMERICA DE SALUD. **Promoción de salud**: una antología. Washington: OPS, publicación científica no 557, 1996, 404 p.

RESTREPO, H E. Antecedentes Históricos de la Promoción de la Salud. In: RESTREPO, H E; MALAGA, H. (org). **Promoción de la salud**: como construir vida saludable. Bogotá: Medica Internacional, 2001, 298 p.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. **United Nations Millenium Declation.**
Resolution adopted by the General Assembly A/55/L22, 18-9-2000. Disponível em:
<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm> Acesso em: 22/11/2016.

ARTIGO

**SAÚDE E PROTAGONISMO DE MULHERES:
ASPECTOS DE IDENTIDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
CONTINENTAL**

Introdução

Este trabalho busca apresentar um ensaio bibliográfico sobre a saúde das mulheres na Amazônia Brasileira, considerando aspectos relacionados ao trabalho, ao desenvolvimento local e ao protagonismo nas políticas de saúde, apresentando também dados de pesquisas na região Norte do Brasil.

Alguns dos grandes projetos de desenvolvimento na atualidade excluem as mulheres em suas pautas de interesses e de possíveis beneficiados, desconsiderando as especificidades da mulher enquanto protagonista e usuária de políticas públicas. As mulheres ainda encontram resistências no que se refere à inclusão em decisões, planos e estratégias que lhe atinjam diretamente, tendo suas vidas decididas em colegiados e reuniões as quais não protagonizam (SIMONIAN, 2011).

Refletindo sobre os processos históricos das mulheres da Amazônia brasileira, verifica-se a importância do papel feminino no desenvolvimento, algo que mesmo reconhecido ainda não reflete na garantia de direitos e benefícios, principalmente de protagonismo das mulheres em processos decisórios sobre suas vidas (SIMONIAN, 2011).

Nos últimos anos, é inegável a crescente mobilização feminina para participação, direito à voz e tomada de decisões, objetivando superar invisibilidades e desconsiderações historicamente afirmadas. Pesquisas sobre mulheres e suas contribuições nos processos de desenvolvimento vêm sendo apontadas por Simonian (2011) ressaltando o crescimento da presença e visibilidade das mulheres em ambientes de trabalho além dos espaços domésticos.

* Psicóloga, mestranda em Sociedade e Fronteiras na UFRR. E-mail: luanna-rios@hotmail.com

** Docente do Mestrado em Sociedade e Fronteiras na UFRR. E-mail: sandro.santos@ufr.br

*** Docente do Mestrado em Sociedade e Fronteiras na UFRR.

Os antecedentes histórico-culturais das mulheres na Amazônia apontam que mesmo inseridas em diversos espaços de trabalho ainda existem resistências quanto às discussões de reconhecimento e incorporação de mulheres como agentes de desenvolvimento, havendo silenciamento ou ironização quando elas elaboram pautas de reivindicação (SIMONIAN, 2011).

Neste ensaio busco relacionar mulheres e saúde ressaltando como esses aspectos estão interligados e são pertinentes nas discussões sobre as mulheres na Amazônia nos dias atuais.

As mulheres estão em todos os lugares e representam maioria da população, porém essa maioria não está sendo representada na política, nos ambientes decisivos de discussões sobre projetos, direitos e possibilidades. Atribui-se essa falta de representação ao machismo historicamente construído e afirmado em todos os âmbitos, ao silenciamento da mulher e as restrições nos papéis de gênero.

Aspectos teóricos

A construção do papel da mulher socialmente vem mudando de acordo com as épocas, neste ensaio focarei os aspectos relacionados à saúde sexual e reprodutiva visto ser minha área de interesse e um assunto pouco abordado quando compararmos à outras temáticas de pesquisas sobre mulheres no norte do Brasil.

No decorrer do século XX, as discussões a respeito de saúde coletiva e vigilância sanitária, no que se referia às doenças sexualmente transmissíveis, mostravam uma mistura de argumentos técnico-científicos e moralistas. Os cuidados com a saúde da mulher remetiam a contradições. Por um lado, a preocupação com as manifestações corporais da mulher e com a maternidade e, por outro, a preocupação com a moralidade e a honra feminina. Na Inglaterra, o primeiro hospital para doenças da mulher foi criado, o qual teve dificuldades para conseguir financiamentos, já que era considerado uma instituição moralmente questionável. Dois anos após sua criação, o hospital teve que mudar de nome, pois os termos doenças e mulher eram associados a doenças venéreas e prostituição (ROHDEN, 2002).

A rejeição de aspectos femininos produziu uma amargura em diversas mulheres, o que gerou o movimento coletivo de emancipação da mulher no século XX. Na década de 1960, as taxas de natalidade diminuíram consideravelmente. A baixa na fecundidade deu-se pela mudança do papel social da mulher, com a aparição dos movimentos feministas, a utilização de pílulas anticoncepcionais e por maior acesso às informações, o que resultou no nascimento de famílias menores, com menos filhos.

O movimento feminista também trouxe a debate novas concepções nas relações entre os gêneros (MONTEIRO, 1994).

Nas décadas de 1960 e 1970 entidades não governamentais que promoviam o planejamento familiar e o controle da natalidade foram surgindo. Nessa época, a mulher passou a vivenciar de forma diferente a sua sexualidade. A possibilidade de controlar a fecundidade veio como forma de exigir respeito às decisões e à individualidade da população feminina (MONTEIRO, 1994).

Após a Segunda Guerra Mundial, vieram à tona processos de transformação social que provocaram mudanças importantes nos comportamentos. A partir daí, questionou-se diversos temas ligados à mulher, tais como, o exercício da sexualidade, a monogamia, a heterossexualidade e o ideal de procriação e familiar. Caminhou-se para a emancipação da mulher, a legalização do divórcio e do aborto. No entanto, neste período também surgiu a Aids, e a epidemia vem reconfigurando o que se entende atualmente como sexualidade (AQUINO; BARBOSA, 2003).

Para compreender aspectos culturais das mulheres na Amazônia há a necessidade de observação e consideração da integralidade dessa mulher, costumes, crenças, aspectos de território, formas de acesso às políticas de saúde, conceitos historicamente construídos passados por laços e redes de parentesco. É impossível pensar a mulher amazônica de forma individualizada visto que cada região apresenta suas particularidades e especificidades. Busco apontar nesse ensaio alguns aspectos comuns a partir da literatura disponível.

A identidade da mulher amazônica é apresentada no texto de Simonian (2011) considerando as especificidades das mulheres indígenas e das não indígenas nos processos de trabalho. As mulheres indígenas das sociedades caçadoras e coletoras são reconhecidas como as responsáveis pelos frutos nativos, pelo cuidado aos animais domésticos e podem participar da pesca e caça de animais pequenos.

No âmbito da produção agrícola também se pode observar o papel da mulher indígena, responsabilizada por todo o trabalho após a derrubada e a queimada, etapas as quais não participam. As mulheres indígenas também são relacionadas a trabalhos artesanais, os quais podem constituir possibilidades de inserções econômicas pela comercialização.

As mulheres não-indígenas aparecem na exploração dos castanhais, do látex e da pesca, principalmente a partir de 1970. Essas mulheres, em alguns estados da região Norte, têm se organizado em coletivos, buscando transformar suas matérias-primas em produtos artesanais, que com a venda lhes permite o aumento da renda familiar (SIMONIAN, 2011).

Outro aspecto importante nesse processo organizativo é que as mulheres têm lutado por suas terras, principalmente em áreas de avanços latifundiários, requerendo campanhas, liderando lutas e se aperfeiçoando, incluindo temas e pautas que eram considerados tabus, como por exemplo, a educação sexual (SIMONIAN, 2011).

Diversos processos de trabalho de mulheres na Amazônia são apontados e problematizados nos textos de Simonian (2011) além dos que foram citados aqui, a título de contextualização citei brevemente como as mulheres estão aparecendo nas publicações científicas do Norte, considerando os aspectos do trabalho.

Nesses contextos, pensa-se a saúde sexual e reprodutiva da mulher na Amazônia, considerando os aspectos culturais e os processos identitários na construção dessa temática.

Ressalta-se que o cenário epidemiológico da saúde da população feminina tem se tornado cada vez mais diversificado, complexo e com novas vulnerabilidades, que podem constituir agravos de problemas há muito tempo existentes. Os transtornos mentais, a crescente infecção pelo HIV, a violência no contexto doméstico, problemas cardiovasculares, entre muitos outros, podem ser citados como exemplo da multiplicidade e amplitude sobre a saúde da população feminina (COSTA, 2012).

As particularidades de gênero, modo de vida e inserção social que incidem sobre a qualidade de vida, o adocimento e a morte devem ser observadas. Os valores que determinam os papéis de gênero estão imbricados na cultura e a mudança sobre esses valores implicam intensas mobilizações e protagonismo, especialmente das mulheres.

A importância de se considerar gênero nas reflexões sobre saúde reflete as especificidades nos agravos, citam-se aqui os transtornos mentais como a ansiedade e a depressão assim como a violência, tanto a física, quanto a psicológica e a reprodutiva.

O fenômeno da violência contra a mulher ocorre quando atos de violência são praticados com base no gênero, resultando em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos para ela. Pensa-se a violência contra a mulher também em atos que, muitas vezes não são reconhecidos por já serem naturalizados, isso significa não reconhecer como violentas, humilhantes e doentias, situações consideradas 'comuns' socialmente (COSTA, 2012).

Muitos atos de violência contra as mulheres resultam em problemas físicos, sociais e psicológicos, alguns aparentes em curto prazo e outros não. A preocupação dos serviços públicos de saúde com a violência contra a mulher é recente, porém pertinente e importante pauta de luta para o protagonismo das mulheres no Brasil e especificamente na Amazônia.

De acordo com Ortolan Matos (2012) as mulheres indígenas sempre tiveram papel de auxiliares diretas nos movimentos indígenas. Elas organizavam-se em lideranças femininas ou associações específicas, objetivadas por interesses políticos e econômicos, mas essas associações problematizavam pautas comuns aos homens, por exemplo, demandas por terras, geração de renda, educação, saúde, etc.

Alguns anos depois, as mulheres indígenas estruturaram demandas específicas ao gênero feminino, temáticas como a saúde reprodutiva, criação de filhos, combate à violência contra as mulheres (especialmente em decorrência do alcoolismo nas comunidades), reivindicações sobre a participação efetiva nos espaços públicos indígenas e indigenistas, maiores oportunidades de capacitação das mulheres, entre outras pautas.

As políticas de saúde da mulher precisam considerar as especificidades da mulher em diferentes contextos. Homens e mulheres são construções sociais e culturais modeladas por atribuição de valores a um ou outro sexo, as relações entre os sexos são marcadas pela desigualdade de poder, tanto em esferas públicas quanto privadas, em muitos casos, desfavoráveis às mulheres. A classe social, a raça e o gênero são categorias que, isoladas ou associadas, são fundamentais nas análises das condições de saúde (COSTA, 2012).

De acordo com Laraia (2010) a cultura é compreendida como um conjunto de elementos que mediam e qualificam qualquer atividade física ou mental, que sejam construídas e compartilhadas socialmente e não determinadas pela biologia. A partir desses elementos as pessoas constroem significados para as ações e interações sociais concretas assim como sustentam as formas sociais vigentes, as instituições e seus modelos operacionais. A cultura se afirma em valores, símbolos, normas e práticas.

A cultura é apreendida, compartilhada e padronizada, visto que consiste em uma criação humana, compartilhada por grupos sociais singulares. “O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura” (LARAIA, 2009, p. 68).

Na região Amazônica os aspectos culturais diferem-se de outras regiões do Brasil, por exemplo, as formas de trabalho, as vivências de sexualidade e reprodução, formas de acesso à saúde, saberes e crenças relacionadas à saúde específicas das populações amazônicas que funcionam também como formas de afirmação de identidades.

Para Menezes (2012):

a constituição de região estaria revelando uma luta simbólica de resistência à estrutura do Estado-nação pelo poder do espaço territorial que vai além de questões econômicas, políticas, mas se apoia em questões de autoafirmação de identidade, dadas as especificidades culturais de cada região (p. 278).

Sobre aspectos de saúde nas mulheres amazônicas, pode-se apontar saberes e crenças específicas da região, os remédios caseiros são um exemplo: “alguns têm campo de aplicação restrito e são utilizados para uma doença só; outros oferecem aplicações mais amplas. Os males digestivos, os dermatológicos e os respiratórios. Os ferimentos e as mordidas de animais peçonhentos são os mais citados” (EMPERAIRE, 2002, p. 410).

O uso das plantas está associado a diversos saberes, as mulheres apresentam maior conhecimento das espécies domésticas e estão ligadas às doenças de adultos ou crianças, gravidez, parto ou resguardo após o parto, enquanto os homens relacionam os saberes aos vegetais da floresta, ligando-se a casos de feridas, picadas de cobras, picadas de arraia (EMPERAIRE, 2002, p. 411).

Outros saberes são utilizados tais como os dos curadores, benzedeiros, parteiras, rezadeiras, entre outras especialidades, revelando a riqueza de concepções de saúde, doença e cura. Alguns saberes são específicos da região amazônica, sobre isso ressalta-se que: [...] no Brasil, antes de se afirmar politicamente o fato de pertencimento e exclusões regionais, o que conta de fato são as diferenças regionais culturalmente construídas ao longo do tempo, permitindo entender que em nosso país o “nacional passa primeiro pelo regional” (MENEZES, 2012, p. 282).

Resultados e discussões

Na Região Norte poucas pesquisas têm sido realizadas no âmbito da saúde sexual e reprodutiva de mulheres, dificultando o conhecimento sobre aspectos de vivências e acesso à saúde, o que impede pensar políticas inclusivas de prevenção e intervenção que apresentem resultados condizentes com a realidade apresentada.

Apresenta-se aqui alguns recortes de uma pesquisa realizada por Santos (2015) com 12 adolescentes do sexo feminino, em uma escola rural do estado de Roraima denominada “Percepções de adolescentes sobre corpo, sexualidade e prevenção de DSTs/HIV/Aids” na qual adolescentes apontaram suas percepções e vivências so-

bre saúde sexual e reprodutiva ressaltando a vulnerabilidade quanto às informações recebidas, seja dos pais, da escola ou dos serviços de saúde.

Os resultados da pesquisa apontam que o preservativo foi adotado pela maioria das adolescentes sexualmente ativas, na primeira relação sexual e na última da qual se lembravam. O não uso do preservativo foi apontado em algumas ocasiões, os motivos apresentados variam desde crenças sobre a diminuição do prazer, a confiança na fidelidade do parceiro, comportamentos impulsivos durante o ato sexual, maior preocupação com a anticoncepção e uso de anticoncepcionais hormonais, até o fato de não tê-lo no momento, entre outros motivos (SANTOS, 2015).

Sobre as percepções das mudanças corporais com a chegada da adolescência, as participantes ressaltaram os anseios, medos e dificuldades dessa fase. O aumento das glândulas mamárias, a menstruação, dentre outras modificações no corpo físico, que acarretaram mudanças percebidas por elas, no âmbito familiar e social, principalmente sobre imposições sociais, como por exemplo, não poder brincar com meninos, sentar com as pernas fechadas, usar sutiã, cuidar da alimentação, dentre outras construções sociais impostas às meninas na adolescência.

Sobre o corpo, afirma-se que cada ser humano possui em sentido simbólico, dois: um individual adquirido ao nascer e um social, útil para se viver dentro de uma sociedade e grupo cultural (HELMAN, 2009).

Na prática, porém, a imagem corporal derivada da sociedade não é realmente externa ou separada do eu corporal individual, nem da sua realidade física. [...] os indivíduos corporificam a cultura em que vivem. Suas sensações, suas percepções, seus sentimentos e outras experiências corporais são padronizados culturalmente, como é a consciência do corpo em relação a outros corpos e são capazes de criar e manter as redes de relacionamentos com eles (HELMAN, 2009, p. 31).

Para as adolescentes participantes do estudo as mudanças corporais impunham mudanças comportamentais a partir do convívio em sociedade, mesmo sendo questionadas por elas.

As adolescentes ressaltaram a não utilização do preservativo quando utilizam outros métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, por exemplo. Possivelmente, isso se deve ao fato de a gravidez ser vista, por elas, como uma consequência mais imediata em relação aos outros riscos mais tardios a se apresentarem, como a infecção pelo HIV, por exemplo.

Frente a isso, afirma-se a necessidade de um olhar ampliado sobre o contexto das mulheres quando se pensa sobre a identidade dessa mulher na atualidade, as

relações de gênero dificultam ou impedem o acesso às informações e aos cuidados específicos? Afirmações e crenças machistas influenciam no acesso às formas de prevenção e cuidado? As pesquisas apontam que o tabu da sexualidade ainda persiste e influencia na busca e no acesso à saúde.

Ainda sobre a saúde sexual e reprodutiva de mulheres aponto também o crescimento no número de mulheres diagnosticadas com HIV/Aids em Roraima e a necessidade de olhar a problemática numa perspectiva que considere o debate sobre gênero e as relações de poder que aí se estabelecem.

Contextualizando, afirma-se que no estado de Roraima, conforme dados do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) nos anos de 2014, 2015 e início de 2016, um total de 739 pessoas foram diagnosticadas como soropositivas, destas, 237 são mulheres (18 a 60 anos), configurando mais de 30% do total de diagnosticados. No primeiro quadrimestre do ano de 2015, 124 pessoas foram diagnosticadas com HIV/Aids (SINAN, 2015; 2016).

O diagnóstico de HIV/Aids para as mulheres, pode representar uma tríplice ameaça, visto que, uma vez infectada com o vírus ela poderá, caso queira engravidar e não faça acompanhamento médico, infectar seu bebê, e este vir a desenvolver a doença. Outra peculiaridade das mulheres é que elas, muitas vezes, são responsáveis pela saúde das outras pessoas, em casa, por exemplo, com o esposo, com os filhos, com os familiares, o que acarreta numa carga maior quando se trata da sua própria saúde (REIS; XAVIER, 2003).

Com o HIV, as mulheres muitas vezes, ou são diagnosticadas tardiamente ou não são diagnosticadas, outra situação é quando essas mulheres com o diagnóstico positivo escondem de seus pares e familiares, sua condição sorológica por negação do resultado e a não crença em tal situação, o que acarreta no aumento da feminização¹ da Aids assim como o aumento da transmissão vertical (mãe-bebê) (CHECHIN; SELLI, 2005).

Muitas mulheres acreditam que ao revelarem sua condição sorológica podem perder oportunidades de relacionamentos, de empregos e de possibilidades diversas nas suas vidas. A não comunicabilidade do diagnóstico para seus familiares pelo medo do agravamento da violência existente na família ou o abandono e a perda do apoio financeiro é uma constante na vida de muitas mulheres com HIV/Aids (FALBO et al., 2014).

Há casos de exclusão sofrida no lar, tal como a esquivas corporais por parte das outras pessoas da família, a separação de pratos, copos e outros utensílios domésticos

¹ Aumento no número de mulheres diagnosticadas com HIV/Aids.

cos, como também a violência verbal. A exclusão pela família se dá principalmente no primeiro impacto do diagnóstico, que traz a tona valores familiares de “certo e errado”, comportamentos e julgamentos diversos. As mulheres por serem responsabilizadas e culpabilizadas pela infecção são mais vulneráveis a variadas formas de violência (FALBO et al., 2014).

Muitas mulheres por não expressarem sinais físicos da doença silenciam a informação sobre seu diagnóstico, decidindo a respeito de quem, quando e por que contar ou não contar sua condição. Com esse silêncio, produzem grandes sofrimentos para elas mesmas, pois tal aspecto se relaciona diretamente com a moralidade/imoralidade atribuídas ao HIV/Aids pelo social. O silêncio dessas mulheres é reforçado por crenças e valores relativos à Aids, tais como “doença imoral”, “castigo divino”, entre outros, fazendo com que elas mantenham-se em silêncio por medo da discriminação e do preconceito (GALVÃO; PAIVA, 2011).

As mulheres diagnosticadas apresentam comportamentos e pensamentos singulares quanto à experiência do diagnóstico, assim como noções particulares sobre saúde. Para Langdon (2010):

Essas particularidades não advêm das diferenças biológicas, mas, sim, das diferenças socioculturais. [...] a cultura que determina essas particularidades. Igualmente, sustenta-se que as questões inerentes à saúde e à doença devem ser pensadas a partir dos contextos socioculturais específicos nos quais os mesmos ocorrem (p. 174).

Ainda sobre o Norte, aponta-se Roraima como um estado situado em área de tríplice fronteira com peculiaridades nos aspectos migratórios que podem ser importantes na compreensão social dos processos de saúde e doença das mulheres.

De acordo com Rodrigues (2012) “na fronteira entre Brasil e Venezuela o grupo nacional mais relevante é o de brasileiros tendo em vista que a migração fronteiriça é uma das estratégias dos migrantes interestaduais, em parte devido às condições de proximidade com este país” (p. 31) considerando o trânsito de brasileiros que buscam melhores condições de trabalho, renda e outras possibilidades. Ainda para Rodrigues (2012) “a garimpagem, ao sul da Venezuela permanece como alternativa para os brasileiros, principalmente para aqueles que vêm de uma trajetória imigratória interna” (p. 31).

No processo de migração e garimpagem as mulheres também aparecem em busca de trabalhos que prometem salários altos e oportunidades de independência econômica, negociando com a nova cultura em que vivem sem serem assimiladas por

ela e sem perder totalmente suas identidades originárias. No ato de migrar, o passar por diferentes nacionalidades e culturas oferta novas práticas sociais, criando redes e laços formulando a identidade do eu com a sociedade visto que é a identidade que costura o sujeito à sociedade (HALL, 2002).

De acordo com Hall (2002) as identidades são construídas historicamente e móveis ao longo da vida. Para as mulheres que buscam trabalhos no garimpo as suas identidades são reconstruídas ao mesmo tempo em que incorporam novos códigos e ressignificam a cultura e as representações da sociedade em que se encontram (RODRIGUES, 2012).

Em outro estudo realizado por Santos (2015) com 8 mulheres diagnosticadas com HIV/Aids, residentes atualmente na cidade de Boa Vista e que já foram trabalhadoras de garimpo na Venezuela, apresentou dados apontando que essas mulheres, na primeira gravidez voltaram para Boa Vista e assim que fizeram o teste foram diagnosticadas com o vírus HIV, surgindo após isso conflitos subjetivos e familiares diversos com fragilização dessas mulheres e dos laços familiares e afetivos (alguns citados anteriormente).

Infere-se com essas afirmativas que as problemáticas da saúde sexual e reprodutiva das mulheres no Norte e especificamente em Roraima são particulares e precisam ser consideradas ao se pensar a mulher nesse contexto. Frente a isso, pode-se pensar nas relações das trabalhadoras de garimpo com os serviços de saúde, o acesso a insumos de prevenção, o protagonismo feminino nas relações matrimoniais e as relações de poder entre os gêneros.

Considerações finais

A partir do levantamento bibliográfico e da apresentação de dados de pesquisas realizadas em Roraima pôde-se apontar questões de acesso às construções e utilização das políticas de saúde para as mulheres, ressaltando que esse processo está em construção. O protagonismo das mulheres indígenas tem crescido com visível participação em conferências, eventos, pesquisas, escrevendo suas histórias e suas pautas de reivindicações, porém os efeitos ainda não têm aparecido de forma significativa necessitando de visibilidade sobre as especificidades dessas mulheres, no contexto em que se encontram.

A saúde sexual e reprodutiva das mulheres, indígenas ou não, apresenta-se como um desafio na implantação e equidade no acesso às políticas de saúde. Considerando o machismo, o conservadorismo, o preconceito de cor, raça e gênero, o despreparo

de alguns profissionais de saúde, entre outras dificuldades, há muito espaço a ser requerido.

As mulheres na Amazônia são muitas, com múltiplas especificidades, recém-protagonistas nas construções democráticas, porém historicamente atuantes. Aponta-se a necessidade da visibilidade da mulher nessa região, para um protagonismo real. Considerando que:

Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender essa dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. [...] é necessário saber as diferenças que ocorrem dentro de um mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo do porvir (LARAIA, 2009, p. 101).

Os aspectos culturais estão em movimento, em construção e desconstrução. A compreensão disso pode auxiliar na desnaturalização de questões prejudiciais às mulheres, por exemplo, a violência doméstica e fortalecer pautas como, o protagonismo sobre seus corpos e as escolhas sexuais e reprodutivas, na construção de uma sociedade igualitária onde as relações sejam geridas também pelo respeito à subjetividade e singularidade dos indivíduos.

Referências bibliográficas

AQUINO, Estela.; BARBOSA, Regina. Cultura sexual, ciência e política: uma entrevista com Richard Parker. **Cad. Saúde. Pública.** São Paulo, v. 19, n. 2, p. 455-464. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a26v19s2.pdf>. > . Acesso em: 11 out. 2014.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Festas religiosas e populares na Amazônia: algumas considerações sobre cultura popular. In: BRAGA, Sérgio Ivan Gil. **Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. p. 55-75.

BRAGA, Violante Augusta. et al. Assistência à saúde da mulher portadora de HIV/AIDS no Brasil: refletindo sobre as políticas públicas. **Rev. Rene. Fortaleza,** v. 9, n. 3. P. 125-134, jul/set, 2008. Disponível em: < http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4156/1/2008_art_cmlcarvalho.pdf.>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. **O SUS e a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens no Brasil.** 2013. 144p.

CHECHIN, Petronilda Libana.; SELLI, Lucilda. Mulheres HIV/AIDS: silenciamento, dor moral e saúde coletiva. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 29, n. 3, 353-358, jul/set. 2005. Disponível em: < http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/31/06%20Mulheres_HIV.pdf> . Acesso em: 05 nov. 2014.

COSTA, Ana Maria. Política de Saúde Integral da Mulher e Direitos Sexuais e Reprodutivos. In: GIAVANELLA, Lígia. et al. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2012. p. 979-1007.

EMPERAIRE, Laure. Entre paus, palheiras e cipós. In: CUNHA, Manuela Carneiro; ALMEIDA, Mauro Barbosa. Orgs. **Enciclopédia da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 389-417.

FALBO, Ana Rodrigues. Enfrentamento e percepção da mulher em relação à infecção pelo HIV. **Rev. Saúde Pública**, Recife, v.48, p. 36-42, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n1/0034-8910-rsp-48-01-0036.pdf>> . Acesso em: 06 nov. 2014.

FERRAZ, Aidê Ferreira.; GUIMARÃES, Rodrigo. A interface AIDS, estigma e identidade - algumas considerações. **Rev. Mineira de Enfermagem**, Minas Gerais, v.6, p. 77-85, jan./dez. 2002.

GALVÃO, Marli Teresinha.; PAIVA, Simone de Sousa. Vivências para o enfrentamento do HIV entre mulheres infectadas pelo vírus. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 64, n. 6, p. 1022-1027, nov/dez. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n6/v64n6a06.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

HALL, Stuart. Da Diáspora. **Identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2002.

HELMAN, Cecil G. **Cultura, saúde e doença**. Tradução Ane Bolner. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 431p.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24a Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 117p.

LANGDON, Esther Jean; WIJK, Flávio Braune. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 18(3) mai-jun. 2010.

MENEZES, Mauro Augusto Dourado. “Eu canto pra falar do Amazonas”: Um estudo sobre a produção da música popular amazonense em Manaus. In: BRAGA, Sérgio Ivan Gil Braga. Org. **Culturas populares em meio urbano**. Manaus: Edua, 2012. p. 271-290.

MONTEIRO, Mário. Saúde reprodutiva. In: Kaloustian S.M. **Família brasileira**: a base de tudo. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 172-183.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. Orgs. **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27a Reunião Brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/ FUNAI, 2012. p. 140-169.

PADOIN, Stela Maris.; SOUZA, Ívis Emília.; TERRA, Marlene. Mundo da vida da mulher que tem HIV/AIDS no cotidiano da (im) possibilidade de amamentar. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan/mar, p. 13-21, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ean/v15n1/03.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

REIS, Ana Lúcia.; XAVIER, Iara de Moraes. Mulher e Aids: rompendo o silêncio de adesão. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 56, p. 28-34, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reben/v56n1/a06v56n1.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência no século XIX. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre vol.8 n.17, Jun, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n17/19078.pdf>> . Acesso em: 15 out 2014.

RODRIGUES, Francilene. La Frontera Dorada: brasileiros em busca de ouro na fronteira pan-amazônica. In: RODRIGUES, Francilene; PEREIRA, Mariana Cunha. Orgs. **Estudos transdisciplinares na Amazônia Setentrional**: fronteira, migração e políticas públicas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, p. 26-42.

SANTOS, Luana Rios Moura. **Vivências de Mulheres em enfrentamento de HIV/ Aids na cidade de Boa Vista-RR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Centro de Educação. Curso de Psicologia. Universidade Federal de Roraima, 2015.

SANTOS, Luana Rios Moura. **Percepções de adolescentes sobre corpo, sexualidade e prevenção de DSTs/HIV/Aids**. Iniciação Científica. Universidade Federal de Roraima, Ciências Humanas. Curso de Psicologia, 2015.

SILVA, Carla Marins.; VARGENS, Octávio Muniz. A percepção de mulheres quanto à vulnerabilidade feminina para contrair DST/HIV. **Revista Esc. Enfermagem-USP**. São Paulo, v. 43, n. 2, p. 401-406. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reusp/v43n2/a20v43n2.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.

SIMONIAN, Lígia T. L. Mulheres, Gênero e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: resistência, contradições e avanços. In: SIMONIAN, Lígia T. L. **Mulheres da Amazônia brasileira**: entre o trabalho e a cultura. Belém: UFPA/NAEA, 2001. p. 34-63.

SIMONIAN, Lígia T. L. Mulheres Seringueiras na Amazônia Brasileira: trabalho duro, silenciado e quase extinto. In: SIMONIAN, Lígia T. L. **Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. p. 71- 99.

SINAM, **Sistema de Agravo de Notificações**. Roraima, 2015, 2016.

UNAIDS. **Brasil avança no cumprimento da meta 90-90-90**. Comunicado à imprensa. Brasília, DF. 2015.

UNAIDS. **Relatório global do UNAIDS sobre prevenção destaca avanços e desafios da resposta à Aids no Brasil**. 2016. Disponível em: [unaids.org.br. 2016/07/3883](http://unaids.org.br/2016/07/3883).

Grupo de Trabalho n° 14

*Migrações internacionais e refúgio: atores, fluxos
migratórios e estratégias*

ARTIGO

ATUAÇÃO BRASILEIRA EM PROTEÇÃO DA CRIANÇA VÍTIMA DE TRÁFICO HUMANO: UM ESTUDO DE CASO

Introdução

Este artigo tem por objeto de estudo demonstrar que toda vítima de tráfico humano, têm direito a proteção de seus direitos humanos, é assim apresentada a atuação do Brasil através de um caso ocorrido na cidade de São Paulo.

De acordo com Schaitza (2014) “consagra-se, pois, a Doutrina de Proteção Integral da Criança, que identifica e assegura às crianças, de um lado, direito à proteção especial e, de outro, participação ativa e disposição de direitos civis, enquanto sujeitos de direito”, sendo assim as situações em que crianças estejam em vulnerabilidade, já têm proteção pressuposta, entretanto nem todos os Estados são signatários dos instrumentos jurídicos que visam o apoio à elas.

O Brasil é signatário de tratados na área de direitos humanos e se fez necessário mostrar a sua atuação diante do caso que será abordado neste trabalho para possíveis ações em situações pela qual a criança se encontra sem o responsável legal e possa ser assistida pelo Estado em que foi resgatada.

O tráfico humano, neste caso, referente à criança precisa ser estudado levando em consideração à singularidade que a vítima apresenta seja pela sensibilidade e estado de desenvolvimento, bem como o tempo, que é completamente diferente de um adulto, porque a infância é um período único de vida que precisa ser respeitado e protegido para o bem principal da criança e seguidamente da sua família.

A metodologia usada neste trabalho se fundamenta na pesquisa bibliográfica à qual utiliza “fontes constituídas por material já elaborado, como livros e artigos científicos; a documental que recorre a fontes mais diversas como jornais, documentos oficiais, vídeos de programas de televisão” (Fonseca, 2002, p.32) e o estudo de caso que “focaliza apenas uma unidade: um indivíduo ou um evento” (Mazzoti, 2006, p.640). Este artigo através da metodologia selecionada busca mostrar clareza e a compreensão também dos meios que apoiaram a ação brasileira no caso de uma criança traficada encontrada na cidade de São Paulo.

* Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Criminalização do tráfico humano

De acordo com Diniz e Silva (2014) o tráfico de pessoas ocorria na Antiguidade Clássica, principalmente na Grécia e Roma, na qual era essencial a captura de mão-de-obra para realizar trabalhos braçais e esses escravos habitualmente eram os prisioneiros de guerra subjugados pelos conquistadores.

As pessoas se tornavam propriedades daqueles que tinham vencido a guerra e eram levadas a uma outra região para servir aqueles que se tornaram seus senhores. O tráfico de pessoas era muito rentável para os países que realizavam esta atividade, podendo tanto acumular mais lucro e também reduzir gastos com o pagamento de mão de obra.

Um comércio atlântico de escravos africanos iniciou em 1444, quando Portugal promoveu a expedição com escravos da África Ocidental para a Europa. O descobrimento das Américas em 1492, induziu a instituição de novas colônias com uma necessidade por mão de obra barata. A datar dos anos 1550 navios europeus fomentaram a elevação do número de escravos africanos para o Brasil, Caribe e América do Norte. Aproximadamente em 1700 a Grã-Bretanha foi uma das potências essenciais ao comércio de escravos da Europa ao lado da França, Holanda, Portugal e Espanha (Hampshire Record Office, p.6).

A partir do século XIX se observa um fluxo de pessoas que fugiam de doenças, miséria, *pogroms* (Ary apud De Vries, 2005, p. 42) além disto se começa a discutir sobre o tráfico de mulheres brancas. O termo exclui as outras cores de pele, sendo assim excludente a discussão.

A tentativa de regulação de bordéis e a obrigação de exames nas mulheres que eram prostituídas, tinha como fato a culpa por doenças e a distorção de bons princípios que a sociedade pregava, mas os abolicionistas não aceitavam esta visão, pois era um incentivo ao vício masculino e a discriminação às mulheres (Ary, 2009, p. 23-24).

De acordo com Doezema (2000, p. 42) os abolicionistas entendiam que os direitos civis das mulheres estavam sendo violados pelo *Contagious Disease Act* e como respostas criaram o *Social Purity Movement*. Aquele permitia os policiais levarem as mulheres para a delegacia a fim de fazerem exames, usando esta situação para culpá-las por qualquer contaminação e livrar os homens de qualquer responsabilidade, entretanto os abolicionistas entendem que existia a prostituição e em consequência as doenças, por haver aqueles que fomentavam este ato violador de direitos e opressão às vítimas.

É uma pena que ainda existem pessoas que condenem a vítima traficada e infelizmente naquela época o foco eram as mulheres brancas e as de outras etnias eram ignoradas.

Houve por parte das feministas naquele período manifestações como a seguir Doezema (2000, p.5) mostra:

feminists opposed the then-current views of the prostitute as fallen woman or sexual deviant; placing the blame for prostitution squarely on the shoulders of unbridled male lust. Prostitutes were seen as victims, who should be rescued or rehabilitated rather than policed and punished.

Se observa que o tráfico de seres humanos ocorreu tanto entre europeus, mas também com outras nacionalidades como é o caso daqueles oriundos de diversas etnias no continente africano que foram levados sob coação para os países citados acima. Quanto à Europa, este continente tem em sua história marcas não somente de mão de obra escrava, mas também de exploração sexual.

É o que mostra Barros (2010, p.7) que na Europa, onde guerras e conflitos armados intermináveis fizeram surgir regulares multidões de esfomeados miseráveis, excessivo número de mulheres vindas das localidades mais sofríveis como a Polónia, Rússia e Galícia, às quais foram traficadas e sujeitas à prostituição. Atualmente esse malefício permanece, incitado por ações usualmente disfarçadas por um *modus operandi* que é mais engenhoso (ou mais oculto) em sua instrumentalização, sendo tomada pela criminalidade organizada em âmbitos internacional e nacional.

Os esforços dos abolicionistas e ressaltando os das feministas explanados acima foram importantes para iniciar as primeiras legislações de combate ao tráfico de seres humanos em toda a história.

A legislação internacional, essencialmente desde 1814, com o Tratado de Paris entre a Inglaterra e a França, se dedicou precipuamente ao tráfico de negros, motivo de comércio para a escravidão.

Inicialmente a preocupação com o tráfico de negros da África, com fins de exploração de mão de obra, se uniu a do tráfico de mulheres brancas, para prostituição. Em 1904, é firmado em Paris o Acordo para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas, no ano seguinte transformado em Convenção.

O impulso da diplomacia resultou, em 1926, com a Convenção celebrada pela Sociedade das Nações, reafirmada, em 1953, pela ONU. Para os propósitos dessa Convenção o tráfico de escravos “compreende todo ato de captura, aquisição ou cessão de um indivíduo para vendê-lo ou trocá-lo; todo ato de cessão por venda

ou câmbio de um escravo, adquirido para vendê-lo ou trocá-lo, e em geral todo ato de comércio ou de transporte de escravos”. No que lhe concerne à escravidão tem como definição o “estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercitam os atributos do direito de propriedade ou de alguns deles”. A Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura em 1956, expandiu esses conceitos em seu artigo 1º fazendo uso das formas de servidão a mulher entregue ao casamento, mediante remuneração a seus pais, entregue a terceiro de forma onerosa ou não e no parágrafo 7º se refere a toda instituição ou prática em virtude da qual uma criança ou um adolescente de menos de dezoito anos é entregue, quer por seus pais ou um deles, quer por seu tutor, a um terceiro, mediante remuneração ou sem ela, com o fim da exploração da pessoa ou do trabalho da referida criança ou adolescente.

Castilho (2007,p,3) afirma que durante as três décadas subsequentes foram firmados: a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas (Paris, 1910), a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (Genebra, 1921), a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (Genebra, 1933), o Protocolo de Emenda à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (1947), e, por último, a Convenção e Protocolo Final para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio (Lake Success, 1949).

A ineficiência da Convenção de 1949 é admitida pela Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), ao exigir os Estados Partes a tomar as medidas adequadas para eliminar todas as formas de tráfico e de exploração da prostituição de mulheres. Em 1983 o Conselho Econômico e Social da ONU toma a decisão de determinar a emissão de relatórios. Em 1992, a ONU lança o Programa de Ação para a Prevenção da Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil. A urgência de um meio de reexame se intensifica na Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1993), cuja Declaração e Programa de Ação de Viena ressaltam o interesse pela “eliminação de todas as formas de assédio sexual, exploração e tráfico de mulheres”. Desse momento surge o Programa de Ação da Comissão de Direitos Humanos para a Prevenção do Tráfico de Pessoas e a Exploração da Prostituição (1996).

A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (1995) assentiu uma Plataforma de Ação, que dentre várias, também inclui o objetivo estratégico a eliminação do tráfico de mulheres e prestar assistência às vítimas da violência derivada da prostituição e do tráfico.

É importante ressaltar que o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998) considera como crimes contra a humanidade no artigo 1º, *alíneas c, e, g e k* a escravidão; a prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; a agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável e outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental. Esses crimes se mesclam em decorrência do tráfico humano.

A Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores (1998) em seu artigo 2º nas *alíneas a, b, c e d*, considera menor todo ser humano menor de 18 anos de idade; define “tráfico internacional de menores” como, a subtração, a transferência ou retenção, ou a tentativa de subtração, transferência ou retenção de um menor, com propósitos ou por meios ilícitos. Estes são entendidos como, entre outros, prostituição, exploração sexual, servidão ou qualquer outro propósito ilícito, seja no Estado em que o menor resida habitualmente, ou no Estado Parte em que este se encontre; o sequestro, o consentimento mediante coação ou fraude, a entrega ou o recebimento de pagamentos ou benefícios ilícitos com vistas a obter o consentimento dos pais, das pessoas ou da instituição responsáveis pelo menor, ou qualquer outro meio ilícito utilizado seja no Estado de residência habitual do menor ou no Estado Parte em que este se encontre.

Nesse momento a Assembleia Geral da ONU instituiu um comitê intergovernamental para desenvolver uma convenção em nível internacional em oposição a criminalidade organizada transnacional e perscrutar a oportunidade de desenvolver um dispositivo para se dedicar a todos os aspectos referentes ao tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças. O comitê expôs uma proposta profundamente debatida ao longo de 1999, que foi admitida como Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (2000).

Em 22 de dezembro de 1931, o Brasil por meio do decreto n. 20.842, publicou a adesão da Lituânia ao acordo e à Convenção internacionais relativos à repressão do tráfico de mulheres brancas, assinadas em Paris, em 1904 e 1910. No ano de 1951 assina o Protocolo Final e através do decreto n. 46.981, de 8 de outubro de 1959 promulga, com o respectivo documento, a Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio, concluída em *Lake Success*, Nova York, em 21 de março de 1950. A Convenção n. 105 concernente à Abolição do Trabalho Forçado adotado

em Genebra em 25 de junho de 1957 por meio do decreto 58.822 de 14 de julho de 1966 a promulgou. Em 15 de abril de 1955, através do decreto n. 37.176 promulga o Protocolo de Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, concluída em Genebra, a 30 de setembro de 1921, e da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra, a 11 de outubro de 1933, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1947, em *Lake Success*, Nova York, e é firmado pelo Brasil em 17 de março de 1948. Em 01 de junho de 1966 a promulgação da Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, adotada em Genebra, a 7 de setembro de 1956, é realizada pelo decreto n. 58.563. Em 20 de agosto de 1988. Promulga a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores por intermédio do decreto n. 2.740. O Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi promulgado pelo decreto n. 4.316 de 30 de julho de 2002. Em 25 de setembro de 2002 promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional pelo decreto n. 4.388. O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil é promulgado em 08 de março de 2004, n. 5.007.

Segundo o decreto nº 9.887, de 12 de março de 2004 que promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, tem por definições em seu artigo 3º:

- a) A expressão “tráfico de pessoas” significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;
- b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados “tráfico de pessoas” mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;
- d) O termo “criança” significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos.

Este crime tem como modo de atuação a subjugação da vítima em relação ao traficante, no caso de uma criança, é muito mais fácil mantê-la sob controle pela fragilidade que apresenta, e dependendo da idade da mesma, as memórias do local da sua residência, os nomes dos pais, o seu idioma dentre outros podem ser esquecidos o que dificulta a identificação tanto da criança quanto da sua família.

Segundo estimativas da OIT (2009) aproximadamente 20% das pessoas em circunstância de trabalho forçado em nível mundial são igualmente vítimas do tráfico de pessoas, chegando a um total de 2,4 milhões de pessoas. Sobre esse total, 43% se encontram vítimas de exploração sexual comercial, 32% sofrem por outras formas de exploração econômica e 25% em circunstâncias sob as quais ambas as explorações se unem.

É possível entender que alguém que pagar o traficante para levar o seu familiar a outro Estado, poderá sofrer inicialmente a exploração econômica, entretanto, a pessoa traficada está sujeita a diversas necessidades e também violências tanto psicológica quanto física. Ary (2009, p.60) afirma que “a pessoa traficada poderá ser utilizada para a prostituição ou outras formas de exploração sexual, trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção dos órgãos.”

A vítima se encontra em uma situação de fragilidade diante de uma rede de violência que é a do tráfico de pessoas, que se mantém dado o lucro alto deste crime e da complexidade que existe na organização criminal e nas situações sociais que tornam crianças e mulheres mais vulneráveis. É o que o relatório da OIT (BRASIL, 2009, p.27) confirma “que a atividade de venda de pessoas dá um lucro anual de cerca de 31,6 bilhões de dólares. Tal cifra, com certeza, faz com que o Tráfico de Pessoas seja mais rendoso que o tráfico de drogas.”

No artigo 5º do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças se expressa a criminalização:

1. Cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que considere necessárias de forma a estabelecer como infrações penais os atos descritos no Artigo 3 do presente Protocolo, quando tenham sido praticados intencionalmente.
2. Cada Estado Parte adotará igualmente as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infrações penais:
 - a) Sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico, a tentativa de cometer uma infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo;
 - b) A participação como cúmplice numa infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo; e

c) Organizar a prática de uma infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo ou dar instruções a outras pessoas para que a pratiquem.

O Brasil em seu Código Penal no artigo 249 diz que ao subtrair menor de dezoito anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial, tem como pena a detenção, de dois meses a dois anos, se o fato não constitui elemento de outro crime.

Quanto ao tráfico com o fim de explorar sexualmente a vítima, o Código Penal apresenta os atos que configuram o crime e as penas através do seguinte artigo.

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º A pena é aumentada da metade se: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

O Estado brasileiro têm em seu ordenamento jurídico meios de impor penas aqueles que cometem o crime de tráfico de pessoas, o artigo 249 faz referência a subtração de menores, o que pode ser usado a quem desloca crianças pelo território brasileiro, ou até outros Estados, nem sempre a finalidade deste crime é a de exploração sexual, mas pode ser a de venda de tecidos ou órgãos ou adoção ilegal.

De acordo com o Protocolo acima referido, cada Estado adota as medidas legislativas e conseqüentemente penais para reconhecer as infrações e suas penas, desta forma o Brasil não somente tem os artigos acima, mas faz uso de outros instrumentos jurídicos para o enfrentamento deste crime que será abordado na atuação do Brasil no item 2 deste artigo.

Instrumentos jurídicos de amparo à vítima

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas sobre o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas Em Especial Mulheres e Crianças

O presente protocolo tem em seu texto referências à proteção das vítimas e também expõe como poderiam ser executadas as orientações deste tratado internacional pelos Estados signatários em prol da dignidade da vítima.

Em seu artigo 6º sobre a assistência e proteção às vítimas de tráfico de pessoas, é possível reconhecer a maneira que deve ser assegurada o respeito aos direitos humanos da vítima:

1. Nos casos em que se considere apropriado e na medida em que seja permitido pelo seu direito interno, cada Estado Parte protegerá a privacidade e a identidade das vítimas de tráfico de pessoas, incluindo, entre outras (ou inter alia), a confidencialidade dos procedimentos judiciais relativos a esse tráfico.
2. Cada Estado Parte assegurará que o seu sistema jurídico ou administrativo contenha medidas que forneçam às vítimas de tráfico de pessoas, quando necessário:
 - a) Informação sobre procedimentos judiciais e administrativos aplicáveis;
 - b) Assistência para permitir que as suas opiniões e preocupações sejam apresentadas e tomadas em conta em fases adequadas do processo penal instaurado contra os autores das infrações, sem prejuízo dos direitos da defesa.
3. Cada Estado Parte terá em consideração a aplicação de medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas de tráfico de pessoas, incluindo, se for caso disso, em cooperação com organizações não-governamentais, outras organizações competentes e outros elementos de sociedade civil e, em especial, o fornecimento de:
 - a) Alojamento adequado;
 - b) Aconselhamento e informação, especialmente quanto aos direitos que a lei lhes reconhece, numa língua que compreendam;
 - c) Assistência médica, psicológica e material; e
 - d) Oportunidades de emprego, educação e formação.
4. Cada Estado Parte terá em conta, ao aplicar as disposições do presente Artigo, a idade, o sexo e as necessidades específicas das vítimas de tráfico de pessoas, designadamente as necessidades específicas das crianças, incluindo o alojamento, a educação e cuidados adequados.
5. Cada Estado Parte envidará esforços para garantir a segurança física das vítimas de tráfico de pessoas enquanto estas se encontrarem no seu território.
6. Cada Estado Parte assegurará que o seu sistema jurídico contenha medidas que ofereçam às vítimas de tráfico de pessoas a possibilidade de obterem indenização pelos danos sofridos.

A pessoa que sofreu tráfico poderá ser atendida por entidades civis competentes desde o local de ser acolhida passando pela assistência médica, psicológica mas também na educacional e em relação as condições de ter um emprego.

De acordo com Ary (2009, p.61) mostra que os Estados “possam intermediar o procedimento de investigação com o fornecimento de informações relevantes, que serão usadas como elementos probatórios contra os autores dos violentos atos ilícitos cometidos”. É uma forma de combater o crime e evitar uma nova ação dos mesmos criminosos seja com a vítima ou com possíveis pessoas, tendo o respeito à legislação interna do estado que inicia a investigação e com a comprovação da participação no ilícito haverá a aplicação da pena.

Se acrescenta à isso, entre as disposições que podem ser determinadas, podem ser mencionadas o término das violações, a salvaguarda da vítima e seus familiares, a constatação dos acontecimentos e a difusão da verdade, declarações oficiais para a reparação da dignidade da vítima, igualmente penalidades administrativas e judiciais contra aqueles que cometeram a ação condenável. (Scacchetti, 2013, p. 512).

Os direitos humanos devem ser enaltecidos pela razão de respeito à dignidade humana que a todos pertencem, e no caso, de criança traficada, as ações de promoção e respeito à sua vida precisam ser planejadas e executadas de forma adequada para o bem estar não somente da vítima, mas também da própria sociedade.

Moraes (1999, p.47) é bem claro quanto à dignidade que em seu conceito é um valor espiritual e moral intrínseco à pessoa que se apresenta particularmente na auto-determinação consciente e atribuída da respectiva vida e que leva consigo a intenção ao respeito por parte das outras pessoas, instituindo no mínimo inatacável que todo estatuto jurídico deve proporcionar.

Assim é relevante que todo arcabouço legal realmente possa assegurar as condições essenciais ao amparo da dignidade humana independentemente da situação que a pessoa apresenta ao ser encontrada pelos agentes de Estado, pois a sua dignidade deve ser preservada.

Correali (2013, p.451-452) mostra que caso o Estado não respeite a dignidade da vítima que além de carregar os traços da consternação incorrido contra si, relembra- rá seu infortúnio pessoal, a partir deste momento pelas mãos oficiais.

Segundo Kamimura e Piovesan (2013, p.108) “a ética dos direitos humanos é a ética que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver suas potencialidades humanas, de forma livre, autônoma e plena”, assim é relevante proporcionar à vítima todo o amparo, nestas fases de infância e adolescência para se sentirem respeitados e poderem continuar o seu desenvolvimento em diversos âmbitos.

O Estado que protege a vítima mostra o reconhecimento da humanidade em cada vítima e torna cada vez mais ressaltada a dignidade que toda criança tem e leva o entendimento da ética em relação a quem passou por uma situação de violação de direitos humanos e também se estende não somente à nação, mas também à comunidade internacional por um mundo que louva a justiça e a liberdade.

Convenção de Haia sobre os aspectos civis de sequestro internacional de crianças

Pela globalização os meios de transporte tornaram fácil o deslocamento de pessoas e além disto o aumento de casamentos entre pessoas de diferentes nacionalidades. Através destes relacionamentos, parte deles há conflitos entre os pais ou quem detém a guarda e um dos guardiões leva a criança a outro Estado sem a autorização do outro, levando a um entendimento de subtração de menor de acordo com a Convenção.

Previamente a Convenção, e até o presente momento nos Estados não signatários, após desvendar onde está a criança se encontra, o pai que almeja o seu regresso deveria sugerir uma ação de guarda no Estado no qual o menor foi conduzido, que encaminhava a favorecer o genitor que nele tem residência, ou seja, aquele que deslocou a criança ilegalmente (Barboza, 2012).

A Convenção se tornou importante para o melhor acesso à Justiça pelo genitor que teve a criança subtraída, mas também uma forma de fazer respeitar os direitos da criança ao convívio de ambos os pais.

No artigo 1º a Convenção tem por objetivo:

- a) assegurar o retorno imediato de crianças ilicitamente transferidas para qualquer Estado Contratante ou nele retidas indevidamente;
- b) fazer respeitar de maneira efetiva nos outros Estados Contratantes os direitos de guarda e de visita existentes num Estado Contratante.

A criança considerada menor de 16 anos de idade segundo a Convenção, deve retornar de forma imediata a sua residência, no caso em que foi deslocada irregularmente, violando o direito de guarda da pessoa ou instituição que detém sobre o menor de acordo com art. 3º, alínea a, a não ser que seja comprovada pela pessoa que esteja com a criança que a que tinha a sua guarda consentiu anteriormente o deslocamento ou que haja grave perigo de ordem física ou psíquica de acordo com o art. 13, alíneas a e b. Uma outra situação em que a criança poderá não retornar é na

transcorrência de um ano das medidas emergências de retorno iniciadas, ela estiver integrada no novo meio, mas é claro que precisa ser comprovada esta circunstância, segundo o art. 12. Na ausência destas provas deve proceder a exigência do retorno da criança à quem tem a sua guarda na sua residência anterior à sua retenção.

De acordo com o decreto 3.951 de 04 de outubro de 2001, foi instituído como Autoridade Central para a Convenção, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, as competências atribuídas se apresentam nos incisos do art. 2º dentre elas ser representante dos interesses do Estado brasileiro na proteção das crianças e dos adolescentes das consequências danosas em decorrência de mudança de residência ou de retenção ilícita; determinar os mecanismos que assegurem o retorno prontamente das crianças e adolescentes ao estado de sua residência familiar; obter todas as comunicações provenientes das Autoridades Centrais dos Estados contratantes e favorecer atividades de cooperação técnica e cooperação com as Autoridades Centrais dos Estados contratantes e outras autoridades públicas, com o propósito de identificar o local que a criança ou o adolescente deslocado ou retido ilícitamente esteja e assegurar, no plano administrativo, se necessário e oportuno, o seu regresso.

O deslocamento coercitivo e inesperado de uma criança do Estado onde guarda o seu centro de vida, seu desempenho escolar e atividades rotineiras, além de suas referências de relacionamento, por seu familiar mais próximo, estabelece uma demonstração de desequilíbrio do exercício de poder familiar, e mostra uma circunstância singular de desentendimento no tocante à custódia da criança (Dyer apud Messere, 2005, p.8).

O período de tutela deve manter o respeito entre os familiares que a criança tenha, podendo desenvolver relações harmônicas propícias para o crescimento da tutelada e também para a própria família. As decisões quanto à criação e educação precisam estar em acordo entre ambas as partes em benefício principalmente da criança se será escola religiosa ou laica, participação em acampamento, intercâmbio dentre outras escolhas relacionadas à sua vida.

De acordo com Fernandes (2013, p.11) se para a criança ser o rebento dos amores de duas culturas, duas práticas e tradições, dois idiomas, duas religiões é, indubitavelmente, motivo de glória para ela, não há possibilidade de contestar que esse estado pode similarmente ser uma causa de exacerbação de ameaças de fragilidade ou abalos emocionais em caso de desinteligência entre seus pais.

É inevitável o trauma que venha a ocorrer na criança por causa da falta de diálogo ou competição entre os pais, pois ela tende a estar próxima dos dois e além de

não conseguir unir os genitores como amigos, a concorrência pela sua guarda a leva ao sofrimento e confusão.

A Advocacia-Geral da União em seu sítio eletrônico em referência a Sequestro Internacional de Criança tem o seguinte entendimento sobre a cooperação jurídica internacional na qual objetiva, com base no trabalho conjunto dos Estados, impossibilitar, por exemplo, que uma singela transposição de fronteiras ou a permanência irregular em território estrangeiro se converta em um indivíduo inacessível ao Poder Judiciário. Para superar desafios específicos da globalização, é progressivo a diligência dos sujeitos de Direito Internacional na orientação de ratificar tratados que sejam úteis a base jurídica para valer de assistência jurídica mútua. Com a colaboração interjurisdicional, um Estado (o Estado solicitado) pode ser compreendida como longa *manus* de outro (o Estado requerente), aplicando diligências em benefício e no desvelo deste último, certificando que se dê efetivação à justiça.

É relevante mostrar que o sequestro internacional de crianças não é considerado somente quando um genitor a leva irregularmente para outro Estado, mas também quando um terceiro a desloca de maneira ilícita, violando o direito da guarda que nem sempre é a do genitor ou um familiar pode ser também uma instituição que detenha este direito de acordo com o art. 3º.

Segundo Dias e Silva (2013, p. 826) o quadro financeiro é na maior parte das ocasiões o que instiga os genitores a oferecer seus filhos, uma vez que não sabem que o Estado é o maior responsável em oferecer uma vida digna para as pessoas. Trata-se de um delito que advém de uma vulnerabilidade das pessoas que, estando com uma série de problemas sociais, “vendem” seus filhos em troca de algo.

A Advocacia-Geral da União bem como Defensoria Pública da União, Polícia Federal e Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, buscam resgatar crianças que foram levadas de seu guardião e devem retornar à ele.

Em sua composição o Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal de acordo com o decreto 3.951 de 04 de outubro de 2001, o art. 3º:

- I - Autoridade Central, que o presidirá;
 - II - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - III - um representante do Ministério das Relações Exteriores;
 - IV - um representante da Defensoria Pública Federal;
 - V - um representante da Secretaria Nacional Antidrogas;
 - VI - um representante da Secretaria Nacional de Justiça;
 - VII - um representante do Departamento da Criança e do Adolescente;
 - VIII - um representante do Departamento de Polícia Federal.
- Parágrafo único. Poderão integrar, ainda, o Conselho de que trata o presente Decreto:

- I - um representante da Procuradoria-Geral da República;
- II - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- III - um representante do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil - Pastoral do Menor; e
- IV - um representante da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Estes integrantes visam a maior eficácia à proteção da criança que foi retida ilicitamente buscando resgatar o que foi violado em sua dignidade humana e promover os seus direitos.

Convenção sobre os direitos da criança

A partir dos egípcios e mesopotâmios, transitando pelos romanos e gregos, até mesmo aos povos medievais europeus, não se reconhecia a infância como digna de proteção especial e sim todo o oposto. Os meninos e especialmente as meninas foram, por séculos, artigo das mais diversas atrocidades, insensibilidade e prepotências (Andrade, 2000, p. 10).

Esse período mostra que as culturas não tinham incluído a infância como uma parte importante da vida, se entendia que a fase adulta era a máxima que se podia viver como a plenitude em atos, além de também estar relacionado com a utilização de mão de obra e a sua produtividade tanto para a comunidade que fazia parte bem como o império pertencente.

O quadro grave vivenciado pela infância até mesmo no início deste século, intensificada pelo infortúnio que simbolizou a Primeira Guerra Mundial, conduziu a Sociedade de Nações, antecessora da contemporânea ONU, a aderir a primeira Declaração em que se coligiam os direitos da criança, no ano de 1924, identificada como Declaração de Genebra. A Declaração de Genebra iluminava, também, o significativo conceito intitulado *interesse superior da criança*, posteriormente reassumido e progredido na Convenção de 1989. (Andrade, 2000, p.11)

É relevante o uso do conceito do interesse superior da criança como uma etapa avançada em reconhecer a criança como sujeito de direito e permitir que diversas situações possam ter uma direção clara através deste conceito em prol da criança.

De acordo com Dalmaso (2004, p. 459) o “interesse maior das crianças” é um conceito profundamente sensível e tênue, que causa a adversidade da subjetividade interpretativa para o responsável pela sua aplicação. Do mesmo modo ocorre em geral com outros conceitos: ainda que se tenha a aspiração de elucidá-los com a maior exigência científica, resultarão sempre do agente que interpreta.

A interpretação deste conceito se vincula com o que deve ser benéfico para a criança e nas decisões sempre ocorre o auxílio de funcionários como psicólogos, assistentes sociais, pedagogos que poderão observar a criança e expor a sua situação de maneira objetiva ao responsável pela sentença, bem como a criança poderá ser ouvida quando apresentar maturidade para isto. A comunidade internacional, principalmente desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, perceptível a conjuntura de ausência de proteção de boa parte das crianças vítimas de guerras, tráfico de pessoas, abuso sexual e qualquer tipo de exploração ou desamparo comumente, tem elaborado várias declarações, que instituíram a responsabilidade para os Estados membros de harmonizar suas legislações e efetivar deliberações tendentes a tais finalidades (Dalmasso, 2004, p.453)

Um outro marco para a história foi a Segunda Guerra Mundial, que com a criação da Organização das Nações Unidas, foi estabelecido em seu âmbito, em 1947, o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, órgão que tem a missão primordial de defender e impulsionar os direitos da criança. No ano subsequente ocorreu a aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo art. 25, em seu § 2.º, se refere especialmente da proteção à infância. A comunidade internacional optou pelo ano de 1979 como o *Ano Internacional da Criança*. O efeito do evento e uma proposta oferecida anteriormente pela delegação polonesa junto à ONU deram início às discussões que, dez anos depois, iriam desembocar na assinatura da Convenção sobre os Direitos da Criança. (Andrade, 2000, p.11)

Apesar das nações estarem reunidas para defender as crianças de situações que violem a sua integridade física e psicológica, as ideologias que integravam as do Oriente e as do Ocidente apresentavam diferenças quanto ao que se enquadravam na categoria direitos humanos.

Rosemberg e Mariano (2010, p. 709) falam que a inquietude foi acalmada unicamente na segunda metade dos anos 1980, quando transformações políticas nos Estados pertencentes ao Leste Europeu os levaram a uma afinidade com as posições ocidentais nos fóruns internacionais.

Semelhante debate aconteceu, especificamente, na questão entre os tipos de direitos que seriam relevantes na Convenção: os países do Leste advogavam pela prioridade dos direitos econômicos e sociais, ao mesmo tempo que determinados países ocidentais, especialmente os Estados Unidos, consideravam unicamente como direitos humanos fidedignos os em âmbito civil e político (Pilotti, 2000, p.43).

É notável que tanto os direitos econômicos, sociais, civis e políticos fazem parte da Convenção pois a vida da criança precisa da plenitude destes direitos, evitando

que a criança esteja privada de recursos que são fundamentais para o seu desenvolvimento que não pode ser entendido somente como o psicológico, pois também o físico deve ser cuidado, levando os Estados a ampararem a família e promoverem o desempenho de funções e o fomento do emprego aos pais ou responsáveis.

Dalmasso (2004, p.453) exemplifica que a Convenção tem como antecessora a Declaração dos Direitos das Crianças de 1959, na qual se compreende que toda criança, pela sua ausência de maturidade física e mental, precisa proteção e cuidados especiais, incluindo a devida proteção legal, e persiste aos pais, às organizações particulares, autoridades locais e governos nacionais para que assumam os direitos das crianças e empenhem-se por ter êxito na efetivação com medidas legislativas e de qualquer outro caráter.

Se faz necessário que haja realização por parte dos Estados Membros ações que venham garantir os direitos das crianças que iniciem pelo governo e que possam também ter colaboração de instituições privadas desde que estejam em acordo com os princípios da Convenção, podendo facilitar as ações além de manter um diálogo benéfico para a sociedade em especial às crianças.

Quanto a Convenção no Brasil foi promulgada em 21 de novembro de 1990, é interessante observar o artigo 22, parágrafo 1º se refere os Estados Partes tomarem medidas adequadas para garantir que a criança que se empenha em alcançar a condição de refugiada, ou que seja reconhecida como refugiada segundo o direito e os procedimentos internacionais ou internos admissíveis, obtenha, tanto na circunstância de estar desacompanhada como em companhia de seus genitores ou por qualquer outra pessoa, a proteção e a assistência humanitária apropriadas com o objetivo de que possa gozar dos direitos expressos na referida convenção e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos ou de condição humanitária dos quais os Estados mencionados façam parte.

Em seu inciso 2 para tal, os Estados Partes atuarão em cooperação, da forma como discernirem adequada, pelas diligências das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais competentes, ou organizações não-governamentais que atuem em cooperação com as Nações Unidas, no intuito de proteger e ajudar a criança refugiada, e de encontrar seus pais ou outros membros de sua família com o objetivo de conseguir informações imprescindíveis que possibilitem seu encontro com a família. Quando não existir possibilidade de identificar o local dos pais ou membros da família, será outorgada à criança a mesma proteção propiciada a qualquer outra criança desprovida definitivamente ou momentânea de seu ambiente familiar, seja qual for a razão, de acordo com o determinado na presente convenção.

A criança refugiada terá toda a proteção que uma criança nacional tem e desta forma assevera que o Estado deve se responsabilizar por este menor até que se possa estar com a família, pois o Estado deve buscar a sua família e promover o encontro, mas enquanto isto não ocorre a mesma poderá exercer os direitos no país em que está residindo.

O artigo 27 desta Convenção expressa que os Estados Partes admitem que toda criança tem direito a uma condição de vida apropriada ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. É marcante a preocupação da plenitude da vida da criança, levando com que cada Estado Parte tenha atitudes de amparo à criança e que permita com que ela possa viver em segurança e crescer com respeito em todos os âmbitos de sua vida.

Estudo de caso no Brasil de criança vítima de tráfico de pessoas

Relato de caso

Segundo o sítio eletrônico da Federação Nacional dos Policiais Federais a investigação monitorou os passos do que foi entendido como uma quadrilha de coiotes, os traficantes de pessoas. “Mapeamos os lugares, os endereços e as casas. Deu para mapear tudo”, disse o juiz Paulo Fadigas.

A trama inicia quando o menino é buscado em casa, no vilarejo de Fundo dos Negros, no interior do Haiti. No dia 1º de dezembro de 2009, embarca em Porto Príncipe, a capital haitiana, num voo da Copa Air Lines. Três adultos estão com ele. Eles fazem conexão no Panamá e seguem para Lima, no Peru. No dia 15 de dezembro, já estão na Argentina. No dia 21, o garoto é encontrado na Estação Corinthians-Itaquera, no metrô de São Paulo.

No dia 21 de dezembro de 2009, o menino estava andando pela Estação Corinthians-Itaquera, na Zona Leste da cidade. Um agente de segurança perguntou do menino se ele era da África, mas decidiram chamar um intérprete, entretanto o menino não disse muitas palavras, pois estava confuso, porém aparentava estar calmo e até sorriu um pouco disse o agente de segurança.

O menino foi acolhido em um abrigo. Após uma semana, em uma inspeção de rotina o juiz Paulo Fadigas questionou quem era a criança que falava português, mas responderam que era africano do Haiti que falava inglês. O juiz percebeu que tanto o local e o idioma não se correspondiam.

Segundo o sítio eletrônico do programa de TV Fantástico um haitiano procurou o juiz. Aquele tentou recuperar o menino, dizendo que a mulher que ele conhecia era tia dele, que de acordo com o juiz, é inverídico. Dois outros haitianos também são suspeitos.

O delegado responsável pelo caso solicitou a prisão dos que tem envolvimento com o ocorrido, entretanto esse pedido foi negado pela razão do Ministério Público Federal acreditar que as provas são insuficientes. O juiz determinou intensificasse a segurança do garoto.

No começo, as pessoas acreditavam que se tratava de desaparecimento. O juiz Paulo Fadigas disse que “Criança perdida. Jamais tínhamos cogitado em criança objeto de tráfico de pessoas”. Entretanto, indícios mostravam que existia algo errado por exemplo o menino mostrava nervosismo ao entrar em um carro e se negava a se alimentar a não ser que alguém que uma pessoa provasse a comida antes.

“Ele pode ter, sim, em alguns momentos sido dopado ou mesmo ter ficado em local fechado muito tempo para que ele pudesse não reclamar de tudo aquilo também”, disse a promotora de Justiça de São Paulo Eliana Vendramini.

Durante o trajeto de viagem os coiotes tendem a maltratar as vítimas e além disto elas não mantêm contato com as suas famílias e como estão em situação irregular no país, terão medo de entrar em contato com as autoridades bem como não conhecem a localidade e muito menos o idioma tornando tudo muito mais difícil para pedir ajuda.

Formas de amparo à criança por parte do Estado brasileiro

A Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, do Ministério da Justiça, foi contata pela estrutura competente da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, por meio do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, momento em que se expôs o requerimento pela regularização da circunstância migratória da vítima de tráfico humano vindo do Haiti.

Foi suscitado o contato precedente com o Juiz de Direito responsável pelo caso, Dr. Paulo Roberto Fadigas César. Reuniões consecutivas foram realizadas até que se mostrasse um instrumento administrativo para sanar o dilema que se referia a criança estrangeira. Concordando com a decisão em razões humanitárias, a autoridade judicial demandou a *concessão de residência*, realizando o Departamento de Estrangeiros/SNJ a seguinte publicação: Processo 08492.008089/2009–16 no dia 24 de junho de 2010, no Diário Oficial da União, Seção I, nº 119, p. 48:

Em estrita observância ao contido na decisão exarada pelo Excelentíssimo Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São Paulo/SP, nos autos do processo nº 006.10.000065-2, e considerando razões de caráter humanitário que o caso reclama, determino que se conceda, sob condição, a residência no território nacional ao menor haitiano V.V., até que se ultime o processo judicial supra, conforme determinado pela autoridade judicial no expediente de referência [...].

De acordo com Correali (2013, p. 457) a ordem judicial teve como base o princípio da dignidade da pessoa humana, expresso pela Constituição Federal de 1988, no art. 1º, III, além disto o autor prossegue afirmando que pelo motivo deste caso estudado e de outras hipóteses excepcionais enviadas ao EEST, a Secretaria Nacional de Justiça instigou o Conselho Nacional de Imigração para que fosse regularizada a matéria através de ato administrativo normativo, ocasionando as tratativas na Resolução Normativa 93, de 21/12/2010.

Enquanto aconteciam estudos sobre esta situação em âmbito jurídico pelas autoridades, o menino esteve residindo no abrigo e aprendeu português, além de gostar de brincar com outras crianças que se encontravam no mesmo local que ele, até porque o tempo da infância é tão rápido. Como o artigo 22 da Convenção dos Direitos da Criança assegura que a criança refugiada tenha os mesmos direitos que as crianças nacionais, assim o menino foi matriculado em uma escola e estudou todo o período em que esteve no Brasil bem como fez uso do serviço de saúde e bem como participou das atividades recreativas e culturais que o abrigo, a escola e outras instituições promoviam as quais as crianças do abrigo participavam acompanhadas de um funcionário do abrigo.

A criança tem direito à saúde no art. 7º do ECA e no Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas em Especial Mulheres e Crianças em seu parágrafo 2º, *alínea c* se refere a assistência médica, psicológica e material que neste caso o menino merece usufruir e na Convenção dos Direitos da Criança em seu art. 24, parágrafo 1 os Estados Partes entendem que é direito da criança gozar do melhor nível tanto de saúde quanto de tratamento.

O ECA elenca direitos que envolve desde a educação bem como o seu ambiente escolar que deve ser harmonioso à dignidade da criança no art. 53, no Protocolo o art. 6º, parágrafo 3, *alínea d*, menciona a oportunidade de educação e a Convenção confirma o direito à educação no art. 28. Sendo assim a criança deve ser matriculada e acompanhada nesta fase visando o seu desenvolvimento e socialização.

Como o menino chegou com 11 anos de idade ao Brasil, de acordo com o ECA em seu art. 60 e na nossa Constituição no art. 7º, inciso XXXIII que proíbe o trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na circunstância de aprendiz, a partir de catorze anos. A Convenção em seu art. 32 afirma que a criança deve ser protegida de qualquer trabalho que ofereça perigo ou possa prejudicar a sua educação, podendo ser danosa a saúde ou ao seu desenvolvimento físico, mental, moral ou social. Desta forma o menor não realizou nenhuma espécie de trabalho enquanto residiu no Brasil.

Em relação ao direito de liberdade de pensamento, brincar, praticar esportes são apresentados nos incisos II e IV, art. 16 do ECA, tendo semelhança ao art. 31 da Convenção que acrescenta o direito ao lazer, descanso e participação à vida cultural e artística e art. 13 quanto à liberdade de expressão. O abrigo em que o menino esteve leva as crianças e adolescentes a atividades artísticas, culturais e de lazer desde que acompanhados de funcionários da entidade pública. O principal esporte que ele gostava era o futebol e com as outras crianças pode aprender brincadeiras brasileiras bem como músicas e danças.

O Brasil através do ECA em seu art. 18 afirma que é responsabilidade de todos respeitar a dignidade da criança e do adolescente, levando ao afastamento de qualquer ato desumano ou vexatório. Além de no art. 18 –A contemplar o direito de toda criança e adolescente receber educação e cuidados sem o uso de castigo físico ou tratamento cruel como formas de disciplina. O menino que passou por tantos momentos difíceis durante a viagem era digno de receber os cuidados adequados que venham a respeitar a sua dignidade e ajudá-lo a superar os traumas que decorreram dos atos daqueles traficantes, desta forma a Vara da Infância e Juventude de São Paulo, determinou que ele fosse protegido de outros criminosos mas que pudesse estar em um ambiente que revelasse a educação como um meio de respeito e diálogo com ele.

Em seu art. 19 do ECA é expresso o direito da criança em ser criado e educado no seio da família, além do Protocolo que determina a responsabilidade do Estado de encontrar a família para observando o interesse da criança em retornar à ela, mostra que o Brasil teve que passar todo o período entrando em contato com autoridades tanto do Haiti quanto da França para que o menino retornasse a sua família. Esse objetivo foi alcançado quando o menino já tinha se tornado um adolescente dado a demora na resposta e tendo exigências absurdas como carteira de motorista que o Haiti solicitou ao juiz, sendo que o menor não teria condições para tal ato civil.

O menor somente fez a viagem de retorno com a presença do juiz responsável pelo caso e o coordenador do abrigo, pois o art. 83 do ECA, afirma que nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial, desta forma a viagem ocorreu somente com a finalidade de entregar o menino à mãe com todos os documentos exigidos para a saída do menor do Brasil e para a entrada na Guiana Francesa. A Convenção em seu art. 11, parágrafo 1º declara que os Estados Partes aderem medidas com o objetivo de combater a transferência ilegal de crianças para o exterior e a retenção ilícita das mesmas fora do país, desta forma é preciso que haja mecanismos de controle em aeroportos, rodovias, fronteiras para que se possa identificar o crime e agir, o que ainda aparece alertas da fragilidade que o Brasil enfrenta na entrada do país.

Foi fundamental o respeito ao art. 141, do ECA que garante o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos, para que a criança pudesse receber toda a assistência no momento em que esteve desacompanhada de sua família e principalmente para que pudesse retornar em segurança, mas também de ter seus direitos usufruídos enquanto residia no Brasil.

O art. 14 do Protocolo afirma que nenhum dispositivo nele inserido poderá causar danos aos direitos, obrigações e responsabilidades do Estados e das pessoas em virtude do direito internacional, unindo ao direito internacional humanitário e os direitos humanos o que se faz muito relevante a quem sofreu o crime de tráfico de pessoas dado à circunstância que se encontra e que precisam de proteção imediata.

Desfecho do caso

Como é uma responsabilidade do Estado parte tanto do Protocolo de Palermo quanto da Convenção dos Direitos da Criança ajudar nas investigações para encontrar a família da criança que sofreu sequestro ou tráfico humano, o Brasil manteve contato com a Interpol, apesar que a Polícia Federal conseguiu descobrir a rota do tráfico bem como identificar quem trouxe o menino.

A mãe do menino também foi encontrada bem como seus irmãos, padrasto, pai e avô. A sua mãe era do Haiti e residia na Guiana Francesa, mas estava em situação irregular no território ultramarino. Com o auxílio de um tradutor o menino pode falar com a mãe por vídeo-chamada até porque ele não lembrava mais do idioma.

Enquanto o juiz Paulo Fadigas entrou em contato com a França para solicitar a regularização da mãe e do Haiti quanto aos documentos do menino, entretanto o que se via era uma interminável contrariedade.

A circunstância só foi alterada quando o novo presidente da França tomou posse e possibilitou a legalização dos imigrantes. A mãe da criança recebeu o visto de trabalho. O passaporte haitiano do garoto também foi emitido. Entretanto foi necessário um pedido direto do embaixador do Brasil ao presidente do Haiti, sendo assim a viagem, finalmente, foi preparada.

O juiz e o coordenador do abrigo acompanharam a criança até a Guiana Francesa, deixando com a mãe do menor o termo de entrega e desta forma a guarda retorna à genitora e a residência do menino passa a ser à casa da sua família.

A criança se via muito próxima das crianças e adolescentes do abrigo, bem como do juiz e do coordenador do abrigo, mas é fundamental que pudesse estar com a sua família, mas poderá manter contato com os seus amigos brasileiros por internet como o coordenador mesmo disse. A primeira atividade que fez com os seus irmãos ao chegar em casa foi brincar de futebol e que se possa ter muitos momentos como este bem como com o seu padrasto e sua mãe, além de outros familiares, estando em segurança e também gozando de bem-estar.

Considerações finais

O caso estudado deve ser entendido como um que teve bons resultados, mas se faz necessário mostrar que ainda é necessário ter uma segurança maior na entrada, mas também a promoção da dignidade humana, que por razão da vulnerabilidade social as crianças se tornam vítimas e pela sua fragilidade física e também mental não há possibilidade de defesa a não ser por órgãos públicos, desde que estes atuem efetivamente.

A atuação brasileira além de ter instrumentos jurídicos para serem respeitados teve lentidão por parte de outros Estados, ou seja, nem todos os Estados estão tendo atitudes facilitadoras dos direitos da criança e o direito internacional deve progredir para que se evite que a infância se perca e que a violação de direitos humanos continue. Além disto é importante ressaltar que não são todos os abrigos que são bem cuidados, mas todas as unidades federativas do Brasil deveriam ter em seus municípios recursos para aplicar em prol das crianças para que haja uniformidade e melhor proteção às crianças.

As denúncias de casos de sequestro ou tráfico de criança devem ser feitas, mas é relevante o conhecimento das naturezas dos crimes, as formas de combate são necessárias, porém as de prevenção são muito mais, para que se possa realmente ter um ambiente seguro e saudável para as crianças, pois nem todas são resgatadas e há outras crianças que não foi registrada nenhuma denúncia de desaparecimento o que torna grave a situação.

O conhecimento e ação em prol dos direitos das crianças não se restringem somente ao governo, mas é dele que se deve ter a segurança jurídica além de poder contar com parceiros institucionais da iniciativa privada para que se possa ter um enlace e a comunicação mais fluída e benéfica tanto às crianças quanto à sociedade.

Referências bibliográficas

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. **Sequestro internacional de crianças**: <http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateImagemTextoThumb.aspx?idConteudo=113473&ordenacao=1&id_site=4922>. Acesso em: 15 ago. 2013

ANDRADE, Anderson Pereira de. A convenção sobre os direitos da criança em seu décimo aniversário: avanços, efetividade e desafios **Rev. Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed. Territ.**, Brasília, Ano 8, V. 15, p. 9 – 28, jan./jun. 2000

ANJOS, Fernanda Alves dos. (Org.). et al. Secretaria Nacional de Justiça. **Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação**;- 1.ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

ARY, Thalyta Carneiro. **O tráfico de pessoas em três dimensões**: evolução, globalização e a rota Brasil-Europa. 2009. 159 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BARBOZA, Júlia Zomignani. **A CONVENÇÃO DE HAIA SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS**. Publicado em Juris Way Sistema Educacional Online. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=7492> Acesso em: 21 set 2016.

BARROS, Marco Antônio de. **Tráfico de pessoas para fim de exploração sexual e a adoção internacional fraudulenta**. Publicado em: LEX – Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. ISSN 0100-8390, Ano 32, nº 378, Junho/2010. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FDir/2010/Artigos/marco_Antonio_de_Barros_OK.pdf> Acesso em: 04 de março de 2014.

BRASIL, Código Penal. 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1940.

BRASIL. **Decreto 58.822 de 14 de julho de 1966** promulga à Convenção n. 105 concernente à Abolição do Trabalho Forçado adotado em Genebra em 25 de junho de 1957. Diário Oficial da União. 20 de julho de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D58822.htm> Acesso em: 08 set. 2016

BRASIL. **Decreto n. 2.740 de 20 de agosto de 1988**. Promulga a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 ago. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2740.htm> Acesso em: 09 set. 2016

BRASIL. **Decreto n. 20.842, de 22 de dezembro de 1931**. Publica a adesão da Lituânia ao acordo e à Convenção internacionais relativos à repressão do tráfico de mulheres brancas, assinadas em Paris, em 1904 e 1910, respectivamente. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20842-22-dezembro-1931-559071-publicacaooriginal-80915-pe.html>>. Acesso em: 11 set. 2016

BRASIL. **Decreto n. 37.176, de 15 de abril de 1955**. Promulga o Protocolo de Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, concluída em Genebra, a 30 de setembro de 1921, e da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra, a 11 de outubro de 1933, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1947, em Lake Success, Nova York, e firmado pelo Brasil em 17 de março de 1948. Diário Oficial da União. Seção 1 - 22/4/1955. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37176-15-abril-1955-331475-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 set. 2016

BRASIL. **Decreto n. 4.316 de 30 de julho de 2002** promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Diário Oficial da União. 30 de julho de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4316.htm> Acesso em: 09 set. 2016

BRASIL. **Decreto n. 4.388 de 25 de setembro de 2002** promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Diário Oficial da União. 26 de setembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm> Acesso em: 09 set. 2016

BRASIL. **Decreto n. 46.981, de 8 de outubro de 1959.** Promulga, com o respectivo Protocolo Final, a Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio, concluída em Lake Success, Nova York, em 21 de março de 1950, e assinada pelo Brasil em 5 de outubro de 1951. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=112661>>. Acesso em: 11 set. 2016

BRASIL. **Decreto n. 5.007 de 08 de março de 2004** promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. Diário Oficial da União. 09 de março de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm> Acesso em: 09 set. 2016

BRASIL. **Decreto n. 58.563 de 01 de junho de 1966** promulga Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, adotada em Genebra, a 7 de setembro de 1956. Diário Oficial da União. 03 e 10 de junho de 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58563-1-junho-1966-399220-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 08 set. 2016

BRASIL. **Decreto nº 9.887, de 12 de março de 2004.** Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 06 ago. 2016.

BRASIL. Departamento de Estrangeiros/SNJ Departamento de Estrangeiros/SNJ. **Processo 08492.008089/2009-16 no dia 24 de junho de 2010**, no Diário Oficial da União, Seção I, nº 119, p. 48.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul 1990.

CASTILHO, Ela Wiecko. **Tráfico de pessoas:** da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. Ministério Público Federal; Procuradoria-Geral da República. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/trafico-de-pessoas/artigo_trafico_de_pessoas.pdf> Acesso em 02 set. 2016

CORREALI, Maurício. **A situação jurídica do estrangeiro vítima de tráfico de pessoas no Brasil.** Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos / Secretaria Nacional de Justiça, Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

DALMASSO, Elsa Inés, A Convenção sobre os Direitos da Criança e o princípio reitor do interesse maior da criança. **Novos Estudos Jurídicos** - v. 9 - n. 2 - p.451 - 460, maio/ago. 2004

DE VRIES, Petra. **'White Slaves' in a Colonial Nation: the Dutch Campaign against the Traffic in Women in the Early Twentieth Century.** *Social & Legal Studies*, nº14 (1), p.39-60. 2005

DIAS, Francine; SILVA, Carlos Roberto da. Adoção internacional e a problemática do tráfico internacional de crianças e adolescentes. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica.** Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.1, p. 815-829 , 1º Trimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044

DOEZEMA, Jo. Loose Women or lost Women? The Re-emergence of the Myth of "White Slavery" in Contemporary Discourses of "Trafficking". **Gender Issue**, nº 18 (1), p. 23-50. 2000

DYER, A. To celebrate a score of years. 33 N.Y.U. Journal of International Law & Politics, 2000, p. 1-15 apud MESSERE, F.L.L. **Direitos da Criança: O Brasil e Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.** Brasília: Uniceub, 2005, p.8.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS. **Rede de Tráfico de pessoas engana família e menino haitiano é achado no Brasil.** Disponível em: <http://www.fenapef.org.br/32889/> Acesso em: 05 ago 2016.

FERNANDES, Juliette Marie Marguerite Robichez. A aplicação da Convenção de Haia sobre os aspectos cíveis do sequestro internacional de crianças de 1980: perspectivas brasileiras. **Revista de Pesquisa Científica e Tecnológica das Instituições do Grupo DeVry Brasil,** Fortaleza – Ceará, v. 13, n. 25, p. 09-21, jul./ dez. 2013. Disponível em <https://revistacientefico.devrybrasil.edu.br/cientefico/issue/download/5/8>>. Acesso em: 25 out. 2016

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FRIEDRICH, Tatyana S; SCHAITZA, Leticia de Pauli. A Tutela Internacional da Criança Refugiada. **Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política,** Curitiba, 14, 15 e 16 de maio de 2014. Disponível em http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24307_1397436645.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2016.

G1. **Após nove anos, haitiano vítima do tráfico de pessoas reencontra a mãe.** 18 nov 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2012/11/apos-nove-anos-haitiano-vitima-do-trafico-de-pessoas-reencontra-mae.html>> Acesso em: 06 ago 2016

HAMPSHIRE RECORD OFFICE - **Archive Education Service, The Transatlantic Slave Trade and Abolition.** Hampshire, Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha. Disponível em: <http://www.hants.gov.uk/rh/archives/slavery.pdf>>. Acesso em: 10 set.2016

KAMIMURA, Akemi; PIOVESAN, Flávia. **Tráfico de pessoas sob a perspectiva de direitos humanos**: prevenção, combate, proteção às vítimas e cooperação internacional. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

MORAIS, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 1999

ONU. **Declaração e plataforma de ação da iv conferência mundial sobre a mulher**. Pequim, China, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016

PILOTTI, F. Globalización y convención sobre los derechos del niño: el contexto del texto. Washington: OEA, 2000. (Documento da OEA)

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. **A convenção internacional sobre os direitos da criança**: debates e tensões. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.693-728, set./dez. São Paulo. 2010

SCACCHETTI, Daniela Muscari. **Compensação para vítimas de tráfico de pessoas**: modelos e boas práticas na ordem internacional. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

SILVA, Cristian Kiefer da; DINIZ, Ana Luíza Ribeiro. **Direitos humanos e a problemática do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Letras Jurídicas: Publicação da Escola de Direito do Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte – MG, 18 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=523>>. Acesso em: 10 set. 2016

ARTIGO

IMIGRAÇÃO RECENTE NA REGIÃO NORTE: LIMITES DA GOVERNABILIDADE MIGRATÓRIA BRASILEIRA

Introdução

A presença de imigrantes em diferentes localidades da Fronteira Norte, primeiro de haitianos e depois de venezuelanos, suscitou diferentes reações nos lugares de recepção, passagem e, posteriormente, de “destino”. Isto porque, a presença de um volume considerável de pessoas num curto espaço de tempo, colocou um problema para o acolhimento nas fronteiras, primeiro de haitianos em Tabatinga (AM), a partir de 2010, e depois em Brasília (Acre) e, recentemente de venezuelanos em Pacaraima (RR), gerando diferentes reações à tal presença.

No caso dos haitianos, num primeiro momento, tivemos manifestações de solidariedade da parte da população local, reações que foram arrefecendo-se com o agravamento e prolongamento da situação caótica naquelas fronteiras. Da parte da imprensa local e nacional, as leituras do fenômeno migratório apontavam para uma “invasão”, ou ainda como uma ameaça à “saúde pública”. O mesmo discurso xenofobo se repete em relação aos venezuelanos, acusados de “invasores” e de alterar a ordem local, com uma “explosão de violência”. Já da parte do poder público, seja local ou nacional, a demora em dar respostas efetivas ao problema de atendimento e de alojamento, bem como em dar-lhes um estatuto jurídico, contribuíram, no primeiro caso, e tudo indica que no segundo também, para agravar a situação nas fronteiras amazônicas, ensejando a violação de direitos básicos, como a alimentação, abrigo, saúde e documentação.

Se, por um lado, a presença destes imigrantes na Fronteira Norte aponta para a falta de um marco regulatório e política migratória adequados para lidar com migrantes em situações de vulnerabilidade social, por outro, ela indica também o limite do modelo de governabilidade migratória brasileira pautado entre a securitização e a defesa de direitos dos imigrantes, através da emissão de resoluções, como é o

* É professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Coordena o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia, o qual integra a rede de pesquisa do INCT- Instituto Brasil Plural.

caso do visto humanitário. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da imigração recente na Região Norte do Brasil, bem como suas implicações para um contexto mais amplo, tanto do ponto de vista da formulação de políticas migratórias que garantam a livre circulação e a inserção sócio-cultural dos imigrados, quanto da formulação de políticas públicas inclusivas, em vista da construção de um modelo de “governança” migratória pautada na participação dos imigrantes (Mármora, 2013).

Fronteira Norte: fluxos e processos migratórios

A Fronteira Norte, tem sido um espaço marcado por intensa mobilidade de pessoas, seja na modalidade da migração transfronteiriça, particularmente em Tabatinga (Amazonas), Guajará-Mirim (Rondônia), Assis Brasil (Acre), Pacaraima e Bonfim (Roraima), Oiapoque (Amapá), ou ainda nas deferentes modalidades da migração internacional na Grande Amazônia, atingindo um montante em torno de 179,508 estrangeiros (Aragón, 2012: 232).

Entre os diferentes grupos dessa população temos o caso de brasileiros nos garimpos da Guiana e Suriname (Oliveira, 2012a), de brasileiros (as) na Venezuela (Rodrigues, 2009, 2012), de guianenses em Boa Vista (Rodrigues, 2012), de peruanos em Manaus e Boa Vista (Silva, 2012), de colombianos em Manaus (Silva, 2010), ou ainda na condição de “desplazados” (Oliveira & Oliveira, 2012b), de originários do Suriname e da Guiana Francesa no Pará e no Amapá (Aragón, 2012), de bolivianos no Acre e Rondônia (Aragón, 2012).

A partir de 2010, a presença de haitianos e de outras nacionalidades, particularmente de africanos, começou a ser notada nas fronteiras amazônicas, já que pela porta “oficial” de entrada, o aeroporto, seriam barrados, por não apresentarem os seus respectivos vistos.

Na Região Norte, Manaus (AM) e Porto Velho (RO), são as duas capitais que mais concentram haitianos, sendo que estimativas da Pastoral do Migrante apontava para um número de 1.200 haitianos em Porto Velho (Costa, 2015: 82). Já para Manaus, dados do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros (SINCARE), apontavam 1.495 haitianos na cidade, entre 2010 a 2014 (Silva, 2016a: 184). Contudo, vale notar que tais dados não captam a circulação destes imigrantes pela Região Amazônica, pois muitos passam por ela e não se registram nos postos de fronteira, seguindo para outros estados brasileiros. Chama a atenção, no entanto, os dados da DELEMIG/AM, sobre a entrada de haitianos no Amazonas em 2016, os

quais apontam 8.503 registros. Tal aumento pode estar revelando que o Estado faz parte de algumas rotas construídas por esses imigrantes, seja daqueles que estavam na Venezuela e entraram no Brasil em busca de trabalho, como é o caso de haitianas que moram em Caracas e trabalham temporariamente em Boa Vista como ambulantes, ou daqueles que estavam em outras regiões do Brasil e pretendiam seguir para os Estados Unidos.

Além dos haitianos, outros dois grupos de imigrantes tiveram um acréscimo nos registros da PF/AM, isto é, de cubanos e de venezuelanos. No caso dos cubanos, em 2013 entraram 1734. Já em 2014 foram 2.946 registros e em 2015 diminuiu um pouco, ficando em torno de 2.324. Isto pode estar indicando que o Brasil passou a ser também uma opção de migração ou de passagem para esse grupo, já que a possibilidade de entrar nos Estados Unidos, tradicional destino dessa imigração, tem-se tornado cada vez mais restrita. Uma das rotas de entrada no Brasil tem sido via Venezuela, já que muitos deles viviam nesse país por vários anos. Outra rota é via Georgetown, capital da Guiana. De lá eles seguem até Lethem, cidade fronteiriça separada de Bonfim, do lado brasileiro, apenas pelo rio Tacatu, e seguem até Boa Vista, de onde partem para Manaus e outras cidades brasileiras. Dados da Pastoral do Migrante de Manaus apontam que em apenas um mês passaram pela casa de acolhimento quarenta cubanos.

Já no caso dos venezuelanos, o aumento de tal presença começou se intensificar a partir de 2013, quando foram registradas 1.628 entradas. Em 2014 temos um aumento expressivo, com 9.320 registros, talvez em razão dos jogos da copa do mundo em Manaus. Contudo, em 2015 tivemos 13.618 entradas, fato que pode estar relacionado ao agravamento da crise sociopolítica e econômica no país vizinho, a qual tem gerado a falta de abastecimento de produtos de primeira necessidade, como alimentos e remédios. Nesse sentido, o Brasil passou a ser uma opção na Região Norte, já que a emigração para países vizinhos, como é o caso da Colômbia e da Guiana, não seria viável, em razão dos antigos conflitos políticos e territoriais que envolvem esses países.

Na Fronteira com o Brasil, em Pacaraima, eles solicitam o status de refugiado, alegando violação de direitos humanos na Venezuela, condição que os preservam do risco de serem deportados. Segundo a Polícia Federal daquele posto fronteiriço, até outubro de 2016, 1.724 venezuelanos já haviam formalizado o pedido de refúgio no Brasil, número que vem aumentando a cada mês. Da mesma forma o número de deportações também aumentou significativamente, pulando de 54 em 2015 para 414, em 2016. O problema é o tempo de espera para ser atendido pela Polícia Fe-

deral local, de até 90 dias, fato que enseja apreensão entre eles, pois o protocolo de agendamento não lhes confere o direito de tirar a carteira de trabalho e de ter acesso a serviços públicos.

Vale notar que muitos cruzam a fronteira em Pacaraima apenas para comprar alimentos básicos, como açúcar, óleo de cozinha, artigos de limpeza entre outros. O inverso também pode ser observado, ou seja, brasileiros cruzando a fronteira venezuelana para comprar gasolina, pois o preço compensa. Enquanto do lado brasileiro a gasolina vale em média R\$ 3,85 reais, no país vizinho o litro sai por 380 bolívares, o equivalente a 0,50 centavos de real.

Contudo, uma situação que tem incomodado comerciantes de Pacaraima é a presença de um grupo de indígenas Waraos, originários do Delta do Orinoco, os quais ocupam um terreno vazio ao lado da rodoviária. Nesse local eles lavam suas roupas, preparam a comida em fogões à lenha e à noite dormem em algum local coberto nas proximidades. Para prover a alimentação as mulheres vendem artesanato ou pedem ajuda à população local, enquanto os homens fazem algum “bico”, como descarregar mercadorias de caminhões que chegam em Pacaraima. Outros seguem até Boa Vista, e mulheres Warao são vistas nos semáforos ou em frente aos comércios pedindo dinheiro.

Já, para parte dos venezuelanos, a saída tem sido o trabalho informal, como o comércio ambulante pelas ruas de Pacaraima e Boa Vista, ou limpando vidro de automóveis nos semáforos. O problema é que sem a carteira de trabalho, eles se tornam vulneráveis a todo tipo de exploração, particularmente, mulheres jovens que se inserem no mercado do sexo. Com relação ao alojamento e alimentação, igrejas evangélicas e católica tem se unido numa ação conjunta para atendê-los. Outros se valem da rede de compatriotas já instalados na cidade para resolver o problema da moradia, dividindo um quarto ou se ajeitando como podem em algum lugar coberto, em frente a estabelecimentos comerciais.

Não encontrando trabalho em Boa Vista, muitos seguem até Manaus, no Amazonas, percorrendo 782 quilômetros pela BR 174. Em Manaus eles são atendidos pela Pastoral dos Migrantes e recebem alojamento numa casa de acolhida para migrantes, no bairro Santo Antônio. A busca por trabalho é o grande desafio, pois, apesar de terem qualificações com habilidades técnicas ou de nível superior, as poucas possibilidades de inserção tem sido o setor de serviços, comércio e o trabalho informal.

Contudo, uma questão que ainda não foi enfrentada pelo governo brasileiro diz respeito ao status jurídico desses imigrantes, já que eles ainda não podem soli-

citar a residência no Brasil com base no acordo de livre circulação, firmado pelos integrantes permanentes do Mercosul. Por outro lado, dificilmente serão aceitos na condição de refugiados, embora a situação sociopolítica da Venezuela respalda a tese da violação de direitos fundamentais da pessoa humana, como é o caso da segurança alimentar e a restrição à liberdade política.

Caso não se encontre uma saída legal para este grupo e outros na mesma condição, como, por exemplo, uma anistia geral, teremos novamente a recriação de uma situação que já acreditávamos estar resolvida no Brasil, que é a figura do imigrante indocumentado, situação, aliás, enfrentada durante décadas pelos hispano-americanos no Brasil, particularmente, pelos bolivianos que trabalham no setor da costura em São Paulo (Silva, 1997).

Com relação aos haitianos, tivemos um aumento expressivo a partir de 2011, ano em que a Pastoral do Migrante de Tabatinga contabilizou o atendimento de 2.842 haitianos, dos quais 85,46% eram homens, 14,11% mulheres e 0,42% menores (Costa, 2015:66). Nos anos subsequentes a entrada de haitianos no Brasil só aumentou, pois além da entrada pelo Amazonas, a do Acre passou a ser mais atrativa, em razão dos custos da viagem e pela facilidade de atingir os grandes centros do Sudeste e Sul do Brasil, onde havia uma grande oferta de empregos, seja na construção civil, nas indústrias de alimentos e móveis, no comércio ou ainda no setor de serviços (Silva, 2016a: 189).

Com o arrefecimento da economia brasileira, a partir de 2014, haitianos (as) reavaliaram a possibilidade de continuar no Brasil, inclusive de trazer o restante de seus familiares, sejam eles, esposas, filhos ou parentes. Sem a perspectiva de inserção no mercado de trabalho, muitos partiram para o Chile, já que inicialmente, para entrar nesse país, bastava uma carta convite de alguém que lá estivesse. Outros resolveram apostar num plano mais arriscado e mais custoso, que é chegar à fronteira dos Estados Unidos como o México, em Tijuana, e tentar cruzá-la. E para chegar lá é preciso refazer parte do percurso feito para chegar ao Brasil, ou seja, de Rio Branco no Acre seguir até Assis Brasil e lá cruzar para o lado peruano e ir até Puerto Maldonado. Depois seguir até Lima e de lá passar pelo Equador, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Guatemala e entrar no México, seguindo até Tijuana, cidade contígua à fronteira Americana. Lá é preciso contar com a mediação de *coyotes* e de muita sorte para não ser preso pela Migra, como é denominada a polícia de fronteira americana, e ser deportado para o país de origem. Com a possibilidade de entrada nos Estados Unidos reduzida, sendo aceito o agendamento de apenas cinquenta solicitantes de refúgio por dia, produziu-se um acúmulo de migrantes naquela fronteira e mais uma crise humanitária.

A situação só tende a se agravar, isto porque, a partir do dia 22 de setembro de 2016, o Departamento de Segurança Interior dos Estados Unidos suspendeu o Estatuto de Proteção Temporal aos haitianos, o qual concedia a entrada naquele país por razões humanitárias, em razão do terremoto de 2010. Nesse novo contexto, a chance de escapar da prisão e da deportação são pequenas. Além disso, esses imigrantes são obrigados a enfrentar hostilidades e ataques racistas de grupos nacionalistas do México, os quais veem neles uma ameaça à segurança e integridade cultural mexicanas (Red Integra: <http://www.redintegra.org/>, acesso 15/10/2016).

O caso dos haitianos, venezuelanos e de outros em situação de vulnerabilidade social revela a complexidade das migrações contemporâneas, seja em nível nacional ou internacional, pois o binômio emigração/imigração, já não dá conta de explicar as diferentes questões que o fenômeno da mobilidade humana enseja, entre elas, a não integração cultural, a não adesão ao sistema de previdência social, a afirmação de identidades étnicas e culturais e o exercício da cidadania política, através de suas organizações. Isto porque, a visão integracionista defendida pelos estados nacionais visa, por um lado, controlar a entrada de migrantes em seu território, em função das demandas do mercado de trabalho e, por outro, demarcar os limites da integração dos imigrados, como, por exemplo, negando-lhes a participação política. Contudo, como aponta Baeninger (2015), se olharmos as migrações internacionais a partir da perspectiva transnacional, teremos que considerar as heterogeneidades dos processos migratórios e dar respostas a questões que vão além das fronteiras dos estados nacionais. Para tanto, é necessário superar a visão securitária das migrações e tratá-las como um processo social que implica em diferentes formas de intercâmbios, com direitos e deveres recíprocos e não apenas como circulação de força de trabalho, de forma temporária e em condições precárias (Sayad, 1998).

A imigração e as políticas públicas

A presença dos haitianos e de outras nacionalidades no Brasil é “boa para pensar” a falta de políticas públicas capazes de incluir imigrantes no Brasil, particularmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. A caótica experiência de recepção nas fronteiras amazônicas revela que o país não está preparado para lidar com o fenômeno da mobilidade humana nas suas diferentes facetas. Caudatário de uma legislação securitária dos anos 80, o Brasil ainda não dispõe de uma política migratória pautada na defesa dos direitos humanos, mas reage aos desafios que lhe são apresentados de forma pontual, através de resoluções emitidas pelo Conselho

Nacional de Imigração – CNIg. Um exemplo disto é a resolução 97/2012, a qual estabelece o visto aos haitianos por razões humanitárias, com uma validade de cinco anos. Vale notar que tal resolução foi emitida dois anos após constatada a presença dos primeiros haitianos na Fronteira Norte do Brasil (Silva, 2012: 317).

Vista inicialmente como uma política positiva de regularização de imigrantes, visto que ela elimina o risco da indocumentação e uma possível exploração deste tipo de mão de obra, esta política apresenta seus limites em razão do seu caráter discricionário, já que não é extensiva a todos os grupos de imigrantes que vivenciam situações análogas às dos haitianos, ou seja, de violação de direitos fundamentais (Silva, 2016b: 223). Os sírios são a outra exceção desta política discricionária de imigrantes, já que em razão da guerra civil naquele país, eles podem se beneficiar também dessa modalidade de visto.

Nessa perspectiva, o visto humanitário, além de ser uma forma de controle, corre o risco de vitimizar o beneficiado, já que encontra sua justificativa numa situação de caos social que o torna vulnerável, como foi o caso do terremoto que assolou particularmente as áreas mais pobres da capital do Haiti, em janeiro de 2010. Contudo, vale lembrar que o abalo sísmico só agravou a já persistente situação de violação de direitos fundamentais, produzida por fatores estruturais e políticos, fazendo daquele país, desde o período colonial, um exportador de matérias-primas e de força de trabalho. (Silva, 2012: 302).

A visão securitária e seletiva que orientou a política migratória brasileira desde os anos 80, apesar de algumas medidas paliativas, como foi o caso das anistias, concedidas de dez em dez anos, ou de avanços, como é caso do acordo de residência no Mercosul, teve reflexos diretos na não implementação de políticas públicas que levassem em consideração necessidades básicas dos imigrantes, como o acesso à políticas habitacionais, à educação, à formação profissional, à revalidação de diplomas e à participação política. Isto porque, o perfil do imigrante pretendido pela política migratória brasileira inspirada no ultrapassado Estatuto do Estrangeiro de 1980 é aquele com um nível de qualificação superior, que em tese não depende de tais políticas, porque seus problemas básicos são resolvidos previamente pela empresa contratante.

Uma vez terminado o seu contrato de trabalho, em geral temporário, o trabalhador migrante deveria regressar ao país de origem, o que nem sempre acontece. Alguns formam novas famílias no Brasil e o nascimento de um filho, passa a ser uma das possibilidades legais de permanência no país, uma brecha, aliás, prevista pelo restritivo Estatuto do Estrangeiro de 1980. Dessa forma, o pedido de permanência

no país com base a filho brasileiro tem sido uma das estratégias de regularização para muitos imigrantes irregulares no Brasil, particularmente, para os mais pobres e menos qualificados. O casamento com cônjuges brasileiros é também uma outra possibilidade (Silva, 1997: 108).

Nessa perspectiva, a imigração não é vista como um fenômeno social que beneficia as sociedades envolvidas em tal processo, mas como um problema de mercado de trabalho e de “segurança nacional”, pois é pelas fronteiras pouco controladas da Amazônia que passam os possíveis “indesejados”, isto é, imigrantes pobres, pouco qualificados e etnicamente diferenciados, como é o caso de indígenas.

Na ausência de uma política migratória pautada na defesa dos direitos dos imigrantes e que oriente a construção de políticas públicas que incluam imigrantes, refugiados ou pessoas em trânsito nos contextos locais, o que se viu nas últimas décadas é a sociedade civil tentando dar repostas à demandas que deveriam ser atendidas pelo Estado brasileiro. Tais respostas advêm de organizações não governamentais, muitas delas confessionais, como é o caso da Pastoral do Migrante, que assumiu o grande desafio de acolher os haitianos no Amazonas, seja inicialmente na fronteira (Tabatinga) e depois em Manaus.

Presente em várias cidades brasileiras, a Pastoral dos Migrantes constitui uma rede de acolhimento, tanto aos migrantes internos quanto internacionais, oferecendo-lhes, em alguns locais, abrigo àqueles que não contam com o apoio de familiares e amigos, orientação jurídica, encaminhamento ao mercado de trabalho e assistência religiosa. No caso dos haitianos, vale notar que dados levantados pela pesquisa supracitada, apenas 35% dos entrevistados afirmaram ser católicos, enquanto o número dos que declararam pertencer a alguma denominação evangélica é bem maior, em torno de 56%.

Para acolher centenas de haitianos que chegavam todos os dias na Paróquia São Geraldo em Manaus, a Pastoral dos Migrantes teve que acionar uma rede de apoio da própria Igreja Católica e de outras denominações religiosas, bem como de organizações civis, que se dispuseram a ajudar de alguma forma. Salões paroquiais foram transformados em dormitórios provisórios, casas foram alugadas e os próprios haitianos se encarregavam de acolher mais um que chegava na cidade. Durante quatro anos, cerca de oito mil pessoas foram atendidas e, segundo o Padre Gelmino Costa, coordenador da ação de acolhida naquele momento, 80% da ajuda recebida, seja na forma de alimentos, colchões, cobertores, roupas, entre outras coisas, veio da sociedade civil, e somente 20% dos governos federal e estadual. Do governo municipal não veio qualquer forma de ajuda (Costa, 2016: 34). Vale notar que, diferentemente

do Amazonas, onde os governos locais pouco ou nada fizeram para acolher os haitianos, no Acre, apesar dos limites, o governo estadual assumiu o ônus desta acolhida com o apoio do governo federal, seja em Brasileia e depois em Rio Branco.

Além destas formas de apoio, a Pastoral do Migrante tem sido protagonista em apoiar iniciativas que visam a geração de renda, como é caso da fabricação de sorvetes, feita nas dependências da Igreja São Geraldo, Zona Centro Sul de Manaus. O custo de cada unidade para o revendedor é de R\$ 0,45 centavos, a qual é revendida ao público no valor de R\$ 1,00 real. Esta iniciativa tem garantido a geração de renda à vários haitianos (as) numa conjuntura de retração do mercado de trabalho brasileiro. Além da venda de sorvete nas ruas da cidade, é possível vê-los nos semáforos vendendo água, alimentos ou frutas e verduras, próximo ao mercado central da cidade, um sinal da crescente informalidade. Outros tomam a iniciativa de começar o próprio negócio, como restaurantes, lan houses, escola de idiomas, envio de remessas ou salão de cabeleireiro.

Se a inserção no mercado de trabalho é um grande desafio a ser vencido pelos imigrantes, seja pela reduzida oferta de empregos formais, seja pelo preconceito de empregadores que evitam contratar estrangeiros ou pela falta de qualificação de parte deles para concorrer às vagas de determinados setores do mercado de trabalho, a questão da moradia é também um grande problema para a maioria deles. Isto porque, o custo do aluguel tende a se elevar quando há um aumento da demanda, bem como das exigências, por se tratar de um estrangeiro. Em alguns casos é exigido dos locadores um adiantamento como garantia, em caso de não pagamento do aluguel. Para enfrentar esta questão a solução tem sido dividir o aluguel com outros compatriotas ou ingressar no movimento de luta pela moradia, ocupando áreas distantes do centro da cidade e sem nenhuma infraestrutura. Outros se inserem no movimento de luta pela reforma agrária, aderindo à agricultura familiar. Aqueles que ainda não conseguiram se inserir no mercado de trabalho, continuam dependendo do apoio de instituições, entre elas a Pastoral do Migrante, que mantém duas casas de acolhidas para migrantes em Manaus, sendo uma somente para haitianos.

Diante de tais desafios, a inclusão de imigrantes de baixa renda nas políticas de moradia do governo federal, como é o caso do Minha Casa Minha Vida, é de fundamental importância para a inserção social deles no Brasil. Contudo, a burocracia tem sido a grande barreira para ter acesso a programas sociais como este, pois é preciso ter o documento de permanência no país e engrossar uma longa lista de espera.

A assistência médica tem sido outro desafio. Apesar do caráter universal da saúde pública no Brasil, esse direito nem sempre é respeitado. Com a chegada dos

haitianos houve um alarde que eles poderiam aumentar os casos de cólera no Brasil, já que a última epidemia constada no país foi na década de 90, oriunda do Peru (Vinente, 2016: 271).

Outra preocupação foi em relação ao contágio do vírus do HIV, depois que a imprensa noticiou a morte de um haitiano com esta doença em janeiro de 2012. Como tal previsão não se concretizou, na verdade, o único desafio que esses imigrantes apresentavam era o possível contágio com a filariose linfática humana, decorrente da infecção pelo parasitismo de helmintos Nematoda, presente em algumas regiões tropicais da Ásia, África e América. Como o parasita tem “periodicidade noturna”, os exames teriam que ser feitos à noite, depois das 22.00 horas, horário em que as unidades básicas de saúde de Manaus se encontram fechadas, tornando inviável a coleta de sangue como medida preventiva. Além disso, o manejo de agulhas pode ter um significado diferenciado para alguns haitianos, em razão do seu uso em rituais do Vodú, tornando a coleta de sangue invasiva e perigosa (Vinente, op. cit., 273).

Para além da preocupação das autoridades sanitárias com as doenças tropicais, outro desafio que se apresenta aos gestores de saúde pública é o cuidado com as gestantes haitianas, pois muitas delas chegaram no Brasil já grávidas. Entre as dificuldades encontradas, estão o desconhecimento dos imigrantes do direito de acesso ao Sistema Único de Saúde, a falta do protocolo para tirar o cartão do SUS, as barreiras linguísticas, as mudanças contínuas de endereço, fato que inviabiliza o acompanhamento do pré-natal ou ainda diferenças culturais, já que algumas doenças no Haiti assumem significados relacionados ao universo mágico-religioso.

Da parte daqueles que se fixaram na cidade, o que se vê são tentativas de organização da comunidade para dialogar com o contexto local. Algumas ações já foram feitas nesta direção, entre elas a formação de uma associação denominada de Associação Comunitária dos Migrantes e Refugiados no Amazonas – ACMRA, a qual se propõe a “promover atividades nas áreas: social, agrícola, cultural, desportiva, recreativa, educativa, ou instituir programas e projetos sociais sob sua responsabilidade e manter serviços de assistência jurídica, médica, odontológica e outras, visando o bem-estar dos associados, defendendo o patrimônio, a moralidade administrativa, o meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural”. Dela podem participar moradores da cidade de Manaus e da Região Norte do Brasil, migrantes, refugiados e cidadãos brasileiros.

Outra iniciativa surgiu em julho de 2015. Trata-se de uma outra organização voltada para atender demandas para além da comunidade haitiana de Manaus, a Associação Comunitária Internacional LESPWA, que em créole quer dizer “esperança”.

Entre os objetivos desta organização estão o envio de dinheiro e materiais escolares para crianças no Haiti e apoiar projetos que ensejem o desenvolvimento econômico e sociocultural dos haitianos, seja em Manaus ou no país de origem.

Estas iniciativas mostram que os haitianos não querem ser apenas objeto de ações assistencialistas, ainda que necessárias em momentos de emergência, seja da parte da sociedade civil ou do Estado brasileiro, que em geral, tarda em dar respostas efetivas aos problemas colocados pela chegada massiva de migrantes nas fronteiras amazônicas, seja no caso dos haitianos e, mais recentemente, dos venezuelanos.

Seja num caso como no outro, a concentração de migrantes nas fronteiras é vista pelas forças de segurança como um problema de “perturbação da ordem” local, com um possível aumento da criminalidade e como um problema sanitário. Isso fica explícito na fala do general Theophilo Gaspar, chefe do comando logístico do Exército, para o qual é preciso tomar medidas antes que “aquilo vire uma epidemia ou vire uma inflação em todo país” (www.folhabv.com.br/noticia/exer) acesso 23/10/2016.

Tais visões são resultantes, em primeiro lugar, de marco regulatório restritivo e securitário que tem orientado a “política migratória” brasileira nas últimas décadas, privilegiando a entrada de trabalhadores qualificados, de acordo com as demandas do mercado de trabalho nacional. Nessa perspectiva, migrantes pouco qualificados, não seriam bem-vindos ao Brasil. Contudo, eles são necessários para a reprodução do capital, como é o caso do setor da costura em São Paulo (Silva, 1997). Suas demandas sociais não são, portanto, uma questão para o poder público, que o vê como trabalhador temporário e “sem direito a ter direito”.

Em segundo lugar, a letargia dos órgãos públicos para tomar medidas visando dar repostas rápidas às demandas dos migrantes em situação de vulnerabilidade social se deve à falta de articulação entre as diferentes esferas de governo, pois, as de nível municipal ou estadual entendem que a imigração é um problema para o governo federal. Nesse sentido, se é esse último quem autoriza a entrada e a saída de estrangeiros no país é ele quem deveria arcar também com o “ônus” da acolhida.

Na verdade, é no âmbito municipal que os migrantes trabalham e pagam seus impostos, contribuindo para dinamizar a economia local. Contudo, aqueles que se inserem no mercado de trabalho informal, além de não terem direitos trabalhistas garantidos, são vistos pelas administrações municipais como um problema, pois estariam tornando a cidade mais “caótica” e que, portanto, é necessário “limpar” as ruas, tirando-os de circulação.

Considerações finais

O caso dos haitianos e venezuelanos é emblemático para pensar as contradições da política migratória brasileira, a partir da década de 1980, a qual tem oscilado entre a visão securitária e a defesa de direitos dos imigrantes. A demora em aprovar um novo marco regulatório para as migrações no Brasil, fato que só veio a ocorrer no final de 2016, revela o quanto a questão é complexa, suscitando posicionamentos, tanto favoráveis quanto contrários à presença dos imigrantes.

Este impasse teve reflexos diretos no âmbito das políticas públicas que, em geral, resiste em incluir imigrantes, ainda que a equidade entre nacionais e estrangeiros já esteja garantida no artigo 5 da Constituição cidadã de 1988. Contudo, é preciso ir além e ampliar a cidadania daqueles que escolheram o Brasil para viver, garantindo-lhes o direito ao voto, ainda que seja em nível municipal.

Nas diferentes cidades da Região Norte por onde os haitianos passaram ou ainda permaneceram, o que se viu e continua se repetindo são ações pontuais e emergenciais, tentando responder às demandas dos recém-chegados. O caso mais recente é o dos venezuelanos em Roraima, cuja presença expressiva na fronteira (Pacaraima) e em Boa Vista, tem chamado a atenção das autoridades e moradores, que se sentem incomodados com a alteração da ordem pública. Para enfrentar o problema, o governo local criou um “gabinete de emergência”, denotando uma vez mais que o Brasil não está preparado para lidar com o fenômeno das migrações, resultantes de situações de crise, sejam elas políticas, econômicas ou ambientais.

O fato do governo do Acre ter oferecido transporte gratuito aos haitianos que quisessem partir para São Paulo, além de gerar atritos entre instâncias dos governos estaduais envolvidos na questão do acolhimento dos haitianos, recoloca a discussão sobre a questão do subsídio às migrações, fato já constatado no final do século XIX, no contexto da chamada “grande imigração”. Tal fato revela que o Estado estaria subsidiando novamente a reprodução do capital, já que tal medida desonerou os empresários interessados em contratar esta mão de obra disponível, não sendo mais necessário bancar a vinda deles até os postos de trabalhos oferecidos nas regiões Sudeste e Sul.

Em Rondônia, ações governamentais se resumiram em fazer a mediação entre o mercado de trabalho local e os imigrantes através da Secretaria de Estado de Assistência social (SEAS), ou oferecendo-lhes abrigo temporário aos que chegavam em Porto Velho. Já no caso do Amazonas, nada de significativo pode ser registrado durante a chegada e permanência dos haitianos no Estado, a não ser os comentá-

rios preconceituosos de uma apresentadora de um canal de televisão local, a qual comentou em sua coluna semanal que a cidade estava ficando mais “colorida”, uma referência à presença dos haitianos.

Se a presença haitiana incomoda grupos locais preocupados em manter antigas relações de poder e padrões culturais que veem o negro apenas na condição de força de trabalho barata e disponível para toda obra, isto revela o quanto temos que avançar ainda na direção de uma sociedade plural e inclusiva, a qual não deve tolerar qualquer forma de violação de direitos, não importando a nacionalidade, a condição jurídica, o gênero ou a cultura de quem quer que seja.

Referências bibliográficas

ARAGÓN, Luís E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar**. Cinco temas para um debate. São Paulo, Hucitec, 2013.

AUDEBERT, C. **La diaspora haïtienne: territoires migratoires et réseaux transnationaux**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2012.

BAENINGER, R. “Migrações Internacionais: elementos para o debate no século XXI” In CUTTI, D. et all (orgs). **Migração, Trabalho e Cidadania** São Paulo, EDUC, 2015, p. 17-47.

CONTINGUIBA, G. C.; PIMENTEL, M. L. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. **TRAVESSIA**, n.70, p.99-106, jan./jun. 2012.

CONTINGUIBA, G. C. **A Imigração Haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. Dissertação em História e Estudos Culturais. Porto Velho, Universidade Federal de Rondônia, 2013.

COSTA, G. A. Haitianos no Brasil. In: CUTTI, D. et all (orgs). **Migração, Trabalho e Cidadania** São Paulo, EDUC, 2015, p. 59-87.

CORBIN, H. P. **Guyanese Migration and Remittances to Guyana: a case study of their potentials and challenges for Guyana’s Economy**. Belém, 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

DA SILVA, P. K M. **Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte**. Brasília, 2014. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

FERNANDES, Duval & CASTRO, Maria da Consolação G. de. **Relatório do Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”**. Organização Internacional para as Migrações – OIM, 2014. Disponível: <http://www.brasil.iom.int/>

FERNANDES, Duval & FARIA, Andressa Virginia de. A Diáspora Haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, R. Et al. (orgs). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial, 2016, p. 95-111.

GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. S. l.: Estampa, 1977.

GODOY, G. G de. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, A. de C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. de. (Org) **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. São Paulo: Editora CLA Cultural, 2011.

HANDERSON, J. **Vodu no Haiti – Candomblé no Brasil**: identidades culturais e sistemas religiosos como concepções de mundo Afro-Latino-Americano. Pelotas, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010.

MÁRMORA, Lelio. Modelos de governabilidade migratoria. La perspectiva política en América del Sur. In **Revista Interdisciplinar de Movilidad Humana**, v. 18, n. 35, jul/dez., 2010

_____. Las Migraciones Internacionales en America Latina: tendencias, perspectivas y políticas públicas. **Reunión de Expertos en Migraciones**. CELADE/CEPAL, julho, 2013.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Dos fluxos da esperança à precária realidade da migração brasileira para as áreas de garimpo na Guiana e Suriname. In: SILVA, S. A. (Org) **Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec/Fapeam, 2012a. p.189-220.

OLIVEIRA, Alvaro J. C.S. de & OLIVEIRA, Márcia, M. de. Narrativas de colombianas desplazadas refugiadas na cidade de Manaus. In: SILVA, S. A. (Org) **Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec/Fapeam, 2012. p. 166-188.

OLIVEIRA, M. M. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos, Scienza, 2016.

PENTINAT, S. B. El Estatuto jurídico de protección internacional de los refugiados ambientales. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, ano XIX, n.36, p.11-48, jan./jun. 2011.

PERUSEK, G. Haitian emigration in the early Twentieth Century. **Internacional Migration Review**, v.XVIII, n.1, p.4-18, 1984.

RODRIGUEZ, Francilene dos Santos. Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela- Guiana. In: ARAGON, L. E. (org). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém, Naca/UFPA, 2009, p.223-236.

RODRIGUEZ, Francilene dos Santos & VASCONCELOS, I. S. Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia. In: SILVA, S. A. (Org.) **Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec/Fapeam, 2012. p. 221-257.

SAYAD, A. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHILLER, N. G.; BARCH, L.; BLANC, C. S. From immigrant to transmigrant: the-
orizing transnational migration. **Anthropological Quarterly**, v.68, n.1, jan. 1995.

SILVA, S. A. Costurando Sonhos. **Trajétoria de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo, Paulinas, 1997.

_____. Hermanos amazônicos: processo identitários e estratégias de mobilidade entre peruanos e colombianos em Manaus. In: SILVA, S. A. (org). **Migrantes em contextos urbanos** (org). Manaus, Edua 2010. p. 205-221.

_____. Migração Internacional recente no Amazonas: o caso dos hispanoamericanos. **Contexto Internacional**, v.33, n.1, p.155-77, jan./jun. 2011.

_____. Aqui começa o Brasil: haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, S. A. (Org.) **Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec/Fapeam, 2012. p.300-22.

_____. Peruanos em Manaus, Boa Vista e Pacaraima. Trajetórias e processos identitários. In: SILVA, S. A. (Org.) **Migrações na Pan-Amazônia – fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec/Fapeam, 2012. p. 258-274.

_____. Brazil, a New Eldorado for Immigrants?: The case of Haitians and the Brazilian Immigration Policy. **Urbanities Journal**, v.3, n.2, nov. 2013.

_____. Haitianos em Manaus: mercado de trabalho e exercício da cidadania. In: SILVA, S. A.; ASSIS, G. O. (Orgs). **Em busca do Eldorado: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Manaus, EDUA, 2016a. p. 183-205.

_____. A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário. In: BAENINGER, R. Et al. (orgs). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiá, Paco Editorial, 2016b, p. 207-228.

SILVA, João C. J. Impactos políticos, jurídicos e sociais da migração haitiana para o Brasil. In: BAENINGER, R. Et al. (orgs). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, Paco Editorial, 2016, p. 399-407.

VINENTE, F. Dos ideais às práticas: os haitianos e o desafio da inclusão dos imigrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro. In: SILVA, S A.; ASSIS, G. O. (Orgs). **Em busca do Eldorado: O Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. Manaus, EDUA, 2016. p. 253-284.

ARTIGO

INTEGRAÇÃO REGIONAL E FRONTEIRAS: DESAFIOS PARA A GOVERNANÇA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Introdução

O século XXI traz importantes dimensões para as relações entre globalização e integração regional (CEPAL, 2005). Dentre estas, situa-se a questão das migrações internacionais, que se (re)configura no cenário da nova ordem internacional (CASTLES; MILLER, 2003). Nesta nova configuração, as migrações internacionais se tornaram distinções do contemporâneo, e chamam atenção por sua emergência como uma força de grandes transformações econômicas e sociais e por seu escopo global (CASTLES; MILLER, 2003). Simultaneamente assunto nacional e internacional, esta ambiguidade torna os esforços estatais de controle migratório fragmentados e limitados (CASTLES; MILLER, 2003).

No contexto latino-americano, as áreas de fronteiras apresentam características históricas (PELLEGRINO, 1998), mas que receberam pouca atenção em termos de processos migratórios fronteiriços por parte dos Estados-Nação. Contudo, esta primeira década do século XXI, e particularmente seus últimos três anos, traz à tona a presença da fronteira redesenhando seus contornos históricos migratórios, se transformando em áreas de passagem para fluxos imigratórios transnacionais (BAENINGER, 2015).

Para Mármora, embora o tema das migrações seja frequentemente subconsiderado nas esferas políticas de integração (que tratam prioritariamente dos acordos econômicos) “*los vínculos, tanto los reales cuanto los potenciales, entre los derechos humanos de los migrantes y los procesos de integración [...] són evidentes*” (CEPAL, 2005, p. 75). Segundo Reis (2011), a relevância das migrações tem se tornado cada vez mais central nas transformações das sociedades tanto originárias quanto receptoras e também tem se constituído como um tema estratégico e de interesse para as relações internacionais

* Graduado em Relações Internacionais. Núcleo de Estudos de População Elza Beruó. (Nepo). Universidade Estadual de Campinas. E-mail: romeubonk@gmail.com

** Doutora em Ciências Sociais. Núcleo de Estudos de População Elza Beruó (Nepo) Universidade Estadual de Campinas. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br

no século XXI, pois levanta diversas incertezas acerca de instituições até há pouco tempo inquestionáveis, tais como a soberania do Estado. Implica também questões relativas os direitos dos imigrantes, as políticas migratórias e os efeitos das decisões políticas nos processos de integração (REIS, 2005).

Nesse contexto, este estudo, apresenta o processo de integração regional e suas migrações fronteiriças, destacando a importância das relações Sul-Sul para a governança das migrações no contexto regional e local.

Integração regional e migrações internacionais na América Latina: elementos para o debate

As migrações internacionais Sul-Sul tomaram proporções inéditas nos novos fluxos internacionais (MARINUCCI; MILESI, 2005; SILVA, 2008). Dados do Conselho Econômico e Social da ONU, segundo Marinucci e Milesi (2008) apontam que, em 2006, 7% das migrações mundiais ocorreram no sentido Norte-Sul, 33% no sentido Sul-Norte e 32% no sentido Sul-Sul. Os movimentos dos periféricos na periferia (BASSO, 2010) são, portanto, igualmente relevantes aos de periféricos em direção ao centro. Os aportes teóricos permitem sustentar que, no caso da América Latina, a relação entre migrações internacionais e integração regional se dá em três principais aspectos: agenda política pelo desenvolvimento regional (MÁRMORA, 2010; REIS, 2011), complementaridade de mercados laborais num contexto de crise econômica do mundo desenvolvido e confluências culturais (MARINUCCI; MILESI, 2005; SILVA, 2008; FERNANDES, 2015).

Do ponto de vista da agenda política externa brasileira no contexto da integração sulamericana, as questões relativas aos movimentos migratórios e aos direitos humanos dos imigrantes podem ser consideradas em si mesmo formas de política externa, pois se inserem no objetivo mais amplo de protagonismo do país no plano internacional, da integração regional e do fortalecimento da cooperação Sul-Sul, para os quais o tema das migrações tem funcionado como espécie de catalisador (REIS, 2011).

A questão migratória se delinea, de um lado, a partir de processos históricos nas fronteiras (PELLEGRINO, 2003; PALAU, 1995; SPRANDEL, 2015) e, de outro lado, pelas possibilidades de acordos bilaterais, multilaterais e integração regional (ALTEMANI, 2006; ONUKI, 2006; CERVO, 2008). Reis (2011) observa que o Brasil vem lidando com a questão dos fluxos migratórios em direção ao seu território de

três maneiras: acordos de livre circulação entre o Mercosul, Bolívia e Chile; acordos bilaterais; e políticas dirigidas às regiões fronteiriças.

O aprofundamento das relações bi e multilaterais entre os países sul-americanos, a partir do século XXI, ocasionou a intensificação dos fluxos migratórios destes países não só em direção às fronteiras, mas também aos centros regionais de atração de mão-de-obra como São Paulo e Buenos Aires. Um exemplo notável é a aproximação bilateral entre Brasil e Peru iniciada nos anos 90 e que, por meio da liderança integracionista do primeiro governo Lula, tornou-se chave para ambos os países em diversos campos, culminando, em 2003, no acordo de uma Aliança Estratégica Peruano-Brasileira e na incorporação do Peru ao Mercosul como membro associado (NOVAK; NAMIHAS, 2013). Esta aliança promove a discussão de uma zona de livre comércio entre o Peru e o Mercosul; o monitoramento conjunto das zonas de fronteira e da floresta amazônica; a integração física por meio de infra-estrutura; questões de segurança; turismo; populações fronteiriças; entre outros. De acordo com dados do Ministério de Relações Exteriores do Peru, a média anual de acordos bilaterais celebrados entre Brasil e Peru passou de 6 na década de 90 para 8,4 na primeira metade dos anos 2000 e 21,2 na segunda metade desta mesma década (BAENINGER; MESQUITA, 2015).

Reflexo da aproximação bilateral entre Brasil e Peru complementar aos esforços pela integração regional no âmbito do diálogo CAN/MERCOSUL (MÁRMORA, 2010), a população peruana residente em São Paulo constitui, segundo Silva (2008), a terceira maior comunidade hispano-americana na cidade. Tais imigrantes estão majoritariamente vinculados às atividades de comércio de bijuterias e outros pequenos bens de consumo na região central da cidade, o que propicia também a formação de um circuito de restaurantes peruanos no Centro de São Paulo destinado a atender a comunidade peruana e, em extensão, a comunidade hispano-americana em geral (BAENINGER; MESQUITA, 2015). Estes negócios dependem, portanto, do capital social e da rede de peruanos estabelecidos na cidade. Além disso, os restaurantes peruanos criam, no espaço da cidade, uma das principais ferramentas de preservação da identidade dos imigrantes, pois servem de ponto de encontro para que revivam sua terra natal através da comida e da língua, caracterizando o que Silva chama de “enclaves étnicos”, “diacríticos para os grupos, isto é aferidores de identidades” (2008, p. 23).

Dentro da agenda política multilateral e da integração regional sul-americana, desta forma, o tema das migrações internacionais tornou-se central em termos políticos, econômicos e sociais (CELADE/CEPAL, 2005), pois a livre circulação de

pessoas está intimamente ligada com a intensificação da circulação de bens e capitais promovida pelas políticas de integração (LUPI, 2008). As migrações intra-sul-americanas, fronteiriças ou não, estão estreitamente vinculadas com o processo de integração regional (LUPI, 2008), com a complementaridade de mercados laborais, com confluências culturais (MARINUCCI; MILESI, 2005; SILVA, 2005) e com a estabilização de uma cadeia migratória por meio de “rede sociais” de imigrantes (TILLY, 1990 apud GONÇALVES, 2009)

O direito a livre circulação de pessoas é, para alguns teóricos, a representação máxima do processo de integração – caracteriza um dos principais fatores para as integrações políticas, econômicas e culturais (LUPI, 2008; ALMEIDA, 2008). Para Reis (2011), a questão da livre circulação de pessoas integra o ideal de integração regional desde o princípio e é a mais importante dentre as chamadas “políticas de dupla face”, ou seja, “aquelas que estão voltadas para uma gestão conjunta da questão da migração, entre país receptor e país emissor, sobretudo quando, como é o caso entre Brasil e Paraguai, existem fluxos em mais de uma direção” (REIS, 2011, p. 55). É preciso observar que, a despeito de alguns avanços neste sentido, como o acordo de residência entre os países do Mercosul, Bolívia e Chile (Decreto no. 6.975 de 2009), a complexidade dos fenômenos migratórios e as múltiplas dimensões institucionais, econômicas e sociais envolvidas, na prática, engessam a criação de mecanismos mais adaptáveis às condições sempre cambiantes, nas quais situações de crises, como a dos haitianos, são comuns e exigem maleabilidade e rapidez na atuação (SPRANDEL, 2015).

Alguns autores não deixam de notar, então, que em face da constante transformação e do aumento significativo da presença dos fenômenos migratórios tanto nas fronteiras quanto nos centros urbanos, a questão imigratória é insatisfatoriamente debatida no âmbito da integração regional (CEPAL, 2005; MARTES; SPRANDEL, 2008). Mesmo porque a simples adequação dos imigrantes às exigências legais de obtenção de documentos de permanência surte pouco ou nenhum efeito sobre a precariedade das suas condições de vida, principalmente no ambiente de trabalho que se dá à margem dos direitos exclusivos dos nacionais, já que a legislação fundamental sobre o tema, o Estatuto do Estrangeiro, continua intocada (FERNANDES, 2015). São essas condições específicas às quais o imigrante está sujeito que coordenam um imperativo normativo de busca pelo aprofundamento da discussão sobre como ampliar as oportunidades de desenvolvimento não somente econômico, mas também social e humano dentro do processo de integração regional (MARTES; SPRANDEL, 2008; MÁRMORA, 2010; REIS, 2011).

O Brasil na rota das migrações Latino-Americanas

Segundo Sassen (2000), a migração, apesar de um ato de vontade individual – todos aqueles que migram levam em seus espíritos aspirações e razões pessoais – sua realização só é possível porque a opção de migrar é, antes de tudo, um fenômeno estrutural. Do ponto de vista de uma estrutura global, “as migrações internacionais, atualmente, constituem um espelho das assimetrias das relações socioeconômicas vigentes em nível planetário” (MARINUCCI; MILESI, 2005). Para os teóricos do sistema-mundo (concepção fundamentada por Wallerstein), a intensificação contemporânea dos múltiplos fluxos internacionais (bens, pessoas e capitais) criou um único sistema planetário multipolar (GONÇALVES, 2009). Este sistema se caracteriza pela dualidade centro-periferia, mediado por uma semiperiferia, conceito que circunscreve “os espaços onde o modo de produção capitalista se desenvolve na dependência financeira e técnica das nações de centro” (GONÇALVES, 2009, p.19).

Nesta perspectiva, as migrações internacionais são o resultado da divisão internacional do trabalho, levando dos países periféricos aos países desenvolvidos a mão-de-obra barata que estes últimos necessitam para o funcionamento de suas economias (CORNELIUS, 1998 apud GONÇALVES, 2009). De fato, para Harvey, uma característica central da globalização é o aparecimento de um exército de reserva mundial e integrado, que burla a segmentação geográfica dos mercados de trabalho (HARVEY, 2010). Este olhar sobre as migrações internacionais indica que a força de atração por mão-de-obra que exercem os mercados de trabalho sobrepuja qualquer restrição que os Estados eventualmente imponham aos fluxos migratórios (RUGGIE, 1998 apud GONÇALVES, 2009).

Outra característica do sistema-mundo são suas diferentes realidades culturais, políticas e econômicas interligadas. No sistema-mundo multipolar, cada polo é regido por um “centro operacional”, que são as grandes cidades globais. Estes centros globais de poder têm como característica a atração ambígua de mão-de-obra: trabalhadores desqualificados, muitas vezes vinculados a economias informais; e trabalhadores qualificados de alto escalão (SASSEN, 2000).

As migrações internacionais vêm ganhando destaque no cenário mundial em função das enormes transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas experimentadas no novo século. As desigualdades regionais acentuadas e crescentes, os conflitos bélicos, a destruição do bloco soviético, a formação de blocos econômicos, a reestruturação produtiva e o enfoque do transnacionalismo constituem o pano de fundo desses deslocamentos populacionais contemporâneos.

O Brasil, a partir das últimas duas décadas do século passado, já se insere nesse novo contexto das migrações internacionais tanto com fluxos de saídas de brasileiros para o exterior quanto com a recente entrada de estrangeiros no País. O tema das migrações internacionais ressurgiu, pois, como questão demográfica no Brasil ao final do século 20.

Depois de quase um século da entrada em massa dos estrangeiros no Brasil, a virada para o século XXI apontou novamente a importância desse fenômeno social, que se torna cada vez mais visível e de enorme complexidade no país no decorrer desta década.

A história da composição e formação da população brasileira é marcada por distintos movimentos de imigrantes estrangeiros, inseridos em momentos diferentes da economia (BAENINGER, 2012). No entanto, a segunda metade dos anos 1980 voltou a trazer a questão da migração internacional para a agenda de pesquisa e da política brasileira. Num primeiro momento, foi o movimento de saída de brasileiros para o exterior que chamou a atenção do fenômeno e revelou a nova característica migratória do País; mais de um milhão de brasileiros encontravam-se fora do Brasil nos anos 1990, principalmente nos Estados Unidos, Paraguai e no Japão, além de outros países como a Itália, Portugal, Inglaterra, França, Canadá, Austrália, Suíça, Alemanha, Bélgica, Holanda e Israel. Ressalte-se, contudo, que a emigração de brasileiros para o Paraguai data dos anos 70, (re)aparecendo e sendo visualizada somente agora no novo contexto das migrações transfronteiriças. De fato, os brasileiros constituem o segundo maior volume de emigrantes brasileiros (cerca de 300 mil pessoas), perdendo apenas para os Estados Unidos (mais de 500 mil).

A outra face do fenômeno migratório internacional no Brasil revela-se pela entrada de novos contingentes de imigrantes. O cenário da globalização encurta distâncias, redefine localizações e cria blocos econômicos, assim o país assiste a entrada de latino-americanos, coreanos, asiáticos, haitianos e também imigrantes de alta qualificação como os americanos, franceses, coreanos, espanhóis, portugueses. O século XXI anuncia expressiva circulação de imigrantes, face à intensificação da circulação de capital e de mercadorias.

No contexto da América Latina, o Brasil figurava até os anos 1970 como uma área de evasão populacional para os países vizinhos, em especial para o Paraguai e Argentina. O século XXI redefine este cenário, onde, o País passa a se configurar como uma das fortes áreas de recepção migratória de latino-americanos. No cenário dos movimentos internacionais na América Latina e Caribe, o Brasil passou do

quarto maior estoque desses estrangeiros (em torno de 190 mil), contra cerca de 180 mil brasileiros residentes nos países da região.

Ressalte-se, contudo, a heterogeneidade dos fluxos de imigrantes e emigrantes internacionais. Enquanto o Brasil recebe fluxos de mão-de-obra qualificada do Chile, Argentina, Estados Unidos, França, Alemanha, China, Coréia, Espanha e Portugal para esses países se dirigem imigrantes que embora possuam níveis de escolaridade médio e superior, são trabalhadores inseridos nos níveis mais baixos do mercado de trabalho nos países de destino. A heterogeneidade dos fluxos de imigrantes internacionais no Brasil de acordo com a nacionalidade e país de origem também necessita atenção especial, como por exemplo, no caso dos bolivianos, paraguaios, peruanos, colombianos que se encontram em situação que revela a ausência de direitos humanos para esses contingentes populacionais.

O caso mais notável é a cidade de São Paulo, que se define como o “centro operacional” de uma região de capitalismo semiperiférico, pois se trata do local de maior concentração de investimentos estrangeiros (SASSEN, 2000) da América Latina. Assim, explica-se a dupla atração que a metrópole exerce sobre (entre outros) norte-americanos e europeus qualificados, cuja situação documental/migratória é regularizada desde sua partida pelos empregadores multinacionais e, ao mesmo tempo, também sobre um contingente advindo da periferia do sistema-mundo (BASSO, 2010). Bolivianos, peruanos, colombianos, haitianos, senegaleses, congolezes, entre outros povos, estão em grande parte vinculados a economias informais e “invisíveis” aos olhos da sociedade civil e do Estado (VILLEN, 2012), revelando os novos contornos das migrações internacionais Sul-Sul.

As migrações fronteiriças entre Brasil e América Latina: os postos de controle

O século XXI traz o desafio de incorporar à dinâmica social, econômica e política do país a questão da migração internacional com toda a complexidade e heterogeneidade que se reveste este fenômeno em âmbito mundial. Nesse sentido, as migrações de fronteira se redefinem e se ampliam, trazendo também novos contingentes de imigrantes de países fora da América Latina passam a compor os fluxos de imigrantes internacionais nas fronteiras latino-americanas.

A situação da imigração na fronteira brasileira ganhou novos contornos a partir de 2010, com a entrada dos imigrantes haitianos no Brasil. As restrições para esta imigração nos Estados Unidos e Europa, fez com que a migração haitiana se reorientasse para novos países de destinos (FERNANDES, MILESI e FARIAS, 2011).

A presença brasileira no Haiti, seja militarmente, coordenando a Missão da ONU para Estabilização da Paz no país (LUCE, 2011; PATARRA, 2012), seja economicamente, através de um sem-número de empreiteiras operando inicialmente a construção de estradas e portos e, após o Terremoto de Janeiro de 2010, a reconstrução do país (SEGUY, 2014) são fatores inseriram o Brasil no rol dos destinos da emigração haitiana, ainda no final do ano de 2010 (MAGALHÃES e BAENINGER, 2014).

O visto humanitário foi a forma que o governo brasileiro encontrou de “acolher” esta população e possibilitando a obtenção da carteira de trabalho. Esse visto pode ser obtido na Embaixada Brasileira no Haiti, mecanismo que não alcança atender a demanda, e por isso, a imigração haitiana para o Brasil passa a ser o caminho que cruza países latino-americanos até chegar a alguma área de fronteira brasileira.

Assim, o governo brasileiro precisou voltar seu olhar para as áreas de fronteira, a fim de atender essa nova imigração. Para se ter uma ideia dessa dinâmica, em 2009, haviam 12 postos de fronteira terrestre da Polícia Federal, em 2014, passaram para 29 postos de controle de entrada de estrangeiros, ampliando ao longo da faixa de fronteira a presença do controle de entrada de estrangeiros de norte a sul do Brasil (Quadro 1 e Mapa 1).

Através do Sistema Nacional de Registros de Estrangeiros, da Polícia Federal¹, é possível identificar a movimentação de estrangeiros nas principais fronteiras do Brasil com os países da América Latina, de 2009 a 2014. O volume de entrada de estrangeiros, com vistos temporários, permanentes e provisórios, em especial os temporários pelo acordo de residência dos países integrantes e associados do Mercosul, foi de 906.124 imigrantes, com a saída de 889.779 emigrantes internacionais nas áreas de fronteira. Tais entradas e saídas permitem caracterizar a condição da fronteira brasileira em relação às nacionalidades dos imigrantes e emigrantes que passam pelos postos de controle da fronteira, como mostra o Quadro 2.

Observa-se que a fronteira brasileira é uma área por onde a própria população brasileira deixa o país em direção aos países vizinhos. Com as fronteiras da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Venezuela as fronteiras brasileiras constituem fortes áreas de circulação desses contingentes migratórios. Já com as fronteiras da Colômbia e Bolívia, o as fronteiras têm indica intensos ganhos migratórios de bolivianos e colombianos, mas a fronteira com o Peru tem sido uma área de saída de peruanos do Brasil mais do que de entrada.

¹ Agradecemos ao Professor Durval Fernandes a disponibilidade das informações do Sistema Nacional de Registros de Estrangeiros, da Polícia Federal para o Observatório das Migrações em São Paulo.

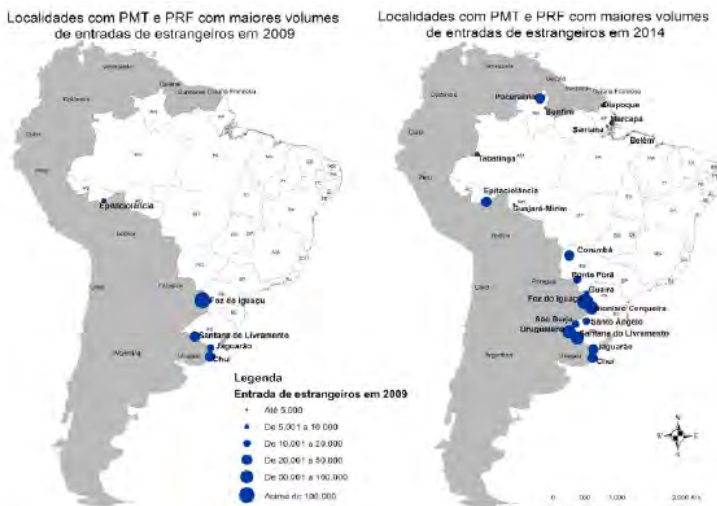
Quadro: 1

| Localização dos Pontos de Controle por tipo, segundo municípios. Brasil, 2014 | | | | |
|---|-------------------------------------|--------------------------------|---------------------|----------------------------|
| UF | PMT | AER/AERI | PRF | PRM |
| ACRE | Assis Brasil | Cruzeiro do Sul | | |
| | Cruzeiro do Sul | Rio Branco | | |
| | Epitaciolândia | | | |
| | Rio Branco | | | |
| ALAGOAS | | Maceió | | Maceió |
| AMAZONAS | Tabatinga (2014) | Manaus | | |
| | | Tabatinga (2014) | Tabatinga (2014) | |
| AMAPÁ | Oiapoque (2014) | Macapá (2014) | Macapá (2014) | |
| | | | Oiapoque (2014) | |
| | | | Santa Helena (2014) | |
| BAHIA | | Salvador | | Salvador |
| | | Porto Seguro (2014) | | Porto Seguro (2014) |
| CEARÁ | | Fortaleza | | Mucuripe |
| | | | | Pecém |
| BRASÍLIA | | Distrito Federal | | |
| MINAS GERAIS | | Confins | | |
| | | Pampulha (2014) | | |
| MATO GROSSO DO SUL | Corumbá (2014) | Corumbá | Corumbá (2014) | |
| | Ponta Porã (2014) | Ponta Porã (2014) | | |
| MATO GROSSO | Cáceres (2014) | Campo Grande (2014) | | |
| PARÁ | | Belém | Belém | |
| | | | Belém-Vila do Conde | |
| PERNAMBUCO | | Fernando de Noronha | | Suape |
| | | Recife | | Recife |
| | | | | Fernando de Noronha (2014) |
| PARANÁ | Ponte da Amizade-Foz do Iguaçu | Curitiba | Foz do Iguaçu | Paranaguá (2014) |
| | Ponte Tancredo Neves- Foz do Iguaçu | Foz do Iguaçu | | |
| | Santa Helena | Londrina (2014) | | |
| | Capanema (2014) | | | |
| | Guaira (2014) | | | |
| RIO DE JANEIRO | | | | Rio de Janeiro |
| | | Macaé, 2009 | | São João da Barra (2014) |
| | | Rio de Janeiro | | |
| | | Cabo Frio (2014) | | |
| RIO GRANDE DO NORTE | | Natal | | |
| | | São Gonçalo do Amarante (2014) | | Areia Branca |
| | | | | Natal |
| RONDONIA | Guajará-Mirim (2014) | Porto Velho (2014) | | |
| | Costa Marques (2014) | | | |

| | | | | |
|-------------------|---|--|--|---|
| RORAIMA | Bonfim (2014) Pacaraima (2014) | Boa Vista (2014) | | |
| RIO GRANDE DO SUL | Bagé Chuí Jaguarão Aceguá (2014) Santana do Livramento (2014)-Quaraí Santana do Livramento (2014) Santo Angelo (2014) São Borja (2014) Uruguiana (2014) | Pelotas Porto Alegre Comandante Kraemer (2014) Santa Maria (2014) | Jaguarão Porto Alegre Mauá (2014) Santo Ângelo (2014) | Tramandaí Rio Grande (2014) |
| SANTA CATARINA | Dionísio Cerqueira | Florianópolis Navegantes (2014) | Florianópolis (2014) | Florianópolis Imbituba Itajaí (2014) São Francisco do Sul (2014) |
| SERGIPE | | | | Aracaju (2014) |
| SÃO PAULO | | Campinas Guarulhos São Paulo | | São Sebastião (2014) Santos (2014) |
| TOCANTINS | | | | |

Fonte: SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP)

Mapa: 1



Fonte: SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP)

Quadro: 2

| Caracterização das Trocas Migratórias segundo Nacionalidade (PMT+PRF), 2014 | | | | | | |
|---|----------------|----------|--------|-------|--------|-----------------------------|
| PMT+PRF | | Entradas | Saídas | IEM | IMIF | |
| 1 | BRASIL | 74306 | 147578 | -0,33 | 50,35 | perdas migratórias |
| 2 | ARGENTINA | 246053 | 283751 | -0,07 | 86,71 | circulação |
| 3 | ESTADOS UNIDOS | 18375 | 19979 | -0,04 | 91,97 | circulação |
| 4 | PARAGUAI | 147990 | 137956 | 0,04 | 107,27 | circulação |
| 5 | CHILE | 18782 | 19733 | -0,02 | 95,18 | circulação |
| 6 | FRANÇA | 32585 | 31613 | 0,02 | 103,07 | circulação |
| 7 | ALEMANHA | 23875 | 21238 | 0,06 | 112,42 | ganhos migratórios |
| 8 | URUGUAI | 105621 | 102781 | 0,01 | 102,76 | circulação |
| 9 | ITÁLIA | 12352 | 12105 | 0,01 | 102,04 | circulação |
| 10 | PORTUGAL | 2156 | 2198 | -0,01 | 98,09 | circulação |
| 11 | ESPANHA | 17727 | 17731 | 0,00 | 99,98 | circulação |
| 12 | COLÔMBIA | 22182 | 19683 | 0,06 | 112,70 | ganhos migratórios |
| 13 | REINO UNIDO | 19222 | 16928 | 0,06 | 113,55 | ganhos migratórios |
| 14 | PERU | 27727 | 35482 | -0,12 | 78,14 | perdas migratórias |
| 15 | BOLÍVIA | 46182 | 25364 | 0,29 | 182,08 | intensos ganhos migratórios |
| 16 | JAPÃO | 8529 | 10295 | -0,09 | 82,85 | circulação |
| 17 | CHINA | 2506 | 3971 | -0,23 | 63,11 | intensas perdas migratórias |
| 18 | MÉXICO | 7775 | 7940 | -0,01 | 97,92 | circulação |
| 19 | PAÍSES BAIXOS | 6295 | 5565 | 0,06 | 113,12 | circulação |
| 20 | SUIÇA | 7137 | 6503 | 0,05 | 109,75 | circulação |
| 21 | VENEZUELA | 17918 | 16376 | 0,04 | 109,42 | circulação |
| 22 | OUTROS PAÍSES | 115135 | 92587 | 0,11 | 124,35 | ganhos migratórios |
| | s/Brasil | 906124 | 889779 | 0,01 | 101,84 | circulação |

Fonte: SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESPCNPq/NEPO-UNICAMP)

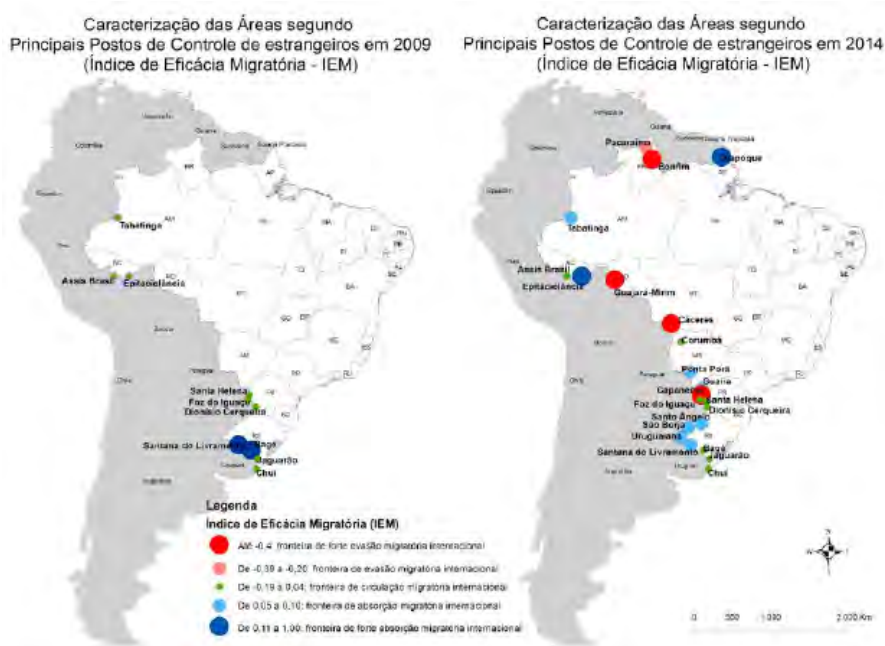
O índice de mobilidade internacional na fronteira (IMIF) possibilita identificar as nacionalidades com aumento de entradas e permanências de latino-americanos e demais nacionalidades no Brasil (Mapa 2). As especificidades dessa imigração e emigração fronteiriças são de fundamental importância para o entendimento do aumento do “controle” nas áreas de fronteira. De fato, há uma mudança na centralidade da migração latino-americana de fronteira que era no sul do país até 2009 para a faixa amazônica.

Os postos de controle de fronteira se expandem no sul do país também e estas áreas dividem o dinamismo que anteriormente havia nas fronteiras de Santana do Livramento e Uruguai com o Uruguai; criam-se outros 3 postos de controle com o Uruguai (áreas de circulação de imigrantes fronteiriços uruguaios) e mais 4

postos de fronteira com a Argentina (áreas de fronteira com absorção de imigrantes argentinos).

A faixa de fronteira que vai do Centro Oeste em direção às fronteiras Norte do país registram, de maneira mais intensa, a entrada e saída de imigrantes com nacionalidades latino- americanas, bem demais nacionalidade como haitiana, senegalesa, congoleza. Ou seja, a fronteira se tornou um espaço da migração transnacional (Baeninger, 2015). De fato, a entrada da imigração haitiana no Brasil é fortemente condicionada pela fronteira com os estados do Acre (Mapa 3 e Mapa 4), Amapá, Roraima e Rondônia.

Mapa: 2

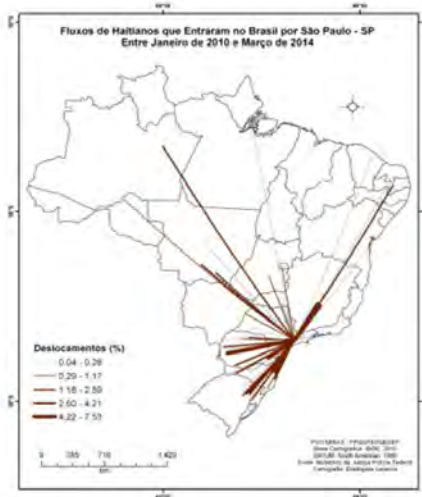


Fonte: SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. Observatório CNPq/NEPO-UNICAMP)

Mapa: 3



Mapa: 4



Fonte: SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP CNPq/NEPO-UNICAMP). Apud Fernandes (2015).

Nesse contexto, a questão da “governabilidade migratória” (MÁRMORA, 2010) é de fundamental importância para essas populações que transitam, entram e saem de espaços fronteiriços redesenhados pela própria inserção da fronteira na mobilidade transnacional do mundo globalizado.

Os desafios da governabilidade das migrações no contexto da integração regional, migrações e inserção social

As políticas migratórias na América Latina têm sido amplamente discutidas. Mármora sustenta que haja uma crise da “governabilidade migratória” (CEPAL, 2005). As estruturas e instituições dos Estados-Nação surgiram em contextos históricos para os quais seria inimaginável o grau de integração internacional a que chegariam as sociedades tal como as conhecemos hoje, acelerada irreversivelmente após o fim da Guerra-Fria (CASTLES; MILLER, 2003). Inconcebíveis também seriam as tecnologias de transporte e comunicação que hoje encurtaram tempos e espaços (HARVEY, 1992; CASTELLS 1999).

O autor conceitualiza a “governabilidade” nos seguintes termos: “*La gobernabilidad es básicamente la acción de los gobiernos, que ledarán una tónica u outra según las circunstancias.*” (CEPAL, 2005, p.64). Assim, a gestão do Estado sobre os fenômenos

de migração (seu modelo de “governabilidade migratória”) está diretamente condicionada pela perspectiva que seus dirigentes e sociedade civil têm deles. Seguindo os três modelos de governabilidade migratória que o autor crítica, pode-se avançar na discussão com a integração regional: securitização, responsabilidade compartilhada e desenvolvimento humano e migrações.

De acordo com Moreia (2012), as políticas migratórias brasileiras se desenharam historicamente como regulação imigratória (*regulation policy*), e não tiveram como objetivo promover a incorporação e estruturação das condições de vida dos imigrantes no país (*immigrant policy*), tendo transferido esta responsabilidade a órgãos internacionais instalados no Brasil (como o ACNUR, no caso dos refugiados) e à sociedade civil (principalmente à Igreja Católica e as Pastorais do Migrante).

Os conceitos de *regulation policy* e *immigrant policy*, utilizados por Moreira (2012) refere-se àqueles delineados por Hammar (1985) e permitem compreender a complexidade da governança migratória. Para este autor, as políticas que se resvalam somente na regulamentação dos imigrantes (*regulation policy*) são insuficientes e ineficazes para a incorporação dos imigrantes às sociedades receptoras, pois não agem direta ou indiretamente sobre as necessidades peculiares da população imigrante – o que caracterizaria uma *immigrant policy* (HAMMAR, 1985). De fato, segundo SILVA (2008), o Estatuto do Estrangeiro nasce durante a ditadura militar imersa na ideologia da Segurança Nacional, que trata a questão de maneira tipicamente securitizadora – limitando-se à regulamentação documental do estrangeiro.

Considerações finais

As análises deste estudo possibilitam apreender que os determinantes e consequências das migrações internacionais na América Latina apresenta enorme complexidade, na qual o contexto das relações bilaterais, o modelo de governabilidade adotado e as diferente economias regionais impulsionam processos migratórios diferenciados em espaços na fronteira latino-americana com o Brasil no século XXI.

Torna-se elemento fundamental neste debate o modo de incorporação dos imigrantes na sociedade de destino. Assim, segundo Hammar (1985), a *immigrant policys* e delinea em vista das condições de vida do imigrante no país receptor, para além de sua (in)documentação. Isto inclui questões de emprego, habitação, benefícios e serviços sociais, oportunidades de educação e ensino da língua local, participação em sindicatos, comunidades, vida política, entre outros. Por vezes, as políticas públicas endereçadas à população em geral podem afetar negativamente os imigrantes

quando lhes coíbe a integração ou participação igualitária da sociedade para a qual migraram, as quais o autor chama de *inequitable* ou *discriminatory indirect immigrant policy*. (HAMMAR, 1985).

Esta colocação corrobora com Moreira (2012) e Silva (2008) ao caracterizarem o Estatuto do Estrangeiro no Brasil como uma política discriminatória, já que não prevê oportunidade de integração do imigrante à sociedade brasileira em face das dificuldades específicas que estas comunidades enfrentam. Nesse contexto, de manutenção das leis restritivas à imigração, é que a governança das migrações nas fronteiras latino-americanas com o Brasil é um dos desafios que se impõe à integração regional no século XXI.

Referências bibliográficas

ALDRICH, Howard E.; WALDINGER, Roger. **Ethnicity and Entrepreneurship**. Annu. Rev. Sociol. 1990.16:111-135. Downloaded from www.annualreviews.org Access provided by Universidade de Sao Paulo (USP) on 09/04/15.

ALTEMANI; LESSA. (Org.) **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PRADO, Erlan J. P.; COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho: Brasília, 2015.

BAENINGER, Rosana; MESQUITA, Romeu Bonk. “Imigrantes Peruanos em São Paulo, Brasil: da solidariedade étnica ao empreendedorismo étnico?”. **XI Reunión de Antropología del Mercosul**. Anais....Montevideo-Urugai, nov/dez, 2015.

BASSO, Pietro. Ascesa del razzismo nella crisi globale. In: BASSO, Pietro (Org.). **Razzismo di Stato**, Milano: Franco Angeli, 2010.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 3rd. ed. New York: PalgraveMacmillan, 2003.

CASTOR, Suzy. **Migración y Relaciones Internacionales (el caso haitiano-dominicano)**. México, D.F: Editora de la UNAM, 1978.

CEPAL. **Governabilidad migratoria y integración: caminos y encrucijadas**. CEPAL – SERIE Seminarios y conferencias, No 45, 2005.

CERVO, Amado L. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco. **Globalização, democracia e ordem internacional**: ensaios de teoria e história. São Paulo: Ed. da Unesp; Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

FERNANDES, Durval. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: PRADO, Erlan J. P.; COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho: Brasília, 2015.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. In: **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 6, nº 6 (2011). Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. P. 73 – 98.

GONÇALVES, Maria O. B. Migrações e desenvolvimento. **Coleção Portugueses pelo mundo**. Porto: Fronteira do Caos, 2009.

HAMMAR, Tomas. Introduction to European immigration policy: a comparative study, 1985. In: MARTINELLO, Marco; RATH, Jan. **Selected studies in international migration and immigrant incorporation**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010.

HARVEY, David. **O enigma do capitale as crises do capitalismo**. 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014

LUPI, Carlos. O Mercosul e as migrações. In: MARTES, Ana C. B; SPRANDEL, Marcia A. (orgs.). **Mercosul e as migrações**: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. Brasília: IMDH, 2005 (Artigo publicado em Sítio da internet)

MARINUCCI, R.; MILESI, R. Migrações contemporâneas: panoramas, desafios e prioridades. In: MARTES, Ana C. B; SPRANDEL, Marcia A. (orgs.). **Mercosul e as migrações**: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008.

MÁRMORA, Lelio. Modelos de governabilidadmigratoria: la perspectiva política en América del Sur. **Rev. Inter. Mob. Hum.** Brasília, Ano XVIII, Nº 35, p. 71-92, jul./dez. 2010.

MARTES, Ana C. B; SPRANDEL, Marcia A. (orgs.). **Mercosul e as migrações**: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008.

MOREIRA, Julia B. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)** Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

NOVAK, Fabián; NAMIHAS, Sandra. As relações entre Peru e Brasil, 1826-2012. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013. OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ONUKEI, Janina. O Brasil e a construção do Mercosul. (In): ALTEMANI; LESSA. (Org.) **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 299-320

PALAU, Tomás. Migración Transfronteriza em Paraguay. (In): PELLEGRINO, Adela (org.) **Migración y Integración**. Ediciones Trilce, Uruguai, 1995.

PATARRA, Neide Lopes. **O Brasil: País de imigração?** In: Revista E-Metropolis, nº 09, ano 3, junho de 2012. Pg. 01 – 18.

PELLEGRINO, Adela. **La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. CEPAL/CELADE, 2003

REIS, Rossana. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.19, n. 55, 2005

REIS, Rossana R. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional** (PUCRJ. Impresso), v. 33, p. 47-69, 2011.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Orgs.) **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SASSEN, Saskia. **Cities in a world economy**. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 2000

SILVA, Sidney A. da. **Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos da População/Unicamp, 2008.

SPRANDEL, Marcia A. Marcos legais e políticas migratórias no Brasil. In: PRADO, Erlan J. P.; COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho: Brasília, 2015.

VILLEN, Patricia. Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil. In: **VIII Seminário do Trabalho** - Unesp, 2012, Marília. <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/polarizacao.pdf>

Grupo de Trabalho n° 15

*História das religiões e religiosidades na tríplice fronteira:
encontros, construções simbólicas e manifestações do crer*

ARTIGO

A FÉ COMO SACRONEGÓCIO: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO INSTITUCIONAL DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS E A VIOLÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Introdução

Esta pesquisa teve por meta compreender a relação entre o discurso institucional de uma instituição religiosa neopentecostal e determinados elementos de violência na contemporaneidade. Já que para a Psicologia, dentro da perspectiva sócio-histórica, é de fundamental importância entender as interações entre as instâncias sociais, bem como as relações estabelecidas entre os indivíduos na sociedade. Além dos fatores que levam os indivíduos a fazerem parte das mesmas e, por conseguinte, serem influenciados e influentes na propagação de seus preconceitos.

Visto isso, a análise do discurso institucional religioso, bem como sua relação a determinados elementos de violência contidos na sociedade, fez-se de valia. Pois as diversas esferas sociais atuam de modo incisivo para a fomentação da subjetividade do indivíduo e, por conseguinte, na sua forma de interação social. De acordo com Crochík (2011b), para entender as questões referentes à formação da subjetividade e a maneira social de agir, deve-se compreender as finalidades, as instâncias e os meios, pelos quais uma determinada cultura forma o indivíduo.

As instituições religiosas, como instâncias sociais, atuam das mais diversas formas sobre os indivíduos. Portanto, nada mais relevante que o proposto no estudo em questão. Diante disto, dentro do *website* oficial da Igreja Universal do Reino de Deus, foram extraídos dois documentos audiovisuais como objetos de pesquisa. A escolha desta instituição deu-se por sua ampla difusão na sociedade brasileira. Segundo o IBGE (2016), a IURD é a maior instituição neopentecostal do Brasil, com 1 873 243 seguidores, sendo 1 117 040 mulheres e 756 203 homens. Esta denominação é basicamente urbana, 1 766 246 de seus seguidores residem na mesma, e apresenta

* Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: paulo.ae18@hotmail.com

** Professor do curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Mestre em Psicologia Escolar pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: carlostte@gmail.com

uma elevada concentração de membros do sexo feminino, 63, 24%. Dentro da sociedade roraimense, tal denominação religiosa possui 5742 fiéis, caracterizando-se como maior instituição neopentecostal no estado. A partir dessas considerações iniciais, levantou-se o seguinte problema: qual a relação entre o discurso institucional religioso e determinados elementos de violência na sociedade contemporânea.

Adiante, breves descrições dos conceitos de família, religião, exclusão, autoritarismo e preconceito, fundamentaram o corpo do referencial teórico científico. Primeiramente, no capítulo sobre religião, os estudos de Freud foram consultados para se explicar a origem da religião. Com o conteúdo consolidado, desenvolveu-se um paralelo entre neopentecostalismo e exclusão. Em seguida, fomentou-se o capítulo sobre família. Neste, apresentaram-se as diferentes formas familiares ao longo da história, culminando na formação da família monogâmica moderna. Por fim, no capítulo de preconceito, autoritarismo e exclusão, processou-se um apanhado sobre o conceito de preconceito, mais especificamente, sua gênese, histórico e perspectivas atuais, finalizando com o elo existente entre os mesmos.

Quanto à metodologia, a pesquisa fez uso da abordagem qualitativa, de caráter documental. Sendo os dados analisados sob a perspectiva da teoria crítica da sociedade. Destaca-se que a odisseia acerca da extração dos dados processou-se da seguinte forma: através das palavras-chave família, preconceito, religião, exclusão e autoritarismo, o website oficial da Igreja Universal foi diversas vezes consultado. Feito isso, dois documentos audiovisuais propenderam-se dentre os demais. Com os dados em mãos, o trato deu-se sob a luz do método dialético, sendo as categorias garimpadas dos mesmos. Na análise foram destacados determinados itens fomentadores de atitudes preconceituosa, excludentes e autoritárias.

Na análise e discussão dos dados, os objetos de pesquisa foram esmiuçados sob a égide do método dialético. Com isso, despontaram duas categorias que foram arduamente destrinchadas: família e intolerância a outras formas de religiosidade. Como último elemento, as considerações finais sintetizaram o supraexposto, construindo uma compreensão geral acerca da relação entre o discurso institucional iurdiano e a violência na contemporaneidade.

Fundamentação teórica

Religião

De acordo com Freud (1996a), o ser humano transforma as forças naturais em deuses, atribuindo às mesmas características paternas. Este fenômeno justifica-se pela debilidade do homem perante a natureza, as incertezas do destino e as angústias e privações que uma vida civilizada lhes concede. Através disto, com o intuito de tornar aceitável tal desamparo, a humanidade desenvolveu um conjunto de ideias, fomentadas com o material das lembranças do desamparo infantil. Em pormenores, a posse de tais ideias atua de maneira protetiva contra as incertezas do destino, e contra os males da própria civilização.

Segundo Freud (1996a), as concepções religiosas são legadas ao indivíduo a partir do seu advento social. Pois, a sua imersão na teia civilizatória lhe garante a absorção dos mais diversos constructos sociais. Adiante, as bases da religiosidade calcam-se em três princípios: primeiramente, seus ensinamentos devem ser absorvidos porque já o eram por seus antepassados; segundo, têm-se provas que foram repassados desde os tempos primitivos; por fim, é proibido indagar a veracidade religiosa.

Quanto à gênese psíquica das ideias religiosas, tem-se que estas não constituem conclusões finais de pensamentos: são ilusões, experiências dos antepassados, vigorosos e firmes desejos da humanidade (FREUD, 1996a). Consequentemente, o segredo de sua solidez mora no vigor desses desejos. A sensação do desamparo infantil despertou a necessidade de proteção, proporcionada pelo pai; a inferência de que esse desamparo perdura através da existência tornou necessário prender-se a uma figura paterna, contudo, um pai mais forte.

Com o transcorrer de seus estudos, Freud (1996a) infere que da mesma forma que a criança não pode concluir com sucesso seu desenvolvimento para a etapa civilizada sem passar por um período de neurose; a humanidade tombou em fases semelhantes às neuroses, visto que nas épocas de sua ignorância intelectual, a repressão instintual só fora conseguida pela força essencialmente emocional.

Com relação ao cristianismo, historicamente, segundo Bowker e Edwards (2004), o mesmo era representado por menos de um décimo da população do continente europeu. Entretanto, em meados do século IV, mais especificamente no governo de Teodósio, a religião cristã passou ao caráter de única crença oficial do Império

Romano. Com o transcorrer do tempo, a nova fé transformou-se na Igreja Católica, sendo seus preceitos a base da sociedade medieval.

Os evangélicos surgem no século XVI, através das obras de Lutero e Calvino. Em 31 de outubro de 1517, o monge alemão Martinho Lutero propõe suas 95 teses. Este denunciou a venda de indulgências que garantiam o perdão dos pecados de forma geral. Da Alemanha, a Reforma protestante expandiu-se para a Escandinávia e outros países do norte europeu (DALGALARRONDO, 2008; BROWKER & EDWARDS, 2004).

Os cristãos cindiram-se em católicos e protestantes. A reforma foi facilitada pelo desenvolvimento da imprensa, fenômeno que possibilitou o contato direto dos textos bíblicos, sem intermediários, ícones, sacerdotes ou divindades. Para além, destaca-se uma nova ética centrada no trabalho, no ascetismo intramundano. O fiel, para ser cristão verdadeiro, deve ir ao encontro de sua rotina e obrigações. Esta afirmativa constitui-se no ponto nevrálgico da doutrina calvinista de que a vida correta e exitosa neste mundo é a confirmação da graça divina. Com o despontar da Reforma, a ascese cristã ingressa no mercado da vida, cerra atrás de si as portas do mosteiro e se põe a impregnar com sua metódica a vida cotidiana, a modificá-la numa vida racional no mundo. A salvação transformou-se na obsessão máxima da teoria protestante, bem como a onipresente sombra do demônio, espreitando as fraquezas humanas (DALGALARRONDO, 2008; WEBER, 2004).

Dentro da sociedade brasileira, segundo Dalgalarrondo (2008), até pouco tempo, o Brasil era identificado como uma nação praticamente católica. Com a chegada dos jesuítas, em 1549, o catolicismo começou a solidificar-se. Em território nacional, tais jesuítas dedicaram-se a evangelização e educação dos habitantes locais. É inegável que os membros da Companhia de Jesus foram onipresentes na construção cultural e religiosa brasileira. Estes realizaram um vasto trabalho com os indígenas, por intermédio das missões, protegendo e aculturando os mesmos. Embora dominantes na catequese e no processo educacional, os jesuítas não foram a única ordem da colônia; fixaram-se em território colonial dominicanos, agostinianos, beneditinos, franciscanos, carmelitas, oratorianos, mercedonianos e capuchinhos.

Ademais, com o avanço pentecostal dos últimos trinta anos, tem-se modificado essa peculiaridade de país majoritariamente católico. Ainda que conserve a predominância cristã, pois noventa por cento de sua população pertence a alguma religião vinculada a essa vertente (DALGALARRONDO, 2008). Ser uma nação cristã implica adesão a valores greco-judaicos e ocidentais. Destaca-se que o cristianismo nasce do judaísmo, emerge dessa tradição que se solidifica como religião étnica,

do povo escolhido. Contudo, o mesmo cessa com os preceitos comportamentais e obediência interligadas a regras alimentares, ritualísticas e corporais que o judaísmo propunha. Ou seja, o cristianismo propõe-se como religião única e universal. Deste fato, origina-se uma de suas contradições básicas, religião destinada a todos, porém edificada em símbolos, ritualística, ética e estética específicas.

Dentre as várias vertentes do protestantismo no Brasil, expõem-se os evangélicos históricos, os evangélicos de missão, os evangélicos pentecostais e os neopentecostais (DALGALARRONDO, 2008).

Para Santos (2006), o neopentecostalismo nasce no Brasil a partir da década de 70 e se caracteriza como uma corrente do pentecostalismo responsável por grandes transformações estéticas, ritualísticas, teológicas e comportamentais. Divergindo do pentecostalismo ortodoxo, os adeptos do neopentecostalismo possuem por máxima missão a prosperidade financeira. Em suma, tal fenômeno encontra-se solidificado na denominada “Teologia da Prosperidade”. Segundo a mesma, a prosperidade deve ser amplamente valorizada e almejada, em detrimento, o discurso teológico que pregava o sofrimento terreno passou a ser desvalorizado. Assim, dentro da perspectiva neopentecostal, o que vale é o presente, embora os fiéis continuem almejando o seu lugar no reino celestial.

Os neopentecostais adquiriram um vasto crescimento na sociedade brasileira, principalmente sob a égide da Igreja Universal do Reino de Deus. De acordo com Dalgallarrondo (2008), o missionário canadense Walter Robert McAlister fomentou as lideranças Edir Macedo, R. R. Soares e Miguel Ângelo, fundadores das primeiras igrejas neopentecostais. Essas igrejas agregaram elementos novos que as distinguiram das demais denominações. Nas décadas de 1950 e 1960, novas igrejas pentecostais, como “O Brasil para Cristo” e “Deus é Amor”, sobressaltaram o dom da cura, à incorporação de recursos tecnológicos ao culto e ao proselitismo, assim como à adequação de seus rituais para grandes massas.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) nasce em 1977, após desentendimentos no seio da Igreja Nova. A IURD desvela-se bem estruturada e extraordinariamente especializada. Os cultos são marcados pela simplicidade no sentido de não haver terreno para discussões mais intelectualizadas. Com lideranças que vieram da mesma classe social de seus fiéis, os discursos apresentam-se de forma pouco requintada (MOLON, 2002).

Segundo Molon (2002), a Igreja Universal do Reino de Deus apresenta características comuns às demais igrejas neopentecostais, porém, com um radicalismo acentuado. Esta se dirige aos “excluídos da sociedade”: menos favorecidos, encar-

cerados, presidiários, bandidos perigosos, assassinos, ladrões, prostitutas, homossexuais, viciados, miseráveis, desempregados, mendigos, marginalizados, necessitados, empresários falidos, inadimplentes, desenganados pela medicina, doentes, membros insatisfeitos de outras religiões, ou seja, pessoas com conflitos na vida. De acordo com a IURD, tais conflitos são oriundos das drogas, prostituição e homossexualismo. Os “excluídos da sociedade” adquirem apoio espiritual, assistência social, financeira e aconselhamento político.

Família

De acordo com Engels (2002), as fases de desenvolvimento familiar fomentaram-se em três grandes épocas: Estado Selvagem, Barbárie e Civilização. Assim, a família desenvolveu-se em conjunto com os períodos supraexpostos. Primeiramente, tem-se a “Família Consanguínea”. Nesta, os grupos conjugais se distribuem por gerações: os avôs e as avós, dentro do perímetro familiar, constituem-se em maridos e mulheres entre si; sendo tal fato estendido para as gerações posteriores. Ademais, nesta conjuntura familiar, os pais e filhos são os únicos que estão excluídos deste círculo matrimonial. Irmãos, primos, em primeiro grau e demais graus, são todos maridos e mulheres entre si.

Posteriormente, desponta-se a “Família Punaluana”. Esta apresenta como principal característica a exclusão dos irmãos das relações sexuais recíprocas. No entanto, devido à proximidade das idades dos envolvidos, tal fato foi bem mais difícil de ser alcançado. Consequentemente, este desenvolvimento procedeu-se por etapas. Outro fator de suma relevância que se extrai dessa fase é o *direito materno*. Neste, todos têm por tronco uma mãe e, em virtude disso, o pai torna-se desconhecido. Sendo apenas a linhagem materna reconhecida (ENGELS, 2002).

Com o transcorrer do tempo, surge uma nova conjuntura familiar denominada “Família Sindiásmica”. Nesta, um homem vive com uma mulher, porém a poligamia e a promiscuidade continuam como direito masculino; em conjuntura, exige-se a máxima fidelidade da mulher, enquanto perdure o matrimônio, sendo a traição feminina duramente reprimida. Por fim, é nesta estrutura familiar que nasce o *direito paterno* (ENGELS, 2002).

Engels (2002) afirma o pátrio poder como a coluna dorsal da “Família Monogâmica”. Essa conjuntura familiar visa à procriação de filhos cuja paternidade seja inquestionável; e exige-se essa paternidade incontestável porque os filhos, como herdeiros diretos, entrarão, futuramente, na posse dos bens de seu pai. Em suma, a

família caracteriza-se como uma miniatura dos conflitos aos quais se desenvolve a sociedade, repartida em classes desde os seus primórdios. Esta deve desenvolver-se nas mesmas proporções que a sociedade, pois a família é produto do sistema social e demonstrará o nível de cultura do mesmo.

Historicamente, a família burguesa nasce na Europa em meados do século XVIII. Esta apresentava como característica básica uma reclusão ao seu íntimo, sendo este fenômeno responsável pela separação entre a residência e o local de trabalho; portanto, entre a vida pública e a privada. Posteriormente, outras separações se fizeram; como exemplo, cita-se a rigorosa divisão dos papéis sexuais. O homem passou a ser o provedor do lar e a máxima autoridade. Como consequência desta estrutura, a diferenciação dos papéis sociais fomentou uma rigorosa interdição à sexualidade feminina fora do casamento e o encurtamento do usufruto do prazer sexual. No matrimônio, a atividade sexual feminina estava ligada estritamente à reprodução. Nisto, o casamento burguês dissociou a sexualidade da afetividade (REIS, 2004).

Em uma perspectiva mais profunda, observa-se a família como foco inicial do processo de divisão social do trabalho, tendo por referência a divisão do trabalho sexual. Esta foi a referência para uma complexificação do processo de divisão laboral que originou a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e as peculiaridades do modo de produção capitalista. Além disto, houve a solidificação da família monogâmica interligada à consolidação da propriedade privada (ENGELS, 2002; REIS, 2004).

Segundo Engels e Marx (1998), a burguesia destruiu o véu do sentimentalismo que cobria as relações familiares e as reduziu a meras ligações monetárias. Assim, para o sistema capitalista, a mulher não passa de um instrumento de produção. A concepção burguesa sobre a família e a educação fomenta-se de forma repugnante à proporção que o capital destrói todos os laços familiares dos proletariados e converte suas crianças em simples elementos de comércio, bem como instrumentos de trabalho.

Preconceito, autoritarismo e exclusão

Segundo Crochík (2011a), para se estudar e compreender o preconceito tem-se que recorrer a diversas áreas do saber. Apesar de também ser um fenômeno psicológico, as características que levam a construção do ser preconceituoso podem ser encontradas na dinâmica de socialização, pelo qual se constitui e se torna indivíduo.

Portanto, o que permite o indivíduo se formar, também é responsável pela gênese de seus preconceitos.

O preconceituoso, diante do objeto que lhe gera estranheza, pode se comportar de duas formas: a condescendência benevolente e a rejeição fascista. A primeira se relaciona com a cordialidade, construto desenvolvido como elemento civilizatório, através de uma educação hipócrita que impede a manifestação de uma estranheza espontânea ou a não manifestação da mesma, pois desde pequeno desenvolve-se a curiosidade, mas não o repúdio perante pessoas desconhecidas. A segunda agrupa elementos de uma educação voltada para a força e repressora de atitudes ditas “frágeis”; ou seja, a rígida educação social, que preza pelo cumprimento e manutenção de suas regras, acaba levando o indivíduo a ser duro consigo e com os outros (CROCHÍK, 2011a).

Em uma perspectiva mais profunda, Crochík (2011a) explana que o preconceituoso não vê o seu alvo de preconceito a partir dos diversos predicados que possui, reduzindo-os ao nome que não permite a evocação: muçulmano, louco, negro, homossexual, etc. Um indivíduo portador de uma doença crônica não é somente portador de tal doença, também é homem ou mulher, adolescente ou criança, pobre ou rico, religioso ou ateu, sensível ou insensível, trabalhador ou proprietário, casado ou solteiro, etc. Embora o indivíduo possua diversas características, o que passa a designá-lo é o termo que denomina o preconceito. A esse fenômeno são correlacionados outros atributos que se fomentam em estereótipos. Portanto, um indivíduo homossexual é percebido dentro de um estereótipo como: promíscuo, vulgar, incapaz de construir uma família, anormal, etc.

O preconceito, de determinado modo, funciona como um tabu; um fenômeno vivenciado angustiosamente no passado, perpassado na imaginação, que se coloca de sobreaviso sempre que algo ou alguém expõe o mesmo. Ademais, como tabu, este abarca um ritual “a propagação das mesmas reações estereotipadas” (CROCHÍK, 2011a).

Segundo Crochík (2011a), historicamente, o preconceito encontra-se presente em todas as fases da sociedade, ainda que o seu objeto e conceito oscilem pelo transcorrer das épocas. No passado significava o juízo calcado em experiências e em decisões anteriores, adiante coincidia com a percepção preordenada aos fatos, construtora do saber. Com a ascensão da Idade Média e dos conflitos da razão com os dogmas religiosos, os preconceitos foram inimigos do saber científico, filosófico e moral, sem que a necessidade de pré-conceito pudesse ser banida da procura do

conhecimento ou da orientação na vida cotidiana, já que os hábitos são de valia para se manter a vida e se adequar às normas de convivência social.

Prosseguindo o estudo, através do arcabouço teórico supracitado, infere-se certa correlação entre a fomentação de preconceitos e o temor da exclusão social. Segundo Jodelet (2004) vários modelos teóricos foram construídos para explicar tal processo de exclusão. No campo dos processos psíquicos, a Psicologia Social foi requisitada, tendo por base os seus estudos sobre preconceito, estereótipo, identidade social e discriminação.

A interrogação dos psicólogos sociais sobre exclusão foi suscitada, desde o período entre as duas guerras, pela ascensão do fascismo, e depois pelas execuções nazistas na Europa e pela exacerbação das defesas contra a imigração e os conflitos raciais nos Estados Unidos. Centralizada inicialmente, como a Sociologia, sobre as relações raciais, ela se estendeu às relações estabelecidas no espaço social e político, em um continuum indo do conflito à cooperação, entre grupos de toda espécie, diferenciados segundo critérios de atividade ou de pertencimento social, nacional, cultural, etc (JODELET, 2004, p. 54).

Metodologia

A presente pesquisa fez uso da abordagem qualitativa, de caráter documental. Sendo os dados analisados sob a perspectiva da teoria crítica da sociedade. Para Guimarães (2011), tomando por base os estudos de Horkheimer, esta corrente teórica contempla o resgate de conceitos da tradição do idealismo alemão de Hegel e Kant, com o materialismo histórico de Marx. A mesma une teoria e práxis, situando o problema em seu momento histórico através da dialética marxiana, não o deixando recair no idealismo.

No primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico para revisão literária sobre religião, família, preconceito, exclusão e autoritarismo. Tendo por base, os estudos de Freud, Adorno, Horkheimer, Marx, Weber, além de autores correlacionados com os mesmos. Visto isso, um estudo da Teoria Crítica acerca da relação entre família, autoritarismo, exclusão e adesão ao discurso institucional religioso, encontra-se em processo consolidado.

Quanto ao trato dos dados, este se processou sob o método dialético, sendo as categorias definidas pelo levantamento documental. De acordo com Carone (2001), tal método pode ser definido através de três pontos: 1) É um método teórico, expositivo, especulativo, racional, calcado na pesquisa empírica; 2) Por suas características críticas, nega as aparências sociais, das ilusões ideológicas do objeto estudado; 3)

Constitui-se num método progressivo-regressivo, baseado na espiral dialética em que os pontos conflitantes coincidem, porém não se assemelham.

Para obtenção dos mesmos, realizaram-se consultas nos *websites* da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Tendo por foco conteúdos audiovisuais correlacionados as temáticas: família, preconceito, religião, exclusão e autoritarismo. Segundo Nunes (2011), o crescimento dessa denominação está correlacionado a utilização dos veículos de comunicação. Além do uso do rádio, maneira mais fácil de alcançar as camadas menos favorecidas, a IURD utiliza a televisão, o jornal, bem como a rede mundial de computadores, para propagar seu arcabouço ideológico. Por se tratar de documentos de natureza pública, disponibilizados pela própria instituição, não houve necessidade de submissão da pesquisa ao Comitê de Ética.

Dentro da análise, construiu-se uma interligação entre o discurso institucional iurdiano e determinados itens fomentadores de atitudes preconceituosas, bem como uma compreensão da influência daquele para a formação da subjetividade dos indivíduos. Para Saffioti (1997), a subjetividade é construída por meio das relações sociais, passando as mais diversas esferas sociais, inclusive as instituições religiosas. Por conseguinte, as mesmas acabam influenciando uma a outra, pois pertencer a uma instituição religiosa, e comungar de seu discurso, possui implicação na relação com as outras instâncias sociais.

Em suma, a análise do discurso institucional da Igreja Universal do Reino de Deus fez-se de extrema valia, já que há uma correlação entre as instâncias sociais, e a mesma encontra-se amplamente disseminada na sociedade brasileira. Portanto, as atitudes relegadas a uma determinada esfera social, fomentam-se dentro do âmbito social como um todo.

Análise e discussão dos dados

Em conformidade com os procedimentos metodológicos da pesquisa, a análise dos dados encontra-se focada em dois documentos audiovisuais da Igreja Universal do Reino de Deus. Os mesmos foram extraídos do *website* oficial de tal instituição religiosa, através de uma ampla pesquisa com as palavras-chave família, relacionamento, amor, prosperidade e valores. Com o resultado em mãos, foram selecionados os seguintes vídeos: “Amor e Dinheiro”, ligado ao projeto *The Love School*; e “A Família Começa com a Justiça”, pregação do bispo Edir Macedo, com pequenas intervenções dos missionários Renato e Cristiane Cardoso. Assim, para uma simplificação do processo de análise, os vídeos serão apresentados como V1 e V2, aquele

ligado ao programa “Amor e Dinheiro”, e este correlacionado à pregação “A Família Começa com a Justiça”. Os vídeos apresentam-se no formato MP4; sendo que V1 foi ao ar no dia 28 de março de 2012, com duração segundos.

Categorização dos dados

Através das transcrições dos documentos audiovisuais observou-se o predomínio de alguns pontos que foram transformados em duas categorias: Família e Intolerância a outras formas de religiosidade.

Na primeira categoria, a temática família é esmiuçada das mais diversas formas, levando-se em consideração os preceitos ideológicos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Na segunda, buscou-se identificar elementos de intolerância religiosa no discurso institucionalizado da IURD. Para isso, além das transcrições audiovisuais, valeu-se de alguns livros cunhados por tal instituição religiosa.

Família

Ao longo dos estudos predefinidos para a elaboração da presente pesquisa, percebeu-se a máxima relevância da temática família para a compreensão do fenômeno em análise. Dentro do documento V2, mais precisamente na fala do Bispo Edir Macedo, percebe-se que o discurso institucionalizado da Igreja Universal do Reino de Deus é voltado à defesa da família nuclear burguesa:

O que é a família: a família é constituída do pai, da mãe e dos filhos. Então, se essa família está estruturada e fundamentada na palavra de Deus, então, há justiça, conseqüentemente haverá paz, tranquilidade, gozo e paz (Edir Macedo).

No entanto, segundo o bispo Renato Cardoso, essa forma “sacro-ideal” de família vem sendo ameaçada pela sociedade contemporânea. Ao relatar tal fato, o bispo tenta expor aos fiéis os perigos da união fora do modelo nuclear burguês:

Há muitas ameaças que atacam o casamento da pessoa, pois a sociedade está se transformando em uma sociedade anticasamento [...] Elas veem tantas pessoas se divorciando, os pais se divorciando, os amigos se divorciando, como posso ter certeza que não vou divorciar (Renato Cardoso).

Achando porque não assinou um papel, ela vai proteger o relacionamento de um divórcio (Renato Cardoso).

Aí que muitos começam a morar juntos sem o compromisso de casamento (Cristiane Cardoso).

Partindo dessas assertivas, observa-se que a IURD concebe a família como um constructo natural, desprovido de história e fomentado por Deus. Essa instituição religiosa expõe o modelo de família nuclear burguesa como dádiva máxima do sumo criador. Para o bispo Edir Macedo, Deus é a base fundamental da família; pai, mãe e filhos. Por conseguinte, observa-se implícito no discurso institucional religioso certo preconceito para com formas familiares que diferem do modelo tradicional, já que essas são excluídas e indiretamente atacadas por essa instituição religiosa. Através disto, o discurso professado pela Igreja Universal do Reino de Deus caracteriza-se como contraditório e excludente, pois a mesma compreende a família como algo divino; no entanto, segundo o bispo Renato Cardoso, a sociedade é responsável pela degradação “familiar”. Assim, a instituição reconhece, em parte, a influência social sobre a família, culpando a sociedade pela dissolução dos valores familiares.

Contextualizando os fatos, Adorno e Horkheimer (1978) afirmam que, na história, a família manifesta-se primeiro como uma relação natural que, com o transcorrer do tempo, vai se modificando até chegar à moderna monogamia e, em virtude desse processo de modificação, fomenta uma área distinta, que é a das interações privadas. A consciência ingênua observa as interações privadas como uma fortaleza situada em pleno fluxo da dinâmica social, um resíduo do estado natural. No entanto, a família não só está ligada à realidade social, como também está socialmente mediatizada.

A Igreja Universal do Reino de Deus, de fato, expõe um problema social bastante evidente na contemporaneidade, porém a mesma analisa a problemática de forma precária e incipiente, tentando preservar o modelo de família burguesa.

A ideologia professada pela Igreja Universal impregna-se na consciência do indivíduo religioso. Sob a égide da IURD, o fiel constrói sua concepção de mundo, por exemplo, a estrutura familiar de grande parte dos iurdianos segue o modelo tradicional burguês altamente veiculado por essa instituição religiosa. Portanto, a Universal caracteriza-se como uma disseminadora do modo de vida capitalista, cujos Estados Unidos são a máxima expressão.

Analisando os fatos, a fala do bispo Renato Cardoso vai ao encontro do supracitado, já que o mesmo exalta o modelo norte-americano de vida. O líder religioso mostra a conjuntura social dos países desenvolvidos como exemplo a ser seguido, expondo os tentáculos dos preceitos estadunidenses no discurso institucional de tal

religião. Além disso, no documento V2, as falas dos bispos Renato e Edir despontam um objeto tipicamente do sistema capitalista, refletindo o engajamento da IURD ao sistema sócio-alienante:

A família, casamento, é uma empresa que você tem que administrar (Edir Macedo).

Sem fazer o que é certo para seu marido ou esposa, sem fazer o que é certo, ao seguir as leis que regem um bom casamento, a empresa do casamento, não há como você ter um casamento feliz. As pessoas entendem muito bem disso lá fora, por exemplo, nas empresas no momento que a pessoa é admitida está sujeita a um conjunto de regras. Mas, no casamento parecem que as regras não valem de nada (Renato Cardoso).

Segundo Silva (2002), ao aderir aos preceitos onipotentes da teologia neopentecostal legitimada, o fiel engloba de forma inconsciente os mecanismos psico-sociais básicos da sociedade administrada. Isso proporciona a articulação do que há de mais moderno e primitivo em termos de manipulação das massas. Nisso estão implicados os recursos sofisticados da indústria cultural, representados pela sujeição regressiva ao tirano que se perfaz como um deus. Da identificação com o relato do sofredor profissional, que cede seu depoimento nos programas de televisão evangélicos, à subjugação irrestrita ao poder hipnótico da liderança espiritual nos cultos de libertação, esboça-se um campo de circulação dos desejos e fantasias. Desagregado do potencial propriamente erótico, a energia sexual rodeia os objetos religiosos que remetem à satisfação dos desejos infantis. A atuação compulsiva das necessidades inconscientes mantém um estado de constante excitação que serve de objeto para a dissolução paranoica e para as manifestações sistematizadas das pulsões destrutivas. O sucesso do discurso religioso é mantido pela apropriação da fórmula da eficácia dos mecanismos da indústria cultural.

Pormenores, uma das características básica do documento audiovisual V1 é justamente esse jogo de identificação, onde um sofredor profissional cede seu relato, muitas vezes correlacionados com a ausência de subjugação religiosa, e a equipe de conselheiros propõe um conjunto de ideias para sanar a problemática:

Eu tenho aqui a pergunta da Vanessa, de Manaus, ela fala assim: Eu tenho 29 anos, meu esposo tem 36, me casei há dez anos e como brinde com a mãe dele também. Moramos nos fundos da casa dela, sinto-me deslocada, uma intrusa, ela manda e desmanda no filho. Meu marido diz que nunca vai sair da casa da mãe porque não tem dinheiro para comprar uma casa. Como lidar com um filho adulto e único que casou e não quer sair de perto da mãe? (Cristiane Cardoso)

Nós temos outra pergunta, ela diz: Sou noiva e pretendia casar-me este ano. Mas, meu noivo começará a fazer faculdade e estou à procura de emprego. Não estou conseguindo obter atenção para o nosso relacionamento. Já pensei em terminar, mas vejo isto como ato de covardia. Não sei o que fazer, isso está causando conflitos em nosso relacionamento (Cristiane Cardoso).

Outro fator que emerge dos documentos analisados é a caracterização dos papéis que cabem a cada personagem da estrutura familiar:

Um dos papéis de uma esposa é apoiar o marido, bem como o marido a esposa (Renato Cardoso).

Ela não falou se o sogro está na figura também; mas, eu diria se o seu sogro também mora com a sogra, ali com vocês, eu o chamaria e falaria: olha senhor fulano, eu queria abrir meu coração com o senhor porque, como esposa, vejo seu filho um pouco acomodado com essa situação [...] De repente, o senhor como pai poderia ter uma conversa de homem para homem com o seu filho, pois quando vocês morrerem como ele vai cuidar dessa família. Quer dizer, eu abriria meu coração com o pai, é uma possibilidade, porém não sei que tipo de pai ele é, porque, às vezes, até o pai é mandado pela mãe, mas isso é outro problema (Renato Cardoso).

A cultura que, infelizmente, em muitas famílias, é os pais serem muitos protetores e possessivos com os filhos, especialmente as mães com os filhos. Geralmente, o pai é mais voltado à prática, ele quer que o filho vá e lute. Mas, a mãe quer ficar e segurar o filho, e sempre é o filho dela, mesmo casado (Renato Cardoso).

Através de seu discurso, o bispo Renato concebe a família como uma propriedade patriarcal, cabendo ao pai administrá-la da melhor forma possível. Logo em seguida, a mãe desponta como um elemento mantenedor, nas palavras do bispo, a mãe é caracterizada como superprotetora e propriedade do lar. No entanto, o discurso proferido apresenta certa contradição, pois ao explicar sobre determinada problemática, o sacerdote acaba fomentando um papel que difere do anteriormente exposto:

Você tem que se perguntar, primeiramente, sobre os seus objetivos. Quais os seus objetivos nesta relação e, também, seu plano de carreira. Em seguida, você deve fazer a mesma pergunta a ele. Pois parece que ele está determinado na carreira, ele quer fazer faculdade, então, com certeza, ele tem objetivo (Renato Cardoso).

Por conseguinte, observa-se certa ambiguidade, já que o bispo defende a figura tradicional materna, ao passo que incentiva as mulheres a tomar uma posição que difere da mesma. Ou seja, o líder, inconscientemente, acaba por destruir o modelo

família que tanto defende. Para corroborar o exposto, cita-se o seguinte estudo de Adorno e Horkheimer (1978) sobre a degradação da família nuclear burguesa. Segundo os autores, a crise da família é de origem social e não é possível concebê-la como simples sintoma de degeneração. Enquanto esse modelo familiar assegurava conforto e proteção, a sua estrutura encontrava-se justificada. Para além: a herança, por si mesma, já era um bom motivo para a obediência à figura paterna. No entanto, na atualidade, as transformações sociais acabaram por dissolver o conceito de herança e, por conseguinte, o poder paterno. Essa perda da autoridade paterna é bastante visível no processo de autonomia das filhas, já não mais vinculadas às condições doméstico-arcaicas. Essas podem, na contemporaneidade, ganhar o seu próprio sustento fora de casa, como operárias ou profissionais liberais.

A crise na família tradicional também toma o aspecto de uma prestação de contas, não apenas pela opressão brutal que sofreu a mulher, mais fraca, e depois os filhos, por parte do pai, até o despontar dos novos tempos, mas também pela falta de justiça econômica que se executava, pela escravização no labor doméstico (ADORNO E HORKHEIMER, 1978). A família também perdeu, embora de forma não totalizante, a autoridade sobre as questões sexuais; como a família já não proporciona, de forma segura, a vida material dos seus integrantes nem pode resguardar suficientemente o indivíduo contra o mundo exterior, que executa uma pressão cada vez mais inflexível, a família torna-se impotente na manutenção das normas sexuais tradicionais.

Por fim, sintetiza-se o discurso institucional religioso da IURD acerca da família, nos seguintes pilares: pregação teológica contraditória e preconceituosa; ascese religiosa moderada, embora com certo tom de ortodoxia; concepção familiar interligada à obra máxima do sumo criador, Deus; e dinâmica religiosa correlacionada à propagação da ideologia burguesa.

Intolerância a outras formas de religiosidade

Essa categoria destaca-se pela extrema relevância da temática intolerância religiosa na sociedade contemporânea. Explana-se que o objetivo máximo dessa discussão está centrado na intolerância religiosa da IURD para com outras formas de crença. A análise processar-se-á com os o elemento intolerância religiosa aparece de forma acanhada e implícita. Através disso, realizaram-se pequenas consultas a um diversificado arcabouço teórico correlacionado à IURD. Esmiuçando o documento V2, destaca-se a fala do bispo Edir Macedo:

Mas, é como na bruxaria diz o seguinte; às vezes, a pessoa tem um santo, o marido tem um santo de frente; e a mulher tem outro santo de frente. Então, a cabeça dos dois está dominada por estes espíritos (Edir Macedo).

De acordo com Alves e Hieda (2011), o discurso institucional religioso do bispo Edir Macedo caracteriza-se como preconceituoso e agressivo. Esse líder espiritual concebe a doutrina religiosa da Igreja Universal do Reino de Deus como única crença interligada ao Deus cristão. Corroborando a assertiva, destaca-se o tom pejorativo atribuído a elementos de outras religiões. No discurso supracitado, o bispo Edir Macedo unifica várias vertentes religiosas, provavelmente crenças de matriz afro-brasileiras, denominando-as de “bruxaria”. Para quem não conhece a ideologia ritualística dessas práticas religiosas, a influência do discurso institucionalizado fomenta-se como fator de pré-concepção acerca do fenômeno tratado.

Em seu livro *“Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios”*, o bispo Edir Macedo relata que os brasileiros herdaram, das crenças religiosas dos índios nativos e dos escravos oriundos da África, algumas “religiões” que vieram mais tarde a ser solidificadas com doutrinas esotéricas. Adiante, o bispo afirma que, com o decorrer dos séculos, houve uma mistura curiosa e diabólica de mitologia africana, indígena brasileira, espiritismo e cristianismo, desembocando na criação de cultos fetichistas como a umbanda, a quimbanda e o candomblé. No interior dessas seitas, os demônios são adorados, agradados ou servidos como verdadeiros deuses.

Em tal obra, o líder religioso manifesta de forma explícita um comportamento preconceituoso para com as demais crenças religiosas, principalmente as de matriz afro-brasileiras. Traçando-se um paralelo entre o supracitado e a submissão ao poder autoritário, torna-se possível a compreensão da seguinte notícia:

O babalorixá Érico Lustosa (foto) está acusando um grupo de evangélicos de tentar invadir no domingo (15) à noite um terreiro de matriz africana e afro-brasileira no Varadouro, em Olinda, na Grande Recife (PE) [...] “Eles [os evangélicos] gritavam ‘sai daí, Satanás’, e forçaram o portão”, disse Lustosa. “Foi aí que me coloquei em frente ao portão e meu filho começou a gravar”. A polícia está investigando, mas ainda não foram apontados os responsáveis pela intolerância. Os evangélicos seriam da Igreja Universal do Reino de Deus (PAULOPES, 18 jul. 2012).

Ora, nada mais natural que os fiéis de tal denominação religiosa manifestem esse tipo de comportamento, pois são constantemente bombardeados por elementos preconceituosos impregnados no discurso institucional religioso.

Ideologicamente, infere-se que o bispo Edir Macedo estrutura a espinha dorsal de sua pregação entorno de certo etnocentrismo. Para o sacerdote, as demais religiões caracterizam-se como primitivas, decrépitas, fetichistas e demoníacas, ou seja, crenças inferiores ao neopentecostalismo. Segundo Chauí (2008), a ideologia burguesa caracteriza-se pela conversão das ideias da classe dominante em ideias preponderantes para todas as esferas sociais. Interligando os fatos, a Igreja Universal do Reino de Deus, instituição visivelmente ligada ao sistema capitalista imperante, impõe sua teologia como única forma de adoração ao criador. Através disso, a IURD fomenta uma cruzada “antipagãos” impondo sua ideologia religiosa como única fé verdadeira.

Outra particularidade que emerge do submundo oratório da Igreja Universal do Reino de Deus, explicitamente palpável nas assertivas teológicas, constitui-se na correlação entre problemas sócio-psico-fisiológicos e possessões espirituais. Tal associação manifesta-se de maneira esplendorosa na seguinte fala de Edir Macedo:

Um casal sincero, inteligente, empresário, um profissional da área jurídica, ele me procurou e disse assim: bispo, nós nos amamos, nos amamos mesmos. Tanto é que quando nos separamos, nós sentimos uma falta um do outro, ligamos, enfim, mas quando estamos juntos não podemos ter uma casa. [...] Mas, não podíamos unir os nossos objetos, porque toda hora era briga, qualquer coisa havia demanda. Dito e feito, quando nós oramos e impomos as mãos na cabeça deles, então, o espírito familiar, o espírito que causa demandas, manifestou, e depois de ser arrancado, então, mudaram de vida (Edir Macedo).

Segundo Ávila (2009), na teologia da IURD, o demônio é o causador de todas as aflições da vida do fiel e da sociedade. Visto isso, essa instituição sacroempresarial apresenta um leve hábito de denominar seus demônios, nomenclaturas, em parte, relacionadas a entidades cultuadas nas religiões afro-brasileiras. Para a Igreja Universal os exus, pombagiras e orixás são a origem dos males e problemas que afetam os fiéis no seu cotidiano. Por conseguinte, os pais e mães-de-santo são agentes do mal ou “Pais e Mães-de-Encosto”.

A “Guerra Santa” anunciada pela IURD dissemina-se através de discursos e pregações dos líderes religiosos. Esses sacerdotes atribuem aos sistemas religiosos de matriz africana todo o mal contido na personificação do Diabo Cristão, seja em seus cultos, programas de rádio e/ou televisivos (ÁVILA, 2009).

Fomentando um *talk show* demoníaco, a Igreja Universal leva os fiéis ao êxtase da extrema unção. Os líderes religiosos proferindo a palavra de Deus curam enfermos, conjuram demônios, transformam homossexuais em heterossexuais, sanam dívidas, abençoam objetos e ressuscitam os mortos.

Nessa conjuntura, a IURD acabou por criar uma relação de intensa troca de símbolos e inversão de seus conteúdos originais, o que denota certa plasticidade da instituição que assimila elementos de outras religiões compondo uma nova oratória (ÁVILA, 2009). Não nega a existência semelhante ao inimigo, portanto, colocando-se numa posição que a assemelha às religiões afro-brasileiras.

Exemplos dessa antropofagia religiosa não faltam na ritualística iurdiana: Sessão do Descarrego, correntes, uso de perfumes, fitinha vermelha, rosas amarelas, sal grosso, entre outras coisas, que são imitadas das religiões afro-brasileiras (ÁVILA, 2009).

Para enfrentar essa cruzada iconoclasta neopentecostal, as instituições religiosas de matriz afro-brasileiras vêm buscando maior representatividade no cenário político, na mídia, no judiciário e junto à sociedade civil (ÁVILA, 2009). Ou seja, a tática que tem sido aplicada por aquele grupo religioso, não é a violência, a invasão de igrejas da IURD, mas a tentativa de executar a mesma tática do inimigo, política e mídia.

Em suma, a intolerância a outras formas de religiosidade aparece ora implícita, ora explícita no discurso institucional religioso da Igreja Universal do Reino de Deus. O bispo Edir Macedo caracteriza as demais religiões como primitivas, fetichistas, satânicas, extremamente inferiores ao neopentecostalismo iurdiano. Por meio dos fatos, os líderes da Igreja Universal calcam sua teologia na mais extrema intolerância, bem como pregam o preconceito e a violência banalizada.

Considerações finais

Por fim, através da análise dos dados, pôde-se constatar que há relação entre o discurso institucionalizado da Igreja Universal do Reino de Deus e determinados elementos de violência na contemporaneidade. Sob a luz da teoria crítica da sociedade, a presente pesquisa expôs os dados coletados a um vasto arcabouço científico-literário interligado à corrente teórica supracitada. Visto isso, tal fato possibilitou o entendimento da gênese do movimento neopentecostal no Brasil, bem como sua interligação teológico-institucional à propagação de determinados elementos de violência na contemporaneidade. Afirma-se que não somente a religião é responsável pela propagação dessa lógica social perversa, mas, sim, todas as instâncias imersas nesse sistema sócio-decadente.

A pesquisa valeu-se de dois documentos audiovisuais, onde a temática família despontava como elemento central das pregações. Primeiramente, dentro do material analisado, a família aparece como algo natural, obra máxima do sumo

criador. A todo o momento, o discurso institucional iurdiano faz apologia ao modelo de união conjugal nuclear burguês. Por conseguinte, as outras formas de conjuntura familiar são caracterizadas como inexistentes, ou seja, párias que devem ser alvos de preconceito.

Além de preconceituoso, o discurso iurdiano é altamente contraditório; ao mesmo tempo em que concebem a família como algo natural, os sacerdotes dessa instituição religiosa responsabilizam a sociedade pela desagregação da mesma.

Adiante, a IURD encontra-se intimamente ligada à disseminação da ideologia burguesa, visto que sua ritualística baseia-se na tão professada “Teologia da Prosperidade”, cuja gênese centra-se na sociedade estadunidense, máxima expressão do sistema capitalista. Com tal ideologia em mãos, os bispos destroçam a família, reduzindo-a a mera ligação monetária.

Nessa jogatina de templo e mercado, a Igreja Universal faz uso de mecanismos de identificação para levar os fiéis a aderirem ao subjugo iurdiano. Nos cultos, um sofredor profissional cede seu relato e a equipe de pastores propõe uma bagatela de ideias para dar fim a aflitiva. Os fiéis ao assistirem a esses espetáculos religiosos sabem que nunca alcançaram as ideias professadas pelos sacerdotes, porém se identificam com as assertivas, mesmo sabendo que são impossíveis, não deixam de apoiar a fábrica de fantasias.

Ademais, o discurso iurdiano abriga uma irracionalidade lapidar. Ao delimitar os papéis familiares, essa pregação religiosa impregna-se de um machismo arcaico e ardidoso, concebendo a mulher uma posição decrépita e de extrema submissão à figura masculina, ainda que disfarçada com uma ilusão de independência, principalmente pela inserção no mercado de trabalho.

No que tange a intolerância a outras formas de religiosidade, a IURD promove um verdadeiro ataque as religiões não neopentecostais, principalmente as de matriz afro-brasileiras. Em suas pregações, Edir Macedo mune-se de uma posição etnocêntrica, unificando as demais vertentes religiosas sob a alcunha de “bruxaria”. Para o leigo teológico, a influência dessa assertiva fomenta uma concepção altamente preconceituosa acerca das religiões não neopentecostais, fenômeno esse corroborado pelas constantes agressões de fiéis iurdianos a membros das mais variadas denominações religiosas.

Outro elemento que emerge da decrépita oratória da Igreja Universal constitui-se na constante associação entre problemas sócio-psicológicos e possessões demoníacas. Segundo a IURD, os demônios são os causadores de todas as aflições cotidianas, além disso, os mesmos estão intimamente ligados às entidades cultuadas nas religiões afro-brasileiras.

Fomentando um *talk show* demoníaco, a IURD leva os fiéis ao êxtase do extremo preconceito. Os sacerdotes armados com a palavra de Deus transformam homossexuais em heterossexuais, sanam dívidas, convertem os incrédulos e expulsam demônios.

Com um discurso altamente midiaticizado, a IURD bombardeia os lares brasileiros, ressaltando os benefícios da adesão a sua ascese religiosa. O fiel é levado a acreditar que sua vida dos fiéis, moldando, até, a sexualidade dos mesmos. Os líderes dessa instituição professam que a heterossexualidade é a única forma de expressão sexual abençoada por Deus, enquadrando as demais formas, principalmente a homossexualidade, a um estado de possessão demoníaca.

O discurso iurdiano, basicamente, gira em torno da prosperidade. Segundo os sacerdotes, os crentes devem possuir e desfrutar dos bens mundanos, a pobreza é um sinônimo da ausência divina. Ao abandonar a ascese cristã tradicional, a Igreja Universal fomentou uma conformação ao sistema sócio-opressor, capitalismo. Para tal instituição religiosa, o dinheiro é o símbolo mor da prosperidade terrena, sumo responsável pela felicidade conjugal.

Através das chagas sociais reforçadas e ampliadas pelo sistema capitalista, a IURD opera uma lógica perversa de inclusão. A Igreja Universal chama os excluídos para si, porém só serão salvos aqueles que conseguirem vencer as tentações demoníacas: bruxaria, homossexualismo, luxúria. Logo, combatendo a exclusão fomenta-se uma lógica maligna de inclusão.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. (org.). **Temas básicos da sociologia**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora CULTRIX LTDA, 1978.

ALVES, A. A.; HIEDA, M. F. Intolerância Religiosa a Umbanda: a perseguição da Igreja Universal do Reino de Deus aos Umbandistas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. III, n. 9, p. 01-08, jan/2011.

ÁVILA, C. A. de. **Na Interface entre Religião e Política**: origem e práticas da congregação em defesa das religiões afro-brasileiras (CEDRAB/RS). 2009. 161p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

Babalorixá Acusa Evangélicos de Tentarem Invadir Terreiro. Paulopes, 18 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.paulopes.com.br/2012/07/evangelicos-sao-acusados-de-intolerancia-religiosa.html#ixzz2U9F4ZTfH>. Acessado em: 09 de novembro de 2014.

BOWKER, D.; EDWARDS, D. L. Cristianismo. In: BOWKER, J. (Orgs). **O Livro de Ouro das Religiões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.

CARONE, I. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In: CODO, W.; LANE, S. T. M. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHAUÍ, M. Histórico do Termo. In: CHAUÍ, M. O que é Ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2008. CROCHÍK, J. L. T. W. Adorno e a Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, v. 2, n. 20, p. 297-305, 2008.

CROCHÍK, J. L. O Conceito de Preconceito. In: CROCHÍK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011a.

CROCHÍK, J. L. Os Desafios Atuais do Estudo da Subjetividade na Psicologia. In: CROCHÍK, J. L. **Teoria crítica da sociedade e psicologia: alguns ensaios**. São Paulo: 2011b.

DALGALARRONDO, P. **Religião, Psicopatologia e Saúde Mental**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002. 192 p.

ENGELS, F.; MARX, K. **Manifesto Comunista**. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 1998. 254 p.

FREUD, S. O Futuro de uma Ilusão. In: FREUD, S. **O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

GUIMARÃES, N. M. L. **A Possibilidade de uma Transformação Social em Horkheimer: Da Teoria Crítica à Crítica da Razão Instrumental**. 2011. 130p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf. Acessado em: 10 de jun. de 2016.

JODELET, D. Os Processos Psicossociais da Exclusão. In: SAWAIA, B. (Org). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

LEMONS, C.; TAVOLARO, D. **O Bispo: A História Revelada de Edir Macedo**. São Paulo: Larousse, 2007. 215 p.

MACEDO, E. **Orixás, Caboclos e Guias Deuses ou Demônios**. Rio de Janeiro: Universal, 16ª edição, 1993.

MOLON, S. I. Culto dos Excluídos. In: NAMURA, M. R.; SAWAIA, B. B. (Orgs). **Dialética exclusão/inclusão reflexões metodológicas e relatos de pesquisa na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 2002.

NUNES, A. P. G. **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA NA MÍDIA NEOPENTECOSTAL**: uma análise da Folha Universal. 2011. p. 22. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Mídia, Informação e Cultura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: CODO, W.; LANE, S. T. M. (Orgs). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SAFFIOTTI, Helieth I.B. **Violência de Gênero**: o lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas Sociais, n° 2, PUC/SP, 1997, pp.59-79.

SANTOS, A. M. V. **Sofrimento Psíquico e Neopentecostalismo – A Identidade Religiosa e a Cura na Sociedade do Consumo e do Espetáculo**. 2006. p. 121. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia) – Programa de Pós-Graduação do EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – Do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, P. F. da. **O Neopentecostalismo e a Ideologia da Racionalidade Tecnológica**: a instrumentalização da religião. 2002. p. 174. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 335 p.

ARTIGO

**DIFUSÃO DO MOVIMENTO NEOPENTECOSTAL EM
RORAIMA A PARTIR DE UMA ANÁLISE DA IGREJA
EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS**

Introdução

A conjuntura política brasileira do último quartil do século XX desencadeou uma série de modificações nos planos educacional, de segurança, social, econômico e, entre outros, o religioso. A redemocratização política engendrou um novo cenário religioso quanto à ampliação do raio de ação de igrejas de diversas matrizes religiosas, que se intensificou, em detrimento de certa perda de fieis por parte da Igreja Católica.

A religião insere-se nos estudos da geografia a partir de 1970, na primavera da nova geografia cultural e temas religiosos tomam espaço nas discussões da geografia e da geopolítica, elencando uma lógica híbrida na expansão das religiões: intra e internacional. inserção de novos templos religiosos, alterando a paisagem dessas regiões e desencadeando, a partir de dinâmicas exógenas, dinâmicas endógenas e intra-estaduais na sociedade roraimense.

Nas discussões sobre a difusão do movimento pentecostal percebe-se a pujança de seu crescimento no Brasil. Neste contexto insere-se a observância de tal fenômeno na conjuntura local, a saber, na cidade de Boa Vista-RR, considerando a relevância do papel da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Roraima enquanto maior denominação evangélica pentecostal do Brasil.

Em tal perspectiva o presente estudo de natureza empírica possui sua problemática refletida no seguinte questionamento: como se caracteriza a difusão do movimento neopentecostal em Roraima a partir de uma análise da Igreja Evangélica Assembleia de Deus na cidade de Boa Vista?

Em tal perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo compreender como se caracteriza a difusão do movimento neopentecostal em Roraima a partir de uma

* Discente Mestrado em Geografia - UFRR. E-mail: jemimapascoal1@gmail.com

** Docente Mestrado em Geografia - UFRR.

análise da Igreja Evangélica Assembleia de Deus na cidade de Boa Vista, elencando o processo de territorialização do movimento neopentecostal, o processo geo-história da difusão da AD no Brasil e o processo de territorialização da igreja a partir das missões originárias em Roraima a partir do núcleo Belém e difusão na cidade de Boa Vista.

Referencial teórico: conceitos

Geografia e religião são duas práticas sociais que encontram convergência por meio da dimensão espacial. “O homem sempre fez geografia, mesmo que não o soubesse ou que não reconhecesse formalmente uma disciplina denominada geografia. A religião, por outro lado, sempre foi parte integrante da vida do homem, como se fosse uma necessidade sua para entender a vida” (ROSENDAHL, 1995, p. 45), sendo a geografia aquela que analisa o espaço, ao passo que a religião ocorre nesse, enquanto fenômeno cultural, espaço.

As principais crenças religiosas, suas origens, difusão e os sistemas de crenças que afetam a interação homem-ambiente já foram objeto de análise de geógrafos. Entre as três grandes religiões universais encontram-se o Islamismo, o Budismo e o Cristianismo, o qual se espalhou por todos os continentes.

A mensagem de Cristo teve sua maior difusão auxiliada pelo Império Romano, onde foi adotado como religião do estado pelo Imperador Constantino, convertido no ano de 337. A partir de Roma espalhou-se ao longo das rotas de comércio do mundo romano. A difusão do cristianismo através do império romano é um exemplo de difusão hierárquica. O movimento dos primeiros missionários cristãos para as grandes cidades e o centro do Império Romano foi despedido por conversões e difusão para áreas vizinhas (ROSENDAHL, 1995, p. 48).

A respeito da difusão de redes da religião observa-se que no caso do cristianismo essa difusão viabilizou estabilidade política por meio da comunicação que teve como elemento favorável o uso de uma língua (o grego falado pelos povos na parte oriental do império e o latim nas demais áreas), além da proteção das rotas de comércio.

Elenca-se a difusão espacial das religiões como componente para a geografia. Na análise de Sopher a respeito das formas de disseminação da mensagem de fé de modo que as religiões propagaram a mensagem e condicionamento de símbolos, através da conversão de novos adeptos partindo de seu local de origem, fenômeno

de importante análise quanto à ação missionária, por vezes desencadeada de modo não pacífico, fenômeno que resulta em:

[...] migração natural de pessoas que transmitem sua cultura e a migração de sistemas religiosos resultam em adaptações ou integrações de religiões a um determinado ambiente estranho, que pode alcançar um equilíbrio ou desenvolver mecanismos de conquista [...] (ROSENDAHL, 1995, p. 48).

Essa migração ressignifica-se por seu caráter de peregrinação, caracterizada pela demonstração de fé e periodicidade regular, que envolve o tempo e o espaço. Neste ínterim encontra-se a análise de identificação de fixos (lugares sagrados, templos) e fluxos (a peregrinação). Tal modelo é característico de todas as religiões universalizantes, em diferentes conjunturas culturais. Tal peregrinação relaciona-se ainda a ações de apropriações de certos segmentos espaciais, a qual

[...] associa-se ao controle de fato, efetivo, por vez legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço [...], apropriação pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas realizadas por parte de grupos definidos segundo a renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos (CORRÊA, 1994, p. 251).

A estruturação da religião enquanto instituição fundamenta-se na estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas, o que amplia muitas vezes o controle sobre territórios. Entende-se como territorialidade “o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território” (ROSENDAHL, 1995, p. 56). Sob o prisma geográfico enxergam-se os padrões espaciais enquanto reflexão das expressões materiais e simbólicas de grupos religiosos em sua territorialidade, variadas conjunturas sociais.

Um aspecto determinante no processo de territorialização realizado pelos missionários peregrinos relaciona-se ao perfil da religião. Sopher (1967) classifica as religiões, enquanto fenômeno cultural, em dois grupos: religiões étnicas e religiões universalizantes.

Por um lado, a primeira classificação, religiões étnicas, associa-se a um grupo específico de pessoas que geralmente estão ligadas a um lugar específico. Nesse aspecto observa-se que tal modelo não tem a característica de expansão, no sentido de superação de fronteiras, o que gera um caráter territorial mais estático, de limitação ao espaço de origem. Por outro lado as religiões universalizantes valem-se da crença de que sua mensagem e sua doutrina tratam da vida e das relações com deus

ou deuses de maneira apropriada para todas as pessoas, o que torna imperativo a propagação da mensagem.

Desta maneira, as religiões universalizantes, ao contrário das étnicas, romperam seus laços com um lugar específico de origem e propagam sua mensagem, podendo ser exemplificadas pelo Cristianismo, o Islamismo e o Budismo, as quais a partir de seus lugares de origem difundiram-se largamente pelo mundo.

Ainda segundo o estudo de Sopher, um dado lugar pode ser usado como um território em um tempo e no outro não mais. O autor aponta modelos geográficos de interação entre os sistemas religiosos e o comportamento estratégico adotado por minorias religiosas dentro de domínios religiosos maiores, elencando a mistura de comunidades religiosas em áreas de transição.

Assim, a territorialidade desses sistemas religiosos pode advir de três tipos comportamentais, os quais são produto de uma longa experiência histórica e que subsistem na memória das comunidades abarcadas, ainda quando a fé e a prática religiosa estejam diminuindo.

O primeiro sistema, coexistência pacífica, associa-se ao equilíbrio acompanhado por sentimento de respeito, indiferença ou antipatia entre os grupos religiosos pertencentes a tal sociedade. Caracteriza-se pela viabilização, às pessoas, de filiação religiosa pluralista, englobando práticas, rituais, cerimônias em templos de diferentes sistemas religiosos, permitindo o sincretismo razoavelmente uniforme ao longo de todo território cultural. Demonstra uma pluralidade harmoniosa, a partir dos condicionantes do Estado secular.

No segundo sistema, instabilidade e competição, observa-se a conversão por contato e atividade missionária presente profundamente. Movimentos missionários surgem esporadicamente entre os segmentos de uma sociedade simples estabelecendo um primeiro contato entre o sistema universalizante e a religião étnica.

O último sistema, intolerância e exclusão, agrega o comportamento exclusivista das religiões antigas como o judaísmo, cristianismo e islamismo, reivindicando a posse única da verdade religiosa, tendo algumas vezes provocado reação hostil entre os adeptos dos sistemas religiosos orientais. Caracteriza-se pelo uso da pressão política para destruir outros sistemas religiosos através da conquista e da extensão de controles, que induziram à conversão. A distinção religiosa, enquanto importante elemento de diferenciação cultural, por vezes tornase a raiz de conflitos dentro de Estados que buscam uma identidade nacional.

Partindo à análise do pentecostalismo, sobretudo o brasileiro, pode-se estabelecer uma relação entre religião, território e territorialidade. Observa-se que no pen-

tecostalismo a territorialidade é informal e fugaz, não se limitando a uma estrutura territorial formal e perene. As discussões a respeito da temática religiosa alavancaram sobremaneira no cenário acadêmico. Como um elemento marcando marcante e inerente à cultura da sociedade pósmoderna, sobretudo a brasileira, em razão da maneira fragmentária e moderna da difusão de inúmeras crenças, dentre as quais se destaca o pentecostalismo protestante enquanto protagonista de maior dinamismo e força de difusão nacional e internacionalmente.

As igrejas pentecostais são igrejas cristãs protestantes que, segundo as escrituras bíblicas, em especial os livros canônicos (livros escritos pelo Espírito Santo Convenção de Avaliação Bíblica), que acreditam no batismo com o Espírito Santo, sendo comprovado com evidências como manifestação de línguas estranhas (não usais no cotidiano social) e outros dons espirituais.

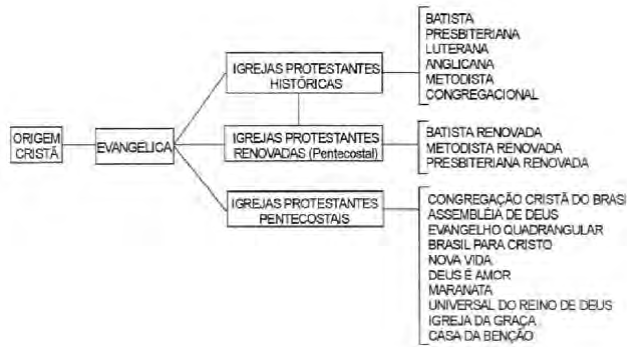
No Brasil o pentecostalismo surge nas primeiras décadas do século XX e atinge maior dimensão na década de 1980.

[...] vieses explicativos da força de difusão do pentecostalismo brasileiro encontra-se na apropriação espacial, isto é, na territorialidade desenvolvida por este movimento. [...] o pentecostalismo possui e coloca em prática estratégias de difusão que abarcam nitidamente a dimensão espacial. [...] tais estratégias [...] realizam uma específica forma espacial de controle social, essencialmente dinâmica (MACHADO, 1997, p. 37).

Os protestantes evangélicos estão organizados em três grandes grupos: o Protestante Histórico, o Protestante Histórico Renovado e o Protestante Pentecostal, os quais agregam várias denominações eclesiais (igrejas) que conservam determinadas especificidades quanto às crenças e práticas religiosas.

As primeiras denominações Pentecostais que surgiram no Brasil foram a Congregação Cristã do Brasil e Assembleia de Deus. A Congregação Cristã nasce da cisão de evangélicos presbiterianos em 1911, no bairro do Brás/ São Paulo, e Assembleia de Deus resulta da dissidência de evangélicos Batistas, em 1911, em Belém do Pará. [...] a partir de 1960 ocorre a intensificação de uma atomização das igrejas pentecostais (MACHADO, 1997, p. 38).

Figura 1: Igrejas evangélicas - classificação



Fonte: MACHADO (1997).

A estrutura organizacional pentecostal compõe-se de suas bases e dispositivos de expansão, suas instituições de poder e seus agentes religiosos, que se apresenta hierarquicamente rígida (estrutura de governo legal hierárquico que descreve uma linha vertical onde os pontos mais baixos e intermediários são executores de diretrizes e orientações dos mais altos) descentralizada e flexível, simultaneamente, que dependem do esforço individual de cada crente (MACHADO, 1997).

Tal estrutura organizacional se dá de forma descentralizada e tal descentralização é a mola que impulsiona todo ciclo de reprodução, abrangendo organismos supralocal (pode possuir alcance nacional ou regional) templos-sede (igrejas-mãe para atender e monitorar os templos filiados, os salões e os grupos de nucleação), igrejas filiais, salões e ponto de pregação, conforme explicitado na figura a seguir.

[...] a reprodução Pentecostal se dá de forma descentralizada e a administração se faz em processo contínuo. [...] a estratégia de expansão se reproduz por uma rede de ação - estabelecida pelos crentes que pode ser identificada pela apropriação espacial que esse movimento religioso realiza. Essa apropriação espacial nada mais é que sua territorialidade (MACHADO, 1997, p. 41).

Entendida, à luz da geografia, como territorialidade humana, forma de comportamento social, a territorialidade é também uma estratégia de afeto, influência e controle social, possuindo íntima relação com o uso da “terra” por uma determinada sociedade e sua organização no espaço e no tempo. Entende-se que a territorialidade é um elemento geográfico de relevante centralidade para compreensão da relação íntima da sociedade e do espaço (SACK, 1986).

A territorialidade comporta a ação de intencionalidade de indivíduos ou grupos de produzir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, por meio da demarcação e defesa de uma determinada área geográfica. Essa área é entendida como território, o qual é uma área delimitada como área de influência e controle e caracteriza-se pela possibilidade de criar-produzir um lugar, visto que um lugar pode ter o caráter de um território em dada circunstância e não sê-lo mais noutra.

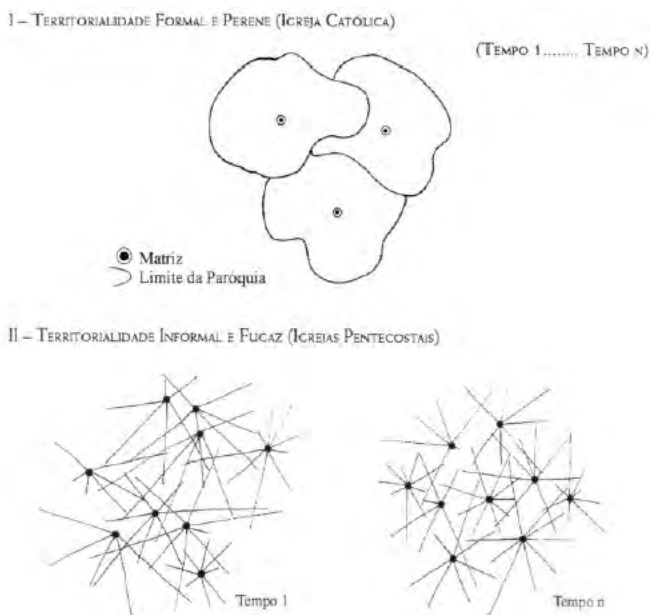
As igrejas pentecostais configuram-se, na maior parte do espaço urbano brasileiro, como o grupo de maior influência geográfica, porém é composto por uma grande variedade de denominações. A rede territorial formada por tais igrejas é tecida de acordo com a ação desempenhada por cada crente, com papel essencial na difusão e materialização da crença, tendo como característica marcante o estabelecimento de novos templos para ampliação da rede.

[...] a mobilidade relativa do Movimento Pentecostal pode ser vista como uma forma estratégica de concorrência entre denominações, isto é, como uma forma de disputar espaço e fiéis. Com o aumento do número de igrejas pentecostais é facilmente observadas a disputa que as eliminações estabelecem entre si pela mesma área de atuação realizando cultos e atividades religiosas em horários análogos. [...] pode se inferir que implantar novos templos é uma estratégia de reprodução de que as denominações Pentecostais muito se têm utilizado (MACHADO, 1997, p. 45).

A ação de espacialização das igrejas pentecostais tem estratégia marcada por sua peculiaridade, em razão de sua dinamicidade, incisão e descentralização, o que permite sua difusão com maior facilidade. Tal estratégia espacial aponta para um tipo de território e territorialidade essencialmente informal e transitório.

Em uma relação análoga entre o padrão de territorialidade da Igreja Católica e das igrejas pentecostais estabelecido por Machado (1997), pode-se observar uma diferenciação nas lógicas de espacialização, conforme a figura a seguir.

Figura 2: Padrão de territorialização Igreja Católica e Igrejas Pentecostais



Fonte: MACHADO (1997).

Observa-se que a Igreja Católica apresenta uma tendência de não apresentar mudanças no tempo e no espaço em sua área de atuação, uma lógica inversamente seguida pelas igrejas pentecostais, as quais mudando temporal e espacialmente, alcançando uma difusão de modo bastante significativo. Tal movimento religioso tem e alarga uma específica forma espacial de controle social essencialmente dinâmica, a qual se caracteriza por seu caráter transitório e efêmero.

História da Assembleia de Deus em Roraima

Com o crescimento da obra missionária iniciada pelos missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren na instituição da Assembleia de Deus em Belém PA em 1910. O evangelho se propagou por várias partes do Brasil com a doutrina do batismo no Espírito Santo e dos dons espirituais. O missionário Cordolino Teixeira Bastos e a sua família (oriundos do Ceará) foram para Belém PA. Onde conheceram a doutrina do pentecoste convivendo com os missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Em 1915 o missionário migrou à região de Rio Branco (atual Estado de Roraima) especificamente fixando-se na Vila do Carmo (atual Boa Vista), onde começou a pregar a doutrina do batismo com Espírito Santo e por não ser compreendido pelas Igrejas da época foi orientado a sair de Boa Vista, fixando residência na Fazenda Altamira, na Ilha de Maracá.

[...] continuou pregando o evangelho e realizou o primeiro batismo em águas no igarapé Sangrador afluente do rio Uraricuera. Em 1937, aos 77 anos, o irmão Cordolino Teixeira Bastos morre, ficando a Igreja durante 9 anos sendo dirigida por seus membros, os quais se reuniam nos lares (ADRORAIMA, 2016, s/p).

Assumindo a igreja em 1946, o primeiro presidente da IEAD-RR, pastor Quirino Pereira Peres, teve como missão organizar e consolidar os trabalhos organizando e estruturando a igreja a partir da união dos primeiros crentes aos que chegavam de outros estados, os quais “congregavam em um templo de Taipa coberto com palha de Inajá, à luz de carboreto” (ADRORAIMA, 2016, s/p). Na década seguinte, em 1948, foi adquirida a personalidade jurídica sob o título: Estatuto da Igreja Assembleia de Deus.

Figura 3: Templo de taipa da IEAD-RR na década de 1940



Fonte: ADRORAIMA (2016).

No período de exercício do segundo presidente, pastor Benjamim Matias Fernandes, foi construído o segundo Templo, em alvenaria. Em 1953 assume o terceiro Presidente, Pastor Joviniano Rodrigues Lobato, que finalizou a construção do Templo, inaugurado em abril de 1954.

Figura 4: Segundo Templo da IAD-RR em construção (1950-1952)



Fonte: ADRORAIMA (2016).

O quarto presidente, pastor Samuel Bezerra Cavalcante, assumiu em 1955 prestando assistência aos trabalhos localizados na colônia agrícola Fernando Costa (atual Mucajá) e no município de Caracarái fazendo o mesmo trabalho. O pastor Otoniel Alves de Alencar, em 1957 assumiu a presidência como o quinto presidente, intensificando os trabalhos em Boa Vista, Mucajá e Caracarái.

Figura 5: Terceiro Templo da IAD-RR



Fonte: ADRORAIMA (2016).

Em 1962 assume o sexto presidente, pastor Elizeu Feitoza de Alencar, fez missões entre os índios e solidificou o trabalho no Cantá e comunidade do Taiano, se-

guido pelo sétimo presidente, que assumiu em 1965, pastor José Guedes dos Santos, que abriu trabalho no Bonfim, Vila do Uailan, na Serra do Sol.

Figura 6: Terceiro Templo da IAD-RR



Fonte: ADRORAIMA (2016).

O oitavo presidente, pastor Manoel Antônio Batista, que assumiu em 1967, construiu congregações nos bairros de Aparecida, Liberdade e Treze de Setembro, enviou missionários para abrir trabalho na Serra do Tepequém e nos municípios de Alto Alegre, Normandia, São Luís do Anauá, São João da Baliza, vila do Taiano, nas comunidades da Maloca do Araçá e Serra da Moça. Em 1983 assumiu a presidência o pastor Fernando Granjeiro de Menezes, nono presidente,

criou a Secretaria de Missões (SEMAD), implantou o projeto missionário na África, Venezuela, Peru e em algumas comunidades indígenas, comprou os barcos Mensageiro da Paz I e II afim de atender as comunidades do Baixo Rio Branco; criou o Programa de Rádio denominado “Boas Novas” e manteve o programa “Voz da Assembleia de Deus”. Implantou 81 congregações nesse Estado (ADRORAIMA, 2016, s/p.).

Após o falecimento de Granjeiro em 1997, assume o décimo presidente, pastor Geraldo Franscico dos Santos, seguido pelo atual presidente, que assumiu em 1998 Pr. Isamar Pessoa Ramalho, o qual construiu um dos maiores templos da região norte, teve o crescimento de 81 para 460 templos padronizados, com estruturas em alvenaria, e aproximadamente de 8 mil para 56 mil membros.

Figura 7: Atual templo sede da AD-RR



Fonte: ADRORAIMA (2016).

Ações sociais

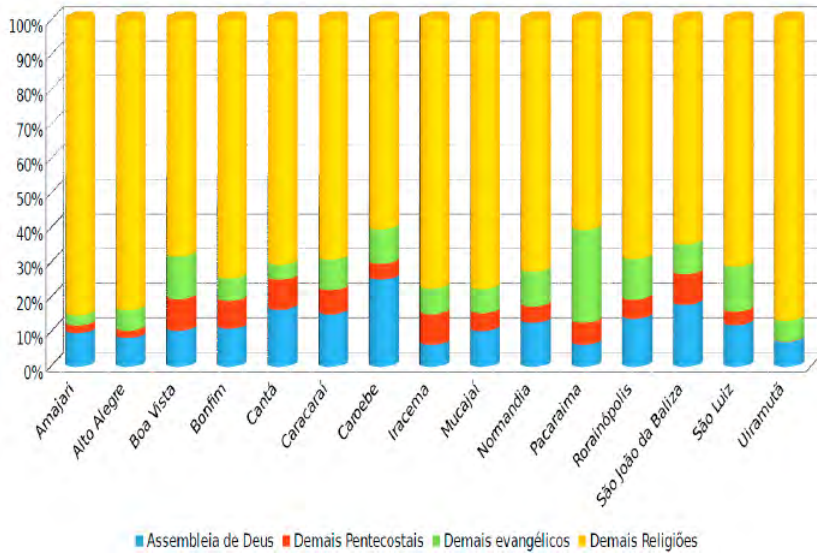
A Igreja Evangélica Assembleia de Deus desenvolve diversas ações no âmbito social, educacional, político e espiritual, dentre as quais se destacam projetos sociais, como Minha casa, uma bênção (Construções de casas aos membros que estejam necessitando de uma moradia e não possuem condições), Minhas mãos para Deus (Recolhimento de produtos para cesta básica, a fim de atender famílias carentes da sociedade), Baby Chá Missionário (ação voltada a adquirir produtos infantis para compor o enxoval de filhos recém nascidos dos missionários, demais membros e congregados), Serviço de ressocialização (Voltado à inclusão na sociedade de cidadãos do sistema carcerário, jovens e adolescentes infratores).

Intensificaram-se as ações de missões nacionais e internacionais (Baixo Rio Branco e em 48 comunidades indígenas, Venezuela, Guiana Inglesa, África e enviou missionários ao Panamá).

Igreja Assembleia de Deus atualmente

O estado de Roraima está entre que têm maior concentração das Igrejas evangélicas Assembleia de Deus no Brasil (IEAD). Assim como está presente em todos os estados brasileiros, a Assembleia de Deus está presente também em todos os municípios de Roraima. Entre os municípios com maior percentual de IEAD estão Cantá, Caroebe e São João da Baliza, conforme indicado no gráfico e figura a seguir.

Gráfico 1: A Assembleia de Deus em comparação às demais matrizes religiosas por município em Roraima



Fonte: Elaboração própria baseado no censo IBGE (2010).

Figura 8: Presença evangélica em Roraima



Fonte: Elaboração própria baseado no censo IBGE (2010).

Considerações finais

A igreja, em seu papel para com a sociedade, presta com gratuidade serviços de responsabilidade do Estado: ressocialização de pessoas que vivem à margem da sociedade, minimização dos índices de criminalidade, serviços assistenciais (alimentação, saúde, cidadania, segurança pública, lazer) contribuindo com a formação do indivíduo para o exercício da cidadania.

No nível nacional houve um grande fluxo expansionista de igrejas de diversas matrizes religiosas, caracterizando-se como uma das grandes mudanças ocorridas na sociedade brasileira e que impacta os planos político, econômico e social. No nível local, em Roraima, também se torna perceptível um crescimento no movimento de expansão das igrejas, sobretudo as igrejas pentecostais, igrejas cristãs protestantes que acreditam no batismo com o Espírito Santo.

Torna-se imperativo, no âmbito local, compreender o atual quadro religioso na cidade de Boa Vista no tocante à predominância das denominações pentecostais em cada município, de modo a contemplar tal quadro por meio do mapeamento das predominâncias ao longo do território municipal e o efeito de tal desdobramento a vida da sociedade.

Findando responder a tal problema de pesquisa, o estudo parte da identificação da existência de duas hipóteses. A primeira hipótese (H1) apresenta a assertiva que as características da difusão da Assembleia de Deus tende a alcançar núcleos marginais, para novos territórios. Já a segunda hipótese (H2) é sintetizada pelo argumento de que existem duas lógicas de difusão em Boa Vista: em um 1º momento: missões ao redor do núcleo central e em 2º momento quando surgiram as novas denominações. Dentro de um contexto de adensamento (novas oportunidades, criação de micro-centros urbanos, difusão não aleatória).

A conjugação da hipótese H1 e da hipótese H2 fundamentam a conformação da tese de trabalho na presente pesquisa, ao identificar que a expansão do movimento assembleiano se configura pela difusão de igrejas dentro de uma lógica integrada à missão Belém e a partir de uma lógica de fragmentação.

Referências bibliográficas

ASSEMBLEIA DE DEUS RORAIMA. **Portal da Igreja Assembleia de Deus em Roraima**. Disponível em: <http://www.adroraima.com.br/>. Acesso em 18/jun/2016.

CORRÊA, R.L. **Territorialidade e Corporação**: Um Exemplo. In: SANTOS, M., SOUZA, M.A.A. e SILVEIRA, M.L. (org.), *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>.

MACHADO, Mônica Sampaio. **A territorialidade pentecostal**: uma contribuição à dimensão territorial da religião. Departamento de Geografia – UFRJ. Espaço e Cultura – Nº 4 – julho de 1997.

ROSENDAHL, Zeny. **Geografia e religião**: uma proposta. Departamento de Geografia – UFRJ. Espaço e Cultura – Ano 1 – outubro de 1995.

SOPHER, D. E. **Geography of Religions**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1967.

ARTIGO

**O NÃO-FAMILIAR COMO FORTALECEDOR DA
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA: ESTUDO DE CASO COM
LIDERANÇA AFRO-RELIGIOSA EM SANTARÉM**

Introdução

As religiões de matriz africana, são aquelas advindas do continente africano e que tem em seu aspecto doutrinário a veneração aos Orixás, que são forças ancestrais da natureza. No Brasil, esta religião sempre foi invisibilizadas pela sociedade em geral, uma vez que a partir da colonização a única religião aceitável era a católica, esta que proibiu e demonizou os cultos aos Orixás.

Este movimento de demonização da cultura religiosa negra iniciou a produção de pré-conceitos o que acarretou a intolerância religiosa, quando o aglomerado social aceitou as ideias pré-concebidas pela religião católico-europeia e então invisibilizou, proibiu e silenciou as religiões africanas. Assim formou-se um modelo de sagrado, que como todo o contexto cultural brasileira foi advindo das manobras e formas de viver europeia.

Atualmente vem se instalando uma busca pelo sagrado a partir das religiões e formas de cultos chegados ao Brasil junto aos africanos escravizados, devido a perda deste aspecto essencial da vida humana decorrente das características da sociedade contemporânea. Perdeu-se, também aspectos da cultura africana devido estratégias utilizadas pelos colonizadores para dificultar revoltas e organizações dos escravizados. A separação dos grupos étnicos e familiares, a obrigatoriedade de aprender a língua portuguesa e utilizá-la nas relações diárias foram algumas destas estratégias. Os terreiros, ou casas de santo, sobreviveram a estas estratégias, fazendo chegar aos dias atuais a linguagem, as formas de culto e de relações íntimas e familiares mais próximas daquelas vivências dos primeiros africanos trazidos ao Brasil.

* Graduando de Psicologia do Instituto Esperança de Ensino Superior.

** Graduando de Psicologia do Instituto Esperança de Ensino Superior.

*** Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará.

As relações com o sagrado, nas tradições africanas, apresentam diferenças substanciais em relação às religiões cristãs. Dentro dos moldes de sagrado na vida cultural religiosa africana é possível identificar vários dos aspectos de influencias espirituais, pois de acordo com sua cultura, o indivíduo que possui felicidade está equilibrado com seu aspecto espiritual sagrado. A vida é considerado o valor supremo e está inteiramente imbrincada com as crenças e formas de organização social (RIBEIRO, 2005).

As funções assumidas dentro dos terreiros tem relação direta com as noções de dom, que possibilita às pessoas passarem por ritos de iniciação. O dom, segundo Goldman 2012, é aquilo que a pessoa recebe independentemente de sua vontade, mas que deve estar diretamente relacionado com a execução de rituais que passam de geração a geração através da oralidade. Estes rituais são conduzidos por pessoas iniciadas mais antigas, numa relação de ancestralidade. Nesta pesquisa, então, pretende-se conhecer como uma liderança religiosa de matriz africana representa socialmente sua doutrina.

Assim, pode-se entender as relações étnico-raciais numa concepção de vivência religiosa, sendo os terreiros os lugares por excelência que mantém, até hoje, maior proximidade com as influências dos africanos que foram trazidos ao Brasil colônia com fins de escravização. Conhecer e compreender este aspecto a partir de quem o vive diariamente e é responsável por repassá-lo para novas gerações pode ajudar a lançar novas reflexões a respeito desta parcela da população constantemente alvo de preconceitos e intolerância religiosa.

Relações étnico-raciais e religiões de matriz africana

O preconceito intolerante que cerca as religiões de matriz africana, é originado de um contexto histórico de colonização europeia no território brasileiro, que se iniciou com a chegada dos colonizadores portugueses às terras brasileiras. Como já era costume na Europa, estabeleceram o tráfico de escravos africanos no Atlântico, a fim de iniciarem o processo de produção baseado na escravidão negra. Os diversos grupos de africanos que foram trazidos para o Brasil-colônia trouxeram consigo as forças das crenças praticadas em sua cultura natal, ainda que não pudessem praticá-las como no continente africano. Foram, então, forçados a se adaptar forçadamente à religião cristã, que lhes era imposta.

Por ocasião da diáspora forçada pela escravidão, um grande contingente de iorubás foi conduzido às Américas e Caribe. No Brasil sua presença é expressiva e a cultura de Orixás,

divindades do panteão iorubá, integra o patrimônio cultural, artístico e social brasileiro, marcando profundamente com traços africanos a identidade nacional (RIBEIRO, 2005, p. 09).

Dessa forma, as religiões de matriz africana ficaram invisibilizadas e marginalizadas por décadas devido a imposição da classe religiosa predominante e dogmática. As religiões de diferentes matrizes eram desprezadas, pois tinham uma visão e forma de culto opostos daquela que o catolicismo apontava ser a mais adequada. Ainda assim, estas formas de crença têm mostrado resistência e se mantido ativas, apesar de todo o histórico de discriminações e preconceitos por que tem passado.

Em *Geografia das Religiões Africanas no Brasil*, Bastide (1971) identifica duas grandes vertentes: a que deu origem aos *candomblés* e *xangôs* e a que originou os *candomblés de caboclo* e *candomblés de angola*. No contexto urbano, influências do catolicismo e do espiritismo de Allan Kardec favoreceriam o surgimento da Umbanda. Mais recentemente se observa o surgimento de novos espaços religiosos – alguns de prática da Religião Tradicional Iorubá, trazida num novo movimento de diáspora livre e o de práticas afro-cubanas, de influência predominantemente ioruba (RIBEIRO, 2005, p. 13).

Foi com a disseminação do preconceito advindo de períodos coloniais que tem se mantido, por décadas, o silenciamento a que ainda hoje os praticantes de religiões de matriz africana são submetidos. A discriminação religiosa de cunho racial estabelece que as religiões que possuem raízes no continente africano são associadas a juízos morais negativos, fortalecendo cada vez mais a intolerância religiosa.

Norteia-se aqui a discussão com a seguinte pergunta: “Mesmo com tanta discriminação, por que as pessoas ainda procuram as religiões de matrizes africanas?” A procura pela religião de matriz africana, segundo Maués e Villacorta (2008), se mantém por três motivos: o passe, que é a procura pela limpeza espiritual; a busca por proteção; orientação religiosa. No todo, a busca dos frequentadores visa uma procura pela cura espiritual de si, dos familiares e conhecidos, em outras palavras, busca pela saúde e bem-estar.

O universo religioso é diverso. O que se destaca é a visão de mundo assumida por um indivíduo pertencente a um determinado grupo, que permite enxergar além dos limites vistos por olhos de quem não compartilha determinada crença, que abre a possibilidade de desenvolver uma visão ampla e entendimento mais bem estruturado sobre alguns aspectos da vida. Desta forma, compreende-se de forma geral o universo que, por sua vez, contém forças invisíveis e entidades (guias, mestres, orixás

e santos) que podem, de certa forma, interagir e proteger o ser sagrado (MAUÉS, VILLACORTA, 2008, p. 230-231).

Os lugares ou funções específicos nas religiões de matriz africana são ocupados por pessoas em diferentes momentos da vida e seguem em diferenças de gênero, hierarquia e função na casa. Uma das funções dentro do terreiro são, geralmente, segundo Goldman (2012, p. 280), “chamados de Ogãs ou tatas, quando do sexo masculino, e de equedes ou muzenzas, quando do sexo feminino (nas nações ketu e angola, respectivamente)”. Estes lugares em sua maioria são destinados a indivíduos que não possuem capacidade mediúmica de incorporação, são posições de responsabilidade e compromisso com a casa.

Esses cargos, funções ou dons não foram inventados apenas para receber intelectuais e brancos em geral no candomblé, mas simplesmente estendidos a eles, uma vez que já existiam há muito tempo nos terreiros. Eles recobrem atividades como o toque dos atabaques, o canto ritual, os sacrifícios, o cuidado das pessoas em transe, e assim por diante (GOLDMAN, 2012, p. 280).

Dessa forma, os ogãs e as equedes são figuras importantes no ambiente doutrinário das religiões advindas do continente africano, possuem sua forma específica de atuação no terreiro e seu lugar também específico de comando neste. Sobre essas figuras recaem os aspectos já citados e também a reponsabilidade de ser ponto referencial e de apoio para os praticantes da religião (GOLDMAN, 2012).

Independente do período histórico, social e cultural em que se vive, as religiões de matriz africana continuam sendo alvo de ataques racistas e de intolerância religiosa. O aprofundamento de conhecimentos a respeito destas questões ajuda no fortalecimento do grupo religioso e na criação de formas de resistência do povo de santo.

Filho descreveu algumas destas estratégias, devido ao fato de que as crenças compartilhadas sobre o Candomblé contribuíram para o processo de estigmatização da religião e, conseqüentemente, dos seus adeptos. Os ataques direcionados à religião, bem como o tratamento discriminatório dirigido ao povo de santo, causam diversas emoções, sensações desagradáveis e sofrimento psíquico [...]. “Os ataques e discriminações são diversificados e atingem diferentemente os indivíduos, que podem agir com indiferença aos ataques, enquanto outros podem desenvolver intensos processos depressivos” (2009 p. 62).

É relativamente nova a aproximação dos terreiros e entidades do movimento negro. Na formação política dos movimentos negros, houve uma forte influência marxista, onde a máxima, “a religião é o ópio do povo” era uma crença estruturante.

Com o passar dos tempos e com o início de mais pesquisas que gerariam conhecimento, a repressão aos terreiros passou a ser considerada uma das manifestações de discriminação racial. Essa compreensão também chegou aos terreiros, que passaram a enxergar as perseguições sofridas pelo povo de santo como nada mais que manifestações de discriminação racial (FILHO, 2009).

Como se sabe, a representação social atua de forma individual e coletiva. Que tem como objetivo interpretar e pensar sobre alguém ou algo através de algum tipo de contato, que de primeiro momento poderá ser algo familiar ou não familiar. Por isto, o contato é o processo representativo, os pensamentos são conservados e utilizados nas novas representações. Deste modo, classifica-se, categoriza-se e denomina-se procedimentos para que seja coesa com a lógica do indivíduo para que sua representação seja repassada e explicada de modo compreensível dentro do âmbito social que está inserido.

Preconceitos e intolerância contra as religiões de matriz africana: o familiar e não-familiar

Moscovici (2003, p. 54) afirma que “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade”. Tudo aquilo que é novo ou que é incomum passa a criar representações sociais, que são ideias que as pessoas cunham com objetos ou situações com as quais se envolvem.

Segundo Moscovici (2003), existem dois universos de pensamentos na sociedade contemporânea, os reificados e os consensuais. O universo reificado, é/ou universo da ciência e da política, no qual cada indivíduo tem um papel e uma importância no meio onde está localizado. O universo consensual é composto por conversações formais e relações do dia-a-dia, compartilhamentos de ideias e representações, ou seja, o senso comum. A relação dos indivíduos neste passa a criar um mundo sem identidade. Os universos consensuais são familiares, não há conflitos neles. Portanto, trata-se do lugar, mesmo que simbólico, onde as pessoas querem e desejam ficar e as crenças e interpretações são construídas e fortalecidas.

A partir desta concepção, pode-se assimilar o não-familiar através de dois processos básicos que geram as Representações Sociais. Estas, ainda no processo de preconceções, ou seja, aquilo que ainda se mostra ser não-familiar; são gerados em dois processos, denominadas de ancoragem e objetivação. Concomitante a isso e de acordo com as ideias de Moscovici pode-se, aqui, entender que as representações são geradas de indivíduo para indivíduo, isto é, através da interação social. Dentro destas

representações pode-se gerar ideias pré-estabelecidas de conceitos, que podem surgir contendo formas de intolerâncias para com outros grupos sociais. Neste ponto, pode-se lembrar das várias formas de dogmas religiosos.

A ancoragem é o processo de classificação de uma determinada situação ou objeto, posteriormente nomeada, sendo encaixada na categoria de não-familiaridade. Devido a problemática dificuldade de aceitar o estranho, este pode se tornar ameaçador no processo de não-familiarização. Após o momento em que se pode descrever algo, comunicá-lo e aferir-se à ele, é possível imaginá-lo, classificá-lo, ou seja, representá-lo (MOSCOVICI, 2012).

O segundo processo, a objetivação, é responsável pela transformação da ideia ou conceito em uma imagem, ou seja, há concretização da ideia. Essas imagens são criadas nos momentos em que é preciso representar alguma coisa para outros ou para si mesmo. A objetivação é a “qualidade icônica de uma ideia” (MOSCOVICI, 2003, p. 71). De outro modo, a ancoragem é o movimento para dentro, que classifica e dá nomes; a objetivação é o movimento para fora, que serve como aparelho para juntar ideias e imagens e concretizá-las no mundo exterior.

Vislumbrando das ideias do autor a respeito do familiar e não-familiar e também das características dos processos de objetivação e ancoragem consegue-se dar luz a eles dentro das representações culturais que podem gerar preconceitos. Como já dito, o movimento de objetivação é aquele que cria conceitos. Nesse âmbito, os pré-conceitos são formas de pensamentos criados por indivíduos e que são compartilhados e significados a nível de senso comum. Todo esse movimento ocorre na superfície individual e, posteriormente, grupal.

O processo de ancoragem ocorre novamente a nível de senso comum, mas nesse o indivíduo traz para si as ideias do grupo e as significa. Recebendo do meio externo ideias e ideais e coloca-os em prática dentro do seu campo vivencial de forma representativa. Dentro deste aglomerado de representações o sujeito também recebe particularidades que são próprias da sua cultura. A prática dessa ancoragem pode gerar preconceitos a partir de quando os grupos criam padrões e forçam de forma simbólica a tudo e a todos os envolvidos nesses padrões de prosseguir com os ideais já estabelecidos grupalmente.

Ainda nas ideias do autor e de acordo com os temas já citados, temos as representações familiares e não-familiares. O familiar é o local de conforto, o agradável, e o não-familiar é o local de estranheza, o desconhecido em essência. Todos os sujeitos possuem seus lugares de familiaridades e não-familiaridades.

Metodologia

Este trabalho apresenta um delineamento qualitativo que, de acordo com Samperi; Collado; Lucio (2013), utiliza-se de análise de informações, sem relação numérica. Nesse método é possível reorganizar e até mesmo criar perguntas que apareçam como pertinentes em todos os momentos da coleta de dados. A pesquisa literária, assim como as perguntas, também podem ser alteradas e acrescentadas no decorrer do processo da pesquisa.

Os autores chamam ainda atenção para o fato de que, muitas vezes, na pesquisa qualitativa se faz necessária a imersão do pesquisador no campo vivencial do participante. Também é importante salientar que o pesquisador deve estabelecer um problema e este pode ser modificado no decorrer da análise, caso esta ação se mostre pertinente. Assim, a pesquisa qualitativa é uma forma empírica e indutiva de se fazer investigações científicas.

A pesquisa assumiu o caráter de um estudo de caso único, e teve como objetivo conhecer as representações sociais de uma liderança de religião de matriz africana sobre a sua crença religiosa.

De acordo com Yin (2005) um estudo de caso é uma averiguação de terminado indivíduo e ambiente onde está inserido. É uma forma de pesquisa única e singular, baseia-se na boa interpretação e análise sem pontos de vista do entrevistador, alcançando todos os aspectos possíveis no âmbito da pesquisa. Ainda segundo o autor é importante ressaltar que todo o estudo deve ser fundamentado no planejamento, coleta e análise de dados. As informações foram coletadas através de entrevista semiestruturada com o Ogã do terreiro.

Em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016, toda e qualquer pesquisa com seres humano deve estar de acordo com as bases éticas e morais que foram desenvolvidas ao longo da história da humanidade. Os dados coletados devem ser apresentados sem nomeações, estando o indivíduo sobre proteção sigilosa do modelo ético. É interessante notar que todos as pessoas envolvidas em pesquisas tem seus direitos resguardados sob a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e a Declaração Interamericana de Direitos e Deveres Humanos, de 1948.

No presente trabalho, o participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – antes da realização da entrevista, sendo-lhe assegurado o direito ao sigilo e liberdade quanto a participação na pesquisa.

Foram realizadas visitas com horário marcado a casa de santo “Ilé Asé Oto Sindoyá”, localizada em Santarém – oeste do Pará, durante os momentos de atividades

religiosa. Logo após o primeiro contato, foi solicitado ao Ogã da casa, permissão para executar a pesquisa e, na oportunidade, também foi-lhe explicado os objetivos da realização do trabalho. Houve autorização verbal para realizar filmagens e fotografar as cerimônias.

Resultados

Para alcançar o objetivo do trabalho, foi estruturado de maneira flexível um questionário, que serviu de base para a entrevista com o ogã da casa de santo. Os resultados da entrevista foram descritos a partir das perguntas norteadoras que estruturaram o questionário.

Com relação a auto identificação racial e religiosa, o participante se reconhece como negro e se impõe neste lugar. Reconhece que pode ser alvo fácil de preconceitos raciais, mas tem consciência de que, ao não se afirmar, também poderá sofrer preconceito. Então, prefere se fortalecer racialmente e mostrar segurança neste lugar. Quanto a identidade religiosa, afirma que é afro religioso, mas não denomina sua crença a partir de nenhuma das denominações conhecidas. Relata que em sua casa se segue mais o candomblé, de onde se originaram as tradições no terreiro. Contudo, em alguns cultos também aparecem caboclos, motivo pelo qual prefere utilizar a denominação “religião de matriz africana”.

A sua familiaridade se ancora, portanto, nas características assumidas pelo culto a partir da vontade dos orixás ou das entidades. Independente disto, o ogã se mostra seguro diante de uma identidade racial e religiosa, apresentando argumentos orais para justifica-la.

Esta identidade é reforçada e apresentada socialmente com o uso dos adereços específicos da sua religião, sempre utilizados, pois lhe mantém conectado com a sua doutrina. Reata perceber que muitos praticantes das religiões de matriz africana não se empoderam, chegando a dizer que são praticantes de outras doutrinas religiosas a fim de não sofrerem preconceitos. Ele sabe da importância de conhecer a religião a fundo, a fim de defender-se e defende-la de violências constantes de que são alvo.

O Ogã relata que, com o passar do tempo, percebe uma grande melhora em relação ao preconceito religioso contra as religiões de matriz africana. Este sentimento decorre de sua atitude de aprofundamento da doutrina e de outros assuntos ligados às questões raciais que extrapolam a religião. Como ele tem formação em Teologia, consegue dialogar com todos os grupos de pessoas, independente de sua crença ou não crença, quando se trata de diálogos relacionadas às questões religiosas.

Ele acredita que o preconceito se fortalece a partir do não conhecimento do culto e das normas da religião. Neste ponto, percebe-se a concretização da teoria do não-familiar como mantenedor da intolerância religiosa, uma vez que as pessoas que se recusam a conhecer aquilo que não conhecem, tem mais chance de desenvolver atitudes preconceituosas e intolerantes.

Por fim, o Ogã evidenciou o carinho para com sua religião e respeito aos seus guias, seus Orixás e sua mãe de santo. A familiaridade com o lugar, as formas de culto, as pessoas que frequentam a casa, as entidades, tudo faz parte de um contexto em que o fortalecimento da identidade é possível por causa de um ambiente significado como acolhedor.

É possível observar a liderança no ogã pois este, como já dito, é responsável por várias funções dentro do terreiro. Partindo desta responsabilidade, este obtém empoderamento e comando de múltiplas atividades e até mesmo dos participantes em determinado momento do culto. Assim, se faz de extrema importância a presença do ogã, como figura masculina, e das equedes, nas responsabilidades assumidas pelas mulheres. Percebe-se, ainda, o extremo respeito e a devoção que o ogã tem para com os Orixás e seus guias.

Pode-se notar, na perspectiva do ogã quando é questionado sobre como a sua religião está situada na sociedade contemporânea, a forma como a teoria das representações sociais está presente no seu cotidiano religioso. Ele apresenta uma concepção bem explícita e consciente de como estão sendo representados diante de alguns grupos sociais, devido à falta de conhecimento e o preconceito com relação a sua religião.

Deste modo, é evidente como o processo de ancoragem e objetivação está ligado ao reconhecimento desta religião pelos grupos sociais que a desconhece e passa a representar de forma preconceituosa, pois nos primeiros momentos que lhe causam estranheza, as representações repassadas para outros destes grupos acontecem de formas negativas.

Considerações finais

Com o estudo do referencial teórico, pôde-se ter mais percepção sobre como as Representações Sociais apresentam a ideia do familiar e do não-familiar como seus elementos estruturantes. Estes conceitos estão presentes na realidade da esfera social e é possível identificá-los nas vivências da liderança de religião de matriz africana participante deste estudo.

Na entrevista, ficou evidente a estranheza de indivíduos de outros grupos sociais e religiosos, segundo a visão do ogã, quando na presença de algo não-familiar, neste caso a estranheza relacionada às religiões de matrizes africanas, quando o indivíduo que não conhece a doutrina passa a gerar preconceitos e chegar até mesmo a intolerância religiosa.

Esta estranheza dificulta a construção de uma atitude mais familiar por quem não é adepto dos cultos de matriz africana, o que impossibilita lutas e formas de enfrentamento mais eficazes contra o racismo religioso. Estes dados iniciais ajudam a compreender, na vivência deste ogã, as suas concepções sobre a forma de experienciar sua crença religiosa, e levantam questionamentos sobre as contribuições possíveis da ciência para o fortalecimento deste aspecto da identidade de lideranças religiosas.

A descrição dos processos de ancoragem e objetivação podem ajudar a facilitar a um ser social, que não esteja inserido no âmbito de uma religião de matriz africana, a passar a enxergá-la de forma ampla, podendo, assim, perceber de maneira positiva a sua sacralidade. Faz-se, ainda, necessária a quebra de paradigmas impostos pela sociedade, o que priva uma boa parcela da população brasileira do acesso a conhecimentos doutrinários relacionado a religiões de matriz africana.

Percebe-se ainda que, concepções familiares não devem ser usadas para analisar o que é incomum, ou seja, o que não é familiar. Desse modo, deve-se entender que a cultura que não é familiar tem um significado arraigado em determinados indivíduos, que pensam entender uma cultura sem nunca ter conhecido as suas reais doutrinas. Assim, o não familiar, na maioria das vezes, está sincronizado com sentimentos de aversão sucedidas do temor daquilo que não é conhecido, ou seja, familiar, o que gerará nos indivíduos mal-estar social, uma vez que tudo isso ameaça a ordem pre-estabelecida pelo seu histórico cultural. Como os cultos de matriz africana não são familiares a uma grande parcela da população, tem-se o preconceito pela sociedade em geral.

Referências bibliográficas

CABECINHAS, Rosa. Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. **Paidéia**, 2004, 14 (28), 125 -137.

DE MORAIS ZACHARIAS, José Jorge. A Psicologia e a Religião dos Orixás. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 5, n. 14, 2015.

DE OLIVEIRA, Márcio, S. B. S. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 180-186, 2004.

FILHO, Valter da Mata. **Estratégia de enfrentamento do povo de santo frente às crenças socialmente compartilhadas sobre o candomblé**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Mestrado e Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Bahia, 2009.

GOLDMAN, Marcio. O dom e a iniciação revisitados: o dado e o feito em religiões de matriz africana no Brasil. **MANA** 18(2): 269-288, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132012000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 de novembro de 2016.

MATA FILHO, V. **Estratégias de enfrentamento do povo de santo frente às crenças socialmente compartilhadas sobre o candomblé**. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. **Pajelanças e religiões africanas na Amazônia**. Belém. EDUFPA, 2008.

MELO, Juliana Rízia F; Maciel, Silvana Carneiro 2016. Representações Sociais de Dependentes Químicos. **Psicologia: ciência e profissão**, v 36 n 1,76-87 JAN/MAR 2016 p. 81-82.

MOSCOVICI, Serge; **Representações Sociais: investigações em psicologia social**; 9º ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RIBEIRO, R. I. Psicoterapia e Religiões Brasileiras de Matriz Africana. In AMATUZZI, Mauro (org.). **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo, Paulus, 2005

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, v. 8, n. 13, 2000.

VIEIRA, K. F. L; Coutinho, Maria da Penha de L.; Saraiva, Evelyn Rúbia de A. (2015). A sexualidade na velhice representações sociais de idosos frequentadores de um grupo de convivência. **Psicologia: Ciência e profissão**, JAN/MAR, v 36, n 1,196-209 p. 199-200.

YIN, Robert K.; **Estudo de caso: planejamento e métodos** – 3º ed. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

ARTIGO

OS MODOS DE EXPRESSÃO DE CRENÇAS NA TIMELINE DO FACEBOOK: UM ESTUDO VOLTADO AOS ALUNOS INDÍGENAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Introdução

Três expressões indicam de modo interdependente o caminho de reflexão brevemente percorrido por este artigo: religião, mídia e etnia. De imediato, a complexidade gerada por essa tríade não combina com tratamentos abreviados de análise. Todavia, esse é um texto-convite, um ensaio para acessar outros estágios, num momento em que os campos de estudos seguem em plena transformação. Assim ocorre com o religioso e suas alterações na geografia do sagrado, assim ocorre no processo de acelerada mudança da comunicação com as novas tecnologias. Assim também ocorre com as representações dos sujeitos sociais, enquanto produtores e consumidores de conteúdos midiáticos e religiosos, que na presente pesquisa se volta para um grupo étnico em Roraima, o estado mais indígena do Brasil, em termos proporcionais, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Geografia (IBGE).

Este artigo reflete os modos de crenças religiosas renovados pelas formas de interação das redes sociais midiáticas e seu universo de representações. Investiga-se como a internet, por meio do conteúdo elaborado na *timeline*¹ do facebook, vem atuando sobre a maneira de comunicar a religião e a religiosidade². Esse encontro é analisado pela produção ou gestão de conteúdo de seis alunas indígenas da Univer-

* Professora adjunta do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: vangela.morais@ufrr.br

** Acadêmico do curso de graduação em História da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: zecamoraes25@gmail.com

¹ Significa linha do tempo. É uma expressão conhecida entre usuário de redes sociais tais como o facebook, e que assegura a ordem das publicações nas plataformas sociais online. A timeline aparece na página inicial do facebook exibindo as últimas atualizações.

² Ambas as expressões, religião e religiosidade, convergem para o que se optou por denominar de “teor religioso”, a constituir as mensagens postadas no facebook sobre crenças, transitando pela relação entre o homem e o sagrado, a institucionalização da religião e seus sistemas religiosos reguladores, templos, igrejas, objetos, ritos, personagens, diferentes práticas religiosas, individuais e difusas.

sidade Federal de Roraima (UFRR), como possibilidade de averiguar algumas representações, além do potencial de interatividade de um grupo étnico historicamente silenciado em outras narrativas.

Esta perspectiva é um desdobramento de um estudo em desenvolvimento sobre etnicidade e mídia, vinculado à área da comunicação, mas com forte apelo interdisciplinar, e especialmente devedor de conhecimentos nas áreas da antropologia, história e ciências sociais.

Diante disso, o objetivo principal dessa abordagem é descrever e analisar os modos de expressão de crença religiosa no ciberespaço, tomando como campo de observação a *timeline* do facebook de alunas indígenas da UFRR. Intenta-se, de modo específico, compreender essa nova visibilidade da crença e suas características em decorrência da narrativa digital e, principalmente, o grau de representação que possa vir ou não em reforço a afirmação e ao revigoramento de suas identidades étnicas.

É particularmente importante observar o movimento que os sujeitos e suas crenças religiosas vem fazendo na direção do que se denomina cibercultura, o lugar virtual de expressão de pensamentos, valores, princípios humanos, marcando mudanças e transformações irrefutáveis no plano das relações sociais e culturais. As formas de expressão religiosa que aqui se limitam ao conteúdo da rede social facebook submergem com o homem contemporâneo nesse espaço-tempo desestabilizante, inundado de dados e informações. Os navegantes ingressam com suas histórias e, no caso do grupo desta pesquisa, com as marcas gerais da ancestralidade ameríndia, das tradições orais, dos processos de colonização e de evangelização cristã. Será que essas marcas se evidenciam pela fresta de acesso do conteúdo de teor religioso na internet?

Para orientar a busca dessas informações e promover uma reflexão crítica, adota-se como procedimento metodológico central a “escrita do visível”, a análise de conteúdo religioso a partir de uma pesquisa exploratória na *timeline* do facebook pessoal de seis alunas indígenas, de inspiração predominantemente cristã, todas da etnia wapichana, sendo hoje uma egressa e as demais com matrículas ativas no curso de Jornalismo da UFRR. A amostra, apesar de reduzida, configura uma pesquisa ampla pela quantidade de conteúdo geral observado no período de seis meses, de 24 de março a 24 de setembro de 2016. Apesar do caráter público dos conteúdos das postagens, a pedido de uma das integrantes do grupo seus nomes serão preservados neste estudo.

Ajustar metodologias é de certo modo transcendê-las. Como sugere o antropólogo Viveiros de Castro, a necessidade de delineamento de questões para se inserir

na pesquisa, de motivação importante e necessária, jamais poderá nos anestésiar sobre as práticas de sentido que tendem a dinamizar o planejamento e a oferecer surpresas que terão implicações no quadro analítico. É mais processo do que estado da pesquisa.

Religião, mídia e etnia

O primeiro aspecto a destacar no caminho teórico-metodológico das expressões fundantes deste estudo, o tripé religião-mídia-etnia, é o caráter incipiente das pesquisas, tendo como escopo o terreno movediço da internet, da sociedade em rede e da ecologia dos meios.

Todavia, a incipiência das pesquisas aguça a necessidade de experimentação nesse campo de mobilidades que alcança também a religião e as identidades étnicas. Trata-se de alterações típicas de fenômenos culturais que já se davam antes da internet, mas que agora são especialmente impulsionados pelas novas tecnologias e pelas possibilidades interativas de diferentes usuários-internautas, conforme sublinha Maria Immacolata Vassalo Lopes (2011, p. 409), ao sugerir que a realidade alterada tecnologicamente produz “[...] por meio das também novas mediações digitais, outros meios de ser e de estar na sociedade”.

A estratégia da mediação da tecnicidade e seus dispositivos comunicacionais que segundo o filósofo Pierre Lévy (2009) asseguram como diferencial essa interação de “muitos para muitos”, é um campo aberto para a virtualização do saber, para a produção de conteúdo em todas as direções. Trata-se do enredamento humano num tecido aberto e interativo, renovando permanentemente os sentidos. Logo, podemos dizer que a religião e a religiosidade que se expressam em diferentes formatos na *timeline* do facebook são formas virtuais de manifestar pertencimentos, comportamentos, princípios, atitudes, práticas interativas que se configuram como dimensão do real.

Para Danièle Hervieu-Léger (2005), o que se fala de crise das instituições religiosas, por já não terem a força inclusiva de outros tempos, é paradoxalmente o lugar de recomposição de práticas e crenças. A autora se refere a uma busca de um religioso em todos os domínios da experiência humana. Entende-se livremente que essa visão sobre as crenças contemporâneas, por mais que não tenha sido cimentada sob o cenário das mídias digitais, é bem recepcionada pelas características da internet e das redes sociais, como um lugar onde as crenças podem ser atualizadas instantane-

amente, não se limitando aos indicadores formais de pertença religiosa, produzindo outras conexões, num processo desenfreado de desterritorialização.

Mas as mensagens que se proliferam nas redes sociais são, por excelência, diversificadas. Isto, contraditoriamente significa que a erosão do crer e a institucionalização do religioso podem, por meio desses processamentos digitais elementares, se recompor, exatamente pelas múltiplas possibilidades de apropriação das informações, dentro e fora do ciberespaço.

Esse movimento indica um estado de permanências, crises e transformações sobre a paisagem religiosa e seus reflexos midiáticos. Especificamente acerca das tendências das instituições religiosas na sociedade moderna e sua dinâmica de transmissão, Hervieu-Léger complementa:

Não há religião sem que seja invocada, como fundamento do ato de crer, a autoridade de uma tradição. A sociedade mesmo que inscrita no imediatismo da modernidade não renuncia a preservar um fio mínimo de continuidade. Continuidade não significa imutabilidade. Em todas as sociedades as continuidades asseguram-se sempre na e pela mudança. Não há transmissão sem que haja crise de transição. (HERVIEU-LÉGER, 2005, p.66)

O agenciamento do crer na rede social facebook pode reverberar essas questões, na medida em que há receptividade propícia a uma pluralidade de perspectivas que pode ir do pertencimento religioso mais tradicional e institucionalizado às práticas religiosas inscritas em lógicas de empréstimos e reempregos, híbridas, livres, fluidas e dispersas.

O historiador Roger Chartier (2003), a partir de pensamentos sobre a escrita e suas possibilidades de significação, promove abertura a uma série de temas na esfera das ciências humanas e sociais, fomentando as noções de distinção e apropriação.

Desse modo, as representações sobre religião e religiosidades em contexto étnico e midiático estão ligadas a um vasto conjunto de práticas culturais que estimula os sentidos e que, no caso estudado, são tornados públicos nas redes sociais, por uma relação entre “autores, textos e leitores”, suas maneiras de ler e protocolos inscritos nos textos. As práticas e representações evidenciam uma história das diferenças, das identidades e relações sociais.

Os indicadores dessa escrita (Chartier, 2003) que podem ser associados à produção de conteúdos no facebook guardam a pluralidade das significações a partir da potencial diversidade de recepção e interação com as mensagens, processo que tende a produzir algo novo. Distinções e apropriações são parte de um mesmo pro-

cesso que desconstrói a perspectiva de uma mera reprodução na recepção dos mais variados conteúdos.

Se os conteúdos postados (de teor religioso) são expressões de práticas culturais, de bens simbólicos que se constituem dentro e fora do ciberespaço, é oportuno lembrar que as diferentes elaborações “[...] são sempre objeto de lutas que têm por risco sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou, ao contrário, sua desqualificação)” (Chartier, 2011, p. 153).

A menção às tensões no processo de construção do sentido religioso e de religiosidade podem auxiliar na compreensão de lógicas específicas para os usos desses enfoques na ampla e difusa rede social, a partir da retração, da exposição aberta, da pluralidade de empregos e processos criativos.

De modo mais específico, a participação de indígenas na internet, para expressão de suas crenças em uma rede social como o facebook, leva-nos a refletir narrativas a partir da relação entre tradição e crenças indígenas e tradições cristãs. Tem-se posta a oportunidade de acionar distinções e apropriações, ciente da necessidade de evitar dicotomias e o apelo em pensar as representações dessas crenças como algo a ser apreendido de maneira imediata e transparente pelos dispositivos dados a ver em suas *timelines*, estando apenas indicadas.

A mídia ou os sistemas interligados de comunicação se inserem como estratégia global dinamizadora das identidades culturais, movimentando uma série de informações, hábitos e crenças. Os grupos étnicos, baseado no conceito de identidade em Hall não são fechados e estáticos. A identidade “[...] permanece sempre incompleta, está sempre em ‘processo’, sempre ‘sendo formada’” (Hall, 2005: 38).

A noção de etnicidade imediatamente evocada pelas circunstâncias dos sujeitos da pesquisa mantém essa perspectiva relacional que já vem se manifestando pela complexidade das concepções centrais. Nessa direção, etnicidade consiste “[...] em inventariar o repertório das identidades disponíveis em uma situação pluriétnica dada e descrever o campo da saliência dessas identidades nas diversas situações de contato” (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 117).

As crenças na timeline e o tratamento dos dados

Para situar os conteúdos de teor religioso postados no facebook do grupo de alunas indígenas da UFRR foram realizadas algumas classificações em formas de tabelas, em seis perspectivas de abordagem das mensagens, que auxiliam na compreensão dos dados.

Tabela 1: Postagens de teor religioso

| Autores | Postagem geral | Postagem de teor religioso | Porcentagem (%) |
|----------------|-----------------------|-----------------------------------|------------------------|
| (A) | 233 | 48 | 20,6 |
| (B) | 93 | 8 | 8,60 |
| (C) | 287 | 21 | 7,31 |
| (D) | 314 | 18 | 5,73 |
| (E) | 43 | 1 | 2,32 |
| (F) | 0 | 0 | 0 |

Fonte: própria.

O levantamento indica que há, entre o grupo de alunas indígenas da Universidade Federal de Roraima, via de regra, uma ampla utilização do facebook para a elaboração de conteúdo em geral. O uso da rede social também se aplica para expressar suas crenças, todas de características cristãs, mesmo que esse processo não ocorra de forma frequente, forte e incisiva. Quem mais publicou no período da pesquisa, elaborou ou geriu pouco mais de 20% de conteúdo de teor religioso em sua *timeline*, durante seis meses. Todavia, esse espaço virtual é uma importante janela para observar as diferenças no modo de lidar com a crença e de sua publicidade na relação com os amigos na sociedade contemporânea.

A opção em constar a participação de (F) no quadro da pesquisa, mesmo com resultados zerados, se faz pela necessidade de evidenciar que um outro modo de consumo de informações (sobre crenças) no facebook pode se dar unicamente pela observação, sem acionar outras potencialidades oferecidas pela rede, mas assegurando o seu lugar, a sua inclusão no ciberespaço. A *timeline* de (F), no período da pesquisa, é construída somente por compartilhamentos de seus amigos e sua marcação, não havendo conteúdo de teor religioso, constituindo-se apenas enquanto devir, ou seja, enquanto possibilidade de atualização do virtual.

Tabela 2: Mensagens mais destacadas nas postagens de teor religioso

| Mensagem | Quantidade |
|-------------------------------|-------------------|
| Prédica (persuasiva) | 32 |
| Prece | 25 |
| Ritual | 14 |
| Outras | 11 |
| Citação bíblica e de louvores | 10 |
| Gratidão | 6 |
| Tradição indígena | 3 |

Fonte: própria.

A classificação das mensagens em torno de um sentido próximo ou comum foi orientada segundo o conteúdo elaborado ou reproduzido pelo grupo pesquisado. Todavia, as categorias não se encerram em si, havendo algumas vezes conteúdos que transbordam o sentido em direção a outra categoria, constituindo-se apenas um esforço em identificar tendências de significação.

A prédica (persuasiva) destaca-se como mensagens diretas, de certeza fortemente estabelecida na intenção de qualificar a crença. São textos majoritariamente oriundos de duas alunas irmãs, evangélicas, pertencentes à igreja Assembleia de Deus e participantes da União de Mocidade das Assembleias de Deus em Roraima (Umad RR). Dentre as mensagens, estão: “Olhe e veja que Deus está olhando por você ele te ama tanto que deu a vida por você”. “[...] não fomos comprado com prata e nem ouro, fomos comprado com sangue que foi derramado na cruz do calvário[...]” “Fale o que for, mas creio nesse Deus pois é maravilhoso e sua misericórdia é grande”.

As preces também são recorrentes. Constituída por súplicas, pedidos e orações, as preces estão presentes nas postagens de pertencimento religioso institucional, mas se destacam, sobretudo, nas mensagens constituídas pela experiência e o cotidiano individual. Algo semelhante ao que ocorre com as mensagens de gratidão, apesar desta não ter sido uma chave de sentidos tão presente quanto as preces. O gesto de tornar público o agradecimento divino ficou na penúltima posição no ranking das categorias.

O que se entende por ritual religioso, apesar da expressão ter um sentido amplo, associa-se nesta pesquisa às mensagens que expressam formas de participar de cerimônias ou práticas consagradas e reguladas por instituições religiosas, presentes nos gestos das comunidades de fé e das igrejas. 14 (quatorze) postagens evocaram, principalmente, a participação das alunas indígenas em cultos evangélicos e missas,

a exemplo: “Leituras do Evangelho feitas na língua Macuxi e Wapichana. De longe, acompanhamos e sentimos essa palavra que só nos fortalece e nos encoraja para continuar uma caminhada de gerações”. “Com eles no culto de ação de graças de 1 ano do Ministério Internacional Tabernáculo da Família no Truaru”.

Na categoria “outras” há uma pluralidade de aspectos que guardam ligeira referência ao religioso, de modo bastante fragmentado, tais como clichês e lugares comuns, a exemplo da expressão “Só Jesus na causa”, bem como jogos e testes que proliferam no facebbok, tais como “O que Deus falou quando você nasceu?”, desa-bafos que associam determinadas figuras ao demônio, e demais do gênero.

As citações bíblicas e de louvores configuram um dos recursos que perpassa as demais categorias em reforço ao ensinamento religioso pela música de adoração e pela palavra, propagando expressões e refrãos que tendem a se popularizar no espaço virtual. Nesses casos são mais comuns o uso de hashtags, palavras-chave bastante utilizadas nas redes sociais, antecedida pelo símbolo #, conhecido popularmente no Brasil por jogo da velha. O objetivo do uso das hashtags é indexar conteúdos para criar uma interação mais dinâmica com outros usuários da rede social interessados no assunto. Algumas das publicações observadas demonstram o esforço em apropriarem-se desse recurso. Exemplos: # vamos aos campos #me enche do teu espirito santo #ide é nossa missão.

Apenas 3 (três) de um total de 96 (noventa e seis) postagens de teor religioso indicaram sentidos associados às crenças tradicionais indígenas da região, em alusões à necessidade de defumação para combater mau-olhado, bem como o uso de dança e manipulação de símbolos característicos (feixe de varas e cocar) integrados a ritual católico (missa). Essas três referências são exclusivamente originadas de uma mesma pessoa.

Tabela 3: Temáticas destacadas de teor religioso e interações

| Autores | Temática | Curti | Amei | Haha | Uau | Triste | Grr | Comentário |
|----------------|-----------------|--------------|-------------|-------------|------------|---------------|------------|-------------------|
| (A) | Culto | 125 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| (B) | Prece | 103 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 |
| (C) | Culto | 86 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| (D) | Prece | 81 | 3 | 0 | 2 | 0 | 0 | 9 |
| (E) | Gratidão | 76 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| (F) | - | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: própria.

Esta tabela põe no centro da observação e análise o grau de interatividade proporcionado pelas redes sociais. Para tanto, foi selecionada de cada participante da pesquisa a postagem/tema de maior popularidade. No facebook, esta interatividade se manifesta por meio dos compartilhamentos (ausentes na amostra de conteúdo religioso desta tabela), dos comentários e de um conjunto de seis reações: além do botão “curtir” foram acrescidos “amei”, e os emojis “haha” (correspondente a rir), “uau” (correspondente a se impressionar), “triste” e “Grr” (correspondente a se irritar).

Conforme Pierre Lévy (2009), a interatividade é a propriedade de reapropriação e de recombinação material da mensagem por seu receptor. Numa perspectiva não-linear, o receptor potencialmente é um emissor de novos conteúdos, além do que, como destaca Lopes:

[...] não se trata simplesmente do envio de mensagens através de máquinas ou do trânsito de códigos em nível global, mas também da penetração em mundos simulados e da criação de ambientes virtuais, da criação de outras narrativas. Além disso, a relação entre indivíduo e a máquina não ocorre de modo único e particular, mas em uma interação comunitária, em rede. Os indivíduos interagem, influenciam-se reciprocamente, negociam no marco dessas redes. (LOPES, 2011, p. 411)

Por essa negociação, a pesquisa demonstra a positividade das mensagens de teor religioso pelo grupo de interagentes e amigos do facebook, sendo acionados apenas três botões referentes aos que curtiram, amaram e se surpreenderam com o conteúdo. As mensagens destacadas têm um ganho pelo uso de fotografias das produtoras de conteúdo, sempre numa perspectiva de apresentação de uma situação pessoal e, no caso das preces, com forte apelo pela saúde de alguém da família ou amigos. Também no que se refere aos comentários, o que se observa é o uso de um repertório léxico de aprovação, todavia, de modo muito frequente, sem ir diretamente ao conteúdo religioso, ficando as expressões na órbita do elogio a aparência física da produtora de conteúdo e o enaltecimento de suas qualidades. “Parabéns, tá linda!” “linda.arrasou”.

Tabela 4: Postagens de vinculação religiosa institucional

| Autores | Teor religioso | Vínculo institucional | Porcentagem (%) |
|----------------|-----------------------|------------------------------|------------------------|
| (A) | 48 | 12 | 25 |
| (B) | 18 | 4 | 22,22 |
| (C) | 21 | 3 | 14,28 |
| (D) | 8 | 0 | 0 |
| (E) | 1 | 0 | 0 |
| (F) | 0 | 0 | 0 |

Fonte: própria.

Esta demonstração se volta a verificar nas postagens o movimento de manifestação das crenças de acordo com a exibição de experiências mais focadas sobre a pertença numa instituição religiosa e as experiências diluídas no que Danièle Hervieu-Léger chamou de “crer sem pertencer”. Os índices praticamente repartem a amostra, de tal modo que três das alunas indígenas (duas evangélicas e outra católica) publicam mensagens que as inserem em algum momento num cenário religioso institucional, sendo que as demais, com exceção de (F) trazem um sentido religioso em formas de arranjos de fé, diluídos no cotidiano, desinstalados dos templos e dos ritos tradicionais. Nesse caso, têm-se como alguns exemplos, o lamento sobre a morte de pessoa próxima e o pedido de consolação a Deus; o desejo de bênçãos divinas para aniversariantes e o reconhecimento do filho como presente de Deus.

Tabela 5: Forma de apresentação das postagens

| Autores | Texto | Imagem | Vídeo | Combinado |
|----------------|--------------|---------------|--------------|------------------|
| (A) | 11 | 8 | 0 | 29 |
| (C) | 1 | 0 | 0 | 20 |
| (D) | 7 | 0 | 0 | 11 |
| (B) | 3 | 0 | 0 | 5 |
| (D) | 0 | 0 | 0 | 1 |
| (E) | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: própria.

O facebook possui vários formatos de apresentação de conteúdo. Textos, imagens, links e vídeos são as principais ferramentas utilizadas na *timeline* dos usuários para a manifestação de atitudes, situações e posicionamentos na rede. A pesquisa constata que as alunas indígenas, no recorte de teor religioso, se utilizam bastante

da combinação desses mecanismos, evidenciam o caráter imagético e pictórico na publicização dos seus conteúdos.

Tabela 6: Origem das postagens de teor religioso

| Autores | Própria | Reprodução | Combinado |
|----------------|----------------|-------------------|------------------|
| (A) | 36 | 7 | 5 |
| (C) | 10 | 4 | 7 |
| (D) | 15 | 0 | 3 |
| (B) | 7 | 0 | 1 |
| (E) | 1 | 0 | 0 |
| (F) | 0 | 0 | 0 |

Fonte: própria.

Há uma ênfase autoral na origem das postagens de teor religioso. Essa perspectiva se amplia quando somadas as postagens de origem combinada, ou seja, mescladas por conteúdo autoral e conteúdo reproduzido, a exemplo de textos das alunas indígenas que reforçam o conteúdo exposto por uma imagem-mensagem reproduzida. Essa observação vai ao encontro das capacidades ampliadas pela cibercultura de se promover distinção e de apropriação de “textos” ou “novos protocolos de leitura, conforme Chartier (2011), na medida da expressão de suas práticas culturais, de modo mais dirigido, do seu lugar social e religioso.

Considerações finais

Diante do exposto, algumas indicações passam a ser sucintamente refletidas com o intuito de condensar as ideias principais provocadas pela observação-análise das mensagens de teor religioso no facebook do grupo de alunas wapichana da Universidade Federal de Roraima.

O primeiro aspecto diz respeito à necessidade de considerar as fronteiras virtuais da internet como campo de produção de conhecimento sobre religião e religiosidade. A cibercultura é o encontro entre a técnica e os sentidos fomentados na co-existência dos sujeitos em suas relações, portanto, a religião e a religiosidade que tomam assento cultural importante nessas relações têm nos processos virtuais de midiaticização um desafio de inserção e de compreensão sobre esse novo espaço e o novo ser religioso.

O segundo aspecto de característica fundante da presente proposta é identificar os modos de expressão de crença do grupo de alunas indígenas na *timeline* da rede social facebook, onde se destaca, de modo geral, que:

A utilização moderada das postagens de teor religioso no universo das mensagens exibidas durante os seis meses de produção de conteúdo, tende a indicar um uso cauteloso desse espaço de visibilidade aberto e indiferenciado, com a probabilidade de reverberações pela produção de sentidos imprevisíveis. Sugere um processo gradual em que a religiosidade, esfera de uma moral privada, se ensaia publicamente e de forma nunca antes tão expansiva.

O perfil de cariz mais persuasivo na exposição de vínculos religiosos institucionais vem de mensagens postadas pelas alunas evangélicas que, de modo mais explícito, exercitam os ensinamentos cristãos e expõem seus pertencimentos. Nota-se, com isso, o movimento de migração de valores e princípios para o mundo virtual cimentados em outras formas de socialização e de formação religiosa, tais como a própria comunidade de fé, a orientação de pastores e da família, tomando como missão a evangelização.

As referências e influências das relações externas ao ciberespaço, sublinhadas as suas especificidades, alcançam todas as outras produtoras de conteúdo da pesquisa e diz respeito à própria condição relacional do homem em trazer para os “lugares” que habita as suas inscrições culturais. Todavia, há que se estabelecer distinções e apropriações sobre a forma de expressar as crenças.

A autora das postagens de vinculação católica preserva um estilo de mensagem mais contido, condicionado a uma situação de celebração religiosa ou a vínculos da crença como estratégia mais humana de construção do mundo, transitando quase sempre entre a comunidade de fé e a comunidade étnica a que pertence, uma informação assimilável pelos laços estabelecidos entre a diocese de Roraima e a principal entidade de representação indígena, o Conselho Indígena de Roraima que agrega a ampla maioria das etnias no estado. As demais alunas compõem um perfil de mensagens bricoladas, diluindo fronteiras institucionais, numa menção religiosa dispersa, calcada sobre a experiência individual.

Assim, essa breve pesquisa ao buscar ordenar algumas representações que se dão a ver pelas postagens no facebook, destaca como um dos aspectos principais a tímida e concentrada referência às tradições e crenças indígenas nessa vitrine virtual. As poucas postagens oriundas de uma mesma pessoa que tenderia a ser um marcador relacional de etnicidade, assinalam, de um lado, o processo de desvalorização e desqualificação cultural sofrida pelas diferentes etnias indígenas no Brasil. Todavia,

visto de outro modo, o constar dessas referências também pode ser tomado como um sinal de revigoramento dos povos indígenas ao buscarem usufruir das potencialidades discursivas e interativas das novas tecnologias da comunicação.

Pode-se dizer que a observação das expressões de crença aponta para três direções: a diminuta, mas importante evidência de marcas étnicas em alguns conteúdos; o uso comum de matriz simbólica atravessada por processos e mensagens individualizantes de teor religioso; e as postagens movidas pelas concepções mais tradicionais de vinculação institucional religiosa e cristã, destacadas pela firmeza das produtoras de conteúdo em provocar maior visibilidade.

Ademais, a complementariedade dessas questões exige um tratamento qualitativo e mais aprofundado, por meio da escuta e interpretação dos sujeitos da pesquisa; uma nova empreitada a dar lugar aos desdobramentos que mais claramente identifiquem o desempenho das mensagens de caráter religioso na rede social facebook.

Referências bibliográficas

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1984.

CHARTIER, Roger. **Formas e Sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Touro. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Portugal: Gradiva Publicações, 2005.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Uma agenda metodológica presente para a pesquisa de recepção na América Latina. In: JACKS, Nilda (Org). **Análisis de recepción en América Latina**: um recuento histórico com perspectivas al futuro. Quito: Ciespal, 2011.

MARTINO, L.M.S. **Mídia e Poder simbólico em um ensaio sobre comunicação e campo religioso**. São Paulo: Paulus, 2003.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Traduzido por: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SPADARO, A. **Ciberteologia - pensar o cristianismo nos tempos da rede**. São Paulo: Paulinas, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. *Mana*, vol.8, n.1, Rio de Janeiro, p. 113-148, abri. 2002. Disponível em: <<http://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/9643.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2009.

ARTIGO

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE RELIGIÕES DE MATRIZ
AFRICANA A PARTIR DE SEUS ADEPTOS: ESTUDO
EXPLORATÓRIO**

Introdução

As religiões de matriz africana têm sido, cada vez com mais frequência, lugares que despertam o interesse acadêmico, sob pontos de vistas de diferentes campos do saber. A Psicologia tem estudado estes espaços tendo como base teorias diversas, que ajudam a olhar sob múltiplas perspectivas para as vivências das pessoas que os frequentam. A pesquisa buscou estudar como os adeptos de uma religião de matriz africana se representam socialmente e também como constataam que a sociedade os enxerga.

A Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici (1978/1984) permite a compreensão destas formas de vivência de crenças. Esta teoria pode ser compreendida como uma “modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978 citado por BÓAS, 2010, p. 380). Estes conhecimentos particulares são experienciados em aspectos específicos da vida cotidiana, como as formas de crença, que, por sua vez, são reapropriadas nos contextos socioculturais e históricos em que a vida de um determinado grupo se desenvolve. As formas de vida cotidiana são reguladas e se reinventam a partir de regras tácitas. Estas visam estabelecer valores e normas daquele grupo específico a partir de processos de aprendizagem informal, o que mantém viva e dinâmica as formas de relações estabelecidas por e naquele grupo (BÓAS, 2010).

Guareschi (2000), trata os fenômenos sociais como elementos da realidade, tomados como objeto de investigação, o que possibilita compreender a Teoria das Representações sociais como um questionamento atual destes mesmos fenômenos.

* Discente do Curso de Psicologia do Instituto Esperança de Ensino Superior.

** Discente do Curso de Psicologia do Instituto Esperança de Ensino Superior.

*** Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará.

Torna-se possível, assim, delimitar e ampliar, com clareza, a sua compreensão enquanto construtos socialmente compartilhados de representações sociais de grupos específicos. Assim, as representações sociais são modos de conhecimento que surgem e se legitimam na comunicação interpessoal cotidiana, e tem como objetivo compreender e controlar algum aspecto da realidade social.

Costa (2014) afirma que estudar religião é extremamente necessário para se entender a análise das formas como cada indivíduo interage com seu meio, tanto individual, quanto grupal. A religião que se faz presente nos indivíduos diz muito sobre suas formas centrais de representações pois, a cada vez que o indivíduo interage com as crenças pertencentes às suas práticas religiosas, este provavelmente passará a agir sob elas.

Partindo de um pressuposto atualizado e trazendo à tona a realidade cultural do Brasil, pode-se evidenciar que as religiões de matrizes africanas são elementos indispensáveis para o fortalecimento e reconhecimento da real identidade étnico-racial dos seus praticantes. A identidade nacional no âmbito cultural foi moldada a partir de perspectivas europeias e católicas, estas que se tornaram símbolo de poder e status, garantindo lugares de privilégio a quem segue esta crença. A partir desta construção que proibiu e tem perseguido, até hoje, o culto a qualquer forma de religião que não fosse a adotada pelos colonizadores europeus, tornam-se mais visíveis os processos de representações sociais que trazem um imaginário preconceituoso gerado pelos pontos de vistas da religião católica e de seus conceitos aplicados a partir da época da colonização.

Com o passar dos tempos e movidos pelas mudanças sociais que ocorriam em suas épocas, as religiões africanas começaram a construção de um espaço socialmente aceito e útil para a realização de seus princípios doutrinários. Bastide (1971) diz que uma das táticas que se desenvolveu desde a colonização foi o sincretismo religioso, que englobava a simbologia africana dentro dos santos e das práticas católicas. Além do sincretismo, outra forma encontrada pela população oriunda da África e seus descendentes de vivenciar suas crenças religiosas foi a reconstituição, neste novo e desconhecido lugar, de uma

comunidade aldeã à qual estava ligada e, como não conseguiu, lançou mão de outros meios; secretou de algum modo, como um animal vivo, sua própria concha; suscitou grupos originais, ao mesmo tempo semelhantes e, todavia diversos dos agrupamentos africanos. O espírito não pode viver fora da matéria e, se esta lhe falta, ele faz uma nova (BASTIDE, 1971, 32).

As religiões de matriz africana se concretizaram como lugares, mesmo que simbólicos, de práticas de resistência contra o preconceito e a discriminação racial, desde o período da escravidão até a atualidade. O sincretismo entre os santos católicos e as entidades sagradas de origem africana são a forma mais visível de mostrar esta resistência. O povo negro, junto aos simpatizantes do culto, não satisfeitos com o movimento que vinha se dando de silenciamento de sua religião, procuraram acelerar as formas de enfrentamento a invisibilidade gerada pelo controle da sociedade cristã da época, como a igreja católica e o estado.

Partindo das ideias de Prandi (1996), a cultura religiosa negra é uma forma eficaz e capaz de trazer de volta a identidade perdida com o tráfico transatlântico, a partir das vivências rituais nas casas de santo, construídas em âmbito familiar.

Por mais que se queira e tente, de acordo com Goldman (2012), jamais se conseguirá entender por completo as doutrinas religiosas africanas, uma vez a sociedade continue a impor seus juízos de valores e a reduzir seus princípios teológicos a necessidade de falar em uma cultura advinda dos escravos e da colonização negra, assim se faz necessário um olhar com aspecto totalizador, e ainda mais, se faz necessário um olhar sem pontos de vista e com um ambiente fértil e receptivo ao novo, ao mais velho e profundo das religiões de matrizes africanas.

As representações sociais possuem vários meios, métodos e lugares para se aplicar estudos. De acordo com as ideias de Spink (1993) o pesquisador pode encontrar várias dualidades em suas análises, da mesma forma como existe em outros campos do saber, como na física o conceito de hipotônico e isotônico. São ambientes diferenciais, ideias duplas e representações múltiplas. Trata-se de buscar, compendiar e analisar os processos mentais de cada um aceitando suas estruturas de representações individuais.

Teoria das representações sociais

A teoria das Representações Sociais foi sugerida por Serge Moscovici em 1961, a partir das suas análises sobre a representação social da psicanálise. Todos os costumes, regras, normas, entre outros padrões sociais, são formas de representação, pois são conhecimentos culturais compartilhados ao nível do senso comum entre grupos e indivíduos que estão inseridos em determinado contexto social (MOSCOVICI, 1961).

“Todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. Na realidade, é isso que as caracteriza” (MOS-

COVICI, 1961, p.40). Sendo assim, qualquer contato, seja verbal ou não verbal, é um tipo de representação social, pois cada indivíduo carrega consigo uma determinada representação que o caracteriza. Portanto, ao estabelecer relações, há uma troca de significações das representações de cada pessoa e toda essa significação carrega consigo a bagagem de experiências e vivências culturais, que por sua vez, carregam a existência do ser em sociedade.

Podemos afirmar que o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações (MOSCOVICI 1961, p.40).

Dessa forma, é a partir dos aspectos do local onde o indivíduo está inserido que se absorve os conhecimentos para agregar a sua subjetividade. É nessa criação da personalidade que se cristalizam os conceitos e os pré-conceitos sociais. Formas essas que se tornam algumas vezes irredutíveis e inquestionáveis por outras configurações sociais. Concomitante as ideias de Moscovici, começamos aqui a perceber a possibilidade da geração de discriminações fundadas nos conceitos padronizados.

As representações sociais nada mais são do que fenômenos ou contemplação destes por parte dos seres humanos, a fim de oferecer uma explicação para sua existência. A visão das pessoas que põem em prática aquilo que é gerado para que as representem é uma forma de exprimir a sua maneira de ver o mundo e os seus fenômenos. Parte-se de uma finalidade de encontrar o sentido das coisas que circundam o indivíduo, além de resolver problemas centrais e algumas frustrações do seus estados da mente. A exemplo destas e novamente pautados nas ideias de Serge Moscovici (1961) as representações podem ser descritas como pensamentos, palavras e ações que perpetuam toda uma cultura.

As representações grupais e com características plurais são, para determinados grupos, como leis máximas e, às vezes, até mesmo sagradas. Não podem, em sua maioria, serem quebradas e/ou até mesmo contestadas ou modificadas. A exemplo disso tem-se as doutrinas religiosas, que costumam produzir normas e regras próprias, não sendo aceitos questionamentos de outros indivíduos de fora deste grupo religioso sobre suas crenças. Aqui, percebe-se a capacidade de absorção dos conceitos coletivos (MOSCOVICI, 1961).

A partir da leitura de Moscovici (1961), pode-se compreender os preconceitos como a forma que determinada pessoa tem de se resguardar do desconhecido. PEREIRA et al. (2011) lembra sobre a influência que as representações possuem a nível de senso comum sobre o campo vivencial de grupos sociais adversos, aqui fala-se em geração de representação pré-conceitual. Pois ainda segundo o autor as preconceções que cada grupo em si tem de outro grupo são eliciadoras das tensões entre comunidades e até mesmo entre culturas.

Quando o indivíduo absorve conceitos coletivos e os recebe como verdades absolutas, pode estar se inserindo em um movimento de padrões rígidos e corretos para o grupo social do qual faz parte. Habitualmente, as religiões tendem a proporcionar uma série de regras que são interiorizadas pelos seus praticantes, e, uma vez interiorizadas, pode se iniciar um ciclo de auto proteção.

Também habitualmente algumas religiões tendem a se colocar no lugar de detentoras da verdade e daquilo que é correto, preconizando determinados modelos de formas de viver em sociedade e, assim, não aceitando formas de crença que possuem ideias avessas às já estabelecidas por seu grupo de crença. Esse movimento dá início à geração de preconceitos e embates entre religiões diferentes. Uma das religiões que mais sofrem por esse movimento no Brasil são as religiões de matriz africana.

As representações sociais que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre tem tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer em proporção direta com a heterogeneidade e a flutuação dos sistemas unificadores – as ciências, religiões e ideologias oficiais – e com as mudanças que elas devem sofrer para penetrar a vida cotidiana e se tornar uma realidade comum. Os meios de comunicação de massa aceleram essa tendência, multiplicaram tais mudanças e aumentaram a necessidade de um elo entre, de uma parte, nossas ciências, crenças gerais puramente abstratas e, de outra parte, nossas atividades concretas como indivíduos sociais. (MOSCOVICI, 1961, p.48).

Comunicação social é a base de explanação do presente artigo como forma de explicar e expressar o real pensamento e a vivência da cultura afro religiosa a partir de seus praticantes, a fim de compreender as representações desta religião em suas vidas. Estudar as representações de religiões de matriz africana a partir de seus adeptos, é explanar um conceito ainda incompreendido na mente da maioria de indivíduos com vivências religiosas diferentes desta. Esse estudo é necessário para a inclusão dos adeptos desta religião de forma respeitosa na sociedade, sendo

importante entender que há diferentes fenômenos em outras culturas e que além de conhecê-los é preciso respeitá-los como realidade singular do outro.

Religiões de matriz africana e a psicologia

As religiões de matriz africana chegaram ao Brasil junto com os grupos de africanas/os escravizadas/os a partir da colonização portuguesa, quando nos porões dos navios, além dos aprisionados, vieram também suas tradições culturais e formas próprias de vivências religiosas. Estas foram, desde então, reconfiguradas em território brasileiro, de acordo com as características deste novo lugar. Com o passar do tempo, estas práticas têm sido repassadas oralmente para as pessoas iniciadas nos terreiros. Apesar de o clamor religioso do povo africano ter sido silenciado pelos colonizadores portugueses desde a época da escravidão, percebe-se a vivência atual dentro das casas de axé como formas de enfrentamento às práticas racistas, manifestadas através de intolerância religiosa.

No âmbito cultural e histórico do desenvolvimento da sociedade brasileira, se tornou proibido o uso de quaisquer outras formas de devoção a deuses, entidades ou devas da natureza que não a cristã. As/os africanas/os escravizadas/os, em uma busca constante de praticar suas crenças e formas de espiritualidade, começaram, então, a desenvolver estratégias de enfrentamentos silenciosas contra as diversas formas de controle social da época, produzindo assim o sincretismo religioso, que nada mais é do que a devoção às imagens católicas, que passaram a simbolizar os orixás. Nesse domínio, a cultura religiosa africana pôde resistir aos choques gerados pela escravidão e pelo controle racial colonizador.

As religiões de matriz africana são fundamentadas a partir de tradições orais, ou seja, aquela que é contada oralmente de geração para geração e desenvolvida entre elas e outras pessoas que se sintam convidados a participar do culto. Na contemporaneidade, cada vez mais as tradições estão sendo fortalecidas e afirmadas pelos adeptos do culto. Dentro das práticas religiosas, uma das representações mais fortes e perceptíveis é o respeito hierárquico e o respeito para com a natureza e os orixás.

Apesar de se ter, a nível social, várias ideias distorcidas a respeito da espiritualidade das religiões de matriz africana, estas possuem aspectos doutrinários que são bem próximos a de outras formas de cultos religiosos. São doutrinas monoteístas, assim como a religião católica, que apresenta seus santos. As de matrizes africanas apresentam e cultuam seus orixás que são não mais que forças elementais da natureza. Assim, tem-se como seu deus Olorum e seus santos os demais orixás.

De acordo com Vitor (2008), atualmente estão sendo cultuados no Brasil dezesseis orixás, sendo eles: Exu, Ogum, Ossain, Iansã ou Oyá, Oxum, Obá, Euá, Iemanjá, Xangô, Oxumaré, Logun Edé, Obaluaê ou Omulu, Nanã Buruku, Oxalá (Oxaguian-orixá com aspecto jovial, Oxalufã- orixá com características de uma pessoa idosa) e Ibejis. Os orixás são forças ancestrais e da natureza que são venerados desde muito tempo pelos povos africanos, e como já dito chegaram ao Brasil junto a eles.

Atualmente, partindo de uma perspectiva do senso comum, existem alguns Orixás que estão mais presentes no imaginário popular, como Iemanjá - deusa das águas do mar, muito cultuada no estado da Bahia e que está sempre presente nos réveillons até para aqueles que não são adeptos das religiões de matrizes africanas. Outro Orixá conhecido é o Exu, este que perante a coletividade está representado como em um aspecto negativo, algumas pessoas chegam a dizer: “Fulano parece um Exu”, ou “Aquilo é filho de Exu”.

As religiões de matriz africana, para as pessoas que delas são adeptas, são vistas como uma filosofia de vida, a qual exige mudança total da personalidade a partir do momento que se iniciam como filhos de santo. A sua vida passa a ter outro sentido, além daqueles valores aprendidos em relações primárias. Na casa Ilê Asé Oto Sindoya onde foi feita a pesquisa, pôde-se perceber a presença de crianças e adolescentes filhos de santo que já têm uma opinião formada, além da dedicação e o prazer em fazer parte daquela família.

Dentro de uma visão das representações sociais, os adeptos da religião Candomblé desta casa são vistos como construtores de suas identidades a partir da interação deles com seus orixás. Cada indivíduo segue com funções na casa conforme as características da sua entidade. Dessa forma, essas características também moldam a personalidade de cada indivíduo tanto dentro como fora da casa, influenciando também a sua vida e comportamento em sociedade.

Assim como qualquer tipo de religião, o Candomblé se atém aos seus símbolos e significados que nada mais são do que as suas representações em distinção das outras da sociedade. E que se fazem presente como principais meios de identificação do indivíduo para com o seu orixá, uma vez que este além de fazer parte do grupo da casa onde reside o culto, ele faz parte de uma irmandade coligada ao orixá de nascença, independentemente de sua localização. Há uma identificação de suas características, costumes, afazeres, cores e comidas. Cada passo designado pelo sua entidade, diferenciando-se das outras obrigações.

Uma das formas de representar a hierarquia do candomblé é a relação do orixá com seu filho de santo, uma vez que o papel daquele se resume à proteção e ensinamento deste e este, cabe-lhe a devoção, o respeito e a fidelidade para com o orixá, além de exercer o compromisso com suas obrigações e oferendas. Ademais a hierarquia é estabelecida também pelo tempo de iniciação do indivíduo e ascendência familiar, a rigor de seriedade esse conceito é considerado rígido e de grande valor simbólico dentro da casa, uma vez que as vestes, as cores e as tarefas são estabelecidas de acordo com a posição que o adepto ocupa na casa.

Metodologia

Esta pesquisa seguiu o enfoque quantitativo que, de acordo com Sampieri; Collado; Lucio (2013), é baseado na coleta de dados para confirmação de suposições, buscando estabelecer padrões numéricos a partir de análise estatística. O pesquisador deve encontrar como método de pesquisa um problema, e a partir deste, gerar possibilidades palpáveis e demarcadas. As perguntas devem circular ao redor do problema, e para a execução de toda a pesquisa é necessária a revisão da literatura indicada para a análise.

As questões éticas foram seguidas, seguindo as normas da resolução nº 510/16. Segundo a resolução, a pesquisa feita com seres humanos deve obedecer os princípios éticos que urgem do contexto histórico, social e moral e devem estar sobre a proteção sigilosa do agir ético em pesquisa. No presente trabalho, todos os participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – autorizando a divulgação dos dados e assegurando seu direito à confidencialidade.

Foi utilizado um questionário semiestruturado, com perguntas previamente definidas, aplicado individualmente com cada participante. O entrevistador assumiu uma postura atenta e estimulava cada participante a aprofundar as informações contidas no questionário, com perguntas adicionais. Conforme Boni e Quaresma, (2005), a entrevista semiestruturada é bastante utilizada quando se tem o objetivo de delimitar as informações que estão sendo coletadas.

As visitas foram realizadas em dias de funcionamento da casa Ilé Asé Oto Sindoyá, localizada em Santarém, oeste do Pará. Logo após o primeiro contato, foi solicitada permissão para realizar o estudo, explicando o objetivo do trabalho. Após a autorização, tiveram início as entrevistas com os participantes dos ritos religiosos, em momento de não incorporação das entidades.

Foram entrevistados seis participantes do Ilé, após assinarem o TCLE. As entrevistas foram realizadas individualmente a partir de um questionário semiestruturado. A equipe de pesquisadores foi convidada a fotografar e filmar alguns rituais, festas e eventos, assim como a participar dos mesmos.

Resultados

Os resultados foram apresentados na sequência das questões apresentadas aos participantes. Seis pessoas foram entrevistadas individualmente em um momento após a realização do rito religioso, no próprio terreiro.

A respeito da auto identificação religiosa, cinco, dos seis participantes se afirmaram adeptos de religiões de matriz africana. A outra pessoa se auto afirma seguidora da religião católica, mas simpatizante de religiões de matriz africana.

Quando foi perguntado se acreditavam que a sociedade tinha preconceito sobre a doutrina de base africana, suas respostas foram sim. Apresentaram situações de preconceito religioso pelas quais passaram, surgindo relatos de expressões, como: “Não chegue perto de mim”; “Quando digo que tenho descendência africana, sofro preconceito”, “me olham com indiferença”; “me chamam de macumbeira”, “já sofri na universidade”. A respeito da experiência de testemunhar preconceito religioso, a resposta, unânime, foi negativa.

Sobre a utilização de paramentos religiosos em ambiente públicos ou fora do terreiro, quatro disseram que utilizam com frequência, sem problemas. Uma pessoa disse não utilizar, que não presta atenção, mas reconhece os olhares preconceituosos. Foi também questionado se eles acreditam que o preconceito pode ser gerado pela falta de conhecimento. Todos disseram que sim, e um dos participantes afirmou que “muitas vezes depois que se conhece, diminui o preconceito”.

Por fim, foram questionados a respeito das concepções de sua religião, socialmente. A respeito da visão de outras pessoas sobre sua crença religiosa, os participantes responderam que percebem “respeito, mas não quero” (seguir); foi denominada como “macumba” ou “magia negra”, “como se cultuasse o mal”; os participantes são definidos como “adoradores de demônios”. Um dos participantes evidenciou que “não é vista bem, e é sem importância para a sociedade”.

A respeito da visão deles próprios sobre a sua religião, a definiram como “sentir é maravilhoso”; “me traz paz”; “me sinto completo”; “é minha segunda casa”; “sou realizado, me entrego, me sinto bem”.

Assim, a partir das respostas é possível compreender a importância da visibilidade da discussão étnico-racial e religiosa junto às pessoas praticantes de religiões de matriz africana, a fim de fortalece-las contra as diversas formas de intolerância religiosa e preconceitos pelos quais passam. Se a sociedade folclorizar seus cultos – o que é uma forma de invisibilidade – não será possível dialogar com quem pensa e crê diferente, o que continuaria gerando falta de conhecimento. Perpetua-se, assim, a cultura do preconceito da maior parte da sociedade para com esse grupo social.

Dessa forma, a religião possui um sentido de máxima vivência da espiritualidade, pois os adeptos sentem que esta transformou e vem transformando suas vidas em um sentido positivo. Ainda, foi possível sinalizar que no ambiente do Ilé moram vários adeptos e que estes vivem em harmonia apontando um ambiente comunitário. Todo esse movimento se dá ao fato do respeito às leis da casa e aos Orixás, o que possivelmente possibilita o fortalecimento de vínculos.

Dentro de toda a observação foi possível evidenciar que existe o receio por parte dos adeptos quando inicialmente estes se mostraram desconfiados à pesquisa e, aos poucos, se mostraram solícitos. Aqui, entende-se que, mediante o preconceito, os praticantes de religiões de matriz africana ainda se mantêm esquivos à sociedade.

Considerações finais

A partir do objetivo da pesquisa, é possível refletir, ainda de maneira inicial, como adeptos de uma religião de matriz africana se representam socialmente e também como constata que a sociedade os enxergam. A teoria das representações sociais, de Serge Moscovici, foi escolhida como base referencial por tornar possível uma compreensão mais próxima da realidade pessoal de cada participante da pesquisa, sobre o fenômeno estudado.

A teoria das representações sociais, é, portanto, de grande auxílio para a compreensão de como determinadas culturas se representam, uma vez que a formação da representação se dá a partir da constituição de costumes e regras, as quais definem determinada cultura. Dentro da temática abordada, pôde-se concluir a partir do estudo exploratório que alguns adeptos da religião de matriz africana ainda se sentem incompreendidos e constrangidos com o preconceito sustentado por uma parcialidade da sociedade ainda ignorante diante desse fenômeno representativo.

Contudo, dentro da casa os adeptos exercem seus rituais e obrigações de forma a contemplar com êxito os seus orixás. Assim, mesmo ainda sendo perceptível a cultura de conceitos pré-estabelecidos a religião vem se fortalecendo e reproduzindo suas representações pautadas na ancestralidade e na cultura africana.

Referências bibliográficas

BITENCOURT, K. A.; FERIA, G. A.; PEREIRA DA COSTA, P. R.; SANTOS, R. C.; RODRIGUES, U. R.; LIMA, V.R. **Adeptos do Candomblé e sua Representação Social Intergrupual**. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/24.%20adeptos%20do%20candombl%C9%20e%20sua%20representa%C7%C3o%20social%20intergrupual.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2016.

BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas. Uma abordagem da historicidade das Representações Sociais. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, p. 379-405, maio/ago. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000200005> Acesso em 30 de outubro de 2016.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 1, janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>> Acesso em 30 de outubro de 2016.

COSTA, Renilda Aparecida. A construção da identidade nacional brasileira e as religiões de matriz africana: implicações no processo de constituição da identidade étnico-racial dos negros no Brasil. **TOMO**. n. 25 Jul/Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/3442/3006>>. Acesso em 19 de novembro de 2016.

FILHO, Valter da Mata. **Estratégia de enfrentamento do povo de santo frente às crenças socialmente compartilhadas sobre o candomblé**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Mestrado e Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Bahia, 2009. Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/valter_da_mata.pdf. Acesso em 30 de outubro de 2016.

MELO, Juliana Rízia F.; Maciel, Silvana Carneiro 2016. Representações Sociais de Dependentes Químicos. **Psicologia: ciência e profissão**, v 36 n 1, Jan/Mar 2016 p. 81-82.

MOSCOVICI, Serge; **Representações Sociais: investigações em psicologia social**; 9º ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PEREIRA, Cícero Roberto; TORRES, Ana Raquel Rosas; PEREIRA, Annyse; FALCÃO, Luciene Campos. Preconceito Contra Homossexuais e Representações Sociais da Homossexualidade em Seminaristas Católicos e Evangélicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jan./Mar. 2011, v. 27, n. 1, p 73-82.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre. Penso, 2013.

SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, Jul./Set., 1993.

VIEIRA, K. F. L.; Coutinho, Maria da Penha de L.; Saraiva, Evelyn Rúbia de A. (2015). A sexualidade na velhice representações sociais de idosos frequentadores de um grupo de convivência. **Psicologia: Ciência e profissão**, Jan/Mar, v 36, n 1,196-209 p. 199-200.

VITOR, Luisa Ferreira. **Candomblé e psicologia: possíveis diálogos**. Monografia de especialização, Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – FACES, Curso de Psicologia, Brasília, DF, 2008.

YIN, Robert K.; **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3º ed.. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ARTIGO

SIMBIOSE ESTADO E IGREJA EM RORAIMA: IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS E SEU DESDOBRAMENTO NO CENÁRIO POLÍTICO

Introdução

A religião é tida como uma necessidade para a sociedade, muitos estudiosos da área da arqueologia afirmam que dantes do surgimento do *Homo Sapiens Sapiens* já existiam traços de crenças religiosas. Fato expressado pelo sepultamento em urnas e cerimônias.

Os fenômenos religiosos estão intrinsecamente ligados ao fenômeno social, pois a religião é parte da cultura de uma determinada sociedade. Com explica OLIVEIRA

As sociedades humanas adotam um modo de viver segundo sua cultura. Logo, humanidade, cultura e sociedade são elementos interdependentes. Não há sociedade sem cultura; e a religião como um dos mais importantes aspectos da cultura reflete na qualidade ou características predominantes das consciências religiosas individuais as quais vão constituir a consciência coletiva e social. (2009, p. 12)

Nesse aspecto, podemos entender que a religião tem certa predominância nas decisões de um grupo social, tomando como base a o conceito de religião que é caracterizado por alguns símbolos que são apresentados por Rubens A. Alves:

E é aqui que surge a religião, teia de símbolos, rede de desejos, confissão da espera, horizonte dos horizontes, a mais fantástica e pretenciosa tentativa de transubstanciar a natureza.

Não é composta de itens extraordinários.

Há coisas a serem consideradas: altares, santuários, comidas, perfumes, lugares, capelas, templos, amuletos, colares, livros...

...e também gestos, como os silêncios, os olhares, rezas, encantações, renúncia, canções, poemas, romarias, procissões, peregrinações, exorcismo, milagres, celebrações, festas, adorações. (1990 p. 22).

* Discente do Curso de História da Universidade Federal de Roraima. E-mail: george_brendom@hotmail

** Discente do Curso de História da Universidade Federal de Roraima. E-mail: andressaferreirafelix18@gmail.com

Notasse que tais características não aparecem em todas as religiões, em algumas com uma quantidade maior e em outras menores quantidades. As bases de crenças e rituais, a religião sempre determina os padrões de vida. Logo podemos considerar que a religião se torna um instrumento de manipulação social baseado no simbolismo, no imaginário, na abstração de um determinado grupo, sendo ele um forte instrumento para exorcizar os medos do ser humano e ainda garantir segurança na vida física. Ronaldo Cassiano de Oliveira define dessa forma

Com o auxílio dos símbolos o homem pode erigir uma abóbada sagrada com a qual recobre seu próprio mundo físico. Por meio do auxílio dos símbolos o homem conjura seus próprios medos e protege-se das incertezas da vida; concebendo um porvir ideal para sua condição humana. Assim, pois, a religião é um sistema de símbolos cuja ação faz surgir nos homens motivação e disposição, formulando concepções generalizadas acerca da existência humana e das coisas que o circundam. (2009 p. 14)

Profano e sagrado

No decorrer da história do homem a religião sempre caminhou muito perto do profano, do secular, das questões não místicas e nem espirituais. Podemos perceber que a religião ocidental (me refiro ao Cristianismo, quer seja ele no caráter católico ou protestante) troca seu misticismo por formas racionais, causando um colapso na grande massa populacional. Os romanos se impunham como os detentores da história universal, se apropriaram do pensamento religioso para proclamar como verdadeiros responsáveis para salvar a humanidade, e o cristianismo foi à religião adotada para ser o então meio de conversão.

Tal acontecimento nos leva aos grandes pensadores da Era moderna, que buscavam explicar a trajetória da humanidade através de aportes filosóficos, como Comte, que para ele existiriam três estágios que a Humanidade passaria com a finalidade de alcançar o ápice do conhecimento, ao refere-se à religião ele a põe como primeira, e no último estágio seria o Positivo que seria o ápice do conhecimento científico secular.

Com o desenvolvimento Intelectual e o avanço da tecnologia surge um “desencantamento do mundo” com tudo que é sagrado. Esse processo seria basicamente a perda de tendências que outrora regidas pela igreja e agora começam a ser racionalizadas sem a necessidade de algo místico. Tal fato não se limitou apenas a sociedade científica, mas também ao meio religioso.

Weber nos dá uma bela prova desse “desencantamento do mundo” em sua obra *A ética protestante e o Espírito capitalista*, apresentando a ligação entre os protestantes

com o mundo secular, fazendo que os membros percam seu fundo místico, suas crenças espirituais ligadas a providência divina e se rendendo ao espírito capitalista.

Essa ligação entre o sagrado e o profano, o religioso e o secular, entre a fé e a razão, leva ao surgimento de uma nova roupagem apresentado pelas religiões para se manter viva na sociedade, assim Alves (1990) descreve,

O que ocorre com frequência é que as mesmas perguntas religiosas do passado se articulam agora, travestidas por meio de símbolos secularizados. Metamorfoseiam-se os nomes. Persiste a mesma função religiosa. Promessas terapêuticas de paz individual, de harmonia íntima, de liberação da angústia, esperanças de ordens sociais fraternas e justas, de resolução das lutas entre os homens e de harmonia com a natureza, por mais disfarçadas que estejam nas máscaras do jargão psicanalítico/psicológico, ou na linguagem da sociologia, da política e da economia, serão sempre expressas dos problemas individuais e sociais em torno dos quais foram tecidas as teias religiosas. Se isso for verdade seremos forçados a concluir não que o nosso mundo se secularizou, mas antes que os deuses e esperanças religiosas ganharam novos nomes e novos rótulos, e os seus sacerdotes e profetas novas roupas, novos lugares e novos empregos. (p.12)

Nota-se que o processo secularizador trazia uma o abandono do homem a Deus, Rubens Alves ao falar da religião descreve

“Mas, se tal quadro de interpretação do fenômeno religioso se estabeleceu, foi porque, de fato, ela perdeu seu poder e centralidade. Com dizia Rickert, com o triunfo da burguesia Deus passou a ter problemas habitacionais crônicos. Despejado de um lugar, despejado de outro... progressivamente foi empurrado para fora do mundo. Para que os homens dominem a Terra é necessário que Deus seja confinado aos Céus”. (ALVES, 1987, p.50)

Esse agravamento do processo secular envolveu praticamente todas as igrejas protestantes. Apenas no século XVIII com advento de movimentos avivalistas, ocorridos nos Estados Unidos da América, começa uma verdadeira reconquista dos misticismos por parte dos protestantes. Esse “despertamento espiritual” dos protestantes ficou conhecido como Pentecostalismo, e tal movimento veio ter base na América Latina e se desenvolveu nos séculos XIX e XX espalhando-se por diversos países do mundo.

O Movimento Pentecostal

O movimento pentecostal é classificado como um movimento religioso que busca retomar os pilares do cristianismo, baseado nas manifestações do Espírito Santo. Tal recuperação é um passo primordial pra que haja um retorno ao que re-

almente é cristianismo, pois o catolicismo perdeu tal essência e o movimento protestante ocorrido na Europa no século XVIII não ter se atentado para as questões místicas, como nos descreve Ronaldo Marchado de Almeida,

A experiência pentecostal recupera uma dimensão do cristianismo do primeiro século, “esquecida” pelo catolicismo romano e não “recuperada” pelo protestantismo histórico. Em forma de nove “dons espirituais” e, principalmente, através do dom de “falar em línguas”, a terceira pessoa da trindade, o Espírito Santo, se manifestaria naqueles que têm fé e buscam o mesmo êxtase religioso vivenciado pelos discípulos de Cristo logo após a sua *Ascensão*, conforme narra o evangelista Lucas, no segundo capítulo de Atos dos Apóstolos. (1996, p. 14)

O Brasil tornou-se berço e o grande propulsor do pensamento pentecostal. O país sofreu basicamente três ondas desse movimento, Freston descreve que

O pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de três ondas de implantação de igrejas. A primeira onda é a de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembléia de Deus (1911). Estas duas igrejas têm o campo para si durante 40 anos, pois suas rivais são inexpressivas. A Congregação, após grande êxito inicial, permanece mais acanhada, mas a AD¹ se expande geograficamente como a igreja protestante nacional por excelência, firmando presença nos pontos de *saída* do futuro fluxo migratório. A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza em três grandes grupos (em meio a dezenas de menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). O contexto dessa pulverização é *paulista*. A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980). Novamente, essas igrejas trazem uma atualização inovadora da inserção social e do leque de possibilidades teológicas, Litúrgicas, éticas e estéticas do pentecostalismo. O contexto é fundamentalmente *carrioca*. (1993, p. 66)

Nesse processo a Igreja Assembleia de Deus se tornou estritamente ligada às questões Espirituais, de longe era considerada uma igreja que tinha interesses políticos e muito menos partidários.

Abertura política

Há algum tempo, a política dentro do âmbito religioso cristão protestante fora tratada com desprezo, por suas lideranças e membros, no Brasil. Em Roraima a Igreja Assembleia de Deus, denominação que segundo o censo de 2010 do IBGE (Insti-

¹ Assembleia de Deus.

tuto brasileiro de Geografia e estatística) é a denominação com o maior contingente de adeptos tanto em Roraima quanto a nível nacional, tratava o assunto com muita cautela e certo distanciamento até meados da década de 1970. Após esse período, os pastores que sucederam a liderança dessa denominação foram gradualmente dando espaço a política.

Os costumes doutrinários da mencionada instituição religiosos, naquele período, eram austeros quanto ao envolvimento de seus membros em algum aspecto político. É importante ressaltar que há uma divergência entre membros e congregados, qualquer pessoa que assim desejar pode frequentar as cerimônias religiosas e se “congregar” com outras nessa instituição religiosa, porém ela só é considerada membra da denominação a partir do momento em que decide se batizar por imersão em águas. Segundo a interpretação assembleia, quando a pessoa é imersa nas águas ela está morrendo para o pecado e quando ela ressurge das águas está nascendo para Cristo.

O Batismo em água, segundo os pentecostais assembleianos tem por objetivo levar ao arrependimento, a confessar e testemunhar publicamente a sua fé em Jesus. É exterior e realizado por imersão, sendo efetuado pelos ministros de Cristo. Quando uma pessoa aceita a Jesus, como Salvador, e confessa seus pecados, o batismo em água torna-se indispensável, como confissão pública de sua fé. (SOUZA, 1998, p.34)

Desse momento a pessoa é considerada membro dessa denominação e é considerada apta pra ceiar após ser considerado membro o indivíduo deve possuir um conjunto de comportamentos sociais que transmitam as doutrinas e os costumes cristãos assembleianos. Devido a esses costumes doutrinários, a Assembleia de Deus chegava a proibir seus membros de participarem de comícios partidários, os que desobedecem a essa imposição estavam sujeitos à pena disciplinar.

Porém a partir de 1972 houve o início da abertura política para a denominação assembleiana com a candidatura do então diácono Iris Galvão. Naquele momento ele já estava filiado a ARENA², porém não se manifestava politicamente em público, apesar de apoiar a candidatura de seus companheiros partidários. Um exemplo explícito dessa submissão foi o fato do diácono ter comunicado previamente seu então pastor presidente, Manuel Antônio Batista, sua possível candidatura, como se por meio disso ele estivesse pedindo uma “permissão” para prosseguir com seus planos políticos. Mesmo tendo o alvar do líder espiritual ele teve que ser afastado de suas funções.

² Aliança Renovadora Nacional

O diácono Íris Galvão foi o pioneiro no que se refere a candidatura de membros da igreja Assembleia de Deus em Roraima a cargos políticos, assim como foi um marco para a abertura política dessa denominação.

Porém, é possível afirmar que a real abertura política ocorreu a partir do pastor presidente Fernando Granjeiro de Menezes, no período de abril de 1983 à julho de 1997, pois ele foi o primeiro a estabelecer, em 1986, regras para os membros que desejassem participar da política e até a apoiá-los, de uma forma menos enfática do que a que ocorre na atualidade. O membro que possuísse cargos e desejasse candidatar-se deveria, primeiramente, comunicar à liderança e logo após era afastado de todos os seus cargos eclesiais, além de seguir uma conduta específica que fosse compatível com os costumes e doutrinas da instituição.

Com tudo, historicamente, pode-se afirmar que as instituições religiosas têm influência na sociedade, principalmente àquelas que assim como a Assembleia de Deus comportam grande quantidade de pessoas. Esse fato faz com que políticos demonstrem interesse por essas instituições e busquem apoio nelas. Dessa forma a política foi gradualmente sendo inserida nos meios religiosos. Na denominação citada, especificamente, os líderes estaduais são cientes disso, prova disso é que com o passar dos anos e com a sucessão de pastores presidentes, essa instituição foi gradualmente se abrindo para o cenário político e em menos de 30 (trinta) anos mudou totalmente seu discurso a respeito da participação da igreja nas questões políticas. Para exemplificar, pode-se dizer que até 1970 ir a um comício eleitoral era considerado um pecado sujeito a pena disciplinar e em 1998, na gestão do pastor Geraldo Francisco dos Santos, essa visão quanto a política está totalmente modificada ao ponto de apoiar membros da igreja para a candidatura a cargos políticos no Estado de Roraima, algo impensável alguns anos antes.

Nas eleições de 1998, a igreja apoiou quatro candidatos, dois para Deputados Federais, Javan Arraes Sindeuax (PPB) e Carlos Andrade (PPB), como também dois para Deputado Estadual, Raimundo P. Sobrinho (PTB) e Eli de Almeida Oliveira (PL). Esse fato representa a ruptura com uma mentalidade mais fechada em relação à simbiose entre o Estado e Igreja. Com isso, todas as eleições que sucederam esse marco tiveram representantes apoiados pela denominação Assembleia de Deus no Estado de Roraima.

Nas eleições para vereador do ano de 2000 o membro Raimundo Pereira Sobrinho ficou na colocação de suplente do vereador Flávio Chaves, assumindo o pleito em 2002, após a saída do vereador eleito para tentar obter uma cadeira como Deputado Estadual de Roraima. Nesse mesmo ano a igreja obteve sua primeira grande

vitória no cenário político. A eleição dos dois candidatos apoiados pela denominação nas esferas Estaduais e Federais, Francisco Nazareno de Souza (PTB) e Frankemberg Galvão Costa (PPB).

É importante ressaltar que no período entre essas duas eleições, do ano de 2000 e 2002, surgiu um projeto político nacional que visa obter representantes políticos em todas as esferas e em todos os estados chamado “Cidadania AD Brasil”, que surgiu especificamente em agosto de 2001 e que influenciou no êxito das eleições de 2002.

Projeto AD Brasil

O projeto Cidadania AD Brasil visa eleger representantes políticos em todas as esferas políticas em todos os estados e municípios brasileiros e para isso se firma no fato de possuir o maior contingente de fiéis protestantes no país. Segundo o Pastor Lélis Washington Marinhos em entrevista para folha de São Paulo no ano de 2012, afirma que: “Temos igrejas em 95% dos municípios e isso favorece a divulgação dos candidatos. Nosso projeto é ter um vereador em cada cidade do país”.

Esse projeto tem como principal argumento a valorização do voto evangélico, liberdade religiosa e a defesa de princípios cristãos e tradicionais.

No que se refere a essa valorização, primeiramente, foi necessário estruturar uma hierarquia para que tal projeto fosse posto em prática. Nesse aspecto o projeto Cidadania AD Brasil criou entidades organizadas hierarquicamente nas esferas nacionais, representado pelo conselho político Nacional, estaduais, representadas pelos conselhos e políticos das convenções que por sua vez podem criar sub-comissões. Além disso, em cada estado e no distrito federal deve haver um escritório político para assessorar os membros da Assembleia tanto no aspecto técnico e político quanto no espiritual.

Em Roraima, o conselho político estadual está diretamente ligado a mesa diretora, que se refere à liderança da igreja e cujo líder, atualmente, é o pastor presidente Isamar Pessoa Ramalho. Esse conselho é responsável por “selecionar” um possível representante da denominação durante uma eleição, para tanto os “pré-candidatos” devem obedecer a uma série de requisitos considerados fundamentais para que ele seja considerado apto a ser apoiado pela igreja.

O projeto político da Assembleia de Deus pressupõe 10 critérios para essa seleção, dentre os quais destacamos quatro.

- 1) For preferencialmente membro da Igreja há mais de três(3) anos.
- 2) Der público e notório testemunho cristão
- 4) Exercer liderança comunitária e tiver preparo para o cargo.
- 8) Assinar o Termo de Compromisso em que se explicarão as obrigações e direitos do interessado. (Cidadania AD Brasil. 2001)

A partir desses pontos podemos inferir que não são todos os candidatos pertencentes à denominação assembleiana que podem ser considerados “representantes” dessa denominação, tal “pré-candidato” deve possuir um preparo político para que possa trabalhar para o “bem da sociedade”, assim como as questões como popularidade e carisma não são tão fundamentais, apesar de serem levadas em consideração, se o membro não preencher os critérios de seleção do Projeto Político Cidadania AD Brasil. Essa afirmação está explícita no tópico manual de orientação política para ministros, sub-tópico III (Cidadania AD Brasil, 2012):

“No caso da persistência de candidaturas oficiosas, estas não terão o apoio da Igreja nem da denominação, ficando claro que esta decisão resume-se ao processo políticoeleitoral, não incluindo as questões de ordem eclesial, o que por certo instalaria um clima de guerra dentro da igreja, prejudicando a unidade do corpo de Cristo.”

Está claro que os pré-candidatos devem seguir o padrão exigido pelo Conselho político nacional e o fato de algum candidato ser membro da igreja Assembleia de Deus não implica necessariamente que ele será considerado “oficialmente” representante do projeto da mesma, como também, caso seja eleito o representante oficial do projeto, deve defender pontos específicos estabelecidos no Projeto Político Cidadania AD Brasil. No tópico IV, compromisso do candidato, (cidadania AD Brasil, 2001) explícita essas questões:

- 1) O Candidato da Assembléia de Deus declarará o compromisso de posicionar-se intransigentemente contra:
 - a) a prática de aborto;
 - b) a legalização da união dita conjugal de pessoas do mesmo sexo;
 - c) a corrupção de qualquer natureza;
 - d) o impatriotismo dos que contrariam os legítimos interesses da nossa Pátria e outras matérias que venham a ser decididas pela Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil em assuntos que contrariem os princípios doutrinários.

Deixando evidente o posicionamento que o candidato deve tomar caso seja eleito, defendendo princípios cristãos e conservadores nas esferas políticas as quais forem eleitos.

Em Roraima, alguns dos candidatos apoiados pela igreja nos últimos anos foram; Vereadora Mirian Reis, nas eleições de 2012 e 2014 e o Deputado Federal Carlos Augusto Andrade, nas eleições de 2010 e 2014, ambos pertencentes ao partido PHS (Partido Humanista da Solidariedade).

Comunidade evangélica

Apesar dos esforços para implantação do projeto político cristão, não são todos os membros da comunidade evangélica que apoiam esse ingresso do protestantismo no cenário político brasileiro. Alguns acreditam que a religião não deve ser mesclada com a política por que isso faria com que o cristão protestante se corrompesse. Outros acreditam que a igreja e o estado devem ser totalmente separados, sem representantes, dentre esses motivos o último é menos comum e o primeiro prevalece em relação ao outro entre os evangélicos.

Há, no período eleitoral, uma forte campanha entre os irmãos, até mesmo dentro dos templos. Apesar da Lei 9.504/97 proibir no artigo 24 (Lei 9.504/97, art24 inciso IV):

“É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de: (...) VIII – entidades beneficentes e religiosas”.

Até as eleições de 2014, havia nos templos da igreja Assembleia de Deus em Roraima uma forte apologia aos candidatos por ela apoiado, inclusive falando durante sermões a respeito dos candidatos e sugerindo que os votos da comunidade evangélica fossem em pessoas que defendessem os princípios cristãos, especificamente evangélicos e de preferência da denominação citada apoiada pela mesma. Este cenário mudou nas eleições de 2016, pois a lei 9.504/97 passou a ser amplamente divulgada após o contínuo incômodo de alguns membros e visitantes que consideraram que pronúncias que remetem as campanhas eleitorais não devem fazer parte da liturgia de um culto evangélico. Com a possível ameaça de denúncias, nas últimas eleições essa apologia não foi tão presente como nas passadas.

Sociedade externa

A maior parte da sociedade, que não pertence às congregações protestantes, não apoia a inserção dos evangélicos na política por considerarem que o Estado laico

significa dizer que a sociedade não deve conter qualquer influência da religião, o que é uma interpretação equivocada do real significado de Estado laico: condição que foi criada justamente por protestantes para proteger a igreja e extinguir a perseguição religiosa e que não necessariamente proíbe a participação das pessoas que professam alguma fé.

Outro motivo que leva grande parte da população a não apoiar esse projeto é o conservadorismo desses políticos, quando são eleitos, que resulta no posicionamento contrário a temas polêmicos como: legalização do aborto e casamento gay. Além disso, tanto o Projeto Cidadania AD Brasil quanto os políticos evangélicos que não são pertencentes a denominação assembleiana tem uma tendência contrária a esquerda justamente por serem contrários à muitos preceitos defendidos por partidos que seguem essa linha ideológica. Esse fato gera protestos contra os políticos que seguem essa linha ideológica por meio de campanhas e páginas na internet e nas redes sociais.

Considerações finais

Nesse trabalho, abordou-se o contexto da entrada da igreja evangélica Assembleia de Deus no cenário político, especificamente a filiação situada no estado de Roraima, assim como o período anterior a este onde a igreja tinha o pensamento fechado em relação a isso. Um importante instrumento criado em 2001 para facilitar a organização dessa participação política foi o projeto “Cidadania AD Brasil” nele são organizadas hierarquias que dentro de seus contextos estão aptas a selecionar candidatos que representem a igreja e seus princípios nos aspectos políticos.

É importante ressaltar que o processo de implantação do projeto político evangélico tem muitas críticas, parte da sociedade não apoia essa inserção da igreja nos quesitos políticos, entretanto, antes desses representantes serem protestantes e pertencentes a uma instituição religiosa eles são cidadãos que possuem direitos nesse aspecto, portanto, também podem se candidatar e, se eleitos, defender os seus princípios e convicções, assim como outras linhas ideológicas possuem seus representantes.

Referências bibliográficas

ALVES, Rubem. O Exílio do Sagrado. In: **o que é Religião**. Editora Brasiliense, 2º ed., 1981.

BRASIL. **Decreto-lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 215 p.

CHAGASS, Thiago. **Assembleia de Deus mira crescimento político nas próximas eleições:** “Nosso projeto é ter um vereador em cada cidade do país”, afirma pastor Lélis Washington. Notícias gospel mais, São Paulo, 23 de julho de 2012. Disponível em: <<https://noticias.gospelmais.com.br/assembleia-deus-projeto-vereador-cidade-pais-39973.html>>. Acessado em: 19 de novembro de 2016.

CORREIA, Mayconn Jummy Cavalcante. **O Movimento Neopentecostal:** a prática do Judaísmo na Igreja Ministério Internacional da Restauração na Cidade de Boa Vista (1999-2005). 2014. 53 p. Monografia (Bacharel e Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, 2014.

D’AVILA, Edson. **Assembléia de Deus no Brasil e a Política:** Uma Leitura a Partir do Mensageiro da Paz. 2006. 189p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciência da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

DUPRONT, Alphonse. Antropologia religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História:** Novas Abordagens. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. 83-105 p.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano:** a essência das religiões. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil:** da Constituinte ao Impeachment. 1993. 303 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas-SP, 1993.

HERMAN, Jaqueline. História das Religiões e Religiosidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História:** Ensinos de Teoria e Metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Campos, 1997. 329-354 p.

JULIA, Dominique. Antropologia religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História:** Novas Abordagens. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. 106-131 p.

MELO, Antonio Wéliton Simão de. **Simbiose Religião e Política Partidária:** A Inserção das Lideranças da Igreja Assembléia de Deus na Política Partidária em Roraima. 2005. 88p. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, 2005.

MOURA, Luana Cristina Baracho de. Igreja Pentecostal Assembléia de Deus: Uma apreciação de espacialidade no Brasil. **Espaço e Cultura**, UERJ-RJ, v. s/n, n. 27, p.35-44, jul./dez. 2010.

SOUZA, Adelson Filgueiras de. **A Importância do Batismo com o Espírito Santo para os Adeptos das Igrejas Pentecostais Assmebléia de Deus em Boa Vista-Roraima**. 1998. 61p. monografia (Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia Social) –Cento de Ciências Sociais e Geociências, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR. 1998.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 12 ed. São Paulo: Pioneira, 1992. 233p.

Grupo de Trabalho nº 16

***Recantos de beleza e resistência: iniciativas
sócio-culturais-ecológicas em cenários de violência***

*Bruna J. de Moura Lima **
*Eloah Zeitune Silveira Dezan ***
*Bruna Daniele C. A. da Mota ****

ARTIGO

ASSOCIAÇÃO CIRANDA DA CULTURA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA EM UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA

Introdução

A Associação Ciranda da Cultura existe desde 1999 e se localiza na região periférica de Londrina (PR). O Ciranda, como é conhecido pela população da região, e por seus oficinairos, foi fundado e é coordenado por moradores do bairro e

“é um espaço libertário que oferece opções culturais e de saúde em um setor com pouco acesso a esses direitos. Membros do bairro e amigos/as de fora dele ministram oficinas artísticas e de saúde, organizam eventos, passeios e emprestam o espaço para quem precisar dele” (LEÓN CEDEÑO; ORTOLAN; SEI, no prelo).

Desde que o espaço nasceu, diversas oficinas e atividades aconteceram ali. No momento, o Ciranda conta com grupos organizados pela UBS, como o Grupo de Saúde Mental, de Tabagismo, de Gestantes, Caminhada, Nutrição, Fisioterapia, profissionais para medir pressão e distribuir remédios e oficina de Educação Física. A associação também abriga oficinas em parceria com o Movimento de Artistas de Rua de Londrina (MARL): Pernas de Pau e Teatro (provenientes de projetos do PROMIC) e cinema para as crianças. Outras atividades são organizadas pelos moradores do bairro, como as oficinas de Tae Kwon Do, Zumba, e as aulas do UBUNTU, um cursinho pré-vestibular comunitário que funciona de forma diária e gratuita. Além disso, a comunidade da UEL oferece oficinas de música, artesanato para crianças, brincadeiras culturais, histórias e dança do ventre, em parceria com o projeto “Recantos de beleza e resistência: um estudo junto a centros culturais ecológicos como iniciativas de prevenção da violência”.

* E-mail: brunaa.mouraalima20@gmail.com

** E-mail: eloah@hotmail.com

*** E-mail: bruna.amano@gmail.com

A Associação Ciranda da Cultura se assemelha à filosofia de um Centro de Convivência em Saúde Mental, e como argumentam León Cedeño, Sei e Ortolan (no prelo), esses centros são responsáveis por criar elos de comunicação entre o que chamamos de clínica e social, integrando a comunidade em diversas atividades, juntamente com a rede de atenção em Saúde Mental.

A partir da definição de Galletti (1999), os Centros de Convivência têm como objetivo promover experiências em relação à arte, educação e trabalho e, assim, possibilitar a criatividade, facilitar e estimular ao participante a troca de experiências, para que seja possível a reintegração e reinserção no âmbito social e coletivo. Dessa forma, é através de atividades culturais, esportivas, educativas e/ou laborais que ocorrem experiências comuns, levando à construção do espaço e a produção da coletividade. Segundo a autora, as atividades são denominadas oficinas, o que promove a ideia de um espaço diferente de cursos profissionalizantes, pois nos Centros de Convivência ocorre a promoção de relações e trocas de aprendizagem. Além disso, os Centros de Convivência são construídos para atuar em rede com a saúde, oferecendo alternativas de cuidado e convidando os profissionais e os usuários a tomarem um reposicionamento de seus lugares e papéis.

Nesses centros são oferecidas diversas atividades à população, podendo utilizar até os próprios recursos existentes na comunidade como forma de acolhimento. Percebe-se a semelhança existente entre os Centros e o Ciranda, sendo que este realiza e oferta atividades com as ferramentas disponibilizadas pelas próprias pessoas que o frequentam. Outro fator que aproxima a associação a um centro de convivência é o fato de ser um lugar que não realiza nenhum tipo de tratamento, mas sim, trabalhos através de atividades culturais, esportivas e sociais, na qual as pessoas podem ir e vir, conviver e aprender, compartilhar e sentir, sendo uma possibilidade de refúgio, de segurança (LEÓN CEDEÑO; SEI; ORTOLAN, no prelo).

Nesse sentido, em contextos de desigualdade social e em contrapartida ao elitismo que a Psicologia vivenciava, a atuação dos psicólogos vem de encontro nesse debate, promovendo a aproximação do cotidiano da população e o estreitamento de vínculos com a comunidade, buscando propostas com o objetivo de transformação no âmbito social (XIMENES; de PAULA; BARROS, 2009).

A atuação dos estudantes de Psicologia no Ciranda tem como foco as intervenções na relação entre o psicólogo, enquanto indivíduo e oficineiro, e os participantes das atividades. Recentemente tem buscado ir além das oficinas, trabalhando também as relações entre a política pública de ensino superior, que é a Universidade, e os serviços públicos e privados do município, buscando cada vez mais formar e fortalecer

os vínculos de um trabalho em rede. O intuito é gerar uma construção coletiva de conhecimentos e mudanças nas relações e estruturas da comunidade que possam atingir outros espaços frequentados por essas pessoas que foram afetadas. Assim, o Ciranda pode também, através de suas oficinas e atividades, gerar conhecimentos, linguagens e relações junto aos seus participantes, permitindo que outras intervenções culturais no bairro e o convívio mais próximo com os familiares afetem de forma direta todos os que compõem o conjunto Ciranda.

A perspectiva de atuação dentro do Ciranda se aproxima do que descreve Peter Spink (2003) sobre a pesquisa de campo em Psicologia Social, que não se caracteriza por um planejamento antecipado da estratégia a ser utilizada com a identificação precisa de objetivos e a escolha pensada de métodos de investigação e análise. Ao contrário, “a pesquisa tende a se dar a partir da identificação de um ponto de partida, a partir da qual: iria se caminhando sem saber direito como e onde”. É também um trabalho que busca o compromisso político da Psicologia, descrito por Gonçalves (2003), que seria sempre motivado pela transformação social, através da garantia de direitos e diminuição das desigualdades humanas.

O Ciranda é um espaço livre e tem por objetivo - dentre os múltiplos existentes no seu funcionamento mutante- o acolhimento, o extravasamento e a compreensão de emoções e comportamentos que ali, diferente de muitos outros lugares, são permitidos. Ali todos podem atuar com suas singularidades, a fim de compartilhar e contribuir para a construção do espaço em movimento constante. É também um espaço libertário: todos os que o frequentam estão ali por vontade própria; não há taxas nem controles de presença; deixa-se de lado a burocracia institucional para ter o foco na relação humana de troca construída a cada momento.

Cabe pontuar que a oficina teve início com o projeto já em andamento, então alguns trabalhos descritos abaixo, não vinculados diretamente à oficina, já estavam acontecendo concomitantemente. Assim, o presente relato de experiência acompanha o olhar das oficinairas e sua inserção no contexto da instituição e do trabalho do projeto de pesquisa “Recantos de beleza e resistência”, citado anteriormente.

Oficina “Cirandinha”: método, resultados e discussão

Será então, com base no funcionamento de um centro de convivência e nas experiências já existentes da associação que, neste pequeno relato, serão descritas as experiências com a retomada da oficina conhecida como “Cirandinha”, um projeto que envolve artesanato, formas de expressão e o que mais for necessário de acordo com as necessidades dos participantes.

O interesse de realizar uma oficina dentro do Ciranda partiu da expectativa de conhecer um espaço possível para a atuação da Psicologia em um contexto diferente do que estávamos acostumadas na graduação. A forma como a grade do curso é organizada na Universidade Estadual de Londrina nos possibilita pequenos contatos com a prática da Psicologia Social, e, a partir de um interesse pela área, entendemos que essa seria uma boa oportunidade de compreender o exercício das redes e dos serviços em contato com a comunidade.

Assumimos a oficina desde setembro de 2015. Entre 2010 e 2014 a mesma fora coordenada por outras/os estudantes universitários e por uma moradora do bairro, que foi sua idealizadora e coordenadora durante aproximadamente 10 anos, mas que se mudou para outro estado brasileiro.

No início, não sabíamos quais atividades iríamos intermediar no Ciranda, e nada sobre a dinâmica daquele ambiente, bem como se davam as relações interpessoais, aparentemente tão distintas do contexto da clínica, o que nos causava certo receio e insegurança. Encontramos dificuldades para encontrar um horário possível para a realização da oficina, e percebemos que pequenas adversidades são inerentes ao próprio movimento do local. Compreendemos que o tempo para acertar alguns detalhes, antes do nosso primeiro contato físico com a Associação, foi necessário para conhecer as particularidades do trabalho realizado ali, e a construção do nosso lugar dentro dele. Como diria Spink (2003), antes de começarmos a oficina já estávamos no campo-tema do Ciranda, mesmo que de forma mais periférica. Nosso lugar não estava dado: foi preciso negociá-lo e construí-lo.

Na primeira vez que visitamos o Ciranda fomos recebidas de forma muito carinhosa pelas crianças, que nos acolheram com bastante espontaneidade. Fomos convidadas para compor a roda de atividade, que foi elaborada para nossa chegada, e pudemos nos apresentar e conhecer as crianças. O encontro tranquilizou toda a ansiedade e questionamentos que fazíamos em relação ao contexto, e nos convidou a estarmos presentes de forma natural e verdadeira. Além disso, nos chamou a atenção a forma, por vezes agressiva, que algumas crianças usavam para se expressarem e para interagirem com os colegas.

Reunimo-nos com as crianças posteriormente e discutimos a trajetória delas nas oficinas do Ciranda. Juntos, pensamos em temas e atividades interessantes para abordarmos no “Cirandinha”. A construção da oficina em união com as crianças foi essencial para que elas se sentissem próximas e parte de todo o nosso projeto. Naquele momento foi estabelecido que trabalharíamos com colagens, desenhos, materiais recicláveis, brincadeiras como pular corda e mímica.

Desde o primeiro contato com as crianças do Ciranda, pudemos perceber que seria inevitável o fortalecimento de vínculos, e ficamos empolgadas com as possibilidades que a experiência poderia nos oferecer. Nos primeiros momentos, a sensação de liberdade para criar e desenvolver as atividades, desde o planejamento até sua execução, nos deixou um pouco inseguras. Era nítida a sensação de que a falta de experiências e talvez até habilidades, nos convidava a pensar em uma forma totalmente nova para atuar ali, e foi necessário nos reinventarmos. Aos poucos nos empoderamos das nossas responsabilidades e capacidades, e nos deixamos afetar pelas crianças e suas demandas.

Nós aprendemos que cada uma delas tinha sua própria história e particularidades, e que ali poderíamos oferecer diferentes formas de acolhimento, como respeito, carinho, preocupação e atenção. Entendemos que nossos elogios, incentivos e até broncas eram importantes para que elas se sentissem valorizadas e confortáveis ao realizar as atividades propostas. Em alguns momentos tivemos que lidar com a ambiguidade das regras e da desorganização, entendendo que o Ciranda é um espaço das crianças e para as crianças, que têm consciência plena de que as oficinas só acontecem ali de acordo com as suas necessidades e desejos. Por esse motivo, se fazia necessária a atenção e cuidado para desestimular condutas agressivas e ofensivas, convidando as crianças a serem protagonistas nas resoluções dos conflitos e a pensarem em uma alternativa para situações de brincadeiras desagradáveis com os amigos ou para quem atrapalhava a realização da oficina. Um exemplo que se aplica foi o dia em que fizemos mímicas, e estava difícil para as crianças se concentrarem e ficarem quietas; então, uma criança tentou organizar quem iria começar a atividade, e nós ficamos só olhando a dinâmica de como a oficina estava ocorrendo. As crianças então compreenderam que era preciso se acalmar e não atrapalhar, pois uma criança falando para outras crianças teve um efeito muito positivo, muito mais do que as oficinas orientando. Este foi um dos diversos momentos em que pudemos experimentar a construção da democracia do cotidiano desse lugar, embora de formas confusas, contraditórias e, por momentos, sofridas.

Uma outra criança, que também tinha certa influência sobre as demais, já que percebemos que ela cumpria a função de uma “líder” do Ciranda; sempre tumultuava as oficinas, mas quando ela se propunha a fazer as atividades, também influenciava as outras crianças a fazerem, e também chamava a atenção das crianças quando ela estava querendo participar das atividades propostas.

Nossa oficina ocorre nas terças-feiras. Numa segunda-feira tinha ocorrido um desentendimento, no qual esconderam a bolsa de uma outra oficina dentro de

uma geladeira, que não estava funcionando, então, na terça-feira, quando chegamos, a conversa ficou em torno do desentendimento do dia anterior, pois houve briga de duas crianças e as mães delas não quiseram deixar mais seus filhos frequentarem o espaço do Ciranda. Acolhemos o que as crianças nos trouxeram e salientamos que o respeito para com asicineiras, coordenadora e os colegas eram primordiais para o bom funcionamento das oficinas e que aquele era um espaço deles, então eles teriam que preservá-lo da melhor forma possível. Isso faz parte da dificuldade de aprender, no corpo, a democracia direta: para sentirmos pertencimento a um espaço, para vivenciarmos um lugar material e social como “nosso”, com “a nossa cara”, é necessário trabalharmos por ele, cuidarmos dele, o construímos pessoal e coletivamente, o que nem sempre temos a oportunidade de experimentar, ainda menos ao se pensar nas situações de vulnerabilidade que afetam diversas crianças e famílias da região.

Além disso, precisamos desenvolver a calma para lidar com assuntos difíceis e angustiantes, relacionados ao contexto familiar e social das crianças, que nos atravessava de diversas maneiras nas atividades e nos proporcionava sentimentos de impotência e, ao mesmo tempo de motivação para continuar. Um exemplo disso foi o dia em que uma criança relatou na oficina, em um tom de ‘brincadeira’, que a sua mãe estava tomando remédio para dormir, disse que no dia anterior a mãe tinha batido nela sob o efeito do remédio. A criança relatou que a mãe não se lembrava de nada no dia seguinte e enfatizou que a mãe tomava remédios para os “nervos”. Ao escutarmos isso ficamos apreensivas e fizemos algumas perguntas à criança para saber melhor como a situação ocorreu, mas ao mesmo tempo nos sentimos impotentes para agir efetivamente com aquela família, que de certa forma estava sendo violentada. Ainda não tínhamos compreendido a possibilidade de parcerias com a rede de serviços da cidade e o que era possível fazer em termos de encaminhamentos, contando com o CRAS, o CREAS III, o CAM ou a UBS. Um outro exemplo aconteceu quando, em uma conversa, uma outra criança contou que seu pai havia ido embora de casa; naquele momento ficamos sem reação, mas depois acolhemos o que ela tinha dito.

As crianças que expuseram a situação viram em nós uma forma de amenizar e expressar o que elas estavam sentindo, expressando em tom de “brincadeira” um acontecimento em sua casa ou em uma conversa do cotidiano.

Nossas oficinas eram preparadas com atividades encontradas na internet e com a troca de experiências em outros ambientes, como os Grupos de Dinâmica da Clínica da UEL, mas acima de tudo, eram baseadas nas sugestões das crianças, que sempre colaboram com ideias e críticas. Em alguns momentos, a forma negativa com

que elas recebiam nossas propostas nos fazia pensar nas particularidades do grupo e a classe específica de pessoas que a maior parte das propostas da internet contemplava. Não raro, as crianças estavam agitadas, em conflito umas com as outras, ou, sem constrangimento nenhum, diziam não estarem interessadas na atividade. Nesses momentos, procurávamos compreender o motivo, levando em consideração principalmente o contexto familiar de cada uma delas, oferecendo alternativas ou simplesmente um momento de acolhimento.

Aprendemos, assim, a desenvolver nossa criatividade para as situações de improviso, adaptando e buscando alternativas que eram possíveis ao contexto. Em alguns momentos, a dinâmica da própria oficina não seguia o plano inicial, como quando pensamos em levar vídeos aula para as crianças fazerem origamis, mas elas se organizaram e cada um quis ensinar uma dobradura que conhecia, o que funcionou muito melhor do que o planejado.

Deparamo-nos diversas vezes com episódios de violência, em que as crianças se agrediam durante a oficina, sem o menor mal-estar com a nossa presença. Na maioria dos casos, eram situações em que uma das crianças havia feito uma “brincadeira” com o colega, como falar mal de alguém da família, dizer que ele estava namorando com outra colega, ou ridicularizar roupas e cabelo, o que despertava como defesa de quem foi ofendido, uma postura agressiva e hostil. Nesses casos, sempre tentamos - levando em consideração nossas dificuldades e limitações- explicar o porquê de aquilo não estar correto, e, em casos mais extremos, retirar as crianças da oficina.

É importante dizer que em muitas situações nos sentíamos em um complicado papel, de quem exige algo que está além do que o repertório de comportamentos daquelas crianças podia oferecer. Para uma criança que está acostumada a lidar com suas angustias e dificuldades através da agressividade, porque provavelmente recebeu esse modelo dos pais ou cuidadores, é complexo compreender a dimensão daquela bronca sobre um comportamento já naturalizado. A forma impulsiva, desafiadora e intolerante a frustrações com que as crianças se comportam pode estar relacionada às práticas parentais, à história de interação familiar e à situação escolar. A forma como os pais ou cuidadores interagem com os filhos constitui um fator relevante que interfere no repertório social das crianças, pois quando os pais têm vivenciado cenários de violência e apresentam repertórios insuficientes quanto a dessas habilidades, os filhos também podem apresentar dificuldades interpessoais (PINHEIRO, HAASE, DEL PRETTE, AMARANTE & DEL PRETTE, 2006). Fez-se necessário, então, compreender melhor quem eram as famílias destas crianças e que situações vivenciavam; mais ainda, fez-se necessário compreender a violência

de uma forma mais ampla, entendendo a situação do bairro e começando a pensa-lo na sua relação com a cidade, com as dinâmicas do país, do continente latino-americano e do mundo capitalista financeiro da contemporaneidade.

O bairro em questão começou a ser concebido na década de 80, através da COHAB-Londrina e faz parte do complexo de periferia londrinense, já que a riqueza da sociedade capitalista não se traduz em distribuição equitativa da renda. Segundo o Comitê de Oxford de Combate à Fome (OXFAM 2015), a desigualdade social aparece como fator principal na marginalização de bairros e comunidades das periferias das cidades, países e continentes. Soma-se o nível de pobreza com a baixa escolaridade da população, o afastamento do centro da cidade, a baixa presença da iniciativa privada e a baixa qualidade ou ausência das políticas públicas de saúde, educação, trabalho, cultura, moradia, esporte e lazer e, assim, fabrica-se uma “receita” para o desenvolvimento e aumento do tráfico de drogas nessas regiões, com um alto índice de crianças e adolescentes envolvidos. Os bairros do complexo de periferia que são foco do projeto Recantos de Beleza e Resistencia encontram-se nesta situação.

De acordo com dados da Secretaria de Assistência Social de Londrina, as principais vulnerabilidades da região são a baixa escolaridade da população, alto índice de evasão escolar, renda familiar insuficiente, muitas pessoas inseridas no mercado informal de trabalho, tráfico e abuso de drogas, violência intrafamiliar e pais ou cuidadores presos. Segundo a diretoria desta Secretaria (Assistência Social), a periferia, em que se localiza o projeto em tela, é a mais esquecida de Londrina e, portanto, aquela que a Psicologia pode priorizar nas suas ações, estágios e projetos de extensão. Paradoxalmente, na mesma região se localizam condomínios ricos da cidade, sendo praticamente vizinhos da periferia e demonstrando uma imensa desigualdade de oportunidades.

Observamos na região que as iniciativas públicas têm sido insuficientes para atender às demandas das comunidades; além disso, diversas políticas públicas estão com suas sedes em reforma ou em situação inadequada em comparação com o que preconizam suas diretrizes. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) funciona num prédio cedido pela comunidade, com estruturas que não condizem com as necessidades para um bom atendimento psicossocial: falta privacidade e espaço físico para grupos. Uma das escolas de Educação Infantil da região está interdita após as chuvas de 2015 abalarem a estrutura do prédio; foi proposto o remanejamento destas crianças para outras escolas, porém a comunidade lutou contra esta alternativa, que significava fechar a escola de Educação Infantil do bairro. A escola tem funcionado no pátio da Igreja há pelo menos um ano. A Unidade Básica de

Saúde, também em reforma, foi retirada do bairro e as famílias agora precisam ir até outro posto de referência, o que significa pegar ônibus e ter um gasto a mais ou esperar pelo transporte da Prefeitura, que nem sempre passa nos horários necessários. Algumas atividades da Saúde são realizadas no território, dependendo de lugares que cedam o espaço, como o Ciranda ou alguma igreja.

Apesar da proximidade geográfica com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), o acesso desta população à mesma é escasso e não há na região nenhuma política pública de incentivo à cultura. Os dois centros comunitários da região desabaram devido a chuvas e não foram reconstruídos pela COHAB por falta de verba para tal fim. Ainda de acordo com a Secretaria da Assistência Social, a região tem uma das estatísticas mais elevadas da cidade quanto à violência intrafamiliar. Os bairros também são marcados pela violência decorrente do tráfico e/ou de confrontos com a polícia. Em janeiro de 2016 Londrina vivenciou uma chacina: na madrugada do dia 29 para o 30/01, 20 pessoas foram mortas e pelo menos 15 ficaram feridas, a maioria delas em regiões periféricas, sendo que quatro foram em bairros que este projeto abrange.

O trabalho realizado no Ciranda busca, com o incentivo à cultura e as relações criadas durante o processo, uma forma de prevenção à violência com as crianças e as famílias e também uma forma de desenvolvimento para os bairros. A cultura possibilita desenvolver potenciais que as crianças não têm oportunidades de experimentar, podendo assim encontrar alternativas diante da realidade do bairro (LEÓN CEDENO; MANSANO, 2014). Como mostram diversas iniciativas culturais que funcionam na periferia, a cultura inserida no bairro pode ser uma oportunidade de criar novas relações –mais artísticas e encantadoras– com o mundo, com o corpo, com os lugares, com as pessoas e a partir disso, propiciar processos de transformação da própria realidade.

Em 2015 e 2016 o trabalho da Psicologia no Ciranda passou a expandir seu foco de atuação, não se limitando apenas aos laços construídos durante as oficinas, mas buscando outras formas ampliadas de ação, como o trabalho em rede. Como colocam Meneses e Sarriera (2005), não basta o olhar de um único serviço para lidar com uma realidade social tão complexa e com necessidades e situações tão diversas. Ou seja, uma única política pública não é capaz de atender sozinha um indivíduo ou família, precisando se apoiar nos saberes e diretrizes das outras. Com isso iniciaram-se diversas parcerias e possibilidades. A cada caso diferente que encontrávamos buscamos mobilizar essa Rede, com o intuito de disponibilizar para a criança, adolescente ou família aquilo a que ela tem direito e muitas vezes não sabe, ou o Estado não a

alcançou. Encontramos nesse trabalho uma outra forma de prevenção e combate à violência, uma violência muitas vezes causada pela negligência estatal e caracterizando, portanto, violência institucional.

Os primeiros resultados em rede se fazem prementes: um adolescente que está frequentando o Núcleo de Altas Habilidades/Superdotação pelo seu talento artístico, uma criança que pôde estudar violino gratuitamente durante um ano, outra criança encaminhada à UEL para obter e trabalhar o presumível diagnóstico de dislexia, uma adolescente que volta à escola, um grupo de gestantes que começa em parceria com a UBS e o CRAS de referência, o acompanhamento do trabalho com uma adolescente cumprindo medida no CREAS.

Diante da situação vivida nos bairros e a temática que o projeto se propõe a pesquisar, cabe a reflexão apresentada no filme *Ilha das Flores*: “violência é uma palavra que ninguém explica com precisão, mas que ninguém deixa de compreender”. Segundo Wiewiorka (1997), o que se verifica é que a violência é projetada em direção àqueles que são vistos como marginais, ao mesmo tempo em que os demais da sociedade são inocentados.

De acordo com material de pesquisa produzido coletivamente na comunidade, a não violência se baseia na adoção de valores e na apropriação de espaços na região, como uma maneira de diminuir as relações abusivas de poder. Esses espaços abrem oportunidades de diálogo, em que há a possibilidade de mediação de conflito (ADALBERTO et al., 2001). Dessa forma, entendemos que os oficinairos atuam na Associação Ciranda da Cultura de forma muito semelhante ao papel da Psicologia nas Políticas Públicas. A intervenção não se dá apenas com o indivíduo e seu sofrimento, e sim com a comunidade e seus conflitos, tecendo diversos planejamentos para pequenas resoluções que possuem grandes consequências. O acolhimento não é unilateral, há uma troca constante de sentimentos, olhares, experiências, ações... há trocas, trocas possibilitadas através de uma psicologia denominada comunitária, que é capaz de nos proporcionar uma aproximação com a comunidade, criando e estreitando vínculos (XIMENES; de PAULA; BARROS, 2009).

Nossa aproximação tenta ser a mais humana possível, baseando-se em Spink (2003), que nos orienta quanto a identificação de objetivos mediante demanda, e não via planejamentos superficiais pois, para ele e para nós, a pesquisa parte de uma identificação, mesmo sem saber ao certo como será o caminho e para onde ele nos levará. Ainda para Spink (2008), o pesquisador pode fazer pesquisa simplesmente conversando, sorrindo, ou participando de alguma outra maneira do local. Tal fator

é determinante para a construção da atuação e da sensibilidade ao meio, necessárias para exercer a psicologia no âmbito das políticas públicas.

Dessa forma, entendemos como parte da nossa atuação no espaço do Ciranda a participação dos oficinairos em movimentos dos moradores do bairro em função da busca por seus direitos. Vivenciamos experiências de manifestações contra a retirada da UBS do bairro, a tentativa de fechamento de uma das escolas, e de diversas formas de enfrentamento da violência institucional frequentemente sofrida pelas populações periféricas. A violência policial ficou ainda mais explícita no início de 2016, onde morreram 20 pessoas que moravam em bairros periféricos de Londrina, um dos mortos era da região, onde se localiza o Ciranda.

Além disso, lidamos com a escassez dos recursos de materiais e da própria sede do Ciranda, que acabou de passar por uma mudança, pois seu antigo lar, que era uma casa alugada, se tornou cada vez mais inviável arcar com essa despesa. A 30 metros dessa antiga sede fica o que outrora foi o Centro Comunitário do bairro, um imóvel que estava parcialmente destruído, fechado e sem condições seguras de uso, já que o prédio sofreu com a influencia das fortes chuvas e teve boa parte de sua construção afetada. Dessa forma, os colaboradores do Ciranda se articularam e conseguiram junto à COHAB-Londrina (Companhia de Habitação de Londrina), uma permissão para usar o imóvel em comodato, cedido por tempo determinado, mas com a possibilidade de renovação. Em união dos moradores do bairro com parceiros do Ciranda –UEL, Movimento dos Artistas de Rua, UBS e outras pessoas que se interessaram em participar- foi organizado um mutirão de reforma nas manhãs de sábado, e com ajuda de muitas doações de trabalho e materiais, bem como da organização de um evento que arrecadou fundos para a obra, a casa nova do Ciranda passou a abrigar todas as atividades. A reforma pode ser vista como uma ação direta da comunidade organizada perante a ausência do poder público, mas a partir de um acordo com o mesmo (espécie de redução de danos perante a falta de recursos da COHAB e a determinação da equipe do Ciranda e do bairro), gerando assim relações diferentes entre a própria comunidade e os colaboradores, possibilitando a alguns pais atuarem na construção da nova sede, juntamente aos seus filhos.

Considerações finais

O presente trabalho traz a apresentação da Associação Ciranda da Cultura, localizada em uma região periférica de Londrina e idealizada e coordenada por moradores do bairro. O Ciranda oferece atividades destinadas a crianças, adultos e idosos

da região, que abordam temas como saúde, lazer, cultura e informação, e foi considerado sob os olhares de uma das oficinas, o “Cirandinha”. A oficina é destinada a crianças e usa a criatividade e o artesanato como forma de intervenção.

A partir da discussão de conceitos como Centros de Convivência e sobre a violência periférica, foi traçada uma reflexão sobre a atuação do espaço Ciranda na vida das crianças moradoras do bairro, suas potencialidades e dificuldades de ação, assim como as relações que se estabelecem entre o bairro e a comunidade externa de oficinairos.

O que mais impressiona no dia-a-dia enquanto oficinairos é como as coisas fluem: com formas que tangem o esperado ou o inesperado, as oficinas simplesmente acontecem, de forma espontânea e com uma relação horizontalizada entre todos os participantes, sejam estes a coordenadora, os oficinairos ou participantes do serviço. No campo das relações interpessoais, destaca-se a grande evolução por parte das crianças frequentadoras com relação ao senso de coletividade e interações sócio afetivas, diminuindo a frequência de casos de intolerância e agressividade.

O Cirandinha foi uma oportunidade de adentrar um universo repleto de desafios, dificuldades, realizações e crescimentos, possibilitando aprender na prática a execução de um trabalho cooperativo e integrado. Além disso, permitiu a visualização de um trabalho tecido em rede com diversas esferas das políticas públicas, bem como de organizações e parceiros que potencializam a realização de trabalhos como esse, cujo o único fim é o fortalecimento e bem-estar da comunidade, possibilitando ações de promoção e prevenção em saúde mental, minimizando e prevenindo as violências sofridas pelos moradores do bairro.

Referências bibliográficas

ADALBERTO, et al. **As Organizações Comunitárias do nosso pedaço**. Londrina, Ciranda da Cultura, Dezembro 2001.

GALLETTI, M. C. Uma parte da rede...Os centros de convivência e cooperativas em São Paulo. In: Vieira, M. C. T, VICENTIN, M. C. G, FERNANDES, M. I. (Orgs). **Tecendo a rede: trajetórias de Saúde Mental em São Paulo**. Taubaté: Cabral. Ed. Universitária, 1999.

GONÇALVES, M. G. M. A contribuição da Psicologia Sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas in BOCK, Ana M. B. **Psicologia e o Compromisso Social**. São Paulo: Cortez Editora. 2003 p 277 – 293.

LEÓN CEDEÑO, A. A. L. & MANSANO, S. R. V. (2014). A estrela dançante em nós: Aproximações entre arte e psicologia. **Revista espaço acadêmico**, v.13, n. 153, p 17-25.

LEÓN CEDEÑO, A. A.; ORTOLAN, M.L.M.; SEI, M. B.; **A convivência como promotora de saúde mental**: aproximações entre a Associação Ciranda da Cultura e os serviços de Centros de Convivência. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, no prelo.

MENESES, M P Rangel; CASTELLA SARRIERA, J. Redes sociais na investigação psicossocial. **Aletheia**, Canoas, n.21, p.53-67, jun. 2005 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942005000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 fev. 2016

PINHEIRO, M. I. S.; HAASE, V. H.; DEL PRETTE, A.; AMARANTE, C. L. D.; DEL PRETTE, Z. A. P. Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 407-414, setembro/dezembro 2006.

SPINK, P. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia e Sociedade**,5 (2), 18-42, 2003.

SPINK, P. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia e Sociedade**, Vol. 20, N.1, 2008.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília , v. 29, n. 4, p. 686-699, dez. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 01 nov. 2016.

WIEVIORKA, M., 1997. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, 9:5-41

ARTIGO

HORIZONTALIDADE NAS RELAÇÕES: A CIRANDIZAÇÃO NAS PRÁTICAS DE PSICOLOGIA

Introdução

A Associação Ciranda da Cultura teve o início de suas atividades em 1999, funcionando de modo autônomo e sendo um local de encontros, aberto a todos os moradores do bairro e, inclusive, de outras regiões e cidades. Ali são realizadas oficinas como: Dança do Ventre, Histórias, Alongamento, Brincadeiras, Vozes do Ciranda (oficina de canto), Cirandinha (arte para crianças) Taekwondo e Zumba, bem como o cursinho comunitário UBUNTU e diversos grupos coordenados por profissionais da UBS: saúde mental, tabagismo, nutrição, fisioterapia, caminhada, alongamento, distribuição de remédios e medição de pressão arterial.

A liderança do Ciranda e outras oficinas e atividades estão a cargo da comunidade. As atividades do cursinho comunitário UBUNTU são organizadas por universitários moradores do bairro. Já a oficina de Zumba é conduzida por um morador do lugar e a de Taekwondo é oferecida por jovens que já frequentaram o Ciranda em sua infância.

O Movimento de Artistas de Rua de Londrina (MARL) é outro parceiro importante do Ciranda. Em 2016 ministrou 3 meses de oficinas de Perna de Pau e de Teatro, com belas apresentações desse trabalho no bairro e em diversos pontos da cidade; outrossim, ofereceu 4 meses de cinema para crianças. Outras pontes de comunicação foram feitas com o CRAS do bairro, que tem utilizado o espaço do Ciranda para reuniões e atendimentos; CREAS II e CREAS III de Londrina (parcerias relacionadas a algumas crianças e famílias que fazem parte do Ciranda); CREAS de Cambé (atende uma família que faz parte do Ciranda), NAAHS - Núcleo de Atenção a Altas Habilidades/Superdotação (proporcionando oficinas semanais a um adolescente do Ciranda) e as escolas do bairro (Municipal, trabalhando a sua manutenção no local e Estadual, com estagiários e oficinas).

* Graduada do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina; Londrina-PR, Brasil. E-mail: michele_ganeo@hotmail.com

** Graduada do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina; Londrina-PR, Brasil. E-mail: gallobeatriz@gmail.com

Seis das oficinas supracitadas estão vinculadas ao projeto “Recantos de beleza e resistência: centros culturais ecológicos como iniciativas de prevenção da violência”, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O projeto, que tem 3 anos de duração, conta com a participação de professores e estudantes da universidade que, junto à comunidade organizada, pesquisam no cotidiano do Ciranda (SPINK, 2008) e trabalham em troca construtiva (LEÓN CEDEÑO, 2006), oferecendo oficinas, eventos e atividades como contrapartida da pesquisa. Destarte, visamos contribuir de forma ativa com uma iniciativa potente da periferia, estreitando os vínculos desta com a universidade pública.

Com o objetivo de estudar se o Ciranda e outros centros culturais ecológicos apoiam a prevenção da violência nos seus bairros e, se sim, de que formas e quais tipos de violência, no projeto temos estudado este complexo fenômeno em diversos matizes: violência doméstica, tanto pela perspectiva das agredidas quanto dos agressores; violência contra crianças e adolescentes; redes de prevenção e enfrentamento à violência; violência urbana-tráfego de drogas ilícitas; violência institucional; violência capitalista e sua relação com a saúde mental.

Temos tecido conjuntamente um processo de Psicologia Comunitária do Cotidiano (LEÓN CEDEÑO, 2012), estreitando vínculos com os moradores/as através da *familiarização* (mediante oficinas e passeios), *deteção e priorização de necessidades* no Ciranda (a principal era a necessidade de um novo local), acompanhamento das *realizações* (no caso, os trâmites junto à COHAB para obtenção da nova sede, bem como reconstrução da mesma em mutirão) e *devolução sistemática da informação* (através de vídeo e de reuniões e apresentações no bairro).

Encontramos que o Ciranda produz autoconhecimento, empoderamento e amizade política nas pessoas que nele participam (MEIRA, 2016); que as iniciativas artísticas aumentam a potência dos moradores para criar alternativas à violência e por vezes enfrentá-la, sobretudo a violência simbólica (SKITNEVSKY, 2016); que a potência também aumenta para se contrapor à violência institucional, sendo que o Ciranda demonstrou que trabalha na prevenção da mesma ao ajudar a recuperar a escola de ensino fundamental do bairro, lutar pela recuperação da UBS e reconstruir o antigo centro comunitário (nova sede do Ciranda), bem como ao oferecer um espaço em que era possível falar sobre a violência policial (OLIVEIRA, 2016). Vimos também que é possível prevenir a violência brincando, ou trabalhando de forma lúdica, o que possibilita as crianças novas maneiras de relacionar-se entre si e com os oficineiros, e a partir de todos esses fatos, foi possível analisar os centros culturais-ecológicos como sendo iniciativas de prevenção da violência em diversos aspectos,

podendo ter essa relação devido à criação de espaços ricos de convivência em que ações culturais, esportivas e de lazer combatem o sentimento de invisibilidade que pode estar atrelado à violência, principalmente nos jovens.

Tendo isto em vista, a comunicação que ali se propõe é feita de modo horizontal, ou seja, não hierárquica, sendo que tanto os oficinairos quanto os participantes das oficinas e frequentadores do Ciranda, atuam sobre o espaço, compartilham ideias e opiniões para seu funcionamento potente e saudável.

Tal perspectiva de trabalho pôde ser direcionada para outra área da prática da Psicologia, a da saúde mental no município de Londrina, por meio de um estágio realizado por duas alunas vinculadas ao projeto como oficinairas do Ciranda, através de uma disciplina do curso de Psicologia da UEL, no CAPS Infantil (Centro de Atenção Psicossocial Infantil) da cidade, seguido uma vez por semana em um grupo, com o objetivo de trabalhar uma oficina de contação de histórias com as crianças. Teve-se como perspectiva a comunicação com os usuários do serviço e a participação destes na construção desta prática. O trabalho no CAPS infantil fora supervisionado pela docente também responsável pelo projeto “Recantos de beleza e resistência: um estudo junto a centros culturais - ecológicos como iniciativas de prevenção da violência” e em campo, acompanhado por uma das psicólogas do serviço.

Outrora, segundo Goffman (1974), ao ser admitido em uma instituição total, o indivíduo passava pela “mortificação do eu”, processo pelo qual o “eu” do indivíduo aos poucos ia se fragmentando, resultando na perda da identidade, a qual poderia durar a vida toda. Um primeiro fator que contribui para a mutilação do “eu” é a quebra da ligação entre o interno e o mundo fora das paredes da instituição: não há permissão de saídas do estabelecimento e nem o recebimento de visitas. Assim, cria-se uma “barreira” que divide dois mundos: o papel que o indivíduo desempenhava antes (social) e o atual, de interno, ilustrando-se assim a “perda de papéis”. Hoje, a proposta do serviço dos CAPS é a de reinserção dos usuários ao meio social, de forma que consigam ter mais autonomia em sua rotina, de acordo com suas particularidades, e possam viver e realizar suas atividades com maior promoção de saúde mental e bem-estar.

O trabalho dentro dos CAPS é realizado por uma equipe multidisciplinar da área da saúde, atendendo à usuários assim como suas famílias, realizando-se um trabalho em rede com outras instituições públicas, onde mais uma vez surge a formação da rede de serviços. O público dos CAPS infantil, especificamente, são crianças e adolescentes, trabalhando-se também com os seus responsáveis. As atividades realizadas com os usuários são desde atendimentos em grupo, de acordo com as faixas etárias delimitadas, como atendimento individual, visitas em domicílio, acolhida e plantão.

Assim, a conexão que buscou-se mostrar entre os trabalhos realizados tanto no Ciranda quanto no CAPS infantil de Londrina, foi a comunicação horizontal, que ocorre quando se realizam práticas próximas ao cotidiano dos usuários e profissionais, e como essa horizontalidade pode ser articulada em atuações da Psicologia em setores que, aparentemente, são distintos em sua prática.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a atuação da Psicologia em dois campos de trabalho da área da saúde – um centro comunitário de prevenção e promoção da saúde em nível primário e um CAPS do setor secundário - indicando que a prática desenvolvida no Ciranda é de ganho compensatório no cotidiano de serviço em qualquer estância em que se trabalha, ampliando as possibilidades de conexão entre os usuários-trabalhadores, como por exemplo, no CAPS infantil.

Método

Em ambas as práticas expostas neste trabalho procurou-se, com a convivência, diálogo e observação participante, construir uma relação de proximidade com as crianças e participantes, tanto do Ciranda quanto do CAPSi, utilizando como ferramentas a **pesquisa no cotidiano** (SPINK, 2008) e a **troca construtiva** (LEÓN-CEDEÑO, 2006). A troca construtiva é uma forma de trabalho junto a iniciativas contra-hegemônicas com as quais se passa um período de tempo relativamente curto, porém denso, durante o qual se partilha do cotidiano do agrupamento em questão e, como contrapartida à oportunidade de realização da pesquisa, realizam-se atividades que sejam úteis ao coletivo em questão e também academicamente. As vivências são registradas em diário de campo e a atuação do pesquisador se dá seguindo três princípios: ajudar sem atrapalhar, trabalhar por intercâmbio ou troca e ajudar a fortalecer a rede afetiva dos coletivos até onde seus membros o considerarem pertinente (LEÓN CEDEÑO, 2006). O presente trabalho foi concebido com base na troca construtiva e, portanto, transbordou a proposta de ser apenas um procedimento para se transformar na concepção epistemológica do projeto. A troca construtiva (e não liberal, no sentido de só dar para receber algo em troca), com vistas à construção conjunta e ao intercâmbio, poderia caracterizar uma epistemologia que reconhece a pluralidade dos saberes e o intercâmbio entre os mesmos e que, de

acordo com Boaventura de Souza Santos (2010, p. 53), “confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes”.

A proposta inicial das atividades práticas descritas foi a contação de histórias para crianças entre 6 a 10 anos de idade no CAPS Infantil, e também no Ciranda, sem um limite de idade específico.

As **oficinas no Ciranda**, de Histórias, acontecem às sextas feiras, das 18:00 às 19:00 horas, desde abril de 2014. Inicialmente a oficina era direcionada apenas para a contação de histórias, mas, devido à ampliação de suas atividades, e à demanda das crianças, mudou-se o nome para oficina de “**Histórias**”. Nela são trabalhadas atividades centradas em histórias, mas em diversas modalidades, utilizando leitura coletiva e individual, criação de histórias, encenação, música com histórias, mímicadas, entre outras. No **CAPS infantil**, o grupo que fora acompanhado acontecia às segundas feiras, das 14:00 às 15:00 horas, de maio de 2015 até fevereiro de 2016. Lá acompanhou-se o caso dos usuários, também com a proposta de Contação de Histórias, que mais uma vez fora adaptada. Realizaram-se atividades como apresentação de vídeos, encenação de histórias, trabalho com colagens, dança, desenho do corpo humano (sistema digestório especificamente), entre outros. Pode-se perceber que **modificações foram realizadas** ao longo dos encontros em ambos os serviços, inclusive por sugestão dos participantes, atividades como desenhos, vídeos, jogos, brincadeiras, músicas, encenação e criação de histórias, de acordo com o que cada ambiente possibilitava.

Resultados

No Ciranda, a **apropriação do espaço** pelas crianças se mostrou muito clara, na medida em que, quando uma atividade sugerida não as satisfazia, sugeriam diversas outras e assim uma votação era realizada para decidir o que seria feito em seguida.

Não só nas oficinas mas ainda em **questões políticas e até mesmo burocráticas**, uma parcela dos moradores e dos oficineiros se reúnem no Ciranda em horários que não ocorrem oficinas, para discutir sobre questões que devem ser resolvidas e providenciadas em relação ao espaço. O último exemplo disso foi a mudança do Ciranda, o qual foi **reconstruído** na antigo centro comunitário do bairro, devido à falta de verba para pagar o aluguel da casa na qual se localizava e também, ao planejamento de uma possível edificação de uma rotatória em meados do terreno da mesma; além da participação em reuniões, a reconstrução está sendo, em tempo atual, protagonizada pela população do bairro.

No CAPS infantil, pode-se perceber que esse processo de construção da democracia no cotidiano se mostra um pouco **mais tímido**, se comparado ao exemplo anterior. Nos encontros acompanhados na disciplina prática em questão identificou-se também a participação das crianças, quando estas não queriam realizar uma atividade; neste momento geralmente havia uma “negociação” e votação, estabelecendo-se assim um acordo.

[...] as características do uso das oficinas no campo da saúde mental aproximavam-se especificamente do trabalho artesão, que no seu processo permite uma produção cuidadosa e singular. Uma produção onde há uma integração entre a concepção e a execução somado à vivência autônoma do tempo [...] (GALLETTI, 2001, p. 114).

No trabalho do CAPSi, entendeu-se a **importância da contribuição** na confecção das atividades pelos usuários, envolvendo-os mais e aumentando sua expressão naquele espaço, dando importância à sua produção e opinião nesta construção. Pôde-se observar também que os trabalhos realizados, de maneira a incluir os participantes e usuários do serviço, trouxera maior participação dos mesmos às atividades.

No Ciranda, pôde-se ter maior conhecimento sobre o bairro onde ele se localiza e também confiança, um contato maior com as crianças que participam das oficinas fortalecendo, assim, o vínculo e a comunicação entre todos.

Como exemplificação de como as alunas também foram afetadas e fizeram parte de seu trabalho, uma produção feita por elas referente ao trabalho realizado no CAPS infantil foi feita:

O diferente mundo normal

“Era uma vez um lugar muito, muito distante, distante da cidade, distante dos ditos “normais”, onde haviam pessoas pequenas: pequenas no tamanho, mas não na essência. Tais pessoas pequenas que, por alguns, são vistas como “pessoinhas diferentes” com peculiaridades, para nós são “pessoinhas diferentes” pela sua visão de criança. Peculiaridades estas reunidas em um mesmo local, às vezes nem sabendo o por que. Neste lugar, frequentemente “pessoas grandes”, em tamanho, fazem perguntas sobre suas vidas, propõem atividades que não são muito legais e outras que são mais divertidas, sobre assuntos que mexem com elas, que causam discussão..: - “Aaa, professora, porque é assim, ué! Menina tem cabelo grande e menino tem cabelo curto” - Disse o pequeno Tarzan com suas madeixas na metade das costas.

Conhecemos então as crianças. M.: um garoto que mostrava a violência como reflexo de sua criação. Fora um trabalho mais complicado, porém, mais complicado ainda no sentido da desconstrução de ideias que tínhamos dele: passamos a enxergar com outros olhos seus comportamentos, sendo apenas uma reprodução do que passava em sua casa;

L.: nos mostrou o quanto uma criança tem vontade de ser forte, de não poder ser fraca nem sentir dor; nos fez questionar o quão difícil deve ser para uma criança ter tanto controle de suas emoções, mesmo sendo tão sensível. O que há de errado em sentir dor?

J.L.: aparentemente desatento e despreocupado, é o sarrista do grupo, às vezes sendo um pouco inconveniente, mas quem não gosta de uma risada?

D.: tem seu próprio mundo, e fica tão compenetrado dentro dele, que nos dá vontade de conhecer também!

Y.: inseguro, muito carinhoso, sempre disposto a oferecer sua companhia;

L.: famoso pelo seu apelido de “Tarzan” (lembra de dele? O do cabelão na metade das costas? Então...), difícil de conquistar no primeiro dia, mas no segundo cedeu suas barreiras se mostrando muito carinhoso;

S.: sinônimo de tranquilidade no grupo, tendo seu papel de apaziguador: estava tudo bem.

Com esses pequenos aprendemos a desconstruir. Aprendemos que este lugar “distante do normal” está localizado nas barreiras da nossa cabeça, porque confessamos que, quando entramos lá, uma barreira de (pré)conceito já estava formada, de que seria um lugar completamente diferente, com pequenas pessoas diferentes. E não é que tinha “um bando” de diferenças mesmo???? Mas essas diferenças não passam apenas de coisas normais.

Todo este trabalho neste lugar distante se tornou mágico. Será que fomos encantadas????”

Discussão

Quando se fala em horizontalidade, pode-se pensar em conceitos como a troca construtiva, citada anteriormente, que possui três premissas: **ajudar sem atrapalhar, trabalhar por intercâmbio ou troca e apoiar no fortalecimento da rede afetiva** (LEÓN-CEDEÑO, 2006). Pode-se observar que a participação das oficinas no espaço do Ciranda e no espaço do CAPSi buscou seguir tais pontos indicados pela autora, trazendo contato diferenciado com os participantes, o que possibilitou

maior acesso às demandas das crianças, havendo um enriquecimento e aprendizado de ambos os lados.

O tema ainda permite ampliar seu alcance se for associado ao tema da **clínica ampliada**, que pode ser ilustrado nos trabalhos citados. A clínica ampliada, segundo Filho e Nóbrega (2004), é caracterizada pela intermediação do profissional entre o serviço e os usuários, ou seja, quando o profissional incentiva a participação dos usuários nos serviços, abrindo possibilidades e dando condições para que eles possam contribuir de forma ativa para com o serviço que utilizam, aprimorando-o e participando de sua manutenção para que atenda melhor às suas demandas. Os indivíduos passam a ter, também, maior autonomia, de acordo com suas vivências (MOREIRA, 2007). A manutenção do espaço é possível de ser explicitada no Ciranda, onde há participação atuante e ativa dos participantes. Já no CAPS infantil, pode-se salientar, o que não deixa de ser uma manutenção do serviço, a disponibilidade dos usuários, no sentido de mobilização destes a contribuírem com ideias e interesse.

Spink (2008) traz a noção de **micro-lugares** que, segundo ele, são lugares corriqueiros do dia a dia, do **cotidiano** (barzinhos, salas de espera, corredores), onde acontecem encontros, e que muitas vezes passam despercebidos pelos indivíduos. O autor aposta na importância dos encontros e desencontros, na busca de voltar ao pensamento da psicologia social como prática social, ou seja, uma **participação horizontal** do pesquisador nos encontros que ocorrem diariamente, cotidianamente, com todo seu conteúdo (LAW & MOL, 1995 apud SPINK, 2008). O trabalho com o cotidiano, exposto tanto no Ciranda quanto no CAPS infantil, aponta que, para acompanhar as demandas e o movimento gerado por essa atuação da Psicologia, implica que o profissional se insira, participe, faça parte de seu trabalho, na medida em que lhe caiba, podendo extrair grandes e inusitados resultados.

Considerações finais

Pode-se reconhecer que a atuação da Psicologia nas práticas mencionadas é um trabalho constante com o cotidiano e, muitas vezes (se não sempre), com o inesperado que este elemento traz.

No caso do CAPS infantil, mesmo muitas vezes pelo trabalho possuir uma roupagem aparentemente clínica, deve-se lembrar que é uma prática psicossocial, ou seja, abarca toda a vida do sujeito e os cenários políticos em que vive, lida com inconstâncias do serviço como um todo, onde os profissionais não têm outra opção senão fazer parte, compor junto, em conjunto com seu trabalho. Assim como é no

Ciranda, onde a conexão com as pessoas, com o bairro e com a Associação são os fatores que impulsionam uma prática social e puramente cotidiana. Da mesma forma, o movimento e a consequente mobilização vista nos que ali participam pode ser encarada como uma inserção, imersão no cotidiano.

A possibilidade do espaço de construir e pensar junto é o principal quesito da horizontalidade; podemos perceber que, a partir disso, as potências daqueles com quem está se trabalhando afloram e permitem um melhor desenvolvimento e continuidade deste. E não somente com quem se trabalha, quem está trabalhando também recebe esses ganhos, aprendizagem, respeito, a troca é recíproca. O Ciranda nos ensina a horizontalidade, que pode ser usada no cotidiano das políticas públicas, para construí-las de baixo para cima, com a participação ativa de usuários, familiares, profissionais e comunidade.

Pensamos, então, a “Cirandização” como sendo o nosso trabalho, como uma massa de modelar - que não se seca nem fica estática - podemos estar com uma proposta de produto final, porém, ao se moldar, terá que conter junto todas as características, as demandas e os desejos dos indivíduos que fazem parte da modulação.

Referências bibliográficas

FILHO, N.G.V; NÓBREGA, S. M. da. A atenção psicossocial em saúde mental: contribuição teórica para o trabalho terapêutico em rede social. *Estudos de Psicologia*, n. 9(2), p. 373-379, Universidade Estadual de Pernambuco (PE), 2004.

GALLETTI, M. C. **Oficina em Saúde Mental**: instrumento terapêutico ou intercessor clínico? São Paulo, 2001. Tese (Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo, Perspectiva, 1974.

LEÓN-CEDENO, A. A. **Emancipação no cotidiano**: iniciativas igualitárias em sociedades de controle. 2006. 331 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MEIRA, J. de. O que o Ciranda produz nas pessoas que o frequentam? Cartografia dos afetos e aprendizados em uma associação autogerida. In. **XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH Humanidades**, Estado e desafios didático-científicos. 2016. Londrina. p. 556-565. Anais... Londrina, 2016.

MOREIRA, M. C. N. A construção da clínica ampliada na atenção básica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1737-1739, Julho, 2007. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000700030&lng=en&nrm=iso> Acesso em 19 de Julho de 2016.

OLIVEIRA, G. P. de. O que o Ciranda produz nas famílias das pessoas que o frequentam? Influência de um Centro Cultural-Ecológico nos participantes e seus reflexos nas famílias destes. In. XXV ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEL - ISSN 2447-4118. 2016. Londrina. **Anais...** Londrina, 2016.

SKITNEVSKY, B. Arte no combate à violência: experiências artísticas e culturais no desenvolvimento do potencial criativo-político. In. XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH Humanidades, Estado e desafios didático-científicos. 2016. Londrina. p. 822-831. **Anais...** Londrina, 2016.

SANTOS, B.S. **Por outra globalização**. São Paulo: Record, 2010.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**; São Paulo, n. 20, Edição Especial: p. 70-77, 2008.

ARTIGO

**MOVIMENTO DE COMUNIDADES INTENCIONAIS, FIXAS E
INTINERANTES**

Introdução

Este estudo proporciona ao leitor um esclarecimento sobre a coerência do comportamento das comunidades intencionais fixas ou itinerantes ligadas ao campo da contracultura. Entre os objetivos da pesquisa está à compreensão da situação atual das comunidades intencionais no norte do país e sua mobilidade, visando com isso contribuir para a superação dos estigmas sociais que recaem sobre os participantes dos movimentos culturais herdeiros da contracultura nos anos 60. Fez-se uso de uma investigação etnográfica valendo-se do recurso de observação participante, visitas e entrevistas a comunidades intencionais. Dessa forma, foi possível relatar e compreender a concepção de vida atual no chamado “movimento comunitário alternativo”.

A relevância estabelecida para pesquisa encontra-se na cosmovisão compartilhada por este movimento a nível mundial. Movimento que se dedica a proposta de construção de um mundo que supere a iniquidade das sociedades humanas capitalistas contemporâneas e por isso mesmo busca saná-las harmoniosamente no contexto social global. Um mundo capaz de integrar sua capacidade produtiva com sustentabilidade ambiental e espaços de convivência solidária, mostrando com isso que o movimento não se limitou aos paradigmas que revolucionaram os conceitos vigentes da sociedade ocidental e abalaram o status quo dominante nas últimas décadas do século XX, trazendo importantes transformações sociais e culturais naquele período.

Através deste estudo realizado entre os anos de 2012 e 2013, constatamos que o movimento amadureceu durante o processo de mais de cinco décadas de reflexão, transformação e inovação, resurgindo como movimento atualizado, forte e reestruturado. Em silêncio, este movimento que hoje está organizado como rede, expandiu-se por todo o planeta, pois ao contrário de seus predecessores, soube utilizar os recursos oferecidos pelo sistema, como as novas ferramentas tecnológicas de

* Graduado em Nutrição pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade Federal de Roraima UFRR.

comunicação, o que possibilitou organizarem-se em uma rede mundial de troca de informações, expandindo e fortalecendo o movimento.

Outro fator relevante desvendado neste estudo foi a constatação de que este movimento segue impulsionando, consciente ou inconscientemente, o andar silencioso de uma revolução econômico-cultural pacífica, criativa e em eterna reciclagem na inteiração do ser. Inserida em suas práticas anti-fordistas e anti-consumistas de simplicidade voluntária, tais como a reciclagem de materiais e alimentos, incentivo a produção para o próprio consumo da comunidade, criação de moeda solidária entre outras práticas libertárias de trocas e autogestão, de verdadeira solidariedade criativa, corroendo as bases do atual sistema capitalista escravagista e depredador.

Muitos dos integrantes deste movimento atuam ativamente denunciando práticas nocivas de destruição e desrespeito à vida e ao planeta como um todo (Pachamama), contestando de diversas formas o “*establishment*” através do exemplo vivo e cotidiano da possibilidade real de se levar uma vida de melhor qualidade e de baixo consumo, livre das amarras sociais ilusórias promovidas pelos meios de comunicação de massa que por fim escravizam o cidadão através da cadeia infinita e insustentável de produção e consumo desenfreados, promotora de valores individualistas, causadora de frustração, infelicidade e conseqüentemente redução da qualidade de vida da sociedade que por escolha própria ou não, vive inserida neste sistema.

Podemos también referirnos al anarquismo, que fue ampliamente rechazado por la mentalidad política moderna, precisamente debido a su desconfianza de todo poder establecido aplastante. Ahora bien, el pensamiento libertario, bien definido por Elisée Reclus como “el orden sin el Estado”, acentúa la importancia de la sinestesia interna del mundo natural y social. Es decir, de un orden que no es impuesto desde el exterior sino que se realiza por medio de la adaptación espontánea de los individuos entre sí. Se trata en cierto modo de un “orden de las cosas”. Tal espontaneidad puede parecer, en el mejor de los casos, utópica; en el peor, estúpida. Sin embargo encuentra un eco en la sensibilidad ecológica contemporánea al presentar una repulsión instintiva contra toda manipulación o poder exterior -económico, político, científico y confiar mucho más en la propensión natural que caracteriza a la auto organización natural o social. (MAFFESOLI, 2004. p. 72)

Como amostra a ser investigada nesse trabalho, buscamos compreender a situação atual de algumas das comunidades intencionais no extremo norte do Brasil assim como os viajeros que a compõe ou por aí circulam.

- Comuna Espaço

(...) as comunas oferecem à pessoa a oportunidade de ser ela mesma de modo total e integrado, oportunidade raríssima na vida moderna. Todos os atributos do indivíduo tendem a ser valorizados. A força física, as habilidades... (ROGERS, 1976 p. 156)

Em Boa Vista – RR existem poucos espaços de concentração e apoio aos viajantes e pessoas que buscam vivenciar comunidades urbanas onde se compartilham muitos dos ideais originados do movimento de Contracultura, a uma das mais representativas delas no momento é a Comuna Espaço, eleita como o primeiro objeto de pesquisa deste artigo.

Optei como metodologia de pesquisa nesta investigação, utilizar como recurso um acompanhamento intermitente prolongado, realizando visitas periódicas no decorrer dos anos de 2012 e 2013, com o objetivo de acompanhar as possíveis transformações na dinâmica da comuna, assim como das pessoas que por ela transitam. Utilizando os métodos de abordagem próprios da antropologia como, observação participante e aplicação de entrevistas abertas e dirigidas com moradores e visitantes desta comuna. Percebi nas primeiras visitas, uma considerável diferença em relação às comunidades rurais investigadas neste trabalho, principalmente na dinâmica e no perfil de quem aí vive ou frequenta este espaço. A Comuna Espaço assemelhava-se no princípio desta pesquisa ao que constatei na breve experiência que tive na Comuna Okupa, em Barcelona – Espanha: Um fluxo intenso de pessoas que muitas vezes não alcançavam uma verdadeira integração entre os que ali compartilham o espaço. Percebi a existência temporária de pequenos grupos ou mesmo indivíduos fechados que, por diferentes motivos, não se integravam por completo ao todo, fugindo assim de uma das propostas desta comuna, que seria praticar sem restrições o aprendizado da convivência em grupo, aprende a aceitar o outro como ele é, ampliando a prática de relacionamento humano. Conforme o depoimento de Sidartha, um dos moradores da comuna na visita de julho de 2012, relatou suas vivências em sua larga experiência de convivência em comunidades alternativas desde a década de 1970. Viveu em diversas comunas na Venezuela (seu país de origem), Índia, México, Guatemala, Peru e agora Brasil. Na ocasião da entrevista, sentia-se estigmatizado pelos demais por ser muito espiritualista, afirmando que por essa razão encontrava-se isolado, pois no momento a comuna era composta por grupos fechados que ignoravam aos demais. Em entrevista com outra moradora na mesma ocasião esta argumentou que todos se auto ajudavam na comuna e compartilhavam o que possuíam, menos Sidartha que não colaborava nem compartilhava nada com os outros, segundo ela, ele sentia-se superior espiritualmente, “um xaman”, evitando o contato com os demais, esta era a razão de seu auto isolamento. Tal situação refletia a falta de alteridade de ambas as partes que a comuna enfrentou neste período, rompendo a harmonia desejada. Durante as próximas visitas a Comuna Espaço fui constatando através de conversas e entrevistas com os que ali estavam no momento, a grande diversidade de objeti-

vos que levava pessoas a compartilhar este ambiente comum. Motivados pela busca de liberdade, de aprendizado, do encontro das inúmeras manifestações da “arte callejera”¹, desenvolver a espiritualidade, e até mesmo por não ter que pagar pela hospedagem.

Assim como houve fases de pouca harmonia na comuna, surgiram outras de extrema integração entre os que ali compartilham seus sentimentos e saberes, em um clima de cooperação e amor incondicional ao próximo na troca de energia entre todos. Como fruto desta integração e a vontade de cada um em compartilhar suas aptidões, floresceram várias criações coletivas, oficinas de variadas práticas, conforme os saberes de quem compartilha seus conhecimentos. Surgiram oficinas de danças, yoga, meditação e outras terapias orientais, assim como oficinas de grafiteamento, malabarismo, práticas circenses, prática de renascimento, construção de instrumentos musicais, culinária típica de diversos países.

Conforme o depoimento de uma das moradoras mais antigas na Comuna, este espaço foi criado com o objetivo de fazer circular o amor incondicional entre seus integrantes como também divulgar essa prática para quem se interesse em viver de uma forma mais humana e solidária que a oferecida em nossa sociedade atual. Bibliotecária mestre em políticas públicas Ângela Moreira Silva, que veio para Roraima para trabalhar por sua paixão pela Amazônia, vive nesta comuna a aproximadamente um ano e meio, sempre desenvolvendo atividades ligadas a uma perspectiva espiritualista de cunho oriental, muito contente com sua opção de vida, afirma que o que mais lhe atrai na vida em comunidade, é o desafio de aceitar o “outro”, um exercício constante de alteridade que lhe proporciona um acelerado crescimento espiritual vinculado a prática do desprendimento, o que lhe traz conforto e realização pessoal.

Esta comunidade, como boa parte das comunas, não dependem de um líder fixo, se autogestiona em um sistema anárquico de compartilhamento de decisões e atribuições necessárias entre os moradores e colaboradores do momento. Sua dinâmica de rotatividade varia conforme a estação do ano, famílias e casais de viajantes² são os que geralmente permanecem mais tempo, o que em média pode variar entre uma semana e um ano ou mais. Mas sempre as pessoas vêm e vão. Atualmente na Comuna Espaço há uma diversidade de linhas de pensamento de tendências espiritualistas, culturais, musicais entre outras que convivem em perfeita harmonia, esta variação se dá conforme as pessoas que lá estão compartilhando o espaço no momento.

Segundo as palavras de Ângela em seu depoimento, no passado houveram momentos que a energia que prevalecia era a “energia bebum”³, acompanhada de pe-

¹ Arte de rua.

² Termo usado para identificar quem viaja nesse ritmo, geralmente de comuna em comuna.

³ Usuários de bebida alcoólica.

quenos casos de violência leve, pois a comuna era muito permissiva. Através de reuniões foram eliminando esse tipo de prática. “*A energia do álcool é muito complicada, resolvemos conversar com os que chegavam para conscientizar sobre os objetivos que queremos alcançar neste espaço*”. Não que o álcool seja proibido, mas seu uso é atrelado à consciência e respeito dos integrantes que lá frequentam.

Mudanças importantes ocorreram no decorrer deste estudo, uma delas foi a saída das dependências da comuna de uma família que foi aceita para dividir o espaço, não por comungar com os valores na construção de um ambiente humanizado, mas por dificuldades financeiras, inibindo o surgimento de um relacionamento criativo, verdadeiro e harmônico entre os moradores e viajeros que frequentam a Comuna. Na sequência, outra mudança importante ocorreu neste ano em relação à energia do espaço, foram derrubados alguns muros e paredes de separação de ambientes da casa, o que ampliou o espaço comunal, desfazendo barreiras físicas e psicológicas antes existentes. Ângela refere-se a esta transformação da seguinte maneira:

(...) se soubesse antes, do bem que isso trouxe para o coletivo, teria derrubado as paredes há muito tempo. Sem paredes cresceu o espaço comunal, a cozinha está aberta a todos, as refeições são realizadas em conjunto, isto mudou a energia da comuna.

Complementando a explicação do sentimento de alívio e liberdade compartilhado pelo grupo na derrubada de paredes na comuna, cito aqui a definição de opressão divulgada na Internet por um autor desconhecido:

Opressão é uma rede de forças e barreiras que não são acidentais nem ocasionais e, portanto, são evitáveis, mas relacionadas sistematicamente de forma a prender as pessoas dentro e entre elas, restringindo e penalizando o movimento em qualquer direção. A experiência de ser oprimido é similar à experiência de ser enjaulado. Todos os caminhos, em todas as direções, estão bloqueados. (autor desconhecido)

Em este Espaço alternativo, toda vez que chega um novo viajero, o grupo anfitrião pede para que compartilhe seus saberes e aptidões, o que possa repassar para os demais, proporcionando a integração ligada à troca de conhecimentos e culturas, prática esta que dissipa os conflitos e possíveis preconceitos permitindo maior aproximação e aceitação do outro.

...yendo más allá de las instituciones (o al menos sin ser esclavos de éstas), unos y otros resaltaban la importancia de la experiencia vivida y del sentido de lo concreto que ésta podía inducirles. Es precisamente esto lo que está en juego en las tribus posmodernas, donde la desconfianza en las ideologías y en los grandes valores universales camina paralelamente

a una innegable generosidad, aun cuando ésta presenta ciertos matices anémicos y algo inconformes. Tanto en la efervescencia de las situaciones subversivas como en el tren de la vida cotidiana, se expresa, oculto, un poderoso intercambio simbólico, donde lo material y lo espiritual encuentran un lugar, donde la imaginación y lo real se entienden, y sobre todo, donde, independientemente de su raza, su ideología, sus convicciones, la consideración del próximo es primordial. Se puede decir que tal tolerancia, que hay que considerar aquí con toda su fuerza afirmativa, es verdaderamente la consecuencia directa de una libertad de pensamiento, o de un nomadismo que ya no se percibe confinado a ninguna institución sino que tiene su origen en un enfrentamiento común con el destino que es ahora vivido de manera prosémica. Todo esto es lo que, quizás, constituye el poderío de una socialidad que ya no toma en cuenta los anuncios catastróficos o las crispaciones dogmáticas y que se da a conocer, con insolencia, jubilosamente, a través de todos esos fenómenos sorprendentes (...) que resulta imposible reducir a la concepción económico-política de mundo moderno. (MAFFESOLI, 2004. p. 73/74)

- Sítio Mãe Natureza.

Foi durante uma visita a Comuna Espaço que conheci a Darlene, uma pessoa muito simpática de aproximadamente 26 anos, nascida no interior do município de Iracema em Roraima. Busquei contato com ela por indicação de outros viajadores que entrevistei e que, haviam comentado sobre uma comuna em formação no interior do estado, mais precisamente na localidade de Ajaraní, e que Darlene era uma das que estava à frente do processo.

Darlene, Estudante de Comunicação Social, trás como bagagem dois anos de convivência na Comuna Espaço e em outros espaços coletivos desde 2006. No início do ano estive pela segunda vez, e desta por um período de 40 dias na Comuna da Ilha dos Macacos. Em entrevista referente à nova comuna em Ajaraní, Darlene disse que após o falecimento de seu pai, herdou o lote de terras onde nasceu. Situado em uma vicinal distante, à aproximadamente 60 quilômetros da sede do município de Iracema, Sua mãe resolveu viver na cidade e ela e seu irmão Adair, topógrafo de profissão, que compartilham os mesmos ideais e possuem uma boa experiência de convivência solidária em comunas, optaram por transformar as terras herdadas da família em uma nova comuna no estado de Roraima. Foi então que nasceu a semente da comunidade, que até então não tinha tido a oportunidade de conhecer, “Sítio Mãe Natureza”, uma ideia surgida em conjunto com mais pessoas que vislumbraram nesta oportunidade, a criação de uma nova comunidade intencional rural no norte do país.

Para tanto, mantiveram a antiga casa de madeira construída por seu pai na beira da vicinal como ponto de recepção e apoio, enquanto organizam um local dentro da floresta. Utilizando-se de técnicas de permacultura e saberes tradicionais dos povos

da selva, está em construção um grande “malocão” para servir de base de convivência da nova comuna. Através de plantio baseado na agricultura orgânica e ecológica, a comuna já produz muito dos alimentos ali consumidos, pois, nas palavras de Darlene: “(...) *ainda não alcançamos uma autossuficiência alimentar, mas estamos colhendo muito do que plantamos, além da castanha, açaí, patuá, que coletamos na mata para o próprio consumo*”.

A comuna Mãe Natureza consiste em um lote de 20 hectares de Mata alta nativa com terras muito férteis, situado na região de Ajaraní, muito próxima ao limite da Área Indígena Ianomâmi, região pouco explorada economicamente. Somente neste último mês é que passou a receber investimentos de infraestrutura a partir do estado (estradas trafegáveis e promessa de instalação da rede elétrica). Essa “ilha ecológica”, por ser uma região de selva amazônica, é povoada por uma biodiversidade imensa, pois segundo Darlene:

“convivemos diariamente com araras, papagaios, cutia, tatu, anta, tamanduá e até veado. Por ainda não haver energia elétrica, torna-se difícil levar adiante nosso projeto de sustento, pois nossa proposta é de além de produzir alimento para o próprio consumo, também é de produzir algo para comercializar, queremos por em prática a fabricação de polpas de frutas e produtos derivados da mandioca, o que necessita de energia para mover alguns aparelhos e resfriar os produtos”.

Segundo Darlene, a energia é muito importante à comuna por proporcionar o acesso a internet, o que facilitar a comunicação com o resto do planeta, pois não buscam o isolamento e sim manter um fluxo direto de pessoas e intercâmbio de conhecimentos, participando assim desta rede mundial de comunidades intencionais. Na entrevista que realizei com Darlene, ela relatou que:

“Estamos sempre recebendo gente, agora mesmo está morando com a gente um viajante venezuelano, mas as comunas são muito dinâmicas, há momentos que chegam quatro ou cinco pessoas dispostas a ajudar na estruturação da comuna, semana passada construímos um fogão de barro para o malocão”.

Um dos propósitos da comuna é de desenvolver um trabalho de conscientização entre os moradores da região, principalmente por ser uma região de muita floresta virgem e pelo fato dos antigos e novos moradores não possuírem uma noção de preservação ambiental ou de agricultura ecológica e sustentável, pois eles partilham a “cultura” de derrubar a mata nativa, queimar e plantar pasto para alimentar o gado, sem se dar conta que podem viver muito melhor, inclusive economicamente, tirando

o sustento da própria biodiversidade da região, sem agredir e em harmonia com a natureza, seguindo as palavras da entrevistada:

“devemos ser proativos, mostrar um caminho diferente através de cursos de capacitação, utilizar nosso exemplo como modelo de sustentabilidade, transformando também o conceito que os moradores da vizinhança tem sobre nós, pois dizem que somos hippies e estranham a quantidade de estrangeiros que transitam pela comuna”.

No interior da mata da Comuna Mãe Terra e em terras vizinhas, foi encontrado por um visitante da comuna, um “sítio arqueológico” contendo bacias de polimento, machadinha de pedra e vários tipos de cerâmica pelos quais Adair demonstrou muito interesse e está organizando as peças em prateleiras com o objetivo contatar um instituto de pesquisa arqueológica para que venham datar e catalogar este material. Conforme o resultado, a ideia é solicitar a criação de uma área de preservação na região, protegendo assim, tanto o sítio arqueológico quanto a floresta nativa da devastação que está avançando em terras próximas a comuna. Antes de partir de viagem a sua comuna em companhia de mais duas meninas que estão morando na Comuna Espaço, declarou:

“Eu morava aqui na cidade, trabalhava e estudava, mal tinha tempo de curtir meu filho, levava uma vida muito sofrida, deprimente, não suportava mais de tanta pressão. Foi então que decidi fazer um balanço do que estava vivendo, decidi dar um tempo e viver o aqui/agora. É uma ilusão pensar que vou estudar me formar em quatro anos e viver tranquila. Não é assim, você deixa de viver o hoje. Um dia quem sabe eu volto, mas por enquanto quero viver o agora”.

- Comuna Ilha dos Macacos

Por sugestão de um amigo, fui visitar uma comunidade intencional alternativa situada no estado do Pará, município de Santarém, próximo à vila de Alter do Chão. Após uma viagem cansativa desembarcamos com chuva no aeroporto de Santarém, mais uma hora e meia de ônibus e estava no porto de Alter do Chão, pronto pra atravessar o Lago Verde e chegar ao meu destino. Após comprar alguns mantimentos necessários para meu tempo de estada na comuna logo embarcamos, Manoel, o único catraieiro⁴ que se dispôs a levar-me, levava consigo mais um passageiro que ficaria na ilha do Amor, localizada em frente à vila de Alter do Chão. Deixamos então seu amigo e seguimos rumo à ilha dos Macacos, atravessando para isso o imenso Lago Verde. Foi nesse momento que percebi a beleza e magia do lugar em que esta-

⁴ Barqueiro.

va, como complemento da sensação de bem estar, Manoel ia me falando durante o caminho de histórias e lendas que sabia sobre o lago, entre elas explicou que o lago é alimentado por cinco igapós e o igapó dos Macacos, nosso destino final, era um deles.

Navegamos por quarenta minutos rumo a noroeste, quando pouco a pouco nos aproximamos do igapó, visivelmente o lago foi afunilando até chegar ao extremo de termos que apagar e levantar o motor para continuar o percurso com remos, no cuidado de não danificar a hélice do motor. Foi então que percebi que não era necessária uma catraia especial para chegar à ilha dos Macacos, mas sim um catraieiro especial, tão especial quanto o lugar.

Submerso no encanto do momento mágico que vivia não pude mensurar o tempo que levamos remando sobre a transparente água do igapó que refletia a vegetação ribeirinha margeada pelas clareiras de céu azul, até atracarmos em uma praia deserta de areias brancas.

Manoel prontamente me ajudou a desembarcar e apontando para uma trilha a beira do igapó, me disse que seguindo aquela trilha por aproximadamente quinze minutos chegaria à casa de Lewin. Este foi o meu primeiro contato com os “Macacos”. Peguei a trilha de areia molhada por dentro da mata que margeava o igapó e caminhei no silêncio do canto dos pássaros e do rugir dos macacos, me sentindo em paz e harmonia com o lugar. De acordo com a recomendação de Manoel, passados quinze minutos de caminhada, avistei da margem do igapó na qual caminhava, uma maloca em estilo palafita à frente, percebi que não havia ninguém, mas que a uns vinte metros dali se podia ver uma barraca de camping com pessoas conversando dentro, a portas fechadas.

Resolvi não interferir naquele momento e procurei um lugar para descansar da noite infernal passada entre o avião e aeroporto, Em baixo da palafita, havia muitas palhas de coco Curuá⁵ bem distribuídas para confecção de telhados, pensei, “é aqui mesmo” e me deitei para recuperar os esforços desprendidos no percurso. Ao despertar avistei um casal subindo uma trilha em direção ao mato e observando com atenção, percebi que havia uma maloca lá no alto, no final da trilha. Levantando rapidamente, segui-os no intuito de me apresentar aos moradores do local. Quando cheguei à maloca, encontrei Lewin, Carol, Rodrigo e Eloisa que não hesitaram em mencionar sua curiosidade ao ver-me dormindo sobre as palhas, esses membros da comuna estavam questionando uns aos outros sobre o fato.

⁵ Espécie de coqueiro da região.

Conversamos um pouco, ao sabor do delicioso pão integral feito por Lewin, momento em que me apresentava e expunha o objetivo da visita enquanto eles me explicavam algumas características da comunidade; quantas pessoas moram e a sua distribuição nos 05 hectares de terra por eles habitada.

Tive a sorte de chegar no dia em que estava marcada uma reunião interna entre todos os moradores para resolver questões relacionadas à comunidade e principalmente aos visitantes. No momento que abriu o sol, hora combinada para reunião, Lewin bateu forte e repetidamente um tambor, anunciando aos demais membros da comunidade a hora de reunirem-se. Logo após caminhamos todos por uma trilha estreita que cruzava a mata até a “Maloca da Macaca”, local determinado para reunião.

A Maloca da Macaca é um amplo espaço coberto de palha onde funciona a cozinha comum a todos, onde se prepara a comida e fazem as refeições comunitárias entre moradores e visitantes, como também nessa mesma maloca é que as pessoas se reúnem para atividades culturais. Ela é dotada de instrumentos musicais, uma pequena biblioteca, ferramentas e material para escrita e pintura.

A reunião cuja participação me foi concedida como visitante pesquisador, era a segunda do grupo dês da fundação oficial da Comuna. Fui informado na ocasião que as reuniões não são de caráter periódico, mas sim atribuídas às necessidades ou ocasiões específicas. Foi meu primeiro contato com todos os integrantes desta comuna, gente alegre, bonita, emanando tranquilidade e paz. Em um clima de harmonia, abordaram-se temas relacionados a melhorias na convivência do grupo de moradores, onde percebi a preocupação sobre a melhor forma de comunicar aos visitantes desinformados o padrão de conduta almejado na comunidade, o modo de vida ali existente.

Para melhor possibilitar o esclarecimento aos visitantes, foi solicitado que todos escrevessem um texto sobre a vida na comunidade, sob o tema: “Quem somos”. Após uma larga conversa sobre a elaboração e aplicação de regras básicas de relacionamento para os visitantes, questionou-se a validade e os perigos de tal “ares de normatização” que poderia opor-se a proposta idealizada por se tratar de uma comunidade com princípios anárquicos de liberdade. Por fim, baseado em experiências anteriores com visitantes, decidiu-se entre os presentes por estabelecer algumas regras básicas de convivência aos recém-chegados, evitando assim gerar algum tipo de desarmonia neste espaço. Experiências recentes com visitantes causaram alguns descontentamentos aos integrantes da comuna, embasando a proposta de preservar o silêncio da noite e o não uso de sabonete nas águas do igapó.

Um dos presentes sugeriu a frase referente ao silêncio: “Lembremo-nos dos outros, das crianças, dos animais e respeitemos as energias”, já outro membro da comunidade mencionou: “Depois do por do sol, relaxe e baixe o volume”. Outros textos foram solicitados, sendo que a cada um dos membros foi atribuído um determinado tema para novas regras, assim distribuídos entre eles:

- Lázaro se encarregou de tratar sobre a alimentação: “trazer mercado da cidade”;

- Natália ficou responsável pelo ecossistema: “Não utilizar sabão no igapó nem permitir o funcionamento de motores de barco nas proximidades da comunidade”. (item sugerido por mim);

- Heloisa abordará sobre o lixo inorgânico: “Levar o lixo de volta quando sair da comunidade”;

- Tainá ficou responsável pela divulgação das oficinas: “oficina de circo, yoga, massagens. etc.”

- Manu organizará os anfitriões, cada semana um morador ficaria encarregado de receber os visitantes;

- Carol responderia pela organização dos almoços comunitários, ficando estipulado que toda às segundas-feiras no almoço haverá troca de ideias entre os moradores;

- À Lewin foi atribuído elaborar um texto sobre o manejo e uso do composto orgânico⁶.

Também foram estipuladas neste pequeno encontro, algumas regras de convivência para os visitantes desavisados, tais como:

- Antes de convidar alguém para conhecer a Comuna, os visitantes devem consultar um dos moradores para aprovação;

- Todos devem cuidar das ferramentas e material que está à disposição para uso coletivo: Sujou-lavou, quebrou-consertou, perdeu-substituiu;

- Todos estão livres para inventar, fabricar, pintar e melhorar o esforço coletivo;

- O espaço coletivo é de todos e para todos, cuide bem dele porque outros virão e poderão compartilhar como você.

Outras decisões de organização der caráter interno da comuna foram:

- A maloca da Macaca deixa de ser local de moradia de Tainá e Jaques, para tornar-se exclusivamente um espaço de encontro na comuna e cozinha coletiva para moradores e visitantes;

- A maloca “Cogumela” torna-se espaço exclusivo para abrigar os visitantes;

⁶ Técnica de reciclagem do lixo orgânico, transformando em adubo.

Foi nessa oportunidade que pude conhecer ou ao menos ter uma primeira impressão de cada integrante da comunidade, dos quais relato alguns dados básicos no decorrer deste trabalho.

A Comunidade da Ilha dos Macacos consiste em um espaço semi-isolado do distrito de Alter do Chão, município de Santarém - PA, onde hoje vivem cinco famílias que optaram por conviver em comunidade de forma solidária sob um sistema anárquico em um espaço de natureza virgem, buscando uma total harmonia entre homem e natureza, respeitando toda e qualquer forma de vida, buscando interferir o mínimo necessário para a sobrevivência do grupo no processo harmônico entre os seres que aí habitam. Todas possuem sua casa, construídas, ou em fase de construção, por eles mesmos, utilizando somente matéria-prima do local segundo os preceitos e técnicas de permacultura e nenhuma possui portas ou paredes, como também compartilhando espaços comuns de intensa convivência.

Tem-se como proposta na elaboração de construções ou qualquer tipo de intervenção no espaço da comuna, a utilização de métodos não agressivos ao meio ambiente, como permacultura, energia solar, composto orgânico, banheiro seco, etc., na intenção de minimizar os impactos da presença humana com os seres que compartilham o mesmo espaço, pois em sua concepção, o homem é só mais um ser neste meio, seu verdadeiro habitat natural.

Adeptos a prática de uma alimentação natural rechaçam de todo os produtos químicos e geneticamente modificados, plantando pequenas hortas e praticando a pesca artesanal de subsistência. Devido à má qualidade do solo nesta região, não obtiveram sucesso na tentativa de plantio que garanta a autossuficiência alimentar.

Por este motivo, ainda dependem da comercialização de seus produtos para compra dos alimentos que não produzem. No intuito de resolver esta situação, almejam adquirir outro terreno em região próxima à comunidade, que seja de solo fértil. Produzem artesanatos, flautas, pão integral, ministram oficinas e apresentam-se como malabaristas nos semáforos de Santarém. A produção é familiar ou individual, bem como a comercialização dos produtos.

Levam uma vida completamente desprendida do material, possuindo somente o que é realmente necessário para viverem saudáveis e com conforto básico. Como gerador de energia elétrica a comunidade possui painéis solares, sendo utilizada no bombeio de água para as casas, alimentar seus notebooks e carregar uma bateria que serve como combustível de um motor elétrico utilizado para mover um dos barcos da comuna.

Optaram pelo não uso de aparelhos de televisão e rádio, evitando assim as consequências maléficas do “lixo midiático e cultural” e propagandas indutoras do consumismo, provenientes destes meios. Optaram também por um sistema de iluminação móvel, que permite o deslocamento pelos caminhos por dentro da mata que separa as casas. Trata-se de lanternas que contém uma pequena chama oriunda da combustão de óleo vegetal, sem interferir na paz resultante do escuro da noite.

Eles possuem transporte próprio, dois barcos (“catraias”), movidos à energia solar, remo ou motor de cauda, sendo de livre acesso a quem queira deslocar-se a vila. Esta grande família, até então, divide-se em cinco casas, distribuídas considerando o critério de famílias nucleares.

Lewin, de nacionalidade alemã foi o primeiro morador neste espaço, antes da criação da Comuna, ele comparte a casa com Carol, sua companheira nascida em Minas Gerais e seus filhos, Awá, filho do primeiro casamento de Carol, e Anik filho dos dois, ambos nascidos de parto natural em casa, na própria comuna. Além das diversas atividades na comuna, produz uma grande e criativa variedade de pão integral para consumo e comércio, além de coleta de mel regional, contando hoje com oito caixas de abelha que circundam sua casa. Para consumo interno, produz uma variedade de verduras em uma horta suspensa e um delicioso “cupulate”⁷. Desloca-se a vila de Alter, em sua catraia, de três a quatro vezes na semana para fazer algumas compras e comercializar seus produtos. Já Carol, veio morar na ilha dos macacos 2009, pedagoga, hoje está se especializando em educação humanizada através de um curso a distancia promovido pela conceituada Escola da Ponte⁸ em Portugal, com o objetivo de promover uma educação diferenciada as crianças da comuna. Como projeto, pretende estender esse modelo de educação infantil a vila de Alter do Chão, criando uma escola baseada nestes moldes para a numerosa comunidade de pessoas que vivem em Alter e também buscam uma vida mais humanizada.

Como evitar que as crianças se prendam as semióticas dominantes ao ponto de perder muito cedo toda e qualquer verdadeira liberdade de expressão? Sua modelagem pelo mundo adulto parece efetuar-se, de fato, em fases cada vez mais precoces de seu desenvolvimento, especialmente por meio da televisão e dos jogos educativos. Uma das contradições internas dos empreendimentos ditos “escola nova” reside no fato de que elas limitam muito frequentemente suas intervenções ao nível das técnicas da aquisição da linguagem, da escrita,

⁷ Chocolate elaborado com as sementes de Cupuaçu.

⁸ **Escola da Ponte**, é uma instituição pública de ensino, localizada em Vila das Aves] e São Tomé de Negrelos, em Santo Tirso, no distrito do Porto, em Portugal, que proporciona aprendizagens a alunos do 1.º e 2.º Ciclo, dos 5 aos 13 anos, entre o 1º e o 9º ano, cujo método de ensino se baseia nas chamadas Escolas democráticas e numa educação inclusiva.

do desenho, etc... sem intervir no motor desta modelagem cujas técnicas não são senão um dos agentes. (GUTTARI 1987.p. 50)

Distante uns cem metros da casa de Lewin e Carol, cruzando a mata encontra-se o Circo e casa onde vivem Manu, Ivan e Pacha Esperanza, local construído por eles mesmos onde se oferecem em ocasiões especiais, oficinas de circo, trapézio entre outras atividades do gênero. Manue, uma linda pessoa com uma trajetória de vida interessantíssima, uma das idealizadoras desta comuna, me concedeu uma entrevista representando o grupo onde conta sua trajetória de vida e fatos relacionados à comuna, comparte o circo onde vive com seu companheiro Ivan, quem sempre alegrou as tardes de convivência na maloca da Macaca como excelente músico, Trapezista e malabarista que é. Além das funções compartilhadas na comunidade, vivem de apresentações e trabalhos de malabarista em semáforos de Santarém. Tem como projeto, comprar um barco para realizar transporte de passageiros e passeios turísticos partindo do porto de Alter do Chão, garantindo-lhe maior estabilidade econômica. Pacha Esperanza, filha dos dois, também nasceu na comuna, de parto natural assistido por uma parteira indígena da região, Pacha é a pessoa mais alegre que conheço, verdadeira esperança de vida em Macacos. Próximos ao circo Tainá e Jaques estão construindo sua casa, as palhas que deitei para descansar ao chegar à comunidade, fazem parte da imensa quantidade de palhas (folhas) de coco Curuá que foram destinadas a cobertura da casa de Tainá, Enquanto Jaques ocupava-se com a difícil tarefa de coleta de palhas para cobertura de sua casa, caminhando quilômetros dentro da mata para encontrar as que estavam no ponto certo de coleta e carregando grandes feixes nas costas até chegar de volta ao local da construção, Tainá dedicava-se a tarefa de “abrir palhas“, preparar as folhas transformando-as em imensas telhas que são sobrepostas segundo uma complexa técnica dominada pela população indígena local na construção de um telhado que além de isolar a casa da chuva, contém propriedades antitérmicas e proporciona um aroma agradável em todos ambientes por ele coberto. Tainá, de nacionalidade argentina e circense de profissão, desfrutava sua gravidez entre o oitavo e nono mês de gestação, todos aguardavam com alegria a chegada de Hydra para os próximos dias. Jaques, companheiro de Tainá, é nativo de Alter do Chão, grande conhecedor do saber local, é quem domina na comuna o conhecimento sobre as espécies nativas e as técnicas utilizadas pelos seus antepassados na construção, pesca e demais atividades relacionadas à cultura Borari⁹.

No alto do morro em meio à mata fechada vivem Lázaro, Nathália e Vida em uma maloca de dois pisos construída por Lewin antes mesmo da formação da co-

⁹ Etnia predominante na região de Alter do Chão.

muna e destinada a algum amigo ou visitante, hoje cedida a Lázaro, um gaúcho de aproximadamente 28 anos, barba comprida, calmo e solidário, trás consigo uma boa experiência de convivência em comunidades intencionais no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Malabarista, músico e palhaço de profissão, muito solícito e cooperador nas atividades da comuna, possui uma consciência ecológica exemplar. Segundo ele, foi um dos que mais investiu esforços na tentativa de cultivar alimentos orgânicos, macaxeira, abacaxi, dentro das terras compartilhadas em Macacos. Para obter alguma renda, desloca-se até a vila de Alter do Chão em seu barco movido à energia solar, para exercer seu trabalho na vila ou em Santarém. Sua companheira Nathália, que o acompanhou na volta de uma grande viagem, veio com ele compartilhar o espaço da comuna, onde engravidaram e proporcionaram mais uma filha pra Comuna dos Macacos, chamada “Vida”, nasceu recentemente também de parto natural na própria comuna. Meu contato com Nathália e Vida foi mínimo, pois a bebê, no período que estive pesquisando nesta comuna, encontrava-se levemente gripada e sua mãe raramente saía de casa para não expor a bebê ao mal tempo. Os moradores mais recentes na Comuna dos Macacos até então, são o casal que ainda estão vivendo em uma barraca de camping na beira da praia, Heloisa, que espera um bebê e Rodrigo. Eles já prepararam o terreno para construir sua casa, optaram por morar no alto do morro e afastado (por enquanto) de todas as outras residências, inclusive de Lázaro, Nathália e Vida, também moradores na parte alta da comuna. Rodrigo é uruguaio, músico profissional e compõe uma banda em Alter do Chão, esteve a muito tempo vivendo nos Macacos com sua antiga companheira e assim como Lázaro, partiu de viagem por longo período e ao regressar, veio com Heloisa, dispostos a construir sua casa e ficar por muito tempo. Já Heloisa, vinda da cidade do Rio de Janeiro, está no começo da gestação de quem será o mais novo morador da Comuna da Ilha dos Macacos, ela é formada em Letras e tradutora de profissão, exerce seu trabalho em seu notebook na própria comuna, utilizando-se dos recursos da internet, por onde mantém contato com as editoras que solicitam seus serviços de tradução. Inclusive lhe prestei ajuda para adaptar um sistema para carregar a bateria de seu notebook utilizando o painel fotovoltaico do coletor solar que Lázaro utiliza para carregar a bateria que alimenta de energia o motor de seu barco. Heloisa se diz muito contente com sua nova opção de vida, longe das neuroses que habitam as grandes cidades.

Por fim o “visitante permanente” Nicolas, com quem compartilhei o sono na maloca Cogumela (alojamento para visitantes), manhãs de chimarrão e boas conversas na Macaca (cozinha comunal). Nico é um viajero argentino, muito querido pelos habitantes da comuna, alterna seus dias entre meses de viagem e meses na

Comuna dos Macacos, por enquanto não pretende fixar-se definitivamente em lugar algum, é artesão, malabarista e músico, assim percorre diversos países da América do Sul, compartilhando suas experiências com viajeiros de outras comunidades intencionais.

Minha experiência nestes cinco dias de convivência com o universo de vidas que povoou a Ilha dos Macacos foi de um aprendizado fabuloso, não tanto pelo desenvolvimento do meu estudo etnográfico ou as diversas experiências com técnicas inovadoras de sustentabilidade que observei dia após dia, mas principalmente em relação ao grau de pureza nas relações pessoais, imenso prazer em compartilhar, presença de um amor incondicional entre as pessoas e liberdade para cada um assumir sua verdadeira personalidade.

Um dia antes de retornar da comuna entrevistei Manuela: integrante e uma das fundadoras do grupo que compõe a Comunidade da Ilha dos Macacos, que me falou do funcionamento da Comuna e acrescentou a sua fala no final da entrevista:

Nosso projeto é muito importante porque deseja mostrar às pessoas que o consumismo não é o melhor caminho, que não é bom para uma sociedade ver pessoas privadas de suas necessidades e que este é um problema que pode ser solucionado, talvez por meio das comunidades. Por exemplo: nós temos uma bomba d'água solar para todos, um poço artesiano para todos, o Lewin e a Carol tem um computador que está a disposição de todas as famílias, temos duas máquinas de fotografias que é de uso da comunidade, por exemplo, quando nasceu minha filha eu tive uma delas a minha disposição para tirar fotos dela. Por isso nós acreditamos que isso pode ser um modelo de vida para todos, ou seja, dividir para consumir menos. Essa atitude leva não apenas a diminuição do consumo como também a menor produção de lixo, que é outro objetivo de vida na Ilha, embora um tanto quanto complicado porque recebemos visitantes. Nós evitamos a entrega ao sistema de vida convencional, uma das maneiras simples de evitar o lixo plástico, é que também fazemos feira com mochilas, ou quando passamos o dia fora levamos nossas cuícas para comer e beber, dessa forma conseguimos evitar o descartável e servimos de exemplos para os passantes que ao perguntar o porquê dessa atitude, abrem espaço para nossa ideologia, nossa alternativa de vida que não tem por expectativa uma vida totalmente fora do sistema, mas sim uma melhora nas pequenas coisas que implicam grandes mudanças futuras, como banhar-se em águas limpas, ver nossos filhos crescerem saudáveis e felizes. Na nossa concepção é mais proveitoso do que novos carros ou aparelhos celulares, etc. Aqui temos o que precisamos e entre nós as famílias da comunidade, cultivamos apenas laços de paz e harmonia, como amor, fraternidade, igualdade e nunca tivemos problemas. Nosso maior desafio, no entanto, é justamente o fato de que deixamos nossa comunidade aberta para viajeiros, mas todos que moram aqui, em algum momento da vida já foram como nós ou ainda é viajeiro, temos a vontade intrínseca de facilitar a vida dos passantes, seja ele quem for. E isso é bastante difícil, pois assim como recebemos pessoas boas que vêm compartilhar com o nosso modo de vida, recebemos também pessoas que desejam apenas usufruir gratuitamente de uns dias de lazer. De qualquer forma, mesmo estes, levam alguma mensagem para suas vidas. Para

manter a saúde da comunidade, no entanto, decidimos após algumas constantes visitas em dezembro e janeiro último que vamos criar algumas regras básicas de comportamento para os visitantes que vierem à comunidade.

Uma das percepções sensitivas marcantes de minha experiência no trabalho realizado na comunidade da Ilha dos Macacos foi a constatação que para seus componentes, há algo maior do que pude expor nestas páginas e que é compartilhado entre as pessoas que frequentam as comunas. Este algo maior não é algo materializado, concreto, que possa ser expressa de maneira racional, única e acabada. Na tentativa de expressar esta ideia, utilizei termos como cosmovisão, saberes, *cultura de paz*, que não alcançam definir seu verdadeiro significado, algo maior, como uma energia indescritível que paira sobre esses espaços, uma espécie de uma “grande energia ordenadora não materializada” que mantém a harmonia nesta ilha.

Aqui estão grupos de pessoas que não recorrem a violência, usam pouquíssimas palavras, não lutam pelo poder, rejeitam por inteiro os valores capitalistas e estão tentando criar uma sociedade nova em meio da velha (...) não pretendem fazer proselitismo nem pretendem “vender-nos” coisa alguma. Pensando bem, abandonaram de todo o sistema político, que reputam corrupto. Não apresentam como reformadores, nem tencionam beneficiar-nos. (ROGERS, 1976 p. 138)

Dessa forma, buscou-se compreender a atual concepção de vida do “movimento comunitário intencional” no norte do Brasil entre 2012 e 2013, constatamos que trata-se de uma nova forma de revolução diferente da “velha conhecida luta de classes”, uma revolução silenciosa, como um vírus que corrói o cerne do sistema, baseada nas práticas de não violência, rechaço ao consumismo, a produção desenfreada e ao trabalho alienante, priorizando a solidariedade, respeito mútuo e a natureza que nos envolve, chegando até a inteiração do ser. Utilizam a poderosa ferramenta de disseminação que é o “exemplo de vida” em vez do discurso, resultando que o próprio sistema por suas aberrantes contradições vai se encarregando de promovê-la.

Referências bibliográficas

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo, Brasiliense, 1987

_____. **As três ecologias**. Campinas, Ed: Papyrus, 1990.

MAFFESOLI, Michel. **El nomadismo**: Vagabundeos iniciáticos, Ciudad de Mexico: Cultura Libre. 2004

ROGERS, Carl R. **Novas formas de amor: o casamento e suas alternativas**, Rio de Janeiro: Ed. J. Olympo, 1976

Grupo de Trabalho n° 17

O mundo rural em perspectiva

ARTIGO

A CARTOGRAFIA SOCIAL DA POLÍTICA INDIGENISTA: O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NA FORMAÇÃO DE RONDÔNIA

Introdução

Este trabalho resulta da reflexão estruturada a partir da questão: em quais pro- porções o Serviço de Proteção aos Índios – SPI teve participação na formação do território que hoje é denominado como Rondônia?

Esta pergunta foi construída na condição de uma agulha de marear, na medida em que avancei no percurso da pesquisa. Entretanto, é necessário ressaltar que a questão não é esgotada completamente neste trabalho. Isto ocorre pelos seguintes fatores: o tempo estipulado para concluir uma dissertação de mestrado no Brasil e a quantidade de documentos necessários para leitura¹. Diante dessas condições materiais, essa dissertação é situada como parte da agenda de pesquisa mais dilatada, isto é, exige mais tempo e mais experiência do pesquisador diante do tema discutido.

Por formação de Rondônia entendo sob um ponto de vista segundo o qual é necessário compreender um conjunto de elementos do imaginário e de práticas discursivas na formação do Estado-Nação. Esta concepção é guiada por um amálgama interdisciplinar. Trata-se de um exercício hermenêutico orientado pela antro- pologia, tendo o indigenismo² como resultado de produções científicas e projetos

* Professor substituto no curso de Ciências Sociais – UFRR. Mestre em Antropologia Social – PPGAS/UFAM.

¹ Inspeção Regional – IR 1 (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) 52.748 páginas; Inspeção Regional – IR 6 (Mato Grosso e Rondônia) 169.837 páginas e Inspeção Regional – IR 9 (Rondônia) 12.350 páginas. Mais adiante demonstrarei como realizei a classificação e leitura dessa documentação.

² O conceito de indigenismo aqui utilizado é orientado por Souza Lima, quando afirma: “[...] Pode-se considerar indigenismo o conjunto de ideias (e ideais, i.e., aquelas elevadas à qualidade de metas a serem atingidas em termos práticos) relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de *métodos* para o tratamento das populações nativas, operando, em especial, segundo uma definição do que seja *índio*. A expressão *política indigenista* designaria as medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas. Isto exclui outros aparelhos de poder da esfera da definição, implicando em não se falar em uma *política indigenista* eclesiástica, nem tampouco condicionar a ideia de atos oficiais afetando populações autóctones à existência de uma racionalidade onde as ações práticas correspondem a um planejamento implícito e, sobretudo, explícito. De modo mais claro: não há uma correspondência necessária entre os planos para os *índios* e as ações face a eles”. (SOUZA LIMA, 1995: p.14-15 – ênfases dadas pelo autor).

políticos, calcado no humanismo positivista de assimilação; exercício que destaca principalmente o *habitus*³ dos agentes indigenistas e as produções de alteridades entre as categorias índios e civilizados. Evidenciam-se ações pontuais que aparentam ser relativamente dispersas que envolvem conjunturas históricas anteriores ao momento da atuação do SPI, como por exemplo, a construção do Forte Príncipe da Beira (século XVIII) ou ainda os registros cartográficos e localização de minérios realizados por Ricardo Franco também no século XVIII orientaram a ocupação realizada pelo SPI no século XX. Desta maneira, compreender tal *formação* só é possível avaliando os processos que estabeleceram novas relações jurídicas entre o Estado e os povos indígenas⁴, políticas que resultaram em deslocamentos compulsórios de inúmeros povos indígenas⁵, projetos de mineração (cassiterita, ouro e diamante), construção de pequenas hidrelétricas, formação dos grandes latifúndios, as demarcações de Terras Indígenas corroborando para execução dos projetos agrários do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

É notório que os projetos e políticas indigenistas tiveram fortes influências na formação do Brasil, tratando do século XX, e o SPI foi uma agência⁶ que induziu profundas transformações sociais. Faz-se relevante para as discussões antropoló-

³ Sobre as técnicas corporais, Marcel Mauss (2003) designa o termo *habitus* para compreender a interiorização das diferentes técnicas corporais. Para Mauss: “Assim, durante muitos anos tive a noção da natureza social do “habitus”. Observem que digo em bom latim, compreendido na França, “habitus”. A palavra exprime, infinitamente melhor que “hábito”, a “exis” (hexis), o adquirido e a “faculdade” de Aristóteles (que era um psicólogo). Ele não designa hábitos metafísicos, a “memória” misteriosa, tema de volumosas ou curtas e famosas teses. Esses “hábitos” variam não simplesmente com os indivíduos em suas imitações, variam, sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver as técnicas e a obra da razão prática coletiva e individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição”. (MAUSS, 2003: p. 404). Já Bourdieu afirma: “O habitus é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o habitus, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, espaço dos estilos de vida”. (BOURDIEU, 2008: p.162). As duas perspectivas são orientadoras para pensar sobre o *habitus indigenista*, que me refiro às técnicas apreendida para realizar as políticas indigenistas.

⁴ No decorrer do trabalho utilizo o termo “povo” seguindo a definição da convenção 169 da OIT e pelo motivo de inúmeras organizações se autodeclaram com essa categoria. Encontramos as descrições realizadas por Tomei & Sewpston: “Durante três anos, a OIT trabalhou para a adoção da Convenção, discutido se na nova Convenção Mudaria por “povos” o termo “populações” utilizando na Convenção 107. A decisão de usar o termo “povos” resultou de longas discussões e consultas dentro e fora das reuniões. Acordou-se finalmente que o termo correto seria o de “povos” já que se este reconhece a existência de sociedades organizadas com identidade própria, em vez de simples agrupamentos de indivíduos que compartilham algumas características raciais ou culturais”. (TOMEI & SEWPSTON, 1999: p. 29).

⁵ Cf. (ALMEIDA, 2008: p. 49) problematiza os usos dos termos “povo” e “populações”.

⁶ Nesse trabalho utilizo “agência indigenista” referindo ao SPI. Essa agência indica a capacidade dos agentes do SPI de agir com o efeito de efetivar a política indigenista; que nesse caso era realizada com base nos dispositivos do *poder tutelar*.

gicas quando nos deparamos com indígenas questionando o que foi o SPI e quem foram seus agentes; esses questionamentos vêm sendo calcados em releituras das transformações promovidas pelo indigenismo do século XX. Pôr em pauta os eventos nos quais os protagonismos das políticas indígenas, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, questionam e buscam recontar suas histórias mobilizando argumentações de reivindicações étnicas baseadas em documentos e em pesquisas sobre os vínculos das agências estatais no passado.

Com a noção de *sistema de classificação do SPI* indico os recursos que foram utilizados para classificar as populações indígenas a partir do conjunto de práticas indigenistas estruturante da agência indigenista. Classificações como “índios hostis”, “arredios”, nômades entre outras denominações que estavam inseridas em contextos nos quais os agentes deviam avaliar quais medidas o SPI deveria adotar.

Neste trabalho realizo o exercício de apresentar o cenário acima descrito, visto que os eventos aqui abordados estavam inseridos em projetos de colonização com ambições de atingir todo território nacional, com abordagens e escalas de atuação específicas para cada região. O recurso da comparação era uma constante nas argumentações dos agentes indigenistas; ora dedicados a uma população, ora olhando para um estado da federação e comparando os resultados (de sucesso e/ou de fracasso) com outros estados. Destarte, se trata de discutir que *Rondônia* não é simplesmente uma homenagem a um “grande patriota”, Cândido Mariano da Silva Rondon, é uma expressão da densa rede de interdependência de poderes e políticas indutoras de mudanças direcionadas as populações indígenas.

Esta pesquisa propiciou elaborar a noção “cartografia social da tutela indigenista” no intuito de descrever os mecanismos do *poder tutelar* que estruturava a tutela indigenista na redefinição dos territórios indígenas ao longo do século XX. Ao propor descrever a formação da “cartografia social da tutela indigenista” parto da premissa na qual “região” e “território” são preceitos produzidos socialmente (BOURDIEU, 1989), (FOUCAULT, 2008).

O recorte do contexto histórico que realizo é direcionado a primeira metade da década de 1940. Essa escolha dar-se pelo fato de que o SPI passou por uma reestruturação no início daquela década, conforme registrado pelos agentes, após um período de colapso na década de 1930. O outro marco é a homologação dos Territórios Federais ocorrido em 1943 e o terceiro elemento é a criação da Inspetoria Regional IR 9 sob jurisdição no Território Federal de Guaporé. Com esses eventos indico alguns dos aspectos das execuções dos projetos indigenistas, o exercício do

*poder tutelar*⁷ (SOUZA LIMA, 1995) e as cartografias sociais construídas pelo SPI relacionadas à formação de Rondônia. O segundo marco é a homologação dos Territórios Federais ocorrido em 1943 e o terceiro é a criação da Inspeção Regional IR 9 sob jurisdição no Território Federal de Guaporé. Com esses eventos ver-se-á as execuções dos projetos indigenistas, o exercício do poder tutelar e as cartografias sociais construídas pelo SPI relacionadas a formação de Rondônia.

A formação de Rondônia

Em sua origem, o termo Rondônia esteve ligado ao contexto da formação do Brasil no século XX. A primeira utilização do termo foi proposta de Edgard Roquette-Pinto (1915), quando formulou o projeto da construção de uma *provincia antropogeográfica*⁸ denominada como “Rondônia”. Segundo ele, designava a zona compreendida entre os rios Juruena e Madeira sendo cortada pela “Estrada Rondon”. Para o autor os aspectos que justificavam a criação da província eram de ordem geológica, botânica, zoológica, antropológica e etnográfica que a referida região era composta.

Pela primeira vez era formulada uma circunferência territorial na administração republicana que homenageava um brasileiro: trata-se de Cândido Mariano da Silva Rondon. Da proposta inicial de Roquette-Pinto até a criação do Território Federal de Guaporé (1943), o SPI protagonizou políticas indutoras de mudanças na gestão de territórios e promoveu amálgamas entre as políticas tutelares e as ciências com perspectivas positivistas formularam categorizações às sociedades indígenas dentro de escalas do evolucionismo social. Deste modo, promoveram-se novas cartografias sociais e fortes transformações territoriais.

⁷ Seguindo a definição de Souza Lima (1995) “Com a categoria poder tutelar pretendo, pois, descrever uma forma de ação sobre as ações dos povos indígenas e sobre seus territórios, oriunda e guardando continuidades implícitas com as conquistas portuguesas e sua administração por aparelhos de poder que visavam assegurar a soberania do monarca lusitano sobre terras dispostas em variados continentes. Modalidade de poder de um Estado que se imagina nacional, ou melhor, de uma comunidade política dotada de um exército profissional, comunidade está entendida aqui como um conjunto de redes sociais estatizadas, com pretensões a abarcar e submeter a multiplicidade de comunidades étnicas diferenciadas e dispostas num território cuja predefinição face a outras comunidades políticas igualmente heteróclitas é relativa e instável. O poder tutelar pode ser pensado como integrando tanto elementos das sociedades de soberania quanto das disciplinares. Mas é antes de tudo um poder estatizado num aparelho de pretensa abrangência nacional, cuja função a um tempo é estratégica e tática, no qual a matriz militar da guerra de conquista é sempre presente. (SOUZA LIMA, 1995: p. 73-74).

⁸ Mesmo que Roquette-Pinto não tenha detalhado qual influência o auxiliou na sua definição antropogeografia, não é errado afirmar que a obra “*Geografia do Homem (Antropogeografia)*” de Friedrich Ratzel, teve grande influência na obra de Roquette-Pinto. Ratzel com essa obra reuniu questões fundantes da Geografia Humana (CLAVAL, 2006).

A cartografia social

A política indigenista promovida pelos agentes do SPI coadunou com a formação de Rondônia na medida em que esses agentes intervinham redirecionando o lugar do indígena no contexto da formação do Estado nacional.

A *mediação* do SPI era uma prática de institucionalizar, por meio de sua expertise, conflitos. Uma vez o conflito inserido no monopólio da tutela e nos seus dispositivos administrativos a atividade de “amansar o índio” e torná-los dóceis inserindo ao progresso num lugar subalternizado e sob um ambiente controlado⁹.

O cenário foi formado pela execução dos projetos estatais e por investimentos privados direcionados ao controle dos recursos naturais, tais como: linhas telegráficas, reconhecimento e delimitação de fronteiras, construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré EFMM¹⁰, adaptação para reutilizar obras construídas séculos antes como foi o caso do Forte Príncipe da Beira¹¹, investimentos de migração para exploração da borracha, o sistema de aviamento, o comércio de regatão, consolidação dos aparatos administrativos com a construção do Território Federal, grilagem e vendas de terras devolutas, construção de rodovias e exploração de mineração, essas e outras atividades foram readequadas conforme cada plano de governo exigia e tinha interesse.

As intervenções da política tutelar procuravam retirar o indígena da condição de entrave ao progresso, inserindo-o na marcha da formação do Estado nacional e esse novo lugar estava condicionado às conveniências do SPI. No decorrer dos próximos capítulos essas questões serão mais aprofundadas.

Neste trabalho, a atenção está direcionada a Rondônia. Nesse sentido, a escola de pensamento sobre o SPI é tomada como um ponto basilar, que por meio de suas etnografias históricas evidencia a redefinição dos territórios indígenas, elaborada pe-

⁹ Para uma discussão detalhada quanto a noção de “mediação” e “conflito” Cf. Almeida (1993).

¹⁰ A Ferrovia foi construída no auge da produção gomífera, com acordos entre Brasil e Bolívia, tinha como finalidade agilizar o transporte da borracha extraída da região do Alto Madeira, do rio Mamoré e da Bolívia. Existiram inúmeras tentativas, por várias empresas, para sua construção que foi iniciada em 1878. No entanto, teve muita dificuldade e foi finalizada somente em 1912, quando a borracha da região havia desvalorizado. Havia um conflito sobre a posse do território que hoje é o estado do Acre; o conflito foi concluído com o tratado de Petrópolis em 1903 e o Acre foi anexado a Federal. Cf. (COSTA, 1940). Na década de 1930 a companhia inglesa declarou falência e o Brasil assumiu a administração da Ferrovia, suas atividades foram interrompidas aos poucos e tendo fim em 1966. Para a história da Ferrovia Cf. (CRAIG, 1947), (FERREIRA, 1987), (FONSECA & TEIXEIRA, 2002), (FONSECA, 2014). No segundo capítulo deste trabalho são descritas as atividades de desmonte da Ferrovia com a compra e venda dos dormentes que sustentavam os trilhos, usando mão de obra indígena com intermédio do SPI.

¹¹ Fortificação construída entre 1776 e 1783 com o intuito de marcar a posse da coroa portuguesa no Guaporé-Mamoré.

los agentes do SPI, onde a política tutelar delimitava fronteiras reconhecendo-as e firmando-as com atos do poder simbólico (discursos de integração e nacionalização) e pela força da lei (a tutela nos dispositivos constitucionais) na formação do Brasil. A cartografia social da tutela indigenista corresponde as transformações quanto aos tipos de vigilância e documentação da presença indígena, construídas nos dispositivos do *regime tutelar*¹², no que diz respeito a circulação de pessoas, circulação das matérias primas, estabelecendo novas ocupações de maneira fixa e rigorosamente delimitadas, descontextualizando as relações estabelecidas entre os povos indígenas e os recursos naturais.

Quando uso o termo “território indígena” sigo orientações proposta por Almeida (2008: p. 29) quanto à “territorialidade específica” indicando que são “[...] *delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados [...]. Como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimentos coletivos que convergem para um território*”. Na elaboração de seu trabalho, Almeida estava pensando nas novas configurações após a Constituição de 1988. Não obstante, neste trabalho aciono o conceito para auxiliar na descrição das mudanças induzidas pelo SPI. As terras definidas pela agência indigenista como sendo “reservadas aos índios” ou ainda como “as áreas indígenas”, categorias encontradas na escrita da tutela indigenista, reduziam a territorialidade dos povos indígenas.

Primeiramente, não havia um rigor em compreender o modo *como* os povos indígenas estabeleciam relações com os recursos naturais; “as áreas indígenas” eram indicações mais ou menos aproximadas com base na circulação desses povos, classificando como “nômades”. O “nomadismo” era considerado parte do atraso em que viviam os indígenas e essa situação, de acordo com o regime tutelar, deveria ser modificada. Portanto, fixar e delimitar o uso dos territórios seria a estratégia mais eficaz de assimilação dos povos indígenas a sociedade dominante. No discurso do SPI sobre a “reserva de terras” tinha finalidade de proteção, assegurando o direito dos povos indígenas. No entanto, na prática a escolha da localização e a circulação eram arbitrárias, desta forma promovendo inúmeros conflitos.

É muito comum encontrarmos pesquisas que indicam como o início da construção de Rondônia pelos projetos de colonização do INCRA (1970 - 1980), ou

¹² OLIVEIRA FILHO, 1988.

ainda pelos programas POLONOROESTE¹³ e PLANAFLORO¹⁴. Entretanto, um ponto basilar desta pesquisa é discutir como conhecimentos produzidos pelo SPI nos âmbitos científico, político, burocrático e administrativo construíram cartografias sociais contribuindo à formação de Rondônia. Tais ações formaram uma estrutura que foi aproveitada pelo INCRA¹⁵ e pela FUNAI¹⁶ na década de 1970 e 1980. Não obstante, tratando-se especificamente desse aspecto, não serão abordadas neste trabalho as atuações dessas agências; todavia tal referência é necessária devido à agenda de pesquisa que esta dissertação se insere.

Por sua vez, considero o SPI como ponto de partida dado que foi a primeira instituição republicana a ter como foco de sua principal política “Os Índios do Brasil”, induzindo profundas mudanças territoriais, demarcando fronteiras e construindo unidades sociais.

Os dados apresentados sobre as expedições realizadas pelo SPI nos relatórios ministeriais elaborados pelos agentes indígenas e engenheiros contribuem na construção da cartografia do território que hoje é denominado de Rondônia. Os rios, as estradas, as orientações para circulação de mercadorias e pessoas neste espaço são esquadrihadas nesses relatórios, e servem para perceber como paulatinamente foi se construindo esta unidade territorial. As expedições que visavam a implantação de diversos empreendimentos – linhas telegráficas, prospecções minerais – demonstram um mosaico de relações sociais e políticas de ocupação e povoamento do território nacional. As políticas de colonização desta região datadas de 1970 e 1980 têm orientações baseadas nessas primeiras cartografias empreendidas pelo SPI, por meio das expedições.

¹³ Sobre o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, Cf. O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII, do Artigo 7º e o Artigo 10 do Decreto nº 88.351, de 1º de Junho de 1983, com a redação dada pelo Decreto nº 91.305, de 03 de junho de 1985. Considerando que a estratégica do Programa POLONOROESTE é manter um razoável equilíbrio social e ambiental na Região Noroeste do País, e considerando a necessidade de se compatibilizar as atividades desse Programa com as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Resolve: I - Criar uma Comissão Especial com o objetivo de compatibilizar as atividades do Programa POLONOROESTE relativas a preservação ambiental com as diretrizes do CONAMA.

¹⁴ Sobre o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO. A pesquisa de (OTT, 2002), foi dedicada a este programa.

¹⁵ Regulamentado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

¹⁶ Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça.

As populações indígenas encontradas nessas expedições eram mapeadas e se estabelecia as relações de contato, pacificação e nacionalização, sob as orientações da política indigenista do SPI.

Rondônia e Roraima: dois trechos do grande cerco de paz

Na transição da monarquia portuguesa para a república brasileira havia uma geração que tomou para si a incumbência de construir e em determinadas regiões reconstruir o país. Desvinculando-se de séculos da dominação monárquica portuguesa, uma geração que teve suas formações escolares nesse período de transição, entre as duas últimas décadas do século XIX e na primeira do século XX.

Esse tipo de mudança, seja por meio de combates revolucionários ou ainda do modo como foi no Brasil, requer um complexo de variados mecanismos políticos. Não se trata apenas de medidas oriundas de uma cúpula onde meia dúzia de pessoas tomam decisões. É muito mais complexo. Imagine os cálculos e os equipamentos usados para mudar a órbita de um cometa, são anos de estudos. Agora imagine mudar a concepção, por exemplo, da ideia de *trabalho*, tendo como referência a manutenção de um sistema escravocrata que perdurou por séculos. Ou ainda como definir o que é do Brasil? Quem é do Brasil? Quem está apto a responder tais perguntas? Cada conceito precisava ser redefinido, como se fosse um cometa que precisasse ter sua órbita redirecionada. Nesse bojo, a geração que marchava rumo ao progresso, a formação da Nação, e não mais na condição de colônia, tem questões práticas como as estradas, a comunicação etc., porém, existiam aqueles que estavam no caminho, os diferentes, os selvagens, os fetichistas, os índios do Brasil. Aqueles que a igreja não conseguiu civilizar, conforme a nova perspectiva. E agora, como proceder? Eis outra órbita que, segundo o árbitro positivista, necessitava ser transladada. Era necessário readequar o lugar do indígena aos novos projetos.

Por meio do SPI foi construído um complexo de canteiros de obras, com a incumbência de contribuir na construção do Brasil apartando-se da colonização portuguesa, orientando-se pela perspectiva científica. Um dos seus engenheiros foi Cândido Mariano da Silva Rondon; ele formulou uma descrição dessas ações com o projeto *grande cerco de paz*, segue uma parte dessa descrição que compôs o relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – MAIC de 1910:

Serviço que tem para campo de ação toda a vastidão do território nacional, desdobrando-se em uma sequência de atos que não podem ser interrompidos, sob pena de malogro de todo o trabalho em andamento, de todo esforço despendido, Serviço

que se dirige a um tempo à natureza selvagem do solo e à natureza selvagem de seu habitante, necessitando do emprego de métodos experimentais de cultura e da prática de processos científicos de civilização no desbravamento das terras e no trato da alma humana, Serviço que, para ser eficaz, para desenvolver-se, para produzir e consolidar-se, carece de um exercício continuado distribuído por uma multiplicidade de órgãos convergentes, um tal Serviço, assim caracterizado, atenta a enormidade do território nacional, ou melhor, a disseminação das tribos indígenas na grande órbita de sua vida nômade por esse imenso território, só pode ser executado por crescido número de funcionários de várias categorias, num grande cerco de paz, num assédio extenso e paciente. (RONDON, 1910: p. 259).

A ideia expressada por Rondon inspirou o título do trabalho de doutoramento de Souza Lima (1992) “*Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*”. Sobre os aspectos físicos e simbólicos desse projeto, Souza Lima diz que

A imagem do grande cerco de paz revela-se em toda a sua complexidade nas palavras do militar, resumindo numerosos mecanismos ainda hoje em ação: técnica militar de pressionamento e forma de manter a vigilância, ao mesmo tempo assédio de um inimigo visando cotar-lhe a liberdade de circulação [...]. [...] Além de defesa contra os de fora de cerco, como num cercado para as crianças, estabelecendo limites e restrições aos por ele incluídos/excluídos, numa amplitude que deveria justificar um numeroso quadro administrativo de fato hoje em dia existente. Modo tático de sublimação da guerra e forma de denegar a violência aberta, construída sobre os alicerces da ciência da época e não mais da religião, a imagem do cerco, estabelecido pelo terceiro elemento constituído idealmente pela administração [...] da divisão imposta, produzindo índios e civilizados. (SOUZA LIMA, 1995: p. 131).

Efetivamente não existiu a construção de um cerco de cimento e barro. Porém, o *grande cerco de paz* descrito por Rondon é uma metáfora com o intuito de construir uma imagem que ajudaria a explicar o que viria a ser o SPI. Ao longo de sua atuação, a própria ideia de um *cerco* não aparece nos registros da agência. Sobre as construções físicas, podem-se elencar os seguintes elementos: as práticas burocráticas (produções de documentação, registros das atividades, bem como mecanismo de vigilância para garantir as execuções das mesmas), as estradas; as demarcações de fronteiras; as unidades sociais como os Postos Indígenas, formados por roças e pomares, criação de animais, construção de casas, escolas, enfim todo o mecanismo das políticas de incorporação do índio à nação brasileira. O *cerco*, mesmo na condição de metáfora, não foi construído de forma contínua, o SPI – pela descrição em seus documentos – esteve ausente em várias regiões; um exemplo é o estado do Acre.

Por sua vez, o material que vamos encontrar sobre os detalhes e cotidiano dessa agência são os registros que abordam questões pontuais, cumprindo com as práticas administrativas e não com o teor historiográfico. Entretanto, como serão apresentados mais adiante, os relatórios elaborados pelos agentes indigenistas dedicavam-se a várias críticas sobre os arranjos políticos e as condições de realização das políticas indigenistas com esforços de aprimorá-las. Esses relatórios são os principais materiais utilizados nas pesquisas sobre o SPI, é de interesse e relevância, pois se trata da construção de um determinado conhecimento, com específica forma e conteúdo, fundamentados em conceitos, métodos e técnicas na execução da *tutela indigenista*; uma linguagem usada de forma moderada e instituída pelo ufanismo do SPI na produção da sua versão oficial.

Considerações finais

Uma questão central das proposições que venho formulando sobre a presença indígena nos projetos de colonização do século XX é a necessidade de uma maior abrangência analítica, que não seja direcionada somente às agências indigenistas. Como é descrito nesta dissertação, algumas transformações realizadas pelo SPI foram utilizadas no contexto dos projetos da FUNAI e do INCRA realizados na década de 1970 e 1980.

De imediato, cabe neste momento levantar a problemática, registrando-a neste trabalho: para compreender a política indigenista na formação de Rondônia se faz necessária uma etnografia histórica sobre a construção das Terras Indígenas – TI em Rondônia. Tal empreendimento exige maior acuro, requer uma leitura que recupere as ações do SPI e descreva a simultaneidade das de demarcação das Terras Indígenas e a execução dos Projetos de Incentivo a Colonização – PIC; entram na pauta desse estudo os conflitos pela posse de terras, grilagem, construção de hidrelétricas, exploração de madeira, minérios e os projetos de assentamentos.

As TI foram demarcadas com base na categoria “terra tradicionalmente ocupada”, todavia, o contexto no qual a FUNAI realizou os procedimentos o que era considerado “tradicional” fora modificada décadas antes com os projetos governamentais e a atuação do SPI.

Destarte, a *trajetória Cassupá* é um caso exemplar para descrever com mais detalhes alguns eventos nos quais os dispositivos do *poder tutelar* foram exercitados, legitimando políticas indigenistas que em seu bojo induziram transformações terri-

toriais e sociais, mesmo que de forma não intencionada, corroborativas à formação de Rondônia.

Ainda sobre os Cassupá, destaco que em 1980, o Grupo de Trabalho – GT para identificação da atual Terra Indígena Tubarão Latundê, município de Chupinguaia, sul de Rondônia, foi composto por Jane Lúcia Faislon Galvão, antropóloga, e pelo engenheiro agrimensor José Jaime Mancin, ambos pertenciam ao quadro de funcionários do Departamento Geral do Patrimônio Indígena – DGPI¹⁷. No início das atividades, a terra era registrada como “área indígena Tubarão/Massacá”.

O relatório de Galvão e Mancin tinha “*por principal objetivo a eleição de uma área indígena para os índios que estão localizados no Setor II da Gleba Corumbiara*”¹⁸. Nessa conjuntura, os PIC ditavam uma nova ocupação territorial, mediada pelos indigenistas, direcionada aos indígenas habitavam o “*Setor II da Gleba Corumbiara*”.

Os autores do relatório indicam os estudos realizados por Delvaír M. Melatti (Processo FUNAI/SBS/3503/76) e Ana Maria R. Lange (Processo FUNAI/BSB/3781/78) e relatórios de funcionários da Funai para afirmar que “*Tudo indica que os índios do Setor II (conhecidos por Tubarão e Massacá) só foram ‘descobertos’ pelo órgão tutelar em 1976, ano a partir do qual podem ser encontrados documentos na FUNAI acerca dos referidos índios*” (GALVÃO & MANCIN, 1980: p. 2). A partir do relatório produzido por Delvanir Melatti, Galvão e Mancin afirmam que os Massacá “*segundo informações se dispersaram pelo Território de Rondônia, encontrando-se em fase de extinção*”. Aparentemente há um hiato entre os registros produzidos pelo SPI e as atividades da FUNAI, como se estivesse “começando do zero”.

Esse tipo “esquecimento” corrobora para descontextualizar a presença indígena na formação de Rondônia. Os indígenas tratados no relatório tiveram registros no livro “Índios do Brasil”, publicado em 1946, entretanto os responsáveis pelo GT, mesmo citando esse livro nas suas referências, afirmam esses indígenas só foram descobertos pela FUNAI em 1976. Outro aspecto é a afirmação de que os indígenas “se dispersaram pelo Território”, ficando completamente de fora do campo analítico os descolamentos compulsórios promovidos pelo SPI, tema que foi abordado no terceiro capítulo. A trajetória Cassupá é um amálgama de relações sociais que revelam as ações das agências indigenistas abordadas nas proposições deste trabalho.

As políticas indigenistas construíram cartografias sociais de forma singular tendo em vista sua *expertise*. As mudanças nos territórios étnicos estavam amalgamadas com vários projetos de reocupação e reconhecimento territorial. As transformações

¹⁷ Processo FUNAI/BSB/3503/76.

¹⁸ Sobre esses projetos Cf. (MOSER, 2006). (TIMÓTEO DA CUNHA, 2009, 2010).

no uso e ocupação territorial estavam inseridas em vários projetos políticos nacionais.

A criação dos Territórios Federais envolveu muitos atores, instituições e campos político, econômico e científico, seja sobre os recursos naturais, a construção de cartografias, etnografias das ocupações territoriais construídas pelos povos indígenas. Acrescentam-se a esses elementos os debates da ciência jurídica, as estruturas de Estado que embasavam a criação desses territórios.

Outro ângulo da historiografia dos pioneiros é o esforço por parte de um grupo de intelectuais em construir uma região e um território. Descrevendo as características geológicas e da fauna dos rios, porém silenciando os povos, ou quando descrevem e exaltam a conquista. Nessas obras as populações indígenas foram ilustres desconhecidas.

Ainda no campo da leitura da atuação do SPI na construção de Rondônia, um caminho que indico é seguir a trajetória administrativa de cada Posto Indígena. A nomenclatura dos Postos nessa região eram homenagens aos agentes que participaram das atividades do SPI, como por exemplo: “Dr. Tanajura”, “Rodolfo Miranda”, “Cel. Tiburcio”, “Tenente Marques”, “Major Amarante”, “Tenente Lira”, “Ricardo Franco”, “Ministro Pedro de Toledo”. Nota-se a importância em compreender a trajetória desses agentes “homenageáveis” e principalmente as estratégias de ocupação e de fazer o Estado presente em cada um desses Postos. Trago nesse trabalho alguns elementos que apontam a construção da política indigenista no cotidiano dos Postos.

A tríade “*ameaças, protegidos e protetores*” foi construída com o intuito de descrever o sistema classificatório do SPI, esses termos na forma como utilizo não foram construídos pelos agentes, utilizo-os como um recurso analítico. As *ameaças*, corresponde aos grupos que questionavam e denunciavam o SPI, os “donos” de castanhas, seringalistas etc., que utilizavam a mão de obra indígena e os recursos naturais sem o aval da agência indigenista. O léxico *proteção* indica manter sob guarda, proteger algo ou alguém do perigo. Nesse sentido, a *proteção* exercitada pelo SPI era direcionada aos povos indígenas, os protegidos, seguindo a conveniência desta agência. O SPI enquanto agência de política indigenista e representação de um aparato do Estado exercia tal proteção, nesse ponto encontramos os *protetores*, aqueles agentes que eram especializados em índios cujo conhecimento e prática advindos da atuação dentro do SPI legitimava suas intervenções.

É interessante pensar também sobre a concepção de violência dentro do sistema de classificação do SPI. Sob a perspectiva da agência indigenista, s transformações

promovidas não eram consideradas violentas. Contudo, as ocupações territoriais sem o aval do SPI eram ameaças. O mesmo ocorria em relação a força de trabalho indígena. Ao trabalhar nas atividades do SPI como parte de um programa de nacionalização, a agência indigenista apontava como uma ação redentora, como uma dádiva. Novamente, se os indigenistas trabalhavam para empresas que não tinham o aval do Serviço era praticada a exploração da mão de obra.

As concepções sobre “violência e não violência” executada pelo SPI estava ligada a perspectiva evolucionista, onde os indígenas eram orientados para acompanhar a civilização. O fato de não conceber as políticas indigenistas como promotoras de violência, ainda que fique claro os elementos de dominação, demonstra mais um aspecto da complexidade de estudar essas práticas.

Apresento aqui os primeiros resultados da pesquisa, elucidando a complexa rede de ações governamentais e científicas, amalgamadas a um processo de formação de Estado, produtoras de alteridades e mudanças sociais que estruturaram em determinadas proposições a formação de Rondônia. Ciente das lacunas, é oportuno frisar os apontamentos que indico as novas pesquisas que desejarem enveredar por esta seara, e alguns dos caminhos que proponho continuar. Apontar que a participação do SPI na formação de Rondônia se deu pela mediação, executando dispositivos de autoridade da tutela indigenista, são os elementos centrais para compreender a ação das políticas indigenistas na formação de Rondônia.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1993. **Conflito e mediação**: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. (Tese de doutorado defendida no PPGAS/Museu Nacional).

_____. 2008a. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas.

BOURDIEU, Pierre. 1989. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel.

_____. 2008. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp.

CLAVAL, Paul. 2006. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed da UFSC.

COSTA, Craveiro. 1940. **A conquista do deserto ocidental**. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

CRAIG, Nevil B. 1947. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré**: história trágica de uma expedição. São Paulo: Imprensa Nacional.

FERREIRA Paulo, Roberto Nunes & SIMÃO, Ceusnei 2012. **Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia**. v. 1. Diagnóstico Socioambiental Participativo. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco.

_____. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. v. 3 - **Programas de Compensação Socioambiental**. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco.

_____. Programa de Proteção aos Povos Indígenas Cassupá e Salamã, aa área de influência da UHE Santo Antônio - Porto Velho, Rondônia. v. 2 – **mapas temáticos**. Gameleira Consultoria Ltda Rio Branco.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **1987 A Ferrovia do Diabo**: história de uma estrada de Ferro na Amazônia. São Paulo: Melhoramentos.

FONSECA, Dante Ribeiro; TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues Teixeira. 2002. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Rondoniana.

FONSECA, Dante Ribeiro. 2014. **Estudos de História da Amazônia**. v. I. Porto Velho: Rondoniana.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Processo de identificação da Terra Indígena Tubarão/Latundê**. /BSB/3503/76.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Processo de identificação da Terra Indígena Tubarão/Latundê**./BSB/3781/78.

LEONEL, Mauro. 1996. **Etnodicéia Uruéu-au-au**. São Paulo: Edusp/IAMÁ/ FA-PESP.

MAUSS, Marcel. [1935] 2033. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify.

OTT, Ari Miguel Teixeira. 2002. **Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos**: o Planaflores em Rondônia. 2002. 177 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. 1910. “Ofício nº 54, de 10/02/1910”. In: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio**. Rio de Janeiro: imprensa Nacional.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. 1935. Rondônia. 3 Ed. **Biblioteca pedagogia brasileira**, série V. Brasileira, v. XXIX.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de Souza. 1995. **Um Grande Cerco de Paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes.

TIMÓTEO DA CUNHA, Eliaquim. 2009. Cotidiano Familiar no Processo de Colonização em Rondônia: PIC Ouro Preto. **Primeira Versão (UFRO)**, v. 27, p. 7-17.

_____. 2010. A construção do espaço em Ouro Preto do Oeste RO. **Revista Zona de Impacto**. ISSN 1982-9108, vol. 14, jan/jun, ano XII.

_____. 2012. Indigenização da Mordernidade: os cassupá e as mudanças sociais induzidas. In: **28 Reunião Brasileira de Antropologia**.

_____. 2013. Em busca da “vida de índio”: notas sobre as reivindicações étnicas dos Cassupá em Porto Velho. In: **IV Reunião equatorial de antropologia e XIII reunião de antropólogos do norte nordeste**.

_____. 2014a. Em busca da “vida de índio”: Um estudo sobre mudanças sociais pensadas pelo grupo Cassupá em Rondônia. **Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

_____. 2014b. As máscaras do Estado: Indigenismo e governamentalidade na trajetória do grupo Cassupá em Rondônia. In: 4 SBS Encontro Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2014, Boa Vista. **Cadernos de Resumos**. Boa Vista: EDUFRR, 2014. v. 1. p. 65-66.

_____. 2016. **Quando esse tal de SPI chegou**: O Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas.

TOMEI, Manuela & SEWPSTON, Lee. 1999. **Povos indígenas e tribais**. Guia para a aplicação da convenção n 169 da OIT. Brasília, OIT.

ARTIGO

CAMPESINATO E RIBEIRINHOS NA AMAZÔNIA: UM CASO EM RORAIMA

Introdução

Depois de vinte e quatro anos em Roraima e depois de percorrer por quase todas as localidades desta unidade da federação brasileira, sentimo-nos instigado a refletir com maior razoabilidade as noções de campesinato aplicado à realidade que envolve comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira. Pensando nesta possibilidade, trazemos à recordação o caso da Vila Santa Maria do Boiaçú no município de Rorainópolis no sul de Roraima, recordação essa que surgiu com base em experiências próprias ocorridas em cinco viagens de curta duração a região conhecida como Baixo Rio Branco. Em rápido relato, nosso contato com esta localidade se deu pela primeira vez em viagem de duas semanas em dezembro de 2007 a serviço da Companhia Energética de Roraima, nesta ocasião foi possível visitar às 19 vilas localizadas as margens dos rios: Branco, Negro, Jauaperi, Xeruini e Jufari que compõem os núcleos de pessoas do Baixo Rio Branco. Nas segunda e terceira viagens que ocorreram nos meses de janeiro e dezembro de 2011, foram pontuais a apenas duas vilas específicas para tratar de assuntos administrativos da Companhia. A quarta viagem foi específica à Vila de Santa Maria do Boiaçú em novembro de 2013 e, a última viagem ocorreu nos dias 23 e 24 do mês de agosto de 2014, quando estive acompanhando a Diretoria da empresa concessionária de energia elétrica em uma visita à região. Mas, destas viagens as que nos interessam aqui diz respeito à primeira, a segunda e a última onde foi possível interagir com maior afinco a realidade das populações da região.

A região do Baixo Rio Branco em Roraima encontra-se inacessível por via terrestre apenas por via aérea, pois existe uma pista de pouso na Vila Santa Maria do Boiaçú, ou por via fluvial que pode ser tanto a jusante do Rio Branco a partir da sede do município de Caracarái, quanto a montante do Rio Negro e posteriormente o Rio Branco a partir da sede do município de Novo Airão no Amazonas. A Vila Santa

* UFPE/UFRR.

Maria do Boiaçú é a maior e mais estruturada da região, possui o status de centro administrativo e de referência do lado roraimense na região, e está localizada a aproximadamente 260 quilômetros da sede do município de Caracarái o mais próximo.

A principal base econômica da região é a pesca e venda de pescados, mas existem outras fontes do comércio como a coleta de frutos silvestres (açai, bacaba, patoá, tucumã, pupunha, cupuaçu, cacau, castanha-do-brasil) extração de óleo de andiroba, além de plantações em pequena escala de banana, mandioca, milho, arroz etc. que são cultivados em pequenos roçados de características de agricultura familiar. Destacam-se também as atividades de ecoturismo com maior especificidade para a pesca esportiva do tucunaré (*Cichla. spp*) na estação de baixa das águas dos rios.

Sobre a pesca esportiva vale lembrar os incentivos dos últimos dez anos para esta região, que devido aos aspectos naturais da fauna e da flora bastante preservada, apresenta grande potencial para incursões de turismo de aventura. Prova desta tendência é a instalação de alguns hotéis de selva na região. São empreendimentos administrados por empresas sediadas em Manaus-AM, que na temporada específica de pesca do tucunaré, que coincide com a baixa do nível das águas dos rios, utilizam de um seletivo grupo de moradores da região como guias de pesca, uma vez que, na condição de naturais da região, são reconhecidos como exímios conhecedores dos pontos de maior produtividade para pesca esportiva.

Paralelamente as estas atividade ainda exista em algumas comunidades a captura de peixes ornamentais para venda no mercado de Manaus e exportação para outros países.

Um fragmento da historia da ocupação na região e suas peculiaridades

A história da colonização portuguesa na região do Rio Branco, hoje Roraima, foi iniciada ainda no século XVII, a esse respeito Farage (1986) que discute o início da colonização portuguesa na região do Rio Branco, descreve o estabelecimento de fazendas reais, pesqueiros reais, coleta de ervas e principalmente o apresamento de indígenas para mão-de-obra escrava da Província do Grão-Pará.

Utilizando das mesmas fontes que Farage (1986), Barbosa (1993) em “*Ocupação Humana em Roraima. I. Do Histórico Colonial ao início do assentamento dirigido*”, aborda esta temática descrevendo que a região do Rio Branco possuía alguns atrativos econômicos como descrito “... A região do rio Branco exportava produtos oriundos do extrativismo como cacau, salsaparrilha, urucum, pescado salgado, óleo de copaíba, tartaruga e a manteiga de seus ovos...” (p. 126). Embora para o período da colo-

nização a caça da tartaruga e a coleta de seus ovos incluíam-se entre os produtos de exportação oriundos da região, atualmente é uma prática clandestina combatida pelos órgãos de proteção ambiental e, o flagrante destas práticas, que ainda existe e alimenta um mercado paralelo juntamente com a caça do peixe-boi, configura crime ambiental pois estes animais são protegidos e encontram-se sob ameaça de extinção ao lado de outras espécies.

Mas o surgimento da Vila Santa Maria do Boiaçu de acordo com o descrito por Barbosa (1993), coincidiu com o período da implantação dos grandes projetos de ocupação da Amazônia e a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943. Nesta época algumas iniciativas de criar colônias agrícolas no Novo Território foram tomadas visando expandir a ocupação e a agricultura em algumas localidades, e dentre elas, foi na região do Baixo Rio Branco onde foi criada a Colônia Agrícola Santa Maria do Boiaçu como na citação abaixo:

... Houve ainda o embrião de um assentamento na região do Baixo Rio Branco, a Colônia Agrícola Santa Maria do Boiaçu (1955). Esta iniciativa faliu rapidamente devido a completa falta de infra-estrutura no local e a enorme dificuldade de se praticar agricultura nesta região. Todas estas tentativas governamentais não refletiram bons resultados em um primeiro momento. A precariedade das localidades abertas e os seguidos surtos de malária foram os responsáveis pelos primeiros fracassos (BARBOSA, 1993, p. 140).

Esta citação sintetiza um pouco da complexidade para a ocupação humana na região do baixo Rio Branco. A limitação de acesso em conjunto com os aspectos naturais e a ausência de investimento em infraestruturas por parte do poder público para a região tem fadado ao que podemos chamar de atraso no desenvolvimento da região do Baixo Rio Branco. Por outro lado, como nem tudo que parece ser ruim se confirma como tal, esta ausência de investimentos proporcionou a manutenção dos aspectos naturais na região, algo que se tivesse havido investimento muito provável não seria possível à manutenção do cenário natural ainda existente.

Mas a especificidade da criação da Vila Santa Maria do Boiaçu, tem em seu histórico, de acordo com o *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Propostas de Políticas Públicas Para O Território Sul De Roraima* (MDA, 2010), como um dos primeiros habitantes de Santa Maria do Boiaçu o senhor Francisco Damásio que se estabeleceu na localidade a partir de 15 de abril de 1950 (MDA, 2010, p.35).

Em todo o caso como parte do bioma amazônico, a Região do Baixo Rio Branco não é diferente e tem como características naturais, o fato das estações do ano serem bem definidas. No entanto, está localizada bem próxima a linha do Equador

e na verdade compreenda a região de Roraima abaixo da linha do Equador, tem a maioria das terras submersa no período das cheias dos rios. No entanto, possui uma condição especial quanto à sazonalidade do período chuvoso, a parte banhada pelo Rio Negro e seus afluentes possui um período de cheia diferente das áreas banhadas pelo Rio Branco e seus afluentes. Desta forma, existe uma sazonalidade pequena entre cada estação devido a esta peculiaridade da vazão dos rios. Esta condição impõe aos moradores procurarem as áreas de terras mais altas para fazerem seus roçados e habitações, embora a prática da construção de casas em palafitas, ou seja, construções feitas sobre estacas sejam bastante comum, pois durante invernos rigorosos a natureza impõe suas regras e determina o nível das águas acima da média dos invernos normais. Relatos dão conta que das 19 vilas da região, apenas Santa Maria do Boiaçú, Itaquera, Lago Grande e Terra Preta não existe registro de alagamentos durante as maiores cheias conhecidas.

Economicamente enquanto que no período da estiagem prevalece a prática da pesca comercial, sendo este pescado em sua maioria destinado ao mercado de Manaus/AM, através dos atravessadores e até mesmo grupos de pesca comercial que se dirigem para a região. Também é o período tanto do trato dos roçados, quanto da coleta dos principais frutos silvestres. Deste modo é o momento de maior intensidade econômica, pois coincide com a época onde as principais atividades produtivas são realizadas.

Embora a agricultura praticada na região seja de pequeno porte, visando à subsistência familiar, buscam na pesca e na coleta de frutos silvestres a complementariedade da renda. Além dos guias de pesca contratados para a temporada da pesca esportiva que trabalham intensamente na época da baixa do nível das águas dos rios.

Entretanto, o fato da sazonalidade das cheias serem diferente entre a Bacia do Rio Branco e a Bacia do Rio Negro, proporciona um revezamento de determinadas atividades proporcionando a disponibilidade maior de serviços proporcionado pelo próprio ciclo natural das águas.

Além das atividades produtivas descritas, recordamos que a pecuária na região é bastante incipiente. E Santa Maria do Boiaçú é a única vila que possui uma área rural, ou seja, onde se projetou a chegada da BR 431 que secciona a partir da BR 174 na Vila Jundiá sentido oeste por 45 quilômetros até a margem do rio Jauaperi, a partir deste rio ficou apenas em projeto, tendo apenas aproximadamente 10 (dez) quilômetros chegando as margens do rio Branco, na Vila Santa Maria do Boiaçú, onde hoje existe apenas uma trilha na mata, e em suas margens foram estabelecidos alguns sítios com roçados e criação de animais que se concentra na cultura de bovinos, suínos, caprinos e galináceos.

A ocupação da terra em Santa Maria do Boiaçú se dar de forma determinada pelo loteamento da colônia implantada no meio do século XX. A estrada hoje plenamente tomada pela vegetação possui alguns sítios, no entanto, são utilizados como local de trabalho e não de morada, pois é na vila que a morada é estabelecida e se encontra a principal aglomeração de famílias, onde está o hospital, a escola, os poucos comércios, possui fornecimento de energia elétrica, água encanada e principalmente é onde acontece e se estabelece as principais relações socioeconômicas e políticas. Diferentemente das outras comunidades ribeirinhas da região onde a ocupação da terra é bastante liberal, sendo geralmente escolhido o local de roças em comum acordo com os outros membros da comunidade. Mantendo-se na vila uma distribuição de casas preferencialmente de frente para o rio, uma vez que este representa a via de locomoção para todos.

Contudo, Santa Maria do Boiaçú mantém-se como centro administrativo de apoio para a região. A população da vila que gira em torno de 250 habitantes¹ são em sua maioria nascidos na região e se auto definem como caboclos ribeirinhos. Mas, como é comum em Roraima, o número de migrantes nascidos em outros estados é bastante elevado em proporção aos nascidos no local, prevalecendo os maranhenses. No caso de Santa Maria do Boiaçú, os amazonenses são liderança em números especialmente de origem dos municípios de Novo Airão e Barcelos.

Uma peculiaridade da relação econômica e comercial de Santa Maria do Boiaçú é o fato de manterem uma relação muito maior com o estado vizinho, tudo devido à acessibilidade para o Amazonas ser mais prático do que para as cidades de Roraima. Isto faz da região do Baixo Rio Branco apresentar um aspecto autônomo em relação a Roraima. Embora haja um esforço para investimentos e manutenção de serviços públicos estaduais de Roraima bem como do poder público municipal de Rorainópolis e Caracarái. No entanto, a própria forma de distribuição das 19 vilas da região, faz com que a percepção de zona autônoma política e economicamente se mantenha. Neste aspecto, conforme observado em visita à localidade no mês de agosto de 2014, chama a atenção o fato de na Vila Santa Maria do Boiaçú, que se configura em três quarteirões com ruas calçadas, não possua nenhum veículo tipo automóvel, apenas duas motocicletas e um trator agrícola cedido pelo governo do Estado.

¹ Estimativa populacional IBGE 2015.

Figura 1: Vista da chegada em Santa Maria do Boiaçú, novembro, 2013



Fonte: Arquivo pessoal.

A vida entre o verde e a natureza pouco explorada, ou no mínimo ainda preservada, apresenta ao visitante uma perspectiva de modo de vida paradisíaca dos ribeirinhos, mas a rotina e o modo como se constituem as relações sociais locais com o isolamento dos centros urbanos, o conhecimento das pessoas comparando os locais dos de fora, faz de Santa Maria do Boiaçú e das vilas ribeirinhas do Baixo Rio Branco lugares únicos. Onde é comum encontrarmos famílias vivendo a mais de três gerações na mesma localidade, ou ainda comunidade inteira que abandonam determinado local por razões diversas que merecem ser estudadas. Até os casamentos são estabelecidos com grande frequência entre famílias tradicionalmente da região.

Destaca-se no modo como se definem reforçando o vínculo com a localidade. A identidade cabocla se sobressai e é sempre vista com orgulho. Esta identidade é sempre constituída com o reconhecimento de aspectos voltada à culinária e práticas de pesca onde, por exemplo, é comum a expressão de “*sou caboclo criado comendo jaraqui frito com farinha amarela*”², para se auto afirmar nascido na região.

Um pouco de discussão

Bem, mais a questão rural na Região do Baixo Rio Branco, e especificamente em Santa Maria do Boiaçú, está contornada de alguns aspectos que se apresentam como peculiares, são situações que convergem para o tema do campesinato de modo geral.

² Resposta dada por um morador quando questionado pelo autor sobre como se define, ou o que é um morador nascido em Santa Maria do Boiaçú. Resposta também comum entre moradores ribeirinhos de vilas ribeirinhas no Estado do Amazonas.

Para começar, tomamos a própria condição da população da região, questionamos se sua atividade e identidade enquadra-se a condição de camponesa. Deste modo, entendemos que pensar os ribeirinhos como não camponeses foge da abrangência que a identidade camponesa atinge. Para isso verificamos que nas ideias de Shanin (2005), quando trata da conceituação do ser camponês, o autor descreve que “Camponês é uma mistificação. Para começar, “um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico” (p. 1). O autor traz um debate sobre este conceito propondo seis categorias de características de distinção da condição de camponês. Dentre estas características destacamos a primeira que enfatiza “... as condições da vida produtiva camponesa necessitam e se moldam pelo estabelecimento de um eco sistema e um equilíbrio particular entre agricultura, atividade extrativa e artesanato, com uma ênfase particular no cultivo, mais do que na manufatura” (p. 3). E o autor prossegue evidenciando condições específicas de identidade camponesa, como por exemplo, a reprodução social e cultural tendo por base o calendário agrícola, o que não foge do calendário estipulado pelas estações do ano.

Destas ideias podemos relacionar ao contexto dos ribeirinhos congregarem em suas práticas, os aspectos fundamentais da identidade camponesa proposta por Shanin (2005), pois possuem estreita relação na sua adaptação ao eco sistema em que estão inseridos, possuem grande dependência do ciclo natural das águas, embora não possuam maior dedicação à agricultura devido à própria imposição do meio ambiente local, não desprezam as atividades de agricultura de subsistência e a atividades extrativistas. Havendo também o artesanato, ou seja, a fabricação de seus principais meios de locomoção, às canoas e barcos de madeira.

No aspecto econômico, Shanin aborda que: “seria melhor aceitar o manejo do estabelecimento familiar como a definição mais estrita de camponês, salvo se houver razões definitivas para se proceder de outra maneira” (p. 6). Esta ideia apresenta a relação econômica do camponês com a produção em família como uma das características marcante desta identidade. No entanto, ressalva que não pode ser adotada esta como efetivamente principal identidade do camponês. Mas ainda neste contexto da economia doméstica Soares resume que:

De um modo geral se reconhece que a especificação do campesinato reside no caráter familiar da produção que empreende, no fato de que o grupo doméstico compõe uma unidade de produção e consumo e na relativa independência da unidade frente ao mercado (SOARES, 1981, p. 2015).

Deste ponto de vista é possível entender que mesmo estando inserido em um sistema global de produção, pois sua produção de pesca, coleta de frutos silvestres, e até a condição de guias de pesca possui efeitos externo a sua localidade, possuem esta relativa independência do mercado e estão mais atrelados aos ritmos e regras impostas pelas condições naturais do meio onde vivem.

Por outro lado, esta ideia pode ser reforçada com Wolf (1976) que nos traz uma luz ao afirmar que “O camponês, entretanto não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa” (p. 14). Por esta perspectiva, a identidade camponesa se desvincula do grande empreendimento agrícola. E no caso em apreço da Região do Baixo Rio Branco em Roraima, especificamente em Santa Maria do Boiaçu, a prática cotidiana familiar com a extração de frutos silvestres, agricultura de subsistência de a pesca comercial são atividades realizadas pela família e eventualmente pela coletividade, sendo a pesca, a que mais utiliza da coletividade para sua realização, tendo por prioridade a manutenção das necessidades fundamentais como: alimentação, vestimentas e um pouco de conforto para o lar.

Chayanov (1974) por sua vez, discute a influência da família no desenvolvimento econômico, e evidencia que a composição da família tem como grande resultado a definição dos limites máximos e mínimos tanto da força de trabalho quanto do poder de consumo (p. 47). A ainda ao analisar a comparação entre o tamanho das famílias e sua participação média como consumidora e trabalhador, tomando o exemplo russo do início do século XX, destacou que: “Em el futuro, la familia nos há de interesar como fenómeno económico y no biológico” (p. 54). Depreende-se desta expressão a disfunção biológica da família frente a sua utilidade como consumidora e trabalhadora. Uma perspectiva utilitarista e degenerativa da família como função biológica e reprodutiva. No entanto, mesmo que o autor abordava um contexto social de início de capitalização do campesinato na Rússia, ao exportarmos para o contexto atual é possível confirmar que aos olhos economicista os cidadãos não passam de meros trabalhadores e consumidores de produtos e serviços. Na atualidade o próprio conceito de família já se desfez ao que fora exemplificado pelo autor. Nesta perspectiva, o fato de estar inserido em um mercado de produtos e serviços global, elimina-se as relações familiares e o objeto passa a ser o individuo como unidade produtiva. Uma condição capitalista desumana, uma realidade.

Ainda sobre economia, Douglas e Isherwood (2005), apresenta um rico debate em torno dos motivos porque as pessoas querem bens. Nesta obra os autores discutem a dúbia interpretação economicista da teoria higiênica ou materialista verso

a teoria das necessidades por inveja. A primeira sustenta que “nossas necessidades reais são nossas necessidades físicas”, e as outras são carências; a segunda utiliza da inveja, que vem acompanhada da noção relativizada de pobreza para justificar o consumo. Neste prisma apresentam a relatividade das noções de pobreza e padrão de higiene comparando a sociedade da Grã-Bretanha no período de um século e suas contextualizações para os períodos relativos. Utilizam do exemplo dos Nuer do Sudão para explicar a relatividade da necessidade e do interesse daquela sociedade em relação aos árabes (p. 54).

Para o contexto do debate, o exemplo das relações econômicas em Santa Maria do Boiaçu, é relevante a dualidade dos conceitos de *necessidades* e *carências*, pois o desta ideia a *necessidade* se sobrepõe à *carência*, uma vez que está vinculada a essências da sobrevivência física e biológica. Enquanto a *carência* vincula-se aos acessórios da vida.

Por outro lado Douglas e Isherwood destacam que os estudos antropológicos sempre envolvem questões de lidar com infortúnios e enfatiza a inveja como sempre fazendo parte destes trabalhos, ou seja, uma questão simbólica que para os autores representa o ponto de confluência de interesse entre a antropologia e a economia o grande ponto de convergência (p. 55-56). E em contextos amazônicos esta noção de infortúnios acaba por representar a terminologia “*panema*” muito utilizada entre as populações ribeirinhas, que em seu sentido literal aplicado traduz-se como “*azarado*”, “*falta de sorte*”, “*desafortunado*”. Esta condição humana, eventualmente vivida por caçadores e pescadores, para ser corrigida necessitam de práticas rituais de purificação do corpo.

Mas os autores acrescentam que as duas concepções teóricas economicista que se identificam como (utilitarista tradicional) não justificam “as necessidades físicas e espirituais e menos ainda sobre a inveja” (p. 56). Segundo os autores a crítica antropológica a estas perspectivas resumem as ações humanas ao “termo ‘gosto’”. No entanto, afirmam que a maior crítica vem dos próprios economistas quando se trata da teoria do consumo. Concluem “que a teoria da demanda, com toda sua fraqueza, ainda fornecem o método mais eficaz de análise da escolha” (p. 57).

Mas para o tema em debate a prática empírica resume-se na noção de que a demanda de consumo se justifica apenas nas necessidades fundamentais enquanto a demanda da produtividade se estabelece pelas condições naturais de exploração dos recursos disponíveis com as limitações impostas pela própria sazonalidade das estações de cheia dos rios e vazão destes.

No texto de Heredia (1979), é possível perceber uma descrição pormenorizada das atribuições dos principais membros de família camponesa no Nordeste brasilei-

ro. De suas proposições chama à atenção a divisão sexual do trabalho, especificamente quando a autora debate a oposição casa-roçado. Segundo a autora, as atividades domésticas da casa estão inteiramente voltadas para o desenvolvimento por parte da mulher, enquanto os serviços do roçado é atividade masculina. Para o exemplo que propomos das ralações estabelecidas pelas comunidades ribeirinhas em Santa Maria do Boiaçú, a divisão sexual das atividades não foram bem definidas, pois, embora algumas atividades sejam desenvolvidas quase que exclusivamente por homens outras possuem uma participação conjunta. Podemos citar a coleta de frutos silvestres que mesmo sendo os homens que sobem nas arvores, quando o serviço exige, a presença feminina é comum no auxílio do transporte, principalmente no remar da canoa. Mesmo assim, ainda que muitas mulheres pilotem embarcação tipo voadeira, não identificamos mulheres como guias de pesca a serviço das empresas de turismo, sempre as que são contratadas exercem atividades fins de cozinha e limpeza.

Quanto ao roçado, às atividades são razoavelmente distribuídos, os homens em sua maioria executam o roço e as mulheres e crianças auxiliam e até comandam as outras atividades como plantio, limpeza e colheita. Como os períodos de sazonalidades da baixa do nível das águas dos rios são pequenos, causando uma simultaneidade nas diversas atividades econômicas na região, todos os membros das famílias se distribuem em atividades durante o período de estiagem.

A vida camponesa possui sua perspectiva de liberdade, pois condiciona ao camponês a possibilidade de administrar seu tempo e seu próprio serviço. Embora as condições naturais onde estiver localizado imponham ritmos e defina sua rotina de atividades cabendo ao camponês e sua família se adaptar a estas condições para superar as limitações manifestas. Na Vila Santa Maria do Boiaçú e suas redondezas, muitas são as limitações impostas pelas condições naturais aos camponeses da região, dentre as limitações já comentamos o ciclo natural das águas, como a mais significativa. Acrescentam-se às imposições da localização e acessibilidade, a ausência ou insuficiência da presença de políticas públicas, bem como a presença constante de pragas que incomodam a qualquer ser humano que habite ou ande por aquela região.

Sobre as pragas este tema transforma a visão paradisíaca em inferno, utilizando as palavras Koch-Grünberg (2006) sobre estes insetos “Aqui, fervilham os piuns, esses miseráveis sugadores diurnos, que são substituídos pelos carapanãs (mosquitos grandes) com o cair da noite” (p. 36).

Dentre todas as condições e imposições vivenciadas pela população habitante da Região do Baixo Rio Branco, algumas verdades são latentes, dentre elas a pratica do campesinato se enquadra as ideias de Götsch (1997) que defende a harmonia

entre *homem e natureza*, ou seja, da forma como a agricultura vem sendo desenvolvida na região:

Assim, a agricultura voltará a ser o que ela era, no sentido da palavra: cultura. Uma tentativa *culta* de conseguir o necessário daquilo que precisamos para nos alimentarmos, além das outras matérias primas essenciais para nossa vida, sem a necessidade de diminuir e empobrecer a vida no lugar, na terra. Isto implica em considerarmos um gasto mínimo de energia, onde não cabe maquinaria pesada, agrotóxicos, fertilizantes químicos e outros adubos, trazidos de fora do sistema.

A agricultura, dessa forma, passa a ser uma tentativa de harmonizar as atividades humanas com os processos naturais de vida, existentes em cada lugar que atuamos. Para conseguirmos isto é preciso que haja em nós mesmos uma mudança fundamental, uma mudança na nossa compreensão da vida (GÖTSCH, 1997, p.5).

A ideia defendida pelo autor conflui para a ideologia agroecológica e esta tem por princípio apresentar soluções que permita uma convivência harmoniosa entre as sociedades humanas e o meio ambiente. Uma postura preservacionista onde o homem é parte do eco sistema mais não é superior às outras espécies. Uma visão integrada das sociedades humanas ao meio ambiente com todos os recursos e possibilidades de conviver sem que um venha esgotar as chances de existência do outro. Esta ideologia pode ser comparada ao desenvolvimento sustentável desenvolvido na região do Baixo Rio Branco, e tem como principal contribuição às condições naturais locais além da disponibilidade e diversidade das riquezas disponíveis junto à baixa densidade demográfica da região.

Considerações finais

Muitos outros aspectos podem ser tratados sobre a relação das comunidades ribeirinhas da Amazônia com os recursos naturais disponíveis. E em Santa Maria do Boiaçu não é diferente, embora possuindo especificidades pontuais em seu contexto socioeconômico e político, a interação homem natureza na região do Baixo Rio Branco em Roraima fascina pela postura de igualdade, senão superioridade por parte dos recursos naturais locais. A prova disso é percebida na limitação da ação humana em criar infraestruturas de acesso à região e na preservação existente.

Deste modo, a identidade camponesa das populações ribeirinhas vem somar com a diversidade que o próprio termo carrega. E pensar as comunidades ribeirinhas como não camponesas é cometer uma grande injustiça com a identidade de uma população que carrega sobre seus ombros um modo de vida dependente das

condições impostas pela natureza e sua reprodução social e cultural confunde-se com os aspectos do meio ambiente onde estão inseridos. Bem como a constituição da força de trabalho englobando toda a família reforça o vínculo a este conceito. Limitá-los apenas à denominação de ribeirinhos é privar estas populações de uma denominação maior é vê-las como uma identidade pejorativa, é segregá-los de contexto rural, enquanto que reconhecê-los como camponeses é reafirmar a diversidade do campesinato no Brasil.

Assim com suas condições especiais de relação com a natureza, e dependências dos ciclos das águas, os ribeirinhos da Amazônia seguem usufruindo as riquezas da diversidade natural e constituindo gerações que respeitam a natureza e conseguem conviver de modo harmonioso com o seu eco sistema, este se manifesta como a grande lição de vida dos ribeirinhos.

Referências bibliográficas

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

BARBOSA, R. I. **Ocupação Humana em Roraima**. I. Do Histórico Colonial ao início do assentamento dirigido. Bol. Mus. Par. Emilio Goeldi, 1993, 9 (1) 123-144

DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. **Por que as pessoas querem bens** (cap I). in O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Tradução: Plínio Dentzien. 1. Ed. 1. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005, p. 51-62.

FARAGE, Nádía. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Dissertação de Mestrado [Ciências Sociais], Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

GÖTSCH, Ernst. **Homem e Natureza**: cultura na agricultura. Recife: Centro Sabiá, 2ª ed., 1997.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste, vol. 7)

KOCH-GRÜNBERG, Theodor, (1872-1924) **Do Roraima ao Orinoco**, v.I: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. (tradução: Cristina Alberts-Franco). São Paulo: Editora UNESP, 2006.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: propostas de políticas públicas para o território sul de Roraima. Rorainópolis/RR: MDA, 2010. p. 120.

SHANIN, Teodor. Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista NERA**, Ano 8, n. 7, Jul./Dez. 2005, p. 1-21.

SOARES, Luís Eduardo. **Campesinato: ideologia e política.** Rio de Janeiro: J. Zahar ed., 1981.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª ed., 1976.

ARTIGO

HÁBITOS ALIMENTARES E SEGURANÇA ALIMENTAR: REFLEXÕES A PARTIR DE COMUNIDADE RURAL NO ESTADO DO AMAZONAS

Introdução

Refletir sobre a alimentação tem sido alvo em diversos âmbitos da sociedade, tanto em pesquisas na área acadêmica, como em movimentos que chamam a atenção sobre a necessidade de se alimentar bem. Este trabalho tem como base as discussões sobre segurança alimentar em comunidades rurais no bioma amazônico, buscando apreender concepções de hábitos alimentares e as possíveis transformações sócio-espaciais que influenciam no território. Dessa forma, entendemos os hábitos alimentares como “as escolhas sociais que se dão dentro de determinados limites, dados pelas estruturas de produção e de consumo existentes, e que não podem ser transformadas radicalmente em curtos períodos de tempo” (BELIK, SILIPRANDI, 2010, p. 184). Com isso, a produção de uma dada localidade pode ser um fator que colabora na oferta de alimentos, bem como o processo de consumo das populações. Nesse caso, trata-se de uma pesquisa que está em andamento, buscando refletir primeiramente questões de limites e estruturas.

Este estudo tem como recorte a vila de Paricatuba, pertencente ao município de Iranduba, localizada na Área de Proteção Ambiental Margem Direita do Rio Negro Setor Paduari-Solimões, instituída pelo governo do Estado do Amazonas, com aproximadamente, 140 famílias. O que torna a localidade conhecida é o turismo impulsionado por uma construção do século XIX, que na época foi destinado a uma hospedaria para imigrantes italianos, e atualmente, está em ruínas, o que atrai turistas em função de sua arquitetura. Nesse caso, os fluxos turísticos podem apresentar impactos em vários aspectos: no ambiente, na economia, na sociedade e nas relações entre os visitantes e os moradores (SILVA, 2008). Podemos considerar o fator turístico como um dos meios da transformação, o que resultou na paisagem transitória

* Acadêmica do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

** Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

da Vila de Paricatuba. Vale pontuar que o maior foco de estudos da vila se relaciona à atividades voltadas ao turismo.

A criação da Região Metropolitana de Manaus – RMM, em 2007, implicou em mudanças significativas no município de Iranduba, pela existência de um conselho e um Plano Diretor que possibilita ações compartilhadas entre os governos estadual e municipal. Em 2011, com a construção da Ponte Rio Negro, o acesso entre Manaus e Iranduba foi facilitado, possibilitando o avanço da expansão imobiliária e a metropolização do espaço (MACIEL, LIMA; 2013). Essa realidade circunda a vila de Paricatuba.

Os moradores da comunidade têm em sua base econômica atividades direcionadas à agricultura, pesca, criação de animais, extração de recursos naturais como açaí, bacaba, e recursos florestais como a madeira, elementos estes que contribuem para denominar o camponês amazônico, aquele que, além da terra de trabalho, se situa em florestas e águas de trabalho (SILVA, 2008). Diante desses aspectos este estudo se fundamentou em compreender as concepções sobre segurança alimentar, as transformações nos últimos anos na vila, e trabalho de campo realizado a partir de observação participante e coleta de dados iniciais com responsável da organização coletiva da comunidade.

Segurança alimentar e bioma amazônico

Refletir sobre Segurança alimentar envolve vários aspectos de transformações alimentares, exprimindo a compreensão da alimentação enquanto um direito humano que deve ser garantido pelo Estado. Boa parte da produção alimentícia vem da produção dos camponeses¹, sendo que todo país deve ser soberano para assegurar a alimentação para sua população. Isso implica na garantia de todos(as) à alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. (BRAGA, 2004).

A preocupação com a segurança alimentar foi impulsionada a partir década de 1990, quando as discussões alcançaram o nível global. Isso porque a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO foi responsável por traçar metas e sua definição (BELIK, SILIPRANDI, 2010, p.188):

¹ No Brasil, aproximadamente, 70% da alimentação que chega à mesa dos brasileiros é oriunda da agricultura familiar (IBGE, 2006).

“A segurança alimentar existe quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos, a fim de levar uma vida saudável e ativa”.

No Brasil, desde inícios dos anos 2000, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) tem realizado um papel importante na construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de suas conferências. Como conceito de segurança alimentar entende-se:

“a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004, p.4)

Diante dessas duas concepções, percebe-se a preocupação em relação a cultura e a sustentabilidade no Brasil. Com o conceito de cultura alimentar e o papel da cultura na alimentação (BRAGA, 2004) chama-se atenção para os significados da alimentação, principalmente aqueles que traduzem a identidade de um grupo social, mostrando como os símbolos e significados que compõem a cultura agem sobre a alimentação. Presente no cotidiano das pessoas, a cultura alimentar se relaciona com formas de vida diversificadas e também com as transformações nos hábitos alimentares.

No entanto, sabemos que segurança alimentar fundamenta-se em uma política que estimula a permanência de uma alimentação de qualidade para não surgir problemas de saúde, buscando em si as restrições do não saudável. A partir da ideia de soberania, os próprios países têm o direito de definirem suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e o consumo de alimentos, demandando a contrapor as grandes empresas, as lógicas do mercado internacional. Nesse âmbito existe uma relação pautada pela lógica do capital, conforme apontamento do CONSEA (2004, pg.16)

podemos notar um sistema alimentar de âmbito mundial, com as seguintes características: Predominância de um padrão de produção agrícola intensiva, mecanizada, com elevada utilização de produtos químicos e fortes impactos sociais e ambientais; Processamento crescente dos produtos, muitas vezes com perda da qualidade original dos alimentos; Crescente padronização de hábitos alimentares, apesar de também promover a difusão de produtos típicos de determinadas culturas ou regiões; Ampliação do peso do comércio internacional no abastecimento alimentar doméstico, com elevado controle de grandes empresas de âmbito mundial.

Com esses apontamentos pode surgir o termo “segurança alimentar global” que, para especialistas representantes de empresas, este modelo tem a capacidade de abastecer o mundo, já que possui uma grande quantidade de alimento de baixo custo e de boa qualidade. Para alguns estudiosos, essa forma de produzir leva a um caráter excludente, pois com a grande quantidade de alimentos, prevalece a desnutrição no mundo. Os motivos seriam a baixa geração de empregos, problemas ambientais, poluição e esgotamentos, saúde, ecossistema pouco equilibrado e comprometimento das diversidades culturais.

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimento do mundo, parcela significativa da população não tem acesso aos alimentos básicos necessários para a vida cotidiana. Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, o consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente natural ou às relações econômicas e sociais. Alimentos e bens essenciais com preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural. No entanto, a construção dos hábitos alimentares das pessoas, ou das famílias, depende de fatores como renda, hábitos culturais, religiões, locais de moradia, tradições familiares.

O processo de urbanização, intensificado a partir da segunda metade do Século XX, tem implicado em mudanças nos hábitos alimentares como a distância do trabalho e do local de moradia, maior acessibilidade de aparelhos eletrodomésticos, que induzem a alimentos industrializados, com maior agilidade no tempo de preparo. O fato é que esses impactos tem levado a consequências, do ponto de vista de saúde pública, como a obesidade, hipertensão, diabetes, entre outros (BELIK, SILIPRANDI, 2010). Diante desse cenário, os moradores da zona rural têm sofrido os mesmos impactos, principalmente com a falta de uma alimentação adequada, além dos mais elevados índices de pobreza e de insegurança alimentar incidirem sobre o espaço rural. Um dado bem contraditório esse.

O espaço rural da Amazônia tem sofrido transformações espaciais nos últimos anos. No caso, é mais barato queimar, degradar e procurar outra área do que ficar e cuidar da terra e investir no aumento da produtividade. A lógica da propriedade produtivista e lucrativa vem colocando alguns obstáculos para o bioma amazônico, principalmente por meio da expansão das atividades monocultoras, como a soja e pecuária, a partir da demanda internacional por *commodities agrícolas* (SILVA, 2011).

Esse cenário vem impactando em algumas atividades tradicionais na Amazônia Brasileira. Áreas de florestas extrativistas vêm recuando e aumentando significativamente áreas destinadas a práticas racionalizadas, gerando uma instabilidade nas práticas agrícolas de comunidades tradicionais, a pobreza rural se intensifica e o desmatamento segue com de forma acelerada.

Além dos aspectos externos da demanda internacional, as mudanças no Código Florestal em 2012 também trouxeram implicações sobre a utilização do solo na Amazônia. O processo gerou várias discussões e debates, principalmente entre ruralistas e ambientalistas, pois um dos focos se relacionou com os limites físicos do imóvel rural bem como a forma de uso de recursos naturais. O empenho dos ruralistas, de acordo com Almeida (2011, p. 28):

“passou a considerar os fatores ambientais como obstáculos à ampliação da capacidade produtiva dos imóveis rurais e às transações de compra e venda de terras, dispondo-os no mesmo plano em que classificam os direitos étnicos, os laços de parentesco nos casos de terras de herança, sem formal partilha, e as práticas costumeiras de uso comum dos recursos naturais”.

O fato é que a grande área coberta de floresta no Brasil é representada pela Amazônia Legal e para alguns grupos políticos e econômicos, é entendida como um grande estoque de terras públicas. E as mudanças na forma da ocupação do solo têm alterado as práticas produtivas de alimento que atendem as demandas regionais, o que gera indícios de insegurança alimentar, implicando nos hábitos alimentares.

As mudanças mais significativas se relacionam ao tamanho de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente (APP). A *Reserva Legal* é uma área localizada no interior da propriedade ou posse rural que deve ser mantida com a sua cobertura vegetal original e a *Áreas de Preservação Permanente* são margens de rios, lagos, lagoas e reservatórios, topos de morros e encostas com declividade elevada, cobertas ou não por vegetação nativa. Essas áreas tem a função de assegurar o uso econômico sustentável dos recursos naturais, promover a conservação da biodiversidade, abrigar e proteger a fauna e flora, também com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, proteger o solo e assegurar o bem estar da população humana.

Os pesquisadores Sauer e França (2012) também contribuem com essa discussão. O código florestal traz a significância de territórios envolvidos, de toda preservação da Reserva Legal que tem por objetivo influenciar em área de floresta da Amazônia, focando a concepção de que a terra deve cumprir não só uma função social,

mas também uma função ambiental. Em relação a decorrência da Reserva Legal, a concentração fundiária em grandes estabelecimentos agropecuários, acima de mil hectares, não se alterou nos últimos vinte anos no sentido de habitação e expansão das reservas, o que não proporcionou uma redução no desmatamento.

Um ponto instigante que o Novo Código Florestal revela é a relação com a agricultura familiar. Em um levantamento realizado pelo ONG Repórter Brasil, os dados apontam que a situação no bioma amazônico pode ser preocupante, pela grande área de floresta, como, por exemplo, o que já acontece no Centro-Oeste. Boa parte da agricultura familiar está nos assentamentos da reforma agrária, com os problemas voltados a infraestrutura e políticas públicas. Mato Grosso é um Estado campeão em desmatamento, inclusive nos assentamentos quanto nos projetos de colonização do Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (INCRA) e nos anos de 2009 e 2010 os assentamentos tiveram problemas ambientais significativos. Além disso, a agricultura familiar no Mato Grosso tem optado por *commodities* como soja e café em cenários de terras arrendadas para o agronegócio, facilitando o financiamento e a aquisição de produção (ONG REPÓRTER BRASIL, 2011).

De acordo com Sauer e França (2012, p. 318) “A lógica central das mudanças tem sido mesmo a manutenção do uso ilegal de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, ameaçando a biodiversidade e a sustentabilidade dos processos produtivos”. Por isso, a preocupação de torna evidente, em função da possibilidade do aumento de desmatamento em áreas de até quatro módulos fiscais rurais, o que possibilita a atividade de monocultura, como acontece na região Centro-Oeste. Com isso, a biodiversidade da flora amazônica sofre ameaças, impactando na oferta de produção regional, o que estimula a lenta mudança nos hábitos alimentares das populações.

A partir de diversos fatores (político, cultural e econômico) a discussão sobre a insegurança alimentar vem se tornando cada vez mais abrangente e frequente em decisões cotidianas direcionando a Amazônia Legal. Por isso, entendemos a necessidade de compreender seus recursos naturais com o objetivo de identificar sua grandiosidade, importância estratégica, bem como a riqueza da sua biodiversidade distribuída em uma complexa heterogeneidade, para gerar a discussão sobre o questionamento sobre a falta de segurança alimentar numa região tão abundante em recursos naturais (ALENCAR *et al*, 2007).

A Vila de Paricatuba como ponto de partida para análise

Como já informado, a Vila de Paricatuba pertence ao município de Iranduba, com uma distância de 50 Km de Manaus, e tem acesso via fluvial e rodoviário, por meio da Ponte Rio Negro, inaugurada em 2011. O prédio que recebe visitas e estimula o turismo já foi utilizado como hospedaria e leprosário e, atualmente, a suas ruínas tem sido alvo de vários estudos, conhecido como “As ruínas de Paricatuba”. Em meio a esse cenário, existem os interesses de empresários, agentes imobiliários, governos locais e regionais que, muitas vezes, provoca conflitos entre moradores. Esses conflitos são gerados pela possibilidade de compra e venda de lotes, bem como a construção de condomínios fechados com casas de veraneios ao redor da vila (SILVA, 2008). Segundo Guimarães (2012, p.138) o turismo acontece em escalas diversificadas: “do turismo massificado aos finais de semana, nas praias do Rio Negro, à visitação esporádica por parte dos turistas estrangeiros, levados ao local por guia de hotéis da redondeza”.

Por outro lado, a Ponte Rio Negro tem implicado em consequências no desmatamento na Amazônia Ocidental, área excluída do chamado Arco do Desmatamento (RAMOS, 2015). No entanto, infraestruturas, como estradas em áreas de fronteiras tropicais, estimula a imigração, aumentando a exploração agrícola e outras atividades econômicas que não são sustentáveis, prejudicando a floresta. No caso entre Manaus e Iranduba acontece a expansão de uma rede urbana sobre outro município, chamado o fenômeno de periurbanização, em áreas próximas a Paricatuba. Com isso, possibilita o avanço urbano sobre uma área rural. “As atividades rurais podem permanecer, porém voltadas para atender a metrópole do entorno” (RAMOS, 2015, p. 2).

Mas ainda assim, os moradores da Vila de Paricatuba podem ser caracterizados como ribeirinhos, sendo público alvo da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Boa parte é representada pelos pescadores artesanais e extrativistas, habitantes das proximidades dos rios, cultivam plantações para consumo próprio e têm a pesca como principal meio de subsistência. Vale pontuar que população ribeirinha Amazônica é rica em recursos naturais, em função da enorme diversidade de peixes e frutas, que seriam suficientes na oferta de nutrientes importantes como micronutrientes, proteínas e calorias (MERCADO *et al*, 2015). De acordo com as Pesquisas de Orçamento Familiar do IBGE (2008-2009), a partir do levantamento sobre o consumo de alimentos no Brasil, o peixe fresco, junto com a mandioca e açaí, são os alimentos mais consumidos na região norte.

A comunidade é rodeada por uma vegetação diversificada e preservada, o que proporciona que as atividades extrativistas contribuam para o processo de alimentação, principalmente com o fornecimento de frutas regionais, como açaí, cajá, maracujá, entre outros, bem como as aves no destaque na diversidade faunística. Segundo Guimarães (2012), em 2005, trabalhos arqueológicos foram realizados na localidade, o que indica a presença de habitantes há muito tempo. Por outro lado, a maioria das famílias não possui título do lote, apenas um recibo de compra e venda, preocupando os moradores com possíveis invasões, principalmente a partir da inauguração da ponte (SILVA, 2008).

Adentrando sobre a Vila de Paricatuba, a partir da observação participante e de coleta de dados, percebe-se um fenômeno que estabelece um limite entre o rural e o urbano, o asfalto. A via de acesso até o ramal é feita pela AM 070, no KM 21. O ramal tem 10 km de distância e sua estrutura é alternada entre asfalto, cascalho e terra. Os lotes geralmente possuem casas de madeira e o roçado em volta. Vale lembrar que o asfalto foi liberado no início de 2016.

A população ribeirinha Amazônica é rica em recursos naturais, em função da enorme diversidade de peixes e frutas, que seriam suficientes na oferta de nutrientes importantes como micronutrientes, proteínas e calorias. No caso da vila, um dos consumos mais frequentes na alimentação do dia a dia dos moradores é o peixe, por conta do acesso prático dos moradores da atividade pesqueira e sua frequência, em função da proximidade com o Rio Negro, e a venda nas próprias casas. Demais consumo constante de animais estão entre galinha, pato, porco na propriedade dos moradores. Esses animais servem como venda e para consumo. Nem todas as residências possuem plantio de hortas naturais para o próprio consumo, muitos aderiram extrativismo para vendas, como madeira, açaí, bacaba e pataúá.

Por outro lado, em conversas com o Presidente da Associação dos Moradores da Vila de Paricatuba, entre os moradores não há uma preocupação efetiva sobre a necessidade de uma boa alimentação. Além disso, há casos de subnutrição de crianças moradoras na vila. O fato é que a praticidade na compra de alimentos industrializados tem favorecido esse quadro, o que o presidente aponta como comodidade. Vale lembrar que a região Norte do país possui os riscos de níveis de pobreza muito elevados e baixa qualidade de vida comparada com a média nacional. Na comunidade, são encontrados casos de hipertensão, diabetes e obesidade em pessoas idosas.

Além disso, com a inauguração da Ponte Rio Negro e conseqüentemente, aumentado o turismo, o fato é que algumas casas tornaram-se restaurantes de venda com comidas caseiras, na tentativa de atender os turistas. Os estabelecimentos de

prestação de serviços como mercadinhos, têm aumentado na localidade. Isso vem causando uma demanda na produção da região, destinando os alimentos produzidos para atender ao comércio, implicando na alimentação das famílias. Esse processo também pode alterar os hábitos alimentares, uma vez que as refeições de preparo em menos tempo tende a conquistar espaço entre as famílias.

Considerações finais

Entender sobre hábitos alimentares de uma determinada localidade é compreender as características da localidade. No caso de Paricatuba, considerada uma comunidade rural, vem passando por transformações a partir do avanço do turismo implicado pela facilitação de acesso via Ponte Rio Negro. Por outro lado, a expansão imobiliária que circunda a vila, com a venda de lotes de casa de veraneio e lotes em condomínios fechados vem avançando sobre a zona rural. Além disso, essa reflexão possibilita pensar sobre o bioma amazônico, que vem sofrendo transformações, principalmente na ocupação do solo de frente agropecuária. Com isso, a oferta de alimentos locais fica prejudicando, implicando em transformações nos hábitos alimentares, bem como aumentando o cenário da insegurança alimentar, em função das possíveis mudanças sócio-espaciais na localidade.

Referências bibliográficas

ALENCAR Fernando H; YUYAMA Lúcia K. O.; Maria de Jesus C. VAREJÃO; H. A. MARINHO. Determinantes e consequências da insegurança alimentar no Amazonas: a influência dos ecossistemas. In: **Acta Amazonica**. Vol. 37 (3) Manaus, 2007.

ALMEIDA, Alfredo W. B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Orgs). **Terras e Territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BELIK, Walter; SILIPRANDI, Emma. Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar. In: Roberto Vilartha; Gustavo L. Gutierrez; Maria Inês Monteiro. (Org). **Qualidade de Vida**: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI. 1ed. Campinas: IPES, 2010, v. 1, p. 187-196.

BRAGA, Vivian. Cultura Alimentar contribuições da antropologia da alimentação. In: **Revista Saúde**. v. 6, n.13. Piracicaba, 2004. Disponível em < <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf>> Acesso em março de 2016

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, CONSEA, 2004. Disponível em < <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-san>> Acesso em Março de 2016.

GUIMARÃES, Adriana Meiking. **Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico do Município de Iranduba, Amazonas**. Tese apresentada ao programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 273 fls. 2012.

IBGE. **Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE: 2011.

Maciel, J. B.; Lima, M. C. 2013. A Metropolização do Espaço em Iranduba: Uma Nova Configuração com Expansão Imobiliária. In: **II Simpósio de Estudos Urbanos – A dinâmica das cidades e produção do espaço**, Campo Mourão, Paraná: Universidade Estadual do Paraná. 24p.

MERCADO, Damaris S; ALMEIDA Gabriela S.; SILVA Yara L. S; CORREIA, Juliana S. C. Hábitos alimentares de ribeirinhos da Amazônia e contribuições das enchentes no agravo ao quadro de insegurança alimentar. In: **Saber Científico**. V. 4, n. 1. Porto Velho, 2015. Disponível em < <http://www.revista.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/522>> Acesso em março de 2016.

ONG REPÓRTER BRASIL. **A Agricultura Familiar e o debate do novo Código Florestal**: O modelo de desenvolvimento do campo em pauta. Setembro, 2011. Disponível em:<www.ongreporterbrasil.com.br>

RAMOS, Camila Julia Pacheco. **Simulação da dinâmica do desmatamento na área dos municípios sob influência direta da Ponte do Rio Negro, Amazonas**. Dissertação, 37fls. Manaus, INPA, 2015.

SAUER, Sérgio, FRANÇA Franciney C.. Código Florestal, Função Socioambiental da Terra d Soberania Alimentar. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 299-321, Maio/Ago. 2012.

SILVA, Glaubécia T. **Percepções sócio-espaciais e de turismo em Paricatuba/ Iranduba-Amazons**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) 115f. UFAM, 2008. Disponível em < <http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/pdf/dissertacoes/2008/GlaubeciaTeixeira.pdf>> Acesso em março de 2016.

Silva, José de Ribamar Sá. Produção de Commodities, Desmatamento e Insegurança Alimentar .a Amazônia Brasileira. **Revista Geográfica de América Central**, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-15 Universidad Nacional Heredia, Costa Rica. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820468>>

ARTIGO

**MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR
NOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO EM ARIQUEMES -
RONDÔNIA**

Introdução

Este artigo tem como objetivo compreender a dinâmica familiar de deslocamento e posterior trabalho na terra daqueles que ocuparam dois projetos de colonização, localizados no estado de Rondônia, durante o período da Ditadura Militar. Esses dois assentamentos estão localizados na parte nordeste do estado. O PAD Burareiro, implantado em 1974, distribuía lotes de 250 hectares às famílias selecionadas, que deveriam possuir comprovação financeira e de experiência agrícola, enquanto o PAD Marechal Dutra, criado em 1978, distribuía apenas lotes de 100 hectares, não exigindo a mesma comprovação financeira. As terras do PAD Burareiro eram destinadas principalmente ao plantio de cacau, enquanto nas do PAD Marechal Dutra cultivava-se majoritariamente o café, de acordo com a política de incentivos do governo federal. A BR-364, que atravessa todo o estado de Rondônia, orientou a colonização ao longo da rodovia e, desta forma, as terras de Burareiro e de Marechal Dutra localizadas mais próximas a BR tornaram-se mais valorizadas com o passar do tempo. A estrada federal pode ser vista como um elemento que tem relação tanto com a organização do espaço quanto com o valor do lote, ligando-se, portanto, aos movimentos na terra e à própria configuração do uso da mesma.

Estes dois assentamentos são o ponto de partida da minha análise, uma vez que entrevistei famílias que se deslocaram para esses programas de colonização. Entre as figuras que se mostraram centrais para a minha análise estão os chefes de família, denominados “pioneiros” na região, isto é, que se consideram responsáveis pela construção daquele novo espaço, orientado pela política pública do governo federal. Vale ressaltar que a bibliografia existente sobre a colonização durante o Governo Militar geralmente a aborda a partir do ponto de vista dos agentes do Estado. No entanto, esse artigo procura valorizar a experiência das famílias que se deslocaram

* Doutora em Antropologia Social – PPGAS/Museu Nacional/UFRJ/Professora Instituto de Antropologia – UFRR/ email: manuela.cordeiro@ufr.br

para Rondônia, apresentando a organização do projeto de futuro da família, baseado principalmente na conquista da propriedade da terra.

Portanto, este trabalho procura articular a noção de deslocamento e migração, bem como as suas motivações com a possibilidade de organizar o trabalho familiar na terra.

Assim, o artigo será organizado em quatro seções a contar da introdução. Na primeira, o meu objetivo é problematizar o uso analítico da migração, a partir das noções de deslocamento e movimento. Em seguida, descrevo brevemente os movimentos de família a partir dos quais minha análise da ocupação das terras dos projetos de assentamento se baseia. Posteriormente, faço uso da interpretação das vivências de uma família que ocupou um lote do PAD Marechal Dutra, demonstrando a articulação entre deslocamento, configuração do trabalho familiar, bem como a sucessão no lote. Por fim, ofereço algumas considerações finais à análise realizada.

Migração e deslocamento

Utilizo os termos deslocamento e mobilidade para analisar a noção de família e seus movimentos em Rondônia. Ao não fazer referência ao termo migração, o meu intuito é problematizá-lo, pensando os sentidos dos deslocamentos. Mais do que simplesmente descartar a noção de migrante, o intuito foi demarcá-lo como um processo social ou um “fato social total”, para utilizar os termos maussianos citados por Sayad (1998, p. 16). Corrobo com Marin e Hébette (v. I, 2004, p. 154) quando criticam a abordagem analítica em relação aos trabalhadores “migrantes” em um contexto de ocupação de espaço e da transformação na Amazônia: “caracterizada por um distanciamento dos modelos demográficos clássicos, e pela preocupação em integrar o fenômeno migratório nos esquemas econômicos globais, cada um refletindo suas concepções particulares sobre o crescimento e sobre o papel nele assumido pelos trabalhadores. Essa evolução caracteriza-se também, talvez, pelo fato de levantar mais problemas do que oferecer quadros interpretativos plenamente satisfatórios”.

A partir do deslocamento para os PADs Burareiro e Marechal Dutra, ambos localizados em Rondônia, é possível também analisar as “paradas” de cada família. As famílias analisadas na pesquisa estão em contínua movimentação; assim, o caráter provisório de migrante não cabe na caracterização dessas famílias, ou seja, elas escolhem o “movimento”, sendo que alguns lugares nos quais houve uma “parada” mais longa e a possibilidade de participação na construção de algo “novo”, permitindo a sua caracterização como “pioneiros”. Dessa forma, a análise realizada não

leva em conta apenas da saída de um lugar para o outro, recortando arbitrariamente um pedaço da história da família, a fim de enquadrá-lo em uma contabilidade estática (Cf. Palmeira; Garcia, 1977), de direcionamento do movimento. Ao ter em conta a trajetória familiar, não me refiro uma história linear de tempos sucessivos e predeterminados, mas ao conjunto de itinerários constituídos pelos indivíduos e sua família. Ademais, de acordo com Woortmann (1990) deve ser levado em conta que a migração de camponeses são processos que fazem parte de estratégias de reprodução social, o que será explorado adiante.

Procurou-se, tendo como ponto de partida o deslocamento para Rondônia, visitar o passado das famílias por meio dos seus movimentos anteriores e daqueles que os filhos e os netos de “pioneiros” continuam realizando até hoje em busca de seus próprios projetos de vida. O discurso do “pioneirismo” e o discurso do “sofrimento” são formas de contar que fazem parte dos mecanismos de legitimação do deslocamento e de novas formas de apropriação do espaço. O sofrimento não se trata apenas de um padecimento individual, mas uma reflexão sobre o sentido de se tornar comunidade, da união entre os mesmos, assumindo também um caráter eminentemente coletivo (Cf. Comerford, 1999). A “ética do sofrimento”, não como um elemento cotidiano, mas atrelado a momentos de transposição de dificuldades que tem a ver com o trabalho extenuante no campo, à falta de infraestrutura para o desenvolvimento e escoamento da produção, ao enfrentamento de pequenos em relação aos grandes produtores rurais, nas suas mais variadas formas, pode ser apresentado como uma ideia que prevalece em outros contextos no meio rural brasileiro. A noção de sofrimento está atrelada a uma outra, a de orgulho, vinculada por sua vez à categoria nativa de “pioneirismo”¹.

Para os “pioneiros” importa dizer que o sofrimento proveniente da “abertura das terras” é passado, uma justificativa para o merecimento de permanecer na terra no presente e utilizar todo o seu potencial produtivo, uma das formas encontradas para “encaminhar” os filhos, concretizando o projeto de futuro da família. Mesmo que eles não estejam produzindo na terra, isto é, o trabalho familiar na terra não seja a principal fonte de renda da mesma, o investimento familiar a na sua abertura foi uma forma de incentivo para que cursassem o ensino superior, tivessem um comércio próprio, possuíssem uma casa própria, além de outras projeções para o futuro dos filhos dos “pioneiros”. Assim, o deslocamento para Rondônia estava associado à possibilidade de possuir terra, bem como faz parte de um projeto familiar mais

¹ Contrário ao argumento de Martins (1975), os “pioneiros” aqui analisados não faziam parte do que o autor denominava como frente pioneira, mas se aproximam ao que o autor denomina como frente de expansão, constituída pela ação de camponeses, com base na terra e trabalho familiar.

amplo. Nota-se uma tendência de que as mulheres permaneçam menos na terra, se comparadas com os filhos dos “pioneiros”. As jovens comumente nela permanecem quando acompanham os seus maridos, o mesmo valendo para aqueles que exercem a sua profissão na cidade ou se mudam de estado para exercer a profissão. Isto não significa que elas sejam excluídas do processo de divisão de bens, sejam estes relacionados à propriedade de terra ou a outros bens materiais da família.

“Esparramar” e movimentos da família

O movimento estava no bojo da vida das famílias que ocuparam Rondônia, uma vez que não possuir terra ou mesmo a impossibilidade de dividir o patrimônio, a partir do casamento dos filhos motiva a procura por outras terras, de maneira a assegurar trabalho para a família e, mais do que isso, a possibilidade de deixar herança para as gerações seguintes. O processo de ocupação das terras em Rondônia pode ser organizado em quatro “movimentos de família” – “vir e ver as terras”; “a travessia da casa a rodar”; a abertura e a espera pelo lote; “formar o lote” e “formar os filhos”. Essa é uma tentativa analítica de compreender as motivações, os fluxos e distintos momentos dos deslocamentos familiares. Em primeiro lugar, houve um momento de reconhecimento da terra, denominado “ir e ver as terras”, realizado principalmente por grupos de homens aparentados ou amigos. Posteriormente, houve a organização dos grupos familiares que de fato iriam se deslocar até Rondônia, o que chamo de a “casa a rodar”, seja utilizando o “pau de arara”, ônibus ou carros próprios. O próximo movimento foi a “abertura do lote”, no qual as mulheres geralmente permaneciam no incipiente espaço urbano, principalmente pela responsabilidade do cuidado com os filhos, aguardando que os maridos “abrissem” os lotes, fosse com a ajuda de outros titulares de terra (principalmente os marechais), fosse contratando mão de obra para tanto, como costumava acontecer no caso dos burareiros.

O primeiro “movimento de família” era orientado também por meio de relações de amizade e/ou familiares do grupo de homens que foi “ver as terras” antes de decidir sobre o deslocamento de toda a família. Era necessário ter o conhecimento empírico da qualidade das terras e das condições de permanência antes de tomar a decisão - domínio principalmente masculino, que deve acontecer antes do deslocamento. Isto não aconteceu com todas as famílias que se deslocaram, seja porque chegaram tarde em relação à realização do processo de seleção, seja em função da necessidade urgente de ter uma terra para a família.

O segundo “movimento da família”, o que corresponde à organização dos pertences para efetuar a mudança para Rondônia, fez com que as famílias calculassem, dependendo do meio que utilizaram para ir até as novas terras, aquilo que poderiam trazer para formar o novo espaço familiar. As famílias enfrentavam a estrada para chegar ao estado desconhecido com o objetivo de se “esparrramar”², isto é, para adquirir a primeira terra de propriedade da família em questão. Durante a travessia, a casa provisória era o meio de transporte, o que pressupõe a desorganização das diferenciações de gênero e geração. Portanto, há desconstrução do espaço de moradia anterior, um período de união com as demais famílias, e posteriormente a reconfiguração da casa, a partir das referências trazidas e material e imaterialmente.

O terceiro “movimento de família” pode ser considerado liminar, pois pressupunha a aprovação no processo de seleção e o enquadramento desses trabalhadores de acordo com os critérios operacionais do Inca. Ademais, não conseguiam entrar nas terras para “abri-las” assim que chegavam a Rondônia, tendo que comumente enfrentar um período de espera de alguns meses ou mesmo anos. Nesse período passam a se evidenciar alguns mecanismos de diferenciação social. Aqueles trabalhadores que possuíam menos recursos financeiros tinham que se empregar para sustentar a família, contornado o período de espera. As poucas oportunidades na cidade recém-criada eram as duas serrarias e o trabalho nas terras dos burareiros. Principalmente os trabalhadores que se enquadraram no perfil do PAD Marechal Dutra trabalhavam “abrindo” os lotes daqueles que tinham terra no PAD Burareiro. Por outro lado, os burareiros possuíam uma reserva pecuniária que lhes permitia esperar a “abertura dos lotes”. Durante o processo de “abrir o lote”, também são detectadas diferenças entre os marechais e os burareiros. Os primeiros contavam mais com a solidariedade horizontal dos amigos e compadres, a “ajuda” para “abrir o lote”, enquanto os segundos contavam com a “ajuda” estrita da família e podiam contratar mão de obra para facilitar esse processo.

Quarto movimento de família

A respeito do “quarto movimento de família” que diz respeito a “formar os lotes” e também “formar os filhos”, remeter-me-ei ao relato de uma família analisada por essa pesquisa, para demonstrar a atual configuração do trabalho na terra, bem

² A referência a uma origem comum da família é determinada pela efetiva união de seus membros (cf. Thomas; Znaniecki, 1918) que, mesmo ao se “esparrramarem”, conduzem esse movimento de acordo com os passos já dados por membros da família de origem – pais, irmãos, tios, sogros, cunhados, como foi visto nos relatos das famílias.

como os anseios das diferentes gerações com relação à terra que foi conquistada na década de 1970 e outras terras que compõem a herança familiar. O pai de Chico e o pai de dona Isa cogitaram vir do Paraná para Rondônia, desde que souberam da “fofoca da terra”, porém seu pai morreu antes disso se concretizar e, assim, a sua mãe não quis vir. Ela conta que ninguém da família veio para Alto Paraíso, só ela e o marido que, primeiro, alugaram uma casa em Ji-Paraná. Depois, sua sogra, veio para Rondônia, com medo de ficar sozinha no Paraná, já que também era viúva, falecendo mais tarde no lote da família Lopes. Dona Isa e seu Chico tiveram cinco filhos em Rondônia. Afirma que teve grande ajuda de sua sogra para que pudesse deixar os filhos em Ariquemes e ir até Alto Paraíso para ajudar a “abrir” o lote com seu marido. Atualmente, duas filhas moram na cidade, em Ariquemes, e três filhos têm suas “chácaras” em Alto Paraíso.

Certo dia, depois de conversarmos, fui convidada a almoçar na casa de Dona Isa. Quando sentamos à mesa de jantar, a casa já estava mais movimentada. Três netos de dona Isa haviam chegado, entraram pela porta da cozinha e colocavam os seus pratos. Eles estavam em uma discussão acalorada sobre a forma com que secam e preparam o café nas terras dos seus pais. Em Alto Paraíso³, diziam os netos: “coloca-se no pano, tiram-se as folhas, não pode rastelar, porque tem pedra e o latão é a medida”. Dona Isa se lembrou de como fazia no Paraná: “o ponteiro tem que estar no alto, abana o café na peneira, não coloca no pano e espera secar, e o saco é a medida”. Ela defendia esta forma de fazer e os netos discordavam amistosamente, pois achavam que não poderia ser feito daquela maneira em Alto Paraíso. Além disso, completava dona Isa, no Paraná tem que tirar os “ladrões”, que são os pés adjacentes, mas em Rondônia, se tirar esses “brutos”, não dá mais nenhum café, contestavam os netos. Ela continuava a explicar o modo como fazia na sua infância, enquanto servia o prato do neto com galinha caipira, arroz, feijão e farinha. No Paraná, a lavoura é adubada, enquanto em Rondônia era só “tirar a mata”, mas dona Isa afirma que hoje não tem mais “mata para tirar” e a terra está “cansada”.

Seu Chico Lopes chegou para almoçar conosco. Ele entrou no assunto sobre a plantação de café e disse que hoje também é possível viver da lavoura em Alto Paraíso, contrariando a opinião do que ele diz ser maioria:

Ah, vive. Se quiser viver, vive. Que nem eu falo com meus meninos que mexe com a lavoura, todo mundo aqui colhe o café verde ainda e leva pra máquina, melhor levar o café seco. Todo mundo leva o café verde, não seca mais no terreiro. Leva tudo pros outros. Se leva

³ Um dos onze municípios que foram subdivididos a partir da área da grande “Ariquemes”. Atualmente, na área de Alto Paraíso, só existem terras do PAD Marechal Dutra.

verde é R\$ 14 o latão, que dá três quilos, se secar dá mais. Mas a turma acostumou, viciou, o cara não sabe trabalhar mais sozinho. Eu colhia muito café com minha família. A época de colheita começa em maio, mas já tão acabando, o café tá feio. Você pode secar o café aqui no terreiro, seca e aqui tem cheiro, e seco no secador com fogo, não fica bom. É igual comida, se ela é de uma hora, não fica boa em meia hora, então o café também é assim, dá tipo bom (Seu Francisco, 07/05/2012).

Ele comenta que é preciso saber como vender o café para obter mais lucro. No entanto, com a saída dos filhos do espaço rural, fica difícil ter a ajuda necessária para trabalhar. Voltando às “histórias do início”, seu Francisco contou que vinham compradores de café “de fora”, isto é, que não eram só do município de Ariquemes, “o café teve mais preço, os compradores tiraram eles de Alto Paraíso”. No primeiro lote da família Lopes, eles produziam 15 mil pés de café, chegando algumas vezes a produzir até 30 mil pés de café. Seu Francisco Lopes fala com orgulho que já ofereceu muito almoço para o “pessoal da Emater”, já que era considerado um “trabalhador bem visto” pelo órgão de assistência técnica e também pelos políticos do estado. “Lavou a minha vida toda foi zelada”, pontua, explicando a razão de ter sido diferenciado. Na sua opinião, para aqueles que trabalhavam, não havia muita diferença em ser marechal ou burareiro, já que “a lida era muito sofrida”. Mesmo que os filhos ainda fossem crianças, eram importantes para a ajuda na lida com a roça, inclusive porque não possuíam condições de contratar trabalhadores.

O lote “do Incra” que ele “pegou no início” já foi vendido. O motivo pelo qual o vendeu não conta para ninguém, nem sua esposa sabe. Assim que vendeu o lote, ele foi ver outras áreas de terra no Mato Grosso, salientando que só ele sabe o porquê desse movimento. Verifiquei que esse movimento não é tão comum entre aqueles que já estão em Rondônia, mas sim o inverso, sair da região de Mato Grosso para Rondônia. Depois de “ir e ver as terras” por lá, ele tinha pedido que os dois filhos mais velhos fossem até o estado do Mato Grosso para ver uma terra que estava “ajeitada” para eles comprarem. Note-se que há primeiro um reconhecimento da terra, realizado por seu Francisco, que depois encaminhou os filhos para fechar o negócio. O primeiro “movimento de família”, como anteriormente demonstrado, foi realizado pelo pai, mas os seguintes dependeriam da vontade de permanência dos seus filhos na terra, isto é, se “esparramarem” para trabalhar no lote com suas famílias. Seu Chico Lopes comenta que se vendesse o lote de 42 alqueires em Rondônia e comprasse uma terra de 130 alqueires no Mato Grosso, sobraria dinheiro. Ele conta: “Mande os dois meninos lá, chegaram que nem hoje. Quando foi no segundo dia, eles foram na rua, passear na casa de um cara que era vereador lá, e o cara tinha ma-

tado um outro, meio-dia, no meio da sua terra. Os meninos se assustaram, vieram embora e não quiseram”.

Com o dinheiro da venda do primeiro lote que conseguiu por meio da seleção do Incra, comprou o lote onde mora, na mesma linha do primeiro, uma “chácara” ao lado e outro lote localizado em outra linha, todos do antigo projeto Marechal Dutra. Mas ele disse que nenhum dos filhos se interessou em “abrir a terra” em quaisquer desses espaços. Em seus termos: “Eu falei, bom, ‘esse lote é de vocês, vocês que têm que abrir agora, mas se não quiser, eu vou vender’, e vendi. O lote da linha 100 era completo [42 alqueires – Marechal Dutra], eu ia deixar pra eles. Esse aqui só tem 21 hectares, mas eles não quiseram abrir, e eu falei: ‘Eu não vou abrir mais’”.

Ítalo, filho de seu Chico, morava na “chácara” que era do pai, e cedeu um pedaço de terra para um irmão morar com ele. Depois, ele vendeu os 10 alqueires de “chácara”, o que rendeu pouca terra próxima à cidade, tanto para o Ítalo quanto para o outro filho. Isto porque “comprar o lote completo, hoje, não compra mais”, seu Francisco salienta. O pai tem a responsabilidade de “encaminhar os filhos”, comprando lotes para que eles possam formá-los, se assim for do desejo deles. Mas tem que estar dentro das possibilidades financeiras de que o pai dispõe. Por isso, seu Francisco salienta que houve um momento em que era possível financeiramente comprar um “lote completo”, com 42 alqueires (ou aproximadamente 100 hectares), o que não é mais a realidade atual. De qualquer maneira, é de grande importância que todos os filhos tenham oportunidades de vida, seja na terra ou não, e de ter condições para “formar” suas próprias famílias: “[...] É, o objetivo é deixar todo mundo colocado, pra quando eu morrer ninguém falar nada, né? Isso daí, tudo controlado, tudo sossegado, tudo no seu lado” diz seu Chico Lopes. Estar “colocado” e “controlado”, por exemplo, é oferecer oportunidades de permanência na terra para os filhos, mas isto não significa que o pai irá fazer o trabalho de “abrir o lote” por eles, o que está além das suas responsabilidades como pai.

Seu Francisco conta que sempre dispensou trabalho assalariado no Paraná, havia trabalhado só 30 dias “para ver como é que era”. Durante praticamente toda a sua vida, ele foi meeiro em plantações de café. Em Rondônia, ele tornou a “experimentar” o trabalho assalariado, por conta da necessidade de ter que esperar no lote para iniciar a produção. Ele trabalhou primeiro como motorista e ganhava R\$ 800 por mês. Era interessante no contexto de Rondônia, porque, no mês de dezembro, quando as chuvas eram muito fortes, ele poderia ganhar um dinheiro que não ganhava com a lavoura. Quando veio para Ariquemes, ele também trabalhou como carpinteiro, roçando terras de outros para “aguentar” até entrar no lote de sua família. Mas

a respeito de trabalhar no lote ou trabalhar como empregado, seu Chico esclarece sobre os filhos:

Aí meus meninos pegaram esse costume besta agora de salário. Salário não dá não, é da lavoura, eu falo com eles que é assim: “Deus ajuda que você vai colher e produzir”. Mas tem gente que planta, será que vai produzir? Aí não produz mesmo. Aí a feira vai no mês e não dá não. Tem que plantar café. Eles plantam arroz, milho, feijão, café, mas fica trabalhando pros outros, acha que o dinheiro dos outros é melhor. [...] Mas ele disse que é porque eu tô aposentado. Eu falei não, tô aposentado agora, depois de uns tempos pra cá, nunca dependi de ficar trabalhando pros outros não. Lavoura dá, mas você tem que plantar e cuidar (Seu Francisco, 07/05/2012).

Segundo seu Francisco, os filhos ajudaram pouco no trabalho no lote, porque logo se casaram e se “esparramaram” para cuidar das famílias deles, não optando por permanecer nas terras do Mato Grosso, como o seu pai havia “encaminhado”. Agora que eles tem suas próprias famílias, trocaram o trabalho na terra, no qual podem ter controle do seu tempo e da forma de trabalho, para serem assalariados. Disse também que seus netos “mexem com terra”, ao mesmo tempo em que estudam, mas não ele não acredita que os netos permanecerão no trabalho agrícola.

Ítalo, filho de seu Chico, nunca quis me explicar exatamente o seu ponto de vista a respeito da história da família, porque julgava que o conhecimento sobre “o tempo de Rondônia” era de seu pai, que saberia “me contar melhor”. Mas em uma das várias caronas que ele me ofereceu, pudemos conversar um pouco sobre a questão de permanecer na terra como espaço produtivo. Não me falou sobre o episódio de Mato Grosso e nem sabia que seu pai havia relatado isso, já que nunca participou das conversas que tive com seu Francisco. Mas ele me contou sobre a venda do seu último “sítio”. Ele disse que se casou pela segunda vez e sua esposa trabalha na escola municipal. Quis vender o “sítio”, localizado na beira da BR, porque ficou muito chateado de ter sido roubado mais de uma vez à mão armada. Mas permanece na casa do “sítio”, porque a “linha” onde moram atualmente está bem próxima do centro da cidade. Como trabalha de motorista de ônibus da área rural, fica mais fácil para ele “puxar criança”.

Sobre o trabalho na terra, é importante salientar que seu Francisco afirma que a participação de sua esposa foi maior do que a de seus filhos no processo de “abertura da terra”, mesmo assim, ela fica em uma posição secundária, uma vez que ela deu uma “ajuda” e não “trabalha”, como seu Francisco faz. É relevante compreender a troca de percepções que dona Isa tem com os seus netos a respeito do modo de produzir café em Rondônia e no Paraná, demonstrando que não apenas a produção

agrícola é diferenciada para gerações distintas, mas também os projetos de vida, o que fica claro em minha conversa com Ítalo. Em contrapartida, a importância de “trabalhar no que é seu” é expresso no relato de seu Francisco como algo a ser passado aos seus filhos, por esta razão ele sempre foi independente, tendo poucas experiências com trabalho assalariado, o que contrasta claramente com a posição do filho Ítalo.

A evidente expectativa de seu Francisco Lopes era de que os filhos pudessem permanecer na terra, utilizando-a não só como espaço de residência, mas também como espaço produtivo. Por isso, a vontade de “colocar” os filhos, isto é, dar posses a cada um deles “para ficar sossegado”, valendo-se da tentativa de compra de uma terra maior no estado do Mato Grosso. A ida para o Mato Grosso, como uma possibilidade de possuir terra, também passa pelas mesmas etapas vivenciadas na ida para Rondônia. Não se concretizaram a “travessia da casa a rodar” e a “abertura do lote”, por uma escolha dos filhos de seu Francisco, responsável por realizar somente o primeiro “movimento de família” – “ir e ver as terras”. O papel de “abrir o lote” deveria ser cumprido por cada filho, se desejassem utilizar aquele espaço determinado para a produção de culturas. A responsabilidade de pai pode ser formulada pela oferta de condições para os filhos permanecerem na terra, o que pode ser aproveitado, ainda que temporariamente, pela terceira geração, isto é, os netos de seu Francisco.

Considerações finais

Os movimentos da família, ligados ao seu projeto de futuro, fazem alusão justamente à organização da dinâmica geracional da família – sua motivação de deslocamento, os grupos de familiares e amigos que fazem o reconhecimento, aqueles que efetivamente se mudam, os chefes de família que são responsáveis pela “abertura da terra” e como os lotes e os filhos são “formados”. Em resumo, os movimentos correspondem, em primeiro lugar, ao reconhecimento do espaço, que era geralmente feito em conjunto e por um grupo de homens unidos por laços familiares, de vizinhança ou amizade. Em segundo lugar, colocar a “casa a rodar” era realizado por um determinado grupo familiar, o que também poderia ser uma referência para o deslocamento de outros familiares e amigos. Posteriormente, a “abertura das terras” podia se dar em conjunto, para depois os irmãos se separarem, no caso de uma família numerosa, ou por meio do contrato de trabalhadores para “abrir as terras” em grupo.

O “esparramar” não acontece apenas quando faltam terras, tal como ocorreu com a vinda das famílias para Rondônia. O casamento, principalmente dos filhos homens, leva a necessidade de busca por uma terra própria, pois são eles que, com o apoio do pai, têm que adquirir o lote para ser “aberto”. O casamento é um momento catalisador dos “movimentos de famílias”, na medida em que influencia a relação entre terra e família, pressupondo a busca por um espaço não apenas produtivo, mas também residencial. A partir do casamento que ficou mais clara a necessidade de se “separar”, “esparramar”, “debandar”. Portanto, o casamento determina a necessidade de possuir um espaço próprio para a nova família que será criada, e novas personagens se integram ao enredo da família: principalmente as noras, mas também os genros que, ao pensarem conjuntamente os projetos de “futuro da família”, potencializam a ação e podem traçar novos caminhos para o “esparramar”.

A família que se “esparrama” constrói novos espaços, em vários sentidos, para o seu núcleo familiar. Além disso, o pai tem a obrigação de “formar os filhos”, o que para a família anteriormente mencionada, significa dotar os filhos de ter condição de “possuir algo que é seu”. Por isso, seu Chico Lopes garantiu que cada filho pudesse ter seu pedaço de terra. Mas ficou clara a infelicidade do pai que percebe que nenhum dos filhos quis garantir a possibilidade de independência a partir do trabalho na terra, ao invés disso, valorizam mais “o costume besta do salário”, tal como aponta seu Chico. Mas, ao conversar com um de seus filhos, a importância da terra que foi conquistada pelo trabalho do pai e da mãe fica evidente, mas principalmente como espaço de residência e não produtivo.

Ao analisar de forma etnográfica e comparativa os diferentes significados e implicações dos deslocamentos familiares, verifica-se que a noção de migração como contabilidade única de indivíduos que saem de um determinado lugar e se mudam para outro não correspondem às trajetórias sociais das famílias que ocuparam Rondônia. Dessa maneira, noções nativas, tais como “esparramar” dizem respeito a um movimento que não se apresenta como totalmente disruptivo, bem como aludem a ligação da noção de mobilidade e uma concepção específica da família. Pelo contrário, o movimento é realizado para criar novas unidades familiares que tem como referência o núcleo inicial. Assim, retomo as ideias de Mauss (2003), compreendendo o deslocamento como um “fato social total”, levando em conta as motivações e sentidos do deslocamento, sem fixá-lo em uma visão essencialmente utilitarista do processo, tal como comumente atribuído pela explicação utilizada de “busca por uma vida melhor” que motiva os processos migratórios. No bojo desse processo de movimento, as gerações organizam de maneira distinta o trabalho. Se para a geração

que conquistou a terra em Rondônia, havia um grande valor em trabalhar “naquilo que é seu”, para a geração posterior ter garantido o espaço de residência para trabalhar na cidade é valorizado. Tal realidade denota diferentes conotações de autonomia e auto realização entre as gerações analisadas, no que tange ao uso e trabalho na terra.

Referências bibliográficas

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

MARIN, R. E. A; HEBETTE, J. Mobilidade do trabalho: revisão teórica. In: HÉBETTE, Jean (org.) **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. 1, Belém: EDUFPA, 2004

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PALMEIRA, M.; GARCIA, A. **A invenção da migração**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977.

SAYAD, A. **A Imigração ou Os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. The Polish Peasant in **Europe and America: monograph of an immigrant group**. Chicago, Boston: The University of Chicago Press/Badger, 1918.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 7, n.1. p. 35-51, jan/jun 1990.

ARTIGO

MUDANÇAS NO CLIMA E MUDANÇAS NO MODO DE PRODUZIR

Introdução

O processo de ocupação do Estado de Roraima, principalmente na região sudoeste, houve um grande fluxo de migrações para a região de Caroebe e Entre Rios. Por ser uma região de floresta e de difícil acesso, os moradores que chegavam à região tiveram que conseguir suas terras com apoio daqueles que já estavam no local, não tiveram nenhum apoio por parte do governo e nem de órgãos responsáveis em legalizar terras.

Nas décadas de 70 e 80 muitos imigrantes vindos de várias regiões do Brasil, passaram a ocupar o que é hoje chamada PA-Jatapú (Projeto de Assentamento Jatapú). Hoje essa região está ocupada por muitas famílias que chegaram e não tinham onde morar. Diante desse processo de ocupação dessas terras, as pessoas tiveram que trabalhar apenas com apoio dos próprios moradores que já tinham chegado antes, pois não havia nenhuma estrutura local, sem escola, hospital e estradas. Cada família tinha o seu pequeno pedaço de terra e dele deveria tirar seu próprio sustento. Os próprios moradores que faziam as vicinais demarcando os lotes e distribuindo entre todos, cada família recebia um lote e deveria cuidar. Todo esse processo durou muitos anos antes do Incra começar a regularizar as terras.

Por ser uma região de mata, a região de Caroebe e Entre Rios logo começou a ser ocupada por muitos moradores na procura de terras que fossem boas para produzir, e logo perceberam que o clima era muito bom para o cultivo de muitas variedades de plantas.

Os relatos dos primeiros moradores da vicinal 15 que fica na região da vila de Entre Rios, revela o quanto foi difícil viver na região naquela época, pois, eles só dependiam deles mesmos. Uma região de serras onde a terra é muito boa, logo foi ocupada. Tendo como principal fonte de renda a agricultura, o cultivo da banana logo se destacou. Por muitos anos a produção de banana na vicinal 15 foi o que

* Discente de Antropologia da Universidade Federal de Roraima

** Docente de Antropologia da Universidade Federal de Roraima

movia todos os produtores, mas ultimamente a questão climática vem afetando diretamente a produção e conseqüentemente a vida dos pequenos produtores.

O que pretendo abordar é: Esses produtores estão conscientes das mudanças climáticas que vem surgindo ao longo dos anos? E quais são os principais sinais dessas mudanças? E o que estão fazendo para minimizar essas mudanças no que se refere à produção?

Através de pesquisa de campo e entrevistas com moradores, o objetivo da pesquisa será mostrar como essas transformações estão interferindo diretamente na vida e no modo de produzir desses moradores.

Em campo tive a oportunidade de conversar com um dos primeiros moradores da região e através de seus relatos, percebi o quanto ele sente essas mudanças no clima. Seu Antonio morador desde a década de 70 relatou:

“antigamente aqui chovia todo dia, os rios passavam por cima das estradas e era uma dificuldade atravessar de um lado para o outro, e todo ano tinha a época da piracema onde a gente pegava peixe de mão no meio da estrada. Hoje não chove mais como antigamente e o rio não enche mais como antes e os peixes estão sumindo e a cada dia tudo parece mudado”.

Diante desse relato, percebe-se que o clima está mudando e transformando as paisagens, onde era rio agora é apenas um monte de areia. Todos estes fatores, segundo seu Antonio, tem influência dos maus tratos que o homem vem fazendo com as florestas, derrubando nas cabeceiras dos rios e fazendo com que ele vá assoreando e desaparecendo.

Através de relatos de moradores, a principal forma de produção sempre foi a derrubada e a queima da mata para o plantio da banana. Durante muitos anos, a região sudoeste de Roraima sempre foi conhecida pelas grandes quantidades de chuva ao longo do ano. Para que um produtor conseguisse fazer uma boa roça, ele deveria se programar para brocar, derrubar e queimar nos meses certo, se ele não fizesse tudo certo acabaria perdendo sua roça, pois logo começaria a chover e não teria mais como queimar. Muitas chuvas ao longo do ano também era um grande transtorno nas estradas, pois não tinha como tirar os produtos das roças e nem das vicinais, não tinha como entrar com caminhões ou carros.

Com o passar dos anos, os moradores dessa região começaram a perceber que as chuvas estavam diminuindo, um ano chovia muito e no outro quase não chovia. Essas mudanças no clima começaram a ter um impacto direto na produção. Então houve a necessidade de encontrar outros meios de sobreviver que não dependesse

diretamente do clima. Através de mudanças de hábitos, conseqüentemente haverá mudanças também na forma de produzir.

Sinais de mudanças

Diante das transformações climáticas que estão acontecendo, percebe-se que os moradores têm suas próprias formas de prevê como será às estações de verão ou inverno. Ouvindo relatos dos mais antigos, percebemos que estes sinais são próprios da natureza e que somente aqueles que são mais antigos conseguem perceber. Seu Cícero Belarmino que é um dos moradores mais antigos da região relatou:

“Quando a gente ouvia um gavião cantar, a gente observava se ele estava em uma árvore seca ou verde, se ele estivesse em uma árvore seca sinal que haveria uma temporada de seca na região, mas se ele estivesse em uma árvore verde sinal que ia chover”.

Ele continua:

“Aqui também a gente observa muito a lua e ela nos dá sinal se vai chover ou não”. “Quando o círculo da lua está muito perto sabemos que a chuva está distante e quando o círculo está longe é sinal que a chuva está próxima”.

Por muito tempo e até os dias atuais a natureza dá sinais das mudanças que estão acontecendo. Quando um morador falou que naquela região de serras quase não tinha vento e que agora era uma ventania o dia todo fiquei interessado em saber sobre o que ele pensava que estava acontecendo. Perguntei ao senhor Alegria o que ele achava que estaria provocando esses ventos por essa região. Sua resposta foi:

“Antigamente quase não ventava por essa região, mas com as derrubadas das serras o vento não tem nenhuma barreira natural que possa diminuir a sua velocidade, pois as matas estão sendo derrubadas e assim o vento sopra com força total. Se essas derrubadas não parar não sei o que vai acontecer, por que a cada dia que passa o vento está vindo com mais força e pode começar a trazer preocupação para a região.”

Quando perguntei a ele se ele percebia algum outro sinal na natureza ele logo me disse:

“aquí antes a gente podia sair e conseguir matar uma caça, agora é uma dificuldade encontrar um bicho nessas matas. O porco do mato que antigamente a gente via passar pelas estradas agora é uma dificuldade ver um bando por essa região”.

Com esses relatos observamos que os moradores percebem que as mudanças que vem acontecendo não estão afetando somente os seres humanos, mas também os animais estão sentindo essas mudanças e mudando para regiões mais afastadas.

Através da percepção, os moradores conseguem não somente por seus próprios conhecimentos observar as mudanças no meio em que vive, mas também através de informações que a própria natureza oferece para este conhecimento. Segundo Ingold:

(...) aprender a perceber é uma situação não de adquirir esquemas convencionais para ordenar dados sensoriais, mas de aprender a prestar atenção ao mundo (humano e não-humano) em certas maneiras através do envolvimento com os outros nos contextos cotidianos de ação prática” (INGOLD, 1993, p. 223).

Novos hábitos e novas alternativas

Percebendo que não devem apenas depender do clima para produzirem, muitos moradores estão saindo da “monocultura”, no caso a da banana, e procurando novas formas de produzir que seja mais sustentável, pois a produção de banana requer a queimada e não está dando os resultados esperados. Uma das alternativas está no cultivo de frutas que antes não se dava muita importância e que hoje estão percebendo que podem ganhar muito mais dinheiro em pequenas áreas de terra.

Com o surgimento de mercados fora do Estado, muitos pequenos produtores estão procurando alternativas que possam suprir as necessidades quando o clima não for propício para determinada produção. Encontrar alternativa é a grande questão. Ter mais de uma fonte de renda e se preparar para futuras transformações climáticas.

Aqui os produtores, estão se motivando em conseguir se qualificar para produzir em diferentes escalas e para pensar em procurar o melhor para eles e sua realidade local, pois dependem da natureza e preservá-la é o mais importante. Buscando a preservação da natureza, muitos moradores estão pensando em deixar de produzir da maneira “tradicional” que é através da derrubada da mata e a queima, para um modo de produção que não afete tão bruscamente a natureza, e uma forma de produção que está surgindo na região é justamente aproveitar os espaços de terra que já foram derrubados e através de correção do solo poder produzir muitas variedades de plantas e árvores frutíferas. Uma boa fonte de renda que está em processo de adaptação é o cultivo árvores frutíferas como o cacau, cupuaçu, laranja, limão, e algumas que são nativas como o açaí e a andiroba. Todas essas variedades de frutos tem comércio

garantido na região e também pode ser vendido para outras regiões e ser uma boa fonte de renda para as famílias que dependem dessa produção.

O processo de produção na vicinal 15 é tradicional, onde as famílias dependem de suas próprias forças e também da natureza para conseguirem produzir. Tendo isto como base, o clima é de fundamental importância para a vida dos produtores, pois através do clima se determina o que vai se plantar. Através dos sinais da natureza, os produtores conseguem ter uma noção do que pode vir mais adiante, sabendo que o clima não está mais como antes e não dá mais para ter tanta certeza do que realmente vai acontecer. Diante disso o mais importante é ter consciência que o clima não é mais o mesmo e que novas alternativas devem ser observadas e implantadas. Cabe à pesquisa que está em andamento compreender como essas mudanças são representadas e realizadas.

Referências bibliográficas

MESQUITA, Erica. **Ver de perto para contar de certo**: as mudanças climáticas sob os olhares dos moradores da floresta do alto do Juruá / Erica mesquita. – Campinas, SP, 2012.

INGOLD, T. “**Culture, nature, environment**: Steps to an ecology of life” e “culture, perception of the environment: Essays in livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000, p.13-26 e p. 157-171.

SILVA, Gladis de Fátima Nunes da, Evolução demográfica entre o anos de 1970 e 2007. In. **Roraima 20 anos**: as geografias de um novo Estado: Org’s Paulo Rogério de Freitas Silva e Rafael da Silva Oliveira. Boa Vista/ RR : Editora da UFRR, 2008.

ARTIGO

O PROCESSO DE DESLOCAMENTO DA MULHER JOVEM DO CAMPO RORAIMENSE PARA ALÉM DO ESTUDO E DO TRABALHO

Introdução

Esse trabalho tem como objetivo compreender o processo de deslocamento de jovens mulheres do interior do estado de Roraima para a capital Boa Vista. As inquietações sobre esse fenômeno surgiram durante a pesquisa de campo (2010-2011) para a minha monografia de conclusão do Curso de Ciências Sociais, onde problematizei questões referentes à “juventude rural”. Naquele contexto, reservei para estudo posterior o tema do deslocamento das jovens, cujos resultados são aqui apresentados.

A cidade de Boa Vista, que recebe as jovens, localiza-se à margem direita do Rio Branco, região centro-oriental, e concentra aproximadamente 2/3 da população do estado. De acordo com os dados do IBGE para o ano de 2014¹, sua população somava 314.900 habitantes, do total de 496.939 para o estado. Sua economia apoia-se no setor de serviços e no funcionalismo público; tem uma característica peculiar, é a única capital localizada totalmente ao norte da linha do Equador.

As discussões em torno do deslocamento de populações do campo para a cidade são antigas e remontam à Revolução Industrial, no século XIX. Segundo Camarano e Abramovay (1999) o boom “migratório” do campo para cidade provocado pela Revolução, impulsionou o deslocamento de famílias inteiras. Os autores afirmam ainda que o “fenômeno migratório”, a partir desse período, encontra-se mais atrelado às mulheres, que passaram a se envolver com mais frequência com trabalhos nos “espaços urbanos”. Dentro deste cenário, eles apontam que no Brasil o deslocamento é feito, na maioria das vezes, por jovens, e entre estes, os que mais se deslocam são as mulheres jovens.

* Mestre em Sociedade e Fronteira/UFRR e acadêmico de Geografia/UERR.

** Professora Doutora da Pós-Graduação Sociedade e Fronteira/UFRR e do Instituto de Antropologia-INAN/UFRR

¹ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rr>. Consulta em 08 de jan de 2015.

As hipóteses levantadas pelo autores sobre os principais motivos que levam as jovens a se deslocarem são: 1. A saída das jovens está ligada diretamente à oferta de trabalho remunerado na cidade; 2. O trabalho exercido pela mulher jovem no lote² não é reconhecido enquanto “trabalho”, isto é, sem remuneração. Enquanto os filhos homens recebem alguma remuneração como recompensa pela produção, as filhas não recebem nenhuma parte da renda gerada pela venda da produção. Neste caso, sair de casa para morar na cidade é o percurso mais curto para alcançar sua independência financeira; e 3. Buscar uma “valorização pessoal” através da formação educacional (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

A discussão sobre gênero, nesse trabalho, remete à compreensão das relações sociais construídas a partir das representações, dos conceitos e das práticas cotidianas entre pessoas do mesmo do mesmo sexo e entre aquelas de sexo diferente. A princípio, conforme apontam Abreu e Andrade (2010), o gênero se consolida a partir de juízos de valores consolidados na anatomia sexual que, por sua vez, ajuda na construção de estereótipos e concepções sobre indivíduos ou grupos de indivíduos, cujo resultado é a imposição de um padrão de convivência invariável, sustentado na negação das diferenças, sejam elas culturais ou individuais.

Na perspectiva da teoria feminista, formulada na década de 1980, o conceito de gênero se fundamenta em uma relação de poder, levando em consideração as qualidades comportamentais, pautadas em papéis e identidades entre homens e mulheres. Nesse caso, as relações de gênero se estabelecem a partir dos aspectos social e cultural (ABREU; ANDRADE, 2010).

Articulada à dimensão do gênero, o deslocamento de mulheres jovens para a cidade ganha relevância quando se discute o campo brasileiro não apenas como espaço de produção, mas também como agregador de dimensões simbólicas de desigualdades que acabam fomentando os conflitos de gênero. No caso da agricultura familiar, o local de trabalho e morada é o mesmo, fazendo com que os filhos estejam inseridos nas atividades produtivas desde a infância. Sem perspectivas de que sua vida possa mudar com a continuidade no campo, há jovens que, por meio de suas ações e escolhas, acabam mudando o curso de sua vida social. A experiência na cidade às vezes acaba interferindo no modo como os jovens rurais perceberem o campo (SALES, 2006).

Considerando as referências acima, formulei como objetivo norteador desse trabalho, compreender o processo de deslocamento das jovens do campo em direção

² O lote a que nos referimos aqui é uma propriedade familiar doada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em área de assentamento rural, medindo no máximo 100 hequitares (ha). Cada hequitare corresponde a 4 linhas, e cada linha tem 50 m².

à cidade a partir de suas trajetórias pessoais. A trajetória de vida foi considerada um recurso relevante na pesquisa, pois possibilita a compreensão de narrativas de experiências pessoais. Vale ressaltar que nesse procedimento as narrativas correspondem ao que é considerado relevante pelos atores e que é necessário ser destacado. Nesse tipo de metodologia a narrativa nem sempre segue uma ordem cronológica, mas considera o encadeamento dos fatos selecionados pelo sujeito que dão sentido a sua experiência presente.

Processos para o deslocamento entre os jovens rurais

A mudança do campo para a cidade não representa uma decisão fácil, ainda mais quando a família não acompanha. Nesse contexto, geralmente a cidade não representa aos jovens que se deslocam do campo em direção a mesma, um lugar de morada, mas um espaço de conquista do seu projeto de vida, que comumente está entrelaçado ao anseio de estudar e conseguir um trabalho. O contexto apresentado nos relatos das jovens permite dizer que a saída não é espontânea, mas necessária para que se conquiste aquilo que o campo não lhe oferece, viver sua juventude alimentando o projeto de conquistas que lhe possibilite alcançar a vida adulta sem atropelos.

Carneiro (2005) fazendo referência a Durston (1994), expõe que a invisibilidade dos jovens rurais é consequência de um olhar urbano estereotipado sobre esta juventude, colocando-a em um tempo e espaço onde ao se posicionarem fora deles não são considerados mais jovens rurais, por exemplo, quando optam em morar na cidade. Esse determinismo já deveria ter sido superado, mas, ainda se faz presente nas relações sociais estabelecidas na cidade, exigindo aos mesmos que deixem de se considerarem jovens rurais e passem a se ver como jovens urbanos. Esse contexto é uma experiência presente entre homens e mulheres do campo.

A invisibilidade dos jovens do campo pelas políticas públicas é uma forte contribuinte para o fomento, de maneira intensa e contínua, do processo de expulsão desses sujeitos do referido espaço, atingindo principalmente as jovens. Esse problema tem contribuído para o fortalecimento de outros dois, o envelhecimento do campo e sua masculinização. Segundo Martins (2008), a identificação desses dois fenômenos parte de duas vertentes, a primeira delas provocada pela expulsão dos jovens rurais, e a segunda, pelo fato das jovens serem maioria nesse processo de êxodo. Vale ressaltar que essa problemática envolvendo a juventude que vive no campo emerge não com a preocupação de colocar os jovens no centro da discussão como sujeitos e com

o interesse de criar meios ou mecanismos que lhes possibilite escolher entre ficar no lote³ ou sair dele. O que acontece, de fato, é que os jovens se tornam objeto de estudo com a finalidade de se tornarem explicação para o possível futuro que aguarda o campo, o seu esvaziamento por não ter quem queira continuar morando nele.

Brumer (2007) considera em seus estudos que, se tratando dos jovens do campo, há a necessidade de se perceber na promoção das políticas públicas as jovens do campo como sujeitas nesse processo. Conforme a autora, se o papel da mulher não ganha visibilidade entre a sociedade “machista” muito marcante no meio urbano, no campo a invisibilidade da mesma é ainda mais acentuada. Ela considera que, dentre outros elementos que contribuem para o fortalecimento do sentimento de saída entre as jovens rurais do campo em direção à cidade, é a divisão do trabalho no lote por gênero e geração que desperta desde cedo entre as jovens o anseio de buscar na cidade um meio de vida diferente daquele vivido no seio familiar. Argumenta ainda que a questão de gênero está atrelada aos papéis delegados no núcleo familiar, cabendo à mulher, geralmente, o de submissão, já que é obrigada a tomar conta da casa como algo natural, que não cabe qualquer tipo de questionamento.

Weisheimer (2004) considera que a construção social da diferença entre homens e mulheres é resultado de uma prática cultural. Os papéis são definidos pelo grupo não a partir de sua realidade social, mas dos costumes construídos culturalmente. Para o autor, não é a estrutura social que determina as diferenças entre os sexos, mas a manutenção das ideologias que listam modelos e formas do comportamento dos indivíduos que, por sua vez, mantêm a desigualdade nas práticas comunitárias.

A saída das jovens do campo em direção à cidade

Brumer (2007) comenta que um dos pontos centrais que motiva a saída das jovens da casa familiar é a divisão do trabalho no lote por gênero e geração. De gênero, porque os homens se sobressaem às mulheres, existindo uma relação de subordinação da mulher ao homem; a respeito da geração, esse mesmo tipo de relação mantida entre homens e mulheres, é exercido entre jovens e adultos, onde os primeiros são sempre submissos. A autora chama atenção para o fato de que, em se tratando do campo, a situação das jovens rurais é mais delicada, pois, os trabalhos executados por elas dentro do lote não são considerados produtivos, portanto, não reconhecidos, mesmo quando suas atividades não se restringem aos afazeres do lar, exercendo tra-

³ O lote a que nos referimos aqui é uma propriedade com medição de 300 m de frente por 2.000 m de fundo, correspondendo ao total de 60 hectares (ha) de terra. 1 ha de terra corresponde a 4 linhas, 1 linha mede 50 m², então, 1 ha possui 200 m², multiplicado por 60 dá um total de 12.000 m².

balhos na roça ou ajudando no cuidado com os animais, os irmãos continuam tendo prioridade nos benefícios da propriedade. Considera ainda que o posicionamento da jovem diante de tal realidade é a construção de um olhar mais negativo que o dos jovens sobre o campo. Considerando este um espaço muito restrito para a realização de seu projeto de vida, a jovem passa a escolher a cidade como espaço que melhor lhe propiciará a realização do projeto de vida, porém, a rede social com o campo é mantida, porque os laços afetivos as ligam aos pais.

A vida no campo se transforma cotidianamente e a juventude do campo convive com essa mudança em um movimento entre a permanência e a saída do lote, cuja vivência na cidade pode interferir na alteração dos valores que estruturam a sua identidade. Para analisar o processo de mobilidade e sociabilidade das jovens que deixam os lotes e passam a morar na cidade é importante que o faça considerando o momento histórico vivido por elas. Deve-se ainda compreender tal decisão a partir de sua sociabilidade familiar, do grupo social no qual a família está inserida e do novo espaço ocupado por elas, no caso a cidade. Considera-se que isto é importante porque as jovens rurais também modificam o seu modo de vida no movimento histórico da sociedade (BRUMER; ANJO, 2008).

O contexto apresentado acima, desperta a observação de que os jovens, de maneira geral, acabam se tornando aventureiros com os mais diversos destinos, alimentando em seus trajetos uma mistura de desejos e realidade, porque além de seus pertences, também colocam na mochila seus anseios e medos. A viagem é uma ida recheada de esperanças, porque o sair não representa rompimento com suas raízes. As jovens partem em busca da realização de seu projeto de vida, seja ele o de conseguir um trabalho, concluir os estudos, dentre outras experiências que possam lhe proporcionar “[...] a liberdade, o perigo, o novo. As jovens e os jovens dos assentamentos rurais estão sempre viajando e, mesmo quando permanecem no seu lugar, consegue percorrer caminhos de lutas, desbravar trilhas da vida” (SALES, 2006, p.1).

Nesse sentido, as condições de vida, como a ausência do mercado de trabalho, assim como a dificuldade em possuir alguns bens e acesso a serviços de saúde, emprego e educação, que empurram a juventude do campo em direção à cidade, contribuindo para que o número de jovens do sexo feminino, como já apresentado por Camarano e Abramovay (1999), seja maior que aqueles do sexo masculino. Os mesmos autores se questionam se o fato das jovens se distanciarem dos trabalhos no lote em busca de uma relação de trabalho na cidade sinaliza para uma negação da identidade do campo, ao mesmo a resposta dada pelas jovens que fizeram parte desse trabalho foi negativa. Também se a permanência na cidade contribui para que

ela subtraía sua identidade do campo pela de urbana, para algumas jovens que cederam a entrevista sim, para outras não. Mesmo morando na cidade o sentimento de pertença ao campo ainda é mais forte.

A entrelinha da saída

Nos estudos realizados entre as jovens oriundas do campo no Rio Grande do Sul, Brumer (2004) aponta algumas motivações que contribuíram para que, naquele espaço de estudo, houvesse um processo muito forte de deslocamento das jovens em direção à cidade, e aqui pontuamos duas delas. A primeira é a forma como as jovens são inseridas na unidade de produção familiar. Esse processo está muito ligado à divisão sexual do trabalho, onde desde criança a jovem cresce sabendo qual é o seu lugar no núcleo familiar, restrito no espaço da casa ajudando a mãe, enquanto que o filho acompanha o pai para a realização dos trabalhos braçais dentro ou fora do lote. No caso das jovens, ficam em casa aprendendo todo o trabalho doméstico na convivência com a mãe. Sendo que os trabalhos desenvolvidos pelos homens são considerados “pesados” e os realizados pelas mulheres de “leves”, cabendo aqui um questionamento sobre que significado se agrega a ambos os termos. Como pode ser elevado à categoria de “leve” um trabalho que geralmente começa às cinco horas da manhã, com pausa apenas a noite na hora de dormir, já que, além das refeições para fazer, sempre tem alguma coisa para limpar (casa, louças, roupas, quintal, etc.), animais para dar comida e água, cuidar das pequenas plantações ao redor de casa, sejam hortaliças ou pequenos jardins. A autora argumenta que o fator preponderante que caracteriza o trabalho desenvolvido pelas mulheres no núcleo familiar como “leve”, e sem direito a remuneração, é o lugar ocupado por elas na estrutura hierárquica da família.

Outro elemento apresentado por Brumer (2004) que considero importante apresentar aqui é a ausência de outros espaços de trabalho, além do familiar, que possam ser ocupados pelas jovens. Isso requer um olhar crítico a respeito das políticas públicas de juventude que embora tenha dado passos importantes, tem deixado muito a desejar quando o assunto são os jovens rurais, principalmente aqueles que vivem na região norte do país. Essa questão é salientada pela autora em razão do trabalho desenvolvido pela jovem no núcleo familiar, e não apenas por ela, mas também por sua mãe, ser considerado apenas uma ajuda, e não um trabalho de fato. “Ajuda” é uma atividade que não requer remuneração, mas apenas uma ajuda de custo para suprir as necessidades básicas de vestir e comer. Essa situação pesa de

maneira significativa na vida das jovens, que acabam não vendo outra possibilidade se não a de sair de casa em direção à cidade. A qual passa a representar para ela não apenas um lugar de morada, mas de liberdade, não apenas de não dar satisfação a ninguém sobre o que faz, mas principalmente onde ela própria tem a capacidade de gerenciar seu tempo e administrar seu próprio dinheiro.

O mecanismo de “ajuda” também é um forte ingrediente para o fortalecimento do processo de invisibilidade da juventude, de maneira geral e especificamente as mulheres, dentro do núcleo familiar e, conseqüentemente, da agricultura familiar. Sendo que o tamanho da propriedade também influencia nessa invisibilidade, pois, quanto maior a propriedade mais invisível se tornam as atividades desenvolvidas por jovens e mulheres, já que é comum o uso de alguma tecnologia para ajudar no beneficiamento da terra.

Nessa perspectiva, compreendo que quando as jovens, de maneira unânime, afirmam que um dos principais motivos de sua saída do campo foi a necessidade de trabalho, não estão se referindo apenas a atividade em si, mas também ao seu significado, isto é, a liberdade de poder sonhar com outro modelo de vida diferente do vivido por sua mãe. Em um encontro informal com uma jovem perguntei a ela o que havia lhe motivado a deixar o campo, e a resposta foi direta “porque não quero ser igual à minha mãe, levar uma vida igual à dela”. Então, essa realidade vivida pelas mulheres no campo desperta nas jovens outras aspirações, que são passíveis de serem realizadas apenas com seu deslocamento para a cidade, espaço em que, na percepção dessas jovens, apresenta a possibilidade de uma autonomia econômica, pois, passam a ter acesso a uma renda e, em conseqüência, se sentem mais seguras para fazer suas próprias escolhas.

Essa situação do trabalho também é marcada pelo fato de, na agricultura familiar, o local de morada se confundir com o de trabalho. Nesse sentido, as atribuições dos jovens vão aumentando à medida que ganham mais idade, e isso provoca o que Silva e Rocha (2010) chamam de naturalização da divisão sexual do trabalho. Essa naturalização reforça a percepção do trabalho da mulher como “não trabalho”. Também, é por meio dela que se reconhece a desigualdade de gênero a partir do sujeito que representa a família no bojo da agricultura familiar, que ainda é a figura do homem, em quem se concentra o poder de decisão. Essa representação reforça o negligenciamento dos interesses femininos, já que, segundo as autoras, a relação de poder no campo se manifesta principalmente a partir dos valores e das atividades desenvolvidas na propriedade.

Na perspectiva apresentada acima é possível notar que a área de trabalho e não-trabalho é comumente definido a partir da roça, entendido aqui como qualquer tipo de atividade desenvolvida fora do espaço da casa ou daquele que pertence a essa, e do lar. Sendo que o primeiro espaço é considerado de produção e o segundo de reprodução. É no espaço da roça que há a geração de renda, que por sua vez está atrelada a figura do homem, legitimando, assim, a ideia de que o trabalho lhe pertence, razão pela qual qualquer outro tipo de atividade realizado na propriedade é considerado apenas “ajuda”. A casa, como lugar de reprodução, está associada à consolidação da família, isto é, geração e cuidado dos filhos, e, além disso, os serviços desenvolvidos no lar não geram renda, por isso, são consideradas um “não-trabalho”. Mesmo nas famílias em que se pode perceber a geração de alguma renda, como a venda de pequenos animais, tais como galinhas, ou de hortaliças, esse rendimento é somado ao gerado na roça; em outras palavras, é a contribuição que a mulher oferece para o aumento do rendimento familiar.

Segundo as autoras, mesmo que a mulher esteja presente em todas as etapas do processo produtivo, sua participação é entendida como “ajuda”, o que lhe confere status inferior à contribuição dada pelo homem, contribuindo de maneira significativa para a desqualificação do trabalho da mulher. Dessa maneira, o trabalho se institui como identidade masculina sem nenhum atrelamento ao feminino. Assim, o trabalho no campo é permeado por dimensões simbólicas que não estão restritas à concepção do mesmo a partir da produção e distribuição de bens, de desigualdades e estratificações sociais, mas também lugar de conflitos sociais e de gênero (SILVA; ROCHA, 2010).

Aguiar e Stropasolas (2010) afirmam que as mudanças provocadas no campo, em razão da saída das jovens mulheres, em direção à cidade provocam algumas implicações na reprodução da agricultura familiar. Vale ressaltar, conforme pontuam os autores, que a saída é uma consequência, portanto, cabe aqui o entendimento de que essas implicações são resultados de outros fatores que provocam o deslocamento dos jovens, em particular das mulheres, para a cidade. Os autores citam alguns elementos que, se estivessem presente no campo, poderiam frear um pouco esse deslocamento. Seria, por exemplo, a oportunidade de obtenção de renda e o acesso à infraestrutura e serviços. Em contrapartida a essa realidade de vulnerabilidade de quem vive o campo, a cidade oferece aos jovens as condições que julgam necessárias para sua realização pessoal, profissional e financeira. No que tange a questão financeira, ela está assegurada por uma renda mensal fixa e segura, diferente da pequena

ajuda de custo, sem previsão, dependendo da boa vontade do pai, recebida enquanto estava no lote.

No núcleo familiar, segundo Aguiar e Stropasolas (2010), a relação dos jovens com os pais passa por um conflito geracional, portanto, manda quem tem mais idade e experiência, o que não é o caso dos jovens, tendo que se submeter às vontades dos adultos, e em se tratando da mulher jovem a situação é mais complicada, pois as atividades que desenvolve no lote não é considerada trabalho, mas apenas “ajuda”. Se o trabalho é um mecanismo que possibilita a visibilidade de quem o exercita, a negação desse promove a invisibilidade. E as jovens rurais permanecendo no campo nessas condições estão fadadas a falta de liberdade, porque sua permanência na casa está sujeita a submissão ao pai, na ausência desse, ao irmão mais velho; quando casam ficam submissa ao esposo, saindo da cozinha de sua casa para ocupar outra cozinha, a da família de seu esposo ou a sua própria.

Na questão de gênero aqui pontuada aparecem como principais geradores de conflitos: 1. O modelo de gestão centralizado na figura do pai; 2. A dificuldade dos pais em dialogar e aceitar ideias inovadoras; 3. Baixa probabilidade de as jovens realizarem seus projetos permanecendo na propriedade; 4. A falta de confiança dos pais em deixá-las sair sozinhas com outras amigas; 5. Ausência de qualquer possibilidade de autonomia financeira e falta de liberdade para sair e voltar para casa sem a companhia de algum dos irmãos; e 6. A concepção do espaço doméstico como território feminino. As jovens são submetidas com mais veemência à autoridade paterna, o que desperta nelas o anseio pela reivindicação de autonomia, e a única maneira que conseguem visualizar essa possibilidade é através de seu deslocamento para a cidade, rompendo, dessa maneira, com a representação de inferioridade a que está sujeita no núcleo familiar (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010).

A partir da situação acima, percebe-se que a busca por escolarização e, consequentemente por trabalho, pelas jovens entrevistadas, podem ser compreendidas como válvula de escape para que a jovem do campo possa viver a sua “liberdade”, ao menos é o que se pode compreender levando em consideração as reflexões de Pereira (2007) a respeito da educação numa perspectiva de gênero. O campo educacional na cidade possibilita às jovens algo que a educação no campo não lhes permite. A ampliação de seu espaço de sociabilidade, que por sua vez, possibilita a incorporação de novos valores ao seu modo de vida, podendo assim aspirar novos projetos e assumir outros compromissos que não sejam, necessariamente, o casamento, fazendo com que tais escolhas e ações mudem o curso de vida social, interpelando, a partir

das experiências vividas na cidade, o espaço antes vivido por ela, construindo um olhar ou percepção diferenciado do campo.

As jovens tendo como foco a expectativa de encontrar na cidade as condições para usufruírem de uma vida melhor que a vivida no campo, agregam um valor acentuado à formação educacional, a qual passa a assumir um aspecto importante em seu estabelecimento no meio urbano, razão pela qual elas acabam valorizando o estudo na cidade com mais ênfase que os jovens, porque para elas essa é a oportunidade para adquirirem uma profissão e conseguirem um bom emprego na cidade. Nesse sentido, o que está em jogo na saída das jovens em direção a cidade é o anseio pela realização de seus projetos pessoais e individuais, e o deslocamento para fora do lote é a única alternativa viável que se apresenta para realizá-los. Porém, resalto, a partir das falas das jovens nas entrevistas, que o deslocamento das jovens em direção à cidade não representa para elas um desenraizamento do campo. A permanência na cidade pode até representar a criação de novas raízes, porém, não se assemelha com as raízes mantidas do lugar em que viveu sua infância e adolescência.

Esse olhar diferenciado sobre o campo não está associado ao negativo, mas à percepção do quanto aquele lugar representa algo de bom de em sua vida. Isso fica visível na fala de algumas das jovens, onde enfatizam que a vida na cidade é muito agitada, que a sobrevivência está atrelada ao emprego, pois, é esse que lhe dá a ferramenta – dinheiro – necessária para ter as refeições diárias, diferente de quando viviam no lote, onde bastava ir ao quintal e pegar o que precisavam. Mas essas falas não estão sublinhadas pelo arrependimento em viver na cidade, e sim pela recordação de como era a sua vida antes de se deslocar para a cidade. Essa percepção é possível porque, ao comparar a tranquilidade do lote com a agitação da cidade, e das condições para realização do seu projeto de vida, se sentem mais confortáveis morando na cidade que voltando a morar no lote da família.

Wedig e Menasche (2009), a partir de uma pesquisa na região Sul do país, apontam que a saída das jovens do campo para a cidade geralmente não se configura como uma ida sem volta; mesmo priorizando o emprego na cidade, elas continuam mantendo estrita relação com a família no contexto do campo. E mesmo motivadas pelo anseio de possuir uma renda própria e com ela adquirir produtos consumidos pela juventude urbana, algumas destas jovens não se sentem parte do meio em que vivem. A afirmação do campo como lugar de referência ainda é muito contundente. Apontam ainda que a ocupação das jovens em serviços na cidade ocorre por três situações: a primeira delas é a delimitação da jornada de trabalho, elas sabem quando começa e quando termina o trabalho, diferente de quando estavam na casa dos pais.

Segundo, a autonomia da renda em relação ao núcleo familiar, porque nesse novo espaço de trabalho consegue sentir o reconhecimento do que fez, pois, recebeu pelo seu trabalho, e o dinheiro é seu, podendo fazer o que achar melhor com ele. E terceiro, a acessibilidade que a recompensa pela jornada de trabalho proporciona ao consumo individual, nos mais diversos espaços de lazer.

Considerando que o trânsito de pessoas do campo em Boa Vista acontece com frequência, tanto em razão de ser o lugar com a concentração dos órgãos públicos como onde moram parentes ou para visitar a casa, já que uma parcela significativa tem residência própria, é possível observar que quando as jovens decidem pelo deslocamento para essa cidade, já tem certa familiaridade com a mesma. Assim, o conhecimento prévio da cidade e as redes de relações já estabelecidas são fatores que pesam na decisão da jovem em optar pela vida na cidade. Há ainda outro aspecto muito interessante para análise, já identificado em outras regiões do Brasil. O morar na cidade, para Wedig e Menasche (2009), não significa um rompimento com o lugar de origem, o campo. As percepções desse estudo sobre essa questão dão conta que o viver em Boa Vista implica receber regularmente pessoas da família.

Considerações finais

No percurso da pesquisa percebi que as categorias de gênero e geração se relacionam quando da construção de uma relação vertical de poder entre sexo e idade diferentes. Nessa perspectiva, o campo se apresenta como espaço em que questões de gênero têm avançado de modo significativo, fortalecidos pelas pesquisas acadêmicas, as quais têm contribuído para a percepção de estratégias colaborativas para compreender a relação de gênero no campo.

Também ficou evidente que o tema da juventude do campo a partir do gênero e da geração é importante para esse pesquisador em razão de perceber que são essas duas categorias de estudo que findam regulando as condições ou oportunidades para as jovens no tocante a renda, aos estudos, ao lazer, à infraestrutura mínima necessária que garanta à mesma certa autonomia para decidir sobre como vai construir seu projeto de vida. São esses alguns dos principais elementos que influenciam diretamente na decisão dos jovens, particularmente as mulheres, em continuar ou não no campo. A ausência de tais possibilidades aponta para essa juventude a cidade como único meio para realização de seu projeto de vida, geralmente alicerçado no anseio da autonomia, em todos os aspectos que ela possa representar.

O campo ainda não disponibiliza as jovens as mínimas condições necessárias que lhe ofereçam uma educação básica de qualidade. Sabe-se que o acesso ao ensino superior é muito limitado, bem como de possuir uma renda fixa. Anseios que a agricultura em si não consegue ser capaz de cumprir, por ser uma atividade instável executado no interior do lote, uma vez que o preço agregado aos produtos não segue um valor fixo, dependendo da oferta e da procura. Para minimizar esse problema, Carneiro (1998) entende que a pluriatividade é a possibilidade de oferecer aos jovens o acesso a uma renda fixa sem ter que se ausentar do campo.

Referências bibliográficas

ABREU, J.; ANDRADE, T. **A compreensão do conceito e categoria gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola.** Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.10/GT_10_01_2010.pdf. Acessado em 10 de jan de 2016.

AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT P.; CORDEIRO, R.; MENEZES M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais.** 1 ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, v. 1.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.

_____; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente. Ano 11, nº 12, p. 6-17 jan.-jun./2008.

_____. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas:** Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 205-227, 2004.

_____; PAULILO, M. I. As agriculturas do sul do Brasil. In: **Revista Estudos Feministas.** vol. 12. n. 01. Florianópolis. Jan./Abr. 2004.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: **Revista Brasileira de Estudos de População,** v.2, n.15, p.43-66, jul/dez 1999.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.

MARTINS, M. Relações de gênero e geração em um assentamento rural de reforma agrária: Sociabilidade e poder. In: **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. (p. 1 a 6).

PEREIRA, J. C. A. **À procura de viver bem: jovens rurais entre campo e cidade**. 2007. 222 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SALES, C. M. V. Gênero e Juventude Rural: permanência de traços da herança cultural camponesa e a produção de novos valores na construção do presente. In: ANAIS DO VII SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO. Universidade Federal do Ceará –UFC, 28, 29 e 30 de out de 2006.

SILVA, S. H. da; ROCHA, S. D. **A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar na Amazônia: o “não trabalho feminino”**. In: RELEM – Revista Eletrônica Mutações, Janeiro de 2010. Disponível em: < <http://www.relem.info/edicoes/ed1/art3.pdf> >. Acesso em: 10 maio. 2016.

WEDIG, J.; MENASCHE, R. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, M. L.; PACHECO, A. K. **Juventude, Consumo e Educação**. Porto Alegre, 2009.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro Escadinhas, Feliz / RS**. 2004. 215 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ARTIGO

**PROCESSOS DE SUCESSÃO E LÓGICAS DE HERANÇA NO PA
NOVA AMAZÔNIA**

Introdução

A motivação para a consecução desta pesquisa - que está inserida em um Projeto de Iniciação Científica - se apoiou na verificação de que a política pública, no caso os assentamentos de Reforma Agrária, é pensada apenas para uma única geração, o que dificulta enormemente a sustentabilidade tanto social quanto econômica desse empreendimento, que pressuporia uma perspectiva geracional mais ampla. Ainda que o INCRA focalize a necessidade de dotar o assentado de condições objetivas para a permanência no assentamento, na prática, essas condições não são integralmente contempladas e mesmo a unidade de produção familiar ao ser dividida entre mais de uma família nuclear se torna inviável produtivamente em muitas ocasiões. Medeiros e Leite (2004) apontam que os assentamentos no país têm sido criados para cumprir uma lógica de intervenção governamental que não se atenta à viabilidade de infraestrutura, assistência técnica e sustentabilidade socioeconômica dos mesmos, privilegiando uma ação pontual sobre as situações de conflito por terra e não uma intervenção coordenada, atenta às necessidades básicas das famílias a serem assentadas. Então, torna-se importante o estudo da lógica de sucessão como um dos momentos em que são acionados os mecanismos de reprodução social das famílias assentadas.

O Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PA Nova Amazônia) é o contexto de desenvolvimento desta pesquisa¹. Este projeto foi criado em 15 de novembro de 2001, no município de Boa Vista, e está localizado em duas áreas - uma conhecida como fazendas Murupú e Cauamé, na margem esquerda da BR-174 e a outra, conhecida como Truarú na margem direita da mesma rodovia. Embora simbolicamente essas duas áreas façam parte do mesmo projeto, ambas tem códigos próprios no Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária (SIPRA) e são, oficialmente, conhecidas como projetos distintos. O Projeto de Assentamento (PA) Nova Amazônia é distribuído em cinco polos, inicialmente foram assentadas famílias que estavam acampadas nos polos II e III do projeto.

* Universidade Federal de Roraima

¹ Dados obtidos na superintendência do INCRA – SR-25 - Roraima.

O Assentamento das famílias na área referente às fazendas Murupú e Cauamé, conhecido no SIPRA como PA Nova Amazônia iniciou em 22/11/2001 e ocupa uma área de 27.391,2700 hectares. Atualmente, o PA Nova Amazônia tem capacidade para assentar 570 famílias, mas apenas beneficia 566. Com o decorrer de aproximadamente quatorze anos de sua criação, acreditamos ser possível verificar lógicas de herança e sucessão em curso, ou ainda, projeções da família a respeito do que realizar no futuro com o lote de reforma agrária. Dessa maneira, foram realizadas viagens aos lotes de três moradores, e sucederam entrevistas sobre suas condições de moradia e trabalho, assim como aos filhos de alguns moradores dos lotes que estudam na Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima.

O interesse principal da pesquisa foi verificar as lógicas de herança, isto é, quem assume de fato a propriedade da terra, bem como as lógicas de sucessão, em relação a quem assume a produção do lote, no PA Nova Amazônia, quando ocorre a morte ou a invalidez do(a) proprietário(a). Assim como perceber se a noção de trabalho empregada no lote é a mesma tanto para os homens, quanto para as mulheres, observando as diferenciações, se existentes; tentar compreender se o lote é utilizado como espaço de produção ou espaço de moradia, verificando os usos específicos do lote para diferentes membros da família; e por fim, analisar se existem lógicas específicas em relação ao filho(a) que já é previamente escolhido para assumir o gerenciamento da terra.

Os procedimentos de pesquisa ocorreram principalmente da realização de entrevistas semiabertas tanto com os titulares da terra, isto é, o casal responsável pela propriedade da terra, assim como os filhos destes assentados. O intuito foi envolver o maior número de membros da mesma rede familiar, de forma a mapear o gerenciamento dos bens e as perspectivas laborais construídas a partir de uma mesma família, identificando aqueles que possivelmente gerenciarão a terra no futuro. As perguntas dirigidas aos titulares da terra e aos filhos e filhas incluíram a trajetória de chegada até o assentamento Nova Amazônia; o que atualmente se produz no mesmo; aquele que atualmente toma as decisões a respeito da gestão da terra, bem como as intenções para o futuro; o número de casas construídas naquele espaço, o intuito de permanência no lote dos filhos e filhas; isto é, questões que estão em direta relação com os objetivos dessa proposta de pesquisa. Foram realizados um número proporcional de visitas aos lotes, detendo-se principalmente no polo II.

Relatos dos assentados

A pesquisa envolveu procedimentos de verificação *in loco* no Projeto de Assentamento Nova Amazônia, aferindo entrevistas com as famílias que foram, ao longo desse período, nos recebendo em seus lotes, mesmo com as chegadas inesperadas. Serão aqui discutidos três interlocutores², um que possui terra no polo VI, e dois que moram no polo II. As três famílias apresentam histórias distintas de vida e de chegada ao estado de Roraima, mas possuem um ponto comum que as perpassa: a dificultosa aquisição dos lotes no projeto de assentamento.

Os protagonistas abordados são: Antônio Rodrigues, mais conhecido por Mineiro, e assim o chamarei aqui, que possui lote no polo VI, ou conhecido na região como Truaru; Seu Pedroso e Dona Raimunda, moradores no polo II; e Dona Amélia e Seu Ricardo, também moradores no polo II, mais precisamente na Vila Redonda. Dessa forma, apresentados os interlocutores da pesquisa, a descrição seguirá na ordem vista acima, destacando a maneira como essas pessoas chegaram a Boa Vista, seus meios de produção no lote e as dificuldades que encontram para permanência. Em cada etapa de relato dessas personas, será incluída as falas dos filhos (algumas indiretamente narrada pelos pais), mostrando seu interesse de permanecer, ou não, no lote dos familiares. Desde já esclareço que foram entrevistadas alguns estudantes da Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima, porém seus comentários serão abordados ao final deste trabalho.

Um caso notável observado durante a pesquisa foi quanto ao reconhecimento das pessoas que vivem no lote, relacionando-as de acordo com a região de onde nasceram ou moraram a maior parte da vida. Como os lotes em que se encontram mais Gaúchos, outros com incidência maior de Maranhenses e Cearenses (“Olha, esse meu vizinho é maranhense e conseguiu se manter na terra, o outro que era cearense não conseguiu”, relatou Seu Ricardo), e assim ficam conhecidas também as pessoas no seu caráter individual. Nesse trabalho deixo à vista a região de onde partiu cada família.

Mineiro do Truaru

Inicialmente será explanada a história de Antônio Rodrigues, o Mineiro. Homem muito expressivo nas palavras e gestos, com forte sotaque. Chegou a Boa Vista há 11 anos, junto com 62 famílias em busca de novas condições nas terras de

² Para preservar suas identidades, serão utilizados pseudônimos.

Roraima. Ele tem um lote no polo VI no projeto de assentamento, e a compra desse lote foi por meio de financiamento bancário. Atualmente o lote produz soja, milho, e possui um tanque de peixes. Para Mineiro a produção de soja é essencial, “onde tem soja e milho, não há pobreza”, como ele afirma. Mineiro veio acompanhado de sua filha, que no momento leciona administração em uma faculdade da região. Sua filha também possui um lote no polo VI, e percebendo as situações do trabalho no campo, cursou dois anos de agronegócio para melhor gerenciamento da terra.

Como demonstra Carneiro (2007) em seus argumentos sobre a “nova mentalidade” do jovem no campo, podemos perceber através da filha do Mineiro que cursou e voltou para gerenciar a terra, uma visão externa de quem ficou “fora” para compreender esses processos, e trouxe para a casa de seu pai “um outro código de relações sociais, outros valores, que certamente não coincidem com aqueles reconhecidos como seus ou como ‘da comunidade’ até recentemente” (Carneiro, 2007). Permanecer na cidade ou voltar ao campo não demonstra um sentimento de derrota, mas sim um resultado de escolhas incitado pelo desejo de morar com a família e próximo aos amigos, repartindo dos mesmos códigos e valores, e possibilitando o acesso aos bens materiais que antes só eram disponíveis na cidade (*ibidem*). Essa dinâmica também está relacionada com as novas formas de trabalho, que buscam uma especialização naquilo que irão gerenciar, não só no lote, mas também externo a ele, conservando um processo de pluriatividade (Silva, 1997). Isso fica perceptível no caso de Mineiro, que mantém um comércio às margens da estrada, contribuindo com essa renda extra na manutenção do lote.

Perguntei a Mineiro se o governo auxilia para uma melhor produção. Segundo ele, a ajuda é pouca, somente com calcário. Ele diz que o governo não se importa com os agricultores, pois “não tem futuro”. Ao chegar nessas terras, encontrou tratores e máquinas que possibilitariam a “abertura” da terra para o plantio, máquinas estas abandonadas no local. E atualmente estão quebradas, pois as instituições de apoio não vão aos lotes verificar como está a situação das produções dos agricultores que vivem nos lotes. Questionei como estava sendo realizado o escoamento da produção, e as maneiras de adquirir matéria-prima, ele respondeu que a obtenção do material é complicado, devida à distância e a abertura de um porto na Guiana Inglesa que interferirá nos preços dos produtos. Dessa forma, tanto a distribuição da produção “para fora”, como o processo de adquirir a matéria-prima para a produção interna geram custos muito altos.

Seu Pedroso e Dona Raimunda da casa rosada

A história de Seu Pedroso e Dona Raimunda pode ser considerada semelhante a do Mineiro. Eles possuem um boteco depois da vicinal 10. Dona Raimunda possui um esquema de como são distribuídos os lotes e vicinais da região que, em suas palavras, “não empresta e nem dá para ninguém”. O casal está na propriedade há três anos, cedida para que eles morassem e tivessem alguma produção na terra. Eles não possuem o documento regular do lote, o que dificulta tanto o requerimento de recursos junto aos bancos, quanto a participação nos fóruns de agricultura familiar, pois para conseguir vez e voz no fórum, é necessário que os participantes tenham os documentos regulados pelo INCRA. Dona Raimunda tem cinco filhas, três casadas morando na capital Boa Vista, e duas cursando o ensino básico estadual. Segundo Dona Raimunda, nenhuma das filhas quer seguir na terra, porém Andréia, que não estava presente, pode ajudá-los se conseguirem cursar engenharia florestal.

Seu Pedroso, nos fala Dona Raimunda, está aposentado devido a problemas do coração, então a produção na propriedade não é tão vultuosa, plantando somente feijão, milho e mandioca, para quando estiver pronto para colheita, os compradores aparecem e levam o que precisam. Outra dificuldade discutida por Dona Raimunda é a falta de um poço que possa suprir a falta de água da região, pois custa caro fazer um poço artesiano, e a documentação do lote auxiliaria para pedir empréstimo e construir esse “sonhado” poço. Seu Pedroso, piauiense, era caseiro em Boa Vista, conheceu o dono do lote na cidade e este o convidou para que cuidasse desse lote como seu, construindo a casa e o “ponto comercial” onde vivem, uma casa de cor rosa com fliperama.. Dona Raimunda nos conta que Seu Pedroso quer sair do lote e viver em outro lugar, esse desapego é causado pela falta de recurso que falta a eles, mas morar no lote não está sendo desagradável, a proximidade com a cidade é um sinal positivo para permanência. A fala da interlocutora referia-se sempre à área urbana da capital chamando de “rua”, a propriedade sendo toda uma extensão da casa ou terreno, como preferem chamar.

A manutenção do bar feita por Dona Raimunda, assim como o comércio que Mineiro possui, pode ser interpretada conforme argumenta Schneider (2009). Para esse autor, a pluriatividade no meio rural é um fenômeno que ocorre da combinação de duas ou mais atividades desempenhadas pelos trabalhadores rurais como forma de obter renda, dependendo assim, das condições que são mantidas na propriedade. Percebe-se a partir desses interlocutores, que as condições de suas propriedades são favoráveis para que executem outros tipos de atividades além do lote que possuem.

Heredia (1979), ao tratar de papéis distribuídos por fatores de gênero, e a relação contrastante entre roçado e casa, produtor/consumidor, afirma que as atividades realizadas no roçado (ou o que neste trabalho é chamado de lote) são consideradas trabalho e são de responsabilidade do pai de família. O trabalho é, portanto, um atributo masculino.

Conforme demonstra Heredia (1979), a constituição das posições sociais dos membros do grupo doméstico determinada pela casa-roçado pode ainda ser compreendida pelo papel do roçadinho. Trata-se de um roçado individual pertencente à mãe da família ou a cada filho. No roçadinho, o cuidado é individual e de responsabilidade do membro ao qual foi ele concedido. Isto porque é o pai que concede uma parte da terra de trabalho ao filho ou à esposa para botarem o seu roçadinho. Esses aspectos podem refletir os interlocutores aqui trabalhados, em que tanto Dona Raimunda, quanto a Dona Amélia – a próxima interlocutora desse estudo – tomam conta da casa enquanto seus maridos estão no lote, e elas realizam tarefas no âmbito doméstico que as subsidiem financeiramente para manutenção dessa casa.

Essa facilidade de acesso a Boa Vista interfere no modo de vida (circulação de pessoas e mercadorias, educação) e nas relações de produção dos camponeses, influenciando diretamente o escoamento da produção e a maneira como se ocupam os lotes. Segundo Martins (1995), a localização das terras em relação ao mercado consumidor é uma das possibilidades de se gerar renda diferencial da terra, pois este aspecto além de possibilitar maior facilidade de alocação de produtos no mercado, também demanda um menor gasto de dinheiro com transporte e menos tempo de trabalho no deslocamento de produtos ao mercado. Desta forma, além de assumir o papel de produtor, o camponês também é consumidor de mercadorias e serviços específicos encontrados na cidade como: serviços bancários, educacionais, saúde, supermercados dentre outros (Santos, 1984). Seu Pedroso explica o “sufoco” que é para preparar a terra para plantação, pois é necessário muito esforço e com suas condições, o que é plantado consegue complementar a renda familiar. Ele pretende no futuro poder plantar banana, já que os cuidados não requerem muito agrotóxico, e o espaço é favorável para o cultivo.

Dona Amélia e Seu Ricardo: de Maranhão à Vila Redonda

Nosso último interlocutor, ou interlocutores, é o casal Dona Amélia e Seu Ricardo. O percurso até a moradia deles foi memorável. Íamos sem nosso guia de viagem, e não lembrávamos qual seria o caminho certo para chegar ao polo II, paramos

próximo ao restaurante Oásis e pedimos informação sobre como pegar o melhor caminho, e um senhor, de nome Glauber, ouviu que estávamos querendo ir ao polo II e disse que nos mostraria como ir, pois sua viagem passaria por lá. Perguntou o que iríamos fazer, e dissemos que nossa intenção era conversar com os moradores. Ele não deve ter entendido qual tipo de conversa seria, pois achou que levaríamos projetos aos agricultores, então nos informou que não era bom conversar hoje. Avisou logo que “qualquer problema” seria resolvido, batendo em uma bolsa a tiracolo, deixando entendido que ali havia uma arma. Explicamos que somos da universidade, foi então que entendeu nosso trabalho. Ele nos levou até uma casa e apresentou dona Amélia. Puxamos as cadeiras e sentamos para conversar.

Dona Amélia está no lote desde o início da tomada e distribuição das terras em 2002, junto com seu marido, Seu Ricardo, que fez parte dos homens que acamparam até conseguir seu próprio lote no projeto de assentamento. Contou-nos que a produção do lote era basicamente feito no plantio de árvores frutíferas e feijão, iniciando também o plantio de soja, mas dependia muito da época o que iria ser plantado. O escoamento da produção de frutas é feito via cooperativa, a COOPERCINCO, que distribui o material para outros lugares. Anteriormente, com ajuda do PRONAF, eles mantinham cabeças de gado numa área de trinta e cinco hectares, porém o clima não era favorável, dificultava a manutenção dos bichos devido à seca, então venderam tudo e estão como hoje. Perguntei se haviam muitos lotes abandonados, Dona Amélia disse que eram poucos, mas não entendia os motivos de desistência, se uns estavam saindo por causa da terra não ser produtiva, como que os outros continuavam nela? A parceria com a COOPERCINCO atua no auxílio direto com o transporte da produção ao mercado consumidor. Tal fato pode ser caracterizado como sendo um dos elementos do processo de reprodução da produção camponesa apontado por Oliveira (1990), pois o Estado ao distribuir terras por meio de assentamentos e estabelecer pagamentos agrícolas a preços baixos contribui para a ocorrência deste processo.

Dona Amélia nos informou como foi a chegada em Roraima, realizada por meio do contato com parentes que já moravam no local e disseram que a terra era “boa para morar”. Ela veio do Maranhão com o marido, porém este veio primeiro para “dar uma olhada” e adiantar um lugar para viver. No lote atual, que fica na Vila Redonda, eles contam com a ajuda do filho, que estuda na Escola Agrotécnica da Universidade Federal. Ela tem outras duas filhas que são casadas e moram na cidade. Dona Amélia contou como foi a entrada da soja em seu lote e no dos vizinhos, que também estavam plantando. Falou que é uma empresa do Mato Grosso, que foi de

casa em casa conversando com os moradores e anunciando as boas do plantio de soja. No momento são seis famílias que estão com soja na terra.

A chegada da família de Seu Ricardo, relacionando com a vinda de Mineiro e de Seu Pedroso, podem ser definidas pela pesquisa de Marin (2013) sobre a marcha de famílias que saem de outros estados e vão para o oeste, porém aqui seria uma marcha para o extremo norte. Como nenhum dos interlocutores são de nascimento registrado em Roraima, os motivos para morarem nessa terra podem ser vistos como similares. Primeiro pelas informações de parentes que já residiam aqui e informaram que era um lugar bom de viver; segundo, pela assistência governamental de demanda de pessoas. Sendo assim, a saída dessas pessoas de seu lugar de origem é marcada pela busca de qualidade de vida, tanto para trabalho, quanto para moradia.

Conversamos com Seu Ricardo sobre o andamento das produções no lote e sua experiência até conseguir a própria terra. Seu Ricardo falava com voz firme, com um pouco de irritação ao comentar que tinham pessoas que chegaram após ele e conseguiram terras com maiores extensões. Ele comenta dos problemas que passavam, pois as máquinas estavam quebradas e ninguém do governo aparecia, pois os produtores já havia gastado nove mil reais em consertos. Lembremos que essa também era uma reclamação do Mineiro com relação às máquinas para continuarem produzindo. Falou que as idas ao INCRA eram perda de tempo, não conseguiam conversar com o superintendente, e toda vez era uma história diferente que contavam para explicar a falta de auxílio do órgão. Também um ponto convergente com a fala de Seu Pedroso, que informava que a instituição só aparecia “em tempo de política”. Seu Ricardo nos mostra seus documentos do lote. Eles não possuem o título definitivo da terra, o que os impossibilita de pedir recursos e financiamentos para permanência das produções.

Falamos com seu filho, Joabe, que tem 35 anos, morou na cidade e voltou para auxiliar os pais na produção do lote, e estuda na Escola Agrotécnica. Ele comenta que plantar soja não é “essa moleza de que tanto falam”, o trabalho que gastam com manutenção é extremo. Ele possui na EAGRO uma estufa de tomates gerados sem qualquer agrotóxico, afirmando que as pessoas precisam entender, no momento de comprar esse tipo de produto, que alimentos trabalhados organicamente são mais caros e melhores devido aos cuidados reservados para que fiquem assim. Isso mostra uma preocupação com uma produção orgânica na terra da família, tendo esta já participado do programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS.

Pensando agora nas relações parentais causadas pela volta do filho na família da Dona Amélia e de Seu Ricardo, assim como a filha do Mineiro, Woortman (1990)

propõe o campesinato como uma ordem moral. Nesta vertente, a família enquanto um valor social tem um papel central na organização da economia. E a terra é concebida como patrimônio, não como simples mercadoria, é uma dádiva – no sentido maussiano – determinante da perpetuação e reprodução da família. Porém, ao conversar com as famílias, não tem como esses pais transmitirem o bem para os filhos em termos legais com a falta dos documentos legitimadores da propriedade da terra. Mesmo assim são realizados os rituais que passam o conhecimento dos mais velhos aos jovens, estes o atualizam como forma de legitimidade da comunidade de retorno às origens (Afonso, 1994).

O desejo empenhado do filho de Seu Ricardo em assumir a terra e prosseguir com os labores iniciados por seu pai, sendo a partilha do terreno entre seus outros filhos uma forma que possibilite essa continuidade; o trabalho de Seyferth (1985) avalia esse mecanismo de repasse de bens, no qual a estrutura familiar camponesa é regida por regras locais de herança. Um dos arranjos estudados pela autora e que se pode fazer alusão a essa vontade do filho de Seu Ricardo, diz respeito quanto a herança impartível, arranjo pelo qual há uma divisão prévia da terra entre os filhos, sendo mantido um acordo entre os herdeiros. Assim, não necessariamente o filho mais velho tenha a obrigatoriedade de continuar na terra com os trabalhos iniciados pelos pais.

Pode-se fazer uma ligação dessa observação com um dos aspectos analisados por Moura (1978) na formação de uma lógica própria de herança da família rural. Este aspecto observa a herança de terra transmitida pelos patriarcas, obedecendo a dois sistemas de regra: um local, em que é preservado os bens territoriais obtidos pela família, e o sistema determinado pelo Código Civil Brasileiro. No entanto, o local, sempre que possível, tende a prevalecer sobre o Código Civil.

Considerações finais

O modo de sucessão visto durante este trabalho mostrou esclarecer que esse âmbito da vida rural não significa somente uma transferência material, mas sim uma herança imaterial. Sendo observado no filho de Seu Ricardo e a filha de Mineiro, a volta à terra dos pais manifesta-se conforme uma consonância de fatores maiores, que operam assim como uma ligação com o lugar de trabalho e moradia.

Por fim, as relações familiares podem ser compreendidas de acordo com sua relação com a terra em que vivem. Como bem apontou Woortmann (1995), uma unidade doméstica seria uma unidade de produção e consumo. Mas de certa forma,

o retorno do filho à casa dos pais é arbitrária, não correspondendo a um arranjo jurídico pré-estabelecido, como demonstra as respostas de quatro estudantes da Escola Agrotécnica com quem conversei. Eles residem com seus pais nos polos do projeto de assentamento, no entanto, quando finalizarem os estudos pretendem seguir rumos diversos pela cidade, mesmo que o desejo de seus pais seja que eles permaneçam e deem continuidade ao trabalho da família. Poderia caber nisso o que Woortmann (1990) chamaria de uma “ética camponesa”, isto é, uma forma peculiar de perceber as relações dos homens entre si e com as “coisas”, notadamente a terra. A ética camponesa é determinante das relações do homem com a terra. Mais que objeto de trabalho e de exploração física, a terra é o espaço social da família. Não se trata somente de um fator de produção, mas, sobretudo, de um valor moral.

Referências bibliográficas

AFONSO, C. A. “O retorno mitológico no trabalho de campo”. In: **Antropologia Portuguesa**. Coimbra, 1994.

CARNEIRO, M. J. “Juventude e novas mentalidades no cenário rural”. In: Carneiro, M. J. e Castro, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARIN, J. O. B. e NEVES, D. P. **Campesinato e marcha para Oeste**. Editora UFSM, 2013.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDEIROS, L. e LEITE, S. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MOURA, M. **Os Herdeiros da Terra: Parentesco e Herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SEYFERTH, G. “Herança e estrutura familiar camponesa”. **Boletim Museu Nacional**. Antropologia, n. 52, 1985.

SILVA, J. C. “O novo rural brasileiro”. In: **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v.7, 1997.

SCHNEIDER, S. “A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação”. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Série FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, K. “Com parentes não se negocia: o campesinato como ordem moral”. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

ARTIGO

SABERES LOCAIS E EXTRATIVISMO DE CASTANHA NA VICINAL 15 EM ENTRE RIOS, RORAIMA

Introdução

Este trabalho tem como base uma pesquisa em andamento realizada na Vicinal 15 na Vila de Entre Rios, município de Caroebe, que se propõe em conhecer os saberes locais e o extrativismo de castanha naquela região, nosso objetivo é compreender as relações que os moradores tem com o espaço que vivem e os conhecimentos específicos sobre a atividade extrativista da castanha e sua importância no contexto da localidade.

As informações que constam neste trabalho de pesquisa basicamente são coletadas através dos contatos e conversas diretas com os moradores da localidade, além de ex-moradores da região de Entre Rios que fixaram residência em Boa Vista e se propuseram em contribuir com o objeto da pesquisa e ainda usando o suporte teórico de autores que realizaram trabalhos neste segmento que envolve conhecimentos do universo rural.

Propõe o trabalho fazer uma incursão sobre algumas particularidades encontradas no meio rural da Vicinal 15 que serão apresentadas durante o decorrer com as informações coletadas, que faz parte de um projeto de pesquisa incorporado ao Programa de Iniciação Científica – PIC, que busca envolver e aprimorar o conhecimento teórico acadêmico com novas perspectivas obtidas através da prática de campo. Outras modalidades são alcançadas pelo olhar do iniciante durante as vivências com os atores que protagonizam sobre saberes do espaço que vivem e sobre as relações cosmológicas que influenciam cada movimento na relação com a natureza, o despertar de uma consciência relacionada às práticas e técnicas racionais no uso dos recursos naturais, otimizando sua produção com mínimo de impacto ambiental possível.

* Discente do curso de Antropologia, da Universidade Federal de Roraima- UFRR.

** Docente do curso de Antropologia, Universidade Federal de Roraima - UFRR.

Sobre a ocupação de colonos em Roraima

Na década de 60 durante o governo militar deu-se início ao processo de expansão e desenvolvimento da região amazônica através da implementação de programas de colonização, o Território de Roraima foi incluído nesse pacote de programas do governo que tinham por objetivo abrir frentes de colonização e estimular o processo ocupação regional. A execução desses projetos de expansão ocorreu pela construção da rede rodoviária da região através da abertura das BR-174 e BR-210, que abriram caminho para colonização através de processo migratório após a construção das estradas. Nesse contexto, Roraima se apresenta em condições atrativas, com seu espaço territorial “desocupado” e no interesse dos políticos locais em receber um grande contingente da população de outras regiões em busca de terras para satisfazer as necessidades políticas-eleitorais locais, com a possibilidade da transformação do então território de Roraima em estado da federação (BARBOSA, 1993).

Na década de 80 o INCRA faz a implantação de um projeto de assentamento no município de Caroebe, localizado na região sudeste do então Território de Roraima. O projeto abrange principalmente a região onde está localizada a vila de Entre Rios (BARBOSA, 1993)

Contexto e ocupação da vicinal 15 em Entre Rios

A vila de Entre Rios está localizada no município de Caroebe, sudeste do estado de Roraima e seu espaço territorial está localizado entre os rios Caroebe e Jatapú. A partir da década de 80 vicinais começaram a serem abertas na vila de Entre Rios, já a partir dos anos 90 foi aberta a vicinal 15. Os moradores da vila de Entre Rios estão estreitamente ligados com a ocupação tanto da Vicinal 15 quanto das demais vicinais da vila em uma grande rede de relações formada a partir de interesses comuns na ocupação da terra, produção, comercialização de seus produtos, relações de troca e parentesco. Os moradores que ocupam a vicinal 15 em sua maioria estão estabelecidos na região desde o início da ocupação que se deu nos anos 80, alguns dos mais velhos mudaram-se para a vila, mas seus descendentes alguns nascidos na região passaram a ocupar os espaços que antes eram de seus pais e deram continuidade no avanço e expansão da colonização da região.

A região que compreende ao município de Caroebe se faz conhecer pela sua força produtiva de banana, mas conhecendo de perto a realidade observa-se uma variedade de produtos agrícolas encontrados na região, além da banana, a laranja, coco, cacau, e produtos do extrativismo sendo o principal a castanha.

Outros fatores também influenciaram na dinâmica da ocupação de terras na região. Na década de 90 com a construção da Hidrelétrica do Jatapú, localizada a cerca de 11 Km da Vila de Entre Rios a região sofre mudanças significativas, o valor de mercado dos lotes de terra sofre aumento repentino, com a promessa do governo local de investimento na economia local com o fomento de empreendimentos agroindustriais a partir da existência de uma matriz energética própria e a ocupação de grandes áreas por fazendeiros, acaba por atrair o interesse de colonos de outras localidades, o que conseqüentemente favorece a elevação do preço das terras na região.

Pesquisa etnográfica

Algumas informações levantadas para esse trabalho foram obtidas através de uma pesquisa etnográfica que foi realizada a partir de observações e conversas com ex-moradores e moradores da Vila de Entre Rios e moradores da Vicinal 15. Na primeira quinzena de novembro deste ano de 2016, um grupo de três alunos do curso de Antropologia da UFRR, da qual fazia parte, nos deslocamos para a região sudeste do estado de Roraima, afim de conhecer melhor a região onde está localizada a vila de Entre Rios, especificamente a vicinal 15. Após conhecer vários moradores da vila, da vicinal 15 e de outras vicinais, observar atentamente os costumes locais, suas histórias de vida e as relações estabelecidas no meio onde vivem, com base nessas observações e registros consentidos, oportunamente foi dado continuidade para elaboração deste trabalho de pesquisa já em andamento, no qual muitas informações ainda devem ser complementadas com as próximas excursões etnográficas para a região.

Apesar das limitações de tempo disponível para o deslocamento ao local da pesquisa, devido principalmente às dificuldades de acesso, falta de transporte coletivo regular para a região, entre outros impedimentos. Exige durante a permanência no local da pesquisa certo apressamento e eficiência na coleta das informações, aproveitando todas as oportunidades disponíveis com os interlocutores que dispõem de seu tempo para contribuir com a fornecimento de dados. Contudo, consideramos que o aproveitamento foi satisfatório dado ao volume de informações coletadas em face à receptividade e simpatia daqueles que gentilmente se mostraram interessados em colaborar com a pesquisa.

Hábitos alimentares e outros costumes

Moradores da vicinal 15 de Entre Rios, muitos migraram de outras regiões do país e carregam consigo os costumes trazidos em sua bagagem cultural. Os alimentos consumidos pelos moradores da vicinal 15 muitos são produzidos ou extraídos da natureza na própria região, no comércio da vila de Entre Rios podem ser encontrados facilmente uma variedade de alimentos produzidos em outras regiões, mas muito do que se consome na vicinal tem sua origem local. A carne de caça ainda faz parte do cardápio alimentar dos moradores, esses recordam que no início da ocupação havia carne de caça em abundância, atualmente a caça mais comum na região é o porcão, espécie de porco selvagem de porte elevado, moradores afirmam que por um tempo o porcão não aparecia na região, recentemente bandos deste animal voltaram a ser encontrados na floresta e logo se tornaram alvo dos caçadores locais, pois sua carne é muito apreciada na localidade. O porcão vive em bandos e são encontrados com frequência cada vez menor na região, sua caça ocorre de forma coletiva com dois ou mais caçadores, sempre que os caçadores encontram um bando a quantidade de animais abatidos geralmente supera 10 animais por caçada, por razões naturais impõe baixa excessiva nos bandos e os afugenta para lugares distantes. Outros espécies de animais que servem de caça como por exemplo o veado e a anta são cada vez mais difíceis de serem encontrados, no início da ocupação essas e outras espécies sempre eram encontrados em abundância, diz o Sr. Pututa, conhecido morador da região a mais de 30 anos.

Os peixes consumidos na vicinal em sua maioria tem procedência de viveiros da piscicultura explorada na região, cuja a espécie mais comum é o tambaqui. As espécies de peixes naturais dos rios próximos, principalmente do rio Jatapú são consumidos em menor quantidade. A atividade da pesca para comercialização ou mesmo para consumo próprio é pouco praticada nas redondezas. Moradores lamentam que a pesca atualmente não aconteça como antes no início da ocupação quando a pesca era feita em pequenos rios que atravessam a vicinal e cortam propriedades, lembram que existia uma grande fartura de peixes nesses riachos e lagoas na época de enchente, com o desmatamento realizado principalmente por grandes fazendeiros da região, esses riachos foram afetados pelo assoreamento, em alguns lugares onde atravessam a vicinal praticamente secaram, inviabilizando a prática da pesca nesses lugares localizados mais próximo de suas moradias, a pesca agora só é possível nos rios maiores que ficam distantes da vicinal, o que muitas vezes se torna uma atividade inviável para os moradores devido a falta de tempo disponível e a necessidade de

se dedicar a outras ocupações que precisam ser priorizadas, principalmente a prática agrícola.

A carne bovina também é um alimento comum na região, sua origem está na criação de gado do próprio município de Caroebe, os moradores dizem que em Entre Rios se come “carne de vaca”, se referindo a carne procedente de criadores locais que utilizam a forma de a criação extensiva, dizem que na localidade não se come carne de boi proveniente de abatedouros e grandes produtores de outras regiões do país, afirmam que a carne bovina local é mais saldável.

Produtos da cultura regional como a farinha d’água amarela feita de mandioca dificilmente são encontrados entre os moradores da vicinal 15, a cultura da mandioca brava para produzir farinha d’água entre outros produtos não é comum entre os produtores da vicinal, dizem que esse tipo de farinha só quem produz são os índios que ocupam as margens do rio Jatapú, onde a cultura da mandioca ocorre em abundância. Muito do que se produz na agricultura local está inserido na dieta alimentar dos moradores da Vicinal 15, as principais frutas produzidas como a banana, laranja, coco, entre outras, fazem parte do cardápio servido diariamente na mesa das famílias locais, além de espécies nativas como o açaí, buriti e patauá, a castanha, apesar de ser um dos principais produtos do extrativismo local, tem baixo consumo na alimentação entre as famílias locais, os extrativistas preferem vender a produção que conseguem extrair dos castanhais para obter renda com a venda do produto, principalmente na última safra quando o valor de mercado alcançado pelo produto chegou ao nível elevado de preço nunca visto antes na região, segundo informação dos moradores que trabalham com a extração do produto.

Os costumes alimentares da vicinal 15 possuem particularidades e varia de acordo com o morador e sua respectiva região de origem, percebe-se que alguns hábitos de origem foram mantidos, outros foram incorporados a partir na experiência local, como é o caso de algumas carnes de caça que passaram a fazer parte do cardápio dos colonos, em outras situações como por exemplo a farinha d’água amarela que já se produzia na região antes mesmo da chegada dos colonos, não foi incorporada na dieta alimentar de alguns moradores que observamos.

Expectativas sobre a produção e técnicas agrícolas

Na vicinal 15 há variedade na produção agrícola cultivada que garante renda aos agricultores e movimentam a economia local, principalmente com a banana, os agricultores demonstram interesse em ampliar sua produção com novas variedades

agrícolas, falam com entusiasmo do cacau, há uma grande expectativa dos moradores da vicinal 15 acerca da exploração agrícola do cacau, com possibilidade dessa cultura tornar-se uma das mais promissoras na região, consideram que o produto tem forte potencial de mercado, principalmente para exportação, a cultura do cacau é pensada pelos moradores através do sistema de cultivo agroecológico, sistema de produção que apresenta enfoque no manejo de produção em concomitância com a conservação ambiental, biodiversidade e respeito aos ciclos biológicos, além de agregar saberes populares e tradicionais provenientes da experiência de agricultores e povos tradicionais. Nesse sistema o cacau seria inserido no mesmo espaço onde já existem outras culturas, junto com a própria plantação de banana que se destaca entre as culturas agrícolas com grande produtividade local e uma das primeiras a ser inserida na agricultura local no início do processo de ocupação da região. “A banana foi importante, mas trabalhamos com a ideia do carro chefe de Roraima ser o cacau, com 3 anos já começa a colher e a cultura é perene” diz Sr. Alegria, morador da vicinal 15. No sistema agroecológico o cacau seria produzido sem a necessidade de abrir novas áreas de desmatamento. “O Cacau aqui dá demais, dá em todo canto, pra mim era pra ser uma das primeiras plantas pra ser investido aqui, cacau, laranja, coco...” Sr. Antonio Livino, antigo morador da região.

Os moradores da vicinal 15 através da associação buscam obter apoio de entidades que oferecem capacitação para o desenvolvimento de novas técnicas de produção. Buscam também através do associativismo melhorias para a comunidade, formas de otimizar os métodos de produção, garantindo a diversificação e aumento da produtividade. Alguns demonstram interesse em dar continuidade nos estudos ou que essa oportunidade seja oferecida aos seus filhos, mas enfrentam barreiras na busca pelo acesso à formação. “A visão é ficar no lugar, a expectativa é para que as oportunidades para estudar cheguem até a comunidade, fica inviável sair do lugar para estudar em outras localidades, as instituições a distância são uma opção para quem quer buscar o conhecimento” diz Célio, morador e líder comunitário da Vicinal 15.

Na vicinal 15 além da agricultura também há pequenos criadores de animais, a criação bovina está presente em algumas propriedades, que possibilita a realização de outras atividades, como a produção de queijo comercializado no local. Além da bovinocultura, a criação de frango também está presente na vicinal, incentivada com pequenos recursos de programas de apoio institucional. Há também na região grandes propriedades dos chamados fazendeiros que atuam no segmento da pecuária, essas fazendas para manter seus rebanhos bovinos exigem grandes áreas de pastagens

que são formadas com a derrubada de amplas áreas florestais, essas fazendas fazem estrema com o fundo de lotes da vicinal 15.

Uma das propriedades da vicinal 15, pertencente ao Sr. Celio, morador da região a 38 anos foi recentemente contemplada com um projeto que pretende criar uma propriedade vitrine do município, será uma unidade de experimento, com recursos vindos da Noruega o projeto prevê a criação de animais e hortas. Em outras parcerias com entidades de apoio foi conseguido na mesma propriedade recursos para estrutura de um viveiro para mudas de cacau que serão inseridos nas plantações da vicinal dentro dos bananais. Além disso, os moradores da vicinal 15 trabalham com uma proposta de reflorestamento de arvores de madeiras nobres, como pequi, castanha, maçaranduba, angelim entre outras, demonstrando sua consciência ambiental. “Hoje o produtor é consciente de que a floresta em pé dá mais lucro do que ela derrubada” Celio, morador da vicinal 15.

Uso coletivo da terra e exploração dos castanhais

Numa observação preliminar sobre a prática da atividade do extrativismo na Vicinal 15 percebe-se que os espaços territoriais são compartilhados livremente por aqueles que se dedicam a essa atividade, especialmente em relação exploração de coleta da castanha os limites de exploração são definidos conforme a disponibilidade de castanha encontrada para ser quebrada, apesar desse suposto consentimento observado na comunidade, os moradores dizem que se houver uma delimitação territorial em seus lotes nas áreas onde encontram-se os castanhais, feita através de uma picada na mata, isso faz que os demais quebradores de castanha respeitem o limite territorial dessas áreas. Os moradores que estão mais focados em outras atividades produtivas, esses demonstram interesse que os limites territoriais das propriedades sejam respeitados, chegam a reclamar que para conseguir coletar alguma castanha precisa ficar atento no período de coleta, pois os coletores estão sempre passando e levando tudo o que encontram. Alguns lotes da vicinal 15 que tem seu limite territorial com frações maiores de terras dos fazendeiros da região, onde os castanhais estão localizados dentro dessas terras demarcadas por seus proprietários, para que seja explorada a atividade da coleta da castanha se faz necessário que haja consentimento ou negociação entre o fazendeiro e o extrativista para que a prática da coleta da castanha possa ser realizada sem conflito.

Safra, produtividade, rota e intervalo de coleta da castanha

Segundo informações locais, o período de safra da castanha dura cerca de 90 dias ou mais e nesse intervalo pode haver mais de uma coleta na mesma castanheira (cerca de 3 vezes em média), essa variação depende de alguns sinais e movimentos da natureza, a chuva é um desses indicativos que sinalizam quando vai aumentar a queda dos ouriços de castanha para que possam ser coletados. A produtividade é sempre variável, os moradores atribuem essa variação às mudanças climáticas, principalmente ao período e quantidade de chuvas na região. “A castanha já produziu muito, mas esse ano a safra está atrasada devido a chuva, algumas castanheiras já tem castanha, dezembro em diante começa a cair” diz o Sr. Alegria, morador da vicinal 15. A produtividade da castanha também vem sendo afetada de forma negativa pelo aumento no desflorestamento de grandes áreas, algumas áreas derrubadas para a formação de pastagens, são responsáveis pela redução das castanheiras na região. A extração da madeira também se apresenta como fator de impacto negativo na produtividade na atividade extrativista da castanha, apesar de ser notada a existência de certa consciência ambiental nos moradores da região, esses afirmam que a atividade foi afetada sensivelmente pela prática da derrubada da floresta para extração de madeira na região.

A rota de coleta se define conforme o conhecimento e experiência dos extrativistas que praticam essa atividade. “Sobre a coleta de castanha, normalmente fazem duas viagens por dia para transportar a castanha coletada até em casa, dependendo da distância entre a moradia e o castanhal as vezes se faz necessário dormir no próprio castanhal, pois além da distância a atividade demanda tempo e trabalho, ao identificar e chegar até a castanheira precisa fazer a coleta dos ouriços, quando já tem uma boa quantidade coletada se faz a quebra dos ouriços e depois o ensacamento para depois transportar a castanha” Rogerlan, ex-morador da vila de Entre Rios. O trabalho empenhado na atividade de coleta e extração da castanha demanda esforço e requer conhecimento do extrativista para que haja êxito com resultado produzido, depende também do bom valor de mercado para que o resultado seja compensatório, quando o preço da saca de castanha está em alta há muita gente se dedicando à atividade, o que torna a atividade atrativa por compensar financeiramente o extrativista pelo seu trabalho.

Aos olhos e conhecimento local há pelo menos três tipos de castanha conhecidas pelos moradores que fazem a coleta nos castanhais da Vicinal 15, essas variedades se diferenciam conforme algumas características encontradas nas árvores e

nos frutos, o porte das árvores, formato das folhas, tamanho da castanha e a cor da madeira são algumas diferenças observados na narrativa dos extrativistas. “Tem três tipos de castanha, uma miúda, uma grande que tem um bico no ouriço e outra grande sem bico, tem diferença na mata também, tem duas espécies grande, uma pequena e tem uma que tem a folha miúda e outra com a folha grande” diz o Senhor Alegria morador da vicinal 15.

Devido uma forte estiagem que atingiu a região esse ano e castigou as plantações, reduzindo a produtividade da agricultura local, principalmente da banana, a castanha surgiu como oportunidade para geração de renda aos moradores da região de Entre Rios, esse ano a castanha teve seu preço de mercado valorizado, se apresentando como uma excelente opção de atividade econômica durante o período da seca. “O saco da castanha chegou esse ano de 2016 a R\$ 218,00, preço nunca visto antes na região” diz Célio, morador da vicinal 15. Houve uma grande parte dos moradores que se dedicaram a atividade por conta da valorização do produto no mercado na safra de 2016, a atividade se tornou tão atrativa que chegou a interferir na dinâmica das relações de trabalho na região, a mão-de-obra geralmente disponível para contratação de serviços de diárias ou empreitas nas atividades agrícolas ficou escassa, devido esse interesse de muitos trabalhadores pela coleta e extração da castanha, a rentabilidade proporcionada pela extração do produto se tornou mais viável para os trabalhadores do que as demais atividades.

Nos últimos anos devido a estruturação de suas propriedades e melhoria nas condições de trabalho dos moradores da vicinal, alguns deixaram de realizar a atividade de coleta da castanha, muitos porque tem suas obrigações com suas roças, seus rebanhos ou pequenas criações de animais, outros porque preferem outras atividades, a coleta da castanha não se estende a todos os moradores locais, alguns definem a atividade com sendo muito pesada e desgastante, e preferem se dedicar principalmente a agricultura. “Eu não mexo é porque quando eu cheguei aqui logo em 85, em 86 deu uma vontade de quebrar castanha e eu fui um dia, quebrei um saco de castanha de 4 latas e andei 2 quilômetros no mato e botei em casa, no outro dia amanheci doente, aí nunca mais fui” diz o Sr. Antonio Livino, que hoje é morador da vila de Entre Rios.

Contudo a atividade extrativista da castanha-do-Brasil ou castanha-do-Pará ainda ocupa importante espaço dentro da realidade econômica dos moradores da vicinal 15, que reconhecem que essa atividade serviu para muitos como fonte de renda importante no início da ocupação, que com os recursos obtidos durante a safra da castanha foi possível iniciar a estruturação de suas propriedades permitindo a con-

tinuidade de outras atividades, a atividade de coleta da castanha serviu de base de sustentação para fortalecer e apoiar os extrativistas que passaram a se dedicaram à agricultura para que esses no início tivessem o mínimo que precisavam para se manter na região. Os moradores da vicinal 15 mesmo se dedicando a várias atividades inerente ao meio rural, sendo principalmente a agricultura e pecuária, percebem o potencial de recursos disponíveis de fontes extrativistas e associam esses produtos a possibilidade de um futuro promissor, aproveitando melhor esse potencial com o beneficiamento desses produtos no próprio município, a castanha e a andiroba, estão entre essas riquezas de recursos que são realidade na região e que podem promover renda através de uma economia sustentável para os moradores da vicinal 15 e conseqüente melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Referências bibliográficas

BARBOSA, R.I. 1993. **Ocupação humana em Roraima**. II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. Bol.Mus.Par. Emílio Goeldi, 9(2): 177-197.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com Aspas**, São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

THOMPSON, P. **A voz do passado – História Oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma ntropologia da territorialidade. Brasília: Departamento de Antropologia,UnB, Série Antropologia. p. 322, 2002.

FEARNSIDE, Philip Martin; BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Political benefits as barriers to assessment of environmental costs in Brazil's Amazonian development planning: the example of the Jatapu Dam in Roraima. **Environmental Management**, v. 20, n. 5, p. 615-630, 1996. (versão traduzida em 30 de julho de 2002).

Grupo de Trabalho n° 19

Processos psicossociais rurais-urbanos

ARTIGO

**A QUESTÃO PSICOSSOCIAL NA FRONTEIRA DA
DIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE A INTERVENÇÃO
FAMILIAR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS
DO CONTEXTO RURAL DE RORAIMA**

Introdução

Ao fazer uma análise sobre a educação no Brasil, pontualmente em Roraima é importante considerar as relações interétnicas que permeiam a história do povo nativo. Nesse sentido, ante a esses sujeitos históricos que resistiram a violência e persistem em afirmar suas identidades, nota-se uma conjuntura de poder assimétrica, de subordinação e acentuada exclusão (CANDAU, 2013). Este trabalho propõe uma análise sobre o discurso preconceituoso, que atribui às famílias, predominantemente carente de políticas públicas e pertencentes a diferentes etnias, como responsável sobretudo pelas intervenções negativas, pelo fracasso escolar do aluno.

Nessa conjuntura, a experiência dos atendimentos psicológicos realizados com os estudantes e responsáveis, permitiu a percepção do quanto se tende a culpar o contexto social mais próximo, nomeadamente às famílias, caracterizada particularmente pelo desarranjo familiar. Todavia, esse parece camuflar a legítima realidade que abarca um problema multifacetado e silencioso conexo ao preconceito e desigualdade social.

Patto (2010) afirma que na tentativa de elucidar o fracasso escolar, os pais das classes subalternas são vistos com um estoque de adjetivos negativos. Fato menos comum nas classes dominantes, onde tais interpretações impresumíveis aparecem visivelmente tendenciosas de situações ou comportamentos que estariam a determinar outras explicações, caso não houvesse a viva e habitual intenção social de encarregar ao pobre o depositário de todos os defeitos.

* Psicóloga do IFRR. Email: amandakml@hotmail.com

** Professor do CAp/UFRR. Email: francisko_ag@yahoo.com.br

O objetivo surge da necessidade de se investigar as analogias apontadas por um antagonismo das/nas relações familiares, deflagrado pela representação do insucesso escolar, na expectativa de elucidar que se trata de uma discussão que perpassa o campo da exclusão, em se tratando da assimetria entre dois territórios, o pobre e o rico, o rural e urbano, caracterizada sobretudo pelo desrespeito às singularidades e às diversidades.

A diversidade da região rural do norte do estado

A escola está localizada no município de Amajari em Roraima, distante a 156 Km da capital Boa Vista. A região rural do norte do estado de Roraima apresenta uma realidade social, cultural e étnica bastante diversificada. Entretanto, essa região se destaca pela predominância da população indígena, pois de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, são 18 comunidades com aproximadamente 53,8% indígenas vivendo na região. Seguido pelos produtores rurais de grãos e criadores de gado, e ainda, os pequenos produtores beneficiados em projetos de assentamentos rurais.

Segundo dados colhidos no guia de cursos, atualmente a escola conta com os cursos técnicos em agricultura e agropecuária atendendo mais de 300 alunos em diversas modalidades, sendo elas: técnico em agricultura integrado ao ensino médio; técnico em agricultura integrado ao ensino médio em regime de alternância; técnico em agricultura integrado ao ensino médio em regime de alternância; técnico em agricultura integrado ao ensino médio em regime de alternância na modalidade EJA; técnico em agropecuária integrado ao ensino médio; técnico em agropecuária integrado ao ensino médio em regime de alternância; técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio e técnico agropecuária subsequente.

Considerando a diversidade cultural vivente, Candau (2013) entende que as relações estabelecidas entre educação e culturas, nos remete a reflexão sobre o multiculturalismo tanto de forma macro, no âmbito planetário, como de cada uma das realidades nacionais e locais em que vivemos.

A autora percebe que não só na América Latina mas especificamente no Brasil, a constituição cultural apresenta uma configuração própria. Refletindo a forma como foi colonizado, o Brasil tornou-se um continente multicultural, protagonizado sobretudo pelas relações interétnicas. Ainda que essas relações estejam marcadas pela dominação da cultura hegemônica ocidental, que escravizou e explorou os povos nativos e afrodescendentes.

Para Cunha (1992), a história das populações indígenas no Brasil desmente a imagem fantasiosa de povos cujo modo de vida permaneceu o mesmo desde a chegada dos europeus ao continente americano.

Para a autora, os processos levados a cabo por esse contato resultaram em grandes mudanças, como o avanço da mortalidade, a desestruturação de sociedades e sua dispersão, grandes deslocamentos, que por sua vez produziram também conflitos entre populações indígenas e ajuntamentos de remanescentes de diferentes etnias.

Em outras palavras, a construção histórica do povo brasileiro, foi marcada pela negação do outro e de sua alteridade. Candau (2013) se refere a essa negação como um processo embutido no imaginário social. E sobre isso a autora se manifesta:

Neste sentido, o debate multicultural na América Latina nos coloca diante da nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nós construímos socioculturalmente, o que negamos e silenciemos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica. A problemática multicultural nos coloca de modo privilegiado diante dos sujeitos históricos que foram mascarados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades e lutando por seus direitos de cidadania plena na nossa sociedade, enfrentando relações de poder assimétricas, de subordinação e exclusão. (CANDAUI, 2013, p.17)

Nesse cenário, a educação intercultural e a educação do campo são interfaces contempladas no fazer pedagógico, considerando o entorno social e étnico do contexto estudado.

Para Fleuri (2002), a percepção de uma educação intercultural possibilita uma perspectiva multidimensional e complexa da interação entre sujeitos de identidades culturais distintas, aproximando concepções e estratégias educativas que beneficiem o enfrentamento dos conflitos, na tentativa de superação das estruturas sócio-culturais geradoras de discriminação, de exclusão ou de sujeição entre grupos sociais.

Em outras palavras, a educação rural deve ser investida como uma modalidade rica e diversificada para atender as necessidades do aluno. Para tanto, alguns autores fazem uso do modelo da interdisciplinaridade, como um método inovador que permite ao aluno ser o agente principal de sua aprendizagem, perspectiva esta não mais atendida pelos meios tradicionais (FLEURI, 2002).

Adolescência e suas implicações nas diferentes culturas

Falar de adolescência não é somente perceber as transformações corporais em decorrência da maturação biológica ocorrida no corpo humano, mas especialmente buscar entender os fatores culturais que direcionam esse acontecimento. Pois em-

bora esses dois elementos estejam interligados, e as mudanças fisiológicas ocorram fluentemente em todos os indivíduos, a adolescência em si não ocorre em todas as culturas.

De acordo com Branco e Demarchi (2011), a adolescência é um período que se caracteriza pela transição em domínios do desenvolvimento biológico, cognitivo ou social. Essa fase é marcada por conflitos internos e lutos que exigem do adolescente a elaboração e a ressignificação de sua identidade corporal, sua relação com a família e com a sociedade.

Em algumas comunidades tradicionais não existe este momento de transição. Assim que os corpos dos indivíduos começam a sofrer alterações os mesmos são inseridos nos papéis adultos assumindo assim, todas as responsabilidades tais como trabalho, matrimônio, função paterna, materna entre outros.

Para Lírío (2012) a abordagem sócio-histórica rejeita a universalidade da adolescência e refuta a ideia de que seja uma fase naturalmente intermediária entre a infância e a fase adulta. Haja vista que essa teoria explica a adolescência como um momento interpretado e valorado pelo ser humano.

Segundo o mesmo autor, se trata de um fato social onde as marcas que o adolescente carrega são interpretadas segundo a sociedade em que ele está inserido e por isso só podem ser incluídas naquele contexto. A valorização ou a desvalorização dos sinais típicos da puberdade, ainda que ocorram na ordem biológica são significados e ressignificados de maneira distinta no tempo e no espaço.

Para Aberastury (2003), a adolescência, assim como outra etapa da vida humana, se manifesta a partir de um marco cultural-social no qual está inserido. Dessa forma, poderíamos entender a adolescência como um fenômeno típico dentro de toda a história do desenvolvimento do indivíduo, assim como também, estudar a sua expressão circunstancial de caráter geográfico e temporal histórico-social.

A autora alerta que as alterações psicológicas que se lançam nessa fase, e que são o encadeamento das mudanças corporais, levam a uma inédita relação com os pais e com o mundo. É um período confuso, de contradições, doloroso, caracterizado pela ambivalência de sentimentos com o meio familiar e social. Muitas vezes esses episódios são confundidos com crises e estados patológicos.

Nesse cenário, a literatura baseada em um modelo eurocêntrico, explica esse processo partindo da observação de que o lugar em que esse indivíduo está inserido influencia prontamente sua saúde psíquica, assim como a sujeita-os constantemente e de forma preponderante a influências das diversas situações que o mesmo vivencia em seu cotidiano. Isso explica as vivências e transformações sofridas nessa fase e as

implicações sucedidas dessas experiências que levam à estruturação da representação psíquica do adolescente.

Nessa perspectiva, é posto que a confusão de sentimentos do adolescente inicia-se com as transformações que ocorrem no corpo e com os papéis atribuídos a ele nesse momento de transição. Tal premissa, é observada também no contexto social estudado. Dessa forma, o indivíduo “tem que renunciar a sua condição de criança, já que a partir desse momento se é chamado dessa maneira será com um matiz depreciativo, zombador ou de desvalorização”. (Aberastury, 1981, p.16)

Ou seja, são os sentimentos ambivalentes, transitórios, nem sempre identificados pelo adolescente, mas sentidos com grande intensidade, que potencializam a fase considerada “instável”, caracterizada pela adolescência. As mudanças externas que se vê obrigado a fazer por conta de um modelo que já não se “adequa” mais para a idade, só reflete o sentimento de inadequação de quem vive a fase. Trata-se de uma nova postura que deve ser adotada, questionada inicialmente pela família, porém imposta pela sociedade.

Contudo, é perceptível a necessidade de autoafirmação e definição que sente o indivíduo quando se trata de sua identidade. Descobrir a si próprio na relação com os outros se torna uma tarefa central para os jovens de algumas sociedades. Entretanto, é importante ressaltar que esse fenômeno não é universal, uma vez que as culturas diferem em seus costumes, crenças e valores morais. Entendendo que o que é ruim em uma sociedade poderá não ser em outra.

A fronteira da diversidade familiar: as desigualdades sociais e o reflexo do fracasso escolar

Pensar o papel da família como primeira instituição de identificação social do indivíduo é também refletir sobre os desafios psicossociais dessa família frente à diversidade. Nesse sentido, Wagner, Tronco e Armani (2011) entendem que as configurações e as diversas formas de modelo familiar, tem estendido não somente o conceito de família, como suas implicações na sociedade, surgindo a necessidade de conviver com o diferente. Dessa forma, a pluralidade na configuração dos núcleos familiares tem demandado a criação de novos paradigmas explicativos para o entendimento dessa complexidade.

Esses autores acreditam que em meio a diversidade do modelo de família, em uma dinâmica multifacetada, verifica-se a importância de desempenhar a função da família enquanto elemento núcleo social, sem no entanto, se prender às questões de

configuração. Entendendo que em virtude dessa diversidade, reconhecer o papel da família significa também perceber as transformações ocorridas ao longo dos tempos, principalmente quanto aos papéis desenvolvidos pelos sujeitos que estão inseridos.

Dessa forma, podemos entender que ao longo da história, ocorreram muitas mudanças nos “padrões” de construção familiar. É evidente que os interesses envolvidos na união matrimonial modificaram sensivelmente. Partindo dessa lógica, é relevante entender a configuração de família em termos das adequações dos membros que compõe essa família. Compreendendo que essas combinações variam dos modelos mais clássicos, definido pela consanguinidade e parentesco, até as mais complexas que emergem a cada momento.

Corroboramos com Patto (2010) sobre o fato das justificativas para as dificuldades de aprendizagem escolar terem sido depositadas de dois aspectos: da ciência biológica e da medicina do século XIX, que tinha uma abordagem organicista das aptidões que traz um conceito carregado de pressuposto elitista e racista; e da psicologia e pedagogia que mesmo se mostrando menos tendenciosa aos fatores genéticos, atendiam um modelo liberal democrático. Nesse sentido, a imprecisão atribuída a essa dúbia origem será uma particularidade da manifestação acerca dos obstáculos de aprendizagem escolar e da própria política de educação.

Nesse sentido, baseando-se num conceito tradicional de família e seguindo um padrão clássico de aprendizagens, alguns autores acreditam que as experiências iniciais de criança são conduzidas primeiramente pelo grupo familiar. Desse modo, entende-se que o aprendizado ocorre a partir da interação no contexto social familiar, no qual as possibilidades de troca de experiências são desempenhadas adaptando o desenvolvimento da criança e adolescente. Porquanto a segurança passada pelos pais nas primeiras aprendizagens, é o que vai se tornar de fundamental para aprendizagem escolar, e o que sem dúvida vai contribuir para o discernimento de si própria e do lugar que ocupa no contexto social.

Todavia, a tentativa de vincular o fracasso escolar prioritariamente a fatores extra-escolares, fez com que Patto (2010) observasse que a preocupação do discurso educacional em caracterizar o desenvolvimento psicológico das crianças culturalmente marginalizadas, só manifestava a desvalorização e preconceito de crianças pobres, tidas como carregadas de padrões culturais estranhos e insatisfatórios para subcultura as quais estavam destinadas. A autora entende que um sistema capitalista dominador intolerante, que se fortaleceu pela ideia de disparidade cultural, perpetua a crença do despreparo da criança pobre e suas famílias incapazes para aprendizagem escolar, ainda que outras ocorrências graves sejam desveladas. Sobre isso ela afirma:

O conceito de dominação, por exemplo, nem sempre pôde ser apreendido em sua essência – ou seja, como contrapartida cultural da exploração econômica inerente a uma sociedade de classes regida pelo capital – e passou a ser usado frequentemente com o mesmo sentido a-histórico como era entendido na literatura educacional norte-americana dos anos 1960, isto é, como imposição da cultura da maioria a grupos minoritários ou como imposição dos valores da classe bem-sucedida classe malsucedida no contexto urbano, por intolerância, moralismo ou inadvertência da primeira para com a existência de subculturas distintas da sua sociedade inclusiva. (PATTO, 2010, p.149)

Comenta-se com frequência sobre o papel dos pais no processo de educação dos filhos e a forma insuficiente que esse modelo toma espaço. Especialmente quando se trata do suporte emocional que as crianças e adolescentes exigem nessa fase de constituição. Entretanto, ponderando que os modelos de ensino e aprendizagem adotam o discurso que tende a responsabilizar as famílias dos alunos como principal responsável pelo insucesso, sustentado em um argumento que exige prática, acompanhamento e sustentação emocional, uma vez que a criança ou adolescente não possui satisfatório amadurecimento para lhe dar com as dificuldades sem as dispostas presença e os limites conferidos pelo adulto.

Ao se examinar alguns desses argumentos, Patto (2010) propõe a disposição que esse modelo dominador de educação expõe ao caracterizar o psicológico de crianças pobres. Entendendo que essas crianças provenientes de lares menos favorecidos econômica e culturalmente, não apresentam alternativas de se oferecer a elas, estimulação e o treinamento necessário a um bom desenvolvimento global.

Para a autora, esse tipo de ideologia não deixa de refletir a forma de dominação, entendida como uma discrepância entre dois segmentos culturais desiguais que procedia na segregação dos grupos e classes mais pobres, provavelmente portadores de padrões culturais inteiramente diferentes dos padrões da classe média.

Métodos

A pesquisa qualitativa foi de cunho participativa e permitiu a interação com os membros na situação investigada, possibilitando assim a integração dos dados obtidos a partir do acompanhamento psicológico e da observação participativa realizada com estudantes de uma escola rural situada ao norte do estado de Roraima. Sobre isso, Minayo (2015) entende que a pesquisa qualitativa por responder questões muito particularmente específica, possibilita trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Sendo esses conjuntos de fenômenos humanos entendidos como parte da realidade social.

O estudo realizado à luz do referencial teórico de Candau (2013) e Patto (2010), buscou analisar sob uma perspectiva psicossocial a marginalização familiar, tendo como pano de fundo a diversidade, a partir da percepção das diferenças culturais e individuais aqui identificada por uma fronteira entre rural e urbano/rico e pobre, que divide a sociedade em classes e atribui o fracasso escolar às classes empobrecidas.

Os participantes da pesquisa foram definidos a partir dos atendimentos realizados individualmente com 14 alunos encaminhados por diferentes queixas relacionadas ao desinteresse pelas atividades e evasão escolar no ano de 2014. Desse quantitativo, seis eram do gênero masculino e oito do gênero feminino, com idades entre 14 e 17 anos. Quanto a modalidade de ensino, 10 desses alunos seguiam o preceito da alternância, compondo períodos em regime de internato na escola e quatro estavam matriculados no ensino integrado regular, ou seja, não eram internos.

A observação participativa, se deu no momento em que a escola promoveu eventos culturais e pedagógicos e os alunos estiveram envolvidos em tais atividades. Uma dessas atividades foi permitida a participação do público externo. Nessas ocasiões, foi possível ainda que timidamente, observar a disponibilidade dos agentes sociais, no que se refere ao modo como reagem às mais simples situações de interação.

Resultados e discussões

Foram realizados o total de seis atendimentos quinzenais ao longo de três meses. Porém, dos 14 alunos que iniciaram o acompanhamento psicológico, somente oito estiveram presentes assiduamente. Os demais alunos se ausentaram e outras vezes, ainda que estivessem presentes na escola, se negavam à essa atividade. É importante ressaltar que em meio a esses atendimentos, foram solicitadas a presença dos responsáveis e mantido o diálogo com os professores em questão. Fato que posteriormente facilitou a correlação das informações.

Ao serem convidados a irem até a escola, os pais dos alunos sentiam-se bastante receados com o que esperavam ouvir. Foi observado que alguns dos responsáveis resistiam o quanto podiam a essa visita, ainda que solicitados em caráter de urgência. Nessa circunstância, foi percebido que quando esses pais chegavam para uma entrevista, esses expunham com frequência, comportamentos defensivos, por mais esforços que se fizesse na tentativa de acolher, ainda assim não cediam a postura preservativa.

Alguns responsáveis relatavam que a escola tinha a prática de convocar sem ter uma real necessidade. E segundo os mesmos, o desgaste do trajeto até a escola,

tendo em vista o transtorno da locomoção e da dificuldade financeira para pagar o transporte, era o impertinente para uma efetiva participação na vida escolar do filho.

Quanto aos professores, a maioria apresentava um discurso similar referente a conflitiva do aluno. Observou-se que uma parte significativa dos docentes não se sentiam preparados para atender a grande diversidade cultural e étnica existente na escola. Posto que a maioria desses professores eram de regiões com costumes distantes e dessa forma os conceitos de ensino desses docentes, acabavam por se distanciar do contexto em que estavam inseridos. Observou-se que era atribuído sempre ao aluno o problema da aprendizagem, e esse tido como vítima do contexto familiar.

De acordo com Candau (2013), é preciso romper com a tendência homogeneizadora e padronizadora que repassa a prática escolar. Pois a problemática da diversidade cultural nas relações sociais e nos processos educacionais estão difundidos em todos os espaços de relevância social.

Verificou-se a afinação dos discursos entre a equipe da escola representada pelos professores, assistentes e equipe gestora e entre os próprios alunos de que o reflexo desses problemas, era representado pela apatia nas atividades escolares e as oscilações no comportamento. Segundo a equipe da escola Essas oscilações se caracterizavam principalmente pela hostilidade dirigida aos pares e para equipe gestora na escola.

Foi observado que os sujeitos expunham diversas conflitivas relativa à sua história social, sobretudo no que se referia aos insucessos escolares. Percebeu-se que os alunos mais retraídos, e com dificuldade de aceitação no grupo, optavam pela exclusão, mostrando grande resistência em não aprender os conteúdos escolares.

Seguindo um modelo que defende as teorias “ambientalistas”, os professores acabavam por reforçar o discurso “dominante” de que a razão primordial do fracasso escolar se dava pela falta de estruturação familiar, sem no entanto levar em conta a realidade social carente em que esses “alunos – problema” estavam inseridos. E nessa lógica, reforçavam que os alunos que tinham uma referência de família afetiva, destacavam-se positivamente daqueles que não tinham um lar “estruturado”.

Nesse sentido, Patto (2010) entende que as ideologias que estão entranhadas em relações de poder só reafirmam a visão preconceituosa das crianças pobres e suas famílias, ideadas como deficientes culturais e psicologicamente e condenadas ao fracasso.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que embora a escola aprendesse diversidade quanto a realidade social, cultural e étnica, verificou-se a vivên-

cia de conflitivas análogas entre os agentes sociais que se encontravam em territórios rurais, especialmente no que diz respeito aos aspectos psicossociais. Contudo, não raro perceber que tais conflitivas dizem respeito as condições precárias de políticas públicas que atinge principalmente a população mais pobre entendido como “o depositário de todos os defeitos”.

Embora as demandas expostas pelos estudantes aludissem à questões da subjetividade, relacionadas ao ambiente externo ligadas ao contexto social familiar, observou-se que o âmbito do problema está ligado ao que Patto (2010) atribuiu aos requisitos da produção científica: reforçada pelo discurso preconceituoso arraigado na cultura brasileira, via subdesenvolvimento econômico do país, menciona uma indigência intelectual e cultural e culpando negros, pobres e mestiços como populações incapazes.

Não surpreende as situações relatadas pelos alunos, nas quais expuseram experiências de alcoolismo, drogadição, abuso sexual, agressão física e psicológica e gravidez precoce. Todavia, esses jovens são vítimas das vítimas. Observado o fato de que sejam provenientes de contextos sociais fragilizados, que por sua vez, seus cuidadores e responsáveis também carentes de políticas públicas e afetados pela desigualdade social carregam o estigma da “incompetência da pobreza”.

Assim, o descrédito confiado às pessoas mais pobres é generalizado em nossa sociedade. Nessa conjuntura, nem mesmo os intelectuais com todos seus arcabouços teórico-crítico estão imunes a ela. Na tentativa de desfocar esse olhar tendencioso e voltar a atenção para a escola e o ensino numa sociedade de classes e neles identificam demasiadas categorias que se explicam independentemente os altos índices de reprovação e evasão, ainda assim, persiste a defesa concernente às teorias da carência cultural (PATTO, 2010)

Diante dessa conjuntura, foi possível inferir que todos os fatores acima supracitados se mostram componentes preocupantes, uma vez que, são fatores de risco que não se limitam aos agentes sociais urbanos, e que determinam um desfavorável processo de subjetivação, refletido pelo sentimento de inadequação emocional.

Considerações finais

Este trabalho tratou sobre a marginalização familiar no contexto educacional, a luz do referencial teórico de Patto (2010). O presente estudo desenvolveu-se a partir da pesquisa bibliográfica ligada as teorias da Psicologia Social bem como da análise

do embasamento teórico acerca da diversidade e multiculturalismo, tendo em vista a miscigenação social, cultural e étnica da região estudada.

Nesse contexto, verificou-se que embora as fronteiras da diversidade sejam atenuantes, a complexidade de famílias em estado de vulnerabilidade, entre os agentes ali inseridos, foge dessa diversidade e se aproxima de uma similaridade em se tratando de conflitos quanto à visão social etnocêntrica e preconceituosa que se tem dos integrantes das classes pobres, nesse caso às famílias pobres.

Dessa forma, verificou-se os preceitos análogos quando se dispõe da vulnerabilidade de uma população para justificar a falha de um sistema macro. No argumento dominador de educação, esse discurso se apoia na “desestruturação familiar” responsável pelo fracasso escolar. E as dificuldades em se tratando de relacionamento do jovem com sua família estão sobretudo pelas características consideradas incapacitantes, uma vez que permanece sentimento de pertencer a uma categoria desfavorecida socialmente.

Desse modo, chegou-se à conclusão que as formas de intervenções para o problema aqui apresentado é demasiado complexo. Diante de toda conflitiva, se evidencia uma desigualdade social e a carência de políticas que atendam a essa população marginalizada. Não obstante que o diálogo entre as entidades envolvidas, aqui representadas pela escola e pela família, depende sobretudo dessa intervenção social, com o intuito de favorecer desenvolvimento emocional por meio do apoio, da afetividade e a comunicação entre os atores envolvidos assim como a diminuição de conflitos.

Ao final da análise psicossocial acerca da diversidade, podemos refletir sobre a perspectiva de fazer uma educação para o diálogo dos diferentes, ou seja, o reconhecimento do outro. Entendendo que se trata da discussão onde a fronteira da diversidade, aqui identificada pelo contexto rural não escapa das complexidades vivenciadas no contexto urbano.

Referências bibliográficas

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal e patológica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRANCO, B; DEMARCHI, K. O adolescente em conflito com a lei: reflexões sobre o contexto e a rede de apoio social. In: **Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 183-197.

CANDAU, M. Vera; MOREIRA, F. Antônio. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10ª ed. Petrópolis-Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

CUNHA, Manuela Cardoso. Introdução a uma História indígena. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura / Fapesp, 1992.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.405-423, jul./dez. 2002.

LÍRIO, C. Luciano. A construção histórica da adolescência. **Revista São Leopoldo**, ano 12, n. 28, p.72-79, maio/ago. 2012.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: história de submissão e rebeldia. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MINAYO, S. C. Maria; GOMES, F. D. R. Suely. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 34 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10 ed. Petrópolis-Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

WAGNER, A., TRONCO, C., & ARMANI, A. B. Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In: **Desafios psicossociais da família contemporânea**: pesquisas e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011, p.19-37.

ARTIGO

AS (RE)INVENÇÕES DA CIDADE: OLHARES MARGINAIS

Introdução

De acordo com Le Goff (1998), as cidades contemporâneas – que se assemelham às medievais – abarcam produções e trocas, favorecendo o interesse por sistemas de valores ligados ao trabalho, ao negócio e ao dinheiro. Para este autor, elas também concentram “os prazeres, os da festa, os do diálogo na rua, nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e mesmo nos cemitérios” (p. 25). Nesse sentido, o espaço urbano configura-se como elemento que propicia a criatividade, ou seja, a produção de formas de existir em sociedade.

Ao passo que os contornos físicos da cidade são alterados, em função das dinâmicas sociais, seus sujeitos também se constituem, em processo constante de mudança. Nesse movimento, são criadas redes de intercâmbio diário que possibilitam relações interpessoais e, conseqüentemente, embates movidos por disputas que se acirram em virtude de interesses e desigualdades socioeconômicas.

Marc Augé (2010) ressalta que no cenário urbano atual são vistos nomadismos condizentes com uma lógica da mobilidade “sobremoderna”, ou seja, relativa ao paradoxo do descolar-se sem que haja deslocamento, o que conduz à problematização da noção tradicional de fronteira, que deve ser repensada frente aos redesenhos da urbanização e globalização intensa.

Por essa via o autor também busca desnaturalizar a ideia de periferia tida apenas em sentido geográfico, pautando sua análise igualmente pela perspectiva política e social. Sua posição é a de que tal fragmentação diz respeito a contradições e tensões históricas do processo de urbanização, a qual é movida por rupturas e extensão de fronteiras móveis. Para Augé, a cidade tem existência temporal, a qual duplica sua existência espacial, dando-lhe destaque. Por tal razão, pode-se falar em uma espécie de “cidade lembrança”, carregada por componentes históricos e políticos, tanto da esfera coletiva quanto particular.

Considerando as multiplicidades que são abarcadas pelo contexto urbano, torna-se importante atentar para o modo como grupos singulares da sociedade enten-

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia/UFPA. E-mail: dai_gasp@hotmail.com

dem o espaço e o transformam mediante suas demandas. Portanto, é necessário criar mecanismos de escuta e visibilidade para o que tem sido produzido por diferentes segmentos, a fim de estabelecer conexões entre elementos aparentemente dispersos no cotidiano.

Nesse sentido, a história da cidade, de sua constituição, aparece mesclada à história de seus sujeitos, a qual muitas vezes não é evidenciada pela história oficial do lugar e dos seus personagens gloriosos. Por isso é importante fazer notar que há nas margens todo tipo de narrativa que enreda os processos de formação social, de resistências. Arlette Farge (2011), em uma análise histórica dos ditos de sofrimento nos arquivos do século XVIII, lança pistas sobre a escuta que deve ser realizada para apreensão dos acontecimentos:

Ditos por pessoas ordinárias pegas a um só tempo pelo poder e por seu déficit de saber, enunciam a mágoa, a pena, a raiva ou as lágrimas: são palavras de sofrimento. Encontrá-los, retranscrevê-los, é uma primeira coisa, extremamente importante: é tão raro em história escutar as falas. Aprender essa fala e trabalhá-la é responder à preocupação de reintroduzir existências e singularidades no discurso histórico e desenhar, a golpes de palavras, cenas que são de fato acontecimentos. (FARGE, 2011, p. 16).

Por essa perspectiva, a autora não se volta à noção de captura da realidade, mas sim à abertura ao que chama “moradas vivas da história”, ou seja, às brechas da esfera coletiva ou particular que dizem sobre os embates produzidos na sociedade. Por tal razão, torna-se interessante ressaltar os movimentos de aproximação e afastamento de temas que atravessam as cidades, a fim de pôr em evidência os jogos presentes nos atos de silenciamento (ou não) de determinados acontecimentos.

Na busca por tais moradas, o trabalho historiográfico é tido como ferramenta importante à análise dos fatores que contribuem para a emergência das pequenas narrativas sociais. Tal via mostra-se de acordo com o olhar genealógico, o qual, segundo Michel Foucault (2012, p. 267-268), consiste no “acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”.

Pela genealogia foucaultiana, é importante estar atento aos pormenores que constituem os acontecimentos, a fim de não perder de vista os efeitos de poder gerados por saberes tidos como oficiais, científicos, legítimos. Por tal razão, trazer à tona os saberes locais, a partir, por exemplo, das pequenas narrativas dos que compõem as cidades nas margens, também é uma forma de produzir a história local, que diz respeito às lutas do presente. Desse modo, a genealogia, pode ser tida como “um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los ca-

pazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico” (FOUCAULT, 2012, p. 270).

Com base nestas premissas, o presente artigo busca refletir sobre como a cidade pode ser reinventada cotidianamente por grupos periféricos, os quais tecem pequenas narrativas na esfera urbana, redesenhando o espaço físico e subjetivo, a partir da transgressão de normas e produção de vias infames de sociabilidade.

Em virtude do recorte necessário, a discussão proposta volta-se, assim, para os saberes locais de pessoas em situação de rua, a fim de tomar como analisador a produção discursiva desse segmento populacional de nossa sociedade, que possui formas singulares de compreensão do funcionamento social, bem como estratégias de existência que apontam para profanação da esfera pública e transformação de modos instituídos do viver na cidade. De acordo com documento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2011, p. 8), tal segmento é tido como

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Caracteriza-se pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia, de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como das unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

As pessoas que se encontram nessa condição, podem ser vistas como desfiliações sociais (CASTEL, 1997), ao passo que, por terem muitos de seus vínculos sociais rompidos ou fragilizados, são afastadas das redes formais de sociabilidade e colocadas comumente à margem dos sistemas de garantia de direitos e reconhecimento do papel de cidadania.

A fonte primária desta análise é a fala de Jorge Gouveia, senhor em situação de rua em Fortaleza-CE, que fora gravada em novembro de 2015 por meio de vídeo. A fundamentação teórica parte, principalmente, de textos de Michel Foucault, autor que auxilia na problematização das práticas sociais, das relações de saber-poder e dos processos de constituição de sujeitos. As demais referências seguem alinhadas à proposta deste autor.

A abordagem foucaultiana da noção de verdade contribui para a problematização lançada, à medida que apresenta uma perspectiva histórica da forma como os sujeitos são produzidos por meio de assujeitamentos ao que é tido como verdadeiro, possibilitando, por sua vez, mecanismos de resistência.

Foucault (2010), em “O sujeito e o poder” salienta que as pessoas são objetivadas a partir de práticas divisoras, que buscam traçar distinções entre os indivíduos, categorizando-os com base em aspectos muitas vezes percebidos de forma estigmatizante e excludente. Tais distinções estão atravessadas pelo que chamou de jogos de verdade (FOUCAULT, 2014a, p. 11-12),

através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado. Através de quais jogos da verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga e se pune enquanto criminoso? Através de quais jogos da verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo?

As questões apresentadas na citação acima servem como disparadores para a reflexão dos jogos de verdade da atualidade, os quais denotam continuidades e descontinuidades em relação a jogos de outros momentos históricos.

Em função de o debate voltar-se ao tema das pessoas em situação de rua, serão colocados em destaque aqui os jogos de verdade concernentes ao contexto escolhido, a fim de apontar pistas para o modo como a sociedade tem produzido “o estar nas ruas”, bem como suas vozes e contornos.

Por tal razão, a noção de infâmia que Foucault (2006) traz, em “A vida dos homens infames”, auxilia no entendimento das forças que compõem os sujeitos em situação de rua, os quais têm suas vidas notadas frequentemente apenas pelos fatores que as marcam de forma negativa. Pela via da problematização, a infâmia abordada é vista principalmente pelo que tem de positivo, no sentido de produção, dos efeitos que gera, o que pode apontar para as interessantes estratégias inventivas de organização do existir na adversidade e do prazer atrelado a certas práticas estigmatizadas socialmente.

Visando o desenvolvimento do eixo temático do trabalho, na seção a seguir serão discutidos alguns aspectos relativos à gestão do espaço público, seu caráter normalizador e as possibilidades de rupturas por parte dos que estão nas ruas. Na sequência será abordado o documento de análise, a fim pensar a cidade e seu funcionamento a partir da perspectiva daqueles que a movem pelas encostas.

A organização do espaço e os tensionamentos da gestão pública

Em meio aos tensionamentos experimentados pela experiência da vida urbana, são encontrados mecanismos de controle dos corpos, dos gestos, das condutas. De

acordo com Foucault (2014b), são diversas as estratégias voltadas para a promoção e manutenção da chamada ordem social, as quais visam de todo modo garantir o governo dos vivos, de seus atos e respectivos efeitos.

Para este autor há duas dimensões da gestão social: a primeira, disciplinar, que está mais direcionada ao controle em nível individual, e a biopolítica, centrada nos aspectos coletivos. Observa-se que as disciplinas, destinadas a esquadrihar os corpos, no intuito de produzir docilidade e submissão, focam nos pormenores das condutas dos sujeitos, ultrapassando a noção repressiva, uma vez que incitam e produzem ressonâncias de diversas ordens.

A “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um modo geral. (FOUCAULT, 2009, p. 134).

Por sua vez, a biopolítica visa o controle em nível coletivo, a partir de práticas de regulamentação que possam promover o equilíbrio social. Por objetivar a garantia da vida, busca estabilidade e regularidade, dando também destaque às potencialidades dos sujeitos (FOUCAULT, 1999). Por essa perspectiva, há grande interesse no que diz respeito à população, em sua existência biológica. Assim, são vistos movimentos no sentido de minimizar a ritualização da morte em benefício de sua biologização, a partir de uma racionalidade que faz viver uns e deixa morrer outros.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima pra baixo. (FOUCAULT, 1988, p. 152).

Essas duas esferas do governo da vida, que compõem o que se chama de biopoder, são atravessadas pela norma, que almeja ao mesmo tempo disciplinar e regulamentar, propiciando a adoção de padrões que possam promover a coesão social. A partir dessa racionalidade, a lei passa a ter cada vez mais aspecto de norma, o que é possibilitado principalmente em função da integração da instituição jurídica a vários aparelhos de forte ênfase reguladora, tais como do campo médico (FOUCAULT, 1988).

As práticas engendradas pelo biopoder, ao longo da história, apresentam continuidades e descontinuidades, em função de haver reatualizações de lógicas de gestão da vida, com fins por vezes semelhantes, apesar das singularidades contextuais. No que se refere ao controle dos corpos infames na sociedade contemporânea, nota-se a preponderância de artifícios de banimento, tais como ações higienistas legitimadas pelo Estado e sociedade civil.

Em virtude do modo difuso de funcionamento dessas tecnologias políticas da vida, que favorecem a existência de uns em detrimentos de outros, torna-se importante atentar para o fato da gestão não ficar centrada nas instituições estatais, estando também nas práticas cotidianas da população, que faz o governo funcionar pelas microsferas.

Para Foucault (2012), este fenômeno pode ser entendido pelo prisma do conceito de governamentalidade, que diz respeito à sobrevivência do Estado por meio de sua ação em seu interior e exterior. Por tal razão, de acordo com o teórico, para a modernidade é fundamental perceber a governamentalização do Estado, ou seja, o modo como a gerência da população se dá por diferentes vias e agentes sociais. O autor destaca que o surgimento desta lógica está relacionado ao modelo arcaico da pastoral cristã, tendo contribuição da técnica diplomático-militar, e apresentando proximidades com a polícia. Segundo Castro (2009, p. 191),

A análise da governamentalidade abarca, então, em um sentido muito amplo, o exame do que Foucault denomina as artes de governar. Essas artes incluem, em sua máxima extensão, o estudo do governo de si (ética), o governo dos outros (as formas políticas da governamentalidade) e as relações entre o governo de si e o governo dos outros. Nesse campo, estariam incluídos: o cuidado de si, as diferentes formas da ascese (antiga, cristã), o poder pastoral (a confissão, a direção espiritual), as disciplinas, a biopolítica, a polícia, a razão de Estado, o liberalismo.

De acordo com Foucault (2012), a racionalidade política durante a história das sociedades ocidentais tem uma relação inicial com o poder pastoral, seguido da razão de Estado. Para este autor (2010), o Estado moderno ocidental ancora-se nesta tecnologia de poder, que tem base nas instituições cristãs e é caracterizada pela responsabilidade do pastor sobre o rebanho e suas ações, perspectiva individualizante e coletiva ao mesmo tempo, e que preza pela tomada de consciência por parte das ovelhas.

A partir das ressonâncias deste tipo de poder para além das instituições eclesiásticas, o Estado moderno faz, por meio da governamentalidade, operar atualizações da lógica pastoral. A noção de salvação, que pela ótica religiosa estava atrelada à con-

quista de um lugar seguro em outro mundo, passa na modernidade a ser tida como uma salvação a ser buscada em vida, por meio da garantia de segurança em variados meios, tais como saúde, riqueza, proteção (FOUCAULT, 2010).

Assim, inúmeras práticas são associadas à produção da segurança pela racionalidade do poder pastoral, o qual se difunde nas instituições médicas, familiares, jurídicas etc. A captura dessa forma de funcionamento do poder faz com que distintos espaços e pessoas passem a participar de forma ativa na gestão da vida social, em termos privados e públicos, individuais e totalizantes.

Frente ao liberalismo e sua faceta de minimização do Estado, a difusão do poder pastoral por meio de sua reinstitucionalização possibilitou estratégias de controle do sujeito e da população pelo biopoder, ou seja, em nível disciplinar e biopolítico, ampliando também o interesse pela construção das ciências humanas (FOUCAULT, 2010).

Partindo dessas premissas, as políticas públicas na atualidade despontam como formas de operacionalização do poder pastoral, buscando elencar procedimentos e fins de regulação dos sujeitos e da população como um todo, a partir de propostas que extravasam a esfera governamental, uma vez que se infiltram no cotidiano a partir de processos de subjetivação, os quais constituem as pessoas, objetivando-as.

As relações de poder, portanto, produzidas em meio às tentativas de governo das condutas da sociedade, possuem efeito positivo, criando formas de ser, o que coaduna com a noção foucaultiana de poder para além da hipótese repressiva, que estaria mais voltada às interdições.

Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. (FOUCAULT, 2012, p. 238-239).

Por essa linha de pensamento, as políticas públicas, propiciadoras de práticas normalizadoras, ao passo que produzem assujeitamentos também favorecem a busca de conhecimento do sujeito sobre si, sobre seus direitos e formas de conduzir a vida. O caráter regulador de tais políticas, nesse sentido, por mais que tente manter a coesão social muitas vezes por meio de prescrições, viabiliza, igualmente, brechas para a manifestação de resistências.

Assim, as micropolíticas, que operam pelas fendas sociais, podem reinventar e pôr em questão o instituído das políticas públicas tidas como parâmetros oficiais de

funcionamento da cidade, por exemplo. Os efeitos do poder pastoral impresso nas políticas maiores produzem tensionamentos frente a outras formas de gestão do espaço público e de seus agentes.

No que se refere especialmente às pessoas em situação de rua, observa-se uma série de estratégias destinadas a gerir os riscos que tal segmento poderia vir a oferecer à sociedade. Algumas delas transvestem-se de políticas públicas de segurança e saúde, por exemplo, o que pode ser visto nas práticas legitimadas pelo Estado de higienismo urbano, tanto por meio da retirada de tal povo das ruas pela via policial, como também médica.

O debate acerca da gestão da pobreza está intimamente relacionado às racionalidades racistas, as quais, para Foucault (1999), dizem sobre o funcionamento do biopoder e seus mecanismos de garantia da segurança de vida de uns em detrimento da existência de outros. Com base na noção de raça (que vai além de questões biológicas, uma vez que abarca aspectos econômicos, sociais, culturais etc.), as sociedades de normalização acabam por autorizar a segregação por meio de políticas excludentes.

As internações compulsórias, os processos de gentrificação, a reatualização do discurso manicomial são algumas das problemáticas que permeiam o cenário contemporâneo, afetando de forma direta a população em situação de rua. Esta é frequentemente alvo de ações preconceituosas, sendo por diversas vezes colocada à parte por fugir dos padrões aceitos de sociabilidade.

O distanciamento da esfera do trabalho formal, os hábitos, aparência e o envolvimento com drogas são alguns dos elementos que favorecem discursos jurídicos e médicos sobre como a cidade deve ser gerida para se afastar dos sujeitos que são tidos como prejudiciais ao seu bom funcionamento. Nesse sentido, é importante estar atento às apropriações da lógica pastoral pelas políticas públicas e seus efeitos para além do domínio do Estado, como forma de entender os aspectos morais, por exemplo, que atravessam o governo das vidas tidas como infames.

A criação diária do estar nas ruas

Meu nome é Jorge Maurício Gouveia, sou um “loucodidata” em formação, fazendo 22 pós-doutorados em arte, cultura e loucura. Eu estou *homeless* no momento que, com sotaque londrino, por gentileza, em inglês significa um sem teto. Há 7 meses eu estou em situação de rua aqui, mas em 1992, quando eu trabalhava num projeto da doutora Nise da Silveira no Rio de Janeiro, eu fiquei 4 meses em situação de rua, morando lá na Urca no Rio de Janeiro. (GOUVEIA, 2015).

O homem estava ali, participando há quatro dias do XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, em Fortaleza-CE, entre novembro e dezembro de 2015. Seu ativismo ao longo desta jornada marcou sobremaneira os debates e espaços de trocas políticas e afetivas. Conseguiu gratuidade em sua inscrição após conversar com algum integrante da comissão organizadora do evento, do qual soube a partir de sua inserção como aluno visitante na Universidade Federal do Ceará, especialmente em uma disciplina de filosofia da arte, na qual teve acesso a discussões com base, principalmente, em autores como Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Ao longo desses dias, hospedou-se sorrateiramente no campus universitário da UFC, sem se deixar descobrir pela guarda responsável por cuidar do local. Esteve entre o público de conferências, grupos de trabalho, manifestações culturais e até mesmo assembleias voltadas para os componentes da referida associação, não deixando em nenhum momento de apresentar sua opinião, suas sugestões. As suas experiências ao incitarem diversas questões levou um grupo de alunos da Universidade Federal do Pará a solicitá-lo para a gravação de um vídeo, em que ficava aberto o espaço para sua fala. O convite foi feito pensando que tal discurso poderia ser levado adiante às pessoas em situação de rua da cidade de Belém e também de outras localidades. Ele aceitou.

Nós aqui estamos iniciando um trabalho de ativismo e conscientização com o povo de rua. Existe um movimento aqui desde 2009 do povo de rua; tem um representante do Movimento Nacional do Povo de Rua e a gente fez um curso de formação recentemente que congregou 20 moradores de rua. Metade foi só pra comer e dormir, mas pelo menos 8 conseguiram acompanhar e estão compondo duas instituições recentemente criadas. (GOUVEIA, 2015).

A participação política de Jorge em esferas relacionadas ao povo de rua diz respeito não só à sua inserção neste contexto enquanto alguém que habita o espaço público, mas também à sua percepção de que é necessário fazer proposições críticas ao modo de gestão da cidade, a fim de proporcionar melhorias de vida a este segmento e à sociedade em geral. Seu conhecimento sobre a produção política neste campo e a articulação que faz de suas demandas com o que é proposto formalmente pelo Estado denota sua postura reflexiva sobre como há brechas a serem preenchidas nesse debate.

Brasília instituiu em 2009 o Comitê Interministerial de Políticas Públicas para População em situação de rua. Saiu um decreto federal (...) que institui legalmente através de um projeto de lei políticas públicas para população em situação de rua. Aqui no Estado foi criado

um Comitê Estadual de Políticas Públicas para População em situação de rua e ta sediado na Casa dos Conselhos, onde tem o Conselho do Idoso, do Adolescente. Estes ficam numa casa com uma sala bonita. O Comitê do povo de rua, que é equivalente a um conselho, fica lá num puxadinho, num quintal, mas já é um grande avanço. O prefeito municipal assinou a lei que cria o Comitê Municipal Intersetorial de Políticas Públicas de pessoas em situação de rua, que eu sou membro. O nome é imenso, mas não tem nenhum dinheiro, se tem é um pouquinho de nada, e já é um avanço na tentativa de nós, enquanto movimento, podermos dialogar com o poder público com ajuda de algumas ONGs. (GOUVEIA, 2015).

A importância dada ao aparelho governamental na busca por garantia de direitos do povo de rua aponta para a necessidade de forte apoio dos gestores na construção de vias de acesso à saúde, educação, moradia, cultura etc. Contudo, em virtude do governo não estar concentrado no Estado, conforme ressaltado por Foucault (2012), são construídas formas outras de administração das mazelas.

A gente aqui, apesar de estar tentando organizar um movimento legalmente, de estar criando uma associação legalmente, tivemos uma reunião com o presidente da câmara municipal de Fortaleza pra conseguir um imóvel público pra sede e pra que nessa sede a gente possa dar cursos para os moradores de rua, ter espaço pra eles tomarem banho, porque a gente tem uma parceria com a igreja católica – que ela é a multinacional da fé, que há 2000 anos explora a miséria humana, que a nível de Brasil a igreja católica e outras entidades religiosas acabam manipulando o povo de rua. Nós temos um projeto de formação de 400 moradores de rua no Ministério do Trabalho; um projeto de economia solidária pra formar 400 moradores de rua na área de economia solidária e autogestionária. E o problema de que como a gente não tem figura jurídica, esse projeto está através do Centro de Defesa de promoção dos direitos humanos que é ligado à arquidiocese. Aí eles aproveitam pra empregar todos os amigos das pastorais, eles que administram os recursos e fica uma briga danada. Então, a ideia é que o movimento se organize legalmente, se institucionalize, a partir daí a gente possa fazer a gestão, tenhamos autonomia e possamos fazer a captação e gestão desses recursos. (GOUVEIA, 2015).

A crítica feita por Gouveia à igreja católica ressalta aspectos desta instituição enquanto elemento ativo na gestão social, apresentando inúmeros paradoxos na operacionalização de suas iniciativas. De acordo com Foucault (2010), a apropriação da racionalidade eclesiástica do poder pastoral alcançou outras tantas instituições. Contudo, a participação de representações religiosas em mecanismos de controle social continua marcando a história. Tal afirmação exemplifica-se na inserção de entidades desse aspecto em projetos voltados para pessoas com uso abusivo de drogas, implicando em estratégias de busca pela salvação pelo contato com elementos tidos como divinos (“palavra de Deus”, trabalhos voluntários etc).

Foucault (1972), ao pensar a produção histórica da noção de loucura, discutiu sobre como a lógica religiosa também lançou proposições acerca do que poderia contribuir para a salvação daqueles tidos como desarrazoados. O autor mostra que a renascença despojou a miséria de sua positividade mística. Lutero e Calvino atribuíram à pobreza a ideia de castigo, como se estivesse relacionada à vontade de Deus, sendo uma espécie de predestinação do pobre. No Século XVI há uma intensa busca pela transformação de mosteiros em hospitais, os quais ficavam destinados a tarefas de assistência.

Na Idade Média, é realizada uma divisão entre os que seriam miseráveis do bem e os do mal, sendo os primeiros aqueles submissos, favoráveis ao internamento, enquanto os segundos se mostravam insubmissos, relutantes ao internamento. Esta forma de pensamento percorreu as práticas até a era clássica (FOUCAULT, 1972). Nesse sentido, observa-se que em diversos momentos da história a igreja esteve inserida em ações destinadas a uma pretensa salvação dos pobres, sendo o internamento uma de suas principais estratégias.

Não à toa tal prática se reatualiza no presente em novas casas de internação, tais como abrigos para pobres, comunidades terapêuticas e outras que se movem pelo apoio religioso. Não se trata de deixar de reconhecer o auxílio prestado à sociedade com certas ações de acolhimento e cuidado por parte da igreja, mas sim de pensar o que há de paradoxal nisso, o que fica evidente nas capturas realizadas, tais como é exemplificado na fala de Jorge, que faz menção à exploração da miséria humana por este tipo de instituição.

E a gente tá com uma proposta – que dependendo um pouquinho dessa questão política que é chata, complicada, eles não aderem de maneira nenhuma – trabalhar a questão da cultura. Então, estamos criando, agora 5 de novembro, na Praça do Ferreira, que é uma praça central aqui, o Coletivo Cultural Anárquico Poeta Mário Gomes, que é um poeta que tinha casa, mas vivia na rua, nunca trabalhou, trabalhou poucas vezes na vida e é uma espécie de decano do ócio e da vagabundagem artística. Ele tinha um consultório poético na Praça do Ferreira. Então, nós vamos lançar esse coletivo cultural. (GOUVEIA, 2015).

Gouveia, em seu relato acerca do coletivo cultural, aponta para as possibilidades de criação na rua, mesmo diante dos obstáculos relativos à condição socioeconômica na qual o povo de rua se encontra. A produção do coletivo, segundo ele, já abarca algumas ações, tais como roteiro de vídeo com depoimento na Praça do Ferreira (o qual já foi encaminhado a um edital em Pernambuco), um monólogo de um homem em situação de rua (formado em ciências sociais pela USP), uma novela mexicana passada na Praça do Ferreira (de outro rapaz na mesma situação, também de nível

universitário e professor de inglês), proposta de carrinhos de catadores para viabilizar leituras em locais não convencionais (com monitoria e contação de história pelos próprios moradores de rua, com direito à bolsa financeira e alimentação), além do lançamento de um jornal chamado “A sopa do físico”, na qual iriam fac-símiles de um antigo jornal produzido por padeiros da região, intitulado “O pão do espírito”, (localizado por Jorge em uma tese), resultando dessa soma no “Pão e a sopa” (o que é também uma ironia à tradição de distribuição de sopa por entidades religiosas à população em situação de rua, prática que Jorge considera sem graça e às vezes até pedante, por exigir “pagamento de pedágio”, ou seja, a escuta do sermão que as pessoas ligadas às igrejas fazem ao levar o alimento).

Tais iniciativas, que agregam pessoas em torno de determinados objetivos, sendo o principal deles a autonomia para a criação cultural, diz respeito também às possibilidades heterotópicas de construção de outros mundos frente aos instituídos das cidades. As heterotopias, para Foucault (2013), são espaços outros criados na sociedade como *contraespaços*, o que indica a possibilidade de leitura da Praça do Ferreira (e dos projetos que surgem em função do modo de habitá-la), como uma heterotopia que permite a circulação de ideias de um povo dito muitas vezes como desmerecedor da palavra por representar a escória social.

Em uma perspectiva da gestão social que se dá também pela margem, o relato de Gouveia lança pistas sobre como o espaço público pode ser aproveitado para produzir rupturas no processo de subjetivação da população, com base em trabalhos que partem do interesse de classes desfavorecidas, que frequentemente são silenciadas, não tendo oportunidade de se mostrar de forma ativa e problematizadora.

O que segura minha barra é que eu pego a programação de todos os centros culturais e a partir da tarde eu vou vendo alguma coisa que me interessa, eu vou pro teatro, eu vou pra música, eu vou pra debate na universidade, eu vou pra aculá e vou tentando puxar eles pra esses eventos culturais. E a partir de determinado momento que a gente conseguir aglutinar um núcleo, a gente não quer ser somente consumidor e usufruidor de cultura e/ou afetados por ações culturais. A gente quer produzir cultura na rua, tá? E a gente tá produzindo um desafio num projeto chamado “A encantadora alma das ruas”, junto com artistas e estudantes. (GOUVEIA, 2015).

A conclusão apresentada por Jorge mostra de que maneira o prazer pode ser produzido nas ruas, atravessando o modo de existência dos que se encontram nesse contexto, e abrindo, por sua vez, fendas no cotidiano movido fortemente por aparatos de controle social que rechaçam este segmento.

Nesse sentido, observa-se que outras tantas verdades sobre a cidade são tecidas nas margens do visível, traçando desenhos cujos contornos só são perceptíveis à medida que são criadas redes de diálogo, de escuta. O caráter ativo da população em situação de rua expresso no depoimento de Jorge diz sobre quanto há de busca pela afirmação do lugar de cidadania por aqueles que são muitas vezes só possuem espaço em noticiários pejorativos.

A vagabundagem, o ócio, o uso do tempo fora da lógica do mundo do trabalho formal, são, por essa via, modos éticos e políticos de habitar o mundo, que acabam por possibilitar experimentações diferenciadas da cidade. Embora tais características falem também de um universo de negação dos direitos sociais a este povo, é possível ver o quanto existe de resistência, de modos de reinvenção que demandam (e sugerem) gestões para além da esfera da política pública institucionalidade pelo Estado.

Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Especial. **Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 17-50.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. A Vida dos Homens Infames. In: MOTA, Manuel Barros da (Org.). **Michel Foucault: Ética, estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 203-222.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo, Graal, 2012.

_____. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

_____. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.

GOUVEIA, Jorge Maurício. **Entrevista**. Fortaleza: arquivos pessoais, 2015.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ARTIGO

PERCEPÇÕES DOS JOVENS DE RORAIMA SOBRE A TENSÃO ENTRE O RURAL E O URBANO: SIGNIFICADOS, TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES

Introdução

Este artigo apresenta uma discussão acerca de alguns resultados obtidos a partir de uma pesquisa científica desenvolvida durante o curso de Doutorado em Ciências Sociais, realizado na Universidade do Vale dos Sinos-UNISINOS.

Nesta oportunidade, nos deparamos com desafios de desconstrução teórico-metodológicas que abriram infinitas possibilidades de pesquisa e análises acerca das juventudes, na linha de pesquisa “Identidades e Sociabilidades”.

As implicações destas pesquisadoras para a definição desta temática de pesquisa repousam sobre décadas de atuação na área da juventude. No decorrer destas vivências, questões relacionadas à juventude têm nos inquietado de modo especial. Assim, algumas questões fomentaram nossas pesquisas ultimamente, quais sejam: Quais as perspectivas de futuro dos jovens rurais? Quais seus dilemas, anseios e conflitos que impactam nos seus sonhos e projetos? O que significa ser jovem para estes jovens? Faz diferença ser um jovem que vive no meio rural em relação ao que vive no meio urbano?

Desse modo, as percepções dos jovens sobre suas próprias vidas vêm se construindo, desconstruindo e reconstruindo enquanto objeto de estudo e de intervenção, desde as nossas primeiras experiências, tanto na formação acadêmica, quanto na atuação profissional.

Diante deste contexto, nos sentimos compelidos a buscar um melhor entendimento sobre como se configura o processo de construção identitária e os projetos de vida deste jovem que vive no meio rural, analisados a partir de possíveis influências de percepções e significados atribuídos à tensão rural-urbana

* Doutora em Ciências Sociais/UNISINOS. Professora EBTT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. E-mail: adeline@ifrr.edu.br

** Doutora em Ciências Sociais/UNISINOS. Professora EBTT no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. E-mail: Jocelaine.santos@ifrr.edu.br

Assim, referida pesquisa teve por objetivo compreender os significados que os jovens rurais que vivem em Roraima atribuem à tensão rural-urbano, analisando sua interferência no processo identitário e em seus projetos de vida.

Desse modo, dentre as discussões travadas durante a produção da tese de doutorado, nos deparamos com algumas questões que consideramos pertinentes trazer para o debate coletivo de modo mais pontual. Dentre estas, assinalamos nesse trabalho as percepções dos jovens rurais de Roraima sobre uma tensão existente entre o modo de vida urbano e o rural, com destaque para as influências que esta tensão acarreta em suas condições de vida e, conseqüentemente, em seus processos de construção identitários.

Com este fito, buscamos evitar conclusões reducionistas, partindo de um direcionamento teórico que concebe possibilidades de aproximações e composições teóricas para uma compreensão acerca das relações sociais, capazes de nos propiciar o vislumbramento de matizes da realidade dos jovens e suas identificações. (FARIAS, 2015)

A partir desse entendimento relacional, estabelecemos para as categorias de análises correspondentes noções, num esforço de delimitar um campo teórico que nos deu o necessário aporte para a apreciação do corpus da pesquisa. Dentre as categorias basilares nesse estudo estão as noções de juventude, identidade e tensão rural-urbano.

Destarte, norteamos as análises dos dados a partir de autores cuja abordagem às categorias de análises consideramos compatíveis, bem como adequados a nos subsidiar, de forma conjunta, enquanto marco teórico. Desse modo, utilizamos os entendimentos sobre processos de construção identitários dos autores Hall (2000, 2003, 2011) e Bauman (2001, 2006, 2012); sobre a categoria tensão rural-urbano fizemos uso dos entendimentos de Simmel (1909, 1973, 1983, 1986, 2006) e Carneiro (1998, 1999, 2003, 2005, 2007).

A partir desses entendimentos preliminares, delimitamos a composição do grupo de informantes que apresentou como caracterização geral serem jovens com residência ou procedência do meio rural, no estado de Roraima. Enquanto marcadores de diferenciação, definimos como particularidades que delimitam o objeto a abordagem aos jovens com idades entre 15 e 24 anos, inclusos, portanto nas faixas de idade de jovem-adolescente e jovem-jovem, conforme o Estatuto da Juventude, de ambos os sexos, migrantes ou filhos de migrantes. Buscamos, ainda, a representação das raças/etnias presentes no Estado: pardo, índio, negro, amarelo e branco.

Ao pensarmos esta constituição do grupo de informantes, visamos possibilitar uma multiplicidade de situações e condições a que os jovens do campo podem ser contingentes, influenciando sobremaneira sua percepção acerca da realidade, conforme nos aconselham Bauer e Gaskell quanto a tais questões:

Precisam manter a mente aberta para estratos e distribuições funcionais posteriores, que podem não ser óbvias num primeiro momento. Podem começar pelo sexo, idade e educação, mas podem precisar levar em consideração a etnia, a religião, às divisões urbano/rural a fim de identificar e maximizar a variedade nas representações das pessoas sobre determinado tema. (2002, p. 59).

A definição destes marcadores de diferenciação parte do entendimento de que a pesquisa, a partir de uma perspectiva interseccional, busca uma compreensão de uma realidade localizada, não restrita a conceitos apartados de seu contexto e interações. Esta percepção interseccional possibilita pensar as categorias analíticas, por intermédio das quais poderemos pensar possibilidades de agrupamento dos sujeitos de modo relacional e articulado. (PSICITELLI, 2008).

Portanto, o empenho no estabelecimento de articulações analógicas e metonímicas entre as características do grupo de informantes se alicerçam no entendimento de que se estas se constituem em fragmentos da totalidade, apreensíveis se abordadas de forma relacional, ou seja, considerando as possibilidades de convergirem ou divergirem, ensejando tensões. (SIMMEL, 2006).

Para acessar estes jovens, abordamos os estudantes matriculados em quatro *Campi* do IFRR, que estão localizados ao longo do estado de Roraima, abrangendo a todos os municípios, como podemos melhor identificar sua localização no estado de Roraima, na Figura 1 abaixo:

- i. IFRR/Campus Novo Paraíso, localizado no município de Caracará, na região sul do Estado, no Território da Cidadania Sul de Roraima, contemplando como estudantes jovens oriundos dos cinco municípios, sua sede e mais quatro municípios situados no seu entorno: Iracema, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe;
- ii. IFRR/Campus Amajari, localizado no extremo norte do Estado de Roraima, região onde se localiza a Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos, também definidas como Territórios da Cidadania, pelo Governo Federal. Este Campus atende a estudantes do município que o sedia, Amajari, e mais três municípios do entorno: Pacaraima, Uiramutã e Alto Alegre;
- iii. IFRR/ Campus Avançado de Bonfim, localizado na região nordeste do Estado, além deste Campus atender aos estudantes do próprio município que sedia e dá nome ao Campus, atende ainda às demandas educacionais dos municípios do Cantá e Normandia, e

compartilha o atendimento com o IFRR/Campus Amajari, ao município de Uiramutã; iv. IFRR/Campus Boa Vista Centro, localizado na região norte do Estado. A cidade de Boa Vista é a capital do Estado de Roraima, concentrando mais de 60% da sua população total. Este Campus atende ao maior quantitativo de alunos do IFRR, quase 4.000 estudantes, sendo a maioria jovens. Atende às demandas da capital Boa Vista e compartilha com os demais Campi demandas de municípios vizinhos.

Figura 1: Mapa de Roraima apresentando divisão política federativa e países de fronteira, destacando os Campi do IFRR onde foi realizada a pesquisa



Fonte: Adaptado de IBGE, disponível em ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/politico/unidades_federacao/rr_politico.pdf

Para a coleta dos dados, definimos as técnicas de grupos focais e entrevistas. Desta forma, buscamos contornar a baixa participação de algum segmento, complementando a pesquisa a partir de entrevistas. Esse recurso foi utilizado especialmente junto aos jovens indígenas, posto que apresentaram uma participação tímida nos grupos focais, e que nas entrevistas revelaram sentirem-se intimidados diante dos demais jovens não-indígenas.

Considerada a característica de pesquisa qualitativa, definimos a técnica de grupos focais para abordar os jovens do campo, tendo em mente que as suas características centrais possibilitarão acesso a informações mais apropriadas para o conhecimento de significados e manifestação de opiniões, em decorrência da potencial sinergia emergente da participação no grupo, cuja opinião e liderança se manifestam, levando a um nível de envolvimento emocional, necessário para os objetivos da pesquisa. (BAUER; GASKELL, 2002, p. 76)

Foi prevista para a execução da técnica de grupos focais a realização de duas sessões com cada grupo, sendo estes distribuídos nos Campi do IFRR e, ainda, distintos em dois subgrupos agregados por faixas de idade: 15 a 18 anos e de 19 a 24 anos de idade.

Ao total, participaram dos grupos focais 86 jovens rurais. Sendo que 56 estão compreendidos na faixa de idade de jovem-adolescente (15 a 18 anos de idade) e 30 na faixa de idade de jovem-jovem (19 a 21 anos de idade). Quando ao sexo, participaram da pesquisa 49 jovens rurais do sexo masculino e 37 do sexo feminino. A maioria dos escutados, 45 jovens, se autodeclararam como pardo, 17 como indígenas, 15 como brancos e apenas 9 como negros.

No que tange ao local de residência em que atualmente se encontram, entrevistamos 33 jovens rurais que moram nas sedes dos municípios rurais, 20 residem na capital do estado de Roraima, Boa Vista, 19 jovens moram em sítios, fazendas ou vicinais nos municípios rurais, 12 estão vivendo em suas comunidades indígenas, e ainda, houve 2 jovens que moram na Venezuela e estudam no Brasil, no IFRR/Campus Amajari.

Cada encontro teve uma duração entre 90 a 120 minutos e contou com a participação média de 6 a 8 jovens, considerando a composição já descrita anteriormente (DEBUS, 1988). As atividades de grupos focais foram filmadas e tiveram o áudio gravado, tendo sido realizadas durante o segundo semestre do ano 2015. As coletas foram transcritas com o auxílio do software *Express Scribe*.

Desse modo, esta distribuição dos locais de acesso aos informantes da pesquisa, dispostos ao longo do território físico do Estado de Roraima, visou nos respaldar para que pudéssemos nos referir à juventude do Estado como um todo. Todavia, reforçamos que não se tratou de estabelecer generalizações, e sim de intentar possíveis transposições teóricas, capazes de nos possibilitar a compreensão sobre o objeto de estudo.

Tendo em vista as características diferenciadas das localidades onde vivem os entrevistados, consideramos que estas definições sobre os locais de acesso aos informantes foram potencialmente estratégicas para a sondagem de impactos diferenciados e tensões.

Para fins de análise dos corpora da pesquisa advindos da aplicação das técnicas de grupos focais e entrevista de profundidade, empregamos a técnica da análise de conteúdo, e em particular a análise categorial voltada a temáticas, possibilitando a confirmação ou redirecionamentos das categorias prévias, bem como a construção de outras categorias, de acordo com os temas que emergem do texto, classificando e agrupando os elementos a partir do que apresentam em comum.

A definição pela análise categorial direcionada por temáticas deu-se em decorrência do entendimento da sua adequação à característica da pesquisa, considerando que:

(...) o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado seguindo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. (...) Fazer uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação (...) é utilizado para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc. (BARDIN, 2011, p. 135).

Enquanto etapas da análise de conteúdo, realizamos a pré-análise das informações, a exploração do material e tratamento dos resultados (codificação: escolhas das unidades de conteúdo (temática), enumeração e escolha das categorias: (classificação e agregação) e, finalmente, a inferência e interpretação. Para tanto, elaboramos planilhas nas quais foram sendo dispostas as falas transcritas dos jovens rurais, sendo estas agrupadas por temáticas, a partir das categorias de análises, já mencionadas.

Durante as análises dos dados coletados, verificamos a existência de um caleidoscópio de tramas e interseções nas interações estabelecidas pelos e entre os jovens rurais, que não podem ser percebidas a partir de visões monocromáticas. A cada olhar perspectivo que lançamos sobre as nuances dos significados que atribuem às suas interações, nos deparamos com o entrelace fluído de influências diversas, em embate constante e incômodo, entre a opressão de “identidades aplicadas e impostas por outros (...) que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam...” e os esforços em defesa do processo identitário, sempre em (re/des) construção, no qual buscam se reconhecer como protagonistas. (BAUMAN, 2006, p. 44).

No contexto dessas descobertas da pesquisa, nos colocamos enquanto posição de resistência e contestação às percepções reducionistas acerca das tensões existentes entre o meio rural e o urbano, que de modo simplista remetem todo esse complexo debate a uma visão dual de oposição entre o atraso e o progresso, tendo por referência os entendimentos de Carneiro (2003). Todavia, os achados da pesquisa nos remetem a considerar tais questões sob a ótica dos jovens rurais, sempre considerando o lugar social a partir do qual eles falam.

Jovens rurais: percepções acerca de tensões

As percepções dos jovens rurais sobre suas vivências e perspectivas revelam a constatação de uma tensão entre os conteúdos e formas de interação social estabelecidos no meio rural, de caráter mais comunitário, e as “individualidades da grande cidade” (SIMMEL, 2006).

Nesse aspecto, ratificamos que abordamos a tensão enquanto conflito, considerando-o na condição de forma de socialização, que apresenta uma função positiva

no que tange a constituir-se enquanto oportunidade de superação de divergências. (SIMMEL, 1983)

Assim, distinguimos nas falas dos jovens rurais que há significados atribuídos ao rural e ao urbano, em que estes denotam claramente uma relação de conflito, de modo especial, no que se refere às construções subjetivas quanto às noções de temporalidade e espacialidade. Evidenciou-se que estes entendimentos dos jovens rurais fomentam uma apreciação auspiciosa, ou não, sobre o rural e o urbano, na medida em que materializam esta subjetivação através das limitações e oportunidades que vivenciam e/ou anseiam.

Nesse aspecto, para estas análises, consideramos profícuo considerar o rural e o urbano a partir das percepções dos jovens rurais, buscando os significados que atribuem às práticas sociais nas quais interagem. Tais práticas se propagam tanto no meio rural, quanto no meio urbano. (CARNEIRO, 2017, p. 45)

Verificamos que as percepções dos jovens estão carregadas de significados relacionados à espacialidade e à temporalidade, enquanto pano de fundo das interações sociais, como poderemos perceber adiante.

No que concerne à espacialidade, salientamos, estamos considerando-a enquanto capacidade do ser humano de estabelecer relações, com e a partir de determinado espaço, fazendo com que este, por consequência, exerça influência sobre o processo de construção identitário dos partilhantes, desde o instante em que seja significativo para o sujeito. (HALL, 2011).

Todavia, ressaltamos que nosso entendimento não acalenta a ideia de que a espacialidade determine o processo identitário, ou mesmo o contrário. O aspecto que nos interessa acentuar é que a espacialidade aparece expressa nas percepções dos jovens rurais, de modo que há uma exteriorização das relações sociais estabelecidas nos espaços urbano e rural, dando-lhes uma expressão própria e peculiar, que acaba por influenciar no modo como se percebem a si próprios enquanto sujeito quer imersos ou não nestes espaços. Clarificando nossa abordagem, servimo-nos, ainda, do entendimento análogo de Simmel:

Nos diversos modos da interação dos indivíduos, a sociação gerou outras possibilidades de se estar junto – no sentido espiritual. Contudo, algumas dessas possibilidades de se estar junto se realizam de um modo tal que a forma espacial na qual isso ocorre, como em geral em todos os casos, justifica uma ênfase especial, para nossos fins epistêmicos. Assim, no interesse de perscrutar as formas de sociação, inquirimos o significado que as condições espaciais de uma sociação possuem, em perspectiva sociológica, para a sua determinação e desenvolvimentos restantes. (SIMMEL; 2006, p. 85).

Contudo, há de se considerar ainda, que o estado de Roraima possui um histórico marcado por um intenso processo migratório, e tal condição perpassa, sob proporções diversas, as construções e percepções dos seus habitantes acerca das espacialidades, em especial, quando nos referimos aos migrantes.

Nessa perspectiva, nos reportamos à possibilidade que Hall (2011) denomina como “tradução”, sendo um conceito que se aplica às formações identitárias que cruzam as fronteiras naturais, dirigidas aos sujeitos que foram espalhados, e não retornaram à sua terra natal. Assim, estas pessoas, vindas de lugares diversos, entram em negociação com as peculiaridades culturais locais, sem contudo, perder suas tradições, vivências e expressões culturais de sua terra natal.

Assim, consideramos que os migrantes que vivem em estas pessoas formam uma “cultura híbrida” que conforma traços da sua cultura de origem, mesclada com a cultura local. Desse modo, pertencem a “dois mundos”, sendo produtos de “novas diásporas”. (HALL, 2011; CANCLINI, 1998).

Entretanto, apesar de rejeitarmos o caráter determinista do espaço sobre o processo de construção identitário, compreendemos que o próprio entendimento sobre identidade remete a uma interpretação, de modo geral, vinculada ao pertencimento a um determinado lugar, e que esse sentimento de pertença se manifesta sob aspectos de caráter sócio-histórico e cultural, de certo modo, promovendo uma naturalização da identidade, inclusive no aspecto étnico.

Bauman (2006) nos elucidam que por trás dessa naturalização do processo de construção identitário, vinculada a uma determinada espacialidade, acobertam-se os interesses de determinado grupo social. Tal aspecto não pode ser desconsiderado no contexto da temática em análise.

Desse modo, a despeito das discussões acadêmicas a relação rural-urbano, dentre as quais destacamos as produções de Biazzo (2007, 2008), Levêvre (1970), Mendras (1969) e Schneider (2005) as percepções dos jovens pesquisados apresenta-se marcada por uma visão dual, de oposição e conflito entre o rural e o urbano, conforme podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1: Quadro comparativo entre elementos de diferenciação entre os meios rural e urbano, que se convertem em tensão social, segundo os jovens rurais. 2016

| Meio Rural | Meio Urbano |
|--|---|
| Ambiente de tranquilidade e segurança. | Ambiente de organização espacial confusa e inseguro. |
| Vivência da temporalidade: amena e aprazível. | Vivência da temporalidade: intensa e frenética. |
| Proximidade da natureza. | Distanciamento da natureza. |
| Proximidade/intimidade entre as pessoas. | Indiferença e impessoalidade entre as pessoas. |
| Valorização das pessoas do meio urbano. | Preconceito em relação às populações do meio rural. |
| Desprestígio por parte dos políticos que não se preocupam em garantir equipamentos sociais, que se convertam em qualidade de vida, devido à baixa densidade demográfica do meio rural. | Concentração de atenção dos políticos, em decorrência do maior quantitativo populacional, levando à estruturação de equipamentos sociais que se revertem em melhor qualidade de vida. |
| Há dificuldades e limitação de acesso aos meios de comunicação, especialmente os virtuais. | As pessoas vivem intensamente as possibilidades de comunicação virtual. |
| Há carência ou ausência de oportunidades de acesso ao lazer. | Há abundância de oportunidades de lazer. |
| As escolas e Universidades (quando há) têm baixa qualidade. | Há mais oportunidades e diversidades de escolas e universidades (cursos) apresentando qualidade superior às do meio rural. |

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Assim, depreendemos da análise de conteúdo temática que a percepção dessa tensão existente entre os meios rural e urbano se constitui em fator que repercute no processo de construção identitário dos jovens rurais. Haja vista que estes conflitos se apresentam como contingências às suas ações. Podemos ilustrar esta constatação a partir das falas abaixo:

Ser jovem morando no interior é muito diferente de ser jovem e viver numa capital. Eu acredito que uma pessoa que mora numa cidade grande é totalmente diferente da vida da gente, porque tem acesso a tudo, poucos não têm acesso. Lá tem acesso ao transporte, internet, educação de qualidade, saúde, saneamento básico - coisa que não tem no interior - questões de moradia. Até uma melhor alimentação. Embora muita gente viva da agricultura, no interior, aqui na sede do município, por exemplo, não fica nada. É muito difícil encontrar banana e outras frutas no mercado, por exemplo. (B-A2)

É muito mais difícil morar no interior porque os governos dão prioridade pra quem vive nas cidades grandes, como Boa Vista, pois lá tem muito mais eleitores! Aqui não tem médico, só os plantonistas do posto, e eles faltam muito, e mesmo quando estão, não tem medicamentos. Isso é só um exemplo. As escolas estão caindo aos pedaços, sem professores, com biblioteca sem livros atuais. A energia cai o tempo todo. O transporte é caro e

difícil. Quem mora nas vicinais só tem a Deus mesmo para socorrer. Não tem lugares pros jovens se divertir, só uma praça toda quebrada. Telefonia e internet são outro problema. Mas, aqui é um município pequeno com menos de 15 mil habitantes, e no Taiano, então que tem menos de 500 pessoas morando, político só vai lá na época da eleição. Por isso que as pessoas vão embora, sem oportunidade de estudar e de trabalhar, nas vilas e nos assentamentos, por exemplo, só tem os mais velhos. Os jovens daqui têm que ir embora pra Boa Vista para tentar melhorar de vida. (A-C3)

Diante disso, verificamos que, conforme Carneiro (1998), a distorção provocada pela concepção dicotômica da relação rural-urbano, que ainda persevera, provoca nos jovens rurais conflitos de autopercepção, posto que ainda são (mal) interpretadas como perda das características e cultura rural, ou desvalorização destas, acarretando o engendramento e reforço de tensões entre ambos os contextos, do meio rural e urbano.

Considerações finais

Verificamos a existência de um caleidoscópico de tramas e interseções nas interações estabelecidas pelos e entre os jovens rurais, que não podem ser percebidas a partir de visões monocromáticas. A cada olhar perspectivo que lançamos sobre as nuances dos significados que atribuem às suas interações, nos deparamos com o entrelace fluído de influências diversas, em embate constante e incômodo, entre a opressão de “identidades aplicadas e impostas por outros (...) que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam...” e os esforços em defesa do processo identitário, sempre em (re/des) construção, no qual buscam se reconhecer como protagonistas. (BAUMAN, 2006, p. 44).

Nesse aspecto, Carneiro (2005) ressalta que em decorrência da predominância de uma difusão de elementos ainda mais considerados como oriundos da cultura urbana, os jovens rurais vivem uma imprecisão de valores, porque, de um lado, ainda tentam manter sua identidade afetiva ao modo de vida rural, por outro lado, têm uma autopercepção que reflete a cultura urbana, a qual, sendo preponderante, apresenta-se como referência para a construção de um projeto de vida e de futuro.

Como consequência da percepção dessas diferenças e desigualdades, os jovens rurais assinalam a vivência de uma tensão em relação ao ambiente urbano, que se apresenta ambigualmente representada pela defesa do meio rural, sua cultura, práticas sociais e saberes, ao mesmo tempo em que, a maioria almeja se deslocar ou permanecer no meio urbano.

No contexto dessa tensão, percebe-se a transversalidade do processo migratório vivenciado de modo intenso em toda a história do estado de Roraima, permeando os significados atribuídos de modo especial ao rural, posto que, manifestações relacionadas a “*buscar um lugar melhor para viver*”, “*sair daqui para conseguir mudar de vida*”, bem como “*ir embora daqui é a única solução*”, exemplificam olhares acerca da realidade, que partem de vivências, pessoais ou familiares, nas quais os deslocamentos populacionais não se apresentam com estranhamento, ao contrário, surgem como possibilidade ou alternativa diante das dificuldades. Desse modo, identificamos que dentre os jovens rurais que vivem em Roraima, a maioria apenas concebe a possibilidade de alcançar seus objetivos de vida na condição de saírem do meio rural.

Nesse contexto, partindo do entendimento de que os processos identitários são perpassados pela individualização e diferenciação, bem como que são sempre contingentes e inacabados, identificamos que para os jovens rurais que contribuíram nesse trabalho falar sobre os significados de ser jovem, sobre suas preocupações no presente e em relação ao futuro, não houve construção de ideias sem a marca de algum aspecto da tensão rural-urbano delimitada acima.

Partindo dessa constatação, consideramos que os entendimentos de Canclini resume nossa conclusão: “hoje a identidade, [...] é poliglota, multi-étnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (1998, p. 131)

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Porto: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**, Zahar Ed., Rio de Janeiro: 2001.

_____. **Sobre educação e juventude**: conversas com Riccardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **Vida Líquida**. 1 ed. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2006.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÓA, Vera Lucia Salazar (Org.). **Interações Geográficas**: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa. Uberlândia: Roma, 2007.

_____. Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento. **Geo UERJ**, ano 10, n. 18, v. 1, p. 111-126, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural no contexto de novas ruralidades. In: **IX Congresso Brasileiro de Sociologia**, Porto Alegre, setembro de 1999.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 243-261.

_____. O ideal rurbarano: campo e cidade no imaginário dos jovens. In: Silva, Francisco Carlos Teixeira da et al. (Org.) **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 97-117.

_____. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica. In: **El mundo rural: transformaciones y perspectivas a La luz de la nueva ruralidad**. Bogotá – Colombia, Pontificia Universidad Javeriana, 2003.

_____; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

DEBUS, Mary. (Org.). **Manual para excelência em la investigación mediante grupos focales**. Pennsylvania: University of Pennsylvania/Applied Communications Technology, Needham Porter Novelli, 1988.

FARIAS, Adeline A. C.; SANTOS, Jocelaine O. **Dos enfoques polarizados às abordagens contemporâneas: desconstruções e rebalanzamentos teórico-metodológicos na sociologia**. Diálogos Sociológicos: Perceptivas e contemporâneas. 1 ed. Porto Alegre: Curkula, 2015.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LÉFÈBVRE, Henri. **Du Rural à L'Urbain**. Paris: Anthropos, 1970.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria I. P. de. (Org.). **Sociologia Rural**. RJ: Jorge Zahar, 1969. p. 33-61.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez, 2008.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. **Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade**: em busca de uma metodologia. Porto Alegre, 2005.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

_____. El cruce de los círculos sociales e La ampliación de los grupos ya la formación de la individualidad. IN: **Sociologia**. Estudios sobre las formas de socialización. Alianza, Madrid, 1986.

_____. A natureza sociológica do conflito. In: FILHO, Evaristo de Moraes (Org.) **Georg Simmel**: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. O Estrangeiro. In: MORAES Fº, Evaristo (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Grupo de Trabalho n° 21

*Recursos naturais e sustentabilidade socioeconômica e
ambiental na Amazônia*

ARTIGO

COLETA SELETIVA: REALIDADE E UTOPIA EM BOA VISTA - RR

Introdução

A formação da cidade de Boa Vista, segundo Silva (2009) originou-se a partir de dois momentos: gênese espontânea e induzida. A espontânea formada no primeiro momento pela colonização portuguesa e a induzida pela implantação do primeiro plano urbanístico elaborado por Darcy Aleixo Derenusson em 1944 com o modelo radial concêntrico. No entanto, não diferente de muitas cidades brasileiras, não acompanhou o projeto piloto adquirindo uma forma desordenada.

Das capitais brasileiras, Boa Vista é a que está localizada na parte mais setentrional do Brasil, possui uma população de 284.313 habitantes de acordo com Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Segundo estimativa do IBGE, 2016, Boa Vista teria uma população cerca de 320.714 habitantes no ano 2015. Levando em consideração os três últimos censos (1991, 2000 e 2010) Boa Vista teve um aumento populacional cerca de 222% em vinte e quatro anos.

A sociedade a todo momento transforma o espaço em que habita, o uso e ocupação do espaço urbano é muitas vezes devastador e inconsequente. Os padrões de consumo proporcionam um aumento incontrolável de resíduos sólidos de toda natureza que poderão gerar problemas direta ou indiretamente influenciando na qualidade de vida humana, conforme sustenta Zanetti (2002), o consumo se manifesta face da descartabilidade, do desperdício, da geração de necessidades artificiais e dos resíduos não reciclados que contaminam o meio ambiente e degradam a qualidade de vida.

Para Roth e Garcia (2009), os problemas relacionados à geração de resíduos sólidos têm acompanhado o homem em toda a sua evolução histórica. Devido ao

* Graduando Geografia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: mlgmarcos@hotmail.com

** Graduando Geografia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: silviafarizel@gmail.com

*** Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima. E-mail: antonio.araujojuniior@ufr.br

crescimento das cidades, quase sempre desordenado, avanço tecnológico e de consumo e variações econômicas, os resíduos sólidos urbanos apresentam-se cada vez mais em quantidades absurdamente incontroláveis, tanto para gestão municipal e como conseqüentemente aos municípios.

Em reportagem o assessor Socioambiental da Prefeitura Municipal de Boa Vista, Luiz Felipe à repórter Jaqueline da revista eletrônica Portal Amazônia do dia 7 de março de 2015, afirma que um sistema de coleta seletiva iria ser implementado no município dentro de seis meses do mesmo ano, por meio de alguns caminhões que iriam realizar a coleta seletiva em alguns bairros, como plano piloto, da capital.

No entanto, observa-se que a prefeitura municipal de Boa Vista está realizando somente reformas, revitalizações de praças e algumas avenidas da capital com a instalação de coletores seletivos de resíduos, deixando assim de implementar o plano piloto como dito em 2015. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a real finalidade dos sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos em sítios pontuais da cidade em questão, elencando quais tipos de coletores seletivos de resíduos sólidos existentes, apontar o local final da deposição dos resíduos sólidos coletados e, por fim, uma breve análise da implantação que contemplou o projeto de coleta seletiva.

Saneamento básico e coleta seletiva: aspectos legais

Compreender a atual conjuntura da implantação da coleta seletiva em Boa Vista é relevante para identificar o papel do município na conscientização dos municípios, e para tanto, é necessário entender como funciona o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), bem como da própria coleta seletiva, uma vez que a realidade não condiz com as normativas referendadas pela lei.

Ao analisar o PLANSAB e o Sistema de Coleta Seletiva, observa-se a preocupação por parte dos órgãos governamentais, com relação ao meio ambiente, uma vez que o mesmo está ligado diretamente com a deposição e coleta do lixo, porém, quando o assunto chega a esfera municipal, o destino final e a coleta seletiva deixam a desejar, prova essa, é a prorrogação da Lei nº 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2 de agosto de 2010, que antes tinha prazo determinado para ser implantado até 2014 com seu prazo dilatado para: as capitais e municípios de região metropolitana terão até 31 de julho de 2018 para acabar com os lixões. Os municípios de fronteira e os que contam com mais de 100 mil habitantes, com base no censo de 2010, terão um ano a mais para implementar os aterros sanitários. As

idades que têm entre 50 e 100 mil habitantes terão prazo até 31 de julho de 2020. Já o prazo para os municípios com menos de 50 mil habitantes será até 31 de julho de 2021.

Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 21, estabelece que é da competência da União “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” e “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”.

O Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) criado por meio da Lei nº 11.445/2007, neste Plano denominada Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB) sob a coordenação do Ministério das Cidades.

Considera que para o entendimento de saneamento básico, o PLANSAB tem como conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais a função de: (i) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; (ii) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; (iii) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas e (iv) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

As políticas públicas voltadas para a melhoria de condições de saneamento básico das comunidades são eficazes, desde que, sejam implementadas de forma integrada pelo poder público, iniciativa privada e sociedade em geral. Dessa forma, caberá aos gestores públicos e privados implementar programas que visem a redução de resíduos no intuito de sensibilização da comunidade para buscar melhor qualidade de vida.

No entanto, nota-se que tal iniciativa referente à disposição dos resíduos sólidos, foi instituída somente em 2010 por meio da Lei nº 12.305 de 2 de agosto do mesmo ano, outorgando a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil, as quais indicam que as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, são de responsabilidades dos geradores e do poder público e dos instrumentos econômicos aplicáveis.

As medidas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, vem consolidar a preocupação com o meio ambiente que é uma das pautas mais discutidas atualmente no mundo, porém, sem uma educação interdisciplinar, associada a ações relevantes aferidos ao comportamento ambiental, muito pouco será acrescentado para que ocorra de fato o desenvolvimento sustentável.

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

O novo paradigma de coleta de resíduos sólidos, permite que se separe o lixo, em restos de alimentos, embalagens descartáveis e objetos que não servem mais para uso e poderão ser utilizados para reciclagem e reuso por exemplo. Contudo, torna-se sem efeito esse modelo de coleta seletiva em Boa Vista, pois, os materiais são coletados de modo homogêneo e depositados no aterro que não possui condições adequadas conforme a legislação específica.

Para entendimento e compressão referente à coleta seletiva, a PNRS em seu artigo 5, inciso V, define como coleta seletiva: “a coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

A política nacional de resíduos sólidos (PNRS), é regida pela Lei n 12.305 de 2 de agosto de 2010. Baseia-se em alguns princípios, tais como: prevenção e precaução com uma visão sistêmica, na gestão de resíduos sólidos, considerando as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública, a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, setor empresarial e demais segmentos da sociedade, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, como gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania, bem como o respeito às diversidades locais e regionais uma razoabilidade e proporcionalidade que reserve a sociedade o direito à informação e ao controle social, dessa forma, cabe aos órgãos governamentais o respaldo de aplicar a educação ambiental como metodologia para embasar a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Os princípios que acompanham os objetivos são: (i) proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; (ii) não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; (iii) estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; (iv) adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais; (v) redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos; (vi) incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados; (vii) gestão integrada de resíduos sólidos; (viii) articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos; (ix) capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos e (x) regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira.

Não há dúvidas que os princípios da PNRS, são equivalentes à proposta de uma melhoria na qualidade de vida, bem como na educação ambiental, com olhar futurístico na implantação de separação de resíduos como prevenção e precaução na manutenção do meio. Em seu inciso VIII, define que os rejeitos deverão ser dispostos ambientalmente de forma ordenada em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos, o que não acontece no estado de Roraima que possui quinze municípios e todos fora do enquadramento das normas de operação específicas da deposição final dos resíduos sólidos recolhidos (Aterro sanitário) nos respectivos municípios.

Boa Vista capital do estado, também não foge à regra de tal enquadramento, possui a maior concentração populacional do estado, com cerca de 63% da população segundo IBGE, (2010) e apresenta carências quanto as políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental que envolvam, o poder público, setor privado e sociedade na tentativa de conscientização, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e minimizar os impactos ambientais adversos.

Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

A Educação Ambiental é um componente fundamental e permanente, e deve estar presente, de maneira articulada, em todos os diferentes processos educativos sejam eles formal ou não, segundo a Lei n.º 9.795 de 27 de abril de 1999 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). No âmbito do PNEA a educação deve ser voltada para todos os segmentos onde a interdisciplinaridade será instrumento que fomentará a interação entre sociedade e natureza, por meio de alternativas condizentes com políticas públicas voltadas para o bem-estar social.

Ao pensar em PNEA, vale ressaltar também os parâmetros utilizados como métodos para realizar a forma de Educação Ambiental (EA) no país, que é feita a partir de aspectos tais como, uma educação baseada na ecopedagogia que segundo Avanzi (2004) considera a EA como um fator que gera mudanças da neutralidade do homem com relação à qualidade de vida, buscando uma associação saudável e equilibrada com a própria educação, com o ambiente e com o seu próximo estimulando a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, promovendo assim, uma transformação e construção de um mundo melhor.

Quintas (2004) ressalta que a EA Crítica é um processo educativo totalmente político, visando nos educandos uma consciência crítica acerca das instituições geradoras de riscos e conflitos socioambientais. Enquanto que baseada na significância de que educar é transformar, a educação transformadora procura romper com as práticas sociais que vão na contramão do bem-estar público, equiparada na equidade e solidariedade, articulando as mudanças de caráter ético, pertinente no âmbito social, transformando o ambiente equilibrado para todos de uso comum e essencial a uma qualidade de vida saudável.

Quintas (2004) considera como Educação Conservadora, aquela onde a Educação conservacionista não consegue entender que o homem e meio ambiente são um só, e se define numa modernidade capitalista onde tudo e todos ganham valores, e perfaz um padrão onde impera o individualismo consumista e a homogeneização cultural. Focada na manutenção de áreas protegidas e na biodiversidade separando sociedade e natureza.

A cidade de Boa Vista, por meio do Departamento de Educação Ambiental (DEA/SMGA), apresenta uma formação educacional ambiental com reflexão sobre os projetos educacionais ambientais instaurados no município, como palestras, vídeos ambientais e teatro de fantoches em instituições de ensino público e privado, principalmente ensino fundamental e médio, bem como o projeto Praia Limpa e

Programa Meninos do Dedo Verde, porém, essa implantação, de um modelo que desvincula o homem da natureza sugere apenas uma “sensibilidade” no tocante ao meio ambiente.

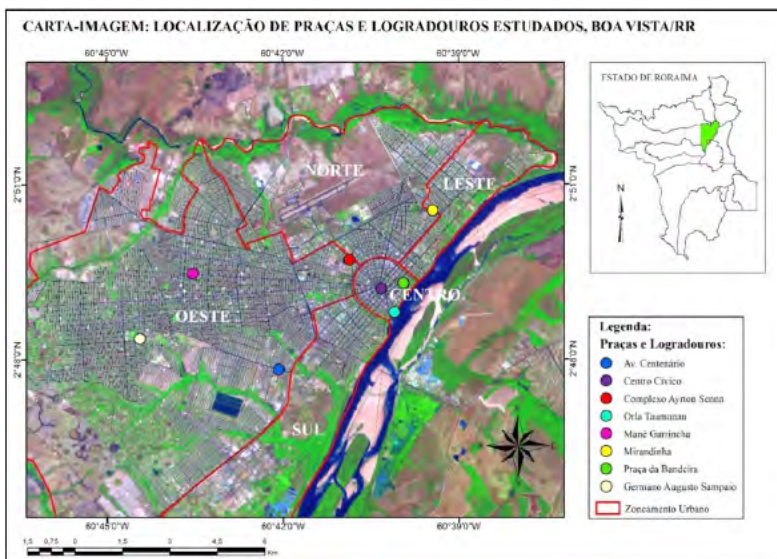
Para Scacabarossi e Périco (2014), o que falta para a cidade de Boa Vista implantar o sistema de coleta seletiva é a inexistência de políticas públicas efetiva e sistematizada para a problemática dos RSU gerados, tendo de fato na cidade nada mais do que um lixão a céu aberto, fato este que se repete aos demais municípios de Roraima.

Materiais e métodos

Para a realização do trabalho, houve a necessidade de um aporte teórico conceitual sobre a temática proposta, e por meio de levantamento de referências bibliográficas como em teses, dissertações e artigos científicos e visita técnica em órgão público encontrou-se subsídios que respaldassem a pesquisa e acervo fotográfico.

Em laboratório, foi adquirido imagem de satélite Google Earth 2016 de alta resolução para a localização precisa por meio de coordenadas UTM - Universal Transversa de Mercator (georreferenciamento), *Lansat* 8, Sensor OLI, composição 6R5G4B para visualização aérea utilizou-se o sensoriamento remoto e análise fointerpretativa dos elementos geográficos dos sítios em questão (Figura 1), além da base cartográfica contínua do estado de Roraima disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 1: Mapa de localização da cidade de Boa Vista – RR



Fonte: Base cartográfica contínua IBGE 2011, Elaborado MAIA, V. V., 2016.

Para as coletas de dados nos sítios do complexo Airton Senna, nas praças Germano Augusto Sampaio, Mané Garrincha, da Bandeira, Jorge Manoel da Silva (Mirandinha), Centro Cívico e Orla Taumazan, utilizou-se de Sistema de Posicionamento Global (GPS) Garmin Etrex 30.

Manejo de resíduos sólidos na cidade de Boa Vista

A coleta de resíduos sólidos urbanos da cidade de Boa Vista tem como deposição final o “aterro sanitário” localizado a margem esquerda da BR-174 sentido Manaus-AM cerca de 12 km, construído em 2001. No entanto, com o aumento exponencial da população o aterro perde sua capacidade de suporte de resíduos tornando um verdadeiro depósito de lixo a céu aberto “lixão”.

Segundo a Lei municipal nº 482, de 03 de dezembro de 1999, que institui o código Sanitário do Município de Boa Vista, estabelece em seu artigo 11, que os serviços de coleta, transporte e destino final adequado dos resíduos sólidos é de competência e responsabilidade do Município. Aos municípios cabe a organização dos resíduos domiciliares que são coletados pelo município de acordo com sistema de intercala-

ção diária, em que nos bairros, ocorre em três dias da semana, e excepcionalmente no centro a coleta é ininterrupta.

Quanto aos serviços de limpeza, conforme citado no artigo 16 do código Sanitário do Município de Boa Vista, compete ao município a limpeza de ruas, praças e logradouros públicos, sendo de responsabilidade direta da população a limpeza do passeio e sarjetas fronteiras a sua residência, que segundo a SMGA são recolhidos em torno de 305 toneladas de resíduos diariamente perfazendo 100% do perímetro urbano de Boa Vista.

Observa-se que o manejo dos resíduos sólidos em Boa Vista, é realizado de forma inadequada, não existindo uma disposição final dos resíduos que sustente a implantação das coletoras seletivas nas praças e demais logradouros, tornando assim uma realidade distante do que de fato deveria ser almejado dentro do aspecto coleta seletiva.

Coleta seletiva em Boa Vista: a utopia em evidência

A prefeitura municipal de Boa Vista está realizando reforma e revitalizações de praças e logradouros implantando sistema de coleta seletiva, sendo considerado utópica uma vez que os resíduos são depositados de forma homogenia em seu destino final. O fato de considerar utópico é decorrente da ineficácia de tal programa elaborado pela prefeitura local, pois não possui condições ideais e adequadas para a deposição final dos RS, e segundo Felipe (1979) a utopia evoca dois significados: o de algo que não existe e/ou o de algo difícil de ser concretizado, que no caso de Boa Vista, atualmente algo difícil de ser realizado haja vista que a cidade não possui projeto de coleta seletiva conforme SMGA.

A coleta seletiva deveria estar aliada aos princípios de uma educação ambiental pautada na sustentabilidade, porém, em Boa Vista a educação ambiental é realizada de forma minimista, ou seja, em escolas, caracterizando o conservadorismo, como forma paulatina de realizar a preparação do indivíduo como mantenedor de um ambiente adequado as realidades desejáveis que serão sentidas por essa e pelas próximas gerações.

A falta de políticas públicas para a preservação do meio, evidência a ausência de projetos que incentivem os munícipes a manejar os resíduos a partir de seus domicílios, apenas acontece a implantação de coletoras em praças e logradouros, que conforme o secretário Municipal de Gestão Ambiental de Boa Vista, Daniel Peixoto, o primeiro passo deverá ser o da conscientização da população, o que se faz totalmen-

te contraditória, pois a primeira medida tomada foi a da colocação das lixeiras nas ruas da cidade, onde subte-se que os munícipes realizaram a colocação seletiva do lixo orgânico e do lixo comum, porém, como nota-se na (Figuras 2), a educação ambiental como forma de conscientizar a população ainda é falha no município.

Figura 2: Sistema de coleta seletiva de lixo orgânico e comum e coleta seletiva colorida



Fonte: Marcos Gomes 2016, Praça Germano Augusto Sampaio, zona Oeste e Praça Mirandinha, zona Leste de Boa Vista.

Ainda, segundo o secretário de Gestão Ambiental Daniel Peixoto, em entrevista cedida ao portal G1/RR no dia 17 de julho de 2014, o município abarca um projeto de manter a cidade limpa e organizada, com a instalação de seis mil lixeiras de coleta seletiva num prazo de até 60 dias em algumas avenidas, postos de saúde, centro cívico e parques da cidade, enfatizando que o ato de jogar lixo no chão poderá acarretar em multa para o munícipe de acordo com Lei Municipal 513/2000.

De fato, foram instalados vários tipos de coletores em diversos locais da cidade como dito pelo secretário supracitado (Figura 3).

Figura 3: Sistema de coleta seletiva colorida



Fonte: Marcos Gomes 2016, Praça Mané Garrincha, zona Oeste e Complexo Poliesportivo Airton Senna, Centro de Boa Vista.

As lixeiras de coleta seletiva implantadas na cidade de Boa Vista como forma de “começar a educar ambientalmente a população” é visível pelas praças e alguns logradouros da cidade, conforme nas Figuras 4 a 6, nota-se, que existem vários modelos de coleta, que vão desde as lixeiras seletoras coloridas, como as de deposição de lixo orgânico e comum.

Figura 4: Sistema de coleta orgânico e comum e coleta seletiva colorida



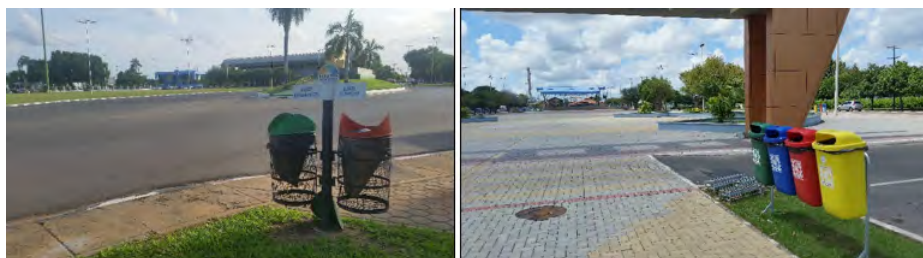
Fonte: Silvia Farizel 2016, Avenida Centenário, zona Oeste e Orla Taumanan Centro de Boa Vista.

Figura 5: Sistema de coleta orgânico e comum e comum e coleta seletiva



Fonte: Silvia Farizel 2016, Praça Mirandinha, zona Leste e Complexo Poliesportivo Airton Senna de Boa Vista.

Figura 6: Sistema de coleta orgânico e comum e coleta seletiva



Fonte: Silvia Farizel 2016, Centro Cívico, Centro e Complexo Poliesportivo Airton Senna de Boa Vista.

Nota-se que os sistemas coletores de resíduos apresentam-se conforme indicado no PLANSAB, com padrões cênicos pré-estabelecidos segundo a lei de resíduos sólidos, porém, de forma fragmentada, pois, a prefeitura municipal de Boa Vista ainda não possui plano de manejo de resíduos sólidos adequado para a devida coleta e deposição final dos resíduos coletados no perímetro urbano.

Considerações finais

Entre os assuntos referentes ao meio ambiente discutidos nas conferências mundiais, os problemas da destinação final dos resíduos sólidos ganham relevância, pois devido ao crescimento elevado da taxa populacional há de se considerar “o que fazer” com o lixo produzido, e a demanda de espaço para o descarte do mesmo. Como alternativa conciliadora nos tratos dos resíduos, é que surge a proposta de coletar seletivamente os resíduos manipulando-os para que haja o menor dano possível ao meio.

A coleta seletiva tida como uma utopia na cidade de Boa Vista tem-se a partir do princípio onde são implantados sistemas de coletas de resíduos sólidos em diversos locais da cidade sem haver um local adequado para a sua deposição final, e sim, caracterizá-la como um mero propósito de embelezamento. A cidade de Boa Vista ainda não possui local adequado para deposição de seus resíduos coletados de forma seletiva, propõe-se que a prefeitura, faça campanhas educativas e elucidativas, no tocante as coletoras seletivas espalhadas pelas praças e logradouros. Essa forma de educar ambientalmente, tal qual relatada pelo secretário ambiental municipal, é prioridade quando se pensa na implantação das coletoras seletivas, porém, não se tem conhecimento de campanhas de esclarecimento e educativas voltadas para tal temática.

Assim, para referendar o trabalho, acrescentamos como medida mitigadora, a elaboração de campanhas de conscientização em mídia local, distribuição de folhetos, *outdoors* educativos, dentre outros meios de comunicação de forma que haja uma maior divulgação para os munícipes com informações imprescindíveis quanto a separação dos resíduos, bem como uma orientação direta de como, porque e para que se está instalando as coletoras nas praças e logradouros, sendo os folhetos entregues a população que frequenta as praças e logradouros, e os *outdoors* em locais com frequência relevante para que se espalhe corretamente a utilização das coletoras.

Tais medidas poderão corroborar em mudanças na sociedade na concepção do manejo dos resíduos, criando a partir de uma educação ambiental uma transforma-

ção na qualidade de vida e ao mesmo tempo na preservação ao meio ambiente, onde poder-se-á desfrutar de uma cidade ambientalmente equilibrada e melhor de se viver para nossa e futuras gerações.

A prefeitura municipal de Boa Vista, por meio do departamento de educação ambiental, paulatinamente vem tentando implantar essa ideia de melhorar de forma sustentável, porém, foge-se da lógica caso pense-se que para construir um mundo onde a sustentabilidade acontece é necessário o envolvimento de TODOS, população, poder público, privado e entidades não governamentais, por que se não a coleta seletiva continuará sendo uma utopia, com pretensão bem longe de ser realizada.

Referências bibliográficas

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, 1998.

_____. Senado Federal. **Lei 12.305, de 02/08/2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos sólidos.; Brasília, 2010.

_____. Senado Federal. **Lei 9.795, de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 2010.

_____. **Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)** <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclavéis/reciclagem-e-reaproveitamento>. Acessado em agosto de 2016.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=140010&search=%7Cboa-vista>. em agosto de 2016.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_roraima.pdf. em agosto de 2016.

AVANZI, M. R. Ecopedagogia. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 35-50.

BOA VISTA. Diário Oficial do Município de Boa Vista. **Lei nº 482, de 03 de dezembro de 1999**. Institui o código Sanitário do Município de Boa Vista. 1999.

FELIPE, S. T. **O Conceito de Utopia na proposta Paulo freireana**”. PUC/RS. 1979.

G1. Senado aprova prorrogação do prazo para extinção de lixões. **Política de Resíduos Sólidos determinava a extinção até agosto de 2014**. Acessado em agosto de 2016.

G1/RR. **Prefeitura de Boa Vista instala lixeiras e alerta sobre multa de R\$ 222**. <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/07/prefeitura-de-boa-vista-instala-lixearas-e-alerta-sobre-multa-de-r-222.html>. Acessado em agosto de 2016.

PONTES, J. **Boa Vista não possui coleta seletiva de lixo doméstico**. Disponível em: <<http://portalamazonia.com/noticias-detalle/meio-ambiente/boa-vista-nao-possui-coleta-seletiva-de-lixo-domestico/?cHash=26449df4912351cd32f2823f440c2b30>>. Acessado em ago. 2016.

QUINTAS, J. M. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 113-140.

ROTH, C. G.; GARCIAS, C. A influência dos padrões de consumo na geração de resíduos sólidos dentro do sistema urbano sólidos dentro do sistema urbano. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 5 -13, set/dez. 2008.

SCACABAROSSO, H.; PÉRICO, E. Perspectivas e Desafios da Coleta Seletiva na Cidade de Boa Vista - RR, no Contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Federal nº 12.305/2010. **Geografia** (Londrina) v. 23, n.2. p.49-69, jul/dez, 2014

SILVA, P. R. F. Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida. Se induzida. **Revista Acta geográfica**, ano III, no 5. p. 73.71. jan/jun. 2009.

ZANETTI, I. C. B. B. et. al. A educação ambiental como instrumento de mudança na concepção da gestão de resíduos sólidos domiciliares e na preservação do meio ambiente. In: **ANPAS**, 2002.

ARTIGO

**GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA: A ENERGIA ELÉTRICA E O MODELO
ELETROBRAS**

Introdução

Este estudo é fruto do segundo capítulo da tese de Doutorado intitulada “Integração regional pela via energética: estudo de caso da interligação elétrica Venezuela-Brasil, apresentada em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Através da configuração do setor elétrico brasileiro, no que diz respeito a sua gestão, composição, dificuldades de manutenção e operação, esse estudo pretende abordar a gestão dos recursos naturais na Amazônia Brasileira, através do modelo Eletrobras, desde a criação da estatal até os dias atuais. Diante desse contexto, surgem as seguintes problemáticas: como os recursos energéticos da região amazônica brasileira estão sendo inseridos no planejamento energético nacional através do modelo Eletrobras? Como o modelo Eletrobras trata a questão socioambiental na região amazônica? Para responder essas questões, utilizou-se de pesquisas bibliográficas e documentais.

Localizada na porção centro-norte do continente sul-americano, a Esse desafio do setor elétrico brasileiro envolve um cenário com atores fundamentais, como a Eletrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, os quais atuam no âmbito econômico, político, social e institucional, compondo a trajetória do setor elétrico e suas transformações na região amazônica ao longo das últimas décadas. Amazônia é cortada pela linha do Equador, cobrindo cerca de dois quintos do continente. Além do Brasil, a vegetação da Floresta Amazônica pode ser encontrada em outros 8 países (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru República do Suriname e Venezuela). A Amazônia Legal cobre 60% do território brasileiro em um total de cinco milhões de quilômetros quadrados. Ela compreende os Estados do Amazonas, Acre, Amapá e oeste do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Pará, Roraima e Tocantins (NOBRE, 2014).

* Professora da Universidade Federal de Roraima. Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional - Universidade de Brasília. E-mail: gianeporto@gmail.com

O principal rio na Floresta Amazônica é o rio Amazonas, que começa no Peru, na confluência dos rios Ucayali e Marañón, entra no Brasil com o nome de Solimões e é chamado de Amazonas quando recebe as águas do rio Negro, perto da cidade de Manaus, no estado do Amazonas. No chamado Eixo-Norte, que se estende pelo vale do rio Madeira e do Amazonas encontra-se uma infinidade de riquezas da fauna e da flora selvagens, com um ecossistema que abriga a maior biodiversidade do mundo e amplamente rica em minério de ferro, gás natural e madeira, entre outros recursos (NOBRE, 2014).

No entanto, apesar de toda essa riqueza encontrada na região amazônica, é lamentável afirmar que a região enfrenta muitos obstáculos no que se refere à implementação de sistemas energéticos eficientes. Assim como observa Nobre (2014), os fatores históricos, geográficos e regionais justificam o grave número de 46,6% da população do estado do Amazonas que não possui acesso à rede de energia elétrica em suas residências. Essa parcela da população dependem dos mercados industrializados, pois vivem sem as mínimas condições para a implantação de indústria de fabricação ou processamento dos recursos presentes na região.

Diante desse cenário, constata-se um contraste na região: de um lado, a maior bacia hidrográfica do mundo, com um gigantesco potencial hidrelétrico, e de outro lado, os seus habitantes e a necessidade de buscar alternativas estratégicas de diferentes fontes de energia. O Brasil possui uma ampla rede de geração, transmissão e distribuição. Por outro lado, a região amazônica possui uma geografia não muito favorável para a plena interligação do sistema brasileiro. Sendo assim, a Amazônia se encontra imersa no que se convencionou-se chamar de sistemas isolados.

Nesse contexto, esse estudo tem o propósito de apresentar, inicialmente, a energia de forma abrangente, considerando as fontes de energia existentes, destacando o produto eletricidade e suas atividades interdependentes, assim como a composição do sistema elétrico brasileiro principalmente no que diz respeito à região amazônica, tendo em vista às características da região.

Em seguida, um panorama do cenário do setor elétrico brasileiro e amazônico é apresentado, assim como a trajetória dos fatores econômicos, políticos, sociais e institucionais que influenciou as transformações do setor elétrico, e o comportamento dos atores estatais e não estatais nesse processo do seu desenvolvimento ao longo dos anos.

Finalmente, a questão ambiental é destacada como um dos fatores que não pode ser deixado de lado, quando trata-se de construção de usinas hidrelétricas e de grandes projetos voltados para atender o setor elétrico. O texto ressalta a importância

da preocupação com o meio ambiente e como esse desafio para o setor elétrico tem sido tratado pelos atores estatais e não estatais.

Produto “eletricidade”

As fontes de energia são primárias ou secundárias, renováveis ou não-renováveis. As fontes primárias são providas pela natureza de forma direta como o petróleo, o gás natural, o carvão mineral, a lenha (biomassa em geral), o urânio, a água (energia hidráulica), etc. A energia secundária é a energia primária transformada como, por exemplo, a eletricidade, a gasolina, o álcool, etc.

Fadigas e Carvalho (2001) *apud* Marques (2009) citam como fontes de energia não-renováveis, aquelas que tem um limite de utilização, ou levam muito tempo para serem recompostas, tornando-se esgotáveis, como o carvão e o petróleo. As fontes renováveis são aquelas cuja reposição pela natureza é bem mais rápida do que sua utilização energética, com as águas dos rios e os ventos.

No Brasil, a eletricidade é de origem predominantemente hidráulica (fonte de energia primária e renovável). A geração hidráulica está associada à quantidade de água disponível em um determinado período de tempo e à altura de sua queda. Quanto maiores são o volume, a velocidade da água e a altura de sua queda, maior é seu potencial de aproveitamento na geração de eletricidade. A vazão do rio depende de suas condições geográficas e da quantidade de chuvas, fatores que fazem com que a capacidade de produção de energia varie bastante ao longo do ano. Dessa forma, a capacidade de uma usina depende do potencial hídrico da região onde está localizada e é avaliada em megawatts.

Nesse contexto, pode-se afirmar que as condições geográficas favoráveis estão diretamente vinculadas à relação custo e benefício na produção de energia elétrica a partir de hidrelétricas, uma vez que esse processo traz consequências como alagamentos de vastas áreas, causando assim, impacto ambiental, com prejuízos para a região.

Apesar da predominância hidráulica no país, em algumas regiões, como na região amazônica, a energia elétrica é produzida também pela termoeletricidade, devido às condições geográficas. A termoeletricidade é produzida por um gerador e transportada até os locais de consumo por linhas de transmissão. Este gerador é impulsionado pela energia resultantes da queima de um combustível. Qualquer produto capaz de gerar calor pode ser usado como combustível, assim como: óleo combustível, óleo diesel, gás natural, urânio enriquecido (energia nuclear) e o carvão mineral.

A energia elétrica é uma fonte de energia na qual não se tem uma tecnologia economicamente viável que permita a sua estocagem em grandes volumes. Portanto, o que caracteriza o produto eletricidade é o fato de que ele é um fluxo não-estocável (Pinto Júnior, 2007). Esse produto possui como cadeia produtiva a geração, transmissão e distribuição, as quais são atividades interdependentes, com custos distintos e que são indispensáveis ao funcionamento do sistema elétrico.

De acordo com Domingues (2003), o sistema elétrico brasileiro é constituído por um grande sistema interligado de porte continental, e de centenas de pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na região amazônica. Para atender a um mercado abrangente, o sistema elétrico brasileiro baseia-se em um parque hidrotérmico, constituído predominantemente por usinas hidrelétricas, e uma malha de linhas de transmissão e de redes de distribuição interconectadas, dada a grande distância entre as fontes geradoras e os centros de carga.

O Sistema Interligado Nacional – SIN é um sistema que opera a geração, transmissão e a distribuição de forma interligada. Devido à sua extensão territorial e à presença de um parque gerador predominantemente hidráulico, se desenvolveu utilizando uma grande variedade de níveis de tensão em função das distâncias envolvidas entre as fontes geradoras e os centros de carga. Os Sistemas Isolados Brasileiros, por sua vez, são predominantemente térmicos.

Na Amazônia, portanto, devido às características da região, o sistema não é único, contínuo e integrado. Dois fatores impedem a existência de um sistema totalmente integrado: a grande extensão territorial e a dispersão dos centros de carga (Domingues, 2003). Atualmente, os sistemas elétricos amazônicos podem ser classificados em dois grandes grupos: o Sistema Interligado da Amazônia e os Sistemas Isolados da Amazônia.

Diante do exposto, percebe-se que a existência dos Sistemas Isolados na Região Amazônica procura suprir as descontinuidades ocupacionais existentes na região e que, devido a essas características regionais, torna-se mais viável a utilização das fontes de geração térmica, que podem ser construídas para fins específicos, de modo a atender a demanda local e próxima aos respectivos centros de carga, dispensando a construção de longas linhas de transmissão.

No entanto, as dificuldades apresentadas na operação e manutenção de um sistema com tais características decorrem exatamente da dispersão das localidades atendidas e confiabilidade restrita, uma vez que, nos Sistemas Isolados Brasileiros, cada localidade possui sua unidade de geração instalada. A falta de interligação entre as unidades de geração de cada uma impede o intercâmbio de energia entre as lo-

calidades, o que torna a questão de manutenção e abastecimento de cada uma delas de suma importância, pois a interrupção de parte da capacidade de geração local instalada compromete o fornecimento a um determinado grupo de consumidores (Eletrobras – GTON, 2008).

Com isso, o custo para as Concessionárias se torna elevado, custo esse proibitivo para repasse às tarifas dos consumidores locais. Sendo assim, nos estudos de planejamento de expansão do Sistema Integrado Nacional (SIN) destaca-se a decisão de integrar os Sistemas Isolados ao SIN, desde que apresentem viabilidade econômica e técnica.

Essa decisão de integrar os Sistemas Isolados ao SIN tem o intuito de levar para os brasileiros que habitam as regiões envolvidas o mesmo grau de qualidade e confiabilidade existente no Sistema Interligado. Atualmente falta interligar Amapá e Boa Vista. Após essas interligações, todas as capitais do Brasil farão parte do SIN. Esses projetos já encontram-se elencados no Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 (MME/EPE, 2015).

Em contrapartida, as restrições econômicas (reduzida viabilidade econômico-financeira) farão com que continue havendo mais de 200 (duzentos) desses Sistemas, a grande maioria de pequeno porte, sobretudo no interior dos estados daquela Região, ou seja, embora prevista a interligação dos grandes sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional, mesmo assim irão existir pequenos Sistemas Isolados na região (MME, 2008).

Breve histórico do setor elétrico no Brasil

A Constituição de 1891 não dispunha de poderes sobre a exploração de recursos naturais por não estabelecer diferença entre a propriedade do solo, subsolo e recursos hídricos, no âmbito de uma propriedade particular. É a partir da Constituição de 1934 que o setor elétrico avança nesse sentido, com a criação de um Código de Águas, submetendo todas as empresas usuárias de recursos hídricos do setor ao controle e fiscalização do Estado.

Benedito (2015) enfatiza que, além do Código de Águas, a eclosão da II Guerra Mundial foi o outro fator decisivo para traçar os rumos do setor elétrico. Nesse período, o Brasil encontrava-se em um rápido processo de industrialização e urbanização e o conflito na Europa impedia o abastecimento normal de insumos industriais. No segmento da energia elétrica, a demanda urbano-industrial ascendeu acima da capacidade instalada. A demanda de energia continuou crescendo acompanhando

o processo de industrialização/urbanização, e, por outro lado, a oferta permanecia aquém do desejado.

Nesse cenário, os investimentos no setor elétrico para geração passam a privilegiar estatais em detrimento das empresas privadas. Na segunda metade da década de 50, o setor elétrico consolida uma estrutura onde as empresas públicas estão direcionadas para os empreendimentos de geração de eletricidade, enquanto as empresas privadas voltam-se para a distribuição de energia (BENEDITO, 2015).

A intervenção do Estado no planejamento, administração e produção de energia torna-se mais firme em 1962, com a criação da Eletrobras como holding das concessionárias federais de energia elétrica, com o intuito de realizar estudos e projetos e operar as usinas produtoras, linhas de transmissão e distribuição. Os primeiros relatórios da empresa revelaram grandes preocupações com as restrições financeiras com que se deparava, comprometendo principalmente a conclusão das grandes obras. A participação do capital privado era insuficiente (Memória da Eletricidade, 1995).

Nesse contexto, a empresa atravessou uma grave crise de racionamento de energia nos seus primeiros anos. Para transformar o setor elétrico, a empresa participou daquela que seria a grande escola de projetos de Planejamento – a Canambra Engineering Consultant Limited, consórcio constituído por duas empresas do Canadá e uma empresa norte-americana e ainda contava com o apoio das Nações Unidas e do Banco Mundial. Esse seria o primeiro esforço de planejamento do setor de energia elétrica realizado pelo governo.

A Canambra chamava a atenção para a distância cada vez maior entre os centros de produção e os de consumo, o que implicava a especialização da geração, de um lado, e da distribuição do outro. Outro ponto relevante no planejamento era a integração das bacias hidrográficas, voltada para a interligação dos sistemas elétricos. A partir de 1965, iniciava-se a consolidação da estrutura básica do setor elétrico, na qual tinha seu centro na Eletrobras e no Ministério das Minas e Energia – MME, que gradativamente iam sendo identificados como órgãos coordenadores do setor de energia elétrica. Antes da Eletrobras, as empresas atuavam de forma isolada, sem a existência de um planejamento estruturado. As empresas definiam seus planejamentos voltados para atender os sistemas isolados e as usinas eram construídas sem conhecimento amplo das bacias hidrográficas, assim como os sistemas de transmissão representavam redes pouco complexas.

No entanto, essa ação planejadora da Eletrobras enfrentou dificuldades na década de 1970, em virtude dos choques do petróleo e da drástica elevação do custo dos

recursos financeiros, os quais provocaram uma crise energética. Com isso, decisões essenciais foram transferidas para órgãos e instâncias externas ao setor e o planejamento a médio e longo prazo tiveram que ser abandonados para dar lugar a uma gestão financeira imediatista.

Já se previa uma série crise de suprimento de energia elétrica nos anos 1990 na região Sudeste em virtude do esgotamento dos recursos hidrelétricos locais, bem como da suposta inviabilidade de transmissão a longa distância para o aproveitamento do potencial hidrelétrico da bacia amazônica, e, ainda, da própria velocidade do crescimento do consumo de energia elétrica.

O peso das usinas hidrelétricas sobre as termelétricas foi ficando cada vez maior. A ampla interligação entre as regiões do país e o custo menor da geração hidrelétrica contribuíram para este fato. Além disso, o elevado preço do petróleo verificado no começo dos anos 70 levou a uma redução térmica. Dessa forma, tornava-se cada vez mais necessário captar energia hidráulica em bacias mais distantes. Essa tendência levou ao aproveitamento dos rios da bacia amazônica, como por exemplo, do rio Tocantins, com a usina Tucuruí. Da mesma forma, a implantação de um extenso sistema de transmissão em alta e extra-alta-tensões capaz de conduzir energia elétrica a centros consumidores distantes também se fazia necessário.

A crise do petróleo também trouxe uma mudança importante no setor de energia elétrica. Os chamados “serviços de eletricidade” passaram a se chamar “serviço energético”, pois, além de incluir a eletricidade, incorporava formas alternativas de energia, como a lenha, o carvão natural, a gaseificação de biomassas, o álcool e o gás natural (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988).

No final de 1974, a Eletrobras realizou um plano de expansão para as regiões Sul e Sudeste com horizonte até 1990, conhecido como o Plano 90. Pela primeira vez estudavam-se dois sistemas interligados de forma global. Em 1979, a empresa concluiu o Plano de Atendimento aos Requisitos de Energia Elétrica com horizonte até 1995, conhecido como o Plano 95, o qual consolidou pela primeira vez em termos nacionais, os aspectos mais relevantes dos projetos em construção e em estudos. Ainda em 1979, a completa estatização do setor se realizava com a compra do grupo Light. Esse fato pesou na estrutura financeira do setor, uma vez que o capital privado fez falta nos investimentos necessários à modernização das atividades de geração, transmissão e distribuição. O segmento do setor de energia elétrica limitou-se às empresas nacionais.

Em 1982 o Plano 2000 foi elaborado pela Eletrobras, com algumas alterações do Plano 90, mas com a sua característica principal mantida, que era a de opção pre-

ferencial pela energia hidrelétrica. Inicialmente, o planejamento da Eletrobras não se realizou com pleno sucesso, uma vez que houve uma preocupação maior com as obras de geração, provocando deficiências na expansão dos sistemas de transmissão e distribuição, resultando assim, em um quadro de dificuldades para o setor, agravado no início de 1980 pela crise econômica que atingiu o país. Houve um descompasso entre demanda e oferta e falta de energia na região Sul.

Assim como explica Benedito (2015), esse longo processo de estabelecimento da produção de energia elétrica por fonte hidráulica gerou um outro processo, que foi o dos aproveitamentos energéticos, concentrados nas regiões Sul e Sudeste (centros de carga). Isso explica a falta de sucesso do Plano da Eletrobras.

É importante ressaltar que o Brasil, em comparação com outros países, se distingue pela abundância de recursos de energia hidráulica. No entanto, esses recursos, localizados em pontos distantes dos centros de consumo, implicam na construção de grandes redes de transmissão para o seu efetivo aproveitamento. Ao realizar o seu planejamento, a Eletrobras baseia-se no prazo necessário para a construção de grandes obras, como a implantação de uma linha de transmissão. Dessa forma, esses estudos acontecem em três níveis: a análise de longo prazo, alcançando um horizonte de 30 anos, a análise de médio prazo, focalizando a evolução do sistema nos primeiros 15 anos, e a análise de curto prazo, definindo os cinco anos iniciais (Memória da Eletricidade, 1995).

Sendo assim, o Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (Plano 2010) traça diretrizes de longo prazo para o setor de energia elétrica e se distingue dos demais por incorporar novos temas, tais como a definição do papel da eletricidade em um quadro de incertezas que caracteriza o mercado global de energia, a harmonização do binômio tecnologia-meio ambiente e a participação mais ampla da sociedade nos processos decisórios. O Plano 2015 da Eletrobras, apresentado e discutido no final da década de 1980 e começo da década de 1990 apresentava, em linhas gerais, questões socioambientais, questões ligadas ao suprimento da indústria nacional de equipamentos e questão do mercado.

Em 1992, a privatização do setor veio favorecer projetos de usinas térmicas. Alie-se a isso o provável esgotamento, em médio prazo, dos aproveitamentos hidráulicos competitivos nas Regiões Sudeste e Sul e as esperadas dificuldades de inserção de usinas hidrelétricas na Região Amazônica (inundações, deslocamentos, de povoados indígenas, e transmissão a longas distâncias), que confluirão para a adoção de soluções termelétricas (Leite, 2007).

O projeto de reestruturação do setor elétrico ganhou máxima prioridade no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), o qual apoiou o programa de desestatização. A crise econômica e institucional justificava o fato de que o Estado não podia investir, seja na expansão do sistema, para ampliar o atendimento, seja em seu aperfeiçoamento tecnológico, para melhorar a qualidade dos serviços, seja ainda na redução das tarifas. Assim, idealizou-se uma profunda mudança na estrutura do setor. (SAUER ET. AL, 2003).

No entanto, essas mudanças no setor não tiveram resultados satisfatórios. O crescimento médio anual da capacidade instalada foi inferior ao recomendado pelos planos decenais elaborados pela Eletrobras no período 1990-1994 (2,11%). No período de 1995-1998, o crescimento da capacidade instalada alcançou 3,7%. Apesar do aumento, ainda estava aquém do crescimento do consumo de 5,1% no mesmo período.

Apesar das mudanças do setor com o advento do processo de privatização, na década de 1990 o setor elétrico foi marcado por uma expansão da capacidade de geração insuficiente para atender ao crescimento da demanda por energia elétrica do país. A consequência dessa situação foi um quadro de alto risco de escassez de energia elétrica, que se consumou nos episódios do apagão de 1999 e 2001.

O que aconteceu de fato para que o período de 1990-2000 chegasse a esse ponto foram dois fatores: primeiro, pouco investimento na expansão da geração por parte das empresas que permaneceram estatais, tendo em vista a falta de estímulo por parte do governo e ao acesso limitado de crédito liberado por parte das instituições financeiras (BNDES); segundo, o receio das empresas privadas em investir em um cenário de incertezas. Esses acontecimentos geraram vários questionamentos a respeito do programa de desestatização. A partir de 2000, a fase transitória passou e as parcerias entre as empresas estatais e privadas, assim como a retomada da linha de financiamento pelo BNDES permitiram uma etapa de maior expansão.

Na opinião de Sauer et al. (2003), os resultados medíocres (do ponto de vista macroeconômico) alcançados pela reestruturação e os prejuízos acarretados à economia e à população (especialmente a de baixa renda) estão vinculados a vários fatores, como: os baixos valores alcançados na venda das concessões; a perda da qualidade dos serviços, com a dispensa maciça de corpos técnicos qualificados; o aumento progressivo das tarifas, sobretudo do segmento residencial; e a queda acentuada em investimentos em expansão e manutenção dos sistemas de geração e distribuição. Diante de todos esses fatores, a questão é clara e explica de forma bem resumida a

crise no setor: faltou expansão. As empresas estatais foram impedidas de investir e as empresas privadas agregaram pouquíssima capacidade nova ao sistema.

Nesse processo de mudança do papel do Estado no mercado de energia (de executor para regulador), foi necessária a criação de um órgão para normalizar e fiscalizar as atividades do setor elétrico, denominado de Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), pela Lei nº 9.427/96. Além desse órgão, no intuito de evitar o temido apagão como consequência do aumento da demanda sem a respectiva base de geração e transmissão necessária, o governo brasileiro criou a Câmara de Gestão da Crise Energética (CGE). Esse órgão tinha por objetivo propor aos consumidores uma economia de 20% do consumo, com alternativas bastante severas e penalidades econômicas para aqueles que descumprissem as metas econômicas.

Essas medidas não foram suficientes para evitar a crise. Adicionando ao rol de motivos pelo qual o setor elétrico chegou em 2000 com uma situação preocupante, a Comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a formação dos valores das tarifas de energia elétrica no Brasil (2009) elencou a implantação incompleta do novo modelo. As diversas indefinições decorrentes da reestruturação parcial dificultaram a gestão do setor e a atração de novos investimentos (cenário de incertezas). A lentidão e a excessiva burocracia no processo de concessão de licenças ambientais para os empreendimentos de geração também fazem parte desses motivos.

As medidas de racionamento do governo federal não geraram resultados positivos nem para as empresas do setor e nem para os consumidores finais. A diminuição do consumo refletiu de forma negativa nas receitas das distribuidoras em relação às expectativas anteriores de faturamento. Em função disso, a chamada Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE foi repassada aos consumidores finais e se deu na forma de reajuste extraordinário das tarifas: 2,9% para consumidores das classes residencial e rural e 7,9% para os demais consumidores. Consumidores de baixa renda foram isentados do aumento.

Com o intuito de corrigir o modelo do setor elétrico, em 2001 o governo federal instituiu o programa de revitalização do setor elétrico. Esse programa constituiu-se de diversas medidas, dentre as quais se destacaram a reorganização do Ministério de Minas e Energia e a revisão das energias asseguradas das usinas hidrelétricas.

No governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o documento intitulado “Modelo Institucional do Setor Elétrico” foi elaborado com o objetivo de traçar novas bases para promover ajustes no modelo. Nesses ajustes, são propostos princípios básicos para o novo arranjo institucional, dentre os quais vale a pena ressaltar a prevalência do conceito de serviço público na geração de energia. Em 2004

esses ajustes foram consubstanciados pela Lei nº 10.848, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 – era o novo marco regulatório do setor elétrico. Essa regulamentação passou a considerar as especificidades únicas do setor elétrico nacional, em vez de incorporar modelos de países de base térmica, como no passado (SIFERT FILHO ET AL., 2009).

Com esse novo marco regulatório do governo Lula, o Estado volta a assumir papel relevante no planejamento de longo prazo do setor, com a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Esse longo prazo está relacionado com a base nacional predominantemente hídrica e a segurança do suprimento, um dos objetivos principais do novo marco regulatório. Considerando que as hidrelétricas levam de quatro a cinco anos para serem implementadas (sem contar o período de estudo de inventário, licenciamento ambiental e elaboração do projeto básico), a expansão do setor elétrico brasileiro precisa ser planejada com bastante antecedência. “Esse movimento se coaduna com o permanente monitoramento do setor, com o objetivo de aumentar a segurança do suprimento” (SIFERT FILHO ET AL., 2009a, p. 13).

Nesse novo modelo do setor elétrico, toda a expansão do parque gerador é feita por intermédio de leilões realizados pela Aneel, nos quais os vencedores são eleitos pelo critério de menor tarifa ofertada. Entre as várias mudanças implementadas nesse modelo, destaca-se também a obrigatoriedade definitiva de desverticalização das empresas do setor. Assim, as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia tiveram de ser formalmente separadas, devendo os grupos realizar as respectivas cisões de seus ativos.

Institucionalmente, o setor elétrico passou a ser constituído pelos seguintes agentes: Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) – órgão que formula políticas e diretrizes energéticas e assessora a Presidência da República; Ministério das Minas e Energia (MME) – poder concedente, planejamento setorial; Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – órgão vinculado ao MME e com a finalidade de prestar estudos e pesquisas destinadas a subsidiar e dar apoio técnico ao planejamento do setor energético; Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – agência reguladora vinculada ao MME, e com a responsabilidade de regulação, fiscalização e realização dos leilões de energia; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – administração dos contratos de compra e venda de energia; Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) – acompanhamento da continuidade e qualidade do suprimento de energia; e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) – despacho de carga centralizado.

No tocante as privatizações, a Eletrobras e suas controladas foram excluídas do Programa Nacional de Desestatização (PND), sinalizando assim, o fortalecimento do papel do governo e de suas empresas no setor elétrico. A seguir abordar-se-á o histórico do setor elétrico brasileiro na região amazônica e o reflexo das mudanças do setor no contexto amazônico.

Setor elétrico no contexto amazônico

Os estudos do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia - Eneram foram realizados entre 1969 e 1971 e representaram o reconhecimento pioneiro do potencial da bacia amazônica. Comparados com os estudos do mesmo gênero em outras regiões, como as regiões Sul e Sudeste, ao longo da década de 1960, esses estudos tiveram características peculiares. Nesse sentido, em vez de um inventário de toda a região, os estudos se concentraram nas possibilidades de suprimento a determinadas áreas prioritárias e polos de desenvolvimento, previamente definidos pelo governo federal. Esses trabalhos foram realizados por empresas de consultoria nacionais contratadas pela Eletrobras.

Inicialmente, as projeções eram para o mercado de 1985. No entanto, devido à perspectiva de aceleração do crescimento econômico na região em decorrência de investimentos em infraestrutura delineados em junho de 1970, a direção do Eneram recomendou que os estudos hidroenergéticos na Amazônia ficassem a cargo da subsidiária da Eletrobras, a Eletronorte, criada três anos depois, encarregada pela região.

Na região Norte coube à Eletronorte, constituída em Brasília em 1973, a continuação dos estudos do Eneram, concluídos em 1972, e a coordenação dos programas deles decorrentes, para o suprimento de energia elétrica aos polos isolados de consumo, existentes ou previstos na região amazônica. No despacho de aprovação do trabalho do Eneram, de acordo com Leite (2007), foi recomendado à Eletrobras, dentre outros, a continuação dos estudos de viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos que interessassem à Amazônia. Até o momento só tinham sido identificados soluções de alto custo, considerando também a alternativa de suprimento por meio de usinas termelétricas. Outra recomendação foi a elaboração do projeto do aproveitamento do rio Cotingo, no atual Estado de Roraima.

Descobria-se, com os estudos do Eneram, o potencial energético da Amazônia, cujos resultados surpreenderam, pois contrariariam a crença generalizada sobre a impossibilidade de aproveitamento dos rios da região para geração de energia elétrica. A usina Tucuruí foi considerada um marco do aproveitamento em grande escala

do imenso potencial hidrelétrico amazônico. A mesma foi concebida para atender a um mercado de energia bastante amplo, abrangendo inclusive a região Nordeste. O projeto da usina Tucuruí foi um plano ambicioso da Eletronorte.

No que diz respeito à Região Amazônica, o Plano 95 (elaborado em 1979) formulou recomendações acerca de expansão dos sistemas isolados da Região Amazônica, que atendiam às capitais Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Macapá e Boa Vista, a cidade de Santarém (PA) e áreas adjacentes. Na época, tais sistemas eram supridos exclusivamente por usinas termelétricas a vapor ou grupos diesel, com exceção de Macapá e Santarém, atendidas pelas hidrelétricas Coaracy Nunes e Curuá-Uma respectivamente.

De acordo com o Plano, existia uma incerteza na expansão dos parques geradores dos sistemas isolados da Amazônia mediante a adição de unidades a óleo combustível ou diesel, tendo em vista a evolução dos preços e a garantia de suprimento de petróleo. A alternativa mais viável, no entanto, era a utilização de fontes nacionais de energia primária, de preferência, locais, para a geração elétrica em substituição aos derivados de petróleo. Dessa forma, a hidroeletricidade destacava-se como a mais importante dentre as fontes nacionais.

Em 1980, os sistemas isolados pertenciam, em sua quase totalidade, às empresas concessionárias atuantes na Região Norte. O parque gerador dessa região era constituído basicamente por usinas isoladas, de origem predominantemente térmica. A Eletronorte, apesar de ser considerada fundamental ao desenvolvimento dos serviços públicos de eletricidade nas capitais da região amazônica, ainda tinha capacidade instalada de energia elétrica bastante modesta. A expansão dos sistemas isolados da Região Norte foi garantida pela ampliação e instalação de novas termelétrica para atender, principalmente, as capitais estaduais.

É curioso destacar que, embora os potenciais hidrelétricos das regiões Sudeste e Sul fossem suficientes para o atendimento do mercado dessas regiões até um horizonte posterior a 2000, essas regiões receberiam energia da região Norte, conforme previsto no Plano 2000. Os estudos realizados pela Eletrobras já haviam demonstrado que a transferência de energia da Região Norte e do seu elo de interligação com o Sudeste era mais econômica do que a utilização de aproveitamentos hidrelétricos no próprio sistema interligado da Região Sudeste. Mais uma vez a região Norte estava presente no planejamento do setor como provedora de outras regiões.

O Plano 2010, elaborado pela Eletrobras em 1987, trouxe inovações importantes para a Amazônia. O item “inserção regional” passou a ser analisado e revisto no Plano, que reconheceu que a forma tradicional de intervenção das concessionárias

no espaço regional, sobretudo no tocante as hidrelétricas, ocasionou resultados indesejáveis, contrários aos objetivos da inserção regional harmônica. Deve-se levar em conta também a pressão exercida pela sociedade civil e agências multilaterais de financiamento, no sentido de que as ações do setor se voltassem para a internalização regional dos benefícios decorrentes da implantação dos aproveitamentos hidrelétricos. Segundo o Plano, o setor elétrico estava empenhado em garantir o aumento da oferta e a melhoria da qualidade do serviço de energia elétrica nos sistemas isolados.

Benedito (2015) ressalta que, no texto do Plano 2010 consta que a maior parte do potencial hidrelétrico não aproveitado se encontra na região norte, e que, mesmo que o mercado de energia elétrica cresça a taxas superiores aquelas admitidas nas previsões, haverá disponibilidades de energia transportáveis a custos competitivos, para as regiões Nortesde e Sudeste. O Plano previa que os potenciais das demais regiões seriam totalmente aproveitados naquele horizonte. Contrapondo com o que o Plano previa, a realidade foi bem diferente do planejado. No país, o contexto econômico inviabiliza o fluxo de investimento para os setores de infraestrutura.

No campo regional e intersetorial, o período abarcado pelo Plano 2010 coincide com a crise das políticas regionais e de desenvolvimento. Assim como já comentado anteriormente, a situação se agrava com a projeção e emergência das organizações de meio ambiente, estatais e não governamentais nos conflitos socioambientais da região amazônica, sobretudo no referente aos desmatamentos e queimadas, bem como, nos riscos ambientais e econômicos de grandes projetos. Todos esses fatores contribuíram para que os projetos apontados no Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010 fossem adiados, substituídos, abandonados ou redimensionados para condições mais convergentes com as disputas internas e externas do setor e da região (BENEDITO, 2015).

Com relação às interligações elétricas internacionais, no referido Plano consta apenas uma possível integração com os demais países da América do Sul como possibilidade de cooperação e afirmação da competência técnica brasileira junto aos países vizinhos. Somente no Plano 2015, elaborado entre os anos de 1992 e 1994, as possíveis interligações elétricas internacionais aparecem como alternativa de atendimento ao mercado de energia elétrica.

Para a expansão do sistema elétrico, o Plano 2015 preconizou a utilização, no longo prazo, de todas as fontes disponíveis para a geração de energia elétrica, considerando como fontes disponíveis a hidrelétrica, carvão e nuclear. Das três, a energia hidráulica representava as melhores perspectivas de aproveitamento do país. Essa

opção pela energia hidráulica apontava os mesmos motivos registrados no Plano 2010, com a adição de mais um fator favorável às hidroelétricas.

As vantagens apontadas pelo Plano 2015 correspondiam aos seguintes fatores: a existência de grande potencial disponível a custos inferiores aos das outras opções; o fato de ser a hidroeletricidade uma fonte energética renovável; e o fato de se valer da experiência nacional em planejamento, projeto, construção e fabricação de equipamentos e operação de usinas hidrelétricas. Como vantagem adicional, o Plano destacou a viabilidade técnica-econômica de implantação de sistemas de transmissão de longa distância, com o objetivo de aproveitar o potencial hidrelétrico da Amazônia para suprimento dos dois grandes sistemas elétricos interligados do país.

Caso o Plano não considerasse o potencial hidrelétrico da Amazônia seria necessário um programa termelétrico de porte a partir do quinquênio 2005-2010, baseado em usinas de carvão e nucleares, com custos mais elevados da energia elétrica para a sociedade e problemas ambientais tão ou mais complexos do que aqueles causados pelas hidrelétricas da Amazônia e pela transmissão de sua energia para o Sudeste e Nordeste (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2002). Entretanto, mesmo incluindo parte do recurso hidrelétrico amazônico, o plano vislumbrou a perspectiva de esgotamento do potencial hidrelétrico nacional no decênio 2010-2020, apontando a necessidade de planejar a fase de transição entre a expansão predominantemente hidrelétrica até 2010 e a expansão predominantemente térmica daí em diante.

Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2024 (MME/EPE, 2015) resalta a previsão da continuidade da forte presença das fontes renováveis na matriz energética brasileira, de 45,2% em 2024, indicador superior ao verificado em 2014, de 39,4%. Na matriz de geração de energia elétrica, as renováveis deverão representar perto de 86% em 2014, superando a atual predominância destas fontes. Destaque para a energia eólica, que dos atuais 2% da matriz deverá passar a 8% em 2024. O que pretende, durante o período, é iniciar um processo de diversificação da matriz de energia elétrica, que embora ainda predominantemente baseada em energia hidráulica, apresenta um crescimento expressivo de outras fontes renováveis.

Atualmente, consta no Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 (MME/EPE, 2015) que o sistema interligado de transmissão da região Norte atende aos estados do Pará, Maranhão, Tocantins, parte dos estados do Amazonas e Amapá, bem com às cargas industriais eletro-intensivas no estado do Pará - Belém e região de Carajás - e no Maranhão, em São Luís. Esse sistema é suprido quase que integralmente pela energia gerada na UHE Tucuruí e durante o período seco importa energia das regiões Sudeste/Centro-Oeste e Sul através da Interligação Norte-Sudeste/Centro

Oeste. No período úmido, os excedentes de energia da região Norte são exportados tanto para a região Nordeste como para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Sul.

O sistema interligado da Região Norte, em dezembro de 2014, contava com uma capacidade instalada de cerca de 13.500 MW, representando 10% da capacidade instalada do Brasil. A maior parte desse potencial corresponde a aproveitamentos hidráulicos localizada no estado do Pará (9.700 MW), como também vale destacar presença de um parque térmico a gás natural na região metropolitana de Manaus (650 MW) (MME/EPE, 2015).

O Plano 2024 destaca para a região Norte, a interligação do sistema de Manaus e a interligação de Amapá e Boa Vista durante seu horizonte. Considerando as datas previstas para a entrada em operação das interligações, representou-se a partir de maio de 2015 o sistema do Amapá e a partir de junho de 2017 o sistema de Boa Vista. Concluídas essas interligações, todas as capitais do Brasil estarão interligadas ao SIN, assim como também ajudaram a viabilizar a construção de hidrelétricas em rios localizados na margem esquerda do rio Amazonas, cujo regime hidrológico é praticamente complementar ao resto do país (MME/EPE, 2015).

Desafio do setor elétrico: sustentabilidade

A partir de 1983, as usinas de geração e transformação de energia, as refinarias de petróleo e outras instalações auxiliares ficaram sujeitas, antes de sua construção, à apresentação de Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. O início da implantação dos relatórios foi tumultuado, principalmente por não haver preparo prévio de profissionais responsáveis pela avaliação de documentos apresentados pelas empresas. Dessa forma, algumas iniciativas foram tomadas no âmbito do MME depois de 1986, como por exemplo, a constituição de órgãos específicos da estrutura administrativa da Petrobrás e da Eletrobras (Leite, 2007). Essas iniciativas também provocaram alguns problemas, como a superposição de ações e alguns desentendimentos, os quais foram se ajustando com o passar do tempo.

Apesar desses ajustes ao longo dos anos no campo socioambiental, quando se trata de projetos de infraestrutura, os estudos realizados por Borges (2015) revelou que as iniciativas de ações em direção a novas possibilidades de geração de eletricidade com caráter socioambiental é muito mais exigido como requisito para a aprovação de análises de inventário, do que como ferramenta estratégica de integração junto à sociedade. Assim como afirma Pires (2005), a incorporação dos aspectos sociais e ambientais deve ocorrer efetivamente na tomada de decisão, reduzindo assim, riscos e incertezas ao longo do processo.

Dentre as ações previstas no Plano 2010, está a inserção regional dos empreendimentos face à presença das comunidades indígenas, admitindo ser esse um assunto complexo na Amazônia, tendo em vista o seu grande número na região. No âmbito do meio ambiente, o plano reconhece que existe um processo de rejeição por segmentos da população aos grandes projetos do setor elétrico – pelos vultosos investimentos e impactos causados nas estruturas sociais, econômicas e ecológicas.

O debate em torno da avaliação de impactos ambientais está adquirindo no Brasil maior dimensão em decorrência de medidas de política ambiental. Essas medidas são fundamentais, tendo em vista que os problemas sociais e ambientais estão diretamente vinculados à evolução tecnológica. Fearnside (2004) aponta, dentre os vários problemas socioambientais existentes no nosso país, o uso da fonte hídrica como dominante.

Considerações finais

Apesar da ampla rede de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que o Brasil possui e seu gigantesco potencial hidrelétrico, a região amazônica possui uma geografia não muito favorável para a plena interligação do sistema brasileiro, encontrando-se imersa no que se convencionou-se chamar de sistemas isolados. As condições geográficas favoráveis estão diretamente vinculadas à relação custo e benefício na produção de energia elétrica a partir de hidrelétricas, uma vez que esse processo traz consequências como alagamentos de vastas áreas, causando assim, impacto ambiental, com prejuízos para a região.

Essa situação fez com que a região fosse suprida também por termoeletricidade, gerando energia através da queima de combustível. Dois são os fatores que impedem existência de um sistema totalmente integrado na região amazônica: a grande extensão territorial e a dispersão dos centros de carga. Dessa forma, os sistemas elétricos amazônicos são classificados em Sistema Interligado da Amazônia e os Sistemas Isolados da Amazônia.

A manutenção dos sistemas isolados possui um custo elevado para as Concessionárias. Assim, um dos desafios para o setor elétrico é expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN). Essa decisão de integrar os Sistemas Isolados ao SIN encontra-se nos estudos de planejamento de expansão do Sistema Integrado Nacional (SIN), com o intuito de levar para os brasileiros que habitam as regiões envolvidas o mesmo grau de qualidade e confiabilidade existente no Sistema Interligado.

O Brasil é um dos países onde predomina a hidroeletricidade como fonte de energia elétrica. Ao longo dos anos o setor elétrico tem enfrentado restrições financeiras no setor e o peso das usinas hidrelétrica sobre as termelétricas tem ficado cada vez maior, tendo em vista o custo menor na geração de energia elétrica. Esse fato ocasionou o aproveitamento dos rios da bacia amazônica, como o rio Tucuruí. É importante frisar que os recursos são localizados em pontos distantes dos centros de consumo, implicando assim, na construção de grandes redes de transmissão para o seu efetivo aproveitamento. Na região amazônica, esse potencial foi descoberto pelos estudos no Eneram, com a usina Tucuruí como marco do aproveitamento. O Plano de Expansão de Energia Elétrica 2000 previa o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos da região Norte para suprir as regiões Sudeste e Sul com o argumento de que esse aproveitamento seria mais econômico do que os das próprias regiões (Sul/Suldeste).

Diante da pressão exercida pela sociedade civil, o Plano 2010 traz um item sobre inserção da região, voltada a internalização regional dos benefícios decorrentes dos aproveitamentos hidrelétricos. Com base nos estudos realizados nessa pesquisa, constatou-se que a região amazônica continua com a maior parte de seu potencial hidrelétrico não aproveitado, tendo em vista o contexto econômico que inviabiliza fluxo de investimento para o setor elétrico. A situação se agrava com os conflitos socioambientais na região.

O Plano Decenal 2024 prevê a continuidade da forte presença de fontes renováveis na matriz energética brasileira, mas com um crescimento expressivo de outras fontes renováveis. No âmbito ambiental, a partir do Plano 2010 encontram-se questões gerais sobre os aspectos socioambientais no planejamento do setor elétrico.

Para minimizar os impactos ambientais, conforme os estudos realizados, acredita-se que a solução seria a diversificação estratégica na utilização de fontes de eletricidade sustentáveis construída a partir de bases decisórias fundamentais em informações que abordem dimensões econômicas, sociais, ambientais e tecnológicas, conforme analisa Borges (2015), propondo como fontes a hídrica, biomassa, solar, eólica e nuclear. Com relação a outras alternativas energéticas, o Plano 2024 já traz um crescimento significativo para o período.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Giane Maria Porto de. **Integração regional pela via energética**: estudo de caso da interligação elétrica Venezuela-Brasil. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, doutorado Interinstitucional, Universidade de Brasília/Universidade Federal de Roraima/Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2011.

BRASIL, Ministério das Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2010**. Rio de Janeiro: 1987.

_____. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2024**. Brasília, MME/EPE, 2015.

BENEDITO, José Edil. Amazônia e Hidroeletricidade: o novo endereço do setor elétrico. **XVI Congresso Brasileiro de Energia (CBE)**. Rio de Janeiro: 20 a 22 de out. 2015.

DOMINGUES, Paulo César Magalhães. **A interconexão elétrica dos sistemas isolados da Amazônia ao sistema interligado nacional**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade de Santa Catarina, 2003.

ELETROBRAS. Grupo Técnico Operacional da Região Norte – GTON, Comitê Técnico de Mercado – CTM/GTON. **Análise do mercado de energia elétrica**: sistemas elétricos isolados período 2007-2017. Rio de Janeiro: 2008.

_____. **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

LEITE, Antonio Dias. **A energia do Brasil**. 2 ed. rev e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARQUES, Antonio de Oliveira. **Infraestrutura energética e desenvolvimento sustentável**: situação atual e alternativas para o Estado de Roraima. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, Renato Domingues Fialho. **O setor elétrico pós-privatização**: novas configurações institucionais e espaciais. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2009.

NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. Recursos Naturais na Região Amazônica: cooperação ou conflito? **Revista Política Hoje**, vol. 23. 1 ed., Recife, 2014. p. 65-91

PINTO JÚNIOR, Helder Queiroz (org). et. al. **Economia da energia**: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SAUER, Ildo Luís et.al. **A reconstrução do setor elétrico brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et.al. O papel do BNDES na expansão do setor elétrico nacional e o mecanismo do Project finance. **BNDES setorial**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-36, mar. 2009.

ARTIGO

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA APOIAR PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Introdução

Se de um lado intensificam os problemas de natureza social e ambiental decorrentes dos sistemas de produção modernos, de outro, a busca em sua resolução tem despertado interesse em conhecimentos e sistemas de produção alternativos. Em contraposição a esse processo predatório, retomam-se em grupos sociais práticas tradicionais de uso e conservação da natureza e a decisão de o que fazer, como fazer e quais os ritmos a serem adotados. Assim, superamos a racionalidade teórico-instrumental, para construirmos outras alternativas de pensamento racional, fundamentadas nos efeitos das ações humanas sobre o ambiente natural, concentrando-se na combinação entre agricultores e técnicos, partindo-se dos primeiros para pensar um outro conceito de desenvolvimento. Mas esse processo requer instrumentos teórico-metodológicos capazes de satisfazer essa complexidade.

Cultivar a terra é, das atividades humanas, possivelmente, a mais representativa do nosso modo de existência através dos tempos. *Cultivo, culto, cultura, colonização*, palavras de significados distintos, mas entrelaçados em nossa própria cultura, vindas de uma palavra latina comum, *colo* (BOSI, 1992). Ocupar a terra, trabalhá-la, transformá-la, e nesse contexto, transformar a si mesmo. Nelas está contida a produção de modos de vida. Resgatam-se esses dizeres inicialmente porque o trabalho apresentado neste artigo envolveu trabalhadores rurais e, também, por se tratar de uma proposta reflexiva, de convite a participação social, como veremos.

* Professora. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Presidente Figueiredo. Mestre em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: melissa@ifam.edu.br

** Psicólogo. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Presidente Figueiredo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA). E-mail: peterson@ifam.edu.br

*** Engenheiro-Agrônomo. Universidade Federal do Amazonas. E-mail: eder_galucio@agronomo.eng.br

Desenvolvimento

A palavra e o conceito de participação tomaram projeção a partir do processo de redemocratização do país em 1985. A essência da democracia está no conflito entre tais interesses e os mecanismos de participação devem ajudar a estruturar as disputas entre atores sociais, tornando-as mais transparentes, visando uma distribuição de poder mais equitativa, reduzindo os mecanismos de exclusão. A construção de espaços democráticos de discussão, problematização e busca de soluções coletivas para os problemas é parte essencial desses mecanismos de participação, como nos diz Aílton Dias dos Santos (2005):

“Esse espaço público passa a existir a partir do momento em que vários atores sociais com interesses diversos aceitam que o enfrentamento dos problemas socioambientais que os afetam deve ser feito por meio do debate coletivo e da busca de soluções socialmente construídas. Com isso, eles aderem a um espaço de negociação e discussão, deixando de privilegiar a procura de uma solução individual para o seu problema” (p.77)

As metodologias participativas, nesse contexto, passaram a ser mais que ferramentas metodológicas, permitiram que os envolvidos alcançassem uma visão integral das opções disponíveis no processo de disputa entre diferentes interesses, através do princípio da mobilização do conhecimento e dos atores sociais no seu espaço socioambiental (DIAS dos Santos, 2005).

A questão, em termos práticos, construída no contexto que segue é: através de quais metodologias poderemos apoiar grupos em processo de formação e/ou já estruturados, desprovidos de assessoria técnico-científica e organização social para o trabalho/produção coletiva, de forma a buscar o Desenvolvimento Local Sustentável?

Este trabalho fez parte de um projeto de extensão submetido ao Edital de Fomento aos Programas Integrais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, *Campus* Presidente Figueiredo, e teve como objetivos incrementar as iniciativas de desenvolvimento local, apoiando-se em um conjunto de instrumentos metodológicos (atividades tais como rodas de conversa, oficinas, mutirões e orientação técnica de base agroecológica), cuja estrutura epistemológica e conceitual foi motivada pelo resgate da participação daqueles que estão à parte do processo de produção, permitindo troca de saberes e a revitalização de aspectos e valores conhecidos das populações tradicionais. Buscou-se retomar essa relação indissociável entre o trabalho e a produção de modos de vida, de olhares sobre si

mesmo e sobre o local-global, e a partir daí, problematizar, encaminhar a resolução de conflitos, assegurar a descentralização das decisões e a construção de compromissos e responsabilidades compartilhadas.

Metodologia

A facilitação nos grupos

O facilitador tem um papel essencial, uma vez que funciona como catalizador, moderador ou orientador metodológico no processo educacional e é responsável por criar um ambiente de confiança, escuta, respeito e objetividade, utilizando meio pedagógico através da execução da dinâmica, para que o grupo possa alcançar o objetivo previamente estabelecido. De acordo com COLETTE (2010), moderação é:

“(…) uma forma de *condução de processos de discussão* que visa promover uma discussão objetiva e equilibrada entre os diversos participantes *de determinado grupo* e contribuir para que todos participem ativamente na construção do produto dessa discussão” (p.03)

É, portanto, uma forma de promover a aprendizagem de novas relações de trabalho, otimizando recursos e conhecimentos presentes no grupo em benefício da elaboração criativa para os problemas a serem enfrentados.

São considerados princípios importantes da facilitação: 1) igualdade de oportunidades; 2) valorização e respeito à diversidade de ideias, e; 3) criação de um clima de cooperação e cuidado entre os participantes.

O tema

Segundo Colette (2010), o assunto a ser discutido deve estar claramente definido e organizado, de forma que o processo de debate possa ser otimizado em torno dos interesses comuns. Podem ser trabalhadas as temáticas mais variadas, desde: análise de ideias, organização de ideias ou informações, atividades de capacitação, planejamentos, solução de problemas, elaboração de diagnósticos, avaliações, entre outros.

Coube aos membros da equipe do projeto juntamente com os grupos definir o tema a ser trabalhado, levando em consideração o conhecimento que os participantes tinham sobre o assunto, os subsídios necessários ao desenvolvimento da discussão pelo grupo e o grau de aprofundamento da discussão, ou seja, os objetivos a serem buscados. Para isso, utilizou-se um roteiro de atividades e perguntas

sucessivas que iriam iniciar, desenvolver e encerrar a discussão, possibilitando que ao final pudéssemos alcançar os resultados desejados. De forma geral, o processo de sensibilização e mobilização dos grupos consistiu na escuta e proposição de temas que pudessem ampliar a compreensão sobre a proposta produtiva (econômica) de cada grupo e sua relação com o desenvolvimento local sustentável.

Conhecendo os grupos

O que é um grupo? Muito mais que a soma de indivíduos que o compõe, podemos considerá-lo como um sistema que emerge, interage e atinge sua maturidade quando adotadas condições de funcionamento adequado (ST-ARNAUD, 2012). Para esse mesmo autor, o modelo de grupo em pleno funcionamento, deve assimilar dois tipos de elementos essenciais: a) a interação de cada uma das pessoas reunidas com um alvo comum; b) a interação dos membros entre si.

Um primeiro encontro pode ser chamado de *análise* ou *diagnóstico de grupo* (DIAS, 2012) e inicia com a identificação de cada membro do grupo participante verificando quanto à disposição em compartilhar da idéia do que é um grupo e participar do trabalho coletivo. Nesta fase, foram identificados os interesses e alvos comuns (processo primário de produção), as prioridades do grupo quanto aos temas a serem explorados, além de definir prazos e acordos em conjunto. Esta fase preliminar também foi constituída pelo trabalho de inserção do pesquisador no grupo, de autoconhecimento do grupo em relação às suas expectativas, possibilidades e aos seus bloqueios. Segundo Franco (2005), essa fase preliminar é também fundamental para o estabelecimento de um contrato de ação coletiva, em que se podem esclarecer questões referentes à ética da pesquisa, compromissos com a ação coletiva e com as finalidades do trabalho que desenvolverão.

O grupo *Cores e Sabores do Campo* iniciou suas atividades em 2012, na Comunidade Marcos Freire, localizada no Km 13 da AM-240 (estrada de Balbina), e tinha como principal foco incrementar a produção local, especialmente, pelo processamento de frutas, através da elaboração de geléias, balas e outros produtos regionais. Havia ainda a idéia de fomentar uma feira de produtos orgânicos, entretanto, com o passar do tempo, muitos integrantes foram se distanciando da idéia de grupo, segundo os membros remanescentes, em decorrência da falta de apoio dos órgãos técnicos tanto no aspecto da assistência técnica quanto administrativo-burocrática (na assessoria à criação da pessoa jurídica da cooperativa, por exemplo). Nosso contato com o grupo deu-se por intermédio de alguns membros, interessados em reativar

os encontros e regularizar a cooperativa em torno de um projeto de turismo rural.

Outro grupo que procurou o projeto foi o de *Agricultores familiares do Ramal do Pacu e Ramal do Picaço* (vicinal entre Km 120 e 123 da BR-174), os quais estavam preocupados com o histórico de internações hospitalares associadas, supostamente, ao uso intensivo de agrotóxicos. Buscavam assim, alternativas ao uso de venenos e o desejo de desenvolver agricultura através de técnicas de produção menos agressivas e intensivas no uso de insumos, tal qual proposto pela produção orgânica ou agroecológica.

Em comum entre os grupos, estava a ausência do poder público como elemento gerador ou incentivador de políticas públicas para o setor, a desorganização social, a falta de recursos, mas também o desejo de mudança, de busca por melhorias nas condições de vida.

Oficinas de planejamento

Em um segundo momento, a equipe realizou atividades de planejamento, levantamento de hipóteses, seleção de ferramentas e composição de cronograma, de acordo com a temática demandada pelos grupos. Essas oficinas foram abertas ao público (professores, colaboradores, estudantes, egressos, comunitários) e conduzidas de forma a promover troca de conhecimentos e experiências visando o levantamento de hipóteses, seleção de ferramentas, assim como, estabelecer uma divisão de responsabilidades e compromissos, de acordo com a demanda de cada grupo. Assim, o plano de trabalho contemplou aspectos (ou hipóteses) que se desejava abordar durante o processo, selecionando as ferramentas mais adequadas a serem utilizadas, em consonância com o pensar da equipe.

Encontros para o trabalho com os grupos

Foram efetivados encontros mensais com os grupos nas comunidades rurais para aplicação das ferramentas e facilitação dos trabalhos em grupo de acordo com o planejamento dado por cada grupo, ou seja, atendendo as suas especificidades e agendas locais.

Ferramentas de moderação

Dinâmicas de grupo

O facilitador deve possuir conhecimento prévio sobre processos grupais e dinâmicas de grupo, o que o auxiliará na condução de um grupo de trabalho. De acordo com COLETTE (2010) consideram-se as fases constituintes do processo de desenvolvimento de qualquer grupo de trabalho: orientação/aquecimento, luta pelo poder, confiança, diferenciação, integração e volta para casa. Diversos fatores irão influenciar a dinâmica, desde questões pessoais de seus integrantes, até aspectos situacionais e as relações que se estabelecem com o moderador. Nesse sentido, a escolha de dinâmicas para o desenvolvimento desta etapa inicial levou em consideração o histórico do grupo e sua proposta de trabalho, assim como a escolha das demais dinâmicas que integraram o processo de discussão e o fechamento do encontro. O papel do facilitador foi acompanhar cada passo entre comunicação e problematização, buscando acolher, escutar, incentivar e criar um clima de confiança. Na sensibilização buscou-se escutar os participantes sobre situações de suas vidas e que lhes despertaram questões relevantes ao grupo e, a partir daí, recuperar estas questões para serem trabalhadas na situação educativa. Foram usados recursos diversos, tais como uma conversa inicial ou uma técnica de dinâmica de grupo.

Comunicação, problematização e reflexão

O desenvolvimento do processo de aprendizagem e construção de conhecimento que valorizem e potencializem a participação ativa de seus integrantes, deve ser estruturado sempre através de questões, de forma a estimular a busca de respostas pelos próprios participantes (COLETTE, 2010). Nesta fase os mutirões foram propostos por membros do próprio grupo, visando auxiliar no processo de aprendizagem e ao mesmo tempo criar um espaço para desenvolver uma reflexão coletiva sobre diferentes temas. Foram utilizadas perguntas simples e claras, considerando o contexto, e de forma associada utilizamos ferramentas para estimular este processo reflexivo/criativo seguindo o plano de trabalho previamente elaborado pela equipe na fase de planejamento. Nos encontros com os grupos, a discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade foi feita a partir de diversas formas de motivação e sensibilização, utilizando brincadeiras e imagens (quebra-cabeça) para provocar a discussão sobre o processo de percepção.

Nesse processo, buscou-se mostrar como diferentes pessoas têm diferentes formas de perceber a realidade, a partir de seus valores socialmente construídos e, ao mesmo tempo, procurando mostrar como a visão desenvolvimentista clássica coloca os aspectos econômicos como hegemônicos, entendendo os aspectos sociais, ambientais e culturais como externalidades. A partir da experiência de cada um, foi feita a “colocação em comum” (problematização) das questões para discussão, além de uma reflexão sobre os diversos aspectos envolvidos na experiência prática para que os participantes buscassem compreender a própria experiência de uma maneira ampla.

Visualização móvel, sistematização e operacionalização da experiência

A utilização de técnica de visualização é fundamental quando se trabalha com grupos, uma vez que através delas criamos um centro de atenção, apresentamos um tema, levantamos e socializamos os diferentes pontos de vista, ordenamos as idéias, tornamos visível um debate, documentamos a discussão, estimulamos a capacidade de síntese e, ainda, proporcionamos o nivelamento quanto aos níveis hierárquicos distintos (COLETTE, 2010). No desenvolvimento do trabalho com os grupos, foram utilizadas fichas para responder as perguntas colocadas pelo moderador. Ao final, reservou-se um momento para que algumas sistematizações fossem feitas e, junto com elas, também pudessem ser oferecidas orientações para possíveis ações ou posturas futuras. Ao final, a experiência pôde igualmente ser sistematizada, analisando-se os pontos negativos e positivos, visando gerar conhecimento sobre as metodologias participativas e os processos de gestão compartilhada.

Os mutirões

Durante a condução dos trabalhos com os grupos, percebeu-se a existência de pessoas com experiências diversas que partilham não só a proximidade geográfica, mas também o desejo de se organizar em torno de uma idéia comum de trabalho e produção, vinculados ao cuidado com os recursos naturais disponíveis e com o desenvolvimento social da comunidade.

De acordo com o observado, o desejo de se organizar em torno de uma idéia comum de trabalho e produção, surge especialmente em decorrência da falta de recursos para atender a demanda por assessoria técnica e de mão-de-obra para realização

de determinadas tarefas, ou seja, buscam desenvolver atividades diversas que atendam a uma realidade de agricultores desassistidos e excluídos do processo produtivo.

Entre os grupos houve unanimidade quanto ao desejo de desenvolver as atividades em regime de mutirão, prática comum em diversos estados brasileiros que segundo Galvão (1959), guarda suas características regionais, mas que tem como traço comum o trabalho não remunerado, a ajuda, a cooperação, a compensação com a refeição e a festa. Este querer nasce de alguma experiência relatada pelos participantes, cujas motivações são diversas.

A palavra *troca* designa qualquer circulação de matéria, energia, informação ou qualquer tipo de interação física, já a *reciprocidade*, é uma relação que designa as prestações econômicas e simbólicas das sociedades tradicionais (SABOURIN, 2009). Para esse mesmo autor, “A operação de troca é uma permutação de objetos, a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos”, sendo ela um desafio permanente da humanidade: o ato de ser solidário à fome do outro, mesmo estando de barriga cheia. Assim, o mutirão pode ser considerado como uma forma de organização de origem camponesa, estruturante da reciprocidade.

Na metáfora do “Ajuri”, palavra amazônica para “mutirão”, muito praticada por indígenas e ribeirinhos, observa-se que, quando colaboram em trabalhos comunitários, ocorre a revitalização e a invenção de aspectos e valores conhecidos das populações tradicionais. Os trabalhos em mutirões tornaram possível compreender melhor as situações complexas e diversas nas quais operam os agricultores, permitindo conectá-los para encontrar soluções comuns e para construir relações socioeconômicas, fruto de trabalhos artesanais e colaborativos.

Considerações finais

A utilização dos mutirões, como metodologia e como concepção de trabalho, representou uma retomada dos agricultores a processos de geração e de adaptação de tecnologias e, ao mesmo tempo, de aprendizagem coletiva, revelando aspectos produtivos úteis e carregados de significado, capazes de recriar cenários locais para a busca de uma melhor qualidade de vida.

As vivências ora experimentadas permitiram o resgate de conhecimentos e valores existentes nos sistemas de produção “tradicionais”, demonstrando que, muitas vezes, os saberes dos agricultores necessitam apenas de uma ordenação mais apropriada ou a sua recriação nos tempos atuais. Assim, o diálogo coletivo é atividade pedagógica fundamental que permite, em uma “via de mão dupla”, recompilar esses

conhecimentos como fundamentos importantes na construção do desenvolvimento local sustentável.

Note-se que as práticas coletivas não ficaram restritas ao trabalho coletivo de ajuda mútua, mas foram igualmente marcadas por ações políticas, socialmente construídas a partir da problematização da realidade local dos agricultores, possibilitando ampliar a compreensão das dimensões políticas, sociais, econômicas, ambientais e culturais das comunidades. Assim, o processo de organização social desencadeado poderá construir contextos de participação e tomada de decisões que apontem para a busca do desenvolvimento local sustentável.

Ao mesmo tempo compreender que para cada ação de extensão há que se preparar, investir, organizar, equilibrar os recursos e as estratégias, mas, fundamentalmente, o que faz a cena de aprendizagem se desenrolar são os seus atores, principais envolvidos em uma relação de diálogo e crescimento mútuo.

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COLETTE, Maria Madalena. Moderação. In: BROSE, Markus (Org). **Metodologias participativas**: uma introdução a 29 instrumentos. 2.ed Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

DIAS dos santos, A (Org). **Metodologias Participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005

DIAS, Maria Sara de Lima. **Dinâmica de grupo**: aspectos teóricos e práticos. Petrópolis: Vozes, 2012.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

GALVÃO, Helio. O mutirão no Nordeste. **Documentário da vida Rural n° 15**. Brasil: Ministério da Agricultura, 1959.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ST-ARNAUD, Yves. **Os pequenos grupos**: participação e animação. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

*Adnan Assad Youssef Filho **
*Antônio W. Simões de Melo ***
*Paulo George B. Coimbra ****
*Antônio N. A. de Sousa *****

ARTIGO

MINICENTRAL HIDRELÉTRICA: UMA POSSIBILIDADE VIÁVEL PARA A ELETRIFICAÇÃO NAS TERRAS INDÍGENAS SÃO MARCOS E RAPOSA SERRA DO SOL

Introdução

A partir da demanda de diversos moradores das terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos à CERR (Companhia Energética de Roraima) e à SEI (Secretaria Estadual do Índio) para o suprimento de energia elétrica em suas comunidades, o objetivo deste trabalho foi avaliar locais com possíveis potenciais hidráulicos com capacidade de transformar energia mecânica em eletricidade por meio de micros ou minis centrais hidrelétricas. Este estudo foi realizado em determinados locais das terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos.

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol se localiza a Nordeste do Estado de Roraima e possui extensão de 1.747.460 ha, com população de 23.119 habitantes divididos entre as etnias Ingarikó, Makuxi, Patamona, Taurepáng e Wapixana (ISA, 2016). Ao extremo Norte do Estado, encontra-se a Terra Indígena São Marcos com 654.110 ha de extensão, habitada por 5.838 moradores das etnias Makuxi, Taurepáng e Wapixana (ISA, 2016).

O grupo de trabalho para esta ação foi coordenado pelos gestores da SEI e da CERR, porém contou com o apoio da Funai (Fundação Nacional do Índio, SEPLAN (Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento do Estado de Roraima, Programa Luz para Todos, CHEA (Centrais Hidrelétricas da Amazônia), Organizações Indígenas e de comunidades envolvidas, que serão citadas no decorrer do relatório. Sendo que as pessoas envolvidas nesta avaliação foram: Hiperion Oliveira (Secretário

* Doutorando em Antropologia pela UFPE-UFRR. E-mail: adnan.filho@ifrr.edu.br

** Doutorando em Antropologia pela UFPE-UFRR. E-mail: antonioweliton@yahoo.com.br

*** Engenheiro Mecânico pela UFRJ. E-mail: amazonian@oi.com.br

**** Desenvolvedor de turbinas mecânicas eficientes em baixas quedas d'água. E-mail: jbinalma@gmail.com

de Estado do Índio)¹, Wilson Jordão (Secretário Adjunto de Estado do Índio)², Nazareno Almada (consultor técnico de saber notório em micro e minicentral hidrelétrica - CHEA), Paulo Coimbra (engenheiro mecânico da CERR), Antônio Wéliton Simões de Melo (antropólogo - CERR) e Adnan AssadYoussef Filho (antropólogo e pesquisador em energias alternativas - CHEA).

O padrão atualmente utilizado pela CERR para disponibilizar eletricidade às regiões afastadas, sendo que a maioria delas são comunidades indígenas, é pautado na geração de eletricidade via grupos geradores movidos a diesel. No entanto, as dificuldades para o suprimento de energia elétrica para esta população se tornaram grandes desafios que vão desde a dispersão das localidades; baixa densidade demográfica; áreas localizadas em matas fechadas, montanhosa, alagadas; ocasionando problemas logísticos, principalmente na manutenção de maquinários e distribuição de combustível, dentre outros; tornando ineficiente o atendimento e o modelo inviável técnico, econômico e ambiental por apresentar elevados custos de operação, manutenção, suprimento de combustível e poluição por eventuais vazamentos e derramamentos de lubrificantes e combustíveis, além da emissão de gases poluentes.

Portanto, foi nesse contexto que se vislumbrou o estudo do potencial hidroelétrico para a implantação de micros e minis centrais hidrelétricas como alternativas para a geração de eletricidade com menores impactos socioambientais em áreas de difícil acesso. Assim, de acordo com os resultados preliminares da avaliação, dentre as localidades visitadas, três pontos se mostraram favoráveis dos pontos de vista técnicos e socioambientais à implantação de mini centrais hidrelétricas. Sendo elas:

- Igarapé do Samã, na cachoeira da Onça (Terra Indígena São Marcos) para atender as seguintes comunidades indígenas: Nova Esperança, Aldeia Samã, Samã II, Ingarumã e parte do Sorocaima.
- Igarapé Sorocaima, na cachoeira de mesmo nome (Terra Indígena São Marcos) para atender as comunidades indígenas a seguir: Sorocaima I, Sorocaima II, Guariba, Bananal, estendendo-se até a Boca da Mata.
- Rio Ailã, na cachoeira da Andorinha (Terra Indígena Raposa Serra do Sol) com grande potencial hidráulico, que irá atender às comunidades das seguintes regiões: Maturuca, Morro, Pedra Branca, Wilimon, Caracanã e Pedra Preta.

¹ Cargo ocupado a época do desenvolvimento do projeto.

² Cargo ocupado a época do desenvolvimento do projeto.

Central Geradora Hidrelétrica – CGH

No Banco de Informação de Geração – BIG da Aneel³ (2011), as mini e micro centrais hidrelétricas são discriminadas como Central Geradora Hidrelétrica. Todavia, a Resolução 394 da Agência Reguladora diferenciou a nomenclatura das centrais hidrelétricas. Passaram então a serem classificadas em função da potência instalada, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: classificação das Centrais Geradores Hidrelétricas em Função da Potência Instalada

| Potência (kW) | Classificação das hidrelétricas |
|--------------------|---------------------------------|
| Menor que 100 | Microcentral |
| De 100 a 1.000 | Minicentral |
| De 1.000 a 30.000 | Pequenas centrais |
| De 30.000 a 50.000 | Médias centrais |
| Acima de 50.000 | Grandes Centrais |

Fonte: ANEEL, Resolução Aneel – 394 de 04-12-1998.

Esta Resolução complementou que o total da área alagada destinada ao reservatório de uma Pequena Central Hidrelétrica - PCH deve ser igual ou inferior a 3km², sendo que a partir dessas dimensões haverá a necessidade de condicionamento da diretoria da ANEEL.

A Usina Hidrelétrica – UHE pode ser definida como empreendimento de grande porte que compreende um conjunto de estruturas e equipamentos capaz de produzir energia elétrica por meio do aproveitamento do potencial hidráulico existente em um curso de água. A energia hidráulica é convertida em energia mecânica por meio de turbina hidráulica, que por sua vez é convertida em energia elétrica por um gerador. (EPE, 2010).

As Mini e Micro Centrais Hidrelétricas são sistemas alternativos para geração de energia elétrica limpa, renovável e de qualidade. Utilizam o mesmo princípio de funcionamento das UHE, porém em proporções bem menores. Fator que possibilita o aproveitamento dos recursos hidroenergéticos de pequenos rios e igarapés existentes nas proximidades de casas, comunidades, vilas ou pequenas cidades.

As Centrais Geradoras Hidrelétricas podem ser implantadas em várias concepções de arranjo, indo desde a ligação direta da queda de água às turbinas, por meio de condutos forçados - usinas a fio de água, ou ainda com represamento formando

³ Agência Nacional de Energia Elétrica. A Aneel é a agência reguladora do setor elétrico brasileiro.

pequeno lago ou reservatório. Sendo que no Banco de Informação de Geração da Aneel são contabilizados 387 empreendimentos enquadrados no porte de Mini e Micro Central Hidrelétrica (ANEEL-BIG, 2011). A Agência Reguladora considera neste total, somente Centrais Geradoras Hidrelétricas com registro legal nesse órgão.

Em meio às vantagens da implantação de mini-hidrelétricas apontadas por Tiago Filho (2008), destacam-se: energia gerada de boa qualidade; a concepção simplificada pode proporcionar rapidez na implantação, baixo custo de manutenção e facilidade na operação; elevada vida útil do conjunto – cerca de 20 anos, podendo atingir 50 a 60 anos se bem operada, incluindo aí manutenções programadas; ausência de poluição auditiva; inexistência da emissão de dióxido de carbono ou qualquer outro tipo de poluente prejudicial à saúde e ao meio; não interrompem os cursos de água; não suprimem áreas territoriais; tecnologia antiga, o que a torna segura por estar amplamente dominada; não interfere na qualidade da água, pois ela é usada somente para movimentar o rotor das turbinas, não entrando em contato com graxas ou lubrificantes, retornando ao leito do rio ou igarapé praticamente sem alterações.

Dentre as desvantagens assinaladas pelos mesmos autores estão: tecnologia de local específico, isto é, necessita de condições especiais para sua implantação, como certa vazão de água e topografia favorável. Dependendo das características locais a potência máxima pode ser limitada, reduzida ou até inexistente nos períodos de secas prolongadas.

No entanto, entre vantagens e desvantagens, tanto Tiago Filho (2008) como Di Lascio e Barreto (2009) são unânimes em afirmar que as mini-hidrelétricas produzem impacto ambiental reduzido, são de fácil operação e exigem pouca manutenção, além de apresentarem elevada vida útil. Contudo, contempla como uma alternativa simples e eficiente de geração e distribuição de energia elétrica, capaz de ser gerida pela própria comunidade.

Metodologia

A equipe de trabalho organizada pela CERR, SEI e CHEA tiveram o cuidado de decompor os objetivos das visitas nos seguintes itens:

- I) identificar os possíveis potenciais hidráulicos da região citada;
- II) definir quais as comunidades seriam atendidas por ele;
- III) analisar as condições técnicas da geração e distribuição da energia; e
- IV) informar e discutir com as organizações indígenas e com as próprias comunidades envolvidas, a finalidade deste trabalho.

Além da obtenção dos requisitos legais para a realização deste estudo, como solicitação de permissão para adentrar nas citadas terras indígenas junto a Funai e comunicação antecipada às lideranças locais sobre o objetivo da visita, o grupo de trabalho, em cada localidade, antecipadamente se apresentava e expunha seus objetivos e após a autorização dos moradores para a realização das avaliações e registros fotográficos, solicitava o acompanhamento de pessoas da própria comunidade aos possíveis pontos capazes de gerar energia, onde eram realizadas as medidas de vazão, queda e características físicas de rios ou igarapés, a fim de prognosticar seu potencial hidráulico e quais comunidades poderiam ser atendidas por ele. Para isso foi necessária a visita da equipe em cada um desses pontos.

Na medição dos possíveis potenciais foi utilizada trena manual, trena laser, nível, cronômetro e na plotagem das coordenadas, o GPS. Os registros fotográficos foram feitos por duas câmeras digitais. Estas medições foram feitas em condições ideais do ponto de vista técnico/climático, ou seja, época de menor vazão de rios ou igarapés da região visitada, o que aumenta a margem de segurança nos prognósticos da capacidade de geração.

A escolha de micro e minicentraís hidrelétricas como alternativas para geração de energia elétrica de baixo impacto e renovável nas Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol foi definida sob dois parâmetros principais:

- primeiro, devido ao grande potencial hidráulico da região centro-norte do Estado de Roraima prognosticado pelo Atlas de Energia Elétrica do Brasil, publicado pela Aneel em 2008;
- o outro fator determinante considerou que a geração de energia elétrica via mini e micro hidrelétrica ter sido a única alternativa escolhida no Brasil pela ONU no ano de 2007, entre as dez melhores práticas difundidas no mundo de geração de energia limpa, cujo reconhecimento foi feito na Dubai International Award for Best Practices (Prêmio Internacional de Boas Práticas de Dubai) realizada em Dubai no ano de 2008. Tanto a taxa de demanda como sua projeção foi fundamentada no Ciclo de Consumo e Demanda/ 2008 fornecido pela CERR, ou seja, crescimento de demanda em média de 5% ao ano e consumo por família de 500 watts/hora.

A média de pessoas por família foi calculada em dados fornecidos pela SEI (Secretaria Estadual do Índio/2009) – 4,20 pessoas. A estimativa do potencial hidráulico para a geração de eletricidade foi calculado conforme fórmula do manual da Eletrobrás para micro e minicentral hidrelétrica (1985):

$$P^4 = 7,5^5 \times Q^6 \times H^7.$$

Para análise da viabilidade técnica e socioambiental foram considerados como principais fatores:

- as distâncias entre os locais de geração, distribuição e consumo;
- o tipo de vegetação e acidentes naturais entre esses pontos;
- a tecnologia utilizada adequada à manutenção a ser realizada pelo próprios moradores após treinamento técnico; e
- arranjo do sistema adequado ao menor impacto das características físicas do ambiente.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 13/11/2009 à 17/11/2009.

Histórico da viagem e descrição técnica dos potenciais hidráulicos analisados

No dia 13 de novembro de 2009, a equipe iniciou seus trabalhos pela comunidade Nova Esperança, na Terra Indígena São Marcos, no igarapé Samã, na localidade conhecida como cachoeira da Onça (figura1 – anexo I).

Conforme metodologia descrita, em todas as visitas foram contatados os líderes locais para apresentação da equipe e exposição dos objetivos do grupo de trabalho, e somente após a ciência e autorização da comunidade, o grupo se dirigia aos locais indicados pela comunidade e sempre acompanhados por algum membro da mesma.

Embora esta avaliação tenha sido feita na época mais seca do ano, onde os igarapés se encontram com suas vazões mínimas, pretende-se utilizar somente 500 litros por segundo dos 830 disponíveis (quadro 1 - anexo II).

Conforme o aspecto do local, as condições apuradas se mostraram favoráveis do ponto de vista técnico e ambiental. Portanto, nessas condições é possível gerar potência de 120kw/h, ou seja, energia suficiente para atender 1008 pessoas. Inicialmente a previsão é que esta minicentral hidrelétrica irá abastecer às comunidades indígenas Nova Esperança, Aldeia Samã, Samã II, Ingarumã e parte do Sorocaima I, que contam com uma população de 432 pessoas. Sendo que dessa forma o sistema trabalhará com grande folga.

De acordo com os dados colhidos, o empreendimento proposto é de uma minicentral hidrelétrica, utilizando-se de pequena contenção (2 metros de altura) para a

⁴ Potência em Kw (quilowatt).

⁵ Considera as perdas de carga e o rendimento do grupo gerador-turbina.

⁶ Vazão de referência = m³/s.

⁷ Altura total da queda em metros.

câmara de carga, um conduto forçado de 500 milímetros de diâmetro e comprimento aproximado de 120 metros, ancorados sobre as rochas às margens da cachoeira. O conjunto turbina gerador será de 150kv/h.

No dia 14 de novembro, dando continuidade ao trabalho, a equipe se deslocou até a comunidade indígena do Bananal, de onde se dirigiu até o ponto sugerido no igarapé Bananal (figura2 – anexo I), com cachoeira de mesmo nome.

Neste caso o potencial avaliado (quadro 2 - anexo II) foi considerado inviável do ponto de vista técnico, econômico e ambiental. Com estas características, o ponto seria capaz de gerar somente 6,5kw/h, insuficiente para suprir os 175 moradores do Bananal. Não foram encontrados nas proximidades outros locais para possível ampliação do potencial energético.

Em seguida a equipe seguiu em viagem para a comunidade do Guariba, onde após uma breve reunião de exposição de fatos (figura3 – anexo I), visitou o potencial indicado pela comunidade situada no igarapé Sorocaima (figura4 – anexo I), com cachoeira de mesmo nome.

Nesta localidade pretende-se utilizar somente 1.500 litros por segundo, dos 1.800 disponíveis, por medida de segurança, caso ocorra, períodos com maiores secas.

Conforme característica local (quadro 3 – anexo II), as condições físicas se mostraram favoráveis do ponto de vista técnico, ambiental e financeiro.

Com esta vazão é possível gerar uma potência de 158kw/h, suficientes para atender 1327 pessoas. Preliminarmente, as comunidades indígenas atendidas pelo citado ponto seriam as de Sorocaima II, Guariba, Bananal, estendendo-se até a Boca da Mata, totalizando 1.048 pessoas atendidas com energia elétrica.

De acordo com as particularidades físicas do local, o empreendimento proposto é de uma minicentral hidrelétrica, utilizando-se de pequena contenção (4 metros de altura) para a câmara de carga, conduto forçado de aproximadamente 25 metros, também ancorado sobre as rochas às margens da cachoeira. O conjunto turbina gerador será de 200kv/h.

Após esta prospecção o grupo se dirigiu à comunidade Sorocaima I a fim de expor o resultado desta última avaliação, já que esta comunidade será atendida pela mini hidrelétrica do rio Sorocaima.

No dia 15 de novembro, a equipe acompanhada pelo tuxaua local, o Sr. Djaci, iniciou suas atividades às 06h30min., na comunidade do Maturuca, onde foram visitados o igarapé do Gorgulho, queda do Apertado da Onça no rio Maú, cachoeira do Capim também no rio Maú e ainda, uma outra fonte de água nas proximidades

(igarapé do Maturuca) com intuito de barragem. Em nenhum desses pontos foram encontradas condições favoráveis, conforme descrição abaixo.

No igarapé do Gorgulho, coordenadas UTM 825061,039 – 498534,766, não existe vazão e nem condições físicas favoráveis para barragem que pudesse formar reservatório de água para suportar a época da seca (verão).

Na queda do Apertado da Onça, coordenadas 825482,20 499896,145, localizada no rio Maú existe uma boa vazão, porém com queda aproximada de três metros, o que não seria suficiente, uma vez que na época do inverno (chuvas), conforme informações do tuxaua Djaci e marcas d'água verificadas no local, essa queda transformasse em apenas corredeiras, sendo necessária grande barragem, tornando-se inviável economicamente e ambientalmente, em vista do projeto proposto, que seria atender a Comunidade Indígena Maturuca, além de que, esse rio é binacional (Brasil/Guiana), que possivelmente implicaria em acordos internacionais.

Na cachoeira do Capim, também no rio Maú coordenadas 824049,746 – 499985,117 as condições são similares ao Aperto da Onça.

No igarapé do Maturuca necessitaria também de uma grande barragem e por se tratar de um igarapé com uma vazão muito pequena não seria suficiente para atender a comunidade em períodos de seca. Um barramento implicaria também em um maior impacto ambiental, pois a barragem seria feita entre duas serras o que inundaria uma considerável extensão de terras. Além de que, parte das terras que seriam inundadas é usada para criação de gado pertencente a membros da comunidade.

No dia 16 de novembro, o grupo iniciou o trabalho no entorno do município do Uiramutã, dirigindo-se ao igarapé do Paiva, na cachoeira do Inferno, formada pela junção dos igarapés do Urucá e Paiva, coordenadas 811753,118 – 504302,997. Esse ponto foi considerado inviável economicamente devido a sua baixa vazão e ainda não existirem comunidades indígenas nas proximidades. Portanto para se estender rede elétrica partindo deste ponto até algumas comunidades indígenas, tornaria o projeto inexecutável, ponderando o seu custo-benefício, já que essas comunidades estão distantes desse ponto de geração.

Em seguida a equipe retornou ao município do Uiramutã, seguindo viagem em direção à Comunidade Indígena Wilimon e conforme o protocolo (figura 5 – anexo I), dirigiu-se para a cachoeira do Sarapó, nas proximidades da citada comunidade, no rio Ailã, coordenadas 813664,879 – 513057,960, onde foi encontrado uma queda de três metros e trinta e dois centímetros, com uma boa vazão, porém as características físicas são desfavoráveis à construção de barramento para que se pudesse aumentar a queda. E caso isto fosse feito, poderia interferir na vida da comunidade, já que

devido a grande proximidade do ponto, a água contida pela barragem poderia atingir algumas casas dessa comunidade.

Dando continuidade à viagem (figura6– anexo I), o grupo se dirigiu à cachoeira da Andorinha, também no rio Ailã. Durante este trajeto o grupo fez duas paradas, uma na comunidade Monte Moriá I e a outra no Monte Moriá II. Como de praxe expôs os objetivos do trabalho às lideranças locais. Foi enviado também um emissário à Comunidade Indígena da Andorinha solicitando permissão para a avaliação da cachoeira de mesmo nome.

Na cachoeira da Andorinha (figura7 – anexo I) foram encontradas as condições ideais do ponto de vista técnico, ambiental e econômico para a implantação de uma minicentral hidrelétrica, com capacidade de gerar 950kw/h (quadro 4 – anexo II), suficiente para levar energia elétrica a 13.300 pessoas ou a 3.166 domicílios. A figura 8 do anexo I, a partir da fotografia tirada no local, demonstra uma perspectiva de arranjo do sistema hidroenergético.

Neste caso, o cálculo da taxa de demanda teve como parâmetro 0,3kw/h por família, fundamentado nas observações feita pelo consultor técnico, Sr. Nazareno Almada, que quanto maior é a extensão da rede de interligação para o fornecimento de energia elétrica de forma ininterrupta e perene entre as comunidades da região, a demanda decresce de 0.5kw/h para 0,3kw/h. Isso se dá pelo fato de as pessoas da comunidade terem a confiabilidade no sistema, o que lhes proporcionará uma melhor redistribuição das tarefas que exigem o consumo de energia por uma parcela maior de tempo, evitando os “picos”, ou seja, a maioria das pessoas utilizando energia elétrica em um mesmo curto espaço de tempo. Outro fator apontado pelo mesmo consultor, contribuindo com a afirmação anterior, considera-se que quando um sistema amplo de atendimento de energia, o fluxo migratório entre comunidades tende a diminuir. Isso se justifica pela qualidade e igualdade no acesso à eletricidade por todas as comunidades a serem atendidas.

Dentro deste parâmetro de cálculo para a cachoeira da Andorinha está previsto além da taxa de crescimento da população, o processo produtivo e o possível retorno de pessoas ou famílias para suas comunidades de origem, que por ventura migraram para cidades.

As comunidades indígenas atendidas pelo Complexo da Andorinha seriam as das seguintes regiões: Maturuca, Morro, Pedra Branca, Wilimon, Caracanã e Pedra Preta, somando um total de 4.921 pessoas.

A construção desse complexo terá impacto moderado nas condições naturais da região, assim como na beleza da cachoeira, que poderá ser comprovado poste-

riormente por um EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental).

Considerações finais

Neste estudo foram identificadas várias dificuldades relacionadas à interiorização e extensão do suprimento de energia elétrica aos povos das Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol. Dentre elas se destacaram a distância aliada aos obstáculos naturais dos terrenos para interligação à rede elétrica convencional, os problemas logísticos do envio de pessoal para manutenção de maquinários e de óleo diesel para o abastecimento de termoeletricas ou motores. Desta forma a equipe técnica que teve por objetivo apontar locais com potencial hidráulico capazes de gerar energia elétrica de baixo impacto socioambiental, renovável e eficiente por meio de micro ou minicentrals hidrelétricas, fundamentou-se também em sua viabilidade técnica, econômica e ambiental. Assim, a proposta é de um modelo de sistemas descentralizados e isolados, baseado na implantação de minicentrals hidrelétricas, já que o potencial hidráulico de determinados pontos puderam ser confirmado pelo grupo de trabalho .

A ideia inicial era a implantação de uma mini ou microcentral na cachoeira do Bananal, outra no Maturuca para atender às respectivas comunidades, além de outras prospecções que se confirmariam ou não nas outras regiões estudadas. Porém, devido à falta dos requisitos técnicos que justificassem tal empreendimento na cachoeira do Bananal e na região do Maturuca, a equipe técnica propõe a distribuição do atendimento dessas comunidades por outros pontos de geração, levando-se em conta o potencial gerado e a distância da comunidade até as minicentrals hidrelétricas, que poderá ser visualizado no quadro 5.

Também conforme dados da mesma tabela, a projeção da taxa de demanda foi considerada satisfatória do ponto de vista técnico e econômico. Exemplos são a Terra Indígena São Marcos, como a cachoeira da Onça que tem projeção de demanda para dezesseis anos e a cachoeira do Sorocaima para quatro anos. Nesse caso poderá ser feito um reordenamento da distribuição de atendimento das comunidades envolvidas por esses dois pontos. Já que tanto as comunidades envolvidas como os potenciais energéticos encontrados estão próximos uns dos outros. Dessa forma poderia considerar uma projeção de demanda média para dez anos.

No complexo da cachoeira da Andorinha foi prospectada uma potência para um horizonte de demanda na ordem de vinte anos. Sendo que existem ainda condições

técnicas e ambientais de ampliação para o dobro de sua capacidade. Ou seja, caso necessário, poder-se-á ampliar a capacidade de geração em mais 950kw/h .

Devido á necessidade de atender a outra parte da Terra Indígena Raposa Serra do Sol que vai do Surumu ao Olho d'Água (parte do Baixo Cotingo e Serra), a equipe técnica propõe a construção de mais uma mini hidrelétrica, sendo no rio Surumu (próximo ao malocão da APTISM⁸) ou no Miang (cachoeira do Queijo nas redondezas da comunidade Surumu).

Para atender à região da Raposa, parte do Cotingo e às comunidades próximas à sede do município de Normandia, o grupo de trabalho se predispõe a um imediato levantamento hidráulico nessas regiões, assim como também no rio Mau. Dessa forma, as Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol estariam em quase sua totalidade, sendo suprida por energia elétrica de boa qualidade e proveniente de fonte limpa e renovável.

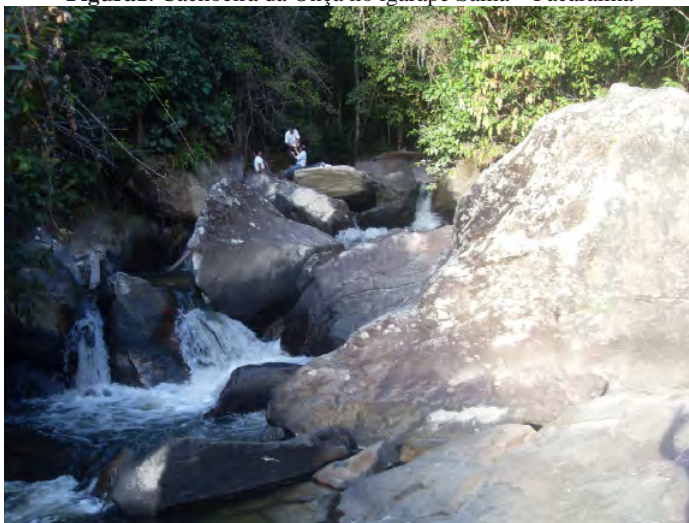
Embora haja consenso entre as comunidades da Terra Indígena São Marcos para o encaminhamento do projeto para apreciação dos órgãos competentes, a gestão desta equipe técnica, optou por aguardar reuniões futuras na citada terra indígena para a definição das demais regiões a serem atendidas, culminando com um pacto geral entre os órgãos envolvidos no projeto, as organizações indígenas assim como as comunidades envolvidas.

A Secretaria Estadual do Índio já está articulando uma nova visita do consultor técnico, Sr. Nazareno Almada, para a prospecção dos potenciais hidráulicos das cachoeiras dos rios Surumu, Miang e Maú, finalizando desta forma este trabalho.

Na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, aguarda-se a apresentação deste relatório para a discussão e pactuação das comunidades a serem beneficiadas, pelo suprimento ou não de energia elétrica proveniente do Complexo da Andorinha, conforme proposta no resumo do quadro 5.

⁸ Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos.

Figura1: Cachoeira da Onça no igarapé Samã – Pacaraima



Fonte: Youssef Filho, 2009 – novembro/2009.

Figura2: Grupo de trabalho avaliando o potencial hidráulico da cachoeira do Bananal - Pacaraima



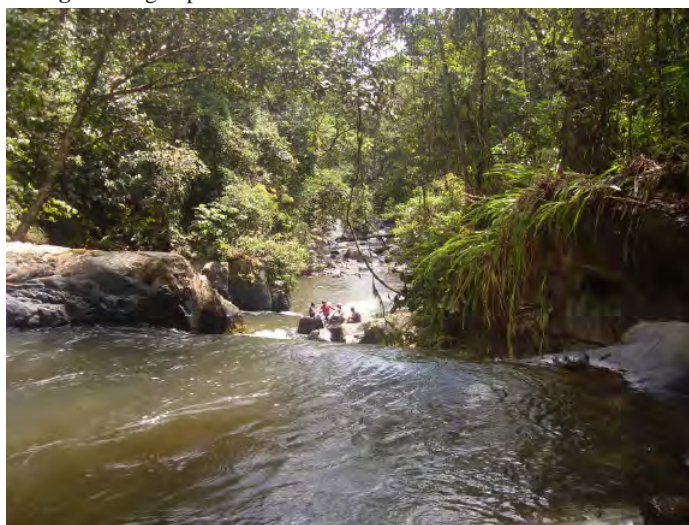
Fonte: Youssef Filho, 2009 – novembro/2009.

Figura3: Reunião na comunidade do Guariba para exposição dos objetivos da visita - Pacaraima



Fonte: Youssef Filho – novembro/2009.

Figura 4: Igarapé Sorocaima – cachoeira Sorocaima – Pacaraima



Fonte: Youssef Filho, 2009 – novembro/2009.

Figura 5: Equipe de trabalho prestando esclarecimentos às margens do rio Ailã, cachoeira do Sarapó, na comunidade Wilimon - Uiramutã



Fonte: Youssef Filho – novembro/2009.

Figura 6: Algumas das dificuldades enfrentadas pelo grupo a caminho da cachoeira da Andorinha - Uiramutã



Fonte: Youssef Filho – novembro/2009.

Figura 7: Vista panorâmica da cachoeira da Andorinha - Uiramutã



Fonte: Youssef Filho – novembro/2009.

Figura 8: Prospecção do Arranjo da Minihidrelétrica da Andorinha



Fonte: Antonio Nazareno Almada, 2009.

Anexo II

Os quadros deste anexo se referem aos dados levantados sob a supervisão técnica do Sr. Nazareno Almada, consultor técnico especializado em micro e minicentraís hidrelétricas e também do Sr. Paulo Coimbra, engenheiro mecânico da Central Elétrica de Roraima.

Quadro 1: levantamento técnico da cachoeira da Onça

| Características | |
|----------------------------|-------------------------|
| Coordenadas Geográfica UTM | 705733,6 – 493211,4 |
| Curso d'água | Igarapé Samã |
| Queda d'água | Cachoeira da Onça |
| Vazão | 830 litros por segundos |
| Altura de queda | 27 metros |

Fonte: Equipe técnica CERR/CHEA – 2009.

Quadro 2: levantamento técnico da cachoeira do Bananal

| Características | |
|----------------------------|-------------------------|
| Coordenadas Geográfica UTM | 697904,750 – 491375,406 |
| Curso d'água | Igarapé do Bananal |
| Queda d'água | Cachoeira do Bananal |
| Vazão | 30 litros por segundos |
| Altura de queda | 25 metros |

Fonte: Equipe técnica CERR/CHEA – 2009.

Quadro 3: levantamento técnico da cachoeira Sorocaima

| Características | |
|----------------------------|---------------------------|
| Coordenadas Geográfica UTM | 703140,257 – 490891,763 |
| Curso d'água | Igarapé Sorocaima |
| Queda d'água | Cachoeira Sorocaima |
| Vazão | 1.800 litros por segundos |
| Altura de queda | 12 metros |

Fonte: Equipe técnica CERR/CHEA – 2009.

Quadro 4: levantamento técnico da cachoeira da Andorinha

| Características | |
|----------------------------|--------------------------------|
| Coordenadas Geográfica UTM | 805786,589 – 522064,789 |
| Curso d'água | Rio Ailã |
| Queda d'água | Cachoeira da Andorinha |
| Vazão | 10 metros cúbicos por segundo. |
| Altura de queda | 25 metros |

Fonte: Equipe técnica CERR/CHEA – 2009.

Quadro 5: Resumo dos potenciais considerados viáveis do ponto de vista técnico, econômico e ambiental e divisão das comunidades atendidas por cada potencial hidroenergético

| | CACHOEIRA DA ONÇA | CACHOEIRA DO SOROCAIMA | CACHOEIRA DA ANDORINHA |
|----------------------------------|---|--|--|
| RIO OU IGARAPÉ | Samã | Sorocaíma | Ailã |
| MUNICÍPIO | Pacaraíma | Pacaraíma | Uiramutã |
| TERRA INDÍGENA | São Marcos | São Marcos | Raposa Serra do Sol |
| CAPACIDADE DE GERAÇÃO | 120kw/h | 158kw/h | 950kw/h |
| CAPACIDADE TOTAL DE ATENDIMENTO | 1.008 pessoas | 1.327 pessoas | 13.300 pessoas |
| Nº. DE PESSOAS A SEREM ATENDIDAS | 432 | 1.048 | 4.921 |
| PROJEÇÃO DE DEMANDA | 16 anos | 04 anos | 20 anos |
| COMUNIDADES ATENDIDAS | Nova Esperança, Aldeia Samã, Samã II, Ingarumã e Sorocaíma I. | Sorocaíma II, Guariba, Bananal e Boca da Mata. | *Maturuca, Morro, Pedra Branca, Wilimon, Caracanã e Pedra Preta. |

Fonte: Youssef Filho com base nos dados técnicos levantados.

* OBSERVAÇÃO - Na tabela acima, as comunidades atendidas pelo complexo da cachoeira da Andorinha foram citados somente os pólos-base de acordo com a divisão do DSL/2008. A relação completa das comunidades a ser atendidas é a seguinte:

MATURUCA: Maturuca, Ticoça, Camararém, Flexalzinho, Lilás, Socó, Nova Jerusalém (Macedônia), Pavão, Bananeira, Santa Rita e Bom Futuro.

MORRO: Morro, Maracanã I, Maracanã II e Santa Tereza.

PEDRA BRANCA: Pedra Branca e Enseada.

WILIMON: Wilimon, Uiramutã, Monte Moriá I, Monte Moriá II, Lage, Prododó, Kaxiriman, Pé da Serra, Popó, Kumapai, São Francisco e São Gabriel.

CARACANÃ: Caracanã, Nova Vida, Macuquém, Flexal, Andorinha, Ximaral, Santa Creuza, Santa Luzia,

Arapá, Barro, Waronkayen, Salvador e Monte Sião.
PEDRA PRETA: Pedra Preta, Pedra Preta II e Ylainã.

Referências bibliográficas

Atlas de energia elétrica do Brasil / Agência Nacional de Energia Elétrica. Ed. – Brasília: Aneel, 2008.

BRASIL. Programa Luz para Todos – Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica. – **Manual de Projetos Especiais.** Eletrobrás – Ministério das Minas e Energia.

CENSO POPULACIONAL POR REGIÃO POLO-BASE E COMUNIDADE DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA O LESTE DE RORAIMA – DSL/2008.

CERR. PLANIS 4 – Dados Básicos Anuais de Mercado E DE CARGA PRÓPRIA: ENERGIA (MWh) – DEMANDA (KW) – Ciclo 2008.

ELETROBRAS; DNAEE. **Manual de microcentrais hidrelétricas.** Brasília: Ministério de Minas e Energia, 1985.

ISA – Instituto Socioambiental. **De Olho nas Terras Indígenas do Brasil.** Disponível em <<https://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas>>. Acesso em 21 de novembro de 2016.

RONDINA, José Mateus. **Pequenas Centrais Hidrelétricas.** UFMT, 2008.

TIAGO FILHO, Geraldo Lúcio. **Pequenos Aproveitamentos Hidroelétricos – Soluções Energéticas para a Amazônia.** Brasil: Ministério das Minas e Energia, 2008.

YOUSSEF FILHO, Adnan Assad. **Acervo fotográfico.** Potenciais hidroenergéticos das terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos, 2009.

ARTIGO

PADRÃO LOCACIONAL DAS CULTURAS DE ARROZ E SOJA NO ESTADO DE RORAIMA NO PERÍODO DE 2004 A 2013

Introdução

O agronegócio no Brasil tem apresentado nos últimos anos, uma grande participação na economia do país, em especial no chamado Produto Interno Bruto-PIB. De acordo com os dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada CEPEA (2013), no ano de 1994 a 2013, o agronegócio atingiu cerca de 22,54% na participação do PIB total do Brasil.

Conforme Mendes (2007), por agronegócio deve-se entender a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com base neles.

Como cita Callado (2011), desde que o ambiente rural passou a ser investigado com maior interesse, o tradicional setor primário tem se transformado em agronegócio. As propriedades rurais agora são entendidas como organizações agroindustriais. A conotação profissional dada ao termo agronegócio é responsável por uma mudança de paradigma sem precedentes no meio rural, e admite referências sobre novas modalidades de empreendimento.

No Estado de Roraima o agronegócio aos poucos vem conquistando espaço e um lugar relevante na economia de mercado, tendo como destaque o agronegócio do arroz irrigado e a soja. Apesar de que em um modo geral, o Estado, em alguns setores do agronegócio apresenta dificuldades no uso da tecnologia e na regulamentação fundiária.

De acordo com os estudos realizados por RORAIMA (2005), o arroz irrigado é um dos principais produtos da agricultura do Estado, a composição dessa produção, já alimenta aproximadamente dois milhões de pessoas no Amazonas, Amapá e Pará, além do próprio Estado de Roraima. Neste processo produtivo, mantem-se apro-

* Graduada em Economia/UFRR – nathanybrandao@hotmail.com

** Docente da UFRR e Doutora em Economia pelo PIMES-UFPE – vf-araujo@hotmail.com

ximadamente 1.000 empregos diretos, 6.000 indiretos, contabilizando em 200, cerca de 128 milhões, o que equivale a 10,25% do PIB estadual.

O segundo produto de destaque no agronegócio em Roraima é a soja. Apesar de ser recente seu cultivo, ela vem apresentando crescimento ao longo do tempo, tanto em áreas plantadas como também em produtividade, pelo fato de se desenvolver com rapidez. Os produtores de Roraima colhem em 100 dias as variedades de ciclo médio e longo, que demoram até 140 dias para serem colhidas na região Centro-Sul do País. Alcançando a produtividade média de 40 sacas por hectare, alguns chegam a produzir 58 sacas. Segundo dados da Embrapa, Roraima dispõe de aproximadamente 1,5 milhão de hectares propícios à produção em grãos, e a soja pode ocupar até 700 mil hectares dessa produção (RORAIMA, 2005).

A posição estratégica do Estado permite o escoamento da produção, por via rodoviária, para Venezuela e Itacoatiara no Amazonas. Desta forma consegue-se atingir o mercado regional e internacional. A ligação via Georgetown na Guiana depende da conclusão de pavimentação da estrada naquele país, que faz parte do eixo de integração conhecido como Arco Norte.

Sendo assim, além de Roraima apresentar clima e área favorável tanto para a cultura do arroz, como para a cultura da soja, as duas culturas têm grande relevância para a economia do Estado. Pode-se destacar ainda, que as mesmas, utilizam grande massa de empregos para mão de obra e relevância no uso de suas tecnologias.

Ao considerar o crescimento do agronegócio no Estado de Roraima, a motivação deste trabalho reside em poder apresentar a evolução da produção na cultura do arroz e da soja, determinar o padrão locacional do arroz e da soja, bem como apresentar a cultura que se destaca no setor do agronegócio em Roraima a partir de medidas de localização, buscando contribuir com um maior conhecimento da estrutura produtiva desse setor. Esse tipo de conhecimento é importante na formulação de políticas públicas que visem um maior aproveitamento das características produtivas do Estado de Roraima.

Nessa perspectiva, o objetivo principal deste trabalho é identificar o padrão de concentração, bem como o grau de importância das culturas do arroz e da soja no estado de Roraima, para o período de 2004 a 2013, buscando identificar qual dessas culturas mais se destaca na produção do estado de Roraima, bem como, as possíveis mudanças ocorridas na produção de tais culturas ao longo do período analisado.

Desta forma, o presente trabalho contempla, além desta introdução, a seção 1, que apresenta de forma abreviada a evolução e as mudanças ocorridas na produção das culturas do arroz e da soja no estado de Roraima ao longo do período de nossa

análise (2004-2013); a seção 2, que traz a metodologia aplicada a pesquisa; a seção 3, que apresenta os resultados e análises; e por fim, a última seção, traz as considerações finais.

Agronegócio do arroz e da soja em Roraima

A produção de grãos em Roraima vem crescendo com o passar dos anos e ganhando espaço no mercado primário. A cultura do arroz é a que mais se destaca, e tem maior contribuição no uso das exportações. Os maiores produtores encontram-se nos municípios de Pacaraima, Normandia, Bonfim, e em sua grande maioria essa produção se concentra em terras indígenas, compostas pelas etnias Macuxi e Wapixana. O gráfico 1 a seguir, demonstra a evolução da produção de grãos, para o período de nossa análise (2004-2013).



Fonte: PAM - Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES (2004-2013).

Conforme mostra o gráfico 1, a produção de arroz em 2004 atinge sua maior produção, e em 2009 apresenta uma queda por conta das demarcações das terras indígenas. Em seguida, destaca-se a soja, que com seu cultivo recente no estado, apresenta pequenas escalas de produção. Em 2005 a soja apresentou seu maior grau de produção (ver gráfico 1), e nos anos seguintes queda na safra, porém no ano de 2013 atinge sua maior safra, superando a safra do ano de 2005.

Em primeiro lugar, na produção de arroz, destaca-se o município de Pacaraima. Conforme Martinez (2014), a cultura agrícola do município, o arroz, durante os anos de 1999 a 2004 registrava aumento na área plantada e da quantidade produzida, se tornando em 2004 o maior produtor de arroz do Estado, com a produção de quase 55 mil toneladas abrangendo uma área plantada de aproximadamente 9 mil hectares, o que gerou no ano R\$ 30,7 milhões em valor bruto de produção, resultado este que nunca mais foi registrado no município.

A partir de 2005 a produção de arroz vem declinando no município de Pacaraima. Em 2011, alcançou produção de pouco mais de 5 mil toneladas, o que representa apenas 9% do que já foi produzido em 2004. Ou seja, de município que tinha sua produção focada na geração de excedente agrícola para abastecer outros mercados, Pacaraima passou a organizar sua agricultura em bases de subsistência local (MARTINEZ, 2014).

Normandia tem como principal produto agrícola o arroz, que representa 79% do total da produção agrícola no ano de 2011, e abrange 78% da área total plantada no município. Esse plantio eleva Normandia, ao posto de segundo maior produtor de arroz no estado de Roraima (MARTINEZ, 2014). Nesse município, a produção do arroz chegou a alcançar 47 mil toneladas colhidas, em 2006, abrangendo área de 7.600 hectares. No entanto, a produção encolheu 60%, restringindo-se a 19 mil toneladas, aproximadamente, no ano de 2011. Essa retração da produção de arroz no município se deve à expulsão dos produtores localizados na terra indígena Raposa Serra do Sol, diminuindo a área plantada 63% (MARTINEZ, 2014).

Segundo Oliveira *apud* AARR (2014), o setor do agronegócio do arroz em Roraima já vem desenvolvendo suas atividades observando e cumprindo as normas vigentes inerentes ao meio ambiente, principalmente, com rotatividade de culturas nas mesmas áreas, utilizando tecnologias e sementes genericamente melhoradas para o aumento da produtividade, com resultados satisfatórios, tanto econômicos quanto ambiental.

A tabela 1, demonstra o comportamento da produção de arroz em casca (crescimento e declínio) no Brasil, na Região Norte e no Estado de Roraima, ao longo do período adotado para análise (2004-20013).

Tabela 1: Área plantada na produção do Arroz (em casca) - ha

| Período | Brasil | Região Norte | Roraima |
|---------|-----------|--------------|---------|
| 2004 | 3.774.215 | 612.598 | 26.300 |
| 2005 | 3 999 315 | 659.460 | 23.435 |
| 2006 | 3.010.169 | 468.667 | 22.200 |
| 2007 | 2.915.316 | 465.565 | 19.000 |
| 2008 | 2.869.285 | 434.767 | 22.200 |
| 2009 | 2.905.202 | 392.427 | 15.500 |
| 2010 | 2.778.173 | 373.847 | 15.500 |
| 2011 | 2.855.312 | 440.915 | 20.000 |
| 2012 | 2.443.182 | 335.178 | 20.000 |
| 2013 | 2.386.821 | 284.673 | 15.342 |

Fonte: IBGE, 2004-2013.

O plantio da cultura do arroz tem como destaque o ano de 2009, onde ocorreu a saída dos arrozeiros por conta das demarcações das terras indígenas Raposa e Serra do Sol, com esse episódio a safra de 2009 declinou, e como mostra a tabela 1, regionalmente e no Brasil o plantio também apresentou uma queda na produção.

A queda na safra que ocorreu no ano de 2009 se reflete no ano seguinte, tanto no estado de Roraima, como também na região norte e no país. Na tabela 1, pode-se observar que a safra do ano de 2009 e 2010 no estado de Roraima se mantém. Porém, no ano de 2011, o estado de Roraima apresentou crescimento na safra comparado com o ano anterior, a região norte apresentou queda e o Brasil um leve crescimento na plantação da cultura do arroz.

De acordo com estudos realizados pela Embrapa (2005), o estado de Roraima aparece na relação dos produtores de grãos, como uma área de fronteira agrícola onde a soja começou a ser plantada recentemente. Em 2004 foram plantadas 12.000 ha, com produtividade média estimada de 2.750 kg/ha e estimativa de crescimento tanto da área plantada como em produtividade.

Existe em Roraima, aproximadamente 1,5 milhões de hectares distribuídos nos municípios de Bonfim, Cantá, Boa Vista, Alto Alegre, todos na região de cerrados, onde a soja apresenta potencial elevado de produtividade, ciclo entre 100 e 110 dias e produção na entressafra brasileira. A posição estratégica do Estado permite o escoamento da produção, por via rodoviária, para Venezuela e Itacoatiara no Amazonas. Desta forma consegue atingir o mercado regional e internacional (EMBRAPA, 2005).

Pelo que se observa, a condição climática observada na região dos cerrados de Roraima atende plenamente as exigências da cultura da soja. A coincidência do período chuvoso (período de produção) com o período de baixa insolação e alta temperatura faz com que as variedades de soja completem o ciclo ente 100 e 110 dias, mesmo usando cultivares com período juvenil longo (EMBRAPA, 2005).

A tabela 2 a seguir, mostra a área plantada da soja em casca no estado de Roraima, na região norte e no Brasil. A produção da soja no estado de Roraima é recente, comparado a outras culturas e até mesmo vale citar a cultura do arroz, porém apesar de ser recente seu plantio, os produtores estão investido muito na produção dessa cultura. Esse investimento acontece, porque a sua produção acontece três vezes ao ano e por ser um produto fácil de ser exportado.

Tabela 2: Área plantada na produção da Soja (em casca) - ha

| Período | Brasil | Região Norte | Roraima |
|---------|------------|--------------|---------|
| 2004 | 21.601.340 | 359.434 | 12.000 |
| 2005 | 23.426.756 | 514.296 | 13.000 |
| 2006 | 22.082.666 | 517.943 | 11.000 |
| 2007 | 20.571.393 | 455.075 | 7.000 |
| 2008 | 21.063.721 | 508.024 | 8.000 |
| 2009 | 21.761.782 | 500.050 | 1.400 |
| 2010 | 23.339.094 | 562.748 | 1.400 |
| 2011 | 24.032.410 | 638.315 | 3.600 |
| 2012 | 25.090.559 | 686.513 | 5.000 |
| 2013 | 27.948.605 | 925.707 | 14.900 |

Fonte: IBGE, 2004-2013.

Os dados da tabela 2 acima, demonstram que a soja apresentou no ano de 2009 uma grande queda na sua produção, este declínio acentuado ocorreu pelo mesmo motivo da queda da produção do arroz, que foi a questão das plantações estarem dentro das terras indígenas. Sua maior safra e conseqüentemente sua maior área plantada ocorre no ano de 2013, com o plantio de 14.900 há. Neste mesmo ano, a região norte também apresentou crescimento em seu plantio e o Brasil atinge sua maior safra (plantio) comparada aos anos anteriores.

Metodologia

O presente trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa sobre as culturas do arroz e da soja no estado de Roraima, para o período de 2004 a 2013, na qual teve como principal fonte de uso de dados de pesquisa os sites do IBGE, da SEPLAN e EMBRAPA.

A partir da teoria da localização como análise, se tem o setor do agronegócio como principal fonte de estudo. Baseado em Ferreira de Lima et al. (2004), será calculado o Coeficiente de Localização (CL) e o Quociente Locacional (QL) das culturas do arroz e da soja para o Estado de Roraima, considerando o uso das terras, ou seja, a quantidade de áreas utilizadas no cultivo do arroz e da soja, no intuito de demonstrar o padrão de localização dessas culturas neste Estado.

Conforme os autores, esses indicadores de análise regional são cômodos e confiáveis para o tratamento de variáveis distribuídas em unidades espaciais de tamanhos diferentes. As medidas adotadas, fornecerão uma medida de importância relativa do uso dessas culturas para o estado, comparando o seu peso ou participação no uso da terra cultivada do arroz e da soja.

Os dados utilizados no cálculo desses índices são da Produção Agrícola Municipal do IBGE, para o período de 2004-2013, considerando, nesse procedimento, apenas os dados das culturas temporárias, dentre as quais a produção do arroz e da soja se inclui. Foram utilizadas como variáveis, nesse procedimento metodológico, as áreas plantadas de arroz e de soja e das demais culturas de lavouras temporárias, em hectares.

As sub-seções a seguir apresentam as fórmulas adotadas para determinar essas medidas que vão expressar o padrão locacional do estado de Roraima em relação a produção do arroz e da soja.

O Coeficiente de Localização

O Coeficiente de Localização (CL) relaciona a distribuição percentual do uso das culturas do arroz e da soja, com a distribuição percentual do uso das culturas para o estado de Roraima. Seu cálculo é expresso pela equação a seguir:

$$CL = \frac{\sum_j \left| \left(\frac{T_{ij}}{\sum_j T_{ij}} \right) - \left(\frac{\sum_i T_{ij}}{\sum_i \sum_j T_{ij}} \right) \right|}{2}$$

(2.1)

Em que:

- T_{ij} = Área usada na modalidade i no estado de Roraima;
- $\sum_j T_{ij}$ = Área usada na modalidade i nos estados da região Norte;
- $\sum_i T_{ij}$ = Área usada em todas as modalidades no estado de Roraima;
- $\sum_i \sum_j T_{ij}$ = Área usada em todas as modalidades na região Norte.

Se o *Coefficiente de Localização* for igual a zero (0), significa que a modalidade de uso i (arroz ou soja) estará distribuída regionalmente da mesma forma que o conjunto de todas as modalidades. Se o valor for igual a um (1), demonstrará que a modalidade i (arroz e soja) apresenta um padrão de concentração regional mais intenso do que o conjunto de todas as modalidades. Assim, os resultados próximos a 0 demonstraram uma dispersão significativa no uso das terras. Ao contrário os valores próximos a 1 demonstraram uma concentração significativa.

Segundo os estudos de Ferreira de Lima et al. (2004), o CL indica o comportamento do uso das terras no espaço. A utilização desse indicador permitirá a análise das características de localização das culturas do arroz e da soja, a partir da forma de localização num período temporal. Nesse caso, o grau de concentração ou dispersão espacial dessa cultura.

O Quociente Locacional

O Quociente Locacional (QL) é utilizado para comparar a participação percentual da área utilizada de um estado, em um setor particular, com a participação percentual no total da região/Brasil. E é expresso por:

$$QL_{ij} = \frac{\frac{T_{ij}}{\sum_i T_{ij}}}{\frac{\sum_j T_{ij}}{\sum_i \sum_j T_{ij}}}$$

(2.2)

O QL pode ser analisado a partir de modalidades específicas ou no seu conjunto. No nosso caso, será analisado a partir das culturas do Arroz (em casca) e da Soja (em grãos) no estado de Roraima. Quando $QL_{ij} \geq 1$ a proporção de terras empre-

gadas na cultura em uma unidade geográfica específica é maior que a proporção de terras empregadas naquelas culturas na unidade geográfica de referência. Além disso, $QL_{ij} \geq 1$ demonstra a importância da cultura no contexto regional em relação ao uso estudado, ou seja, a cultura é relativamente mais importante em termos de uso em questão, do que em termos gerais de todos os usos. Ou seja, a cultura (arroz e soja) que apresentar um $QL_{ij} \geq 1$ demonstrará uma maior especialização dessa produção.

Resultados e análise

A partir da metodologia apresentada na seção anterior, no intuito de averiguar quanto à concentração e a especialização das culturas do Arroz e da Soja para o Estado de Roraima, obtivemos os resultados para os Coeficientes de Localização e Quociente Locacional, que se encontram apresentados nas Tabelas 3 e 4, expostas a seguir.

Resultados dos Coeficientes de Localização

A Tabela 1 a seguir nos apresenta os Coeficientes de Localização para o período de 2004 a 2013, em que são distribuídos gradativamente para melhor observar sua evolução. Os resultados próximos à zero (0) demonstram uma dispersão significativa no uso das terras para o cultivo das culturas do Arroz e da Soja e os valores próximos a um (1) demonstram uma concentração acentuada.

Tabela 3: Coeficiente de Localização das culturas do Arroz e da Soja no estado de Roraima (2004 – 2013)

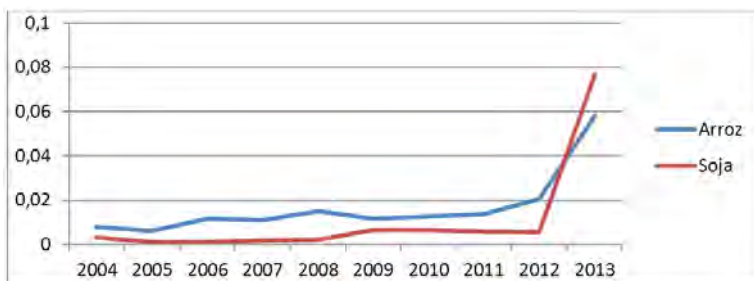
| Anos | Arroz - CL | Soja - CL |
|------|------------|-----------|
| 2004 | 0,0081 | 0,0033 |
| 2005 | 0,0061 | 0,0010 |
| 2006 | 0,0118 | 0,0011 |
| 2007 | 0,0110 | 0,0017 |
| 2008 | 0,0152 | 0,0023 |
| 2009 | 0,0117 | 0,0065 |
| 2010 | 0,0128 | 0,0066 |
| 2011 | 0,0138 | 0,0060 |
| 2012 | 0,0206 | 0,0055 |
| 2013 | 0,0581 | 0,0770 |

Fonte: IBGE, 2004-2013.

De acordo com a tabela 3, podemos observar ao longo do período analisado do cultivo do arroz, que o Coeficiente de Localização (CL), apresenta valores próximos de zero. No entanto, observamos que os valores do CL, vão se afastando de zero, o que significa que o cultivo do arroz cresce, ou seja, apresenta um comportamento de concentração de áreas plantadas em Roraima.

Entretanto, em 2009 o valor do CL se retrai, passando de 0,0152 em 2008 para 0,0117 em 2009, ou seja, temos um comportamento de dispersão de áreas plantadas, onde podemos relacionar esse comportamento a saída dos arroteiros das terras indígenas, por causa da demarcação denominada Raposa e Serra do Sol. Podemos visualizar esse comportamento mais claramente no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 2: Comportamento do CL do Arroz e da Soja



Como pode ser observado no gráfico 2, no período de 2010 a 2013, o valor do CL do arroz volta a crescer, e cresce de forma mais acentuada de 2012 a 2013, significando que ocorreu uma recuperação de áreas plantadas, pois de acordo com Oliveira (2014), houve uma transferência de cadeia produtiva do arroz para outros municípios que já apresentavam potencialidades, e ainda continuam-se desenvolvendo as atividades de plantação de arroz nas terras demarcadas sem a devida segurança jurídica da posse das terras.

Ainda na Tabela 3, podemos observar em relação ao cultivo da soja, que para o período de 2005 a 2007, o Coeficiente de Localização, apresenta valores, cada vez mais baixos, bem próximos de zero, ou seja, um comportamento de acentuada dispersão de áreas plantadas de soja. Entretanto, a partir de 2008, os valores dos CL's começam a crescer, de forma modesta, mas de maneira contínua, se afastando cada vez mais de zero, significando assim, um comportamento rumo a uma situação de concentração de áreas plantadas de soja no estado de Roraima. Esse comportamen-

to fica explícito no gráfico 2, onde podemos constatar um acentuado crescimento da soja de 2012 a 2013.

Portanto, comparando as duas culturas, o arroz e a soja, a que apresenta crescimento significativo expresso por meio do coeficiente de localização é a cultura do arroz em casca, que apesar de suas variações, ainda continua sendo a cultura que apresenta uma maior concentração de terras cultivadas no estado de Roraima.

Resultados do Quociente Locacional

Na investigação quanto à especialização das culturas do arroz e da soja, tendo como produtor o Estado de Roraima, por meio da metodologia adotada, obtivemos os resultados do Quociente de Localização expostos na Tabela 4, a seguir.

Tabela 4: Quociente de Localização das Culturas do Arroz e da Soja no Estado de Roraima (2004 – 2013)

| Anos | Arroz – QL | Soja – QL |
|------|------------|-----------|
| 2004 | 1,6059 | 1,2488 |
| 2005 | 1,5278 | 1,0867 |
| 2006 | 2,0060 | 0,8994 |
| 2007 | 2,1699 | 0,8178 |
| 2008 | 2,4931 | 0,7688 |
| 2009 | 2,4816 | 0,1759 |
| 2010 | 2,6333 | 0,1580 |
| 2011 | 2,5710 | 0,3196 |
| 2012 | 3,2522 | 0,3969 |
| 2013 | 0,3165 | 0,0945 |

Fonte: IBGE, 2004-2013.

Os períodos cujos Quocientes de Localização são maiores ou igual a 1 (um), demonstram uma maior especialização na produção tanto na cultura do arroz como na cultura da soja no contexto regional. De acordo com os dados da Tabela 4, observa-se que entre a cultura do arroz e a cultura da soja, a que apresenta maior grau de importância relativa, no contexto regional, é a cultura do arroz em casca, onde, conforme os dados da tabela 4 acima é a cultura mais especializada do Estado.

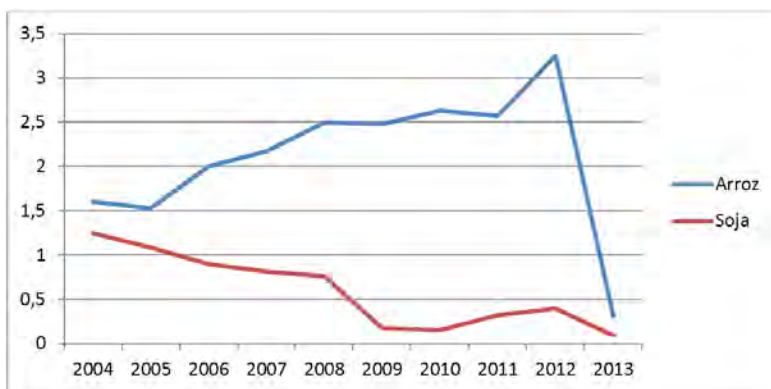
Observa-se que de 2004 a 2006 temos um declínio no Quociente Locacional do arroz, passando de 1,6059 em 2004 para 1,5278 em 2005, significando um menor grau de especialização. Porém de 2006 a 2012, este coeficiente volta a crescer saindo

de 2,0060 em 2006 para 3,2522 em 2012, uma recuperação significativa, e portanto uma maior especialização dessa cultura no estado de Roraima. Em 2013 o Quociente Locacional do arroz declinou novamente, onde podemos apontar como justificativa o crescimento no cultivo de outras culturas.

Já o Quociente Locacional da soja, de acordo com a Tabela 4 acima, apresenta uma maior especialização em sua produção de 2004 a 2006. No entanto avaliando esse Quociente ao longo dos períodos de 2004 a 2013 observamos que ele vai declinando, ou seja, ocorre uma queda em sua especialização. Vale ressaltar que no ano de 2013 a produção da soja teve um grande crescimento no Estado, porém, isso não causou impacto em termos de especialização na produção dessa cultura por conta das demais culturas regionais que obtiveram no mesmo ano, um grande crescimento em suas produções.

Esse comportamento de declividade do QL da soja, pode ser melhor visualizado no gráfico 3 abaixo, que mostra claramente o comportamento do QL tanto do arroz como da soja durante o período analisado. Podemos visualizar no gráfico 3, que de 2004 a 2006, o QL da soja apresenta seu maior grau na especialização, já nos anos seguintes pode ser visto que o QL vai sofrendo queda em sua especialização.

Gráfico 3: Comportamento do QL do arroz e da Soja



Fonte: IBGE, 2004-2013.

Portanto, avaliando num contexto geral para todo o período de nossa análise (2004-2013), em relação ao Quociente Locacional, tanto do arroz como da soja, a cultura que apresentou um maior grau de importância relativa, foi a cultura do Arroz em casca, onde apesar de suas variações, continua sendo a cultura que apresenta maior especialização em seu cultivo no Estado de Roraima.

Considerações finais

Avaliando o padrão locacional das culturas do arroz e da soja, podemos constatar que ao longo do período analisado (2004-2013), o Coeficiente de Localização, que fornece o grau de concentração ou dispersão para essas culturas, teve um comportamento variável.

Pôde-se observar, na análise dos resultados (seção 4), que o CL do arroz apresentou grau de concentração crescente de áreas plantadas no período de 2004 a 2008. Porém, em 2009 o CL do arroz sofre um declínio, significando uma dispersão em seu cultivo, em 2010 volta a se recuperar, expresso por meio do crescimento do CL, e apresentar crescimento no cultivo de sua cultura no estado de Roraima.

Na cultura da soja, observou-se que seu CL apresentou grau de dispersão ao longo do período analisado, visto que os valores apresentados são bem baixos e próximos de zero. No entanto, registramos crescimento nos valores dos CL's a partir de 2009, explicado pelo crescimento real de sua produção a partir de 2009, onde a quantidade produzida passa de 3.920 toneladas em 2009 para 40.200 toneladas em 2013.

Portanto, de forma comparativa, pode-se dizer que o crescimento de áreas plantadas da cultura do arroz em relação ao da soja, ocorreu de forma mais expressiva para o arroz, para período analisado, ou seja, o cultivo dessa cultura ocorreu de forma mais concentrada.

No que se refere ao Quociente Locacional, observou-se que a cultura que apresentou um maior grau de importância para o Estado, foi a cultura do arroz em casca. Durante o período de 2004 a 2012, o arroz apresentou alto nível de especialização em seu cultivo. De 2012 a 2013 ocorreu um grande declínio em sua especialização, pois além de ter ocorrido redução de áreas plantadas dessa cultura, as outras culturas expressivas na Região Norte e no estado de Roraima apresentaram aumento em suas safras.

Por outro lado, o Quociente Locacional da soja, durante os primeiros anos de nossa análise (2004 a 2008), apresentou resultados significativos, apontando para um comportamento que seria de especialização em sua produção, no entanto esses valores foram declinando ao longo de todo período. Observou-se, que de 2009 a 2012, apresentou comportamento de recuperação, porém volta a declinar. Ou seja, a cultura vem crescendo, mas isso não está sendo captado pelo valor do Quociente Locacional, pois o QL avalia em termos de especialização da cultura, e de acordo com a metodologia, a análise é feita de forma proporcional com as outras culturas.

A produção do arroz em casca e da soja em grãos apresentou ao longo do período analisado (2004 a 2013) variações caracterizadas pelos seus leves crescimentos e declínios dessas atividades produtivas. Essas instabilidades na produção dessas culturas são caracterizadas por vários fatores, uns dos principais motivos são devido à questão fundiária do estado de Roraima que é muito complexa.

No estado de Roraima, o agronegócio ainda está em fase de crescimento e adaptação. O uso das terras no Estado, ainda é muito instável, trazendo aos produtores de grãos incertezas para o futuro. Outra questão relevante a se considerar é o uso de tecnologias, aperfeiçoamento do uso das máquinas agrícolas, que para os produtores muitas vezes não compensa por conta do seu alto valor no mercado roraimense. Entretanto, por conta da falta do uso de máquinas especializadas para seus cultivos, os produtores acabam contratando mais mão de obra para a realização da produtividade das culturas do arroz, como da soja. Aumentando assim, a mão de obra empregada no mercado roraimense.

Quanto à produção do arroz em casca em Roraima, temos indicativos de que as variações em relação ao padrão locacional ocorrem por causa da questão fundiária no estado que é muito complexa, expressos pela expulsão dos arrozeiros com a demarcação de terras indígenas e conseqüentemente paralização e transferências de rizicultores, mesmo assim, apesar dessas questões, que ocasionaram a grande queda da safra de arroz no período de 2009 a 2010, o arroz ainda continua sendo a principal cultura do estado de Roraima.

A produção da soja ainda é uma cultura em fase de crescimento no estado de Roraima, mas que passa pelas mesmas dificuldades que a cultura do arroz vem passando ao longo do tempo. O agronegócio da soja em termos nacionais é um mercado que ao longo dos anos só vem crescendo e ganhando valor na balança comercial brasileira. Isso aos poucos vem acontecendo para o agronegócio implantado em Roraima, porém em pequenas escalas de crescimento.

Vale também ressaltar, que tendo essas culturas (o arroz e a soja) duas ou até três colheitas no ano (dependendo do Estado), a produção consegue atender tanto ao mercado interno quanto o mercado externo, favorecendo assim as exportações no agronegócio brasileiro. Para o caso de Roraima, dada a sua posição estratégica, o escoamento da produção dessas culturas, pode se dar por via rodoviária, para Venezuela e Itacoatiara no Amazonas, conseguindo desta forma, atingir o mercado regional, bem como o mercado internacional.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, V. F. **Padrão Locacional do Setor Sucrialcooleiro no Brasil: Evolução e algumas evidências (1995-2010)**. 2012. 20p. Tese (Doutorado em Economia) – PIMES. Universidade Federal de Pernambuco, Recife 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Lavouras Temporárias 2004 a 2013**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2013/default_temp_ods.shtm>. Acesso em: 02 de Junho de 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal: Lavouras Temporárias e Permanentes 2005 a 2013**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766>>. Acesso em: 09 de Abril de 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Arroz**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/arroz>>. Acesso em: 08 de Junho de 2015.

CALLADO, A. (org), **Agronegócio**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 193 p.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Pib do agronegócio dados de 1994 a 2013**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/other/Pib_Cepta_1994_2013_final.xlsx>. Acesso em: 15 de Abril de 2015.

EMBRAPA RORAIMA. **Cultivo de soja no cerrado de Roraima**. Boa Vista: Embrapa Roraima, 2005. 121p.

EMBRAPA. **Cultivo de soja no cerrado de Roraima, 2005**. Boa Vista: EMBRAPA Roraima, 2005. 119 p.

FERREIRA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A.; ALVES, L. R. e PIFFER, M. A localização e as mudanças da distribuição setorial do PIB nos estados da Região Sul (1970-1998). IN: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER)**. Cuiabá, Anais. Cuiabá: SOBER, 2004.

HADDAD, J. H. (Org) **Economia Regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza. BNB\ETIENE, 1989.

MARTINEZ, Fábio Rodrigues. **O crescimento econômico de Normandia, Uiramutã e Pacaraima no período de 1999 a 2011**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, Boa Vista, 2014. 115 p.

MENDES, J. T. **Agronegócio**: Uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 228 p.

OLIVEIRA, Alessandra Ananda Souza de. **O agronegócio da cultura do arroz irrigado em Roraima**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Roraima, Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe, Boa Vista, 2014. 111 p.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. **Produção em grãos no estado de Roraima 2004 a 2013**. Roraima: 27/10/2011. Disponível em: <<https://drive.google.com/folderview?id=0B0siwv6TBwYmNEpWdGFMbmFHcVU&usp=sharing&tid=0B0siwv6TBwYmQ0Nsckc4dExGUVe>>. Acesso em: 02 de Abril de 2015.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. **Roraima em síntese 2015**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0siwv6TBwYmYnFGQTRJZUZMckU/view?pli=1>> Acesso em: 21 de Abril de 2015.

RORAIMA: **economia e mercado**: Dados Econômicos e Sociais 2005. Boa Vista: FE-COMÉRCIO – RR, 2005. 148 p.

ARTIGO

RECURSOS HÍDRICOS E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Introdução

O uso dos recursos hídricos e sua conservação é um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável, devido ao aumento da população e à falta de controle dos impactos das atividades antrópicas sobre o espaço natural. Existem muitos problemas na distribuição dos recursos hídricos no globo terrestre, com um descompasso entre as localizações das disponibilidades hídricas e a das demandas, pois as águas estão distribuídas de forma heterogênea, tanto no tempo como no espaço geográfico. Esta distribuição desigual tem gerado instabilidades e conflitos econômicos e socioambientais em inúmeras regiões do globo, os quais tendem a agravar-se com o tempo.

Nas discussões acerca do desenvolvimento sustentável, a água, além de recurso estratégico, é um bem comum que deve ser compartilhado por todos, mantendo a sua qualidade e quantidades disponíveis para as futuras gerações. Segundo Pielou (1998), a água é muito mais do que um recurso natural que faz parte do nosso planeta, a bilhões de anos, é a maior responsável pela dinâmica funcional da natureza.

Existe na atualidade uma necessidade premente de que a água seja tratada como um recurso estratégico, para que o seu uso sustentável seja conduzido na sua utilização de forma racional. Isto pode ser conseguido por meio de um planejamento e gestão integrados, baseando-se principalmente no respeito ao princípio de que todos têm direito à água de qualidade, como um bem fundamental à vida.

* Mestranda em “Desenvolvimento Regional da Amazônia” NECAR/UFRR, Especialista em Geotecnologias para o Desenvolvimento Sustentável – NECAR/UFRR; Engenheira Agrônoma – UFRR. E-mail.: audreyneryr@hotmai.com

** Professora do Departamento de Economia-UFRR. Doutora em Economia Internacional e Desenvolvimento. E-mail.: sanma239@hotmail.com

*** Professor do Departamento de Geografia-UFRR. Doutor em Geografia. E-mail: jaimeagostinho@hotmail.com

Atualmente mais de um bilhão de pessoas no mundo não têm água suficiente para atender as suas demandas domésticas, que segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS é de 200 litros/dia. Estima-se que, em dez anos, haverá 5,5 bilhões de pessoas vivendo em áreas com moderada ou elevada escassez de água, e aproximadamente oito bilhões de pessoas estarão vivendo em países ou regiões com escassez absoluta de água (ONU, 2013).

Especialistas estimam, em um bilhão e 386 milhões de quilômetros cúbicos o volume de água no Planeta. Este valor tem permanecido praticamente constante nos últimos 500 milhões de anos. Desse total, 97,5% estão, sob forma de água salgada, nos mares e oceanos; dos 2,5% de água doce disponível, 68,9% encontram-se em geleiras e nas calotas polares, mesmo assim, essa ínfima porção de água doce e líquida pode suprir as necessidades humanas e do meio natural, contanto que seja racionalmente utilizada, sem abusos ou desperdícios e sem o comprometimento de sua qualidade (ONU, 2013).

O Brasil possui entre 10% e 12% do total de água doce disponível no planeta, caracterizando-o como um dos mais ricos em termos quantitativos. Entretanto, internamente existe uma grande variação na distribuição hídrica em relação à densidade populacional, sendo que a distribuição espacial dos recursos hídricos brasileiros não coincide com as demandas da população

As águas da Amazônia representam um bem ambiental, econômico e social que demanda amplos estudos em todas as dimensões, que possibilitem intervenções mais seguras, de tal forma a viabilizar seu uso e sua conservação. Além disso, não há como considerar o bioma de forma fragmentada. Ações integradas para o gerenciamento desse recurso hídrico por parte do governo brasileiro com outros países, te referente à Bacia Amazônia, está demandado um conjunto de entendimentos com intervenções das esferas específicas dos governos.

Neste contexto, a partir de uma abordagem descritiva e analítica, tem-se como objetivo neste artigo demonstrar a relevância das políticas gestões integradas dos recursos hídricos, que priorizam a sustentabilidade na sua utilização e exploração. Portanto, será exposto, ademais da importância e potencial desse recurso, a fundamentação teórica sobre desenvolvimento sustentável, para se compreender os princípios que norteiam a gestão sustentável.

Recursos hídricos

O crescente e exponencial aumento da população mundial, o intenso desenvolvimento urbano e a crescente expansão industrial, resultam em uma sociedade que está se modernizando, sem os devidos cuidados de proteção e preservação ambiental. Esta expansão do modelo industrial ocasionou situações de carência de água e de poluição dos recursos hídricos, que cada vez mais vem se traduzindo na degradação da qualidade de vida do planeta. O problema ganha dimensões preocupantes, já que a água é um recurso natural essencial à subsistência do homem e às suas atividades, em especial aquelas de natureza econômica.

Esse recurso tem importância estratégica, por ser um serviço ambiental de valor econômico, ao contrário do que ocorre com outros recursos, não pode ser substituído na maior parte das suas utilizações. A água, um bem finito e cada vez mais escasso, não é somente um elemento imprescindível à vida, mas também fator condicionante do desenvolvimento econômico e do bem estar social (VEIGA DA CUMHA, 1982).

Segundo a ONU (2013), aproximadamente 20% da população mundial não tem acesso à água potável e cerca de 40% não dispõe de água suficiente para uma estrutura adequada de saneamento básico e higiene. Em 20 anos, a quantidade média de água disponível para cada indivíduo será reduzida a um terço da atual, e em 2050, a depender das taxas de crescimento populacional e das iniciativas políticas tomadas para minorar a crise, a escassez de água afetará quase três bilhões de pessoas.

O “rascunho zero” da conferência mundial Rio+20 reconhece a importância do uso racional da água para a promoção do desenvolvimento sustentável. O documento reitera a importância do direito à água potável segura e limpa e saneamento como um direito humano que é essencial para se ter uma vida plena e para que se cumpram todos os direitos humano. O texto reafirma, ainda, a crucial importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável, incluindo a erradicação da pobreza e da fome, a saúde pública, a segurança alimentar, a energia hidrelétrica, a agricultura e o desenvolvimento rural (SILVA, 2012).

Nos países em desenvolvimento, a demanda por água deverá crescer significativamente, em virtude do aumento populacional aliado às expansões industrial e agrícola. Os países desenvolvidos, entretanto, continuarão a apresentar maiores índices de consumo per capita. A gestão dos recursos hídricos, dentro de uma filosofia de desenvolvimento sustentável deve promover a sua utilização sustentável, de forma a

satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades.

No Brasil, a Região Norte, com apenas 7% da população brasileira, dispõe de 68% da água doce do país. O Nordeste com 29% da população, tem disponibilidade de apenas 3% da água doce. No Sudeste, a situação é mais crítica, já que tem 43% da população do País e conta com menos de 6% da água doce de superfície. Ademais, essa região apresenta nas regiões metropolitanas, problemas de poluição industrial e urbana das suas águas. Nesse contexto, o desperdício de água no Brasil, em média, é cerca de 35%. Nos países desenvolvidos essa perda é de até 20% (REBOUÇAS, 2002).

A instituição de mecanismos jurídicos dirigidos especificamente para a proteção dos recursos hídricos surgiu bastante tardiamente no Brasil. A legislação ambiental foi efetivamente instituída na década de 1980, sendo que nos anos 1990, houve uma grande evolução inspirada nos conceitos de desenvolvimento sustentável, no plano de políticas ambientais global e nacional. A partir daí surgiu uma legislação específica para os recursos hídricos que teve como base, os princípios da Conferência Rio-92 e Agenda (PASSOLONGO, 2012).

Para preservar os corpos hídricos e garantir o acesso a eles, o Brasil terá de promover uma gestão eficiente, que busque a equalização inter-regional e intertemporal da água. Para a definição dos marcos regulatórios principais e da capacidade de suporte de cada bacia, é também fundamental o conhecimento das necessidades dos diversos usuários e da capacidade de oferta e de renovação das fontes naturais (FREITAS, 1999).

Desenvolvimento sustentável

Com a instituição da filosofia do Ecodesenvolvimento, no início da década de 1970, por um dos pioneiros deste conceito, Ignacy Sachs afirmava que, o Planeta Terra tem recursos finitos se considerado o atual regime político e econômico baseado no capitalismo puro, selvagem, simples e lucrativo. Começou-se a falar no conceito de Desenvolvimento Sustentável ou Sustentado, definido pelo equilíbrio ideal dos inputs (entradas) e outputs (saídas) de um sistema sócio – econômico – cultural (SACHS, 1986). Em paralelo a este movimento, a denominada Economia Ambiental, começa timidamente a quantificar os valores dos custos ambientais dos produtos retirados do meio ambiente natural, até então considerados como dívida da natureza.

Antes da década de 1970, o entendimento sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável, já era bastante argumentado, como forma de utilização racional dos recursos, em equilíbrio com a natureza e a sociedade, para superar os desajustes do crescimento. Contudo, na prática a conceituação se mostrava pouco viável, já que necessitava de ações políticas que possibilitassem a segurança para atrair os insumos, principalmente financeiros, para poder se manter (SACHS, 1992).

No período de 1972 a 1986, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU desenvolve o conceito de Desenvolvimento Sustentável, como promoção de um desenvolvimento socioeconômico equilibrado ou ecodesenvolvimento. Mas o próprio conceito de desenvolvimento, que carrega em seu bojo todas as contradições anteriores, relacionadas à apropriação desigual, iniquidades e degradação, foi objeto de ampla reflexão, e sua relação com o ambiente foi fartamente discutida (SACHS, 1993; GUIMARÃES, 1997)

Em 1987, foi constituída uma comissão preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento humano, a denominada Rio 92 que gerou uma série de premissas e conceituações constantes no denominado Relatório Brundtland (CNUMAD, 1991). Dentro deste relatório o conceito de Desenvolvimento Sustentável teve como base a tríade sustentabilidade econômica, social e ecológica, solidária com as gerações vindouras.

Existe uma discussão bastante ampla e muitas vezes conflituosa entre vários autores sobre os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade. Uma grande maioria defende a posição de que o conceito de sustentabilidade é consequência de movimentos sociais, econômicos e ecológicos atuais, altamente questionadores da sociedade industrial.

O entendimento sobre desenvolvimento, sintetiza o estágio atual da sociedade, cujas tendências de crescente consumo, grande desperdício e disposição não adequada dos resíduos gerados, estão levando a um esgotamento dos recursos naturais. Existem muitas críticas ao conceito de sustentabilidade, principalmente dos que tentam mostrar a sua não aplicabilidade operacional às comunidades humanas, devido principalmente ao seu vínculo íntimo com a ecologia tradicional e seus mecanismos específicos (AGOSTINHO, 2001).

No Brasil, a problemática do desenvolvimento sustentável, são destacadas nos estudos de: Viola (1991; Acserald (1995); Guimarães (1997); Crespo (1998), e outros. Contudo, a análise para o entendimento da questão vem da perspectiva da área de atuação desses autores. A ampla discussão desenvolvida por estes autores mostra que este conceito ainda está em construção, tal como ficou demonstrado nas

grandes dificuldades que ocorreram na elaboração da denominada Agenda 21 para o Brasil. A tônica que predominou nestas discussões foram principalmente ligadas na definição de metodologias para a correta aplicação dos conceitos teóricos para uma sociedade humana altamente envolvida como os processos tradicionais de um desenvolvimento dirigido para o esgotamento dos recursos naturais.

Ainda na elaboração da Agenda 21 brasileira houve uma grande evolução nos conceitos de Desenvolvimento Sustentável, amarrando alguns pontos anteriormente conflitantes, que eram os da área ambiental com os da área social. O documento elaborado propõe soluções dentro do conceito de indissociabilidade destes fatores, bem como integra a degradação ambiental com o problema mundial da pobreza (AGOSTINHO, 2001).

O Relatório Brundtland definiu: Desenvolvimento Sustentável deve, portanto, significar desenvolvimento social e econômico estável e equilibrado, com mecanismos de distribuição das riquezas geradas e com capacidade de considerar a fragilidade, a interdependência e as escalas de tempo próprias e específicas dos elementos naturais. Significa, ainda, gerar riquezas utilizando os recursos naturais de modo sustentável e respeitar a capacidade de recuperação e recomposição destes recursos, criando mecanismos que permitam o acesso a esses recursos por toda a sociedade (CNUMAD, 1991).

Paulatinamente, o conceito do desenvolvimento sustentável foi evoluindo para um tripé que iguala, com mesmo peso, as sustentabilidades ambiental, social e econômica. Ou seja, embora a origem do Desenvolvimento Sustentável tenha sido ambiental, o conceito foi aprimorado diante do reconhecimento de que a sustentabilidade ambiental, ao longo do tempo, também depende das dimensões sociais e econômicas. No entanto, é fato que a maioria dos atores, ao utilizar o DS, direciona este tripé para o lado da sustentabilidade econômica, de modo que a prioridade ambiental, novamente, é colocada no final das prioridades (STAHEL, 1995, SACHS, 1992).

No entanto, a utilização ampla do sentido de Desenvolvimento Sustentável está alicerçada nas abordagens a seguir:

- **Desenvolvimento Sustentável** satisfaz as necessidades atuais sem comprometer o futuro. O Desenvolvimento Sustentável não é um estado fixo de harmonia. É, antes, um processo de mudanças em que as alterações na exploração dos recursos, gestão dos investimentos, orientação do desenvolvimento e a nível institucional são geridas de um modo coerente com as necessidades futuras e presentes (ONU, 1987).

- **Desenvolvimento Sustentável** é um processo que permite o desenvolvimento sem degradar ou esgotar os recursos que o tornam possível. Para tal, gerem-se os recursos de modo a que estes possam se regenerar ao mesmo ritmo em que são utilizados, ou passando a utilizar, em vez de um recurso que se regenera lentamente, um recurso que se regenere mais rapidamente. Desta forma, os recursos podem servir às gerações presentes e futuras” (WCS, 1980).

- **Desenvolvimento Sustentável** deve basear-se nos seguintes pontos vitais: a sustentabilidade do ambiente, que assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, bem como a diversidade e recursos biológicos; a sustentabilidade social e cultural, que assegura que o desenvolvimento aumenta o controle das pessoas sobre as suas vidas, é compatível com a cultura e os valores sociais do povo por ele afetado e que mantém e fortalece a identidade da comunidade; e a sustentabilidade econômica, que assegura que o desenvolvimento é economicamente eficaz e que os recursos são geridos de modo que possam suportar as gerações futuras (OMT, 2003).

Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

A partir das abordagens de Sachs (1993) e Guimarães (1994), foram especificados para o Desenvolvimento Sustentável, cinco dimensões que se interagem simultaneamente:

Dimensão social - prevê um processo de desenvolvimento com crescimento estável e apresenta uma distribuição mais equitativa da renda e dos recursos, com vistas à diminuição das desigualdades dos padrões de vida entre populações ricas e pobres.

Dimensão econômica - poderá tornar-se possível a partir de um fluxo constante de investimentos públicos e privados, pela alocação eficiente e pelo gerenciamento adequado dos recursos

Dimensão ecológica - implica no prolongamento da capacidade de suporte do planeta, através da intensificação do uso do potencial dos recursos dos diferentes ecossistemas com um mínimo de prejuízo para os sistemas que suportam a vida. Compreende a limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros produtos facilmente esgotáveis, ou que sejam prejudiciais ao meio ambiente. Compreende as reduções dos volumes de poluentes através de políticas de conservação de energia e dos recursos, de reciclagem, de substituição por recursos renováveis ou abundantes;

de procura por tecnologia eficiente na utilização de recursos e de baixa produção de resíduos; de promoção de agricultura regenerativa e agro-silvicultura; de proteção ambiental adequada e de auto restrição no consumo de nutrientes em países ricos e estratos privilegiados através do mundo.

Dimensão geográfica - a ruptura ambiental muitas vezes, resulta na distribuição espacial inadequada de assentamentos humanos e de atividades econômicas. Como exemplo tem-se a concentração demográfica excessiva próxima a áreas metropolitanas, e de outro lado temos a destruição de ecossistemas frágeis por processos descontrolados de colonização. Daí a necessidade de se atingir uma configuração rural-urbana mais equilibrada, de se estabelecer uma rede de reservas da biosfera e de se proteger a diversidade biológica como forma de auxiliar as populações locais a viverem melhor.

Dimensão cultural - talvez seja a mais difícil dimensão a ser alcançada, pois implica em que o processo de modernização tenha raízes endógenas, e que procurem por mudanças no âmbito da continuidade cultural. É aqui que se torna necessário traduzir o conceito normativo de Desenvolvimento Sustentável, em soluções pluralistas, específicas quanto ao ecossistema, quanto à cultura e quanto ao local.

Outras abordagens sobre Desenvolvimento Sustentável - Tratado de Cooperação Amazônica - TCA

Em 1996, o Grupo de Trabalho constituído pelo Tratado de Cooperação Amazônica (TCA, 1996) definiu o Desenvolvimento Sustentável como a ordenação e a conservação da base dos recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica e institucional de tal maneira que possa assegurar a contínua satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Estes trabalhos ainda definiram os quatro pilares do Desenvolvimento Sustentável, quais sejam:

a) Capital Humano ou a Economia Social: é o mais valioso, e os investimentos devem ser feitos, para melhorar sua capacidade em educação, tecnologia, responsabilidade intra e intergerencial. Em buscar o bem estar geral, essas ações terão repercussões futuras, para um desenvolvimento harmônico da sociedade com o seu entorno. As políticas sociais devem ser orientadas à priorizar: os setores mais pobres, garantindo acesso aos serviços sociais e econômicos; as áreas rurais para controlar a imigração para as cidades e a degradação dos recursos naturais; concentrar investimentos no desenvolvimento humano (educação, saú-

de e serviços); Estabilizar a população, tanto em seu crescimento como na sua distribuição no território geográfico.

b) Meio Ambiente ou a Economia da Natureza: A dimensão ambiental inclui os recursos naturais e os fatores favoráveis ou adversos para o desenvolvimento humano, existindo fatores naturais que não podem ser descartados ou supervalorizados, porque isto levaria ao fracasso das atividades de desenvolvimento e à destruição do meio natural, fonte dos recursos. Neste sentido, as políticas ambientais devem estar voltadas para: controle da poluição (água, ar e ambientes humanos); manutenção da agricultura, com prioridade máxima sobre a degradação dos solos produtivos, afim de abastecer de alimentos a população crescente; e conservação da biodiversidade dos ecossistemas, espécies e recursos genéticos.

c) Ciência e Tecnologia ou a Economia do Conhecimento: a dimensão científica e tecnológica é de fundamental importância porque vai mostrar de que forma um determinado grupo usa os recursos naturais, podendo ser definida como Economia do Conhecimento e também como o Capital Cultural da Sociedade. Neste sentido recomenda-se o fomento de sistemas sustentáveis para o uso de recursos naturais (água, pesca, florestas, etc.), de controle da poluição, cooperação tecnológica e transferência de tecnologias limpas e sustentáveis aos usuários rurais e urbanos.

d) Financiamento ou a Economia do Capital: Inclui a economia e o mercado, acumulação do capital e bens pela sociedade (riqueza acumulada) e a distribuição equitativa da riqueza gerada entre os membros da sociedade (justiça social ou economia social). O capital financeiro não tem nenhum sentido se não for relacionado com o capital humano (economia social), com o capital cultural (economia do conhecimento) e com o capital natural (economia da natureza).

Sustentabilidade

Referente ao processo ambiental, a sustentabilidade representa a capacidade natural do meio ambiente, em fornecer recursos suficientes para realizar um conjunto de atividades produtivas ao longo do tempo, respeitando limites físicos e biológicos. O conceito de sustentabilidade está, portanto, estreitamente ligado ao de meio ambiente, na medida em que se possa adotar uma definição, deste último, suficientemente abrangente para não confundir meio ambiente com recursos natu-

rais (SACHS, 1993; STAHEL, 1995). As diferentes abordagens de sustentabilidade abrangem:

Sustentabilidade social: significa a procura permanente de uma sociedade cada vez melhor, onde exista equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir permanentemente a diferença entre os padrões de vida dos que possuem mais e dos que possuem menos (SACHS, 1993). A sustentabilidade social vai também referir-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população, sendo que para o caso de países com problemas de desigualdade e de exclusão social irá implicar na adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões com saúde, educação, habitação e seguridade social (GUIMARÃES, 1994).

Sustentabilidade econômica: significa a alocação, a mais eficiente possível, dos recursos disponíveis, em termos de projetos alternativos, e de componentes do projeto. O princípio de sustentabilidade econômica exige o gerenciamento também eficiente do projeto, em todas as etapas, e não precisa coincidir exatamente com os parâmetros tradicionais de rentabilidade, tais como taxa interna de retorno e relação custo/benefício favorável em termos microeconômicos. Torna-se necessário, portanto, introduzir outros parâmetros de avaliação econômica, tais como aqueles definidos pela Economia Ambiental, cuja utilização vem crescendo no mundo inteiro (PEARCE; TURNER, 1995)

Sustentabilidade ecológica: representada pela redução do volume de resíduos contaminantes do solo, da água e do ar; a conservação da energia pelo seu uso eficiente; a utilização racional e a reciclagem dos recursos naturais, em geral. A sustentabilidade ecológica está constituída pela proteção ambiental, entendido o meio ambiente da forma como se apresenta mais adiante, e engloba todos os elementos econômicos e administrativos para atingir esse objetivo (ACSERALD, 1995).

Sustentabilidade cultural: significa que as mudanças introduzidas pelos projetos, tanto na modernização de processos gerenciais, como de práticas agropecuárias, devem estas de acordo com a tradição local e, portanto, constituir soluções para os problemas específicos do ecossistema onde as comunidades estão inseridas (SACHS 1993).

Sustentabilidade dos recursos hídricos na Amazônia

Apenas três por cento da água existente no mundo são águas doces correntes e destes, um quinto deve-se à descarga do rio Amazonas no oceano. A bacia hidro-

rios para a implantação de uma série de reservatórios para gigantescas hidrelétricas. A situação ainda se torna mais delicada quando os corpos d'água ou toda uma bacia é compartilhado entre dois ou mais países, momento em que o bom senso e as relações internacionais devem imperar.

Em rios transfronteiriços que tenham os cursos superiores em território de um ou mais países, e que aí venham a se desenvolver ações que produzam em seus cursos d'água alterações ambientais, com certeza teremos problemas no país da jusante. Atualmente, uma das principais atividades que gera os maiores problemas ambientais em rios transfronteiriços amazônicos é a mineração, particularmente a de ouro de aluvião ao longo dos vales e mais recentemente a exploração de petróleo no Oeste da Bacia Amazônica (FERREIRA, 2012).

Apesar de constituir o maior sistema continental de água doce do mundo, com baixa densidade populacional e relativamente pouca intervenção antrópica, é possível observar, com preocupação, os danos que ocorrem em partes do sistema hidrológico amazônico. Neste contexto, as principais causas são: o desmatamento acelerado nas bordas da bacia amazônica; a erosão do solo nas áreas com maiores declividades e com pouca cobertura vegetal e com a contaminação de corpos de água tanto pela urbanização, como pela extração de recursos minerais, gerando impactos negativos sobre habitats aquáticos; e a biodiversidade e o próprio ciclo hidrológico. Existem também, milhares de pequenas barragens localizadas em pequenos igarapés para fornecer água para o gado, para piscicultura e outros usos (SCHBART, 1993; SALATI, 1983).

A principal ameaça aos ecossistemas de água doce da Amazônia é a alteração em larga escala da hidrologia natural da bacia, existindo um total de 154 usinas hidrelétricas em operação, 21 em construção, e planos de construir 277 barragens adicionais no futuro (BRASIL, 2013). Esses projetos de infraestrutura, em conjunto com o desmatamento induzido por alterações regionais das chuvas, poderiam mudar fundamentalmente a hidrologia de sistemas de água doce da Amazônia. Se não controladas, estas alterações hidrológicas poderão ocorrer impactos irreversíveis, tais como a interrupção das migrações de peixes e os rendimentos associados à pesca, ameaçando a subsistência ribeirinha e segurança alimentar, indo totalmente de encontro à filosofia do desenvolvimento sustentável.

As áreas alagáveis amazônicas associadas aos grandes rios são as mais vulneráveis sob o ponto de vista ecológico, e são definidas como ambientes que recebem, periodicamente, o aporte lateral de águas dos rios devido à flutuação anual de seus níveis. Estas áreas cobrem 6 % da Amazônia brasileira, isto é, cerca de 300.000 km²,

e são classificadas, conforme sua fertilidade, em várzeas (4 %) e igapós (2 %). As várzeas são as áreas de maior fertilidade e são habitadas por 90 % da população rural do Amazonas. Os igapós são, em contraste, pobres em nutrientes inorgânicos, ricos em material orgânico dissolvido e suas águas são extremamente ácidas, com cor clara ou, mais freqüentemente, preta, sendo que o contraste entre esses dois ambientes se estende também à flora (JUNK, 2000).

A diversidade ambiental na Amazônia é ampliada pelos diferentes tipos de água, como as águas pretas do Rio Negro, as brancas do Rio Amazonas e as claras do Rio Tapajós. Também, do ponto de vista biológico, a conexão com a bacia do Orinoco tem papel relevante. Essa conexão se dá por meio do Canal de Casequiere, na parte superior do Rio Negro. Os principais afluentes do Rio Orinoco têm sua origem nos Andes, que também trazem de lá significativas quantidades de sedimentos (SIOLI, 1975).

Gestão Integrada da Bacia Amazônica

A noção de bacia amazônica abrangeu não apenas a bacia hidrográfica internacional, como também suas eco-regiões e o Tratado de Cooperação Amazônica - TCA, tratou em seus dispositivos, da função que as águas do Rio Amazonas e demais rios amazônicos internacionais exercem na comunicação entre os países e da utilização racional dos recursos hídricos, sem, contudo, estabelecer critérios específicos para uma utilização racional. O Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica, adotado em Caracas em 14 de dezembro de 1998 e vigorando desde 2 de agosto de 2002, instituiu a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), dotada de personalidade jurídica competente para celebrar acordos com as partes contratantes, com Estados não membros e com outras organizações internacionais (TCA, 1996).

Na Amazônia já existem algumas iniciativas de cooperação transfronteiriça para a gestão conjunta de recursos hídricos compartilhados em regiões de fronteira, destacando-se a denominada região MAP (Rios Madre de Dios, Acre e Pando), sendo desenvolvidos diversos projetos de pesquisa da Bolívia, Perú e Brasil, tendo uma importante participação das comunidades residentes nesta região transfronteiriça nas discussões visando o desenvolvimento de projetos sustentáveis (SANT'ANNA, 2012). Outras bacias transfronteiriças ainda aguardam estudos e acordos para o compartilhamento de seus usos preponderantes, destacando-se as dos rios Maú e Tacutu

que separam o Brasil da República Cooperativista da Guayana, especificamente no Estado de Roraima (FERREIRA, 2012).

O avanço desses entendimentos dependerá de informações bem consistentes, que permitam acordos de ampla ação de cunho transnacional, tal como proposto pelo TCA - Tratado de Cooperação Amazônica assinado em 3 de julho de 1978 pelas repúblicas de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico dos respectivos territórios amazônicos e afirmar a soberania nacional sobre os recursos naturais, entrou em vigor a 2 de agosto de 1980.

Considerações finais

Esta crise ambiental, na qual os recursos hídricos estão inseridos é decorrente do modelo de desenvolvimento adotado, que se tem como paradigma, onde os recursos naturais estão escasseando, seja em qualidade como em quantidade. É necessária uma mudança de concepção no modelo de desenvolvimento, o que já vem ocorrendo, porém de forma assimétrica.

Neste sentido sugere-se a adoção de uma abordagem sistêmica, dentro de uma filosofia de desenvolvimento sustentável, ou seja, que se considere o meio ambiente como uma composição que envolve o meio físico, o homem e suas atividades. Torna-se necessário adotar uma abordagem integrada que harmonize o meio físico, os recursos naturais com o meio socioeconômico, de maneira a permitir uma exploração ordenada e sustentável dos recursos hídricos.

O gerenciamento dos recursos hídricos da Amazônia impõe-se como uma das condições básicas para definir ações e estratégias integradas de um processo de desenvolvimento sustentável da região. Parte dos componentes desse processo resulta da pesquisa orientada para aumentar o conhecimento da flora regional, a origem e a dinâmica das chuvas que determina parte das características do ciclo hidrológico.

É importante se valorizar os centros de pesquisa e as universidades da região amazônica, que são as instituições com conhecimento real do ambiente regional e capazes de desenvolverem projetos realistas que orientem as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e sustentabilidade desta extensa região importante não só para o Brasil como para todo o planeta.

Referências bibliográficas

ABIPTI/FINEP. **Anais do Seminário Internacional de Tecnologias Apropriadas para o desenvolvimento sustentado.** 25-28 de setembro de 1996. Campina Grande, Paraíba 1996.

ACSERALD, H. **Sustainability, discours and disputes** Bonn- Germany - Ibase-Weed Dialogue 1995.

AGOSTINHO, J. **Contribuição à discussão de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Estado de Roraima 400 p.** – Tese (Doutorado em Ciências) –FFCLH –USP – São Paulo, 2001 disponível em www.ecoamazonia.org.br acesso em 14 abr.2013

BANCO MUNDIAL. **La ordenación de los recursos hídricos.** Washington: Banco Mundial, 1994.

BEZERRA, M. C. L.; MUNHOZ, T.M.T – (Coordenadores) **Gestão dos recursos naturais** – Brasília DF MMA/IBAMA/TC/BR/Funatura 2000.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M – (Coordenadores) **Ciência & Tecnologia para o desenvolvimento sustentável** - Brasília DF, MMA/IBAMA/CDS / UnB 2000.

BRASIL, Agencia Nacional de Energia Eletrica – MME - **Atlas de Energia Elétrica do Brasil , parte 2, capítulo 3** , Brasília, DF, 2013. disponível em http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par2_cap3.pdf acesso em 20 abr.2013.

BRASIL, Presidência da República O desafio do desenvolvimento sustentável - Brasília DF, **Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento 1991.**

CNUMAD **Nosso Futuro Comum:** Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1991.

CRESPO, S. **Agenda 21 local:** um olhar a partir das organizações da sociedade – Fórum Brasileiro de Ong's e movimentos sociais Brasília DF 1997.

_____. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade:** pesquisa com formadores de opinião Brasília DF, MMA/AAST/ISER Brasília DF Brasília DF 1998

CUNHA, L. V. D. **Gestão das Águas:** Principais Fundamentos e sua Aplicação em Portugal, Lisboa Portugal ,Fundação Calouste Gulbenkian. 1982.

FERREIRA, A.N.O. Bacias hidrográficas transfronteiriças em Roraima in **Anais do Iº Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras – As fronteiras da interdisciplinaridade e a interdisciplinaridade das fronteiras**. UFRR dez. 2012 Boa Vista RR.

GARCIA, E.A.C. Política Nacional de Recursos Hídricos: algumas implicações para a Bacia Amazônica **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.2, p.85-112, maio/ago. 1998.

GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas, 13-44. In B. K. Becker & M. Miranda (orgs.), **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997.

IPAM / ISA Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia - Relatório do projeto : Cenários futuros para a Amazônia Belém PA 2000.

JUNK, W.J. Neotropical floodplains: a continental-wide view. In: Junk, W.J., Ohly, J., Piedade, M.T.F. & Soares, M.G.M. (eds) **The Central Amazonian floodplain ecosystems: actual use and options for sustainable management**. Leiden German. Backhuys Publishers, p. 5-24 2000.

LEAL, M.S. **Gestão ambiental de recursos hídricos**: princípios e aplicações Rio de Janeiro Publicação CPRM 1998.

NOVAES, W. (Coordenador) **Agenda 21 brasileira** – Bases para discussão MMA/PNUD Brasília DF 2000.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

ONU – **O nosso futuro comum Documentos Nova York, 1987**. Disponível em <http://www.onu.org.br/alertando-para-escassez-de-agua-doce-onu-pede-esforcos-globais-para-proteger-recursos-naturais/> e <http://www.onu.org.br/alertando-para-escassez-de-agua-doce-onu-pede-esforcos-globais-para-proteger-recursos-naturais/> acesso em 08/6/2013.

PASSOLONGO, F.H. et.al. – **Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos** Unesp SP 2012

PEIXINHO, F.C. Gestão sustentável dos recursos hídricos. In.: **XVI Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas e XVII Encontro Nacional de Perfuradores de Poços** agosto /setembro 2010 São Luís – MA.

PIELOU, E. C. **Fresh Water** Chicago USA University of Chicago Press 1998.

PEARCE, D; TURNER, R. K. **Economía de los recursos naturales y del medio ambiente**. Madrid: Celeste, 1995.

REBOUÇAS, A. C. Água doce no mundo e no Brasil. In: REBOUÇAS, A. C. et al. (orgs.) **Águas Doces no Brasil – Capital Ecológico, Uso e Conservação**. Edit. Escrituras São Paulo SP 2002.

SACHS, I. – **Ecodesenvolvimento – Crescer sem destruir** São Paulo SP Ed. Vértice 1986.

_____. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo SP Ed. Vértice, 1986.

_____. Qual desenvolvimento para o século XXI ? In **Terra Patrimônio Comum**, São Paulo SP Edit. Nobel 1992.

_____. Estratégias de transição para o século XXI In: Marcel Bursztyn (org) **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo SP Edit. Brasiliense 1993.

SALATI, E. O clima atual depende da floresta. In: **AMAZÔNIA: desenvolvimento, integração, ecologia**. Brasília DF Edit. Brasiliense, 1983.

SANT'ANNA, F.M. As fronteiras políticas na Bacia Amazônica e a cooperação para a utilização dos recursos hídricos compartilhados . **Anais Colóquio Internacional de Geocrítica**, 12, Bogotá, Colômbia, 2012. disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/05-F-Mello.pdf> acesso em 15/4/2013.

SILVA, C.H.R.T. Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável no Brasil **Boletim do Legislativo** n°. 23, Brasília DF Senado Federal 2012

SCHUBART, H. O. R. Diagnostic of the natural resource of Amazonia. In.: **Simposio Amazonia**, facts and solutions, São Paulo, jul. 31- ago. 2, 1993.

SIOLI, H. Tropical rivers as expressions of their terrestrial environments. In: Golley, F.B. & Medina, E. (eds) **Tropical ecological systems: trends in terrestrial and aquatic research**. Springer Verlag, Berlin. p. 275-288. 1975.

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia: Os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez , 1995.

T.C.A - Tratado de Cooperação Amazônica - Secretaria Pro Tempore – Propuesta metodológica para la zonificación ecológica – económica para la Amazonia - Memorias del Seminario – taller Santa Fé de Bogotá – Colômbia 1996.

VAL, A.L. et al. Amazônia: recursos hídricos e sustentabilidade - Texto preparado para a Academia Brasileira de Ciências **Documento do Grupo de Trabalho sobre Recursos Hídricos**— Belo Horizonte MG Publicação da ABC Org 2010..disponível em www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-812.pdf acesso em 15/4/2013.

VIOLA, E. J. A problemática Ambiental no Brasil (1971-1991): da proteção ambiental ao desenvolvimento sustentável. **Revista Polis**. 3. 1991.p. 4-14. São Paulo SP.1991.

WCS- **World Conservation Strategy**. 1980 <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/WCS-004.pdf>. Acesso em: 10/11/2016.

WWF-**World Wildlife Fund**. http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomas/bioma_amazonia/. Acesso em 12/10/2016.

ARTIGO

USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ-PA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS, ECONÔMICOS E PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE-TO

Introdução

A construção de barragens na Amazônia, nas duas últimas décadas tem ditado o ritmo de impactos e conflitos neste território. O imperativo em que avançam e se estabelecem as grandes obras de infraestrutura na região, juntamente com a flexibilização da legislação ambiental, ligados a invisibilidades histórica das comunidades tradicionais e sua ancestralidade, acirram os conflitos socioambientais e econômicos, e promove deslocamentos compulsórios, em escala regional/local.

Os impactos socioambientais, as transformações territoriais no modo de vida e de produção das comunidades tradicionais têm provocado discussão e violação dos direitos fundamentais que os legitimam, o que torna de grande relevante acadêmica e social o estudo dessas comunidades na compreensão dos interesses e disputas socioterritoriais pelos diferentes atores nesta região.

Baseado nos pressupostos de grande vazio demográfico, passivo de impetuosos interesses, as grandes obras se (re)configuram nos viés de poder, progresso e desenvolvimento, desconsiderando as comunidades tradicionais ali estabelecidas. Estes espaços são, conforme Santos, (1997) conjunto indissociável, regulamentados e aparelhados de objetos e sistemas de ações, deve-se, portanto, considerar os povos seculares que vivem e utilizam essa região, sendo, pois, o território onde se entrecruzam as relações de poder. Visto que, sua territorialidade está na memória, na ancestralidade, no sentimento de pertencimento no imaginário de conhecimentos tradicionais que, em grande parte são fragmentados pela apropriação fronteiriça do capital.

* Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins – TO, professora efetiva SEDUC-PA, Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras PPGSOF-2015.1-Universidade Federal de Roraima-RR. Artigo apresentado à disciplina de Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia, Prof^a Dr. Sandra M. F. Buenafuent – 2016.1. *Este Artigo faz parte da dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras – linha de pesquisa I – sub-Linha: Fronteiras e Processos socioculturais (Em processo de desenvolvimento, com previsão de defesa – 02/2017).

A conjuntura que constituiu o avanço tecnológico penetrou à chamada última fronteira a serviço do capital, sustentada no discurso de progresso e acelerado desenvolvimento do território teve início com a pauta da política desenvolvimentista, patenteada pelos grandes Projetos de Integração Nacional (PIN), Programa Grande Carajás (PGC) entre outros, nas décadas de 1960 a 1980, ainda no período da ditadura militar, momento de grande abertura ao capital estrangeiro.

Essa região sempre despertou interesses antagônicos, o capital com discurso internacional de integração e desenvolvimento, não apenas de caráter geopolítico, mas principalmente espoliação do potencial energético e econômico (províncias minerológicas). O governo Garrastazu Médici como o lema uma terra sem homens para homens sem terra na década de 70 procurou estimular a ocupação e povoamento nesta região com incentivos fiscais às colônias agrícolas ao longo da vicinal Transamazônica, deslegitimando as comunidades tradicionais existentes neste espaço.

Neste ínterim, foi incluído a UHE-Marabá-PA - Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá-PA¹ - com o discurso de sustentação ao polo minerológico da região, no sudeste paraense. Um empreendimento desta envergadura leva a uma questão crucial os atores envolvidos nessa teia de complexidades na confluência do entre os estados Pará, Tocantins e Maranhão. Nesta ótica, os impactos socioambientais e econômicos que ocorrerão com advento deste empreendimento na Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, no município de Araguatins - TO atribuído a invisibilidade historicamente constituída destes povos descendentes de quilombolas, conduziu a analisar os impactos socioambientais a territorialidade específica dessas comunidades, em face do discurso do empreendedor no espaço geográfico alterado.

Destarte, com a vazão do lago da barragem a Ilha de São Vicente sofrerá impactos de ordem socioambiental e econômicos, pois está na rota dos interesses políticos hegemônicos, Área de Impacto Direto/Área de Impacto Indireto - AID/AII, assim a este estudo desenvolve a hipótese que a comunidade poderá ser impactada direta e/ou indiretamente, pois nos Estudo de Impacto Ambiental - EIA não consta a comunidade.

¹ Ver Silva (2013, p.) “O nome Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá, um dos vários que designam este empreendimento, tem uma razão de existir que merece ser posta em destaque. Em conversa com o Antropólogo do Ministério Público Federal de Marabá - Waldenir Bernini Lichtenthaler - podemos compreender que esta terminologia peculiar carrega consigo uma estratégia. De acordo com o referido Antropólogo, esta denominação remonta ao aproveitamento de algo que está sendo desperdiçado. Desse modo, o rio, que segue o seu curso normal, está desperdiçando um imenso potencial de geração de energia, sendo que, a solução para isto, é construir um Aproveitamento hidrelétrico destas águas. A estratégia está, justamente, na conotação que o nome tem e no sentido de necessidade que ele transmite de aproveitar o que não está em adequado “uso”: as águas do rio. Procedendo deste modo, outras formas de vida e de uso das águas são deslegitimadas e subalternizadas por uma lógica unívoca de apropriação deste recurso natural: a lógica da apropriação ditada pelo capital”.

Assim, a pesquisa tem como objetivos analisar, expor e descrever o processo de territorialização, bem como subsidiar a Comunidade Quilombola na articulação e estratégias de defesas de seu território, porém diante de uma legislação controversa, dada a oposição de forças diante dos instrumentos jurídico-formal (EIA - Rima) a lógica do capital e os direitos das comunidades tradicionais. Assim, o arcabouço metodológico utilizado foi balizado em entrevista semiestruturada, questionário socioeconômico, registro fotográfico e cadernos de campo.

Nesta análise a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, tem manifesta-do profundas preocupações no tocante aos impactos socioambientais advindos da construção de barragem de Marabá. Quando indagados de como a comunidade percebe, ou seja, avalia os impactos, se observa um silêncio inicial e profunda reflexão, num esforço em verbalizar o termo impacto alguns rompem o silêncio e revelam uma única certeza: *Vai acabar com tudo que nosso bisavós, avós, e pais deixou pra nós. Vai cria um desassossego, nós não vamos conseguí viver na cidade, para onde eles vai levar a gente? Se essa barragem vier mesmo nos num vamos resistir, a gente não vai aguenta esse sofrimento* (Falas dos Quilombolas, 2016).

No decorrer da coleta de dados, a partir das entrevistas semi-estruturadas, houve relatos de experiências vividas por outros parentes que foram deslocados de suas terras pela barragem de Tucuruí - I. O relato dessas experiências é carregado de sentimento de territorialidade, de pertencas, e ao mesmo tempo de impotência, pelo fato dos mais velhos ainda hoje sofrerem com as lembranças do processo de desterritorialização da barragem.

Territórios: grandes projetos e embates socioambientais

As hidrelétricas são arcabouço legal da matriz energética no território brasileiro. Constitui em larga escala a base para a economia do setor industrial sendo, o Brasil o segundo maior produtor de hidroeletricidade do planeta. As usinas hidrelétricas respondem por cerca de 80% da oferta de eletricidade no Brasil (BERMANN, 2004). A estimativa desse recurso natural totaliza cerca de 260 gigawatts (GW), o que, em termos de potencial “per capita” da produção hidrelétrica, equivale a 6,7 megawattshoras (MWh)/ano/habitante, sendo que um terço desse potencial já foi construído (GOLDEMBERG & MOREIRA, 2005).

Dada a essa imensa riqueza energética, os interesses internacionais se voltam para essa região. Considerada a maior bacia hidrográfica do mundo, agrega em sua extensão o mais importante e complexo sistema de água doce do planeta. É impor-

tante ressaltar que a região Amazônica detém 7 milhões de km² de área de drenagem, incluindo o Rio Tocantins. A sua bacia hidrográfica é formada por 1.100 rios de diversos tamanhos, possui mais da metade em terras brasileiras. A representatividade de 58% desse potencial constitui fator preponderante a ser explorado para o benefício do desenvolvimento econômico. (ELETRONORTE, 2004)²

A complexidade dos grandes projetos de barragens impõe um deslocamento involuntário e conseqüentemente, os fatos tendem a serem alheios externos à vontade dos grupos sociais vulneráveis (GSV) indígenas, *quilombolas*, ribeirinhos, que são reestabelecidas em locais inóspitos a realidade anteriormente vivenciada e vivida em seus territórios.

Nessa análise Agostini e Bergold (2013) reverberam que “os impactos socioambientais gerados por esta espécie de empreendimento são irreversíveis, porque há descaracterização da comunidade e de sua gente, direta e indiretamente envolvidas pelo desenvolvimento do processo tecnológico-energético” (p.185). Para Fearnside (2012) os Planos Plurianuais³ revelam as reais manobras, rearranjos no planejamento das grandes obras na Amazônia, e reitera que:

O aspecto mais marcante dessa forma de planejamento são as grandes obras como rodovias e hidrelétricas. Devido à falta de recursos para executar todas as obras no ritmo acelerado proposto nos planos, é freqüente que as mesmas obras sejam propostas em uma seqüência de planos. Mesmo assim, os planos têm um grande efeito em acelerar o licenciamento ambiental, a licitação e o financiamento das grandes obras de infraestrutura. (p. 87).

Subentende-se, portanto, que os embarques funcionam como numa forma de articulação dos planos entre o processo licitatório e o financiamento dos grandes projetos e não às pressões populares e ou legislação ambiental. Fearnside (2015) é categórico ao afirmar as conseqüências dos grandes projetos de hidrelétricas, inclusive à jusante, e numa análise profunda aponta os impactos ambientais cumulativos, a ruptura da simbiose entre a biota amazônica o socioeconômico e cultural.

Haja vista, as comunidades tradicionais, ou seja, os grupos sociais vulneráveis (GSV) indígenas, quilombolas, ribeirinho com sua habilidade e dinâmica em lidar com meio ambiente se vêem totalmente envoltos aos ditames dos grandes empreen-

² <https://www.google.com.br/search?q=Eletronorte+Atlas+da+Energia+El%C3%A9trica+no+Brasil+Parte+2-+ano+2013>.

³ Os Planos Plurianuais são conjuntos de investimentos do governo federal brasileiro para de quatro anos. Os planos até agora são: Brasil em Ação (1996-1999) Avança Brasil (2000-2003), PPA (Plano Plurianual, 2004-2007), PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, 2008-2011), e PAC-2 (2012-2015). O aspecto mais marcante dessa forma de planejamento são as grandes obras na Amazônia, como rodovias e hidrelétricas. FEARNSIDE (2012).

dimentos o capital internacional, ao revelar os sucessivos impactos socioambientais e econômicos dos projetos hidrelétricos implantados, FEARNSSIDE (2015) enfatiza:

[...] estes planos essencialmente envolvem a expulsão de toda esta população. Este impacto cumulativo dos planos ultrapassa em muito o impacto de qualquer barragem individual. O impacto social da expulsão de pessoas que viveram por gerações em um determinado lugar e cujas habilidades, tais como a pesca, não os torna adequados para outros contextos. [...] no caso da hidrelétrica de Balbina, os primeiros 45 km a jusante ficaram secos durante a fase de enchimento. Depois que a represa encheu, a água liberada pelos vertedouros e turbinas era praticamente destituída de oxigênio, provocando mortandade de peixes no rio a jusante, ao longo de uma distância significativa abaixo da represa. A falta de oxigênio, também, inibe o reestabelecimento das populações de peixe. A perda praticamente total de peixes por falta de oxigênio se estendeu para 145 km em Balbina, enquanto em Tucuruí por 60 km, na estação seca no lado ocidental do rio. A migração bloqueada reduz os estoques de peixes ao longo de todo o trecho entre estas represas e as confluências dos afluentes com o rio Amazonas: 200 km no caso de Balbina e 500 km no caso de Tucuruí (p.18-19).

As rupturas que esses grandes empreendimentos causam no território podem ser explicitadas na fala de Souza (1995), que discute sobre território no entendimento de que, sendo um espaço definido por processos de dominação, ligado a questões econômicas e políticas e, também, como espaço de apropriação conectado a elementos simbólicos e culturais, torna-se, portanto, um espaço definido por relações e poder nestes dois âmbitos logicamente interconectados. Nesse último sentido, as identidades dos sujeitos estão intimamente associadas às suas relações com o território.

Na visão de Haesbaert, (2001, p. 40) o conceito de território se dá a partir da dimensão vivida corresponderia à perspectiva que “[...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. A atuação de novos atores neste território, sudeste paraense, vem modificando substancialmente a relação existente entre as comunidades tradicionais, GSV, autóctones e suas ressignificações na busca da compreensão da dinâmica multidimensional estabelecida nesta região.

Assim, dentre os órgãos que denunciam a ação predatória dos grandes projetos de construção hidrelétrica, o Movimento dos Atingidos por Barragens afirma que o uso da energia gerada atender somente as grandes indústrias multinacionais instaladas na região pagando 10 vezes a menos de tarifa que o povo brasileiro, isso em lugar de gerar desenvolvimento, emprego e oportunidades para a região, significa gerar energia para as grandes indústrias de mineração da região e regiões mais desenvolvidas do país (Marabánotícias.com 04/06/2013).

Nessa discussão, Acevedo (2010, p.308) assevera que o projeto de construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá, data dos anos 1980, ainda sob a égide do Programa Grande Carajás (PGC) e faz um comentário:

Na década de oitenta estavam previstas 27 hidrelétricas no Planejamento do Programa Grande Carajás – PGC e quinze delas seriam construídas na bacia dos rios Araguaia – Tocantins. Em 1981, no Relatório Geral contendo os Estudos Finais do Inventário Hidrelétrico, listavam-se os “territórios municipais a serem atingidos” pela Hidrelétrica de Marabá. Em 2001, iniciaram-se os Estudos do Empreendimento, a partir de ofício da Agência Nacional de Energia – SPH. Os estudos de Viabilidade e impactos ambientais e sociais ficaram a cargo da CNEC Engenharia S/A, empresa paulista. Em 2005, a mudança de titularidade do registro ativo da CNEC passou para o Consórcio Camargo Corrêa – Eletronorte e a entrega do estudo foi postergada para Dezembro de 2007. [...] A partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em Janeiro de 2007, a obra da hidrelétrica seria nele inserida.

A discussão perpassa pela na gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o projeto tivera sua inserção no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), quando este, em 2007, fora dado como elemento central no que diz respeito à fermentação do crescimento econômico do país. O PGC pode ser considerado como primeiro programa em que aparece a Usina Hidrelétrica de Marabá com o intento de dar alicerce às atividades minerológicas.

Este programa, conforme ponderações de Hébette (2004) abarca uma província mineral extremamente rica e plural, ainda detinha o controle de uma imensa parte da bacia do Araguaia-Tocantins, um potencial vasto para geração de energia. Todos esses elementos foram considerados estratégicos e substanciais para o êxito da política de Integração Nacional, inserida naquele projeto/contexto econômico.

Por outro lado, o Programa de Aceleração do Crescimento assentado na ideia de progresso econômico se fortaleceu por meio de privilégios a programas energéticos, rodoviários e de telecomunicações. Fato evidenciado nas falas de Puga & Junior (2011), nos dados do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e dos setores que receberão os investimentos com maior densidade entre 2011 e 2014:

Os maiores montantes de investimentos mapeados estão nos setores de energia elétrica e telecomunicações. Em energia elétrica, os investimentos estão concentrados em grandes projetos de energia hidrelétrica, e em um crescente montante de inversões em energias alternativas [...]. As maiores taxas de crescimento estão em saneamento e nos setores de logística (ferrovias, transporte rodoviário e portos) (PUGA & JUNIOR, 2011, p. 07).

O portal de notícias do Sul e Sudeste do Pará publica os custos do investimento e as formas de escoamento do rio:

A hidrelétrica de Marabá está planejada para ser construída distante 4km a montante da Ponte Rodo ferroviária do Tocantins. O custo da obra está estimado em R\$ 12 bilhões, com um prazo de construção médio de oito anos. Esta hidrelétrica terá capacidade de produção de 2.160 MW, tornando-se um aporte considerável para o Sistema Interligado Nacional. Em âmbito local fornecerá energia para empreendimentos siderúrgicos, ampliação das minas de ferro e cobre e projetos do parque de Ciência e Tecnologia de Marabá. A hidrelétrica formará um lago 3.055 km² – bem maior do que o lago formado pela hidrelétrica de Tucuruí. Serão inundados 1.115 km² de terras (mais de 110 mil hectares de terras férteis) (Marabánotícias.com 04/06/2013).

No âmbito local, a construção deste Aproveitamento Hidrelétrico para Marabá reforça as diversas formas de uso dos recursos hídricos na região, assim como desconsidera as comunidades lá existentes. Segundo Silva (2013) tudo pensado na lógica do capital, voltado para o lucro e nas invisibilidades de seus sujeitos. Nesse caso, o espaço se assemelha a “fronteira” que segundo Martins (2009, p. 5) “[...] o lugar onde se encontram e entrecruzam concepções de vida e visões de mundo diferenciadas, mas, mais do que isso, ela é o lugar do desencontro de temporalidades históricas distintas”.

Neste processo de discussão faz necessário enfatizar a fala de Martins (2009) que destaca a “fronteira” como definidora das ações humanas, portanto da formação da identidade e Malheiro (2010) a forma que os atores sociais agem nesse espaço, ou seja, interação embora vêm os espaços de formas distintas. No caso da mesorregião do sudeste paraense, a relação de conflito entre a AHE – Marabá e a comunidade quilombola dar-se-á na apropriação das águas, pensadas no uso de forma diferente gerando conflitos, pois, conforme Foucault (2009) não deve esquecer que há relações de poder em disputa.

Essas relações de poder são moldadas enquanto espaços distintos, nas palavras de Bonnemaison (1981, p. 255) é importante distinguir as relações culturais das relações sociais. Ele nos diz: “O espaço social é produto, o espaço cultural é estímulo. O primeiro é concebido em termos de organização e de produção, o segundo em termos de significação e de relação simbólica. Um emoldura, o outro é o portador do sentido”.

De acordo com Becker (2004) se faz necessário modificar esse padrão de desenvolvimento que imperou nas décadas de 1960 a 1980, posto que “é imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também

do saber das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido” (p. 72).

Outrossim, para Becker, a forma como se concebeu o uso e ocupação do território Amazônico no período da ditadura, torna-se indefensável na contemporaneidade. Para tanto, deve-se observar as novas amoldagens no uso e ocupação do território e seus sujeitos que, com vivência constrói suas territorialidades numa simbiose com a natureza. Conhecimento este capaz de garantir a continuidade dos saberes tradicionais condicionantes a sobrevivência e permanência em seus territórios tradicionalmente ocupados em tempos pretéritos.

Territórios e territorialidades quilombola: luta pelo reconhecimento

A discussão teórica sobre conceito de território nas ciências sociais e humanas, inclusive geográfica tomou novas feições a partir das duas últimas décadas, Para Saquet (2010) a necessidade de aprofundar o debate, tendo como elementos a junção do físico e humano os conceitos relevantes da antropologia, ciências sociais se incorporaram como elementos essenciais aos novos arranjos territoriais no final século XX e início séc. XXI.

O debate principal na discussão teórica acerca do território se dá em torno do conceito crucial de poder. Ao fundamentar território na perspectiva weberiana, “[...] o poder significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1994, p.33). Para o autor a dominação é um caso especial de poder, na grande maioria de formas de dominação, e precisamente a mais importante;

[...] o modo como os meios econômicos são empregados para conserva a dominação influência, decisivamente o caráter da estrutura de dominação, ou seja, as comunidades econômicas, entre elas as mais importantes e modernas, apresentam uma estrutura de dominação, o que implica nesse caso poder. WEBER (1999 p.188).

Na perspectiva “foucaultiana” [...] ‘ o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; assim percebem o poder para além da manutenção e reprodução das relações econômicas, estabelece-se como uma relação de força’ (FOUCAULT, (1995, p. 175).

Nesta óptica a regularização fundiária no Brasil desde o processo de colonização até os dias atuais tem provocado acirradas discussões. Vale ressaltar que a Lei das Terras (1850), segundo discussões teóricas, foi um instrumento de legalização

que, desde o início favoreceu os grandes latifundiários, ruralistas em detrimento aos chamados grupos sociais vulneráveis (GVS), fato que se prolonga até os dias atuais, inclusive no que tange os conflitos nas terras tradicionalmente ocupadas – comunidades negras - quilombos.

De acordo com Leite (2008) nas áreas rurais, a desinformação, o esgotamento das terras, o aumento demográfico e principalmente a chegada avassaladora das agroindústrias vão ampliando, ao longo dos anos, os níveis de conflito, o êxodo e a desagregação dos grupos familiares, e, com eles, também os estigmas e as intolerâncias étnicas. Afirma ainda que, a chegada do grande capital em algumas áreas tem tido como consequência imediata a reedição de critérios étnicos por meio do discurso do colono empreendedor, capaz de levar adiante essa nova fase do desenvolvimento:

A chegada do capital transnacional acirrou de forma ainda mais violenta as diferenças sociais pela segregação espacial e social dos negros [...] além da tão propalada democracia racial brasileira. As trajetórias narradas apontam as expropriações de terras e as diversas tentativas de reconstrução de vínculos perdidos como uma condição diaspórica, condição da qual emerge a própria identidade negra como uma identidade singular. (LEITE, 2008, p.968).

Pontua ainda que, a resistência e afirmação dos movimentos negros, suas experiências resultou numa pauta especificamente negra, século XX meados dos anos 30, se justificou na mais importante luta e relutância contra o racismo. Já no século XXI, fortalecidos e ampliados os quilombos emergem como ato de argüição a continuidade da doutrina do embranquecimento e restrição dos negros do projeto republicano de modernização do País. Leite (2008, p. 969) ressalta a assertiva que, nas décadas de 1970 a 1980:

O quilombo é levado à Assembléia Nacional Constituinte, no discurso dos militantes do Movimento Negro Unificado e de parlamentares como Abdias do Nascimento, para transformar-se em dispositivo jurídico capaz de promover a defesa e a efetiva entrada dos descendentes dos africanos na nova ordem jurídica da Nação. [...] o artigo 68 ADCT foi alvo de um dos muitos projetos que pretendiam regulamentá-lo. Mas enfrentou grandes opositores na Câmara Federal e no Senado, por sofrer constantes sanções resultando quase duas décadas para ser regulamentado. Em seu texto, lê-se: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

A afirmativa de que esse processo continuou, reforçando a luta pela terra e o reconhecimento de seus direitos reivindicados, se expressa na fala da autora:

Os movimentos negros rearticulam e [...] após sua promulgação, reforçaram sua retórica sobre a idéia de reparação, da abolição como “um processo inacabado” e da “dívida”, em dois planos: a herdada dos antigos senhores e a marca que ficou em forma de estigma, e seus efeitos simbólicos geradores de novas situações de exclusão. As terras dos quilombos foram consideradas parte do patrimônio cultural desses grupos negros e, como tal, deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado (LEITE, 2008, p. 969).

Ao pontuar essas lutas pelo reconhecimento e uso do território, respaldamos a dupla identidade territorial, as forças concêntricas, analisando o território segundo os parâmetros da fenomenologia, Holzer (1997, p.84), até postula que:

a territorialidade não pode ser reduzida ao estudo do sistema territorial, ela é a expressão dos comportamentos vividos, ou se preferirmos, da constituição dos mundos pessoal e intersubjetivo, englobando a relação do território com o desconhecido, o espaço estrangeiro.

A territorialidade se dá para além do funcional, físico da expropriação de seus recursos, há que considerar que:

[...] o “lugar” está ligado a vivências individuais e coletivas a partir do contato do ser com seus entorno [...] na medida em que o homem se apropria desse “espaço” ele se torna “mundo”, a partir das fixações das distâncias, e das direções, onde referências são o corpo e a matéria onde ele se apoia, um espaço primitivo que uma vez apropriado pelo homem torna-se “lugar” (HOLZER, 2012, p. 291).

Por ser o território um lugar de forças convergentes, de ações e pensamentos distintos cabe aqui analisar a territorialidade específica desses sujeitos que amiúde são postos à prova, em detrimento dos interesses do capital. Na visão de Almeida (2008, p.29) territorialidade funciona como:

[...] fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como “nômades” e “itinerantes” [...] outro significado, aquele de uma noção prática designada como “territorialidade específica” para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados.[...] resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que converge para o território.

Para Rafestini (1983) “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma é a ‘face vivida’ da ‘face ágida’ do poder” (p.161). A busca do sentido de territorialidade deve ser apreendida numa relação da sociedade para com os indivíduos, pois os indivíduos integram essa sociedade, pois antes de pertencerem a sociedade esses indivíduos são pertencentes ao um território amplo e, posteriormente a uma sociedade. A questão da territorialidade se assenta nesta visão RAFESTINI (1983).

Portanto, dentre outros instrumentos jurídicos formais, que legitimam o território das Comunidades quilombolas, constituinte na validação de suas terras, pertenças, ancestralidade, o Relatório Técnico de Identificação e Demarcação - RTID, a Fundação Cultural Palmares, ADCT DECRETO 68 ART. 4887/2003, são instrumentos jurídicos, embora passivos de fragilidade, dados aos interesses atuantes, respaldam e deliberam sobre o processo de identificação, reconhecimento delimitação, demarcação e titularização das terras quilombolas.

Território Ilha: fronteiras limites de poder

A burocracia estatal geradora de força de trabalho e controle de produção, além do poder econômico sobre as políticas de investimentos e desenvolvimento capitalista, atua neste caso, como um regulador de fronteiras limítrofe de poder. Porém, a legitimação do território no caso específico das ilhas acontece através da força da tradição, se opondo à propriedade do Estado, sendo, as ilhas são espaços representativos e territórios de funções diversas. Sendo para tanto, um espaço geográfico detentor de territorialidades múltiplas.

Destarte, existe uma indagação envolvendo os ambientes fluviais, no qual se assentada essa comunidade, quais as garantias de proteção aos remanescentes de quilombos que vivem nestes territórios? Como assegurar uma harmonia entre a população residente neste ambiente e a lógica do capital, em momento posterior, a beneficiá-lo na transição do domínio/desterritorialização?

Tendo em vista, a Constituição Federal em seu capítulo II art. 20 inciso IV trata os ambientes fluviais como bens da União, portanto, a compreensão do uso destes territórios:

IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios,

exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 05 de maio de 2005, grifos nosso).

Desse modo, o capítulo III art. 26 inciso II e III inclui entre os bens dos Estados:

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;
III - *as ilhas fluviais* e lacustres não pertencentes à União;
(CF, 1988.).

Entretanto, as ilhas fluviais e lacustres só pertencem à União quando localizadas na divisa de nosso território com o território estrangeiro. Afora estes casos, esses bens são do domínio do Estado em que se localizam. Assim, a Constituição coloca o poder público, tanto a União como o Estado, como detentores destes territórios. A Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 instituiu o novo Código Florestal e em seu artigo 2º e 3º da letra (a) à (h) lista os ambientes considerados de preservação permanente - APP, incluindo as florestas e demais formas de vegetação natural e suas destinações. Em vista disso, os bens públicos tanto federais como estaduais carecem de leis específicas que regulamentem sua apropriação e uso. Em se tratando das ilhas fluviais fica a cargo de cada estado legislar sobre o designo deste bem, respaldados nas resoluções federais.

De forma que, no Código Florestal não existe uma a destinação do território das ilhas enquanto área de preservação permanente. O que ele discorre é a regulamentação desta lei em alguns estados, conforme visto na Constituição Federal que considera o Estado como titular do domínio das ilhas fluviais em águas públicas estaduais.

Em se tratando da Ilha de São Vicente - Araguatins citado no escopo deste artigo, vale ressaltar que a mesma pertence à marinha e, portanto, a comunidade quilombola possui a Certidão de autorealhecimento pela FCP e o RTID pelo INCRA em 2014. Assim, demonstra este embate entre práticas e formas de apropriação dos territórios, que, por ter esse caráter de desigualdades sociais, acaba por definir territorialidades opostas e sociabilidades permeadas pelo conflito. A Constituição Federal (1988), através do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) Decretos reconheceu as comunidades remanescentes e sustenta em seus Artigos:

Arts. 215 e 216 - reconhecem as áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos como parte do patrimônio cultural do País.

Art. 68 – “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Decreto 4.887 – Regulamenta procedimentos Titulação Instrução Normativa n.º 16-Incra.

A questão aqui discutida, não tem a intenção de aprofundar a jurisprudência, e sim discorrer sobre o usufruto dessas terras “tradicionalmente ocupadas” historicamente reconhecidas e os entraves da efetivação destes dispositivos legais (grifo do autor).

As tensões advindas do seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impõem a transformações na estrutura agrária (ALMEIDA, 2008, p. 25).

Nessa discussão Almeida (2008, p. 25) reforça que, [...] “os processos às denominadas ‘terras tradicionalmente ocupadas’, são instrumentos que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza”. A aprovação da lei constitucional, as calorosas discussões sobre a ressignificação do conceito de quilombo, a veemência das ações dos movimentos sociais tem fortalecidos e ascensão dessas comunidades consideradas invisíveis.

As teorias do pluralismo jurídico, para as quais o direito produzido pelo Estado não é o único, ganharam força com a Constituição de 1988. Juntamente com elas e com as críticas ao positivismo, que historicamente confundiu as chamadas “minorias” dentro da noção de “povo”, também foi contemplado o direito à diferença, enunciando reconhecimento de direitos étnicos (ALMEIDA, 2008, p. 33).

Adentra por este caminho, Leite (2000) ao observar que no texto constitucional é a comunidade o sujeito da oração, pois dela derivam os ‘remanescentes’, denominados posteriormente quilombolas. E mais adiante, complementa:

Não é a terra, portanto, o elemento exclusivo que identificaria os sujeitos do direito, mas sim sua condição de membro do grupo. A terra, evidentemente, é crucial para a continuidade do grupo, do destino dado ao modo coletivo de vida dessas populações, mas não é o elemento que exclusivamente o define (Leite, 2000, p. 344).

Essa perspectiva contribuiu para que os grupos atribuíssem a si sua identidade, auto-reconhecendo por meio das noções de pertencas por eles instituídas, memórias

de seu processo histórico de formação e no movimento das forças sociais e instâncias organizativas que os compõe. Sob essa perspectiva, se respeitou a autonomia dos grupos, sem, no entanto, desconsiderar a necessidade de um trabalho criterioso entre profissionais acadêmicos, juristas e órgãos governamentais (LEITE, 2000).

Portanto, enquanto não ocorrer a estruturação propriamente disciplinar, o discurso jurídico quilombola permanecerá sem autonomia e mais atrelado a ingerências políticas, percorrendo por entre diversos aportes teóricos, sendo, nessas condições incertas a fadar-se nas intrincadas paragens do Judiciário de decisões contraditórias e mal sedimentadas Foucault (1999).

Considerações finais

A compreensão dos interesses pelos múltiplos usos do território na região Amazônica, geradores de violação dos direitos das comunidades tradicionais, os impactos dos grandes projetos, assentados no discurso das possibilidades de benefícios positivos, geram conflitos pelo uso das águas, e flexibiliza as políticas ambientais em favor do capital, invisibiliza, naturaliza os grupos sociais vulneráveis, desrespeitando a legislação que os legitimam em suas terras tradicionalmente ocupadas. Estes pressupostos constituem elementos centrais nesta discussão, juntamente como os procedimentos teóricos/metodológicos apresentados.

Todavia, para melhor compreender da questão, uso e ocupação da região Amazônica há que interpretar a dialética da fronteiras dos processos de territorialização e desterritorialização, consequência dos grandes investimentos e obras de infraestrutura (hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, etc.). Os processos que legitimam as políticas neodesenvolvimentista na Amazônia são subjacentes aos processos étnicos, culturais e à subjetividade das comunidades tradicionais.

Outrossim, as acirradas discussões entre grupos sociais, esferas governamentais sobre as questões supracitadas, defrontam-se com posicionamento jurisprudencial, por se tratar de uma discrepância entre atores arrolados neste cenário e as políticas voltadas para os grandes projetos de interesses internacionais. Daí a dualidade, os dispositivos legais e os mecanismos ora estabelecidos ao se articularem, acabam por constituírem tensões que resultaram em embates, entre as comunidades, a legislação e o capital-empresendedor

Dessa forma, a construção de barragem apresentada à sociedade como essencial ao desenvolvimento e progresso da região reflete as problemáticas econômicas e sociais, onde muitas vezes, os atores locais são convencidos pela perspectiva de melho-

rias e possibilidades de emprego e renda facilitando assim, a implantação de obras de grandes impactos, o que resulta, geralmente, em deliberações pouco sustentáveis para as populações tradicionais.

Os impactos advindos da matriz energética e a flexibilização das leis ambientais com discurso de desenvolvimento e progresso da região Amazônica, juntamente com a violação dos direitos das comunidades tradicionais foram analisados como forma de visibilizar essas comunidades e subsidiá-las no processo de transição do domínio territorial.

Os pressupostos que legitimam as comunidades tradicionais – quilombolas – no processo de produção enquanto ação humana e na concretização das relações sociais e espaciais, que moldam práticas espaciais distintas relacionadas às territorialidades específicas

Assim, ao tecer considerações sobre a Comunidade Quilombola - Ilha de São Vicente-TO, este artigo busca subsidiá-la nas audiências públicas, com participação nos processos, ou seja, nas condicionantes para mitigar os impactos neste território, no fortalecimento das discussões sobre implantação da barragem de Marabá, bem como nortear o entendimento do desenho territorial o uso, ocupação e espoliação dos recursos naturais.

Portanto, neste processo comunidades inteiras, indígenas, *quilombolas*, ribeirinhos, são deslegitimadas dos direitos constitucionais fundamentais, se vêem envolvidos aos ditames do grande capital que forja seu poder institucional/territorial no discurso liberal positivista.

Referências bibliográficas

AGOSTINI, Andréia Mendonça. BERGOLD, Raul Cezar. VIDAS SECAS: Energia hidrelétrica e violação dos Direitos Humanos no Estado do Paraná. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.10 n.19 p.167-192 Janeiro/Junho de 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas. 2.^a ed. Coleção “**Tradição e ordenamento jurídico**”, vol. 2, projeto nova cartografia social da Amazônia, 2008.

_____. **Terras de Preto, de Santo e Terras de Índio: uso Comum e Conflito**, Cadernos NAEA, 10, Belém, UFPA, 1989.

ACEVEDO, Rosa Marin. **Campanha de desterritorialização na Amazônia: O agrogócio e reestruturação do mercado de terras**. São Paulo: Globo, 2010.

BECKER, Bertha K. “Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia”. **Cadernos NADIAM**, Brasília: MMA, 1999.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estud. av.**, Abr 2007, vol. 21, no. 59, p.139-153. ISSN 0103-4014 <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>Acesso em 14 de julho 2016>.

BONNEMAISON, Joel. “Voyage Autour du Territoire”. In: **l’Espace géographique**, 10 (4), 1981 p. 249-262.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO - Brasília- 1988. **Art. 68 - Artigo 68 no Ato das disposições Constitucionais Transitória**.

DUTRA, Manoel Sena. **A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta**. Belém: NAEA, 2005.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, V. 2: il. 2015.

_____. Philip. Martin. 1989. Brazil’s Balbina Dam: Environment versus the legacy of the pharaohs in Amazonia. *Environmental Management*13(4): 401-423. doi: 10.1007/BF01867675 Republicado de: Fearnside, P.M. 1990. A Hidrelétrica de Balbina: o Faraonismo irreversível versus o Meio Ambiente na Amazônia. Instituto de Antropologia Meio-Ambiente (IAMÁ), São Paulo, SP: 63 p.

_____. Philip Martin.; LAURANCE, William Frederick. Infraestrutura na Amazônia: as lições dos planos plurianuais. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 87-98, jan./abr. 2012.

FOUCAULT, Michiel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel **Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. A ordem do discurso. **Aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 02.12.1970. 5ª ed. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GOLDEMBERG, J.; MOREIRA, J. R. **Política energética no Brasil**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados (IEA) Universidade de São Paulo (USP), 2005.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p. 169-190.

_____. **O mito da desterritorialização**: dos fins dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

_____. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA Jr.; E. HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. de. (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 282-304.

JUNIOR, Gilberto Borça; PUGA, Fernando Pimentel. Perspectiva de investimentos em infraestrutura 2011-2014. In: **Visão do Desenvolvimento BNDES**, n° 92, fevereiro de 2011.

LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: Desafios, conquistas Impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16 (3): 424 setembro-dezembro/2008. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000.

_____. O Projeto Político Quilombola: Desafios, Conquistas e Impasses Atuais Universidade Federal De Santa Catarina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 965-977 Setembro-Dezembro/2008.

MALHEIRO, Bruno Cesar Pereira. Saberes e Territórios em disputa: construindo uma epistemologia fronteiriça. In: **Anais da II SBS Norte**. Belém, 2010.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Contexto, 2009.

RAFESTINI, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Série; Temas. v. 29. Geografia e política, 1983.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos, 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

_____. **Abordagens e concepções de territórios**. 2ª. ed.-São Paulo: Expressão Popular. 2010.

SILVA, Cristiano Bento da. **Disputas territoriais e pela legitimidade enunciativa na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá**. Marabá: UFPA, 2012.

WEBER, Max 1864/1920. *Economia e Sociedade, Fundamentos da sociologia compreensiva*. Max Weber, tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. **Revisão técnica Gabriel Chon**. Brasília-DF. Imprensa oficial de São Paulo. 1999. 586 p. Vol. 2.

Artigo de Jornal: Marabánotícias.com - O portal de notícias do sul e sudeste do Pará-terça, 04 de Junho de 2013.

Disponível em: www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_capa_sumario.pdf> Acesso em: agosto de 2016.

Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/quilombola/>> Acesso em: junho de 2013.

Eletronorte Atlas da Energia Elétrica no Brasil- Parte 2- ano 2013.

Entrevista Líder da Comunidade S. B. (78 anos, 2/11/2014).

Grupo de Trabalho n° 22

*Povos indígenas em perspectiva interdisciplinar e
intercultural*

ARTIGO

A (DES)CONSTRUÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA EM BOA VISTA: UM ESTUDO ACERCA DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA APRESENTADA AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PROFESSORA MARIA DAS DORES BRASIL

Este ano de 2016 comemora-se na cidade de Belém seu aniversário de 400 anos, completados com muita história. Entretanto, adentrando um pouco mais na história da região Norte, a fundação do forte de Santa Maria de Belém, base de formação da cidade belenense, também marcou o início da colonização portuguesa nos vales amazônicos.

A intensificação da presença lusitana nos territórios nortistas potencializou o contato destes com as sociedades indígenas residentes na região amazônica. Mas não podemos considerar este contato tão benéfico para estes povos, pois, esta aproximação trouxe doenças até então não conhecidas, a escravidão, o processo de catequização, fatores estes que acarretaram “uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade, além de um etnocídio sem precedentes” (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 237).

A presença portuguesa aos nortistas pré-cabralianos foi banhada de muito etnocentrismo lusitano. Este sentimento conflituoso se configura na história do Brasil em diferentes seguimentos, e muitas pessoas podem afirmar que as sociedades indígenas sofrem consequências dessas ações até os dias atuais. Heranças originárias do sangrento contato entre indígenas e não indígenas europeus.

A proposta de produzir este artigo para o *III Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras e o V Encontro Norte-nordeste da Associação Brasileira de Psicologia Social: produção de conhecimento e formação interdisciplinar*, é debater questões relacionadas ao ensino de história e cultura indígena, ministrados aos alunos da escola Maria das Dores Brasil.

Por meio deste artigo, pretendemos levantar questões relacionadas ao ensino de história e a temática indígena, além de apresentar parte dos resultados da pesquisa

* Mestrando do curso de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF pela Universidade Federal de Roraima

** Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP e Professora do curso de História da Universidade de Roraima – UFRR

de campo desenvolvida para elaboração da dissertação de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF – da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

Podemos considerar que os movimentos de resistência indígena vêm combatendo por anos vários fatores que agridem de forma material e imaterial suas sociedades, sua identidade, suas memórias, suas culturas e suas histórias. Desta forma, nosso objetivo é analisar como esta temática indígena está sendo colocada aos alunos de uma escola estadual de Boa Vista, capital de Roraima. Para tanto, é necessário lembrarmos alguns fatos que serão relevantes para a compreensão da presença deste tipo de assunto presente nas aulas de história.

No dia 10 de março de 2008 foi promulgada a Lei 11.645, pelo então ministro da Fernando Hadad, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002 a 2008). A criação de uma Lei que traz a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura dos povos afro-brasileiros e indígenas, no mínimo, remete-nos a refletir que há algo de contraditório.

A contradição mesmo é entendermos que no Brasil atual, Estado Nacional que tem as sociedades indígenas como um de seus antepassados, uma de suas bases étnicas de formação social, grande parte de sua população não compreende que a cultura nacional é uma utopia, e que no plano real, temos várias culturas, e não temos um modelo padrão para viver e conceber o que é “certo” ou o que é “errado”. Não podemos definir uma categoria exemplar de padrão cultural, muito menos julgar os valores de cada uma.

Como podemos compreender que Roraima, Estado brasileiro com o menor número de habitantes¹, ao mesmo tempo, apresenta a maior população indígenas per capita², demonstra em seu dia a dia, um altíssimo índice de rejeição aos integrantes destas comunidades?

Nas salas de aula das escolas de Boa Vista, capital roraimense, a situação não se distingue, pois, a imagem concretizada quando a temática indígena é citada, sempre fala mais alto e logo remete aos piores conceitos negativos de depreciação. É válido ressaltar que esses conflitos ideológicos nos liga a Mércio Gomes, que aponta um histórico conflito de interesses entre indígenas e não indígenas, afirmando que “poderíamos chegar facilmente à conclusão de que não há lugar no Brasil para as sociedades indígenas. Não no Brasil de Hoje” (GOMES, 2012, p. 16).

Não chegemos a este extremo da afirmação de Gomes, pois, mesmo com a prática colonizadora dizimando grande parte da população ameríndia em mais de

¹ Cerca de 450.479 habitantes estimados para o ano de 2016 (IBGE, 2010).

² 49.637 indígenas (IBGE, 2010), cerca de 11,01% da população de Roraima é indígena.

quinhentos anos de contato, a resistência por parte destes povos continua brava atuante, permanecendo até o tempo presente, labutando para ter o seu reconhecimento identitário, forjados na trajetória de cada povo indígena.

A história tem um papel fundamental sobre esta temática. Por muito tempo, historiadores utilizaram-na como um artifício classista, chegando a se tornar um instrumento manipulador que vai, sobretudo no século XIX, rebaixar as sociedades indígenas, para um degrau inferior aos não índios.

Sobre o controle não índio que formava a classe dominante do Brasil oitocentista, Eric Hobsbawm afirma que “a maior parte da história no passado era escrita para a glorificação e [...] uso prático dos governantes” (1998, p. 216). A escrita da história do século XIX, muito se aproxima com a imagem atual produzida por grande parte dos brasileiros, relacionada ao indígena passivo, primitivo, ora inofensivo e ora brutal. Para Athias (2007) a historiografia nacional teve um papel fundamental para a atual situação das sociedades indígenas:

A historiografia oficial sempre mostrou os povos indígenas como se eles tivessem desaparecido desde os primeiros contatos [com os europeus] na costa brasileira. Ainda hoje, os manuais escolares evitam falar sobre os povos indígenas, ou quando falam, usam uma conotação racista e se referindo a um passado longínquo (ATHIAS, 2007, p. 29).

Não podemos afirmar que a história do século XIX foi compreensiva com os povos indígenas. Os intelectuais deste período não compreenderam que no recém-formado Estado Nacional havia uma gama de sociedades distintas e com culturas diferentes. Podemos perceber esta perspectiva a partir da historiografia encetada pelo importante historiador Francisco Adolfo Varnhagen.

Pioneiro no processo inclusão dos indígenas ao prioritário Projeto de formação Nacional Brasileira, Varnhagem entendia que o aprendizado das línguas indígenas, era de suma importância, sobretudo para se comunicar com estes povos considerados “sem história”, pois, segundo o historiador, estes viviam em um estado de *barbárie*.³

O papel do indígena mediante a proposta de Varnhagem se dava através da catequização destes, por meio de uma educação e da religião cristã, ou seja, para o projeto de catequização indígena proceder, era necessário transforma “povos incivilizados” em brasileiros, adeptos da cultura originário dos padrões europeus. Este era o padrão de civilização a ser seguido no século XIX.

³ Segundo Varnhagen, os indígenas viviam em *barbárie*, pois não tinha civilização, não tinham escrita e desta forma, “não há história, há apenas etnografia” (VARNHAGEM, 1854, p. 30). *Os povos sem história*, dentro das teorias historiográficas corresponde às sociedades que não detinham ou não desenvolveram seus registros em documentos escritos.

Incoerente ou não, as sociedades indígenas foram forçadamente submetidas a tratamentos que vão ignorar seu conhecimento diferenciado aos padrões tradicionais do século XIX. No entanto, para Guimarães (2011), este contato fez com que houvesse uma troca de influências em especial “nos aspectos da vida social, na religião e o papel das mulheres” (p. 144).

De certo modo, compreendemos que esta troca de valores vai influenciar nas culturas brasileiras. Destacamos a cultura no plural, pois, entendemos que seria muito simplório definirmos a imensidão cultural nacional em apenas “uma cultura Brasileira”.

Acreditamos na existência de diversas culturas inseridas no Brasil, ou seja, analisamos a cultura como ações representativas de algo. Símbolos produzidos seja expressão um significado.

Nossa compreensão se baliza em Clifford Geertz e sua interpretação sobre as culturas⁴. Para Geertz as ações simbólicas produzidas pelos seres-humanos, representa o próprio conceito do que é cultura: “O conceito de cultura que eu defendo, [...] é que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (2008, p. 04).

Corroborando com a análise sobre os significados sobre culturas, Barth (1998, p. 187) afirma que “[...] a cultura é [...] um meio para descrever o comportamento humano, [...] isto é, [...] de grupos humanos”. Baseados nestes pensamentos que podemos afirmar a existência plural das culturas no Brasil, através das representações de cada grupo existente aqui, neste território nacional.

As ações dos seres humanos são representações de símbolos que culminam em um contexto cultural. Para Clifford Geertz (2008), estas ações estão semeadas de significados e podemos analisar suas interpretações através de uma descrição densa, por uma análise mais profunda que ultrapassa a capa da superficialidade.

Geertz (2008, p. 9), além de afirmar que as ações humanas são recheadas de significados e interpretações, considera que a cultura é pública, porque o significado dela também é público, ou seja, as ações dos homens são concretizadas devido a um pré-entendimento interpretativo do ato que realizar-se-á; neste caso, é observado que “a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas”.

Neste sentido, Adam Kuper (2002, p. 288) analisa a cultura como um ensinamento que se distancia de uma transmissão: “[...] cultura não é uma questão de raça. Ela é aprendida, e não transmitida por genes”. Logo, entendemos que as sociedades não transmitem seus conhecimentos e seus significados geneticamente. O ensino

⁴ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. 1. Ed., Rio de Janeiro: LTC, 2008.

está diretamente relacionado aos valores, aos sentidos, aos signos e aos entendimentos de todos os integrantes de uma sociedade.

Os conceitos ensinados no interior das sociedades correspondem com as imagens criadas pelos seus receptadores, que por sua vez, deverá visualizar sua imagem como indivíduo inserido em um grupo e conseqüentemente, outros indivíduos em outros grupos. Esta relação é recíproca, no que diz a respeito ao reconhecimento, pois, segundo Geertz (2008), os grupos sociais são formados por identidades sociais que devem reconhecer e ser reconhecidos como tais.

Para tanto, as construções das imagens criadas de uma sociedade, ou para sociedade, correspondem a olhares com pesos de diferenças ou desigualdades. As diferenças sociais são aquelas que tem como base as relações “naturais”, cor da pele, cor do cabelo, ou seja, corresponde a questões formadas de maneira imparcial, sem agravantes ou interferência dos seres humanos.

Para Comparato (2004, p. 1):

Quando se fala em diferenças sociais, estamos nos referindo àquelas diferenças que têm uma base natural ou, então, são produto de uma construção cultural. Tem uma base natural a diferença entre os sexos; isto provoca, inelutavelmente, uma diferença de comportamento social, uma diferença de posição social. Por outro lado, existem diferenças fundadas, digamos assim, num condensado cultural: costumes, mentalidades. Todos aqueles que seguem uma mesma religião, que têm uma mesma visão do mundo e uma mesma tradição tribal ou grupal, distinguem-se dos demais; são diferenças nítidas.

Todavia, os juízos de valores, a inferiorização, o rebaixamento de grupos étnicos, corresponde a desigualdades sociais. Neste contexto, Comparato também colabora afirmando:

[...] [existem] em toda sociedade, desigualdades, e estas dizem respeito não a diferenças naturais ou culturais, mas a um juízo de superioridade e inferioridade entre grupos sociais, entre camadas sociais, entre classes sociais. E este juízo de superioridade ou inferioridade acarreta, necessariamente, uma apreciação de estima ou desestima de um grupo em relação ao outro - de onde os preconceitos - e de valor social. Ou, então, fundamenta posições jurídicas nítidas: tal grupo tem tais direitos próprios, que são conhecidos, na técnica tradicional do Direito, como privilégios; outro não tem direitos, é um subgrupo, não pode se igualar aos demais. (COMPARATO, 2004, p. 1).

Analisamos a dicotomia criada nos imaginários internos das sociedades, que são transmitidos por seus integrantes, através de conceitos que podem ser construtivos ou pejorativos, à medida em que é ensinado. Não só a cultura, representada pelos

símbolos que ela produz pode ser subjugada, como os componentes de um grupo étnico também passam por este processo. Neste aspecto, compreendemos que as sociedades indígenas foram, ao decorrer dos anos, inseridas neste contexto depreciativo. Suas culturas e histórias foram deixadas de lado. Desta forma, os brasileiros aprenderam a marginalizar esses povos.

Este tipo de aprendizado ainda é uma realidade nas escolas brasileira. A sala de aula é um local de disseminação de conceitos construtivos, mas, concomitantemente também promove discriminações e informações inverídicas.

É dentro deste ambiente escolar que iniciamos nossa pesquisa de campo. Através de visitas rotineiras nos últimos 12 meses na Escola Estadual Professora Maria das Dores Brasil, localizada na Avenida das Guianas, número 1201, bairro 13 de setembro, Boa Vista/RR, resolvemos desenvolver neste último mês de outubro de 2016, o processo de entrevista com os professores. É válido ressaltar que este mês foi escolhido, após compreendermos, através da etnografia desenvolvida na escola, com base em intensa observação e acompanhamento diário da dinâmica escolar.

Atualmente, a escola detém quatro professores de história, sendo divididos da seguinte forma:

- 2 professores – período matutino – Iremos identificar como professor (A) e Professor (B).
- 1 professor – período vespertino – Professor (C)
- 1 professor – período noturno – Professor (D)

A ideia inicial era fazer entrevistas com os professores de todos os períodos, mas até o momento, ainda não conseguimos entrevistar uma professora do período da manhã, desta forma, iremos apresentar neste artigo, o resultado parcial da pesquisa que ainda está em andamento e não utilizaremos o professor (A)

Inicialmente, é necessário apontar questões relacionadas ao referencial curricular de história utilizado pela escola.

O Governo de Estado de Roraima divulgou o Referencial Curricular da Rede Pública Estadual para o Ensino Médio⁵ no ano 2012, por meio da Secretaria de Estado e Educação, Cultura e Desportos, ocupada então por Lenir Rodrigues Luitgards Moura, durante o governo de José de Anchieta Junior.

Este documento teve como organizadores vários profissionais das quatro áreas de conhecimento (Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemá-

⁵ Utilizaremos a Sigla RCRPEEM para representar o referido documento.

tica), e tem como propósito bem claro, representado através das palavras da Secretária de Educação Lenir Rodrigues: “Os conteúdos veiculados ao documento indicam uma trajetória a ser trilhada” (RCRPEEM, 2012, p. 05).

Acreditamos que a ideia inicial do Governo de Roraima era, através do RCRPEEM (2012), estabelecer um padrão de ensino às escolas estaduais, tendo uma única base referencial que deveria balizar os 141.384⁶ alunos matriculados em 2010.

Cabe neste momento ressaltar que o material se demonstra abordar de forma muito satisfatória as peculiaridades da história de Roraima relacionada com a história indígena, porém, não é nosso propósito adentrar na avaliação deste conteúdo.

Desta forma, porque ressaltamos a importância deste documento? É pelo fato de que não há nenhum outro documento ou elaborado ou adaptado para servir como base referencial do que vai ser ensinado aos alunos roraimense.

Por isso o RCRPEEM (2012), se torna de extrema importância, quando tratamos de educação e ensino em Roraima, mas, através de nossa pesquisa, percebemos que não há nenhum tipo de contato com este material por parte dos professores na escola Maria das Dores Brasil.

Podemos afirmar a inexistência deste contato entre referencial e professor, pois, foi perguntado aos professores: *você utiliza algum referencial para trabalhar a história e cultura indígena?*

Segue abaixo as respostas:

- Professor (B): *não, não necessariamente... eu só digo pro meu filho “acessa um site e me traz coisas de indígenas, que eu preciso elaborar uma aula”... então ele trás material pra mim e eu elaboro a aula, venho aqui na biblioteca da escola [não disse a referência], as minhas ajudas, eu estou buscando só... converso com meninos que tem traços indígenas, pra ver se eles me contam experiências da família, aí eu tô pegando isso aí... aí eu pego essa realidade vivenciada porque tem muito familiares que são índios mesmo... e me contam e eu transformo isso em aula, utilizando o aluno como exemplo, mas preparando todos por causa do preconceito.*
- Professor (C): *o que eu tenho feito, é buscar apostila, livro de alguns, historiadores, não... na verdade de algumas pessoas, como por exemplo o livro da Eli Macuxi⁷, mas a gente vê que não é o suficiente, mas fala bem também... tenho utilizado materiais de pesquisa mesmo, tipo... Recentemente fiz um apanhado sobre a história dos indígenas de Roraima, não sobre a história de Roraima, mas sobre os indígenas [falou de forma bem enfática] que faz parte da história de Roraima e a gente teve na CASAI⁸... tivemos na FUNAI conversando com o pessoal lá, botamos os alunos pesquisar; fiz alguns questionários... estive conversando com o Tucuxau dos Waimiri Atroari... a gente vê que na verdade, as escritas que a gente encontra com os trabalhas está totalmente defasada.*

⁶ RCRPEEM, 2012, p. 225.

⁷ Professora do curso de História da UFRR.

⁸ Casa de Saúde Indígena

- Professor (D): *Além do livro didático [livro da EJA⁹] que tem um teor muito interessante, também utilizo filmes, enfm... pesquisas para ampliar com seminário, pesquisas na internet, mas sempre focando o debate.*

Pelos discursos dos professores, percebemos diversas contradições, mas um ponto nos chamou atenção, todos os entrevistados afirmaram não receber nenhum tipo de referencial norteador dos conteúdos ministrados em sala de aula. Desta forma, pressupomos que o RCRPEEM caiu em desuso e, pelo menos aos professores de História, não foi repassado.

Outro fator importante a ser debatido é o Projeto Político-Pedagógico¹⁰ da Escola Maria das Dores Brasil. Sobre este documento é válido estabelecer uma informação. Ter um projeto político-pedagógico construído com cuidado é essencial para que toda a comunidade escolar conheça os objetivos educacionais que a instituição pretende atingir e os meios disponíveis para tanto.

Porém, muitos gestores têm dúvidas sobre como esquematizar o documento, que tópicos incluir e de que maneira apresentar cada informação. Nesse caso, uma possível fonte de inspiração é a leitura de documentos elaborados em outras escolas. Esta prática não é incorreta, muito menos ilegal. Pelo contrário, muitas escolas fazem este procedimento, mas, a escola Maria das Dores Brasil, não detém de um PPP. Após solicitações à direção, coordenação e secretaria (nesta ordem, pois, houve recentemente uma troca de gestão, portanto, a atual gestora informou que ainda estava se organizando e não sabia onde estava, mas que poderíamos perguntar se havia para a coordenação, que por sua vez também deu um retorno negativo à existência de um PPP. Por fim, solicitamos aos funcionários mais antigos da secretaria, mas estes informaram que este documento ficava sob responsabilidade da coordenação).

Na inexistência de um PPP, encontramos o regimento da escola disponível no site: <http://escolaemdb.blogspot.com.br/p/regimento-escola.html>, elaborado no dia 04 de junho de 2009.

É interessante ressaltar que no Título IV, da Organização Geral do Trabalho, Seção I, Do Currículo, art. 90:

*– O currículo do ensino médio compõe-se de uma base nacional comum e de uma Parte Diversificada:
I – A Base Nacional Comum constitui-se das seguintes áreas de conhecimentos e componentes curriculares:
a) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Língua Portuguesa, Educação Física, Arte e Língua Estrangeira Moderna – Espanhol.*

⁹ Educação para Jovens e Adultos – o citado seria o Tempo, espaço e cultura: ciências humanas: ensino médio: Educação de Jovens e Adultos. – 1º ed. – São Paulo: Global, 2013 (Coleção viver, aprender).

¹⁰ Utilizaremos a sigla “PPP” para nos referirmos ao Projeto Político-Pedagógico.

- b) *Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias: Matemática, Biologia, Química e Física.*
c) *Ciências Humanas e suas Tecnologias: Geografia, História, Sociologia e Filosofia.* (REGIMENTO ESCOLAR, 2009)

Esta citação é importante porque ela mostra a divisão das disciplinas da Base Nacional Comum, mas ainda no Art. 90, II – Parte Diversificada, este é o momento em que o documento apresenta as metodologias avaliativas, mas não há nenhum tipo de conteúdo específico das disciplinas acima citadas.

Se faz necessário enfatizar que em nenhum momento da leitura do Regimento Escolar encontramos qualquer tipo de citação referente à temática indígena. Porém, esta informação nos leva a outro ponto relacionado à entrevista com os professores, pois, como eles não utilizam nenhum tipo de referencial, todos os professores seguem um roteiro no desenvolvimento dos conteúdos ministrados aos alunos do Ensino Médio, eles seguem o sumário dos livros como planejamento anual, mesmo descredenciando na eficiência dos livros didáticos que tratam sobre a questão indígena.

Ao ser perguntado aos professores se o livro didático utilizado pelos alunos do ensino médio da escola contemplaria a história indígena, os professores foram categóricos em responder:

- Professor (B): *não, temos que elaborar o material para trabalhar a questão indígena”.*
- Professor (C): *nenhuma escola que trabalhei em Roraima dispõe de material adequado para trabalhar a questão indígena.*
- Professor D: *Especificamente sobre a questão indígena não, mas ele fala sobre cultura, daí, eu aproveito o gancho.*

Percebemos que os professores B e C são enfáticos em considerar o livro didático insuficiente para abordar a temática indígena aos alunos (o livro didático escolhido pela escola Maria das Dores Brasil, é o *História: das cavernas ao terceiro milênio – conteúdo 1, 2 e 3, das autoras Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick;*, já o professor D considera a abordagem sobre o conceito de cultura importante para estudar a história e cultura indígena¹¹. A contradição no discurso se justifica pela distinção do livro didático utilizado.

Um fator importante a ser destacado na contradição dos discursos dos professores corresponde a formação acadêmica. O professor B, tem formação em bacha-

¹¹ Na escola Maria das Dores Brasil, existe a modalidade de Ensino Médio Regular – EMIR, que utiliza o livro acima supracitado. Esta modalidade é realizada nos períodos matutino e vespertino. Porém, no período noturno, a modalidade de ensino aos alunos do Ensino Médio, é a EJA, por isso os livros são distintos.

relado e licenciatura em geografia; o professor C, tem formação em pedagogia e fez complementação em licenciatura em história; o professor D formou-se em bacharelado em antropologia. Ou seja, nenhum dos professores que ministra a disciplina de história tem formação nessa área.

Essa informação nos leva a outro ponto relevante. O Governo do Estado de Roraima realizou em 2014 um processo seletivo para a contratação de professores temporários para contemplar o quadro funcional da educação. Consideramos que o problema está no tempo correspondente a contratação dos professores aos dias atuais (2016).

Muitos professores que foram contratados para contemplar o quadro funcional foram, por motivos diversos, desistindo de suas funções. Em contrapartida, o Governo de Roraima não contratou outros professores, além dos que estavam nas listas de espera¹². Para sanar o problema da falta de funcionários a SEED iniciou a nomeação de diversos profissionais de outras áreas para ministrar aulas onde faltava. Por isso encontramos professores de áreas diversas ministrando aulas de história.

O fato de professores atuantes no desenvolvimento da disciplina de história terem formações acadêmicas distintas nos leva a um fator muito citado pelos professores entrevistados, a preparação acadêmica.

Antes de adentrarmos nesta questão, é necessário explicitar mais um questionamento feito aos docentes. Foi perguntado se eles conheciam a Lei 11.645¹³. O resultado colhido com a resposta, seguiu um caminho semelhante dentre as respostas. Como a Lei é uma especialidade ao ensino de história, conseqüentemente, ao professor de história, todos os professores desconheciam seu conteúdo.

Ao perguntar aos professores qual o maior desafio em trabalhar a história e cultura indígena, os professores seguiram um caminho também semelhante, a falta de material didático, de conteúdo específico ao acesso dos professores, a falta de apoio do sistema educacional, somada a inexistência de investimentos.

Um outro fator citado por todos os professores entrevistados corresponde ao desinteresse de outros professores em trabalhar a questão indígena, devido ao preconceito sobre a temática pelos próprios docentes.

O preconceito, tem como base a falta de informação referente a algo ou à alguém, que nos leva a formar um conceito prévio a determinado assunto. Acredita-

¹² Segundo informações obtidas na Secretaria de Educação e Desportos – SEED, as listas não continham um número de candidatos específico à esperar.

¹³ Alterando a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelecidas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº. 11.645/08, promulgada no dia 10 de outubro de 2008, inclui a obrigatoriedade no currículo oficial da rede de ensino a história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições de Ensino Fundamental e Médio em todo território brasileiro.

mos que o preconceito estabelecido neste caso citado pelos professores corresponde à uma outra pergunta realizada: Na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar o ensino de história voltado a temática indígena?

- Professor (B): *A universidade se preocupa em ministrar os cursos das áreas indígenas... [desta forma] seria preciso um professor de história formado naquilo, porque, se eu sou formado em história, de maneira geral, no mínimo eu teria que ter uma pós-graduação voltada para aquilo... pra conhecer o dialeto, ter ido lá [nas comunidades indígenas], conviver... é preciso ter alguém que saiba, que entenda, que domine, pra digamos... passar para os professores de história, dar um curso relâmpago, mas é necessário ele ter... poderíamos chamar de capacitação... desde o dialeto... o primordial seria a capacitação destes professores, que na verdade já existe, mas a gente não vê...*
- Professor (C): *Sinceramente? Talvez trabalhos como este sirvam de incentivo a capacitação de professores do ensino médio e fundamental... aos professores de história. A capacitação deles [dos professores] dentro deste conteúdo, eu acho que era a única forma de mudar... e, com certeza, disponibilizar um material didático sobre isso [temática indígena]... além da capacitação, tem que ter o material didático, porque não adiante se capacitar e não ter material para trabalhar. É a realidade... temo medo de não mudar essa base!*
- Professor (D): *olha, sinceramente essa pergunta é muito difícil para responder... neste caso, estamos falando de coisas mais burocráticas, mas poderíamos começar com a questão da sensibilização do próprio Estado, em relação a esta importância [temática indígena]... porque, se o Estado vê o índio como empecilho, como o professor vai encontrar apoio no gestor da escola para desenvolver um trabalho, um projeto sobre a história indígena? Como a gente pode tornar isso interessante, dentro de um projeto e fazer com que os alunos se envolvam com isso? Que dizer... você tem que ter um apoio meio que hierárquico também né? Na ponta tem que estar o Estado, que é o grande gargalo... mas sobre os professores, eu percebo que eles estão saindo da universidade muito crus para o dia a dia de um professor, é necessário capacitar.*

Temos como ciência, após os diversos apontamentos expostos pelos professores e pelos documentos escolares, relacionados ao dia a dia escolar, que muito se tem a fazer. Se tratando sobre o ensino de história e cultura indígena, podemos analisar que há uma grave deficiência em diversos setores.

Apontaremos alguns citados neste artigo:

Material didático – sobre o material didático, percebemos que há um grande desconforme por parte dos professores em utilizar um material julgado ineficaz no que corresponde a temática indígena. Os livros didáticos utilizados são ineficazes no que corresponde a ideia de falar sobre sociedades indígena, em especial a Região Norte. Há um grande déficit em materiais específicos sobre os povos indígenas de Roraima e suas peculiaridades regionais.

Formação acadêmica dos professores - podemos perceber que este é um fator muito importante no que corresponde a precariedade do ensino de história, pois, a pesquisa foi realizada em uma escola específica, mas, ao que tudo indica, deduzimos que

esta prática de selecionar docentes de outras áreas de conhecimento, para ministrarem aula de história, hoje seja corriqueira em Roraima. Este é um fator com alto grau de prejuízo ao ensino, pois, licenciado em história, tem uma grade curricular diferenciada, uma visão teórica específica às temáticas históricas. Pensamos que não seja uma realidade completa, todos os docentes de história do Brasil, aplicarem todos os seus conhecimentos de forma sistemática e produtiva aos alunos, contemplado várias perspectivas históricas sobre um tema, relacionado o passado e o presentes, mas, também temos fé que este seria o caminho para uma melhor educação, consequentemente um melhor ensino de história.

Capacitação para os professores – este é um fator preponderante para o ensino de história. A capacitação especializada dos professores na temática abordada, gabarita e habilita o docente a adentrar em caminhos que ele se preparou, porém, não pensamos que todos os professores de história devem fazer uma pós-graduação em história indígena ou capacitações derivadas da temática para ensinar história e cultura indígena. Acreditamos que a Universidade tem o papel de apresentar aos futuros professores de história um panorama geral sobre o assunto, mas, se a os atuais professores de história estão saindo incapacitados de ministrar um conteúdo teoricamente visto em sua formação, encontramos um outro problema, podendo ser abordado em outro momento.

Sistema Burocrático Governamental – pensamos na hierarquia governamental educacional, ligada ilusoriamente a uma engrenagem; desta forma, Secretaria de Educação é um dente da engrenagem, Escola mais um dente, professor outro dente, passando por técnicos administrativos, alunos e todos os envolvidos neste sistema. A grande questão desta engrenagem é o defeito de um dente, se apenas um dente quebra, ou ao menos este ficar com defeito, a engrenagem começa a funcionar de forma anormal. A metáfora representa a gestão educacional que não corresponde com o compromisso de realizar um ensino satisfatório em Roraima, pois, a falta de planejamento, a improvisação e o descompromisso com a organização, são fatores marcantes nestes dentes da engrenagem.

Por fim, pensamos nas inúmeras falhas que podemos observar no ensino de história relacionado a temática indígena, principalmente no que tange aos alunos do ensino médio da Escola Maria das Dores Brasil. Os resultados da pesquisa realizada nesta referida escola aponta dados preocupantes que afetam os futuros brasileiros. É válido começarmos a refletir sobre a temática indígena, não somente dentro das escola, mas nas ruas, nos shoppings, nas casas. Quanto mais debatido o assunto, mais

próximo ficaremos às histórias destes povos e consequentemente potencializaremos a chance de afastar o preconceito existente para com estas sociedades.

Referências bibliográficas

ATHIAS, Renato. **A noção de identidade étnica na antropologia brasileira**: de Roquette Pinto à Roberto Cardoso de Oliveira. Recife: Ed. UFPE, 2007.

BRASIL. **Lei n.º 11. 645, de 10 de março de 2008**. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 maio 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. O princípio da igualdade e a escola. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Porto Alegre: Vozes, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1. Ed., Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil**: 1838-1857. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011.

HECK, Egon/ LOEBENS, Francisco/ CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios, **Estudos avançados**, Vol. 19, no. 53 (2005) p. 237-255. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100015&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 15 Nov. 2016.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010.

KUPER, Adam. **Cultura**: A visão dos antropólogos. Bauru: Editora Edusc. 2002.

RORAIMA, **Referencial Curricular do Ensino Médio do Estado de Roraima**, 2012

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal. 3ª Ed. Integral. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

_____. **História geral do Brasil.** Isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

_____. **História geral do Brasil.** Isto é, do descobrimento, colonização, legislação, desenvolvimento, e do império, escrita em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda, e dedicada a sua majestade imperial o senhor D. Pedro II. Tomo segundo. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857.

ARTIGO

DESAFIOS E INTERAPRENDIZAGENS NO ESTUDO E APLICAÇÃO DO MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL EM RORAIMA, AMAZÔNIA BRASILEIRA

Introdução

O presente trabalho traz alguns dos avanços alcançados em um processo de pesquisa e ação que já vem se desenvolvendo há seis anos em Roraima, norte da Amazônia brasileira, quanto ao estudo e aplicação do Método Indutivo Intercultural na formação de estudantes indígenas na Universidade Federal de Roraima pertencentes aos povos Macuxi, Wapichana, Wai Wai, Ingarikó e Ye'kuana.

Esta iniciativa tem como objetivo levantar um debate sobre os conhecimentos indígenas e sobre como desenvolver pesquisa voltada para uma reflexão atualizada sobre a relação entre sociedade e natureza e os desafios que as comunidades indígenas enfrentam quanto à educação, gestão do território, saúde e outros diversos campos de reflexão que a formação universitária tem propiciada entre os estudantes indígenas que entram na universidade.

O foco deste trabalho surgiu no contexto dos cursos do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, o que logo foi ampliado às atividades de formação em nível de pós-graduação nos programas de pós-graduação em Sociedade e Fronteiras, no de Geografia e no de Recursos Naturais, onde os pesquisadores aqui envolvidos participam.

Na aplicação do Método Indutivo Intercultural, que mais que uma aplicação mecânica tem sido um exercício constante de reflexão e interaprendizagem, desenvolvemos pesquisas sobre o calendário sacionatural para, depois na aplicação da Teoria da Atividade, desenvolver exercícios de explicitação do conhecimento indígena a partir da análise das atividades sociais mais significativas, buscando uma reflexão que articule uma leitura global da sociedade em estudo e, ao mesmo tempo,

* Prof. Curso Licenciatura Intercultural / Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena / Mestrado em Sociedade y Fronteiras / Universidade Federal de Roraima (UFRR) maxim.repetto@yahoo.com.br

** Prof. Curso Gestão Territorial Indígena / Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena / Mestrado em Geografia / Universidade Federal de Roraima (UFRR) mbarbara43@gmail.com

uma leitura dos aspectos particulares vivenciados pelas pessoas. Esta perspectiva de reflexão e ação se ampara na obra de Jorge Gasché, Maria Bertely e outros autores e colaboradores, indígenas e não indígenas, a partir do qual a perspectiva de colaboração e co-autoria busca construir uma base sólida para a reflexão sobre os alcances da interculturalidade e os desafios da compreensão do conhecimento indígena para contribuição de melhorias na vida de toda a sociedade.

Para levar a frente este trabalho temos articulado projetos de pesquisa, a realização de oficinas em comunidades indígenas, atividades junto dos alunos na UFRR, integração de grupos de pesquisa CNPq e junto aos cursos nos quais atuamos. No entanto, o maior desafio tem sido a articulação interdisciplinar entre pesquisadores e cursos universitários. Para tanto temos contado com uma articulação conceitual de diversas áreas de conhecimento, dentre as quais destacamos a geografia, a biologia, a antropologia e a educação.

Com esta experiência buscamos explorar os limites do debate transdisciplinar e intercultural, refletindo sobretudo nos desafios e dificuldades de nosso trabalho, tanto pelos limites impostos pelo sistema educacional, como os conflitos intersociais, ampliando os sentidos e a reflexão sobre as contradições que todos, indígenas e não indígenas, vivemos neste processo.

O calendário socionatural e a gestão das terras indígenas: experiências na graduação e pós-graduação

A gestão dos territórios indígenas tem se traduzido em um desafio para os povos que neles habitam. A rapidez com que as transformações estão se sucedendo nas comunidades, com o ingresso de relações capitalistas, as pressões externas em suas fronteiras, a questão da água e dos recursos naturais, dentre outros aspectos, trazem a necessidade de se repensar práticas de gestão, eliminando modelos prontos e que, em algum outro espaço e tempo, funcionaram. Na necessidade de se construir o novo, encontra-se a proposta do Método Indutivo Intercultural e a construção de calendários junto a esses povos, partindo-se de uma visão de dentro das comunidades, do olhar dos próprios sujeitos que fazem a história.

No contexto roraimense percebe-se uma variedade de formas de adaptação e modos de vida diante de uma diversidade de ambientes e paisagens. Esses ambientes representam as condições de existência de vários grupos e de onde se extrai a base material para a vida. A partir do que se tem disponível na natureza são construídos modos de vida e referências culturais, através da atribuição de valores a componen-

tes da natureza e de transformação dos recursos naturais em elementos essenciais a sobrevivência (alimentação, moradia, transporte, instrumentos).

Claval (2009) já apontava que a geografia humana analisa as relações entre grupos humanos e ecossistemas existentes nos espaços em que vivem e, para tal, estuda o cotidiano e como se processam as relações entre o homem/sociedade e a natureza que o cerca. Mas cada povo deve conter um estudo diferenciado que vai variar de acordo com suas características, se caçadores, pescadores, pastores ou agricultores, por apresentarem diferentes práticas de manejo do ambiente e, por conseguinte, relações distintas com o tecido social (Claval, 2010). Considera como ambiente o espaço concreto, ou espaço usado, aquele que nossos sentidos atingem, associado a um espaço imaginado ou presumido, isto é, aquele que está além do horizonte e fora do alcance dos nossos sentidos. Esse universo, entre o concreto e o imaginado, perfaz o mundo dos índios de Roraima. A sobrevivência do grupo está diretamente relacionada ao conhecimento do espaço geográfico e esse conhecimento é transmitido de geração em geração,

A socialização da orientação não se exprime somente através da aprendizagem ou do ensino que as habilidades e os conhecimentos adquiridos nesse campo transmitem de geração a geração. Ela se manifesta pelos nomes dados aos lugares, o que torna possível sua menção e favorecem sua memorização, principalmente porque eles perduram no tempo [...] Todas as sociedades para viver dispõem, por conseguinte, de métodos graças aos quais os seus membros conseguem localizar, reconhecer e se dirigir aos seus destinos. Colocamos uma etiqueta em cada lugar conhecido, de modo que possamos nomeá-los. A primeira geografia é a da orientação, completada pelos parâmetros linguísticos: ela é necessariamente parte de qualquer cultura (Claval, 2010, p. 19).

Os povos, assim, desenvolvem habilidades para lidar com o meio e, a partir das necessidades definem qual é o melhor método a empregar na pesca, na caçada, no plantio da roça, no uso dos recursos naturais. As habilidades envolvem, também, um amplo conhecimento do espaço geográfico, como os tipos de solo para plantarem, os melhores locais e horários de caça e pesca, as situações ótimas para extração dos recursos naturais, e nessas habilidades constroem suas referências geográficas. Os conhecimentos não estão relacionados apenas as questões produtivas, mas a outras necessidades das comunidades, como a construção das casas, quando é preciso conhecer as espécies de árvores próprias para as construções e, no caso dos indígenas de Roraima, as palhas para cobertura, a forma de tratá-las. A todo esse universo, agrega-se a existência de regras, os direitos de uso ou de propriedade, a coletividade

no desenvolvimento de alguma atividade, situações normalmente definidas em reuniões coletivas ou repassadas pelas gerações. Assim,

Em quaisquer sociedades, os costumes e as regras especificam os direitos de acesso ou de uso de que cada um goza quanto à terra e ao subsolo. Isso torna eficiente a cooperação e permite (graças à permuta) uma especialização por vezes muito desenvolvida. Não se trata de técnicas, mas de usos e regras indispensáveis à organização da existência coletiva. Uma parte importante dos saberes geográficos diz respeito à vida de relações e ao modo como essa é estruturada (Claval, 2010, p. 26).

Seja de forma coletiva ou individual, as relações entre os homens e o ambiente são impressas nas atividades, considerada como um processo de mediação nessa relação que é dialética, quando tanto o objeto quanto o homem sofrem transformações. A atividade é, assim, um modo humano de construção de relações com o mundo (Núñez, 2009).

Partindo das atividades realizadas em um período de um ano, considerando que essas atividades são transformadoras e que ocorrem em um determinado espaço e tempo, apresentamos aqui, algumas experiências que relacionam os calendários socio-naturais com a gestão dos territórios. Iniciamos com a preocupação da formação de alunos do curso de Gestão Territorial Indígena/GTI do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima, seguido de exemplos do uso da mesma proposta teórico-metodológica em cursos de pós-graduação, envolvendo tanto alunos indígenas quanto não indígenas. Conforme apontado por Bethonico (2012) a universidade, a partir do momento em que se envolveu com os povos indígenas a partir da oferta de cursos específicos, tem contribuído para a gestão dos territórios, com destaque para os grupos de Roraima, permitindo uma aproximação e um diálogo entre diferentes visões de mundo, como foco na melhoria da qualidade de vida e autonomia desses povos.

Aliando pesquisa, ensino e extensão, construímos uma experiência com alunos de graduação do curso GTI que passaram a acompanhar, como bolsistas, as atividades desenvolvidas em várias comunidades indígenas na região do lavrado (porção central do estado de Roraima) e da área de floresta (ao sul do estado, próximo da divisa com o Pará) que são ambientes distintos. O lavrado (nome local) corresponde a uma área de savana que varia de acordo com a densidade de espécies arbóreas, sendo comum vastos campos cobertos por gramíneas entremeadas por linhas de buritis que acompanham pequenos cursos de água, aqui chamados de igarapé. Em algumas áreas percebe-se uma vegetação mais densa, porém sempre marcada por árvores de

pequeno porte que transitam entre as margens dos rios, encostas de serras ou ilhas de mata servindo como referencial para a existência de determinados tipos de caça ou espécies madeiráveis usadas em construções. Esse tipo vegetacional é habitado por povos das etnias Macuxi e Wapichana que constroem suas comunidades e fazem uso dos recursos naturais para o atendimento de suas necessidades. No contorno dessa extensa área de lavrado encontram-se as áreas florestadas (ao sul e oeste do estado de Roraima), formada por vegetação densa, árvores de grande porte que formam um tapete verde entrecortado por rios meandantes, que servem de estradas por entre a floresta. Nessas áreas vivem vários povos, como os Yanomami, os Ye'kuana e os Wai-wai que desenvolveram formas diversas de sobrevivência e extração dos recursos necessários da floresta.

Realizamos experiências de construção do calendário sacionatural com estudantes dos povos Macuxi, Wapichana, Wai-wai, Ingarikó e Ye'kuana, de forma que foi possível oferecer para os alunos bolsistas observações e comparações com o próprio modo de vida de suas comunidades de origem. Dessa experiência resultaram no curso de Gestão Territorial /Insikiran /UFRR três trabalhos de conclusão de curso/TCC, um na comunidade indígena do Campo Alegre, na Terra Indígena São Marcos, um na comunidade do Taxi e outra na comunidade São Miguel da Cachoeira, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, as duas primeiras em região de lavrado e a última em região de mata.

Partindo de situações distintas, as três pesquisas abordaram temas importantes relacionados à gestão do território e ao uso dos recursos naturais. A estudante bolsista do programa PET Intercultural (Monteiro da Silva, 2015) estudou a utilização de madeiras na construção de casas e as atividades de derrubada de roças, na perspectiva de compreender como se desenvolvia o uso das espécies madeiráveis na comunidade São Miguel da Cachoeira, de maioria pertencente ao povo macuxi. Diversas preocupações envolviam aos membros da comunidade, em especial os impactos da expansão da vila de Pacaraima sobre as nascentes do igarapé da região. Esta comunidade que se encontra na fronteira internacional com a Venezuela, e na fronteira entre matas e savanas, tem casas a ambos lados da fronteira e enfrenta diversos dilemas por esta situação, tanto em relação aos indígenas vizinhos do Povo Pemom, como em relação às situações que vivem dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Os membros da comunidade quando derrubam e constroem se utilizam de diversos conhecimentos sobre o ciclo natural das espécies, assim como o processo de transformação das madeiras em casas para as famílias. Contudo o desmatamento

e o fogo se tornam temas importante de debate e preocupação, sobre o qual ainda precisa haver um debate mais amplo.

Preocupada com a situação ambiental dos buritizais de sua comunidade, a bolsista OBEDUC (Braga, 2016), desenvolveu um estudo sobre as formas de uso do buriti, principalmente para a cobertura das casas e artesanato. O buriti é uma espécie vegetal abundante nessa parte da Amazônia e, além de referência geográfica e de limites entre comunidades, tem um amplo uso dado pelos povos que aqui habitam: utilizam a palha para a cobertura das casas e para a produção do artesanato, o tronco nas construções e o fruto para alimentação. Essa diversidade de uso tem preocupado os povos da região uma vez que, com o crescimento da população, a demanda tem ampliado proporcionalmente, levando a retirada excessiva de palhas de forma a não permitir a recuperação no tempo da natureza. Durante o processo de construção do calendário sacionatural, partindo de entrevistas com moradores e reuniões comunitárias como estratégia para coleta de dados e informações, percebeu-se que existem várias situações que envolvem a retirada de palha dos buritizais, desde regras definindo os locais de retirada, quanto aspectos da cultura como o indicativo astronômico para tal atividade. Como resultados aparecem a pressão sobre um determinado recurso, a mudança de alguns hábitos, como a própria cobertura das casas e a necessidade de reconstrução de regras para a extração do recurso visando o uso sustentável dos buritizais.

Em outra comunidade, a pesquisa em andamento de bolsista OBEDUC, voltou-se para a inserção de um novo elemento no cotidiano das pessoas: uma cooperativa. A comunidade do Taxi se destaca pela produção de farinha, um subproduto da mandioca o qual o excedente da produção sempre foi comercializado em pequenas feiras ou trocado por outros produtos de acordo com a necessidade das famílias. A introdução de relações capitalistas nas comunidades e o aumento das necessidades, principalmente por produtos industrializados, levou a que algumas famílias produtoras de farinha passassem a participar de uma cooperativa, visando aumentar as possibilidades de comercialização do produto. Assim, uma nova estrutura produtiva foi inserida, indicando outra forma de uso do solo. Nesse aspecto, o calendário sócionatural foi construído como forma de contribuir na compreensão das relações que se estabelecem na produção, incluindo o plantio das roças, fabricação e comercialização da farinha, indicando as teias sociais, culturais e comerciais e o envolvimento das famílias. O calendário foi construído a partir de reuniões participativas e complementado através de entrevistas com lideranças e produtores de farinha,

indicando a necessidade de repensar a gestão do território frente aos novos desafios por que passam as comunidades.

Nesta perspectiva Feitosa (2015) defendeu uma dissertação aplicando o Método Indutivo Intercultural à produção de atividades produtivas na comunidade Ilha Terra Indígena São Marcos, estudando o processo de criação de uma cooperativa voltada para a produção de melancia, refletindo assim como se dá o processo de apropriação do espaço e das atividades produtivas em perspectiva geográfica.

Ainda envolvendo alunos de graduação do GTI, o calendário sócionatural está sendo desenvolvido para se pensar a questão do gado nas comunidades indígenas localizadas na região do lavrado, principalmente as da Terra Indígena São Marcos, assim como da produção de painéis de barro na cidade de Boa Vista. A pecuária está presente em praticamente todas as comunidades das etnias Macuxi e Wapichana, trazendo novas formas de lidar com o espaço e com o tempo nas comunidades, com novas relações sociais e trabalhistas, tornando-se um desafio para a gestão, situação vinculada, principalmente, aos impactos ambientais gerados por esse tipo de criação, uma vez que as comunidades optam pela criação extensiva e sem controle das áreas de pastagem, quando o gado chega até as nascentes e margens dos igarapés, causando descontrole ambiental. Essa proposta de trabalho tem vinculado alunos de níveis diferentes, construindo uma ponte entre a graduação e a pós-graduação em Recursos Naturais/PRONAT/UFRR.

Por um lado o aspecto da gestão do território aparece em refletir como a criação bovina tem contribuído para os processos de reterritorialização desses povos e, em situação mais recente, como a pecuária é percebida enquanto atividade presente nas comunidades e que envolve tanto a criação individual quanto a coletiva. Buscamos construir calendários que permitem refletir essa realidade e as relações sociais a ela vinculadas, tanto em comunidades específicas, como nas fazendas depósito da Terra Indígena São Marcos (as fazendas depósito são espaços controlados e administrados pela organização indígena). Um dos problemas percebidos pelos pesquisadores foi o forte impacto da presença do gado em áreas de buritizais, quando vão para se alimentar na época da estiagem, eliminando plantas jovens e pisoteando o solo. Nessa relação entre a pecuária e o buritizal, envolvemos uma outra pesquisa de pós-graduação em Recursos Naturais que, partindo da retirada de palhas do buriti para a construção das casas nas comunidades Ilha e Darora, na região do Baixo São Marcos, procura-se identificar a recuperação das espécies frente a uma demanda crescente e construção de novas casas. No momento de campo, percebe-se que as atividades se relacionam e colocam em risco a biodiversidade local, isto é, a intensa

retirada de palha aliada a presença do gado nos buritizais pode estar acarretando danos irreparáveis e que colocarão um desafio à gestão e manejo dos recursos naturais nessas comunidades.

Em um outro espaço roraimense, o calendário socrionatural vem contribuir para a compreensão das tensões que envolvem o uso dos recursos naturais entre dois grupos: os Ye'kuana e os Sanumá. O primeiro ocupou a região das cabeceiras e alto rio Auaris, construindo uma relação estável entre a demanda por recursos naturais e a disponibilidade ofertada pela natureza. O segundo, pertencente a grupo Yanomami, migrou-se para a área em busca da assistência oferecida pelos missionários e pelo Estado.

A região possui algumas especificidades que merecem ser destacadas. A primeira refere-se à localização geográfica. Trata-se um uma região distante e de floresta localizada no extremo noroeste de Roraima, na divisa com a Venezuela, com acesso restrito a avião ou vários dias de barco em uma viagem arriscada, onde vem havendo um aumento populacional importante. A segunda característica é decorrente da proximidade com a fronteira e a oferta de serviços, principalmente de saúde uma vez que é um polo-base do governo brasileiro, gerando uma situação de atração de migrantes dos indígenas que atravessam a fronteira para instalarem-se na região, causando um crescimento populacional que está além da capacidade de sustentação dos recursos naturais.

Esse descompasso é gerador de conflitos que tem como base justamente a disponibilidade dos recursos, situação que pode ser verificada através do conhecimento e sistematização das atividades que se desenvolvem na região, como a caça, a pesca, a roça, a extração de materiais para a construção das casas, dentre outros. Assim, a proposta do calendário socrionatural vem contribuir para essa pesquisa de pós-graduação, realizada por um indígena da etnia Ye'kuana e morador do polo de Auaris que está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Geografia/PPGGEO.

A formação de professores indígenas e o método indutivo intercultural na graduação e pós-graduação

Desde uma perspectiva antropológica e educativa o presente trabalho se rege pelas orientações de Jorge Gasché, Maria Bertely e colaboradores, trazendo um debate sobre o exercício da cidadania (Bertely, 2008) e a necessidade de concretizar propostas educativas que se desenvolvam desde a própria realidade das comunidades, questionando assim modelos educativos que se dizem interculturais, mas que no

fundo trazem uma série de cargas preconceituosas ou ideológicas que reproduzem a dominação desde a perspectiva liberal, baseada na exacerbação do individualismo e na negação dos conhecimentos que não se enquadram na lógica dominante do conhecimento ocidental, que se baseia na escrita e em currículos escolares centrados em conhecimentos fáticos e listas de conteúdos alienados da realidade dos próprios estudantes (Gasché, 2010).

Esta perspectiva busca questionar as visões idealizadas da interculturalidade e assumir que mais que um conceito é um campo de debate, o qual deve reconhecer a existência de um conflito histórico, no qual a escola e a atuação do Estado tem sido ideologicamente direcionados para impor visões de mundo.

Assim, o termo interculturalidade não pode ser associado apenas a ideia de “diálogo”, pois junto dela aparecem muitas contradições e conflitos também, seja pela ação impositiva do Estado, seja porque os próprios povos vivem conflitos, como frente aos processos atuais de mudança social e cultural em que valores, línguas e conhecimentos podem chegar a ser desvalorizados diante da supervalorização de valores e visões dominantes impostas sem uma devida reflexão. Ainda existem as ambivalências que os professores indígenas, e também os não indígenas, enfrentamos na construção de novas propostas alternativas ao sistema dominante (Gasché, 2013).

Nesta perspectiva estes autores buscaram promover a realização de pesquisas educativas a partir da proposta do Método Indutivo Intercultural (MIII) (Gasché, 2008). Método, porque conta com um arcabouço teórico e metodológico complexo, baseado na Teoria da Atividade de Vigotski e outros, resgatando uma perspectiva histórico e cultural, assim como uma perspectiva da pedagogia do oprimido (Freire, 1987). Indutivo, porque busca, a partir das atividades concretas das pessoas, induzir uma reflexão sobre o mundo, no sentido de leitura de mundo e de desenvolvimento de consciência. É intercultural, porque busca compreender os conflitos e dilemas das relações intersociais e buscar alternativas para construir relações mais justas e fraternas (Gasché, 2008). Assim, buscaram se diferenciar de outras propostas educativas que se chamando de interculturais buscam fins por vezes confusos ou espúrios.

Nesta perspectiva a análise e reflexão envolve a dimensão global da vida da comunidade, nas diferentes situações, aspectos e conhecimentos que surgem da relação entre sociedade e natureza. Esta relação indissociável entre sociedade e natureza permitiu a Gasché (2008) elaborar a proposta do conceito sintático da cultura, o qual entendemos surge a partir da relação entre sociedade e natureza, marcando uma dupla integração. Em primeiro lugar uma integração interna entre os diferentes aspectos da cultura, questionando, assim, a visão que reduz e fragmenta a cultura em

práticas pontuais, como dançar ou fazer artesanatos, como muitas vezes se abordam os conhecimentos indígenas nas escolas das comunidades. Assim como uma integração muito mais profunda entre a sociedade e a natureza, os quais não podem ser compreendidos como elementos separados ou isolados um do outro. Esta perspectiva permitiria substituir o conceito de cultura pelo de sociotureza, pois as sociedades da floresta amazônica, o que envolve não apenas os povos indígenas, mas também outras populações tradicionais do meio rural amazônico, desenvolveram sua adaptação através de atividades sociais (Gasché e Vela, 2012).

Não falamos aqui de um determinismo amazônico da natureza por sobre a sociedade, mas de um processo de relacionamento indissociável entre sociedade e natureza, o qual supera os aspectos formais e matérias da vida e se expande para aspectos espirituais e conhecimentos simbólicos diversos. Nesta perspectiva os conhecimentos indígenas se transformam em ponto focal da reflexão. Para compreender como funcionam os conhecimentos, Gasché recorre à Teoria da Atividade, buscando a estrutura interna das atividades, os elementos de mediação entre sociedade e natureza, assim como a sequência lógica ou passo a passo, que articula ações e operações práticas em um sistema de atividades (Vigotski, 2007, 2010). Assim, estudando as atividades sociais pode se aceder a compreender os conhecimentos indígenas.

O estudo das atividades sociais permite desenvolver uma explicitação dos conhecimentos indígenas, para que em um momento posterior possam ser preparadas propostas educativas baseadas em atividades de aprendizagens inspiradas na articulação e no contrastar os conhecimentos próprios com os acumulados pela humanidade (Gasché, 2008). Dessa forma as propostas educativas apresentam para os estudantes indígenas uma relação integrada entre sociedade e natureza e, a partir das atividades que os educandos conhecem, se constroem propostas de estudo e pesquisa que permitam ampliar tanto os conhecimentos próprios como os escolares.

Nesta perspectiva promovemos um levantamento inicial que se baseia na pesquisa do calendário sicionatural das comunidades, o qual relaciona diversos indicadores que permitem aprofundar este estudo, a saber: as atividades dos membros das comunidades e em especial as atividades dos educandos, os conhecimentos sobre astronomia, clima, animais, vegetais e os problemas socioambientais e de saúde. Ainda a produção de mapas que espelhem os calendários, sejam estes gerais ou específicos, mas sempre centrados em atividades sociais. Estes calendários são instrumentos de planejamento pedagógico permitindo, assim, uma articulação das atividades que nos leva a um debate sobre currículo e identidade fundamentado no conhecimento próprio, mas em perspectiva de crescimento intercultural (Bertely e Unem, 2009; Silva, 2012).

O processo exige estudo e reflexão, colaboração, aprendizagens e *interaprendizagens*, para todos os envolvidos (Berteley, 2011). A construção intercultural crítica exige pensar diversas dimensões, tais como o compromisso do professor indígena e não indígena com sua própria formação e os desafios da produção do conhecimento. Esta proposta exige uma prática de autonomia e de formação pela pesquisa. Onde professor e estudante na comunidade podem ir descobrindo e construindo juntos o processo de interaprendizagem.

Por ser o curso de Licenciatura Intercultural mais antigo dentro dos cursos do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, teve os primeiros resultados de pesquisa nesta perspectiva. Já em 2008, realizávamos junto ao povo Ingarikó trabalhos voltados para compreender as atividades da comunidade desenvolvidas ao longo do ano, as quais poderiam ser indicadores relevantes para construção de propostas pedagógicas para as escolas indígenas. Assim, uma estudante da Licenciatura Intercultural (Teixeira, 2008), conseguiu identificar atividades realizadas ao longo do ano as quais poderiam orientar o estudo da escola, como atividades agrícolas, festejos, dentre outros. Embora neste trabalho não tínhamos ainda a perspectiva do método aqui discutido, nos permitiu desenvolver uma experiência prévia que abriu a compreensão para o tema da Educação Escolar Indígena na Comunidade Serra do Sol / T.I. Raposa Serra do Sol.

Já em 2012 tivemos um segundo trabalho de graduação defendido sobre o Povo Ingarikó (Sales Ingarikó, 2012), da comunidade Manalai, nas proximidades da fronteira entre Brasil, Venezuela e Guyana. A pesquisa fez uma análise do calendário do Povo Ingarikó, feito de cordas marcadas por nós, o Wekuik. Assim, identificando o sentido e perspectiva das atividades do povo ingarikó, se desenvolveu um trabalho inovador na época em Roraima.

Pereira da Silva (2012) defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) discutindo o calendário cultural como mecanismo de promoção de letramento, tomando como foco estudantes do ensino fundamental e estudando os indicadores vegetais dentro do calendário cultural.

Na pós-graduação, destacamos a Dissertação de Mestrado da professora Leia Ramos (2013), defendida no Programa de Sociedade e Cultura no Amazonas da Universidade Federal do Amazonas, que estudou os conhecimentos das mulheres indígenas sobre a produção de caxiri (bebida típica indígena) e de farinha de mandioca. Este trabalho focou a reflexão sobre os conhecimentos das mulheres indígenas na comunidade, sua participação no processo de produção de alimentos, o processo de transmissão de conhecimentos e construção de propostas para que este trabalho fosse desenvolvido em escolas indígenas.

Entre 2014-2016 foram defendidos diversos trabalhos de conclusão de curso de graduação no curso Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran.

| Área de habilitação em Ciências Sociais | Atividades sociais estudadas |
|--|---|
| Delaide Douglas (2014) | produção de farinha de mandioca |
| Valeria Souza da Silva (2014) | fazer saia de palha de buriti |
| Valdirene da Silva Lima (2014) | fazer Xarope para doenças respiratórias |
| Josiane Pereira (2014) | fazer farinha e as atividades das crianças na educação infantil |
| Área de habilitação em Ciências da Natureza | |
| Gilmar Brasil da Silva (2014) | fazer roça |
| Gracilene Silva (2014) | caçar e pescar |
| Leilândia Cadete (2014) | dançar parixara |
| Rejane Castro (2014) | fazer remédio Wapichana |
| Área de habilitação em Comunicação e Artes | |
| Soraia Cruz (2014) | fazer caxiri |
| Maria Arlete Nascimento Da Silva (2016) | fazer jamaxim |

O último trabalho defendido foi no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da UFRR, ocasião em que Andrade (2016) estudou o processo de formação dos jovens a partir da análise de quatro atividades sociais em que eles participam ativamente, a saber: a) pesca com Timbó - yai'yare; b) construção de uma casa; c) escolher o local para fazer roça; d) fazer farinha. Neste trabalho se desenvolveu um debate sobre o processo de educação indígena desenvolvido na preparação dos jovens para a vida adulta. Pudemos compreender como diversos conflitos intergeracionais se referem às mudanças nas atividades e nos valores dos jovens frente aos maiores (Gasché, 2011). Estas mudanças são vivenciadas e interpretadas a partir das experiências da comunidade, onde escola e igreja são fatores importantes na re-estruturação da vida. Assim, a pesquisa buscou compreender como funciona a educação social e cultural dos jovens, com o intuito de ampliar o debate sobre os conhecimentos indígenas e sobre os cuidados que a escola devia ter quando discute estes temas na escola.

Na atualidade diversos trabalhos vem sendo desenvolvidos nesta perspectiva de construir propostas educativas interculturais a partir do método indutivo intercultural, o que tem sido uma importante forma de interaprendizagens entre os estudantes e formadores indígenas e não indígenas.

Considerações finais

Como abordado inicialmente, a gestão dos territórios tem se tornado um desafio para os povos devido a diversos fatores, como as formas de manejo, o crescimento da população e a entrada de novas formas de produção e comercialização. A construção dos calendários tem nos oferecido, enquanto pesquisadores e orientadores de pesquisas, as possibilidades de compreender o universo que cerca cada povo e, a partir da própria vivência do cotidiano, elaborando propostas que possam melhorar a qualidade de vida e o uso sustentável do recursos no território.

A construção de propostas educativas nas comunidades indígenas exige uma visão crítica sobre o uso do território, e neste sentido vemos a necessidade de articular diferentes áreas de conhecimento para que, em perspectiva interdisciplinar e intercultural, contribuamos na busca de respostas aos desafios e dilemas que enfrentam as comunidades, os estudantes e os professores. Neste sentido a educação intercultural deve estar voltada para a compreensão dos territórios e dos desafios cotidianos que enfrentam as comunidades. Não idealizando a vida indígena, mas buscando responder os atuais desafios e dilemas.

As propostas aqui apresentadas estimulam a pesquisa e a formação constante, em múltiplas direções, tanto na formação de estudantes ou professores, sejam indígenas ou não indígenas. Assim o processo coletivo de formação é pensado na perspectiva dialógica das interaprendizagens e do resgate das vivências cotidianas e corriqueiras, onde flui a vida social e a relação entre sociedade e natureza.

Finalmente defendemos uma perspectiva libertadora, que renove a esperança do ser humano em uma vida e um mundo melhor. Esperamos com esta perspectiva contribuir positivamente na formação de estudantes indígenas e na realização de pesquisas que sejam significativas não apenas para os povos indígenas, mas para toda a sociedade.

Referências bibliográficas

ANDRADE, E. S. (2016). **Conhecimento Indígena e o Processo de Formação Social do Jovem no Contexto Atual da Comunidade Maruwai, Terra Indígena São Marcos – Roraima**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima.

BERTELY, M. (Coord.) (2011). **Interaprendizajes entre Indígenas**. De cómo las y los educadores pescan conocimientos y significados comunitarios en contextos interculturales. México: CIESAS-UPN.

BERTELY, M. & UNEM (2009). **Modelo Curricular de Educación Intercultural Bilingüe UNEM**. México, CIESAS.

BERTELY, M. (2008). Educación Intercultural para la ciudadanía y la Democracia Activa y Solidaria. Una crítica de la otra educación al multiculturalismo neoliberal y comunitarista. In: **Multiculturalismo, Educación Intercultural y Derechos Indígenas en las Américas**. Editores: Gunther Dietz, Rosa Guadalupe Mendoza Zuany e Sergio Téllez Galván. Ecuador: Abya-Yala. pp. 267-302.

BETHONICO, M. B. M. (2012). Gestão territorial em áreas indígenas: a contribuição da universidade. In: VAL, A. L.; MELO FILHO, A. A.; WANKLER, F. L. **Universidade, ciência e pesquisa na Amazônia: os desafios da produção intelectual**. Boa Vista: Editora da UFRR. pp. 103-130.

BRAGA, M. G. G. (2016). **O uso da palha de buriti na cobertura da casa macuxi na comunidade Campo Alegre – Terra Indígena São Marcos/RR**. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima.

CLAVAL, P. (2009). A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. Da UFPR. pp. 11-43.

CLAVAL, P. (2010). **Terra dos homens: a geografia**. São Paulo: Contexto.

FEITOSA, M. S. (2015). **Relações Sócio-espaciais da comunidade Indígena da Ilha em Roraima: uma análise através do calendário cultural**. Dissertação em Geografia / UFRR.

FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GASCHÉ SUESS, J. y VELA MENDOZA, N. (2012). **Sociedad bosquesina**. Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo. Iquitos, Perú: Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP); Lima, Perú: Consorcio de Investigaciones Económicas y Sociales (CIES); Japón: Center for Integrated Area Studies, Kyoto University (CIAS).

GASCHÉ SUESS, J. (2013). Éxitos y fracasos de una propuesta educativa basada sobre el “Método Inductivo Intercultural” e implementada en el Perú, México y el Brasil. In: **Revista ISEES**, nº 13, julio - diciembre, pp. 17-31. (<http://www.isees.org/file.aspx?id=7605,30/01/2014>).

GASCHE, J. (2011). Apresentação de trabalho: Que valores Sociais Bosquesinos Ensinar na Escola. Apresentação II. III Reunião Equatorial de Antropologia (REA). **XII Encontro dos Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE)**. GT 9 - Educação e Conflito Intercultural na relação entre Povos Indígenas e Estados Nacionais. Piauí, UFPI.

GASCHE, J. (2010). **De hablar de la educación intercultural a hacerla.** (http://jgasche.weebly.com/uploads/4/5/0/0/4500630/jgasche-de_hablar_de_la_eib-mundo_amazonico-1-2009-9414-36866-1-pb1.pdf, 09/03/2016).

GASCHE, J. (2008). Niños, Maestros, Comuneros y Escritos Antropológicos como Fuentes de Contenidos Indígenas Escolares y la Actividad como Punto de Partida de los Procesos Pedagógicos Interculturales: Un Modelo Sintáctico De Cultura. In: **Educando en la Diversidad. Investigaciones y experiencias educativas interculturales y bilingües.** Coodenadores: María Bertely; Jorge Gasché; Rossana Podestá. Ecuador: Abya-Yala/CIESAS/IIAP. pp. 279-365.

MONTEIRO da SILVA, J. (2015). **Calendário Cultural: Os Conhecimentos Da Comunidade Sobre A Forma De Utilização De Madeiras Na Construção De Casas Na Comunidade Indígena São Miguel Da Cachoeira, Terra Indígena Raposa Serra Do Sol.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel no Curso de Gestão Territorial Indígena com habilitação em Agroecologia, na Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, RR.

NÚÑEZ, I. B. (2009). **Vygotsky, Leontiev e Galperin:** formação de conceitos e princípios básicos. Brasília: Liber Livro.

RAMOS, L. S. (2013). **Processo social de formação da mulher indígena e a construção de propostas curriculares para a escola na Comunidade Indígena Araçá da Serra / T. I. Raposa Serra do Sol.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas.

SALES INGARICÓ, L. M. (2012). **Wekuik. O calendário cultural do Povo Ingarikó.** Trabalho de Conclusão do Curso Licenciatura Intercultural, na área de Ciências Sociais, do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. Boa Vista.

SILVA, L. J. (2012). El método inductivo intercultural y el Calendario Socioecológico como estrategias para el fortalecimiento de una formación crítica e intercultural de profesores indígenas de los estados de Minas Gerais y Bahía, Brasil. In: **Revista ISEES**, nº 10, enero – junio, pp. 79-94. (<http://www.isees.org/file.aspx?id=7113>; 30/01/2014).

TEIXEIRA, M. (2008). **Educação escolar na Comunidade Serra do Sol.** Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura Intercultural na área de habilitação em Ciências Sociais - UFRR.

VIGOTSKI, L. (2007). **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes.

VIGOTSKI, L. (2010). **Psicologia pedagógica.** São Paulo: Editora WMF-Martins Fontes.

ARTIGO

DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO EM RORAIMA: O PAPEL DO GADO

Introdução

Os povos indígenas que habitam o estado de Roraima passaram, ao longo dos últimos séculos por processos de desconstrução dos territórios que ocupavam, seja através das ações do Estado para a ocupação da Amazônia, seja por perceber este espaço como uma das últimas fronteiras agrícolas do Brasil. Esse processo, definido aqui como desterritorialização, deixou marcas profundas na vida cotidiana desses povos que vão desde a educação, religião, hábitos alimentares, organização social e do trabalho, até a forma como se organizaram politicamente para reverter esse processo através do movimento social e da constituição de organizações indígenas que tiveram como foco a luta pela terra.

Essa luta enfrentou o próprio Estado que fez a opção pela acumulação capitalista, o mesmo que mais tarde reconhece esses espaços, resultando na expansão das fronteiras agrícolas, uma vez que a base econômica brasileira é a agricultura e, mesmo como o incremento da indústria no Estado Novo, a agricultura não foi menosprezada. A ampliação das áreas de cultivo estendeu-se para o Centro-Oeste e avança sistematicamente para a Amazônia, percebida como área com grande potencial de ocupação (GARFIELD, 2011). Essa luta desigual de forças e interesses entre os povos indígenas, Estado e latifundiários traduziu-se em complexos contextos históricos locais, nacionais e mesmo internacionais que encontram-se refletidos nos amplos processos de demarcação e homologação das terras indígenas. Neste contexto, o artigo pretende discutir alguns aspectos dos processos por que passaram os povos indígenas de Roraima no que se refere ao território. Para tal, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e coleta de dados em instituições públicas, contribuindo

* Graduanda em Gestão Territorial Indígena pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR.

** Graduando em Gestão Territorial Indígena pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR.

*** Doutora em Geografia, Professora do Instituto Insikiran de Educação Superior Indígena – UFRR. E-mail: maria.bethonico@ufr.br.

para a compreensão da realidade em que se encontram esses povos. Nesse processo, destacamos o papel do rebanho bovino enquanto instrumento de retomada dos territórios, bem como na forma como essa atividade econômica foi incorporada ao cotidiano desses povos, principalmente os que habitam a região do lavrado, com foco na Terra Indígena São Marcos.

Os povos indígenas de Roraima

Atualmente o estado de Roraima abriga trinta e duas terras indígenas já demarcadas e homologadas que tem garantido aos povos macuxi, wapichana, taurepang, wai-wai, ye`kuana, yanomami, patamona, ingaricó a reprodução física e cultural (Figura 1), conforme define em nossa Constituição Federal de 1988:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

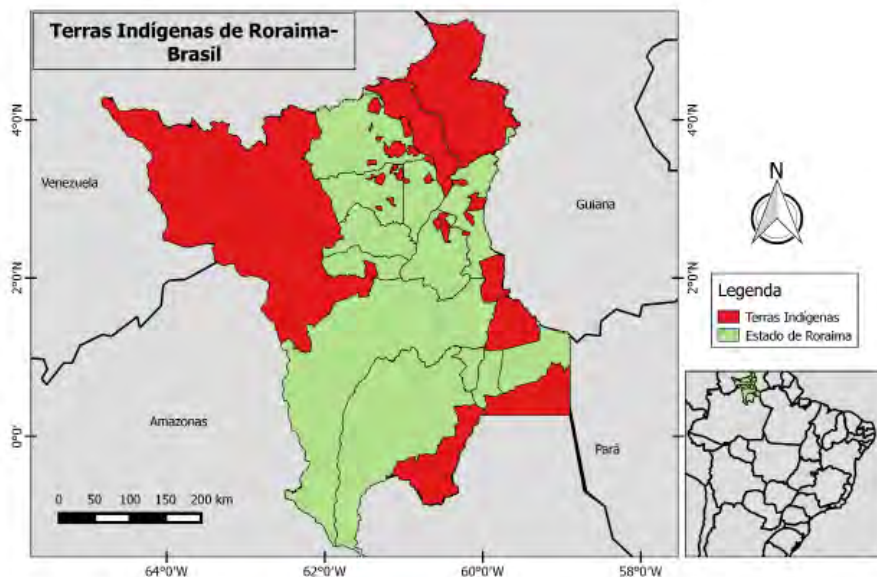
§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Figura 1: Mapa das terras indígenas de Roraima - Brasil



Fonte: SEPLAN/FUNAI (2015).

Para muitos indígenas a terra indígena se tornou o território, onde buscam, de diferentes formas, garantirem a produção e reprodução do grupo. Cabe considerar que a concepção de território para um indígena é associada, ao mesmo tempo, a um espaço de reprodução física onde garante a subsistência e, também, um espaço com referências simbólicas, considerado essencial para a manutenção da identidade cultural (Haesbaert, 2007). O processo por que passaram os indígenas do Brasil e, especificamente, as etnias que habitavam as áreas de lavrado do estado de Roraima pode ser visto como desterritorialização, não apenas em termos materiais, quando os espaços foram ocupados por fazendas de gado e pelo garimpo desde o século XIX, mas em termos culturais. Como destaca Haesbaert (2007, p. 68), significa um processo de exclusão socioespacial ou mesmo em que a “precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização”. Assim, é necessário o conhecimento sobre os processos históricos relacionados ao fato do reconhecimento, identificação, demarcação e homologação da terra indígena e o papel e importância do gado nesta história.

Territórios em risco – o processo de desterritorialização

O vale do rio Branco tem sua história marcada enquanto elemento que integrou o processo de estabelecimento das fronteiras do domínio português na América. Buscava-se a expansão e a garantia do território já conquistado através de constantes expedições voltadas para o conhecer as riquezas e os potenciais de exploração e, também, a manutenção do domínio. Cobiçavam mercadorias, como as drogas do sertão, e a população residente, os indígenas (BARBOSA; FERREIRA, 1997). Os relatos históricos desses exploradores trazem informações sobre a região. Segundo Fernandes e Gomes Filho (2014), em vários textos ocorrem o registro da expedição comandada por Pedro Teixeira como o marco de origem da chegada dos portugueses no rio Branco, no ano de 1637 até 1639. Seria esse o início do marco europeu na região, porém, Barbosa e Ferreira (1997) apontam que esse marco carece de um registro, uma vez que no relato, apesar de existir uma descrição geográfica e um mapa com a provável localização do rio Branco, não existe nem uma menção ao nome desse rio.

Dentre as expedições e estratégias de ocupação, destacamos aqui a de Manoel da Gama Lobo D'Almada, que em 1787 chegou à região e relatou os seus aspectos geográficos ao percorrer os principais afluentes do rio Branco. Tratou-se de mais uma tentativa de consolidação da ocupação portuguesa e de marcar o domínio (BARBOSA; FERREIRA, 1997). Lobo D'Almada destaca, em seus relatos, a presença da população indígena além de apontar as potencialidades da região, entre elas a existência dos vastos campos que considerou apropriado para o desenvolvimento da pecuária.

Reafirmou-se o domínio português com a construção do Forte São Joaquim, em 1775, localizado na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, justamente onde inicia-se o rio Branco, considerado um ponto estratégico para o controle da região, uma vez que o rio Tacutu permite o acesso à parte leste e o Uraricoera a parte oeste.

O gado foi inserido na paisagem roraimense em um momento em que buscou-se a ocupação espacial a partir de um dos instrumentos mais eficientes pela característica da área de uso para seu desenvolvimento: a pecuária. O pioneiro foi Manuel da Gama Lobo d'Almada quando, na segunda metade do século XVIII foi governador da província que introduziu o gado bovino e equino no vale do rio Branco, registro em 1789. A população indígena que aqui habitava passou a conviver com uma nova forma de uso do espaço e, principalmente com as mudanças que seriam incorporadas no cotidiano de todos. Lidar com uma nova espécie animal (no momento exótico à fauna local) significou inserir-se como funcionários das fazendas e

tornarem-se vaqueiros, profissão que hoje fazem com destreza, além de incorporarem novos hábitos alimentares e, também, de busca do alimento quando a caça passa a ser menosprezada uma vez que o boi possui outras características como a facilidade de domesticação. No século XIX as fazendas de gado se estabelecem na região do vale do rio Branco, atraindo cada vez mais pessoas até a formação de pequenos povoados. Nesse momento, muitos grupos indígenas perdem seus territórios e migram para regiões mais distantes e menos cobiçadas pelos fazendeiros.

Destaca-se a história da atual capital do estado, Boa Vista, que originou-se de uma fazenda de gado, em 1830. Anteriormente aqui era uma área ocupada pelos índios Paraviana, etnia extinta juntamente com os Maku, Pauxiana, Sapará, Purucotó, Iakuná, Iaurana, Auaque, Caliana, Piaroã, Maracanã (ZACQUINI, s/d). Caracarái foi, também originada pelo trato com o gado, sendo um antigo curral. Assim, a área de lavrado, ou campos naturais, foi a primeira na região que suscitou o interesse dos migrantes, oriundos, em sua maioria do Nordeste, ocupando áreas e territórios tradicionais dos indígenas que chegaram a procura do Eldorado e, ao se instalarem, acabaram por se casar com mulheres indígenas, consolidando-se, dessa forma, na região.

A criação de gado no lavrado de Roraima já constava em mapas que datam de 1937 e que se referem às atividades econômicas que eram desenvolvidas no Brasil. Registraram-se a expansão da pecuária nas áreas das bacias hidrográficas do Cotingo, Maú, Surumu, Branco e Uraricoera (SIMONSEN, 1978), principalmente na região onde hoje localiza-se o Baixo São Marcos/Terra Indígena São Marcos e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esse registro demonstra como a pecuária se tornou uma atividade forte na região que, antes, era ocupada por tribos indígenas. Assim a relação do indígena com o gado constituiu-se historicamente, possivelmente, ainda no momento da formação das Fazendas Reais implantadas como estratégia de ocupação do território amazônico, sendo um dos elementos marcantes da paisagem nas comunidades indígenas do lavrado roraimense na atualidade.

A pecuária indígena em Roraima: o início da história de reterritorialização

Para Haesbaert (2006), territorialização significa um conjunto de formas de construção de um espaço social, sendo esta apropriação podendo ser de forma concreta e/ou simbólica. Trata-se de uma situação de interação com os elementos políticos, econômicos, ecológicos e, acima de tudo, o desejo da subjetividade que

marcará esse território. No caso dos povos indígenas de Roraima, a territorialização, ou reterritorialização, tem sua história marcada pela pecuária.

A partir do momento em que o Estado brasileiro optou pela acumulação capitalista e pelos incentivos à expansão da fronteira agrícola, situação em que a Amazônia foi percebida como vazio demográfico, desconsiderando toda a população que tradicionalmente ocupava a região bem como a sua história, a população indígena local foi incorporada aos setores produtivos, como a pecuária e o garimpo, como trabalhadores, sem uma preocupação por parte do Estado de que essa incorporação resultasse na fundação de uma sociedade local com a participação mais paritária entre os atores envolvidos. A paisagem do lavrado, com seus vastos campos cobertos por gramíneas, foi ideal para a criação do gado que chegou na região do vale do rio Branco ainda no século XVIII e no contexto da formação das Fazendas Nacionais, entre elas a São Marcos.

Como em outras regiões brasileiras, o indígena local foi induzido a trabalhar com o gado aprendendo as técnicas de vaqueiro, situação facilitada por ser conhecedor profundo do meio em que vivia. Essa situação se intensifica no século XX e a criação do gado se torna cada vez mais comum para os povos originários da terra tornando-se, na década de 1970, o instrumento de reterritorialização quando, através do apoio de alguns padres da Igreja Católica, é criado o projeto “Uma vaca para o índio” (MONGIANO, 2011), pautado na distribuição de gado para as comunidades indígenas, permitindo a reocupação das áreas tradicionalmente ocupadas. Importante destacar que, como bem lembra Haesbaert (2004), as sociedades indígenas constroem seus territórios e o percebem como uma área controlada para usufruto dos recursos, principalmente os naturais, sempre associados aos elementos da criação e recriação dos mitos e símbolos, responsáveis pela definição e identidade do grupo. Nessa apropriação simbólica foi reavivada nas ações de reterritorialização para a apropriação do território, o acesso o controle e uso dos recursos disponíveis, reocupando as áreas hoje destinadas às terras indígenas.

O papel da igreja católica no processo de reterritorialização através do gado vem de uma preocupação com a vida que esses povos tinham aqui, bem como a vulnerabilidade cultural, social, econômica e territorial a que eram submetidos frente a pressão dos fazendeiros. Em depoimentos, D. Aldo Mongiano, que foi bispo em Roraima na década de 1970, deixou claro sua percepção:

Em Roraima, a vida atribulada e triste dos índios e o caminho que estavam trilhando os teriam levado a uma morte certa. Caminho que, para muitos, também pensantes, parecia inexorável: o índio tinha que desaparecer, absorvido pela sociedade mais evoluída [...] por

este motivo nos decidimos agir e fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, para inverter um desfecho que parecia já certo e inevitável (MONGIANO, 2011, p. 5).

A forma de concretizar essa ação foi de contribuir para a formação de uma organização indígena e a aquisição de gado para ser distribuído para as comunidades, seguindo uma lógica de multiplicação. A região das Serras, hoje uma das etnoregiões da Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi o ponto de eclosão desse projeto que se estendeu para outras áreas. Assim, iniciou-se a distribuição de gado como parte de uma ideia nascida entre os missionários que compraram, inicialmente, trinta vacas e dois touros para três malocas (ou aldeias indígenas). Este pequeno rebanho passou a integrar a paisagem e a vida dos moradores que contaram, também, com um acompanhamento e coordenação dos padres. Histórias são relatadas de forma a ilustrar a realidade vivida e a resistência por parte dos fazendeiros:

Um dia, de volta para Normandia (*cidade localizada a leste de Roraima*), parou no km 100 para abastecer. Enquanto esperava, conversando com algumas mulheres, de um dos carros na fila do abastecimento desceu um fazendeiro Dandaie, um dos primeiros a sediar-se na área. Na altura do cinto levava uma arma. Aproximou-se do padre e perguntou duas vezes: é você o Padre Lírio?. Depois sacou o revólver, apontando-o contra ele. As mulheres começaram a gritar e procuraram bloquear o Dadaie. Este homem tinha um certo sucesso na criação do gado e era temido pelos índios pela sua prepotência. Relataram-me que, quando jovem, ele visitava as malocas, e disparava perto das pernas dos índios para intimidá-los. Pe. Lírio conseguiu afastar e as mulheres acalmaram o sujeito (MONGIANO, 2011, p. 60).

O projeto “Uma vaca para o índio”, era financiado por doações, principalmente oriundas do exterior e, após um ano de implantação, foi ampliado para outras comunidades, sendo agora, cinquenta vacas e dois touros que permaneceriam por cinco anos em uma comunidade/maloca e, após esse tempo, repassaria para outra comunidade a mesma quantidade recebida, ficando com as crias. A habilidade dos indígenas no trato do gado fez com que o projeto garantisse espaço nas comunidades e na vida de todos, tornando-se hoje um dos principais instrumentos vinculados à gestão dos territórios. A presença do gado nas comunidades reforçou o uso e apropriação do espaço, transformando-os em territórios, reocupando os espaços perdidos para os fazendeiros, em um processo de reterritorialização.

As questões que envolvem a gestão do território, as novas formas de uso e as demandas por educação, saúde, produção, estão relacionadas aos novos desafios que os povos indígenas de Roraima estão enfrentando, uma vez que a conquista da terra já foi efetuada, revertendo um processo histórico de expropriação territorial e cul-

tural que acarretou em uma forte migração para os centros urbanos e a negação das identidades (BETHONICO, 2012). Atualmente, vários indígenas se sentem seguros para retornar para suas comunidades e buscam a ressignificação e recriação das tradições indígenas. O gado representa importante elemento nesse processo, uma vez que os indígenas precisaram construir uma nova estrutura social, de forma a garantir a manutenção dos rebanhos.

O rebanho bovino existente nas comunidades é dividido em duas formas básicas de criação: individual e comunitário. O primeiro pertencente a algumas famílias que destinam parte de seus rendimentos, como salários e venda de excedentes agrícolas, para a compra de rês com o objetivo de formar um pequeno rebanho que servirá de reserva de valor; o segundo, o gado comunitário, é fruto, na maior parte das vezes, dos projetos de gado (“Uma vaca para o índio” e do Projeto de Gado da Fundação Nacional do Índio/FUNAI/RR) que funcionam com a doação de cinquenta fêmeas e três touros para uma comunidade que deverá, no final de cinco anos, repassar essa mesma quantidade para uma nova comunidade, formando uma rede de expansão da pecuária e fortalecimento da segurança alimentar. Hoje, várias comunidades já foram atendidas e algumas ainda estão a espera do projeto, sendo interesse comum e com espaço destinado a esse propósito, bem como uma organização comunitária que atende a esse fim. Com a pecuária, surge a figura do vaqueiro nas comunidades, sendo este percebido como uma liderança e pessoa de destaque; a forma de remuneração varia bastante de comunidade para comunidade, mas é comum que o trabalho seja trocado por um percentual de bezerros que nascem e, assim, torna-se um meio de uma família que não tem outra forma de remuneração, iniciar a formação de um pequeno rebanho.

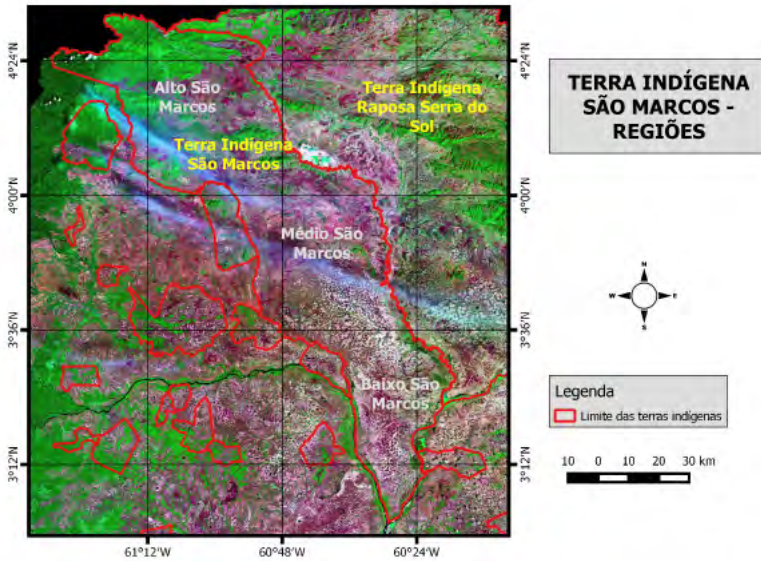
A criação é de forma extensiva, quando o gado é solto no lavrado, considerado uma pastagem natural; no final da tarde ou mesmo no dia seguinte (variação relacionada à estação climática e a disponibilidade de gramínea e alimento natural para o gado), quando o vaqueiro direciona o rebanho para o curral da comunidade, ou retiro como chamam. Essa forma de criação tem gerado problemas ambientais expressivos nas comunidades, principalmente no que se refere ao controle de áreas de acesso à água, quando o gado promove o pisoteio de nascentes e margens dos igarapés, agravando os processos erosivos uma vez que os rebanhos estão cada vez maiores e fazem parte da economia das comunidades.

A Terra Indígena São Marcos e o papel do gado na gestão do território

A Terra Indígena São Marcos está localizada na parte norte do estado de Roraima e abriga indígenas das etnias Macuxi (em maior número), Wapixana e Taurepang (que ocupam principalmente as comunidades ao norte da terra) (Figura 2). O Decreto n. 312 de 30 de outubro de 1991, que criou a terra indígena, define uma área de 654.110 hectares distribuídos entre os municípios de Boa Vista e Pacaraima e aponta como limites a confluência dos rios Tacutu e Uraricoera (sul), os rios Miang e Surumu (leste), a fronteira nacional com a Venezuela (norte) e o rio Parimé (oeste), excluindo a área do Pelotão de Fronteira/Ministério do Exército. A terra indígena enfrenta vários problemas de gestão do seu território, entre eles destaca-se a área urbana de Pacaraima, configurando uma sobreposição de interesses, situação que tem gerado constantes conflitos.

A organização principal é a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos/APIISM que é a responsável pela gestão dos recursos oriundos do acordo com a Eletronorte referente a instalação da rede de transmissão de energia, conhecida localmente como “linhão de Guri” em referência à origem da energia, a hidrelétrica de Guri na Venezuela. Com esse recurso a organização tem investido em projetos de desenvolvimento local e proteção do território. Dentre os projetos, destaca-se o projeto da pecuária que mantém as três fazendas depósito, a Xanadu (região do Alto São Marcos), a Maruwai (região do Médio São Marcos) e a Teiú (região do Baixo São Marcos), bem como um apoio as criações das comunidades. De acordo com Feitosa (2015), a Terra Indígena São Marcos tem cerca de 15.530 cabeças de gado, sendo 5.160 na região do Baixo São Marcos, 4.490 no Médio e 5.881 no Alto São Marcos.

Figura 2: Mapa da Terra Indígena São Marcos



A Fazenda Xanadu (Figura 3) está localizada na região do Alto São Marcos e possui uma estrutura que foi reutilizada a partir da antiga fazenda, desapropriada no momento da desintrusão dos não índios da região. É a que possui melhor infraestrutura e rebanho, atendendo as comunidades da região, no total de 23 comunidades e uma população total de 2.847 moradores.

Figura 3: Imagem da Fazenda Xanadu



Esta unidade de criação vem atender às necessidades das comunidades da região que, da mesma forma que o rebanho, apresenta uma população crescente. A Fazenda Xanadu contava com um total de 700 cabeças no ano de 2015, sendo estas adquiridas através do Programa São Marcos, no convênio com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil/ELETRONORTE. Para o manejo do gado conta com um administrador, um vaqueiro e ajudantes que colaboram no trato do rebanho. Diferente das demais áreas, esses profissionais são assalariados.

A Fazenda Maruwai (Figura 4) está localizada na parte central da Terra Indígena São Marcos e funciona com base na divisão comunitária das tarefas, quando as comunidades da região escolhem o vaqueiro, que também tem a figura de administrador e os ajudantes. Não existe pagamento uma vez que esta unidade tem um caráter comunitário e os indígenas que nela trabalham recebem uma parte dos animais nascidos a cada ano, podendo, dessa forma, ampliarem o rebanho particular da família. No ano de 2015 a fazenda Maruwai contava com um total de 480 cabeças. A região apresenta, diferentemente das demais, uma pequena redução do número de habitantes, totalizando 721 moradores no ano de 2014, distribuídos por nove comunidades. Esta situação pode ser atribuída a uma saída de famílias para comunidades com acesso melhor, uma vez que a região em alguns períodos fica inacessível, principalmente no período das chuvas.

Figura 4: Animais da Fazenda Maruwai – Terra Indígena São Marcos



A última das fazendas, a Teiú (Figura 5) está situada na região do Baixo São Marcos, no município de Boa Vista. Esta ainda está em processo de formação, com a construção da casa e alguma infraestrutura, além do curral que já existe. Possui um rebanho de 300 reses e tem como finalidade atender às necessidades das comunida-

des da região, trabalhando de forma comunitária, como a anterior, onde o vaqueiro e responsável pela fazenda tem seu pagamento em forma de reses que recebe no final de cada ano, variando da procriação do rebanho. Proporcionalmente, a Fazenda Teiú atende a um total populacional superior com uma quantidade menor de cabeça, porém é importante destacar que esta região possui uma enorme quantidade de criações particulares e rebanhos das próprias comunidades. Em 2014 a região do Baixo São Marcos era composta por doze comunidades e um total de 2.354 habitantes.

Figura 5: Curral da Fazenda Teiú – Terra Indígena São Marcos



Atualmente estima-se que existem 65 mil cabeças de gado nas comunidades indígenas de Roraima, com possibilidades de ampliação, uma vez que os projetos de gado continuam atuante e o próprio governo do estado tem como proposta investir nessas áreas. Somente na região da Raposa Serra do Sol existem 37 mil cabeças, onde os próprios índios são os responsáveis pelo manejo.

Considerações finais

Um século após, a história da relação desses povos com o gado tomou nova configuração, quando passou a não mais ser percebida como algo exótico ou de pertencimento de outra cultura – do não índio – mas foi incorporado e utilizado como estratégia de reterritorialização e gestão da terra. A apropriação dessa atividade passou a fazer parte da realidade de várias comunidades indígenas da região do lavrado

(porção central e leste do estado), influenciando na forma como essas comunidades se organizam socialmente diante da pecuária, como fazem o uso do espaço, dos recursos, enfim, em processos constantes de construção de territorialidades.

A pecuária indígena é uma realidade hoje em Roraima, já fazendo parte do cotidiano das comunidades indígenas. Existem levantamentos preliminares sobre o montante de gado aqui existente, porém percebemos que esses dados podem não refletirem a realidade, uma vez que muitas comunidades possuem gado, tanto individual quanto coletivo, mas não participam dos programas de multiplicação dos rebanhos e nem das campanhas de vacinação promovidas pelo governo estadual, instrumentos utilizados para a quantificação do rebanho. Outra questão que ainda carece de estudos são os impactos ambientais do gado nas áreas indígenas, mesmo considerando a existência de uma forma mais sustentável de criação. Observamos, em vários momentos de campo nas diversas comunidades da região do lavrado de Roraima, que a pecuária extensiva, forma como ocorre na área, tem gerado a morte de nascentes decorrentes do pisoteio, bem como a debilitação da vegetação ciliar que é quebrada e pisoteada pelo gado que vai a procura de água. Por outro lado, a criação extensiva tem trazido alguns conflitos entre moradores e, mesmo, entre comunidades próximas. O gado caminha longas distâncias a procura de alimentos, uma vez que a pastagem nativa tem poucos nutrientes e, com isso, invade roças de outras pessoas que observam seu trabalho e produção virarem alimento para o gado alheio. As discussões acerca da pecuária indígena ainda carece de muita reflexão sobre os impactos culturais e ambientais que geram e as projeções futuras, uma vez que o rebanho tem crescido acima do total de pessoas.

Referências bibliográficas

BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G. Historiografia das expedições científicas e exploratórias no vale do rio Branco. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. (eds.). **Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima**. Boa Vista: INPA, 1997. p. 193-216.

BETHONICO, M. B. M. Gestão territorial em áreas indígenas: a contribuição da universidade. In: Val, A. L.; Melo Filho, A. A.; Wankler, F. L. **Universidade, ciência e pesquisa na Amazônia: os desafios da produção intelectual**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. p. 103-130.

FEITOSA, M. S. **Relações socioespaciais na comunidade indígena da Ilha: uma análise através do calendário cultural**. 123p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

FERNANDES, M. L.; GOMES FILHO, G. F. A expedição de Pedro Teixeira e a “descoberta” do rio Branco. In.: **Revista Territórios e fronteiras**. Cuiabá, v. 7, n. 1, abr. 2014. pp. 147-164.

GARFIELD, S. **A luta indígena no coração do Brasil**: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios xavante (1937-1988). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiteritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Territórios, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Laparina, 2007. pp.43-71.

MONGIANO, A. **Roraima entre profecia e martírio**: testemunha de uma igreja entre índios na lembrança de Dom Aldo Mongiano, missionário da Consolata: bispo de Roraima desde 1975 até 1996. Boa Vista: Diocese de Roraima, 2011.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil**: 1500-1820. 8.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

ZACQUINI, Carlos. Os índios de Roraima e a política local – Yanomami. In: DALLARI, D. A. ; CUNHA, M. C.; VIDAL, L. A questão da terra. **Cadernos da Comissão Pró-Índio**. n. 2. Boa Vista: s/d.

ARTIGO

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E POVO WAPIXANA SUL DO RUPUNUNI GUIANA

Introdução

Este trabalho é apenas uma parte do objetivo de estudo da dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) que tem a afinidade compreender o processo de constituição da Educação Escolar na comunidade indígena Maruranao no sul da Região Nove e sua percepção pelas Wapixanas. Ao revistar o sistema de ensino, proporá uma educação intercultural que buscaria caminhos possíveis e construiria um currículo próximo, que irá aproveitar a realidade cultural da população indígena tanto promover suas identidades quanto possibilitará um melhor desempenho dos alunos na escola.

A Educação na Guiana é mantida pelo Governo através do Ministério da Educação. O Ministro da Educação é responsável pela política e administração da Educação no País e é um Membro do Parlamento. O Sistema de Educação do país é similar aos outros países anglófonos da comunidade do Caribe que é baseado no antigo Sistema Educacional Britânica que são filiados ao *Caribbean Secondary Education Certificate* (CSEC) que é similar ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no Brasil. Segundo Kamnasaran (1993) este Sistema de Educação é resultado de uma reforma de currículo que o governo da Guiana fez em 1977, que tinha por objetivo descolonizar a sociedade e reestruturar o conteúdo da educação regular com elementos relevantes e apropriados às realidades Guianense e do Caribe.

Em 1980, o país reformulou a Constituição para que ela pudesse declarar o seu compromisso com a ideologia socialista. O Artigo 1 da Constituição afirma que, “a Guiana é um Estado indivisível, laico, democrático, soberano no discurso da transição do capitalismo para o socialismo e deve ser conhecida como a República Cooperativa da ‘Guyana’” (LUTCHMAN, 1992, p.9). Com a nova constituição a descentralização da Educação foi concebida na legislação de 1980, que requeria uma

* Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH. E-mail: medinho.abraham@gmail.com

** Centro de Educação - CEDUC. E-mail: Lucineide-salgado@hotmail.com

estreita colaboração entre o Ministério da Educação Central e Regional. Os papéis e responsabilidades entre os dois ministérios seguem linhas definidas e claras de autoridade, delimitação dos papéis, relações e responsabilidades; e o desenvolvimento das capacidades estabelecidas (MINISTRY OF EDUCATION, 2011).

Esse modelo de educação nacionalista sofreu impactos negativos da política interna causada pelos dois principais grupos étnicos, os Indianos e Afro-Guianense disputando o poder e governo do país. Nesse cenário político, a Educação Primária para os Ameríndios na Guiana era negligente, mesmo havendo algumas escolas precárias (ISHMAEL, 2012). Nas comunidades Ameríndias em que o governo ofereceu educação, a maioria das instituições não tinham professores indígenas, embora havendo professoras da área costeira que ajudavam levar novas ideias culturais aos Ameríndios, mas mesmo assim esses professores não indígenas ensinavam aos povos Ameríndios na língua oficial Inglês que acaba tendo um impacto na língua e cultura tradicional, desvalorizando-as (FORTE; MELVILLE, 1989).

O Sistema de Educação atual no país segue um Plano Estratégico 2008-2013, que é uma quarta de uma série de Planos de Educação durante as duas últimas décadas. “É um esforço para identificar as políticas e estratégias prioritárias que o Sistema de Ensino da Guiana necessita, por exemplo, o foco na ‘alfabetização e numéricos’ nos Ensinos Básicos e Fundamental para que os alunos possam desempenhar bem em inglês e matemática, em vista de prosseguir em ordem e para melhorar significativamente a qualidade na educação e ajudar a Nação a enfrentar os desafios colocados pela globalização e as rápidas mudanças tecnológicas.” (GUYANA, 2008).

Este esforço de planejamento teve o apoio do Governo da Guiana (GOG) e de agências em 2002, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que deu apoio às atividades por meio de um consultor internacional através do programa de Educação Básica de Acesso e Gestão Suporte (EBAG). A assistência também foi recebida do Banco Mundial para um planejamento mais detalhado sobre questões específicas. A Unidade de Planejamento usou seus recursos próprios e regulares a partir do orçamento nacional para completar as atividades necessárias. O objetivo deste plano é garantir que o Sistema de Educação venha contribuir para elevar o nível de vida na Guiana para melhorar os efetivos globais de educação. As declarações de visão e missão identificam a importante contribuição do setor para o desenvolvimento de uma cidadania capaz de modernizar a Guiana. O objetivo e os valores centrais do Ministério permanecem os mesmos o que eram em 2003 (GUYANA, 2008).

A Educação na Região Nove é fornecida para a população por meio do Ministério da Educação central em Georgetown, através das autoridades regionais do

ensino dessa região. A pessoa encarregada para a educação da região Nove chama-se Regional Education Officer (REDO) e ela é nomeada por um órgão que chama -se Serviço de Comissão Pública para trabalhar junto com uma equipe de educadores profissionais para desenvolver, implementar, orientar e avaliar o Plano de Educação seguindo as necessidades da comunidade e as metas do Plano Estratégico Nacional (CHESNEY, 2011). Esse oficial da Educação Regional da Região Nove tem sua sede localizada em Lethem, o Centro Administrativo da Área, mas além dela, há outras que estão encarregadas para a Educação nos cinco diferentes subdistritos que são: o Distrito Norte, Centro, Sul-Centro, Sul, e Parakimas do Sul. (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO).

No Sul do Rupununi, os habitantes são Wapixanas. Essa população indígena “é composta de aproximadamente 8.395 indígenas, que vivem em 13 grandes aldeias, 9 comunidades satélites e 256 pequenas comunidades e fazendas” (DAVID *et al.*, 2006, p.15). Ainda, segundo os mesmos autores, “a maioria das aldeias do Sul do Rupununi possuem nomes da língua local e são nomeados da ecologia local, planta e animais que são em abundância no lugar, por exemplo: Maruranao é o nome de uma aldeia; Maruranao significa um Tatu gigante entre outros”. E a língua comum para se comunicar é o Wapishana, embora há poucas pessoas que não a praticam, além do inglês a língua nacional que a maioria fala. Nessa parte da Região 9, em cada comunidade há um berçário e uma Escola Primária do Governo. Somente em duas aldeias *Sand Creek e Aishalton*,¹ têm Escolas Secundárias. Neste subdistrito da Região 9 como no resto do interior do país, que é habitado por Ameríndios, a população indígena tem “uma forte cultura tradicional, resultado de um lado positivo pela falta do desenvolvimento no interior da Guiana” (WIHAK, 2009, p.25)

Nesta Região o povo pratica os costumes locais e fala Wapixana e Inglês, que são as línguas nacional. Esta população indígena bilíngue, do Sul Rupununi, é única e muito rica culturalmente, entre os outros 8 grupos ameríndios na Guiana é a que ainda mantém sua língua e cultura tradicional. Em decorrência dessa rica realidade linguística e cultural no Sul do Rupununi, encontra-se as escolas públicas.

Neste contexto cultural, as instituições escolares se tornaram fontes ricas de estudos para se realizar pesquisas em diversas ciências, por exemplo: a Antropologia e Educação, voltada à ‘Educação Escolar Indígena’ para compreender como o ensino regular lida com a educação a respeito da cultura, língua e conhecimento da realidade indígena na escola e na comunidade tradicional, pois os povos nativos possuem uma forte cultura nessa parte do país que é um patrimônio para Guiana, no qual o ensino

¹ Duas comunidades Wapixanas do sul do Rupununi possuem escolas de ensino médio. A escola de Aishalton foi estabelecida em 1999 e a escola de Sand Creek foi em 2012.

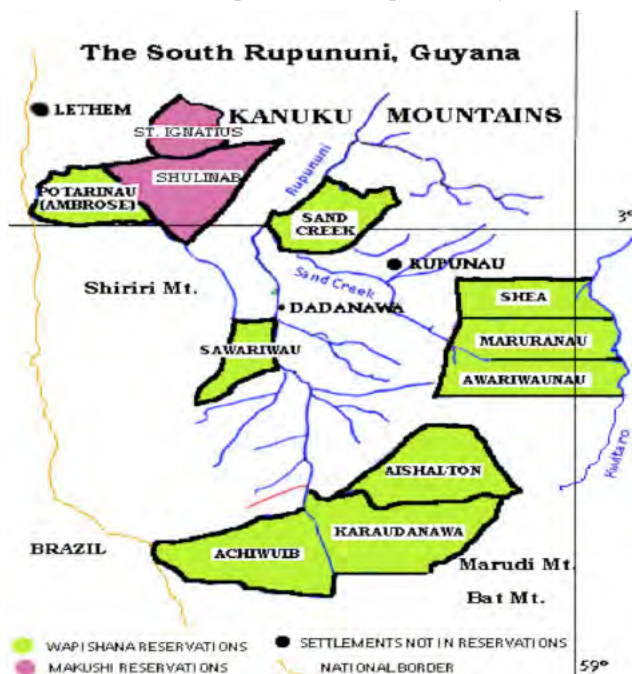
regular não está tendo muito aproveitamento. Ou seja, na escola existe ‘duas culturas’, uma institucional, que representa a cultura dominante, e a outra da oralidade, voltado a tradição do povo Wapixana, que torna a escola um espaço de ‘fronteira’ entendido como espaços de trânsito e articulação e troca de conhecimentos (SILVA; FERREIRA, 2001).

Esse conhecimento sobre a Educação dos indígenas do Sul do Rupununi, Guiana, vem de uma experiência vivenciada com o povo Wapixana e lendo livros da biblioteca dos Missionários Jesuítas, documentos escolares das escolas e da Igreja Católica, que contam como a Educação foi introduzida na Região Nove. Além de ter experiência atuando como educador por dois anos (2012 a 2014) nas escolas públicas em comunidades indígenas daquela região, onde percebi que os alunos falam sua língua materna e praticam seus costumes da Cultura Wapixana.

Neste contexto, o presente estudo busca compreender como se desenvolver a Educação Escolar nas comunidades indígenas no Sul da Região Nove e sua percepção pelos indígenas. Assim, relata a realidade atual do Sistema Educacional na Guiana que tem como objetivo ‘assimilar’ o povo Ameríndios no Sistema Nacional e os desafios e poucos resultados positivos que trouxe aos Wapixanas. Depois disso, o estudo discute a noção de ‘Educação Escolar Indígena’ e ‘Educação Indígena como base de referência teórica, a interculturalidade em vista de fazer uma proposta para uma escola intercultural para os Wapixanas.

Para compreender as percepções educacional dos Povo Wapixanas do Sul do Rupununi, se faz necessário um olhar sobre as distribuições das comunidades demarcadas e não demarcadas tenho em vista a localização do espaço ente territorial.

Figura 1: Mapa do Sul do Rupununi, Guayana



Fonte: GOOGLE IMAGE (2015).

Educação escolar indígena na Guiana

A história de Educação para os indígenas no interior da Guiana foi introduzida pelos missionários Católicos e Protestantes Anglicanos no século XIX - XX que tinham um objetivo comum de ‘civilizar’ os povos pagãos selvagens da colônia, de acordo a (MENEZES, 1977, p. 209). “Iluminar a escuridão do primitivo e mente selvagem com a luz do evangélico”. Dessa abordagem histórica da educação colonizadora da Guiana, a população Indígena foi alvo de imposição de vários Modelos de Educação baseado na catequização, na civilização e integração dos índios à sociedade Guianense pelas igrejas.

Essa constatação histórica indica que a educação dos povos indígenas no Rupununi, assim como nos outros países da América Latina no período colonial, passava e continua com o eurocentrismo, sob a imposição da cultura hegemônica à população indígena por meio do sistema educacional que pretende integrar os indígenas na sociedade.

Particularmente no Sul da Região Nove, a “educação colonial foi “introduzida pelos missionários jesuítas” com os ensinamentos catequético e da língua inglesa que tinham como objetivo a negação da diferença, numa tentativa de transformar os Wapixana em algo que não eram para governá-los.

Dessa abordagem histórica a educação colonial foi introduzida para os povos indígenas no interior da Guiana, e particularmente no Rupununi, nos anos 40, por meio dos Missionários Jesuítas Ingleses que estabeleceram instituições educativas de Ensino Primário para os povos Wapixana e Macuxi (FORTE; MELVILLE, 1989). Esse serviço de educação foi resultado da expansão do sistema educacional que aconteceu apenas a partir da década de 1940, após movimentos reivindicatórios da população em idade escolar na época colonial da Guiana (BACCHUS, 1998).

Os professores para as escolas foram em grande parte recrutados da comunidade Arawak, Santa Rosa Moruca localizada no noroeste da Guiana. Estes professores indígenas que vieram para o Rupununi não tinham formação para essa função, mas possuíam uma grande força de serem generosos de trabalhar entre os seus irmãos indígenas, especialmente ajudar a desenvolver a Igreja Católica, juntamente com os sacerdotes, para os Wapixana (CARY-ELWES; BRIDGES, 1985; ROESEL, 1998).

A partir dessa abordagem histórica acerca da colonização dos Wapixana por meio das escolas, a população desenvolveu-se como um povo por meio da “Arawakização” dos Arawak que os influenciaram pela religião e costumes com o domínio da língua inglesa, e demais elementos que refletiram a cultura dos colonizadores, mas não conseguiram matar a língua e a cultura dos indígenas do Rupununi. Como resultado dessa experiência, os povos arawak, a maioria dos quais casados com Wapixanas, se tornaram um grupo indígena onde são os mais formados e industriais entre os atuais povos do Rupununi.

Esta estratégia de ‘educar ou civilizar’ os nativos pelos missionários, os Jesuítas não tinham um contato diretamente com os indígenas em ensinar ou catequisá-los, mas utilizavam outros grupos indígenas que já eram cristianizados para civilizar e converter esse povo do Rupununi (CARY-ELWES; BRIDGES, 1985). Esta história de introdução da educação para o povo do Sul do Rupununi pela Igreja, é um exemplo, onde a igreja através dos missionários era a única a oferecer uma educação para os povos indígenas no interior da Guiana desde a época colonial (FORTE; MELVILLE, 1989). Ou seja resultado, de uma falta de interesse dos colonizadores pelos índios do interior da Guiana no decorrer dos anos, por causa da visão sobre eles, considerando-os menos capazes de trazerem benefícios econômicos, e assim os deixavam a serem cuidados por missionários (BORGES DA SILVA, 2005).

Quando o Governo assumiu as escolas da igreja as instituições continuam com o modelo similar de educação, exceto o aspecto de educação religiosa que foi eliminada do currículo escolar. Esse novo sistema de ensino regular as Escolas Públicas ofecem em comunidades indígenas tradicionais, também ignora a língua e a cultura dos nativos na Guiana.

Este sistema de Educação teve como objetivo integrar e socializar os povos indígenas na sociedade Guianense. Uma integração com a costa ou a cultura do litoral e à imposição de um currículo costeiro na escola do interior. Este sistema educacional trouxe poucos benefícios visíveis para as comunidades indígenas por que acaba tendo impactos, na grande parte negativos, na cultura tradicional desse povo (FORTE; MELVILLE, 1989).

Como disse essa narradora:

Eu acho que a percepção de uma escola pelo Governo da Guiana, é que um currículo costeiro tem que ser implementada em uma cultura tradicional no país, e a aprendizagem inicial das crianças devem ser expostas a tal, embora não é obrigatória antes da idade normal para uma criança entrar no berçário (Professora Wapixana, Maruranau 2016).

Em seu lugar pouco é oferecido em troca. Por tanto, no lado positivo atualmente há muitos professores ameríndios atuando nas escolas nas comunidades indígenas, mas o modelo de ensino aplicado na sala de aula é o mesmo, onde a maioria desses professores falam em Inglês, embora em alguns casos há professores que sabem a língua Wapixana e a usa para explicar e facilitar a aprendizagem dos alunos na escola (FORTE; MELVILLE, 1989). Além disso, a instituição é a única do ensino na aldeia que ajudava as crianças wapixana aprenderem a escrever em Inglês e perceberem no mesmo tempo que sua língua local não era tão importante como a língua nacional.

Contudo, reconheceram que aprender Inglês e Wapixana são importantes para os indígenas do Sul do Rupununi. Pois a língua materna é para a sobrevivência e identidade cultural dos povos indígenas, enquanto Inglês pode ser ensinado numa fase posterior, porque é importante para as crianças a aprenderem a língua oficial do país. Neste contexto a escola contribui aos Wapixanas tornaram um povo bilíngue, mas além deste, também os ensinaram a aprender matemática, escreverem e se expressaram, aprenderem regras, aprenderem higiene, e realizaram seus talentos através da participação em atividades de esportivas etc.

Após da independência em 1966 até o tempo agora, a educação indígena está passando por uma reconfiguração de conceitos cujo objetivo é a construção da homogeneidade requerida pelo Estado Nacional Moderno. Isto é mencionado no *The*

*Amerindian Peoples Plan*² (2014, p.3), “a educação é compulsória para crianças, inclusive as crianças Ameríndias de idade 5 anos 9 meses a 15 anos”. Faz parte do Sistema de Educação com um paradigma assimilacionista que ainda existe na Guiana como disse esse autor:

Nesse paradigma, o que se pretende é, em última instância, educar o índio para que ele deixe de ser índio: o objetivo do trabalho pedagógico é fazê-lo abdicar de sua língua, de suas crenças e de seus padrões culturais e incorporar, assimilar os valores e comportamentos, inclusive linguísticos, da sociedade nacional (MAHER, 2006, p. 20).

No entanto, nesse cenário existe um concerne por parte dos povos indígenas da Guiana para incorporar sua cultura, língua e valores na Escolar Primária, mas esse é um projeto do ‘longo prazo’ do governo para ser realizado. No entanto o Governo é aberto a possíveis iniciativas que lidam “com projeto de promover línguas indígenas, como por exemplo *The Macushi Learning Project*” (GUYANA, 2008).

Com essa realidade sobre educação e povos indígenas na Guiana, aprendemos que as Escolas Públicas inseridas nas comunidades indígenas, na Guiana, têm por proposta a integração dos indígenas na sociedade por meios de estratégias e métodos que possibilitam a homogeneização cultural em vista do avanço do País como Nação. Esse Sistema de Educação oferecido aos indígenas preocupa as comunidades tradicionais, pois se continuar assim pode acabar com sua cultura e língua materna. No entanto, nos dias atuais, existe a proposta de Educação Escolar Indígena Intercultural que busca revisar as práticas educativas escolares voltada aos povos tradicionais, para contribuir com o fortalecimento de sua cultura, frente a globalização e um ensino regular que não promove sua língua materna (SANTOS, 2012).

Educação indígena

Segundo (MAHER, 2006, p.16), “Quando fazemos menção a “Educação Indígena,⁴ estamos nos referindo aos processos educativos tradicionais de cada povo Indígena.” Os processos educativos têm como base a oralidade da língua materna

² Amerindian Peoples Plan é Português significa Plano de Educação para os Indígenas terem mais acesso e qualidade à educação ao nível do ensino médio em vista de amentar o desenvolvimento profissional do país. Segundo o Amerindian Plan ele não é uma política educacional para Ameríndios. Disponível: <http://www.education.gov.gy/web/index.php/projects/guyana-early-childhood-education-project/item/1019-amerindian-peoples-plan-app-guyana-early-childhood-education-project-draft-7-1-2014%20Acessado%20em%2025-06-2015> Acesso 21-01-2016.

³ No Norte do Rupununi Guiana há um programa que promover a língua Macuxi.

⁴ Educação Indígena é produzida de uma perspectiva da cultura tradicional da população indígena.

na comunicação na aldeia. O elemento ‘social’ é importante no processo de ensino e aprendizagem na educação indígena. O modelo no qual os indígenas aprendem passa pela observação, pela imitação, pela tentativa e erro. Falo fundamentado na minha experiência como ameríndio. Na Educação Indígena não existe a figura do “professor”. Citando o mesmo auto afirma:

São vários os “professores” da criança. A Mãe ensina; ela é professora. O Pai é professor, o velho é professor, o tio é professor, o irmão mais velho é professor. Tudo mundo é professor e tudo mundo é aluno. Não há em nossa sociedade, um único “detentor do saber” autorizado por uma instituição para educação as crianças e jovens (MAHER, 2006, p. 18).

Neste contexto, antes dos Estados modernos introduzirem a educação formal ou escolar entre os povos indígenas, estes tinham seus modos próprios de gestão, de seus conhecimentos e educação de seus filhos. Tais modos, encontravam-se enraizados em contextos culturais específicos que lhes permitiu sobreviver como povos únicos. Nesses contextos culturais, os povos indígenas passaram a defendem o seu direito de “controlar” os seus modos próprios de ensino, após perceber que os atuais sistemas educacionais ameaçavam continuamente a sobrevivência de suas culturas; assim, passaram a elaborar iniciativas visando reafirmar suas identidades através de uma educação que valorize suas culturas e modos tradicionais de educação, e, ao mesmo tempo, dialogando com a sociedade envolvente (BERGAMASCHI, 2008).

É de fundamental importância uma educação indígena que compreenda cultura e as formas tradicionais de ensino, em vez de um currículo nacional que ignora a história, as línguas e a culturas dos povos indígenas, em favor dos valores, normas e tradições da sociedade dominante.

No contexto da Guiana, no decorrer dos anos até hoje com as trocas de governos, o Sistema de Educação Nacional para o país foi revisada, e desde então o governo implantou mais escolas nas comunidades indígenas. Desta vez construiu escolas de ensino básicos em vista de oferecer uma ‘educação pré-escolar’ para a população. Esta educação tem dois elementos importantes para os alunos do ensino básico que são: alfabetização e numeração (GUYANA, 2008).

Este modelo de educação regular não leva em consideração a cultura e língua dos povos tradicionais na Guiana, pois aplica uma Pedagogia com elementos técnicos de uma outra cultura a dominante às crianças indígenas nas comunidades tradicionais que traz muitos desafios e impactos na aprendizagem escolar e a desvalorização da cultura desses povos.

Afirma essa professora:

Conhecendo esta realidade acredito que o sistema de ensino precisa de ver as coisas em preto e branco. Acredito que se houvesse uma política do Ministério da Educação em ter a língua local ensinado na escola, a comunicação estará fluindo, porque mais crianças serão expressar-se. A outra questão é, a sala de aula precisa ser culturalmente mais incluída: por exemplo, os livros didáticos refletem a cultura dominante da costa (Georgetown) e os materiais de ensino precisa ser inclusiva para a cultura local, para dar espaço para as crianças a aprender dos animais e pássaros locais e assim por diante que sabem e podem conectar rapidamente (Marurana, 2016).

A realidade educacional do povo Wapixana no Sul do Rupununi é que não existe uma política pública voltada à educação intercultural para a população indígena na Guiana, e além do mais, não há uma reconhecimento oficial de uma necessidade para promover e preservar as línguas indígenas no país (FORTE; MELVILLE, 1989). No entanto, existe o *Amerindian Act 2006*⁵ estabeleceu um Conselho Nacional de Tuxauas (CNT) cujas funções “é preparar estratégias em vista de reduzir a pobreza, elaborar planos para ter melhores serviços de saúde, educação, e lidar com gestões dos recursos naturais e a promoção das línguas indígenas” (RENSHAW, 2007, p 18). Dessa maneira existe a promoção da língua e costumes informalmente no nível na maioria das comunidades remotas que praticam do país, mas não existe uma política específica que lida com o ensino bilíngue nas escolas públicas encontradas nas tradicionais comunidades indígenas do Rupununi.

Educação intercultural

Neste contexto, acredita-se que os próprios povos indígenas necessitam desenvolver uma educação escolar indígena que busque compreender e lidar com a sociedade envolvente. Segundo Bergamaschi (2008), por essa razão “os modos de organizações curriculares e as práticas escolares precisam ser construídos de maneira variáveis, respondendo às necessidades e ensaios de cada povo indígena e alicerçados em suas distintas maneiras de pensar e de fazer educação.”

Segundo Collet (2003), a interculturalidade enfatiza o diálogo entre as culturas, à interação, e à interlocução, à reciprocidade e os encontros entre identidades e diferenças. A mesma autora ressalta que na década de 1970 a noção de interculturalidade passou a ocupar um lugar central nos debates sobre a educação no mundo, quando a diversidade étnica e cultural se tornou o foco de maior preocupação nos países desenvolvidos e a escola passou a ser vista como uma instituição fundamental nas políticas voltadas para as minorias.

⁵ A legislação para governar comunidades ameríndias, em conformidade com as disposições da Lei do “Amerindian Act 2006”.

A interculturalidade manifestar-se em diferentes áreas da sociedade e entre estas, a educação, onde a escola desempenha o papel de agenciar as relações culturais com o poder para manter uma educação homogeneizante. No entanto, para transformar esse quadro, cabe olhar a educação no aspecto de prática social em relação às diferentes dinâmicas que estão em jogo na sociedade; porém, além dessa prática social existe a prática cultural que abarca as diferenças culturais, mas é necessário também abarcar as estruturas sociais desiguais com suas relações de poder para transformá-las (OLIVEIRA, 2012).

Outra interpretação das políticas nacionais dentro da interculturalidade é a intenção, muitas vezes explícita, de romper com as práticas dominantes anteriores, chamadas de “integracionistas” e “assimilacionistas”. A partir dessas discussões, as novas reformas na educação passaram a incorporar a perspectiva intercultural como eixo articulador dos currículos escolares, introduzindo questões relativas às diferenças culturais que apontam para um tratamento igualitário, em que não haveria a sobreposição de uma cultura dominante sobre outra subordinada no qual (COLLET, 2003). Essa autora afirma que:

[...] a educação intercultural seria vista como instrumento de inclusão das minorias e de atribuição de poder às populações que estão às margens da cultura dominante. A idéia subjacente a essa visão seria que através do domínio tanto dos seus códigos específicos como dos códigos “ocidentais” ou nacionais, as minorias poderiam reivindicar um espaço na sociedade e na economia a nacional global (COLLET, 2003, p,182).

O conceito de interculturalidade teve grande impacto nas políticas públicas educacionais, porém não deixa de ter ambiguidades, pois estas incorporações se dão no contexto de governos que estão comprometidos com a implementação de políticas de caráter neoliberal, que assumem a lógica da globalização hegemônica e também a agenda das principais organizações internacionais (CANDAU; RUSSO, 2010).

No entanto, a interculturalidade tem um papel importante que é buscar as diferenças que se manifestam nas áreas da sociedade inclusive na educação. Um local ideal onde ela pode enfrentar esses desafios é por meio de uma ação recíproca, e não de meras informações e falas, mas de ações concretas, mentes abertas e movimentos interativos, entre grupos de origens diferentes (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Oliveira (2012), a educação intercultural objetiva promover uma educação do reconhecimento do outro, enquanto sujeito para o diálogo entre as diferenças socioculturais e para resgatar os processos de identidades culturais, tanto no nível pessoal quanto coletivo, pois se não houver a participação de outros sujeitos ou grupos não é uma educação intercultural. A noção da educação intercultural busca

promover uma consciência crítica e criadora convocando mulheres e homens, jovens ou adultos, provenientes de diversas culturas, para as suas responsabilidades políticas, de serem capazes de julgar a realidade, avaliá-la e transformá-la.

Concluindo, com a rica cultura dos povos Wapixanas no Sul do Rupununi, necessita -se de uma implementação de Políticas Públicas intercultural que observe a relevância das especificidades das línguas, costumes e modos de aprendizagem dessa população que haja em vista um melhor desempenho escolar, além de contribuir para um currículo mais próximo da realidade dos alunos indígenas.

Referências bibliográficas

AMERINDIAN PEOPLES PLAN (APP). **Guyana Early Childhood Education Project**. Draft. 2014. Disponível em: <<http://www.education.gov.gy/web/index.php/projects/guyana-early-childhood-education-project/item/1019-amerindian-peoples-plan-app-guyana-early-childhood-education-project-draft-7-1-2014%20Acessado%20em%2025-06-2015>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

CARY-ELWES, C.; BRIDGES, J. **Rupununi Mission: the story of Cuthbert Cary-Elwes among the Indians of Guiana, 1909-1923**. London: Jesuit Missions, 1985.

BERGAMASCHI, M. A. (Org.). **Povos Indígenas e Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

CHESNEY, W. E. **Detranslation: A postcolonial discourse of education policy making in Guyana**. Sheffield, England: University of Sheffield, Department of Educational Studies, August 2011. (PhD. Philosophy). (Uncatalogued UG).

COLLET, C. L. G. Interculturalidade e Educação Escolar Indígena: Um breve Histórico. **Cadernos de Educação Escolar Indígena - 3º Grau Indígena**, Barra do Bugres, v. 2, n. 1, 2003.

DAVID, B. et al. **Wa Wiizi Our territory Wa Kaduzu Our custom: Customary Use of Biological Resources and Related Traditional Practices within Wapichan Territory in Guyana**. An indigenous case study, 2006. Disponível em: <<http://www.forestpeoples.org/sites/fpp/files/publication/2010/08/guyana10capr06eng.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2015.

GUYANA. Ministry Of Education. **Education Strategic Plan 2008-2013: meeting the quality imperative**. 2008. Disponível em: <http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Guyana/Guyana_Strategic_Plan_2008_2013.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

GUYANA. Ministry Of Education. **Elementary Literacy, Modernizing Education, Strengthening Tolerance**. 2011. Disponível em: <<http://www.education.gov.gy/web/index.php/about-moe/departments/item/204-assistant-chief-education-officers>>. Acesso EM: 20 jan. 2016.

FORTE, J; MELVILLE, I. (Ed.). **Amerindian Testimonies**. Georgetown, Guyana: J. Forte, 1989.

CANAU, V. M. F., RUSSO, K. Interculturalidade e Educação na América Latina: Uma construção Plural, Original e Complexa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

MAHER, T. M. A formação de professores indígenas: Uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 11-37.

ISHMAEL, O. **The transition of Guyanese Education in the Twentieth Century**. GNI Publication, Georgetown Boston Toronto 2012. Disponível em: <http://www.guyana.org/features/The_Transition_of_Guyanese_Education_in_the_Twentieth_Century.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

KAMNASARAN, **Curriculum reforms and social change: an examination of the role and purpose of the P.N.C Government in Introducing Curriculum reforms in Guyana. (1965-1985)**. Edmonton, Alberta: Faculty of Graduate Studies and Research, 1993 (Ph.D.) Philosophy of International/Intercultural Education. (Uncatalogued UG)

LUTCHMAN, H. A. An Experiment that Failed: Issues and Problems of Constitutional Change and Reform in Guyana. **Journal of the Institute of Development of studies and the faculty of Social Sciences**, University of Guyana, [s.v.], n.19, p. 5-26, 1992.

OLIVEIRA, J. **Da negação ao reconhecimento: A educação escolar indígena e a educação intercultural: implicações, desafios e perspectivas**. 2012.155 p. Dissertação (Mestrado em Teologia) -Escola superior de Teologia, São Leopoldo, 2012.

RENSHAW J: Guyana: **Technical Note on Indigenous Peoples**. [s.l.]: Inter-American Development Bank, 2007.

SILVA, A. L; FERREIRA, M. K. L. (Org). **Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a escolar**. São Paulo: Global, 2001. 394 p.

SANTOS, J. N. **Educação Escolar Indígena no Município de Manaus**. 2012.129p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Do Amazonas, Manaus- AM, 2012.

WIHAK, C. **Indigenous Education for Cultural Survival**: The Makushi Amerindians of Guyana. *Canadian and International Education / Education canadienne et internationale*, v. 38: n. 1, p. 17-28, jun. 2009. Disponível em <<http://ir.lib.uwo.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1002&context=cie-eci>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ARTIGO

EDUCAÇÃO ESCOLAR: DESAFIOS, POR SER INDÍGENA

Introdução

O processo de transição entre a negação da identidade étnica por força de séculos de repressão e opressão e o reconhecimento de suas etnicidades e suas territorialidades no marco do Estado brasileiro tem nos movimentos sociais seu mais importante equipamento de luta e enfrentamento, marcando de certo a posição de fronteira étnica, garantindo espaço sociocultural no mundo globalizado que insiste em negar a diversidade a partir de ações que colocam todos numa mesma lógica. Assim, o imaginário que se tem do índio tem sido limitado e discriminatório, fato que reforça a visão etnocêntrica na relação entre índios e não índios, estes evidenciados mais na prática que nos discursos.

[...] O sistema escolar em Roraima tem suas raízes profundas na ocupação européia, nos séculos XVII-XVIII, quando os processos de invasão, usurpação e colonização foram expropriando territórios e instaurando uma nova ordem efetivada por meio do confinamento de povos e comunidades, assim como, da utilização da ação missionária nos aldeamentos. Foram em última instância, esses instrumentos que serviram como ante-sala ao sistema escolar propriamente dito (REPETTO, P. 01, 2008).

Ocorre que o processo de institucionalização da educação escolar em terras indígenas confabula contra os interesses dos diferentes povos, sentimento esse, presente nos diversos discursos das lideranças indígenas, estudantes, movimentos e parceiros que passam a ver na educação escolar uma possibilidade de luta e empoderamento.

O longo período de humilhação social pelos povos indígenas é reforçado na realidade por meia da perspectiva de incapacidade dos mesmos até hoje, nesse sentido a luta por uma educação diferenciada implica muito mais que ter a escola na comunidade ou inserir na dinâmica da escola a história e saberes dos povos indígenas, exige que a lógica desses povos sejam compreendidas nas suas simbologias, os seja, em suas teias de significados (GEERTZ, 1978).

* Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras pela UFRR. E-mail: silvavianarosangela@gmail.com

D'Angelis (2012, p 58) chama atenção para o fato de que “[...] a dominação sobre os povos indígenas não é, um ato apenas do Estado brasileiro, mas da própria sociedade civil brasileira [...]”. Logo cabe aqui destacar que as diferentes formas de dizer sobre esses povos inclui um discurso que parece posicionar-se contrário ao do Estado, no entanto, as práticas revelam o mesmo que o Estado: preconceito, submissão, inferiorização e discriminação desses povos.

Em Roraima, como em qualquer parte do território brasileiro a lógica que move as escolas indígenas não rompe com o modelo de escola que já existe: currículo, seriação, continuidade dos estudos, ou seja: e na prática, como se faz essa educação escolar indígena intercultural? Quem faz?

A relação com as questões indígenas no Brasil ainda é de negação. Mesmo reconhecendo os avanços nas políticas públicas, em especial na educação escolar indígena permanece a imposição de valores tendo em vista que ainda é sob perspectivas etnocêntricas e integracionista que se fundam os próprios textos de documentos oficiais.

Não se quer aqui negar conquistas históricas a partir do processo de mobilização daqueles que foram sempre excluídos, como por exemplo, de Movimentos Negro; movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o próprio Conselho das Nações Indígenas nas constituições de políticas públicas, desdobrando-se em outros movimentos de lutas, mas, mesmo com todo esse posicionamento das populações que durante muitos séculos carregaram consigo a angústia da segregação social, ainda se percebe muitos desses movimentos sendo tutelados, o que de certo inviabiliza a autonomia idealizada por movimentos indígenas quando a educação escolar permanece atrelada à perspectiva do Estado Brasileiro (D'ANGELIS, 2012).

Em Roraima a educação escolar transforma-se em reivindicação a partir da perspectiva dos povos indígenas, ou seja, a educação escolar indígena como meio legítimo de empoderamento e fortalecimento das lutas “[...]Trata-se de uma luta para conquistar espaços jurídicos, políticos, pedagógicos e de gerenciamento desse processo educacional” (REPETTO, 2008, P. 01), mas: existe “empoderamento” com limites estabelecidos pelo *outro*?

A seguir será aprofundado questões relacionadas a representação dominante do índio em Roraima, evidenciando elementos fundamentais quando se trata de uma luta que paradoxalmente se anuncia ações de empoderamento desses povos e, ao mesmo tempo, se mantem dependência financeira e intelectual.

A representação social dominante do índio em Roraima: uma questão ideológica?

Ideologia no pensamento marxista (materialismo histórico dialético) é um conjunto de proposições elaborados na sociedade burguesa com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse coletivo, construindo uma hegemonia daquela classe. A manutenção da ordem social requer, desse modo, menor uso da violência (MARX, 1993).

Neste sentido a ideologia torna-se instrumento da reprodução do *status* e da própria sociedade. O método principal da ideologia nessa perspectiva é a utilização do discurso lacunar de acordo Althusser (1976), sugerindo que todos são iguais no sentido de terem oportunidades iguais (o que é falso, devido à propriedade privada dos meios de produção).

Nessa condição de falsa consciência entendida como “natural” o homem não tem uma consciência real das suas necessidades. Trata-se de uma falsa consciência do mundo material, tal como uma imagem distorcida. Sem a pretensão de aprofundar os diferentes conceitos de ideologia, a seguir será feita uma aproximação de uma das perspectivas que define ideologia trazendo à tona reflexões acerca da realidade roraimense.

Uma aproximação de representação social e ideologia

A ideia de representação aqui fundamenta-se em Guareschi (2000) quando apresenta seu trabalho focando no mundo simbólico das representações e na ação da ideologia na manipulação dessas representações. O autor, mostra como os conceitos de Representações Sociais e de Ideologia podem se relacionar; no que se distinguem, e no que eles possivelmente se sobrepõem, conforme as diferentes acepções em que são tomados.

Ao tratar Representações Sociais Guareschi (2000) entende, enquanto teoria que sua principal ação é o exercício em superar diferentes dicotomias formadas no decorrer da Psicologia social, sobretudo, a dicotomia entre o social e o individual. Como isso ocorre de fato? Na verdade o autor (2000, p. 04) aponta que uma representação social defendida por essa teoria é *individual e social*, ou seja, é “individual pois ela necessita ancorar-se em um sujeito” e, é social quando apresenta-se na mente das pessoas, socializada pela mídia. Quando ela é social ela perpassa pela sociedade, logo, uma representação social é diferente de uma simples representação mental.

O autor mostra o vazio de outra dicotomia, a estabelecida no *interno e externo*, fazendo uma crítica a postura do comportamentalismo na recusa em transpor a barreira da pele desconsiderando aspectos mentais e introspectivo, assim como outras teorias que fecham apenas na análise do cognitivo, sem ir além.

Uma representação social quando se torna objeto de conhecimento passou, primeiramente por um processo transformativo. O procedimento humano a elaborar suas representações sendo impossível sua interiorização na mente humana em um estado material, ou seja, há um processo de representação que não é automático, nem tampouco um processo comum a todos os homens e mulheres. Cada um tem um processo próprio de representar e esses processos são dinâmicos, portanto são transformados em sua construção e, ao mesmo tempo são influenciados por diferentes sujeitos (GUARESCHI, 2000).

Quanto a dicotomia entre o *consensual e o reificado*, Moscovici apud Guareschi (2000) vai dizer que as representações sociais são elementos consensuais das pessoas e não algo reificado. Neste sentido difere-se de ideologia, essa é algo cristalizado, um conjunto de ideias distorcidas e estáticas ao passo que representações sociais, mesmo não sendo absolutamente flutuantes, podem ser modificadas no dia a dia das pessoas, pertencendo a intersubjetividade, sendo conceito e fenômeno ao mesmo tempo, representando um objeto e um sujeito.

Esses fundamentos interessa conhecer quando empregados de formas simbólicas (palavras, conceitos etc.) são criados ou reproduzem relações assimétricas, ou seja, são dados sentidos a determinadas realidades as quais são classificadas, conforme interesse de um grupo. “nesses casos mostram-se as relações entre as estratégias da ideologia e os significados de palavras, onde uma ideologia tenta transformar-se numa representação social, numa parte da cultura” (MOSCOVICI, 1988, P.379).

A importância da ideologia enquanto prática negativa mantendo relações desiguais, implica na necessidade da compreensão das dimensões éticas, valorativas e críticas com foco no processo de emancipação dos seres humanos em condições de vida dos humilhantes. Essas dimensões não podem ser separadas das ações, estando, portanto presentes no processo de construção de representação social bem como, em sua estrutura. “Perder a dimensão de não-neutralidade dos processos e representações, é empobrecer e mistificar tanto a uns como outras” (GAURESCHI, 2000, P. 13).

O estudo de Moscovici (1976) teve o grande mérito de propor uma noção *carrefour*, como dizem Doise e Pamonari (1986), que permite considerar o sujeito não como um aparelho intra-psíquico, mas como produtor e produto de uma determina-

da sociedade. Assim, ele abriu a perspectiva de interconectar conceitos da Sociologia e da Psicologia considerando que a realidade social é construída em três momentos que foram sintetizados por Berger e Luckmann (1973, p. 87) na expressão: “A sociedade é um produto social”. A sociedade como produto humano é, na verdade, uma reconstrução, uma reelaboração humana.

Sendo a representação social uma construção do sujeito sobre o objeto e não a sua reprodução, essa reconstrução se dá a partir de informações que ele recebe de e sobre o objeto. “Essas informações seriam filtradas e arquivadas na memória de forma esquemática e coerente, constituindo uma ‘matriz’ cognitiva do objeto que permite ao sujeito compreendê-lo e agir sobre ele” (Silva, 1978, p. 20). Seria o que Jodelet (1984) considera o “crivo de leitura” da realidade.

Sendo a representação social compreendida enquanto conteúdo e processo, seu estudo remete necessariamente aos processos perspectivados e imaginários do sujeito, às forças sociais e conteúdos culturais subjacentes às relações numa sociedade determinada, bem como à sua função mediadora entre indivíduo e sociedade.

A ideologia assegura uma articulação nos níveis cognitivo, social e psíquico e uma correspondência entre o psicológico e o social. Ela oferece uma via de passagem para que os mecanismos psíquicos se transformem em mecanismos sociais, permitindo ainda que os processos sociais sejam transformados em processos psíquicos. A identidade pessoal é um exemplo dessa articulação. Ao indicar ao sujeito seu lugar no mundo social, ela lhe oferece modelos de identificação. Favorece, então, uma base social para a estruturação da identidade pessoal.

A participação na dinâmica social inicia-se com a interiorização de uma realidade já construída. Ao assimilar essa realidade o indivíduo assume o mundo social e toma-se membro da sociedade. Em outras palavras, ao nascer, depara-se com um universo simbólico cujas regras, valores, padrões comportamentais e representações serão por ele compartilhados. Ressalte-se a originalidade de cada indivíduo nesse trajeto ao assumir o mundo dos outros (apropriar-se desse mundo), o que implica um processamento simultâneo de assimilação e transformação dos conteúdos transmitidos.

Só a partir do momento em que ele se apropria das formas de pensamento e dos modelos de conduta de sua cultura é que tais representações vão se consolidando subjetivamente, podendo, assim, intervir na sua interpretação do mundo e de si mesmo, isto é, na construção de sua identidade pessoal. Cabe aqui ressaltar diante de tudo que foi dito a importância de atitudes desmistificadoras das ações sociais, sobretudo quando buscamos as bases ideológicas que fundamentam as representações

sociais, ou seja, a dimensão valorativa, ética, jamais, como ressalta Guareschi (2000) pode ser separada das ações. Dito isto, a seguir será abordado a representação social do índio em Roraima na perspectiva ideológica de Marx e Engels, contextualizando eventos que marcam historicamente a composição desta construção.

Uma introdução a perspectiva ideológica de Marx e Engels

Para Marx e Engels(1998) a base das ideias é o mundo real, o mundo sensorial e não o da subjetividade. Ao contrário de Hegel, acreditavam que o movimento dialético (chamado de materialismo dialético) deve partir do concreto e não do conceito. Os filósofos defendem um projeto de emancipação real da humanidade, o desenvolvimento da sociedade através do conhecimento (devemos conhecer para transformar).

Dessa maneira eles contradizem Feuerbach (que afirmava a existência do ser humano como um ser passivo) dizendo que existe a sensibilidade ativa do homem. Nesse sentido, utilizam o trabalho como centro para a análise que realizaram. Mostram o surgimento do Estado como um conflito entre o interesse individual e o coletivo, esse conflito foi consequência da divisão do trabalho. Afirmam que o Estado sempre representa o interesse de uma determinada classe e que são as condições materiais que vão determinar a estrutura de classes e a forma política (MARX E ENGELS, 1988).

O ideal de socialização dos meios de produção e da política é a grande utopia. Isso seria possível através da tomada e controle do Estado, essa tomada podendo ser por via armada, no entanto, mesmo com o proletariado no poder, o Estado será ilegítimo, visto que vai continuar a defender um interesse e este é colocado como se fosse o interesse geral da sociedade. É nisso que se constitui o conflito entre classes, isto é, a revolução, nesta compreensão é a única possibilidade para se fundar uma nova sociedade, essa revolução seria a autotransformação do homem (MARX E ENGELS, 1988).

Para que o homem possa realizar sua história precisa, obviamente, viver, mas para que isso seja possível é necessário que ele tenha condições de ter comida, bebida, moradia, roupas, etc. Para concretização é preciso que haja produção da vida material e para isso, o homem transforma a natureza. Ele exerce sua atividade para sobre a natureza e daí obtém os meios materiais necessários a sua existência (MARX E ENGELS, 1988). Retomando a teoria da mais-valia, esta significava que o dinheiro não gera dinheiro, o que gera lucro é o trabalho. Para Marx Engels (1998) a mais-

-valia é exatamente o valor que é gerado pelo trabalho, mas que não é repassado para o trabalhador. Essa relação entre capitalista e assalariado é o que possibilita a existência de uma relação social chamada de capital, relação esta que só existe devido à mais-valia.

Aquele que possui os meios de produção se beneficia do trabalho alheio pelo fato de que o outro só possui a força de trabalho. Aqueles que detêm o capital, os capitalistas, formam uma classe dominante e a massa da população constitui a classe operária (ou proletariado). Essas duas classes dependem uma da outra (os trabalhadores precisam do salário e os detentores do capital precisam da mão-de-obra), essa dependência não é equilibrada, pois é uma relação de exploração, já que os empregadores se apropriam do lucro produzido através do trabalho dos operários (MARX E ENGELS, 1988).

Ora, entende-se que em um dia de trabalho, por exemplo, os proletariados produzem mais do que os empregadores precisam para compensar seus gastos e contratação. Esse excedente é o lucro, a mais-valia, que o explorador utiliza para seu próprio proveito. Dessa maneira, as relações de propriedade são a base das desigualdades sociais, visto que a divisão do trabalho criou homens que trabalham para os outros (utilizando os meios dos outros) e homens que não trabalham porque possuem os meios e podem fazer os outros trabalharem para si (empregadores).

O principal fundamento da história, para os autores, é a atividade humana, a práxis e o trabalho. Através desse fundamento o ser social produz a si mesmo. As contribuições de Marx e Engels ainda são relevantes quando compreendemos o trabalho como uma relação contraditória, pois ao mesmo tempo em que nega ao homem cria possibilidades para a emancipação social. Essa é uma contradição que é colocada na sociabilidade.

A contribuição de Marx e Engels hoje é a ideia de que o capitalismo desempenha papel fundamental na criação da sociedade que vivemos. Os referidos filósofos acreditavam que a história humana é a história das relações dos homens entre si e com a natureza. Para que essas duas relações sejam possíveis existe um elemento essencial de mediação: o trabalho que, dita o modo pelo qual as sociedades humanas se estruturam.

A dominação não deve ser vista como algo pronto e acabado na sociedade, pois ela é constituída em um processo social. O novo materialismo deixa de ser uma especulação (dialética de Hegel) e passa a ser revolucionário, ou seja, uma revolução dos trabalhadores para derrubar o sistema capitalista e introduzir uma ordem sem classes. Assim, Marx e Engels partem do pressuposto de que são as relações sociais

(trabalho e produção da existência) – portanto históricas – que determinam a Consciência, invertendo a perspectiva idealista de História. Neste sentido, a Consciência é produzida historicamente. O primeiro pressuposto dos autores então é a constatação de que se existe História humana, primeiramente existem humanos vivos, ou seja, partem da constituição corporal destes homens, e sua conexão com a natureza em geral. Logo, toda historiografia (entendida enquanto ciência histórica) deve partir destes fundamentos naturais, e de sua transformação pela ação dos homens (no decurso da História).

Para os autores, pode-se diferenciar o homem dos outros animais de diversas formas, entre elas a “consciência”, a “religião” ou qualquer outra, mas os próprios homens diferenciam-se dos animais assim que começam a produzir seu meio de existência. Aqui, a produção da existência, embora determine a produção da vida material, não se resume a existência física dos indivíduos, mas trate-se de uma forma determinada de manifestar sua vida, ou seja, um “modo de vida determinado”. Portanto, o que os homens são coincide com o que produzem, e o que produzem com o modo como produzem.

Desta forma, Marx inverte o sistema hegeliano, sintetizando a dialética hegeliana com o materialismo de Feuerbach. Conservando a dialética como “movimento interno de produção da realidade cujo motor é a contradição”, porém, a contradição estabelecida agora em condições históricas reais, é a Luta de Classes. A História, para Marx, é a História das relações sociais dos homens produzindo suas condições materiais de existência, e também como interpretam essas relações. Ora, se a História não é a “História do Espírito”, conseqüentemente a Alienação não é a “Alienação do Espírito”, mas a alienação real de homens reais em condições históricas concretas. Necessário se faz, portanto, explicar as causas desta alienação.

Segundo Marx e Engels (1998), a alienação é alienação do trabalho. Portanto, discordando de Feuerbach, os autores deslocam a causa da alienação da religião, mas coloca-a como efeito de uma outra alienação, a alienação do trabalho. Esta condição de alienação do trabalho se dá pelo fato de o produtor não poder reconhecer-se no produto de seu trabalho, ou seja, não sendo detentor dos meios de produção, não pode também ser detentor do valor do que produziu, sendo, portanto transformado em mera “força de trabalho”.

Na sociedade capitalista, os trabalhadores são mantidos em suas condições de “força de trabalho alienada” mediante a consciência alienada, processo pelo qual cada indivíduo permanece na atividade que lhe é imposta a partir da ideologia. A ideologia surge da separação entre trabalho “braçal” (material) e trabalho “intelectu-

al” (espiritual). Na divisão social do trabalho constitui-se, pelo conjunto das relações sociais, a ideia de Sociedade. Tem início então a ideologia, pois a ideia de Sociedade aparece como existente por si mesma, “a priori” das relações humanas e determinantes das mesmas, justificando então a separação dos “papéis sociais.”

Neste sentido, ideologia é um sistema de ideias da realidade (representações), ou seja, a abstração e inversão da realidade, permanecendo sempre no plano imediato do aparecer social. E é assim que se constitui o foco deste capítulo: o índio em Roraima como uma questão ideológica. Desse modo veremos a seguir como essas representações se configuram neste contexto.

Representação social do índio em Roraima

Roraima ostenta a sua diversidade, sendo apontado, proporcionalmente como o estado do território nacional com a maior população indígena, no entanto alguns pesquisadores afirmam ser esse mesmo estado um dos mais anti-indígena da federação. São inúmeros os discursos sobre os povos indígenas que acabam de certo culminando no processo de disseminação ideológica, sobretudo, da elite política, distorcendo questões indígenas, colocando esses povos como impedidores de um tal “desenvolvimento” que precisamos explicitar a compreensão a partir da sua concepção.

Para Chauí(1980), enquanto não ultrapassarmos as aparências e conhecermos concretamente como essas representações se constituem, isto é, termos a compreensão histórica do processo real a partir de uma base real que é a divisão de classe, não perceberemos os processos de exploração e dominação na realidade concreta. Neste sentido, vamos a seguir contextualizar historicamente o povoamento do território roraimense, evidenciando a condição a que os povos indígenas são submetidos.

Roraima era o território federal até 1989 e foi garantido historicamente ao Brasil pela presença massiva de povos indígenas que juntando-se aos Portugueses, lutaram contra seguidas tentativas de invasão estrangeira, desde o século XVII. A região foi assolada primeiramente pelas frentes holandesas da Companhia das Índias Ocidentais até meados do século XVIII e depois pelos ingleses, até final do século XIX. Um dos fatores para a desistência da Inglaterra foi a questão linguística que, entre muitas etnias, é política e territorial ao mesmo tempo, pois a segunda língua politicamente e historicamente optada e falada pelos indígenas de Roraima foi a língua portuguesa (AMORIM, 2008).

Afirma Amorim (2008) que na década de 1970 Roraima era composto, basicamente pelos povos indígenas de diversas etnias; efetivos militares; e alguns grupos de garimpeiros ilegais em terras indígenas; algumas frentes extrativistas, como a seringa e exploração de madeira. Acrescenta-se que a parte sul de Roraima era a porta de entrada dos paraenses, amazonenses, maranhenses, cearenses, pernambucanos. Ou seja, Os “pobres” e, com o tempo alguns poucos foram enriquecendo com a pecuária entre outras formas. Este era o panorama vivenciado em Roraima que teve a conservação de sua natureza territorial estratégica nas mãos dos indígenas que historicamente e politicamente se aliaram aos portugueses e depois ao Estado brasileiro (AMORIM, 2008).

Nos fins da década de 1970 os governos militares foram subsidiando colonos do centro sul (gaúchos e paranaenses em especial) no propósito de aos poucos “desindianizar” o território e “civilizar”, desenvolvendo-o. Ou seja, presente neste processo a visão racista de que colonos de origem europeia tinham a capacidade de criar uma nação.

Então o índio representa o impedimento do desenvolvimento, exclusivamente econômico do “estado de Roraima” (esse sujeito abstrato). Estando presente no senso comum uma aversão a esses povos! “Índio bom é índio morto!” – comentário de aluno do ensino médio de uma escola do sistema estadual de educação em um evento no ano de 2015 – que retrata o efeito da inversão histórica da realidade. Esse adolescente nasceu em um contexto extremamente anti-indígena e por isso a necessidade em aprofundar essas questões, no sentido de desnaturalizar essas relações.

Destaca-se que a ideia presente até hoje em Roraima é a de que arroteiros sulistas e os empresários da soja do sudeste e centro oeste representam uma das principais alternativas de desenvolvimento do estado. Um “desenvolvimento” onde a população não percebe em suas vidas concretas nenhuma transformação estruturante, no entanto, governo e empresários do ramo comemoram os números de exportações dos produtos todos os anos.

Chauí (1980) chama atenção para as relações sociais capitalistas que aparecem como são, ou seja, o social vira coisa e a coisa vira social. Nas conversas informais nas ruas, táxi e universidades em Roraima, é possível escutar nos diferentes sujeitos e classes sociais o discurso de que os povos indígenas impedem esse “desenvolvimento”.

É nesse contexto que se compõe a elite fundiária dentro da ideologia integricionista e desenvolvimentista no estado de Roraima. Cabe destacar que a década de 1970 marca o início do acirramento de problemas das etnias indígenas com os

arrozeiros latifundiários. Ocorre que para transformar Roraima em estado federativo deveria, obrigatoriamente ser reconhecido o status das terras indígenas como tal. Então, a constituição de 1988 apresenta um aparato legislativo e jurídico que reconhece de fato o direito anterior dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais que eram praticamente as mesmas desde a colonização europeia das Américas.

A função da ideologia é trazer uma situação harmoniosa onde o legal surge como legítimo a partir de um mecanismo de dominação impessoal e anônimo: as leis ou Direito Civil. Trata-se para Chauí (1980) concretamente de relações de produção determinando as forças políticas da dominação dentro do que autora chama de sociedade civil. A sociedade civil é o sistema de relações sociais que se organizam na produção econômica, nas instituições sociais e políticas e que são representadas ou interpretadas por um conjunto sistemático de idéias jurídicas, religiosas, políticas, morais, pedagógicas, científicas, artísticas, filosóficas. A sociedade civil é o processo de constituição e de reposição das condições materiais de existência, isto é, da produção (trabalho, divisão do trabalho, processo de trabalho, forma de distribuição e de consumo, circulação, acumulação e concentração da riqueza), por meio das quais são engendradas as classes sociais - exploradores e explorados, isto é, a contradição entre proprietários e não proprietários (CHAUÍ, 1980, P. 29).

As relações entre as classes é contraditório pela existência das classes proprietária e não proprietária, ou seja, a primeira existe em função da outra que apropriada é reduzida a assalariados. Ora, o proprietário existe fundamentalmente pela exploração dos não proprietários, sendo necessário olhar além da aparência social, além da ilusão que é a ideologia, olhar a realidade concreta. É dessa forma que a realidade roraimense fundamenta-se: a relação de proprietários e não proprietários, constituindo o sentido das ocupações neste território (CHAUÍ, 1980).

Relação índio e não índio em Roraima: uma relação desigual?

Cabe esclarecer que as ocupações não-indígena no estado de Roraima compõem um projeto consciente a base da violência e opressão nos territórios indígenas nos últimos 40 anos, ou seja, a mesma violência feita pelos portugueses nos séculos XVI, XVII e XVIII no Brasil indígena é efetivada pelos colonos arrozeiros e pecuaristas do centro oeste e sul, militares e uma parte de imigrantes nortistas e nordestinos, sobretudo a partir da década de 1970. Considera ainda como mais perversa e vergonhosa por constituir suas ações a partir de uma base legal. Mas, quem cria a base legal? A quem interessa os princípios legais? Um aspecto pertinente segundo Chauí (1980) é

que a ideologia funda-se, sobretudo, em impedir conflitos e para isso torna o legal em legítimo, ou seja, justo e bom para todos os “homens”, substituindo o realidade do Estado pela ideia do Estado onde a ideia de dominação passa a ser substituída pelo interesse geral expresso por ele (o Estado). Bem, as ideias dominantes em uma sociedade de classes é a da classe dominante, no entanto isso não implica afirmar a inexistência de outras ideias, pelo contrário, é importante trazer à tona essas ideias.

Os conflitos existem, mas são raras as contradições. Essas são combatidas das mais diferentes formas, desde a repressão policial a espaços criados pelo Estado de “participação” (limitada) dos excluídos e silenciados para “protagonizar” a elaboração de instrumentos legais que vão lhes “garantir direitos, reconhecendo-os como cidadãos brasileiros”. Paradoxalmente a luta das outras classes é tornarem-se uma nova classe dominante, utilizando os mesmos mecanismos: o mesmo jogo; os mesmos instrumentos; o mesmo fim, mudando apenas os sujeitos. Outro projeto social, outra perspectiva é praticamente improvável em uma sociedade de classe, onde tudo é naturalizado e universalizado.

“Todos somos iguais perante a Lei!” Que Lei? Quais são os pressupostos? Se esse mesmo Estado que reconhece os direitos a todos e todas nega as desigualdades étnicas, raciais, sociais e econômicas, por quê a pobreza tem cor? Por que existem profissões para pobres e para ricos? Por que qualidade de vida para os ricos e qualquer coisa para os pobres? Por que os pobres são presos quando roubam galinhas e os ricos continuam soltos e atuando como “homens de direitos constituídos” quando desviam milhões dos cofres públicos?

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2005 afirmavam que o Brasil era a 8ª nação mais desigual do mundo. O índice Gini, que mede a desigualdade de renda, divulgou em 2009 que a do Brasil caiu de 0,58 para 0,52 (quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade). Alguns dos pesquisadores que estudam a desigualdade social brasileira atribuem, em parte, a persistente desigualdade a fatores que remontam ao Brasil colônia, pré-1930 – a máquina midiática, produz e reproduz a ideia da desigualdade, creditando o “pecado original” como fator primordial desse flagelo social.

Apesar da promoção dos direitos dos povos indígenas, de acordo com a Declaração da ONU e com as garantias consagradas na Constituição, uma parte significativa da sociedade brasileira opõe-se às políticas públicas com base nas aspirações dos povos indígenas. Visto isso, é possível responder: sim, em Roraima a relação entre índios e não índios é desigual. Entre os mais variados motivos, um em especial, quando na prática, os conhecimentos próprios dos povos indígenas são colocados

em posição inferior aos conhecimentos ditos científicos, sendo estes indicadores dos conteúdos a serem ministrados nas escolas indígenas. Outro ponto, é a transformação dos conhecimentos indígenas em conteúdo escolar. Por que isso ocorre? Esses conhecimentos já fazem parte da educação dos povos indígenas, logo entende-se que cabe escola a responsabilidade de ensinar o que sempre foi ensinado na comunidade, por quê? Bem, neste sentido é preciso entender: qual a função da escola para os diferentes povos indígenas? Escola para quê? Essas são questões que exigem a autonomia desses povos e para isso o caminho é longo e tortuoso, mas não é impossível.

Educação escolar indígena: como é possível?

As condições de produção e os produtores das ideias, compreendendo os indivíduos e as circunstâncias mundiais são imprescindíveis na análise de determinados fenômenos. Então, a análise das relações entre indivíduos no mundo capitalista são determinadas pela compra e venda da força de trabalho e compreender determinados fenômenos como se essa realidade não existisse é permanecer na alienação, mesmo se tratando dos povos indígenas, pois a que se levar em conta que esses compõem os milhares de” cidadãos brasileiros” (CHAUI, 1980).

As lutas dos povos indígenas em Roraima tem como base o cumprimento legal das conquistas dentro desse sistema ideológico fundamentado no ideal do capital, portanto a necessidade em superar a simplificação e essencialização da discussão sobre educação escolar indígena, baseado quase sempre no senso comum de que a escola é o local que vai garantir a continuidade e o aprofundamento de toda e qualquer forma de conhecimento. Ora, os povos indígenas sempre tiveram conhecimentos que foram passados pelos mais velhos aos mais novos no forma de educação própria, então por que transformar a cultura indígena em conteúdo escolar? Não seria esse ato a negação da educação indígena?

D’Angelis (2012, p. 75) aponta para a questão colonialista embutido na criação de escolas entre as comunidades indígenas, revelando-as da seguinte forma: (1) que a escola é instrumento de promoção social; (2) que os índios precisam se igualar aos não índios para, de posse dos mesmos instrumentos serem respeitados e ouvidos, sendo a escola o promotor dessa equalização; (3) que a “educação diferenciada” é pensada como uma escola em que também dá lugar aos “etno-conhecimentos do grupo”, sendo mais adequado chamá-lo de “etno-escola”; (4) a “etno-escola” é, em última análise, uma “escola adaptada”, evidenciada em seus currículos “diferencia-

dos”, sendo, muitas vezes combinado com o folclore da “cultura”; (5) essa perspectiva de escola surge, na maioria dos casos de perspectivas ingênuas de lideranças indígenas ou de perspectivas “redentoras” de escolas assumidas por agentes externos.

O autor desconstrói de certo o discurso quase unificado da importância da escola para os povos indígenas. De que forma D’Angelis faz isso? Primeiro falando da importância em fugir das receitas e focar na existência das condições mínimas! Quais são? A criação de um projeto anticolonialista no que diz respeito às sociedades indígenas e, ao mesmo tempo, embasar teoricamente em uma perspectiva pedagógica compatível. Estamos aqui diante do que Chauí (1980) destaca como centralidade da ideologia burguesa que é a explicação da história através do progresso, havendo aí uma inversão nas explicações, ou seja, os fins explicam o começo.

A crença ideológica de que a escola é instrumento de promoção social é, de acordo com D’Angelis (2012, p. 76) “uma perspectiva tipicamente burguesa, gestada na classe média e classe alta de uma sociedade hierarquizada como a nossa”. Ao apontar a escola como equalizadora de oportunidades ela esconde a base real da história, isto é, “a existência das classes sociais, a concentração de poder e riqueza e a desigual distribuição de renda como causa dos males sociais e da marginalização de amplos segmentos da sociedade” (p. 76). A apresentação da vida real aparece como algo separado, ou seja, a vida real é representada a partir da ideologia dominante.

Ocorre que o princípio que fundamenta a luta dos movimentos indígenas é o direito à diferença, não admitindo discriminações no atendimento aos direitos básicos constituídos em lei, todavia, as práticas ainda estão fundamentadas no ato de igualar os índios aos não índios, mascarando um discurso etnocêntrico fundado na ideia de que os índios sendo iguais aos não índios poderão se tornarem autônomos e efetivamente sujeitos de suas histórias. Então, a participação social dos povos indígenas só ocorrerá quando esses tornarem-se iguais aos não índios (D’ANGELIS, 2012). A história da educação indígena no Brasil é marcada por perspectivas distintas ainda que a essência permaneça: a negação das culturas indígenas. Pois bem, a ideia que num processo de progresso social se chega a “educação escolar indígena diferenciada, específica e intercultural” é uma ideia perigosa quando se trata sobretudo de rompimento com o modelo hegemônico de educação escolar (pelo menos é o que parece). “Todo programa educacional e todo projeto escolar é motivado, inspira-se ou sustenta um projeto político. Desconhecer isso é ingenuidade. Negá-lo, é ingenuidade ou má-fé” (D’Angelis, 2012, p. 78). Qual o projeto político que pressupõe o programa de educação escolar indígena?

D'Angelis (2012) a partir dos fundamentos freireana afirma ter essa pedagogia um compromisso com a transformação da realidade (transformação social) a partir da luta anti-colonialista e contra a alienação política e que essa é a alternativa adequada na construção da educação escolar indígena e nesse sentido, a construção da autonomia decorre da proposta política-pedagógica desse sujeitos, criando assim a possibilidade de construção dessa outra educação escolar. “O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 2000, p. 66).

O que se destaca é a importância da perspectiva dialógica e comprometimento consciente com a luta dos povos indígenas por autonomia. Em que implica essa afirmação? Se homens e mulheres (sejam eles índios e não índios) que compõe o sistema estadual de educação não são parceiros nesse projeto societário; se não entendem a importância de um programa próprio de educação escolar; se não acreditam na capacidade desses povos, confiando que podem sim construir, que podem sim fazer, não será possível uma educação escolar indígena efetivamente.

Então, as representações dos povos indígenas em Roraima é uma questão ideológica? Sim, porque não traduz a diversidade e sim a universalização. Ecoa na saúde, na educação, na assistência social e no cotidiano dos homens e mulheres de forma imediata. Sem querer ser pessimista é importante vale destacar que a educação escolar indígena não implica somente ter escola na aldeia; ter professores indígenas; ter a merenda e o material didático; vai além! Implica sobretudo, pensar que essa escola é sim um aparelho do Estado; que os professores são funcionários do Estado (assalariados), então vale refletir: essa escola é indígena quando é mantida e idealizada pelo Estado?

Se faz necessário ir além do senso comum, inserindo nesse processo intelectual indígenas e não indígenas comprometidos com os sentidos próprios de educação escolar de cada povo. Como diz Chauí (1980): o risco tá na interiorização pelos vencidos, nessa sociedade de classe de que não são sujeitos da sua história que é como a ideologia dominante mantém o poder hegemônico.

Ser ou não índio: eis a questão!

Os europeus, aos fazerem referência ao novos povos denominaram de índios ou indígenas. Então a categoria “indígena” é uma designação primeira do colonizador (final do séc. XX e início do séc. XXI), ou seja, referência a uma classificação identitária. Posteriormente, “ser índio” é uma designação a um ser portador de *status* jurí-

dico, o qual lhe dar a garantia de direitos. Logo “ser indígena”, nesse sentido, é fazer parte de uma coletividade e sob a categoria “indígena” encontra-se diferentes grupos étnicos - diferentes entre si e com sociedades nacionais – (OLIVEIRA, 1998).

A partir daí os povos indígenas passam a ser compreendidos como sujeitos históricos, fator que determina de certa mudança epistemológica nas ciências sociais, principalmente provocando receptividade também na política acadêmica no trato de questões indígenas, refletindo no processo de luta desses povos enquanto cidadãos com direitos constituídos.

De acordo com Pacheco de Oliveira (1998) por suas categorias e circuitos de interação essa coletividade da qual faz parte os “indígenas” distingue-se da sociedade nacional, passando a exercerem suas reivindicações como tal. Esta conceitualização para o autor, está baseada em critérios antropológicos de auto identificação dos grupos étnicos, imprimindo nesse ato a noção de respeito a alteridade e ao poder de autonomização das coletividades.

É nessa perspectiva que insere-se o conjunto de disposições internacionais, como a Convenção 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) onde estabelece que “a consciência de sua identidade indígena “[...] deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos os quais se aplicam as disposições da presente convenção (art.1, item 2).”

Sob a categoria ‘indígena’, como dissemos, encontram-se diferentes grupos étnicos, diferentes tanto entre si, como de sociedades nacionais, os quais reivindicam parte de seus direitos baseados no princípio dos ‘Direitos Originários’, desta forma o que inicialmente foi uma classificação identitária pelo colonizador, passou a ser uma categoria de luta e uma identidade que, de atribuída tornou-se politicamente operante, justamente por somar sob uma única classificação grupos étnicos diferenciados, que tiveram nesta soma, sua força aumentada (CALEFFI, 2003, P. 21). Implica afirmar que isso não quer dizer a perda de suas identidades específicas, como muitos afirmam, mas trata-se de uma estratégia de luta, ou seja, deve-se a ela os avanços e conquistas, sobretudo no que se refere a respeito aos povos indígenas enquanto sociedades com culturas diferenciadas da sociedade ocidental.

Anterior as décadas de 1960 e 70 prevalecia duas posições com relação aos povos indígenas: uma que além de desconhecer esses povos como sujeitos de direitos, bem como suas formas específicas de vida, os considerava entrave para o progresso dos Estados Nacionais. Nesse caso não era dado nenhuma importância aos extermínios executados pelas frentes de expansão; a outra posição é uma continuidade iniciada pelo frei Bartolomeu de Las Casas ao defender os índios de abusos e mal

tratos. Neste caso, foi criticado ao reforçar atitude paternalista e ainda, naturalizar o desaparecimento desses povos pela integração à sociedade colonizadora. Ou seja, essa postura continha também como paradigma o extermínio (CALEFFI, 2003).

Foi o antropólogo francês Robert Jaulin em 1968, no Congresso Internacional de Americanistas em Stuttgart quem apresentou uma resolução resultado da reunião de críticas feitas aos Estados Latino-americanos no que diz respeito ao descaso e as injustiças com relação aos povos indígenas. Com esta ação veio à tona o termo genocídio (levando-o a popularização), compreendido como a degradação ou desaparecimento da cultura indígena (CALEFFI, 2003).

Assim o indigenismo oficial passa a receber fortes críticas, sobretudo de intelectuais. Da obra intitulada “De eso que llaman Antropologia Mexicana” publicado em 1970 por intelectuais mexicanos que acusam veementemente essa política indigenista de paternalista e ainda, de cometer etnocídio quando assume como inevitável a extinção de povos indígenas via integração (ARTURO WARMANN, 1970, p.03).

A primeira reunião de Barbados em 1971, para discutir as questões indígenas ainda sem participação desses, mas religiosos, indigenistas e antropólogos, marca a quebra de paradigma, quando se tem uma ruptura com as antigas posições, apontando ali a responsabilidade dos missionários, antropólogos e religiosos pelas ações designadas como etnocídio focando a importância das populações indígenas assumirem e defenderem seus interesses, como sujeitos históricos, detentores de culturas diferenciadas dentro dos Estados Nacionais latino-americano (RAMOS, 1990).

Esse momento marca também mudanças dos modelos epistemológicos das ciências sociais viabilizando a aceitação política-acadêmica de novos princípios formadores do conhecimento. Destaca-se que essa mudança de paradigma reflete um processo de luta dos povos indígenas pelo direito de serem vistos como protagonistas nas suas conquistas.

Ocorre que a perspectiva do índio como sujeito histórico e sujeito de suas lutas e conquistas, ainda no século XX não conseguiu atingir a todos e todas, no entanto, há um processo de amadurecimento. Nesse sentido, a segunda reunião em Barbados (julho de 1977) teve em sua declaração a assinatura por 18 indígenas e 17 antropólogos, enfatizando estratégias e instrumentos necessários para esse novo rumo dado, ou seja, uma ideologia mais consistente tendo a diversidade como elemento aglutinador, bem como o interesse no que diz respeito ao direito pela autodeterminação dos povos indígenas (CALEFFI, 2003).

Ao termo autodeterminação Caleffi (2003) confronta, de certo a ideia de mediação, consequência da compreensão desenvolvida primeiro pela sociedade colo-

nizadora sobre a “relativa capacidade” do indígena, herança das discussões sobre a humanização ou não, do indígena (Frei de Las Casas, Francisco de Victória e Sepúlveda). Logo, as palavras autogoverno e autodeterminação referem-se à uma posição que pretende acabar com a mediação entre os povos indígenas como capazes de traçarem estratégias de defesa de seus direitos frente a sociedade e o Estado, e negociarem a melhor forma para viverem de acordo com suas pautas culturais, reivindicando assim a capacidade integral enquanto sujeito histórico (CALEFFI, 2003, P. 25).

Esse processo conflitivo entre ideias com relação a capacidade dos povos indígenas decorre da resistência da sociedade ocidental naquele momento quando não compreende outras formas de organizações sociais, senão a partir de seus próprios parâmetros, ou seja, não reconhecimento da alteridade, prevalecendo, portanto, o etnocentrismo.

Logo, em contraposição a essa resistência que a década de 1970 é emblemática na América Latina, quando se trata de diversos eventos e formação de organizações indígenas, na sequência, defendendo esse novo posicionamento desses povos, como o Congresso Regional de Pueblos Indígenas da América Central- CORPI – criado dentro do I Congresso de Movimentos de índios da América do Sul no Perú, onde foi criado El Consejo Índio de América del Sur – CISA; o Parlamento Indígena Latino-americano do Panamá cria La Primera estrutura continental que buscará coordinar los esfuerzos de vários movimientos nacionales em busca de avances substantivos en el campo formal de la legislación - (RAMOS, 1990). No período colonial na América Latina surge a necessidade do intermediário, ou seja, aquele que atua entre grupos indígenas e diferentes agentes sociais, objetivando proteção (relacionado a visão de “índio” como incapaz) e representação dos grupos nativos. Essa mediação sempre foi feita por não indígenas e permaneceu em alguns Estados nacionais (após a independência). Posteriormente, no Brasil republicano por setores estatais.

2 “Relativa capacidade” do indígena tributárias das histórias de discussões entre Frei De Las Casas, Francisco de Victória e Sepúlveda sobre a humanização ou não, do indígena em Salamanca, no início da colonização da América.

O desafio, sobretudo nesse período, é a não aceitação por parte dos integrantes de grupos ocidentais, da capacidade organizacional de outros povos com culturas diferentes sob princípios que não sejam os seus, ou seja, etnocentrismo que implica em medir todas as coisas a partir da sociedade a qual pertence.

O não reconhecimento da alteridade foi que deu ao índio essa imagem de incapaz. E, em contrapartida a essa perspectiva uma outra posição surge já como rei-

vindicação de movimentos indígenas: autogoverno e autodeterminação dos grupos indígenas, sendo esses capazes de criarem estratégias pelos seus direitos frente a sociedade e o Estado, apresentando pautas específicas, a partir da capacidade integral como sujeitos históricos (RAMOS, 1990).

A década de 1970 então, marca esse novo posicionamento ocasionando em eventos emblemáticos que contribuem para mudanças substantivas nas legislações dos Estados da América Latina. Registra-se a multiplicação de eventos resultando em documentos importantes que passam a consolidar a luta dos povos indígenas.

A ideia da “relativa capacidade” passa a ser entendida como importante elemento quando se discute questões indígenas, especificamente o descompasso entre a legislação e sua execução, isto é, as ações do Estado frente aos povos indígenas. Ora, mesmo com novos posicionamentos o princípio integracionista alcança o século XXI.

A constituição brasileira de 1988 se apresenta com uma nova perspectiva dos povos indígenas, porém a questão encontra-se na persistência de diferenças culturais dentro de um Estado-Nação que tem como representação de si, e para si, ser constituído por um único indivíduo coletivo, um brasileiro homogêneo (RAMOS, 1997).

Ora, a ideia de que com o tempo os povos indígenas desapareceriam pelo processo de integração é descartada quando grupos étnicos seguiram enquanto diferença e alteridade dentro do Estado, tendo importante crescimento demográfico. Contudo, o que ressalta é a organização política interétnica (reunião de mais de uma etnia) na América Latina contribuindo, de certo, para mudança de importantes setores que entendiam as culturas indígenas como estáticas, incapazes de se posicionarem diante das estratégias e forças estabelecidas no contato, pelo Estado Nacional.

Nesse sentido a SPI como se constituía não foi capaz de resistir as mudanças e a nova relação entre os povos indígenas e o Estado Nacional, chegando ao fim. Assim, em 1967 é criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), todavia permanece como agência tributária da “relativa capacidade” do indígena expressa no Código Civil, dando ao Estado o monopólio sobre a mediação entre os povos indígenas e contextos não indígenas, permanecendo a constituição de poder sobre as populações indígenas (RAMOS, 1997).

A partir dos anos 1920 com as Conferências Interamericanas é que se inicia de fato as discursões sobre a realidade dos povos indígenas, dando início a um processo de articulação dos movimentos com foco no traçado de diretrizes a serem apresentados aos governos latino-americanos e, conseqüentemente incorporadas às políticas indigenistas. Historicamente falando, esse processo fortalece de certo o movimento

que resulta no I Congresso Indigenista Interamericano que ocorreu em Patzcuaro, no México, em abril de 1940 (OLIVEIRA, 1998).

No Brasil, o primeiro movimento de formação de uma organização pan-indígena surge com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), reunindo assembleias com vários representantes de diferentes povos indígenas de diversas partes do Brasil (RAMOS, 1997).

A primeira de uma longa série de assembleias ocorreu no estado de Mato Grosso em 1974, com a participação de 17 índios. Na sequência, a segunda assembleia já contou com a participação de 60 índios, sendo convocada pelos Mundurucu do Pará. A partir daí a tendência foi aumentar o número de participação dos povos indígenas (RAMOS, 1997).

Nas assembleias os líderes indígenas socializavam seus problemas, confrontava-os e comparava-os com as diferentes realidades, traçando objetivos comuns, na luta coletiva. Todavia o poder público resistiu, chegando a suspender assembleias (FUNAI) temendo perder o monopólio do controle sobre os grupos envolvidos.

Em abril de 1980 um grupo independente de jovens índios de diferente etnias que estudavam em Brasília propõem a criação de uma entidade nacional que chamaram de União das Nações Indígenas (UNIND), buscando congregar esforços dos povos indígenas na luta por políticas indigenistas em favor do próprio índio. Um pouco mais de 30 dias depois, em Mato Grosso do Sul, no término de uma assembleia se constitui a União das Nações Indígena (UNI) cujo objetivo era “promover autonomia e a autodeterminação, recuperar e garantir a inviolabilidade de suas terras e assessorar os índios no reconhecimento de seus direitos, elaborando e executando projetos culturais e de desenvolvimento comunitário” (CEDI, 1981, p. 38).

Trinta dias após a criação da UNI ocorre uma reunião representada por 15 nações indígenas terminando com a criação da Federação Indígena Brasileira, sendo os participantes declaradamente aliados da UNI, passando a ser produto da fusão da UNIND e da Federação. Ocorre que a invenção e reinvenção da UNI por distintos promotores, de certo, contribui com a maturidade da ideia e urgência em se criar uma organização pan-indígena naquele momento histórico do seu contato com os brancos (RAMOS, 1997).

A UNI ao estabelecer uma agenda de reivindicações política, cultural e comunitária estabelece parceria com organizações não governamentais como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) fortalecendo a participação dos povos indígenas durante a Assembleia Constituinte de 1987/8, promovendo significativos avanços para os povos indígenas no texto final da constituição, como por exemplo o artigo

23: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União, demarcá-las, protege-las e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, p. 152-153).

O Artigo 232 da Constituição Federal contribui numa auto determinação de fato, quando em seu texto assegura o seguinte: “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo” (Idem, ART. 232, p. 153).

Logo, se apresenta como garantia legal a manutenção das culturas indígenas. De fato se avança na compreensão das sociedades indígenas, ficando clara a diferença entre as perspectivas: integração e emancipação. A primeira compreende que a cultura das sociedades indígenas dilui-se na sociedade envolvente, enquanto a segunda perspectiva remete a autodeterminação desses povos (RAMOS, 1997). Ser indígena então trata-se de agentes sociais e históricos que, em sua quase totalidade transitam entre polos diferentes e, sobretudo se diz hoje daquele que faz parte de uma coletividade com *status* jurídico e garantia de direitos constituídos em marcos legais da legislação nacional. Esse será o sentido utilizado ao tratar da educação escolar indígena enquanto política pública que representa uma série de conquistas dos movimentos sociais, incluindo, neste caso, os movimentos indígenas, de modo que ao falar de educação escolar indígena é necessário destacar que ela representa diferentes processos de lutas marcadas pelo genocídio e etnocídio.

Educação escolar: é possível ser indígena?

Os números crescentes de movimentos de afirmação étnica tem importante função na constituição dos marcos legais no que diz respeito a políticas públicas tendo como foco a educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural. Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre uma questão: como os povos indígenas tem se apropriado da escola? E ainda, as novas demandas a partir de projetos protagonizados por eles (povos indígenas).

No Brasil, assim como em outros países das Américas, as minorias étnicas viveram importantes processos de lutas que levaram os Estados Nacionais ao reconhecimento de direitos relacionados à “preservação de suas culturas” e dos seus conhecimentos.

As novas exigências e demandas colocadas pelos povos indígenas com relação a educação escolar requer pensar (e aprofundar) questões relativas à diversidade, à diferença, à cultura e à identidade em se tratando dos alcances e limites na construção do olhar pedagógico afirmado na perspectiva intercultural.

Nesse novo cenário, compreendendo processos macros como a globalização, a educação escolar passa ser também um instrumento de compreensão extra comunidade, sob domínios de conhecimentos e tecnologias específicas, ou seja, conforme a necessidade de uma comunidade (ou aldeia) específica, favorecendo-a com esses novos saberes ou não.

Os estudos passam então a evidenciar a escola exigida pelos povos indígenas como instrumento de afirmação de uma identidade étnica, ou seja, a educação escolar como interação com a multiplicidade de formas e conteúdo do aprendizado vivenciados e refletidos na diversidade e interação com a sociedade envolvente.

Ademais, cabe aqui, pensarmos a partir das demandas oriundas dos povos indígenas por uma educação diferenciada, específica, intercultural e refletirmos, ao mesmo tempo, questões relacionadas à diversidade, à diferença, à cultura e à identidade quando se trata de limites e possibilidade no processo de construção pedagógica numa perspectiva intercultural.

Como nesses diálogos e disputas sabidamente desiguais, e através de que canais de poder e de que recursos simbólicos, se produzem e se legitimam, para todo o campo da educação escolar indígena – e mesmo para mais além dele-, as definições do que sejam especificidade e diversidade culturais indígenas e do que podem estas, enfim, estar a significar para cada um dos pólos e no contexto da relação entre esses (SAMPAIO, 2006, p. 166).

Embora diante de discursos que proclamam a diversidade cultural e o respeito às diferenças estamos distante de práticas transformadoras, fato visível nos discursos de lideranças indígenas imbuídos ainda de uma perspectiva essencializadora onde supostas característica comuns partilhados pelos membros de diferentes grupos indígenas, ou seja, uma suposta verdade comum, uma qualidade essencial e imutável ao longo do tempo fundamentam ainda uma proposta hegemônica do projeto de modernidade.

Cabe então, nesse sentido, pensar primeiro a relação das práticas da escola tradicional com os projetos de educação escolar indígena, no sentido de evidenciar as diferentes produções de saberes, bem como o lugar/tempo que os saberes tradicionais ocupam na perspectiva de cada povo. Talvez deste modo se rompa com o tradicional reducionismo cultural que vem sendo praticado ao longo da educação escolar indígena.

A escola é um local com um jeito de ser próprio, então existem modalidades e experiências da tradição de cada povo (ou aldeia) que não dizem respeito a escola, ou seja, a escola é um espaço próprio. Nesse sentido, entendemos que o “espaço escolar” “fala” aos sujeitos através de seus rituais, de sua arquitetura; produz tempos e espaços, estabelece divisões de gênero, classe, etnia, religião e idade.

O encontro com outras tradições culturais historicamente negadas e silenciadas requer (re) pensar as nossas próprias tradições culturais, bem como as outras formas de pensar a nós mesmos e nossas tradições culturais (BETANCOURT, 2009).

D’Angelis (1999) ao tratar do processo de escolarização da cultura indígena como condição de não ocorrer a construção da alteridade dos grupos indígenas que reivindicam uma educação escolar indígena diferenciada, afirma ser esse um aspecto ditador da escola quando os conhecimentos tradicionais só serão verdadeiros se forem ensinados ou valorizados pela escola.

Se a alteridade só se vive em comunidade, já que os indivíduos estão mais orientados ao próprio proveito, a ação pedagógica terá que estar muito atenta para ver se a sociedade e a comunidade indígena não estão trocando de sentido mediante a prática escolar. (MELIÁ, 1997, p. 26)

As ações pedagógicas surgem a partir do ato próprio da escola aprender e descobrir a racionalidade operante em nível de povo como em nível de aldeia. O desafio posto aqui é, sobretudo, entender historicamente o sentido da educação escolar e como vão sendo instituídos e legitimados seus saberes, compreendendo ritmos, ritos, linguagem, imaginário; modos próprios de regulação e transgressão; regime próprio de produção e de gestão de símbolos (FORQUIN, 1993). Para o autor a escola cria uma cultura própria (seu saber específico), a “cultura escolar” (p. 167).

Logo é importante entender que o território da educação escolar indígena é atravessado por forças ideológicas e pragmáticas, exigindo assim ultrapassar esses limites ideológico político e, seguir compreendendo a cultura de cada povo e a forma como estes, respectivamente vão se apropriando da escola. “É preciso reconhecer que, sendo a escola uma instituição não-indígena, surgida em contexto de sociedades radicalmente distintas das sociedades indígenas, criar hoje a “escola indígena”, é ainda um desafio” (D’ANGELIS, 1999, p. 22).

Todavia, destaca-se que as estratégias próprias dos povos indígenas garantiram sua alteridade, tendo em vista sua educação (estratégia pedagógica específica) dando segmento a seu modo de ser e a cultura que venha produzir a nova geração (MELIÁ, 1997).

É pertinente ressaltar a importância em pensar a educação escolar no sentido de fronteira apontado por Barth (1998), quando se compreende a escola no contexto

das comunidades indígenas, entendendo suas práticas/fazer tão válidos quando as práticas que partem do saber escolar, ou seja, não são os saberes de educação indígena inferior ao saber escolar (e vice versa), mas saberes diferentes, portanto com limites próprios que devem ser levados em consideração quando se discute e/ou reflete acerca da problemática educação escolar e educação indígena.

Perspectivas interculturais na educação escolar indígena

Estamos diante de um fato que muda significativamente a história da educação escolar indígena quando se reconhece os modos próprios de educar como base fundamental que deve orientar o trabalho nas escolas indígenas. Assim, a escola é compreendida como outra possibilidade de educação e não como única, quando se entende que existem outras maneiras de fazer educação, integrando-se a específicos sistemas de educação.

Não é novidade afirmar a existência, quando se trata dos povos indígenas, de formas próprias de educação, bem como o reconhecimento de estratégias específicas no contato com o “outro”, norteando os processos, tanto de resistência como de mudanças culturais. Compartilho com Collet (2003) a ideia de que o diálogo, a interação e a interlocução entre culturas; a reciprocidade e ao confronto entre identidade e diferença é o que define interculturalidade.

Os movimentos negro no continente Sul-Americano tem forte contribuição na educação escolar indígena, bem como as experiências de educação popular. Trata-se de um momento em que surge nos diferentes cenários públicos também diferentes grupos socioculturais denunciando injustiças, desigualdades e discriminações. Uma luta por igualdade de acesso a bens e serviços e, sobretudo, o reconhecimento ético, político e cultural (CANDAU e RUSSO, 2010).

De acordo com Candau e Russo (2010) o discurso intercultural nas políticas públicas intenciona inibir conflitos, não provocando mudanças estruturais. Assim, a educação intercultural é orientada para determinados grupos, em geral indígenas e não incorporada de modo consistente nos processos educacionais oferecidos a toda a população. As autoras denominam “interculturalidade oficial” aquela destinada exclusivamente a grupos subalternos pois provoca uma nova relação social onde diferentes grupos coexistam, mas não dialogam.

Os movimentos sociais tem papel importante e indiscutível no que diz respeito a visibilidade da realidade histórica marcada pela negação do *outro* (física ou simbólica na sociedade latino-americana). E é nesse sentido que o termo interculturalidade

passa a ser bandeira de luta por justiça cultural compreendendo as dimensões ética e política.

Vale destacar aqui que a construção dos estados nacionais no continente latino americano trouxe consigo, estrategicamente o processo de homogeneização cultural onde a educação escolar é uma ferramenta fundamental na divulgação e consolidação de uma base comum ocidental e eurocêntrica, silenciando e/ou invisibilizando vozes, saberes, cores e crenças (CANDAU e RUSSO, 2010).

Até aqui a pretensão é adentrar as questões em que se apresentam a educação intercultural, entendendo que não se trata de um único sentido, e que os sentidos dados representam, de certo significações de mundo e, portanto, construções históricas que podem sim serem repensadas, reeducadas, reconstruídas, ressignificadas e redirecionadas. A escola não apenas produz e socializa saberes, ela produz experiências cotidianas que vão integrando a pessoa a uma lógica de sociedade e, ao mesmo tempo, vão produzindo o lugar social que esta pessoa irá ocupar. E como a escola que temos está inserida num modelo capitalista de produção, ela, da coesão e torna significativo esse modelo, colaborando para desenvolver nos estudantes certas disposições, certos valores, certos anseios que são próprios deste tipo de sociedade. É desafiador colocar sob controle uma instituição que reproduz relações capitalistas – individualização, competição, hierarquização, seleção dos melhores, relações verticais entre professores e estudantes – e torná-la adequada às culturas que vivem e pretendem continuar vivendo de acordo com outras racionalidades... (SCHNORR, 2015, p. 188).

Os desafios enfrentados são inúmeros quando se trata de educação escolar indígena, sobretudo, pela busca de uma definição própria de escola, esse equipamento novo (historicamente falando) de educação que se insere nas comunidades, em um momento como imposição e outro como uma escolha, aspecto que requer atenção no tocante a autonomia desses povos no diálogo com a sociedade envolvente.

Portanto, ao ser tratado como “perspectivas interculturais” a educação escolar indígena é compreendida a partir de atividades de grupos sociais e suas relações (tensas, conflitivas, negociações e etc) entre culturas minoritárias e periféricas e o sistema dominante. Raúl Fornet-Betancourt nos direciona a retomada as filosofias latino-americanas e da libertação num exercício de revisão crítica no que diz respeito a interculturalidade, ou seja, um filosofar intercultural, ampliando o modo de conceber a filosofia, fomentando novas possibilidades educativas. O autor chama de sujeitos do filosofar aqueles com quem intercambiamos visões de mundo, experiências e culturas, construindo assim, relações interculturais, descoloniais e libertadoras.

A proposta que o autor nos interpela a construir é de multiplicidades, isto é, uma abordagem do conhecimento em seu enraizamento social e cultural, precisando abrir-se as diversidades que constituem a humanidade como um todo. Trata-se de uma forma de se contrapor as pretensões monoculturalistas de uma verdade universal.

A busca pelo humano como forma entendendo-nos como coletividades, diversidades, culturas, sempre no plural. É um convite para o diálogo ético na alteridade, tendo como desafio a comunicação, à utopia e a reeducação. Utopia nesse sentido trata-se de práxis educativas e filosóficas os quais, de certo, dialogam com o tema da interculturalidade. A realidade em que vivemos faz da utopia uma necessidade e um direito de todos e todas em sonhar, ou seja, materializar o humano (SCHNORR, 2015). Neste sentido a Filosofia deixa de ser uma prática intelectualista para se tornar uma práxis construtora de subjetividades que podem ser ética e politicamente exercidas na afirmação da dignidade humana e é somente assim que o ato de filosofar enquanto prática dialógica é repleta de utopia. Esta como o irrealizável move a possíveis direções a partir de desejos e projetos de humanização muitas vezes reprimidos por forças políticas ideológicas.

É no campo da política que a utopia se populariza considerado ser esse um espaço de denúncia do não realizado como afirmação do direito a humanização. Para Betancourt (2009) a interculturalidade deve agir como imaginação utópica, tendo esta diferentes sentidos, podendo ser críticas ou alienantes conforme cada pessoa ou grupo social, ou seja, o que cada um gostaria de ser.

Ocorre que nas sociedades capitalistas se produz mercadorias e subjetividades, ou seja, produz o consumidor e a necessidade do consumo, cria padrões estéticos culturais, gera compreensões ideológicas do mundo ocasionando em práticas contraditórias e assim ao pensar a filosofia intercultural se entende a interculturalidade como prática de resistência e de descentramentos frente aos modos de pensar monoculturais. Na prática política a interculturalidade atua frente a história da intolerância e de fundamentalismos, sendo também contrária ao projeto da modernidade que dissemina culturas numa lógica de progresso sem limites (SCHNORR, 2015).

A educação escolar no período colonial chega na América Latina como a função de aniquilar, a partir da sobreposição da escola burguesa a cultural popular (LANGÓN, 2000). Para Betancourt (2009) a afirmação das singularidades culturais é condição para a libertação humana e isso implica no reconhecimento da dimensão polifônica da racionalidade e, portanto, na filosofia pluricultural, intercultural e não mais monocultural. É nesse sentido que a prática do compartilhamento de culturas é sim

a perspectiva da filosofia intercultural. Assim, a identidade e filosofia são compreendidas dentro do viés histórico e contínuo onde a universalização esteja desvinculada da unidade, resultante do processo histórico de dominação de determinadas culturas.

A partir da recuperação da contribuição de alguns expoentes do pensamento filosófico latino-americano da libertação o “redescobrimto” da América Latina passa ser o lugar de mundos, de vidas e de pensamentos plurais que podem fundar uma filosofia intercultural, tarefa para a qual estas filosofias são chamadas a contribuir, ressaltando que ainda não se voltaram totalmente (BETANCOURT, 2009). A filosofia da libertação expressa então a transformação da filosofia latino-americana, no entanto ela não superou ainda a prática filosófica da inculturação, sendo expressada como monoculturalidade. Para Rebello (2000) a inculturação é um modo sutil de colonização sob um discurso de que homens e mulheres sintam a igreja como sua. Trata-se de uma prática construída de modo deliberado visando adequar o *outro* a um único modo de pensar e sentir próprio.

Inculturação é a internalização da normatividade do *logos* que está consolidado na filosofia ocidental, adaptando este *logos* a seu contexto histórico e cultural, devendo, sobretudo por múltiplos fatores como, por exemplo, a forma institucionalizada de fazer filosofia pautada apenas na leitura. Sendo a inculturação uma colonização do *outro*. Então, a interculturalidade, nesta perspectiva é uma forma real de combate a filosofia reduzida a uma adaptação, ainda que criativa, ao *logos* europeu (BETANCOURT, 2009).

A transformação intercultural da filosofia é uma reaprendizagem do modo de pensar, na medida em que vai superando a dicotomia sujeito e objeto da razão moderna ocidental e um novo pensar vai surgindo, liberando a filosofia dos limites da história oficial, colonial, abrindo-se para outras fontes, referências e tradições e nisso consiste a universalidade. Trata-se de uma proposta contra a redução da filosofia a único modo o que não implica na eliminação de concepções clássicas, mas apresenta outras formas e ver e sentir.

A interdisciplinaridade então, é um pressuposto epistemológico e metodológico fundamental quando se trata da transformação intercultural filosófica, por não fechar em si mesma, sendo esse um diálogo com outras fontes de conhecimentos no sentido de explicar-se, isto é, interdisciplinaridade é um pressuposto epistemológico que dialogando com os demais áreas de conhecimentos, constituem as especificidades epistemológicas. O trabalho interdisciplinar é um trabalho de fronteiras onde se troca saberes, experiências, oportunidade de acesso e qualificação mútua (BETANCOURT, 2009). A interculturalidade aparece aqui não somente como uma definição

a ser dita, mas, sobretudo uma possibilidade de contribuir para outras mentalidades descolonizadas e interculturalizadas, trazendo uma nova escuta ao *outro* bem como uma autocrítica, gerada na intercomunicação.

Contudo, é importante chamar atenção para o que Diaz e Alonso (1998) ressaltam quando tratam de educação intercultural na Argentina para as populações étnicas de risco: a ideia de diversidade também pode ser utilizada para excluir, ou seja, essa é uma política de “apropriação neoliberal da diversidade sociocultural” (DIAZ E ALONSO, 1998: 02). Nessa perspectiva as autoras afirmam que na verdade essa educação propagada pelos programas de governo como tolerante as diferenças, acabam encobrendo os profundos conflitos e as estruturas de poder. O que impera na observação das autoras é o fato de atentarmos para as intencionalidades dos “referenciais” e “parâmetros” que versam sobre a educação escolar indígena, abordando diferença cultural e social como algo natural e não como uma construção histórica.

Ao analisar a posição das autoras Collet (2003) resalta que esses programas focam na diferença sem debater o mais importante: a desigualdade, contribuindo assim para uma reprodução de uma estrutura social discriminatória. Fato considerado por Diaz e Alonso (1998: 10) como “paradigma educativo da nova modernidade”.

Na busca por uma definição de educação própria os povos indígenas, por meio de seus movimentos e organizações, passam a consolidar suas pautas, exigindo uma educação intercultural, marcando assim sua posição no cenário nacional, estando presentes em espaços importantes.

Como resultado desse longo processo de relação entre índios e não índios, o desejo em protagonizar as conquistas e o próprio futuro, encontra na educação escolar um obstáculo, provocando uma disposição coletiva em construir outra perspectiva de educação escolar, surgindo movimentos de professores indígenas que refletem e discutem a “escola que queremos ter”.

O princípio de luta comum dos povos indígenas é o direito à diferença, não admitindo discriminações no atendimento aos direitos básicos de todo cidadão. Mas, ao mesmo tempo que se reconhece legalmente as diferenças, se evidencia uma tendência em “igualar” os povos indígenas aos não indígenas.

A qualificação de forças promovidas a partir dos anseios das comunidades indígenas se consolida na constituição dos movimentos indígenas a partir da valorização de ações interculturais em face de uma sociedade desigual, com projetos uniformizadores. É neste sentido que a escola indígena representa um equipamento de enfrentamento das relações assimétricas estabelecidas com a sociedade envolvente e seu aparato anti-indígena que ainda resiste e persiste. Ressalta-se que essa perspectiva de

educação escolar nasce nos movimentos sociais na América Latina e posteriormente nos movimentos indígenas no Brasil, ou seja, essa escola como espaço de rearticulação da resistência. Assim, a escola indígena deve estar imbricada ao movimento indígena ampliando seu papel e direcionando ações concretas nas lutas e reivindicações das comunidades.

Considerações finais

Primeiro foi visto a representação social dominante do índio em Roraima a partir da perspectiva do materialismo histórico, compreendendo que se vive em uma sociedade de classe e é a partir desse fato concreto que se analisa as categorias a que se propôs investigar. Assim, ao falar em Representação Social implica dizer sobre Ideologia concebendo-as, em linhas gerais, como formas de discursos estruturados, tendo como função cognitiva estruturante a construção social da realidade.

Então, ao institucionalizar laços e relações lógicas entre representações sociais, ideologia, organizações e estruturas, de certo se regula o discurso, as representações e as condutas. Tanto a ideologia como a representação social se fundamentam por funções psicossociais em diferentes níveis da realidade de modo articulado.

Marx e Engel (1988) vão dizer que as formas de representação coletivas deviam ser estudadas com base no cotidiano, ou seja, nas relações sociais concretas. O trabalho é o centro da análise social sendo o surgimento do Estado determinante no conflito de interesse coletivo e individual, resultado da divisão de trabalho.

É relevante entender o surgimento do Estado para compreender as relações de classe e conseqüentemente o trabalho. Os autores analisam o trabalho, a produção material, a mais-valia como fundamentos no entendimento das diferenças de classes e conseqüentemente a desigualdade.

Para Marx e Engel (1988) a revolução é a única forma de fundar outra sociedade e isso ocorrerá com a autotransformação do homem e esse só conseguirá revolucionar tendo acesso a bens e serviços que garantem a sua qualidade de vida, uma vida digna, ou seja, é preciso que haja produção de vida material, conseqüentemente a transformação da natureza.

Desse modo, a divisão do trabalho e a própria procriação (família) constituem as “forças produtivas” (trabalhadores), que determinam e são determinados por essa mesma divisão do trabalho. Os autores apontam que a divisão do trabalho inicia-se no próprio seio familiar, através da divisão entre agricultura e pastoreio, que conduzirão à separação entre cidade e campo, e que culminará na desigualdade social, pela forma da propriedade.

Ideologia no sistema capitalista, a grosso modo, é um sistema de ideias da realidade, ou seja, a representação social. Esta é a abstração e inversão da realidade sempre no plano imediato do aparecer social. O índio representa o impedimento do desenvolvimento, exclusivamente econômico do estado de Roraima. Essa é ideia presente nas rodas de conversas nos mais diferentes lugares, representando o pensar dos latifundiários, políticos, empresários, imprensa, ou seja, a elite dominante.

Neste contexto os movimentos indígenas e sociais remontam quatro décadas pelo menos, no entanto esses movimentos provocam conflitos, mas ainda não são posições contrários efetivamente ao sistema unificador. A outra educação escolar ainda é algo distante das práticas em diferentes comunidades. As lutas dos povos indígenas fundamentam-se em conquistas dentro desse sistema ideológico. A vida real dos povos indígenas é negada a todo tempo quando o projeto colonial permanece embutido na construção de escolas ditas “indígenas”; na formação de professores; no contrato; no currículo.

O professor indígena é o assalariado nesta sociedade de classes; a mulher indígena é a empregada doméstica; a família indígena é beneficiária do Bolsa Família e etc. E assim, falar de educação escolar indígena negando essa realidade, é trazer à tona um discurso vazio e essencializador. D’Angelis(2012) vai dizer que somente um projeto anticolonialista que diz respeito exclusivamente as sociedades indígenas poderá viabilizar de fato, educação escolar indígena.

Ser índio então é a expressão de uma coletividade, marcada por narrativas étnicas, transformadas em sinais diacríticos que vão diferenciar por meio de signos e símbolos de outras sociedades. E aqui se coloca a forma horizontal como ideal quando se trata de diferentes culturas em contato, ou seja, contrária a classificação da “melhor” e “pior” cultura (relação vertical). Todavia, em uma sociedade de classes isso é improvável não ocorrer. Logo, a manutenção das fronteiras étnicas é um sinal de rebeldia, de resistência. Quem são os índios então nessa perspectiva? índios, são agentes sociais e históricos que fazem parte de uma coletividade com status jurídico referenciado em marcos legais.

A educação escolar indígena é atravessada por forças ideológicas e pragmáticas, exigindo uma contraposição as pretensões monoculturalistas de uma verdade universal. É em contraposição a isso que Bitencourt (2009) propõe a transformação intercultural filosófica, num pressuposto epistemológico e metodológico interdisciplinar, sendo definido no diálogo com outras fontes de saberes, ou seja, a interculturalidade como atitude de rompimento com processo de colonização, contribuindo para mentalidades descolonizadas e interculturalizadas.

A educação escolar indígena surge a partir dos movimentos sociais na América Latina, como pressuposto intercultural, sendo espaço de rearticulação de estratégias de resistências. O que impera neste sentido é que os povos indígenas não lutam pela mesma educação escolar que nasce no ocidente, pelo contrário. Assim, se faz necessário conhecer os sentidos que constituem a escola em cada comunidade, refletindo as multiplicidades de experiências concretas, onde o direito a diferença se constitua enquanto superação do processo histórico de discriminação e desigualdade social vivenciada historicamente por esses povos até hoje.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Idéologie et appareils idéologiques d'Etat** (notes pour une recherche), in POSITIONS (1964-1975), Paris: Le Editions Socieles, pp. 67-125. Tradução de João Paulo Queiroz, 1976.

AMORIM, N. **Por que Roraima é anti-indígena?** Endereço: ninoamorim.blogspot.com.br. Publicado em: 26.09.2008. Acessado em: 09 de agosto de 2016.

CABRAL, J. F. P. **“A definição de ação social de Max Weber”**; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/filosofia/a-definicao-acao-social-max-weber.htm>>. Acesso em 12 de maio de 2016.

CAMARGO, Orson. **“Desigualdade social”**; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/classes-sociais.htm>>. Acesso em 26 de dezembro de 2016.

CANDAU, V.; RRUSSO, K. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, p. 151 – 169, 2010.

CATANI, D. - Lembrar, narrar, escrever: memória e autobiografia em história da educação e em processos de formação. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.) – **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, pp. 119/130.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. Disponível em: www.sabotagem.cjb.net – Publicação 1980. Acesso 20 de setembro de 2016.

COLLET, C. **Quero progresso sendo índio: o princípio da interculturalidade na educação escolar indígena**. 2001. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2003.

DIAZ, R. ALONSO, G. “Cultura, pedagogia e política. Algunas reflexiones acerca de los cruces entre interculturalidad y educación popular”. **XX Encuentro Nacional de Antropologia Social**. La Plata: agosto, 1998.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1975.

FORNET-BETANCOURT, R. **Tareas y Propuestas de la Filosofía Intercultural**. Universidad de la Tierra. Chiapas, 2009, 7-117.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Traduzido por: Fanny Wrobel. Tradução de: *The interpretation of cultures*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GRUPIONI, Luiz D. **As Leis e a Educação Escolar Indígena: Programa Parâmetros em ação de Educação escolar Indígena**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

GUARESCHI, P. Representação Social e Ideologia. **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC. Edição Especial – Florianópolis, 2000, 33-46.

HABERMAS, J. Inclusão com sensibilidade para as diferenças. In **A inclusão do outro**. Trad. George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 170.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Dados populacionais do Estado de Roraima, 2010.

LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislação/lista_texto_integral. Acesso em 22.05.2015.

MARX, K. O Trabalho Alienado, in **Manuscritos Económico Filosóficos**, Lisboa: Ed 70, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

MELIÀ, Bartolomeu. **Ação pedagógica e alteridade: por uma pedagogia da diferença**. Mato Grosso: Secretaria de Estado de Educação / Conselho de Educação escolar Indígena de Mato Grosso, 1997.

MELIÀ, Bartolomeu. “Educação indígena na escola”. In: **Caderno Cedes**, ano XIX, n. 49, Dezembro/1999.

MOSCOVICI, S. The coming era of social psychology. In J.P. Codol e J.P. Levens. **Cognitive Approaches to Social Behavior**. The Hague, Nijhoff. Tap, P. (1985) Masculin et Féminin chez l'Énfant. Toulouse: Trivat. 1982.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. (Org). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998.

POZENATO, J. C. **Processos culturais na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.

_____. **Processos Culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

RAMOS, A. R. Convivência interétnica no Brasil. **Os índios e a nação brasileira**. Brasília: Dep. De Antropologia, série Antropologia n 221, 1997.

REPETTO, Maxim. **Movimentos Indígenas e Conflitos Territoriais no Estado de Roraima**. 1ª Ed. Boa Vista/Roraima. Ed. UFRR, 2008.

SCHNORR, G. M. **A Filosofia Intercultural de Raúl Fornet-Betancourt: práxis dialógica e reaprendizagem do pensar**. Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo- USP/São Paulo -SP – 2015.

SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.) **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

SOUSA, C. P.; CATANI, D. B.; BUENO, B. O. e CHAMLIAN, H. C.. In: SOUZA, E. C. (Org.) **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino**. Porto Alegre: EDPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006a, pp. 21-30.

TASSINARI, A. M. I. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras da educação. In: LOPES da SILVA, A.; FERREIRA, M. K. L. (orgs) **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial?. In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLLO, W. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ARTIGO

NOVOS CONTEXTOS DE DIÁLOGOS ENTRE OS YE'KUANA

Introdução

No Brasil, os Ye'kuana (Karib) contam com uma população de aproximadamente 600 pessoas, suas aldeias estão localizadas na Terra Indígena Yanomami, no Estado de Roraima, fronteira com a Venezuela, onde vivem a maioria deste povo. Atualmente, a população do lado brasileiro se dividem em quatro principais aldeias, ao longo do Rios Auaris e Uraricoera. Sua língua materna é bastante viva e usada nas aldeias e na capital de Roraima, onde circulam estudantes universitários ou do ensino médio, em geral, jovens ye'kuana, na maioria do sexo masculino. Sua língua incluem seus cantos e encantações praticadas por especialistas, homens e mulheres, em diversos rituais realizados nas aldeias ou na cidade de Boa Vista (RR). A transmissão deste saberes exige uma relação a ser construída entre um mestre e um aprendiz (*face to face*). Já ha algumas décadas a escrita foi incorporada neste processo de transmissão dos cantos, mas nos últimos anos novos recursos digitais, como gravadores estão sendo incorporados neste processo. Paralelo a este processo, sobretudo, nos últimos anos, jovens estudantes universitários ye'kuana, movidos por um discurso marcado pela perda da cultura, mobilizam-se em trabalhos de registro deste conhecimento com o intuito de resgatar parte deles através de registro, escrito ou digital, em seus trabalhos do curso universitário. Neste processo tem sido registrado alguns cantos de rituais específicos (construção da casa, colocação das miçangas apos o período de resguardo da menarca, luto, entre outros), ou ainda histórias sobre a origem dos objetos ou de plantas. Estes trabalhos, diversos entre si, formam um mosaico amalgamado pelo medo da perda da cultura. Como dissemos, os manuscritos dos cantos é uma prática de décadas entre os cantores tradicionais, a novidade tem sido as iniciativas dos estudantes universitários indígenas para os seus trabalhos de finalização do curso e uma nova metodologia anunciada a ser adotada nas escolas indígenas a partir de entrevistas com os especialistas nas aldeias para “o registro da nossa cultura”.. Contudo, os manuscritos dos cantos e a nova metodologia das escolas são duas iniciativas diferentes, sendo esta ultima marcada por um forte apelo a perda

* Professora do Instituto de Antropologia – INAN-UFRR.

cultural e a objetivação de sua cultura. Se os manuscritos estavam inseridos no processo de transmissão de saberes, os trabalhos universitários estão inseridos em outro contexto.

Nestas iniciativas a cultura tem sido traduzida pelo: fazer dos objetos, os rituais e a língua materna, sobretudo os cantos. Neste processo de objetivação da cultura os processos de transmissão de conhecimentos são menos visíveis, em parte pela lógica de registro de uma cultura considerada em processo de enfraquecimento ou de perdas. Nesta exposição queremos aprofundar os potenciais e as contradições de tais iniciativas, entre um saber ainda vivo e o discurso da perda cultural Estes são, a grosso modo, os pontos a serem explorados nesta exposição

Nos últimos anos, repete-se um fenômeno, já registrado no final dos anos 90, onde tínhamos um número importante de jovens yekuana, se dirigindo a capital Boa Vista para concluírem o ensino médio, ou cursarem cursos técnicos. Uma diferença, com o ritmo atual é a presença de jovens do sexo feminino, o ingresso nos cursos universitários e a opção em alugar casas na cidade de BV, o que não acontecia no período anterior. De certa forma, isto é possível, por contarem com pelo menos um membro da família com trabalho remunerado, em geral professores ou aqueles que trabalham com contrato de trabalho junto aos Distritos Sanitários Indígenas. Nestas casas, residem de forma regular os estudantes, mas abrigam seus familiares que passam a frequentar a cidade de forma mais regular. Isso contribuiu para que diversos rituais antes realizados apenas nas aldeias, passem a ser realizados também em suas casas na capital. Também registra-se a procura por outros curadores de outras etnias, conhecidos através de suas novas amizades nos cursos universitários para indígenas na Universidade Federal de Roraima-UFRR e sua presença nas atividades das organizações indígenas que passaram a frequentar de forma mais regular além, é claro, de seus próprios interesses na procura de outros tratamentos.

Portanto, chamo a atenção para este contexto, ou seja, o tema a ser abordado aqui acontece em um momento de intensa participação de jovens ye'kuana nas escolas profissionalizantes (especialmente na área de saúde indígena), mudança nos seus projetos pedagógicos em suas escolas nas aldeias, ingresso no ensino médio regular na cidade de Boa Vista, ingresso na universidade e nos intercâmbios cada vez mais frequentes com os Ye'kuana na Venezuela e nos diversos encontros das organizações indígenas nos estado de Roraima e em outros lugares no Brasil. Neste contexto também adotaram um modelo de organização indígena que já conheciam no Brasil por seus vizinhos, Macuxi e Wapishana, principalmente, mas também os Yanomami, seus vizinhos mais próximos, os Sanuma, que já contavam com diversos projetos

com apoio de ONGs. Enfim, eles adotam um modelo que já conheciam, organizam uma associação própria, que passa a ter uma vida administrativa regular desde 2010, através de suas assembleias regulares, estatuto, presidente, sede de uma associação na capital. Cada vez mais, produzem documentos, e a escrita, que já estava presente na aldeia, ganha mais um espaço de uso e de comunicação interna e externa, sobretudo com os agentes do Estado (Funai, Sesai, Secretaria de educação, ministério público, entre outros). Até o momento os presidentes da associação são todos eles letrados, com curso universitário, trata-se portanto não apenas de um novo modelo de organização mas também de um espaço de expressão de uma nova geração de lideranças.

Contudo, seja a associação, seja os seus líderes mais velhos, todos lamentam de alguma forma a “perda da cultura” nos dias atuais. Os mais velhos, preocupados com as mudanças e fragilização dos corpos dos jovens, e estes por sua vez preocupados com o esquecimento dos mais velhos. Escrevi em 2006 um artigo apresentado na Anpocs¹ sobre este tema, nele pontuava o ingresso recente dos primeiros professores ye’kuana na universidade e a adoção do discurso das perdas culturais que marcava o programa universitário, assim como a Organização de Professores Indígenas de Roraima-OPIRR, esta organização teve um papel fundamental na implementação dos cursos dirigidos aos professores indígenas na UFRR. Basicamente, a perda era marcada principalmente pelo discurso da perda das línguas indígenas que o programa bilíngue das escolas indígenas parecia não conseguir resolver². O programa universitário optou na época por pontuar a mais os alunos que fossem falante de suas línguas, era uma forma já declarada que esta área deveria ser valorizada e reforçada em um programa de licenciatura para professores indígenas. Os Yekuana enfrentaram e ainda enfrentam, o problema contrário, produzir uma monografia em português, segunda língua da maioria deles, mas com domínio diferenciado da escrita. Mesmo hoje, podendo escrever uma monografia em língua materna, são convidados a traduzir o trabalho em português na conclusão dos cursos universitários. Isso nos indica que apesar do discurso da perda, a língua ye’kuana ainda é viva e passa por transformações de uso e da nova relação com a escrita³.

Os Ye’kuana ao ingressarem, em 2003, na primeira turma do curso de licenciatura para professores indígenas logo se destacaram pelo fato de serem falantes

¹ A produção da “perda da cultura”: ou como se encontra uma cultura? Atos da 30ª Reunião Anual da ANPOCS 2006, GT 14 Os regimes de subjetivação ameríndios e a objetivação da cultura.

² Ver Bruna Franchetto. “A guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito” in MANA 14(1): 31-59, 2008.

³ Contudo eles iniciam uma discussão sobre a ortografia da sua língua as questões colocadas por Franchetto (2008), é muito atual entre eles e seus vizinhos na Venezuela. Hoje se discute se a grafia correta seria Yekuana, Ye’Kwana, entre outros, isso não estava colocado nos anos 2000.

de sua língua materna (falada e escrita) e por não praticarem a religião dos “brancos”. Foram identificados por muitas lideranças neste processo, como o exemplo da “preservação cultural”. Contudo, esta imagem não foi o bastante para impedir que fossem contagiados pelo discurso da “perda da cultura”. Uma retórica que logo adotaram ao se referirem aos jovens Ye’kuana, por estes não aprenderem a cultura como antigamente e aos velhos, por estarem esquecendo...podendo com isso chegar-se ao fim de uma cultura... O que nos chamou atenção nesta passagem, foi como esta retórica ganhou força entre os professores Ye’kuana, que apenas alguns anos antes falavam com orgulho de si mesmo, pois não haviam perdido a cultura como os “parentes macuxi”. Sobretudo em relação a língua materna.

Os cursos universitários (licenciatura, gestão territorial⁴ ou gestão em saúde para a população indígena), adotam como metodologia um período em sala de aula e um outro período em suas aldeias. Em cada ida (ou volta) eles são convidados a apresentarem um trabalho com diversos diagnósticos de modo participativo. Assim, são convidados a mostrar a sua comunidade o que farão, os questionários que aplicarão, os temas a serem abordados. Os temas são os mais variados : como surgiu a aldeia, quantos especialistas existem, quais os tipos de cura tradicional, como é alimentação tradicional, como esta o tratamento do lixo, como esta o meio ambiente, os mitos, os conhecimentos e uso das plantas, entre outros⁵. Estes diagnósticos, embora procurando dados atuais, são marcados por um imaginário de mudanças vividas por estas populações nos dias atuais e se empenham num esforço de resgate e informações sobre a verdadeira cultura ye’kuana. Aos poucos, muitos alunos e professores, discursam sobre tudo que perderam. As propostas frente a esta constatação não cessam, registrar, gravar, filmar, falar e conversar com mais velhos. Usar as tecnologias disponíveis, aprender o que se perdeu na escola⁶. Nessa trama que fala do resgate ou revitalização da cultura o fio da perda dá o tom.

⁴ Este curso propões quatro campos de escolha; entre eles o patrimônio cultural.

⁵ Tal metodologia também tem sido adotada na escola em suas aldeias, onde os alunos devem entrevistar pessoas mais velhas da família sobre os variados temas abordados no programa, em especial aqueles relacionados a cultura ye’kuana.

⁶ Manuela Carneiro da Cunha e Elaine Elisabetsky afirmam no artigo “Agrobiodiversidade e outras pesquisas colaborativas de povos indígenas e comunidades locais com a academia”: « A escola, aspiração universal no Brasil, tem de ser manejada com cuidado, e particular excelencia, em se tratando de povos indígenas.No passado, ela abertamente desvalorizava as línguas e os conhecimentos tradicionais. Hoje, as vezes na melhor das intenções, ela quer ensinar a « cultura » ou conhecimentos tradicionais na propria escola, por um lado reduzindo-a a rememorações sem contexto e sem prática, e por outro dificultando, pela simples ocupação do tempo das crianças, o aprendizado familiar, muitas vezes absurdamente confundidos com o trabalho infantil » (2015 :206) In Consolación Udry e Jane Simoni Eidt (orgs) . *Coleção Conhecimento Tradicional conceitos e marco legal*, volume 1, Brasília, Embrapa.

Ao mesmo tempo a necessidade de falar/entrevistar seus especialistas trouxe para os Ye'kuana a necessidade de definir seus “detentores do saber”, “os detentores dos conhecimentos tradicionais”. Importante registrar que em 2000, período anterior ao ingresso deles a universidade e nas organizações indígenas, já era possível perceber um maior reconhecimento de uma pessoa em detrimento de outras, relacionadas a suas capacidades tanto na produção de certos artefatos, como no conhecimento de cantos e rituais, ou ainda pela relação que elas tivessem com os xamas que habitavam na Venezuela. A diferenciação ou prestígio de cantores (as) influenciava o tipo de pagamento dessas pessoas, que variava segundo o ritual. Para muitos rituais, como a queda a queda do cordão umbilical, muito respeitado entre eles, muitos eram realizados pelos avós ou parentes mais próximos, em geral residente na mesma casa. Um outro critério destacado para o reconhecimento de seus conhecimentos ou de suas palavras: era a idade, os mais velhos, em geral, se estão em boa saúde, eram sempre indicados para a antropóloga como sendo aquelas pessoas que conhecem mais, que sabem mais⁷.

Com a retórica da “perda cultural” tornou-se urgente a eleição de interlocutores especializados, mesmo se considerarmos que estes foram indicado pelo grupo, este processo acelerou a escolha e acentuou as diferenças entre tantas pessoas que praticam certos cantos e rituais. Os xamãs, talvez sejam aqueles que realmente não deixam dúvidas de serem ou não especialistas em suas práticas, mas o contexto registrado pela etnografia indicam que as práticas de cura e cuidados estava marcada por uma ação mais horizontal, visto que os xamas sempre foram identificados como sendo poucos e vivendo longe da maioria das aldeias. Nos dois países, Brasil e Venezuela, existem projetos para o registro das verdadeiras histórias, *Watunna*, busca-se o verdadeiro historiador, registrar seus saberes na sua maioria em livros didáticos, onde a transmissão é descontextualizada ou melhor se dá em outro contexto. Se para os Ye'kuana o conhecimento deve ser incorporado, o conhecimento que se aprende na escola não é algo sem consequência corporal, ele retira do corpo a potência para o conhecimento tradicional, aquele do corpo cuidado, ritualizado, pintado.

Neste contexto podemos dizer que a adoção do discurso da perda cultural pela nova geração, em especial alunos universitários e professores ye'kuana, pode também ser entendido pelo viés da inserção dos Ye'kuana no cenário das organizações indígenas. Importante lembrar que muitas políticas públicas enfatizam este aspecto nas iniciativas de resgate e valorização cultural, em especial as de patrimonialização.

⁷ Tese doutorado Elaine Moreira, EHESS, Paris, *Artífices du corps et de la mémoire: les cahiers des chants chez les Ye'kuana* (2012).

Em um dos trabalhos de conclusão de curso, um jovem ye'kuana se lamenta em varias passagens sobre o desinteresse dos jovens em apreender e o risco de perder a cultura, e afirma:

Durante o trabalho de pesquisa e quando o autor frequentava a aula de patrimônio cultural indígena na Amazônia, ate mesmo nos livros, aprendeu o significado de patrimônio cultural material e imaterial. Assim como disse seu avô, “temos conhecimentos e temos objetos, se não tivermos conhecimento não executaremos o que a gente quer”, assim se resume então o significado de patrimônio imaterial, que é a fonte do patrimônio material. Quer dizer que ainda temos a fonte, guardada pelos mestres historiadores. Eles são referencia e consultamos eles como se fossem bibliotecas ou sites de pesquisa na internet”. Julio David Magalhaes Rodrigues (2014:36), trabalho final do curso de Gestão Territorial Indígena-UFRR, título: Artesanato Ye'kuana⁸.

O jovem Ye'kuana, apresenta no seu trabalho 81 imagens entre fotos e desenhos de objetos da cultura material, com informações sobre o material utilizado e uma pequena explicação sobre o uso e a história em uma parte deles, no formato de catálogo museológico. Existe a proposta de publicação na forma de catálogo, o que ainda não aconteceu. Mas indica como a linguagem patrimonial e museológica está presente no curso universitário e como vem sendo apropriada por eles. Ela trouxe uma mudança na busca daquilo que seria a sua própria cultura e como poder, de algum modo, mostrá-la para “fora” da aldeia.

A nova geração de professores e outros universitários ye'kuana, também procuram definir o modo e o produto para representá-los no palco externo das aldeias, no qual é preciso apresentar os produtos procurados e valorizados no mercado da representação das tradições indígenas. Nestes espaços a cultura assume formas precisas, eleitas por uma certa materialização e uma estética cultural, seja ela nas falas e nos temas escolhidos de suas falas em publico (defesa do meio ambiente e a luta dos povos indígenas, ganham destaques), mas igualmente no modo de se apresentar, o uso das miçangas, pinturas corporais e objetos da cultura. Podemos dizer que a adoção do discurso da “perda cultural” reforçou suas alianças no cenário das organizações indígenas. Tais alianças aparecem hoje como potencial importante na realização de projetos em suas escolas e aldeias junto aos órgãos governamentais e não governamentais.

⁸ O trabalho foi escrito em Ye'kuana e em seguida apresenta a versão portuguesa todas as imagens estão colocadas na versão em português.

Outros sentidos da perda: o devir

Contudo, se faz necessário dizer que esta não é o único sentido possível para a perda entre os Ye'kuana. Em sua mitologia narra-se que o processo atual neste universo, será aquele onde desaparecerão seus xamas, seus cantores e o próprio povo Ye'kuana, quando isto acontecer este ciclo será completado e finalmente os Ye'kuana encontraram seu herói *Wannadi*. O fim é o início de um novo ciclo. As pessoas mais velhas em Auaris afirmam que já se sabia que os xamãs iriam acabar, depois os cantores e as pessoas que conhecem a histórias tradicionais Watunna, em seguida, os Ye'kuana. A narrativa é de uma perda anunciada, mas que ao contrario, confirmava o que os historiadores já haviam dito, e de certa forma, confirmam a seu saber verdadeiro. Esse entendimento está longe de uma preocupação com a “perda da cultura” é uma preocupação com o devir.

Neste horizonte os conjuntos de cuidados no cotidiano e nos momentos especiais como suas festas, ou os diversos rituais que cada individuo deve respeitar, tem como objetivo evitar a ameaça de tornar-se outro, um inimigo. O devir esperado junto com Wannadi depende do destino dos corpos, do tipo de morte que uma pessoa pode encontrar. A ameaça maior é a perda total da humanidade ye'kuana. Para evitar o destino trágico, é necessário tomar todos os cuidados possíveis, desde o nascimento, seus percursos seus processos de aquisição de conhecimentos. O corpo deve ser curado, pintado, modelado, cuidar dos ouvidos quando criança para que na idade adulta tenha uma boa memória e capacidade para ouvir e aprender os cantos, respeitar as dietas e os resguardos quando necessário, evitar conflitos com os parentes. A estrutura para que estes cuidados possa acontecer e cada ye'kuana possa acessar cuidados e curas passam necessariamente pelos rituais que cuidam do corpo de cada um e das relações sociais. Eles não poderiam, de certa forma, viver sem as rezas e cantos, necessários no cotidiano seja para o plantio, para a produção de alimentos, seja para acessarem as plantas e produzirem seus artefatos. Este conjunto de cuidados, que deve ser permanente pode ser chamado de artialização do corpo, reforçando a ideia que o corpo deve ser permanentemente cuidado para permanecer entre os parentes. Em outras palavras ha um modo de viver que precisa ser construído, onde as falas e os usos das palavras de suas rezas e cantos precisam ser preservados, para se protegerem da ameaça de terem os seus corpos transformados em inimigos, a exemplos daqueles que tiveram como *causa mortem* o veneno de uma cobra.

Tendo em vista esta dois sentidos de perda, podemos dizer que temos uma narrativa sobre a perda ligada ao devir e o outra a perda da cultura ligada ao presente,

precisamos então entender o uso das técnicas hoje empregada para o registro da cultura. Pois se as técnicas do uso da escrita ou de outro veículo, gravador manual ou numérico, audio-visual, já estavam sendo usados desde os anos 80, parece contudo que temos dois processos diferentes. É este o outro diferencial que queremos destacar aqui.

As técnicas contra as perdas: tecnologias

Voltando a produção dos diversos documentos (textos, imagens, audiovisuais) produzidos no âmbito escolar e das organizações indígenas em comparação com os cadernos de cantos. Podemos entrever que estes instrumentos tecnológicos (seja a escrita ou os aparelhos digitais) sempre foram vistos como tecnologias que criam relações, tem um potencial de agenciamento, no caso dos cadernos de canto forjam cantores, simbolizam a relação mestre /aprendiz e asseguram que o canto na forma primordial possa ser reproduzido. Os manuscritos, são objetos que ganham seu valor dentro da relação mestre/aprendiz, ele próprio deveria ser construído nesta relação, uma vez produzido um novo caderno, instaura-se uma relação específica e precisa ser cuidada. Os cadernos entram na cena ritual e sendo um objeto de valor é preciso ser verbalizado em vida quem será o depositário do seu uso e reprodução. São, portanto, objetos valorizados e destinados a um aprendizado.

Os demais materiais produzidos pela geração letrada, trabalhos universitários, vídeos, documentários, entre outros, parecem, igualmente buscar relações, desta vez não como a do mestre/aprendiz, mas junto a outros atores: universidades, as Ongs, as organizações indígenas e o próprio Estado. Para esta relação o discurso da perda cultural e do resgate cultural parece ganhar novos sentidos. Ela impõe um ritmo diferenciado, uma maior variedade de registros, exige interlocutores certificados e abrem para eles o acesso, não ao aprendizado dos cantos, mas a inúmeras possibilidades e oportunidades onde a objetivação da cultura passa ser a linguagem reconhecida da relação. Neste caso o discurso da perda possibilita não somente novas relações, como o acesso as políticas públicas de patrimônio mas também um lugar no movimento indígena organizado.

As políticas de resgate cultural, vê nos recursos da escrita impressa, vídeos e outros recursos, uma forma de registro de um conjunto de artefatos, rituais e cantos do que hoje vem sendo afirmado como sendo sua cultura. Ha questionamento se o que vem sendo proposto como resgate seja capaz de instituir uma nova forma ou de enfim favorecer que haja mais cantores. Contudo este debate prossegue, e nos

da pista para pensar que o discurso sobre a perda não possa ser dispensado para o acesso as políticas de direitos e de projetos, sub entendendo aqui, também novos mercados de trabalhos para a geração letrada.

Os Ye'kuana, trouxeram para a escola em seus novos projetos pedagógicos aulas de artes, por exemplo, para se aprender com um especialista a fabricação de objetos (cestos, flautas, entre outros). Mas sobretudo construíram um novo contexto de dialogo entre as gerações. Ainda que marcada pelo discurso da perda, este processo criou novos espaços de diálogos entre seus especialistas, jovens e professores. Resta ver no tempo próximo as consequências deste discurso como enquadramento do que é a cultura com ou sem aspas, para eles e para os seus novos aliados.

Referências bibliográficas

FRANCHETO, Bruna. “**A guerra dos alfabetos**:os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito” in MANA 14(1): 31-59, 2008

MOREIRA, E. Laine, 2012, **Artifice du corps et de la mémoire**: les cahiers de chants chez les Yekuana, Tese ded doutorado, Paris, EHESS, 325 p.

_____, 2010, « Redes sociais dos Ye'kuana no Brasil », in IMBROZIO, Reinaldo (org), **Roraima, homem, ambiente e ecologia**, Roraima, Editora INPA et UFRR.

_____, 2010, « Tecendo redes sociais », in PHILIPPE, Lena; ROBERTO, Araujo (orgs), **Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia**, Museu Paraense Emílio Goeldi/IRD.

_____, 2004, « Entre corpo e alma. A não conversão dos Ye'kuana no Brasil » in Wright Robin (org), **Transformando os deuses**, Vol. II, Sao Paulo, Editora da Unicamp, p. 341-375.

UDRY, Consolación e Simoni, Jane Eidt (Orgs). 2015, **Coleção Conhecimento Tradicional conceitos e marco legal**, volume 1, Brasilia, Embrapa.

ARTIGO

O BURITI (*MAURITIA FLEXUOSA L.*) EM COMUNIDADES INDÍGENAS NA ETNOREGIÃO DO BAIXO SÃO MARCOS - RR: UTILIZAÇÃO E MANEJO

Introdução

Mauritia flexuosa L., conhecida popularmente em Roraima por buriti, é uma espécie vegetal de grande importância para os povos indígenas que habitam o lavrado roraimense. Esta palmeira oferece a palha, o fruto e o tronco que são usados na alimentação, cobertura das casas e sustentação de construções, compondo uma das características das construções e do arranjo da paisagem das comunidades (PEDREIRA et al., 2013). Essas relações foram estabelecidas ao longo de séculos entre essas culturas e o buriti, quando desenvolveram diversas técnicas para a utilização da espécie (RIBEIRO et al., 2014).

M. flexuosa é uma palmeira solitária, com fuste único e ereto, uma monocotiledônea lenhosa (LASSO; RIAL; GONZÁLEZ, 2013), com hábito arbóreo podendo ser observada em matas ciliares, matas de galerias, veredas, palmeirais, brejos e em savanas amazônicas (MEDEIROS, 2011).

A palmeira do buriti é uma espécie chave de zonas úmidas da Amazônia. Podendo chegar a mais de 30 metros de altura com diâmetro do caule de até 60 cm. É considerada a palmeira restrita a zonas úmidas mais difundida na América do Sul (GOULDING; SMITH, 2007). Suas folhas podem chegar a 3 m de comprimento e são produzidas uma a uma em um período de até 4 meses (SAMPAIO; CARRAZZA, 2012) podendo manter em sua copa, em média, um total de 16 folhas (LASSO; RIAL; GONZÁLEZ, 2013).

Possui tendência para se estabelecer em áreas inundadas (ROSA; KOPTUR, 2013), em ambientes palustres, e por este motivo possuem particularidades como a

* Mestranda em Recursos Naturais, Bolsista CNPQ/CAPES – Programa de Mestrado em Recursos Naturais - Universidade Federal de Roraima/Brasil. E-mail: andressa.sganzerla@gmail.com

** Doutora em Ecologia e Recursos Naturais, Bolsista PNPd CAPES – Programa de Mestrado em Recursos Naturais – Universidade Federal de Roraima/Brasil. E-mail: lidycamila@yahoo.com.br

*** Doutora em Geografia, Professora do Instituto de Educação Superior Indígena – Universidade Federal de Roraima/Brasil. E-mail: maria.bethonico@ufr.br

presença de numerosas raízes pneumatóforas, caracterizadas pelo geotropismo negativo (LASSO; RIAL; GONZÁLEZ, 2013).

A relação existente entre comunidades tradicionais e as palmeiras se constitui há tempos, as quais tem se constituído recurso importante para tais populações por contribuírem significativamente, de várias formas, para suas subsistências (RIBEIRO et al., 2014).

M. flexuosa desempenha importante papel em termos econômicos, culturais e ecológicos (GOULDING; SMITH, 2007). É amplamente utilizada para diversas finalidades por muitas comunidades tradicionais (MARTINS; FILGUEIRAS; ALBUQUERQUE, 2012). Considerada uma das palmeiras de maior importância cultural para as comunidades indígenas do lavrado (PEDREIRA et al., 2013).

As comunidades indígenas de Roraima realizam atividades de manejo dos mais diferentes ambientes das savanas, incluindo os buritizais. Essas práticas são realizadas para a obtenção de uma ampla gama de recursos naturais, e contribuem indiretamente para a manutenção desses na natureza (INPA, 2013).

No entanto, nos últimos anos, fatores relacionados à introdução de técnicas agrícolas (INPA, 2013), às transformações antrópicas de ambientes naturais para o desenvolvimento da pecuária, piscicultura, agricultura e ao aumento populacional dessas comunidades, têm desempenhado uma pressão ambiental e antrópica sobre os buritizais nessas regiões contribuindo para a degradação desses ecossistemas (MARTINS; FILGUEIRAS; ALBUQUERQUE, 2012).

O buriti é característico do lavrado roraimense e amplamente usada pelas populações humanas para diversos fins. Dentre as populações locais que utilizam o buriti para atender suas necessidades de subsistência, podemos destacar as populações indígenas, especificamente as que habitam o lavrado. Em Roraima, várias terras indígenas estão localizadas na região do lavrado e uma delas é a Terra Indígena São Marcos.

A Terra Indígena São Marcos está situada na região de campos e serras localizada ao norte do estado de Roraima, distribuída grande parte no município de Pacaraima e de Boa Vista em menor parte. Foi demarcada em 1976 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2015) e homologada por Decreto Presidencial em 1991 compreendendo uma área total de 654.110,0998 hectares (BRASIL, 1991).

Segundo informações compiladas no banco de dados da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), a Terra Indígena São Marcos apresenta uma população atual de 5.922 indígenas, distribuída em 44 comunidades, dividida em três núcleos: baixo, médio e alto São Marcos. Para Manduca, Silva e Almeida (2009), essa divisão

em núcleos foi estabelecida para facilitar as organizações e o desenvolvimento das atividades nas comunidades que se estabelecem em sua área. Em linhas gerais, a terra indígena está distribuídas em 45 comunidades da seguinte forma:

- **Região do alto São Marcos com 24 comunidades:** Comunidade do Samã, Aleluia, Arai, Bananal, Boca da Mata, Cachoerinha, Curicaca, Entroncamento, Fonte Nova, Ingaarumã, Guariba, Nova Esperança, Nova Morada, Nova Jerusalém, Novo Destino, Ouro Preto, Sabiá, Santa Rosa, Samã I e II, Sorocaima I e II, Sol Nascente e Tarauparu.
- **Região do Médio São Marcos com 09 comunidades:** Comunidade do Caranguejo, Lagoa, Maruwai, Monte Cristal, Pato, Perdiz, Roça, Tigre e Xiriri.
- **Região do Baixo São Marcos com 12 comunidades:** Comunidade do Aakan, Bom Jesus, Campo Alegre, Darora, Ilha, Lago Grande, Mauixi, Milho, Vista Alegre, Vista Nova, São Marcos, Três Irmãos.

São Marcos congrega índios dos povos Macuxi, Wapixana e Taurepang sem a existência de conflitos entre essas três etnias diferentes (BRANDÃO; BARBIERI; REYES-JUNIOR, 2013). A organização social é baseada na parentela bilateral, com padrão de aldeamento bastante disperso entre esses grupos, geralmente ocupando as margens dos rios e igarapés (ANDRELLLO, 2010).

Um censo das populações indígenas no Brasil, realizado em 2010, aponta que em Roraima, segundo dados da FUNASA, a etnia Macuxi possuía uma população de 29.931 indivíduos, a Wapixana, 7.832 e a Taurepang, 673 indígenas (ISA, 2011).

As populações tradicionais do estado de Roraima possuem ricos conhecimentos integrados ao uso de espécies vegetais encontradas nos ambientes em que vivem. Compreender como se dá o uso dos recursos naturais pelas comunidades e como as atividades são distribuídas temporalmente nos permite destacar as concepções e saberes implícitos, seguidos pela correlação com indicadores, resgatando o fazer e o saber-fazer presente nas práticas tradicionais indígenas, valorizando os conhecimentos presentes nessas atividades (VALADARES; TAVARES, 2012).

A divisão temporal das várias atividades de acordo com os períodos de seca e de chuva, cosmologia e outros indicadores ambientais nomeando e caracterizando as atividades, o emprego e manejo dos recursos, a divisão da comunidade para o desempenho das tarefas e os problemas percebidos (MÓRAM, 1990). Essa organização das atividades em ciclos é o que chamamos de calendário sacionatural.

A proposta teórico-metodológica denominada método indutivo intercultural a qual fundamenta a construção de calendários sicionaturais como método de análise das relações socioambientais e de uso do território surgiu no Peru e idealizada pelo antropólogo e linguista suíço Jorge Gasché Suess e tem sido desenvolvida e fundamentada em diversas publicações.

Segundo Suess e Mendoza (2011), a construção de calendários sicionaturais pode favorecer a explicitação dos conhecimentos de comunidades tradicionais, através da sistematização das atividades desenvolvidas mensalmente na comunidade ao longo de um ano, destacando as atividades desenvolvidas pela comunidade, as desenvolvidas pelas crianças, as relações dessas atividades com indicadores astronômicos, climáticos, animais, vegetais e problemas socioambientais e de saúde.

O calendário sociocultural é o resultado de investigações realizadas através do método indutivo intercultural e corresponde a sistematização do levantamento das atividades cotidianas. Geralmente os calendários sicionaturais são expressos graficamente onde todas as informações referentes às atividades desenvolvidas e o tempo em que elas acontecem, em meses, são representados em forma circular (SILVA, 2012).

Metodologia

Com a finalidade de caracterizar o manejo do buriti nas comunidades indígenas (C.I.) Darôra e Ilha, localizadas na Terra Indígena São Marcos especialmente na etnoregião do baixo São Marcos em Roraima, o desenvolvimento da pesquisa se deu primeiramente com a solicitação das autorizações necessárias.

Essas comunidades foram escolhidas para a realização deste projeto devido ao bom relacionamento já construído e pelo apoio das lideranças e das organizações, que se torna fundamental para a efetivação da pesquisa.

Para tanto, foram feitas as articulações necessárias junto a FUNAI, Comitê de Ética e Associação dos Povos da Terra Indígena São Marcos, quando preciso, para contar com as devidas autorizações para realizar as ações em Terra Indígena (T.I.). Do mesmo modo, foram realizadas visitas prévias as comunidades e participação em reuniões para obtenção do consentimento e autorizações, para o desenvolvimento deste projeto.

A localização das áreas de ocorrência de buriti, foi realizada a partir da interação com as comunidades. O levantamento sobre conhecimento e usos tradicionais do Buriti está sendo realizado através de entrevistas.

Este trabalho teve caráter exploratório e esteve vinculado a dois projetos de pesquisa intitulados Observatório da Educação Escolar Indígena (*OBEDUC*) e Terra e território em Roraima, os quais são compostos por professores e alunos de graduação e pós-graduação, ligados ao instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima.

Além disso, a pesquisa teve caráter qualitativo e quantitativo de acordo com o objetivo dos projetos, *OBEDUC* e Terra e território em Roraima, de pesquisar e avaliar a prática da proposta do calendário cultural como instrumento pedagógico junto a diferentes povos indígenas que habitam distintos biomas existentes em Roraima. Neste trabalho observamos o delineamento das formas de uso dos buritizais na comunidade indígena Darôra e comunidade indígena Ilha.

Identificação dos buritizais e das áreas de uso

Em cada uma das comunidades foi realizada a localização das áreas de ocorrência da espécie, em cada uma das comunidades, com foco sobre as áreas de ocorrência usualmente empregadas para algum tipo de atividade realizada pela comunidade. Essa identificação se deu a partir de uma interação com a população local, no decorrer de oficinas participativas envolvendo moradores das comunidades e tuxauas, onde foram construídos calendários culturais e etnomapas representando essas áreas de ocorrência e de uso do buriti para posterior identificação dos buritizais a partir de imagens de satélite.

Os levantamentos, em ambas as comunidades, foram realizados em conjunto com as equipes dos projetos aos quais esta pesquisa esteve vinculada, considerando que estes já se encontravam em andamento com a construção dos calendários culturais em ambas as comunidades, referentes a algumas atividades como a pecuária e a agricultura.

A construção dos calendários socionaturais, em cada uma das comunidades, se deu a partir de análises das atividades sociais que envolvam os usos ou manejo do buriti, nas seguintes etapas:

- Lista das atividades realizadas;
- Construção de um quadro a partir dos conhecimentos sócio ecológicos dos moradores das comunidades, distribuído nos meses no ano, utilizando sete indicadores:
 1. As atividades da comunidade;
 2. As atividades das crianças;

3. Indicadores astronômicos;
4. Indicadores climáticos;
5. Indicadores animais, os diferentes animais e sua situação e desenvolvimento;
6. Indicadores vegetais, as plantas e sua situação e desenvolvimento;
7. Problemas socioambientais e de saúde.

• Análise de cada uma das atividades sociais através dos seguintes aspectos:

1. Elementos estruturantes:

- a. Necessidades que geram a atividade;
- b. Motivos pontuais da comunidade para realizá-la;
- c. Objeto que a atividade busca concretizar.

2. Elementos na mediação entre os sujeitos que realizam uma atividade e sua relação com a natureza:

- a. Objetivo Geral como a finalidade ampla que se pretende alcançar;
- b. Objetivos Específicos com finalidades que compõem o objetivo geral;
- c. Sujeitos ou pessoas que realizam a atividade;
- d. Instrumentos ou ferramentas utilizados na realização da atividade;
- e. Comunidade que participa direta ou indiretamente da atividade e seus desdobramentos;
- f. Regras que devem ser respeitadas na realização da atividade e ações;
- g. Divisão do trabalho entre homens e mulheres, crianças por faixa etária ou grupos etários;
- h. Resultados esperados, produtos e processos resultantes da atividade.

3. Sequência lógica ou passo a passo das atividades com descrições sobre:

- a. Ações orientadas pelos objetivos específicos, que em conjunto e sequência lógica formam uma atividade.
- b. Conhecimentos culturais próprios e operações orientadas pelas condições e realizadas por meio de rotinas humanas ou mecânicas e dizem respeito a forma específica de realizar tais ações.

Os dados levantados nas oficinas unidos a observações pessoais tiveram a finalidade de descrever as comunidades nos aspectos físicos, sociais, políticos e econômicos. Além de estabelecer relações desses aspectos com o uso das áreas.

Como retorno para as duas comunidades assumimos o compromisso de entregar, em cada uma delas, a cópia da dissertação de mestrado e os produtos construídos durante a pesquisa, como os calendários siconaturais das atividades com o buriti, os mapas das áreas de ocorrência e uso dentre outros.

Levantamento dos conhecimentos, usos tradicionais e atuais relacionados ao buriti

Esses calendários, já iniciados, foram completados com dados referentes ao uso do buriti com intuito de realizar um diagnóstico da situação dos buritizais nessas comunidades, numa perspectiva colaborativa e participativa, identificando as formas de uso e manejo desse recurso.

Durante as oficinas foi realizado um conjunto de entrevistas semi-estruturadas, introduzidas nas conversas com as lideranças, com moradores e conhecedores da região sobre o uso do buriti e que praticam a retirada da palha. Os entrevistados foram selecionados a partir da indicação do tuxaua em cada comunidade. As perguntas aplicadas eram abertas, visando pesquisar as concepções locais sobre o uso dos recursos, com a abordagem de temas referentes a nome popular do buriti, uso, significado dos buritizais, os recursos extraídos a partir dos buritis, métodos de coleta das folhas, frutos e troncos, tempo entre cada coleta, percepção do estoque deste recurso natural, bem como as mudanças percebidas pelos indígenas na relação das comunidades com os buritizais com o passar do tempo.

A entrevista semi-estruturada, também chamada de despadronizada ou assistemática, permite ao entrevistador desenvolver livremente a cada ocasião, de maneira tal, que o faça explorar da melhor forma possível os assuntos da entrevista. Geralmente, esse tipo de entrevista, caracteriza-se por perguntas abertas que podem ser respondidas em uma conversa informal. Para resultados satisfatórios da entrevista, torna-se necessário adotar etapas fundamentais como: (i) contato inicial com os entrevistados para uma conversação amistosa, explicando os objetivos e a relevância da pesquisa e ressaltando a necessidade de suas colaborações; (ii) a formulação das perguntas, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; (iii) e por último, e não menos importante, o registro das repostas. Que deve ser feito no momento da entrevista com anotações e se possível com a utilização de gravadores (LAKATOS, 2010).

Como documentação das atividades do projeto realizou-se um registro audiovisual, quando autorizado. Todas as entrevistas contaram com anuência formal dos participantes através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclare-

cido/ TCLE com as articulações necessárias junto ao Comitê de Ética, como exige o compromisso com a ética e a responsabilidade com a pesquisa de interesse social. As entrevistas foram realizadas com indivíduos chaves em cada comunidade. Sendo entrevistados em cada uma delas:

- O tuxaua para uma visão geral sobre as regras e caracterização das comunidades Darôra e Ilha.
- Dois moradores mais antigos para alcançar uma percepção dos mesmos sobre a paisagem e as mudanças observadas por eles no passar dos anos. Além da vivência histórica de cada um nas suas respectivas comunidades.
- Moradores que estejam envolvidos com a retirada, artesanato, venda ou utilização em geral do buriti, incluindo palha, fruto e tronco com intuito de caracterizar a percepção de indígenas que estejam atualmente utilizando e transformando esse recurso natural.
- O vaqueiro para compreender a dimensão do impacto causado pelo pisoteio do gado nos buritizais estudados.

Resultados

Os dados coletados quando interpretados conjuntamente favorecem o entendimento das relações sociais, culturais, políticas e econômicas expressadas e observações nos buritizais.

O referido estudo ainda está em processo de conclusão, existindo material coletado ainda não processado e conseqüentemente dados ainda não sistematizados. No entanto, foi observado que os indígenas possuem critérios de escolhas para seleção de buritis para extração de palhas e frutos que dependem da finalidade da extração e do estágio em que se encontra o recurso na natureza.

O emprego de critérios de seleção foi observado tanto na extração de palhas quanto para o uso dos frutos. Para o uso em artesanatos são utilizadas folhas novas enquanto que para cobertura de casas folhas maduras. Frutos mais maduros são utilizados para a produção de vinhos e outros alimentos. A comunidade Ilha possui buritizais manejados mais intensamente, enquanto a comunidade Darôra possui buritizais melhor conservados devido a maior disponibilidade desse recurso nas proximidades da comunidade o que os possibilita realizar um rodízio dos locais de coleta

Em ambas as Comunidades Indígenas, o fogo é culturalmente empregado para a preparação de locais para a construção de roças e para a renovação de pastagens

nativas para a criação do gado. O fogo ateadado muitas vezes se descontrola e acaba atingindo extensas áreas incluindo buritizais ocasionando danos ao tronco e eliminação de indivíduos das bordas dos buritizais. Além disso, observamos que o pastejo e o pisoteio do gado e de cavalos, que contribuem como atividade econômica para as comunidades, acabam pressionando negativamente a regeneração dos buritizais pelo baixo número de indivíduos jovens das populações.

Considerações finais

Este estudo têm se mostrado satisfatório quando considerada a aproximação da Universidade Federal de Roraima com as comunidades indígenas Darôra e Ilha proporcionada por esta pesquisa juntamente com a troca de conhecimentos e o estabelecimento de um diálogo intercultural na tentativa de compreender as complexas relações que se estabelecem entre esses povos e o ecossistema dos buritizais no desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Existem indícios de que o manejo dos buritizais, por essas comunidades indígenas, não vem ocorrendo de forma sustentável com relação às observações feitas nas populações dos buritizais.

Referências bibliográficas

ANDRELLO, G. Fazenda São Marcos: de próprio nacional a Terra Indígena. In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F. (Org.). **Roraima: homem, ambiente e ecologia**. Boa Vista: FEMACT, 2010. p. 67-94.

BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J. C.; REYES-JUNIOR, E. Desenvolvimento sustentável e turismo indígena: uma análise das oportunidades e limitações do turismo nas comunidades indígenas da Reserva São Marcos (RR). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 211 -232. jan./abr. 2013. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/barbieri-desenvolvimento_sustentavel_-708-2527-1-pb.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

BRASIL. **Decreto n. 302, de 29 de outubro de 1991**. Dispõe sobre a homologação a demarcação administrativa da Área Indígena São Marcos, no Estado de Roraima. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 out. 1991.

FUNAI. Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2015.

GOULDING, M.; SMITH, N. **Palms: sentinels for Amazon conservation**. St. Louis: Missouri Botanical Garden Press, 2007. 356 p.

INPA. **Projeto Feira Estadual de Etnociência: sementes, saberes e sustentabilidade: relatório anual 2012.** Manaus: INPA, 2013. Disponível em: <http://wazakaye.com.br/wp-content/uploads/2013/03/IW_relatorio-anual_2012.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.

ISA. **Povos Indígenas do Brasil 2006-2010.** São Paulo: ISA, 2011. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>>. Acesso em 27 out. 2015.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Arlas, 2010. 297 p.

LASSO, C. A.; RIAL, A.; GONZÁLEZ, V. **Morichales y cananguchales de la Orinoquia y Amazonia:** Colombia-Venezuela. Parte I. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt, 2013. 344 p.

MEDEIROS, J. D. **Guia de campo: vegetação do Cerrado 500 espécies.** Brasília: MMA/SBF, 2011. 532 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_df/publicacao/148_publicacao14022012101832.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

MANDUCA, L. S., SILVA, N. M., ALMEIDA, F. T. **Atlas escolar: terra indígena São Marcos.** Boa Vista: Editora UFRR, 2009. 66 p.

MARTINS, R.; FILGUEIRAS, T. S.; ALBUQUERQUE, U. P. Ethnobotany of *Mauritia flexuosa* (Arecaceae) in a Maroon Community in Central Brazil. **Economic Botany**, Nova York, v. 66, n.1, p. 91–98, 2012. Disponível em: <https://odonto.ufg.br/up/133/o/ARTIGO_BURITI_ECON_BOTAN2012.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

MEDEIROS, J. D. **Guia de campo: vegetação do Cerrado 500 espécies.** Brasília: MMA/SBF, 2011. 532 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_df/publicacao/148_publicacao14022012101832.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

MORÁM, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1990. 367 p.

PEDREIRA, J. L. et al. Produção de alimentos e conservação de recursos naturais na Terra Indígena Araçá, Roraima Etnobiologia e Saúde de Povos Indígenas. In: HAVERROTH, M. (Org.). **Etnobiologia e Saúde de Povos Indígenas.** Recife: NUPEEA, 2013. p. 1-17. Disponível em: <http://wazakaye.com.br/wp-content/uploads/2013/03/IW2013_Producao-alimentos-e-conservacao-recursos-TI-Ara%C3%A7%C3%A1-Etnobiologia-e-Saude-Povos-Indigenas.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

ROSA, R. K.; KOPTUR, S. New findings on the pollination biology of *Mauritia flexuosa* (Arecaceae) in Roraima, Brazil: linking dioecy, wind, and habitat. **American Journal of Botany**, v. 100, n. 3, p. 613–621, 2013. Disponível em: <<http://www.amjbot.org/content/100/3/613.full.pdf+html>>. Acesso em: 23 out. 2015.

RIBEIRO, E. M. G. A. et al. Conhecimento etnobotânico sobre o buriti (*Mauritia flexuosa* L.f.) em comunidades rurais do município de Currais, Sul do Piauí, Brasil. **Gaia Scientia**, João Pessoa, ed. esp. p. 28–35, jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/gaia/index>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

SAMPAIO, M. B; CARRAZZA, L. R. **Aproveitamento Integral do Fruto e da Folha do Buriti (*Mauritia flexuosa*)**. Brasília: ISPN, 2012. 76 p. Disponível em: <http://www.ispn.org.br/arquivos/Mont_buriti0061.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, L. J. El método inductivo intercultural y el Calendario Socioecológico como estrategias para el fortalecimiento de una formación crítica e intercultural de profesores indígenas de los estados de Minas Gerais y Bahía, Brasil. **Revista Isees**. [s. v.], n. 10, p. 79-94, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4420040.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

VALADARES, J. M., TAVARES, M. L. A formação intercultural para os povos indígenas na Universidade Federal de Minas Gerais: Desafios e possibilidades. **Interacções**. [s. v.], n. 31, p. 54-70, 2014. Disponível em: <<http://www.eses.pt/interaccoes>>. Acesso em: 05 mai. 2016. SUESS, J. G.; MENDOZA, N. V. SOCIEDAD BOSQUESINA Tomo I, Peru 2011. IIP-CONCYTEC-CIAS, 2011.

ARTIGO

**O ÍNDIO QUE SAIU DOS LIVROS AGORA CAMINHA PELOS
CORREDORES DA UNIVERSIDADE: CONHECENDO OS
PROFESSORES/ALUNOS INDÍGENAS DA LICENCIATURA
INTERCULTURAL DO INSTITUTO INSIKIRAN**

Introdução

O estado de Roraima segundo o censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é a Unidade da Federação com a maior população indígena do país proporcionalmente, 55.922 pessoas se autodeclararam indígena no estado, pertencentes aos nove povos que vivem na região, são eles: Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingaricó, Wai-Wai, Yanomâmi, Ye'cuana, Waimiri-atroari e Pantamona. Quando se trata de educação, segundo as informações do Censo Escolar da Educação Básica 2015, em Roraima mais da metade das escolas estão em terras indígenas, representadas nos 15 municípios, logo, a demanda por formação de professores indígenas é grande e proporcional à realidade do estado.

O debate sobre uma formação específica a nível superior para indígenas na região é de longas datas e somente foi amenizada com a criação do Instituto Insikiran em 2001 que além de ofertar os cursos de Gestão Territorial indígena e Gestão em Saúde Coletiva Indígena, oferece também o curso de Licenciatura Intercultural, que se propôs, com o apoio das lideranças indígenas e outras organizações a criar um currículo que atendesse as necessidades acadêmicas de ter uma educação que articulasse os conhecimentos produzidos pela ciência para instrumentalizar o indígena de forma que ele possa dialogar com outros povos indígenas e não indígenas e os conhecimentos tradicionais, valorizando assim as tradições, costumes e incentivando o uso de suas línguas maternas fortalecendo sua cultura local (JULIÃO, 2014).

Em março do ano de 2016 tive a oportunidade, como colaboradora, de lecionar para uma turma de formação de professores indígenas de diferentes comunidades do estado de Roraima, no curso de Licenciatura Intercultural, do Instituto Insikiran, na Universidade Federal de Roraima, experiência esta muito marcante e significati-

* Mestranda em Educação pela Universidade Del Salvador- Argentina. Licenciada em Pedagogia UNASP/SP. Especialista em Docência do Ensino Superior FAEME/MA. E-mail: lilianedovale77@gmail.com

va em minha vida, tanto profissional, quanto pessoal. Nos dias em que passamos juntos tive a oportunidade de conversar com alguns desses professores, ouvir suas experiências de vida, lutas e histórias. Desse momento em diante meu interesse em conhecê-los vem aumentando, não somente com o intuito de ressaltá-los como educadores diferenciados, resultado de suas experiências de vida dentro e fora de sala de aula, as quais contribuem de uma forma mais ampla para um ensino/aprendizagem do corpo discente, mas também com o objetivo de oportunizar a outras pessoas uma visão mais autêntica sobre estes homens e mulheres tão valorosos.

Perfil dos professores indígenas do curso de licenciatura do instituto insikiran

Os professores-cursistas indígenas que ingressam no curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima tem algumas peculiaridades que valem a pena serem destacadas. Antes de qualquer formação acadêmica adquiridas nas Faculdades ou Universidades, eles já atuam como professores em suas respectivas comunidades, ou seja, desde cedo, eles passam a obter, gradativamente, uma considerável experiência profissional, sendo comum encontrar, entre eles, professores que lecionam desde a adolescência, em decorrência da carência de pessoas qualificadas em suas regiões. Assim sendo, em virtude de toda essa conjuntura eles primeiramente aprendem a ser professor na prática, no dia a dia, copiando seus antigos professores e só depois é que adquirem a teoria nos bancos acadêmicos, como foi o caso do professor Fausto (MANDULÃO, 2010) que cursou a Licenciatura aos quarenta e quatro anos de idade, entretanto começou a lecionar aos dezesseis anos, logo após três meses de haver concluído a antiga 8ª série.

No caso dos alunos da Licenciatura Intercultural, podemos considerar que, os motivos que os levam a sair de suas comunidades com destino à cidade de Boa Vista, com o fim de buscar do aperfeiçoamento são variados, destacamos as inúmeras mudanças que tem ocorrido em torno destes povos, principalmente quanto às diversas leis acerca de suas terras, questões ambientais, direitos constitucionais que lhes garante uma educação que lhes permite falar sua língua, conservando, dessa maneira, a prática de seus costumes, suas tradições, suas raízes, e ao ter contato com esse conhecimento científico passam a obter uma visão mais clara e ampla do panorama nacional e também mundial, Conforme (CARVALHO; FERNANDES; REPETTO, 2008, p. 29):

A ampliação do sistema escolar dos povos indígenas, tem se tornado uma preocupação dos povos indígenas, que tem buscado compreender o significado e construir uma prática escolar diferenciada, como reconhecem as legislações nacional e estadual. Há deste modo, uma demanda para formação de professores que visa a dar conta desse novo cenário educacional.

Devido os avanços pós Constituição de 1988 quando os povos indígenas conquistaram direitos nunca antes imaginados, e especialmente dentro da área da educação, onde agora é possível acreditar que podem ter uma educação que respeite sua dignidade, seu modo de vida e suas peculiaridades, devido a isto, há uma grande necessidade de que eles tenham conhecimento das questões que os envolve direta e indiretamente, e para tanto, precisam ter professores qualificados para orientar novas gerações a continuarem na luta em busca de garantir seus direitos, aí então é onde entra a figura do professor que tem um papel de fundamental importância neste processo, pois na grande maioria das vezes, o mesmo, exerce a função de intermediador entre os novos conhecimentos e as tradições que devem andar juntos neste novo modelo educacional.

No entanto, para que alguém chegue a ser professor em uma comunidade indígena é necessário que ele tenha o apoio e indicação das suas lideranças e comunidade, haja vista que (JULIÃO, 2014) “o cargo de professor é um cargo de alta confiança das lideranças e precisa ser exercido por pessoas que tenham conhecimento e compromisso com as questões relacionadas ao seu povo e movimento indígena”.

Evidentemente que para ter tal apoio e a carta de recomendação da comunidade o professor precisa ter uma conduta diferenciada, ou seja, sua influência e atitudes contam muito além da sala de aula, o que o torna um educador em tempo integral, tornando- se um modelo social, digno de ser modelo aos seus alunos, coisa que tem faltado lamentavelmente em nossa sociedade, onde nossas crianças têm como seus ídolos *rapper's* e jogadores de futebol.

Estes professores, uma vez escolhidos, tem um grande desafio diante desse novo formato de educação escolar em que os indígenas se propõem a buscar para sua gente maior preparo para dialogar com os novos conhecimentos, não sendo medidos esforços por parte das comunidades e nem pelos professores que saem delas a fim de retornar para as mesmas com uma melhor qualificação e novas experiências a serem compartilhadas com seu povo, e não apenas com seus alunos, porque as escolas indígenas tem a participação direta e atuante na comunidade, onde até as reuniões comunitárias fazem parte do calendário da escola. Sobre este modo de vida em comunidade declara (SOUZA, 2008. Ps.120, 121)

[...] Essa responsabilidade com o coletivo, contrastando, sobremaneira, com uma sociedade moldada por relações cada dia mais individualista e de competitividade, que se estendem desde as relações profissionais até as relações pessoais. Com efeito, individualismo e competição são características marcantes do capitalismo contemporâneo, no qual é cada vez mais evidente a supremacia do mercado e de sua lógica no âmbito das relações sociais. Obviamente, o grau de responsabilidade e de sentimento coletivos apresentado entre os estudantes indígenas resultam de uma cultura específica, diferente, uma organização social em que predominam relações comunitárias.

Esta preocupação em dividir com o seu povo os novos conhecimentos, em querer voltar para suas comunidades com a intenção de ajudar a melhorar a vida de todos foi uma das coisas que mais me chamou a atenção nestes professores, era comum ouvir deles a expressão: “*vou anotar isso para levar para minha comunidade, eles precisam saber disso*”. Notei com frequência em suas falas expressões que transmitiam o desejo de querer compartilhar com suas comunidades cada detalhe das coisas que estavam aprendendo, em cada novo conhecimento que se descortinava diante deles aumentava o desejo de repartir, este sentimento altruísta é comum entre eles, tão natural, tão espontâneo que chega mesmo a impressionar.

Quando retornam das aulas na cidade para suas realidades eles apresentam nas suas reuniões comunitárias uma espécie de relatório daquilo que aprenderam e que eles consideram importante debater entre eles para o aperfeiçoamento das suas escolas, e dessa forma vão dando o retorno que tanto eles esperam que estes professores deem a comunidade que os escolheu como seu representante em uma função tão significativa como é a de um professor dentro de uma comunidade indígena, até porque a tarefa da educação escolar indígena exige algo a mais destes professores, como declara (MAHER, 2006. p 24):

[...] Enquanto cabe ao professor não-índio formar seus alunos como cidadãos brasileiros plenos, é responsabilidade do professor indígena não apenas preparar as crianças, os jovens e os adultos, sob sua responsabilidade, para conhecerem e exercitarem seus direitos e deveres no interior da sociedade brasileira, mas também garantir que seus alunos continuem exercendo amplamente sua cidadania indígena ao qual pertencem. É por esse motivo, então, que professores indígenas, em seu processo de formação, tem que, o tempo todo, refletir criticamente sobre as possíveis contradições embutidas nesse duplo objetivo, de modo a encontrar soluções para os conflitos e tensões daí resultantes.

Esta dupla atribuição que recai sobre o professor indígena torna-o ainda mais responsável, comparado com as atividades que outros professores estão acostumados a assumir (diga-se de passagem, não são nada leves). Fica bem evidente que

exercer o magistério para eles é mais que sua profissão, é uma missão, é um compromisso que vai bem além da segunda milha, como complementa Maher (2006) diferentemente dos outros professores que recebem o currículo já pronto para começar a lecionar em suas respectivas escolas, os professores indígenas, em regra, participam de toda elaboração do Projeto Político Pedagógico, dos objetivos, da grade curricular, do conteúdo, da avaliação, sem contar que também ainda precisam preparar os materiais didáticos, haja vista os recursos serem escassos e dificilmente encontrados em livrarias, bibliotecas, internet ou coisas semelhantes, ou seja, esses professores se envolvem plenamente em todo o processo educativo em suas comunidades, do início ao fim.

Os desafios que enfrentam enquanto estudantes/professores

Dentro da “bagagem” que eles levam de volta consigo, a que mais deve pesar sem dúvida, são as experiências que eles vivenciam na cidade enquanto estão estudando, experiências estas que nem sempre são boas para recordar, é bem verdade, que vão desde dificuldades financeiras até preconceitos dentro da própria universidade, mas que os inspira a continuar lutando por seus objetivos. Sobre a manutenção deles escreve (SOUZA, 2008, p. 111) “No que diz respeito à questão financeira, a maioria deles afirma receber apoio da família/comunidade ou de organizações indígenas, além de bolsa-trabalho da própria universidade, embora não sejam suficientes para sanar as dificuldades apontadas”. Às vezes acontece atraso no pagamento das bolsas, o que acaba dificultando ainda mais a sua estadia na cidade.

Para vir estudar na cidade alguns enfrentam horas e até mesmo dias de viagem, eles vêm de barco, ônibus e até mesmo de avião dependendo da distância e do acesso de seus lugares de origem, enfrentam uma verdadeira saga para chegar à cidade. Passam estes períodos distantes de suas famílias (boa parte deles já tem suas famílias constituídas, inclusive filhos), o curso tem duração de cinco anos e é dividido por módulos e cada um tem duração de dois meses e neste período eles se viram na cidade como podem, uns ficam hospedados em casas de familiares ou amigos, outros alugam casas dividindo o valor do aluguel entre eles (tornado uma grande república), enfrentam as dificuldades com transporte, alimentação, material didático, alguns tem dificuldades de enviar seus trabalhos exigidos pelo curso por não terem acesso à internet em suas comunidades ou até mesmo por não terem intimidade com a informática ou ainda por fazerem pouco uso da mesma para fins acadêmicos, entretanto, de todos os dilemas que enfrentam para sua formação a que tem sido mais difícil de

superar até então, sem dúvida, tem sido o preconceito e discriminação que alguns ainda enfrentam e que, infelizmente, na maioria das vezes, se dá no próprio meio acadêmico, por pessoas que teoricamente deveriam ter uma mente mais aberta em relação à aceitação do próximo, atitude totalmente inadmissível, por pertencerem ao mesmo espaço universitário e tudo aquilo que esta palavra engloba em sua essência. Nas declarações de Fernandes (apud SOUZA, 2008, p. 117)

No olhar do não indígena; em falas como “o que eles (os indígenas) estão fazendo aqui (na Universidade)?”; “os índios estão ocupando nossas salas” (os alunos da LI utilizam espaços tidos como de outros cursos); “chamam de ‘caboco’, parece que sentem nojo”; “a presença de indígenas na Universidade não é vista com bons olhos”; “esses índios não são capazes de estar dentro de uma Universidade federal. Será que fizeram vestibular igual a nós?”; “daqui a pouco vão demarcar a UFRR”; “tinha bastante parente no corredor e passou um não índio e disse que lá tava cheirando a gambá”; “não tenho como explicar, é bastante arrasador e triste.

Situações como esta lamentavelmente fazem parte da realidade daquilo que estes professores indígenas enfrentam quando estão na cidade em busca de aperfeiçoamento. Exatamente neste ano ocorreu um caso de discriminação e racismo por parte de alunos contra estudantes indígenas no restaurante da universidade, presenciado por algumas pessoas e repudiado por muitos. Não há muito que estranhar se os estudantes universitários ainda tem este tipo de conduta, sendo que da parte de alguns professores, de onde esperávamos que partisse o exemplo de aceitação e respeito às diferenças houve resistência logo no início da proposta de um Instituto como o *Insikiran* que tinha como objetivo ser um espaço onde as questões indígenas seriam tratadas de maneira mais ampla e onde os próprios indígenas teriam voz e vez na construção da proposta de sua formação de professores, como constatou (GARCIA e PALADINO, apud CARVALHO; FERNANDES; FONSECA; REPETTO 2007, p. 7).

También debemos decir que aunque la propuesta es muy interesante encuentra varias dificultades que resultan de ese proceso dialógico. Así, por ejemplo, ha sido un desafío la adaptación y formación del equipo de profesores a este tipo de dinámica dentro de una institución pública. En la universidad algunos profesores avalúan la participación indígena como un atentado a la Autonomía Universitaria. Esto porque lamentablemente las universidades no actúan junto a la sociedad de una forma activa, aquí en Brasil. Y así cuando las voces indígenas están opinando sobre como la universidad debe actuar se generan resistencias. Especialmente de sectores con poco compromiso social y con una visión elitista y poco crítica sobre el papel social de la Universidad.

Como é possível observar, as lutas que os indígenas enfrentam hoje não são travadas com lanças ou flechas, mas com questões subjetivas que deixam marcas bem mais profundas do que as de cunho físico deixadas no passado pelos colonizadores.

Outras importantes características destes professores que cursam a Licenciatura Intercultural, que não podemos passar por alto, é o fato de que ao vir realizar o referido curso na capital, abrem mão de suas próprias férias, chegando a ficar até cinco anos sem tê-las, porque enquanto o professor está na cidade estudando, seus alunos estão em recesso, se não houver quem os substitua e quando voltam para as comunidades já voltam direto para sala de aula, não tendo, portanto, um período para descansar. Também é comum ainda nessas comunidades haver escolas em que há apenas um professor que atende a todos os alunos de diferentes idades e séries ao mesmo tempo, o que requer da parte do professor uma desenvoltura e habilidade muito maior, pois quem trabalha com crianças sabe que manter alunos de diferentes faixas etárias juntos e manter a disciplina e a ordem não é tarefa para qualquer um, é um desafio para poucos, eu diria, como observa (MAHER, 2006.p. 28) ao falar sobre sua experiência e conhecimento dos fatos:

A multisseriação é um fenômeno muito presente nas escolas indígenas. Porque as comunidades são pequenas, suas escolas têm poucos professores e alunos e, portanto, em uma mesma sala de aula, tem-se frequentemente, alunos de faixas etárias e níveis de escolarização diferentes e competências variadas... Os professores indígenas parecem saber lidar melhor com isso. Eles dão uma atividade para os pequeninhos e aí vão trabalhar com os alunos mais adiantados; o aluno que já acabou a tarefa espera, pacientemente, sua vez de ter a atenção do professor, na maior parte das vezes desenhando. Impressiona como tudo é feito com muita calma, muito devagar, sem estresse. Aliás, se há uma coisa que parece caracterizar o cotidiano das escolas indígenas- pelo menos as quais estou familiarizada- é que há muito menos estresse do que nas nossas.

Evidentemente que para haver um resultado positivo nesse modo de escolarização o aluno indígena também exerce um papel que merece destaque, mas nosso foco aqui são os professores e suas habilidades em trabalhar em tal circunstância.

O propósito deste artigo não é “canonizar” os professores indígenas ou criar uma imagem romantizada dos mesmos, mas em um país como o nosso onde a figura do professor em geral tem sido tão desvalorizada e por consequência disso muitos estão migrando para outras áreas de atuação a fim de obterem reconhecimento e até mesmo melhor remuneração, encontrar professores tão engajados, envolvidos e focados em seus propósitos me despertou o interesse e admiração. É bem verdade que deve haver aqueles professores indígenas que talvez não se enquadrem no perfil

desses aludidos professores conscientemente imbuídos, pois, como bem sabemos, em tudo na vida há exceções, e, neste caso, não seria diferente. Os professores indígenas não são melhores nem piores do que qualquer outro professor, mas por serem indígenas precisam além de tudo superar obstáculos que vão além de sua função como educador, porque a imagem do indígena ainda causa certa estranheza para alguns, e sobre a figura do índio no imaginário nacional, declara Maher (2006, p. 20):

A nossa concepção do que vem a ser o índio oscila - na imprensa, nos livros didáticos, na literatura - entre uma visão satanizada e uma visão idílica de indianidade. Em momentos, o índio é descrito como um ser destituído de qualquer racionalidade e bom senso: um ser regido exclusivamente por instintos animais e, portanto, um ser agressivo, manhoso, não confiável, traiçoeiro. No outro extremo do espectro, a imagem construída do índio é aquela no qual ele é visto como o “bom selvagem”: aquele que sempre protege as florestas, aquele que é incapaz de qualquer maldade, um ser ingênuo, puro. Nenhuma dessas visões - nem a visão satanizada, nem a visão idílica - corresponde evidentemente, à realidade. O índio é um ser humano exatamente igual a nós e, por isso mesmo, capaz de, em momentos, agir com grande generosidade, e, em outros, de se comportar de modo menos louvável, de modo não tão nobre. Índio ri, índio chora, tem ciúmes, tem inveja, tem ambições pessoais, é capaz de fazer renúncias difíceis.

Tendo isto em mente fica evidente que não se advoga aqui criar a imagem de um professor bonzinho e perfeito, mas reconhecer que há sim um diferencial nestes professores que estão na luta como todos os outros, mas com algumas lições extras a ensinar. Como bem define Mandulão (2010, p. 33). “Acredito que professor indígena é isso: defensor de seu povo, da sua terra, da sua cultura, articulador da educação indígena, formador de opinião e proponente de soluções para os problemas.” Nesta fala e na postura de comprometimento que pude constatar pessoalmente na convivência com estes homens e mulheres foi possível observar que a função do professor nas comunidades indígenas vai além dos muros da escola.

Considerações finais

Ser professor por si só já não é uma tarefa muito fácil, imagina ser professor indígena, que, além de superar todas as dificuldades que aqui foram mencionadas, ainda lidam com a questão da imagem distorcida que se tem do índio ainda em nossos dias. São muitos os desafios que estes professores indígenas enfrentam, dentro e fora de suas comunidades, em busca de fazer valer seus direitos por uma educação diferenciada, que atenda as reais necessidades de seus povos. Acredito que há uma necessidade de se tornar público e notório toda essa situação, para que a socieda-

de como um todo aprenda a ter mais respeito e consideração por esta figura que compõe o nosso cenário. Goste a maioria ou não, o fato é que os “índios saíram dos livros de história” (lugar onde os indígenas vivem para muitos até hoje) e agora caminham nos corredores das universidades, das bibliotecas, ocupam espaços que alguns ainda insistem em acreditar que não pertence a eles, há quem os enxerguem (quando os enxergam) como intrusos, se sentem incomodados com suas presenças preferindo aquele índio folclórico que vivia nú e descalço nas gravuras do livro de história, para não ter que admitir que os indígenas estão reescrevendo suas histórias só que desta vez com as suas próprias letras usando suas próprias mãos, articulando com os dois universos cognitivos e cada dia mais afirmando suas identidades, sendo protagonista e não mais coadjuvante. Esses homens e mulheres indígenas não podem ser desconsiderados, tratados como intrusos e nem apenas ser “tolerados” no meio acadêmico como tem acontecido por parte de alguns, eles merecem ser tratados com dignidade e respeito como todos merecem, como declara (FREIRE, 2000, p. 66) “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

Os professores cursistas da Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran fazem parte de um grande grupo de professores indígenas de todo o país, os quais estão lutando e buscando fazer valer seus direitos garantidos por lei e mesmo diante de tantas adversidades não se deixam abater, mas permanecem firmes em busca de seus ideais. Suas lutas, conquistas e seus esforços é que fazem com que a imagem do professor indígena seja uma inspiração para indígenas e não indígenas.

Referências bibliográficas

CARVALHO, F A.; FERNANDES, M. L.; REPETTO, M. (Orgs). **Projeto Político-Pedagógico da Licenciatura Intercultural**. Boa Vista: Editora UFRR, 2008.

CENSO, 2010. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf>> Acesso em: 17 de novembro 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JULIÃO, Geisel Bento. **A Construção Social do Currículo no Contexto das Escolas Indígenas de Roraima**. São Paulo: Editora Santarém, 2014.p. 73/122.

MAHER, Terezinha Machado. A Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Formação de Professores Indígenas: Repensando trajetórias**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MANDULÃO, Fausto da Silva. **Memória de Professor Macuxi: do Movimento Social à Política de Educação Escolar Indígena**. 2010. 44 F. Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2010.

REPETTO, Maxim; FERNANDES, Maria Luiza; FONSECA, Isabel Maria; CARVALHO, Fabio Almeida de. La Propuesta del Núcleo Insikirán y el Papel de las Ciencias Sociales en la Formación de Profesores Indígenas. In: GARCIA, Stella Maris; PALADINO, Mariana (Orgs). **Educación Escolar Indígena: investigaciones antropológicas en Brasil y Argentina**. Buenos Aires, Argentina. Editorial Antropofagia. 2007.

RORAIMA. Censo Escolar da Educação Básica 2010. Seção de documentação da Gerência de Avaliação e Informações Educacionais da secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos- SECD, Boa Vista, 2015.

SOUZA, Ana Lúcia. Indígenas na Universidade: Resistindo ao Preconceito. In: REPETTO, M; NEVES L. R.; FERNANDES M. L. (Orgs). **Universidade Inconclusa: Os desafios da desigualdade**. Boa Vista, RR: Editora UFRR, 2008.

ARTIGO

**TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E TEMPORAIS NAS
COMUNIDADES INDÍGENAS BOCA DA MATA E NOVA
ESPERANÇA: UM OLHAR A PARTIR DAS ESCOLAS
ESTADUAIS**

Introdução

O presente artigo apresentará uma pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRR, que se propõe em analisar o contexto de duas comunidades indígenas da região do Alto São Marcos, Terra Indígena de São Marcos, em relação as transformações espaciais e temporais, tendo ao centro do debate o objeto escola como forte indutor das mudanças no ambiente.

A pesquisa fundamenta-se no estudo do espaço geográfico a partir da materialização dos elementos fixos e fluxos, abordado por Milton Santos (2006), e representados pelos sistemas de objetos e ações que compõem o espaço. Abrange as categorias geográficas espaço e região, com enfoque na escola, que surge com padrões e modelos que podem impactar na vida cotidiana local.

Para Santos (2014), o espaço deve ser analisado a partir da forma, função, estrutura e processo, onde a forma representa o aspecto visível do objeto, a função é a atividade ou papel desempenhado pela forma, a estrutura é natureza social e econômica de uma dada sociedade e o processo configura a ação que se realiza para atingir os resultados no âmbito da estrutura social e econômica em movimento.

Segundo Haesbaert (20014), o espaço geográfico parte de uma posição relacional que envolve o universo dos objetos e ações, tanto a dimensão dos elementos fixos quanto móveis, tanto a dimensão material quanto a dimensão imaterial.

Santos (2006,p.39) afirma que “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes”.

A população indígena em Roraima abrange um espaço expressivo no estado, pois, de acordo com ISA (Instituto Socioambiental) Roraima possui 46,20% de suas

* Programa de Pós-graduação em Geografia/PPGGEOUFRR.

** Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Programa de Pós-graduação em Geografia/PPGGEO-UFRR.

terras demarcadas, que corresponde ao estado brasileiro com a maior extensão territorial com áreas indígenas do Brasil (ISA, 2014).

Segundo o Censo Demográfico 2010/IBGE, em Roraima 47.847 pessoas, correspondente a 11,02 %, da população se auto declarou como indígena na variável cor ou raça. O município de Pacaraima, onde está localizada a área de estudo da pesquisa, constitui uma grande concentração de grupos étnicos, com um percentual de 55,4% de pessoas declaradas indígenas, ficando atrás somente do município de Uiramutã que apresenta um percentual de 88,14% de indivíduos autodeclarados indígenas.

A identidade dos povos indígenas se concretiza em seus territórios, com suas tradições, costumes, manifestações culturais, religiosidades e o processo de transmissão desse conjunto de conhecimentos específicos para as gerações futuras. A escola, como instituição, idealizada e instalada pelos não-índios, com a finalidade principal de transmitir conhecimentos científicos, faz parte da realidade das comunidades indígenas.

As escolas indígenas fazem parte da materialização do espaço das comunidades e compõem em suas estruturas físicas e funcionais elementos técnicos que contribuem para transformar e produzir o meio onde estão inseridas. Esse objeto encontra-se no centro de um sistema de ações que geram intencionalidades distintas de acordo com o direcionamento do sistema dominante. De um lado temos o Estado na figura do poder que leva a educação ao ambiente indígena, mas por sua vez, utiliza esse objeto a seu favor, impondo uma padronização a ser trabalhada nas escolas, utilizando modelos dos não-índios no contexto. Por outro lado, tem a própria comunidade que utilizar a escola como palco de discussões e debates de interesses comuns, além de transmitir suas tradições as novas gerações.

No que se referente ao tempo indígena a escola também contribui para mudanças, uma vez que atividades rotineiras, antes independentes de calendários escolares, agora estão delimitadas pelo tempo da escola, levando em conta os horários de funcionamento da instituição. Essa lógica do tempo, pode interferir nas relações de produção familiar, como as atividades na roça, caça, pesca, dentre outras, pois, limita a participação conjunta das famílias nas atividades tradicionais.

A instituição escola, como produtora de conhecimentos, especializada na transmissão do saber, somente veio aparecer na Idade Média na Europa. A educação se tornou produto da escola e um conjunto de pessoas, em sua maioria religiosos, que transmitiam o saber. Nessa época as escolas eram reservadas as elites, principalmente à nobreza, mas não havia separação entre crianças e adultos e a escola não estava organizada para disciplinar seus alunos (MANACORDA, 1996).

Toda essa dinâmica de transformações espaciais/temporais, envolvendo o espaço geográfico indígena, os sistemas de objetos e ações, as escolas estaduais, e a terra indígena São Marcos concretizam o fenômeno a ser pesquisado, contemplando a linha de pesquisa: Produção do Território na Amazônia, vinculada ao mestrado de Geografia da Universidade Federal de Roraima.

Metodologia

A metodologia que segue, corresponde a parte inicial da pesquisa em andamento do mestrado em Geografia da UFRR, sobre as transformações no espaço/tempo das comunidades indígenas a partir das escolas estaduais.

O passo inicial para consolidação da pesquisa foi a construção da base teórica, o apoio no trabalho de autores que já escreveram sobre a temática. As principais categorias geográficas a serem estudadas no contexto indígena são o espaço e região, logo se faz necessário compreender o conceito dessas categorias nas correntes filosóficas da geografia.

O referencial teórico abordou discussões filosóficas envolvendo autores renomados da geografia, como o geógrafo brasileiro Milton Santos, que formaliza o conceito de objetos fixos e fluxos na materialização do espaço, consolidando os sistemas de objetos e ações. O alicerce da construção do referencial teórico contou com 4 pilares de sustentação: espaço e região; os sistemas de objetos e ações; a instituição escola; o conceito de terra indígena.

A pesquisa documental explorou o processo de demarcação da Terra Indígena São Marcos, investigando a composição histórica da região, além da interpretação da Constituição Federal atual e de constituições anteriores em relação ao território nacional e os direitos indígenas.

A escolha das comunidades para o desenvolvimento da pesquisa, teve como critérios os seguintes aspectos: fácil acesso de ambas comunidades, o maior número de alunos matriculados na comunidade Boca da Mata e a proximidade da comunidade Nova Esperança com a sede do município de Pacaraima.

Realizamos a primeira visita as comunidades para apresentar a proposta de estudo aos tuxauas e gestores, a fim de obter a permissão necessária para o desenvolvimento da pesquisa. O andamento do processo depende da aprovação dos membros de cada comunidade e do apoio das lideranças. Dessa forma ficaram acertados os procedimentos para realização da pesquisa nas localidades.

Na comunidade Nova Esperança o tuxaua autorizou o trabalho e sugeriu uma colaboração do pesquisador no auxílio de práticas educacionais na comunidade com

palestras de educação ambiental em eventos organizados pela liderança. Na comunidade Boca da Mata o tuxaua pediu para o pesquisador apresentar o projeto a comunidade no dia da reunião comunitária mensal. A contribuição do pesquisado na comunidade será na construção de um mapa local a partir de técnicas de geoprocessamento de imagens.

Em Boa Vista, foram realizadas visitas à Secretaria de Educação Estadual, na coordenação estadual do censo escolar, para obtenção de dados educacionais referentes as escolas pesquisadas. O censo escolar, é principal instrumento de coleta de informações da educação básica em todo país, abrangendo as diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional). O censo escolar coleta dados sobre estabelecimentos de ensino, turmas, alunos, profissionais escolares em sala de aula, movimento e rendimento escolar.

Com as informações do censo escolar foram organizadas tabelas para análise e interpretações dos dados educacionais, das escolas envolvidas na pesquisa, para composição do perfil de cada instituição.

Resultados

A partir de ações desenvolvidas podemos destacar avanços e expectativas para atingir o objetivo geral do estudo que consiste em analisar as transformações que se processam nas comunidades indígenas, a partir da implantação das escolas estaduais.

A área de estudo corresponde as comunidades indígenas Boca da Mata e Nova Esperança, na Terra Indígena São Marcos, localizada ao norte do estado de Roraima com terras nos municípios de Boa Vista e Pacaraima.

A Constituição brasileira assegurou a identificação e a demarcação de terras indígenas, definindo-as, em seu art.231, como terras tradicionalmente ocupadas pelos povos integrantes das várias etnias do Brasil.

Caracterizada como de ocupação tradicional e permanente São Marcos possui superfície de 654.110,0998ha (seiscentos e cinquenta e quatro mil e cento e dez hectares, nove ares e noventa e oito centrares) e perímetro de 648.926,30m (seiscentos e quarenta oito mil e novecentos e vinte e seis metros e trinta centímetros). Encontra-se dividida em 44 comunidades que formam as sub-regiões: Baixo, Médio e Alto São Marcos. As comunidades envolvidas na pesquisa pertencem a região do Alto São Marcos.

A forte influência indígena na educação estadual, reflete-se na abrangência de 69% das escolas estaduais num total de 261 escolas, 14.191 matrículas, 1.501 professores e 464 servidores (CENSO ESCOLAR, 2015).

Em toda região do Alto São Marcos encontram-se 12 escolas estaduais, que ofertam as modalidades de ensino fundamental e médio. Na tabela 1, podemos observar, de acordo o censo escolar 2016, as modalidades de ensino de cada escola, o quantitativo de turmas, alunos e docentes. Esse universo totaliza 701 matrículas e 87 docentes, dentre os alunos 268 utilizam o transporte escola para se locomoverem até o local da escola, o que corresponde a 38,2% dos alunos, fomentando o fluxo diário de pessoas transitando entre as escolas e suas residências.

Tabela 1: Escolas indígenas do Alto São Marcos, 2016

| NOME DAS ESCOLAS | COMUNIDADES | MODALIDADE DE ENSINO | Nº TURMAS | Nº ALUNOS | Nº DOCENTES | TRANSPORTE ESCOLAR |
|--|---------------------|-----------------------|-------------------|-----------|-------------|--------------------|
| ESC. EST. IND. ANA ABELARDO | COM. KAWÉ | FUND.INICIAL | 1 - MULTISSERIADA | 08 | 01 | 00 |
| ESC. EST. IND. ARTUR PINTO DA SILVA | COM. NOVA ESPERANÇA | FUND.INICIAL | 2- MULTISSERIADA | 29 | 03 | 00 |
| ESC. EST. IND. ÍNDIO MANOEL BARBOSA | COM. SOROCAIMA II | FUND.INIC/FINAL MÉDIO | 12 | 181 | 15 | 139 |
| ESC. EST. IND. TEREZINHA DOS SANTOS | COM. CACHOEIRINHA | FUND. INICIAL | 1 - MULTISSERIADA | 07 | 01 | 00 |
| ESC. EST. IND. TUXAUA LOBATO | COM. SANTA ROSA | FUND.INIC/FINAL MÉDIO | 09 | 68 | 11 | 31 |
| ESC. EST. IND. TUXAUA ANTONIO HORACIO | COM. BOCA DA MATA | FUND.INIC/FINAL MÉDIO | 12 | 189 | 16 | 74 |
| ESC. EST. IND. NOVA DO SAMÁ | COM. SAMÁ | FUND.INIC/FINAL | 06 | 40 | 09 | 24 |
| ESC. EST. IND. BENTO LOUREDO DA SILVA | COM. BANANAL | FUND.INIC/FINAL MÉDIO | 09 | 54 | 12 | 00 |
| ESC. EST. IND. IZAUARA ROTH | COM. SABIA | FUND.INICIAL | 1 - MULTISSERIADA | 14 | 01 | 00 |
| ESC. EST. IND. JOSE MALHEIROS | COM. GUARIBA | FUND.INIC/FINAL | 06 | 32 | 09 | 00 |
| ESC. EST. IND. TUX. FELICIANO DOS SANTOS | COM. SAMA II | FUND.INIC/FINAL | 06 | 48 | 07 | 00 |
| ESC. EST. IND. GUILHERMIN | COM. TARAÚ-PARU | FUND.INICIAL | 2- MULTISSERIADA | 31 | 02 | 00 |

Fonte: Censo escola, 2016. Adaptado por Kelson da Luz Oliveira

As escolas que oferecem a modalidade de ensino médio, acabam por atrair alunos de outras comunidades impactando o espaço geográfico local e o espaço de residência dos alunos, uma vez que há uma interação populacional em ambos os espaços forçando uma adaptação a demanda. Outro fator de mudanças, em relação ao fluxo de estudantes é no tempo estipulado para as atividades, tendo em vista que o percurso do transporte requer um período de tempo, o que faz com que os estudantes saiam de suas casas mais cedo e retornem mais tarde da escola.

A comunidade Boca da Mata está localizada no município de Pacaraima. O acesso para comunidade se dá pela rodovia federal BR 174 no sentido norte do estado de Roraima, ficando aproximadamente a 190 km da capital Boa Vista e a 20 km da sede do município de Pacaraima. Um espaço de convivência de três etnias, Macuxi, Wapixana e Taurepang, com 116 famílias e 483 moradores, convivendo em harmonia (SESAI, 2015).

A escola a ser pesquisada na comunidade Boca da Mata é a Escola Estadual Indígena Tuxaua Antônio Horácio (figura 1). Atualmente apresenta a seguinte estrutura física: prédio próprio com 9 salas de aula, 1 laboratório de informática, banheiro dentro do prédio, cozinha, dispensa, secretaria. O abastecimento de água para escola é através de poço artesiano e a energia elétrica da rede pública.

A escola estadual Tuxaua Antônio Horácio se destaca com o maior número de matrículas em 2016 e o segundo lugar em quantitativos de alunos que utilizam transporte escolar. Possui um total de 31 funcionários, sendo 16 professores. Sua clientela em 2016 conta com 189 alunos regularmente matriculados de 1º ao 9º ano do ensino fundamental e de 1ª a 3ª série do ensino médio, desse total 74 alunos utilizam transporte escolar, o que corresponde a 39% dos alunos da escola. Assim, a escola da comunidade modifica a vida não apenas no local onde está instalada, mas de todo o seu entorno, sendo, dessa forma, uma área de influência na vida e no cotidiano dessas pessoas.

A escola conta com 12 turmas funcionam nos seguintes turnos: de 1º ao 5º ano e o ensino médio funciona pela manhã de 7:30 as 11:45 e as turmas de 6º ao 9º funcionam no período da tarde. É a segunda maior escola indígena do município de Pacaraima em quantitativo de alunos no ano de 2016, ficando atrás apenas da escola indígena José Marcolino, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Figura 1: Escola Estadual Indígena Tuxaua Antônio Horácio



Fonte: Kelson, 2016.

A comunidade Nova Esperança é formada por famílias das etnias Macuxi, Wapixana e Taurepang, localiza-se no km 208 da BR 174 no sentido norte do Estado, ficando apenas 04 km de distância da sede do município de Pacaraima e a 15 km de comunidade Boca da Mata no sentido sul. É formada por 31 famílias, com uma população de 166 moradores (SESAI, 2015).

No que tange as pesquisas científicas, já podemos encontrar nos canais de pesquisa especializados, vários trabalhos de conclusão de curso (TCC) e dissertações de mestrado abordando a comunidade como foco principal de estudo.

A escola a ser pesquisada na comunidade Nova Esperança é a Escola Estadual Indígena Artur Pinto da Silva (figura 2). Atualmente apresenta a seguinte estrutura: prédio próprio com 2 salas de aula, banheiro dentro do prédio, cozinha, secretaria. O abastecimento de água é através de poço artesiano, não possui energia elétrica no prédio e o esgoto sanitário é composto por fossa.

A escola tem em seu quadro de funcionários 6 servidores, sendo 4 professores e 2 auxiliares de limpeza. Sua clientela em 2016 conta com 29 alunos, o que corresponde a 25% da população local, matriculados regularmente de 1º ao 5º ano do ensino fundamental em duas turmas multisseriadas: 1º/2º/3º anos com 17 alunos e 4º/5º anos com 12 alunos. As duas turmas funcionam pela manhã no horário de 8:00 as 12:00 horas. A escola trabalha o ensino ministrado em 2 línguas, o português e o taurepang.

Figura 2: Escola Estadual Indígena Artur Pinto da Silva



Fonte: Kelson, 2016.

Na tabela 2 que segue abaixo, serão apresentadas informações das duas escolas, referentes ao censo escolar dos anos 2014, 2015 e 2016. Tais informações consolidam um quadro demonstrativo de quantidade de turmas, docentes, alunos, servidores e transporte.

Tabela 2: Quantitativo de alunos, docentes, servidores e alunos que utilizam transporte escolar. Tuxaua Antônio Horácio e Artur Pinto da Silva, 2014 a 2016

| ESCOLA | ANO | TURMAS | DOCENTES | ALUNOS | SERVIDORES | TRANSPORTE ESCOLAR |
|----------------------------|------|--------|----------|--------|------------|--------------------|
| EEI Tuxaua Antônio Horácio | 2014 | 12 | 17 | 186 | 31 | 69 |
| | 2015 | 12 | 19 | 172 | 32 | 59 |
| | 2016 | 12 | 16 | 189 | 31 | 74 |
| EEI Artur Pinto da Silva | 2014 | 1 | 1 | 23 | 2 | 00 |
| | 2015 | 2 | 2 | 23 | 4 | 00 |
| | 2016 | 2 | 4 | 29 | 6 | 00 |

Fonte: censo escolar 2014, 2015 e 2016. Adaptado por Kelson da Luz Oliveira

A variação de docentes de 2014 a 2016 na escola Tuxaua Antônio Horácio foi mínima, alternando a diferença entre 2 e 3 professores ao ano. Em relação aos alunos de 2014 para 2015 houve uma baixa de quase 8%, correspondendo a 14 estudantes, mas em 2015 ocorreu um crescimento de 10% nas matrículas. Conseqüentemente

esse mesmo fenômeno ocorreu no transporte escolar, um recuo de 2014 para 2015, mas um crescimento de 25% no ano de 2016.

Na escola Artur Pinto da Silva dobrou o quantitativo de turma entre 2014/2015 e se manteve em 2016, já em relação aos professores o número dobrou a cada ano pesquisado. O número de alunos se manteve entre 2014 e 2015, tendo um aumento de 27% nas matrículas de 2016.

Na tabela 3 são apresentadas informações do movimento e rendimento final dos alunos nos anos 2014 e 2015. Os dados seguem com as legendas: (AP) para alunos aprovados e reprovados (RE), compondo o rendimento escolar e alunos transferidos (TR), abandono (AB), compondo o movimento escolar.

Tabela 3: Rendimento e movimento final dos alunos das escolas EEI Tuxaua Antônio Horácio e EEI Artur Pinto da Silva. 2014 e 2015

| ESCOLA | ANO | RENDIMENTO | | MOVIMENTO | |
|-------------------------------------|------|------------|----|-----------|----|
| | | AP | RE | TR | AB |
| EEI Tuxaua Antônio Horácio | 2014 | 154 | 17 | 07 | 08 |
| | 2015 | 141 | 22 | 02 | 07 |
| EEI Artur Pinto da Silva | 2014 | 22 | 1 | 0 | 0 |
| | 2015 | 23 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: censo escolar 2014/2015. Adaptado por Kelson da Luz Oliveira.

Os dados referentes ao rendimento e movimento da escola Tuxaua Antônio Horácio revelam em 2014 um percentual de 83% aprovados, 9% reprovados e 8% de transferidos e abandonos. Em 2015 foram 82% aprovados, 13% de reprovados e 5% de soma dos transferidos e abandonos.

A escola Artur Pinto da Silva apresentou apenas uma reprovação no ano de 2014 e em 2015 atingiu 100% de aprovação. Observa-se nesse caso o óbvio, que em escolas com uma quantidade reduzida de alunos o trabalho decente tende a fluir melhor e alcançar o objetivo com o sucesso educacional e aprovação de todos os alunos.

Considerações finais

Na contextualização espacial do território brasileiro é importante destacar a contribuição dos povos indígenas para formação do Brasil. A população indígena em Roraima é bastante significativa, formando uma diversidade étnica de povos fixados por todo o estado, merecedores do respeito e compreensão de suas culturas e tradições.

As escolas indígenas fazem parte da materialização do espaço da comunidade. Esse objeto encontra-se no centro de um sistema de ações que geram intencionalidades e uma dinâmica de transformações espaciais e temporais.

A instituição escola foi idealizada e instalada por não-indígenas, logo apresenta em seu perfil modelos e padrões da vida não indígena, o que gera transformações no espaço/tempo indígena. Essas transformações podem gerar impactos positivos como um local de conhecimentos científicos sistematizados, opção de emprego na estrutura funcional da instituição, mas também implica em consequências negativas como a imposição de modelos e padrões fora da realidade indígena.

O resultado da pesquisa traz nesse momento inicial uma apresentação das comunidades indígenas Boca da Mata e Nova Esperança, com suas localizações espaciais, quantidade de famílias e população local. As escolas são apresentadas numa visão panorâmica da estrutura física e recursos humanos, além de dados educacionais entre os anos de 2014 a 2016, possibilitando uma análise no perfil de cada escola e no rendimento educacional de seus alunos no referido período.

A relevância social da pesquisa se concretiza em buscar ações junto às comunidades, para que a escola possa ser pensada, como fonte de produção do interesse indígena, e que as transformações favoreçam positivamente as comunidades e seu povo.

No campo acadêmico o projeto busca discutir o papel da escola enquanto objeto repleto de intencionalidades inserido no espaço geográfico. Além da produção de artigos científicos, apresentações em seminários e congressos sobre o tema e a própria dissertação do mestrado de geografia, que contemplará mais uma fonte de pesquisa importante no universo das etnias indígenas do estado de Roraima.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Decreto nº 312, 29 de outubro de 1991.** Dispõe sobre a Homologação da Terra Indígena São Marcos. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d312.htm > Acesso em 19/05/2016.

BRASIL. **Fundação Nacional do Índio**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em 20/04/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>> Acessado em: 01/06/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**. Disponível em:<<http://www.educacenso.inep.gov.br>> Acessado em: 30/08/2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. SESAI. **Distrito Sanitário Especial Indígena do Leste de Roraima**. Censo populacional, 2015.

HAESBAERT, R. **Vivendo no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INSTITUTO AMBIENTAL-ISA. **Nota técnica sobre Terras Indígenas em Roraima**. Disponível em:<<https://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/introducao/o-que-sao-terras-indigenas>> Acesso em 29/04/2016

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos dias atuais. 5ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

ARTIGO

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DAS COMUNIDADES
INDÍGENAS YE'KUANA E SANUMÃ NA REGIÃO DE AUARIS –
RORAIMA**

Introdução

A região de Auaris refere-se à área da bacia hidrográfica do rio de mesmo nome e é integrante da bacia do rio Uraricoera, localizada no extremo norte/noroeste da Terra Indígena Yanomami. Após a década 1960, a ocupação da região começou a se modificar com a construção da pista de pouso. A partir de objeto construído “pista”, chegaram novos agentes externos, inicialmente pela Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) e, posteriormente, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o 5º Pelotão Espacial de Fronteira (Exército Brasileiro). Com a presença de novos agentes externos modifica-se o modo de ocupação do território pelas comunidades indígenas em Auaris. Após a construção desses objetos fixos¹ as comunidades começaram a receber novos habitantes, indígenas oriundos de outras comunidades mais distantes, algumas localizadas na Venezuela, que também se aproximaram em busca de objetos manufaturados. As mudanças socioculturais ocorreram também devido o contato com os não indígenas na região de Auaris. O contato aconteceu em início de década de 1960 com a chegada dos missionários

* Mestrando do Programa Pós-graduação em Geografia-PPGGEO/UFRR. Bolsista Programa Observatório em Educação-OBEDUC. E-mail: castroyekuana@gmail.com

** Doutora em geografia. Professora Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena/UFRR e Programa Pós-graduação em Geografia-PPGGEO/UFRR. Orientadora. E-mail: maria.bethonico@ufr.com

*** Doutor em Geografia. Professor Adjunto III da Universidade Federal de Roraima, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRR. Co-orientador. E-mail: artur.filho@ufr.br

¹ Milton Santos aqueles que estão fixados no solo, como os prédios e demais construções humanas. A princípio, podemos considerá-las como elementos espaciais fixos, que não saem do lugar, ou melhor, do local. Têm formas. Mas, como elemento espacial construído pelas ações humanas, são dotados de intencionalidades, logo, têm função. Nelas são exercidas atividades que justificam sua construção, atraem pessoas que utilizam meios de transportes por diferentes vias, potencializam, consomem e transformam energia, circulam capital, possibilitam circulação e contatos humanos, trocas de informação, de comunicação e podem produzir conhecimento. Assim, cada elemento espacial fixo está interligado a gamas de interações e interdependências locais e distantes que o justificam e dão relevância social, cultural, histórica e econômica. Cada fixo desses pode ser chamado de fixo territorial, pois estão construídos no chão, tem logradouro, é localizável georeferenciadante.

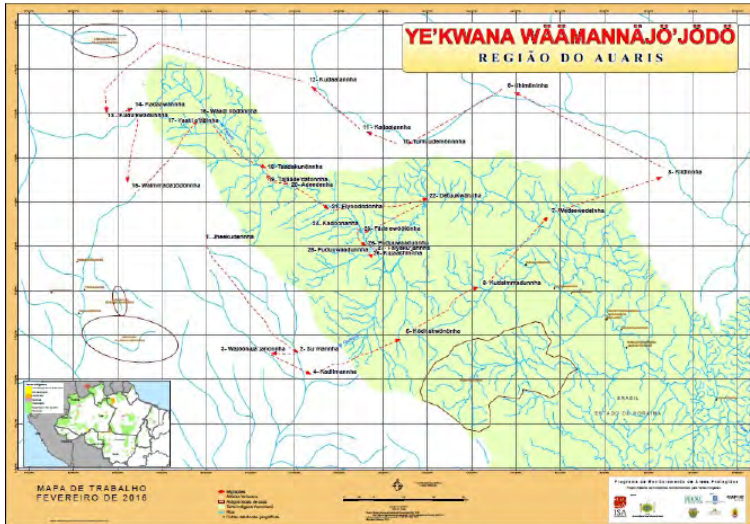
da MEVA, logo após a construção de pista em Auaris. No caso da comunidade Ye'kuana, infelizmente, a mobilidade das aldeias se transformou, pois, tornou-se sedentária e as comunidades Sanumã passaram a ficar próximas da pista de pouso.

Os povos que habitam esta região são os Ye'kuana, em outros são Maiongong e Maquiritare. Falam uma língua pertencente à família linguística caribe e habitam a região das cabeceiras dos rios Auaris, Caura, Cunucunuma, Ventuari e Metacuni em território brasileiro e venezuelano.

Compartilham o mesmo espaço geográfico com um subgrupo Yanomami, os Sanumã, que se autodenominam *Sanuma dibi* (*Sanuma* “gente”, *dibi* é o plural - mais de dois). *Setenapi töpö* é a forma como eles denominam “os brancos”; chamam aos Ye'kuana de *Nabi dibi*. O povo Sanumã é um subgrupo dos Yanomami e, por isso, falam uma das quatro línguas conhecidas da família linguística Yanomami (Sanumã, Yanomam, Yanomami e Yanam). Os Sanumã são originários das serras de Parima, nas cabeceiras do rio Orinoco e do rio Parima, mas com as brigas internas, os grupos se dividiram, sendo que alguns foram viver a jusante e os Sanumã foram em direção ao norte, atingindo as terras de povos caribe, como os Ye'kuana.

Desde década 1960, a comunidade Ye'kuana mudou-se por três vezes uma distância de menos dois quilômetros e, também a comunidade Ashikama dos Sanumã não é diferente a população aumenta a cada ano. Os habitantes desta região dependem dos recursos naturais para sobreviver. Atualmente, as pessoas sofrem com problemas decorrentes da mudança de hábitos, como o fim de mobilidade das comunidades e a escassez dos recursos naturais. A construção de pista em Auaris deu um ponto final na mobilidade. No início do século 20, por exemplo, os Ye'kuana de Auaris faziam viagens que percorriam grandes extensões, passando por vários rios e ultrapassando as fronteiras nacionais. Como mostra o mapa dos deslocamentos mais recente do grupo Ye'kuana de Auaris:

Figura 1: Mapa dos deslocamentos mais recente do grupo Ye'kuana de Auaris



Fonte: Isa, 2016.

A trajetória descrita no mapa teria início por volta de 1880, saindo da comunidade Ijekudeinha e chegando em 1960, onde está a pista na região de Auaris. Um período de aproximadamente 80 anos. Infelizmente, hoje as comunidades não se deslocam mais mesma forma de antes.

A sedentarização observada na região (no lado brasileiro) é decorrente do modelo de atendimento à saúde indígena implantado na região, que construiu um único pólo-base e impactou as dinâmicas de ocupação do espaço das populações indígenas. Diante deste contexto os solos estão pouco férteis por causa da falta de rodízio das áreas de roças.

Materiais e métodos

Durante o cumprimento dos créditos, iniciamos um levantamento bibliográfico para subsidiar a nossa pesquisa relacionada principalmente aos conceitos de espaço geográfico, território, terras indígenas e território, do ponto de vista dos Ye'kuana.

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, esta pesquisa será realizada com base em três estratégias que subsidiarão todo o seu desenvolvimento: levantamento bibliográfico, análise de documentos e dados secundários e trabalho de campo, com a busca de dados primários.

Na primeira etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de espaço geográfico, território, paisagem e processo de ocupação humana. Mas isso não é tudo: pretende-se, ainda, relacionar os conhecimentos que venho adquirindo da Geografia com os conhecimentos Ye'kuana acerca do espaço que aprendi ao longo de minha experiência de vida. Irei também fazer uma pesquisa bibliográfica dos trabalhos já feitos sobre os Ye'kuana e sobre os outros povos indígenas que habitam a TI Yanomami. Neste sentido, será possível realizar um diálogo entre os conhecimentos de forma a compreender estes contextos e as relações que se estabelecem entre o homem e o espaço. Esta revisão bibliográfica servirá para sustentar nosso estudo, portanto, a pesquisa começará pelos livros, artigos científicos e revistas científicas.

A construção de calendário foi muito importante para análise de uso do território por parte das comunidades estudadas. Através disso, foi possível fazer levantamento das atividades desenvolvidas pelas comunidades e assim, ao espacializar estas atividades em um mapa, permite compreender o atual uso do espaço pelos povos que residem nesta região. O calendário cultural é uma proposta teórico-metodológica que permite um levantamento das atividades desenvolvidas por uma comunidade, relacionando-as a indicadores ambientais (animais, vegetais, astronômicos) que servem de referência temporal para a ocorrência das atividades; assim, permite visualizar as formas de uso do espaço geográfico e das relações que se estabelecem entre o homem e a natureza.

Para construir o calendário, foi necessário muito esforço da minha parte, porque se trataram de duas comunidades e dois povos diferentes. Para realizar este tipo de trabalho, foi preciso avisar a comunidade, convocar uma reunião - foi isso que fiz durante a reunião da comunidade na qual aproveitei para avisá-los. A primeira atividade foi feita com os Ye'kuana nos dias 06 a 07 de agosto de 2016. Antes me reuni com os professores Ye'kuana da comunidade para definir uma data viável para eles, porque alguns deles têm interesse a participar.

Os participantes foram escolhidos por mim: três sábios (homens), um agente indígena de saúde (homem), três professores (homens). Não foi possível contar com a participação de mais pessoas, pois a comunidade estava ocupada com outras atividades. Na comunidade Fuduwaadunha estavam construindo a casa redonda *Áttä* e por esta razão não puderam participar. Participaram apenas sete pessoas e nenhuma mulher, por minha decisão mesmo, porque achei que ia atrapalhar o andamento da construção de *Áttä*, visto que as mulheres são responsáveis por oferecerem o chibé ou *yadaaki* para aqueles que estão trabalhando na construção da casa.

Durante esta atividade, foi feito o registro de imagem, a gravação de áudio e o uso de cartolina, como quadro, cada folha representava um mês. Antes de iniciarmos a atividade, foi feito um esclarecimento aos participantes sobre o encontro. Após os esclarecimentos, iniciamos a atividade programada, usando um quadro que produzi antes de ir a campo. Neste quadro apresentei os indicadores e as atividades. Assim, iniciamos o trabalho: primeiro foi mês de janeiro, fevereiro, março e assim por diante. O primeiro tema foi a astronomia, depois a questão climática, em seguida os animais, os vegetais, os problemas sociais, ambientais e saúde e, por fim, foi desenvolvida uma atividade na comunidade. Os convidados foram falando e eu escrevendo no quadro. Havia as discussões e conversas entre eles, mas entre todos os participantes o senhor Pery Magalhães era quem se destacava, é a liderança mais velha da comunidade. As outras pessoas também ajudavam e Pery também fazia perguntas aos presentes, para tirar dúvidas. Na verdade, foi um tipo conversa entre eles.

Como citei, trabalhamos também com a comunidade Ashikamau dos Sanumã, porque este povo também ocupa o mesmo espaço geográfico em Auaris. Por isso foi necessário também construir o calendário desta comunidade. Como tenho dificuldade de comunicação, pois não falo Sanumã e então precisava da ajuda de um intérprete. Assim, procurei Moisés Ilo um agente indígena de saúde, que também é conselheiro distrital da região. Junto com ele, foi articulado um encontro com os Sanumã, mas isso não foi tão fácil e demorou muito para acontecer. Ele me falou que maioria das lideranças estavam numa festa na comunidade Katana e ele ficou de me comunicar assim que chegassem. Indiquei a ele as pessoas com quem queria conversar. Eu também falava com as pessoas, quando as encontrava. Depois de vários dias, eu procurei de novo o Moisés e perguntei se eles haviam chegado e ele disse que sim, mas não havia conversado com eles a respeito do nosso trabalho. Então ele foi conversar com eles e marcar uma data para nos reunirmos. Assim foi feito e fiquei aguardando. Na minha visão, eu não queria atrapalhar o dia a dia deles, por isso eu estava esperando a disponibilidade deles para nos reunirmos.

Depois de vários dias finalmente conseguimos nos reunir. Estavam presentes três sábios, um professor, um agente indígena de saúde e um jovem; totalizando seis pessoas. Como na outra ocasião, expliquei como seria a nossa atividade: Do que se trata? Porque eu estou fazendo isto? Para que? Depois da minha fala, iniciamos as nossas atividades. Os materiais que utilizamos foram: máquina fotográfica, gravador de áudio - desta vez não utilizei a cartolina, somente o papel A4. Também contamos com a colaboração de um tradutor Sanumã- Português. De acordo com o nosso quadro de calendário, seguimos o roteiro, iniciando com o mês de janeiro, fevereiro

e assim sucessivamente. Fizemos o mesmo método utilizado com os Ye'kuana; eu perguntava e eles respondiam. De acordo com os participantes sanumã, não há nenhum indicador astronômico. Carlos Sanumã foi quem se destacou entre os outros convidados, que o ajudavam. O encontro com os Sanumã aconteceu durante um único dia.

Durante o trabalho de campo, utilizamos também a técnica de entrevistas semi-estruturadas, cujo objetivo é saber: em quais localidades eles viveram; trajetórias de mudança da sua comunidade; as mudanças ocorridas depois de contato com os não indígenas; os pontos positivos e negativos; e quais problemas a comunidade enfrenta atualmente. Foi importante saber também os lugares de caça, de pesca, lugares de coleta de palha para construção das coberturas das casas. Foram entrevistadas apenas duas pessoas de cada comunidade. Selecionamos as pessoas de acordo com o conhecimento que têm e a sua idade.

Os levantamentos de informações sobre os povos Ye'kuana e Sanumã e as suas comunidades foram encontrados no censo populacional no Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena Yanomami/Ye'kuana (DSE-YY), cuja sede está localizada em Boa Vista. Também conseguimos informações através do Instituto Socioambiental (ISA), como os mapas da região de Auaris. O ISA desenvolveu junto em parceria com a APYB (Associação do Povo Ye'kuana do Brasil) um projeto cujo objetivo foi fazer um levantamento de questões socioambientais específicas da região de Auaris, que também contribuiu com este trabalho.

Resultados e discussão

Atualmente a região de Auaris é uma das mais populosas da Terra Indígena Yanomami, na qual o número de remoções é a mais alta, segundo os dados da SESAI. São 45 comunidades indígenas em toda região de Auaris. Nosso estudo, porém, está concentrado em apenas duas comunidades, aquelas que estão em contanto intenso com os agentes não indígenas: Fuduwaadunha dos Ye'kuana e Ashikama dos Sanumã, fundadas na década de 1960.

Estas comunidades tiveram o privilégio de adquirir materiais industrializados por meio do contato com os missionários da MEVA e com as instituições governamentais que se instalaram em Auaris como Exército e as pessoas que atuam na saúde indígena. Além disso, foram criadas as escolas indígenas através da Secretaria de Educação do Estado de Roraima.

A mobilidade que caracterizou o antigo modo de ocupação indígena foi um fator importante para garantir a sua sustentabilidade ao longo da história.

Atualmente presenciamos a sedentarização das comunidades. No caso das duas comunidades estudadas, Fuduwaadunha e Ashikama, ambas estão desde 1960 ocupando o mesmo espaço. A comunidade Fuduwaadunha mudou 3 vezes de lugar, mas a distância não foi maior que 1 quilômetro, ou seja, apenas mudaram o local de suas casas, porque a comunidade continua retirando os recursos naturais dos mesmos lugares como zonas de caça, de pesca, áreas de roças, locais de retirada das palhas e das madeiras.

A inserção de material industrializado nas comunidades indígenas facilitou a vida das pessoas, como o uso de arma de fogo, machado, facão e rede de pesca. Estes são os principais causadores de escassez de caça e dos peixes em Auaris. Nesta região não tem peixes maiores pois o rio Auaris é bastante acidentado de cachoeiras e por isso os peixes maiores não conseguem subir. Também não tem controle na época de desova de peixes e, neste período, muitas famílias aproveitam para pescar com rede de pesca e também usam o timbó.

Figura 2: Região de Auaris



Fonte: CCPY 2007.

Hoje em dia, as duas comunidades enfrentam a falta de solos férteis, porque estas áreas foram usadas várias vezes. As terras boas para o cultivo das roças estão ficando cada vez mais distantes das comunidades, muitas vezes os pais de famílias estão utilizando as capoeiras novas e assim não esperam o tempo necessário para a regeneração completa da área (pelo menos 10 anos). Alguns terrenos já estão degradados, e no lugar do mato estão as samambaias.

De acordo com Silva (2014) para piorar a situação das roças dos Ye'kuana e dos Sanumã, nas comunidades pesquisadas, segundo relatório da consultoria no âmbito do projeto Yanomami, feito em 2012, foram encontrados problemas com as culturas de mandioca e banana, decorrentes do adensamento e do uso prolongado das áreas de roça, fatores esses que contribuem para o aumento da população de insetos e microrganismos danosos para as culturas agrícolas. O plantio consecutivo de uma mesma espécie favorece o estabelecimento das doenças por meio do aumento de seus inoculos, como é o caso do cultivo da mandioca e macaxeira. O mesmo relatório informou a presença de pragas nas roças cultivadas nestas comunidades Sanumã e Ye'kuana. As doenças e pragas encontradas nas roças são as seguintes:

- Podridão das raízes da mandioca – esta doença é causada por um fungo chamado *Phytophthora drechsleri*, e se manifesta por uma podridão que amole as raízes de coloração marrom, que rapidamente se desintegram no solo; quando parcialmente apodrecidas, as raízes exsudam um líquido com odor fétido.
- Podridão preta ou saporema - o fungo *Rosellinia bunodes* é o agente desta doença. Vive comumente sobre tocos e outros restos de plantas em terras de recente desbravamento e passam a atacar as raízes de plantas como a mandioca.
- Superbrotamento ou envassoutamento – é uma doença causada pelo fungo chamado *Micoplasma*. A manifestação mais evidente desta doença é o superbrotamento de brotos raquíuticos e deformados; os brotos do caule crescem exageradamente, ocorrendo o encurtamento dos internódios.
- Ataque de cochonilha em plantas de mandioca de uma roça Ye'kuana. A cochonilha é um pequeno inseto que se fixa nos galhos e folhas das plantas da mandioca. O sinal é uma espécie de secreção cerosa parecida com flocos de algodão. Este inseto também tem a capacidade de atrair outros insetos por produzir uma substância açucarada.
- Foram encontrados caules atacados pela broca das hastes da mandioca que em sua fase adulta é um besouro chamado *Coelosternus spp* e em sua fase jovem é larva que fica alojada no interior dos ramos. Causa secamento dos ramos atacados e pode levar a planta à morte e à ocorrência da broca da cana-de-açúcar.
- Nas roças dos Ye'kuana foram encontradas as brocas de bananeira provocados por tapuru (lagarta na forma jovem) e na sua forma adulta torna-se um besouro de cor preta).

De acordo com os moradores da comunidade Fuduwaadunha “ antigamente não havia a praga nas plantações e a apodrecimento de mandiocas e problemas começaram mais recente”.

O aparecimento das pragas e os fungos atacando a mandioca são resultados de uso frequência de solos.

População

Já na década de 1970, de acordo com Ramos (1990, p. 55) os Sanumã e os Ye'kuana (que a autora chama de Maiongong) ocupavam áreas contíguas e a população era de 200, somando os dois povos. Atualmente as comunidades apresenta uma densidade populacional bastante alta para padrões tradicionais.

Quadro 1: População aproximada e número de aldeias de Auaris

| Ano | População <i>Sanumã</i> | População <i>Ye'kuana</i> | Total | Nº de Aldeias | Fonte |
|------|----------------------------|------------------------------|-------|------------------|--------------|
| 1974 | 296 | 60 | 384 | 9 | Ramos, 1991 |
| 1991 | 430 | 160 | 590 | 16 | Ramos, 1991 |
| 2004 | 1495 | 295 | 1730 | 31 | URIHI, 2004 |
| 2007 | 2014 | 314 | 2328 | 27 | FUNASA, 2007 |
| 2011 | 2426 | 379 | 2805 | 32 | SESAI, 2011 |
| 2015 | 2690 | 427 | 3117 | 36 | SESAI, 2015 |

O quadro mostra o aumento da população indígena na região e do número de aldeias Sanumã e Ye'kuana. O caso dos Sanumã é marcante o crescimento demográfico dos últimos anos, considerando que das 32 aldeias identificadas em 2011 pela SESAI na região de Auaris, apenas 04 são Ye'kuana. Mesmo considerando as diferentes fontes de informações, o quadro nos permite tirar algumas conclusões: I) A região de Auaris apresentou um crescimento populacional de 731% no período de 37 anos; II) este crescimento foi mais intenso entre os Sanumã (819,6%), sendo que os Ye'kuana também apresentaram um elevado crescimento (631,67%), levando em consideração os processos migratórios que marcam a história recente dos dois povos; III) além da ampliação do número de aldeias neste período (de 09 para 36), observa-se uma ampliação da média de moradores por aldeia, quando em 1974 existiam cerca de 43 habitantes por aldeia, em 2011, este número eleva-se para 88, indicando não apenas um aumento populacional, mas uma concentração de pessoas em um mesmo espaço, pressionando, desta forma, os recursos naturais disponíveis. Esta situação é geradora de conflitos ambientais, uma vez que os espaços de caça, pesca e roça estão se esgotando.

Considerações finais

As pressões humanas sobre os recursos naturais são inevitáveis. O sistema atual em que vivemos, tudo passar por uma competição em busca de um lucro sem precedentes. Os recursos naturais estão cada vez se esgotando no mundo. Em decorrência disso, sofreremos com desastres ambientais em diversas partes do mundo.

Atualmente as imagens de satélites mostram que as Terras Indígenas são, em sua maioria, preservadas e no seu entorno já não tem mais floresta. Os indígenas ou comunidades indígenas pouco alteram o seu meio ambiente e retiram para sua subsistência somente aquilo que necessita. Mas o contato com sociedade envolvente está mudando o seu dia-dia e a ocupação de seus territórios, ou seja, ela está desordenada.

Atualmente os povos indígenas têm grandes desafios para gestão de seus territórios e primeiramente devemos começar a pensar nos locais onde há maior concentração de pessoas. No caso de região de Auaris, desde 2015, iniciou-se a conversa com as comunidades Sanumã para propor a mudança de algumas comunidades. Neste projeto estão envolvidas instituições governamentais, não governamentais e organizações indígenas. As mudanças das comunidades poderão diminuir a pressão humana sobre recursos naturais.

Referências bibliográficas

CCPY. **Projeto Gestão Territorial Yanomami Diagnóstico Socioambiental da Região de Auaris Terra Indígena Yanomami**. Boa Vista, 2007. 83p.

GUIMARÃES, Sílvia. **O drama ritual da morte nos Sanumã**. Campo Grande – MS. 2010

RAMOS, A. **Memórias Sanumã: espaço e tempo em uma sociedade yanomami**. São Paulo: Marco Zero; Ed.UnB, 1990.

SILVA, C. C. População Indígena e Saúde na Região de Auaris -terra indígena Yanomami. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E FRONTEIRAS, 1, 2012, Boa Vista, p. 1-15.

SILVA, C. C. **Auaris e a história da ocupação: população, recursos naturais e território**. 2014.

KATIA, M. P. SARAIVA, M. M. **Avaliar o Processo de Implantação de Sistemas Agroflorestais e os Problemas das Roças**. Boa Vista 2012. 38p.